

LEITURAS E INTERPRETAÇÕES DA IMIGRAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

XVI Simpósio de
História da Imigração e Colonização



**Martin N. Dreher
Marcos Justo Tramontini (†)
(Organizadores)**

LEITURAS E INTERPRETAÇÕES DA IMIGRAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

**XVI Simpósio de
História da Imigração e Colonização**



2007

© Instituto Histórico de São Leopoldo
Av. Dom João Becker, 491
93010-010 São Leopoldo/RS

Paginação: Jair de Oliveira Carlos

Editora Oikos Ltda.
Rua Paraná, 240 – Cx. P. 1081
93120-020 São Leopoldo/RS
Tel.: (51) 3568.2848
contato@oikoseditora.com.br
www.oikoseditora.com.br

Por ocasião do cinquentenário do Instituto Histórico de São Leopoldo (IHSL) – 1975-2025 – estamos compartilhando com leitores e leitoras o e-book originalmente publicado no ano de 2007 em CD, resultado do “XVI Simpósio de História da Imigração e Colonização”.

S612L Simpósio de História da Imigração e Colonização (16. : 2004 : São Leopoldo)
 Leituras e interpretações da imigração na América Latina : XVI Simpósio
de História da Imigração e Colonização / Martin N. Dreher, Marcos Justo
Tramontini (organizadores). – São Leopoldo: Oikos, 2007.
 [1021 p.] ; CD-ROM ; 4 ¾ pol.
 ISBN 978-85-89732-59-8
 1. Imigração – América Latina 2. Imigração e Colonização – História –
Congresso 3. Dreher, Martin N. 4. Tramontini, Marcos Justo I. Título.

CDU 325.14(7/8=6)

Catálogo na Publicação:
Bibliotecário: Vladimir Luciano Pinto – CRB 10/1112

Apresentação

Desde sua criação, o Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS elegeu como um de seus focos de atuação a Linha de Pesquisa “Colonização e Imigração na América Latina”, considerando ser a cidade de São Leopoldo berço das iniciativas de colonização e imigração no Brasil Meridional. Significativo tem sido desde então o número de dissertações e de teses que se ocupam com temáticas relativas à imigração, fazendo do PPGH-UNISINOS referência em termos de estudos migratórios. Isso fez com que o Instituto Histórico de São Leopoldo, que desde 1974 promovia, a cada dois anos, simpósios sobre imigração alemã se associasse ao PPGH-UNISINOS, ao qual confiou nos últimos anos a organização de seus simpósios, então transformados em seminários internacionais. Os seminários internacionais sobre colonização e imigração passaram, então, a reunir pesquisadores do Brasil e do exterior interessados nesta importante temática da História da América Latina. Neles, verificou-se a intensificação dos estudos (i)migratórios e a conseqüente necessidade de se avaliar a produção historiográfica sobre a imigração, que foi a temática em torno da qual se organizou, em 2004, o XVI Simpósio de História da Imigração e Colonização e a presente edição do Seminário Internacional. Para a sua realização puderam ser convidados especialistas, respectivamente, da Alemanha, da Itália e do próprio Brasil.

A participação dos professores Dr. Helmut Schmahl, da Johannes-Gutenberg-Universität, da cidade de Mainz, na Alemanha, e Dr. Renzo Grosselli, de Trento, Itália, bem como dos professores Michael McDonald Hall, da Unicamp, Helga Iracema Landgraf Piccolo, da UFRGS, Paulo Afonso Zarth, da UNIJUI, Valia Beatriz Merlotti Herédia, da UCS, e Denise Cogo, da UNISINOS, deu destaque especial ao evento. Com a vinda dos professores da Alemanha e da Itália abriu-se importante canal para a realização de estudos comparados.

Num segundo momento, o Seminário Internacional possibilitou intercâmbio e publicização de pesquisas em andamento. As comunicações apresentadas em 11 seminários temáticos, dirigidos por colegas professores, renomados especialistas, somaram 123. 221 foram os inscritos no seminário internacional. A estes 221 inscritos somaram-se, ainda, estudantes de turmas regulares de estudantes da graduação em História da universidade.

A realização do evento foi possível graças ao apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul, FAPERGS, da Fundação CAPES, do apoio logístico do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria e da UNISINOS. Aqui, quero expressar meu reconhecimento à Doutora Haike Kleber da Silva e à Doutora Isabel Cristina Arendt, pelo auxílio na correção de textos e na preparação do evento, respectivamente.

No preparo do evento internacional, contamos com o apoio inestimável e incansável do Professor Dr. Marcos Justo Tramontini. Muito doente, Marcos fez esforços, os quais, demonstravam seu grande amor pela pesquisa histórica. Marcos faleceu, após jornada profícua, em dezembro de 2004, poucas semanas após a realização do Seminário Internacional. Que descanse em paz. Sentimos sua falta.

Martin N. Dreher

Sumário

Conferências	11
Leituras e Interpretações da Imigração Alemã no Brasil - <i>Helga Iracema Landgraf Piccolo</i>	12
Leituras e Interpretações da Migração no Planalto Riograndense - <i>Paulo A. Zarth</i>	21
Emigração da Alemanha – Um balanço Historiográfico - <i>Helmut Schmahl</i>	29
Leituras e Interpretações da Imigração Italiana no Brasil - <i>Vânia Herédia</i>	37
Migrações Contemporâneas na Mídia Impressa Brasileira e a Construção inter(cultural) da União Européia e do Mercosul - <i>Denise Cogo</i>	48
Proletários Italianos na América Latina: Um Projeto entre Emancipação e Esquecimento - <i>Renzo Grosselli</i>	61
1. Comunicações Gerais, ligadas à Imigração	73
Lances Históricos e Ocupação do Território do Município de Foz do Iguaçu: A Presença da Imigração - <i>Eliandro Cereso Avancini</i>	74
Imigração e Formação das Elites Dirigentes Uruguaias no Início do Século XX: Os Partidos Políticos Tradicionais e a Reforma Batllista - <i>José Pedro Cabrera Cabral</i>	78
As Origens Étnicas do Empresariado Piracicabano - <i>Maria Beatriz Bianchini Bilac e Ana Maria Romano Carrão</i>	88
Identidade Étnica Como Matriz Configuradora de Sentidos na Recepção Televisiva - <i>Jiani Adriana Bonin</i>	99
O Gaúcho em Diáspora: Migração e Usos da Internet - <i>Liliane Dutra Brignol</i>	108
A Noção de Pertencimento Identitário e as Relações de Imigração - <i>Denise T. da Silva</i>	118
Análise dos Autos de Medições de Companhias Particulares de Colonização do Município de Taquari de 1850 a 1889 - <i>Maria Isabel Cristina Engster e Marcos Justo Tramontini</i>	125
A Exaltação da “Raça” e do “Progresso”: Blumenau nos Festejos do Centenário da Imigração Alemã em Santa Catarina e as Articulações Políticas para se Criar um Museu da Imigração Alemã - <i>Méiri Frotscher</i>	128
Os Imigrantes Italianos nos Livros e na Memória - <i>Marcia Sanocki Stormowski</i>	134
Prudentópolis: Ilha Ucrânia. Porção de Terra Cercada de Ucrânianos por todos os Lados - <i>Odinei Fabiano Ramos</i>	141
Colonização Polonesa em Guarani das Missões - <i>Márcia Tarnowski Guimarães</i>	151
Imigração Sírio-Libanesa: Lembranças de Gostos, Temperos e Fazeres - <i>Neida Regina Ceccim Morales</i>	154
A Inserção dos Imigrantes Italianos no Contexto da Região de Santa Maria (1878-1900) - <i>Alexandre de Oliveira Karsburg e Maíra Ines Vendrame</i>	161
A Migração Rumo às “Colônias Novas” - <i>Rosane Marcia Neumann</i>	174
A Construção das Relações Interétnicas num Núcleo de Colonização Alemã: O Caso de Panambi - <i>Eliane de Mello</i>	184
Raça, Gênero e Poder: Uma Análise das Correspondências dos Imigrantes Alemães no Vale do Itajaí - <i>Márcia Fagundes Barbosa</i>	196

2. Imigrantes – Trabalhadores	203
“Não vos peço aplausos, a vós que pensais de maneira diversa”: Uma Breve Introdução à Trajetória do Imigrante Alemão Karl von Koseritz (1830-1890)	
- <i>Aristeu Elisandro Machado Lopes</i>	204
Tamancos de Madeira: A Presença Holandesa no Município de Não-me-Toque/RS	
- <i>Rudinéia Rejane Scherer.....</i>	211
Rumo à Cidade - <i>Fernanda Ben</i>	219
3. Terra, Paisagem e Imigração	227
“Aqui não dá para arrodar a casa”. Paisagens, desenraizamento e memória de migrantes rurais - <i>Inês Caroline Reichert</i>	228
Fragmentos da História da Colônia Serra Cadeado e do “Fachinal” - <i>Marcos Gerhardt</i>	237
As Florestas de Araucárias como Chamariz para Colonização - <i>Cristina Dallanora, Miguel Mundstock Xavier de Carvalho e Eunice Sueli Nodari</i>	242
Para uma Outra História do Desenvolvimento Regional: Aspectos Ecológicos da Colonização Alemã no Rio Grande do Sul - <i>Juliana Bublitz e Sílvia Marcus de Souza Correa</i>	252
Inserção de Hermann Meyer no Comércio da Terra no Rio Grande do Sul	
- <i>José Antônio Moraes do Nascimento</i>	264
A Fazenda do Cel. Joaquim Domit: Colonização e Desmatamento em Porto União – SC (1923-1937) - <i>Miguel Mundstock Xavier de Carvalho</i>	274
Teuto-brasiguaios do Oriente Paraguaio. Alguns Apontamentos sobre as Condicionantes Históricas da Formação de uma Fronteira de Caráter Binacional - <i>Henrique M. Silva</i>	284
Civilização e Natureza no Brasil do Século XIX: Os Modelos de Carl P. von Martius e Johann J. Sturz - <i>Tânia Regina Zimmermann</i>	293
Migração, Colonização e Desmatamento no Alto Uruguai Catarinense - <i>Susana Cesco e Eunice Sueli Nodari</i>	302
O Conceito de Região e a Identidade Étnica: Reflexões Teóricas Aplicadas à Pesquisa sobre as Festas Urbanas no Oeste Catarinense (1980-1990) - <i>Carla Cristina Pedrozo da Silva</i>	311
Natureza, Trabalho e Desenvolvimento: Transformações Ambientais e Culturais no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro no Século XX - <i>Cristiane Fortkamp</i>	317
4. Falares, Literatura e Imigração	323
“Kinderlesecke”. Uma Coluna para Crianças no Jornal “Deutsche Post”	
- <i>Tanara Emannelle Torres Nietiedt.....</i>	324
Trajetória da Imigração Japonesa e o Haikai - <i>Tomoko Kimura Gaudioso</i>	337
O “Eu” e o “Outro” na Obra de Moacyr Scliar: “A Majestade do Xingu”	
- <i>Claudete C. de Abreu</i>	341
Presença Açoriana em Três Cachoeiras - Litoral Norte/RS: Literatura Oral e Falares	
- <i>Eduardo Mattos Cardoso</i>	348
A Imagem da Cidade/Sociedade de São Leopoldo na Revista “Rua Grande”	
- <i>Maria Luciane Silva Pinto.....</i>	355
A Temática da Imigração Alemã para o Brasil na Literatura Alemã do Século XIX (1800-1871) - <i>Gerson Roberto Neumann</i>	363
A Literatura dos Imigrantes Alemães - <i>Ingrid Anni Assmann de Freitas</i>	373
Os Brummers Jansen e Koseritz e “Memórias Póstumas de Brás Cubas” - <i>Ana Maria Koch ..</i>	382

Caminhos e Descaminhos da Toponímia em Ambientes Multilíngües: o Exemplo de Wallachai - <i>Mário Silfredo Klassmann</i>	388
Jornal “Deutsche Post”: sua História, seus Propósitos - <i>Jorge Augusto Feldens</i>	392
5. Emigração/Imigração: Controvérsias Contemporâneas	405
Algumas Questões sobre Imigração, Fronteira e Identidade Étnica	
- <i>Tupiara Guareschi Ykegaya</i>	406
“Sobre as Águas a Memória”: Migração, Cotidiano e Resistência dos Atingidos pela Barragem de Salto Caxias, Oeste e Sudoeste do Paraná (1990-2002) - <i>Cezar Karpinski</i>	414
Os Conflitos Étnicos entre “Alemães” e “Brasileiros” em Canguçu - <i>Dilza Pôrto Gonçalves</i> ..	421
Reconstrução de Identidades de Imigrantes Árabes em Foz do Iguaçu: Desafios Analíticos - <i>Regina Coeli Machado e Silva</i>	429
Comemoração, Memória e História: Interpretações de Helmuth Abeck Acerca da Presença Germânica no Paraná - <i>Marcos Nestor Stein</i>	444
6. Política, Representação, Conflito na Imigração	451
História e Retórica em Jornais Regionais (1920-1925) - <i>Kenia Maria Menegotto Pozenato e Loraine Slomp Giron</i>	452
Presidentes da Província: A Leitura Oficial dos Imigrantes Italianos no Império - <i>Luiza Horn Iotti</i>	460
Periodistas Mazzinianos na Região Platina em Meados do Século XIX: Um Caso de Imigração Política - <i>Eduardo Scheidt</i>	473
As Questões de Terra: Comparando Casos no Vale do Sinos - <i>Doris Rejane Fernandes Magalhães</i> ..	482
Imigração, Memória e Conflito – Comunidade de Nova Teutônia (SC) - <i>Lori Altmann</i>	486
Abramo Eberle e Seus Filhos - <i>Heloisa Délia Eberle Bergamaschi</i>	492
O Caos que Promove a Igualdade: Imigrantes Naturalizados por Epidemias - <i>Aline Cassick Cadaviz e Eliane Cristina Deckmann Fleck</i>	505
Sobre a “Regeneração da Nação” e a Exclusão Social: Uma Análise da Representação dos Imigrantes (Porto Alegre: 1890-1920) - <i>Ana Paula Korndörfer e Eliane Cristina Deckmann Fleck</i> ..	512
A Saúde Pública em Santa Cruz do Sul na República Velha - <i>Ricardo Schmachtenberg</i>	517
A Construção da Identidade Entre Imigrantes Italianos e seus Descendentes no Rio Grande do Sul - <i>Paulo César Possamai</i>	529
Elites, Intelectuais e a SEF - <i>Evandro Fernandes</i>	540
Relações Interétnicas, Identidade Local e Regional no Rio Grande do Sul no Contexto das Comemorações do 25 de Julho - <i>Roswithia Weber</i>	548
Nacionalismo Varguista e as Festas Comemorativas da Chegada dos Imigrantes - <i>Andréa Helena Petry Rahmeier</i>	556
A Compreensão Jesuítica da Identidade (Étnica) Teuto-Brasileira Católica Rural no Rio Grande do Sul: Instrumento (de Poder) do Projeto de Restauração Católica Regional - <i>Neli Schäfer Tesch da Silva</i>	560
7. Religião, Religiosidade e Imigração	571
Associativismo e Protestantismo na Imigração e Colonização: O Caso da Associação Gustavo Adolfo - <i>Ricardo W. Rieth</i>	572
Catolicismos em Confronto. O Embate Entre a Igreja Greco-Católica Ucraniana e a Igreja Católica Romana de Curitiba no Início do Século XX - <i>Teodoro Hanicz</i>	581

O Enraizamento da Igreja Romanizada na Região Central do Rio Grande do Sul: Da Quarta Colônia de Imigração Italiana para as Cidades Luso-Brasileiras (1886-1925) - <i>Vitor Otávio Fernandes Biasoli</i>	591
Imigrantes Italianos: Comunidade de Religião e Trabalho - <i>Dilse Piccin Corteze</i>	601
O Pastor Klingelhoefter e a Revolução Farroupilha - <i>José Edimar de Souza</i>	609
As Relações Entre Imigrantes Italianos e Padres Palotinos na Quarta Colônia Imperial (1878-1919) - <i>Maíra Ines Vendrame e Alexandre Karsburg</i>	619
Missão e Colonialismo: O Modelo de Expansionismo Colonial e Comercial de Friedrich Fabri - <i>Wilhelm Wachholz</i>	630
Igreja Luterana-Sínodo de Missouri: Uma Igreja de Imigrantes no Cenário Estado-Novista - <i>Sérgio Luiz Marlow</i>	636
Comunidade ou Sociedade Religiosa – do Discurso ao Cotidiano - <i>Roberto Radünz</i>	642
O Papel da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil nas Novas Áreas de Colonização: O Caso de Rondônia 1972-1987 - <i>Rogério Sávio Link</i>	650
8. Imigração, Economia e Associativismo	663
As Sociedades Italianas de Socorro Mútuo no “Novo Oeste Paulista”: O Mutualismo Étnico na Cidade de Ribeirão Preto Entre 1890-1920 - <i>Patrícia Gomes Furlanetto</i>	664
Comparando Mutuais Étnicas e Classistas no Rio Grande do Sul (1854-1940) - <i>Adhemar Lourenço da Silva Jr.</i>	675
Associativismo Étnico Entre Descendentes de Italianos - <i>Silvio A. Colognese</i>	688
Das Onças de Ouro ao Movimento Cooperativista - <i>Cristina Seibert Schneider</i>	699
Imigração, Redes de Associações e Desenvolvimento Rural - <i>Ernelo Schallenger</i>	709
A Produção do Espaço Agrícola no Oeste do Paraná: Associativismo, Agricultura Familiar e Produção Orgânica - <i>Camila Cremonese e Ernelo Schallenger</i>	719
Identidades, Rivalidades e Paixões: O Futebol no Vale do Rio dos Sinos (1950-1970) - <i>Paulo César Schleich</i>	728
Produção Agrícola nas Colônias do Vale do Itajaí e Norte de Santa Catarina (1850-1880) - <i>Manoel P. R. Teixeira dos Santos</i>	737
As Sociedades Kolping: Entre o Ideal e a Prática - <i>Márcio José Werle</i>	747
9. Imigração e Cidadania	753
“Nacionalização” e Cidadania - <i>René E. Gertz</i>	754
L’Alma Mater, Renascimento da Cidadania Latina: A Presença da Itália Fascista na Argentina - <i>Carla Brandalise</i>	765
A Pequena Burocracia Imperial sob a Luz de um Inquérito Policial: Releituras - <i>Marcos A. Witt</i>	774
Conflito e Ambigüidade: Relações Étnicas e Construção de Identidades - <i>Marcelo Alario Ennes</i>	779
As Cartas de Paolo Rossato: A Voz de um Imigrante Italiano Através da Análise do Discurso - <i>Sandra Maria de Oliveira</i>	786
Na Procura de um Passado: O Principal Motivo da Criação do 8º BIMTZ em Santa Cruz do Sul - <i>Leomar Tesche, Paulo Afonso Zarth e José Fabiano de Paula</i>	795
A Comunidade Judaica do Rio Grande do Sul e a Busca pelo Ideal de Cidadania Durante a Era Vargas - <i>Cristine Fortes Lia</i>	799

Canções Alemãs Tecendo os Fios da Germanidade no Rio Grande do Sul - <i>Ingart Grützmann</i>	805
A Criança no Mundo Teuto do Rio Grande do Sul - <i>Martin N. Dreher</i>	815
10. Imigração e Educação	827
Formação de Professores para as Escolas Comunitárias Protestantes - <i>Derti Jost Gomes e Alceu Ravanello Ferraro</i>	828
Colégio Teutônia: Um Estudo de Caso na História da Educação no Rio Grande do Sul - <i>Berenice Corsetti e Luciana Beschorner</i>	837
A Escola Alemã, a Língua Portuguesa e as Gramáticas dos Imigrantes - <i>José Luís Félix</i>	844
Imigração Italiana e Escolarização: A Constituição do Processo Escolar na Colônia Italiana Alfredo Chaves – Município de Colombo-Paraná (1882-1917) - <i>Elaine Cátia Falcade Maschio</i>	854
O Processo Escolar entre Imigrantes na Região Colonial Italiana – RS - <i>Terciane Ângela Luchese</i>	861
Conflitos e Identidades: A Ação Marista nos Núcleos Teutos do Rio Grande do Sul - <i>Kate Fabiani Rigo</i>	871
Um Lugar na História: Escolas Teuto-Brasileiras em São Paulo - <i>Maria Cristina dos Santos Bezerra</i>	877
Disciplinando Corpos: Trabalho, Lazer e Educação - <i>Cleci Eulália Favaro, Adriana Ávila, Ivete Stempkowski e Wagner Pedroso</i>	883
Jesuítas no Sul do Brasil Após a Restauração da Ordem: O Projeto Educacional - <i>Arthur Blásio Rambo</i>	893
Nos Caminhos das Sociedades Escolares Sul-Rio-Grandenses: Pomeranidade e Cidadania - <i>Nilo Bidone Kolling</i>	901
Uma Tradição que Lançou Raízes - <i>Lúcio Kreutz</i>	906
11. Imigrantes, Indígenas, Caboclos e Africanos	915
Ocupação e Colonização dos Campos de Guarapuava: A Ótica Indígena - <i>Cristiano Augusto Durat</i>	916
A Educação dos Botocudo no Posto Indígena Duque de Caxias - <i>Rafael Casanova de Lima e Silva Hoerhann</i>	921
Forjando das Lutas sua Identidade: Os Kaingang do Chimbanguê - <i>Marcos Antônio da Silva e Ana Lúcia Vulfe Nötzold</i>	926
Cultura Guarani: Identidade e Interculturalidade - <i>Marilda Oliveira de Oliveira</i>	933
Leituras e Interpretações da Imigração Italiana no Sul Catarinense: As Representações do Bugre nas Obras de História Local - <i>Maurício da Silva Selau</i>	937
Imigração e Construção: Indígenas, Conflitos e Delimitação Territorial no Estado de Roraima - <i>Delta Maria de Souza Maia</i>	947
Clube Negro Fica Aí: Padrões de Moralidade e Conduta - <i>Beatriz Ana Loner e Lorena Almeida Gill</i>	957
Entre a Solidariedade e a Animiosidade – Os Limites e Tensões das Relações Interétnicas Populares (Santa Maria - 1885/1915) - <i>Daniela Vallandro de Carvalho</i>	966
Confrontos e Encontros: O Caso de Migrantes Afro-Brasileiros e seus Descendentes em uma Cidade de Colonização Alemã no Rio Grande do Sul - <i>Miguel Ângelo Silva da Costa</i>	974

Negros e Brancos no Jaraguá: Um Morro Neg(r)ado e sua Estigmatização no Tempo em Três Atos - <i>Ancelmo Schörner</i>	982
As 'Gentes de Cor' sob o Olhar de Viajantes Alemães - <i>Paulo Eckert</i>	992
Sangue sem Cor na Luta e na Dor: Cotidiano e Sociabilidade de Caboclos e Imigrantes Trabalhadores da Southern Brazil Lumber and Colonization Company, 1910-1930 - <i>Alexandre Assis Tomporoski</i>	1001
O Imigrante Desejável, Segundo a Medicina Psiquiátrica dos Anos 30 - <i>Elisa Paula Marques</i>	1008
Devoção a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito na Colônia Alemã de São Leopoldo - <i>Ricardo Brasil Charão</i>	1012

Conferências

LEITURAS E INTERPRETAÇÕES DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ NO BRASIL

Helga Iracema Landgraf Piccolo

Leituras e Interpretações apontam para o que já foi escrito (e foi muito) sobre imigração alemã no Brasil, o que significa ser fundamental que se tenha presente, como ponto de partida, uma Bibliografia referencial, sabendo, de antemão, que ninguém tem condições de dominá-la.

O levantamento bibliográfico, relacionado com o objeto escolhido para estudo, é parte integrante da pesquisa a ser realizada e, obviamente, nem todos os textos consultados vão ser efetivamente usados. Assim, qualquer pesquisa tem que dar ao leitor informações sobre autores e obras que podem abrir caminho para novas investigações. Sobre a História do Rio Grande do Sul – não exclusivamente sobre a presença alemã no estado, embora ela esteja muito bem representada – uma obra clássica é de Abeillard Barreto, “Bibliografia Sul-Riograndense”, publicada em dois volumes em 1973, no Rio de Janeiro, pelo Conselho Federal de Cultura. Pode ser argumentado que ela está desatualizada, com o que concordo, mas nem por isso deixou de ser obra fundamental para o pesquisador, numa revisão bibliográfica.

Privilegiando a presença alemã no Brasil, é, também, de consulta quase obrigatória, a comunicação intitulada “Os Alemães no Brasil: tentativa de estudo da Bibliografia existente”, de autoria de Manuel Diégues Júnior e Madalena Quintela, apresentada no II Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros, realizado em Recife, de 5 a 10 de abril de 1968 (sendo que os respectivos Anais só puderam ser publicados em 1974). Foram, então, arrolados 306 títulos pelos autores que pertenciam ao Centro Latino Americano de Pesquisas Sociais, sediado no Rio de Janeiro, e que iniciaram, acertadamente, sua comunicação, dizendo:

Poucos – ou quase nenhum – têm sido os estudos dedicados a analisar e interpretar as fontes a respeito da presença do grupo alemão no Brasil; [...] Poucos levantamentos existem; e ainda menores as possíveis análises e interpretações desse material.

Os autores, nas Observações Finais, afirmam:

Este trabalho, ainda uma tentativa, procura mostrar os principais aspectos da Bibliografia existente acerca do alemão no Brasil. É possível que ainda apresente falhas; é certo, também, que necessita ser aprofundado, principalmente para melhor interpretação do material pesquisado. O tempo, absorvendo-nos em outras tarefas, não nos permitiu realizar esta análise, que contribuiria, sem dúvida, para mostrar os diversos ângulos e aspectos pelos quais o imigrante alemão e seus descendentes têm sido estudados, em especial quanto ao processo de relações culturais.

Se estas afirmações, necessariamente, devem ser, hoje, relativizadas pelo inquestionável avanço nas pesquisas sobre imigração alemã no Brasil, elas, no entanto, apontam para outra dimensão sobre a qual eu quero fazer rápidas considerações: Bibliografia não é historiografia, ou vice-versa. A historiografia não prescinde da Bibliografia, mas não se encerra nela. O que nos interessa, historiograficamente falando, é ver como se escreveu e como se está escrevendo a História da Imigração Alemã no Brasil, nos infinitos enfoques possíveis. Entra-se, pois, no âmbito teórico-metodológico.

¹ O Professor Arno Wehling, muito identificado com a historiografia alemã, baseou-se em Jorn Rüsen e Friedrich Jaeger, *Historische Methode*, in Richard van Dülmen (dir), *Fischer Lexikon Geschichte*, Frankfurt, FTV, 1991, p. 31 e em Christian Meyer e Jorn Rüsen (dir), *Historische Methode*, München, DTV, 1992, p. 62 e ss. Citando essa Bibliografia, entende-se o porquê da antropologia não estar incluída nos chamados “empréstimos conceituais”, já que a Nova história Cultural não se enraizou na Alemanha.

Neste sentido, valho-me das observações feitas pelo Prof. Arno Wehling – Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – num artigo publicado na Revista do Sodalício de nº 420 (referente a julho-setembro de 2003) e que foi a comunicação por ele apresentada no Seminário sobre Pedro Calmon, realizado em novembro de 2001, intitulada: “Pedro Calmon e a tradição hermenêutica na Historiografia Brasileira”. Diz ele:

Do ponto de vista da historiografia, conforme estruturou-se ao longo dos séculos XIX e XX enquanto campo científico, existem duas tendências maiores de abordagem de sua temática: a hermenêutica e a analítica. A primeira, caracterizada basicamente pela interpretação dos fenômenos estudados. A segunda, pela sua análise. Trata-se, em cada uma delas, da metodologia dominante, mas não exclusiva, já que é possível a ocorrência de procedimentos hermenêuticos, secundariamente, na perspectiva analítica e, de modo inverso, procedimentos analíticos na perspectiva hermenêutica. No primeiro caso, a interpretação é geralmente associada à compreensão dos comportamentos e atitudes de indivíduos e coletividades. No segundo, ao estudo das relações entre uns e outros, o que dá dimensão especial aos empréstimos conceituais de outras ciências sociais, como a sociologia e a economia.¹

Se eu fixar minha atenção no objetivo do presente Seminário em que os participantes são chamados a promover “discussões em torno das leituras e interpretações da imigração”, sou levada a pensar que os Coordenadores privilegiaram a tendência hermenêutica.

Em 1967, por ocasião do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História (e lá se vão 37 anos), numa comunicação intitulada “Alguns aspectos relativos aos estudos da Imigração e Colonização”, os Professores Altiva Pilatti Balhana, Brasil Pinheiro Machado e Cecília Maria Westphalen, todos da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Paraná, fizeram uma série de considerações sobre a imigração e colonização na História do Brasil numa visão muito abrangente². Trataram da periodização e das posições ideológicas (no capítulo 1.0); da política imigratória brasileira (seja na Colônia, seja no Brasil independente), incluindo aí o financiamento e o custo e as restrições (no capítulo 2.0); da conjuntura, abarcando mão-de-obra e tecnologia, comércio, urbanização, participação na vida política, estratificação social, instituições (no capítulo 3.0); de procedimentos metodológicos e de posições conceituais (no capítulo 4.0).

Significativas são as Considerações Finais (capítulo 5.0), onde se lê:

[...] que a análise realizada demonstrou que os estudos sobre imigração e colonização, apresentam numerosos problemas, equacionados ou não, para serem resolvidos e que oferecem um dos mais vastos campos de pesquisa para o historiador brasileiro.

Recomendavam os autores:

- a) – A realização de estudos acerca da contribuição dos imigrantes para a consolidação do regime do trabalho livre no Brasil, e acerca da superação dos conflitos entre o trabalhador livre imigrante e a ordem social brasileira em transformação.
- b) – A realização de estudos sobre todos os tipos de colonização de imigrantes e suas relações com a estrutura social no sul do Brasil. Pesquisas e estudos acerca de todos os núcleos coloniais, em todos os seus aspectos, possibilitariam conclusões gerais concretas, sobre a colonização.
- c) – A realização de estudos acerca dos processos de integração das comunidades de imigrantes na sociedade brasileira; estudos acerca das variadas etnias e níveis culturais e sociais das comunidades imigradas e das formas de sua adaptação ao Brasil.
- d) – A realização de estudos concretos acerca do financiamento e custo da imigração e colonização.
- e) – A realização, em profundidade e extensão, de levantamentos bibliográficos, sistemáticos e

² O Simpósio, com a temática “Colonização e Migração”, foi realizado na UFRGS, de 3 a 8 de setembro de 1967, sendo os Anais publicados na Coleção de Revista de História nº XXXI, São Paulo, 1969. O importante é que, nos Anais, não foram publicadas apenas as comunicações, mas também as intervenções e as respostas a elas dadas.

especializados, acerca da imigração e colonização. Recomenda-se, ainda, especial atenção ao imigrante na literatura nacional e na sua própria.

- f) – A realização de levantamentos documentários, tão completos quanto possível, e no sentido renovado, e não apenas do documento escrito na historiografia tradicional.
- g) – O emprego, nos estudos da imigração e colonização, de novos procedimentos metodológicos, tais como as técnicas quantitativas e das ciências sociais.
- h) – A realização de pesquisas multidisciplinares acerca da imigração e colonização, no Brasil, possibilitando comparações e generalizações.

Embora muito já tenha sido feito no sentido apontado, ainda hoje são questões presentes nas preocupações dos historiadores. O texto me parece ainda imprescindível numa revisão bibliográfica.

Como o tema que me foi proposto é por demais abrangente, devo deixar claro que o que vou apresentar é uma amostragem – entre tantas possíveis – e que, deliberadamente, não privilegia obras e/ou artigos específicos sobre a imigração alemã no Rio Grande do Sul. Parto de algumas premissas, colocadas como considerações preliminares, limitadas e, portanto, não conclusivas. Destaco:

– Imigração alemã no Brasil não se restringe ao Rio Grande do Sul nem ao Sul do país que, em geral, é privilegiado na historiografia, fazendo pouco caso do que ocorreu em outras regiões brasileiras.

– Imigração foi (é e certamente será) tema de pesquisas produzidas em regiões que receberam imigrantes. Portanto, a imigração se insere no respectivo processo histórico. Mas, como há textos escritos por autores de fora dessas regiões, é preciso que isso seja tomado em consideração quando se analisa seu conteúdo.

– Imigração engloba colonização, mas não se esgota nela, uma vez que se encontra inúmeros exemplos de comunidades alemãs, estabelecidas em diversos pontos do Brasil, e que não foram, originariamente, núcleos coloniais integrados por pequenos proprietários de terra. Colonização aponta para a figura do colono. E colono é um termo polissêmico se analisarmos o seu significado no processo de imigração do sul do Brasil comparando-o, por exemplo, com o significado na cultura cafeeira em São Paulo, bem como de que regiões européias vieram os alemães e onde, no Brasil, se estabeleceram.

– Imigração no Brasil, foi tanto subsidiada como espontânea, implicando em perfis diferenciados.

– Imigração, exige para a sua compreensão, interpretação e/ou análise, que ela seja contextualizada, isto é, precisa ser resgatado o contexto histórico (seja ele alemão ou brasileiro), à época em que a transferência ou transmigração de pessoas se efetuou³.

Resumindo: generalizações sobre a imigração alemã no Brasil são fatores de distorções que a História como processo (isto é, o que em alemão se chama *Geschichte*) não comprova e que a História como ciência (ou seja, o que em alemão se denomina *Historie*) não admite.

Mesmo sabendo que todo recorte é arbitrário, tive que adotar um para dar conta da abordagem que foi pensada. Sei da importância de muitos trabalhos de conclusão de curso, de dissertações de mestrado e de teses de doutorado, como expressivas contribuições para o estudo e compreensão da imigração alemã no Brasil. Mas vou restringir, seletivamente, a minha atenção a

³ Apenas para exemplificar e destacando que os objetos de estudo/pesquisa são distintos, cito o que, com muita propriedade, escreveram:

DREHER, Martin N., *Igreja e Germanidade*, São Leopoldo: Editora Sinodal, co-edição Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/ Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984, capítulos 1 e 2.

CUNHA, Jorge Luiz da. *As causas da vinda dos imigrantes*. In *Alemães: uma etnia para a integração. 150 anos da imigração em Santa Cruz do Sul*. Santa Cruz do Sul: Gazeta Grupo de Comunicações, junho de 2000.

WIESER, Lothar. *Deutsches Turnen in Brasilien. Deutsche Auswanderung und die Entwicklung des Deutsch-Brasilianischen Turnwesens bis zum Jahre 1917*. Göttingen-Weende, Druckerei J. Kinzel, 1990, capítulos 1, 2 e 3.

BERNECKER, Walter L. e FISCHER, Thomas. *Deutsche in Lateinamerika*. In *Deutsche im Ausland – Fremde in Deutschland. Migration in Geschichte und Gegenwart*, subcapítulo 2.3. München, Verlag C.H. Beck, 1992.

apenas alguns livros e/ou artigos **publicados**, como fontes por mim privilegiadas, objetivando mostrar como são possíveis distintas leituras e interpretações, tendo a imigração alemã como objeto.

É redundante dizer da importância de obras coletivas, com contribuições envolvendo enfoques os mais variados. Basta folhear as páginas dos Anais já publicados de nossos Simpósios realizados de dois em dois anos a partir de 1974⁴, dos Anais dos três Colóquios de Estudos Teuto-Brasileiros (realizados em 1963, 1968 e 1974), todos eles (Simpósios e Colóquios) relacionados basicamente com a imigração alemã no Brasil (aí incluindo o Rio Grande do Sul), lembrando a abertura para o estudo de outras etnias promovida nos últimos anos pelo Instituto Histórico de São Leopoldo⁵.

Mas há Anais de outras reuniões acadêmicas e/ou científicas onde também estão insertos artigos sobre imigração, embora nem sempre diretamente. É só esquadrinhar as publicações feitas pela Associação Nacional de Professores Universitários de História (ANPUH) e pela Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH), que eles serão localizados. O mesmo vale para as Revistas editadas pelas duas entidades. Nenhuma Revista, tanto da ANPUH como da SBPH é temática sobre a imigração, mas ela está presente em alguns artigos, embora não restritos à alemã. O que vale, no meu entender, é atentar para o tratamento metodológico e para as fontes utilizadas.

Não podem ser esquecidas Instituições Acadêmicas⁶ que, com suas próprias publicações enriquecem o conhecimento histórico. Alguns exemplos se impõem, mas deixo claro que outros existem⁷. É o caso da UNISINOS, com os “Estudos Leopoldenses”, hoje Revista de História vinculada ao Programa de Pós-Graduação, Instituição que, de certa forma, privilegia estudos sobre a imigração alemã, especialmente a partir do Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros. Da Universidade Federal do Rio Grande do Sul cito a Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, a Revista Anos 90 e os Cadernos de Estudo, estas duas últimas publicações do PPG em História, em que se encontram alguns estudos sobre a imigração alemã, embora esta não tenha uma expressiva centralidade nas linhas de pesquisa. Também não pode ser esquecida a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul que, principalmente, com a Revista de Estudos Ibero-Americanos, vinculada ao Departamento de História e seu Curso de Pós-Graduação, vem publicando importantes trabalhos sobre imigração.

Cabe, aqui, ressaltar uma obra coletiva publicada pela Editora da Universidade Luterana do Brasil (Canoas) em 1994. Ela é, para mim, à parte de Anais e Revistas, a obra coletiva mais significativa publicada nos últimos dez anos. Trata-se de “Os Alemães no Sul do Brasil. Cultura – Etnicidade – História”, livro ao qual professores/pesquisadores de diversas Instituições de Ensino Superior – não só do Rio Grande do Sul – prestaram sua colaboração. Na Apresentação lê-se:

A passagem dos 170 anos da imigração alemã no Rio Grande do Sul parece-nos um bom momento

⁴ Leia-se de Helga I.L. Piccolo, *O Instituto Histórico de São Leopoldo e a produção historiográfica*. In *Anais do I Encontro dos Institutos Históricos da Região Sul*. Florianópolis, Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2001. Nesse Encontro, tratei de comunicações inseridas nos Anais já publicados, destacando os do X Simpósio sobre “Nacionalismo e Imigração Alemã”. Hoje, é preciso acrescentar os Anais do nosso XV Simpósio sobre “Imigração & Imprensa”, editado no corrente ano de 2004 pela EST, destacando o excelente conjunto de trabalhos apresentados que revelam, pela leitura de referências bibliográficas, o muito que já foi produzido em termos de conhecimento histórico. E provam que o Instituto Histórico de São Leopoldo justifica a sua existência e os objetivos que traçou ao ser fundado.

⁵ Se não incluo nas minhas observações os Anais dos I, II, IV e V Seminários de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras é porque a Associação que os promoveu, embora se auto-denomine Nacional, reuniu artigos que versam, na prática, apenas sobre o Rio Grande do Sul. Os Anais servem, pois, fundamentalmente, àqueles pesquisadores que se debruçam sobre a imigração alemã no estado sulino.

Da mesma maneira, embora não se trate de Anais, a obra coletiva “Nós, os Teuto-Gaúchos”, merece, aqui, ser citada, sem ser, no entanto, objeto de comentários.

⁶ Outras instituições ou entidades, como os Institutos Históricos (muitos deles também Geográficos) deixam de ser especificamente abordados, embora seja sabido que podem ser encontradas nas páginas de suas publicações, informações importantes e que interessam ao pesquisador da imigração no Brasil.

⁷ Admito ser taxada de parcial, mas justifico minhas escolhas por estarem elas relacionadas a Instituições com as quais tenho mais contato.

para reunir neste livro textos recentes e inéditos que discutem a presença teuta no sul do Brasil em suas diferentes facetas.

Nesta visão panorâmica, que estou delineando, não quero deixar de mencionar, ao menos uma obra coletiva temática que trata do luteranismo no Brasil, uma vez que foi a imigração alemã a grande responsável pela sua difusão no país. Neste sentido, apenas como exemplificação, entre tantos textos produzidos, cito a obra “Presença Luterana 1990”⁸, cujo editor foi Gottfried Brakemeier.

Feita essa visão panorâmica – fragmentada por lhe faltar uma articulação que possa dar conta de modo mais abrangente de “leituras e interpretações” da imigração alemã no Brasil, quero, agora, fazer algumas poucas considerações historiográficas específicas, relacionando a imigração alemã com a “construção” tanto da nação brasileira como a decorrente construção da nacionalidade no Brasil, especialmente no decorrer do século XIX, o que envolve outra questão complexa e controvertida – a da identidade⁹.

Meu ponto de partida é um texto sobre os primórdios da emigração alemã para o Brasil, escrito por Klaus Richter¹⁰. O autor finaliza o seu estudo afirmando que, com a criação da primeira colônia alemã no Rio Grande do Sul – isto é, São Leopoldo

[...] começou, com a interrupção de uma década, uma continuada imigração alemã no Sul do Brasil, cuja contribuição para a construção da Nação Brasileira é hoje incontestável.” (tradução minha).

O início sistemático da imigração alemã no Sul do Brasil, se insere na conjuntura da Independência do Brasil e da sua necessária institucionalização via Carta Constitucional de 1824. O Estado Brasileiro que nascia, não nascia de uma nação pré-existente. Se, para as elites dirigentes, o Estado no Brasil estava sendo construído, a nação também precisava sê-lo¹¹.

Assim, deve ser vista com muito cuidado, uma possível interpretação subjacente à opinião expressa por Richter, articulando o processo de construção da nação brasileira com a imigração alemã que se destinou ao Sul do Brasil, sendo São Leopoldo o marco fundante.

Quase um quarto de século depois de Richter, uma historiadora brasileira, Lúcia Lippi de Oliveira – especialista em nação e nacionalismo -, num livrinho de divulgação da Coleção “Descobrimos o Brasil”¹², tratando de imigrantes que ela considera os “menos próximos”, escreve:

A assimilação foi a estratégia privilegiada, o critério, para a admissão de estrangeiros pelas autoridades governamentais e pela cultura brasileira na construção da nacionalidade no Brasil. Neste sentido é que algumas etnias e nacionalidades foram privilegiadas em detrimento de outras. A cultura, e nela a religião, foram ingredientes importantes na aceitação maior ou menor dos estrangeiros.

Os alemães, brancos mas protestantes, foram os primeiros a vir para o Brasil para viver em colônias. [...] Vivendo em colônias, os alemães tinham pouco contato com a sociedade brasileira e puderam

⁸ São Leopoldo, Editora Sinodal, 1989. Traduzida para o alemão, a obra foi editada também em 1989, pelo Verlag der Ev-Luth. Mission, Erlangen/Alemanha.

⁹ Retomo uma questão já abordada. Vide PICCOLO, Helga I.L. “Rio Grande do Sul, Século XIX: a Imigração alemã e o processo de construção de identidades. A questão da nacionalidade”. In *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, n. 18, Curitiba, 2000. Lembro que em termos de produção do conhecimento histórico, redigi o artigo “Visões sobre emigração/imigração na historiografia alemã” para o XIV Simpósio realizado em setembro de 2000. Não vou, aqui, retomar o que, então, escrevi partindo de dois textos: um de autoria de Gottfried Heinrich Handelmann, intitulado “O Brasil e a Imigração”, que corresponde às Considerações Finais da obra “História do Brasil”, publicada pela primeira vez na Alemanha em 1860 e, no Brasil, traduzida, foi lançada em 1931, integrando o Tomo 108, volume 162 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; o outro, de autoria de Walther L. Bernecker e Thomas Fischer, intitulado “Deutsche in Lateinamerika” corresponde ao subcapítulo 2.3 da obra “Deutsche im Ausland-Fremde in Deutschland. Migration in Geschichte und Gegenwart”, editada pela primeira vez em München no ano de 1992 por Klaus J. Bade.

¹⁰ RICHTER, Klaus. *Hamburgs Rolle im Interessenkonflikt um die ersten Auswanderungen nach Brasilien*. Separata da “Zeitschrift des Vereins für Hamburgische Geschichte”, Band 63, 1977.

¹¹ Leia-se de GUIMARÃES, Luís Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos”. In *Revista Estudos Históricos*, n. 1, Rio de Janeiro: Associação de Pesquisa e Documentação Histórica, Cpdoc/FGV, 1988/1.

¹² OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *O Brasil dos Imigrantes*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, pp. 54/55.

construir uma identidade própria – a germanidade. Formularam uma identidade étnica baseada em uma cultura que vinculava língua e espírito nacional. Criando organizações, fundando escolas, jornais e revistas, os alemães se transformaram em exemplo máximo de “enquistamento” e, nos anos 30, foram considerados uma ameaça ao futuro da nação brasileira.

As opiniões expressas pela Professora Lúcia Lippi de Oliveira podem e devem, em alguns pontos, ser questionadas e/ou relativizadas. Já o foram na historiografia pertinente, tanto a homogeneidade das colônias, como o seu isolamento, tal qual perpassa no trecho acima transcrito. Para mim, o importante a resgatar nele – o que, em absoluto, significa necessariamente concordar com – a interpretação subjacente ao seu texto no que diz respeito à imigração alemã articulada com a construção da nação brasileira, apontando, como contraponto, para o pensamento nacionalista brasileiro.

A questão do nacionalismo brasileiro é central na análise crítica feita por Ferdinand Schröder¹³ que foi pastor do Sertão de Sant’Ana e em São Leopoldo, de 1921 a 1925, conjuntura em que a “questão nacional” esteve no centro dos debates que atingiam criticamente as “minorias étnicas” de ascendência estrangeira, como os alemães¹⁴.

Fazendo uma comparação com o que ocorria na Europa e partindo das peculiaridades do nacionalismo brasileiro, diz Schröder não existir espaço para um direito das minorias, que reconhecesse o valor específico do “Volkstum” que, entre os povos americanos de modo algum existia. Era o fato do nascimento dentro dos limites do Estado que determinava a cidadania (o *jus soli*), sem consideração pela origem e descendência (o *jus sanguinis*). Assim, o nacionalismo brasileiro era nativista, defendendo-se contra o estrangeiro, contra os que vinham de fora e queriam cultivar suas tradições. Por isso, a língua adquiria um especial significado. Ela não era um sinal de distinção dos povos. No Brasil, ela não era a língua do povo – já que não existia um povo – mas era a língua do Estado. Ela não era o meio que mantinha vivo um rico passado, mas um meio, dentro dos limites de um Estado, para juntar as diferentes partes num todo novo.

Se usar a língua do país era visto como sinal de adesão ao Estado, a manutenção da língua dos ascendentes pelos nascidos na terra era visto como uma traição.

Era evidente que este nacionalismo atingia escolas ditas “alemãs” e a Igreja Evangélica de Confissão Luterana, cujos atos litúrgicos eram praticados em alemão.

O que preocupava Schröder era o perigo, especialmente para a juventude, que representava a perda da língua alemã e do “ser alemão”.

Portanto, o “Volkstum” alemão confrontava-se com o nacionalismo brasileiro. E, subjacente a esta questão candente, estava a de uma identidade étnica. Se identidades “são construções sociais formuladas a partir de diferenças reais ou inventadas que funcionam como sinais diacríticos, isto é, sinais que conferem uma marca de distinção”¹⁵, estes sinais diacríticos contribuíram para alimentar o chamado “perigo alemão”¹⁶.

A formulação de uma identidade étnica por parte de alemães é preocupação acadêmica do Prof. Dr. Helmuth Ricardo Krüger, externada em diversos trabalhos¹⁷. Parte da noção de identidade que ele baseia em crenças

[...] que vão sendo obtidas através de múltiplas e diversas experiências pessoais, especialmente das que vão se realizando ao longo da socialização. [...] Experiências particulares e processos sociais

¹³ SCHRÖDER, Ferdinand. “Der Deutsche in seinem Verhältnis zum brasilianischen Staat und Volk”. In *Brasilien und Wittenberg. Ursprung und Gestaltung deutschen evangelischen Kirchentums in Brasilien*. Cap. 6 d. Berlin u. Leipzig, Verlag Walter de Gruyter & Co., 1936. O livro foi, pois, editado quando o nacional-socialismo já estava no poder na Alemanha.

¹⁴ Vide OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

¹⁵ OLIVEN, Ruben. “A atualidade da questão regional”. In *Revista de Ciências Sociais do IFCH/UFRGS*, v. 2, n. 1, 1988.

¹⁶ GERTZ, René. *O Perigo Alemão*. Coleção Síntese Rio-Grandense, n. 5, Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1991.

¹⁷ Professor Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro, é Doutor em Psicologia e Filosofia. Valho-me, aqui, do artigo *Notas sobre a identidade teuto-brasileira*, publicado nos Anais do Colóquio sobre os 150 Anos da Colonização Alemã em Petrópolis. Petrópolis: Instituto Histórico de Petrópolis/Universidade Católica de Petrópolis, julho de 1995.

são analisados a partir das representações simbólicas ou crenças que as pessoas e os grupos humanos adotam.

Por isto defende “a cooperação mútua entre psicólogos e historiadores”. Diz ele:

[...] o objeto da História tem sua base em fatos sociais, e estes são produzidos por pessoas, mediante atos individuais e ações coletivas. Por esta razão, entende-se que a identidade étnica, além de outros sistemas de crenças, como ideologias e utopias, possam iniciar e sustentar condutas que influem no rumo dos processos históricos. [...] Em particular, tendo em vista a identidade étnica, a relação entre condutas individuais e fatos que se candidatam a ser históricos é compreensível, de vez que este tipo de identidade influi na escala de valores e, por conseguinte, na visão de mundo de cada pessoa que a tenha desenvolvido, habilitando-a à participação mais conseqüente em processos sociais.

Resgata a heterogeneidade dos imigrantes alemães, considerando “três grandes fatores na análise do processo de absorção desses contingentes humanos: a procedência, a data de chegada ao Brasil e as causas determinantes de sua saída da Europa”. Chama, pois, a atenção para generalizações tão comuns na historiografia, que comprometem “a validade da pesquisa que venha a ser conduzida sobre a imigração alemã”.

O Professor observa, ainda, que a “legítima identidade étnica só é realmente alcançada mediante o domínio da língua correspondente; e isto porque qualquer cultura encontra aí, na língua natural, sua essencialidade”.

Participando dos “**processos de aculturação e transculturação**”, a recepção de influências distintas faz com que famílias alemãs sejam portadoras de uma “identidade étnica mista, pois comporta, de um lado, crenças sobre a cultura original, mas modificada ao longo das experiências brasileiras, especialmente na língua, na moral e nos costumes e, de outro, crenças acerca das condições imediatas de vida”.

Se Krüger é adepto de um exercício de inter (ou trans)disciplinaridade entre Psicologia e História, Sérgio Bairon Blanco Sant’Ana trabalha com a “psicanálise cultural que pode possibilitar uma exploração da psicanálise enquanto uma teoria da linguagem”. Como uma exceção na produção do conhecimento histórico, faz uma História Palinódica¹⁸, explorando textos e autores que desdizem o que foi dito antes sobre a mesma temática.

Numa análise extremamente crítica da historiografia produzida sobre imigração alemã no Sul do Brasil, diz ele:

[...] com exceção de Günter Weimer, Walter Koch e outros poucos que pesquisaram, de alguma forma, a cultura regional alemã do Sul do Brasil, a grande maioria da bibliografia, refere-se à Alemanha de modo a tratá-la como uma única representação cultural.

Critica, pois, generalizações tão comuns, especialmente na historiografia dita tradicional, mas, conforme a minha leitura, também incorre numa generalização – que tem que ser questionada – quando, por exemplo, afirma que “reconstruir a pátria-mãe tornou-se o principal objetivo dos descendentes dos imigrantes”.

O autor recupera o positivismo comteano, o darwinismo social e o evolucionismo de Spencer (recorrentes no século XIX) que “assumiram uma importante posição na interpretação político-cultural ocidental, inclusive junto da ‘intelligentsia’ brasileira”. E:

[...] se por um lado, o positivismo-darwinista-social trouxe problemas teóricos para a intelectualidade brasileira frente à questão da mestiçagem e da problemática da identidade nacional; por outro lado, deu guarida ao desenvolvimento do fantasma da raça-ariana-alemã, tão fortemente encontra-

¹⁸ Consulte-se sua tese de doutoramento “A História Palinódica”, defendida no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP em 1991. Como, por decisão do autor, a tese não pode ser reproduzida, ela só pode ser consultada no Arquivo da FFLCH/USP. Uso, aqui, o artigo de sua autoria “O fantasma da unidade cultural na metáfora palinódica do Brasileiro alemão”. In *Revista História*, do Departamento de História da citada Faculdade, ns. 129-131, de ago/dez 1993 a ago/dez 1994, pp. 19-30.

do ainda na década de 1930 no Brasil. O ideal nacional é, na verdade, uma utopia a ser realizada no futuro, ou seja, no processo de branqueamento da sociedade brasileira.

Coerente com seu referencial teórico, Sérgio Bairon Blanco Sant'Ana conclui o artigo afirmando:

Chegamos assim, à compreensão que aponta a epopéia da colonização como presença denegada de significações esquecidas e recalçadas. Colônia Alemã significa, acima de tudo, uma colonização imaginária, levada a efeito pelos mais variados discursos germanistas e nacionalistas brasileiros. Colônia Alemã é, essencialmente, discurso.

Questões correlatas como as da nacionalidade (Volkstum), identidade étnica e germanidade (Deutschtum) apontam, de imediato, para os estudos e as análises de Giralda Seyferth¹⁹. Conforme a autora:

Volkstum expressa a etnia de um indivíduo e não diz respeito ao seu local de nascimento. É a ascendência (sangue), a cultura e a língua de um indivíduo. É a essência de um povo ou raça. Deutschtum é a Volkstum alemã, germanismo ou germanidade, a essência da Alemanha, representando o mundo teutônico. Deutschtum engloba a língua, a cultura, o Geist (espírito) alemão, a lealdade à Alemanha, enfim, tudo que está relacionado com ela, mas como nação e não como estado. Representa a solidariedade cultural e racial do povo alemão. Na tradição popular alemã do século XIX, os dois termos representam a cultura popular germânica que fez com que os alemães tivessem consciência de uma grande fraternidade alemã a exemplo dos primitivos germanos; Volkstum e Deutschtum, portanto, trazem consigo a idéia de que a nacionalidade é herdada, produto de um desenvolvimento físico, espiritual e moral: um alemão é sempre alemão, ainda que tenha nascido em outro país. Nesse sentido, nacionalidade e cidadania não se misturam e não se complementam. A nação é considerada fenômeno étnico-cultural e, por essa razão, não depende de fronteiras; a nacionalidade significa a vinculação a um povo ou raça e não a um estado. A cidadania, sim, liga o indivíduo a um estado e, portanto, expressa a sua identidade política. Mas a cidadania não alemã em nada impede que um descendente de alemães seja fiel à nacionalidade dos seus antepassados que herdou.²⁰

Tanto o Volkstum como o Deutschtum foram fatores considerados perturbadores do processo de formação da identidade nacional brasileira.

Vistos e tidos como um grupo minoritário, de natureza étnica, os alemães foram “privilegiados como colonos, considerados agricultores bons e disciplinados” no contexto da implantação do sistema de colonização no Sul do Brasil.

Conforme Seyferth (1995), na “formação da identidade de um país, dois conceitos são relevantes: nacionalismo e etnicidade”. Ora, ao serem formuladas, entre alemães, identidades baseadas na noção de pertencimento a um grupo étnico, a noção de etnicidade subjacente, confrontou-se com o nacionalismo formulado pelas elites dirigentes brasileiras. Os alemães, antes privilegiados como colonos, passam a ser criticados pela manutenção de sua “distintividade étnica” que contrariava os princípios de assimilação que nortearam a formação da nação brasileira. A assimilação estava articulada com o branqueamento do país, incluído que estava nos argumentos pró-imigração européia.

Como afirma Seyferth:

¹⁹ Leia-se, da autora, entre outros textos: *Nacionalismo e identidade étnica*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

_____. “A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica”. In *Alemães no Sul do Brasil*, ob. cit., pp. 11-27.

_____. “Racismo e identidade nacional: paradoxos e utopias”. In *Revista Ciência Hoje*, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, vol. 19, n. 109, maio de 1995, pp. 41-44.

_____. “Identidade Nacional, Diferenças Regionais, Integração Étnica e a Questão Imigratória no Brasil”. In *Região e Nação na América Latina* (org. George de Cerqueira Leite Zarur). Brasília: Ed. da UnB/São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000, pp. 81-109.

²⁰ SEYFERTH apud RAMBO, Arthur Blásio. “Nacionalidade e Cidadania”. In *Alemães no Sul do Brasil*, ob. cit., pp. 43-53.

O ideal de nação implícito na idéia do branqueamento da raça como base para a formação de um povo brasileiro contém um paradoxo: imaginou-se um processo de depuração racial, no qual os imigrantes tinham papel de branquear aquela “população inferior” – que deveria ser superada, pelo menos fenotipicamente –, a qual, por sua vez, tinha a tarefa de abrigar-los, isto é, torna-los nacionais de fato.

Portanto, com toda a razão, a autora lembra que “o debate em torno do imigrante ideal mostra como o eixo da discussão muda para a questão racial quando está em jogo uma concepção unificada da nação”. E mais:

Na prática, o ideal de branqueamento esbarrava na diversidade étnica, cultural, racial e regional. No contexto de formação de identidades étnicas fundamentadas em diferenças sócio-culturais que, em alguns planos da vida social, separavam os imigrantes e seus descendentes da sociedade brasileira, os alemães se tornaram um caso típico de fechamento étnico e de ameaça à integridade da nação por sua recusa ao ‘caldeamento’, ou seja, em misturar-se.

No texto que integra a obra “Os alemães no Sul do Brasil”, o objetivo de Giralda Seyferth foi analisar – a partir de uma “concepção de etnicidade ancorada no ideário da colonização” – como, historicamente, “foi constituída a categoria de identidade teuto-brasileira: O processo de colonização se tornou símbolo da etnicidade e modelo contrastante em relação à sociedade brasileira mais ampla”.

Construiu-se uma imagem do imigrante alemão que dignifica o trabalho – por “oposição a brasileiros estereotipados” – o que remete a uma “apropriação simbólica da história da Colonização”. É a “cultura da colonização” que mais conta “no plano de afirmação da etnicidade”. Se a identidade étnica tem como base uma “cultura alemã”, a minha leitura das interpretações feitas pelos autores citados é no sentido de enfatizar que ela – cultura alemã – sofreu alterações devidas aos 180 anos de uma “história comum no Brasil”. Deve-se, pois, pensar em uma “interculturalidade”²¹.

Mas, também é bom não esquecer que “aspirações pluralistas externalizadas” por quem estava empenhado na “formalização de identidades étnicas” foram condenadas pelo “discurso imigrantista do nacionalismo brasileiro”. Por isto, observações feitas por Giralda Seyferth (2000) podem e devem servir para profundas reflexões quando se interpreta momentos da imigração alemã no Brasil:

As preocupações com a unidade cultural, racial e territorial da nação – incluindo-se aí os desequilíbrios regionais pensados em termos da desigualdade das raças – redundaram num processo forçado de nacionalização que considerou ilegítimas as diferenças étnico-culturais. Finalmente, a repressão aos grupos étnicos resultantes da imigração durante o Estado Novo, paradoxalmente, partiu do princípio do não reconhecimento de minorias e identidades duplas que evocassem o *jus sanguinis* e a cultura de outros nacionalismos – porque consideradas ameaças à integridade do Estado-nação –, mas transformou em minorias de fato aqueles grupos com etnicidades mais marcadas, ao cercear suas liberdades e seus direitos de cidadania.

E, com essas observações, concluo a minha fala.

²¹ Neste sentido são instigantes (e importantes) as observações feitas por Marcos Justo Tramontini no artigo “Identidade relacional: uma abordagem sobre a construção da identidade étnica dos imigrantes alemães no Brasil”. In *As sombras do carvalho*. (org. Antonio Sidekum), São Leopoldo: Nova Harmonia, 2004.

LEITURAS E INTERPRETAÇÕES DA IMIGRAÇÃO NO PLANALTO RIOGRANDENSE

Paulo A. Zarth

A história do que entendemos por colonização e imigração européia no Rio Grande do Sul pode ser compreendida de forma mais ampla se a relacionarmos com a história dos outros habitantes e não como um processo isolado e distinto. Com base nesta concepção, este texto destaca a imigração européia no Planalto rio-grandense em sua relação com os habitantes que ocuparam o território anteriormente. Em relação aos imigrantes europeus, deve-se destacar que no planalto adotou-se uma política oficial de criação de colônias mistas, para evitar “quistos étnicos”, dando origem a uma colonização com imigrantes de diversos locais do mundo.

Uma nova bibliografia regional sobre a imigração, numa perspectiva de relacionamento com os diversos grupos sociais e culturais que habitam esta região vem sendo construída nos últimos anos nos cursos de pós-graduação em História - da Universidade de Passo Fundo, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Esta nova produção acadêmica já é suficientemente importante para merecer um estudo historiográfico. É uma tarefa para ser feita por alguém que se disponha a reunir todas as dissertações e teses produzidas nos últimos anos nos citados programas de pós-graduação.

Até recentemente, boa parte da história regional do planalto era construída por historiadores diletantes, sem grandes preocupações acadêmicas. Devemos reconhecer que esta bibliografia tem importância na medida em que reuniu fontes e trouxe um conjunto de informações úteis para a história das comunidades locais.¹

Uma característica desta antiga bibliografia é uma determinada visão comum sobre a imigração e a colonização e que vem sendo questionada pelas novas pesquisas. O roteiro metodológico utilizado por esta bibliografia tem forte influência de algumas obras clássicas que tratam desta região, conforme abordaremos a seguir:

1. Região isolada

A primeira imagem construída pela bibliografia sobre o planalto é de uma região atrasada e selvagem. Tal visão é decorrente, em parte, das observações dos viajantes tradicionais do século XIX que simplesmente ignoraram este território. Tomamos como exemplo Arsene Isabelle, que na década de 1830 escreveu que esta região era pobre e subpovoada, motivo provável de não a ter visitado. Joseph Love, brasileiro dos anos 1970, citaria aquele viajante para dizer que a serra permanecia subdesenvolvida até o final do século XIX.

2. Pioneirismo

Outra leitura fundamental foi construída por autores do século XX como Jean Roche e Leo Waibel, que partindo do conceito de **zona pioneira**, consideram a região importante apenas após a colonização, iniciada oficialmente com a fundação de diversas colônias no final do século XIX. Estes dois autores clássicos são responsáveis por uma das mais difundidas leituras da história da colonização do Planalto. Suas obras são minuciosas e ricas em relação aos imigrantes,

¹ Sobre os historiadores diletantes, ver MACHADO, Ironita Policarpo. cultura historiográfica regional e identidade. Uma possibilidade de análise. Passo Fundo . Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em história da Universidade de Passo Fundo. 2000.

mas desconsideram ou minimizam a história dos habitantes anteriores que formam a sociedade regional. A ênfase desta bibliografia é na colonização como progresso e desenvolvimento e considera a população pré-colonização como isolada e atrasada, seguindo uma leitura amplamente difundida para o conjunto do Brasil.

Jean Roche, por exemplo, ao se referir ao Planalto, escreve:

“Essas colônias oficiais, essencialmente agrícolas, foram abertas em nova zona pioneira, mas convém ressaltar o papel da administração, que não se contentou com fundar estabelecimentos. Interveio durante toda a fase de exploração, na gestão e no equipamento delas, dotando-as de uma rede de comunicações internas, de um conjunto de edifícios públicos e de escolas, assim como de um cadastro bem em ordem; tudo isso traduz, pois, um esforço superior ao que desprenderam os outros Estados do Brasil. Teve de resolver, também, o problema da instalação legal dos **intrusos**, que haviam precedido a divisão das terras públicas e se estabelecido aqui e acolá, nas zonas colonizadas²

Percebe-se nesta citação a referência aos “intrusos”. Trata-se dos antigos habitantes que passam a ser considerados invasores a partir da colonização.

Esta bela descrição de Leo Waibel sobre uma zona pioneira certamente tem muita influência nas leituras das diversas colônias do Planalto:

“De uma zona pioneira em geral, só falamos quando, subitamente, por uma causa qualquer a expansão da agricultura se acelera, quando uma espécie de febre toma a população das imediações mais ou menos próximas e se inicia o fluxo de uma forte corrente humana (...) então os preços das terras elevam-se vertiginosamente, as matas são derrubadas, casas e ruas são construídas, povoados e cidades saltam da terra quase da noite para o dia e um espírito de arrojo e de otimismo invade toda a população”.³

Nesta leitura, o Planalto também é considerado a partir da colonização, conforme esta observação de Waibel: “Uma segunda zona pioneira se desenvolveu a partir de 1890 no planalto ocidental do Rio Grande do Sul. Lá foi a construção da estrada de ferro de Porto Alegre a São Paulo, atravessando o Paraná, que tornou possível a colonização desta região remota”⁴.

Esta concepção de colonização reproduz a visão dos grupos dominantes da região que, mesmo não sendo colonos imigrantes, colaboraram na construção de uma imagem positiva e apologética do imigrante em detrimento dos camponeses nacionais, indígenas e afro-brasileiros, apresentados de forma negativa. É importante considerarmos a posição política destes grupos dominantes, ligados ao latifúndio pastoril, em relação aos colonos:

Em 1850 a Câmara Municipal de Cruz Alta, município sede da região, em resposta a um inquérito do governo da província sobre terras devolutas para colonizar, descreve detalhadamente e oferece uma imensa área de florestas disponíveis para receber colonos.⁵

Na mesma época, a Câmara Municipal de Bagé, no sul da província, informava ao governo provincial que “crê esta câmara não haver lugares onde se possa estabelecer colônias, sem prejudicar os actuaes habitantes...”⁶ A população de Bagé segundo dados de 1846 era de apenas 2.296 habitantes livres e 1208 escravos.⁷ Mesmo com os prováveis erros de estatística, a população local era muito pequena em relação ao imenso território do município.

Esta postura diferente das duas câmaras municipais é explicada pela abundância de florestas no Planalto, áreas não ocupadas pelos estancieiros e consideradas impróprias para criação extensiva de gado.

² ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre : Globo, 1969. p. 219

³ WAIBEL, Leo. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro, IBGE, 1979. p. 282

⁴ Waibel. Op cit p. 282

⁵ Correspondência da câmara municipal de Cruz Alta. 1850. Arquivo Histórico do RS.

⁶ Correspondência da câmara municipal de Bagé. 1847. Arquivo Histórico do RS.

⁷ FEE. - FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. Censo 1803-1950. Porto Alegre, 1981, p. 59/61. p 59

3. Campos e florestas

A dicotomia entre campo e floresta é uma leitura importante para a interpretação da colonização. O geógrafo Nilo Bernardes demonstra claramente a co-relação entre florestas, colonização e densidade demográfica das áreas florestais no estado do Rio Grande do Sul. Sem ser determinista, este autor considera que o processo de ocupação do território está estreitamente ligado às condições naturais da vegetação. O grupo pastoril sempre teve a iniciativa de ocupar os campos com cobertura herbácea e deixar de lado as florestas, que seriam efetivamente ocupadas por pequenos agricultores. Em função disto é que nas zonas de campo encontram-se historicamente as grandes propriedades rurais do Rio Grande do Sul. A densidade demográfica dos municípios pastoris, também em função disto, sempre foi bem menor do que a dos municípios tipicamente agrícolas.⁸

4. Colonização e progresso

Os vereadores de Cruz Alta esperaram até a proclamação da república para verem a criação da primeira colônia oficial, Ijuí, que foi saudada com entusiasmo. Os argumentos em favor da imigração apontam para a idéia de progresso com base na produção agrícola e é uma das leituras mais presentes na bibliografia regional. Vejamos este exemplo no texto publicado em 1884 num periódico de Cruz Alta:

“Não será em época muito remota que ela ainda se constituirá em uma das fontes mais ricas de engrandecimento e prosperidade desta região, e pode estar tão próxima essa época que unicamente depende em conseguirmos os prolongamentos das vias férreas do norte e do sul desta província até os pontos principais de nossa região serrana. É pois chegado o tempo de cuidarmos do seu aperfeiçoamento, principiando por estudos experimentais, e pondo em prática todos os melhoramentos nele introduzidos até hoje e usados pelas nações mais adiantadas neste ramo, como por exemplo sucede nos Estados Unidos do Norte América aonde só a agricultura constitui um manancial mais abundante de ouro do que todas as ricas e inesgotáveis minas da Califórnia.”⁹

Com esta visão de desenvolvimento, de progresso, a colonização particular iniciou ainda na década de 90. Neste sentido, a recepção dada ao empresário colonizador Hermann Meyer, em Cruz Alta, é exemplar:

“Quando o trem entrou na estação de Cruz Alta, começou a pipoquear em todos os cantos. Foguetes estouraram e uma banda tocou um dobrado alegre. A plataforma estava literalmente tomada por uma enorme multidão. (...) Em poucos segundo conhecia as mais altas autoridades da cidade. A música silenciou, todos tiraram os chapéus, embora chovesse torrencialmente, eu fui saudado com um solene discurso; no qual me chamaram de distinto explorador, colonizador e amigo da terra ilustríssima do Rio Grande do Sul, atribuindo-me, ainda qualidades e virtudes das quais nem sonhara...”¹⁰

5. Os nacionais

Este entusiasmo pelo imigrante e pela colonização é inversamente proporcional ao agricultor nacional que é tratado nos jornais locais da mesma época de forma explicitamente preconceituosa:

“A indústria agrícola é por enquanto exercida aqui entre nós, em sua quase totalidade, pelo proletariado, e também pela escória das sociedades, que sendo repelida por seus vícios e crimes, vai, como último refúgio, se estabelecer nos matos e terras devolutas, onde tem a certeza de que ninguém o irá incomodar na posse de terras nacionais, de que criminosamente se apropria. Este é o estado a que está reduzida a nossa agricultura. Abençoado país este nosso para os vagabundos.”¹¹

⁸ BERNARDES, Nilo. Bases Geográficas do Povoamento do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí: editora da Unijuí, 1997.

⁹ H. Uflacker. Aurora da Serra. Cruz Alta, 1884. p 99.

¹⁰ FAULHABERSTIFTUNG, Neu-Württemberg: Eine Siedlung Deutscher in Rio Grande do Sul, Brasilien. Stuttgart : Ausland und Heimat Verlag. 1933. p.7

Os argumentos contra os pequenos lavradores nacionais, conhecidos como caboclos ou caipiras, seguem o padrão hostil presente entre os grupos dominantes da sociedade brasileira.¹²

Por outro lado, este problema em relação aos caboclos seria percebido e sensibilizaria algumas autoridades governamentais do Rio Grande do Sul que traçaram alguns planos para o reconhecimento de sua importância social. Carlos Torres Gonçalves parece ter sido um dos principais mentores destes planos, estimulando uma política de proteção aos nacionais¹³. Um exemplo característico é o da Colônia mista Santa Rosa. Criada em 1915, no Noroeste do Rio Grande do Sul, já na fronteira com a Argentina, foi uma das últimas áreas colonizadas e onde a questão dos caboclos tornou-se mais aguda, considerando-se que se fechava a possibilidade de migração para novas áreas. Schallenberger, escrevendo sobre a fundação da colônia aponta para o caráter nacionalista implantado pela administração pública:

“...a disponibilidade de lotes era rara para os colonos descendentes de alemães, italianos e poloneses. Dava-se primazia aos colonos nacionais. A estes estavam reservados os melhores lotes e, ao mesmo tempo, eram beneficiados por privilégios especiais quanto à forma de pagamento dos mesmos. Transparece aí a clara intenção de imprimir um caráter nacionalista à nova colônia”.¹⁴

Estes planos, no entanto, fracassaram pela falta de compreensão da lógica cabocla de uso da terra. O próprio relatório do governo reconhece os efeitos da colonização para os caboclos:

“A criação de cada nova comissão de terras ou a instalação de cada novo núcleo colonial, seguia-se geralmente a retirada gradual da maioria dos nacionais moradores das regiões. Uns retiravam-se alegando a falta de proteção da administração pública, outros por fazerem bom negócio imediatamente transferindo as suas terras, ou simplesmente seus pretendidos ‘direitos de posse’, ao primeiro colono de origem estrangeira que aparecia propondo-se a isto”.¹⁵

A proposta do governo para resolver esta questão foi a venda de lotes para os caboclos em ‘condições facilitadas’, desconsiderando que já ocupavam estas terras. Outra orientação, segundo o relatório do governo, era “estimular-lhes o gosto pelo conforto próprio e da família, isto é, pelas vantagens da vida industrial moderna”. A expectativa era que esta nova mentalidade fosse alcançada com o contato direto com os colonos. Este é um exemplo da falta de compreensão do modo de vida caboclo, com outra relação com a terra. A proposta dos funcionários do governo era transformar o caboclo em um produtor individual para o mercado e consumidor dos produtos industriais urbanos.

O projeto para assentar os caboclos em Santa Rosa parece ter fracassado justamente por querer transformá-los em colonos, mudando-lhes radicalmente o modo de vida e o relacionamento com a terra e com a natureza. E este fracasso foi atribuído aos próprios caboclos, que mais uma vez se viram na condição de migrar para as piores terras da região, numa atitude que revela desconhecimento da história social dos caboclos e suas relações com a terra.¹⁶

¹¹ Uflacker p. 100.

¹² Um estudo recente da relação caboclos e imigrantes: SILVA, Marcio Antônio Both da. Por uma Lógica Camponesa: Caboclos e imigrantes na formação do agro do planalto rio-grandense – 1850-1900. Dissertação apresentada no Curso de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2003

¹³ Sobre os planos de Torres Gonçalves ver: CASSOL, Ernesto. Carlos Torres Gonçalves: Vida, obra, significado. Erechim: Editora São Cristóvão. 2003. e SPONCHIADO, Breno A. O positivismo e a colonização do Norte do Rio Grande do Sul. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em História da PUCRS. Porto Alegre. 2000

¹⁴ SCHALLENBERGER, Ernelo; HARTMANN, Hélio. Novas terras, Novos rumos. Santa Rosa: Barcelos editor. 1981, apud. CHRISTENSEN, Teresa Neumann de Souza. História do Rio Grande do Sul em suas origens missioneiras. Ijuí: Unijui editora. 2001. p. 131

¹⁵ Relatório da comissão de terras e colonização. In: OBRAS PÚBLICAS. Relatório do governo do estado apresentado pelo doutor Ildefonso Soares Pinto, secretário das obras públicas. Item VIII. Porto Alegre, 1917.

¹⁶ Sobre a exclusão dos nacionais é útil a dissertação de OLKOSKI, Wilson. História Agrária do Médio Alto Uruguai – RS: colonização, re apossamento das terras e exclusão. 1900 – 1970. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em História da UNISINOS. 2002

7. Colonização como negócio

A leitura da colonização como um grande negócio imobiliário tende a ser cada vez mais considerada nas novas pesquisas. Balduino Rambo já percebera este movimento com bastante nitidez nas antigas áreas. “A colonização das terras de mato imperiais, repentinamente, mostrou aos proprietários vizinhos o enorme valor da porção silvestre de suas fazendas, até então considerada como um peso morto, domínio das feras e dos bugres”¹⁷.

Retomando a leitura da imigração como um negócio, tomamos o exemplo do empresário Hermann Meyer, sócio de importante editora em Leipzig. Formado em Geografia e Economia, Meyer viera ao Brasil para uma excursão ao Xingu, na Amazônia, da qual participaram alguns teuto-riograndenses que seriam futuros sócios seus no comércio de terras no Rio Grande do Sul. Meyer, através de seus sócios, investiu capital na compra e colonização de terras no Norte do estado, fundando várias colônias com colonos alemães e teuto-riograndense. A principal colônia foi “Neu-Württemberg”, no município de Cruz Alta.

Em 1897, Meyer efetivou sua primeira compra em Palmeira das Missões, adquirindo a posse de Maria Rita do Espírito Santo, com cerca de 1800 hectares, por 15:500\$000 reis. (8\$525 reis por hectare). Nesta área, fundou a colônia “Xingu”. Em 1898, foram compradas as terras para a colônia Neu-Württemberg, a principal da empresa, localizada nas proximidades da ferrovia. Os lotes foram comprados do Estado e de particulares pecuaristas, que haviam incorporado ao seu patrimônio os matos contíguos aos campos nativos.

Para vender os lotes coloniais era necessária muita propaganda e os colonos eram disputados pelas companhias nos navios e nos hotéis de Porto Alegre e Rio Grande. Os lotes de 25 hectares eram oferecidos a preços que iam de 700\$000 réis em Boi Preto e 1:000\$000 réis em Neu Württemberg., ou seja, 28\$000 e 40\$000 réis o hectare, respectivamente (1901). Em 1912, uma colônia já valia entre 2:000\$000 e 3:500\$000 réis – 80\$000 a 140\$000 réis por hectare.¹⁸

As colônias eram vendidas em prestações anuais, o que dava origem a situações difíceis quando as safras agrícolas sofriam intempéries ou adversidades do mercado. Os ânimos dos empresários e dos colonos se acirravam e surgiam conflitos. Apesar das adversidades para a “empresa colonizadora Dr. Hermann Meyer”, que teve no seu início um sócio desonesto e outros problemas de ordem administrativa, os resultados finais foram bastante favoráveis. Durante a primeira guerra mundial, a editora de Meyer na Alemanha sofrera dificuldades em função do conflito e coube à sua empresa rio-grandense salva-lo: “Quem pensaria que o Brasil, minha preocupação de tantos anos viria a ser minha salvação?”¹⁹

Estes exemplos podem ser multiplicados se considerarmos pequenos empresários que loteavam áreas médias e pequenas situadas próximas às grandes colônias.

Este fenômeno ocorreu em todo o Rio Grande do Sul. A partir da Lei de Terras de 1850, que mercantilizou o solo, ocorreu uma forte expansão das colônias particulares. Das 142 colônias alemãs listadas por Ernesto Pellanda, 114 eram particulares e apenas 28 oficiais.²⁰ Em 1921, a superfície colonizada, transformada em pequenas propriedades, era de 34.800 km², conforme informa o Anuário Estatístico daquele ano. Os campos nativos para criação de gado, segundo essa mesma fonte ocupavam 180.000 Km².²¹

A colonização com imigrantes europeus tornou-se um bom negócio para empresários e proprietários que se apossavam de terras de forma fraudulenta, ou legal, e as vendiam aos imigrantes em forma de pequenos lotes coloniais.

¹⁷ RAMBO, Balduino. “A imigração Alemã.” In: BECKER, Klaus (org.). Enciclopédia Rio-grandense. Porto Alegre, Sulina, 1968, Vol. I, p. 88.

¹⁸ FAUSEL, Erich. De Elsenau a Panambi: desenvolvimento da colônia Neu-Württemberg, fundada pelo dr. Hermann Meyer. In: Cinquentenário de Panambi. s/ed. 1949. pp 3/36

¹⁹ FAUSEL, Erich. Op. Cit. P. 36

²⁰ PELLANDA, Ernesto. A Colonização Germânica no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo, 1925, pp. 42-50

²¹ Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Secretaria do Interior, 1921.

8. Os imigrantes e suas diferenças

As investigações sobre a questão dos preconceitos étnicos e conflitos culturais entre os diversos grupos de europeus que povoaram o Rio Grande do Sul ainda não mereceu a devida atenção. Se já conhecemos razoavelmente os preconceitos e os conflitos em relação aos povos indígenas, caboclos e africanos, pouco se escreveu sobre os outros grupos culturais. A tese de doutorado da professora Isabel Gritti, sobre os preconceitos contra os poloneses, inaugura uma nova leitura nesse campo.²²

No caso específico do Planalto, as fontes revelam que os conflitos culturais entre os imigrantes eram evidentes nas primeiras décadas da colonização de Ijuí. O padre polonês Antonio Cuber não esconde seu desprezo pelos alemães em uma publicação de 1898. Queixa-se que a escola edificada no centro da colônia deveria ser para os poloneses, que seriam a maioria, mas “aconteceu, porém de modo diverso. Com métodos próprios dos cavaleiros tectônicos, os alemães conseguiram um professor reconhecido pelas autoridades”.²³ A escola polonesa, com 30 alunos, teve que encerrar suas atividades depois de um ano por falta de professor, lamenta Cuber. Ao mesmo tempo, Cuber denuncia os próprios compatriotas de desinteresse pela educação e a cultura: “no reino e nos antigos territórios poloneses, atualmente usurpados pela Prússia, a língua polonesa não possui direitos civis e é perseguida por razões políticas. Aqui, no entanto, usufruímos toda a liberdade para cultivar a língua pátria; por que não o fazemos?”²⁴

Em relação à cultura histórica, Cuber escreve que “ecoam em nossas florestas canções patrióticas e cada polonês olha com respeito, confiança e esperança um melhor porvir para nossa bandeira. A águia branca polonesa com as armas da Lituânia evoca-nos os nossos antepassados unidos do poder e da glória”²⁵

Cuber relata que no dia sete de setembro, os poloneses hasteavam a bandeira ao lado da brasileira e que numa solenidade em homenagem a independência do Brasil, um brasileiro proferiu estas palavras: “se ainda existem verdadeiros filhos da Polônia, mais cedo ou mais tarde irão retomar o que lhes pertence”. Cuber acrescentou a seguinte observação: “os alemães que se encontravam presentes baixaram as cabeças, enquanto os brasileiros e italianos batiam palmas”.²⁶

9. Resultados econômicos e demográficos

Uma leitura já clássica e altamente positiva da imigração trata da contribuição para o desenvolvimento econômico da região. As estatísticas do início do século XX, poucas décadas após o início dos projetos de colonização, revelam uma grande expansão demográfica e uma forte expansão na produção agrícola com conseqüente expansão econômica com base na pequena propriedade. Os índices regionais indicam que a população triplicou em trinta anos e aumentou em 50% sua participação na população do Rio Grande do Sul. Em relação à agricultura, os dados estatísticos destacam uma posição elevada na produção de produtos para o mercado interno, colaborando significativamente para a solução dos problemas de abastecimento do país. Entre os autores que analisaram este vigoroso crescimento destaca-se Jean Roche.

10. Entre o passado e o futuro

Por fim, cabe considerar uma leitura que ainda precisa ser mais aprofundada e que trata da questão da identidade cultural e nacional dos imigrantes. Os imigrantes europeus e seus descendentes durante muito tempo se viram diante dos dilemas da construção de uma nova identidade no Brasil que os acolheu. De um lado, a influência da cultura do país de origem, de outro a realidade da vida em um país diferente e adotado definitivamente como nova pátria.

²² GRITTI, Isabel Rosa. Imigração e colonização polonesa no Rio Grande do Sul: a emergência do preconceito. Porto Alegre. Tese de doutorado apresentada no programa de pós-graduação em história da PUCRS. 2002.

²³ CUBER, Antônio. *Nas Margens do Uruguai*. Ijuí, Museu Antropológico Diretor Pestana, 1979. P. 16. (Tradução do original em polonês publicado no *Kalendarz Polski*, Porto Alegre, 1898.) p 23

²⁴ Cuber. Op. cit. p 24

²⁵ Cuber. Op cit p 27

²⁶ Cuber. Op cit p 27

Algumas narrativas dos imigrantes mencionam vagamente os motivos da emigração da Europa, mas em geral há silêncio sobre este assunto. Esse silêncio parece ser um esforço para esquecer um passado de pobreza na Europa e enfatizar um grandioso pioneirismo no Rio Grande do Sul.

Tomamos como exemplo dessa narrativa um livreto comemorativo da festa do centenário da imigração alemã, para os alemães da Serra Cadeado, em 1924. O texto inicia se referindo às “obras grandiosas feitas no Sul do Brasil” e informando que 500.000 alemães e descendentes falam a língua alemã e “cultivam suas tradições através das igrejas, escolas, comunidades e imprensa e são um fator importante na vida e na cultura do Estado”. A relação com o passado alemão foi materializada com a construção de um monumento “para ficar na memória com palavras do grande poeta alemão Goethe, ali gravadas: aquilo que herdaste de teus pais, debes lutar para ser dono”.²⁷ O próprio texto do documento é indicado claramente como um registro para a história: “... não menos importante para os nossos, a futura geração, é o registro da festa para que saibam do trabalho e da ordem de nosso ser. Queremos guardar para eles nossa história...”²⁸

O relato histórico do livreto é o clássico das colônias, uma breve referência ao local de origem (Hunsrück e Eifel) e datas de chegada no Rio Grande do Sul. Em seguida a descrição da mata selvagem, das dificuldades, da luta para construir a colônia. O trabalho inicial é sempre apresentado como uma luta. Depois vem a fase de ouro, quando “em verdes campos pastam vacas gordas”²⁹

Essa leitura é uma tarefa complexa, pois a integração dos imigrantes na sociedade brasileira tende a diluir ou recriar os elementos culturais dos países de origem. A história manterá viva essa rica diversidade cultural presente no Rio Grande do Sul.

Referências

- ANNUÁRIO Estatístico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Secretaria do Interior, 1921.
- BAGÉ, Correspondência da Câmara Municipal. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. 1847.
- BERNARDES, Nilo. Bases Geográficas do Povoamento do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí: editora da UNIJUÍ, 1997.
- CASSOL, Ernesto. Carlos Torres Gonçalves: Vida, obra, significado. Erechim: Editora São Cristóvão. 2003.
- CHRISTENSEN, Teresa Neumann de Souza. História do Rio Grande do Sul em suas origens missioneiras. Ijuí: Unijui editora. 2001
- CRUZ ALTA. Correspondência da Câmara Municipal. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. 17 Janeiro de 1850.
- CUBER, Antônio. *Nas Margens do Uruguai*. Ijuí, Museu Antropológico Diretor Pestana, 1979. P. 16. (Tradução do original em polonês publicado no *Kalendarz Polshi*, Porto Alegre, 1898.)
- FAULHABERSTIFTUNG. Neu-Württemberg: Eine Siedlung Deutscher in Rio Grande do Sul, Brasilien. Stuttgart: Ausland und Heimat Verlag. 1933.
- FAUSEL, Erich. De Elsenau a Panambi: desenvolvimento da colônia Neu-Württemberg, fundada pelo dr. Hermann Meyer. In: Cinquentenário de Panambi. s/ed. 1949
- FEE. - FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. Censo 1803-1950. Porto Alegre, 1981, p. 59/61
- GRITTI, Isabel Rosa. Imigração e colonização polonesa no Rio Grande do Sul: a emergência do preconceito. Porto Alegre. Tese de doutorado apresentada no programa de pós-graduação em história da PUCRS. 2002.

²⁷ Registro da festa do centenário da primeira imigração alemã no Rio Grande do Sul. 1824-1924. Para os alemães da Serra Cadeado. Escrito e entregue em nome do comitê da festa em 11 -13 de outubro de 1924. Ijuí: Livraria Serrana. 1924. Tradução de Marcos Gerhardt e Miguel Wildner. (Edição dos tradutores, 1996) p. 9.

²⁸ Registro. Op cit p 9

²⁹ Registro. Op. cit p 23

MACHADO, Ironita Policarpo. cultura historiográfica regional e identidade. Uma possibilidade de análise. Passo Fundo . dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em história da Universidade de Passo Fundo. 2000.

OLKOSKI, Wilson. História Agrária do Médio Alto Uruguai – RS: colonização, re-apossamento das terras e exclusão. 1900 – 1970. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em História da UNISINOS. 2002

PELLANDA, Ernesto. A Colonização Germânica no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo, 1925, pp. 42-50

RAMBO, Balduino. “A imigração Alemã.” In: BECKER, Klaus (org.). Enciclopédia Rio-grandense. Porto Alegre, Sulina, 1968, Vol. I, pp. 88.

REGISTRO DA FESTA DO CENTENÁRIO DA PRIMEIRA IMIGRAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL. 1824-1924. Para os alemães da Serra Cadeado. Escrito e entregue em nome do comitê da festa em 11 –13 de outubro de 1924. Ijuí: Livraria Serrana. 1924. Tradução de Marcos Gerhardt e Miguel Wildner. (Edição dos tradutores, 1996)

ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre : Globo, 1969. 2 vol.

SILVA, Marcio Antônio Both da. Por uma Lógica Camponesa: Caboclos e imigrantes na formação do agro do planalto rio-grandense – 1850-1900. Dissertação apresentada no Curso de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2003

SPONCHIADO, Breno A. O positivismo e a colonização do Norte do Rio Grande do Sul. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em História da PUCRS. Porto Alegre. 2000

UFLACKER, H. A indústria agrícola. Jornal Aurora da Serra. Dezembro de 1884.

WAIBEL, Leo. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro, IBGE, 1979.

EMIGRAÇÃO DA ALEMANHA – UM BALANÇO HISTORIOGRÁFICO

Helmut Schmahl

O espaço em que se fala o alemão, na Europa Central, sempre de novo foi ponto de partida para movimentos migratórios na história. Do X^o ao XIX^o século migraram cerca de um quarto de milhão de colonos das regiões mais densamente povoadas do Sacro Império Romano Germânico em direção ao Leste e ao Sudeste, onde fundaram muitas cidades e aldeias ou se inseriram em povoações eslavas já existentes. A peste que atingiu a Europa em 1346 e 1347 pôs um fim abrupto a esse movimento. Digna de nota a migração alemã no continente [europeu] só veio a se tornar novamente no século XVIII. Após a vitória sobre o Reino Otomano, os habsburgos realizaram esforços para repovoar os territórios que recém haviam conquistado na Hungria e nos Bálcãs. Muitos colonos, vindos principalmente do Sudoeste e do Sul da Alemanha seguiram ao chamado de Maria Theresia e de seu filho José II. Outro importante destino dos migrantes alemães foi o reino dos czares russos, em prol do qual a Czarina Katharina, natural da Alemanha, promoveu propaganda sistemática desde 1763. Além disso, Frederico II da Prússia (mais conhecido como Frederico o Grande) assentou incontável número de alemães do Oeste e do Sul em suas províncias orientais, só esparsamente povoadas, liberadas para a agricultura, e em colônias do Baixo Reno.

Em 1863, o primeiro grupo de emigrantes alemães, proveniente de Krefeld – 13 famílias menonitas – chegou à Filadélfia, onde fundou a colônia Germantown. Até à independência dos Estados Unidos da América, cerca de 100.000 a 150.000 alemães migraram para a Pensilvânia e para as demais colônias britânicas do Mesoatlântico. A maioria deles provinha do sudoeste do reino. Foi por isso que no período colonial da América do Norte todos os alemães foram designados de “Palatines”, “Palatinos”, “Pfälzer”. Em meados do século o afluxo era tão intenso que ninguém mais que Benjamin Franklin expressou o temor de que os “Palatinate Boors”, isto é os marotos camponeses palatinos viriam a germanizar, no futuro, a América do Norte, ao invés de assumir a língua inglesa e a maneira de ser inglesa. Isso não veio a acontecer; no entanto, os alemães constituíram, no sudeste da Pensilvânia e nas colônias vizinhas, colônias compactas e bastante homogêneas, nas quais o alemão da Pensilvânia, um dialeto do Palatinado e do sudoeste alemão, misturado com termos suábios, suíços e ingleses, se afirmou como idioma corrente até os primórdios do século XX. Até hoje é falado por cerca de 80.000 pessoas, quase que exclusivamente menonitas conservadores e amish, e é o único idioma de imigrantes que conseguiu se impor nos Estados Unidos da América, ao lado do inglês, por cerca de 250 anos.

Após 1800, a corrente da emigração alemã no continente [europeu] praticamente chegou a seu final. Em troca o grosso dos emigrantes se dirigiu para o além-mar. Até o século XVII só ocasionalmente aventureiros, comerciantes e missionários do âmbito da língua alemã haviam ousado dirigir-se ao hemisfério ocidental. No século XIX, a emigração alemã para o além-mar atingiu proporções de massa. O destino de longe mais importante foram os Estados Unidos, nos quais imensa quantidade de terras estava aberta à colonização em período, no qual a Alemanha se encontrava mergulhada em crise agrária, sentida especialmente em virtude da grande explosão demográfica. Cerca de quatro milhões de alemães fixaram-se nos Estados Unidos ao longo do século XIX. Na década entre 1845 e 1855, bem como nos primeiros anos da década de 1880, a emigração atingiu cifras especialmente altas. A maioria dos alemães fixou-se nos estados do Atlântico norte bem como nas novas áreas do meio oeste. Essas regiões correspondiam em termos climáticos mais ou menos às condições alemãs, mesmo que o verão e o inverno muitas

vezes alcancem maiores extremos. No campo e nas cidades, como Nova Iorque, Cincinnati, Saint Louis e Milwaukee, criaram áreas de colonização própria, nas quais preservaram seu idioma, muitas vezes por mais de duas gerações, ao lado do inglês. Tendiam também – assim como outros imigrantes não-ingleses – a casar no seio do próprio grupo. Muitas profissões eram consideradas alemãs, como a arte de produzir cerveja; além disso eram prestigiados como agricultores perseverantes que se dedicavam mais à cultura das matas e à adubação do solo do que os anglo-americanos que em pouco tempo exauriam o solo com o contínuo plantio de trigo. No sul dos Estados Unidos eram raros os imigrantes alemães, o que deve ser creditado às condições climáticas pouco favoráveis a imigrantes europeus e à economia baseada nas plantações. Só os encontramos em número mais expressivo no Texas e em New Orleans. Quando a industrialização passou a fazer rápidos progressos na Alemanha do final do século XIX, a emigração para os EEUU quase paralisou por volta de 1900. No século vinte houve novamente algumas ondas emigratórias para os EEUU, que no entanto foram, numericamente, bastante mais fracas. Todas coincidem com os anos de inflação após a Primeira Guerra Mundial, com a era do nacional-socialismo (perseguidos por razões raciais e políticas), bem como com o período posterior à Segunda Guerra Mundial (contexto no qual outros países do além-mar, como o Canadá, Argentina, Brasil e Austrália, fizeram a mesma experiência).

Como já dito, a motivação para a emigração para a América do Norte foi, na maioria das vezes, de natureza econômica. Ocasionalmente, motivações políticas tiveram seu papel, especialmente após as fracassadas revoluções de 1848/49; razões de ordem religiosa só poucas vezes tiveram preponderância. Via de regra estava-se bem informado na Alemanha sobre as condições a serem encontradas. Jornais e revistas buscavam satisfazer a curiosidade. De maior importância para a decisão de emigrar foram, no entanto, as cartas, escritas por emigrantes a amigos e parentes da velha pátria. Suas afirmações, geralmente, eram merecedoras de maior crédito, pois a credibilidade dos remetentes das cartas podia ser melhor aquilatada do que a de autores de livros e de artigos de jornais.

A emigração alemã para a América do Sul perfazia apenas pequena porção do êxodo transatlântico do século XIX, que conduzia 90% para os EEUU. A partir de seus números pode parecer pouco significativa, a partir de sua “influência qualitativa para o subcontinente” (Bade, p. 197) ela, “no entanto foi considerável”. Fundamentalmente, pode-se dizer que a emigração para a América do Sul só teve “importância” em determinadas épocas, isto é, quando os Estados, Províncias, Sociedades de Comércio e particulares faziam propaganda e, ao mesmo tempo, a América do Norte, em razão de uma recessão econômica ou em decorrência da guerra civil não era atraente, como aconteceu nos anos em torno de 1860.

Já desde o século XVII sempre de novo alemães chegaram à América Latina; entre eles encontramos oficiais e soldados que participaram, no início do século XIX, como legionários, no exército de Bolívar, da libertação da América Latina do domínio colonial espanhol. Após as guerras de independência, muitos estados latino-americanos propiciaram ativa política imigratória, que atraiu outros tantos alemães. Em rápidos traços, a imigração alemã para a América Latina pode ser dividida em cinco fases, a partir dos primórdios do século XIX.

1. No começo encontramos onda imigratória para o Brasil, provocada pela crise da fome de 1816/17, prolongada até meados da década de 1820. Neste período quase não ocorreram emigrações para o além-mar que tivessem outro destino. Foi somente após 1830 que a imigração nos EEUU teve crescimento considerável.
2. Uma segunda onda imigratória abrangeu a América Latina desde meados da década de 1840, especialmente porém de 1851-1859 como consequência tardia da crise agrária europeia de 1846/47. Na década de 1850 quase 23.000 alemães emigraram para a América Latina. A seguir, a economia alemã se recuperou, os números da emigração retrocederam consideravelmente.

3. Uma terceira, longa, fase teve início por volta de 1866 e se estendeu até 1900, quando a Alemanha atingiu o estágio de alta industrialização (e quando a migração interna na Alemanha substituiu a emigração para o além-mar). Nos anos de 1885 e 1894 foram registrados 16.214 respectivamente 17.051 emigrantes alemães para a América Latina. Depois, às vésperas da Primeira Guerra Mundial, puderam ser constatados números mais expressivos.
4. Uma quarta onda emigratória significativa para a América Latina coincidiu com os anos de crise após a Primeira Guerra Mundial. Entre 1920 e 1924 foram contados 86.000 emigrantes, pessoas empobrecidas ou sem trabalho ou que pretendiam investir seu capital em países que não haviam sido atingidos pela guerra. Seu número foi quase tão expressivo quanto o dos emigrados para a América Latina entre 1850 e a Primeira Guerra Mundial. As razões para a popularidade da América do Sul nestes anos devem ser procuradas especialmente no forte crescimento da economia na Argentina e no Brasil, países que faziam propaganda ativa na busca por imigrantes. Importância teve também a crescente política restritiva a emigrantes, desenvolvida pelos EEUU.
5. No período do Terceiro Reich entre 75.000-90.000 pessoas emigraram para a América Latina, atingidas por perseguição racial ou política.

Alvos clássicos da emigração alemã para a América do Sul foram o Brasil e a Argentina, em menor proporção o Uruguai e o Chile. O Brasil era o alvo mais antigo e popular , enquanto que o Chile e a Argentina passaram a ser freqüentados apenas desde as décadas de 1840 e 1850, respectivamente. Em termos numéricos a emigração alemã para a América Latina quase não pesa. Nos anos de 1854 a 1924 perfaz escassos 3% do total da imigração (os maiores contingentes são formados por italianos com 38%, seguidos dos espanhóis com 28% e dos portugueses com 11%); bem maior foi, contudo, sua importância para o desenvolvimento dos países de destino. Imigrantes alemães fundaram no Brasil, quando da independência do país de Portugal, as primeiras colônias de imigrantes, especialmente nas províncias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. O imperador do Brasil concedeu-lhes terras e privilégios especiais. Com a criação de uma classe média agrícola-artesanal, o Brasil tinha objetivos econômicos e sociais: ao lado da oligarquia latifundiária tradicional, baseada no trabalho escravo, na agricultura extensiva e na exportação, passou a existir agricultura intensiva, baseada em trabalho livre. Buscou-se evitar conflitos, localizando os colonos na mata virgem até aqui não cultivada, distante das plantações [dos latifúndios]. Além disso, as colônias foram importantes para o suprimento das aldeias e cidades que se desenvolviam; do mesmo modo representavam tampão em relação à população indígena e os países vizinhos.

Os imigrantes do Brasil, não raro, tiveram que superar grandes obstáculos. As promessas, que o Major Schäffer e outros agentes de emigração haviam feito, muitas vezes não foram cumpridas e o auxílio financeiro inicial prometido muitas vezes foi miserável ou não chegou a se concretizar. Deste modo, a continuidade das colônias dependeu essencialmente do idealismo ou da capacidade de desprendimento dos colonos. O procedimento muitas vezes dúbio dos propagandistas levou a que, na Prússia, fosse publicado o “Rescrito de von der Heydt” que proibia para o futuro a propaganda (não a emigração!) em prol da América do Sul. Após a fundação do reino Alemão, em 1871, passou a valer para toda a Alemanha e só foi cancelado em 1896.

Jamais surgiu na Alemanha uma “febre brasileira”, apesar dos imensos recursos do Brasil. Para tanto contribuiu uma série de motivos, que já foram parcialmente mencionados: advertências oficiais de parte alemã, mudanças – muitas vezes pouco transparentes – das condições de imigração por parte do Brasil, clima subtropical, incompetência de muitos planejadores, relatos de emigrantes enganados, notícias sobre trabalho duro com pouca liberdade econômica, riscos nas colônias pioneiras, mas também logro de colonos de parte das empresas colonizadoras alemãs e o poder de atração muitas vezes superior dos Estados Unidos.

Grande significado tiveram entre as colônias no Brasil aquelas fundadas por comerciantes alemães, banqueiros, empresários, engenheiros e oficiais. Comerciantes estabeleceram-se em geral nas cidades costeiras, onde realizavam negócios de importação e exportação. Via de regra exportavam produtos agrícolas e matérias primas minerais para a Europa e bens industrializados para o Brasil. Desde o final do século XIX grandes companhias alemãs engajaram-se na área da produção, por exemplo em fábricas, na mineração ou em plantações. Boa parte de seus bens foi confiscado durante a Segunda Guerra Mundial ou submetido a rigoroso controle.

Após este breve panorama da emigração alemã, quero ocupar-me na segunda parte desta conferência com a situação da pesquisa e das publicações relativas à temática.

Existe boa quantidade de literatura relativa à emigração da Alemanha. Por outro lado, ainda está por ser escrita a História da Historiografia da emigração alemã. Hoje só posso fornecer-lhes panorama bruto sobre o desenvolvimento em diversas épocas. No detalhe deveria ser esclarecido:

- Quando surgiram os primeiros estudos sobre a emigração alemã e sobre a situação de emigrantes de fala alemã no além-mar?
- Quais foram as áreas geográficas especialmente abordadas?
- Qual a situação da bibliografia relativa ao Brasil?
- Qual a situação atual da pesquisa relativa à temática “Emigração Alemã”?

O Novo Mundo foi motivo de grande interesse na Alemanha logo após seu descobrimento. Já no século XVI circulavam na Europa os primeiros relatos de viagem e folhetos acerca da terra recém descoberta. Desde o século XVIII publicaram-se na Alemanha, em grande quantidade, relatos de viagem a respeito da América do Norte e do Sul, embora fossem majoritariamente traduções do inglês, francês e espanhol. De especial valor foram os relatos de missionários de língua alemã, pertencentes aos jesuítas e outras ordens, que não raro permaneceram por décadas na América e tinham bom conhecimento do país e da população original. A emigração alemã só foi marginalmente tematizada na literatura anterior a 1800. Exceção constitui a descrição da Pensilvânia feita pelo professor de Württemberg, Gottfried Mittelberger, publicada em 1754. Mittelberger esteve durante alguns anos na colônia e descreveu pormenorizadamente as condições de viagem bem como as condições de vida dos alemães. O livro teve ampla divulgação de parte das autoridades em Württemberg, para demover os súditos, que pensavam em emigrar, de seus objetivos. O número de Relatos de Viagem e dos Conselheiros para Emigrantes, publicados no século XIX, mal pode ser descrito. Especialmente nas décadas de 1840 e 1850, quando o “pauperismo” (empobrecimento das massas) atingiu o seu auge, surgiram muitos memorandos sobre a emigração alemã, que recomendavam diferentes regiões como destino para colonos. A grande maioria dedicava-se aos Estados Unidos, a América do Sul só foi periféricamente tratada, por exemplo nos manuais do produtor de livros de viagem Traugott Bromme.

A talvez mais antiga monografia sobre a História da emigração alemã é da autoria de Franz Löher. Tem por título “Geschichte und Zustände der Deutschen in Amerika” (História e Situação dos Alemães na América) e foi publicada em 1847, em Cincinnati/EEUU; em 1855 teve segunda edição, publicada em Göttingen. Natural de Paderborn, visitou nos primeiros anos da década de 1840, após a conclusão de seu estudo de Direito, os estados Unidos, onde visitou por todo o país colônias alemãs e destacou o significado da imigração alemã para os EEUU (“Enquanto trabalhava [o texto] cresceu em mim a consciência de que os alemães na América têm um destino maior do que serem devorados pelos Yankees e serem adubo dos povos”, Löher, p. i). Em seu prefácio, Löher destacou o ceticismo encontrado entre os cientistas quando de sua empreitada: “debochava-se de uma História dos Alemães na América e pensava-se que seria história camponesa muito chata” (Löher, p. iii).

Obras de caráter geográfico-estatístico sobre o Brasil foram publicadas na Alemanha desde a década de 1820 em quantidade considerável. Especial significado teve a obra de Georg Heinrich von Langsdorff, nascido em 1774, em Wöllstein, nas proximidades de minha cidade

natal, Alzey. O naturalista, médico e diplomata foi encarregado de negócios da Rússia no Brasil, entre 1821 e 1829. Nesta época (1827) surgiu sua obra “Bemerkungen über Brasilien – Mit gewissenhafter Belehrung für Auswandernde” (Observações sobre o Brasil – Com instrução conscienciosa para emigrantes). O Brasil tornou-se popular na Alemanha e na Europa através da ricamente ilustrada obra “Malerische Reise in Brasilien” (Viagem pitoresca no Brasil) do pintor Moritz Rugendas, natural de Augsburg, publicada em 1837. Na segunda metade do século XIX foram publicadas diversas obras sobre viagens ao Brasil, que também se referiam à situação dos alemães naquele país. Exemplarmente, mencione-se aqui o livro “Reisen durch Südamerika” (Viagem pela América do Sul) do suíço Johann Jacob von Tschudi, publicado em Leipzig, entre 1866 e 1869. O autor havia percorrido o Brasil e descreve pormenorizadamente as condições de vida dos alemães, nas colônias por ele visitadas. Importantes informações sobre a imigração no Brasil também podem ser encontradas em jornais e revistas alemãs do período, por exemplo no *Allgemeine Deutsche Auswanderungs-Zeitung* (Jornal Geral da Emigração Alemã), publicado entre 1846 e 1871 em Rudolstadt, na Turíngia, e no semanário *Der deutsche Auswanderer. Zentralblatt der deutschen Auswanderung und Kolonisierung* (O Emigrante Alemão. Folha Central da Emigração e Colonização Alemã), publicada entre 1847 e 1850, em Darmstadt e Frankfurt. Os editores (o líder foi o professor ginasial Künzel) coletava minuciosamente todas as informações, relatos e cartas de emigrantes a que tinha acesso e colocava-os à disposição dos leitores. Por isso, podemos encontrar no ano 1847 do *Deutscher Auswanderer* uma série de artigos intitulada “Die deutschen Colonien in Südbrasilien” (As colônias alemãs no sul do Brasil), na qual é descrito com minúcias o surgimento de Petrópolis e de outras colônias.

Foi somente no final do século XIX que a emigração alemã passou a ser vista pela pesquisa científica. Desde então foram publicadas incontáveis pesquisas relativas à temática. Inicialmente foram especialmente os cientistas econômicos que se ocuparam com a emigração. Os estudos de Eugen von Philippovich (1892), Wilhelm Mönckmeier (1912) e Friedrich Burgdörfer (1930) consideraram especialmente as causas econômicas e sociais da emigração em massa bem como a política emigratória dos estados alemães. A seu lado surgiram – o que viria a se repetir mais tarde – inúmeros livros e artigos sobre as conquistas dos imigrantes alemães no país de destino, que muitas vezes têm caráter compilatório e prescindem de pressupostos teóricos. Muitas vezes estas obras têm caráter de história regional.

Na República de Weimar, o trauma após o Tratado de Versalhes de 1919 provocou maior preocupação com o “Grenz- und Auslanddeutschtum” (germanidade de fronteira e no exterior), especialmente na Geografia, mas também entre muitos historiadores e lingüistas. O professor de geografia de Viena, Albrecht Penck, difundiu sua tese do “deutscher Kultur- und Volksboden” (solo da cultura e do povo alemão), que seria alcançado pelo âmbito da colonização dos pertencentes ao povo alemão e pela conformação alemã da paisagem cultural. Seu objetivo foi a revisão dos territórios alemães entregues em consequência do Tratado de Versalhes. As áreas por ele definidas como “alemãs” iam muito além das fronteiras do império alemão e da Áustria. No geral, nesse período, o peso foi colocado em temas étnicos, geopolíticos e raciais. Nessa época surgiram também obras que, em boa medida, não foram suplantadas, especialmente o livro de Ferdinand Schröder, publicado em 1931, “Die deutsche Auswanderung nach Südbrasilien bis zum Jahre 1859” (A imigração alemã para o sul do Brasil até 1859), traduzido, em 2003, por Martin Dreher para o português.

No período do nacional-socialismo, surgiu uma enxurrada de publicações relativas a temas que se ocupavam com “emigração alemã”. Das obras standard do período nacional-socialista fez parte o livrinho “Was jeder Deutsche vom Grenz- und Auslanddeutschtum wissen muß” (O que cada alemão deve saber a respeito da germanidade de fronteira e do exterior), preparado pelo folclorista Gottfried Fittbogen e que alcançou oito edições até 1937, e a obra rica em fontes, cheia de ricas ilustrações “Auswanderer: Bilder und Skizzen aus der Geschichte der deutschen Auswanderung” (Emigrantes: Imagens e esboços da História da Emigração Alemã) (Leipzig 1937), da lavra de Hermann von Freeden e Georg Smolka.

A pesquisa ideologicamente motivada da emigração alemã durante o período nacional-socialista levou a que, após a Segunda Guerra Mundial, por muito tempo a historiografia alemã considerasse a temática tabu. A situação só foi rompida na década de 1970. Normativo passou a ser o amplo catálogo de exigências formuladas por Frank Thistlethwaite quanto à pesquisa das migrações. Nele estabeleceu, entre outros, estudos limitados sobre os territórios de emigração e destino, pois possibilitariam afirmações generalizantes sobre a essência da migração. As teses de Thistlethwaite encontraram grande aceitação internacional e deram novos impulsos à pesquisa sobre as migrações. Depois de Mack Walkers haver elaborado, em 1964, estudo normativo sobre o pano de fundo e o percurso da emigração em massa de alemães no século XIX, na Alemanha Peter Marschalck considerou pela primeira vez, em 1973, a temática sob perspectiva histórico-populacional e sociológica. Na década seguinte surgiu a área de concentração “sozialhistorische Migrationsforschung” (Pesquisa histórico-social sobre a migração), desenvolvida por Klaus Jürgen Bade. Segundo Bade, todos os processos relacionados a migrações para o além-mar e a migrações internas “devem ser inseridos de tal maneira no contexto interdependente do desenvolvimento de população, economia e sociedade, que a multidimensionalidade e a multicausalidade deste complexo âmbito parcial da realidade social seja compreensível no processo histórico”.

Partindo desta tese surgiram desde então inúmeros estudos de Bade e de outros autores, especialmente na área a leste do rio Elba. Klaus Bade, que atualmente é o mais importante pesquisador das migrações na Alemanha, é diretor do “Instituto para Pesquisa da Migração e Estudos Interculturais” (Institut für Migrationsforschung und Interkulturelle Studien) (IMIS), na Universidade de Osnabrück. O “IMIS ocupa-se com problemas dos movimentos migratórios (migração) e integração na história e nos tempos presentes.” É instituição interdisciplinar que reúne “cientistas da demografia, da pesquisa de mulheres e de gênero, geografia, história, lingüística e literatura, pedagogia, ciência política, psicologia, direito e sociologia” (Homepage IMIS). Como a migração é temática de grande atualidade em decorrência da forte migração para a Alemanha, o acento das pesquisas do IMIS centra-se no século XX e nos tempos presentes. Entre os projetos atuais deparamo-nos com questões como “Migração – etnicidade – multiculturalismo” e “migração e política migratória na Alemanha, Europa e na área atlântica: História e presente”. Não encontrei referências especiais ao Brasil e à América do Sul nas descrições dos projetos e na lista de publicações do Instituto. Do mesmo modo, a emigração alemã para a América do Sul faz parte dos acentos da pesquisa do Ibero-Amerikanisches Institut (Instituto Ibero-Americano) em Berlim, que existe desde 1930.

A emigração alemã para a América Latina até aqui não mereceu nem de longe a atenção dada pelos historiadores alemães à emigração para a América do Norte. Há cem anos, aproximadamente, cientistas alemães se ocupam com a América Latina. O primeiro terço do século XX foi período de intensos contatos entre a Alemanha e a América Latina. Relações comerciais intensas e emigração considerável para a América do Sul após a Primeira Guerra Mundial levou a crescente interesse em informações sobre esta parte do mundo, especialmente entre geógrafos, historiadores e lingüistas. Nesta época (1930) acontece a fundação do Instituto Ibero-Americano em Berlim, até hoje existente. Infelizmente, a emigração alemã para a América do Sul não faz parte dos atuais projetos do Instituto.

Aqui no Brasil, é esta minha impressão, a pesquisa da imigração alemã é atual. Também aqui houve temor – como aconteceu na Alemanha – após a segunda guerra mundial ante o estudo da imigração alemã. É verdade que já em 1955 foi publicado o clássico de Karl Heinrich Oberacker “Der deutsche Beitrag zum Aufbau der brasilianischen Nation”, com três edições até 1978. No entanto, é desde a década de 1970 que surgiu apreciável número de publicações, majoritariamente de autoria de historiadores que atuam nesta universidade (UNISINOS). Entre as primeiras deve ser mencionada a tese de Martin Norberto Dreher “Kirche und Deutschtum in der Entwicklung der Evangelischen Kirche Lutherischen Bekenntnisses in Brasilien” (Igreja e Germanidade. Estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil), caracteristicamente não publicada, então, no Brasil, mas em Göttingen/Alemanha. Penso, por

exemplo, além do clássico de Oberacker, que data da década de 1950, no excelente estudo de Jorge Luiz Cunha, produzido em língua alemã “Rio Grande do Sul und die deutsche Kolonisation” (Rio Grande do Sul e a colonização alemã), do ano de 1994, que abrange o período que vai até a deflagração da Primeira Guerra Mundial, ou nos inúmeros estudos histórico-regionais, em parte com acento genealógico, como a obra de José Antônio Brenner “A Imigração Alemã: A Saga dos Niederauer”, do ano de 1995, para o qual coloquei à disposição minhas pesquisas em arquivos alemães.

Na Europa, a emigração alemã para a América do Sul, não teve lugar de destaque nas últimas décadas. Isso deve ser creditado ao fato de que a emigração numericamente maior para a América do Norte tenha despertado maior interesse entre os historiadores. Também é verdade que conhecimentos lingüísticos deficientes também desempenham um certo papel. Praticamente todo o historiador na Alemanha domina o inglês, enquanto que apenas uma minoria domina o espanhol, para não se falar do português. Também a grande distância até o Brasil foi por muito tempo um fator que impedia historiadores de se ocuparem com a imigração alemã em seu país. Isso, felizmente, se alterou nos últimos anos.

Mesmo assim, surgiram ali desde a década de 1970 uma série de importantes monografias sobre a emigração alemã para o Brasil e para outros países latino-americanos. Em 1979, Hartmut Fröschle publicou a coletânea “Die Deutschen in Lateinamerika – Schicksal und Leistung” (Os alemães na América Latina – Destino e Obra), no qual Karl Heinrich Oberacker e Karl Ilg publicaram detalhado panorama sobre os alemães no Brasil. A importância econômica da imigração alemã no Brasil foi destacada, em 1973, por Dietrich von Delhaes-Günther em sua obra: “Industrialisation in Südbrasilien. Die deutsche Einwanderung und die Anfänge der Industrialisierung in Rio Grande do Sul” (Industrialização no Sul do Brasil. A Imigração Alemã e os Primórdios da Industrialização no Rio Grande do Sul). Jean-Pierre Blancpain ocupou-se com o Chile em seu estudo, publicado em língua francesa em Colônia, em 1974, “Les Allemands au Chili” (Os alemães no Chile). Dez anos mais tarde Gerardo Jorge Ojeda-Ebert publicou “Deutsche Einwanderung und Herausbildung der chilenischen Nation” (Imigração alemã e a formação da nação chilena). Muitos escritos tematizam o período do nacional-socialismo, pesquisado intensivamente na Alemanha. Assim, Patrick von zur Mühlen publicou, em 1988, o estudo “Fluchtziel Lateinamerika: Die deutsche Emigration 1933-1945” (Alvo de fuga: A emigração alemã 1933-1945), que se ocupa com atividades políticas e com a integração sócio-cultural nos países acolhedores.

Permitam-me ao final de minha conferência apontar para uma em minha opinião importante falha na pesquisa sobre a migração que ainda não foi atacada no caso do Brasil. A História da Migração pode ser pesquisada da melhor forma através de uma combinação de perspectiva micro e macro. É necessário que se faça pesquisas estatisticamente orientada para pesquisar o decorrer da migração de diferentes regiões e situá-las no contexto maior. Até agora não temos em quantidade suficiente pesquisas que elucidem detalhadamente processos migratórios em espaços maiores de tempo. O mais importante, contudo, é dedicar-se aos diversos emigrantes e formular questões que foram negligenciadas por seus contemporâneos. Isso só pode ser alcançado, quando nos submetemos à trabalhosa tarefa de perscrutar os autos de emigração, as listas de navios, os censos nos locais de destino e às cartas de emigrantes, muitas vezes difíceis de serem localizadas.

O já citado Frank Thistlethwaite, mencionou, em 1960, em seu catálogo de exigências uma falha na pesquisa que até hoje não foi o suficientemente iluminada: a perspectiva transcontinental do processo migratório. Conclamou os americanos a separar a “salt water curtain inhibiting [American] understanding of European origins” (cortina de sal e água que inibe a compreensão [americana] das origens européias). Ao mesmo tempo, animou os europeus a não perderem de vista o processo de migração e de colonização de seus conterrâneos no além-mar. O resultado foi uma nova perspectiva “from neither the continent of origin nor from the principal country of reception [...] neither of emigrants nor immigrants, but of migrants, and to treat the

process of migration as a complete sequence of experiences.” (nem do continente de origem nem do principal país de recepção [...] nem de emigrantes nem de imigrantes, mas de migrantes, e de lidar com o processo de migração como com uma seqüência completa de experiências). Já em 1939 o alemão Joseph Scheben lamentou que o *próprio* emigrante não estava no centro das considerações.

O apelo de Thistlethwaite para que se observe grupos de pessoas emigrantes desde seu âmbito de origem até o território alvo na América levou à formação de área de pesquisa de reconstrução de migrações concatenadas/encadeadas transatlânticas. A combinação de e- e imigração tem a vantagem de que todas as etapas do processo migratório são iluminadas e que podem ser trabalhadas continuidades e rupturas da experiência de vida de diversas pessoas.

A maioria das pesquisas até aqui feitas ocupa-se com os emigrantes da Escandinávia para a América do Norte. Especialmente integrantes da Escola de Uppsala obtiveram importantes resultados no último quartel do século XX, estudando fontes européias e americanas. São poucos os estudos transatlânticos relativos à região da Europa central. No que tange à América do Sul nenhum estudo se me tornou conhecido, pelo menos no que toca os imigrantes alemães. O motivo para tanto se encontra – além do grande trabalho a ser feito na localização de base suficiente de fontes – na dificuldade de se encontrar o grupo de pessoas que possa permanecer o tempo necessário em região bastante delimitada. Exemplar para a Alemanha é o estudo de Walter D. Kamphoefner “Westfalen in der Neuen Welt”, do ano de 1982 que examina as condições de vida de migrantes alemães antes e após sua emigração para a região de Saint Louis/Missouri. Apresentei o primeiro estudo relativo a um grupo do sudoeste alemão na época da emigração em massa, em 1998, sob o título: “Verpflanzt, aber nicht entwurzelt: Die Auswanderung aus Hessen-Darmstadt nach Wisconsin im 19. Jahrhundert” Transplantado, mas não desenraizado: A emigração de Hessen-Darmstadt para Wisconsin no século 19).

Chego ao final de minha conferência. Como procurei evidenciar, a história da emigração alemã para o Brasil é tudo, menos uma “muito chata história de camponeses”.

LEITURAS E INTERPRETAÇÕES DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO BRASIL

Vania Herédia¹

Os estudos sobre a imigração européia² são muitos e é possível identificar os momentos distintos da produção historiográfica sobre o tema, seja em relação às condições em que ocorreu a imigração européia no Brasil, diante das políticas do governo imperial, seja pelas condições diferenciadas que os estados brasileiros assumiram perante o Programa de Colonização do Brasil. Esses momentos refletem as distintas leituras³ acerca do fenômeno, caracterizados pela importância dada pelo governo imperial ao processo migratório. As intenções de ocupação do Sul do Brasil não foram as mesmas do eixo central e, conseqüentemente, a historiografia produzida acerca do estado paulista se diferenciou das demais. As leituras sobre a imigração italiana no estado de São Paulo se complementam nos estudos realizados, sejam eles históricos, antropológicos, outros ainda de viés sociológico, que contribuíram para a discussão e importância do tema apesar das diversas interpretações. As leituras sobre imigração italiana no Rio Grande do Sul apontam para explicações da construção da identidade cultural a partir das condições enfrentadas pelos imigrantes nos núcleos coloniais, estruturados a partir da pequena propriedade, do regime de trabalho familiar, da ação da Igreja Católica, como elemento de organização e integração da sociedade.

Várias são as matrizes dessas explicações: muitos autores usam a explicação religiosa para justificar a força que a emigração italiana teve no processo de construção da cultura colonial, outros usam a matriz étnica, apontando que o sucesso da colonização italiana aconteceu devido à capacidade de trabalho dos emigrantes e de como usaram a ideologia do trabalho para a mobilidade social; outros usam a matriz econômica, apontando para as necessidades do mercado, a inserção na economia brasileira e na força de trabalho.

Dessa maneira, o estudo está dividido em duas partes, sendo a primeira uma breve contextualização dos estudos acerca da imigração italiana no centro do país e a segunda a tentativa de alinhar elementos de análise acerca da historiografia produzida no RS.

Vários são os estudos sobre a emigração italiana no Brasil: Constantino Ianni,⁴ Michael Hall,⁵ Lucy Maffei Hutter, José de Souza Martins, Eunice Ribeiro, Maria Thereza Schorer Petrone, Pasquale Petrone, José Artur Rios, Zuleika Alvim, Giralda Seyferth. A literatura escrita sobre a imigração italiana no Centro do país está estreitamente ligada ao problema da escravidão e, conseqüentemente, os estados que não tinham expressiva participação de escravos no seu modo de produção, inserem os imigrantes de forma diferenciada.⁶ O Rio Grande do Sul, Santa Catarina,

¹ Professora Titular no Departamento de Sociologia da Universidade de Caxias do Sul.

² Esse estudo nasceu da Cátedra *A presença do humanismo latino na produção científica acerca da emigração européia no Sul do Brasil*, financiada pela Fondazione Cassamarca de Treviso, no ano de 2001-2003, coordenado por Vania Herédia.

³ Para a pesquisa sobre o tema, pode-se utilizar as leituras de obras gerais como é o caso de Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Roberto Simonsen, Manuel Diegues Júnior, Boris Fausto e Emília Viotti da Costa.

⁴ IANNI, Constantino. *Homens sem paz*. Os conflitos e os bastidores da emigração italiana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972. Estudo científico sobre a emigração italiana, resultado de pesquisas realizadas na Itália na década de 50. O autor faz uso de documentos italianos sobre a emigração no Brasil e contextualiza o processo econômico, político e social que a Itália sofre no período da emigração de massa.

⁵ HALL, Michael. *The origin of mass immigration in Brazil (1871-1914)*, trata da formação da Sociedade Central de Imigração do Rio de Janeiro, 1969. Mimeografado.

⁶ LANDO, Aldair; BARROS, Eliane. Capitalismo e colonização: os alemães no Rio Grande do Sul. In: *RS: imigração & colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p.11.

Paraná, Espírito Santo são experiências⁷ diversas às de São Paulo. A experiência de São Paulo tem vínculos estreitos com a crise do sistema escravocrata e a necessidade de braços para a grande lavoura. A monocultura, o latifúndio e a escravidão tinham sido as características básicas da estrutura econômica brasileira, e a abolição da escravatura ameaçava a sustentação desse tripé. José de Souza Martins,⁸ apoiado nas ciências sociais, estuda essa imigração vinculada à crise do Brasil agrário, que é o título de um de seus livros, onde trata da ideologia do trabalho e de como o imigrante foi o agente de diversas transformações da sociedade brasileira, quando valorizou o trabalho manual e criou o estereótipo do imigrante trabalhador, dando significado à ideologia do trabalho. O autor mostra um modelo de sistema de trabalho diferente daquele que o país estava acostumado a utilizar, o trabalho livre, e ressalta o sucesso do mesmo. Ainda na mesma lógica, Lucy Maffei Hutter estuda também a imigração italiana no estado de São Paulo e acompanha a trajetória do processo migratório desde a saída da terra de origem à instalação dos colonos nas fazendas de café ou nos núcleos coloniais. Apresenta as duas correntes em relação à imigração: “uma favorável ao incremento da colonização, por meio da pequena propriedade e outra pelos que encaravam a imigração tendo em vista o interesse imediato, isto é, a obtenção da mão-de-obra para a lavoura de café”.⁹ Maria Thereza S. Petrone, autora de vários estudos sobre a imigração italiana no Brasil, analisa a relação entre abolição e imigração, mostrando os mitos criados em relação aos dois fenômenos e como a historiografia de São Paulo lidou com a questão da imigração. Outra análise importante para a compreensão do fenômeno migratório é a de Eunice Ribeiro que trabalha com a categoria dos imigrantes médios no estado de São Paulo. Preocupada com o processo de integração dos mesmos, na sociedade brasileira, vê as dificuldades enfrentadas para a preservação dos aspectos culturais, como elemento de identidade étnica e a luta para evitar a proletarianização. Trabalha, portanto, o mito da migração como tentativa de ascensão do imigrante no Brasil.

Os estudos enfocam a imigração como solução do problema da mão-de-obra decorrente da crise do sistema escravocrata. A substituição da mão-de-obra escrava para o trabalho livre, na estrutura de produção brasileira, no século XIX, é condição da expansão do sistema capitalista. Os estudos apontam para correntes distintas, ou seja, aqueles que defendiam o trabalho livre na lavoura do café e aqueles que pregavam a instalação da pequena propriedade.

A produção científica brasileira sobre imigração italiana no século XIX tomou corpo nas universidades nos últimos trinta anos, como uma forma de recuperar uma parte de sua história e, ao mesmo tempo, discutir o que representou esse fenômeno social nas regiões onde ocorreu o processo migratório de forma mais intensa e onde os seus efeitos foram indiscutivelmente mais fortes.

Constatou-se, através da tentativa de mapear a produção científica¹⁰ sobre a imigração italiana no Sul do País, que esta cresceu de forma considerável, o que revela a importância que se deu nestas três últimas décadas ao fenômeno. O crescimento de pesquisas nessa temática ocorreu independentemente do questionamento e da reflexão sobre a qualidade desses estudos.

A valorização da cultura italiana, marcada por estudos que representam a mudança da imagem do italiano no Sul do Brasil e do fruto de sua integração nas comunidades que construiu, sem sombra de dúvida ocorreu a partir do ano de 1975.

Em 1975, na comemoração dos cem anos de colonização italiana, foi iniciado um trabalho totalmente inédito, através de alguns de seus pesquisadores, sobre a imigração italiana. Esse

⁷ Ver estudos de Altiva Pilatti Balhana, Adilson Avansi de Abreu, Aurélia Castiglioni, Walter Piazza, Roselys Izabel Correa dos Santos.

⁸ MARTINS, José de Souza. *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973.

⁹ HUTTER, Lucy Maffei. A imigração italiana no Brasil, séculos XIX e XX: dados para a compreensão desse processo. In: DE BONI, Luis Alberto. *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre/EST, 1987. p. 74.

¹⁰ VER DE BONI, Luis Alberto. *Bibliografia sobre imigração italiana no ano de seu centenário*. In: Fórum Ítalo-Brasileiro, I., 1975, Caxias do Sul: UCS/EST. *Anais do I Fórum Ítalo-Brasileiro*, 1975. p.139-145.

GIRON, Loraine Slomp. *Leituras da imigração*. In: *Imigração italiana e estudos italo-brasileiros*. ROSOLI, G. *L'esperienza dell'emigrazione italiana nel Rio Grande do Sul*. p. 94-112.

trabalho tomou tal forma que acabou afetando a mentalidade de várias comunidades quando, ao resgatar seu passado, valorizou sua história e mostrou a riqueza da caminhada de seus pioneiros.

A partir de 1975, uma série de estudos foi publicada, mostrando o percurso dos imigrantes e a necessidade do resgate histórico, econômico e principalmente cultural. Nesse período, muitas obras foram produzidas e começaram a delinear a história da comunidade italiana no Sul do Brasil. Rovílio Costa, Luiz Alberto De Boni, Mário Gardelin, Olívio Manfroi, Arlindo Batistel, Carlos Albino Zagonel, Thales de Azevedo, Vitalina Frosi, Ciro Mioranza, Loraine Slomp Giron foram escritores que deram início a uma trajetória que influenciaria os rumos da comunidade sul-rio-grandense. As obras desse período diziam respeito à imigração italiana, à sua contribuição na construção da região, às paisagens de partida e de chegada, à formação cultural dos emigrantes, às suas zonas de procedência, à influência da língua, às instituições sociais que formaram a bagagem da região colonial através de seus hábitos e costumes.

Em 1975, Rovílio Costa começa um trabalho inédito através do estímulo de publicações acerca da emigração, oportunizando que centenas de obras fossem publicadas. Essas obras, com recorte histórico-antropológico, tinham por objetivo reconstruir a história de comunidades, de famílias, de personagens, possibilitando pelas suas repercussões conhecer os valores atribuídos à colonização agrícola até aquele período.

Naquela data foi publicada a obra *Imigração italiana no Rio Grande do Sul: vida, costumes e tradições*,¹¹ de Rovílio Costa, Irineu Costella, Paulo Salame e Pedro Salame, a qual teve uma forte repercussão na historiografia do Rio Grande do Sul, pela contribuição que trouxe à história antropológico-cultural do estado. Essa obra dá início a uma série de estudos que utilizam o método antropológico-cultural, com o intuito de encontrar as fontes originárias da cultura, para conscientizar as raízes e provocar um intercâmbio entre o imigrante e o Rio Grande do Sul.

Nesse mesmo ano, foi publicada a obra *Imigração italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul*, de Vitalina Frosi e Ciro Mioranza, que tratava dos processos de formação e de evolução da comunidade ítalo-brasileira no Nordeste do estado do Rio Grande do Sul. Essa obra, de caráter geoistórico-etnográfico, recupera fatos históricos que determinaram a criação dos núcleos coloniais na região. Os autores fazem uma análise descritiva dos processos que originaram essas comunidades, correlacionando-as às zonas de procedência, aos processos de estabelecimento dos imigrantes, à formação das comunidades, configurando a essa região de colonização italiana as correntes migratórias internas, a comunicação lingüística da região e seus dialetos.

A importância desse estudo encontra-se na exaustiva pesquisa sobre a proveniência regional dos imigrantes e na constituição dos núcleos coloniais vistos sob os aspectos geográfico, econômico, religioso, étnico e social. A obra contribui para a compreensão dos movimentos internos das correntes migratórias, na busca das fronteiras agrícolas, e apresenta os limites geográficos da Região de Colonização Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul. Dessa forma, a originalidade desse estudo está na apresentação da divisão dos dialetos italianos por regiões da Itália e na formação de grupos étnico-lingüísticos mistos, bem como na explicação da evolução da realidade lingüística do passado e atual.

Outro estudo importante para a compreensão da Imigração Italiana no estado é de Thales de Azevedo que marca a literatura da imigração com *Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*.¹² Sua obra representa “o coroamento e a síntese de uma pesquisa”,¹³ que versa sobre as colônias italianas no extremo Sul do Brasil. Através de uma abordagem antropológica, o autor explicita a saga do imigrante, recuperando o significado social,

¹¹ Essa obra foi premiada com Menção Honrosa pelo Instituto Estadual do Livro, em concurso de monografias sobre a Colonização e Imigração Italiana no estado do Rio Grande do Sul, em 1975. A riqueza dessa obra está nos relatos, que os descendentes de italianos tinham sobre a vida, os costumes e as tradições presentes em suas vidas.

¹² Recebe o primeiro prêmio no concurso de monografias sobre imigração italiana no Certame de Letras “Biênio da Colonização e Imigração 1974/1975”.

¹³ A apresentação da obra *Italianos e gaúchos* foi produzida por Guilhermino César que realça as qualidades do trabalho do autor. Nessa obra, Thales de Azevedo diz que existem poucos estudos monográficos sobre os aspectos que tratam da obra da colonização no Sul do país.

político e econômico do processo de colonização, dando ênfase à ocupação do espaço e ao processo de assimilação sofrido pelos emigrantes na cultura brasileira tradicional. *Italianos e gaúchos* é um ensaio que reconstrói histórica e socialmente os mecanismos utilizados pelos emigrantes para adaptarem seus costumes, seus hábitos, suas crenças e suas regras à cultura brasileira. Thales de Azevedo analisa os diversos aspectos que favoreceram a aculturação dos imigrantes italianos no Brasil e também as dificuldades por eles encontradas. Reflete sobre o papel dos jornais da colônia, escritos em língua italiana e mostra como os colonos viviam em seu mundo particular, sem informações de outros estados e países que pudessem confrontar com a realidade que os circundava. Analisa também o sentimento de italianidade presente na colônia como fruto da homogeneidade cultural, presente na consciência das duas identidades nacionais e políticas, na consciência de ser italiano e, ao mesmo tempo, na vontade de ser brasileiro. Destaca a integração existente entre a Igreja e a Religião e mostra que essas instituições tentam controlar as “agências de socialização como a escola, as associações beneficentes e a imprensa”.¹⁴

Outra publicação que dá início à série “Biênio da Colonização e Imigração” foi a obra *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*, de Olívio Manfroí. Esse autor analisa o comportamento sociocultural dos imigrantes italianos no contexto econômico, político e cultural do Brasil, com ênfase no predomínio da religião católica nas manifestações sociais e culturais dos imigrantes. Essa pesquisa inclui uma análise sobre a política brasileira de colonização e a fundação das colônias européias no RS, enfocando o Brasil e a colonização européia no século XIX, o quadro sociocultural das colônias italianas no Rio Grande do Sul entre 1875 e 1914. Olívio Manfroí trata da religião como fator de integração física e de identidade cultural, mostrando o sucesso da colonização italiana no estado através da contribuição do italiano nas diversas áreas da sociedade e da reconstrução cultural, em terras gaúchas, dos vilarejos italianos.

Em 1979, Luis Alberto De Boni e Rovílio Costa publicaram *Os italianos do Rio Grande do Sul*, com o objetivo de contextualizar a imigração européia no RS. A obra discorre sobre a política brasileira de colonização e inclui na sua análise temas essenciais para entender os italianos no estado. Entre eles, a força da religião, a educação, a economia, o papel da terra, a literatura.

Portanto, as distintas interpretações feitas sobre a cultura do emigrante e as raízes culturais trazidas em sua bagagem, na travessia da sociedade européia para a brasileira, aparecem na historiografia regional marcada por traços bem característicos. Há uma tentativa de dividi-los em quatro grupos: a historiografia regional, a historiografia produzida pela academia, a historiografia produzida por órgãos públicos, responsáveis pela divulgação dos eventos da região e dos produtos dos municípios e a historiografia produzida por estrangeiros. A explicitação dessa divisão está sustentada na descrição dos autores e de suas obras.

a) a **historiografia feita por pesquisadores regionais**: narra os acontecimentos da região de emigração italiana, sob o olhar de suas experiências. A importância desses pesquisadores na produção científica da imigração é fundamental, pois gera uma matriz marcada pelo conhecimento da terra, pela ilustração de acontecimentos históricos trazidos nos documentos originais e pela interpretação desses documentos aliados à experiência e ao conhecimento. Essa matriz inclui João Spadari Adami, Natal Chiarello, Mário Gardelin, Rovílio Costa, Luis Alberto De Boni, Loraine Slomp Giron, Vitalina Frosi, Ciro Mioranza, Sandra Pesavento, Silvino Santin, Pe. Luiz Sponchiado, Heloisa Adélia Eberle Bergamaschi, Maria Conceição Abel Machado, Vania Herédia, Luiza Iotti, Núncia Santoro de Constantino e Gleci Fávero, entre outros.

b) a **produção historiográfica oficial**: está baseada nos álbuns comemorativos que descrevem a região de colonização italiana, num viés econômico, político e cultural e nas publicações produzidas pelos pesquisadores e historiadores dos museus e arquivos históricos. O álbum é relevante do ponto de vista histórico e iconográfico, pois reúne uma documentação sobre a situação dos municípios envolvidos na publicação. Em confronto com outros documentos,

¹⁴ AZEVEDO, Thales, op. cit., p. 218.

constata-se que os álbuns comemorativos tornaram-se fontes preciosas de referência devido à rara documentação preservada. A produção em forma de álbum era um costume na época, para prestigiar a região com uma publicação ilustrativa e elucidativa dos municípios que constituíam a região, seus costumes, suas tradições, crenças, seus manifestos, fruto da colaboração de renomados escritores do estado.

O primeiro álbum publicado foi o da comemoração do Cinquentenário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul, que teve como característica reunir histórias de municípios, histórias de estabelecimentos agrícolas, industriais e comerciais, expoentes da indústria e do comércio, histórias de família e de seus ilustres personagens, com o intuito de comemorar a epopéia da colonização agrícola. A obra, publicada em língua italiana, comprova a união entre italianos e brasileiros, os quais já “estavam historicamente integrados no seio imenso de latinidade pela inextinguível comunidade de origem e de ideais”.¹⁵ A obra do primeiro cinquentenário¹⁶ parte da história dos italianos e da República de Piratini, mostrando como foi a relação dos italianos com a Revolução Farroupilha e a formação da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Lorenzo Cicheo, encarregado de presidir a comissão para organizar essa obra, contou com a colaboração de Mansueto Bernardi, Dom José Barea, Dom Cleto Benvegnú, D. Giovanni Maria Balen,¹⁷ Francisco Leonardo Truda,¹⁸ Celeste Gobbato,¹⁹ Dante de Laytano, Ernesto Ronna, Giulio Lorenzoni, Antonio Bombassaro, Vincenzo Palombini, Giuseppe Bem, Francesco Barcarolo, Carlo Mantovani e Domenico Oss.

Uma monografia que contribui para a historiografia da região colonial italiana, nesse álbum é a de B. Crocetta denominada *Un cinquantennio di Vita Coloniale. Gli esponenti individuali e collettivi della colonia italiana nel Rio Grande do Sul*. Nesse estudo Crocetta chama a atenção sobre as características psicológicas da emigração, a unidade e a formação coletiva, as associações, as escolas, a vida colonial, os produtores de ouro e sangue, os expoentes individuais e os fundadores das colônias e das cidades, os pioneiros da ciência, das artes, das indústrias e do comércio e as obras das mulheres.

A publicação do álbum dos setenta e cinco anos da colonização italiana foi um marco na historiografia regional, pois esse documento agregou uma série de monografias sobre os municípios da zona de colonização italiana e também artigos e ensaios de historiadores, geógrafos, religiosos e professores que alargaram com seu conhecimento a riqueza da história dessas localidades,

¹⁵ MEDEIROS, A.A. Borges de, Apresentação. *La cooperazione degli italiani al progresso civile ed economico del Rio Grande del Sud, 1875-1925*. Porto Alegre, 1925. p. 17.

¹⁶ Esses escritores foram os responsáveis pelos estudos das primeiras colônias italianas e de seus desdobramentos. Nessa publicação consta um estudo aprofundado sobre o estado do Rio Grande do Sul, produzido pela Secretaria de Obras Públicas, que versa sobre os três aspectos do desenvolvimento no regime republicano, que são a colonização, o sistema viário e a instrução pública; os estudos sobre os municípios de Caxias, Bento Gonçalves, Garibaldi, Alfredo Chaves, Antônio Prado, Encantado, Guaporé, Erechim, Passo Fundo, Júlio de Castilhos, Santa Maria, Cruz Alta, Bagé, Pelotas, Rio Grande, Porto Alegre; a vida econômico-administrativa desses municípios, das indústrias e do comércio dos italianos e de seus descendentes nesses municípios.

¹⁷ Giovanni Maria Balen, ao escrever sobre *Opera di sacerdoti e congregazioni italiane nel progresso religioso, nello sviluppo dell'arte, dell'istruzione e dell'assistenza nello stato*, descreve aspectos peculiares de cada congregação religiosa instalada no estado, englobando Jesuítas, Capuchinhos, Palotinos, Salesianos, Irmãos de escolas cristãs, Maristas, Camaldolenses, Irmãs Franciscanas, Josefinos, Irmãs do Sagrado Coração de Maria, e de São Carlos.¹⁷ Esse texto mostra como os valores humanistas eram socializados na formação dos religiosos e daqueles que estudavam no seminário. O estudo da língua italiana era obrigatório para todos os descendentes de italianos, e as famílias valorizavam o fato de ter um filho religioso.

¹⁸ A de Francisco Leonardo Truda, entretanto, tem recorte mais analítico, pois discute a questão da influência étnica, social e econômica na colonização do RS, utilizando as estatísticas dos censos de 1872, 1890, 1923 na composição da população, nas taxas de mortalidade, de criminalidade, de produção, de ocupação em estabelecimentos por número de empregados, por área cultivada. Também analisa a formação dos núcleos através dos matrimônios por etnia. O ensaio de Truda, que discorre sobre as possibilidades que o Rio Grande oferece às novas correntes imigratórias italianas, trata da estrutura do regime da pequena propriedade nas colônias, comparando com o regime das fazendas, as propriedades italianas no Rio Grande do Sul, as novas zonas de colonização. Vale lembrar que esse autor era porto-alegrense, filiado ao Instituto Histórico e Geográfico do RS, e, além de historiador, era comerciante e jornalista. Foi por muitos anos colaborador do Correio do Povo.

¹⁹ A monografia de Celeste Gobbato traz dados originais sobre as colônias italianas quanto à sua organização social, as primeiras culturas, a evolução industrial da colônia, a organização agrária estatal, o movimento de cooperativas coloniais, as vias de comunicação e de transporte, as habitações, os meios de produção, suas deficiências e a emigração colonial.

sendo uma referência para os estudos da região. Escritores como Ernesto Pellanda, Mem de Sá, B. Rambo, S.J., Orlando Valverde, J. Monserrat, Pe. Ernesto Mânica, Dante de Laytano, Celeste Gobbato, Adail Moraes, Luiz Compagnoni, J. P. Coelho de Souza, Guido Giacomazzi e Moacyr Rodrigues de Oliveira participaram dessa publicação. A temática que caracterizou essa obra, além da comemoração dos 75° anos da colonização italiana e da Festa da Uva, como homenagem ao colono e aos pioneiros italianos, foi a construção dessa região, marcada pelo trabalho, pela força da religião, pela influência e ação dos pioneiros, pela opção do cultivo da vide e da industrialização da uva, pela capacidade que tiveram de dedicação e resistência às dificuldades enfrentadas. Essa obra é uma demonstração do que os italianos construíram nos setenta e cinco anos e reflete o poder que adquiriam com a construção dessa riqueza. Além da originalidade dos textos, a publicação conta com um acervo de fotografias que embelezam e ilustram a descrição dessa região.

O álbum da comemoração do centenário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul traz como destaque muitos ensaios sobre a colonização e seus pioneiros, ensaios como o de José Bacchieri Duarte, Vitalina Frosi, Ciro Mioranza, Valter Galvani, Loraine Slomp Giron, Rovílio Costa, Orlando Bavaresco, Carlos Rafael Guimarães, Lea de Albuquerque Copstein, Jaime Copstein, Thales de Azevedo, Eugênio Giordani, Redovino Rizzardo, Carlos Alberto Zagonel, Adelino Pilonetto, Henrich A. W. Bunse, Lyra Buzzatti Corsetti, Antônio Mottin, Guilhermino César, Paolo Contu, Oddone Marsiaj, Itálico Marcon, Salvador Rosito, Pedro Salame e Paulo Salame, Mário Gardelin, Salvatore Candido, Fay de Azevedo, Fernando Ronna, Dante de Laytano, Carlos Antonio Mancuso.

O álbum apresenta ainda um histórico descritivo dos principais municípios do Rio Grande do Sul, suas principais atividades econômicas, seus festejos e suas tradições. Apresenta também um breve histórico das principais indústrias da região, desde fundições, metalúrgicas, madeireiras, mecânicas, indústrias de transportes, vinhos, oficinas de mármore e granitos, cervejarias, moinhos, elétricas, e muitas outras de importância para a economia da região.

Das publicações oficiais, destaca-se o grupo dos museus e dos arquivos históricos dos municípios do Rio Grande do Sul. Esses²⁰ produziram pesquisa e fizeram divulgação histórica a partir de 1980.

c) **historiografia produzida pela Universidade:** essa matriz de cunho descritivo e interpretativo nasce de uma produção teórica que se localiza em grupos bem distintos como o da Universidade de Caxias do Sul, o da Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, o da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e mais recentemente o da Universidade de Passo Fundo.

(1) Na Universidade de Caxias do Sul, através da organização de um instituto criado pela Universidade em 1974 que se denominava Instituto Superior Brasileiro-Italiano de Estudos e Pesquisas. Esse instituto formado por intelectuais de diversas áreas do conhecimento, comprova a importância atribuída à presença do imigrante na região. O ISBIEP contou com apoio do Centro de Pesquisa para a América Latina (CRAL) de Florença, que tinha como objetivo incentivar e subsidiar estudos e pesquisas relacionados com a imigração e colonização italiana. Esse instituto realizou diversos estudos e promoveu os Fóruns de Estudos Ítalo-Brasileiros como forma de valorizar a cultura italiana. Teve no seu primeiro fórum a participação de pesquisadores de renome nacional que vieram a Caxias com o fim de refletir sobre a temática e de aprofundar questões que diziam respeito à colonização e imigração européias no Sul do Brasil. A Coordenação desse evento foi feita por Jayme Paviani, José Clemente Pozenato e Ciro Mioranza que era o Diretor do

²⁰ Exemplificando, o Arquivo Histórico de Caxias do Sul, juntamente com o Museu Municipal, desenvolveu três diferentes tipos de boletins informativos que caracterizaram a produção dessa instituição. *Memória*, que foi criado com a finalidade de divulgar a pesquisa histórica; *Cenas*,²⁰ que foi criado em 1984 e utilizou-se de pesquisas sobre fotografias e fotógrafos para desenvolver suas análises, tendo como referência a produção dos fotógrafos, e o Boletim *Ocorrências*,²⁰ de 1986, criado com a finalidade de divulgar as pesquisas realizadas para eventos temporários do Museu e Arquivo Histórico Municipal de Caxias do Sul. Caracteriza-se pelo uso em grande parte da história oral.

ISBIEP na época. A proposta do evento nasceu de Dante de Laytano que integrava a Subcomissão de Assuntos Históricos e Culturais da Comissão do Biênio Colonização e Imigração. Participaram desse evento Lucy Maffei Hutter, José Ribeiro de Almeida Santos Neto, Paulo Duarte, Octávio Ianni, José de Souza Martins, Eunice Ribeiro, Luis A. De Boni, Heinrich Bunse, Vitalina Frosi, Ciro Mioranza e Loraine Slomp Giron. A criação desse Instituto representou a mudança nas linhas dos estudos sobre imigração italiana no Rio Grande do Sul.

Os fóruns dos Estudos Ítalo-Brasileiros ocorreram de forma periódica, tendo em 1996 ocorrido o IX fórum que aconteceu juntamente com as comemorações dos 120 anos da colonização. A publicação sobre os 120 anos da Colonização Italiana do Rio Grande do Sul revela o contínuo interesse de preservar as raízes de sua história, demonstrando que nessa trajetória muitos estudos foram feitos sobre a influência da colonização italiana no Rio Grande do Sul, sobre o interesse que as comunidades dessa região têm sobre o tema. Essa publicação não tem o formato de álbum, mas é de extrema importância para a literatura em questão. Emilio Franzina, Olívio Manfroi, Núncia Santoro Constantino, Aurélia Castiglioni, Cleodes Piazza Júlio Ribeiro, Gianfausto Rosoli, José Clemente Pozenato e Loraine Slomp Giron são pesquisadores referenciados nessa publicação. É importante salientar que Gianfausto Rosoli e Loraine Slomp Giron fazem uma análise interpretativa da produção da memória da emigração no Rio Grande do Sul, contribuindo para avançar nos estudos. Gianfausto Rosoli discute a redescoberta do etno-nacionalismo regional como uma nova forma de identidade estratificada euro-americana e faz uma análise sobre as publicações, dizendo que, apesar da quantidade de publicações, a sua qualidade não é uniforme. Nem todas as publicações são fruto de verdadeiras pesquisas históricas e muitas são resultado de monografias locais, de histórias de comunidades, de famílias e de alguns personagens locais. Entretanto, representam uma riqueza na documentação que reflete a necessidade de conservar a memória coletiva. Loraine Slomp Giron discorre sobre as leituras da imigração. Seu discurso é original, e a divisão que cria para tratar as obras acerca da imigração é cuidadosa.

(2) A Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, através da liderança do Frei Rovílio Costa, com apoio de Luis Alberto De Boni, estimulou a produção científica nessa área de forma decisiva, começando com as suas pesquisas na época do Centenário da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul. As publicações da Editora da EST representam o compromisso que essa entidade assumiu com a realidade concreta de comunidades, municípios, famílias e de como atingiu a comunidade de origem imigratória de forma geral. Nesse período foi criada a *Coleção Centenário da Imigração Italiana*, coordenada por Rovílio Costa, Irineu Costella, e supervisionada por Paulo Salame e Pedro Salame. Foram publicadas várias obras que começaram a estimular a questão imigratória e modificar a imagem do colono da região: *Imigração Italiana no Rio Grande do Sul* (1975), de Rovílio Costa e outros; *Nanetto Pipetta, uma epopéia da imigração italiana* (1975), de Aquiles Bernardi; *Togno Brusafraiti (braure de dô compari-Aventuras do Imigrante italiano)* (1975), de Ricardo Domingos Liberali; *Storia de Nino-Fradello de Nanetto Pipetta* (1976), de Aquiles Bernardi e com o auxílio de Mário Gardelin, Itálico Marcon e Luis A. De Boni; *Pioneiros às margens do Rio Uruguai* (1975), de Fortunato Giacomel, Hermenegildo Polesso e Humberto Cherubini; *Poemas de um imigrante italiano* (1975), de Ângelo Giusti; *A longa viagem* (1975), de Redovino Rizzardo; *Galeazza* (1975), de Pio Victorio Galeazza; *Paraí no Centenário da Imigração Italiana* (1975), de Félix Fortunato Busatta; *Igreja e imigração italiana* (1975), de Carlos Albino Zagonel e *Campo dos Bugres* (1975), de Fidélis Dalcin Barbosa, foram algumas das obras que tiveram a característica de valorizar o que o colono havia construído, como falava, o que pensava e as dificuldades que encontrara na nova terra.

Várias publicações a respeito da imigração e colonização foram editadas em co-edição com a Universidade de Caxias do Sul, período que a editora da Universidade esteve sob a coordenação de Luis A. De Boni: *A vida nas colônias italianas*, de Antônio Ducatti Netto; *Vão simhora-Relato de imigrantes italianos da colônia Princesa Dona Isabel*, de Alice Gasperin; *Descrição do Culto aos mortos entre descendentes italianos no Rio Grande do Sul*, de Iloni Fochesatto (1977); *Os pesos e as medidas*, de Ítalo Balen (1981); *Antônio Prado e sua história*, de

Fidélis Dalcin Barbosa. Entre elas algumas dissertações de mestrado como as de Valentim Lazzarotto, *Pobres Construtores de Riqueza* (1981), de Vania Beatriz P. Merlotti, *O mito do padre entre descendentes de imigrantes italianos* (1979). Dessas publicações, chama a atenção *Os italianos no Rio Grande do Sul*, de Luís A. De Boni e Rovílio Costa. *Far la Mérica A presença Italiana no Rio Grande do Sul*.

Além dessa obra, De Boni publicou ainda *La Mérica* (1977), *A Itália e o Rio Grande do Sul* (1983), *Entre o passado e o desencanto* (1983), em parceria com Nelci Gomes, *Bento Gonçalves era assim* (1985). No final dos anos 70, Rovílio Costa assume um Programa de Pesquisa financiado pela Fondazione Giovanni Agnelli,²¹ juntamente com Luís A. De Boni, Arlindo Battistel e Júlio Posenato, que gira em torno de três problemas: o primeiro de ordem histórico-geográfica, o segundo cultural e o terceiro de cunho metodológico. Esse programa cria uma rede de estudos, que são apresentados em congressos, financiados pela própria fundação e simultaneamente publicados. Dessa maneira, o terceiro volume da obra *Euroamericani*, que trata da população de origem italiana no Brasil, foi publicado pela Fondazione e organizado por Rovílio Costa e Luís A. De Boni. Esses pesquisadores organizaram no período de duração desse programa (1979-1992) os simpósios *A presença italiana no Brasil*. Desses simpósios, resultaram três publicações que reúnem a produção científica de vários historiadores e pesquisadores que trabalhavam com o tema.

Em 1982-1983 foram publicados três volumes de *Assim vivem os italianos*, de Arlindo Battistel e Rovílio Costa,²² que descrevem a vida dos italianos, suas peculiaridades, seus hábitos, costumes, sua cultura, suas famílias e sua arquitetura.

Duas obras fundamentais, financiadas pela Fondazione Giovanni Agnelli, acerca das fontes históricas e das fontes literárias mapearam as publicações sobre essa temática. *Imigração italiana no Rio Grande do Sul: fontes históricas*, de Rovílio Costa e Itálico Marcon que inclui livros, revistas, opúsculos, jornais, almanaques, folhetos, pré-manuscritos e materiais inéditos, com o intuito de facilitar o trabalho do pesquisador e de constituir uma referência para os estudiosos da área. E a segunda é obra de Mário Gardelin *Imigração italiana no Rio Grande do Sul: fontes literárias* (1988).

Em 1996 foi criada a *Coleção Stafetta*, coordenada por Rovílio Costa, Moacir Pedro Molon e Luís A. De Boni. Nessa coleção foram publicados vários livros sobre a imigração européia, sobre as colônias e seus povoadores e uma obra de fôlego, *Os capuchinhos do Rio Grande do Sul* (1996). Anos depois, uma nova coleção se apresenta e toma espaço reconhecido pela EST que é a *Coleção Itália nel mondo -125 anos de imigração italiana*, coordenada por Antônio Alberti e Moacir Pedro Molon. Essa coleção é inaugurada com a publicação do *Dicionário Português-Italiano*, de Honório Tonial em 1997, e, quatro anos depois, já possui editados mais de 32 títulos. Essas obras que dizem respeito à ocupação de várias colônias italianas, suas histórias e estórias, seus mitos e seus ritos, a formação de suas famílias, contribui por manter acesa a reflexão sobre os valores humanos que os imigrantes europeus carregaram em sua bagagem e que foram responsáveis pela identidade cultural criada com a imigração.

Essa coleção abriga uma série de pesquisas que versam sobre as comunidades italianas no estado do RS. Os pesquisadores que compõem essa coleção são particularmente do Rio Grande do Sul. Cita-se Rovílio Costa, Honório Tonial, Claudino Pilotto, Helena Confortin, Sergio Grando, Fortunato Odorizzi, Arlindo Battistel, Sylvio Giocondo Dall'Agnol, Ana Maria Martin Biancho e Beatriz Martin Bianco, Antonio Martellini, Jerri Roberto Marin, Antonio Lorenzatto, Geraldo Mainardi, Alice Gasperin, João Carlos Tedesco, Pedro Parenti e Carlos Iotti, Olívio Manfroi, Heitor Lothier Angeli, José Righi, Eddir Bisognin, Valmor Torri, José N.C. Marchiori.

²¹ Marcello Pacini, diretor da Fondazione Giovanni Agnelli, no seu ensaio sobre "Padre Rovílio Costa e i programmi della Fondazione Giovanni Agnelli in Brasile" (2001, p. 725) relata que "a contribuição mais notável dada por Rovílio Costa aos programas da Fondazione Giovanni Agnelli e a história da presença italiana no Brasil está naturalmente no trabalho histórico fundamental conduzido por ele e pelo seu grupo sobre as colônias italianas no Rio Grande do Sul e sobre a sua identidade étnica e cultural". *Etnias & Carisma*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

²² Essa obra foi condecorada com a "Medalha Simões Lopes Neto".

(3) Pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul publicam, no ano de 1980, uma obra que faz uma síntese sobre Imigração e Colonização no Rio Grande do Sul. A obra reúne pesquisadores que estudam o tema e faz parte da série *Documenta*. Nessa coletânea, encontram-se estudos de Eliane Cruxên Barros, Luis A. De Boni, Vera Regina Cohen, José H. Dacanal, René Gertz, Loraine Slomp Giron, Eugenio Lagemann, Aldair Marli Lando, Telmo Moure, Sandra Jatahy Pesavento, José Vicente Tavares dos Santos e João Hernesto Weber. Outra obra, vinculada à Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, *Nós, os ítalo-gaúchos*, foi coordenada por Mário Maestri, em homenagem aos ancestrais italianos. A proposta nasceu da Comissão dos 120 anos de Imigração Italiana no RS que acreditou que a Editora da UFRGS pudesse acrescentar às suas publicações essa homenagem à comunidade ítalo-gaúcha.

(4) A Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul também desenvolveu inúmeras pesquisas na área através de seus programas de pós-graduação. Muitas dessas pesquisas foram publicadas na *Revista de Estudos Ibero-Americanos*.

Vale lembrar que mais recentemente a Universidade de Passo Fundo tem desenvolvido pesquisas na área, uma vez que têm um programa de pós-graduação que privilegia esse tema.

d) Historiografia feita por pesquisadores estrangeiros: os estudos realizados por pesquisadores estrangeiros têm uma forte influência na produção do conhecimento. Isso se deve ao fato de contarem com uma rica documentação oficial composta por boletins, relatórios, documentos, jornais que facilitam as análises. Emílio Franzina, Mario Sabbatini, Renzo Grosselli, Angelo Trento, Gianfausto Rosoli, Chiara Vangelista, Casemira Grandi, Ercole Soli são estudiosos que têm posições que influenciaram as explicações da emigração italiana no Brasil.

Conclusão

Muita literatura foi escrita nestes 129 anos de atuação dos italianos no Brasil, e essas obras²³ representam o pensamento e a mentalidade da cultura européia construída na sociedade brasileira. Muitas obras foram escritas por brasileiros, mostrando a influência do europeu na cultura brasileira. Muitas obras foram escritas por europeus que estudaram a cultura criada. Nem sempre as versões sobre a mesma cultura coincidem. Em algumas, há um excesso de ufanismo por parte dos escritores sobre a realidade observada, em outras há uma visão parcial dos objetos descritos, marcados pelas linhas teóricas dos observadores. Porém, faltam ainda estudos que permitam analisar a cultura transplantada a partir da cultura produzida no nosso país.

O objeto de estudo acerca do tema imigração italiana no Brasil se sustenta nos fatos históricos da sociedade brasileira a partir do século XIX. A formação e o desenvolvimento da Região Colonial Italiana no Rio Grande do Sul, segundo Gianfausto Rosoli, constitui um caso singular, talvez único no plano antropológico e lingüístico se interpretado “no âmbito das numerosas comunidades italianas no exterior da grande diáspora dos anos oitocentos, ou seja, essa experiência evidencia, ainda de modo mais emblemático do que outras, a relação de distanciamento e de incompreensão que se criou na época da Itália oficial. Essa relação problemática é mais facilmente compreensível para a época passada, quando os colonos vitimados pela grave crise econômica abandonavam a agricultura do Norte da Itália. Isso parece surpreender hoje, mas não poderia ser de outra maneira, a partir do momento em que, de uma parte, há uma forte identidade regional que era reforçada e radicalizava o processo de afirmação natural e autônoma nos contextos estrangeiros. Entretanto, de outra, os instrumentos ocasionais de confronto

²³ A catalogação de obras e de pesquisas que tratam sobre imigração italiana no Sul do país faz parte do Projeto “Humanismo latino na produção científica acerca da cultura do imigrante italiano no Sul do Brasil”.

com a pátria de origem eram raros”.²⁴ Ainda conforme Rosoli, os estudos sobre o Rio Grande do Sul demonstram a necessidade de recuperar a memória e de celebrar a epopéia da colonização agrícola. No fundo, Rosoli fez uma crítica à ausência de estudos, com interlocuções e debates mais gerais no contexto nacional. Diz que a conservação do patrimônio rio-grandense ficou restrita a estudos locais, os quais, mesmo fecundos, foram produzidos mais por necessidades internas e não tiveram um reconhecimento maior, talvez por equívocos, preconceitos e falsas esperas.

As pesquisas feitas sobre a emigração italiana no Brasil diziam respeito aos fenômenos culturais, lingüísticos, econômicos, políticos e culturais. Percebe-se que muitas dessas pesquisas fizeram da história da emigração uma história política que se apresentou dentro de um contexto nacional e internacional e acabou sendo fonte secundária, muito consultada pelos que fazem pesquisa. Conseqüentemente, pode-se dizer que a ampliação das pesquisas, a partir da década de 70, deve-se à consolidação dos programas de pós-graduação no Brasil e, ainda, que o tema imigração passa a ser objeto de estudos em vários desses programas. Para concluir, parafraseando Gianfausto Rosoli, quando diz que a academia italiana ficou restrita em “reconstruir as características estruturais e expulsivas do fenômeno migratório [...] de modo semelhante, pode-se dizer aos estudiosos brasileiros, propensos a estudar o caso majoritário paulista [...]. Talvez a atipicidade do caso rio-grandense pela sua consistência e predominante experiência rural, pela sua forte caracterização católica, não interessou muito à cultura oficial desatenta e ideologicamente condicionada e não influenciou as fases da pesquisa antropológica e do debate historiográfico sobre a emigração”.²⁵

Bibliografia Básica

Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1950.

Centenário da Imigração Italiana 1875-1975-RioGrande do Sul-Brasil. Porto Alegre: Editora Edel, 1975.

Cinquantenário della colonizzazione italiana nel Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1925.

AZEVEDO, Thales. *Italianos e Gaúchos. Os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Nação/DAC/SEC, 1975.

COSTA, Rovílio. (e outros) *Imigração Italiana no Rio Grande do Sul — Vida, Costumes e Tradições*. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Sulina, 1974.

COSTA, Rovílio, MARCON, Itálico. *Imigração Italiana no Rio Grande do Sul: fontes históricas*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: EDUCS, 1988.

DE BONI, Luis Alberto. A Bibliografia sobre Imigração Italiana no ano de seu centenário. p.139-145 In: *Imigração Italiana: Estudos Italo-Brasileiros. Anais do I Fórum Ítalo-Brasileiro*. Caxias do Sul: UCS/EST, 1975.

DE BONI, Luis Alberto; COSTA, Rovílio. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul, UCS, 1979.

DE BONI, Luis Alberto; COSTA, Rovílio. *Euroamericani. La popolazione di origine italiana in Brasile*. 3.volume. Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1987.

DE BONI, Luis Alberto. (org.) *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST-Fundazione. Agnelli, v. I e II, 1987.

DE BONI, Luis Alberto (org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST, v. III, 1996.

DIÉGUES JUNIOR, Manuel. *Etnias e Culturas no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

²⁴ ROSOLI, Gianfausto. L'esperienza dell'emigrazione italiana nel Rio Grande do Sul nella letteratura italiana. In: DAL BÓ, Juventino; IOTTI, Luiza; PINHEIRO MACHADO, Maria Beatriz. *IMIGRAÇÃO ITALIANA E ESTUDOS ÍTALO-BRASILEIROS*, 1999, Caxias do Sul. *Anais* Caxias do Sul: EducS, 1999, p. 95.

²⁵ ROSOLI, Gianfausto. A experiência da emigração italiana no Rio Grande do Sul na literatura italiana. In: *Métis: História & Cultura*, Revista de História da Universidade de Caxias do Sul, v.1, n.1, jan/jun, 2002.

- _____. *Imigração, Urbanização, Industrialização*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e Ministério da Educação e Cultura, 1964.
- FREITAS JR., Augusto Teixeira. *Terras e Colonização*. Anotados e editados por A. T.F.J. Rio de Janeiro: Garnier, 1882.
- FROSI, Vitalina M., MIORANZA, Ciro. *Imigração italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Movimento, 1975.
- GIRON, Loraine Slomp. Leituras da Imigração, p.117-. In: *Imigração Italiana e Estudos Ítalo-Brasileiros*. Organizado Por Juventino Dal Bó, Luiza Iotti e Maria Beatriz Pinheiro Machado. Caxias do Sul: Educus, 1996.
- GIUSTI, Ângelo. *Poemas de um imigrante italiano*. Org. e apresent. por Luis A. De Boni. Porto Alegre: UCS, EST, 1976.
- HERÈDIA, Vania B.M e PAVIANI, Neires M. S. *Língua, Cultura e Valores*. Porto Alegre:EST, Treviso: Fondazione Cassamarca, 2003.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IANNI, Octávio. Aspectos políticos e econômicos da Imigração Italiana. In: *Imigração Italiana: estudos*. Caxias do Sul: UCS/EST, 1979.
- MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul; implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: Grafosul, 1975.
- ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo.1969.
- ROSOLI, Gianfausto. L'esperienza dell'emigrazione italiana nel Rio Grande do Sul nella letteratura italiana. p.114. In: *Métis: História & Cultura*. Revista de História da Universidade de Caxias do Sul. V.1, n.1, jan.-junho./2002.
- SEYFERTH, Giralda. *Imigração e Cultura no Brasil*. Brasília: Editora UNB, 1990.

MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS NA MÍDIA IMPRESSA BRASILEIRA E A CONSTRUÇÃO (INTER) CULTURAL DA UNIÃO EUROPÉIA E DO MERCOSUL

Denise Cogo

1. Introdução

Esse trabalho apresenta resultados de um projeto de pesquisa sobre as estratégias de midiaticização das migrações contemporâneas no contexto brasileiro nas suas relações com as matrizes culturais de constituição da União Européia e do Mercosul.

A metodologia da pesquisa constitui-se da combinação de procedimentos de análise do discurso de um conjunto de 1868 textos midiáticos ou notícias de diferentes gêneros (informação, opinião, reportagem, entrevista) publicados, entre julho de 2001 e julho de 2003, por uma amostra de dez mídias brasileiras, da observação de rotinas produtivas da editoria Mundo em dos dois jornais da amostra – Folha de São Paulo e Zero Hora -e da realização de entrevistas com jornalistas dessas editorias e com representantes de entidades confessionais de apoio às migrações estrangeiras nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, Brasil.

A partir da combinação desses procedimentos metodológicos, orientamos a análise do material empírico obtido na pesquisa à compreensão da presença e incidência das matrizes culturais – especialmente aquelas ligadas à integração regional – União Européia e Mercosul - na construção midiática relacionada à presença intercultural dos migrante na sociedade contemporânea.

Um total de nove jornais impressos representativos das cinco regiões brasileiras (Sul, Sudeste, Norte, Nordeste e Centro Oeste) e uma revista de circulação nacional constituíram o universo de mídias analisadas na pesquisa. Nessas mídias, foi coletada uma amostra de 1868 notícias sobre as migrações publicadas no período entre julho de 2001 e julho de 2003, conforme aparece expresso na tabela a seguir.

Mídias analisadas	Nº de notícias publicadas	Percentual de matérias publicadas
Correio do Povo (Rio Grande do Sul)	103	5,5%
Zero Hora (Rio Grande do Sul)	351	18,6%
Jornal do Brasil (Rio de Janeiro)	118	6,2%
Folha de São Paulo (São Paulo)	265	14,0%
A Tarde (Bahia).....	220	11,6%
Correio Braziliense (Distrito Federal)	105	5,6%
Diário Catarinense (Santa Catarina)	339	17,9%
A Crítica (Amazonas) ¹	145	7,7%
O Globo (Rio de Janeiro)	220	11,6%
Revista Veja (São Paulo)	23	1,3%

¹ Na leitura desses dados, deve ser considerado o fato de que, devido a problemas técnicos, o mapeamento do jornal A Crítica não cobriu todo o período referido.

Do total de notícias coletadas, 77,7% focalizam as migrações de *caráter contemporâneo*, constituídas sobretudo por aqueles textos que focalizam os atuais movimentos migratórios orientadas à União Européia, ao Mercosul ou aos Estados Unidos, enquanto 22,3% das notícias tematizam as migrações de *caráter histórico* – as quais fazem referência majoritariamente à abordagem das imigrações de matriz européia, de alemães, italianos e portugueses, dinamizadas no contexto brasileiro.²

A essas duas modalidades migratórias, associa-se, ainda, a focalização, nos textos analisados, de um elenco de experiências e/ou fluxos migratórios, cujas principais tipologias são expressas a seguir.

Tipologia das migrações midiaticizadas Percentual

Migrações orientadas aos países pertencentes à União Européia	22,1%
Estados Unidos como nação receptora de imigrantes de distintas origens	21,0%
Experiência imigratória de matriz européia no contexto brasileiro/ imigração histórica .	19,8%
Migrações relacionadas a asilados e refugiados	8,9%
Fluxos migratórios internos ao Mercosul	5,3%
Migrações “sofisticadas” relacionadas ao trabalho intelectual/ especializado	4,1%
Outras imigrações internacionais no Brasil	3,5%
Experiência imigratória asiática no contexto brasileiro	3,5%
Imigrações inter-regionais no contexto brasileiro	2,6%
Migração na fronteira Estados Unidos-México	1,5%
Migrações de atletas no campo esportivo.....	1,5%
Outros tipos de migrações	6,2%

Dessas tipologias, selecionamos para discutir, aqui artigo, os casos da construção midiática das migrações orientadas à União Européia, das imigrações de matriz européia no cenário brasileiro ou imigrações históricas e os fluxos migratórios internos ao Mercosul na perspectiva de entender suas relações com a construção das matrizes culturais de constituição da União Européia e do Mercosul.

2. A construção midiática das migrações e as matrizes culturais da integração regional

O estudo do impacto das novas ‘políticas de integração’ na redefinição dos modos de identificação implica, segundo a proposição do pesquisador Alejandro Grimson, em analisar a “transformação da nação como construção cultural chave na organização da interação social” (GRIMSON, 1998-1999, p. 511) no momento em que, conforme o autor, a nação parece começar a perder a função econômica e política que teve nos últimos dois séculos e, especialmente, nas últimas décadas.

“É mais simples fazer investimentos em um país estranho do que se tornar cidadão”, complementa, em perspectiva similar, Néstor García Canclini, quando busca alertar sobre o tipo de protagonismo reservado às migrações contemporâneas na constituição dos projetos de integração regional, como União Européia e Mercosul. O autor postula que, em ritmo similar ao das alianças econômicas e, articuladas a elas, as barreiras às migrações têm se transformado em um dos principais temas da pauta dos acordos de livre comércio e integração regional no cenário da globalização. (GARCÍA CANCLINI, 1999)

As observações dos dois autores colaboram com nossa análise, quando buscamos com-

² Aqui é importante referir que o percentual representativo de presença dessas modalidades de migração histórica no universo de mídias analisadas se deve ao fato da inclusão na amostra de três jornais do Sul do Brasil (Zero Hora, Correio do Povo e Diário Catarinense), contextos em é mais significativa a realidade dessas migrações, assim como o seu agendamento midiático.

preender empiricamente o percurso de emergência da região como matriz cultural na construção midiática das migrações. Representada pelo europeu e, mais recentemente, pelos projetos da União Européia e do Mercosul, o regional se entrelaça com a nacionalidade na construção midiática das migrações convertendo-se em importante operador nos processos de produção das notícias e na construção de imaginários sobre os processos de interculturalidade dinamizados pelos imigrantes na sociedade contemporânea.

Por matrizes culturais, entendemos os referentes e processos que se produzem a partir do entrelaçamento, interação, combinação e disputas envolvendo uma variedade de repertórios e experiências de identidade derivados do étnico, do rural, do urbano, do gênero, etc., constitutivas de sujeitos e instituições situados socioculturalmente. Esses processos configuram e (re) configuram permanentemente as dinâmicas socioculturais e identitárias contemporâneas, podendo convergir em experiências de hibridismos, sincretismos e/ou mestiçagens.

Em nossa análise, a presença e o entrelaçamento dessas matrizes culturais são entendidas tanto a partir de sua materialização em “produtos” – os textos midiáticos ou notícias sobre as migrações coletados na amostra de mídias impressas – como a partir das incidências nos contextos nos quais são gerados, ou seja, nos processos de produção das notícias sobre as migrações em que estão implicados uma multiplicidade de atores sociais, dentre os quais, jornalistas, instituições e políticos que atuam fontes de informação, imigrantes e suas redes, entidades confessionais de apoio às migrações, etc.

Ambas perspectivas nos possibilitam construir percepções de como essas matrizes atuam, por um lado, na constituição dos *valores-notícias de seleção e construção* dos jornalistas (TRAQUINA, 2002) como aquela instância em que os profissionais, segundo a visão de Bourdieu, “operam uma seleção e uma construção do que é selecionado”, ou constroem, na concepção de Stuart Hall, “um mapa cultural do mundo social” (BOURDIEU, 1997, p. 12). E, por outro lado, em que medida essas matrizes atravessam igualmente os *enquadramentos noticiosos* concebidos como uma “idéia central e organizadora que dá sentido aos acontecimentos relevantes e sugere o que está em causa, resultando em definições da realidade social ofertadas aos leitores-receptores (TRAQUINA, 2002, p. 200).

Em nossa pesquisa, buscamos entender como operam especialmente as matrizes relacionadas à região – Europa - e aos projetos de integração regional na construção midiática das migrações no contexto da União Européia e do Mercosul, ou, ainda, como resultam reafirmadas como matrizes a partir dessa construção midiática sobre as migrações.

2.1. A União Européia e a construção midiática das migrações contemporâneas

Desde uma *Europa assimilacionista* passando por uma *Europa racista e xenófoba* até uma *Europa pluralista* ou, ainda, uma *Europa como projeto de integração* são algumas das principais modalidades de ofertas discursivas que convivem e entram em disputa no espaço midiático a partir da significativa incidência do agendamento do que denominamos de *migrações contemporâneas, orientadas aos países pertencentes à União Européia*, os quais totalizam em nossa amostra 21,9%.

As *políticas e leis de imigração*, como dois dos eixos temáticos priorizados no agendamento dessas migrações que derivam da injunção dos governos das diferentes nações pertencentes à União Européia e da própria Presidência da UE como fontes de informação prioritárias, são dispositivos que colaboram para a (re)construção de uma Europa assimilacionista ou mesmo xenófoba na gestão da diferença e da interculturalidade representadas pelos imigrantes de origem árabe, latino-americana, etc. Através dessa construção das imigrações contemporâneas, freqüentemente convertidas em agenda midiática a partir de episódios de eleições nacionais em países como França, Alemanha ou Holanda, ou da realização de cúpulas e de reuniões de dirigentes políticos da UE, afirma-se igualmente uma Europa como projeto de integração.

Esta projeto se pauta, segundo sugerem as construções midiáticas sobre as migrações contemporâneas, por um ideal de unificação a ser alcançado através de disputas e negociações

que envolvem o ordenamento e normatização da *diferença* e da *interculturalidade* dinamizadas pela presença dos imigrantes no interior dos distintos estados-nações que o compõem. A matriz do regional ou da integração regional insere-se, na agenda pública, através de um tipo de enquadramento midiático que põe em relevo a exigência de alinhamento à União Européia de diferentes estados-nação ou dos governos nacionais através da formulação de políticas e leis de controle e regulação dos fluxos migratórios.

A própria diversidade de matrizes que compõem as diferentes nações constituintes da UE e a necessidade de unificação de políticas que regulem a presença “extra-comunitária” de culturas imigrantes fomentam essa tensão expressa nos discursos midiáticos sobre as migrações, conforme ilustra o trecho de notícia a seguir.

Aznar defende sanções

PARIS – O premier espanhol, José Maria Aznar, disse ontem em Paris que acredita num amplo acordo da União Européia (UE) quanto ao plano de combate à imigração ilegal que será discutido num encontro de cúpula marcado para sexta-feira, em Sevilha, na Espanha. O plano defendido por Aznar, com o apoio de Londres, prevê a adoção de sanções contra países que se recusem a reprimir a migração ilegal para a Europa. A medida afetaria principalmente Estados africanos [...]. (*Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 19 jun. 2002. p. 7*)

Alimentados fundamentalmente por material oriundo das agências de notícia como a Associated Press, Reuters e France Press, as notícias sobre migrações contemporâneas contribuem para a emergência institucional da própria União Européia como instância de agendamento e fonte de informação sobre as migrações.³ Os percentuais de referência aos três principais projetos de integração regional – União Européia (7,5%), Mercosul (0,9%) e Alca (0,8%) – levantados do conjunto de notícias analisadas, é um indicador da relevância política assumida pela União Européia no agendamento, seleção e construção da noticiabilidade das migrações contemporâneas.

Os títulos relacionados a seguir também ilustram esse protagonismo da União Européia na construção midiática das migrações na imprensa brasileira.

UE reforça combate à imigração ilegal (Zero Hora, Porto Alegre, 24 jun. 2002. p. 27)

UE cogita punir país de origem de imigrantes (Folha de São Paulo, São Paulo, 14 jun. 2002. p. A-10)

Reunião da UE contra imigração começa amanhã em clima tenso (O Globo, Rio de Janeiro, 20 jun. 2002. online)

Líderes da UE devem assumir postura dura contra imigração (O Globo, Rio de Janeiro, 18 ago. 2002. online)

UE decide reforçar controle conjunto de fronteiras para barrar clandestinos (O Globo, Rio de Janeiro, 31 mai. 2002. online)

No marco do agendamento de eventos como as eleições na França, na Alemanha e na Holanda, todo um léxico associado ao campo político é (re) atualizado pela combinação de matrizes culturais que associam a Europa a atitudes de intolerância e racismo e a uma tradição conservadora e anti-moderna. *Ultra direita, direita xenófoba, extrema direita, direita radical, direita retrógrada* e *ultranacionalismo* despontam como nomeações que demarcam posicionamentos de candidatos, partidos políticos e governos nacionais frente à interculturalidade migratória.

Nos processos de seleção e construção das notícias, são privilegiados argumentos desses discursos políticos em que a imigração aparece reiteradamente associada a desemprego, criminalidade e violência, fazendo com que a “criminalização” irrompa como sentido privilegiado das migrações contemporâneas à medida em que a experiência migratória aparece associada à ilegalidade, clandestinidade e irregularidade.

³ Algumas cartolas, como *Fortaleza Europa*, criada pela Folha de São Paulo, colaboram para fixar sentidos sobre esse protagonismo da União Européia.

Concorre, para isso, a incidência de um léxico mapeado nas notícias publicadas sobre as migrações contemporâneas que inclui a recorrência de um elenco de expressões relacionadas diretamente aos posicionamentos da Europa e da União Européia assim como das diferentes nações que a compõem frente aos *outros* imigrantes ou estrangeiros. Tal léxico colabora para construir e fixar sentidos em torno de uma matriz de integração regional que comporta desde a (re)atualização de históricas experiências de intolerância, xenofobia e racismo ou, ainda, de um ideário integracionista contemporâneo pautado pela exigência de união, tolerância e pluralismo frente à diversidade sociocultural.

LÉXICO DAS MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS ORIENTADAS À UE

Aversão aos imigrantes estrangeiros	Imigração é um grande problema
Campos de internamento para imigrantes ilegais	Interromper e reverter a imigração
Combate à imigração ilegal	Intolerância com os imigrantes
Conter a imigração	Luta contra a imigração ilegal
Controle das fronteiras	Pressão migratória sobre a Europa
Cortar a corrente imigratória	Pressão migratória sobre a Europa
Desativar a bomba de novos estrangeiros	Projeto de imigração Zero
Endurecimento das leis de imigração	Proposta antiimigração
Evitar a imigração	Racismo mesquinho e nacionalista
Expulsão dos clandestinos	Uso de “canhões” para expulsar os grupos de imigrantes ilegais
Guerra à imigração ilegal	Imigração é um grande problema
Forte onda de xenofobia que tomou conta do continente ..	Interromper e reverter a imigração
Frear imigrantes	Tolerância zero

Pertencente a esse léxico, o vocábulo *antiimigração*, um dos mais reincidentemente referidos no conjunto de textos analisados, parece sintetizar um sentido preferencial ofertado pelas mídias relacionadas a esse posicionamento da Europa e da União Européia frente à realidade das migrações. A presença significativa desse vocábulo nos títulos das matérias publicadas atua para reforçar essa oferta de sentidos.

Vitória da Campanha antiimigração (Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 22 abr. 2002 p. 5)
Europa aprova lei antiimigração (A Tarde, Salvador, 19 jun. 2002. online)
Europa deve ampliar retórica antiimigrante (Folha de São Paulo, São Paulo, 28 abr. 2002. p. A-19)
Europa ameniza proposta da lei antiimigração (Folha de São Paulo, São Paulo, 22 jun. 2002. p. A-13)

Vale destacar, ainda, a incidência pouco significativa das vozes dos próprios imigrantes como fontes de informação das notícias relacionadas a essas imigrações contemporâneas no contexto europeu. Além disso, ao contrário do que se verifica em relação às migrações históricas de europeus no Brasil, a serem analisadas a seguir, esses imigrantes raramente merecem a construção de perfis humanizados em que são destacados sua cotidianidade e os processos de integração sociocultural em que estão implicados.

No entanto, ainda que quantitativamente pouco representativa, a instauração de um debate em torno das tensões provocadas pela presença de uma interculturalidade migratória na construção da identidade européia pode ser observada na construção de algumas reportagens e entrevistas com imigrantes e, especialmente, nos editoriais e artigos publicados nos espaços de opinião dos jornais brasileiros analisados.

2.2 A Europa e a construção midiática das migrações históricas

Ao caráter de criminalização que, conforme já referimos anteriormente, atravessa a cobertura dessas migrações contemporâneas, contrapõe-se o tom celebrativo e de enaltecimento que assume o tratamento midiático das chamadas imigrações históricas envolvendo sobretudo a trajetória de italianos e alemães no Sul do Brasil no século XIX e início do século XX e, em alguns casos, também de portugueses. A *contribuição cultural e artística*, as *festividades e espetáculos*, a *religiosidade* e o *turismo* como principais eixos temáticos encontrados nas notícias sobre as imigrações históricas colaboram para construir uma oferta de Europa ligada a um legado de modernidade deixado pela presença das etnias italianas, alemãs e, em alguns casos portuguesas, no sul do Brasil.⁴

Outra referência importante sobre a midiatização das imigrações históricas é sua maior presença nas editorias locais daquelas mídias sediadas no Sul do Brasil, região onde se concentrou a imigração de matriz européia no Brasil⁵. Em alguns casos, chegam a assumir presença constante e regular em editorias específicas, como é o caso da seção *Almanaque Gaúcho* assinada por Olyr Zavaschi no jornal Zero Hora, de Porto Alegre, em que o resgate da memória e trajetória desses imigrantes e de seus descendentes são abordadas a partir dos eixos temáticos referidos anteriormente.

No mesmo jornal, a referência à descendência européia, especialmente alemã e italiana, é uma constante nos perfis das pessoas falecidas publicados no espaço reservado ao *Obituário*. Pela análise dos textos, percebe-se que essa menção à origem européia opera, desde a perspectiva de uma intencionalidade da produção, como dispositivo humanizador dos perfis das pessoas mortas, colaborando para atribuir um caráter de posituação às suas trajetórias.

Se comparado com as migrações contemporâneas orientadas à União Européia, o processo de produção das notícias sobre migrações históricas é marcado, ainda, por uma maior autonomia em relação ao material das agências de notícias e pelo uso de uma diversidade e contraste maior de fontes de informação. A presença do repórter no local da notícia, a participação, como fontes, de governos e instituições locais, entidades responsáveis pelo acervo e preservação da memória dessas migrações, sociedades e clubes ligados a diferentes etnias de imigrantes, como também de descendentes de imigrantes, são estratégias que contribuem para pluralizar as lógicas de produção sobre as imigrações de matriz européia.

A incidência das experiências locais nas lógicas de produção pode favorecer a construção de vínculos mais estreitos dos leitores com os sentidos ofertados sobre essas imigrações, contribuindo para a (re)atualização da memória social sobre o legado de modernidade deixado pelas culturas de matriz européia na constituição de nossa nacionalidade⁶, conforme sugerem os títulos a seguir.

Família conta história dos seus ancestrais em museu caseiro (Zero Hora, Porto Alegre, 2 mar. 2003. p. 29)

Pórtico lembra colonização alemã (Zero Hora, Porto Alegre, 31 set. 2002. p. 30)

São Leopoldo Fest celebra saga da imigração (Correio do Povo, Porto Alegre, 15 jul. 2002. p. 17)

O próprio uso da fotografia como estratégia visual na construção midiática das migrações históricas é também resultado da interação dos produtores com uma diversidade de acervos produzidos localmente nos processos de seleção dos critérios de visualidade das notícias. Esse acervo inclui o uso de imagens cedidas por museus, sociedades, clubes e pelos próprios descen-

⁴ Os portugueses, especialmente os açorianos, são alvo do agendamento do jornal Diário Catarinense.

⁵ Os jornais Zero Hora e Correio do Povo, sediados em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, e Diário Catarinense, sediado em Florianópolis, Santa Catarina.

⁶ Ainda que a afirmação desses vínculos demande um estudo junto aos receptores desses textos midiáticos. O que não se constituiu em objeto da pesquisa da qual resultou esse artigo.

dentes de imigrantes até a produção fotográfica feita por profissionais do próprio jornal. Em um único espaço dedicado regularmente à tematização dessas imigrações históricas – o Almanaque Gaúcho do Jornal Zero Hora – é possível verificar a presença dessa diversidade na construção da visualidade.

Outra estratégia de construção midiática das imigrações históricas que colabora para a afirmação de matrizes européias é a presença significativa de textos focalizando a trajetória de imigrantes e descendentes de imigrantes europeus, cuja construção aponta para o que a pesquisadora Cremilda Medina denomina de *perfis humanizados* quando define um subgênero de entrevista caracterizado pela apreensão-aprofundamento das histórias de vida, valores e conceitos dos sujeitos entrevistados. (MEDINA, 1990, p. 16)

Dohler foi o primeiro tecelão (Diário Catarinense, Florianópolis, 26 jun. 2002, online)

Fritz Alt – o alemão das esculturas (Diário Catarinense, Florianópolis, 26 jun. 2002)

Santa Paulina é o fato de 2002 (Diário Catarinense, Florianópolis, 14 dez. 2002, online)

Ao propor a (re)atualização de uma *europiedade* ancorada em valores como o trabalho, os sentidos de pertencimento e de comunidade ou, ainda, em legados culturais de progresso e modernidade, deixados pelos imigrantes europeus, o agendamento das imigrações históricas evidencia modos de interpelação dos receptores em que as construções midiáticas das imigrações de matriz européia acabam colaborando para o que a historiadora Sandra Pesavento denomina de revigoração da vigência do Primeiro Mundo como alteridade. O que, na perspectiva de um dos emblemas que preside a constituição da identidade brasileira, pode ser definido, segundo a concepção da autora, como um “voltar as costas para a identidade nacional e ter a Europa como marco identitário” (PESAVENTO, 1999, p. 126).

Esses modos de olhar e (re)construir as matrizes européias emergem atravessados, ainda, por uma noção de cultura ancorada na idéia de tradição como algo estático e a ser preservado, fazendo com que as mídias se tornem, em certa medida, guardiãs do mito de que “as tradições são impenetráveis à mudança” (GIDDENS, 2000, p. 48). Este mito é criticado por Anthony Giddens quando lembra que “as tradições evoluem com a passagem lenta do tempo, mas também podem ser transformadas ou alteradas de maneira bastante rápida. Se assim posso dizer, são inventadas e reinventadas.” (GIDDENS, 2000, p. 48)

Essa reinvenção não está, contudo, ausente desse processo de midiatização, emergindo principalmente naquelas matérias em que as migrações históricas de matriz européia são agendadas e abordadas a partir de sua conversão em produtos midiáticos como telenovelas, minisséries televisivas, filmes, etc, modalidade em que se enquadram 7,8% do total de notícias analisadas.⁷

A partir de uma auto-referencialidade midiática, essa reinvenção atribui e assegura um tipo de visibilidade às imigrações históricas não observada em relação às migrações contemporâneas, cuja conversão em produto midiático tem presença menos significativa no agendamento das mídias.⁸ Ou quando essa presença ocorre, vem freqüentemente carregada do sentido de criminalização abordado anteriormente. É o que verificamos em relação à construção daqueles acontecimentos envolvendo os casos de deportação de “celebridades” como a da cantora mexicana Glória Trevi ou o do cabeleireiro português Serginho, integrante da primeira edição do programa Big Brother Brasil.

As possibilidades de incidência dessa reinvenção das imigrações históricas junto à sociedade podem ser refletidas à luz de uma experiência pedagógica sensibilizadora realizada durante a Semana do Imigrante pela equipe da Pastoral dos Imigrantes sediada na Paróquia Nossa

⁷ Exemplo foi a cobertura dada, pelas mídias que analisamos, à Terra Nostra, telenovela da Rede Globo que enfocou a trajetória de imigrantes italianos no Brasil.

⁸ Desse percentual de 7,8% de matérias referentes a produtos midiáticos, 104 focalizam as migrações históricas e 43 as migrações contemporâneas.

Senhora Pompéia em Porto Alegre.⁹ Alunos do ensino fundamental de seis escolas municipais e estaduais da região metropolitana de Porto Alegre foram motivados pelos professores a expressarem a realidade das migrações através de desenhos, posteriormente exibidos em uma exposição realizada na paróquia durante as comemorações da Semana do Imigrante, em junho de 2002.

A presença privilegiada de modos midiáticos de construção das imigrações históricas nos desenhos expostos, especialmente aqueles que encontram referencialidade nas telenovelas – como, por exemplo, as imagens e Igrejas e de navios de imigrantes com bandeiras da Alemanha e Itália – despontam como um referente importante para entender o quanto essa reinvenção das imigrações históricas configura um tipo de estratégia midiática de atualização e vigência, na sociedade, da memória sobre essas migrações.

A análise das estratégias de construção das imigrações históricas nos jornais impressos permite inferir, por fim, a convergência para uma modalidade de política e gestão da visibilidade midiática que tende ao apagamento das diferenças e à diluição dos conflitos e contradições dos processos migratórios de europeus no cenário brasileiro.¹⁰ Alguns exemplos do léxico específico que vai constituindo um universo de sentidos sobre essas imigrações a partir de suas construções pelas mídias analisadas nos permitem refletir sobre esse modelo de gestão da interculturalidade representada pelas imigrações históricas.

LÉXICO DAS IMIGRAÇÕES HISTÓRICAS DE MATRIZ EUROPEIA NO BRASIL

Acervo	Herança	Patrimônio histórico
Alegria	História	Persistência,
Celebração	Homenagem	Pioneirismo
Comemoração	Incentivo	Preservação
Epopéia	Integração	Raízes
Espetáculo	Investimento	Resgate histórico
Exaltação	Lembrança	Talento
Festa	Modernização	Tradição
Festejos	Passado	União

2.3 O Mercosul e a construção midiática das migrações contemporâneas

A construção da realidade das migrações contemporâneas dinamizadas no contexto dos países do Mercosul, presente em 5,3% das notícias coletadas no universo das mídias analisadas, está em consonância, em certa medida, com as lógicas de midiatização das migrações que se desenrolam no âmbito da União Européia.

É o que observamos em relação ao agendamento, especialmente nos jornais sediados no sul do Brasil, das migrações de latino-americanos e/ou mercosulinos (uruguaios, argentinos, paraguaios, etc.) que circulam ou residem na região metropolitana de Porto Alegre. A exemplo do que se evidencia em relação às migrações no âmbito da União Européia, os fluxos de informação e os processos de construção da noticiabilidade das imigrações internacionais no contexto dos países da América Latina ou do Mercosul têm forte dependência do material enviado por agências de notícias estrangeiras.

A política de contenção de despesas adotada pelas organizações jornalísticas constitui um dos fatores fundamentais para a definição das modalidades de cobertura das migrações assim como de outras realidades socioculturais que se desenrolam no contexto do Mercosul, especialmente no que se refere à presença de repórteres para cobertura no local dos acontecimentos.¹¹ No

⁹ A Pastoral está vinculada ao CIBAI-Migrações, entidade confessional de apoio às imigrações que possui sede na mesma igreja.

¹⁰ Para o aprofundamento dessa reflexão inscrita no marco do debate multicultural, ver GOLDBERG, David Theo. Introduction: Multicultural Conditions. In: *Multiculturalism: a critical reader*. Blackwell, Oxford, 1997. p. 1-41. e HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG/ Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

¹¹ A repercussão dessa política pode ser percebida na dispensa, por parte de Zero Hora, de um correspondente do jornal em Nova Iorque que se constituía em um dos principais produtores de reportagens sobre imigrações, especialmente de brasileiros nos Estados Unidos, publicadas tanto por Zero Hora como pelo Diário Catarinense.

caso de Zero Hora, essa política tem determinado, por exemplo, a ausência de correspondentes do jornal em países do Mercosul, contribuindo para que os fluxos da notícia sobre as nações do bloco e da América Latina publicadas na editoria Mundo e mesmo em outras editorias, como Economia, se originem, principalmente, das agências de notícias, como a norte-americana AP. Os períodos eleitorais, como é o caso da última eleição na Argentina, são um dos poucos acontecimentos que, segundo lembrou um dos repórteres da editoria entrevistados na pesquisa, mereceu o envio de um correspondente ao país vizinho.

Ou seja, as decisões organizacionais relacionadas às variáveis recursos-investimentos resultam na relativização do valor-notícia da proximidade geográfica e cultural nos processos de produção das notícias. Assim, a despeito dos vínculos fronteiriços, sócio-históricos e culturais entre Rio Grande do Sul, estado sede do jornal Zero Hora, com Argentina e Uruguai, a cobertura da realidade das migrações que colocam em relação esses países seguem pautadas por lógicas de produção que não escapam de privilegiar a ótica das agências de notícias na produção da noticiabilidade desse contexto.

Ao valor-notícia da proximidade parecem se sobrepor mecanismos de coleta das informações com base em material oriundo das agências, fazendo com que, também no caso das migrações, a distribuição da coleta de informações não seja casual, conforme sintetiza Traquina: “Em termos jornalísticos, Lagos (Nigéria), por exemplo, está mais perto de Londres do que de Acra (Gana)” (TRAQUINA, 2002, p. 188).

No que se refere à cobertura das migrações contemporâneas no Mercosul e na América Latina, permanece, em certo sentido, vigente, nos jornais estudados, um tipo de construção midiática pautada pela lógica evidenciada, nos anos 70, pelos pesquisadores Luis Ramiro Beltrán e Elizabeth Fox quanto ao controle exercido pelas agências de notícias sobre fluxos internacionais de notícias a respeito do contexto latino-americano, especialmente no “tratamento informativo daqueles processos “dirigidos” de mudanças sócio-estrutural na região”. (BELTRÁN, CARDONA, 1982, p. 53)

No entanto, a essa lógica, analisada criticamente há duas décadas pelos autores, novos elementos organizacionais, contextuais (geopolíticos) e produtivos vão sendo incorporados para promover reconfigurações na própria presença e peso das agências de notícias no agendamento e construção da noticiabilidade da região. O que vai ter repercussão nos processos de visibilidade midiática da realidade das migrações contemporâneas, conforme pudemos observar a partir da observação das rotinas produtivas da editoria Mundo dos jornais Folha de São Paulo e Zero Hora.

A diversificação do serviço de agências de notícias, a agilidade proporcionada pela informatização dos serviços dessas agências e os usos da Internet como fonte de informação complementar ao material recebido são alguns dos fatores que colaboram no redesenho do papel das agências na visibilidade do regional representado seja pelo Mercosul, seja pela América Latina. A presença de profissionais nas redações orientados à cobertura de temas nessas regiões parece também atuar de modo fundamental nessa visibilidade, como é o caso de um dos repórteres entrevistados na editoria Mundo da Folha de São Paulo.¹²

A conjuntura geopolítica, definida pelo peso de nações e dos governos nacionais no cenário internacional é outra variável que concorre para pautar a seleção e os usos dos materiais procedentes das agências de notícia na construção midiática das migrações e de outros acontecimentos no cenário da latino-americano. Esse aspecto aparece destacado nos depoimentos de dois profissionais que atuam na editoria Mundo da Folha de São Paulo quando assinalam que a eleição de Lula e sua política de prioridades em relação à América do Sul serviram para incrementar a cobertura dada pelo jornal à região da América Latina.

¹² A formação desse repórter, que atua há dez meses na editoria Mundo do jornal, inclui um mestrado em História em uma universidade norte-americana, onde produziu uma dissertação focalizando a identidade racial negra de imigrantes brasileiros nos Estados Unidos. O repórter atuou também na sucursal de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, que envolve a cobertura de acontecimentos de uma região de fronteira onde há presença significativa de imigrantes.

Em Zero Hora, a filiação do jornal ao Grupo de Diários das Américas (GDA) contribui para a pluralização das fontes utilizadas na construção de notícias sobre a América Latina. A publicação regular de matérias oriundas do Pulso Latino-Americano, editado pelo GDA, ou, ainda, a constituição de redes de colaboração entre os profissionais que atuam nos cinco jornais filiados ao GDA favorecem, na editoria Mundo de Zero Hora, uma certa relativização tanto da hegemonia exercida pelas agências de notícias norte-americanas e européias como da limitação do envio de repórteres ao local dos acontecimentos.¹³

“Imigrante latino-americano busca novos horizontes” e “Mais de 20% dos latino-americanos vivem ilegalmente fora do país” são os títulos de duas notícias procedentes do Pulso Latino-Americano, editadas pelo GDA e publicadas por Zero Hora na edição de 30 de abril de 2003. As matérias abordam a emigração de latino-americanos para os Estados Unidos, Japão, Austrália e alguns países europeus.

Dois blocos específicos de agendamento das migrações desenroladas no contexto de países do Mercosul como Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, predominam na amostra de mídias analisadas. Em um primeiro bloco de agendamento das migrações no contexto do Mercosul, inscreve-se um conjunto de matérias que trata da presença de estrangeiros na chamada *Tríplice Fronteira*. Publicados em todos os jornais analisados, esses textos relacionam as ações terroristas de muçulmanos em 11 de setembro de 2001 nos EUA a acontecimentos como o crime organizado, a imigração ilegal e o contrabando de armas e drogas que tem como cenário a região de fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai.

A terminologia Tríplice Fronteira e não Mercosul aparece nomeando majoritariamente os acontecimentos que se desenrolam na região, cujo agendamento é atravessado por um forte caráter de criminalização, especialmente em relação às comunidades árabes que vivem na região.

Terrorismo na fronteira do Brasil (Correio Braziliense, Brasília, 22 mai. 2002)

EUA participam de reunião sobre segurança na Tríplice Fronteira (Folha de São Paulo, São Paulo, 18 fev. 2003. p. 15)

Árabes estão apreensivos no Sul (Diário Catarinense, Florianópolis, 19 mar. 2003)

Exército reforça segurança na Tríplice Fronteira (Zero Hora, Porto Alegre, 25 mar. 2003, p. 14)

Medo e expectativa na Fronteira Gaúcha (Zero Hora, Porto Alegre, 21 mar. 2003. p. 20) (420)

Um segundo bloco de agendamento está relacionado ao que chamamos de construção midiática da Argentina como país de emigração, cuja recorrência, na imprensa brasileira, é demarcada qualitativamente pelo uso de cartolas com *Convulsão no Prata*, pelo jornal Zero Hora, e *Argentina em Ruínas* e *Êxodo Platino*, pelo jornal Folha de São Paulo.

*Argentinos fazem fila para abandonar o país*¹⁴ e *Acabou o sonho argentino*.¹⁵ Os títulos de duas matérias publicadas pelos jornais Folha de São Paulo e Zero Hora, abordando, por um lado, o crescimento da emigração de argentinos para outros países, como Brasil, Estados Unidos e Espanha, e, por outro lado, o processo emigratório por parte de outros grupos étnicos, como os peruanos que vivem na Argentina, sintetiza a construção midiática de um posicionamento específico da Argentina seja frente a *outras* nações, como Brasil, Espanha e Estados Unidos, seja a *outras* regiões, como Europa ou América Latina, conforme exemplificam igualmente títulos de outras matérias coletadas.

A terra dos sonhos e dos pesadelos (Zero Hora, Porto Alegre, 27 jan. 2002. p. 30)

“Se busca empleo” (Revista Veja. 24 abr. 2002. p. 65)

Não me lembro de ti, Argentina (Diário Catarinense, Florianópolis, 22 out. 2001. p. 24)

¹³ Além de Zero Hora, participam do GDA, os jornais brasileiros O Globo e Diário de São Paulo, o chileno El Mercurio, o equatoriano El Comercio, o guatemalteco Siglo Veintiuno, o mexicano El Universal, o peruano El Comercio, o uruguaio El País, o venezuelano El Nacional e o porto-riquenho El Nuevo Día.

¹⁴ *Folha de São Paulo*, São Paulo, 9 jan. 2002. p. A-9.

Argentinos vêem Europa como solução (Folha de São Paulo, São Paulo, 12 ago. 2001. p. B-4)
Consulado espanhol tem longa fila em Buenos Aires (Folha de São Paulo, São Paulo, 12 ago. 2001. p. B-4)
Saxofonista que mora na Espanha não pensa em voltar (Folha de São Paulo, São Paulo, 12 ago. 2001. p. B-4)
Em busca de uma nova pátria (Zero Hora, Porto Alegre, 19 jan. 2002. p. 4)
“Só vim para fugir da Argentina” (Zero Hora, Porto Alegre, 19 jan. 2002. p. 5)
Esperança com filho brasileiro (Zero Hora, Porto Alegre, 19 jan. 2002. p. 5)
De volta ao velho Mundo (Zero Hora, Porto Alegre, 19 jan. 2002. p. 5)
Invasão portenha em Miami (Correio Braziliense, Brasília, 4 abr. 2002. online)
Argentinos vão a Miami para se exilar da fome (O Globo, Rio de Janeiro, 22 jun. 2002. online)
Santa Catarina vira casa de argentino (Diário Catarinense, Florianópolis, 23 dez. 2001. p. 20)
Fila por visto na embaixada dos EUA (Zero Hora, Porto Alegre, 21 fev. 2002. p. 22)

A recorrência desse agendamento em quase todas as mídias analisadas e não apenas naquelas situadas no sul do Brasil, sua distribuição por diferentes editoriais, o uso de cartolas, a incidência significativa de sua construção através de reportagens e reportagens especiais, muitas das quais produzidas por profissionais e correspondentes dos próprios jornais, o resgate das vozes dos emigrantes através da construção de perfis humanizados, são dispositivos midiáticos que colaboram para a emergência e consolidação, na agenda pública, da construção midiática da Argentina como país de emigração no contexto da integração regional.

Através da experiência da emigração, a construção midiática de diásporas centradas na relação da Argentina e dos argentinos ora com os Estados Unidos, ora com a Espanha, ora com o Brasil, contribuem para o deslocamento ou a pluralização da matriz cultural do *europismo* na qual tem estado centrado historicamente, no imaginário coletivo, as ofertas de sentidos dos argentinos como grupo étnico e da Argentina como estado-nação. Com o suporte das mídias, essa matriz tem se afirmado e (re)atualizado através, por exemplo, de uma longa trajetória de visibilidade do turismo de argentinos nos estados do Sul do Brasil, como Santa Catarina e Rio Grande do Sul. (JACKS, MÜLLER, MACHADO, 2001)¹⁶

Em um estudo sobre as representações culturais entre argentinos e brasileiros, Gustavo Lins Ribeiro define o *europismo* como “uma articulação complexa de fatores históricos, sociológicos, econômicos, políticos, culturais e demográficos que faz com que a Europa seja o grande e subjacente referencial distintivo de argentinidade” (FRIGERIO, RIBEIRO, 2002, p. 248). A formação de Argentina baseada em uma segmentação étnica nacional derivada de uma migração europeia e branca, sobretudo de matriz espanhola e italiana, aliada aos movimentos de expansão fronteiriça do país ao qual está fortemente associada a figura do “gaúcho”, são dois principais processos culturais, conforme destaca o pesquisador, que contribuem para constituição dessa *europidade*. (FRIGERIO, RIBEIRO, 2002).

A despeito da menor incidência quantitativa de uma visibilidade das migrações do Mercosul se confrontada com as da União Européia, desde uma perspectiva qualitativa, a construção dessas migrações envolvem lógicas de produção em que já se observa, por exemplo, uma presença mais significativa do mundo vivido ou do cotidiano dos imigrantes, como é o caso da própria cobertura local dada à imigração de argentinos que verificamos em reportagens e entre-

¹⁵ Zero Hora, Porto Alegre, 30 jan. 2002. p. 30.

¹⁶ Sobre o tema do turismo e discurso jornalístico sobre os argentinos, ver o estudo de JACKS, Nilda; MACHADO, Marcia; MULLER, Karla. Os argentinos “invadem” o Brasil: a representação dos “hermanos” no discurso jornalístico sulino. In: XXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. 2001, Campo Grande. **Anais do XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Campo Grande: Intercom, 2001. O estudo das autoras permite relativizar, em certo sentido, essa afirmação do europeísmo através da construção midiática do turismo argentino, ao destacarem como valores históricos e culturais que se constroem nas rivalidades entre argentinos e brasileiros podem “contaminar” o discurso jornalístico, à medida em que observam traços de discriminação e preconceito no tratamento midiático dados aos turistas argentinos pelo jornal Diário Catarinense.

vistas produzidas por jornais como o Diário Catarinense. Ou, ainda, da produção de reportagens e entrevista por parte de profissionais enviados pelos jornais que escapam à lógica das agências de notícias. Nessa perspectiva, destacam-se os textos de autoria de jornalista Carlos Wagner, de Zero Hora, um dos repórteres do jornal que tem se dedicado à cobertura de acontecimentos relacionados à Tríplice Fronteira.¹⁷

Outra reportagem focalizando mais diretamente a relação entre migrações e fronteira foi produzida localmente por iniciativa de um repórter da sucursal de Zero Hora na cidade fronteiriça de Uruguaiana. Com a manchete *Uruguaiana entra na rota internacional da imigração ilegal*, a matéria foi publicada como reportagem especial que toma como referência uma pesquisa nacional desenvolvida pela ONG Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (Cecria), de Brasília. A pesquisa buscava investigar a entrada ilegal no Brasil de imigrantes oriundos da Argentina através da ação dos chamados “coiotes” brasileiros na fronteira do Brasil com a Argentina em colaboração com taxistas e caminhoneiros da região.

Observa-se, ainda, um papel preponderante desempenhado por entidades confessionais de apoio às migrações para atribuir visibilidade, nas mídias locais e nacionais, de uma cotidianidade dos imigrantes, contribuindo para a pluralização dos sentidos de criminalização que marcam a presença das migrações contemporâneas e latino-americanas. Esse papel estende-se à produção e circulação, por parte dessas entidades, de mídias alternativas e comunitárias ou materiais comunicacionais e pedagógicos dirigidos aos imigrantes e às lideranças que trabalham junto às populações imigrantes.¹⁸

Referências bibliográficas

- BELTRÁN, Luis Ramiro; CARDONA, Elizabeth Fox de. *Comunicação dominada: os Estados Unidos e os meios de comunicação na América Latina*. Rio de Janeiro, 1982.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Oeiras: Celta Editores, 1997 apud TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo*. Lisboa: Quimera, 2002.
- COGO, Denise. *Mídia, migração e interculturalidade*. São Leopoldo: Unisinos/CNPq/Fapergs, 2004 (relatório de pesquisa vol. I e II).
- GARCIA CANCLINI, Néstor. *La globalización imaginada*. Buenos Aires: Paidós, 1999.
- GIDDENS, Anthony. *O mundo na era da globalização*. Lisboa: Editorial Presença, 2000.
- GOLDBERG, David. Theo. (1997) *Multiculturalism: a critical reader*. Blackwell: Oxford.
- GRIMSON, Alejandro. “Nacionalidad y nacionalismo en un puente bloqueado. Contrastes periodísticos en la frontera argentino-paraguaya”. *Estudios migratorios latinoamericanos*. Buenos Aires, v. 1, n. 40-41, 511-537. 1998-1999.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG/ Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- JACKS, Nilda; MACHADO, Marcia; MULLER, Karla. Os argentinos “invadem” o Brasil: a representação dos “hermanos” no discurso jornalístico sulino. In: XXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. 2001, Campo Grande. *Anais del XXIV Congreso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Campo Grande: Intercom, 2001.
- LORITE GARCIA, Nicolás. (dir.) *Tratamiento de de la inmigración en España. Año 2002*. Madrid: Instituto de Migraciones y Servicios Sociales/Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales, 2004
- MARTIN-BARBERO, Jesus. *De los medios a las mediaciones*. Mexico: Gustavo Gilli, 1987.
- MEDINA, Cremilda. *Entrevista: o diálogo possível*. São Paulo: Ática, 1990.

¹⁷ Carlos Wagner é autor da obra *País-bandido: crime tipo exportação*. Porto Alegre: RBS Publicações, 2003. A publicação reúne uma série de reportagens realizadas na região da Tríplice Fronteira. Wagner é autor ainda de uma série de reportagens sobre os brasiguaios, grupos de agricultores brasileiros que emigraram para o Paraguai.

¹⁸ Dentre essas organizações, situam-se o Centro Ítalo-Brasileiro de Auxílio ao Imigrante (CIBAI) e o Centro de Estudos Migratórios Cristo Rei, localizados em Porto Alegre; a Missão Scalabriniana de Orientação ao Migrante, com sede na Estação Rodoviária de Porto Alegre; o Centro de Estudos Migratórios, o Serviço à Pastoral dos Migrantes e o Centro Internacional para Jovens-Scalabrini, com sede em São Paulo.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. A cor da alma: ambivalência e ambigüidades da identidade nacional". *Véspera dos 500 Anos - Ensaios FEE*, 39.124-133.

RIBEIRO, Gustavo. Lins. "Tropicalismo e europeísmo: modos de representar o Brasil e a Argentina".

FRIGERIO, Alejandro, RIBEIRO, Gustavo. Lins. (eds.). *Argentinos e brasileiros. Encontros, imagens e estereótipos*. Petrópolis: Vozes, 2002.

TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo*. Lisboa: Quimera, 2002.

PROLETÁRIOS ITALIANOS NA AMÉRICA LATINA: UM TRAJETO ENTRE EMANCIPAÇÃO E ESQUECIMENTO

Renzo M. Grosselli

O ano de início da emigração de massa da Itália não foi 1876, ano considerado oficialmente no país como marco de saída da grande emigração. Não foi nem 1875 como vários historiadores afirmam. O ano de 1875 não foi sequer o de abertura da grande imigração italiana no Brasil. O ano foi 1874, quando pouco menos de 400 pessoas, de idioma e cultura italiana, a maioria originária do Trentino, naquele tempo pertencente ao império da Áustria-Hungria e chamado Tirol Italiano (uma minoria deles era do Vêneto então italiano) chegaram ao porto de Vitória, Espírito Santo, trazidos ao Brasil por conta de um patrício fazendeiro.¹ A pequena confusão, depois de tantos anos passados, define quanto ainda temos que estudar para esclarecer um fenômeno social que foi, ao longo de 100 anos, o mais marcante da história italiana.

As fontes oficiais italianas anotam a saída do país, entre 1876 e 1976, de 27 milhões de pessoas. 15 milhões delas emigraram no período de 1875 até 1915; 4,7 milhões de 1916 até 1945; enfim, 7,3 milhões no período entre 1946 e 1976.² Como termo de comparação, anotamos que a Itália, em 1901, tinha 32 milhões e meio de habitantes. O período de maior fluxo rumo às Américas foi entre 1874 e 1915. Até o final do século XIX foi privilegiada a América do Sul, do começo do século XX até 1921 o ímã foram os Estados Unidos. O número recorde de emigrados teve-se em 1913 com 870.000 saídas. Estes números revelam a enormidade do fenômeno migratório italiano. É o maior entre os países europeus, atingindo seu nível máximo, entre 1901 e 1910, superado somente em porcentagem pelo fluxo irlandês entre 1881-1890.

Talvez seja útil lembrar também que foram poucos os países de imigração que receberam mais de 100.000 italianos em certos anos, seja na Europa seja nas Américas. Principalmente os Estados Unidos conheceram, entre 1901 e 1910, médias de entradas italianas superiores as 230.000 pessoas e, entre 1911 e 1920, ao redor de 157.000. A seguir, vem a França que, entre 1921 e 1930, teve médias de entradas de emigrantes italianos de 101.000 pessoas e a Suíça de 102.000, entre 1961 e 1970.

Na América Latina as maiores médias anuais foram as da Argentina, superiores 70.000 unidades, entre 1901 e 1910, e do Brasil que no período entre 1891 e 1900 recebeu uma média anual de 58.000 italianos.³ O Brasil nunca superou os 20% do fluxo de saída da Itália; só os Estados Unidos, França e Suíça o superaram.

Em um século de emigração houve uma certa compensação entre fluxo europeu e fluxo americano (os italianos emigraram também rumo à Austrália, especialmente depois da Segunda Guerra Mundial, mas se fala de 30.000 pessoas somente no período de 1951-1970).

A América ganhou a parada em dois momentos: 1876-1886 e 1901-1914. Com maior precisão, podemos dizer que os emigrantes da Itália Meridional e das Ilhas preferiram o destino americano, os da Itália do Norte o destino europeu (os da Itália Central se dividiram, dependendo das regiões e dos períodos). A razão é simples: ao longo de um grande período central do fenômeno da emigração de massa italiana custava menos ao italiano do Sul a viagem para a América do que para a Europa.

Evidentemente, nem todos os emigrantes ficaram nos países que os hospedaram. Os

¹ R. M. Grosselli: *Noi tirolese sudditi felici di Dom Pedro II*, Porto Alegre 1999

² Commissariato Generale dell'Emigrazione: *Annuario Statistico dell'Emigrazione*, Roma 1926

³ ISTAT: *Sommario di statistiche storiche dell'Italia 1861-1975*, Roma 1976

números nesse contexto são ainda mais difíceis de se estabelecer. Mas, somente para propôr um dado significativo, diremos que se calculou que, entre 1880 e 1956, dos Estados Unidos retornaram 50% dos italianos que haviam emigrado para lá.⁴ Não foi tão grande a porcentagem dos que voltaram da Argentina e do Brasil, pois a imigração nestes dois países também se fixou na agricultura.

Quem eram os italianos que emigraram durante um século, mas especialmente até 1915? Vamos responder com as palavras do maior historiador italiano do Novecento, Gioacchino Volpe, esquecido injustamente por causa da sua ligação com o fascismo: “Era uma emigração essencialmente proletária”. Somente 2% era composta por comerciantes e 1% por profissionais, livres empresários, artistas e intelectuais.⁵

Tratava-se de trabalhadores sem um pequeno capital à disposição para comprar terra, montar uma oficina, viver dignamente os primeiros dias da chegada no novo país. De 1897-1898 (mas temos que confirmar que foi assim pelo menos até a Segunda Guerra Mundial), a média do dinheiro importado para os Estados Unidos pelos imigrantes era de 46 dólares por cada alemão, 8 dólares pelo italiano, 7,70 pelo português.⁶

Uma porção relevante deles era analfabeta. Entre os países que forneciam emigrados, somente Portugal apresentava taxas de analfabetos mais elevadas. Entre os imigrados analfabetos entrados nos Estados Unidos de 1899 a 1910 as maiores porcentagens se encontravam entre os portugueses, e era de 68,2%, entre os turcos 59,5%, entre os italianos do Sul 53,9% e os sírios 53,3%. Os italianos do Norte analfabetos perfaziam 11,5%, 6,3% os franceses e 5,2% os alemães.⁷ Aqui temos que especificar os dados da emigração italiana total, verificando a emigração regional. Perto de 33,3% dos emigrados italianos vinham do *Meridione* e outros 33,3% vinham das áreas do Centro-leste. Só 23,4% provinham das áreas mais desenvolvidas da Itália, do Noroeste.⁸ Isto é importante determinar porque uma das características da emigração italiana foi o seu regionalismo. A Itália era um país que estava se formando, depois da unidade territorial conseguida a partir de 1870 (mas concluída somente com a guerra mundial de 1914-1918 que devolveu ao país terras como o Trentino e o Trieste). As diferenças econômicas, sociais e culturais eram profundas, especialmente entre a Itália do Norte e a Itália do Sul (e várias áreas centrais como as regiões de Marche e Umbria).

Aqui queremos só anotar que quando, em 1860, o Sul da Itália foi anexado, pela força, ao nascente país, dois ministros piemonteses, ao entrarem em Nápoles, escreveram assim. Della Rocca: “O pior é que a imoralidade está no máximo, a mentira, a falsidade, a hipocrisia, a vilania, o roubo são moedas comuns”. E Constantino Nigra: “Uma administração corruptíssima do início ao fim. Péssima imprensa, povo doce sim, mas instável, ocioso e ignorante”.⁹ Também temos que observar que o novo governo, no Norte, começou a pisar mais ainda sobre o Sul do país.

Embora fossem principalmente dois os grupos de emigrantes italianos, genericamente definidos como italianos do Norte e italianos do Sul, era muito maior a complexidade daquela massa emigrante. O regionalismo era uma característica marcante. “Regionalismo, e ainda melhor, localismo e particularismo forneciam as verdadeiras bases iniciais e os únicos traços comuns de identidade”.¹⁰ Nem sequer o idioma unificava os italianos. Os emigrantes proletários, mais 90% então, não sabiam falar a língua italiana, pois conheciam somente o dialeto. E o dialeto de uma região não era compreendido pelos emigrados da região vizinha. Anotamos o que dizia um padre

⁴ M. Livi Bacci: *L'immigrazione e l'assimilazione degli italiani negli Stati Uniti secondo le statistiche demografiche Americane*, Milano 1961

⁵ G. Volpe: *Storia d'Italia moderna 1898-1910*, Firenze 2002 p. 204

⁶ *idem*, p. 205

⁷ Ministero degli Affari Esteri: *Bollettino dell'Emigrazione*, XV, n. 10-12, p. 1018

⁸ E. Sori: *L'emigrazione italiana dall'Unità alla seconda guerra mondiale*, Bologna 1979 p. 22. Temos porém que prestar atenção a um aspecto, relativamente à imigração brasileira: no período auge da colonização de terra virgem, até o final do século XIX, o Nordeste da Itália liberou, nas várias décadas, de 41% a 49% do total dos emigrantes do país

⁹ P. Pinto: *Vittorio Emanuele II. Il re avventuriero*, Milano 1995 p. 361

¹⁰ E. Franzina: *Gli italiani al Nuovo Mondo*, Milano 1995 p. 361

trentino que foi viver em Santa Catarina com os emigrantes da sua região: quando chegaram os dois primeiros grupos no território de Nova Trento, os trentinos achavam que os camponeses de Monza (Milão) eram alemães, por causa da língua.¹¹

O que ainda mais dividia as massas emigrantes italianas era a desconfiança que existia entre italianos do Norte e do Centro-Sul, o que continuará ao longo de um século. As diferenças enormes e a história distinta ao longo de séculos farão com que o processo de identidade nacional não possa se dizer concluído nem mesmo hoje, apesar de grandes progressos neste sentido.

A “categoria profissional” que sempre foi preponderante entre os emigrantes italianos foi a do camponês, *contadino*, especialmente no período de 1874 até a Segunda Guerra Mundial. Quando o Commissariado Geral da Emigração apresentou uma pesquisa, relativa ao período entre 1878 e 1911, resultou que os agricultores forneciam 40-55% até 1901, 37% em 1906 e 29% em 1911. Mas os números não devem nos enganar. Havia também 18-31% de *braccianti* (trabalhadores que desempenham trabalhos braçais) e 12-16% de pedreiros, uma atividade que, especialmente no Norte da Itália, ocultava outros agricultores. Em Nova Trento (S. Catarina) existe ainda um dito popular: quando entre os primeiros imigrantes trentinos nascia um menino, era jogado contra a parede da casa: se ficasse grudado, seria um pedreiro, se caísse no chão, seria um padre. Desde os tempos das grandes obras públicas na Europa, na época napoleônica, muitos homens do campo começaram a diversificar sua atividade anual, parte na roça, parte nas cidades e planícies européias, construindo estradas, casas, ferrovias etc. Então, poder-se-ia dizer que especialmente no período até a Primeira Guerra Mundial (e talvez até a Segunda) 70%-90% dos emigrantes italianos era de origem camponesa.

Havia emigrantes que, às vezes, os países que os hospedavam não apreciavam porque, na maioria, eram emigrantes temporários. O fenômeno aconteceu no Brasil das colônias e, mais ainda, nos Estados Unidos onde os *byrds of passage* foram objeto de legislação específica.

A temporariedade foi outra característica marcante do fluxo italiano. E havia fartas razões para isso. Em primeiro lugar, a pequena propriedade era muito difundida na Itália do Norte, mais ainda nas montanhas. Existia também em duas áreas do Sul, a Campania e a Basilicata. Mas em outras regiões, Umbria e Marche, ao lado de uma certa fatia de pequenos proprietários agrícolas, era muito comum o contrato de parceria na agricultura. Os dados nos sugerem que havia uma parte importante dos emigrantes, especialmente até a Segunda Guerra Mundial, que eram pequenos proprietários rurais. Eles, na impossibilidade de virar proprietários de áreas maiores de terra no exterior e principalmente nas Américas, tinham o projeto de emigrar para juntar o dinheiro suficiente para poder voltar para a pátria, adquirir nova terra e voltar a ser agricultores com maior fôlego. Isso, freqüentemente, acontecia, especialmente com os filhos das montanhas italianas, onde a terra custava menos e era mais acessível.

Mas, normalmente, depois de ter comprado um campo, consertado a velha casa e consumido o restante do dinheiro, o agricultor se dava conta de que na Europa não se podia mais viver com o resultado de uma pequena roça e, aliás, a mesma experiência da emigração fazia com que o homem da roça mudasse a sua cultura, a sua visão do mundo, as suas expectativas. Muitos emigrantes italianos, especialmente nas décadas até 1915 voltavam mais de uma vez para a América. E houve quem, durante a sua vida, voltou várias vezes, ano após ano, talvez para fazer a colheita no Norte da Argentina, depois no Sul do mesmo país (eram chamados de “andorinhas”) e, enfim, encontrar um trabalho provisório nos Estados Unidos e voltar para a Itália depois de vários meses. Mas a maioria dos que voltaram várias vezes à América, o fez rumo aos Estados Unidos, mercado que oferecia sempre novas ocasiões de trabalho, nem que fosse nas muitas localidades mineiras. 50% dos italianos que entraram nos Estados Unidos permaneceram lá, 50% voltaram.

Mas eram outras as razões da ida e volta dos italianos. Uma delas era o que se chama de

¹¹ A. Ganarini: Notizie di Brusque e Nova Trento ossia delle Colonie Itajahy e Principe Dom Pedro nella Provincia di Santa Cattarina del Brasile, Trento 1880

“cultura da mobilidade”. Ao longo do segundo milênio, mas especialmente a partir dos séculos XVI e XVII, nas montanhas italianas e de outras terras da Europa (e note-se que a Itália é praticamente totalmente montanhosa) as populações souberam manifestar capacidades artesanais ou de comércio que permitiam às famílias de pequenos agricultores sobreviver nas montanhas apesar da pouca terra, do pouco gado e das condições climáticas nada favoráveis: verão muito curto e pouco apto a produzir muita variedade de plantas, inverno rígido e longo. Durante o inverno, os chefes de família e os filhos maiores de 12-13 anos deixavam a sua terra e se espalhavam nas planícies italianas ou do Centro da Europa (com o século XIX alguém se dirigiu também para as Américas e a Austrália) para serem mascates, afiadores, limpa-chaminés, músicos nas festas populares e nos casamentos, caldeireiros ou toucinheiros ambulantes.¹² Deixavam a aldeia no outono, geralmente no começo de novembro, e voltavam na primavera, na ocasião da Páscoa. Assim podiam trabalhar na boa estação da roça e, depois, aumentar a renda agrícola familiar durante a estação morta. Isto era muito freqüente nos Alpes, mas há provas de que o mesmo acontecia também na Itália Central dos Montes Apeninos e em certas zonas da Itália do Sul.¹³

Houve séculos de tradição de movimentos migratórios sazonais. A eles se somaram, a partir do final do século XVIII, os movimentos de emigração temporária desencadeados pela revolução européia bonapartista que desestruturou o mundo agrícola tradicional foi promotor de grandes obras públicas que mobilizaram as massas de trabalhadores rurais que sempre menos podiam viver apenas do produto da sua roça. Tratava-se de pedreiros, mineiros, cavadores, ferreiros, simples braceiros e pequenos empreendedores que iam trabalhar nos grandes projetos de construção de estradas, ferrovias, túneis, saneamento de grandes áreas alagadiças, edificação de novos bairros nas grandes cidades, de canais navegáveis. O fenômeno durou quase até a Primeira Guerra Mundial.

Mas foi também outro, importantíssimo, fenômeno “americano” que forçou muitos emigrantes italianos a ser um *byrd of passage*, um emigrante temporário. A razão estava no fato que todos aqueles, e eram a maioria ao menos até o 1915, que procuravam terra e propriedade na América, para chegar a ser agricultores, se deram necessariamente conta, por volta de 1890, que esta possibilidade tinha acabado: nos Estados Unidos, na Argentina e no Brasil. As portas estavam abertas para quem queria um trabalho na indústria, nas cidades, nas minas, ou nas grandes propriedades rurais, mas não como dono da terra e sim como subordinado de um latifundiário.

Os italianos do Norte procuravam a terra como propriedade mais do que os italianos do Sul. Mas é necessário dizer que quando estes últimos se puseram a caminho, a partir do final do século XIX, a América não oferecia mais terra como propriedade a ser conquistada.

Agora uma nova pergunta: como emigravam os italianos? A resposta os diferencia muito dos emigrantes alemães, ingleses ou franceses (e até certo ponto de espanhóis e portugueses). Eles partiram sozinhos e praticamente abandonados pelo Estado. Aqui gostaríamos de fornecer exemplo simples, relativo ao último importante período do fenômeno migratório italiano, depois da Segunda Guerra Mundial. Em 1946, o governo italiano assinou um contrato com o governo da Bélgica: a cláusula mais importante dizia que a Itália teria “exportado” um certo número de emigrantes para a Bélgica e teria recebido como recompensa uma certa quantidade de carvão, combustível da indústria de uma nação que não dispunha de recursos naturais para movê-la. Os emigrantes tinham que trabalhar nas minas de carvão. Aconteceu que quem não gostava deste trabalho (era mais frequente por parte dos italianos do Sul) era internado em um campo de

¹² O estudo deste fenômeno não é muito antigo e, na Itália, a escola de antropólogos e historiadores que o apresentou é do Piemonte. Estamos falando de autores como P. P. Viazzo: *Comunità alpine. Ambiente, popolazione, struttura sociale nelle Alpi dal XVI secolo a oggi*, Bologna 1990; D. Albera: *“L'emigrante alpino: per un approccio meno statico alla mobilità spaziale”* in *Les hommes et les Alpes. Atti del convegno* (Torino 6-7 ottobre 1989), Casale Monferrato 1991; P. Corti: *Paesi di'emigranti, itinerari, identità collettive*, Milano 1990. Veja-se também R. M. Grosselli: *L'emigrazione dal Trentino. Dal Medioevo alla prima guerra mondiale*, S. Michele all'Adige 1998.

¹³ M. Della Pina: *“Migrazioni interne e quadri regionali: riflessioni sul caso toscano”* in: *“Bollettino di demografia Storica”*, 19, 1993 e A. Sinisi: *“Migrazioni interne e società rurale nell'Italia Meridionale (secoli XVI-XIX)”* in: *“Bollettino di demografia Storica”*, 19, 1993.

concentração e depois expulso do país. Deveria tratar-se de homens saudáveis e jovens, de 18 a 35 anos (até 45 a partir de 1954). Estes homens, na maioria das vezes voltavam à Itália, ou morriam na Bélgica, muito jovens ainda, com silicose.

O fato pode resumir a posição, quase geral, dos governos italianos que se sucederam ao longo de 100 anos, em relação ao fenômeno migratório. Os emigrantes italianos foram essencialmente usados pela própria pátria. Em síntese, pode-se dizer que o país “usou a emigração, como estratégia de crescimento”.¹⁴ No começo do século XX, o dinheiro que entrava na Itália, por conta dos emigrantes, constituía 13% de todas as entradas financeiras do País. Esses números que eram indispensáveis para financiar o progresso industrial da nova nação.

Nas décadas entre o final do século XIX e o começo do XX, grande importância teve a América neste sentido. Muito mais os Estados Unidos, menos a Argentina e o Brasil, porém igualmente importantes. Como exemplo, anotamos que entre 1886 e 1899, dos Estados Unidos, os emigrados italianos enviaram à pátria 38.546.000 liras, menos de 5 milhões da Argentina e 1.821.000 do Brasil.¹⁵ “Em outras palavras, a exportação de exuberante força de trabalho constituiu uma espécie de ‘arma secreta’ da industrialização italiana”.¹⁶

Em suma, a emigração foi considerada pelas classes dirigentes italianas, não como uma doença do corpo social, um empobrecimento da sociedade e da economia (como aconteceu em outros países que procuraram extirpar as causas da emigração) mas como uma espécie de válvula de escape das tensões sociais desencadeadas pelo processo de modernização do país e, ao mesmo tempo, modalidade para criar recursos que seriam investidos no processo de industrialização e modernização.

Contra os próprios interesses, contra a própria carne, a Itália praticamente abandonou os próprios emigrados. Assim que eles deixavam a pátria tinham que se virar.

A rede consular italiana, até o final (e poderíamos dizer até os nossos dias), demonstrou-se insuficiente em termos quantitativos e ainda mais em termos de atitudes para com os emigrados. Na Europa, de certa maneira, foi possível suavizar a situação através das organizações de assistência que, a partir do final do século XIX, surgiram por conta, sobretudo da Igreja católica e de seus departamentos, logo imitada logo pelo Partido Socialista: os patronatos da Bonomelli ou da Umanitaria especialmente.

Nas Américas a condição de abandono dos emigrados foi muitas vezes total, especialmente na América do Sul. Os consulados eram escassos numericamente, freqüentemente substituídos por simples vice-consulados ou agências menores entregues nas mãos de comerciantes ou profissionais que não tinham nenhuma formação específica. “O governo italiano – escreve Angelo Trento – não demonstrou grande interesse em relação aos próprios cidadãos uma vez que eles superaram as fronteiras do país; porém no caso da América Latina a indolência do governo chegou a limites dificilmente alcançáveis em outras situações”.¹⁷ Isto não se referia somente ao número dos consulados mas também a sua desorganização, falta de verbas, indiferença em relação aos imigrantes e suas necessidades.

Com a nova lei do 1901 que criou o Commissariato Geral da Emigração pareceu que também a assistência aos emigrados já estabelecidos no exterior poderia ser muito melhorada.¹⁸ Mas não foi assim: a organização consular continuou inadequada e os funcionários “mantinham uma visão classista do problema e demonstravam escassa disponibilidade de instaurar um relacionamento de confiança e colaboração com os emigrados”.¹⁹

Com relação ao Brasil, talvez somente a Áustria-Hungria (que porém enviou ao país pouco

¹⁴ E. Sori: cit. p. 121.

¹⁵ A. Trento: Do outro lado do Atlântico. Um século de emigração italiana no Brasil, S. Paulo 1988 p. 74

¹⁶ Z. Ciuffoletti-M. Degl'Innocenti: L'emigrazione nella storia d'Italia 1868/1975, Firenze 1978, tomo I p. 457

¹⁷ A. Trento: cit. p. 163.

¹⁸ R. M. Ostuni: “Momenti della “contrastata vita” del Commissariato generale dell'emigrazione (1901-1927)” in: B. Bezza (org.): Gli italiani fuori d'Italia. Gli emigrati italiani nei movimenti operai dei paesi d'adozione 1880-1940, Milano 1983.

¹⁹ Z. Ciuffoletti-M. Degl'Innocenti: cit. p. 374.

menos de 80.000 emigrantes, contra os quase dois milhões da Itália), parecia menos atenciosa para com os seus patrícios. Especialmente se eram etnicamente italianos ou eslavos. Mas na realidade quando houve problemas com o governo brasileiro ou com os fazendeiros soube-se fazer respeitar com a ajuda da rede consular alemã.²⁰

Na América Latina mais que nos Estados Unidos foram as estruturas da Igreja Católica que procuraram suprir a falta do Estado italiano. Penso nos padres escalabrinianos, salesianos, capuchinhos, e por vezes organizações como a *Italica Gens*.²¹

Na luta entre os países importadores de mão de obra nas Américas, foram os Estados Unidos que ao longo das três décadas mais importantes do fenômeno migratório italiano (quando ao imponente fluxo do Norte da Itália se somou aquele mais imponente do Sul, de 1890 a 1921) ganharam a parada e a ganharam também no sentido da quantidade total de emigrantes italianos recebidos. Os dados falam de mais de cinco milhões de imigrantes italianos nos Estados Unidos entre 1800 e 1900, 2,8 milhões na Argentina, 1,7 milhões no Brasil.²²

A América Latina, inteira, recebeu então mais ou menos a metade do fluxo total italiano rumo ao além mar. Para a Austrália se dirigiram poucas dezenas de milhares de italianos. O Canadá, no momento de máxima atração, recebeu, entre 1951 e 1970, cerca de 40.000 italianos.²³

Nas primeiras décadas da grande emigração italiana, os emigrantes procuravam especialmente terra. Terra livre para ser adquirida e trabalhada, terra para continuarem a ser, ou voltarem a ser, agricultores. No começo isto foi possível, especialmente nas décadas de 70 e 80, nos Estados Unidos, na Argentina e no Brasil, mas também, embora em número muito limitado, no Uruguai, na Venezuela, no México e até na Guatemala.

Na década de 1890, exatamente quando a mobilidade das classes trabalhadoras italianas se ampliava enormemente, com a abertura do grande fluxo emigratório meridional, o acesso à terra foi barrado: nos Estados Unidos, na Argentina e no Brasil o território ainda livre e potencialmente disponível para a colonização passou substancialmente às mãos das grandes companhias financeiras, ferroviárias. A política imigratória era determinada pelos latifundiários que precisavam de mão de obra nas próprias plantações, ou simplesmente pela especulação imobiliária que impediu o acesso dos emigrantes italianos à propriedade da terra.

Apesar disso, a destinação americana continuou a ser preponderante, de 1881 a 1920, com um pique de 58,3% do inteiro fluxo emigratório italiano de 1901 a 1910 (18% a 23%, de 1861 a 1881, e por volta de 40%-45%, de 1921 a 1960).²⁴

Por que os Estados Unidos ganharam esmagadoramente a batalha da imigração? São claramente várias as razões: o clima, a organização “européia” da sociedade, o alto valor do dólar no mercado financeiro, a grande disponibilidade de trabalho. Parece-nos, contudo, suficiente propôr uma única consideração que engloba todas as razões e que foi citada pelo historiador italiano Ercole Sori: o mercado do trabalho dos Estados Unidos era “capitalístico”. “Um desenfreado liberalismo do mercado do trabalho que, para garantir equilíbrio entre demanda e oferta, deslocou enormes quantidades de pessoas de um lado para o outro do Oceano Atlântico”.²⁵

Além da terra, para os ingleses, irlandeses, alemães, escandinavos, havia à disposição grande possibilidade de emprego nas minas de ouro, prata, ferro, cobre e outros minerais, empregos nas fábricas químicas, têxteis, madeireiras, fábricas de transformação dos produtos agrícolas, na

²⁰ R. M. Grosselli: *Da schiavi bianchi a coloni. Un progetto per le fazendas. Contadini trentini (veneti e lombardi) nelle foreste brasiliane. Parte IV: S. Paulo 1875-1914*, Trento 1991.

²¹ A Igreja tinha interesse em fazer isso. Em primeiro lugar houve uma parte da estrutura que pensou em enfrentar o capitalismo nascente, também na Itália, através da “exportação” da classe camponesa para lugares onde pudesse reconstruir as suas bases materiais e espirituais sob o controle, de novo, dos padres e bispos. Depois, os emigrantes italianos constituíam também um fator de catolicização de novo território, como a América. Enfim, houve um momento no qual a Igreja se encontrava na Itália com um clero numeroso demais e talvez não propriamente apto a enfrentar a nova fase da modernização. Daí, também, a utilidade de promover a sua emigração, acompanhando os emigrantes

²² Os números são variáveis, dependendo das fontes, e os anotados podem ser entendidos como simplesmente indicativos

²³ ISTAT: cit.

²⁴ Vejam-se as elaborações dos dados apresentadas por Z. Ciuffoletti-M. Degl’Innocenti: cit.

²⁵ E. Sori: cit. p. 56.

siderurgia e até na marinha pesqueira e no setor hoteleiro, já desde as últimas décadas do século XIX. Nas cidades, que cresciam rapidamente, os espaços de trabalho qualificado ou simplesmente braçal na indústria e no comércio, eram enormes.

O que podia oferecer a América Latina aos emigrantes italianos que pudesse superar a concorrência norte-americana? Considerada a elevada presença de agricultores, seja aqueles ainda ativos seja os que recém tinham perdido a sua roçinha, a América podia oferecer antes de tudo um pedaço de terra em propriedade.

Depois, alguns países, ao longo de algumas décadas, puderam oferecer também trabalho na construção de ferrovias. Nas áreas onde havia uma certa concentração de população inicial e, sobretudo onde circulava uma certa quantidade de capital nacional e estrangeiro (porque existia produção, exportação, dinheiro que entrava e saía), puderam ser abertos espaços de trabalho no comércio, na nascente indústria, no artesanato. Até nos interstícios do mercado do trabalho havia espaço para engraxates, aguadeiros, vendedores de peixe, jornais, castanhas torradas.²⁶ Mas eram somente três as cidades que tinham um futuro como metrópole, apresentando as condições iniciais de população e de mercado necessárias: Buenos Aires, Montevideu e S. Paulo. A elas se contrapunham muitas outras cidades norte-americanas, grandes e médias, que garantiam as mesmas possibilidades. O mercado argentino, como anota Sori, era mercado “semicapitalístico” e o do Brasil “protocapitalístico”.

Apesar das condições desfavoráveis de saída, três países da América Latina souberam atrair, juntos, não muito menos que a quantidade de emigrantes italianos que soube atrair o grande país do Norte.

O restante do subcontinente não o conseguiu ou não o quis. Durante mais de um século se formaram comunidades italianas em todos os países latino-americanos, do México ao Paraguai. Mas se pensarmos que, depois dos três países citados, foi a Venezuela quem atraiu mais emigrantes italianos e no momento do auge da busca pelo petróleo nos anos 1950-1960, recebeu mais ou menos 200.000 italianos (a maioria deixou o país nas décadas seguintes), entedemos como o assunto da imigração italiana foi questão da Argentina e do Brasil (do Uruguai não tanto pelo número absoluto de imigrados, mas pela porcentagem sobre o total da população). Algumas dessas nações, por exemplo, a Venezuela e o México criaram projetos de colonização e também leis e estruturas burocráticas que se ocupavam com o assunto da imigração.²⁷

Para começar a atrair as imponentes massas de emigrantes potenciais da Itália, foi necessário começar a prometer a elas a terra como propriedade. O fluxo posterior, especialmente com a abertura das comportas da emigração meridional, também foi dirigido às cidades. Foi essa uma das condições que permitiu à Argentina e ao Brasil entrar em concorrência com os Estados Unidos na atração de emigrantes italianos. Nas primeiras décadas, digamos até o final do século XIX, a grande emigração saiu especialmente do Norte da Itália e era formada praticamente por camponeses a procura de terra. Depois, quando a colonização se fechou, tanto no Norte quanto no Sul do continente, o fluxo do *Meridione* da Itália prosseguiu, mas parou nas cidades, pois os patrícios do *Settentrione* tentavam a cartada das fazendas (ou também escolhiam S. Paulo, Buenos Aires e Montevideu, mas com preferência se dirigiam a outros países da Europa).

Em segundo lugar, foi importante o argumento da viagem gratuita, usado especialmente pelo Brasil ao longo de muitos anos, digamos até a Primeira Guerra Mundial. O Brasil, sem a arma da viagem grátis, grande invenção dos tempos do Império através do Contrato Caetano Pinto, com certeza, não teria se transformado num dos grandes ímãs da emigração européia, considerando o desenvolvimento da sua economia e sociedade em relação aos Estados Unidos (mas também em relação à Argentina) e as condições climáticas menos favoráveis que apresentava. Foi otimista H. Doria de Vasconcellos quando escreveu que, sem a viagem paga, “o Brasil não

²⁶ São todos trabalhos citados por A. Trento em relação às atividades dos italianos em S. Paulo.

²⁷ B. Zilli Mânica: Italianos en Mexico, S. José 1981 e P. Cunill Grau: La presencia italiana in Venezuela, Torino 1996.

teria recebido nem a metade dos imigrantes que entraram no País até 1927, quando as últimas subvenções estatais foram suprimidas”.²⁸

Enfim, o que dirigiu centenas de milhares de emigrantes em direção à Argentina e ao Brasil foram também as crises de crescimento da economia industrial dos Estados Unidos e dos principais países da Europa. Quem tinha que deixar a Itália trocava o trem pelo navio ou trocava de navio. O Brasil, neste sentido aproveitou-se também da crise econômico-política da Argentina dos anos 90, tanto que o maior fluxo de italianos se deu exatamente na década final do século quando à grande depressão dos países industrializados acrescentaram-se os problemas argentinos. O fenômeno da imigração italiana apresentou aspectos, às vezes, diferentes no Brasil, Argentina e Uruguai. Nos dois países do Prata, por exemplo, já desde o começo do século XIX haviam-se estabelecido as primeiras levadas de italianos, na maioria lígures que freqüentemente encontravam trabalho no setor dos transportes navais e da pesca. Depois vieram refugiados políticos que a Itália durante o longo processo de unificação nacional expulsou mundo afora. Serão os *previous migrants* que permitirão uma melhor organização da “sociedade italiana imigrada” da primeira geração em Buenos Aires e Montevidéu, mas também nas duas nações no conjunto. Constituíram em parte a classe dirigente “italiana” que faltou no Brasil das cidades. No Brasil das colônias foram a igreja, os padres, que constituíram a elite intelectual dos camponeses. Quanto à Argentina podemos também acrescentar que, à diferença do Brasil, ela ofereceu ao italiano, desde cedo, um pedaço de terra, como propriedade, ou um trabalho em Buenos Aires, Rosário, S. Fé, Córdoba e outras cidades.

Além disso, a Argentina foi o único país do mundo que recebeu italianos ao longo de cem anos de história da emigração de massa da Península, favorecida a partir da década de vinte pela decisão norte-americana de fechar as portas à imigração italiana.

Na sociedade e na economia argentinas, a presença italiana foi marcante. Mesmo que já na década de 1890 a especulação financeira tenha tomado conta da terra livre do país, os agricultores italianos constituíram a mão-de-obra do milagre agrícola argentino. Milhares deles, mais piemonteses, lombardos e friulanos do que vênéticos, como foi no Brasil, entraram nas colônias que foram criadas baseadas na legislação nacional de imigração e colonização na metade da década de 1870. Assentaram-se, em primeiro lugar, em S. Fé e Entre Rios, mas também nas difíceis terras tropicais do Chaco e de Misiones. Depois, vieram as províncias de Córdoba e de Buenos Aires. Quando se passou a não distribuir mais novas terras como propriedade, os camponeses italianos foram meeiros, arrendatários ou, simplesmente, compraram pedacinhos de gleba perto das grandes cidades para plantar verdura. Outros milhares estabeleceram-se nas cidades, começando por Buenos Aires, mas também em Rosário, Córdoba, S. Fé, Mendoza e muitas outras.

A contribuição italiana ao crescimento da sociedade argentina foi enorme, em todos os sentidos: industrial, agrícola, artesanal, mas também cultural. A Argentina, entre os países de imigração italiana, constituiu-se numa verdadeira “mãe”, que aceitou os imigrantes da Península com enorme generosidade, ao longo de cem anos, os abrigou, nunca procurou discriminá-los.²⁹

O Uruguai poderia ter sido, bem mais do que o foi, um grande berço da imigração italiana. Começou antes do Brasil e, em proporção, com maior força do que a Argentina. Já em 1843 Montevidéu contava, sobre uma população de 31.000 habitantes, com a presença de 6.300 italianos.³⁰ E entre 1867 e 1874 (quando começava o fluxo italiano rumo ao Brasil) a Banda

²⁸ H. Doria de Vasconcellos: “Alguns aspectos da emigração no Brasil”, in: Boletim do Serviço de Imigração e Colonização (Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio), S. Paulo 1941 p. 11

²⁹ V. Grossi: La politica dell’immigrazione e della colonizzazione all’Argentina, Città di Castello 1903; J. F. Sergi: Historia de los Italianos en la Argentina, Buenos Aires 1940; AAVV: La popolazione di origine italiana in Argentina in, a cura della Fondazione G. Agnelli, Euroamericani, tomo II, Torino 1987; F. J. Devoto-G. Rosoli: L’Italia nella società argentina. Contributi all’emigrazione italiana in Argentina, Roma 1988; M. C. Nascimbene: Historia de los Italianos en la Argentina (1835-1920), Buenos Aires 1985;

³⁰ F. J. Devoto: “Un caso di migrazione precoce. Gli italiani in Uruguai nel secolo XIX”, in: AAVV: L’emigrazione italiana e la formazione dell’Uruguai moderno, Torino 1993 p. 2 e 17.

Oriental recebeu quase 50.000 italianos. Foi um começo muito promissor, interrompido pela crise mundial de 1873-1874, com a queda dos preços das exportações e, no Uruguai, com a falência de alguns bancos e a crise financeira. Na divisão internacional do trabalho, a pequena república seria uma terra de criação de gado e a legislação colonizadora dos anos de 1880 e 1890 serviu mais para ocupar as massas de trabalhadores locais, liberadas da agricultura, do que para atrair grandes números de europeus. Mesmo assim, antes do 1914 chegaram ao Uruguai pouco menos de 200.000 italianos, número importante em relação a sua população absoluta. Os italianos no Uruguai se estabeleceram especialmente na capital, Montevideu, e nos outros centros urbanos. No final da década de 1880 contavam-se 47.000 italianos na capital, 21,8% do total.³¹ Deram uma contribuição determinante ao processo de industrialização do Uruguai e na formação de uma classe empresarial, também artesanal. Mas participaram também do processo de colonização das terras em muitas das colônias que foram criadas no país, além de serem cultivadores de hortas, chacreiros, na periferia de Montevideu, assim como aconteceu na periferia das maiores cidades argentinas.³²

O Brasil começou a atrair os emigrantes italianos após estas datas. Não teve os *previous migrants* como os vizinhos, senão os poucos que entraram no Rio Grande do Sul especialmente como refugiados políticos e os escassos cidadãos do *Meridione* que viajaram junto com Teresa Cristina de Borbone que casou com Dom Pedro II, ou os poucos presidiários que o Reino do Sul da Itália e o Papa enviaram ao país. A única tentativa de uma certa envergadura de estabelecer camponeses italianos (lígures pela precisão) no Brasil, antes do Contrato de Caetano Pinto assinado com o governo do Rio em 1874, aconteceu em 1836, quando menos de duas centenas de pessoas foram jogadas na mata catarinense, na Colônia Nova Itália.³³

Quando o governo imperial decidiu participar do jogo da emigração européia, fé-lo no momento certo, quando estava conflagrando a grande emigração italiana, logo após a unificação do país. Mesmo que não pensasse nela, ou melhor, que procurasse no começo repelir a emigração da Itália, o governo imperial soube entrar no jogo do jeito mais apropriado. Com uma das melhores leis de imigração e colonização que os países imigratórios da América souberam apresentar e, depois de alguns anos, também com uma ótima organização neste setor. Como já vimos, o Brasil acertou na maneira de atrair os fluxos emigratórios italianos, massas desprovidas quase que totalmente de dinheiro, incapacitadas para investir numa passagem de navio. Foi a viagem grátis que fazia parte do esquema do Contrato Caetano Pinto, depois copiada pelos latifundiários do café de S. Paulo³⁴ e por alguns outros estados, a maior causa de atração.

As primeiras dezenas de milhares de camponeses italianos, que chegaram ao país eram os melhores agricultores que a Itália possuía: vinham da Pianura Padana (vênetos e lombardos) ou dos baixos vales dos Alpes (mais uma vez vênetos, lombardos, mas também trentinos, friulanos e piemonteses), pequenos proprietários que estavam perdendo a sua terra. Espírito Santo e Santa Catarina, antes, logo depois Rio Grande do Sul e Paraná, foram o seu destino.

O Brasil acolheu 1,7 milhões de italianos, pouco menos de um milhão até 1903; menos de 150.000 depois de 1920.³⁵ Até a última década do século XIX provinham na maioria do Norte da Itália, vênetos, lombardos, friulanos, trentinos, piemonteses, depois começou a ser preponderante

³¹ E. Franzina: cit. p. 391

³² Sobre a história da imigração italiana no Uruguai veja-se também J. Oddone: *La emigración europea al Rio de la Plata*, Montevideu 1966; S. Rodriguez Villamil-G. Sapriza: *La inmigración europea en el Uruguay*. Los Italianos, Montevideu 1982 e G. Marocco: *Sull'altra sponda del Plata. Gli italiani in Uruguay*, Milano 1986

³³ R. M. Grosselli: *Vincere o morire. Contadini trentini (veneti e lombardi) nelle foreste brasiliane*. Parte I: S. Catarina 1875-1900, Trento 1986 p. 303

³⁴ Martinho Prado Júnior em um discurso a Assembléia Legislativa de S. Paulo declarou: "Entre nos a imigração se desenvolveu so posteriormente ao Contrato de Caetano Pinto. Através do Contrato entraram na Província as primeiras famílias italianas. Foi assim que o doutor Antonio Prado recebeu na própria fazenda os primeiros colonos daquela nacionalidade e, posteriormente também quem esta falando com voces, sendo objeto de zombaria em quanto a ignorância levava os nossos fazendeiros a julgar o Italiano como não apto a agricultura". In: R. M. Grosselli: *Da schiavi*, cit p. 87

³⁵ Elaboração de dados oficiais por parte de E. Franzina: cit. p. 452 e seguintes

a porção dos italianos do Sul e do Centro. Já ao longo da segunda metade da década de setenta, as classes dominantes de S. Paulo, aliadas com os latifundiários do Nordeste e do resto do País, acabaram com a colonização subsidiada pelo governo central. Logo depois, foram os plantadores de café de S. Paulo que decidiram financiar, da mesma maneira, os imigrantes italianos, atraindo ao Estado, enfim, bem mais do que a metade do fluxo da Península rumo ao Brasil.

Foi assim que mais de um milhão de italianos entraram no Estado de S. Paulo. Vinham de toda a Itália, mas a maioria dos que eram originários do Centro e Sul procurou ficar nas cidades, especialmente S. Paulo, enquanto que os setentrionais aceitaram também entrar nas fazendas de café, especialmente os vênéticos, lombardos, emilianos e friulanos, além dos trentinos que viajavam com passaporte austríaco. Outras poucas centenas de milhares de italianos entraram nas fazendas de café de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Poucas centenas de milhares de agricultores italianos, em sua grande maioria do Norte da Itália, puderam receber um pedaço de terra como propriedade, nos estados sulinos, em S. Paulo e no Espírito Santo. Foi o suficiente para condicionar o desenvolvimento econômico, social e cultural de grandes áreas brasileiras até os nossos dias e desenhá-las com cores italianas.

Nas cidades de então, podiam ser Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Florianópolis, Curitiba, mas especialmente S. Paulo, os imigrantes italianos foram, no começo, pequenos comerciantes, artesãos operários e, muitos deles, trabalhadores braçais e até marginais. Com o tempo, muitos deixaram as fazendas e contribuíram para a criação de grande número de cidades e cidadezinhas do interior de S. Paulo, mas também criaram ou fortaleceram núcleos urbanos dos estados sulinos e pequenas indústrias. Eles atuaram em todos os setores da sociedade brasileira, com exceção, talvez, do setor político. Neste sentido, um pouco deve, certamente, à falta de uma imigração italiana precoce, outro pouco à falta de direção dos órgãos do estado italiano no Brasil, um pouco ao fato de serem na maioria pertencentes à classe camponesa.

A imigração italiana teve um papel fundamental no nascimento do Brasil moderno, na transformação do Brasil colônia em grande e complexo país que é hoje. Não foram somente os Matarazzo, Crespi, Siciliano, Martinelli (talvez a historiografia, popular ou erudita, tenha ampliado exageradamente a experiência industrializante dos italianos de S. Paulo); houve também uma classe operária que possibilitou o nascimento e o crescimento impetuoso da indústria brasileira. Houve, ainda, uma classe camponesa que ocupou espaços importantes do país, transformando-o produtivamente e continua a fazê-lo após 130 anos, ocupando sempre novas terras até chegar à Amazônia. No caminho, criaram cidades, artesanato, comércio, indústria. E, desastres ambientais, inclusive.

O que interessa aqui notar é que o Brasil poderia ter sido, bem mais do que a Argentina e mais do que os Estados Unidos, o berço preferido da emigração agrícola italiana. Ao longo de muitas décadas, a maioria dos italianos que deixou o próprio país era formada por agricultores de fato ou agricultores por vocação. Procuravam antes de tudo a terra. Quando deixavam o país, quase sempre os homens, pensando em voltar algum dia, era porque logo se davam conta de que na América a terra não era para eles, ou se o era, como no Brasil, havia um truque: era para ser trabalhada a favor de outra pessoa, sendo os imigrantes, às vezes, tratados como escravos.

Se o governo brasileiro, com suas classes dirigentes, tivesse querido colonizar os seus oito milhões de quilômetros quadrados de mata, teria podido fazê-lo através do imigrante italiano. Italiano, vai logo especificado, que nunca deu sérios problemas de identidade ao país.

Mas não foram somente os italianos que teriam podido entrar em quantidade muito mais numerosa no Brasil, se os plantadores de café de S. Paulo não tivessem tomado as rédeas da política nacional. Veja-se, como exemplo, a emigração da Áustria-Hungria. Dois milhões de pessoas emigraram para a América daquele império, de 1876 a 1914, a maioria em direção dos Estados Unidos.³⁶ No Brasil entraram pouco menos de 70.000 pessoas. Mas se os governos de Viena

³⁶ R. M. Grosselli: *Da schiavi...* cit p. 154-155

lutaram contra o fluxo brasileiro, por causa das dificuldades de vida que oferecia aos cidadãos nas florestas, mais ainda se opôs, com sucesso, à entrada deles nas fazendas: de 80.000 somente 27.000 entraram em S. Paulo. Se ao longo de várias décadas a colonização pública tivesse aberto novos espaços na mata brasileira, centenas de milhares de cidadãos austríacos (etnicamente italianos, poloneses, ucranianos e eslavos do Sul) teriam muito provavelmente escolhido aquela solução. Sabemos que não foi assim e que o país decidiu diferentemente. No entanto, queremos observar que assim foi parcialmente perdido o jogo em torno da emigração italiana para os Estados Unidos. Foi positivo ou negativo? Não nos compete julgar e, acreditamos, que as respostas a essa pergunta possam ser diferentes, em relação a quem responde e aos períodos históricos.

Como foi interpretado e administrado o imponente fluxo emigratório pelos governos italianos ao longo de cem anos?³⁷ A emigração foi usada, sempre, enquanto o fenômeno durou, e nunca constituiu um problema, nem foi um índice social de crise, que teria que ser enfrentado e resolvido. Durante os governos de Direita e de Esquerda, até o final de 1900, o fenômeno foi mais ou menos interpretado como um perigo: fazia elevar os salários agrícolas (e também operários) e tinha que ser obstaculizado. Jamais foi aprovada uma lei que visasse defender os direitos dos emigrantes e uma inserção positivando novos corpos sociais dos países que os hospedavam. A batalha contra os “agentes de emigração” limitava-se a gerar dificuldades a quem queria emigrar para resolver seus problemas de pobreza ou para ir atrás de seus ideais de nova vida. Neste sentido não mudou nada com a subida ao poder da Esquerda, em 1876.

Uma nova postura dos governos e da classe política italiana começou a se manifestar na década de 1880, quando a Europa foi atravessada por sentimentos e políticas colonialistas. A Inglaterra e a França, especialmente, percorreram esta estrada, mas também a Alemanha de Bismarck e até a pequena Bélgica (que tomou conta de uma área enorme, o Congo africano). Então a Itália, recém formada e não ainda completamente liberada (havia terras nas mãos da Áustria, outras eram francesas e outras pertencentes ao território suíço) começou a manifestar a nível da intelectualidade, mas também das políticas governativas, idéias que juntavam a realidade da emigração a conceitos de “colônias italianas no exterior”. De um lado, a Itália era nação proletária que podia exportar para o mundo milhões de trabalhadores, especialmente para a despovoada e atrasada África. De outro lado, os emigrantes italianos, especialmente na América do Sul (no Norte a coisa era impossível devido ao nível de desenvolvimento da economia local, da capacidade de integração no grande corpo social americano das massas imigradas) poderiam representar o meio italiano para formar o próprio império colonial. No mesmo período, estamos falando dos anos de 1880 a 1900, a Itália conheceu efervescência social no setor agrícola, no Norte especialmente, e a coisa convenceu uma parte importante da classe dirigente de que a emigração podia ser entendida como “válvula de escape” das forças provocadas pelo processo de transformação da economia e da sociedade nacionais.

A emigração se transformava, então, em uma necessidade, da qual a Itália tinha que tirar tudo o que pudesse: o dinheiro das remessas dos emigrados (especialmente dos Estados Unidos, mas também da Áustria, Suíça, França e Alemanha), com a possibilidade de transformar os emigrados em “compradores” das mercadorias italianas. Isso, no entanto, não deu grande resultado por causa do baixo nível de desenvolvimento da indústria nacional e também da escassa capacidade financeira dos emigrados italianos, que começaram a comprar da pátria a massa, o azeite de oliva, o vinho, mas que em breve, também, começaram a produzir esta mercadoria nos Estados Unidos, na Argentina e no Brasil, transformando-se em concorrentes da própria economia pátria.

Na verdade foi a África, ao longo de décadas, o objeto da cobiça, vista como alvo do potencial “colonizador” italiano. Os insucessos iniciais das conquistas coloniais e o fato de haver milhões de italianos espalhados na América Latina, sempre deixaram nos governos italianos a

³⁷ Este assunto no passado foi analisado por varios autores. Aqui vamos anotar somente as análises de G. Volpe, Z. Ciuffoletti-M. Degl’Innocenti, E. Franzina e E. Sori, obras já citadas

esperança do surgimento de uma “pacífica expansão comercial” nestes países. Houve quem, como Einaudi, que falou da “grande Itália no Prata”³⁸ e da “Argentina que será italianíssima na base do direito, como o é de fato”.

Já desde a década de 1880, houve tentativas do governo italiano de impôr aos países da América do Sul acordos comerciais que favoreceriam a Itália. Foi assim, por exemplo, que a Itália tentou impôr ao Brasil, no começo do século XX a cláusula “do país favorecido”, sem sorte. O Decreto Prinetti foi a resposta italiana à recusa brasileira (e também o resultado das denúncias de maus tratos dos imigrantes italianos nas fazendas paulistas de café). Mas, na realidade, a sensível diminuição da imigração italiana no Brasil foi devida mais à diminuição do preço internacional do café do que a nova disposição administrativa italiana. No entanto, a opção italiana “colonial”, o possível uso das comunidades italianas na América Latina, ficou como tema do debate político italiano ao longo de décadas, sem, porém, criar problemas reais à Argentina e ao Brasil, senão por um ou outro navio de guerra que, pretenciosamente, saiu da Itália rumo à América Latina, sem sequer disparar um só tiro de canhão. O fascismo procurou mexer com as comunidades italianas no exterior, especialmente na América Latina, sem jamais ter uma real possibilidade de organizá-las no sentido anti-nacional. Os inscritos no partido fascista foram sempre poucos, e somente nas grandes cidades. A grande massa do elemento nacional italiano na América Latina paulatinamente se nacionalizava e, se mantinha, especialmente no isolamento das florestas brasileiras, uma caracterização italiana, era somente no sentido cultural e não político. Os italianos do Sul do Brasil já na segunda e terceira geração se sentiam brasileiros, e a maioria deles jamais tinha se sentido italiano, mas sim “vêneto”, “trentino”, “lombardo”.

A idéia de uma grande Itália no exterior, com a derrota do fascismo, continuou depois da Segunda Guerra Mundial. Ao longo de um certo período também o grande estadista italiano Alcide De Gasperi pensou numa possibilidade de “expansão pacífica colonial” da Itália, das suas massas desempregadas, referindo-se à África.³⁹ Na realidade o que havia era a falta de uma política que visasse diminuir os grandes fluxos emigratórios italianos e que procurasse usar (a coisa datava do começo do século XX, da época de Giolitti) a emigração italiana como produtora de capitais que vinham do exterior: uma salvação para a economia do país. De fato, os governos italianos assinavam contratos internacionais que “vendiam” os emigrantes em troca de fontes energéticas, carvão, por exemplo, ou de remessas de dinheiro.

Em suma, o emigrante na Itália sempre foi “usado” e nunca foi “protegido” ou “ajudado” na sua façanha. Tentou-se proibir a sua saída do país, depois procurou-se usá-lo: como alavanca de italianidade no exterior e, especialmente, como produtor de riquezas para a Itália. E se ameaças houve à soberania dos países que hospedaram os italianos, foram com certeza ameaças formais e nunca substanciais.

³⁸ Z. Ciuffoletti-M. Degl’Innocenti: cit, tomo I p. 407

³⁹ Ibidem p. 231

– 1 –

**Comunicações Gerais,
ligadas à Imigração**

LANCES HISTÓRICOS E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU: A PRESENÇA DA IMIGRAÇÃO¹

Eliandro Cereso Avancini²

Formação da cidade de Foz do Iguaçu e região oeste do Paraná

Falar em história de Foz do Iguaçu é falar de um processo que passa pela formação e constituição do próprio país. Devido a suas peculiaridades, seu nascimento se faz de modo diverso ao da região oeste do Paraná, pois os interesses na sua formação não eram somente de ocupação de uma área de terra “inabitada” de um território pré-demarcado, possuído por alguém ou um país. Até o descobrimento do Brasil, a região onde hoje se encontra a cidade era habitada por índios das tribos dos Caingangues e principalmente Guaraní (Lima, 2001). É importante lembrar também que o Tratado de Santo Ildefonso foi assinado no século XIX pelos três países, Brasil, Paraguai e Argentina, delimitando seus perímetros territoriais. Mesmo assim uma possível invasão dos territórios ainda preocupava o Brasil, já que a Argentina questionava os limites estabelecidos pelo tratado (Wachowicz, 1987). A presença intensa de paraguaios e argentinos e a possibilidade de uma invasão por parte dos argentinos fizeram com que no ano de 1876, por ordem do Imperador D. Pedro II, fosse realizada expedição a essa região do Brasil.

A partir de então, tornou-se mais constante a determinação do Império em realizar expedições à região da tríplice fronteira. O engenheiro José Joaquim Firmino estabelece a fundação da Colônia Militar em Foz do Iguaçu devido ao ponto estratégico que ocupa. O cumprimento da missão fica a cargo do Sargento do Exército José Maria de Brito, que chega a cidade no dia 15 de junho de 1889 (Lima, 2001). A vinda e estabelecimento da Colônia na região não significariam apenas um ato de ocupação institucional do Governo brasileiro, mas simbolizaria a figura e presença do Estado do Brasil, que permitiria o estabelecimento de uma identidade nacional. Portanto, a instalação de aparatos do Estado burocrático do Brasil não tem somente a intenção de aplicar e fiscalizar leis no seu sentido material, mas também a intenção de trazer para essa região o discurso fundado a idéia e sentido de Brasilidade).

Com a instalação da Colônia Militar, ao final do século XIX, é aberta a possibilidade para a vinda e fixação dos primeiros migrantes/imigrantes de outras regiões do Brasil, sendo que nesse período, através de um censo, a cidade contava com 324 habitantes das seguintes nacionalidades: 212 paraguaios; 9 brasileiros; 95 argentinos; 05 franceses; 02 espanhóis; 01 inglês (Lima, 2001, p.21). Em março de 1914, foi criado, pela lei 1383, o município de Vila Iguassú e, em junho do mesmo ano, tomou posse o primeiro prefeito, Cel. Jorge Shimmelpfeng. Em 1918, é adotado o nome de Foz do Iguaçu definitivamente (Lima, 2001).

Vimos, portanto, que o processo de formação da cidade de Foz do Iguaçu se deu anteriormente ao processo de formação das cidades da região oeste do Paraná, sendo que um efetivo fluxo de migração à região aconteceu a partir da década de 1920, com imigrantes de origem italiana e alemã oriundos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Nadalin, 2001). A formação da região oeste foi coordenada por empresas colonizadoras, sendo que a maior delas foi Industrial Madeireira e Colonizadora do Rio Paraná S.A., mais conhecida como MARIPÁ (Nadalin, 2001, p. 84) ou via Igreja Católica (Klauck, 2004). Nos dois casos, eram comercializados pequenos lotes de terras para que a mão-de-obra familiar fosse suficiente para seu manejo.

¹ Esta pesquisa é parte integrante do TCC – Trabalho de Conclusão de Curso de Letras/Espanhol da UNIOESTE, e do PIC – Programa de Iniciação Científica – sob orientação da Professora Doutora Regina Coeli Machado e Silva.

² Acadêmico do IV ano do curso de Letras/Espanhol da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE - campus de Foz do Iguaçu.

Formação populacional e migração/imigração em Foz do Iguaçu

A migração/imigração e crescimento populacional da cidade de Foz do Iguaçu apresentaram-se de forma irregular em diferentes épocas de sua constituição. Observa-se, portanto, que particularidades em sua história deram a cidade um processo de formação populacional descompassado. O fato que mais influenciou essa irregularidade, sem dúvida, foi o período de construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, que teve início na década de 1970. Outro fator importante que também marcou a constituição da cidade foi o fortalecimento do comércio de fronteira, sendo que tal atividade se apresenta desde o início da história da cidade, quando aqui era intenso o comércio de erva mate e madeira (Wachovicz, 1987). Para visualizar melhor esta situação histórica da população da cidade, veremos abaixo o gráfico:

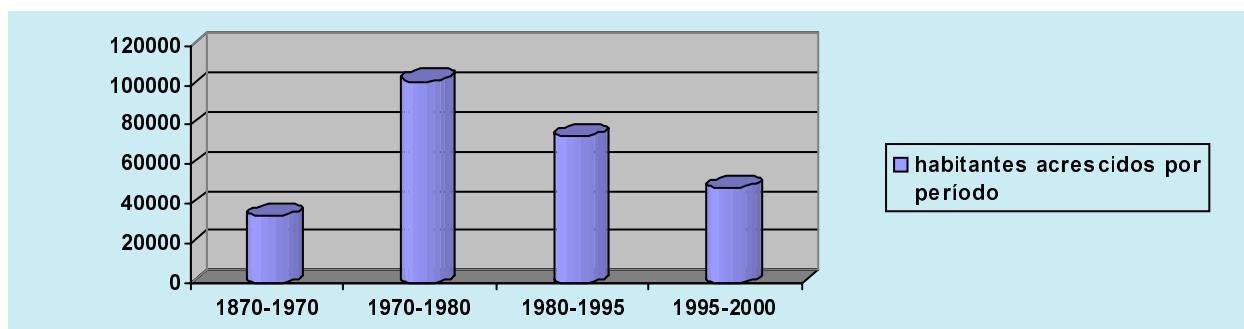


Figura 1: Planilha representativa de acréscimo populacional (migrantes/imigrantes) da cidade de Foz do Iguaçu, extraído do Anuário Estatístico Perfil 2001.

Como vimos acima, a cidade teve um crescimento de certa forma ordenado ao longo de cem anos, que corresponde ao período de 1870 até 1970, chegando a totalizar 34 mil habitantes em 1970.

O gráfico também nos mostra o segundo período com um acréscimo populacional expressivo da cidade entre as décadas de 1970 a 1980, ou seja, apenas em 10 anos. Neste período se deu o início da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Os 102 mil novos habitantes fizeram com que a população de Foz triplicasse; eles chegaram a Foz do Iguaçu com o intuito de trabalhar na *Barragem*³, trata-se de operários “especializados” nesse tipo de construção civil, que migravam de acordo com os novos projetos que surgiam no país, trabalhadores que passaram a ser identificados entre si e nos estudos de Grandes Projetos como *Barrageiros*⁴. Estamos nos referindo, portanto, a trabalhadores que se dedicavam, em sua maioria às atividades braçais. Como aponta o Professor Luiz Eduardo Pena Catta, eles vieram em busca do “paraíso” e depois de “sugados” foram “cuspidos” e “descartados” pela Usina. Com o término da gigantesca construção civil e com o fim do período de investimento estatal em infra-estrutura deste porte, esses ex-barrageiros, sem ter onde ir, se aglomeraram em bairros populares sem infra-estrutura urbana. Isto se mostra uma característica peculiar quanto a construção de barragens, pois a Usina de Itaipu leva quase duas décadas de construção, fazendo com que muitos trabalhadores criassem vínculo com a cidade, o que não ocorre em obras com tempo menor de duração, criando assim, um grande problema para os moradores e cidade de Foz do Iguaçu (Catta, 2002).

Essa situação mais ampla que envolveu a construção de Itaipu trouxe consequências para a “sociabilidade” e para as formas de percepção da cidade. Como observou Catta em sua pesquisa sobre este tema em Foz do Iguaçu, a idéia que sua população tem sobre o desenvolvimento da cidade é de que a cidade teria um desenvolvimento harmonioso não fosse a construção da Usina Itaipu, que desordenou a “vocação funcional da cidade”⁵: o turismo, o comércio de fronteira e o

³ Barragem: sinônimo de Usina Hidrelétrica, alusivo ao processo de represamento da água para geração de energia. Ursi, 1987.

⁴ Barrageiro: Trabalhador em barragens. Ursi, 1987

⁵ P.D.U (Plano de Desenvolvimento Urbano de Foz do Iguaçu, 1974). Apud p.124, Catta, 2002.

desenvolvimento da agropecuária nas terras que foram inundadas pelo lago de Itaipu” (Catta, 2002, p.124). Porém, outros fatores facilitaram essa intensa migração/imigração nesse segundo período em questão. Entre eles, restabelece-se o comércio de fronteira, agora com bugigangas e artigos importados diversos; a abertura dos portos brasileiros através de tratados entre os países, no caso, Brasil e Paraguai, principalmente, e, por fim, a construção da rodovia BR-277.

A partir da década de 1980, o comércio de fronteira desenvolveu-se muito na região. A construção de Itaipu estava em pleno vapor e ainda contribuindo, como foi mencionado, para o crescimento populacional. Mas tal período é classificado como “Exportação e Turismo de Compras”, como aponta o Anuário da cidade. Embora com um ritmo lento em relação ao período anterior, nestes 15 anos (1980/1995) a cidade recebeu 74 mil novos habitantes número que aprofunda a característica de migração/imigração em Foz do Iguaçu, radicalizando seu perfil de cidade de migrantes por estes novos grupos populacionais. Vemos a chegada de imigrantes principalmente vindos do Oriente e Oriente Médio, que é o caso dos Chineses e Árabes, e também a forte presença de imigrantes oriundos dos países vizinhos, Paraguai e Argentina.

Atualmente, a presença quantitativa de imigrantes na cidade foi registrada pelo SINCRE (Sistema Nacional de Cadastramento e Registro de Estrangeiros), do DPF (Departamento de Polícia Federal), em levantamento realizado em 2002 e, em seu cadastro estão registrados, imigrantes de 62 nacionalidades. Esses dados, embora expressivos, devem, contudo, ser relativizados pois certamente uma grande parte de imigrantes está fora desse levantamento, pois não inclui imigrantes considerados como ilegais. Isto contribui para dar um aspecto *cosmopolita* à cidade e uma diversidade sociocultural encontrada em poucas cidades do mundo, como sugeriu a Prof^a Regina Coeli Machado e Silva, estudando o mesmo tema (Silva, 2003). O gráfico abaixo apresentado mostra os maiores grupos de imigrantes nesse período, conforme registro do SINCRE:

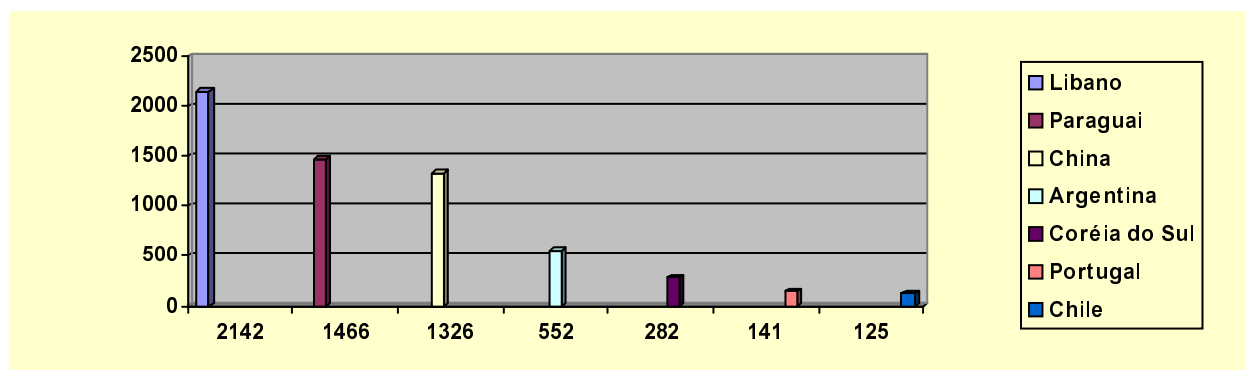


Figura 2: Fonte SINCRE - DPF - 19/06/2002 – Imigrantes residentes em Foz do Iguaçu.

O gráfico, como se pode observar, considera apenas a maioria de imigrantes em termos de nacionalidade, pois, se falarmos em árabes, há outras nacionalidades, como: jordanianos, argelinos, iranianos, iraquianos, israelitas, marroquinos etc. No mesmo sentido, sob a categoria orientais e latinos, encontraríamos grupos com origens nacionais bem diferentes. No primeiro caso estariam sul coreanos, japoneses, filipinos, chineses e, no segundo, colombianos, chilenos, venezuelanos, uruguaios e peruanos etc.

Em dados mais recentes podemos perceber números interessantes se comparados ao total de imigrantes no Estado do Paraná e da cidade de Foz do Iguaçu, como se vê abaixo:

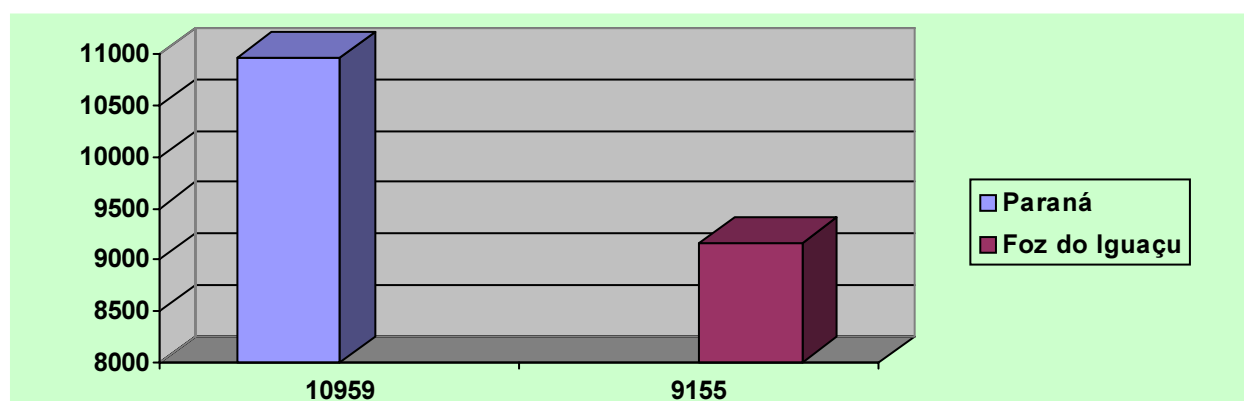


Figura 3: Fonte SINCRE - DPF - 30/10/2002 - Presença de Imigrantes no Paraná e Foz do Iguaçu

Enquanto no Estado é percebida a presença de 10.959 imigrantes, a cidade de Foz do Iguaçu, do total citado, conta com 83.5%, ou seja, 9.155 imigrantes. Estes dados apenas confirmam a importância da imigração em Foz do Iguaçu em relação ao Paraná, pois registra apenas dados de estrangeiros que se encontram legalmente no país, desconsiderando, portanto, os imigrantes naturalizados e os ilegais.

Considerações Finais

Tentamos demonstrar, neste breve trabalho, que o processo de formação e constituição da cidade de Foz do Iguaçu, ao longo de sua história foi marcado por movimentos sucessivos de migração/imigração, processo este diferente do ocorrido na Região Oeste do Paraná. Como procuramos mostrar, essa região caracterizou-se pela ocupação de descendentes de imigrantes europeus vindos do Sul, tendo sido processada de forma “interessada e pensada” por grandes empresas colonizadoras ou pela Igreja Católica (Klauck, 2004). Assim, ao tentarmos mostrar como se processou a formação de Foz do Iguaçu, retratamos também a diversidade sociocultural dos grupos que aí vivem e se relacionam. O nosso próximo passo será, então, tentar entender como se dão as relações e o que estas relações significarão à construção de identidade em Foz do Iguaçu.

Referências

- SILVA, Regina Coeli Machado e. **Projeto de Pesquisa: Imigrantes Entre Fronteiras**. / Regina Coeli Machado e Silva. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste. 2003.
- CATTA, Luiz Eduardo. **O cotidiano de uma fronteira: a perversidade da modernidade** / Luiz Eduardo Catta. – Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.
- KLAUCK, Samuel. **Gleba dos Bispos: colonização no Oeste do Paraná – uma experiência católica de ação social**. / Samuel Klauck. – Porto Alegre: 2004.
- NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná: ocupação do território, população e migrações** / Sérgio Odilon Nadalin. – Curitiba: SEED, 2001.
- WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Obrageros, mensus e colonos: história do oeste paranaense** / Ruy Christovam Wachowicz. – 2ª ed. – Curitiba: Ed. Vicentina, 1987.
- URSI, José Melquíades, **Pedaços de Emoções** / José Melquíades Ursi. Edições Loyola – São Paulo, 1987.
- LIMA, Perci. **Foz do Iguaçu e sua História** / Perci Lima. Serzegraf, 2001.
- SINCRE - Sistema Nacional de Cadastramento e Registro de Estrangeiros - do DPF - Departamento de Polícia Federal.

IMIGRAÇÃO E FORMAÇÃO DAS ELITES DIRIGENTES URUGUAIAIS NO INÍCIO DO SÉCULO XX: OS PARTIDOS POLÍTICOS TRADICIONAIS E A REFORMA BATLLISTA

José Pedro Cabrera Cabral*

O início do século XX uruguaio

O Uruguai, da mesma forma que a Argentina, é uma sociedade de constituição recente, modelada pela imigração que recebeu desde meados do século XIX. Assim, o Uruguai herdou da colônia uma estrutura oligárquica que, apesar das mudanças, permaneceu como núcleo de controle do recurso econômico fundamental: a terra. Os imigrantes não encontraram uma fronteira de expansão além do território apropriado e o país não viveu a revolução agrícola que antecedeu a primeira revolução industrial e que permitiu a outras sociedades uma relação relativamente mais equilibrada entre o rural e o urbano. Mesmo que parte da terra tenha passado a mãos de estrangeiros imigrantes no século XIX, isso não alterou substancialmente a situação e a grande massa de recém chegados foi diretamente absorvida pela sociedade urbana e, especialmente, pela capital. Este foi o meio no qual se desenvolveu uma sociedade civil consideravelmente estruturada, mesmo que inicialmente limitada em suas taxas de crescimento demográfico. Isso marcaria uma divisão no país em duas sociedades, dois meios, duas culturas e até duas histórias diferentes, com profundas repercussões na cultura política e no sistema de partidos.

A articulação política desses elementos se fez por meio de um *compromisso*: nem a oligarquia terra-tenente poderia ser despreendida do controle da débil sociedade rural, nem poderia dominar a sociedade civil urbana. Principalmente, a separação entre propriedade da terra (que mudou de mãos a partir de 1850) e o meio político (que continuaria sendo privilégio das famílias patriarcais) proveria um princípio de especialização do aparelho de mediação política dos partidos tradicionais, capaz de estruturar esta heterogeneidade social, econômica e cultural, visto que herdou uma experiência e um conhecimento que se formaram com a origem do país e pela participação em suas sucessivas transformações. Torna-se necessário insistir, para a compreensão da história posterior, o vínculo estreito entre latifúndio e o espaço em branco demográfico, típico de algumas regiões do “Rio de la Plata”, diferente do que é norma no resto da América Latina.

Por causa da alta produtividade do solo, o latifúndio se consolida através da criação extensiva de gado, que assegura taxas satisfatórias de lucro sem ocupar quantidades significativas de mão-de-obra. Dessa forma, as classes terra-tenentes puderam evitar os problemas típicos das sociedades rurais latino-americanas: a procura de mecanismos para garantir a provisão de mão-de-obra (especialmente servil) e a “fome de terra” do campesinado, com sua seqüela de conflitos sociais. Então, preocupava-se pela falta de segurança das vidas e das fazendas, por causa da existência de homens livres – nem proprietários, nem trabalhadores permanentes – e também pela necessidade de desobstruir o campo do excedente demográfico, quando a modernização de finais do século XIX veio a reduzir ainda mais a demanda de força de trabalho.

As novas tecnologias introduzidas durante o século XIX tiveram o efeito de economizar mão-de-obra em uma economia agropecuária que anteriormente a utilizava pouco. Além disso, ao valorizar os produtos agrários e ao estimular uma demarcação precisa da propriedade, pros-

* Professor da Unoesc Xanxerê/SC. Doutorando em História pela Unisinos/RS. Orientador: Prof. Werner Altmann. Bolsista da Capes.

crevem definitivamente o perambular e a posse irregular da terra. Os desempregados e a população flutuante favoreceram o clima social que propiciou as últimas guerras civis e uma maior despovoação do interior. Emigrava-se em massa do interior, enquanto em Montevideu se fazia alarde de cidade progressista que atraía a imigração européia. Isso é um indicador da fragilidade da estrutura econômica e social do Uruguai. País de imigração, a sociedade uruguaia formou-se a partir do encontro de soluções para as crises econômicas por meio de deslocamentos demográficos. A sorte da sociedade rural no século XIX anunciava o destino da sociedade urbana no século XX: readaptação às turbulências da economia mundial, crise de desemprego, conflito social e emigração massiva.

A imigração no Uruguai no início do século XX

A grande massa migratória no Uruguai teve seu início conjuntamente com o começo do século XX, entre os anos de 1905 e 1913. O censo de 1908 registra que, no Uruguai, 17,38% de sua população era estrangeira, sendo que a Argentina registrava, em 1895, um quarto de sua população total, chegando em 1914 a quase 30%. Na verdade, os estrangeiros já tinham povoado o país no século XIX e estavam se integrando à nacionalidade na mesma medida em que a haviam conformado. Montevideu, em 1843, tinha dois estrangeiros para cada nativo e em 1860, um para cada dois¹. A pirâmide de idades da população de 1908 comprova que o Uruguai anterior aos anos de 1900 tinha sido obra quase exclusiva dos estrangeiros, visto o escasso número da população nativa: 74.000 em 1829. A juventude era uruguaia; as pessoas maduras, estrangeiras e nativas; os anciãos, estrangeiros. O peso real da estrutura demográfica de 1900 indica que esses 17,38% se transformam em 37,11% para os habitantes de idade madura e 60,18% para os anciãos².

Em relação ao sexo, a influência estrangeira era ainda maior. Os homens estrangeiros, em toda a República, constituíam 29% dos que tinham entre 30 e 34 anos; 36%, de 35 a 39; 45%, de 40 a 44; 48%, de 45 a 49; 55%, de 50 a 54; e 65% dos que tinham de 55 a 59 anos. Os maiores de 60 anos dominavam amplamente os nativos. O domínio tomava ampla hegemonia a partir dos 65 anos, com um total de 70% de estrangeiros sobre um de 30% de nativos. Esses anciãos estrangeiros eram os avós dos pais uruguaio da idade jovem. A sua localização estava relacionada com a nacionalidade. Os italianos preferiam o meio urbano, com importante atividade mercantil e portuária, sendo de origem geralmente piemontês e genovês, fato que os vinculava a esses setores da economia, assim como à navegação. Em Montevideu, Colonia, Salto e Paysandú concentravam-se 77,22% da colônia italiana, contra 69,30% da espanhola. Os espanhóis preferiam o meio agrícola e o pequeno comércio montevidense. Em Montevideu, Canelones, San José e Minas achavam-se concentrados 79,43% da colônia espanhola, contra 75,11% da italiana.

Em Montevideu, em 1890, o percentual de proprietários estrangeiros interrompeu-se discretamente até 1909; a sua recuperação durou de 1910 a 1913. Isso se deve ao ingresso massivo da corrente migratória do século XX, entre 1905 e 1913. Barrán e Nahum descrevem que a queda do valor percentual das propriedades da capital em mãos de estrangeiros foi interrompida desde 1890 em diante. O que resulta que a propriedade dos estrangeiros era de menor valor que a dos nativos em Montevideu, sendo que as propriedades dos estrangeiros no interior eram de maior valor que as dos nativos na mesma localidade. Isso foi um fato natural: “quase todo o primeiro escalão do ascenso social passava pela aquisição de uma propriedade imóvel em Montevideu”³. Evidenciava-se a progressiva nacionalização do solo. O ritmo correspondia ao tempo que as gerações de filhos de uruguaio demoravam em substituir a seus pais estrangeiros. Mas quem eram esses estrangeiros? A maioria (73,75%) era europeu, o resto americanos, particularmente brasileiros e argentinos, nessa ordem. Dos imigrantes europeus, o maior peso correspondia aos

¹ BARRÁN e NAHUM. *Batlle, los estancieros y el Império Británico*. Montevideo: Ed. Banda Oriental – 2ªed, vol. I, 1990, p.101.

² Ibidem. (Fonte: Censos Demográficos de 1908).

³ BARRÁN; NAHUM. 1990. Op. Cit. p. 102.

italianos e espanhóis, nessa ordem. Ambas as comunidades totalizavam 64,70% do total de estrangeiros. Ou seja: de cada três estrangeiros, um era espanhol e outro italiano. Também teve certo peso a comunidade francesa, com 4,60% do total de estrangeiros.

Em algum momento do século XIX se produz uma modificação significativa na imigração existente no Uruguai, como assinalam Barrán e Nahum: “[...] Uruguay deja de ser un paraíso para los extranjeros”⁴. O espaço em branco demográfico transformou-se entre 1860 e 1890, quando amadureceu a estrutura econômico-social e política. Em Montevideu, os estrangeiros eram maioria, ou seja, mais da metade da população, até aproximadamente 1890. No interior, a variedade regional é significativa, mas em linhas gerais o caráter majoritário foi mantido pelos estrangeiros até 1875. O imigrante inicia, aqui, uma fase onde teve que começar a contar cada vez mais com o peso das posições ocupadas pela sociedade nativa. Assim, iniciou um processo de dificuldades e discriminação. O interior foi quem primariamente indicou limitações para o fácil triunfo dos estrangeiros, devido ao fato de que sua escassa estrutura econômico-social se viu coberta rapidamente de mão-de-obra. Montevideu ainda chamava ao imigrante, quando o interior o rejeitava. Esse fenômeno corresponde ao período da agropecuária extensiva, predominante no meio rural, e à economia mais diversificada, vigente no meio urbano. Assim, de 1875 a 1880, imigrante e Montevideu tornam-se sinônimos. Dois fatores marcam esse fenômeno: o primeiro faz referência à capital como o principal porto de acesso, o que implicava num maior percentual de estrangeiros na cidade; o segundo tem como base uma maior receptividade do europeu na capital e um marcado desprezo pelo interior.

Posteriormente a 1880, a imigração no Uruguai é um fato urbano e fundamentalmente restrito à capital: “*En 1908 los extranjeros forman el 30% de la población total de Montevideo y sólo el 11,87% de la del Interior; son todavía casi la mitad de los propietarios de la capital – 48,82% - y sólo el 28,82% de los del Interior*”⁵. Independentemente do trânsito de imigrantes americanos, os europeus formaram seu grande pólo de atração em Montevideu, absorvendo 62,12% do total de imigrantes. Um porto de desembarque transatlântico, único centro político-burocrático, comercial e industrial, por sua vez, a capital ofereceu grandes possibilidades de ascenso social, bem mais vantajosas que o interior.

En el novecientos un inmigrante europeo con tesón y suerte podía convertirse en propietario en Montevideo; le resultaba casi imposible hacerlo en el Interior, es decir y traduciendo los términos, el medio urbano lo acogía aún, el rural lo desestimaba: en 1908 en Montevideo el 20,51% de los extranjeros mayores de 20 años tenía propiedad inmueble y el 24,85% la tenía en el Interior, pero este porcentaje queda reducido a poco si le restamos el número de propietarios brasileiros⁶.

Segundo o Censo Municipal do Departamento de Montevideu de 1889, os estrangeiros alcançavam 47% do total da população da capital. Dos estabelecimentos industriais, 88% pertenciam a estrangeiros e o pessoal empregado neles é de 70%, também de origem estrangeira. O equipamento industrial apresentava notáveis diferenças: nas empresas uruguaias, a potência média dos motores era de 4,2 HP, enquanto que nos estabelecimentos de estrangeiros sua potência era de 12,5 HP⁷.

As alianças meio urbano-imigrantes, assim como a oposta meio rural-nativo, formaram elementos importantes que fizeram de Montevideu o “reformista” e do interior o “conservador”. Pessoas recém instaladas no país, com escassa história no local, ou filhos de pais estrangeiros em Montevideu possuíam uma mentalidade favorável a mudanças. Por outro lado, pessoas com raízes no país desde uma ou duas gerações, com pais uruguaios, com um lugar garantido na

⁴ BARRÁN; NAHUM. 1990. Op. Cit. p. 104.

⁵ CENSO 1908. apud: Barrán; Nahum. 1990. Op. Cit. p. 105.

⁶ Ibidem.

⁷ REYES, W. e WILLIMAN, J. C. **La Economía del Uruguay en el Siglo XIX**. Montevideo: Ed. Nuestra Tierra. nº32. 1969. p. 50-51.

sociedade – mesmo que não fosse o desejado – tendiam ao conservadorismo no interior. Obviamente isso repercutiu em todos os planos da vida uruguaia.

O poder político e as classes conservadoras

A análise histórica da política uruguaia da segunda metade do século XIX revela a existência de um setor dirigente político relacionado com as classes conservadoras. Essas se desligaram dos interesses econômicos reais – posse da terra, controle do comércio, a banca, etc. – para se dedicarem exclusivamente à tarefa política. Assim, a política ficou nas mãos de uruguaios. Desde finais da década de 1850, a estrangeirização econômica do país, a posse da terra e a gestão comercial em mãos de estrangeiros tiveram um desenlace fundamental para a compreensão da formação do conservadorismo no Uruguai. “Um processo que adiantou a mentalidade pré-capitalista de parte da velha classe alta, a assunção quase irrestrita da ideologia liberal, a incidência das burguesias européias”⁸. Dessa forma, Carlos Real de Azúa, notório historiador uruguaio, descreveu características do processo de formação das classes dirigentes no país: as classes conservadoras se mantinham à margem da vida política corrente, mudando de atitude unicamente quando seus interesses concretos viam-se ameaçados. Os que dominavam a estrutura econômica preferiam indiferença ante o acontecer político e era excepcional que assumissem a condução política do governo. Os atores dirigentes, – de um e outro lado – economia e Estado, tinham escolhido uma “via média”: o sistema político não refletia ao econômico – caso geral –, nem também fazia oposição frontal a ele – caso excepcional –, senão que era autônomo. Os setores dirigentes políticos e econômicos não se identificaram, se diferenciaram: o pessoal político se autofinanciou, controlando o gasto do aparelho político a seu favor; os valores em que acreditou foram diversos e, na maioria das vezes, opostos às classes conservadoras.

O governo ideal para a classe alta era aquele que garantia melhor a propriedade e a vida frente aos mitos que sustentavam os partidos tradicionais: honradez pública e liberdade de sufrágio – o “Partido Blanco” –; antiautoritarismo e populismo – o “Partido Colorado”. As classes conservadoras, no sentir desses partidos, permaneciam indiferentes às “formas” jurídicas que salvaguardavam o estado de direito. Essa atitude estava muito enraizada nos membros das classes conservadoras e tinha sua origem em vários fatores. Em primeiro lugar, a indiferença para com os valores dos políticos, derivada de sua situação privilegiada na sociedade. Valores de tipo reivindicativo, que implicassem em algo a conquistar, não tinham sentido para os que já estavam na sua posição social. Em segundo lugar, as lutas entre “Blancos” e “Colorados” não questionavam coisas que importaram muito ao olhar dos grupos possuidores de riqueza. Antes de 1870, disputou-se – entre outras coisas – o controle da terra e o orçamento do Estado. Por esses motivos, valia a pena intervir. Logo, a luta interpartidária foi uma questão de luta político-partidária exclusivamente. Em terceiro lugar, os novos ricos uruguaios desprezavam os intelectuais do governo, os políticos, que, no seu modo de ver, representavam formas demasiado parasitárias. Em quarto lugar, essa “indiferença” dos ricos pela política cresceu muito mais pelo elevado número de estrangeiros que integravam as classes conservadoras⁹.

De acuerdo con el Censo Ganadero de 1900, los hacendados orientales eran el 64% y sólo poseían el 45% del stok vacuno. Los extranjeros, que eran el 36% del total, poseían en cambio, el 55%. La posesión de vacunos era un índice claro de pertenencia a la clase alta rural, pues esa especie requería más y mejores tierras que el ovino. Formando los extranjeros la columna vertebral de la clase que agrupaba a los latifundistas, es fácil deducir su hostilidad a cualquier forma de política nacional que alterase el orden¹⁰.

⁸ AZÚA, Carlos Real. **La Clase Dirigente**. Montevideo: Ed. Nuestra Tierra. nº34. 1969.

⁹ “No alto comércio, a banca e a indústria, 80% eram imigrantes não nacionalizados. No meio rural a situação era mais complexa, mas o peso demográfico dos proprietários estrangeiros era muito forte”. Barrán; Nahum. 1981. Op. Cit. p. 254.

¹⁰ BARRÁN e NAHUM. 1981. Op. Cit. p. 254.

Segundo Barrán e Nahum, ninguém se nacionalizava: nem ricos, nem pobres, nem os imigrantes, nem seus filhos. Durante anos foram denunciadas, perante as Câmeras, as várias formas utilizadas pelos estrangeiros de evitar a cidadania uruguaia. Os estrangeiros europeus faziam largas filas na frente dos Consulados para obter documentos que comprovassem a cidadania (dupla) de seus filhos nascidos no Uruguai. Os brasileiros levavam seus filhos a Pelotas ou Bagé para batizá-los, comprovando, assim, a nacionalidade brasileira. Ninguém queria ser uruguaio. A condição de estrangeiros tinha várias vantagens: mantinham-se à margem das paixões do país, não eram chamados (nem eles, nem seus filhos) para o serviço militar (na época existente em tempos de conflitos), seus bens, caso destruídos ou consumidos durante as revoluções, eram imediatamente indenizados pelos governos, temerosos de reclamações diplomáticas. A pouca importância dada pelos estrangeiros à política nacional motivava as classes conservadoras, principalmente nos círculos da classe alta. O jornal da época, “The Montevideo Times”, em 1914, publicava: “[...] o que podemos clamar de classes conservadoras – importantes em número e ainda mais nos seus interesses – em sua maioria se abstém sistematicamente de uma participação ativa nas eleições. Isto é significativo para demonstrar que representativas são as eleições na opinião pública”¹¹.

Os setores dirigentes: “Colorados” e “Blancos”

A divisão entre poder econômico e poder político, com seus respectivos atores dirigentes, provocou uma identificação efetiva: os “Blancos” e o poder econômico, e os “Colorados” e o poder político. Os colorados exerciam o poder ininterruptamente desde 1865. Pouco a pouco foram perdendo seus contatos com os setores sociais economicamente poderosos. Os cargos políticos sustentavam os políticos colorados: eles não tinham necessidade de recorrer a negócios; à exceção, é claro, aos das próprias influências que a política outorgava. Os Blancos, afastados do governo, quase sem participação no emprego burocrático, não tiveram outra alternativa senão “enriquecer”. Tradicionalmente, o Partido Blanco era o representante das famílias mais ricas provindas da colônia: por necessidade, deveriam continuar identificando-se com a fortuna depois do aparecimento do governo colorado; por conveniência, as classes conservadoras mantiveram a tendência a olhar com simpatia a oposição a Batlle, inclusive a oriunda do próprio partido colorado.

Os diplomáticos britânicos, através do órgão representativo dos interesses da colônia inglesa, o “The Montevideo Times”, coincidiram na caracterização do batllismo como um partido de “políticos profissionais”, fundamentado eleitoralmente no sufrágio dos dependentes do orçamento, ou seja, com base burocrática. Para o ministro britânico, em 1910: “O governo do país está em mãos de políticos profissionais e membros assalariados do parlamento”¹². A análise dos membros da “Convención Colorada”, que aconteceu em 1910 e proclamou a segunda candidatura de Batlle, provaria, sem margem de dúvidas, que o Partido Colorado era um partido de empregados estatais: dos 159 delegados, 61 tinham cargos públicos, 25 eram oficiais militares, 10 senadores, 52 deputados e somente 10 pessoas possuíam uma posição independente.

O Partido Blanco obviamente tinha uma postura agressiva contra o batllismo que, para ele, era sinônimo de ganância, interesses, clientelismo, etc. Isso foi claramente expresso no editorial do jornal blanco “La Democracia”, dizendo que o batllismo era “[...] uma classe burocrática que chegava a dar proporções de sacerdócio esotérico a função de desempenhar um emprego corretamente, só possível aos iniciados nos mistérios da função burocrática”¹³. Assim, caracterizam o batllismo como uma fração política inteiramente pessoal, que viveu dos interesses materiais que se plasmavam no orçamento geral da nação. O oficialismo de Batlle foi uma política que emanava do Estado, mesmo o Estado atuando militantemente na política nacional. A concepção

¹¹ THE MONTEVIDEO TIMES. 18 de janeiro de 1914: apud. Barrán; Nahum. 1981.Op. Cit. p. 255.

¹² THE MONTEVIDEO TIMES. apud: Barrán e Nahum. 1981. Op. Cit. p. 258.

¹³ LA DEMOCRACIA. 24 de janeiro de 1916. Montevideo: editorial: La consagración del triunfo.

do “Estado atuando em política militante” parte efetivamente do partido de políticos profissionais que viveu do orçamento, o que lhe oportunizou uma certa autonomia perante as classes conservadoras: votado, através da fraude, por dependentes do orçamento, constituiu uma força que emanou do Estado. O batllismo teve a originalidade e a capacidade de levar à Presidência da República um homem que as classes conservadoras temiam. As duas eleições, de 1903 e de 1911, mostraram o grau máximo de autonomia ao qual podia aspirar o sistema político uruguaio, separando, nessas oportunidades, os grupos que controlavam a vida econômica nacional do Uruguai e da Grã Bretanha.

Nem a Bolsa de Montevideú, nem a City de Londres, nem os obreiros que não podiam votar, nem os estrangeiros que não se tinham nacionalizado, nem as classes médias, que se abstinham como a maioria dos habitantes do país, conduziram Batlle à Presidência por duas vezes. O fizeram os políticos profissionais¹⁴.

O Partido Colorado, dono do governo desde o triunfo da revolução de Venâncio Flores em 1865, estava no poder há 38 anos, em 1903. Somente a administração de Lorenzo Latorre – 1876-1880 – prescindiu do núcleo dos políticos profissionais. Francisco Vidal, em 1880, e Máximo Santos, em 1882, voltaram a recorrer a eles. O exercício ininterrupto de 38 anos formou um setor dirigente político, quer dizer, um grupo de homens – às vezes de famílias – que fez do exercício do governo uma profissão. Desde a entrada de Venâncio Flores em Montevideú, em 20 de fevereiro de 1865, até a posse de Batlle y Ordoñez, em 1º de março de 1903, preencheram-se 433 altos cargos públicos entre membros do Poder Executivo, vice-presidentes e presidentes das câmaras que integravam o Legislativo¹⁵.

A partir de sua segunda presidência, a agitação que Batlle provocou com suas reformas políticas, econômicas e sociais, assim como a que a oposição fomentou pela transparência e democratização do sufrágio, deram densidade popular e votantes aos partidos uruguaios, transformando-os em uma expressão da democracia política. O Partido Colorado, em 1916, havia deixado de ser uma classe burocrática, votado só por empregados públicos, para converter-se em um partido com a maioria de seus votos oriundos dos setores sociais mais populares. Sua natureza mudou a partir do momento em que seus adversários fizeram críticas mais contundentes, o que o tornou, na época, o partido de maior significação na esfera política uruguaia.

A natureza da reforma

O primeiro elemento autóctone do sistema político uruguaio da época foi que o reformismo questionou a ordem estabelecida desde o poder. A elite política dirigente desligou-se da pressão das classes altas do país por seu controle quase monopólico do aparelho governamental, o que lhe permitiu uma considerável autonomia financeira e uma segurança no exercício de sua posição privilegiada, que nem os tradicionais terra-tenentes haviam conseguido obter. Na realidade, não era a primeira vez que as elites políticas discutiam os pressupostos do modelo. A geração de políticos civilistas que sucedeu ao santismo, em novembro de 1886, e atingiu seu predomínio na presidência de Julio Herrera y Obes (1890-94), foi quem preparou o terreno para a reforma do novecentos. Por isso, Batlle iniciou sua carreira consubstanciado com os problemas dessa geração. Entre eles se destacam: recuperar o governo dos conservadores – militares, caracterizado por Lorenzo Latorre – e salvar a nação de uma de suas crises econômicas mais crítica, a de 1890.

O governo de Lorenzo Latorre (1876-80) fez sentir, à elite política já quase profissionalizada, o perigo do deslocamento. Demonstrou que a manutenção da ordem era o pressuposto básico para qualquer tipo de compromisso ou entendimento com as classes altas. Uma vez recuperado o controle do governo, em 1886, a elite dirigente política colorada se identificou com a defesa da

¹⁴ BARRÁN; NAHUM. 1981.Op. Cit. p, 259.

¹⁵ PODER EJECUTIVO. **Tablas Cronológicas 1830-1967**. Montevideo: Poder Legislativo.1967, p. 46-48.

paz interna, porque significava sua perpetuação no poder mediante a “influência” e as “eleições fraudulentas”. A crise econômica de 1890 teve um efeito devastador, já que distanciou as elites políticas e as classes altas. A crise revelou os vícios da estrutura econômica e social do Uruguai, questionando o “modelo de progresso” caracterizado pelo tripé: agropecuária, latifúndio e investimento britânico. Os políticos acreditaram ameaçada a nacionalidade por uma estrutura que os deixava perplexos: o espetacular crescimento demográfico e agrícola argentino, e, paralelamente, o capital que o Uruguai perdia ano a ano pelas remessas de ouro enviadas a Londres.

As elites políticas pensavam que a tranquilidade interna e a paz social seriam questionadas por um perigoso “pauperismo rural”, fruto do fortalecimento da propriedade privada através dos arcaicos latifúndios. Dessa forma, a manutenção da nacionalidade como também da tranquilidade interna eram as máximas garantias da existência e sobrevivência das elites dirigentes, visto que haviam desenvolvido como ofício o controle do governo. Vários políticos criticaram com dureza o regime de propriedade da terra, igual ao monocultivo pecuário, fazendo-o responsável pela miséria rural, pela instabilidade interna e pelo despovoamento do Uruguai. Entre esses políticos estavam Andrés Lamas, Carlos Maria Ramirez, Francisco Bauzá, Angel Floro, Julio Herrera y Obes, Antonio Biachini e José Batlle y Ordoñez, o qual escreveu, em 1891: “Tudo é estrangeiro e privilegiado ou tende a sê-lo (no país). Dessa maneira, se no regime político temos destruído o sistema colonial, não tem sido destruído na indústria, no comércio [...]”¹⁶.

Esses antecedentes foram vitais para o reformismo dos novecentos, visto que a maioria de suas preocupações centrais – com a única exceção do problema obreiro – tinham sido tratadas pela geração dos noventa. José Batlle y Ordóñez foi o nexos entre as duas gerações; mas até os mais jovens reformistas dos novecentos reconheciam sua dívida com os velhos políticos colorados dos noventa. O papel histórico assumido pelas elites políticas coloradas o converteu no guardião da paz interna, mas a experiência de 1890 o levou a questionar o modelo, fundamentado, obviamente, entre outras coisas, na paz interna. Além disso, a independência econômica dessa elite política era o melhor impulsionador de uma liberdade intelectual que ambientava a discussão do modelo ao fazer uma análise sobre os riscos que corria a nação, se as classes conservadoras se propunham em não realizar mudanças.

Essa situação levou a um peculiar diálogo/enfrentamento com as classes conservadoras, fato que surge em 1890 e só resulta claro nos novecentos. A geração do Noventa protagonizou um primeiro questionamento da ordem estabelecida de tom teórico, inquisitivo, intelectual. Por isso, predominou o diálogo com as classes altas. Os dirigentes dos Novecentos, liderados por Batlle, colocaram o segundo questionamento à ordem estabelecida, mais concreto e realista, predominando, por isto, o enfrentamento com as classes altas sobre o diálogo. Mas o diálogo sempre existiria enquanto o Partido Colorado fosse o mantenedor da paz interna, e seu adversário, o iniciador da guerra civil. As elites coloradas dos novecentos não eram homogêneas. Seus integrantes eram unidos pelo usufruto do monopólio do governo, por haver dedicado suas vidas à “profissão pública” e por um certo desprezo pelo culto, realizado de forma “sólida”, das classes altas ao dinheiro. Todo o resto era objeto de discrepâncias.

Dentro do multifacetado Partido Colorado de 1903 a 1910, com uma ideologia liberal vaga e imprecisa, se percebe pelo menos três tendências ideológicas: a sustentada pela maioria dos dirigentes no Partido e na Câmara de Representantes foi tradicionalista nos seus pontos de vista sobre a organização econômico-social do país e atenta às sugestões das classes conservadoras; a moderada, liderada pelo presidente Cláudio Williman e seus ministros, que admitiu a necessidade de certas reformas econômico-sociais, com a intenção de que o modelo em si se perpetuasse, foi, desta forma, um reformismo reforçador da ordem vigente, corretor dos mais perigosos excessos para evitar que se produzissem revoltas das classes trabalhadoras; a radical, liderada por José Batlle y Ordoñez, desde o Poder Executivo buscava a substituição do modelo

¹⁶ BATLLE, Ordoñez, José. Apud: Barrán & Nahun. Op. Cit. vol. II. p. 16.

por outro de conteúdos éticos e humanitários: neste caso, a reforma não era um expediente para impedir transformações profundas, senão que – no entender de Batlle – o único caminho que as produziria, levando para o novo mundo criar o pouco de bom que possuía o velho (em particular o respeito ao estado de direito e às liberdades individuais).

Essa última corrente, minoritária no Partido Colorado, transformou-se em majoritária pela proteção que recebeu desde o governo, quando Batlle o exerceu por duas vezes, e pelas novas forças sociais que incorporou ao Partido com sua política populista. Mesmo assim, o domínio dessa corrente não foi absoluto. Sempre houve setores do Partido que resistiram a se incorporar a um radicalismo sócio-econômico que lhes era alheio. Dessa situação surgiram duas divisões que contribuíram para colocar um freio ao reformismo batllista e que serão analisadas posteriormente. Tanto em 1903 como em 1910, observava-se que as linhas de tensão que circulavam no Partido, quando o reformismo radical avançava no sentido de propor seus primeiros projetos de reformas sociais e econômicas, são as mesmas que indicavam divisões profundas na hora de implementar estas reformas.

Dentro do reformismo, havia visões radicais e moderadas, tanto do câmbio como do papel do Estado. Batlle liderou as primeiras; Williman, as segundas. A política obreira da administração Williman obteve o título de conservadora. Ela abertamente se contrapôs tanto a anterior de Batlle, em 1905-06, como a posterior deste, em 1911-15. “A ação do governo contra os grevistas ferroviários em 1908 e a expulsão de dirigentes sindicais anarquistas foram os fatos mais notórios desta política conservadora”¹⁷. Paralelamente a essa política obreira, o servilismo ao Império Britânico fez com que Williman levantasse o veto de Batlle aos favores fiscais que o Parlamento concedeu à companhia anglo-germana Liebig e, ao pagar indenizações à tripulação de um pesqueiro canadense aprisionado pelo governo de seu antecessor, confirma novamente as diferenças entre um e outro governante, as que se plasmaram em diferenças significativas nas relações de ambos com as classes conservadoras e, sobretudo, como o Império Britânico.

Dessa forma, poderíamos nos perguntar: o reformismo se deteve e até assumiu um papel oposto sob a administração Williman? Se o reformismo tivesse sido, como tantos outros movimentos similares na América Latina e na Europa, um partido político com profundas bases e compromissos sociais, naturalmente que Batlle significaria o oposto de Williman. Este haveria representado a reação dos elementos conservadores de um partido, reação ligada aos setores ricos da sociedade, assim como Batlle representaria a ala radical desse mesmo partido, sustentada por amplas bases populares. O Partido Colorado, governante desde 1865, era tão pouco representativo dos setores altos da sociedade como dos populares. A elite dos políticos profissionais só se representaria bem a si mesma.

Na análise de Barrán e Nahum (1981), para esse reformismo, a lealdade ao partido e ao líder do partido era mais importante que a lealdade a um programa radical ou conservador. Isso é o que se deve destacar ao mencionar sua natureza eminentemente política. Para esse reformismo, era útil uma força moderada (a de Williman) que oferecesse garantias de outra tomada do poder pelos radicais e seu chefe, como aconteceu em 1911. O continuísmo do grupo mais inovador ficaria garantido pelos fundamentos, mais políticos que sociais, desse reformismo. Se a origem da tendência pró-mudanças houvesse estado num partido articulado firmemente em determinadas ações sociais, o radical Batlle não teria podido suceder ao conservador Williman, e vice-versa. Williman não era só a versão moderada do reformismo, aceita como mal menor aos olhos dos diplomatas imperiais alemães e britânicos: seu antiobreirismo, festejado pela opinião conservadora, resultou em um mérito neutralizado pela sua persistente fidelidade a Batlle.

A segunda presidência de Batlle, em 1911, ambientada pelo conservador Williman, é o elemento capital que permite compreender a natureza política do reformismo, como o continuísmo que se esconde atrás da diferença de Batlle e Williman. Certas características-chaves do reformismo – sua postura anticlerical, sua fobia antipecuária – foram mantidas durante a administração

¹⁷ BARRÁN; NAHUM. 1981.Op. Cit. p. 19.

Williman. A primeira Lei do Divórcio é de 1907; a abolição do ensino religioso em escolas públicas é de 1909; a Lei de Contribuição Rural, que penalizava quem estivesse de posse da terra e não desenvolvesse a agricultura com a duplicação dos impostos, é de 1909. A reeleição de Batlle, apoiada sem restrições em uma linha liberal anticlerical e à preferência pela agricultura, faz com que a administração Williman possa ser identificada como reformista. Dessa situação, identifica-se que não existiram duas etapas neste período, senão uma só, sendo as diferenças ideológicas atenuadas por uma identidade de natureza “política” que permitiu a Batlle “recomendar” seu sucessor e, por sua vez, este “reeleger” a Batlle¹⁸.

Nesses procedimentos e condutas contam mais as virtudes de um elenco político que a lealdade de classe, o que permite caracterizar o reformismo como um impulso oriundo do meio político, mais do que do social, o que não significa afirmar que o reformismo não tivesse apoio em certos setores sociais populares e médios. Esses aliados existiram e é provável que, com o tempo, sua gravitação chegasse a transformar a originária natureza política do reformismo, convertendo-a, nos anos posteriores de 1915-16, em um partido com um significativo enraizamento em certas classes e profundas antipatias em outras (as conservadoras). Nos períodos de 1903 e/ou 1910, o reformismo era, antes de qualquer coisa, um movimento de políticos profissionais questionadores da ordem estabelecida.

Considerações finais

Até 1910, toda solução nacional passava pelo caminho da colonização agrícola e da imigração. Blancos e Colorados, doutores e caudilhos, coincidiam neste ponto. Depois dessa data, o tema do imigrante foi discutido e valorado de outra maneira pela opinião pública nacional. Alguns o consideravam indesejável, por ser competitivo; perigoso, pelas suas idéias extremistas; desnecessário, por existir desempregados uruguaios – os integrantes da pobreza rural. Na lógica das classes conservadoras tradicionais – fazendeiros, grandes comerciantes – existia essa rejeição, visto que a imagem que prevalecia era a de sua integração a um proletariado urbano perigoso, não tendo nenhum papel a desempenhar no interior. Para o Partido Nacional (Blanco) e alguns de seus dirigentes próximos aos trabalhadores, o imigrante europeu era o inimigo político – pela sua participação e afinidade com o batllismo, o anarquismo e o socialismo – e o concorrente do obreiro nacional, principalmente no setor da indústria.

O papel do imigrante – fundamentalmente europeu – constituiu uma das peças-chave na formação das elites dirigentes no Uruguai dos novecentos. Não é possível atribuir-lhe a responsabilidade ou a primazia na conformação das estruturas liberais e conservadoras, mas seu papel foi importantíssimo no que se refere a pelo menos dois elementos básicos: a formação de um pensamento liberal por excelência, favorável a mudanças e ao desenvolvimento da economia nacional; e as claras e marcantes influências no movimento obreiro e de massas, que constituíram as características mais salientes do movimento sindical uruguaio, principalmente a partir do pensamento socialista e anarquista. A sua participação política na vida do país foi fundamental, tanto para a consolidação do Partido Colorado – no concernente às tendências liberais – como no movimento sindical – socialistas e anarquistas –, que conformaram os dois grandes pólos político-sociais no Uruguai do século XX e que deram lugar à estruturação do moderno sistema político.

As mudanças acontecidas no período de 1872 a 1916 foram as que definiram as bases do sistema político moderno. Apesar das crises ocorridas, os partidos tradicionais continuaram existindo como protagonistas de uma modernização política que acompanhou as mudanças econômicas e sociais. Vários processos coincidiram: transformações que fizeram de Montevideu um pólo dinâmico de desenvolvimento econômico e o crescimento populacional; uma dissolução de relações sociais no interior, que facilitou a extensão das instituições liberais urbanas a todo o

¹⁸ BARRÁN; NAHUM. 1981.Op. Cit. p, 22.

país; um acordo progressivo entre os partidos tradicionais, que foi modelando o novo sistema institucional no qual acabaram por fundir-se. Importantes mecanismos do funcionamento político permaneceram, enquanto que outros se transformavam, no trânsito dos séculos XIX para o XX.

O período batllista teve como característica uma das fases mais favoráveis da economia de exportação e, na política, a pacificação e o acordo entre os partidos tradicionais. Batlle fundamentou seu êxito em três elementos: o controle da maioria do Partido Colorado, a unificação política do país nas autoridades formais do governo e a mobilização das massas urbanas. O regime democrático foi consolidado pela pressão das forças conservadoras interessadas em conter as reformas sociais. Essa situação obrigou a ambos os “bandos” a apelar a uma política de massas, com o que se completaram três requisitos do sistema político moderno: predomínio da sociedade urbana, compromisso institucional entre partidos e compromisso entre massas e elites, que configuram, até hoje, o sistema político uruguaio.

Referências

- AZÚA, Carlos. R. **La Clase Dirigente**. Montevideo: Ed. Nuestra Tierra. n°34. 1969.
- BARRÁN, José.P.: NAHUM, Benjamin. **Batlle, Los Estancieros y el Império Británico**. Montevideo: Ed. Banda Oriental. Vol.I, 2ª ed. 1990.
- BARRÁN, José.P.: NAHUM, Benjamin. **Batlle, Los Estancieros y el Império Británico**. Montevideo: Ed. Banda Oriental. Vol.II, 1981.
- LA DEMOCRACIA. Editorial. **La Consagración del Triunfo**. Montevideo: 24 de janeiro de 1916.
- PODER EJECUTIVO. **Tablas Cronológicas 1830-1967**. Montevideo: Poder Legislativo. 1967.
- REYES, W. & WILLIMAN, J. C. **La Economía del Uruguay en el Siglo XIX**. Montevideo: Ed. Nuestra Tierra. n°32. 1969.
- TRAVERSONI, Alfredo. **Historia de Uruguay y de América**. Montevideo: Ed. Kapelusz. 1966.

AS ORIGENS ÉTNICAS DO EMPRESÁRIO PIRACICABANO

Maria Beatriz Bianchini Bilac¹
Ana Maria Romano Carrão²

Este paper apresenta alguns resultados e discussões sobre as origens étnicas do empresário piracicabano. Este estudo faz parte de uma pesquisa que vem sendo realizada pelas autoras sobre as origens sociais e étnicas desse grupo³. O objetivo geral do estudo é examinar o debate sobre o empresário brasileiro, no que concerne à formação da classe empresarial, a partir de um estudo de caso – Piracicaba –, no sentido de verificar: a) em que sentido e medida a experiência local refletiu o quadro mais amplo desse processo no Brasil, mais especificamente no que diz respeito à região do complexo cafeeiro paulista e; b) quais as especificidades deste processo no âmbito local.

Um dos mais importantes fenômenos do final do século XIX e início do século XX no Brasil foi a corrente imigratória européia. Esta se tornou um elemento crucial na configuração das relações de trabalho e da formação de uma classe trabalhadora que marcaram a dinâmica dos processos de industrialização e urbanização brasileiros.

O papel desempenhado pelos imigrantes e pelos brasileiros nesses processos é bastante controverso e as interpretações sobre as origens da burguesia industrial no Brasil ainda são polêmicas na literatura.

A historiografia econômica brasileira aponta para dois significativos indicadores sobre essa questão. O primeiro desses levanta o fato de que o empresário capitalista brasileiro emergiu a partir da segunda década do século XIX com a expansão da economia cafeeira e que este grupo, formado pelos grandes proprietários de terra, estabeleceu as bases econômicas e sociais para a emergência de uma fase mais adiantada do desenvolvimento capitalista nacional. O segundo, de que os plantadores de café e o imigrante teriam sido os promotores da industrialização.

Desta forma, por um lado, há autores que defendem que o empresário nacional tem suas origens no capital cafeeiro. Por outro, há aqueles que postulam que o cerne da burguesia industrial emergente tem origens na imigração européia. No caso desta última versão, os autores consideram que a massa dos imigrantes que aqui chegaram como trabalhadores possa ter se constituído em empresários, na qualidade de self-made-men, ou seja, que o trabalho árduo os levou a constituírem fortunas, tendo aqui aportado sem nada ou quase nada.

Portanto, várias são as concepções sobre este fenômeno. Apontaremos as principais linhas de análise a partir de seus representantes mais discutidos na literatura.

Cardoso (1972) procurou entender o papel do empresário brasileiro no desenvolvimento econômico examinando, entre outras questões, de que forma o empresário industrial brasileiro capacitou-se para seu papel enquanto agente promotor do desenvolvimento e se mostrou apto para realizar uma política em prol dos interesses do capital e das necessidades nacionais.

Em relação à composição da burguesia industrial brasileira, o autor afirma que esta rapidamente constituiu-se como camada social, configurando uma camada social recente e heterogênea. Ainda segundo sua interpretação, em termos de sua origem étnica, no início da indústri-

¹ Professora de Sociologia e ex-Coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Documentação Regional (NPDR) / Unimep. Pós-Doutorado na Universidade de Oxford. mbilac@unimep.br.

² Coordenadora do Centro de Estudos e Pesquisa em Administração CEPA/Unimep. Doutora em Ciências Sociais pela Puc SP. cepa@unimep.br.

³ Pesquisa financiada pelo FAP/Unimep.

alização, ao considerar-se os pólos extremos de sua extração, encontram-se, de um lado, os imigrantes e, noutro, segmentos das antigas camadas senhoriais, voltadas à agricultura ou à exportação. O primeiro grupo numericamente sobrepõe-se ao primeiro. Entretanto, em termos de influência política, o peso do segundo impõe-se.

Já em relação à origem do empresário paulistano, destacam-se os trabalhos de Bresser Pereira (1964; 1994). Com o intuito de identificar as origens dos empresários industriais paulistas que participaram da chamada Revolução Industrial Brasileira, Bresser Pereira realizou uma pesquisa em 1962, focalizando aqueles que “particularmente desde 1930, transformaram a fisionomia econômica do Brasil” (1964:86). No que se refere à origem étnica, os resultados do estudo mostraram que o empresariado paulista, em sua maioria, era composto por imigrantes (84,3%).

Verifica-se, portanto, a forte presença do imigrante na industrialização do Estado de São Paulo, com destaque para aqueles de ascendência italiana (34,8%). O trabalho chegou também a algumas conclusões sobre a origem social desses empresários, concluindo que estes, na maioria, provêm de famílias de classe média.

Em pesquisa posterior (1994), o autor procura identificar, desta feita, a origem étnica dos dirigentes das empresas paulistas do mesmo período coberto pela pesquisa sobre os empresários. Ao trabalhar com dirigentes, o estudo amplia o objeto de estudo que deixa de ser composto apenas por empresários. Nos dois estudos, os resultados convergem apontando para a importância do papel do imigrante entre os dirigentes das empresas paulistas.

Novamente, dentre os dirigentes de origem estrangeira, a maior parcela corresponde aos italianos (31,2%). Confrontando os resultados destes dois estudos, tem-se que há uma certa superposição dos universos, na medida em que, em muitos casos, os empresários são os próprios dirigentes das empresas. A predominância dos estrangeiros, segundo o autor, deve-se à sua maior disposição em aproveitar as oportunidades oferecidas pelo desenvolvimento econômico. Aponta ainda que os imigrantes eram mais motivados para os negócios como forma de ascensão social e, sendo discriminados socialmente, deveriam lançar-se em setores não dominados pelas classes tradicionais. A falta de interesse pelos negócios, por parte dos brasileiros, estava diretamente ligada ao baixo *status* social atribuído ao homem de negócios, como conclui o autor:

Para ele é preciso, inclusive, salientar que esta falta de atração que os filhos das famílias tradicionais brasileiras sentiam pelas carreiras na indústria estava ligada ao desprestígio que envolvia esta atividade. Socialmente era muito mais significativo ser advogado, médico, juiz, político do que ser um industrial. Foi só com o desenvolvimento da indústria e depois de haver ocorrido no Brasil a Revolução Industrial, que esta situação mudou, e as carreiras empresariais e administrativas obtiveram prestígio.

Outro estudo significativo para a discussão sobre a industrialização e o papel dos empresários é o estudo de caso realizado por Martins (1976), que desenvolve uma análise sociológica do processo de industrialização do Brasil, desde o fim do Império até a crise de 1929. O objetivo específico do autor foi estudar o que ficou conhecido como o “mito Matarazzo”.

Martins discute uma idéia por ele considerada de senso comum, ou seja, de que o imigrante italiano teria sido o responsável pelas grandes transformações econômicas na região de São Paulo, do encilhamento até a década de 1950. Esta proposição está baseada na asserção de que a primeira industrialização brasileira teria se originado no imigrante que trazia um conhecimento que os brasileiros não portavam. Para divergir desse ponto de vista, o autor toma como referência o burguês típico ideal brasileiro, o conde Francisco Matarazzo.

As questões postas em sua análise são: primeiro, por que o imigrante italiano tornou-se, no Brasil, um imigrante de sucesso e, segundo, por que o imigrante aparece como alguém que começou do nada, dotado de uma vontade férrea de trabalhar, através de muito sofrimento e dificuldades? Em relação à primeira pergunta, Martins argumenta que se apresenta a idéia, sobre a imigração italiana, de que o imigrante aqui chegou veio do Norte da Itália e essa era uma região que se caracterizava por trazer ao Brasil um conjunto de potenciais burgueses que promoveriam o desenvolvimento nos seus países de destino. O conde Matarazzo, ao contrário, era uma

exceção: veio do sul da Itália, de família sem tradição industrial, sem origem burguesa. No que concerne à segunda pergunta, o conde Matarazzo chegou no Brasil, diferentemente do comumente afirmado, com capital e com mercadorias que pretendia comercializar.

Assim, a partir de sua pesquisa, o autor procura demonstrar que as duas hipóteses mais correntes não se comprovam. Como ele aponta, quem comia pão e banana eram os seus empregados e o conde é quem enriquecia. Através da biografia do Conde Matarazzo, o autor mostra que este chegou ao Brasil em 1881 e, dez anos depois, houve o encilhamento e que ele teve a virtude de perceber o momento e dele tirar as potencialidades para a expansão de seu empreendimento. Entretanto, para ele, mais importante foi o fato de que o conde tenha se tornado um empresário, acima de tudo, pelo fato de ter sido chamado por um banco inglês, muito importante nos negócios entre o Brasil e a Inglaterra, para a criação de um moinho de trigo, com equipamentos e financiamento ingleses. As hipóteses centrais que Martins procura demonstrar são de que, por um lado, o conde Matarazzo, de forma alguma, não comprova o mito da habilidade maior do imigrante e, por outro, de que se desmistifica o mito do enriquecimento pelo trabalho.

Caio Prado Jr, por sua vez, ao apontar para a origem dos industrialistas brasileiros, escreve que uma parte significativa dos industriais brasileiros era formada por indivíduos que vinham de uma situação modesta que se estabeleceram com empreendimentos iniciais insignificantes. Levados pelos seus padrões de vida – voltados para um mínimo essencial de subsistência - e aproveitando-se de momentos de prosperidade do país, os imigrantes, especialmente os italianos, puderam acumular o necessário para a ampliação de seus negócios (1966: 265).

Como se observa por esta breve revisão bibliográfica, várias são as questões levantadas sobre as origens do empresário brasileiro, nem todas convergentes. Na realidade, as divergências saltam aos olhos e enriquecem a discussão.

As origens étnicas do empresário piracicabano

A análise das origens étnicas do empresário piracicabano deve ter como ponto de partida a investigação sobre o mundo urbano e a sociedade e economia na transição do século XIX para o século XX, em uma região que passou por um processo de desenvolvimento econômico destacado no Oeste Paulista.

Dentro desse quadro, este estudo tem por objetivo compreender o fenômeno imigratório e as oportunidades da inserção dos grupos estrangeiros na comunidade local. A pesquisa reúne informações e análise sobre o empresário piracicabano, a partir do estudo de suas origens étnicas, do final do século XIX e as primeiras décadas do século (1889-1930).⁴

A literatura sobre o período cafeeiro no Brasil demonstrou suficientemente a importância do complexo cafeeiro na estruturação do urbano no interior do Estado, ou seja, o papel da economia do café na estruturação do sistema paulista de cidades, os diferentes espaços regionais como reflexo de distintas determinações desse processo e, finalmente, as variações particulares em cada caso concreto, as quais delineiam contextos que, embora sob determinações comuns, apresentam perfis diferenciados na configuração do cenário socioeconômico e cultural.⁵

Entretanto, os estudos empíricos, em sua grande maioria, referem-se à cidade de São Paulo. Em relação aos municípios do interior paulista, ainda pouco se conhece sobre sua realidade, já que as pesquisas ainda são tímidas. Nesse sentido, o estudo de caso que realizaremos procurará, com toda a caracterização levada a efeito no município de Piracicaba, trazer elementos para a compreensão, somados aos já existentes, da compreensão sobre a realidade brasileira, procurando verificar tanto os seus contornos mais gerais como a diversidade de situações que marcam a história de cada cidade.

Um dos aspectos marcantes do processo imigratório no Brasil foi a imigração em massa

⁴ Os dados sobre a origem étnica dos empresários da amostra foram identificados nas certidões de óbito existentes em cartórios de Piracicaba.

⁵ Embora Piracicaba sempre tenha se caracterizado pela economia canavieira, seu lugar e papel a inserem nesse complexo, em termos da história regional.

de trabalhadores europeus, principalmente em direção às lavouras de café paulista. Ao mesmo tempo em que uma parcela desses imigrantes dirigia-se ao campo, outra chegava nas cidades (Alvim, 1986). Embora Piracicaba nunca tenha se constituído em um centro cafeeiro importante (Bilac e Terzi, 2001), sua importância regional sempre foi marcante e as características do fluxo migratório em Piracicaba seguem os contornos gerais desse processo para as áreas cafeeiras. Em maior número, chegaram os italianos, vindos principalmente para a lavoura do café. Um outro contingente, ainda que menor, veio diretamente para as cidades, voltado para as atividades artesanais, manufatureiras e comerciais. Registram-se, também, os casos daqueles vindos para a lavoura e que posteriormente se encaminharam aos centros urbanos.

O crescimento da atividade açucareira em Piracicaba, nessa época, gerou falta de mão-de-obra (Bilac, 1992). A maneira encontrada para solucionar o problema foi a contratação de imigrantes, de preferência o italiano, cuja maior parte estava habituada a lidar com a agricultura no país de origem.

Os primeiros a se instalar localmente foram colonos alemães e suíços, (Mendes Torres, 1975:102) aqui chegados através da firma Vergueiro & Cia. Logo após a extinção do tráfico negreiro, havia duas colônias, a de Santo Antonio e a de São Lourenço. Dentre os principais grupos, destacam-se os japoneses, árabes, alemães e italianos, estes numericamente maiores e introduzidos na região a partir de 1875.

O Relatório da Comissão Central de Estatística registra, no ano de 1886, uma população de 22.150 habitantes em Piracicaba, assim constituída:

TABELA 1 - População de Piracicaba, segundo nacionalidade: 1886.

Nacionalidade.....	n.º	(%)
Brasileiros	20.415	92,17
Portugueses	364	1,64
Italianos	363	1,64
Africanos	333	1,50
Alemães	269	1,21
Austríacos	186	0,84
Espanhóis	38	0,17
Franceses.....	23	0,10
Inglêses	15	0,07
Outras	144	0,65
Total geral	22.150	100,00
Total de estrangeiros	1.735	7,83

Fonte: Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo.

Nessa época já era significativa a diversidade étnica na cidade. Portugueses, italianos e alemães eram os grupos europeus numericamente maiores.

Em 1920, a população era de 67.732 habitantes, assim distribuída: 55.568 brasileiros (82,04%), 12.085 estrangeiros (17,84%) e 79 (0,12%) de nacionalidade não identificada. Em termos de crescimento populacional, a cidade registrou no período 1886-1920 um aumento total de 3,06 vezes. No que se refere aos estrangeiros, esse índice foi de 6,96 vezes enquanto a parcela correspondente aos brasileiros ficou em 2,72 vezes.

Industrialização e urbanização: o papel dos imigrantes

O estudo trabalhou com uma amostra de 69 nomes de empresários nacionais e estrangeiros, cujas empresas foram fundadas de 1889 a 1930, conforme o Catálogo das Indústrias do Estado de São Paulo para 1946.

Numa primeira caracterização, podemos apontar que, dessas empresas, 62,5% pertenciam a imigrantes e outras 3 (4,2%) eram resultado de investimento de capital estrangeiro, a Cia Industrial e Agrícola Boyes e a Société de Sucreries Bresiliennes.

As restantes não puderam ser classificadas, por não haver dados que possam indicar a origem imigrante ou não dos empresários⁶.

No que se refere à origem étnica dos empresários da amostra, a seguinte caracterização foi obtida:

TABELA 2 - Distribuição da amostra segundo a origem étnica dos empresários.

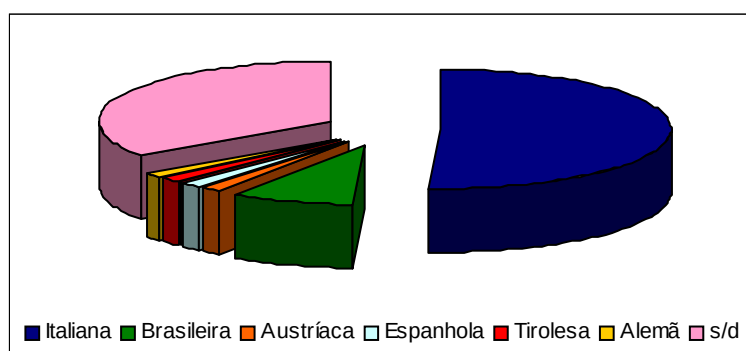
Origem	1889-1930	1889-1920	1921-1930	1989-1930 (%)
Italiana	35	9	26	50,72
Brasileira	9	1	8	13,04
Austríaca	1	...	1	1,45
Espanhola	1	1	...	1,45
Tirolesa	1	1	1	1,45
Alemã	1	1	...	1,45
s/d	21	7	14	30,44
Total	69	20	49	100,00

Fonte: Catálogo das Indústrias do Estado de São Paulo(1946).

A elevada presença de italianos na estrutura empresarial piracicabana na amostra é reflexo do movimento migratório verificado no período. Dados relativos ao período 1819-1947 mostram essa participação superando inclusive o ingresso dos portugueses no país.

A distribuição gráfica dos dados acima oferece uma dimensão da participação dos italianos na amostra, destacando a parcela significativa de empresários cuja origem étnica não pode ser identificada, como demonstra a Figura 1.

FIGURA 1 - Origem étnica dos empresários da amostra.



Fonte: Catálogo das Indústrias do Estado de São Paulo (1946).

Para caracterizar, mesmo que de forma hipotética, o grupo dos empresários cujos dados sobre origem étnica não foram identificados em nossa pesquisa, podemos traduzir, através do gráfico a seguir, o peso de cada nacionalidade. Para elaborar esse gráfico, levamos em conta o conhecimento de senso comum de cada sobrenome.

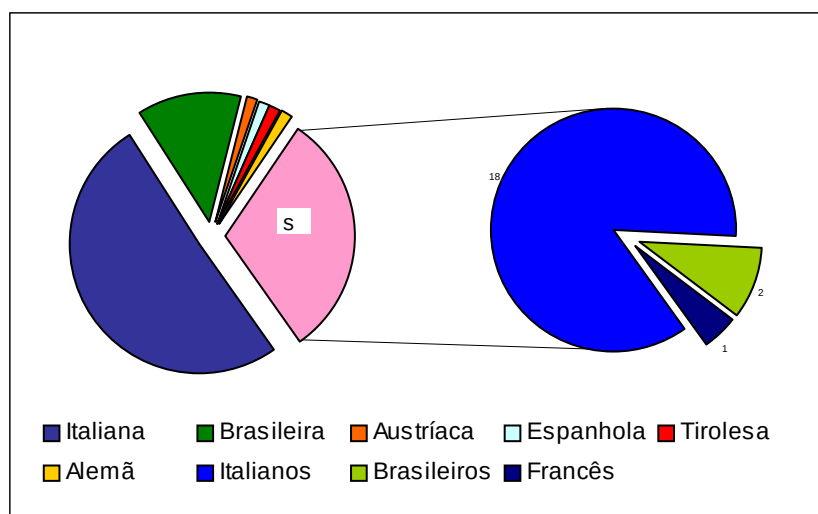
⁶ Entretanto, nesses casos, os sobrenomes dos empresários, conforme aparecem no Catálogo das Indústrias, nos levam a acreditar em sua origem imigrante, sobretudo italiana.

TABELA 3 - Empresários x nacionalidade (simulação).

Origem	n.º empresários	(%)
Italianos	18	85,71
Brasileiros	2	9,52
Francês	1	4,77
Total	21	100,00

Destaca-se nesse quadro a presença maciça do italiano, confirmando no município de Piracicaba a imigração predominante dessa etnia. A Figura 2 ilustra o conjunto das etnias da amostra, com destaque para a simulação levada em conta na tabela 3.

FIGURA 2 - Empresário X nacionalidade (simulação)



Nota: A simulação foi feita levando em conjunto os dados desconhecidos sobre a origem étnica. O círculo à direita representa 100% da parcela sem dados da amostra.

Em termos de atividade econômica, segundo o porte das empresas, no caso das empresas com capital entre rs 0 a rs 30\$000, o ramo voltado para a produção de açúcar e aguardente divide a primeira posição com outras como a confecção de ternos masculinos e produção e consertos de calçados. Tem-se o entendimento que tal fato se deve ao reduzido porte das empresas e porque são atividades desenvolvidas de forma artesanal. Podemos dizer isso principalmente no caso daquelas ligadas ao ramo vestuário, que requerem um tipo de habilidade que pode estar ligada à experiência trazida pelos imigrantes. Dez dentre os onze nomes ligados às atividades que compõem o grupo vestuário têm origem italiana.

Também no caso das atividades ligadas à produção e comercialização de açúcar e aguardente, os nomes dos empresários igualmente têm origem predominantemente italiana.

TABELA 14 - Empresas com capital até rs 30\$000.

Atividade	Amostra	
	n.º empresas	(%)
Alimentação	<u>10</u>	<u>25,64</u>
Açúcar e aguardente	5	12,82
Alimentação e bebidas	2	5,13
Fubá	2	5,13
Beneficiamento de arroz	1	2,56
 Vestuário	 <u>11</u>	 <u>28,21</u>
Calçados e conserto calçados	5	12,82
Ternos para homens	5	12,82
Reforma de chapéu	1	2,56
 Habitação	 <u>7</u>	 <u>17,95</u>
Tijolos, telhas e ladrilhos	2	5,13
Madeira: desdobramento e produtos	3	7,69
Serralheria: grades, portões, chaves e conserto	2	5,13
Extração de areia e pedregulhos	-	-
Cal	-	-
 Construções e reformas	 <u>3</u>	 <u>7,69</u>
Construção, reformas e encanamento	3	7,69
 Suporte a atividades rurais	 <u>2</u>	 <u>5,13</u>
Arreios, tapadeiras e lombeiras	2	5,13
Implementos agrícolas	-	0
Ferraduras, podões, martelo	-	0
 Transporte	 <u>2</u>	 <u>5,13</u>
Carrinhos, carroças e consertos	2	5,13
 Consertos diversos	 <u>3</u>	 <u>2,56</u>
Conserto de instrumentos musicais	1	2,56
 Atividades urbanas diversas	 <u>3</u>	 <u>7,69</u>
Impressos e encadernação de livros	1	2,56
Quadros	-	0
Lentes para óculos	1	2,56
Artigo dentário e odontológico	-	-
Sabão	1	2,56
TOTAL	39	100,00

Fonte: Catálogo das Indústrias (1946)

Na faixa de capital de rs 30\$001 e rs 60\$000, independentemente do tipo de atividade, doze dos treze nomes são de origem italiana e um de origem portuguesa.

TABELA 15 - Empresas com capital de rs 30\$001 a rs 60\$000.

Atividade	Amostra	
	n.º de empresas	(%)
Alimentação	<u>6</u>	<u>46,15</u>
Açúcar e aguardente	4	30,77
Alimentação e bebidas	2	15,38
Habitação	<u>3</u>	<u>23,08</u>
Tijolos, telhas e ladrilhos	1	7,69
Madeira: desdobramento e produtos	2	15,38
Cal	-	0
Construções e reformas	<u>1</u>	<u>7,69</u>
Construção, reformas e encanamento	1	7,69
Transporte	<u>2</u>	<u>15,38</u>
Carrinhos, carroças e consertos	1	7,69
Conserto de autos e pintura	1	7,69
Atividades urbanas diversas	<u>1</u>	<u>7,69</u>
Baldes, tachos e regadores	-	-
Acessórios para bares e outros	1	7,69
TOTAL	13	100,00

Fonte: Catálogo das Indústrias (1946).

Um grupo menor de empresas, com capital oscilando entre rs 60\$001 e rs 90\$000, volta-se exclusivamente para atividades ligadas à alimentação, sobretudo à produção e comercialização de açúcar e aguardente, em segundo lugar, a de bebidas. Dessas, todas pertenciam a empresários de origem italiana. Destaca-se, novamente, a exclusividade dos italianos nos dois ramos de atividade econômica aqui citados.

TABELA 16 - Empresas com capital de rs 60\$001 a rs 90\$000.

Atividade	Amostra	
	n.º empresas	(%)
Açúcar e aguardente	4	80,00
Alimentação e bebidas	1	20,00
TOTAL	5	100,00

Fonte: Catálogo das Indústrias (1946)

Na faixa de capital de 90\$000 a 120\$000, repete-se a mesma distribuição da faixa anterior, como destaca a tabela 17. Novamente, temos a predominância exclusiva dos italianos nos dois ramos.

TABELA 17 - Universo e amostra: empresas com capital de rs 90\$001 até rs 120\$000.

Atividade	Amostra	
	n.º empresas	(%)
Alimentação	<u>3</u>	75
Açúcar e aguardente	2	50
Alimentação e bebidas	1	25
Habitação	<u>1</u>	25
Madeira: desdobramento e produtos	1	25
TOTAL	4	100,00

Fonte: Catálogo das Indústrias (1946)

Nas duas faixas seguintes - rs 120\$001 a rs 150\$000 e de rs 150\$001 a rs 180\$000, as informações registram uma única empresa em cada uma, ambas voltadas para a produção e/ou comercialização de aguardente. Em termos de nacionalidade, um empresário é de origem portuguesa e o outro, italiano.

TABELA 18 - Empresas com capital acima de 210\$000.

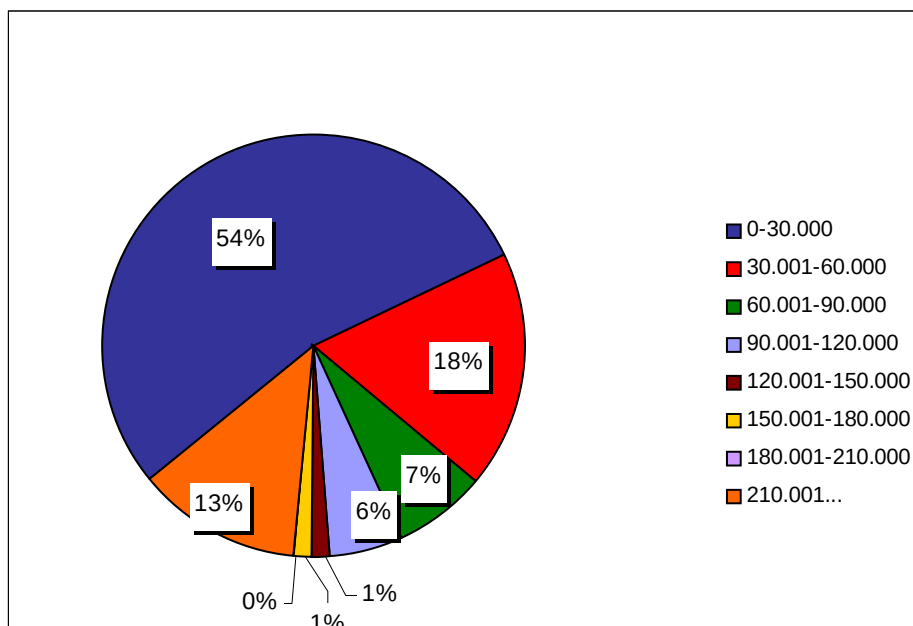
Atividade	Amostra	
	n.º empresas	(%)
Alimentação	<u>6</u>	<u>66,67</u>
Açúcar e aguardente	6	66,67
Atividades urbanas diversas	<u>3</u>	<u>33,33</u>
Têxtil	1	11,11
Fundição e máquinas	1	11,11
Óleo de Tungue	1	
TOTAL	9	100,00

Fonte: Catálogo das Indústrias (1946).

Na faixa de capital de rs 180\$001 a rs 210\$000, não há registro de empresas. Já no que se refere à faixa acima de rs 210\$000, encontram-se, por um lado, estabelecimentos de capital originário da região e que mais tarde se transformaram em grupos econômicos, a exemplo da Oficina M. Dedini (Grupo Dedini) e da Refinadora Paulista (Grupo Morganti). Por outro lado, encontram-se empresas de capital estrangeiro, como a Societé de Sucreries Brasiélienne e a Cia Industrial e Agrícola Boyes. As demais são empresas de capital regional, não ligadas a grupos econômicos.

No que toca à origem étnica, novamente os italianos sobressaem, seja entre os grupos ou não. Uma empresa pertencia a imigrantes alemães. Nessa faixa de capital, destaca-se o ramo de produção e comercialização de açúcar e aguardente.

FIGURA 3 - Distribuição das empresas da amostra segundo o valor do capital social.



Fonte: Catálogo das Indústrias do Estado de São Paulo (1946).

Conclusão

No tocante à atividade econômica da cidade, os dados apontam uma presença maciça dos italianos na esfera empresarial. De 1889 a 1906 havia 6 empresas registradas no Catálogo das Indústrias do Estado de São Paulo, sendo que delas, 4 pertenciam a italianos, uma a brasileiro e a outra de capital francês. No intervalo de 1907 a 1920, inclusive, Piracicaba já registrava, além das já citadas, outras 15 empresas. Destas, 11 pertenciam a italianos, uma a tirolese, uma a alemã, uma a espanhola e uma a brasileiro.

Nas atividades urbanas a presença maciça dos italianos pode ser avaliada pelos setores de atividades e pela diversidade de ocupações por eles abarcados, sobressaindo-se os setores de alimentação, vestuário e construção.

As características desses empreendimentos podem ser sintetizadas como predominância de pequenas oficinas ou estabelecimentos com empate de pequeno capital. Isto pode ser explicado pelo fato de que essas atividades exigiam mais o conhecimento dos processos de trabalho que do capital.

De 1921 a 1930, foram registradas 51 empresas além das já existentes. Dessas, 34 pertenciam a italianos e 14 a brasileiros. As demais (3), pertenciam a empresários de outras nacionalidades.

Nesse período, destaca-se o crescimento do ramo sucroalcooleiro, sobretudo a partir de 1924. Em termos da caracterização das empresas, estas se distribuem em portes diversos, tendo a tamanhos maiores na medida em que se acentuavam as atividades ligadas à produção de açúcar e aguardente. Essas atividades exigem outros requisitos, tais como capital. Desta forma, atividades que foram características do início do século XX, que se configuram como habilidades e *know-how* do imigrante, acabam dando lugar a requisitos advindos das modificações do processo de produção característico da época.

Em síntese, vindos para atender as necessidades da demanda de mão-de-obra colocadas pelo desenvolvimento do município na época, os imigrantes contribuíram, tanto pelo seu impacto numérico na população, como pelas características culturais, para a vida local, dando a Piracicaba um contorno de cidade estrangeira, até hoje sentido.

Referências

- ALVIM, Zuleika M.F. *Brava Gente! Os italianos em São Paulo.1870-1920*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- BILAC Maria Beatriz B. e TERCI, Eliana T.,. *Piracicaba: de centro policultor a centro canavieiro (1930-1950)*. Piracicaba: MB editora, 2001.
- BILAC, Maria Beatriz B. *Breve História de Piracicaba*. Piracicaba: NPDR/Unimep (mimeo), 1992.
- BRESSER PEREIRA, L. C. Origens étnicas e sociais do empresário paulista. *Revista de Administração de Empresas*, 3 (11), jun/1964.
- _____. Empresários e suas origens e as interpretações do Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 25, a. 9, p. 52-64, jun/1994.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico*. São Paulo: Difel, 1972.
- MARTINS, José de Souza. *Conde Matarazzo: o empresário e a empresa, estudo de sociologia do desenvolvimento*. São Paulo: Hicitec, 1979.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

IDENTIDADE ÉTNICA COMO MATRIZ CONFIGURADORA DE SENTIDOS NA RECEPÇÃO TELEVISIVA

Jiani Adriana Bonin¹

Introdução

O debate sobre as identidades tem ocupado um lugar importante no âmbito das ciências sociais e humanas e ganha novos contornos com o reconhecimento dos processos de globalização e com a reflexão sobre as conseqüências que produz na conformação das identidades. No âmbito da comunicação, a questão das identidades é reposta quando se passa a reconhecer que sua construção dá-se atualmente no âmbito do complexo processo de **mediatização** da sociedade.²

Reconhecendo a importância deste debate e a necessidade de investir em pesquisas concretas sobre as inter-relações que se estabelecem entre mídia e identidade, busco neste artigo contribuir para a discussão, trazendo para a reflexão os resultados de uma pesquisa empírica que procurou investigar a recepção de um gênero específico da mídia televisiva, a telenovela, buscando compreender como a identidade étnica configura o processo de produção de sentidos que aí tem lugar e como se reconfigura na relação com a mídia em geral e com a este gênero em particular. A pesquisa empírica focalizou a recepção da telenovela *Suave Veneno* (Rede Globo, janeiro-setembro/99) por famílias camponesas alemãs e italianas de Urubici (SC).³ Início o trajeto recuperando o percurso teórico-metodológico que norteou a referida investigação para depois entrar propriamente na discussão dos seus resultados.

Cartografia teórico-metodológica da pesquisa

Recuperando o que chamo de cartografia teórico-metodológica da pesquisa, aquela espécie de *mapa* que norteia o percurso da investigação - mapa este que precisa ser construído para os requerimentos da *viagem* a ser empreendida, a pesquisa do problema/objeto específico - explicito inicialmente as **construções teóricas** que guiaram a pesquisa: a concepção do processo de construção de significações na recepção a partir das mediações culturais e o desenho constituído para pensar a identidade étnica e compreender seu papel no processo de produção de sentidos na recepção.

Na perspectiva com a qual trabalho para pensar a recepção, um ponto importante é que seu entendimento passa pela compreensão do papel da cultura e das identidades dos grupos estudados no processo. A recepção é vista como um processo complexo, onde o sentido se constrói na inter-relação entre produtos midiáticos e receptores sócio-culturalmente situados. No processo de recepção operam **mediações**, aqui entendidas como dimensões configuradoras deste processo e da produção de sentidos que aí tem lugar, que podem ter natureza e modos de configuração diversos.⁴

¹ Professora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

² A noção de mediatização atenta para as transformações que se operam nas práticas sociais com a existência dos meios, nas suas modalidades de funcionamento institucional, nos mecanismos de tomada de decisão e nos hábitos de consumo. Esta noção vem sendo incluída na reflexão de autores como Eliseo Verón, Antônio Fausto Neto e Maria Cristina Mata. Ver neste sentido Verón (1997), Mata (1999) e Fausto Neto (1999).

³ Este trabalho foi elaborado levando em conta proposições e dados da minha Tese de Doutorado (Bonin, 2001).

⁴ Esta concepção de mediação com a qual trabalho é fruto do diálogo com as proposições de autores como Martín Barbero (1997), Maldonado (2002), Lopes et al. (2002), entre outros.

Pesquisadores latino-americanos, seguindo esta linha, vêm trabalhando para entender estas dimensões configuradoras da relação entre produtos midiáticos e receptores no âmbito da recepção.⁵ Uma das mediações apontadas e estudadas em trabalhos é a classe social. Tomada como lugar que permite considerar a articulação estrutural da sociedade, a classe manifesta-se nos usos e na recepção via *habitus* de classe,⁶ conceito cunhado por Bourdieu que permite pensar a configuração de esquemas mais ou menos inconscientes de percepção, de ação e de valoração que se inscrevem nos sujeitos a partir do lugar social que ocupam e que se configuram no processo de socialização.⁷ A classe social não esgota entretanto a explicação das diferenças que se observam na recepção. Fenômenos culturais e simbólicos que transcendem o recorte de classe, importantes na atualidade, também operam mediações na recepção. Entram aqui as **competências culturais** ordenadas pelos grupos étnicos, objeto desta pesquisa, pelas culturas regionais, pelo gênero, pela geração, pelas culturas juvenis, pelas tribos urbanas, pelas culturas imigrantes, que vem sendo estudadas por vários autores.⁸ O que se coloca a partir destes trabalhos é a importância que outras categorias, reveladoras de competências culturais diferentes daquelas conformadas pela classe social, adquirem na inteligibilidade do processo de produção de sentidos na recepção midiática. É preciso considerar também as **mestiçagens**, as **hibridações** que se manifestam nas culturas atuais, potencializadas pelo processo de globalização e particularmente pela relação com a mídia.⁹

A partir desta perspectiva busco focalizar a mediação operada pela identidade étnica. Para isto, procuro estabelecer uma compreensão sobre os conceitos de grupo étnico e de identidade étnica, em diálogo com autores como Fredrik Barth, Stuart Hall, e García Canclini. Entendo grupo étnico como uma forma de organização sócio-cultural, que expressa uma identidade diferencial configurada nas relações com outros grupos e com a sociedade mais ampla onde está inserido. A identidade étnica é utilizada como forma de estabelecer/marcar as fronteiras do grupo em relação aos *de fora* e de reforçar a solidariedade grupal. As categorias distintivas da identidade levam as diferenças culturais em consideração. Entretanto não é a soma das diferenças culturais “objetivas” que determinam o conteúdo da identidade étnica e sim aquelas que os atores consideram significativas, que são realçadas e tornadas organizacionalmente relevantes. Certos elementos culturais são utilizados pelos atores como sinais emblemáticos da diferença.¹⁰

Nesta concepção, a continuidade dos grupos étnicos não é explicada em termos de manutenção da sua cultura tradicional, mas depende da manutenção das fronteiras do grupo, da contínua dicotomização entre membros e não membros. Desta forma, os traços culturais que demarcam os limites do grupo podem mudar e a cultura pode ser igualmente objeto de transformações, sem que isso implique o esvaziamento da solidariedade étnica. Esta proposta tem o mérito de deslocar a concepção estática de grupo étnico como suporte de cultura e, por conseguinte, da identidade étnica como uma identidade fixa, essencialista, para uma concepção dinâmica do grupo étnico e da identidade étnica, introduzindo portanto, a história. Também permite pensar que a cultura e a identidade étnicas podem se transformar na relação com as mídias, sem que isto implique a dissolução destas identidades.

⁵ Entre eles Martín Barbero, Guillermo Orozco Gómez, Jorge Gonzáles, Maria Immacolata Lopes, Denise Cogo, Efendy Maldonado, Jiani Adriana Bonin. Ver por exemplo Martín Barbero (1987, 1997), Orozco Gómez (1991, 1992, 1993), González (1991), Lopes et al. (2002), Bonin (1996, 2001), Gomes e Cogo (1998) e Cogo (2002).

⁶ O conceito de *habitus* é desenvolvido em Bourdieu (1991, 1994a e 1994b).

⁷ A classe social é vista como lugar de compreensão da recepção em trabalhos de autores como Lopes (1995), Lopes et al. (2002) e Leal (1986).

⁸ Vários autores apontam a importância destas categorias para compreender a recepção. A cultura e a identidade étnica são vistas por Martín Barbero como referenciais de mediação importantes na recepção, cuja operação foi por mim estudada em trabalho anterior (Bonin 2001), por Ronsini (2002) e, no que se refere à memória identitária, por Strohschoen (2003). As identidades regionais e seu papel na recepção vem sendo estudados por Ronsini (2001) e Jacks (1993). O papel das identidades imigrantes vem sendo pesquisado por Cogo (2002).

⁹ Conceitos trabalhados respectivamente por Martín Barbero (1997) e García Canclini (1997a).

¹⁰ Este entendimento de grupo étnico e de identidade étnica foi estabelecido em diálogo com as concepções de Barth (1998) e de Poutignatt e Streiff-Fenart (1998).

Tomei na pesquisa a identidade étnica como um sistema de representação cultural - nos termos propostos por Hall (1999) - construído pelos grupos étnicos em situações específicas e que pode ser objeto de transformação a partir de processos como a mediação. Levando em conta contribuições de outros autores, é possível propor elementos para abarcar especificidades de uma identidade propriamente étnica. Assim, considere que o sistema de categorização da identidade étnica fundamenta-se numa **origem comum suposta**, questão recuperada da contribuição weberiana sobre os grupos étnicos, que propõe que a **crença subjetiva na origem comum** constitui um laço característico da etnicidade.¹¹

Com respeito à questão do que ocorre com as identidades culturais no processo de globalização, situo-me numa perspectiva que considera que este processo vem tendo um efeito pluralizante sobre as identidades: propiciando a produção de novas possibilidades e posições de identificação; tornando as identidades mais posicionais, plurais e diversas, menos fixas, unificadas ou trans-históricas. A identidade em tempos de globalização pode nutrir-se de vários repertórios, transitar, deslocar-se, reproduzir-se em lugares distantes do território onde nasceu como forma identitária. É nesta via que caminham as proposições de autores como Hall (1999) e García Canclini (1997b), guardadas as suas especificidades.

Neste sentido, trabalhei com a hipótese de que a etnicidade persiste como fenômeno entre as famílias estudadas e que a identidade étnica constitui uma forma de identificação pertinente para os atores sociais, mas está sendo, em maior ou menor grau, remodelada; de que a mídia em geral e a telenovela em particular têm um papel importante na reconfiguração destas identidades, ao inserir-se no cotidiano destas famílias, introduzem novos referentes culturais, passando a reconfigurar as experiências e participando de processos de recomposição do sistema simbólico da identidade.

Estratégias metodológicas

Com respeito às opções metodológicas relativas à construção da observação, a telenovela pesquisada foi a *Suave Veneno*¹², exibida pela *Rede Globo* no período de 18 de janeiro a 17 de setembro de 1999. A pesquisa de recepção foi realizada no município de Urubici (SC). A amostra, de natureza qualitativa, foi construída no sentido de introduzir diferentes situações em relação à identidade étnica dentro de uma condição de classe específica (camponeses). Optei por compor uma amostra de famílias alemãs e italianas, predominantes no município estudado, assim organizada: duas famílias de casamento endogâmico (uma família alemã, uma italiana) e uma de casamento misto (ítero-alemã). Na escolha das famílias, considere critérios relativos à assistência da telenovela estudada e à tipicidade de características da condição camponesa (condição de posse da terra), étnica (famílias pertencentes aos grupos étnicos alemães e italianos) e familiar (estrutura nuclear e relações de proximidade com a família extensa) no município estudado, que pude averiguar através de uma pesquisa quantitativa prévia, onde apliquei formulários com 10% das famílias camponesas do município, escolhidas aleatoriamente.

A escolha da telenovela como produto a ser estudado foi feita considerando ser este um dos gêneros televisivos mais vistos entre os camponeses do município; a eleição da “novela das oito” da Rede Globo também pautou-se na constatação de que a emissora e a telenovela são as mais assistidas entre os camponeses do município, de acordo com a já mencionada pesquisa quantitativa. A telenovela *Suave Veneno* foi contemplada por estas no ar no período da pesquisa. A opção pela família como unidade de análise levou em conta a verificação de que é onde se dá o consumo de TV e de telenovela entre os camponeses do município estudado, feita na pesquisa quantitativa. Levei em conta também o papel que a unidade familiar desempenha na constituição e preservação da identidade étnica, reportado por autores como Zveibil (1980).

¹¹ Weber (1971), citado por Poutignat e Streiff-Fenart (1998).

¹² A telenovela *Suave Veneno* foi escrita por Aguinaldo Silva, Ângela Carneiro, Maria Helena Nascimento, Filipe Miguez e Fernando Rebelo, com a colaboração de Marília Garcia e dirigida por Daniel Filho e Ricardo Waddington.

A estratégia metodológica organizada para a coleta de dados explorou a combinação de várias modalidades de técnicas de pesquisa, o que permite captar dados de diferentes angulações, tal como propõem Lopes et al. (2002)¹³ e Maldonado (2002). Foram utilizadas a observação etnográfica do cotidiano familiar e do momento de recepção da telenovela, além de modalidades diferentes de entrevista (semi-estruturada, focalizada) para obter dados sobre a mediação estudada e relatos sobre a telenovela. A coleta de dados foi realizada no período de março a dezembro de 1999. O tratamento dos dados foi equacionado através de duas etapas: a transcrição dos registros gravados e a classificação dos dados, esta última operação realizada com o auxílio do *software Winmax*, que facilitou a realização da análise descritiva.¹⁴

A identidade étnica como matriz configuradora de sentidos: revisitando resultados da pesquisa

A identidade sócio-cultural das famílias pesquisadas organiza-se em dois planos inter-relacionados: o plano relativo à identidade que expressa a condição social de camponeses e o plano da identidade étnica. Para o propósito deste artigo, vou me ater somente à discussão do plano propriamente étnico da identidade. Um dos pontos centrais que a pesquisa revelou diz respeito à conformação do grupo étnico e de seus limites. Inicialmente eu havia presumido que estariam configurados grupos étnicos em torno das distintas procedências nacionais de imigração. Entretanto, na situação estudada, elaborou-se uma identidade mais abrangente, que articula as subdivisões relacionadas a procedências nacionais, ainda persistentes como diferenciações internas a esta identidade. A categoria *origem* constitui a forma nativa de auto-definição que expressa esta identidade comum. Neste plano, a alteridade constrói-se na relação com os *brasileiros*, denominação que engloba os demais habitantes do município que não descendem de imigrantes europeus.

Em se tratando das categorias que atualmente definem a pertença ao grupo étnico, um critério fundamental é revelado na própria expressão nativa que denomina esta identidade: para ser considerada do grupo, a pessoa tem que **ter origem**, o que significa ser descendente de imigrantes europeus que participaram da colonização. Isto remete àquilo que, nos termos de Weber, constitui o traço característico da identidade étnica, a crença na origem comum.

Um segundo conjunto de traços considerados distintivos aparece sob a forma de representações associadas **ao trabalho, à economia, ao empreendimento e ao planejamento do futuro**.¹⁵ Em relação ao trabalho, os *de origem* consideram-se mais trabalhadores como também mais caprichosos, mais zelosos em relação às suas “*obrigações*” do que os *brasileiros*. Estas qualidades são expressas através de descrições que enfatizam o cuidado com plantações, animais, ferramentas e implementos. Por oposição, os *brasileiros* são vistos como menos trabalhadores e até como “*vadios*”; também como menos caprichosos e menos dedicados em relação ao trabalho. Estas representações têm ancoragem em práticas que remetem a um *ethos* do trabalho: nas três famílias pesquisadas, o trabalho revela-se como dimensão fundamental da vida, cuja centralidade pode ser observada tanto no tempo que abarca nas rotinas cotidianas como na sua ordenação. É importante considerar que o trabalho e a poupança são também características culturais mobilizadas em relação ao plano da identidade camponesa.¹⁶

As distinções consideradas difundem-se de modo bastante homogêneo nas representações

¹³ Fui membro da equipe que realizou a pesquisa publicada neste livro (Lopes et al, 2002), o que me proporcionou experienciar a potencialidade do uso de uma estratégia multimetodológica com combinação de várias modalidades de técnicas de coleta de dados, ali desenvolvida, experiência que marcou minha pesquisa de doutorado, da qual extraio proposições e dados discutidos neste artigo.

¹⁴ O *Winmax* é um *software* desenhado para auxiliar o tratamento de dados qualitativos, atuando nas operações de classificação e de categorização. O programa foi desenvolvido por Udo Kckartz, pesquisador alemão com formação em sociologia. De forma bastante simplificada, pode-se dizer que ele substitui a atividade manual básica de cortar e colar os segmentos de um texto.

¹⁵ As pesquisas de Seyferth (1976, 1986, 1993) e de Kruger (1995) também demonstram ser o trabalho um traço cultural de definição entre imigrantes alemães e italianos e resgatam a dimensão histórica de conformação do *ethos* do trabalho entre estes imigrantes.

¹⁶ Na pesquisa de doutorado analisei também a identidade camponesa, não tratada neste artigo.

dos pais das três famílias. Também aparecem incorporadas na geração dos filhos, havendo na geração jovem apenas um caso de questionamento destes critérios. Agora, se podemos afirmar que estas distinções estão, em maior ou menor grau, presentes na geração dos filhos, vale considerar certos matizes nesta incorporação. Durante a pesquisa, pude constatar entre os jovens uma insatisfação com respeito à definição da vida muito centrada no trabalho, notadamente aqueles das famílias alemã e italiana. Tais constatações sinalizam para a incorporação de referentes vindos de outros repertórios culturais às representações identitárias, que podem introduzir reordenamentos neste traço cultural também em termos das práticas.

Outro traço reivindicado pelos de *origem* como distintivo em relação aos *brasileiros* diz respeito à **orientação para a poupança**. “*Ser seguro*” é a expressão nativa que revela a orientação à economia, que deve perpassar o manejo de todos os recursos. Na ótica das famílias entrevistadas, o dinheiro deve ser gasto com moderação, de acordo com uma ordem de necessidades; os recursos devem ser utilizados de modo que se tenha para o dia de amanhã; cuidar do que se tem também implica uma atitude de poupança. A orientação para a poupança aparece ligada ao **empreendimento e ao planejamento do futuro**. Neste sentido, os de *origem* distinguem-se dos *brasileiros* por considerarem-se pessoas empreendedoras, que “*pensam no futuro*” e “*trabalham para adquirir*”, para “*progredir na vida*”, para “*dar conforto e segurança para a família*”. Por contraste, os *brasileiros* são vistos como pessoas que gastam todo o dinheiro que ganham, não tendo a preocupação de guardar para os tempos de escassez, de planejar o futuro. Estas representações apresentam-se incorporadas de modo bastante homogêneo e consistente na geração dos pais. Entre os filhos sua disseminação é mais fragmentada. Observam-se entre os jovens aspirações por mais lazer e por um acesso maior ao consumo que contestam definições rígidas de poupança e de planejamento do futuro.

Embora se possa dizer que a poupança é um traço que orienta as práticas das famílias pesquisadas, pode-se ver que já na geração dos pais expressam-se redefinições em relação ao que se coloca como da ordem do necessário, produto de sua inserção no campo do consumo. Em todas as casas encontramos a presença de eletrodomésticos, meios de comunicação e produtos variados de mercado. Entre os jovens evidenciam-se práticas de consumo que relativizam o critério da poupança, como a valorização de certas marcas na compra de tênis, sapatos, roupas - formas como o global penetra o local.

Os dados da pesquisa permitem dizer que a telenovela tem um papel nestes reordenamentos no sentido de que contribui para introduzir novos referentes, como aqueles relacionados ao campo do consumo. Os relatos dos membros das famílias pesquisadas permitem ver que a telenovela contribui para estimular e promover aspirações de consumo.

Passemos agora à análise de como estes critérios de distinção da identidade estão implicados na produção de sentidos para a telenovela estudada. Analisando os relatos dos membros das famílias pesquisadas sobre o trabalho dos personagens na telenovela e sua relação com a realidade vivida, vemos que estas *matrizes* da identidade funcionam como chaves de leitura, sendo a base para classificações do tipo nós/eles, ou seja, permitem estabelecer reconhecimentos/distinções em relação aos personagens. Esta lógica se faz presente nos relatos sobre todos os personagens abordados pelos entrevistados.

A título de exemplo, consideremos os relatos das famílias referentes a alguns personagens que se mostraram relevantes na recepção. O personagem *Valdomiro*, o mais comentado da telenovela, é unanimemente visto como a encarnação do critério de pertença relativo ao trabalho, o que pode ser percebido pelas qualificações de “*trabalhador*”, “*batalhador*”, “*sério no serviço*”, “*honesto*”, “*compromissado e amoroso com o trabalho*”. Também expressa para todos os pesquisados os critérios de poupança, empreendimento e planejamento do futuro, o que pode ser percebido nas representações dele como um homem que “*lutou para adquirir, para ir pra frente*”. Nestes relatos e na identificação do personagem por todos como o mais representativo da identidade de *origem*, podemos ver que ele adquire a força de figura *símbolo da identidade*. Já a personagem *Nana*, também bastante comentada em relação ao trabalho entre vários entrevistados,

figura como alteridade em relação aos critérios que estamos examinando. É considerada uma “*pessoa que não trabalha*”, que “*esbanja dinheiro*”, que “*gasta mais do que possui*”, que “*faz dívidas*” e que conta com o dinheiro alheio para seu sustento, representando o oposto das virtudes étnicas trabalho, poupança, empreendimento e planejamento do futuro.

Para finalizar estes exemplos ilustrativos, consideremos os relatos sobre os personagens *Clarice* e *Cláudio*, focalizados por serem representantes dos denominados *brasileiros* na telenovela. Eles revelam a força dos estereótipos sobre este grupo. Por serem considerados pela maioria como bons, honestos, trabalhadores, possuidores de uma condição social melhor, “*estudados*”, os personagens *Cláudio* e *Clarice* não se encaixam nos estereótipos do *brasileiro* “*vadio*”, “*relaxado*”, “*pobre*”; eles acabam sendo vistos como atípicos, como “*negros que fazem papel de branco*”, de “*pessoa de origem*”. Neste caso, é possível ver que os estereótipos resistem ao confronto com personagens da telenovela que apresentam características distintas daquelas atribuídas ao grupo, funcionando como chaves da sua classificação como diferentes, não representativos.

Os dados evidenciam a força dos critérios distintivos, que permanecem resistentes no encontro com a telenovela. Isto pode ser percebido no modo como os pesquisados operam as classificações dos personagens, separando nítida e marcadamente os semelhantes (nós) e os distintos (eles). Também revelam a força dos estereótipos atribuídos ao grupo dos *brasileiros*, nas leituras dos personagens *Cláudio* e *Clarice*. Neste caso, apesar de propor personagens que fogem do estereótipos atribuídos a este grupo, a telenovela não consegue questionar estes **núcleos duros de sentido** presentes no sistema de representação do grupo de *origem*. Notamos também que a telenovela apresenta personagens capazes de operar o reconhecimento identitário no grupo de *origem*, ao trabalhar no texto matrizes fundamentais desta identidade. Aqui vemos fazer sentido a proposição de Martín Barbero (1997) de que o segredo da força do melodrama está nos elementos que nele ancoram a identificação e o reconhecimento cultural.

A **religiosidade** é outro traço cultural mobilizado na distinção entre os de *origem* e os *brasileiros*. Entretanto, se é reivindicada como elemento distintivo, também é apontada como característica cultural em redefinição, na medida em que os sujeitos identificam certa perda de terreno das práticas religiosas no cotidiano. De acordo com os pais, esta perda de terreno manifesta-se de modo mais acentuado na geração dos filhos, reconhecimento que leva alguns a considerar a possível perda do valor contrastivo desta característica em relação aos *brasileiros*. É significativo o fato de que este critério não esteja presente na representação de alguns jovens, como os filhos mais novos da família ítalo-alemã.

A reivindicação da religiosidade como um critério de pertencimento apoia-se num conjunto de práticas religiosas cotidianas, nas três famílias pesquisadas, a despeito de nuances na sistematicidade destas práticas.¹⁷

Vejamos agora como este critério de distinção opera sua mediação na produção dos sentidos para a telenovela estudada. De modo geral, o que se nota ao percorrer os relatos sobre a telenovela é uma interpretação de que havia pouca religiosidade no modo de vida dos personagens, unânime entre os entrevistados. Esta visão é fundamentada basicamente no entendimento de uma quase ausência de práticas religiosas no cotidiano dos personagens, como rituais religiosos institucionais - a exceção que reconhecem são os casamentos - de práticas como a oração e a conversa sobre religião em família. Com base nestes relatos, pode-se argumentar que os personagens da telenovela estudada constituem-se na alteridade que permite a eles diferenciarem-se como mais religiosos e mais praticantes. Assim, vemos este critério ser mobilizado na relação com os personagens, operando sua mediação na construção dos sentidos. Isto se dá na medida em que as representações relativas a este critério funcionam como um referencial a partir do qual se estabelecem processos de reconhecimento/distinção na relação com os personagens.

Outra questão que se impõe à reflexão é se a telenovela pode estar contribuindo para

¹⁷ Os trabalhos de Seyferth (1976, 1990) permitem visualizar a dimensão histórica de organização deste traço cultural entre imigrantes alemães e italianos e de sua mobilização como signo da identidade.

operar mudanças em relação ao critério religiosidade. Esta é uma questão complexa, mas a pesquisa possibilita ver que a TV e a telenovela estão de algum modo implicadas nos processos de mudança. Um primeiro modo de implicação é que a TV e a telenovela passaram a fazer parte dos momentos de convivência familiar dentro de casa, deslocando outras práticas que aí tinham lugar, entre elas as de oração em família. No plano das representações, a telenovela parece estar contribuindo para abrandar concepções rígidas e etnocêntricas de religião, na medida em que fornece exemplos de outros modos de vivência da espiritualidade que penetram no cotidiano dos receptores. No caso da telenovela estudada, o personagem *Ualber* estabelece uma relação tensa e de algum modo questionadora com muitos dos membros das famílias pesquisadas, na medida em que vivencia sua espiritualidade de modo distinto deles mas, ao mesmo tempo, expressa práticas e valores semelhantes aos deles. Isto contribui para que muitos pesquisados reconheçam-se nele e aceitem-no como religioso. Além disso, personagens que não demonstram o seguimento de práticas religiosas institucionais mas expressam valores religiosos (por exemplo *Fortunato* e *Lavínia*) alcançam reconhecimento entre os pesquisados, ajudando a legitimar novos modos de relacionamento com a religião, não tão rígidos. Neste caso, confirma-se a proposição de que a relação com outros referentes culturais advindos da telenovela contribui para que as identidades se tornem menos fixas, mais posicionais e móveis.

As distinções entre os *de origem* e os *brasileiros* também são firmadas a partir de *atributos raciais*. Os *brasileiros* são identificados por características fenotípicas, em particular a cor: são “negos”, “morenos”, “misturados”, para usar expressões nativas; alguns referem-se também à baixa estatura e ao tipo de cabelo. Na prática, os chamados índices operatórios - noção que, de acordo com Poutignat e Streiff-Fenart (1998), remete aos indicadores imediatamente utilizados para fazer o reconhecimento da pertença em uma dada situação - utilizados pelo grupo para reconhecerem os *brasileiros* inicialmente são as características fenotípicas, ainda que os critérios de distinção mais importantes sejam culturais. Os atributos raciais também mediam a relação com a telenovela, funcionando como modo de reconhecimento primeiro da pertença étnica dos personagens.

Para finalizar, gostaria de retomar o percurso do trabalho e sumarizar os resultados obtidos. No estudo da mediação da identidade étnica na recepção da telenovela, procurei situar o sistema de representações do grupo pesquisado em termos das categorias de pertencimento, discutir suas relações com as práticas e desvendar como participam da produção de sentidos para a telenovela. A pesquisa permitiu identificar como categorias chave de pertencimento/distinção do sistema de representação da identidade étnica o trabalho, o empreendimento, a poupança e o planejamento do futuro, além da religiosidade. Revelou ainda que estas categorias operam mediações significativas na recepção da telenovela, funcionando como sistemas de referência a partir dos quais personagens e situações são interpretados, o que confirma os pressupostos com os quais trabalhei na pesquisa. Estas categorias representativas revelaram-se persistentes no confronto com a telenovela. Entretanto, também foi verificado que as relações com os meios de comunicação em geral e com a telenovela em particular introduzem novos referentes culturais que questionam a rigidez de representações relativas à identidade étnica, particularmente entre os jovens, produzindo reordenamentos culturais. Neste sentido, confirmam-se também proposições relacionadas aos processos de descentramento e de hibridação da identidade, catalisados pela introdução de novos referentes culturais através da TV, em particular, reveladas no estudo, da telenovela.

Referências

- BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P; STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998. p. 185-227.
- BONIN, Jiani Adriana (1996). **Mediações na recepção de TV: o “Campo e Lavoura” em Rio Fortuna - SC**. Viçosa. 257 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Departamento de Economia Rural, UFV.
- BONIN, Jiani Adriana. **Identidade étnica e telenovela**. 2001. 410 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BOURDIEU, Pierre. **La distinción: criterio y bases sociales del gusto**. Madrid: Taurus Humanidades, 1991. 597 p.
- BOURDIEU, Pierre. Esboços de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1994a. p. 46-81.
- _____. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1994b. p. 82-121.
- COGO, Denise. O outro migrante: das estratégias de midiaticização das migrações contemporâneas na mídia impressa brasileira. **Ciberlegenda**, Rio de Janeiro, n.10, p.1-24, 2002. Disponível em: <<http://www.ciberlegenda.br>> Acesso em: 16/12/2002.
- FAUSTO NETO, Antônio. **Comunicação e mídia impressa: estudo sobre a AIDS**. São Paulo: Hacker Editores, 1999.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 1997a. 385 p.
- _____. **Cultura y comunicación: entre lo global y lo local**. La Plata: Ediciones de Periodismo y Comunicación, 1997b. 133 p.
- GONZÁLEZ, Jorge A. La cofradía de las emociones interminables: telenovela, memoria, familia. In: CANCLINI, Néstor Garcia (coord.). **El consumo cultural en México**. México: Consejo nacional para la cultura y las artes, 1991. p. 295-336
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- KRUGER, Helmut. Notas sobre a identidade teuto-brasileira. **Monografias Psicológicas**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 1-45, nov., 1995.
- JACKS, Nilda. **A recepção na querência: estudo da audiência e da identidade cultural gaúcha como mediação simbólica**. 1993. 326 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- LEAL, Ondina Fachel. **A leitura social da novela das oito**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. Recepción de medios, clases, poder y estructura: cuestiones teórico-metodológicas de investigación cualitativa de la audiencia de los medios de comunicación de masas. **Comunicación y sociedad**, Guadalajara, n. 24, p. 85-96, mai./ago., 1995.
- LOPES, Maria Immacolata Vassallo de et. al. **Vivendo com a telenovela: mediações, recepção, teleficcionalidade**. São Paulo: Summus, 2002. 394 p.
- MALDONADO, Efendy. Produtos midiáticos, estratégias, recepção. A perspectiva transmetodológica. **Ciberlegenda**, Rio de Janeiro, n.9, p.1-15, 2002. Disponível em: <<http://www.ciberlegenda.br>> Acesso em: 19/11/2002.
- MARTÍN BARBERO, Jesús. La telenovela en Colombia: television, melodrama y vida cotidiana. **Dialogos de la comunicación**, Lima, n.17, p. 46-59, 1987.
- _____. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. 356 p.
- MATA, María Cristina. De la cultura masiva a la cultura mediática. **Diálogos de la comunicación**, n. 56, p. 80-91, out. 1999. Disponível em <www.felafacs.org/dialogos>. Acesso em: 20 de março, 2002.
- OROZCO GÓMEZ, Guillermo. Mapa para abordar las mediaciones en el proceso de recepción televisiva: una aproximación metodológica. **Cuadernos de comunicación y practicas sociales**, México, n.2, p.53-64, 1991.
- _____. Familia, televisión y educación en México: la “teoría educativa” de la madre como mediación en la recepción televisiva de los niños. In: OROZCO, Guillermo (comp.) **Hablan los televidentes: estudios de recepción en varios países**. México: Universidad Iberoamericana, 1992. p.11-32.
- _____. **Hacia una dialectica de la recepción televisiva: la estructuración de estrategias por los televidentes**. Porto Alegre, mai., 1993. 27 p. Ponencia presentada en el Tercer Simposio Internacional de Comunicación. (mimeografado).

POUTIGNAT, Phillipe.; STREIFF-FENART, Joceline. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998. 250 p.

RONSINI, Veneza Mayora. Televisión e identidad cultural. **Diálogos de la comunicación**, n.59-60, p. 102-111, outubro, 2001. Disponível em <www.felafacs.org/dialogos>. Acesso em: 20 de março, 2002.

STROHSCHOEN, Ana Maria. **Mídia e memórias coletivas**. 2003. 211 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Unisinos, São Leopoldo.

SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica**: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí. 1976. 308 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

SEYFERTH, Giralda. Imigração, colonização e identidade étnica. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v.29, p.57-71, 1986.

_____. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990. 103 p.

_____. Identidade camponesa e identidade étnica. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, n.91, p. 31-63, 1993.

VERÓN, Eliseo. Esquema para el analisis de la mediatizacion. **Diálogos de la comunicación**, n.48, p.9-17, 1997. Disponível em <www.felafacs.org/dialogos>. Acesso em: 20 de março, 2002.

ZVEIBIL, Sílvia Jane. **Identidade étnica judaica**: caracterização e processo de constituição. São Paulo. 1980. 163 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, USP.

O GAÚCHO EM DIÁSPORA: MIGRAÇÃO E USOS DA INTERNET

Liliane Dutra Brignol¹

A experiência da diáspora configura hoje um novo caráter às identidades culturais. Afastando-se de seu sentido literal, ligado à idéia de dispersão de povos causada por intolerância ou perseguição, a diáspora assume um sentido metafórico que a amplia e permite trazer elementos para pensar sobre as identidades cada vez mais fluídas, marcadas pelo jogo das diferenças, pelo confronto entre um passado imaginado e um presente cada vez mais compartilhado:

A experiência da diáspora, como aqui a pretendo, não é definida por pureza ou essência, mas pelo reconhecimento de uma diversidade e heterogeneidade necessárias; por uma concepção de 'identidade' que vive com e através, não a despeito, da diferença; por hibridação. Identidades de diáspora são as que estão constantemente produzindo-se novas, através da transformação e da diferença (HALL, 1996, p. 76).

Vale lembrar que Hall desenvolve, num caminho entrelaçado por sua experiência pessoal, questões em tomo de sua própria trajetória, vivências de um migrante jamaicano na Inglaterra que já não pertence exclusivamente a nenhum dos dois lugares. A migração vai imprimir, assim, marcas na sua construção teórica, sendo entendida como um evento importante na modernidade tardia, que facilita a experimentação de deslocamentos tanto de espaço quanto de tempo.

O fenômeno da migração não é novo, mas certamente recebeu um impulso desde que a globalização foi acelerada. A motivação econômica intensifica a circulação das pessoas por diferentes países em busca de melhores condições de vida, as guerras e disputas de poder aumentam o número de asilados e refugiados políticos, a facilidade de deslocamento, redimensiona as migrações temporárias através do turismo e de intercâmbios. Tudo isso vai imprimindo uma remodelação nas relações internacionais e na convivência a cerca de proximidades e diferenças entre as culturas:

As identidades, concebidas como estabelecidas e estáveis, estão naufragando nos rochedos de uma diferenciação que prolifera. Por todo o globo, os processos das chamadas migrações livres e forçadas estão mudando de composição, diversificando as culturas dos antigos Estados-Nação dominantes, das antigas potências imperiais, e, de fato, do próprio globo (HALL, 2003, p. 44-5).

Responsável por impactos tão significativos tanto nos países de origem como de destino, a migração vai produzir identidades que são plurais, que não se vinculam a um território específico mas são atravessadas por diferentes lugares. São identidades híbridas que obrigam uma profunda revisão na relação experimentada entre o passado e o presente, exigindo entendê-las em seu constante fazer-se. São identidades cuja compreensão ultrapassa a idéia de fronteira, pois são vividas por pessoas que deixaram a sua terra natal e passaram a pertencer, como diz Hall, a dois - ou muitos - mundos ao mesmo tempo:

Essas pessoas retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retomo ao passado. Elas são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem

¹ Jornalista, mestre em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos. Pesquisadora do grupo Mídia e Multiculturalismo, vinculado ao PPG da Comunicação da Unisinos e coordenado pela prof^a Dr^a Denise Cogo, em que são desenvolvidas pesquisas sobre a relação entre a mídia e as migrações.

simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades. Elas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas. A diferença é que elas não são e nunca serão unificadas no velho sentido, porque elas são, irrevogavelmente, o produto de várias histórias e culturas interconectadas, pertencem a uma e, ao mesmo tempo, a várias ‘casas’ (e não a uma ‘casa’ particular) (HALL, 1999, p. 88-9).

É neste sentido que a experiência da migração vai afetar as identidades, pois é impossível transitar por diferentes espaços e culturas sem ser impactado por essa vivência. Ao mesmo tempo em que os elos com o local de origem permanecem fortes, existe a tendência de que as identidades se tornem múltiplas. As histórias de vida de imigrantes barbadianos para o Reino Unido, resultado do trabalho de Mary Chamberlain, são usadas como exemplo por Hall da ambigüidade da vivência identitária na experiência da diáspora:

Os barbadianos, sugere ela, têm mantido vivo no exílio um forte senso do que é a ‘terra de origem’ e tentado preservar uma ‘identidade cultural’ barbadiana. [...] aquilo que poderíamos denominar ‘identificação associativa’ com as culturas de origem permanece forte, mesmo na segunda ou terceira geração, embora os locais de origem não sejam mais a única fonte de identificação. [...] Junto com os elos que as ligam a uma ilha de origem específica, há outras forças centrípetas: há a qualidade de ‘ser caribenho’ que eles compartilham com outros imigrantes do Caribe. [...] Existem as semelhanças com as outras populações ditas de minoria étnica, identidades ‘britânicas negras’ emergentes, a identificação com os locais de assentamentos, também as re-identificações simbólicas com as culturas ‘africanas’ e, mais recentemente, com as ‘afro-americanas’ todas tentando cavar um lugar junto, digamos, à sua ‘barbadianidade’ (HALL, 2003, p. 26-7).

Todo esse emaranhado de identificações surgidas a partir da experiência de deslocamento, na tensão entre a tentativa de resgate e manutenção dos vínculos com o passado e a emergência de novas experiências favorecidas pela mudança, vai ser responsável por uma profunda reconfiguração no modo como entendemos as identidades. A promessa de um retomo redentor à terra de origem não é o caminho mais adequado de entender o processo, ainda que esteja presente nas lógicas dos migrantes, pois o resultado híbrido da experiência será invariavelmente agregado aos elementos supostamente autênticos das identidades. Isto pode ser observado, no relato dos imigrantes que retornaram ao Caribe, pela falta sentida do movimento cosmopolita que experimentaram fora e pela dificuldade em reconhecer a terra natal, como se os elos que mantinham quando ali viviam tivessem sido rompidos: “Sentem-se felizes por estar em casa. Mas a história, de alguma forma, interveio irrevogavelmente” (HALL, 2003, p. 27).

Para além das experiências de migração, o conceito de diáspora amplia o de identidade, afastando-o de uma idéia fechada de diferença binária, marcada por uma fronteira definida que distingue rigidamente o que está dentro e o que é de fora. Na identidade como diáspora, as fronteiras são mais veladas, são também lugares de passagem, de mistura, de cruzamento. Nessa ampliação, não é preciso viajar muito longe para ser incluído na experiência da diáspora. Como diz Hall (2003b), a sensação de deslocamento nos acompanha, talvez porque estejamos todos literalmente “longe de casa”. Há sempre algo no meio, entre a idéia de unidade perdida e a tensão vivida no presente.

A migração e a Página do Gaúcho

Historicamente, o Rio Grande do Sul é um dos estados com maior número de emigração do Brasil. Em 60 anos, de 1940 a 2000, cerca de 2,3 milhões de gaúchos deixaram o estado, o que representa 22,65% da população gaúcha atual (CONTINI, 2002)². A maioria dos casos está relacionada a motivações econômicas e, mesmo que não haja informações específicas, os indícios

² A estimativa é feita indiretamente através da análise dos censos demográficos de 1940 a 2000, pois não são fornecidas informações da saída de populações de um estado para outro.

são de que boa parte para trabalhar em atividades agrícolas. O período em que a emigração foi mais acentuada foi entre 1960 e 1990, mas, mesmo com uma diminuição nos índices de emigração de 1990 a 2000, o fenômeno continua imprimindo uma importante dinâmica para a identidade gaúcha.

O fluxo migratório, em um primeiro momento destinado prioritariamente para o interior do país, em estados como Mato Grosso do Sul, regiões com grandes áreas livres que poderiam ser aproveitadas para agricultura (HAESBAERT, 1997), foi sendo reconfigurando através de experiências migratórias plurais, não apenas motivadas pelo econômico, até a consolidação de uma verdadeira rede gaúcha espalhada por todo o Brasil, visível através de sinais como a presença do chimarrão, as linhas de ônibus que ligam o interior gaúcho a cidades de outros estados, além da implantação de Centros de Tradição Gaúcha fora do Rio Grande do Sul. Segundo dados do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG)³, existem cerca de 1500 Centros de Tradições Gaúchas (CTGs)⁴ em funcionamento em outros estados brasileiros e mesmo no exterior. Há CTGs nos Estados Unidos, no Japão, na Holanda, na Malásia, na Argentina, no Uruguai, no Paraguai e em vários outros países.

A proliferação de CTGs e associações de caráter tradicionalista dá visibilidade para o fenômeno de expansão do gauchismo como estratégia identitária para gaúchos migrantes, os “desgarrados do pago”, como denominam-se, assim como para os “novos gaúchos”, brasileiros e estrangeiros que, mesmo não tendo nascido no Rio Grande do Sul, assumem a identidade pela admiração à cultura e aos valores pregados pelo tradicionalismo. Esses dois grupos foram investigados em um estudo de caso sobre o site “Página do Gaúcho” (www.paginadogauchos.com.br)⁵, considerado um espaço privilegiado para pensar sobre a relação entre identidade cultural gaúcha e usos sociais da Internet.

Criada em 1996 com o objetivo de transformar-se em uma referência sobre gauchismo no ciberespaço através da proposta de reunir informações sobre aspectos tradicionais da cultura em uma espécie de enciclopédia online, a página foi tendo sua dinâmica complexificada à medida que crescia o seu número de usuários. Hoje, recebe cerca de 40 mil acessos por mês. Todos os dias, é enviada uma média de 120 mensagens endereçadas para a Página do Gaúcho, com sugestões, pedidos, contribuições ou reclamações. A atualização constante do fórum de discussões, chamado Galpão de Debates⁶, também reforça a dinâmica. Mais de 700 pessoas já preencheram o cadastro que garante a intervenção. No Mural de Recados, espécie de livro de visitas, circulam mensagens com pedidos de informações sobre música, convites para eventos e troca de contatos.

É nesse contexto que gaúchos migrantes aparecem no site, assim como em muitos outros espaços na rede destinados a divulgar, discutir e viver a identidade gaúcha a partir de uma pluralidade de filiações. Uma delas, como explorado nesse trabalho, é construída fortemente a partir da idéia da tradição, caracterizada por constantes negociações entre múltiplos modos de ser gaúcho. O site, marcado pela entrada tradicional, recorrendo ao uso de textos com expressões gauchescas, imagens de simbologias como pilchas⁷, chimarrão⁸ e mesmo a paisagem do pampa gaúcho, além da constante referência a poesias, músicas e manifestações culturais ligadas ao

3 Desde a criação do '35 CTG', em 1948, em Porto Alegre, outras entidades surgiram, consolidando o que, em 1966, foi oficialmente chamado de Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), organizado como uma federação de CTGs.

4 CTGs são entidades associativas em que são cultuadas as tradições gaúchas, através de toda uma organização e hierarquia lembram a vida no campo e a estrutura de uma estância.

5 Defendido como dissertação de mestrado intitulada “Identidade cultural gaúcha nos usos sociais da Internet um estudo de caso sobre a Página do Gaúcho” (BRIGNOL, 2004), em março de 2004 no Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos. Partindo de uma concepção de comunicação, cultura e identidade fundamentada na perspectiva dos estudos culturais, a pesquisa teve como objetivo investigar as relações entre a Internet e a identidade cultural gaúcha, de modo a discutir como questões identitárias atravessavam o site. A investigação apresentava a identidade gaúcha como mediação para usos sociais da Internet, e, simultaneamente, sendo reconfigurada através de sua construção midiática.

6 Espaço destinado a discutir temáticas relacionadas à cultura regional, em uma alusão às conversas feitas pelos peões nas rodas de chimarrão normalmente realizadas nos galpões das fazendas. Para participar do fórum, que tem das intervenções dos usuários moderadas, é preciso fazer um cadastro no site.

7 Vestimenta típica do gaúcho.

8 Bebida de origem indígena cujo hábito de consumo é assumido como um símbolo do Rio Grande do Sul.

MTG, vai revelando estratégias de seus usuários que recorrem à Internet como possibilidade de manutenção ou aprofundamento dos vínculos que mantém com a cultura gaúcha.

Essa reflexão, garantida através de uma estratégia metodológica marcada por uma abordagem etnográfica, através da combinação de procedimentos como observação, histórias de vida, rotinas produtivas e análise de conteúdo, permite levantar questões sobre as conseqüências da diáspora, muitas vezes apenas imaginada, na dinâmica identitária e em sua relação com usos da Internet, percebida, por exemplo, através da troca de e-mails entre gaúchos migrantes com amigos e aparentes que permanecem no Rio Grande do Sul, o que acaba sendo responsável, muitas vezes, pela consolidação de laços e aproximação com quem está geograficamente distante.

É o que acontece com dois dos seis sujeitos cujas histórias de vida foram exploradas⁹: Gicele, uma gaúcha de 19 anos que deixou o Estado aos dois meses de vida para morar em Recife, onde mantém vínculos com o MTG, atuando como Primeira Prenda do Nordeste, e Jefferson, de 38 anos, natural de Porto Alegre, que morou por nove anos em outros estados durante sua formação acadêmica e que durante o período em que esteve fora também usou a rede para manter contato com a família no Rio Grande do Sul.

Para outro entrevistado, o estudante universitário de 29 anos Udo, nascido no Rio Grande do Sul, filho de um alemão e uma descendente de austríacos, a aproximação com a Internet aconteceu logo depois que deixou o Brasil para morar na Alemanha, o que, segundo relata, fez com que priorizasse a comunicação através da troca de mensagens online pois vivia um período de adaptação e estranhamento diante dos costumes dos alemães, com quem tinha dificuldade de se aproximar por diferenças culturais e lingüísticas.

As experiências dos três sujeitos brevemente apresentados, assim como as de outros tantos que deixam marcas de suas identidades através da participação no fórum de discussão da Página do Gaúcho¹⁰, serão refletidas a seguir a partir do objetivo do artigo de articular trajetórias de imigração com usos da Internet.

Gaúchos ou rio-grandenses?

A possibilidade de reunir sujeitos, independente de sua localização geográfica, facilita a aproximação no site de quem se identifica com a cultura gaúcha através de vinculações muito mais complexas do que a simples pertença territorial. Na Página do Gaúcho, circulam pessoas nascidas em diferentes estados brasileiros e mesmo em outros países, mas a grande maioria, apesar das constantes tensões estimuladas pelas próprias características do espaço, compartilham um sentimento em comum: o de ser gaúcho.

Surge uma questão que toma forma de uma teoria a ser compreendida pelos usuários do site. Através do reforço de constantes declarações, do debate sobre diferentes pontos de vista, circula a idéia de que existe uma diferença entre ser “gaúcho” e “rio-grandense”. Contrariando o senso comum, os dicionários e todas as convenções, no site, o termo “gaúcho” não é um gentílico para quem nasce no estado do Rio Grande do Sul, mas adquire um significado que transcende qualquer vinculação com o território, como atestam algumas das participações dos usuários no Galpão de Debates¹¹:

9 Durante a pesquisa, foram realizadas entrevistas de história de vida com seis sujeitos usuários do site, além de com o seu criador e gerenciador, um empresário da informática em Porto Alegre. O destaque nesse artigo é para algumas colocações de três desses entrevistados pelo fato de morarem fora do Rio Grande do Sul (São Paulo, Recife e Jena, na Alemanha). Todos foram contatados através de uma rede de relações que foi sendo estabelecida a partir do site. As entrevistas foram realizadas em Porto Alegre e região metropolitana no período em que os sujeitos estiveram de férias no Estado. Apenas a entrevista com o usuário residente na Alemanha foi feita através da própria Internet, por um programa de troca simultânea de mensagens online. Os nomes usados aqui correspondem aos nicks (apelidos) escolhidos para se identificar no site.

10 Espaço destinado a discutir temáticas relacionadas à cultura regional, chamado no site de Galpão de Debates, em uma alusão às conversas feitas pelos peões nas rodas de chimarrão normalmente realizadas nos galpões das fazendas. Para participar do fórum, que tem das intervenções dos usuários moderadas, é preciso fazer um cadastro no site.

11As intervenções são reproduzidas na íntegra, sem correções gramaticais, tal qual a aparecem na Página do Gaúcho.

Ele falou **“Rio-Grandenses” = quem nasce e vive no Rio Grande**, não disse **“Gaúchos”**, que **abarca todo aquele que ama a cultura gaúcha** independente de onde tenha nascido ou esteja vivendo.

Pra mim, para ser **rio-grandense basta ter nascido no Rio Grande... porém nem todos que nascem no Rio Grande são Gaúchos...**nem todos amam a cultura, cultuam as tradições... Por isso a palavra Gaúcho deve ser empregada para aquele que leva o Rio Grande no peito, que ama o que faz...e não numa certidão de papel.

Eu já cansei de falar pros loco que **rio grandense é uma coisa e gaúcho é outra. Uma não tem nada a ver com a outra.**

Revela-se uma aproximação à identidade a partir de uma vinculação simbólica que, no site, é definida como um sentimento. Existiria uma ‘alma gaúcha’ que une habitantes de diferentes lugares do Brasil e do mundo a partir de aproximações com a cultura tradicional, quer pela participação em CTGs ou associações folclóricas, espalhadas pelos mais distantes pontos do território brasileiro e fora dele, quer por outras experimentações, como os próprios usos da Internet, em que proliferam sites destinados à temática do gauchismo.

São gaúchos por opção, como afirmam no site, e defendem essa posição como uma diferença que os qualificaria como “mais gaúchos” do que aqueles que simplesmente nasceram no estado e não honram suas tradições. Para afirmar a posição, lançam mão de explicações que remodelam o significado atribuído à identidade:

Sou catarinense de nascimento e GAÚCHO por opção, pois amo tudo o que faço e que diz respeito a cultura gaúcha e tenho orgulho de ser assim, GAÚCHO.

Ser gaúcho não é ter nascido aqui ou ali **é um estado de espírito...**

Como em tudo o que circula na Página do Gaúcho, a idéia defendida pelos “novos gaúchos” sobre a distinção com relação aos rio-grandenses não é aceita com unanimidade. Uma polêmica é criada por aqueles que entendem a identidade como algo muito mais concreto do que um simples sentimento. Scavone, outro entrevistado para história de vida durante a pesquisa, gaúcho de 21 anos residente em Porto Alegre, é um dos que mais demonstra indignação com a adoção da identidade gaúcha como uma estratégia por pessoas não nascidas no estado. Nas entrevistas, ele destacou que o debate sobre o assunto era uma das coisas que o aborrecia no site:

Acaba se colocando uma discussão - reproduzida na Página do Gaúcho de colocar o ser gaúcho como uma coisa muito tênue: “ah, eu sou gaúcho”... Acho que não é por aí. Eu não acredito nessa diferença entre rio-grandense e gaúcho que aparece.

Acho fundamental buscar a acepção do Gaúcho na sua raiz, senão vamos começar a propagar por aí concepções como ser “gaúcho de coração”... me desculpe, isto é abstrato demais para mim... (SCAVONE)

Opinião semelhante é defendida por parte dos usuários nos fóruns do Galpão de Debates, criando uma oposição à separação entre rio-grandenses e gaúchos. Suas falas revelam não uma negação da identidade, como acontece com Scavone, mas uma defesa do pertencimento àqueles que, independente da identificação com os valores tradicionais da cultura gaúcha, nasceram no estado e manifestam outras formas de ser gaúcho. Demonstrem orgulhar-se diante do posicionamento dos não nascidos no estado como gaúchos, mas não admitem a exclusão daqueles que se afastam do tradicionalismo:

Em nossos corações, somos Gaúchos, tanto faz se nasceu em Passo Fundo ou em New York. [...] Também não acho legal dizer que quem não conhece as nossas tradições, não deva ser chamado de Gaúcho, pois meu filho nasceu em Canoas, toca em uma banda de rock, conhece nossa cultura melhor que eu, nunca colocou uma pilcha na vida dele...Muitas vezes entro no quarto dele, ele dá de mão na guitarrita e me convida para cantar o hino Rio-grandense...Ele sabe que é minha canção

predileta... Acho que não devemos chegar ao extremo de dizer que quem não conhece nossa cultura na ponta da língua, não seja chamado de Gaúcho. Goste tu de samba, rock, vaneira, etc... Nasceu aqui dentro, automaticamente é Gaúcho!

Mais uma vez, a relação com a identidade varia conforme as vivências diversas dos usuários e as posições são defendidas nos debates travados no site e também na fala dos entrevistados. A troca de opiniões no Galpão de Debates dá espaço para tensionar estratégias identitárias, criticadas por alguns ou bastante próxima a outros, como o que acontece com Gicele, que enumera entre os amigos do CTG em Recife pessoas sem nenhuma ligação com o Rio Grande do Sul, não seja a admiração por sua cultura, e Jefferson, que fala com orgulho sobre uma primeira prenda japonesa em São Paulo ou de um “paulista da gema” que dizia a todos ser gaúcho, apesar de ter nascido no “lugar errado”. Seja qual for o nome que recebam aos olhos dos outros, impossível negar-lhes a condição de gaúchos - se mais ou menos importantes do que os “legítimos herdeiros do solo”, como alegam alguns, é uma outra história, que ganha dimensão de tese entre os usuários no debate estimulado pela Página do Gaúcho.

Gauchismo fora do Rio Grande

Outra dinâmica observada nos usos da Página do Gaúcho ligada a questões de territorialidade está relacionada à constatação de que, longe do território gaúcho, os CTGs assumem novas funções, confirmando discussões teóricas acerca da identidade fora do Rio Grande do Sul¹², como aponta um dos entrevistados, ele mesmo um gaúcho que deixou o estado e identificou-se com o tradicionalismo somente em São Paulo. Para Jefferson, a aproximação com o CTG surgiu como uma necessidade depois de seis anos morando fora do Rio Grande do Sul. Era uma maneira de sentir-se mais perto de sua terra natal, embora nunca tivesse mantido nenhuma vinculação com o tradicionalismo antes.

Muitos gaúchos, diferentemente de Jefferson, que ainda tem em sua história uma ligação com a região da campanha e com uma vida rural, vão experimentar essa aproximação quando longe do estado, como indica Oliven (1992), ao cultuarem os costumes e valores das estâncias, transpostos para o universo dos CTGs, fazendo referências a um mundo ao qual jamais pertenceram. É o que se observa com Gicele, jovem que tão logo nasceu em Porto Alegre foi morar em Recife.

Os CTGs localizados em outros estados e países passam a agregar não apenas gaúchos migrantes mas também “não gaúchos” ou mesmo os ditos “novos gaúchos”, passando a funcionar como espaços de convivência e lazer, sobretudo em grandes centros urbanos, como atesta o depoimento de Jefferson:

Em São Paulo as minhas relações eram praticamente só relações de trabalho. No CTG não, eram relações para lazer porque algumas pessoas procuram o CTG como um clube para o final de semana e outros realmente para desenvolver trabalhos sobre a cultura gaúcha (JEFFERSON).

Mesmo como clube, esse espaço tem para Jefferson um diferencial marcado por valores defendidos pelo tradicionalismo: “Muitos acabavam se associando não pelo conhecimento da cultura gaúcha, mas por perceber que o ambiente num CTG é como de uma grande família, é um ambiente saudável, porque a gente preza pelos bons costumes e bons hábitos”. Assim, segundo Jefferson, o tradicionalismo cativa novos adeptos e acaba expandindo ideais que considera universais.

Para Gicele, a vivência dentro do movimento tradicionalista ganha importância em seu

¹² Essa relação foi discutida na série especial da RBS TV, emissora afiliada no Rio Grande do Sul da Rede Globo de Televisão, intitulada “A conquista do Oeste”, transmitida no segundo semestre de 2004, em que se explorou através de depoimentos a experiência de gaúchos que deixaram o Rio Grande do Sul para povoar desde o oeste de Santa Catarina e Paraná até estados como Tocantins, Mato Grosso do Sul e mesmo parte do Paraguai.

cotidiano pelo preenchimento de uma saudade sentida do Rio Grande do Sul. Como representante da entidade tradicionalista que reúne os CTGs da região Nordeste, dedica-se a divulgar a cultura gaúcha e garantir a sua expansão fora do Rio Grande do Sul. A estudante reforça em seu depoimento uma diferença percebida entre a vivência do tradicionalismo no estado e fora dele:

o Movimento Tradicionalista Gaúcho longe do Rio Grande do Sul tem muito essa parte de sentimento e não de movimento. Lá a gente não tem essa necessidade de competição que tem aqui. Aqui as invernadas artísticas vão atrás de prêmios, vão atrás de certificados e lá a gente vai porque quer ir, porque sente falta de alguma coisa. Existe um monte de gente que nem tomava chimarrão quando tava aqui e depois que vai pra lá passa a valorizar, passa a tomar o chimarrão pela falta, pela saudade que tem da terra em que nasceu (GICELE).

O testemunho de Gicele, uma rio-grandense que virou “mais gaúcha” afastada do estado, é comum a outros usuários do site, em debates sobre a temática do gauchismo em lugares diferentes do Rio Grande do Sul. O assunto é uma questão importante pelo número de tópicos que aparece e o envolvimento que as discussões geram, o que pode ser exemplificado através de um fórum criado para comentar uma reportagem veiculada pelo Fantástico, programa dominical de notícias e entretenimento da Rede Globo, em agosto de 2003, dentro da série Brasil Total, cujo objetivo é o estímulo a produções por equipes de diferentes regiões que enfoquem peculiaridades da cultura local.

As afirmações dos usuários revelam críticas, com uma idéia de proteção contra apropriações da cultura gaúcha, que seria deturpada. Entretanto, elas são minoria diante do sentimento de orgulho que deu origem ao debate:

Não sei com relação aos colegas, mas eu achei fantástica a reportagem sobre CTGs no Nordeste do Brasil exibida na noite de ontem no Fantástico. De uma forma respeitosa foi mostrado o trabalho realizado por pessoas que sequer nasceram no Rio Grande do Sul, mas se dizem gaúchos de coração. Parabéns ao Fantástico e, principalmente, a estes gaúchos de coração que mesmo longe de nossa terra mostram um amor à nossa cultura muito maior do que demonstrado por muitos nascidos aqui.

Os gaúchos no Nordeste são um exemplo do modo como os migrantes, em uma prática observada no fenômeno da imigração, organizam-se em redes, muitas vezes valorizando mais questões da cultura local do que antes de deixarem sua terra de origem. Essa observação é ancorada pelos estudos recentes sobre a dinâmica migratória: “De um modo geral, aceita-se hoje o fato de que as redes baseadas em laços de parentesco, amizade e comunidade vinculam a comunidade emissora com a receptora e proporcionam uma estrutura coerente às populações de migrantes” (GURAK; CACES, 1998, p. 75). A especificidade no caso gaúcho está na organização em torno dos CTGs e, na pesquisa, o interesse volta-se para a formação de redes entre migrantes a partir dos usos da Página do Gaúcho.

Dos desgarrados e a construção de novas querências

No site, a diáspora gaúcha ganha destaque em outros tópicos que motivam a participação de usuários com posicionamentos variados dentro do site. Entretanto, a questão não aparece apenas na definição da temática de discussões, mas na própria dinâmica de funcionamento e distintas apropriações da Página do Gaúcho, que se transforma em um espaço acolhedor para esses ‘filhos desgarrados do pago’. Um espaço que, aos moldes do que acontece nos CTGs, assumidos como recriações do Rio Grande do Sul em outros territórios, permite a aproximação de sujeitos que, por motivos diversos, deixaram o estado.

Mesmo que as manifestações revelem que a maioria emigrou por razões econômicas - transferência, estudo, promoção, normalmente em busca de ascensão financeira e profissional -, existe um sentimento em comum entre aqueles que se consideram desgarrados. Trata-se de uma sensa-

ção de perda, como se tivessem sido obrigados a deixar o estado, além de uma grande saudade da terra, revelada na necessidade de aproximação a tudo o que lembre o Rio Grande do Sul.

A saudade é presente até entre aqueles sujeitos que pouca ou nenhuma ligação tiveram com o território, como o que acontece com Udo e Gicele. Descendente de imigrantes, nascido em Porto Alegre, mas longe do estado desde os sete anos, Udo não deixa de referir-se a lembranças de uma terra muita mais imaginada do que realmente vivenciada. Lembranças que ele mesmo diz inatingíveis, talvez pela certeza de que se refiram a situações vivas apenas em sua memória, muito distantes daquilo que encontra quando visita o estado em suas férias no Brasil. São essas lembranças definidas como “sinceras e poéticas” é que vão configurar um modo de ser gaúcho, mesmo que na Alemanha identifique-se muito mais como brasileiro.

Para Gicele, a situação é ainda mais paradoxal. Em Recife desde os dois meses de vida, nunca chegou a morar no Rio Grande do Sul. Mesmo assim, com sua relação limitada à visita à família em todas as férias, existe a saudade do estado, apontada como causa para aproximação com o tradicionalismo. Ainda que em uma espécie de ‘diáspora imaginada’ (pois não foi Gicele quem deixou o estado mas seus pais e toda a sua vida foi construída no Nordeste), existe uma necessidade de retomo, revelada como um dos seus planos para o futuro.

O mesmo desejo fez com que Jefferson deixasse São Paulo e tentasse um emprego no Rio Grande do Sul. Seus nove anos fora só fizeram aumentar a vontade de ‘voltar para casa’, mas a experiência do regresso traz junto uma estranheza presente em seus depoimentos colhidos no seu primeiro mês de retomo ao estado. Além da angústia pela busca de uma colocação profissional, aparece um certo deslocamento, que Hall (2003b), ao falar da experiência diaspórica dos caribenhos, aponta como uma sensação familiar e moderna, pois, ao contrário do que tanto buscam os usuários da Página do Gaúcho:

Não podemos jamais ir para casa, voltar à cena primária enquanto momento esquecido de nossos começos e “autenticidade”, pois há sempre algo no meio. Não podemos retomar a uma unidade passada. [...] Talvez seja mais uma questão de buscar estar em casa aqui, no único momento e contexto que temos. (CHAMBERS apud HALL, 2003b, p. 27-28)

Para Jefferson, o deslocamento é revelado na estranheza causada pela comparação de sua memória com a realidade encontrada, como o que aconteceu em sua visita a Bagé, onde passou alguns anos da infância. A cidade colorida da fazenda do avô ficou cinza, perdeu o encantamento que ajudava a compor o cenário de sua terra. Uma terra que, como concebida em sua memória, simplesmente não existe mais. Agravado pela transição ao final do doutorado, o momento é para Jefferson de dificuldade para se religar ao Rio Grande do Sul, o que pode ser comprovado por algumas falas que deixam escapar, apesar das severas críticas a São Paulo, uma certa referência positiva ao dia-a-dia corrido, típico da vida cosmopolita que levava.

Além da promessa do retomo, os três sujeitos, sobretudo os que permanecem no Brasil, mostram em suas experiências o quanto a distância torna-os mais orgulhosos de suas origens - ou “mais gaúchos”, como afirma Gicele. Longe, eles imprimem um sentido novo para a sua identidade, um sentido de distinção e pertencimento que demanda uma necessidade de manutenção de vínculos com a terra de origem, quer seja pela ligação com a família, participação em CTGs ou ainda através de usos da Internet. A Página do Gaúcho surge aí como uma possibilidade de aproximação com o Rio Grande do Sul para usuários com vivências distintas que buscam preencher a saudade.

Udo aproximou-se do site pela vontade de descobrir coisas do sul e pelo que define como “um desejo de se reconhecer em certas memórias”. Gicele acompanha o que está acontecendo no Rio Grande do Sul, mantendo-se atualizada, criando e fortalecendo relações com usuários que moram no estado. Para Jefferson, o site surgiu depois de seu envolvimento com o CTG por uma necessidade de pesquisa sobre cultura gaúcha e permanece como espaço sobretudo de informação.

Outros usuários, com nicks tão reveladores como “Desgarrado do Pago” ou “Gaudério NYC”, estão presentes no site, dinamizando seu funcionamento através de demandas de usos

ligadas à sua condição de migrantes. O “Bolicho”, uma pequena loja virtual que comercializa produtos da cultura regional, por exemplo, foi criado para atender aos pedidos dos usuários que estavam longe do estado. Muitos escreviam e-mails com encomendas tão diversas quanto a relatada pelo gerenciador do site:

Tem um sujeito que saiu de Brasília e foi morar na Líbia. Ele trabalhava no Planalto, no governo, e foi trabalhar na Embaixada. Um dia ele me escreveu dizendo: ‘Eu pago qualquer coisa pra tu me mandares uma imagem do desfile de 20 de setembro na televisão. Eu pago 50 dólares, me diz a tua conta que eu mando pra ti. Não tem problema, né? Eu não agüento é ficar aqui no meio dessa areia toda sem ter nenhuma coisinha. Porque chimarrão aqui nos 45° é impossível tomar.

De tanto responder aos pedidos, o gerenciador optou por reservar um espaço da página para o consumo, que, mesmo precisando ser fechado por problemas de logística de manutenção, cumpriu por três anos o papel de satisfazer uma necessidade dos migrantes, ainda que limitada aos produtos que estavam à disposição. Com o fim do Bolicho, as relações de consumo mantiveram-se no site pela troca de informações entre os usuários de fora sobre os melhores lugares para adquirir produtos regionais, como ocorreu em um tópico criado no fórum “Novidades e avisos” da seção Galpão de Debates, em que foi divulgado um endereço para comprar trajes típicos em São Paulo e logo surgiram outras demandas dos usuários, como a necessidade de comprar erva mate para o chimarrão.

A função do consumo está relacionada com uma das metas definidas para a página: levar imagens e informações sobre as peculiaridades do Rio Grande do Sul aos “filhos desgarrados da terra”. O objetivo acabou configurando uma das características diferenciais do site: a preocupação em tematizar o sentimento de perda com a necessidade de migração, presente também na seção de turismo, em que o criador do site visita cidades gaúchas, divulga fotos e conta histórias locais no site, recebendo comentários emocionados de sujeitos que há muito não visitam suas cidades natais.

A própria trajetória do idealizador da Página do Gaúcho é marcada pela exigência de afastamento temporário do estado, pois desde 2001 passou a viajar a trabalho frequentemente para São Paulo, chegando a ficar cerca de dez dias por mês longe do Rio Grande do Sul, e como, anuncia em uma pequena biografia disponível no site, passou a experimentar “o gosto amargo de ser um desgarrado”. Para suportar a saudade, começou a usar o site como um vínculo permanente com o estado.

O mesmo vínculo é percebido nas apropriações feitas pelos usuários migrantes que buscam uma aproximação à sua ‘querência’: aquele lugar onde nasceram ou acostumaram se a viver, para o qual sempre procuram voltar. Quando essa volta não é possível, pode existir um CTG por perto, uma loja com CDs de músicos regionais ou até um site repleto de referências ao Rio Grande do Sul, oferecendo a possibilidade de vivência do gauchismo e reunindo sujeitos com trajetórias diversas em uma espécie de “nova querência”. Aí sim um lugar para o qual, por sua existência desvinculada de qualquer território, pode-se voltar todos os dias.

Na análise, portanto, a Internet aparece como potencializadora da relação de gaúchos migrantes com o Rio Grande do Sul, através da possibilidade de contato com quem permanece no estado e na vivência da cultura gaúcha desde a facilidade de formação de comunidades, como acontece no site, que giram em torno do gauchismo, incentivando um sentimento de pertencimento aos seus usuários longe do estado - acionado quer por questões mercadológicas, com a compra de produtos regionais, ou questões simbólicas, com o compartilhamento do vocabulário gauchesco e a preocupação com temáticas que envolvem a cultura regional.

Referências

- CONTINI, Elíseo. **Gaúchos enriquecem o Brasil**. 2002. Disponível em <<http://www3.solar.com.br/~elisioc/index.html>>. Acesso em: outubro de 2003.
- GURAK, Douglas T.; CACES, Fe. Redes migratorias y la formación de sistemas de migración. In MALGESINI, Graciela (comp.). **Cruzando fronteras: migraciones en el sistema mundial**. Barcelona: Icaria, 1998.
- HAESBART, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede 'gaúcha' no nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.
- HALL, Stuart. Pensando a diáspora: reflexões sobre a terra no exterior. In: HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representações da Unesco no Brasil, 2003.
- _____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- _____. **Identidade cultural e diáspora**. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. n. 24, 1996. p. 68-76.
- OLIVEN, Ruben. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação**. Petrópolis: Vozes, 1992.

A NOÇÃO DE PERTENCIMENTO IDENTITÁRIO E AS RELAÇÕES DE IMIGRAÇÃO

Denise T. da Silva*

Na pauta atual de questões sobre diferenças três assuntos engendram uma triangulação importante: raça e etnia, gênero e classe social. Os debates mais relevantes na sociedade atual sobre desigualdades perpassam estes três pontos que por sua vez representam a discussão sobre a alteridade. Pode-se dizer que o Brasil é um país com importantes contribuições neste sentido. Sendo um dos principais países da América Latina, de maior área, extensão territorial (quinto no mundo) e, conseqüentemente, com a maior população, é formado por uma diversidade de culturas¹ que convivem num mesmo local, mas que conservam suas diferenças identitárias².

Neste artigo, pretendo inicialmente problematizar a noção de pertencimento identitário através do significado do sentimento de “ser imigrante”. Muitas vezes este conceito fica restringido ao deslocamento de indivíduos de um país para outro, não sendo utilizado para aqueles entre as regiões de um mesmo país. Para exemplificar este ponto, proponho uma reflexão sobre as diferenças entre as culturas regionais brasileiras a partir de uma experiência na pessoa de migrante da Região Sul para a Região Norte, mais especificamente, do Estado do Rio Grande do Sul para o Estado do Amapá, dois extremos do território brasileiro. Finalizando, exporei algumas considerações que me levaram a investir numa tese.

Considerações conceituais sobre identidade

O ser humano é um ser intencional que tem um projeto pessoal que está dentro de um projeto maior que é o coletivo. Há diálogos constantes entre estes projetos individuais e coletivos. Na costura entre estes projetos é que ele constrói as suas identidades. A alteridade demanda da intersubjetividade: o outro indivíduo não pode ser uma imposição autoritária, mas deve ser capaz de favorecer o diálogo das identidades. Assim, “a cultura não é apenas uma viagem de redescoberta, uma viagem de retorno. Não é uma “arqueologia”. A cultura é uma produção. Tem suas matérias-primas, seus recursos, seu “trabalho produtivo”. (...) Mas o que esse “desvio através de seus passados” faz é nos capacitar, através da cultura, a nos produzir a nós mesmos de novo, como novos tipos de sujeitos. Portanto, não é uma questão do que as tradições fazem de nós, mas daquilo que nós fazemos das nossas tradições. Paradoxalmente, nossas identidades culturais, em qualquer forma acabada, estão à nossa frente. Estamos sempre em processo de formação cultural. A cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar.”³

A noção de pertencimento identitário é fundamental para que se possa entender a complexidade que envolve o significado do sentir-se imigrante. O conceito de identidade nacional como comunidades imaginadas trabalhado por Anderson que Hall traz a tona nos permite

* Publicitária, Professora da Faculdade de Comunicação Social de Taquara – FACCAT, Doutoranda em Ciências da Comunicação – PPGCC/Unisinos, bolsista Capes, integrante do Grupo de Pesquisa “Mídia e Multiculturalismo” da Unisinos e do Projeto de Cooperação Internacional Unisinos e Universidade Autônoma de Barcelona (UAB) “Mídia e interculturalidade: estudos das estratégias de midiatisação das migrações contemporâneas nos contextos brasileiro e espanhol e suas repercussões na construção midiática da União Européia e do Mercosul”.

¹ Cultura deve ser entendida aqui num sentido abrangente que permeia o modo de pensar sobre as três grandes questões relacionadas acima.

² Identidade implica na construção de sentido no processo de individuação de posições ocupadas pelas pessoas no exercício de seus papéis sociais. Por exemplo, as múltiplas identidades de uma pessoa: uma médica, enquanto mulher, mãe, esposa, filha, amiga, classe média, branca, descendente de açorianos, gaúcha, brasileira, católica, gremista, militante política.

³ HALL, Stuart. *Da diáspora : Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte : UFMG/Brasília : UNESCO, 2003. p. 44.

visualizar o fato de que essas identidades são construídas simbolicamente. “As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre a nação, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas”⁴. Tentar homogeneizar a cultura nacional unificando-a numa identidade cultural é não levar em conta as diferenças que seus membros têm em termos de classe, gênero, raça ou etnia⁵. Percebe-se dessa forma que o sentimento de pertencimento é construído de forma a criar um laço de lealdade e de identificação simbólica.

Hall afirma que, na modernidade tardia, a identidade do sujeito moderno foi deslocada através de uma série de rupturas nos discursos do conhecimento moderno, ocasionando a descentralização do sujeito cartesiano. O sujeito do Iluminismo que tinha uma identidade fixa e estável foi descentrado resultando em identidades fragmentadas⁶. O fato de possuir uma identidade cultural fiel às origens, imutável e atemporal, ligada pela tradição, é considerado pelo autor como um mito⁷. As sociedades atuais são formadas não por um povo, mas por vários. A diversidade cultural brasileira é resultado do entrelaçamento de diferentes corpus indígena, africano, europeu e também asiático. Este é um resultado híbrido que não pode ser desmembrado em elementos autênticos de origem.

A noção de pertencimento identitário com fundamentação étnico-comunitária se complexifica no contexto da América Latina. Suas histórias estão pautadas na mistura e combinações de repertórios culturais. Nestor García Canclini afirma que a questão do latino hoje está reformulada a partir dos temas interculturalidade e hibridação⁸. “Parto de la hipótesis de que la latinidad no puede ser un territorio aislado después de que cayeron las retóricas defensivas de los Estados nacionales. La latinidad siempre fue una construcción híbrida, en la que confluyeron las contribuciones de los países mediterráneos de Europa, lo indígena americano y las migraciones africanas. Actualmente, esas fusiones constitutivas de lo latino-americano se amplían en interacción con lo anglo por la voluminosa presencia de migrantes y productos culturales latinos en Estados Unidos. Más allá, lo latino interactúa y se remodela también en diálogo con culturas de Europa y aun de Asia”⁹.

Neste sentido, como seria possível falar de uma identidade unificada no mundo atual, sendo que os povos se formam por processos socioculturais hibridizados? Talvez encontramos o fundamento desta tentativa nos processos midiáticos. A mídia se esforça em estabelecer vínculos entre as práticas de recepção midiática, as identidades culturais e a expressão de cidadania. Souza define isto como práticas de pertencimento público¹⁰. Fora de seu local de origem, a inserção do indivíduo dentro dos processos de cidadania se materializa através da visibilidade de comunidades imaginadas de pertencimento proporcionada pela intervenção da esfera midiática.

Vejamos o caso da RBS, afiliada da Rede Globo, sempre em busca da afirmação de uma identidade do gaúcho, diferenciando dos demais Estados brasileiros. É evidente que isto também acontece no Amapá, por exemplo, nos programas regionais de caráter amador, que são apresentados pelos próprios donos da concessão do canal. O orgulho de ser gaúcho no Rio Grande do Sul vira o orgulho de ser amapaense no Amapá. Assim sendo, os meios de comunicação acabam elegendo identidades regionais que só se unem em eventos esportivos como Olimpíadas e Copa do Mundo. É um jogo de forças cultural e político para legitimar o sentimento de pertencimento a um local num mundo globalizado. Recentemente acompanhamos a série “A conquista do Oeste” produzida

⁴ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 3.ed. Rio de Janeiro : DP&A, 1999. p. 51.

⁵ HALL, 1999, p. 59.

⁶ HALL, 1999, p. 34-46.

⁷ HALL, 2003. p. 29.

⁸ GARCÍA CANCLINI, Nestor. *Noticias recientes sobre la hibridación*. Disponível em: <<http://www.cholonautas.edu.pe/pdf/SOBRE%20HIBRIDACION.pdf>>. Acessado em 29 agosto 2004, às 23h20min.

⁹ GARCÍA CANCLINI, op. cit., p. 1.

¹⁰ SOUZA, Mauro Wilton de. *Práticas de recepção mediática como práticas de pertencimento público*. In: **Novos Olhares**. São Paulo v.1, n.3, p. 12-30.

pela RBS e que enobrece o sentimento de ser gaúcha ou gaúcho. Numa fala de um dos entrevistados do Acre: “nós devemos tudo aos gaúchos”, apresentada várias vezes, pois foram editadas para as chamadas do programa, exemplifica a afirmação anterior.

A imigração no contexto brasileiro – o caso do Amapá¹¹

Muitos autores acreditam que não somente a diversidade étnica e cultural sirva como um denominador comum entre os países da América Latina, mas também o seu passado colonial que pode ser o principal responsável da formação de estruturas econômicas e sociais subdesenvolvidas. Isso é notado pelo fato de constataremos em todos os países, mesmo os mais industrializados, grandes desigualdades sociais, baixo padrão de qualidade de vida da maioria da população, contrastes regionais e baixos investimentos em pesquisa e tecnologia, o que provoca a dependência de capital externo.

A imigração desempenhou um papel histórico importante no povoamento mundial. Em alguns lugares contribuiu para o seu desenvolvimento, como no caso dos Estados Unidos. No Brasil, os fluxos imigratórios do período colonial eram feitos pelos portugueses e os negros africanos, somente mais tarde o país começou a receber alemães e italianos e depois açorianos, espanhóis, suíços, libaneses, japoneses, e mais recentemente, o que se tem chamado de migrações contemporâneas, argentinos, uruguaios, colombianos, paraguaios, entre outros, sem esquecer dos deslocamentos dentro do país, como o de muitas famílias que partiram da zona colonial do Rio Grande do Sul para o oeste catarinense e paranaense, para o Mato Grosso, Rondônia e assim segue até o Amapá, não deixando de ser uma forma de imigração, já que se deslocam para um novo contexto geográfico, social, político e cultural.

A imigração no Brasil assumiu aspectos diferenciados em cada região que se desenvolveu. Em São Paulo, os imigrantes vieram para suprir a falta de mão-de-obra nas lavouras de café. Já na Região Sul eles pretendiam formar colônias agrícolas. Os imigrantes portugueses vieram para o Amapá com a intenção de proteger as terras, casaram-se com as mulheres indígenas, ou mesmo apenas deixaram seus descendentes ao se aproveitar da ingenuidade das tribos brasileiras. Não se encontra uma história de povoação em que os homens vieram com suas famílias para reconstruir suas vidas, mas sim para invadir e descobrir novas riquezas, processo inicial da chegada dos portugueses ao Brasil. Os portugueses as formaram aqui. Eles eram os colonizadores e os colonizados, segundo Said, “eram os habitantes do mundo não-ocidental e não-europeu que haviam sido controlados e amiúde assentados à força pelos europeus. (...) Ter sido colonizado é uma sina com conseqüências duradouras, injustas e grotescas, especialmente depois da conquista da independência nacional. Pobreza, dependência, subdesenvolvimento, variadas patologias de poder e corrupção e, por outro lado, realizações notáveis na guerra, na alfabetização, no desenvolvimento econômico: essa mistura de características assinalava os povos colonizados que se haviam libertado em um nível, mas permaneciam vítimas de seu passado em outro”¹².

Um relato me parece bastante elucidativo desta questão. Uma professora de Belém do Pará, que mora no Amapá há dezoito anos, descendente de avô português e avó indígena, disse que quando ele chegou ao Brasil, com dezessete anos, escolheu aquela que seria sua esposa numa tribo (ela estava com doze anos), dando-lhe um outro nome e sobrenome português, apagando com o registro de sua origem. Segundo Darcy Ribeiro “a instituição social que possibilitou a formação do povo brasileiro foi o *cunhadismo*, velho uso indígena de incorporar estranhos à sua comunidade”¹³. Era dado uma moça índia como esposa e isso propiciava a criação de laços de parentesco. O autor nos conta que os índios perceberam a chegada dos europeus pela sua visão mítica do mundo, porém “mais tarde, com a destruição das bases da vida social indígena,

¹¹ Pretendo fazer uma rápida incursão sobre aspectos históricos da imigração no Brasil para contextualizar a situação o Estado do Amapá, uma vez que minha preocupação aqui é a questão sobre os pertencimentos identitários.

¹² SAID, Edward. *A representação do colonizado. Os interlocutores da antropologia*. In: **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo : Companhia das Letras, 2003. p. 115.

¹³ RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo : Companhia das Letras, 1995. p. 81.

a negação de todos os seus valores, o despojo, o cativoiro, muitíssimos índios deitavam em suas redes e se deixavam morrer”¹⁴.

Retomando a questão geopolítica, como se sabe o Tratado de Tordesilhas deixava a região do extremo norte do país, onde se localiza hoje o Amapá, aos cuidados da Espanha, mas com a unificação das coroas ibéricas, os portugueses também tiveram acesso às terras. Franceses, holandeses e ingleses estabelecidos nas Guianas excursionavam com frequência pelo local através do rio Amazonas, o que levou os portugueses a construir fortes para proteger a região. O maior deles foi a fortaleza de São José de Macapá. Com a descoberta de importantes minérios, a briga com a França se acirrou ainda mais, terminando com a decisão de uma comissão internacional em restabelecer o território ao Brasil.

O Amapá é quase todo coberto pela floresta equatorial, com menor índice entre os Estados brasileiros de degradação em sua cobertura vegetal original, mas isso não significa que deixe de ter problemas ambientais, provocados pela exploração de determinadas espécies de madeiras e do palmito de açaí, garimpagem, caça e pesca predatórias, intensificação da agricultura, entre outros. Boa parte de sua área territorial está protegida em unidades de conservação e reservas indígenas. O Estado foi colonizado especialmente pelos portugueses, como já foi referido, mas tem grande influência dos africanos, que fugiram para lá e formaram quilombos até hoje distanciados da urbanização, e também dos índios que formam a população amapaense, o caboclo, como se autodenominam. Depois de várias lutas políticas, em 1900 o incorporaram ao Pará e em 1943 tornou-se Território Federal, passando a condição de Estado somente em 1988¹⁵.

Mais de 60 por cento da população do Amapá se concentra na capital, Macapá¹⁶. Assim como é o lugar adequado para as aves migratórias, ela também se destina a receber um grande número de imigrantes vindos de outros Estados e que trazem consigo as especificidades¹⁷ culturais existentes na região brasileira de origem e que buscam novas oportunidades de trabalho. Neste sentido, a população “legitimamente” amapaense, se é que esse título seja possível no Brasil, é relativamente jovem, com raras exceções.

A necessidade do pertencimento identitário

A análise que faço a seguir é de uma sulista¹⁸ que se sentiu estrangeira no próprio país. A viagem do Rio Grande do Sul ao Amapá é extremamente cansativa, podendo variar de oito a quatorze horas de avião, dependendo das escalas e conexões, como uma travessia do Atlântico. Até Brasília a população não muda muito, mas, a partir da escala obrigatória em Belém do Pará, os traços da fisionomia são bastante diferenciados bem como o sotaque. Depois de algumas viagens, percebi que os vôos até a capital federal são repletos de pessoas de vários locais, não se percebe o impacto com as especificidades de uma região como no embarque do Pará onde a imensa maioria é do mesmo lugar, uma vez que Belém-Macapá é uma ponte aérea como Rio-São Paulo, já que o acesso ao Amapá só acontece pelo ar ou pela água.

Antes de decidir aceitar a mudança, procurei dados sobre o lugar em jornais e sites na internet. Elas eram muito raras e não deixavam de passar a imagem de “terra de índios”. Para muitas pessoas do sul, eu daria aula para índios. Isto mostra a falta de informação e conhecimento sobre o país, sobre os “Brasis” dentro do Brasil, no qual a mídia elege estereótipos de cada região e acaba homogeneizando a população local como pertencentes a uma mesma identidade.

¹⁴ RIBEIRO, 1995, p. 43.

¹⁵ Para maiores informações acessar o site do governo brasileiro, disponível em: <http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/divpol/norte/ap/qinf/index.htm>.

¹⁶ Segundo o IBGE 2000, o Estado do Amapá tem 475.873 habitantes e a capital Macapá tem aproximadamente 300.000 habitantes.

¹⁷ Obviamente, quando é falado em “especificidades” não se está esquecendo das diferenças regionais também existentes dentro dos estados, como o caso do Rio Grande do Sul que ao falarmos com alguém do Vale do Paranhana ou alguém da capital ou da fronteira notamos que a diversidade não está somente no sotaque, mas também na visão de mundo.

¹⁸ Esta expressão era utilizada num sentido pejorativo, já que as “visões de fora” não tinham legitimidade para retratar os problemas do Estado, pois não estavam autorizadas a macular a sua imagem.

Além das diferenças climáticas (de dois para trinta graus no mês de julho) as diferenças culturais são bastante notáveis. No primeiro dia de trabalho na faculdade¹⁹, por exemplo, tudo ocorreu normalmente até a hora do almoço. Quando foi para retornar ao trabalho percebi que meus colegas não apareciam, então descobri que o intervalo entre a manhã e a tarde era de três horas, quase um outro turno de trabalho²⁰. Nunca consegui me acostumar com isto. Como praticamente todas as pessoas moram na cidade, elas almoçam em casa, por isso precisam de um tempo maior para deslocamento e descanso²¹. Raros comércios permanecem abertos. Como se chega em casa só à noite, o dia parece perdido²². É preciso uma reordenação de hábitos para se adequar ao lugar.

No Brasil, definir raça é um trabalho árduo. Hall afirma que ela é uma categoria discursiva e não biológica, “ela é a categoria organizadora daquelas formas de falar, daqueles sistemas de representação e práticas (discursos) que utilizam um conjunto frouxo, freqüentemente pouco específico, de diferenças em termos de características físicas – cor da pele, textura do cabelo, etc. – como marcas simbólicas, a fim de diferenciar socialmente um grupo de outro”²³. No sul, eu sou considerada ou classificada como morena porque tenho o cabelo preto e olhos castanhos, no norte eu era branca, não em contraposição à pele negra, mas por ser mais clara, pois morena é aquela cor de jambo devido à constante exposição ao sol (o que me tornei depois). Muito embora, tanto no sul como no norte, também chamamos de morenas as pessoas negras. Desta forma é que se referem às pessoas que imigram do sul: “*Queres falar com aquela branquinha?*” Às vezes isto se transforma em preconceito, pois não seríamos capazes de entender a estrutura social local, as dinâmicas de trocas simbólicas, as relações políticas porque somos diferentes, somos estrangeiros no próprio país.

O carnaval de rua com seus bonecos gigantes, a micareta ou carnaval fora de época, o rio Amazonas que proporciona o clima de litoral, proporcionam uma atmosfera de festa o ano inteiro. Os laços entre os moradores e moradoras permanecem como numa cidade do interior onde quase todos e todas se conhecem. O toque é algo constante e necessário. A sensualidade é natural. O crescimento populacional é um dos maiores do país.

Sempre pensei no Rio Grande do Sul como um Estado muito machista. Descobri que o norte do Brasil conserva as mesmas inspirações patriarcais, mas em outros moldes. Sem dúvida, é um outro tipo de preconceito, um outro machismo e mais grave porque ele é velado, dissimulado. O corpo da mulher é visto como propriedade sexual. Ele é disputado entre rivais que se matam mesmo entre membros da mesma família. Muitas vezes fica difícil perceber a dominação masculina, pois ela é subliminar, mascarada, pois não tem o falso puritanismo do sul no qual ainda hoje o homem pode ter suas várias experiências sexuais e a mulher que as tem é considerada leviana (para ser ponderada na adjetivação). A mulher não pode sair sozinha, tem sempre a obrigação de estar acompanhada, pois se torna inferior socialmente e conseqüentemente não aceita, além de não impor o respeito necessário para se livrar de cantadas desagradáveis ou do estigma de coitadinha.

A resistência com as pessoas que chegam ao Amapá é contraditória quando percebemos a sua formação híbrida, inicialmente, portuguesa, índia e africana, depois paraense, maranhense, cearense, paulista, gaúcha, entre outras, que já trazem consigo as características de miscigenação de sua região. Numa cidade onde mora a maioria da população, excetuando a camada mais pobre da população, os demais parecem formar colônias de interesses comuns, como no caso da “tribo”

¹⁹ Trabalhei como coordenadora do curso de Comunicação Social habilitação em Publicidade e Propaganda da Faculdade Seama, única com este curso no Estado. Nos últimos anos, houve um crescimento no número de estabelecimentos de ensino de nível superior, antes reduzido a federal e a duas particulares, hoje são nove particulares e algumas com projeto parados no MEC a espera da autorização de funcionamento.

²⁰ Três horas nos períodos de férias e duas horas e meia nos letivos.

²¹ Vale salientar que, especialmente na periferia, cama não é muito comum, as redes é que exercem esta função.

²² O sol aparece por volta das 6h15min da manhã e o pôr do sol pode ser visto aproximadamente às 18h15min. São 12 horas para o dia e o mesmo para a noite.

²³ HALL, 1999, p. 63.

formada pelos gaúchos e gaúchas. Todas as pessoas que vem para trabalhar na faculdade de outros Estados vêm sozinhas e conforme suas condições trazem a família posteriormente ou retornam para casa.

Esta luta simbólica de se fazer notar como pertencente a uma cultura, na qual a mídia tem a sua participação direta, é muito evidente entre os gaúchos e gaúchas. A cuia de chimarrão, por exemplo, que pode ser levada de um lado para outro, destaca a sua cultura entre os demais. Havia uma afirmação constante dos(as) imigrantes de sua identidade estadual. Constantemente se ouvia que “eu me tornei mais gaúcho quando saí do meu Estado”. Pessoas que nunca haviam dançado músicas nativistas e inclusive não gostavam delas, começaram a “importá-las” do sul, bem como a erva-mate, artigo raro e caro no Amapá. Nos churrascos, comemorações de aniversário com o “parabéns crioulo”, hino do Rio Grande do Sul no dia 20 de setembro, entre outras coisas. Percebe-se a procura de um pertencimento identitário como forma de auto-afirmação para a conquista de legitimação social.

Caminhando ao encontro da posição de Haesbaert, “é muito difícil estabelecer as fronteiras entre a concepção política e a concepção cultural de território”²⁴. Como ele afirma, é um conceito definido para os geógrafos, mas ambíguo para os cientistas sociais. “Mesmo que priorizemos a dimensão cultural (...) a cultura não pode ser considerada a não ser como “cultura política”, sobretudo porque a produção simbólica que domina o nosso tempo é indissociável das relações de poder às quais está ligada”²⁵.

Considerações finais

Acredito que minha finalização se transforma na verdade no início de um trabalho. Os pontos trabalhados acima, muito pouco aprofundados, tenho que admitir, devem-se ao meu momento atual no desenvolvimento de minha pesquisa que está ligada às questões da fotografia, identidade, imigração e gênero e que está em fase inicial.

Numa visita que fiz ao Estado do Rio Grande do Sul, enquanto estava morando no Amapá, na cidade de Nova Petrópolis, fui até a Aldeia do Imigrante com minha família tirar uma foto antiga com roupas de época. O fotógrafo, então, nos ajudou para a foto: homens sentados na frente, sérios, mulheres atrás, sorrindo, porque os homens não riem de qualquer coisa como as mulheres. Foi aí que consegui relacionar o poder da fotografia em recriar situações através da memória coletiva e individual. Eis o meu objeto de estudo para a minha tese: como é feita a leitura do gênero por parte dos(as) imigrantes e seus(suas) descendentes através da fotografia?

A força que a imagem fotográfica exerce em nossas mentes nos permitindo voltar anos e anos e despertar emoções guardadas no fundo de nossos corações, parecendo ignorar o tempo e nos fazer descrever nos mínimos detalhes momentos registrados que não voltam mais como se décadas se transformassem em horas, é mais do que inquietante para resgatar a memória sobre questões relativas ao gênero permeadas por um dispositivo midiático.

A dimensão da fotografia vai além das conceituações técnicas. Ela registra um determinado instante da realidade. A pessoa ao olhar uma fotografia antiga é reportada ao passado e relembra os fatos que marcaram a história da época em questão, viajando no tempo. A expressão do real é possibilitada pela objetividade da fotografia. A imagem fotográfica pode produzir uma alucinação verdadeira do real em todos os seus aspectos, inclusive temporais. Como fiquei muito longe de casa, num outro extremo do país, por vezes me senti uma imigrante no próprio país, como já relatei, e a fotografia me fez reavivar minhas lembranças, mantendo-as sempre presentes, além de despertar meu interesse de pesquisadora.

²⁴ HAESBAERT, Rogério. *Fim dos territórios ou novas territorialidades?* In: LOPES, Luiz Paulo da Moita; BASTOS, Liliana Cabral. **Identidades: recortes multi e interdisciplinares**. Campinas : Mercado de Letras, 2002. p. 37.

²⁵ HAESBAERT, 2002, p. 37.

Referências

- GARCÍA CANCLINI, Nestor. *Noticias recientes sobre la hibridación*. Disponível em: <<http://www.cholonautas.edu.pe/pdf/SOBRE%20HIBRIDACION.pdf>>. Acessado em 29 agosto 2004, às 23h20min.
- HAESBAERT, Rogério. *Fim dos territórios ou novas territorialidades?* In: LOPES, Luiz Paulo da Moita; BASTOS, Liliana Cabral. **Identities: recortes multi e interdisciplinares**. Campinas : Mercado de Letras, 2002. p. 29-51.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 3.ed. Rio de Janeiro : DP&A, 1999.
- HALL, Stuart. *Da diáspora : Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte : UFMG/Brasília : UNESCO, 2003.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo : Companhia das Letras, 1995.
- SAID, Edward. *A representação do colonizado. Os interlocutores da antropologia*. In: **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo : Companhia das Letras, 2003. p. 114-136.
- SOUZA, Mauro Wilton de. *Práticas de recepção mediática como práticas de pertencimento público*. In: **Novos Olhares**. São Paulo v.1, n.3, p. 12-30.

ANÁLISE DOS AUTOS DE MEDIÇÕES DE COMPANHIAS PARTICULARES DE COLONIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TAQUARI DE 1850 A 1889

Maria Isabel Cristina Engster¹
Marcos Justo Tramontini²

Este trabalho tem como objetivo analisar os autos de medições das companhias particulares de colonização do município de Taquari de 1850 a 1889. As empresas colonizadoras identificadas são: João Baptista Fialho e Companhia, Carlos Schilling, Lothar de la Rue, Jacob Rech, Guilherme Kopp e Companhia e a de Carlos Valentim Hosking e André Rothenberger.

O primeiro auto de medição a ser analisado é o de Carlos Schilling, Lothar de la Rue, Jacob Rech, Guilherme Kopp e Companhia. Este documento mostra que foi solicitada a “medição e demarcação de duas posses”³ de terras contíguas com área de 2.013.222 metros quadrados, situadas no município de Taquari, no lugar denominado Arroio Grande, no ano de 1861. A documentação agregada inicia com a compra das terras de José de Azambuja Villa Nova e sua mulher. Como prova de terem o domínio sobre as terras, apresentaram a escritura de compra e venda feita entre estes e José de Azambuja Villa Nova.

Durante o procedimento da medição das terras, o héreo confinante Valentim Francisco de Souza embarga a medição por se achar prejudicado alegando que a mesma entrava em suas terras cerca de 100 braças, mais ou menos, nos fundos das mesmas terras. Além do embargo da medição retardar o andamento do processo, temos ainda, outro fator que contribuiu para a sua morosidade: o parecer das autoridades administrativas do ano de 1861. Alegaram elas, entre outras coisas, que a medição não foi feita horizontalmente, como determina o artigo 53 do Regulamento e notaram, ainda, a falta do juramento do escrivão e do agrimensor que foram nomeados pelo despacho para funcionarem na medição contrariando a disposição do artigo 38 do Regulamento de 30 de janeiro de 1854. Conseqüentemente, todo o processo foi julgado nulo por não se ter observado as disposições legais.

Ao mesmo Auto se anexa, em 9 de julho de 1866, a desistência dos embargos de Valentim Francisco de Souza e de sua mulher Ricarda Gomes da Silveira, ficando livre e sem contradição alguma de sua parte a medição feita por Carlos Schilling e Companhia. Infelizmente não podemos averiguar o tipo de acordo feito entre as partes envolvidas, que justificariam tal fato, pois o documento não explora essa informação.

Em vista da desistência dos embargos os autos de medições de terras de mata são encaminhados novamente para as autoridades administrativas no ano de 1872. Porém, mais uma vez, o processo é mandado de volta para o juiz comissário encarregado da medição para que confeccione outro mapa em conformidade com artigo 62 do Regulamento citado, além de solicitar o juramento do escrivão que oficiou naquela medição.

Finalmente, no ano de 1876 as exigências apontadas pelas autoridades administrativas foram sanadas. Agora se anexava novo mapa, elaborado, em conformidade com a lei, pelo mesmo agrimensor e atestado do escrivão declarando ter prestado juramento. Desse modo, aprovou-se a medição do suplicante. Passaram-se assim 15 anos entre o pedido da medição e o último parecer do processo.

¹ Bolsista FAPERGS

² Professor de graduação e pós – graduação da Unisinos

³ Auto de Medição nº 392. Autor: Carlos Schilling e Outros, 1861, Taquari.

Destaca-se, desse processo, que, além dos embargos feitos por posseiros vizinhos, que devem ter sido motivo de negociação extra judicial, uma vez que foram levantados sem maiores explicações, a avaliação minuciosa desse auto por parte das autoridades administrativas demonstra, ou pelo menos levanta a suspeita que outros interesses se fizeram presentes e pesaram na demora da legitimação das terras da referida Companhia Particular de Colonização.

No auto de João Baptista Fialho e Companhia identificamos que o pedido de legitimação de terras foi encaminhado no ano de 1858. Os requerentes solicitaram a medição e demarcação de “duas fazendas denominadas de Conventos e Lajeado situadas na margem direita do rio Taquari, distrito da freguesia de Santo Amaro deste município” ⁴ com área de 103.455 metros quadrados. A medição das terras dos suplicantes foi presidida por três juízes comissários o Major Candido Januário Passos, o Doutor Francisco Coelho Borges e Antonio José Vianna. Para assegurar a legitimidade das terras os autores medintes juntaram aos autos os traslados de escritura de compra e venda e o título de concessão de terras. Os requerentes, depois de satisfazerem as exigências apontadas pelos juízes comissários Candido Januário Passos e Francisco Coelho Borges, referentes à citação de todos os héreos confinantes à exatidão da agulha e corda e à presença da escritura de compra feita por Francisco Gonsalves Carneiro dos herdeiros de João Bernardes da Silva, obtiveram a aprovação da medição e demarcação de seu terreno pelos respectivos juízes comissários e, em seguida, pelas autoridades administrativas competentes. Passou-se o título das terras em 1874.

Notamos, no respectivo auto, que os autores medintes conseguiram a aprovação da medição das terras sem apresentarem o registro paroquial. É um caso ímpar que merece ser estudado mais profundamente com a finalidade de identificarmos porque as autoridades administrativas não cobraram o referido documento. Nos vinte autos até aqui analisados, o mesmo era exigido para uma legitimação de terras ser aprovada.

Outra companhia particular de colonização presente no Vale do Taquari, no respectivo período, é a de Carlos Valentim Hosking e André Rochenberger. Senhores e possuidores de terras situadas “no segundo distrito da Vila de Triunfo e mediações, e sobre a margem esquerda do arroio Maratá”⁵ com área de 9.486.400 metros quadrados. O requerimento do pedido de medição foi feito no ano de 1858.

Assim como os dois outros requerentes, os autores medintes, para garantirem a legitimidade de suas terras, anexaram aos autos cinco traslados de escritura de compra e venda e três títulos de concessões de terras. Mas, apesar de juntarem todos os documentos acima citados, estes, por determinação do juiz comissário encarregado da medição Candido Januário Passos, deveriam ainda adicionar o inventário e partilhas. Os autores medintes, atendendo o pedido do juiz comissário, incluíram nos autos os documentos solicitados. Assim, depois de sanadas as faltas apontadas, o mesmo julgou a medição firme e valiosa.

As autoridades provinciais que avaliaram o processo apontaram várias irregularidades que deveriam ser satisfeitas para ser aprovada a medição e demarcação das terras dos suplicantes. Verificaram que nos autos não constava o juramento do escrivão interino, o registro paroquial e a declaração da medição ser horizontal. Depois deste parecer o processo não teve mais andamento.

Constatamos que, nos processos de legitimações de terras do Vale do Taquari, as autoridades Provinciais exigiram o cumprimento dos procedimentos estabelecidos pela Lei, mesmo quando não se desdobram em questionamentos com posseiros e proprietários lindantes, não se configurando, assim, esses casos em algo extraordinário.

Nesse sentido, são recorrentes as utilizações da argumentação sobre o tempo de moradia anterior à promulgação da Lei de Terras em 1854, de moradia habitual, de cultura efetiva e presença do registro paroquial e citação dos héreos lindantes. Além disso, exigia-se o juramento

⁴ Auto de Medição nº 390. Autor: Antonio Fialho de Vargas, 1858, Taquari.

⁵ Auto de Medição nº 53. Autor: Carlos Valentin Hosking, 1858, Taquari.

do escrivão e agrimensor, que foram nomeados para funcionarem na medição conforme a disposição do artigo 38 do Regulamento de 30 de janeiro de 1854, a elaboração do mapa conforme o artigo do Regulamento citado e a exigência da medição ser feita horizontalmente, como determinava o artigo 59.

Além disso, no caso de legitimação de uma concessão, o traslado do título de terras precisa constar nos Autos e, sendo os requerentes ou herdeiros ou proprietários secundários, apresentar ainda outros documentos como inventários, partilhas e a escritura de compra e venda de determinada concessão ou posse legítima.

Verificamos que a partir da exigência de cumprimento da legislação agrária por parte das autoridades administrativas, vários Autos tiveram seu andamento interrompido. Em vista disso, o processo de Carlos Valentim Hosking e André Rothenberger não é uma exceção sendo esta uma questão que atingiu os requerentes de diferentes camadas sociais, ou seja, tanto grandes posseiros e concessionários quanto as Companhias de Colonização e pequenos posseiros.

Nesse sentido, a Lei tal qual é concebida dá, teoricamente, a possibilidade de legitimação para as Companhias Particulares de Colonização desde que a medição e demarcação de terras sigam as determinações legais.

No Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul encontramos 43 autos de medições de terras do município de Taquari. Deste total, três são de Companhias Particulares de Colonização. Porém, durante a análise do processo de legitimação de terras de João Baptista e Companhia vimos que mais duas companhias particulares possuíam terras no Vale do Taquari. São elas a Claussen e Companhia de Rio Grande e a Baptista Pereira Fialho. Nota-se, assim, que várias empresas privadas de colonização exploraram terras na referida região, sobretudo na década de 1850. É um dado interessante que mostra a importância do estudo destas no Vale do Taquari, lembrando que foi neste espaço onde transcorreu um dos mais intensos processos de especulação de terras no mesmo período do início do surto imigratório com a chegada de novos imigrantes alemães e seus descendentes vindos dos vales do Sinos e Caí e da criação e regulamentação da Lei de Terras de 1850.

Concluindo, os Autos de Medições aqui analisados devem ser postos no contexto histórico de sua produção e dos interesses que nele se imiscuem para demonstrar sua maior riqueza como documentação histórica.

A EXALTAÇÃO DA “RAÇA” E DO “PROGRESSO”: BLUMENAU NOS FESTEJOS DO CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ EM SANTA CATARINA E AS ARTICULAÇÕES POLÍTICAS PARA SE CRIAR UM MUSEU DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ

Méri Frotscher¹

Trata-se aqui de analisar alguns textos publicados em Blumenau no ano dos festejos do Centenário da Imigração Alemã em Santa Catarina, em 1929, com o objetivo de perceber como então se representara o processo de ocupação deste município. Neste contexto comemorativo surgiu o projeto de se construir um Museu da Imigração Alemã no Brasil, que teria como sede o município de Blumenau, cujas articulações serão analisadas também neste artigo.

Os festejos do centenário da fundação de São Pedro de Alcântara, em 1929, foram um momento significativo na mobilização de diversos representantes de entidades associativas culturais e esportivas, políticos, intelectuais, interessados em assuntos sobre colonização alemã e no cultivo de tradições e da língua alemã em Santa Catarina. Também foi um momento que resultou na publicação de diversos artigos sobre a presença de alemães no estado.

Em 1929 foi publicado pela Comissão dos Festejos um livro comemorativo ao centenário da imigração alemã em Santa Catarina, revisado pela comissão editorial da editora *Ausland und Heimat* (Exterior e Pátria), de Stuttgart, Alemanha, onde ficava a sede do *Deutsches Auslandsinstitut* – DAI (Instituto Alemão para o Exterior). O público-alvo do livro era, conforme seu prefácio, os alemães de Santa Catarina e os que moravam em outros estados do país ou mesmo no exterior. No prefácio, é explicitado o significado dado ao conceito “alemão”, empregado no livro:

Interpretamos, de um modo geral, aqui e também no texto do livro o conceito “alemão”, não no sentido jurídico, mas no sentido nacional. Todos os descendentes de alemães, no sentido nacional são alemães, isto enquanto mantiverem a língua materna, a maneira de ser e o costume alemão, mesmo sendo súditos e tendo o direito público de outro país.²

Ou seja, o conceito foi empregado conforme uma concepção corrente em muitos jornais de língua alemã no Brasil, segundo a qual o descendente de alemães nascido no Brasil era cidadão brasileiro, mas alemão na sua nacionalidade.³

Os festejos dos 100 anos da entrada dos primeiros imigrantes alemães em São Pedro de Alcântara foram um momento de produção historiográfica também em Blumenau. Blumenau podia não constar nos artigos da revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, mas nos assuntos ligados à colonização alemã no estado, era assunto de destaque. Ali, em 1929, o Comitê Central para os festejos do Centenário publicou duas brochuras,⁴ uma delas com duas peças de teatro, a serem encenadas no festejo, outra com diversos textos e poemas, editada por

¹ Doutora em História Cultural (UFSC). Professora Adjunta do Colegiado de História da UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

² *Gedenkbuch zur Jahrhundertfeier: deutscher Einwanderung in Santa Catharina*. Florianópolis: A. Entres & Irmão, 1929, p. XII. (Tradução livre da autora).

³ Sobre isto ver SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

⁴ A primeira brochura era composta de duas partes intituladas *Im Urwald* (na mata) e *Die Neue Heimat* (A nova pátria). Blumenau: Editora de G. Artur Koehler, 1929. A segunda brochura tinha como título *Zur Jahrhundertfeier*. 2. Heft. Blumenau, Editor G. A. Koehler, outubro de 1929. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - AHJFS (Blumenau).

Gustav Artur Koehler, membro do Comitê e diretor do jornal *Urwaldsbote*, de Blumenau. Numa das brochuras, o historiador José Deeke escreveu dois artigos, um sobre história de Santa Catarina e outro sobre os irmãos Konder, políticos de destaque no estado. O próprio Koehler escreveu um artigo sobre as colônias alemãs do estado e Adolf Fuhrmann sobre o fundador da Colônia Blumenau.

Trata-se aqui de analisar mais de perto o artigo de Koehler, pois ele faz uma análise sobre a presença de alemães no estado, numa perspectiva histórica, imbricando o conceito de desenvolvimento econômico com o de raça.

No artigo de Koehler, intitulado *Die vor uns waren* (Os que estavam antes de nós), o autor não escreve sobre as populações indígenas, como se poderia esperar pelo título, mas sobre os imigrantes alemães que chegaram em Santa Catarina antes dos que chegaram em Blumenau. Para tanto, o autor divide a história da presença dos alemães no estado em três fases. Ele compara a primeira fase da imigração alemã em Santa Catarina, iniciada em 1829, quando haviam chegado imigrantes alemães a São Pedro de Alcântara, com uma segunda fase, iniciada a partir de 1849, com a atuação da Sociedade de Colonização Hamburguesa e com a colônia Blumenau, divagando sobre as diferenças entre os dois períodos e os tipos de ocupação desenvolvidos. Koehler também usa, portanto, a mesma periodização da história da colonização alemã em Santa Catarina formulada pelo historiador José Deeke, segundo a qual o início da ocupação de Blumenau também marcaria o início de uma segunda fase. Esta periodização procurava destacar Blumenau e Joinville como fundadoras de um modelo ideal de colonização.

Ao escrever sobre a história da presença alemã em Santa Catarina, no Livro do Centenário da Imigração Alemã, publicado no mesmo ano, José Deeke a havia dividido em três fases, a primeira entre 1829 e 1848, a segunda entre 1848 e 1900 e a terceira de 1900 àqueles dias,⁵ assinalando que a segunda fase, na qual se fundou Blumenau, por exemplo, havia se caracterizado por uma “colonização intensiva”.⁶ José Deeke, portanto, mostra uma preocupação com uma periodização da história da presença alemã no estado, através de uma temporalidade linear e evolutiva.

Koehler não só ratifica tal periodização, como busca, em seu texto, destacar o que chamava de diferença substancial entre a colonização de Blumenau, e também Brusque, Joinville e São Bento, com as demais regiões povoadas por imigrantes alemães, incluindo aqui São Pedro de Alcântara. Era então consenso que as primeiras cidades constituíam as regiões de colonização alemã que mais haviam prosperado economicamente no estado. Para o autor, os imigrantes haviam em Blumenau, Brusque, Joinville e São Bento, mais do que em qualquer outro lugar, “permanecido conscientes de sua identidade, que através das escolas e associações culturais, na língua e nos costumes, pôde se manter pura”.⁷ O autor centra então a sua análise no Vale do Itajaí e procura razões para explicar a sua prosperidade. Em primeiro lugar, destaca a “habilidade de Hermann Blumenau em dirigir a colônia”, e, em segundo lugar, o fato dos imigrantes não terem se miscigenado: “Pois isto tem que ser uma vez acentuado: não foi a assimilação que criou as colônias-modelo nas margens do rio Itajaí, mas a possibilidade da manutenção de sua particularidade que fez dos novos colonos bravos pioneiros...”⁸ Ora, Koehler não somente valoriza a assimilação cultural como a toma como argumento para explicar o desenvolvimento econômico do Vale do Itajaí. Para ele, “bravos pioneiros”, portanto, não teriam sido os que tinham chegado antes, como os de São Pedro de Alcântara, mas os que preservaram a “pureza racial”.

Koehler, contudo, não mencionava nenhum dos fatores sociais e econômicos que influ-

⁵ Ver artigos de DEEKE, José. Erste Anfänge der Kolonisation Santa Catharinas. Periode bis 1848; Die intensivere deutsche Kolonisation in Santa Catharina. Periode von 1848 bis 1900; Die Kolonisation im 20. Jahrhundert. In: *Gedenkbuch zur Jahrhundertfeier...*

⁶ Cf. título “Die intensivere deutsche Kolonisation in Santa Catharina. Periode von 1848 bis 1900. In: *Gedenkbuch...*”, p. 40. (Tradução livre da autora).

⁷ KOEHLER, G. A. Die vor uns waren. In: *Zur Jahrhundertfeier*. Op. cit., p. 15. AHJFS. (Tradução livre da autora).

⁸ Idem. (Tradução livre da autora).

enciaram no desenvolvimento comercial e industrial de Blumenau, nem as relações políticas que contribuíram para a obtenção de subsídios e recursos para o município. Entre os fatores econômicos, a pesquisadora Cécile Raud destaca o tipo de sociedade que se organizou em Blumenau, em pequenas propriedades, que com o tempo começaram a comercializar os excedentes agrícolas; a captação direta da poupança dos pequenos agricultores, com pagamento de juros inferiores aos cobrados pelos bancos, forma utilizada desde o início da industrialização; empréstimo via bancos regionais, como a Caixa Agrícola de Blumenau; o reinvestimento dos lucros das empresas industriais e comerciais na própria região, a presença de mão-de-obra qualificada e de um mercado local; a importação de máquinas do país de origem, a Alemanha, etc.⁹

Koehler limitava sua explicação tão somente às iniciativas do fundador e à valorização da endogamia étnica. O autor deixa a entender que os colonos de São Pedro de Alcântara haviam fracassado porque teriam deixado de ser alemães “puros”. Neste artigo, publicado em Blumenau, percebe-se como Koehler procura tratar do tema modernidade comparando as diferentes ocupações de alemães no estado, ligando-o à noção de “raça”, interpretação presente em muitos dos textos publicados em seu jornal, que valorizava a idéia da superioridade do trabalho alemão. Koehler associa então a miscigenação, ou seja, a perda de valores da identidade étnica alemã, como um dos principais fatores para explicar o atraso de algumas regiões de ocupação alemã no estado, como São Pedro de Alcântara. Esta justificativa também é dada ao se referir às regiões colonizadas por alemães no litoral Sul do estado. O autor, entretanto, dá uma outra justificativa, mais plausível, ao comparar aquelas últimas áreas com as ocupadas por imigrantes alemães no Norte do estado, qual seja, a de que as primeiras não receberam o mesmo apoio que as segundas, por parte do governo.¹⁰

A crítica à “mistura das raças” em Santa Catarina também aparece no editorial do *Urwaldsbote* de 15 de novembro de 1929, escrito por Eugen Fouquet por conta dos festejos do centenário da presença alemã em Santa Catarina, o qual representa a “mistura das três diferentes raças” como um perigo ao progresso do estado:

Aqui convivem três raças distintas com seus altos valores culturais. A miscigenação certamente trará o declínio para todos, a divisão interna e a desagregação de qualquer comunidade nacional racial (*Volksgemeinschaft*), tendo como consequência o declínio do Estado. A manutenção e cultivo destes três tipos de existência, procurando cada um a sua perfeição, trará o progresso e uma produção cultural e econômica no mais alto grau, que reverterá em benefício da família, da comunidade nacional racial e do país.¹¹

Tanto Koehler como Fouquet consideravam a “raça” e não o meio físico o fator determinante para o progresso. Ao iniciar o editorial, Fouquet acentua a idéia de que o indivíduo é determinado pela “raça”:

Laços indestrutíveis unem o homem alemão no exterior a sua velha pátria. Eles permanecem, querendo ou não, um membro da comunidade cultural alemã, que conhece seus limites, obtendo assim reconhecimento e respeito em todo mundo. Nem o clima, nem o ambiente diferente conseguiu tirar do imigrante alemão sua cultura comunitária alemã, como também não conseguiu transformar sua moral, nem sua natureza.¹²

O autor tratava de investir naquele momento na idéia de que onde quer que o imigrante alemão estivesse, permaneceria membro da *Volksgemeinschaft* alemã. Não somente ele e Gustav

⁹ Cf. RAUD, Cécile H. J. A industrialização do Vale do Itajaí: uma nova leitura a partir da experiência italiana. In: THEIS, I. M.; MATTEDI, Marcos Antônio; TOMIO, Fabrício R. L. *Nosso passado (in)comum*: Contribuições para o debate sobre a história e a historiografia de Blumenau. Blumenau: Ed. da FURB, Ed. Cultura e Movimento, 2000, p. 161-162.

¹⁰ KOEHLER, op. cit., p. 15 e 16.

¹¹ Die politische Bedeutung der ersten Zentenarfeier der deutschen Einwanderung. *Der Urwaldsbote*, Blumenau, 15 nov. 1929, p. 01.

¹² Idem.

Artur Koehler iriam, por ocasião dos festejos do Centenário da Imigração alemã em Santa Catarina investir na celebração da “raça alemã”. No livro comemorativo ao Centenário, publicado em 1929 em Santa Catarina, também se encontra uma narrativa épica da “raça alemã”, cuja tradução vale a pena citar:

Há aproximadamente 100 anos os alemães começaram a fazer parte da história da colonização de Santa Catarina. A vontade de ter sua propriedade - a mais forte mola propulsora de toda colonização alemã - e o desejo de expansão dos últimos séculos – conduziu a maioria dos imigrantes alemães para cá. O Brasil e Santa Catarina, meta da emigração, deu-lhes o que desejavam? Para a maioria certamente. Após tempos deveras difíceis encontram-se agora bem estabelecidos em sua propriedade, alegrando-se em ter sua casa, demais dependências e uma lavoura bem cuidada junto a seus filhos, netos e bisnetos. Dificilmente um outro povo teria resistido à tanta necessidade e à falta de sucesso dos primeiros tempos. Mas a energia e pertinácia alemã venceram todos os obstáculos, e a inteligência alemã conseguiu, através do comércio e indústria, os meios necessários para propiciar o desenvolvimento econômico.

Se as colônias alemães de Santa Catarina conseguiram desenvolver-se em florescentes comunidades, deve-se em primeiro lugar à capacidade e à perseverança desta espécie de homens, que vieram de longínquos lugares para aqui formarem uma nova pátria. Alemães oriundos da Suíça e Áustria e principalmente de todos os recantos do império alemão transformaram terras improdutivas em um solo rico, estabelecendo-se definitivamente aqui. Com isto contribuíram mais para o enriquecimento do Brasil, do que os altos empréstimos franceses e ingleses ou americanos conseguiram fazer.¹³

Nas comemorações do Centenário, Gustav Artur Koehler procurou comparar as diferentes regiões ocupadas por imigrantes alemães e seus descendentes em Santa Catarina, destacando o grau de desenvolvimento de Blumenau, lançando mão de argumentos racistas para explicar aquele estado de coisas. Parecia ser mais conveniente para Koehler silenciar-se sobre os reais fatores que levaram ao desenvolvimento do município, nos festejos não somente do centenário da presença alemã no estado, mas também do sucesso de alguns industriais, comerciantes e políticos, imigrantes alemães ou descendentes, que moravam em Santa Catarina. Parecia mais interessante para segmentos economicamente favorecidos da sociedade explicar a situação econômica de algumas cidades fundadas por alemães no estado afirmando-se uma suposta superioridade do trabalho alemão,¹⁴ também com o objetivo de dar uma imagem de coesão social.¹⁵

Em 1929, quando se comemoraram os 100 anos da chegada dos primeiros imigrantes alemães a Santa Catarina, mais precisamente, em São Pedro de Alcântara, não era esta localidade, mas sobretudo Blumenau festejada como exemplo de colonização que “deu certo” em Santa Catarina. Não à toa que nos preparativos dos festejos do centenário, pretendia-se coroar o “sucesso” da colonização alemã no estado com a fundação de um museu da imigração alemã no Brasil, em Blumenau.¹⁶ Poderia parecer talvez um paradoxo querer fundá-lo ali e não em São Pedro de Alcântara. Mas o fato do primeiro núcleo de colonização alemã em Santa Catarina não ter alcançado o desenvolvimento obtido noutros, como Blumenau e Joinville, era consenso entre os participantes do evento.

Mas, pode-se pensar, poderia ter-se escolhido Joinville, por exemplo. O fato é que os irmãos Konder, no auge do poder político, tinham ligações mais fortes com o Vale do Itajaí, de

¹³ *Gedenkbuch zur Jahrhundertfeier...* p. 295. (Tradução de Annemarie Fouquet Schünke).

¹⁴ Ao final do livro são inseridas algumas biografias, como as dos políticos Lauro Mueller, Felipe Schmidt, Raulino Horn, os irmãos Konder, o comerciante alemão Marcos Konder Senior, Hermann Blumenau, Ottokar Doerfel, Carl Hoepcke e Ernesto Vahl. *Gedenkbuch zur Jahrhundertfeier...* p. 268-285.

¹⁵ Emílio Willems afirmou em 1941, que esta ideologia da “laboriosidade germânica” teria servido inclusive para se encobrir uma situação moralmente insustentável, a saber, a concorrência de indústrias de descendentes de alemães no Brasil com a própria indústria alemã, na disputa por mercados brasileiros, assunto que, afirmava, era tabu social entre estas famílias em Santa Catarina. Sobre isto ver WILLEMS, Emílio. A emancipação econômica das colônias germânicas no Brasil. *Revista de Imigração e Colonização*, Rio de Janeiro, ano III, n. 01, abril de 1942, p. 71-84.

onde provinham. O projeto de fundação de um museu da imigração alemã em Blumenau se explicaria, portanto, também pelas relações políticas que haviam entre as elites políticas no estado. Gustav Artur Koehler, por exemplo, que era uma espécie de administrador da comissão de trabalho encarregada dos preparativos do Centenário em Santa Catarina, era ligado a este círculo de políticos que exerciam os mais altos cargos do Executivo municipal e estadual, assim como o então ministro Victor Konder, que aparece nas fontes como o grande articulador político do projeto do museu.

A segunda metade dos anos 20 foi um momento de grande poder de barganha das elites do Vale do Itajaí junto ao governo estadual e federal. Esta rede direta de poderes do PRC, que ia do município até a esfera federal, através de Victor Konder, certamente facilitava qualquer projeção que quisessem fazer de Blumenau. Notícias sobre o projeto de fundação do museu em Blumenau foram publicadas inclusive na Alemanha, certamente por conta dos contatos que este grupo tinha com entidades de lá.¹⁷

Construir um museu da colonização alemã em Blumenau significaria um ato simbólico do poder econômico e político do Vale do Itajaí no estado naquele momento. Foi em Blumenau que se realizou, em 02 de junho de 1929, uma reunião em que se decidiu pela realização de festas comemorativas ao centenário em diversas cidades do estado, entre 15 e 17 de novembro daquele ano.¹⁸ Das 45 entidades associativas presentes na reunião, 15 eram oriundas do município de Blumenau. Naquela ocasião, os representantes das entidades também cumprimentaram a idéia de fundação do museu em Blumenau, chegando a criar um fundo para arrecadação de verbas para a realização dos festejos e a organização do museu.¹⁹

O historiador José Deeke também defendera a idéia de se fundar um museu da colonização em Blumenau.²⁰ Este autor também investiu durante os festejos num discurso legitimador de um dos principais articuladores políticos do projeto do museu, o ministro Victor Konder. Num artigo seu, *Drei Sterne des Brasil-Deutschtums in Santa Catharina* (Três estrelas do Brasil *Deutschtum* em Santa Catarina), incluído no mesmo livreto em que foi publicado o texto anteriormente referido, de Gustav Koehler, Deeke escreve uma biografia política de Victor, Adolfo e Marcos Konder, apresentando-os como um orgulho ao “*Deutschtum* de Santa Catarina”.²¹ Naquele momento de comemoração, Deeke festeja não somente o sucesso da colonização alemã no estado, mas também o sucesso político dos irmãos Konder. Ou seja, os festejos do Centenário foram um momento em que não apenas se rememorou o passado, ressuscitando fatos e personagens, mas também se legitimou os que estavam no poder. Isto nos lembra Walter Benjamin, que afirmara que a empatia do historiador com os vencedores sempre beneficia os dominadores. E neste caso, os vencedores referidos eram os próprios políticos que estavam no poder.²² Eles são tomados como “herdeiros dos que venceram antes”, no caso dos Konder, herdeiros do pai alemão que se instalou em Itajaí e tornou-se bem sucedido comerciante. Mas mais que isto, são lembrados como “três estrelas”, como três irmãos que haviam subido na carreira política de tal forma que constituíam os principais astros da constelação política de Santa Catarina.

¹⁶ KOEHLER, G. A. *Carta*. Blumenau, 21 nov. 1929. Arquivo Nacional de Koblenz, Pasta 474-29.

¹⁷ Foi noticiado num jornal de Berlim, o projeto de se construir o museu, destacando-se Victor Konder como o líder da iniciativa, identificando-o como o “conhecido Brasil-Deutscher” (alemão do Brasil). Este jornal apelava para que o governo alemão apoiasse o projeto. *Ein Museum fuer deutsche Einwanderung in Brasilien*. *Tageszeitung Berlin*, 27 jul. 1929. Arquivo Nacional de Koblenz, Pasta R 57/Neu – Doc. 1191-40.

¹⁸ *Beschlüsse der Vertreterversammlung vom 2. Juni 1929 in Blumenau zur Vorbereitung der Jahrhundertfeier deutscher Einwanderung im Staate Santa Catharina*. Blumenau, 02 jun. 1929. Arquivo Nacional de Koblenz, Pasta R 57/474-29.

¹⁹ Idem.

Conforme artigo publicado na imprensa alemã, o projeto previa que no museu fosse representada, em primeiro lugar, a imigração alemã no Brasil, que deveria ter uma sala dedicada à indústria, uma dedicada ao comércio e aos bancos e uma sala dedicada às entidades associativas. Cf. artigo *Ein Museum fuer deutsche Einwanderung in Brasilien*. *Tageszeitung Berlin*, 27 jul. 1929. Arquivo Nacional de Koblenz, Pasta R 57/Neu – Doc. 1191-40.

²⁰ Cf. biografia de José Deeke em seu livro *O município de Blumenau e a história de seu desenvolvimento*. [1917] Blumenau: Nova Letra, 1995, p. 11.

²¹ DEEKE, José. *Drei Sterne des Brasil-Deutschtums in Santa Catharina*. In: *Zur Jahrhundertfeier*. Op. cit., p. 22-23.

²² BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: *Magia e técnica, arte e política*. Obras escolhidas. Vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 224.

Mas José Deeke acentuava que os irmãos Konder não podiam ser lembrados como lutadores em favor do Deutschtum, pois apesar de todos eles dominarem a língua alemã, tinham recebido uma educação brasileira. Daí ele os caracteriza como as três estrelas do “Brasil-Deutschtum”, e não simplesmente do “Deutschtum”. Ou seja, investia nos contornos de uma identidade teuto-brasileira, em contraposição a uma identidade alemã, representando a dualidade presente neste conceito como um fator positivo. Para ele, esta dualidade daria aos irmãos Konder poderes e condições para representar tanto os descendentes de alemães como o resto da população. Esta visão estava de acordo com seu pensamento, defendido em diversos escritos seus, de valorização do exercício da cidadania brasileira entre os descendentes de alemães. E, sobretudo, Victor e Marcos Konder souberam aproveitar muito bem esta dualidade, na medida em que circulavam tanto na esfera pública política no Brasil, enquanto representantes das classes economicamente dominantes do Vale do Itajaí, como também tinham muitos contatos com entidades na Alemanha de incentivo aos alemães e descendentes que viviam noutros países.

A referência a uma “origem” alemã é feita pelo deputado Marcos Konder, num discurso proferido em 16 de novembro de 1928, no teatro municipal de Florianópolis, em memória ao centenário da imigração alemã em Santa Catarina. Ali, Konder realçou²³ ter “uma parte de sangue teutônico em suas veias”, além de ser filho de um alemão da região da foz do rio Reno, de onde, acentuava, também tinham emigrado os primeiros colonos de São Pedro de Alcântara.²⁴ Ele mesmo era autor de diversos textos ligados à história do Vale do Itajaí e da colonização alemã em Santa Catarina e discursos sobre o assunto, publicados em jornais do estado ou em publicações avulsas.²⁵ Um texto seu, sobre as escolas “alemãs” em Santa Catarina, foi também publicado no álbum comemorativo do Centenário, em 1929.

A Revolução de 1930, contudo, reverteu o quadro político nacional, estadual e municipal, interferindo diretamente também nos projetos culturais no estado. Alguns dos que apoiavam a iniciativa de se construir um museu em Blumenau perderam seus cargos políticos, e, com isto, perdeu-se a sustentação política para a execução do projeto.²⁶ Programada a inauguração da pedra fundamental do museu para dezembro de 1929, quando também seriam realizados concursos de canto e ginástica entre associações “alemãs” de todo o estado, o evento foi prorrogado para maio de 1930, alegando-se o fato do ministro Victor Konder, que apoiava o projeto, não poder comparecer. Em maio, entretanto, o evento foi adiado, referindo-se à crise econômica pela qual passava o país. Estes fatos todos mostram o quanto de político tinha o projeto de criação do museu de imigração alemã em Santa Catarina e, ainda, como a Revolução de 1930 interferiu nos projetos que colocavam algumas regiões de colonização alemã em destaque, em nível estadual.

Concluindo, neste artigo centrou-se a análise na idéia de como se investiu, durante os festejos de 1929, em Blumenau, na idéia de que este município seria uma “colônia alemã modelo” do estado, com base num discurso que ligava progresso econômico à categoria “raça”, afirmando-se uma suposta superioridade do trabalho alemão, num período em que os principais representantes do Estado de Santa Catarina ainda permitiam tais formações discursivas. A partir dos anos 30, os investimentos em práticas acompanhadas de tais concepções, não vão mais ocorrer com o aval do governo estadual, muito embora a circulação daquelas concepções, vá continuar no interior da esfera pública de Blumenau, até 1938, quando inicia a Campanha de Nacionalização.

²³ Segundo Lyman e Douglass (*apud* POUTIGNAT; STREIFF-FENART, p. 168), os traços étnicos nunca são evocados, atribuídos ou exibidos por acaso, mas manipulados estrategicamente pelos atores, como elementos de estratégia, no decurso das interações sociais”. Sobre esta questão do realce ver POUTIGNAT; Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade: seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras* de Fredrik Barth. SP: Unesp, 1998, p. 166-172.

²⁴ KONDER, Marcos. Zur Jahrhundertfeier deutscher Einwanderung in Santa Catarina. In: _____. *Deutsche Kolonisation in Santa Catarina. Blumenau und der Tag des Kolonisten*. Worte und Werke für die Arbeit und den Frieden. Edição do autor, 1955, p. 09. (Tradução livre da autora).

²⁵ Relação de alguns: Einwanderung und Schulproblem. Gestern und Heute. In: *Gedenkbuch zur Jahrhundert-Feier deutscher Einwanderung im Staate Santa Catarina*. Florianópolis: Alberto Entres & Irmão, 1929, p. 213-221. (Texto publicado no livro do centenário da imigração alemã em Santa Catarina); *Die Hundertjahrfeier der Deutschen Einwanderung in Santa Catarina*. Discurso proferido no teatro municipal de Florianópolis, em 16.11.1929, por conta do Centenário da imigração alemã no Estado, publicado no jornal A República de 22.12.1929. In: KONDER, Marcos. *Der Nationalismus als falscher Patriotismus. Etwas über die deutsche Einwanderung in Südbasilien*. Porto Alegre: ed. do autor, 1954, p. 11-19.

OS IMIGRANTES ITALIANOS NOS LIVROS E NA MEMÓRIA

Marcia Sanocki Stormowski¹

A imigração européia para o Rio Grande do Sul sempre esteve associada a crescimento econômico e industrialização. Inúmeros trabalhos mostram os aspectos positivos da imigração, destacando o sucesso do projeto colonizador e o aumento populacional ocorrido no estado. É inegável que ocorreu grande desenvolvimento nas regiões de colonização, e pretendo observar como esse desenvolvimento é tratado nos livros de pesquisadores que realizaram estudos amplamente conhecidos sobre imigração italiana, dentre os quais alguns dos primeiros autores a se adentrarem nesse tema, além de alguns estudos históricos acadêmicos e de fora da academia. O objetivo deste trabalho é identificar o entendimento que se faz acerca do papel das ações dos imigrantes individualmente nesse processo e qual memória da imigração está sendo construída.

Existem diferentes noções de desenvolvimento acerca da região de colonização italiana do estado. Apenas vamos observar alguns aspectos envolvidos no entendimento do processo, sem aprofundar a discussão econômica em si. O pensamento econômico sobre desenvolvimento presente nos estudos não é unívoco, o que faz com que em diferentes trabalhos sejam analisados fatores diversos para explicar o que genericamente chamamos desenvolvimento. O papel atribuído ao indivíduo, por vezes central, por vezes secundário, aponta para diferentes visões sobre o desenvolvimento e sobre o entendimento do próprio processo histórico. Serão citados alguns trabalhos que dão centralidade ao indivíduo e sobretudo às qualidades dos imigrantes como explicação para o desenvolvimento econômico da região.

Existe um conjunto de trabalhos sobre a colonização no estado com alguns pontos de vista comuns que acabaram por ter um papel importante na constituição e no reforço de uma memória da imigração e colonização romântica e idealizada. Forma-se assim uma identidade italiana apresentada como inata ou natural.

A bibliografia a ser analisada é composta basicamente por livros sobre a colonização italiana e industrialização no nordeste do Rio Grande do Sul. Toda revisão implica uma seleção, e no caso foram escolhidos alguns estudos que representam pesquisas importantes, contribuindo muito para a formação de estudiosos sobre imigração. Com certeza, muitos estudos extremamente importantes ficaram de fora desta seleção, já que os títulos sobre o tema são inúmeros. Mas já é possível ter uma idéia de alguns problemas, segundo nosso entendimento, existentes em parte dos estudos sobre a colonização italiana. É importante lembrar que o grande número de trabalhos publicados se deve em grande medida à atenção dispensada ao tema pela Universidade de Caxias do Sul e pela Escola Superior de Teologia de Porto Alegre.

O papel do indivíduo na sociedade e na história é um tema bastante discutido e pode parecer mesmo superado na historiografia, mas por vezes parece ressurgir com novas formas, trazendo a tona velhas discussões.

A noção de desenvolvimento que centraliza a análise das decisões individuais encontra em Weber seu principal teórico nas ciências sociais. Atualmente não representa mais um paradigma teórico nas ciências sociais e históricas, mas o pensamento que destaca unilateralmente a determinação das decisões e motivações dos indivíduos sobre as mudanças na sociedade, o qual podemos chamar de weberiano, influenciou inúmeros pesquisadores décadas atrás. Entre os autores que revelam esse tipo de análise estão Leo Waibel e Mem de Sá.² Porém, direta ou

¹ Mestranda UFRGS.

² Waibel, Leo. *Capítulos de geografia Tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1958; Sá, Mem de. Aspectos econômicos da colonização italiana no Rio Grande do Sul. In: *Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no RS*. Porto Alegre: Globo, 1950.

indiretamente, a questão da análise das ações e motivações individuais não desapareceu dos textos de história. Antecipando a crítica que essa visão demanda, entendo que a soma de ações individuais não pode representar uma dinâmica social, ou seja, o todo não se resume à simples somas das suas partes.

A característica comum em vários textos é a existência de explicações valorativas sobre o desenvolvimento da região, aspectos como trabalho, união das famílias, fé, coragem, iniciativa, abnegação. Estes valores aparecem por vezes como inatos ao imigrante italiano, fatores de desenvolvimento evocados com frequência. O objetivo é dar centralidade a um tema que neste caso se mostra atual e poucas vezes debatido: o papel atribuído ao indivíduo frente à noção de desenvolvimento sócio-econômico em estudos sobre a imigração italiana.

O primeiro a pesquisar a história da imigração italiana de forma mais sistemática foi João Spadari Adami³. Pesquisador apaixonado pela história da imigração e de Caxias do Sul, registrou fatos, tentou compreender como se deu a ocupação dos lotes, estudou as atividades econômicas, a política, a cultura e a educação. Buscava cruzar as informações que encontrava nos documentos para chegar às conclusões corretas sobre os fatos. Também enalteceu em seus livros a proeza dos corajosos imigrantes, com profunda admiração pelos italianos e pelo desenvolvimento de Caxias.

Outro trabalho de 1943, uma biografia, tem uma linguagem bastante característica da época, mas o conteúdo ainda influencia parte da literatura sobre imigração:

“Ao lado dessas atividades, José Eberle, trabalhador infatigável, a quem a aurora sempre encontrava desperto, dedicava-se a uma outra, a qual como que estabelecia uma ligação, fixava um compasso intermediário, entre a finas puramente agrícolas que o atraíam atavicamente e os ofícios citadinos, para que o propeliem suas tendências pessoais.”⁴

Nos estudos dos anos 40, indo até os anos 70, as qualidades individuais como tenacidade, abnegação, amizade, em alguns casos por si só parecem prescrever o sucesso, como se vê em outra biografia: “Mas fora escrito que Aristides tudo venceria, na vida, pelo esforço de todos os dias e pela tenacidade, inquebrantável, que todo o homem deve possuir”⁵, ou “Da sua tenacidade resultou, poucos anos depois, em 1891, tornar-se proprietário”⁶. Em 1950, Ernesto Pellanda escreveu que “em todos [os ramos da indústria] enfim surgem os trabalhadores e dirigentes, como que por milagre, tirados da massa de agricultores imigrantes para o simples amanhã da terra”.⁷

De Boni tem importantes trabalhos, organizou os três volumes da conhecida coleção “A presença italiana no Brasil”⁸. O estudo de Rovílio Costa e Luiz A. De Boni intitulado “Os italianos do Rio Grande do Sul”, aborda inúmeros assuntos ligados à imigração e colonização italiana, sendo um trabalho bastante didático e importante para quem deseja estudar o tema. Os autores apontam para o fato de que na sociedade brasileira o trabalho era reservado ao escravo, criando-se verdadeira ojeriza ao trabalho manual. Entre os imigrantes, porém, o trabalho era encarado de forma diferente, “O trabalho tornou-se para o colono, o segredo da fortuna, causa do progresso e prova de honorabilidade, havendo poucos defeitos mais detestáveis do que a indolência.”⁹ Costa e De Boni apresentam uma importante crítica à ideologia do trabalho, afirmando que:

³ Seu estudo sobre a história de Caxias do Sul tem vários volumes em diferentes edições, publicadas desde os anos 50. O mais consultado e que reúne parte de seu trabalho é: Adami, João Spadari. *História de Caxias do Sul*, Tomo I, 2ª ed. Caxias do Sul: Paulinas, 1971.

⁴ Franco, Álvaro. *Abramo já tocou, a epopéia de um imigrante*. São Paulo: Ramos Franco, 1943, p. 46.

⁵ Netto, Campos. *O Cavvaliere Aristides Germani*. Porto Alegre/Caxias do Sul: EST/UCS, 1978, p. 19.

⁶ Idem, p. 39

⁷ Pellanda, Ernesto. Aspectos gerais da colonização italiana no RS. In: *Álbum...* op. cit., p. 57-8.

⁸ De Boni, Luiz Alberto (org.). *A Presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST, 1987 (vol. 1), 1990 (vol. 2) e 1996 (vol. 3).

⁹ Costa, Rovílio e De Boni, Luiz Alberto. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 1984, p. 85

Esta atitude do imigrante ante o trabalho não deixava de ser ideológica: em São Paulo serviu para justificar o sistema de produção, onde o imigrante substituiu o negro escravo como força de trabalho; no Rio Grande do Sul serviu para desviar a atenção das relações de produção, passando despercebido de muitos o fato de que o acúmulo de capital faz-se, em grande parte, graças ao trabalho do colono na agricultura, mas em favor da agilidade comercial do negociante [...]. Se o trabalho fosse a causa única do enriquecimento, os escravos, ao serem emancipados, seriam milionários.¹⁰

Porém, apesar da crítica oportuna e necessária à ideologia do trabalho, o comportamento econômico explica o progresso.

Paralela à ideologia do trabalho corria uma maneira diferente de conduzir-se economicamente: gastava-se o menos possível [...] Era um acumular lento, de grão em grão, mas que, em alguns anos, principalmente nas relações ante luso-brasileiros, facilitou o enriquecimento.¹¹

Pesquisador importante da história da imigração e colonização, Mario Gardelin tem inúmeros trabalhos, livros e artigos sobre o tema. Figuram entre seus estudos importantes trabalhos exaustivos de levantamento de dados¹². Gardelin tem profunda admiração pela histórica de Caxias, pelo desenvolvimento alcançado e pelos imigrantes, e não o revela somente pelas pesquisas exaustivas que empreendeu, mas também pela preocupação em perpetuar a memória dos imigrantes e da colonização.

A religião como motivo de força e união, central para a continuação dos costumes e da cultura do imigrante nestas distantes terras americanas foi destacada por Olívio Manfroí.¹³ Ele entende que para vencer as dificuldades iniciais e garantir o progresso econômico, político e cultural, a fé foi o fator principal a mover os colonos.

Um outro aspecto recorrente na bibliografia sobre imigração é a afirmação de certo igualitarismo existente entre os colonos. Embora a desigualdade social entre os imigrantes não devesse se aproximar da existente na sociedade brasileira escravocrata, isso não nos autoriza a considerá-la homogênea e igualitária, nem mesmo nos anos iniciais da colonização. Essa visão idealizada sobre o início da colonização induz a interpretação da diferenciação social ocorrida posteriormente a um único caminho: o da análise das capacidades e do empreendedorismo individuais. Como observou Eugênio Lagemann:

A interpretação heróica, fazendo do colono bem sucedido economicamente ou politicamente um verdadeiro 'self-made-man' é perfeitamente compatível a um sistema ideologizado pela 'democracia agrária'. Dentro dessa perspectiva existe a possibilidade democrática, livre, de ascensão social. Por uma decisão individual, exclusivamente pelos próprios méritos, ultrapassam-se as barreiras da pobreza, ignorância, isolamento e da insignificância. Assim, quem teve sucesso no empreendimento merece ser cultuado. É o culto do vencedor. Vêm daí as trajetórias imaginárias do colono de mãos calejadas rumo ao sucesso nas diferentes áreas, seja o comércio, indústria, política, etc. Chega-se, seguindo esse caminho, a colocar o imigrante como o civilizador, o que tudo iniciou, inclusive a industrialização.¹⁴

A recente tese de Herédia identificou atitudes pacíficas entre os italianos. Respondendo a um comentário acerca dos imigrantes italianos, feito por Maria Luíza R. Hering¹⁵ no seu estudo sobre uma região de imigração alemã de Santa Catarina, Herédia observou que:

¹⁰ Idem.

¹¹ Idem.

¹² Para citar alguns: Gardelin, Mário e Costa, Rovílio. *Colônia Caxias: Origens*. Porto Alegre: EST, 1993; Costa, Rovílio e Gardelin, Mário. *Os povoadores da Colônia Caxias*. Porto Alegre: EST, 1992.

¹³ Manfroí, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: Grafosul, 1975.

¹⁴ Lagemann, Eugênio. Imigração e industrialização. In: Dacanal, José Hildebrando. (org.) *RS: Imigração e Colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 118.

¹⁵ Hering, Maria Luíza Renaux. *Colonização e Indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento*. Blumenau: Ed. FURB, 1987.

Entretanto, no Rio Grande do Sul e melhor especificando, em Galópolis, não se encontra esse tipo de imigrante descrito anteriormente como revolucionário ou anarquista, como traço de identidade étnico-cultural. Encontra-se, sim, o imigrante trabalhador, submisso, obediente seja por questões de necessidade, seja por questões de ordem cultural [...]. Esse comportamento apolítico dos operários, durante quase todo o trajeto de existência dessa fábrica, sob o controle dos Chaves Barcellos, é comprovado pela ausência de manifestações coletivas ou de rebeliões organizadas pelos operários.¹⁶

É interessante que a autora tenha encontrado documentação comprovando poucos movimentos contrários à direção da fábrica, mas ao nosso ver, é precipitado concluir a partir disso que não existiam conflitos – outra possibilidade seria existirem formas de conflitos e repressão mais veladas. Durante os anos 90 a historiografia brasileira conheceu diversos estudos sobre as formas veladas de resistência social. De qualquer forma, neste caso, a autora identificou uma certa calma nas relações dos funcionários com os chefes da fábrica.

Lucchese, desenvolveu uma interessante crítica à visão do colono passivo.¹⁷ Observa que geralmente os conflitos se deviam às insatisfações dos imigrantes para com a diretoria da colônia¹⁸. Mostra ainda que existiram conflitos entre os próprios imigrantes, divididos por questões políticas em relação à diretoria da colônia, em relação às divergências políticas trazidas da Itália, diferenças de regiões de origem ou motivos mais corriqueiros como limites dos lotes, etc.

O acumular lento e dedicado dos frutos do suado trabalho explicou o “enriquecimento” dos colonos. Entendo que os objetivos voltados para o acúmulo e a conquista da autonomia (por isso eventualmente a maior motivação para o trabalho), são fundamentais para pensar determinadas formas de crescimento econômico, ou o suposto “enriquecimento”. Mas esses aspectos não devem ser generalizados enquanto característica étnica, nem podem ser elevados a primeiro fator explicativo da diferença no desenvolvimento entre diferentes regiões.

Como foi visto, os méritos e valores por vezes assumem um papel central, limitando outras possibilidades analíticas sobre o crescimento econômico. Se os valores-guia, individuais e estendidos a todo o grupo, são vistos de forma atemporal, o sucesso também o é. Parece-me que há necessidade de estudar mais detidamente os demais aspectos dos quais depende o desenvolvimento econômico da região em questão – a conformação do mercado, a capacidade de acumular e investir, as relações entre diferentes setores econômicos, a aquisição de conhecimento técnico, a capacidade da economia local de absorver o aumento populacional, as formas de migração interna contínua, e assim por diante. Somente assim se poderá avançar mais no estudo sócio-econômico da colonização italiana no estado.

Mas como estudar o tema sem deixar de levar em conta as ações individuais? Ao meu ver, o indivíduo vive sob pressões exercidas pela sociedade, mas suas respostas podem ser absolutamente diversas e imprevisíveis. Conforme Gouldner¹⁹, os estudos marxistas tendem a priorizar as decisões humanas ou as tendências estruturais, criando modelos ideais e estereotipados. Porém, a suposta oposição entre, por um lado, a ação individual na transformação social, e por outro, as tendências estruturais determinadas pela lógica do capital, representa uma tensão mais epistemológica do que concreta. Por isso, o autor lembra que o raciocínio marxista é dialético, reservando espaço para a análise dos diferentes aspectos envolvidos nessa tensão indissolúvel.

Segundo Hobsbawm, “A história não é como a ecologia: os seres humanos decidem e refletem sobre o que acontece.”²⁰ Enfatizando a dialética no processo social, Hobsbawm afirma que “as visões de mundo dos homens determinam as formas de sua existência social, pelo menos tanto quanto as últimas determinam as primeiras.”²¹ Assim, deve-se pensar o indivíduo no sen-

¹⁶ Herédia, Vânia Batriz Merlotti. *Processo de Industrialização da Zona Colonial Italiana*. Caxias do Sul, Educs, 1997, p. 164-165.

¹⁷ Lucchese, Terciane Ângela. *Relações de poder: autoridades regionais e imigrantes italianos nas colônias Conde D’Eu, Dona Isabel e Alfredo Chaves - 1875 a 1889*. Porto Alegre: PUC, 2001, p. 125. Dissertação (Mestrado em História).

¹⁸ Idem, p. 126-130.

¹⁹ Gouldner, Alvin. *Los dos marxismos*. Madrid; Alianza, 1983.

²⁰ Hobsbawm, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 175.

²¹ Idem, p. 176.

tido de determinação de limites e exercício de pressões sociais. Thompson representou um importante avanço para os estudos marxistas na sua formulação da ação do sujeito ao longo do tempo, como afirma no seu famoso Prefácio: “a classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição”.²²

aquilo que chamamos de sociedade é simplesmente um dentre vários conjuntos de inter-relações humanas de escala e amplitude variada, nos quais as pessoas podem ser classificadas ou classificam a si mesmas, muitas vezes com simultaneidade e superposições.²³

Aspectos muito variados podem envolver as decisões dos sujeitos: tradição, ideologia, determinada racionalidade ou consciência. Esses aspectos não são necessariamente contraditórios, e podem se combinar de formas variadas. É importante ter em mente que, dependendo da escolha teórica sobre o entendimento do papel do indivíduo, a análise resultará completamente diferente – ou mesmo oposta.

Até o momento, tentou-se discutir a imagem do imigrante que é transmitida em alguns dos estudos sobre imigração. Como foi visto, alguns valores são apresentados por vezes como inatos ao imigrante italiano, explicando o sucesso da colonização e o enriquecimento de alguns. Tão importantes quanto as decisões individuais, é a análise das condições sob as quais a imigração ocorreu e sob as quais os imigrantes tomavam suas decisões. Existem estudos que conseguem dar conta desse propósito, mas ao mesmo tempo, existe uma memória romântica da imigração que influencia alguns estudos. Nestes, as características étnicas ou individuais aparecem como valores atemporais, explicando não só o sucesso da colonização como também a industrialização e mesmo a cultura e identidade italianas. Evocados os supostos valores étnicos com frequência como fatores de desenvolvimento, simplificam-se e unificam-se dois processos que em si só são bastante complexos: o desenvolvimento econômico e a formação da memória e da identidade dos descendentes de imigrantes italianos.

Memória da imigração

Não existe memória desligada de um grupo, como mostrou Halbwachs²⁴. Pollack²⁵ compreendeu que a memória se constitui a partir da vivência dos indivíduos, tanto a vivência individual como aquela vivida “por tabela”, que foi vivida pelo grupo ao qual a pessoa pertence e com o qual se identifica.

A memória se solidifica em torno de acontecimentos, personagens e lugares. Muitas vezes, porém, os acontecimentos, personagens e lugares concretos podem dar lugar ao fenômeno da projeção na constituição da memória, confundindo nesta diferentes eventos, transferindo as dores ou as glórias. Selecionando eventos, a memória em si reforça os sentimentos que conformam a identidade com o grupo, criando um quadro com unidade, continuidade e coerência.

Esse processo de construção da memória de determinado grupo, relacionada à formação de uma identidade, inclui processos de seleção e organização da memória. Na medida em que a memória é relacional – um grupo sempre se define em relação a outro – determinadas memórias, ligadas a eventos políticos, podem ser negociadas e disputadas pelos diferentes grupos. A esse trabalho de construção, arrumação e rearrumação da memória, Pollack chamou processo de enquadramento da memória. Sendo uma constante construção, a memória não é estática, mas mutável. As memórias identitárias de grupos podem apresentar certa solidez no momento em que são “suficientemente constituídas, suficientemente instituídas, suficientemente amarradas”, quando então “a memória e a identidade trabalham por si só”²⁶.

²² Thompson, Edward. *P. A Formação da Classe Operária Inglesa*. Vol I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p.12.

²³ Hobsbawm, op. cit., p. 92.

²⁴ Halbwachs, Maurice. Memória coletiva e memória individual. In: *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice, 1990.

²⁵ Pollak, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, vol. 5, n. 10, 1992.

²⁶ Idem, p. 207.

O campo de possibilidades vislumbrado por cada indivíduo não está determinado pela sua posição social, pelo gênero, relação familiar ou etnia, mas pela forma como o indivíduo vivencia todos esses aspectos. É pela forma como o indivíduo vive, em sua dimensão sociocultural, que forma o seu campo de possibilidades, espaço onde implementa projetos de vida.

Assim, evitando um voluntarismo individualista agonístico ou um determinismo sociocultural rígido, as noções de projeto e campo de possibilidades podem ajudar a análise de trajetórias e biografias enquanto expressão de um quadro sócio-histórico, sem esvaziá-las arbitrariamente de suas peculiaridades e singularidades²⁷.

De Boni, Costa e Gardelin são alguns dos autores que mais se esforçaram por manter viva a memória da imigração. De Boni, além da coleção “A presença italiana no Brasil”, entre outros trabalhos, editou cartas de imigrantes²⁸. Gardelin publicou um livro sobre literatura e um sobre fontes históricas da imigração²⁹, sem falar nas duas obras já citadas anteriormente. De Boni participou da organização do livro “Entre o passado e o desencanto”³⁰, onde trabalhou com entrevistas padrão sobre aspectos do cotidiano, como alimentação, vestuário, atividades produtivas, costumes, relações familiares, religião. Em “Os italianos do Rio Grande do Sul”, resgata a memória das dificuldades na Itália, as causas da emigração, a viagem ao Brasil, as dificuldades e decepções na chegada, as doenças e a falta de auxílio médico, a solidão e abandono no interior das “léguas” (espaço rural). Arlindo Battistel e Rovílio Costa publicaram uma obra de três volumes sobre história, estórias, cantos, comidas, trabalho, lazer, fotografias.³¹

Isso só para citar alguns dos trabalhos mais diretamente voltados para a memória da colonização. Não é demais lembrar que grande parte dessas publicações, entre outras inúmeras, não teriam possíveis sem a colaboração do Frei Rovílio Costa e da editora da EST para a publicação.

A memória das dificuldades e tristezas vividas pelos imigrantes está construída com tintas impressionistas no capítulo intitulado “A história que ninguém conta”, do livro “Os italianos do Rio Grande do Sul”. Os autores reuniram informações e citações descrevendo as penúrias enfrentadas pelos primeiros imigrantes. O capítulo termina com uma citação que expressa bem o objetivo do trabalho:

Isto parece um romance. Mas podeis acreditar: é a pura verdade. Mais tarde podeis mandar editar este pequeno trabalho e daqui a cem anos os que vierem poderão saber qual a origem da família Galain, por que viemos para o Brasil e as tribulações que passamos nestas inóspitas regiões.³²

Rovílio Costa, no seu trabalho sobre “Imigração italiana no Rio Grande do Sul” utiliza depoimentos orais para fazer um resgate da memória. O próprio critério de eleição do que é importante nos depoimentos, anunciado logo na introdução, leva a parcialidade do trabalho, pois o autor se propõe a “ouvir tudo e relatar somente o que representa a concordância da maioria”. Esse trabalho é um bom exemplo de seleção e construção de uma memória específica, voltada para a formação de uma identidade étnica. Assim, se descrevem esforços para vencer a natureza, a solidão e todas as dificuldades. Reforça-se a idéia de esforço e vitória, numa relação direta de causa e consequência.

Nos parece que uma memória de grupo mais ou menos solidificada atua no sentido de direcionar e uniformizar os projetos individuais, atuando como uma viseira indicando a única

²⁷ Velho, Gilberto. Trajetória individual e campo de possibilidades. In: *Projeto e Metamorfose: Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999, p. 40.

²⁸ De Boni, Luiz Alberto (Ed.) *La Mérica: escritos dos primeiros imigrantes italianos*. Caxias do Sul: EDUCS, 1971.

²⁹ Gardelin, Mário. *Imigração Italiana no Rio Grande do Sul: Fontes Literárias*. Porto Alegre: EST/EDUCS, 1988.

³⁰ De Boni, Luiz Alberto. *Entre o passado e o desencanto: entrevistas com imigrantes italianos no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 1983.

³¹ Battistel, Arlindo e Costa, Rovílio. *Assim vivem os italianos*. Porto Alegre: EST/EDUCS, 1982 (vol. 1), 1983 (vol. 2), 1983 (vol. 3).

³² Barbosa, Fidelis. *Semblantes de pioneiros*. Porto Alegre: Sulina, 1961, p. 43. Apud: Costa e De Boni, op. cit, p. 109.

direção passível de ser tomada no campo de possibilidades do sujeito, no sentido usado por Gilberto Velho. Os descendentes de imigrantes que ouvem as histórias – que não são poucas – das peripécias enfrentadas pelos primeiros imigrantes, criam a certeza de serem netos e bisnetos de vitoriosos extremamente capazes: pobres que fugiram da fome e, quando tiveram oportunidade de trabalhar para si em um novo mundo sem exploração, construíram uma sociedade rica e próspera.

Enfim, esta nos parece ser a forma como tem sido construída a memória da imigração e como tem se formado uma determinada identidade étnica associada à prosperidade. A memória da imigração se solidificou nos livros de história que legitimaram uma visão do imigrante valioso, permitindo somente uma forma de entendimento do passado e uma única direção para o futuro: uma linearidade de progresso e prosperidade.

Para encerrar ilustrando a força dessa memória, basta afirmar que não é raro encontrar descendentes de italianos que afirmam sem nenhum receio que todo italiano é trabalhador e que foi o italiano quem fez o progresso do Rio Grande do Sul – até mesmo entre acadêmicos da área de história. Não posso deixar de lembrar de uma colega afirmando muito espontaneamente essa tese em aula; recebeu em troca apenas breves manifestações pasmadas da turma, e para minha alegria, contrárias às suas colocações.

Referências

- ADAMI, João Spadari. *História de Caxias do Sul*, Tomo I, 2ª ed. Caxias do Sul: Paulinas, 1971.
- COSTA, Rovílio e De Boni, Luiz Alberto. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 1984.
- DE BONI, Luiz Alberto (org.). *A Presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST, 1987 (vol. 1), 1990 (vol. 2) e 1996 (vol. 3).
- FRANCO, Álvaro. *Abramo já tocou, a epopéia de um imigrante*. São Paulo: Ramos Franco, 1943.
- GOULDNER, Alvin. *Los dos marxismos*. Madrid; Alianza, 1983.
- HALBWACHS, Maurice. Memória coletiva e memória individual. In: *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice, 1990.
- HERÉDIA, Vânia Batriz Merlotti. *Processo de Industrialização da Zona Colonial Italiana*. Caxias do Sul, Educs, 1997.
- HERING, Maria Luíza Renaux. *Colonização e Indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento*. Blumenau: Ed. FURB, 1987.
- HOBBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 175.
- LAGEMANN, Eugenio. Imigração e industrialização. In: Dacanal, José Hildebrando. (org.) *RS: Imigração e Colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 118.
- LUCCHESI, Terciane Ângela. *Relações de poder: autoridades regionais e imigrantes italianos nas colônias Conde D'Eu, Dona Isabel e Alfredo Chaves - 1875 a 1889*. Porto Alegre: PUC, 2001.
- MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: Grafosul, 1975.
- NETTO, Campos. *O Cavaliere Aristides Germani*. Porto Alegre/Caxias do Sul: EST/UCS, 1978.
- PELLANDA, Ernesto. Aspectos gerais da colonização italiana no RS. In: *Álbum comemorativo do 75º aniversário da imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre. Porto Alegre: Revista do Globo, 1950. op. cit., p. 57-8.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, vol. 5, n. 10, 1992.
- SÁ, Mem de. Aspectos econômicos da colonização italiana no Rio Grande do Sul. In: *Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no RS*. Porto Alegre: Globo, 1950.
- THOMPSON, Edward. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Vol I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- VELHO, Gilberto. Trajetória individual e campo de possibilidades. In: *Projeto e Metamorfose: Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- WAIBEL, Leo. Capítulos de geografia Tropical e do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

PRUDENTÓPOLIS: ILHA UCRÂNIA PORÇÃO DE TERRA CERCADA DE UCRANIANOS POR TODOS OS LADOS

Odinei Fabiano Ramos¹

O processo imigratório

“Uma das características fundamentais da história da humanidade é a sua permanente mobilidade: por decisão própria, ou porque a tal efectivamente forçada pelas circunstâncias; individualmente e em pequenos grupos ou, pelo contrário, em gigantescos êxodos envolvendo nações inteiras (...) as migrações têm, ao longo da História, disseminado raças, culturas, línguas e religiões, por vezes a milhares de quilômetros do respectivo berço original”.²

O processo imigratório, envolvendo grupos e nações, sempre esteve relacionado com as necessidades individuais e coletivas como também com os temores que assombravam essas coletividades. Como exemplo podemos citar o caso da Europa que já nos séculos IV e V sofria com as constantes invasões dos povos provenientes do exterior, estes vindos do leste ou do sul. Essas constantes invasões bárbaras faziam com que existisse um grande fluxo migratório através do velho continente.

Mas com o início das descobertas ultramarinas, esse fluxo tende a se estender por todo o globo terrestre, com o intuito de colonizar e subjugar outros povos. É desse modo que vai acontecer a colonização da América, iniciada por portugueses e castelhanos e continuada, sobretudo, por franceses e ingleses, o que acarretou, além da quase extinção dos povos aborígenes, uma das maiores migrações forçadas da História da humanidade: a transferência de milhões de africanos, como escravos, para o Novo Continente.

A implantação das soberanias européias em pontos diverso das demais regiões do mundo, conduzindo ao estabelecimento e consolidação dos grandes impérios, foi responsável pela deslocação maciça de militares, funcionários e administradores, comerciantes, aventureiros e degredados, além dos colonos propriamente ditos, mobilizados para ocupar as terras e ocupar o solo e o subsolo.

Mas até 1808 não existiu uma política imigratória para o Brasil, visto que, enquanto colônia de Portugal, o Brasil apenas foi povoado, pois a maior preocupação da metrópole era retirar as riquezas do solo tupiniquim, e deste modo deu importância apenas ao aumento populacional nos centros produtivos e extratores.

Após a data supracitada, o Estado Português percebe a necessidade de colonizar as terras brasileiras, e para tal necessitava urgentemente de uma política imigratória que suprisse a escassez populacional.

Segundo Piazza (1976) colonização é a ocupação do espaço geográfico visando um resultado econômico, social e político, e é exatamente em função da colonização que vamos ter a imigração.

Veremos também que o governo brasileiro tinha uma preocupação com o aumento significativo do número de negros no Brasil, ocasionado pelo período escravista, e achou necessário e

¹ Mestrando em História. Unisinos. 2004.

² ROCHA – TRINDADE, Maria Beatriz. *A Emigração Portuguesa no Quadro das Migrações Internacionais*. In: Sociologia das Migrações.

urgentemente o branqueamento racial que viesse a transformar a curto prazo o fenótipo do povo brasileiro.

Segundo Dreher (1995), no início do século XIX a população brasileira é constituída de um milhão de indígenas, (...) um milhão novecentos e oitenta e sete mil negros, em sua maioria absoluta escravos, seiscentos e vinte oito mil mestiços. Os brancos somavam oitocentos e quarenta e cinco mil.

É a partir desse momento que vamos ter uma política imigratória que visa atrair imigrantes, principalmente europeus, que estimulados por diversos fatores, virão para o Brasil.

Com o intuito de estimular a vinda dos imigrantes, o regente Dom João permitiu a concessão de terras aos estrangeiros que tivessem o interesse de migrar para a colônia. Anteriormente ao período supra citado, apenas os lusitanos tinham o direito de posse das terras coloniais. É nesse sentido que o governo brasileiro investe na propaganda imigratória.

A partir do segundo quartel do século XIX e de maneira ainda mais contundente depois da proclamação da independência, o governo brasileiro começa a se preocupar com os vazios demográficos existentes no território nacional, sendo necessário que o território fosse ocupado de maneira rápida e efetiva, tendo como objetivo além da ocupação, a defesa das fronteiras.

Obedecendo a lógica dessa política é que os primeiros imigrantes “livres” saem da Europa com destino ao Brasil. Tinham em mente que a permanência no desconhecido país era provisória e que logo voltariam para o país que deixaram para trás.

Conforme Andreazza (1999) ninguém migra a uma longa distância sem um impulso, sem um objetivo, sem esperança. E esse impulso é necessário para que esses imigrantes deixem seus países de origem e de tanto apego emocional e saiam em busca de novos horizontes.

Quando abandonavam seus lares, sempre na expectativa de encontrar um verdadeiro paraíso, esses imigrantes não sabiam para onde estavam se dirigindo, visto que, logo após a partida, vários eram os locais em que estes poderiam vir a se alojar, seja temporariamente, seja definitivamente.

Segundo Abdelmaleck (1998) a imigração condena-se a engendrar uma situação que parece destiná-la a uma dupla contradição: não se sabe mais se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente ou, ao contrário, se trata de um estado mais duradouro mas que se gosta de viver com um intenso sentimento de provisoriedade.

Mas que é um imigrante? Quais as causas dessas imigrações? Quem são esses imigrantes? São perguntas que não querem calar, pois a resposta não pode ser dada pura e simplesmente de um único modo, já que são diversos os fatores que levam o homem a deixar suas raízes. Podemos, porém, apontar alguns motivos que levam o homem a partir em busca de novas terras.

Um exemplo seria a existência de uma vasta quantidade de terra ainda não ocupada, terras essas que foram “descobertas” em consequência da expansão ultramarina, feita pelos países ibéricos. Essas terras não tinham uma considerável densidade populacional, já que naquele imenso território o habitante era o nativo. O que temos que perceber, porém, é que a produção de alimentos não cresceu tão acentuadamente quanto o aumento populacional, ocasionando assim um período de fome e de falta de empregos.

Segundo Klein (2000) (em afirmações já defendidas por Ravenstein e Everett Lee)³ as migrações se devem a partir do peso de dois fatores: o de expulsão, ocasionados por períodos críticos onde ou o fator econômico está em decadência, ou por períodos de ataques beligerantes.

Um fator de expulsão do povo ucraniano pode ser percebido no parágrafo que segue:

“A prepotência dos ricos sobre os pobres foi a causa porque o povo ia aos poucos abandonando a terra do seu berço com o intuito de além do vasto oceano melhorar a sua deplorável condição.

Principalmente eram a América do Norte e o Canadá os países aonde o povo afluía a fim de lá

³ In: ROCHA – TRINDADE, Maria Beatriz. **A Emigração Portuguesa no Quadro das Migrações Internacionais**. In: Sociologia das Migrações.

grangear-se um sofrido sustento. – Só mais tarde foi considerado o Brasil, como o paraíso das delícias, ao qual principiou em 1894 emigrar o nosso povo ucraniano da Galícia oriental. Chegando ao Brasil, porém, constatou-se que a propaganda imigratória era enganosa. As dificuldades foram sentidas já em alto mar, devido às precárias condições dos navios que para cá transportaram estes imigrantes.”⁴

O fator de atração seria a possibilidade de adquirir terra, essa tão escassa no continente europeu, e também incentivo tanto do país de origem como do país receptor, no caso o Brasil, que necessitava de mão-de-obra e de contingente populacional para povoar regiões desabitadas, e deste modo, proteger seu território.

A imigração ucraniana através do mundo

Até quase fins do século XIX, os ucranianos permaneciam arraigados nas terras dos seus ascendentes, situados ao norte do Mar Negro. Com os impactos de vários movimentos e ocorrências da vida moderna, indivíduos isolados e grupos inteiros foram impelidos a emigrar para além das fronteiras da sua terra.

Embora o povo ucraniano se encontre espalhado por todos os países do mundo, a sua dispersão ocorreu principalmente para quatro regiões do globo.

O primeiro, e considerado o principal movimento migratório, foi favorecido pela construção da ferrovia “Transiberiana”, que necessitando de muita mão-de-obra, levou um grande número de ucranianos através da Ásia, Sibéria e Turquestão, até a Província Marítima, nas costas do Oceano Pacífico. De dois a três milhões de ucranianos foram assim transferidos.

O segundo movimento migratório dirigiu-se para os Estados Unidos da América, que adotou uma política imigratória que tinha como ponto fundamental a liberdade religiosa. Foram mais de meio milhão de ucranianos que ali se estabeleceram, principalmente nas zonas industriais da Pensilvânia e Nova Jersey e em vários centros, desde a Nova Inglaterra (que compreende os estados de Maine, New Hampshire, Vermont, Massachusetts, Rhode Island, e Connecticut) a Chicago. Grupos menores encontram-se também nos estados do oeste.

Ainda na América do Norte, foi grande a imigração ucraniana para o Canadá para onde se dirigiram cerca de 300.000 imigrantes. Alguns se encontram nos centros industriais e de mineração do Leste e da Colúmbia Britânica, mas a grande maioria estabeleceu-se nos campos de três províncias canadenses: Manitoba, Saskatchewan e Alberta.

Esse processo imigratório não se restringiu apenas à América do Norte. Podemos identificar duas correntes imigratórias na América do Sul: uma no Brasil e outra na Argentina. O número de ucranianos que se estabeleceu no Brasil é calculado em mais de 50.000 e na Argentina em mais de 40.000.

O fenômeno emigratório ucraniano não aconteceu apenas nos períodos críticos economicamente, tanto que, após a Primeira Guerra Mundial deu-se um novo êxodo para o ocidente, dessa vez por razões políticas e bélicas. Os principais países receptores desse contingente populacional foram: a Tchecoslováquia, França, Estados Unidos, Canadá e Brasil.

Também durante a Segunda Guerra Mundial, algumas centenas de milhares de ucranianos não desejando submeter-se ao domínio russo-comunista abandonaram sua terra, passando a ser, desde então, considerados como “deslocados de guerra”. Cerca de duzentos mil ucranianos - operários, prisioneiros de guerra, refugiados políticos - fugiram para a zona ocidental da Europa. Muitos, porém, em decorrência do Tratado de Yalta, foram repatriados à força pelos aliados ocidentais.

Somente em fins de 1945 foi abolida a cláusula de repatriação obrigatória dos refugiados. A UNRRA (United Nations Relief and Repatriation Administration) e a IRO (International Refugee Organization), ambas organismos da ONU, providenciaram auxílio aos refugiados e encaminha-

⁴ Livro Tombo do Curato de Antônio Olyntho. Arquivo da Paróquia Nossa Senhora da Imaculada Conceição, p.2.

ram-nos a vários países da Europa Ocidental, aos Estados Unidos, Canadá, Brasil, Argentina, Venezuela, Paraguai e também para a Austrália e Nova Zelândia.

A imigração ucraniana ainda continuou após a segunda guerra mundial, mas em um número menos significativo, visto que a Ucrânia fazia parte do império soviético e sofria com as imposições feitas pelo mesmo, não podendo emigrar por causa da política adotada na “cortina de ferro”.

Mesmo assim alguns grupos se aventuraram, saindo clandestinamente da Ucrânia, e na maioria das vezes trocando de sobrenomes e se fazendo passar, ora por poloneses, ora por austríacos.

Hoje, a população da Ucrânia é de aproximadamente 52,2 milhões. Destes 52,2 milhões 75% é composto por ucranianos; 22% por russos; 1% por judeus e 4% por outras etnias. Segundo um levantamento feito pelo governo ucraniano através de um censo no ano de 1989, cerca de 5 milhões de ucranianos vivem em países da Europa, América do Norte, América do Sul e Austrália. Ainda, segundo o mesmo censo, 6,8 milhões de ucranianos vivem em países da extinta União Soviética, assim distribuídos: 4,4 milhões na Rússia, 900.000 no Kazakistão, 600.000 na Moldávia, 290.000 na Bielorrússia, 150.000 no Uzbequistão e 100.000 no Quirguistão.

A imigração ucraniana no Brasil

A emigração para o Brasil, em grupos mais numerosos, iniciou-se no século XIX. Mas foi nos primórdios do regime republicano brasileiro que se intensificou essa imigração.

O decreto do Governo Provisório, baixado em junho de 1890, e que vigorou por quatro anos, foi em parte responsável pelo aumento desse contingente imigratório, pois ele regulava a entrada dos migrantes, concedendo-lhes passagem gratuita com subvenções conseqüentes às companhias marítimas para o seu transporte, distribuindo aos recém chegados lotes de terras nas colônias estabelecidas pelo Governo Federal, de acordo com as administrações estaduais.

Os primeiros ucranianos a chegarem em grupo ao Brasil, no entanto, foram oito famílias da Galícia Oriental que chegaram em 1891 e fundaram a colônia Santa Bárbara, próximo de Palmeira, situada entre as cidades de Curitiba e Ponta Grossa.

Foi apenas em 1895, 1896 e 1897, que um número considerável de imigrantes ucranianos desembarcou em terras brasileiras; eram cerca de 20.000 imigrantes. Só no ano de 1895, desembarcaram nos portos de Paranaguá e Santos, vindos da Galícia, cerca de 5.500 ucranianos, seguindo daí para os arredores de Curitiba.

Dos que chegaram em 1896, 1500 famílias, ou seja, aproximadamente 8.000 pessoas se dirigiram a Prudentópolis e seus arredores; 800 famílias estabeleceram-se nos arredores de Marechal Mallet e Dorizton; 2.000 imigrantes fixaram-se na colônia de Água Amarela (hoje Antônio Olinto); 80 famílias em Jangada (União da Vitória); 200 famílias procuraram Iracema, região que mais tarde seria anexada ao Estado de Santa Catarina, fundando núcleos coloniais que até hoje subsistem. Nos anos subseqüentes, 1897-1899, desembarcaram no Paraná mais 300 famílias ucranianas que posteriormente se fixariam nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul.

Esses vieram animados e talvez iludidos pelos agentes de imigração, mas a necessidade de imigrar era grande, visto as dificuldades que estavam passando em sua terra de origem, ocasionadas pelas imposições do Czarismo da Rússia e Ucrânia Oriental, e sofrendo nas mãos dos senhores feudais do ocidente.

A imigração ucraniana para o estado do Paraná teve início no último quartel do século dezenove com a chegada de algumas famílias e grupos isolados de ucranianos, havendo indícios de ter iniciado em 1876 e continuando entre 1884 e 1891, sendo que esses grupos fixaram-se em sua maioria nos arredores de Curitiba, onde se formavam as colônias Santo Inácio e Tomás Coelho.

Entre 1872 e 1890 registra-se a entrada de colonos ucranianos no Brasil, porém em número reduzido. Foi a partir de 1891 que grupos de famílias em maior número chegaram ao Paraná. A partir de 1895 iniciou-se a imigração em massa, com ucranianos desembarcando no Porto de Paranaguá e fundando colônias no segundo planalto paranaense e em algumas regiões de Santa Catarina.

O grande contingente desses imigrantes chegou em 1895-96. Os imigrantes, que chegavam ao Brasil eram provenientes da Ucrânia Ocidental, mais precisamente da região da Galícia que então fazia parte do antigo Império Austro-Húngaro e da Polônia.

Esses imigrantes partiram, pois sentiam uma grande insegurança em relação à liberdade e prática de sua religião e também enfrentavam más condições sócio-econômicas, e por isso sentiram-se forçados a emigrar de sua pátria em busca de melhores condições.

Cabe aqui salientar que ao longo do século XIX, a Ucrânia também vinha sofrendo com um enorme crescimento demográfico, o que trouxe pressão sobre o setor agrícola, que cada vez mais necessitava aumentar a produção na tentativa de atender ao aumento da demanda alimentar.

Entre 1895-96 chegaram ao Paraná cerca de 15.000 pessoas. O que chama a atenção é que o número de imigrantes ucranianos que entrou no Brasil, conforme as estatísticas do Serviço Nacional de Imigração e divulgadas por Romário Martins e outros historiadores do Paraná, é inferior ao número real, pois numerosos foram os ucranianos que, por terem vindo da Galícia, entraram no país ora como austríacos, ora como poloneses. Como austríacos, porque aquele território pertencera ao Império Austro-Húngaro desde 1795 a 1918, e como poloneses por causa das semelhanças fenotípicas de ambas as etnias.

Assim, já no início do século XX, os ucranianos somavam, no Paraná, cerca de 24.000 imigrantes, sem levar em conta um grande número dos que foram vítimas de epidemias ou pereceram de outros infortúnios. Logo a seguir, reduziu seu ritmo. Já na primeira década a média de pessoas que entravam no país, provenientes da Ucrânia, era de 700 a 1.000 por ano. O Estado preferido era ainda o Paraná. Alguns, no entanto, procuraram os Estados vizinhos.

Outra onda de imigração em massa deu-se a partir da segunda década do século XX; essa onda ainda é constituída na sua maioria por povos oriundos da Galícia, desta vez motivados pela campanha brasileira que requisitava mão-de-obra para a construção da Estrada de Ferro, São Paulo-Rio Grande do Sul.

Novos núcleos coloniais foram formados nos Estados do Paraná e Santa Catarina, bem como no Rio Grande do Sul, tais como: Guarani, Campinas, Ijuí, Jaguari, Erechim.

De um total de vinte mil imigrantes chegados entre 1908-1914, sabe-se que 18.500 fixaram residência nos estados do Paraná e Santa Catarina; os demais foram para o Rio Grande do Sul e outros Estados. Assim, a imigração ucraniana no Brasil até 1914, totalizava cerca de 45.000 pessoas.

Após a I Guerra Mundial a imigração volta a diminuir. Desta vez o declínio era motivado também por razões políticas. De qualquer modo, o número dos que chegaram ao Brasil até a II Guerra Mundial não ultrapassou a cifra de 9.000 pessoas. Logo após o término da guerra, ou seja, a partir dos meados de 1947 até 1951, mais de 7 mil imigrantes ucranianos foram registrados em nossos portos. Desta vez, a maioria dirigiu-se para São Paulo, não faltando entretanto os que continuavam preferindo o Paraná ou o Rio Grande do Sul. Grupos menores também se estabeleciam nos estados de Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Os imigrantes ucranianos que se estabeleceram no Paraná dedicaram-se à lavoura, sendo que os primeiros grupos foram encaminhados às terras não desbravadas, tendo que realizar todas as tarefas de áreas pioneiras, quer dizer, derrubando matas, construindo suas casas e posteriormente arando alqueires para a produção agrícola.

É importante destacar, que ao chegarem ao Brasil, em função das afinidades existentes (vistas apenas pelo governo brasileiro), muitos ucranianos foram alojados próximo aos poloneses, o que muitas vezes causava confusão, tanto para distinguir um do outro, quanto como motivo para constantes brigas. Estas brigas aconteciam por causa de todo um contexto histórico envolvendo as duas etnias, ainda no velho continente. Foram mantidas as diferenças mais marcantes, quanto à língua, ao culto religioso e à convivência em sociedade. (Horbatiuk, 1989).

Continuando o modelo econômico vigente em seu país de origem, os ucranianos se dedicaram à agricultura, principalmente ao cultivo do trigo, o centeio, feijão e milho. Também desenvolveram, em suas propriedades, a produção de subsistência, com a presença característica de

pequenas hortas nas proximidades da residência, bem como a criação de animais.

A produção excedente era comercializada nos centros urbanos, sendo utilizadas para o transporte as carroças puxadas por um ou dois cavalos, que ficaram conhecidas como as «carroças polacas». Ainda hoje, em algumas colônias, este meio de transporte é largamente utilizado, sendo que passou a ser símbolo dos imigrantes eslavos.

Sempre foi grande a preocupação com a educação, por isso os colonos fundavam suas escolas e entidades culturais. Essas entidades realizavam intercâmbios culturais por meio de visitas e trocas de jornais, editados pelos mesmos. Destaque-se que sempre tiveram a preocupação de manter imprensa própria, como um instrumento de preservação da cultura e da língua. Alguns desses periódicos circulam até hoje nas comunidades ucranianas.

Hoje, no Brasil há mais de 300 mil imigrantes ucranianos e descendentes, dos quais 90% estão no Paraná, destacando-se o Município de Prudentópolis onde 75% da população é de origem ucraniana. Descendentes dos primeiros imigrantes ucranianos, hoje contamos com a quarta e quinta gerações, cujo trabalho e dedicação são reconhecidos nas mais variadas áreas. Sendo considerada a cidade com a maior concentração de descendentes de ucranianos no país, cerca de 75% da população de 47 mil pessoas, foram incorporados ao dia-a-dia de sua população profundos traços da cultura daquele povo: religiosidade, música, artesanato, costumes e culinária. Não podemos esquecer da língua que é falada no dia-a-dia de muitas famílias, e que, além de ser ensinada em casa pelos familiares, ainda pode ser aprendida em algumas escolas.

A imigração ucraniana em Prudentópolis

A imigração ucraniana no município de Prudentópolis pode ser mais bem compreendida, se acompanhada de um histórico do município, visto que poderá situar geográfica e historicamente o leitor. Também cabe salientar que a fundação do município de Prudentópolis deve-se ao fator de ter se tornado uma colônia de imigração.

A princípio o futuro município de Prudentópolis era uma vila que fazia parte do território do município de Guarapuava, que era o maior município da província do Paraná em extensão territorial e seu território estendia-se desde o Rio dos Patos, na divisa do hoje município de Imbituva, até Rio Iguaçu e o Rio Paraná nas fronteiras do Paraguai e da Argentina.

Dentro desse município, mais precisamente entre o Rio dos Patos e a Serra da Esperança, até a abertura da linha telegráfica, poucos moradores existiam. Somente em 1822, quando as terras prometiam ser valorizadas, graças à tão esperada construção da estrada de rodagem é que muitas pessoas começaram a chegar àquela região.

Essa região entre a Serra da Esperança e o Rio dos Patos denominava-se São João, pois próximo a essa localidade corria um rio que tem o mesmo nome, em homenagem ao padroeiro São João Batista.

Seis quilômetros adiante do Rio dos Patos, o Sr. Firmo Mendes de Queiroz⁵, construiu sua casa de barro, coberta de madeira, e com cerca de varas em torno dela. Ele pretendia aproveitar a fertilidade do solo, cultivando uma faixa que lhe pertencia, ficando assim à beira da estrada da linha telegráfica que ainda estava em projeto, mas que já prometia progresso à região.

Descendente de bandeirantes paulistas, Firmo Mendes de Queiroz começou, com esforço próprio, a desbravar aquela região. Casado e com filhos pequenos não se viu em condições de cultivar grande extensão de terra.

Com a construção da linha telegráfica e por causa do grande número de trabalhadores que ali se reuniam, Firmo Mendes resolveu abrir uma casa comercial, que se tornou ponto de encontro e centro de operações dos moradores da mata. Passando por ali o Padre Stumbo⁶, percebeu naquela localidade que agora se tornara ponto de encontro de sertanistas e da população local, um bom lugar para a construção de um local para que fossem feitas reuniões religiosas. Em uma

⁵ Fundador do município de Prudentópolis.

⁶ Pároco, residente no município de Guarapuava e que atendia o povo da região.

conversa com Firmo Mendes de Queiroz, incentivou-o a construir uma capela dedicada a São João Batista, porque traria mais pessoas para a povoação e aumentaria e desenvolveria o comércio local.

Atendendo o pedido do padre Stumbo, Firmo Mendes convidou vários moradores para fazerem um mutirão com a finalidade de roçar o local onde seria construída a capela. O local fora cedido pelo próprio Firmo Mendes.

No mesmo ano de 1884, o Barão de Capanema⁷, que comandava a construção da linha telegráfica e fiscalizava a estrada de rodagem, chegou a São João, e como de costume hospedou-se na casa de Firmo Mendes. Sabendo do que ali se pretendia fazer, elogiou a idéia, prevendo o futuro daquele lugar. Firmo Mendes informou-lo que pretendia doar as terras para que ali se formasse um povoado, ao qual iria dar o nome de São João de Capanema, em homenagem ao ilustre convidado. Depois de preparado o terreno, o proprietário deu permissão para que pessoas ocupassem essas terras e para que fossem construídas casas.

Em 1894 o Governo Federal resolveu colonizar a região de São João de Capanema, em terras que o Governo do Estado lhe havia concedido para esse fim. O Estado do Paraná se enquadrava na proposta do Governo Federal, visto que havia uma grande extensão territorial ainda devoluta.

O diretor da colônia, Dr. Cândido Ferreira de Abreu, em homenagem ao então Presidente da República, Dr. Prudente de Moraes, resolveu denominar de PRUDENTÓPOLIS a colônia que estava sendo fundada, nome que fez desaparecer a antiga designação de São João de Capanema.

Segundo Chevtchuk (1936) “O Paraná atraiu as primeiras levas e absorveu o maior número de imigrantes ucranianos que foram instalados em colônias ou núcleos coloniais”. O maior desses núcleos era a colônia de Prudentópolis .

A pequena vila era sede da colônia e tomou um impulso extraordinário. Em 1895, o aspecto de Prudentópolis era de povoação próspera, com ruas bem traçadas, casas novas sendo construídas. Estava cada vez mais movimentada graças à contínua chegada de famílias polonesas e ucranianas, que seriam localizadas nas “linhas” abertas ao norte e ao oeste da sede. Essas famílias vieram para o Brasil graças à propaganda que se fazia a respeito de nosso país, segundo a qual havia muita terra para ser trabalhada e onde se precisava de muita mão-de-obra.

Percebe-se que a região de Prudentópolis era um grande atrativo para famílias imigrantes que viam ali a possível realização das promessas feitas ainda em continente europeu.

A pequena vila de São João, agora chamada Prudentópolis, deve muito de sua prosperidade à vinda desses imigrantes, principalmente aos ucranianos e poloneses que se fixaram em terras do município. Esses ucranianos chegaram principalmente pelo porto de Paranaguá e vieram através do serviço imigratório paranaense. Já em terra, o transporte era realizado por trem até a Lapa e depois por carroções até a pequena vila.

Um relato dessas viagens, feita por um imigrante, evidencia as dificuldades encontradas pelos imigrantes e também o total desconhecimento da futura terra.

“... Em Curitiba o trem parou na estação por pouco tempo e logo seguiu para Lapa. Ali, grandes carroções, cobertos com toldos, esperavam por nós. Levaram-nos com a nossa bagagem para uma olaria desativada na periferia da cidade, onde passamos a noite com fome e com frio porque era uma construção sem paredes, cheia de estrume e sujeira... Ficamos ali por três semanas. Depois vieram os mesmos carroções e nos levaram adiante... E como os carroceiros fossem alemães, então quem sabia falar alemão podia conversar com eles... Frequentemente vinham os brasileiros, mas nós não sabíamos conversar com eles. O povo construiu uma estrada de três léguas que mal podiam trafegar os carroções. Ela passava por dentro de uma mata densa e escura, onde havia animais selvagens, como porco-do-mato, macacos e até pequenos leões. Quando o povo ouviu pela primeira vez o “berro” dos bugios se apavorou, pensando que era um leão”.⁸

⁷ Guilherme Schuch, Barão de Capanema.

⁸ In: HANICZ, Teodoro. **Religião, rito e identidade. Estudo de uma colônia ucraniana no Paraná**. PUC/SP. São Paulo, 1996.

A formação da colônia iniciou-se com a chegada dos imigrantes ucranianos vindos da Galícia no ano de 1896. Diferentemente da grande parte das colônias existentes no do país, as colônias não eram formados por vilas, povoados ou vilarejos, mais sim por “linhas” que eram divididas em lotes com 10 alqueires cada.

“Prudentópolis foi dividido em uma série de linhas que obedecem a um sistema geométrico definido e magnífico. Tão bela é essa divisão que se pudéssemos ‘iluminar’ essas linhas, nosso município pareceria uma cidade, com ruas perfeitas, em perfeitos ângulos retos”.

Segundo levantamentos encontrados, as terras de Prudentópolis foram divididas em 38 linhas, sendo elas ao norte: Rio dos Patos, Candido de Abreu, Nova Galícia, Cônsul Phol, Antonio Olinto, Barra Vermelha, Ivaí, Carlos Gomes, Luiz Xavier, Sertório, Santos Andrade, Vicente Machado, Guarapuava da Esperança, Paraná, Carlos Gomes, Piquiri, Capanema, Coronel Eduardo Chaves, Maurice Faivre, Sete de Setembro, União. E ao sul: Inspetor Carvalho, Rio Preto, Visconde de Nácar, Dezembro, Visconde de Guarapuava, XV de Novembro, Ponte Nova, Ponte Alta, Tiradentes, Jesuíno Marcondes 1ª e 2ª seção, Tijuco Preto, Coronel Bormann, Cláudio Guimarães Vinte e Três de Abril, Ronda, Vinte e Cinco de Outubro e Taboãozinho.⁹

Após a chegada desses imigrantes e a distribuição dos lotes, o primeiro trabalho que devia ser feito foi a construção das moradas, que primeiramente eram feitas de madeira de pau-a-pique, chão batido e cobertas com folhas de palmeira.

Segundo Zaroski (2001) os primeiros anos dos imigrantes ucranianos em solo paranaense não foram nada fáceis, visto que o governo apenas lhes concedia as terras, e o dinheiro era escasso, não havendo a possibilidade de regressarem para a Ucrânia.

Logo após a construção de suas casas o seguinte passo era derrubar as mata para logo em seguida preparar o solo para receber o cultivo de cereais. Mas a dificuldade ainda rondava a colônia, já que a aquisição de sementes era muito difícil e ainda se não bastasse, não possuíam ferramentas apropriadas.

Cabe aqui salientar que muitas das colônias ficam localizadas em locais de difícil acesso e afastadas da sede, o que também se transformou em dificuldade para o “colono”, que ainda nos dias de hoje utiliza ferramentas rudimentares para a preparação do solo.

Com a imigração vieram padres poloneses e ucranianos, católicos e ortodoxos, que construíram suas igrejas com certa imponência e, graças ao grande número de igrejas espalhadas por toda a região, a cidade de Prudentópolis é conhecida como a capital da oração.

Como a pequena vila não parava de crescer, reclamava-se uma organização político-administrativa, que suprisse suas necessidades. As reclamações foram ouvidas e a 5 de março de 1906, pela lei de nº 615 foi criado o município denominado Prudentópolis, e pelo decreto nº 242, foi marcada a eleição municipal para o dia 8 de junho.

No dia 12 de agosto do mesmo ano, para a alegria da população, instalou-se o município. O primeiro prefeito de Prudentópolis foi o Coronel José Durski, que não era um imigrante e nem descendente de ucraniano. Durski era descendente de poloneses.

Seguindo o modelo econômico dos imigrantes, a economia prudentopolitana baseou-se na agricultura, principalmente no cultivo do trigo, milho e do feijão. A agricultura ainda era rudimentar, pois as terras estavam localizadas em terrenos acidentados, não havendo condições de ser adotada agricultura mecanizada.

O feijão ainda é plantado em maior escala, e é exportado para outros centros consumidores. O milho é utilizado para o consumo interno. O fumo começou a ser plantado “graças” ao incentivo da companhia Souza Cruz, e vários agricultores dedicaram-se ao plantio desse produto.

O sistema de trabalho ainda é rudimentar, sendo feito com o machado, enxadadas, corta-

⁹ In: KUSMA, Rita. **Ritos tradicionais de casamento nas comunidades ucranianas do interior de Prudentópolis: 1920-1930**. Unicentro. Guarapuava, 2002.

deiras, arados, puxados por animais, tornando assim o trabalho pesado e vagaroso, e sem rendimentos adequados para a época em que vivemos.

Prudentópolis já ocupou lugares importantes no âmbito nacional e até mundial, sendo por exemplo, um dos maiores produtores de erva-mate do mundo. A influência da economia ervateira foi tão acentuada, que o Paraná deve a prosperidade desse ciclo à sua emancipação política em 1853. A erva-mate continua sendo produzida em alta escala no município, atendendo tanto o consumo interno quanto o externo.

Vinculados à religião católica, guardam suas leis religiosas e morais. Existem 72 igrejas ligadas à religião católica ucraniana em Prudentópolis. É um número grande se considerarmos que o município tem aproximadamente 48.000 habitantes e também se considerarmos que esse é o número apenas de igrejas católicas “ucranianas, lembrando que temos ainda as igrejas católicas latinas, as igrejas protestantes e outros templos de várias outras religiões que também encontram seu espaço e seus “fiéis” em Prudentópolis.

A etnia ucraniana, apesar de grande miscigenação que sofreu através dos tempos, ainda mantém com orgulho as tradições trazidas da longínqua Europa. O elemento ucraniano é considerado o maior grupo étnico presente no município e também o que mais influenciou no desenvolvimento cultural do mesmo.

Também veio a estabelecer-se em Prudentópolis, no início do século XX, o elemento polonês. Assim como o ucraniano concorreu muito para o desenvolvimento econômico do município. Embora em número menor que aquele, e mesmo bastante assimilado pelo grupo ucraniano ainda hoje conserva alguns de seus costumes. Também de estatura média, o polonês possui cor mais clara, mas hoje, devido à miscigenação ocorrida entre as etnias, juntamente com grupo que ali já residia, anteriormente às imigrações, já não se consegue mais discernir o fenótipo de cada etnia.

É apenas por uma questão de analogia que denominamos o terceiro elemento prudentopolitano de “elemento brasileiro” já que este é uma mistura de descendentes de portugueses (bandeirantes), alemães, uruguaios, paraguaios, indígenas e muitos outros que contribuíram para a formação desse grupo. O brasileiro difere dos outros dois grupos na sua forma de vida e atividades. Enquanto os dois primeiros elementos preferem trabalhar no campo, na agricultura, o terceiro buscou outro modo, buscando se aperfeiçoar e indo trabalhar em indústrias, companhias construtoras dentre outras. Novamente voltamos a notar que esses três elementos vivem lado a lado, tendo ocorrido mistura étnica e por conseguinte uma união, que propicia um bom entendimento entre os grupos, contribuindo assim para o “progresso” da terra que lhes proporciona o sustento.

Bibliografia

- ANDREAZZA, Maria Luiza. **Paraíso das Delícias. Estudo de um grupo imigrante ucraniano 1895-1995**. UFPR. Curitiba, 1996.
- BARTH, Fredrik. **Los Grupos étnicos e sus fronteiras**.
- BORUSZENKO, Oksana. **Os Ucranianos**. Boletim Informativo da Casa Romário Martins. Curitiba, 1995.
- BURKO, Valdomiro. **A imigração Ucraniana no Brasil**. 2ª Ed. Gráfica da OSBM. Curitiba, 1963.
- CAMARGO, Affonso Alves de. **Homenagem do município de Prudentópolis**. Prudentópolis, 1932.
- DREHER, Martin. **O fenômeno migratório alemão para o Brasil**. Estudos Leopoldenses. Vol. 31. 1995
- GOMES, Neonila. **Prudentópolis, sua terra e sua gente**. Prudentópolis, 1972.
- IVANCHICHEN, Claudete. **A imigração ucraniana**. Unipar. Cascavel, 2002.
- KLEIN, Herbert S. **Migrações internacionais na História das Américas**. In: FAUSTO, Boris.(org.) Fazer a América. 2ª Ed. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.
- HANICZ, Teodoro. **Religião, rito e identidade. Estudo de uma colônia ucraniana no Paraná**. PUC/SP. São Paulo, 1996.
- HORBATIUK, Paulo. **Imigração ucraniana no Paraná**. Editora Uniporto. Porto União, 1989.

KUSMA, Rita. **Ritos tradicionais de casamento nas comunidades ucranianas do interior de Prudentópolis: 1920-1930**. Unicentro. Guarapuava, 2002.

LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia Geral**. 5ª Ed. Editora Globo. Porto Alegre, 1970.

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional**. Editora UNESP. 2001.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. Pioneira São Paulo, 1976.

PIMENTEL, Gláucia Meister. **Esses maravilhosos imigrantes, nossos avós...** Ed. Paranaense. Curitiba, 1998.

POUTIGNAT, P. **Teorias da etnicidade**. Unesp. São Paulo, 1998.

ROCHA – TRINDADE, Maria Beatriz. **A Emigração Portuguesa no Quadro das Migrações Internacionais**. In: Sociologia das Migrações.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da Alteridade**. Universidade de São Paulo, 1998.

SCHNEIDER, Ciomara. **Os rituais do Ciclo Natalino. A identidade renovada entre os camponeses Ucraniano-Brasileiros**. UNB. Brasília, 2002.

TRUDA, F. de Leonardo. **A colonização Alemã no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1930.

ZAROSKI, Nelson Gilmar. **A utilização do tempo pelos imigrantes ucranianos de Prudentópolis: 1940-1960**. Gráfica Prudentópolis, 2001.

WOUK, Miguel. **Estudo etnográfico-linguístico da comunidade ucraniana de Dorizon**. Projeto. Curitiba, 1981.

COLONIZAÇÃO POLONESA EM GUARANI DAS MISSÕES

Márcia Tarnowski Guimarães

Origem Lendária da Polônia

Viveram, em priscas eras, três irmãos eslavos: LECH, CZECH E RUS. Esses três aventureiros irmãos empreenderam longa viagem através de florestas e charnecas. Após exaustiva caminhada, resolveram descansar. Foi quando Lech avistou nas proximidades, um ninho com aguiotos brancos. Exclamou, instintivamente: “Isso aí é sinal de que devo estabelecer-me por aqui com a minha família”. Seus dois irmãos prosseguiram a caminhada. Czech tornou-se o pai dos tchecos; e Rus pai dos Russos. Lech, porém, com sua comitiva preferiu fixar-se, definitivamente, a pequena distância do ninho das águias brancas, fundando a cidade de GNIEZNO. A palavra “Gniezno” é corruptela de “gniazdo” que quer dizer “ninho”. Lech escolheu para brasão de sua família a ÁGUIA BRANCA e passou a ser considerado o pai da nação polonesa.

Em 1872 Bismarck reuniu em Berlim as três potências ocupantes da Polônia para agilizar a desnacionalização dos poloneses que, em sua opinião, representavam um perigo ao poder dos Hohenzollern. O processo de germanização atingiu todos os setores.

Criou-se uma comissão Colonizadora para afastar, em massa, os poloneses de suas terras. “O processo de proletarização agrária do aldeão, nas regiões de domínio prussiano, tornou-se assustador, pois 41% da população agrícola, por volta de 1880, era formada de proletários sem terras”.

Porém, como a base da imigração polonesa foi, no início, o campesinato, que tinha um nível cultural baixo, não tendo uma consciência nacionalista muito desenvolvida, a imprensa e as instituições polonesas não demonstraram excessiva preocupação com o fenômeno. Entretanto, a partir de 1890 as altas esferas do poder na Polônia ficaram alarmadas quando começou o que se chamou “febre brasileira”.

Os camponeses poloneses escolheram o Brasil pelo fato de ele oferecer terra para a agricultura e, a partir de 1890, inclusive transporte marítimo gratuito, acrescido do financiamento para a fixação do imigrante.

Salienta-se que dentro dos padrões agrários poloneses os lotes que o governo brasileiro distribuía eram considerados grandes propriedades.

Os poloneses optaram pelo Brasil também devido à intensa propaganda, que nem sempre era verdadeira, explorando a boa fé e a psicologia do camponês. O Brasil, nos folhetos de propaganda, era mostrado como um “paraíso”.

Na bagagem, traziam as lembranças de sua terra, a saudade de seus parentes e amigos e a ilusão de que, como futuros ocupantes das terras devolutas no Brasil, estariam pisando num território onde teriam a redenção de sua vida e um futuro infundável de sucesso para as gerações que se sucedessem.

Em geral, nem tudo foram rosas quando os poloneses pisaram em território brasileiro. Na Polônia estavam acostumados a cultivar terras planas, aqui receberam terras com solo fértil, porém com terrenos íngremes e com mata nativa para iniciarem sua nova vida. Muitas vezes, foram obrigados a abrir picadas para penetrar na mata, carregando seus pertences com terno de mula e com carroças de tração animal para atingirem sua nova morada.

Nem mesmo as dificuldades enfrentadas foram o suficiente para que os imigrantes poloneses desanimassem. Isto porque estavam iniciando uma nova vida, longe das tiranias da Prússia, Rússia e Áustria.

Na verdade, não vieram para o Continente Americano como cidadãos poloneses, mas,

sim, como russos, prussianos e austríacos. Mesmo na atualidade, é difícil identificar os poloneses nos diversos registros imigratórios e coloniais do século XIX, mas nunca consentiram em ser considerados de outra origem a não ser polonesa.

Os motivos que levaram os poloneses a emigrarem da sua terra natal foi o desmembramento do território polonês em três partes, entre a Rússia, a Prússia e a Áustria. O povo polonês perdeu a sua autonomia política, econômica, cultural e religiosa. Sob a dominação russa, a partir de 1863, os poloneses foram privados de todos os seus direitos. Os impostos prediais e territoriais eram elevados demais para os proprietários, que se viam forçados a vender tudo para não terminar na prisão. Escolas foram fechadas, e os russos procuraram induzir os poloneses a desligarem-se da Igreja Católica e a filiarem-se à Igreja Ortodoxa. Os sacerdotes católicos eram os mais visados e perseguidos, sendo castigados e enviados para as regiões geladas da Sibéria.

Sob a dominação prussiana, houve inicialmente a permissão do uso da língua polonesa e do funcionamento de escolas polonesas, além de outros direitos, até perderem toda a sua autonomia. O território polonês estava prestes a ser definitivamente incorporado ao da Prússia, sendo prioridade tirar as terras dos proprietários, que as cultivavam há séculos. Os agricultores que não quisessem vendê-las eram retirados de sua propriedade e substituídos por agricultores prussianos. As terras eram confiscadas.

Sob a dominação austríaca, a situação era tão sofrida quanto nos outros dois casos anteriormente apresentados, sendo que, em 1866, esmagada pela Prússia na Batalha de Sadova e excluída da Confederação Germânica, a Áustria teve de realizar concessões especiais aos grupos étnicos do seu domínio. O território ocupado pela Áustria permitia uma relativa economia e o direito de formar sua própria Junta Governativa. Era permitido o uso da língua polonesa nas escolas, nas Igrejas e nas repartições públicas. Mesmo assim, as condições econômicas continuavam precárias numa região em que a fonte de renda principal era a agricultura. Com a crise econômica que tomou conta da Europa, a miséria aumentou, deixando muitos desempregados.

Na época, só havia uma saída para o povo europeu, que era a emigração. Com isso, inicia o processo de emigração polonesa para o Brasil.

Na chegada, coube a cada família um lote colonial de 12,5 hectares – meia colônia – sem direito à moradia, a benfeitorias, lavouras e estradas. Pela concessão do lote, exigia-se a quantia de 500 réis, pagáveis em 10 anos. Só depois do pagamento, o colono recebia a escritura da propriedade.

Assim foi a saga da imigração polonesa na Região Sul do nosso País, em Santa Catarina, no Paraná e no Rio Grande do Sul.

Em duas cidades do Rio Grande do Sul, mais de 80% da população é descendente de poloneses: Guarani das Missões, que possui o título de cidade Gaúcha dos Poloneses, e Áurea conhecida como a Capital Brasileira dos Poloneses.

Os imigrantes poloneses constituem o terceiro maior grupo imigratório europeu que se dirigiu ao Rio Grande do Sul no século XIX. Eles começam a chegar em maior número a partir de 1891, sendo o período de 1891 a 1894 conhecido como o da “febre imigratória brasileira”. É nesse período que o maior número de poloneses se dirige ao Rio Grande do Sul. Os imigrantes poloneses chegam ao estado e são estabelecidos depois dos imigrantes italianos e alemães. Aqui são registrados como imigrantes russos, austríacos e prussianos – em decorrência da ocupação do território polonês pelas respectivas potências. Daí a dificuldade de sabermos o número de poloneses que entraram no estado. No momento da instalação dos mesmos nos núcleos coloniais, enfrentam dificuldades e reagem ante delas. A reação deste grupo imigratório e a consequente avaliação do mesmo estão registrados nas correspondências enviadas pelos administradores dos núcleos coloniais à Secretaria de Obras Públicas, Terras e Colonização. A opinião manifestada pelos funcionários do Estado ligado à Secretaria de Obras Públicas, comandada por positivistas é negativa. Em todas as correspondências de todos os núcleos coloniais a avaliação dos poloneses é negativa. Para eles, os imigrantes poloneses não querem e não gostam de trabalhar. Esta opinião só é manifestada pelos administradores dos núcleos coloniais em relação aos imigrantes

poloneses e seus descendentes no Rio Grande do Sul, que emerge e se consolida no momento inicial do assentamento dos mesmos no Estado. O preconceito vai atingir os imigrantes poloneses e seus descendentes no Rio Grande do Sul muito tempo depois de seu estabelecimento e vai manifestar-se de diversas maneiras.

Breve Histórico

Guarani das Missões, situada na região das Missões, Zona Noroeste do Estado, faz parte da Rota Turística Missões. Possui uma área de 283,83 km² sendo na área rural 282,36km² com uma população de 4.006 habitantes e na urbana, 1,47km² com 4.984 habitantes, totalizando 8.990 habitantes.

Limites: ao Norte, com os municípios de Ubiretama, Senador Salgado Filho e Sete de Setembro; ao SUL, com Caibaté; ao LESTE, com Sete de Setembro; ao OESTE, com Cerro Largo e, ao SUDESTE, Vitória das Missões.

Clima temperado, altitude de 273 metros, latitude 28°08'52" e longitude 54°24'10". A colonização do Município iniciou no ano de 1891 com o nome de Núcleo Comandai, com cerca de 2.000 lotes rurais, sendo os primeiros colonizadores os Suecos, depois os Poloneses e os Nativos, em seguida, Italianos, Alemães, Russos, Portugueses, Tchecoslovacos, Austríacos, Espanhóis, Ucrânios e Outros.

Teve vários nomes: Santa Tereza de Guarani (1898); em 1899, passa à categoria de 5º distrito de São Luiz Gonzaga, Guaramano (1944) e Guarani das Missões desde 1950, sendo este nome de origem indígena por ser aqui uma região onde habitavam os índios Guaranis. Após a consulta plebiscitária em 1958, o município foi criado pela Lei Estadual nº3699, de 31 de Janeiro de 1959, A posse do primeiro Prefeito (Clemente Soltis) e da Câmara de Vereadores foi no dia 27 de maio de 1959, data em que é comemorado o dia do município.

Aspectos Culturais

Desde 1996, é considerada a Capital Polonesa dos Gaúchos por ser o maior centro de colonização polonesa do País. A língua polonesa faz parte do currículo escolar das escolas de ensino fundamental. Recentemente foi recebido em doação o prédio da família Polancyk, destinado à instalação da Casa de Cultura Helena Carolina.

Destaca-se como um dos grandes eventos culturais do Município a POLFEST, festa tipicamente polonesa com realização de apresentações folclóricas, artesanatos típico, gastronomia, resgates históricos, corais, conjuntos musicais e religiosidade.

Comunidades com expressivos numero de descendentes de outras etnias como italiana, tchecoslovaca (que através das pinturas dos "Tcheco", estão despertando para a sua valorização cultural) e sueca. A BRASPOL se consagra, revivendo as tradições polonesas e com a construção de sua sede estilizada típica. A sociedade cultural guaraniense destaca-se, através da arquitetura da Casa Polonesa, inaugurada no ano de 2000, sede do Grupo Folclórico Polonês Águia Branca e do Coral "O Guarani", e como local para as mais diversas atividades com apresentações ricas em tradição, ritmos e cores, representando o Município em inúmeros eventos. Escritores guaranienses resgatam a história narrada em livros. Anualmente acontece na Linha Bom Jardim o Encontro da Cultura Polonesa.

IMIGRAÇÃO SÍRIO-LIBANESA: LEMBRANÇAS DE GOSTOS, TEMPEROS E FAZERES

Neida Regina Ceccim Morales¹

Introdução

A imigração sírio-libanesa tem sido pouco estudada pelo meio acadêmico e, como decorrência, há carência bibliográfica acerca dessa temática. Daí a opção feita pelo uso da história oral aplicada entre filhos de imigrantes sírio-libaneses da primeira etapa imigratória (1890-1914) ocorrida na região central do Rio Grande do Sul, inseridos na sociedade de Santa Maria. Com os depoimentos obtidos foi possível estabelecer as lembranças recorrentes na memória dos entrevistados, nelas vendo as peculiaridades identitárias preponderantes entre o grupo e, através delas, percebendo os mecanismos de vínculo com os processos sócio-culturais que transcorriam ao redor dos indivíduos etnicamente identificados. Foram lembrados, com preponderância, o modo encadeado como foi feita essa imigração espontânea, a sobrevivência exercida pela mascateação e pelo comércio peculiares, a vivência social feita num clube criado pela colônia e a manutenção doméstica da culinária típica.

Enfoque sobre a alimentação

A importância atribuída pelos entrevistados à preservação da comida típica entre os integrantes da colônia sírio-libanesa de Santa Maria, trouxe-nos a visão da alimentação como fenômeno cultural e econômico, bem como índice das condições de vida. Tal fato nos remeteu embaçamento teórico oferecido pela Escola dos Annales, surgida na França nos anos de 1930, com o propósito de romper com a história episódica preconizada pela Escola Metódica. Influenciados pela história econômica, os integrantes dos Annales pretendiam que todos os âmbitos da vida em sociedade fossem contemplados nos estudos históricos, e, nessa intenção, havia espaço bastante para as várias vertentes de uma história alimentar (BURKE, 1991).

Diante de amplas possibilidades² e da diversidade de fontes disponíveis³, o fenômeno alimentar tem sido estudado através de quatro enfoques: o biológico, o econômico, o social e o cultural (CARNEIRO, 2003, p. 133). Os aspectos fisiológicos e nutricionais não se constituem no primordial para a presente abordagem. Ainda assim, essa perspectiva biológica da história alimentar aponta para alguns aspectos que podem contribuir com a elucidação das idéias embutidas nas práticas alimentares da etnia sírio-libanesa.

FONTANA (1997, p. 53), afirmou que “as comunidades humanas foram elaborando a característica principal de sua cultura, que é uma boa dieta própria”, sendo que, quase todas elas, têm como base um cereal, visto que se pode armazenar o trigo (como foi demonstrado pelos depoimentos usados no presente trabalho), o arroz e o milho por exemplo. Mas, continua o autor, “não há nenhum cereal que contenha os oito aminoácidos que são essenciais para a vida humana”.

Tal compreensão, bastante contemporânea, faz um contraponto com a atribuição civiliza-

¹ Professora Adjunta da Universidade Federal de Santa Maria. Mestre em Integração Latino-Americana pela mesma universidade

² Para exemplificar tais possibilidades podemos lembrar: das relações entre dietas e grupos específicos, dos produtos usados e formas de preparo, das proibições e recomendações religiosas, dos hábitos à mesa, da regionalidade e da universalidade dos alimentos, das diferentes formas técnicas de produzir alimentos, das relações entre expansão demográfica e enriquecimento dietético, entre alimentação e antropometria, entre alimentação e incidência de doenças, e dos fluxos comerciais relativos a produtos alimentares.

³ Conforme CARNEIRO (2003, P. 133), essas fontes podem ser: literárias, iconográficas, econômicas e arqueológicas.

tória dada ao trigo, quando a alimentação é tratada como processo cultural. Nessa comparação, a importância da domesticação daquele grão permanece grandiosa quando percebida pela inegável capacidade de gerar enormes quantidades de alimentos e, assim, desconstruir um quadro de fome. Mas, no combate à fome, a abundância de comida nem sempre poderá ser compreendida como garantia de excelência nutricional e, nessa lógica de pensamento, percebe-se que a conquista da civilização, ao resolver o problema quantitativo da carência alimentar, não encerrou os desafios nutricionais e de justiça social vinculados a qualquer alimentação disponível.

Na atualidade, o estudo da alimentação, pelo viés fisiológico e nutricional, tem contemplado outra observação correlacionada com hábitos alimentares constatados na etnia sírio-libanesa, qual seja a utilização do azeite de oliva. No estabelecimento de vínculos entre dietas específicas e a incidência de certas moléstias, foi verificada⁴ uma baixa incidência de problemas cardiovasculares e maior longevidade em países mediterrâneos, onde o azeite de oliva virgem é consumido em substituição às gorduras de origem animal, numa observação científica já comprovada pelo empirismo da tradição⁵.

O estudo do fenômeno alimentar sob o enfoque econômico fica bem exposto por CARNEIRO (2003, p. 17-18): O uso do termo “dispensa” é uma alusão às idéias de Fernand Braudel, historiador vinculado a escola dos Annales, que dividia a Economia em três patamares: o financiamento, o mercantil e o da cultura material, situando nesse último, a alimentação, o vestuário e a habitação, numa síntese da temática da cotidianidade que, agregada às usuais preocupações da Economia, fica bem posta na metáfora utilizada.

Quando o estudo da alimentação é de enfoque social, múltiplas abordagens tornaram-se possíveis: a demografia histórica, a história das doenças e das práticas médicas, a fome, as transformações dos hábitos alimentares, as dietas específicas de classes sociais, são alguns exemplos.

Percebe-se, de imediato, a necessidade de inclusão de outros referenciais para a elaboração de um quadro capaz de explicar a temática. Respectivamente, faz-se necessária a consideração dos componentes determinantes de oscilações populacionais, talvez explicáveis por fenômenos climáticos, econômicos, religiosos ou culturais faz-se necessária a análise da disponibilidade de novas tecnologias voltadas para a produção, preparo e distribuição dos alimentos, e dos novos comportamentos das populações em torno do consumo desses alimentos. Enfim, ver a alimentação como processo social exige que o olhar perpassasse toda uma rede de saberes, tecida com material oferecido por muitas outras áreas do conhecimento humano.

A abordagem histórica dos cardápios nacionais, com a formação de quadros analíticos de práticas alimentares inerentes aos diferentes países, é especialmente interessante por provocar-nos a reflexão sobre o atrelamento entre a constituição dos Estados nacionais e a construção de suas identidades, nas quais as diversidades regionais perderam a importância e a autonomia, submetidas a uma homogeneidade que, embora falsa, reforçava a ideologia nacionalista. Nessa perspectiva, o registro da alimentação típica inseriu-se como instrumento – tal qual a língua – dos propósitos de afirmação nacional.

Outro aspecto que fomenta o estudo da alimentação é o enfoque cultural. Nele, há grande contribuição da antropologia. Abrangente, essa visão social dos costumes cotidianos abriu espaço para uma abordagem sobre alimentação que envolvia uma história dos produtos alimentícios, das técnicas criadas para obtê-los e dos comportamentos adotados em relação a eles; aspectos revelados não pela linearidade de acontecimentos inovadores, mas, sim, pela verificação de simbiose entre as permanências herdadas e os processos de adaptação e releitura. A teoria antropológica funcionalista explica a elaboração cultural como decorrência de comportamentos que impulsionam os homens no sentido do atendimento às suas necessidades orgânicas.

⁴ Estudo realizado na França, na década de 1960, envolvendo, entre outros pesquisadores, o hematólogo francês Serge Renaud (CARNEIRO, 2003, p.14).

⁵ Em contatos orais informais, não integrantes dos depoimentos usados na presente dissertação, obteve-se a informação de que era comum, nas famílias de imigrantes sírio-libaneses, as crianças serem passíveis de uma espécie de medicina preventiva caseira: a ingestão, em certas épocas, de uma colher de sobremesa de azeite de oliva, em jejum.

Para um de seus principais representantes, “é um lugar comum dizer que a humanidade progride sobre o estômago, que se pode conservar a multidão satisfeita dando-lhe pão e circo, e que o fator materialista do suprimento satisfatório de alimentos é um dos determinantes da história e da evolução humana” (MALINOWSKI, 1975, p. 144).

A necessidade de nutrição controla uma multiplicidade de processos que envolvem tecnologia e simbologia, pois, no saciar dos processos fisiológicos, existe uma constante intercorrelação entre os organismos em que eles ocorrem e o meio artificial onde estes organismos estão postos, ou seja, a cultura⁶.

Tendo, pela teoria funcionalista, exacerbado o aspecto da “necessidade” como mola propulsora da ação cultural do homem e, em especial, da alimentação do homem, a Antropologia também percebeu e indicou ser a alimentação humana um processo que vai além do atendimento de uma necessidade biológica, englobando sistemas complexos, e nem sempre explícitos, de significações sociais, políticas, religiosas. Avançando mais, ultrapassou a barreira da objetividade, captando das práticas alimentares sutis vivências de prazer, de ética e de estética.

O estruturalismo, através da obra de Lévi-Strauss, buscou relacionar a alimentação com as estruturas mitológicas, atentando-nos para as coerências contidas em aspectos das ações humanas que transcorrem no âmbito do inconsciente. É nesse parâmetro que ocorre, por exemplo, o atrelamento dos indivíduos a padrões alimentares por eles automatizados na esfera do consumo. Por essa lógica, explicam-se as antagônicas posturas de assimilação (como a constatada entre descendentes de imigrantes sírio-libaneses) ou de estranhamento (como a reação verificada entre os indivíduos não pertencentes à colônia da mesma etnia) frente a uma mesma prática alimentar: a omofagia.

São muitas as possibilidades de encaminhamento de análise da alimentação quando ela é percebida pela ótica cultural⁷. Por qualquer caminho trilhado – biológico, econômico, social ou cultural – o deparar-se com as questões oriundas da história da alimentação assinala no caminhar o acréscimo de compreensão sobre o relacionamento do homem com seus iguais, do homem consigo mesmo e do homem com o meio natural que o rodeia. Também no âmbito da comunidade sírio-libanesa de Santa Maria pode-se perceber, pelos depoimentos obtidos, os mesmos indícios. No relacionamento dos imigrantes com seus patrícios, a alimentação típica funcionou como elo mantenedor das origens comuns; no relacionamento com os não-patrícios, a adesão à comida brasileira atestou receptividade para com as práticas culturais da nova terra. Na relação do imigrante sírio-libanês consigo mesmo, os hábitos alimentares serviram para ratificar o modelo adotado pela etnia, de coexistência harmoniosa entre a manutenção da tradição e a adesão à inovação. Na relação do imigrante com o meio natural que rodeou, a comida típica sírio-libanesa exemplificou o dinamismo existente na cultura que, para manter-se viva, abandonou alguns de seus traços, acrescenta aos seus os traços alienígenas, interpreta em novas possibilidades antigos valores.

A culinária típica dos imigrantes sírio-libaneses

“Será que tem hortelã naquele Brasil? Alá permita que seja uma terra abençoada” (CARNEIRO NETO, 2003, p. 11-12).

A alimentação foi apontada, pelos entrevistados, como o traço típico mais presente no

⁶ MALINOWSKI (1975, p.70) diz que “os seres humanos vivem por normas, costumes, tradições e regras, que são o resultado de uma interação entre processos orgânicos e manipulação e recomposição, pelo homem, de seu ambiente”. Com o termo “costume” ele designa as formas tradicionalmente padronizadas de comportamento cultural.

⁷ Para ilustrar essa afirmativa, pode-se lembrar dos alimentos proibidos ou permitidos a um ou a outro gênero sexual, às diferentes faixas etárias, em determinadas épocas; pode-se trazer à tona as diversas prescrições religiosas, determinantes de quando e como ingerir ou privar-se desse ou daquele alimento, nessa ou naquela ocasião; pode-se recordar de recomendações, costumes e leis elaboradas em torno da caça e da pesca; pode-se estabelecer relações entre a culinária e as classes sociais através da observação dos paladares diferenciados e dos comportamentos à mesa; pode-se vincular identidades regionais ou étnicas e certos hábitos e rituais em torno da alimentação; pode-se perceber os papéis sociais de gênero, refletidos em práticas culinárias onde também se espalham estruturas familiares específicas.

cotidiano das famílias dos imigrantes sírio-libaneses. Apesar do preparo demorado, mesmo hoje, quando o acesso aos ingredientes é facilitado por um comércio variado e técnicas de fabricação que deixam os produtos prontos para o consumo, a forma de execução das antigas receitas foi passada às novas gerações, remetendo-as às origens familiares e lembrando-lhes de onde vieram e quem são, através de odores e de paladares, de convívios e comportamentos específicos de seu universo familiar.

A ingestão de pratos típicos tanto podia ser um corriqueiro fato cotidiano quanto um aguardado acontecimento de dias especiais, em geral ocorrências domingueiras, revestida da conotação de imantar a família em encontros semanais, transcorridos ao redor da mesa.

Noventa e cinco por cento da nossa alimentação era de pratos típicos árabes; sempre tinha seis ou sete tipos de comida tradicional. Mas sempre tinha, também arroz, feijão, carne e salada, porque nós não éramos obrigados a comer a comida típica (Antônio).

A mãe tinha o costume de, aos domingos, sempre fazer aquela comida árabe, que é aquela quantidade de pratos que se vê nos jantares típicos de agora (Martha).

Tenho uma recordação muito presente daqueles grandes feitos ao redor da mesa, da comida...A comida libanesa era uma exceção; a regra era a comida normal, de qualquer família brasileira. Os principais pratos libaneses eram feitos pela mãe ou pela vó, em ocasiões especiais, nos dias de reunião, enfim...(Paulo Jorge).

Acho que o aspecto mais típico na minha família era a alimentação. A cozinha árabe continuou vigorando, não como uma coisa cotidiana, mas algo para ocasiões especiais (Anastácia).

A comida árabe era comida de domingo. Não era lá muito fácil conseguir os ingredientes para fazê-la. A comida da semana era comida normal, brasileira: arroz, feijão, uma mandioca, um pedacinho de carne (Bartholomeu).

A principal característica da nossa casa, em relação às outras, era a alimentação...De segunda a sexta a minha mãe preparava comida trivial, brasileira, bem feita, bem temperada. No domingo era só comida árabe...muito trabalhosa! (América).

A evocação da comida típica não foi restrita às considerações acerca da frequência de sua utilização: a listagem dos pratos principais foi feita pelos herdeiros dum patrimônio gastronômico caracterizado pelo uso intenso do trigo e da hortelã, da cebola, verde ou em réstea, da verdura, incluindo as tenras folhas de parreira, da carne em condições que variam da crueza ao assado, do tomate, picadinho ou em gomos mas nunca em rodela, de componentes pouco usados na culinária gauchesca, como a berinjela e o quiabo.

Decorrentes de variadas combinações desses ingredientes foram lembradas as comidas tradicionais nomeadas, como *Kibenai* (o quibe cru), quibe⁸ de bandeja, quibe assado, tipili ou tabule⁹, o pão árabe¹⁰, arroz com letria¹¹, o refogado de vagem, o meche¹², e apenas um prato doce foi lembrado: a massa folhada com nozes, que era feita pela mãe de Martha.

⁸ O “quibe” é o prato mais conhecido da culinária árabe. Basicamente feito com carne, trigo e temperos (hortelã, sal, pimenta, cebola e outras variedades de tradição familiar) passados pela máquina de moer. É consumido cru (com azeite de oliva), frito ou assado. Possui ainda uma variante em que é recheado com guisado de carne e assado.

⁹ Entre os entrevistados, as denominações “tipili”, “tabule” e “tibili” foram usadas para denominar o mesmo prato típico que é uma espécie de salada composta de trigo cru, tomates, pepinos, cheiro verde e hortelã, tudo bem picado e temperado com sal, pimenta, limão e azeite de oliva. Essa mistura é posta em folhas de alface, de repolho ou de parreira, novinhas, fazendo espécie de trouxinhas que são levadas à boca, com a mão.

¹⁰ Conforme o entrevistado Bartholomeu, o pão árabe era “...bem fininho, feito sobre a chapa do fogão (à lenha), com nata e azeitona. Tinha mais ou menos um cinquenta centímetros de diâmetro”.

¹¹ Conforme CARNEIRO NETO (220, p. 88), o arroz com o macarrão do tipo “cabelinho de anjo” partido em pedacinhos. O óleo pode ser substituído por manteiga.

¹² O “meche” é conhecido como “charuto”. Na receita original, folhas novas de parreira recebem uma mistura de carne moída, arroz cozido, tomates e cebolas picadas, tudo temperado com sal e pimenta-do-reino. Tal mistura é enrolada nas folhas de parreira, originando “charutos”. Estes são colocados numa panela, lado a lado, e cobertos com água fervente que cozinha as folhas (CARNEIRO NETO, 2003, p. 81). O uso de folhas de repolho parece representar uma adaptação dos imigrantes às disponibilidades materiais da sociedade receptora. No entanto, CHIDIAC (s.d., p. 21) apresenta uma receita de “meche” feita com folhas de repolho enquanto nomeia o prato que utiliza folhas de parreira como “charutos de folha de parreira”, numa terminologia bem abasileirada. KEMEL (1993, p. 135) cita o referido prato com o nome de “malfut”, definindo-o como “espécie de enroladinho de carne e arroz em folha de parreira”.

De uso intensivo na culinária árabe, o trigo, mais especialmente o seu trabalhoso preparo, assinalou com veemência a memória dos filhos de imigrantes sírio-libaneses entrevistados.

Mesmo aparecendo como uma atribuição materna, pode-se perceber claramente o envolvimento dos filhos – meninos e meninas – nas sucessivas etapas do cozimento, secagem, peneiragem e armazenamento do precioso ingrediente. Por conseguinte, evidencia-se que a alimentação, como elemento de agregação e convívio familiar, abrange um processo que é anterior às refeições propriamente ditas.

A descrição do tratamento dado ao trigo, feita pelos depoentes, mostrou a uniformidade dos procedimentos usados, em diferentes famílias, para o seu preparo. De modo convergente, eles descreveram a compra de “sacas” ou de “sacos de sessenta quilos”, de um trigo que chegava pelos trens, oriundo da Argentina ou de pequenas propriedades tritícolas do Rio Grande do Sul; descreveram o cozimento dos grãos em grandes tachos, a secagem feita ao sol, nos antigos quintais de suas casas, quando as sementes do precioso cereal eram esparramadas sobre lençóis. Descreveram a vigilância da família toda diante de qualquer evidência de chuva, pois era fundamental que os grãos fossem muito bem secos, para não mofarem depois de guardados. Lembraram que, antes disso, era preciso moer e peneirar o todo para garantir a pureza de seus tesouros.

O hábito de consumir, com frequência, frutas e verduras foi bastante salientado pelos entrevistados. A recorrência desse hábito no conjunto de suas lembranças fortalece-nos sua percepção como um traço identitário do grupo estudado. Uma percepção encontrada entre os próprios depoentes:

A principal característica da nossa casa, em relação às outras, era a alimentação. Era totalmente diferente!...o consumo de frutas era bem diferente: nós comíamos muito mais frutas do que os nossos amigos, os nossos vizinhos (América).

Nas memórias de Anastácia figuram “aquelas caixas enormes, com frutas”, muito apreciadas por sua família, que fazia delas mais do que um alimento para o corpo: transformavam-nas em obséquios que fortaleciam as amizades conquistadas, espécies de provas da adaptação e inclusão social experimentada por aqueles imigrantes. Como ela contou, “...quando o pai recebia as frutas ele presenteava um médico, nosso amigo, com muitas, muitas delas”.

Parreiras e uvas, folhas e frutas povoam as lembranças desses filhos de imigrantes sírio-libaneses. Tais elementos vegetais que, geralmente, são associados à cultura italiana, estão incrustados em suas memórias, como detalhes onipresentes na materialidade de seus quintais. Todos tinham uma parreira. Maiores ou menores, elas davam sombra como se fossem um telhado verde, abrigo peculiar para longas mesas de congregação familiar. Esparramadas, em espaços vastos ou restritos, produziam ternos brotos que eram colhidos prematuramente, para dar forma ao “meche”. Verdes ou rosadas, preta ou moscatel, as uvas colhidas eram refrescadas em bacias de alumínio ou em baldes mergulhadas nas cisternas domésticas para depois serem consumidas, em momentos de conversa à tardinha, como componente de um ritual não oficializado de convívio social.

Ninguém citou o uso do vinho, e em nenhuma leitura ou observação ele apareceu como traço cultural alimentar presente entre os sírio-libaneses. A ligação antiga entre parreiras e imigrantes tem fortes vestígios nas memórias dos depoentes. Ao conhecer a terra de seus pais, Martha surpreendeu-se ao encontrar as peculiaridades descritas pelo pai sobre a casa onde nascera, incluindo nelas uma parreira sobre um terraço. A visão daquela paisagem libanesa remeteu-a de volta à sua cidade natal, São Gabriel, e ao terreno da família, onde a loja e residência eram unidas por “um parreiral imenso”. Ao visitar a longínqua localidade libanesa de Tanurim e seus terraços plantados, ela pode compreender o significado de identidade contido na parreira de sua casa, “...importantíssima, prioritária para o pai”.

Nas recordações de América, “tinha uma parreira e uma mesa comprida, debaixo dela; era ali onde o pessoal se reunia”. Ampliando essa constatação para além da casa paterna, ela citou as parreiras existentes nas moradias de seus irmãos mais velhos e salientou a importância

que tais elementos tinham para eles, ao contar que as uvas eram intocáveis e só podiam ser colhidas pelos próprios donos.

O costume de plantar parreira nos pátios de antigamente era comum, de modo que não se constituía num elemento identificador desses imigrantes, aos olhos dos indivíduos não pertencentes à colônia de sírio-libaneses que, provavelmente, nada percebiam de diferente nesse hábito. Como em outras situações, essa vivência da peculiaridade cultural ocorria no âmbito interno daquelas vidas. Externamente, eram quase imperceptíveis como estrangeiros, mas mantiveram vívidos seus traços identitários na intimidade familiar, através de corriqueiras práticas do cotidiano.

A carne e o trigo foram elencados como matérias-primas destacadas entre os ingredientes usados.

Além da preservação da feitura dos pratos típicos citados, da valorização das frutas, das verduras e dos legumes, os depoentes salientaram a importância atribuída a condimentos como a cebola, o alho e a hortelã em sua tradição gastronômica.

Tem gente insensível à culinária árabe, que diz que quibe é um tipo de bolinho de carne com trigo, coalha é quase igual a iogurte e tabule é uma saladona cheia de trigo. Seja como for, tudo isso, se não for feito com hortelã, não tem o mesmo sabor, não tem a menor graça (CARNEIRO NETO, 2003,p.11-12).

Tais temperos, assim como a ingestão de carne crua, devem ter causado grande estranheza aos rio-grandenses, acostumados com carne bem assada e outras formas de temperar os alimentos. Mas, havia também o uso intenso do trigo, símbolo da civilização clássica, da região mediterrânea, para amainar a sensação de barbárie transmitida pela omofagia e pela forte condimentação das receitas. Esse fato, somado à assimilação feita pela colônia da culinária local e à adaptação dos fazeres originais às possibilidades da nova terra, equilibrou as possíveis tensões causadas pelo estranhamento e facilitou o usual comportamento daqueles imigrantes, de manter a tradição na intimidade e expor, em público, sua capacidade de assimilação, de adequação aos traços culturais brasileiros. A substituição da carne de carneiro pela carne de gado, o uso eventual de folhas de repolho no lugar de folhas de parreira sempre disponíveis nos parreirais libaneses, pouco importaram: foram pequenas adaptações que não feriram a essência dos gostos, dos temperos e dos fazeres originais.

Afinal, Alá permitira que a terra brasileira fosse mesmo abençoada. Nela tinha até mesmo hortelã.

Referências

- BASTANE, Tanus Jorge. Breve história da imigração libanesa, Síria e de outros povos de origem árabe no Rio Grande do Sul. Publicações da Semana Árabe, Porto Alegre, p.29-42, set.1974
- BOSI, Ecléa. Memória e sociedade – lembranças de velhos. São Paulo. Companhia das Letras, 1999
- BURKE, Peter. A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: UNESP, 1991
- _____. (org.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992
- CARNEIRO, Dib Neto. A hortelã e a folha de uva. São Paulo: DBA, 2003
- CARNEIRO, Henrique. Comida e Sociedade: uma história da alimentação. Rio de Janeiro: Campus, 2003
- CHIDIAC, Antoniette Francis. O melhor da culinária libanesa. Santa Maria: s.d.
- CREIDY, A.A. Os libaneses e sua história. In: Enciclopédia Riograndense. v.5, Canoas: Regional, 1958
- DOSSE, François. A história. Bauru: EDUSC, 2003
- FÉLIX, Loiva Otero. História e Memória: a problemática da pesquisa. Passo Fundo: EDIUF, 1998
- FONTANA, Josef. Introdução ao estudo da história geral. Bauru: EDUSC, 2000
- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990

KEMEL, Cecília. Os sírios e os libaneses: aspectos da identidade árabe no Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

LESSER, Jeffrey. A Negação da Identidade Nacional. São Paulo; UNESP, 2001

MALINOWSKI, Bronislaw. Uma teoria científica da cultura. Rio de Janeiro: Zahar, 1975

MEIHY, José Carlos Sebe. Manual de História Oral. São Paulo: Loyola, 1996

MONTANARI, Massimo. A fome e a abundância: história da alimentação na Europa. Bauru: EDUSC, 2003

MORALES, Neida Regina Ceccin. A presença libanesa no Rio Grande do Sul. In: Quevedo, Júlio (org.). Rio Grande do Sul, 4 séculos de história. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999, p. 275-288.

A INSERÇÃO DOS IMIGRANTES ITALIANOS NO CONTEXTO DA REGIÃO DE SANTA MARIA (1878 – 1900)*

Alexandre de Oliveira Karsburg**

Maíra Ines Vendrame***

Introdução

O ano de 1878 marcou a região centro do Rio Grande do Sul. Neste ano, chegaram da recém-unificada Itália, levas de imigrantes italianos que almejavam ser pequenos proprietários de terras, cultivar seus produtos e fazer riqueza. Muitos dos imigrantes sonhavam com uma vida sem patrão ou sem senhor, sem alguém lhes dando ordens ou cobrando pelo arrendamento das terras. Dentro deste processo de chegada, instalação e início da atividade produtiva, os italianos se depararam com uma realidade diferente da que estavam acostumados na Península.

A recém-emancipada Santa Maria tentava resolver inúmeros problemas típicos do interior da província rio-grandense na metade final do século XIX: falta de estradas, e quando havia estavam em péssimo estado; pontes que estavam em ruínas ou que não existiam e que dificultavam as comunicações com outros pontos do Rio Grande do Sul; as secas ou enchentes que constantemente assolavam a região e prejudicavam colheitas e a criação de animais; doenças que iam e vinham sem explicações, e que matavam um grande número de pessoas; as disputas políticas e religiosas tão marcantes naquele final de século XIX. Somando-se a isso, a elevação da vila de Santa Maria à categoria de cidade, em 1876, fez com que ela tivesse que se organizar melhor, pois as responsabilidades aumentaram, sendo preciso um tempo de ajustamentos a esta nova realidade.

Foi desta maneira, construindo o contexto regional de Santa Maria das últimas três décadas do século XIX, que nos propomos a começar a estudar a imigração italiana nesta região. Acreditamos ter sido conveniente mudar o enfoque por alguns motivos: com a elevação à categoria de cidade, em 1876, e a chegada dos imigrantes italianos, o município viu aumentar para quatro os seus distritos, com um número cada vez maior de habitantes. Santa Maria assistiu crescer as queixas dos moradores, pois já se iniciara a cobrança de impostos, mas os serviços prestados, como veremos, ainda deixavam a desejar. Como a colônia Silveira Martins era um dos quatro distritos de Santa Maria, muitas das dificuldades pelo qual passavam os imigrantes italianos, não eram exclusividade deles; pelo contrário, todos os distritos, inclusive o centro urbano, enfrentavam problemas diversos; centrando a análise especificamente na colônia Silveira Martins, deixaríamos de lado um grande número de italianos que moravam ou circulavam pelos outros distritos, principalmente na cidade de Santa Maria que era o local de venda de produtos coloniais. Portanto, se fez necessário avaliar um espaço maior para, com isso, tentarmos contextualizar, mesmo que regionalmente, os discursos muito comuns de imigrantes que reclamavam de seu “abandono” pelas autoridades.

Para tal, nos baseamos em uma bibliografia que trata da imigração italiana sob um novo enfoque, superando o estereótipo do imigrante isolado, esquecido, pacífico, ordeiro e profundamente católico. Se seguissemos com esta visão, não entenderíamos como tantos imigrantes circulavam por Santa Maria, nem tampouco teríamos explicação para o fato de alguns italianos se tornarem parceiros comerciais dos brasileiros. Sendo assim, optamos pelas obras que superaram aquele modelo, tornando-se fundamentais para iniciarmos nossa caminhada. Alguns estudos

* Pesquisa realizada nos anos 2003-2004, com bolsa PIBIC/CNPQ no 1º semestre de 2004.

** Autor e graduado em História pela Universidade Federal de Santa Maria – 2004. Bolsista PIBIC/CNPQ.

*** Co-autora e graduada em História pelo Centro Universitário Franciscano – 2004.

nos foram mais úteis, pois abordaram as chamadas fricções interétnicas, ou ainda, a integração sócio-cultural dos imigrantes à sociedade rio-grandense.

Os livros escritos por João Daudt Filho, João Belém e Romeu Beltrão, e várias impressões de viagens organizadas por dois autores santa-marienses, vieram se somar aos documentos encontrados nos arquivos locais. O nosso intento em juntar fontes diversas foi para melhor entender em que contexto os imigrantes chegaram, buscando provas que atestassem a sua inserção social, embora muitas vezes conflituosa, como um fator que somou para a transformação do município de Santa Maria. Por esta visão, não houve um isolamento da ex-colônia Silveira Martins, muito pelo contrário, foram estabelecidas várias relações com os demais habitantes da região.

Foi preciso superar as barreiras impostas pelos documentos escritos pelos primeiros imigrantes da ex-colônia Silveira Martins. Tais documentos corroboravam plenamente com aquele estereótipo de “imigrante abandonado”, esquecido e que se agarrou na religião para vencer os obstáculos. Eles reforçavam o que está presente na memória coletiva dos ítalo-descendentes e que muito foi usado por historiadores da imigração italiana. Os obstáculos começaram a ser superados quando partimos para fontes localizadas em outros locais, como a Câmara de Vereadores e o Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria. Tínhamos às mãos não documentos inéditos, mas provas contundentes da situação política, econômica, demográfica, religiosa e cultural de todo o município de Santa Maria à época, de 1862 a 1892. Alguns estudos sobre este tempo e espaço também nos auxiliaram na construção de contextos do local e, mesmo que não tratassem especificamente da região colonizada pelos imigrantes, tanto as fontes quanto as obras revelaram elementos até então adormecidos da história desta região.

Uma nova visão

O grupo de historiadores que surgiu nas comemorações do Centenário da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul em 1975, compõe, nas palavras de Mário Maestri, “a geração de 75”.¹ A partir deles, foi lançado um modelo historiográfico que tendeu a ver as Regiões de Colonização Italiana, as RCI, com uma certa “visão apologética”. Enaltecendo a cultura trazida pelos imigrantes, bem como a sua religiosidade profundamente católica, a sua disposição para o trabalho, a sua índole ordeira e pacífica, os historiadores de 1975 serviram e servem de modelo para muitos pesquisadores que vieram na sequência. Uma das características desta historiografia foi a de destacar o “abandono” dos primeiros imigrantes pelas autoridades rio-grandenses no final do século XIX. Foi, portanto, no isolamento e na solidão que se deu o desenvolvimento das colônias italianas, afirmam aqueles. Isolamento esse que só foi abrandado pela presença das igrejas em suas comunidades, onde se davam os encontros semanais dos imigrantes para relembrem os costumes trazidos da pátria mãe. Segundo DE BONI (1996), “chegados ao Brasil, porém, os colonos encontraram-se em situação estranha. Perdidos na floresta, isolados da sociedade gaúcha, carentes de recursos, impossibilitados de retornar à pátria devido à pobreza, corriam o risco de se acaboclarerem. Quem lhes possibilitou a reconstrução do mundo cultural e a superação da crise em que se encontravam foi a religião” (p. 100).

A religião católica foi, e ainda o é, um elemento de identificação nas RCI. Entretanto, foi a ação de congregações católicas ultramontanas que incentivou, ou inventou, essa identidade católica entre os imigrantes e descendentes.² Palotinos, Salesianos, Capuchinhos, Jesuítas, Ma-

¹ O pesquisador Mário MAESTRI (2003) diz que “praticamente sem tradição e espaço na historiografia sul-rio-grandense, sobretudo devido à derrota da Itália na II Guerra, à política de nacionalização do Estado Novo e ao desenvolvimento do mercado e indústria nacional, dos anos 1940-60, os estudos sobre a imigração italiana no RS conheceram poderoso impulso quando das celebrações dos 150 anos da imigração alemã e 100 anos da imigração italiana, em 1975, durante o regime militar, que ensejaram geração de pesquisadores que manteve, nas décadas seguintes, rica e ininterrupta produção sobre o tema. A gênese e desenvolvimento desse movimento expressava forças econômicas, políticas e ideológicas profundas da formação social sul-rio-grandense e brasileira.” (p. 2)

² O historiador Paulo POSSAMAI (2003) afirma que esta visão que dá uma identidade coletiva católica aos italianos foi “fruto da atuação dos missionários europeus, chegados no fim do século XIX, com o objetivo de enquadrar os colonos italianos no processo de Restauração Católica.” (p. 2).

ristas e outros, agiram profundamente nestas comunidades coloniais de italianos, destacando-se na educação, no catecismo, nas associações de moços, nas missas e em várias instâncias da vida dos imigrantes e, principalmente, entre os descendentes. Só que afirmações presentes em boa parte da historiografia, como a que sustenta que os colonos estavam “perdidos na floresta”, ou “isolados” da sociedade gaúcha, não encontram amparo quando deparadas com documentos da época. A regra não parece ter sido a do isolamento, mas, sim, uma relação interétnica muito ampla e complexa entre os imigrantes e os ditos “nacionais”.

É justamente nesta historiografia engajada³ que encontramos as primeiras pistas que puderam nos revelar que tipo de relação se estabeleceu entre italianos, teuto-descendentes, luso-brasileiros, mestiços e caboclos. Embora não fosse este o foco dos historiadores de 1975 e pós-75,⁴ vimos que constantemente aparecem relatos de divergências entre italianos e autoridades locais. Uma fonte muito usada pelos historiadores da imigração são as memórias de Júlio Lorenzoni. Em seus escritos, datados da década de 1920, e que só foram publicados no Centenário da Imigração, podemos perceber muitos aspectos deixados de lado pelos pesquisadores, como por exemplo: o ano de 1878, quando da chegada de Lorenzoni à Colônia Silveira Martins, auxiliando os seus à derrubada da mata para a construção de uma sede, até os infindáveis conflitos dos imigrantes, entre si e com as autoridades locais. Outro ponto que devemos mencionar é a sua grande mobilidade entre as colônias italianas. As memórias de Lorenzoni nos deram as chaves que abriram às portas de uma série de caminhos e que, inclusive, nos fizeram questionar o “mito” do isolamento das RCI.

Alguns historiadores perceberam a necessidade de estudar as RCI de uma outra forma, saindo dos modelos propostos pela geração de 1975. MAESTRI (1996) já dizia que “são desconhecidas aquelas parcelas da imigração que fracassaram ou viveram dura e pobremente, por longos anos ou por toda uma vida”, e, continua o autor, “os casos de sucesso são generalizados arbitrariamente” (136).

O pesquisador Ismael VANINI (2003) aborda questões de demografia entre os descendentes de italianos, afirmando que enquanto havia terras, as famílias tinham muitos filhos; quando as terras ficaram escassas, os casais de colonos passam a ter menos filhos, independente do discurso dos padres. Por este estudo, também podemos afirmar que os sacerdotes não influenciavam todas as instâncias da vida dos colonos, e que, muitas vezes, estes últimos se usavam de suas própria táticas para burlar esta vigilância eclesiástica.

A historiadora Dilse CORTEZE (2003) também questiona uma série de mitos construídos pela historiografia, afirmando que a realidade histórica das RCI está distante do que comumente se acredita. O pesquisador santa-mariense Silvino SANTIN (1996) procura destacar a integração sócio-cultural do imigrante italiano no Rio Grande do Sul e fazer uma análise de algumas verdades já estabelecidas (senso comum), tentando perceber com que intenções foram escritos os livros comemorativos dos 50, 75 e 100 anos da imigração no Estado. Após enumerar os intentos destas datas, o autor diz que é um erro homogeneizar os imigrantes que aqui chegaram, pois nem todos eram camponeses, afeitos às lides rurais com projetos de vida na agricultura (p. 595). Para ele, a maioria dos estudos sobre a imigração italiana está equivocada.

O mesmo SANTIN (1990), juntamente com o historiador Antônio ISAIA, afirma que os imigrantes italianos não só trouxeram, para as suas regiões de colonização, seus sonhos, planos e ideais de fortuna comuns, mas também suas divergências, seus conflitos e suas ambições pessoais (p. 11). De posse destas informações, podemos seguir por este caminho apontando o estudo

³ Este termo é usado por Eliane Colussi, em seu livro sobre a maçonaria do século XIX no Rio Grande do Sul. Historiografia engajada, segundo a autora, se refere àquelas obras que se referem positivamente ou negativamente ao seu objeto de estudo. Nesta pesquisa, procurou-se usar o termo historiografia engajada para os autores que escreveram sobre a imigração italiana com uma visão enaltecida, idealizada, heroizante dos imigrantes.

⁴ Os principais historiadores da geração de 1975 são: Thales de Azevedo, Olívio Manfroí, Carlos Albino Zagonel; na geração pós-75, temos como principais: Luís Alberto De Boni e Rovílio Costa.

do historiador Luiz Eugênio VÉSCIO (2001), que aborda o conflito entre Igreja Católica e Maçonaria a partir de um caso ocorrido no ano de 1899, na ex-colônia Silveira Martins.⁵

Este caso, como bem lembra o autor, se insere “nesta vertente historiográfica renovada. Exige a recuperação do cenário rural de uma comunidade recentemente constituída, formada por indivíduos oriundos d’além-mar, de localidades rústicas da Península Itálica, imersos num cenário tropical, deslocados em terra estranha. Portanto, um crime do tipo antigo, mais próprio da sociedade tradicional, como é característico dos crimes de sedução” (p. 38). Esta pesquisa feita por Luiz Eugênio Vescio, e sua afirmação sobre em que contexto precisamos avaliar a morte do vigário Antônio Sório, nos deu indicações sobre outras abordagens possíveis para se estudar o imigrante italiano e seu mundo rural, levando em conta a sua inserção em diferentes contextos.

Um livro pouco divulgado, mas de suma importância para questionar a índole ordeira e pacífica dos imigrantes italianos é o de Zola POZZOBON (1997). Transcrevendo, na íntegra, os escritos de seu avô imigrante Andrea Pozzobon,⁶ podemos ver, dentre outros casos, o relacionamento amigável deste com o padre Antônio Sório, vigário de Silveira Martins de 1884 a 1900. Este sacerdote, segundo o italiano Pozzobon, era uma pedra no sapato dos padres palotinos,⁷ pois estes não conseguiam se instalar em Silveira Martins devido à presença incômoda daquele. Após o atentado e morte do referido vigário, assim afirmou o imigrante:

é sepultado no dia três e, no funeral, comparece enorme população vinda de todas as partes da colônia, sinal de estima pelo ilibado procedimento do extinto... Enquanto isso, em Porto Alegre, os palotinos cientes do falecimento, alegraram-se porque ninguém mais metera o bastão de resistência na roda da sua expansão colonial religiosa, e o povo, pusilânime e hipócrita suportara, como manso cordeiro, as tristes conseqüências e as condições impostas, inspirados pelo mestre Loyola, isto é, que os fins justificam os meios. As alegrias desses poucos ‘reverendos’ foi informado pelo ex-palotino, padre Emiliano D’ Amore, desligado da ordem por não pensar como os demais que haviam externado tais demonstrações de júbilo (POZZOBON, 1997: 178).

Enquanto partes das memórias de Júlio Lorenzoni são constantemente mencionadas por alguns historiadores engajados, mesmo sendo este um italiano maçom, as de Andréa Pozzobon quase não figuram na historiografia. O foco dos “engajados” não era mostrar os conflitos, por isso não citar os escritos de Andréa Pozzobon. Também porque este imigrante foge do estereótipo “dócil, ordeiro e passivo”, pois, neste e em outras várias passagens resgatadas por seu neto, este italiano se mostrava um anti-palotino, ou melhor, era contrário à idéia de subordinação de seus conterrâneos a esta congregação ultramontana. Aos poucos, vamos percebendo o quão complexas podem se tornar estas RCI, principalmente quando mais fontes nos surgem.

⁵ O caso tem início quando o padre Antônio Sório, pároco da colônia Silveira Martins, sofreu um ataque por parte de um grupo de homens, vindo a falecer três dias depois. Segundo uma das versões, este atentado foi motivado por ser o padre inimigo número um da Maçonaria, que tinha aberto uma loja naquele local em 1898. Por esta visão, o sacerdote, zeloso de seus fiéis e o condutor de suas ovelhas no meio dos perigos representados pelos maçons, condenava e atacava explicitamente à Maçonaria, e isto seria mais do que motivo para atentarem contra a vida do padre. Uma outra versão surge das pesquisas desse historiador no meio da comunidade em questão. Segundo os mais idosos, o padre teria seduzido uma moça do local, e os familiares, ao descobrirem o caso, resolveram lavar a honra com sangue, ou melhor, cortar o mal pela raiz. Bateram com pedras os testículos do sedutor sacerdote, causando-lhe uma hemorragia que o levou à morte três dias depois (VÉSCIO, 2001).

⁶ O imigrante Andréa Pozzobon foi soldado do Exército do rei Vitor Emanuel III. Veio para o Rio Grande do Sul em 1885, após ter recebido uma carta de um parente que morava em Arroio Grande. Professor, escritor e um membro muito ativo de sua comunidade, Andrea Pozzobon se opunha sistematicamente à ação reformadora dos missionários europeus (POZZOBON, 1997).

⁷ Os padres palotinos vieram para o Rio Grande do Sul, definitivamente, em 1886. Traziam consigo o ideário ultramontano, ou seja, estavam imbuídos da recatolicização da sociedade, combatendo os “erros modernos”, tais como a maçonaria, o liberalismo, o ateísmo, o protestantismo e outras forças políticas e ideológicas que lhe ameaçavam o poder (VÉSCIO, 2001, p. 81-100); A Pia Sociedade das Missões, como se chamava a Congregação dos Palotinos, tinha como objetivo principal em sua vinda para o Rio Grande do Sul restaurar as práticas católicas a muito esquecidas entre os habitantes sul-rio-grandenses. O Ultramontanismo era o seu ideário e visava submeter os fiéis à hierarquia romana, com o Papa no topo do poder. Uma vez instalados em Vale Vêneto, em 1886, buscavam primeiro cristianizar a vida dos imigrantes e descendentes italianos, para que dali se formassem futuros padres. Estes passariam a espalhar o ideário ultramontano pelo Rio Grande do Sul (MARIN, 1993, p. 13 a 30).

Mesmo que estas obras acima citadas já apresentem outras visões acerca das RCI, elas não centram a análise sobre as fricções interétnicas surgidas a partir de 1875. Entretanto, a partir delas, pudemos apreender algumas informações: a instalação de uma loja maçônica na ex-colônia Silveira Martins, em 1898, mostrando que o pensamento liberal estava presente mesmo entre italianos imigrantes, tidos como profundamente católicos; a rejeição por parte de Andréa Pozzobon – e certamente de tantos outros – ao projeto católico reformador capitaneado pelos padres palotinos na região;⁸ as ambições pessoais trazidas pelos imigrantes, que fizeram com que eles conflitassem entre si e com as autoridades locais; a não aceitação de tudo o que os sacerdotes ensinavam, além dos colonos criarem suas próprias maneiras de resistir às doutrinas clericais ou às autoridades públicas.⁹

Apresentamos, em breves linhas e resumidamente, algumas obras que escapam da visão tradicional da historiografia sobre as RCI. Temos conhecimento de que inúmeras outras pesquisas já concluídas, ou em fase de conclusão, estão abordando este tema de maneira “renovada”. Nossa pesquisa pretende figurar nesta linha, contribuindo para redimensionar a história da imigração italiana, particularmente na região da ex-colônia Silveira Martins.

As fricções interétnicas e o contexto local

A historiadora Helga PICCOLLO (1990), em seu artigo “alemães e italianos no Rio Grande do Sul: fricções interétnicas e ideológicas no século XIX”, nos deu a certeza de que este assunto tem potencial para ser desenvolvido, e que os resultados podem ser surpreendentes. E, como afirma a autora, “a análise de fricções que ocorreram nas áreas de colonização alemã e colonização italiana... envolve a abordagem de um espectro muito amplo de situações e questões em que ideologia sempre presente revela interesses em jogo e desvela a realidade que, por vezes, se procurou pelo discurso ocular” (PICCOLLO, 1990, p. 591). Embasados nesta última informação, passamos a analisar as fricções acontecidas entre imigrantes e “brasileiros” na região de Santa Maria, tentando descobrir em que circunstâncias que se deram estas relações, bem como os resultados das mesmas.

O pesquisador Marco Justo TRAMONTINI (2003), que estudou a imigração alemã em São Leopoldo em sua fase pioneira (1824-1850), afirma que “levado pela própria análise das fontes, o trabalho acabou encaminhando-se para o estudo da dinâmica da organização social dos colonos no interior da sociedade brasileira, não desprezando, ou melhor, considerando a constatação da diversidade ou heterogeneidade do contingente imigrante, a complexa e conflituosa relação com a sociedade brasileira e com a estrutura administrativa e jurídica do Império e o enfrentamento da natureza desconhecida” (p. 13). Esta afirmação de Tramontini serviu para marcar o caminho a ser tomado por nossa pesquisa: analisando as fontes, nosso trabalho centrou-se na dinâmica da formação social dos imigrantes italianos inseridos dentro de um contexto regional, onde Santa Maria figurava como a principal cidade do centro do Rio Grande do Sul. Desta maneira, pudemos esclarecer melhor o porquê de tantas divergências surgidas a partir da chegada dos italianos à região. Era uma resistência por parte dos imigrantes à estrutura político-administrativa de uma cidade recém-emancipada; do lado dos intendentes municipais, era a tentativa de enquadrar a ex-colônia Silveira Martins, e seus habitantes, a essa mesma estrutura.

Para esclarecer melhor qual era a situação de Santa Maria nas três últimas décadas do século XIX, decidimos consultar os três principais memorialistas do município: Romeu Bel-

⁸ Em seu trabalho final de graduação, Maíra Ines VENDRAME (2004), dá destaque ao elemento italiano que não aceita os desígnios dos padres palotinos, resistindo às imposições do projeto ultramontano trazido pela Congregação. Alguns casos foram resgatados e analisados pela pesquisadora, que conclui afirmando: “quando questionamos a índole ordeira dos imigrantes, é por que visualizamos muitos conflitos com os sacerdotes, ou seja, existiam os [imigrantes] que não eram totalmente católicos e também os que, às vezes, em nome do sagrado, agiam para que algumas necessidades do profano fossem atendidas” (p. 33).

⁹ Alguns processos crime já foram encontrados no Arquivo Público de Porto Alegre, demonstrando que os conflitos envolvendo imigrantes italianos e outras etnias, além das autoridades públicas, foram mais comuns do que normalmente se pensa (KARSBURG, 2003).

trão,¹⁰ João Belém¹¹ e João Daudt Filho.¹² Estes autores, verdadeiras testemunhas oculares das transformações operadas no município ao final daquele século, descreveram uma cronologia histórica de Santa Maria. Os dois primeiros iniciaram pela formação do povoado, em 1797. Entretanto, para fins de análise, resolvemos não nos remeter a este início, mas, sim, observar as transformações de Santa Maria a partir de 1864, quando do intenso recrutamento de seus moradores para a Guerra do Paraguai. Fizemos este recorte, por causa de uma pista lançada por SANTIN (1990) que diz: “a Guerra do Paraguai (1864-1870) que recrutou grande número de jovens de sangue alemão em nossa cidade para lutar nos campos guaranis, serviu para enfraquecer a hegemonia germânica no comércio santa-mariense. Os italianos passaram a substituí-los com mais intensidade a partir da última década do século passado [XIX]” (p. 46).

Os três memorialistas indicam que houve grandes levadas de alemães chegando ao povoado a partir de 1825. Em 1850, muitos outros vieram para Santa Maria, aumentando o número de germânicos e deixando a cidade com um “ar de aldeia suíça”, como afirmou o viajante Robert Avé-Lallemant em 1858 (MARCHIORI; NOAL FILHO, 1997, p. 43-47). Tanto João Belém quanto Romeu Beltrão preferiram o gênero narrativo, elencando fatos e personagens de Santa Maria do século XIX. As memórias de João Daudt Filho trazem a sua leitura sobre os acontecimentos do período, não só fatos locais, mas também o conturbado momento da Revolução Federalista de 1893-95, que teve influência direta em sua vida. É justamente o trabalho deste último que melhor nos mostrou como era a vida de um município do interior na metade final do século XIX. A situação das estradas, quando uma viagem de Santa Maria a Rio Pardo, em 1864, levava 15 dias à carreta (DAUDT FILHO, 2003, p. 32-33); a crença e as festividades à Virgem do Rosário, uma santa padroeira dos negros, cativos e forros (Idem, p. 41-43); a violência cometida contra os escravos e destes com seus senhores (Ibid., p. 43-48); os colégios que existiam, o que ensinavam e quem freqüentava tais bancos escolares (Ibid., p. 49-58); como era a medicina na cidade neste tempo¹³ (Ibid., p. 78-79), além da vida cultural, ainda inexistente no município, que o próprio Daudt Filho procurou modificar, contribuindo para a construção de um teatro¹⁴, em 1889 (Ibid., p. 77-78).

No caso da viagem a Rio Pardo não queremos questionar a afirmação de que a distância foi vencida em 15 dias, o que pode ter sido um exagero, mas, sim, comprovar a precariedade das estradas, ou caminhos que ligavam Santa Maria a outras partes da província. Outro assunto que

¹⁰ O santa-mariense Romeu Beltrão nasceu em 26/6/1913. Médico, exerceu sua profissão na cidade de São Pedro do Sul e depois em Santa Maria. Professor e brilhante pesquisador, distinguiu-se por sua produção científica e literária (MARCHIORI; NOAL FILHO, 1997, p. 287).

¹¹ João Belém nasceu em Porto Alegre em 4/3/1874, sendo “um dos intelectuais que mais contribuiu para a vida cultural de Santa Maria na primeira metade do século XX”. Chegou à cidade em 1901 para trabalhar na Viação Férrea, “aqui constituiu família e destacou-se como professor de português, jornalista, poeta, conferencista, teatrólogo e historiador” (MARCHIORI; NOAL FILHO, 1997, p. 169).

¹² Filho de imigrantes alemães, João Daudt Filho nasceu em Santa Maria em 1858, vindo a se destacar como primeiro farmacêutico diplomado da sua terra. Ajudou a fundar o teatro 13 de Maio, em 1889, e criou o tônico *A saúde da mulher* e a pomada *Boro-Borácica*, ancorando o sucesso nacional do Laboratório Daudt Oliveira & Cia. Ltda (DAUDT FILHO, 2003, apresentação).

¹³ A historiadora Nikelen Acosta WITTER (2001) desvenda, a partir de um caso, as práticas de cura na região de Santa Maria em meados do século XIX. A autora menciona que a população não procurava os médicos formados por que confiava mais nos curandeiros. A partir dos resultados desta pesquisa, percebemos muitos aspectos da cultura popular do período. Muitas características desta cultura serão combatidas, posteriormente, pelos padres palotinos, pois um dos objetivos destes era liquidar com práticas do catolicismo popular e estabelecer a supremacia do ideário romanizador.

¹⁴ O Teatro 13 de Maio foi concluído em 1889. Algumas pedras de sua estrutura vieram da antiga Igreja Matriz da cidade, que se encontrava em ruínas e, após intensa disputa judicial, foi derrubada em 1888. Este episódio foi interpretado como um ataque à religião católica operado pelos anticlericais ou maçons do município, visto o fato estar inserido no contexto conflituoso surgido no Brasil após a Questão Religiosa. Nos documentos da época, não encontramos subsídios que endossam esta versão, já que os intendentos municipais tentaram buscar verbas para reformar a Matriz, recebendo a negativa do Presidente da Província (Atas da Câmara de Vereadores de Santa Maria – Anos 1882-1886, p. 63). Mandaram carta ao bispo D. Sebastião Dias Laranjeira solicitando uma solução para o caso, pois a igreja estava em ruínas e ameaçava a segurança de seus freqüentadores (Idem, p. 149v). Paralelamente ao processo judicial que corria, uma outra igreja, a do Espírito Santo, estava sendo construída 100 metros abaixo da Matriz, comprovando que não havia uma intenção em destruir o catolicismo na cidade. Esta versão passou a ganhar força a partir do bispo da diocese de Porto Alegre, D. Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão, que atacava constantemente a maçonaria e liberais durante o seu bispado, de 1890 a 1912.

nos interessou, foram as práticas religiosas que eram praticadas em Santa Maria. Os escravos e alforriados possuíam como padroeira Nossa Senhora do Rosário, e conseguiram construir uma pequena igreja para suas celebrações.¹⁵ Os alemães protestantes também ergueram um templo, só que por lei estavam impedidos de externar publicamente sua fé. Os católicos, que possuíam uma igreja Matriz que ameaçava desabar, eram a maioria, viviam a sua religião de maneira “popular”, com festas, culto aos santos e procissões, sem grandes preocupações com certos sacramentos, como a confissão, comunhão e frequência às missas.¹⁶ Todas estas informações compunham um quebra-cabeça que precisou ser montado, pois, somente assim, encontramos a chave para desvendarmos vários contextos de um mesmo local. Desta forma, podemos entender melhor o estranhamento por parte dos imigrantes italianos quando se depararam com práticas e costumes diferentes aos seus, e também como reagiram aos problemas que existiam e que eram comuns aos habitantes do município de Santa Maria.

Um outro livro, lançado em 1997¹⁷, nos deu informações preciosas sobre Santa Maria do século XIX. Começamos por Luiz Alves Leite de Oliveira Bello¹⁸ que, em 1856, passou por Santa Maria e afirmou ter a cidade 120 casas, já com predominância de alemães e muito próspera devido a eles (MARCHIORI; NOAL FILHO, 1997, p.39-42). Em março de 1858, Robert Avé-Lallemant¹⁹ veio à região de Santa Maria e visitou vários alemães, ressaltando a prosperidade e satisfação de seus compatriotas que criavam raízes no interior do Rio Grande do Sul. Visitou Pinhal, uma colônia próxima a Santa Maria, e ficou feliz com a condição deste povoamento alemão. Havia plantações de milho, batata, feijão e abóbora (Idem, p. 43-47). Joaquim Fernandes Leão²⁰ veio em novembro de 1859. Presidente da província de 1859 a 1861, fez algumas observações: “estradas das gerais: 4, em mau estado; pontes: 2, em estado de grande ruína; ruas e praças da vila também em grande ruína” (Ibid., p. 49-51). Este parece ter sido o primeiro a denunciar a situação das estradas, pontes e urbanização dos municípios do interior.

Dando um pulo para 1876, quase às vésperas da chegada dos imigrantes italianos, temos o relato do advogado Hemetério Velloso da Silveira.²¹ Como um “estrangeiro”, ele presencia intensas disputas políticas e religiosas na cidade, dando a causa disso à presença de um grande número de pessoas de origem germânica com o credo protestante (Ibid., p.62). Sabemos que estas divergências religiosas acabavam por dinamizar as disputas políticas locais, e este é um assunto que já está sendo analisado por nossa pesquisa, sem, entretanto, termos chegado a resultados conclusivos.

Vários outros viajantes passaram por Santa Maria e deram o seu testemunho sobre o que viram. A partir de 1884, começaram a se referir ao progresso que se fazia sentir devido à chegada

¹⁵ A pesquisa de Enio GRIGIO (2003) destaca o esforço comunitário dos negros localizados em Santa Maria para organizarem uma Irmandade e terem legitimadas as suas manifestações religiosas. Para a Igreja Católica reformadora, seria preciso submeter estas Irmandades ao poder local dos padres ultramontanos, o que, mais tarde, foi efetivamente feito pelo vigário de Santa Maria, Caetano Pagliuca, em 1915.

¹⁶ Quando chegaram os padres palotinos em 1886, estes começaram a criticar duramente o estado da religião católica em Santa Maria. Falavam em indiferentismo dos habitantes, mas também acusaram os maçons de liderarem um complot que visava arruinar o catolicismo local. Esta visão dos palotinos encontrava sustentação no ideário ultramontano, que, entre outras convicções, acreditava que os liberais e maçons deveriam ser combatidos (ver nota de rodapé nº 7, p. 05).

¹⁷ Os autores José Newton Cardoso MARCHIORI e Valter Antonio NOAL FILHO (1997) selecionaram relatos de viajantes que passaram por Santa Maria da Boca do Monte no século XIX e parte do XX. São impressões de viagens tanto de europeus quanto de brasileiros.

¹⁸ Natural de Porto Alegre (21/4/1817), graduou-se em Direito pela faculdade de São Paulo, foi promotor de justiça, juiz e desembargador. Como político, foi deputado provincial e presidente do Rio Grande do Sul por dois períodos (1851-52 e 1855). Suas andanças pelo Rio Grande, em campanha para deputado, originaram anotações publicadas posteriormente. Quando visitou Santa Maria, em 20 de agosto de 1856, notou o autor o mau-estado de conservação da Igreja Matriz católica (MARCHIORI; NOAL FILHO, 1997, p.39).

¹⁹ Natural de Lübeck a 25/7/1812, Robert Ave-Lallemant estudou Medicina em Berlim, Heidelberg e Paris. Foi diretor do hospital de febre amarela no Rio de Janeiro, e em 1857 “empreendeu viagens pelo norte e sul do Brasil, o que lhe rendeu farto material para os famosos livros sobre o país” (MARCHIORI; NOAL FILHO, 1997, p.43).

²⁰ O mineiro Joaquim Fernandes Leão foi presidente da província do Rio Grande do Sul (1859-61), e escreveu um relatório detalhado sobre as várias regiões sul-rio-grandenses (MARCHIORI; NOAL FILHO, 1997, p.49).

²¹ Juiz de direito de várias comarcas da Província e vereador em Cruz Alta de 1861 a 1873 (MARCHIORI; NOAL FILHO, 1997, p.61).

da ferrovia ao município, o que impulsionaria a economia, demografia e cultura da cidade. Este é um momento especial para toda a região, pois os trilhos dinamizaram o contato de Santa Maria com outras partes do Estado, e também com o centro do país. Sua localização central dentro do Rio Grande do Sul, fez com que a cidade atraísse inúmeras pessoas de outras regiões, dando um ar “cosmopolita” à sua população. Portanto, temos dois marcos importantes para o município: a chegada das primeiras levas de imigrantes italianos, em 1878, e a via-férrea inaugurada em 1886. Estes fatos mudaram a fisionomia da cidade, deixando de ser uma “aldeia com jeito suíço”, para se tornar um importante centro comercial e populacional do interior. Só para se ter uma idéia da situação econômica e profissional de Santa Maria, temos o relato de Henry Lange²², alemão que passou no município em 1885 e deixou uma descrição minuciosa sobre o que viu, dizendo:

tem o município uns 13 mil habitantes, 4 ou 5 mil na sede. Na cidade propriamente dita existem 25 a 30 grandes casas comerciais, 5 ou 6 curtumes, 8 a 10 ferreiros, 2 fabricantes de sela, 2 fábricas de carroças, 1 fábrica de carruagens, 4 ourivesarias, 6 sapateiros, 3 costureiras, 2 fábricas de cerveja, 1 de chapéus, 4 ferradores, 1 fotógrafo, 2 padarias, 1 escritório de aluguel de carroças, 3 advogados, 3 médicos, 3 farmácias (1 alemã, 1 italiana e 1 brasileira), 3 topógrafos, 2 hotéis alemães, 1 francês e 1 italiano, 3 matadouros, 3 escolas do governo e colégio central, um Instituto brasileiro-alemão, uma estação de correios e telégrafo, uma igreja católica e uma protestante, uma biblioteca de empréstimo brasileira e uma alemã, seguradores de vida e de fogo, um teatro amador, uma canônica protestante e outra católica” (MARCHIORI; NOAL FILHO, 1997, p. 69).

Henry Lange conclui proferindo que “pode-se esperar que a estrada de ferro de Porto Alegre para Uruguaiana, que constrói aqui uma estação principal, irá produzir uma mudança favorável para a cidade. Até agora foram instalados os serviços de iluminação pública, água e polícia” (Idem, p. 70). Encontramos neste relato uma referência a um hotel e um farmacêutico italianos, comprovando que os imigrantes já estavam se inserindo socialmente, talvez percebendo que, com a chegada da via-férrea, Santa Maria muito em breve se tornaria um grande centro regional. Sob esta perspectiva, entendemos o porquê de tantos imigrantes italianos saírem da ex-colônia Silveira Martins para estabelecerem moradia na cidade.

Os muitos documentos encontrados nos arquivos da cidade dão conta de assuntos diversos, mas o que sobressai são as constantes reivindicações por aberturas ou melhorias de estradas. Encontramos um documento de 12/04/1870,²³ em que algumas autoridades e moradores da vila de Santa Maria se reuniram para planejar os custos para calçar algumas ruas do perímetro urbano, visto que em dias de chuva o trânsito de animais e pessoas ficava muito difícil. De acordo com a lei em vigor,²⁴ caberia às câmaras municipais dar alinhamento e reparos às praças e às ruas das povoações, pedindo auxílio à Assembléia Legislativa caso houvesse necessidade de algumas desapropriações ou envio de dinheiro para que se desse os melhoramentos. Acontece que para receber tal benefício em espécie, as câmaras teriam que mandar para o Governo Provincial um mapa detalhado que justificasse o investimento. Os intendentess da vila de Santa Maria receberam, a 27/12/1875,²⁵ uma carta do Governo da Província avisando que não mais enviaria dinheiro para os consertos de estradas e ruas, pois aqueles não mandaram as contas do exercício dos anos 1873-74 e 1874-75. Isso comprova que havia um certo descontrole administrativo por parte das autoridades locais, talvez por estarem ainda na condição de vila. Santa Maria só foi elevada à categoria de cidade um ano depois, em 1876.

Sendo as estradas e ruas um constante problema na região, quando os imigrantes italia-

²² Nascido na Alemanha, em 13/04/1821 e falecido a 30/08/1893, em Berlim, foi autor de numerosos artigos publicados em jornais, de alguns mapas e livros sobre o Rio Grande do Sul, pois era um conhecedor desta região brasileira (MARCHIORI; NOAL FILHO, 1997, p. 69).

²³ Fundo Câmara Municipal. Livro Documentos 1862 a 1889, nº 1, folha 15. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

²⁴ Fundo Câmara Municipal. Livro Documentos 1862 a 1889, nº 1, folha 18. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

²⁵ Fundo Câmara Municipal. Livro Documentos 1862 a 1889, nº 1, folha 92. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

²⁶ Fundo Câmara Municipal. Livro Documentos 1882 a 1889, nº 4, folha 01. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

nos chegaram em 1878, uma das primeiras reclamações destes foi justamente às más condições dos caminhos. As reivindicações dos italianos se juntaram às de outros moradores, estes mais antigos no local, ao requisitarem novas estradas, ou melhorias destas, no interior. Coube à Intendência Municipal de Santa Maria eleger uma comissão para melhor avaliar quais caminhos deveriam receber melhoramentos, e quais poderiam esperar.

Realmente, foram muitos os pedidos por melhorias nas estradas por parte dos imigrantes instalados na ex-colônia Silveira Martins. Acreditamos que por contarem com um diretor sempre presente, vivenciando as dificuldades naturais daquele meio, se deva o maior número de pedidos oriundos dos italianos. Entretanto, os outros distritos também solicitavam melhoramentos e, como mencionado acima, cabia à comissão escolhida avaliar os casos. Para este artigo, não descreveremos as reivindicações dos demais distritos, pois, além de serem muitas, escapa à análise que estamos fazendo, qual seja, o relacionamento dos imigrantes da ex-colônia Silveira Martins com as autoridades administrativas de Santa Maria.

O diretor da ex-colônia Silveira Martins, o engenheiro Siqueira Couto, em uma carta enviada aos intendententes municipais de Santa Maria datada de 16/02/1882,²⁶ fala das estradas intransitáveis da colônia, principalmente a que liga Arroio Grande à linha Base, e que prejudica toda a ligação desta colônia com a parte Norte da região. O diretor reconhece que não tem mais o que dizer aos colonos e sabe das dificuldades da câmara em atender a tão distantes estradas. A paciência dos imigrantes chega ao fim, pois durante todo o ano de 1883 estes pedem providências às autoridades, sem sucesso. Em 21 de dezembro de 1883,²⁷ chega à câmara municipal uma lista com nomes de colonos italianos que se negam a pagar os impostos cobrados, que, em teoria, deveriam ser usados para a conservação das estradas. São 25 imigrantes, donos de lotes urbanos e rurais. Num primeiro momento, os intendententes conseguem resolver a questão, criando subintendências distritais que teriam a responsabilidade de cuidar da manutenção das estradas. Em 24/06/1884 foram eleitas as comissões de 4 distritos, com voto direto e popular.²⁸ Estas comissões trabalhariam no exercício 1884-85. Parece não ter dado certo, pois nas eleições seguintes, de março de 1885, os colonos italianos do Vale Vêneto, distante 6 km da sede Silveira Martins, não apareceram na votação.²⁹ O caso não se encerrou por aí. Numa carta de 30 de junho de 1885,³⁰ um grupo de imigrantes do Vale pede aos intendententes que revejam a cobrança de impostos, pois eles, “na condição de colonos pobres, são os que pagam a importância cobrada (6 mil réis anuais); já os negociantes, ricos, por não possuírem lotes rurais, se negam a pagar aquela quantia”. Aqui percebemos algumas divergências entre os imigrantes, os que se encontram no meio rural e os do centro comunitário, os negociantes.

Tendo como base as leis municipais daquele ano – no artigo 10, inciso 3, mostra que todos os que possuam lotes, sejam rurais ou urbanos, devem pagar a quantia de 6 mil réis anuais³¹ – os intendententes tomaram as devidas atitudes. Em junho de 1885,³² convocaram o delegado de polícia da cidade, o Sr. Capitão Carlos David Hogg, “para que como autoridade policial, auxiliasse o Procurador da Câmara e a Comissão de melhoramentos da ex-colônia Silveira Martins, na cobrança dos impostos coloniais para composturas das estradas da mesma ex-colônia”. Não conseguindo resultados, oficiaram uma nova carta ao poder provincial sobre o caso em questão.

Em 11 de junho oficiou-se de novo ao Exmo. Sr. Conselheiro Presidente da Província, pedindo enérgicas providências para reprimir-se a rebeldia dos colonos do Vale Vêneto, no pagamento dos

²⁷ Fundo Câmara Municipal. Livro Documentos 1882 a 1889, nº 4, folha 12. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

²⁸ Fundo Câmara Municipal. Livro Documentos 1882 a 1889, nº 4, folha 18. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

²⁹ Fundo Câmara Municipal. Livro Documentos 1882 a 1889, nº 4, folha 26. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria; Atas da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, 1882-1886, p. 156. Arquivo da Câmara Municipal de Santa Maria.

³⁰ Fundo Câmara Municipal. Livro Documentos 1882 a 1889, nº 4, folha 28. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

³¹ Fundo Câmara Municipal. Livro Documentos 1868 a 1889, nº 1, folha s/nº. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

³² Atas da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, 1882-1886, p. 167 verso. Arquivo da Câmara Municipal de Santa Maria.

impostos que por lei estão sujeitos. Enviou-se cópia do ofício que o Procurador dirigiu à Câmara, explicando o procedimento anárquico que tiveram aqueles colonos, negando-se ao pagamento dos impostos e que a estrada geral da colônia feita a sacrifícios dos cofres do Estado estava cada vez mais se arruinando por falta de composturas.³³

Este caso se prolonga por muitos anos, pois nos documentos encontrados não conseguimos visualizar o fim destes conflitos. Entretanto, este episódio comprova a difícil relação, pelo menos no início, entre os imigrantes italianos e as autoridades político-administrativas de Santa Maria na época. Não cabe aqui avaliar se as atitudes dos colonos “anárquicos” do Vale Vêneto foram ou não legítimas, mas, sim, esclarecer que a situação do município de Santa Maria não era muito favorável (como muitas cidades do interior), pois, como já foi dito, diversas cartas de moradores dos outros distritos também chegavam às mãos das autoridades santa-marienses. Só que, por estarem mais organizados, o grupo de imigrantes do Vale Vêneto agiram e chamaram a atenção dos intendentess.

As questões envolvendo estradas, terras, cursos d’água, invasão de animais em propriedade alheia, apropriações indevidas de terras por parte de italianos, são uma constante nos documentos encontrados. Se internamente, ou seja, nas comunidades da ex-colônia Silveira Martins, havia divergências, também com alguns grandes proprietários vizinhos aconteceram problemas. Numa carta endereçada à Câmara Municipal de Santa Maria, datada de 09/04/1886,³⁴ o diretor geral da ex-colônia Silveira Martins, o Dr. José Manuel da Siqueira Couto, reclama dos abusos do Sr. Francisco Fernandes Penna, que com suas valetas d’água estão provocando grandes estragos na estrada geral, que liga a sede da colônia à Arroio Grande.³⁵ Novamente podemos perceber que havia um contato entre as etnias, mesmo que, neste caso, conflituoso.

Não podemos dizer o mesmo de Paolo Bortoluzzi e Manoel Py. O primeiro era um imigrante chegado nas primeiras levas, em 1878. Morador do Vale Vêneto, emprestou seu sobrenome à primeira denominação do local em que se instalaram. O chamado Vale dos Bortoluzzi, abrigou um grande número de italianos desta família, por isso ser assim chamado por algum tempo. Este imigrante é considerado, pelo povoado do Vale Vêneto, o seu patriarca fundador. Negociante nato, fez todos os esforços para que o Vale progredisse material e espiritualmente. Empenhou-se na organização do local, trazendo sacerdotes para sua comunidade. Conseguiu, juntamente com os demais, que os padres palotinos lá se fixassem em 1886. Conforme os colonos iam se expandindo territorialmente pela Quarta Colônia, lá estava ele abrindo uma casa de comércio nas novas comunidades. O Sr. Manoel Py, um grande proprietário de terras da região, percebeu o quão vantajoso seria demarcar suas terras e negociá-las com os colonos.³⁶ Foi com este intento que o Sr. Manoel Py encontrou em Paolo Bortoluzzi o parceiro ideal para fazer prosperar este tipo de transação. O imigrante se tornou procurador do brasileiro³⁷ e, pelo que consta, a parceria foi um sucesso, pois rapidamente os lotes disponibilizados foram ocupados por italianos. Coube a Bortoluzzi cuidar para que os pagamentos se efetuassem da melhor maneira possível. Este parece ter sido um exemplo de contato interétnico positivo, pelo menos para os dois parceiros.

³³ Atas da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, 1882-1886, p. 168 verso. Arquivo da Câmara Municipal de Santa Maria.

³⁴ Fundo Câmara Municipal. Livro Documentos 1882 a 1889, nº 4, folha 35. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

³⁵ O distrito de Arroio Grande ficava a meio caminho de Santa Maria a Silveira Martins. Esta localidade, inicialmente povoada por pequenos lavradores e região limítrofe com grandes proprietários criadores de gado, passou a receber italianos a partir de 1878. Estes, aos poucos, começaram a compra de lotes para aí formarem suas comunidades.

³⁶ Em trabalho final de graduação, o estudante Alejandro J. F. GIMENO (2003), analisou o processo de comercialização das terras dos proprietários nacionais com os imigrantes italianos que chegavam cada vez em maior número à região centro do Rio Grande do Sul.

³⁷ Em escritos da década de 1930, o imigrante e professor Antônio Ceretta, relembra como se deu o início do povoamento da comunidade de São João do Polêsine. Esta colônia fundada por italianos, está instalada em terras do proprietário Manoel Py, no qual o procurador era Paolo Bortoluzzi. CERETTA, Antonio. História de São João do Polêsine. Desde o início da colonização até o ano de 1936. s/d. Missão Brasileira, Caixa 2, Arquivo Provincial dos Padres Palotinos, Santa Maria.

Uma última questão ainda merece ser abordada, e que pode reafirmar que a ex-colônia Silveira Martins não estava isolada na floresta. Muitas carretas, vindas do norte da província e com destino à cidade de Santa Maria, ou simplesmente de passagem, transitavam pela estrada do Pinhal.³⁸ Uma alternativa criada pela Câmara Municipal, para arrecadar fundos e manter em bom estado este caminho, foi instalar um pedágio no distrito. Os carreteiros não tiveram dúvidas, procuraram um desvio para poupar seu dinheiro. Como já havia estradas que ligavam os campos de cima da serra diretamente com a ex-colônia Silveira Martins, as carretas passaram a usar este caminho, embora um pouco mais longo para chegar a Santa Maria. O diretor Siqueira Couto, em carta de 18 de novembro de 1887,³⁹ pede uma solução para os intendentos, pois o número de carreteiros que passam diariamente pelas estradas da colônia está danificando-as, prejudicando muito aos moradores locais. Diz o diretor que passam de 20 a 30 carretas por dia, e uma de suas propostas foi de também instalar um pedágio neste local. Os moradores, principalmente imigrantes italianos, que com muito custo cuidavam da manutenção das estradas, viram, de repente, o trânsito incessante de carretas que ocasionavam estragos às estradas. Caminhos estes que serviam para que alguns comerciantes italianos levassem produtos agrícolas para serem vendidos na praça central de Santa Maria, portanto, já que não mais possuíam o exclusivo daquelas estradas, reivindicavam também um pedágio naquele ponto. Não encontramos a solução dada para tal impasse, entretanto, mais uma vez pudemos comprovar que o isolamento da ex-colônia Silveira Martins e seus moradores ou inexistia ou era somente parcial.

Considerações finais

Uma das maneiras para se entender as dificuldades por que passavam os primeiros imigrantes italianos chegados à região de Santa Maria, foi justamente estudar a própria Santa Maria do século XIX, principalmente a partir de 1870. Cidade com características de campanha,⁴⁰ mas com algumas peculiaridades que a diferenciava das outras,⁴¹ presenciou a chegada de imigrantes italianos no ano de 1878, dois anos após de ter sido elevada à categoria de cidade. Problemas dos mais variados estavam presentes no município, mas as estradas parecem ter sido o maior deles. Uma grande soma de documentos nos mostraram que os imigrantes realmente exigiram das autoridades providências, que nem sempre foram atendidas. Os italianos do Vale Vêneto, sob liderança de Paolo Bortoluzzi, se rebelaram contra tal indiferença. Além das cartas, se dirigiram inúmeras vezes para a cidade de Santa Maria para solicitar algo. Alguns imigrantes vinham para a cidade vender seus produtos coloniais, por isso reclamarem do mau estado dos caminhos. Entretanto, como vimos, não estavam sozinhos nos pedidos para o melhoramento das estradas.

Embora muito de nossa pesquisa não tenha se baseado em fontes que tratem diretamente da imigração italiana na região, esta foi uma estratégia muito produtiva, pois conseguimos aumentar nosso campo de visão e entender melhor as dificuldades de uma cidade do interior sul-rio-grandense na metade final do século XIX.

Procuramos, no decorrer deste artigo, mostrar que os imigrantes italianos que chegaram na região a partir de 1878, tiveram que se integrar às demais localidades para se desenvolverem

³⁸ A estrada do Pinhal era assim chamada por passar junto a uma colônia alemã de mesmo nome, fundada por volta de 1856 pelo imigrante germânico Miguel Kröff (AVÉ-LALLEMANT, apud MARCHIORI; NOAL FILHO, 1997, p. 46). A estrada, embora situada na serra, foi uma das mais importantes para o desenvolvimento da região, pois ligava o centro ao norte da Província e ao restante do Império.

³⁹ Fundo Câmara Municipal. Livro Documentos 1882 a 1889, nº 4, folha 57-8. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

⁴⁰ No livro organizado por MARCHIORI E NOAL FILHO (1997), vários viajantes disseram ser Santa Maria uma típica cidade de campanha, com grandes criadores, um número considerável de escravos e um jeito típico de fazer política (p. 26; 53; 62).

⁴¹ No estudo do historiador Luiz Augusto FARINATTI (2000), há a comprovação empírica que nem só de grandes propriedades eram formadas as cidades do centro do Rio Grande do Sul, em meados do século XIX. Com fortes bases documentais, o historiador encontrou, no município de Santa Maria, pequenos proprietários que viviam, se não da subsistência, do pequeno excedente que produziam. Estes, que ele denominou de “lavradores nacionais” ocupavam as encostas dos morros, plantando e criando um pequeno número de animais. Alguns possuíam escravos, mas a grande maioria trabalhava com mão-de-obra familiar.

economicamente, não permanecendo no isolamento como afirmava um ramo historiográfico. Uma integração que, muitas vezes, não foi pacífica, pois, como vimos, gerou graves embates entre as partes. Também houve momentos que as diferenças étnico-culturais foram superadas por interesses econômicos que convergiram para um mesmo ponto. Igualmente o fato de que muitos comerciantes italianos vinham trazer produtos para serem vendidos na cidade, comprovando a formação de uma rede de relações comerciais entre imigrantes e brasileiros.

Ainda que já tenhamos um bom número de fontes, e um objetivo bem traçado, sabemos que estamos ainda na ponta do iceberg desta pesquisa. Ainda precisamos analisar melhor os nossos documentos, visualizar contextos, comparar, garimpar mais obras sobre os temas, mas principalmente, procurar uma base teórica mais sólida. Nossa expectativa foi ampliada quando descobrimos que outras fontes, localizadas em arquivos de Porto Alegre, podem nos dar muito mais informações daquelas que já temos. Portanto, esta pesquisa ainda não possui conclusões definitivas, pois, além da História não se dar desta forma, vários contextos ainda precisam ser desvendados para que possamos visualizar melhor os momentos da imigração italiana, quais sejam: o da chegada, instalação e desenvolvimento da ex-colônia Silveira Martins no recém-emancipado município de Santa Maria.

Referências

- Atas da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, 1882-1892. Arquivo da Câmara Municipal de Santa Maria/RS.
- AZEVEDO, Thales de. "Pesquisa sobre a imigração italiana". In: vários. *Imigração Italiana: Estudos*. Porto Alegre: EST/Caxias do Sul: EDUCS, 1979.
- BELÉM, João. *História do município de Santa Maria – 1797-1933*. Santa Maria: UFSM, 1989.
- BELTRÃO, Romeu. *Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho: 1787 – 1930*. Canoas: La Salle, 1979.
- CERETTA, Antonio. *História de São João do Polêsine. Desde o início da colonização até o ano de 1936*. s/d. Missão Brasileira, Caixa 2, Arquivo Provincial dos Padres Palotinos, Santa Maria.
- COLUSSI, Eliane Lúcia. *A maçonaria gaúcha no século XIX*. Passo Fundo: Ediupef, 1998.
- CORTEZE, Dilse Piccin. "*Ulisses Va in América*". *História, Historiografia e mitos da imigração italiana no Rio Grande do Sul (1875 – 1914)*. Passo Fundo: UPF, 2002.
- COSTA, Rovílio; DE BONI, Luis Alberto. *Os Italianos do Rio Grande do Sul*. 3 ed. Caxias do Sul: EST / Correio Rio-grandense / EDUCS, 1984.
- DAUDT FILHO, João. *Memórias*. Pedro Brum Santos (org.). 4 ed. Santa Maria: Editora UFSM, 2003.
- DE BONI, Luis Alberto. "O catolicismo da imigração italiana". In: MAESTRI, Mário (org.). *Nós, os ítalo-gaúchos*. Porto Alegre: EdUFRGS, 1996, p. 99 – 108.
- FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Sobre as cinzas da mata virgem: lavradores nacionais na província do Rio Grande do Sul (Santa Maria, 1845 – 1880)*. Porto Alegre, 1999. Dissertação de mestrado.
- Fundo Câmara Municipal. Livro Documentos 1860 a 1889. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria/RS.
- GIMENO, Alejandro J. F. *Nos arredores da colônia: os proprietários nacionais e o comércio de terras no contexto da imigração italiana*. Trabalho final de graduação do curso de História do Centro Universitário Franciscano, Santa Maria, 2003.
- GRIGIO, Ênio. *A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, em Santa Maria/RS – (1873-1915): Uma trajetória de conflitos*. Santa Maria, 2003. (Monografia de Especialização – UFSM).
- KARSBURG, Alexandre; VENDRAME, Maíra I. *O imigrante no banco dos réus: crimes e contravenções no início da imigração italiana na Quarta Colônia do Rio Grande do Sul*. V Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, 2003.
- LORENZONI, Júlio. *Memórias de um imigrante*. Porto Alegre: Sulina, 1975. Tradução A. Lorenzoni Parreira.
- MAESTRI, Mário. "O negro e o imaginário étnico gaúcho." In: _____. (org.). *Nós, os ítalo-gaúchos*. Porto Alegre: EdUFRGS, 1996, p. 129 – 140.
- _____. *A geração 1975 e os estudos sobre a imigração italiana no RS*. V Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, 2003.

- MANFRÓI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: Grafosul/IEL/DAC/SEC, 1975.
- MARCHIORI, José Newton Cardoso; NOAL FILHO, Valter Antônio (orgs.). *Santa Maria: relatos e impressões de viagem*. Santa Maria: Editora da UFSM, 1997.
- MARIN, Jérri Roberto. “*Ora et Labora*”: *O projeto de Restauração Católica na ex-Colônia Silveira Martins*. Porto Alegre: UFRGS, 1993. (Dissertação de Mestrado em História)
- PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *Alemães e italianos no Rio Grande do Sul: frições inter-étnicas e ideológicas no século XIX*. In: DE BONI, Luis Alberto (org.). *Presença italiana no Brasil*. Vol. II. Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990, p. 577 – 593.
- POSSAMAI, Paulo C. *Italianidade ou Catolicidade? A construção da identidade coletiva entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul*. V Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, 2003.
- POZZOBON, Zola Franco. *Uma odisséia na América*. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.
- SANTIN, Silvino; ISAIA, Antonio. *Silveira Martins: Patrimônio histórico-cultural*. Porto Alegre: EST, 1990.
- SANTIN, Silvino. “Integração sócio-cultural do imigrante italiano no Rio Grande do Sul.” In: DE BONI, Luis Alberto (org.). *A presença italiana no Brasil*. Volume III. Porto Alegre. Torino: EST: Fondazione Giovanni Agnelli, 1996, p. 593 – 610.
- TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes: A colônia de São Leopoldo na fase pioneira 1824- 1850*. ED. Unisinos, São Leopoldo, 2003.
- VANINI, Ismael Antônio. *O sexo, o vinho e o Diabo: Demografia e sexualidade na colonização italiana no Rio Grande do Sul – 1906-1970*. Passo Fundo: UPF, 2003.
- VENDRAME, Maíra Ines. *Harmoniosas ou conflituosas? as relações entre padres palotinos e imigrantes italianos na quarta colônia imperial*. Trabalho final de graduação do curso de História do Centro Universitário Franciscano, Santa Maria, 2004.
- VÉSCIO, Luis Eugênio. *O Crime do Padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1893 - 1928)*. Porto Alegre; Santa Maria: UFRGS; UFSM, 2001.
- WITTER, Nikelen Acosta. *Dizem que foi feitiço: as práticas de cura no sul do Brasil (1845 – 1880)*. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.
- ZAGONEL, Carlos Albino. *Igreja e emigração italiana*. Porto Alegre: EST/Sulina, 1975.

A MIGRAÇÃO RUMO ÀS “COLÔNIAS NOVAS”

Rosane Marcia Neumann*

O presente artigo pretende tecer algumas considerações sobre a (i)migração alemã para o Brasil e a migração interna rumo às colônias novas, enfocando a colônia particular de Neu-Württemberg, atual Panambi.

Migrar faz parte da vida da humanidade. Trata-se de um fenômeno complexo, podendo incluir tanto um movimento de população dentro de uma comunidade e uma curta distância, quanto um movimento transoceânico, durando desde poucos dias até pelo restante da vida. É um processo variado e multiforme, tendo a mobilidade dos homens como ponto comum. Em contextos diversos, tem por finalidade última a busca de melhores condições de sobrevivência. Um movimento migratório aparentemente homogêneo pode apresentar em seu interior motivações diversas, desde econômicas, sociais, políticas, religiosas ou demográficas.¹

Os efeitos do fenômeno migratório manifestam-se geralmente após um período relativamente longo, tanto no ambiente emissor quanto no receptor, extrapolando os dados estatísticos.² Em geral, provoca um desequilíbrio no mercado de trabalho (sobra ou carência de mão-de-obra), elevadas taxas de crescimento (ou decréscimo) da população em um curto espaço de tempo, novas necessidades sociais – infra-estrutura urbana, moradia, educação, saúde, alimentação, etc.

O movimento migratório também exige a existência de duas vontades, social e politicamente construídas, que convergem: “a ‘vontade’ do país em receber e a “vontade” do grupo em ser recebido”. Isso também suscita outras questões fundamentais para a posterior integração e assimilação: “à receptividade da sociedade aos de ‘fora’, à compatibilidade entre a sociedade acolhedora e o grupo acolhido e às dimensões social e cultural implícitas no processo de integração”.³

O Brasil figurava como um dos destinos dos excedentes populacionais europeus. No início do século XIX, o governo imperial investiu maciçamente em propaganda para atrair trabalhadores estrangeiros, com o intuito de povoar os “vazios geográficos”, assegurar fronteiras, desenvolver a agricultura e obter soldados. Outro objetivo, nem sempre declarado mas que preocupava as oligarquias, era o branqueamento da população.

O governo imperial distribuía internamente os imigrantes conforme chegavam em seus portos. Ao longo do Império, a política imigratória sofreu vários reveses. Ora o governo imperial era o responsável, ora o provincial. Paralelamente à iniciativa oficial, incentivou-se a vinda espontânea de estrangeiros.

Uma parcela considerável dos imigrantes dirigiu-se ao Rio Grande do Sul, província de importância capital no momento, por sua posição estratégica de fronteira, disputada palmo a palmo com os castelhanos. No período republicano, os governantes também vislumbravam nos estrangeiros uma possibilidade de oposição ao poder e hegemonia dos pecuaristas latifundiários, com a formação de uma classe de pequenos proprietários, dedicados à produção agrícola diversificada e familiar, barrando a expansão da campanha e neutralizando seu poder de decisão.

Os primeiros imigrantes de origem germânica foram introduzidos na província pelo go-

* Mestre em História/UNISINOS. Professora da Rede Municipal de Ensino de Panambi/RS.

¹ Cf. KLEIN, Herbert S. Migração internacional na história das Américas. In: FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América**. São Paulo: EDUSP, 1999.

² RAISON, Jean-Pierr. Migração. In: ROMANO, Ruggiero (ed.). **Enciclopédia Einaudi**. Região. Lisboa: Imprensa Nacional, 1986. v. 8, p. 488-517.

³ PEREIRA, João Baptista Borges. Os imigrantes na construção histórica da pluralidade étnica brasileira. **Revista USP**, São Paulo, n. 46, p. 6-30, jun./jul. 2000.

verno imperial em 1824, estabelecendo-se na Real Feitoria do Linho e Cânhamo de São Leopoldo, às margens do rio dos Sinos. Várias levadas se seguiram, rumo ao mesmo local. Com a sua expansão, povoaram densamente os vales dos rios Sinos, Caí e Taquari.⁴

O imigrante recebia, para se estabelecer, um lote colonial, inicialmente de 77 hectares, decrescendo gradualmente para 25 hectares, além de auxílios em sementes, instrumentos de trabalho, auxílio financeiro, com facilidades de pagamento. Depois de 1850, com a Lei de Terras, passara-se a exigir o pagamento do referido lote, originando então a dívida colonial.⁵ Porém, a área de terras que cada família adquiria era insuficiente para a reprodução do campesinato ali formado já a partir da segunda geração, redundando numa grande mobilidade dessas populações.⁶ Uma geração de imigrantes esgotava o solo com o seu uso intensivo, somado ao desmatamento e à utilização de técnicas incompatíveis com a estrutura agrária e a altas taxas de natalidade, não restando opção para a geração seguinte.⁷

Assim, no Brasil, o colono⁸ nunca foi tão sedentário quanto o agricultor na Alemanha. Caracterizavam-no “a ânsia por novas terras e o ‘Wanderlust’ (desejo de peregrinar). Quando encontrava terras melhores para si e seus filhos, tornava a se mudar novamente”, não dando mostras de apego à terra, mas sim, à propriedade.⁹ Roche aponta que excetuando os que permaneciam no lote paterno, os descendentes de colonos (e) migravam em média uma vez durante sua vida, alimentando as migrações internas, o que representa uma marca distintiva da colonização alemã no Rio Grande do Sul.¹⁰

O “pioneirismo” permanente expandiu rapidamente a fronteira agrícola, formando novos núcleos de imigrantes em áreas cada vez mais afastadas da capital. As empresas colonizadoras particulares foram fundamentais nesse processo, adquirindo grandes extensões de terras públicas com o compromisso de colonizá-las.

A Constituição Republicana de 1891 não mexeu significativamente na política imigratória e de colonização. No Rio Grande do Sul, o novo governo de feições positivistas adotou o sistema de colônias mistas, fixando, em um mesmo núcleo, imigrantes de diferentes grupos étnicos. O primeiro empreendimento, obedecendo a esse novo padrão, foi a colônia de Ijuí, na região Noroeste do estado, fundada em 19 de outubro de 1890. Para a mesma, também afluíram inúmeros colonos da antiga região colonial. A esse processo de ocupação e expansão das fronteiras agrícolas, promovido pelas sucessivas frentes pioneiras, compostas por colonos filhos de imigrantes ou eles próprios, Roche denominou “enxamagem”.¹¹

⁴ Após os alemães, seguiram-se os italianos, a partir da década de 1870, em grande número, além de outros grupos étnicos, como poloneses, austríacos, árabes, japoneses, chineses, etc. Ao longo de todo período, a entrada de espanhóis e portugueses foi constante e elevadíssima.

⁵ A lei 601, embora editada em 1850, apenas foi regulamentada em 1854. Pela mesma, o controle das terras devolutas passou para as províncias, bem como definiu a concessão de terras devolutas exclusivamente por compra – o que permitiu a sua apropriação por empresas colonizadoras particulares.

⁶ SEYFERTH, Giralda. Imigração e colonização alemã no Brasil: uma revisão da bibliografia. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 3-35, 1 sem. 1988.

⁷ ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969. 2 v.

⁸ Nesse estudo, entende-se por colônia a terra a ser ocupada e cultivada, destinada à atividade agrícola. Já por colono o indivíduo que cultiva a colônia, ou seja, este espaço destinado à agricultura. Salienta-se que nem todo colono era imigrante, mas a maioria dos imigrantes eram colonos. No contexto analisado, trata-se de um colono deslocado de sua terra de origem para outra, o Brasil. A colonização, portanto, é o ato ou efeito de ocupar a terra e torná-la produtiva. No caso brasileiro, a intervenção governamental fora imprescindível. Logo, os imigrantes passaram a se identificar e reconhecer como colonos e seus espaços como colônias. Todavia, atualmente há uma nítida diferenciação: colono refere-se ao homem do meio rural, e em muitos casos, de forma depreciativa, como sinônimo de ignorante, “atrasado”. Sobre esses conceitos, conferir os trabalhos de GIRON, Loraine Slomp. Das colônias e dos colonos no Brasil. **Ágora**. Santa Cruz do Sul: Ed. UNISC, v.2, n. 1, p. 91-107, jan/jun. 1997.; SEYFERTH, Giralda. As identidades dos imigrantes e o *melting pot* nacional. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre: UFRGS, IFCH, n. 14, nov. 2000.; WEBER, Regina. **Os operários e a colméia: trabalho e etnicidade no sul do Brasil**. Ijuí: UNIJUÍ, 2002.

⁹ FOUQUET, Carlos. **O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil. 1808-1824-1974**. São Paulo/ São Leopoldo: Instituto Hans Staden/ Federação dos Centros Culturais “25 de Julho”, 1974, p. 30.

¹⁰ ROCHE, op. cit., 1969.

¹¹ ROCHE, op. cit., 1969. Com a colonização mista, pretendia-se evitar a formação de quistos étnicos, bem como propiciar a integração mais rápida dos imigrantes com o elemento nacional. Assim, dirigiram-se para Ijuí, poloneses, alemães, italianos, suecos, austríacos, russos, árabes, etc.. A colonização oficial foi paralisada pela Revolução Federalista, quando houve um incremento do afluxo de colonos oriundos das colônias velhas.

As zonas florestais do Planalto, chamadas de “colônias novas”, transformaram-se no escoadouro dessa população das chamadas “colônias velhas”. Para isso, contribuíram a construção da ferrovia, ligando Cruz Alta a Santa Maria, em 1894, além dos baixos preços e a fertilidade do solo. Havia, também, o desejo de povoar esse recanto com camponeses, já expresso em 1887 pela Câmara de Cruz Alta, disponibilizando gratuitamente 115 lotes de terras, o que não foi aceito pelo governo provincial, retardando a colonização até 1890, quando foi fundada Ijuí.¹²

Conforme Amstad, Ijuí e São Leopoldo apresentaram traços e papéis similares. Como São Leopoldo fora o centro de irradiação das chamadas colônias antigas, ou colônias “velhas”, assim Ijuí seria o centro de irradiação das colônias ‘novas’ no norte e noroeste do Estado.

A partir daí, a região se transformou num grande laboratório de experiências de colonização. Entre os anos de 1890 e 1930, foram implantados, no mínimo, quatro modelos de colonização. Ijuí foi uma iniciativa do governo federal, Santa Rosa, do governo estadual, e Santo Ângelo, um projeto municipal. Todas as demais colonizações foram empreendimentos particulares, ou de empresas, ou de associações ou de pessoas físicas.¹³

A ocupação do Planalto Médio gaúcho iniciou por volta de 1800, com a penetração de paulistas e lusos, instalando seus ranchos provisórios nas zonas de campo e legalizando as suas posses, recebendo, alguns, ainda sesmarias.¹⁴ Originava-se, então, o povoado de Cruz Alta, fundado em 18 de agosto de 1821. Elevado a vila, transformou-se no centro político e econômico – economia baseada no tripé erva-mate, mulas e gado vacum – do planalto gaúcho, posição que manteve por todo século XIX e início do XX. Em 1889, com a mudança do regime, converteu-se num reduto republicano (Partido Republicano Riograndense), chefiado pelo coronel Firmino de Paula.¹⁵

Paralelas à sede cruzaltense, as terras mais afastadas também povoavam-se lentamente, como a zona de campo da futura colônia de Neu-Württemberg. Entre seus povoadores, predominavam os estancieiros e posseiros luso-brasileiros, os quais, mesmo estabelecidos de forma isolada, mantinham relações comerciais e sociais entre si e com a sede de Cruz Alta, incrementando um pequeno comércio e instalando fábricas artesanais familiares. A partir de 1880, tanto os campos de Encarnação como de Boa Vista foram povoados rapidamente, contribuindo para isso a ferrovia, decisiva para integrar o Planalto ao restante do Estado, o que facilitou o deslocamento dessas populações, bem como o escoamento da produção. Um resultado imediato foi a valorização das terras.

A instalação da Comissão de Terras e Colonização, em 1917, iniciaria uma fase de política de terras, vindo a disciplinar e incrementar o crescimento demográfico da região.

Ao lado das colônias oficiais, propagavam-se as “particulares”, com características próprias. Roche afirma que elas não desenvolveram meios de comunicação na mesma proporção que as do governo, resultando num isolamento mais acentuado, primando pela homogeneidade étnica e confessional. As mesmas, apesar de receberem muitos imigrantes, contavam com cerca de 50% de migrantes internos.¹⁶

¹² ZARTH, Paulo A. **História agrária do Planalto Gaúcho**. 1850-1920. Ijuí: UNIJUÍ, 1997.

¹³ AMSTAD, Theodor (org.); RAMBO, Arthur Blásio (trad.). **Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul 1824-1924**. São Leopoldo: UNISINOS, 1999, p. 20.

¹⁴ Mesmo havendo várias sesmarias na região serrana, sua concessão foi por pouco tempo. Pois em 1822 a doação de sesmarias foi abolida e as terras passaram a ser concedidas mediante a emissão de títulos de posse.

¹⁵ Em Cruz Alta, na transição política houve a substituição no poder político do Cel. José Gabriel da Silva por um representante do poder do PRR, o Gen. Firmino de Paula, general da Revolução Federalista, coronel da Guarda Nacional, primo de Júlio de Castilhos e homem de absoluta confiança de Borges de Medeiros; nomeado como subchefe de polícia da 2ª região, em 1901. De personalidade forte e autoritária, dominou a política serrana por mais de 30 anos, até seu falecimento em 1930. Para substituí-lo na subchefia de polícia na década de 20, preparou seu genro, Coronel Victor Dumoncel Filho, do distrito de Santa Bárbara (cf. FÉLIX, Loiva Otero. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987).

¹⁶ ROCHE, op. cit., 1969.

Um exemplo típico de colonização particular foi a colônia de Neu-Württemberg, da Empresa Colonizadora Herrmann Meyer, de propriedade do editor alemão Herrmann Meyer, que teve importante atuação na região Noroeste do estado, a partir de 1896, quando adquiriu as primeiras terras.

Herrmann Meyer nasceu em 11 de janeiro de 1871, em Hislburghausen. Sua família era proprietária do Instituto Bibliográfico de Leipzig, do qual posteriormente tornava-se chefe. Realizou estudos de antropologia nas universidades de Leipzig, Berlim e Estrasburgo. Motivado pelo êxito das expedições de Karl von den Steinen ao Brasil Central, também empreendeu uma em princípios de 1896, visitando o Xingu matogrossense. Foi aí que surgiu a idéia de adquirir uma gleba de terras no Brasil destinada à colonização, deixando isso a cargo de Carlos Dhein, que o acompanhara na expedição e conhecia as terras do alto Uruguai. O mesmo efetuou várias aquisições de terras desde 1896, realizando as compras mais significativas em agosto de 1898, tratando-se das posses que compuseram a colônia Neu-Württemberg.

Meyer visitou pela primeira vez essas possessões em novembro de 1898, seguindo para a região do Xingu em 1899. Sua última viagem ao Brasil, visitando suas colônias transcorreu em 1900, logo após contrair matrimônio, chegando em Porto Alegre em primeiro de setembro, demorando-se até dezembro, dirigindo-se então a Neu-Württemberg. Foi a última vez. Faleceu em Leipzig em 17 de março de 1932.

Em 17 de outubro de 1897, Dhein escreveria a Meyer confirmando a aquisição de uma área de terras, a qual denominou Xingu. “Título de 18 de julho de 1883. Escritura de 12 de Novembro de 1897 de uma área de 18.182.812 metros quadrados, sita na freguesia de Santo Antonio da Palmeira e comprada a Maria Rita do Espirito Santo”, pela quantia de 15:500\$000 réis. Essa colônia nunca progrediu devido ao seu isolamento no Estado, mas marca o início da fase de colonização da empresa. As demais áreas adquiridas por Dhein, atendendo em parte a sua ambição pessoal de colonizar, foram: posse de Antônio Galvão Pereira, em 05/maio/1898, com uma área de 10.000.000 m², na Colônia de Boi Preto, atual distrito de Palmeira; a posse de Maria Magdalena de Moraes, em 31/agosto/1898, com área de 9.507.336 m², formando parte da Colônia Neu-Württemberg, atual Panambi, ampliada com as aquisições: posse Cassiano de Oliveira Mello, em 1898, com área de 2.601.688 m² e posse de Francisco Manoel de Barros a 01/maio/1899 com área de 12.901.055 m²; posse de Evaristo Teixeira do Amaral, em 09/março/1899, com área de 92.994.430 m², em Erval Seco; posse de Júlio Prates de Castilhos, em 31/outubro/1900, com área de 10.867.905 m², colônia Castilhos, atual Júlio de Castilhos.¹⁷

A compra mais importante e de maior extensão territorial foi a da futura colônia Neu-Württemberg, reunindo várias posses adquiridas de particulares (estancieiros), localizada próxima à viação férrea, no interior do município de Cruz Alta. Serviu, desde o princípio, como “cartão-postal” da colonizadora na propaganda para a atração de camponeses, artesãos, professores, pastores, etc, tanto na Alemanha como nas colônias velhas.

Da compra dessas terras até a sua efetiva venda e colonização, decorreram vários meses. O povoamento da área só iniciou em julho de 1899, quando começaram a chegar os primeiros colonos. Essa demora deveu-se muito aos problemas e distribuição dos lotes e seu elevado custo. O tamanho dos lotes seguia o modelo de 25 hectares, e os preços iam de setecentos mil réis em Boi Preto a um conto de réis em Neu-Württemberg (em 1901). Em 1912, uma colônia já valia entre dois e 3,5 contos de réis.¹⁸

A empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer contratara, em dezembro de 1898, o engenheiro Rudolfo Ahrons, da firma A. Ahrons & Cia, de Porto Alegre, a fim de proceder a medição e divisão em lotes coloniais das terras de Neu-Württemberg. O engenheiro Ahrons veio para a colônia em meados de fevereiro de 1899, dando início aos trabalhos. São medidas primeiramente as terras da Posse dos Mello (Iriapira II). Já em maio, aconteceram as primeiras compli-

¹⁷ FAUSEL, Eric. **Cinquentenário de Panambi 1899-1949**. s.l.: s.ed., 1949.; A NOTÍCIA Ilustrada, 17/ago./1998.

¹⁸ ZARTH, op. cit., 1997.

cações nos trabalhos da medição. Alguns lindeiros da posse dos Mellos alegavam esbulho, chegando inclusive a opor embargo judicial no Foro de Cruz Alta. Essas circunstâncias e mais outros transtornos levaram o engenheiro Ahrons a desistir dos trabalhos da medição.¹⁹ Recorreu então Carlos Dhein a outro agrimensor, Silvestre Manoel da Silva, com quem firmou contrato em 30/outubro/1899, iniciando-se os trabalhos em seis de novembro, estendendo-se a medição ainda praticamente por todo o ano de 1900.”²⁰

Além dos problemas com as medições, havia o relativo à dívida colonial, pois era oferecido um prazo para a quitação das mesmas. Todavia, safras frustradas, intempéries e outros problemas geraram situações difíceis, indispondo colonos e a Empresa Colonizadora. Entre 1900 e 1905, os colonos de Neu-Württemberg, liderados pelo moleiro Wagner, empreenderam uma campanha contra a empresa colonizadora de Meyer, desacreditando-a, alegando a precariedade da infra-estrutura e pela incerteza de conseguir o título definitivo de propriedade, estando as terras em litígio.²¹

Com Neu-Württemberg, Meyer objetivava formar um núcleo étnico e confessional, trazendo imigrantes alemães – o que era sugerido pelo próprio nome – e protestantes.²² Esse discurso transparecia de modo explícito em um livreto de propaganda de sua autoria, escrito em 1904, em língua alemã, com circulação tanto no Brasil como na Alemanha. Após descrever as características naturais e o potencial agrícola de suas colônias, afirmava que nelas aceitavam-se apenas agricultores alemães, preservando a sua cultura. Assegurava, também, que as atividades comerciais mais relevantes eram desenvolvidas por alemães, e que os “intrusos” que por ventura houvessem já estavam partindo em retirada para áreas mais longínquas.²³ Neu-Württemberg mostrava-se, então, como um projeto de colônia para receber alemães, “um exemplo notável de homogeneidade no povoamento, que foi essencialmente germânico e, em grande maioria, protestante”.²⁴ Pela documentação, percebe-se que pelo menos até o final da década de 1920, raramente eram vendidas terras para quem não fosse de origem alemã.

Em outra publicação, lançada na década de 1930, por uma entidade local e tendo como público alvo a Alemanha, reafirmava-se essa imagem, salientando que em Neu-Württemberg o caráter alemão era mantido, tanto através da Igreja como das escolas e entidades culturais, apresentando-a como um possível destino para os emigrantes europeus.²⁵

Contrariando o projeto de seu idealizador, a maior parte dos imigrantes não viria da Alemanha, muito menos de Württemberg.

Durante uns trinta anos, as antigas colônias forneceram da metade aos dois terços dos novos habitantes da colônia; Neu-Württemberg poderia também ter-se chamado “Nova Teutônia”, pois a antiga colônia deste nome deu, sozinha, quase o terço do contingente deles, de 1905 a 1935. Não só Neu-Württemberg serviu de exutório às antigas colônias, mas seu desenvolvimento foi facilitado pela homogeneidade e pela experiência pioneira da maior parte de seus fundadores.²⁶

¹⁹ LEITZKE, Eugen. Neu Württemberg nos anos 1899-1900. **A Notícia Ilustrada**. Panambi, 18/04/1980.

²⁰ LEITZKE, Eugen. Colonização de Neu-Württemberg: contrato de agrimensura. **A Notícia Ilustrada**. Panambi, 25/abril/1980.

²¹ ZARTH, op. cit., 1997.

²² O povoado de Panambi, quando teve início a colonização, era conhecido como Salinas, de acordo com a primeira escritura de terras, quando pertencia ao quarto distrito de Cruz Alta. A partir de 1898, com a entrada da empresa colonizadora, a área adquirida passou a se chamar Neu-Württemberg. Em 1901, a vila, e somente a vila, recebeu o nome de Elsenau, em homenagem da Sra. Else, esposa de Herrmann Meyer. Em 1916 foi criado o 8º Distrito do município de Cruz Alta, desmembrado do 4º Distrito de Santa Bárbara do Sul, que recebeu o nome oficial de Neu-Württemberg, com sede na vila Elsenau.

²³ MEYER, Herrmann. **Ackerbaukolonien**. Neu-Wuerttemberg uns Xingu in Rio Grande do Sul (Südbrasilien). Leipzig: Druck com Bibliographischen Institut in Leipzig, 1904, p. 1-5.

²⁴ ROCHE, op. cit., 1969, p. 348.

²⁵ FAULHABERSTIFTUNG. **Neu-Württemberg**. Eine Siedlung Deutscher in Rio Grande do Sul/ Brasilien. Stuttgart (Alemanha): s.ed., 1933.

²⁶ ROCHE, op. cit., 1969, p. 349. As primeiras famílias de origem alemã que se radicaram em Neu Württemberg em julho de 1899, oriundas das colônias velhas, foram: Jacob Bock e Peter Bock e Ernest Müller. Em sete de Agosto de 1899, veio a segunda leva, que se estabeleceu na área destinada para a vila: famílias Hermann Sörensen, Hermann Fenske, August Schmidt, August Steinhorst e Hermann Goecks, todas pomeranos de São Lourenço e Pelotas. No mesmo mês, também chegou Luiz Zügel, imigrante alemão da região de Württemberg. (FAUSEL, op. cit., 1949; LEITZKE, Eugen. Pontos de nossa história. In. ASSOCIAÇÃO DOS ESCRITORES DE PANAMBI. **Porções de Bem Querer**. Panambi: s. ed., 1997).

Os imigrantes europeus, nos primeiros anos, foram relativamente insignificantes em termos numéricos, no entanto, eram reservadas para eles as posições chave na colônia, desde a administração até o ensino, atendimento religioso e organização de atividades culturais. Esse contato de imigrantes recém-chegados e colonos internos

é duplamente vantajoso, uma vez que os primeiros trazem um equipamento técnico e cultural mais moderno e os segundos já contam com uma experiência em atividades agrícolas mais condizentes com a realidade do país. Esse fato talvez tenha tornado menos dramáticos os primeiros momentos em áreas novas de colonização.²⁷

A fase de implantação da colônia Neu-Württemberg se consolidara até fins de 1902, quando 90 famílias já se haviam fixado nas diversas linhas coloniais, com maior densidade nas linhas Berlim, Italiana e Brasil.²⁸ O povoamento acentuar-se-ia a partir de 1906, quando se delineava uma área com características de vila, com a multiplicação do número de casas, principalmente em torno da Praça e as quadras centrais.

Depois de superar os problemas administrativos, o núcleo começou a progredir, atraindo mais colonos. A sociedade de Herrmann Meyer com Carlos Dhein foi dissolvida na última visita de Meyer, no final de 1900, devido às altas dívidas e aos prejuízos que a empresa estava apresentando. Assumiu a administração e direção das colônias, então, Horst Hoffmann, que chegara a Porto Alegre em julho de 1900, tomando posse de suas funções a partir de 06 de novembro de 1900. Hoffmann administrou a colonização até dezembro de 1903, quando assumiu Alfred Bornmueller, vindo da Alemanha.

Desde que Horst Hoffmann assumira, a sede da administração central da Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer situava-se em Porto Alegre. Em Cruz Alta, havia um administrador regional, na época o Dr. Rudolf Scharf, que se deslocava periodicamente para Neu-Württemberg, a fim de ver o andamento dos trabalhos, sem haver uma administração local.

A administração local só foi estabelecida com a chegada do pastor Herrmann Faulhaber, em 1902, da Alemanha. O mesmo assumiu o compromisso com Herrmann Meyer de vir para a colônia de Neu-Württemberg por um período de cinco anos. Uma vez aqui, Faulhaber e sua esposa Maria assumiram, além da Igreja Luterana, a escola e a administração da colônia, até 1926. Esse período foi marcado por grandes obras de melhorias das condições de trabalho, comunicação e habitação, com um constante aumento populacional, pois “quase todas as semanas chegam aqui verdadeiras caravanas de colonos procedentes da zona das colônias velhas, como seja de S. Cruz, Estrela, Lajeado, S. Lourenço, etc.”.²⁹

As primeiras descrições sobre a colonização com alemães e descendentes em Neu-Württemberg foram deixadas pelo Capitão Minoly Gomes de Amorim,³⁰ na imprensa cruzaltense. Materializava o elo de ligação político local entre o mundo “alemão” e luso-brasileiro, a pequena propriedade e os grandes estancieiros. Se Hermann Faulhaber era o “pai” dos colonos, seu provedor, pelos recursos da Colonizadora (e da Alemanha, por extensão), o outro se responsabilizava pela barganha junto à municipalidade de Cruz Alta, por melhorias e mais recursos.

O noticiário sobre a nova colônia girava em torno de sua vida cotidiana, dos acontecimentos mais marcantes, visitas, problemas, eventos sociais, dentre outros. Num de seus primeiros artigos, apresentava aos leitores o espaço e seus habitantes:

colonos alemães são os que vêm povoando o pitoresco núcleo de New-Württemberg(sic) e atualmente que tudo vai multiplicando-se pelo trabalho, pela dedicação na arena do labor, é

²⁷ PETRONE, Maria Theresa Schorer. Imigração. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, 1977. Tomo III. v. 2, p. 122.

²⁸ A colônia era dividida em linhas, com seu nome próprio. Cada linha era composta por um conjunto de lotes coloniais variável, contando com uma sede social, onde se encontrava a escola, salão de festas, cemitério, igreja, casa comercial, oficinas artesanais, etc. No geral, essa estrutura permanece até os dias atuais, embora desfalcada.

²⁹ ÁLBUM de recortes de jornal de Minoly Gomes de Amorim, 31/ago./1911.

agradabilíssimo, surpreendente, o espetáculo que se nos depara aos olhos uma dessas colônias. Casinhas de belo aspecto, erguem-se no meio dos milharais, circundadas de paióis abundantes de produtos, arvoredos, poteiros verdejantes onde serpenteando, rumorejam regatos de água pura, cristalina, – tudo enfim, nos dá uma idéia do que é trabalho, a luta tranqüila pela vida, esse suor finalmente abençoado por Deus e que proporciona essa paz confortável de espírito, que goza o rude colono, sempre feliz e despreocupado, ante o viço das suas roças, prometendo-lhes abundante colheita.³¹

Ao concluir sua exposição, comentara:

Quanto de poesia não anda nesse drama da vida quotidiano, nesse quadro animado da existência, quando, numa tarde avermelhada de estio, o colono, ou seja melhor dito – o herói do trabalho ao deixar suas lides do dia, vai repousar o corpo cansado, ao lado da fiel consorte e no meio da prole loura e risonha como os anjos do Senhor!³²

Nessa, como em outras referências, o imigrante alemão ou de origem surgia associado ao trabalho (“abelhas do nosso progresso”). Onde se instalavam, em poucos meses a mata dava lugar a casas, roças – “essas são cuidadosamente limpas, como é costume entre os colonos alemães”³³ – e ao movimento constante de colonos nos seus afazeres. A transformação e o progresso eram visíveis e perfaziam o cotidiano dos demais moradores e autoridades, justificando a imigração.

No mesmo artigo, exibia uma tabela estatística, baseada no recenseamento do ano anterior (1906), para confirmar o grande desenvolvimento dessa região: Habitantes 710; Casas 131; Animais muars e cavalares 242; Gado vacum 254; Porcos 1.208; Arados 59; Carroças 19; Casas comerciais 5. Também constam os profissionais: ferreiros, 2; funileiro, 1; pedreiros, 4; hoteleiro, 1; cervejeiros, 2; alfaiate, 1; moleiro, 1; açougueiros, 2; carpinteiros, 5; celeiro, 1; cortidor e lombilheiro, 1; fotógrafo, 1.³⁴ Quanto ao número de habitantes, provavelmente refere-se apenas a Neu-Württemberg, entendida como a área adquirida pela empresa colonizadora, dela excluindo os estancieiros residentes na região de campo e os posseiros, uma vez que Malheiros³⁵ chega a afirmar que em 1898 o número de habitantes da área que hoje compreenderia o município de Panambi já passava de mil.

O processo de colonização de Neu-Württemberg fora rápido, dado que, só no ano de 1911, a Empresa Colonizadora já vendera cerca de 150 lotes, além de considerável número de lotes urbanos e chácaras, não havendo mais muita terra disponível. Amorim sugeria ao governo que procedesse imediatamente a medição da “Serra do Inhame e Fiúza, junto a esta colônia, onde existe um complexo de talvez 3 léguas de sesmaria de excelentes terras de agricultura, podendo, então, os colonos realizarem compra diretamente do governo ou dos posseiros que conseguirem seus títulos de legitimação”.³⁶ Ao lado das propriedades particulares, restavam ainda pequenas áreas de terras devolutas ocupadas por posseiros.

Apesar da reorientação na política imigratória no decorrer das décadas de 20, 30 e 40, Neu-Württemberg recebeu várias famílias germânicas, com outro perfil: predominavam os trabalhadores urbanos – operários, artesãos, profissionais liberais – em detrimento dos camponeses.

³⁰ Minoly Gomes de Amorim, o Capitão da 2ª Companhia do 42º Batalhão de Infantaria, foi o primeiro professor público da colônia (ÁLBUM de Recortes de..., 08/fev./1906.). Assumira também outros cargos relevantes: a partir de 1915, sub-delegado do quarto distrito, sub-prefeito posteriormente, além de proprietário rural. Também representava localmente o PRR (Partido Republicano Riograndense), recebendo com frequência a visita dos chefes republicanos regionais (Cel. Firmino de Paula). Amorim relacionava-se muito bem com os alemães/descendentes e falava fluentemente a língua alemã (sua esposa também era de origem germânica). Pelo que foi apurado, a família Faulhaber oferecia aulas particulares de língua alemã ao capitão, enquanto que ele ensinava a língua portuguesa ao casal.

³¹ ÁLBUM de Recortes de..., 07/jul./1907.

³² ÁLBUM de Recortes de..., 07/jul./1907.

³³ ÁLBUM de Recortes de..., 14/jul./1907.

³⁴ ÁLBUM de Recortes de..., 14/jul./1907.

³⁵ MALHEIROS, Adil Alves. **Panambi: o Vale das Borboletas Azuis**. 2 ed. atual. e ampl. Santa Rosa: Kunde, 1990.

³⁶ ÁLBUM de Recortes de..., 31/ago./1911.

Isso constata-se ao consultar uma listagem de imigrantes entrados na colônia nessas décadas e a sua respectiva alocação: das 178 famílias (perfazendo mais de 600 pessoas), 61 instalaram-se na área urbana ou imediações. As demais dirigiram-se às diferentes localidades rurais. Contudo, não sabemos quantas delas se dedicaram realmente a atividades agrícolas e por quanto tempo. Todavia, é interessante ressaltar que nas décadas de 1920/30 surgiram no núcleo grande número de pequenas indústrias, dedicadas a atividades diversas, de propriedade de imigrantes alemães, denotando que a grande maioria já trazia alguma experiência da terra de origem.

Aparentemente, nota-se que a relação entre brasileiros e alemães/descendentes era pacífica, sem maiores incidentes. Minoly Amorim, em saudação aos representantes da Alemanha (Côsul Freiherr von Stein e o Propst. Braunschneig), representando o Intendente de Cruz Alta, afirmara que “os brasileiros e alemães aqui estão de tal modo confraternizados que jamais se preocupam com estéreis questões de raças, religião ou mal entendido patriotismo; que a luta que a todos preocupa e que de dia a dia mais se impõe é a luta do trabalho, mas essa é a grande luta que dignifica o homem, a pátria e a família.”³⁷

Tratando-se de uma colônia particular em formação, carecia de uma infra-estrutura capaz de atender às necessidades de seus habitantes. Uma saída encontrada foi a formação de sociedades com um fim específico, apoiados nos recursos financeiros da Colonizadora. Nesse sentido, formou-se uma Sociedade para a construção da escola, igreja, de estradas, uma embrionária cooperativa de agricultores, dentre outras.

Constituíram-se três denominações religiosas: católica, reunindo os luso-brasileiros e alguns de origem alemã, restringindo sua atuação na zona de campo, embora houvesse uma pequena capela na vila; os batistas e os evangélico-luteranos, congregando os alemães e descendentes. A comunidade Evangélica Luterana e a Batista formaram-se ao mesmo tempo. Em ambas, atuavam pastores estrangeiros, apresentando-se como comunidades étnicas alemãs.

Ao tempo em que chegaram os primeiros imigrantes, aconteceu a visita do primeiro pastor batista, Karl Roth, de Porto Alegre, chegando em 9 de março de 1901, como missionário do departamento de missões dos batistas da Alemanha, inaugurando o Barracão dos Imigrantes de Neu-Württemberg, sendo que o local também servia para a realização de eventos sociais e cultos. No dia 22 de março de 1906, por ocasião da visita do pastor Roth reuniram-se com o objetivo de se organizar em Igreja, denominada, a partir de 1939, *Baptisten Gemeinde “Emanuel”* de Neu-Württemberg.

A comunidade evangélico-luterana, por sua vez, formara-se oficialmente em 1902, com a vinda do pastor Hermann Faulhaber. Os encontros realizavam-se nas dependências do Barracão dos Imigrantes, em seguida, no prédio da escola. Após várias tentativas e campanhas, construiria o seu templo em 1923. Além da comunidade do *Stadtplatz*, havia vários centros de pregação no interior, geralmente nos prédios escolares. Seus membros, alemães ou de origem, e os pastores, imigrantes, com formação teológica na Alemanha. Em 1904, havia em Neu-Württemberg 100 famílias protestantes. Em 1913, os mesmos estavam congregados em 5 comunidades. Já em 1927, a comunidade possuía 490 famílias (503 sócios), distribuídas em 11 comunidades, e em 1930, 640 membros.³⁸

As primeiras famílias (i)migrantes de Neu-Württemberg principiaram a construção da primeira escola, fundada oficialmente em 14 de maio de 1903: *Stadtplatzschule Elsenau* ou *Deutsche Schule Elsenau*. Mantida pela Empresa Colonizadora Meyer, a qual doara a área a ser construída e fornecia recursos financeiros, e pelos próprios colonos, congregados na Sociedade Escolar Elsenau – *Deutschen Schulvereins Neu-Württemberg*. Como professores, atuavam o casal Hermann e Maria Faulhaber. Em 25 de agosto de 1927, a Sociedade Escolar fora transformada em *Faulhaberstiftung*. A *Stadtplatzschule* ramificara-se nas linhas coloniais.

A Empresa Colonizadora, na pessoa do editor Hermann Meyer, fornecia a maior parte do

³⁷ ÁLBUM de Recortes de..., [1913].

³⁸ SCHRÖDER, Ferdinand. **Brasilien und Wittenberg**. Berlin e Leipzig: Berlag Walter de Gruyter & Cia, 1936.

material didático. Outra parte advinha das relações mantidas pelo professor Hermann Faulhaber com diferentes entidades. Era sócio e correspondia-se com a *Deutschen Evangelischen Lehrervereins do Rio Grande do Sul*.³⁹ Igualmente, há correspondências, desde o início da Sociedade Escolar até o final da década de 1930, com a *Verein für das Deutschtum im Ausland (Allg. Deutscher Schulverein) Ortsgruppe Hamburg*, da qual, entre outros, adquiria livros didáticos.

Seu perfil seguia o dos habitantes, ou seja, germânico. Ao mesmo tempo em que excluía os poucos lusos que ali viviam, despertava uma profunda admiração, como reverenciara Minoly Gomes de Amorim:

a escola alemã, que funciona em edifício próprio, sob direção do ilustrado pastor Mertz, é montada a capricho, com todos os elementos para completa difusão do ensino teórico e prático, tendo uma biblioteca composta de 3000 volumes. É custeada pela direção da colônia e nela estão matriculados mais de 100 alunos.⁴⁰

Contudo, o acesso à educação era restrito. Nem todos os colonos dispunham de condições financeiras para manter os filhos em uma escola particular. Essa situação mostrava-se mais crítica em relação às famílias mais numerosas e aos recém (i)migrados. Por outro lado, excluía-se os luso-brasileiros, tanto econômica quanto lingüisticamente. Atendendo a essas peculiaridades, em fevereiro de 1906, a municipalidade de Cruz Alta instalava uma escola pública na área central da colônia, nomeando como professor o Capitão republicano Minoly Gomes de Amorim.

No entanto, a escola pública gerara certo descontentamento e apreensão entre a ala mais germanista dos alemães/de origem. Representava, na sua concepção, uma ameaça concreta à manutenção da germanidade/língua alemã. Em maio de 1906, o administrador da Colonizadora, Alfred Bornmüller, em uma carta dirigida a Hermann Meyer, chamava atenção ao fato de que o professor público dominava precariamente a língua alemã. Considerava que o seu domínio seria mais proveitoso para trabalhar com crianças alemãs ou de origem. Do contrário, fatalmente as crianças se “perderiam” no português (aprendendo a língua portuguesa e não a alemã), o que não podiam impedir, dado que se encontravam no Brasil.⁴¹ Posteriormente, outro cidadão debatera-se sob o mesmo ponto: lembrava que desde fevereiro havia no local uma escola pública nacional, sem ônus aos seus alunos. Mas, tinha por objetivo a assimilação dos colonos através do desconhecimento do *Deuschtum*, oferecendo-lhes em troca o conhecimento em/do português.⁴² Nesse ínterim, Paiva⁴³ considera que a escola de língua alemã retardaria a assimilação cultural. Sem ela, rapidamente o imigrante perdia sua cultura ancestral.

Em meio a essas prevenções, incrustadas no imaginário local, a *Stadtplatzschule* – como nas escolas da zona rural – incluía em seu currículo a disciplina de Língua Portuguesa, “classe esta afeta ao digno diretor sr. Faulhaber, que mostra-se assim interessado pelo desenvolvimento da instrução, entre os filhos de seus subordinados, despertando-lhes o amor pela nossa língua e consequentemente pela nossa grande Pátria”.⁴⁴

Pelo material pesquisado, percebe-se um redimensionamento sutil do ensino após a morte (1926) do pastor e professor Hermann Faulhaber, bem como a decadência e futura falência da Empresa Colonizadora, retirando seu apoio financeiro junto à escola. Conseqüentemente, registrara-se uma elevação das mensalidades cobradas dos alunos e a busca de recursos junto a insti-

³⁹ Cartas *Deutschen Evangelischen Lehrervereins do Rio Grande do Sul*. Pasta 7, Caixa 46, MAHP.

⁴⁰ ÁLBUM de recortes de..., 17/out./1909.

⁴¹ Ensino público em Neu-Württemberg. Livro copiativo 04/41 (traduzido, avulso). Alfred Bornmüller a Herrmann Meyer, 17/05/1906. Pasta 4, Caixa 56, MAHP.

⁴² Ensino público em Neu-Württemberg. Livro copiativo 17/149 (traduzido, avulso). Johann Heinrich a *Allgemeiner Deutscher Schulverein*, 28/05/1906. Pasta 4, Caixa 56, MAHP. Em novembro de 1907, João Diehl informava a Herrmann Meyer que a escola pública já contava com 50 alunos, dos quais 15 rapazes filhos dos colonos alemães. Livro copiativo 04/425 (traduzido, avulso). João Diehl a Herrmann Meyer, 06/11/1907. Pasta 4, Caixa 56, MAHP.

⁴³ PAIVA, Cesar. Escolas de língua alemã no Rio Grande do Sul, o nazismo e a política de nacionalização. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 9, n. 26, p. 5-28, abr. 1987.

⁴⁴ ÁLBUM de recortes de..., 17/out./1909.

tuições da Alemanha (mas não diretamente do governo alemão). Interinamente, Maria Faulhaber permanecera à frente do educandário, sucedendo-a vários professores – alemães natos – até o final da década de 30.⁴⁵

A Empresa Colonizadora, ao longo de sua existência, enfrentou momentos de extrema dificuldade. Na sua formação, necessitou de muito capital. Outro percalço era o fato do titular da empresa encontrar-se na Alemanha, permanecendo no Rio Grande do Sul apenas os seus representantes. O projeto de colonização de Meyer, no entanto, não se restringiu apenas a uma colônia, mas formou um conjunto de colônias. Devido ao agravamento do déficit da Empresa Colonizadora, problemas de regularização de posses de terras e da colônia de Mondai (Santa Catarina), Hermann Faulhaber se suicidou em 1926. A partir de então, a empresa teve outro administrador, Paul Pfügel. Durante sua gestão, entrou em uma profunda crise, provocada por problemas judiciais, pela Suspensão das Vendas de Terras de 1942, em decorrência da II Guerra Mundial.

Em uma correspondência, enviada pelo advogado Flávio Castro para Paul Pfügel, em 23 de janeiro de 1945, informava “tendo chegado a seu término a ação em que era pedida a falência dessa Empresa”, e assim, solicitava o pagamento de seus honorários.⁴⁶ Mesmo após a sua falência, os problemas quanto à regularização das terras adquiridas e vendidas pela Empresa de Colonização em Palmeira das Missões não cessaram. Em correspondência endereçada a Paul Pfügel, em 15 de março de 1950, o advogado Mário Morais dava esses esclarecimentos:

No nosso caso, bastará a habilitação de crédito, devidamente julgada pelo Juiz, que mandará reservar bens para o pagamento, em face da concordância dos interessados, isto é, a herança e o Coletor Estadual. Nada mais! Uma vez processada a habilitação, extrairemos uma certidão e, diante dela, o Sr. Westphalen não poderá deixar de registrar as escrituras. E em seguida, pediremos nosso alvará, para venda dos imóveis não contatados.

Ainda mais: Os bens da Empresa não foram incorporados ao patrimônio da União, como afirma o titular do Cartório de Palmeira, salvo si houve um decreto especial, nesse sentido, que não seja de meu conhecimento. O Dec. 4.166 determina que os bens de súditos do Eixo domiciliados no estrangeiro passem à administração do Governo Federal. Note bem: Súditos domiciliados no estrangeiro, e ainda assim, com indicação, unicamente, de que perdem a administração dos imóveis. Ora, D. Elizabeth Meyer residia na Alemanha, mas era domiciliada no Brasil, conforme conta expressamente dos autos de inventário e provaremos com certidão. E ainda que assim não fosse, continuaria na propriedade dos bens, que não foi transferida à União.⁴⁷

Por fim, acresce que, com todos esses dados, não será necessário lavrar novos contratos, mesmo que não registrados, e que as dívidas poderão ser executadas e as terras registradas. Se caso não fosse possível fazê-lo no Cartório de Palmeira, que o realizasse no cartório de Panambi, onde não haveria embaraços.

Portanto, Neu-Württemberg foi uma colônia particular incrustada no Noroeste do Estado, num município predominantemente luso, inserida na rede local de lealdades aos “coronéis”, os quais dominavam politicamente e formavam a base republicana governista, composta e mantida através de coerção e cooptação. Fora a colônia de maior extensão territorial pertencente à Empresa de Colonização Herrmann Meyer, exibida como um modelo a ser seguido e repetido nas demais. A Empresa Meyer tinha um projeto de colonização, o qual tentou implementar, propondo a manutenção de identidades étnicas. Essa temática, em decorrência de sua complexidade e amplitude, será aprofundada em estudo futuro.

⁴⁵ Maria Faulhaber faleceu em 12 de abril de 1939.

⁴⁶ Caixa 148. Cartas Diversas a Paul Pfügel”. MAHP.

⁴⁷ Caixa 148. Cartas Diversas a Paul Pfügel”. MAHP.

A CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES INTERÉTNICAS NUM NÚCLEO DE COLONIZAÇÃO ALEMÃ: O CASO DE PANAMBI

Eliane de Mello¹

Este trabalho pretende tecer algumas considerações a respeito das relações estabelecidas entre os (i) migrantes de origem germânica e os “nacionais”, bem como a estrutura produzida por estas relações, principalmente após a Campanha de Nacionalização.²

No Brasil, a política imigratória foi elaborada com a intenção de satisfazer interesses de grupos específicos, a saber, servir de mão de obra, positivar o ato de trabalhar, branqueamento (melhoria da “raça”) e povoamento. No entanto, o contato entre imigrantes e “nacionais” mostrou-se infinitamente mais complexo do que previam os mentores das políticas imigratórias, como atesta a recusa de alguns grupos em assimilar a cultura nacional, dentre eles, os imigrantes alemães e seus descendentes que no sul haviam formado colônias relativamente homogêneas, mas não isoladas completamente, onde procuravam manter os traços de sua cultura de origem, o que, para o governo varguista, constituía quistos étnicos e devia ser eliminado.

A nacionalização defendida pelo regime consistia na incorporação dos considerados “estrangeiros” ou “desnacionalizados” ao meio nacional, através do aprendizado da língua portuguesa, considerada fundamental para construir uma “nação brasileira una, coesa, que cultuasse as mesmas tradições, falasse a mesma língua e respeitasse a mesma bandeira”.

Nesta análise tomamos como caso exemplar para compreender as relações estabelecidas entre “nacionais” e (i) migrantes, a colônia Neu-Württemberg, atual cidade de Panambi. Localizada no noroeste do estado, foi produto da colonização particular, étnica alemã e protestante. Fundada na última década do século XIX, tinha a pretensão inicial de reunir “apenas” imigrantes vindos diretamente da Alemanha, especificamente da cidade de Württemberg. Objetivo que acaba não sendo alcançado, pois até o início da Primeira Guerra Mundial recebeu apenas descendentes de alemães originários das chamadas colônias velhas e estes, precisaram conviver com os luso-brasileiros já estabelecidos na localidade, bem como, com os que migraram mais tarde, principalmente a partir da década de setenta.

As disputas de poder estabelecidas por estes nos fornecem algumas pistas sobre o processo que gerou a hegemonia da cultura alemã neste espaço, bem como das relações que permitiram sua manutenção.

A imigração

Ao deixarem seus países, os emigrantes iniciam uma longa jornada cujas conseqüências afetam tanto o lugar de origem, quanto o de destino.

As razões que motivam a emigração podem ser inúmeras: perseguições religiosas, políticas, busca de melhores condições de vida. Para Sayad, “a migração não começa até que as pessoas descubrem que não conseguirão sobreviver com seus meios tradicionais em suas comunidades de origem”. O autor acrescenta que a principal característica da (e) imigração é busca de trabalho, pois “foi o trabalho que fez ‘nascer’ o imigrante, que o fez existir; é ele quando termina, que faz ‘morrer’ o imigrante”.³

¹ Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH).

² O levantamento histórico parte de relatos orais, complementados por documentos escritos e pesquisa bibliográfica. Os entrevistados foram escolhidos de acordo com a idade, nacionalidade e funções que exerceram ao longo da história do município.

³ SAYAD, Abdelmalek. A imigração ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: Edusp, 1998, p.55

Uma vez que as condições econômicas constituem o fator de expulsão mais pertinente, é importante saber por que mudam as condições e quais são os fatores responsáveis pelo agravamento da situação que afeta a capacidade potencial dos emigrantes de enfrentá-la. “Nessa fórmula três fatores são dominantes: o primeiro é o acesso à terra e, portanto, ao alimento; o segundo, a variação da produtividade da terra; e o terceiro, o número de membros da família que precisam ser mantidos”.⁴

Nos países receptores, o papel do imigrante fica claro: a eles cabe trabalhar, se recolher em algum canto e cumprir a tarefa que motivou sua vinda, cabe-lhes status de “provisórios”, indivíduos que a qualquer momento podem voltar para o lugar de onde vieram. Indivíduos que não fazem parte da sociedade receptora, que se situam na “fronteira entre o ser e o não ser social”.⁵ Sayad os define:

Um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito. Em virtude desse princípio, um trabalhador imigrante (sendo que trabalhador e imigrante são neste caso, quase um pleonismo), mesmo se nasce para a vida (e para a imigração) na imigração, mesmo se é chamado a trabalhar (como imigrante) durante toda a sua vida no país, mesmo se está destinado a morrer (na imigração), como imigrante, continua sendo um trabalhador definido e tratado como provisório, ou seja, revogável a qualquer momento.⁶

Aos imigrantes não cabem direitos políticos, aliás, “a única política possível em termos de imigração é precisamente uma ausência de política.”⁷ O recolhimento e o silêncio diante das “causas públicas” são preceitos para o imigrante. A eles não cabe interferir nem questionar, só trabalhar... No entanto, o indivíduo que deveria apenas dar lucros, não custos, necessita de transporte, moradia, saúde, educação... E, além disso, interage com os cidadãos nacionais cotidianamente, o que produz novas relações e conseqüentemente afeta a estrutura do estado. Obriga-os a definir, por exemplo, políticas públicas para os migrantes e muitas vezes, como no caso brasileiro, suscitam discussões profundas sobre o que é “ser um nacional”.

A imigração também produz uma crise de identidade. O imigrante sente-se estrangeiro no país para onde migrou, e quando se volta para o país de origem, não se reconhece entre aqueles que já foram seus compatriotas. A negociação entre sua cultura e a do novo país é o caminho apontado por Lesser para a reconstrução de sua identidade.⁸

No Rio Grande do Sul, além de proteger as fronteiras, via-se nos “estrangeiros” uma possibilidade de oposição ao poder e hegemonia dos pecuaristas latifundiários, com a formação de uma classe de pequenos proprietários, dedicados à produção agrícola diversificada e familiar, barrando a expansão da campanha e neutralizando seu poder de decisão.

Os imigrantes eram estabelecidos em “colônias”, formadas em terras devolutas ou em áreas compradas especificamente para o fim de colonização, recebendo a posse de pequenas frações de terras, chamadas, posteriormente, de “lote colonial”. Os núcleos coloniais podiam ser oficiais, isto é, organizados pelo governo federal, estadual, municipal, ou particulares, articulados por Companhias de Colonização.

A Imigração: Passaporte para o Desenvolvimento

Ao analisar a história da imigração no Brasil, algumas questões parecem centrais, pois desencadeiam uma vasta rede de relações: a propriedade da terra, os “usos da mão de obra”⁹ e a construção da “idéia de nação brasileira”.

⁴ KLEIN, Herbert S. Migração Internacional na História das Américas. In: FAUSTO, Boris (Org.). Fazer a América: A imigração em massa para a América Latina. São Paulo: EDUSP, 1999, p. 14

⁵ SAYAD, op.cit., p.11.

⁶ Ibidem, p.54.

⁷ Ibidem, p.60.

⁸ LESSER, Jeffrey. A negociação da identidade nacional. Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

⁹ As imagens produzidas a respeito daqueles que trabalham, ou do próprio ato de trabalhar.

Os latifundiários construíram suas bases econômicas através da monocultura e do trabalho escravo. Os negros africanos eram destinados às tarefas braçais. Aos brancos ricos, cabia administrar o trabalho, realizá-lo concretamente, “era coisa de negro”, tanto é que Antonil chegou a declarar que “os escravos eram os pés e as mãos do senhor de engenho”. O que fez com que o trabalho recebesse conotações negativas. Os que trabalhavam não eram bem vistos, porquanto, como já foi referido, “trabalho era coisa de negro”.

A difusão da concepção de que os brancos eram superiores aos negros e índios contemplava os interesses da classe dominante já que estes eram brancos e precisavam “qualificar” sua mão-de-obra. É neste sentido também que se explicava a defesa da eugenia.¹⁰ “Esperava-se formar uma liga homogênea, que deveria dar um tipo nacional característico, a ‘raça futura’, onde a cidade apura a inteligência, mas o campo enrija o corpo, ou seja, formação dessa ‘raça superior’ com elementos brasis”.¹¹

O branqueamento, que seria resultado da eugenia, surgia como uma espécie de solução mágica para as contradições de “uma sociedade multirracial, heterogênea e atravessada por uma rígida hierarquia”.¹²

Neste contexto, a figura do imigrante aparece, muitas vezes, como a personificação das “virtudes do trabalho”. Em torno deles, consolidou-se uma ideologia do trabalho bastante difundida nas áreas de colonização. O “colono” seria o “agente modernizador e transformador da sociedade e da economia brasileira”.

Para os grupos de imigrantes e seus descendentes as questões do trabalho adquiriram outros significados: “Por um lado, fundamenta uma noção de cidadania baseada na participação ativa na economia do país, os imigrantes trabalhavam e produziam para sua nova pátria; por outro lado, o ‘ethos’ do trabalho era usado para afirmar identidades étnicas que postulam a superioridade dos imigrantes quando contrastado com os brasileiros, tidos como avessos ao trabalho”.¹³

Ainda, quanto à formação da idéia de Nação, a presença dos imigrantes constituiu um dos aspectos mais significativos das discussões pertinentes a sua viabilização. Na década de 1930, durante o Estado Novo, estruturou-se um projeto que previa a homogeneização da cultura como forma de produzir a nação. O principal aspecto desse projeto estava na obrigatoriedade do uso da língua portuguesa e foi implantado através da conhecida “Campanha de Nacionalização”, a qual se efetivou através de um amplo programa de educação e da repressão policial.¹⁴ Na efetivação desse projeto de homogeneização racial, a pluralidade não era possível. Por isso, o Estado Novo não admitia a existência de quistos étnicos.¹⁵

Assim, se por um lado os imigrantes eram bem vindos e fundamentais para a purificação racial, por outro, a formação de quistos étnicos figurava como uma das possíveis ameaças à soberania nacional.

A Imigração alemã no Brasil

Os primeiros imigrantes de origem germânica foram introduzidos no Rio Grande do Sul pelo governo imperial em 1824, estabelecendo-se na Real Feitoria do Linho e Cânhamo, origi-

¹⁰ Compreendiam a Eugenia como melhoramento da raça através da miscigenação entre “os brasileiros” e os imigrantes europeus. O termo “eugenia” - *eu: boa; genus: geração* - foi criado em 1883 pelo cientista britânico Francis Galton. SCHWARCZ, Lília Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

¹¹ DE LUCA, Tania Regina. A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: Ed. UNESP, 1999, p.160.

¹² Ibidem, p. 170.

¹³ SEYFERTH, 1990, apud WEBER, Regina. Os operários e a colméia: trabalho e etnicidade no sul do Brasil. Ijuí: UNIJUÍ, 2002, p. p.216.

¹⁴ Sobre esse tema, ver NEUMANN, Rosane Márcia. “Quem nasce no Brasil, é brasileiro ou traidor”. A Campanha de Nacionalização nas Colônias Alemãs. São Leopoldo: UNISINOS, 2003. e PETRY, Andrea Helena. “É o Brasil gigante, liberto do estrangeiro, Uno, coeso e forte, O BRASIL DO BRASILEIRO! ...” - Campanha de nacionalização efetivada no Estado Novo. São Leopoldo: UNISINOS, 2003.

¹⁵ Os chamados quistos étnicos se referiam a lugares onde os grupos de imigrantes conseguiam manter –se isolados dos demais, preservando sua cultura, inclusive a língua.

nando a Colônia Alemã de São Leopoldo, às margens do rio dos Sinos. Muitos eram camponeses e membros das classes trabalhadoras em geral, cuja motivação para emigrar era a pobreza. Havia ainda artífices especializados, refugiados políticos (não muito bem aceitos pelas autoridades brasileiras), ex-militares, pequenos empresários e intelectuais.

A historiografia tradicional, de um modo geral, supõe que estes imigrantes eram “verdadeiros heróis”, além de atribuir-lhes a construção das bases econômicas de nosso estado. Aurélio Porto argumenta que os alemães “vieram inaugurar, no Rio Grande, o trabalho livre e eficiente, que seria, pelos tempos adiante, um dos passos iniciais da prosperidade do torrão gaúcho...”¹⁶ Descreve-os como:

gente ordeira, pacífica, trazendo da pátria originária as noções de disciplina que foi, em todos os tempos, o penhor da grandeza teutônica, o alemão, transplantado para a América, veio continuar aqui, as suas tradições inigualáveis de trabalho orgânico e construtor. Paciente e forte, isolando-se, completamente, no mundo à parte que formara sua picada, nem por isso desdenhou das suas precípua instituições de cultura, levando para os desertos que povoava, junto com o pastor evangélico, o professor primário para os filhos.¹⁷

A idealização do “trabalho alemão” foi um dos componentes mais importantes da ideologia étnica teuto-brasileira; concebido por intelectuais de origem alemã no final do século XIX e divulgado no Brasil entre 1890 e 1930. Afirmavam que “a capacidade de trabalho do imigrante alemão fundamentava sua cidadania brasileira, à medida que trabalhava para a prosperidade do país”.¹⁸ O que podia ser resumido como: Bom trabalhador = bom cidadão. No entanto, como essa capacidade de trabalho era uma herança étnica, o indivíduo, e isso era uma resposta a tese do branqueamento, deveria permanecer alemão.

Os quistos étnicos...

Os imigrantes alemães foram os que mais causaram discussões no âmbito da política imigratória. O ponto crucial estava relacionado às dificuldades de assimilação. Conforme Seyferth, “a crítica republicana à política de colonização do Império se fixava, sobretudo, no que chamaram de enquistamento, ou isolamento dos colonos alemães”. Situação que não podia ser inteiramente atribuído aos teuto-brasileiros e seu interesse em manter a especificidade étnica, mas também à própria política de assentamentos que privilegiou os europeus, afastando o campesinato brasileiro do processo de colonização. O isolamento social e não propriamente o isolamento geográfico, foi um dos fatores que permitiu a preservação, por longo tempo, das especificidades da etnia alemã.

Na década de 1930, num outro contexto, essa concentração de elementos da mesma etnia em uma área restrita, formando quistos, foi vista como problemática, desencadeando uma política de cunho nacionalista, com vias de desestruturar esses núcleos etnicamente, seja pela inviabilidade de suas manifestações étnicas, seja pela introdução do elemento nacional em seu meio.

A política adotada pelo governo objetivava excluir os alienígenas em nome da unidade nacional. “A categoria ‘alienígena’ englobava imigrantes e descendentes de imigrantes classificados como ‘não assimilados’, portadores de culturas incompatíveis com os princípios da brasilidade”.¹⁹ Na mira estavam todos os núcleos coloniais percebidos como desnacionalizados. Dentre eles, salientavam-se as colônias predominantemente germânicas. Contudo, poloneses, japoneses, espanhóis não estavam isentos de sofrerem restrições e perseguições.

¹⁶ PORTO, Aurélio. *O Trabalho Alemão no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre : Est. Graf. S. Terezinha, 1934, p. 43.

¹⁷ Ibidem, p.22.

¹⁸ SEYFERTH apud WEBER, Regina. *Os operários da Colméia*. Ijuí: Unijuí, 2002, p. 217.

¹⁹ SEYFERTH, Giralda. A Assimilação dos Imigrantes Como Questão Nacional. **Mana**: estudos de antropologia social. Rio de Janeiro: v.3, n.1, abril de 1997. Apud NEUMANN, Rosane Márcia. “Quem nasce no Brasil, é brasileiro ou traidor”. A Campanha de Nacionalização nas Colônias Alemãs. São Leopoldo: UNISINOS, 2003. Dissertação (Mestrado em História), PPGH, UNISINOS, 2003.

O discurso germanista

As discussões em torno da imigração e da assimilação atraíam os mais diferentes setores da sociedade brasileira, como autoridades governamentais, intelectuais, e, especialmente, os líderes das comunidades imigrantes.

No Rio Grande do Sul, um dos principais espaços de debate e contra ataque pertencia a um grupo de intelectuais de nacionalidade alemã, autodenominados “teuto-brasileiros”²⁰. Sua atuação viabilizava-se através da escola, igreja, entidades culturais, órgãos de imprensa – vários jornais, *kalender*, revistas e outros escritos. Dentre eles, destacavam-se o pastor protestante Hermann Dohms,²¹ líder do Sínodo Riograndense, sediado em São Leopoldo e o jornalista Franz Metzler, do grupo católico, ambos orientando seus leitores nas décadas de 20-40 sobre a conduta que deveriam adotar.²²

Dohms, como líder do Sínodo Riograndense, conseguia atingir um grande número de alemães em todo o estado. Seu discurso, ainda que germanista, não era nacional-socialista, tendo a qual procurava distanciar-se. Defendia a integração dos imigrantes alemães e seus descendentes ao meio nacional brasileiro. Inclusive, utilizando a língua nacional, desde que isso não implicasse na renúncia da cultura de origem. Em outras palavras, conciliar a nacionalidade alemã com a cidadania brasileira.

Já o jornalista Franz Metzler, preocupava-se mais com a questão do teuto-brasileiro. Ao defender a hifenização, propunha um equilíbrio entre a fidelidade ao Brasil e a fidelidade à Alemanha. Este movimento entre as duas identidades colocava os imigrantes e seus descendentes brasileiros numa posição instável. Não eram aceitos como alemães pelos “alemães do Reino”, nem como brasileiros pelos brasileiros. Assim, ora eram considerados nacionais baseado no *jus soli*;²³ ora, estrangeiros, por sua falta de “brasilidade”.

Contrapondo-se a esse discurso, encontravam-se os nacionalistas brasileiros. Os nacionalistas luso-brasileiros contra-atacavam os discursos germanistas, impondo seus argumentos à força durante o Estado Novo. Defendiam que aos estrangeiros residentes no país, mesmo naturalizados, não possuíam o sentimento de brasilidade. Articulavam-se a fim de formar um todo nacional e homogêneo, diluindo ao máximo a pluralidade, seja étnica ou regional. Nas palavras de Vargas, em 1941, naquele momento, havia no Brasil “uma só bandeira e um só hino e as leis que definem e asseguram os direitos dos cidadãos deixaram de ser regionais e se aplicam igualmente no norte e no sul do país”.²⁴

Em Neu-Württemberg (atual Panambi), o discurso nacional e o germanista chocam-se de modo exemplar. Se, por um lado, havia os imigrantes de origem alemã, promovendo e preservando suas origens nacionais, no extremo oposto, estavam os defensores do ideário nacionalista, naquele momento tido como oficial. Dentre eles, encontravam-se os luso-brasileiros, como o subprefeito e o subdelegado, e os descendentes de alemães em busca do reconhecimento de sua brasilidade.

²⁰ Descendentes de alemães nascidos no Brasil.

²¹ Maiores informações sobre a biografia, atuação profissional e intelectual de Dohms podem ser encontradas em DREHER, 1984; DOHMS, 2001.

²² O pensamento dos alemães e seus descendentes residentes no Brasil pode ser dividido em quatro correntes: o católico, através do jornal *Deutsches Volksblatt*, o almanaque *Familienfreund Kalender*, a revista mensal *St. Paulusblatt*, e a publicação também mensal *Lehrerzeitung*; o liberal, difundido através dos jornais *Deutsche Zeitung* e *Neue Deutsche Zeitung*; o luterano, expresso no jornal *Deutsche Post*, o almanaque *Kalender für die Deutschen in Brasilien*, *Deutsche Evangelische Blätter für Brasilien*, escritos de Wilhem Rotermond, Hermann Dohms, etc. e o de autores luso-brasileiros, que discutem as questões referentes aos imigrantes alemães, como Aurélio Porto, Ernesto Pellanda e Leonardo Truda. (Cf. RAMBO, 1999) apud NEUMANN, op.cit.

²³ Para os latinos o que determina a nacionalidade é o lugar onde se nasce, o “o *jus soli*”. Já para os alemães, de acordo com Seyferth, “o ponto focal da ideologia nacionalista alemã determina que o povo alemão não necessita estar ligado a um território específico ou a um Estado para constituir uma nação. Esta foi uma colocação comum a vários nacionalismos europeus que se fundamentaram no *jus sanguinis*. Assim, o povo (e também a nação) existe desde que certos interesses e espírito comum estejam presentes e sejam mantidos por seus membros”.

²⁴ Correio do Povo 26/jun/1941, nº 143, p. 3.

Panambi: “A Cidade Alemã...”

A colônia Neu-Württemberg, da Empresa Colonizadora Herrmann Meyer, pertencia ao editor alemão Herrmann Meyer²⁵. Em 1898 o empresário adquiriu uma grande extensão de terras no município de Cruz Alta, reunindo várias posses de particulares. Era o território da futura Neu-Württemberg²⁶, colônia que serviu, desde o princípio, como “cartão-postal” da colonizadora para a atração de camponeses, artesãos, professores, pastores, etc., tanto na Alemanha como nas colônias velhas. Nesta, pretendia formar um núcleo étnico e confessional, basicamente formado por imigrantes alemães.²⁷ Essa intenção transparecia de modo explícito em um livreto de propaganda de sua autoria, escrito em 1904, em língua alemã, com circulação tanto no Brasil como na Alemanha. Neste, afirmava que nelas aceitavam-se apenas agricultores alemães, preservando a sua cultura. Assegurava também “que as atividades comerciais mais relevantes eram desenvolvidas por alemães, e que os ‘intrusos’ que por ventura houvessem já estavam partindo em retirada para áreas mais longínquas”.²⁸ Neu-Württemberg mostrava-se, então, “como um projeto de colônia para receber alemães”.²⁹ “Um exemplo notável de homogeneidade no povoamento, que foi essencialmente germânico e, em grande maioria, protestante”.³⁰

A propaganda da Colonizadora assegurava que não haveria habitantes em Neu-Württemberg, fato que não se comprova, pois, quando chegam na colônia, encontram diversas pessoas de outras etnias. Uma população pobre, espoliada, que no imaginário alemão representava os habitantes do Brasil:

A gleba comprada pela Colonização Hermann Meyer, era fechada. Foi comprada e paga. E o contrato dizia desabitado. E esses caboclinhos tavam morando ali. Bicho do mato a gente chamava eles. Agora, muda essa imagem. Crie o orgulho de ser brasileiro dentro de você, como era o meu caso. É uma trabalhadeira tremenda, viu.³¹

O contato com os nacionais geraria estranhamentos e referências para a produção da identidade de ambos: alemão como bom cidadão, brasileiro como cidadão em construção, que deveria mirar-se nos germânicos a fim de tornar-se melhor.

Segundo um depoimento, antes da chegada dos alemães,

já havia na área aqui, mais ou menos umas 500 pessoas quando vieram os primeiros alemães. Sim, porque eles vieram lá por mil oitocentos e pouco. Tinha os Malheiros, os Moura, o Encarnação, os Bairros, vieram de São Paulo principalmente. E eles se fixaram por aí, mas não... Como é que eu

²⁵ Herrmann Meyer nasceu em 11 de janeiro de 1871, em Hilsburghausen. Sua família era proprietária do Instituto Bibliográfico de Leipzig, do qual, mais tarde tornou-se chefe. Em 1896 empreendeu uma expedição ao Brasil Central, visitando o Xingu matogrossense. Aí surgiu a idéia de adquirir terras no Brasil para destinar a colonização. As compras mais significativas em agosto de 1898, tratando-se das posses que formaram a colônia Neu-Württemberg. Meyer visitou pela primeira vez essas possessões em novembro do mesmo ano. Faleceu em Leipzig em 17 de março de 1932. A empresa encerrou suas atividades, declarando falência no início dos anos 1950, após um longo processo, contando com vários problemas e dívidas. A Notícia Ilustrada. Panambi, 19/03/1980, p. 7.

²⁶ Na metade do século XIX, a zona de campos deste território havia sido ocupada por imigrantes lusos e lusos brasileiros, que desalojaram os povos indígenas.

²⁷ Nos primeiros anos, os imigrantes europeus foram insignificantes em termos numéricos, a maioria dos habitantes de Neu-Württemberg provinha das chamadas colônias velhas. No entanto, eram reservadas para eles as posições-chave na colônia, desde a administração até o ensino, atendimento religioso e organização de atividades culturais. Desta forma assumiam posições de destaque na colônia e se consideravam mais competentes que os teutos. Esse contato de imigrantes recém-chegados e colonos internos

²⁸ Meyer, 1904, p. 1-5. Ver também MICHELS, Sérgio Ervino. A história ensinada na colônia particular de Neu-Württemberg sob a ótica do protestantismo, da germanidade e da educação. Ijuí: UNIJUÍ, 2001. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências).

²⁹ Pelo menos até o final da década de 1920, raramente eram vendidas terras para quem não fosse de origem alemã. No entanto, não há um estudo específico sobre essas transações de terras realizadas, indicando a origem dos colonos, o tempo de permanência na mesma propriedade, etc. No Museu e Arquivo Histórico de Panambi encontram-se as escrituras efetivadas pela empresa, com uma listagem dos compradores das terras, até o início da década de 1930, onde podem ser obtidos mais detalhes.

³⁰ ROCHE, Jean. A colonização alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1969. 2 v. p. 348.,

³¹ WAHLBRINK, op. cit.

vou dizer... Eles não criaram, eles ficaram vegetando, vivendo assim... Não criaram nada de progressista... E os alemães eram interessados em crescer...³²

O convívio entre alemães/descendentes e nacionais era intermediado por distâncias culturais, econômicas³³, política e geográficas. As famílias germânicas evitavam o abasileiramento ou caboclicização, não introduzindo o português como a língua do lar, bem como evitando os casamentos mistos.

A Campanha de Nacionalização

A Campanha de Nacionalização mudou totalmente a relação do governo brasileiro com os alemães/descendentes: “Em 36 ninguém ligava. Em 37, começou também nada, 38, 39 foi fechada a escola. Em consequência do fechamento da escola foram fechadas as igrejas também, não podia mais fazer culto em alemão. Aí não podiam mais ter livros em alemão nas bibliotecas”.³⁴

A “lógica do prestígio”, que norteava as posições dos diferentes grupos étnicos sofre uma alteração no período do Estado Novo. A Campanha cívica da “brasilidade”, a valorização do “homem nacional”, as visões da formação de uma “raça brasileira” dão um acento positivo a tudo que é brasileiro e olham com desconfiança para enquistamentos étnicos que se reproduzem endogamicamente e desconhecem o idioma do país. Nesse período torna-se obrigatório, além do ensino da língua nacional, seu uso em documentos, jornais e missas.³⁵

Um depoimento procura justificar as perseguições deste período:

(...) porque os que moraram aqui não progrediram. E os alemães fizeram, abriram o mato, plantaram, progrediram, fizeram escolas, fizeram sociedades... Fizeram uma vida social ativa. E eles não podiam, os outros que estavam aqui não fizeram isso. E houve também, o alemão se separou bastante, se isolou mais... Então se viesse lá um Pinheiro ou um Silva. Os alemães iam continuar falando alemão, e isso o luso não aceita! Ele acha: “Ah! Tão falando de mim!” E começa a criar raiva!³⁶

A ideologia da imigração havia pregado que o trabalho europeu serviria de exemplo para os brasileiros. No entanto, nesse momento histórico, outra força política pressionava para que se transformassem em nacionais.

Pós-Campanha de Nacionalização

Em Panambi³⁷, após o da Campanha de Nacionalização, os alemães/descendentes sentiram que precisavam mudar suas relações com os “brasileiros”, “venho um novo ciclo, aonde houve mais uma integração, o pessoal começou a entender que aquele sistema prussiano, arrogante, não tinha mais lugar no mundo, ao menos, entre aqui...”³⁸

³² PRASS, Bruno. Centro, 14/02/2002. Entrevista concedida a Eliane de Mello e Rosane Marcia Neumann.

³³ O desenvolvimento econômico de Neu-Württemberg foi articulado a partir de ações específicas lideradas por representantes germânicos, que procuravam construir a estrutura necessária para alcançar o desenvolvimento econômico (ferrovia, meios de comunicação, estradas, pontes...). Caberia também a eles a tarefa de produzir e reproduzir a cultura germânica, através das relações cotidianas. Detinham o poder de estabelecer significados que marcariam a memória coletiva local: em Neu-Württemberg a cultura dominante seria a germânica, o que propiciaria “a mentalidade de que os ‘alemães’ não são iguais aos ‘brasileiros’, são melhores...”

³⁴ SCHNEIDER, Orlando Idílio. Entrevista cedida a Eliane de Mello e Rosane Marcia Neumann, em 13/02/2002, na empresa Olvepim (Rua Paulo Becker, Bairro São Jorge).

³⁵ WEBER, Regina. *Os operários da Colméia*. Ijuí: Unijuí, 2002, p. 187.

³⁶ PRASS, op.cit.

³⁷ Uma das medidas de nacionalização fora à alteração do nome de Neu-Württemberg para Panambi (palavra de origem indígena que significa ‘borboletas azul’) e ilustrou a impossibilidade dos imigrantes agirem diante das resoluções políticas, que por hora, procuraram “abasileirar-lhes”. Para os representantes dos nacionais, a nova denominação poderia desestruturar simbolicamente a hegemonia germânica e produzir a representação de que, em Panambi, o poder pertenceria aos brasileiros.

³⁸ WAHLBRINK, Walter. Entrevista cedida a Eliane de Mello e Rosane Marcia Neumann, em 14/02/2002, na sua residência (Bairro São Jorge).

As perseguições ensinaram que não podiam confiar no estado, mas também, que “tinham que se adaptar”,³⁹ além disso, construíram a compreensão de que precisavam de poder político para manter sua cultura.⁴⁰

A conquista da independência política foi um poderoso instrumento para pleitearem benefícios e investir em infra-estrutura, “sem depender de ninguém”. Garantiu também, a possibilidade de preservarem a “cultura germânica”, principal alvo da Campanha de Nacionalização. A “cidade alemã” continuaria prestando contas ao estado brasileiro, mas dentro de seu espaço geográfico, o poder lhes pertencia: em Panambi, “eles” terão o poder econômico, político e a hegemonia cultural.

As disputas presentes na Campanha de Emancipação

Para aumentar as possibilidades de conquistar a emancipação, os panambienses tentaram convencer Condor, localidade vizinha, a se juntar ao movimento emancipacionista, fato que despertou a ira de Palmeira das Missões.⁴¹

Então lá em Condor, claro que a população queria, porque até Palmeira dava 50 quilômetros, Panambi dava oito, pela estrada antiga. E eles tinham mais afinidade com o pessoal daqui. Mas, lá de Palmeira venho uma pressão tão grande sob o pessoal, que ali centenas de pessoas votam, votaram... Que tu não podia entender... Fizeram um trabalho, como é que eu vou dizer, de repressão, de assustar as pessoas, de tal forma que perdemos a Emancipação lá. Teve mais voto contrário do que a favor, então não saiu. Então não foi... Palmeira tinha muito poder político. Eles mandavam, pra avisar que saíram os batalhão que fizeram a Revolução de Trinta. Então, quer dizer... Não deu em nada, mas em 54, quando veio a segunda tentativa então, tinha parado aquela agressão de Palmeira, mas, essa pressão, principalmente, era contra germânicos, contra o alemão.⁴²

De acordo com os palmeirenses,

os intrusos de Panambi vendo que estão com a causa perdida pedem socorro para alguns moradores do distrito de Condor que se acham alojados em tão ingrata cruzada. Alegam ingenuamente seus subscritores que a criação do município será a grandeza da pátria. Si fosse assim estaria facilmente resolvida a sorte de todas as Nações do mundo. É voz pública que Panambi é um Distrito tão “abacaxi” para Cruz Alta, que esta resolveu deixar que aquele filho incontentável saísse de casa para conhecer o mundo. Porém, Cruz Alta vai ter que suportar o distrito de Panambi porque o povo de Condor que sempre pertenceu ao município de Palmeira vai dar uma lição em muita gente.⁴³

A disputa escancarava conflitos raciais e sociais: “(...) Walter Faulhaber, na presença de inúmeras pessoas, quando o Exmo Sr. Juiz de Carazinho respondia pela comarca de Palmeira, disse: quero ver como que a negrada analfabeta de Palmeira vai chegar na frente do juiz, em Carazinho...”⁴⁴ A nacionalidade brasileira é usada como argumento contra Panambi, além do mais, os emancipacionistas são colocados como exploradores de seus concidadãos:

É mentira que os intrusos de Panambi são todos brasileiros natos!

Os emancipacionistas são os “exploradores dos colonos”.

Acompanhamos com vivo interesse a luta que está se iniciando entre a Gloriosa Palmeira e os intrusos de Panambi.

Verificamos que todo esse barulho, no nosso distrito de Condor, é feito, por meia dúzia de ambi-

³⁹ SANTOS, Nerci Silva. Entrevista cedida a Eliane de Mello e Rosane Marcia Neumann, em 15/02/2002, em sua residência (Avenida Presidente Kennedy, Bairro São Jorge)

⁴⁰ Dohms afirma que só é possível os grupos imigrantes manterem a sua cultura através da conquista do poder político.

⁴¹ Condor era uma vila próxima e muito ligada, inclusive economicamente, a Panambi. Mas pertencia ao município de Palmeira das Missões.

⁴² PRASS, op. cit.

⁴³ Ao Povo de Condor. Folhetim do período. Museu Municipal.

⁴⁴ Documento disponível no Museu e Arquivo Histórico de Panambi (MAHP).

osos que querem fazer município, sacrificando o povo, com pesados impostos, visando somente os seus interesses pessoais.

Temos em mãos as fichas dos improvisados líderes. Ei-las:

Frederico Lesten: Ou Fidirico Besten, faz parte de uma firma de suínos. Será que paga com pontualidade os colonos?

Walter Faulhaber: Embora sendo engenheiro, está com os cálculos errados.

Ernesto Kepler: Possui rendosa fundição e tanto como os outros, tornam-se facilmente argentários, ou como diria o dr. Alberto Pasqualini, são empresários que enriquecem comprando e vendendo o trabalho de seus semelhantes. Ainda como RUDY FRANK, Conrado Deite, etc, etc...

Esses que chamaram os Palmeirenses de negrada vadia e que gostam de debochar dos moradores de Condor, quando passam abusando e buzinando berrantemente as businas de seus automóveis, enquanto seus operários lá ficam forcejando para eles, fiquem sabendo que a negrada continuara mandando em Condor, embora eles não queiram.⁴⁵

Para os panambienses,

a Campanha emancipacionista, Panambi-Condor, não é em absoluto o “barulho de meia dúzia de ambiciosos” e sim uma iniciativa simultânea e patriótica de figuras que representam o cerne da população de ambos os distritos, que tomaram a sua deliberação unicamente em reunião pública. É uma campanha que hoje se tornou um verdadeiro movimento popular e em todos os sentidos, bem brasileiro, pois visa, única e exclusivamente, a grandeza da amada Pátria brasileira e Riograndense, com a criação de mais um município, de cuja pujança dá testemunho o inegável índice de Progresso de Panambi e Condor. A comissão de trabalhadores é composta exclusivamente de brasileiros natos.⁴⁶

A emancipação garantiu a manutenção de traços da cultura germânica, especialmente, os voltados para a disciplina do trabalho e a conquista da autonomia política.

A década de setenta

Na década de setenta, o grande desenvolvimento industrial do município atraiu migrantes. Destes, uma parcela significativa é fruto do êxodo rural⁴⁷ local, mas a maioria é constituída por grupos de luso brasileiros advindos das cidades vizinhas,

em 1974, com a industrialização que houve crescente na época, muitas pessoas vieram se radicar aqui, dessa região aqui de Palmeira pra cima. Uma imensidade de gente. Toda essa vila Klässner é feita de famílias desse lado aí. Se nós tivemos uma mistura de gente acentuada. Mas isso não só em, principalmente em 72, 73, 74, uma demonstração é a Kepler Weber que tinha 200 empregados e passou a ter mil empregados de um ano pra outro. Sinal de que a fase de industrialização forte que houve no Brasil, o milagre econômico que se instalou, falavam do milagre econômico e a economia evoluiu extraordinariamente 72, 73, 74, 75, 76, nessa época, Panambi passou a ter uma soma maior no mínimo de 10.000 pessoas, nesses dez anos, de crescimento.⁴⁸

As vilas pobres da periferia são produtos deste processo:

Mas assim, o grosso dessas vilas aí, veio de Palmeira, Caiçara, dos arredores de Frederico Westphalen, e quando terminou aquele frigorífico Dahmer, e aí ficou o pessoal desempregado! E aí eles, quem

⁴⁵ Ibidem.

⁴⁶ Ibidem.

⁴⁷ Nas décadas de setenta/ oitenta o modelo da pequena propriedade instalado a partir dos projetos imigratórios no sul do país parece dar sinais de esgotamento, devido, entre outras coisas, a modernização no campo e o crescimento do setor terciário. Em Panambi, conforme dados do IPDU, Unijui, no início da década de 60 a população rural do município era de 12934 pessoas, a urbana 4940 pessoas. No início da década de oitenta a população urbana é de 17972 pessoas, enquanto a rural diminui para 5899 pessoas.

⁴⁸ SCHNEIDER, op. cit.

trouxe a maioria foi, Cooperativa, Kepler e... (...) Assim sabe, essa vila Esperança, isso anoitecia e no outro dia de manhã tinha um monte de barraca e não tinha onde morar...E aí, o que o poder público tem que fazer? Providenciar, água, luz... E ajudar a construir um “biongo”! E ali atrás do Ernesto Rehn também, de repente tinha 15 família morando, não tinha água, não tinha estrada, não tinha nada...⁴⁹

Para alguns alemães/descendentes, os “novos moradores” poderiam representar uma ameaça a seus empregos: “eles também entendiam que se eles vinham e também tavam sujeito a tomar o lugar de trabalho deles! Meu filho precisa trabalhar e agora vêm eles aqui... então por isso que, muitas vezes, tem, fica assim, ríspido contra isso”.⁵⁰ Porém, mesmo com o aumento da oferta da mão de obra, os germânicos continuam com os melhores empregos, pois os que vinham de fora,

simplesmente eram servente! Isso, a maioria saiu da colônia, saiu da lavoura e venho aqui pra trabalhar numa fábrica como servente, qualquer serviço, serviço braçal ! Pra eles, o negócio era ter um dinheiro no fim do mês e eles, como todo ser humano, eles tem chance de aprender as coisas. Ele vai aprendendo, um mais que o outro, e assim, eu acho que é até na função de educador, também tem uns que tem mais facilidade de ensinar que o outro, e o outro tem mais facilidade de captar as coisas! Assim é no trabalho também, tem gente que produz e, com facilidade, outros tem dificuldade e produzem pouco. Então eles, eles não, a grande maioria, provavelmente, não tinha nem o quarto, nem o quinto ano de escolaridade. Então, eles, não sabiam, a grande maioria, não assinava nem o nome! Infelizmente.⁵¹

O grau de escolaridade garantia os melhores empregos para os germânicos, além disso, como eram “conhecidos” dos donos das fábricas, conseguiam os melhores salários: “ E aí era os padrinhos! Afilhados do chefe.”⁵²

O poder público municipal tomara para si a tarefa de possibilitar uma infra-estrutura capaz de acomodar e adaptar os migrantes:

os alemães eram pessoas estabelecidas. As pessoas que vinham de fora eram completamente, não quero usar o termo marginal, quero ver se eu consigo outra palavra, eram pessoas ainda carentes de uma formação, desde formação cultural, formação escolar, formação econômica, formação social. Eles vieram dessa região de Palmeiras, Frederico Westphalen, Erval Seco, Miraguaí, gente que não tinha o que fazer lá praticamente. Foi bom que eles vieram porque fortaleceram o nosso parque industrial, e assimilaram, assimilaram... mas a formação deles é completamente diversa da nossa. Nós tivemos que reforçar o nosso sistema escolar. Tudo isso teve que acontecer pra essa gente se preparar. Eu acho que havia uma grande diferença, grande diferença entre as pessoas que vieram em 50, 60,70 pra cá, da imigração interna formada regionalmente na microrregião nossa, daqueles que vieram, os colonos que vieram na migração interna que se falou. Isso eram os filhos e netos de alemães que tinham escolaridade segura. Era diferente. Era a diferença. Culturalmente eram diferentes. Eles aqui puderam vir aqui trabalhavam na colônia, eles tinham capital, os pais lhes davam capital, eles podiam trabalhar nas indústrias, eles tinham escolaridade. Aqueles de lá primeiro tinham que, não tinham casa, não tinham emprego, tinham uma grande família, tinham que pedir escolas, eles tiveram que assimilar isso aí tudo primeiro. Vê a aparelhagem social, comunitária que teve que assumir essa gente toda.⁵³

A assimilação por parte dos migrantes dessa cultura do trabalho, marcada por traços germânicos, se processou a partir de mecanismos instituídos pelo poder municipal e pela relação cotidiana: “Isso foi gradual. E à medida que vinha a pessoa tinha que se adaptar a essa

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Idem.

⁵¹ Idem.

⁵² Idem.

⁵³ SCHNEIDER, op. cit.

comunidade, e freqüentar a escola, ter a sua igreja, e ter a sua casa, que é uma das coisas importantes da vida de um alemão é ter a sua propriedade, ter a sua casa, conseguir um emprego, e aí ter um comportamento de empregado condizente”.⁵⁴ Pois, “o importante na vida é emprego. Se você tem um emprego e tem um senso de responsabilidade, e tu vê o exemplo do outro, começa a ter um comportamento também de acordo”. Os que vêm de fora entram no “ritmo da cidade”, que exerce sobre eles um “aculturação econômico e social”.⁵⁵ O “comportamento condizente” faz parte da cultura local: trabalhar, ser religioso e ter apreço pela ordem.

Para Walter,

eles não tinham opção, isso, eles vinham aqui pra trabalhar, trabalhar e entrar no ritmo dos outros, então quem não aquecia esse ritmo, ou ele era despachado e aí ele procurava então, aí termina aonde, na função pública, ele fica, como, qualquer serviço público, então ele era varredor de rua, ou era alguma coisa assim! Aquilo aonde tu não precisa ter nem uma especialização!⁵⁶

E, novamente o conflito étnico se desmascara:

Eles chamavam nós de alemão de merda, isso era comum, e os alemão chamavam eles de caboclo, de nego sujo também. Mas isso sempre dava uma encrenca. Mas eles se adaptavam porque eles vinham aqui sabendo que eles iam trabalhar pra uma empresa que era o, pelo mínimo era uma empresa mista que tinha que a maioria de origem alemã, e davam emprego e davam o dinheiro no fim do mês. E quando isso não dava, despachavam, aí eles se sentiam perseguidos. Quando alguém perdeu o emprego, ou por uma razão da empresa ter que diminuir as despesas, ou porque ele não se adaptou ao serviço que ele tem que fazer, então ele se sentia prejudicado.⁵⁷

Em Panambi, ainda hoje, os chefes políticos de maior influência são de origem alemã. Assim, a diferença se constrói através de hierarquias étnicas e sociais: “Construtora⁵⁸ foi, ela uma vez, eu acho que ela, eu acho que eles tinham um tipo, aquilo, os chefes eram, eram eles! E o resto tinha que ser resto! Aquele resto que são mais fácil dominar, que eles precisam do emprego!”⁵⁹

Assim, a diferença se instituiu simbólica e geograficamente. As periferias abrigam os que vieram na última grande corrente migratória, o centro e seus arredores pertencem aos alemães: “O espaço social se organiza segundo a lógica da diferença, e as palavras que o representam traduzem, de maneira simbólica, estas distâncias, desigualdades e diferentes formas de ser”.⁶⁰ Em Panambi, o Bairro “Esperança” parece sintetizar esta dinâmica. Formado a partir da vinda dos migrantes no início da década de setenta, historicamente abrigou os pobres da cidade e a representação que se produz destas pessoas gira em torno de preconceitos sociais e raciais. Os alemães são a referência, os que vêm de fora, “os outros”. Aos olhos dos cidadãos panambienses, os habitantes deste bairro são a “negadinha”, mesmo que sejam brancos.

No início da década de noventa, um Projeto de lei sugere que as ruas sejam batizadas com nomes de países onde a língua oficial seja a portuguesa: Angola, Moçambique, São Tomé, Macau, Timor, Luanda, Travessa Lusíadas... É interessante destacar que este fato não se verifica nas denominações das ruas dos demais bairros, já que estas recebem nomes de heróis locais e nacionais ou de países europeus. Significativamente, as ruas com nomes de países africanos, abrigam os pobres da cidade alemã.

Assim, acreditamos que a análise feita por Pesavento, sobre Porto Alegre, ilustra coeren-

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ Idem.

⁵⁶ WAHLBRINK, op. cit.

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ Refere-se a Construtora Renh, empresa de construção civil que empregava muitas pessoas neste período. Faliu na década de 90.

⁵⁹ WAHLBRINK, op. cit.

⁶⁰ BOURDIEU apud PESAVENTO, Sandra. *Lugares malditos: a cidade do “outro” no Sul brasileiro*. In: Rev. bras. Hist. v.19 n.37. São Paulo, 1999. Disponível em: www.scielo.com.br. Acesso em: 1 de dez. 2002.

temente o caso de Panambi: “se quer burguesa, bela, moderna, higiênica, ordenada... e branca. (...) os espaços estigmatizados da urbe podem ter ‘cor’ precisa, e o vocabulário que designa a cidade indesejada também pode estabelecer uma associação racial/étnica com avaliações de natureza social, econômica e moral” ⁶¹.

Referências

- DE LUCA, Tania Regina. A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.
- DOHMS, Hermann.. Hermann Gottlieb Dohms: textos escolhidos. Organizado por Martin N. Dreher. Porto Alegre: PUC, 2001.
- FAUSTO, Boris (Org.). Fazer a América: A imigração em massa para a América Latina. São Paulo: EDUSP, 1999.
- LESSER, Jeffrey. A negociação da identidade nacional. Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.
- NEUMANN, Rosane Márcia. “Quem nasce no Brasil, é brasileiro ou traidor”. A Campanha de Nacionalização nas Colônias Alemãs. São Leopoldo: UNISINOS, 2003. Dissertação (Mestrado em História), PPGH, UNISINOS, 2003.
- PESAVENTO, Sandra. *Lugares malditos*: a cidade do “outro” no Sul brasileiro. In: Rev. bras. Hist. v.19 n.37. São Paulo, 1999. Disponível em: www.scielo.com.br. Acesso em: 1 de dez. 2002.
- PORTO, Aurélio. O Trabalho Alemão no Rio Grande do Sul. Porto Alegre : Est. Graf. S. Terezinha, 1934.
- ROCHE, Jean. A colonização alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1969. 2 v.
- SAYAD, Abdelmalek. A imigração ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: Edusp, 1998.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- WEBER, Regina. Os operários e a colméia: trabalho e etnicidade no sul do Brasil. Ijuí: UNIJUÍ, 2002.

⁶¹ PESAVENTO, op. cit.

RAÇA, GÊNERO E PODER: UMA ANÁLISE DAS CORRESPONDÊNCIAS DOS IMIGRANTES ALEMÃES NO VALE DO ITAJAI

Márcia Fagundes Barbosa

Os deslocamentos de pessoas, de cartas, de experiências, enfim de culturas e identidades são objetos dessa pesquisa. A distância e a ausência são suprimidas através das correspondências que revelam as impressões e o modo de vida em um novo lugar. Nesses relatos pessoais, portanto, estão presentes as relações de gênero, raça e poder, de onde parte minha análise.

Apesar do imigrante alemão pertencer à categoria de estrangeiro, o contexto político brasileiro favorável à colonização de terras públicas por europeus, dispõe o imigrante alemão em uma posição de superioridade, principalmente pelas aspirações eugenistas da época. Intelectuais alemães, como Dr. Hermann Blumenau, estudaram as melhores regiões para imigração e divulgaram na Europa suas impressões a esse respeito:

O Brasil é um país extremamente belo, fascinante, abençoado e prodigamente contemplado pela natureza, um verdadeiro diamante à espera de um hábil mestre que o transforme na jóia mais preciosa do mundo.¹

A escrita romântica que valoriza a natureza através do sentimento e do subjetivismo, projetando uma idéia de liberdade, também revela o olhar do colonizador, o qual potencializa as riquezas naturais para uma futura exploração. Portanto, os imigrantes alemães que chegam ao Brasil nessa época estão absolvidos pela imagem eurocêntrica de superioridade. Mesmo sendo esses imigrantes pobres camponeses na Alemanha, a idéia de uma cultura e até mesmo de uma raça superior era o que se divulgava para as pessoas interessadas na emigração.

Dr. Blumenau, entre outros intelectuais, realiza algumas publicações na Alemanha sobre o Brasil com o propósito de promover a emigração. São esses textos, portanto, que inauguram um olhar estrangeiro sobre essa região.

O brasileiro, por ser uma mistura de raças, demonstra em seu caráter uma grande indolência, preguiça, sensualidade, sofre impetuosa paixão e irascibilidade, característica dos povos de países tropicais, como também gosta de enganar no comércio, tanto como o norte-americano, possuindo talento para esta arte.²

A difusão transatlântica de um mundo não europeu, a partir de perspectivas européias, consolida a reinvenção da América para o resto do mundo e, mais tarde, para a própria América. Os signos que articulam hoje nossas identidades aparecem estruturados nos discursos dos imigrantes alemães que se estabeleceram, no Vale do Itajaí, em Santa Catarina, por volta de 1850. Fazer esse cruzamento preciso é estabelecer um recorte mínimo e possível de tradução cultural.

Assim como a vegetação e os animais nativos, os índios também provocavam grande

¹ BLUMENAU, Hermann. O sul do Brasil e suas referências à emigração e colonização alemã. In: *Um alemão nos trópicos: Dr. Blumenau e a política Colonizadora no sul do Brasil*. Organização: Cristina Ferreira, Sueli Maria Vanzueta Petry; Tradução Curt Willy Hennings, Annemarie Fouquet Schünke. Blumenau: Cultura em Movimento: Instituto Blumenau 150 anos, 1999. p. 53

² BLUMENAU, *Op Cit.* P. 53

curiosidade para o mundo europeu. A carta de Franz Sallentin aos irmãos, datada de março de 1855, demonstra essas relações:

Anexo ainda como uma pequena curiosidade um cordão de bugre que foi morto nas propriedades de Blumenau. Eles usam estes cordões no tornozelo provavelmente para não torcer os pés quando pulam. Vocês vão admirar também o firme mas lindo trançado do arco e flecha que perderam na perseguição.³

A referência feita pelo imigrante diz respeito aos índios, os quais eram categorizados e combatidos como animais selvagens. Essas passagens expressam a concretização da zona de contato, o que Mary Louise Pratt utilizou para explicar o encontro de culturas díspares, assimetricamente dispostas em relação de poder e que mantêm relações contínuas.⁴ Ainda ao que se refere aos encontros coloniais, apresento trechos da carta de Fritz Muller, escrita em 6 de janeiro de 1853, onde descreve com detalhes um confronto com os índios.

Quando por volta das três horas o arrendatário Schramm saiu de casa viu cinco vultos bronzeados, nus, armados de arcos e flechas, que vinham em direção à casa, saindo de uma roça de mandioca dum morro próximo. Um sexto permaneceu mais atrás, neste morro. O arrendatário deu alguns passos em direção a eles e depois depositou a arma no chão e acenou-lhes com um ramo verde, para que eles pudessem chegar pacificamente e sem armas. Pareceu que eles conferenciaram entre si, mas a uma ordem do cacique, soltaram um medonho brando de guerra e partiram em direção ao arrendatário, batendo com as mãos nas coxas.⁵

Aqui o narrador contrasta a civilidade européia com a barbárie indígena. A observação quanto à cor da pele, à falta de vestimentas e ao tipo de armamento identificam esse contraste. O contato com a alteridade e a situação de vantagem de quem observa e narra o episódio revelam o valor de superioridade cultural. Uma prática que carregou a relação desigual de forças entre duas partes diferentes. A autoridade da voz de quem domina faz do encontro colonial uma verdade unilateral, reafirmando, nesse caso, ordens sociais européias.

Fritz Muller narra o seu contato com o estranho e ressoa suas especificidades históricas e culturais que informam as representações de uma enunciação etnocêntrica.

No outro dia, foi encontrado o que recebera o primeiro tiro. Vi a cabeça. Não era feio; ainda que o nariz e os lábios fossem bem grossos, era mais bonito que muitos caboclos e muito mais ainda do que os negros. Os cabelos pretos e lisos eram raspados no alto da cabeça e aparados ao redor desta. Os olhos eram castanhos e quase não tinham barba. No lábio, ele trazia um botoque, isto é, uma cavilha de pinho.⁶

Em sua descrição, observa a grossura dos lábios como um ponto de semelhança entre os índios e outras raças consideradas “inferiores”. Apesar de categorizarem os índios como animais selvagens, esses ainda eram mais bonitos do que os negros e caboclos, esses últimos representando uma mistura de raças.

Nancy Lewis Stepan observa que as metáforas e analogias particulares de uma cultura estão relacionadas com os valores básicos dessa mesma cultura.⁷ Assim, as diferenças humanas

³ SALLENTIEN, Franz. Carta aos irmãos. Itajaí 24 de março de 1855. Trad. Alda Niemeyer. In: Blumenau em cadernos – Tomo XXXVIII – N. 04 – Abril 1997. p. 49

⁴ PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Trad. Jézio Hernani Bonfim Gutierrez, Bauru: EDUSC, 1999. p. 31-2

⁵ MÜLLER, Fritz. Carta a sua irmã Rosinha. Colônia Blumenau, 6 jan. 1853. In: Blumenau em Cadernos – TomoXXXVIII, n. 5, maio 1997. p. 45

⁶ MÜLLER, *op cit*, 43

⁷ STEPAN, Nancy Leys. Raça e gênero: o papel da analogia na ciência. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*, Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 76-7

são experimentadas pelo ocidente a partir do século XIX através de um sistema metafórico que categoriza essas variações em raças humanas superiores e inferiores. Fritz Müller utiliza o caboclo e o negro para descrever um índio brasileiro, colocando os três grupos raciais em semelhante escala de valor, dentro da qual a raça branca não se encontra. Quanto à representação estética das raças, o negro parece representar nesse contexto a mais inferior.

Nancy Stepan também chama a atenção para o poder das metáforas não apenas para a ciência, mas também para a humanidade, pois é através delas que experienciamos o mundo cientificamente. A autora analisa com muito cuidado o surgimento e a sustentação da analogia entre raça e gênero, a qual ocupa relevante espaço na teoria científica nos séculos XIX e XX. No discurso sobre desigualdade racial, o gênero passa a ser considerado análogo à raça quando se constata que o leve peso do cérebro feminino era semelhante aos das raças inferiores, justificando também as baixas capacidades intelectuais. As analogias entre raça e gênero, assim como raça e classe são difundidas amplamente no século XIX, naturalizando-se na linguagem científica e recebendo grande aceitação pelas suas coerências com a expectativa cultural futura.⁸

Assim como o negro e o índio, a mulher é o outro colonial, dependente, limitada e definida exclusivamente pela sua capacidade reprodutora. Esse panorama político e social reservado para as mulheres e os outros inferiores pode ser apreendido através das narrativas dos imigrantes alemães, sejam cartas, memórias ou poesias. A mulher imigrante quando deslocada territorialmente de suas referências culturais assume de forma efetiva o papel de transmissora e conservadora dos valores da nação. A feminilidade está presente em tudo o que é interno, doméstico, que se refere ao sentimento, enquanto a masculinidade concentra-se nas relações exteriores relativas à expansão da condição econômica. O conteúdo das cartas revela essas diferenças: enquanto Tereza Stutzer descreve todos os cômodos de sua casa para Josephine, Phillip Bauer conta a seus parentes sobre suas dívidas e a quantidade de animais em suas terras.

Aqui na sala está nosso piano de cauda, no lado oposto da janela o sofá estofado com palha de milho rasgada por nós com garfos fortes, pois a crina de cavalo é muito cara. Um estofador local fez o trabalho. O sofá tem um estilo mais atualizado do “altdeutsch” e combina com as mesas e banquetas que mandamos fazer em cedro. Uma bonita mesa de costura perto da janela, porta-notas, uma mesinha para flores e uma grande estante para livros formam a mobília. Imagine nossos quadros e o espelho que conheceste e compreenderás o que sentimos em casa.⁹

A detalhada descrição de todos os cômodos da casa mostra o envolvimento da mulher na constituição do lar e na tentativa de uma reconstituição de um lar alemão. O interior da casa parece amenizar todas as dificuldades enfrentadas com as atividades externas, seja no árduo trabalho no campo ou no comércio, como a adaptação a um novo ambiente. A intimidade do lar como um refúgio, distante das preocupações do mundo exterior. A referência ao piano, aos livros e aos quadros, além de um demonstrativo de uma família de classe média, representa também a continuidade das atividades culturais alemãs, principalmente o piano como elemento fundamental na educação da moça burguesa.

Aparece também na descrição de Teresa a mesa de costura, como um indicativo de mais uma atividade doméstica destinada às mulheres. A localização da mesa perto da janela cria uma imagem da mulher como espectadora do ambiente externo, enquanto trabalha dentro da casa.

Em contrapartida, vemos num trecho da carta de Phillip Bauer também uma detalhada descrição, mas do ambiente externo, o que diz respeito à ordem econômica da família.

Eu ainda tenho dívidas de juros, pois a colônia ainda não foi paga. (...) Claro que aqui não está tão difícil como para vocês. Agora quero contar a vocês o nosso número de reses: tenho 17 gados

⁸ STEPAN, *op cit.* p. 76-7

⁹ STUTZER, Teresa. Carta à Josefina. Blumenau, 21 de janeiro de 1886. (Trad. Annemarie Fouquet Schünke). In: Blumenau em Cadernos – Tomo XXXIX – N. 05 – Maio de 1998. p. 9

bovinos, 4 mulas, 14 porcos, aproximadamente umas 60 ou 70 unidades entre galinhas e patos.(...).¹⁰

É claro que a imigrante exercia importantes funções na atividade rural ou comercial junto ao seu marido. Porém, a ela cabia o cumprimento de uma “profissão natural” ao seu sexo, deixando a supervisão geral para o homem. A isto estava implicado o princípio de que a mulher não tinha a mesma posição que seu marido, nem em casa e nem na comunidade. A representação da mulher nessa sociedade, portanto, está ligada às estruturas de poder que regulam e controlam o indivíduo.

É importante lembrar, a partir de Judith Butler¹¹, que não devemos pensar num patriarcado universal e na mulher como um significante estável. A mulher, sobre a qual estamos falando, diz respeito especificamente à imigrante alemã do século XIX, deslocada territorialmente, culturalmente e sentimentalmente. Uma mulher com referências culturais próprias de uma sociedade ainda politicamente dividida e que vinha sofrendo as consequências da industrialização. Muitas vezes, uma mulher que emigrava contra sua vontade, mas que por imposição de uma ordem social, a qual o homem era quem conduzia as decisões da família, acabava cedendo. As memórias de Emilie Heinrichs demonstram as relações de poder subjacentes a essa lógica de gênero.

Certamente não cabe à mulher o despertar da idéia de emigração. Primeiro o marido pronuncia essa palavra de peso tão grande, apenas brincando, depois a retoma mais vezes, até que por fim ela se fixa em seu vocabulário e um belo dia simplesmente é dito: Nós vamos emigrar. (...) Todo o choro e súplica de nada valeram. O plano estava muito firme na cabeça de meu marido, a febre de emigrar era incurável. A mulher deve seguir seu marido se diz. E eu? Eu irei segui-lo.¹²

Assim, as representações sociais dos imigrantes alemães no Vale do Itajaí no século XIX são construções simbólicas imaginadas e determinadas pelo discurso social. Teresa Stutzer, quando escreve para Josefine em 1886, invoca a imagem de uma organização social de espaço e tempo próprios para uma imigrante alemã: o interior/ a continuidade ou a recuperação.

Nós mulheres estamos ocupadas com a administração da casa e com a costura. Na parte da manhã Emilie leciona para as crianças em idade escolar e há algum tempo três moças tomam parte das aulas. É uma escola bem organizada e divertida. Minhas filhas maiores estão aprendendo a cozinhar, e como lavamos roupa semanalmente e não é pouca que usamos, todas as manhãs estão ocupadas. Mas ainda encontro tempo para me exercitar na costura.¹³

Marta Lamas pensa essas relações de gênero como marcas culturais da diferença sexual, a partir das quais percebemos o mundo enquanto sujeitos sociais e políticos. Afirma que a lógica do gênero é uma lógica de poder e dominação e que se projeta sobre a lei social. O argumento de Lamas é compatível ao de Joan Scott¹⁴, pois ambas pensam no social e no pessoal como categorias historicamente imbricadas e, por isso, com um leque de possibilidades para se pensar as identidades. A experiência migratória, nesse sentido, pode ser explicada a partir das diferentes posições de sujeito no processo de ruptura e reestabelecimento de relações historicamente marcadas. Como diz Scott, pensar nessas identidades que a experiência produz não é representar

¹⁰ BAUER, Phillip Daniel. Carta aos irmãos e cunhados. Santa Isabela, 7 de junho de 1865. Traduzida por mim. Acervo particular de Toni Vidal.

¹¹ BUTLER, Judith. Sujeitos de sexo/ gênero/ desejo. *Feminaria*/ano 10, no. 19, 1997.

¹² HEINRICHS, Emilie. Die Frau des Auswandlers. Erlebnisse einer Kolonistenfrau in Südbasilien. Freiburg im Breisgau, St. Raphaelsverein, 1921. In: RENAUX, Maria Luiza. O outro lado da história: o papel da mulher no Vale do Itajaí – 1850-1950. Blumenau: Ed. Da FURB, 1995. p.41-2

¹³ STUTZER, idem *op cit.* p. 13

¹⁴ SCOTT, Joan W. “Experiência”. In: Alcione Leite da Silva, Mara Coelho de Souza e Tânia Regina Oliveira Ramos (org.). *Falas de gênero: teorias, análises, leituras*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999.

algo que sempre existiu, mas sim articular um evento discursivo possível num movimento político e histórico particular e, por isso, suscetível a outras variáveis.

A mulher imigrante, nesse caso, é sujeito enquanto interlocutora de um nacionalismo deslocado e mais ávido de manutenção. A mulher como símbolo de uma continuidade do sangue e da cultura que não se quer perder. A representação do papel feminino na imigração está presente em várias narrativas de imigrantes, os quais dialogam com um sistema assimétrico de poder. O relato de Julius Baumgarten a respeito dos primeiros anos de colonização esclarece como se davam essas relações:

Apesar de todos os obstáculos a nova colônia aos poucos progrediu. Um grande empecilho ao seu desenvolvimento foi a minoria do sexo feminino que, em comparação ao masculino, formava uma relação de cerca de uma mulher para cada dez homens. Justamente nos primeiros anos as mulheres foram muito necessárias, não só como meio de aumentar a população da colônia, mas também para auxiliar o homem em sua tarefa tão pesada, pois que grande ajuda não representava para o homem uma mulher ativa!¹⁵

Aqui a mulher aparece como elemento importante para o sucesso da colonização. A reprodução é a primeira referência quanto a sua utilidade para o empreendimento, porém não se descarta a sua mão-de-obra como um auxílio para o colono. O feminino aqui aparece como uma categoria da diferença estruturada num modelo de controle e dominação. A mulher, nessa narrativa, é valorizada pela sua capacidade de produção em forma de benefícios para a sociedade. O próximo trecho da mesma narrativa permitirá visualizar a mulher como um elemento de apropriação, um sujeito da diferença. Julius Baumgarten conta que os colonos solteiros iam ao encontro dos navios de imigrantes, ainda em alto mar em embarcações alugadas, para fazerem propostas de casamento para as “senhoritas e as damas disponíveis”.

Os senhores e os moços ficavam sabendo de antemão através da lista de passageiros, que ‘mercadoria’ lhes estava disponível no navio e de acordo com essa informação, entravam em ação: tantos homens para tantas mulheres e para saber quem seria de quem, sorteavam-se números. Naturalmente, disso decorria que um velho pegasse uma jovem e vice-versa, o caso sendo então entregue à ‘fortuna’, ninguém reclamando do seu destino, muito menos se um velho acertasse a sorte numa mais nova.(...) Mas a respeito do sorteio todos mantinham o máximo silêncio, fazendo de conta que se apaixonaram repentinamente. Naturalmente, o pretexto para vir a bordo não era negociar ‘carne humana’, mas sim a compra de provisões que sobraram da viagem, por exemplo, sardinhas, carne de salmoura, batatas etc. E isto era de fato negociado, mas o objetivo principal era a extração de bilhetes, para o que o comandante, posto a par, contribuía ativamente.¹⁶

O sujeito feminino nesse contexto é representado por um signo reprimido e limitado de uma racionalidade masculina determinante. Assim como o negro escravo, a mulher aqui representa uma mercadoria de valor fixo e negociável por aqueles que têm o controle. Homi Bhabha denomina o colonizado, aqui nas figuras da mulher e do negro, como um objeto parcial de presença, desautorizado pelo discurso essencialista e reconciliatório da Europa no século XIX.¹⁷ São as presenças autorizadas que agem como estabilizadores da ambivalência colonial em suas articulações discriminatórias. Semelhante imagem de contraste em relação ao outro, nesse caso o negro, pode-se apreender na narrativa de Hermann Otto Blumenau em uma correspondência para sua família.

¹⁵ BAUMGARTEN, Julius. Conversas de um velho colono blumenauense. Der Urwaldsbote, sábado, 15 de março de 1902, ano 9, n.37. In: RENAUX, Maria Luiza. O outro lado da história: o papel da mulher no Vale do Itajaí – 1850-1950. Blumenau: Ed. Da FURB, 1995. p.64

¹⁶ BAUMGARTEN, idem *op. cit.* p. 64

¹⁷ BHABHA, *op. cit.* p. 137-8

Depois de muitas ponderações, chegamos à conclusão de que, em vista dos salários altos e a incerteza em conseguirmos mão-de-obra, não podíamos continuar sem trabalho de alguns negros. Em virtude disto, Hackradt viajou imediatamente para o Rio de Janeiro, a fim de receber o dinheiro e trazer alguns negros. Ele trouxe cinco, entre eles uma negra que cozinha, costura, lava roupa e passa ferro. (...) Todos são novos, exceto um que tem 38 a 40 anos. São fortes e estão com boa saúde. Aqui cada negro custa normalmente 600 a 700 mil-réis.(...).¹⁸

As duas imagens, as mulheres no navio e a compra de escravos negros, sobrepõem-se na composição de uma imagem única: a autoridade colonialista do homem branco.

Articular as subjetividades que constituíram a temporalidade remota do nosso espaço parte de uma tentativa de compreender o local que ocupamos num mundo globalizado e fragmentado, assim como as relações subjacentes a esse espaço contraditório. A leitura dessas narrativas através de signos identitários das relações construídas na diferença busca no interior do discurso colonial as vozes que falam em um tempo e espaço intermediários. As correspondências dos imigrantes alemães, revelam o encontro e a disputa de diferentes forças e valores que no espaço contraditório da alteridade, resignificou e reinventou uma totalidade possível (reformada), com a qual articulamos nossa identidade até hoje.

¹⁸ BLUMENAU. Hermann Otto. Carta aos pais e parentes. Desterro, 21 de abril de 1848. (Trad. Curt W. Hennings) In: Blumenau em Cadernos – Tomo XXXIX – n. 03 – março 1998. p. 21

– 2 –

Imigrantes – Trabalhadores

“NÃO VOS PEÇO APLAUSOS, A VÓS QUE PENSAIS DE MANEIRA DIVERSA”: UMA BREVE INTRODUÇÃO À TRAJETÓRIA DO IMIGRANTE ALEMÃO KARL VON KOSERITZ (1830-1890)

Aristeu Elisandro Machado Lopes *

O presente trabalho tem por objetivos apresentar uma breve introdução da trajetória do imigrante alemão Karl von Koseritz e analisar a sua participação no jornalismo desenvolvido no Rio Grande do Sul no século XIX, tanto na imprensa luso-brasileira, como naquela específica destinada às comunidades teuto-rio-grandenses. A partir daí, pretende investigar a inserção deste imigrante no mundo sócio-político da Província e as formas defendidas por ele para integrar os colonos alemães a sua nova condição de cidadão brasileiro, sem, no entanto, descuidar das origens germânicas.

Esta pesquisa foi realizada com base de um levantamento historiográfico de obras escritas sobre ou com referências à Karl von Koseritz. Não se tem, portanto, a pretensão de escrever a biografia de Koseritz, uma vez que esta tarefa deverá ser realizada através de uma pesquisa minuciosa, investigando fontes documentais e analisando a produção impressa nos vários jornais que contaram com a colaboração dele e que hoje fazem parte de coleções de periódicos em bibliotecas e arquivos espalhados no estado. No entanto, cabe ressaltar que pesquisas nestas fontes já foram parcialmente realizadas.

Koseritz é possuidor de uma produção bibliográfica bastante variada, além de participar da vida política da Província nos últimos anos do Império. No presente trabalho, estes aspectos receberão algumas referências, sem merecer, uma análise mais aprofundada, fato que fugiria do objetivo do presente estudo.

Karl von Koseritz nasceu em Dassau, capital do Ducado de Anhalt, Alemanha em 1830. Chegou ao Brasil em 1851 a bordo de um navio que transportava soldados alemães componentes da “Legião Alemã”, trazidos pelo governo imperial para a luta contra Rosas. Ao chegar ao Rio Grande do Sul, desertou, assim como fizeram outros componentes da legião. Aqueles que permaneceram no Brasil ficaram conhecidos como “Brummers” (Carneiro, 1959, p.8-9).

Em 1852, Koseritz fixou-se em Pelotas, atuando como professor e escriturário. Publicou seu primeiro livro “Resumo de História Universal”, em 1856 (Magalhães, 1993, p. 247). Neste mesmo ano, Domingos José de Almeida fundou em Pelotas o jornal O Brado do Sul, convidando Koseritz para ocupar o cargo de redator. A entrada dele neste periódico representou o início da sua carreira na imprensa rio-grandense. Através dos artigos que escreveu, criou polêmica na cidade entrando em conflito com o jornal O Noticiador (Magalhães, 1993, p. 246-247). Além do Brado do Sul, que encerrou sua circulação em 1861, Koseritz fundou os jornais Ramillete Rio-grandense em 1857 e no ano de 1861 O Jornal de Pelotas (Anjos, 2000, p.155). O primeiro era um periódico literário; o segundo, um jornal diário.

Ainda em Pelotas casou-se com Zeferina Maria de Vasconcellos e naturalizou-se brasileiro perante a Câmara Municipal da cidade (Magalhães, 1993, p.248). Mudou-se para a cidade vizinha de Rio Grande, trabalhando como redator de O Povo e colaborador do Echo do Sul. Além disso, fundou uma instituição de ensino, o Ateneu Rio grandense. Em 1864, novamente mudou-

* Mestrando em História no Programa de Pós-Graduação em História/UFRGS. Este trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico – CNPq – Brasil.

se, fixando-se em Porto Alegre. Segundo Carneiro (1959, p. 10), Koseritz saiu da cidade por estar “envolvido em lutas locais e alvo de terríveis acusações”. Semelhante ao ocorrido em Pelotas, Koseritz gerou polêmica na imprensa porto-alegrense. No jornal diário *Gazeta de Porto Alegre*, escreveu artigos contra Julio de Castilhos, um dos principais republicanos positivistas da Província que, na época, era redator do jornal oficial do Partido Republicano Rio-Grandense: *A Federação*. Participou, por algum tempo, do jornalismo ilustrado e humorístico da capital. Primeiramente esteve ligado ao periódico *O Sentinela do Sul*, primeiro nesta categoria, publicado em 1867. Afastou-se da redação no ano seguinte. Em 1877, editou um álbum humorístico chamado *A Lanterna* (Ferreira, 1964, p.13-27; p.44-61). Em 1876, fundou um semanário maçônico chamado *A Acácia*, com circulação restrita, tendo como seu principal alvo a Igreja Católica. Primeiramente apareceu como propriedade de Koseritz, passando no número seguinte a “Órgão da Maçonaria Rio-Grandense, publicado e redigido sob os auspícios da Grande Loja Provincial São Pedro do Rio Grande do Sul”. Antes da fundação desse periódico, Koseritz utilizou as páginas do *Deutsche Zeitung* para fazer oposição ao principal jornal católico da época – *Deutsches Volksblatt* – fundado por jesuítas em 1871.

Através de suas atividades jornalísticas, Koseritz deixou clara sua pouca simpatia com a religião: “é na década de 1870 que passa a atacar mais veementemente a clérigos e ambos os credos: depois da infabilidade papal (em 1870) e quando diversos jesuítas expulsos do Reich por Bismarck, bem como muitos pastores protestantes rigorosamente ortodoxos se estabeleceram na província” (Gans, 1996, p.92-93).

Dentre os pastores luteranos, ele teve alguns conflitos com Wilhelm Rotermund. No entanto, acabou se reconciliando com o pastor e estabeleceu-se uma convivência pacífica entre eles. Quanto aos jesuítas, as críticas continuariam até a sua morte (Gertz, 1999, p.8).

Novamente em 1886, com Argemiro Galvão, Koseritz criou mais um jornal contra a Igreja Católica, combatendo especialmente os jesuítas, denominado *O Combate*. Dentre os nomes que constam na lista dos colaboradores de fora da província destacam-se Tobias Barreto, Silvio Romero, Campos Sales e Teixeira Bastos (Carneiro, 1959, p.13). No ano de 1876 participou da criação de um periódico literário e cultural chamado *Eco do Ultramar*. De vida efêmera, o jornal tinha por objetivo combater a influência dos franceses nas letras, artes e ciências. (Carneiro, 1959, p.12) Conforme Carneiro (1959, p.23-24), a campanha contra a influência francesa foi: “um reflexo, em nosso meio, da tentativa alemã de derrotar a França também no seu prestígio, no seu imperialismo cultural”.

Na trajetória de Karl von Koseritz, um aspecto merece ser destacado. Trata-se da sua colaboração nos periódicos impressos em língua alemã. Torna-se difícil, portanto, analisá-la sem fazer referência à imprensa teuto-rio-grandense.

Na primeira metade do século XIX, com a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil e com a conseqüente abertura dos portos, assistiu-se à chegada de imigrantes europeus não portugueses. Desde a chegada das primeiras famílias alemãs na província em 1824, as quais fundaram a Colônia de São Leopoldo, (Lando, 1992, p.21) houve a necessidade da manutenção de alguns aspectos culturais trazidos da Alemanha, como o hábito da leitura, Silva (2000, p.19) afirma que “ler era um hábito trazido da Alemanha, cultivado até mesmo nas comunidades camponesas, fazendo surgir uma farta literatura de caráter regional, escrita nos respectivos dialetos por homens do povo e lida por esse mesmo povo.”

Neste contexto, é possível afirmar que o desenvolvimento desta imprensa específica em língua alemã destinada à população teuto-rio-grandense, estava relacionada à existência de um público leitor. Não obstante, em seu conteúdo eram destacados os problemas e acontecimentos da colônia (Becker, 1958, p.117). Dreher (2004, p.09) salienta que, desde o início da colonização, verificou-se a presença de imigrantes na imprensa: “Nas primeiras levadas de imigrantes que chegam a São Leopoldo encontra-se a profissão de impressor e de fabricante de papel”. Klug (2004, p.13), ao analisar a imprensa e a imigração em Santa Catarina, destaca que algumas instituições marcaram as áreas de imigração alemã como a igreja, a escola e a imprensa: “juntas formavam um tripé extremamente importante nas áreas coloniais teutas”.

No Rio Grande do Sul, a imprensa destinada aos colonos surgiu em 1836. Portanto, dezesseis anos antes da chegada de Koseritz. O primeiro jornal foi *O Colono alemão* editado em português por Hermann von Salisch. Este era simpatizante da Revolução Farroupilha e utilizou o jornal para atrair os colonos alemães para a causa rebelde. Sua circulação foi curta, devido à falta de compreensão do idioma português entre a população teuta (Rüdiger, 1996, p.132).

Em 1852, surge o *Der Colonist. Wochenblatt fuer Handel, Gewerbe und Landbau* (O Colono. Semanário para Comércio, Indústria e Agricultura). Publicado em Porto Alegre por José Candido Gomes, também proprietário d' *O Mercantil*, importante jornal diário da capital (Dreher, 2004, p.93).

O *Der Colonist* circulou até 1853, quando foi substituído pelo *Der Deutsche Einwanderer* (O Imigrante Alemão). Originalmente editado no Rio de Janeiro com o apoio do governo imperial foi transferido para Porto Alegre em 1854. Juntamente com o jornal, veio seu editor Carlos Jansen. Em 1857, passando por dificuldades financeiras o jornal quase fechou, somente resistiu devido à subvenção do poder público, no entanto sua circulação foi encerrada em 1861 (Rüdiger, 1996, p.132-133).

Um dos mais importantes jornais editados na capital foi o *Deutsche Zeitung* (Jornal Alemão). Iniciou sua circulação em 1861, administrado por comerciantes porto-alegrenses de origem alemã. Foi neste jornal que Koseritz começou a participar da imprensa alemã, comandando a redação até 1881. O *Deutsche Zeitung* surgiu paralelamente ao início da participação do imigrante na vida pública e do florescimento de relações mercantis que proporcionaram o surgimento de uma classe de mercadores, integrada à burguesia de Porto Alegre:

tornou-se, com o tempo, não apenas o porta-voz das aspirações desse grupo mas também o primeiro veículo através do qual a minoria alemã tomou a consciência e passou a discutir seus próprios problemas, começou a intervir na limitada esfera pública existente na província. Através das colunas dessa folha, bissemanal, os imigrantes começaram a conquistar o reconhecimento, por parte da sociedade, como co-partícipes do seu processo (Rüdiger, 1996, p.133).

A influência exercida pela folha redigida por Koseritz no meio colonial teuto verifica-se pelo longo prazo que se manteve em circulação, mesmo depois que ele se retirou do jornal: 56 anos, encerrando somente em 1917. Esta data é emblemática, visto que neste período o Brasil entrou na Primeira Guerra Mundial contra a Alemanha, e os resultados dessa atitude refletiram com violência sobre a comunidade teuto-rio-grandense e seus órgãos de publicidade. Vários jornais tiveram que encerrar ou interromper no período da guerra sua circulação (Rüdiger, 1996, p.136).

Após retirar-se em 1881 da redação do *Deutsche Zeitung*, resultado de divergências com Guilherme ter Bruggen, presidente do Conselho diretor do jornal, Koseritz fundou em 1882 seu próprio jornal: *Koseritz Deutsche Zeitung*. Logo o novo jornal ultrapassou o *Deutsche Zeitung*, tanto em influência, como em número de leitores (Carneiro, 1959, p.39). Ao criar um novo órgão, Koseritz, tinha por objetivo adquirir maior liberdade para prosseguir com sua política de integração dos imigrantes com a vida nacional brasileira. (Rüdiger, 1996, p. 134) Dirigiu seu jornal até 1890, ano de sua morte.

Ainda no conjunto da imprensa em língua alemã merecem destaque dois jornais publicados em São Leopoldo. *Der Bote Amtliches Blatt Für St. Leopoldo und Die Colonien* (O Mensageiro, folha oficial para São Leopoldo e as colônias), jornal publicado desde 1867, fundado por Julius Curtius Filho. Em 1875, Wilhem Rotermund assumiu a redação do *Der Bote*, dando-lhe uma orientação evangélico-luterana. No ano seguinte, Julius reassumiu, mantendo-se no cargo até o término do jornal em 1879. O *Der Bote* fez oposição ao *Deutsche Zeitung*, redigido por Koseritz. O outro jornal foi o *Deutsche Post*, fundado por Wilhem Rotermund em 1880, teve vida longa, somente encerrando suas atividades em 1928. Segundo Dreher (2004, p.96), “é considerado um dos mais importantes documentos da cultura teuto-rio-grandense e da história da imigração alemã no Brasil.”

Além dos jornais, houve a publicação de outro meio de comunicação destinado às comunidades alemãs: os almanaques. Com edição anual, traziam calendário, produção literária e informações variadas. Koseritz, para combater os almanaques vindos da Alemanha, lançou o Koseritz Deutscher Volkskalender (Anuário popular alemão de Koseritz). Iniciou sua circulação em 1874 e foi mantido até 1938. Segundo Silva (2000, p.23), o almanaque, foi “o espaço privilegiado para a divulgação das idéias anticlericais de Karl von Koseritz entre os teutos”.

Cabe ressaltar que além da atividade jornalística, Koseritz se destacou escrevendo obras com as mais variadas temáticas, conforme salientado por Gertz (1999, p.11):

é autor de uma enorme obra, que inclui a produção de peças de teatro, textos de ficção, relatos históricos, relatórios administrativos, relatos de viagens, discursos políticos, polêmicas em torno de assuntos religiosos, filosóficos e de crítica literária, cartas, traduções, enfim, Koseritz parece ter sido um típico erudito, com uma grande facilidade de escrever.

Na literatura, escreveu os seguintes dramas: *Nini* (1859); *Inês* (1860); *A Donzela de Veneza* (1874); *A Véspera da Batalha* (1875), entre outras produções literárias (Carneiro, 1959, p.13). É considerado um dos pioneiros da crítica literária naturalista no Rio Grande do Sul. Publicou dois ensaios críticos: *Alfredo d'Escragnolle Taunay* (1886), trata-se de um estudo biográfico sobre o autor de Inocência, e um *Prefácio* às narrativas de Leopoldo von Sacher-Masoch (1882) (Baumgarten, 1996, p.23).

Além das obras citadas, merecem, ainda, destaque: *Resumo de Economia Nacional, especialmente aplicado às circunstâncias atuais do país* (1870); *Roma perante o Século* (1872), impresso nas oficinas do *Deutsche Zeitung*, criticando a infalibilidade papal (Carneiro, 1959, p.14-15); *Imagens do Brasil; Impressos d'Itália*; (1887) (Gertz, 1999, p.170). *Bosquejos Etnológicos e A Terra e o Homem à luz da Moderna Ciência* ambos publicados em 1884 e baseados nas teorias de Darwin e Haeckel (Carneiro, 1959, p.18-19).

No que tange à vida política de Koseritz, sua participação teve por objetivo a defesa dos interesses dos teuto, e não uma identidade partidária. Gans (1996, p.95) aponta que ele esteve ligado ao Partido Conservador de 1870 a 1878, quando então retornou ao Partido Liberal.

Rüdiger (1993, p.16), ao abordar a imprensa gaúcha do século XIX, destaca que os donos das tipografias não eram políticos, mas artesãos urbanos que acumulavam a função de proprietário e diretor de jornais. Desse modo, estas tipografias poderiam ser mantidas por partidos. Koseritz, ao transferir-se para Porto Alegre,

montou empresas que serviram tanto aos conservadores quanto aos liberais. Na capital, porém, havia se envolvido com os problemas da comunidade alemã, passando a conceber o projeto de sua integração ativa na sociedade política rio-grandense. Em função desse projeto, tornou-se somente jornalista, passando a militar organicamente, nessa condição, no partido dos alemães e no Partido Liberal (Rüdiger, 1993, p.24-25).

Sua ligação com os Liberais deu-se através de Gaspar da Silveira Martins, ambos foram companheiros, primeiramente no jornal *A Reforma*, órgão dos liberais sul-rio-grandenses e mais tarde na Assembléia Legislativa (Carneiro, 1959, p.36).

Em 1881, o senado aprovou o projeto de lei que tornava elegíveis acatólicos e imigrantes naturalizados (Piccolo, 1998, p.62). A lei permitiu que Karl von Koseritz, em seguida, se candidatasse às eleições provinciais de 1882 como deputado. Encontrou oposição no jornal *Deutsche Zeitung* e no cônsul alemão. Entretanto, foi eleito e, nas eleições seguintes, reeleito, permanecendo na Assembléia de 1883 a 1889 (Carneiro, 1959, p.49). É importante destacar que Koseritz não foi o único imigrante alemão a ocupar uma cadeira na Assembléia Provincial, também foram eleitos Frederico Haensel em 1881 e mais tarde Guilherme ter Brüggen. Sua atuação na Assembléia esteve ligada aos interesses das áreas coloniais teutas. Destacou-se na luta pela ampliação das aulas públicas, uma vez que os professores particulares somente ensinavam em alemão.

Koseritz defendia que as colônias deveriam ser providas de professores que falassem os dois idiomas (Carneiro, 1959, p.47). Ele tornou-se o organizador do sistema escolar nas colônias germânicas.

Ao florescer da República, Koseritz, que sempre se manteve simpático ao Império, respeitou o advento republicano. Entretanto, foi perseguido pelo novo regime. Em 1890, já sabendo das retaliações que porventura poderia ser vítima, resolveu ir para a chácara de um amigo perto de Porto Alegre. No entanto, a casa foi sitiada e ele ficou incomunicável por oito dias:

viu-se insultado, humilhado, ameaçado de morte. Em face de protestos de amigos, pode afinal regressar à sua casa em Porto Alegre, à rua Duque de Caxias, 209, onde faleceu, na noite de 29 para 30 de maio de 1890. No artigo que escreveu a 29 de maio de 1890, narrou a violência de que fora vítima: “Só um grande rebelde, sentenciado à morte, ou algum malvado assassino, condenado à morte, podia ser guardado como eu fui no primeiro dia, por seis soldados de carabina Spencer em punho, ficando um deles sentado a seis passos de distância da minha pessoa, com a carabina apontada para mim” (Carneiro, 1959, p. 50) .

A trajetória de Karl von Koseritz encontra-se inserida no contexto histórico da imigração alemã para o Brasil e, em especial, para o Rio Grande do Sul. Além disso, tem seu nome ligado a história da imprensa gaúcha do século XIX, da qual foi um dos pioneiros. Destacou-se por suas atividades nos variados tipos de periódicos que redigiu ou colaborou, estando disponível para atuar em jornais diários, literários, humorísticos ou combativos. Além de exercer uma grande influência no meio teuto através da imprensa em língua alemã.

Jean Roche em obra publicada em 1950 (apud Gertz, 2004, p. 105) afirma que, após a morte de Koseritz, a atividade jornalística teuta entrou em decadência, afirmação contestada por Rüdiger (1996, p.135), apesar de concordar que a “era Koseritz” representou o período de auge da imprensa em língua alemã, afirma que após 1890 o jornalismo teuto-rio-grandense não deixou de progredir, impulsionado pela instalação de modernos estabelecimentos gráficos:

Porto Alegre possuía os três grandes diários: *Deutsche Zeitung*, *Neue Deutsche Zeitung* (ex-Koseritz) e *Deutsche Volksblatt*. O *Rio Grandenser Vaterland* (1902-1930), trissemanário, apareceu nessa época, definindo-se também como porta-voz dos interesses empresariais. No interior também surgiram novos jornais, como o *Kolonie* (1891), de Santa Cruz, e *Die Serra Post* (1911), de Ijuí. A principal folha em circulação, com cerca de cinco mil assinantes, ainda era a *Deutsche Post*, de São Leopoldo.

No entanto, vale ressaltar que Koseritz, através da sua grande desenvoltura como jornalista, redigindo ou fundando jornais, incentivou o desenvolvimento da imprensa em língua alemã mantida ou surgida após a sua morte., fato que é notado, através do grande número de periódicos, diários ou semanários surgidos no Rio Grande do Sul Republicano¹.

Através da análise historiográfica realizada nesta pesquisa, é possível afirmar que Koseritz foi uma figura presente e emblemática no meio colonial alemão. Estimulou a imigração de alemães e chegou a participar da fundação de uma sociedade, chamada Sociedade Central de Imigração, a qual tinha por objetivos cuidar da vinda dos alemães e do parcelamento das grandes propriedades. (Carneiro, 1959, p. 33) Este último objetivo vai ao encontro do desejo dele de espalhar por todo o Império o sistema adotado no sul, o qual tinha por base a pequena propriedade (Carneiro, 1959, p.26; Lando, 1992, p.15-22).

Além da sociedade, dirigiu a Associação Teuta de Proteção Jurídica (*Deutscher Rechtsschutzverein*), atuando como advogado (embora não tivesse formação acadêmica), defendendo os direitos dos imigrantes que vinham procurá-lo (Gans, 1996, p.94).

¹ Sobre o grande número de periódicos ver: GERTZ, René E.. Imprensa e imigração alemã. In: DREHER, Martin N.; RAMBO, Arthur B.; TRAMONTINI, Marcos J.; *Imigração e Imprensa*. Porto Alegre: EST/São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004, pp.100-124.

Barth (1998, p.188) afirma que a interação em um sistema social não ocasiona o desaparecimento das diferenças culturais, mas que elas permanecem apesar do contato interétnico. Pode-se, então, afirmar, que as atividades de Koseritz serviram como um elo de integração/interação entre o mundo colonial e a cultura germânica e o Brasil com sua origem lusa. Koseritz lutou pela valorização dessa cultura e do nacionalismo alemão, entretanto não descuidou de nova condição colocada ao imigrante, como cidadão brasileiro:

À sua maneira, Koseritz desenvolveu um discurso extremamente eficiente, propondo e insistindo na dualidade cidadania brasileira/nacionalidade alemã. Talvez justamente por ele ter proposto uma postura de maior adaptação pragmática ao contexto em que estavam inseridos os teutos no Brasil, de modo a estes obterem os benefícios da cidadania, tenha contribuído mais efetivamente para a constituição de uma identidade *teuto-brasileira* na qual a porção *teuta*, mesmo que metamorfoseada, persistisse por tanto tempo (Gans, 1996, p.96).

Imigrante, alemão e brasileiro naturalizado, jornalista, polêmico, escritor, pesquisador, político, maçom, anti-clero, bilíngüe (era fluente em alemão e português) estes são alguns adjetivos que são aplicados a Karl von Koseritz. Homem de cultura elevada e defensor da integração do elemento imigrante à vida brasileira, pode ser considerado o líder mais importante dos alemães. Além disso, conforme Carneiro (1959, p.13-14): “Os anos que vão de 1864 a 1890 constituem, na história do teuto-brasileirismo, a ‘era Koseritz’.”

Referências

- ANJOS, Marcos Hallal dos. Estrangeiros e modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX. Pelotas: Ed. da Universidade/UFPel, 2000.
- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTGNAT, P.; STREIFF-FENART, J.. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Ed. da Universidade/UNESP, 1998, p. 187-227.
- BAUMGARTEN, Carlos A.. Os primórdios da crítica naturalista no Rio Grande do Sul: João Damasceno Vieira e Carlos von Koseritz. *Artexto* Revista do Departamento de Letras e Artes/FURG, Rio Grande, vol. 7, 1996, p.17-32.
- BECKER, Klaus. *Enciclopédia Rio-Grandense*. Canoas: Editora Regional Ltda, vol.5, 1958.
- CARNEIRO, José F. *Karl von Koseritz*. Porto Alegre: IEL, 1959.
- DREHER, Martin N.. A participação do imigrante na imprensa brasileira. In: DREHER, Martin N.; RAMBO, Arthur B.; TRAMONTINI, Marcos J.; *Imigração e Imprensa*. Porto Alegre: EST/São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004, p.91-99.
- FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa Caricada do Rio Grande do Sul no Século XIX*. Porto Alegre: Globo, 1964.
- GANS, Magda R.. *Presença Teuta em Porto Alegre (1850-1889)* Porto Alegre, UFRGS, 1996, Dissertação (Mestrado em História).
- GERTZ, René E.. Imprensa e imigração alemã. In: DREHER, Martin N.; RAMBO, Arthur B.; TRAMONTINI, Marcos J.; *Imigração e Imprensa*. Porto Alegre: EST/São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004, p.100-124.
- _____, René E. (Org.) *Karl von Koseritz. Seleção de Textos*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/PUCRS, 1999.
- KLUG, João. Imprensa e Imigração alemã em Santa Catarina. In: DREHER, Martin N.; RAMBO, Arthur B.; TRAMONTINI, Marcos J.; *Imigração e Imprensa*. Porto Alegre: EST/São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004, p.13-24.
- LANDO, Aldair M.; BARROS, Eliane C.. Capitalismo e Colonização – Os alemães no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sergius (Org.) *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992, p.09-42.
- MAGALHÃES, Mário Osório. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)*. Pelotas: Ed. da Universidade/UFPel, 1993.
- PICCOLO, Helga I. L.. *Vida Política no Século XIX*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998.

RÜDIGER, Francisco. Imprensa e esfera pública. In: FISCHER, Luís A.; GERTZ, René E.. *Nós os teuto-gaúchos*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1996, p.131-137.

_____, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1993.

SILVA, Haïke R. K. Representações do humor no imaginário teuto brasileiro. In: ARENDT, Isabel C.; _____, Haïke R. K. *Representações do discurso teuto-católico e a construção de identidades*. Porto Alegre: EST, 2000, p.07-96.

O trecho “Não vos peço aplausos, a vós que pensais de maneira diversa”, que serve de título para este trabalho foi citado por Karl von Koseritz em: A Terra e o Homem à luz da Moderna Ciência. In: GERTZ, René E. (Org.) *Karl von Koseritz. Seleção de Textos*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/PUCRS, 1999, p.21.

TAMANCOS DE MADEIRA: A PRESENÇA HOLANDESA NO MUNICÍPIO DE NÃO-ME-TOQUE/RS

Rudinéia Rejane Scherer*

Campanha holandesa para o Brasil

De todas as grandes migrações dos dois últimos séculos, provavelmente as mais vastas que a história da humanidade conheceu, as transoceânicas são as mais notáveis e que melhor puderam ser avaliadas pelas estatísticas. Elas foram conseqüências do superpovoamento relativo da Europa, que se tornou mais populosa do que a Ásia.¹ Além do problema da superpopulação relativa, ocorreram problemas de ordem política, social, religiosa, etc.

Pequenos países como a Holanda não aparecem significativamente na grande corrente migratória do século passado, já que suas populações e territórios eram pequenos. Porém, seus problemas eram semelhantes aos do restante da Europa. Apesar de possuírem colônias como a Indonésia e o Suriname, os holandeses não emigraram consideravelmente para essas regiões.

No século XX, através das companhias de navegação e agências de imigração, o governo neerlandês promoveu campanhas publicitárias com o intuito de apoiar o movimento migratório nacional, principalmente para os Estados Unidos, Argentina e Brasil.² No último século, o Brasil foi escolhido pelos holandeses desejosos de emigrar, sobretudo porque permitia a radicação agrupada dos emigrantes, o que assegurava boa margem de organização social autônoma e liberdade de culto religioso em língua holandesa.³

Movimento emigratório

A emigração holandesa para o Brasil pode ser dividida em dois períodos, separados pela II Guerra: a primeira vai de 1889 a 1940, a segunda, de 1945 até os dias atuais. Essa divisão fundamenta-se na diferença que caracterizou os dois períodos. O primeiro, foi marcado por órgãos oficiais, em contraponto ao processo planejado do movimento migratório a partir de 1950. Ele caracterizou a primeira fase de imigração holandesa para o Brasil, semi-espontânea, com pouca ajuda de órgãos oficiais para orientar os emigrantes.⁴ Neste primeiro período, entraram no Brasil 8.200 holandeses. Os holandeses constituíram uma pequena parcela dos imigrantes que se estabeleceram no Brasil. Uma das causas para a falta de maior atração de emigrantes para esse destino era a falta de informações sobre o Brasil na Holanda. O Brasil fazia pouquíssima propaganda na Holanda para atrair camponeses, em comparação com a propaganda realizada em outros países, como por exemplo a Itália.⁵

Em 1913, na Holanda, fundou-se a *Nederlandsche Verenigind Landverhuzing* (Associação Holandesa para Emigração), e, em 1923, a *Emigratie Centrale Holland* (Centro de Emigração da Holanda). Apesar do serviço útil desempenhado por estas organizações, somente uma pequena parcela de emigrantes utilizava seus serviços.⁶

* Graduada em História pela Universidade de Passo Fundo, mestranda do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade de Passo Fundo, bolsista no Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo e docente da rede estadual de ensino. E-mail: rudineiascherer@yahoo.com.br

¹ LUYTEN, Sonia M. Bibe. *Comunicação e aculturação: colonização holandesa no Paraná*. São Paulo: Loyola, 1981. p. 15.

² Id., 1981. p.16.

³ Id., 1981. p.18.

⁴ Id., 1981. p. 19.

⁵ HACK, H. *Dutch grup settlement in BrazilI*. Amsterdam: Royal Tropical Institute, 1959. p. 12.

⁶ Cf. HACK, H. *Dutch grup settlement in BrazilI*. Amsterdam: Royal Tropical Institute, 1959. LUYTEN, Sonia M. Bibe. *Comunicação e aculturação: colonização holandesa no Paraná*. São Paulo: Loyola, 1981.

O governo brasileiro oferecia, através dessas companhias, algumas facilidades aos imigrantes holandeses: a) seria posto à disposição de cada família um pedaço de terra de 25 hectares; b) o serviço médico e os medicamentos seriam gratuitos; c) durante um ano, seria prestada ajuda conforme a composição da família; d) a terra e a moradia poderiam ser pagas em dez anos – seu preço total era de dois mil e quinhentos réis, uns dois mil florins; e) operários adultos seriam postos à disposição das famílias que não possuísssem filhos.⁷

Iniciativa de emigração

Em geral, as facilidades prometidas não foram totalmente cumpridas. Dos 25 hectares de terras, apenas um quarto era de cultura, o restante era formado por rochas e pedras. Portanto, a terra não era suficiente para o sustento da família. Terminado o prazo de um ano, o governo deixou de ajudar colonos que foram obrigados a comprar a crédito, caindo nas mãos dos negociantes. Em 1943, o governo holandês formou uma comissão de emigração. Um representante da Holanda foi enviado para os estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a fim de relatar as condições para a vinda de grupos de imigrantes.⁸

De 1946 a 1976, durante o segundo período, 6.098 holandeses emigraram para o Brasil. A partir de 1952, o CIME (Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias) passou a coordenar os serviços.

Após os acordos dos governos da Holanda e do Brasil, que incluíam a iniciativa de emigração individual e grupal dirigida, iniciou-se, a partir de 1940, a formação de colônias. No estado de São Paulo foram fundadas a colônia de Holambra I (1946) e Holambra II (1960); no Paraná, ao lado de Carambeí, já existente, formaram-se as colônias de Castrolanda (1950), Monte Alegre (1949) e Arapoti (1960), todas compostas de colonos de formação protestante e Tronco (1953), com colonos católicos. Em Santa Catarina, estabeleceu-se a colônia Tijuquinhas (1950) e no Rio Grande do Sul, Não-Me-Toque (1951). Essas duas últimas colônias eram também de formação católica.

Fazenda Ribeirão

Em junho de 1948, o Ministério para Assuntos de Colonização fechou acordo com o Frigorífico Amour em Chicago, acertando a compra de cinco mil hectares, na fazenda Ribeirão, município de Jaguariúna, para assentamento de camponeses holandeses que ali poderiam instalar propriedades mistas.⁹

Algumas determinações deveriam ser consideradas: deveriam ser colocadas à disposição de brasileiros pelo menos 30% dos lotes. Ou seja, duzentos hectares da fazenda não seriam entregues aos holandeses. O governo federal brasileiro contribuiu na compra das terras e o governo estadual custeou a emigração de cem famílias e concedeu empréstimo para o transporte e despesas aduaneiras dos animais importados. O governo holandês enviou gado, máquinas e outros materiais necessários.¹⁰

Em julho de 1948, formou-se a Cooperativa Agro-Pecuária Holambra, cujo nome originou-se das iniciais *Holanda, América e Brasil*. Sem permitir que saísse capital da Holanda, os emigrantes depositavam seus valores na conta da Cooperativa para uso conjunto de seus associados quando estivessem no Brasil.

Formação e decadência da Cooperativa Holambra

Ao sair da Holanda, os emigrantes que já haviam colocado seus bens e serviços à disposição da Cooperativa recebiam um comprovante de “habilitação”. Ao chegarem à fazenda descobriram

⁷ LUYTEN, Sonia M. Bibe. *Comunicação e aculturação: colonização holandesa no Paraná*. São Paulo: Loyola, 1981. p. 21.

⁸ Id., 1981. p.22.

⁹ Cf. IMIGRAÇÃO neerlandesa no Brasil. Embaixada da Holanda. Disponível em: <http://www.embaixada-holanda.org.br>. Acesso em 25 jul. 2003. HOLAMBRA: como nasce uma cidade. Disponível em: <http://www.cidade.usp.br/educador/modulo1/holambra.doc>. Acesso em 25 jul. 2003.

¹⁰ Id. Ib. jul. 2003.

logo o significado de trabalharem juntos em espírito comunitário. Os bens e os trabalhos eram divididos. Aos poucos, a Cooperativa ia auxiliando os cooperados a terem seu pedaço de terra e sua moradia definitiva.

A chegada de novas famílias e a manutenção e a construção de casas exigidas por elas causaram um rombo nas finanças da Cooperativa, que precisou ser reorganizada e, a partir daí, o cumprimento das suas normas foi exigido como obrigação número um a todos os associados. No entanto, os problemas não se resolveram. Várias famílias voltaram para a Holanda e outras saíram da Fazenda Ribeirão para formarem suas próprias propriedades.

Retorno à terra natal

Há algumas décadas, o retorno definitivo para a Holanda surgia como alternativa às famílias inadaptadas ao Brasil ou que malogravam na aventura colonial. A naturalização brasileira entre holandeses não foi muito expressiva: principalmente para os mais velhos, ela representava uma perda de vínculos com o país natal e, conseqüentemente, das possíveis garantias em caso de velhice não asseguradas pelo Brasil.

Os direitos sociais que os holandeses não naturalizados residentes no Brasil possuem na Holanda:

- a) em caso de doença, têm os mesmos direitos sociais que o holandês que mora na Holanda;
- b) em caso de retorno à Holanda, para fixar residência: 1) o governo municipal fornece um salário para a sobrevivência, conforme o número de pessoas; 2) o governo municipal cede uma casa para a moradia; 3) para a compra dos móveis, o governo federal faz um empréstimo por três anos. Caso essa quantia for quitada nesse período, o cidadão ganha um desconto de 50%;
- c) os estudos são pagos pelo governo, inclusive o ensino superior;
- d) em caso de doença, assistência médica é paga pelo governo.¹¹

Iniciando a povoação

Durante a Segunda Guerra Mundial [1939-45], a Holanda foi duramente castigada pela invasão alemã de 1941-45. Terminada a guerra, uma pequena parte de populares desejou deixar o país em busca de melhores condições de vida. Assim sendo, preocupado com os problemas internos e as dificuldades que a população enfrentava, o governo holandês teria orientado os interessados em emigrar a escolherem áreas de clima temperado, dentre elas o Brasil.¹²

Na Holanda, não havia possibilidade de expansão na área agrícola, já que as cidades cresciam, engolindo e industrializando lentamente as terras cultiváveis. Os *polderes* ainda estavam em projeto sem condições de exploração imediata. Os emigrantes holandeses eram especialmente agricultores, operários de indústrias mecânicas, comerciantes, entre outros profissionais, que deixaram a pátria para iniciar vida nova em terra nova.

Para apoiar a emigração para o Brasil, o governo da Holanda adquiriu uma grande área de terras em São Paulo. De acordo com o pesquisado, a terra comprada não teria sido suficiente para todos os emigrantes e algumas famílias não teriam se adaptado à região. Então, o Rio Grande do Sul teria surgido como possível destino, já que as imigrações alemã¹³, italiana¹⁴ e polonesa¹⁵, baseadas na pequena propriedade, tinham prosperado no Estado.

¹¹ LUYTEN, Sonia. *Comunicação* [...]. Ob. Cit. 1981. p. 136.

¹² HOLANDESES em Não-Me-Toque. *Noticioso*. Carazinho, 25 dez. 1951.

¹³ Ver sobre a imigração alemã no Rio Grande do Sul na obra de ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

¹⁴ Ver sobre imigração italiana no Rio Grande do Sul na obra de MAESTRI, Mário. *Os senhores da Serra: a colonização italiana do Rio Grande do Sul (1875-1914)*. 2ª ed., Passo Fundo: UPF, 2001.

¹⁵ Ver sobre a colonização polonesa no Rio Grande do Sul em WENCZENOVICZ, Thaís J. *Montanhas que furam as nuvens! Imigração Polonesa em Áurea (1910-1945)*. Passo Fundo: UPF, 2002.

Colonização e povoamento

Na década de 1940, a então vila de Não-Me-Toque era habitada predominantemente por descendentes alemães e italianos. Ela era constituída por uma praça principal, dois hospitais, três educandários, duas igrejas e várias casas comerciais que supriam as necessidades básicas da população do pequeno povoado, onde os colonos comercializavam os seus produtos.¹⁶

Com a vinda do frei Olímpio Reichert, em 1945, fundou-se uma escola complementar católica, que iniciou seu funcionamento em 1946, sob a direção dos padres franciscanos, como Ginásio São Francisco Solano. Em agosto de 1946, chega frei Roberto Gense, o primeiro holandês a integrar a comunidade não-metoquense. Em setembro do mesmo ano, o frei Marcolino Melis, também holandês, chegou de Belo Horizonte. Ele foi um dos incentivadores da vinda de imigrantes holandeses para o povoado.

Consta que o primeiro grupo de holandeses chegou ao município de Não-Me-Toque no final de 1949. Na Holanda, eles haviam recebido cartas onde constavam dados sobre a situação do local no qual passariam a viver como proprietários da terra tão desejada. A seguir, viajaram de navio até Rio Grande, ou até Estação Arthur Nogueira, no Paraná, e prosseguiram por mais duzentos quilômetros, percorridos de ônibus ou caminhão, por estradas escorregadias e cheia de buracos.¹⁷

A região a que se destinavam os colonos holandeses era acidentada e coberta de vegetação rasteira – barba de bode –, pois os melhores terrenos já haviam sido ocupados pelos italianos e alemães provenientes das colônias velhas. As primeiras famílias holandesas chegaram em Não-Me-Toque em janeiro de 1949¹⁸, estabelecendo-se provisoriamente no Ginásio São Francisco Solano. Em meio às dificuldades, o que mais lhes interessava, impulsionando-os nesse reinício de vida, era a possibilidade de se tornarem proprietários de terras.

A maioria dos imigrantes holandeses, provenientes da Holanda, chegada à região de Não-Me-Toque, era originária das províncias holandesas de Nord-Brabant, Limburg e Gelderland. Dessas regiões os emigrantes realizavam sua viagem para o Brasil. Cornélia Van Riel informa: “Embarcamos em Amsterdam no navio, aí nós, é *costiamos* primeiro a costa da Bélgica, da França, aí tinha Portugal, tinha cidade, nós aportamos na cidade de Figo, Bilbao e Lisboa [...]”.¹⁹

A travessia transoceânica

As passagens marítimas eram pagas pelos próprios emigrantes. Do embarque na Europa, até o Rio de Janeiro, onde permaneciam em quarentena, na ilha das Flores, a travessia durava de 18 a 20 dias. A travessia era feita, sobretudo, em navios de casco metálico, impulsionados com motores movidos a carvão. Cada navio transportava, em média, setecentas a oitocentas pessoas.

Dentre as empresas transportadoras de holandeses estava a empresa argentina Navegacion Dodero S.A.. Nas entrevistas feitas, destacam-se os comentários dos passageiros quanto à alimentação servida a bordo durante a travessia. A comida era consumida em bandejas, pratos, copos e talheres de “inox” nas grandes salas destinadas à terceira classe. Ana Van Riel, moradora em Não-Me-Toque, hoje com 65 anos, relata que durante a viagem de navio, deveria cuidar de seus talheres: “Eu sei que as mesas tava tudo presa *né*, e tinha uma *berada* no redor da mesa *pra* quando chacoalha muito, que eles, que a *loça* não cai.”²⁰

Um pouco como no relativo à imigração italiana, a alimentação nos navios era abundante e, em geral, mais farta e rica do que a conhecida na Holanda pelos camponeses. Vejamos outro depoimento de Cornélia Van Riel, que viajou em 1951, com 63 anos: “[...] bastante carne, bifês [pausa] e

¹⁶ INESTIMÁVEL Influência do Holandês no Progresso. *Correio Regional*. Não-Me-Toque, 12 dez. 1985.

¹⁷ VAN RIEL, Cornélia. Entrevista realizada em 23 set. 2003, Não-Me-Toque.

¹⁸ Cf. APÓS a Segunda Grande Guerra chegam os Holandeses. *Veja Não-Me-Toque* 40 Anos, março de 1995; INESTIMÁVEL influência do holandês no progresso. Suplemento Especial do jornal *Correio Regional*, 12 de dezembro de 1985; WITTE, Dirce. *A colonização holandesa no município de Não-Me-Toque*. Não-Me-Toque, 1991. Monografia (Graduação), Instituto de Ciências Exatas e Geociências, Universidade de Passo Fundo, 1991.

¹⁹ VAN RIEL, Cornélia. Entrevista realizada em 23 set. 2003, Não-Me-Toque.

²⁰ VAN RIEL, Anna. Entrevista realizada em 07 out. 2003. Não-Me-Toque.

arroz e salada essas coisas. Eu lembro assim: salada verde, alface bastante e pão tipo: pão *cacetinho*. Mas nós não era acostumado aquela comida, então o que nós mais comíamos era pão.”²¹ A carne servida aos passageiros não era comida habitual das populações camponesas holandesas de então.

A acomodação nos navios era em alojamentos enormes, onde os passageiros dormiam em beliches. Os emigrantes não conheciam esse tipo de acomodação.

Tempos difíceis

O imigrante holandês vinha de realidade diferente, quanto ao meio rural e urbano. Em geral, vivia em *habitat* “rural urbanizado” comum à Holanda. Quando do início da imigração para o Rio Grande do Sul, depois da Segunda Guerra Mundial, estradas, ferrovias e meios de transporte variados já eram habituais nas regiões que os emigrantes abandonavam. O que não era o caso do Brasil e do Rio Grande do Sul.

A viagem rumo à nova propriedade iniciava-se com saída de caminhão ou ônibus. Durante o percurso, os imigrantes holandeses teriam uma primeira noção da região que habitariam, no relativo às dificuldades impostas pelo relevo e pelos meios de transporte.

O impacto das novas terras, sobretudo no que diz respeito às diferenças entre a paisagem holandesa e brasileira, é registrado na reconstituição da conversa que Franciscus Souilljee teve com frei Ildefonso, durante a viagem para o Brasil: “[...] ‘mas como é que é lá no Brasil?’ Então ele falava: ‘é assim’ [...] E daí a gente gera uma idéia né... Mas quando a gente chegava aqui era bem diferente, que nós lá vimos isso, com olhos de holandeses que morava lá.”²²

Os primeiros lotes

As primeiras famílias de imigrantes que chegaram foram as de Matheus Melis, irmão do frei Marcolino Melis, e a de seu cunhado Gerrit Jan Rawers. Nos primeiros dias, elas moraram no Ginásio São Francisco Solano, sob o cuidado dos freis franciscanos, até encontrarem lotes de terra disponíveis para a compra. Na sua maioria, os emigrantes eram camponeses pobres que não tinham propriedades na terra de origem ou possuíam, apenas alguns poucos hectares.

A compra de terras

O jornal *Noticioso* registra: “O Sr. Melis veio da Holanda no corrente ano, adquirindo em maio uma colônia com 27 hectares do Sr. Benno Bender, nas proximidades da sede do 2º distrito. Essas terras foram plantadas e desfrutadas durante vinte anos e depois abandonadas durante outros quinze, de maneira que nem ‘barba de bode’ dava mais nela, sendo portanto terra fraca e ordinária.”²³

A compra de terras iniciou-se antes da chegada dos holandeses em 1949. Para esse comércio, os freis franciscanos intermediavam o negócio. Uma das cartas enviadas pelo frei Olímpio Reichert ao frei Ildefonso Wouters, que se encontrava na Holanda, intermediando a compra ou o aluguel da terra em Não-Me-Toque, relata o seguinte: “Hoje encontrei alguma coisa para aquela família de 14 pessoas, para qual pediste de comprar ou alugar algo.”²⁴

Segundo Cornélia, as terras que seu pai comprou correspondiam a 25 hectares, a média de hectares compradas por camponeses holandeses. A primeira compra de terras foi realizada por Matheus Melis, em 1949, na localidade de Mantiqueira, município de Não-Me-Toque.²⁵ As terras não-metoquenses começam a valorizar-se no momento em que começam a interessar aos emigrantes holandeses. O valor da terra encontra-se destacado na carta enviada à Holanda pelo frei Olím-

²¹ Id.ib., 2003.

²² SOUILLJEE, Franciscus. Entrevista realizada em 10 out. 2003. Não-Me-Toque.

²³ OS MILAGRES da agricultura racional. *Noticioso*. Carazinho, ano IX, n. 790, dez. 1950. p. 01.

²⁴ Carta expedida em 16 de julho de 1951. Acervo particular de Cornélia Van Riel.

²⁵ Cf. INESTIMÁVEL influência do holandês no progresso. *Correio Regional*. Não-Me-Toque. Ano VIII, n. 360, dez. 1985, p. 24. WITTE, Dirce. *A colonização holandesa no município de Não-Me-Toque*. Não-Me-Toque, 1991. Monografia (Graduação), Instituto de Ciências Exatas e Geociências, Universidade de Passo Fundo, 1991.

pio Reichert: “[...] oferece a esta família ± 34-36 hectare de terra cultivável [...] Para comprar, se isto acontece imediatamente, tudo junto custa 65 contos.”²⁶

Em dezembro desse mesmo ano, em reportagem do *Noticioso* relata: “Fomos logo na casa do chefe da turma, snr. Pedro Uit de Willigen (Pé de vime) que, possuindo o curso e a prática de agrônomo, serve de orientador para os outros. Já às 8 horas da manhã encontramos-lo lá na roça, no meio dos seus 65 hectares de ‘barba de bode’, adquiridos por 105 contos.”²⁷

Primeiras colheitas

Em 1950, os imigrantes organizaram-se, surgindo as primeiras colheitas, após instalarem-se em suas propriedades – como vimos, em torno de 25 hectares – no interior da vila de Não-Me-Toque, nas localidades de Arroio Bonito e de Mantiqueira. Segundo Sonia B. Luyten, “suas inovações técnicas, como aproveitamento do solo e seleção de sementes e de animais reprodutores [...] trouxe conseqüências consideráveis na organização agropecuária”²⁸. A chegada de agricultores europeus que dispunham de conhecimentos técnicos e capitais ensejava melhoria do solo e da qualidade dos produtos, superando o desgaste habitual dos terrenos.

Em *História agrária do planalto gaúcho*, Paulo Afonso Zarth observa que a “colônia entra em declínio pelo esgotamento do solo resultante dos sistemas depredatórios de cultivo empregados”.²⁹ Os imigrantes holandeses compraram glebas de fertilidade esgotada de agricultores que migraram para outras regiões do país em busca de propriedades de solo fértil para a produção agrícola.

Campanhas para pequenos proprietários deixarem as terras do sul do país, em buscas de “terras novas” eram comuns nos jornais da década de 1950. Comumente, elas ofereciam terras mais produtivas no norte do Paraná que supririam as necessidades e dificuldades encontradas pelos agricultores da região do Alto Jacuí. A manchete de um desses jornais registra: “O norte do Paraná é verdadeiramente uma terra de promessa: Garantia de progresso para todas as indústrias e possibilidades para todos os ofícios.”³⁰

Concretização de sonhos

Como vimos, a possibilidade de tornar-se proprietário rural foi o principal motivo que atraiu os holandeses ao Brasil, onde pretendiam concretizar o ideal dificilmente alcançável na Holanda de tornar-se proprietário. Percebe-se o quanto era atrativo o Brasil devido às dificuldades e baixas expectativas que conheciam os imigrantes na Holanda da época. O Brasil atraía o holandês porque ele poderia transformar-se, na velha pátria, de assalariado, arrendatário ou minifundiário em proprietário, no Rio Grande do Sul, de uma significativa gleba de terra.

Os primeiros chegados buscavam igualmente outras fontes de renda. As mulheres dos primeiros holandeses trabalhavam lavando a roupa dos internos e dos freis do Ginásio São Francisco Solano. Outras trabalhavam nos hospitais existentes na vila de Não-Me-Toque ou nas casas de holandeses que viviam no povoado.

Nem todos os imigrantes holandeses dedicaram-se à agricultura. Gerrit Jan Rauwers iniciou seu trabalho como soldador na empresa Fritz, em Carazinho. Após alguns meses, Rawers empregou-se na empresa de Elinor Kirinus, da qual mais tarde tornou-se sócio, fabricando mesas hospitalares, cadeiras para gabinetes dentários, máquinas de lavar roupa e outros similares. Em 1953, a família de Johannes Stapelbroek chegou à vila de Não-Me-Toque, abriu uma ferraria e, logo em seguida, em sociedade com Gerrit Jan Rauwers, instalou uma firma especializada no concerto e montagem de máquinas agrícolas.

²⁶ Carta expedida em 16 de julho de 1951. Acervo particular de Cornélia Van Riel.

²⁷ HOLANDESES em Não-Me-Toque. *Noticioso*. Carazinho, Ano X, n. 936, 25 de dez. 1951. p. 09.

²⁸ LUYTEN, Sonia M. Bibe. *Comunicação e aculturação: colonização holandesa no Paraná*. São Paulo: Loyola, 1981. p. 81.

²⁹ ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho: 1850-1920*. Ijuí: Unijuí, 1997. p. 138.

³⁰ O NORTE do Paraná é verdadeiramente uma terra de promessa. *Noticioso*. Ano IX, n. 773, 11 nov. 1950, p. 04.

Busca de uma vida melhor

Como também vimos, em início da década de 1950, muitos imigrantes holandeses não se adaptaram ao sistema da Cooperativa de Holambra, em São Paulo. Em decorrência disso, um grupo ali estabelecido visitou as famílias radicadas no Rio Grande do Sul, sendo recepcionadas pelos freis franciscanos, que serviam de intérpretes na visita nos contatos com os moradores locais dispostos a vender suas terras.

Em abril de 1950, chegou a família de Joannes Petrus van den Mosselaar, que instalou uma sapataria. Por sua vez, as senhoras van den Mosselaar e Rauwers abriram uma lavanderia. Nessa época, o governo brasileiro exigia a garantia de uma profissão para autorizar a chegada desses imigrantes.

Em São Paulo, o projeto da Fazenda Ribeirão – atual Holambra – não teve o sucesso esperado e novamente o Rio Grande do Sul foi a opção de outras quatro famílias. Em janeiro de 1951, chegaram os núcleos familiares Hermanus van Ass; Hermanus Theunissen; Pietja Uitdenwilligen e Antonius Assink.

Algumas famílias estabeleceram-se em terras adquiridas pelos holandeses, outras, alojaram-se no Ginásio Solano. Para melhor adaptação dos imigrantes holandeses, os padres franciscanos realizavam missas em língua holandesa.

Novas levas de imigrantes

No decorrer dos anos seguintes, novas famílias chegavam ao Rio Grande do Sul. Entre as famílias vindas nessa época destaca-se a de Jacobus van Riel que chegou em Santos, São Paulo, em 1949, permanecendo em Holambra até 1951, para a seguir estabelecer-se em Não-Me-Toque. A família comprou uma área de cinquenta hectares de terras em Mantiqueira, onde iniciaram suas atividades cultivando a batatinha, o milho e criando suínos.

Ainda em 1951, seguindo a mesma trilha, chegaram em Não-Me-Toque a família de Thomas Sanders. Em 1952, chegaram as famílias Souilljee; em 1953, Stapelbroek; em 1956, van Vught e muitas outras que, nos anos seguintes, deram continuidade ao movimento migratório holandês.

Métodos agrícolas

A nova condição de camponês proprietário no Brasil não garantiu ao imigrante holandês sucesso imediato. Conhecedor de instrumentos agrícolas, habituado a solos já cultivados, ele lançou mão de processos anteriormente aplicados na sua terra natal.

Muitas áreas já estavam prontas para o plantio, visto que os ex-proprietários já tinham realizado o trabalho da derrubada e queima da floresta. A seguir, as primeiras sementes, trazidas inicialmente da Holanda, eram lançadas à terra.

Os recém-chegados deram prioridade à produção de batata holandesa e a criação de suínos. O jornal *Noticioso*, de Carazinho, noticiava: “Entre outros produtos agrícolas, dita família dedicou-se especialmente ao cultivo de batatas obtendo já no primeiro ano, com os devidos cuidados técnicos, em terras consideradas já imprestáveis, ótimo resultado. Agora, há meses, novas famílias holandesas vieram se estabelecer no segundo distrito de nosso município e em terras também consideradas safaras (estéreis), obtiveram colheitas de batatas boas, bem graúdas, á razão de mais de 15 sacos por saco de semente plantada.”³¹

Uma das características na produção de batatas era a proteção das plantações das geadas com técnicas desconhecidas na região, como produzir fumaça com montes de serragem em pontos estratégicos da lavoura ou arrastar cordas sobre as plantações para movimentar constantemente a planta.³²

³¹ ÓTIMA a colheita de batatas da Colônia Holandesa de Não-Me-Toque. *Noticioso*. Carazinho. Ano XI, n. , 29 jan. 1952. p. 2.

³² INESTIMÁVEL Influência do Holandês no Progresso. *Correio Regional*. Não-Me-Toque, 12 dez. 1985.

Dificuldades iniciais

Apenas chegados, os imigrantes holandeses dedicavam-se à preparação do solo, ao reconhecimento do lote e à construção definitiva da casa e dos estabelecimentos coloniais, quando não existiam na propriedade adquirida. A preocupação inicial era plantar para garantir o sustento da família. Os imigrantes ao se estabelecerem no meio rural, já desenvolviam a agricultura comercial. Criavam pequenos animais, mantinham uma pequena horta ao redor da casa.

Plantava-se mandioca, milho, arroz e feijão. O milho era usado para alimentar os animais. Em momentos de dificuldade ou de superprodução de batata, o gado era alimentado com esse produto. O excedente da produção agrícola era vendido ao comerciante local, que revendia a produção colonial aos consumidores ou a comerciantes do centro maior: Passo Fundo.

Após o entusiasmo inicial, surgiram os primeiros problemas e descontentamentos. Ainda sob efeito da propaganda, o colono deparou-se com a má qualidade das terras.

Considerações Finais

No presente artigo, procurou-se mostrar sinteticamente as determinações políticas, sociais e econômicas da imigração holandesa no município de Não-Me-Toque a partir de 1949, surgidas de uma série de fatores históricos.

Em 1949 chegavam as primeiras famílias de imigrantes holandeses para a então vila de Não-Me-Toque. Procurou-se abordar essa história que contribuiu para o desenvolvimento das investigações sobre a imigração holandesa dessa região, em particular.

No processo migratório, o grupo holandês representou uma minoria, se for comparado a outros grupos étnicos, como alemães, italianos e poloneses. A contribuição da colônia holandesa para o crescimento do município, efetivou-se com a difusão de invenções de técnicas para a recuperação do solo, dando início à modernização da agricultura.

Referências

- APÓS a Segunda Grande Guerra chegam os Holandeses. *Veja Não-Me-Toque 40 Anos*, março de 1995.
- HACK, H. *Dutch grup settlement in Brazill*. Amsterdam: Royal Tropical Institute, 1959.
- LUYTEN, Sonia M. Bibe. *Comunicação e aculturação: colonização holandesa no Paraná*. São Paulo: Loyola, 1981. p. 15.
- MAESTRI, Mário. *Os senhores da Serra: a colonização italiana do Rio Grande do Sul (1875-1914)*. 2ª ed., Passo Fundo: UPF, 2001.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.
- WENCZENOVICZ, Thaís J. *Montanhas que furam as nuvens! Imigração Polonesa em Áurea (1910-1945)*. Passo Fundo: UPF, 2002.
- WITTE, Dirce. *A colonização holandesa no município de Não-Me-Toque*. Não-Me-Toque, 1991. Monografia (Graduação), Instituto de Ciências Exatas e Geociências, Universidade de Passo Fundo, 1991.
- ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho: 1850-1920*. Ijuí: Unijuí, 1997.

RUMO À CIDADE...

Fernanda Ben*

Das mais variadas maneiras e em diferentes espaços e temporalidades, o deslocamento de pessoas, de uma região para outra, de país para país, de Estado para Estado, de uma cidade para outra, ou mesmo do campo para a cidade, tem se apresentado como uma condição apropriada às sociedades humanas. Isso tem acontecido principalmente nos momentos de “insegurança” ou “crise” vivida pelas famílias, que na maioria das vezes, envolvem fatores econômicos como o agravamento das condições de existência do grupo familiar. Certamente as condições econômicas influenciam as pessoas a se deslocarem de um local para outro, mas, além disso, a perspectiva de melhoria das condições de vida e a possibilidade de concretizar ‘sonhos’ são componentes da bagagem dos migrantes.

Nesse sentido, gostaríamos de apresentar, neste ensaio, a trajetória dos migrantes que deslocaram-se para Chapecó, movidos pelas oportunidades de emprego oferecidas pelas indústrias frigoríficas a partir da década de 1970, enfatizando-se o ‘encanto’ que a cidade exercia sobre essa população, os fatores que impulsionaram a migração e as relações que envolveram a mobilização dos colonos¹ para a cidade.

Na roça já não dava mais!

João Baptista Garcia nasceu em Chapecó em 1936, mas logo passou a residir no interior de Caxambu. No final dos anos 70 a agricultura não garantiu mais o sustento dele e da esposa Juventina e com os nove filhos partiu ao então ‘mato’ que mais tarde seria o Bairro Efapi. No início a esposa não gostou muito da idéia, mas logo entendeu a situação agrícola daquela época e concordou com a aventura. ‘Sai de lá nas escuras, mas com a esperança de ser funcionário da Sadia’ que na época estava expandido as atividades no município de Chapecó (...).

Nas estradas recém abertas, havia postes, mas a energia elétrica só foi ligada anos mais tarde. Claramente, só com a luz do lampião. ‘O poço só dava água para a cozinha’ explica.

Dois meses depois, e com a casa feita seu Garcia foi chamado para trabalhar na agroindústria que motivara sua saída do campo. Aos poucos o povoado foi tomando forma, mas antes disso os poucos moradores não possuíam muitas condições consideradas imprescindíveis nos dias de hoje².

Esse breve relato demonstra parte da história de vida de uma família que se aventurou a migrar para a cidade na perspectiva de conseguir uma vaga de trabalho na Sadia, abatedouro de aves. Como João B. Garcia muitas outras famílias, ou parte delas, os membros mais jovens principalmente, dos mais variados locais se mobilizaram em busca de melhores condições de vida no meio urbano, movidos sobretudo, pelas possibilidades de emprego no setor frigorífico dessa cida-

* Mestranda em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, vinculada a Linha de Pesquisa: Trabalhadores experiências, solidariedades e conflitos.

¹ “O termo colono, de longa data, vem sendo usado para o habitante rural, voltado à lavoura, em pequena propriedade com exploração familiar”. (RENK, Arlene. Questões sobre a migração urbana e o êxodo rural em Chapecó. **Revista Grifos**. Chapecó, nº1, julho de 1994, p.25). Esse termo também foi estudado por Giralda Seyferth.

² Jornal Folha do Bairro Efapi. **Experiência revelada nos cabelos**. Chapecó. Maio de 2004, p.9.

³ Para acompanharmos melhor as relações que se teceram entre os operários da indústria frigorífica e a empresa, optamos por analisar a instituição da empresa Sadia Avícola S/A inaugurada em abril de 1973, numa área rural, a noroeste do centro da cidade de Chapecó. Com o passar dos anos nos arredores da empresa, foram se formando aglomerados, vilas que originaram vários bairros que atualmente se incorporam a cidade. O “Engenho Braun” e o “Efapi”, bairros instituídos a partir da década de 1980 nas proximidades da empresa, foram constituídos principalmente por funcionários da Sadia abrangendo desde operários do setor frigorífico até os chefes de departamento da empresa. A formação dessa localidade, que se efetivou de forma mais intensa a partir da migração de ex-colonos, e as relações *emaranhadas* entre operário e empresa, no ambiente de trabalho e fora dele, constitui a problemática que venho desenvolvendo na pesquisa.

de³.

A migração populacional do campo-cidade certamente não foi um episódio que acontecia somente em Chapecó, mas uma amostra do que vinha ocorrendo em todo o país, mais intensamente a partir dos anos 1950, quando começa-se a perceber que o fluxo migratório torna-se mais intenso em função dos estímulos auferidos ao capital industrial do país. Como enfatiza Eunice Durham, a migração para as cidades:

“[...] não são fenômenos particulares de nossa época. Mas a amplitude dos movimentos migratórios internos no Brasil durante o século XX, assim como o processo acelerado de urbanização, apontam para transformações econômicas-sociais profundas que como geralmente se reconhece, estão relacionadas ao processo de desenvolvimento do país⁴.

Nesse sentido, o deslocamento de pessoas do campo para a cidade pode ter vários significados, dependendo das condições experimentadas pelos sujeitos no meio rural. A vinda para a cidade dos colonos a procura de emprego nas indústrias frigoríficas de Chapecó⁵ pode insinuar várias representações: o abandono de uma situação social anterior de dificuldades; o “chamado sedutor” de parentes ou amigos que já haviam deixado o campo; uma estratégia da família que já não tinha condições de manter o grupo familiar, assim, deslocar-se para a cidade seria uma alternativa; e pode representar também a exclusão social dos colonos que não se adaptaram as novas formas de trabalho, proposta aos agricultores pelas novas técnicas e tecnologias agrícolas, viabilizadas pelas políticas públicas⁶. Os depoimentos que seguem demonstram alguns dos possíveis motivos que levaram famílias inteiras ou moças e rapazes, membros das famílias rurais, a tentar uma nova condição de vida na cidade de Chapecó:

Antes de eu iniciar na Sadia eu morava na agricultura, me criei na roça até os dezessete anos, trabalhei na roça com meus pais. Nós éramos proprietários, mas em 1971 diante das dificuldades, diante da mecanização da agricultura que estava acontecendo, eu me vi com um futuro negro na agricultura, porque eu procurava analisar aquele vizinho que tinha um trator ele se sobressaía um pouco mais. Aí eu pensei. Eu jovem, eu precisava arranjar alguma coisa, ter alguma coisa. Daí eu comecei analisar, o trabalho braçal, era sofrido! Eu com pouca instrução, sem possibilidade de estudar. Essas condições foram que me trouxeram pra cidade⁷.

Eu vim pra cá porque lá era muito longe pra estudar o colégio pra começar fazer a 5ª série, a 8ª série

⁴ DURHAM, Eunice. **A caminho da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1984, p.7.

⁵ A base industrial do município desde os anos cinquenta – até os dias atuais – é o setor frigorífico. Ele começou a se desenvolver a partir de 1952, quando se constituiu a Indústria e Comércio Chapecó S/A. Atualmente o município dispõe de três frigoríficos: industrializam frangos e suínos – a Chapecó Indústria e Comércio S/A e o Frigorífico Aurora, vinculado a Cooperativa Central Oeste Ltda - e a Sadia Avícola S/A responsável pela industrialização de frangos e perus. Por isso, a preferência de tantos migrantes de origem rural escolherem Chapecó para se instalarem. Estas três empresas por tratarem da produção e industrialização de carnes e derivados apresentaram ao longo da década de setenta e oitenta novas oportunidades de trabalho. Além disso, vários outros setores econômicos da cidade, oportunizaram empregos, como: outras indústrias de alimentos (derivados de leite, óleos vegetais), construção civil, metal-mecânico, transporte de mercadorias, setor de serviços, entre outros.

⁶ É importante salientar que as novas técnicas e tecnologias agrícolas introduzidas no meio rural, a partir dos anos 1950 com o “pacote tecnológico” da Revolução Verde para o aumento da produtividade – uso de insumos agrícolas, sementes selecionadas e fertilizantes – e o sistema de Crédito rural trouxeram muitas mudanças nas formas de trabalho no campo. [Conferir em: Mussoi, Eros; SEIBEL, Erni J.; PUERTA TRUFILLO, Fernando S. **Integración entre investigación y extensión agraria en un contexto de descentralización de desarrollo: el caso de Santa Catarina – Brasil**. Tese de Doutorado – Universidad de Córdoba, 1998. TESTA, Vilson et al. **O Desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense**. Florianópolis: Epagri, 1996, TEDESCO, João Carlos (Org.) **A agricultura Familiar: Realidades e Perspectivas**. 3ª Ed. Passo Fundo-RS: Editora da UPF, 2001. POLI, Odilon. **Leitura em Movimentos sociais**. Chapecó: Grifos, 1999.] E no Oeste Catarinense, além disso, as agroindústrias inauguraram uma forma de produção que também trouxeram transformações nas relações de trabalho no campo. [Conferir em: CAMPOS, Indio. **Os Colonos do Uruguai**. Relações entre pequena produção e agroindústria no Oeste Catarinense. Dissertação de Mestrado em Economia, UFP, Campina Grande – PA, março de 1987. PAULILO, Maria I. S. **Produtor e Agroindústria**: consensos e dissensos. O caso de SC. Florianópolis: Ed. UFSC, 1990. STRIEDER, Roque. **Produção Agrícola Integrada**. São Miguel do Oeste: UNOESC, 2000. ESPINDOLA, Carlos J. **As Agroindústrias do Brasil: o caso Sadia**. Chapecó: Grifos: 1999].

⁷ Entrevista concedida a autora em 19/12/2003. Seu Ataíde, operário aposentado da Sadia na função chefe do setor frigorífico. Trabalhou de 1972 a 1997. Reside no Bairro Engenho Braun. Grifos Meus

dava uns 60, 70 quilômetros de onde nós morávamos. Então eu vim pra Chapecó pra estudar. E aqui veio um tio meu primeiro, ele entrou na Sadia se comprou terreno, fez casa, foi indo bem, sabe. Porque antigamente a Sadia era uma das melhores, era a “Mãe Sadia” né. Então nós ouvia fala e daí nós lá em casa comentava: Porque nós ficar aqui patinando nesses morro trabalhando, se fulano foi pra lá e já se fez isso, fez aquilo e tá bem. Eu vim pra continuar estudando e trabalha, só que depois eu entrei na Sadia e daí comecei a trabalha e não estudei mais, não consegui⁸.

Eram as condições da roça. Meu pai tinha um pedaço de terreno que não comportava mais os filhos, quando a gente começou a ter necessidade de sobrevivência, a gente sentiu que não era aquele local (pra ficar) e viemos pra outro⁹.

Podemos considerar que cada migrante trazia na bagagem “um sonho” que se concretizou, ou não, dependendo das condições efetivas que foram experimentadas por cada um deles. Isso nos permite pensar que a população migrante esteve envolvida pelas ‘forças econômicas’ que impulsionaram a migração para a cidade. Mas, no entanto, temos que perceber os também como sujeitos que reagiram diante das condições de incerteza que os atingia nos momentos de redefinição das formas de trabalho no campo. A migração campo-cidade pode ser compreendida como uma escolha, uma ação dentre muitas que incidiram no cenário que, a todo o momento, se modificava.

Os depoimentos dos trabalhadores da Sadia revelam a existência de uma ‘rede social’ articulada que dinamizava a migração. O lugar de origem, a família, os parentes e amigos, a exemplo do que nos propõe Paulo Fontes, “desempenhavam um papel determinante nessa rede”¹⁰ indicando uma dinâmica para a migração campo-cidade. No depoimento a seguir, que se confunde com a maioria dos casos, podemos perceber que era recorrente a admissão dos membros da mesma família pela empresa

No começo um dos meus irmãos veio na frente e daí encaixou na Sadia e veio puxando os outros. Na colônia tava meio difícil também, na roça era sofrido, né. Viemo vindo, viemo todo mundo. O primeiro que veio foi arrumando pros outros, entremo tudo, a família inteira na Sadia naquela época¹¹.

A migração na maioria das vezes ocorria de forma articulada e planejada na certeza de que alguém já tivesse disponibilizado emprego e local de moradia, mesmo que fosse provisoriamente. Era muito comum a contratação de membros da mesma família, dessa forma, aquele que deixava o campo e, “se dava bem”, tratava de conseguir emprego para os familiares que ficavam. Como nos relata Eni

Aí eu comecei trabalhar ter dinheiro né, comecei mandar pra casa, aí o meu irmão se infruiu, quis vim também. Só que eu avisava ele, dizia que não era bem assim aqui, era prisão né, não era que nem lá. Daí ele quis vim, daí veio a minha irmã e daí veio o pai e a mãe de mudança¹².

O processo de contratação dos funcionários era feito por “indicação” e por meio do “preenchimento da ficha” junto ao setor do RH – Recursos Humanos da empresa com uma entrevista, sendo que a indicação de um funcionário da empresa poderia ser decisiva para a contratação. A empresa tinha sua forma de contratação própria, sendo que os cargos de chefia e os postos mais

⁸ Entrevista concedida a autora em 31/05/2004. Dona Eni, operária do setor de embutidos da empresa de 1979 a 1983. Reside no Bairro Efapi. Grifos meus

⁹ Entrevista concedida a autora em 02/06/2004. Funcionário da Ceval alimentos de 1977 a 1979 e operário da indústria de moagem da Cooper Central de 1984 a 2002. Reside no Bairro Bela Vista. Grifos Meus.

¹⁰ FONTES, Paulo R. R. **Comunidade Operária, migração nordestina e lutas sociais: São Miguel Paulista (1945-1966)**. Tese Doutorado: Unicamp, 2002, p.68. Para o autor, que estudou a migração de nordestinos para São Miguel Paulista – SP percebeu que “as redes sociais baseadas na família e nos laços de amizade e comunitários eram fundamentais para o migrante. Eram elas que o encaminhavam para cidades e bairros, e muitas vezes, diretamente para o trabalho em empresas específicas”. (FONTES, 2002, p.71)

¹¹ Entrevista concedida a autora em 31/05/2004. Seu Lauri operário da Sadia do setor de encaixotamento e câmara-fria de 1977 a 1988. Reside no Bairro Efapi.

¹² Entrevista concedida a autora em 31/05/2004. Dona Eni.

importantes foram delegados a pessoas que já tinham experiência com o trabalho em indústria frigorífica, geralmente à funcionários que trabalhavam na sede da empresa em Concórdia. E, para aqueles que foram contratados diretamente na unidade de Chapecó da Sadia Avícola S/A, o processo consistia em submeter os interessados a uma entrevista com um funcionário do Serviço Social da empresa, e como descrevem os operários, “fazer a ficha”¹³ e aguardar ser chamado quando a contratação não fosse feita no momento da inscrição. Posteriormente, era feito um exame médico e odontológico na pessoa que estava sendo avaliada.

Fazia uma ficha aí tu botava o nome de uma pessoa porque telefone não tinha, não existia, só alguns, aí tu botava o nome de uma pessoa que morava perto de ti, um conhecido né o nome da ficha. Daí quando eles te chamavam eles davam recados pra aquela pessoa trazer pra ti. Comigo foi assim. Esperava ser chamado, abria uma vaga né, aí eles mandavam o recado por aquele vizinho que deixava o nome na ficha aí depois você ia lá e era rápido¹⁴.

Os laços de amizade e parentesco eram importantes no momento da contratação. Como relatou Eni ela teve que colocar o nome de uma “pessoa conhecida” na ficha que preencheu para ser comunicada quando surgisse uma vaga para trabalhar. Assim, percebe-se que uma trama de relações vinculava os moradores dos arredores da empresa que chegavam principalmente para trabalhar na Sadia motivados por alguém conhecido. Os primeiros funcionários da empresa eram recrutados e conduzidos a unidade da indústria frigorífica de Concórdia para “aprender na prática” a desempenhar o trabalho na indústria frigorífica.

Eles me disseram que eu tinha que fazer um estágio em Concórdia que era a Matriz. Daí eu fui pra Concórdia eu com mais 29, todos jovens do meio rural. Só sobraram nove, vinte não passaram. Em Concórdia nós fomos aprender um geral. Esse geral era matar peru, frango, fazer limpeza do frigorífico inclusive dos banheiros, isso depois do expediente de trabalho, nós fazíamos tudo que poderia imaginar, dentro da indústria [...].Esses 90 dias, eu fazia meu serviço bem feito, mas eu só tinha vontade de voltar, ir embora e nada mais.¹⁵

A condição operária impõe, para o agricultor que se torna operário de imediato, a submissão ao controle do tempo e ao ritmo de trabalho da fábrica¹⁶. O agricultor de certa forma tem “o tempo de trabalho” mais flexível, de acordo com o ciclo agrário e as estações do ano. Isso torna o trabalho menos monótono e repetitivo e com possibilidade de ser constantemente alterado. Como relatou o entrevistado, “eu só pensava em voltar pra casa”, isso permite dizer que os recrutados que permaneceram no trabalho tinham razões que os determinavam a continuar, que podem ser desde a necessidade de buscar uma forma de sustento de si ou da família, a negação da possibilidade de voltar para o campo e continuar nas mesmas condições de trabalho, a perspectiva de receber salário de “crescer dentro da empresa” e, portanto, concretizar o anseio de uma melhor condição de existência. Aqueles que se negaram a continuar nessa forma de trabalho, certamente buscaram outras possibilidades de emprego na mesma cidade, ou migrando para outro local, ou mesmo, voltando para o campo. Por isso, podemos considerar que os ex-colonos que chegavam à cidade de Chapecó

[...] não podem ser pensados monoliticamente como dotados dos mesmos recursos e condições. Mesmo expropriados e deserdados da terra, trata-se de população que conta com recursos heterogê-

¹³ Entrevista concedida a autora em 19/12/2003. Seu Ataíde.

¹⁴ Entrevista concedido a autora em 31/05/2004. Dona Eni.

¹⁵ Idem.

¹⁶ Conforme Simone Weil “o tempo e o ritmo são o fator mais importante do problema operário. Com certeza, o trabalho não é um jogo; é ao mesmo tempo inevitável e conveniente que haja monotonia e aborrecimento no trabalho; aliás não existe nada de grande nesta terra, em nenhum domínio, sem um mínimo de monotonia e aborrecimento”. (WEIL, Simone. **A Condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p.143.

neos (sejam escolaridade, capital econômico ou outro). Um dos dados mais palpáveis desta heterogeneidade pode ser a habitação. Alguns trouxeram recursos para a aquisição de terreno e casa no bairro afastado, outros moram em aluguel e outros em precariedade, em “lonas ou barracas”.¹⁷

Em certo sentido, a empresa manifestava interesse por constituir uma força de trabalho que fosse “afeiçoada ao trabalho”, não manifestasse “vícios” e fosse “disciplinada”. De acordo com Arlene Renk, entre os motivos que levaram as indústrias frigoríficas e de alimentos, vinculadas as agroindústrias, a “preferirem” os trabalhadores que vêm direto das áreas rurais, estão

[...] a representação de trabalhador obediente dado à subordinação já inculcada de condição de colono e a subordinação à autoridade paterna que, de certa forma, não mecanicamente, reproduzirá na empresa, em relação à chefia. O outro fator é a representação do ex-colono como dócil, “sem vícios” e ‘malandragens naturais’ dos urbanos, “não matando tempo no serviço”, já acostumado com o serviço pesado da lavoura, não medindo esforços na intensificação do seu ritmo de trabalho.¹⁸

Em certo sentido, a possibilidade de migrar para a cidade tendo a segurança do contato com um parente ou conhecido, que já havia conseguido emprego e lugar de moradia, determinava a vinda das pessoas vinculadas ao mesmo grupo familiar que geralmente eram contratados pela empresa por indicação dos funcionários mais experientes. No entanto, para ter a oportunidade de indicar a contratação de pessoas era preciso ser um funcionário exemplar e responsável, capaz de exercer certa autoridade sob as pessoas que eram contratadas por indicação.

A confiança o crédito valem muito. Foi assim que eu consegui emprego pra irmão, pra irmã e vários outros parentes, amigos que vinham falar comigo e com o meu aval eles entravam na Sadia. Era grande o compromisso que a gente tinha, muitas pessoas me dizem que eu ajudei muito elas, espontaneamente. Dessa forma eu ficava muito contente. Eu tive também frustrações, eu ajudei muita gente, mas nem todo mundo correspondeu da mesma forma.

Essa forma de admissão do funcionário favorecia a vigilância de um funcionário sobre o outro. Além disso, como geralmente eram os filhos mais velhos que se aventuravam primeiro a buscar novas formas de trabalho, a tradição das famílias de que o “filho mais novo deve obediência aos mais velhos” contribuía para reforçar a disciplina no ambiente de trabalho. No entanto, se essa forma de contratação, por um lado, auxiliava na vigilância de um operário sobre o outro, também tornava os laços de solidariedade mais “estreitos”, facilitando o arranjo de situações eventuais de mobilização e as formas de suportabilidade do trabalho que eram inventadas no cotidiano da fábrica. O caso relatado por Dona Eni, que conseguiu uma vaga de trabalho na empresa para seu irmão, expressa a forma de resignificar as regras da disciplina do trabalho que aconteciam constantemente

Eu levava no bolso balas pra chupar, daí antes de eu entrar na minha sessão eu passava lá na sessão onde que tava o meu irmão. Ia lá e colocava no bolso dele uma ou duas balas e daí eu ia lá pra minha seção. Aí um dia eu tive que subir lá pro escritório. Cheguei lá, tava lá eu, o meu encarregado, o meu irmão e o encarregado dele. Era pra mim para de levar bala lá pra ele¹⁹.

Como expressou a entrevistada “era coisa assim sem lógica mais que acontecia”²⁰ e assim, por um motivo ou outro, os operários foram criando situações fazendo do ambiente de trabalho um local onde os laços de amizade e solidariedade se instituíram e foram se fortalecendo entre os operários da indústria frigorífica.

¹⁷ RENK, 1994, p.35.

¹⁸ RENK, 1994, p.36.

¹⁹ Entrevista concedida a autora em 31/05/2004. Dona Eni.

²⁰ Entrevista concedida a autora em 31/05/2004. Dona Eni.

Nos arredores da empresa: trabalhar e morar

No caminho da empresa²¹, a partir da década de 1980, instituíram-se bairros (atualmente Bairros Efapi, Engenho Braun principalmente) que começaram a se formar nos anos setenta, em virtude da chegada constante de migrantes. As pessoas que residiam nesses locais eram geralmente funcionários da Sadia que sobreviviam do salário mensal que recebiam pelo trabalho.

Essa população que chegou em Chapecó, a partir da década de 1970, era formada principalmente de migrantes dos municípios do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, como podemos observar na tabela abaixo:

1.1 - Procedência dos Migrantes que chegaram em Chapecó a partir de 1970-90

Ano	1970	1980	1991
Pop.Total	49865 ... 100,00%	83768 .. 100,00%	123050 ... 100,00%
Pop. Migrante Total	19254 ... 38,00%	23187 .. 28,00%	25609 21,00%
Proc. Santa Catarina	4268 8,50%	11311 .. 13,50%	13324 11,00%
Proc. Paraná	623 1,30%	1705 2,00%	2294 2,00%
Proc. Rio Grande do Sul	14142 ... 28,50%	9853 12,00%	8972 7,50%
Proc. De outros Estados	221 0,20%	318 0,50%	1019 0,50%

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1970 (vol.01,p.95,331); 1970 (tomo 4, p. 6,7,228); 1991 (tomo 4, p.3, 38, 160).

A migração campo-cidade promoveu a expansão urbana nos espaços rurais dos arredores da cidade. As casas eram construídas em terrenos baratos, de forma improvisada pelos donos, que geralmente contavam com a ajuda de familiares, vizinhos e amigos. Em vários casos, ouvimos os entrevistados narrar, que eles próprios ou seus vizinhos desmanchavam as casas de madeira que dispunham, onde residiam anteriormente, para construir no novo local de moradia ou eram transportadas inteiras para o novo local. As casas onde residiam os operários na sua maioria eram de madeira, algumas até hoje o são, muito úteis para “se livrar do aluguel”. Residir em porões, “pra começar qualquer coisa servia”²², também era uma das formas de economizar. Com o tempo percebe-se que elas foram sendo reformadas, ampliadas ou desmanchadas, apresentando formas melhoradas que foram descaracterizando as originais.

As ruas eram estradas abertas sobre a vegetação, geralmente com máquinas ou picadas que foram se formando no vai-e-vem das pessoas, pois era comum ver pessoas “andando pra cima e pra baixo, de dia e de noite para ir trabalhar”²³. Os primeiros moradores dos arredores da empresa descrevem que essa área era caracterizada por mata e campos.

Nós aqui era no fim da cidade, nós estávamos no meio do mato agora nós estamos quase no meio da cidade²⁴.

Ali onde tem o Brasão²⁵ era tudo capoeira um Matão, e aqui era uma granja que era do Ernesto de Marco, era pastagem com vacas²⁶.

Com o passar do tempo, essa paisagem foi cedendo lugar às casas, estradas e aos moradores que transformaram esse local tipicamente rural em ‘espaço urbano’, combinado ao rural. Era possí-

²¹ A empresa instalou-se numa área rural próxima a cidade, perto do antigo aeroporto, de uma pequena hidrelétrica que doou energia elétrica à empresa por alguns anos, a Força e Luz, próximo também ao Parque de exposições da Efapi e no acesso a rodovia SC 282 que liga Chapecó a outros municípios do Oeste, que na época ainda não era asfaltada.

²² Entrevista concedida a autora em 05/05/2004. Dona Noeli, funcionária da Sadia de 1977 a 2003, as funções de auxiliar do Refeitório e posteriormente Encarregada desse setor. Reside no Bairro Jardim América.

²³ Entrevista concedida a autora em 01/06/2004. Dona Aurora, funcionária do frigorífico Aurora de 1978 a 1982, reside no Bairro São Cristóvão.

²⁴ Entrevista concedida a autora em 31/05/2004. Dona Eni.

²⁵ Brasão é o nome de um supermercado que existe nas proximidades.

²⁶ Entrevista concedida a autora em 09/09/2003. Dona Metilde reside no Bairro Engenho Braun desde 1971, seu marido, já falecido, e seus filhos trabalharam na Sadia.

vel perceber costumes e práticas tipicamente rurais que por vezes persistiam ou eram adaptadas às condições de sobrevivência no meio urbano, tais como, fazer a horta, criar galinhas no quintal do terreno, o pomar de frutas nos fundos da casa e costumes como ser o membro de uma associação comunitária que se constituía em torno da igreja católica para a melhor socialização com os moradores do local. Como relata Dona Noeli

Ali eu cheguei, fiz uma horta enorme, cavouquei que nem tatu lá, de picareta. Fiz uma horta muito bonita, plantei muita verdura né. A Sadia mandava com uma caçamba adubo pros funcionários – sabe aquelas casca das madeiras das Caldeiras – “queria que tu visse que maravilla” – no começo assim ela era ruim, mas depois ela ia apodrecendo, aí era um adubo maravilhoso. Má quanta verdura que eu plantei nesse lugar! Eu plantei de tudo era feijão de bage, alface, cebola era de tudo.²⁷

O caráter de cultivar alguns produtos para o consumo da família era uma prática das famílias rurais que foram reproduzidas pelos ex-colonos nos novos locais de moradia, principalmente na década de setenta, quando os aglomerados urbanos eram distantes do centro da cidade e não existia comércio e, muitas vezes, nem recursos para comprar esses alimentos. Com o crescimento da cidade essa ocorrência foi diminuindo, mas ainda hoje podem ser vistas entre os moradores mais antigos dos bairros periféricos da cidade. Além disso, quando os aglomerados urbanos começaram a se expandir os moradores dessa localidade se mobilizaram para constituir lugares como capela, salão comunitário, escola como símbolos do reconhecimento da maioria dos moradores locais, uma questão de costume e tradição, que rememorava as origens dessas pessoas que, na maioria das vezes, viviam em comunidades rurais antes de migrarem para a cidade.

Nesse ambiente, os ex-colonos que chegavam para trabalhar na Sadia foram constituindo relações de convivência e sociabilidade com vizinhos, que, por vezes, eram familiares, amigos e colegas de trabalho. Os migrantes que chegavam para trabalhar na Sadia foram estabelecendo os locais de moradia, os espaços de convivência e sociabilidade nos aglomerados que constituíram-se em bairros, loteamentos, vilas que passaram a fazer parte do espaço urbano da cidade²⁸. Compreendemos que a cidade

[...] é o âmbito que permite estudar como nascem, crescem e se modificam as sociedades e, com elas, as relações entre as pessoas e as classes, os modos de vida, os conflitos, as culturas, as atividades econômicas, os jogos de poder, a significação de suas influências regionais e nacionais.²⁹

Referências

- ARMUS, Diego (Org.). **Mundo urbano y cultura popular: estudios de Historia Social Argentina**. Buenos Aires: Sudamericana, 1990.
- DURHAM, Eunice. **A caminho da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1984.
- FONTES, Paulo R. R. **Comunidade Operária, migração nordestina e lutas sociais: São Miguel Paulista (1945-1966)**. Tese Doutorado: Unicamp, 2002.
- MONTES, Maria Lúcia. Posfácio. In MAGNANI, José Guilherme C. & TORRES, Lilian de L. (Orgs.) **Na Metrópole: textos de Antropologia Urbana**. São Paulo: Edusp, 2000.
- RENK, Arlene. Questões sobre a migração urbana e o êxodo rural em Chapecó. **Revista Grifos**. Chapecó, nº1, julho de 1994.
- WEIL, Simone. **A Condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

²⁷ Entrevista concedida a autora em 05/05/2004. Dona Noeli

²⁸ Compreendemos assim que “olhada com atenção, a cidade revela que, na dinâmica da organização do seu espaço, se inscrevem signos diferenciais de pertencimento, que é necessário levar em conta se se quiser compreendê-la [...]”. MONTES, Maria Lúcia. Posfácio. In MAGNANI, José Guilherme C. & TORRES, Lilian de L. (Orgs.) **Na Metrópole: textos de Antropologia Urbana**. São Paulo: Edusp, 2000, p.304.

²⁹ ARMUS, Diego (Org.). **Mundo urbano y cultura popular: estudios de Historia Social Argentina**. Buenos Aires: Sudamericana, 1990, p.11.

– 3 –

Terra, Paisagem e Imigração

AQUI NÃO DÁ NEM PARA ARRODEAR A CASA PAISAGENS, DESENRAIZAMENTO E MEMÓRIAS DE MIGRANTES RURAIS

Inês Caroline Reichert¹

A presença de agricultores vindos do interior do estado do Rio Grande do Sul nas cidades da região metropolitana de Porto Alegre é facilmente percebida no cotidiano de seus bairros. Nos anos em que trabalhei como professora em uma escola municipal em Novo Hamburgo, localizada no bairro Santo Afonso, pude entrar em contato com famílias de migrantes rurais, que trouxeram para o espaço urbano outras histórias e paisagens em suas memórias.

As histórias de vida de muitas pessoas que hoje vivem nas periferias das cidades contam de sua vida de migrantes rurais, que abandonaram o trabalho na roça da colônia e incorporaram-se à fábrica na cidade, tornando-se personagens do êxodo rural provocado pela modernização da agricultura no campo brasileiro. A perda de suas formas de vida tradicionais² é considerada por Éclea Bosi como um desenraizamento. A autora parte das palavras de Simone Weil para conceituar enraizamento. Para Weil,

O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana e uma das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro (*apud* Bosi, 1987, p. 16).

O trabalho que aqui apresento³ procura discutir como a memória narra os acontecimentos ocorridos no processo de desenraizamento cultural vivido pelos migrantes rurais, especialmente no que tange ao lugar de duas situações espaço-temporais diversas: o antes, na colônia, e o agora, na cidade.

A investigação baseou-se na História Oral, e aqui destaco as memórias e suas evocações do passado de duas mulheres, que considere como sendo construídas em função de inúmeros quadros de referências do grupo social no qual se inserem, e portanto, representativas deste grupo. Dona Maria nasceu em Redentora e morou por quase trinta anos em Miraguaí⁴. A família migrou para Novo Hamburgo em 1995, trocando sua casa lá por um terreno na cidade. Outra migrante rural que participou dos encontros foi Dona Leontina. Ela nasceu em São Nicolau⁵, onde morou a maior parte de sua vida, trabalhando como agricultora. Ela e o esposo vieram para Novo Hamburgo porque os filhos não queriam viver do plantio da terra, assim, acompanharam os filhos na mudança para a cidade. Os animais de criação foram vendidos e a terra ficou abandonada, porque não havia comprador interessado. Seu esposo não encontrou emprego e o casal teve dificuldades em se adaptar ao novo lugar.

¹ Mestre em Educação, é professora do Centro Universitário Feevale.

² Tomo tradição, neste trabalho, a concepção adotada por Grün, que a entende não como o passado cristalizado em um sentido conservador, mas como tradições de sentido, isto é, compreensão das tradições nas quais nos encontramos (1995b, p. 95).

³ Este texto faz parte de minha dissertação de Mestrado, intitulada “Buscando criar raízes: preservação dos saberes das famílias de migrantes rurais em uma prática de educação ambiental”, defendida no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1998.

⁴ Redentora e Miraguaí são municípios vizinhos, pertencentes à Região Celeiro. Miraguaí localiza-se a 470 km da capital do Estado.

⁵ São Nicolau localiza-se a noroeste do Rio Grande do Sul, às margens do rio Uruguai, próximo ao município de São Luiz Gonzaga.

Torna-se importante destacar que as memórias das mulheres entrevistadas, que neste trabalho procuro discutir, são a minha interpretação do que me disseram. Segundo Hans-Jürgen Heinrichs, etnólogo e escritor, “Todas as interpretações que fazemos de pessoas provenientes de outras culturas estão sempre ligadas às nossas próprias formas de expor e relatar” (1997, p. 54). Portanto, os relatos orais citados não são colocados neste trabalho como “verdades” objetivas.

1. Tudo era crioulo

As memórias sobre a vida como agricultoras versam sobre a *colônia*, termo genérico utilizado pelas entrevistadas para se referirem ao município rural em que viviam. A colônia que foi deixada para trás não é apenas um lugar, mas encerra uma forma de vida que foi perdida e onde os tesouros do passado não podem mais ser vividos como pressentimentos do futuro. Em suas narrativas, no entanto, foi possível perceber dois momentos distintos sobre a vida na colônia: um tempo mais remoto, que apenas Dona Maria lembra, tendo sido criança nessa época, quando “tudo era crioulo” e um tempo mais recente, quando se inicia o cultivo da monocultura da soja, e é relatado por elas como o começo de um processo de perda de seus modos de vida tradicionais.

Para situar o primeiro momento das memórias das migrantes rurais, é preciso identificar o processo histórico de colonização daquela parte do território do Rio Grande do Sul. As regiões do Planalto Médio, Alto Uruguai e Missões, regiões de origem da maioria das famílias de migrantes rurais do bairro Santo Afonso (a partir de levantamento feito com as famílias da escola onde eu atuava), foram colonizadas no período entre a última década do século XIX e o início do século XX. Os colonizadores, principalmente alemães e italianos, vinham das colônias “velhas” da região do Vale do Rio dos Sinos e serra italiana, por causa da pouca terra disponível para as famílias numerosas, fazendo com que acontecesse um movimento migratório das chamadas colônias velhas para as colônias novas. Os colonos foram ocupando as terras que pertenciam aos índios, às margens do rio Guarita, e viviam da agricultura e da criação de gado, em pequenas propriedades⁶.

A policultura em pequenas propriedades continuou a ser praticada até a década de 50, aproximadamente. Deste período, as memórias que as entrevistadas trouxeram evocam um passado no qual não aparecem os conflitos e onde o ambiente providenciava e saciava todas as necessidades.

Tudo era crioulo. Os porcos eram todos soltos, não se comprava azeite, era usada a banha. Carneavam o porco e era dividido entre os compadres, que devolviam quando carneavam outro porco. A carne era tudo charque, ficava no fogão e a fumaça não deixava arruinar por mais de um ano. O brim era riscado e usavam para fazer camisa. Eu era menina quando aprendi a costurar. Para o lençol não ficar branco, o tecido de algodão era tingido com amora. Colocávamos uma toalha para colher e esmagávamos, não podia ferver a fruta. A gente colocava sal para segurar a tinta. Para fazer de listra ou de “pintinha” usávamos papel colorido. Depois de lavado, saía, e aí tínhamos que fazer de novo. As frutas eram as que os índios usavam para tingir os cestos. O avô conhecia as plantas que tingiam.

Em sua fala, Dona Maria conta de vários aspectos de sua vida como agricultora na colônia. Pela expressão “crioulo” ela está significando uma grande autonomia produtiva da pequena propriedade, que através do aproveitamento dos recursos disponíveis e utilizando-se dos conhecimentos tradicionais, geria as necessidades da família. A reciprocidade econômica é outro elemento constitutivo do modo de vida tradicional dos pequenos agricultores, como no relato sobre o compartilhar o porco carneado como uma maneira de se ter carne sempre fresca.

Neste relato, é possível identificar que a memória evocada selecionou aspectos da vida como agricultora que retratam este período como uma vida pautada pela perfeita harmonia com a natureza e pela solidariedade com o outro, um quadro pintado com as cores de um idílio. Além do que está dito, é preciso considerar o que não foi dito, ou seja, o silenciamento de sua memória em

⁶ O processo histórico de colonização da região foi estudado por Odir Francisco Fernst (org, 1995, p. 15).

relação à vida dura do trabalho no campo, à ausência de conforto e de assistência médica, à sua própria ação predatória, como as queimadas e o desmatamento. Falando de um outro lugar, onde seus modos de vida tradicionais não são mais possíveis, a memória da migrante rural narra o passado de forma idílica, narrativa na qual pode ser percebida uma referência ao mito do paraíso perdido.

Mauro Grün, ao discutir os discursos empreendidos pela Educação Ambiental, identifica uma vertente, que é definida por vários autores, como *arcaísmo* ou *primitivismo pós-histórico*, quando ocorre uma idealização do passado, que encerraria em si o “paraíso perdido”. O mito de “volta às origens” traz a idéia de que seria possível reconstruir esse paraíso onde a natureza e a humanidade viviam em equilíbrio. O arcaísmo ambiental vem a ser a proposta de volta à natureza, ao encontro com as origens harmônicas de um primitivismo, designado por alguns teóricos do ambientalismo como *primitivismo pós-histórico*, mito que tem alimentado parte significativa dos discursos de Educação Ambiental (1995, p. 178).

Para este autor, este discurso se caracteriza como mítico, pois constitui-se como uma possível saída das deformações e contradições da atual civilização. Grün partilha da opinião de vários autores, que o “que se convencionou chamar em Educação Ambiental de ‘novo paradigma’ educacional não passa de uma versão pós-moderna de cultos gregos milenares que prediziam a iminente chegada de uma nova ordem, um paraíso sobre a Terra” (*ibidem*, p. 179). A idéia de uma natureza perdida presente no arcaísmo se inspira em Rousseau, tornando-a objeto de nostalgia romântica, fruto de uma idealização do passado.

Tal idealização do passado pode também ser percebida nas memórias de D. Leontina, que, ao narrar uma receita de outros tempos, pontua que o pão não é mais feito dessa maneira na casa da cidade: “Antigamente, no interior muito distante das cidades, usava-se fazer o pão de milho crioulo”. O paraíso perdido também pode ser visto na idéia de afastamento do universo urbano, um afastamento no tempo e no espaço, pois o paraíso é sempre um lugar distante, preservado apenas na memória.

2. De um tempo para cá entrou a soja, de criança não conhecia.

A este momento de colonização, da policultura em pequenas propriedades, quando “tudo era crioulo”, seguiu-se outro: neste, a paisagem é modificada e suas transformações são sentidas na vida cotidiana das famílias com as quais trabalhei. Nesta região do Rio Grande do Sul, a soja, cultivada extensa e exclusivamente, substituiu as policulturas anteriores, uniformizando os campos no horizonte a perder de vista. Esta agricultura das “novas colônias” surge, nos anos 70, movida a uma tecnologia de produção e caracterizada por uma baixa geração de emprego.

A modernização da agricultura, com a ampliação dos latifúndios e introdução da monocultura da soja, no caso do Planalto Riograndense, deve ser entendida como um fenômeno ligado ao desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro (Gorender, 1987) que produz ou amplia novas relações de trabalho no rural e no urbano. A modernização da agricultura, alterando as relações de trabalho no campo, provocou o êxodo de milhares de pequenos agricultores. Alguns seguiram para o oeste do Paraná, para a região centro-oeste do país e para a Amazônia, enquanto que outros acabaram dirigindo-se para as vagas da indústria calçadista, segundo Sérgio Schneider (1994).

Schneider aborda o fenômeno do êxodo rural no Rio Grande do Sul, especificamente, das colônias próximas ao Vale dos Sinos. Este autor percorre em seu trabalho a história e as bases sociais em que se estabeleceram os imigrantes no século XIX, o estado quase estático de suas sociedades até 1950 e, por fim, as grandes transformações ocorridas principalmente a partir de 1970⁷. A mudança efetivada no campo pela modernização da agricultura modifica os modos de vida tradicionais dos agricultores: suas pequenas roças de milho, feijão, trigo, arroz, mandioca, entre outros cultivos, foram sendo substituídas pela monocultura da soja, trazendo consigo a subs-

⁷ Maria Julieta Calazans destaca este período como o momento em que se estabeleceu uma subordinação da agricultura ao capital financeiro (1993, p. 40).

tituição das práticas tradicionais pelo uso de maquinários e implementos agrícolas, como adubos, inseticidas e pesticidas.

Com relação às transformações ocorridas no ambiente e na cultura tradicional, torna-se relevante tecer algumas considerações, no que tange ao *como* a memória relembra o vivido. Para as entrevistadas, a terra enfraquecera, mas os motivos desse enfraquecimento não eram claros para elas e para suas famílias. No relato de Dona Maria, o aparecimento de pragas na lavoura era sinal de que a terra estava fraca. Ela percebe que essas pragas não existiam quando ela era criança e tinham cultivos variados. Contudo, a relação do desequilíbrio do solo com a introdução da monocultura da soja é algo que ela não compreende totalmente⁸.

Eu não consigo entender, nós plantávamos uma lata de trigo de enxada, colhia trigo para o ano todo. Eu não posso entender agora. Depois começaram a vir os bichos. Matou uma camada daqueles bichos, vem outra, pois é... Foi enfraquecendo a terra, por causa do veneno também. Muita gente teve que ir para o hospital por causa disso. As pessoas mesmo passavam o veneno com aquelas máquinas de carregar nas costas. Daí ficavam intoxicados com o veneno.

Segundo Flickinger (1994, p. 202), o ambiente, por trazer gravado no solo e na água suas próprias memórias, pode recuperar um passado que muitas vezes não é evocado pela memória humana porque não quer ser lembrado: “(...) a recuperação do sentido daqueles sinais marcados no ambiente físico, os quais indicam a história à qual a natureza foi submetida pelo homem e contra a qual sua autêntica lógica temporal rebela-se mais cedo ou mais tarde” (*ibidem*, p. 204). O não-entendimento percebido na narrativa da entrevistada em relação ao desequilíbrio do solo também pode ser interpretado no quadro de idealização do passado mítico, do paraíso perdido, referenciado no segmento anterior. Ao “escolher” a não compreensão do processo de desequilíbrio do solo, a ex-agricultora busca em sua memória uma explicação mítica, uma idéia que entende que as catástrofes “naturais” (“a terra enfraqueceu e os bichos vieram”) são uma situação do destino ou do divino, a qual se tem que aceitar sem questionar.

A venda da terra e a migração para os centros urbanos apontam para a perda das raízes vivida pelos migrantes, como relata D. Leontina.

Os vizinhos vendiam o maquinário, porque eles nunca queriam ficar devendo. Até o meu vizinho teve que vender a terra... Porque a planta não deu, ele perdeu, vendeu o maquinário, mas não deu. Então ele foi vendendo tudo.

Bosi, ao referir sobre os efeitos do arrozal em Goiás, discute como a monocultura é fator de desenraizamento destes agricultores: “O arrozal em Goiás despojou o pequeno lavrador. Avançando, destruiu sua roça, derrubou a mata, extinguiu a caça e a lenha, secou o olho-d’água, invadiu seu cercado de galinhas e criações, formas de vida incompatíveis com a monotonia exclusiva do arroz. Transformou-o num bóia-fria” (1987, p. 17). Pelas memórias das famílias, foi possível perceber como o êxodo rural é fator de desenraizamento na medida em que o migrante perde sua paisagem natal e suas formas de vida, “suas múltiplas raízes se partem”, e no Vale dos Sinos, o êxodo o transformou em um operário da fábrica (*ibidem*, p. 17).

3. O pessoal vai atrás do mais moderno, esquece muito

Armando Enderle⁹ considera que “propaganda” da vida da cidade através da televisão e de cartas e visitas de migrantes mais antigos foi outro fator de grande influência no êxodo rural, ao

⁸ Campos (1994, p. 12), em um texto onde aborda a questão da destruição da diversidade cultural das populações tradicionais, argumenta que uma das causas desta destruição é a introdução da monocultura que, ao acabar com a policultura praticada pelos pequenos agricultores, torna a terra improdutiva. “Extensas áreas de monocultura agrícola matam os micro-organismos da camada fértil do solo, profunda em apenas meio metro”.

⁹ Historiador, escreveu *Palmitinho: origem e trajetória histórico-cultural*. Frederico Westphalen, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, 1996. No livro, Enderle aborda a questão do êxodo rural que aconteceu também com os agricultores de Palmitinho.

lado da modernização da agricultura. Sobre este aspecto, Enderle traz um interessante relato de uma ex-moradora de Palmitinho, agora residente em Capela de Santana, Donélia Sell Vargas: “Ah, sei lá, o pessoal que vinha embora e quando voltava para lá, estava bem diferente, mais arrumado, mais, sei lá, mais para cima. A gente se empolgava” (1996, p. 97).

Um relato de Dona Leontina sobre a adaptação de sua mãe à vida na cidade, trouxe a questão do trabalho duro na roça, e do poder de atração que os centros urbanos têm sobre os agricultores:

Antes de ela vir de lá [da cidade] eu me preocupava muito, eu dizia “Agora a mãe vai envelhecer mais ligeiro”. Mas não; logo ela foi passear para lá. Contente, parece que renovou. A mãe sofreu muito, ela trabalhou muito na lavoura. Então ela veio para cá, e a mãe sempre gostou de andar bem limpinha, bem arrumada, ela gosta de passear. Sabe o que ela disse para mim? Que ela veio para cá, ela provou de tudo que ela gostava. De tudo. Porque lá estava difícil e aqui não, aqui não é difícil, aqui tem. Se ela quiser comprar, ela pega e compra.

A frase que dá o título a este segmento foi dita pela D. Leontina, em uma de suas entrevistas. Ao explicar porque muitas famílias haviam deixado suas terras e o trabalho na agricultura, ela referiu-se à vida na cidade como o “mais moderno”, em oposição aos saberes da colônia, como as plantas medicinais, a previsão do tempo, a época de plantio, as crenças religiosas, entre outras formas de vida tradicionais da cultura rural. Dona Leontina também fala sobre o esquecimento de seus saberes nos seus relatos. Ao contar como os conhecimentos eram transmitidos de pai para filho, ela pontua um momento diferente: o “agora”, quando estes conhecimentos não são mais aprendidos pelos seus filhos.

Meu pai explicava como é que fazia, nós aprendíamos. “Pega essa mão que tem junto ali com a plantinha”, né? Ele ia explicando e ensinando. Sempre com ele. Ou com a mãe ... A gente aprendia e já pegava bem. Os meus filhos também, quando eu ia na lavoura, eu levava eles pequeninhos. Eles iam vendo. Não foi preciso nem explicar. Eles estavam vendo e iam fazendo. Agora até eu já estou ... o que eu aprendi já quase esqueci, sabe? Os filhos, eles já não sabem nada. Meus filhos já não sabem o que eu sabia.

O esquecimento dos saberes e das experiências históricas de culturas pode ser interpretado como resultado de um jogo de forças que se estabelece nas relações culturais envolvidas entre o rural e o urbano, relações estas que se caracterizam como relações de poder. Aqui examino a idéia de poder na questão da cultura, presente na perspectiva adotada por autores como Thomas Popkewitz. Ele argumenta que os grupos dominantes “buscam interpretar diferenças culturais de uma forma que preserva as desigualdades existentes” (1992, p. 94).

A questão da tensão entre a força para dominar de que fala Popkewitz é expressa por McLaren como “campo de batalha”: “a cultura é vista como um campo de batalha no qual grupos diferentes em suas relações sociais dominantes ou subordinadas definem e realizam suas aspirações através de relações desiguais de poder” (1997, p. 204). Por cultura dominante e cultura subordinada McLaren entende que:

Cultura dominante refere-se às práticas e representações sociais que afirmam os valores, interesses e preocupações centrais da classe social que controla a riqueza material e simbólica da sociedade. Os grupos que vivem relações sociais em subordinação à cultura dominante fazem parte da cultura subordinada (ibidem, p. 205).

Neste trabalho, ao referir-me à cultura rural como subordinada e à cultura urbana como dominante, estou concordando com a posição de McLaren (1997, p 204), significando que a relação entre estas culturas se estabelece em condições desiguais de poder, ou seja, que a cultura rural não possui o mesmo poder para expressar-se na ordem social, estando subordinada a uma cultura

dominante no meio urbano. Aproximo-me da posição adotada por McLaren e utilizo o termo cultura como *os significados que cada grupo social dá aos seus modos de vida, permeados por relações de poder que permitem, ou não, que esta cultura seja expressa na ordem social*.

Esta subordinação atravessa também as formas de narrar o “eu” e o “outro”, ou seja, é a cultura urbana que narra a cultura rural e lhe atribui um menor valor. Esta situação é sentida e expressa pelas famílias de migrantes rurais. A maneira como as pessoas da cidade vêem quem veio do interior pôde ser percebida no relato do filho de D. Maria, que viveu até os onze anos na colônia, em Miraguaí. Jair da Silva, um relato trazido por sua mãe, comentou que as pessoas de Novo Hamburgo pensavam que ele não sabia jogar futebol logo que chegou na cidade, pelo fato de ele ser do interior. A visão da cultura urbana sobre a cultura rural, nesta situação, é a de torná-la exótica, diferente e alienígena. O menino Jair pareceu ter compreendido este sentido, pois seu comentário à mãe foi de quem se sentiu entre surpreso e ofendido pelo fato de as pessoas de Novo Hamburgo o perceberem como diferente. Dona Maria relatou em uma das entrevistas que ela também era considerada como diferente na cidade:

Todos eram iguais lá. Não tinha essas divisas de cerca, era tudo emendado. Não é como é hoje, que as pessoas já te olham como se tu fosses menos.

Os depoimentos de Dona Maria e de Jair mostram que ambos perceberam que além de serem diferentes, é o que as pessoas da cidade dizem sobre quem veio do interior que passa a contar como “verdade”. Ou seja, ao dizer que as pessoas a olham como se ela fosse menos, Dona Maria sente que sua diferença é considerada como menor valor. A diferença como déficit acontece porque as relações entre diferentes culturas se constituem como relações de poder, que acabam por definir o que é nosso, o que é diferente, o outro, o local e a que grupos pertencemos.

4. Achar uma localidade

A capacidade de Novo Hamburgo em atrair/integrar economicamente vinha da grande oferta de emprego que a cidade possuía. No início da década dos 70, o governo estadual passou a promover uma série de medidas de incentivo às exportações. A mão-de-obra disponível na cidade e nas colônias ao seu redor foi muito inferior às urgências produtivas da indústria, que começou a receber inúmeros pedidos externos, alguns querendo centenas de milhares de pares.

O fluxo de migrantes para a cidade é perceptível através dos dados populacionais. Em 1980, de acordo com o Censo do IBGE, o bairro Santo Afonso tinha 9.265 moradores. Em 1991, o número aumentou para mais de 19.375 mil habitantes. A entrada de um contingente populacional tão alto criou problemas na infra-estrutura urbana, não preparada para receber os migrantes. De fato, ao chegarem na cidade, a maior dificuldade que encontraram foi conseguir uma moradia, um local para estabelecer-se. Como diz Dona Leontina, em sua entrevista:

A dificuldade que eu tive no início em Novo Hamburgo foi achar uma localidade. Eu queria comprar, daí nos lugares aí estava, muito ... Sabe, a gente ... agora estou acostumada. O cheiro dos lugares era diferente e não tinha rua. Num lugar que me levaram para ver um terreno que tinha ali, não tinha rua, era aquele esgoto, sabe? Aí eu fui até um pouco mais ali e não pude, meu estômago não aceitou. Eu pensei: “E agora, o que é que eu faço?” Porque ali na minha gente não tem isto, é limpo.

A dificuldade em “achar uma localidade” pode ser interpretada no contexto do processo de desenraizamento vivido pelos migrantes rurais, no qual a paisagem urbana é contrastada com a referência de seu lugar de origem: o “aqui” é sujo, não há ruas, o cheiro é diferente, o esgoto corre a céu aberto; o “lá” é limpo. O contraste pontua uma identidade diferente. Quando D. Leontina diz que entre sua gente é diferente, é limpo, ela está dizendo que não é uma “gente da cidade”. A sua gente é de outro lugar e suas raízes partidas encontram dificuldades em fincar-se em outro lugar. Dificuldade que manifesta-se corporalmente, nos cheiros e no estômago, frente ao espaço que lhe ofereciam.

A rejeição de Dona Leontina foi sua reação a uma cidade que não lhe acolheu, porque em geral as cidades não incorporam os migrantes. A marginalização geográfica é o primeiro impacto na nova vida das famílias que chegam na cidade, encontrando espaço apenas nos bairros periféricos. Muitas famílias se estabeleceram às margens de estradas e arroios, em áreas sujeitas a alagamentos, em terras de preservação ambiental, leitos de ruas e sob fios de alta tensão. A maioria mora ou morou em locais sem água encanada, luz e esgoto. Como diz Hardt, ao referir-se aos migrantes que ocuparam os bairros periféricos de Novo Hamburgo, o espaço urbano alargado em seus limites é um espaço “esticado, porque este não é um lugar pensado para ele, precisando de fato uma conquista de lugar em áreas por vezes inadequadas e de difícil ambientação” (1994, p.14).

A partir de 1985, com a chegada de novas famílias do interior, o problema da habitação vem se agravando. Com o aumento sempre crescente da população, novas ocupações foram ocorrendo, criando-se novos núcleos de sub-habitações sem a infra-estrutura necessária. A crise no setor calçadista, que provocou uma “quebradeira” geral de fábricas, principalmente no ano de 1994, mudou o perfil econômico da cidade e atingiu diretamente a vida dos moradores do bairro Santo Afonso. Atualmente, o desemprego é a principal causa de desespero de muitas famílias, que acabam ocupando áreas particulares para se livrarem da despesa do aluguel.

5 . Aqui não dá nem para arrodear a casa

Nas entrevistas, evidenciou-se a questão da mudança, marcada por considerações de “lá na colônia/aqui na cidade”, “antes/agora”. No processo de desenraizamento vivido pelos migrantes rurais, o estar “aqui” é uma experiência que provoca estranhamentos e dificuldades de “acostumar-se”, saudades e evocações do “lá”. Muitas vezes, os migrantes rurais encontram dificuldades de fincar suas raízes na terra e na paisagem da cidade.

O relato de Dona Maria coloca como ela vive o estar “aqui”, sempre referido e relacionado com o “lá”, através da importância que a terra tem para ela:

Daí fomos para Miraguaí, lá começou a nascer meus filhos. Sabe, trinta anos morando, ah, um lugar lindo que só lá. Sempre no mesmo lugar. Ali plantei e tinha de tudo... E agora a gente acha falta da terra. Eu gosto de estar mexendo na terra. Estou sempre andando, plantando alguma coisa, mudando, cavocando ... Aqui não dá nem para arrodear a casa.

O estranhamento e as dificuldades em adaptar-se aos modos de vida da cidade centram-se principalmente na questão da subsistência, pois lá, “um lugar lindo”, ela tinha “de tudo”. O espaço menor na casa da cidade, que D. Maria não consegue “nem arrodear”, lhe evoca a falta da terra. Suas memórias de agricultora, que tirava seu sustento da terra, narram o medo de não ter alimento. Nesse sentido, o “achar falta da terra” expressa não apenas seu costume de trabalhar na terra, mas uma estreita ligação entre trabalho e sustento, entre a terra e a sobrevivência. Um relato de uma migrante rural registrado por Bosi exemplifica essa ligação: “Uma coisa que ninguém sabe é que a gente da roça quando chega aqui tem um medo maior que todos: o medo de passar fome. Sim, porque, acostumada a plantar para comer, não vendo nem um pedaço de chão, sem terra nenhuma, a gente se preocupa: - Como vou comer?” (1987, p. 18). Este medo pode ser evidenciado também em outro relato de D. Maria, onde ela percebe a perda de seus modos de vida tradicionais e a inserção em uma lógica onde o trabalho assalariado rege a subsistência, como uma fragilidade com a qual tem que lidar no “agora”.

Se a gente tivesse a terra da gente, era muito melhor. Porque quando nós estávamos plantando nas terras do meu avô e do meu sogro, já nós não comprava o que agora a gente tem que comprar. Tudo, tudo ... até água. Só penso nessa gente que tem as colônias, vender e vir para a cidade. E agora quererem terras de novo. Saiu da colônia já tem que comprar tudo. E aí, se não tem emprego?

Quando Dona Maria pergunta-se “E se não tiver emprego?” ela não está apenas falando dos outros migrantes, mas de si própria e de sua vida na cidade, onde apenas um mês sem trabalho

significa a falta de comida na mesa. O medo de perder o emprego é o medo de passar fome em um espaço onde o armazenamento e a sobrevivência são determinados pelo dinheiro conseguido no trabalho e onde pagar por tudo que se consome é algo naturalizado, situação que ela vive com estranhamento.

Esse medo de passar fome é evidenciado em outro relato, este de Dona Leontina, onde ela comenta sua dificuldade de adaptação à despensa na casa da cidade.

Porque nunca fui acostumada a comprar de quilinho, sabe? Ele [o marido] é assim também. Ele vai no depósito e compra bastante, de fardo, arroz, açúcar, feijão, farinha ... Ele evita comprar só de quilo. Lá, antes de nós virmos embora, eu já estava comprando só de pouco, sabe? Aí, ele disse que não podia ver na prateleira só uns quilinhos, e eu também. A gente acostumou assim, na fartura, então aqui ele quer seguir o mesmo.

Dona Leontina e seu marido não se adaptaram a uma despensa de alimentos onde o armazenamento é menor. A casa da colônia, ao guardar o resultado da colheita, assegurava-lhes a sobrevivência por um tempo maior que a despensa da casa da cidade, com o “quilinho”, como ela chama os pacotes de quilo: “ele não podia ver na prateleira só uns quilinhos”. Para essa família, a casa da cidade precisa abrigar a despensa da casa anterior, com seus fardos de alimentos: “então ele quer seguir o mesmo”.

A partir destas narrativas, interpreto o “agora”, o tempo presente na cidade, não apenas como uma parte da dualidade “antes/agora”. O “agora” não é totalmente novo, e pode ser entendido como um tempo onde esta dualidade é vivida e expressa intensamente, um tempo quando os migrantes rurais procuram estabelecer no “aqui” seus modos de vida tradicionais, símbolos que os identifiquem como diferentes das gentes da cidade e que aqui traduzo como uma experiência de “estar aqui, sendo de lá”. As flores plantadas na entrada da casa, os canteiros de temperos e chás no fundo do pátio, o pão assado no forno, o melado, os fardos na despensa, ... dão à casa da cidade os “ares” de quem veio “lá de fora”. Desta forma, a memória pode recompor os canteiros da vida, contribuindo para o “fincar raízes” no espaço novo e traz para as cidades a experiência de ser migrante. Diversidade que precisamos considerar em nossas leituras e interpretações das paisagens urbanas.

Referências

- BOSI, Ecléa. Cultura e desenraizamento. In: BOSI, Alfredo. Org. *Cultura Brasileira. Temas e situações*. São Paulo: Ática, 1987. P. 16-41.
- CALAZANS, Maria Julieta. Questões ambientais no centro da modernização agroindustrial brasileira. São Paulo: Papirus, *Caderno Cedes*, n. 29, p. 39-49, 1993.
- ENDERLE, Armando Triches. *Palmitinho: origem e trajetória histórico-cultural*. Frederico Westphalen: Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, 1996.
- FERST, Odir Francisco et alli. *História do Município de Miraguaí*. Miraguaí: Secretaria Municipal de Educação, 1995.
- FLICKINGER, Hans-Georg. O ambiente epistemológico da Educação Ambiental. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p.197-207, jul/dez. 1994.
- GORENDER, Jacob. *Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- GRÜN, Mauro. A produção discursiva sobre Educação Ambiental: terrorismo, arcaísmo e transcendentalismo. In: VEIGA-NETO, Alfredo. (org.) *Crítica pós-estruturalista e educação*. Porto Alegre: Sulina, 1995, p. 159-184.
- HARDT, Lúcia Schneider. *Educação e Mudança*. Em busca dos limites e avanços de um projeto político-pedagógico. Porto Alegre, 1994. Dissertação (mestrado), UFRGS.
- HEINRICHS, Hans Jürgen. A ciência do outro. *Humboldt, Internationales*, ano 39, n. 75, p. 54-58, 1997.
- IBGE. *Censo Demográfico de 1980*.

IBGE. *Censo Demográfico de 1991*.

MCLAREN, Peter. *A vida nas escolas*. Uma introdução à pedagogia crítica nos fundamentos da educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997a.

POPKEWITZ, Thomas S. Cultura, pedagogia e poder. *Teoria e Educação*, Porto Alegre, n. 5, p. 91-105, 1992.

SCHNEIDER, Sérgio. *Os colonos da indústria calçadista*. Porto Alegre, 1994. Dissertação (mestrado), UFRGS.

FRAGMENTOS DA HISTÓRIA DA COLÔNIA SERRA DO CADEADO E DO *FACHINAL*

Marcos Gerhardt - Unijuí

Ao sul e ao nordeste da “Colônia Ijuhy” foram incorporadas, no início do século XX, outras áreas de colonização denominadas Colônia Serra do Cadeado e “Fachinal”, hoje os municípios de Augusto Pestana e Ajuricaba, respectivamente. Este texto apresenta uma interpretação do processo de formação e localização das vilas que tornaram-se as sedes destas áreas de colonização e resulta de uma pesquisa que vincula-se à história ambiental. Assim, O texto contribui para o conhecimento da história da imigração e, por outro lado, sugere um debate historiográfico, pois suas conclusões estão relacionadas com o trabalho de Jean Roche - A colonização alemã e o Rio Grande do Sul - apontando para convergências e desencontros nas interpretações.

A criação da Colônia do Cadeado ou Serra do Cadeado foi uma iniciativa do governo do Estado, estendendo a colonização para os matos ao sul da *Colônia Ijuhy* e depois incorporando a área como segundo distrito do município de Ijuí; no mesmo tempo e lugar desenvolveram-se também projetos privados de colonização, especialmente nas terras identificadas como “Posse [de Bento] Azambuja” e “Posse dos Corrêas”.

A vila e sede desta colônia localizou-se junto a estrada do *Pau-de-Herva*, importante ligação com a *Colônia Ijuhy*, do que tem-se a impressão de que a vila nasceu em um ponto deste caminho. Seria, portanto, a *Stadtplätze*, aglomeração de população ou vila com estrutura mínima, estabelecida “perto de um passo ou de uma encruzilhada” (ROCHE, 1969, p. 213), que nasceu como *Strassendorf*, ou seja, “povoação de estrada” que depois se destacou e se desenvolveu (ROCHE, 1969, p. 215).

Contudo, a partir de uma pesquisa mais detalhada pode-se argumentar que: 1) por volta de 1901, quando esta área foi incorporada ao projeto oficial de colonização, ela ligava-se economicamente mais à Cruz Alta e menos à *villa Ijuhy*, através de alguns caminhos terrestres; 2) um destes caminhos era a picada Conceição mas, a ponte de madeira sobre o rio Conceição havia sido destruída por uma enchente em 1900 conforme o relatório da Comissão de Terras e Colonização deste ano; 3) para a travessia do rio Conceição neste lugar havia um passo que, conforme Luis Alves Leite de Oliveira BELLO, percorrendo o interior da Província em 1856, era “muito perigoso e fica de nado com qualquer chuva” (1940, p. 17-18); 4) mesmo com a barca funcionando no “passo do Schmidt”, no rio Conceição, a estrada em direção ao sul a partir de Ijuí, não era mais que uma picada aberta por ordem dos agrimensores; 5) inicialmente, o acesso dos colonos aos lotes adquiridos dava-se pelo campo, a partir de Cruz Alta, utilizando parte do caminho sobre o divisor de águas; sinais disso são o início da colonização oficial desta região a partir de onde hoje é a localidade de Rincão Seco (ao sudeste, próximo aos campos de Cruz Alta) e a numeração das seções na “Planta das Terras da Serra do Cadeado”, que iniciava no espaço próximo ao campo; 6) a estrada retilínea - combinada com a divisão dos lotes rurais - que ia do final da picada Conceição em direção ao sul até Rincão Seco, denominada então de estrada do *Pau-de-Herva*, ainda estava sendo aberta em 1907; Conforme Relatório Municipal de 1916, apenas em 1916/17 foi construída uma ponte suficientemente resistente sobre o rio Conceição facilitando os contatos da Colônia Serra do Cadeado com a *villa Ijuhy*; o imigrante José Lange Filho no discurso “Por motivo do jubileu sexagenário da Vila Dr. Pestana”, em 1961, narrou sua chegada e informou ter encontrado “um rancho da turma que trabalhava na estrada”. Conforme os relatórios municipais de 1912 e 1913, em 1912 estava também concluída a “estrada do Cadeado”, ligando as localidades de Esquina Gaúcha e estação Faxinal (Cruz Alta), passando o rio Conceição no

“passo do Cadeado”; 7) três núcleos populacionais destacaram-se na primeira década do século XX: as localidades de Rincão Seco, Esquina Gaúcha e Sede Velha¹; no Rincão Seco, além da predominância de moradores de origem alemã, havia uma capela da comunidade luterana (1904) e uma escola (1905); próximo à Esquina Gaúcha, onde concentraram-se algumas famílias italianas, havia a capela católica “Santo Antônio” da “Sociedade União e Luz” (1909)² - distante poucos quilômetros a nordeste da atual localidade - e um cemitério³; na Sede Velha havia, além de uma casa comercial (Renz), a capela da comunidade católica vinculada aos colonos alemães; 8) existiam ainda, entre Sede Velha e Esquina Gaúcha, um moinho (Nicoletti)⁴ e, próximo da estrada para Cruz Alta, outro comerciante (Schmidt); 9) em 1907 chegaram vários imigrantes que compraram terras na terceira e sexta seções; entre eles José Lange Filho, que adquiriu dois lotes coloniais na margem da estrada do *Pau-de-Herva*; depois de derrubada parte da mata, Lange construiu uma serraria (1908) movida por motor à vapor, prestando um serviço essencial naquele contexto; com a instalação de outros imigrantes no local, construí-se uma escola (1908) e um salão de baile; 10) José Lange comprou outras áreas próximas, que dividiu e vendeu na forma de lotes urbanos depois de abrir algumas ruas; a construção de uma igreja de madeira (1916) no local e a delimitação da praça, também foram patrocinadas por ele; assim, 11) uma nova vila foi intencionalmente criada nas margens da estrada do *Pau-de-Herva* (rua José Norbert na atual cidade de Augusto Pestana), centralizada e mais próxima de Ijuí porém, em local onde não havia grande aglomeração de população, distante de arroios ou rios mais significativos que uma pequena sanga, uma das nascentes do lajeado dos Aires, ou seja, em local elevado, um divisor de águas; José Lange destacou-se econômica e socialmente, tinha bom relacionamento político com os administradores Augusto Pestana e Antonio Soares de Barros e, na década de 1920, integrou a administração do município de Ijuí. De sua participação tem-se vários testemunhos:

Com a iniciativa progressista dos Snrs. Emilio Klever, José Lange Filho, Nicolau Renz e outros foi demarcada a praça de ruas da sede do 2º districto, no terreno para isso gentilmente doado pelo Snr. José Lange Filho. (Relatório Municipal de 1915)

Segundo e terceiro Districto. (...) Os proprietários de terrenos junto á sede do segundo, Snrs. José Lange Filho e Emilio Tesch, fizeram doação á municipalidade do terreno necessario para a praça e ruas correspondentes, motivo porque, merecem honrosas referencias neste relatorio. (Relatório Municipal de 1916).

No meio do decênio passado foi escolhido o terreno urbano da futura cidade. O governo não planejou este lugar. Parecia que a futura cidade iria se estabelecer no velho centro da colônia. Mas foi diferente. Na estrada Pau-de-Erva já havia uma serraria (J. Lange), um salão de baile (C. Haack) e a escola da comunidade no outro. Parecia que tudo se concentrava ali. Um passo a mais se realizou, o senhor Joseph Lange comprou de E. Krüger mais três colônias que atraíram novos compradores. (...) Para realizar este comércio, Emilio Klever, Nicolau Renz e Joseph Lange foram pedir licença do intendente do município, o Cel. Soares de Barros. (...) O senhor Joseph Lange e Emil Tesche deram um pedaço de terreno, entre as duas igrejas, a direita e a esquerda, para a futura praça. (1824-1924: Registro da festa)

(...) o terreno da praça foi doado pelo Lange e a quadra onde está a igreja foi doada pelo Lange; por isso ele cortou, na serraria dele, todo o material da primeira igreja, [que] era de madeira. (Felcida Kunzler e Benjamin Kunzler, entrevista, 2000).

O álbum “1822-1922: 7 de Setembro: Ijuhy no centenário” publicou uma fotografia, a “vista parcial da sede do 2º Districto (Cadeado) em 1917” onde pode-se ver um conjunto de casas

1 O nome Sede Velha foi atribuído posteriormente.

2 Que adquiriu um lote rural de cerca de 4,7 hectares em 1909, na margem da estrada do *Pau-de-Herva* conforme o Livro de assentamento inicial de lotes rurais. Comissão de Terras e Colonização de Ijuhy, 1891-1920. Museu Antropológico Diretor Pestana 1.1 Comissão de Terras e Colonização, pasta 9 e a correspondente escritura pública.

3 Vestígios de sepulturas foram encontradas há algumas décadas por agricultores do lugar.

4 Desse moinho há discretos vestígios materiais observados em visita ao local.

ao longo ou próximas da estrada do *Pau-de-Herva*, mata ao fundo e cinco pessoas, não identificadas, no primeiro plano; a fotografia foi produzida a partir de um lugar elevado, possivelmente a sudoeste da vila e retratou ainda uma quantidade de madeira depositada, ao lado da estrada, em frente à serraria de José Lange Filho. Nessa fotografia, como em outras imagens, vê-se uma vila desprovida de grandes árvores, sem vestígios da mata antes existente. Por último, observou-se que um pároco de Serra do Cadeado, o padre Francisco Burmann, registrou a família Lange na primeira página do livro de registro das famílias da Paróquia São José, criado em 1923, certamente como um reconhecimento.

Por tudo isso, é possível concluir que a intervenção, em especial de José Lange Filho apoiado pela administração municipal de Ijuí, influenciou a criação da nova sede em local próximo à sua propriedade e junto da estrada com traçado retilíneo, planejada e criada como um eixo central; a vila não transformou-se em sede espontaneamente, como uma “povoação de estrada” e sim pela ação intencional, uma “iniciativa progressista” orientada pela racionalidade.

Jean ROCHE apresentou a Colônia Serra do Cadeado como um exemplo de povoação de estrada (1969, p. 215), talvez porque baseou-se demasiadamente no Álbum Comemorativo de 1924 (*1824-1924: Festschrift zur Jahrhundertfeier der ersten deutschen Hinwanderung in Rio Grande do Sul: den deutschen der Kolonie Serra Cadeado. Ijuhy*), escrito por imigrantes alemães da Colônia Serra do Cadeado. Neste álbum, duas das poucas referências à comunidade católica e italiana, confirmam a interpretação deste texto: “Os italianos, que também estavam aqui desde a fundação da colônia, já tiveram a sua capela, a Capela Nossa Senhora de Pompei. (...) Oscar Schmidt, em 1904 próximo da atual capela Nossa Senhora de Pompei, abriu a primeira casa de negócio” (1824-1924: REGISTRO DA FESTA). Não foi possível saber a localização dessa capela mas, certamente tratava-se de outra, além das citadas. Nas décadas seguintes à criação da nova vila, os três povoados existentes perderam importância e um deles, próximo da Esquina Gaúcha, desapareceu completamente. Contudo, a nova vila não centralizou todas atividades da Colônia Serra do Cadeado e, nas localidades rurais existiram vários comerciantes, engenhos e moinhos como o moinho da família Paschoal, instalado nas margens do lajeado Paolo Domingos.

A idéia de “povoação de estrada” está mais evidente no *Fachinal*, depois terceiro distrito de Ijuí, localizado na margem direita do Rio Ijuí, que não foi citado por ROCHE, talvez por concentrar imigrantes italianos. Lá a criação da vila e sede, onde encontra-se hoje a cidade de Ajuricaba, teve vínculos claros com dois caminhos importantes para a época: De leste para oeste, a estrada principal, um “travessão geral”, interligando a *villa Ijuhy* à esta parte da Colônia; em outra direção, um caminho mais antigo: a picada Faxinal que, a partir de Cruz Alta, seguia para o norte. Um mapa de 1886, elaborado por Maximiliano BESCHOREN localiza essa picada que, nos campos de Monte Alvão, encontrava-se com a estrada que ligava Santo Ângelo à Palmeira. Através do texto de Evaristo Affonso de CASTRO também pode-se confirmar a existência e a importância da picada:

Grandes quantidades de terras devolutas, se acham esparsas pelo municipio, e notoriamente nos seguintes logares: Na margem do Juchy, nas picadas do Faxinal e Conceição, denominadas serra do Ijuhysinho, nas proximidades desta cidade, nas estradas que conduzem ao Rincão da Guaryta e Santo Angelo.

Estas duas picadas, são em sua maior parte terras do Estado, e prestam-se maravilhosamente para o estabelecimento de nucleos coloniaes. (1887, p. 72)

Argumenta-se aqui que, com a colonização oficial, a picada foi incorporada ao traçado da estrada nas linhas 18 e 19 da margem direita do rio Ijuí e que no cruzamento destes dois caminhos - a estrada que conduzia à *villa Ijuhy* e a estrada da linha 18/19 - formou-se o núcleo populacional, depois a sede do terceiro distrito municipal, hoje a cidade de Ajuricaba; local de confluência de pessoas e de seus interesses, lugar próximo ao lajeado das Cachoeiras. Vejamos os testemunhos que permitem esta interpretação: 1) No relatório de 1899, a Comissão de Terras e Colonização de Ijuí afirmava que “Urge a fundação de um novo nucleo na margem direita, onde

está já escolhido o local para a nova séde e designado na planta geral da colônia”; 2) no mapa da “Colônia Ijuhy” de 1901, há a representação de um conjunto de lotes rurais reservados para a sede da área colonizada na margem direita do rio Ijuí, aproximadamente na linha 13 norte, próxima ao rio. Contudo, no mapa “Colônia Ijuhy e Terras do Jesús”, de 1909, não há representação dessa reserva, indicando uma mudança no planejamento; 3) no livro de assentamento inicial de lotes rurais, da Comissão de Terras e Colonização, há uma anotação de 1901 indicando que o lote número 27 na linha 19 estava “reservado para o Estado”; em 1916 a anotação foi alterada para “Intendencia do Ijuhy” mas, a reserva mantida; deduz-se pois, que a Comissão de Terras percebeu a formação de um núcleo populacional na linha 19; 4) saindo de Cruz Alta e seguindo pela picada Faxinal, o local de travessia do rio Ijuí coincidiu com a linha 18/19 norte; o mapa da *Colônia Ijuhy* de 1901, o identifica como “passo do Demetrio” e informa a presença de uma barca; no mapa da “Colônia Ijuhy e Terras do Jesús”, está representada parte da picada e as suas margens são identificadas como “terras da Picada Faxinal”; aliás, da localidade rural denominada Estação Faxinal até o limite norte da Colônia, ao longo da picada, toda a região recebia o nome de Faxinal, inclusive um arroio, afluente da margem direita do rio Ijuí; a denominação Faxinal, no espaço estudado, parece estar de acordo com o conceito de “Trecho alongado de campo que penetra a floresta” (FERREIRA, 1999, p. 885), como se pode observar inclusive nas representações dos mapas da época; 5) no relatório da Comissão de Terras de 1911 registrou-se que “A [estrada] do Faxinal tem 30 quilômetros, atravessa a colônia do Norte ao Sul, parte pela antiga Picada do Faxinal e parte pelas linhas 18, 19, 20 e 21, margem direita do Ijuhy.” (Relatório de 1911, Comissão de Terras e Colonização do Ijuhy); 6) durante algum tempo a denominação “linha 19” foi usada para referir-se a sede desse núcleo colonial, conforme depoimentos orais e anúncios como estes:

Ferraria Riograndense de Paulo Pizzolotto - Linha 19 - Esta ferraria tem sempre em depósito: **enchadas, fources, machados das melhores marcas estrangeiras. Especialidade na fabricação de facas e canivetes.** Aprompta-se qualquer serviço concernente (sic) ao ramo, especialmente carroças, aranhas e arados por preços baratíssimos. (Correio Serrano, 04 jan. 1921).

Dr. med. H. Racherto-Schmidt. Especialista para ginecologia e cirurgia. Atende a chamadas para fora a qualquer hora da noite ou do dia. Preços módicos. Tratamento de pobres grátis.

Ijuhy, 3º distrº., linha 19. (Die Serra Post, 30 jan. 1920)⁵.

Existem ainda os testemunhos materiais: 1) as ruínas de uma capela católica na linha 17, construída - em 1905 segundo informações registradas pelo memorialista João Kocourec - para ser a igreja de um núcleo populacional que se formava ali, ao lado da estrada que conduzia à *villa Ijuhy*; esse núcleo perdeu importância na medida em que a linha 19 foi povoada; 2) continua em atividade uma barca para transpor o rio Ijuí, no lado sul do município de Ajuricaba, precisamente na linha 18/19; 3) o cemitério da cidade, que possui túmulos de sepultamentos do início do século XX, está localizado na linha 18, ou seja, como era comum para cemitérios, ligeiramente afastado da vila mas, na estrada principal para a *villa Ijuhy*, que então tinha um traçado diferente da atual rodovia pavimentada; 4) a existência do “passo do Ajuricaba”, no rio Ijuí, que também ligava Ijuí à linha 18; 5) uma fotografia, possivelmente obtida a partir da torre da igreja católica localizada na linha 19, retrata a estrada originada da picada Faxinal no sentido sul-norte, ou então, a atual rua da Matriz; como a imagem inclui o prédio da sub-intendência - construído em 1931, conforme relatórios da administração municipal - é possível deduzir que a fotografia foi produzida na década de 1930.

Assim, a história regional está sendo pesquisada e interpretada sob diferentes abordagens e amplia-se o conhecimento que temos sobre a colonização do Rio Grande do Sul. Amplia-

5 No original: Dr. med. A. Racherto-Schmidt. Spezialist für Gynäcologie und Chirurgie. Folgt Rufen nach Auswärts zu jeder Stunde der Nacht und Tages. Mäßige Preise. Behandlung von Armen gratis. Ijuhy, 3. Distrikt, Linie 19. (tradução livre do autor).

se também os conhecimentos e textos para o ensino de história local, importante tarefa atribuída aos professores de história e aos demais educadores do ensino fundamental, mas que também podem interessar às comunidades e aos diversos grupos sociais na construção de sua identidade.

Referências

- 1824-1924: *Festschrift zur jahrhunderfeier der ersten deutschen hinwanderung in Rio Grande do Sul: den deutschen der kolonie Serra Cadeado*. Ijuhy: Livraria Serrana, 1924.
- 1824-1924: REGISTRO DA FESTA COMEMORATIVA AO CENTENÁRIO DA PRIMEIRA IMIGRAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL: AOS ALEMÃES DA COLÔNIA SERRA CADEADO. Tradução de Marcos Gerhardt e Miguel Wildner. Ijuí: Sedigraf, 1996, p. 20-21 (Original publicado na língua alemã em 1924).
- BELLO, Luis Alves Leite de Oliveira. Diário de uma Excursão Eleitoral feita pelo interior da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul - 1856. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Ano XX - III Trimestre - Setembro de 1940, n. 79, p. 17-28.
- BESCHOREN, Max. *Originalkarte des nordwestlichen teiles der brasilianischen provinz São Pedro do Rio Grande do Sul*. sl. scp., 1886, 1 mapa, preto e branco. Escala 1:1.250.000.
- CASTRO, Evaristo Affonso de. *Notícia descritiva da região missioneira na província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Cruz Alta: Typographia do Commercial, 1887, 2 v.
- COLONIA IJUHY E TERRAS DO JESÚS. 1909, 1 mapa, preto e branco, 56 x 56 Cm. Escala 1:100.000. Museu Antropológico Diretor Pestana, IJ 06a (reprodução por Sandra Lima).
- COLONIA IJUHY. 1901, 1 mapa, preto e branco, 79 x 100 Cm. Escala 1:50.000. Museu Antropológico Diretor Pestana, IJ 19.
- Correio Serrano, 04 jan. 1921. Museu Antropológico Diretor Pestana.
- Die Serra Post, 30 jan. 1920. Museu Antropológico Diretor Pestana.
- Entrevista com Felicidade Kunzler e Benjamin Kunzler. 20 jun. 2000, (gravação, posse do pesquisador).
- Entrevista com Ivone Sarita Müller. 09 jun. 2001. (gravação, posse do pesquisador).
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 885.
- Fotografia da sede do terceiro distrito. sd. p&b.: 14 x 21 cm. Reprodução cedida por Octavio Montagner e Irene Montagner, Ajuricaba.
- Livro de Registro das Famílias: Paróchia São José - Diocese de Cruz Alta. 1923. Museu Antropológico Diretor Pestana AR 15, pasta 5, documento 10.
- PLANTA DAS TERRAS DA SERRA DO CADEADO. 1 mapa, preto e branco, 110 x 85 Cm. Escala 1:20.000. Museu Antropológico Diretor Pestana.
- Relatório de 1899, Comissão de Terras e Colonização do Ijuhy. Museu Antropológico Diretor Pestana 1.1 Comissão de Terras e Colonização, pasta 1.
- Relatório de 1900: Comissão do Ijuhy. Museu Antropológico Diretor Pestana 1.1 Comissão de Terras e Colonização, pasta 1.
- Relatório de 1911, Comissão de Terras e Colonização do Ijuhy. Museu Antropológico Diretor Pestana 1.1 Comissão de Terras e Colonização, pasta 2.
- Relatório Municipal de 1915. Museu Antropológico Diretor Pestana 1.2 Prefeitura Municipal de Ijuí, pasta 6.
- Relatório Municipal de 1916. Museu Antropológico Diretor Pestana 1.2 Prefeitura Municipal de Ijuí, pasta 9.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Tradução de Emery Ruas. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

AS FLORESTAS DE ARAUCÁRIAS COMO CHAMARIZ PARA COLONIZAÇÃO

Cristina Dallanora¹

Miguel Mundstock Xavier de Carvalho²

Prof. Eunice Sueli Nodari³

Na longa história das comunidades humanas, sempre esteve bem evidente esta ligação entre a terra da qual todos nós, direta ou indiretamente, extraímos nossa subsistência, e as realizações da sociedade humana.⁴

A importância crescente dos estudos que envolvem o meio ambiente é em grande medida uma resposta às rápidas alterações e degradações que tem sofrido o planeta. Trabalhar com essa questão através da História e relacioná-la com o eixo da História Ambiental não é uma proposta simples. Porém, ao pensarmos a caminhada do homem ao longo do tempo e a sua relação com a busca pela subsistência, a análise da sua relação com a natureza torna-se indispensável.

O presente artigo refere-se à região dos Campos de Lages, no estado de Santa Catarina e à devastação da Floresta Ombrófila Mista, ou como é mais conhecida, Floresta de Araucária, tendo em vista o desenvolvimento da indústria madeireira em Lages no século XX. Este artigo insere-se em uma pesquisa mais ampla cujos objetivos consistiram em analisar qual era o papel das companhias colonizadoras no processo de devastação das florestas; de que maneira elas eram utilizadas nas propagandas para atração de migrantes e como eram descritas nos relatos de viajantes; além de uma análise dos livros de memórias publicados, observando as formas de abordagens em relação à floresta.

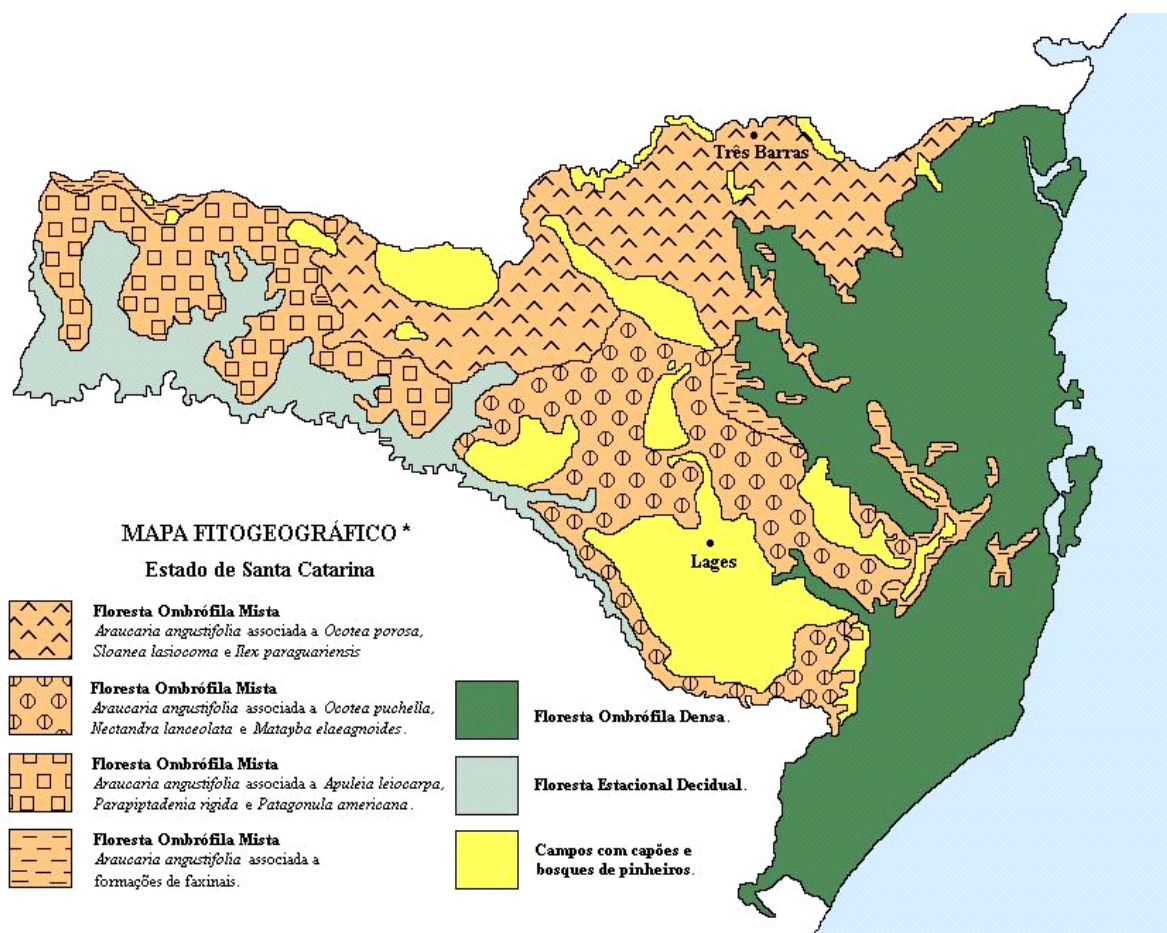
A região dos Campos de Lages era coberta por duas florestas: a Floresta Estacional Decidual (FED) e a Floresta Ombrófila Mista (FOM) ou Floresta da Araucária. Este artigo prioriza a segunda delas. Pode-se dizer que a primeira torna-se quase insignificante em relação à área ocupada pela segunda nessa região. O quadro administrativo em 1958 do município de Lages compreendia: Lages (sede), Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Cerro Negro, Correia Pinto, Índios, Paineira, Palmeira e São José do Cerrito. Além desses, faziam parte dos Campos de Lages, os atuais municípios de Bom Retiro e Urubici. Esses dados são importantes tendo em vista as fontes pesquisadas desse período. Através do mapa abaixo, podemos observar que a região compreende uma grande variedade de vegetação, abrangendo os principais tipos florestais de Santa Catarina: a FOD (Floresta Ombrófila Densa), a FOM (Floresta Ombrófila Mista), a FED (Floresta Estacional Decidual), além dos campos naturais.

¹ Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/BIP/UFSC e aluna de graduação do Curso de História, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina.

² Aluno de Mestrado do Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina.

³ Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina.

⁴ WILLIAMS, Raymond. *"O Campo e a Cidade: na História e na Literatura"*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 11.



Os Campos de Lages foram ocupados por estâncias de criação de gado no final do século XVIII e início do XIX. As campinas do Rio Grande do Sul, ricas em gados de várias espécies, despertavam nos paulistas e mineiros a ambição de estabelecer um intenso comércio com os estancieiros gaúchos, pelo interior, encurtando assim a distância e aproveitando os campos nativos para o descanso e internada das tropas.⁵ O valor desse comércio estava diretamente relacionado à Feira de Sorocaba, em São Paulo. A partir de então, pode-se dizer que a colonização surge como parte da rota permanente de tropas de muares que, anualmente, saíam do Prata e do Rio Grande do Sul em direção à Feira de Sorocaba. Desde então, a população lageana manteve fortes laços comerciais, sociais e culturais ao sul e ao norte.⁶

Em 1727, ao iniciar a abertura da estrada dos Conventos ou de Araranguá, por ordem do governador de São Paulo, Antônio da Silva Caldeira Pimentel, Francisco de Souza Faria relatou ter encontrado cruzeiros ao longo da sua rota. Possivelmente essas cruzeiros representavam um marco de até onde haviam chegado o domínio das missões jesuíticas. Desde o início do século XVII, várias expedições que partiam de São Paulo de Piratininga, dirigiam-se ao sul na busca do apresamento de indígenas para sua escravização. Embora ilegal, a escravidão indígena foi praticada durante todo o período colonial, principalmente nas regiões mais distantes do litoral.⁷

Em 1766, Morgado de Matheus, governador da Capitania de São Paulo nomeou Antônio Corrêa Pinto, capitão-mor regente do sertão de Curitiba, a fim de povoá-lo. No mesmo ano, Corrêa Pinto recebeu ordem para liderar a fundação da Vila de Lages. Os conflitos entre indígenas e

⁵ MACHADO, Paulo Pinheiro. A Ocupação do Vale do Rio Canoas. Relatório de pesquisa. In: *Mosaico de Identidades: uma história das práticas sócio-culturais e econômicas em Campos Novos*, Abdon Batista, Anita Garibaldi e Celso Ramos. Florianópolis, UFSC, 2004, p. 04.

⁶ Ibidem, p. 02.

⁶ Ibidem, p. 02.

⁷ Ibidem, p. 04.

os lageanos nos primeiros anos desta vila eram constantes. A dificuldade de defender a nascente povoação dos assaltos dos indígenas quase levou ao abandono por parte dos seus moradores, do povoamento criado por Corrêa Pinto.

Pode-se dizer, portanto, que a abertura, por ordem do governador de São Paulo, da estrada dos Conventos, ligando Rio Grande do Sul e São Paulo, possibilitou o estabelecimento dos primeiros moradores dos Campos de Lages. E esse era o único caminho que ligava a região ao litoral de Santa Catarina. O território de Lages, hoje dividido em municípios, pertenceu à Capitania de São Paulo por quase cinquenta anos, até ser transferido para a Província de Santa Catarina pelo Alvará Real em 1820. A comunicação entre as vilas de São José, pertencente ao Desterro, e Lages, é atribuída ao capitão Antônio José da Costa.

As diferentes trilhas e picadas que ligavam a Capitania do Rio Grande a São Paulo constituíram o primeiro meio de ocupação e povoamento definitivo do planalto serrano.⁸ Segundo Paulo Pinheiro Machado, a atividade do tropeirismo foi fundamental para a formação da identidade biriva do habitante do planalto serrano. Biriva é o tipo de gaúcho serrano, tem origem no termo guarani “mbiribi”, que quer dizer “homem pequeno”, forma dos guaranis referirem-se aos paulistas que, mais tarde, acabou por denominar genericamente a todos os habitantes do planalto meridional. Muitos tropeiros paulistas e gaúchos estão entre os fundadores de Vilas e povoados pelo longo caminho das tropas. O tropeirismo criou uma extensa rede de parentesco, amizade e compadrio sobre todo o caminho das tropas. Famílias se distribuíam sob um extenso território que ia de Sorocaba à banda oriental do Uruguai, viabilizando, assim, a ocupação dos campos de cima da serra.⁹

Em contrapartida, seguindo a corrente do pensamento do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC), Licurgo Ramos Costa, em seu livro *O continente das Lagens – sua história e influência no sertão da terra firme*¹⁰, confere a identidade luso-brasileira para a sociedade lageana, ao esboçar a trajetória dos fundadores da vila Nossa Senhora dos Prazeres dos Sertões das Lagens, ou dos homens que se fixaram na região durante os seus primeiros anos.¹¹ Na dissertação de Juçara de Souza Castello Branco, *Alemães em Lages: uma trajetória de conflitos e alianças guardadas pela memória*, ao fazer uma análise dos discursos sobre a identidade catarinense e como expressavam a sua preocupação com o mito das origens e seus heróis fundantes, salienta o fato de que, “por vezes, os sócios do Instituto encontravam em seus antepassados os fundadores, ou os primeiros moradores das cidades e vilas mais antigas do Estado”. Ao tratar as publicações inseridas nas primeiras fases do IHGSC, a autora observa em duas delas, um tratamento equivocado em relação aos alemães em Santa Catarina. Considerando a primeira delas, *Colonização do Estado de Santa Catarina – dados históricos e estatísticos*, de autoria de Jacinto Antônio de Mattos, a autora escreve:

Nesta obra são tecidas considerações preliminares – e por vezes questionáveis – do processo de colonização do Estado de Santa Catarina durante o século XIX. (...)

Ao tratar do tema colonização em Santa Catarina, Mattos não considera o movimento centrífugo para regiões adjacentes. Pesquisas recentes, no entanto, mostram como as colônias serviam como núcleos difusores de colonos para várias regiões do Estado, inclusive de alemães e teuto-brasileiros para Lages.¹²

Esse aspecto levantado pela autora é relevante neste artigo, considerando que, com o estabelecimento das companhias colonizadoras em Santa Catarina, muitos colonos migraram

⁹ Um estudo sobre a extensão geográfica dos laços de parentesco e compadrio no caminho das tropas podemos ver em Machado, Paulo Pinheiro. *Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912-1916*. Tese de Doutorado em História, Unicamp, Campinas, 2001. Capítulo 1.

¹⁰ COSTA, Licurgo. *O continente das Lagens – sua história e influência no sertão da terra firme*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982, 4v.

¹¹ BRANCO, Castello S. J. *Alemães em Lages: uma trajetória de conflitos e alianças guardadas pela memória*. Florianópolis, UFSC, 2001. *Dissertação de Mestrado*.

¹² Ibidem, p. 15.

em busca de melhores oportunidades de vida. Um fenômeno comum a todas as áreas no aspecto econômico, incluindo Lages, foi o ciclo de extrativismo vegetal, onde as madeiras nobres eram extraídas ou pelas companhias colonizadoras ou pelos próprios colonos, dependendo o tipo de contrato. Na citação abaixo, nota-se que dois núcleos de colonização, um deles, Anita Garibaldi, pertencente a Lages, ficavam isentos de fiscalização:

Relatório da Diretoria de Terras e Colonização (1933)

Relatório apresentado ao sr. Diretor de Terras e Colonização, pelo Inspetor do 4º Distrito, Sr. Lídio Reis.

[...]

Comentário do Art. 14 do regulamento desta D. T. C.

Colonização

[...]

Art. 15 do regulamento da D. T. C.

Não há colonização neste distrito. A exceção dos núcleos de Anita Garibaldi em Lages e Urubici em São Joaquim nenhum outro. Estes mesmos, de iniciativa inteiramente particular estão fora da fiscalização por parte do governo.

[...]

19º Desmatamento e reserva florestal

O desmatamento no 4º distrito é feito criminosamente por derrubadas a esmo e completadas a fogo. Reina o espírito de destruição e como reserva florestal só fica o que escapa, por acaso, as chamas devoradoras.

É lamentável, mas é verdade, e, para se por um paradeiro a esse desatino só aplicando leis severas.

[...]¹³

Apesar de não ser significativa a presença de companhias colonizadoras especificamente na região dos Campos de Lages, é importante considerar o movimento centrífugo abordado por Castello Branco que evidencia a presença de migrantes, como por exemplo, de alemães na região. Nesse contexto, pode-se pensar de que maneira as florestas eram utilizadas nas propagandas para atração de migrantes. No exemplo abaixo, fica evidente, entre outras, a abordagem da presença de araucárias como vantagem de um terreno:

Vende-se por preço de ocasião

De 2 á 10 colonias de terras proprias para agricultura, contendo bom numero de pinheiros situados no distrito de Anita Garibaldi, municipio de Lages, Estado de S. Catarina. Estes terrenos margeiam uma estrada de rodagem Estadual, em ótimas condições. Os produtos coloniais têm saída para as estações de Capinzal e Joaçaba, como tambem para Lages. O lugar tem paróquia, Farmacia, linha de ônibus, todos os dias. Clima saudavel.

Os interessados devem tratar com Celestino Martins Varella. Encruzilhada de Cachoeirinha - Anita Garibaldi - Lages, ou com o sr. Vigário da mesma paróquia.¹⁴

Através das fontes pesquisadas, percebe-se que inicialmente o interesse pela terra estava relacionado à capacidade de gado vacum que comportavam, e o pinhal servia apenas para que seus frutos alimentassem os porcos. Segundo Licurgo Costa:

Em tais áreas, o pinheiro nativo, a Araucária Brasiliense ou Araucária Angustifolia, era considerado “praga”, que devia ser combatida sem tréguas. O excesso deles desvaloriza o terreno... Os exemplares mais finos, talvez abaixo de 40 cm de bitola, eram derrubados a machado, e as mais grossas, quase sempre imponentes árvores, beirando um século ou mais de existência, eram sacrificadas com o descascamento, na base, de um anel de vinte centímetros de largura, que os fazia secar com

¹³ Relatório de Diversos Órgãos – Agricultura - Relatório de Terras e Colonização, 1933.

¹⁴ Vende-se por preço de ocasião, *Região Serrana*, 01/09/1951, nº 267, p. 2.

relativa rapidez, derrubando as grimpas para depois, com um ou dois anos apodrecerem os imensos troncos, sob a ação destruidora de lagartas e outras parasitas da madeira verde.¹⁵

Num primeiro momento as florestas eram vistas como uma grande dificuldade a ser vencida, um empecilho que deveria ser removido para a construção das casas e o cultivo das lavouras, também em função da pecuária. Mas, logo nas primeiras décadas do século XX, a exploração de madeira passa a ser um grande negócio, chegando a se tornar, a partir da década de 40, na principal atividade econômica da região. Conforme Licurgo Costa, “Nos anos vinte, o pinheiro começou sua fase de rápida valorização, atingindo o ponto mais alto depois de 1950. Então, estacionou e somente com a construção de Brasília tomou novo impulso”.¹⁶

Na tese de Doutorado de Eunice Sueli Nodari¹⁷, foi investigado o processo histórico da construção sócio-cultural, no Oeste de Santa Catarina, a partir da chegada dos migrantes teuto e ítalo-brasileiros, oriundos do Rio Grande do Sul, entre 1917–1954. No decorrer da sua pesquisa, foi observado que a floresta era utilizada como propaganda pelas companhias colonizadoras para atrair novos migrantes e que era vista simplesmente como uma forma de gerar lucros para os proprietários das colonizadoras, para os madeireiros e para os próprios colonos.

A história econômica preocupava-se com os dados do setor extrativista, analisando os números de cortes das madeiras de lei, a sua exportação e o conseqüente resultado econômico para a economia nacional, estadual e regional. Segundo Nilson Thomé, historiador da região de Caçador, a devastação da mata na região do Contestado pode ser considerada como mais um dos ciclos econômicos brasileiros.¹⁸ Grande parte da sua obra discute a implantação da indústria madeireira e a sua importância para o desenvolvimento sócio-econômico da região. Através da tabela abaixo, percebe-se que a exploração madeireira se constituiu, até bem pouco tempo, como o principal segmento da economia de Santa Catarina:

Valor da exportação de madeira, em relação à exportação geral de Santa Catarina - 1960/1969

ANOS	VALOR (Cr\$)	Madeira	
		Total	Em relação ao total geral (%)
1960	4 734 654	3 409 065	72,0
1961	6 661 285	5 301 359	79,5
1962	8 375 999	6 358 121	75,9
1963	10 797 009	9 506 038	88,0
1964	29 745 487	23 740 998	79,1
1965	49 572 674	39 252 365	80,0
1966	61 945 040	49 581 967	84,8
1967	61 559 113	52 231 921	82,2
1968	105 038 662	86 412 857	67,7 (1)
1969	135 822 666 (1)	92 056 705 (1)	

Nota – (1) Não foi computada a ocorrência (total) do mês de novembro, em virtude do “Ministério da Fazenda-Econômico Fiscais”, não ter remetido o “Mapa Comércio Exterior”, novembro 1969.¹⁹

¹⁵ COSTA, Op. cit. vol. 3, p. 907.

¹⁶ Ibidem, p. 912.

¹⁷ NODARI, Eunice Sueli. *A renegociação da etnicidade no Oeste de Santa Catarina (1917-1954)*. Porto Alegre, 1999. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

¹⁸ THOMÉ, Nilson. *Ciclo da Madeira: história da devastação da Floresta da Araucária e do desenvolvimento da indústria madeireira em Caçador e na região do contestado no século XX*. Caçador: Universal, 1995.

¹⁹ Comércio Exterior e Comércio de Cabotagem. PLAMEG/DEE, nº 13, dezembro 1970.

Nilson Thomé aborda esse surto de exploração madeireira no século XX, como mais um dos ciclos econômicos brasileiros, denominando-o de “Ciclo da Madeira”. E a floresta de Araucária foi o alvo desse “Ciclo”, com a extração principalmente do pinheiro (*Araucaria angustifolia*), mas também do Cedro e da Imbuia. Além dessas, também eram extraídas em menor escala, o cambará, bugre, canela, laranjeira-do-mato, aroeira, cabreúva, peroba, maçaranduba, tarumã e angico. Sem contar a extração de erva-mate, que não prejudicava severamente a floresta. Esse Ciclo se baseava na instalação de serrarias junto aos pinhais e reservas de matas nativas, e se deslocava à medida que as florestas foram sendo esgotadas.

Além de Nilson Thomé, que se concentra na história da indústria madeireira da região de Caçador, podemos citar uma série de outros estudos que entenderam a devastação da floresta de Araucária como apenas um ciclo econômico, ligado ao desenvolvimento da indústria madeireira, entre eles: “Madeiras, Balsas e Balseiros”²⁰, “A madeira em Santa Catarina (1930-1972)”²¹, “Da Araucária ao Pinus”²² e “A madeira na economia paranaense”²³.

Esses estudos procuram entender a madeira como uma espécie de *comodities*, um produto básico na pauta das exportações, apresentando dados estatísticos e gráficos de uma evolução da exploração madeireira e do seu lugar no quadro geral das exportações dos estados. Neles também podemos observar um certo comprometimento e acompanhamento dos interesses dos grupos de madeireiros. Assim, por exemplo, Nilson Thomé já foi diretor da Associação Comercial e Industrial de Caçador e Secretário Municipal da Indústria, Comércio e Turismo desse município. O “Ciclo da Madeira” revela uma boa dose de apologia aos madeireiros de Caçador, mesmo reconhecendo que se trata de uma pesquisa bem fundamentada nas fontes.

A intenção de realizar estudos sobre o processo histórico da devastação das florestas pode ser considerado um desafio e ao mesmo tempo uma necessidade para o campo da história. No entanto, é importante considerar a interdisciplinaridade como possibilidade de análise para os problemas ambientais e sociais, que vem chegando, para a História como disciplina, com poucas exceções, tarde nesse debate. Nesse sentido, é importante levar em consideração as palavras de Warren Dean, quando afirma que esta história corretamente entendida é:

em todo o planeta, uma história de exploração e destruição. O homem reduz o mundo natural a “paisagem” entornos domesticados, aparados e moldados para se adequarem a algum uso prático ou à estética convencional – ou também, o que é ainda mais assustador, a “espaço” - planícies desertas aplainadas a rolo compressor sobre os quais o extremo do narcisismo da espécie se consagra em edificações.²⁴

No caso do Relatório do Serviço Floresta de 1948, que demonstra a relação entre o Governo da União e o Estado de Santa Catarina, percebe-se questões relativas ao reflorestamento e proteção ambiental:

Serviço Florestal

O Serviço Florestal do Estado, criado pela lei n. 181 de 22 de novembro de 1948; funciona em identidade com a Delegacia Florestal Regional do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, em virtude do “Acôrdo” firmado entre o Governo da União e o Estado de Santa Catarina, visando a execução de serviços públicos relativos ao florestamento, reflorestamento e proteção florestal.

Pela mesma lei ainda está prevista a criação do Conselho Florestal do Estado.²⁵

²⁰ BELLANI, Eli Maria. *Madeiras, Balsas e Balseiros no Rio Uruguai - 1917 - 1950*. Florianópolis: UFSC, 1991. Dissertação de Mestrado.

²¹ EDUARDO, Rosemari Pozzi. *A madeira em Santa Catarina 1930-1972*. Dissertação Mestrado História. UFPR, 1974.

²² AGOSTINI, Estelamaris. *Da araucária ao pinus: uma análise geográfica do Planalto de Lages*. Florianópolis, 2001. 118 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina.

²³ LAVALLE, Alfa Mansani. *A madeira na economia paranaense*. Curitiba: GRAFIPAR, 1981.

²⁴ DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 24.

²⁵ Relatório de Diversos Órgãos – Agricultura – Relatório do Serviço Florestal, p. 1, Acervo: APESC

A partir deste trabalho, percebe-se que a Floresta de Araucária tem uma importância que vai além do significado econômico no que diz respeito ao aproveitamento madeireiro, e o próprio desmatamento não pode ser visto apenas como uma fatalidade necessária ao progresso da região. E, na região dos campos de Lages, podemos avaliar como o elemento central no processo de desmatamento, o setor madeireiro, que ultrapassa em importância a tradicional criação pecuária a partir da década de 40:

Mas é a partir da década de 30 e especialmente da década de 40 que os jornais da região começam a falar sobre um crescimento na instalação de indústrias madeireiras, e a proliferação de negócios envolvendo compra e venda de madeiras.²⁶

Como esse, existem muitos outros anúncios de jornal envolvendo compra e venda, principalmente de pinhais, o que atesta a valorização da madeira e também a aceleração do processo de desmatamento nessa época, como por exemplo:

Em Carú (ex-Cerrito) - Lajes

Vendem-se 16000 pinheiros, ou mais, grande unidade e variedades de arvores de madeiras de lei, com os respectivos terrenos, situados a margem esquerda do rio Canoas.

Situação superior, terrenos planos, ótimos para plantação e criação.

Dista: 18 quilômetros do povoado “Rio dos Cachorros”, estrada de Rodagem Curitiba - Ponte Alta - Lajes - Rio do Sul, - e 20 quilômetros da estrada de Rodagem Lajes - Carú - Campos Novos - Joaçaba,

Vende-se também, os pinheiros e outras arvores, somente.

Os interessados, poderão tratar com o sr. Antonio de Amorim, rua Correia Pinto, 62. Lajes - Santa Catarina.²⁷

Mas também era corrente a preocupação com a rápida dilapidação das florestas, e os governos federal e estadual trataram de estabelecer legislações, apesar de não serem colocadas em prática: em nível federal com o Código florestal de 1934, e em nível estadual com o Decreto-lei n.132 de 1938 que determinava “providências para defesa do patrimônio florestal”. Esse Decreto-lei estabelecia, no seu Art. 4, a obrigatoriedade do replantio das florestas derrubadas. Tal preocupação também pode ser levantada a partir de alguns processos de terras de Lages, que datam do final do século XIX até a segunda metade do século XX (1863 à 1974), disponíveis no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. A maior parte deles contém plantas e mapas do território que está sendo avaliado no processo e considerações por parte das autoridades responsáveis pela avaliação do terreno, como o exemplo abaixo:

AGENCIA DO 4º DISTRICTO DO COMISSARIADO GERAL DO ESTADO DESCRIÇÃO DO IM-MOVEL

...

Quanto ao valor florestal é de insignificante menção, pois, devido as constantes derrubadas e queimas periódicas, tende muito a desvalorizá-lo, constatando-se entretanto, a formação de grandes extensões de terrenos de vassouras e macegaes.²⁸

Licurgo Costa, na sua obra sobre a história de Lages, “O continente das Lagens – sua história e influência no sertão da terra firme”, já citado anteriormente, apresenta um panorama sobre a evolução da indústria madeireira lageana, detendo-se mais na história de algumas indústrias em particular. Através do seu livro, também podemos perceber uma certa coerência com a

²⁶ COSTA, Licurgo. *O continente das Lagens – sua história e influência no sertão da terra firme*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982. 4v. vol. 3, p. 912.

²⁷ CORREIO LAGEANO, 22/06/1946 nº 346, p. 4, *Pinheiros – Terrenos a venda*

²⁸ Processos de Terras, 20/2/1928. Processo de Medição e Demarcação do Terreno “Barra do Pinheirinho”, requerido a título de compra ao Estado por Francisco Gregório da Cruz Despachado pelo governo do Estado em 20/2/1928.

visão de progresso associada ao madeireiro, na medida em que relaciona o desenvolvimento econômico de Lages com o crescimento do setor madeireiro:

Foi somente com o impulso registrado na indústria madeireira que a situação econômica do Município, aliás, da Região Serrana, começou a acusar modificações substanciais, repercutindo em todos os seus campos de atividade e fazendo com que Lages fosse a cidade catarinense de maior progresso relativo nos últimos 50 anos.²⁹

Entretanto, além da documentação referente à história regional, juntamente com fontes do arquivo, a literatura também se torna uma possibilidade importante para analisar a questão da floresta de Araucária nos Campos de Lages. Porém, para utilizar a literatura de viagem como documento, é preciso levar em conta suas vantagens e desvantagens. Por um lado temos alguém de fora reparando e descrevendo situações já incorporadas pelas populações locais e por este motivo, muitas vezes deixam de escrever sobre determinados aspectos. Ao mesmo tempo deve-se considerar com qual finalidade estão sendo escritos os relatos. A visão e as considerações de alguém que saiu da corte, no caso de Avé-Lallemant, certamente não são as mesmas de um naturalista do século XIX. Segundo Miriam Moreira Leite³⁰, para analisar o “corpus”, deve-se levar em conta o “macro-corpus”, ou seja, é preciso entender como esses visitantes chegavam ao Brasil, quais eram as suas condições e profissões, enfim, o seu contexto de produção.

Em relação ao relato de Robert Avé-Lallemant, percebe-se outros tipos de considerações a respeito da região:

Aqui encontrei a completa expressão do planalto de Santa Catarina. A construção interior da casa era genuinamente nacional, de madeira de araucária. Soalho, portas, paredes, tecto, mesas, bancos, tudo, asseado e variadamente ornado, feito de tábuas e traves de pinho. A madeira é mais dura e mais amarela-escura do que o pinho nórdico e, simplesmente polida, dá impressão excepcionalmente boa, sobretudo quando, antes de ser trabalhada, foi guardada bastante tempo e está bem seca.

Eis porque a casa do Coronel me pareceu a casa ideal numa serra de araucária, sólida, simples e limpa, com a expressão de uma certa abundância, que de modo algum é perturbada pela ausência de vidraças nas janelas.³¹

Além do emprego prático da madeira, também não era raro o encantamento pelo porte e pela beleza da araucária, como demonstra a descrição abaixo:

Em parte inteiramente isoladas, em parte comprimidas em matas, vêem-se as araucárias enfileiradas em toda a parte, como se fossem os nossos pinheiros. E entretanto é a árvore mais pujante do que a árvore do norte, o pinheiro. Sempre erectos e perfeitamente cilíndricos são os troncos da araucária, com mais de 4 pés de diâmetro, sem galhos até 70 pés de altura e depois bem esgalhados por mais 40 a 50 pés para cima. Verde-escuro-carregado é o colorido da capa.³²

Ao mesmo tempo, as considerações do viajante demonstram idéias arraigadas no senso comum do “desenvolvimento” ou “atraso”, decorrentes da Europa do século XIX, baseadas no modelo europeu de desenvolvimento econômico:

Nunca vi tanta indolência ou melhor tanta preguiça como entre os camponeses de Lages. Não é notável, por exemplo, que na cidade central de um município onde pastam centenas de milhares

²⁹ COSTA, op. cit., vol.2, p. 746.

³⁰ LEITE, Miriam Moreira. *A Condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros*. São Paulo: Hucitec: EDUSP, 1993.

³¹ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas Províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, p. 63.

³² Ibidem, p. 53.

de reses não se encontre uma libra de manteiga para comprar? Deixam os animais comendo no campo até crescerem e depois os abatem, vendem o couro e os chifres, fazem carne seca e exportam-na, mas não se conformam com o trabalho e vantagens menores. O queijo chega à cidade, mas a manteiga, não. E não me admiraria que um especulador trouxesse manteiga inglesa para vender em Lages. O trigo medra magnificamente no planalto. Mas só se cultiva para o consumo doméstico, para os estômagos que gritam. Mais uma vez que os levam a calar-se, calam-se também todas as outras atividades. Em Lages há alguns moinhos. Em vez de derivarem convenientemente um fio de água dos regatos perenes para as rodas hidráulicas, preferem que os moinhos parem quando as águas baixam e fiquem parados meses, à espera de que as águas cresçam. Se, aos homens indolentes enviassem, como concorrentes na terra alguns milhares de lavradores alemães, poderia haver uma completa transformação, com a qual não ficariam satisfeitos os grandes estancieiros e ainda muito menos os pequenos cultivadores.³³

A partir dessa citação, que demonstra preconizar os alemães, é possível perceber alemães vistos como modelo para produzir o desenvolvimento na região, como alguém capaz de trazer o desenvolvimento.

Através dos dados do Arquivo Público e da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, além de autores de história regional e o relato do viajante Robert Ave-Lallemant, pretendeu-se compreender a relação da Floresta de Araucária com o desenvolvimento da indústria madeireira em Lages nos fins do século XIX e no século XX, uma vez que essa foi a atividade principal para o grande desmatamento ocorrido na região no último século, para o que certamente também concorreram outros fatores, como a expansão da pecuária e a agricultura de queimada. No decorrer da pesquisa, percebeu-se que a preservação da floresta era mínima na primeira metade do século XX, enquanto o descompasso entre o discurso governamental e a prática em relação ao cumprimento das leis era muito maior. A atividade madeireira se tornou uma das principais atividades econômicas da região, sendo freqüentes nos jornais da época notícias relacionadas a negócios de serrarias e a menção à existência ou ao potencial madeireiro do terreno.

A grande quantidade de florestas a serem desbravadas foi um dos grandes trunfos aqueles que viam oportunidades de lucro no seu potencial madeireiro, utilizando-se da madeira como atrativo para a valorização do terreno, o que não era raro aparecer em forma de propaganda para atração de migrantes. Com um maior contingente populacional, atraído pelas “vantagens” da região, era natural que aumentasse a exploração madeireira, sendo que o lucro aspirado pelos madeireiros e a ausência de medidas eficazes de preservação florestal resultaram no desmatamento no qual se encontra a atual região pesquisada. Medidas como a elaboração do Código Florestal e alertas divulgados na imprensa escrita por pessoas preocupadas com a situação não foram suficientes para fazer com que o setor madeireiro agisse de acordo com uma consciência e preocupação ecológica. Contudo, não basta analisar a consumação em poucas décadas da Floresta de Araucária apenas pelo viés econômico, embora a sua contribuição seja importante. É preciso também incorporar as preocupações atuais de necessidade de preservação do meio ambiente.

Referências

- AVÉ-LALLEMANT, Robert. Viagens pelas Províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858). Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.
- DEAN, Warren. A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DRUMMOND, José Augusto. *Por que estudar a história ambiental do Brasil?* – ensaio temático. Brasília, 2002.

³³ Ibidem, p. 69.

LEITE, Miriam Moreira. A Condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros. São Paulo: Hucitec: EDUSP, 1993.

COSTA, Licurgo. *O continente das Lagens – sua história e influência no sertão da terra firme*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982. 4v. Vol. 2.

MACHADO, Paulo Pinheiro. A Ocupação do Vale do Rio Canoas. Relatório de pesquisa. In: Mosaico de Identidades: uma história das práticas sócio-culturais e econômicas em Campos Novos, Abdon Batista, Anita Garibaldi e Celso Ramos. Florianópolis, UFSC, 2004.

SANTA CATARINA; Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento. *Atlas escolar de Santa Catarina*. Florianópolis: SEPLAN.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

THOMÉ, Nilson. *Ciclo da Madeira*. Caçador: Imprensa Universal, 1995.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação as plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

WORSTER, Donald. Para Fazer História Ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.4, n.8.

PARA UMA OUTRA HISTÓRIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ASPECTOS ECOLÓGICOS DA COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL

Juliana Bublitz*
Sílvio Marcus de Souza Correa**

Introdução

A colonização européia é vista, em geral, como um dos principais fatores do desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. Em *Os Casais* (1932), Borges Fortes apresentou uma monografia sobre a importante contribuição açoriana para o Rio Grande do Sul. Em *O Bicentenário da Colonização de Porto Alegre* (1941), Souza Docca reverenciou igualmente a obra dos açorianos. Em *O Trabalho Alemão* (1934), Aurélio Porto fez o mesmo em relação à colonização alemã. Ainda no bojo das comemorações do Centenário Farroupilha, o Cinquentenário da Colonização Italiana também foi destacado pelos membros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS). A interpretação de Limeira Tejo (1937) de uma evolução natural da agricultura para a industrialização das áreas coloniais consagrou a relação entre colonização e modernização no Sul do Brasil.

No final da década de sessenta e início dos anos setenta, são publicados, sob diversos aspectos e clivagens ideológicas, artigos e livros sobre a importância da colonização alemã. Entre eles, destacam-se *A contribuição teuta à formação da nação brasileira* (1968), de Carlos H. Oberacker, e *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul* (1969), de Jean Roche, além de *Industrialisierung in Südbrasilien: die deutsche Einwanderung und die Anfänge der Industrialisierung in Rio Grande do Sul* (1973), de Dietrich von Delhäs-Günther.

Neste mesmo período, a área de colonização italiana foi alvo de uma profusão de publicações. Entre elas, destacam-se *Italianos e Gaúchos* (1975), de Thales de Azevedo, *A colonização italiana no Rio Grande do Sul* (1975), de Olívio Manfroí, e *Aspectos políticos e econômicos da imigração italiana* (1979), de Octávio Ianni.

Por meio da pequena propriedade rural, da mão-de-obra livre, do regime de trabalho familiar e da policultura, a colonização européia foi considerada por muitos historiadores, sociólogos e economistas como a principal matriz do desenvolvimento regional. Além da modernização da agricultura, o incremento da indústria e do comércio teria sido quase que exclusivamente obra dos imigrantes europeus. O crescimento populacional e sua importância para a demografia das áreas de colonização também demonstrariam, por meio de índices altos de longevidade e de escolaridade, e baixos de mortalidade e de analfabetismo, a dimensão social do empreendimento colonizador.

Apesar dos índices econômicos e sociais através dos quais sempre se ratificou a importância da colonização para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul, persiste uma lacuna discursiva na análise do tema. Trata-se do impacto ambiental da colonização. Ao comemorar-se os 180 anos de colonização alemã no Rio Grande do Sul, cabe perguntar quanto resta da cobertura vegetal nativa do Estado. Com base nos dados do inventário florestal da Universidade Federal de Santa Maria e do IBAMA, Rampazzo (2001, p.35) apresenta um cálculo acerca do que restou das

* Especialista em História do Brasil e bolsista da CAPES no curso de mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul.

** Historiador junto ao Centro de Pesquisa em Desenvolvimento Regional (CEPEDER) da Universidade de Santa Cruz do Sul.

matas nativas, cujo índice oscila entre 5,62% a 2,8% da cobertura total. A imigração e a colonização européias, especialmente alemã e italiana, foram responsáveis pela destruição de uma vegetação e de uma biodiversidade cujo impacto ambiental ainda não foi avaliado.

A colonização européia no Rio Grande do Sul e seu posterior desenvolvimento e inovações tecnológicas destruíram vários biomas florestais, como se pode inferir pela tabela a seguir, sobre a área florestal que resta no Estado.

TIPOS DE FLORESTAS	HECTARES
Floresta de araucária angustifolia	186.658,34
Floresta Subtropical Alto Uruguai	69.602,97
Floresta Subtropical do Escudo (Serra do Sudeste)	139.595,13
Floresta Tropical Fluvial Atlântica	7.000,00
Floresta Subtropical da Encosta	363.545,17
Floresta Ciliar ou de Galeria	542.438,44
Capões	275.890,84
Floresta Parque	1.000,00

Fonte: Inventário Florestal Nacional – Florestas nativas do RS, 1982 in: Rampazzo (2001, p. 36)

O paradigma do desenvolvimento sustentável sugere uma revisão historiográfica na qual a dimensão ambiental se apresenta em complexidade com a dimensão sócio-econômica. No intuito de relativizar o desenvolvimento econômico e social das áreas de colonização através de um levantamento preliminar do seu impacto ambiental, o presente artigo busca introduzir uma abordagem ecológica para a investigação histórica do desenvolvimento das áreas de colonização alemã no Rio Grande do Sul.

1. Antecedentes da abordagem em eco-história

O meio ambiente já foi alvo dos primeiros historiadores brasileiros. Frei Vicente de Salvador, por exemplo, destacou o assunto principalmente no primeiro livro de sua *História do Brasil (1500-1627)*. Sua descrição da fauna e da flora brasileiras se filia à tradição literária quinhentista. Porém, essa atenção à natureza brasílica dos viajantes, cronistas e primeiros historiadores telúricos foi negligenciada pela historiografia brasileira do século XIX, mais preocupada com a formação política e social da jovem nação brasileira. A natureza, então, quando enfocada, era apenas para servir de antípoda ao paradigma da civilização brasileira, embora uma fração da sua elite intelectual, predominantemente de formação coimbrã, tenha registrado certas críticas à devastação ambiental durante o oitocentos (Pádua, 2002). Destaca-se, nesse sentido, o ministro brasileiro em 1822, José Bonifácio de Andrada e Silva (Bublitz, 2004).

No século XX, o meio ambiente volta a ser alvo dos estudos sobre a formação social do país. Caio Prado Júnior, em sua *História Econômica do Brasil*, foi um dos autores a enfatizar o meio geográfico. Contudo, a sua análise profana sobre a relação entre o meio e as gentes nativas e adventícias priorizou unicamente a exploração econômica. Sua descrição materialista do meio geográfico à época da colonização não contemplou a orientação religiosa no uso das águas, das florestas e do solo, reduzindo-os a recursos naturais.

A preocupação com um *approach* mais ecológico, no entanto, foi inaugurada por Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala* (1933), assumindo um papel de relevo em *Nordeste* (1937). Apesar disso, ao evitar o enfoque “impressionista”, a religião assume neste artigo um tratamento distinto. E essa escolha não configura o presente trabalho como inédito, pois a abordagem pretendida sobre a relação dos imigrantes alemães e seus descendentes com a natureza do Brasil meridional foi parcialmente antecipada por Jean Roche (1969).

Em *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul* (1969), Roche já apresentava elementos que denunciavam o impacto ambiental do empreendimento colonizador no Estado. O autor lan-

çava mão, por exemplo, de uma metáfora bastante sugestiva para demonstrar *o ecological push* da migração interna nas áreas de colonização alemã. Tratava-se da *enxamagem*, processo que na apicultura está ligado à migração dos enxames de abelhas para locais onde o néctar necessário à sua reprodução é mais abundante. Da mesma forma, os colonos, em busca de novas terras, deixavam para trás lotes muitas vezes desgastados pelo uso excessivo e insustentável. Segundo Roche (1969, p.378), aos colonos surgia “a impossibilidade de continuar a viver em um mesmo sítio, sem estar sujeito à regressão econômica quando as terras cultivadas ficavam depauperadas”. Com isso, a migração também era contínua – assim como entre as abelhas. O que Roche não percebeu, ou simplesmente não assinalou, é que a *enxamagem* humana implicava uma degradação ambiental que comprometeria o sustento das gerações futuras quando não houvesse mais terras por colonizar.

Já Emílio Willems (1980) introduziu a abordagem da Escola de Chicago ao estudar a ecologia humana nas áreas referidas. Para o pesquisador alemão, no Rio Grande do Sul houve uma distribuição espacial das etnias à base da configuração geográfica e das atividades predominantes – o pastoreio dos luso-brasileiros e a pequena lavoura dos teuto-brasileiros.

Um fator que influiu decisivamente sobre esse processo de sucessão ecológica foi a inexistência, na cultura luso-brasileira, escravocrata e latifundiária, de padrões econômicos que tivessem permitido a exploração agrícola da serra com suas matas hidrófilas. [...] a facilidade de adquirir, com pequenos capitais, terrenos muito férteis onde havia possibilidade de capitalizar, de maneira rendosa, trabalho da família, atraía os imigrantes alemães e colonos teuto-brasileiros que já traziam, de seu país de origem, o padrão cultural adequado à exportação agrícola das matas (Willems, 1980, p.73-74).

Em relação à abordagem ecológica na historiografia brasileira, há que se destacar ainda a obra de dois importantes historiadores. O primeiro deles é o brasilianista Warren Dean, autor de *A Ferro e Fogo: A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira* (1996), um estudo vigoroso sobre o processo de degradação de uma das principais florestas do País. Nesse trabalho, a responsabilidade pela extinção das frondosas árvores que manchavam de verde a costa atlântica brasileira é relegada não só a industriais, mineradores e madeireiros, mas também a agricultores, pecuaristas, índios e missionários. Como atesta Schwartz (1996, p.15) no prefácio da obra, “*A ferro e fogo* consolida plenamente a contribuição de Warren Dean ao campo emergente da história ambiental”.

O outro nome de destaque é, sem dúvida, José Augusto Pádua. Em *Um Sopro de Destruição: Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil Escravista* (2002), Pádua analisou pelo menos 150 textos produzidos entre os anos de 1786 e 1888 marcados por críticas incisivas à desmedida exploração ambiental típica da época. Segundo Pádua (2002, p.50), tratava-se de um tempo em que a “vontade teórica de progresso não incluía qualquer atenção pelos danos potenciais da ação humana sobre o mundo natural”. A natureza, *a priori*, tinha de ser subserviente à humanidade. Em outros termos, a *selva* e seus *demônios* deveriam ser, enfim, domesticados e “salvos da barbárie”.

Seja como for, em geral, a historiografia brasileira contemporânea subestima a dimensão religiosa da Conquista. Somente nas últimas décadas é que os estudos sobre religião têm se tornado mais frequentes. A ecologia, no entanto, é mais cotejada pela história econômica do que pela história das idéias. Uma história ecológica da colonização alemã no Rio Grande do Sul pode, assim, brindar a historiografia regional com novas perspectivas se considerar a religiosidade e seus efeitos nas interações entre os indivíduos e o meio ambiente, pois a colonização alemã do Rio Grande do Sul acusa uma “domesticação da natureza” de cunho não apenas econômico, mas também religioso.

Para uma interpretação histórica da relação “homem-natureza”, é preciso, portanto, contemplar a dimensão religiosa na qual ocorre tal relação. A colonização germânica no Estado acusa uma visão e uma ação religiosas que se traduzem por um processo de dominação corrobora-

rado essencialmente por práticas agressivas de desmatamento. As derrubadas e queimadas são a chave para se estudar o impacto ambiental do empreendimento colonizador no Rio Grande do Sul. Nesse sentido, o desmatamento será aqui enfocado pelo prisma religioso de domínio sobre a natureza selvagem, considerando o fato de que a tradição cristã fomenta uma cosmovisão na qual a natureza deve servir à criatura humana. Como afirma Roche (1969, p.198), “os colonos alemães transformaram a paisagem, impondo-lhe seu domínio”.

O desmatamento, por essas razões, não deve ser reduzido a necessidades econômicas diretas. Aliás, os primeiros desmatamentos não foram causados para fins de exploração madeireira. As queimadas tinham como finalidade fazer recuar a mata para cultivar o solo. Além disso, nos primeiros anos da colonização, após dar cabo das árvores que forravam seus lotes, os colonos faziam uso da madeira para fins estritamente pessoais, como a construção de suas moradias e o fogo para aquecer a família e preparar a comida. As toras que restavam eram deixadas de lado. Não havia uma pretensão econômica em relação a isso, pelo menos inicialmente. A utilização da madeira para fins energéticos, através da combustão de sua biomassa, ou para fins de construção de casas, promoveu uma exploração irracional dos recursos florestais do Rio Grande do Sul.

2. Do impacto ambiental da colonização alemã

A colonização européia no Estado teve uma profusão de efeitos não premeditados pelos promotores e organizadores desse empreendimento. Mudanças ambientais imprevistas no projeto de colonização também não são contempladas pela historiografia regional. Por certo, não se pretende aqui recair numa espécie de anacronismo histórico, taxando os colonos como “culpados” pela devastação das áreas verdes no Estado – até porque a maioria deles sequer imaginava que seus atos poderiam implicar futuros problemas de ordem ecológica. Além disso, seria deveras simplista e bastante discutível considerar apenas esse fator em face da complexidade dos processos ligados à degradação de ecossistemas.

Entretanto, é possível inferir que a omissão e o despreparo dos governos Imperial e Provincial tiveram papel importante no desfecho ambiental excessivamente predatório das colônias – basta atentar para o fato de que, entre outras coisas, os órgãos públicos não se preocuparam em manter peritos para orientar os novos habitantes sobre técnicas agrícolas menos predatórias. O mais surpreendente é que, embora políticos e intelectuais como José Bonifácio de Andrada e Silva, ministro do Império em 1822, tenham de fato defendido o fim da devastação, propondo novos métodos de manejo do solo e de relação com a natureza, nada foi feito.

Cabe lembrar ainda que, se a lacuna sobre a eco-história da colonização condiciona o desconhecimento da exata extensão do estrago, somente num período muito recente é que a Avaliação de Impactos Ambientais (AIA) passou a ser obrigatória no Brasil. Ela começou a ser exigida em 1986, mas só foi efetivamente assegurada na Constituição Federal de 1988 (Moreira, 1993, 0331). Nesse caso, vale destacar ainda a definição do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) para o termo “impacto ambiental”, tido como “qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais”. (MAIA 1993, p.58). Em outros termos, trata-se de “alterações significativas, benéficas ou adversas, produzidas no meio ambiente natural e sócio-econômico, resultantes das atividades humanas” (Agra Filho 1993, p.14).

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Unep, 1987), a avaliação desses impactos constitui-se na “investigação, análise e avaliação de atividades planejadas com vistas a assegurar um desenvolvimento sustentável e sadio ambientalmente”. Conforme Agra Filho (1993, p.11), ela pode ainda ser considerada “um estudo em profundidade dos efeitos e impactos de uma ação humana sobre o ambiente”. Tal estudo envolve um conjunto de atividades – como a delimitação e o diagnóstico ambiental da área afetada, a identificação e a

valoração dos prováveis impactos e a definição de medidas para evitá-los – no fito de listar as principais consequências ambientais de determinado projeto (Moreira 1993, 3100, p.2). Tendo em vista a incipiente aplicação desses procedimentos no Brasil, é evidente que o impacto da colonização européia sobre o ecossistema gaúcho, desde a primeira metade do século XIX, ainda não foi mensurado – embora tenha existido e continue a ocorrer.

No caso da localidade de Rio Pardinho, na colônia de Santa Cruz, têm-se alterações ecológicas percebidas já em maio de 1858. Ao noticiar a grande enchente que destruiu a ponte existente no vilarejo, o diretor Buff atribuiu a violência crescente das águas ao desmatamento das margens do rio (Martin, 1979, p.115). No mesmo ano, o médico alemão Robert Avé-Lallemant (1980, p.176) afirmou ter encontrado o Rio Pardinho com o nível de água tão baixo que lhe pareceu impossível navegá-lo em qualquer parte da picada, “sobretudo quando se pensa que, abatendo-se as matas em milhas de extensão, diminuirá a formação da água”. O problema parece ser a navegação fluvial e não a depauperação da mata ciliar do leito. Referindo-se à navegabilidade desse rio, Avé-Lallemant (1980, p.175) relatou que:

Seria um grande benefício para toda a colônia e especialmente para a picada do Rio Pardinho e tornar-se-ia uma verdadeira artéria vital, se se pudesse fazê-lo navegável. Ao ser fundada a colônia, muito se pensou nisso e há pouco tempo foram dispendidos 11 contos para desimpedi-lo da massa de troncos que o cobrem. Desapareceu o dinheiro, porém não os troncos de árvores.

Ainda sobre a mata ciliar, o relato deste viajante permite inferir que a navegação a vapor dos rios Jacuí e Pardo provavelmente acelerou o desmatamento de suas margens. Segundo ele (1980, p.162), “aqui e ali na curva da mata um iate ou uma grande canoa descendo o rio. Ou na margem um depósito de lenha, onde o navio recebe nova provisão de combustível”. Sobre esse assunto, o francês Arsène Isabelle (1983, p.73) também tece observações. Para ele, a implantação da colônia de São Leopoldo em uma área “pantanosa” muito próxima do rio teria implicado a alteração da paisagem local, pois os colonos ocupavam-se diariamente em “levantar terrenos, ou secar pântanos e desviar as águas”.

Assim, a mata ciliar dos rios dos Sinos, Jacuí, Taquari e Pardinho foi diminuída drasticamente por influência da colonização alemã. Como informou Canstatt (2002, p.424), na escolha das regiões onde foram fundadas as colônias, “predominou em regra a idéia de que deviam ficar à margem de um rio navegável”. Segundo ele, as colônias existentes se repartiam “pelas diferentes bacias fluviais”. Mais tarde, novos projetos coloniais seguiriam a mesma lógica. Basta ler o depoimento de Madame van Langendonck (2002, p.95), no qual ela afirma que as terras destinadas à colonização eram “admiravelmente situadas, na proximidade de grandes rios” e que, além disso, eram “perfeitamente desmatadas” e “muito férteis”.

O desmatamento contínuo para fins diversos, como o assentamento dos colonos, a faina agrícola, a abertura de vias de transporte, o comércio e a exploração madeireira com finalidade energética e de marcenaria, foi uma das atividades empreendidas pelos imigrantes que ainda suscita uma acurada investigação histórica. Da mesma forma, o método da queimada para posterior cultivo do solo acusa uma *Kulturlandschaft* resultante de um pragmatismo econômico não necessariamente “sustentável” no plano ecológico. Além de aparecer nas cartas dos próprios colonos e nos relatórios do Diretor da Colônia de Santa Cruz, a queimada dos pioneiros foi registrada por vários viajantes europeus. Entre eles, destaca-se mais uma vez Avé-Lallemant (1980, p.175). Ao passar por Rio Pardinho em 1858, ele observou que “em toda parte, troncos de árvores meio carbonizados e cinzentos - restos do voraz incêndio da mata na floresta semitostada!” se faziam presentes.

Alguns anos antes, em 1828, o alemão Friedrich von Weech, por sua vez, publicava um manual sobre a colonização no Sul do Brasil para auxiliar os imigrantes de origem germânica. Nessa obra, fica evidente que o modo de vida dos colonos estabelecidos no Rio Grande do Sul de fato teve um impacto ambiental ainda não auferido. Weech (1992[1828]:114) informa, inclusive, alguns detalhes da queimada:

Mostrando-se a *rossada* inteiramente apta para a queima, para a qual não se deve omitir o momento mais propício, escolhe-se o meio-dia, aqui geralmente acompanhado de um vento leve, ateia-se nesta fogo, na direção do vento e, em menos de uma hora, toda a *rossa* escurece, fumegando diante dos olhos do colono satisfeito.

Além disso, o alemão acrescenta (1992[1828], p.114) que, quando a queimada estivesse prestes a ser concluída, o imigrante deveria contar com tempo quente e seco. Caso ocorresse um período de chuvas, os galhos e arbustos destroçados permaneceriam verdes, o que deveria “ser encarado como uma verdadeira desgraça”. Conforme esse alemão, “se a queima fracassar, e se se puder encontrar um local que ofereça as mesmas comodidades para a colonização, é preferível derrubar uma nova *rossada*”. A terra, enfim, era farta. Não havia, por essa razão, qualquer preocupação em termos de sustentabilidade. Como sentencia Pádua (2002:76), “a terra era para gastar e arruinar, não para proteger ciosamente”. A metáfora da *enxamagem* (Roche 1969), já referida anteriormente, também cabe aqui: ao esterilizar as propriedades, após inúmeras queimadas, o colono e sua família partiam em busca de novos lotes. A devastação era contínua, despreocupada e desmedida.

Embora as florestas do Brasil meridional fossem vistas como uma criação divina, “natureza tal como saiu das mãos do criador” (van Langendonck 2002, p.105), sua derrubada era uma *conditio sine qua non* justificada não apenas por imperativos econômicos, mas pela orientação religiosa dos colonos, aos quais caberia a “domesticação” da natureza, ou melhor, sua transformação num jardim edênico. Assim, a queimada era vista como uma vitória da civilização frente à natureza selvagem. Em São Leopoldo, as chamas de uma queimada foram, inclusive, admiradas pelo piromaníaco Canstatt (2002, p.420-421):

Tive ocasião de apreciar um belo espetáculo, numa das noites seguintes, quando, exatamente defronte de minha janela, puseram fogo a um roçado na encosta, isto é, a um trecho de floresta destinado à plantação, que tinha sido derribado e havia semanas vinha secando e estavam queimando para ser lavrado e semeado. O valor da custosa madeira não tinha importância no caso, porque não havia caminho, nem meios, para tira-la da floresta. Nas grandes estiagens acontece, muitas vezes, que desse sistema de tornar cultiváveis grandes extensões de terra resulta os incêndios se propagarem e tornarem-se perigosos para as habitações mais próximas. Geralmente o colono assiste tranqüilamente à queima do roçado, porque o fogo não se comunica facilmente à madeira dura e aos maciços de plantas próximas, muito ricas de seiva. Também costumam, anualmente, na época de maior estiagem, pôr fogo aos poteiros ou cercados para gado, para fazer, por esse modo, crescer o pasto.

Avé-Lallemant (1980, p.172-173) também não escondeu seu fascínio frente à “mata virgem caindo a golpes de machado e a força do fogo”. Além disso, quando de sua passagem pela colônia de Santa Cruz, exultou: “Um canto de galo! Um canto de grande e alta significação! Anunciando a morte da floresta e a vida da civilização!” Logo em seguida, em clara oposição ao canto daquela ave, o viajante faria alusão ao guincho do macaco. A antinomia entre essas duas figuras permite inferir a tônica religiosa do aspecto civilizatório da colonização e do seu emblemático galináceo:

Nas matas americanas, conheço duas vozes de animais que são características e assim precisamente me pareceram em Fachinal. Cruel sempre me parece o guincho dos macacos: é o guincho do estado selvagem primitivo, da brutalidade e do desespero; não posso ouvi-lo sem sentir uma espécie de espanto. O canto do galo, ao contrário, não é a trombeta da civilização que se aproxima? Apenas se abre uma clareira, apenas se edifica uma cabana, lá está o galo doméstico, dentro das brenhas, soltando a plenos pulmões o seu canto apostolar. (Avé-Lallemant 1980, p.173)

A dimensão religiosa dessa empreitada fica ainda mais evidente em outra passagem, quando o médico protestante se encontrava em São Leopoldo (1980, p.155):

Assim vencem, trabalhando, esses pioneiros da disciplina, da laboriosidade e dos costumes alemães, penetrando cada vez mais nas selvas, de elevação em elevação, de vale em vale, de serra em serra, de rio em rio! [...] Essa é a missão dos alemães, o seu dever, a sua vontade; que Deus os ajude a realizá-la!

O sentido adâmico da natureza subserviente ao homem também é expresso por Avé-Lallemant (1980, p.381) em outros trechos. Escrevia ele que “o colono que veio realmente como tal, fica na terra que conquistou; de bom grado lavra o seu solo anos seguidos e cada vez mais domina a floresta”. Ao comparar a aldeia de São Nicolau com a colônia de Santa Cruz, o médico (1980, p.169) exalta a colonização alemã e revela, mais uma vez, sua visão dicotômica entre uma civilização ordenada e uma natureza caótica:

Ali ressoa o machado na floresta, ali o fogo da lavoura corrói matas até então indômitas: de novo a coragem alemã, a diligência alemã, músculos alemães iniciaram aqui a luta contra as brenhas. Festejam vitória sobre vitória, colônias enfileiram-se a colônias, e aprazíveis residências em picadas bem alinhadas assinalam os lugares onde antes hordas de bugres disputavam o esconderijo com as onças e tapires, onde apenas bandos de bugios uivavam, saltando de galho em galho.

Sobre a colônia de Santa Cruz, o forasteiro (1980, p.172) também aponta para a queimada como elemento intrínseco à paisagem colonial e, novamente, expressa a dicotomia de fundo religioso entre civilização e natureza.

Para todos os lados, um oceano de matas! Nenhuma torre brilha a distância, nenhuma aldeia, nenhuma casa. Apenas um lugar, cuja coloração poderia lembrar a cultura do solo. Só a fumaça, que sobe lentamente de alguns pontos, anuncia que audazes agricultores já se estabeleceram no vale solitário, que do caos da natureza selvagem brotará uma cultura policiada!

Ao deixar Santa Maria em direção às antigas Missões, passando por uma colônia particular, Avé-Lallemant (1980, p.217-218) registraria ainda que ali “a floresta sofreu desesperadamente do ferro e do fogo”, complementando que “de pé ou caídos se vêem, à esquerda e à direita, troncos carbonizados, horrível quadro da feroz destruição com que, quase em toda a parte, começa a agricultura do Brasil”. Da mesma forma, porém acerca da colônia de Santo Ângelo, ele (1980, p.199) destacaria que as investidas “para a lavra dos campos” eram exatamente como em Santa Cruz: “o machado e o fogo”, segundo ele, eram “os instrumentos de desbravamento”, mas, ainda assim, brotavam das cinzas “excelentemente, o milho, o feijão, a batata, etc.”. O viajante deixou clara a adoção generalizada da prática das queimadas como forma de preparar a terra para a agricultura. Em Cruz Alta, conforme Avé-Lallemant (1980, p.193), sucediam-se “grandes colinas e planícies ora meio amareladas por causa da relva murcha, ora negras em consequência da recente queimada, ora verde-amareladas, algum tempo depois da queimada”.

Mas a queimada enquanto “imperativo civilizatório” suscitava uma dupla perplexidade: de um lado, havia o esforço hercúleo e quase irracional que do colono era exigido e, de outro, a fertilidade do solo.

Decerto, quando se põe um homem com o machado e a mecha diante da mata virgem e se lhe diz: ‘Isto deves tu arrasar’, não compreendo como ele tenha ânimo de dar o primeiro golpe! Menos, porém, compreendo ainda como, no mesmo local da mata, anos depois ou ainda em menos tempo, já ali cresce o que alimenta a ele e a sua família (Avé-Lallemant 1980, p.184).

Apesar dos relatos das queimadas como uma ação civilizatória, houve também algumas críticas ao desperdício de matéria-prima. O próprio Avé-Lallemant (1980, p.181-182) referiu-se a uma fogueira em Rio Pardinho nos seguintes termos:

Bela madeira! O fogo chamejava alto. O calor erguia violentamente as labaredas e, com elas, grandes fragmentos ardentes, que voavam com o vento para a mata e lá se apagavam, crepitando. O que aqui a civilização fazia era uma fantástica e lamentável obra de incendiário.

Nesse sentido, Madame van Langendonck (2002, p.53) também notificou em seu diário que “a falta quase total de vias de comunicação obrigava a destruição, pelo fogo, da madeira cortada”. Não bastasse isso, “os troncos que não se conseguia queimar ficavam apodrecendo ao ar livre”. Mesmo que plantassem em volta, aproveitando a terra, a belga lamentava o desperdício, imaginando “que imenso rendimento não dariam essas belas madeiras, enviadas à Europa, para marcenaria e a construção”.

Durante sua visita a São Leopoldo, Avé-Lallemant (1980, p.140) assinalou ainda que a floresta era “rica de madeiras úteis. Infelizmente se utiliza o que serve para construir no próprio local; o resto do excelente material é queimado”. Já Canstatt (2002, p.420-421) pondera que se durante as queimadas o valor da custosa madeira não tinha importância, isso se devia ao fato de não haver caminho, nem meios, para tirá-la da floresta. Durante sua visita à colônia de Santa Cruz, contudo, ele (2002, p.438) avalia que a riqueza das florestas, em madeiras de lei, tinha induzido muitos alemães empreendedores à montagem de serrarias regulares.

Nesse sentido, o viajante belga A. Baguet (1997, p.35) também relata, referindo-se a São Leopoldo, que “estabeleceram-se ali olarias, curtumes, destilarias (sic) e serrarias sustentadas por madeiras de toda espécie que as florestas vizinhas oferecem”. Ao passar por Taquari, na primeira metade do século XIX, o francês Nicolau Dreys (1990[1839], p.105) ainda destacaria o surgimento de um “ramo da indústria [...] útil para descortinar, com ordem e economia, os matos superabundantes da terra”: ele se referia à utilização de “máquinas de serrar” naquela região, sem dúvida uma inovação tecnológica que influenciou na rápida transformação da paisagem local. De modo semelhante, na colônia particular de Pinhal, Avé-Lallemant (1980, p.219) observou que já haviam sido montados, perto dali, “dois curtumes e uma serraria, estando ambas as indústrias em plena atividade”.

A partir dessa gama de relatos da segunda metade do século XIX, pode-se inferir que a agricultura colonial prescindiu das queimadas, assim como a incipiente indústria das colônias alemãs (olarias, curtumes, destilarias, cervejarias e serrarias) teve como principal fonte de energia a biomassa das florestas.

Em relação a tais florestas, é relevante destacar que várias foram destruídas parcialmente. Bioma exclusivo do Brasil meridional, as araucárias foram empregadas em demasia na construção. Apesar do encantamento que proporcionavam aos imigrantes e viajantes – como no caso do jovem pintor alemão J. M. Rugendas, que utilizou a araucária enquanto árvore emblemática do Brasil em várias de suas pinturas – essas pináceas estão hoje em extinção. Em Santa Maria, Avé-Lallemant (1980, p.219-221) narrou sua entrada numa “Fichtenwald” e descreveu as particularidades dessas “princesas da floresta”, as quais “muitas, das maiores, tinham sido abatidas e consumidas na construção de casas e em tábuas”. Já Madame van Langendonck (2002, p.54) deu provas da total ignorância do impacto ambiental causado pelo desmatamento ciliar, afirmando-se por ser “absolutamente necessário destruir essas fontes de riqueza por causa das insuperáveis dificuldades de transporte” e considerando ser essa “uma das causas pelas quais seria lógico desmatar inicialmente todas as margens dos rios”. Em outra ocasião, ela (2002, p.91) retomaria o assunto:

Eu me pergunto por que não se inicia o desmatamento pelas bordas das grandes águas navegáveis que vão para o mar para de lá recuá-las até o interior, em lugar de transportar infelizes para lá dessas montanhas inacessíveis, onde seus labores os deixam pobres e onde são obrigados a destruir tanta madeira preciosa que, alhures, seria um começo de fortuna.

Da mata nativa destruída, também é necessário destacar o caso dos ervais, cuja silvicultura representava uma importante atividade de subsistência para diversos caboclos, indígenas e

afro-brasileiros. Daí um dos motivos de certas rivalidades interétnicas; afinal, à colonização alemã foram destinadas terras nas quais habitavam ‘gentes de cor’ e de cujos recursos naturais dependiam diretamente.

Esse tema ganha espaço, por exemplo, no relato do viajante alemão Maximiliano Bescho-ren (1989). Em seu diário, escrito entre 1875 e 1887, o forasteiro considerou inadequada a exploração dos ervais, “devastados irresponsavelmente”. Para esse engenheiro (1989, p.22), “a maior parte dos bens nacionais foram devastados irresponsavelmente pela população”, mesmo havendo fiscais contratados pelo governo com a missão de “observar a exploração dos ervais, para que fosse feita de maneira controlada”. Beschoren (1989, p. 22) apresenta uma visão utilitarista e racional da natureza:

Se as florestas de mate fossem tratadas e cultivadas adequadamente [...] contaríamos com um lucro bem mais significativo e com um produto melhor. Preparado como chá, o produto, sem dúvida, mais cedo ou mais tarde encontrará um grande mercado na Europa.

A depredação dos ervais também é criticada nos relatórios provinciais da época. Em 1858, o então presidente da Província Ângelo M. da Silva Ferraz alerta para o fato de que, no futuro, poderia não haver mais erva-mate, dada a gravidade da situação. Além disso, Ferraz (1858, p.33) liga diretamente a devastação dos ervais à atuação dos imigrantes:

À vista da negligência com que se tratão (sic) os hervaes (sic), e dos estragos que estes sofrem quotidianamente, é de presumir que de futuro se dê a escassez deste importante ramo da riqueza provincial. Os colonos estragão (sic) os hervaes (sic), e os derrubão (sic), porque ainda não se compenetrarão (sic) da necessidade de os beneficiar.

Quatro anos mais tarde, o assunto voltaria a ser mencionado em um relatório, dessa vez assinado pelo presidente Joaquim Antão Fernandes Leão. Segundo Leão (1861, p.49), a erva-mate era um “riquíssimo ramo de produção da província”, mas continuava em vias de desaparecer. O presidente da Província admitia carecer de meios para “impedir os estragos”, provocados principalmente pelo desleixo da população.

Em sua estada em São Leopoldo, em 1858, Avé-Lallemant (1980, p.140) informa que “parte do distrito florestal ainda não utilizado encerra muita erva-mate”. Porém, o mesmo viajante (1980, p.150) apresenta um cálculo de lucratividade da extração silvícola que permite uma avaliação do impacto ambiental em relação aos ervais:

Depois de ter extirpado por ignorância, as árvores que cresciam abundantemente, se se quisessem replanta-las, 100 braças quadradas comportariam 1.600 árvores, cada uma das quais, depois do sétimo ano daria duas a três arrobas (1 arroba = 30 libras) de chá; e depois todas juntas, produziriam a renda anual de quatro contos (3.200 táleres prussianos).

Os estudos históricos sobre a relação entre os imigrantes e o meio ambiente subtropical podem, portanto, contribuir para melhor avaliar as consequências do desmatamento, assim como os efeitos da agricultura e da caça sobre a fauna e a flora locais. As fontes para um estudo desse tipo são basicamente os relatos de viajantes, os relatórios provinciais e as cartas, diários ou memórias de imigrantes.

Uma carta do imigrante Gressler, por exemplo, traduzida e publicada por Martin (1991), refere-se à caça de animais silvestres (como o macaco) e sua importância na dieta alimentar diária à época dos pioneiros da colonização de Rio Pardo. Como menciona Gressler, todos podiam caçar e em todas as épocas do ano. Pode-se inferir, portanto, que a caça generalizada e intermitente afetou a reprodução de espécies locais, causando até mesmo a extinção de muitas delas, como a onça. Os relatos de Madame van Langendonck sobre a morte de uma onça e de seu filhote (2002, p.45) e sobre a captura de um outro filhote após a tentativa do caçador de alvejar a

fêmea, acusam o vínculo da extinção do maior felino da região com a colonização. É também a imigrante belga (2002, p.75) que acusa a extinção e a raridade de certas espécies para a caça predatória dos colonizadores:

À medida que a colônia era povoada, a caça recuava até as florestas não exploradas. As jacutingas, espécie de faisão, inicialmente muito abundantes, tinham-se tornado muito raras. Os caçadores estavam reduzidos aos papagaios e aos macacos, mas o número destes diminuía consideravelmente; os tatus tinham desaparecido e a caça livre, em todas as estações, havia privado a colônia de várias espécies de perdiz, que se matava mesmo na época da ninhada.

Em relação à fauna das áreas de colonização alemã, Avé-Lallemant (1980, p.367) comenta que a anta era quase o único animal caçado sistematicamente, e que o bugio era capturado para a obtenção de carne, mas também por ser um perigoso inimigo dos milharais.

Além do comprometimento direto da reprodução da fauna local por meio da caça, muitas espécies animais e vegetais ficaram ameaçadas ou chegaram mesmo à extinção por motivos indiretos. Desmatamento, pecuária, lavoura e habitações humanas provocaram alteração do ecossistema, o que comprometeu a preservação da fauna e flora locais.

Essa interferência dos imigrantes no novo meio deve ser vista, portanto, para além da visão dicotômica entre cultura e natureza. Para Mendras (1978, p.19) a própria concepção de uma natureza virgem não é mais do que um mito ocidental de um mundo diferente em oposição ao “civilizado”. O desmatamento das “matas virgens” pelas mãos dos imigrantes expressa, assim, um marco na construção histórica da paisagem local, cuja orientação cultural é a acumulação de capital, como se pode observar neste outro trecho de Madame van Langendonck (2002, p.44):

(...) desde o primeiro ano de sua chegada ao Brasil, haviam obtido do governo uma colônia representando setenta hectares de floresta virgem. Assistidos apenas por um jovem compatriota, o casal levava a cabo, corajosamente, a obra do desmatamento: eles haviam continuado sua tarefa com a persistência que caracterizava seu país. A área do terreno a plantar crescera a cada ano. Com o produto de suas primeiras colheitas, inicialmente adquiriram uma vaca, em seguida duas, depois três, depois touros. Tudo isso se multiplicara, e em poucos anos eles contavam cinquenta cabeças de gado.

A história das paisagens pode contribuir para uma visão menos “naturalista” das áreas de colonização e imigração, onde em certos locais a mata atualmente se revigora pelo envelhecimento e diminuição da população rural, enquanto que em outros a agricultura mecanizada ou a pecuária extensiva são co-responsáveis por fenômenos como a desertificação. Como avalia Teixeira da Silva (1997, p.205), uma importante contribuição dessa abordagem historiográfica é a noção de conjunto, sistêmica, marcada por padrões passíveis de comparação e em uma duração sempre longa.

Mas, com o desenvolvimento tecnológico, as transformações na paisagem se tornam visíveis também num curto espaço de tempo. No caso da paisagem de Rio Pardinho, a sua alteração pode ser “historicizada” ao levar em consideração uma série de fatores, como o crescimento demográfico e sua distribuição, a introdução de inovações tecnológicas e a diversificação agrícola ao longo dos últimos 150 anos.

Considerações finais

O desmatamento pode, enfim, ser estudado a partir de diversas abordagens historiográficas. Além da tradicional abordagem da história econômica, que justifica a imperiosa necessidade do desmatamento para a implantação das colônias agrícolas, têm-se novas abordagens como a eco-história e a história das paisagens. Ambas enfatizam o desmatamento enquanto uma relação não meramente econômica, mas intercultural com o meio ambiente.

Nesse sentido, o paradigma atual da sustentabilidade, que orienta essas abordagens eco-

lógicas de investigação histórica, permite uma reflexão crítica sobre o uso e a apropriação dos recursos naturais pelas gerações passadas, atribuindo a elas a devida responsabilidade pela disponibilidade dos atuais recursos naturais. Também a negligência e mesmo a cumplicidade do poder público frente à destruição ambiental sugerem uma revisão historiográfica. Os relatórios provinciais e muitos discursos parlamentares acusam uma competência estatal para regulamentação e controle da exploração do meio ambiente que na prática não se realizou. Os próprios relatos de viajantes também apresentam uma série de fatos que demonstram a incapacidade e mesmo a omissão estatal em questões ligadas à gestão ambiental.

Uma nova escrita da história pode contribuir para uma conscientização ecológica da dimensão histórica de certos problemas atuais – entre eles a poluição ambiental. Pesquisas recentes, como a do biólogo alemão Andreas Köhler (2004) e a do chileno Lobo Alcayaga (*et alii* 2003), têm revelado o impacto ambiental de práticas agro-industriais hodiernas na região de colonização alemã no Vale do Rio Pardo (RS) no que tange à ecologia e à fauna urbana e ao diagnóstico, controle e remediação de poluentes químicos na Bacia do Rio Pardo. A partir disso, pode-se rever certas tradições tecnológicas, valorizando aquelas reconhecidas como ecológicas.

Se a historiografia brasileira contemporânea tem subestimado a questão ambiental e a própria ecologia, o presente artigo visou demonstrar que essa lacuna pode e deve ser preenchida. A história ecológica da colonização alemã no Rio Grande do Sul representa, assim, uma nova perspectiva no estudo do desenvolvimento regional.

Referências

- AGRA Filho, Severino Soares. Os estudos de impactos ambientais no Brasil: uma análise de sua efetividade. IIPEA. Documento de Política, nº 18, outubro de 1993.
- ALMEIDA, Jalcionde. A problemática do desenvolvimento sustentável. Redes, vol.1, nº 2, 1996, EDUNISC, p.9 a 16.
- AVÉ-LALLEMANT, Robert. Viagem pela província do Rio Grande do Sul (1858). Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1980.
- AZEVEDO, Thales. Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no RS. POA: A Nação, IEL, 1975.
- BAGUET, A Viagem ao Rio Grande do Sul. SCS: EDUNISC, 1997.
- BESCHOREN, Maximiliano. Impressões de viagem na Província do Rio Grande do Sul (1875-1887). POA: Martins Livreiro, 1989.
- BRENTANO, D., LOBO, E. A. Biomonitoramento de caráter ecotoxicológico no Vale do Rio Pardo, RS, Brasil. Tecno Lógica. SCS: , v.7, n.2, p.85 - 95, 2003.
- CANSTATT, Oscar. Brasil: Terra e Gente (1871). Brasília: Senado Federal, Coleção O Brasil Visto por Estrangeiros, 2002.
- DEAN, Warren. A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira. SP : Cia das Letras, 1996.
- DREYS, Nicolau. Notícia Descritiva da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. POA: Editora Nova Dimensão, 1990.
- FERRAZ, Ângelo Moniz da Silva. Relatório da Província do São Pedro do Rio Grande do Sul (1858). In: site Universidade de Chicago <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/immigr.html>>, consultado em novembro de 2003.
- IANNI, Octávio. Teorias da Globalização. RJ: Civilização brasileira, 1995.
- ISABELLE, Arsène. Viagem ao Rio Grande do Sul, 1830-1834. POA: Martins Livreiro, 1983.
- JÚNIOR, Caio Prado. Formação do Brasil Contemporâneo. SP: Brasiliense, 1999.
- KOHLER, A. Stadtökologie und Stadtf fauna: ein Überblick - Der Einfluss der südbrasilianischen Architekturgeschichte auf den Lebensraum Satdt in den letzten 100 Jahren. Educação Ciência e Cultura. LaSalle, Canoas, RS: , v.8, n.2, p.65-82, 2004.
- LANGENDONCK, Marie van. Uma Colônia no Brasil. SCS: EDUNISC, 2002.
- LEÃO, Joaquim Antão Fernandes. Relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Sul (1861). In:

site Universidade de Chicago <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/immigr.html>>, consultado em novembro de 2003.

LOBO, E. A. et alii. Relato das atividades do Grupo de Pesquisa: Diagnóstico, controle e remediação de poluentes químicos da Bacia do Rio Pardo, RS, Brasil. *Tecno Lógica. SCS*: , v.7, n.2, p.125 - 133, 2003.

MAIA – Manual de Avaliação de Impactos Ambientais. Curitiba: IAP:GTZ, 1993.

MANFROI, Olívio. A colonização italiana no RS: implicações econômicas, políticas e culturais. POA: Grafosul, IEL, 1975.

MOREIRA, Iara V. D. Avaliação de Impactos Ambientais no Brasil – Antecedentes, situação atual e perspectivas futuras. In: MAIA – Manual de Avaliação de Impactos Ambientais. Curitiba: IAP:GTZ, 1993, item 0331.

MOREIRA, Iara V. D. Origem e Síntese dos Principais Métodos de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA). In: MAIA – Manual de Avaliação de Impactos Ambientais. Curitiba: IAP:GTZ, 1993, item 3100.

PÁDUA, José A. de. Um Sopro de Destruição: Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil Escravagista (1786-1888). RJ: Jorge Zahar, 2002.

PORTO, Aurélio. O trabalho alemão no Brasil. POA: Martins Fontes, 1996.

RAMPAZZO, Sônia. Reflorestamento em pequenas propriedades rurais. O caso do Alto Uruguai – RS. Erechim: EDIFAPES, 2001.

ROCHE, Jean. A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul. POA: Globo, 1969.

UNEP. *Goals and principles of enviroment impact assessment*. Nairobi, 1987.

WILLEMS, Emílio. A aculturação dos alemães no Brasil. SP: Ed. Nacional, Brasileira, vol 250, 1980.

INSERÇÃO DE HERMANN MEYER NO COMÉRCIO DA TERRA NO RIO GRANDE DO SUL

José Antonio Moraes do Nascimento

O presente texto tem como objetivo apresentar os primeiros projetos de Hermann Meyer no disputado comércio de terras no Rio Grande do Sul. Após fundar uma empresa de colonização, lançou-se na busca de terras que pudessem ser compradas ou apossadas tanto de particulares, quanto públicas, num período em que os governos também começaram a demonstrar disposição para investir na colonização do norte do estado.

A preocupação com a apropriação e conseqüente ampliação do povoamento da região ao lado esquerdo do rio Uruguai foi antiga, basicamente desde a incorporação deste território ao Brasil. No entanto, como se verá ao longo deste item, este aspecto somente será concretizado no final do século XIX quando, entre outros, a pressão demográfica das primeiras colônias de imigrantes impulsionou os colonos para as áreas das matas do Planalto e Alto Uruguai, concomitante a uma preocupação das autoridades de Cruz Alta em ampliar a presença desses, para diversificar a produção de alimentos. A floresta foi transformada em lavoura, a ferrovia impulsionou a agricultura, pois representou frete mais barato, permitindo acesso ao comércio. Assim, ao longo do final do século XIX e início do XX várias colônias de imigrantes, oficiais e particulares, foram fundadas na região, além de migrações espontâneas.

A colonização do norte do Rio Grande do Sul com imigrantes serviria inicialmente para resolver o problema de isolamento da região, permitindo inclusive a melhoria da infra-estrutura, como a conservação de estradas, assentando colonos ao longo da estrada “*com o único fim de conservá-las*”¹, conforme sugeriu a Câmara Municipal de Cruz Alta, em 1866. A proposta não foi levada adiante, naquele momento, mas nos anos seguintes foi uma prática constantemente utilizada. Como a região era composta de “*...terras de matos, em área praticamente inexplorada...*”², a câmara de Cruz Alta, na sua pretensão de que fosse colonizado o Alto Uruguai, ofereceu ao ministério da agricultura, gratuitamente 115 lotes para instalação de colonos imigrantes³, o que foi recusado, porque, segundo o referido ministério, não havia condições de comercialização dos produtos. Inclusive em Cruz Alta⁴ e Palmeira, segundo os defensores da colonização, havia grandes extensões de terras devolutas esparsas nos referidos lugares, as quais se prestavam “*perfeitamente para o estabelecimento de núcleos coloniais...*”⁵. Não obstante, a “*...colonização estrangeira seguia um movimento a partir dos centros econômicos mais sólidos e dinâmicos próximos do litoral (Porto Alegre) e privilegiava as terras ao longo dos cursos dos rios que davam acesso a Porto Alegre...*”⁶, desconsiderando os argumentos apresentados, postergando o aumento populacional dos ditos municípios.

Em 1887 o político e escritor de Cruz Alta, Evaristo Affonso de Castro, demonstrou esperanças e expectativa de que fosse efetivada colonização, especificamente alemã, na região, “pro-

¹ Correspondência da Câmara Municipal de Cruz alta. 21/12/1866. AHRGS.

² ROCHA, Prudêncio. **A História de Cruz Alta**. Cruz Alta: Gráfica Mercúrio, 1980. p. 84.

³ Informe à Inspetoria Especial de Terras e Colonização. Palácio do Governo em Porto Alegre. 07/06/1877. Enviado pela Câmara de vereadores de Cruz Alta, em 03 de maio de 1877, pelos vereadores José Caetano Mota, Manoel Marques da Silva Xavier, Carlos Pereira de Noronha, João Barbosa Cordeiro e Carlos Uflacker. AHRGS e **Casa de cultura de Cruz Alta**. (ROCHA...p.84.)

⁴ CASTRO, Evaristo Affonso de. **Notícias descritiva da Região Missioneira**. Cruz Alta: Tipografia do Comercial, 1887. p. 72.

⁵ Idem. p. 111.

⁶ ZARTH, Paulo Afonso. **História Agrária do Planalto Gaúcho 1850 - 1920**. Ijuí: Ed. da UNIJUÍ, 1997. p. 78.

fetizando” que “a colonização será uma realidade, em maior ou menor lapso de tempo...”⁷. Expressando a opinião e desejo da sociedade cruzaltense afirmou que

temos fundadas esperanças de que a colonização do Uruguai se realizará num futuro próximo; porque a Sociedade de Geografia Comercial de Berlim tem tomado interesse em que a idéia se traduza num fato. O incansável propugnador de nossos interesses e progresso, o Sr. Carlos von Koseritz, não se descuida um só momento de ativar os meios de que podem trazer-nos os melhoramentos materiais e intelectuais, e em Berlim, onde atualmente se acha, ...procura conseguir os meios para que a colonização alemã se estenda pelas margens do Uruguai e muito tem já conseguido para este fim”⁸.

Os governos imperial/federal e provincial/estadual mesmo com preocupações desde o início do século XIX em povoar as matas do Alto Uruguai e Planalto, continuaram desenvolvendo a colonização próxima aos centros regionais, devido à inviabilidade econômica de se criar colônias, nas quais o transporte e a comercialização dos produtos seriam difíceis. Foi o caso da *Companhia Hamburg-Südamerikanische Dampfschiffahrts-Gesellschaft* e a *Associação Colonizadora Hamburguesa*, por seu representante Arnold von Zanthie, que solicitaram terras no Alto Uruguai para colonizá-las, sem ônus para o estado, mas em 30 de junho de 1896 receberam uma comunicação afirmando “que o governo fará a solicitada concessão de terras, não no Alto Uruguai, mas sim à margem do rio Pelotas”⁹. A justificativa para a negação do pedido original foi a dificuldade de acesso ao comércio dos produtos.

O crescimento agrícola dessa região esteve ligado à solução deste problema o qual, de certa forma, começou a ser resolvido com a construção da ferrovia que ligou São Paulo a Rio Grande, passando pelo Planalto. A estrada de ferro veio de Santa Maria, chegando a Cruz Alta em 1894 e a Passo Fundo em 1898. Além disso, grande parte da produção estava sendo desviada pelo rio Uruguai e enviada para os países Platinos, aumentando a inquietação do governo em relação aos meios de transporte. Vera Barroso salientou que “...os deputados visualizavam, inclusive, que o progresso e desenvolvimento de cima da serra dependia do vale do Uruguai. Daí, a defesa acirrada pelos deputados para o estabelecimento de colônias e um ramal de estrada de ferro...”¹⁰. Além disso, havia constantes reclamações das câmaras municipais de Cruz Alta e Palmeira das Missões quanto ao isolamento da região, as quais solicitavam abertura de vias de comunicação e transporte, pois se encontravam num “completo abandono...”¹¹.

Nesse sentido, surgiram várias iniciativas de ocupação da terra no Rio Grande do Sul motivadas pelos mais variados interesses. Dentre essas, destacaram-se as Companhias de Colonização particulares, que buscavam espaço para, concomitantemente, realizar negócios e acomodar seus compatriotas. Hermann Meyer também resolveu investir nesta empreitada, adquirindo, na virada do século XIX para o XX, terras nos municípios de Cruz Alta e Palmeira e, posteriormente do lado direito do rio Uruguai, em Santa Catarina.

Hermann August Heinrich Meyer à época sócio do Instituto Bibliográfico da cidade de Leipzig e estudioso de biologia, veio ao Brasil com esse intuito, no entanto, depois de conhecer o sul e saber dos projetos e interesses imigratórios e, dos lucros que esta atividade garantia, decidiu-se por investir nesse “negócio”. Meyer nasceu em 11 de janeiro de 1871 na Alemanha, especificamente em Hildburghausen, e viveu até 17 de março de 1932, quando veio a falecer em Leipzig. Por ser um incentivador da imigração alemã, elaborou

⁷ CASTRO. Op. Cit. p. 7⁹.

⁸ Idem. p. 299.

⁹ Relatório dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Presidente do Estado ao Exmo. Sr. Dr. Julio Prates de Castilhos - Presidente do Estado, pelo Secretário de Estado João José Pereira Parobé. Porto Alegre. Oficinas Typographicas d'A Federação. 1896. p. 12.

¹⁰ BARROSO, Vera Lúcia Maciel. Povoamento e urbanização do Rio Grande do Sul: a fronteira como trajetória in WEIMER, Gunter (Org.). **Urbanismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS/Prefeitura Municipal, 1992. p. 47.

¹¹ Memorial em que a Câmara de Cruz Alta pleiteava a constituição da Província das Missões. Foi enviado para a Assembléia Geral. 1877 e 1884. Lido e aprovado na Câmara de Cruz Alta, na sessão do dia 17 de maio de 1877. Livro de registro das sessões da Câmara Municipal de Cruz Alta e Livro de Registro de ofícios da Câmara de Cruz Alta. **Arquivo da Casa da Cultura de Cruz Alta**.

“alguns relatos de viagem e obras de propaganda sobre o Brasil e o Rio Grande do Sul, destacando-se Tagebuch meiner Brasilienreise 1896, Meine Reise nach Brasilien e Die Deutsche Auswanderung nach Südamerika, besonders nach Südbrasilien. Em Meine Reise nach den deutschen Kolonien in Rio Grande do Sul 1898-1899¹², resultante de sua segunda viagem ao Estado, o autor dedicou especial atenção à região noroeste, onde havia obtido concessões de terras para a implantação de colônias”¹³.

Ao vir para o Brasil com o intuito de conhecer sua fauna e flora, por recomendação de um alemão antecessor a ele, em expedições, Karl von den Steinen, contratou os irmãos Dhein para o acompanhá-lo na viagem. Os mesmos residiam, nesse momento, em Santa Maria, hoje Itaara. Nessa viagem, de 1896, ouvindo os relatos e informações de Carlos Dhein sobre a colonização alemã no Rio Grande do Sul, Meyer resolveu investir nesse negócio, de imediato nomeando o próprio Carlos Dhein como seu representante com o objetivo de localizar e comprar terras adequadas para colonização.

Hermann Meyer continuou residindo na Alemanha, porém, para administrar suas atividades colonizatórias, nomeou alguns procuradores e administradores pra atuar em seu nome. Inicialmente valeu-se dos serviços de Carlos Dhein, depois Dr. Horst Hoffmann e, finalmente Hermann Faulhaber. O primeiro, conforme já apresentado, era conhecido de Meyer desde suas incursões pelas florestas do centro-oeste e norte brasileiro e quem fez as primeiras aquisições de terras para a Empresa Colonizadora Dr. Hermann Meyer, numa área à margem direita do rio da Várzea, em Palmeira. O segundo, Horst Hoffmann, administrou a colônia de Neu-Württemberg entre dezembro de 1900 e dezembro de 1903. Na sequência, em dezembro de 1903, assumiu Alfred Bormüller, no lugar de Horst Hoffmann, ficando até dezembro de 1907, quando Hermann Faulhaber, um pastor evangélico-luterano, assumiu como Diretor da colônia, ficando à sua frente até 8 de julho de 1926, data em que cometeu suicídio, em função de problemas financeiros da empresa.

Quando Carlos Dhein, em nome de Meyer, demonstrou interesse na compra de terras, os grandes proprietários concorreram na oferta das mesmas, inclusive *“...oferecendo suas terras a preços cada vez mais baixo”¹⁴*. A primeira aquisição de Hermann Meyer foi realizada em 1897 ao comprar uma área de 1,8 mil hectares, em Palmeira das Missões, fundando a colônia Xingu, situada na costa direita do rio da Várzea. Desenvolveu posteriormente a colonização de Boi Preto, Neu-Württemberg e Erval Seco, mantendo a sede da empresa em Cruz Alta. As terras da colônia Xingu foram a primeira compra de Meyer, através de seu sócio e procurador Carlos Dhein o qual, antes da compra, realizou incursões pelo Planalto e na costa do rio Uruguai, nos municípios, de Palmeira, Passo Fundo e Cruz Alta. Meyer mandou a primeira procuração e remessa de dinheiro em 29 de julho de 1897, para Dhein iniciar os negócios. Este fez a primeira aquisição, comprando terras da viúva Maria Rita do Espírito Santo, com a escritura sendo efetuada em 12 de novembro de 1897¹⁵. Essa área fora legitimada em 1883, legitimação concedida pelo juiz comissário de Passo Fundo¹⁶. Após realizar a compra, escreveu para Meyer sintetizando sua empreitada:

“...fui ao município de Palmeira. Fui seguindo a estrada que vai para o Paraná, nas margens do rio da Várzea, ali onde foi planejada para passar a estrada de ferro. O local fica distante 4 léguas da

12 MEYER, Hermann. **Meine Reise nach den deutschen Kolonien in Rio Grande do Sul 1898-1899**. Leipzig: Carl Meyers Graphisches Institut, 1899.

13 MARCHIORI, José Newton Cardoso & FILHO, Valter Antonio Noal. **Santa Maria: Relatos e Impressões de Viagem**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 1997. p. 73.

14 FAUSEL, Erich. De Elsenau e Panambi: desenvolvimento da colônia Neu-Württemberg, fundada pelo Dr. Hermann Mayer In.: **Cinquentenário de Panambi: 1899-1949**. Ijuí: s/e, 1949. p. 6.

15 ESCRITURA de transmissão de posse das terras do Dr. Hermann Meyer, representado pelo seu procurador Carlos Dhein, efetivada em 12 de novembro de 1897, na vila de Santo Antonio da Palmeira, Comarca de Santo Ângelo. **AHMP**.

16 TÍTULO de Legitimação de Posse de Rita Maria do Espírito Santo, concedida pelo juiz comissário de Passo Fundo, em 18 de junho de 1883. **AHMP**.

vila de Palmeira e 5 léguas do Foz do Rio da Várzea no Rio Uruguai. Ali comprei uma posse de uma senhora por 15.500 mil reis. (...). A escritura dessas terras foi feita em seu nome. A área é de 18.182.812 m². Conforme os preços das terras praticados por aí, a área comprada parece cara. Mas é que não podia esperar mais. Minha casa já esta sendo assediada de interessados compradores. Se eu começar a vender os lotes coloniais, já haverá retorno do dinheiro. Prometi vender as primeiras colônias por 700 mil réis. E quando tiver vendido de 10 a 15 colônias, pretendo aumentar o preço para 1.000 mil réis, subindo depois gradativamente. Junto ao passo do rio da Várzea existe uma casa de moradia, feita de madeira e barro... Para atravessar o rio existe uma balsa. Pretendo mandar dividir as terras em lotes de 48 hectares. Vai dar umas 40 colônias”¹⁷.

O local encontrado por Dhein ficava longe dos centros urbanos, mas, aparentemente havia a possibilidade de acesso à estrada de ferro que, equivocadamente, este pensou que passaria perto. Por isso, inicialmente apresentava-se como um bom negócio visto que essa primeira área renderia *umas 40 colônias*, as quais sendo vendidas, pelos cálculos apresentados, renderiam em torno de 20.000 mil reis, já descontando o preço pago pela terra. Contudo, conforme um estudo realizado para comemorar os 100 anos da colônia, constatou-se “...que poucos são os descendentes dos primeiros colonizadores..., pois a maioria deles migrou para outras regiões do Estado. A maioria dos atuais moradores do Xingu são descendentes de migrantes que vivem para esta colônia durante a década de 20 e 30”¹⁸. Carlos Dhein, na seqüência de seu relato a Hermann Meyer, assegurou-lhe que pretendia aumentar mais a colônia, destacando que “em volta dessa área ainda existem terras particulares e para alguns já fiz proposta de compra. Mas aquela gente ainda não quer vender à primeira vista. Mas eu agora tenho tempo. Posso pressioná-los, tomar chimarrão com eles e fazer propostas...”¹⁹.

Prosseguiu a redação da carta demonstrando entusiasmo com o futuro da colônia, visto que as famílias de alemães já começavam a dirigir-se para a área. Segundo Dhein,

“duas famílias já se mudaram para lá. Duas outras famílias chegarão amanhã ou depois de amanhã e que também pretendem ir para lá. E assim o negócio prosseguirá. Por enquanto nem vou divulgar tanto, até que eu disponha de algumas centenas de colônias. Aguardo ainda várias famílias avisadas para chegar até a próxima semana e pretendo retornar para as novas terras com o fim de mandar medi-las e ainda comprar outras áreas... Investi meu dinheiro todo em animais: mulas, cavalos e outras coisas necessárias para tocar os nossos negócios. Pretendo reaver esse dinheiro e comprar terras. Provavelmente deverei permanecer por aqui ainda por algum tempo, até que tudo esteja funcionando bem. Aqui em Cruz Alta é o ponto onde a maioria dos colonos faz sua parada com o fim de se informar a respeito de terras para comprar. Por isso, deverei ficar residindo aqui pelo mínimo ainda um ano. Deverei sempre manter uma porção de mulas para transportar os colonos para as novas terras. Quando a nossa colonização se tornar conhecida nas colônias alemãs, aí já não será mais tão necessário acompanhar os colonos”²⁰.

Portanto, os negócios de terra, como apresentou o relato acima, tinham um cunho e objetivo de lucratividade. Pretendia “...vender, no máximo em dois anos, algumas centenas de colônias com um lucro de 200 a 300%, dado o grande interesse despertado nas colônias antigas, onde muitos o assediavam para obter informações mais detalhadas a respeito das possibilidades que se ofereciam”²¹. No entanto, como Dhein enganou-se ao achar que a estrada de ferro passaria próximo à área, que a denominou de Xingu, foi em busca de outras terras para negociar, entre elas a região que mais tarde formou o município de Panambi, a colônia Neu-Württemberg. As terras foram compradas tanto de proprietários particulares que se apropriavam e depois revendiam-nas por preços muito mais lucrativos, quanto do Estado.

¹⁷ CARTA de Carlos Dhein, enviada para Hermann Meyer. 17/11/1897. AHMP.

¹⁸ FENNER, Darci et. al. (Orgs.). **Xingu: 100 anos - 1897-1997**. Constantina: Artes Gráficas. 1997. p. 67.

¹⁹ CARTA de Carlos Dhein, enviada para Hermann Meyer. 17/11/1897. AHMP.

²⁰ CARTA de Carlos Dhein, enviada para Hermann Meyer. 17/11/1897. AHMP.

²¹ FAUSEL. Op. Cit. p. 5.

Carlos Dhein passou a procurar terras mais próximas a Cruz Alta, onde teria acesso mais fácil para o deslocamento das pessoas, bem como de comércio para os produtos dos colonos. Assim, no ano de 1898, o Dr. Hermann Meyer, através de seu procurador comprou a posse Magdalena, composta de terras dos sucessores de Maria Magdalena de Moraes e Procópio Gomes de Moraes, uma área de 1.075 hectares. A escritura pública dessa compra foi efetuada no tabelionato de Cruz Alta, no dia 31 de agosto de 1898, data considerada como fundação da nova colônia. Alguns meses após a compra, em torno dos dias 20 a 22 de novembro de 1898, Hermann Meyer, durante sua segunda viagem ao Rio grande do Sul, passou pela sua nova aquisição, antes sendo recebido com grande festa em Cruz Alta, conforme seu próprio relatório:

“Quando o trem entrou na estação de Cruz Alta, começou a pipocar em todos os cantos. Foguetes estouraram e uma banda tocou um dobrado alegre. A plataforma estava literalmente tomada por enorme multidão... Em poucos segundos conhecia as mais altas autoridades da cidade e logo eu me encontrei cercado de gente. A musica silenciou, todos tiraram os chapéus, embora chovesse torrencialmente e fui saudado com um solene discurso, no qual me chamaram de distinto explorador, colonizador e amigo da terra ilustríssima do Rio Grande do Sul, atribuindo-me ainda qualidades e virtudes as quais nem sonhara”²².

Depois dessa recepção, Meyer foi conduzido, por Carlos Dhein a sua casa e, *“em breve encheu-se a casa com uma multidão de pessoas...”²³*. Após dois dias, seguiram para a nova colônia na qual Meyer verificou que *“todo este terreno é sumamente valioso para a colonização porque o acesso é relativamente fácil e os produtos encontram colocação vantajosa em Cruz Alta. Há ainda a linha férrea que oferece grandes possibilidades para a exportação”²⁴*.

Possivelmente essa recepção calorosa deveu-se ao fato de que Meyer estava ajudando a colocar em prática um antigo desejo da elite cruzaltense de aumentar a população e conseqüentemente, a produção de alimentos e o preço da terra, garantindo-lhes bons negócios. A nova área, conforme a Certidão de Título de Terra, Hermann Meyer comprou, no lugar denominado Serra dos Porongos, 4º distrito de Cruz Alta, uma posse *“medida e legitimada com 4.062.336m² confrontando ao norte com matos devolutos e com a posse que foi de José da Silveira Loureiro, ao sul com campos que foi de Maria Magdalena de Moraes, ao leste com cultivados de Bernardina de Camargo Vieira e Felipe Cordeiro e outra posse com 5.445.000 m²... havidas por herança nos inventários de Maria Magdalena de Moraes e Procópio Gomes de Moraes”²⁵*. Estas posses foram vendidas por José Joaquim dos Santos Lima, sua esposa Anna Gomes de Lima e, a viúva Maria da Silveira Moraes. A escritura pública foi efetivada no Cartório de Título e Notário, de Cruz Alta, em 31 de agosto de 1898²⁶.

A área de Procópio Gomes de Moraes, segundo consta na certidão de Título de Terra referente aos anos de 1882 e 1883 guardada no Arquivo Público do Rio Grande do Sul, obteve a decisão favorável do Vice-Presidente da Província, Leopoldo Antunes Maciel, referente a uma posse de terra requerida e mandada medir pelo juiz de Cruz Alta, Joaquim Saldanha Marinho Filho. Esta localizava-se *“...no lugar denominado Serras dos Porongos, quarto distrito de Cruz Alta, pertencente a Procópio Gomes de Moraes..., medindo 5.445.000 m², confrontando ao nordeste com posse legitimada de Maria Magdalena de Moraes, leste com posse não legitimada de José da Silveira Loureiro e matos devolutos e, norte, oeste e sul com matos devolutos”²⁷*. Esse título, na

²² FAULHABERSTIFTUNG. Neu-Württemberg: eine Siedlung deutscher in Rio Grande do Sul, Brasilien. Stuttgart: Ausland und Heimat Verlag. 1933 (Traduzido) In.: ZARTH, Paulo Afonso. **História Agrária do Planalto Gaúcho 1850 - 1920**. Ijuí: Editora da UNIJUÍ, 1997. p. 78.

²³ FAUSEL. Op. Cit. p. 7.

²⁴ Relato de Hermann Meyer. In.: FAUSEL. Idem. p. 8.

²⁵ Certidão de Título de Terra. Freguesia de Cruz Alta elaborada em 31 de agosto de 1898. Cópia do original feita em 29 de janeiro de 1921 pelo escrivão distrital de Cruz Alta. Cruz Alta. Título de Venda. Cartório Notário de Cruz Alta. Escritura Pública, em 31 de agosto de 1898. AHMFW.

²⁶ Idem.

²⁷ Certidão de Título de Terra. **Arquivo Público do Rio Grande do Sul** elaborada em 20 de novembro de 1911. Cópia do original feita em 29 de janeiro de 1921 pelo escrivão distrital de Cruz Alta. Livro de Títulos de Terras. Anos de 1882 e 1883, folha 69. Título definitivo de proprietário concedido em 12 de outubro de 1882. AHMFW.

argumentação do governante, foi passado conforme o artigo 11 da Lei 601 de 18 de setembro de 1850 e, artigo 51 do Decreto 1318 de 30 de janeiro de 1854, ao requerente, que se tornou proprietário em 12 de outubro de 1882²⁸. A posse de Maria Magdalena de Moraes foi legitimada em 18 de janeiro de 1873, na região denominada Serra dos Porongos²⁹.

No mesmo ano de 1898 Carlos Dhein comprou a segunda área, “...a terra dos Mello, com a área de 1.260 hectares, havendo a escritura sido efetuada a 26 de novembro de 1898...”³⁰. Dessa forma, a nova colônia fundada um ano após a primeira, superou-a em tamanho, já ultrapassando 2.000 hectares, apresentando-se inicialmente como um investimento melhor que o anterior. Contudo, “em virtude das compras e da visita do Dr. Meyer os preços começaram a subir. Por isso Dhein procurou adquirir as terras do Evaristo no município de Palmeira das Missões”³¹, com o objetivo de aumentar a colônia no menor tempo possível.

Os proprietários de terras que as venderam para a Empresa de Colonização Dr. Hermann Meyer, a partir de 1898, foram José Joaquim dos Santos Lima (herdeiro de Procópio Gomes de Moraes e Maria Magdalena de Moraes), Cassiano de Oliveira Mello, Joaquim Dias de Oliveira, em 11 de março de 1899, Evaristo Teixeira do Amaral, em 15 de março de 1899, Francisco Manoel de Bairros, em torno de 1.290 hectares, em 1º de maio de 1899, sendo sua posse legitimada em 31 de julho de 1888, na região denominada Serra do Ijuí, na Salina. Outro vendedor foi Belizário Moreira do Amaral, o qual efetivou o negócio em 2 de janeiro de 1900 e tinha obtido a escritura de compra e venda em 11 de agosto de 1889, na região denominada Pavão. Ignácio Euleutério dos Santos concretizou a venda, em 23 de fevereiro de 1900, de uma posse que havia sido legitimada em 22 de fevereiro de 1888, na região denominada Serra do Ijuí, na Serpentina.

Outros vendedores foram Pedro Camargo Vieira, Felipe Fernando Cordeiro, Henriqueta Leopoldina Amado, Joaquim Leite Garcia, Paulino Olimpio de Oliveira, Juliana Correa de Moraes Gomes, Marcelino Ribeiro Martins, Pedro Pires do Rosário, José Pedro Nardes Filho, Benevenuto Pires Rolim, Guilherme Nardes de Aguiar, Saturnino Pantaleão de Oliveira, Firmino da Maia, Francisco Jacinto da Silva, Teodoro de Camargo Vieira e Pedro Tomás de Moura e Silva, cuja posse foi legitimada em 29 de janeiro de 1896, na região denominada Serra do Ijuí, no Serrito e, os demais vendedores tiveram suas terras legitimadas no final do século XIX³².

A demarcação dos lotes principiou em fevereiro de 1899, sob a coordenação do engenheiro Rudolfo Ahrons, sendo que os assentamentos propriamente ditos e definitivos dos colonos começaram somente em julho de 1900. Inicialmente foi feito um contrato de compromisso de compra e venda, e as escrituras demoraram, às vezes, anos. As demarcações iniciais ocorreram sem maiores problemas, no entanto, “...em maio aconteceram as primeiras complicações nos trabalhos de medição, pois uns quantos lindeiros da posse dos Mello alegavam esbúlio”³³, provocando a interrupção dos trabalhos de medição. As aquisições das terras da colônia Neu-Württemberg foram realizadas tanto de particulares, quanto do Estado. Sabe-se que os primeiros posseiros das terras que mais tarde passaram a integrar a colônia foram “...Manoel José de Encarnação, o qual legitimara uma enorme área de campo, cujos limites extremos ao sul e ao norte eram respectivamente os rios Caxambu e Fíúza. Outro povoador dos primeiros tempos é João Luiz Malheiros, imigrante procedente de Portugal; veio ao Brasil em 1855...”³⁴.

Contudo, aconteceu que algumas áreas compradas pela Companhia de Colonização já estavam povoadas por caboclos, com suas roças e benfeitorias, mas, ainda assim, o Estado permitiu sua colonização e/ou comercialização. Essa dupla (quando não tripla) ocupação possível-

²⁸ Idem.

²⁹ LEITZKE, Eugen. Pontos de nossa história. In.: ASSOCIAÇÃO dos Escritores de Panambi. **Porções de bem querer**. Ijuí: SEDIGRAF 1997. p.21.

³⁰ LEITZKE, Eugen. **1902-2002: Carlos Ernesto Knorr & Anna Müdsam Knorr – Cem anos da história familiar em terras brasileiras**. Panambi. S/e. 2002. p. 23. Informação também em FAUSEL, Erich. De Elsenau e Panambi: desenvolvimento da colônia Neu-Württemberg, fundada pelo Dr. Hermann Mayer In.: **Cinquentenário de Panambi: 1899-1949**. Ijuí: s/e, 1949. p. 7.

³¹ FAUSEL. Op. Cit. p. 9.

³² LEITZKE. Op. Cit. 1997. p. 20-21.

³³ Idem. p. 24.

³⁴ Ibidem. p. 20.

mente aconteceu porque “a ocupação da terra acontecia numa primeira fase pela posse precária e, após vários anos de posse contínua, era requerida, através de processo administrativo, a legitimação da posse definitiva”³⁵. Quando alguém não dispunha de recursos, ou desconhecia a legislação, não providenciava a legalização de sua área, o que gerava muitos conflitos posteriormente. Algumas colônias que foram vendidas aos imigrantes já eram ocupadas por caboclos, os quais ocupavam a área, inclusive com benfeitorias, como foi o caso de que “...ainda em 1900 há informações sobre a expulsão de posseiros com mais de trinta anos de posse, no caso, por Hermann Meyer e seu representante Carlos Dhein”³⁶.

Também ocorreram alguns conflitos entre os colonos e os administradores da colônia de Hermann Meyer. “Entre 1900 e 1905, os colonos de Neu-Württemberg, liderados pelo moleiro Wagner, empreenderam grande campanha contra a empresa de Meyer por razões da precariedade da infra-estrutura e pela incerteza de conseguir o título definitivo da propriedade, estando as terras em litígio”³⁷. Diante disso, conforme apresentou o próprio Dhein, teve que construir uma ponte de cerca de 100 pés de comprimento, pois “se não o fizesse, todos os colonos teriam fugido e nós lutaríamos com dificuldades enormes para recomeçar”³⁸.

Mesmo com esses reveses, Neu-Württemberg ampliou seu tamanho, com o aumento de suas terras, contudo Meyer continuou enviando cada vez mais dinheiro, solicitado por seu sócio, o qual alegava dívidas a saldar³⁹. Porém, na segunda visita de Hermann Meyer à colônia, em dezembro de 1900, Carlos Dhein foi exonerado de todas as suas funções e, provavelmente, fixou residência na margem esquerda do rio da Várzea, defronte à colônia Xingu, permanecendo até 1903, na posse de algumas colônias que detinha. A partir desta data foi para Santa Catarina, na foz do rio Fortaleza. O sócio e administrador dos negócios de Meyer foi afastado por suspeita de irregularidades na administração dos negócios. Os indícios, contudo, foram bastante convincentes, uma vez que, após muitos investimentos a empresa apresentou um déficit alto, quando o próprio Dhein fez a prestação de contas, em agosto, pois o escriturário, responsável por tal atividade, havia falecido meses antes “misteriosamente... vítima duma intoxicação de ópio”⁴⁰. Num relato de Carlos Dhein ainda de 1899, parece estar a explicação para tal dificuldade financeira da empresa, pois na sua vida particular “...não ia somente bem, mas cada vez melhor”⁴¹, ampliando sua moradia e bens em Cruz Alta. Ao mesmo tempo, em seu lugar assumiu Horst Hoffmann, primo de Meyer, como o segundo administrador da empresa de colonização, em 5 de janeiro de 1901.

O novo administrador deu seqüência à ampliação da colônia e, em 21 de março de 1901 ao ser publicado um edital, pelo governo estadual, de venda de terras publicas, apresentou proposta de compra. O referido edital foi reforçado e esclarecido por João José Pereira Parobé apresentando as pretensões governamentais ao enviar o ofício número 454 com data de 26 de março de 1901 para o Chefe da Comissão de Terras, com a recomendação para mandar “...demarcar uma área de terras devolutas situadas no rincão formado pela confluência dos rios Palmeira e Fiúza e que se limita pelo norte, sul e oeste com as referidos rios e pelo leste com terras pertencentes a empresa Sr. Hermann Meyer, de que é gerente o Sr. Horst Hoffmann, a fim de serem vendidas tais terras em concorrência publica”⁴².

³⁵ Ibidem.

³⁶ LAZZAROTTO, Danilo. **Colonização: aspectos históricos**. Mimeografado. 1975: Não paginado.

³⁷ ZARTH. Op. Cit. 1997. p. 88.

³⁸ Carta de Carlos Dhein enviada para Hermann Meyer em novembro de 1899. In.: FAUSEL, Erich. De Elsenau e Panambi: desenvolvimento da colônia Neu-Württemberg, fundada pelo Dr. Hermann Mayer In.: **Cinquentenário de Panambi: 1899-1949**. Ijuí: s/e, 1949. p. 10.

³⁹ FAUSEL. Op. Cit. p. 11.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Relato de Carlos Dhein em FAUSEL, Erich. De Elsenau e Panambi: desenvolvimento da colônia Neu-Württemberg, fundada pelo Dr. Hermann Mayer In.: **Cinquentenário de Panambi: 1899-1949**. Ijuí: s/e, 1949. p. 10.

⁴² ESTADO do Rio Grande do Sul. **Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Publicas**. Porto Alegre, 26 de março de 1901. Enviada ao engenheiro Augusto Pestana, chefe da Comissão de Terras de Ijuí, responsável pela discriminação de terras devolutas e pela verificadora de posses também nos municípios de Cruz Alta, Passo Fundo, Palmeira e Santa Ângelo. AHMFW.

Diante disso, o procurador e gerente da empresa de colonização de Hermann Meyer, Horst Hoffmann enviou imediatamente, no mesmo dia, um ofício a Augusto Pestana, chefe da Comissão de Terras de Ijuí, apresentando uma proposta de compra de “...*toda a área das terras situadas no 4º distrito do município da Cruz Alta entre os rios Palmeira e Fiúza, tendo por divisas estes rios, terras do Dr. Hermann Meyer e a posse por legitimação de João Luiz Malheiros*”⁴³. Ainda, argumenta que já havia requerido junto ao Presidente do Estado em 16 de fevereiro do mesmo ano a venda daquelas terras para a empresa de colonização que administra, pelo preço de 4.500 e 5.000 por hectare, mas não obteve resposta. Contudo, o administrador colocou-se à disposição de “...*eleva a sua oferta primitiva propondo-se a pagar pelas referidas terras o preço de 6.000 por hectare, sendo esta mais alta oferta que lhe é possível fazer para que a aquisição destas terras possa oferecer vantagem*”⁴⁴.

No entanto, em outro ofício, de 24 de abril de 1901, respondendo a pedidos de compra de terras do Estado, João José Pereira Parobé, em nome do Presidente do Estado, comunicou ao engenheiro Augusto Pestana, chefe da Comissão de Terras de Ijuí, responsável pela discriminação de terras devolutas e pela verificadora de posses também nos municípios de Cruz Alta, Passo Fundo, Palmeira e Santa Ângelo, com sede na colônia Ijuí sua decisão em relação às referidas solicitações. No referente ao pedido da empresa de Meyer, afirma que somente será considerada a solicitação caso sejam modificadas as condições de compra, “*oferecendo o preço de um real por m², mínimo pelo qual o Estado alienará as terras entre os rios Palmeira e Fiúza*”⁴⁵. Preço bem acima do oferecido pelo administrador, o qual ofereceu 6.000 por hectare, enquanto o Estado pediu 10.000⁴⁶. Contudo, em 31 de junho de 1902, o engenheiro Augusto Pestana informou que “*foi vendida ao Dr. Hermann Meyer uma área de 26.629.513 m² (2.662 hectares) discriminadas entre os arroios Fiúza e Palmeira junto a colônia Neu-Württemberg pertencente ao mesmo Dr. Meyer*”⁴⁷.

A colônia foi chamada de Neu-Württemberg, pois os primeiros imigrantes a ocupar os lotes iniciais vieram da Alemanha, do estado de Württemberg. Quase um ano posterior a sua fundação, em julho de 1899, começaram a chegar os novos povoadores, imigrantes alemães, ou migrantes das colônias velhas⁴⁸. A nova colônia surgiu com o propósito de abrigar somente imigrantes vindo diretamente da Alemanha e não de migrantes alemães de outras regiões do Rio Grande do Sul. Além disso, objetivava-se ser uma colonização puramente alemã, sem a presença de outros grupos étnicos, todavia, para a vinda de imigrantes da Alemanha era necessária a autorização do governo alemão. Meyer relatou em 21 de novembro de 1901, na *Koloniale Zeitschrift* de Berlim, a dificuldade que teve para conseguir a autorização de liberação para trazer colonos ao Rio Grande do Sul. Ele afirmou:

*“Quando eu visitei, no ano de 1896, pela primeira vez o Rio Grande eu tive uma ótima impressão do desenvolvimento desta terra e numa curta permanência numa região colonial eu fui me convencendo de que aqui e em nenhum outro lugar no mundo os nossos alemães encontrariam a felicidade... então amadureceu em mim a decisão de me envolver de forma prática, fundando colônias nas quais o princípio primeiro da germanidade se manteria através de boas escolas e cura d’almas estariam ao lado da conquista material, com a exclusão de nacionalidades estranhas”*⁴⁹

⁴³ Ofício de Horst Hoffmann, procurador geral e gerente da empresa de colonização Dr. Hermann Meyer, enviado de Porto Alegre, em 26 de março de 1901, ao chefe da Comissão de Terras de Ijuí, engenheiro Augusto Pestana. **AHMF**W.

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ ESTADO do Rio Grande do Sul. Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas. Ofício nº 651. Porto Alegre, 24 de abril de 1901. Enviada ao engenheiro Augusto Pestana, chefe da Comissão discriminadora de Terras de Cruz Alta, Passo Fundo, Palmeira e Santa Ângelo. **AHMF**W.

⁴⁶ Um hectare equivale a 10.000m². Se for 1 real o m², 1 há custaria 10.000 (dez mil reis). 1:500.000 é um conto e quinhentos mil reis.

⁴⁷ Relatório dos Negócios das Obras Públicas. Relatório do engenheiro Augusto Pestana – 31 junho 1902. Porto Alegre. p. 37. **MALRS**.

⁴⁸ LEITZKE. Op. Cit. 2002. p. 25.

⁴⁹ In.: FENNER, Darci et. al. (Orgs.). **Xingu: 100 anos - 1897-1997**. Constantina: Artes Gráficas. 1997. p. 17-18.

Na prática, em função de inúmeros problemas com as autoridades alemãs e brasileiras, o início e aumento da ocupação foi realizado por famílias vindas das antigas colônias da região de Estrela, São Lourenço do Sul e Santa Cruz. Para abrigar as pessoas que começavam a chegar às novas terras, foi primeiramente construído o *Barracão dos Imigrantes*, uma construção na área central, de frente para a praça e, concluída em agosto de 1901. As casas pioneiras surgiram em 1902, no morro da Igreja Evangélica Luterana, e o povoado passou a ser denominado de Elsenau. Os imigrantes que inicialmente chegaram foram obrigados, por força das circunstâncias, a ocupar-se das atividades agrícolas, para retirarem daí a sua sobrevivência, mesmo tendo trazido outras habilidades e conhecimentos em suas bagagens. A partir das oportunidades surgidas, começaram com atividades industriais caseiras, como marcenarias, carpintaria, funilaria, ferrarias, pedreiro, cervejeiro, etc. No início da colonização, em relação a 1902, a situação sócio-econômica dos colonos era muito precária, “...pois muitos literalmente não dispõem mais do que comer e suas roupas encontram-se em estado de farrapos”⁵⁰. Porém, a empresa colonizadora, mesmo com dificuldades ampliou sua atuação.

A colônia expandiu-se pelos territórios formados por várias estâncias, das quais partes foram negociadas com Hermann Meyer e, hoje, formam o município de Condor. Uma delas foi estância da Cilada, fundada por João Ferreira Amado, um tropeiro de mulas, da fronteira para Sorocaba. Teve quatro filhos Belizário, Jeremias, Domingos e Terezio, que compartilhavam com o pai as terras. Fazia divisa com a estância da Ribeira, a qual era de propriedade de Lourenço Lemes de Moraes Gomes, este um dos vendedores de terras para Hermann Meyer e também vendeu parte da Ribeira para César Fripp. Outra propriedade na região foi a estância da Taipa, de Eleutério Prado, o qual vendeu posteriormente para Belizário Amado e João Ferreira Amado. Além dessa, teve ainda a estância da Palmeira, de Fidêncio Mello, a estância da Ramada, de Domingos e Jeremias Amado, passando o título posteriormente para Valzumiro Dutra, um conhecido coronel de Palmeira e, a estância de Henrique Vieira⁵¹.

Na expansão em direção ao norte, “...em 21 de dezembro de 1901, a Empresa de colonização Dr. Hermann Meyer comprou a Posse Gomes, dividida em 60 lotes, de Lourenço Gomes, localizada ao norte do Rio Palmeira e ao oeste da estrada geral Neu-Württemberg-Palmeira. Limitava-se ao oeste com terras de herdeiros de Rosa Balbina de Campos”⁵² e, compreendia uma área total de 19.251.900 m². Na escritura pública consta que Lourenço Lemes de Moraes Gomes e a esposa, Juliana Correa de Moraes Gomes venderam uma posse para Hermann Meyer e Elsa Meyer, residentes na Alemanha, no dia 11 de dezembro de 1901⁵³. A posse referida acima, situada no primeiro distrito de Palmeira, medida e legitimada em 14 de janeiro de 1878, conforme título expedido pelo governo, era composta por uma área de 19.251.900 metros quadrados⁵⁴ e, foi comprada por oito conto de réis, um preço relativamente baixo visto que o Estado, à época, cobrava mais do que o dobro, o que implicaria em mais de 19 contos de réis. Essa área fazia divisa com terras de Rosa Balbina de Campos e terras devolutas, entre outros. Além disso, ficou estipulado que o vendedor venderia ao Dr. Hermann Meyer, eventual sobra de terras dentro daquela área, após medição. Caso houvesse “...falta de área, o vendedor reporia a referida falta para completar a superfície vendida”⁵⁵.

O ano de 1902 registrou um avanço no fluxo migratório para a nova colônia, informação confirmada pelos dados da contabilidade da empresa de colonização. “...A corrente de imigrantes foi se intensificando progressivamente, assim que até fins do ano de 1902, a colônia Neu-

⁵⁰ RELATÓRIO da Colonização, elaborado pelo Diretor Horst Hoffmann e, enviado à Hermann Meyer. Nº 22/23. Referente a 16/11 a 15/12/1902. AHMP.

⁵¹ WEHRMANN, Bruno Guido. **Condor**: comunidade, história e cultura. Condor. S/e. 1992. p. 19.

⁵² Idem. p. 25.

⁵³ Escritura Pública de compra e venda de terras. Vendedores Lourenço Lemes de Moraes Gomes e Juliana Correa de Moraes Gomes. Compradores Hermann Meyer e Elsa Meyer. 11/12/1901. AHMP.

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ WEHRMANN. Op. Cit. p. 190.

*Württemberg acusava a presença de cerca de 100 famílias de etnia alemã*⁵⁶. Esse sucesso foi recompensado, merecendo a visita do embaixador da Alemanha no Brasil. Por ser uma das colônias de imigrantes e migrantes alemães no Rio Grande do Sul, o embaixador von Kreutler fez uma visita no dia 24 de maio de 1902 a Neu-Württemberg, depois de chegar em Porto Alegre no dia 10 do mesmo mês e ser recebido pelo administrador Dr. Horst Hoffmann, que o acompanhou. Viajaram de trem até Cruz Alta, local em que o embaixador foi recebido com honras pela população, seguindo ainda até a estação de Porongos, de onde seguiram a viagem a cavalo.

Também em 1902, no dia 26 de novembro, o casal Hermann e Maria Faulhaber chegou à colônia, vindos do estado de Württemberg na Alemanha, para assumir as atividades religiosas e educacionais, visto que este era pastor luterano e sua esposa professora. Hermann Meyer contratou em 19 de julho de 1902 Hermann Faulhaber pelo prazo de cinco anos, a contar de 1º de setembro de 1902, com a função, além das já apontadas acima, fazer um levantamento social e econômico da realidade regional, incluindo Erval Seco, Xingu e Mondai.

A vinda do casal Faulhaber encerrou o período de instalação da empresa de colonização de Hermann Meyer. Assim sendo, este artigo finaliza, ao atingir o objetivo de apresentar a etapa inicial do estabelecimento de colônias por Meyer, o qual enfrentou muitos problemas, como se viu, mas também finalmente consolidou-se no ramo do comércio de terras no Rio Grande do Sul.

⁵⁶ LEITZKE. Op. Cit. 2002. p. 31.

A FAZENDA DO CEL. JOAQUIM DOMIT: COLONIZAÇÃO E DESMATAMENTO EM PORTO UNIÃO – SC (1923-1937)

Miguel Mundstock Xavier de Carvalho*

Os colonos europeus ou seus descendentes causaram, além das mudanças culturais, políticas e econômicas, mudanças significativas no meio ambiente das regiões onde se estabeleceram. Essas transformações não se limitaram à exploração mais intensa da agricultura e introdução de inúmeras espécies vegetais e animais do “velho” continente. Nas áreas de colonização onde domina na paisagem o pinheiro brasileiro, os europeus também tornaram-se ativos madeireiros, colaborando em parte para o rápido processo de devastação da Floresta de Araucária nos planaltos do Sul do Brasil. Nesse sentido, esse artigo analisa a fazenda do Cel. Joaquim Domit, no município de Porto União (SC), como representativa dessa história de “progresso” e destruição dos recursos naturais.

Esse artigo também tem o objetivo de, ao apresentar uma história da fazenda do Cel. Joaquim Domit, com suas atividades comerciais, de colonização e de exploração madeireira, mostrar a relação muito estreita entre os empreendimentos de colonização e o desmatamento de extensas áreas no município de Porto União. Portanto, se trata de um estudo de caso abordando a questão mais geral dos aspectos ambientalmente destrutivos do processo de colonização. Isso não quer dizer que a atividade madeireira e o desmatamento em Porto União estejam relacionados apenas a grandes proprietários ligados à colonização ou a empresas colonizadoras, já que o importante ramo de exploração madeireira na região foi também um negócio a parte, ou seja, de “empreendedores” não interessados em lotear suas fazendas.

Estudar a história de um processo de colonização de uma região sem entender as interações dos imigrantes ou seus descendentes com o meio natural e as conseqüências para o meio ambiente de um novo tipo de relação com a natureza, é deixar de lado, no nosso entender, um dos aspectos centrais da história de uma colônia ou de qualquer região afetada por esse tipo de ocupação humana. Além do mais, esse estudo de caso ilustra alguns detalhes do quadro geral da superexploração da Floresta da Araucária no século XX, um dos ecossistemas mais intensamente explorados da Mata Atlântica.

A fazenda do Cel. Joaquim Domit se localizava próxima a sede do antigo distrito de Valões, atual município de Irineópolis, na região do chamado(hoje) Planalto Norte de Santa Catarina. Compreendia uma área de 6.000 hectares, em geral plana e rica em ervais e madeiras, tendo no fundo Sul do terreno, as Serras do Acampamento e da Casimira. Algumas informações publicadas no Jornal *A Notícia* de Joinville, em 1991, na época em que a esposa Sofia ainda vivia, apontam para a origem libanesa de Joaquim Domit, nascido em 1880, e que inicialmente era guarda-livros em São Paulo. E só mais tarde, por volta de 1918, teria chegado a região a conselho do amigo e governador Hercílio Luz, sendo de 1921 a data da concessão da fazenda.¹ No entanto, ao lermos o Processo de Terra de Jamil Domit & Irmãos, no Arquivo Público de Santa Catarina, tivemos uma noção mais completa da ligação da família Domit com a história de Porto União e União da Vitória, além de algumas informações divergentes.

Não temos ainda claro o momento em que Joaquim Domit se torna uma figura política destacada na região, fundando o jornal *O Município*, em Valões, em 1923, partidário da UDN (União Democrática Nacional), anfitrião em sua mansão de vários governadores de Santa Catari-

*Aluno de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. miguelmxdecarvalho@yahoo.com.br

¹ AULAS práticas de história. *A Notícia*, Joinville, 4 out 1991 regional. Anregional. Acervo: Roberto Domit de Oliveira.

na até sua morte em 1968, e nem a data em que passa a administrar a fazenda. A sua relação de parentesco na família Domit também não está totalmente esclarecida. As fontes sugerem que ele era filho de Nadim Domit e Josina Mendes Domit, sócios da firma Jamil Domit & Irmãos.²

Foi a referida firma Jamil Domit & Irmãos que comprou do governo do Estado, por Rs 44:535\$115, a fazenda de 6.000 hectares em Valões, concedida em 23 de dezembro de 1922. E em março de 1923 foi assinado o contrato com o governo “para colonizar dentro do prazo de dez anos, contados da data da assinatura deste contrato, a área de 6.000 hectares de terras”³, sendo definido ainda na cláusula terceira, que “reverterão para o domínio do Estado, sem indenização alguma, as terras que dentro do prazo referido na clausula primeira, não forem colonizadas.”⁴

A firma Jamil Domit & Irmãos, além da fazenda, era proprietária de um estabelecimento comercial na cidade de Porto União, uma casa e um escritório comercial de compra de erva mate e madeira no quadro urbano de Valões, distrito distante cerca de 40 km da cidade de Porto União. Nesse mesmo ano de 1923, em dezembro, foi assinada em cartório a extinção da comunhão entre os sócios da firma. Uma das razões para isso foi provavelmente o avultado empréstimo requerido por Nadim Domit junto ao Banco Pelotense, a fim de investir na fazenda recém concedida pelo governo do Estado. Como veremos, esse empréstimo mais tarde tornou-se um problema para Nadim Domit e seu “sucessor legal”, Joaquim Domit.

O resultado da partilha dos bens ficou o seguinte: Jamil Domit e sua mulher Zachie Domit receberam cinco contos de réis (5:000\$000) em moeda corrente, 80 metros cúbicos de imbuia falquejada, e 4 animais muares. Neif Domit, por sua vez, recebeu o estabelecimento comercial na cidade de Porto União, com todos os móveis e mercadorias, e também dívidas no valor de setenta contos de réis (70:000\$000). Por último, Nadim Domit e sua mulher Josina Mendes Domit, receberam, “em pagamento de seu quinhão ou haveres, na communhão, um terreno situado nos logares ‘Serra da Casimira’ e ‘Serra do Acampamento’, no Distrito de Paz de Vallões, desta Comarca, comprado ao Governo deste Estado, para colonisação, com a área de seis mil hectares, [...]; uma casa construída e coberta de madeira, existente no povoado de Vallões, á rua Hercílio Luz, desta Comarca, com o respectivo terreno, no valor de tres contos de réis (3:000\$000), [...]”⁵

Além disso, na mesma escritura Nadim Domit e Josina Mendes Domit assumiram a responsabilidade pela dívida de mais de cento e sessenta e três contos de réis (163:086\$030) junto ao Banco Pelotense.

A partir daí, Nadim Domit e sua mulher, mais o “sucessor legal” Joaquim Domit passam a investir pesadas somas na demarcação de lotes, construção de casas, igreja, escola, armazém, barragem, moinho de cereais, serraria, fábrica de móveis, ferraria, e o imponente casarão de Joaquim Domit, ainda hoje existente e muito bem conservado pela família Domit, no atual acesso a Irineópolis.

Nesse momento, o município de Porto União se constituía numa unidade política extremamente recente. Juntamente com os municípios de Mafra, Cruzeiro e Chapecó, Porto União foi criado em 1917, com o fim do conflito do Contestado e acordo de limites entre Paraná e Santa Catarina. Esse acordo dividiu a cidade de União da Vitória (PR) ao meio e cedeu ao novo município de Santa Catarina a quase totalidade das terras da margem esquerda do rio Iguaçu que antes pertenciam a União da Vitória e ao Paraná.

Nesse sentido, não se pode confundir a história política da região com a efetiva ocupação humana. Os Xokleng, povos nômades que viviam da coleta, caça e pesca nas florestas, e cuja cultura remonta, segundo Walmir da Silva Pereira, a cerca de 5.000 anos atrás⁶, foram provavel-

²PROCESSOS DE TERRAS. Porto União. Interessado: Jamil Domit & Irmãos. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

³PROCESSOS DE TERRAS. Porto União. Interessado: Jamil Domit & Irmãos. Termo de contrato celebrado entre o Governo do Estado e os senhores Jamil Domit & Irmão. 23 de março de 1923. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

⁴ Idem.

⁵PROCESSOS DE TERRAS. Porto União. Interessado: Jamil Domit & Irmãos. Escritura pública de extinção de comunhão, partilha e transferência recíproca. 18 de dezembro de 1923. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

⁶PEREIRA, Walmir da Silva. **A ferrovia São Paulo-Rio Grande e os índios Xokleng - relações interétnicas e modernidade no Brasil meridional**. 1995. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – UFSC, Florianópolis . p. 47.

mente os primeiros habitantes da região. Sérgio Ferreira dos Santos, em pesquisa arqueológica realizada há alguns anos no vale do Rio Vermelho, afluente da margem direita do rio Iguaçu, encontrou indícios de seres humanos vivendo na região entre 3 e 4 mil anos atrás.⁷ A despeito de toda essa história anterior praticamente desconhecida e negligenciada pelos historiadores, os indígenas acabaram, quando sobreviviam, sendo expulsos de suas terras e diluídos na periferia da sociedade moderna. Apenas um pequeno grupo de cerca de 50 pessoas foi alvo do confinamento em 1918 numa área de 150 alqueires no município de Porto União.⁸ Mas o destino dessas pessoas, conforme pesquisa de campo realizada por Walmir Pereira, foi algo bem parecido com o que Warren Dean avaliou para os povos nativos de outros lugares do Brasil:

Os sobreviventes nativos das últimas e brutais emboscadas eram arrebanhados pelo Serviço de Proteção ao Índio, sucessor secularizado dos missionários capuchinhos do império, e colocados em algumas reservas minúsculas, pontos de passagem para a “aculturação” e a extinção.⁹

Uma segunda fase de ocupação humana também é dificilmente datável, correspondendo a fase de ocupação pelos caboclos. Desde 1842, quando Pedro da Siqueira Cortes descobriu o *vau*¹⁰ no rio Iguaçu, no local da futura União da Vitória, encurtando o caminho dos tropeiros oriundos de Palmas em direção a Palmeira, iniciou-se um afluxo de pessoas para a área das cidades atuais de União da Vitória e Porto União, bem como, é provável, nos sertões dos arredores. O mesmo Pedro da Siqueira Cortes, por exemplo, em meados do século XIX já era proprietário de terras na região do futuro município de Porto União, e a escritura da venda dessas terras de Campos em 1854, juntamente com as benfeitorias existentes, sugere uma ocupação bem antiga dessa região.¹¹

Dessa época até as primeiras décadas do século XX, a atividade econômica predominante, e que contribuiu para um maior afluxo de pessoas para a região foi a extração da erva mate, planta abundante no interior da Floresta Ombrófila Mista, ou Floresta de Araucária. A extração da erva exigia uma certa mobilidade pelo território, requisito ao qual o caboclo posseiro, sem títulos de propriedade, se adaptava bem. Seu modo de vida simples, sem o espírito voltado para a acumulação, e praticando alguma agricultura de coivara, significou, em termos ecológicos, uma conservação, ou pelo menos, pequenas alterações no estado maduro em que se encontravam as florestas da região. Estudar melhor esse período também é importante para evitar as noções de vazio demográfico e de inauguração da história a partir da chegada dos imigrantes, como apontou Telmo Marcon para o caso do Oeste de Santa Catarina:

A região, no entanto, não estava vazia, pois muitos caboclos e luso-brasileiros nela sobreviviam dos abundantes recursos existentes na natureza e/ou cultivando pequenos roçados. Com a crescente migração para o Oeste, na década de 1930, alguns grupos constituídos por colonos, madeireiros e colonizadoras, conquistaram uma posição hegemônica, identificados posteriormente como sendo os inauguradores da história propriamente dita. Grande parte da historiografia dominante consagra, ainda hoje, um destaque especial à presença destes sujeitos, corajosos desbravadores e inauguradores da história regional.¹²

⁷ SANTOS, Sérgio Ferreira dos. **Arqueologia no vale do rio Vermelho**. 2000. 142p. Monografia (Especialização em História do Brasil) – Curso de Pós-Graduação em História do Brasil da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória-PR. p.118.

⁸ MILLIS, Herminio. José Fagundes e Joaquim O. Ribas (organizadores). **Monografia de Porto União**. Palmas-PR: Kayganguê, 2002. Coleção Vale do Iguaçu. p.63.

⁹ DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.255.

¹⁰ Local propício do rio à travessia do gado.

¹¹ PROCESSOS DE TERRAS. Porto União. Interessado: João Baptista Carneiro. Escritura de venda de campo que fazem Pedro de Siqueira Cortes... 05 de fevereiro de 1854. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

¹² MARCON, Telmo. Espaço e cultura: os caboclos e a constituição da região. In: **Memória, história e cultura**. Chapecó: Argos, 2003. p. 69.

Os primeiros imigrantes a chegarem à região constituíram-se de um pequeno grupo de 24 pessoas, na maioria alemães, trazidos pelo Coronel Amazonas de Araújo Marcondes em 1881. O mesmo Coronel Amazonas foi o inaugurador da navegação a vapor no rio Iguaçu em 1882 e instalou a primeira serraria na região, próximo à cidade, na margem direita do Iguaçu, em 1884.¹³ Portanto, o início da exploração intensiva das florestas da região coincide com o momento da chegada dos primeiros colonos, sendo dessa origem muitos dos futuros madeireiros, embora a maioria deles nunca tivessem condições econômicas ou interesse em montar uma serraria.

Mesmo que alguns colonos já estivessem chegando desde o final do século XIX, a colonização ou loteamento de terras para colonos na região só vai tomar impulso significativo a partir da construção e chegada da ferrovia, em 1904. Em 1910 estava concluído o trecho entre União da Vitória e Marcelino Ramos (RS), cortando a região de extensas florestas de Araucária inexploradas do Vale do Rio do Peixe. Nesse momento, a empresa construtora Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, do engenheiro João Teixeira Soares, já estava sob controle acionário da norte-americana Brazil Railway Company, que em 1909 ainda criou a Southern Brazil Lumber and Colonization Company, a fim de explorar os ramos da colonização e extração madeireira.¹⁴

Nesse contexto, a Companhia E.F.S.P.R.G. funda a colônia de Nova Galícia em 1909, no interior do atual município de Porto União. Um ano depois, a colônia já era habitada por “247 famílias de diversas nacionalidades: polacos, ruthenos, alemães, austriacos, suíços e franceses. A grande maioria é de polacos: 170 famílias para 60 ruthenos e o resto de nacionalidades diversas.”¹⁵

Com a conclusão da ferrovia, incluindo o ramal ligando União da Vitória a São Francisco do Sul em 1917, são concedidas inúmeras áreas para colonização. Em 1920, o jornal “A União” noticiava a existência em Porto União, de “seis empresas com áreas colossais já colonizadas e por colonizar, ...”.¹⁶ As colônias recém fundadas eram: Nova Galícia, Valões, São Pedro, São Miguel e Maratá. Provavelmente a outra seria a colônia Francônia, de H. Hacher & Cia.

Nessas colônias, os colonos ou as empresas colonizadoras precisaram, em primeiro lugar, derrubar as florestas de seus pequenos lotes a fim de poder introduzir as culturas agrícolas como o milho, feijão, mandioca, batatas, abóboras, além das culturas totalmente “estranhas” trazidas pelos europeus, como trigo, centeio, cevada, aveia, linho e linhaça. Além disso, as criações de bovinos, cavalos, ovelhas, cabras, suínos e galinhas, úteis para o transporte, e fonte de carne, leite e banha, também exigiam amplas áreas desmatadas e uma pressão constante sobre as florestas. Toda essa biota portátil, como chamou o historiador ecológico Alfred Crosby, e que incluía ainda as doenças (microorganismos) que migraram juntamente com os europeus, foram fundamentais para seu estabelecimento e dominância nas regiões temperadas da Terra.¹⁷

Qualquer teoria respeitável que tente analisar o avanço demográfico dos europeus deve explicar pelo menos dois fenômenos. O primeiro é o abatimento do moral e em muitos casos a aniquilação das populações indígenas das Neo-Europas. A derrota que levou à extinção dessas populações não foi apenas resultado da superioridade tecnológica da Europa. (...) Em segundo lugar, devemos explicar o assombroso, quase assustador, sucesso da agricultura européia nas Neo-Europas.¹⁸

Do mesmo modo, Crosby demonstra ao longo dos capítulos do *Imperialismo Ecológico*, que o meio ambiente das regiões colonizadas nunca mais foram os mesmos, com inúmeras extin-

¹³ SILVA, José Júlio Cleto da. **Apontamentos históricos de União da Vitória (1768-1933)**. Separata do boletim n.30 do Instituto Histórico e Geográfico e Etnográfico Paranaense. Curitiba: UFPR, 1933. p.47, 48, 50.

¹⁴ THOMÉ, Nilson. **Ciclo da Madeira: história da devastação da Floresta da Araucária e do desenvolvimento da indústria madeireira em Caçador e na região do contestado no século XX**. Caçador: Imprensa Universal, 1995. p.53,54.

¹⁵ CORREIA, Manoel F. Ferreira. **A colonização no Paraná**. Relatório referente ao ano de 1910 apresentado pelo Inspector do Serviço de Povoamento no Estado do Paraná, Engenheiro Manoel F. Ferreira Correia ao sr. director geral Dr. Joaquim Francisco Gonçalves Junior. Curitiba: Typographia d'A Republica, 1911. p.40.

¹⁶ COLÔNIA São Miguel. **A União**, Porto União. 13 jun. 1920. n. 10. p. 1.

¹⁷ CROSBY, Alfred. **Imperialismo Ecológico: a expansão biológica da Europa: 900-1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

¹⁸ CROSBY, op. cit. p. 134. As Neo-Europas, para Crosby, compreendem as regiões do mundo que predominam os descendentes de europeus: Austrália, Nova Zelândia, América do Norte, Argentina, Uruguai e Sul do Brasil. p. 14.

ções de espécies vegetais e animais nativos e a introdução de muitas espécies européias concorrentes.¹⁹ Um dos casos mais ilustrativos do poder de disseminação de algumas plantas européias é o da tanchagem ou plantago:

Hoje ela cresce selvagem em todos os continentes exceto na Antártida, e também na Nova Zelândia em algumas ilhas. É uma das ervas mais resistentes do mundo e aparentemente permanecerá conosco para sempre.²⁰

Mas o impacto ambiental da chegada dos imigrantes europeus ou seus descendentes em Porto União não se limita a abertura de áreas para a agricultura, e a introdução de sua biota portátil. É preciso considerar também que as empresas colonizadoras, cujos proprietários eram frequentemente descendentes de imigrantes, foram empreendimentos que se dedicaram a exploração madeireira como uma de suas principais fontes de renda. Isso é válido para diversas regiões onde elas atuaram.²¹ Além de prover madeira serrada à construção de casas, igrejas, estábulo, cercas, pontes e outras benfeitorias, as serrarias montadas nas colônias também tinham o objetivo de extrair e serrar madeira para exportação.

A partir da construção da ferrovia e das oportunidades comerciais com o advento da Primeira Guerra Mundial²², a indústria madeireira toma grande impulso, surgindo várias serrarias em Porto União, dentro ou fora das colônias. As madeiras mais exploradas foram o pinheiro (*Araucaria angustifolia*), a imbuia (*Ocotea porosa*) e o cedro (*Cedrela fissilis*), com predominância absoluta do primeiro, devido não só as excelentes qualidades de sua madeira, mas também a sua abundância no interior da Floresta Ombrófila Mista. Nos pinhais mais densos chegavam a ocorrer mais de 200 araucárias por hectare.²³

É nesse contexto econômico, social e ecológico que entendemos melhor a fazenda do Coronel Joaquim Domit. Antes mesmo da extinção da comunhão dos bens entre os sócios da firma Jamil Domit & Irmãos, em dezembro de 1923, Nadim Domit, Josina Mendes Domit e o “sucessor legal” Joaquim Domit iniciam as atividades em direção ao futuro empreendimento colonizador e madeireiro.

Expedido o título de concessão e obtidos os recursos necessários, por meio de avultado empréstimo (Doc N.6), foi para logo iniciada a execução do contracto, dividindo-se a área de terras concedida em quatro grandes áreas, correspondentes a outros tantos núcleos coloniais a serem fundados, com as denominações de S. Sebastião, S. Jorge, S. Joaquim e Santo Antonio.

Isso feito, passou-se a subdividir, sucessivamente, cada gleba, em lotes coloniais de diversas áreas, conforme as necessidades e os recursos dos pretendentes, que foram aparecendo.

[...]

Ao mesmo tempo que isso ia sendo feito, foram iniciadas a abertura de estradas de rodagem, a construção de poderosa serraria, dotada dos mais modernos aparelhamentos, quer quanto aos magníficos maquinismos existentes, quer sob o ponto de vista dos aperfeiçoados processos empregados, com os grandes recursos que a opulência florestal proporciona, assim como a construção de casas para colonos e operários, que ali passaram a encontrar as maiores facilidades e conforto compatível com a sua posição social.²⁴

¹⁹ Para um estudo mais aprofundado do impacto dos europeus sobre a vida selvagem mundial ver. PONTING, Clive. **Uma história verde do mundo**. Cap. 9. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

²⁰ CROSBY, op.cit. p. 153.

²¹ O envolvimento das empresas colonizadoras com a atividade madeireira foi bastante claro nas pesquisas que fizemos sobre o Oeste de Santa Catarina. NODARI, Eunice S.; CARVALHO, Miguel M. X. de. A atuação das empresas colonizadoras e o desmatamento do Oeste de Santa Catarina. I ENCONTRO REGIONAL DE PROFISSIONAIS DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA: “CONJUNTURA NACIONAL E PERSPECTIVAS”, 2004, São Miguel do Oeste – SC. **Anais...** São Miguel do Oeste: UNO-ESC, 2004. p. 35-41. Warren Dean também confirma esse envolvimento em relação a atuação da famosa Companhia de Terras do Norte do Paraná. DEAN, op. cit. p. 255, 256.

²² LAVALLE, Aida Mansani. **A madeira na economia paranaense**. Curitiba, GRAFIPAR, 1981.p. 13

²³ REITZ, Raulino; KLEIN, Roberto M.; REIS, Ademir. **Madeiras do Brasil**. Florianópolis: Ed, Lunardelli, 1979. p.248.

²⁴ PROCESSOS DE TERRAS. Porto União. Interessado: Jamil Domit & Irmãos. Requerimento n. 1698. 1933. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Na “planta da situação do engenho ‘São Jorge’ de propriedade do sr. cel. Joaquim Domit”²⁵, elaborado em 1933, consta além do engenho ou serraria, treze construções (nem todas de tamanho igual) que podem ser as casas dos operários, uma igreja, uma escola, um escritório, uma garagem e uma gerência, além da residência do cel. Joaquim Domit, construída a partir de 1926. As casas e demais construções localizam-se bem próximas a serraria. No lado oposto corre um arroio. Saindo da serraria, duas linhas paralelas indicam os trilhos dos vagonetes (uma espécie de mini vagões para transporte em pequenas distâncias) em direção aos depósitos de madeiras, que ficavam a maior distância da serraria. Também é indicado um armazem e três outras construções não identificadas de frente a estrada geral de Valões a Pinheiros. Por último, para além do arroio existia uma fábrica de móveis e uma ferraria.

De acordo com a planta da serraria, de 1934, existia ali, contígua a ela, uma cepilhadeira, uma casa da máquina, uma fábrica de cabos, um moinho de cereais e uma caixa de água com capacidade para doze mil litros para casos de incêndio.

Existia ainda, próximo a serraria, uma barragem formando um grande lago, que não aparece nas plantas mencionadas, e sua função inicial era acionar os mecanismos da usina de força e luz, pois a serraria era movida a vapor.

Em 1935, através do anúncio no jornal *Folha do Povo*, de Valões, temos alguma idéia do funcionamento das indústrias de Joaquim Domit:

Indústrias reunidas J. Domit
Serraria S. Jorge: Moinho S. Jorge
Usina de força e luz
Stóks permanente de: - Madeiras serradas, Trigo e Centeio de superior qualidade.
Apparelhamento modernos e perfeitos
Serviço esmerado de moagem e beneficiamento de sementes de trigo e centeio
Grande capacidade productiva
Compra em qualquer escala, sementes de trigo e centeio
Valões – Porto União²⁶

Por essa época, a quantia estimada dos gastos com todas as benfeitorias construídas “...excede, de muito, a mil e duzentos contos de réis...”²⁷.

Quanto a serraria, era avaliada, de acordo com a apólice de seguro, em trezentos e seis contos de réis (306:000\$000). O barracão principal media 36 X 16 ms e era acionado por um locomóvel (o motor) “Wolf” de 115 HP, avaliado em oitenta contos de réis (80:000\$000). Dentro da serraria, funcionavam 3 quadros serradores “Tissot”, 1 serra “Pery”, 2 serras circulares grandes, 3 serras circulares pequenas, 2 destopadeiras, 4 vagonetes, 1 torno para cabos de vassouras e 2 máquinas de afiar.²⁸

Essa descrição tecnológica da indústria é importante para termos em mente a quantidade crescente de madeira com que as serrarias estavam trabalhando. Nilson Thomé, em *Ciclo da Madeira*, apresenta algumas informações sobre o significado das mudanças técnicas:

Quando as pequenas serrarias adaptaram-se à serragem com quadros franceses da marca “Tissot”, houve aumento médio de 30% na produção, passando a média diária de pinheiros serrados com os mesmos locomóveis de sete para dez. Na virada dos anos 20/30, vendo que as serrarias apresentavam baixa produção ante os colossais pinhais, muitos madeireiros substituíram então as velhas

²⁵ PROCESSOS DE TERRAS. Porto União. Interessado: Jamil Domit & Irmãos. Planta da situação do engenho “São Jorge”, de propriedade do sr. cel. Joaquim Domit, situado no lugar: quilometro 4, distrito de Valões, município de Porto União. Valões, 12 de novembro de 1933. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina

²⁶ INDÚSTRIAS reunidas J. Domit. *Folha do Povo*, Valões. 25 out 1935. n.3.p.4.

²⁷ PROCESSOS DE TERRAS. Porto União. Interessado: Jamil Domit & Irmãos. Requerimento n. 1698. 1933. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

²⁸ SUL AMERICA TERRESTRES, MARITIMOS E ACCIDENTES. Seguro contra fogo. Apolice n.128407. Itajahy, 1 de março de 1934. Acervo: Roberto Domit de Oliveira.

serras “de centro” e “Tissot” pelas modernas fitas (já usadas pela Lumber desde 1913); para isso, tiveram que substituir os locomóveis por novos, de maior potência, de 60, 80 e até de 200 HP, o que representou maior produtividade por unidade.²⁹

Outro fator importante também lembrado por Thomé é a chegada dos primeiros caminhões a gasolina na década de 1930, que melhoraram as condições de transporte das toras em relação aos antigos carroções puxados por mulas ou bois. O primeiro caminhão de Joaquim Domit foi adquirido em meados da década de 1920.³⁰ Apesar disso, os carros de boi não devem ter sido completamente abandonados por um bom tempo. Em todo o município de Porto União, em seus 2588 km², em 1943 ainda existiam, de acordo com o Departamento Estadual de Estatística, 26 carros de boi, mas apenas 42 “autocaminhões”.³¹ Considerando que nesse ano em Porto União existiam, segundo Hermínio Milis, 34 serrarias, 4 fábricas de pasta mecânica e ainda outras indústrias que poderiam utilizar caminhões, podemos avaliar o uso ainda limitado que se fazia deles.³²

Além da exportação de madeira serrada, o engenho também comercializou a madeira em tora. Em 1925, no início da extração madeireira pelo engenho portanto, a Companhia Florestas e Madeiras Brasileiras S.A., de Curitiba, contratou com os Domit o fornecimento de toras de pinho para fósforos. O contrato estabelecia o prazo de um ano para “Domit & Irmãos” fornecerem dez mil metros cúbicos em toras entre 27 e 30 centímetros de diâmetro – árvores jovens portanto – além da quantidade mínima de 800 metros cúbicos mensais. Como pagamento e ressalvas a companhia estabelecia:

4º) - A nossa Cia. pagará sessenta e cinco mil reis (Rs.65\$000) por metro cubico de toras, sobre vagão, livre de despacho, na estação de Vallões.

[...]

7º) Ficam resalvados os casos de força maior, a saber: revolução, epidemias, chuvas prolongadas por dez (10) dias e accidentes na Estrada de Ferro impedindo o trafego.³³

Essas ressalvas eram importantes, uma vez que a região havia recentemente sido palco do conflito do Contestado (1912-1916), e também que as chuvas prolongadas eram uma ameaça real, como ocorreu em outubro de 1929 e outubro de 1935:

Ha dois mezes que chove torrencialmente nesta região, causando os mais serios prejuizos á lavou-
ra e aos madeireiros, que estão impossibilitados de trabalhar com as suas serrarias por falta de
toras. No corrente mez raros têm sido os dias de sol.³⁴

Apesar dos negócios se desenvolverem aparentemente bem no início, o empreendimento passou por uma crise severa no final da década de 20 e início dos anos 30, ligada a crise econômica geral do setor madeireiro, que por sua vez parece estar ligado as problemas econômicos nacionais e internacionais desse período. Nadim Domit e sua mulher colocam claramente os dois momentos distintos por que passou a fazenda:

[...]chegaram os concessionarios ao segundo semestre de 1927, [...] estavam já medidas, demarcadas e occupados, com estradas provisórias perfeitamente transitaveis, cento e trinta e quatro lotes coloniaes, dos quaes quarenta e seis com escripturas de compromisso de compra e venda assignadas e a primeira prestação dos respectivos preços paga. Eram, no minimo, seiscentos e setenta

²⁹ THOMÉ, op. cit. p.78.

³⁰ AULAS práticas de história . **A Notícia**, Joinville, 4 out 1991 regional. Anregional. Acervo: Roberto Domit de Oliveira.

³¹ MILIS, op. cit. p. 46.

³² Ibid.

³³ COMPANHIA FLORESTAS E MADEIRAS BRAZILEIRAS S.A. Contrato de venda de madeiras entre a Cia. Florestas e Madeiras Brasileiras e Domit & Irmãos. Curityba, 2 de Julho de 1925. Acervo: Roberto Domit de Oliveira.

³⁴ CHUVAS. **A Imprensa**, Porto União. 27 out 1929. Ano X. n.371. p.1.

habitantes, entre nacionais e estrangeiros, localizados nos quatro núcleos formados. A propaganda estava feita, e, de então em diante, com o custoso aparelhamento existente, tudo marcharia com maior facilidade.³⁵

Seguindo o texto, Nadim Domit fala sobre a natureza da crise e o momento da completa paralisação dos negócios:

Infelizmente, porém, assim não sucedeu, porque, manifestando-se, para logo, a crise econômica e financeira, que se veio agravando dia a dia, no Estado, a princípio, determinada pela tremenda crise de transportes, que tão graves embaraços trouxe à expansão econômica estadual, e, depois, originada pela baixa alarmante dos preços de nossos principais productos nos mercados consumidores, ficou desastrosamente paralisado o movimento de pagamento e venda de lotes coloniais, a despeito da facilidade de comunicação, magnífica situação e excellencia das respectivas terras. É que a população daquela zona, sem poder extrair, nem vender, com pequena vantagem ao menos, herva matte, madeira e combustíveis, cujos preços e procura, depois de atingirem a vertiginosa altura, com grande febre de negócios, nos annos anteriores, o que constitue, segundo os melhores especialistas na materia, prenuncio seguro de tremendas crises, que se aproximam, dentro em pouco se encontrou na impossibilidade, não só de solver os compromissos assumidos, como de contrahir novos. E essa situação se foi agravando dia a dia, *maximé* depois de Outubro de 1930, até culminar na terrível derrocada econômica e financeira, a que chegamos, com paralysação completa dos negócios, suspensão de toda a actividade industrial e commercial, empobrecimento desesperador das populações, quasi reduzidas á fome e á miséria, com retrahimento formidavel de bancos e aniquilamento da fortuna particular, parecendo, o que se observa, de norte a sul do paiz, sob esses pontos de vista, o silencio apavorante de uma solidão devastada.³⁶

Pelos dados de exportação de madeira no Paraná, apresentados em *A madeira na economia paranaense*, de Aida Laval, podemos avaliar a ligação dessa crise com a situação mais ampla da economia madeireira do Sul do Brasil. De 1927 a 1934, a quantidade de madeira exportada no Paraná em m³ é baixa em relação ao período de 1915 a 1926. No que tange ao valor em contos de réis, o período de 1927-34 é baixo em relação ao de 1915-26, excetuando-se os anos de 1915-17, e isso sem levar em consideração a inflação que deve ter existido em todo esse período.³⁷

Um fator contribuinte para o agravamento da crise era o mencionado problema de transporte para as mercadorias comercializadas. Segundo Nilson Thomé, a Companhia Lumber, com suas serrarias na região, controlava a disponibilidade de vagões para proteger os interesses comerciais da empresa, causando deficiências no escoamento da madeira.³⁸ Em artigo de 1923, no jornal *O Município* (Valões), de Joaquim Domit, também se expõe o problema da insuficiência de vagões oferecidos pela Brazil Railway Company e da situação precária da estação de Valões para atender os interesses comerciais dos madeireiros.³⁹

Como resultado de toda essa situação difícil, os Domit não puderam cumprir o contrato com o governo do Estado, assinado em 1923, de colonizar todos os 6.000 hectares em dez anos. De acordo com o diretor da Diretoria de Terras e Colonização, José N. Born, até 1932 teriam sido colonizados 4.900 hectares, restando ainda 1.100 por colonizar. Quanto a madeira, toda ela teria sido extraída.

Como já tive ocasião de afirmar a S. Excia. O Sr. Cel. Interventor Federal, os lotes de terras boas já foram vendidos e toda a madeira já explorada. Basta vêr-se o movimento da firma com relação á

³⁵ PROCESSOS DE TERRAS. Porto União. Interessado: Jamil Domit & Irmãos. Requerimento n. 1698. 1933. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

³⁶ Idem.

³⁷ LAVALLE, op. cit. p.38-41.

³⁸ THOMÉ, op.cit. p. 120.

³⁹ DE uns e de outros... *O Município*, Vallões. 01 jul 1923. n.3 p.1.

exportação da madeira, para se constatar que estas já não devem mais existir. Grande numero de famílias vivem da serraria, e o Estado terá toda a vantagem em manter a vitalidade da colonia.⁴⁰

Em 1933, Nadim Domit requer ao governo do Estado a prorrogação em oito anos para completar a colonização da fazenda.⁴¹ Apesar da prorrogação ter sido deferida, a dívida com o Estado do Rio Grande do Sul, adquirente do acervo do extinto Banco Pelotense, evoluiu para trezentos e vinte contos de réis (320:000\$000) nessa época. Por fim, o pagamento da dívida se deu em 1937, quando a quantia já se elevava a 331:639\$850.

Em pagamento das citadas dividas acima confessadas e reconhecidas, os outorgantes dão ao Estado do Rio Grande do Sul, em dação de pagamento, os bens e direitos adiante enumerados, [...] 1.000 (um mil) alqueires de 24.200 ms² (vinte e quatro mil e duzentos metros quadrados), cada um, de terras de cultura e matos, parte da área de 6.000 hectares, situada nos logares “Serra do Acampamento” e “Serra da Casimira”, do distrito de Valões[...]; um engenho de serra, em perfeito estado de funcionamento, composto de uma maquina a vapor, marca “Wolf” de 90-105-120 cavalos de força, com duas polías grandes, iguais aos seus volantes; um quadro “Tissot” completo, [...] ⁴²

Depois desse pagamento, não temos documentação para fazer mais considerações sobre as atividades da fazenda do Cel. Joaquim Domit. Segundo outro artigo mais recente publicado no jornal *A Notícia*, de Joinville, e que complementa muito pouco em relação ao que já foi mencionado aqui, as atividades da serraria só foram paralisadas na década de 1950.⁴³ Atualmente, de todas as construções enumeradas anteriormente, a igreja, casas, serraria, moinho, etc., só resta o casarão de Joaquim Domit, destoando na paisagem, ao redor de algumas construções recentes. Por dentro, os móveis e demais objetos da casa, além de uma considerável documentação escrita, foram muito bem conservados pela esposa do coronel Sofia e pelo neto Roberto Domit de Oliveira, constituindo-se numa espécie de museu (ainda não oficialmente tratado assim) muito representativo da história da região.

Essa pesquisa está em andamento e, embora a documentação que temos à disposição até agora não preencha muitas lacunas e dúvidas, acreditamos que pudemos apresentar um estudo com detalhes da imbricação entre o empreendimento colonizador e a exploração madeireira e desmatamento na fazenda do Cel. Joaquim Domit. E também que foi possível compreender melhor, através desse “estudo de caso”, o rápido processo de devastação da Floresta de Araucária em poucas décadas do século XX, levando esse ecossistema a valores entre 2 e 4% da área original.⁴⁴ Isso sem falar da quase completa extinção das matas primárias e desaparecimento de inúmeras espécies animais e vegetais de muitas regiões. Diante desse quadro, Warren Dean afirmou:

Entre os brasileiros que estudaram a história da Mata Atlântica e contemplaram a presença de seus arvoredos remanescentes, a Floresta Amazônica provoca especial alarme e presságio. O último serviço que a Mata Atlântica pode prestar, de modo trágico e desesperado, é demonstrar todas as terríveis consequências da destruição de seu imenso vizinho do oeste.⁴⁵

⁴⁰ PROCESSOS DE TERRAS. Porto União. Interessado: Jamil Domit & Irmãos. Secretaria da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura. Diretoria de Terras e Colonização. José N. Born (diretor). Florianópolis, 17 de maio de 1934. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

⁴¹ PROCESSOS DE TERRAS. Porto União. Interessado: Jamil Domit & Irmãos. Requerimento n. 1698. 1933. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

⁴² PROCESSOS DE TERRAS. Porto União. Interessado: Jamil Domit & Irmãos. Escritura pública de dação em pagamento e cessão de direitos que entre si fazem, Nadim Domit e sua mulher D. Josina Mendes Domit, ao Estado do Rio Grande do Sul. 11 de outubro de 1937. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

⁴³ *A Notícia*, Joinville. 28 set 1986. p. 38. Especial. Acervo: Roberto Domit de Oliveira.

⁴⁴ GUERRA, Miguel P. et. al. “Exploração, manejo e conservação da araucária (araucaria angustifolia). In: SIMÕES, Luciana L., LINO, Clayton F. (Org.) **Sustentável Mata Atlântica: a exploração de seus recursos florestais**. São Paulo: Ed. SENAC, 2002. p. 87.

⁴⁵ DEAN, op. cit. p. 380.

Referências

- CORREIA, Manoel F. Ferreira. **A colonização no Paraná**. Relatório referente ao anno de 1910 apresentado pelo Inspector do Serviço de Povoamento no Estado do Paraná, Engenheiro Manoel F. Ferreira Correia ao sr. director geral Dr. Joaquim Francisco Gonçalves Junior. Curityba: Typographia d'A Republica, 1911.
- CROSBY, Alfred. **Imperialismo Ecológico: a expansão biológica da Europa: 900-1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- GUERRA, Miguel P. et. al. "Exploração, manejo e conservação da araucária (araucaria angustifolia). In: SIMÕES, Luciana L., LINO, Clayton F. (Org.) **Sustentável Mata Atlântica: a exploração de seus recursos florestais**. São Paulo: Ed. SENAC, 2002.
- LAVALLE, Aida Mansani. **A madeira na economia paranaense**. Curitiba, GRAFIPAR, 1981.
- MARCON, Telmo. Espaço e cultura: os caboclos e a constituição da região. In: **Memória, história e cultura**. Chapecó: Argos, 2003.
- MILIS, Herminio. José Fagundes e Joaquim O. Ribas (organizadores). **Monografia de Porto União**. Palmas-PR: Kaygangue, 2002. Coleção Vale do Iguaçu.
- NODARI, Eunice S.; CARVALHO, Miguel M. X. de. A atuação das empresas colonizadoras e o desmatamento do Oeste de Santa Catarina. I ENCONTRO REGIONAL DE PROFISSIONAIS DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA: "CONJUNTURA NACIONAL E PERSPECTIVAS", 2004, São Miguel do Oeste – SC. **Anais...** São Miguel do Oeste: UNOESC, 2004. p. 35-41.
- PEREIRA, Walmir da Silva. **A ferrovia São Paulo-Rio Grande e os índios Xokleng - relações interétnicas e modernidade no Brasil meridional**. 1995. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – UFSC, Florianópolis .
- PONTING, Clive. **Uma história verde do mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- REITZ, Raulino; KLEIN, Roberto M.; REIS, Ademir. **Madeiras do Brasil**. Florianópolis: Ed, Lunardelli, 1979.
- SANTOS, Sérgio Ferreira dos. **Arqueologia no vale do rio Vermelho**. 2000. 142p. Monografia (Especialização em História do Brasil) – Curso de Pós-Graduação em História do Brasil da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória-PR.
- SILVA, José Júlio Cleto da. **Apontamentos históricos de União da Vitória (1768-1933)**. Separata do boletim n.30 do Instituto Histórico e Geográfico e Etnográfico Paranaense. Curitiba: UFPR, 1933.
- THOMÉ, Nilson. **Ciclo da Madeira: história da devastação da Floresta da Araucária e do desenvolvimento da indústria madeireira em Caçador e na região do contestado no século XX**. Caçador: Imprensa Universal, 1995.

TEUTO-BRASIGUAIOS DO ORIENTE PARAGUAIO ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE AS CONDICIONANTES HISTÓRICAS DA FORMAÇÃO DE UMA FRONTEIRA DE CARÁTER BINACIONAL

Henrique M. Silva¹



A expansão e colonização da fronteira oriental paraguaia por imigrantes teuto-brasileiros e seus descendentes, ocorrida a partir dos anos 1960, deve ser compreendida no âmbito das variáveis micro-macro que decorreram das mudanças sócio-econômicas e políticas nos países do cone Sul naquele período.

Em termos da geopolítica brasileira, a atenção devida e a necessidade premente de re-inserção no mundo hispânico, como modo de consolidar o seu papel hegemônico na região, condicionaram a construção de uma política externa mais ativa que viesse a romper com a letargia predominante no longo período entre os anos 1880 e início dos anos 1940. Essa nova orientação em relação ao mundo hispânico, e em particular ao cone

Fonte adaptada (Wilson Silva, Mapas, 1984).
Sul, foi posta em prática a partir do estreitamento das relações bilaterais com o pequeno e estratégico país mediterrâneo, o Paraguai. Para além do simbolismo histórico contido nessa articulação, houve evidentemente todo um cálculo acerca do potencial econômico e geopolítico envolvido nessa opção, cuja formulação, embora antecederse os governos militares, foi por eles amplamente implementada.

Do lado paraguaio, entretanto, esse processo somente foi possível devido à ascensão de Stroessner ao poder, o qual percebeu com astúcia que os desdobramentos econômicos e políticos dessa aproximação capitalizariam sua própria manutenção no poder, visto o conturbado e instável cenário político-institucional paraguaio que antecedeu seu governo e que insistia em permanecer.

Com sua habilidade de estrategista, ao mesmo tempo em que negociava com as facções rivais no interior do seu Partido Colorado e com outros militares, clérigos e demais partidos oposicionistas, buscava dividir seus oponentes. Segundo Paul Lewis (1982), em seu já clássico estudo sobre a era Stroessner, a consolidação de um partido monolítico serviu como um contrapeso aos militares, grupo de maior poder dentro do Estado paraguaio, e que por Stroessner foi cultivado com muito cuidado, através da distribuição de prebendas e cargos altamente lucrativos. Além, é claro, do enorme esforço de propaganda no sentido de tornar mais popular o regime e manipuláveis as massas. Para esse mesmo autor, a habilidade e o sucesso de Stroessner resi-

¹ Universidade Estadual de Maringá, Depto. Fundamentos da Educação, Doutorando PPGH – UFSC.

dem não apenas na longevidade do seu regime, mas em ter logrado manter-se no poder num país que desde a morte de Solano Lopez até 1954 tivera 44 presidentes.

No plano externo, Stroessner buscou alçar maior independência ante a histórica influência e até certo ponto domínio argentino, sobretudo no âmbito comercial. Desse modo, sua guinada para o leste (oriente) se converteria justamente numa forma de assegurar uma via alternativa de comércio externo, através dos portos brasileiros e com o seu importante mercado, o que veio efetivamente a ocorrer com a inauguração da ponte da Amizade, em 27 de março de 1965, sob o governo militar de Castelo Branco.

No entanto, foi com o asfaltamento da rodovia Assunção – Porto Stroessner (atualmente Ciudad del Leste) e com a construção da megabarragem de Itaipu e da conseqüente infraestrutura montada, que tal mudança paradigmática das relações internacionais do país se alterou radicalmente, convertendo-se no divisor de águas da modernização do Estado paraguaio.

Todavia, as carências infraestruturais e de recursos eram imensas, impossibilitando atender às demandas internas, e com isso as questões sociais se convertiam num crescente problema que a mera repressão não poderia conter. A solução seria o aproveitamento das grandes áreas de terras férteis e de baixíssima densidade demográfica existentes na região oriental e a possibilidade de sua ocupação. Essas áreas se converteriam num modo efetivo de minimizar as pressões fundiárias e sociais na região central do país e também num meio de modernização da agricultura, através da introdução de modernas tecnologias pelos agricultores e colonos brasileiros, vindos sobretudo dos estados do Sul e do Sudeste.

Essa corrente migratória originária das regiões meridionais do Brasil era, por sua vez, produto do intenso processo de modernização e de mudanças estruturais do padrão fundiário que estava em curso desde os anos 1950. Por um lado, a farmerização da agricultura comercial, que requeria cada vez mais áreas férteis, ia envolvendo paulatinamente as terras das antigas colonizações de povoamento de origem européia. Por outro, a pressão demográfica nessas colônias se tornou um gargalo que inviabilizava os minifúndios e as bases de sua exploração familiar. Além disso, com a modernização, a necessidade de *inputs* externos, como créditos e insumos, expunha essas pequenas empresas às vulnerabilidades do mercado (Kohlhepp, 1984), (Fleischfresser, 1988), (Jensen, 1991).

Como resultado, expressivos contingentes de pequenos agricultores e colonos sulistas se puseram em marcha em busca de melhores oportunidades e meios de vida nas fronteiras que se abriam e que de fato oferecessem condições favoráveis a seu estabelecimento (Pébayle, 1994).

Destarte, no final dos anos 1960, os territórios paraguaios da bacia do Paraná foram trajetória do grande fluxo migratório de milhares de rurícolas brasileiros, fluxo esse denominado “marcha para o oeste”. Tal processo ocorrera na mesma época em que o governo paraguaio orientava sua marcha em sentido contrário, “marcha para el este”, sob os auspícios do Instituto de Bienestar Rural, visando colonizar as potencialmente ricas, porém praticamente desabitadas, terras do oriente.

Os dados demográficos existentes sobre o fluxo de brasileiros até o início dos anos 1980, envolvendo aquelas correntes migratórias, são de certo modo controversos e até certo ponto estimativos. Autores como Fogel (1982), Nickson (1981), baseados em dados do censo paraguaio de 1982, fazem cálculos próximos a 300.000 pessoas; já Miranda (1982), a partir dos dados da FETAEP (Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Estado do Paraná), e Pébayle (1994) estabelecem um número aproximado de 400.000. Outros, como Kohlhepp (1984), Nagel (1991), apontam cifras próximas de 320.000, porém circunscritos a três departamentos da região oriental: Alto Paraná, Canindeyú e Amambay. Desse total, $\frac{1}{4}$ da população estimada constitui-se de teuto-brasileiros, convertendo-se, nos termos de James Eston Hay, numa vanguarda modernizadora da agricultura do Paraguai.

A explicação para esse fenômeno deve ser entendida levando-se em conta as características e a trajetória histórica específicas desse grupo étnico no interior do processo de modernização e de expansão da agricultura brasileira, processo esse que envolveu a própria incorporação direta e indireta da fronteira agrícola paraguaia. Segundo Herken e Delich,

At the vanguard of that movement was a population of about seventy thousand Brazilians of German origin (Euro-Brazilians) who were generally very successful as small farmers in the region because of their advantages over the Paraguayan and Brazilian peasants in terms of capital holdings, familiarity with mechanized agriculture and, hence, preferential access to credit and modern marketing systems (apud. Hay, 1982: 2-3).

Esse movimento, particularmente significativo em termos populacionais, não tem paralelo na história paraguaia, país que nunca fora trajetória das grandes migrações do século XIX nem tampouco das do século XX, e que se caracterizava pela pequena diversidade cultural até aquele período. Apesar de aquele país hospedar migrantes de diversas partes do mundo, tais pessoas foram geralmente absorvidas dentro da cultura dominante, que se caracterizava mais pelo seu intenso senso de nacionalismo do que por sua pretensa homogeneidade. Para James Eston Hay, essa característica se fundamenta numa espécie de gênese evolutiva:

The small Guaraní speaking population consolidated as a true nationality through a shared cultural heritage and the commonly shared history of tragic warfare and struggle to remain independent from its giant neighbors, Argentina and Brazil. Indeed, the country's remarkable history has been an epic in its struggle to maintain its integrity as a state (Hay, 1982, 1).

Tal característica se converteria, diante do novo fenômeno migratório, num potencial ponto de conflitos entre os diferentes grupos sociais estabelecidos na região, sobretudo em se considerando o rápido e prematuro processo de diferenciação sócio-econômica ocorrida entre esses agricultores. Tal diferenciação, como mencionam Herken e Delich, deu-se em razão dos condicionamentos adaptativos e principalmente pelos antecedentes dos grupos envolvidos.

Outro aspecto a ser observado, e que também decorreu desse processo, foi, sem dúvida, a intensa mudança da paisagem, sobretudo em termos ambientais. Como outras expansões para regiões de fronteira congêneres, esta se caracterizou pela rapidez e pela intensidade da devastação, a ponto de inviabilizar muitas propriedades e a própria sobrevivência de muitos colonos (Fogel, 1994; Souchaud, 2002), traço marcante, que também havia caracterizado a velha região agrícola do Paraguai central na década de 1960, o qual, em razão de uma equivocada política fundiária, calcada sobretudo em assentamentos precariamente estruturados, logrou tão-somente um acirramento da insustentável crise social.

A observação de Kleinpenning & Zoomers é elucidativa do modo como o processo ocorreu:

La mayoría de la selva subtropical ha sido – o será quemada después de la extracción de unas cuantas especies de valor comercial. Esto implica una destrucción, en gran parte innecesaria, de valiosos recursos naturales. Dado que el proceso de explotación forestal y de colonización no ha llegado todavía a su fin, y que no se practica tipo alguno de reforestación, la selva subtropical del Paraguay Oriental está disminuyendo tan rápidamente que en dos décadas habrá desaparecido por completo. El desmonte de la tierra ha causado también erosión y, puesto que muchos colonos pobres no toman – o no pueden tomar medidas apropiadas para conservar la fertilidad del suelo, tiene lugar un proceso de degradación del mismo (Kleinpenning & Zoomers, 1990: 116).

Devido ao fato de a região central paraguaia se converter em zona de expulsão, parte considerável do excedente populacional que não migrou para a área metropolitana de Assunção e seu entorno buscou uma alternativa nos Departamentos Orientais, atraídos pelas possibilidades de colonização. Tal foi a fórmula encontrada pelo governo Stroessner para aliviar as tensões agrárias na zona central, transferindo os conflitos para a região fronteira, através de uma política implementada pelo IBR. Num intervalo de duas décadas, produziu-se um incremento populacional impressionante, segundo dados da Dirección General de Estadística y Censos, passando de 333.000 em 1962, isto é, 18% da população nacional para 890.000 em 1982, ou seja, 29,45 do total nacional (Kleinpenning & Zoomers, 1990), (Rivarola, 1988).

Esses dados chamam a atenção pelo fato de que, no início da década de 1960, 61% da população do país espremia-se em apenas 7% do território nacional, concentrando-se num entorno de pouco mais de 140 km da capital. Nesse mesmo período, 50% do total dos minifúndios tinham acesso apenas a 2,6 hectares de terras em média, com baixíssima produtividade, e convivi- am com uma concentração fundiária sem paralelo: em 1981, apenas 1% do total das fazendas no país ainda monopolizava 78,5% do total das terras agricultáveis (Kleinpenning & Zoomers, 1990).

Mas, para a região oriental, não foram apenas os campesinos paraguaios que se sentiram atraídos pela disponibilidade de terras, tão alardeada pelo governo. Muitos dos grandes proprie- tários de terras, funcionários de alto escalão e das mais elevadas patentes militares, viram no acesso facilitado às terras fiscais um verdadeiro Eldorado, para ganhos especulativos e mesmo para atividades econômicas, devido ao baixo custo da mão-de-obra, que se tornava mais abun- dante. O rápido incremento da produção agrícola nas áreas de colonização foi potencializado pelo fato de os colonos estrangeiros (particularmente os teuto-brasileiros) e empresas agrícolas especializadas em exploração agropecuária de larga escala terem se estabelecido na região pio- neira (Rivarola, 1981; Hay, 1982; Pébayle, 1994; Souchaud, 2002).

Em razão do caráter aberto do *front* pioneiro oriental e do franco apoio governamental, essa região se converteu rapidamente num extenso domínio privado, dominado por companhias e colonos brasileiros.

Contrariamente, os campesinos paraguaios, que deixaram a região central e que não dis- punham de meios suficientes para adquirir seus lotes de modo provisório ou definitivo, mesmo que amparados pelo IBR, não possuíam condições efetivas para estabelecer-se e explorar de modo comercial as terras disponíveis (Wilson; Hay; Margolis, 1989).

Destarte, poucas opções realmente restavam para os campesinos paraguaios que se esta- beleceram na região. Muitos acabaram expulsos de suas posses, engrossando o grande contin- gente de mão-de-obra barata utilizada na abertura das fazendas e na exploração da madeira. Entre aqueles que se mantiveram em seus minifúndios, restou-lhes uma agricultura tradicional de insuficiente produtividade e baixos preços de mercado, o que lhes impunha, por vezes, a venda daquela parcela e a busca de novas fronteiras.

De fato, poucos relatos dão conta de estratégias adaptativas bem-sucedidas entre os pe- quenos agricultores, sobretudo paraguaios, no entanto, alguns reagiram à economia comercial de modo criativo e não-convencional. Às vezes essas respostas se deram adequando-se a produção de commodities, principalmente a soja, ou, noutros casos, organizando-se em associações de pequenos produtores, a exemplo da ASAGRAPA (Nagel, 1991).

O processo de ocupação e colonização

A colonização da fronteira oriental não se fez de modo uniforme, mas através de fluxos espe- cíficos, envolvendo diferentes *atores sociais*. Adotamos essa nomenclatura por ela conter em si certa especificidade de papéis, que de certo modo se tornaram convencionais nesses processos de expan- são de fronteira. A partir de 1959, até por volta 1967, o governo paraguaio permitiu o ingresso massi- vo de desbravadores brasileiros, que, por seu tempo, se constituíam na ponta de lança da frente de expansão pioneira da cafeicultura do Sudeste brasileiro em terras paraguaias. Lunardelli foi sem dúvida o maior cafeicultor privado a se estabelecer na região e conseqüentemente o que mais se valeu do trabalho barato desses lavradores, em sua maioria originários dos estados nordestinos.

No entanto, o insucesso dessa empreitada em terras meridionais não inviabilizou o fluxo contínuo desses trabalhadores, que passaram de certo modo a concorrer com a entrada dos colo- nos de ascendência alemã. Estes traziam melhores condições e recursos, pois dispunham de um pequeno capital formado com a venda de suas antigas propriedades, além de possuírem maior familiaridade com as modernas técnicas de produção agrícola, sobretudo aquelas de caráter co- mercial. Diante da nova realidade, os desbravadores nordestinos foram paulatinamente empur- rados para as áreas florestais, estabelecendo-se em terras públicas, sem qualquer título de pro- priedade e sem a menor preocupação em legalizar sua ocupação. Na condição de posseiros, esses

imigrantes passaram a praticar uma policultura de subsistência nas vizinhanças dos pequenos agricultores guaranis. Por vezes eles também se encontraram na condição de meeiros, trabalhando na abertura e nas primeiras lavouras comerciais dos colonos teuto-brasileiros (Hay, 1982), (Pébayle, 1994), (Souchaud, 2002).

De modo geral, as dificuldades e a carência de serviços penalizavam igualmente a todos os migrantes, independentemente da sua origem social e étnica; no entanto, aqueles que dispunham de algum recurso tiveram melhores chances de superação dessas agruras iniciais. A possibilidade de quitação dos lotes e a obtenção de sua titularidade, mesmo que provisória, sem dúvida se converteram numa imensa vantagem adaptativa, pois isso asseguraria, dentre outras coisas, o acesso a linhas de financiamentos e créditos bancários, do mesmo modo que assegurava a sobrevivência das famílias até o ganho obtido com as primeiras colheitas.

Dessa forma, o interesse manifesto pelos agentes governamentais e pelas próprias colonizadoras privadas, brasileiras e paraguaias, recaiu sobre esse tipo de colono, visto também como sendo diligente e profícuo. A observação do geógrafo Raymond Pébayle, que estudou a região, é bastante elucidativa dessa percepção, que se tornou freqüente à época e que, de certo modo, refletia os preconceitos sociais em relação aos agricultores pobres, tanto paraguaios quanto brasileiros, coincidentemente de ascendência indígena e nordestina. Segundo esse autor,

Du côté paraguayen, nombre de grands propriétaire sympathisants du régime du Général Stroessner cherchaient à vendre des lots de terre à des Brésiliens capables de payer comptant les prix qu'ils demandaient pour un foncier peu valorisé. Très vite on s'aperçut que les descendants des colons allemands du sud du Brésil constituaient une clientèle idéale: sérieux, travailleurs et nullement révoltés par des pratiques commerciales parfois douteuses qu'ils connaissaient déjà, ces agriculteurs ont afflué au Paraguay. Ces faisant, ils adoptaient une attitude parfaitement conforme à la tradition pionnière forgée par leurs ancêtres dans la grande forêt de l'État du Rio Grande do Sul ou dans les terres boisées des vallées des États du Santa Catarina et du Paraná. Il n'en fallut pas plus pour que la politique officielle de colonization paraguayenne change radicalement en faveur de ces agriculteurs qui jouissaient par ailleurs d'une certaine sympathie de la part de la population locale d'origine germano-paraguayenne. (Pébayle, 1994: 76).

Alguns autores, como o próprio Pébaylo, Souchaud e em certa medida Eston Hay, são unânimes em reconhecer que a colonização do oriente paraguaio pelos teuto-brasileiros seria uma reprodução fiel do Brasil meridional não fosse a presença de uma comunidade paraguaia pobre naquela região, e que, segundo esses mesmos autores, não tardou a se revoltar ante a invasão desses brasileiros, que, além de não se integrarem à cultura nacional, visavam tão-somente um rápido enriquecimento.

No final dos anos 1970 e nos anos seguintes, essa indignação passou também a ser manifesta entre setores intelectuais e alguns círculos políticos paraguaios, sobretudo de oposição ao regime. Em 1984, o influente jornal *ABC Color* freqüentemente publicava reportagens de seus correspondentes na região enfocando a brasileirização da fronteira oriental, o que causava grande indignação entre seu público leitor.

Tal apreensão não era infundada, tampouco injustificável, principalmente levando-se em conta o modo como muitos dos brasileiros encaravam a nova condição, como sendo uma extensão natural do seu modo de vida anterior no Brasil. A grande audiência e o alcance dos meios de comunicação brasileiros, como jornais e telenovelas, muito contribuíam para essa percepção. Entre os descendentes alemães a endogamia e o estabelecimento de vínculos afetivos e comerciais etnicamente circunscritos contribuíam ainda mais para o acirramento dos conflitos, dificultando quaisquer mecanismos de integração.



Fonte: adaptado (Pébayle, 1994).

Talvez esse fenômeno não se devesse à mera postura segregacionista desses colonos, mas ao fato de que a migração dos teuto-brasileiros tenha sido orientada de modo comunitário, calçada na experiência histórica que seus antepassados vivenciaram em terras brasileiras. Isso acabou se convertendo numa vantagem adaptativa, mesmo levando-se em conta que nem todos os colonos haviam sido individualmente bem-sucedidos em sua empresa.

Tal assertiva é compartilhada por Eston Hay, segundo o qual

(...) the German-Brazilians do maintain such community cohesiveness, if not through direct family or community ties, through cultural solidarity. In other words, the German-Brazilians migrate not as individuals, but as a community, and their migration is very much directed by the community itself to the place - - the newest frontier - - which offers the greatest advantages for survival for the community (Hay, 1982: 97).

De fato, observando os relatos de alguns antigos moradores, tem-se uma visão abrangente dos problemas enfrentados nos primeiros tempos, a exemplo da altíssima incidência de mortalidade infantil, da ausência de assistência médica e hospitalar, além da precariedade ou inexistência de serviços públicos básicos, como água e esgoto, luz, escolas, sem contar o transtorno das estradas intrafegáveis durante as estações chuvosas, o que impunha àquelas populações um quase total isolamento. Nessas condições, o arranjo comunitário se converteu num modo efetivo e talvez único de prover os colonos dos serviços e do suporte necessário à sua sobrevivência e também num dos motivos pelos quais essa migração, apesar de tudo, foi melhor sucedida do que os demais grupos étnicos que se estabeleceram e colonizaram a região.

A soja e a farmerização da agricultura

A presença de um vasto platô basáltico, que proporcionou solos ricos e profundos na região da fronteira oriental paraguaia, foi um dos fatores que atraiu a atenção de especuladores e agricultores brasileiros em sua contínua busca por terrenos comprovadamente férteis. Em razão da existência dessas manchas é que as colonizadoras implementaram sua propaganda entre os rurícolas do Sul, do mesmo modo que delas se pautavam os critérios de divisão, extensão e venda dos lotes. Tal postura condicionou, de certo modo, a própria diferenciação dos estabelecimentos, marginalizando os agricultores que não dispunham de recursos suficientes para adquirirem as melhores terras, ou que só podiam adquirir terrenos pequenos, inapropriados para um uso comercial mais intensivo.

Tal situação predisps os pequenos agricultores (ditos mais fracos) que se encontravam nas adjacências da principal rodovia, ou cujos lotes localizavam-se nos terrenos acidentados ou constituídos de banhados, à prática da policultura, que acabou se convertendo numa forma de resistência ante o avanço da monocultura da soja. Porém essa resistência não seria muito duradoura entre aqueles situados às margens da rodovia, devido à perda daquilo que lhes seria essencial, isto é, a conexão direta com o seu mercado consumidor; já os localizados nos banhados e terrenos acidentados resistiriam devido à inviabilidade da exploração mecanizada daqueles terrenos. De modo geral, esse fenômeno acabou forçando muitos colonos à re-imigração (out-migration) para novas fronteiras que se abriam no Paraguai e nas regiões Norte e Centro Oeste do Brasil.

Noutros termos, as causas desse fenômeno estão no próprio caráter seletivo da moderna agricultura capitalista e também no comportamento cultural com relação à migração, que frequentemente reforçava a tendência no sentido da expulsão dos fazendeiros mal-sucedidos ou daqueles menos aptos à moderna agricultura de commodities (Hay, 1982; Souchaud, 2002). Para este último autor, “la progression du soja s’est davantage opérée par concentration foncière et expulsion de la polyculture traditionnelle que par déforestation” (Souchaud, 2002:164-165).

Quando esses agricultores menos afortunados podiam vender suas terras e buscar com o dinheiro acumulado alguma oportunidade numa nova fronteira, eles o faziam, ao invés de permanecer atrás ou à procura de trabalho assalariado na própria região. Do mesmo modo, os fazendeiros bem-sucedidos, quando percebiam a valorização de sua fazenda, colocavam-na à venda e

com o ganho obtido decuplicavam suas posses, adquirindo terras mais baratas em outros lugares (Hay, 1984), (Pébayle, 1994).

A disparada dos preços das terras se convertera num fator encorajador do fracionamento das fazendas, consolidando as terras dentro de grandes blocos, o que comprometia a viabilidade econômica dos pequenos fazendeiros, do mesmo modo que a monocultura mecanizada os expulsava desse negócio.

A baixa lucratividade por hectare plantado de soja, por exemplo, algo em torno de US\$ 32 por acre, ou por volta de US\$ 76 por hectare (Hay, 1982), se deve em grande medida aos insumos modernos exigidos por essa cultura, que é, *par excellence*, uma cultura mecanizada e que demanda elevados custos de investimentos. Exige condições topográficas adequadas à mecanização, total limpeza dos terrenos, níveis constantes de correção e adubação dos solos, atenção e cuidados permanentes em relação a pragas e ervas daninhas, devendo-se considerar ainda o custo da silagem. Por essas razões fundamentais, pequenos agricultores e fazendeiros, mesmo tendo algum acesso a linhas de financiamento, teriam no curto e médio prazo poucas chances de verem prosperar suas empresas.

A persistência de muitos colonos nesse negócio os colocou num permanente ciclo de endividamento, e a solução para essa calamitosa situação tem sido a venda de partes de suas terras a vizinhos menos incautos.

Papéis sociais e econômicos

Apesar de os mecanismos que permitiram o estabelecimento e a colonização dessa fronteira terem obedecido a critérios étnicos aparentemente rígidos, eles não se consubstanciaram em termos de estratificação social, embora certos papéis sociais tenham permanecido atrelados à condição de etnicidade, ou a extrações de determinados grupos. Noutras palavras, alguns grupos predominavam em certas áreas e algumas áreas eram funcionalmente vedadas a certos grupos. Os paraguaios residentes nos pequenos núcleos urbanos, por exemplo, são predominantemente lojistas ou ocupantes de cargos públicos ou de representação governamental. O aparato burocrático de Estado permanece inteiramente em mãos paraguaias. Ainda que muitos brasileiros e teuto-brasileiros tenham se naturalizado, o que os tornava elegíveis para tais funções, isso raramente ocorreu.

Prova dessa predominância é que, na localidade de Katueté, metade dos estabelecimentos comerciais concentravam-se em mãos paraguaias e estes perfaziam apenas $\frac{1}{4}$ daquela população, do mesmo modo que os negócios potencialmente mais lucrativos, como compra e venda de produtos agrícolas, permaneciam em suas mãos. Tal predominância nesses setores devia-se ao fato de essas atividades serem tradicionais nas localidades paraguaias e de seu funcionamento depender das boas relações estabelecidas com o poder público e seus agentes.

Em contrapartida, os paraguaios e sua elite eram de modo geral pouco representativos entre os empresários dos setores denominados de serviços industriais, como serrarias, madeireiras, serralherias, oficinas de máquinas e implementos agrícolas.

Em termos recreativos e de sociabilidade, a predominância variava conforme a concentração dos grupos nas diversas localidades, dadas essas diferenças, pouco espaço havia para integração, sendo os espaços de modo geral segregados. Mesmo quando as festividades eram abertas a toda a comunidade, a segmentação aparentemente se diluía, apesar da notória disposição das pessoas em tais espaços. Tal situação reforçava a tendência endogâmica entre os teuto-brasileiros, muito mais intensa do que entre brasileiros nativos e paraguaios.

No âmbito do trabalho e dos negócios, o mesmo ocorria, de modo mais acentuado, entre os teuto-brasileiros, havendo sempre, quando não exclusivamente, a preferência em se empregar ou estabelecer negócios entre pares. Embora, segundo Hay (1982), algumas escolhas ocupacionais fossem amplamente condicionadas pela tradição e cultura, outras possibilidades ocupacionais eram quase que totalmente social e economicamente determinadas, e tal predominância de certos grupos em diferentes áreas de atividade econômica eram um forte indício de ambas, segregação social e econômica.

Muito mais do que as igrejas, que de fato possuíam um forte vínculo cultural, as escolas acabaram se constituindo no espaço mais permeável à integração dos grupos, dada a predominância de professores hispânicos e do caráter público do ensino básico paraguaio. A pluralidade das experiências culturais e a possibilidade das trocas se converteram entre as crianças no verdadeiro substrato da nova cultura que se fomentava: um mosaico de línguas e costumes que se sobrepunham e se intercruzavam no dia-a-dia, língua dos negócios e dos afazeres, língua dos afetos e dos saberes que se transmitiam e até dos amores velados.

A política

O longo predomínio do monolítico Partido Colorado e de seu entrelaçamento com o poder se converteu num dos meios mais importantes, senão o mais efetivo de integração e participação na vida política paraguaia.

Tornar-se membro desse partido não era vedado aos brasileiros nativos e euro-descendentes, no entanto a possibilidade de ascensão para esses grupos aos cargos dirigentes e de maior relevância praticamente inexistia. Na prática, muitos dos colonos teuto-brasileiros manifestavam pouco interesse em relação à política. Mas, devido às vicissitudes da sociedade paraguaia, calcada numa estrutura social patrimonialista e clientelista, onde a corrupção se encontrava disseminada por todo o aparelho burocrático de Estado, não seria de modo algum conveniente estar em oposição a tais estruturas, principalmente considerando-se a situação potencialmente instável desses migrantes. Apesar desses impedimentos, os colonos também tinham claro que sua filiação lhes facultaria a possibilidade de dirimir problemas junto às autoridades e chefes políticos locais e até mesmo departamentais.

Apesar das tendências de mudança em curso nos últimos anos, que acenam para a redemocratização do Paraguai, e da emergência de uma expressiva elite econômica entre grandes proprietários e colonos teuto-brasileiros, a prevalência desse sistema político não propiciara grande margem à integração política dessas populações migrantes, e sim maior exclusão do processo político, que talvez se converta, nos termos de Hay (1982:119), em “one of the greatest factors militating against the possibility for social integration”.

Considerações finais

O suposto anacronismo dessa migração que se deu no sentido contrário ao padrão de fluxos migratórios internacionais, isto é, no sentido periferia-centro, só pode ser compreendido considerando a tradicional pulsão pioneira brasileira, que envolveu em sua dinâmica de expansão especulativa e ao mesmo tempo modernizadora as terras do oriente paraguaio. Talvez por equívoco conceitual esse processo incorporativo foi visto por alguns autores da época como uma espécie de subimperialismo, desconsiderando o enigmático fato de que, apesar da complexidade da economia e da sociedade brasileira, o país era subdesenvolvido, com enormes desigualdades sociais que tensionavam o contínuo movimento de populações pelo interior do país e por vezes pela imensa fronteira absolutamente permeável. Nesse sentido, o caráter binacional do oriente paraguaio não deve ser reduzido à mera absorção pelo Brasil ou a uma simples liquidação pelo Paraguai. Deve ser visto como produto de condições materiais precisas: crescimento demográfico, mudanças tecnológicas, restrições econômicas e disponibilidade de recursos. Isso certamente motivou a aliança das classes econômicas em ambos os lados da fronteira política (Wilson; Hay; Margolis, 1989). Resta, por fim, interrogar sobre o futuro dessas populações que por uma razão semântica denominamos teuto-brasiguaios.

Referências

- Fleischfresser, Vanessa. Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70. Curitiba: Livraria Chain, 1988.
- Fogel, Ramón. Globalización y deterioro socio-ambiental en Canindeyú. *Revista Paraguaya de Sociología*, Asunción, Año 31, n.89, enero-abril, 1994.
- Hay, Eston Hay. Conflict and convivencia: A German-Brazilian frontier town in Eastern Paraguay. M.A. thesis, University of Kansas, 1982.
- Jensen, Anders Christian. Soybean expansion and social changes. Experiences from rural communities in southern Brazil. In Banck, Geert A. & Kees den Boer. (eds.): *Sowing the Whirlwind. Soya expansion and social change in Southern Brazil*, Amsterdam, CEDLA Latin America Studies; 61, 1991, 113 – 135.
- Lewis, Paul H. *Paraguay under Stroessner*. University of North Carolina Press, 1980.
- Kleinpenning, J. M. G. & Zoomers, E. B. Degradación ambiental en America Latina: El caso de Paraguay. *Revista Paraguay de Sociología*, Asunción, Año 25, n. 72, mayo-agosto, 1988.
- _____. Elites, the Rural masses and land in Paraguay. A case of the subordination of the rural masses to the interests and power of the ruling class. *Revista Geográfica*, Mexico, n.111, 1990.
- _____. Colonización interna y desarrollo rural: el caso del Paraguay. *Revista Geografica*, México, n. 112, 1990.
- Kohlhepp, Gerd. Colonización y desarrollo dependiente en el oriente paraguayo. *Revista Geográfica*, México, n. 99, enero-junio, 1994.
- Menezes, Alfredo Da Mota. *A herança de Stoessner. Brasil – Paraguai, 1955 – 1980*, Campinas, Papirus, 1987.
- Menezes, Marilda Aparecida. *História de migrantes*. São Paulo, Edições Loyola, 1992.
- Miranda, Aníbal. *Desarrollo y pobreza en Paraguay*. Asunción, Comité de Iglesias, 1982.
- Nagel, Bervely Socioeconomic differentiation among small cultivators on Paraguay's Eastern Frontier. *Latin American Research Review*, 26 (2), 1991.
- Nickson, R. Andrew. Brazilian colonization of the Eastern Border Region of Paraguay. *Journal of Latin American Studies*, n. 13, may, 1981.
- Pébayle, Raymond. Les Brésilguayens, migrants brésiliens au Paraguay. *Revue Europeenne des Migrations Internationales*. Poitiers, vol. 10, n. 2, 1994.
- Rivarola, Domingo M. Modernización agrária y diferenciación campesina. *Revista Paraguay de Sociología*, Asunción, Año 18, n. 52, setiembre-diciembre, 1981.
- Souchaud, Sylvain. *Pionniers Brésiliens au Paraguay*. Paris, Éditions Karthala, 2002.
- Wagner, Carlos. *Brasiguaios homens sem patria*. Petrópolis, Vozes, 1990.
- Wilson, John; Hay, James Diego; Margolis, Maxine. The bi-national frontier of Eastern Paraguay. In Schumann, Debra A. & Partridge, William L. *The Human ecology of tropical land settlement in Latin America*. Boulder, Colorado, Westview Press, 1989.

CIVILIZAÇÃO E NATUREZA NO BRASIL DO SÉCULO XIX: OS MODELOS DE CARL P. VON MARTIUS E JOHANN J. STURZ

Tânia Regina Zimmermann*

A civilização, que transforma a superfície da terra,
também expulsa, extingue os seres mais fracos e
mesmo no final ameaçando a humanidade, arrasta
insaciável na sua voragem toda a natureza.¹

Carl P. von Martius e Johann Jacob Sturz² e tantos outros europeus que buscaram descobrir o Brasil, construíram, com seus olhares externos, imagens do país com fortes traços da cultura de origem. Por tais motivos, procuraremos tecer algumas considerações com relação ao contexto alemão nos séculos XVIII e XIX e o sentido dado ao conceito de civilização. Abordaremos também como foi feito seu uso na língua francesa e inglesa, pois nossos personagens transitavam pelo mundo intelectual europeu.

Segundo Norbert Elias³, civilização seria um conceito que se ligaria a diferentes fatores (Fakten): desenvolvimento das técnicas, costumes, desenvolvimento de conhecimentos científicos, idéias religiosas, visões de mundo e muitas coisas mais. Esses fatores traziam à tona a imagem que o Ocidente nutria de si mesmo. Primeiramente, expressava o sentimento de superioridade das chamadas classes superiores sobre as consideradas inferiores e depois passou das nações ocidentais como um todo sobre as demais regiões no mundo com vistas à legitimação da colonização. Essas sociedades procuravam caracterizar-se pelas suas especificidades e com aquilo que lhes conferia orgulho (Stolz). Essas especificidades, tais como atitudes, sentimentos e modos de conduta, eram tidas como “naturais”.

Ainda segundo este autor (Elias, 1997:90), civilização não significou o mesmo em diferentes nações. O uso desse conceito na Alemanha referia-se a algo útil, um valor de segunda importância que compreendia apenas a aparência externa dos indivíduos, ou seja a “superfície da existência humana”. Wilhelm von Humboldt definiu a civilização como “... a humanização dos povos nos seus usos e costumes externos...”⁴

Para os franceses e ingleses, o conceito de civilização podia referir-se aos fatos políticos, sociais, econômicos, religiosos e morais. Enfim, a civilização representava “o orgulho pela importância de suas nações para o progresso do ocidente e da humanidade”(Elias, 1997:90).

Na Alemanha, o termo civilização fora utilizado em segundo plano, dando lugar ao termo cultura

* Tânia Regina Zimmermann é mestre pela Universidade Federal de Santa Catarina e professora do curso de História da Universidade Paranaense, Campus de Cascavel, Paraná.

¹ SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Phillip von. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*. Trad. Lúcia F. Lahmeyer. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1938, p. 26. (3 volumes e atlas) (*Die Civilisation, welche die Oberfläche des Erdbodens umformt, sie vertreibt zugleich, sie verändert, vernichtet die schwächeren Geschöpfe; unersättlich, am Ende selbst die Humanität bedrohend, reisst sie die ganze Natur um sich her in ihren mächtigen Strudel hinein.*)

² Carl P. von Martius era naturalista bávaro, o qual participou juntamente com Johann von Spix de uma expedição científica pelo Brasil (1817-1820). Johann Jacob Sturz era Cônsul Geral do Brasil na Prússia (1842-1858) e Heinrich Handelmann, historiador alemão que escreveu uma das obras consideradas clássicas sobre o Brasil: *História do Brasil*.

³ ELIAS, Norbert. *Über den Prozess der Zivilisation. Soziogenetische und psychogenetische Untersuchungen. Bd. 1: Wandlungen des Verhaltens in den weltlichen Oberschichten des Abendlandes*. 20 Aufl. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1997, p. 89. Elias utiliza este conceito, no sentido teórico e social, como uma imposição de controles externos e especialmente internos em relação a manifestações emocionais, inclusive irrupções de violência destruidora. Veja-se também, do mesmo autor, *Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 1997. (Publicado na Alemanha em 1992).

⁴ RIDLEY, Hugh. “Annäherungen an den dynamischen Zeitgeist. Geographische Zeitschriften im Vormärz”. In: LAUSTER, Martina (Hrsg.). *Deutschland und der europäische Zeitgeist. Kosmopolitische Dimensionen in der Literatur des Vormärz*. Bielefeld : Aisthenis Verlag, 1994, p. 91. (...die Vermenschlichung der Völker in ihren äußeren Einrichtungen und Gebräuchen ...).

(Kultur). Quanto ao conceito Kultur, na língua alemã o seu significado central era atribuído ao intelectual, ao artístico, aos fatos religiosos e demarcava fronteiras nítidas com os fatos políticos, econômicos e sociais. Este conceito referia-se ao produto das pessoas nas obras de arte, nos livros, nos sistemas filosóficos ou religiosos (Elias, 1992:129-130).

Os termos *deutsche Kultur* e *la civilisation française* tinham características semelhantes quanto aos atributos imutáveis e eternos de uma nação, além disso perpassavam a maneira como queriam que seu mundo fosse visto, julgado e aceito. A diferença, apontada por Norbert Elias, é que o termo civilização para os franceses expressava nacionalismo e expansionismo, o que não estava presente no termo Kultur. No século XX, o termo Kultur passou a designar cultura nacional deixando para o segundo plano os valores humanistas e morais constituindo-se num símbolo de nós-imagem.⁵ Elias observou ainda que, de forma geral, o conceito de civilização amenizou as diferenças nacionais entre os povos ocidentais acentuando o que havia de comum entre eles, ou seja, a sua auto-consciência, cujas fronteiras e sua especificidade desde séculos não estavam nas discussões devido a um profundo arraigamento por parte destes povos. Os indivíduos esqueceram o seu próprio processo de civilização e o viam como algo herdado. Conforme o autor citado, esse processo estaria concluído internamente nas sociedades ocidentais do século XVIII para o XIX, e os indivíduos se sentiam então como porta-vozes desse modelo de civilização (Elias, 1992:130). Nossos personagens Handelsmann e Sturz perpassaram esta idéia, pois compreendiam a civilização como um movimento, cuja essência era ultrapassar as fronteiras da Europa impondo-se ao resto do mundo em nome de uma cultura mais perfeita e mais humana.

Para Elias, de todo esse processo civilizatório, ficou na consciência destes povos nada mais do que um resto vago. O resultado de si próprio aparece então como expressão de seus próprios talentos. A questão de como se chegou lá não interessa. E a consciência de sua própria superioridade, a consciência dessa civilização serviu a partir daí para algumas nações, que buscavam expandir a colonização além-Europa como um conceito, cujo uso justificaria os seus domínios. Essa consciência da superioridade européia teve então um grande impulso. (Elias, 1997:153)

Nos escritos de nossos personagens há uma forte presença do conceito de civilização, o que posteriormente procuraremos, dentro de nossas limitações, exemplificar. Antes, convém revermos parte do mundo vivido por estes, o que poderá contribuir para entendermos aspectos de seus pensamentos, comportamentos e sentimentos.

O contexto alemão, quando comparado ao francês e inglês, não era afetado com a mesma intensidade pelas transformações advindas com a Revolução Industrial e com o capitalismo que buscava sua consolidação. Também outros fatores, como a unificação nacional (1871) e a democracia parlamentarista, ocorreram mais tardiamente, ao serem comparados com a França e a Inglaterra. Isso justificaria a especificidade do pensamento liberal alemão adaptado às condições históricas com influência de modelos do liberalismo clássico inglês e francês. Muitos dos representantes das idéias liberais acreditavam na “inevitabilidade do progresso e nos benefícios do avanço econômico e científico, juntamente com a crença nas virtudes de uma administração burocrática de ilustrado paternalismo e um senso de responsabilidade entre as hierarquias superiores” (Lisboa, 1997:138). Aos olhos dos liberais, o século XIX vem a ser o grande século do progresso. O progresso era importante para a classe média alemã, chamando a atenção para os avanços que já tinham sido realizados pela humanidade.

A classe média alemã, formada principalmente pela chamada burguesia nascente, permanecia excluída dos círculos de poder dominados pela nobreza burocrática e militar. Os códigos dessa nobreza eram a honra, civilidade, boas maneiras, conveniência, diplomacia e a violência era usada de forma cavalheiresca, principalmente nos duelos. Segundo Norbert Elias, a exclusão da classe média de cargos governamentais levou-a a desenvolver um código próprio de comportamentos e de sentimentos: moralidade, ideais de igualdade e de humanidade. Conforme o autor, era um código “mais de virtude que de honra”.⁶ Esse discurso pode ser percebido em Wilhelm von Hum-

⁵ ELIAS, Norbert. *Os Alemães...*, p. 129-130. Segundo o autor, as classes médias de países europeus durante o período de sua ascensão tinham sido orientadas para o futuro. Uma vez elevadas à posição de classes dominantes, suas seções de liderança e suas elites intelectuais (...), trocaram o futuro pelo passado a fim de basear neste sua imagem ideal delas próprias.(...) O cerne da ‘nós-imagem’ e do ‘nós-ideal’ delas foi formado por uma imagem de sua tradição e heranças nacionais”.

⁶ ELIAS, Norbert. *Os alemães...*, p. 132-133. Este autor considerava como sendo pertencentes à classe média as pessoas que normalmente trabalhavam para ganhar a vida. Norbert Elias, em uma das teses desta obra, afirma que a classe média alemã

boldt, o qual considerava que “nada é mais importante em um alto funcionário público do que estar voltado para todas as direções da humanidade”.⁷

A burguesia alemã da segunda metade do século XVIII inseria as realizações culturais, tais como a filosofia, a literatura e a ciência, na mais alta escala de valores. O conceito de cultura, que, segundo Elias, era um símbolo de autoconsciência e auto-estima da classe média, tinha presente os códigos de moralidade e humanidade limitados aos círculos burgueses (Elias, 1992: p.111).

O conceito de *Kultur*, ao ser adotado pela classe média no século XVIII, foi usado para expressar sua auto-imagem e seus ideais humanitários. De Schiller a Goethein, diz Elias, percebe-se como a *intelligentsia* da classe média alemã conservava o seu amor-próprio, sua integridade pessoal e o sentido do seu próprio valor, não se identificando inteiramente com o Estado administrado pela nobreza. Priorizavam-se os valores humanistas em detrimento dos valores nacionais (Elias, 1992: p.125).

Esses valores, códigos e comportamentos da classe média deveriam ser válidos para todos os tempos e lugares. Entretanto, a sociedade cortesã aristocrática desprezou em parte esse modelo burguês, mantendo o código de honra guerreiro, reforçando assim a desigualdade, a dominação e a subordinação.

Os nossos personagens utilizaram em seus discursos alguns traços dos códigos morais e humanitários desenvolvidos pela classe média alemã. Eles acreditavam nos direitos dos seres humanos e no progresso natural da humanidade. Seus discursos sobre política e economia traziam à tona o ser europeu, a idéia de pertencimento e uma suposta superioridade psíquica, física, comercial, industrial e tecnológica. Percebe-se que Spix, von Martius e Sturz também se aproximaram do conceito de civilização francês e inglês.

Sturz e Handelmann traziam inquietações, principalmente no Brasil, com relação às questões de progresso que necessariamente deveriam passar, por exemplo, pelas mudanças administrativas no governo brasileiro, as quais trariam benefícios não somente para a colonização alemã, mas para o país como um todo. Para eles, o futuro melhor no Brasil ocorreria, sobretudo, longe do poder dos latifundiários, pois acreditavam que no país deveria se fazer uma reforma agrária. A existência de grandes propriedades era, segundo Sturz, “hum obstáculo insuperável da civilização homogênea da nação, impossibilitada pelos grandes vultos da escravidão mantidos em pé pela lavoura grande”.⁸

Uma civilização baseada num “*estilo tropical*” era o propósito destes personagens, pois acreditavam que determinadas sociedades pudessem passar de um estágio inferior para um estágio mais avançado e por isso olhavam com esperança e confiança para um *futuro melhor* no Brasil. Para que isso ocorresse estes autores tinham como um de seus objetivos principais modernizar a cultura brasileira. Enfim, para eles, era preciso implantar a civilização ocidental nos trópicos.

Em vários de seus escritos, estes personagens acreditavam que na América do Sul o progresso seria inevitável, pois os avanços econômicos e científicos, aliados à virtude de uma administração burocrática, trariam enormes benefícios, melhorando ainda mais, no futuro, as condições da humanidade. Segundo Sturz, o progresso material de um país “he a multiplicação dos meios de aproveitamento e do desenvolvimento dos seus recursos, do aumento de sua produção”. A eficácia desse modelo seria a concentração razoável da população trabalhadora livre.⁹

fracassara ao tentar unificar a Alemanha. Essa unificação deu-se sob a liderança da nobreza militar, significando uma vitória desta sobre a classe média alemã. A burguesia, ao conquistar espaço político, gradualmente começava a adotar alguns códigos da nobreza: honra, civilidade, boas maneiras, conveniência e diplomacia.

⁷ RIDLEY, Hugh. “Annäherungen an den dynamischen Zeitgeist. Geographische Zeitschriften im Vormärz”. In: LAUSTER, Martina. *Deutschland und die europäische Zeitgeist. Kosmopolitische Dimensionen in der Literatur des Vormärz*. Bielefeld: Aisthesis Verlag, 1994, p. 91. (Nichts ist also wichtig bei einem höheren Staatsbeamten, als welchen Begriff er eigentlich nach alle Richtungen hin von der Menschheit.)

⁸ Arquivo Nacional, IR 3/3, Berlin 4 de Agosto de 1858.

⁹ Arquivo Nacional 3/3. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Legações e Consulado do Brasil em Berlim, 1848-1872. Carta de Sturz de 5 de maio de 1856, Dresden. Destinatário não legível.

Já a ciência era para nossos personagens, o braço mais elevado da humanidade e os portadores da ciência eram os europeus. A ausência deste modelo no Brasil justificaria sua inferioridade. Para Sturz e von Martius¹⁰ faltava ao Brasil um instituto que fosse o “centro de todos os esforços científicos”*, cuja tarefa especial seria o exame geológico em detalhes de todo o país. Com relação a este instituto Sturz afirmou:

Na verdade um apreçamento claro do período em que vivemos, do seu espírito e de suas exigências aponta a necessidade de um instituto público que formasse uma ponte de junção entre a administração do estado e a sciencia (...) e por isso deveria haver sobretudo no Brasil, payz tão atrasado em sciencias theoricas e practicas por causa de sua antecendencia portuguesa.¹¹

Com relação a isso, Renan afirmou naquele século que “a base de uma nação civilizada é a ciência”¹² Martius, Handelmann e Sturz partilharam desta idéia observando que civilização e ciência deveriam andar juntas para o progresso de um país. Essa observação deveria ser válida para o Brasil, pois para eles, o domínio dos homens sobre a natureza seria o gesto fundador da civilidade. Em uma correspondência de Martius para Sturz, ele afirmou que os recursos naturais seriam a salvação do Brasil e para explorá-los seria preciso a aplicação de métodos e técnicas científicas. Em carta de 04 de agosto de 1840 para Sturz, Martius teceu as seguintes considerações sobre a agricultura:

A agricultura trópica deve ser desenvolvida de princípios da physica mui diferentes. Mas esta he a questão que até hoje não tem sido feita scientificamente nem no Brasil nem em outro qualquer payz americano Tropico. A aplicação dos principios da ciencia deveria ser feita na agricultura domestica tendo por base um conhecimento intimo.¹³

Contudo, para Martius, a grande dificuldade estava em “achar methodos” e, a princípio, partia da idéia de que não bastaria educar brasileiros na Europa, pois estes pouco contribuiriam para a nação brasileira, mas seria preciso buscar europeus ainda moços para aqui difundirem métodos e técnicas, sobretudo, agrícolas adaptadas à realidade de cada região. Posteriormente, métodos seriam criados em escolas práticas no Brasil.

Para isso, o apoio do imperador D. Pedro II era muito importante, principalmente porque este estava à frente de modelos evolucionistas e social-darwinistas, buscando construir cuidadosamente a imagem do país (Schwarcz, 1993:31). Essa construção se daria através de eventos denominados de exposições universais. Segundo Lilia M. Schwarcz:

Nesses eventos, o Brasil que já era conhecido como um lugar privilegiado para a visita dos viajantes naturalistas, passa pedagogicamente a apresentar-se como um país novo. Não mais a mata e a selvageria deveriam ser carta de apresentação da nação, mas uma imagem moderna, industriosa, civilizada e científica (Schwarcz, 1993:31-32).

Ainda segundo esta autora, a situação do país em fins da desastrosa guerra do Paraguai e da relativa estabilidade econômica advinda com a produção cafeeira, fariam com que se buscasse diferenciar o Brasil dos demais países latino-americanos com relação à civilidade e ao conhecimento europeus. A monarquia buscava afirmar sua feição européia e o caráter civilizacional do império estava aberto para as tecnologias e as idéias de progresso ocidentais. Por isso, nossos personagens não encontraram entraves para exportar algumas idéias da Europa para o Brasil.

Escritos de Sturz, Handelmann e Tavares Bastos¹⁴ buscavam dar proximidade à feição

¹⁰ Carl F. P. von Martius, naturalista bávaro, participou juntamente com Johann von Spix de uma expedição científica pelo Brasil (1817-1820). Dessa expedição são lançados três volumes da *Viagem pelo Brasil* (Reise in Brasilien). Von Martius venceu o concurso do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1847 ao elaborar um plano para se escrever a História do Brasil. Neste texto premiado, von Martius define as linhas mestras de um projeto historiográfico para garantir a identidade da nação em construção, ou seja realizar a idéia da mescla das três raças. Ele manteve inúmeros contatos epistolares com Sturz.

* Grifos de Sturz.

¹¹ Arquivo Nacional, IR 3/3, Sturz, Johann J., Berlin 4 de agosto de 1858 (manuscrito sem título).

¹² Citado por TODOROV, Tzvetan. Nós e os outros. A reflexão francesa sobre a diversidade humana. Trad.: Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 1993, p. 132.

¹³ Arquivo Nacional, IR 3/3 Ministério dos Negócios Estrangeiros. 4 de agosto de 1846, p. 2.

¹⁴ Tavares Bastos (1839-1875) é considerado um dos expoentes do pensamento liberal brasileiro na segunda metade do século XIX. Foi parlamentar e publicista destacando-se como abolicionista, descentralizador, adepto da modernização na área dos transportes, da política, da administração e das liberdades civis. Veja-se SILVA, Lúcia Osório. “Tavares Bastos e a questão agrária no Império”. In: *História econômica e história de empresas*. São Paulo : HUCITEC/ABPHE, 1988, p. 3-31.

européia através da imigração branca, a qual representaria um instrumento da civilização e o seu avesso seriam a escravidão e a grande propriedade. A abolição da escravidão era uma das medidas necessárias para tornar o Brasil um país civilizado. A emigração para o Brasil era um assunto que recebia cada vez mais atenção em inúmeras publicações dos nossos personagens.

Por considerar que a abolição da escravidão estava próxima, Sturz e Handelmann sugeriram que para a crescente necessidade de trabalhadores fossem trazidos, além de emigrantes europeus, os “*cules*”¹⁵ e quando não houvesse mais a necessidade destes, eles retornariam para a Ásia. Dessa maneira, estes trabalhadores que viriam para o Brasil, não representariam “*um atraso para o processo civilizatório*”. Para o historiador alemão Reinhardt Wagner¹⁶, diversas foram as tentativas em trazer *cules* para o Brasil, mas que não deram certo, pois a argumentação daqueles que estavam contra a sua vinda voltava-se para a questão racial. Principalmente nos anos de 1850 a 1870, havia uma série de tratados que, mesmo sendo a favor ou contra a vinda destes emigrantes, traziam preconceitos raciais.

Segundo memorando¹⁷ expedido pelo governo brasileiro, os relatórios oficiais fornecidos não davam crédito de que a emigração chinesa “salvara as colônias inglesas em época muito arriscada”, mas o governo em crise igual iria tentar um ensaio deste gênero de trabalho. Neste memorando, esclareceu-se que os *chins* seriam uma passagem para substituir o escravo negro. Mas, para o governo, a “raça chinesa” não era conhecida no Brasil. “Os contratos dos trabalhadores deste gênero não estavam a fácil alcance”. No documento, o governo tinha interesse em trazer chineses, mas faltava o apoio da câmara e da imprensa, além dos “embaraços postos pelos agentes do governo dos Estados Unidos que proibiram o transporte de tais trabalhadores em navios americanos que são os que os podem trazer por menos preço, e mais facilmente”.

Nas observações de Sturz, os *cules* apresentavam as seguintes qualidades: “os *cules* são fáceis de governar, eles são jornaleiros agricultores bons cidadãos quietos e de boa conduta, o mal é de que seu número não é suficiente e que não há descendentes porque não vem mulheres com eles”. Os *cules* eram indicados para trabalhar em vários países da América, pois competiriam com a escravidão negra e indígena, aumentando a exportação do açúcar em Cuba, do café e do açúcar no Brasil e do algodão na América do Norte. Essas idéias seriam de “grande alcance na questão do futuro aproveitamento das regiões Americanas dentro dos trópicos e do aproveitamento dos braços Asiáticos em grande escala”.¹⁸ Em outro artigo, Sturz procurou mostrar que havia uma falsa idéia sobre os *chins* reforçando suas boas qualidades e que estes teriam,

devoção real a ordem e a paz que he remarcavelmente observador e industrioso e quanto á preservação ao trabalho não cede a raça nenhuma européia! Que os defeitos dos Chins procedem de sua incapacidade como theoréticos, da sua idolatria, do seu péssimo governo e do despotismo que os oprime.¹⁹

Uma futura emigração de *chins* em larga escala seria, portanto, destinada para o Norte do Brasil. Tavares Bastos e Sturz concordavam com esta idéia. Segundo Sturz, estes trabalhadores, após obterem certa soma de capitais, voltariam ou seriam mandados para a Ásia. Para nossos personagens, a não-fixação de chineses estaria justificando a vinda de emigrantes alemães para colonizar o Brasil.

¹⁵ A denominação “cule” provém de Hindi, na Índia, e através da língua portuguesa espalhou-se para outras línguas ocidentais. Estes emigrantes da Ásia, em sua maioria chineses ou indianos, emigravam para regiões na Ásia, África, Caribe e Austrália, principalmente para trabalharem em áreas agrícolas. Veja-se REINHARDT, Wagner. *Deutsche als Ersatz für Sklaven*. Frankfurt a.M. : Vervuert Verlag, 1995, p. 37.

¹⁶ Idem, ibidem.

¹⁷ Memorando expondo as vistas do governo imperial a respeito da colonização e emigração para o Brasil. Códice 807, v.19. Memórias, maço número 3. Arquivo Nacional, R.J.p. 13 (S/D).

¹⁸ In: Times, 24 de julho de 1858. Tradução de J.J. Sturz. A importância dos jornaleiros asiáticos nas colônias inglesas e em outros payzes da Zona Torrida. Arquivo Nacional. Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1848-1872. IR 3/3.

¹⁹ Arquivo Nacional, IR 3/3, Jornal *Debatts* de 7 de março, traduzido por Sturz.

Entretanto, o memorando do governo via de forma negativa a vinda de emigrantes asiáticos, dando preferência a emigrantes europeus. A princípio, “os países mais próprios para a emigração eram a Basiléia, Francfort, Dresde, Bremen, Gênova, etc”. Porém, com relação aos emigrantes europeus, estes deveriam ser escolhidos, pois o governo deveria evitar que entrassem no Brasil “vagabundos, criminosos ou mesmo homens que nunca ajeitos aos trabalhos do campo, a elles não possam depois sujeitar-se”. Assim, o tipo ideal eram os “colonos industriais e moralizados”

Este modelo também estava presente em um artigo publicado na Revista Americana, no qual rejeitava-se a introdução de escravos negros, mas afirmava-se a necessidade de “gente industriosa e de boa conducta” e os alemães eram os mais industriais suprimindo a falta de braços e de população. Segundo o artigo, “os allemaes ja mesmo tem dado provas bem evidentes dos beneficios que podem trazer ao Brasil, e ali esta a Colonia Leopoldina so d’elles composta, que bem alto falla em seu favor”. Ainda conforme este artigo, havia a necessidade de afastar os “maus europeus” e, quanto aos chineses, afirmava-se:

Não se diga que só os africanos podem suportar o ardor do nosso clima e soffrer os estragos da folha da cana; os chins suportarão isso com mais paciência, com mais resignação, mesmo esses europeus empregados nos penosíssimos trabalho da minas não sentirão alívio vendo-se nas lavouras de cana?²⁰

Nesse discurso, os chineses industriais e os negros africanos eram “recheados de immoralidades” e o aumento destes no Brasil seria um erro. Este texto desclassificava os trabalhadores negros procurando reforçar que brancos europeus eram “superiores e trazedores da civilização” e os asiáticos (“raça média” na classificação de Le Bonn e Buffon) poderiam até ser usados, desde que não se fixassem no país. A classificação de Sturz e Handelsmann parecia estar baseada nas idéias de Buffon: “no cume se encontram as nações da Europa setentrional; logo abaixo os outros europeus, depois vêm as populações da Ásia e da África, e, na parte mais baixa da escala, os selvagens americanos” (Todorov, 1993:115).

Com relação à classificação de trabalhadores imigrantes, o historiador alemão Heinrich Handelsmann (1827-1891), em uma de suas obras consideradas clássicas sobre o tema *Geschichte von Brasilien* (História do Brasil²¹), justificou a emigração branca européia:

Comparado aos três continentes do chamado Velho Mundo, inesgotável matriz de povos vibrantes de vitalidade, forma vivo contraste, como se sabe, o Novo Mundo, a América; a raça índia, em geral, mostra pequena capacidade vital, e já se vai extinguindo em muitos lugares; e assim como no solo da América foi a imigração estrangeira que veio despertar a vida histórica, assim ela fica sendo contínua necessidade para os seus países, a fim de que a vida histórica e o desenvolvimento espiritual e material prossigam sempre, como até aqui. (Handelsmann, 1978:339)

Segundo Handelsmann, o parâmetro europeu de civilidade já se fazia presente em países americanos, “porém entre os países onde a maior escala dessa necessidade existe e onde a todos os espíritos esclarecidos ela se faz mais profundamente sentir, o Brasil está atualmente em primeiro lugar”. O “vazio demográfico” deste gigantesco país seria só resolvido mediante a imigração européia. Quanto à dispersão de pessoas no Brasil, era preciso “entreligar com os laços da civilização” (Handelsmann, 1978:339).

A obra de Handelsmann, *Geschichte von Brasilien*, foi publicada após a demissão de Sturz, colocando na introdução que este teria sido o primeiro a afirmar a seguinte verdade:

²⁰ Revista Americana. *Extrato do Relatório do Exm. Ministro do Império apresentado a Assembleia Geral Legislativa em sessão de 14 de maio de 1847*, p. 17. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

²¹ Usamos aqui a tradução de 1978. Esta obra foi publicada em 1860 em Berlim. Recorremos a esta obra, pois Handelsmann retomou algumas idéias de Sturz no prefácio da primeira edição e nas considerações finais.

A salvação do Brasil repousa na imigração unicamente espontânea de agricultores livres europeus, e são suas condições essenciais a extinção do tráfico de escravos africanos e o estabelecimento de sólido sistema de distribuição das terras a colonizar, juntamente com a generalização do imposto territorial e as devidas garantias legais (Handelmann, 1978:26).

Nesta obra, Handelmann trouxe à tona idéias de um setor da elite brasileira, a qual partilhava da crença de que a população livre existente no Brasil rapidamente cairia na preguiça e na ociosidade:

Como se sabe, a população livre, mesmo o homem de condição comum, tem sido até aqui completamente indolente, preguiçoso e avesso a todo esforço físico; agora, despontando a penúria e, à falta de trabalhadores, elevando-se o salário consideravelmente, poder-se-ia ser levado a admitir que sobreviria uma alteração a esse respeito. (Handelmann, 1978:27)

Com esse discurso, Handelmann afirmou que a população livre existente no Brasil não seria ideal para construir o país do progresso, pois julgava o “homem do povo” como alguém que jamais se sujeitaria a fazer o trabalho do escravo, preferindo viver na pobreza e independente, já que “prefere tal vida à riqueza, se, para alcançá-la, tiver que trabalhar” (Handelmann, 1978:342).

Civilização, raça e progresso eram aspectos centrais para Handelmann, os quais dariam o sustentáculo para o crescimento econômico do país. Estes conceitos excluía negros, índios e outros grupos étnicos, buscando construir de forma duradoura a fronteira entre imigrantes europeus e outras etnias. Esta postura também se fez presente em Sturz e ambos viam o conceito de *raça* como imutável quanto às crenças, valores, língua, regras de conduta etc. Em pouco de seus escritos, Sturz fez menção aos índios, o que mostra sua omissão com relação a este segmento da sociedade brasileira, justificado pela necessidade extrema de dar voz apenas aos imigrantes alemães.

De modo geral, pode-se sugerir que Handelmann fez uma releitura de escritos de Sturz, identificando o trabalhador livre europeu com o dinamismo e prosperidade e o trabalho escravo negro seria o seu oposto. Portanto, este deveria ficar segregado dos imigrados brancos da Europa.

Quanto a isso, Sturz era da mesma opinião de Handelmann e do *Kölner Zeitung*: os alemães no Rio Grande do Sul, apesar da desordem no país, prosperariam. (Sturz, 1868:20)

Com a abolição da escravidão, os colonos que se estabeleceram no Norte do Brasil iriam se juntar aos do Sul e os ex-escravos iriam para o Norte. Para Sturz, a convivência dos alemães com os negros não seria possível. A emigração alemã iria para o Sul *próspero* enquanto que no Norte haveria a “*decadência social*” devido às “*confusões*” na administração pública. Nesta obra, o darwinismo social estava presente e como aponta Giralda Seyferth:

O darwinismo social - principal doutrina racista vigente na passagem do século - radicalizou o primado das leis biológicas na determinação da civilização, afirmando que o progresso humano é um resultado da luta e da competição entre raças, vencendo os mais capazes (ou aptos)- no caso, os brancos, porque as demais raças, principalmente os negros, acabariam sucumbindo à seleção natural e social.²²

Sturz, em sua obra *Die Krisis der deutschen Auswanderung und ihre Benutzung für jetzt und immer*, criticou a miscigenação crescente no Brasil. Para ele, o imigrante alemão deveria ir para um lugar onde tivessem etnias com afeições iguais ou semelhantes, um “parentesco com a alma”, e no Brasil também os portugueses apresentavam diferenças. A religião católica e o fanatismo dos portugueses estariam distantes dos alemães protestantes (Sturz, 1862:80).

De fato, afirmou Sturz, os alemães não harmonizam com os descendentes de etnias sul-

²² SEYFERTH, Giralda. Construindo a Nação: Hierarquias Raciais e Papel do Racismo na Política de Imigração e Colonização. In: MAIO, M.C & SANTOS, R.V. *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro : Fiocruz, 1996, p. 43.

européias, muito menos com os criolos, cujos caracteres de descendência, com o decorrer dos anos, sob diversas circunstâncias, miscigenaram ou se corromperam. Para ele, a natureza os corrompeu através dos múltiplos cruzamentos com o sangue dos “*farbigen*” (mulatos). O autor comparou o Brasil com os Estados Unidos, dizendo que aqui havia em proporção com a população branca mais negros e mulatos do que naquele país e isto justificaria em parte nosso atraso (Sturz, 1862:82).

Sturz, apesar de querer levar em consideração algumas das observações de A. von Humboldt, o qual afirmou que se deveria ver as raças sem preconceitos, contrariamente sustentou a idéia de que todo cruzamento não seria vantajoso.²³ Nesta obra, Sturz partilhou do determinismo racial, pois via de forma pessimista a miscigenação, entendendo-a como um erro e reforçando, dessa maneira, que as raças constituiriam fenômenos finais e imutáveis.

O autor buscou enaltecer o tipo puro e, portanto, este existiria se isolado de outros; por outro lado, buscou ver a mestiçagem como uma degeneração não só racial, mas sobretudo social. Idéia semelhante sobre o Brasil estava presente no trabalho de Gobineau (1853), que atribuía a decadência das civilizações aos “*excessos de mestiçagem*” (Seyferth, 1996:43).

Na questão da miscigenação, Handelsmann acreditava que uma boa política de colonização poderia levar a *fusão para a unidade da raça* com os portugueses, mas os negros deveriam permanecer no norte e nordeste do país e os índios estavam condenados ao desaparecimento. Martius aprofundou a questão da miscigenação entendendo-a como uma alavanca para a civilização, mas esta deveria ser conduzida pelos portugueses, pertencentes a *raça caucásica*, ou seja através destes o caminho estava aberto para a *cultura e salvação* do Brasil. Estes personagens contribuíram para abrir o caminho que construiu o mito da *democracia racial* existente até hoje.

Como pode ser deduzido desta discussão, o conceito de raça era um dos pontos de sustentação para explicar e compreender as diferentes sociedades, principalmente na América e na Europa. Sturz atribuía a “*péssima*” situação econômica, política e social na América do Sul às raças luso-espanholas. Estas sociedades eram vistas como decadentes e como as mais pobres e incapazes das nações latinas na condução da estabilidade política e econômica.

Tanto Sturz como Handelsmann buscaram enaltecer os alemães, bem como a si próprio, como a raça cujos valores eram dignos, desprezando os valores de outros povos. A imagem que estes personagens faziam da alteridade, ou seja dos índios, dos negros, dos luso-brasileiros, dos hispano-americanos e asiáticos servia de objeto para a dominação e a conseqüente exploração econômica. Em tais casos, como afirmou François Laplatine, “*o outro não é considerado para si mesmo. Mal se olha para ele. Olha-se a si mesmo nele*”(Laplatine, 1991:52).

O modelo de civilização destes personagens estabelecia uma fronteira nítida entre os povos europeus, principalmente alemães, e outros povos. Estes atribuíram, sobretudo aos portugueses católicos, a decadência da civilização, pois estes estavam mais sujeitos a imoralidade e à degeneração. Desta forma buscavam se ausentar da culpa da violenta expansão européia no Novo Mundo e a colonização alemã aparecia como *inocente* na corrida imperialista.

Entretanto estes autores não sustentaram a idéia de um Brasil idílico, mas suas visões sobre progresso, ciência, raça, futuro melhor e civilização legitimaram, de certo modo, que o país fosse pensado como *Dom de Deus e da Natureza*, de *povo pacífico, ordeiro, alegre e sensual* e onde *se plantando tudo dá*. Além disso, permaneceu no imaginário a idéia que existe uma sociedade onde alguns mandam e por isso são possuidores de direito enquanto outros, que são a maioria jamais são reconhecidos como subjetividade e alteridade.

Apesar do século que nos separa dos personagens, o tema continua atual e, como afirmou Eric Hobsbawm, atualmente a fronteira entre civilização e barbárie na Europa ou em qualquer lugar do planeta ocorre entre ricos e pobres, entre aqueles que têm acesso ao luxo, à formação e informação sobre o mundo e os que nada têm (Hobsbawm, 1996:40).

²³ STURZ, Johann J. *Die Krisis der Deutschen Auswanderung und ihre Benutzung für jetzt und immer*. Berlin : Sieckthier, 1862, p. 80-84. (...daß alle Kreuzungen nicht besonders viel taugen).

Referências

- ELIAS, Norbert. *Über den Prozess der Zivilization. Soziogenetische und psychogenetische Untersuchungen. Bd. 1: Wandlungen des Verhaltens in den weltlichen Oberschichten des Abendlandes*. 20 Aufl. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1997.
- _____. *Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 1997.
- HOBBSBAWM, Eric. Welche Sinn hat Europa? In: *Die Zeit*. Themen der Zeit Nr. 41, 4 out., 1996.
- LAPLATINE, François. *Aprender Antropologia*. Trad.: Marie-Agnès Chauvel. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- LISBOA, Karen M. *A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- HANDELMANN, Heinrich G. *História do Brasil*. Trad.: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 3.ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1978.
- REINHARDT, Wagner. *Deutsche als Ersatz für Sklaven*. Frankfurt a.M. : Vervuert Verlag, 1995.
- RIDLEY, Hugh. “Annäherungen an den dynamischen Zeitgeist. Geographische Zeitschriften im Vormärz”. In: LAUSTER, Martina (Hrsg.). *Deutschland und der europäische Zeitgeist. Kosmopolitische Dimensionen in der Literatur des Vormärz*. Bielefeld : Aisthenis Verlag, 1994.
- SEYFERTH, Giralda. Construindo a Nação: Hierarquias Raciais e Papel do Racismo na Política de Imigração e Colonização. In: MAIO, M.C & SANTOS, R.V. *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro : Fiocruz, 1996.
- SILVA, Lúcia Osório. “Tavares Bastos e a questão agrária no Império”. In: *História econômica e história de empresas*. São Paulo : HUCITEC/ABPHE, 1988.
- SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Phillip von. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*. Trad. Lúcia F. Lahmeyer. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1938.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo : Companhia das Letras, 1993.
- STURZ, Johann J. *Die Krisis der Deutschen Auswanderung und ihre Benutzung für jetzt und immer*. Berlin : Sieckthier, 1862.
- _____. *Die Deutsche Auswanderung und die Verschleppung Deutscher Auswanderer*. Berlin: Verlag von Fr. Rortkamp, 1868.
- _____. *Efeitos Benéficos das Máquinas e Combustíveis como aperfeiçoamento dos meios de transporte sobre a prosperidade das nações oferecidas às sociedades irmãs do Rio e Bahia, auxiliaadoras da Indústria e Agricultura e as Assembleias provinciais em que estão fundadas as esperanças do Brasil*. Rio de Janeiro : Typografia Nacional, 1835.
- TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros. A reflexão francesa sobre a diversidade humana*. V.1. Trad.: Sérgio G. de Paula. Rio de Janeiro : Zahar, 1993.

MIGRAÇÃO, COLONIZAÇÃO E DESMATAMENTO NO ALTO URUGUAI CATARINENSE

Susana Cesco¹
Eunice Sueli Nodari²

Os migrantes, descendentes de europeus, que habitavam as colônias velhas do Rio Grande do Sul³ já conviviam há muitos anos com uma mata modificada e adaptada há algumas gerações ao seu modo de vida. Quando de sua mudança para o oeste catarinense, depararam-se com uma área que, apesar de povoada por populações indígenas e caboclos, era coberta por uma densa floresta, semelhante à encontrada no Rio Grande do Sul nos primeiros anos da imigração europeia. Essa realidade e a forma como se deu a relação homem x floresta no decorrer da colonização, constitui-se em fator determinante para traçar o mapa da ocupação humana e da devastação florestal do Alto Vale do rio Uruguai, no Estado de Santa Catarina.

A princípio, é preciso compreender como ocorreu a formação desse território nos termos que hoje conhecemos. As terras da região só despertaram o interesse do Estado quando, em 1881, a Argentina reivindica um “território historicamente brasileiro”.⁴ Essa disputa que acabou conhecida como “Questão de Palmas” ou “Misiones”, abriu os olhos do governo do Estado de Santa Catarina para a necessidade de ocupar um território tido como seu e questionado pela Argentina.

Para tanto, o governo brasileiro aprovou em 9 de novembro de 1889 um decreto que dava “privilégios e garantias de juros e terras devolutas para a construção de uma estrada de ferro que, partindo de Itararé, na província de São Paulo, vá terminar em Santa Maria da Boca do Monte, na província do Rio Grande do Sul”.⁵

A ferrovia ficou conhecida como Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande. No início, o privilégio para a construção foi concedido ao engenheiro João Teixeira Soares que repassou essa concessão, com autorização do Governo Brasileiro à empresa norte-americana “Brazil Railway Company”.

O trecho catarinense da ferrovia foi iniciado em 1908 e, de acordo com o contrato estabelecido com o Governo Imperial, a construtora receberia 30 quilômetros de terras ao longo de seus trilhos. A renovação deste contrato, feita pelo Governo da República, reduziu as terras concedidas de 30 para 15 quilômetros, sem levar em conta qualquer posse anterior.⁶

De posse da extensão de terra, a Brazil Railway Co. criou uma empresa subsidiária, a Brazil Development e Colonization Company. O objetivo desta empresa era promover a colonização maciça da região cortada pela Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande.⁷

As etapas que se sucederam para culminar na colonização do Oeste catarinense tiveram início com a conseqüente criação de várias companhias colonizadoras de menor porte que en-

¹ Aluna do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina.

² Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina.

³ Os municípios do Rio Grande do Sul conhecidos como colônias velhas e das quais migraram muitos dos descendentes de europeus para o Oeste de Santa Catarina são: São Sebastião do Caí, Montenegro, Lageado, Estrela, Taquara e Santa Cruz do Sul (colônias alemãs) e Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Garibaldi e Antônio Prado (colônias italianas). In: NODARI, Eunice Sueli. **A Renegociação da Etnicidade no Oeste Catarinense (1917 - 1954)**. Tese. PUC/RS, 1999. p.46.

⁴ HEINSFELD, Adelar. **A questão de Palmas entre Brasil e Argentina e o início da colonização alemã no baixo Vale do Rio do Peixe**. Joaçaba: UNOESC, 1996.

⁵ PIAZZA, Walter F. **A Colonização de Santa Catarina**. 2. ed. rev. aum. Florianópolis: Lunardelli, 1988. p.179.

⁶ Ibid., p.180.

⁷ Ibid., p.180.

carregaram-se de iniciar uma forte propaganda junto aos imigrantes e descendentes de imigrantes europeus das colônias velhas do Rio Grande do Sul e “arrebanhar” pessoas para povoar a região. Dentre essas companhias, podem ser citadas a Mosele, Eberle e Ahrons e Cia.; a Luce e Rosa; Bertaso e Maia e Cia.; Angelo de Carli, Irmão e Cia.; Nardi Bizzo, Simon e Cia.; Companhia Territorial Sul Brasil; Irmãos Lunardi, entre outras.⁸

Após o início dessa colonização, ocorre a Guerra do Contestado que serve como um freio a esse processo. A Guerra do Contestado foi um marco para a colonização do Oeste de Santa Catarina. Foi efetivamente um divisor de águas na história catarinense porque estabeleceu os limites territoriais definitivos e mostrou ao restante do Estado que havia “vida” na região Oeste.

O fim do conflito se dá em 1916 quando os governadores Felipe Schmidt (SC) e Afonso Camargo (PR) assinam um acordo. Nesse acordo, os limites que passam a vigorar são, ao norte com o Estado do Paraná: a partir da nascente do rio Peperi-Guaçu, segue pelo divisor de águas das bacias hidrográficas dos rios Uruguai e Iguaçu, rumo leste até o rio Jangada; a oeste, com a República Argentina: iniciando na foz do rio Peperi-Guaçu, no rio Uruguai, segue o rio Peperi-Guaçu acima até sua nascente.⁹

Após essas definições no que diz respeito a posses e limites, o governo do Estado de Santa Catarina vê a necessidade premente de povoar as terras “legalmente” conquistadas e cria em 1917, através da lei n. 1.147 os municípios de Mafra, Porto União, Chapecó e Cruzeiro/Joaçaba.¹⁰ Posteriormente, em 1934, foram desmembrados do município de Cruzeiro/Joaçaba diversos distritos, que passaram a pertencer a dois novos municípios, os de Concórdia e Caçador.

A região do Alto Vale do Rio Uruguai Catarinense, mais especificamente o território que compreende o atual município de Concórdia, inicialmente atingia toda a área circundante e englobava os distritos de Arabutã (ex-Mauá), Engano (ex-Rio Branco), Esteves Júnior, Itá Seara e Uruguai¹¹, hoje constituindo-se nos municípios de Alto Bela Vista, Peritiba, Ipira, Piratuba, Presidente Castelo Branco, Lindóia do Sul, Irani, Ipumirim, Arabutã, Itá, Seara, Irani e Xavantina.

Essa porção do território catarinense é composta de terras montanhosas e era, na primeira metade do século XX, coberta por uma densa floresta formada por angicos, açoita-cavalos, cabriúvas, camboatás, canafístulas, canelas, cedros, imbúias e louros, que compunham a Floresta Estacional Decidual (FED).

A FED, anteriormente denominada de floresta Subtropical do Rio Uruguai, conhecida pelos colonizadores como a “Mata Branca” em oposição a “Mata Preta” (Floresta Ombrófila Mista), onde há a ocorrência de pinhais, compreende uma superfície aproximada de 47.000 km².¹²

Estende-se ao longo do curso médio e superior do rio Uruguai, em altitude mínima de 200 metros, e subindo seus múltiplos afluentes, até uma altitude de 600 a 800 metros. Esta região entra em contato com as matas dos pinhais no Oeste do Planalto Ocidental Catarinense, Extremo Norte do Rio Grande do Sul, estendendo-se para o leste dos vales formados pelo rio Uruguai até aproximadamente o entroncamento dos rios Pelotas e Canoas. A FED apresenta várias descontinuidades subtropicais situadas na vertente sudeste do Planalto das Araucárias, sobretudo nos divisores dos grandes rios Peperi-guaçu e Rio das Antas, aonde a largura da abrangência chega nos limites máximos de até 50 quilômetros e os divisores do rio Chapecó e Iraní, onde a largura restringe-se a um cordão marginal de apenas 2 a 3 quilômetros.¹³

Isso pode também ser observado pelas palavras de Rambo ao referir-se à divisa entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul:

⁸ NODARI, p. 45.

⁹ ATLAS Escolar de Santa Catarina. Rio de Janeiro. Aerofoto Cruzeiro, 1986. p.8.

¹⁰ NODARI, p.28.

¹¹ Sinopse estatística do Município de Concórdia - Estado de Santa Catarina. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1948.

¹² NODARI, Eunice S. et. ali. As Florestas do Sul do Brasil na Imprensa Alemã e a atração de imigrantes. In: **Seminário Nacional: Imigração e Imprensa**, 2002. São Leopoldo.

¹³ Ibid., p. 8.

A mata virgem do Alto Uruguai começa nas margens do Ijuí, desenvolve-se no extremo nordeste no maior núcleo de mato fechado do Estado, liga-se entre Passo Fundo e Lagoa Vermelha, ao longo dos afluentes do Taquari, à mata da fralda da serra, e reduz-se a um cordão marginal no rio Pelotas.¹⁴

Essa área do território catarinense que agora pertencia, para fins de colonização, a Brazil Development e Colonization Co., era habitada por posseiros, caboclos e populações indígenas que foram desalojados por não possuírem títulos das terras em que viviam.

Os primeiros anos de atuação da Brazil Development e Colonization Co. na região deram-se ainda quando os limites entre os Estados do Paraná e Santa Catarina não estavam definidos e a área era chamada de território contestado.¹⁵ Por esse motivo a colonizadora obteve títulos de posse através do Estado do Paraná para muitas das terras que foram vendidas no período anterior a 1916.

Com o final da Guerra do Contestado o Coronel Felipe Schmidt, Governador do Estado de Santa Catarina, baixou, em 04 de outubro de 1917, uma lei que objetivava a regularização das terras já vendidas. O texto estabelecia que: “todos os possuidores de terras com títulos expedidos pelo Estado do Paraná, ficarão obrigados a registrá-los no prazo de dois anos, a contar de 1º de janeiro de 1918”.¹⁶

Os títulos não legalizados tiveram um novo prazo de legalização até 1925 e a Brazil Development e Colonization Co. assinou em 07 de janeiro de 1922 um novo contrato com o Governo do Estado de Santa Catarina, em que a Companhia sujeitava-se a novas medições e demarcações. Após outras alterações nesse contrato em 1924, o Governo efetivou as seguintes concessões para a região Oeste:

De 1.073.582.648 m², em 22.02.1924, conhecida como “Rio Engano”;
De 325.702.000 m², em 22.02.1924, conhecida como “Rancho Grande”;
De 540.622.762 m², em 26.11.1924, conhecida como “Xapecó”;
De 737.035.472 m², em 19.04.1924, conhecida como “Peperi-Guassu – Xapecó”;
De 174.889.653 m², em 11.02.1926, conhecida como “Capetinga”;
De 913.634.804 m² em 11.02.1926, conhecida como “Rio Saudades”, perfazendo assim, uma área total de 5.765.457.339 m².¹⁷

A cláusula 5ª do mesmo contrato estabelecia que a Brazil Development Colonization Co. poderia transferir o contrato parcial ou integralmente a qualquer particular, firma social ou empresa, dando disso conhecimento ao Governo do Estado e fazendo arquivar na Diretoria de Terras e Colonização do Estado os títulos de transferência. As companhias que compraram as terras para colonização foram:

Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons e Cia: Rio Engano;
Empresa Povoadora e Pastoral Teodoro Capelle e Irmão: Rancho Grande; Empresa Peperi-Xapecó Ltda: Peperi-Guassu – Xapecó;
Nicolau Blei Neto e José Luiz Maia: Capetinga;
Ernesto F. Bertaso e Manoel Passos Maia: Rio Saudades – Xapecó.¹⁸

Concórdia foi projetada para servir de sede da propriedade Rio Engano, que a Brazil Railway Co. tinha recebido como compensação pelas áreas pertencentes à terceiros e que se encontravam na faixa de 15 quilômetros à margem da ferrovia.¹⁹

¹⁴ RAMBO, Balduino. **A Fisionomia do Rio Grande do Sul: ensaios de monografia natural**. 3 ed. São Leopoldo: Unisinos, 1994, p. 268.

¹⁵ PIAZZA, p. 253.

¹⁶ Ibid, p. 251.

¹⁷ Ibid, p.254.

¹⁸ Ibid., p.254.

¹⁹ FERREIRA. Antenor Geraldo Zanetti. **Concórdia: o rastro de sua história**. Concórdia: Fundação Municipal de Cultura, 1992.p. 48.

Os migrantes que ocuparam essa área a conheceram através da propaganda feita no Rio Grande do Sul e que valia-se dos mais diversos artifícios. Panfletos e pequenos livros impressos em italiano ou alemão traziam fotos de estradas e benfeitorias nos supostos locais destinados a instalação dos colonos. Um desses manuais em língua alemã, composto de 22 páginas, sendo a metade com fotografias. O texto referia-se à região da seguinte forma:

A nossa colônia Concórdia está localizada nas áreas montanhosas do Estado de Santa Catarina, no Sul do Brasil, banhadas pelo rio Uruguai, e suas terras são conhecidas por sua fertilidade e por seu clima suave. O terreno levemente montanhoso é de mata fechada com vários rios e córregos atravessando as terras, a Colônia Concórdia atraiu em um curto espaço de seis anos em torno de 700 famílias principalmente descendentes de alemães e italianos, estes abriram clareiras na floresta e hoje, graças ao trabalho árduo desse povo trabalhador florescem diferentes culturas agrícolas nesta terra abençoada.²⁰

Nesses textos que eram, em sua maioria, exagerados, a natureza quase sempre aparece de forma detalhada, mostrando aspectos positivos e que poderiam ser úteis para atrair imigrantes. O clima ameno do Sul, as florestas cujas madeiras poderiam ser revertidas em ganhos econômicos, a navegabilidade do rio, permitindo o escoamento dos produtos, são itens que aparecem com frequência nos manuais citados e em outros, em que a possibilidade de produzir milho, trigo, fumo, alfafa, vinho, batatas e frutas e a criação de porcos é especialmente destacada e comparada a produção do vizinho Estado do Rio Grande do Sul, como o texto seguinte, originalmente em língua italiana.

As nossas terras produzem os mesmo produtos que no Rio Grande do Sul, especialmente milho, feijão, alfafa, vinho, trigo, fumo, batatas e frutas de vários tipos. A criação de porcos está em avançado progresso e tanto esses como os produtos derivados são facilmente vendidos nas praças de Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro, custando pouquíssimo o seu transporte pela ferrovia.²¹

A floresta é descrita como algo que já foi desbravado, dando lugar a vilas, plantações e estradas, em outras palavras, um lugar em que o “progresso” já se faz notar.

A “Sede Concórdia”, centro da colônia, dista apenas 35 quilômetros da estação de Marcelino Ramos tornando-se beneficiada com esta estação de uma cômoda e sólida estrada carroçável a qual está em via de melhoramento para ser adaptada ao franco trânsito de automóveis. A nossa empresa pretende, o mais breve possível inaugurar uma linha regular de automóveis – “caminhão” entre Marcelino Ramos e Sede Concórdia, com o único intuito de aumentar a comodidade dos senhores clientes, os quais, em pouco mais de uma hora poderão completar o trajeto transformando-o assim em um verdadeiro passeio.²²

A análise desses textos mostra o quanto as florestas apareciam como um dos grandes atrativos e também como um dos grandes desafios a serem enfrentados pelo migrante. Certamente aspectos como clima, água e fertilidade do solo eram considerados na hora da migração. As pessoas que decidiam mudar-se para uma determinada região buscavam o máximo de informações possíveis. Sabedoras desse fato as companhias colonizadoras tentavam divulgar ao máximo as terras de sua propriedade.

No que se refere a região do Alto Uruguai, os migrantes tomaram conhecimento da venda de lotes e do interesse de que famílias de ascendência européia se instalassem na região, através de propagandas da Companhia Colonizadora Mosele, Eberle, Ahrons e Cia, responsável pela

²⁰ SOCIEDADE Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia . Manual de propaganda de 1935. Tradução livre de Eunice Sueli Nodari.

²¹ SOCIEDADE Territorial Mosele Eberle, Ahrons e Cia. Manual de 1926. Tradução livre de Susana Cesco.

²² Ibid.

região, com sede em Marcelino Ramos e, à partir de 1927, com escritório no município de Concórdia. “A compra efetuada pela Mosele, Eberle e Ahrons e Cia., que compreendia o Rio Engano e Sertãozinho, correspondeu à 3.346 lotes coloniais com uma área de 1.073.582.648 m²”.²³ A primeira providência que a colonizadora teve que tomar foi uma “limpeza” da região, expulsando os ocupantes das terras recém adquiridas e que seriam loteadas, porém, como mostram as palavras de Caetano Chiuchetta, nem todos aceitavam:

Alguns caboclos não queriam sair, mas a empresa mandava tocar. (...) A Companhia Mosele tinha esses, Joaquim Barroso e este Brasil Bueno, eram dois bandidão que estavam aqui, e que eram de Lagoa Vermelha, criminosos de lá, estavam encostados na Mosele. Quando os caboclos não queriam sair das terras, eles diziam: deixa por nossa conta! Aí passavam os agrimensores medindo e tal, e aí ofereciam: - O senhor quer ficar com as terras? Querendo é sua, é só pagar 350 mil réis.²⁴

Um dos principais argumentos apresentados pelos agentes das companhias colonizadoras aos colonos do Rio Grande do Sul para justificar a mudança para o Oeste de Santa Catarina era a abundância de madeiras nobres que cobriam todos os lotes da área destinada à colonização. Esses lotes coloniais tinham dimensões médias de 25 hectares e eram comprados em prestações ou à vista e o colono obtinha a escritura das terras quando da quitação da dívida.²⁵

A demarcação dos lotes era feita por um agrimensor contratado pela companhia colonizadora. No caso de Concórdia, a região foi medida e demarcada pelo agrimensor de Curitiba Victor Krudz, substituído em 1925 por Homéro Araújo. Quando da demarcação dos lotes, a primeira preocupação era com relação à água; as dimensões e desenhos dos lotes variavam para que todos tivessem acesso a rios e fontes, ou ao menos estivessem próximos a eles.²⁶

Ao passarem de Marcelino Ramos (RS) para as terras catarinenses, a mata fechada e as grandes árvores em meio a uma floresta de cipós, arbustos, etc, evidenciando rica biodiversidade, tornavam a simples passagem extremamente difícil, situação que se agravaria quando fossem derrubar essa mata para as futuras instalações. As fotografias de jardineiras²⁷ atravessando pontes e com estradas de terra bem conservadas diluía-se diante da realidade.

Intensificando a divulgação da venda de terras, abrindo estradas carroçáveis e caminhos necessários à comunicação das mesmas com os lotes e as vilas rurais, até o ano de 1931, já haviam sido escriturados aos colonos 363.663.438 m², do total de 1.073.582.649 m² de terras da colônia que estava dividida em 3.638 lotes rurais, 256 lotes urbanos e 26 chácaras, todos servidos até aquela data por 165 quilômetros de estradas de rodagem e 110 quilômetros de caminhos e estradas carroçáveis.²⁸

Esses migrantes não vinham sós do Rio Grande do Sul, já que os agentes da companhia colonizadora procuravam trazer vários chefes da família de uma mesma comunidade, que já se conheciam, para servir de estímulo para instalarem-se próximos, continuando a ser vizinhos e para não viverem isolados²⁹. Isso facilitava na hora de tomarem posse de seus lotes, pois todos ajudavam-se, trabalhando em mutirão, visando a derrubada da mata para abertura de roças e a construção das primeiras benfeitorias.

A floresta, tão valorizada nas propagandas como lucro certo após a derrubada, foi na verdade o primeiro problema dos migrantes, afinal, em um local de matas, isolado dos centros de comércio da região, sem as estradas prometidas pelos agentes de venda de terras, a mata era um problema, algo que precisava ser eliminado, pois, como conta Aquilino Suzin “não havia quem

²³ FERREIRA, 72 p.

²⁴ CHIUCHETTA, Caetano. Concórdia 28/04/1990. Entrevista concedida à Antenor Geraldo Zanetti Ferreira. Acervo Museu Municipal Hermano Zanoni de Concórdia.

²⁵ MASSOLINI, p. 3.

²⁶ Ibid., p. 3

²⁷ Ônibus aberto que era usado para transportar os possíveis compradores em suas visitas ao local.

²⁸ FERREIRA, p. 77.

²⁹ Ibid., p. 53.

comprasse, pois todos tinham em suas terras”.³⁰ A madeira só passa a ser importante alguns anos depois, quando surgem os compradores, com contatos na Argentina e com a construção de casas comerciais, e as primeiras indústrias passaram a ter mercado.³¹ O segundo problema era a dificuldade de derrubar as árvores e, especialmente o destoque de suas profundas raízes, trabalho feito com ganchos puxados por bois, medida essa que era essencial para a futura plantação.³²

Superadas essas dificuldades iniciais, procurava-se construir uma moradia, como a da família Leoratto, que era toda de tabuinhas e chão batido. Só mais tarde construiu-se uma de madeira faqueada.³³ Após a construção da casa, em muitos casos também era construído um paiol para guarda das ferramentas e das futuras colheitas. O próximo passo era plantar uma pequena roça de milho e trigo, enquanto isso, esses homens viviam em barracos improvisados em meio à floresta e sobreviviam de caça.³⁴

O transporte da mudança era feito de caminhão até Marcelino Ramos. Dali o colono, sua família e seus pertences mais importantes, que eram roupas, baús, utensílios domésticos, ferramentas e animais eram transportados de balsa pelo rio Uruguai, seguiam até seu lote de carroça, que era puxada por mulas.³⁵

As diversas entrevistas usadas como referências nesse trabalho, mostram, em palavras, as reações dessas pessoas ao chegarem em sua nova casa. A frase mais pronunciada por eles, comum no decorrer de todas as entrevistas: “era tudo mato”. Essa sentença proferida por eles parece querer dizer mais, expressar não sua decepção, pois eram pessoas dispostas a trabalhar e construir seus novos lares, mas sim indignação, afinal, onde estavam todas as modernidades que os agentes disseram que existia, onde estavam as estradas para escoar as fartas colheitas que eles fariam?

No que se refere às estradas, a “surpresa” dos migrantes estava no fato de elas simplesmente não existirem.

Quando vendeu as terras a Empresa Mosele, que era responsável pela colonização, prometeu abrir a estrada até Concórdia, com largura de quatro metros, mas não cumpriu o acordo. Então, mais tarde, os moradores abriram a estrada em regime de “puxeirões” (mutirões), com três metros de largura. Levaram três anos de trabalho forçado, com pás e picaretas.³⁶

A dificuldade dessa empreitada é reforçada por depoimentos como o de Rudolfo Kopsell, que conta que “as estradas construídas com pás e picaretas tinham tantas curvas, porque eles (os construtores) desviavam das árvores mais grossas para facilitar o trabalho”³⁷ ou “pagavam 400 réis na estrada reta e 600 réis nas curvas, por metro, e tinha que derrubar as árvores, arrancar os tocos e a raiz”.³⁸ Outro exemplo dessas dificuldades estão nas palavras de outro morador de Concórdia nesse período, Harry Hermes, ao descrever a construção da estrada Concórdia - Chapecó, diz que “a terra era transportada até em cestos com o burro carregando. Era uma reta que eles fizeram. Então eles fizeram um cálculo que até chegar em Chapecó ia levar setenta anos”.³⁹

Outro grande problema dos primeiros anos de colonização era a precariedade das estradas para o transporte de animais. Como conta Oliva Parcianello no caso dos porcos,

³⁰ SUZIN, Aquilino Jacob. Concórdia 14 de jan. 2002. Entrevista concedida à Susana Cesco.

³¹ Ibid., p. 4.

³² CHIUCHETA, p. 7.

³³ BÜCHELE, Maria das Graças Silva. **Retalhos Históricos das comunidades: Grupos de Idosos**. Administração Municipal, v. I, 1995. 145 p.

³⁴ PARCIANELLO, Oliva. Entrevista. In: BÜCHELE, p. 18 - 19.

³⁵ BÜCHELE. 146 p.

³⁶ Ibid., p.16 - 17.

³⁷ Ibid. p.100.

³⁸ CHIUCHETTA, op. cit. p. 10.

³⁹ HERMES, Harry. Concórdia24/05/1990. Entrevista concedida à Eunice Cadore Franzack. Acervo Museu Municipal Hermano Zanoní de Concórdia.

eram trazidos de Dona Francisca no Rio Grande do Sul, tocados a pé até o Rio Uruguai onde havia uma mangueira para guardá-los, a travessia era feita de barco, onde iam cinco animais em cada viagem. Após a travessia, iam com os porcos a pé, e dependendo do local onde moravam, levaram dois dias de viagem.⁴⁰

Apesar dessas dificuldades iniciais, muitas famílias continuavam chegando, e a vila de Concórdia foi elevada a Distrito em 11/08/1927, sendo o 10º Distrito de Cruzeiro.⁴¹ Esse reconhecimento por parte do Governo Estadual serviu como novo impulso para a migração. Agora sim a madeira que cobria os lotes agrícolas serviria de lucro para seus proprietários.

A necessidade de construir igrejas⁴², escolas, vendas, moinhos, atafonas e outros empreendimentos para atender a uma população crescente, criou um novo ramo de negócios: as serrarias. Sem serem inicialmente registradas, elas instalaram-se por toda a região, como é o caso da serraria do senhor Domingos Magarinos, na década de 1920, em Barra do Veado, atual município de Entre Rios. Essas serrarias inicialmente usavam a técnica conhecida como serraria de centro, movidas por uma roda d'água, em que as toras eram presas por ganchos nas pontas e a serra cortava a parte central, não chegando às extremidades, esse trabalho era finalizado manualmente. Depois, usou-se a serraria a tição, que cortava totalmente as toras, mas era muito lenta. Posteriormente inseriu-se o uso das conhecidas serras-fita.⁴³

Durante essa “evolução” nos métodos de corte, alguns equipamentos mais modernos eram comprados por quem tivesse mais condições financeiras, como o caso de Guilherme Ficher, que montou a primeira serraria de Alto Bela Vista, acionada pela locomotiva a vapor Lauz. A máquina foi comprada em Porto Alegre e veio por trem até Marcelino Ramos.⁴⁴

Para atravessar o rio Uruguai, fixaram três tonéis às laterais da barca, visando maior segurança e não correr o risco de afundar e tudo que ela suspendia. Alcançada a margem oposta, ferramentas tiveram que ser postas em ação para abrir os 6 km de estrada por onde a máquina seria puxada com dois ou três juntas de boi até o local onde foi instalada.⁴⁵

A madeira geralmente era comprada em pé, na propriedade do colono e se dava da seguinte forma: o patrão fazia a escolha das árvores que eram de seu interesse em uma determinada propriedade rural; depois de determinar quantidades e custos os peões, que eram homens contratados para a derrubada e transporte, acampavam durante dias em meio à floresta para promover a derrubada das árvores com machados e serras manuais.⁴⁶ A dificuldade de promover essa derrubada estava, especialmente, na proximidade das árvores, segundo Ardevila Biavatti:

os pinheiros nativos, naquela época dava de dois, três metros de grossura e eles eram tão perto que quando embarrigava um pinheiro, que fazia aquele corte para depois virar para não cair em cima das pessoas, então eles caíam em cima dos outros pinheiros e não caíam no chão porque não tinha onde cair, então eles (os homens) sofriam muito.⁴⁷

Eram derrubadas de 10 à 12 árvores por dia, a um custo de 6 mil réis a árvore em pé, essa árvores chegavam a 15 metros lineares só de tora e, dependendo do local de derrubada, precisava-se de cinco juntas de boi para arrastá-las até o rio, demorando em média meio dia por tora.⁴⁸

As madeiras eram destinadas à construção civil nas novas vilas e distritos do alto Uru-

⁴⁰ BÜCHELE, p.19.

⁴¹ Ibid. p. 191.

⁴² Quando os agentes vendiam os lotes para os migrantes do Rio Grande do Sul, procuravam formar comunidades só de católicos ou só de protestantes, para que só uma igreja fosse construída naquela localidade.

⁴³ SUZIN, op. cit. p. 3.

⁴⁴ BUCHELE, p. 52.

⁴⁵ BÜCHELE, op. cit. p.52.

⁴⁶ GUEDES, Antônio. Concórdia 15 de jan. 2002. Entrevista concedida à Susana Cesco.

⁴⁷ BIAVATTI, Ardevila. Concórdia 15 de nov. 2002. Entrevista concedida à Susana Cesco.

⁴⁸ GUEDES, p.2.

guai catarinense e, especialmente, nas décadas de 1930, 40 e 50, quando era vendida para a Argentina. Esse é, sem dúvida, um dos aspectos mais interessantes da colonização do Oeste Catarinense.

Essas toras, depois de transportadas até o rio Uruguai, eram amarradas com cipós e formavam grandes balsas que chegavam a 80 ou 100 metros. “Pronta a balsa, sobre ela construíam-se dois abrigos, um para cozinha e outro para dormir. Esses abrigos eram cobertos com taquara e folhas de guaricanga”.⁴⁹

Essas balsas ficavam montadas nas margens do rio até a época das chuvas que provocavam as conhecidas “enchentes” do rio Uruguai. “Essas enchentes representavam um aumento de até seis metros no nível das águas, ficando assim, em ‘ponto de balsa’, que era a expressão usada pelos balseiros para designar o momento ideal para o início da viagem.”⁵⁰ Quando isso acontecia, o patrão (dono da balsa) contratava um grupo de homens para fazer a descida, além de ser o responsável pela manutenção desses homens. Para tanto, matava alguns animais para fazer charque, providenciava feijão, arroz, batatas e, para os primeiros dias, pão.⁵¹

Os homens que permaneciam por volta de um mês sobre uma instável armação de madeira e cipós, deixando para trás suas famílias, na esperança de obter lucros para investir em suas terras, dividiam suas funções por cargos determinados pelo patrão: havia o cozinheiro, responsável pela alimentação dos homens que variavam de 20 à 30 de acordo com o tamanho da balsa; o prático, peão mais experiente que guiava os remos e indicava a direção e os desvios de ilhas e remansos a serem feitos e os peões braçais, que montavam e controlavam a balsa.⁵²

A descida do rio é descrita por Raphael Mhor: “essa descida era interrompida raramente. Algumas vezes havia uma parada para descanso em algum remanso do rio, isso quando não havia outra balsa atracada no local”.⁵³

Quando da chegada à Argentina, o patrão já conhecia um comprador que, geralmente era o mesmo de outras descidas e mantinha o contato. A entrega da madeira era feita no momento da chegada e o pagamento era em moeda brasileira, cobrava-se 40 mil réis a vara⁵⁴ de madeira (18 varas = 1m³).⁵⁵ Com o dinheiro em mãos, o patrão pagava seus balseiros⁵⁶ e os dispensava para voltarem para casa por conta própria.

Os números da colonização

De acordo com os resultados censitários publicados em 1945, surgem como principais atividades da população: agricultura, pecuária, silvicultura com 10.762 estabelecimentos (propriedades em que se realizavam essas atividades) ou 3,85% do total estadual; indústrias de transformação 303 estabelecimentos ou 0,77% do total estadual; comércio de mercadorias 135 estabelecimentos ou 0,96% do total estadual; indústrias extrativas, nenhuma, apesar do total estadual dessas atividades ser de 10.539 estabelecimentos, em um município com área de 2.597 km², compreendendo 3,22% da área do Estado em 1945 e com uma população de 35.826 habitantes ou 2,83% sobre o total do Estado, o extrativismo não ser mencionado, reforça a idéia de que a floresta era vista apenas como um pano de fundo. Nesse mesmo censo aparecem porcentagens de inativos, profissionais liberais, transporte, comunicação e outras atividades.⁵⁷ Essa exclusão

⁴⁹ BELLANI, Eli. Balsas e balseiros no rio Uruguai (1930-1950). In: Para uma história do oeste catarinense: 10 anos de CEOM. Joinville: UNOESC, 1995. p.124-125.

⁵⁰ Ibid., p. 125.

⁵¹ CALVI, Arcelino. Concórdia 15/11/2002. Depoimento informal dado nas comemorações do “Dia do Balseiro” em Concórdia.

⁵² Ibid.

⁵³ MHOR, Raphael. Concórdia 15/11/2002. Depoimento informal dado nas comemorações do “Dia do Balseiro” em Concórdia.

⁵⁴ Medida usada por balseiros nas décadas de 1930 e 40.

⁵⁵ GUEDES, op. cit., p. 33. Essa informação refere-se aos primeiros anos de trabalho do entrevistado, que iniciou as atividades de balseiro por volta de 1932..

⁵⁶ O trabalho mensal de um peão contratado para derrubar árvores era de 190 mil réis, uma viagem, por ser mais perigosa, rendia de 600 a 900 mil réis. In: CALVI. op. cit.

⁵⁷ Sinopse estatística do Município de Concórdia - Estado de Santa Catarina. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1948. p. 14.

da atividade madeireira pode ser entendida pelo fato de que as atividades acima mencionadas terem sido implantadas na região após o “surgimento” das vilas e cidades, por serem, como o comércio, a indústria de transformação e o ensino, trazidas de “fora”, diferente da madeira, que era nativa, fazia “parte da paisagem” de tal forma que não mais era notada, ao menos não como atividade produtiva.

Financeiramente, os valores atribuídos à atividade extrativa em 1939 era de 228:000.000 réis, insignificante comparado à agricultura com 9:021.000 réis e a animais e produtos animais com 4:021.000 réis, valores que, de acordo com os depoimentos de homens que viviam da extração de madeira, mostram não transmitir a realidade.

A diminuição da migração para a região Oeste a partir da metade do século XX devido, principalmente, ao fato de as terras já terem sido quase que totalmente “colonizadas”, não significou o fim da atividade extrativa.

Diferente dos primeiros anos de ocupação, as décadas de 1960 e 70 viram surgir leis de controle de desmatamento, madeiras “controladas” e serrarias fiscalizadas. Foi nesse momento que se recordou com pesar a despreocupação de décadas passadas, quando todas as árvores da área eram derrubadas para limpar o terreno. Em meio a esse “*todos*” estavam as pequenas mudas e os galhos frágeis que não sobreviveram para tornarem-se novas grandes árvores.

O impensável estava acontecendo, árvores antes tão comuns passaram a ser raras e uma política de reflorestamento com espécies exóticas como o *pinus elliotis* teve de ser implantada. Os descendentes dos primeiros migrantes dificilmente “sentiriam” o significado das palavras “era tudo mato”, expressão tão comum aos primeiros moradores da região.

Referências

- ATLAS Escolar de Santa Catarina. Rio de Janeiro. Aerofoto Cruzeiro, 1986. p.8.
- BÜCHELE, Maria das Graças Silva. **Retalhos Históricos das comunidades: Grupos de Idosos**. Administração Municipal, v. I, 1995.
- FERREIRA, Antenor Geraldo Zanetti. **Concórdia: o rastro de sua história**. Concórdia: Fundação Municipal de Cultura, 1992.
- HEINSFELD, Adelar. **A questão de Palmas entre Brasil e Argentina e o início da colonização alemã no baixo Vale do Rio do Peixe**. Joaçaba: UNOESC, 1996.
- NODARI, Eunice Sueli. **A Renegociação da Etnicidade no Oeste Catarinense (1917 - 1954)**. Tese. PUC/RS, 1999.
- NODARI, Eunice S. As Florestas do Sul do Brasil na Imprensa Alemã e a atração de imigrantes. In: **Seminário Nacional: Imigração e Imprensa**, 2002. São Leopoldo.
- PIAZZA, Walter F. **A Colonização de Santa Catarina**. 2. ed. rev. aum. Florianópolis: Lunardelli, 1988.
- RAMBO, Balduino. **A Fisionomia do Rio Grande do Sul: ensaios de monografia natural**. 3 ed. São Leopoldo: Unisinos, 1994.
- SOCIEDADE Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia. Manual de propaganda de 1935. Tradução livre de Eunice Sueli Nodari.
- SOCIEDADE Territorial Mosele Eberle, Ahrons e Cia. Manual de 1926. Tradução livre de Susana Cesco.
- Entrevistas**
- CHIUCHETTA, Caetano. Concórdia 28/04/1990. Entrevista concedida à Antenor Geraldo Zanetti Ferreira. Acervo Museu Municipal Hermano Zanoni de Concórdia.
- SUZIN, Aquilino Jacob. Concórdia 14 de jan. 2002. Entrevista concedida à Susana Cesco.
- BELLANI, Eli. Balsas e balseiros no rio Uruguai (1930-1950). In: Para uma história do oeste catarinense: 10 anos de CEOM. Joaçaba: UNOESC, 1995.
- CALVI, Arcelino. Concórdia 15/11/2002. Depoimento informal dado nas comemorações do ‘Dia do Balseiro’ em Concórdia.
- MHOR, Raphael. Concórdia 15/11/2002. Depoimento informal dado nas comemorações do ‘Dia do Balseiro’ em Concórdia.

O CONCEITO DE REGIÃO E A IDENTIDADE ÉTNICA: REFLEXÕES TEÓRICAS APLICADAS À PESQUISA SOBRE AS FESTAS URBANAS NO OESTE CATARINENSE (1980-1990)

Carla Cristina Pedrozo da Silva¹

Quando nos propomos a levantar o conceito de região e a identidade étnica como campos que embasam a pesquisa histórica, devemos considerar uma série de aspectos metodológicos e teóricos que possam fundamentar esta pesquisa e que justifiquem o porquê de determinados recortes. No caso em questão, optei por refletir sobre estas temáticas, porque elas atuam como suporte na discussão de minha dissertação de Mestrado, intitulada “A Cidade Está Em Festa: Festas Urbanas e Representações do Espaço no Oeste Catarinense (1980-1990)”.

Dentro da temática do estudo do tempo presente², valho-me do período situado entre 1980 e 1990, a chamada “Década Perdida”, para localizar a Festa Urbana, mais especificamente a Festa Estadual do Milho, num conjunto de explosão de festas nacionais. Esse boom festivo surgiu como uma resposta à sobrevivência das cidades numa época em que a crise financeira e econômica exigia alternativas de atração do capital.

1. Definição do Conceito de Região aplicado à Pesquisa

A definição do conceito de região aplicado à pesquisa precisa considerar uma série de aspectos que possibilitem pensar região não enquanto um espaço natural, mas um espaço uno, conectado entre si a partir de atividades econômicas, culturais e discursivas. Pensar a região a partir de pressupostos teóricos baseados nestas afirmações permitirá descrever o Oeste de Santa Catarina como uma região econômica, cultural e etimologicamente delimitada, capaz de embasar uma identificação entre os seus habitantes. Essa definição de espaço construída no senso comum legitima a identificação dos habitantes do Oeste de SC à categorização de “povo trabalhador, de origem imigrante e oriundo do RS”.³ Por isso, ao estudar a festa urbana e o seu impacto na região, precisamos definir: que região é esta? Como ela se caracteriza em termos culturais e econômicos, quem se apropria deste espaço para defini-lo enquanto um espaço de características típicas? Como este espaço regional se relaciona com o espaço maior (estadual/nacional) a ponto de marcar fronteiras e oposições?

Para fundamentar esta discussão acerca do conceito de região, valho-me das reflexões de Milton Santos (1990) e de Pierre Bourdieu (1989). De acordo com Milton Santos (1990), a definição do conceito de região está inserida num debate interdisciplinar sobre o espaço. Para ele, a idéia de região é o centro de um debate renovado, onde o espaço passa a ser visto/analísado a partir de múltiplas relações que se estabelecem não apenas no interior deste espaço, mas também fora dele⁴.

¹ Aluna do Mestrado em História /UNISINOS

² Esta discussão acerca do tempo presente encontra ampla fundamentação teórica, tendo como principais expoentes: Agnes Chaveau, Philippe Tétart (França) e Eric Hobsbawm (Inglaterra).

³ Esta reflexão acerca da identidade do colonizador do Oeste de SC é realizada por RENK (1997). **A Luta da Erva**. Um Ofício Étnico do Oeste Catarinense. Chapecó: Ed. Grifos, 1997.231p.

⁴ A necessidade de se pensar um novo conceito de região, conforme Santos (1990), veio com a falência do modelo clássico da Geografia e das demais ciências humanas, que baseavam suas explicações em modelos cientificistas, atrelados às ciências naturais, mas nem por isso distantes de pretensões políticas. Este modelo antigo privilegiava a ideologia capitalista dos países imperialistas numa época de triunfo da burguesia. (SANTOS, 1990, p.17).

Com a redefinição de critérios científicos nas Ciências Humanas a partir do fortalecimento da concepção do materialismo histórico, a relação homem X natureza passa a ser repensada enquanto obra formadora e transformadora do espaço. Este passa a ser concebido não apenas como um receptor de elementos naturais, nem tampouco como apenas um receptor passivo de ações humanas. Ele passa a ser concebido a partir da dialética, ou seja, enquanto produto e produtor de ações humanas e sociais.⁵

Neste contexto, Santos (1990) defende que o espaço não é apenas reflexo da realidade, ele também produz a realidade. Ele é fato social produzido e produtor. Além disso, o espaço se constrói na relação que ele mantém com outros espaços: seja uma relação de dominação ou de obediência. Nele também pode haver uma reprodução de espaços, onde lugares diferentes são construídos à maneira de outros, havendo neste caso uma reprodução do padrão espacial pela influência do capital. No caso específico desta pesquisa, a cidade sede da festa – Xanxerê – buscou se inspirar em outros eventos, mostrando-se bela, atrativa e passível de receber turistas/investimentos.⁶

Pode-se situar aqui uma indagação a respeito da pesquisa: que espaços foram mostrados na festa? Que lugares tiveram um tratamento especial? Que pedaços do território (bairros, ruas, avenidas...) estavam em uma situação invejável em relação aos demais? A partir da verificação empírica, percebemos que na primeira festa, o centro e os bairros centrais foram marcados e veiculados como cidade oficial na exposição festiva, recebendo melhorias e embelezamento. A perspectiva do espaço moldado à dinâmica do capital se justifica a partir dessa verificação.

Ainda de acordo com Santos (1990), o modo de produção de uma sociedade cria formas espaciais. E, embora os modos de produção se transformem, chegando mesmo a desaparecerem, as formas espaciais podem continuar a existir, cristalizando a história a partir da memória.

Para ele:

O espaço portanto é um testemunho; ele testemunha um *momento* de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada. Assim o espaço é uma forma, uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudança de processos; ao contrário, alguns processos se adaptam às formas preexistentes enquanto que outros criam novas formas para se inserir dentro delas (SANTOS, 1990, p.138).

Por ser testemunho de um momento do modo de produção complexa e historicamente construído, o espaço abrange a totalidade social. E, por ser total, Santos(1990) refere que cada acontecer particular representa uma determinação da sociedade como um todo.

Assim, de acordo com ele, os subespaços são unicamente áreas funcionais da totalidade social. Ou seja, a região está inserida no todo enquanto um subespaço, construído e reconstruído ao longo do tempo, que mantém sua especificidade, mas está relacionado com a totalidade social. O tempo, nesta perspectiva, também não é homogêneo. Ele é variável, intrínseco à realidade social. A temporalidade organiza-se sob a forma de sistemas temporais, com durações diferenciadas para fenômenos sociais específicos.

Baseando-se nestas afirmações para construir a pesquisa, pode-se indagar: que ações humanas ao longo do tempo criaram o Oeste Catarinense, enquanto um subespaço específico no Estado?

⁵ Segundo Milton Santos (1990), o espaço será permanentemente re-construído através da práxis coletiva, construída historicamente. Essa práxis coletiva passa a ser interpretada como a ação do homem sobre a sua natureza (mesmo enquanto ação individual, ela é também coletiva porque está inserida em um modelo historicamente determinado). O movimento social desta práxis sobre o espaço, a ideologia subjacente às ações, as relações oriundas destas ações...tudo isso configura um montante de elementos capazes de agirem sobre o espaço ao mesmo tempo em que sofrem as consequências da história contida neste espaço.

⁶ De acordo com os presidentes da FEMI de 1982, 1984, 1988 e 1990, a idéia da festa reportou-se a outras festas já conhecidas, como a EFAPI (Exposição Feira de Agricultura, Pecuária e Indústria de Chapecó, SC); a Festa Nacional da Uva, de Caxias do Sul; a Fenavinho de Bento Gonçalves, dentre outras. Além disso, eles destacaram que um dos objetivos do evento seria reprimir os ganhos obtidos com estas festividades.

No tocante a esta pergunta, o Oeste de SC caracteriza-se como um espaço assinalado por dois marcos: (1º) construído por brasileiros, descendentes dos antigos tropeiros, habitantes das matas desde o século XVI e (2º) colonizado efetivamente por frentes de migrantes oriundos do RS no início do século XX. Ao longo do século XX, esta segunda frente construiu um forte espaço agro-industrial, onde os descendentes de italianos, alemães ou poloneses ocuparam basicamente a posição de elite local.⁷

Desse modo, o Oeste de SC possui um espaço historicamente construído, onde as indústrias, o comércio e as propriedades produtivas são de domínio dos habitantes “de origem”⁸. Esta rugosidade é específica deste subespaço. Portanto, esta região apresenta uma diferenciação étnica, que ao mesmo tempo em que marca a origem do habitante, marca também seu lugar social⁹.

Diante disto, a elite regional também veiculará um discurso sobre o habitante desta região. De acordo com este discurso, a pessoa de origem é trabalhadora, portadora de virtudes morais e preocupada com a poupança.¹⁰ Este discurso é corroborado nas festas das cidades, mostrando aos visitantes, aos habitantes de outras partes do Estado e do país (e também a si mesmos) que o habitante do Oeste de SC, protótipo de “grosso, polenteiro, criador de porcos e galinhas” é na verdade um trabalhador que não tem medo das dificuldades laborais¹¹.

Para fundamentar a veiculação deste discurso à idéia formadora de uma região, valho-me das afirmações de Pierre Bourdieu (1989), que refere que o que constrói a região é um discurso performativo, ou seja, o conceito de região é um objeto alvo de manipulações simbólicas, que vão produzir e significar uma realidade objetiva. Tais manipulações simbólicas são frutos de lutas por estigmas e emblemas que impõem uma visão que dê sentido e consenso sobre a identidade e a unidade do grupo que tem o direito à fala.

Para Bourdieu (1989), o discurso performativo possui critérios práticos, objetos de “*representações mentais*, quer dizer, de atos de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos, e de *representações objetais*, quer dizer, em coisas (...) ou em atos, estratégias interessadas de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e de seus portadores”. (BOURDIEU, 1999, p. 112)

Isso significa dizer que o discurso que reconhece a idéia de região baseia-se além das ações humanas em uma luta por significações, onde um determinado grupo vai impor suas representações e suas classificações. Estas definirão a realidade atuando enquanto um elemento próprio do espaço. O todo passa assim, a ser apropriado por um grupo. Há ainda, segundo Bourdieu (1989) a luta de se ter o monopólio de “fazer e crer, fazer conhecer e reconhecer, impor a definição legítima das divisões do mundo social (...)”. (p.113)

As delimitações de uma região passam, assim, a obedecer a um critério de classificação baseado em uma imposição arbitrária, onde a fronteira produzirá a diferença cultural, que é produto desta classificação.

Ora, o Oeste de SC, ao mesmo tempo em que tem uma práxis histórica que construiu as rugosidades de uma região, apresenta também este discurso performativo. Tal discurso confirma a ação dos colonizadores de origem. E, quando se veicula a imagem de uma região de trabalho e de prosperidade, percebe-se que estas representações são representações de um grupo específico, que é o mesmo grupo que se configura como elite.

É ainda, importante salientar que, segundo Bourdieu, a oficialização da realidade propagada pelo discurso tem a sua completa realização na manifestação. A festa, assim, é uma manifestação que corrobora e legitima a fala propagada, tornando-a verdade, real.

⁷ V. RENK, Arlene. Op. Cit.

⁸ Terminologia utilizada por RENK, Arlene. Op. Cit.

⁹ V. RENK, Arlene. Op. Cit.

¹⁰ V. RENK, Arlene. Op. Cit.

¹¹ V SAVOLDI, Adiles. A Reconstrução da Italianidade no Sul de Estado de Santa Catarina. In: BANDUCCI Jr, Álvaro e BARRETO, Margarita (Orgs.) **Turismo e Identidade Local** – Uma Visão Antropológica. Campinas: Ed. Papyrus, 2001. p.89- 116.

Além disso, deve-se observar que a propagação desta idéia de região a partir do discurso performativo é, de acordo com Bourdieu (1989), um meio dos grupos obterem rendimentos elevados de capital, seja ele simbólico (respeito, autoridade, espaço na tomada de decisões) ou material (investimentos, financiamentos, divisas). Vejo que a festa atua em coerência com estas propostas.

2. O conceito de etnicidade aplicado à pesquisa

O conceito de etnicidade na pesquisa servirá para mostrar que o discurso proferido na festa pertence a um determinado grupo étnico: no caso, os descendentes de italianos, que são os industriais, os comerciantes e os empreendedores do Oeste na cidade de Xanxerê, mais especificamente. Essa questão salienta-se nos espaços do “povo típico da cidade”, da comida, da dança e do traje. As representações veiculadas vão enfatizar determinados aspectos culturais da etnia italiana, buscando divulgá-los enquanto um produto de compra e consumo para os turistas/visitantes das festas.

Segundo Fredrik Barth (1969), os grupos étnicos constituem fronteiras que implicam em distinções entre pessoas. Para ele:

(...) as distinções entre categorias étnicas não dependem da ausência de mobilidade, contato e informação, mas implicam efetivamente processos de exclusão e de incorporação, através dos quais, *apesar* das mudanças de participação e pertencimento ao longo das histórias de vida individuais, estas distinções são mantidas (1969, p. 26).

Além disso, as diferenças étnicas muitas vezes se estabelecem a partir de dicotomias, onde as distinções são bases para a construção da identidade de grupos. Assim, dentro de um mesmo sistema social, podem existir diferentes grupos étnicos, que mantêm suas diferenças culturais frente a outros grupos.

Diante disso, o conceito de grupo étnico precisa, segundo Barth, ser definido numa rede de relações sociais e culturais. Não podemos mais definir “grupo étnico”, com base apenas em modelos típico-ideais, pois isso acarretaria “uma visão pré-concebida de quais são os fatores significativos para a gênese, a estrutura e a função de tais grupos.” (BARTH, p.28) É necessário que a definição se baseie na construção de fronteiras étnicas, que, ao serem estudadas, precisam ser problematizadas, pois não são construídas isoladamente.

Desse modo, o pesquisador precisa compreender os grupos étnicos enquanto unidades portadoras de cultura. E, mesmo que compartilhem um mesmo *locus* com demais grupos, eles possuem traços culturais, historicamente produzidos que explicam suas especificidades.

Nas palavras de Barth:

E uma vez que a origem histórica de qualquer conjunto de traços culturais é sempre diversificada, esse ponto de vista abre espaço também, para uma etnohistória que produz uma crônica de aquisições e mudanças culturais e tenta explicar a causa do empréstimo de certos itens (1969, p.29). Juntamente com as variantes culturais, as circunstâncias em que foram produzidos os elementos identitários também devem ser consideradas. É, portanto, inadequado considerar que as formas institucionais manifestas constituem as características culturais que a todo o momento permitem distinguir um grupo étnico, pois estas formas são determinadas tanto pela ecologia quanto pelo legado cultural (1969, p.31).

Por isso, segundo este autor, não existe um critério objetivo para definir e enquadrar um determinado grupo em uma etnicidade. Ele pode construir sua identidade a partir de elementos adaptados e/ou então elaborados com os recursos dados pela ecologia. Enfim, este grupo pode mudar suas características culturais, distanciando-se do modo de vida do grupo original, sem deixar de pertencer ao grupo étnico.

Além de serem estudados enquanto unidades portadoras de culturas, que são variáveis,

Barth entende que os grupos étnicos precisam ser enfocados como unidades que possuem um modo de organização, que se caracteriza por apresentar sinais e signos diacríticos¹² e orientações valorativas básicas, padrões de comportamento e moral que busca imprimir um modelo de conduta ao integrante do grupo étnico. Quando transferimos essa teorização para o estudo do caso da pesquisa – a festa – podemos discutir os valores veiculados nela pelos grupos que a pensam e estão ali representados, tais como: “gente trabalhadora, hospitaleira, alegre; cidade limpa, higienizada, próspera”.

Desse modo, pertencer a uma categoria étnica (ser italiano, por exemplo) implica em ser um certo tipo de pessoa, manter uma determinada conduta, permitir aos demais membros do grupo a sua própria avaliação, ao mesmo tempo em que avalia os outros, conforme a escala de valores específica de cada grupo. Isso ocorre porque o que define o pertencimento a um determinado grupo são os valores aceitos coletivamente, aqueles que têm relevância social para os membros do grupo.

Conforme Barth, a definição dos critérios de pertencimento e de não pertencimento a uma etnia atua como uma fronteira do grupo, onde ele delibera sobre os elementos que o caracterizarão frente aos outros. Tais fronteiras passam a ser assim sociais e, porventura, territoriais.

Os outros, por sua vez, também podem participar de uma interação com o grupo étnico em questão. Pois, já que os grupos podem conviver num mesmo território e construir sua identidade a partir da oposição de elementos característicos, os grupos portadores de características diferentes podem co-existir e, segundo Barth, conviver de forma a manter um relacionamento complementar. Para que isso aconteça, os grupos devem deixar bem claro frente aos outros quais são os valores/elementos que o definem e, baseando-se na diferença, podem surgir relações de interdependência e complementaridade.

Essa co-existência de grupos étnicos pode ser percebida nas festas urbanas, mesmo que sejam festas que mostrem representações étnicas. No caso específico da FEMI, o CTG e o grupo de capoeira do município se fazem presentes, juntamente com a sociedade italiana da cidade. Há ainda a necessidade de se verificar se existe a presença de outros grupos na festa. De que forma ocorre esta integração? Isso também será descrito a partir das observações empíricas.

Entretanto, mesmo que possa haver uma complementaridade de grupos étnicos, Barth avalia que pode haver um determinado grupo que mantém o status maior, ou seja, que é capaz de manter o controle social ou econômico sobre os demais grupos. Ocorre então a estratificação e a hierarquização dos grupos étnicos na sociedade.

Tal hierarquização, quando baseada em princípios étnicos, leva os grupos subordinados a seguirem muitas vezes os ditames do grupo dominante. Os grupos que não se adaptam às exigências, são rejeitados.

Refere Barth (1969, p.57) que “as fronteiras delimitando um grupo pária são mantidas fortemente pela população receptora que os exclui”. Tais fronteiras, como já dissemos, mesmo quando aceitas ou mantidas por parte da coletividade, podem refletir os valores e as crenças dos grupos dominantes. Às vezes, a interação dos grupos ocorre dentro de uma moldura de instituições e status ditados pelo grupo majoritário. A identidade dos grupos menores, assim, não dá nenhuma base para o agir, implicando no que Barth chama de “incapacidade para assumir status operativos” (p.58).

Torna-se muito importante salientar que os estudos de Fredrik Barth foram direcionados para grupos étnicos em sociedades pouco industrializadas, enquanto que a pesquisa proposta está voltada às cidades atuais, industrializadas, que pretendem fazer da festa um momento voltado à sua fortificação. No entanto, as reflexões teóricas realizadas por este antropólogo permitirão ampliar o debate frente às questões étnicas que permeiam as festas italianas, em especial a Festa Estadual do Milho.

¹² Signos e sinais diacríticos são elementos concretos que mostram, apresentam e fundamentam uma identidade: roupas, língua, arquitetura, culinária...

Enfim, o diálogo com estas questões antropológicas certamente servirá de suporte na pesquisa, no tocante à discussão dos conceitos “cultura e etnicidade”.

Diante do exposto, pretende-se enfocar a Festa Estadual do Milho como um locus capaz de problematizar as relações sociais e étnicas existentes, interpretando os símbolos, os discursos e as representações ali produzidas como um conjunto historicamente e coletivamente construído.

Referências

- BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: **O guru, o iniciador**. E outras variações antropológicas. p.25 a 67.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p.105-132
- RENK, Arlene. **A Luta da Erva**. Um Ofício Étnico do Oeste Catarinense. Chapecó: Ed. Grifos, 1997.231p.
- SANTOS, Milton. **Por Uma Geografia Nova**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1990. p.1-219.
- SAVOLDI, Adiles. **A Reconstrução da Italianidade no Sul de Estado de Santa Catarina**. In: BANDUCCI Jr, Álvaro e BARRETO, Margarita (Orgs.) Turismo e Identidade Local – Uma Visão Antropológica. Campinas: Ed. Papirus, 2001. p.89- 116.

NATUREZA, TRABALHO E DESENVOLVIMENTO: TRANSFORMAÇÕES AMBIENTAIS E CULTURAIS NO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO TABULEIRO NO SÉCULO XX

Cristiane Fortkamp¹

Este trabalho tem como objetivo analisar as transformações sócio-ambientais ocorridas pela formação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro em comunidades rurais, em Santa Catarina, através da lógica de reutilização do espaço no Plano de Zoneamento do Parque e os conflitos instaurados pela delimitação do mesmo.

A parte continental do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, em Santa Catarina, compreende os municípios de São Martinho, São Bonifácio, Águas Mornas, Santo Amaro da Imperatriz, Palhoça, Paulo Lopes e Imaruí, onde os moradores praticam uma agricultura tradicional, originada dos primeiros colonizadores da região, em sua maioria de origem alemã, que ocuparam essas áreas no final do século XIX. Segundo Neres Lourdes Bitencourt², após a fundação da Colônia de São Pedro de Alcântara, os colonos de origem européia procuram estabelecer-se nos “arredores da região”, fundando outras comunidades ao longo do “vale do Rio Maruim e do Rio Cubatão”³. As técnicas agrícolas empregadas desde o século XIX por esses imigrantes e seus descendentes são alvo de críticas, principalmente no que tange a relação entre sociedade e natureza a partir do século XX.

Virgílio Várzea, em 1904 ao escrever sobre os velhos processos agrícolas de Santa Catarina afirma que:

Quem pretendesse submeter à rigorosa análise a vida econômica da lavoura, chegaria à convicção desoladora que, reprimida a febre da indústria extrativa, a que se entregaram os primitivos colonizadores e iniciada a exploração do solo, não se operara, até nossos dias, evolução sensível nas práticas de cultura então adotadas(...) em geral o lavrador é inteiramente estranho às ciências de que depende o êxito de sua profissão, e tão acentuada é a sua incredulidade, que chega a condenar, sem exame prévio, qualquer inovação subversiva dos hábitos a que se sente escravizado.⁴

Desta forma, as comunidades rurais no entorno do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro entram em conflito com órgãos de fiscalização ambiental como FATMA, IBAMA e Polícia Ambiental, por terem como meio de subsistência a produção de hortifrutigranjeiros, fazendo uso de técnicas consideradas inadequadas por desgastarem rapidamente o solo e provocarem o desmatamento, além de usarem agrotóxicos em suas plantações.

Estas comunidades sentem-se ameaçadas pelas políticas públicas de proteção à Unidade de Conservação em questão. As tentativas de impedir a degradação ambiental intensificam o impacto social, gerado pelas transformações no plano econômico da região que deve se adequar à Legislação Ambiental vigente e satisfazer as exigências de um novo mercado, que busca alternativas para um aproveitamento sustentável, como a produção orgânica.⁵

¹ Graduanda em HST-UFSC.

² BITENCOURT, Neres Lourdes R. **Uma proposta de cidadania para preservação ambiental. Estudo de caso: comunidade de Vargem do Braço no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro**. UFSC:Florianópolis, 2000.p.68.

³ JOCHEM, Toni Vidal (org). **São Pedro de Alcântara (1829-1999) – Aspectos de sua História**. São Pedro de Alcântara: Comissão dos Festejos, 1999.p.80.

⁴ VÁRZEA, Virgílio. **Santa Catarina – A Ilha**. Florianópolis:IOESC, 1984.p.179.

⁵ BITENCOURT, OP.CIT. p.61.

A geografia do PEST compreende a vegetação da Mata Atlântica e, principalmente nessas regiões agricultáveis, há problemas quanto à legalização das propriedades pois, a prática agrícola e as pastagens são empecilhos na manutenção dos ecossistemas. Um exemplo é a região da Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão, que é a principal fonte de abastecimento de água para a grande Florianópolis⁶.

Em virtude disso, os aspectos culturais destas comunidades passam por um processo de transformação, à medida que estas devem adequar-se às transformações da lógica econômica da utilização dos recursos naturais do meio em que vivem. Neste sentido, a agroecologia é um modelo de sustentabilidade que busca a harmonização das atividades agrícolas com as qualidades do meio natural.⁷

Contudo, esse processo de repensar a utilização do espaço natural causa rupturas visíveis em antigas formas de produção que outrora se apresentavam como significativas para o Estado. Um exemplo está na formação de núcleos coloniais de imigrantes, sobre os quais os Relatórios Oficiais afirmam que a chegada dos pioneiros imigrantes representaria para a Província (de Santa Catarina) novos elementos de trabalho e de riqueza, assentando-se destarte uma nova sociedade em meio das majestosas matas que assoberbam nas margens daqueles rios.⁸ Os rios citados acima são os rios Cubatão e Capivari, que, segundo os mesmos relatórios, às margens do primeiro, tornava-se cada vez mais difícil a produção devido a pouca fertilidade do solo, sendo então necessário deslocar alguns colonos para as margens do segundo, devido à fertilidade do solo.

Além disso, os colonos, na sua grande maioria originários da Alemanha, tiveram sua vida ligada primeiramente à lavoura. Após a formação da colônia de imigrantes de São Pedro de Alcântara, a partir de 1870, o destino dos colonos estava em “povoar”, entre o litoral e o planalto, uma grande área de terra ainda coberta de densas florestas por onde ainda vagueavam alguns indígenas de tribos errantes. Era uma vasta região de verdes vales, colinas e montanhas, (o vale do Capivari compreende atualmente os municípios de São Martinho e São Bonifácio). A terra aí estava, mas não havia gente para ocupá-la e trabalhá-la. Além do mais, o desbravamento não era fácil com os precários instrumentos da época: machado, foice e facão (...).⁹

Desta forma, pode-se perceber que o espaço antes pensado como propício ao “desbravamento” e ao “desenvolvimento” por imigrantes e seus descendentes, passa a ter limites na utilização do território, nunca imaginado por estas comunidades, que vivem da agricultura tradicional. Segundo Silvio Almeida¹⁰, a ênfase das políticas ambientais vem sendo mais centrada no contexto de preservação do que utilização social dos recursos naturais.

A exploração excessiva dos recursos naturais a partir da segunda metade do século XIX desencadeou um processo de reestruturação social, onde a relação “sociedade e meio ambiente” tornou-se um campo conflituoso. A idéia de natureza passa a ser mantida como uma fronteira entre o selvagem e o civilizado, definindo os conceitos entre espaço intocado e espaço cultivado, uma vez que o homem sempre utilizou dos recursos naturais em seu benefício: por muito tempo água, frutas, madeira, minerais e, até mesmo o ar pareciam bens livres e inesgotáveis.

Os Parques Ambientais são um tipo de Unidade de Conservação caracterizados por serem grandes áreas que apresentam peculiaridades em suas terras e seus componentes, pertencendo ao poder público e tendo a finalidade de “resguardar a fauna e a flora, bem como as belezas naturais; podendo estas ser utilizadas para fins científicos, culturais e recreativos, ficando proibida a exploração dos recursos naturais”¹¹.

⁶ ICEPA – op cit.

⁷ ALMEIDA, Silvio Gomes de(org). **Crise Socioambiental e conversão ecológica da agricultura brasileira:subsídios à formulação de diretrizes ambientais para o desenvolvimento agrícola**. RJ:AS-PTA, 2001.p.38.

⁸ JOCHEM, Toni Vidal. **A formação da colônia alemã de Teresópolis e a atuação da Igreja Católica (1860-1910)**. Palhoça:Ed. do autor, 2002.p.41

⁹ DIRKSEN, Valberto. **Viver em São Martinho – Colonização alemã no vale do Capivari**. Florianópolis: Ed. do autor, 1995.p.33.

¹⁰ ALMEIDA,OPCIT.P.07

¹¹ BITENCOURT, Neres Lourdes da Rosa. **Uma proposta de cidadania para preservação ambiental. Estudo de caso: comunidade de Vargem do Braço no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro**. Florianópolis: UFSC (Dissertação), 2000. P.08.

Os Parques Ambientais Brasileiros foram geridos desde a década de 1930 pelo Ministério da Agricultura; em 1967 passaram para a égide do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), e desde 1989 são de responsabilidade direta do Instituto de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)¹², sendo que, a criação de leis para defesa do meio ambiente cabe à determinação da União Federal, podendo os Estados e Municípios produzirem leis de nível regional, dentro do âmbito de interesses locais.

Apesar da preocupação com a formação de áreas ambientais protegidas datar de períodos anteriores, no Brasil esta preocupação torna-se evidente somente a partir da década de 1970, quando se passa a estudar as possibilidades de aproveitamento racional de recursos naturais, de forma a minimizar os impactos ambientais, utilizando-os adequadamente para que possa haver benefícios para as populações endógenas, sem a posterior perda dos recursos da natureza.

O conceito de natureza é aqui entendido como “a essência do que constitui o universo, ou seja, o meio ambiente de todos os seres vivos e que não foi ainda “transformada” pela ação humana”¹³. Contudo, esta natureza selvagem e intocada, segundo Simon Schama¹⁴, não demarca a si mesma, não se nomeia e não venera a si mesma. Ou seja, a humanidade transforma o conceito de natureza, segundo concepções diversas. Portanto, podemos perguntar: Para quem a natureza é vista como Patrimônio Natural? E sendo um patrimônio, como deve ser utilizado?

O espaço territorial e sua utilização inserem-se na discussão sobre planejamento ambiental. Neste sentido, a paisagem rural catarinense (paisagem transformada e utilizada para culturas agrícolas) tornou-se alvo de modelos de conversão da agricultura para um novo padrão “ecologicamente correto” e que vai de encontro às técnicas tradicionais de cultivo da terra, que remontam o período da Imigração Européia. Contudo, a busca por uma sustentabilidade da agricultura, principalmente em áreas de preservação ambiental, requer transformações sociais consideráveis, abrangendo tanto o espaço político-econômico, quanto cultural das comunidades envolvidas. A exploração dos recursos naturais e as limitações ao uso do espaço são disparidades nas discussões sobre impactos ambientais, impactos de ordem social e econômica que giram em torno da formação de Unidades de Conservação em áreas agricultáveis.

O Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (PEST) foi criado no dia primeiro de novembro de 1975, através do incentivo e trabalho do botânico, Padre Raulino Reitz. Este dedicou grande parte de sua vida aos estudos zoobotânicos, participando diretamente da criação de Unidades de Conservação em Santa Catarina, sendo o Diretor da Fundação do Meio Ambiente (FATMA) de 1976 a 1983 - órgão diretamente responsável pela administração do PEST.¹⁵

Atualmente o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro possui uma extensão de 87,405 mil hectares, abrangendo os municípios de Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, São Bonifácio, São Martinho, Imaruí, Garopaba e Paulo Lopes. E sua parte marinha alcança as ilhas da Fortaleza, Papagaio Grande e Papagaio Pequena, Três Irmãs, Moleques do Sul, Siriú, Coral, Cardos e sul da Ilha de Santa Catarina, no município de Florianópolis. É caracterizado fisicamente com a paisagem da restinga no litoral, sobe a serra, alcançando o planalto em meio a vegetação dos pinhais; passando nessa transição pela floresta pluvial da encosta atlântica, vegetação da matinha nebulosa e os campos de altitude da chapada da serra¹⁶.

O mapa abaixo possibilita a visualização da extensão que o Parque abrange:

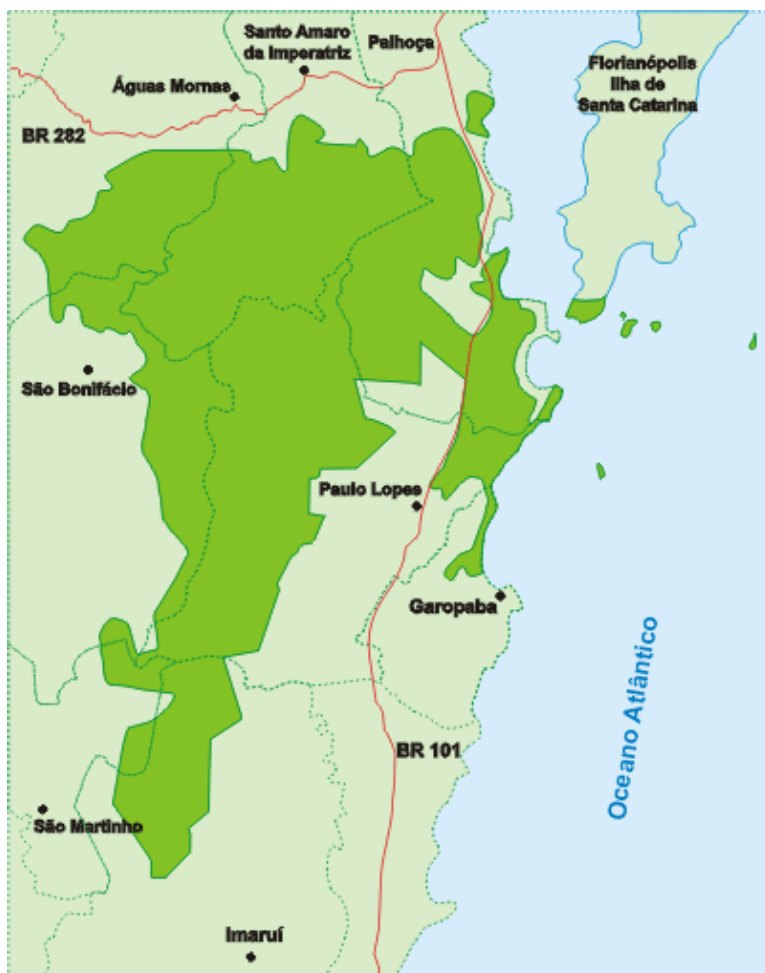
¹² DRUMMOND, 1997. IN: BRIGHTWELL, **Maria das Graças Santos. Espaço Natural e espaço histórico-cultural na região do Parque Nacional de Aparatos da Serra.** Florianópolis: UFSC, 2003. p.52.

¹³ PÁDUA, José Augusto; LAGO, Antônio. **O que é Ecologia.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1993. p.35

¹⁴ SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.17.

¹⁵ GIUC - **Gestão Integrada das Unidades de Conservação Costeira e Marinha de Santa Catarina** (FATMA). 2003. Relatório Avulso. p.04

¹⁶ FATMA - Plano de Zoneamento do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. 2000. p.02



Referência: <http://www.fatma.gov.br> .Pesquisado em 30/08/2204.

Segundo Relatório do Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina, na Avaliação do Projeto de Microbacias do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (ICEPA), o decreto de criação do Parque, Lei nº 1260 de 10 de novembro de 1975, objetivou a defesa do meio ambiente, e também garantir o abastecimento de água para a grande Florianópolis; e com o mesmo propósito outro decreto foi assinado na mesma data, declarando a área do Parque como de “utilidade pública para fins de desapropriação”. Ou seja, a resolução para a formação de uma área de preservação ambiental como a do Parque foi gerida sem a participação das comunidades locais, causando reações contrárias, devido ao problema que se instaura na utilização do espaço territorial.

O arquivo da Comissão da Pastoral da Terra em Florianópolis apresenta uma posição conflituosa na formação do Parque, inerentes às visões conservacionista e preservacionista¹⁷, do conceito de proteção da biodiversidade. Ou seja, enquan-

to a primeira defende a proteção para qual a presença humana é incompatível; a segunda defende a coexistência humana e a conservação biológica, onde uma ação governamental auxiliaria na elaboração de planos de manejo.

O início do séc. XX foi marcado pela intensificação das práticas agrícolas. O estabelecimento de migrantes nas margens dos rios, a construção de engenhos e a exploração da madeira desencadeou a derrubada da mata e tornou comum as queimadas e o uso de agrotóxicos.¹⁸ Contudo, na segunda metade deste mesmo século, a utilização do espaço natural passa a ser repensado, tanto na condição da sobrevivência humana, na utilização racional para que possa ser renovável, quanto na maneira ideológica pela qual se apresenta a questão ambiental.

A paisagem que tornara-se cicatrizada pelo trabalho humano¹⁹, passou a ser objeto de estudo para a possível manutenção do equilíbrio entre os ciclos biogeoquímicos e os ciclos biogeoeconômicos²⁰, nos modos de produção e subsistência das comunidades envolvidas.

Dentro do conceito de agroecologia, o eco-desenvolvimento ou o desenvolvimento sustentável em regiões de preservação ambiental prevê uma série de iniciativas para satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas pró-

¹⁷ DIEGUES, Antônio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada**. NUPAUB: São Paulo, 1994.p.120.

¹⁸ BITENCOURT. OPCIT.p.68.

¹⁹ DEAN, Warren. **A ferro e Fogo: História e devastação da Mata Atlântica Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.p.19.

²⁰ PÁDUA; LAGO.OPCIT.p.53.

prias necessidades(...) faz-se uma crítica à modernização industrial como método de desenvolvimento de regiões periféricas (pequenas regiões rurais da África, Ásia e América Latina)²¹.

Mas analisando as comunidades rurais no entorno do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, que tipo de preservação pode ser socialmente aceita e ecologicamente sustentável?

A questão da sustentabilidade é um tema recente e, nos últimos dez anos vem sendo estudada num processo de transformar as percepções políticas e cívicas, uma vez que a questão ambiental está enraizada em valores sócio-culturais. Propostas como agricultura orgânica e turismo rural surgem na tentativa de utilizar adequadamente o espaço sem e retirada desses agricultores do espaço em questão.

Conforme Simon Schama²², “embora reconheçamos que o impacto da humanidade sobre a ecologia da Terra não foi puro benefício, a longa relação entre cultura e natureza tampouco tem constituído numa calamidade irremediável e predeterminada”. Sendo que a relação homem e natureza passam a ser tema da História a partir do momento em que o homem analisa-se conscientemente como parte integrante e modificadora do espaço em função de seus hábitos, e que estes mudam ao longo da História conforme sua necessidade de sobrevivência e adaptação ao meio, a preservação ambiental ou a utilização dos recursos naturais torna-se consequência e construções da percepção humana e sua interação (direta ou não) com este meio ambiente, através de sua permanência ou ruptura ao longo do tempo.

Referências

- PELLEGRINI, Américo Filho. **Ecologia, Cultura e Turismo**. Campinas: São Paulo:Papirus, 1993.9.
- BITENCOURT, Neres Lourdes R. **Uma proposta de cidadania para preservação ambiental. Estudo de caso: comunidade de Vargem do Braço no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro**. Florianópolis: UFSC (Dissertação), 2000.
- BRIGHTWELL, Maria das Graças Santos. **Espaço Natural e espaço histórico-cultural na região do Parque Nacional de Aparatos da Serra**. Florianópolis: UFSC,2003.
- SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- GIUC - **Gestão Integrada das Unidades de Conservação Costeira e Marinha de Santa Catarina** (FATMA).2003. Relatório Avulso.
- FATMA - **Plano de Zoneamento do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro**.
- JOCHEM, Toni Vidal (org). **São Pedro de Alcântara (1829-1999) – Aspectos de sua História**. São Pedro de Alcântara: Comissão dos Festejos, 1999
- VÁRZEA, Virgílio. **Santa Catarina – A Ilha**. Florianópolis:IOESC, 1984.
- ALMEIDA, Silvio Gomes de(org). **Crise Socioambiental e conversão ecológica da agricultura brasileira:subsídios à formulação de diretrizes ambientais para o desenvolvimento agrícola**. RJ:AS-PTA, 2001.
- DIEGUES, Antônio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada**. NUPAUB: São Paulo, 1994.
- DEAN, Warren. **A ferro e Fogo: História e devastação da Mata Atlântica Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras,1996.
- PÁDUA, José Augusto; LAGO, Antônio.**O que é Ecologia**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1993.
- CAVALCANTI, Clóvis (org). **Desenvolvimento e Natureza:Estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Ed. Cortez, 2001.
- JOCHEM, Toni Vidal. **A formação da colônia alemã de Teresópolis e a atuação da Igreja Católica (1860-1910)**. Palhoça:Ed. do autor, 2002.
- DIRKSEN, Valberto. **Viver em São Martinho – Colonização alemã no vale do Capivari**. Florianópolis: Ed. do autor, 1995.

²¹ CAVALCANTI, Clóvis (org). **Desenvolvimento e Natureza:Estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Ed. Cortez, 2001.p.33

²² SCHAMA. OPCIT.Pp.28

– 4 –

Falares, Literatura e Imigração

“KINDERLESEECKE”. UMA COLUNA PARA CRIANÇAS NO JORNAL “DEUTSCHE POST”

Tanara Emanoëlle Torres Nietiedt

O presente texto traz à tona informações sobre o objeto de estudo do trabalho, a coluna “Der Kinder Lesecke” (Cantinho de Leitura da Criança), como também, informações a respeito de seu mantenedor, o jornal “Deutsche Post” (Correio Alemão) e seu Editor Wilhelm Rotermund. Além de produzir material didático, almanaques, contos e afins, Wilhem Rotermund foi o criador do Jornal “Deutsche Post”, no qual existia o encarte “Für Herz und Haus” (Para o coração e o lar) e nesse a coluna “Der Kinder Lesecke” (O cantinho de leitura das crianças) que foi uma outra opção de leitura destinada às crianças de imigrantes alemães e ou de seus descendentes no Sul do Brasil.

1. A Imprensa em língua alemã no Brasil

A partir do conhecimento de que o objeto de estudo desse trabalho, a coluna “Der Kinder Lesecke”, faz parte de um suplemento do jornal *Deutsche Post*, importante periódico em língua alemã, que circulou entre os anos de 1880 a 1928, por várias localidades do Rio Grande do Sul e do Brasil, é que se torna relevante a realização de um estudo a respeito da contextualização dessa imprensa no Rio Grande do Sul. O livro *Die Deutsche Presse in Brasilien von 1852 bis zur Gegenwart*¹, escrito em 1931 pelo Dr. Hans Gehse, apresenta as primeiras tentativas de manifestações da imprensa alemã no Brasil. E é a partir da leitura dessa obra e da leitura do estudo realizado pelo professor Martin Dreher, que se tentará expor significativas considerações acerca dessa imprensa no Brasil.

A existência da imprensa de expressão alemã no Brasil foi muito importante para os imigrantes. Através da palavra impressa, os imigrantes puderam expressar seus ideais e posicionamentos frente a diversos temas de seu interesse e necessidade; puderam também lutar por interesses frente ao governo brasileiro e, sobretudo, manter o vínculo com a língua, a cultura, os costumes, bem como a religião evangélica.

A leitura do estudo de Gehse evidenciou, além de um expressivo panorama histórico da evolução da imprensa alemã no Brasil, também alguns dos objetivos de jornais noticiosos para com a formação espiritual e intelectual de seus leitores. Um dos interesses que foi, talvez, o mais freqüente nas publicações teuto-brasileiras, estava voltado à preservação dos elementos da germanidade pelos imigrantes e seus descendentes. Em vista disso, e acreditando que a imprensa seria um veículo significativo para o alcance de tal desejo, é que os editores fizeram de seu jornal, além de porta-voz de significativos assuntos, todos voltados ao bem-estar do imigrante no Brasil, também o porta-voz da cultura, da crença e da alma alemã, elementos esses, que jamais deveriam ser esquecidos, pois somente com a prática desses é que se chegaria ao progresso e a felicidade. Tal ideologia está clara nas seguintes colocações de Gehse (1931, p. 18):

¹ GEHSE, Hans. *Die Deutsche Presse in Brasilien von 1852 bis zur Gegenwart*. Münster in Westfalen: Aschendorffsche Verlagsbuchhandlung, 1931 é uma obra escrita em língua alemã, sendo de minha responsabilidade a compreensão e a tradução das mesmas para o português, e assim, constituir um breve panorama da imprensa alemã no Brasil, mais especificamente no Sul do Brasil.

Assim constituiu-se a união entre as regiões coloniais. Assim constituiu-se, nos estados brasileiros uma específica particularidade de germanidade cujo peculiar caráter encontra expressão, também na imprensa.²

2. A pessoa de Wilhelm Rotermund

Wilhelm Rotermund nasceu no dia 21 de novembro de 1843, em Stemmen, próximo de Hannover, na Alemanha. Sua formação intelectual, assim como sua carreira profissional, abrangem, praticamente, três áreas distintas: a pastoral, a educacional, a cultural e a política. E em 1874, partiu para o Brasil para assumir o pastorado na comunidade evangélica de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, por cinco anos. Porém, não foram, somente, cinco anos que Rotermund permaneceu e trabalhou aqui, mas sim, encontrou, no Brasil, a tarefa de sua vida cuja atividade só foi interrompida com sua morte em 1925.

2.1 A chegada de Rotermund ao Rio Grande do Sul

Rotermund chegou ao Rio Grande do Sul quatro semanas após o massacre do Movimento Mucker, em momento de considerável queda da auto-estima e da fé da comunidade alemã de São Leopoldo. Além disso, o fracasso do Movimento foi motivo para a divulgação de comentários irônicos a seu respeito, como ainda a respeito de seus participantes, os protestantes. Diante de tal situação e diante do envolvimento de Rotermund com os membros dessa comunidade, já que se tratava de seus paroquianos³, é que Rotermund empenhou-se na recuperação do espírito religioso e da auto-estima dessas pessoas. Porém, suas atividades foram além do pastorado. A partir de 1877, Rotermund tornara-se também jornalista, escritor, autor de livros escolares e proprietário de uma editora, inicialmente intitulada *Evangelische Buchhandlung*, (Livraria Evangélica) e que, posteriormente, passou a denominar-se *Editora Rotermund & Co*, tendo filiais em Porto Alegre, Cruz Alta e Ijuí.

2.2 Os feitos de Rotermund

Segundo Dreher, Rotermund deve ser considerado um dos pioneiros do material didático bilíngüe (português e alemão), bem como da literatura de expressão alemã no Brasil.⁴

Incontestavelmente, a pessoa de Wilhelm Rotermund foi de extrema importância para o desenvolvimento cultural e educacional das colônias teuto-brasileiras. Seus feitos e obras instruíram não somente as crianças das escolas alemãs no Rio Grande do Sul, mas também alunos, não necessariamente alemães, de escolas de outros estados brasileiros e países latino-americanos. Além disso, foram essenciais para a instituição de uma organização escolar e curricular nas escolas comunitárias e para a formação pedagógica dos professores. A preocupação de Rotermund com a formação escolar das crianças era tanta, que, em 1917, passou a editar um periódico pedagógico, voltado ao trabalho escolar. Estamos nos referindo ao periódico *Das Schulbuch*. Organ zum Ausbau der Schulbuchliteratur in Brasilien, editado por Rotermund, em São Leopoldo, de 1917 a 1938.

2.3 Os Brummer no Rio Grande do Sul

Entretanto, o primeiro impulso para a concretização do acesso dos teuto-brasileiros à educação e à cultura, deve-se aos Brummer, ou seja, aos 1.800 soldados reais que, em 1852,

² “So hat sich in den Geschlossenheitsgrad des Koloniegebietes. So hat sich in den einzelnen Staaten Brasiliens ein Deutschtum von spezifischer Eigenart herausgebildet, dessen besonderer Charakter auch in der Presse seinen Ausdruck findet.” (GEHSE, 1931, p. 18).

³ Wilhelm Rotermund foi pastor da comunidade evangélica de São Leopoldo, entre os anos de 1874 a 1918.

⁴ DREHER, Martin N. A participação do imigrante na imprensa brasileira. In: DREHER, Martin N.; RAMBO, Arthur Blásio; TRAMONTINI, Marcos Justo. (Orgs.). **Imigração & imprensa**. XV Simpósio de história da Imigração e Colonização. Porto Alegre: EST Edições, 2004. p. 94.

contratados pelo Império, vieram da Alemanha para combater o ditador Rosas, na Argentina, e que, após o combate, se estabeleceram nas colônias alemãs, no Rio Grande do Sul. Esses homens, quase todos com formação superior à dos imigrantes, exerceram significativa influência na vida cultural dos alemães. Segundo Kreutz, “sua participação direta foi através da imprensa e do magistério, demandando melhor nível de ensino e organização escolar” (KREUTZ, 1994, p. 39). Além disso, não podemos esquecer que muitos deles atuaram como professores e colaboraram com a organização das escolas, após a Revolução Farroupilha, quando essas se encontravam em intensa e imensa desordem.

Porém, a influência dos Brummer não foi somente positiva. Enquanto professores, líderes de comunidades, de associações e, principalmente, enquanto destaque do jornal *Deutsche Zeitung* de Koseritz, suas concepções, ações e opiniões possuíam expressiva importância para os membros das comunidades. Diante disso, também seus pensamentos materialistas, racionalistas e a-religiosos alcançaram relevante difusão nas colônias. E, preocupadas com a influência de tais pensamentos na vida dos teuto-brasileiros, as Igrejas evangélica e católica se posicionaram contra tais concepções, sendo que, para alcançarem tais objetivos, instituíram novos veículos impressos, ou seja, jornais, no contexto da imprensa teuto-brasileira. Os padres jesuítas criaram, a partir de 1872, o *Deutsches Volksblatt* e o pastor Wilhelm Rotermund criou, a partir de 1880, o jornal *Deutsche Post*, ambos envolvidos em um projeto que, conforme Kreutz, “desencadeava em uma forte estrutura comunitária com ampla rede de associações criadas e dinamizadas numa perspectiva comum, num projeto comum, ou, talvez possamos dizer, numa utopia teuto-brasileira.” (1994, p. 39).

2.4 Rotermund e o Sínodo Riograndense

Conforme Martin Dreher em seu estudo *Igreja e Germanidade*, a maior e permanente obra de Rotermund, teria sido a fundação, em 1886, do Sínodo Riograndense, do qual foi presidente por vários anos (de 1886 a 1894 e de 1909 a 1919).

A consideração de Roger Chartier acerca dos significados das representações sociais permite significativas reflexões sobre os objetivos e atitudes de Rotermund para com os membros das comunidades teutas do Rio Grande do Sul.

As percepções do social são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem (...) a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (CHARTIER, 1990, p. 17).

De acordo com estudos sobre a pessoa de Rotermund, evidenciados anteriormente, pode-se constatar que, para ele, os elementos Igreja e germanidade deveriam estar ligados e presentes em todos os momentos de sua e da vida dos teuto-brasileiros. Portanto, não causa estranhamento o fato de fazer desse objetivo pessoal, a linha de conduta que vai orientar toda a sua vida, como também a vida de seus seguidores. Baseando-se nas palavras de Chartier, das citações acima, torna-se evidente o fato de que Rotermund fez de sua disponibilidade às representações impressas, o porta-voz de suas ideologias. Suas publicações não possuíam somente a função de simples informantes, mas faziam parte do projeto de vida de Rotermund no Brasil. A institucionalização da Igreja e fé evangélica, como também, o bem-estar social, político e judicial dos imigrantes e seus descendentes e a preservação da germanidade.⁵

Além do Sínodo Riograndense, seu fundador foi responsável pela publicação, desde 1881,

⁵ Ciente da necessidade de um pressuposto teórico para trabalhar com um jornal que já não circula mais, parti para a leitura de ELMIR, Cláudio Pereira. *As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica*. Cadernos PPG em História da UFRGS, Porto Alegre, dezembro de 1995. Nr. 13, p. 21. Tal leitura proporcionou-me reflexões sobre como interpretar as informações de um jornal que segundo Cláudio, está deslocado no tempo e no espaço.

do *Kalender für die Deutschen in Brasilien* (Almanaque para os alemães no Brasil), mais conhecido como *Rotermund-Kalender* (Almanaque de Rotermund), que também surgiu com o intuito de reorganizar as comunidades evangélicas, fortalecer os valores cristãos e educar o povo através da fé.

2.5 O Almanaque Rotermund

O almanaque ou anuário foi um tipo específico de impresso em língua alemã, destinado ao imigrante e seus descendentes com o objetivo de instruí-lo, educá-lo e orientá-lo em todas as suas necessidades.

A partir do sucesso da publicação do *Koseritz' deutscher Volkskalender für die Provinz Rio Grande do Sul*, muitos outros almanaques surgiram, entre eles o *Kalender für die Deutschen in Brasilien*, publicado em São Leopoldo de 1881 a 1941 por Wilhelm Rotermund e que, a partir de 1923, alcançou a tiragem anual de 30.000 exemplares, ou seja, um número expressivo que lhe garante, até os estudos realizados, o título de periódico com a mais alta tiragem em língua alemã no Brasil, fato esse que justifica a importância de breve exposição sobre o seu conteúdo.

Segundo René Gertz (2002, p. 35), esse almanaque

tinha suas 24 primeiras páginas ocupadas com um calendário, onde podiam ser feitas anotações e eram prestadas informações sobre fases da lua, feriados, datas históricas. Depois, vinha um amplo espaço dedicado a temas diversos, que incluíam, entre outros, informações para agricultura, poesias, leitura edificante, temas históricos, panorama anual sobre política, economia, cultura e religião desde o nível internacional até o regional.

Contudo, a partir da aquisição do almanaque, o colono não adquiriria somente o acesso a um panorama dos acontecimentos previstos para o ano, como também acesso a informações precisas sobre as melhores épocas para o plantio e produção de determinado produto, mas também e principalmente, o acesso a uma leitura produzida em sua língua materna, destinada aos leitores de fala alemã. A partir de tal característica, seu editor pretendia, além da conservação e valorização da língua, atingir a religiosidade evangélica e o fomento da identidade alemã de seu leitor.

Enfim, a publicação do almanaque foi outra alternativa que Wilhelm Rotermund encontrou para proporcionar a união dos diversos núcleos coloniais do Rio Grande do Sul, como também do Brasil, através da constante lembrança e preservação da essência cultural e religiosa alemã aos seus leitores.

Ainda pertence às realizações de Rotermund a coleção *Südamerikanische Literatur*, na qual reunia contos de sua própria autoria, através dos quais, além de outros, também, possuía o objetivo de conquistar seus leitores para a vida cristã nas famílias e na sociedade. Além disso, possibilitava espaço para autores teuto-brasileiros publicarem prosa e verso. Foram mais de trinta os volumes publicados nesta coleção, contudo cabe lembrar que, durante a campanha da Nacionalização, o Regime de Vargas confiscou toda a produção e o estoque de livros em língua alemã existente na Firma Rotermund e muitos livros, entre eles, livros religiosos, gramáticas, livros de matemática, botânica e canto foram, lamentavelmente, encaminhados para uma fábrica de papel.

2.6 O *Deutsche Post* e seus suplementos

Muitas foram as facetas de Rotermund conhecidas, até o momento. Entre elas, Rotermund como pastor e fundador do Sínodo Riograndense, como educador e produtor de material didático, como escritor e organizador de contos e almanaques. Todas essas e outras realizações de Wilhelm Rotermund possuíam uma mesma linha condutora, uma mesma finalidade: a de organizar e intensificar a vida cultural, espiritual e intelectual dos teuto-brasileiros, os quais, na concepção de Rotermund, deveriam disponibilizar seu trabalho em favor da pátria brasileira, porém sua alma, sua religião e fé, deveriam continuar leais a sua terra natal, a Alemanha. Esses objetivos, que não foram diferentes para com a publicação do Jornal *Deutsche Post*, que foi também um importante veículo para a conquista de direitos políticos de interesse dos teuto-brasileiros.

O jornal *Deutsche Post* ou *Correio Alemão* foi um jornal impresso em alemão gótico, publicado e editado por Wilhelm Rotermund, em São Leopoldo, entre os anos de 1880 a 1928. Inicialmente houve duas edições semanais. Contudo, a partir do início de 1881, o jornal começou a circular com maior regularidade. Segundo o estudo de Gertz, o jornal não pôde registrar o mesmo crescimento do almanaque: “suas primeiras edições não passaram de 300 exemplares, atingindo 600 exemplares em 1890, com edições às quartas-feiras e aos sábados, 1.000 em 1899, com três edições semanais, 1.600 em 1906 e 2.845 em 1910, quando em 12 de agosto de 1914 passou a ser diário, exceto em domingos” (GERTZ, 2002, p. 35-36). Em março de 1921, veicula uma edição semanal, o *Wochen-Ausgabe* (Edição semanal), uma espécie de resumo dos principais acontecimentos da semana, paralelamente ao diário, o *Tages-Ausgabe* (Edição diária), já existente. O público alvo deste jornal eram os protestantes, em sua grande maioria colonos, moradores do Rio Grande do Sul.

Em 1915, o jornal atingiu o seu auge, pois, no momento, era o único jornal em língua alemã no Brasil que possuía serviço telegráfico próprio e, vale lembrar que, entre junho de 1917 e agosto de 1919, o jornal deixou de ser publicado devido à proibição de publicações em língua alemã no Brasil.

Inicialmente, o jornal ofereceu conteúdos voltados para a cultura e para a religião teuta. O assunto predominante vai ser sempre o mesmo: a preservação de valores religiosos e étnicos. E valendo-nos das palavras de Roger Chartier (1990, p.17), para quem,

as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem as utiliza.

Foi-se à procura dos objetivos, das ideologias, das opiniões do grupo ou da pessoa responsável pela publicação do *Deutsche Post* e descobriu-se que, em seu editorial de lançamento, no dia 18 de dezembro de 1880, o jornal disponibilizou aos leitores, através do artigo intitulado *Ein Wort auf den Weg* (Uma palavra para a caminhada), os objetivos que norteariam a sua publicação: “defender os interesses da população de origem alemã, principalmente a evangélica, estabelecida no Rio Grande do Sul; trazer toda a sorte de informações úteis aos leitores; trazer a todas as classes da população interessantes opções de leitura, com o objetivo de despertar o prazer da leitura e “vivificar o interesse na formação do espírito e do coração”; manter o modo de ser e os costumes alemães, através da língua e dos conteúdos veiculados pelo periódico; manter a ligação com a Alemanha, tanto comercial quanto culturalmente e modificar a opinião pública na Alemanha sobre a emigração alemã para o Brasil” (Editorial de lançamento do jornal *Deutsche Post*, 1880).

Ainda, em outra ocasião, o jornal expõe: “o jornal *Deutsche Post* surgiu do desejo de cultivar e de amparar a essência evangélica, sobretudo na luta das visões de mundo (...). O catolicismo em si nós não combatemos. (...) o periódico em si seja mais e mais evangélico, que nele sobre uma brisa da mentalidade evangélica e o Evangelho seja o fio condutor que atravessasse todo o jornal”⁶.

Os aspectos cultural e político tiveram para Rotermund tamanha importância, que esse os fez destaque das páginas de seu jornal, desagradando, dessa forma, o Conselho Diretor da Igreja Evangélica da Prússia que, em 1904, exigiu a renúncia de Rotermund da direção do jornal, pois, somente perante tal atitude poderia continuar suas atividades como pastor de São Leopoldo. Entretanto, conseguiu manter-se na direção do jornal até o ano de 1915, quando renunciou para a conseqüente posse de seus filhos, Ernst e Fritz Rotermund.

Ao longo de sua periodicidade, O *Deutsche Post* ocupou-se com muitos conteúdos, entre

⁶ ROTERMUND, *Deutsche Post*, São Leopoldo, 19.02.1913, p. 1, Nr. 4000, 33. Jahrgang.

eles: literatura de expressão alemã no Brasil, situados principalmente nos folhetins ou em suplementos; a participação política do imigrante alemão no Brasil; a produção artesanal e industrial; as questões de gênero; discussões sobre a educação, a religião e a política em âmbito nacional e internacional; a escola e o material didático; a sociabilidade (bailes, festas escolares, moda, sociedades de canto, tiro e bolão); esporte; humor; os necrológios, que além de ser fonte de estudo genealógico, também possibilita a identificação de doenças e epidemias que atingiram grande parte dos imigrantes alemães e seus descendentes; as propagandas e a publicidade de casas comerciais, profissionais liberais e prestações de serviço. Todas estas publicações fizeram do *Deutsche Post* um dos mais importantes documentos da cultura teuto-riograndense e da história da imigração alemã no Brasil, fato, esse que para Chartier em sua *História cultural: entre práticas e representações* também vai ser importante e que em vista disso afirma:

A história cultural, assim como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler (CHARTIER, 1990, p.17).

2.7 O Suplemento *Für Herz und Haus*

O jornal *Deutsche Post* era formado por quatro ou por oito páginas. Quando constituído por oito, quatro dessas eram destinadas a notícias locais, regionais e internacionais, como também a contos e romances expostos em forma de folhetins. As duas próximas eram ocupadas por um suplemento e suas seções e as duas finais por anúncios publicitários e necrológios.

Na primeira página de sua edição, o suplemento *Für Herz und Haus* possuía as seguintes seções: *Deutsche Merksprüche* – (Provérbios alemães) de significativos autores da Alemanha, como por exemplo: Storm, Stein, Goethe, Schopenhauer e outros; *Um häuslichen Herde* – (Orientações para a vida familiar) que trazia relatos de pessoas experientes sobre como lidar com as diferentes fases de vida dos filhos e outras orientações para a educação dos filhos; *Landwirtschaftliches* – (Agricultura) com sugestões para o trato com a terra, o plantio e a colheita; *Vom gesunden Leben* – (Para uma vida saudável) com dicas para uma saúde saudável e *Hauswirtschaftliches* – (Economias Domésticas) com dicas de economia para o lar. A segunda página do suplemento era formada pelas seções: *Rätsel* – (Jogo de adivinhações) com brincadeiras (cruzeirinhas) para as crianças resolverem; *Die Mode* – (A Moda) com informações sobre moda, sugestões de corte e costura e artigos que ressaltavam o importante papel da mulher na família e na sociedade; *Der Kinder Lesecke* – (Cantinho de Leitura das Crianças) que foi uma coluna jornalística dirigida à criança alemã, no Rio Grande do Sul, e que possuía relatos sobre a história da Alemanha e sagas alemãs, cujos textos serão analisados com mais detalhes, no próximo capítulo. Muitas vezes o suplemento terminava com o texto da seção *Der Kinder Lesecke*, mas havia edições que terminavam ou com a seção *Humoristische Ecke* (Canto do humor) que oferecia piadas ou com a seção *Gedankensplitter* ? que também oferecia provérbios. As duas páginas finais do jornal ocupavam-se com anúncios publicitários e com necrológios.

2.8 A coluna *Der Kinder Lesecke*

O primeiro exemplar da coluna apareceu no dia 14 de janeiro de 1921 e se encontrava na primeira página do jornal *Deutsche Post*. Em 5 de março do mesmo ano, o jornal recebeu a significativa contribuição do encarte *Für Herz und Haus* no qual, a partir dessa mesma data, também a coluna passou a fazer parte de suas páginas. O jornal possuía circulação diária e semanal. O encarte e a coluna apareciam na sexta-feira de cada semana, mudando para quarta-feira em fevereiro de 1922 e, também, na edição de final de semana, editada aos sábados. Porém, os textos de ambas publicações eram os mesmos. Logo, a família que adquirisse somente a edição semanal também adquiriria o texto da *Der Kinder Lesecke* diário.

Desde o seu lançamento até o seu término, em 04/03/1925, a coluna esteve presente em 201 exemplares. Uma das características da coluna é que somente o seu primeiro exemplar, em 14 de janeiro de 1921, foi assinado com as iniciais H. II. Todos os outros exemplares não foram

assinados, fato esse que leva à inferência de que os textos impressos no Brasil poderiam ter-se originado da Alemanha.⁷

Devido ao fato de o texto da coluna encontrar-se, em seu original, escrito em alemão gótico impresso, coube a pretendente do trabalho a realização de sua leitura, sua compreensão e sua tradução para o português. O tempo verbal dos textos não era definido. Ora apresentava-se no presente, ora no passado, de maneira que se optou pelo passado para a realização do fichamento da coluna. Além disso, não se tem uma definição do espaço ocupado pela coluna, seu espaço varia de acordo com o tamanho de seu texto que algumas vezes ocupava, praticamente, toda a segunda página do suplemento e outras ocupava apenas meia página. Seu título e subtítulo foram os mesmos, durante os cinco anos. Ou seja, o título se constituía do nome da coluna *Der Kinder Lese=Ecke*, escrito dessa maneira e o subtítulo se constituía das palavras *Was Großvater von Deutschland erzählt* (O que o avô narra sobre a Alemanha). Somente o subtítulo do primeiro exemplar foi diferente. Esse se compunha das palavras *Was Großmutter erzählt* (O que a avó narra). Acontecimento esse que evidencia a preferência pela figura masculina para narrar a história para as crianças.

Para a o levantamento do corpus desse trabalho, optou-se pelo fichamento dos textos referentes ao ano de 1921. Tal recorte se deve ao fato de, dentre os cinco anos de circulação da coluna, somente o ano de 1921 possuir as “Heldensagen”, as (Sagas Alemãs), como opção de leitura na *Kinder Lesecke*. Além disso, na época em questão, o contato com o conteúdo da saga era de extrema importância para a formação pessoal e doutrinação dos atos da criança. Também ainda é importante informar que, durante a descrição do assunto, se efetuou a transcrição e tradução de vários trechos do jornal original, pois evidenciavam a intromissão da fala do avô, durante a narrativa das histórias, falas essas que queriam alertar os netos da importância das palavras já ditas ou das que ainda seriam ditas.

Os textos da coluna referentes ao ano de 1921 possuem diferentes temas, entre eles narrativas acerca dos primórdios da Alemanha, nas quais encontram-se exposições acerca das características e fisionomia dos alemães; como também referências a respeito de seus antigos deuses como por exemplo: Modan, Donar e outros; além dessas narrativas, há ainda textos referentes à primeira batalha alemã contra os romanos, no qual louva-se Armin, “o libertador”, assim conhecido pelo fato de ter sido o organizador da batalha em Teutoburger cuja vitória conquistou a independência da Alemanha do jugo romano; histórias sobre os primeiros grupos germânicos, suas origens e suas batalhas contra outros grupos; sagas alemãs como *Die Nibelungen*, *Sagen von den Langobarden* e outras histórias sobre os feitos de reis e pessoas que de alguma forma, seja por sua fidelidade, seja por feitos heróicos contribuíram para a constituição da nação alemã como também para a constituição do conjunto de características da identidade alemã.

2.9 A temática dos textos

Dentre os alemães que deveriam ser influenciados pela ideologia editorial difundida no *Deutsche Post*, encontravam-se as crianças e os jovens alemães cuja existência era muito importante para os germanistas, pois representavam a possibilidade da continuidade da identidade alemã em terras brasileiras.

E foi pensando em tal público e na importância da formação de sua personalidade, que os editores do *Deutsche Post* dedicaram um canto das páginas de seu jornal à publicação de textos, ou seja, à publicação da *Kinder Lesecke*, que tinha como objetivo principal, a veiculação de um conjunto de normas e modelos de conduta para o leitor infante-juvenil do Rio Grande do Sul. O contato, com o conteúdo das páginas da coluna, deveria assegurar a formação de sua personalidade e de sua conduta conforme os ideais da germanidade.

⁷ Infelizmente não foi possível encontrar uma informação precisa a respeito da procedência dos textos da coluna. Talvez tenham sido produzidos na Alemanha e exportados para o Brasil. Já que era comum, na época em questão, a procedência de textos prontos da Alemanha para as editoras do Brasil.

2.9.1 Os antepassados

A primeira edição da coluna, em 14 de janeiro de 1921, apresenta uma conversa entre a avó e a neta. O que chama atenção nessa conversa é o fato de a avó narrar à sua neta lembranças de sua juventude. “Não usávamos vestidos de seda e a juventude era a nossa maquilagem”. A partir dessa citação, pode-se concluir que o passado da avó deveria guiar o presente da neta. Ou seja, a avó quis influenciar a sua neta para que não usasse maquilagem, pois em sua concepção, herdada talvez de seus antepassados, a beleza de uma mulher estava exposta em sua juventude, em sua fisionomia natural. Nesse sentido, Hartog apresenta o pensamento de Winckelmann sobre a concepção da história alemã como mestra da vida: “O único meio para nós alemães nos tornarmos grandes e, se possível, inimitáveis, é imitarmos os antigos” (WINCKELMANN, apud HARTOG, 2003, p. 68). Hartog ainda evidencia a contribuição de G. de Humbolt, que segue essa mesma linha de pensamento: a imitação não consiste nem em copiar nem em repetir os gregos, mas em “fazer como”. Com base nessas informações, a atitude da avó aproxima-se dessa maneira de pensar em relação à conduta de sua neta. Não queria que ela imitasse o que ela havia feito, há muitos anos, mas sim como ela o havia feito. Exemplo esse que faz da transferência da história a mestre da vida do presente.

Para o ideário germanista, o culto aos antepassados era muito importante, pois representava a preservação de uma herança fundamentada na identidade e nos valores dos modelos ancestrais, os quais foram os fundadores da nação alemã.

Também o significado do quarto mandamento bíblico “Honrarás teu pai e tua mãe” exprime claramente a idéia de que se devia respeitar os mais velhos, pois possuíam a sabedoria das experiências adquiridas ao longo dos anos, as quais deveriam, na concepção dos germanistas, guiar e influir seus descendentes para com a preservação da fidelidade alemã. Diante de tais concepções, pode-se afirmar que os conselhos e/ou exemplos veiculados pelas pessoas mais velhas possuíam valiosa influência sobre as atitudes e sobre as características culturais de seus descendentes.

A preocupação com os antepassados na coluna *Kinder Lesecke* não se restringe apenas aos avós, mas também aos heróis nacionais. Também a história alemã possuía tal finalidade de instrução. Considerada como um repositório de modelos e de conduta, seus antepassados e heróis possuíam características morais que os diferenciavam de outros povos e nações. Tal peculiaridade da história alemã também ocupou as páginas do canto de leitura das crianças.

2.9.2 Os heróis nacionais

No texto do dia cinco de março, o avô inicia sua narrativa, alertando seus netos de que a história a ser contada possuía bons exemplos dos antepassados e que, devido a isso, eles deveriam prestar atenção nas características desses bons exemplos da história. Uma das intromissões do avô se dá no momento em que os netos deveriam indicar o título de uma história para posteriormente ser narrada por ele. Gertrud sugere a narração de uma história sobre pessoas estranhas providas de locais distantes e desconhecidos. A sugestão não agrada ao avô que prontamente sugere:

Ao invés de falar a respeito de pessoas estranhas, eu prefiro falar-lhes sobre os alemães, para que, com isso, vocês saibam de que maneira os seus antepassados se tornaram um povo tão grande, de modo que toda a terra teve que se aliar para vencê-los. Que essa história sirva-lhes de exemplo, para que você Ernst se torne um homem capaz e você, Gertrud, uma mulher capaz, pois vocês devem sentir-se honrados dos nomes alemães, no Brasil.⁸

⁸ Trecho original: *Statt von fremden Menschen will ich euch lieber von den Deutschen erzählen, damit ihr erfahrt, auf welche Art eure deutschen Vorfahren ein so großes Volk geworden sind, daß die ganze Welt sich gegen sie verbünden mußte, um sie zu besiegen. Daran sollt ihr euch ein Beispiel nehmen, auf daß du, Ernst, dermaleinst ein tüchtiger Mann werdest, und du, Gertrud, eine tüchtige Frau, denn ihr sollt dem deutschen Namen Ehre machen in Brasilien.* (Deutsche Post. Kinder Lesecke, 5 de março de 1921).

Então, após evidenciar aos netos seu sentimento de recusa perante o elemento estrangeiro, característica essa que fazia parte do grupo de sentimentos ligado ao projeto de preservação da germanidade, assumido e divulgado no Rio Grande do Sul por várias instituições, entre elas, a família. A atitude do avô, além de refutar a preferência da neta por histórias estrangeiras, também causaria às crianças uma antipatia ao estrangeirismo, que, por sua vez, contribuiria com a formação da concepção de que ambos deveriam casar-se somente com pessoas descendentes de sua mesma raça, atitude essa, entre outras, que também favoreceria a germanidade.

Além disso, a coluna apresentava heróis que forneceram momentos de bravura às páginas da coluna. Trata-se dos heróis nacionais que representavam o momento de fundação do povo alemão e que de alguma forma contribuíram para a constituição do conjunto de características da identidade alemã.

O principal deles é Armin, conhecido pelos alemães por Hermann. Foi príncipe dos Cheruscos e denominado de “o libertador”, devido ao fato de ter sido responsável pela oposição da metade dos germanos contra o exército romano de 20.000 homens na floresta Teutoburger cuja derrota libertou a Germânia do jugo romano.

Ao narrar a história de Armin, o avô recorre novamente à estratégia da intromissão, dessa vez, chamando a atenção dos netos para as seguintes palavras:

os feitos do jovem herói Armin, mostram a vocês, queridas crianças, o muito que um único homem pode fazer para o bem de seu povo, quando ele está convicto que sua causa é justa e não desespera.⁹

A citação acima comprova mais uma vez a presença de personagens, no texto da coluna, que deveriam servir de modelos de conduta para as crianças. As crianças precisavam entrar em contato com tais modelos de comportamento, pois a transmissão dos fatos históricos, como já evidenciado, no início desse capítulo, eram importantes para a manutenção da germanidade. Tal importância se identifica, claramente, nas intrusões do narrador que adverte a atenção da criança para o significado de certos trechos e do que neles estava presente. Diante de tal efeito da intrusão do avô, partiu-se para a identificação das características inerentes à sua estratégia e ao seu desempenho como narrador homodiegético dos textos da coluna. Entre suas características, encontram-se as de pessoa mais velha, experiente e, devido às histórias que narrava na coluna, conhecedor profundo da história da Alemanha e transmissor de conhecimentos a respeito dos feitos dos importantes heróis da história da Alemanha à criança. Porém, ao transferir tal conhecimento, como por exemplo, a história de Armin, o narrador emitia também seus juízos ideológicos que deveriam influir sobre o sentimento dessas crianças, de maneira que sua admiração permanecesse sempre fiel à sua terra natal, através do orgulho destinado à personalidade e aos feitos de seus heróis. Ou seja, a história nacional, considerada como mestra da vida e fornecedora dos modelos de conduta nacionais era apresentada aos leitores como uma possibilidade de ligação entre a representação étnica do passado e a que deveria perpetuar na alma das crianças do presente.

2.9.3 A mitologia

Entretanto, a coluna não possuía somente histórias acerca dos heróis nacionais da Alemanha, mas também apresenta a seus leitores o conhecimento a respeito dos antigos deuses da mitologia alemã, Odin, Ziu, Donar e Frigg, os quais permaneceram imortais na cultura alemã que utilizou seus nomes para a denominação dos dias da semana. Além disso, nessa época, a mitologia foi, juntamente com a canção e as sagas, considerada como um dos canais, através do qual

⁹ Trecho original: *Die Taten des jungen Helden Armin, meine lieben Kinder, zeigen euch, wie viel ein einzelner mann zum Besten seine Volkes wirken kann, wenn er von festem Galuben an seine gerechte Sache erfüllt ist und nicht verzagt.* (Deutsche Post. Kinder Lesecke, 18 e 23 de março de 1921).

podia-se espelhar e transmitir os valores da germanidade.

A primeira saga que aparece na coluna apresenta o título *Vom hürnenen Siegfried und den Nibelungen*, foi consagrada com o nome *Nibelungen Lied* (Canção dos Nibelungen). Essa saga, segundo o próprio texto do dia 22 de abril, possui o conteúdo de uma das mais belas histórias de heróis da Alemanha, da qual originou-se a canção dos Nibelungen que permaneceu na memória e na cultura dos alemães por mais de 700 anos.

Nas primeiras descrições do texto, Siegfried, personagem principal da saga, é caracterizado através de sua força, valentia e fidelidade. Na saga, ele é responsável pela morte de dragões, cobras e gigantes. Além de sua valentia e força, Siegfried é caracterizado principalmente, a partir da dedicação de sua fidelidade ao rei Gunther, para quem conquistou a rainha Brünhild.

A partir de tais características de Siegfried, pode-se constatar que se tratava de um herói cuja força e valentia não podiam ser combatidas por ninguém, a não ser através de um ataque traiçoeiro. O texto da coluna relata aos seus leitores todos os acontecimentos da saga e, entre esses, encontra-se a exposição da morte de Siegfried, que fora traiçoeira. Siegfried possuía um local de seu corpo que não fora atingido pelo sangue do dragão e que, por isso, era vulnerável a qualquer ataque. Contudo, somente ele e Kriemhild sabiam de tal fragilidade. Hagen, outro personagem da história, fiel à rainha Brünhild que queria a morte de Siegfried, desconfiava de tal assunto e foi certificar-se com Kriemhild. Com o pretexto de oferecer proteção a Siegfried, durante uma caçada, Hagen convenceu Kriemhild a revelar-lhe o local vulnerável, através do qual Siegfried foi morto.

Alguns anos após a morte de Siegfried, Kriemhild foi pedida em casamento por Etzel, rei dos hunos. Ela aceitou o convite, mas declarou que seria fiel a Siegfried até o fim de seus dias. “A mim a morte causou tanta dor; que ficarei fiel até o fim.”¹⁰ Tal característica moral também fazia parte do conjunto de elementos, formadores da germanidade. Os germanistas acreditavam que, através do sentimento da fidelidade, nada e nem ninguém poderia abalar a identidade alemã e a ligação com a Alemanha. Tal conduta de comportamento deveria ser adotada e preservada pela população e, no caso em questão, também pela criança.

Kriemhild e Siegfried eram personagens da saga dos Nibelungen, mas também constituíam-se em modelos de conduta que permeavam as páginas da *Kinder Lesecke*. Ao menino deveriam influenciar as atitudes de coragem e fidelidade de Siegfried e à menina deveriam influenciar os sentimentos de fidelidade e de justiça de Kriemhild. Pois, na verdade, o casamento de Kriemhild com Etzel possuía outros objetivos. Kriemhild queria, através de seu casamento com o rei dos hunos e através de sua bondade, conquistar a lealdade dos hunos e, através de tal conquista, convencê-los a lhe ajudar com seus planos de vingança contra Hagen, responsável pela morte de seu marido e contra seu irmão Gunther, que foi cúmplice de tal atitude de Hagen. Ou seja, através do exemplo da vingança, Kriemhild também revelou seu desejo de justiça, características essas que deveriam chamar a atenção das crianças e fazer parte de suas condutas em seu dia-a-dia.

2.9.4 A religião

Outro elemento presente na coluna referia-se à religião. No texto do dia 18 de março, o avô inicia sua história com a seguinte colocação: Am nächsten Sonntage regnete es nicht, und die Kinder durften mit zur Kirche reiten. (No outro domingo passado não choveu e as crianças puderam cavalgar até a igreja). Tal citação evidencia o fato de que as crianças, quando lhes era possível, acompanhavam seus pais até a igreja e presenciavam os cultos proferidos pelo pastor. A importância da educação cristã na vida das crianças também era influenciada pelos idealizadores do germanismo, que acreditavam ser a educação cristã um dos caminhos para a preserva-

¹⁰ Original retirado da seção original do dia 6 de maio de 1921: *Mir hat der Tod an einem (sprach sie) getan so rechtes Weh;/Daß darüber bis ans Ende ich ganz in Trauer steh´.*”

ção da germanidade entre as crianças. Em vista disso, seguem as palavras do redator da coluna. “O cultivo da germanidade está no sangue da Igreja evangélica, que com razão foi designada de fruto da união do Evangelho com o espírito germânico” (ROTERMUND, apud DREHER, 1984, p. 92). O fato de Rotermund acreditar na união da Igreja com o espírito germânico como também exercer a função do pastorado são suficientes para justificar o comentário do avô, narrador da coluna, sobre a ida de seus netos até a igreja, revelando, dessa maneira, a presença do espírito religioso nas entrelinhas da coluna.

Portanto, oferecendo ao seu público infantil exemplos da conduta religiosa segundo os pressupostos germanistas, a coluna também inseria-se nessas práticas e possuía o intuito de influenciar a formação religiosa, étnica e moral de seu leitor.

2.9.5 O ser humano alemão

A análise das opções de leitura divulgadas na *Kinder Lesecke* evidencia que a preocupação central consistia na construção de uma imagem do ser humano alemão. Tais características constituem um conjunto de heranças positivas dos ancestrais alemães cujo conhecimento deveria motivar, na criança alemã, o orgulho de ser descendente de tais antepassados, objetivo esse de clara identificação nas expressões finais do avô “Und ihr müßt dieses Erbe weitergeben” (E vocês devem dar continuidade a essa herança), como também, nas palavras de Rotermund, que acreditava nos bons frutos de tal identificação. Para ele, a lembrança do passado contribuiria para a preservação da germanidade, um de seus principais objetivos para com a publicação do jornal *Deutsche Post e da Kinder lesecke*. Em Dreher, (1984, p.91) encontra-se a seguinte citação de Rotermund: “É certo que nossas crianças venham a conhecer, nas escolas, a língua e a história do país, mas antes de tudo devem conhecer a língua e a história do próprio clã: e o que lhes deve ser ensinado de história, de doutrina e afirmações de fé pode ocorrer em língua alemã”.

A literatura não possuía somente um caráter informativo e/ou sugestivo¹¹, mas sim, um caráter persuasivo que visava o cultivo da germanidade, da religião evangélica e, conseqüentemente, o cultivo da união dos alemães. Pois, não se esquecendo da língua, da religião e de sua maneira de ser, o leitor não perderia as características definidoras dos alemães e continuaria unido aos seus antepassados aonde quer que fosse.

Isso era interessante pelo fato de que para os adeptos do germanismo a noção de um povo unido era muito importante, assim como a maneira, através da qual tal objetivo era realizado. Para os germanistas, a comunidade deveria ser autêntica, baseada nos primórdios da história nacional e mantida pura ao longo dos anos. No germanismo, que buscava sua imagem e pressupostos no movimento romântico-nacionalista alemão que, segundo Guinsburg (1978, p. 43) teve Johann Gottfried Herder (1744-1803) como o seu precursor, o conceito *Volks* (Povo) assumia um significado mais cultural do que político. A língua era o repositório cultural de um povo, fruto de um acúmulo de tradições e criatividade durante séculos de história, e era através da língua que o conhecimento se tornaria possível. Seguindo tal linha de pensamento, o povo deveria possuir uma “identidade étnica/nacional coletiva que enlaça todos os membros, denominada de *Volks-tum* e/ou *Deutschtum* (germanidade), produto do solo, sangue e destino” (GRÜTZMANN, 1999, p. 56). Um dos elementos da germanidade que formaria essa unidade era a língua alemã. As ações de leitura contribuíam para essa finalidade, porque eram em língua alemã. A história, a saga, a mitologia eram os outros veículos de fortalecimento e de pertencimento.

Como o *Deutsche Post* e a *Kinder Lesecke* foram durante muitos anos os guias dos imigrantes e seus descendentes no Rio Grande do Sul, é provável que tenham influenciado suas vidas.

¹¹ Características essas que já foram comentadas, na exposição dos conteúdos dos encartes, no segundo capítulo desse trabalho.

Uma última observação

Uma última observação sobre a coluna diz respeito a seu modo de construção. Embora possuísse o nome *Der Kinder Lesecke* (Cantinho de leitura das crianças), seus textos não eram lidos pela criança e sim para a criança. O modo de construção e o conteúdo de seu texto eram difíceis tanto para a leitura, quanto para a compreensão da criança. Porém, se os avós os lessem e frisassem, com suas próprias palavras, o conteúdo que a criança deveria apreender, essa teria mais facilidade para compreender e adquirir a mensagem que lhe queria ser transmitida. Além disso, o fato de o texto ser narrado pelo avô, dava-lhe uma maior liberdade de intromissão para chamar a atenção das crianças para modelos de conduta e virtudes que deveriam doutrinar e influenciar sua vida espiritual, moral e intelectual, valores esses que, na sua concepção germanista, eram importantes. E, seguindo esse mesmo objetivo, também o adulto, através da leitura oral dos textos da coluna, poderia ser lembrado dos valores e das virtudes do germanismo. Logo, ao instruir a criança, o adulto lembraria de que ele, também, deveria continuar fiel às idéias e às práticas germanistas.

Portanto, a coluna apresentou ao seu leitor e ao seu ouvinte textos de cunho moralizante com orientações, idéias, imagens, valores e regras de conduta que possuíam um único intuito: doutrinar, modificar e redirecionar as atitudes e os sentimentos de seu público infantil para o ideário germanista, que era também o ideário dos organizadores da coluna.

Referências

- AMARAL, Luiz. Jornalismo, matéria de primeira página. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, 1986.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora, 1978.
- BROCKHAUS, **Konversations-Lexikon**. Leipzig, Berlin und Wien: F. A. Brockhaus, 1894. 16 Bänden - 14. Auflage.
- BROCKHAUS, **der Grosse**. – Wiesbaden: F. A. Brockhaus, 1952. 12 Bänden- 16. Auflage.
- BRUNEL, Pierre (org.). **Dicionário de mitos literários**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa e Rio de Janeiro: Difel, 1990.
- COELHO, Nelly Novaes. **Panorama histórico da literatura infantil/juvenil**. São Paulo: Ática, 1991.
- DREHER, Martin N. **Igreja e germanidade: estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil**. São Leopoldo: Sinodal, 1984.
- _____. A Alemanha da década de 1820 e a emigração à Ponta das Torres. In: ELY, Nilza Huyer (org.) **Três Cachoeiras marcas do tempo: III Simpósio sobre Imigração Alemã no Litoral Norte/ RS**. Porto Alegre: EST, 2004. p.33-43.
- DREHER, Martin N. **A participação do imigrante na imprensa brasileira**. In: DREHER, Martin N.; RAMBO, Arthur Blásio; TRAMONTINI, Marcos Justo. (Orgs.). **Imigração & imprensa**. XV Simpósio de história da Imigração e Colonização. Porto Alegre: EST Edições, 2004. p. 91-99.
- ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. **Cadernos PPG em História da UFRGS**, Porto Alegre, n. 13, dez. 1995.
- FAUSEL, Erich. D. **Dr. Wilhelm Rotermund - Ein Kampf um Recht und Richtung des evangelischen Deutschtums in Südbasilien**. São Leopoldo: Verlag der Riograndenser Synode, 1936.
- GEHSE, Hans. **Die deutsche Presse in Brasilien von 1852 bis zur Gegenwart. Ein Beitrag zur Geschichte und zum Aufgabenkreis auslanddeutschen Zeitungswesens**. Münster: Aschaffendorffsche Verlagsbuchhandlung, 1931.
- GERTZ, René. **O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920**. Porto alegre: EDIPUCRS, 2002.
- GRÜTZMANN, Imgart. Entre o Cruzeiro do Sul e a Ursa Maior: o imigrante na literatura de expressão alemã no Brasil. In: FISCHER, Luís A.; GERTZ, René. **Nós, os teuto-gaúchos**. Porto alegre: UFRGS, 1996. p. 99-107.
- _____. **A mágica flor azul: a canção em língua alemã e o germanismo no Rio Grande do Sul**. 1999. 451

f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, [1999].

_____. O carvalho entre palmeiras: representações e estratégias identitárias no germanismo. **História UNISINOS**, Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. n.8., v.7., p. 115-169, jul./dez. 2003.

_____. O Almanaque (*Kalender*) na Imigração Alemã na Argentina, no Brasil e no Chile. In: DREHER, Martin N.; RAMBO, Arthur Blásio; TRAMONTINI, Marcos Justo. (Orgs.). **Imigração & imprensa**. XV Simpósio de história da Imigração e Colonização. Porto Alegre: EST Edições, 2004. p. 48-90.

_____. Os almanaques em língua alemã (1855-1941). In: ELY, Nilza Huyer (org.) **Três Cachoeiras marcas do tempo**. III Simpósio sobre Imigração Alemã no Litoral Norte/RS. Porto Alegre: EST 2004.

_____. Leituras sob o céu do Cruzeiro do Sul: os almanaques em língua alemã no Rio Grande do Sul (1855-1941). In: SIDEKUM, Antonio (org.). **Às sombras do carvalho**. São Leopoldo, Nova Harmonia, 2004. p. 177-254.

GUINSBURG, J. (org.). **O Romantismo**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

HARTOG, François (org.). **Os antigos, o passado, o presente**. Brasília: Editora da Universidade, 2003.

KREUTZ, Lúcio. **O Professor Paroquial: Magistério e Imigração Alemã**. Porto Alegre: Edit. da Universidade/UFRGS; Florianópolis: Edit. da UFSC; Caxias do Sul: EDUCS, 1991.

_____. **Material didático e currículo na escola teuto-brasileira**. São Leopoldo: UNISINOS, 1994.

_____. Muito empenho pelas escolas. In: FISCHER, Luís A.; GERTZ, René. **Nós, os teuto-gaúchos**. Porto Alegre: UFRGS, 1996. p. 145-150.

LANDO, Aldair Marli; BARROS, Eliane Cruxên. **A Colonização Alemã no Rio Grande do Sul: uma interpretação sociológica**. Porto Alegre: Movimento, 1981.

LEYEN, Friedrich von der. **Die deutschen Sagen des Mittelalters. Dritter Teil**. München: C.H.Becksche Verlagsbuchhandlung, 1919.

_____. **Die Götter und Göttersagen der Germanen. Erster Teil**. Einleitung München: C.H.Becksche Verlagsbuchhandlung, 1920.

LUSTOSA, Elcias. **O texto da notícia**. Brasília: Edit. da Universidade de Brasília, 1996.

MELO, José Marques. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1986.

MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. **Identidades traduzidas: cultura e docência teuto-brasileiro-evangélica no Rio Grande do Sul**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; São Leopoldo: Editora Sinodal, 2000.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.

REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M. **Dicionário de Teoria da Narrativa**. São Paulo: Ática, 1988.

ROTERMUND, Wilhelm. **Deutsche Post**, São Leopoldo, 19.02.1913, p. 1, n. 4000, 33. Jahrgang.

_____. **Deutsche Post**, Kinder Leseecke, São Leopoldo, Rotermund, 1921.

_____. **Os dois vizinhos e outros textos**. Tradução de Martin Norberto Dreher. São Leopoldo: Sinodal: Porto Alegre: Edições EST, 1997.

RÜDIGER, Francisco R.. Imprensa e esfera pública. In: FISCHER, Luís A.; GERTZ, René. **Nós, os teuto-gaúchos**. Porto Alegre: UFRGS, 1996. p. 131-137.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edit. da USP: 1998.

SCHWEIKLE, Günther. **Metzler Literatur Lexikon. Begriffe und Definitionen**. Zweite überarbeitete Auflage. Stuttgart: Metzler, 1990.

SPALDING, Tassilo Orfeu. **Dicionário das mitologias européias e orientais**. São Paulo: Cultrix, 1973.

TRAJETÓRIA DA IMIGRAÇÃO JAPONESA E O HAICAI

Tomoko Kimura Gaudioso

O haikai é o poema japonês constituído de 17 sílabas. A partir da abertura dos portos do Japão em 1868, esse novo estilo poético difundiu-se pela Europa e as Américas. Criou-se o que se chamou de japonismo no ocidente, inclusive no Brasil.

A introdução do haikai em língua japonesa se deu com a chegada dos primeiros imigrantes japoneses ao Brasil a bordo do navio Kasato-Maru que aportou em Santos, em 18 de junho de 1908. Traçando cronologicamente as obras dos imigrantes, podemos constatar a evolução dos temas dentro do contexto histórico. Ao decorrer dos anos, podemos identificar a ocorrência de simbiose da cultura nipônica com a brasileira, como surgimento de haicais que passam a apresentar vários temas de natureza local.

Introdução

Desde que Matsuo Bashô (1644-1694) começou a brincar com a sonoridade das primeiras 17 sílabas do *waka*, poema clássico japonês constituído de 31 sílabas, esse novo estilo poético que leva atualmente o nome haikai (em japonês diz-se *haiku*) não teve mais freios. A partir da abertura dos portos do Japão em 1868, pela Restauração Meiji¹, esse novo estilo poético difundiu-se pela Europa e as Américas. Para os falantes da língua portuguesa, o haikai foi introduzido inicialmente por Wenceslau de Moraes, entre outros. Aliás, nessa época criou-se na Europa um fervor pela cultura exótica do extremo oriente, antes vagamente informado por Marco Polo que estivera na China. Criou-se o que se chamou de japonismo no ocidente, influenciando inclusive os modernistas que participaram na Semana da Arte Moderna que ocorreu em 1922 (Verçosa, 1995, p. 356).

Chegada dos primeiros imigrantes

A introdução do haikai em língua japonesa se deu com a chegada dos primeiros imigrantes japoneses ao Brasil a bordo do navio Kasato-Maru que aportou em Santos, em 18 de junho de 1908. Essa imigração foi motivada pelo governo japonês que visava a modernização e a inserção do país na economia mundial após quase 240 anos de isolamento do resto do mundo.

O navio, a vapor, trazia 793 imigrantes do Japão que viajou por 52 dias a partir do porto de Kobe, no Japão. Segundo VERÇOSA (Verçosa, 1995, p.325), de 1924 até 1941 já havia entrado no Brasil mais de 150 mil pessoas. Esses imigrantes passaram a ser identificados como a leva de *senzen imin*, ou seja, leva de imigrantes pré-segunda guerra mundial.

Segundo o estudioso do haikai no Brasil, Masuda Goga, há registro da chegada de um haicaísta de nome Shuhei Uetsuka (1876-1935), de pseudônimo Hyôkotsu, encarregado de conduzir os primeiros imigrantes. Hyôkotsu, que significa literalmente osso de porongo - sabe-se que o porongo é oco por dentro - deixou vários poemas e seus discípulos que chegou a atingir mais de quatrocentas pessoas difundiu o haikai entre os imigrantes.

Por sua vez, o haikai em língua portuguesa foi introduzido pela primeira vez por Oiveira Lima, em 1903, cinco anos antes da chegada dos imigrantes. O novo estilo do poema foi incorporado pela comunidade literária brasileira influenciando vários escritores como Oldegar Franco Vieira, Paulo Franchetti, Afrânio Peixoto entre outros (Gaudioso, 2003, p.75).

¹ O Japão esteve seus portos fechados aos estrangeiros desde o período do xogunato de Tokugawa que iniciou no século XVII até 1868 quando o poder foi devolvido ao imperador.

Atualmente há mais de mil haicaístas e mais de uma dezena de grupos no Brasil. Entre eles, destacam-se o Grêmio Haicai Ipê e Associação dos Haicaístas Brasileiros, que mantêm intercâmbio com vários haicaístas e grupos em todo o Brasil, tanto em língua japonesa como a brasileira.

Influência da cultura local

No Brasil, ao decorrer do tempo, o haicai sofreu influências locais, com os temas renovados, adquirindo novas identidades com elementos brasileiros. Os haicaístas brasileiros adquiriram a essência do poema e têm se publicado os poemas realmente primorosos. Iniciando-se com os poetas que participaram no movimento da Semana da Arte Moderna, ao longo dos oitenta décadas, o haicai sempre teve grande aceitação entre os poetas brasileiros, desde mais ao norte até ao sul do país.

Por sua vez, diferentemente dos haicaístas brasileiros que aprenderam e incorporaram o estilo do poema como uma ferramenta para externar a sensibilidade poética, os imigrantes japoneses, além de tê-lo como forma de expressão poética, tornou-o instrumento de identificação e de interação social. Isso se deve a seguintes razões:

- Em primeiro lugar, o haicai é um poema conciso de apenas 17 sílabas, dividido em três versos, primeiro e o terceiro pentassílabo e o segundo heptassílabo, prático de escrever, portanto;
- Em segundo lugar, o haicai deve conter alguma referência à natureza, incluindo também a humana, identificada com a palavra *kigo*. Isto é, o poema é ao mesmo tempo identificador do meio onde o indivíduo vive. Tem, portanto, como elemento do *kigo* a fauna, flora, acontecimentos fenomenológicos da natureza, elementos sociais do cotidiano etc;
- Em terceiro lugar, o poema deve referir-se a um acontecimento particular, percebido pelo poeta, i.e., refere-se ao acontecimento que diz respeito ao indivíduo que o compõe;
- Em quarto lugar, deve referir-se a um momento vivencial, um *flash* do momento que o poeta percebeu;
- E, em quinto lugar, o haicaísta geralmente procura formar um grupo para compartilhar seus poemas entre si e com outros grupos possibilitando, dessa forma, compartilhar a experiência vivenciada.

A instrumentalização do poema haicai como elemento identificador da consciência do próprio indivíduo como estrangeiro e do processo de assimilação à nova terra, com costumes e tradições diferentes assim como a fauna, flora e todos os processos fenomenológicos da natureza certamente ajudaram-nos a conhecer melhor o Brasil, auxiliando na adaptação ao local.

Traçando cronologicamente as obras dos imigrantes, podemos constatar a evolução dos temas dentro do contexto histórico. Certamente, o primeiro haicai composto em japonês foi o de Uetsuka Hyôtoku, no dia 18 de junho de 1908, ao sentir que o navio que o conduzia com os demais imigrantes estava chegando no porto de Santos.

Na tradução de Masuda Goga, o haicai ficou assim:

A nau imigrante
Chegando: vê-se lá no alto
A cascata seca.

Mais tarde, Sato Nenpuku, considerado no Japão um dos dez melhores do mundo em 1995, escreveu (Verçosa, 1995, p. 327):

Chove tão triste
Noite lá fora e eu aqui
Enchendo a cara

(tradução: Maurício de Arruda Mendonça)

Pelos temas inseridos pode-se perceber que nas primeiras décadas da imigração, muitos japoneses não tiveram vida fácil. Outros, vieram ansiosos para a terra desconhecida sem saber exatamente o que os esperava.

Ao decorrer dos anos, podemos identificar a ocorrência de simbiose da cultura nipônica com a brasileira, com o surgimento de haicais que passam a apresentar vários temas de natureza local como fauna (pirarucu, boto branco, bem-te-vi etc.) e a flora (imbaúba, maracujá, caju etc.). Outros termos brasileiros passam a aparecer com maior frequência no decorrer dos tempos, sem ser traduzidos para o japonês apesar de ter correspondência naquela língua, sobretudo nos termos que envolvem a vida do cotidiano, com influência de sotaque japonês.

São alguns exemplos²:

Português	sotaque em japonês	tradução
Crochê	kurochiê	kagi -bari -ami
Sandália	sandaria	sandaru
Leque	reike	sensu
Geladeira	jiradêra	reizōko

No presente trabalho, entretanto, não será abordada esta questão do uso de vocabulário em português nos haicais escritos em língua portuguesa por não ser trabalho de análise lingüístico. Cabe dizer somente que pela presença cada vez maior do uso de vocábulos em português, principalmente os substantivos, os imigrantes assim como seus descendentes demonstram afastamento lingüístico em relação a língua de origem.

Atualmente, os haicais escritos pelos imigrantes japoneses e seus descendentes refletem saudosismo da época difícil dos primeiros tempos de desbravamento como a descrição de velho galpão tomado pela erva de São João, esquecido pelas gerações mais novas. Essa memória do passado, tratada no haikai mostra certo saudosismo em relação às épocas difíceis dos primeiros tempos da imigração.

Bem-te-vi na cerca
Sem arames farpados
Galpão em ruína

Outros haicais apresentam as transformações que ocorre na estrutura da sociedade dos imigrantes que apontam, como por exemplo, a miscigenação racial que, em outros tempos, era considerado um tabu.

Dia do Imigrante
Meu neto de olhos verdes
Come o tofu³

O tema mais recente que passou a ser freqüente a partir dos meados da década de noventa é aquele relacionado com decassegui, viagem de trabalho por longo período dos descendentes japoneses ao país que deixou outrora em busca do mundo novo e de melhores condições de vida.

² Os exemplos foram extraídos do glossário de temas de estação do ano *Burajiru saijiki*, editado pela Associação dos Haicaiístas Brasileiros.

³ *Tofu*- queijo feito de soja que tem aspecto similar ao queijo de minas.

Conclusão

O haikai, depois de passado um século após ser introduzido pela primeira vez por diplomata brasileiro Oliveira Lima tomou dois rumos distintos. Um foi o de influenciar o estilo poético dos próprios poetas brasileiros que teve início marcante na semana de arte moderna. Outro foi o de ferramenta de inserção dos imigrantes japoneses na cultura brasileira sem, no entanto, perder a sua própria identidade cultural.

Atualmente, essa inserção cultural está tomando novamente um outro rumo, com a ida de descendentes já brasileiros ao Japão. Quem sabe esse círculo de migração vá resultar em nova criação poética e ser próprio marco de globalização e melhorar a compreensão do meio onde estamos inseridos?

O “EU” E O “OUTRO” NA OBRA DE MOACYR SCLiar: “A MAJESTADE DO XINGU”

Claudete C. de Abreu

Neste artigo, propomos uma reflexão de base sociológica sobre a literatura brasileira, a imigração, a identidade individual e de grupo na pós-modernidade. Afirmamos que faremos uma reflexão, pois, trata-se de idéias não conclusivas que estão ainda em processo gestatório, com a intenção de aprofundamento futuro. Tomamos como base de nossa reflexão a análise sociológica ou a crítica sociológica, compreendida como aquela em que se considera o lugar social de emissão e de recepção da obra, ou seja, que considera que a obra é construída em um determinado local e se destina e se identifica com esse local (local aqui não se restringe a espaço físico, mas se amplia à situação sócio-cultural e psicológica de determinado grupo heterogêneo e suas inter-relações). Em outras palavras:

a literatura não é um fenômeno independente, nem a obra literária é criada apenas a partir da vontade e da “inspiração” do artista. Ela é criada dentro de um contexto; numa determinada língua, dentro de um determinado país e numa determinada época, onde se pensa de uma certa maneira; portanto, ela carrega em si as marcas desse contexto (Bonnici Apud Silva 2003-p.123).

Por carregar consigo as marcas do contexto em que foi criada, a obra literária estabelece uma relação dialógica entre o autor e o leitor ou entre o texto e o meio. Essa relação é parte integrante da estrutura da obra, e o discurso do autor se dilui em discursos polifônicos que dão voz a outros diversos discursos, internos ou externos a obra (Bakhtin 1997).

Dentro dessa referência de análise (sociológica) pode-se pensar as concepções de identidade nacional da literatura brasileira moderna na prosa que, desde a década de 20 (vinte), busca seu “centro”, sua identidade, uma caracterização própria para o que deveria ser “uma literatura genuinamente brasileira”.

A busca da identidade nacional brasileira na literatura alcançou seu auge nas décadas de 30 a 60, criando obras dentro de contextos julgados como “genuinamente brasileiros”, pois essas deveriam expressar a “imagem da realidade brasileira”; é dentro deste contexto que encontramos as transformações a que fizeram surgir a prosa contemporânea por volta da década de 60.

Na prosa brasileira contemporânea, afirma Alfredo Bosi, a pluralidade de gêneros é o que impressiona, que vai de Guimarães Rosa a Clarice Lispector (BOSI -2002,p.435). Essa pluralidade, agora perceptível e aceitável, advém daquela busca do “centro” brasileiro que a literatura expressa, e a conseqüente descoberta de que há muitos “centros” possíveis dentro da pluralidade cultural brasileira, ou muitas possibilidades para a nossa expressão cultural.

O conceito de contemporaneidade, no sentido acima citado pode ser compreendido como pós-modernidade, sendo relacionado à produção literária brasileira e estabelecendo-se como marco temporal a década de 60; considero que esse período literário se difere de forma bastante acentuada do período anterior, chamado modernismo, que caracterizamos anteriormente como o período da busca dos “centros”.

O período, após a década de 60, chamado pós-modernidade, parece ter trazido à tona a pluralidade cultural brasileira de forma mais ampla e com isso os confrontos de identidades culturais, a princípio tidas como antagônicas, ou negadas, fazendo emergir novas formas de pensar a identidade brasileira.

Consideramos, então, que o conjunto da literatura brasileira, a partir da década de 60, se

enquadraria ao pensamento pós-moderno de descentralização, por questionar a noção de centro e, assim, se contrapondo ao que se convencionou chamar de “humanismo liberal: autonomia, transcendência, certeza, autoridade, unidade, totalização, sistema, universalização, continuidade, teleologia, fechamento, hierarquia, homogeneidade, exclusividade, origem” (HUTCHEON-1991).

Esse questionamento não é negação absoluta. É antes de tudo reflexão e desta reflexão é que se percebe os vários centros, ou a margem, ou seja, tudo aquilo que estava à margem, passa a constituir-se em seu próprio centro. Isso irá enfatizar, por exemplo, a literatura regionalista, de classe, de gênero, étnica etc (HUTCHEON-1991). As expressões dessas diferenciações não são relatadas por uma visão de fora, modeladora e que tende ao julgamento e à imposição de valores totalitários, mas busca dar voz aos que anteriormente eram alvos desses julgamentos, com a imposição de valores exteriores, ou seja, seria a tentativa de produzir a voz de dentro dos centros anteriormente marginalizados.

Para melhor refletirmos sobre esse ponto, podemos fazer uma comparação entre “O cortiço” (1890), de Aluísio de Azevedo e “Vidas Secas” (1938), de Graciliano Ramos.

No Realismo positivista de Aluísio de Azevedo, fortemente marcado pelos conceitos evolucionistas das teorias de Darwin, o narrador faz uma descrição da vida dos pobres de “O cortiço” (1890), vistos como criaturas primitivas, motivadas pelo instinto; é a descrição do “outro”; uma descrição que causa repugnância e desprezo para com os personagens, permeadas de juízos de valor advindos da classe burguesa, que visualizam a sociedade como um eco-sistema composto de seres em diferentes estágios evolutivos, em que os pobres, moradores do cortiço, seriam criaturas hierarquicamente menos desenvolvidas.

Na prosa moderna, pós-fase heróica da década de 20¹, com Graciliano Ramos em “Vidas Secas”(1938), vemos a angústia imposta pelo meio, sentida através dos próprios personagens. Embora a “narração” não seja em primeira pessoa, o narrador transfere para si as vivências dos personagens principais, a família de Fabiano. Através de monólogos interiores, é feita a mediação entre a voz do narrador e a voz do próprio personagem, que mostra o conflito entre o herói e o meio.

Pode-se perceber, na leitura dessas duas obras, um deslocamento do centro narrativo da literatura brasileira, que não foi possível antes da década de 30, confirmando nossa hipótese de um gradativo deslocamento e multiplicidade de “centros” historicamente perceptível a partir da década de 60.

Dentro da literatura pós-moderna que não é de maneira alguma exclusividade brasileira, está implícito que:

No lugar da fé nos grandes projetos centralizados, e das angústias das buscas pela salvação, a condição pós-moderna está gradualmente substituindo a concretude de pequenas lutas particularizadas por seus objetivos precisos, capazes de ter grande efeito porque modificam os sistemas de relações (Portoghesi Apud.HUTCHEON-1991-87).

Talvez esse seja o lugar que ocupa a obra de Moacyr Scliar na literatura brasileira. As lutas particularizadas (a presença do judeu no contexto brasileiro) que antes era margem e se tornou um dos centros possíveis no sentido da busca da totalidade, enquanto possibilidade de expressão da cultura brasileira. Não em uma substituição do que antes era o centro “universal”, mas de forma mais condizente com as palavras de Foucault:

Somos a diferença (...) nossa razão é a diferença das épocas, nossos eus são a diferença das máscaras

¹ A partir da década de 30 temos o que Alfredo Bosi chama de amadurecimento do pensamento Modernista, em que o experimentalismo Moderno que pretendia uma ruptura radical com os velhos conceitos e a criação de algo absolutamente novo dará lugar a uma conciliação criadora entre a tradição e a experiência do novo em busca da superação do estabelecido por meio da vivência do momento atual da criação estética.

ras. Essa diferença, longe de ser a origem esquecida e recuperável, é essa dispersão que somos e fazemos (Michel Foucault apud. HUTCHEON-1991-94).

Essa abertura da multiplicidade dos conceitos de identidade abre espaço para nossa reflexão sobre as relações entre as unidades transliterárias* e a construção ficcional da vida psicológica e social que compõe o narrador protagonista do romance “A Majestade do Xingu” de Moacyr Scliar, considerado aqui como uma produção da pós-modernidade na literatura brasileira e possibilitada pelas condições sociais desse período.

Moacyr Scliar, brasileiro, nascido em Porto Alegre, RS, filho de imigrantes russos, é estudioso e “pertencente”, segundo suas próprias palavras, à cultura judaica, características marcantes na composição de sua obra. Também em virtude dessas características do autor é que nos perguntamos: quais são os “seres reais” que baseiam a criação do “ser fictício” na obra de Moacyr Scliar? Qual é o meio cultural visível ou implícito nessas obras? Os contos e romances de Moacyr Scliar permitiriam uma reinterpretação das representações culturais até então consagradas pela literatura como a representação do nacional? Encontraríamos nas obras de Moacyr Scliar marcas de algum conflito cultural?

O romance “A Majestade do Xingu” conta a história de imigrantes judeus da Rússia, cujos personagens principais são Noel Nutels e o narrador protagonista. O narrador busca estabelecer algumas relações entre a história da imigração do povo judeu e a história do Brasil, correlacionando eventos da “história oficial” com a história desse grupo social.

A história dos dois personagens principais é contada pelo narrador protagonista como uma história verídica da relação dele com Noel Nutels. Essa relação é descrita na obra como fruto da admiração a Noel Nutels e imaginação do narrador protagonista.

O narrador protagonista conhece Noel na infância, se separam ainda na infância e só se reencontram quando Noel está agonizando em um hospital. O narrador protagonista mantém durante todo esse espaço de tempo uma relação imaginária com Noel e acompanha a vida do antigo amigo como quem acompanha a vida de um ídolo.

Noel Nutels apresenta, desde a infância, características como coragem, inteligência, persistência, honradez, força de caráter, etc., características do herói tradicional, que se manterão em sua vida e o predestinará em feitos heróicos, aos olhos do narrador protagonista.

O narrador protagonista é descrito por si mesmo como o oposto de Noel. Todas as características apresentadas em Noel se mostram ao contrário no narrador protagonista, ou seja, quando Noel demonstra coragem, o narrador protagonista é covarde, quando Noel demonstra persistência, o narrador protagonista demonstra desânimo, e assim sucessivamente; para compensar essa falta de qualidades o narrador protagonista acompanha a vida de Noel através de notícias de rádio e jornais, complementando sua visão sobre o herói por sua imaginação; cria sobre si mesmo e sobre seu herói um mundo de situações estranhas e na maioria das vezes engraçadas, para compensar sua vida monótona e triste, segundo ele próprio.

Os destinos dos personagens nessa obra são o resultado de uma certa predestinação, força do acaso que determina as ações; grande importância é dada ao “destino”, essa força sobre-humana que independe da vontade e do controle do homem e que age sobre ele. Essa força, quando causa sofrimento, é chamado na obra de “mão negra”. “Terminei tarde o curso primário e não cheguei a começar o secundário. Mais uma vez o destino, Mão Negra, interveio” (p. 76).²

O chamado “destino” atuará de forma distinta nos dois principais personagens da obra de Moacyr Scliar. Para Noel, o destino será o que o impulsionará a agir para seu sucesso e felicidade, para o narrador protagonista, será o obstáculo que o impedirá de atingir o sucesso e a felicidade.

* Utilizo esse termo, conforme Bakhtin (1997-.29), referindo-me aos elementos que rompem a fronteira entre o social, o que compõe a vida, valores, ideologias, fatos históricos, etc e a criação estilística na obra de arte, não sendo assim uma simples transposição do social para a obra, mas uma reconfiguração dos elementos sócio-historicamente determinados dentro da obra.

² As citações apresentadas doravante, que consta apenas número de página foram retiradas da obra de Moacyr Scliar: “A MAJESTADE DO XINGU”, S.P: Companhia das Letras, 1997.

Tanto o narrador protagonista quanto Noel e os poucos personagens com quem se relaciona o narrador protagonista são constantemente caracterizados como judeus, formam na obra um grupo relativamente fechado, no qual percebemos a exposição de fronteiras de identidade, como rituais, histórias específicas desse povo, explicações sobre a língua iídiche, crenças que se afirmam como específicas, etc:

O *pogrom*. Ao anoitecer, tropel de cavalos, gritos ferozes (...) demônios dos cossacos, bêbados, batendo nos homens, violentando as mulheres, queimando as casas. (...) era um massacre organizado”. “Nunca a aparara; obedecendo ao antigo preceito religioso, deixava que crescesse porque na ponta de cada fio estava contida a verdade: *a verdade da barba e a verdade de Deus*”. “a imemorial *culpa judaica*, a culpa que nos acompanha de país em país (...), em nossa peregrinação milenar” . “mamãe, alimentadora *como toda mãe judia*”. “tudo o que tínhamos para a *ceia de Shabat*”. “Na rua se *falava iídiche*, havia *sinagogas*, escolas judaicas, sociedades judaicas. Sim, as redondezas estavam cheias de *góim*, e muita surra eu levaria no sábado de aleluia para aprender a não judiar de Cristo”. “Uma noite – na véspera do meu *bar-mitzva*, do meu décimo terceiro aniversário” (p.15-73) (grifos meus).

Porém, na totalidade da obra, o narrador protagonista e Noel Nutels são descritos principalmente como indivíduos singulares. Mesmo sendo membros desse grupo específico, apresentado na superfície de suas vidas visíveis, suas principais características buscam justificativas universais que caracterizam um indivíduo singular, que poderia ter qualquer crença, qualquer nacionalidade, pois todas as justificativas para suas alegrias ou suas tristezas, seus sucessos e fracassos encontram-se dentro deles próprios, em sua personalidade ou justificadas pela ação do destino e não no fato de serem judeus. Uma vez que temos a descrição do narrador protagonista como sendo um sujeito introspectivo e de certa maneira frustrado, temos também a mostra de sucesso, notoriedade e respeito total da individualidade, representada em Noel Nutels.

Diferente do Noel eu não queria nada com a política, ia de casa para a loja, da loja para casa. (...) Eu era tímido, doutor. Tímido, quieto. Não era exuberante como o Noel(...) Noel não tinha medo da polícia (...) foi preso. Era estudante de medicina, e o delegado (...) tinha diante de si um universitário, uma pessoa de respeito, mas que era, ao mesmo tempo, judeu, russo e comunista. Como é que o senhor explica isso?, perguntou. É puro azar, disse Noel” (p.85-98).

Essa relação de espelho do contrário um para o outro que se estabelece entre os dois personagens principais, Noel Nutels e o narrador protagonista, é a espinha dorsal da caracterização da identidade dos dois personagens. Apesar de serem ambos judeus, membros de um mesmo grupo de imigrantes, Noel Nutels e o narrador protagonista são caracterizados como portadores de identidades totalmente distintas. Essa relação constante de “mesmo e outro” é reiterada, também, pela visão do estereótipo do judeu, muitas vezes representada pelo personagem protagonista que se vê como vítima e ator de suas crenças e práticas e que tem como referência contrária o personagem Noel, exemplo de assimilação ou daquele que se integra plenamente à vida no Brasil.

Noel “era tão seguro de si, tão confiante que parecia um homenzinho (...) Noel conhecia todo mundo; (...) Todos gostavam de Noel (...) puxava conversa com quem estivesse por perto (...) Noel estava sempre interessado em tudo (...) ria muito o Noel (...) admirava no Noel aquela coragem (...) sua exuberância, a sua capacidade de fazer todo mundo rir (...) Da cicatriz que tinha no lábio superior e da qual se orgulhava muito (...) Noel era bom, era um santo (...) um santo judeu (...) Ruim era eu. Ruim e invejoso. Poço de maldade, poço de inveja (...) Agora: que era safado, isso era. Generoso, mas safado, malandro (...) Eu o covarde, imóvel; Noel o corajoso, em movimento. Em constante movimento(...) embrenhando-se mato adentro, cada vez mais dentro do Brasil, cada vez mais brasileiro, Brasileiro como a paca...” (p.36-101).

São contrárias na obra, também, as comunidades judaicas e as não judaicas (as pessoas das comunidades não judaicas são chamadas na obra de “góim”), apesar de serem parte da mesma comunidade brasileira.

o passado eram os judeuzinhos da Rússia. O presente eram os brasileiros. Os góim. (...)para nós o góí era sempre uma incógnita. Quando o góí estendia a mãozorra em direção à nossa cabeça – era para nos acariciar ou para nos golpear ? Quando o góí mostrava os dentes – estava sorrindo ou querendo nos devorar? (p.53).

São, também, contraditórias as relações do narrador protagonista com o Brasil, com os brasileiros, com os índios, isto é, com aqueles que corresponderiam a uma visão do estereótipo do brasileiro, estabelecendo-se uma relação de autóctone e altero, também do narrador para com Noel, pois, Noel é o judeu brasileiro: seguro de si, confiante, simpático, extrovertido, curioso, corajoso, alegre, safado, generoso, malandro. Ou seja, o narrador expõe as características necessárias para tornar-se um brasileiro, já ele é todo o oposto.

O índio, no romance, é mostrado como o bom selvagem e como canibal, e ambos como imigrantes, novamente, “o mesmo e o outro”, comparados ao narrador protagonista.

Viagem era o que nós fazíamos a bordo do Madeira. Aquela gente toda caminhando sem cessar, atravessando planícies e montanhas, rios e desertos, descendo do Norte para o Sul, derramando-se pelo continente, aquilo ultrapassava os limites da simples viagem. (...) a comparação é adequada por que eles eram telúricos, os índios, ao passo que nós éramos – e o nome já diz tudo – passageiros (p.44-45)

“mamãe mastigando galinha, papai mastigando galinha, Ana mastigando galinha, eu não mastigando nada, eu imóvel, o olhar fixo no coto do meu pai, fabulando (...). Termina a longa operação (...). No balde, já esquecido por todos, o braço, semi-esmagado,(...)Entra o servente encarregado da limpeza. É um tipo indiático (...).Homem quieto, atencioso, um empregado correto (...). E no entanto é verdade: José é um antropófago. Faz parte de uma pequena tribo que migrou do Norte para o interior de São Paulo.(...) pratica ainda, em segredo, o canibalismo.(p.66-67).

Percebemos que por essa relação de contrários o narrador expõe, também, uma relação entre o autóctone e o altero. Tanto os judeus quanto os índios, na visão do narrador, são imigrantes, porém, a relação estabelecida entre os dois é de alteridade. Tudo na obra está ligado a relações de alteridade, e é na complementaridade dessa relação que podemos buscar a representação social do personagem protagonista.

Até mesmo a nomeação dos dois personagens está exposta neste tipo de relação: o narrador protagonista não tem nome, seu herói, que é ao mesmo tempo o seu mesmo e o seu contrário, tem nome e sobrenome. Sendo um ser completo, fechado, pré-pronto, Noel Nutels é a base para a formação da existência estética, ficcional, do narrador protagonista.

O narrador protagonista conta sua história através da história da vida de Noel Nutels. Mas, enquanto a história de Noel é composta por ações realizadas desde a infância que irão convergir para a construção de um herói, a história do narrador protagonista margeia a vida de Noel e é composta principalmente de pensamentos, reflexões e invenções fantasiosas, que se sobrepõem a uma vida de comedimentos, frustrações e restrições. “Eu não tinha ambições, não tinha planos, não tinha nada” (p.133).

A obra no todo de sua construção estabelece uma relação restrita entre o imigrante e o homem pós-moderno, interiorizado e singular, que vê sua identidade esvaziada no confronto com o “outro”, ou seja, estabelece-se uma relação entre o exílio exterior e interior, embora prevaleça a expressão dos sentimentos do exílio interior (se tomarmos o termo exilar-se no sentido que adota o dicionário HOUAISS temos: afastar-se, apartar-se (de convívio social)).³ Essa interiorização do sentimento de exilado mostra-se em uma inaptidão para o convívio social que, no caso da obra de Moacyr Scliar, não é justificada por uma hostilidade do ambiente em que está inserido o

³ Paul Ilie reflete sobre o exílio, como um sentimento que seria possível detectar-se tanto nos exilados de um país como no restante da população que fica, com base nesta reflexão é que considero presente o sentimento de exilado, mesmo naquele que não pretende voltar, ou naquele que decide adotar outra pátria, mesmo nestes haveria o sentimento de exílio, que se manifesta como exílio interior.

narrador protagonista, mas, pela condição do próprio personagem, como tímido, de pouca coragem, retraído, etc, que se opõe ao personagem Noel.

Essa ênfase na vida interior faz do protagonista identificável com qualquer homem comum que se enquadra à vida organizada da sociedade, que valoriza a autodeterminação dos juvenis aventureiros, mas se insere em uma rotina estéril, fazendo com que essas características só possam ser vividas interiormente. Torna-se implícito, na obra, que as pessoas possuiriam uma vida não concreta, invisível na superfície de suas ações, pois em seus pensamentos, em seus interiores há uma vida complexa, um outro ser fascinante, ativo e criativo.

Como é fácil resumir a vida, (...) De manhã eu acordava, ia para a loja, sentava atrás do balcão e ficava lendo: isso diz tudo, doutor. Será que diz? Onde está, nessa frase, a sucessão de dias, semanas, meses e anos ? (...) Onde estão os momentos de angustias, de tédio, de deleite, de reflexão ? Onde estão os sonhos? (p.96)

Essa característica de ênfase na vida interior, com valor superior à existência material do homem, já é característica do herói moderno, mas acentua-se no herói pós-moderno, principalmente pela inversão da valorização entre ação e pensamento. O herói tradicional era detentor de características coesas, que, quase sempre, lhe permitiam agregar ação e pensamento voltados a um objetivo comum. O herói tradicional, mesmo quando interiorizado, tinha seus pensamentos a serviço da ação. Seus atos e seus pensamentos buscavam formar o todo do herói, um todo coeso e não contraditório.

O herói, tanto moderno quanto pós-moderno, é fragmentado e contraditório, tanto na diferenciação marcada entre ação e pensamento, marcas essas que podem descrever vivências distintas, quanto na falta de fronteira entre essas duas formas de existência, que se mostrariam em sua divergência complementares. Ou seja, o que é vivido em pensamento complementa e, as vezes, se sobrepõe ao que é realizado pela ação, o que torna o personagem ilimitado e inacabado, permitindo ao leitor diversas reconstruções do mesmo personagem.

Para o herói pós-moderno, de forma mais acentuada, é como se concorressem em sua vida dois campos da existência: o campo da ação, ligado ao mundo material e o campo do pensamento. No romance “A majestade do Xingu”, no campo da existência da ação, para o narrador protagonista, existe o pensamento mecânico racional, que pouco tem a ver com a satisfação plena do homem, mas apenas busca sua sobrevivência e o enquadra ao que ele julga ser o aceitável para suas condições materiais de existência; no campo da existência do pensamento, para o narrador protagonista, haveria uma ação (imaginada) voltada à satisfação e ao prazer do homem.

Expondo-se os dois campos de forma hierárquica de valores, podemos dizer que antes (período romântico) a descrição do campo da existência material, ou o campo da ação, era o que deveria prevalecer e o campo do pensamento deveria ser escondido, pois na maioria das vezes causava vergonha e culpa. Para o herói contemporâneo sua grande riqueza como ser é o campo do pensamento, forma em que ele julga-se pleno e verdadeiro, enquanto que a existência material, no campo da ação, é vista como uma imposição social, na maioria das vezes frustrante. Ou seja, o campo do pensamento poderia ser a possibilidade de resistência.

O narrador protagonista de “A majestade do Xingu” é um herói pós-moderno, como descrito acima, pois concorrem em sua personalidade diversos fragmentos distintos que se fundamentam em fatores externos e internos; interiorizado, pois enfatiza uma existência interior valorizada acima de sua vida visível; individualizado, pois sua existência está centrada principalmente em seu “eu”, que se percebe como único, distinto e auto-determinado, principalmente, por forças internas; sendo todas estas características de valores universais, não excluem as identidades especificamente grupais, nacionais, raciais ou étnicas, o que contribui para o intuito integrador do romance de Moacyr Scliar, no qual o “estrangeiro” é um ser com sua individualidade, do mesmo modo que a condição de imigrante é uma característica a mais para a singularização.

Pode-se dizer que a reflexão centrada no indivíduo que se encontra na obra, em sua estru-

tura e construção, enquadra-se no pensamento pós-moderno. A inserção no mundo pós-moderno está, também, no questionamento dos conceitos das identidades judaicas e brasileiras, sendo a obra fundamentada principalmente em relações de alteridade. Essa relação, porém, se estabelece de forma individual e não em termos do grupo.

São nessas relações que estão muitas das reflexões possíveis à pós-modernidade sobre a identidade, questionando estereótipos de nacionalidade e etnia. A questão do eu em relação ao outro, a questão mesma da identidade do ser humano universal e as fronteiras de nacionalidade aparecem como identidades possíveis ou em processo de transformação dentro do mundo pós-moderno.

O romance expõe o homem que se depara com o seu oposto, que se relaciona cotidianamente com o seu oposto e esse oposto é ao mesmo tempo o seu mesmo, seu contrário e seu ideal, aquele que o completa em uma relação de constante transformação mútua, algumas vezes perceptíveis, outras vezes que agem sem uma percepção imediata. Reflete também, a separação, às vezes brutal, às vezes tênue, dos fragmentos de uma mesma identidade; o eu e seu estranhamento em si mesmo, o eu e o outro que se auto identificam e que trazem em si uma mensagem de heterogeneidade totalizante, questionando também a questão da possibilidade de uma identidade brasileira em um contexto de interferência externa constante inerente ao mundo pós-moderno.

Referências

- BAKTIN**, Mikhail. “O autor e o herói”. In: **Estética da criação verbal**. S.P: Martins fontes, 1997.
- BOSI**, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 40ª ed.S.P: Cultrix, 1994.
- CHAUÍ**, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**, Col: História do Povo Brasileiro, 4ª reimpr:2001, SP: Ed: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CORRÊA SILVA**, Marisa. “Crítica sociológica”, In: BONNICI, Thomas e Lúcia Osana Zoslin- **Teoria literária – Mgá** (Pr.): UEM, 2003.
- HELENA**, Lucia. **Modernismo brasileiro e vanguarda**. 3ª ed. 2ªimpr. S.P: Ática, 2000.
- HUTCHEON**, Linda. “Descentralizando o Pós-Moderno: O Ex-cêntrico” In: **Poética do Pós-Moderno, História ,Teoria e Ficção**. RJ: Imago,1991.
- ILIE**, Paul, **Literatura y exílio interior** (Escritores y sociedad en la España franquista)1ª ed. Madrid - España, Editorial Fundamentos.1981
- SCLIAR**, Moacyr, 1937- **A majestade do Xingu**.S.P: Companhia das Letras, 1997.
- SOUZA**, Márcio, 1946. Entre Moisés e Macunaíma. Os Judeus que descobriram o Brasil. Marcio Souza, Moacyr Scliar – R.J: Garamond, 2000.

PRESENÇA AÇORIANA EM TRÊS CACHOEIRAS – LITORAL NORTE/RS: LITERATURA ORAL E FALARES

Eduardo Mattos Cardoso*

A imigração pode ser abordada pelas grandes correntes imigratórias. O seu estudo, porém, geralmente parte dos frutos do processo imigratório, ou seja, dos descendentes dos imigrantes. Pois a imigração traz a força da cultura, que não fica nas pátrias de origem, pelo contrário, é transportada para novos horizontes que se constituem. E na busca de nossas raízes primeiramente nos debruçamos sobre nossa localidade, nosso município.

Todo município tem sua história, sua constituição étnico-populacional que carrega, transmite e constrói usos, costumes e tradições através dos tempos, fazendo com que as pessoas sejam identificadas e se identifiquem por esses elementos, que são essenciais, individual e coletivamente, pois disso depende a afirmação e as raízes das mesmas, o que representa um reconhecimento de si próprios.

Entre os elementos que nos identificam, temos as manifestações folclóricas. Se as conhecermos e as identificarmos como partes de nossas raízes, daremos um grande passo em direção à afirmação de nossa própria identidade.

Três Cachoeiras é um município novo, criado pela Lei 8.578, de 29 de abril de 1988,¹ desmembrando-se do município de Torres. Até aqui são só 16 anos de existência oficial do município. Entretanto, sua história vem de longa data, pois sua região atual está incluída no processo de povoamento do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, sendo ocupada desde as incursões de paulistas e lagunenses até a entrada numerosa de casais açorianos no sul do Brasil a partir da segunda metade do século XVIII, e já no século XIX, com a formação das colônias alemãs em Três Forquilhas e São Pedro de Alcântara, a partir de 1826.

O resgate, identificação e preservação do folclore neste município se faz pertinente e necessário, na medida em que a região carrega traços culturais marcantes oriundos da sua constituição histórica populacional, o que é extremamente significativo, pois, dessa mistura de etnias e culturas resultou o trescachoeirense.

Entendemos folclore como o dia-a-dia das pessoas e por isso nosso interesse, pois esse dia-a-dia é nosso também, e está carregado de simbologias, representações, significando motivações e sentimentos. E verificar um pouco de onde herdamos nossos costumes e tradições é compreender, conseqüentemente, a si próprio e respeitar o próximo.

Em nosso trabalho “O Folclore Açoriano em Três Cachoeiras”,² procuramos demonstrar o quanto a herança cultural luso-açoriana foi marcante em Três Cachoeiras e, pelo folclore, observamos essa influência facilmente em nossos dias. Mas essa herança cultural nos foi legada pela presença do elemento açoriano no Litoral Norte do RS e especificamente na localidade. É o que levantaremos brevemente, para em seguida falarmos em uma das heranças: literatura oral.

A historiografia nos aponta que, tanto migraram açorianos e descendentes do sul do Rio Grande do Sul, como do norte, vindos de Santa Catarina. Quanto a esta constatação, Ruschel considera que a região litorânea setentrional do estado começou a ser povoada particularmente

* Licenciado em História – UNISINOS.

¹ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Comissão de estudos municipais. **Os novos municípios do Rio Grande do Sul**. 1988.

² CARDOSO, Eduardo Mattos. **O Folclore Açoriano em Três Cachoeiras**. São Leopoldo, 2003. Trabalho de Conclusão de Curso. Licenciatura Plena em História – UNISINOS, 2003.

por elementos oriundos da costa de Santa Catarina (Enseada do Brito, Vila Nova de Imbituba, São José do Estreito, São Miguel, Freguesia da Ilha) e da região gaúcha de Mostardas. Muitas destas pessoas eram descendentes dos imigrantes açorianos que haviam fundado aquelas localidades, em meados do século XVIII.³ Mas devemos também observar que a historiografia não especifica devidamente a dimensão desta ocupação oriunda do norte.

Para Guilhermino Cesar, em território rio-grandense,

A linha de penetração do povoador ilhéu foi originariamente esta: Rio Grande; Capela Grande de Viamão, compreendendo o Porto de Viamão, mais tarde Porto Alegre; Triunfo; Santo Amaro e Rio Pardo. Depois da invasão espanhola em 1763, houve verdadeira dispersão; famílias radicadas no Rio Grande foram conduzidas para Maldonado e lá ficaram; outras fugiram para a banda norte. É quando a presença do açorita é assinalada no estreito, Taquari, Santo Antônio da Guarda Velha (atual Santo Antônio da Patrulha), Mostardas e Cachoeira.⁴

Véra Barroso segue nessa linha de interpretação, também não explicitando exatamente a dimensão da influência de açorianos vindos de Santa Catarina, mas considera que “se aconteceu a migração interna no RS de famílias açorianas chegadas via Rio Grande, certo é que paralelo ao processo de abandono do litoral norte ocorreu a chegada de outros tantos açorianos, vindos do litoral catarinense por terra, via Torres, (muitos também ali ficaram) na busca de melhores perspectivas no sul”.⁵ Aponta que, a partir de Rio Grande, os açorianos vão se instalando no Rio Grande do Sul, movimento influenciado pelas negociações com os espanhóis e suas incursões no território sulino. Assim, argumenta V. Barroso, “para Santo Antônio vieram alguns (açorianos), mas especialmente fugidos dos espanhóis [...] quando em 1763 tomaram Rio Grande”.⁶

Somente em 1771 é que oficialmente o Governador da Capitania recebeu ordens de assentar casais açorianos em Santo Antônio da Patrulha. Em “datas”, de dimensão variável, 28 casais receberam terras em área demarcada, entre a sede do povoado e a Lagoa dos Barros, na direção de N. Sra. da Conceição do Arroio (Osório), hoje ainda denominada “Campo dos Casais”.⁷

Seguindo, V. Barroso levanta que, em 1773, pelo Governador José Marcelino de Figueiredo, também foi projetada a instalação de açorianos em Conceição do Arroio. Corroborar essa afirmativa João Borges Fortes, que em “Os casais açorianos”, diz que outra localidade que recebeu um pequeno contingente de açorianos para seu incremento foi a Freguesia de Conceição do Arroio, 13 casais de ilhéus, seguindo uma relação de nomes, apurada por Aurélio Porto:

Antônio Paim, José Pereira de Souza, Antônio Luiz da Siqueira, José Pereira Teixeira, Bento José da Silva, Joaquim de Souza, Domingos Corrêa de Andrade, Manoel Paim, Francisco Pereira Gomes, Manoel Machado Peixoto, Francisco Gonçalves Athayde, Manoel Silveira Dutra, Gabriel de Simas, Micaela dos Anjos, José Antônio de Mendonça, Simão Paim, José Machado Peixoto, Sebastião Alvim.⁸

Henrique Oscar Wiederspahn muito se assemelha com “Os casais açorianos” de Borges Fortes. Verifica-se ainda que Wiederspahn, certamente por sua carreira militar, traça a colonização açoriana por um viés quase que exclusivamente estratégico, vinculando a vinda dos “casais de número” (mas não só eles) e o movimento populacional açoriano dentro do território sulino a

³ RUSCHEL, Ruy Ruben. **Torres – Origens**. 3ªed. Torres: Gazeta, 2003, p. 34.

⁴ CESAR, Guilhermino. **História do Rio Grande do Sul: período colonial**. 2ªed. Porto Alegre: Globo, 1970, p. 133.

⁵ BARROSO, Véra Lucia Maciel. Açorianos no povoamento do Litoral Norte do Rio Grande do Sul. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel (org.). **Presença Açoriana em Santo Antônio da Patrulha e no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 1997. p. 36.

⁶ BARROSO, op. cit., p. 36.

⁷ Ibidem.

⁸ BORGES FORTES, João. **Os casais açorianos: presença lusa na formação sul-riograndense**. 2ªed. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1978, p.132.

partir de disputas de território entre portugueses e espanhóis e suas batalhas.

Para Moacyr Domingues, com a investida dos espanhóis em Rio Grande “os fugitivos passaram para o Norte do canal, estabelecendo-se no Estreito, em Mostardas, Santo Antônio da Patrulha, Conceição do Arroio (hoje Osório).”⁹ E sobre a influência de açorianos oriundos de Santa Catarina, acrescenta:

No final do século XVIII e começos dos oitocentos, grande número de açorianos ou descendentes procedentes da ilha de Santa Catarina, Estreito, Enseada de Brito, Vila Nova e Laguna, em movimento espontâneo, estabeleceram-se ao longo de nosso litoral norte, desde o Santo Antônio da Guarda Velha.¹⁰

Pelo que apontamos, fica evidente que o atual território de Três Cachoeiras teve influência açoriana na sua constituição populacional, pois todo o Litoral Norte teve no açoriano um de seus elementos populacionais formadores. Cabe ressaltar que, estando Três Cachoeiras entre a Lagoa Itapeva e a Serra, sua ocupação foi posterior aos campos litorâneos, ou seja, a faixa de terra entre a(s) lagoa(s) e o mar (Campo do Meio), pois esta faixa de terra era justamente o trajeto melhor para quem vinha do norte para o sul, ou vice-versa. Mas o que era caminho de passagem logo e logicamente gerou seus primeiros ocupantes. Na ocupação da região, além desse fator, como em outras, primeiramente ocuparam-se as terras melhores (menos acidentadas e pantanosas, não significando a melhor terra em qualidade, o que talvez foi fator de ocupação da faixa de terra entre a lagoa e a Serra), para na seqüência serem ocupados os demais espaços, até porque a extensão da região litorânea não era muito grande, fazendo com que rapidamente as terras dali fossem ocupadas, inclusive as menos atrativas.

Vejamos o que a historiografia local nos mostra acerca do elemento açoriano na formação étnica de Três Cachoeiras.

As proposições de Schaeffer¹¹ (autor local) se assemelham às de outros autores sobre a ocupação açoriana na região. Considera a invasão espanhola no sul como motivo de deslocamento para o norte do Rio Grande do Sul, e também considera a vinda de açorianos de Santa Catarina, afirmando que desse ponto, muitas famílias, por diversos fatores, retornaram ao sul, chegando, os mesmos, ao norte do Estado do Rio Grande do Sul.

O “ponto” a que Schaeffer se refere é Laguna, cidade que é consenso entre historiadores e “historiadores” como referência para a entrada no Rio Grande do Sul. Mas devemos ter cuidado, pois deve-se entender, até a criação de outras vilas, que à Laguna corresponderia um vasto território até o Mampituba, com mais de 150Km de terra entre serra e mar. Daí devermos considerar a influência de Laguna nesse território formando vilas (e posteriormente cidades) ao sul de Santa Catarina, como Araranguá e Sombrio, por exemplo, com evidente influência açoriana, e que a partir daí também influenciou o Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

Ainda, Schaeffer levanta (pela memória oral, pois não aponta nenhuma fonte) que “em Três Cachoeiras alojaram-se umas 15 famílias de origem açoriana”, destacando que foram essas famílias açorianas “os primeiros habitantes de Três Cachoeiras¹², construindo suas habitações perto da Lagoa Itapeva. Seriam elas:

Pedro Manoel Dias, Manoel Caetano Rodrigues, Joaquim Cretano de Oliveira, José Manoel Rodrigues, Francisco Estevão (pé de chumbo), Joaquim M. de Matos, família Valim, família Terra, João Siqueira, Hipólito Rolim, Albino da Cunha, Francisco Marinheiro, João Cardoso Vieira, José Bernardino Fernandes, Manoel Ricardo, família Mesquita, João Dias da Silva, Afonso José Rodrigues,

⁹ DOMINGUES, Moacyr. O Rio Grande do Sul antes dos Açorianos. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel (org.). **Presença Açoriana em Santo Antônio da Patrulha e no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 1997.

¹⁰ DOMINGUES, op. cit., p.32.

¹¹ SCHAEFFER, **Ignácio José**. **Breve relato histórico da fundação de Três Cachoeiras**. Três Cachoeiras, [1985].

¹² SCHAEFFER, op. cit., p. 76.

Martins, Linhares e outras, cujos nomes não me ocorrem no momento. Dessas famílias, as do Rolim, procediam da república Argentina, mas, descendentes portugueses.¹³

Schaeffer certamente, quando afirma esses nomes como de “famílias açorianas”, parte de uma mentalidade comum à região e época (Schaeffer nasceu em 1905). Principalmente no início do século XX (mas hoje ainda se evidencia) era clara a distinção entre “alemães” (descendentes dos imigrantes alemães alojados na região da Colônia São Pedro de Alcântara e Três Forquilhas) e “portugueses” (descendentes luso-açorianos). Português para Schaeffer é o açoriano. Mas devemos considerar que não foi só o luso-açoriano que influenciou a região. Desde o início da ocupação sulina temos o elemento luso continental, o que cabe ser diferenciado, pois ilhéu ou continental, todos eram portugueses, mas quando pesquisamos alguma raiz cultural, devemos ter clara a distinção, pois a origem do português representa características culturais peculiares. Então, quando desta relação de Schaeffer, não temos certeza se são todos de origem açoriana, o que deve ser verificado.

Ruy Ruschel traz importantes contribuições para esse momento. Em “Torres-Origens”, traça em termos gerais a influência açoriana na região torrense, onde o atual território de Três Cachoeiras está incluído. Entretanto, faz algumas colocações que nos interessam. Segundo Ruschel, “os açorianos não vieram direto colonizar Torres, Arroio do Sal ou Três Cachoeiras. Porém, através de seus numerosos descendentes aí radicados desde o início do século XIX, deixaram substrato cultural profundo...”.¹⁴

Em “Três Cachoeiras e suas Comunidades”, Ruschel complementa esses levantamentos. Assim, “de 1790 em diante podem ser anotadas as concessões de sesmarias com frente na lagoa e fundos para os sertões da Serra Geral. Os beneficiários eram pessoas de origem portuguesa, às vezes açoriana”¹⁵. Ruschel nos fornece alguns dados sobre as primeiras sesmarias que provavelmente estariam localizadas no que é, hoje, o território municipal de Três Cachoeiras, fazendo referência a seus sesmeiros.¹⁶

Na Literatura oral, o Rio Grande do Sul e o Litoral Norte muito devem às contribuições açorianas, que, sem percebermos, se apresentam no nosso dia-a-dia, nas nossas conversas, bate-papos e outros.

Sonia Campos resgata e nos apresenta essas contribuições, pois parte do pressuposto que “o homem não se despoja de sua cultura pelo simples deslocamento. Assim, o folclore açoriano transplanta-se para áreas rio-grandenses como já acontecera, anteriormente, com o folclore português nas ilhas”¹⁷, sendo que, diz S. Campos, os costumes trazidos, aos poucos, evoluíram, sem que houvesse profunda modificação em contato com elementos estranhos.

A Literatura Oral de origem açoriana é um exemplo disto, nos falares, poesia, danças, brincadeiras, é claro, adaptando-se no tempo e no espaço. Incontestáveis ditados (ou adágios – provérbios) manifestam-se na área sul-rio-grandense, semelhantemente, àqueles dos Açores. S. Campos levanta alguns:

“A cavalo dado não se olha o dente”(Ilha do Faial); “Água mole em pedra dura, Tanto dá até que fura”(Ilha do Faial); “A união faz a força”(Ilha do Pico); “A bom entendedor meia palavra basta”, “Não troques o certo pelo duvidoso”(Ilha de Santa Maria); “Cada louco com sua mania”(Ilha Terceira); “Céu pedrento, Ou chuva ou vento”(Ilha Graciosa); “Depois do mal feito, Chorar não é proveito”(Ilha de Santa Maria); “Para baixo todos os santos ajudam” (Ilha das Flores).¹⁸

¹³ Ibidem, p. 76-77.

¹⁴ RUSCHEL, op. cit., p. 34.

¹⁵ RUSCHEL, Ruy Ruben; DELAI, Rizzieri. **Três Cachoeiras e suas comunidades**. Torres: Gazeta, 1996, p.11.

¹⁶ Para maior aprofundamento recomenda-se a leitura da primeira parte do livro referido, onde Ruschel traz esses e outros levantamentos com embasamento documental e citação das fontes.

¹⁷ CAMPOS, Sonia Siqueira. Literatura Oral no RS – Contribuições Açorianas. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel (org.). **Presença Açoriana em Santo Antônio da Patrulha e no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 1997. p. 61.

¹⁸ Ibidem, p. 62-63.

Sobre as adivinhas, considera-se que foram-nas, quase que totalmente legadas pelos portugueses, quer através dos ilhéus ou dos continentais. S. Campos considera que são enigmas populares que “numa linguagem metafórica ou ambígua, e sob forma de sentenças interrogativas, dísticos, quadrinhas, sugerem, implicitamente a solução”, e encontram-se generalizados em todos os povos. “Desempenharam certo papel de relevo na vida social como um meio de testar a argúcia, a inteligência do indivíduo”.

S. Campos nos fornece algumas procedentes da Ilha da Terceira e algumas variantes no Rio Grande do Sul:

Adivinhas, ilha da Terceira

“Casa caiada
Bonita amarela
Porta fechada
Ninguém entra nela
R.: ovo”
“Quatro mortos estirados
Cinco vivos a passar,
Os vivos estão calados
E os mortos a cantar
R.: viola”

Variante/RS

“Casa caiada
Bonita amarela
Telhado de vidro
Ninguém mora nela.
R.: ovo”
“Seis mortos esticados
Cinco vivos passando
Enquanto os vivos estão passando
Os mortos estão cantando
R.: violão”¹⁹

Segundo S. Campos, chamam-se parlendas as fórmulas empregadas para distrair e acalantar crianças; elas se constituem de versos sem pé, nem cabeça, conservados na lembrança infantil pelo ritmo fácil e corrente.

Rimas da Ilha da Terceira

“Amanhã é domingo
Do pé do cachimbo
Do galo montês
A rês é de barro
Toca no adro
O adro é fino
Toca no sino
O sino era dourado
Toca no touro
O touro era bravo
Mata o fidalgo
O fidalgo era valente
Mata a sua gente
E enterra na cova dum dente”²⁰

Variante em Três Cachoeiras/RS

“Hoje é domingo
Peço o cachimbo,
Cachimbo é de barro,
Dá no jarro,
O jarro é de ouro,
Bate no touro,
O touro é valente,
Bate na gente,
A gente é fraco,
Cai no buraco,
O buraco é fundo,
Acabou-se o mundo”

A poesia popular, muito conhecida dos gaúchos, veio dos Açores e aclimatou-se aqui com roupagens do meio ambiente ou manteve-se na íntegra. Ainda mais próximo de nós são as quadrinhas, que vemos na trova e no Terno de Reis, por exemplo:

“Atirei c’o limão verde
À torrinha de Belém;
Deu no cravo deu na rosa,
Deu no peito de meu bem.”
(Ilha de São Miguel)
“A laranja quando nasce

“Atirei um limão verde
lá por cima da sacristia,
deu no cravo, deu na rosa
deu na moça que eu queria.”
Três Cachoeiras(RS)
“A laranja quando nasce,

¹⁹ Ibidem, p. 63-64.

Nasce logo redondinha;
Tu também quando nasceste,
Logo foi para ser minha.”
(ilha de São Miguel)

nasce logo redondinha,
também tu, quando nasceste,
nasceste par ser minha.”
(RS)²¹

Para S. Campos, “as variantes, as refundições, as reelaboraões resultam na dinâmica dos fatos, mantendo-se, porém, a fisionomia fundamental. A memória coletiva retém o repertório. Assim, ele chega até nós.”

Na observação, captação e comparação dos ditados populares/literatura oral (adágios ou provérbios e parlendas) fica evidente a influência açoriana em Três Cachoeiras:

Nos Açores (W. Spalding)²²:

“Quem vai ao ar, perde o lugar.”

“Em casa de ferreiro,/ espeto de pau.”

“O que não mata,/ engorda.”

“O que é barato/ sai caro.”

“Tal pai,/ tal filho.”

“Ano novo,/ vida nova.”

“Antes só,/ do que mal acompanhado.”

“Devagar/ se chega ao longe.”

“Deus ajuda/ a quem muito madruga.”

“Vaso ruim/ não quebra.”

Variantes em Três Cachoeiras

“Quem vai ao ar, perde o lugar.”

“Casa de ferreiro espeto de pau.”

“O que não mata engorda.”

“O barato sai caro.”

“Tal pai tal filho.”

“Ano novo vida nova.”

“Antes só do que mal acompanhado.”

“Devagar se vai longe.”

“Deus ajuda quem cedo madruga.”

“Vaso ruim não quebra.”

Algumas superstições mais comuns dos Açores que encontramos no Rio Grande do Sul²³ e que também verificamos em Três cachoeiras:

- Animal: Gato preto dá azar; ou Gato tem sete fôlegos; matar gato atrasa sete anos a vida, ou aumenta os trabalhos durante sete anos. Borboleta preta traz azar.

- Casa: *se se quiser que uma visita se retire logo, coloca-se a vassoura atrás da porta com a palha para cima; Varrer a casa à noite traz azar.*

- Tempo: para evitar a queda de raios na casa, deve-se cobrir os espelhos com panos, ou então virá-los para a parede. Sol e chuva, casamento de viúva (talvez pela rima?).

São ditados e superstições populares muito comuns em Três Cachoeiras, que, no mínimo, atestam semelhanças com as colhidas pelos autores citados, o que corrobora nossa comparação c consequentemente a afirmativa da herança cultural no município.

Referências

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Comissão de Estudos Municipais.

Os novos municípios do Rio Grande do Sul: Três Cachoeiras. 1988.

BARROSO, VÉRA L. M.; QUADROS, Terezinha Conceição de Borba; BROCCA, Maria Roseli Brovedan, org. **Raízes de Torres.** Porto Alegre: EST, 1996.

_____. (org.). **Presença Açoriana em Santo Antônio da Patrulha e no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: EST, 1997.

²⁰ Ibidem, p. 64-65.

²¹ Ibidem, p. 66.

²² SPALDING, Walter. **Na voz do povo: ensaios de folclore.** Caxias do Sul/Porto Alegre: UCS/EST/Martins Livreiro Editor, 1979, p. 55 a 66. Este autor toma como referência para confronto *Armando Côrtes-Rodrigues* na revista *Insulana*, de Ponta Delgada, que publicou mil adágios açorianos, em diversos números. Ref. bib. comp. RODRIGUES, Armando Côrtes. **Adagiário Popular Açoriano.** In: *Insulana*. Ponta Delgada, São Miguel. v. 1, 2 e 3.

²³ Spalding, op. cit., p. 29 a 36.

- _____. Açorianos no povoamento do Litoral Norte do Rio Grande do Sul. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel (org.). **Presença Açoriana em Santo Antônio da Patrulha e no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 1997.
- _____. (org.). **Açorianos no Brasil: história, memória, genealogia e historiografia**. Porto Alegre: EST, 2002.
- BORGES FORTES, João. **Os casais açorianos: presença lusa na formação sul-riograndense**. 2ªed. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1978.
- CAMPOS, Sonia Siqueira. Literatura Oral no RS – Contribuições Açorianas. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel (org.). **Presença Açoriana em Santo Antônio da Patrulha e no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 1997.
- CARDOSO, Eduardo Mattos. **Minhas Raízes**. São Leopoldo, 2003. Monografia para a disciplina de Colonização e Imigração na América latina. Licenciatura Plena em História. Unisinos, 2003 (digitalizado).
- CARDOSO, Eduardo Mattos. **O Folclore Açoriano em Três Cachoeiras**. São Leopoldo, 2003. Trabalho de Conclusão de Curso. Licenciatura Plena em História – UNISINOS, 2003.
- CESAR, Guilhermino. **História do Rio Grande do Sul: período colonial**. 2ªed. Porto Alegre: Globo, 1970.
- DOMINGUES, Moacyr. O Rio Grande do Sul antes dos Açorianos. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel (org.). **Presença Açoriana em Santo Antônio da Patrulha e no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 1997.
- RUSCHEL, Ruy Ruben. **Torres – Origens**. 3ªed. Torres: Ed. Gazeta, 2003.
- _____; DELAI, Rizzieri. **Três Cachoeiras e suas comunidades**. Torres: Gazeta, 1996.
- SCHAEFFER, José Ignácio. **Breve relato histórico da fundação de Três Cachoeiras**. Três Cachoeiras, [1985].
- SPALDING, Walter. **Na voz do povo: ensaios de folclore**. Caxias do Sul/Porto Alegre: UCS/EST/Martins Livreiro Editor, 1979.
- WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. **A colonização açoriana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST/Instituto Cultural Português, 1979.

A IMAGEM DA CIDADE/SOCIEDADE DE SÃO LEOPOLDO NA REVISTA “RUA GRANDE”

Maria Luciane da Silva Pinto

Viver em função de um lugar e de um tempo imaginário, tem sido condição e possibilidade do existir humano, não havendo história sem esta dimensão transcendental. O ser humano não pode existir só a partir de realidades, porque o viver está também no *imaginário*, naquilo que ainda não é, mas deveria ser, naquilo que “oxalá fosse”, no mundo ético da solidariedade (Horácio Cerutti Guldberg).

Este estudo tem como objeto principal um veículo de comunicação local, ou seja, uma revista, denominada Rua Grande. Entendida como espaço para a criação e circulação de imaginários sociais, a revista Rua Grande, neste estudo, representa um importante recurso na produção de um conhecimento histórico. Pois desde sua fundação nota-se um comprometimento em veicular através de seus artigos, notas, notícias, publicações, a simbologia desta cidade/sociedade: “Fé, Cultura e Trabalho”. Simbologia que também está intimamente ligada ao “elemento alemão”, entendido por esta, como sendo o único elemento constituidor desta cidade/sociedade de São Leopoldo.

O uso de matérias de revistas como fonte de investigação histórica requer alguns cuidados metodológicos que garantam a pesquisa, assim, de acordo com Cláudio Elmir o estudo deve primar pela regularidade e pela constância da idéia:

E só é possível perceber regularidade na medida em que o pesquisador possa ter acesso a uma série de discursos que é a condição do estabelecimento da regularidade, da repetição ou, ao contrário da inconstância, da ocasionalidade e, talvez por isto, do necessário descarte [...] A análise do maior número deve ser a primeira garantia para o não cometimento do erro; ainda que não seja toda a garantia.¹

Diante deste aspecto, encontra-se expressiva quantidade de edições sobre o estudo proposto, o que poderá ser observado no decorrer deste trabalho, inclusive uma Edição Especial alusiva ao Sesquicentenário (168 páginas de história desta cidade/sociedade).

Para um melhor entendimento deste trabalho, seria oportuno apresentar algumas considerações sobre o conceito de imaginário, desenvolvidas a partir dos estudos de autores como Castoriadis, Le Goff, Backzo, Bordieu entre outros.

Em primeiro lugar, o imaginário deve ser analisado como um conjunto de representações agregado às práticas culturais, através das quais ele produz representações simbólicas diversas, interagindo com a realidade.

Para o historiador Jacques Le Goff, autor do livro “*O imaginário medieval*”, o imaginário interessa ao historiador por ser um fenômeno coletivo, capaz de fazer o homem agir. Nesta perspectiva, Sandra Pesavento complementa a idéia do autor ao afirmar que, “o imaginário social é uma das forças reguladoras da vida coletiva, normatizando condutas e pautando perfis adequados ao sistema”.²

Aprofundando a importância da simbologia (produto do imaginário), Bourdieu acredita

¹ ELMIR, Cláudio Pereira. In: DALMÁZ, Mateus. *A Imagem do Terceiro Reich na revista do Globo*. (1933-1945), Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, p.16.

² In: PESAVENTO apud FLECK, 1997, p.114.

que não há sujeito social que possa ignorar as propriedades simbólicas, pois o mundo social é também representação e vontade, na medida em que existir socialmente implica em ser reconhecido e se reconhecer como membro de uma determinada sociedade.

Segundo Backzo, o imaginário social intervém em diversos níveis da vida coletiva, realizando simultaneamente várias funções:

Graças à sua estrutura complexa, e, em especial, graças ao seu tecido simbólico, o imaginário social, intervém a diversos níveis da vida coletiva [...] O seu trabalho opera através de séries de oposições que estruturam as forças afetivas que agem sobre a vida coletiva, unindo-as por meio de uma rede de significações, às dimensões intelectuais dessa vida coletiva: legitimar/invalidar; justificar/acusar; tranquilizar/perturbar; mobilizar/desencorajar; incluir/excluir...³

Além da abordagem sobre o imaginário social, há também outros aspectos importantes a serem considerados, quanto ao uso de matérias de revistas como fonte documental, que foram observados por Capelato: os empresários – jornalistas não exercem de forma independente o dever da crítica, ou melhor, o dever de criticar “*o poder e os poderosos*”, por estarem ligados por vínculos estreitos, a indivíduos e grupos cujos atos deveriam denunciar. Assim, os compromissos que estabelecem na esfera “*privada*” não desaparecem quando atuam na esfera “*pública*”.

Neste aspecto se considerarmos o período estudado, observamos que há uma ligação muito forte entre a revista Rua Grande e a elite leopoldense. Pois esta caracteriza-se por ser uma elite econômica, política e etnicamente pertencente aos descendentes de imigrantes alemães. Assim, a revista servirá para externar um imaginário, construído a partir de símbolos e de significações determinadas por esta elite.

Histórico da Revista Rua Grande

A revista “Rua Grande”, recebeu um nome que possui a simbologia representativa de um apelido carinhoso pois, oficialmente, a rua da qual seu nome tem origem, chama-se Independência⁴: “queríamos um nome que dissesse bem de nossa cidade, que representasse o que de mais íntimo pudesse existir no coração dos leopoldenses”.⁵ Solicitando a opinião de um “*grande*” leopoldense, Dr. Ney Câmara, obteve-se a resposta: O espírito comunitário leopoldense, será a grande força da revista “**Rua Grande**”: Rua do Passo – Rua Independência – “**Rua Grande**”.

Assim, o Dr. Ney Câmara cria uma simbologia para a revista, que representa um elo de pertencimento àquela rua que, para ele, pode ser assim explicada: Rua do Passo, o passado, Rua Independência, o presente, e “Rua Grande”, o futuro. O futuro será uma revista que não esquecerá de veicular em suas páginas, as raízes da cidade e de sua sociedade.

A introdução de novidades, como o uso sistemático de ilustrações, fotos, impressão em duas cores e um moderno maquinário inaugurou, de acordo com Rüdiger, um jornalismo ligado progressivamente às condições determinadas pelo desenvolvimento do capitalismo no país, “adotando padrões de organização empresarial como meio de sobrevivência [...] O Brasil estava vivendo uma nova etapa de desenvolvimento econômico, na qual o principal aspecto era o processo de industrialização verificado a partir de 1930”.⁶

Neste contexto de mudanças do jornalismo brasileiro, é que nasce a revista “*Rua Grande*”, em 1965. De início, era uma revista “*modesta*”, mas com assuntos variados: noticiosos,

³ BACKZO, S. *A imaginação social*. In: Romano, Ruggiero. Enciclopédia Eunadi. V.5, Lisboa: Imprensa Nacional, 1995, p.312.

⁴ Esta rua ganhou o apelido de “Rua Grande” ou “Gross Stroos”, pelos alemães e seus descendentes. Mas de acordo com Eloisa Ramos, ela recebeu seu nome oficial, rua Independência, no início da República. In: RAMOS, Eloisa H. Capovilla da Luz. *O Cenário leopoldense entre 1850 e 1930*. São Leopoldo: Unisinos.

⁵ METAMORFOSE. “*Rua Grande*”, São Leopoldo, v.1, p.3, jul.1965.

⁶ RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do Jornalismo*. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 1998.

literários e sociais, além de manter o perfil do “Cine-Jornal”⁷, contendo os programas dos cinemas, curiosidades, humor e passatempos.

Mas as transformações de cunho jornalístico, quanto às características gerais — circulação, conteúdos, aspectos gráficos, o uso de fotografias e ilustrações — foram possíveis devido à presença de um novo sócio, em 1966. Trata-se de um profissional, o jornalista e radialista Ribeiro Pires.

Desde muito cedo, Ribeiro Pires conquistou os corações e as mentes dos leitores, pois além de jornalista e radialista, destacava-se como escritor. Misturando sentimentos ambíguos, suas crônicas demonstram um “*mundo*” em transformações pois, para ele, o desenvolvimento urbano associado a novas tecnologias causa mudanças também no comportamento e nos valores éticos e morais dos habitantes da cidade/sociedade⁸.

Percebe-se que Ribeiro Pires dá o tom para a sua carreira jornalística, inspirado e instigado pela temática da cidade. Justificativa que se encontra na criação do lema simbólico da cidade: “Fé, Cultura e Trabalho”, divulgado oficialmente, por ocasião dos festejos do Sesquicentenário da cidade/sociedade. É um lema que liga o passado ao presente, marcando o futuro de uma cidade/sociedade, que agradece aos seus antepassados, o elemento constituidor da mesma – o imigrante alemão- responsável por ter deixado descendência, que resultou em uma cidade/sociedade próspera:

Como sou jornalista, assumi, há uma década e meia, o dever diário de contar sua história, sua grandeza, seus feitos, suas lutas, suas reivindicações, suas alegrias, suas tristezas, narrando a povos irmãos de outras plagas a vida de uma cidade que – perdoem-me o exagero – acho a mais linda de todas. Afinal, nela nasci, tornei-me adulto e hoje tenho o imenso orgulho de, modestamente, possuir o privilégio de divulgar para tanta gente esta autêntica união de “**Fé, Cultura e Trabalho**” – o seu lema oficial – **lema que criei para a minha cidade** há dez anos, sem precisar pensar muito, mas apenas voltando o olhar para tudo aquilo que ela tem e realiza. Assim é minha cidade, é São Leopoldo, meu amor. Bela radiante, faceira, acolhedora, vibrante, operosa, bairrista, produtiva. **Sesqui**. E se hoje todos nós volvermos um olhar e um pensamento para o passado, este olhar e este pensamento são de gratidão aos que aqui aportaram em 1824. E, ao mesmo tempo, precisamos prometer a cada um de nós que, se hoje lutamos dia-a-dia para alicerçar cada vez mais a grandeza de uma terra que todos amamos, muito mais precisamos fazer doravante, para colocá-la, altaneira e pujante, como ela merece, entre as cidades mais prósperas deste Brasil. Cheia de “**Fé, Cultura e Trabalho**”⁹. [grifos nossos].

A revista Rua Grande pontua um diálogo positivo com a cidade/sociedade, e conquista seu espaço como veículo de comunicação. Afinal, a revista, desde sua criação, está comprometida em veicular uma cidade/sociedade, ligada às suas origens – O imigrante alemão. E sempre tendo por objetivo “dar a comunidade um órgão de comunicação cheio de bairrismo”.¹⁰ O que para a revista, significa “lutar pelo progresso e pelo bem estar da sua localidade. É ser uma célula atuante, a trabalhar e a incentivar as realizações de interesse geral”.¹¹.

Os caminhos percorridos pelo imaginário de uma “cidade sesqui”

Segundo Backzo¹², pode-se definir cidade como uma força afetiva que age sobre a vida coletiva, força que é conhecida como imaginário social e que opera por meio de uma rede de

⁷ O “Cine-Jornal” era um folheto distribuído nas portas dos cinemas, Cine Teatro Independência e o Cine Brasil e nascera da iniciativa do Sr. Solon Pereira da Cruz, em 1961.

⁸ Ribeiro Pires escreveu várias crônicas demonstrando dualidade de um “mundo” em transformação, tais como: “A moça que cansou de ser Santa”; “A mulher diante do Espelho”; “O vestido de Baile”; “O Palhaço de coração Partido”; “Vovozinha e a Bossa Nova”; “Os amores do solteirão Agostinho; Gargalhada de um Carnaval”; “Quanto vale uma Esposa?”; “Samba feito em Buteco”; e “Agonia de Sexta-Feira”.

⁹ PIRES, Ribeiro. “Rua Grande”. São Leopoldo, Encarte Especial, p.9, jul.1974.

¹⁰ UMA história de 3.652 dias. “Rua Grande”, São Leopoldo, Suplemento Especial, jul.1975.

¹¹ GRISA, Élio. *Nossa Cidade*. “Rua Grande”, São Leopoldo, v.26,1966.

¹² BACKZO, Bronislaw. Op.cit.,p.312.

significações. Portanto, através dessa rede de significações chega-se a um imaginário social: “Cidade berço da colonização alemã”¹³.

Na busca de melhor entender este fenômeno denominado de cidade, encontra-se uma outra definição, nas palavras de Raquel Rolnik:

Fruto da imaginação e trabalho articulado de muitos homens, a cidade é uma obra coletiva que desafia a natureza. Ela nasce com o processo de sedentarização e seu aparecimento delimita uma nova relação homem/natureza: para fixar-se em um ponto, para plantar é preciso garantir o domínio permanente de um território. Imbricada portanto com a natureza mesma da cidade está a organização da vida social e conseqüentemente a necessidade de gestão da produção coletiva [...] Centro e expressão de domínio sobre um território, sede de poder e da administração [...] lugar da produção de mitos e símbolos.¹⁴

A fim de compor um imaginário para a sua cidade, Rolnik a chamou de “cidade ímã”, pois antes de se tornar local permanente de trabalho e moradia, ela serviu, como campo magnético, capaz de atrair, reunir e concentrar os homens. Força atrativa, que nasce com o processo de sedentarização, fruto do desafio homem/natureza, a fim de marcar e defender um território, assim também se constituiu a cidade de São Leopoldo, primeiramente nas figuras dos índios, lusos, e negros e, depois, com mais força na figura dos imigrantes alemães.

Portanto ao mover o pensamento para o passado, atinge-se 1824, mais precisamente, 25 de julho de 1824, data em que aqui chegaram os primeiros imigrantes alemães. Era um pequeno grupo de 39 pessoas entre homens, mulheres e crianças, que vieram lançar as bases de “*uma nova era de trabalho e de progresso*”¹⁵, trazendo uma bagagem cultural e o sonho de se incorporarem na nova pátria, estabelecendo-se primeiramente, como pequenos proprietários de terra (policultores), transformando o cenário e a constituição desta cidade¹⁶.

Como constituir um espaço ou viver em função de um lugar e de um tempo imaginário é condição do existir humano, não havendo, de acordo com Cerutti¹⁷, história sem esta dimensão transcendental, o viver está também no imaginário. E, como este é representação mental, constituído, conforme afirmação de Bourdieu¹⁸, por um “*campo onde os agentes sociais investem seus interesses e sua bagagem cultural*”. Em uma canção entoada por ocasião do Sesquicentenário¹⁹, e que, é, também o Hino Oficial da cidade de São Leopoldo, há expressões que identificam a tessitura simbólica da trilogia Fé, Cultura e Trabalho. Esta canção foi escrita por Ary Georg e Danilo Silva, vejamos:

¹³ Encontra-se uma passagem na obra de Telmo Müller que, mostra o porquê da cidade de São Leopoldo ser conhecida como “Berço da colonização alemã”: Os imigrantes contratados por conta do governo brasileiro por Jorge Antonio Von Schäffer na Alemanha e componentes da primeira leva, depois de passarem pelo Rio de Janeiro chegaram a Porto Alegre em 18 de julho de 1824. Seguindo instruções recebidas, o Presidente da Província, José Feliciano Fernandes Pinheiro, encaminhou os imigrantes para a Feitoria desativada, à margem esquerda do Sinos [...] Numa palavra um encanto! Um mundo novo à espera de quem fizera uma viagem de 12.000 quilômetros em busca de uma nova Pátria. Do rio, carretas de boi levaram os imigrantes até a Feitoria. *Era o dia 25 de julho de 1824, um domingo, data da fundação do primeiro núcleo de colonização alemã no sul do Brasil, que viria a transformar-se na cidade de São Leopoldo*. Reconhecida por todas as cidades de origem alemã no Estado, a data é festejada em todos os quadrantes. A primeira leva de imigrantes era formada por trinta e nove pessoas. (MÜLLER, Telmo Lauro. *1824 Antes e Depois* : O Rio Grande do Sul e a imigração alemã. Nova Petrópolis : Editora Amstad, 1999).

¹⁴ ROLNIK, Raquel. *O que é Cidade*. São Paulo : Ed. Brasiliense , 1994, p.8.

¹⁵ PETRY, Leopoldo. *O Município de São Leopoldo*: Monografia, 1946. P.151.

¹⁶ Elevada à categoria de cidade em 12 de abril de 1864, pela Lei nº 563. In: RAMOS, Eloisa H. Capovilla da Luz. *O Cenário Leopoldense entre 1850 e 1930*. São Leopoldo, Unisinos, 2000.

¹⁷ GULDBERG, Horácio Cerutti. In: *La Utopía en América*. Centro Coordinador y difusor de estudios latino americanos. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1991, p.25.

¹⁸ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

¹⁹ Festa que comemorou 150 anos de Imigração Alemã no Rio Grande do Sul e que teve seu ponto mais alto o dia 25 de Julho e a cidade de São Leopoldo. Oportuno lembrar que, esta data refere-se a chegada dos primeiros imigrantes alemães na Feitoria do Linho Cãnhamo.

A MARCHA DO IMIGRANTE²⁰

Louro imigrante, só a natureza
Te viu chegar p'ra trabalhar aqui
E o gigante Vale, com certeza
Se engalanou para esperar por ti.

Penso que a brisa acariciou faceira
Teu peito aberto ao sol do meu país
E a passarela te saudou fagueira
Cantou, por certo, p'ra te ver feliz.

Não teve flores nunca o teu caminho
E nem teu céu foi sempre todo azul
Mas foi sincero sempre o teu carinho
Co'a terra virgem dos sertões do sul.

Da pátria antiga te restou saudade
O novo mundo viu costumes teus
No coração que não poupou bondade
Na fronte erguida a se inspirar em Deus.

ESTRIBILHO

Com teu braço forte
Lutando co'a morte
Mostrando coragem
Mostrando valor

De pelo tostada
Na mão uma enxada
Plantaste mensagens
De paz e de amor.

A primeira relação a estabelecer com a música “A Marcha do Imigrante” é o princípio do “mito fundador” desta cidade/sociedade e que, é, justificada pela expressão “Só a natureza te viu chegar p'ra trabalhar aqui”.

Outro aspecto, que é também motivo de polêmica para alguns historiadores que trabalham o assunto referente à imigração é o fato de sua incorporação em uma nova Pátria. Na música, percebe-se que este elemento alemão é bem recebido pelo novo país e que este se adapta e o transforma, em sua nova Pátria. Exemplo disso é a expressão: “E o gigante Vale, com certeza se engalanou para esperar por ti. Teu peito aberto ao sol do meu país”.

Os imigrantes alemães sofreram com as novas experiências, com as mudanças de um novo ambiente geográfico, de clima e solo tão diferentes às que estavam acostumados. Também houve promessas não cumpridas e conquistadas após muito tempo de dificuldades e privações. Muitas picadas foram abertas apenas com o trabalho braçal de sua família, pois a pequena propriedade agrícola era trabalhada com a mão-de-obra de toda a família: “Não teve flores nunca o teu caminho, co'a terra virgem dos sertões do sul”.

Mas nunca o imigrante alemão esqueceu suas raízes, pelo contrário, trouxe consigo toda

²⁰ UM POVO alegre que canta. “*Rua Grande*”, São Leopoldo, v.473, p.29, jul.1974.

a gama de conhecimento e cultura, adaptando-as na nova Pátria: “O mundo viu costumes teus”.

No símbolo máximo do trabalho e da fé, encontramos a expressão: “Na mão de uma enxada” construiu escolas, para suprir a deficiência e a ausência de escolas públicas, criando as escolas comunitárias, tanto por parte das comunidades evangélicas quanto das católicas. Eles as mantiveram e as mantêm até os dias de hoje. Isso aconteceu também com as igrejas construídas na forma de assistência religiosa, também tanto pelas comunidades evangélicas como as católicas: “Plantaste mensagens de paz e de amor”.

A cidade constituída e sonhada em termos de identidade e memória pode, de acordo com Querrian²¹, perpassar a cidade concreta habitada pelos homens: “As imagens se fabricam em diferentes níveis [...] todas mobilizam a memória, o passado, mas o declinam à sua maneira. O diálogo com os habitantes se ancora sempre na memória, único monumento popular, à disposição de todos”.

A partir dessas imagens construídas coletivamente e materializadas nos festejos do Sesquicentenário, cria-se a simbologia de “Cidade – Sesqui²²”, aquela que passa a ser a inspiração, o tema, o elemento onírico, no diálogo com a sua população. Assim, a “Cidade -Sesqui”, além de geradora de um diálogo, denota um pertencimento a uma comunidade simbólica, que também possui o seu monumento: O Monumento ao Imigrante, ao “mito fundador”.²³ “Levantado para perpetuar o reconhecimento [...] mostrando que a fé que alimentava os nossos ancestrais não esmorece nem enfraquece nunca...”²⁴

Para Castoriadis²⁵, cada sociedade constitui sua ordem simbólica, e como a escolha de um símbolo é inevitável (no caso em pauta: “Fé, Cultura e Trabalho” que denota o imigrante alemão) não se tem como determinar as fronteiras do simbólico. Por isso é que na edição nº 472(19/07/74) da revista “Rua Grande”, 23 alemães da cidade de Frankenthal da Alemanha, ao chegar em São Leopoldo, declararam: “Até parece que estamos em casa”:

Para muitos de nós, isso era um sonho que se tornaria realidade muito agradável [...] Ansiosamente esperávamos a hora de pisar em solo brasileiro, onde há 150 anos nossos ancestrais haviam criado para si um novo lar [...] A hospitalidade com que todos nos receberam também se constituiu noutra agradável surpresa, e podemos afirmar que, do primeiro momento em diante, parecia que estávamos em nossa casa...²⁶

Intitulado pela revista como “*Um ato histórico*”, assim representou para a cidade /sociedade de São Leopoldo o lançamento da pedra fundamental do novo Museu Histórico Visconde de São Leopoldo:

O lançamento da pedra fundamental do novo Museu Histórico, foi assistido pelo Embaixador da Alemanha, Dr. Horst Roeding; Ministro Bernhard Vogel, que representou o governo da Alemanha nos festejos do Sesqui; cônsul Von Beyme, prefeito Prieto [...] Moehlecke, Telmo Muller e o Ministro Vogel, foram os oradores do solene ato. Após, na urna, foram colocadas a ata da solenidade, a

²¹ QUERRIAN, Anne. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano* Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999, p.15.

²² Na revista Rua Grande, encontra-se a cobertura completa dessa festa, nas edições de números (472, 473 e 474) e também numa Edição Especial intitulada “*São Leopoldo, 150 anos depois...*”, contendo 168 páginas de história desta cidade/sociedade.

²³ O nascimento da cidade nos chega, pois, de forma mítica. A temática também pode ser encontrada em Pesavento, que trabalha e explica o mito a partir de uma estrutura narrativa que não somente conta e explica, mas revela e porta sentidos outros para além do que é dito. Assim, a cidade-mito das origens poderia expressar tanto o domínio do homem sobre a natureza – que se traduz em cultura – quanto o conflito, a ambição e o desejo de um vir-a-ser sem fim da espécie humana. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris*, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

²⁴ MOEHLECKE, Germano. Fogo, vens do chão que ladeia a Casa do imigrante. “*Rua Grande*”, São Leopoldo, v.474, p.18, ag.1974.

²⁵ CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1982.

²⁶ AS ALEGRES férias dos 23 alemães de Frankenthal. “*Rua Grande*”, São Leopoldo, v.472, p.14-15, jul.1974.

medalha do Sesqui, a Edição Especial (168 páginas) da revista “Rua grande”, alusiva ao 150º aniversário da cidade, e as edições do jornal Vale do Sinos e Jornal Evangélico.²⁷

Nesse contexto, a Cidade- Sesqui se impõe como tema de reflexão e objeto de estudo. “Cidade-representação”²⁸, ela se impõe para o historiador da cultura: “*A cidade não é simplesmente um fato, um dado colocado pela concretude da vida, mas, como objeto de análise e tema de reflexão, ela é construída como desafio e, como tal, objeto de questionamento*”²⁹.

Por entender como a Cidade – Sesqui se impõe, constituindo objeto de estudo, o Museu Histórico Visconde de São Leopoldo transformou-se em cenário para historiadores, pesquisadores e estudiosos do assunto “Imigração Alemã”. Eles estiveram no I Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul, realizado em São Leopoldo de 12 a 15 de setembro de 1974, o que, para Rodolfo Englert, pôde ser assim explicado:

OS FRUTOS DO SESQUICENTENÁRIO: Representando uma obra de real valor cultural e fonte de pesquisa e estudo, os Anais do I Simpósio da História da Imigração e Colonização Alemã no RS, deverão contribuir para o mais perfeito conhecimento da história da colonização alemã no sul do Brasil e, em última análise, da história do Rio Grande do Sul e do Brasil³⁰.

Por ocasião do Simpósio, no dia 12 de setembro de 1974, ressalta-se o discurso oficial de instalação do evento, proferido pelo prof. Telmo Muller: “Aos primeiros (nós), a morte; aos segundos (filhos), a necessidade; aos terceiros (netos), finalmente o pão”.

Hoje, 1974 ano do Sesquicentenário da Imigração Alemã, não podiam as gerações deixar de demonstrar seu apreço e reconhecimento a quem tanto fez pelo Rio Grande do Sul. Por isso houve por bem o Governo do Estado, na pessoa do Exmo. Sr. Governador Euclides Triches, instituir o Biênio da Imigração e Colonização, para bem salientar e afirmar a importância da contribuição dos imigrantes [...] O Simpósio que estamos iniciando e cujos frutos em forma da ANAIS hão de percorrer os anos levando para o futuro a honesta preocupação de historiadores, pesquisadores e estudiosos do Sesquicentenário, deverá constituir-se num marco indelével das festividades [...]. Seus sofrimentos, de início, foram enormes [...] Mas não se entregaram ao desânimo, nem desistiram: estavam na terra que representava a felicidade, talvez não deles, mas de seus filhos e netos. É de um deles a admirável filosofia contida numa frase: “Aos primeiros (nós), a morte; aos segundos (filhos), a necessidade; aos terceiros (netos), finalmente o pão [...] Banhá-la-iam também com sangue. Se alguns deles participaram, como mercenários, na Campanha Cisplatina, na Guerra dos Farrapos já empunharam a lança voluntariamente. Nas Guerras de Rosas e do Paraguai, já irmanados com seus irmãos mais antigos, os gaúchos, deram patrioticamente suas vidas em holocausto à terra escolhida por eles próprios, ou por seus pais.”³¹

A revista “Rua Grande”, neste estudo, representou um importante instrumento de produção histórica. Desde sua fundação, houve um comprometimento em veicular através de seus artigos, notas, notícias, publicações a simbologia desta cidade/sociedade – “Fé, Cultura e Trabalho”. Simbologia que lembra seu mito-fundador, que regula e move a vida coletiva desta cidade/sociedade, mas que também recebeu a denominação de “Cidade-Sesqui”. Aquela que perpassa a cidade concreta e passa a ser “cidade-simbólica”, a que dialoga com a cidade/sociedade através de seu veículo de comunicação mais autêntico e comprometido a “Revista Rua Grande”.

²⁷ O SESQUI, Um ato histórico. “Rua Grande”, São Leopoldo, v.474, p.15, ag.1974.

²⁸ Esta temática é trabalhada por Pesavento. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano* – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

²⁹ Idem, PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano* – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

³⁰ ENGLERT, Rodolfo. *Os frutos do Sesquicentenário*. In: 1º Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul. Anais. São Leopoldo: Biênio da Colonização e Imigração, 1973.

³¹ Idem ENGLERT, Rodolfo. *Os frutos do Sesquicentenário*. In: 1º Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul. Anais. São Leopoldo: Biênio da Colonização e Imigração, 1973.

Mede-se a eficiência e o sucesso de um órgão de divulgação pela procura e aceitação dos leitores e pela procura e aceitação dos anunciantes, que reconhecem o veículo ideal para as suas promoções. Assim, a revista “Rua Grande”, se estruturou e cresceu (no período contemplado por este estudo), e manteve seu perfil de ser um órgão de divulgação comprometido com a cidade/sociedade imaginária, de São Leopoldo.

Referências

- BACKZO, Bronislaw. A imaginação social. In : Romano, Ruggiero. Enciclopédia Eunadi. V.5, Lisboa: Imprensa
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.
- CASTORIADIS, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1982.
- ELMIR, Cláudio Pereira. In: DALMÁZ, Mateus. A Imagem do Terceiro Reich na revista do Globo. (1933-1945), Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, p.16.
- ENGLERT, Rodolfo. Os frutos do Sesquicentenário. In: 1º Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul. Anais. São Leopoldo: Biênio da Colonização e Imigração, 1973.
- GULDBERG, Horácio Cerutti. In: La Utopía en América. Centro Coordinador y difusor de estudios latino americanos. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1991, p.25.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.
- PETRY, Leopoldo. O Município de São Leopoldo: Monografia, 1946. p.151.
- QUERRIAN, Anne. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imaginário da cidade: visões literárias do urbano Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 1999, p.15.
- ROLNIK, Raquel. O que é Cidade. São Paulo : Ed. Brasiliense , 1994, p.8.
- RAMOS, Eloisa H. Capovilla da Luz. O Cenário leopoldense entre 1850 e 1930. São Leopoldo: Unisinos.
- RÜDIGER, Francisco Ricardo. Tendências do Jornalismo. Porto Alegre: Ed.Universidade UFRGS, 1998.

REVISTAS “Rua Grande”

1965. Metaformose, v.1, jul.. p.3.
1966. GRISA, Élio. Nossa Cidade. v.26.
1974. As alegres férias dos 23 alemães de Frankenthal. v.472, jul. p.14-15.
1974. MOEHLECKE, Germano. Fogo, vens do chão que ladeia a casa do imigrante. v.474, ag. p.18.
1974. O Sesqui um ato histórico. v.474, ag. p.15.
1974. PIRES, Ribeiro. Encarte Especial, jul. p.9.
1974. Um povo alegre que canta. v.473, jul. p.29.
1975. Uma história de 3.652 dias. Suplemento Especial, jul.

A TEMÁTICA DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ PARA O BRASIL NA LITERATURA ALEMÃ DO SÉCULO XIX (1800-1871)

Gerson Roberto Neumann

Depois de dedicar-me, no meu trabalho de Mestrado, especificamente ao estudo de autores representantes da literatura de imigrantes alemães e de seus descendentes no Brasil, do qual resultou a dissertação *A ‘Muttersprache’ (língua materna) nas obras de Wilhelm Rotermund e Balduino Rambo e a formação de uma identidade cultural e nacional alemã no Brasil*, defendida na UFRJ – Rio de Janeiro, busquei respostas para questões que me acompanharam ao longo das minhas pesquisas de Mestrado, como por exemplo: o que foi escrito na Alemanha da fase emigratória por escritores contemporâneos ao evento da emigração sobre a saída de tantas pessoas para as Américas? Quem escreveu sobre essa temática? E que posição os autores defendem em relação à emigração para o Brasil?

Interessou-me para a composição do corpus da minha pesquisa somente a produção literária, ou seja, a literatura ficcional alemã, que tematizasse a emigração alemã para o Brasil, uma vez que, na minha opinião, a literatura não-ficcional já foi objeto de muitos interessantes estudos até o presente momento.

A produção literária dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil também já conta, felizmente, com importantes trabalhos publicados e continua sendo atualmente objeto de pesquisas no meio científico brasileiro. Cite-se aqui alguns autores importantes que, de alguma forma, dedicaram-se ao estudo dessa importante literatura que une dois mundos, o Brasil e a Alemanha: Imgart G. Bonow¹, Valburga Huber², Erich Fausel³, Marion Fleischer⁴, Carlos Fouquet⁵, Celeste Ribeiro de Souza,⁶ entre outros.

O mesmo não pode ser dito da pesquisa alemã nesse meio: a temática da emigração alemã para o Brasil não conta com uma pesquisa aprofundada. É importante, contudo, mencionar nesse momento os trabalhos de Manfred Kuder⁷: o artigo “Die deutsch-brasilianische Literatur” e o livro *Die deutschbrasilianische Literatur und das Bodenständigkeitsgefühl der deutschen Volksgruppe in Brasilien*. Esse autor merece, porém, ser inserido no grupo dos pesquisadores acima citados, pois sua pesquisa concentra-se na produção literária dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. Além de Kuder, é importante mencionar o sempre retomado artigo de H. Semper⁸ „Auswanderer im Spiegel der Dichtung“ no livro *Auswanderer. Bilder und Skizzen aus der Geschichte der deutschen Auswanderung* de Hermann von Freeden und Georg Smolka, que

¹ BONOW, I. G. *Onde o sabiá canta e a palmeira farfalha: a poesia em língua alemã publicada nos anuários (1874-1941) sul-rio-grandenses*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica - PUC-RS, 1991, Dissertação (Mestrado em Letras). PUC-RS, 1991.

² HUBER, V. *Saudade e Esperança - o dualismo do imigrante alemão refletido em sua literatura*. Blumenau: Ed. FURB, 1993.

³ FAUSEL, E. *Literatura Rio-Grandense em língua alemã. Enciclopédia Rio-Grandense. Vol II - O Rio Grande Antigo*. Canoas: Ed. Regional, 1956, p. 222-239 und Deutsche Stimmen in der Riograndenser Literatur. *Intercâmbio*. n. 4/6, 1957, p. 82-88.

⁴ FLEISCHER, M. *Elos e Anelos da Literatura em Língua Alemã no Brasil*. São Paulo: Ed USP, 1981; ebd. *Deutschbrasilianische Lyrik nach 1939. Staden-Jahrbuch*. São Paulo: Instituto Hans Staden, 1967, p. 151 – 161.

⁵ FOUQUET, C. 1974.

⁶ SOUZA, C. R. de. *A narrativa literária no Anuário do Correio Serrano após 1948: Temas*. Boletim 28 (Nova Série) São Paulo: Seção Gráfica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1980.

⁷ KUDER, M. *Die deutsch-brasilianische Literatur*. In: *Institut für Auslandsbeziehungen*. Stuttgart. Jahr. 13, 1963, Heft 4, S. 295-299; ebd. *Die deutschbrasilianische Literatur und das Bodenständigkeitsgefühl der deutschen Volksgruppe in Brasilien*. Berlin: Ferd. Dümmler, 1937.

⁸ SEMPER, H. „Auswanderer im Spiegel der Dichtung“. In: FREEDEN, H. von; SMOLKA, G. *Auswanderer. Bilder und Skizzen aus der Geschichte der deutschen Auswanderung*. Weimar: Alexander Drucker Verlag, 1937, p. 145 – 162.

busca dar-nos uma visão ampla da literatura de emigração – Auswanderungsliteratur. Já Karl Fouquet retoma e traduz para o Português praticamente todos os poemas reunidos por Semper no livro *O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil: 1808 - 1824 – 1974*.

Importante é também a tese de doutorado de Hubertus J. Rescher⁹, *Die deutschsprachige Literatur zu Brasilien von 1789 – 1850*, na qual o autor busca reunir as publicações em língua alemã (literatura ficcional e não-ficcional) sobre o Brasil entre 1789 e 1850. Rescher concentrou-se, porém, somente em obras em prosa nesse trabalho, ignorando as importantes poesias publicadas sobre o Brasil na Alemanha no século XIX. Além disso, há alguns títulos que não constam dessa pesquisa. Também Juliane Mikoletzky¹⁰ realizou uma interessante pesquisa de doutorado, que nesse momento serve como importante elemento de comparação. Seu trabalho, intitulado *Die deutsche Amerika-Auswanderung des 19. Jahrhunderts in der zeitgenössischen fiktionalen Literatur*, busca, como se lê, informações sobre a emigração alemã para os EUA na literatura ficcional contemporânea a esse importante evento.

Para buscar respostas às perguntas acima colocadas, escrevi um projeto de doutorado, que me permitisse realizar pesquisas bibliográficas na Alemanha, de onde partiram os emigrantes e onde eu deveria encontrar as obras que então comporiam o *corpus* para a minha pesquisa.

Na pesquisa realizada, portanto, até o presente momento, já entregue em forma de tese na Freie Universität Berlin e que será defendida em outubro próximo, realizei, num primeiro momento, um minucioso levantamento bibliográfico para reunir todas as obras conhecidas até o presente momento, assim como para encontrar poemas, contos, romances e toda forma de literatura ficcional desconhecida e esquecida no século em questão. O primeiro grande objetivo da minha pesquisa foi justamente reunir toda a literatura ficcional alemã - em prosa e em verso - sobre a temática da emigração alemã para o Brasil. Como segundo grande objetivo, previ uma análise dessas obras com os utensílios oferecidos pela Ciência da Literatura. Cabe ressaltar aqui que as obras em prosa e as em verso foram analisadas de formas diferentes, devido à necessidade que a análise de cada uma requer, mas um aspecto perpassou de modo igualitário todas as obras analisadas, no que se refere a seu conteúdo: a posição que defende o autor de cada obra em relação à emigração alemã para o Brasil.

Quanto à análise propriamente das obras, seguiu-se o seguinte processo:

1 - obras em prosa: estudou-se o autor e sua relação com o contexto emigratório; realizou-se um breve resumo da obra assim como uma análise do texto inserido no contexto. Além disso, procurou-se destacar em cada obra cinco aspectos que as perpassam como um fio condutor: a. A vida na Alemanha e a procedência dos futuros imigrantes; b. A imagem do Brasil por parte dos futuros imigrantes; c. O brasileiro na visão do imigrante alemão; d. A temática da escravidão e e. A religião no novo contexto.

2 - a lírica: a análise da lírica deu-se através da busca de elementos que destacassem a relação do autor com o contexto emigratório, seguida de uma análise atenta da forma e do conteúdo dos poemas. Claro está que, na análise de poemas, é difícil destacar a forma do conteúdo, mas em certos momentos dessa análise uma separação dos dois componentes foi importante, visto que alguns autores dos poemas deram pouca atenção à sua forma, concentrando-se basicamente no conteúdo do mesmo.

O *corpus* da presente pesquisa é composto por obras de caráter muito variado, o que dificulta um procedimento homogêneo de pesquisa. Claro está que, todo o poema, por exemplo, é uma obra única e completa, sendo impossível igualá-lo a outro, mas um agrupamento por afinidades literárias é um processo comum num estudo literário nessa situação, nesse caso o agrupamento por poemas que tematizam a emigração alemã para o Brasil. Caracterizo as obras

⁹ RESCHER, H. J. *Die deutschsprachige Literatur zu Brasilien von 1789 – 1850. Widerspiegelung Sozial- und Wirtschaftsstrukturen von 1789 – 1850 in der deutschsprachigen Literatur desselben Zeitraums*. Frankfurt am M., Bern, Cirencester/U.K.: Lang, 1979. (Europäische Hochschulschriften: Reihe 3, Geschichte und ihre Hilfswissenschaften, Bd. 122)

¹⁰ MIKOLETZKY, J. *Die deutsche Amerika-Auswanderung des 19. Jahrhunderts in der zeitgenössischen fiktionalen Literatur*. Tübingen: Max Niemeyer, 1988.

que, a seguir, apresentarei mais detalhadamente como “literatura de emigração”, sendo cada obra em si o resultado de uma “produção de circunstância”, ou seja, um poema de circunstância, um conto ou um romance de circunstância.

Chego a essa conclusão, porque trabalho com obras e autores que foram muito conhecidos no século XIX, mas que hoje são praticamente desconhecidos, tanto do público alemão quanto do brasileiro. Trata-se porém de uma vasta literatura que registra um importante momento na história alemã como também na brasileira. Cito aqui as palavras de Hans-Heinz Keller, extraídas do artigo “Die Brasilienauswanderung aus dem Hunsrück – Symptom einer geistigen Strömung”, para realçar a importância dessa literatura como relevante registro do momento histórico num século de grande agitação:

Wenn wir vom vergangenen Jahrhundert sprechen [hier, das 19. Jahrhundert], so sehen wir in ihm das Jahrhundert der Kriege, das Jahrhundert des Kulturkampfes und der sozialen Revolutionen, wir sehen in ihm das Jahrhundert der Industrieentwicklung und des Fortschrittes, das Jahrhundert der Erfindungen und vergessen, dass es [auch] das Jahrhundert der Auswanderung ist.¹¹

Claro está que, o contexto sócio-histórico no qual estão inseridos autores e obras reflete a realidade que os cerca. Mas quero caracterizar aqui que estou lidando com uma literatura produzida para um determinado grupo de leitores, uma literatura que teve grande aceitação na época em que a emigração alemã para as Américas chegou a ser denominada de “emigração em massa”. Nesse período, essa literatura de circunstância tornou-se também uma literatura de massa, produzida para as massas e geralmente sobre as massas. Na produção literária formava-se um interesse cada vez maior pelo romance social, podendo o pobre, nesse caso o emigrante, ser inserido como personagem na obra. A primeira década do século XIX marca a evolução e a preferência do romance social em oposição à concepção da arte clássica, do Romantismo e do Junges Deutschland.¹² No que se refere à literatura em questão, trata-se de obras que tematizam a emigração alemã para o Brasil, nas quais é possível perceber um certo caráter didático, visto que o autor muitas vezes buscava informar o leitor sobre a emigração para o Brasil, no caso desta obra, ou então o autor assume claramente uma posição propagandística a favor ou contra a emigração de alemães para o Brasil. A literatura em questão foi publicada em forma de livro em diferentes editoras ou então nos muitos jornais de emigração que surgiram na Alemanha no século XIX. Supõe-se também que alguns poemas devem ter circulado e ter tido grande recepção em forma de panfletos.

A seguir, falarei de cada obra individualmente, caracterizando assim autor e obra no contexto emigratório. Por questões de tempo, falarei aqui somente das obras em prosa, desconhecidas em geral do público brasileiro. Trata-se de quatro obras pouco conhecidas e não citadas quando se trabalha a temática da imigração alemã no Brasil. Além disso, três delas não foram traduzidas para o Português. Somente o livro de Joseph Hörmeyer foi traduzido em 1966 para o Português.

Como primeira obra, cito o conto *Die Auswanderer nach Brasilien oder die Hütte am Gigitonhonha*, de Amalia Schoppe, publicado em 1828, na editora de C. Fr. Amelang em Berlim. Amalia Schoppe¹³ nasce no dia 7 de outubro de 1791 na cidade de Burg, na ilha Fehmarn e morre em 1858 em Schenectady – próximo a Nova York, nos EUA, para onde emigrara em 1851, seguindo o filho que emigrara anos antes.

¹¹ KELLER, H. Die Brasilienauswanderung aus dem Hunsrück – Symptom einer geistigen Strömung. In: *Zeitschrift für Kulturaustausch*. Stuttgart: Institut für Auslandsbeziehungen. Heft 4, Jg. 16, 1966, p. 228 – 232, aqui p. 228.

¹² ADLER, H. „Der soziale Roman“. In: SAUTERMEISTER, G.; SCHMID, U. *Zwischen Revolution und Restauration 1815 – 1848*. Hansers Sozialgeschichte der deutschen Literatur vom 16. Jahrhundert bis zur Gegenwart, Bd. 5, München: Deutscher Taschenbusch Verlag, 1998, p. 195–209, aqui p. 195.

¹³ Vgl.: Allgemeine Deutsche Biographie, 32. Band, Berlin 1971, 368–369; Deutsche Biographische Enzyklopädie, 9. Band, München 1998, 116; STOLLTE, H. „Amalie Schoppe. Ein Beitrag zur Beurteilung ihrer Persönlichkeit“. In: *Hebbel Jahrbuch* 1963. Heide in Holstein: Westholsteinische Verlagsanstalt Boyens & Co. 1963, p. 149–179; SCHLEUCHER, K. *Das Leben der Amalia Schoppe und Johanna Schoppenhauer*. Darmstadt: Turris-Verlag, 1978.

Sua atividade literária é marcada pela produção intensa de obras dedicadas à educação moral, em grande parte para a juventude alemã da primeira metade do século XIX. Suas obras caracterizam-se pelo caráter didático de cunho moral e religioso do Biedermeier alemão. É importante ressaltar aqui que a escritora Amalia Schoppe é uma mulher que consegue sustentar-se juntamente com seus três filhos – seu marido havia se suicidado anos depois do casamento – da sua produção literária; um dado novo no contexto literário alemão a partir da primeira metade do século XIX.

A partir de 1822, Amalia Schoppe publica contos como *Abendstunden der Familie Hold* (1823), *Die beiden kleinen Seiltänzer* (1835), romances históricos como *Tycho de Brahe* (1839) und *Polixena* (1844). De cunho especificamente pedagógico é seu *Haus- und Schulfibel nach einer verbesserten Methode* de 1830 e de 1832 o seu *Wandfibel*. Além disso, de 1827 a 1846 Amalia Schoppe é redatora de revistas como da *Pariser Modeblätter* (Hamburg), a partir de 1827 da *Iduna. Zeitschrift für die Jugend beiderlei Geschlechts* (Hamburg und Altona) e de 1847 a 1851 da *Cornelia. Taschenbuch für deutsche Frauen* (Darmstadt) e escreve para a *Morgenblatt für gebildete Stände* (Stuttgart/Tübingen) e para a *Morgenblatt für gebildete Leser* (Stuttgart/Tübingen), para as quais Schoppe escreve poemas e contos.

Apesar de sua intensa produção e de seus contatos próximos com escritores renomados, como Justinus Kerner, Karl August Varnhagen von Ense, Rahel Varnhagen e Adalbert von Chamisso, Amalia Schoppe é mencionada somente quando se trata da biografia do jovem dramaturgo Friedrich Hebbel, pois ela o sustentou financeiramente na sua fase de formação na cidade de Hamburg. Amalia Schoppe está classificada somente entre os autores alemães de literatura infanto-juvenil.

Em 1828, Amalia Schoppe publica portanto o conto sobre a emigração alemã para o Brasil, que terá uma boa repercussão na época, o que é comprovado pela sua reedição em 1852 e sua tradução para o tcheco em 1830. De grande relevância é o dado de que sua obra teve grande recepção na França, pois, segundo a *Bibliographie französischer Übersetzungen aus dem Deutschen 1487 – 1944*¹⁴, o conto foi traduzido para o francês e teve 27 edições entre 1830 e 1919.

No conto *Die Auswanderer nach Brasilien oder die Hütte am Gigitonhonha* Amalia Schoppe busca, em primeiro lugar, um país distante da realidade alemã da época, para que seja possível desenvolver a temática da viagem, em voga na primeira metade do século XIX, principalmente com as “Robinsonaden”, a partir do livro de Defoe. A autora procura trabalhar o cunho formador e moralizante acompanhado da descoberta do elemento novo, nesse caso a nova realidade. Associado a isso, Amalia Schoppe preocupa-se com a temática da escravidão em dois aspectos. Por um lado ela critica a forma como alguns países seqüestram os africanos de sua terra e os forçam ao trabalho escravo, como se pode ler a seguir num comentário inserido no conto: „schon ist den Sclavenhandel überall in Europa bei strenger Strafe verboten worden – und in Dänemark war es, wo man die ersten Schritte that, um dieser Abscheulichkeit ein Ziel zu setzen.“¹⁵ Os escravos africanos no Brasil são sempre descritos como seres tristes e sofridos, vistos geralmente com compaixão, característica da fase do Biedermeier alemão. Por outro lado a autora mostra uma grande preocupação com o trabalho de emigrantes europeus, aqui especificamente de alemães, no Brasil. Conrad, o filho mais velho, vende sua liberdade para o capitão do navio sem o conhecimento do pai para pagar a passagem dos outros integrantes da família. Uma vez no Rio ele é comprado pelo responsável pelos jardins reais, onde trabalhará juntamente com escravos africanos. Não creio que o trabalho escravo de imigrantes alemães tenha ocorrido dessa forma. De acordo com Cortez¹⁶, que trabalha o conto de Amalia Schoppe no artigo “Entre o Bem

¹⁴ BIHL, L.; EPTING, K. (Hg.). *Bibliographie französischer Übersetzungen aus dem Deutschen 1487 – 1944*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1987, Bd. S. 321; S. 480-481 und Bd. 2 S. 708. Vgl. SCHLEUCHER, K. 1978, p. 489–496.

¹⁵ SCHOPPE, A. *Die Auswanderer nach Brasilien oder die Hütte am Gigitonhonha*. Berlin: Verlag der Buchhandlung von C. F. Amelang, 1828, p. 74.

¹⁶ CORTEZ, M. T. „Entre o Bem e o Mal – A representação do Brasil na novela *Die Auswanderer na Brasilien oder die Hütte am Gigitonhonha* de Amalie Schoppe, in: GROSSEGESSE, O.; KOLLER, E.; MALHEIRO DA SILVA, A. e MATOS, M. (Org.) *Portugal – Alemanha – Brasil. 6. Deutsch-Portugiesisches Arbeitsgespräch*. Col. Hespérides, Literatura 14, Bd. 2, Minho: Centro de Estudos Humanísticos, 2003, p. 103 – 120, p. 114.

e o Mal – A representação do Brasil na novela *Die Auswanderer na Brasilien oder die Hütte am Gigitonhonha de Amalie Schoppe*”, creio que Conrad, como branco, cristão e europeu não poderia ser comprado como escravo a partir das leis brasileiras.

Segundo Wilhelm Mönckmeier, a prática do compromisso com os capitães de navios ocorria no período da emigração alemã pois, devido ao estado de pobreza, muitos alemães não viam outra saída a não ser “vender-se” para as Américas. Mönckmeier diz o seguinte no seu livro *Die deutsche überseeische Auswanderung. Ein Beitrag zur deutschen Wanderungsgeschichte*:

da die Auswanderer meist arme oder aus ihrem Besitz vertriebene Leute waren und die hohen Reisekosten nur selten aus ihren eigenen Mitteln bezahlen konnten, waren sie für Schiffsreeder und Spekulanten gute Spekulationsobjekte, mit denen lange Zeit ein regelrechter Handel getrieben wurde.¹⁷

A partir de relatos de Friedrich Kapp, no livro *Geschichte der deutschen Einwanderung in Nordamerika*, o trabalho escravo de europeus parece ter sido uma prática usual no contexto imigratório norte-americano, como podemos ver na longa descrição de Kapp abaixo:

Ein und andere hiesige Kaufherren empfangen die Listen von den Frachten und den Akkord, welchen die Emigranten in Holland eigenhändig unterschrieben [haben], nebst den übrigen Rechnungen von der Rheinfahrt und dem Vorschuß der Neuhändler für Erfrischungen, welche sie auf dem Schiffe auf Rechnung von ihnen empfangen. Darauf wird in den Zeitungen kund getan, dass so und so viele deutsche Leute für ihre Fracht zu verkaufen sind. [...] Das Schiff ist der Markt. Die Käufer suchen sich welche aus, akkordieren mit ihnen auf Jahre und Tage, führen sie zum Kaufherrn, bezahlen die Fracht und übrigen Schulden und lassen sie sich von der Obrigkeit durch ein schriftlich Instrument auf die bestimmte Zeit als ihr Eigentum verbinden. [...] Die jungen ledigen Leute beiderlei Geschlechts gehen am ersten ab, [...] alle verehelichten Leute, Witwen oder Gebrechlichen will niemand kaufen [...] wenn sie aber gesunde Kinder haben, so wird der Alten ihre Fracht zu der Kinder ihrer geschlagen, und die Kinder müssen desto länger dienen, werden desto teurer verkauft und weit und breit voneinander...¹⁸

Na verdade, as informações contidas na citação acima aproximam-se muito da realidade dos contratos de parceria realizados também no Brasil, principalmente se pensarmos que esses pobres imigrantes para os donos de grandes áreas de terra nada mais eram que escravos não negros.

O final da história de Conrad é feliz graças à interferência da Princesa Leopoldina em prol de seus conterrâneos. Amalia Schoppe tende a reunir os imigrantes alemães entre eles, o que permite uma convivência mais amena e recíproca, pois as informações que os imigrantes têm sobre os habitantes das terras brasileiras geralmente não são boas, como podemos ver a seguir: „... dass aber in diesem Lande von den habsüchtigen Bewohnern nichts aus Menschen- und Christenliebe gegeben wurde, wusste man schon aus manchen traurigen und niederschlagenden Erfahrungen.“¹⁹

Na segunda metade do século XIX, Friedrich Gerstäcker escreve um romance e um conto que tematizam a emigração alemã para o Brasil. Gerstäcker nasce no dia 10 de maio de 1816 em Hamburg e morre no dia 31 de maio de 1872 em Braunschweig. A intenção de Gerstäcker de conhecer o mundo, inspirado nas obras de Cooper, Defoe e Sealsfield, o acompanha desde sua infância, como ele próprio comprova no livro autobiográfico *Kleine Erzählungen und Nachgelassene Schriften*:

Was mich so in die Welt hinausgetrieben [hat]? – Will ich aufrichtig sein, so war der, der den ersten

¹⁷ MÖNCKMEIER, W. *Die deutsche überseeische Auswanderung. Ein Beitrag zur deutschen Wanderungsgeschichte*. Jena: Verlag von Gustav Fischer, 1912, p. 11.

¹⁸ KAPP, F. *Geschichte der deutschen Einwanderung in Amerika*. Bd. 1, Leipzig: Verlag von Quandt & Händel, 1868, p. 292s.

¹⁹ SCHOPPE, A. 1828, p. 53.

Anstoß dazu gab, ein alter Bekannter von uns Allen, und zwar niemand anders als Robinson Crusoe. Mit meinem achten Jahr schon fasste ich den Entschluß, ebenfalls eine unbewohnte Insel aufzusuchen.²⁰

Assim ele emigra em 1837 – com 21 anos de idade – para os EUA, onde cruza o país de norte a sul, sustentando-se das mais diferentes formas. Em 1843 regressa à Alemanha, onde inicia suas atividades de escritor, publicando, então, os seus dois mais famosos romances: *Die Regulatoren in Arkansas* (1846) e *Die Flusspiraten des Mississippi* (1848).

Suas obras têm boa recepção e são traduzidas para muitas línguas – inglês, francês, holandês - ainda no século XIX. Em 1848 Gerstäcker envolve-se nas agitações políticas daquele ano, mas por pouco tempo, pois para a sua atividade literária, Gerstäcker necessita de mais viagens, fontes para as suas obras. O autor, porém, não se desvincula totalmente da política alemã, uma vez que, nas suas viagens pelo mundo, ele busca material para as próximas publicações e faz levantamentos sobre áreas para onde a emigração alemã poderia ser direcionada com sucesso.

Dessa forma, Gerstäcker inicia a sua segunda grande viagem: de 1849 a 1852 pela América do Sul, Califórnia, pelo Hawai e Taiti. Em 1860 o autor inicia a sua terceira viagem e nessa ele tem um objetivo claro em relação à emigração alemã: Gerstäcker quer visitar as colônias alemãs já existentes na América do Sul e fazer levantamentos sobre as possibilidades de intensivar a emigração para lá. Durante a viagem, ele tem a possibilidade de discutir sobre o futuro da emigração alemã com personalidades dos países da América do Sul. Numa dessas possibilidades oferecidas a Gerstäcker, ele encontra o imperador Dom Pedro II no Rio de Janeiro e faz uma palestra no salão da Real da Academia Militar no dia 21 de setembro de 1861, publicada ainda no mesmo ano pela Editora de Lorenz Winter sob o título: *Die Deutschen im Ausland. Vorlesung gehalten von Freidrich Gerstäcker im Saale der Kaiserlichen Militär-Academie zu Rio de Janeiro, den 21. September 1861.*²¹ Em 1861 Gerstäcker regressa à Alemanha e publica o romance *Die Colonie. Brasilianisches Lebensbild*²² (1862) na Editora Costenoble. Além disso, o autor publica importantes artigos sobre o contexto imigratório alemão no Brasil em revistas alemãs, principalmente na então muito conhecida *Gartenlaube*. De grande importância é também a obra *Achtzehn Monate in Südamerika* (1862), resultado de suas anotações no diário de viagem. Anos depois, em 1869, o autor publica o importante conto *Die Parcerie-Verträge*²³, publicado inicialmente no *Elberfelder Zeitung* em 1869 e depois na editora de Ernst Keil em forma de livro.

Depois da viagem pela América do Sul, Gerstäcker fará mais duas viagens nessa década: em 1862, pelo Egito, acompanhando o príncipe de Coburg-Gotha; e de 1867 a 1868, a sua última viagem, pelos USA, México, Equador, Venezuela e parte da Ásia.

O romance *Die Colonie*²⁴ narra a vida de uma colônia – Santa Clara – situada no estado de Santa Catarina. Nessa colônia o diretor Sarno enfrenta alguns problemas que são narrados por um viajante alemão, que chega juntamente com o novo agrimensor, designado pelo governo central para a colônia: von Schwartzau. Könnern, o viajante, quer saber mais sobre as colônias no Brasil e reunir material de pintura para a sua pasta. Nesse caso, já é possível perceber que Könnern representa a figura do autor, Friedrich Gerstäcker.

Nesse romance, o autor pretende deixar claro que a emigração alemã é perfeita para quem sabe trabalhar no campo e de modo algum para a aristocracia. Esse é um dos problemas centrais da obra de Gerstäcker. Em Santa Clara, o diretor vive em constante conflito com os representantes de uma aristocracia alemã falida, que pretende viver no interior do Brasil como vivia na

²⁰ GERSTÄCKER, F. *Kleine Erzählungen und Nachgelassene Schriften*. Jena: Costenoble, Bd. 1, 1879, p. 1.

²¹ GERSTÄCKER, F. *Die Deutschen im Ausland. Vorlesung gehalten von Freidrich Gerstäcker im Saale der Kaiserlichen Militär-Academie zu Rio de Janeiro, den 21. September 1861*. Rio de Janeiro: Druck und Herausgabe von Lorenz Winter, 1861.

²² Zuerst erschien der Roman in der „Kölner Zeitung“. Siehe OSWALD, T. 1977, *Friedrich Gerstäcker – Leben und Werk*. Bibliographischer Anhang von Arnim Stöckert. 2., korrigierte und ergänzte Auflage, Braunschweig: A. Kraff, 1977, p. 112.

²³ Diese Erzählung erschien zuerst der „Elberfelder Zeitung“. OSWALD, T. 1977, p. 178

²⁴ GERSTÄCKER, F. *Die Colonie. Brasilianisches Lebensbild*. 3 Bde. Jena: Costenoble, 1939.

Alemanha. Trata-se aqui de muitos emigrados depois da frustrada Revolução de 1848. Diretor Sarno sabe que, para a sua colônia, não necessita de pessoas das classes mais bem situadas, mas sim de pessoas que saibam trabalhar na terra.

No texto, é possível ver algumas posições em relação a esse problema trabalhado por Gerstäcker no seu romance *Die Colonie*: num diálogo, o diretor fala para Könnern sobre as suas dificuldades com a classe aristocrata:

Davon weiß ein armer Direktor am besten zu erzählen, denn gerade in meiner Siedlung bin ich mit einer Klasse von Menschen geplagt, die fast alle das Jahr 1848 von Deutschland herübergeschleicht hat und die jetzt auf Gottes Welt nicht wissen, was sie mit sich anfangen sollen.²⁵

Num outro momento, Oskar, filho da condessa Baulen, expressa sua opinião da seguinte maneira: er sei nicht nach Brasilien gekommen um „wie ein Sklave zu schanzen“, er hätte sich sonst gleich von vornherein schwarz anstreichen lassen.²⁶

Mas também os agricultores não escapam das críticas do diretor, que não admite a comodidade com que esses encaram o início de sua vida no Brasil. Segundo o Diretor Sarno, esses deveriam aproveitar as chances que lhes são oferecidas pelo governo brasileiro e por ele próprio, pelo diretor da colônia. Novamente para Könnern o diretor lamenta-se dos agricultores da seguinte maneira:

Da haben Sie's!“ sagte der Direktor zu Könnern. „Monatlang liegen sie hier auf der faulen Haut und leben von den Unterstützungen, die ihnen der Staat verabreicht, also von Geldern, die sie nach fünf Jahren zurückerstatten müssen. Wo ich ihnen aber eine Gelegenheit geboten habe, selber für sich etwas zu verdienen.“²⁷

Além do problema da composição dos imigrantes que devem formar as colônias, Gerstäcker aborda a questão religiosa, uma vez que em Santa Clara acontece um caso que agita a localidade. O delegado do local, o português Dom Fanklin, foge de Santa Clara com a esposa do sapateiro Pilger. Esse persegue o casal fugitivo até Florianópolis, onde é confrontado com a seguinte situação: sua esposa havia se convertido para a religião católica e assim pôde ser casada com o delegado, como o padre esclarece numa discussão com Pilger:

“Nachdem Ihre frühere Frau den katholischen Glauben angenommen hat, habe ich sie mit Dom Frabklin nach dem Ritus unserer Kirche zu unlöslicher Verbindung zusammengegeben.”
“Eine verheiratete Frau?” rief Pilger wieder, dem sich die Sinne bei dem eben Gehörten verwirrten.
“Eine protestantische Ehe ist nach unseren Gesetzen kein kanonisches Hindernis,” sagte der Geistliche kalt, “und wenn Sie in ein fremdes Land kommen, müssen Sie sich auch den bestehenden Gesetzen fügen.”²⁸

Também outros aspectos interessantes como o problema de não haver um professor habilitado a dar aulas regularmente na colônia, assim como o pastor que na Alemanha fora condutor de trem, são tematizados por Gerstäcker. No romance *Die Colonie*, Gerstäcker antecipa o problema dos contratos de parceria, quando traz a polêmica em torno da colônia Mucury para o seu romance. Na história, alguns dos sobreviventes são trazidos à Colônia Santa Clara, onde relatam sua tragédia para grande assombro dos bem situados habitantes da colônia.

No conto *Die Parcerie-Verträge* o autor trabalha um dos maiores temores dos coordenadores da emigração alemã para o Brasil, assim como o temor dos próprios interessados em emigrar: os contratos de parceria especificamente. Num longo conto, Gerstäcker narra a história da Famí-

²⁵ GERSTÄCKER, F. 1939, p. 26.

²⁶ Idem, p. 218.

²⁷ Idem, p. 31.

²⁸ Idem, p. 183.

lia Behrens, que emigra das proximidades da cidade de Augsburg, na Baviera, com um contrato de parceria para o Brasil. Na verdade, Behrens pretende encontrar seu irmão, que está no estado de Santa Catarina, mas pelo contrato seu destino é inicialmente o estado de Minas Gerais, onde deve trabalhar até quitar suas dívidas de transporte com o senhor da fazenda de café. De forma bastante clara e didática Gerstäcker quer informar o interessado em emigrar sobre os contratos de parceria. Lamentável é, porém, que o conto de Gerstäcker chega apenas em 1869 ao público, portanto, com pelo menos dez anos de atraso, visto que desde 1859 a opinião pública brasileira e alemã discute esse problema, principalmente depois da revolta de emigrantes suíços em uma fazenda de café em São Paulo e com a publicação do livro *Die Kolonisten in der Provinz St. Paulo in Brasilien*,²⁹ por Thomas Davatz.

No *Die Parcerie-Verträge* Gerstäcker narra a história de Behrens, que, apesar de todos os avisos, assina de forma precipitada um contrato de parceria. A partir do momento em que sai de sua região e as pessoas começam a falar de forma diferente, iniciam os seus problemas. No Brasil precisa trabalhar juntamente com os escravos africanos nas fazendas de café. O trabalho é duro e a situação da família é crítica, sendo que sua esposa e o filho mais novo morrem. Graças à interferência de um emissário alemão, a família consegue ser liberta do seu trabalho semi-escravo e ser levada para Santa Catarina.

Assim como em Schoppe, também em Gerstäcker é perceptível a preferência pela estruturação de comunidades de imigrantes alemães sem contato com brasileiros e outros grupos, como é possível ver no diálogo a seguir do romance *Die Colonie*, quando Könnern e von Schwartzau são convidados a descansar na residência de um casal de descendentes de alemães, que moram na entrada de Santa Clara:

„Seid Ihr etwa keine Deutschen?“ fragte der ältere Fremde [Herr von Schwartzau].

„Wir? – Nein“, lachte der Mann, - „das heißt, ja, wir sind schon Deutsche, aber doch nicht in Deutschland drüben geboren, sondern hier in Brasilien. Mein Vater stammt vom Rhein und der meiner Frau aus Innsbruck. Beide waren vor etwa dreißig Jahren hier herübergekommen und hatten sich in San Liopoldo niedergelassen.“

„Also Brazilianer?“ sagte Günther enttäuscht.

„Ah, nein, wir sind schon Deutsche“, lachte die Frau gutmütig, „und halten uns ja auch immer zu den Deutschen, wie Ihr seht, denn mit den Bleifüßen [os portugueses] ist doch nichts, und sie wollen nichts arbeiten und schaffen.“³⁰

Também na segunda metade do século XIX Joseph Hörmeyer, o terceiro autor, inicia suas atividades literárias na Alemanha, depois de anos no Brasil. Para compor os dados biográficos do autor dispõem-se infelizmente de poucas informações na Alemanha. Joseph Hörmeyer³¹ nasce em 1824 e morre em 1866, pelo que tudo indica, em Viena. Em 1851 Hörmeyer chega ao Rio de Janeiro como capitão de infantaria e é enviado imediatamente para o Rio Grande do Sul, onde assume uma tropa que deve lutar contra o ditador argentino Rosas. Depois da guerra, deixa as suas funções em 1854 e permanece por algum tempo nas colônias alemãs no estado de Santa Catarina. Mas depois de pouco tempo retorna à Alemanha, onde inicia suas atividades literárias, publicando em 1854 o livro não-ficcional *Beschreibung der Provinz Rio Grande do Sul in Südbra-silien mit besonderer Rücksicht auf deren Kolonisation*. Esse seu primeiro livro recebe uma boa crítica no *Allgemeine Auswanderungs-Zeitung*, um dos mais importantes jornais sobre a imigração alemã contemporâneos ao evento.³² Nesse livro Hörmeyer escreve sobre o estado do Rio Grande do Sul e sobre a realidade emigratória para lá.

²⁹ DAVATZ, Thomas. *Die Kolonisten in der Provinz St. Paulo in Brasilien*. Chur: Druck L. Hitz, 1858.

³⁰ GERSTÄCKER, F. 1939, S. 12.

³¹ Vgl.: Deutscher Biographischer Index. 2. A. 3. Band, München 1998, 1488. HÖRMEYER, Joseph. *O que Jorge conta sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Presença, 1966, p. 7-11.

³² *Allgemeine Auswanderungs-Zeitung: Eine Bote zwischen der alten und der neuen Welt*. Rudolstadt, 1846 – 1871, 1855, Nr. 9, p. 34. (AAZ)

A produção de Joseph Hörmeyer é claramente propagandística a favor da emigração alemã para o Brasil, ou seja, o autor traz em suas obras informações positivas sobre o Brasil aos possíveis interessados, destacando que também para lá os alemães devem se dirigir. Uma clara tentativa, portanto, de desviar a intensa emigração alemã dos EUA para o Brasil. Nesse período Hörmeyer também entra em conflito com J.J. Sturz, antigo cônsul para o Brasil em Hamburg, que fazia propaganda contra a emigração alemã para o Brasil com textos agressivos em jornais e revistas alemãs.

Em 1863 Hörmeyer publica seu segundo livro em nova forma literária, trabalhando a temática da emigração alemã para o Brasil de modo ficcional, mas sem deixar de dar um caráter informativo e real à obra. O seu livro *Was Georg seinen deutschen Landsleuten über Brasilien zu erzählen weiss* teve boa recepção, mas a dedicatória ao ministro da agricultura nas páginas iniciais abriu espaço para críticas à obra, classificada, por isso, como de propaganda.

Em 1869 o autor publica uma nova versão melhorada da obra, sob o título: *Georg, der Auswanderer. Oder: Ansiedlerleben in Süd-Brasilien. Illustrierte Schilderungen zur Erwägungen für Wanderlustige*.³³ Este livro foi bem recebido pela crítica e destaca-se como o melhor do autor. Nele, Georg, a personagem principal da história, volta para a Alemanha depois de longos anos no Brasil. Aparentemente sua situação é muito boa, pois nenhum dos seus antigos conhecidos reconhece o desconhecido bem vestido que entrara de charrete no vilarejo. Georg havia sido forçado a emigrar depois que o padre da comunidade cobrou dele e de sua noiva, Liese, um valor impossível de ser pago pelo jovem casal para poderem casar. Depois de se unirem sem o reconhecimento religioso, o casal foi discriminado pela população que boicotava o trabalho de ambos. Nada mais restava aos dois, a não ser a emigração do local. Georg emigrou com um contrato de parceria e teve sorte com o dono da fazenda, que lhe pagara a passagem para o Brasil. De volta à Alemanha, Georg quer levar sua sogra e sua cunhada para o Brasil, como prometera. Os seus antigos conhecidos querem, porém, saber mais de Georg e sobre a emigração para o Brasil. Como sua intenção é permanecer por duas semanas no local, ele se propõe a relatar sobre a sua experiência: cada noite ele conta diferentes aspectos da vida na sua nova pátria. Semelhante à novela *Mil e uma noites*, Georg informa os alemães sobre a sua emigração para o Brasil e a situação naquele país.

A parte inicial do livro de Joseph Hörmeyer é bem trabalhada sob o ponto de vista literário. A partir do momento em que Georg passa a relatar sobre sua emigração e sobre o Brasil, o texto fica com um caráter claramente informativo e pouco desenvolvido literariamente. A seguir, cito exemplos dos temas apresentados por Georg em duas das quatorze noites:

Erster Abend: Wo liegt Brasilien? Die Deutschen werden weder an den Pflug gespannt noch als Sklaven verkauft. Die Indianer. Die freien Brasilianer. Die Neger und die Sklaverei. Die Eingewanderten.

Fünfter Abend: Georgs Aufenthalt in Santos. Reise nach São Jerônimo. Vorteile dieser Einrichtung für den Einwanderer. Die Wohnung. Die Fazenda.

O empenho de Joseph Hörmeyer em prol da emigração alemã para o Brasil é reconhecido pelo governo brasileiro, que o nomeia agente de emigração em Viena.

Procurei descrever brevemente quatro obras em prosa em geral desconhecidas do público brasileiro. Trata-se de obras que tematizam a emigração alemã para o Brasil no século XIX, sendo uma da fase inicial da imigração. Em nenhum momento um dos três autores aconselha, na narrativa, os seus conterrâneos a não emigrar para o Brasil; pelo contrário, o Brasil é visto como possibilidade de melhoria das condições de tantos alemães em estado de miséria na Alemanha. Claramente presente nas obras de Amalia Schoppe e Friedrich Gerstäcker são os aconselhamentos para os futuros emigrantes para que não ocorram erros como os descritos nas obras: acabar

³³ HÖRMEYER, J. *Was Georg seinen Deutschen Landsleuten über Brasilien zu erzählen weiss*. Leipzig, 1869.

como trabalhador escravo nas lavouras de café, ser explorado pelos capitães dos navios de emigrantes, ter problemas com a prática religiosa. Em Hörmeyer esses aconselhamentos em relação a possíveis dificuldades são pouco descritos, mas o autor já parte para dicas de caráter mais prático, como por exemplo: as épocas de plantio, o clima, os animais, venda e compra de produtos etc.

As obras acima apresentadas são, portanto, escritas com o objetivo de chegar até as mãos dos futuros emigrantes e, assim, transmitir as mensagens de uma forma quase didática. Mas trata-se de obras que não querem ser somente informativas (Ratgeber), como tantos livros escritos durante o século XIX, e sim de autores que narram a história de personagens que buscam na emigração melhores condições de vida no Brasil. Dessa forma os futuros leitores dos livros, possíveis candidatos a emigração, têm a possibilidade de se identificar nessas personagens, que enfrentam problemas semelhantes aos seus e por isso deixam a sua terra para buscar melhores condições no além-mar. Além disso, com obras como as acima descritas os leitores têm a chance de criar uma imagem do contexto imigratório brasileiro e desta forma a possibilidade de se organizarem para a emigração.

A LITERATURA DOS IMIGRANTES ALEMÃES

Ingrid Ani Assmann de Freitas¹

A literatura escrita no Brasil em língua alemã foi, e é ainda hoje, um fenômeno histórico-cultural quase que desconhecido e despercebido pela grande maioria. Apesar de apresentar uma grande e rica quantidade de textos, cujo acesso é limitado pelo conhecimento da língua alemã, parece também ser de pouco interesse para os literatos, como comprova o restrito número de estudos nesse campo.

O desenvolvimento da literatura de língua alemã no Brasil não pode ser separado, no seu início, da história da imigração alemã. Esta imigração iniciou-se no século XVI, porém a grande corrente de imigrantes alemães chegou ao Brasil apenas no século XIX, sobretudo depois de 1817, com a chegada da arquiduquesa Leopoldina de Habsburg. Não somente a influência da princesa, como também o empenho da monarquia em desenvolver projetos sistemáticos de colonização assegurou um crescimento econômico para o Brasil.

Segundo Karl Heinrich Oberacker,² é após a independência política de 1822 que o Brasil, com o intuito de criar uma nova nação, reconheceu a importância de trazer pequenos camponeses e artesãos para constituir uma “classe média”, como já acontecia na Europa e nos Estados Unidos da América. No entanto, essa decisão do governo da época foi reiteradamente combatida pela classe dominante brasileira, fato que Karl von Koseritz, em sua obra *Imagens do Brasil*, também menciona para o período pré-republicano.

A luta para vencer esta barreira foi árdua e penosa, porém os imigrantes alemães vieram e, com seu trabalho, não menos espinhoso, conseguiram uma nova vida e uma nova pátria. Os primeiros imigrantes viviam isolados em suas colônias, tanto do ponto de vista geográfico, como lingüístico e cultural. As razões desse isolamento e suas conseqüências encontram explicações no texto de Egon Schaden³. Para ele, as primeiras colônias alemãs surgiram, principalmente, em lugares onde era necessário derrubar a mata virgem para o plantio do solo. Este trabalho tinha que ser feito pelo imigrante, uma vez que não havia ninguém naquelas localidades, além dele próprio e de alguns índios “pouco amáveis”.

Assim, formaram-se colônias que foram obrigadas a sobreviverem, praticamente, sozinhas e isoladas e, onde a língua e os costumes dos imigrantes se conservaram. Os elementos culturais brasileiros eram assimilados gradativamente, porém, sob vários pontos de vista, as condições de vida dos colonos alemães eram diferentes das condições da comunidade luso-brasileira que vivia no planalto ou no litoral. Dessa maneira, começou a desenvolver-se, nas colônias alemãs, uma cultura própria, que, aos poucos, porém definitivamente, se distanciava da cultura de origem e não apenas porque assimilava traços da cultura luso-brasileira, mas sim e, principalmente, porque essa “cultura alemã-brasileira” instituiu valores próprios e inconfundíveis ao longo de sua existência. Isto vale para todas as esferas culturais, que se iniciou com a língua, estendendo-se, depois, para todas as entidades sociais e, finalmente, para a técnica usada no trabalho com o solo.

A literatura dos imigrantes alemães tem uma grande significação sociológica para Kuder⁴, pois o texto literário carrega em si a expressão de pessoas que tem alguma coisa em comum, como a imigração - profundo corte em suas vidas - e o novo começo numa terra estranha. Esta experiência é válida tanto para os autores como para os leitores, além do orgulho que sentem de terem

¹ Departamento de Letras Modernas, Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – Assis

² OBERACKER, C. H., *A contribuição teuta à formação da nação brasileira*, 1985.

³ SCHADEN, E., *Der Deutschbrasilianer - ein Problem*, 1954.

⁴ KUDER, M., *Die deutschbrasilianische Literatur*, 1968.

conseguindo ter uma nova vida, entrar numa nova ordem social e tornarem-se cidadãos brasileiros.

Essas vivências não eram escritas pelos camponeses que, assim que chegavam à nova terra, logo se mudavam para as colônias para a derrubada da mata e a criação de uma agricultura promissora, nem tampouco pelos pequenos artesãos que a eles se agrupavam.

Dentre os imigrantes alemães, em todos os períodos, sempre havia pessoas mais cultas que deixaram a Alemanha por questões pessoais, políticas ou ideológicas. Destes, muitos continuavam atuando culturalmente com suas profissões, como pastores, professores, médicos, jornalistas, agrimensores e comerciantes. Grande parte desses profissionais não ficava apenas nas grandes cidades, mas espalhava-se nas colônias do interior, sobretudo os pastores e professores que assimilavam a vida do imigrante alemão e a “recontavam”, posteriormente, dando-lhe uma forma mais literária.

As correntes imigratórias para o sul do Brasil, nas diversas décadas desde o início em 1824, foram diferentes em relação ao número de imigrantes, em relação às pessoas interessadas em cultura e em relação às causas que levaram à imigração.

Por volta de 1850, com a imigração dos *Brummer*⁵, é que se iniciou, aqui e acolá, alguma atividade literária e que, realmente, desdobrou-se com a criação do *Anuário Popular Alemão* de Karl von Koseritz em Porto Alegre no ano de 1874. Além da publicação deste anuário, surgiu também com Wilhelm Rotermund o *Anuário para os Alemães no Brasil* em 1881.

Os dois últimos decênios do século XIX e os anos até a Primeira Guerra Mundial foram, provavelmente, os mais calmos e culturalmente mais interessantes para o patrimônio cultural alemão no Brasil. Com o grande desenvolvimento econômico do país, criou-se a infra-estrutura para a indústria moderna que, por sua vez, atraía mais e mais alemães para a livre emigração, a fim de tomar parte no crescimento econômico do Brasil. Como consequência, temos a riqueza das cidades, que coincide com a época do grande florescimento da atividade literária dos imigrantes, dos órgãos de divulgação como jornais, anuários e livros, não apenas em Porto Alegre, Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro, mas também nas pequenas cidades que se expandiam.

Nessa época áurea surgiu grande parte do acervo da literatura dos imigrantes distribuída nos gêneros da poesia, da prosa e do drama. Os escritores mais importantes dessa época⁶, que emigraram antes de 1914, são P.Theodor Amstad (1851-1930?), P. Ambros Schupp (18400-1914), P. Mathias Ganzweidt (1874 - ?), Georg Knoll (1861 - 1931), Ida Knoll (1835 - 1919), Wilhelm Süffert (1857 - ?), Alfred Wiedemann (1867 - 1920), Wilhelm Wustrow (1854 - 1938?), Rudolf Damm (1858 - 1915), Arno Phillip (1870 - 1930), Wilhelm Ahron (1836 - 1915), Otto Meyer (1869 - 1940?), Karl Friedrich Niederhut (1874 - 194?), Gertrud Gross-Hering (1879 - 1968), Wolfgang Ammon (1869 - 1938), Franz Donat (1891 - 1960) e os nascidos no Brasil como Ernesto Niemeyer (1863 - 1950), Emma Deeke (1885 - 1950) e José Deeke (1875 - 1931).

Para Erich Fausel⁷, a literatura dos imigrantes alemães que foi publicada nos anuários e nos jornais no século XIX e no início do século XX dirigia-se, sobretudo, aos leitores das colônias por adaptarem-se à cultura, às condições e às experiências dos imigrantes, uma vez que ninguém se importava com a vida cultural deles nesse período. Os motivos e temas mais abordados nesses textos referem-se à natureza, ao amor, ao sentimento devotado à pátria, aos valores e atos éticos, à religião e a profundos momentos de reflexão.

O sentimento de estar separado da Alemanha e a consciência de ter uma vida profundamente enraizada no Brasil torna-se, nos anos até a Primeira Guerra Mundial, a problemática fundamental do imigrante e de seus descendentes, ecoando, conseqüentemente, na sua escritura.

A época entre as duas grandes guerras conduziu o foco temático dessas “vozes alemãs”, em grande parte, para o ambiente da cidade grande, a fim de participar do comércio e da indústria em grande estilo e também para ir ao encontro de outras culturas da comunidade metropolitana brasileira.

⁵ Soldados da legião alemã que lutaram na guerra do Brasil contra o ditador argentino Rosas.

⁶ KUDER, M., op. cit., 1968.

⁷ FAUSEL, E., *Deutsche Stimmen in der Riograndenser Literatur*, 1957.

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial e, sobretudo, com a proibição do uso da língua alemã, a vida cultural dos imigrantes alemães e de seus descendentes, bem como sua literatura, sofreu pressões severas, por parte das autoridades brasileiras. A lei impunha a aculturação do imigrante, restringia a colaboração de imigrantes naturalizados na vida política do país e decretava o uso exclusivo da língua portuguesa nas escolas construídas pelos imigrantes e descendentes. Essas medidas adotadas agravaram, por assim dizer, o problema do isolamento cultural dos imigrantes alemães e de sua descendência.

Conseqüentemente, a solidão cultural favorecia, novamente, a manutenção dos usos e costumes tradicionais, bem como a conservação da língua alemã, como “herança dos antepassados”. No entanto, com o decorrer do tempo, a língua afastou-se de sua forma original. A influência da língua portuguesa, tão insignificante no início, logo conduziu para uma singular mistura de línguas, principalmente, no campo do vocabulário.

A literatura dos imigrantes que, originalmente, ocupava-se em aproximar a terra estranha do imigrante alemão e de seus descendentes, em promover o sentimento de pertencer a esta “pátria escolhida” e, ao mesmo tempo, manter viva a chama de amor em relação à velha pátria, acaba por assumir a função de construir uma ponte cultural entre o Brasil e a Alemanha. E é nesta ponte que estão os textos que representam a fonte de pesquisa para todos aqueles que se ocupam da literatura dos imigrantes alemães do Brasil.

A questão da denominação

A literatura dos imigrantes alemães, produzida e publicada no Brasil, é denominada desde os estádios germinais como *Deutschbrasilianische Literatur* e traduzida para a língua portuguesa como *Literatura teuto-brasileira*. Essa designação referente à Alemanha e ao Brasil, representada no vocábulo *teuto-brasileiro*, carrega em si, a nosso ver, algumas contradições. Os vocábulos *teuto* e *teutônico* só são usados na língua alemã em contextos concernentes ao povo antigo da Germânia que habitava as margens do mar Báltico. A tribo dos *teutões*, como a dos cimbros do século II A.C., desgastara-se pelas constantes invasões e lutas contra os romanos.

Gilberto Freyre, em sua obra *Nós e a Europa Germânica*, de 1971, e outros estudiosos das origens do povo brasileiro, emprega as palavras *teuto*, *germânico* e *alemão* como sinônimos⁸. Para Fouquet, o vocábulo *teuto* tem uma conotação depreciativa para os alemães, como tem para os brasileiros o vocábulo *verde-amarelismo*.

Traduzir o vocábulo *deutsch* por *germânico* também não corresponde à realidade da literatura dos imigrantes. O conceito *germânico* remete-nos à comunidade de povos e línguas dos alemães, sejam eles frisões, flamengos, escandinavos, ingleses ou neerlandeses, assim como seus descendentes na América do Norte, na África do Sul, na Austrália, ou na Nova Zelândia⁹. A tradução do termo, *deutsch*, para a língua portuguesa é *alemão*, por corresponder melhor ao principal grupo germânico da Europa Central, que para aqui imigrou. Conseqüentemente, na adjetivação de um substantivo que se refere à Alemanha e ao Brasil, o termo *deutsch-brasilianisch* deve ser traduzido por *alemão-brasileiro* e declinado de acordo com o gênero, número e grau do substantivo que qualifica na língua portuguesa.

Há muito tempo que a tradução do termo *deutsch-brasilianisch* por *teuto-brasileiro* vinha nos causando uma certa estranheza e inquietação. A princípio, parecia ser uma sensação particular, sem qualquer apoio objetivo e concreto. Todavia, relendo a bibliografia sobre a literatura dos imigrantes, encontramos, com grande surpresa e satisfação, uma breve menção de Fouquet (1974), em que discute os termos *teuto*, *germânico* e *alemão* que, por alguns estudiosos, são tratados como sinônimos.

Segundo as regras gramaticais da Língua portuguesa,¹⁰ os vocábulos *alemão* e *brasileiro* pertencem ao grupo dos adjetivos pátrios. Na formação de pátrios compostos, o primeiro elemento assume uma forma alatinada e reduzida como *teuto* para *alemão*.

⁸ FOUQUET, K., *O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil*, p. 131.

⁹ FOUQUET, K., op. cit., p. 131.

¹⁰ CUNHA, C. F., *Gramática da Língua Portuguesa*, p. 253-4.

No entanto, somos impelidos a discordar radicalmente desta “norma gramatical”, no que se refere à adjetivação da literatura dos imigrantes alemães do Brasil. A nosso ver, essa designação desgastada, antiga e depreciativa acaba por colocar essa literatura como ultrapassada, insignificante, desconhecida e, porque não dizer, bárbara.

O artigo *Teutonen-Literatur*¹¹ (A literatura do teutões) de Ernst Niemeyer, escritor sempre muito citado pelos estudiosos da literatura dos imigrantes, também usa os vocábulos *teuto*, *deutsch* e *germanisch* como sinônimos, intensificando a polêmica aqui discutida.

Nesse texto, Niemeyer defende e incentiva a criação de uma literatura própria no Brasil, que cante as belezas e riquezas da terra das “palmeiras”, visto que as aves que aqui gorjeiam, não gorjeiam como lá¹². O lugar em que a pessoa nasce é fundamental, pois é este que lhe dá força e que exerce uma função mágica sobre ela. Assim na primeira parte do texto, o autor questiona o leitor.

Wo stand deine Wiege?

Onde você nasceu?

Stehen Palmen um dein Haus oder der ernste dunkle Tannenwald? (p. 140)

A sua casa está rodeada por palmeiras¹³ ou pela séria e escura floresta de abetos?

Ou ainda,

Birgt das Erdreich in deiner Nähe Kohlen, oder Gold oder Diamanten...? (p. 140)

Em sua terra, o subsolo abriga carvão, ouro ou diamante?

Para confirmar que o meio ambiente exerce uma influência essencial na vida do ser humano, conclui:

Niemand kann sich der Luft, die er atmet, entziehen. Niemand entgeht der Wirkung der Gedanken, die ihm aus dem Menschenrede täglich entgegenströmen. Er merkt es nicht, aber es wächst in sie hinein. (p. 140-141)

Ninguém pode privar-se do ar que respira. Ninguém pode esquivar-se da reação dos pensamentos que, diariamente, afluem das conversas. A pessoa não percebe, porém isto é por ele assimilado.

Os vocábulos *teuto*, *deutsch* e *germanisch*, que Niemeyer emprega ao referir-se à ascendência dos imigrantes, aparecem em todo o artigo. Para esclarecer a proposição, citamos um trecho:

Teutobrasilianer!

Im Kerne seid ihr Brasilianer... Warum sollet ihn mit deutscher Seele nicht gute Brasilianer sein?... Das ist eben der grosse Vorzug unseres Brasiliens, dab alle seine Kinder es lieben können und dürfen, einerlei, ob sie dem Blute nach germanischen, romanischen oder afrikanischen und mongolischen Rassen angehören. (p.141)

Brasileiros de ascendência alemã!

No cerne (essência) vocês são brasileiros. Por quê vocês de alma alemã não deveriam ser bons brasileiros?...

Este é o grande mérito do nosso Brasil. Todos os seus filhos podem e têm permissão para amá-lo, indiferentemente de pertencerem à raça germânica, românica, africana ou mongólica.

¹¹ *Rotermund Kalender*, 1917, p. 140-5.

¹² Estamos citando Gonçalves Dias, pois estes versos parecem resumir plenamente a justificativa de criar-se uma literatura para os imigrantes no Brasil.

¹³ É importante salientar que as *palmeiras*, em todos os textos da literatura alemã-brasileira simbolizam o Brasil. Como inúmeros escritores traduziram a *Canção do Exílio* de Gonçalves Dias, acredito que a referência poderia se esclarecer. “Minha terra tem palmeiras...”

O título do artigo, como *Teutonen-Literatur*, já cria um distanciamento temporal, pois na língua alemã como na língua portuguesa, o vocábulo *der Teutone, die Teutonen* ou *o teutão, os teutões*, diz respeito ao antigo povo germânico que se estabeleceu às margens do Báltico no estado de Schleswig - Holstein e, conseqüentemente, designa o indivíduo pertencente a esse povo¹⁴. Logo, a tradução de *Teutonen Literatur* por *Literatura dos Teutões*, não corresponde à nova realidade do imigrante e, nem tampouco, à proposta defendida enfaticamente por Niemeyer ao longo de seu texto.

Da mesma forma, o autor parece contradizer-se ao usar o vocábulo *Teutobrasilianer*, para denominar e convocar os descendentes dos alemães nascidos no Brasil. A formação desse vocábulo composto por *teuto* (forma alatinada e reduzida) + *brasilianer*, corresponde às regras estipuladas pela gramática da língua portuguesa, como já foi mencionado. A regra válida para a língua alemã, quanto à composição de vocábulos pátrios, é: *deutsch* + *brasilianer*, *deutsch* + *amerikaner*, *deutsch* + *japaner* e assim por diante.

Assim, a grande influência que o meio ambiente exerce sobre o indivíduo para Niemeyer, parece concretizar-se no vocábulo *teutobrasilianer* e nos seus derivados *teutobrasilianische Literatur* e até mesmo no vocábulo *Teutonen*, que aparece inúmeras vezes como sinônimo de *teutobrasilianer*¹⁵.

Os vocábulos *deutsch* e *germanisch*, citados no texto acima, também se apresentam, em parte, contaminados pela contradição. Niemeyer usa estes vocábulos como sinônimos no decorrer de seu artigo. Como exemplo, temos:

deutsche Seele
germanischen Geist
germanische Rasse
deutsches Blut

Logo, o emprego desatento e aleatório das palavras *teuto*, *alemão* e *germânico*, nos textos concernentes à literatura dos imigrantes, provocou uma denominação na língua portuguesa, que a condenou ao esquecimento e à insignificância.

Portanto, reafirmamos que, a denominação de literatura alemã-brasileira, para os textos literários dos imigrantes alemães e de seus descendentes do Brasil, está em perfeita consonância com o objetivo proposto e amplamente divulgado em todos os seus escritos, ou seja, estabelecer uma ponte cultural entre o Brasil e a Alemanha.

A questão da alteridade

“Se sou um estranho,
não há estranhos”.

Kristeva

A manifestação literária denominada “literatura dos viajantes” tinha, como função primordial, a informação sobre as características, as condições e as necessidades das colônias de imigrantes no Brasil. Esses serviços eram de grande interesse para os governos e por isso recebiam incentivos oficiais.

Nos textos dos viajantes que aqui estiveram e que propagaram, em linguagem literária, suas impressões e experiências, percebe-se a problemática descoberta que o eu faz do outro. Esta questão corporifica-se, primeiramente, no julgamento de valor do outro enquanto ser bom ou mau, ser igual ou inferior. Em seguida, o “eu”, ao defrontar-se com o “outro”, pode aproximar-se ou afastar-se, pode adotar os seus valores e identificar-se com ele, ou assimilar o outro, impondo-lhe sua

¹⁴ In: CALDAS, A., *Dicionário Contemporâneo de Língua Portuguesa*, 1958 e *Knaurs Lexikon*. Das Wissen unserer Zeit immer auf dem neuesten Stand, 1985.

¹⁵ É interessante observar que Wilhelm Schneider usa o vocábulo *teutobrasilianer*, apenas ao abordar o escritor Niemeyer. (Cf. p. 306). Nos demais autores, comentados em seu texto, emprega a palavra *deutschbrasilianer*.

própria imagem. É inegável que entre “a submissão ao outro e a submissão do outro há ainda um terceiro termo, que é a neutralidade ou a indiferença”¹⁶.

Desde a literatura dos viajantes existe, de um lado, uma visão edênica do Brasil e, de outro, uma visão assustadora e terrível. Esta mesma visão pode ser apreendida dos textos da literatura dos imigrantes alemães. Logo, o Brasil não é o *Inferno*, nem o *Paraíso*¹⁷ que “desenham”, mas sim o *Purgatório*, onde os imigrantes têm que purgar as penas trabalhando muito na nova terra. Transferindo essa polaridade para o “brasileiro”, que aqui vivia, pode-se entender também a ambigüidade e a contradição que transparecem no relato das impressões do imigrante sobre o habitante do Brasil.

No encontro do “eu” com o “outro” não é apenas a “imagem” esboçada ou traçada a partir desse “instante” que está em jogo, mas também os critérios por meio dos quais o outro é observado. Para Carré (1947), todo esse processo não passa, na maioria das vezes, de projeções de quem observa ou avalia, pois a imagem que se faz do outro é o reflexo da própria imagem. Isto é, quem observa transfere e vê aquilo que está dentro de si, é a metáfora do espelho.

A literatura alemã – brasileira, ao evocar e descrever o “outro”, o que é próprio, conhecido sofre uma alteração. O outro é visto como um objeto contrário, porém necessário, para a projeção de si próprio. Esse “estranho está em nós mesmos”¹⁸. O imigrante alemão que chora o seu país perdido, principalmente nos textos líricos, como um enamorado melancólico por um amor perdido, não se consola por ter abandonado uma época de sua vida. Esse “paraíso perdido” é uma miragem do passado que jamais poderá ser reencontrada. Para Kristeva, o estrangeiro jamais está dividido simplesmente entre *aqui* e *alhures*, entre *agora* e *antes*. Os imigrantes alemães que assim se vêem, esquecem que nada mais os fixa na Alemanha e que nada *ainda* os prende no Brasil. “O estrangeiro não é de parte alguma”. O estrangeiro, especificamente, o imigrante alemão que veio para ficar, começou a se integrar na nova terra através do trabalho. O trabalho é para ele uma necessidade vital e de valor, pois é o único meio de sobreviver nesta terra com dignidade.

Logo, esses “crédulos”, levados pela paixão do trabalho, integraram-se na terra adotiva e começaram a narrar suas experiências em relatos e em textos literários, consolidando definitivamente a sua fixação com raízes. A pergunta pelo outro e a experiência do outro perpassam toda a literatura dos imigrantes, quer ficcional, quer descritiva ou quer jornalística.

De outro lado, os imigrantes alemães que, ao descobrirem aqui o “outro”, ficaram chorando pelo “espaço perdido”, não se integraram, não assimilaram o “outro” e conseqüentemente não foram assimilados pelo “outro”.

Todorov¹⁹, em seu estudo conhecido sobre a descoberta da América, constatou que Colombo descobriu a América como continente, mas não os americanos como pessoas. Para compreender o americano, esse sertão “estranho” para o Velho Mundo, ocupa-se, há mais de quinhentos anos, os viajantes, naturalistas, filósofos e escritores. Estes últimos, os escritores de um povo, consciente ou inconscientemente, reúnem observações sobre outros povos e transformam essas observações em palavras.

No entanto, não é apenas o texto escrito que constrói uma imagem. Sabe-se que outras fontes interferem e influenciam nas imagens de um povo e que é realmente difícil, senão impossível, distinguir entre elas.

Peter Boerner²⁰ também considera difícil traçar uma linha divisória definitiva entre as imagens de um país e os estereótipos, clichês e preconceitos sobre o outro, uma vez que estes são freqüentemente parte da estrutura dos primeiros.

Nos textos da literatura alemã-brasileira em que o tema é o “outro”, ora enquanto *terra nova*, ora como costumes e língua, ora como o “ser habitante desse solo”, os escritores deixam

¹⁶ TODOROV, T., *A conquista da América*, p. 183.

¹⁷ SOUZA, L. M., *Os demônios do Brasil colonial* In: Folha de São Paulo, caderno 6, 6 março 1994, p. 10.

¹⁸ KRISTEVA, J., *Estrangeiros para nós mesmos*, 1994.

¹⁹ TODOROV, T., *A conquista da América*, 1983.

²⁰ BOERNER, P., *Das Bild vom anderen Land als Gegenstand literarischer Forschung*, 1975.

transparecer suas tradições literárias, seus preconceitos e estereótipos em relação ao Brasil, criando verdadeiros “textos interculturais”.

As percepções do “outro” nos textos não são fixas, mas vão se alterando com o passar do tempo, com a mudança de perspectivas e com as questões abordadas.

Na literatura dos imigrantes, isto fica claro quando o tema se volta para o *Neudeutsche* ou *Deutschländer*. Este imigrante, recém chegado da Alemanha, tem uma visão do outro, formada, geralmente, através de relatos de viagens, prospectos de imigração e, às vezes, através de obras literárias traduzidas. Sabemos, que a caracterização de um povo estrangeiro presente em documentos literários é assimilada, geralmente, com interesse pelo público leitor.

Assim, o *Neudeutsche*, com a imagem que retém sobre o Brasil, é rejeitado não só pela comunidade brasileira como também pela comunidade alemã de imigrantes já ajustados e integrados na sociedade. A imagem do outro que o *Neudeutsche* assimilou era uma imagem consolidada de visão externa. E é justamente essa “imagem” que entrava em conflito com a “imagem interna”, ou seja, aquela imagem que o próprio povo traça de si e que é, comumente, não só diferente, mas oposta a outra.

Conseqüentemente, a imagem do outro que o *Neudeutsche* traça em seus escritos é diferente da imagem traçada do imigrante alemão que já vive aqui há muito mais tempo. Para este, o Brasil não é visto mais como uma imagem do outro exótica, pois em seus textos observa e descreve o estranho para refletir também sobre seu próprio horizonte europeu, agora um espaço perdido.

A alteridade parece ter sido o grande estímulo para a literatura alemã-brasileira, enquanto aborda os estereótipos que se criaram, desde a descoberta da América, entre outros temas presentes em seus textos.

Gustav Siebenmann²¹ relaciona, em seu estudo, imagotipos sobre a América que continuam se mantendo rígidos desde sua criação. São eles:

- A projeção de antigos mitos bíblicos no Novo Mundo;
- A América como lugar da utopia; a visão do mundo às avessas;
- A anti-hispânica *Lenda Negra*, com efeito, negativo sobre a imagem Espanha-América;
- A América como El Dorado, como lugar de riquezas imensas;
- A América como continente da barbárie;
- A América como uma região exótica com uma indomável natureza solitária;
- O nobre selvagem;
- A América como oposição à Europa e o cansaço de extrema civilização: “América, aí se vive melhor”;
- A América como um mundo destruído e explorado; como continente da escravidão; como assassinato de povos; como um milagre de imperialismo e capitalismo;
- A América como lugar da alteridade antropológica: outro comportamento social, outras concepções de tempo, outros sentimentos de vida, outro comportamento sexual, outros tipos de pessoas, outra mentalidade econômica, etc.

Esses imagotipos podem ser reconhecidos e identificados, em parte, na abordagem das imagens do Brasil nos textos da literatura dos imigrantes. Trata-se, portanto, de ver essas “imagens” como dados ou objetos determinados e de examinar tanto a sua estrutura, como a sua gênese nesse contexto. Conseqüentemente, a repercussão destas imagens projetar-se-á em outros campos da vida do imigrante, ultrapassando assim o campo meramente literário.

A literatura alemã-brasileira nos anuários dos imigrantes do período de 1890-1940

Com base no levantamento realizado nos anuários alemães do período de 1890 a 1940, aproximadamente, pode-se constatar um importante acervo de textos referentes à temática do imigrante. Estamos diante de um vultoso lote que convoca atenção e estudo.

²¹ SIEBENMANN, G., *Das Lateinamerikabild in deutschsprachigen literarischen Texten*, 1992 apud RALL, D., *Alterität als Schreib Anlass*, 1996.

Os anuários dessa época encontram-se escritos em gótico, num tipo de letra, na maioria das vezes, pequeno, dificultando extremamente a leitura dos textos. Os primeiros anuários não possuem índice remissivo, exigindo do pesquisador um folhear página por página do volume. Os anuários posteriores já apresentam um índice, porém este não é, muitas vezes, elucidativo. Assim, o folhear página por página, para averiguar com precisão o texto ali publicado, faz-se necessário.

Entretanto, o maior encanto dessa “biblioteca” complementar, porém indispensável para os estudos da construção da auto-imagem do Brasil e, por extensão, para a construção da sua memória, consiste, certamente, na rica multiplicidade de textos e na variedade de temas e autores. Comerciantes, pastores, professores, funcionários públicos, jornalistas, de quase tudo há um pouco, sem esquecer os que publicaram importantes textos da literatura brasileira em tradução.

Segundo Karl Fouquet, a imprensa de língua alemã sempre foi fiel ao Brasil, ainda que “por vezes a natureza de suas intenções fosse posta em dúvida, (esta) engajou-se em defesa irrestrita pelos interesses do país, embora consciente que a crítica fazia parte de sua função”²².

A importância dos anuários consiste na grande propagação que tinham nos lugares em que se fixavam imigrantes de todas as camadas sociais. Além disso, precisa-se salientar a contribuição desses almanaques na ambientação e aculturação dos “Neudeutsche” (novatos), integrando-os ao novo país.

A utilidade do anuário concretiza-se para o “imigrante leitor” com as recomendações para a vida cotidiana como saúde, cozinha, jardim, agricultura, artesanato, e informações de natureza genérica para o cidadão. Paralelamente, ele contém artigos recreativos, ilustrações e textos literários, que o tornam indispensável a qualquer família.

Referências

- AULICH, W. Vom Pathos der Auswanderer. In: *Staden Jahrbuch*. São Paulo, 4: p. 203-17, 1956.
- CANSTATT, O. *Repertório crítico da literatura teuto-brasileira*. Rio de Janeiro: Presença, 1967.
- FAUSEL, E. Deutschbrasilianische Literatur. Fragen und Aufgaben. São Leopoldo: *Deutsche Evangelische Blätter für Brasilien*, 4/5, p. 64-74, 1937.
- FAUSEL, E. Literatura rio-grandense em língua alemã. In: *Enciclopédia Rio-Grandense*. Canoas: Regional, 1956. v.2, p. 221-39.
- FAUSEL, E. Deutsche Stimmen in der riograndenser Literatur. São Leopoldo: *Intercâmbio*, 4-6, p. 82-8, 1957.
- FLEISCHER, M. Prosa teuto-brasileira. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 30 out. e 6 nov., supl. lit. 1965.
- FITTBÖGEN, G. *Deutsche Dichtung in Brasilien*. In: *Der Auslandsdeutsche*, Jg. XVI, n. 12, Stuttgart, 1933.
- FOUQUET, C. *O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil. 1808 - 1824 - 1974*. Curitiba: Imprensa Paranaense. Ed. Instituto Hans Staden e Federação dos Centros Culturais “25 de julho”, 1974.
- FREITAS, I. A. A. *A (re) construção do retrato do Brasil: estudo das imagens na literatura dos imigrantes alemães*. Assis, 1997. 373 p. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Assis, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”.
- FREITAS, I. A. A. de. *A Máscara cai*. Wolfgang Ammon no contexto da literatura teuto-brasileira. São Paulo: Editora Arte e Cultura, 1995.
- HUBER, V. *Saudade e Esperança*. O dualismo do imigrante alemão refletido em sua literatura. Blumenau: FURB, 1993.
- KRISTEVA, J. *Estrangeiros para nós mesmos*. Trad. Maria Carlota Carvalho Gomes. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- KOSERITZ, C. *Imagens do Brasil*. Trad. Afonso Arinos de Melo Franco. São Paulo: Martins Editora, 1972.
- KUDER, M. *Die Deutschbrasilianische Literatur und das Bodenständigkeitsgefühl der deutschen Volksgruppe in Brasilien*. Berlin: Ed. Ferd. Dümmlers, 1937.
- KUDER, M. Die deutschbrasilianische Literatur. Stuttgart: *Zeitschrift für Kulturaustausch*, 13, Heft 4, p. 295-9, 1963.

²² FOUQUET, K. O imigrante alemão, p.202

NIEMEYER, E. Teutonen-Literatur. Plauderei. São Leopoldo: *Rotermund Kalender*, p.

OBERACKER, C. H. *A contribuição teuta à formação da nação brasileira*. Rio de Janeiro: Presença, 2v, 1985.

SOUZA, C.H.M.R. *A narrativa literária no anuário do Correio Serrano após 1948: temas*. (mestrado em Língua e Literatura Alemã) FFLCH, USP, 1979.

TERNES, H. Wolfgang Ammon. Ein deutsch-brasilianischer Schriftsteller (1869-1938), *Staden-Jahrbuch*, São Paulo: Band 33, p. 133-5, 1985.

TODOROV, T. *A conquista da América*. A questão do outro. São Paulo: Martins Editora, 1983.

WILLEMS, E. *Aculturação dos alemães no Brasil*; estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1980.

OS BRUMMERS JANSEN E KOSERITZ E “MEMÓRIAS PÓSTUMAS DE BRÁS CUBAS”

Ana Maria Koch

“Memórias póstumas de Brás Cubas” foi publicado durante o ano de 1880, em capítulos quinzenais, na Revista Brasileira. O conteúdo da primeira edição desse texto literário de Machado de Assis, feita numa publicação da capital da Corte do Segundo Império brasileiro, pode ser examinado por três ângulos diferentes, que se complementam. Esses aspectos são o **exame do enredo**; a **observação do ambiente cultural** da época, que evidencia o antagonismo entre dois ideários diferentes; e, ainda, o **exame do contexto brasileiro** da publicação, que dá a sustentação para o tratamento, no enredo, do conflito existente entre esses dois dos modos possíveis de organização sistemática do pensamento. Enunciados no Rio de Janeiro, a rivalidade entre os dois ideários repetia a existente então no debate político de diversas regiões do mundo e esse choque entre concepções diversas foi o ponto representado em “Memórias póstumas de Brás Cubas”. Considerados os três aspectos, os dados que resultam da observação do material podem ser relacionados à contribuição cultural dada por dois alemães – Carlos Jansen e Carlos von Koseritz – que chegaram ao Brasil em 1851, para servir no Segundo Regimento de Artilharia Montada do Império.

A sede do Regimento foi localizada na Província do Rio Grande do Sul, estratégica na defesa territorial e econômica do Império, num novo momento político se comparada à situação em que ocorre com aquela da chegada dos primeiros imigrantes alemães na região. A contratação desses legionários estrangeiros e a compra de material bélico foram decisões tomadas em situação de guerra, autorizadas pela Lei do Orçamento de 6 de novembro de 1850. O conflito existente, que sustentava a aprovação de dotação orçamentária para a contratação de legionários destinados a servir em região fronteiriça do Império brasileiro, foi aquele instaurado pelas pretensões expansionistas de uma Confederação republicana Argentina, então sob o governo de Juan Manuel de Rosas e dirigido por um ideário político republicano cujo modelo econômico de Estado exigia a expansão, essa pensada na direção da reconstituição territorial da região abarcada pelo antigo vice-reinado do Prata. O conflito eclodiu numa área geopolítica com interesses territoriais de paraguaios e de uruguaios, e com importantes interesses econômicos do Império brasileiro, porque implicava a navegação do Rio da Prata, além de ter ocorrido logo depois da revolução republicana dos sul-riograndenses. Esses diferentes grupos reagiram às tentativas de hegemonia do governo expansionista de Rosas, chefe de um Estado sob comando republicano desde 1826 e que, depois de 1831, se sustentava num pacto federativo.

Uma das atividades que, nesse contexto, formaram parte das iniciativas de preparação bélica brasileira foi a do recrutamento de legionários estrangeiros, para serviço do Exército, arrolamento de contingente concretizado sob a promessa de prêmio em terras ou de recompensa em dinheiro pelo serviço de quatro anos prestado em área de fronteira do Império. Para combater ao lado dos militares brasileiros e contra o projeto republicano federalista argentino, representado pelo grupo político de Rosas, foram trazidos para o sul do Brasil cerca de mil e oitocentos soldados, dentre eles muitos dos que estiveram a serviço do exército na guerra do condado de Schleswig-Holstein ao reino da Dinamarca, homens que chegavam ao Brasil detendo, além dos conhecimentos técnicos, uma formação intelectual importante e as informações da cultura européia da época. A importância do aprofundamento de estudo sobre o teor dessa formação intelectual, sustentadora da atuação de dois desses legionários – denominados

Brummers, isto é, resmungões ou murmuradores – que se naturalizaram, que atuaram na imprensa local, na implantação de escolas e na produção literária, e que constituíram, por essas ações, um evento importante nesse processo específico de imigração, pode ser favorecida pela investigação do conteúdo abordado por Machado de Assis em “Memórias póstumas de Brás Cubas”, e esse é o ponto que se pretende indicar aqui.

O **exame do enredo** de “Memórias póstumas de Brás Cubas” mostrou uma estruturação proposta pelo autor em que são antagônicos os ideários que constituem os discursos dos personagens Quincas Borba e Pandora, tendo sido ambos elaborados contando com os mesmos termos, como felicidade, egoísmo, conservação, espetáculo, luta – ou *struggle for life* – que participavam das elaborações teóricas da Ciência materialista da época, mas instruindo conceitos com conteúdos opostos. O modo pelo qual o antagonismo é evidenciado no texto literário aparece na relação dos dois personagens com a vida do protagonista Brás Cubas, tornado o narrador das memórias. A história da própria vida, editada desde a eternidade ou para instrução dos leitores ou como advertência, mostra um personagem em torno do qual se expressam as expectativas de um grande futuro, pensado viável pela família Cubas, católica e monarquista, com a possibilidade do arranjo do casamento do herdeiro Brás com a jovem Virgília, filha de um político descrito como um patriota, um pouco irritado com os males públicos, mas não desesperando de os curar depressa. Se a narrativa sobre o próprio comportamento, como criança e como jovem, feita pelo defunto autor, mostra já, no texto, o afastamento existente entre os fatos e a expectativa de tipo épico constituída pela família por fama do nome e garantia da descendência, a construção do enredo, feita com o recurso intensivo à intertextualidade, continua indicando a manutenção dessa conduta no Brás adulto. A constante dessa separação entre teoria e prática continua no registro da relação extraconjugal que Virgília mantém com Brás Cubas e é acirrada quando se apresentam as oportunidades de concretização das expectativas políticas criadas no texto e incentivadas pelo aconselhamento de um filósofo e do sistema filosófico elaborado por ele. Enunciado o sistema como manifestação de Humanitas, a aceitação do discipulado do borbismo é expresso, no texto, pela indicação do empenho de Brás Cubas por atuação no ambiente político brasileiro – primeiro na situação, como deputado; depois na oposição, como editor de jornal – e no círculo intelectual, com a dedicação à Ciência, sendo esse o movimento que levou ao último de todos os fracassados projetos do narrador. É o empenho na ação de invento de um medicamento sublime o fator apresentado como a causa da própria morte, pelo acometimento inesperado da pneumonia, remendo imaginado para a cura dos males sociais significados pelo termo melancolia e enunciado no enredo como um emplasto anti-hipocondríaco. A doença, apanhada por acaso, é, dado o enredo, apresentado como o acontecimento que impede a anelada regeneração do organismo social doente, o que – na teoria – seria a consequência apropriada e correspondente à adoção do sistema do Humanitismo. Protagonizando o anúncio da morte próxima aparece, em “Memórias póstumas de Brás Cubas”, a divindade Pandora, que confronta os postulados do sistema determinista do filósofo Quincas Borba com a notícia da impossibilidade de que seja exercido qualquer controle sobre ela, que se apresenta também como a Natureza.

Dado o enredo construído por Machado de Assis, a estruturação pode ser comparada com a organização interna de dois outros textos da tradição literária do Ocidente: um deles é a “Divina comédia”, de Dante; outro, “Os trabalhos e os dias”, de Hesíodo. Ao modo do personagem Dante, que percorre o Inferno e o Purgatório, acompanhado por Virgílio, a vida adulta de Brás Cubas é acompanhada por Virgília. Ao invés do encontro com Beatriz, que leva o narrador Dante para o momento em que ocorre a visão da vida perfeita, em função da qual a Divina comédia é construída – como texto realista – para a instrução católico-tomista dos contemporâneos do século XIV, em “Memórias póstumas de Brás Cubas” é num delírio que ocorre a visão na qual Brás Cubas é confrontado pela divindade, que ganha o mesmo nome da personagem que, no texto de Hesíodo, é mandada pelos deuses de presente para Epimeteu – aquele que compreende os fatos somente depois deles acontecidos – como vingança contra a ação

oposta, de antecipação da compreensão dos fatos, de seu irmão Prometeu.

O dado importante a ser considerado para a análise dessa escolha do autor é o de que, na “Divina comédia”, Dante operacionaliza na Literatura a proposta Estética anunciada por Platão no capítulo 7 d’“A República”, segmento de texto conhecido como o Mito da caverna. A proposta de Dante, é preciso ter presente, seguia a elaboração realista platônica como formulada no catolicismo de Tomás de Aquino. No projeto político de Estado ditatorial do sistemático grego, os indivíduos – educados por uma literatura correta – seriam submetidos ao plano dos gerais-filósofos, plano determinista e identificado com o Bem, isto é, com o funcionamento Bom da sociedade e, por isso, os poetas que descreviam as paixões humanas, essas que desorganizam quaisquer planos, não seriam admitidos nela. Atualizado o vocabulário da proposta republicana de Platão, Homero e Hesíodo, os poetas expressamente citados como exemplos da literatura ruim n’“A República”, seriam censurados.

Na construção do confronto entre Pandora e o projeto da elaboração do medicamento sublime, o que devia resolver todos os problemas da sociedade hipocondríaca, subjaz a indicação dessa tensão entre diferentes concepções sobre a Estética, expressa em “Memórias póstumas de Brás Cubas” como existente entre o determinismo contido na lógica do sistema sociológico de Quincas Borba e o fato da imprevisibilidade dos fenômenos da natureza, representados pela indicação do acaso ou da liberdade. Esse acaso designa a possibilidade da emergência de um evento qualquer na natureza, um que pode desorganizar qualquer concepção teórica em que está contida a esperança de previsão rigorosa de resultados, e isso tanto no que se refere a resultados da elaboração científica como na questão que envolve a consequência da vontade individual, que limita de modo importante qualquer tentativa de programação do comportamento humano para adequação dele a qualquer sistema de Estado idealizado. A possibilidade de interpretação dessa tensão representada entre o enunciado de Pandora e o do sistema sociológico determinista de Quincas Borba é reforçada por Machado de Assis, no texto analisado, com a reprodução dela no contraste construído literariamente entre a expectativa – teórica – da família pela adequação do herdeiro ao plano elaborado para ele e o comportamento de fato do protagonista, este que é objeto da narração póstuma, apresentada como memórias.

O significado específico do enunciado do sistema sociológico materialista que motivou a iniciativa do invento do remendo para os males sociais da humanidade hipocondríaca, no enredo de “Memórias póstumas de Brás Cubas”, é evidenciado quando observada a construção do Humanitismo contando com a mesma terminologia e com a mesma lógica utilizada pelos sociólogos materialistas do século XIX. Esses realistas se propunham a sanar os problemas econômicos e sociais dos Estados nacionais existentes então, através da adoção da fórmula política republicana, moldada sobre o sistema ditatorial proposto por Platão n’“A República”, que, para funcionar, conta com a obediência irrestrita dos indivíduos ao Estado idealizado. Dentre todos os sistemas materialistas então elaborados sobre esse modelo platônico, formulado sob uma epistemologia que a História da Filosofia classifica como Realista, a construção do Humanitismo, em “Memórias póstumas de Brás Cubas”, coloca na voz do filósofo brasileiro o mesmo vocabulário empregado por Herbert Spencer na “Estática social” e nos “Primeiros princípios”, e estabelece um sistema em que são tiradas as consequências absurdas – mas possíveis – da lógica do progresso enunciada no molde materialista adotado pelo sociólogo inglês.

A observação desse ambiente cultural da época permite que se compreenda o modo pelo qual o debate foi elaborado no enredo de “Memórias póstumas de Brás Cubas”. A abordagem vem, imediatamente, do fato de que essas propostas sociológicas materialistas do século XIX, que retomavam e atualizavam o ideário de um mundo ideal atribuído ao tomismo do medievo pelo Romantismo, tiveram influência importante na formulação política do Partido Republicano e na elaboração literária dos realistas que, na década de 1870, produziam textos em língua portuguesa. Tais elaborações – literárias ou sociológicas – foram apontadas por Machado de Assis, no artigo “O primo Basílio, de Eça de Queirós”, de 1878, como messianismo literário, e essa nova doutrina – a mesma apresentada por diversos intelectuais como flores-

cente então – foi chamada de caduca pelo literato brasileiro. Por essa constância da abordagem do tema na crítica e no texto literário, quando observados os dados do contexto histórico é que se pode ver que, imediatamente, a introdução do assunto em “Memórias póstumas de Brás Cubas” indica a continuidade da crítica de Machado de Assis numa forma de elaboração textual apresentada – se considerado especificamente o século XIX – também por Heinrich Heine, por Edgar Allan Poe e por Thomas Carlyle. Considerado o ambiente cultural formado pelos autores em língua portuguesa que estavam sendo criticados por Machado de Assis por adotarem o Realismo como escola estética e, por isso, o materialismo para orientar a elaboração de soluções para os problemas sociais existentes, a análise do contexto histórico indica que a adoção do realismo para enunciar os princípios políticos republicanos e federalistas era, em fins da década de 1870, feita por Antero de Quental e por Sylvio Romero, respectivamente no debate político nacional português e no brasileiro. Comparadas essas abordagens de cada um dos intelectuais, é na produção textual do brasileiro Sylvio Romero – bacharel em Direito pela Faculdade de Recife e professor de Filosofia no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro – que se pode encontrar a adesão explícita ao sistema sociológico materialista elaborado por Herbert Spencer.

As indicações sobre a influência desse sistema podem ser encontradas já no – denominado pelo autor – Ensaio crítico sobre “A Filosofia no Brasil”, texto editado em Porto Alegre no ano de 1878, na Tipografia Deutsche Zeitung. O Ensaio é dedicado ao distinto escritor teuto-brasileiro Carlos von Koseritz, o diretor da Tipografia de julho de 1864 até 1881. Escritor de dramas, contos e de novelas naturalistas, jornalista polêmico, Koseritz foi deputado da Assembléia Provincial do Rio Grande do Sul de 1883 até 1889, e o ponto de encontro entre esse intelectual e Sylvio Romero é dado pela adesão de ambos aos princípios do materialismo na ciência, cuja etapa de produção científica era afirmada por ambos autores como tendo superado a do comtismo. A compreensão da adesão ao materialismo vem do fato de que este conceito, na época, refere à Escola de Jena, portanto, a metafísica realista de autores evolucionistas, como Charles Darwin, Ludwig Büchner, autor de “Kraft und Stoff” (Energia e Matéria, de 1855), e Ernst Hæckel, autor de “Natürliche Schöpfungsgeschichte” (História natural da criação do mundo, de 1868).

Especificamente no final da década de 1870, a atuação desse defensor dos postulados da Escola de Recife, que adotava os princípios defendidos pela Escola de Jena, interferiu, pela atuação no Colégio Pedro II, na mudança do programa de ensino público que era adotado no Segundo Império brasileiro, compondo um cujo princípio materialista vigora até a atualidade. Em 1878, o ensino dessa ciência Materialista – no modelo que seguia o Realismo formulado por Aristóteles – substituiu o modelo praticado, que vinha da proposta da Ilustração e que fora implantado no Brasil colônia, no contexto da Reforma pombalina, de ensino da literatura clássica e de línguas, modernas e antigas. No que se refere à atuação de Sylvio Romero como pesquisador da Literatura produzida no Brasil, os textos publicados indicam o esforço empreendido no levantamento do material existente e, seguido o padrão científico materialista que enfatizava a evolução da humanidade, uma evolução pensada e conceituada também como progresso, e a Estética realista, essa produção observada foi julgada e, então, classificada pelo materialista de acordo com o critério adotado. Tomado esse princípio da epistemologia realista como absoluto, o trabalho desenvolvido por Sylvio Romero nem sempre teve claramente explicitados os postulados que determinavam a subdivisão do conjunto pelo qual fora observada a literatura produzida no Brasil.

Outro dos Brummers com atividade importante no Rio Grande do Sul foi Carlos Jansen, que participou das atividades de um Instituto Histórico e de uma sociedade denominada Partenon Literário, ambas em Porto Alegre, além de ter atuado como tradutor de textos científicos – nas áreas de Geografia, Geologia, Astronomia e Química – e de textos literários – como “Robinson Crusoe”, “As viagens de Gulliver às terras desconhecidas” e, entre outros, os “Contos seletos das mil e uma noites”, este publicado em 1882 com prefácio de Machado de Assis – e

de ter sido o autor dos romances “O patuá: novela gauchesca” e “Eliza”. Esse alemão nascido em Colônia era filho de um general e de uma princesa da casa Wied-Neuwied; no Rio Grande do Sul foi professor de alemão e de francês, e no Rio de Janeiro, onde chegou em 1878, foi professor dos príncipes, os herdeiros da casa Imperial. Entre outras de suas atividades de educador, consta que lecionou alemão para Machado de Assis e para Rui Barbosa, e, com uma tese sobre o “Pronome na língua alemã” foi aprovado como professor dessa língua no Colégio Pedro II, tendo lecionado também na Escola Normal. Como jornalista, no Rio de Janeiro, colaborou na Revista Brasileira, na mesma época em que ocorreu a primeira edição de “Memórias póstumas de Brás Cubas”.

Os registros mais importantes dessa intensa atividade de Carlos Jansen, para estabelecer a relação com a de Machado de Assis, são os que podem ser encontrados no enredo de “O patuá”, publicado, em 1879 e 1880, na Revista Brasileira. Nessa Novela romântica o autor utiliza o recurso de atribuir o próprio nome e atividade ao personagem-narrador do enredo amoroso que envolve Luís e Glaura, cujo cenário é a região do Guaíba. Nesse texto literário ocorrem os mesmos tipos de recursos textuais utilizados por literatos como Heinrich Heine, Edgar Allan Poe, Thomas Carlyle e Machado de Assis, como o da inserção de segmentos de texto em língua estrangeira (no caso de “O patuá”, do francês, do italiano e do latim); da citação de nomes de literatos (como o de Shakespeare); dos títulos e de trechos de obras clássicas (como “A vida é um sonho”, “Romeu e Julieta” e “O barbeiro de Sevilha”); de referências à tradição bíblica; da inclusão de literatura popular (como as quadras de Desafio) e de dito popular; além do diálogo estabelecido com o narratário, denominado o leitor.

No enredo construído por esse Brummer, merece atenção o fato de que ocorrem quatro referências a “Falenas”, título pelo qual foram publicados, em 1870, poemas de Machado de Assis. A constante que pode ser encontrada entre a publicação de “Falenas” e de “O patuá” é o da referência – implícita ou explícita – ao também poeta e literato Friedrich Schiller, autor do texto sistemático “Cartas para a educação estética da humanidade”, constante importante sob o critério da corrente Estética adotada. O autor alemão, nas Cartas, estabelece os princípios de uma proposta Estética na qual o correspondente fundamento filosófico implicado é oposto ao adotado pelo Materialismo na Ciência e pela Estética Realista na Literatura, como estas abordagens foram desenvolvidas no século XIX. No caso de “O patuá”, Schiller é citado duas vezes no enredo, e referida uma obra dele: “A conjura de Fiesto”; no caso de “Falenas”, está publicada ali a tradução feita por Machado de Assis através do texto em francês, de “Os deuses da Grécia”, do poeta alemão, indicado em nota que ela foi realizada a partir de outra, de um dos mais conceituados intérpretes franceses da língua original do texto. Considerado especificamente o enredo de “Memórias póstumas de Brás Cubas”, Machado de Assis introduz uma referência intertextual a obra “Guilherme Tell”, de Schiller, para caracterizar o personagem Quincas Borba. Ali o autor do sistema filosófico do Humanitismo é descrito, quando mendigo, vestindo um chapéu contemporâneo de Gessler, o personagem tirano do enredo construído por Schiller, situado em cerca do século XV, no qual o chapéu explicita a forma de governo opressora e cruel.

Além da indicação da leitura comum, feita por Machado de Assis e por Carlos Jansen, das obras desse poeta e dramaturgo alemão, que a comparação das obras publicadas na Revista Brasileira possibilita, esse registro indica a presença, no contexto brasileiro da publicação, de uma linha filosófica e estética oposta à outra, caracterizada no enredo de “Memórias póstumas de Brás Cubas” através da elaboração do personagem Quincas Borba e encontrada na produção textual de Sylvio Romero e de outro dos Brummers, Carlos von Koseritz. O fato de que essas posições opostas estão registradas como ocorrendo no Brasil da década de 1870 demonstra que, tanto na Província do Rio Grande do Sul como na Corte do Segundo Império brasileiro, isto é, no Rio de Janeiro, os intelectuais formavam alianças e as expressavam implicitamente em seus textos, para antagonizar com aqueles que defendiam ideários opostos. Esses dados, de acordo com esse primeiro levantamento de um estudo que pode ser aprofundado, indicam

que, então e no Brasil, os intelectuais estavam operando com as mesmas informações que existiam na Europa, portanto reproduzindo aqui os mesmos antagonismos epistemológicos que mobilizavam a produção textual naquela região do mundo.

Referências

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **Obra completa**. 14 v. Rio de Janeiro; São Paulo; Porto Alegre: Jackson, 1970.

JANSEN, Carlos. **O patuá**: novela gauchesca. Introdução: Dante de Laytano. Porto Alegre: Gabinete de Pesquisa Histórica; IFCH, 1974.

OBERACKER Júnior, Carlos H. **A contribuição teuta à formação da nação brasileira**. Rio de Janeiro: Presença, 1968.

OBERACKER Júnior, Carlos H. **Carlos von Koseritz**. [S.l.]: Anahmbi, 1961.

ROMÉRO, Sylvio. **Obra filosófica**. Introdução: Luís Washington Vita. Rio de Janeiro; São Paulo: José Olympio; EdUSP, 1969. (Coleção documentos brasileiros; 139).

CAMINHOS E DESCAMINHOS DA TOPONÍMIA EM AMBIENTES MULTILÍNGÜES: O EXEMPLO DE WALLACHAI

Mário S. Klassmann

A geolingüística, como disciplina de descrição de variantes lingüísticas, oferece-nos, dentre suas contribuições, o campo de estudos dos TOPÔNIMOS, ou seja, da disposição no espaço, explicação de nomes de localidades. Trata-se também de uma das mais difíceis tarefas da lingüística histórica. O Rio Grande do Sul, caracterizado como uma área multiétnica e multilíngüe, pour excellence, apresenta neste sentido uma farta variedade de situações para esses estudos de toponímia. Até mesmo as designações e lugares ouvidas e pronunciadas com mais frequência revelam aspectos interessantíssimos da origem e povoamento de determinada localidade ou região.

Entre esses diferentes aspectos, é preciso lembrar que, na década de quarenta do século vinte, por ocasião da Segunda Guerra Mundial, houve no Brasil um movimento chamado de nacionalização, que afetou grande parte do sul do país, onde se concentra um forte contingente de imigrantes e descendentes de imigrantes, principalmente alemães, italianos e japoneses, vindos dos países chamados de eixo.

O movimento em referência consistia, em primeiro lugar, em proibir o uso das línguas desses países e eliminar, dentro do possível, os resquícios delas. Isto causou a supressão das atividades culturais providas das regiões de origem.

Um dos aspectos também afetados por essa política de nacionalização foi a toponímia, principalmente no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, onde o número de imigrantes alemães e italianos foi considerável. Nas respectivas colônias, ao longo do tempo, se processou uma nomenclatura geográfica alemã ou italiana, conforme a região, tendo como base a vivência cultural e social dos habitantes. Como a língua nacional, o português, não era acessível a todas as camadas sociais, mesmo nas escolas, não por culpa dos colonos, muitas questões de topografia foram resolvidas na língua que os falantes as línguas minoritárias conheciam.

Alguns nomes recolhidos da experiência diária podem exemplificar o que queremos afirmar.

A nossa intenção é discutir os erros cometidos durante a chamada “nacionalização” dos nomes em língua estrangeira dos topônimos da antiga colônia alemã do Rio Grande do Sul, mais exatamente os localizados no antigo município de São Leopoldo.

O primeiro caso é o do nome *Arroio Capim*, em Ivoti. Trata-se de uma tradução equivocada do nome daquele arroio que, no dialeto alemão *Hunsrück* falado até hoje pelos moradores de Ivoti se chamava *Gross Bach*, i. é, Arroio Grande, em oposição ao nome de outro arroio, que era pequeno e se chamava simplesmente de *Bach*, i. é, Arroio. Os dois arroios passavam pela propriedade do meu avô, em curso paralelo, um mais próximo do centro de Ivoti, *die Bach*¹, e o outro mais próximo do Travessão de Dois Irmãos, *die Gross Bach*.

Mas onde está o erro de tradução? Há possibilidade de duas origens do erro. Uma, o provável informante do geógrafo, se é que houve um informante, que não dominava o dialeto, confundiu Gross = Grande com Gróos = Capim que crescia, de fato, abundante nas cabeceiras do arroio, mas não mais no resto do seu percurso que era ladeado por floresta e despencava até por uma bonita cascata, justamente na propriedade dos meus pais. Mas todos os moradores da região usavam o nome “*Gross Bach*, i. é, Arroio Grande” e nunca ouvi alguém mencionar algo como Arroio Capim.

1 O termo *Bach*, em alemão padrão, é do gênero masculino: *der Bach*; mas no dialeto *Hunsrück* falado no Rio Grande do Sul é feminino: *die Bach*.

Uma segunda hipótese seria a de o pesquisador da geografia da região encarregado da “nacionalização” dos nomes germânicos durante a Segunda Guerra Mundial, também não dominante do dialeto da região e tampouco da tradição da população do lugar, ter alvitado o nome. De qualquer maneira, o nome registrado atualmente nos mapas não corresponde à tradição do lugar.

Um outro exemplo a ser considerado é o de uma pequena localidade atualmente registrada nos mapas oficiais como *Morro Bock* e que é traduzido pela população não conhecedora da história da colonização por *Morro do Bode* (do alemão *Bock* = bode). Neste caso, o erro histórico não é do representante do IBGE, mas dos próprios moradores alemães da localidade. O nome não provém do primeiro morador da localidade – um presumido Bock – mas de um verdadeiro *Bucks* que os moradores transformaram em Bock. Esta informação vem de uma fonte das mais dignas de crédito: Pe. Theodor Amstad S. J. em “*Hundert Jahre Deutschtum in Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 1924, p. 99 e 100.²

Por outro lado, foi conservado o nome tradicional, sem tradução, da localidade de *Schneiderstal*, contígua à anterior, e que homenageia o primeiro morador, o senhor *Peter Schneider*, nome que sobrepujou o seu colega de colonização do vale de fato chamado primeiramente de *Kunzlertal* (Amstadt 1924, pg. 99 e 559). Nas Memórias Autobiográficas (Amstadt, 1981 – tradução de Arthur Rabuske) o autor registra, muito acertadamente, *Vale do Schneider*. A tradução para Vale do Alfaiate teria sido tão absurda como foi a de Picada Feijão, comentada logo a seguir.

Um quarto exemplo que ilustra os caminhos e descaminhos da toponímia nessas áreas de contato alemão-português é o de Picada Feijão, no atual município de Ivoti. Sua designação no dialeto Hunsrückisch era *Bohnental*. Segundo a tradição dos habitantes da região, o nome provém do primeiro morador, a família *Bohnenberger*³.

Neste caso houve uma acomodação no nome. Em termos técnicos, se diria que houve um processo de economia lingüística bastante freqüente; *Bohnenberger* é um nome muito comprido e sua raiz mais significativa é *Bohnen* que, com o acréscimo da palavra *Tal*, elemento formador de topônimos, converteu-se na forma mais simples de *Bohnental*.

No período da nacionalização dos nomes, fácil foi achar uma tradução para *Bohnental*, que, naturalmente por desconhecimento da origem do nome passou a ser chamar Picada Feijão. A verdadeira denominação, conservando certa coerência, deveria ser Picada dos *Bohnenberger*, tal como foi feito com *Schneiderstal*.

Por outro lado, a denominação de Picada Feijão pode ter tido a sua origem na fala dos próprios moradores, pressionados pela proibição do uso do seu alemão a partir de 1942. Na verdade o nome de Picada Feijão nada diz das características do vale, já que plantar feijão era exigência de toda a colônia alemã e o *Bohnental*, ao que me consta, não tinha como principal cultura aquela que teria originado o nome da localidade.

O principal escopo deste artigo, porém, é uma tentativa de elucidação da origem do nome de uma pequena vila, não muito distante de Porto Alegre, no município de Morro Reuter, logo depois de Dois Irmãos: *Wallachai* (pronuncia-se [valahai], com o h aspirado).

Neste caso não se trata de problema de tradução, como nos anteriores, porque aqui foi conservado o nome tradicional alemão provavelmente porque não acharam nada em que se apoiar para uma tradução. A minha sugestão seria *Valaquia*. O motivo fica evidente ao fim da explicação.

O nome é corrente desde os primeiros tempos de existência dessa colônia, mas a origem do

2 O Pe. Amstad foi o principal redator daquela obra comemorativa do centenário da imigração alemã no Rio Grande do Sul. A informação mencionada acima encontra-se na página 100. O Pe. Amstad foi o maior conhecedor da colônia alemã no início do século XX porque percorreu toda ela em lombo de burro e conhecia pessoalmente a maioria dos colonos.

3 Os *Bohnenberger* são os mesmos que embarcaram em 1826 no navio *Cecília* para emigrarem para o Brasil. Uma tempestade deixou o navio à deriva no Canal da Mancha e abandonado por seu capitão e tripulação. O navio foi socorrido por outros navios e rebocado para o porto inglês de Plymouth (Falmouth segundo Hunsche, 1994) onde os colonos amarguraram durante dois anos até conseguirem chegar ao Brasil. A senhora *Bohnenberger* é aquela que comandou uma surra no capitão fujão que tranquilamente passeava no cais do porto passando por grupo de senhoras que lavavam roupa. Reconheceram o capitão e sob o comando da senhora *Bohnenberger* deram uma tremenda surra no capitão com as roupas molhadas e ensaboadas. (Amstadt, 1924).

nome é controvertida. Tendo ouvido a opinião de moradores da região, cheguei à conclusão que o nome suscitou o aparecimento de um certo folclore em torno de um cavalo que teria sido de propriedade de um dos primeiros moradores, mais exatamente do morador do último lote da “Linha”. Trata-se de Mathias Mombach (um dos imigrantes que veio a bordo do navio *Cäcilia*) que fora soldado da guarda pessoal de Napoleão Bonaparte e, por isso, com mais coragem para enfrentar um ataque dos bugres. Ele aceitou o último lote da linha de Dois Irmãos (*Baumschneiss*,) na região hoje chamada Wallachai. E aí começa a história do nome Wallachai.

O folclore da região conta que o mencionado senhor Mombach possuía um cavalo do tipo empacador. No dialeto Hunsrückisch seria um *Wallach*. Quando o cavalo tinha os seus acessos, o dono incitava-o com a exclamação “Wallach, Hei! (Hai!)” onde a expressão *Hai* seria de incitamento usado comumente com cavalos no dialeto alemão da região. Como o senhor Mombach e seu cavalo empacador se tornaram muito conhecidos nas redondezas, eles passaram a ser referência para identificar aquele rincão e a exclamação *Wallach Hai* passou a ser usada como topônimo, conservando-se até hoje.

Como aporte etimológico para o nome, cabe a seguinte explicação: *Wallach*, em alemão, é a designação para um cavalo castrado à maneira dos romenos que também eram conhecidos na Europa como Valáquios, habitantes da Valáquia, em alemão *Walachhai*. Um cavalo castrado à maneira dos valáquios em alemão passou a ser designado por *Wallach*, i. é, cavalo valáquio (*Wallach*)⁴. Esta seria a explicação folclórica para a origem do topônimo *Wallachai*. A outra explicação é depreendida do relato histórico do Pe. Amstadt, (1924), (p. 69 e 70). Segundo Amstadt, Mombach construiu um fortim de troncos de árvores (*Blockhaus*), cercando-o com estacas (*Palisadenzaun*) e criou nele uma respeitável matilha de cães, tudo para se proteger dos ataques dos bugres. Como integrante da guarda pessoal de Napoleão Bonaparte, deveria possuir muita experiência com meios de proteção.

Essa fortificação poderia ser chamada, tranqüilamente, de *WALACHEI* (atualmente *Wallachai*) termo corrente na Alemanha conforme o *Wörterbuch der deutschen Umgangssprache*: “*abgelegene, unbekannte, zivilisatorisch karge Gegend*” (região isolada, desconhecida, pobre de elementos civilizatórios).

No meu entender, salvo melhor juízo, esta é a verdadeira origem do nome da vila de Wallachai no município de Morro Reuter⁵. Esta era minha conclusão até assistir ao filme *Histórias Fantásticas* na RBS TV de Porto Alegre. Nesse filme, os descendentes de Mathias Mombach relatam que o mesmo, como soldado de Napoleão, estivera com seu comandante na Valáquia. Portanto conhecia a origem do nome e, como alemão, conhecia também o nome *Wallach* e sua origem.

Por isso, e por causa do que foi dito no parágrafo anterior, reformulo a minha opinião sobre a origem do nome *WALLACHAI* como sendo uma combinação de região isolada com o folclore do cavalo *WALLACH*, confirmando a legitimidade do nome da vila de *WALLACHAI*.

Os casos apresentados neste trabalho são apenas alguns exemplos do problema. Na verdade, cada nome de lugar de toda a colônia alemã do Rio Grande do Sul poderia ser estudado tendo em vista estabelecer a sua verdadeira gênese. De fato, o estudo dos topônimos é realmente muito difícil e exige muita pesquisa, discernimento e imparcialidade⁶.

Como conclusão, diante dos exemplos analisados, podem-se estabelecer várias atitudes que interferiram na definição dos nomes atuais de muitas localidades:

4 Como ampliação do aporte etimológico de *WALACH* é interessante acrescentar que o termo *Walach*, valáquio em português, foi designação genérica, durante muito tempo na Europa, de uma tribo de celtas já mencionada por Caio Júlio César no *De Bello Gallico* sob o nome de *VOLCAE, ARUM*, m. (6, 24, 2), em português: os volcas e que teria sido, conforme César, a maior tribo daquele povo em território da Província.

5 Conforme informação do prof. Telmo Lauro Müller, existe uma localidade com o nome de *Walachai* em Lomba Grande que teria sido dado por seus primeiros moradores vindos de uma *WALLACHAI* da Alemanha. Esta *Walachai* não tem nenhuma relação com a *Wallachai* do Morro Reuter.

6 O P. Arthur Rabuske S.J. publicou um estudo como sugestão para o estudo da gênese dos nomes geográficos na colônia alemã do Rio Grande do Sul, com breves explicações, acrescidas dos nomes de origem indígena. (V. bibliografia abaixo.)

1. O nome atual é o tradicional em língua alemã, correspondendo à sua verdadeira gênese. Ex.: *Schneiderstal*.
2. O nome atual conserva a sua gênese, sem tentativa de tradução, mas a verdadeira gênese sofreu interpretação variada. Ex.: *Wallachai*.
3. O nome atual conserva sua gênese que, contudo, foi traduzida através de um híbrido português-alemão. Ex.: *Morro Reuter* de Reutersberg, forma dialetal de Reutersberg em Hunsrückisch onde /eu/ equivale a /ei/. Um outro exemplo é *Morro Bock*.
4. O nome atual é tradução de uma interpretação equivocada da origem. Ex.: *Arroio Capim*, de *Gróós Bach* em vez de Arroio Grande, de *Gross Bach*.
5. O nome atual é tradução exata do original alemão dialetal. Ex.: *Erväl*, de *Teewald*, ou *Pinhal*, de *Tannenwald*.
6. O nome atual não tem nenhuma relação com o nome original. Ex.: *Dois Irmãos*, de *Baum-schneiss*, ou *Bairro Feitoria*, de *Teufelsloch*.

Referências

- Amstadt, Theodor Pe., SI. *Hundert Jahre Deutschtum in Rio Grande do Sul*. Verband deutscher Vereine. Tipografia do Centro. Porto Alegre.1924.
- _____. *Memórias Autobiográficas*. Tradução de Artur Rabuske. Unisinos. São Leopoldo.1981.
- Fügner, Franz Dr. *Des C. Iulius Caesar Gallischer Krieg*. B. G. Teubner. Leipzig und Berlin.1938.
- Hunsche, Carlos Henrique Dr. *Novas revelações sobre os naufragos do “Cäcilia”*. In Anais do 6.o Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemãs no Rio Grande do Sul. São Leopoldo. 1984.
- Kluge/Gottze. *Etymologisches Wörterbuch der deutschen Sprache*. Walter de Gruyter & Co. Berlin.1953.
- Küpper, Heinz Dr. *Wörterbuch der deutschen Umgangssprache*. Claasen Verlag. Hauberg.1967.
- Rabuske, Arthur P. S.J. *Algo sobre a gênese dos nomes geográficos na região colonial alemã do Rio Grande do Sul*. In: III Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros. Editora da UFRGS. Porto Alegre.1980.
- RBS TV. Histórias fantásticas. Filme apresentado em 20.09.2003 no Canal 12.
- Tagliavini, Carlo. *Einführung in die romanische Philologie*. Beck'sche Elementarbücher. München.1973.
- Vier, Pedro Justino. *História de Dois Irmãos – RS*. Edição particular.1999.

JORNAL *DEUTSCHE POST*: SUA HISTÓRIA, SEUS PROPÓSITOS

Jorge Augusto Feldens¹

O objeto de nosso estudo é o jornal *Deutsche Post*, publicado entre os anos de 1880 e 1928 na então Colônia de São Leopoldo, berço da colonização alemã no estado do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, faz-se necessária a inserção desse periódico no cenário brasileiro da época, justificando, além de tudo, a sua escolha.

Ressaltamos que os dados apresentados no trabalho a seguir são fruto de projeto² no qual se trabalha há quase dois anos. Nesse ínterim, teceremos breves comentários sobre a história de nosso estado, de nosso povo, de nossa imprensa e, especificamente, sobre o jornal *Deutsche Post*, editado por Wilhelm Rotermund e, mais tarde, por seus filhos³.

A imprensa em língua alemã no Brasil

Em 10 de setembro de 1808, surge, na cidade do Rio de Janeiro, sob a direção de frei Tibúrcio José da Rocha, o primeiro jornal do Brasil. Preocupado quase que tão somente com o que se passava na Europa, a *Gazeta do Rio de Janeiro* era um pobre papel impresso de quatro páginas, poucas vezes mais. Semanal de início, trisemanal, depois, custando a assinatura semestral 3\$000 e 80 réis o número avulso. Esse periódico, feito na imprensa oficial, nada apresentava de atrativo para o público. Segundo Nelson Werneck Sodré⁴,

(...) nem essa era a preocupação dos que o faziam, como a dos que o haviam criado. Por meio dele só se informava ao público, com toda a fidelidade, do estado de saúde de todos os príncipes da Europa e, de quando em quando, as suas páginas eram ilustradas com alguns documentos de ofício, notícias dos dias, natalícios, odes e panegíricos da família reinante (SODRÉ, 1977, p. 23).

No Rio Grande do Sul, a imprensa escrita teve seu início marcado pelo lançamento do *Diário de Porto Alegre*⁵. Fundado em 1º de junho de 1827, o diário teve vida curta: durou apenas dois semestres. Com apenas duas páginas, o pequeno periódico teve, desde o início, a preocupação de tratar dos mais diversos assuntos. A época era de forte efervescência política, justificando, assim, a publicação de matérias relacionadas com a navegação e com o comércio. Também analisava questões relacionadas com a escravidão, costumes, entre outras. Impresso na *Tipografia Rio-Grandense*, teve início sob a direção do major Lourenço J. de Castro, que também foi seu redator, juntamente com José Inácio da Cunha. Encarregavam-se da composição e impressão os franceses Dubreuil e Estivalet.

Três anos antes, em 1824, a história de nosso estado foi marcada pela vinda da primeira leva de imigrantes alemães. Muitas foram as razões que motivaram a sua vinda ao estado no decorrer dos séculos XIX e XX. As constantes crises enfrentadas pela sociedade européia somadas à política nacional de imigração e colonização do governo imperial, da primeira república

¹ Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/ CNPq (07/2002 – 07/2004), formando do curso de Letras, habilitação em Português e Alemão – IFPLA/UNISINOS.

² *Deutsche Post: um jornal do mundo teuto-brasileiro (1880 – 1928)*. Orientada pelo Prof. Dr. Martin Norberto Dreher, a equipe é composta pelos bolsistas Jorge Augusto Feldens (PIBIC/CNPq), Tanara E. T. Nietiedt (BIC/ Fapergs) e Lisiane Schumann (UNIBIC). O projeto conta, ainda, com a colaboração da professora Dr. Ingrid Grützmann e da assistente de pesquisa Ms. Isabel Cristina Arendt.

³ Wilhelm Rotermund comandou a edição do jornal até 1915, quando foi substituído por seu filhos Ernst e Fritz Rotermund.

⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 2.ed. - Rio de Janeiro: Graal, 1977. 583 p.

⁵ Idem.

brasileira, que, com o aval de governos provinciais e estaduais do Rio Grande de São Pedro, buscava uma mão de obra que suprisse a demanda que surgia mediante a gradativa diminuição do tráfico negreiro, podem, sinteticamente, justificar tal processo.

Vieram para cá imigrantes de todos os estados alemães e outros que, em tempos passados, haviam vivido na Rússia, na Romênia ou no Báltico (teuto-russos, judeus, camponeses, burgueses, operários, nobreza decadente, proletários e universitários: homens e mulheres, crianças e idosos que não nos permitem afirmar que a imigração se deu de forma homogênea). Havia, entre os que vieram, diferenças religiosas: imigraram judeus, católicos, protestantes, entre eles, luteranos, calvinistas, batistas e menonistas. Na política, igualmente, se pode identificar diferentes correntes: vieram conservadores e liberais, monarquistas, socialistas e comunistas, anarquistas, nazistas e integralistas. Da mesma forma, a língua alemã apresenta diversos dialetos, que denunciam a região de onde cada grupo de imigrantes se origina. Uma pluralidade inquestionável de elementos que nos abrem um imenso leque de leituras e análises sobre a imigração alemã no Rio Grande do Sul.

Aqui estabelecidos, logo trataram de produzir seu próprio veículo de comunicação. Pode-se afirmar que o princípio da imprensa em língua alemã no Brasil se deu a partir do ano de 1836, portanto, 12 anos após a vinda do primeiro grupo, com o lançamento do periódico *Der Colonist. Wochenblatt fuer Handel, Gewerbe und Landbau*⁶, editado por Hermann von Salisch, farrapo, adversário político do Dr. João Daniel Hillebrand, diretor da Colônia Alemã de São Leopoldo. Findados os tempos da Revolução Farroupilha, mais precisamente no ano de 1852, vem a lume um novo jornal, *Der Colonist*, publicado sob o comando de José Cândido Gomes. Em 1853, o periódico é substituído pelo *Der deutsche Einwanderer*⁷, originalmente editado no Rio de Janeiro com o apoio do Governo Imperial e transferido para Porto Alegre em 1854. No entanto, talvez o mais importante jornal em língua alemã, editado em Porto Alegre, tenha sido o *Deutsche Zeitung*⁸ (1861-1917), administrado pelos comerciantes porto-alegrenses Lothar de la Rue, Frederico Hänsel, Julius Wollmann, Richard Huch, Jakob Rech, Emil Wiedemann e Wilhelm ter Brüggen, tendo como redator Carlos von Koseritz que lhe deu notável desenvolvimento. Koseritz fundaria, ainda, em 1881, seu próprio jornal, *Koseritz' Deutsche Zeitung*⁹, por ele mesmo dirigido até 1890.

Em São Leopoldo, foi publicado desde 1867 o *Der Bote. Amtliches Blatt für St. Leopoldo und die Colonien*¹⁰, fundado e editado por Julius Curtius Filho. *Der Bote* caracterizou-se pela oposição que fazia ao *Deutsche Zeitung* de Porto Alegre. Tinha, porém, em comum com o jornal dirigido por Carlos von Koseritz o fato de ser anticlerical e combater, igualmente, a *Deutsches Volksblatt*¹¹, fundada por sacerdotes jesuítas, em 1871. Desde 1875, Curtius teve que procurar auxílio para suas discussões com jesuítas e com von Koseritz na pessoa de Wilhelm Rotermund. Rotermund redigiu esse jornal até dezembro de 1875, passando a dar-lhe uma orientação evangélico-luterana. Em 1876, Curtius reassumiu a redação, função que exerceu até 1879, ano em que o jornal encerrou suas atividades. Encerradas as atividades do *Der Bote*, no mesmo ano, Hans von Franckenberg começou a editar o *Die Neue Zeit*¹². O jornal era composto em tipografia bem aparelhada. Mesmo assim, não pôde se manter por muito tempo, encerrando suas atividades no ano seguinte. A tipografia foi adquirida por Wilhelm Rotermund que, em 1877 passara a dirigir a *Evangelische Buchhandlung*¹³, empresa fundada por pastores e professores luteranos. Foi nessa tipografia que Wilhelm Rotermund editou, desde 18 de dezembro de 1880, o jornal *Deutsche Post*¹⁴. Desde o final da década de 1880, a *Evangelische Buchhandlung* passaria a se denominar

⁶ O Colono. Semanário para Comércio, Indústria e Agricultura.

⁷ O Imigrante Alemão.

⁸ Jornal Alemão.

⁹ Jornal Alemão de Koseritz.

¹⁰ O Mensageiro. Folha Oficial para S. Leopoldo e as Colônias.

¹¹ Folha Popular Alemã.

¹² O Novo Tempo.

¹³ Livraria Evangélica

¹⁴ Correio Alemão.

Livraria de W. Rotermund, mais tarde denominada *Editores Rotermund & Co*, tendo filiais em Porto Alegre, Cruz Alta e Ijuí.

Wilhelm Rotermund e o Jornal *Deutsche Post*

O estudo do *Deutsche Post* está profundamente relacionado à pessoa de Wilhelm Rotermund e a sua família. Rotermund chegou ao Rio Grande do Sul quatro semanas após o massacre do movimento Mucker¹⁵, em 1874, acompanhado de sua esposa Maria. Nascido no Reino de Hannover, estudou Teologia em Erlangen e Göttingen. Doutorou-se pela Universidade de Jena. Anos mais tarde, a Universidade de Göttingen conferiu-lhe o título de Doutor Honoris Causa. Em São Leopoldo, tornou-se pastor do grupo minoritário luterano, jornalista, escritor, autor de livros escolares e proprietário de casa editora. Rotermund deve ser considerado um dos pioneiros do material didático bilíngüe (português e alemão), bem como da literatura de expressão alemã no Brasil. Em decorrência do clima reinante na colônia alemã, particularmente entre os protestantes, após o massacre Mucker, Rotermund desistiu de retornar à Alemanha, após cinco anos, como pretendia, para ali seguir a carreira acadêmica. Permaneceria em São Leopoldo até o final de sua vida. Três anos após sua chegada, seria publicado seu primeiro livro didático, a *Fibel* (Cartilha). Pouco após, seria publicada a *Orthoepia da Língua Portuguesa*. A *Fibel* alcançaria, em sucessivas reedições, uma tiragem superior a 100 mil exemplares, o que atesta sua larga difusão, já que cartilhas passam de mão em mão. A estes dois primeiros livros escolares seguir-se-iam outros trinta, como uma Gramática da Língua Portuguesa, livros de História do Brasil, Geografia, Matemática e livro para a Escola Complementar. Dez desses livros são de autoria de Wilhelm Rotermund. Destaque merece a *Vollständige Grammatik der Portugiesischen Sprache*¹⁶, por muito tempo mencionada por gramáticos brasileiros e utilizada também na Europa Central.

O *Deutsche Post* foi publicado até 1928 como jornal semanal e diário. Outra publicação, o *Kalender für die Deutschen in Brasilien*¹⁷, também conhecido como Rotermundkalender, alcançou, até o ano de 1941, tiragem anual de 30.000 exemplares, o que faz dele talvez o livro com a mais alta tiragem em língua alemã no Brasil. Na coleção *Südamerikanische Literatur*¹⁸, Rotermund reuniria contos de sua própria autoria, dando também espaço para autores teuto-brasileiros publicarem prosa e verso. Foram mais de trinta os volumes publicados nessa coleção. Durante a campanha da Nacionalização, o Regime de Vargas confiscou toda a produção e o estoque de livros em língua alemã existente na Firma Rotermund. Milhares de livros religiosos, gramáticas, livros de matemática, botânica e canto foram transportados em caminhões para fábrica de papel.

A obra de Wilhelm Rotermund não se restringe, contudo, à Firma Rotermund & Co. Igualmente importante é observarmos a obra que motivou sua vinda ao Brasil. Antes de se tornar pastor luterano em São Leopoldo, Rotermund fora secretário de Friedrich Fabri, presidente do Comitê para os Alemães Protestantes no Sul do Brasil, que tratava de conseguir obreiros e meios para manter o trabalho pastoral entre os imigrantes alemães luteranos no Rio Grande do Sul. Lendo a correspondência enviada pelos pastores do Rio Grande do Sul, tornou-se profundo conhecedor da situação dos imigrantes alemães neste estado do Sul do Brasil. Após o retorno de Hermann Borchard, que de 1864 a 1870 fora pastor de São Leopoldo, à Alemanha, Rotermund foi convidado a sucedê-lo. Sua chegada a São Leopoldo deu-se em condições adversas. Quatro semanas antes, o movimento Mucker fora violentamente massacrado. Carlos von Koseritz divulgava que toda a religião terminava em muckerismo. De outra parte, era afirmado que o protestantismo levaria a muckerismo. Tal situação levaria Rotermund a trabalhar, primeiro, pela melhoria da auto-estima de seus paroquianos, tornando-se escritor e editor. Depois, confrontou-se com a situação legal dos acatólicos no Brasil, aos quais a Constituição Imperial conferia o status de “tolerados”, mas não a possibilidade de cidadania plena.

¹⁵ Sobre este movimento, cf. AMADO, Janaína. *A Revolta dos Mucker*. 2ª ed. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2002.

¹⁶ Gramática Completa da Língua Portuguesa.

¹⁷ Almanaque para os Teutos no Brasil.

¹⁸ Literatura Sul-americana.

Desde a criação de base legal para os matrimônios acatólicos (1861), o Estado também possibilitara que qualquer pessoa, desde que apresentasse ata de nomeação para funções pastorais, assinada por dez pessoas e tendo o competente registro junto ao Governo Provincial, pudesse atuar como pastor, mesmo sem ter formação teológica e ordenação. Criara-se, em decorrência, muita confusão no campo religioso. Foi por isso que Rotermund, após haver tentado junto ao Governo Imperial a constituição de Consistório Evangélico, repartição do Ministério da Justiça que seria responsável pelos acatólicos no Brasil, resolveu fundar o Sínodo Rio-grandense (1886), a Igreja Evangélica Luterana no Rio Grande do Sul, da qual seria presidente por muitos anos. Foi no Sínodo Rio-grandense que Rotermund encontrou sua maior tribuna, não só para organizar os imigrantes luteranos, mas também para defender seus direitos.

Tendo assumido o *Deutsche Post*, Rotermund fez desse jornal porta-voz dos interesses luteranos, mas também dos interesses teutos, lutando por direitos políticos, culturais e étnicos. Não raro, os conceitos “teuto” e “evangélico” tornavam-se para ele sinônimos. O aspecto cultural e político foi por ele tão acentuado que, em 1904, o Conselho Diretor da Igreja Evangélica da Prússia exigiu que, para continuar suas atividades como pastor de São Leopoldo, deixasse a direção do jornal. Rotermund manteria, contudo, a direção do jornal até 1912, quando passou-a a um de seus filhos. No primeiro número do *Bote*, por ele editado, Rotermund escreveu: “Tudo o que apresentarmos aos leitores será escrito no espírito da cultura teuto-evangélica”. Em poucas semanas, as colocações de Rotermund levariam a discussões com a *Deutsches Volksblatt* dos jesuítas e com o *Deutsche Zeitung* de Carlos von Koseritz, sempre se posicionando frente aos acontecimentos do dia a dia. O estilo da época previa, ainda, ofensas pessoais e também estas não faltam nas três páginas do jornal. Quando da publicação, em 18 de dezembro de 1880, o primeiro número do *Deutsche Post*, o nome do jornal deveria ter sido *Deutschbrasilianische Post*¹⁹. A falta de tipos, porém, impediu a composição do “brasilianisch”. Inicialmente houve duas edições semanais, e as primeiras edições não passaram de 300 exemplares. O jornal ofereceu, inicialmente, conteúdos voltados para a cultura teuta, para a religião. A tônica foi sempre: preservação de valores religiosos e étnicos. No início, o jornal consegue manter-se distante da política partidária; quer ser apolítico. Logo, porém, Rotermund percebe que ninguém consegue viver alheio à política no Rio Grande do Sul. Rotermund passa a apoiar, não determinado partido, mas políticos que possam apoiar sua causa. Ao manter equidistância, na revolução de 1893, viu-se envolvido em críticas de todos os lados, o que lhe valeu a acusação de estar querendo fundar partido religioso protestante e querer eleger-se deputado, com o auxílio dos jesuítas. Mesmo tendendo pessoalmente mais para o liberalismo de Gaspar Silveira Martins, a linha editorial do *Deutsche Post* procurou manter a equidistância. A tiragem do jornal cresceu: 1899: 1000, 1906: 1600, 1910: 2845 exemplares. Desde 1899, o jornal foi editado três vezes por semana. A partir de 12 de agosto de 1914, passou a ter circulação diária.

O jornal contou com diversos cadernos adicionais. Desde 1888, um desses cadernos era denominado de *Sonntagsblatt der Riograndenser Synode*²⁰. Igualmente o jornal dos professores luteranos, o *Lehrerzeitung*, foi publicado, inicialmente, como caderno do *Deutsche Post*. Desde 1899, publicou-se *Unterm südlichen Kreuz*²¹ e, desde 1901, *Gemeinnütziger Ratgeber für Stadt und Land*²². Após

¹⁹ Correio Teuto Brasileiro.

²⁰ Folha Dominical do Sínodo Riograndense.

²¹ “Sob o Cruzeiro do Sul” (1898 a 1914) - Nesse suplemento, encontramos produções literárias dos imigrantes alemães estabelecidos em diversas colônias do Rio Grande do Sul e do Brasil. São contos, poemas e novelas. Uma produção que denominamos “Literatura de expressão alemã no Brasil”. Sob o Cruzeiro do Sul.

²² “Conselheiro de Utilidade Pública para a Cidade e para o Campo” (1902 a 1914) - Esse suplemento é destinado ao homem do campo. Traz informações, por exemplo, sobre qual a melhor época de plantio de determinado produto, bem como instruções para o cultivo da terra.

a Primeira Guerra Mundial, publicou-se *Für Herz und Haus*²³ e *Aus Kirche und Schule*²⁴.

Todas estas publicações fazem do *Deutsche Post* um dos mais importantes documentos da cultura teuto-riograndense e da história da imigração alemã. Os longos necrológios nele publicados são de vital importância para estudos genealógicos. Os anúncios são fonte para o estudo da economia teuto-riograndense. As notícias da atividade social nas colônias falam da sociabilidade. Suas seções de humor refletem o espírito de época.

Em diversas oportunidades, a gráfica de Rotermund sofreu atentados que merecem ser estudados. Um atentado, na noite de 29 de setembro de 1928, destruiu a gráfica. A 13 de outubro de 1928, seria publicado um último número do *Deutsche Post*. O jornal que durante 48 anos fora o centro da vida cultural dos teutos protestantes deixava de existir. O jornal não teve sucessor à altura. A Editora, porém, continuaria a existir, publicando o *Kalender*, livros didáticos e materiais para escritório em língua alemã até o ano de 1942. Os trabalhos editoriais teriam continuidade após a Segunda Guerra Mundial, sem, no entanto, alcançar o nível que o empreendimento tivera em épocas passadas. Seu fundador faleceu em 1925²⁵.

O jornal *Deutsche Post* é, pois, um jornal que já não circula mais, um periódico que, aproveitando-nos das palavras de Cláudio Pereira Elmir²⁶, materialmente, está deslocado no tempo e no espaço.

Jornais não são simples informantes da história, e sim, como afirma Roger Chartier²⁷, representações do mundo social. Certamente, a fonte com que trabalhamos sempre circulou, transparecendo nela os objetivos, as ideologias e as opiniões do grupo ou da pessoa responsável por sua edição.

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem as utiliza (CHARTIER, 1990, p. 17).

Chartier ensina-nos a importância de irmos em busca das ideologias ou, pelo menos, dos objetivos propostos pelo jornal, para assim, orientarmos-nos no processo de leitura. Constatamos que o *Deutsche Post*, em seu editorial de lançamento, veiculado no dia 18 de dezembro de 1880, traz aos leitores, no artigo intitulado *Ein Wort auf den Weg* (Uma palavra para a caminhada), o que seriam os objetivos que norteariam a publicação do jornal. Pudemos constatar as seguintes colocações: defender os interesses da população de origem alemã, principalmente evangélica, estabelecida no Rio Grande do Sul; trazer toda a sorte de informações úteis aos leitores; trazer a todas as classes da população interessantes opções de leitura, com o objetivo de despertar o prazer da leitura e “vivificar o interesse na formação do espírito e do coração”; manter o modo de ser e os costumes alemães, através da língua e dos conteúdos veiculados pelo periódico; manter a ligação com a Alemanha, tanto comercial quanto culturalmente; modificar a opinião pública na Alemanha sobre a emigração alemã para o Brasil.

A leitura dos objetivos acima mencionados remete a mais uma colocação de Chartier:

²³ “Para o Coração e para a Casa” (1921 a 1928) - Esse suplemento parece ser a retomada dos conteúdos veiculados anos antes pelo suplemento “Para a dona de casa”. É voltado, novamente, ao público feminino, com novas informações sobre moda, sugestões de corte e costura, artigos que ressaltam o importante papel da mulher na família e na sociedade. Há, inclusive, um pequeno espaço destinado às crianças (*Kinderlesecke*).

²⁴ “[Vozes] da Igreja e da Escola” (1922 a 1928) - “Vozes da Igreja e da Escola”. Suplemento no qual se encontram informações e notícias sobre diversas comunidades evangélicas do Rio Grande do Sul. Muitas vezes, com um discurso moralista, o suplemento apresenta comunidades e/ou escolas, cujo bom funcionamento deve ser tido como exemplo a ser seguido.

²⁵ Sobre Wilhelm Rotermund, cf. FAUSEL, Erich. *D.Dr. Wilhelm Rotermund. Ein Kampf um Recht und Richtung des evangelischen Deutschtums in Südbasilien*. São Leopoldo: Verlag der Riograndenser Synode, 1936; DREHER, Martin N. *Igreja e Germanidade. Estudo Crítico da História da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*. 2ª ed. revista e ampliada. São Leopoldo: Editora Sinodal, 2003; GERTZ, René. *O Aviador e o Carroceiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

²⁶ ELMIR, Cláudio Pereira. Armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. *Cadernos PPG em História de UFRGS*, Porto Alegre, dezembro de 1995. Nr. 13, p.21.

²⁷ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa e Rio de Janeiro: Difel, 1990.

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem (...) a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (CHARTIER, 1990, p. 17).

O fato de o jornal ser dirigido à população evangélica de origem alemã e de o editor do jornal, Wilhelm Rotermund, ter sido designado pelo Comitê para os Alemães Protestantes na América, localizado em Barmen/Alemanha, a vir ao Rio Grande do Sul, justamente com a proposta concreta de institucionalizar a Igreja Evangélica, faz com que não acreditemos na neutralidade do jornal.

Fazer uma análise do jornal, das notícias que são veiculadas, bem como da inserção do jornal no cenário brasileiro da época é um trabalho, aparentemente, mais fácil. No entanto, também isso é tarefa complicada, pois como personagem que vive em determinado contexto e tempo histórico, o Editor empírico e os leitores empíricos fizeram suas leituras em época que não é a nossa e sob condições igualmente diferenciadas, valendo-se de palavras e de conceitos que divergem dos nossos ou, pelo menos, mesmo quando se valem de palavras idênticas, não necessariamente estão dizendo o mesmo.

É importante lembrar que, além do Jornal, a Editora *Rotermund & Co.* também foi responsável pela maior publicação, em termos numéricos, de livros didáticos em língua alemã, para os imigrantes aqui estabelecidos. Imigrantes alemães e seus descendentes e, entre eles especialmente os protestantes, são o público alvo das publicações e da possível ideologia que em relação a eles busca veicular.

Idéias e ideologias veiculadas através de jornal somente atingem o leitor, quando este está em condições de adquiri-lo ou de, pelo menos, compartilhá-lo com seus vizinhos, se pensarmos no mundo rural das colônias teutas do Brasil. Por isso, a questão dos custos de aquisição e o aspecto relativo ao poder aquisitivo do descendente de alemães no Brasil não é sem significado. Não se sabe ao certo o número de assinantes do periódico. Hans Gehse²⁸ afirma que, entre os anos de 1914 e 1917, período anterior à Primeira Guerra Mundial, o *Deutsche Post* tinha cerca de 5.000 assinantes. Voltando à questão de preços, foram descobertos os seguintes números:

Como podemos observar no quadro abaixo, entre os anos de 1880 e 1914, o jornal praticamente não teve seu preço alterado. Nos anos posteriores à guerra, no entanto, como consequência de inflação e da maior procura por determinados produtos no mercado internacional, houve significativas alterações nos valores.

Ano	Ass. Mensal	Ass. Semestral	Ass. Anual	Anúncio (linha)
1880	Xxx	5.000 réis	9.000 réis	80 réis
1892	Xxx	5.000 réis	xxx	80 réis
1914	Xxx	6\$000	12\$000	100 rs.
1921	2\$000	12\$000	22\$000	600 rs.
1921	1\$300	7\$500	15\$000	600 rs.
1927	2\$500	15\$000	30\$000	700 rs.
1927	1\$600	9\$000	18\$000	700 rs.
1928	2\$500	15\$000	30\$000	700 rs.
1928	1\$600	9\$000	18\$000	700 rs.

■ Edição Semanal (Wochen-Ausgabe)

■ Diário (Tages-Ausgabe)

Transpor os valores para a moeda atual é atividade complicada. Uma das alternativas é comparar os preços do jornal com os de produtos comercializados no mesmo período. Jean Ro-

²⁸ GEHSE, Hans. *Die deutsche Presse in Brasilien von 1852 bis zur Gegenwart*. Münster: Aschendorffsche Verlagsbuchhandlung, 1931.

che, ao estudar a imigração alemã no Rio Grande do Sul²⁹, apresenta uma relação de preços dos produtos do comércio nas Picadas de São Leopoldo no ano de 1892: o quilograma de manteiga era vendido a 1.240 Réis. A mesma quantidade de farinha de trigo era vendida a 400 Réis. Estabelecendo uma relação entre esses produtos, comumente comercializados, com o valor da assinatura do jornal *Deutsche Post*, podemos concluir que com aproximadamente 4 Kg de manteiga era possível assinar o jornal por seis meses e com o valor equivalente a 1 Kg de farinha de trigo, poder-se-ia publicar um anúncio de 5 linhas. Outro exemplo apresentado por Roche esclarece ainda mais a questão. Ao estudar a contabilidade da família Weber (família considerada de médio poder aquisitivo), de São Leopoldo, verifica, no mesmo ano de 1892: com a venda dos produtos produzidos na sua propriedade, a família Weber contabiliza, no ano, uma entrada de 818 mil Réis. Considerando os gastos com compras diversas (incluindo a de uma carroça no valor de 115 mil Réis), a família soma 518 mil Réis. Ao final do ano, contam, portanto, com um saldo positivo de 300 mil Réis. Assinar o jornal, então, parece não representar um gasto muito significativo às finanças da família. Os dados acima apresentados explicam o grande número de assinantes do jornal. Considerando-se, ainda, a sociedade estabelecida nas picadas, nas quais vigorava a estrutura sociológica da “vizinhança”, o número de leitores do jornal multiplica-se muitas vezes.

Tais comparações nos permitem afirmar que as famílias podiam, sem maiores dificuldades, assinar o jornal, lê-lo, ficar expostas a suas influências e, mais, compartilhá-lo, ainda, com vizinhos e parentes. Dessa maneira, os três mil assinantes do ano de 1905 se multiplicam diversas vezes. Fica, pois, evidente que o jornal em estudo tem impressionante penetração e é importante veículo de formação da opinião pública, podendo ter influído, de maneira significativa, na temática que nos ocupa.

O Humor no jornal *Deutsche Post*

O riso é um caso muito sério para ser deixado para os cômicos. É por isso que, desde Aristóteles, hordas de filósofos, de historiadores, de psicólogos, de sociólogos e de médicos, que não são nada bobos, encarregaram-se do assunto (Georges Minois).

Aristóteles talvez tenha sido o primeiro a analisar o riso. A observação mais frequentemente citada sobre o riso vem de um texto conhecido pelos antigos latinos como *De partibus animalium*³⁰, no qual observa que os seres humanos são as únicas criaturas que riem. Dentre as observações acerca do assunto feitas por Aristóteles, uma das mais relevantes pode ser encontrada, segundo Skinner³¹, na passagem do livro dois da *Retórica*³², em que discute o comportamento dos jovens. Segundo ele, são “amigos da alegria e, portanto, adoram zombar dos outros”. A sugestão básica de Aristóteles é, portanto, que a alegria induzida pela zombaria é sempre uma expressão de desprezo, uma sugestão de que entre as origens do prazer estão as ações, os ditos e as pessoas ridículas.

Na *Poética*³³, Aristóteles faz uma breve discussão sobre o tipo de *mimesis* que se manifesta na comédia: a comédia trata do que é risível, é um aspecto do vergonhoso, do feio ou do baixo. Chegamos a rir de outras pessoas, porque elas exibem alguma falta constrangedora que, enquanto não dolorosa, as torna ridículas. Dessa forma, são especialmente “risíveis” os inferiores em algum sentido, sobretudo os moralmente inferiores. Skinner traz, ainda, o parecer de Platão, que examina a natureza do ridículo: declara que o riso está quase sempre ligado à reprovação do vício.

O gênero humorístico como produto cultural esteve sempre presente na literatura e na

²⁹ ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: 1959, p. 418-419.

³⁰ Aristóteles. *Hauptwerke*. Stuttgart: Alfred Kröner, 1953. XLIX, p. 20.

³¹ SKINNER, Quentin. *Hobbes e a teoria clássica do riso*. São Leopoldo: UNISINOS, 2002. p. 16.

³² _____. *Arte retórica*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1990. p. 281.

³³ _____. *Poética*. São Paulo: Ars Poética, 1992. p. 24.

imprensa teuto-brasileira desde os seus primórdios. Haike Kleber da Silva³⁴, em seu estudo, destaca que, por muitas vezes, surgiram publicações especificamente humorísticas, demonstrando assim haver público e interesse para tal gênero. Cita, inclusive, alguns títulos:

Der Hinkende Teufel (O diabo coxo): com o sub-título “jornal satírico-humorístico”, editado duas vezes por mês, foi publicado em Porto Alegre a partir de 1855;

Moskito (Mosquito): periódico humorístico publicado durante o carnaval pelo jornal *Deutsche Wacht*³⁵ em Pelotas, 1914;

Humoristika (Humorística): publicado por G. Spangenberg a partir de 1925, em Joinville, tinha como sub-título “jornal humorístico imparcial para todos os amigos do humor”;

Der Brumbär (O Resmungão): periódico mensal de 12 páginas, ilustrado, editado em Arroio do Meio por Alfons Brod entre 1930 e 1938. Tinha como sub-título “revista mensal para o divertimento, passatempo, humor e interesse pátrio”;

Brumbär-Kalender (Almanaque O Resmungão): almanaque anual de 80 páginas escrito em dialeto alemão. Editado também por Alfons Brod, em Porto Alegre, e impresso pela Tipografia do Centro a partir de 1931;

Zeitschrift für Witz und Humor (Revista de chiste e humor): publicada em Curitiba a partir de 1931;

Die Quasselbude (“O quartinho da conversa fiada”): jornal humorístico publicado em Blumenau a partir de 1932.

O discurso humorístico acompanha o jornal *Deutsche Post* desde muito cedo. Em 1884 surge a coluna *Witziges*³⁶ que, muito embora pudesse ter servido, apenas, como forma de ocupação dos espaços vagos nas folhas do jornal, apresentava situações cômicas do cotidiano, com personagens diversas, dignas de estudo mais aprofundado. As micro-narrativas, como as classificamos, apresentavam, normalmente, duas personagens, cuja apresentação e localização espaço-temporal cabia ao narrador. Essas personagens apareciam inseridas em ambientes que variavam desde cenas entre professor e alunos em sala de aula a soldados russos conversando sobre a guerra. Da guerra, aliás, pôde-se rir bastante. Em 01 de janeiro de 1916, em tempos da Primeira Guerra Mundial, surgiu a coluna *Lustiger Winkel*³⁷, com a qual trabalharemos, especificamente, a seguir. Nela estavam contidas anedotas e chistes, cujo conteúdo era sempre relacionado a essa temática. Sabe-se que, entre os anos de 1914 e 1919 o tema “Guerra Mundial” é predominante. *A priori*, questiona-se: como rir de tal situação? O humor aqui pode ser compreendido como forma de amenizar os rumores da guerra.

Inimigos, preparem-se

Sigmund Freud, nascido em 6 de maio de 1856, foi um neurologista austríaco responsável pelo desenvolvimento da psicanálise, um movimento que popularizou a teoria de que o inconsciente motiva a maior parte do comportamento humano. Ele se interessou, em princípio, pela hipnose e como ela poderia ser usada para ajudar os doentes mentais. Mais tarde abandonou a hipnose em favor da livre associação e análise de sonhos no desenvolvimento do que é conhecido agora como “a cura pela conversa”. Freud, em uma de suas obras³⁸, traz a noção de chistes. Para ele,

“(...) um chiste é algo cômico de um ponto de vista inteiramente subjetivo (...) algo que nós produzimos e que se liga a nossa atitude como tal, e diante de que mantemos sempre uma relação de

³⁴ SILVA, Haike Roselane Kleber da Silva; ARENDT, Isabel Cristina. *Representações do discurso teuto-católico e a construção de identidades*. Porto Alegre: EST, 2000. p. 35 – 65.

³⁵ Guarda alemã.

³⁶ Engraçado. “Coisas engraçadas”.

³⁷ O lado cômico [da guerra].

³⁸ FREUD, Sigmund. *Obras completas*. VIII Os chistes e sua relação com o inconsciente. Rio de Janeiro: Imago, 1977. p. 163-170.

sujeito, nunca de objeto, nem mesmo objeto voluntário (...) é qualquer evocação consciente e bem sucedida do que seja cômico, seja a comicidade devida à observação ou à situação” (FREUD, p. 109).

A palavra “chiste” tem a sua origem no termo alemão “Witz”, que é popularmente conhecido como piada, gracejo, trocadilho ou um jogo de palavras. Segundo Freud, onde se espera a angústia de castração, defronta-se com o tempero do riso e da irreverência; onde se espreita a paralisia impotente, irrompe a potência da alegria. Porém, isso só pode ocorrer porque há uma estética específica atuante no procedimento humorístico (no caso, nas piadas), um “bem dizer” que é essencial para o efeito produzido.

Aos chistes são dadas duas características diferentes: em um caso, o chiste é um fim em si mesmo, não servindo a um objetivo particular (a pura diversão, por assim dizer); em outro caso, o chiste serve a um fim – torna-se tendencioso. Apenas os chistes que têm um propósito, os tendenciosos, correm o risco de encontrar pessoas que não querem ouvi-los. Os chistes não-tendenciosos são por ele classificados como “inocentes”.

Outro referencial, para melhor compreensão de tal temática, podemos encontrar no pensador e filólogo Vladímir PROPP³⁹, o qual procurou retratar o cômico a partir de uma análise da literatura e do folclore, preocupando-se, assim, com aspectos lingüísticos da comicidade e do próprio riso com suas formas de exteriorização de significados. Sua obra principal, nesse sentido, aponta para o livro “Comicidade e Riso”. PROPP evidencia a existência do riso em diversas situações à que o homem poderia estar exposto. Exemplo disto são as variações em que o gracejo pode se manifestar. Isto pode estar configurado para o ser humano através de uma relação entre exagero e obviedade; semelhança e diferença; na imitação pela paródia; no homem com aparência de animal ou de objeto e, ordinariamente, na zombaria-sátira entre sujeitos.

Sob um prisma sociológico, notaremos que o humor é utilizado com uma variedade de funções. O humor pode, por exemplo, caracterizar-se através de piadas na sociedade, quer seja a respeito de raças, questões sexuais ou de relacionamentos pessoais. Primeiramente, podemos observar a utilização do humor com o intuito de revelar e auto-afirmar um sentimento de superioridade em relação ao problema abordado por um grupo social. No caso de ser entre raças, uma piada pode evocar e traduzir a preocupação do grupo ou do indivíduo emissor a favor do estabelecimento de um “status” que solidifique e legitime algum tipo de discriminação ou preconceito racial.

Voltando o foco às anedotas referentes aos inimigos dos alemães na Primeira Guerra Mundial, pode-se classificá-los, conforme abordagem de Freud, como tendenciosos, já que sugerem a “superação de obstáculos externos”. Esses obstáculos externos, no caso, a forte, difícil e quase invencível batalha contra as nações anteriormente destacadas, podem causar inibições internas. Uma dessas inibições internas é, ainda segundo Freud, a “repressão”. Se os chistes, então, tem como principal objetivo a superação de obstáculos externos e, assim, a superação das inibições e repressões internas, podemos afirmar que os chistes tendenciosos exibem a característica de “liberar prazer pelo descarte das inibições” (FREUD, p. 157). A questão é rir do inimigo para, assim, tentar amenizar os rumores da Guerra.

Durante a Primeira Guerra Mundial, então, Itália, Rússia, Inglaterra, Estados Unidos e França, compunham o grupo dos principais inimigos germânicos. Quem seriam, então, os alvos de chacotas por parte dos alemães na mídia impressa? Justamente seus principais oponentes. Aqui, a constatação do discurso humorístico como uma arma de demonstração de rivalidade e raiva contra um inimigo.

Encontraremos a zombaria dissimulada através de um retrato de aspectos que denigram a imagem do oponente. A ridicularização do mesmo é um dos principais alvos a serem conquistados. Uma boa anedota se constitui não em apenas revelar enfoques negativos do inimigo, mas primeiramente são apresentados aspectos que podem merecer respeito por parte do espectador

³⁹ PROPP, Vladímir. *Comicidade e Riso*. São Paulo: Ática, 1992. 215 p.

dessa trama comunicacional e em seguida, como argumento principal, prevalece a revelação da incoerência e inconsistência interior dos argumentos do oponente através da mostra de suas qualidades negativas:

Os russos

Segundo Michlany⁴⁰, os russos assumiram, no início da Guerra, a ofensiva na frente oriental, mas foram detidos pelos exércitos austro-alemães. Em 1915, estes conseguiram expulsar os russos da Polônia e da Lituânia e tinham tomado todas as fortalezas limítrofes da Rússia que ficou sem condições de empreender ações importantes por falta de homens e de suprimentos. Existe uma vitória por parte da Alemanha sobre os russos. Isso parece, de certa forma, explicar anedotas do tipo:

Die jungen haben Krieg gespielt und mit möglichster Naturtreue einige Schlachten geliefert. Dabei ist es natürlich ohne jede Rücksicht durch dick und dünn gegangen. Als sie nach Friedensschluß heimkehren, fühlt sich der Vater veranlaßt, wegen des Aussehens von Schuhwerk und Kleidungsstücken die Feindseligkeiten von neuem zu eröffnen. Er haut sie, vom Ältesten anfangen, einen nach dem andern durch. Als die Reihe an Walter kommt, spricht dieser bereits heftig schluchzend: “Bitte, lieber Vater, mich nicht. Ich bin schon der Russe gewesen!” (Deutsche Post – 4651, 15 de janeiro de 1916, p. 4)

Os meninos brincaram de guerra e, tentando tornar a brincadeira o mais real possível, travaram algumas batalhas. Naturalmente isso não poderia terminar bem. Enquanto voltavam para casa depois de um final pacífico, o pai, vendo o estado dos calçados e das roupas dos meninos, toma a iniciativa de despertar o sentimento de culpa no mais novo. Ele surrou um após o outro, começando pelo mais velho. Chegada a vez de Walter, o mais novo, este suplica choramingando: “Em mim não, papai. Eu já fui o russo hoje!” (Deutsche Post – 4651, 15 de janeiro de 1916, p. 4)

Em primeiro lugar, pode-se afirmar que a anedota está deslocada no espaço e no tempo. Eu, leitor empírico do ano de 2004, não sou o mesmo daquele leitor empírico de 1916. Ao ter contato com esse material, posso fazer uma leitura completamente diferente da feita pelo leitor do início do século, pois, como se sabe, o simples fato de viver em um período completamente diferente faz com que façamos leituras diferenciadas, sem contar com as minhas vivências, com o meu conhecimento de mundo, com minha idiossincrasia. Para mim, leitor de 2004, a leitura sugerida pela anedota é a de que os russos apanharam durante a Primeira Guerra. Buscando fundamentação no arcabouço teórico, encontro informações sobre vitórias germânicas sobre os russos que vêm sustentar, de forma bastante questionável, embora plausível, a minha leitura primeira.

Os ingleses

Luiz César Barreto Rodrigues⁴¹ fala sobre o conflito anglo-germânico que já se sustentava por décadas: a Alemanha, unificada tardiamente e tendo se desenvolvido “rompendo etapas” no final do século XIX, já desalojara a Inglaterra da sua posição de “oficina do mundo”, mas não possuía colônias, áreas de investimentos e outros mercados correspondentes à sua pujança econômica, daí a política agressiva expressa também na corrida naval, o que foi considerado uma ameaça à secular hegemonia marítima inglesa.

Esse conflito também se reflete nas anedotas do Deutsche Post:

Armes Tier. “Sie prügeln Ihren Hund ja in letzter Zeit so oft! Aber Warum?” – “Weil es ein englischer Boxer ist”. (Deutsche Post – 4644, 07 de janeiro de 1916, p. 4)

Pobre animal. “Ultimamente o Senhor vem espancando o seu cachorro com muita frequência! Mas por quê?” – “É que ele é um Boxer inglês”. (Deutsche Post – 4644, 07 de janeiro de 1916, p. 4)

⁴⁰ Idem.

⁴¹ RODRIGUES, Luiz Cesar Barreto. *A primeira guerra mundial*. - 2. ed. - Campinas : Ed. UNICAMP, 1985. p. 17 – 22.

O ódio para com os ingleses é tamanho, que se repudia tudo que é de origem britânica. No caso, o cachorro sofre nas mãos do sujeito alemão pelo simples fato de carregar consigo a “marca” inglesa. Essa xenofobia parece justificar as agressões ao animal: em sendo inglês, pode-se espancar.

Os norte-americanos

As piadas, muitas vezes, além de expor ao ridículo as personagens que se busca “agredir”, revelam pejorativamente o seu caráter. No caso dos norte-americanos, isso é bem visível:

Der amerikanische Präsident zum Kriegsminister: “Soll man nun den verdammten Germans den Krieg erklären?” – “Oh, no, Mister Wilson! Mehr verdienen wir, wenn wir unsere Munition von anderen verschießen lassen!” (Deutsche Post – 4651, 15 de janeiro de 1916, p. 4)

O Presidente Americano para o Ministro da Guerra: “Devemos declarar guerra aos alemães?” – “Oh, não, Senhor Wilson! Nós ganharemos mais se deixarmos nossa munição ser disparada por outros!” (Deutsche Post – 4651, 15 de janeiro de 1916, p. 4)

Essa piada sugere a seguinte interpretação: por que os Estados Unidos deveriam se arriscar se outros o poderiam fazer em seu lugar? É muito mais cômodo deixar que os outros se destruam reciprocamente.

Sabe-se que, findada a Primeira Guerra Mundial, pôde-se constatar a destruição européia e a ascensão dos Estados Unidos. Ao final da Guerra, a Europa estava em ruínas no campo econômico e social, além, é claro, da morte de 13 milhões de pessoas. Segundo Rodrigues⁴², às milhões de vidas sacrificadas deve ser acrescentado um assombroso custo econômico que se refletia no “desgaste do material de transporte e do instrumental das fábricas” (que foram utilizadas ao máximo e insuficientemente renovadas e conservadas, o que representa, no total, uma séria diminuição de seu potencial econômico). Houve não só prejuízos pela falta de crescimento da produção e de natalidade, mas também o endividamento dos países beligerantes que tiveram de contrair empréstimos, ceder parte de suas reservas de ouro e desfazer-se de parte de seus investimentos no estrangeiro.

Todo esse grave quadro de crise e de decadência da Europa veio beneficiar os Estados Unidos, que despontaram, nos anos de pós-guerra, com uma das mais poderosas potências mundiais. Um dos grandes fatores que colaboraram para a ascensão econômica dos Estados Unidos foi a sua posição de neutralidade durante boa parte da Primeira Guerra Mundial. Assim, puderam desenvolver sua produção agrícola e industrial, fornecendo seus produtos às potências européias envolvidas no conflito. Por outro lado, enquanto as potências européias estavam comprometidas no esforço de guerra, os Estados Unidos aproveitaram-se para suprir outros mercados mundiais, na Ásia e na América Latina.

Terminada a Guerra, a Europa, arrasada, tornou-se um grande mercado dependente de exportações americanas. Possuindo aproximadamente a metade de todo o ouro que circulava nos mercados financeiros mundiais, os Estados Unidos projetavam-se como maior potência financeira mundial do pós-guerra. Por isso, “deixar com que outros países atirassem com a munição dos Estados Unidos” foi uma decisão que levou os americanos a um final auspicioso.

Caso o interesse seja o levantamento de problemas com os quais uma sociedade se debate, uma coleção de piadas se constituirá um excelente corpus. O trabalho de Haike Kleber da Silva, mencionado durante este trabalho, é, pois, um belíssimo exemplo.

Este texto é parte do Trabalho de Conclusão de Curso, cujo objetivo é a análise do conjunto anedotário do jornal Deutsche Post à luz da lingüística, especialmente da Teoria Polifônica de Oswald Ducrot. Para Sírío Possenti⁴³, as piadas podem servir de suporte empírico para uma

⁴² Idem.

⁴³ POSSENTI, Sírío. *Os humores da língua: análises lingüísticas de piadas*. - São Paulo: Mercado de Letras, 1998. p. 7.

teoria mais aprofundada e sofisticada de como funciona uma língua, especialmente porque se trata de corpus que, além de expor traços do que nela é sistemático (gramatical) e, paradoxalmente, “desarrumado” contribui para deixar muito caro que uma língua funciona sempre em relação a um contexto culturalmente relevante e que cada texto requer uma relação com outros textos.

Cada vez há mais lingüistas analisando piadas, mas ainda são poucos, considerada a relevância dos dados e sua enorme capacidade de revelar aspectos inesperados do funcionamento da linguagem. Talvez isso se deva ao fato de se tratar de uma proposta inovadora e, acima de tudo desafiadora.

– 5 –

**Emigração/Imigração:
Controvérsias Contemporâneas**

ALGUMAS QUESTÕES SOBRE IMIGRAÇÃO, FRONTEIRA E IDENTIDADE ÉTNICA

Tupiara Guareschi Ykegaya¹

Pretende-se, com este trabalho, uma discussão inicial sobre o fenômeno da imigração e da construção da identidade étnica. Mais precisamente, como que a experiência da imigração em sua complexidade e amplitude, aliada a um lugar de destino que tem como elementos principais a diversidade cultural e a fronteira, como é o caso de Foz do Iguaçu², pode promover a construção da identidade étnica dos árabes residentes na cidade.

A questão da imigração vem ganhando força nas discussões científicas, principalmente na antropologia e na sociologia, pois ela repercute em outras instâncias da realidade social, como a problemática da identidade nacional e da própria organização do trabalho. Abdelmalek Sayad é um dos autores que trata de forma esclarecedora do processo de imigração, estabelecendo-a como fenômeno social complexo e não apenas a colocando como simples processos de mudanças estruturais.

Segundo Sayad (1998), é preciso analisar a imigração enquanto um processo amplo e cheio de particularidades. Para ele, a imigração não pode ser compreendida apenas como partida, mas ela deve ser observada desde as condições sociais que a possibilitaram. É aí que o processo começa. Sayad propõe a imigração com um “fato social completo”, ela vai das condições que viabilizaram seu acontecimento à inserção do imigrante no país no qual ele se propôs a viver, percebendo aí todas as implicações deste acontecimento. É justamente por esta visão mais globalizante que se enfatiza a necessidade de uma ordem cronológica e outra epistemológica.

Necessidade de ordem cronológica, sem dúvida, pois na origem da imigração encontramos a emigração, ato inicial do processo, mas igualmente necessidade de ordem epistemológica, pois o que chamamos de *imigração*, e que tratamos como tal em um lugar e em uma sociedade dados, é chamado, em outro lugar, em outra sociedade ou para outra sociedade, de *emigração*; como duas faces de uma mesma realidade (SAYAD, 1998: 14)

É preciso problematizar o estatuto da imigração, no sentido de tentar defini-la efetivamente enquanto problema antropológico e sociológico, de tentar compreender as suas implicações, pois se ela se apresenta como um problema social ela também acarreta consequências sociais tanto na sociedade de origem quanto na sociedade de destino. É preciso pensar as representações que se tem da imigração e as que decorrem dela. Além do mais, é uma problemática que envolve a convergência de várias ciências, como a história, a geografia, a economia, sociologia, antropologia, psicologia, etc.

Se entendemos a imigração como fato social completo, devemos atentar para suas fases e definições. Uma primeira definição, talvez a mais ingênua, é a de deslocamento de indivíduos. Mas não se deve entender deslocamento no espaço, simplesmente, mas também é importante apreender um deslocamento simbólico, que cria e recria vários sentidos no decorrer do processo e que os altera pela imigração em acontecimento. É a partir daí que se assume a condição de imigrante. “De fato, o imigrante só existe na sociedade que assim o denomina. A partir do mo-

¹ Tupiara Guareschi Ykegaya é Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE e acadêmica do curso de mestrado em Letras, Área de Concentração “Linguagem e Sociedade”, pela mesma universidade.

² Foz do Iguaçu localiza-se na região Oeste do Paraná, na fronteira de Brasil, Paraguai e Argentina.

mento em que atravessa suas fronteiras e pisa em seu território; o imigrante ‘nasce’ nesse dia para a sociedade que assim o designa” (SAYAD, 1998: 16). Entretanto, antes do próprio nascimento do imigrante, há o nascimento do emigrante, daquele que sai de um lugar com o qual tem um tipo de relação efetiva: a nação. É a nação que lhe fornece elementos para a composição de sua identidade enquanto árabe, por exemplo, identidade esta que sofre transformações devido ao próprio processo de re-elaboração das representações e percepções de mundo advindas da imigração.

Uma das mais marcantes ilusões com relação à imigração, segundo Sayad, é a sua condição de provisória, em que se toma o ato de abandono³ vivenciado na imigração, como algo totalmente temporário, com previsão para cessar. Mas não é isso que efetivamente acontece, embora a imigração acarrete uma ruptura social total, ela é entendida como uma forma de viabilização de um determinado fim, o que justifica o desejo do retorno. Entretanto, de acordo com Bourdieu (1996), os acontecimentos da vida não se dão cronologicamente (imigração → objetivo → retorno), e sim são organizados pelos indivíduos desta forma, significando suas vivências, configurando o que ele chama de “ilusão biográfica”.

Na verdade, segundo Sayad, a imigração exige uma reorganização dos espaços sociais implicados em seu processo, na medida em que há o deslocamento físico e simbólico. Contudo, este ato de abandono traz consigo um desejo quase que constante do retorno à origem e, ao mesmo tempo, gera um processo de extensão que prolonga a imigração indefinidamente.

É por fim, a sociedade de imigração que, embora tenha definido para o trabalhador imigrante um estatuto que instala a provisoriedade enquanto estrangeiro (de direito, mesmo se não o é sempre, ou, se o é pouco, de fato) e que, assim, nega-lhe todo o direito a uma presença reconhecida como permanente, ou seja, que exista de outra forma que não na modalidade de provisório contínuo e de outra forma que não a modalidade de uma presença apenas tolerada (SAYAD, 1998: 46)

Insere-se aí outra contradição, a partir do que se pode definir a condição de imigrante? Quais as representações que derivam de sua realidade? Depois de algum tempo da imigração, o imigrante o deixa de ser? Quais são os elementos que definem seu estatuto?

Uma explicação para a condição do imigrante pode ser encontrada em Simmel, no seu texto “O estrangeiro”, em que ele analisa este tipo de ator social que se fixa em outro grupo. Simmel, no entanto, coloca que este indivíduo nunca será um integrante efetivo do grupo, por não ter pertencido a ele desde o começo de sua existência. Tem-se aqui uma situação específica, o estrangeiro, o imigrante faz parte da coletividade, pois está na sociedade acolhedora na medida em que vive nela, mas ao mesmo tempo não é um integrante pleno dela, pois não compartilha com os outros indivíduos a construção de uma história coletiva, de uma vivência de grupo. A unificação de proximidade e distância de um grupo social organiza-se no fenômeno do estrangeiro de duas formas: ao mesmo tempo em que ele está distante, está próximo e, ao mesmo tempo em que está próximo está distante, o que gera uma forma específica de percepção da realidade e de interação entre os envolvidos neste processo de significação. Esta percepção da realidade presume-se, está atualizada no contexto de Foz do Iguaçu, na medida em que na cidade estão presentes vários imigrantes de diversas partes do mundo e do Brasil. São os imigrantes, principalmente, que são tidos como “estrangeiros” na cidade, mesmo fazendo parte da dinâmica desta realidade social e, ao mesmo tempo, eles se vêem como fora do grupo cultural⁴.

Todas as contradições presentes no processo e na condição da imigração implicam direta-

³ A imigração é marcada pelo ato de abandono da realidade social na qual se está inserido e das origens históricas. É o que Sayad chama de exílio voluntário (*elghorba*) e que assume um sentido dramático quando entendido como um fenômeno que leva a uma certa fragmentação das experiências pessoais e coletivas.

⁴ Em outras pesquisas realizadas em Foz do Iguaçu se constatou a ênfase na atribuição ao indivíduo “de fora” à figura do imigrante. Há uma percepção desta condição tanto pelo “nativo” da cidade quanto pelo próprio imigrante. Isso se torna mais marcante pelo fato da resistência à naturalização brasileira, visto que mesmo estando no Brasil a vinte ou trinta anos, conservam sua carteira de identidade de imigrante. Verifica-se aí uma resistência e demarcação da origem diferenciada.

mente na constituição de uma identidade dos envolvidos, quer dizer, na representação que atua simbolicamente para classificar os indivíduos e as relações. Emergem desta realidade as problemáticas da identidade, da diferença, da alteridade, da homogeneidade da nação.

“A imigração, em sua forma atual, constitui uma provação para a ordem nacional, uma espécie de desafio para o conservadorismo social e político que os dominantes desejam manter e, mais amplamente, todos aqueles que têm interesse (e com mais freqüência interesses simbólicos mais do que interesses materiais) na manutenção do *status quo*” (SAYAD, 1998: 21)

A imigração ameaça quando insere no contexto nacional uma diversidade, quebrando já aí a suposta homogeneidade da identidade nacional; ela se põe como um desconcerto desta construção ao mesmo tempo em que dá elementos para a construção identitária de grupos e de sociedades. “A migração internacional é parte de uma revolução transnacional que está remodelando as sociedades e a política ao redor do globo” (HALL, 2000: 21)⁵. No caso específico de Foz do Iguaçu, é inviável pensar a questão da cidade sem atentar para a sua pluralidade cultural interna, advinda de um grande fluxo migratório.

A partir da edificação do Estado-nação moderno, tentou-se criar apenas uma identidade, que permitisse a unificação de referências culturais. Esta identidade representaria a criação de uma identificação legítima, ou seja, a identidade nacional. Entretanto, seu sentido assume uma exclusão das diferenças e prima pela uniformização através da mono-identificação. Mas, segundo Hall (1999) este modelo rígido, foi aos poucos sendo substituído por algo mais flexível, na medida em que as minorias étnicas buscaram pelo seu direito de identidade, produzindo a reafirmação das diferenças culturais regionais. De acordo com Hall, este movimento é um processo em curso que busca uma saída para o problema da pretensa homogeneização cultural advinda da globalização.

A idéia de Estado-nação, então, como veículo da unicidade, da racionalidade e progresso da humanidade, é um conceito em consonância com os propósitos e ideais da Revolução Francesa, segundo Maybury-Lewis (1985). O Estado deve ser o reflexo da vontade geral, e os grupos étnicos (advindos da imigração, por exemplo) só são bem-vindos se não comprometerem esta composição de Estado. Quando isso acontece, não são valorizados e, a sua não consonância com o Estado justifica políticas de retaliação e mesmo de imposição de certos preceitos.

A identidade nacional, como Hall (1999) já afirmara, enquanto comunidade imaginada do Estado-nação, deve permitir aos indivíduos localizados neste recorte político e territorial serem identificados com algo mais amplo, como sujeitos de uma determinada sociedade. Ela é formada e transformada no interior da representação, dado que nação não é só uma entidade política, mas também algo que produz sentido – um sistema de representação cultural.

“Na argumentação do sociólogo francês Émile Durkheim, é por meio da organização e ordenação das coisas de acordo com sistemas classificatórios que o significado é produzido. Os sistemas de classificação dão ordem à vida social, sendo afirmado nas falas e rituais (...) Segundo Durkheim, se quisermos compreender os significados partilhados que caracterizam os diferentes aspectos da vida social, temos que examinar como eles são classificados simbolicamente” (HALL, 2000: 40)

Assim, a cultura nacional permite classificar os indivíduos como sendo de uma nacionalidade e não de outra, enfatizando aí a diferença. A cultura nacional, então, enquanto fenômeno moderno, subordina as diferenças regionais e étnicas sob o “título político” do Estado-nação. As culturas nacionais são formadas por instituições, símbolos e representações, constituindo um discurso sobre a nação e dando sentido a ela com o qual se pode identificar e construir identidade.

⁵ Hall também vê este processo ligado à problemática do trabalho e de sua reorganização em uma dimensão global. “As mudanças na economia global tem produzido uma dispersão de demandas ao redor do mundo. Isso ocorre não apenas em termos de bens e serviço, mas também de mercado de trabalho” (2000: 21).

des. Este sentido constrói a história da nação, conecta seu passado e o seu presente, por isso a identidade nacional é uma comunidade imaginada, irreal, produzida.

A nação é constituída e narrada, segundo Hall, a partir de cinco elementos principais: 1) é contada através de mídia, cultura e literatura, fornecendo as representações que dão sentido à nação e conectando as vidas cotidianas a um destino nacional preexistente a elas e que continuará existindo após suas mortes; 2) ênfase nas origens, na continuidade, tradição e temporalidade, pois na identidade nacional deve estar a verdadeira natureza das coisas e das relações; 3) tradição inventada que procura produzir valores, comportamentos através da repetição, para que haja uma continuidade com um passado histórico adequado; 4) o mito fundacional localiza a história da nação e de seu caráter num passado tão remoto que se perde nas brumas de um tempo mítico; 5) a identidade nacional foi constituída a partir da noção de um povo puro e original, contudo, quase nunca é este povo primordial que exercita o poder. Percebe-se que aqui nesta narrativa, há a exclusão de qualquer elemento que venha a problematizar esta construção, como é o caso da imigração e da diversidade que ela constitui. Como Sayad afirma, a imigração se consolida num questionamento e mesmo num novo lançar de olhar para a cultura nacional.

Até que ponto a identidade nacional é unificada? Verifica-se que ela não anula as diferenças culturais, pois: a unificação de diversas culturas numa nação só se deu por meios violentos, pela supressão forçada da diferença cultural⁶. “Uma cultura nacional nunca foi um simples ponto de lealdade, união e identificação simbólica. Ela é também uma estrutura de poder cultural” (HALL, 1999: 59).

Sendo assim, as culturas nacionais devem ser vistas como um dispositivo discursivo que apresenta a diferença como identidade. A identidade nacional não subordina todas as outras formas de diferença (como etnia, por exemplo) e não está livre do jogo de poder, das divisões e das contradições internas.

Desta forma, quando se fala em construção de identidade nacional, se está remetendo ao Estado moderno, e sempre que ele está em jogo, as minorias ficam mais suscetíveis, de acordo com Maybury-Lewis. Na verdade, é todo um simbólico construído funcionando no imaginário coletivo e nas representações sociais, em que a imigração e sua pluralidade vêm a abalar uma certa lógica das coisas. Como Weber já afirmou

Sempre encontramos, junto com o conceito de “nação” a referência à relação com o “poder” político, e evidentemente o “nacional” é, portanto – se for algo homogêneo -, uma espécie particular de coação que, num grupo humano unido por uma comunidade de língua, de confissão, de costumes ou de destino, se vincula à idéia da organização de uma unidade política poderosa própria, já existente ou ainda aspirada, e que se torna tanto mais específica quanto mais ênfase se põe no “poder”(WEBER, 1991: 277)

Antes de ser um recorte territorial, a nação é um recorte político poderoso.

Não se pode pensar a nação num sentido puro de homogeneidade, de harmonia, mas sim, de uma constante construção articulatória das diferenças sociais e étnicas. A noção de etnia, em suas discussões no século XIX, estava relacionada intimamente com as noções de raça e nação, numa relação ambígua e obscura. Este questionamento era: como entender os movimentos de atração e repúdio das populações de imigrantes? Weber, quando fala das comunidades étnicas, faz uma distinção entre a noção de etnia, raça e nação.

O que distingue a pertença racial da pertença étnica é que a primeira é realmente fundada na comunidade de origem, ao passo que o que funda o grupo étnico é a crença subjetiva na comunidade de origem. Quanto a nação, ela é, como o grupo étnico, baseada na crença da vida em comum, mas se distingue deste último pela paixão (*pathos*) ligada à reivindicação de um poderio político (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 1998: 37)

⁶ O exemplo mais marcante na sociedade brasileira foi o extermínio físico e simbólico do indígena.

Weber vai definir como grupo étnico, grupos que alimentam uma crença subjetiva em uma comunidade de origem fundada nas semelhanças de aparência externa ou dos costumes, ou dos dois, ou ainda nas lembranças da colonização ou migração, de forma que esta crença se torne importante para a propagação da comunização, pouco importando se uma comunidade de sangue exista ou não. De uma forma mais precisa, para Weber, os grupos étnicos são

aqueles grupos humanos que, em virtude de semelhanças no *habitus* externos ou nos costumes, ou em ambos, ou em virtude de lembranças de colonização e migração, nutrem uma crença subjetiva na procedência comum, de tal modo de que esta se torna importante para a propagação de relações comunitárias, sendo indiferente se existe ou não uma comunidade de sangue efetiva (WEBER, 1991: 270).

Os grupos étnicos, desta forma, requerem uma atividade comunitária na medida em que existe a crença subjetiva de se formar uma comunidade pelo sentimento de honra social compartilhado. A pertença a um grupo específico determina, então, um grau social que se define por estilos de vida. Mas estas características distintivas só têm fundamento quando induzem a crer num parentesco. Weber acentua a crença no parentesco clânico, principalmente naqueles que são ligados ou pela colonização ou migração. O interesse comum assume grande importância para Weber, principalmente quando se pensa a comunidade política.

O conteúdo da atividade de comunidade sobre uma base étnica continua ainda indeterminado, segundo Weber. O que se deve problematizar, segundo ele, em relação aos grupos étnicos enquanto fenômeno social seria: a) o grupo étnico é uma construção problemática, pois ao definir o grupo étnico a partir de uma crença subjetiva na origem comum, é preciso avaliar a atividade de produção, manutenção e aprofundamento das diferenças, cujo peso objetivo deve ser pensado dentro das relações sociais; b) a identidade étnica se constrói a partir da diferença, pelos movimentos de atração dos iguais e repulsa dos estrangeiros; c) o conteúdo da comunidade étnica é a crença na honra étnica fortificada pelos componentes dos estilos de vida desta comunidade.

Para Weber, etnia e nação são colocadas ao lado do sentimento de comunidade coletiva, ao contrário da raça, que significa o parentesco biológico. Para ele, a etnicidade é um tipo de atividade social baseada no sentimento de pertença que deriva da comunalização e não da forma associativa guiada pelo interesse racional. A crença na origem comum constrói o traço característico da etnicidade, que é sempre orientada para o passado. A idéia de origem ancestral comum deve ser posta em relação com os traços culturais compartilhados, construindo o mito da origem.

A etnicidade é afirmada, ou seja, é identificada, por signos visíveis (como roupas e estilos de vida) que são mobilizados pelo grupo para que se possa mostrar o seu *Eu étnico* específico. Estas características distintivas, segundo Weber (que ele chama de reflexos externos), prestam-se particularmente para a fixação pública de uma identidade reivindicada. Este realce sobre uma característica demonstra a importância da etnicidade na organização da vida social.

Em outra perspectiva, de acordo com Poutignat & Streiff-Fenart, a etnicidade é fenômeno social fruto do desenvolvimento econômico, da expansão industrial capitalista e da formação e do desenvolvimento dos Estados-nação, logo, ela é um fenômeno moderno. A etnicidade se apresenta, desta forma, não como um uniformismo e individualismo, mas como o aparecimento do nacionalismo étnico e por vezes do racismo, em decorrência de uma resistência à modernização ou como estratégia de reivindicação. Devido a todos estes argumentos se faz importante compreender o fenômeno da identidade étnica no mundo moderno e a realidade que possibilita sua emergência e afirmação frente às outras formas de identificação.

A construção da identidade se faz no interior de contextos sociais que determinam as posições dos agentes e por isto mesmo orientam suas representações e suas escolhas. Além disso, a construção da identidade não é uma ilusão, pois é dotada de eficácia social, produzindo efeitos sociais reais. A identidade é uma construção que se elabora em uma relação que opõe um grupo aos outros grupos com os quais está em contato (CUCHE, 1999: 182)

Desta forma, a identidade étnica se coloca como um processo relacional, quer dizer, uma categorização (ou classificação, nos termos de Durkheim) em que se define o “eu” e o “outro”. Na concepção de Barth, os grupos étnicos são um tipo de organização baseada na consignação e na auto-atribuição dos indivíduos em categorias étnicas. Barth pressupõe o contato cultural e a mobilidade das pessoas e problematiza a emergência e a persistência dos grupos étnicos como unidades identificáveis pela manutenção de suas fronteiras. O problema central da etnicidade é o das condições generativas de emergência das distinções étnicas e da articulação destas distinções com a variabilidade cultural.

A partir desta perspectiva, segundo Barth, pode-se compreender a identidade e principalmente a identidade étnica como uma representação coletiva, na medida em que o indivíduo e o grupo são regidos por um mesmo estatuto identitário, que é manifestado neles. Os grupos étnicos constituem, então, uma organização social, em que seus membros vão se identificar e serão identificados como partes integrantes de uma coletividade diferenciável, ou seja, uma coletividade que possui peculiaridades que vão traçar os seus contornos característicos definidores, como comportamentos, valores, visões de mundo, traços culturais.

Pertencer a uma categoria étnica, nas definições de Barth, requer uma determinada tipologia de pessoa, com certos comportamentos e valores que possibilitem julgar e ser julgado segundo os padrões e o estatuto daquela identidade. A ênfase na atribuição é característica dos grupos étnicos, pois cada grupo possui seus critérios que determinam a pertença ou a exclusão, delimitando fronteiras sociais e culturais⁷. Assim, a identidade étnica é produzida numa situação interativa composta da definição do grupo de si e da definição atribuída a ele por outros.

A ênfase na atribuição é traço fundamental dos grupos étnicos, que envolve certas dificuldades: definindo o grupo étnico como atributivo ou exclusivo. A natureza dos traços étnicos e sua continuidade se dão pela manutenção da fronteira, embora estes traços e as características culturais possam se transformar. Somente os fatores socialmente relevantes é que são determinantes da pertença, ou seja, o que importa é como as pessoas querem ser tratadas e julgadas como próprios de um grupo étnico.

A fronteira étnica define o grupo, segundo Barth, o que interessa são fronteiras sociais, pois se um grupo mantém sua identidade quando seus membros interagem com outros, quer dizer que há no processo de interação uma organização de critérios que determina a pertença ou exclusão. A fronteira étnica canaliza a vida social, pois acarreta uma forma de organização complexa das relações sociais e comportamentais. A identificação de uma pessoa num grupo étnico pressupõe o compartilhamento de critérios de avaliação, modos de pensar e de se relacionar semelhantes, compartilham os mesmos valores. Com relação aos estrangeiros, na dicotomização de grupos (“eu” e o “outro”), pode ocorrer um pequeno problema de entendimento e certo limite na compreensão e no julgamento, devido ao fato de estarem sendo utilizados sistemas de interpretação do mundo diferenciados (dados, por exemplo, pela etnicidade, mas não “costurados” por uma identificação mais abrangente, como no caso da identidade nacional).

Tendo como pressuposto toda a discussão inicial sobre imigração, identidade e etnicidade é que se tentará compreender a construção da identidade étnica do imigrante árabe residente na cidade de Foz do Iguaçu, contexto de pluralidade cultural e de fronteira. A cidade, pela sua formação histórica e pela sua composição, trás consigo elementos que lhe dão um aspecto todo diferenciado que propicia formas específicas de relacionamentos sociais.

⁷ Em seu texto, BARTH apresenta uma definição de grupo étnico (cf. NARROL, 1964), opondo-se à definição de que um grupo homogêneo constitui uma raça com sua cultura e linguagem, que na sociedade como um todo se apresenta como uma identidade discriminatória. Esta proposição impede o entendimento do fenômeno dos grupos étnicos e seu lugar na sociedade, porque em primeiro lugar, tal definição anula a problemática das fronteiras e da manutenção desta e, sem segundo lugar, trata os grupos étnicos como grupos que desenvolvem sua cultura de forma isolada como se estivessem numa ilha sem contato algum. O ponto de partida teórico para compreender este fenômeno é: a) admitir que os grupos étnicos usam categorias classificatórias de atribuição e exclusão realizadas pelos próprios atores e, assim, têm a característica de organizar a interação entre as pessoas; b) apesar de utilizar uma tipologia para grupos étnicos, é preciso atentar para os processos de geração e manutenção destes; c) para estudar estes processos é necessário voltar-se para as fronteiras étnicas e sua manutenção.

Foz do Iguaçu guarda todo o simbolismo da fronteira. A cidade delimita um espaço nacional numa tríplice fronteira: Brasil, Paraguai e Argentina. Ainda, a fronteira é marcada pelo confronto, pela descoberta, pelo desencontro e encontro. Ela é o palco do conflito entre o “nós” e os “outros”, do confronto étnico/cultural, já que a cidade abriga pessoas de diversas nacionalidades que por diversas razões, vivem neste mesmo espaço apesar de seus interesses serem às vezes divergentes. É o local da descoberta do *outro*, de diferentes pessoas com suas diferentes e contraditórias maneiras de pensar e de agir; é o *outro* diferente do *nós*, do *eu*. A fronteira é o desencontro, porque nela vivem pequenas parcelas de outras culturas, o que se traduz na diferença do tempo histórico de cada uma delas: a fronteira é o encontro das temporalidades nela presentes (GUARESCHI, 2001: 74).

A partir de outros trabalhos realizados, verificou-se que as relações interétnicas estão povoadas de tensões e dilemas vividos na cidade, como a questão da violência, da exploração turística e da fronteira, que se demonstram como grandes barreiras a estas relações, mas que por outro lado, constituem-se parte das representações da cidade construídas pelos atores sociais. Estes elementos possibilitaram uma situação diferenciada: um fechamento em si e uma volta ao grupo, quer dizer, o fechamento em si se dá sob a forma de uma indisposição ao convívio social e auto-proteção. Como contraponto a este movimento existe a tendência de volta ao grupo, ou seja, a possibilidade de convivência em grupos menores, de origem étnica. Decorre destes dois movimentos, por um lado, a consolidação e manutenção das identidades étnicas por grupos organizados na cidade (destaca-se aqui os grupo árabe) e por outro lado, a afirmação da identidade nacional por parte dos brasileiros que vivem na fronteira.

Tanto a identidade étnica como a nacional são constructos com um propósito: no caso da identidade nacional, a coesão de um país por meio da narração de sua cultura e de sua história, e no caso da identidade étnica, a narração a partir da margem da história e da cultura daqueles que precisamente são excluídos da narrativa da primeira. (OLIVEIRA, 2000: 11)

Uma situação típica de fronteira e da qual Foz se mostra um excelente exemplo, é a relação com o “outro”. No caso específico, devido à grande pluralidade de culturas e comportamentos, é possível uma atitude cognitiva de não exclusão do outro, pelo simples fato de que este outro representa uma das grandes particularidades da situação de fronteira. Em outras palavras, a exclusão assume outra dimensão que é o reconhecimento do diferente no convívio diário, no reconhecimento do conviver com formas de ser, pensar e agir totalmente diversificadas.

O diferente é o outro, e o reconhecimento da diferença é a consciência da alteridade: a descoberta do sentimento que se arma dos símbolos da cultura para dizer que nem tudo é o *que* eu sou e nem todos são *como* eu sou. (...) O outro é um diferente e por isso atrai e atemoriza. É preciso domá-lo e, depois, é preciso domar no espírito do dominador o seu fantasma: traduzi-lo, explica-lo, ou seja, reduzi-lo, enquanto, realidade viva, ao poder da realidade eficaz dos símbolos e valores de quem pode dizer quem são as pessoas e o que valem, umas diante das outras, umas através das outras (BRANDÃO, 1986: 07)

É neste confronto constante com o outro, que se dá maior atenção à cultura árabe consolidada na cidade como grupo étnico, ao mesmo tempo em que é um grupo economicamente estabilizado, tanto por atividades desenvolvidas em Foz do Iguaçu ou no Paraguai. Aliás, ressalta-se aqui a dimensão do trabalho na vida do imigrante. Sayad já demonstrou que a condição de trabalhador é inerente a esta realidade, porém o que ele vai apresentar é que, numa primeira instância, o imigrante se resumiu a isto, desclassificando todas as outras dimensões da realidade que a imigração influencia.

A estadia autorizada ao imigrante está inteiramente sujeita ao trabalho, única razão de ser que lhe é reconhecida: ser como imigrante, primeiro, mas também como homem - sua qualidade de homem estando subordinada a sua condição de imigrante. Foi o trabalho que fez “nascer” o imigran-

te, que o fez existir (...) Como o trabalho (definido para imigrantes) é a própria justificativa do imigrante, essa justificativa, ou seja, em última instância, o próprio imigrante, desaparece no momento em que desaparece o trabalho que cria ambos (SAYAD, 1998: 55)

Na verdade, a dimensão do trabalho é importante para se pensar a imigração, porém, há outras problemáticas envolvidas neste processo, como a própria questão cultural e étnica, da construção de representação sobre o mundo que rodeia o indivíduo que se propôs imigrar. No caso da comunidade árabe, que se destaca, por exemplo, por manter-se unida homogeneamente e mostrar de maneira bem marcada e articulada o cultivo das tradições, sempre nesta volta ao passado tão característica da etnicidade. Este fenômeno é mais evidente quando se traz à tona a situação dramática da imigração, o *elghorba* de que fala Sayad.

É a partir destas primeiras discussões que se quer compreender a imigração árabe em Foz do Iguaçu, constituída na cidade como a segunda maior colônia árabe do Brasil. Devido à sua peculiaridade em relação à sociedade ocidental, frente às etnias menos organizadas na cidade, faz-se necessário perceber como uma cultura tão diferenciada possibilita aos indivíduos, por um lado, a convivência neste contexto de fronteira e diversidade cultural e, por outro lado, o retorno à origem de forma tão marcada.

Bibliografia

- BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**; Sobre a teoria da ação. São Paulo, Papirus, 1996, p. 13-90.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Identidade e etnia**; reconstrução da pessoa e resistência cultural. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru, Edusc, 1999.
- GUARESCHI, Tupiara. **Biografias e pluralidade cultural em situação de fronteira**. Ideação. v. 1, n. 4. Cascavel: Edunioeste, 2001.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 4ª e., Rio de Janeiro, DP & A, 1999.
- POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Unesp, 1998.
- MAYBURY-LEWIS, David. Vivendo Leviatã: Grupos étnicos e o Estado. In: OLIVERIA, Roberto Cardoso (org). **Anuário Antropológico 83**. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro; Fortaleza: Edições UFC, 1985.
- SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo, Editora da SILVA, Tomaz Tadeu (org); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, Vozes, 2000.
- Universidade de São Paulo, 1998.
- WEBER, Max. Relações comunitárias étnicas. In: **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.
- YKEGAYA, Tupiara Guareschi. **Colcha de retalhos: Cultura e Identidades em Foz do Iguaçu**. Trabalho de Conclusão de Curso. Ciências Sociais, UNIOESTE, Toledo. 2002.

“SOBRE AS ÁGUAS A MEMÓRIA”: MIGRAÇÃO, COTIDIANO E RESISTÊNCIA DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE SALTO CAXIAS, OESTE E SUDOESTE DO PARANÁ (1990-2002)

Cezar Karpinski¹

1. AS USINAS HIDRELÉTRICAS E SEUS IMPACTOS SOCIAIS: O SURGIMENTO DA PESQUISA

Em meados de 2001 fui convidado para participar, como bolsista, de uma pesquisa que foi intitulada “Análise do impacto dos reservatórios das hidroelétricas no desenvolvimento econômico microrregional”.² Não sabia ainda como eu, acadêmico de filosofia na época, poderia contribuir numa pesquisa de economia, mas aceitei o desafio. Hoje, posso dizer que minha contribuição para com a pesquisa não se compara ao que esta contribuiu para minha formação acadêmica, teórico-metodológica e humana. Realmente foi minha “iniciação científica”.

Com o andamento do projeto, entrei em contato com um mundo completamente diverso ao da universidade onde eu realizava minhas “viagens teóricas” sobre as ciências humanas. Além de referencial teórico a pesquisa precisava de um conteúdo não impresso nos livros: a vida cotidiana dos atingidos por barragens, no caso, de Salto Caxias e Itaipu.³ Para isso, viajávamos periodicamente aos municípios atingidos aplicando questionários com perguntas que visavam descobrir como aqueles indivíduos se colocavam diante do empreendimento hidrelétrico, se e como estavam organizados coletivamente, como e no que trabalhavam e quais suas esperanças para o futuro.

Com a aplicação desses questionários, pude perceber, na prática, a interessante arte de entender e se comunicar com sujeitos diversos e instigantes. Suas histórias, seus contos, seus “causos” e suas “verdades”, muitas vezes, fugiam dos objetivos do projeto. Mas essa fuga, para mim, foi muito positiva, pois consegui perceber que, além do que os questionários perguntavam, existia uma história que impressionaria qualquer acadêmico acostumado a “enxergar as realidades” diante de livros, conceitos e noções abstratas. Diante desses sujeitos, várias questões revelaram a fragilidade de conceitos certos e indubitáveis aos quais se pautam várias áreas do conhecimento das humanidades.

¹ Bacharel em Filosofia (UNIOESTE/C. de Toledo, 1999-2002), Pós-Graduando em História Regional (UNIOESTE/C. de Marechal Cândido Rondon, 2003), Acadêmico de Direito (UNIOESTE/C. de Marechal Cândido Rondon, 2002) e membro do Grupo de Pesquisa Cultura, Relações de Gênero e Memória (UNIOESTE/C. de Toledo).

² Essa pesquisa regional buscou analisar os impactos dos reservatórios das usinas hidrelétricas no desenvolvimento microrregional de Salto Caxias e Itaipu. É uma pesquisa da área de economia que apontou ações de amenização aos impactos e algumas soluções para problemas atuais na economia e sociedade local. O objetivo do trabalho foi o de abrir caminho para o desenvolvimento na área econômica e, conseqüentemente social. Por isso, todo o processo de implantação das usinas foi descrito, desde o fator ambiental até o social, cultural, histórico e econômico. Mais informações cf. LIMA, J. F. et al. Os impactos dos reservatórios das hidrelétricas no desenvolvimento microrregional. **Relatório Final de Pesquisa do Projeto 612/Fundação Araucária**. Toledo: Unioeste/C. de Toledo, 2002.

³ A Usina Hidrelétrica (UHE) de Itaipu, considerada a maior usina hidrelétrica do mundo, foi construída com recursos do governo federal cujas obras se iniciaram em 1978. Uma monumental massa de concreto represa um dos sete maiores rios do planeta (Rio Paraná) entre os municípios de Terra Roxa e Foz do Iguaçu além das terras paraguais, pois o Rio Paraná tem papel de fronteira internacional. Inundou uma área de 1.350 Km² e afetou uma população estimada de 40 mil pessoas, somente do lado brasileiro. O programa de desapropriação foi executado no período compreendido entre 1978 a setembro de 1982 e atingiu oito municípios da região extremo-oeste do Paraná. (RIBEIRO, M. de F. B. **Memórias do Concreto**. Cascavel: Edunioeste, 2002). A Usina Hidrelétrica (UHE) de Salto Caxias é um empreendimento da Companhia Paranaense de Energia Elétrica – COPEL. Localizada no trecho final do Rio Iguaçu, região oeste e sudoeste do Paraná, foi inaugurada no dia 26 de março de 1999. O reservatório de 131 Km² atingiu nove municípios entre Capitão Leônidas Marques e Salto do Lontra num total de 1.108 propriedades rurais. Nestas áreas, 1.120 famílias foram deslocadas perfazendo um total de 2.800 atingidos. (LIMA, et al. *op.cit* e www.copel.com.br).

Mesmo assim, tinha que me pautar nos questionários, nas entrevistas e muitas vezes “cortar” a fala dos atingidos por causa de objetivos diversos àqueles que eles estavam revelando. Por isso, hoje percebo que tais questionários não deram conta de subsumir especificidades importantes para a pesquisa devido à objetividade quantitativa que visavam estabelecer. Contudo, foi através deles que entrei em contato com indivíduos singulares que me instigaram a outras perguntas que não seriam respondidas por questionários de pesquisas quantitativas.

2. DISCURSO OFICIAL *VERSUS* REALIDADE SOCIAL: NAS CONTRADIÇÕES O DELINEAR DE UM PROBLEMA

Com a pesquisa descobri o básico sobre a implantação de uma usina hidrelétrica, seus passos desde o projeto até a indenização dos atingidos e a inundação para a instalação do reservatório.⁴ Descobri que, para alguns, o empreendimento é muito vantajoso e traz benefícios incontáveis e que, depois de pronta, a usina pode atrair recursos financeiros públicos e privados que favorecem o crescimento econômico das regiões lindeiras aos reservatórios. Aprendi que esse crescimento econômico aliado aos planos de desenvolvimento regional⁵ pode trazer à população melhorias na qualidade de vida (saúde, educação, transporte, lazer, etc.).

Entretanto, percebi também o quanto um projeto hidrelétrico causa danos irreparáveis ao meio ambiente e, principalmente, aos que foram diretamente atingidos pelo reservatório⁶, sofrimento ao verem suas terras sendo inundadas; seus vizinhos indo embora; sua pequenez diante da imensidão da água represada; sua impotência perante o Estado que toma as decisões contrárias à vontade daqueles a quem representa; e o esvaziamento populacional da região causado pelas migrações involuntárias.⁷

Foi no contato com os indivíduos de Salto Caxias, principalmente, que comecei a perceber questões que a pesquisa na qual estava inserido não daria conta de responder. Por ser de caráter econômico, os números e os dados quantitativos da economia regional apontavam para uma crescente injeção de recursos monetários que faziam a região “prosperar” por causa do empreendimento. Os números e os dados oficiais do Estado apontavam para uma visão positiva da construção das barragens a ponto de fazer acreditar que as regiões atingidas por barragens foram intensamente beneficiadas e que os impactos negativos causados pelo alagamento haviam sido atenuados pelos planos e ações que visavam o desenvolvimento regional.⁸ E esses dados

⁴ Sobre os passos para construção de uma UHE, bem como a legislação e seus impactos ambientais cf. MÜLLER, A. C. **Hidrelétricas, meio ambiente e desenvolvimento**. São Paulo: Makron Books, 1995.

⁵ O que se entende por desenvolvimento regional ainda é muito polêmico na Academia. Vários são os conceitos, mas nenhum consegue estabelecer o que é Desenvolvimento regional. Vários autores comungam da idéia de que o desenvolvimento regional é um programa norteado por vários princípios (capital, população e políticas) que contribuem para elevar o nível de vida da população. Assim, cada região possui especificidades capazes de adaptar a economia nesses moldes próprios e particulares. Sobre essa discussão cf.: ANDRADE, M.C. **Espaço, polarização e desenvolvimento: uma introdução à economia regional**, 5.ed., São Paulo: Atlas, 1987; CLEMENTE, A. **Economia regional e urbana**. São Paulo: Atlas, 1994; KINDLEMBERGER, C.P. **Desenvolvimento econômico**. trad. de Sonia Schwartz. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1976; POLÉSE, M. **Economia urbana y regional**. Cartago: Libro Universitario Regional, 1998.

⁶ Na construção de uma UHE se determinam como atingidos vários fatores que vão do meio ambiente (fatores abióticos e bióticos) ao ser humano. Para responder à pergunta “Quem são os atingidos por uma barragem hidrelétrica?” de forma ilustrada, poderíamos usar as peças de um dominó em fileira no sentido vertical. A queda da primeira peça desencadeia o tombo de todas as outras. Neste caso específico, utilizo as noções de direta e indiretamente atingidos para os indivíduos que, de certa forma, sofreram alguma alteração no seu estado de vida (social, cultural ou econômico) advindo da construção da barragem. Destes, os diretamente atingidos são aqueles que tiveram suas propriedades alagadas, seriam a “primeira peça” a cair no processo de transformações sociais ocorridas durante a implantação da Usina.

⁷ Por migração involuntária entendo a mobilidade obrigatória de sujeitos que, por fatores exógenos, se colocam itinerantes num processo de deslocamento de territórios, viveres e práticas sociais. Essa migração implica uma vida entre dois universos: aquele no qual está se inserindo e aquele que deixou. No meu entender, este processo é o que causa maior sofrimento e divisão na vida dos atingidos por barragens. Cf. RAISON, J.P. Migração. trad. de Irene Gil. In **Enciclopédia Einaudi**, v.8. **Região**. Porto: Inova/Artes Gráficas, 1996.

⁸ Entre os Planos de Desenvolvimento Regional criados para ‘desenvolver’ economicamente as regiões de Itaipu e Salto Caxias cito: Conselho dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu – CML; Projeto de Desenvolvimento integrado dos Municípios do Reservatório de Salto Caxias – PRÓ-CAXIAS; Plano de Desenvolvimento Regional do Oeste do Paraná da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná – AMOP. Esses projetos oficiais, aliados aos recursos advindos do pagamento dos *royalties* que as usinas precisam repassar aos municípios atingidos são, na opinião do Estado, capazes de compensar os impactos causados pela construção das usinas.

foram tomando forma no relatório que eu mesmo ajudei a escrever e que, naquele momento, saciavam as intenções da pesquisa, porém, não respondiam às perguntas levantadas na contraposição entre os dados oficiais à realidade social descrita pela voz dos atingidos durante as entrevistas.

Terminado o relatório final da pesquisa não me conformava com aqueles “pontos finais”. Debrucei-me sobre as questões que me instigavam e resolvi, por conta própria, continuar a pesquisa, não mais econômica e sim histórica, sobre a implantação de hidrelétricas na região oeste do Paraná. Tinha que fazer uma opção dentre as inúmeras que possuía e fiz minha escolha por Salto Caxias.⁹

Recolhi as fontes utilizadas no projeto¹⁰ e me chamou a atenção uma peculiaridade que distinguiu a Usina de Salto Caxias das outras hidrelétricas brasileiras: a forma de indenização dos seus atingidos.

2.1. Hidrelétricas e indenização: o caso de Salto Caxias

Foi o estudo das formas de indenização da UHE de Salto Caxias que me possibilitou enxergar sujeitos que se tornaram ocultos nos dados oficiais e até mesmo da historiografia regional como veremos adiante.

A discussão sobre hidrelétricas e indenização aparece desde a instalação das primeiras usinas hidrelétricas no Brasil. De lá pra cá, muitas lutas têm se travado entre atingidos e governo no intuito de garantir melhores condições de vida aos que, por força de um projeto de utilidade pública, são obrigados a deixar suas propriedades e migrarem para outras regiões. A indenização é a “garantia” que resta aos atingidos antes das águas cobrirem suas terras.¹¹

No processo histórico de construção de barragens, os atingidos começam a se organizar principalmente depois da construção da UHE de Itaipu (década de 1970). As injustiças cometidas aos camponeses que moravam às margens do Rio Paraná quando da desapropriação destas terras para a construção da “Maior Hidrelétrica do Mundo” fez emergir uma série de movimentos populares no campo. Tais movimentos lutavam pela reforma agrária e contra a construção de novas hidrelétricas. É o surgimento do Movimento dos Sem Terra (MST) e logo após o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

A história dos atingidos por barragens no Brasil tem sido marcada pela resistência na terra, luta pela natureza preservada e pela construção de um Projeto Popular para o Brasil que contemple uma nova Política Energética justa, participativa, democrática e que atenda os anseios das populações atingidas, de forma que estas tenham participação nas decisões sobre o processo de construção de barragens, seu destino e o do meio ambiente.

Na década de 70, foi intensificado no Brasil o modelo de geração de energia a partir de grandes barragens. Usinas Hidrelétricas são construídas em todo o país, projetos “faraônicos” são levados adiante com o objetivo principal de gerar eletricidade para as indústrias que consomem muita energia, chamadas de eletro-intensivas e para a crescente economia nacional, que passava pelo chamado “milagre brasileiro”, durante a ditadura militar.

Estas grandes obras desalojaram milhares de pessoas de suas terras, uma enorme massa de camponeses, trabalhadores que perderam suas casas, terras e o seu trabalho. Muitos acabaram sem terra, outros tantos foram morar nas periferias das grandes cidades. Desta realidade surge a necessidade

⁹ Optei por estudar os atingidos de Salto Caxias, por que estes ainda permanecem na região o que possibilita o contato e entrevistas. Além disso, Salto Caxias possui especificidades ainda não questionadas e formas de indenização distintas às outras UHEs brasileiras.

¹⁰ Relatório de Impactos Ambientais (RIMA), Relatórios de Estudos Antropológicos da Região de Salto Caxias e algumas entrevistas que tinha comigo na época.

¹¹ Sobre indenização e garantias cf. PAULA, D. A. A história de uma morte anunciada. *Revista Tempos Históricos*, v.1, n.1, p.67-92. Cascavel: Edunioeste, 1999; PEIXER, Zilma Isabel. *Utopias de progresso: ações e dilemas na localidade de Itá frente a uma hidroelétrica*. Dissertação. Florianópolis: UFSC, 1993. BLOEMER, N. M. S. *Hidrelétricas e populações locais*. Florianópolis: UFSC, 2001; SIGAUD, L.; e MIELNIK, O. *Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares: aspectos econômicos, tecnológicos, sociais e ambientais*. São Paulo: Marco Zero : AIE/COPPE, 1998.

da organização e da luta dos atingidos por barragens no Brasil, como forma de resistir ao modelo imposto.¹²

Quando a Usina de Salto Caxias começa a ser implantada no Rio Iguaçu, algumas lideranças comunitárias, em contato com os líderes do MAB, sentem a necessidade de se organizar para reivindicar uma indenização justa. Estes sujeitos não estavam dispostos a aceitar pacificamente as imposições do Estado representado pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica – COPEL, estatal responsável pelas obras. Surge então na região oeste do Paraná, na década de 1990, o Conselho Regional de Atingidos por Barragens – CRABI. Os sindicatos dos trabalhadores rurais da região atingida (através de seus presidentes), a igreja e alguns líderes do Movimento do Atingidos por Barragens – MAB, percebem que seria a hora de lutar não contra a construção da Usina, mas a favor dos interesses de uma classe: a dos atingidos.

Através desta luta, que não pretendo abordar, a COPEL se vê pressionada a estabelecer formas de indenização que fossem aprovadas pelos atingidos, para terminarem a construção no prazo estipulado.

Feito o levantamento de todos os que seriam diretamente atingidos pelo reservatório, a COPEL apresentou o seguinte projeto de indenização:

1º. grupo: Os proprietários com área superior a 5 ‘alqueires paulistas’ (12 hectares), total ou parcialmente atingida, teriam seus imóveis, bem como as benfeitorias destes, comprados a preço de mercado;

2º. grupo: Os proprietários com até 5 ‘alqueires paulistas’, residentes ou não na área atingida (posseiros, meeiros, parceiros, arrendatários...), que desenvolviam funções econômicas que seriam inviabilizadas pelo empreendimento, seriam indenizados através de reassentamento ou carta de crédito.

O reassentamento era a mudança da família atingida para uma área pré-estabelecida pela empresa. Os atingidos seriam transplantados para localidades que forneceria a possibilidade de continuar o trabalho na lavoura. Já a carta de crédito era a possibilidade das famílias escolherem, em vez do reassentamento, a alternativa de receberem sua indenização em moeda corrente.¹³

Das 1.025 famílias pertencentes a este segundo grupo, 425 escolheram a carta de crédito e 600 preferiram o reassentamento. Para aqueles, a COPEL providenciou o pagamento e a locação de cada família.

Para o reassentamento foram adquiridas 10 áreas, num total de 18.590 hectares em municípios próximos do ponto de origem. Nestas terras abriram-se estradas internas, construíram moradias e galpões, prepararam o solo para o plantio, instalaram redes de água e energia elétrica e edificaram estruturas comunitárias. Neste programa de reassentamento que é considerado modelo mundial de reforma agrária, o governo paranaense investiu R\$ 95 milhões.¹⁴

2.2. UHE de Salto Caxias e a história dos que ficaram

A partir do momento em que comecei a investigar as formas de indenização da UHE de Salto Caxias, comecei a valorizar de antemão as ações da CRABI como se este movimento tivesse sido o mentor de uma “justa” indenização. A imprensa, o Governo do Paraná e a própria historiografia regional atribuíram a essa forma indenizatória o título de “Modelo de Reforma Agrária”.¹⁵ Os holofotes se fixaram numa parcela de atingidos que lutaram e que, pela força desta luta, conseguiram estabelecer “a vontade dos camponeses”.

¹² <http://www.mabnacional.org.br/site/historia.html>. Acesso em 22/06/2002

¹³ Daí, a preocupação da CRABI era fazer com que a maioria dos atingidos preferisse o reassentamento, pois segundo o Movimento, seria a forma mais viável para os atingidos. Foi pela implantação do reassentamento que a CRABI lutou, exigiu e conseguiu da COPEL várias obras ‘compensatórias’.

¹⁴ COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA ELÉTRICA. Disponível em (<http://home.copel.com:9090/PagCopel.nsf/docsap/BE9D34467AAF883403256B760042E91F?OpenDocument&secao=GER%3Ausinas%3Ahidreletricas&>). Acesso em 22/06/02

¹⁵ Sobre os reassentamentos da CRABI cf. SCHREINER, D. F. **Entre a exclusão e a utopia: um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais** (Região Sudoeste/Oeste do Paraná). Tese. SÃO PAULO: USP, 2002.

Porém, uma leitura mais aguçada me colocou diante de alguns sujeitos sem “imagem” nesta história. O brilho do “reassentamento modelo” ofuscou alguns olhares que deixaram de lado uma parcela significativa de indivíduos que também foram indenizados e que sumiram da história de Salto Caxias: aquelas 425 famílias que não optaram pelo reassentamento, que por algum motivo não se juntaram ao movimento social, receberam a carta de crédito e resolveram permanecer nas cidades lindeiras ao reservatório.

Comecei a me questionar sobre esses indivíduos. O que teria acontecido com esses sujeitos de uma mesma história que, por não se inserirem no movimento social, foram relegados ao silêncio? Por que não realizar uma pesquisa historiográfica sobre esses indivíduos tão singulares? Assim, resolvi investigar os caminhos trilhados por esses atingidos que não migraram, que não se renderam aos apelos da CRABI e nem do Governo. O que fez essas pessoas preferir as terras de terrenos acidentados, com montanhas e pedras próximas ao reservatório, às terras planas e aráveis exigidas para o reassentamento longe da barragem? Como esses camponeses estão reconstruindo suas histórias num ambiente totalmente modificado pela inundação?

Com essas perguntas é que vou trilhando um novo caminho para escrever uma outra história sobre a UHE de Salto Caxias. Não desmerecendo aqueles que estão no reassentamento ou a luta da CRABI, quero problematizar as realidades de outros sujeitos do processo da construção de barragens: aqueles que ficaram. Muitos trabalhos têm estudado e conseguido ótimos resultados para as questões dos processos migratórios desses empreendimentos. Porém, as histórias daqueles que reconstruíram suas vidas após uma intensa transformação sócio-ambiental num curto período de tempo poderão contribuir para o entendimento de diversas questões relacionadas aos temas resistência, memória e cotidiano.

De certa forma não partilho com a idéia de que somente numa organização instituída os sujeitos são capazes de reivindicar e “obrigar” o governo a acatar suas decisões. Mais do que isso, não acredito que somente através dos movimentos sociais os indivíduos são capazes de resistir aos processos de dominação ou imposição das idéias neoliberais. Para tais afirmações me apóio naqueles que não aderiram ao Movimento dos Atingidos por Barragens. Não sei ainda o porquê, mas meus estudos me levam a questionar até que ponto o movimento não colaborou para com os planos da COPEL de “retirar depressa” do espaço de lutas a maior quantia possível de pessoas. Mesmo atendendo às reivindicações do movimento, adotando o reassentamento, aceitando as exigências dos líderes da CRABI, a COPEL atinge os seus objetivos. E assim, focalizam um fato e sombreiam outros, quiçá mais instigantes e investigativos que são, a meu ver, aqueles que permanecem e tentam reconstruir seu cotidiano às margens do reservatório.

3. COTIDIANO, MEMÓRIA E HISTÓRIA ORAL: O REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO PARA A PESQUISA

Acredito que uma das grandes preocupações daqueles que se dispõem a realizar uma pesquisa historiográfica seja esta: quais serão as referências teóricas e o método investigativo para realização da pesquisa? No início achava que encontrar um problema para um projeto de pesquisa era o mais difícil. Hoje, mesmo não tendo o problema bem delineado ainda, percebo que a escolha do referencial teórico e metodológico é bem mais complicada. Minhas angústias giram em torno da dupla: teoria e metodologia. Qual o rumo a ser tomado numa pesquisa dessa proporção?

Meu desejo é historiar um processo de resistência que não está agregado nos “modelos de resistência” dos movimentos sociais, ou seja, os atingidos que permaneceram possuem uma forma diferente de resistir do que os que migraram. Mas resistiram a quê? Neste caso, resistiram ao desaparecimento de suas memórias e não de suas propriedades. Resistiram ao desaparecimento daquilo que viveram às margens do Rio Iguaçu, das pescarias, das festas na capela, das religiosidades e representações daquele espaço (daqueles morros, daquelas pedras, daquelas estradas, etc.).

Nas entrevistas, nas conversas informais e no diálogo com esses indivíduos que ficaram, percebo uma valorização daquele espaço como algo seu e que “dinheiro algum tira”. Mesmo

sendo ótimas as propostas da COPEL e da CRABI para o reassentamento, essa mentalidade de cultivar viveres típicos daquele ambiente que seria alagado os impediu de partir. Por mais que suas propriedades fossem submersas, o simples fato de estarem próximos a elas, os fez adquirir terras à beira do lago. Ainda hoje, quando as águas estão límpidas, alguns moradores pegam sua canoa e vão até os locais onde moravam, na esperança de enxergar algum resquício do que antes ali tiveram. E o incrível é que, quando conseguem avistar no fundo do reservatório as casas e as capelas eles voltam satisfeitos com a noção de que mataram a saudade.

Esse “matar a saudade” está intimamente ligado àqueles que ficaram nas cidades atingidas. É um continuar de vida através da lembrança despertada por algum símbolo do passado que está sob as águas. Daí a necessidade de pesquisar o cotidiano para esmiuçar as práticas de sobrevivência e as táticas de reinvenção dos viveres ou saberes sobre uma novidade imposta, no caso, o reservatório e seus impactos ambientais, sociais, culturais e econômicos. A história de vitórias que o movimento social reclama para si tais como o “reassentamento modelo” e as exigências que a Copel acatou pela “imposição” da CRABI recriam mitos e dão vida a heróis. O estudo do cotidiano, pelo contrário, desmistifica fatos e heróis, pois o singular quebra os muros do pluralismo universal em que os fatos se desencadeiam sempre numa mesma direção.¹⁶

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurei neste ensaio apresentar o surgimento de uma pesquisa. Não tenho aqui pretensões de responder as inúmeras questões que ficaram em aberto neste texto. Aliás, o objetivo neste início de tarefas é realmente perguntar e posso afirmar que a cada questão formulada surge outra e assim sucessivamente. Entretanto, acredito que alguns desses questionamentos corroboram para uma prática investigativa capaz de encontrar algo novo. Pois, é sempre o novo que buscamos em nossas pesquisas, quer seja uma novidade factual ou simplesmente uma nova maneira de interpretar o já interpretado.

Meu intuito de historiar a vida cotidiana dos ribeirinhos ao reservatório de Salto Caxias, especialmente os que tiveram suas terras atingidas, tem o objetivo de resgatar um conteúdo histórico não documentado. Por essa especificidade sei que encontrarei dificuldades no estabelecimento das fontes que, sem dúvida, preocupam qualquer historiador, pois é através delas que se entabulam os diálogos para formação do conhecimento histórico.

Segundo DIAS (1998), o conhecimento histórico se constrói na medida do diálogo estabelecido entre historiador e fragmentos do passado, que vão se ampliando na medida em que aquele diversifica suas questões. Dessa forma, o que posso afirmar no momento é que intuições me levam a esse objeto e que, no resgate das fontes (dados oficiais dos relatórios e estudo do cotidiano dos atingidos), será possível um diálogo entre presente e passado. Pois,

Nas ciências do homem, ao contrário do que ocorre nas ciências experimentais ou objetivistas, o pesquisador é ao mesmo tempo sujeito e objeto do conhecimento, de modo que, ao se propor a construir um tema histórico, recortar um objeto de estudo e re-inventá-lo, dentro de certo método ou critérios de interpretação do passado, tem sempre em mente a historicidade de verdades, instituições, dogmas, antigamente tidos como irrefutáveis e cuja mudança pode reconstituir através das gerações e do passar do tempo.¹⁷

Sendo assim, essas primeiras pegadas me levam a “abrir caminhos novos” para o conhecimento daqueles que ficaram às margens do lago e da própria história de Salto Caxias.¹⁸

¹⁶ Cf. DIAS, M. O. S. Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea. *Revista Projeto História*, n.17, p.223-258. São Paulo: USP, 1998.

¹⁷ Idem, ibidem, p. 235.

¹⁸ A expressão “caminhos novos” foi utilizada por Maria Odila L. P. Dias para designar as conseqüências do resgate histórico da vida de pessoas singulares e experiências diversas. Para a autora, são esses “caminhos novos” que possibilitam outras interpretações e conhecimento das sociedades humanas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ANDRADE, M.C. **Espaço, polarização e desenvolvimento: uma introdução à economia regional**, 5.ed., São Paulo: Atlas, 1987.
- BLOEMER, N. M. S. **Hidrelétricas e populações locais**. Florianópolis: UFSC, 2001.
- CLEMENTE, A. **Economia regional e urbana**. São Paulo: Atlas, 1994.
- DIAS, M. O. S. Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea. **Revista Projeto História**, n.17, p.223-258. São Paulo: USP, 1998.
- KINDLEMBERGER, C.P. **Desenvolvimento econômico**. trad. de Sonia Schwartz. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1976.
- LIMA, J. F et al. Os impactos dos reservatórios das hidrelétricas no desenvolvimento microrregional. **Relatório Final de Pesquisa do Projeto 612/Fundação Araucária**. Toledo: Unioeste/C. de Toledo, 2002.
- MÜLLER, A. C. **Hidrelétricas, meio ambiente e desenvolvimento**. São Paulo: Makron Books, 1995.
- PAULA, D. A. A história de uma morte anunciada. **Revista Tempos Históricos**, v.1, n.1, p.67-92. Cascavel: Edunioeste, 1999.
- PEIXER, Zilma Isabel. **Utopias de progresso: ações e dilemas na localidade de Itá frente a uma hidroelétrica**. Dissertação. Florianópolis: UFSC, 1993.
- POLÉSE, M. **Economia urbana y regional**. Cartago: Libro Universitario Regional, 1998.
- RAISON, J.P. Migração. trad. de Irene Gil. In **Enciclopédia Einaudi, v.8. Região**. Porto: Inova/Artes Gráficas, 1996.
- RIBEIRO, M. de F. B. **Memórias do Concreto**. Cascavel: Edunioeste, 2002.
- SCHREINER, D. F.** Entre a exclusão e a utopia: um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais (**Região Sudoeste/Oeste do Paraná**). Tese. **SÃO PAULO: USP, 2002**.
- SIGAUD, L.; e MIELNIK, O. **Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares: aspectos econômicos, tecnológicos, sociais e ambientais**. São Paulo: Marco Zero : AIE/COPPE, 1998.
- THOMPSON, A. Desconstruindo a memória: questões sobre as relações da história oral e da recordação. In Conferência Brasileira de História Oral, "História oral e ética", s/l, 1995.

OS CONFLITOS ÉTNICOS ENTRE “ALEMÃES” E “BRASILEIROS”, EM CANGUÇU

Dilza Pôrto Gonçalves

Este trabalho procura demonstrar como a etnia está sendo usada para marcar fronteiras, espaços e construir identidades. Observando situações de conflito entre “alemães” e “brasileiros”, em Canguçu, município no sul do Brasil.

Os “alemães” reconhecem-se e são reconhecidos, alemães, propriamente ditos e seus descendentes, e ainda os pomeranos e seus descendentes.

Como “brasileiros” são reconhecidos os nativos ou os que chegaram primeiro ao território, que na maioria das vezes são luso-brasileiros.

Com ajuda das referências bibliográficas far-se-á uma análise das representações desses conflitos étnicos como construtores de identidades, verificando as hipóteses do estranhamento, através de conceitos que perpassam os campos da História, da Sociologia e da Antropologia.

A História Oral proporciona dados dos conflitos através de depoimentos de pessoas que se reconhecem como “alemães”. Os depoentes têm idade entre 82 e 64 anos, são alemães ou descendentes, e ainda, descendentes de pomeranos, a maioria estudou até a 5ª série, mas detêm um capital cultural significativo que não condiz com o nível de escolaridade, alguns falam dois ou três idiomas. As profissões da maioria dos imigrantes alemães, segundo os depoentes, não eram de agricultores, variavam desde fotógrafo, marceneiro, professor, engenheiro, juiz de paz, entre outros, e só foram transformados em colonos quando chegaram ao Brasil. Observando esse universo é possível reconhecer, além de uma identidade étnica, uma identidade de classe. Percebe-se que os depoentes têm certo nível sócio-econômico, além de terem um acúmulo de capital cultural, mas foram colocados numa condição de isolamento, quando foram transformados em colonos, na zona rural de Canguçu. As entrevistas foram realizadas entre janeiro e março de 2004, nas casas dos depoentes juntamente com suas famílias, no meio de fotos, livros, cartas e objetos que favoreceram a rememoração.

As dificuldades de aceitação, por parte dos mais idosos, de namoros e casamentos entre os “alemães” (descendentes de alemães ou de imigrantes da antiga Pomerânia) e os “brasileiros” (descendentes de luso-brasileiros), despertam questionamentos sobre a temática.

Essa dificuldade de integração à sociedade brasileira e os conflitos entre “alemães” e “brasileiros”, são objetos de estudo desse trabalho. Algumas hipóteses dessa não assimilação são abordadas, analisando como a memória desses conflitos age na formação das etnias e o uso que os indivíduos fazem dessas categorias, durante o processo de formação de identidades.

Analisando grupos étnicos distantes da pátria-mãe, e seus descendentes, vale a pena ressaltar que os “alemães”, como grupo, se identificam e usam a memória para se reafirmarem como etnia. Segundo Hobsbawm, os indivíduos buscam reinventar em território estranho a idéia de pátria-mãe, pois o sujeito reinventa tradições e comemorações, para reafirmar as identidades. Talvez seja esse um dos motivos do grupo (alemães) não querer a mistura de “raças”. Por isso precisam manter-se “puros” (não deverão deixar seus descendentes se casar com os “brasileiros”, mantendo-se como grupo identitário).

Para clarearmos um pouco esse aspecto citamos Halbwachs:

Os marcos sociais da memória (são gerais) como espaço, tempo, linguagem – são bem específicos,

relativos aos diferentes grupos sociais, que criam um sistema global do passado que permite a rememoração individual e coletiva.(1990:25)

Ressaltamos, então, a memória coletiva, pois para o autor os âmbitos coletivos, mais relevantes, implicados na construção da memória são a família, religião e classe social. Assim, os indivíduos articulam sua memória em função de seu pertencimento a uma família, uma religião ou classe social determinadas. O sujeito presente dentro do seu espaço social recria o passado. Assim, se reconstrói o passado a partir das categorias que modelam a lembrança individual. As pessoas pensam em quadros sociais, não existem fora dos papéis sociais (quando do estudo da memória para aquele determinado grupo). Ao rememorar, evoca categorias que lhe são relevantes.

Evitando que seus descendentes casem com pessoas de outras etnias, os “alemães”, ao que parece, podem estar tentando recriar e rememorar suas tradições da antiga pátria, a Alemanha, que em termos de território e cultura está bem diferente, de quando os seus familiares migraram para o Brasil, no entanto fazem questão de reafirmar tradições daquela época, muitas vezes afastada por várias gerações. A identidade, segundo FÉLIX (1998) é percebida, captada e construída em permanente transformação, isto é, enquanto processo.

Segundo o que vimos, a memória é bastante utilizada para criar ou reafirmar identidades. Ao rememorar, se evoca categorias que são relevantes para aquele grupo social e quando se evoca a memória, usando a História Oral, percebe-se que várias camadas de tempo se entrecruzam, daí a importância do pesquisador que deve estar atento e dominar o período histórico que está estudando para perceber que o sujeito ao rememorar está fazendo um trabalho, lembrando que o sujeito é social, temporal, que está num lugar social e histórico e tem suas próprias interpretações do passado, depende do momento vivido. Quando se constrói a memória, ela é reinventada, tanto a individual, quanto a coletiva. (HOBBSAWM:1997). Porque está ligada ao afetivo, ao emocional, e assim também se constroem identidades.

Nas comunidades luteranas na zona rural do município de Canguçu, percebe-se muito a memória reinventada que é abordada por Hobsbawm nos rituais da comunidade, como casamentos, jogos, festas (quermesses), nos quais através da comemoração e da repetição vai se criar uma relação com o passado.

Bartlett, (1932) descreve a memória:

como um ato de construção dentro da cabeça do indivíduo social, a perspectiva contemporânea, a localiza em sendo o discurso de pessoas falando conjuntamente sobre o passado. E segundo ele, alguns objetos são indispensáveis da *memória*. (IN:Radley,1992:67)

Recordar é uma atividade íntima, marcada por um sentido do passado. A recordação social só é possível manter por um mundo dos objetos e artefatos, isso é em parte confirmado pelo modo que se ordena no mundo.

Vamos deter nossos estudos nos imigrantes alemães que chegaram a Canguçu, ao final do século XIX, vindos da colônia de São Lourenço do Sul. Fundaram colônias e dedicaram-se à agricultura e segundo GERTZ(1991), quando se refere a este tipo de colônia, era etnicamente homogênea, não só pelo preconceito, mas porque os integrantes de qualquer etnia buscam parceiro dentro de um perímetro geográfico restrito. Mas há outros indícios para a resistência à integração de alemães e descendentes.

Sobre essa idéia de isolamento, GIANCARLA SALAMONI, escreve:

Não havia estradas, o que dificultava as comunicações entre os colonos pomeranos e o centro urbano mais próximo, favorecendo o isolamento e a necessidade de buscarem a auto suficiência. (...) Apesar das imensas dificuldades que tiveram de enfrentar, agravadas pelas carências de infra-estruturas, os colonos conseguiram manter sua identidade cultural e sobreviver economicamente. (1996:22,23).

Os pomeranos de certa forma se isolaram em suas colônias, reafirmando assim suas identidades que segundo Salamoni, deve-se ao fato de terem sofrido muitas discriminações ao longo de sua história, o que fez com que namorassem e casassem com pessoas de mesma origem étnica.

EGON SHADEN, citado em HUTTER e NOGUEIRA:

“considera o isolamento das colônias como condição ecológica de suma importância para explicar o retardamento da aculturação dos seu elementos. Por outro, lado, a pequena propriedade baseada no trabalho familiar, sem a necessidade de emprego da mão-de-obra nacional, foi responsável pela impermeabilidade da sociedade teuta.”(1975:145)

O isolamento das colônias, também aparece no depoimento: *“Ninguém conhecia cidade, eu fui conhecer Canguçu, com 18 anos, fui a pé para me alistar.”*(entrevista com Walter Theil, 77anos, realizada em 07/02/2004)

Grande parte dos imigrantes germânicos eram adeptos da Igreja Luterana e o isolamento também se deve ao fato de os luteranos que não se integravam s demais religiões. Dividem-se em dois grupos: Sínodo Riograndense e Sínodo Missouri, o primeiro, inicialmente ligado igreja luterana alemã e o segundo a igreja luterana americana.

Os conflitos entre os imigrantes e os moradores do Rio Grande do Sul iniciaram logo na chegada desses, por aqui. Não se vê por parte do governo a tentativa de integração desses imigrantes sociedade local. HALLAL DOS ANJOS, reforça essa idéia:

A educação, por exemplo, mecanismo de integração por excelência, sofreu crônico descaso das autoridades, obrigando, via de regra, os imigrantes a se organizarem de forma autônoma em busca de soluções. (2000:61)

GUTKNECHT (2003) reafirma a necessidade de instalar igrejas luteranas. Mesmo em comunidades pequenas providenciava-se a construção de uma igreja rústica e provisória. O ensino nas igrejas era ministrado pelos pastores e na língua alemã, pela despreocupação do governo em criar e manter escolas onde os alemães e descendentes pudessem aprender a língua do país. Dessa forma se mantinha o grupo unido e preservando a língua e os costumes. A autora refere também que durante o Estado Novo os colonos não puderam falar alemão e nem ensinar o alemão nas escolas.

Durante a Segunda Guerra Mundial houve uma onda de violências contra os alemães e seus descendentes. Em 1942, quando o Brasil apoiou os Estados Unidos e entrou na Guerra contra a Alemanha, os luso-brasileiros aproveitaram-se da situação para saquear e roubar os “alemães”. Segundo a afirmação:

Uma análise apressada poderia conceber estas violências apenas como reflexos da Segunda Guerra, quando o Brasil, junto com os “aliados”, luta contra o “eixo nazi-fascista”, mas foram batalhas culturais, econômicas e militares, que tornam pertinente o sobrenome mundial àquela guerra. (FACHEL,2002:29)

A violência cultural tem sido um fato marcante na vida dos teuto-brasileiros. E aparece em muitos depoimentos, por exemplo:

Uma vez nós fomos num casamento, aí chegou dois penetras, e eu fui falar com uma amiga em alemão, não vi que eles estavam sentados na mesa. Queriam me prender a todo custo. Mas eu digo, quem é que vai me proibir de falar a minha língua materna. Eles se enfureceram, aí a gente foi embora, perdemos o gosto pelo casamento.(entrevista com Elfrida Bull,82anos realizada em 10/02/2004)

Em outro depoimento, observamos o medo que os “alemães” tinham dos brasileiros, e chegavam a desviar destes nas estradas:

Tinha muito medo dos brasileiros. O alemão tinha muito medo dos brasileiros. Onde eles podiam se desviar, eles se desviavam. Porque sempre tinha medo, se eles falam qualquer coisa, eu meto a faca, e era aquele medo. (entrevista com Ervino Neutzling, 79 anos, realizada em 22/01/2004)

Os casos de violência fizeram que muitos luso-brasileiros lucrassem, pois muitas empresas de “alemães” foram saqueadas e destruídas. A violência poderia ter agravado os conflitos, e o impacto sobre os moradores das colônias fez com que os moradores se recolhessem cada vez mais. Mas, vimos também que os conflitos não iniciaram na Segunda Guerra, que são anteriores a esta. Como se constatou até aqui, nem todos os “alemães” parecem não se integrar à sociedade brasileira e isto é exemplificado por LANDO e BARROS:

...nos núcleos coloniais alemães, observava-se a existência de duas correntes: aqueles que se colocavam sempre numa posição de hóspedes do Brasil, considerando a Alemanha sua verdadeira pátria, e aqueles que, apesar de terem orgulho de sua ascendência, sentiam, ao se fixarem aqui, a necessidade de interessar-se e de participar ativamente da vida política nacional. (1976:63)

Segundo FACHEL, as atividades burocráticas e comerciais eram predominantemente luso-brasileiras, mas no início do século XX, com o processo de urbanização e diversificação das atividades econômicas, colonos alemães, italianos e seus descendentes aumentaram sua importância na agricultura, no comércio e na indústria. Isso, segundo ele, vai contrastar com a crise da economia pecuária. (2002:72). Ainda, vemos, em Fachel, que essa acumulação dos lucros, por parte dos alemães, se deve às relações comerciais com a Alemanha. No entanto, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial contra a Alemanha nazista, conflitos que já existem ficam evidentes em atos de violência contra aos alemães e seus descendentes. A perseguição contra aos alemães é generalizada, “a língua alemã, a Igreja Luterana, a escola de origem germânica e as atividades comerciais com a Alemanha precisavam ser combatidas.” (FACHEL, 2002:77)

Embora, tenhamos percebido que o isolamento geográfico e de certa forma cultural apareça em várias citações e depoimentos, para existirem os conflitos é necessário o contato entre os grupos. Sabemos que, os imigrantes tinham que comercializar sua produção com elementos de fora da colônia, além disso muitos vezes tinham que freqüentar os mesmos espaços de lazer. O que pode ser observado nas entrevistas, quando os depoentes afirmam que os “brasileiros” iam aos bailes nas casas dos colonos. Ressaltam que só havia festas nas casas dos colonos; segundo eles quase não havia bailes nas casas dos “brasileiros”. Portanto, as festas eram espaços de convivência entre o grupo dos “alemães” e dos “brasileiros”. Devemos lembrar que nesses bailes, somente alguns “brasileiros” podiam participar.

O governo de Getúlio Vargas tinha a intenção de transformar o Brasil numa nação homogênea, nem que para isso precisasse usar a violência. Com o intuito de construir o nacionalismo, era preciso acabar com qualquer ameaça estrangeira, ou seja, com qualquer cultura que não se integrasse ao que o governo dizia ser a cultura brasileira. Neste contexto, SEYFERTH (1997), demonstra que a campanha de nacionalização do Governo Vargas foi bem mais evidente contra os alemães justamente porque estes eram vistos como ‘quistos étnicos’ e não estavam assimilados à cultura brasileira. Observa-se também que os alemães estavam economicamente em destaque, causando a cobiça dos luso-brasileiros.

A violência e a miséria causam dor, mas também reforçam a luta do imigrante. Essa idéia está presente nas teorias sociais defendidas pelo governo brasileiro, quando incentivava a imigração ou tentava manter o controle sobre determinados grupos étnicos. O “alemão” representava o ideal de brasileiro trabalhador, mas não assimilava a cultura brasileira. Segundo Seyferth (1997), o engrandecimento do País estaria associado ao trabalho, que seria o dever máximo do cidadão. No entanto, essa capacidade de trabalho é herdada da Alemanha, por isso era necessário continuar sendo alemão.

No caso dos alemães, percebe-se que a violência pode ter interferido na formação das identidades, assim como o isolamento devido às dificuldades de comunicação. Não podemos deixar de lembrar que em algumas localidades houve uma maior integração, quando “brasileiros” e “alemães” se casaram ou participam da mesma comunidade, integrando-se totalmente aos costumes da sociedade brasileira. No entanto, o objeto de estudo desse trabalho são os “alemães”, que se mantiveram como grupo identitário, diferenciando-se dos “brasileiros”.

Os “alemães” ao destacarem suas diferenças dos “brasileiros” se identificam como grupo social, tentando manter-se “puros etnicamente”, o que sabemos ser impossível, num mundo globalizado, onde o que temos são identidades híbridas e construídas socialmente, com a ação passiva ou consciente dos atores e dos grupos sociais. Os conflitos étnicos que se observa em Canguçu, talvez estejam dentro deste contexto. Pois, os “alemães” se afirmam como grupo identitário, destacando as diferenças que têm em relação aos “brasileiros”. Vejamos alguns exemplos identificados nas entrevistas:

Eu sou um nato brasileiro, mas naquela época eu era considerado como alemão. Então, ali na nossa zona, tinha muita família pobre morando ali. Sempre nesses baile havia essas briga. Então, os alemão, tu não pode entrar, tu é alemão. Nós somos alemães, nós somos um pouquinho mais, naquela época era assim. Então, sempre havia essas briga. (entrevista Ervino Neutzling, realizada em 22/01/2004)

Existe uma diferença de classes, destacada pelos “alemães”, quando se referem aos “brasileiros” e aos “pomeranos”. Um depoente destaca a “superioridade do alemão legítimo” e é irônico ao se referir aos pomeranos, como “alemães que não sabem nada da Alemanha”. No início da colonização, “os alemães” foram estigmatizados e, ao que parece, com a persistência dos conflitos está ocorrendo o caminho inverso. Para se afirmarem como grupo os “alemães” estigmatizam os “brasileiros”, destacando suas falhas e defeitos.

Para melhor explicar esses conflitos agentes e formadores de identidades, temos que rever algumas categorias, citadas anteriormente, entre elas o conceito de etnia e de grupos étnicos. Cardoso Oliveira destaca:

“a identidade social surge como a atualização do processo de identificação e envolve a noção de grupo, particularmente a de grupo social. Porém, a identidade social não se descarta da identidade pessoal, pois esta também de algum modo é reflexo daquela.(...) O conceito de identidade pessoal e social possui um conteúdo marcadamente reflexivo ou comunicativo, posto que supõe relações sociais tanto quanto um código de categorias destinado a orientar o desenvolvimento dessas relações. No âmbito das relações interétnicas este código a se exprimir como um sistema de oposições ou contrastes.(...) Quando uma pessoa ou um grupo se afirmam como tais, o fazem como meio de diferenciação em relação a alguma pessoa ou grupo que se defrontam. É uma identidade que surge por oposição. Ela não se afirma isoladamente.(1975:5)

Em outro depoimento, a diferença fica explícita quando a entrevistada diz que a “raça alemã” é mais ordeira que os “brasileiros”. Alguns depoentes citam os “brasileiros” com ar de superioridade e sua voz tem tom de indignação, dizendo que os “brasileiros não constroem uma igreja, porque são “relaxados”. Com isso tentam firmar a superioridade de sua etnia, como mais organizados e “caprichosos”.

Os grupos foram mudando de postura e atitudes no decorrer do tempo. Assim como os “brasileiros” discriminaram e agrediram os “alemães”, hoje muitos “alemães” discriminam os “brasileiros”. Então, quem poderia ser considerado “alemão”, ou “brasileiro”? Por essa pesquisa, podemos considerar “os alemães”, aqueles se reconhecem e são reconhecidos como alemães propriamente ditos e seus descendentes, além dos pomeranos e seus descendentes. Ainda entre o grupo dos “alemães” podemos incluir os pomeranos que vieram para o Brasil antes da unificação da Alemanha, mas que também sofrem discriminações dentro do grupo. Veja os exemplos

nos depoimentos: *“Aqui nessa zona era nós e o seu Alberto Winke que era alemão legítimo, os outros era ‘pomberano’¹. Os pomberano era pobre.”* Outro depoente destaca a “superioridade do alemão legítimo” e é irônico ao se referir aos pomeranos, como alemães que não sabem nada da Alemanha.

No início parece que os alemães foram estigmatizados, e segundo Goffman:

“O indivíduo estigmatizado- terá motivos especiais para sentir que as situações sociais mistas provam uma interação angustiada.[...] O indivíduo estigmatizado ou é muito agressivo ou muito tímido e que em ambos os casos, está pronto a ler significados não intencionais em nossas ações.”(1988:27)

e hoje ao que parece está ocorrendo o caminho inverso,

Para se afirmarem como grupo, os “alemães” estigmatizam os “brasileiros”, destacando suas falhas e defeitos. O indivíduo estigmatizado é sempre o outro, o “pomberano que era o pobre”, o “brasileiro que é relaxado”. Ainda em Goffman, vemos:

É claro que o indivíduo constrói a imagem que tem de si próprio a partir do mesmo material do qual as outras pessoas já construíram a sua identificação pessoal e social, mas ele tem uma considerável liberdade em relação aquilo que elabora. O conceito de identidade social nos permitiu considerar a estigmatização. O de identidade pessoal nos permitiu considerar o papel do controle de informação na manipulação do estigma. A idéia de identidade do eu nos leva a respeito do estigma e sua manipulação, e nos leva a dar atenção especial à informação que ele recebe quanto a essas questões.[...] Ligada a esse tipo de estratificação auto-evidente, que está a questão das namoradas e esposa ocorrerão dentro de seu próprio grupo ou “do outro lado alianças sociais, ou seja, se a escolha que o indivíduo faz de amigos, da linha”.(1988:117/118)

Para estigmatizar o outro grupo tanto “alemães” quanto os “brasileiros” usam termos pejorativos, que destruam a imagem do outro, sempre destacando o seu papel na sociedade como ordeiros, organizados, religiosos. Os “alemães” sempre destacam o conhecimento como um dos diferenciais em relação aos “brasileiros”, pois estes, segundo eles, “não se preocupam em dar uma escola aos filhos”, que para os “alemães” é tão importante e significativa quanto a Igreja. Muitas vezes, escola e igreja são construídas no mesmo local, quando a própria igreja não serve de escola, e o professor, na maioria das vezes é o próprio pastor da comunidade. Sem dissociar aí o estudo da língua a alemã, que é fundamental na preservação da germanidade e distintivo de grupo.

Dentro do grupo “alemães”, há duas categorias que podem ser definidas pelos entrevistados como “alemães legítimos” e “pomberanos”, algumas vezes chamados de “pomberanos”. Quem seriam os “alemães legítimos”, para o grupo dos “alemães”? Seriam aqueles oriundos da Alemanha, depois da unificação, e que sabem falar o “alemão fino” ou o “alemão alto”. Mais tarde, observamos que somente falar o “alemão alto” não distinguia “alemães legítimos” de “pomberanos”, porque todos que estudaram em escolas das igrejas, organizadas nas comunidades alemãs até o Estado Novo, aprenderam a ler e escrever em alemão. O que então parecia ser um diferencial deixa de ser. Como, então, diferenciar “alemães” e “pomberanos” se todos os entrevistados faziam questão de destacar a legitimidade de seu alemão. Praticamente impossível com a amostragem deste trabalho, porque o diferencial “alemão legítimo” e “pomberano” são representações criadas pelos imigrantes para fazer a distinção de classe na nova terra. Os pomberanos, na Europa, eram vistos como servos dos latifundiários alemães, então, aqui ninguém quer ser reconhecido como “pomberano”, todos se julgam descendentes do “alemão legítimo”. Fazem questão de ressaltar que a “Pomerânia era uma terra sem bandeira”. Embora a maioria das pessoas falem o dialeto pomberano, justificam dizendo que aprenderam com as pessoas do lugar e quase nunca

¹ O termo “pomberano” é utilizado pelos entrevistados para se referirem ao pomberano, ou seja, os nascidos na Pomerânia.

com a família. Quando sabem que existe um antepassado com origem pomerana fazem questão de ressaltar a outra linhagem de família com descendência do “alemão legítimo”.

Quando caracterizamos o grupo “alemães”, estamos levando em consideração o que BARTH, descreve:

Na medida em que os atores usam identidades étnicas para categorizar a si mesmos e outros, com objetivos de interação, eles formavam grupos étnicos neste sentido organizacional.

As características que são levadas em consideração não são a soma das diferenças “objetivas”, mas somente aquelas que os próprios atores consideram significantes. (1998:194)

Nesse caso, constatamos que os “alemães” são aquelas pessoas que se autodenominam “alemães”, que rememoram tradições e conceitos de uma Alemanha, que não existe mais, mas que está presente na memória dos imigrantes e seus descendentes. O ideal do pioneiro está presente para demarcar fronteiras, principalmente porque ressalta o “alemão” como trabalhador contrapondo ao “brasileiro”, que tem fama de preguiçoso e relaxado como mostram alguns dos entrevistados.

Os conceitos memória e identidade são fundamentais para se entender as diferenças e transformações de grupos sociais. Ao trabalhar com a memória do grupo, podemos identificar representações que os identificam como grupo social. Talvez a contrastividade identificada entre os “alemães” e os “brasileiros” possa estar relacionada à identidade do grupo, como os casos de violência que sofreram ao longo de sua história.

Os “alemães” se afirmam como grupo identitário, destacando as diferenças que têm dos “brasileiros”. Percebemos, também, que havia um contato entre os grupos, mesmo que fosse de forma hierarquizada. Temos alguns exemplos disso identificados nas entrevistas, quando uma entrevistada diz que em sua casa eles têm contato com os “brasileiros”, porque estes trabalham como empregados de sua família. Também diz que os “brasileiros” eram “relaxados” porque não construíam, e nem eram sócios de nenhuma igreja. A depoente citada fala dos “brasileiros” com ar de superioridade e sua voz tem tom de indignação dizendo que os “brasileiros não constroem uma igreja, porque são “relaxados”. Com isso ela tenta afirmar a superioridade de sua etnia, como mais organizada e “caprichosa”.

Referências bibliográficas

- BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. IN: POUTIGNAT STREIFF-FENART, J. Teorias da Etnicidade. São Paulo: ed. da UNESP, 1998.
- BOM MEIHY, J. C. S. Manual de história oral. São Paulo: edições Loyola, 1988.
- BORDIEU, P. O poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- CALVINO, I. A palavra escrita e a não escrita. IN: FERREIRA, M.M. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro, 1996.
- CHARTIER, R. História Cultural: entre práticas e representações. Lisboa .Difusão editorial,1988.
- _____. O mundo como representação. In: Estudos avançados n.º 11.
- DHEHER, M. Igreja e Germanidade. São Leopoldo: SINODAL, 1984.
- ELIAS, N. & SCOTSON, J. Os estabelecidos e os outsiders. Sociologia das relações de poder a partir da pesquisa de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 2000.
- FACHEL, José P. G. As violências contra os alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul. Pelotas: Editora e Gráfica da UFPEL,2002
- _____. Revolução Farroupilha. Pelotas: EGUFPEL, 2002.
- FÉLIX, Loiva Otero. História e Memória: a problemática da pesquisa. Passo Fundo: EDIUPF, 1998: 35-55
- FERREIRA, M. M. História oral: um inventário das diferenças. IN: FERREIRA, M. M. (org.) Entrevistas e abordagens da história oral. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1994.
- FORTUNA, Carlos & outros. Os novos espaços públicos: identidades práticas culturais. In: Revista Crítica de Ciências Sociais- n.º 54. Coimbra: jun. 1999, p. 137-170

- FRANÇOIS, E. A fecundidade da história oral. IN: FERREIRA, M. M.. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora, 1996.
- GERTZ, R. E. O perigo alemão. Porto Alegre: Ed. da Universidade UFRGS, 1991.
- GEERTZ, C. "Uma Descrição densa: pôr uma teoria interpretativa da Cultura" In: GEERTZ, C. Interpretações da Cultura. Rio de Janeiro. ZAHAR ED. 1978 (p. 13-41)
- GUTKENECHT, Maria Cristina Riemer. Episódios hostis contra alemães e seus descendentes, ocorridos em Canguçu, durante a Segunda Guerra Mundial. Pelotas; monografia do curso de graduação em História/UFPEL
- GOFFMAN, E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Trad. Márcia L. Nunes. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1989
- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice Editora, 1990: 25-52
- HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz da(org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 103-133.
- _____. Identidades culturais na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A,1997.
- HALLAL DOS ANJOS, Marcos. Estrangeiros e Modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do Século XIX. Ed. e Gráfica Universitária/UFPEL.Pelotas, 2000.
- HOBBSAWM, E. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1997:9-24; 175-218.
- HUTTER, L. M. ; NOGUEIRA, A. R. A colonização em São Pedro do Rio Grande do Sul, durante o Império (1824-1889) Porto Alegre Garatuja, 1975.
- KLIEMANN, L. H. S. RS: Terra & Poder. História da questão agrária. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1986.
- LANDO, A.M. ; BARROS, E. C. Capitalismo e colonização: os alemães no Rio Grande do Sul. IN: DACANAL, J. H.; GONZAGA, S. (org.) RS: migração e colonização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.
- MENDES, José M. O. . O desafio das identidades. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). A globalização e as Ciências Sociais. São Paulo: Cortez, 2002, p. 503-540.
- _____. O trabalho do antropólogo. Brasília: Paralelo 15, 1998.
- PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. Relatos orais: do indizível ao dizível. IN:VON SIMSON, O. M. Experimentos com história de vida. São Paulo: Vértice, 1988.
- RADLEY, A. Artefactos, memória y sentido del pasado. MIDDLETON, D.; EDWARDS, D. Memória compartilhada: la natureza social del Recuerdo y del olvido. Buenos Aires: Piados, 1992.
- RICOEUR, P. La lectura del tempo pasado: memória y olvido. Madrid: Arrecife Producciones, 1999: 31-70.
- _____. Tempo e narrativa. Campinas: Papirus, 1994.
- SALAMONI, Giancarla; ACEVEDO, Hilda Costa, e ESTRELA, Lígia Costa. (org.) Valores culturais da família de origem pomerana no Rio Grande do Sul- Pelotas e São Lourenço do Sul. Editora Universitária UFPEL, Pelotas:1996.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Modernidade, identidade e cultura de Fronteira. In: Revista Crítica de Ciências Sociais- n.º 38. Coimbra, Dez 1993, p. 11-39.
- SEYFERTH, G. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. Mana. Vol.3. Rio de Janeiro, abril de 1997.
- _____. Etnicidade, política e ascensão social: um exemplo teuto-brasileiro. Mana. Vol. 5, n.º 2. Rio de Janeiro, out. de 1999.
- _____. Pluralismo, Etnia e Representação Política. IN: PALMEIRA, M.; GOLDMAN, M. (org.) Antropologia, voto e representação política. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.
- PESAVENTO, S. J. Emergência dos subalternos. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS: FAPERGS, 1989.
- VON SIMSON, O. M. Os desafios contemporâneos da história oral. Campinas: Editora do Centro de Memória, 1997.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: , Tomaz T. da (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais Petrópolis: Vozes, 2000.

RECONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES DE IMIGRANTES ÁRABES EM FOZ DO IGUAÇU: DESAFIOS ANALÍTICOS*

Regina Coeli Machado e Silva**

Com o título **Região é foco de nova especulação terrorista**, a Gazeta do Iguaçu¹ reproduziu, no dia 26 de agosto de 2004, reportagem publicada na **Folha de São Paulo**, na qual jornalista diz ter entrevistado especialista sobre ações terroristas, que classificou a fronteira como um “ponto cego”. O título da reportagem condensa, ao mesmo tempo em que não explicita o que pretende publicizar, dois temas indissociáveis: o primeiro é a idéia de região associada à fronteira, no caso a fronteira entre três países - Brasil, Paraguai e Argentina. O segundo tema é a idéia de região como lugar de abrigo de terroristas, suspeita ligada ao grande número de imigrantes de origem árabe que vivem na fronteira. Embora o número de imigrantes seja desconhecido², o importante aqui é que a esta presença impõe deduções sucessivas: se são “árabes” são islâmicos, se são islâmicos estão umbilicalmente ligados aos problemas políticos de seus estados nacionais (pela não separação entre política e religião do islamismo). Logo, como conclui o jornal, nesta região haveria, entre os imigrantes árabes, participantes de grupos terroristas e radicais, como o Hezbollah e Hamas. Esta suspeita foi recrudescida depois do ataque ao edifício *World Trade Center*, conhecido como as torres gêmeas, em Nova York e sua força estava sustentada na vigilância voltada à “região” depois dos atentados à Embaixada de Israel em Buenos Aires, em 1992, e à Associação Mutual dos Israelitas, AMIA, em 1994. Finalmente, esses dois temas, reunidos, unificam a idéia da região identificada na figura espacial da fronteira como um “ponto cego”, expressando a ausência de visibilidade desses grupos de imigrantes árabes.

A expressão “ponto cego” é atribuída, segundo os jornais, a Magnus Ranstop (especialista em terrorismo, da universidade escocesa St. Andrews), e é particularmente sugestiva porque ajuda esclarecer problemas mutuamente interdependentes que, pelo menos desde a década de 70, compõem o cenário da vida atual: a imigração e as questões geopolíticas, com tudo o que isto envolve³. Mas, particularmente, no que se refere à região das três fronteiras, o especialista inclui na figura espacial do ponto cego uma invisibilidade que provém de “uma tradição de descontrole, tanto de movimentação de dinheiro quanto na de pessoas e mercado”. A reportagem termina com o depoimento de “porta voz” da comunidade árabe em Foz do Iguaçu, “pioneiro entre os desbravadores da comunidade”, respondendo, a respeito da necessidade de se adotar ações de repúdio ao enfoque da matéria da Folha de São Paulo, de que essa iniciativa deveria partir dos poderes públicos nas escalas municipal, estadual e federal de cada país: são eles que “deveriam se unir e defender a região”.

Como se pode observar, a articulista procurou “dar voz” ao suposto e principal interessado no problema veiculado da matéria que, por sua vez, remeteu-o aos poderes públicos instituídos, evidenciando a superposição das diversas relações: as nações e suas fronteiras, as identidades étnicas e nacionais, e a imigração como deslocamento de pessoas, de dinheiro e de mercado,

* Os dados e análises apresentados neste texto são resultados parciais de uma pesquisa em andamento intitulada *Entre Fronteiras: estrangeiro ou cidadão? Um estudo de reconstrução de identidades de migrantes em Foz do Iguaçu*.

** Prof^a de Sociologia e Antropologia na graduação e pós-graduação em Letras, na Unioeste/Pr e Doutora em Antropologia Social pela UFRJ/Museu Nacional.

¹ Publicação diária e principal Jornal de Foz de Iguaçu.

² Obter uma estimativa aproximada deste dado supõe acompanhar construções sociais desta categoria em termos estatísticos, um objeto de controvérsia: para os imigrantes árabes, a comunidade possui de 10 000 a 12000 pessoas. Para o senso do IBGE, de 2002, os imigrantes de países árabes somam 3 298 residentes e, para o SINCRE, o registro só contabiliza libaneses, que somam 2 142.

³ A imigração não é um problema novo e às vezes aparecia misturado à formação dos Estados Nacionais. Hoje ele parece ocupar um relevante neste domínio justamente por recolocar o mesmo problema diante do movimento das ex-colônias diante dos países colonizadores (Geertz, 2001, Nicolas, 1973, Sayad, 1998).

relações que se entrecruzam e, neste movimento, são reordenadas. Se a imigração aparece como um eixo nuclear dessa superposição de relações, ela não pode, contudo, ser analisada no mesmo plano. Do ponto de vista da experiência vivida, o aparente realismo geopolítico parece perder o significado, pois as diferenças estabelecidas entre os de dentro – a comunidade árabe no Brasil, na Argentina e no Paraguai, e os de fora – o Brasil, a Argentina e o Paraguai diante dos EUA, também parecem enfraquecer sua dialética pois um e outro se interpenetram. Por isto, é tão difícil delimitar a soberania para os envolvidos – quem deve defender os grupos acusados? Os imigrantes árabes, as nações de origem ou as que os recebem? Os representantes estaduais ou municipais do interior de cada nação fronteiriça? Neste caso, se é difícil delimitar a soberania, fácil é ver o inimigo por toda parte como inapreensível.

É este tipo de reordenamento de classificações que está no centro da reconstrução de identidade de grupos da comunidade árabe de imigrantes em Foz do Iguaçu, fazendo do “ser árabe” uma identidade não claramente definida, embora esta identificação, em muitos momentos, tenha um papel fundamental tanto para excluir quanto para incluir na interação social local. Talvez por isto a figura espacial do “ponto cego” – referida a uma posição no espaço, que também é uma posição política e cultural, no caso um especialista e uma nação interessados – expressa bem as dificuldades de tornar visíveis os grupos de imigrantes na fronteira entre os três países, situação que convive de uma maneira tão surpreendente com o seu oposto, que é a percepção vívida da diversidade que grupos experimentam em Foz do Iguaçu, cujas razões advêm da sua história, feita de migrações sucessivas. Esta situação é explicitada em uma das categorias de percepção imediata, elaborada pelos moradores sobre a cidade, que vêem Foz do Iguaçu como um “lugar atípico”. Na mesma direção há a elaboração dos meios de comunicação, principalmente da televisão e dos jornais nacionais, que descrevem a cidade/região inteiramente voltada para atividades ilícitas no comércio e na “cultura de fronteira” (cf. expressão do jornal **Gazeta do Povo**, 13/05/01).

Assim, são evidenciadas desde já as dificuldades de definir a “comunidade árabe” – que a figura do “ponto cego” ajuda a expressar – quanto levando em consideração tanto as categorias de percepção nativas sobre a sociabilidade vivida em Foz do Iguaçu – vista como “atípica” – que tentaremos a reconstrução da identidade desses grupos de imigrantes.

No plano analítico estas questões remetem a uma problematização mais específica e aprofundada no âmbito da Antropologia contemporânea, que vêm indagando a si mesma sobre o seu alcance e seus limites na tarefa de compreender a sociedade atual. Essa problematização vem sendo feita pela Antropologia em sua controvertida “volta para casa”. Um de seus focos, entre outros, foi justamente a crítica pela qual ela se tornou objeto, como parte do pensamento antropológico ocidental, por ter construído seus objetos de conhecimento categorizando, descrevendo e representando “povos” como dotados de “uma cultura”, pensamento que contribuiu tanto para fortalecer nacionalismos extremos quanto também para propiciar políticas de xenofobias, exclusão e limpeza étnica (Asad, 1973, Said, 1978).

Antes, porém, de nos determos nestas controvérsias, é importante descrever minimamente a imigração árabe em Foz do Iguaçu e seus grupos. Para esta descrição, utilizo fontes obtidas de observação direta e de entrevistas, recursos utilizados em situações inteiramente diferentes no decorrer da pesquisa. A observação direta, mesmo constante, padece do mal de ter sido feita de um ponto de vista externo, do lado de fora, condição derivada da minha posição como moradora da cidade, cada vez mais interpelada por estes grupos através da presença e do convívio rotineiro neste espaço. As entrevistas, ao contrário, foram resultantes de decisão metodológica deliberada, cujo objetivo era abordar o movimento de emigração e imigração em sua dupla dimensão, ao mesmo tempo fato coletivo e de itinerário individual. Mesmo relativizadas, as entrevistas têm se revelado um recurso problemático para investigar a imigração nesta situação particular de fronteira, na medida em que a minha aceitação como pesquisadora supõe sempre um cuidado constante quanto à identificação pessoal, problema esse que foi parcialmente atendido mediante a justificativa de que se trata de um trabalho para a universidade e da apresentação de uma credencial emitida pela unidade acadêmica-administrativa a que estou vinculada. Se este é um problema recorrente em qualquer entrada em campo de pesquisa, em Foz do Iguaçu parece haver um elemento complicador pelas seguintes razões: a primeira refere-se à desconfiança quanto aos interesses da pesquisadora, a primeira vista injustificável, se olharmos do ponto

de vista da situação legal e jurídica, pois grande parte dos imigrantes vive legalmente na cidade, principalmente os mais velhos. No caso dos mais jovens, homens e mulheres, se uma das estratégias utilizadas para entrar no país foi o visto de turista, chegando diretamente a Foz ou desembarcando na Argentina, essa situação acabava por ser resolvida até receberem anistia do governo brasileiro ou contraírem casamento com um descendente nascido no Brasil. A segunda razão que contribuiu para dificultar a realização das entrevistas está relacionada à vinculação da idéia de que esse espaço, a fronteira que corresponde às cidades de Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Porto Iguassu, aparece publicamente como um ponto altamente crítico não somente por causa dessa associação da comunidade com aos conflitos do Oriente Médio e da denúncia de grupos extremistas islâmicos aí radicados, mas também pelas práticas de contrabando, de tráfico de drogas, de lavagem de dinheiro e pirataria de patentes⁴.

Essas duas razões, porém, convergem para um ponto que torna vulnerável a condição desses emigrantes diante de um “investigador”, se considerarmos, primeiro, as estatísticas oficiais de entrada de estrangeiros no País. De 1993 a 1997 a autorização de trabalho para estrangeiros, e sua distribuição nos estados, referem-se, principalmente à “reconcentração da indústria” no país voltada especialmente para indústrias de alta tecnologia” (cf. Baeninger e Leoncy, 2001). Embora o Paraná ocupe a 4ª posição nesta distribuição – depois de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais – não há registro de autorização de trabalho a estrangeiro de nacionalidades árabes, como Líbano, Jordânia e Síria, ausência que poderia ser explicada, em parte, pelo mesmo motivo que outros estrangeiros estão presentes e são registrados em outros estados - como é o caso de São Paulo: a autorização de estrangeiros para o trabalho é para desempenhar ocupações de natureza técnica, administrativa, desportistas. Em segundo lugar, como os imigrantes de origem árabe estão todos vinculados ao comércio, seja em Foz do Iguaçu ou Ciudad del Este, o controle do fluxo de mercadorias e pessoas, através de mecanismos de regulação da fronteira, coloca tudo e a todos em constante situação de suspeita. Esse controle faz parte da constituição do Mercosul a partir da década de 90 e inclui organismos de segurança com interesses políticos e econômicos supranacionais (cf. Rabossi, 2001, Presser, 1996, Kratochwil, 1996.).

Como se pode notar, as dificuldades envolvidas no trabalho de campo são reveladoras das “ilusões” (cf. expressão de Said, 1998) a que a imigração está associada, pois, enquanto deslocamento, ao mesmo tempo social, moral e político, desfaz e coloca em causa, como mostrei acima, os fundamentos da cidadania e as justificações que pretendem defender essas ilusões em nome das comunidades de origem, língua etc. Este desafiante jogo de classificação, cujas fronteiras são constantemente reordenadas por estas clivagens, faz com que as razões da imigração, que se encontram escondidas, também encontrem um desdobramento surpreendente pela visibilidade dessas classificações. Um desses desdobramentos é justamente a ilusão da neutralidade política, cultivada por aqueles que tentam explicar a imigração como sendo motivada pela aventura, pelas necessidades de sobrevivência e pelo trabalho, como parece ser o caso dos imigrantes árabes em Foz do Iguaçu⁵.

Este o caso do entrevistados que emigraram no final da década de 1960 e durante a década de 70, que relatam a vinda para o Brasil como conduzida pelo ímpeto da juventude (“veio por aventura, ficar pouco tempo e voltar”). Também faz parte da racionalização o relato de que vieram sozinhos, mas a escolha do destino, invariavelmente, foi sempre determinada pela presença de parentes no Brasil. Neste grupo de entrevistados, que podem ser identificados como o da primeira geração de imigrantes a se estabelecerem em Foz do Iguaçu, parece haver um mesmo eixo de chegada e de acomodação: a chegada no Porto de Santos, em São Paulo, a permanência provisória em São Paulo e as atividades de mascates pelo sul do País – Rio Grande do Sul, norte do Paraná, Santa Catarina para, finalmente, se estabelecerem em Foz do Iguaçu.

Estas condições da imigração coincidem, como também são partes indissociáveis, da imigração de sírios e libaneses para São Paulo, estudada por Truzzi. A chegada em São Paulo dos

⁴ Rabossi, 2001, demonstrou que a noção de Tríplice Fronteira está relacionada ao uso progressivo que dela tem feito tanto os meios de comunicação e quanto os planos de segurança para o Mercosul, especialmente na década de 90, depois do atentados realizados contra a Embaixada de Israel em 1992 e contra a AMIA em 1994.

⁵ O trabalho e a ampliação das oportunidades para satisfazer as necessidades de sobrevivência tem sido um dos importantes impulsos para a imigração atual...

primeiros imigrantes sírios libaneses, que se iniciou no final do século XIX e que, apesar de não anularem as tensões pregressas da “terra natal”, construíram uma sociabilidade autocentrada em numerosas instituições e associações que recriavam um sentimento de ligação com os países de origem. Embora Truzzi esteja se referindo à presença de imigrantes sírios e libaneses em São Paulo nas três primeiras décadas do séc. XX, é isto o que nos permite entender as referências da chegada dos imigrantes a esta capital, antes de se estabelecerem em Foz do Iguaçu. Este autor também aponta a mascateação como um padrão ocupacional de inserção destes imigrantes no Brasil, embora, e este é outro dado coincidente com esta primeira geração de imigrantes em Foz do Iguaçu, provinham de “pequenas cidades” e se dedicavam à agricultura. É importante mencionar que a atividade de mascate impunha grandes dificuldades para inserção, aspecto ressaltado pelos entrevistados ao relatarem que “tudo era difícil”, pois a atividade de mascate, para manter a própria sobrevivência, exigia o aprendizado tanto da língua portuguesa quanto das transações comerciais.

É importante mencionar que a própria história da figura do mascate, ligada à imigração árabe no Brasil (cf. Truzzi, 1991), consolida a idéia do comércio como uma atividade que abre espaço para estrangeiros, mesmo em comunidades de atividades econômicas tradicionalmente ligadas à indústria e à agricultura. As atividades comerciais, ou o “negócio”, como apontou Simmel, reúnem por sua vez várias condições da imigração. Uma das esferas privilegiadas de interação e coordenação do estrangeiro na comunidade, o comércio facilita a entrada em grupos mesmo em lugares em que as posições econômicas estão ocupadas, seja na indústria ou na agricultura. (cf. Simmel, 1983). Segundo um entrevistado, “onde o árabe tem um negócio, é ali que ele deve ficar”.

Esta situação parece se repetir em Foz do Iguaçu e pode ser visualizada no próprio aumento da densidade populacional do município, entre as décadas de 1970 a 1980, que acabou por impulsionar o comércio local e transfronteiriço. Este período corresponde ao início da construção da Usina Hidroelétrica de Itaipu, impulsionando o comércio duplamente: primeiro pelo desenvolvimento de bens de serviços para atender as necessidades deste Grande Projeto e, segundo, pelos acordos bilaterais celebrados entre o Brasil e Paraguai. Esses acordos reforçaram a abertura dos portos brasileiros ao Paraguai e ajudaram a consolidar, neste país, quase 20 anos depois, um importante centro comercial. Para se ter uma idéia da importância deste comércio, no biênio 1994/1995 o movimento econômico em Ciudad Del Este foi de 12 bilhões de dólares⁶ e isto colocou a cidade paraguaia como a terceira cidade comercial do mundo, depois de Hong Kong e Miami⁷. Este comércio atravessou e atravessa a fronteira abastecendo, com diferentes produtos importados, inúmeras cidades no Brasil e na Argentina. No Brasil, em quase todas as cidades grandes e de médio porte há o que se convencionou chamar de “paraguaizinho”, um local freqüentemente regulamentado pelas prefeituras locais para concentrar barraquinhas e camelôs para vendas de produtos vindos do Paraguai. Segundo o jornal **Gazeta do Povo**, em 2001, um levantamento da Receita Federal mostrou que “toda semana cerca de 800 ônibus de sacoleiros saem de Ciudad del Este com a média de US\$ 20 milhões em produtos ilegais que são injetados no mercado informal das cidades brasileiras”⁸. Por tudo isto, o comércio, tanto do lado paraguaio quanto brasileiro, é o grande eixo no qual estão concentradas as atividades dos imigrantes residentes em Foz do Iguaçu, situação que parece se repetir na fronteira do Brasil com o Uruguai, com a imigração palestina na fronteira do Chuí/RS (2000).

Atribuir às atividades comerciais as motivações para o deslocamento parece ser reconhecido como um dos grandes impulsos integradores que unifica a “ilusão” da imigração frente aos moradores da cidade, pois que identificam a comunidade árabe de grupos árabes como comerciantes. Os outros motivos que colaboram para esta unificação são a língua, escrita e falada, e as profissões de fé religiosas. Se estes marcadores podem simplificar a auto-apresentação destes grupos, e com isto atuar como forma de exclusão nas interações locais, dando-lhes reconhecimento de dentro para fora, é porque esta aparente unidade não deixa visíveis suas divisões internas.

⁶ Jornal **Gazeta do Povo**, Cascavel, 13 de maio de 2001

⁷ cf. Rabossi, 2001.

⁸ Hoje esse comércio que atravessa a fronteira tem sido alvo de uma vigilância rigorosa, expondo as ambigüidades entre o legal e ilegal que atuam no centro destas transações.

Embora não se tenha feito ainda uma etnografia cuidadosa sobre estas divisões, elas podem ser observadas em seus desdobramentos no espaço urbano e social da cidade através do grande número de instituições e associações que as ratificam pelas diferenças. Do ponto de vista religioso, há a mesquita Omar Ibn Al-Khatib, sunita, mais antiga, oficialmente inaugurada em 23 de março de 1983; uma mesquita xiita, Sociedade Beneficente Islâmica, as duas localizadas no mesmo bairro, no Jardim Central. Há também a Igreja Cristã árabe e a Igreja Adventista Árabe, com seus respectivos rituais religiosos.

No caso das duas primeiras mesquitas islâmicas, as celebrações rituais são um dos meios para objetivar as clivagens religiosas da comunidade árabe, como, por exemplo, no caso dos xiitas, que anualmente celebram o *Achura*. Em março deste ano, homens, mulheres com seus véus islâmicos e crianças, todos usando trajes pretos em sinal de luto, chegavam à mesquita para participar de uma celebração durante toda manhã. Maior festa do calendário xiita, o *Achura* celebra o aniversário da morte do imã Hussein, neto do profeta Maomé, numa batalha no século VII. *Achura* é o décimo dia do mês lunar de *muhammad*, dia em que Hussein e seus seguidores pereceram em combate perto de Karbala, no ano 680, por se recusarem a jurar lealdade ao califa Yazid. Hussein foi decapitado e sua cabeça levada para Damasco, capital da dinastia omíada, rival dos descendentes diretos do profeta Maomé pelo poder no nascente mundo islâmico.

A morte de Hussein marcou definitivamente a divisão da comunidade muçulmana entre os sunitas, seguidores da tradição, e os xiitas, partidários de Ali, pai do imã e genro de Maomé, cujo assassinato, 19 anos antes, deu origem ao cisma que ainda hoje separa as duas comunidades. Os sunitas também celebram o *Achura*, mas com menos fervor do que os xiitas, que têm na data seu maior festival religioso de massa. Durante a cerimônia, os fiéis xiitas batem com chibatins no peito e na cabeça, fazendo-lhe cortes, para mostrar sua dor e ecoar o sofrimento do imã Hussein. A festa era proibida durante a ditadura de Saddam Hussein (1979-2003), mas voltou com toda força após sua queda em abril de 2003⁹. O *Achura* é celebrado nos países em que há significativas comunidades xiitas, como Irã, Iraque, Afeganistão, Azerbaijão, Bahrein, Líbano, Paquistão, Arábia Saudita e Síria.

A comunidade islâmica sunita, por sua vez, também celebra as principais festas do calendário islâmico, sempre com a presença estimada em torno de 2000 fiéis. Entre elas está a festa de encerramento da peregrinação, que é marcada por um festival, *Eid-Al-Adha*, celebrada com orações e troca de presentes entre as comunidades islâmicas e o *Eid-al-Fith*, uma festa comemorando o final de *Ramadan*. Na festa do encerramento da peregrinação, considerado um Dia de Sacrifício, há sempre distribuição de carnes bovina para entidades beneficentes e assistenciais, celebração que tem tornado-se uma tradição, sempre amplamente divulgada nos meios de comunicação da cidade.

Pertencem ainda à comunidade árabe duas escolas: uma delas é ligada ao Centro Cultural Beneficente Islâmico de Foz do Iguaçu, que é uma organização cultural e científica, localizada em frente à mesquita sunita e tem como meta “divulgar o Islamismo, a cultura e a civilização árabe”, “distribuir matérias de cunho moral e didático para a imprensa brasileira” como, por exemplo, a material escrito que versa sobre a contribuição árabe à civilização mundial. Essa escola do Centro Cultural Beneficente Islâmico, de ensino fundamental, ensina a religião e a língua árabe. A segunda escola, a Escola Brasileira Árabe, iniciou-se há três anos, com autorização da Secretaria Estadual, e desenvolve atividades de ensino fundamental e de segundo grau, com estrutura curricular condizente com as exigências do Estado. A única particularidade dessa escola em relação às demais do município é a introdução do árabe como língua estrangeira. Além disto, há três canais árabes disponíveis na televisão fechada, um *site*¹⁰ de divulgação do islamismo mantido por um importante empresário, representante da comunidade árabe na cida-

⁹ Vale mencionar a discrepância observada entre as comemorações da Ashura em Foz do Iguaçu e as do Iraque, cuja maioria da população é xiita. Esta comemoração no Iraque, possível somente depois da derrubada do governo de Saddam Hussein por uma coalizão liderada pelos EUA, foi objeto de uma série de explosões abalou as cidades de Karbala e Bagdá, onde milhares de muçulmanos xiitas celebravam o festival de Ashura em 1 de março de 2004. Ao menos 145 pessoas morreram e centenas ficaram feridas, de acordo com autoridades locais. O dia já está sendo considerado um dos mais sangrentos desde a coalizão. O mesmo ocorreu no Paquistão no mesmo dia, quando uma procissão de xiitas foi metralhada e pelo menos 37 pessoas morreram e mais de 150 ficaram feridas, na cidade de Queta (cf. O Globo, 2 de março de 2004).

¹⁰ www.islam.com.br

de, e três cursos particulares de ensino da língua árabe na cidade. Há também os horários fechados para mulheres muçulmanas em academias locais de natação e de hidroginástica. São nestas academias, principalmente, que a diferença entre as mulheres xiitas e sunitas aparece, tendo como núcleo, além da religião, a participação diferenciada no mercado de trabalho, pois as mulheres xiitas, segundo as sunitas, não trabalham, não freqüentam escolas e dedicam-se exclusivamente aos filhos e ao marido. Como consequência desta participação limitada nos assuntos públicos, acabam por ter dificuldades em aprender o português.

Ao lado desses tipos de divisão interna que desfaz a ilusão da existência de uma comunidade árabe única em Foz do Iguaçu há aqueles que provêm das identificações com os países de origem, modo como grupos são identificados à nação, referindo-se uns aos outros como libaneses, palestinos e sírios no convívio diário.

No entanto, há os eventos públicos em que as linhas de demarcação entre estes grupos convergem, sobrepondo os princípios da constituição destes grupos de imigrantes frente aos grupos nacionais, reordenando suas referências para além da suas clivagens internas. Essa convergência das linhas de demarcação aparece nos rituais públicos, festas que demonstram, inscrevem e objetivam as identidades da “comunidade árabe” em relação ao contexto da cidade e da nação, ritualização que acaba por estabelecer uma fusão com a própria história da cidade, feita de migrações sucessivas. Refiro-me às feiras municipais anuais que “celebram” justamente essa diversidade – FERNATEC e FARTAL. A FENARTEC - Feira das Nações, Artesanato, Turismo e Cultura – é promovida pela Câmara Júnior de Foz do Iguaçu com apoio da Fundação Cultural do município. Essas feiras objetivam difundir a “cultura” e “costumes nativos” e contam com a participação de representantes de várias nações para um “congracamento dos povos da fronteira”. São promovidas apresentações de danças com trajes típicos, mostras de gastronomia, shows artísticos e folclóricos para divulgar o turismo regional e Feira de Negócios. A FARTAL - Feira de Artesanato e Alimentos – é promovida pela Prefeitura Municipal através da Fundação Cultural e tem como objetivo ampliar o mercado de trabalho do artesão, bem como mostrar as diversidades culinárias da Tríplice Fronteira. Essas feiras se constituem como eventos festivos e aparecem como momentos privilegiados em que todos se relacionam pelas suas diferenças, ao mesmo tempo em que essas diferenças são apresentadas e aceitas como tais¹¹. São, portanto, objetivações da auto-representação da cidade construídas, sobretudo, pelo poder público, significando a cidade um “lugar de encontros entre diversos povos”. Tais ritualizações dessa auto-representação parecem indicar, de modo inverso, mas complementar, a caracterização da cidade como “atípica”, expressão que sugere a dificuldade de encontrar uma identidade dominante e legítima aceita por todos.

Um dos fundamentos da construção dessas auto-representações, além da sobreposição e do entrecruzamento entre diversos grupos pela situação de fronteira, pode ser encontrado na própria história da cidade. Ela começa pela localização em uma fronteira tríplice - constituída pelo Brasil, Argentina e Paraguai – unida às outras duas cidades por pontes - Puerto Iguaçu e Ciudad del Leste – situação que por si mesma seria um tema interessante porque, em situação de fronteira geopolítica impõe, de uma forma geral, um cenário privilegiado¹². Como mostrou Roberto Cardoso de Oliveira, essa “situação de fronteira” é vivida quando indivíduos e suas famílias vivem compulsoriamente o contato com o Outro, aquele que está “do outro lado”, submetido a outras leis, ditadas por um outro Estado Nacional¹³, a outros costumes e a outros idiomas seriam exemplos privilegiados de interação intercultural e interétnica (2000:16).

No entanto, nesse universo, parece haver outros determinantes que complexificam a situação de fronteira geopolítica, pois a esta situação de alteridade compulsória soma-se ao proble-

¹¹ Vale mencionar aqui a importância da festa como ritual e suas significações na vida coletiva, tema desenvolvido pela Antropologia.

¹² Roberto C. De Oliveira se pergunta quais seriam as peculiaridades de cidades fronteiriças como as que podemos observar no espaço latino americano, que se encontram unidas por uma rua (como Rivera e Santana do Livramento, ou Chuí e Xui), na fronteira Brasil-Uruguai, por uma ponte, (como Artigas e Quaraí, ou Rio Branco e Jaguarão), na mesma fronteira, Uruguaiana e Passos de los Libres, ou em Posadas na Argentina e Encarnación no Paraguai, ou as cidades de Salto e Concórdia e as de Paysandú-Colón e Concepción del Uruguai na fronteira Uruguai- Argentina.

¹³ Fernando Rabossi vem se dedicando a pesquisa sob esta perspectiva, analisando o comércio transfronteiriço como um elemento complicador aos limites entre unidades políticas e sociais, estabelecidos por uma lógica espacial institucionalizada pela idéia de estados nacionais (2001).

ma que estamos tratando neste trabalho: de ter constituído sua “peculiaridade”, historicamente, como um espaço que abriga diferentes grupos de imigrantes oriundos de diversas nações e regiões do Brasil. Daí, talvez, mais uma das razões que explicam esta expressão nativa de que “Foz é uma cidade atípica”, expressão constantemente reiterada, principalmente quando se discute algum problema sobre a vida e o convívio cotidiano na cidade.

Concomitante a esta afirmação, que parece ser elucidativa das dificuldades envolvidas nas estratégias para o reconhecimento de uma identidade dominante e legítima, coloca-se outra, que pretende construí-la em um sentido inverso: uma das evidências mais interessantes desse esforço de se constituir como uma “cidade atípica”, mas também como espaço de convivências de alteridades, é o apelo público e oficial da Prefeitura Municipal, dirigido aos moradores para participarem da vida cívica, jurídica e legal da cidade, através do emblema “Foz é de todos nós”. Diferentemente das condições do imigrante argelino na França, estudadas por Sayad (1998), onde o imigrante será sempre imigrante e estrangeiro, aqui o esforço parece ser o de constituir - pelo menos nessa esfera do poder oficial e legítimo - o imigrante na condição de cidadão (em seu significado universalista da nação, herdeiro do iluminismo francês). Esse emblema também parece expressar o reconhecimento público de um elemento marcante da formação da sua estrutura urbana, constituída pela história da chegada de sucessivos grupos, nacionais e estrangeiros, que emigraram em busca de oportunidades e outras inúmeras razões.

Como se sabe, indivíduos e grupos que optam pela emigração, independente das circunstâncias, têm como condição primeira a realização de um ato de abandono de suas origens, sejam familiares, nacionais ou culturais. Não deixa de ser significativo, portanto, que essa experiência tenha sido objeto de conhecimento e reconhecimento através das percepções envolvendo a origem da cidade, expressas na narrativa da “lenda das Cataratas”, que não remete propriamente à cidade, mas está presente em seu cotidiano através de monumentos que recriam a lenda, nos nomes das ruas e nos livros das escolas municipais. Trata-se da história de dois jovens que abandonam sua tribo, fugindo do destino - sagrado e coletivo - a eles designado, em busca da realização amorosa e em direção ao “El-Dorado”¹⁴. Segundo Wilson Pinto (1967), na lenda, o “El-Dorado” eram as terras encantadas onde viviam as aves sagradas do Tupã, os ventos eram amenos e o sol brilhava com suavidade. Há inúmeras versões dessa lenda, nos livros de história da cidade e do Paraná, que são transmitidas nas escolas do ensino fundamental e médio, bem como há as versões veiculadas nos serviços turísticos, que transformaram essa “tradição” em mercadoria de consumo¹⁵.

Uma das interpretações possíveis dessa lenda seria entendê-la como uma narrativa da realização desse ato de abandono que guarda, a exemplo do estudo de Viveiros de Castro e Araújo sobre Romeu e Julieta (1977), relações profundas com os valores básicos da cultura ocidental, dentre eles a noção do amor. Essa noção expressa uma das concepções da relação entre indivíduo e sociedade, cuja imagem é a do indivíduo liberto dos laços sociais, e o que é valorizado são as relações interindividuais. O amor é visto como uma relação entre indivíduos, despidos de qualquer referência ao mundo social e mesmo contra ele (op.cit.). Porém, o itinerário seguido pelos jovens Naipi e Tarobá, abandonando a tribo em busca desse amor, ficou suspenso no tempo. Trata-se de um itinerário sem qualquer expectativa de retorno – o contrário do itinerário vivido por Ulisses que, interpretado com um olhar contemporâneo, deve ser lembrado para dele extrair experiências do que sofrera (Calvino, 1993).

¹⁴ “os índios Caingangues, que habitavam as margens do Rio Iguaçu, acreditavam que o mundo era governado por M’Boi, um deus que tinha a forma de uma serpente e era filho de Tupã. O cacique dessa tribo, chamado Igobi, tinha uma filha, Naipi, tão bonita que as águas do rio paravam quando a jovem nelas se mirava. Devido à sua beleza, Naipi foi consagrada ao deus M’Boi, passando a viver somente para seu culto. Havia, porém, entre os Caingangues, um jovem guerreiro chamado Tarobá que, ao ver Naipi, por ela se apaixonou. No dia em que foi anunciada a festa da consagração da bela índia, enquanto o cacique e o pajé bebiam cauim e os guerreiros dançavam, Tarobá fugiu com a linda Naipi numa canoa que seguia rio abaixo pela correnteza. Quando M’ Boi soube da fuga de Naipi e Tarobá, ficou furioso, penetrou então nas entranhas da terra e, retorcendo o corpo, produziu na mesma uma enorme fenda que formou uma catarata gigantesca. Envolvida pelas águas da imensa cachoeira, a embarcação dos índios fugitivos caiu de uma grande altura, desaparecendo para sempre. Diz a lenda que Naipi foi transformada em uma das rochas centrais das Cataratas, perpetuamente fustigada pelas águas revoltas, e Tarobá foi convertido em uma palmeira situada a beira do abismo e inclinada sobre a garganta do rio. Debaixo dessa árvore acha-se a entrada da gruta, de onde o monstro vingativo vigia, eternamente, as suas duas vítimas” (1998:17/18)

¹⁵ Essa comercialização das lendas das Cataratas é análoga aos modos de representar a história, elaborados por agências privadas de turismo na Inglaterra, que fazem do passado uma mercadoria (cf. Urry, 1996:cap.6).

Será justamente a imposição do tempo cronológico e linear e de um espaço bem demarcado que irá se sobrepôr a essa lenda através da história da cidade, com a presença de imigrantes e descendentes. Esta passa a ser contada como a história da formação de um espaço geopolítico, intimamente associado à instituição do Estado Nacional, trazendo consigo a presença do estrangeiro como resultante do esforço de legitimação do que seria nacional – o brasileiro, presente na fundação do núcleo urbano, um espaço separado das Cataratas. Como demonstrou Gregory (1997), o atual centro urbano de Foz do Iguaçu, cidade mais antiga da região, embora tenha sido sempre habitada pelos Caingangues durante a colonização portuguesa, foi fundado em 1889, na forma de uma Colônia Militar, por motivos estratégicos politicamente e para garantir segurança nas fronteiras do território nacional. A história recente da colonização do Oeste do Paraná se iniciou aí, com a intensa presença de estrangeiros. Os poucos brasileiros legitimavam e asseguravam a presença do Estado, exercendo funções públicas de fiscalização e cobrança de impostos¹⁶. Posteriormente, em 1924, por ocasião da passagem dos revoltosos tenentistas da Coluna Prestes na região, se desencadearam várias ações com o objetivo de proteger as fronteiras e, em 1930, quando Getúlio Vargas assumiu o governo com o apoio dos militares, incluindo os que combateram a Coluna Prestes, adotou medidas drásticas de tendência nacionalista¹⁷. Através de decreto, impunham-se dificuldades à entrada de empresas estrangeiras e se exigia que as empresas em Foz do Iguaçu tivessem no mínimo dois terços de trabalhadores brasileiros, dificultando o ingresso e a permanências de estrangeiro - no caso específico, paraguaios e argentinos, submetidos a outros Estados Nacionais, mas residentes nos limites com o Brasil.

É também da era Vargas a criação da chamada “Marcha para o Oeste”, política de ocupação brasileira no território de fronteira com a Argentina e com o Paraguai. Várias estratégias são adotadas e, dentre elas, a necessidade de intensificar o povoamento intensivo, promovendo o aproveitamento das riquezas naturais através da colonização de suas terras. Inteiramente inserida nos objetivos desenvolvimentistas do governo federal e estadual, a colonização prevista deveria ser baseada na pequena propriedade e ter um sentido agro-industrial. Mas até a década de 40, momento da intensa migração¹⁸, houve a ocupação das terras de modo esporádico, por colonos advindos das velhas colônias de imigrantes europeus do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Esse mesmo processo migratório foi depois privilegiado pelas empresas de colonização, com o propósito de evitar que “aventureiros” e “parasitas” penetrassem no novo meio. Os migrantes ideais seriam recrutados entre os colonos do Sul, de origem européia, “pacatos”, “subordinados ao trabalho”, “verdadeiras máquinas de produzir o progresso”¹⁹. Para estes, a mudança, da colônia antiga para a nova, também implicava em rompimento, em abandono. Como descreve Gregory, por um longo tempo as famílias viviam na condição de provisoriedade: primeiro, a reserva de um lugar provisório, e depois a construção de um rancho provisório na forma de instalações mínimas que seriam ampliadas. Por um motivo ou por outro, que cabe investigar melhor, foram alguns dentre estes “duas vezes estrangeiros” que iniciaram o núcleo urbano, com funções ligadas não mais à pequena propriedade. Assim, começaram ocupando-se dos serviços urbanos e depois do comércio, até o momento em que se iniciou a construção da hidrelétrica Itaipu Binacional²⁰, que trouxe outro enorme fluxo de migrantes, de diversas regiões do Brasil e de outros países.

A construção dessa Usina foi peculiar, por suas características gigantescas e pelo tempo em que foi construída. No auge da construção da Usina Hidrelétrica Itaipu havia uma “população de estranhos” (cf. expressão de Gustavo Lins Ribeiro, 1988), constituída por 40.000 trabalhadores isolados de suas redes sociais e culturais anteriores. Também aí havia um constante esfor-

¹⁶ Os trabalhadores das companhias da exploração de erva-mate e de madeira eram *mensus*, de origem paraguaia. Etimologicamente, a expressão *mensu* vem do espanhol, *mensual* que significa mensalista ou trabalho pago mensalmente (Gregory, 1997:53).

¹⁷ É importante mencionar o movimento concomitante da campanha de nacionalização instituída pelo Estado Novo (1937-1945) visando a assimilação dos imigrantes em nome da unidade nacional, como descreveu Seyferth, 1997.

¹⁸ Motivada por uma conjuntura mundial em crise que abriu espaço para investimento de capitais nacionais após a segunda guerra mundial, como ocorreu com a criação de companhias madeireira e de colonização que adquiriram terras na região (cf. Gregory, 1997).

¹⁹ Categorias utilizadas no Plano de Colonização, de 1946 (cf. Gregory, 1997:229).

²⁰ A regulamentação para construção e operação da Usina de Itaipu foi feita através de um tratado entre Brasil e Paraguai, assinado em 1973.

ço em tornar em realidade convincente essa empresa totalizadora, através de estratégias de legitimação que visavam construir uma aparência de uma sociedade igualitária, ainda que temporária, na qual o objetivo comum era capaz de destruir as divisões de classe e as diferenças culturais, unificando a todos sob a bandeira do progresso. Como no caso dos colonos imigrantes, “duas vezes estrangeiros”, uma grande maioria da mão de obra contratada no canteiro de obras de Itaipu era constituída por barrageiros, mão de obra itinerante das barragens anteriores²¹ e ex-candangos de Brasília, ambos considerados como experientes, “velhos conhecedores da construção civil”²².

Foi nos últimos 30 anos que a cidade passou a receber um grande número de imigrantes de origem árabe libaneses, palestinos, sírios, jordanianos, bem como chineses, coreanos e, em número bem menor, hindus e portugueses. Foz do Iguaçu foi escolhida para morar, embora as oportunidades de trabalho no comércio se encontrasse em Ciudad del Este, Paraguay, unida a Foz do Iguaçu pela Ponte da Amizade, onde trafegam milhares de pessoas por dia.

As oportunidades abertas pelo comércio, como antes foi mencionado, facilitam a entrada em grupos mesmo em lugares em que as posições econômicas estão ocupadas e, por isto, são uma das esferas privilegiadas de interação e coordenação do estrangeiro em qualquer comunidade (cf. Simmel, 1983), sobretudo nesta região, por causa de Ciudad del Este, que se consolidou como um importante centro comercial, como foi há pouco mencionado.

Como resultado desse processo aqui rapidamente descrito, Foz do Iguaçu conta com uma população constituída por 258 368 habitantes, segundo o censo 2000 do IBGE. Seu cotidiano é marcado pelo cosmopolitismo, visível em sua estrutura urbana: além dos espaços sociais dos grupos da comunidade árabe, o templo budista, igrejas evangélicas e católicas, clubes específicos e associações atuantes - dos portugueses, dos japoneses, dos coreanos, dos italianos e outras menores, como a associação franco-brasileira.

Isto nos reenvia para outro importante tipo de divisão interna que contribui não só para construir a ilusão da comunidade árabe como um ato de reconhecimento reordenando-se frente a outros, brasileiros, paraguaios e moradores da fronteira, mas também para solidificar as auto-representações da cidade como “de todos nós”, que são as freqüentes manifestações políticas de protesto contra o “terrorismo israelense”. Aí são os “árabes da fronteira (que) pedem paz na Palestina”, são “eles” que lembram o dia da *Naqba* (catástrofe), como se referem à fundação de Israel. O jornal Gazeta do Iguaçu descreve em 16 de maio de 2001: cerca de 500 pessoas participaram ontem em Foz do Iguaçu de passeata organizada pela colônia árabe na fronteira para protestar contra a criação do Estado de Israel ocorrida em 15 de maio de 1948. A mobilização foi organizada por oito entidades árabes de Foz do Iguaçu e Ciudad Del Este e contou com a participação solidária de lideranças políticas e sindicais iguaçuenses”. O líder do movimento justifica a passeata como forma de protesto contra a criação do Estado de Israel e contra o descaso em relação aos massacres feitos na Palestina, injustiça diante da qual não podem ficar calados pois, “cerca de 3,7 milhões de refugiados palestinos registrados na ONU não têm como voltar”. Vereadores municipais participaram, afirmando serem solidários ao movimento, e os manifestantes conduziam à frente as bandeiras da Palestina, Líbano e Brasil, se revezando em discursos tanto em árabe quanto em português.

O paradoxo latente da imigração sustentado a custa de ficções, o imigrante árabe, de fora, aparece, então, destituído de suas linhas de identificação internas diante do cidadão nacional, o de dentro. Mas, no mesmo momento em que esta classificação do imigrante árabe está instaurada, como mostra a descrição do movimento, ela é reordenada, para se reafirmar os dois reconhecimentos paradoxais: descendentes de partes de territórios ocupados por Israel – Líbano, Cisjordânia e Síria - que, na manifestação, também são “gente que, mesmo sem renegar suas origens, sente-se tão brasileira e iguaçuense como nós”.

Um dos momentos em que esta sobreposição vertiginosa de identidades mais esteve em

²¹ Ilha Solteira, Furnas, Jaguará, Itumbiara, Capivara, Boa Esperança, Acarai e São Simão.

²² **Revista Construção Pesada**, 03/79. Os trabalhadores médios e especializados eram “indicados” por colegas e profissionais do universo do trabalho do setor elétrico. Por exemplo, um deles convidava ou fornecia nomes pelo conhecimento de experiências profissionais anteriores e mesmo por amizade. Eram atraídos pelos altos salários e pelos desafios colocados ao trabalho pelo tamanho gigantesco da Usina (Machado e Silva, 1995).

evidência está relacionada a acusações de que haveria “elementos ligados a grupos terroristas árabes em meio a uma população estimada em 20 mil dessa descendência”, depois do ataque ao edifício World Trade Center em Nova York. Houve uma intensa movimentação local que, entre diversas ações, resultou em um filme que tematiza estas relações e instituiu um festival de humor anual em Foz do Iguaçu²³. É importante lembrar que parte da justificativa para essa movimentação, conduzida por comerciantes, hoteleiros e pelo poder público locais estavam alicerçadas no receio de que os boatos sobre a presença de células terroristas em Foz do Iguaçu afetassem os negócios do turismo, uma importante fonte de sustentação do município.

A partir desta descrição, resultante de um “olhar distanciado” ou de uma “experiência distante” (cf. Geertz,) quero sugerir, provisoriamente, que os movimentos anuais de apoio à causa palestina, bem como os movimentos mais amplos de defesa contra as acusações de terroristas são, talvez, uma das evidências que a imigração de grupos árabes não pode ser compreendida como um problema social ou imposto por novas configurações da organização do trabalho mundial. Sob esta perspectiva, o atravessamento vertiginoso de identidades que acontece nesses movimentos remete a relações anteriores que são fundamentalmente um problema político e público, que expõe, ao mesmo tempo, as condições da emigração e o contexto local da imigração, consideração que espero ter apontado. Resta, então, apontar as pistas analíticas para compreender essa reconstrução, na próxima seção.

ENTRE FRONTEIRAS E MIGRAÇÃO: caminhos e controvérsias

A situação acima descrita, vivida em Foz do Iguaçu - em que todos se relacionam em um contexto marcado pelas diferenças advindas de outros Estados Nacionais e de outras referências culturais heterogêneas - parece exceder as contribuições analíticas que se dedicariam aos fenômenos ligados ao contexto de fronteira geográfica, circunscrita ao território e à instituição do Estado Nacional, para se deter em um espaço caracterizado por um permanente atravessamento e cruzamento de vários tipos de fronteiras²⁴. Como procurei mostrar, as linhas de classificação e de reconhecimento recíprocos entre os diferentes grupos da comunidade árabe e os grupos locais e nacionais - brasileiros e iguaçuenses - se opõem, se superpõem ou se alinham, dependendo do contexto.

De um ponto de vista analítico, uma das pistas possíveis para abordar o objeto aqui pesquisado seriam as abordagens da etnicidade e suas relações com a nação e o nacionalismo. Como apontou Seyferth, 1981, as controvérsias analíticas envolvendo esses conceitos estão longe de serem esgotadas e, embora possamos abordar, à primeira vista, o conceito de etnicidade como incluindo as minorias nacionais, uma análise mais detida acaba chegando à conclusão que colocar a questão nestes termos pode, empiricamente, às vezes se revelar um falso problema, pois a identificação de um grupo étnico pode ocorrer através de representações da nação (cf. Seyferth, *idem*). Além do mais, se acompanharmos a gênese social da construção da categoria analítica “etnia”, veremos que, em parte, ela foi construída como um equivalente a um tipo de formação social correspondente à nação, para pensar os povos que viviam fora das “sociedades históricas” européias (cf. Nicolas, , 1973). Assim, não privilegio a análise do ponto de vista da etnicidade, pois além dessas dificuldades inerentes, acredito que as questões envolvidas para tentar compreender a reconstrução das identidades de grupos árabes em Foz do Iguaçu, ao envolver a relação identidade, imigração e fronteira (em seu significado geopolítico e identitário) re põem, como não poderia deixar de ser, sob um ângulo renovado e desdobrado, as tensões entre universalismo e relativismo para pensarmos a vida social atual. Do mesmo modo que a noção de etnia, essas tensões expressam a contraposição estabelecida entre a unidade do homem e a diversidade das culturas, dilema que também está na origem do conhecimento antropológico.

Essas tensões são expressas em diferentes abordagens - sobretudo sociológicas - que, por um lado, pendem para o segundo lado da tensão e assim procuram compreender a vida social contemporânea como resultante de processos que tornam difícil vislumbrar, em seu processo de objetivação, qualquer noção de totalidade. Assim, algumas análises tendem a analisar estes fenômenos adotando a idéia de que o mundo contemporâneo é descontínuo, evanescente, fluído e

²³ O filme, exibido no cinema e na televisão tem a direção de Rogério Bonato e intitula-se **Quando o humor vence o terror**.

²⁴ Fronteiras entre o legal e o não legal, o nacional e não nacional, entre estado e mercado, etc.

poroso e, portanto, grupos identitários em diáspora seriam uma espécie de consequência inevitável de uma nova organização mundial.

Diversas abordagens, não necessariamente antropológicas, no esforço de conceituar as experiências culturais e sociais do mundo contemporâneo, apontam para significações de uma cultura em movimento e de um pluralismo cultural (Hall, 2000). Por outro lado, embora pendendo para o primeiro pólo da tensão, há outras abordagens, mais sociológicas, que podem ser vistas como correlatas às primeiras, pois elaboram concepções mais abrangentes sobre a sociedade contemporânea, identificada ora com a “modernidade tardia” (idem, 2000), ora com “sociedade pós-moderna” (cf. Harvey, 1993) ou “modernização reflexiva” (Lash et alli, 1997). A globalização, o multiculturalismo e a transnacionalidade também aparecem como designações para qualificar o contexto atual (cf. George Marcus, 1991). Mas, como evidenciou Ulf Hanners (1997), as palavras-chaves como fluxos, fronteiras e híbridos aparecem nas idéias antropológicas para problematizar questões que, embora atuais, não são novas.

Um dos grandes problemas que essas qualificações levantam, evidentemente, está ligado à capacidade heurística que elas teriam para explicar a sociedade atual e suas relações com as auto-representações construídas no próprio campo de investigação sociológica e antropológica. Afinal, como também lembrou Goodenought (1978), o multiculturalismo sempre existiu, e esses conceitos que visam dar conta da multiplicidade de grupos heterogêneos e sua integração nessa sociedade, a exemplo do que mostrou Goldman argumentando sobre a noção de sociedades complexas, fazem parte de um interesse que é contemporâneo à própria constituição da Antropologia como campo de conhecimento (cf. 1999). Isto é, os modelos de pensamento que guiaram, e guiam o pensamento do antropólogo, mesmo diante de uma alteridade radical, afetam a sua própria investigação particular. Segue a partir daí que, sempre marcado por ambigüidades, esse interesse repõe a tensão instauradora do conhecimento antropológico, aprofundando-a, especialmente nas três últimas décadas, quando a antropologia “volta para casa”, problematizando seu objeto e seus modelos através de uma autoconsciência crítica (ver especialmente Goldman, 1999). Em termos analíticos e metodológicos, portanto, é necessário sublinhar que, antes de uma autoconsciência crítica feita pela Antropologia, as designações acima parecem comportar, sobretudo, a autoconsciência da sociedade. Ou seja, as significações que elas remetem seriam antes de tudo modelos de totalidades representadas, capazes de incluir, em maior ou menor grau, a heterogeneidade dos grupos da sociedade atual, tentando resolver o problema de estudar os pequenos grupos na sociedade ampla²⁵.

Para além de qualquer “substancialismo dinâmico”, como diria Lévi-Strauss (1981), o pressuposto aqui adotado para enfrentar esta dificuldade, que não é só lógica, mas também vivida, foi tentar compreender os processos de objetivação que constroem essas totalidades (sociedade mais ampla, a nação, os grupos demarcados pela sociedade de origem, etc.) na tensão particularismo *versus* universalismo. Assim, incidindo sobre essa tensão, a proposta analítica aqui apresentada difere da apresentada por Bourdieu para analisar os fenômenos da imigração²⁶, que não pende nem para o universalismo e nem para incomensurabilidade das culturas - não adotar o postulado do não ser e nem o do ser diferente – mas, sobretudo, propõe compreender o modo pelo qual os grupos experimentam, descrevem e inscrevem suas identidades que se objetivam em relação à sociedade de origem, à sociedade de imigração, à nação, à família, etc. Como apontou Luiz F. Dias Duarte, nações, grupos e comunidades diversas existem porque adquirem significado em tal ou qual lugar, porque expressam uma organização/classificação/valorização qualquer do universo, em tal ou qual nível de atualização (cf. 1988:125).

Diante disso, o argumento mais geral, que precisa ser melhor aprofundado, abre-se em duas direções, correspondendo a dois níveis de atualização de um mesmo núcleo norteador. O primeiro nível corresponde à pista sugerida de que, dentro desse grande marco expresso pelo cosmopolitismo vivido em Foz do Iguaçu, expresso tanto pelo slogan Foz de todos nós quanto

²⁵ Essas qualificações são iguais às encontradas nas representações da sociedade, elaboradas pelos saberes organizacionais recentes, como foi verificada na minha pesquisa, em 98/99. Assim, a representação da totalidade social através da “globalização” remete à idéias de uma todo sistêmico, dinâmico e aberto, cujos pressupostos estão ancorados em diversas teorias da Biologia e da Física. Com outros pressupostos, e em uma direção inversa, mas complementar, a própria idéia de totalidade é contraída em favor de unidades/totalidades “heterogêneas”, “transitórias” e “plurais” (Silva, 1999).

²⁶ Definição Bourdieu

pela caracterização da cidade como “atípica”, ocorre uma construção e reconstrução simbólica de identidades, coletivas e pessoais, que engloba outras demarcações trazidas pelos diversos grupos imigrantes, advindas dos países de origem e da religião. Este desafiante e complexo jogo de classificação tem suas fronteiras constantemente reordenadas por referências nacionais, trazidas pelos grupos de vários países, bem como por aqueles decorrentes da clivagem de grupos em domínios específicos como os do trabalho e os da religião, como tentei mostrar. Sob este reordenamento está a tensão entre dois princípios - particularista e universalista - cuja situação de fronteira/imigração aparece como um ponto de atravessamento e cruzamento de vários grupos culturais.

A partir do argumento acima, duas conseqüências importantes, complementares uma a outra, para os indivíduos, famílias e grupos que vivem nessa situação peculiar de fronteira associada à imigração, são daí derivadas, do ponto de vista das tentativas de construção de uma identidade mais globalizadora: a primeira pode ser caracterizada como uma dificuldade de conceber a vida coletiva que ultrapasse uma noção de totalidade circunscrita a uma concepção que fragmenta o todo em entidades pulverizadas e estilhaçadas - através de uma permanente (re)construção das identidades, nacionais - árabe/brasileiro, árabe palestino/sírio/ libanês/jordaniano - e outras derivadas do convívio, a exemplo do pertencimento e das práticas de diferentes entidades religiosas, como os sunitas, xiitas, etc.

As duas conseqüências acima descritas expõem as ambigüidades próprias às situações de fronteira combinadas à imigração e, ao mesmo tempo, fornecem elementos empíricos para aprofundar e refinar as definições canônicas dos grupos por suas diferenças culturais. Assim, prosseguindo com o mesmo argumento, o que parece ocorrer é uma absolutização das marcas fronteiriças, pois os diferentes grupos culturais tendem a conceber seus limites em relação aos outros através de classificações sociais elaboradas pelo atravessamento incessante de divisões de origem universalista, pelo recorte da região e da nação, e de origem relativista, pelas diferentes referências religiosas, políticas, etc. Como conseqüência, esse cenário propiciaria uma atitude cognitiva que em que o outro não é sumariamente “excluído” porque pressupõe a própria excepcionalidade vivida na cidade como convivência com a diversidade.

Sob a perspectiva acima referida, uma interessante pista levantada por Weden, 2002, estudando a dinâmica mundial dos fluxos migratórios, especialmente a imigração de minorias oriundas de países islâmicos - em publicação da *Esprit* dedicada apenas às análises do impacto de 11 de setembro sobre a evolução geopolítica mundial após a guerra fria, à mundialização do ato terrorista e à presença americana como um império - sugere que estaríamos diante de uma “cidadanização” do Islam em contato com a secularização. Esta pista é interessante porque alarga a idéia de uma sedentarização da imigração, como ocorre na Europa: através das elites dos grupos de imigrantes islâmicos ocorre um discurso moderado, uma prática religiosa frouxa, bem como tentativas de institucionalização através de uma interlocução dos poderes públicos nacionais. Essa interlocução dá lugar para pensar a imigração de grupos árabes de um ponto de vista público e político, como sugeri antes, que está longe da idéia de imigrantes refugiados, com suas identidades exacerbadas, que se tornaram um problema de segurança para os estados. Assim, sairíamos de uma conotação estritamente econômica da imigração, como defendem alguns²⁷.

Uma segunda pista interessante seria o próprio processo de institucionalização das noções “comunidade árabe” diante do “nacional”, que parece excluir a noção do “imigrante” como uma forma de estigmatização, ao contrário do que acontece na França, como apontam Spire, 1999 e Sayad, 1998, em um sentido muito diferente ao que ocorria no final do século XIX, no Brasil, em que as noções imigrantes/estrangeiros eram vistas como complementares ao elemento nacional (cf. Vainer, 1995).

Desenvolvendo estas pistas, a reconstrução da identidade de grupos árabes em Foz do Iguaçu pode ser melhor compreendida como uma relação de alteridade que supõe o reconhecimento do diferente. É esta a razão pela qual Roberto Cardoso de Oliveira considera essa modali-

²⁷ Fausto Brito, 1995, por exemplo, afirma que a “realidade migratória é fruto da internacionalização do mercado de trabalho e da profunda desigualdade entre as nações” e que ela tende a ser cada vez mais temporária, e os migrantes, meros trabalhadores que circulam internacionalmente. Argumentos nesta mesma direção são defendidos por Ianni, Castro e Klagsbrunn em publicação sobre o tema em 1995.

dade de interação, que inclui migrantes, uma oportunidade privilegiada para o estudo das formas de interação que articulam a identidade - pessoal e grupal – ²⁸. Essa situação abre um cenário marcado pelas ambigüidades dos processos identitários pelo reconhecimento recíproco, como mostrei no início deste trabalho, mas também pela intolerância. Talvez por isto, do ponto de vista público e político, não seria tão simples encontrar um arranjo satisfatório entre o reconhecimento que se faz pela diferença e um reconhecimento que se faz pela igualdade, como propõe Taylor, através da solução de uma “fusão de horizontes” (s/d). Não será esse um dos motivos que fundamentam outras percepções nativas que consideram a cidade perigosa?²⁹

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASAD, Talal (ed.) 1973. **Anthropology and the Colonial Encounter**. London: Ithaca P.
- BAENINGER, Rosana e LEONCY, Carla. “Perfil dos estrangeiros no Brasil segundo autorizações de trabalho (Ministério do Trabalho e Emprego) e registros de entradas e saídas da Polícia Federal”. **Migrações internacionais: contribuições para políticas**. CNPD (Comissão Nacional de população e desenvolvimento). Brasília, 2001.
- BECK, Ulrich, LASCH, Scott e GIDDENS, Anthony. **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo, Editora da ENSP, 1997.
- BOURDIEU, Pierre **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas, SP, Papirus, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa/Rio de Janeiro, Difel/Bertrand Brasil. 1989.
- BRITO, Fausto. “Os povos em movimento: as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo”. In PATARRA, *op.cit.*
- CALVINO, Ítalo. **Por que ler os clássicos**. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- CASTRO, Nadya Araújo. “Reestruturação produtiva e relações industriais: desafios e interpretações à luz do debate norte-americano”. In PATARRA, N.(coord.). **Migrações internacionais: herança XX, agenda XXI**. Campinas, SP, FNUAP, 1996.
- DUARTE, Luiz Fernando D. “Classificação e Valor na reflexão sobre identidade social”. In **A aventura antropológica**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- DUMONT, Louis. **O individualismo: uma perspectiva da ideologia moderna**. Rio de Janeiro, Rocco, 1995.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1995.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- GOLDMAN, Marcio e LIMA, Tânia Stolze. “Como se faz um grande divisor?” In **Alguma Antropologia**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1999.
- GOLDMAN, Marcio. **Alguma Antropologia**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1999.
- GOODENOUGH, Ward H. “Multiculturalism as the normal human experience”. In Elizabeth M. Eddy e William L. Partridge(orgs.). **Applied Anthropology in America**. New York, Columbia University Press, 1978.
- GREGORY, Valdir. **Os euro-brasileiros e o espaço colonial: a dinâmica da colonização no oeste do Paraná nas décadas de 1940 a 1970. Tese de doutorado em História Social**- Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A, 2000.
- HANNERZ, Ulf. “Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. In **Mana – Estudos de Antropologia Social**. Vol 3, n. 1. Rio de Janeiro, Contracapa, abril de 1997.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo, Edições Loyola, 1993.
- HATOUM, Milton. **Relato de um certo Oriente**. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.
- IANNI, Otávio. “Globalização e diversidade. In PATARRA, N.(coord.). **Migrações internacionais: herança XX, agenda XXI**. Campinas, SP, FNUAP, 1996.

²⁸ Pois, segundo ele, “a população inserida no contexto de fronteira tem um grau de diversificação étnica que, somado à nacionalidade natural ou conquistada do conjunto populacional de um e de outro lado da fronteira, cria uma situação sócio-cultural extremamente complexa”(2000:17).

²⁹ A intolerância e a violência verificadas nos grandes centros urbanos de EUA e da Europa constituem exemplo irrefutável do convívio dramático de grupos culturalmente diversos nas grandes cidades. Tais conflitos têm sido muito explorados pela literatura e pelo cinema, mostrando não só o lado da intolerância, mas sobretudo a disposição para um olhar mais atento a uma cultura plural vivida no mundo moderno.

- JARDIM, Denise Fagundes. **Palestinos no extremo sul do Brasil: identidade étnica e os mecanismos sociais de produção da etnicidade**. Chuí/RS. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, UFRJ/PPGAS/Museu Nacional. 2000.
- KLASGBRUNN, Victor Hugo. “Globalização da economia mundial e mercado de trabalho: a emigração de brasileiros para os Estados UNIDOS e Japão”. In PATARRA, N.(coord.). **Migrações internacionais: herança XX, agenda XXI**. Campinas, SP, FNUAP, 1996.
- KRATOCHWILL, Hermann. “Migraciones, circulaciones de personas y política migratoria en el Mercosul”. In PATARRA, N.(coord.). **Migrações internacionais: herança XX, agenda XXI**. Campinas, SP, FNUAP, 1996
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **La identidad**. Barcelona, Ediciones Petret, 1981.
- MARCUS, George. “Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografia sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial”. **Revista de Antropologia**, São Paulo, nº 34, 1991.
- NICOLAS, Guy. “Fait ‘ethnique’ et usages du concept d’ethnie”. **Cahiers internationaux de sociologie**. Vol. LIV. **Vier-juin 1973**. Paris, PUF, 1973.
- OLIVEIRA, Roberto Cardos de. “os (des) caminhos da identidade”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 15, n.42, fevereiro de 2000.
- PATARRA, N. e BAENINGER, Rosana. “Migrações internacionais recentes: o caso do Brasil”. PATARRA, Neide (coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil Contemporâneo**. Vol. 2. Campinas, SP, FNUAP, 1995.
- PRESSER, Mario Ferreira. “ Globalização e regionalização: notas sobre o Mercosul”.
- PINTO, Wilson. “Naipí e Tarobá: a lenda do Iguaçu”. In **As mais belas lendas brasileiras**. Vol. II. Curitiba, Gráfica Vicentina Ltda, 1967.
- QUINTINO, Moacir(coord.). **Foz do Iguaçu. Coletânea de dados**. Módulo Editora e Desenvolvimento Educacional Ltda, Curitiba, 1998.
- RABOSSI, Fernando. **Notas sobre a Triple Frontera**. Foz do Iguaçu, mimeo., 2001.
- RIBEIRO, Gustavo Lins.”quanto mas grande mejor? Proyetos de Gran Escala: uma forma de producion vinculada a la expansion de sistemas econômicos”. In Desarrollo Económico. **Revista de Ciências Sociais**. Buenos Aires, Ides, 1987.
- SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente com invenção do ocidente**. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo,, Editora DA USP.1998.
- SEYFERTH, Giralda. “A assimilação dos imigrantes como questão nacional”. **Mana – Estudos de Antropologia Social**. Vol 3, n. 1. Rio de Janeiro, Contracapa, abril de 1997
- SEYFERTH, Giralda. Nacionalismos e identidade étnica: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí. Florianópolis, FCC, 1981.
- SILVA, Regina C. Machado e. **Pessoa e trabalho: ética e saberes nas organizações industriais do ocidente contemporâneo**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, UFRJ/PPGAS/Museu Nacional.1999.
- SIMMEL, Georg. **Georg Simmel:sociologia**.São Paulo, Ática, 1983.
- SPIRE, Aléxis. “De l’étranger à l’immigré: la magia sociale d’une catégorie statistique”. **Actes de la recherche em sciences sociales** 129, septembre, 1999. Paris, Collège de France, 1999.
- TAYLOR, Charles. **Multiculturalismo: examinando a política do reconhecimento**. Lisboa, Piaget, s/d
- TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. **De mascates a doutores: sírios e libaneses no Brasil**. São Paulo,Idesp 1991.
- VAINER, Carlos B. “Deslocados, reassentados, clandestinos, exilados, refugiados, indocumentados”. **Migrações internacionais: contribuições para políticas**. CNPD(Comissão Nacional de população e desenvolvimento). Brasília, 2001.

VAINER, Carlos B. “Estado e imigração internacional: da imigração à emigração”. PATARRA, Neide (coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil Contemporâneo**. Vol. 2. Campinas, SP, FNUAP, 1995.

VIVEIROS DE CASTRO E. B. e ARAÚJO, Benzaquen de. “Romeu e Julieta e a origem do Estado”. In VELHO, Gilberto (org.). **Arte e sociedade: ensaios de sociologia da arte**. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

WEDEN, Catherine Wihtol de. “La dynamique mondiale des flux migratoires”. **Esprit: le monde de l'après – 11 septembre**. Paris, Seuil, Août-sept., 2002.

Outras fontes:

Jornal **Gazeta do Povo**, Cascavel, 13 de maio de 2000.

Jornal **Gazeta do Iguaçu**, Foz do Iguaçu,

Revista **Construção Pesada**, março de 1979.

SINCRE - DPF - 30/10/2002 - Presença de Imigrantes no Paraná e Foz do Iguaçu

COMEMORAÇÃO, MEMÓRIA E HISTÓRIA: INTERPRETAÇÕES DE HELMUTH ABECK ACERCA DA PRESENÇA GERMÂNICA NO PARANÁ

Marcos Nestor Stein*

O presente texto tem por objetivo analisar a relação entre a comemoração, memória e a escrita da história a partir do livro intitulado “*Colaboração Germânica no Paraná nos Últimos 50 Anos: 1929-1979*,”¹ de autoria de Helmuth Abeck. Publicado em Curitiba pela Casa Romário Martins, em 1980, o livro, que está dividido em duas partes, sendo a primeira redigida em língua alemã e a segunda em língua portuguesa, está inserido nas comemorações que marcaram os 150 anos da imigração alemã no Estado do Paraná, cujo marco foi a chegada de imigrantes germânicos, em 1829, na região onde hoje está localizado o município de Rio Negro, no Sul do Estado. Segundo o autor,

O ano de 1979 tem, para os descendentes de imigrantes alemães no Paraná, uma significação toda especial: pela centésima quinquagésima vez, no dia 6 de fevereiro, se repete o dia da chegada das primeiras doze famílias de imigrantes germânicos no lugar do seu destino, às margens do Rio Negro, onde iniciaram a árdua luta por sua subsistência e, com isto, pela prosperidade da terra por eles escolhida como sua futura pátria.²

Trata-se, portanto, de uma publicação que, conforme o título indica, objetiva realizar um “balanço” da contribuição dos imigrantes alemães e seus descendentes no Paraná no período compreendido entre 1929 e 1979. Pois para ele, “[...] *não obstante ter sido, neste período produzida apreciável literatura, falta ainda uma sinopse geral.*”³

Além disso, por se tratar de uma publicação comemorativa, que visa rememorar determinado acontecimento fundador, o livro, ao narrar a história do elemento germânico no Paraná, também busca construir uma memória coletiva desse grupo de imigrantes.

Cabe destacar que aquilo que denominamos de memória coletiva é aqui entendido não como um conjunto de lembranças compartilhadas de maneira natural e homogênea por um grupo humano, mas como interpretações do passado, produzidas e divulgadas por indivíduos que visam alcançar determinados objetivos. Sendo, assim, a memória coletiva é um campo de disputas e de construção de identidades.⁴

Para Henry Rousso,

A memória, no sentido básico do termo, é a presença do passado. [...], é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Portanto toda a memória é, por definição, coletiva, como sugeriu Maurice Halwachs. Seu atributo

* Aluno do Programa de Pós Graduação em História (Doutorado) da UFSC. Orientador Prof. Dr. João Klug. Professor Assistente do Colegiado de História da Unioeste. Membro do Grupo de Pesquisa “Cultura, Fronteiras e Desenvolvimento Regional”. E-mail: mancha36@hotmail.com.

¹ ABECK, Helmuth. *A Colaboração Germânica no Paraná nos Últimos 50 Anos: 1929-1979*. Curitiba: CRM, 1980.

² Idem, p.9.

³ Idem, Ibidem.

⁴ Segundo Jacques Le Goff, [...] *A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.*” LE GOFF, *História e Memória*. 2ª ed. Campinas: UNICAMP, 1992, p.476.

mais imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao tempo que muda, às rupturas que são o destino de toda a vida humana, em suma, ela constitui - eis uma banalidade- um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros.[...] Se o caráter coletivo de toda memória individual nos parece evidente, o mesmo não se pode dizer da idéia de que existe uma memória coletiva, isto é uma presença e portanto uma representação do passado que sejam compartilhadas nos mesmos termos por toda uma coletividade.⁵

Portanto, a memória não é algo totalmente individual. Ela é permeada pelas relações do indivíduo com o momento em que evoca suas memórias, com as pessoas que convivem, com as suas leituras etc. É esse conjunto de aspectos que formata as interpretações sobre o vivido, as quais podem ser usadas também com o objetivo de “conservar”, ou atualizar determinadas práticas coletivas que indivíduos isoladamente ou em grupos consideram importantes.

Uma das práticas possíveis para a construção e preservação de determinada memória é a elaboração daquilo que Pierre Nora denominou de “lugares de memória”⁶. Estes podem ser desde a comemoração de aniversários, datas cívicas, a construção de estátuas, até à escrita de atas, livros etc. No caso do objeto que aqui será discutido, trata-se da elaboração de uma narrativa em um determinado momento comemorativo (1979) que visa cristalizar na forma de uma memória escrita determinada visão do passado, objetivando conservá-la e projetá-la como um valor cultural a ser cultivado no presente e no futuro.

Nesse sentido, é importante ressaltar que as interpretações do passado são cristalizadas por operações intelectuais. Assim, uma das possibilidades é investigar as construções da memória coletiva em publicações comemorativas. É nesse sentido que caminhará a análise desse texto, pois visa investigar como e por que essa interpretação da história da presença alemã no Estado do Paraná foi construída no livro de Abeck.

Para isso, é necessário levar em consideração o autor do texto que constitui o objeto de análise. Helmuth Abeck nasceu em 24 de junho de 1916, em Itajaí, Santa Catarina. Em Curitiba, graduou-se em Química pela Universidade Federal do Paraná, tendo exercido a função de 2º tenente do exército e posteriormente trabalhado na livraria Braun. Abeck foi sócio fundador da Sociedade dos Amigos da Cultura Germânica, exerceu a presidência da Comissão 25 de Julho, de Curitiba e [...] *dedicou-se a formar o que chamou de Arquivo Paranaense de Imigração, um trabalho que consumiu anos e muita perseverança.*⁷ Durante esse período, além do livro objeto desse estudo, publicou vários textos em jornais e revistas.

A trajetória do autor permite perceber o contexto de suas preocupações e seus interesses com relação aos descendentes de imigrantes germânicos no Paraná: fomentar a auto-estima e as práticas culturais germânicas no Estado, principalmente as que eram desenvolvidas por meio de associações culturais. Isso pode ser visualizado na introdução do texto, na qual Abeck justifica o porquê da elaboração dessa obra:

O brasileiro de origem germânica, ainda traumatizado pelos vexames sofridos durante a guerra, deixa-se intimidar com demasiada facilidade. Para não ser considerado como brasileiro de segunda categoria, ou até mesmo mau brasileiro, o cidadão de origem teuta evita meticulosamente toda e qualquer alusão à sua ascendência, chegando até a fazer coro comum com os perseguidores. Com isto se omite no aproveitamento, para si e para coletividade, dos seus talentos inatos, que uma bondosa fada lhe colocou no berço na hora do nascimento.

O esclarecimento de tais mal-entendidos; mostrar à coletividade como realmente é o teuto-brasileiro; mostrar o que ele realizou; quais as suas características básicas, eis a finalidade deste trabalho. Desfazer barreiras que existem entre as diversas etnias, possibilitando uma vida mais harmoniosa

⁵ ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (orgs.). **Usos & Abusos da História Oral**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 94-5.

⁶ NORA, Pierre. Entre a História e a Memória. A problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo: PUC/SP. N°10. 1993.

⁷ GODOY, Manoel. Quem é Helmuth Abeck. In: **Jornal de Entre Rios**. n.º 115. 31-08-1992, p. 13.

entre as mesmas. Evitar novos danos. E, a par disto, dar ânimo e estímulo aos teuto-brasileiros, apontar-lhes seus deveres e direitos, mostrar-lhes como servir ainda melhor à sua pátria.⁸

Abeck aponta a Segunda Guerra Mundial como marco divisório na história dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. Para ele, a guerra, juntamente com a campanha de nacionalização, causou nesses indivíduos um sentimento de apatia, de omissão, de silêncio a qualquer coisa que remetesse à sua ascendência germânica.

Para o autor, antes da guerra as manifestações culturais germânicas aconteciam de forma mais intensa, principalmente quando das celebrações de datas cívicas do Brasil e do Paraná e da vinda dos imigrantes germânicos ao Estado. Segundo ele, tais datas eram momentos de grande mobilização e de exaltação de valores culturais, principalmente entre os descendentes de imigrantes alemães.

As manifestações comemorativas não se restringiam apenas a festas e desfiles. No caso das comemorações do centenário da chegada dos primeiros imigrantes ao Estado, ocorridas em 1929, foram publicados vários textos com narrativas sobre a imigração.

Quando no ano de 1929 se comemorava, no Paraná, o centenário da imigração alemã, as consequências perniciosas da primeira grande guerra já haviam sido completamente dominadas. Relativamente depressa a parcela de origem teutônica havia reconquistado a sua posição anterior. Sua influência em todos os setores da vida econômica e cultural já podia ser vista, outra vez [...].E, assim sendo, as celebrações não constituíam apenas assunto dos de origem germânica, mas de todo o povo paranaense em geral, que participou ativamente das mesmas, em particular as autoridades. Ao ensejo foram publicadas várias obras históricas e monografias comemorativas, tratando desta matéria[...].⁹

No fragmento acima, Abeck busca mostrar a riqueza, a intensidade e o clima de unidade da população, não só a de origem germânica, principal personagem das celebrações. Nesse contexto comemorativo, chama atenção a citação de algumas obras que trataram do tema. Esse cenário, como discutiremos adiante, o autor lamenta não se repetir com o mesmo vigor em 1979.

Uma das características das obras comemorativas são as narrativas que mencionam a contribuição alemã no desenvolvimento do Paraná. Para mostrar a influência da etnia germânica na vida econômica do Estado antes da Segunda Guerra Mundial, o autor descreve as principais regiões de colonização no Paraná, como Rio Negro, Lapa, Ponta Grossa, e os nomes de alguns servidores públicos de origem germânica.¹⁰

Sobre o fato do Estado do Paraná apresentar uma grande quantidade de membros desse grupo vivendo nas cidades, Abeck afirma o seguinte:

A grande maioria dos fluxos migratórios dos países de cultura alemã sempre havia sido canalizada para a agricultura, seguindo para várias regiões de colonização. O alemão, por índole, sentia normalmente uma grande atração pela natureza e a vida no campo. Nos primeiros tempos porém, apesar de auxílios prestados pelas autoridades, era muito difícil se impor nas lides agrícolas, pela ausência de toda e qualquer infraestrutura. Assim muitíssimos abandonaram novamente o campo, buscando melhor sorte nas cidades.¹¹

No trecho acima verifica-se a descrição dos imigrantes alemães como um grupo cuja principal atividade econômica característica seria a agricultura. Nesse discurso, percebe-se também a permanência de uma interpretação romantizada, que poderíamos classificar como um “senso

⁸ ABECK, Helmuth. Op., cit., p.8.

⁹ Idem, p. 15.

¹⁰ Segundo Abeck, a percentagem da etnia alemã no Paraná era de “uns escassos 5 a 6%”. Idem., p. 16

¹¹ Idem., Ibidem. Para mais informações sobre o “urbanismo dos homens de cultura germânica” no Paraná ver: MARTINS, Wilson. **Um Brasil Diferente. Ensaio sobre Fenômenos de aculturação no Paraná**. 2.^a ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989, p. 256-259.

comum”, acerca da personalidade desse sujeito imigrante. Pois como podemos observar no final da citação, a explicação sobre os motivos destes se deslocarem para as cidades, notadamente para Curitiba, é dada unicamente pela escassez de infra-estrutura, sem apontar para outras possíveis causas, como por exemplo o fato destes morarem em cidades ou em função dos ofícios que estes porventura já exerciam na Europa.

A importância da presença alemã nas cidades não refletiu somente no campo econômico, mas também na vida cultural, o que pode ser verificado na criação de um grande número de sociedades, de círculos de amigos e de jornais. Segundo Abeck,

A vida associativa dentro do contingente germânico da população, no ano de 1929, também já se havia desenvolvido consideravelmente, certamente mais do que em qualquer outra etnia. Não existindo, então, o rádio e a televisão, e não conseguindo o cinema satisfazer às exigências culturais da população de ascendência alemã, esta se reunia na sedes de suas sociedades ou nos círculos de amigos, que medravam em grande número [...] Todas as sociedades de maior porte tinham, também suas bibliotecas. Jornais e revistas vinham de além mar, mas também vários órgãos publicados aqui tinham número de assíduos leitores.¹²

Na explicação acima, sobre a criação das associações culturais, coordenadas pela União das Sociedades Alemãs, e os círculos de amigos, percebe-se claramente que a interpretação que Abeck faz sobre o passado não é relacionada ao contexto ao qual o livro se refere, mas ao momento em que é escrito. Ou seja, o passado é explicado a partir do presente. O livro é mais uma memória que diz respeito às comemorações em 1979 do que as de 1929.

Para ilustrar as ações das associações e dos círculos de amigos, Abeck descreve o evento denominado “A Semana Alemã”, ocorrido em Curitiba, de 24 de abril a 2 de maio de 1937. Organizado por representantes do consulado alemão, pelas associações filiadas à União das Sociedades Alemãs, pela Câmara de Comércio Teuto-Brasileira e pela liga de agricultores de língua alemã, também denominada Centro Agrícola, o evento tinha por finalidade “[...] fornecer uma contribuição para o aprofundamento das relações culturais entre o Brasil e a Alemanha [...]”¹³.

Segundo Abeck, as atividades desenvolvidas na Semana Alemã foram as seguintes:

[...] Em especial fora preparada uma grande exposição nos recintos do Clube Ginástico Teuto-Brasileiro, acompanhada de inúmeras outras promoções de cunho religioso, cultural e esportivo, em todos os outros grêmios. Fora planejado, também, um congresso de agricultores. E um seminário de professores. Houve apresentações teatrais, exhibições de filmes, festivais de música. Além da orquestra reforçada do Deutscher Saengerbund (hoje Clube Concórdia), colaboraram as bandas do 13º Regimento de Infantaria e da Polícia Militar.¹⁴

Em seguida, o autor destaca que a vida associativa alemã no Estado antes da Segunda Guerra Mundial [...] esteve muito bem caracterizada, não só em Curitiba, mas também nas cidades do interior.¹⁵ Além das 56 entidades mencionadas [...] existiriam certamente no Paraná umas 60 outras associações (entre escolares, paroquiais, orfeônicas, grupos distritais do ‘Centro Agrícola’, etc.¹⁶ Tais números visam mostrar a expressiva quantidade e a importância das associações germânicas no Estado.

No entanto, a intensidade da vida associativa foi abalada pelo advento da Segunda Guerra Mundial. Acerca dos motivos para a repressão contra as associações, Abeck lamenta o fato de alguns membros de associações terem assumido posições nazistas e com a entrada do Brasil na guerra ao lado dos aliados essa situação piorou.

¹² ABECK, Helmuth. Op. cit., p. 17-18.

¹³ Idem., p.24.

¹⁴ Idem., Ibidem.

¹⁵ Idem., p. 28.

¹⁶ Idem., p. 36.

Deveras, uma atividade cultural excepcional, a qual nos enche hoje de enorme admiração. Mas infelizmente, acompanharam-na também alguns fenômenos lamentáveis e altamente nocivos. Parece-nos, mesmo, tratar-se de um traço básico da índole do alemão, querer sempre ultrapassar os limites, exagerar, tanto no bom como no mau sentido.¹⁷

O comentário denota uma concepção baseada na idéia de que as posições pró nazistas assumidas por alguns membros de associações se davam mais por uma característica natural, talvez inconsciente destes, do que propriamente em função de escolhas políticas racionais.

Segundo o autor, após a guerra poucas das associações germânicas existentes antes da guerra conseguiram retomar as suas atividades e, apesar da vinda de imigrantes como os suábios do Danúbio para a região central do Estado e o papel desempenhado por descendentes de imigrantes alemães oriundos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul na ocupação do Sudoeste e Oeste Paraná, [...] *somente bem poucas, porém estavam dispostas a prosseguir com a mesma orientação cultural voltada para as antigas tradições.*¹⁸

Face a essa situação, houve tentativas, nas quais o autor tomou parte, para reanimar a vida associativa alemã no pós guerra. Uma delas foram as comemorações referentes ao 1º centenário da emancipação política do Paraná, em 1953. Nas festividades, a organização da participação de descendentes de alemães se deu pela constituição da Comissão Representativa do Grupo Étnico Germânico¹⁹.

Sobre as festividades Abeck afirmou o seguinte:

No grande desfile das etnias, no dia 18 de dezembro de 1953, os trajes típicos germânicos ocuparam algumas centenas de metros.[...] Numa grande exposição de livros e artes foram exibidos, à visitação pública os quase 4.000 volumes, representando uma seleção de todos os setores da literatura alemã, adquiridos com recursos angariados no seio da comunidade teuto-paranaense e a serem doados, agora, à recém-inaugurada Biblioteca Pública. [...] Pela primeira vez depois da guerra a Sociedade Beneficente Rio Branco (anteriormente Sociedade Beneficente Operária Handwerker), o Clube Duque de Caxias (ex-Clube de Ginástica Teuto-Brasileiro) e Clube Concórdia (outrora Associação de Cantores Saengerbund) passaram novamente a promover grandes festas populares.²⁰

Apesar da narrativa descrever um cenário em que a população de origem alemã do Estado superou as consequências da política de nacionalização implementada pelo governo federal a partir de 1938, e intensificada durante a Segunda Guerra²¹, o fato da permanência das alterações nas denominações das sociedades indica o contrário. Essa situação fica clara na seguinte passagem:

Desta maneira foi dada a partida para um novo período de vida cultural e associativa em Curitiba e no Paraná. Não só aqui como em todas as localidades de colonização alemã, este empreendimento suscitou, inicialmente, um grande entusiasmo, para, contudo, logo depois definhando novamente. Apesar de todos os esforços, não foi possível atingir, nem mesmo de perto, o nível sócio-cultural de antes da guerra. O grau de desconjuntamento fora, pois, muito maior do que se havia suposto. E também o ambiente já não era mais o mesmo²².

Antes de analisar as causas deste “estado de coisas”, o autor apresenta as quatro socieda-

¹⁷ Idem., Ibidem.

¹⁸ Idem., p. 42.

¹⁹ Entre as atividades organizadas pela Comissão Representativa do Grupo Étnico Germânico, está a publicação, em 1953, do livro de Werner Aulich, intitulado “O Paraná e os Alemães. Estudo Caracterológico sobre os Imigrantes Germânicos”.

²⁰ Idem., p. 48.

²¹ Segundo Abeck, na “nacionalização” das sociedades alemãs no Estado, as ações mais comuns do governo federal foram a subordinação das diretorias a uma junta de nacionalização e a alteração das denominações e estatutos. Idem. p. 49 50.

²² Idem. p. 49.

des que continuaram “[...]na mesma linha de conduta e orientação de antes, isto é, de conservar a mesma vida cultural e a mesma feição tradicionalista [...]”²³: A Sociedade Beneficente Rio Branco, o Clube Concórdia, o Clube de Ginástica Teuto-Brasileiro e a Sociedade de Tiro ao Alvo.

Acerca dos problemas enfrentados pelas entidades e as soluções encontradas pelos seus diretores para resolvê-las, é ilustrativa a passagem referente à primeira associação citada acima:

A partir dos anos 60 se esboçou para a Sociedade, bem como para todas as demais associações teuto-brasileiras de Curitiba, uma lamentável época de crise. O número de sócios diminuía de mês a mês, em consequência da demissão ou morte, raras admissões, principalmente de elementos jovens, eram cada vez mais raras. Como consequência diminuía também a receita. E as diretorias sentiam-se cada vez mais na obrigação de procurar meios e caminhos para atrair novos sócios. Nesse afã, parece que a diretoria presidida pelo atual presidente, senhor Bernardo Schroeder, está conseguindo êxitos, depois que o Grupo Folclórico Germânico de Curitiba foi anexado à Sociedade dos Amigos da Cultura Germânica com um grande número de jovens e, sobretudo, com o término das piscinas na sede campestre. Depois disto, o quadro social está novamente ascendente²⁴. p.51

As mudanças também atingiram a Sociedade dos Amigos da Cultura Germânica, entidade inspirada na Comissão Representativa do Grupo Étnico Germânico. Devido aos “sintomas de cansaço” entre seus associados, a sociedade que entre as atividades desenvolvidas destacava-se pela criação de cursos de língua alemã para brasileiros e de língua portuguesa para recém-imigrados, e mantinha “[...] uma sala de leitura, um programa de rádio (*“Hora de Cultura Alemã”, com Anton Lieb e Hans Homfeld, festas comemorativas (25 de julho, Natal etc.) e muitas outras promoções mais [...], se viu obrigada a estudar modificações de base [...]*”²⁵.

Entre as medidas adotadas, está a fundação do Instituto Cultural Brasileiro Germânico, que incorporou o acervo da Sociedade e a sua posterior fusão com o Instituto Goethe, em 1972. Para Abeck, a fusão resultou em perdas para os teuto-brasileiros, pois desapareceu o “[...] elo de ligação entre todas as frações da etnia germânica, dispersados por todo território do Estado”.²⁶

Apesar de iniciativas como o “Movimento 25 de Julho”, o “Círculo de Fomentadores Culturais de Curitiba” e outros grupos folclóricos, o autor lamenta a falta de articulação entre as associações existentes. Para ele, a falta de coesão faz com que o “[...] teuto-brasileirismo saia enfraquecido, a assimilação é acelerada demasiadamente, com perdas irreparáveis para a vida cultural do povo do Brasil”. Nesse sentido, a criação por Abeck do Arquivo Paranaense de Imigração, cuja documentação serviu de base para a elaboração do livro aqui analisado, é uma tentativa de manter certa unidade entre os elementos germânicos no Paraná por meio de uma memória coletiva.

No entanto, trata-se de uma memória ameaçada, pois conforme Abeck, além do decréscimo do número de associações,

[...] o que é mais lastimável é, sobretudo, a ausência da juventude, a qual prefere trilhar os seus próprios caminhos. Apenas os grupos folclóricos ainda conseguem congregiar jovens, e estes geralmente das camadas menos favorecidas, porque lhes são oferecidas entretenimentos adicionais, como viagens festas e outras mais. Também nas bibliotecas e nos salões de leitura das sociedades germânicas, hoje em dia podemos constatar a diminuição do interesse pela vida cultural alemã, vendo-os cada vez mais desertos, como também pela pequena quantidade de órgãos de imprensa alemã ainda existentes. A continuar esta marcha poderá acontecer que, em breve, as expressões de cultura germânica, entre nós, passem a se limitar apenas às festas de cerveja, as quais estão sendo realizadas nos moldes da Oktoberfest de Munique, em quase todas as sociedades, mesmo nas de

²³ Idem., Ibidem.

²⁴ Idem., p. 51

²⁵ Idem., p. 55.

²⁶ Idem. p.57.

outras etnias. Estas festas, em todos os Estados do Sul, ao som da música tradicional alemã e com um consumo fabuloso de cerveja, vem gozando de popularidade generalizada.²⁷

Ao final do livro, Abeck apresenta um resumo dos fatores que influenciam negativamente na “vida cultural alemã” e causaram o seu enfraquecimento: a campanha de nacionalização, a Segunda Guerra Mundial, a interrupção e diminuição da imigração, o comportamento a-germânico existente na Alemanha, a falta de assistência do governo alemão para com os alemães no exterior, a imprensa da Alemanha que publicava matérias depreciativas sobre o Brasil, o rádio e a televisão brasileira, os métodos educativos liberais, a propaganda anti-germânica.

Esse conjunto de fatores que surgiram no pós-guerra constitui-se, portanto, no quadro de perigo para a existência da memória alemã no Estado, materializada nas associações e círculos de amigos. Para o autor, essas entidades seriam o elo de ligação entre o presente, o passado e o futuro, pois elas, assim como as narrativas sobre o passado presentes em jornais, revistas e livros, são formas de reunir e dar coerência às memórias, sempre fragmentadas, constituindo assim identificações, não só entre os membros das associações, mas também entre os que viveram no passado e os do presente. Assim, o livro de Abeck é um lugar de memória germânica no Paraná, pois cristaliza um passado, no qual essas entidades foram atuantes e também, pelo seu caráter comemorativo, visa restaurar, fomentar o seu renascimento.

²⁷ Idem. 83.

– 6 –

**Política, Representação,
Conflito na Imigração**

HISTÓRIA E RETÓRICA EM JORNAIS REGIONAIS (1920-1925)

Kenia Maria Menegotto Pozenato*
Loraine Slomp Giron**

PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES

O discurso retórico (...) é sempre exercido com uma intencionalidade: a de alterar idéias, conceitos e, mesmo, julgamentos do receptor, visando ao favorecimento do emissor”¹. Por outro lado, desde a Antiga Grécia, a Retórica é considerada instrumento de poder. Aristóteles já dizia que a Retórica poderia persuadir o auditório, ela “utiliza o estilo como forma de realizar os objetivos da palavra, sem levar em conta o conteúdo”². A Retórica apela para a emoção e não para a razão; concentra-se na emoção para comover o receptor. A Retórica sempre foi vista como a arte de utilizar a palavra para convencer, mas “o termo linguagem não envolve mais apenas o código verbal que é utilizado na comunicação, sua abrangência é muito maior”³. Como observa Bakhtin, o discurso, através da análise de suas formas retóricas, “possui grande valor heurístico” e a história e a imprensa constituem, como o romance, um gênero extraliterário, ou seja, “uma forma contemporânea de propaganda moral”⁴.

Hoje, constata-se que há múltiplas linguagens, sejam elas verbais ou não, tal como a sonora, a das cores, a dos surdos-mudos, a das imagens. São linguagens que, no dizer de Bakhtin, “não se excluem umas das outras, mas se interceptam de maneiras diversas”. Na realidade, vive-se numa era de “plurilingüismo”. E essas linguagens podem ser utilizadas (e na maioria das vezes o são) de forma retórica em toda a mídia. Hoje, se é bombardeado retoricamente a todo instante, e sem complacência, de forma multimídia. Nunca a Retórica foi utilizada com tanta força.

Mas isto não acontece por acaso nem de forma repentina, seu uso foi se impondo aos poucos, acompanhando o avanço tecnológico. Nos jornais, como nos demais meios de comunicação, também é utilizada a linguagem retórica, seja nas reportagens, seja nas imagens utilizadas, seja nos apelos publicitários, ou propagandistas.

Já na década de 1920, período que se pretende analisar, o uso da Retórica nos jornais regionais era comum, através do uso de um discurso envolvente e nitidamente ufanista, especialmente nos jornais comemorativos ao Centenário da Independência e ao Cinquentenário da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul.

FESTEJOS E REALIDADE

O ano de 1925 foi importante para a antiga região colonial italiana do Rio Grande do Sul. As antigas colônias oficiais de Caxias, Conde d’Eu, Dona Isabel, Alfredo Chaves e Antônio Prado haviam se tornado municípios autônomos que apresentavam crescimento econômico, pois então era comemorado o cinquentenário da imigração italiana para o Rio Grande do Sul. Os festejos que marcaram o evento movimentavam as cidades, especialmente Caxias, que era o centro mais dinâmico da região. Alguns anos antes, em 1922, fora comemorado o centenário da Independência do Brasil. Dois grandes eventos relativos a esses festejos marcaram a região colonial: a inauguração da estátua da liberdade, na praça Dante Alighieri, em Caxias, e a participação dos indus-

* Dr^a em Ciências da Informação e da Comunicação pela Universidade D’Aix- Marseille II, França. Professora da Universidade de Caxias do Sul.

** Dr^a em Ciências Sociais – PUCSP. Professora da Universidade de Caxias do Sul.

¹ POZENATO, Kenia Maria Menegotto. *A retórica atual*. In: *Poliantéia*. Fátima J. Martinato. Caxias do Sul: EDUCS, 2002. p. 95.

² POZENATO, Kenia Maria Menegotto. *A retórica atual*. In: *Poliantéia*. Fátima J. Martinato. Caxias do Sul: EDUCS, 2002. p. 95.

³ POZENATO, Kenia Maria Menegotto. *A retórica atual*. In: *Poliantéia*. Fátima J. Martinato. Caxias do Sul: EDUCS, 2002. p.101.

⁴ BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. Tradução de Aurora Fornoni Bernadini et al. 4 ed. São Paulo: UNESP, 1998. p. 80.

triais da cidade na exposição industrial em Porto Alegre. Tais comemorações levantaram o ânimo da população da Região, abatida pela forma como foi afetada no decorrer da Primeira Guerra.

Os textos selecionados para a análise fazem parte deste período, durante o qual os jornais tinham poucos artigos referentes às atividades das cidades, voltando-se muito mais para o contexto internacional, para a agricultura, o comércio e a indústria. A escolha destes textos deve-se ao fato de tratarem de assuntos de interesse para a população regional.

A presente comunicação tem o objetivo de analisar as repercussões das festividades destes eventos na imprensa regional e verificar o uso da Retórica na criação da imagem do imigrante, nessa época.

Foi um período de crescimento para a população regional, que passou de 83.553 habitantes em 1897, para 124.856 em 1925, com um crescimento de 66,93% em menos de 30 anos. A maior população era a de Caxias, com 27.500 habitantes (22,02%), seguida da de Bento Gonçalves, com 21.465, (17,19%), Alfredo Chaves, com 21.000, 14,21%, Garibaldi, com 18.000 (14,21%), Antônio Prado e Prata, com 10.000 habitantes (10%) cada uma. Em 1924 houve a emancipação do distrito de Nova Trento, que se tornou município com o nome de Flores da Cunha. Alfredo Chaves, que tinha 30.391 habitantes teve sua população reduzida para 21.000, ficando 9.391 para o antigo distrito de Capoeiras, que se tornou o município de Prata⁵.

A economia regional, da mesma forma que a população, aumentou com a instalação da estrada de ferro e do transporte ferroviário. O novo meio de transporte ligava a Capital do Estado a Carlos Barbosa, Garibaldi e Caxias e Bento Gonçalves, a partir de 1919. As estradas de rodagem que ligavam Carlos Barbosa a Alfredo Chaves eram consideradas ótimas para a época. Na medida em que melhoravam as rodovias, foi ocorrendo a substituição dos transportes movidos por força animal pelos transportes movidos a motor, aos poucos as carretas foram sendo substituídas pelos caminhões.

A primeira Grande Guerra (1914-1918) colocou o Brasil e a Itália em campos opostos. Para os imigrantes italianos, que continuavam a chegar à região até 1914, a situação não era nada confortável. Mesmo aqueles imigrantes que viviam há mais de trinta anos no Brasil, muitos dos quais já naturalizados e com filhos e netos brasileiros, ainda assim eram vistos pelas autoridades brasileiras como elementos perigosos para a segurança nacional.

Desde a proclamação da República (1889) havia um forte ar de nacionalismo pesando sobre o Brasil. Já em 1914, tiveram início as campanhas civilistas, que se propunham a incentivar o amor pela pátria e pelas coisas brasileiras, lideradas por Olavo Bilac. A imposição do serviço militar obrigatório e a propaganda a favor do Brasil e da brasilidade foram usadas para estimular o civismo, o que revela o caminho que o Brasil tomaria nos anos subseqüentes.

Como a passagem do Brasil pela Primeira Guerra foi rápida, seguindo os passos da tradicional liderança dos Estados Unidos, na perda da 2ª Região Policial do Rio Grande do Sul não houve problemas maiores entre autoridades e imigrantes.

Durante este período a região prosperou. Muitas empresas dedicaram-se à produção de peças de máquinas para reposição, encaminhando o destino de Caxias. A produção agrícola e industrial para o esforço de guerra encontrava mercado certo, já que a dificuldade do transporte marítimo dificultava e às vezes até impedia a chegada dos produtos europeus e norte americanos.

Na região das antigas colônias predominavam os maragatos⁶, enquanto as autoridades administrativas eram republicanas. Mesmo após a assinatura do Pacto de Pedras Altas, firmado entre federalistas e republicanos, as posições políticas da região não sofreram mudanças. Segundo Monteiro⁷,

⁵ *Cinquantenario della colonizzazione italiana nello Stato del Rio Grande del Sud: 1875-1925*. Porto Alegre/ Roma: Globo/ Ministero degli Affari Esteri, 1925.

⁶ O termo “maragato” designa os seguidores de Assis Brasil, antes conhecidos como federalistas e, após, como libertadores.

⁷ MONTEIRO, Katani Maria Nascimento. *Um italiano irrequieto em contexto revolucionário: um estudo sobre a atuação de Celeste Gobatto no Rio Grande do sul – 1912-1924*. Dissertação de Mestrado defendida na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul em setembro de 2001, pp. 154-155.

“O resultado das eleições para os republicanos foi desastroso no 1º distrito eleitoral, do qual Caxias fazia parte. A oposição venceu com larga diferença: os republicanos obtiveram 1023 votos e os ‘ba-ta-clans’, como eram chamados os oposicionistas, 1790 votos. Os municípios onde a oposição venceu são: Caxias, 756 votos a favor da oposição; Alfredo Chaves, 234; Garibaldi, 83 (...).

Para acalmar os ânimos na região, foi lançada a candidatura do Doutor Celeste Gobatto para a prefeitura de Caxias, o que conseguiu unir republicanos e federalistas em uma coligação que elegeu para prefeito um agrônomo italiano, com 1.119 votos⁸. A sua eleição representou o esforço republicano para garantir o poder na cidade, e atropelou até as leis eleitorais, que exigiam a cidadania brasileira e residência de no mínimo um ano no município, condições que o candidato não apresentava.

IMPRENSA REGIONAL

A imprensa regional refletia a situação política. A situação dos jornais republicanos era cômoda, pois recebiam o pagamento pela publicação dos atos do governo do Estado, enquanto os outros jornais ficavam sem receita proveniente dos cofres públicos, pois estavam excluídos das notícias oficiais. O grande número de jornais republicanos revela que a ditadura política se estendia à ditadura da imprensa. Desta forma os braços do positivismo gaúcho estendiam-se a todos os setores da sociedade.

Os demais periódicos só sobreviviam com o apoio das verbas públicas. Os jornais assim eram atrelados ao poder estadual, ainda que se afirmassem independentes. Sobre esta alegada independência, Gardelin⁹ afirma:

Só que estes órgãos independentes eram muito fracos, ou eram de oposição ou eram da situação, porque os da situação eram órgãos oficiais do Partido Republicano e da Intendência Municipal, era o dinheiro do governo municipal que subsidiava.

Vários jornais circularam na região, o *Città di Caxias* e o *A Resistência* circularam em Caxias, com periodicidade semanal. O primeiro teve uma duração maior, de 1913 a 1923, e o segundo, apenas de alguns meses, no ano de 1922. Em Bento Gonçalves circularam *A Semana* e *O Semanário*. Em Antônio Prado foi fundado o jornal *A Sentinela*, semanário de curta duração. Segundo Barbosa¹⁰, Estes jornais eram republicanos. Existiam outros, como *O Estado*, *O Dia*, o *Sentinela* e o *Regional*, que se diziam neutros ou independentes. Outro jornal que se dizia independente era o *Correio Colonial*, de Caxias¹¹, criado por influência do Dr. Celeste Gobatto e que circulou de 20 de dezembro de 1924 a 19 de dezembro de 1925. Havia ainda os jornais humorísticos: *O Tagarela*, *O Regional*, e *O Popular*, além do *Pissilone*¹² e *A Ordem*, este último de Bento Gonçalves e que circulou entre 1922 a 1923.

A criação dos novos municípios estimulou a criação de jornais locais. No período compreendido 1920-1930 circularam 16 jornais. Em Caxias havia dez jornais (62,5 %), quatro (25%) em Bento Gonçalves, em Antônio Prado e em Prata circulava um jornal em cada comunidade (0,62%). Em relação à linha editorial, é desconhecida em apenas um periódico. Já os demais apresentam três tipos de linhas editoriais: sete deles (43,7%) são político-partidários do PRR, seis (37,5%) são assisistas, um religioso (6,25%) e dois (12,5%) humorísticos.

⁸ MONTEIRO, Katani Maria Nascimento. *Um italiano irrequieto em contexto revolucionário: Um estudo sobre a atuação de celeste Gobatto no Rio Grande do Sul – 1912-1924*. Dissertação de Mestrado defendida na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul em setembro de 2001, p.164.

⁹ Mário Gardelin. Apud HENRICH, Liliana Alberti (org.). *Histórias da imprensa em Caxias do Sul*. Museu Municipal/Arquivo Histórico de Caxias do Sul/Pioneiro, 1988, p.25.

¹⁰ BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Antônio Prado e sua História*. Porto Alegre: EST, 1980, p. 104.

¹¹ GARDELIN, Mário. *A tipografia*. In: JORNAL PIONEIRO, 10 de março de 1999, p. 3.

¹² MENDES, Saturno. In: HENRICH, Liliana Alberti (org.). *Histórias da imprensa em Caxias do Sul*. Museu Municipal/Arquivo Histórico de Caxias do Sul/Pioneiro, 1988, p.15.

ITÁLIA E REGIÃO

A região colonial italiana, que vinha sendo assimilada com relativa tranquilidade pela cultura brasileira, com o advento do fascismo na Itália passou a sofrer maior influência da cultura italiana, com o incremento das escolas italianas em todo o Brasil e dos periódicos em língua italiana. Tais alterações não causaram nenhuma reação aparente do governo brasileiro, que comungava das mesmas idéias nacionalistas e autoritárias de Mussolini e que era também seu sócio comercial. Foram escolhidos para a região, pelo governo italiano, cônsules com sensibilidade política e representatividade nas várias comunidades brasileiras. Os negócios entre o Brasil e Itália cresceram e técnicos italianos afluíram em grande número para as localidades habitadas pelos então chamados “italianos no exterior”.

Em 1925, para comemorar o Cinquentenário da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul foram organizados festejos comuns entre o Brasil e Itália. Foram festas que reuniram as autoridades brasileiras e italianas e marcaram época no Estado, com a realização de exposições, grandes banquetes e várias outras solenidades. Para marcar a data foi publicado, na Itália, pelo governo Italiano, um álbum comemorativo¹³, que realizou notável levantamento da situação regional e tornou-se a principal fonte para o estudo da sua história.

JORNAIS E RETÓRICA

Na década de 1920, aparece nos jornais a tendência a supervalorizar o trabalho e os feitos dos imigrantes italianos residentes na região, momento em que os industriais começam a se firmar economicamente. A seguir, colocam-se três textos ilustrativos retirados de notícias locais:

1º CENTENARIO DA INDEPENDENZA DEL BRASILE

COME SARÁ COMMEMORATO IN CAXIAS

Nella nostra culta città i festigiamanti assumeranno proporzione degne de gloria. Infatti oggi stesso sarà inaugurato il maestoso monnumento dedicato all'indipendenza, che il municipio di Caxias mandò ad erigere per concorse il piu degnamente possibile all'fatidica deta.

L'iniziativa del nostro solerte e benemerito cel. Penna de Moraes non potera essere più degno al sublime grido: *independência ou morte*.

Il bel monumento che oggi sarà inaugurato é opera eccelsa del nostro scultore sig. Michelangelo Zambelli il quale in quest'opera ha affermato definitivamente la sua non comune valentia nella difficile arte.

Caxias deve essegli riconoscente per avere arricchito la “perla della colonia” di una sibell'opera, e non solo a lui come per due esseria la sua felice iniziativa volte dotare la nostra città di um monumento si qualsisi grande metropoli.

Il altra parte dell gionalle pubblichiamo il programma completo del festigiamanti che deveranno quattri giorni, ed criastuto con brevi cessi ilustustreremo detti storiche che concorso all proclama-zione del'indenpendenza dei questo imenso ed ospitale Brasile.¹⁴ (sic).

Arrabalde Boa Vista

Sempre foi dito que uma idéia quando boa vinga e medra.

De fato, por iniciativa de distinta comissão compostA pela sra. Genoveva Pieruccini, Antônio Pieruccini, padre João Meneguzzi, João José Conte e mais dez membros (...) tomou o encargo de mandar erigir neste populoso bairro uma bela e alterosa igreja em estilo gótico em substituição da pequena capela votiva ao santo sepulcro ai erigida.

Essa comissão em poucos dias com o auxilio de nossa sempre prestimosa população conseguiu angariar para esse fim a elevada quantia de 5:000\$00 já possui bela planta mandada executar por intermédio do cônego José Maria Balen no escritório de engenharia A. Arjoles.

Assim os dois arrabalde São Pelegrino e Boa Vista, os dois pontos opostos da cidade -leste oeste-

¹³ Cinquantenario della colonizzazione italiana nello Stato del Rio Grande del Sud:1875-1925. Porto Alegre/ Roma: Globo/ Ministero degli Affari Esteri, 1925.

¹⁴ JORNAL CITTÁ DI CAXIAS, Número comemorativo ao centenário da Independência do Brasil. nº 462, 7 de setembro de 1922, ano X, 1ª. Página.

serão dotados de belas e alterosas igrejas que muito contribuirão para o desenvolvimento e maior educação moral.

Em vista da explosão industrial e comercial do bairro leste, pelos belos edifícios existentes e também pela construção do novo templo que deve ser iniciada em janeiro próximo, orçada a obra em cerca de cinquenta contos, seria justíssimo e razoável que os poderes fossem dados a Benvenuto Conte, ótimo trabalhador e um dos primeiros moradores que ali se estabeleceu com sua tenda. Satisfazendo a aspiração geral oficialmente substituiu a atual “Caipora” pela de Boa Vista.” Porque afinal de contas ali tudo existe, tudo se desenvolve menos o. ...caiporismo,¹⁵ (sic)

A GLORIFICAÇÃO DO TRABALHO

O Suntuoso banquete aos industrialistas Abramo Eberle, Aristides Germani e Benvenuto Ronca. O brilhante discurso do dr. Celeste Gobbato.

Revestiu-se de máxima importância o banquete oferecido pelas classes conservadoras caxienses aos operosos industrialistas Abramo Eberle, Aristides Germani e Benvenuto Ronca por motivo de seu regresso da Europa.

O Hotel Menegotto onde o mesmo se realizou, apresentava belíssimo aspecto completamente enfeitado com galhardetes brancos. A mesa apresentava uma atuante decoração, estando conservados os lugares para todos os convidados, artísticos cardápios e se viam sobre ela, onde tomavam assento cerca de 80 convivas. Ao penetrar no salão os homenageados, que se faziam acompanhar da comissão que os fora buscar, foram saudados com prolongada salva de palmas ao mesmo tempo que a banda Santa Cecília, vestindo seu vistoso uniforme branco executava uma marcha festiva. Deu-se então início ao banquete sendo servido o seguinte cardápio: maionese de lagosta, frios diversos, salada de camarões e enchovas, sopa de aspargos, leitão ao limão, vitela ao molho branco, Rost beef com petit pois, peito de galinha dourado, saladas diversas, doces e pudins, café, vinho tinto e branco e champgne.

“Au dessert” levantou-se o dr. Celeste Gobbato, intendente municipal, que cortado por aplausos proferiu um eloqüente discurso que publicaremos (...).

A seguir, destaca-se parte do discurso publicado no jornal:

A suprema benevolência do iniciador desta deverosa homenagem das classes conservadoras de Caxias aos distintos cidadãos Abramo Eberle, Aristides Germani e Benvenuto Ronca, quis que eu fosse o interprete dos sentimentos de regozijo desta cidade ao saber de seu feliz regresso de viagem que os tinha levado longe, além do oceano.

Abramo Eberle, Aristides Germani e Benvenuto Roncam. Devem ser considerados entre os pioneiros de Caxias e desta região italiana toda, pois eles pertencem de fato àquele pugilo de fortes que deram o melhor de suas energias, numa vida intensa e diuturna sem medir sacrifícios, nem poupar esforços, até gravar com letras de ouro no mármore de melhor qualidade seus nomes e indistintas as outras atividades civilizadoras, que são o orgulho de Caxias e que representam seu poderoso vigor econômico do Rio Grande do Sul e para a riqueza e progresso de nossa querida e privilegiada Nação Brasileira.

A ver a figura envolvente de Antônio Pieruccini e de outros companheiros, distintos homenageados esta ubérrima região do solo pátrio, regada pelo suor e pelas lágrimas do generoso sangue italiano deve-lhe ter desbastado o caminho para a conquista dos mercados que a produção local já exigia; pela perspicácia vossa o nosso delicioso néctar começou a circular pelas praças paulistas e cariocas, fomentando a produção. Que para nós hoje é um dia notável pois vossa inteligência e persistência trouxe para região colonial italiana a introdução dos moinhos aperfeiçoados e de espécimes privilegiados de trigo, que serviu para livrá-lo de certas pragas, melhorando a cultura¹⁶. (sic)

Analisando-se os textos, podem-se ler termos como *operosos industrialistas, pioneiros de Caxias, pugilo de fortes, suprema benevolência, atividades civilizadoras, vigor econômico, figura*

¹⁵ JORNAL CORREIO COLONIAL, Ano 1, nº 2, 24 de fevereiro de 1925, 1ª. Página.

¹⁶ JORNAL O REGIONAL, Ano 1, nº 36, 18 de setembro de 1926, 1ª página.

envolvente, solerte e benemérito, ótimo trabalhador, generoso sangue italiano, inteligência e persistência, espécimes privilegiados, distinta comissão, usados em relação aos industriais da região, na época denominados industrialistas.

Para qualificar a região e a cidade, encontram-se expressões como *ubérrima região, culta città, perla della colônia*¹⁷, *degne de gloria* (dignos de glória), *populoso bairro, sempre prestimosa população*, “*porque afinal de contas ali tudo existe, tudo se desenvolve, menos o ... caiporismo*”, *maior educação moral, explosão industrial e comercial*.

Já, expressões como *maestoso monumento* (majestoso monumento), *degnamente possibile* (dignamente possível), *opera eccelsa* (obra-prima), *valentia nella difficile arte*¹⁸, *sibell'opera* (tão belo trabalho), *felice iniziativa* (feliz iniciativa), *bela e alterosa igreja, belos edifícios, delicioso néctar*¹⁹, eram utilizadas para designar produtos e obras da região.

Nota-se também nos jornais o uso de estrangeirismos, sobretudo em italiano e em francês. Isto mostra a manutenção de um vínculo com a Europa de língua latina, em especial com a Itália e com a França, e a existência de um evidente plurilingüismo. A Itália, por ser o país de origem desses imigrantes e, a França, por ser, nesta época, um centro de cultura mundial. Mais raros, também apareciam termos em inglês.

Tal plurilingüismo aparece também nos próprios nomes dos cinemas e de jornais da época: *Cine Pathè, Cinema Colyseu, Città di Caxias, La Libertà, Il Collono Italiano*, ... e também na terminologia para anunciar espetáculos e, mesmo, utilizada na notícias veiculadas: *matinée, matiné, films, avant-première, cinéma, cinématographo*, “*Au dessert*”, *Rost beef, petit pois, champagne*, etc...

A leitura que se pode fazer neste momento é a de que havia a intenção de mostrar erudição, utilizando uma linguagem permeada por termos estrangeiros. Tal observação baseia-se nos fatos, já que, nesta época, filhos de industriais e comerciantes mais abastados eram mandados à Europa para estudar.

Muitas vezes, esta terminologia era grafada de forma errônea, numa mistura de português com outra língua, como se pode ver no anúncio a seguir, que se reproduz *ipsis litteris*, como ilustração.

“Hotel União

N’este hotel encontrarão os senhores passageiros excelentes commodos e optimas e saborosas comidas á italiana e brasileira, (...).”

Neste exemplo, observa-se a mescla dos idiomas português e italiano na palavra *braziliera*. Na tentativa de assimilação da língua portuguesa, a grafia da palavra mistura os dois idiomas, pois, em italiano a grafia correta deveria ser *braziliera* e, em português da época, *brazileira*. Essa mescla de idiomas apresenta-se como um testemunho da aculturação do imigrante italiano em terras brasileiras.

Muitos outros exemplos aparecem nos jornais da época, tal como no *Città di Caxias*²⁰, onde é anunciado o “*2º espetáculo: a Boheme, de Puccini*”. Observa-se a grafia errada na palavra *Bohème* (francesa) e o uso do artigo “a” em português, pois o nome correto da ópera é *La Bohème*.

Em muitos outros casos encontram-se termos em italiano, grafados erroneamente, seja com a palavra escrita errada, seja com a acentuação aportuguesada. Muito comum também é aparecer a construção frasal permeada de palavras portuguesas, em textos escritos em língua italiana, numa mescla de idiomas, tal como aparece no texto sobre as comemorações do Centenário da Independência do Brasil: *é opera eccelsa*. Nesta expressão, o verbo utilizado na frase em língua italiana está em português: *é*.

Uma outra situação que deve ser destacada é que, nessa época, não havia controle sobre

¹⁷ Referência, em italiano, ao dito de Júlio de Castilhos sobre Caxias, que a denominou, em 1898, de “A Pérola das Colônias”.

¹⁸ Referindo-se à obra do escultor Michelangelo Zambelli.

¹⁹ Referindo-se ao vinho produzido na Região.

a linguagem jornalística e é muito comum encontrar-se o uso de adjetivos, advérbios, superlativos, figuras de linguagem, etc. Esses eram usados tanto de forma positiva quanto em textos negativos em relação a alguém, a algum evento, ou a alguma coisa. Os textos reproduzidos neste artigo exemplificam esta prática. Mostram também que, na ânsia de apresentar discursos trabalhados, de utilizar termos eruditos, também eram empregadas palavras não existentes ou inadequadas, tal como *deverosa*, empregada no sentido de cumprimento do dever de homenagear e *indistinta*, no sentido de diferenciação.

Pode-se ver que esses exemplos constituem os falares típicos do plurilingüismo citado por Bakhtin, que guarda as contradições sócio-ideológicas entre o passado e o presente, “são pontos de vista específicos sobre o mundo, formas de sua interpretação verbal, perspectivas específicas objetais, semânticas e axiológicas”.²¹

Na década de 1920, circularam na Região dezessete jornais, sendo um em Antônio Prado e Prata, quatro em Bento Gonçalves e onze em Caxias. Já, em 1925, circulavam três jornais: o *Correio Colonial* e *O Regional*, em Caxias e *O Semanário* em Bento Gonçalves (ver tabela). Entre os jornais analisados está o *Correio Colonial*, de Caxias, que também se dizia neutro. Segundo Gardelin²², foi criado por influência do Dr. Celeste Gobatto. Circulou de 20 de dezembro de 1924 a 19 de dezembro de 1925. Seu diretor era Ulysses Castagna e teve como colaboradores Remígio Duchini, padre Antônio Zatera, que também era redator, Júlio Mottin, Luiz Miranda e Alfredo de Lavra Pinto.

O primeiro número do *Città di Caxias* apareceu em 4 de janeiro de 1913, fazendo frente aos jornais de cunho político e editados por brasileiros, em língua portuguesa. Seus fundadores e diretores eram todos imigrantes: Emílio Fonini, gerente e, como diretores, Ernesto Scorza, José Buzzoni, Luís Bancalari, Hércules Donadio e Ulisses Castagna, entre outros. Contou também com a colaboração do Cel. Penna de Moraes e Francisco Nicolau Salerno. Este jornal circulou até 27 de dezembro de 1923, sendo um dos periódicos de mais longa duração do período.

No ano seguinte, em 1º de janeiro, passou a circular *O Regional*, também em Caxias. Circulou até 05 de novembro de 1928, com periodicidade semanal. Seu diretor era Luís Miranda e seus gerentes Roberto Grossi e José Balen.

Pela análise realizada, pode-se constatar que os jornais deste período são unânimes em realçar a figura do imigrante italiano como detentor de qualidades ímpares e específicas, como o amor pelo trabalho, a alta qualidade de sua produção e a qualidade inigualável do habitante da Região. Segundo os textos analisados, o imigrante havia desempenhado o papel de pioneiro civilizador na Região, no Estado do Rio Grande do Sul e na própria Nação Brasileira.

Este tipo de discurso alimentou e estimulou o ufanismo regional e certo sentimento de superioridade em relação aos nativos, o que caracterizou por muito tempo esta Região. Cumpre destacar por último o que diz Bakhtin²³:

(...) quanto à dialogicidade interna do discurso (interna, à diferença diálogo externo composicional) a relação para com o discurso alheio, para com a enunciação alheia, faz parte dos imperativos do estilo (...) a política interna do estilo (combinação dos elementos) determina sua política exterior (em relação ao discurso de outrem). O discurso como que vive na fronteira de seu próprio contexto e daquele de outrem.

Ou seja, nas formas retóricas do discurso, o discurso do outro é usado no discurso monológico, de tal forma que o primeiro acaba por constituir-se num discurso persuasivo para o leitor, a partir dos argumentos que o próprio leitor usaria.

²⁰ JORNAL CITTÀ DI CAXIAS, 30 de setembro de 1922, p. 3.

²¹ BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. Tradução de Aurora Fornoni Bernadini et al. 4 ed. São Paulo: UNESP, 1998. p. 98.

²² GARDELIN, Mário. *A tipografia*. In: JORNAL PIONEIRO, 10 de março de 1999. p. 3.

²³ BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. Tradução de Aurora Fornoni Bernadini et al. 4 ed. São Paulo: UNESP, 1998. p. 92.

TABELA: JORNAIS REGIONAIS NA DÉCADA DE 1920

TÍTULO	INÍCIO	TÉRMINO	PERIODICIDADE ...	LOCAL	LINHA EDITORIAL
A Sentinella	1928	1928	Semanal	Antônio Prado	Literária/ noticiosa
A Semana	1921	1921	semanal	Bento Gonçalves	desconhecida
A Ordem	1922	1923	semanal	Bento Gonçalves	Independente
O Sabe Tudo	1922	desconhecido ...	semanal	Bento Gonçalves	Crítica, literária e noticiosa
O Semanário	1925	1925	semanal	Bento Gonçalves	Pró-Republicana
A Resistência	1922	1922	semanal	Caxias	Pró-Republicana
A Tribuna	1920	1920	bi-semanal	Caxias	Oposição
A Vanguarda	1922	1922	quinzenal	Caxias	Independente
Caxias	1927	1932	semanal	Caxias	Pró-Vargas
Città di Caxias ...	1913	1923	semanal	Caxias	Republicana
Correio Colonial ..	1924	1925	semanal	Caxias	Independente
O Democrata	1922	1923	semanal	Caxias	Pró-Assis Brasil
O Methodista	1922	1922	mensal	Caxias	Religiosa
O Popular	1927	1927	desconhecida	Caxias	Patronato Agrícola – PRR
O Popular	1928	1930	semanal	Caxias	Pró-Vargas
O Regional	1926	1928	semanal	Caxias	Independente
O Dia	1924	1924	semanal	Prata	Político-partidária e literária

Fonte: Banco de Dados do Projeto 100 ANOS: Os meios de comunicação na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ADAMI, João Spadari. *História de Caxias do Sul*. Caxias do Sul: São Miguel, 1972.
- BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Antônio Prado e sua história*. Porto Alegre: EST, 1980.
- CAPRARA, Andréa. *Bento Gonçalves – Jornalismo opinativo*. Monografia do Curso de Comunicação Social – Habilitação Jornalismo. São Leopoldo, UNISINOS, julho de 1991.
- CINQUANTANARIO DELLA COLONIZZAZIONE ITALIANA NELLO STATO DEL RIO GRANDE DEL SUD:1875-1925.Porto Alegre/ Roma: Globo/ Ministero degli Affari Esteri , 1925.
- FONINI, Décio. Apud HENRICH, Liliana Alberti (org.). *Histórias da imprensa em Caxias do Sul*. Museu Municipal/Arquivo Histórico de Caxias do Sul/Pioneiro, 1988.
- GARDELIN, Mário. *A tipografia*. In: JORNAL PIONEIRO, 10 de março de 1999.
- GARDELIN, Mário. *História e jornalismo*. In: HENRICH, Liliana Alberti (org.). *Histórias da imprensa em Caxias do Sul*. Museu Municipal/Arquivo Histórico de Caxias do Sul/Pioneiro, 1988.
- LORENZONI, Julio. *Ex-colônia D. Izabel oggi municipio di Bento Gonçalves*. In: Cinquantenario della colonizzazione italiana nello stato del Rio Grande del Sud: 1875-1925. Porto Alegre: Globo, 1925.
- MARTINATO, Fátima Jeanette (Org.). *Poliantéia*. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.
- MENDES, Saturno. In: HENRICH, Liliana Alberti (org.). *Histórias da imprensa em Caxias do Sul*. Museu Municipal/Arquivo Histórico de Caxias do Sul/Pioneiro, 1988.
- MONTEIRO, Katani Maria Nascimento. *Um italiano irrequieto em contexto revolucionário: um estudo sobre a atuação de Celeste Gobatto no Rio Grande do sul – 1912-1924*. Dissertação de Mestrado defendida na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul em setembro de 2001.

PRESIDENTES DA PROVÍNCIA: A LEITURA OFICIAL DOS IMIGRANTES ITALIANOS NO IMPÉRIO

Luiza Horn Iotti

No período de 1875 a 1889, a província do Rio Grande do Sul teve 34 presidentes, dos quais 16 foram vice-presidentes, atuando de forma interina, sendo que apenas dois ocuparam o cargo mais de uma vez. Na grande maioria, eram políticos de carreira, indicados pelo imperador em função de sua lealdade e em troca de favores. Alguns governaram também outras províncias e outros se destacaram como deputados e senadores. A característica comum dos governos provinciais gaúchos desse período foi a curta duração, variando de alguns poucos dias até, no máximo, três anos. Em função da alta rotatividade no cargo, alguns relatórios e falas se limitavam à narrativa das dificuldades encontradas na aplicação das leis referentes à imigração e à colonização, a relacionar inúmeras queixas sobre a falta de recursos para esses setores e a nomeação e troca de funcionários nas colônias. Mas, apesar disso, os relatórios se constituem uma importante fonte de consulta, na medida em que permitem acompanhar as dificuldades enfrentadas pelos presidentes para colocar em prática as inúmeras leis promulgadas pelo império e pela província referentes à imigração e à colonização.

A legislação produzida sobre o assunto é vasta e sua leitura transmite a idéia de que, tanto o governo imperial, quanto o provincial se preocuparam em montar uma estrutura exemplar para o recebimento e a instalação de imigrantes nos seus respectivos territórios. Porém, quando se cruzam essas duas fontes – relatórios e legislação – pode-se perceber que, na prática, a política imigratória brasileira e gaúcha se mostrou, na maioria das vezes, confusa e contraditória. As leis eram modificadas, praticamente, todos os anos. Repartições, cargos e serviços eram criados e extintos com muita rapidez. Some-se a isso, a falta de verbas e de funcionários habilitados a exercer funções ligadas à medição e demarcação de terras e, em especial, ao trato com os imigrantes.

Outro obstáculo enfrentado pelos presidentes da província resultou da sua pequena autonomia em relação aos assuntos de imigração e colonização. Até para a aprovação de atos administrativos simples, tais como a nomeação e a exoneração de funcionários, precisavam recorrer ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Assim, a centralização do poder se manifestava também nas questões relativas ao assunto, limitando os poderes das autoridades provinciais que, na maioria das vezes, tornaram-se meros executores das decisões e vontades do governo central.

Além disso, foram freqüentes os conflitos entre os presidentes e a Assembléia Legislativa, responsável pela aprovação das leis locais. A tarefa nem sempre se revelava fácil, porque enquanto boa parte dos presidentes pertencia ao Partido Conservador, a maioria dos postos legislativos, a partir de 1872, passou a ser ocupada por representantes do Partido Liberal. E, como esse partido foi situação em dois períodos – de 1878 a 1885 e de junho a novembro de 1889 – sua hegemonia no parlamento gaúcho “fez com que ocorressem situações de antinomia no Rio Grande do Sul: presidentes de província conservadores x Assembléia Legislativa majoritariamente liberal”¹. Portanto, pode-se perceber que, nos períodos em que o Partido Conservador esteve à frente do poder imperial e provincial, os presidentes intervinham como delegados do governo central e a Assembléia Legislativa como representante dos interesses da província, o que por si só seria motivo suficiente para surgimento de atritos e conflitos entre os dois poderes.

Assim, a partir da análise das fontes e da historiografia do período, infere-se que, no decor-

¹ PICCOLO, 1998, op. cit., p. 59.

rer do Segundo Reinado, os políticos debateram-se entre dois princípios: “reformular, descentralizando e assim liberalizando o sistema político e manter o sistema, cumprindo as disposições legais e constitucionais vigentes”². Os reflexos do confronto entre essas duas posições políticas, somados aos interesses nem sempre convergentes dos presidentes da província e dos representantes legislativos, se fizeram sentir na administração dos negócios relativos à imigração e à colonização no Rio Grande do Sul.

Os presidentes e a “qualidade” dos imigrantes

Numa primeira leitura dos relatórios dos presidentes da província é possível perceber que são unânimes em exaltar a necessidade de promover a vinda de estrangeiros para povoar o território gaúcho. A maioria das autoridades louvava as qualidades dos europeus, argumentando que sua introdução representaria um importante papel para o desenvolvimento do processo civilizatório na província e, conseqüentemente, no país. Entre as qualidades destacadas estavam a disposição para o trabalho, o caráter morigerado, a índole pacífica e ordeira. José Fernandes da Costa, ao passar o cargo para seu sucessor, em 1872, afirmava sua satisfação em

acreditar que se abriu nesta província vasto caminho à imigração de gente laboriosa, que lhe traga indústria, hábitos de trabalhos e conseqüentemente riqueza e bem estar; e desvanço-me de ter concorrido na medida de minhas forças para a inauguração de uma nova época de prosperidade para a Província, que me foi dado administrar por algum tempo.³

Nesse mesmo documento, o presidente salientava o papel dos legisladores provinciais que, “inspirados pela consciência do muito que este serviço vale para a riqueza e o engrandecimento do país”, haviam, “nos últimos anos, votado especial atenção a criação e desenvolvimento de núcleos coloniais e a importação de colonos laboriosos e morigerados”⁴. E, também analisava as causas do decréscimo nas estatísticas da criminalidade na província, atribuindo o fato, entre outras coisas, ao “desenvolvimento do trabalho agrícola eminentemente civilizador” e, conseqüentemente, à presença de imigrantes europeus no Rio Grande do Sul.⁵

Assim, depreende-se que as autoridades entendiam o ingresso de agricultores europeus como um dos fatores para o progresso agrário e, conseqüentemente, civilizatório, da província. Na opinião das autoridades provinciais, a importação de trabalhadores considerados mais “evoluídos”, em outras palavras, brancos e europeus, poderia representar a diminuição da criminalidade na província, fato que há muito preocupava os presidentes. Em 1876, o então presidente da província argumentava que a ausência de “atos criminosos” nas colônias D. Isabel e Conde D’Eu, povoadas há pouco mais de quatro meses, seria fator suficiente para abonar a “índole de seus habitantes”⁶. A saber, nessa mesma fala, José Antonio de Azevedo Castro registrava a presença de 790 habitantes nas duas colônias, por iniciativa sua, haviam seguido para ambas “40 franceses que serviram de núcleo, e no curto espaço de 4 meses apresentaram elas aspecto florescente”⁷. Dessa afirmativa, conclui-se que o presidente creditava o progresso das colônias e a ausência de criminalidade, à presença de um núcleo constituído por imigrantes franceses, como se uma etnia pudesse ser responsável pelo desenvolvimento ou não de um lugar ou de um empreendimento. A posição de Azevedo Castro desvela a crença nas teorias “científicas” sobre a hierarquização racial, vigentes

² PICCOLO, Helga (org.). *Coletânea de discursos parlamentares da Assembléia legislativa Provincial de São Pedro do Rio Grande do Sul: 1835/1889*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS, 1998, p. 24.

³ *Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. José Fernandes da Costa Pereira Júnior presidente desta Província passou a administração da mesma ao Exmo. Sr. Dr. João Pedro Carvalho de Moraes no dia 1 de dezembro de 1872*. Porto Alegre: Typ. do Constitucional, 1873, p. 17.

⁴ *Ibid.*, p. 15.

⁵ *Ibid.*, p. 04-05.

⁶ *Fala dirigida à Assembléia Legislativa da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente Dr. José Antonio de Azevedo Castro, na segunda sessão da 16ª legislatura*. Porto Alegre: Typ. do Rio Grandense, 1876, p. 42.

⁷ *Ibid.*, p. 41.

no final do século XIX. Essas teorias propunham a incapacidade das nações de povos mestiços de alcançarem a plena civilização, lançando um verdadeiro anátema sobre o futuro do país. Segundo Renato Ortiz,

o mestiço, enquanto produto do cruzamento entre raças desiguais, encerra, para os autores da época, os defeitos e taras transmitidas pela herança biológica. A apatia, a imprevidência, o desequilíbrio moral e intelectual, a inconsistência seriam dessa forma qualidades naturais do elemento brasileiro. [...] O ideal nacional é na verdade uma utopia a ser realizada no futuro, ou seja, no processo de branqueamento da sociedade brasileira⁸.

Assim, a colonização do Império com europeus de “sangue limpo” e o gradativo desaparecimento da população negra e mulata seria uma solução para os problemas acarretados pela miscigenação. Porém, cabe salientar que não era qualquer pessoa que se adequava ao perfil exigido pelas autoridades. A preocupação em selecionar os imigrantes, restringindo a entrada dos considerados indesejados, foi uma constante na legislação produzida no período. O decreto imperial de maio de 1858 determinava que os navios de imigrantes ficavam proibidos de transportar para o Império, loucos, idiotas, surdos-mudos, cegos e entrevados, se não forem acompanhados por parentes ou indivíduos que garantissem sua subsistência e que se comprometessem em prestar-lhes os socorros necessários⁹. Em outubro de 1872, era autorizada a novação do contrato celebrado entre o governo imperial e John Beaton, para a introdução e estabelecimento de imigrantes, desde que os mesmos fossem escolhidos “dentre os agricultores e trabalhadores rurais do norte da Europa”, que provassem “moralidade, hábitos de trabalho, perfeito estado de saúde, e idade nunca superior a 45 anos, salvo se fossem chefes de família, preferindo-se sempre os que possuírem algum capital”¹⁰. Apenas 5% destes imigrantes poderiam ser artesãos e suas “condições de procedência, profissão, idoneidade e moralidade” deveriam ser provadas com documentos assinados pelas autoridades locais, autenticados pelos agentes consulares do Brasil, residentes nas mesmas localidades, ou nas cidades mais próximas. Nos diversos contratos celebrados, nos anos seguintes, estas exigências se repetiram, sendo que a percentagem de imigrantes ligados a outras profissões, variou 5% a 20%, mas nunca ultrapassando este limite.

Em 1881, o presidente Henrique D’Avila voltava a insistir na necessidade da importação de imigrantes europeus, exaltando os benefícios trazidos à província pelos mesmos, que, na sua opinião, seriam os responsáveis por “um futuro grandioso” à Porto Alegre e à região norte do estado.¹¹ Aconselhava as autoridades que não lamentassem as despesas com a imigração, porque as vantagens advindas com a mesma seriam consideravelmente maiores. E, para comprovar, apresentava uma avaliação sobre o “custo de um trabalhador”, realizada pelo “Dr. Engel, diretor da repartição de estatística, em Berlim”, que dividia a vida econômica de um indivíduo em três períodos:

dois improdutivos e um produtivo. O 1º período compreende a criação e educação de um indivíduo. Seguramente esse período não é somente improdutivo, ele é também dispendioso porque causa desembolso. O 2º se estende de 15 a 55 anos; é o único período produtivo. O 3º que vai dos 60 até a extrema velhice é também improdutivo. A esses três períodos chama ele o 1º - Juvenil -, o 2º - Trabalho -, e o 3º - Senil -.¹²

Desta forma, Henrique D’Avila argumentava sobre os benefícios da importação de trabalhadores, entre 15 e 55 anos, evitando gastos com a formação dos mesmos. Segundo D’Avila, a introdução de imigrantes, no período produtivo de suas vidas, traria uma série de benefícios à provín-

⁸ ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 21.

⁹ apud IOTTI, 2001, op. cit., p. 239.

¹⁰ ibid., p. 315.

¹¹ *Relatório com que o Exmo Sr. Henrique D’Avila passou a administração ao Exmo. Sr. Joaquim Pedro Soares*, op. cit., p. 46.

¹² Ibid., p. 46.

cia, os quais, muitas vezes, os parlamentares pareciam não querer reconhecer, negando verbas para investimentos em imigração. Chama atenção que Henrique D'Ávila pertencia ao mesmo partido que a maioria dos representantes legislativos e que, mesmo assim, não poupa crítica à atuação dos mesmos em relação à não liberação de recursos destinados à imigração e colonização.

Em 1885, no relatório com que o Conselheiro José Julio de Albuquerque Barros passava à presidência da província a seu sucessor, informava que o Ministério da Agricultura, reconhecendo as vantagens resultantes da imigração espontânea, recomendava, por aviso circular de 25 de setembro de 1884, que

se desse conhecimento aos imigrantes residentes nesta província da resolução tomada pelo governo imperial de proporcionar meios que facilitassem a vinda dos seus parentes, amigos e patrícios, que desejassem imigrar para o Brasil, desde que fossem ministradas ao mesmo governo as mais completas informações acerca do nome, estado e residência desses indivíduos. Sobre tal assunto dirigi-me aos chefes das comissões encarregadas da medição de lotes e estabelecimento de imigrantes, os quais remeteram-me requerimentos e relações em que se ministravam esclarecimentos sobre mais de 20 mil pessoas residentes na Itália, nas condições de imigrarem para o Brasil.¹³

No mesmo documento, Albuquerque Barros anexava cópia do ofício enviado “à Praça de Comércio desta capital e às associações comerciais do Rio Grande do Sul”, onde solicitava apoio para o “patriótico intuito” do governo imperial em promover a imigração. Nesta correspondência, entre outras coisas, o presidente constatava que a economia gaúcha, baseada unicamente na criação de gado, havia obtido, até então, um relativo sucesso graças à “prodigalidade da natureza”, dispensando, praticamente o “serviço humano”. Ao mesmo tempo, salientava que a província se ressentia “muito da cooperação mais idônea e suplementar à dos agentes físicos”. Ao exaltar a vinda de imigrantes estrangeiros, afirmava que

é chegada a época em que a criação de gado só retribui os capitais com o amanho da agricultura, e de outras indústrias. Cresceu bastante a população nas regiões do sul para encarecer a terra e privá-la do vigor primitivo que suprime o trabalho; mas é insuficiente para converter a grande na pequena propriedade, transformar os campos exuberantes e inçados de ervas daninhas em prados artificiais ou cercar, melhorar e aproveitar todos os produtos, introduzir processos mais aperfeiçoados, e povoar e cultivar as férteis regiões do norte, desenvolvendo as florescentes colônias agrícolas.¹⁴

Em 1888, na fala que o, então presidente da província, Barão de Santa Tecla dirigia à Assembléia Legislativa Provincial, também enaltecia as vantagens da colonização, afirmando que

se foi sempre para lamentar que a Província deixasse de atender ativamente aos serviços de colonização, hoje, na fase atual da sociedade brasileira, cumpre não só reparar o erro, mas empregar todos os meios para, aumentando a população agrícola, prevenir os males futuros conseqüentes da transformação do trabalho. [...] sem embargo dos erros do passado e dos muitos desmandos da inexperiência nas primeiras tentativas colonizadoras, está hoje bem reconhecido que todos os sacrifícios de trabalho e dinheiro que elas exigiram têm sido largamente compensados¹⁵.

Segundo o Barão de Santa Tecla só existiria um meio eficaz para “conjurar o perigo” do empobrecimento e da ruína da província, que era incentivar a imigração e, assim, aumentar sua densidade demográfica, criar um mercado consumidor

¹³ Relatório apresentado à S.Ex. o Sr. Dr. Miguel Rodrigues Barcellos, 2º vice-presidente da Província do Rio Grande do Sul, pelo Exmº. Sr. Conselheiro José Julio de Albuquerque Barros, ao passar-lhe a presidência da mesma província, no dia 19 de setembro de 1885. Porto Alegre: Oficinas Typ. do Conservador, 1886, p. 165.

¹⁴ Ibid., p. 167.

¹⁵ Fala que à Assembléia Legislativa Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul dirigiu o Exmº. Sr. Barão de Santa Tecla, vice-presidente da Província, ao instalar-se a 2ª sessão da 22ª legislatura, em 27 de novembro de 1888. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Comércio, 1889, p. 17-20.

dentro do nosso próprio território e fazer por outro lado desenvolverem-se, com o aumento dos braços e da atividade, as indústrias transformadoras, fabris e manufatureiras, para que os nossos produtos, em vez de saírem daqui em espécie, sejam todos manufaturados em nosso próprio solo e assim facilmente transportados [...]¹⁶

Desta forma, ele exaltava os esforços empreendidos em prol da imigração, justificando que nenhuma despesa seria

mais reprodutiva do que a dos dinheiros aplicados no povoamento de nosso território. Nenhum trabalho, nenhum esforço dos legisladores e administradores da Província lhes poderá dar maior satisfação em um futuro próximo e maior direito à gratidão das gerações por vir.¹⁷

No entanto, estas mesmas autoridades que elogiavam as qualidades dos imigrantes, em determinadas passagens de seus relatórios e falas deixavam transparecer algumas preocupações. Entre elas a formação de comunidades isoladas que poderiam vir a se transformar em um Estado dentro do estado. José Fernandes da Costa Pereira Júnior, ao ser autorizado a criar novos núcleos coloniais na província, alertava sobre a conveniência de que os mesmos fossem “limitados a uma pequena área e dispersos ao vasto território da província, à distância não muito próxima uns dos outros, de maneira que entre eles se interponha população nacional”¹⁸. Isso porque, segundo ele, a experiência havia mostrado que, no território gaúcho,

a população que resulta da imigração dificilmente se funde com a brasileira. A separação é de tal sorte duradoura e pronunciada que, ainda mesmo os filhos de colonos alemães nascidos no Brasil, em geral ou pelo menos em grande parte, conservam o espírito germânico e vivem mais ou menos arredios dos outros brasileiros, ignorando às vezes o próprio idioma pátrio. A existência de grandes núcleos favorece a conservação de tradições, costumes e língua, que constituem os próprios filhos dos colonos nascidos no império, com que estrangeiros na terra da pátria e segrega os imigrantes e seus imediatos descendentes da população brasileira, em cujo seio deverão fundir-se.¹⁹

Henrique D’Avila, em 1881, considerava infundado esse “receio de grandes aglomerações de estrangeiros no Império” e fazia críticas aos presidentes anteriores, afirmando que

mesmo nesta província, em que uma civilização mais adiantada, a altivez, energia e valor de seus habitantes tornam mais fraco esse anacrônico receio dos estrangeiros, ele manifestou-se até em alguns presidentes da província em referência à ex-colônia de São Leopoldo, a ponto de aconselharem que não se admittissem mais colonos para aquele núcleo que tinha se constituído um Estado no Estado²⁰.

Segundo D’Avila, eram improcedentes as acusações feitas aos colonos de não quererem naturalizar-se, de conservarem o idioma de origem para não se confundirem “na massa da população do país”, de “não se prestarem ao serviço da guarda nacional e resistirem ao recrutamento, e, finalmente, de não mandarem os filhos para as escolas nacionais”²¹. Ele creditava esses acontecimentos ao descaso do governo frente à nomeação dos funcionários que atuariam nos núcleos coloniais. Era veemente ao afirmar que, em geral, eram nomeados funcionários pouco qualificados e professores quase analfabetos incapazes de se comunicarem com os filhos dos colonos, que, mesmo nascidos no Brasil, não falavam o idioma nacional. Assim, concluía que

¹⁶ Ibid., p. 18.

¹⁷ Ibid., p. 19.

¹⁸ *Relatório com que o Exmo Sr. Henrique D’Avila passou a administração ao Exmo. Sr. Joaquim Pedro Soares*, op. cit., p. 16.

¹⁹ *Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. José Fernandes da Costa Pereira Júnior presidente desta Província passou a administração da mesma ao Exmo. Sr. Dr. João Pedro Carvalho de Moraes no dia 1 de dezembro de 1872*. Porto Alegre: Typ. do Constitucional, 1873, p. 16 -17.

²⁰ *Relatório com que o Exmo Sr. Henrique D’Avila passou a administração ao Exmo. Sr. Joaquim Pedro Soares*, op. cit., p. 44.

²¹ Ibid., p. 44.

não é porque os colonos não queiram falar a língua nacional, que seus filhos não freqüentam as escolas nacionais, e sim porque os professores que as regem não falam senão o português e muito mal ensinam nessa língua. O Estado tem certamente interesse em que os membros da mesma comunidade falem a mesma língua, e uma há que deve ser considerada a oficial; mas o Estado não pode obrigar a que descendentes de uma nacionalidade diversa deixem de aprender a língua de seus pais [...]²²

Mesmo assim, no ano seguinte, o Inspetor Geral de Terras Públicas, Francisco de Barros e Accioli de Vasconcelos, enviava o ofício de n.º 120 para o Engenheiro da Comissão de Terras da ex-colônia Caxias, engenheiro João Ernesto Rodocanachi, determinando que

cumpra que V. S.^a sempre que tiver de distribuir lotes a imigrantes, deixe alguns intercalados para serem, de preferência, concedidos a famílias de nacionais ou de diferentes procedências, por isso que da formação de núcleos coloniais com imigrantes de uma só nacionalidade tem resultado grave inconvenientes, sem que contudo seja tolhida a liberdade do imigrante na escolha e indicação do lote em que tiver de estabelecer-se.²³

Da leitura dos documentos, é possível inferir-se que, segundo os presidentes da província, os colonos europeus representariam a aceleração do processo civilizatório no território gaúcho, trazendo o progresso e o desenvolvimento. Isso tudo, desde que fossem “agricultores laboriosos, saudáveis, robustos, morigerados” e permanecessem nas terras a eles destinadas, cumprindo fielmente todas as ordens emanadas pelas autoridades constituídas. Caso contrário, passariam a ser tratados como malfeitores e delinqüentes. a quem deveriam ser aplicadas as penas da lei. Porém, antes das penalidades, era preciso policiar e coibir futuros atos de revolta contra o governo e/ou autoridades e de banditismo. Assim, foi montada nas colônias uma estrutura de modo a evitar tais ocorrências, o que não impediu o surgimento de conflitos entre colonos e autoridades, como pode ser visto a seguir.

Conflitos entre colonos e autoridades

Em 1876, o presidente Dr. José Antonio de Azevedo Castro mostrava-se indignado com as autoridades de alguns países europeus, em especial da França, por colocarem entraves à saída de emigrantes em direção ao Brasil. Isso porque, segundo ele,

não há reclamação, não há queixa a que se não trate imediatamente de dar providências, e se, todavia elas reaparecem é porque em regra o colono costuma ser exigente e não sabe ter em conta a diversidade dos hábitos e costumes alheios. É, porém, força confessar que, passada a primeira impressão e compenetrados da lealdade com que são observados os contratos conformam-se com as necessidades de sua nova vida, entregam-se ao trabalho como verdadeiro ardor e são orgulhosos de mostrar todos os proveitos, que se pode tirar da terra.”²⁴

Cabe salientar que, algumas vezes, os contratos não foram cumpridos com a propagada lealdade, o que fez com que surgisse uma série de revoltas lideradas por colonos não tão conformados assim como observava o presidente da província. Os imigrantes europeus, nas palavras do presidente Faria Lemos instavam “por trabalho e pronto pagamento”, caso isso não ocorresse o confronto seria inevitável. Assim, ele recomendava que,

desde que, pela boa direção que vai tomando o serviço, se conseguir atender a tão razoáveis desejos e autorizarem-se os diretores a, em casos extremos e de força maior, auxiliar, com a conveniente

²² Ibid., p. 44.

²³ Ofício N.º 120 de 28 de julho de 1886, apud ADAMI, João Spadari (org.). *Conheça-me por dentro: ofícios, estatísticas, recenseamentos e relatórios da Colônia Caxias*. Caxias do Sul: Arquivo Histórico Municipal de Caxias do Sul, [19—].

²⁴ *Fala dirigida a Assembléia Legislativa da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente Dr. José Antonio de Azevedo Castro em a segunda sessão da 16. Legislatura*. Porto Alegre: Typ. do Rio-Grandense, 1876, p. 35.

discrição, os colonos que se vejam reduzidos à miséria, ou incapazes do trabalho, não haverá questões, nem reclamações.²⁵

Porém, seu conselho parece não ter sido seguido e os conflitos entre colonos e autoridades ocorreram, com frequência, especialmente no período de 1877 a 1882. O primeiro, ocorreu na colônia D. Isabel, em 1877. O presidente da província, João Dias de Castro, creditava a causa do mesmo à “presença ali do padre Bartholomeu Fischer²⁶, capelão da colônia hoje emancipada de Santa Maria da Soledade”²⁷. E, a seguir, Castro informava que,

para syndicar dos fatos e tomar as devidas providências, fiz seguir para a referida colônia o inspetor especial de terras e colonização, o qual regressando a esta capital, deixou a mesma em paz e tranquillidade, como V. Ex. poderá ver do officio que me dirigiu em 12 do presente, explicando minuciosamente os motivos de tal ocorrência e as providências que tomou.²⁸

No ano seguinte, ocorreram novos conflitos, que, desta vez, se estenderam às colônias Conde D’Eu e Caxias, a cujos colonos era fornecida alimentação sem a contrapartida de trabalhos em obras públicas, mediante acordo firmado entre os mesmos e o governo imperial. Como o prazo desse acordo expirou em agosto de 1877 e isso representaria grandes dificuldades aos colonos, o presidente da província, Francisco de Faria Lemos, decidiu empregá-los “nas obras de viação interna e externa daqueles núcleos, observando-se as prescrições do regulamento de 18 de Janeiro de 1867, e pagando-se-lhes em dinheiro os salários, que vencessem, para por si adquirirem meios de subsistência”²⁹. Porém, nesse mesmo ano, o Ministério da Agricultura iniciou uma reação no sentido de diminuir os gastos com imigração e colonização, que estavam alcançando cifras consideradas elevadas. Um dos cortes atingiu, em especial, aos moradores das três colônias citadas, na medida em que o Ministério expediu uma ordem suspendendo o subsídio que abonava os colonos. Assim, quando esta suspensão foi colocada em prática, tiveram início os distúrbios nas referidas colônias. Os colonos reivindicavam “a continuação dos favores em cujo gozo se achavam”³⁰. E, segundo o presidente Faria Lemos, cometeram a grave insubordinação de, “em grupos mais ou menos numerosos”, saírem das colônias com destino a Porto Alegre, “para fazerem representações naquele sentido, com detrimento da boa marcha do serviço”, e o que foi considerado pior pelas autoridades, “sem autorização do respectivo diretor”³¹.

Diante desta decisão dos colonos, a reação do presidente da província foi imediata e apresentou reflexos que alteraram a vida nas colônias Conde D’Eu, Dona Isabel e, em especial, na de Caxias. Primeiramente, por julgar inconveniente a permanência dos colonos na capital, determinou

à Inspetoria Especial de Terras e Colonização fizesse constar-lhes que ficaria sujeito as penas estabelecidas no regulamento de 19 de Janeiro de 1867 todo aquele que dentro do prazo de três dias não regressasse para a sua colônia. Em obediência a esta determinação, retiraram-se todos.³²

²⁵ *Relatório com que o Exmo. Sr. Desembargador Francisco de Faria Lemos passou a administração desta Província ao Exmo. Sr. Dr. João Chaves Campello, segundo vice-presidente, no dia 10 de fevereiro de 1878.* Porto Alegre: Typ. do Jornal do Commercio, 1878, p. 34-35.

²⁶ Segundo De Boni, “o nome correto do padre é “Tiecher””. (DE BONI, Luís Alberto. O sucesso apesar do caos: os Presidentes da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul a respeito da colonização (1869-1889). IN: _____. *A presença italiana no Brasil: v. III.* Porto Alegre; Torino: EST/Fondazione Giovanni Agnelli, 1996, p. 113)

²⁷ *Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. João Dias de Castro, 2º vice-presidente, passou a administração desta Província ao Exm. Sr. Desembargador Francisco de Faria Lemos no dia 21 de maio de 1877.* Porto Alegre: Typ. do Jornal do Commercio, 1877, p. 06.

²⁸ *Ibid.*, p. 06. Não foi possível localizar maiores detalhes sobre esse incidente nas fontes consultadas para a realização deste trabalho.

²⁹ *Relatório com que o Exmo. Sr. Desembargador Francisco de Faria Lemos passou a administração desta Província ao Exmo. Sr. Dr. João Chaves Campello, segundo vice-presidente, no dia 10 de fevereiro de 1878.* Porto Alegre: Typ. do Jornal do Commercio, 1878, p. 33.

³⁰ *Ibid.*, p. 34.

³¹ *Ibid.*, p. 34.

³² *Ibid.*, p. 34.

A seguir, preocupado com a manutenção da ordem e o “respeito as autoridades” nas colônias em questão, enviou um destacamento de linha a cada uma delas, recomendando que houvesse “por parte da força e dos respectivos comandantes, que deveriam ser oficiais de confiança, toda a possível prudência no desempenho de qualquer diligência a que tivessem de proceder”³³. Sua recomendação parece não ter sido atendida, pois durante a presença do destacamento na colônia Caxias, ocorreram conflitos entre praças do exército e colonos, resultando na morte de três imigrantes. Porém, na opinião do presidente Faria Lemos, este incidente não originou “consequências desagradáveis para o sossego e segurança da colônia, que se acha em completa paz e tranqüilidade, bem como as demais”³⁴. Essa opinião, no entanto, não parece corresponder à verdade dos fatos. Interessante acompanhar o relato do presidente sobre o ocorrido:

no dia 28 de Outubro deu-se na colônia Caxias uma lamentável ocorrência. Achavam-se alguns colonos reunidos em casa de Nicoláo Frederichs, que ali tem um hotel, e entretinham-se na dança e outros passatempos. Casualmente apareceram ali e tomaram parte no divertimento o oficial que comandava o destacamento da colônia e um cadete. Sobreveio um ligeiro conflito entre um dos colonos e o mencionado cadete, o qual ficou levemente contuso. Já então se havia retirado o oficial comandante, que, avisado do fato, e supondo talvez ameaçada a ordem na colônia, voltou imediatamente à casa de Nicoláo, acompanhado de algumas praças armadas e municadas. Trocadas as primeiras palavras com o dono do estabelecimento, os colonos trataram de retirar-se, ocultando-se alguns no grosseiro sótão ou jirau existente em um dos lados da mesma casa, e duas colonas recolheram-se a um quarto cujas paredes eram de tabique, como as de toda a casa. O oficial encaminhou-se para a sala da dança, e logo após ouviram-se várias detonações, as quais seguiram-se outras durante alguns segundos, ocasionando a morte de um colono, que procurava sair da sala em direção ao sótão, a de uma das colonas mencionadas, de nacionalidade polaca, e grave ferimento em outra, que mais tarde veio a falecer³⁵.

Em uma viagem que fez às colônias, Faria Lemos visitou o local do incidente, verificando os estragos causados para, logo em seguida, desconsiderar o ocorrido. Na opinião do presidente, o que ocorreu foi mais uma imprudência do que um crime propriamente dito, por acreditar que

todos os tiros foram disparados de baixo para cima, como indicam a altura dos pontos tocados pelas balas e o percurso destas através das paredes. Provavelmente teve-se em vista intimidar os colonos, por meio de inútil e estrondosa manifestação de força; mas os resultados excederam a expectativa³⁶.

Ainda, segundo relato do presidente, ele teria ordenado ao delegado de polícia de S. João do Montenegro, ao qual pertencia a colônia de Caxias, que procedesse as “diligências legais”, e recolhesse “à cadeia do mesmo termo os indivíduos presos por ocasião do conflito”. Faria Lemos dirigiu-se também ao comando das armas, a quem

mui positivamente reiterarei as ordens que anteriormente dera para que a força de que se trata procedesse com a máxima prudência todas as vezes que houvesse de intervir para a manutenção da ordem. Mande substituir por outros o oficial e praças que tomaram parte no conflito, e declarei que a substituição do comandante deveria verificar-se em oficial de confiança, como antes se recomendara fossem os escolhidos para comandar a força destacada nas colônias. Sendo o crime militar, pois foi cometido por praças de linha em ocasião de serviço, devem os seus autores ser submetidos a processo no foro competente. Neste sentido, logo que me constou estar terminado o inquérito, oficieei àquele comando, ao qual a 19 de Janeiro findo recomendei providencie eficazmente afim de que se ative o aludido processo, segundo determinou o Ministério dos Negócios da Justiça.³⁷

³³ Ibid., p. 34.

³⁴ Ibid., p. 34.

³⁵ Ibid., p. 06-07.

³⁶ Ibid., p. 06-07.

³⁷ Ibid., p. 06-07.

Outra decisão do presidente Francisco de Faria Lemos foi a de dividir os termos de São Sebastião do Caí e Montenegro “em distritos policiais, formando o território da colônia Caxias o quinto daquele termo, e os das de Conde D’Eu e D. Isabel o terceiro e quarto do último”³⁸. Na sua opinião,

os distúrbios que por diversas vezes se manifestaram nos estabelecimentos coloniais, exigindo a intervenção (que geralmente não podia verificar-se, atenta à distância em que, das sedes dos termos a que pertencem, ficam esses estabelecimentos) das autoridades a quem incumbe velar pela ordem pública e proceder às diligências tendentes à punição dos delitos, aconselhavam a medida não só da divisão de tais termos em distritos policiais, que abrangessem a circunscrição das colônias, como da nomeação para os respectivos cargos dos funcionários encarregados de dirigi-las, com o que, removido o inconveniente apontado, se acautelariam os interesses da ordem e da justiça, e teriam os mesmos funcionários, assim revestidos daquelas funções, mais um elemento de força moral para prevenir e reprimir o procedimento irregular dos seus administrados.³⁹

Em 1878, o presidente liberal, João Chaves Campello autorizava retirar, das Colônias do Estado, as praças do 18º Batalhão de Infantaria e relatava, aos deputados, sobre denúncia recebida pelo diretor da Colônia Caxias que,

por ofício de 15 de Fevereiro último, participou haverem duas praças do respectivo destacamento agredido e maltratado uma família ali estabelecida. Desta ocorrência dei conhecimento ao Comando das Armas e ao Dr. Chefe de Polícia, a fim de se proceder às diligências legais.⁴⁰

Segundo relato do presidente Campello, os acusados da agressão foram presos e seriam processados, devendo o Chefe de Polícia remeter, assim que possível, “o auto de corpo de delito e do rol das testemunhas que presenciaram o fato”⁴¹. Mais uma vez, os praças que deveriam levar a “ordem” às colônias eram os atores principais de desordens e crimes contra os colonos.

Nessa mesma fala, Campello esclarecia aos deputados que, segundo informação da Inspeção Especial de Terras e Colonização, mais uma vez, a ordem pública achava-se alterada na colônia D. Isabel, por falta de pagamento aos respectivos colonos. Diante dessa situação, a Inspeção solicitava “reforço de vinte praças de linha, para auxiliar o destacamento que ali se acha”, ao que o presidente respondeu que não havia crédito necessário para

ocorrer a tais pagamentos; e quanto a requisição de força, que era preferível recomendar àquele Diretor, como anteriormente se fizera ao de Conde D’Eu, que aconselhe aos colonos a proceder com prudência, certificando-os de que serão brevemente pagos⁴².

Esclarecia, também, que o Ministério dos Negócios da Agricultura exigia informações sobre o andamento do processo instaurado contra as praças envolvidas no conflito ocorrido na colônia Caxias, no ano anterior. Ao que, ele informava que, como o processo estava correndo no foro militar, havia solicitado esclarecimentos ao Comando das Armas, o qual declarara achar-se o mesmo em andamento, requisitando

o dito Comando os autos de corpo de delito feito nos indivíduos mortos e nos feridos por ocasião do conflito, bem como o rol das testemunhas, e o comparecimento destas e dos ofendidos. A fim de ser atendida esta reclamação oficieí ao Dr. Chefe de polícia.⁴³

³⁸ Ibid., p. 34.

³⁹ Ibid., p. 34. No dia 31 de dezembro foram nomeados “os engenheiros Hygino José dos Santos, Joaquim de Almeida Ribeiro e Antonio José da Silva Valle 1º, 2º e 3º suplentes do mencionado quinto distrito; os bacharéis Armenio de Figueiredo e Antonio Innocencio da Silva Pinto, subdelegado e 1º suplente do distrito de D. Isabel, e o engenheiro Pedro de Albuquerque Rodrigues e o agrimensor Fernando Ehlers para iguais cargos no distrito de Conde d’Eu”.

⁴⁰ *Fala com que o Exm. Sr. Dr. João Chaves Campello abriu a segunda Sessão da 17ª Legislatura no dia 12 de março de 1878.* Porto Alegre: Typ. do Mercantil, 1878, p. 09.

⁴¹ Ibid., p. 09.

⁴² Ibid., p. 09.

⁴³ Ibid., p. 10.

No ano seguinte, os conflitos prosseguiram, porém o que chama a atenção no relatório de janeiro de 1879, quando o presidente Américo de Moura Marcondes de Andrade passou o cargo a seu sucessor, é que, pela primeira vez, se encontra referência a uma autoridade consular italiana. Neste documento, a autoridade brasileira narrava que o cônsul, Gerolamo Vitaloni levava a seu conhecimento a presença

nesta capital setenta e tantos colonos vindos de D. Isabel, os quais apresentaram-se ao mesmo cônsul alegando falta absoluta de recursos, mandei-os recolher ao respectivo barracão nesta capital e fornecer-lhes rações na persuasão que fossem colonos recém-chegados.⁴⁴

Indignado com a atitude dos colonos e com a interferência do cônsul, ainda que a mesma se limitasse a dar conhecimento da situação, o presidente da província determinou que os mesmos retornassem, às suas próprias custas, para suas colônias. Como eles insistissem em permanecer em Porto Alegre, Marcondes de Andrade determinou, então, que fossem excluídos “do quadro colonial, à exceção do de nome Chitoline Pio”⁴⁵, que havia retornado, em obediência à ordem do presidente. Para justificar sua atitude, Marcondes de Andrade salientava que, ao comunicar o incidente ao Ministério da Agricultura, recebeu telegrama declarando que

o art. 22 do regulamento de 19 de janeiro de 1867 não obriga o governo a dar trabalho aos colonos, não o havendo, e autorizando-me em marcar prazo dentro do qual receberiam eles salário para se alimentarem, contato que trabalhassem nos seus lotes. Se os colonos não se sujeitassem a esta deliberação, ficariam sem direito a qualquer auxílio do Estado.⁴⁶

Por considerar que os colonos em questão não se enquadravam nas condições do artigo citado no telegrama e, em função, da negativa dos mesmos de retornarem para suas colônias, Marcondes de Andrade permaneceu irredutível na decisão de excluí-los do quadro colonial. Sua atitude parece ter sido tomada para servir de exemplo aos demais imigrantes, ou seja, aqueles que não se comportassem e não cumprissem as leis e as ordens das autoridades brasileiras seriam punidos com o que poderia lhes acontecer de pior: a perda da posse da terra. A interferência do cônsul italiano em nada contribuiu para a solução do problema. Na leitura do documento, percebe-se uma total indiferença da autoridade nacional em relação ao representante do governo italiano. E, diante dos acontecimentos, e por solicitação do engenheiro José Thomé Salgado, encarregado pelo governo imperial para proceder uma “rigorosa inspeção nas colônias do Estado”⁴⁷, o presidente enviou “para cada uma das colônias Conde D’Eu, D. Isabel e Caxias um destacamento de 10 praças de linha”⁴⁸.

Importante ressaltar que a saída dos imigrantes de suas colônias para protestarem na capital gaúcha e, até mesmo, na sede da Corte, parece ter sido uma prática comum e, ao mesmo tempo, temida pelas autoridades nacionais. Tanto que, em janeiro de 1879, o Ministério da Agricultura mandava expedir duas decisões tratando do assunto. A primeira delas, de 28 de janeiro, recomendava aos presidentes das províncias, entre as quais a do Rio Grande do Sul, que proibissem a vinda de imigrantes “a esta Corte, qualquer que seja o motivo [...] visto resultar de seu transporte o aumento às despesas que faz o Estado com o serviço de colonização”⁴⁹. A outra, de 29 de janeiro, declarava às companhias de navegação, que o Ministério não pagaria “a importância do transporte de colonos que das províncias, onde se acham estabelecidos, se dirigirem a esta Corte”⁵⁰.

⁴⁴ *Relatório com que o Exm.º Sr. Dr. Américo de Moura Marcondes de Andrade passou a administração desta Província ao Exm.º Sr. Dr. Felisberto Pereira da Silva, no dia 26 de janeiro de 1879.* Porto Alegre: Typ. do Jornal do Comércio, 1879, p. 66.

⁴⁵ *Ibid.*, p. 66.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 66-67.

⁴⁷ *Ibid.*, p. 61.

⁴⁸ *Ibid.*, p. 67.

⁴⁹ Decisão n. 47 – Agricultura, Comércio e Obras Públicas – em 28 de janeiro de 1879. apud IOTTI, 2001, op. cit., p. 419.

⁵⁰ Decisão n. 48 – Agricultura, Comércio e Obras Públicas – em 29 de janeiro de 1879. apud IOTTI, 2001, op. cit., p. 419.

Ainda no ano de 1879, o presidente da província Felisberto Pereira da Silva, registrou um incêndio na “casa onde funcionava a Diretoria da colônia Caxias”⁵¹, que a destruiu completamente. Na ocasião, nenhuma suspeita foi levantada em relação às causas do incêndio. Porém, em 1884, quando o fato voltou a se repetir⁵², o chefe da Comissão de Terras da Colônia Caxias, bacharel Manoel Barata Góes, não hesitou em apontar a causa do “premeditado incêndio” como parte de um plano elaborado por ex-colonos para não pagarem seus débitos, procurando fazer desaparecer os livros de registros dos mesmos.⁵³ A partir dessa data, Barata Góes solicitava que, os quatro praças destacados para atuarem em Caxias, fizessem rondas noturnas no prédio da comissão a fim de evitar novos atos como o corrido e, principalmente, “prejuízos” para o Estado, visto que a cobrança da dívida colonial havia se tornado parte importante do orçamento do país e do Rio Grande do Sul.

Em 1881, o então presidente da província, Joaquim Pedro Soares, informava a seu sucessor que, na colônia de Silveira Martins, estava sendo tramada uma revolta contra a administração da mesma. Nela estariam envolvidos os colonos e, também, o escriturário Joaquim Xavier de Bittencourt, a quem o presidente mandava suspender, por considerá-lo “inconveniente à ordem da colônia”⁵⁴. Neste mesmo ano, o diretor da colônia Caxias, José Carlos Muniz de Bittencourt, informava que estava tendo problemas com as duas praças de polícia existentes na colônia: uma por mau comportamento e outra por problemas de doença na família, a quem havia sido dada uma licença de 15 dias e, após um mês, ainda não havia retornado. Assim, solicitava o envio urgente de dois substitutos na eventualidade de acontecer qualquer emergência⁵⁵.

Em 08 agosto do ano seguinte, o então diretor da colônia Caxias, o engenheiro João Maria de Almeida Portugal, solicitava ao presidente da província o envio de “algumas praças de polícia comandadas por um inferior”⁵⁶, a fim de manter a ordem e a tranquilidade, em função do pagamento que deveria ser feito, em breve, aos colonos pelos serviços prestados à administração. No dia 16 de mesmo mês, Portugal voltava a escrever ao presidente, informando que o clima na colônia era tenso, em função do atraso no pagamento dos colonos⁵⁷. A autoridade local temia “pela tranquilidade da colônia”, pela sua própria e a dos demais empregados do governo, para quem, segundo ele, “faltam todas as garantias”, alegando que estava “difícil conter o exaltamento desta ordem de gente [sic], animados pelas privações que sofrem e exigências que lhes fazem os negociantes [...]”⁵⁸. Em função disso, solicitava o envio de uma tropa comandada por um “subalterno de confiança”, pois temia pela sua vida e a dos demais empregados da colônia. Em setembro, ao que parece a solução ainda estava distante, pois o então presidente, José Leandro de Godoy e Vasconcellos, ao passar o cargo a seu sucessor, informava sobre a situação em que se encontravam os colonos de Caxias, comentando que havia se dirigido ao Ministro da Agricultura, solicitando recursos e ao Ministério da Fazenda, autorização para contrair empréstimo com o Banco da Província, “visto não ter a Tesouraria de Fazenda dinheiro para fazer face às despesas aludidas”⁵⁹. Em outubro, Portugal se dirigia ao novo presidente da província, Leopoldo Antunes Maciel, sob alegação que, até o momento, nenhuma providência havia sido tomada para apaziguar os ânimos naquela colônia. Reiterou seu pedido do envio de uma tropa “comandada por um subalterno de confiança e

⁵¹ *Relatório com que o Exm.º Sr. Dr. Felisberto Pereira da Silva passou a administração da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Exm.º Sr. Dr. Carlos Thompson Flores, no dia 19 de julho de 1879*. Pelotas: Typ. da Livraria Americana, 1880, p. 32.

⁵² Segundo Barata Góes, ocorreu uma tentativa de incêndio na casa que servia como escritório da comissão de medição de lotes na Colônia Caxias, “lançando-se fogo em querosene espalhado na posta da frente da dita casa”. (Ofício n.º 75, apud ADAMI, op. cit.)

⁵³ Ofício n.º 75, apud ADAMI, op. cit.

⁵⁴ *Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Joaquim Pedro Soares, vice-presidente, passou a administração da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Exmo. Sr. Dr. Francisco de Carvalho Soares Brandão, no dia 19 de maio de 1881*. Pelotas: Typ. da Livraria Americana, 1881, p. 19.

⁵⁵ Ofício n.º 155, apud ADAMI, op. cit.

⁵⁶ Ofício n.º 396, apud ADAMI, op. cit.

⁵⁷ Segundo o diretor da colônia Caxias, os pagamentos estavam atrasados desde dezembro do ano anterior.

⁵⁸ Ofício n.º 397, apud ADAMI, op. cit.

⁵⁹ *Relatório apresentado por S. Ex.ª o Sr. Presidente Dr. José Leandro de Godoy e Vasconcellos ao passar a administração desta Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, em 09 de setembro de 1882, ao Exm.º Sr. Dr. Leopoldo Antunes Maciel, 1º vice-presidente*. Porto Alegre: Typ. do Mercantil, 1882, p. 28.

autorizado a expulsar da colônia os perturbadores da ordem e desobedientes à autoridade e que são muitos conhecidos”⁶⁰

Depois de um certo período de calmaria, pelo menos nos registros das autoridades provinciais, em 1888, o presidente Joaquim Jacintho de Mendonça informava a seu sucessor que o engenheiro Julio da Silva Oliveira, chefe da comissão de medições de Conde D’Eu e D. Isabel, temia as manifestações hostis que um grupo de descontentes pretendia fazer quando do seu regresso da viagem realizada ao Rio de Janeiro, onde fora chamado pelo Ministério da Agricultura⁶¹. Segundo relato do próprio presidente, foram tomadas as devidas precauções, porém

nada ocorreu do que se pudera reear, pois que o Inspetor Especial, engenheiro Manoel Barata Góes, que acompanhara às colônias o referido chefe de comissão, oficiou-me a 26 de dezembro comunicando haver ali completa paz. Em tal emergência houve-se com todo o zelo o Dr. chefe de polícia, que fora a indicada localidade afim de sindicatar pessoalmente dos fatos ocorridos e providenciar o que fosse necessário⁶².

O imigrante Júlio Lorenzoni também registrou em suas memórias este mesmo incidente, porém sua versão diferiu da apresentada pelo presidente da província e pelo chefe da comissão de medições de Conde D’Eu e D. Isabel. Além disso, revelou em detalhes aqueles que seriam os reais motivos da animosidade dos colonos para com a autoridade colonial. Segundo Lorenzoni, “desde sua chegada, o Dr. Julio da Silva Oliveira havia se mostrado não somente indiferente, mas claramente hostil com a população”⁶³ das colônias citadas. O imigrante chegou a ponto de classificar o chefe da comissão e seu ajudante, Joaquim dos Santos Gama, como “jacobinos”, a quem definia como “os poucos brasileiros, moradores na colônia, que só viam em qualquer imigrante italiano um elemento de desordem e um parasita [...]”, cujo “o mais agradável título que lhes davam, era: GRINGO [sic]”⁶⁴. Lorenzoni acusava o chefe da comissão de cometer uma série de arbitrariedades, tratando os imigrantes “pior do que escravos” e esbanjando dinheiro “em banquetes, bailes, divertimentos, etc.”⁶⁵. O fato se agravou quando a autoridade brasileira negou auxílio para o enterro de um colono, cuja família não possuía recursos para tal.

A solução encontrada pelos colonos foi a de “escrever um longo artigo, assinado pelo Presidente da Sociedade Italiana, o senhor Frare, para ser publicado no jornal ‘La voce Del Popolo’. Era esse um dos poucos jornais, em língua italiana, publicados naquela época [...]”⁶⁶. Lorenzoni relatava que, neste artigo, foi descrito “minuciosamente tudo o que estava se passando aqui, no alto, no meio das florestas virgens, e pedíamos ao Governo Imperial, providências urgentes e enérgicas”⁶⁷. O resultado, na opinião de Lorenzoni, “foi um Deus nos acuda!”, pois os componentes da Diretoria declararam guerra aos colonos, “e tudo era pretexto para o Dr. Júlio poder se vingar”⁶⁸. Em função disso,

a Colônia em peso revoltou-se com este estado de coisas e com uma petição, assinada por mais de dois mil chefes de família, pedíamos a Sua Excelência o Presidente da Província, a retirada dos déspota da sede de Dona Isabel⁶⁹.

⁶⁰ Ofício n.º 422, apud ADAMI, op. cit.

⁶¹ *Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Joaquim Jacintho de Mendonça, 3º vice-presidente, passou a administração da Província do Rio Grande do Sul, ao presidente Exmo. Sr. Dr. Rodrigo de Azambuja Villanova, em 27 de janeiro de 1888*. Porto Alegre: Of. Typ. do Conservador, 1888, p.29.

⁶² Ibid., p.29.

⁶³ LORENZONI, op. cit., p. 164.

⁶⁴ Ibid., p. 164.

⁶⁵ Ibid., p. 165.

⁶⁶ Ibid., p. 165.

⁶⁷ Ibid., p. 165.

⁶⁸ Ibid., p. 165.

⁶⁹ Ibid., p. 166.

Como os colonos não obtiveram êxito em suas reivindicações, decidiram, então, “preparar-lhe uma manifestação deveras hostil, para o dia do regresso de sua viagem a Porto Alegre”⁷⁰. Lorenzoni descreveu esses preparativos da seguinte maneira:

na véspera, de noite, o trabalho na vila era intenso. Diversos arcos haviam sido levantados na entrada da sede e um maior, defronte do prédio da Diretoria; todos apenas forrados com tecidos de largas listras, pretas e brancas! Chegou o Dr. Julio com sua comitiva (composta de cerca de cinquenta pessoas), e foi obrigado a fazer sua fúnebre entrada na vila⁷¹.

Temendo uma reação, os colonos haviam escondido mais de cinquenta pessoas, bem armadas e “prontas a ir a rua e atirar contra os membros da Comissão e até queimar a Diretoria, caso não se rendessem”⁷². O confronto não aconteceu e o escritório da Diretoria foi transferido para a sede de Alfredo Chaves.

De uma maneira geral, pode-se perceber que os imigrantes, através de seus protestos e de suas reivindicações, conseguiram evitar o abandono e o esquecimento. Tanto o governo imperial, quanto o provincial, na maior parte das vezes, procuraram ceder às pressões dos colonos, como forma de evitar a tensão nos núcleos coloniais e, conseqüentemente, de não piorar a imagem do Brasil na Europa.

⁷⁰ Ibid., p. 166.

⁷¹ Ibid., p. 166.

⁷² Ibid., p. 166.

PERIODISTAS MAZZINIANOS NA REGIÃO PLATINA EM MEADOS DO SÉCULO XIX: UM CASO DE IMIGRAÇÃO POLÍTICA

Eduardo Scheidt*

O presente trabalho é parte de uma pesquisa mais ampla, em curso no meu doutoramento, que versa sobre a atuação de jornalistas italianos na Região Platina¹ durante a primeira metade do século XIX. Em nossa investigação, analisamos as contribuições de imigrantes políticos italianos aos debates sobre a questão nacional, entre os anos de 1827 e 1860, durante o tumultuado processo de construção dos Estados na região. Este texto analisa especificamente os periodistas mazzinianos, Gian Battista Cuneo e Luigi Rossetti, e suas atuações, como imigrantes políticos, na imprensa da Região Platina entre os anos de 1838 e 1860.

O estabelecimento de populações italianas na Região Platina em princípio do século XIX é um assunto ainda muito pouco pesquisado, pois a maior parte dos estudos abrange somente a partir do período da “imigração em massa”, que teve início nas últimas décadas do século retrasado². Durante os primeiros decênios do século, entretanto, já se registravam a presença de italianos no Rio da Prata. Segundo Niccolo Cuneo, o estabelecimento de imigrantes italianos teve início na mesma época da colonização espanhola, mas o processo se deu de forma clandestina, devido à proibição imposta pela Espanha³.

Em princípios do século XIX, boa parte do contingente de imigrados italianos no Rio da Prata era formada por refugiados políticos, fugidos das guerras napoleônicas e da repressão desencadeada após o malogro das revoltas liberais⁴. Entre estes refugiados, encontravam-se nossos periodistas, caracterizados como “imigrantes políticos”. Segundo o historiador italiano Salvatore Candido, a imigração política difere profundamente da “convencional”, decorrente de fatores econômicos e sociais⁵. Em geral, o fenômeno de emigração ocorre quando grupos de pessoas são obrigadas a deixar um país por motivos como falta de emprego e expulsão de suas terras, estabelecendo-se em outro, onde permanecem radicadas, passando a integrar a população deste outro país. Isto não sucede, segundo Candido, com a imigração política, embora esta também seja motivada por necessidades, porém de ordem política, devido a perseguições em seus países

* Doutorando em História Social na USP. Mestre em História pela UNISINOS.

¹ A “Região Platina”, nosso espaço de análise, correspondente aos atuais territórios do Uruguai, do pampa argentino e da campanha sul-rio-grandense. Fundamentamo-nos no conceito de região desenvolvido pelas historiadoras Heloisa Reichel e Ieda Gutfreind, em sua obra *As raízes históricas do Mercosul: a Região Platina colonial*. São Leopoldo: UNISINOS, 1996. Conforme as autoras, estes territórios constituíam-se, na época colonial, em uma unidade econômica, social e cultural, denominada de “Região Platina”. Ainda conforme as autoras, a Região Platina começou a fragmentar-se a partir do final da era colonial, quando o escravismo expandia-se no Rio Grande do Sul, enquanto a área de colonização espanhola avançava na transição ao capitalismo. Após a independência, com o início do processo de formação dos novos Estados, a fragmentação da Região acentuou-se. Segundo Reichel e Gutfreind, entretanto, manteve-se a unidade em torno da cultura popular, com hábitos, costumes e valores comuns, tornando o uso do conceito de “Região Platina” pertinente, mesmo para períodos posteriores ao colonial. Além da manutenção destes elementos da cultura popular, contatos entre as populações rio-grandenses e rio-platenses, especialmente no que se refere às relações comerciais e políticas, mantiveram-se ao longo do período de nossa investigação. O uso do conceito de região, desta forma, rompe com a prática predominante da historiografia de limitar os estudos no interior do espaço delimitado pelas fronteiras nacionais. A história regional tem demonstrado que, muito além do que uma demarcação de limites, a fronteira é um espaço de intercâmbios comerciais, humanos, de idéias, em que as sociedades estabelecem trocas mútuas.

² Ver, por exemplo, a obra organizada por Fernando Devoto e Gianfausto Rosoli (org.). *La inmigración italiana en la Argentina*. Buenos Aires: Biblos, 1985. Considerado um clássico sobre a história da imigração no país, a obra consiste em um conjunto de estudos de diversos autores. Todos, entretanto, enfocam períodos a partir do final do século XIX, sem mencionar as incipientes imigrações dos períodos anteriores.

³ Niccolo Cuneo. *Storia dell'emigrazione italiana in Argentina. (1810-1870)*. Milano: Garzanti Editore, 1940, p. 10.

⁴ Mario C. Nascimbene. *Historia de los italianos en la Argentina (1835-1920)*. Buenos Aires: CEMLA, 1987, p. 11.

⁵ Salvatore Candido. “La emigración política italiana a la América latina: (1820-1870).” In: Richard Konetzke; Hermann Kellenbenz (org.). *Jahrbuch für Geschichte: von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas*. Band 13. Sonderdruck: Böhlau Verlag, 1976, p. 218.

de origem. No caso dos italianos em princípios do século XIX, a maior parte dos imigrantes políticos eram jovens, oriundos das elites, cultos e com fortes vínculos com seu país, tomando as terras que os acolhiam não como uma possibilidade de construir uma nova vida, e sim como um desterro provisório, até que a situação pudesse possibilitar o retorno à pátria⁶. Neste sentido, entendemos que a condição de imigrante político assemelha-se e confunde-se com a de exílio para o caso de nossos personagens em análise.

O presente texto está dividido em três partes. Inicialmente, tratamos da vida de nossos personagens na Europa e sua vinda, como exilados, para o continente americano, passando inicialmente pelo Rio de Janeiro. Em seguida, abordamos o primeiro período de exílio de Cuneo e Rossetti, durante o qual, eles atuaram como periodistas na imprensa de Montevidéu e das capitais da “República Rio-Grandense”, entre 1838 e 1846. Após este período, Cuneo retornou à Itália, para participar dos movimentos revolucionários de 48-49. Na terceira parte, tratamos do segundo exílio americano de Cuneo, quando o personagem atuou em jornais de Buenos Aires, entre os anos de 1853 e 1860.

Da Itália ao Rio de Janeiro: a vida de Cuneo e Rossetti antes do estabelecimento na Região Platina

Gian Battista Cuneo nasce na cidade italiana de Oneglia no ano de 1809⁷. Ainda em sua cidade natal, realiza estudos de filosofia, interessando-se por disciplinas literárias. Porém, antes de concluir sua formação, dedica-se a aventuras pelo mar, tornando-se piloto do capitão Francesco Cavanna, com o qual navega pelo Mar Negro e atravessa o Atlântico em viagens para as Antilhas⁸. Além de aventuras, nestas viagens Cuneo trava contato com revolucionários radicais, tornando-se amigo de Giuseppe Garibaldi e o fundador da “Jovem Itália”, Giuseppe Mazzini⁹.

Em 1833, Cuneo se muda, acompanhando sua família, para Nice, onde é preso, acusado de difundir escritos revolucionários, mas consegue escapar milagrosamente¹⁰. No ano seguinte, envolve-se com os preparativos insurrecionais de Gênova, promovidos pela “Jovem Itália”¹¹. Perseguido, é obrigado a se refugiar, primeiro na França e, em seguida, na América, estabelecendo-se no Rio de Janeiro em 1835, antes de seu conterrâneo Garibaldi¹².

Na capital do então Império do Brasil, nosso autor logo entra em contato com a incipiente comunidade italiana local, composta basicamente por comerciantes e exilados políticos, junto aos quais funda uma filial da “Jovem Itália”. Ainda no Rio de Janeiro, dá vida, no ano de 1836, a um periódico em língua italiana, intitulado *La giovine Italia*, do qual só se conhece o “manifesto-programa” e duas primeiras edições¹³. Com esse jornal, o italiano dá seus primeiros passos no ofício de periodista¹⁴.

⁶ Ibidem, p. 218.

⁷ Dionísio Petriella; Sara Sosa Miatello. *Dicionario biográfico italo-argentino*. Buenos Aires: Asociación Dante Alighieri, 1976, p. 207-209.

⁸ Alma Novella Marani. *El ideario mazziniano en el Rio de la Plata*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 1985, p. 54.

⁹ D. Petriella; S. Sosa Miatello, op. cit., p. 207. O italiano Giuseppe Mazzini foi um destacado líder na luta pela unificação italiana durante o século XIX. Partidário da via revolucionária, fundou, em 1831, a sociedade secreta “Jovem Itália”, com o intuito de organizar política e ideologicamente seus compatriotas. No campo das idéias, Mazzini elaborou uma representação singular de nação, de cunho radical, calcada fundamentalmente em critérios políticos, na igualdade social e na fraternidade entre os diferentes povos. Sob sua perspectiva, os homens conquistariam a “nação” através da revolução contra os regimes despóticos. De conteúdo messiânico, seu ideário via na construção da nação a realização da “vontade divina” de que todos os homens fossem livres e iguais. Ao propor o futuro da humanidade organizado em comunidades nacionais, o autor identificou-se com o projeto da “modernidade política” e do “princípio das nacionalidades”. Entretanto, entendemos que Mazzini era também um crítico de alguns aspectos destes projetos, em especial ao excesso de individualismo da maioria dos liberais que, conforme as críticas do autor, conduzia os homens ao egoísmo e à desigualdade. Valendo-se de aspirações do romantismo, a proposta mazziniana pregava a revolução contra regimes despóticos, a plena igualdade entre os homens e a associação fraterna entre as nações. Neste sentido, o autor caracterizou-se por uma proposta singular que, ao combinar elementos liberais com românticos, insere-se no conjunto de projetos políticos modernos, na medida em que prega o fim dos regimes despóticos e a soberania da nação, mas também critica e distancia-se dos mesmos, propondo alternativas.

¹⁰ A. N. Marani, op. cit., p. 54.

¹¹ D. Petriella; S. Sosa Miatello, op. cit., p. 207.

¹² A. N. Marani, op. cit., p. 54.

¹³ Ibidem, p. 55.

¹⁴ Para informações mais detalhadas sobre o periódico e seu “manifesto-programa”, consultar S. Candido. “La pubblicistica mazziniana in Brasile e nei paesi rioplatensi nel primo ottocento.” In: *Bolletino della Domus Mazziniana*. Pisa: 1995, n.º 1, p. 15-22.

É também na então capital brasileira, provavelmente no ano de 1835, que Cuneo conhece nosso outro personagem, Luigi Rossetti. Ex-estudante de Direito, este último estava estabelecido na capital brasileira desde 1827, praticando comércio de cabotagem, atividade praticada por muitos dos primeiros imigrantes italianos¹⁵. Muito pouco se sabe sobre os primeiros anos da vida de Rossetti na Itália. Salvatore Candido afirma que é incerta sua data de nascimento, tendo apenas como informação precisa o fato de que ele era genovês¹⁶. O historiador italiano afirma que não há documentos confiáveis sobre a vida de Rossetti na Itália. O certo é que o futuro periodista tinha chegado à América em 1827, estabelecendo-se no Rio de Janeiro, conforme carta de seu próprio punho, escrita em 1836, na qual afirma estar vivendo na cidade há nove anos¹⁷. Nesta carta, escrita para Mazzini, Rossetti relata sua “iniciação” na “Jovem Itália” por meio de Cuneo¹⁸. É também pelo contato com este que aquele aprende o ofício de jornalista, durante o tempo em que ambos convivem no Rio de Janeiro. É ainda nesta cidade, que os italianos ouvem falar de um outro conterrâneo, Tito Livio Zambeccari, que chega à capital imperial em fins de 1836 como prisioneiro, devido a seu envolvimento na Revolução Farroupilha, sendo confinado na Fortaleza de Santa Cruz¹⁹. Garibaldi e Rossetti passam a visitar o conterrâneo na prisão. Através dos contatos durante as visitas, aqueles ouvem deste sobre os acontecimentos no Rio Grande do Sul, decidindo prestar serviços à causa farroupilha. Desta forma, Rossetti e Garibaldi entram em contato com os revolucionários rio-grandenses, optando por partir rumo à República Rio-Grandense no ano seguinte²⁰.

Em 07 de maio de 1837, Garibaldi e Rossetti partem da Baía da Guanabara, a bordo da nave “Mazzini”, em direção à Região Platina, chegando ao porto de Montevidéu em meados do mesmo ano²¹. Segundo Salvatore Candido, Cuneo também teria partido na mesma embarcação, chegando a Montevidéu a 16 de julho de 1837²².

Adaptações do nacionalismo mazziniano na Região Platina: Cuneo e Rossetti na imprensa de Montevidéu e da República Rio-Grandense (1838-1846)

Cuneo e Rossetti chegam a Montevidéu em meados de 1837. Em seguida, porém, os amigos italianos separam-se, pois enquanto o primeiro permanece na capital oriental, o outro parte rumo ao Rio Grande do Sul, onde vai participar da fundação do primeiro periódico oficial da nova república emergente na região.

¹⁵ Luce Fabbri Cressatti. “Italianos en Brasil y en el Plata en tiempos de Garibaldi”. In: *Garibaldi. Publicación anual de la Asociación Cultural Garibaldina de Montevideo*. Ano 3. Montevidéu: Asociación Cultural Garibaldina de Montevideo, 1988, p. 104.

¹⁶ S. Candido. *La rivoluzione riograndense nel carteggio inedito di due giornalisti mazziniani: Luigi Rossetti e G. B. Cuneo (1837-1840)*. Florença: Valmartina Editore, 1973, p. 196.

¹⁷ *Ibidem*, p. 197.

¹⁸ *Ibidem*, p. 197.

¹⁹ Alfredo Varela. *História da grande revolução: o cyclo farroupilha no Brasil*. Porto Alegre: Globo, 1933, v. IV, p. 8. Tito Livio Zambeccari é um outro periodista italiano que atuou em jornais em Porto Alegre nos anos em que antecederam a Revolução Farroupilha. Zambeccari nasce na cidade italiana de Bolonha à 30 de junho de 1802. Desde muito jovem, inclina-se para atividades revolucionárias pela unificação italiana, filiando-se à Carbonaria em 1821. Após os motins em sua cidade natural naquele ano, vários de seus companheiros são presos, fazendo-o decidir pela fuga para a Espanha. Lá, atua como oficial durante a Revolução espanhola de 1821, o que logo o obriga a novos exílios na França, Inglaterra e, em 1826, parte para a América. Inicialmente, Zambeccari se estabelece em Montevidéu, servindo a Lavalleja em sua luta contra a dominação brasileira, mudando-se em seguida para Buenos Aires. Com o início das perseguições promovidas pelo regime rosista, decide refugiar-se no Rio Grande do Sul em 1834. É em terras rio-grandenses, que Zambeccari passa a dedicar-se ao jornalismo, atuando, no período anterior à eclosão da Revolução Farroupilha nos periódicos de propaganda republicana *O Continentista* (1831-1832) e *O Republicano* (1834), ocupando o cargo de redator deste último. Além de sua atuação como periodista, Zambeccari exerceu outras funções, como a tradução para o português de *Novos princípios de economia política*, da autoria de Sismondi, bem como a obra *Palavras de um crente*, de Lamennais, em 1834, mesmo ano de sua publicação na Europa. Por ocasião do início da Revolução Farroupilha, Zambeccari exercia a função de secretário do chefe do movimento Bento Gonçalves da Silva.

²⁰ Zambeccari permaneceria preso até 1839, quando seria anistiado pelo governo imperial com a condição de retornar à Europa. De volta a sua terra natal, atuaria, durante as revoluções de 1848, ao lado de Mazzini. Em meio aos sucessos iniciais do movimento, tornar-se-ia também deputado na Assembléia Constituinte romana, mas seria obrigado a novas fugas a partir das derrotas das revoluções. Posteriormente, seria chamado por Garibaldi a Nápoles para participar do exército patriótico pelos movimentos de unificação italiana em 1861, que finalmente obteriam resultados mais profícuos. Adoentado, Zambeccari viria a falecer na Itália unificada no ano seguinte, sem ter mais retornado à América.

²¹ S. Candido. *La rivoluzione...*, p. 197 e 198.

²² *Ibidem*, p. 178.

Ao pisar em terras uruguaias, Cuneo depara-se com uma situação política bastante explosiva, na qual se mesclavam e se confundiam conflitos internos da jovem República do Uruguai com o cenário conturbado do conjunto da Região Platina. Neste sentido, as lutas internas entre os grupos políticos, liderados pelo então presidente Manuel Oribe, por um lado, e pelo ex-presidente Frutuoso Rivera, por outro, interagiam com os conflitos entre rosistas e anti-rosistas na outra margem do Rio da Prata e entre farroupilhas e imperiais no território sul-rio-grandense. Além disto, desde a ascensão de Rosas em 1829, tinham começado a chegar de Buenos Aires sucessivas ondas de refugiados políticos diversos, como unitários, federalistas anti-rosistas e, em pouco tempo, juntam-se a eles jovens intelectuais da Geração de 1837.

Cuneo inicialmente entra em contato com Miguel Cané, com o qual estabelece uma forte amizade e obtém acesso ao círculo de proscritos argentinos²³. Cané é seduzido pelas idéias igualitárias e radicais do nacionalismo mazziniano, procurando difundir o ideário entre seus correligionários²⁴. Segundo Jorge Mayer, o periodista italiano seria “agente de Mazzini” e teria fornecido ao argentino documentos da Jovem Itália que este, em seguida, teria tratado de enviar a seus compatriotas fundadores da “Nova Geração”²⁵.

Nosso personagem inicia seu trabalho como jornalista em 1838, no periódico *El Iniciador*²⁶, fundado pelos intelectuais da Geração de 37. Apesar de escrever como se fosse um representante da juventude rio-platense, Cuneo procura divulgar, ao longo de seus artigos, o ideário mazziniano, inclusive fazendo menções diretas a seu mestre. Neste sentido, busca reproduzir, as concepções fundamentais do nacionalismo de Mazzini. Compartilhando do messianismo, presente nas concepções do fundador da “Jovem Itália”, nosso personagem faz diversas menções à “missão” que os homens teriam sido levados a cumprir por vontade divina. Além da harmonia entre as nações, outra tônica nas idéias dos mazzinianos é o conteúdo igualitário de suas propostas, levando-os a criticar o individualismo dos liberais, o qual, segundo os primeiros, tornava os homens egoístas.

Isto não significa, entretanto, que nosso personagem fazia um mero transplante das concepções de Mazzini em seus artigos para o *Iniciador*. Ao mesmo tempo em que procura divulgar o nacionalismo mazziniano, percebemos, nos escritos de Cuneo, uma notória adaptação ao contexto intelectual local, incorporando, em seus artigos, concepções típicas dos “jovens de 37”. Reproduz, desta forma, idéias centrais do pensamento da Geração de 1837, em especial a concepção de que os protagonistas de maio de 1810 tinham fundado a “pátria” com a revolução de independência, mas “hábitos e costumes da era colonial” persistiam, o que explicava o fato de o país ainda não ser “livre”. A liberdade só se consumaria com a conquista de “inteligência”, leis, literatura, etc. próprios.

Desta forma, o periodista italiano insere-se no debate sobre a questão nacional no Rio da Prata ao lado dos “jovens de 37”, estabelecendo um diálogo com eles, objetivando convertê-los ao nacionalismo mazziniano.

Com o término do *Iniciador*, em janeiro de 1839, os jovens intelectuais argentinos passam a divulgar suas idéias em artigos publicados em um outro periódico, *El Nacional*²⁷. É certo que

²³ Ibidem, p. 57 e 58.

²⁴ Ibidem, p. 58.

²⁵ Jorge M. Mayer. *Alberdi y su tiempo*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1963, p. 156.

²⁶ *El Iniciador* inicia a circular em 15 de abril de 1838, Com periodicidade quinzenal, a publicação é fundada por Cané e o uruguaio Andrés Lamas, convertido ao ideário da Geração de 1837. Um dos objetivos principais do periódico é ser um espaço de expressão das idéias de intelectuais do grupo, que tinham ficado desprovidos de divulgarem seus escritos por este meio desde o fechamento do jornal portenho *La Moda*, em princípios daquele ano. São publicados, no *Iniciador*, muitos textos sobre literatura, música e poesia, identificados com o movimento romântico. Cada exemplar do periódico contava com um grande número de páginas, sendo composto, portanto, também de textos bastante longos, fugindo ao padrão da maioria dos jornais da época. A despeito da repressão, fazia-se circular o jornal também em Buenos Aires, onde o mesmo contava com muitos eleitores. Além de seus dois editores, o *Iniciador* contava com as contribuições de, entre outros, Juan Bautista Alberdi, Estéban Echeverría, Bartolomé Mitre, Carlos Tejedor, Félix Frias, Juan Maria Gutiérrez, além de Cuneo.

²⁷ *El Nacional* (época *Segunda*) é publicado a partir de 11 de novembro, um dia após o retorno de Rivera ao poder no Uruguai. De circulação diária, o novo jornal prontamente torna-se um dos principais veículos de apoio à administração de Rivera e meio de difusão dos escritos de exilados argentinos. A partir de 15 de dezembro, a redação do periódico passa a contar com Alberdi, além dos dois editores. O novo componente participa como redator até o dia 03 de maio de 1839, quando a equipe passa a ser composta por Lamas, Juan Thompson e Félix Frias. Em outubro de 1839, o jornal sofre nova alteração com a entrada de Rivera Indarte como principal redator, cargo que ocupará até março de 1845.

houve contribuições esporádicas de Cuneo também para esta publicação, embora, conforme palavras de uma pesquisadora sobre o tema, a participação do italiano seja “quase invisível”²⁸. O que fica claro, de qualquer forma, é que houve a divulgação de idéias nacionalistas de Mazzini no periódico entre fins da década de 1830 e princípios da de 1840.

Em pouco tempo, entretanto, os intelectuais da Geração de 37 passam a enfrentar dificuldades para publicar seus artigos no Nacional, já que suas idéias, consideradas muito radicais, começam a sofrer críticas das demais forças políticas de sustentação do governo de Rivera. Conseqüentemente, Cuneo igualmente perde espaço na imprensa de Montevideú. Em razão disto, em meados do ano de 1840, o periodista italiano parte para o Rio Grande do Sul, aceitando o convite dos Farrapos para assumir a redação do periódico oficial do governo republicano O Povo. Conforme mencionado, seu conterrâneo e amigo Luigi Rossetti tinha participado da fundação do jornal farroupilha anos antes, em 1838²⁹.

Estabelecido em Piratini, então capital da República Rio-Grandense, Rossetti é nomeado redator do periódico, conforme cartas do autor e um documento assinado por Domingos José de Almeida³⁰, exercendo a função desde a primeira até a edição de número 47. As marcas da passagem do periodista italiano pelo jornal são notórias, desde a primeira página do primeiro número. Abaixo do título do periódico, inscrevia-se a consigna mazziniana “*Liberdade – Igualdade – Humanidade*”. Além disso, em todas as edições do *Povo*, consta a seguinte epígrafe: “*O poder que dirige a revolução, tem que preparar os ânimos dos Cidadãos aos sentimentos de fraternidade, de modéstia, de igualdade e desinteressado e ardente amor da Pátria. Jovem Itália. Vol. V.*”

Mazziniano convicto, Rossetti procura difundir o ideário de seu compatriota em artigos escritos para o periódico farroupilha, enquanto seu amigo Cuneo fazia o mesmo na imprensa de Montevideú. Escrevendo para um grupo de republicanos, que lutavam contra o regime monárquico brasileiro, Rossetti enfatizava um aspecto do nacionalismo mazziniano, a identificação da nação com a república. Neste ponto, há uma plena sintonia entre as idéias do italiano e dos revolucionários rio-grandenses.

Nas primeiras edições do *Povo*, Rossetti publica textos sobre a questão social, em um tom igualitário bastante radicalizado, como percebemos no artigo *O Povo! O Povo!*, um de seus mais eloqüentes, publicado em duas partes, nos números 5 e 6 do periódico rio-grandense. Além da defesa dos setores mais pobres e desfavorecidos da sociedade, o texto faz uma clara crítica às lideranças políticas que, muitas vezes, apelam para o conjunto do povo em busca de adesões a uma revolução, mas, uma vez chegando de forma triunfante ao poder, desconsideram os apoios recebidos, deixando os mais humildes na mesma situação anterior. Seguramente, estas palavras não devem ter agradado muitos líderes farroupilhas, como atesta a mudança de comportamento de nosso personagem. Rossetti, pois, logo “ameniza” sua linguagem. Não mais encontramos referências a um vocabulário tão radicalizado nas edições posteriores do *Povo*.

As adaptações do ideário mazziniano à Região Platina não ficariam restritas a uma ênfase no republicanismo. Para contentar os líderes rio-grandenses, Rossetti é obrigado a modificar algumas concepções de parte das idéias de Mazzini, como no caso do federalismo. O fundador da “Jovem Itália” era partidário da unidade italiana, criticando as propostas de federalismo. Os farroupilhas, apesar de lutarem por sua independência, sempre se demonstravam favoráveis a estabelecer tênues formas de federação com outras províncias brasileiras, desde que a plena autonomia da República Rio-Grandense estivesse assegurada. Ao referir-se ao federalismo, desta forma, Rossetti é levado a alterar concepções mazzinianas em seus textos, adequando seu discurso para a realidade rio-grandense.

Como redator de um jornal oficial da república, Rossetti era pressionado a atender aos

²⁸ L. Fabbri Cressatti. “Comienzos del periodismo italiano en el Rio de la Plata.” In: *Garibaldi. Publicación anual de la Asociación Cultural Garibaldina de Montevideo*. Ano 7. Montevideú: Asociación Cultural Garibaldina de Montevideo, 1992, p. 15.

²⁹ O periódico farroupilha *O Povo* vem a luz no dia 01 de setembro de 1838. Com o caráter de jornal oficial do governo republicano, suas edições eram publicadas, salvo alguns períodos de interrupção, às quartas-feiras e aos sábados, primeiramente em Piratini e, a partir do número 46, em Caçapava, respectivas capitais da República Rio-Grandense. Em 23 de maio de 1840, na edição de número 160, o periódico deixa de circular, após um ataque das forças imperiais que danificaria a tipografia.

³⁰ Consultar cópia do documento em que Domingos José de Almeida cita Luigi Rossetti como redator de *O Povo* em S. Candido. *La rivoluzione...*, nas ilustrações entre as páginas 24 e 25.

anseios de donos de terras e gado, uma das principais bases de apoio do movimento farroupilha. Desta forma, após a publicação de textos radicalizados, percebemos, em seus artigos posteriores, um tom bem mais moderado, inclusive com referências ao direito de propriedade. Estas defesas do direito à propriedade e das garantias individuais não são recorrentes nos textos de Mazzini. Ao contrário, ele era um ferrenho defensor da igualdade e, muitas vezes, criticava o individualismo liberal, identificando-o como um egoísmo dos homens, embora não condenasse, em essência, o direito à propriedade. A crescente pressão em atender às aspirações dos Farrapos obriga nosso autor a contrariar alguns pontos de suas idéias, colocando-o em uma situação desconfortável. Entre ele e setores da liderança dos republicanos rio-grandenses se estabelece um clima de tensão, que o conduziria a pedir sua demissão do cargo de redator do jornal. A renúncia ao cargo não significa abandono do movimento, já que o italiano passa a contribuir de outra forma, partindo para acompanhar os farroupilhas em campanhas militares. Não disposto a transigir de suas convicções políticas, prefere a função de soldado à de “jornalista controlado”. Uma das campanhas mais importantes, da qual participa, é a tomada de Laguna, em Santa Catarina, em julho de 1839. Após esse triunfo, é fundada a “República Catarinense”, que perduraria somente por poucos meses. De lá, Rossetti continua escrevendo textos e manifestos, muitos publicados em edições posteriores do *Povo*, mesmo estando o autor longe da função de redator do periódico.

Em maio de 1840, os farroupilhas contratam seu amigo e colega Cuneo para o cargo de redator do jornal, que se estabelece em Caçapava, tornando-se responsável pelas últimas edições do *Povo*. Nos anos anteriores, enquanto estivera radicado em Montevidéu, trabalhando na imprensa local, Cuneo tinha mantido contatos com Rossetti, inclusive enviando-lhe textos que foram publicados no jornal rio-grandense.

Em seus textos publicados enquanto exercia o cargo de redator do *Povo*, Cuneo dá continuidade à estratégia de aplicar o ideário mazziniano, adaptando-o ao contexto político local. Nos meses em que se encontrava no Rio Grande do Sul, Cuneo depara-se com um momento crítico para os farroupilhas. Ao contrário dos anos de 1838 e 1839, de máxima expansão das forças revolucionárias, em 1840, os Farrapos começam a sofrer os revezes da contra-ofensiva dos imperiais. Nosso autor, assim, escreve com o intuito de encorajar os farroupilhas a continuarem a luta, não se deixando abater pelas recentes derrotas. Através do discurso, tenta continuar sua tarefa de difundir o ideário republicano entre seus leitores, mesmo no início de uma conjuntura adversa.

Devido a um ataque dos legalistas, a imprensa farroupilha deixa de circular no final de maio de 1840 e Cuneo, que não era propenso a atividades militares, retorna para Montevidéu em agosto do mesmo ano, onde passaria a trabalhar pela publicação de um jornal em língua italiana. Rossetti, que continua acompanhando o exército dos farroupilhas, vem a falecer a 24 de novembro de 1840, próximo a Setembrina (atual Viamão), em um ataque dos imperiais no momento em que o último cerco a Porto Alegre estava sendo levantado.

Em abril de 1841, um ano após seu retorno a Montevidéu, Cuneo distribui um prospecto anunciando o aparecimento de um futuro semanário, que iria se chamar *L'italiano*, homônimo a um periódico que se imprimira em Marselha entre 1832 e 1834, sob a direção de Mazzini³¹. A publicação é pela primeira vez impressa no dia 22 de maio de 1841. Saía uma vez por semana, aos sábados e teve duas séries. A primeira, perfazendo oito edições e de distribuição gratuita, circula até o dia 10 de julho. A segunda fase inicia com a edição de número 9, em 04 de junho de 1842, vindo a encerrar com o número 23, em 10 de setembro do mesmo ano. Nesta segunda fase, as edições do jornal passam a ser vendidas. Dois anos depois, nosso autor edita um novo periódico em língua italiana, denominado *Il Legionario Italiano*. Igualmente como seu predecessor, a publicação objetiva divulgar o ideário italiano entre os imigrados na cidade, acrescentando-se a tarefa de alentar a luta dos legionários contra as forças de Oribe e Rosas³². Entretanto, o periódico

³¹ A. N. Marani, op. cit., p. 63.

³² Desde 1843, a cidade de Montevidéu encontrava-se sitiada pelo exército de Oribe e Rosas. O cerco duraria até 1851. A cidade não sucumbiu devido ao apoio das esquadras anglo-francesas, que garantiram o abastecimento da cidade. Na época do cerco, a cidade se mobilizou em defesa, inclusive com adesão das populações estrangeiras lá residentes. Garibaldi foi o responsável pela organização da “Legião Italiana” e o segundo periódico em língua italiana de Cuneo dirigia-se, especialmente, àqueles legionários.

teria vida bem mais efêmera do que *L'Italiano*. Publicam-se apenas três edições em 27 de outubro, 11 de novembro e 26 de dezembro de 1844 e uma posterior no ano de 1846.

Diferente do período anterior, em que Cuneo dirigia-se a grupos políticos locais, seja aos “jovens de 37” ou aos farroupilhas, escrevendo como se fosse um de seus integrantes, nestes periódicos em italiano, ele volta-se para seus compatriotas radicados em Montevideú, publicando textos e artigos em seu próprio nome e em sua língua nativa. Desse modo, utiliza a pena para divulgar seu nacionalismo mazziniano “original”, inclusive radicalizando-o, especialmente na questão do igualitarismo e dos “deveres do homem”. Seu “público alvo”, nesta segunda fase, é a comunidade de italianos da capital oriental, e não mais os intelectuais da Geração de 1837. Por ocasião do cerco de Montevideú, Cuneo passa a tratar da conjuntura local em seus artigos, objetivando convencer os imigrantes italianos a pegar em armas na defesa da cidade.

Em princípios de 1848, chegam notícias dos movimentos revolucionários que irrompem em várias partes da Europa, inclusive em territórios italianos, onde a unidade do país é novamente colocada na ordem do dia. Muitos italianos, exilados no exterior, voltam a sua terra natal, para se engajarem nos movimentos. É o caso de Cuneo, que, em dezembro de 1849, é eleito deputado pelo parlamento piemontês, cargo ao qual renuncia em março do ano seguinte, frente aos retrocessos dos movimentos no conjunto da península³³. A via do exílio é mais uma vez imposta a grande parte dos revolucionários. Cuneo, conforme trataremos no próximo segmento, elegeria novamente a Região Platina como local de desterro.

Entre o nacionalismo mazziniano e a nação da civilização versus barbárie: Cuneo na Buenos Aires pós-rosista (1853-1860)

Passemos agora ao segundo exílio americano de Cuneo. Desta vez, o personagem se estabelece em Buenos Aires, onde exerce o ofício de jornalista após a queda de Rosas, entre os anos de 1853 e 1860, até seu retorno definitivo à Itália. Nesta fase, atua tanto na imprensa local como em um novo periódico em língua italiana de sua responsabilidade.

Cuneo atua numa época em que a província de Buenos Aires tinha se convertido num Estado autônomo. Após a queda de Rosas, Urquiza convoca uma Assembléia Constituinte para organizar politicamente o país. É promulgada a Constituição de 1853, estabelecendo a “Confederação Argentina”, cuja capital se localiza em Paraná, já que os bonarenses não aceitam se submeterem às demais províncias e proclamam um Estado separado da federação.

Cuneo passa a contribuir para o periódico liberal portenho *La Tribuna*, que começa a circular em 07 de agosto de 1853. Redigido por Hector e Mariano Varela, o diário em pouco tempo conquista grande espaço, constituindo-se num dos principais veículos da imprensa durante o período em análise. As idéias defendidas pela *Tribuna* expressam um novo patamar no debate sobre a questão nacional na era pós-Caseros. Uma das preocupações centrais é a organização do Estado, questão ainda não resolvida, que segue suscitando disputas políticas e militares. Entretanto, para setores cada vez mais numerosos das elites urbanas de Buenos Aires, a nação deixava de ser apenas a criação de um Estado, significado predominante na época da independência, passando a associar-se a questões mais amplas, como a do tipo de sociedade que se desejava construir. Neste sentido, a fundação de uma nação é identificada com o “progresso”, o desenvolvimento, a “civilização”, bem como a luta contra os resquícios da “barbárie”, denominação que as elites urbanas davam à vida rural, aos “caudilhos” e às populações indígenas.

Em suas contribuições para o periódico, o italiano elogia com frequência a política dos liberais portenhos. Vê com bastante otimismo as possibilidades da construção da “nação”, não apenas na Argentina, mas na América como um todo. Os princípios mazzinianos de humanidade, luta contra o egoísmo individualista, bem como conteúdo profundamente messiânico e religioso do ideário político continuam norteando o pensamento de Cuneo. Entretanto, percebemos que suas idéias estão mais atenuadas, pois há ausência, no conjunto de seus textos e artigos, da defesa da revolução e principalmente da igualdade social, tão cara aos seguidores de Mazzini em tempos anteriores.

Em 1856, nosso personagem volta a escrever em sua língua nativa. Em 21 de janeiro, vem à luz o primeiro número de *La Legione Agricola*, periódico editado na tipografia da *Tribuna*, em

³³ A. N. Marani, op. cit., p. 79.

Buenos Aires, mas dirigido à recém fundada colônia italiana “Nova Roma”, nas cercanias de Bahia Blanca³⁴. Sem periodicidade fixa, o novo jornal circularia até 24 de setembro do mesmo ano, perfazendo um total de 17 edições.

O periódico fundado por Cuneo é bastante distinto dos anteriores jornais italianos por ele dirigidos. Assim como nos textos para a Tribuna, os artigos deste periódico em italiano caracterizam-se pela defesa das concepções políticas de setores da elite portenha, em especial o projeto de nação da “civilização” versus “barbárie”, segundo o qual a questão nacional ultrapassa a organização de um Estado unificado, associando-se ao projeto de desenvolvimento econômico, ocupação territorial com vinda de imigrantes europeus, propriedade privada, urbanização, bem como luta contra os resquícios da “barbárie”, entendida, sob esta concepção, como a política dos federalistas, o fenômeno do “caudilhismo” e as populações indígenas. Porém, nos artigos publicados na Legione Agricola, desaparece, quase por completo, o nacionalismo mazziniano, em meio a uma eloquente defesa do ideário liberal de setores da elite portenha, enfatizando-se a luta contra a “barbárie”, no caso, as populações indígenas. Além disso, o autor utiliza um vocabulário bastante agressivo, o que não deixa de ser surpreendente em se tratando de um autor mazziniano. Refere-se aos índios como “pérfidos” e “traíçoeiros”, defendendo o extermínio de tais populações, retratadas como um “entrave” ao desenvolvimento nacional além de colocadas no papel de “agressores” e “invasores”. O que é mais surpreendente é que, neste periódico, Cuneo não estava escrevendo para os liberais portenhos, e sim dirigia-se a seus compatriotas radicados no país. Ele claramente objetiva dar sustentação ideológica ao projeto dos governantes de Buenos Aires de utilizar os imigrantes para ocupação territorial de áreas disputadas com os indígenas.

Em setembro de 1856, La Legione Agricola deixa de circular e Cuneo não voltaria mais a publicar outro periódico em italiano durante seus últimos anos de exílio em Buenos Aires. Continua a contribuir para La Tribuna até novembro de 1860, quando parte definitivamente para a Itália, seduzido pelas notícias oriundas da Europa sobre o novo movimento pela unificação italiana, que finalmente obteria êxito. Na Itália, Cuneo logo estabelece contatos com Garibaldi e é nomeado, em 1862, cônsul geral do governo argentino em Gênova, não aceitando o cargo. Nos anos seguintes, vive em Florença e Gênova, onde integra a “Sociedade Emancipatória”, que tinha como finalidade a libertação de Roma e Veneza, que tinham ficado de fora da unificação conquistada em 1860. No ano de 1866, acompanha Garibaldi na “Campanha do Trentino”. Nos últimos anos de sua vida, é nomeado, pelo governo argentino, “agente geral da emigração”, cargo que ocupa até sua morte em Florença em dezembro de 1875³⁵.

Considerações finais

Tratamos, ao longo deste texto, de um caso de imigração política na América Latina, com a análise da atuação de dois periodistas refugiados, Gian Battista Cuneo e Luigi Rossetti, na imprensa da Região Platina em meados do século XIX. Os personagens eram revolucionários mazzinianos e, ao chegarem ao continente, vinculam-se a setores opositores ao regime de Rosas, em meio à conturbada conjuntura de construção dos Estados nacionais na região. Quando aqui aportaram, já carregavam a experiência de militância em sociedades secretas e lutas clandestinas contra regimes arbitrários. Eram partidários das idéias radicais e igualitárias de Mazzini, segundo as quais a nação está diretamente relacionada ao estabelecimento de uma nova sociedade, na qual, os homens seriam livres e iguais, com a adoção da república e a derrota definitiva das monarquias despóticas. Seu ideário também contemplava a fraternidade entre os povos e as nações, daí seus engajamentos voluntários e militantes nas lutas políticas locais ao se estabelecerem na América, unindo-se a grupos que consideravam com idéias próximas às suas.

Românticos e revolucionários, seu ideário os fazia identificar a luta na América como a mesma na Itália, já que defendiam a associação fraternal entre as nações. Durante o primeiro exílio, nossos periodistas aproximaram-se dos intelectuais da Geração de 1837, em Montevidéu, e dos farroupilhas, na então República Rio-Grandense. Procuraram adequar suas idéias de nação ao ideário dos grupos locais, buscando convertê-los ao nacionalismo mazziniano. Obtiveram

³⁴ Ibidem, p. 85 e 86. A denominada “Nova Roma” consistia em uma colônia agrícola e militar, cujos propósitos eram assegurar a ocupação territorial da região por parte do governo de Buenos Aires e a conseqüente expulsão dos indígenas.

³⁵ D. Petriella; S. Sosa Miatello, op. cit., p. 209.

resultados mais profícuos entre os “jovens de 37”, que à época partilhavam de idéias semelhantes no projeto de nação para a Argentina. Após a morte de Rossetti em combates ao lado dos farroupilhas no ano de 1840, Cuneo dedicou-se à publicação de periódicos em língua italiana dirigidos aos imigrados em Montevideu. O conteúdo revolucionário e radical de suas idéias, entretanto, conquistou poucos adeptos, amargando derrotas tanto na Região Platina como na Europa. Desta forma, após uma rápida passagem pelo continente europeu entre 1848 e 1850, Cuneo retornou à América, bastante modificado. Frente às derrotas dos movimentos de 1848-49 na Itália, o jornalista atenuou suas concepções mazzinianas e aderiu às idéias de círculos liberais portenhos quando trabalhou em periódicos editados em Buenos Aires, ao longo da década de 1850. O mais surpreendente é que defendia mais enfaticamente este novo discurso no seu periódico em língua italiana, voltado para uma colônia de imigrados, dando sustentação ideológica ao projeto de utilizar estes colonos para assegurar a posse de territórios mais ao sul e exterminar os indígenas que lá se encontravam estabelecidos.

O que teria levado Cuneo a mudar tão radicalmente seu discurso? Teria abandonado seu idealismo militante em prol do pragmatismo ou seria uma “adequação” aos novos tempos? Pensamos que são questões de difícil resposta, mas é possível fazer algumas conjecturas. Uma possível explicação para estas mudanças talvez seja uma crescente decepção, ao longo dos anos, com o fracasso das idéias mais radicais, que praticamente não encontram eco nem na Europa nem na América. O ideário mazziniano conquistava a adesão somente de restritos grupos minoritários, enfrentando a forte oposição de outras facções políticas e a indiferença da maior parte da população. Além disso, os movimentos revolucionários, nos quais o italiano se engajava, foram sistematicamente derrotados em ambos os continentes. De um árduo militante mazziniano, profundamente envolvido com suas convicções nacionalistas radicalizadas, Cuneo tornou-se um intelectual mais pragmático e resignado ao longo do tempo. Acreditamos que sua resignação levou Cuneo a ver no projeto da “civilização” versus “barbárie” o mais “progressista” entre os plausíveis de realizar-se na época. O tom radical de nossa personagem contra a “barbárie”, defendendo e justificando a luta contra os indígenas pode soar como uma mudança de postura bastante acentuada para quem apregoava a igualdade e irmandade entre os homens. Entretanto, é preciso salientar que, naquela conjuntura histórica, aumentava-se a crença de que o progresso da sociedade passava por uma incorporação de todos à “civilização”. Não havia direito à alteridade.

Durante o período analisado, percebemos que Cuneo e Rossetti modificaram e adequaram suas idéias ao contexto local, ao longo de suas trajetórias em diferentes espaços da Região Platina. Ao se estabelecerem na América como imigrantes políticos, entram em contato com grupos locais, “confrontando” o ideário destes com o de nossos personagens. Desta forma, através da circulação de idéias, os periodistas italianos “americanizaram-se”, modificaram suas concepções originais, incorporando parte do ideário de grupos políticos com os quais travam relações, mesclando-o com seus pensamentos trazidos da Itália.

Nossa pesquisa nos leva a concluir que as antigas teses de “importação” de idéias ou “influências estrangeiras” no ideário latino-americano, ainda recorrentes em setores da historiografia, devem ser definitivamente rejeitadas. Fundamentalmente, porque supõem uma mera transposição para nosso continente, no interior da qual os agentes históricos locais têm um papel unicamente receptor. Pensamos, ao contrário, que há sim produção de idéias na Região Platina. Mesmo que se recebam idéias de fora, estas sempre passam por um ativo processo de seleção e adaptação em virtude das especificidades do contexto histórico local. As idéias, pois, sempre estão “no lugar”. Em suma, o estudo de imigrantes políticos fornece subsídios para a tese de que nós, latino-americanos, não somos nem a Europa reproduzida na América nem uma população totalmente autóctone. Somos frutos de vários séculos de fusão entre povos nativos, europeus, africanos e outras culturas. Este processo levou a constituição de formações sociais, econômicas e políticas singulares na América Latina, sem deixar de interagir com outras partes do mundo.

AS QUESTÕES DE TERRA: COMPARANDO CASOS NO VALE DO SINOS

Doris Rejane Fernandes Magalhães

Esse comentário que hoje apresento é resultado da leitura do ensaio de James Holston, *Legalizando o Illegal: propriedade e usurpação no Brasil*. O instigante ensaio parte da visão de que o sistema jurídico brasileiro não objetiva resolver conflitos, pois a própria Lei de Terras promove conflitos e não soluções porque estabelece os termos através dos quais a grilagem é legalizada de maneira consciente. Para Holston *...a lei é um instrumento de manipulação, complicação, estratégias e violência*. (HOLSTON, 1993, p. 70) e complementa dizendo que *... a usurpação inicia o povoamento e desencadeia o processo de legalização da propriedade da terra*. (Holston, 1993, p. 71). Essas afirmações são fortes, mas merecedoras de reflexão a partir da realidade do Vale do Sinos. O autor mostra que a lei como foi redigida gera mais conflitos do que soluções. Partindo desse pressuposto, vou conduzir a reflexão, utilizando Holston nas questões de terra no Alto Vale do Sinos (primeiro terço do percurso do rio a partir de sua nascente) no século XIX nos finais do Império e inícios da República. A relação entre as afirmações de Holston e os processos judiciais no Vale do Sinos são inevitáveis.

Primeiramente, localizo o Vale do Sinos onde há uma infinidade de conflitos por terra. É uma fronteira. Aqui utilizo MARTINS (1997) com a fronteira construída através de frentes, que limpam o terreno de ocupantes indesejados. As frentes de expansão fazem a limpeza. São diversas frentes e muitas delas concomitantes, sendo que a mais forte se estabelece como pioneira. Assim podemos entender a presença de indígenas, de espanhóis, de açorianos, de negros forros, de alemães no recorte espacial destacado..

Esse movimento de ocupação do território foi conflituoso. Cito apenas alguns, por exemplo, o caso das terras nunca localizadas de D^a Maria Angélica Vellez no Campo Bom/Padre Eterno, da Questão da Fazenda Padre Eterno (4 Colônias), dos processos judiciais entre Blauth & Matte com Schmitt & Kraemer; Schmitt e David Pereira Dias (áreas de Dois Irmãos, Picada Verão e São Jacó, Bela Hu), entre o Barão do Jacuí e Steigleder (Nova Hartz e Araricá) e Pedro Baum (Picada da Bica), Tristão Monteiro e o Cel. João Schmitt & Diefenthäeller (entre os arroios Três Irmãos e da Ilha), Vicente Ferreira Maciel e Laurindo José dos Santos (Santa Cristina); entre o Cel. Francisco Alves dos Santos e Manoel Ildefonso Pereira (no Marco Seco).

Em todos esses processos, a lei é manipulada, resultando em complicações ao invés de simplificações, e envolvem estratégias acompanhados de violência. A grilagem é legalizada. E acrescento mais: são exercícios locais de domínio e de poder que em alguns casos atingem uma abrangência provincial e nacional.

Observei que o desconhecimento do espaço geográfico é um elemento que permite a manipulação de divisas, de marcação dos limites. Nesse aspecto temos o caso da divisa da Colônia de São Leopoldo a leste, das Fazendas do Padre Tomé, do Mundo Novo, da Ilha e do norte do Vale do rio Santa Maria, através de um estratégia simples: os cursos d'água são trocados de lugar com a substituição de nomes; a demarcação através de marcos fixos porém temporários como por exemplo, as árvores.

Um dos casos mais claros e conhecidos é o da divisa leste da colônia de São Leopoldo, onde o arroio da Tiririca, pequeno córrego que pode ser confundido com outro próximo, é um divisor, envolvendo terras supostamente doadas a D^a Maria Angélica Vellez. No entanto, a descrição que consta nos documentos não permite a precisão da sua localização.

Lendo a correspondência enviada ao Presidente da Província e ao Inspetor da Colônia de São Leopoldo, observei a questão da divisa nordeste da Colônia datada em abril de 1825:

... e sobretudo que sendo a divisa da Estância pelo Leste o Arroio da Tiririca, como aparece dos Títulos concedidos ao Capitão Manoel Jozé de Leão, os quaes V. Mce. Provavelmente chamaria ao seu conhecimento, há entre aquele arroio, e o de Luiz Telles, o chamado Campo Bom, o qual ficou fora da Medição.... (Revista do Arquivo Público, 1924, p. 139)

Essa descrição cita arroios de margens opostas ao Rio dos Sinos, isto é, são afluentes enquanto o Tiririca localiza-se numa margem e o Campo Bom em outra. Em nova correspondência, há a descrição do problema da medição, envolvendo D^a Maria Angélica Vellez. A confusão é grande, pois não há espaço para que haja a suposta posse de D^a Maria Angélica entre a Colônia de São Leopoldo e a Fazenda Padre Eterno. Há documento de posse, mas não há terra disponível.

O aspecto mais espantoso é a ação do Inspetor José Thomas de Lima que literalmente *muda o arroio do lugar*. Na delimitação da divisa nordeste da colônia de São Leopoldo havia o arroio do Cascalho (assim chamado em 1825) e mais tarde denominado de arroio das Pedras. Como herdeiros da Família Leão mantinham uma relativa vigilância sobre as divisas da Fazenda, José Thomas de Lima passa a chamar de arroio das Pedras outro curso d'água tão volumoso quanto o original e afluente desse. O ex-arroio das Pedras passa a ser chamado de Campo Bom, divisa que será aceita como oficial para a Colônia de São Leopoldo.

Essa mudança de “arroio” e de nome do mesmo abriu uma nova área onde colonos se estabeleceram, ocupando-a sem prejuízo de terceiros, como previsto nas Ordenações Filipinas e requisito tradicional. É oportuno lembrar que nessa data não vigora mais a lei de sesmarias, suspensa pelo então príncipe D. Pedro, meses antes da independência do Brasil. Ocupam essa área “aberta” por Jozé Thomás de Lima, colonos alemães, construindo suas modestas casas, fazendo roças, plantando arvoredos, criando aves e algum gado. Para efetivar essa posse vão ao padre no Hamburgerberg e registram sua moradia, localizada na quarta colônia, que hoje chamamos de Quatro Colônias.

No Mundo Novo ocorreu caso semelhante, se observarmos a documentação. A imprecisão das divisas causa confusão num primeiro contato. A leste da Fazenda Mundo Novo, o arroio Tucano é confundido com o arroio da Ilha, havendo uma divisa móvel até o momento em que Tristão Monteiro compra a Fazenda do Padre Tomé e une as duas, deixando de existir o questionamento. No entanto, essa área entre o arroio e o rio representa uma grande faixa de terra apropriada de outrem.

Ao norte, quando os herdeiros de D^a Ana Berwanger Monteiro vendem sua parte na partilha de bens a divisa norte também não é clara, gerando a possibilidade de ampliação e usurpação pelo comprador.

A indefinição das divisas é uma característica da posse das terras no Brasil porque elas abriam duas possibilidades:

1^a a apropriação das áreas contínuas, principalmente se fossem devolutas;

2^a a outra é a decisão de quem possui a terra de reconhecer ou não os lindeiros.

O reconhecimento dos vizinhos poderia evitar conflitos judiciais ou gerá-los. Em ambas as possibilidades estão implícitas a questão do domínio sobre a área, portanto, de poder sobre a terra e as pessoas que nela se encontram, fator que pesa na decisão de definir os lindeiros e/ou as divisas.

Holston aponta para o fato de que nos argumentos de defesa e/ou acusação utiliza-se a “genealogia” dos acontecimentos como justificativa. Observo isso em todos os casos citados. Conforme a necessidade, até as Ordenações Filipinas fazem parte da listagem histórica.

Na Questão da Fazenda Padre Eterno há um levantamento da área da sesmaria que reporta ao ano de 1791, isto é, sessenta anos antes, quando o primeiro possuidor Inocêncio Alves Pedroso havia registrado as terras que possuía há pelo menos vinte anos. Do primeiro ao último possuidor é descrito para buscar justificativa a posse por parte de quem teve sua terra reduzida.

No processo envolvendo Monteiro contra Schmitt & Diefenthäeller são apresentados documentos que iniciam na concessão da sesmaria do Mundo Novo, da concessão da Fazenda São Nicolau até o documento de partilha da herança de Anna Berwanger Monteiro. O mesmo ocorreu com o processo envolvendo Monteiro e Maciel & Santos. A apresentação desses documentos iniciais comprova a antiguidade da posse de Monteiro e lhe conferem a comprovação de sua credibilidade.

Holston afirma que *uma relação fundamental entre usurpação e legalização caracteriza o desenvolvimento da periferia: a usurpação inicia o povoamento e desencadeia o processo de legalização da propriedade da terra*. (HOLSTON, 1993, p. 71)

A ocupação do Vale do Sinos se fez através de uma sucessão de frentes que construíram a fronteira. Essa periferia é a fronteira. Não concordo que ocorra um início de povoamento, pois as terras brasileiras estavam ocupadas. Porém, a usurpação é uma realidade. O processo de legalização da propriedade da terra virá principalmente após 1854. No entanto, observei uma preocupação com a legalização, quando esta significou garantia de posse e de domínio. Essa legalização observou a Lei de 1850 e seu regulamento de 1854. Revela que muitos possuidores de terra optaram por registrar no Vigário e poucos deram continuidade ao processo com a medição e demarcação das terras. Segundo Motta, a decisão de registrar no vigário e não medir e demarcar são um indicador de que esses possuidores consideravam esse registro como suficiente para garantir a posse da terra. Ao não medir e demarcar a terra para receber o título de posse os possuidores das mesmas estão medindo forças com as autoridades, não cumprindo com a lei.

Na Questão da Fazenda Padre Eterno, von Eichman escreve ao imperador, expondo o problema:

Deux Allemands, M. M. Kraemer et Schmidt, avait acheté, il y a plus de vingt ans, une large fazenda dite O Padre Eterno qui, d'un cote, est entourée de terres appartenant á l'Etat et qui, de l'autre, touche aux frontières des picades Campo Bom, Dous Irmãos, et à quelques propriétés particulières. Les maîtres de ces dernières se crurent lésés dans leurs droits par les limites que Schmidt et Kraemer attribuèrent à la fazenda. (Revista do Arquivo Público, 1924, p. 294)

Von Eichmann descreve o caso das Quatro Colônias como sendo uma disputa e que se sucedeu à especulação imobiliária, demonstrando os interesses com a colonização, que o engenheiro Dom Vidal usurpou das terras e que há necessidade de discriminar as terras devolutas.

A denúncia de usurpação dos direitos dos colonos consta no processo judicial datado de 1851. Nele há a afirmação das divisas:

...Provão que a Fazenda denominada de Padre Eterno pertencente a Manoel José de Leão, e hoje aos Autores sempre extremou e confinou pelo Arroio das Pedras com a Fazenda Nacional da... (Revista do Arquivo Público, 1924, p. 139)

A declaração diz reconhecer como lindante a Fazenda Nacional, a Colônia de São Leopoldo, e que esta divisa se faz com o arroio das Pedras. Jozé Thomas trocou o nome do arroio e quanto a isso não há dúvidas. Portanto, uma nova área para ser ocupada está reconhecida e por quem nela se estabeleceu: Felipe Diner, Henrique Sperb, Diefenbach e seus filhos, Haag, Jacob, Falkenberg. Estes ao se defenderem apresentam como testemunhas: David Pereira Dias (de quem Schmitt comprou terras no Arroio da Bica), o engenheiro Afonso Mabilde, o capitão Israel Baptista Orsy. Schmitt vê esse processo concluído em 1864, quando perde a área das Quatro Colônias, mas não recorre porque recebeu área ao norte na encosta entre a Picada Verão e a da Bica.

Em outro processo sobre área no Mundo Novo, Monteiro, ao recorrer da decisão de medição, acrescenta outro elemento a sua defesa. Além da documentação detalhada, das testemunhas, dos embargos, Monteiro recorre com o argumento do trabalho prestado ao Estado com seu empreendimento colonial, um investimento particular que garante o território ao Império.

As companhias de terras são acusadas de medir erroneamente. Enfrentam acusações a

Schmitt & Kraemer, a Hosking & Cia, a Fölzer & Cia. Esses são indicadores da comercialização intensa das terras fronteiriças à colônia de São Leopoldo. Empresas e particulares disputam o domínio do espaço. As características comerciais indicam o fechamento da fronteira, isto é, as terras são disponíveis apenas através de compra ou invasão das terras nacionais que representam as áreas florestais. A Lei de Terras e seu Regulamento foram cumpridas após vinte e cinco anos de existência porque as terras não estavam mais disponíveis. Daí a regularização para receber o título de propriedade. No entanto, esse processo não foi pacífico porque houve manipulação, complicações e estratégias para garantir a posse. Nesse momento emerge o problema da falta de clareza, da indefinição das divisas, de agregados que se tornam empregados, terras colocadas em nome de terceiros, de permitir a presença de “compadres” nas divisas para comprovar a posse e a ocupação com aproveitamento, de interpretação das informações passadas pelos medidores de terra, das decisões judiciais.

Esses casos mostram como a lei serviu para gerar mais conflitos do que soluções e regularizações de terras. No entanto, quem deveria observar a lei resiste ao seu cumprimento por opção, por desconhecimento e para manter o domínio sobre as terras. Essa é a peculiaridade que Holston não analisa, mas que está presente nos exemplos apresentados, revelando que o cumprimento da lei se faz segundo os interesses de quem possui terras e deseja manter o seu domínio. É uma questão de medição de forças entre o particular e o legal.

Bibliografia

LANGER, Protásio Paulo. *A Aldeia Nossa Senhora dos Anjos*. Porto Alegre: EST/Correio Riograndense, 1997.

MAGALHÃES, Doris Rejane Fernandes. *Terras, Senhores, Homens Livres, Colonos e Escravos na Ocupação da Fronteira no Vale do Sinos*. Tese de Doutorado, São Leopoldo, UNISINOS, 2003.

MARTINS, José de Souza. *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1973.

_____. *O cativo da terra*. 3ed. São Paulo: HUCITEC, 1986.

_____. *Expropriação e violência (a questão política no campo)*. São Paulo: HUCITEC, 1990.

_____. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: HUCITEC/ Programa de Pós-graduação/ Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1997.

IMIGRAÇÃO, MEMÓRIA E CONFLITO - COMUNIDADE DE NOVA TEUTÔNIA (SC)

Lori Altmann*

Introdução

No decorrer da história brasileira, muitos imigrantes alemães e depois teuto-brasileiros acabaram sendo instalados nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, em terras originariamente indígenas. Estes colonos, na maior parte das vezes ocupantes de boa fé, passaram a construir um discurso fantástico sobre o outro (índigena), que serviu para explicar e justificar, para si próprios e para os outros, o seu direito de ocupar e de permanecer nesses territórios. Encontramos na literatura histórica algumas destas construções narrativas¹.

A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil - IECLB, desenvolvendo um trabalho missionário junto a populações indígenas, tanto no sul como no norte do país, através do Conselho de Missão entre Índios - COMIN, precisou lidar com esta relação conflitiva entre colonos e indígenas. Nos últimos anos surgiu, no sul do país, um movimento de retomada de terras por parte de algumas comunidades indígenas que viram suas terras usurpadas ou reduzidas em épocas passadas. Diante da perspectiva da perda da terra natal, sua ou de seus antepassados, e para justificar seus direitos, muitas famílias de imigrantes passaram a reconstruir discursivamente a memória de sua história na região. Ao construírem narrativas, que remontam à chegada de seus antepassados ao local, resgatam simultaneamente uma identidade étnica e religiosa específica, na qual buscam a legitimação da sua presença nestes territórios.

A IECLB, em especial nos últimos anos, passou a preocupar-se com estas famílias e em como acompanhá-las e apoiá-las neste processo. Ao iniciar minha pesquisa levei a sério esta preocupação, colocando como um dos objetivos identificar de que maneira estas famílias de imigrantes luteranos estão elaborando esta nova situação de crise, conflito e risco de desenraizamento². E de como elas a estão expressando através de seu discurso e de sua memória, tanto pessoal quanto familiar. Ouvindo e gravando depoimentos, tenho tentado identificar, o papel desempenhado pelo resgate histórico, na reconstrução da sua identidade étnica e religiosa diante da nova realidade conjuntural que se apresenta a elas.

No Brasil, especialmente no que diz respeito aos estudos interdisciplinares da Teologia e da Antropologia, constata-se uma lacuna no registro da história oral de pequenas comunidades luteranas de área rural. A coleta de narrativas com pessoas destas pequenas comunidades, no marco da pesquisa histórica e etnográfica, vem contemplar, por sua vez, o propósito de desenvolver um pensamento crítico e criativo no campo da reflexão eclesial e histórica de uma realidade social específica. A minha pesquisa de doutorado considerou a comunidade em sua vivência, expansão e desenvolvimento, mostrando-a em sua inter-relação com diferentes fatores e condicionamentos não apenas históricos, mas sociais e culturais. É possível perceber como a memória histórica exercitada através das narrativas orais contribui para dar um sentido de coletividade e colabora na formação do imaginário coletivo.

* Lori Altmann é doutoranda em Teologia, na área de concentração Teologia e História no IEPG, mestre em Ciências da Religião pela UMEP e em Antropologia Social pela UFRGS. Integra o quadro de pastores da IECLB desde 1990, tendo atuado junto a Povos Indígenas em Rondônia, Acre e Rio Grande do Sul.

¹ Cf. GANSWEIDT, Mons. Matias José. *As vítimas do bugre*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1946.

² Em algumas regiões os ânimos têm se acirrado dificultando até a possibilidade de realização de pesquisa. É o que ocorre na região da T.I. Araçaí, reivindicada por um grupo guarani, que incide sobre parte da área dos municípios de Cunha Porã e Saudades, no estado de Santa Catarina.

O texto a seguir representa uma pequena parte desta pesquisa maior. Apresenta inicialmente o instrumental teórico baseado na História Nova e nas teorias da Memória. Situa histórica e geograficamente a comunidade de imigrantes de Nova Teutônia. Desenvolve o tema da memória na sua relação com a identidade luterana através da interpretação de narrativas de pessoas mais antigas no lugar. Relata como se dá a reconstrução da sua história, numa situação de disputa por terra com uma comunidade indígena e como o conflito é elaborado em termos de discurso.

1. História nova e memória

Formulei esta pesquisa no marco da História Nova, iniciada por Marc Bloch e Lucien Febvre na França, por entender que ela revelou a presença do poder lá onde a história tradicional nem sequer pensava em procurá-lo, ou seja, no simbólico e no imaginário entre outros³. Sigo Le Goff, que percebia a História como o exercício permanente de um certo olhar, de um certo espírito crítico, de um certo “fazer”, que a aproxima do campo das Ciências Sociais, em especial da Antropologia. O quadro teórico desta pesquisa insere-se na interface da História Nova com a Antropologia, em especial a Antropologia do Imaginário e as teorias da Memória na sua abordagem interdisciplinar.

Para Halbwachs “não é na história aprendida, é na história vivida que se apoia a nossa memória”.⁴ Janaína Amado, fazendo a distinção entre vivência e memória, afirma que “o vivido remete à ação, à concretude, às experiências de um indivíduo ou grupo social. A prática constitui o substrato da memória; esta, por meio de mecanismos variados, seleciona e reelabora componentes da experiência”.⁵ Para Portelli, a memória se fundamenta na experiência vivida e em emoções profundamente sentidas⁶. As lembranças não atualizam apenas fatos experienciados, mas sentimentos, emoções e sensações. Vivências carregadas de subjetividade. É esse passado vivido, bem mais do que o passado apreendido pela história escrita que servirá de apoio mais tarde para a memória.⁷

Halbwachs diz que cada grupo se divide e se restringe, no tempo e no espaço e que é no interior dessas sociedades que se desenvolvem tantas memórias coletivas originais que mantêm por algum tempo a lembrança de acontecimentos que não tem importância senão para elas.⁸ Acrescenta ainda que não são somente os fatos, mas as maneiras de ser e de pensar de outrora que se fixam dentro de sua memória.⁹ A memória apresenta-se como um processo moldado no tempo histórico e seu relato, também se modifica com o tempo. A memória apresenta-se relacionada à história e ao tempo¹⁰, mas também ao espaço.¹¹

A narrativa em geral traz uma referência ao passado, mas também ao presente vivido. Ela é marcada pela consciência da realidade vivida pelas pessoas hoje. O seu olhar para frente e para trás está marcado pela experiência atual. Para M. Halbwachs “a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada.”¹² A memória com certeza é reconstruída, mas sempre seguindo

³ Cf. LE GOFF, Jacques (org.). *A História Nova*, Trad. Eduardo Brandão. 4a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (O homem e a história) 318 p., p.4.

⁴ HALBWACHS, Maurice. *Memória coletiva e memória histórica*. In: *A Memória Coletiva*. São Paulo : Vértice/ Editora dos Tribunais, 1990, p. 60.

⁵ AMADO, Janaína. *O grande mentiroso; tradição, veracidade e imaginação em história oral*. In História. São Paulo : UNESP, 1995, v. 14, p. 131.

⁶ PORTELLI, Alessandro. *O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de julho de 1940: Mito, política, luto e senso comum)*. In: FERREIRA, Maria de Moraes e AMADO, Janaína. (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 1996. p.126 e 127.

⁷ M. HALBWACHS. Op. cit., p. 71.

⁸ M. HALBWACHS. Op. cit., p. 79.

⁹ M. HALBWACHS. Op. cit., p. 66.

¹⁰ Veja também sobre memória, espaço e tempo in M. HALBWACHS. Op. cit., p. 54, 57 e 86.

¹¹ A. PORTELLI. Op. cit., p. 109 e 110.

¹² HALBWACHS, M. Op. cit., p. 71.

determinados padrões culturais e uma trajetória de narrativas, “segundo linhas já demarcadas e delineadas por nossas outras lembranças e pelas lembranças dos outros”.¹³

A memória apesar de social, apresenta-se materializada num discurso individual.¹⁴ E “é exatamente porque as experiências são incontáveis, mas devem ser contadas, que os narradores são apoiados pelas estruturas mediadoras da linguagem, da narrativa, do ambiente social, da religião e da política”, diz Portelli.¹⁵ O contexto imprime sua marca na releitura histórica. Há, ao mesmo tempo, generalização e amplificação de significado de eventos isolados ocorridos em locais e épocas diferentes. É necessário fazer distinção entre história com limite e duração precisos e memória com limites irregulares e incertos. História que se pretende única e contínua e a que trabalha com tempo descontínuo.

Certos grupos sociais cultivam uma memória que, paradoxalmente, parece pretender conservar o passado dentro do presente, ou introduzir o presente no futuro. Estes grupos sociais, para reconstruir sua identidade étnica e social, para tomar consciência de si e da sua realidade presente, buscam na memória, como num reservatório, os padrões e os elementos que configuram o seu modo de ser. Sabem, no entanto, que a imagem que faziam de si mesmo outrora, transformou-se lentamente dentro do processo histórico. O essencial é que os traços pelos quais eles se diferenciam dos demais subsistam e estejam assinalados por todo o seu conteúdo.¹⁶

A memória coletiva é o grupo visto de dentro, e durante um período que não ultrapassa a duração média da vida humana. Ela apresenta ao grupo um quadro de si mesmo que, sem dúvida, se desenrola no tempo, já que se trata do seu passado, mas de tal maneira que ele se reconhece sempre dentro dessas imagens sucessivas.¹⁷

O resgate do passado ocorre numa linha de continuidade, onde o grupo sente que permaneceu o mesmo, apesar de eventos ocorridos e, a partir disso, toma consciência de sua identidade através do tempo. Ela se reafirma nas semelhanças mantidas e naquilo que continua a ter em comum e não nas diferenças e rupturas. Ocupa o maior espaço da memória do povo períodos de similitude e não de mudanças. A sensação é que o grupo tem realmente um caráter próprio, distinto dos outros e que muda pouco.¹⁸

A memória, segundo Jacques Le Goff, “é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”.

2. Imigrantes luteranos e espaços ocupados - Nova Teutônia

A comunidade Luterana de Nova Teutônia apresenta características significativas para um estudo de caso, por sua história ligada à imigração e ao início da colonização na região. O distrito de Nova Teutônia, que já pertenceu ao município de Itá, faz parte atualmente de Seara e localiza-se na região oeste do estado de Santa Catarina, nas proximidades da bacia do alto rio Uruguai. Em 1922 chegou à Nova Teutônia o primeiro grupo de imigrantes de Teutônia/RS e em 1924 outro da Alemanha. Sua população foi se formando, além dos regionais que já viviam na região, por colonos de origem alemã e prussiana através de movimentos migratórios constituídos de vários grupos em diferentes épocas. Algumas famílias foram trazidas pela Empresa Colonizadora Luce & Rosa, com sede na época em Porto Alegre/RS, e encaminhadas diretamente da Alemanha (Prússia Oriental) para o local, enquanto outras vieram de municípios do Rio Grande do Sul, entre eles Teutônia, daí a origem do nome.

Nova Teutônia situa-se em região montanhosa com terras férteis cultivadas ou ocupadas para a criação de aves, suínos e gado. No passado densas florestas cobriam toda a região, hoje,

¹³ HALBWACHS, M. Op. cit., p. 77.

¹⁴ PORTELLI, A. Op. Cit., p. 127.

¹⁵ PORTELLI, A. Op. cit., p. 108.

¹⁶ HALBWACHS, M.. Op. cit., p. 89

¹⁷ HALBWACHS, M. Op. cit., p. 88.

¹⁸ HALBWACHS, M. Op. cit., p. 87.

depois de tantos anos de colonização, grande parte das matas foram cortadas, restando poucas áreas preservadas. A vila inclui na sua história três igrejas, cujos templos estão situados próximos: a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, a Igreja Evangélica Luterana do Brasil¹⁹ e a Igreja Católica Apostólica Romana. Hoje se percebe uma diversificação maior deste quadro religioso.

2.1. Memória: moradas, comidas e túmulos

Algumas pessoas chegaram à Nova Teutônia ainda crianças, outras nasceram no local, mas todas são portadoras de narrativas, ouvidas muitas vezes de pais, mães, avôs, avós, que resgatam, através da memória, aqueles tempos antigos relacionando-os a determinados espaços e experiências do cotidiano. Maneiras de nascer, viver e morrer. Histórias materializadas em casas, galpões e túmulos (Lâmina 3 túmulo de Egon Karl Germendorff e 4 de Ninna (Rüter) Wehebrink - Alemanha). Dificuldade de garantir o pão diário no isolamento em que viviam. Necessidade de adaptação aos lugares, à cultura e às condições encontradas à época. Exercício da imaginação na fabricação de espaços e equipamentos. Prática da solidariedade, ajuda mútua e troca de favores, produtos e serviços. Adaptação de receitas e costumes, substituindo e acrescentando ingredientes²⁰. A auto-suficiência imposta pela situação, garantida por horta, árvores frutíferas, galinheiros e chiqueiros nos fundos de quintal. Solidão e escuridão nas longas noites (a energia elétrica só chegou à vila em 1970!). Estradas intransitáveis na época das chuvas e barreiras caídas aumentando a distância entre lugares e pessoas. A dureza do trabalho braçal e da longa jornada de trabalho, num lugar e num tempo em que tudo estava por fazer.

Estas famílias constroem sua memória histórica explicitando, tanto na forma como no conteúdo, a sua identidade cultural e religiosa de origem germânica e luterana. Memórias estas carregadas de um imaginário fantástico sobre a natureza hostil e sobre as populações autóctones encontradas na época da chegada delas próprias ou de seus antepassados ao local. O discurso do terror dos primórdios, passa a ser identificado com animais ferozes, doenças, escassez de alimentos, dificuldades na adaptação a nova realidade²¹ e, principalmente, o confronto com a alteridade, com a outra cultura.

A situação atual de conflito com uma comunidade indígena, provocada pela disputa por territórios, interfere e se explicita na narrativa histórica destas famílias de imigrantes. Elas, assim como as famílias indígenas, recorrem a aspectos históricos e identitários no seu discurso atual de defesa de seus direitos.

A memória destas famílias está demarcada por elementos culturais e religiosos, que caracterizam sua identidade reconstruída historicamente. O imaginário expresso ao redor da alteridade atualmente, reporta-se aos tempos passados e a imagens de terror para dar legitimidade a argumentos ligados ao seu direito de permanência no espaço habitado.

2. Toldo Pinhal e a disputa por espaço

Segundo informações de Jussara Maria Rezende²², do Conselho Indigenista Missionário da Igreja Católica, a área em disputa denominada algumas vezes Reserva Indígena Toldo Pinhal e outras Área Indígena do Toldo Pinhal localiza-se no município de Seara/SC. Insere-se dentro do território tradicional kaingang no Brasil, que corresponde a uma faixa de terra no oeste de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Norte do Rio Grande do Sul. Existe documentação que identifica a presença do cacique Gregório Rodrigues Mréyn a partir de 1856. Os kaingang antes da colonização dominavam uma extensão de terra, perfazendo um total plotado no mapa do Grupo Técni-

¹⁹ RIETH, Willy Ricardo. *Dois modelos de Igreja Luterana: IECLB e IELB*. In DREHER, Martin N. (org.). *Populações rio-grandenses e modelos de Igreja*. São Leopoldo/Porto Alegre : Sinodal/Edições EST, 1998. 340 p.

²⁰ SPESATTO, Mary Bortolanza (org). *O diário de Fritz Plaumann*, 2001, em várias passagens entre elas a p. 48

²¹ SPESATTO, Mary Bortolanza (org). *O diário de Fritz Plaumann*, 2001, em várias passagens entre elas as p. 49 e 55.

²² REZENDE, Jussara Maria. *Breve Notícia sobre os Kaingang do Pinhal*, texto escrito em Chapecó em 15 de julho de 1994. Todas as informações que seguem sobre a Área Indígena Pinhal são da mesma fonte.

co (GT) da FUNAI, de 8.990 ha, tendo como limites ao Rios Irani, Ariranha, Lageado da Tocas, seguindo por uma linha seca até o Lageado Uru.

No final da década de 10 do século XX em diante, a região, hoje Nova Teutônia, passa a ser colonizada pela empresa Luce & Rosa, com autorização dos governos estadual e federal. A colonizadora divulgou a venda de terras na Alemanha e fez propaganda das condições de vida e da terra no Brasil. A propaganda favorável, aliada à crise econômica, pela qual passava a Alemanha, motivou muitas famílias a adquirirem terras e a virem se estabelecer na região.

A Empresa Luce & Rosa promoveu a expulsão dos Kaingang do Pinhal, principalmente nas décadas de 40 e 50, causando a dispersão da comunidade. Algumas, no entanto, permaneceram no local passando a trabalhar para os “novos donos” como “peões” ou “a meia”, onde deveriam entregar 50% de sua produção. A proximidade e a convivência destas famílias com os colonos que foram assentados no local, provavelmente invisibilizou sua identidade étnica como menciono a seguir. Um dos colonos moradores da área reivindicada pelos kaingang comentou-nos em visita a sua casa que, na sua concepção, aquelas pessoas não seriam indígenas, pois as conhece desde a infância. Disse-nos ainda que trabalhavam com seu pai e brincavam com ele quando era criança.

Os kaingang na década de 90 do século passado iniciam um movimento de reivindicação de seus territórios tradicionais. Em 15 de maio de 1992 enviam carta ao Presidente da FUNAI onde dizem: “...vivemos sendo ameaçados de ser despejados de cima de nossas terras. Nem nosso cemitério podemos cuidar porque os brancos impedem. No mês de fevereiro tentaram queimar a casa do cacique João Maria Piroy”.

O texto citado acima é de 1994, de lá para cá várias ações aconteceram, algumas famílias aceitaram a indenização e saíram da área, outras indenizações estão previstas, mas existe um movimento organizado no município envolvendo algumas famílias de colonos, com forte apoio do poder executivo e de alguns representantes do legislativo que não reconhecem o direito dos indígenas. Elas contestam a legislação vigente e as decisões tomadas pelos órgãos competentes e negam a possibilidade de restituição das terras à comunidade indígena.

Estamos diante de um claro conflito de direitos. De um lado temos as famílias de imigrantes que no passado adquiriram suas terras e vieram para o local com promessas que nunca se confirmaram. Elas trabalharam e viveram em condições precárias. Constituíram família e passaram a reorganizar o espaço inicialmente estranho para elas, a partir de sua cultura de origem. Espaços estes que hoje contém seus cemitérios, suas memórias de eventos e de tempos significativos e sua história pessoal e familiar. De outro lado temos uma comunidade indígena, desalojada violentamente de seus territórios. Ela, expulsa ou submetida em sua própria terra, pede atualmente a restauração de seu direito. Exige a devolução de seu espaço tradicional fazendo referência a seus mortos e a seus lugares sagrados. Na legislação brasileira existe uma legislação que protege o direito de propriedade dos colonos e outra lei que, anulando todas as anteriores, garante o direito indígena.

Desenvolver pesquisa em contextos de conflitos, de choque de interesses inconciliáveis apresenta-se, ao mesmo tempo, como um risco e um desafio. Gera resistências e oposições, mas, por isso mesmo, transforma-se em terreno fértil e rico para o resgate e a partilha de memórias, que são retrabalhadas de acordo com as demandas do presente. A memória não pode ser entendida apenas como linear e contínua, mas como um processo que inclui lembranças e esquecimentos. Se por um lado constitui-se de narrativas de eventos realmente ocorridos, por outro incorpora também omissões e silêncios.

3. Representações e posturas políticas num contexto de conflito

É interessante perceber que a administração municipal de Seara, com apoio de fundos públicos nacionais e da iniciativa privada, tem incentivado um reavivamento de elementos culturais vinculados à história da imigração alemã na região de Nova Teutônia. Posso citar entre os mais importantes o Museu Fritz Plaumann e a Casa de Memória Viúva Nute.

Viúva Nute, apelido de D. Amália, chegou em Nova Teutônia com seus pais Pedro Klein e Maria Laudelina Fallerm, juntamente com outras famílias, em 17 de julho de 1922, vindo do município de Teutônia/RS, formando o núcleo dos primeiros moradores da região.

O folder da Casa abre com a expressão “Cultuar a memória é preservar a história” e segue logo abaixo: “A Casa de Memória Viúva Nute é o receptáculo de toda a contribuição que a colonização e a cultura germânica representam no desenvolvimento econômico e cultural da população searense”.

É importante também citar o parágrafo seguinte que menciona os patrocinadores quando conclui: “...contribuem para que Seara mantenha viva as tradições de um povo, cuja força do trabalho, e seus costumes, não podem cair no ostracismo”.

O Museu de entomologia Fritz Plaumann, localizado na sede do Distrito de Nova Teutônia, possui um acervo de mais de 80 mil exemplares de 17 mil espécies diferentes de insetos e é resultado de mais de 70 anos de pesquisas na região da bacia do Rio Uruguai e de incursões aos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul.

A disputa pelo espaço tem produzido uma argumentação que inclui temas de abrangência internacional. Representantes do movimento em defesa dos colonos utilizam, para fundamentar sua posição, entre outros, o tema do Aquífero Guarani, terceira maior reserva de água potável do mundo e que estaria atraindo interesses internacionais. Estima-se que o Aquífero Guarani tenha 50 mil quilômetros cúbicos de água em 1.190.000 km quadrados de superfície e está sob o solo do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai. A maior porcentagem, 74,4% está sob solo brasileiro, seguido da Argentina que tem 15,9%, enquanto Paraguai tem, 5,9% e Uruguai, com a menor porcentagem, é dono de 3,8%. De acordo com estudos preliminares, o Aquífero pode abastecer durante 200 anos a população mundial. A importância da água se fortalece com as previsões teóricas que afirmam que a maior riqueza no futuro será a água doce, pois está começando a escassear²³.

A referência ao Aquífero Guarani, presente sob o solo em disputa de Nova Teutônia, e a menção ao fato de que a recuperação de territórios indígenas estaria em consonância com interesses econômicos internacionais é curiosa neste contexto, principalmente, quando aparece levantada por setores políticos da direita local. Este discurso, na maior parte das vezes, vinculado a uma ameaça norte-americana, tem sido uma bandeira tradicional de setores de esquerda mais radicais.

Conclusão

A história brasileira mostra que muitos imigrantes luteranos de origem germânica foram instalados em territórios indígenas. A Igreja Luterana, que acompanhou estes imigrantes no passado, hoje se defronta com uma realidade de conflito de direitos onde dois grupos humanos estão imbricados. Esta pesquisa recolhe e interpreta as narrativas de algumas pessoas desta comunidade que está vivendo a experiência de disputa por terras. Através do registro e da interpretação destas memórias identifica como ela, neste contexto de conflito, reconstrói sua história e sua identidade. A realidade de disputa por terra cria uma situação de crise, de conflito e de sobreposição de direitos, problemas esses com os quais as partes envolvidas precisam se defrontar. Minha tarefa como pesquisadora foi ouvir as narrativas destes e destas imigrantes e ser sensível aos seus sofrimentos tanto passados como atuais. Ao mesmo tempo, fiquei atenta para perceber e interpretar o processo de resgate de sua memória e suas implicações na reconstrução de sua identidade étnica e religiosa como imigrantes diante do risco de dispersão e de desenraizamento.

²³ Recebi reportagem pela internet do 3setor: <http://br.groups.yahoo.com/group/3setor>, com o título: “Diputados declaran propiedad del estado las aguas subterráneas”, onde cita que no dia 23 de julho de 2004, os deputados do Paraguai modificaram por unanimidade o artigo 1898 do Código Civil e com isso deram um passo fundamental para preservar em poder do Estado o Aquífero Guarani. A modificação aprovada pelos deputados e depois enviada para o Senado para estudo, sustenta que são propriedade do estado “los rios, sus cauces, las demás aguas que corren por cauces naturales y todo cuerpo de agua que tenga o adquiera aptitud para satisfacer usos de interés general, comprendiéndose también las aguas subterráneas”.

ABRAMO EBERLE E SEUS FILHOS

Heloisa Délia Eberle Bergamaschi¹

Abramo Eberle e seus dois filhos, José e Júlio, no período compreendido entre 1920 e 1945, ano da sua morte, trocaram intensa correspondência composta por 383 cartas. Abramo Eberle foi o maior empresário da região colonial italiana do nordeste do Rio Grande do Sul no período referido. As cartas em sua maioria se referem à Metalúrgica Abramo Eberle, empresa fundada por Abramo em Caxias do Sul, município situado na região das antigas colônias italianas do Rio Grande do Sul. As cartas fornecem ainda subsídios para entendimento do contexto histórico local, do regional, do nacional e mundial. Através das cartas familiares e de seu conteúdo discursivo é possível acompanhar as formas de agir e de pensar de Abramo, de José e de Júlio, bem como estabelecer as relações de poder dentro da empresa, na família e na sociedade. As vozes dos missivistas tornam transparentes, tanto o papel que ocupam na família como na empresa e na região.

Os objetivos da pesquisa foram os de identificar, nos discursos de Abramo, de José e de Júlio, as relações de poder no contexto político e econômico compreendido entre 1920 e 1945, o de traçar o perfil de Abramo Eberle, de José Eberle e de Júlio Eberle através dos indícios encontrados na correspondência e ainda caracterizar e analisar a formação histórica regional, verificando as mudanças e permanências na formação histórica regional.

O recorte temporal foi selecionado visando a sua delimitação e, ainda assim, a quantidade das cartas escritas no período a ser estudado é de 383, um número muito grande para a análise prevista. Dessas cartas foram selecionadas as 25 cartas consideradas mais significativas.

A correspondência trocada entre eles, com outros familiares, amigos e companheiros de trabalho, dá conta, em parte, da história familiar, da história e da cultura regional, fornecendo ainda subsídios para entendimento do contexto histórico local, do regional, do nacional e mundial.

A correspondência foi organizada, por Júlio J. Eberle (1908-1987) ou sob sua orientação, em pastas e arquivos AZ em ordem cronológica e por assunto. São cartas datilografadas, cartas manuscritas e cópias de cartas datilografadas, para as quais foi utilizado o papel carbono, o que revela a possibilidade de ainda existirem as originais. São mais de mil cartas que tratam de assuntos familiares, sociais e empresariais. A correspondência está em ótimo estado de conservação, com apenas uma delas ilegível. Algumas delas, datadas do início do século XX, foram escritas em italiano, algumas em alemão, outras em espanhol e a maioria em português. Em relação às cartas há dificuldade em reconhecer a autoria de algumas, já que muitas das cartas são cópias, e nem sempre estão assinadas. Pelas características do discurso, bem como o assunto que é tratado, ou pela caligrafia, nas manuscritas, é possível identificar o seu autor.

A partir da leitura das cartas, várias questões foram levantadas:

O discurso das cartas é revelador do poder, do cargo e do nome dentro da empresa, na família e na sociedade?

O discurso das cartas é denotador de traços e características do estilo de cada indivíduo (emissor/destinatário) e da personalidade de cada um deles?

Os discursos das cartas do pai Abramo e dos filhos José e Júlio mostram como são as relações da família e da empresa, enquanto ambas se constroem, no contexto regional e nacional?

Ao analisar as cartas familiares e seu conteúdo discursivo, as diferentes formas de agir e

¹ Professora de Universidade de Caxias do Sul. Mestre em Letras e Cultura Regional.

de pensar de Abramo, de José e de Júlio se tornaram mais transparentes. São suas próprias vozes que dão esta transparência. Através dos seus diferentes discursos é possível estabelecer as relações de poder que exercem na empresa, na família e na sociedade. É também pela análise dos discursos que se torna visível o papel que ocupam esses personagens nas instâncias familiares e empresariais e no contexto histórico e cultural da região.

As diferenças que existem entre as vozes de Abramo, José e Júlio são ideológicas; passam pela forma em que cada um vê o mundo, quais as relações que estabelecem com os outros, como se relacionam com as próprias condições de existência. São relações de poder que no tempo sofrem transformações pelo próprio processo histórico.

Abramo e seus filhos - Cartas familiares de 1920 - 1945, faz parte de determinada região, determinada sociedade e cultura. Através da inserção dos personagens no contexto histórico, torna-se possível compreendê-los melhor.

Dessa forma se fazem necessários alguns conceitos como os de região, sociedade e cultura, formação social e modo de produção, ideologia e poder.

Há muitas formas de explicar região, sociedade e cultura; estes conceitos estão interligados. Assim sociedade é entendida como o conjunto de homens que se organizam e produzem, independentes da ação direta do Estado. Para Marx a sociedade é o espaço onde as relações econômicas têm lugar, as relações sociais que marcam a infraestrutura de determinada sociedade, ou seja “a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política”.²

Por formação social se entende “uma totalidade concreta, historicamente determinada, e o modo de produção o conceito teórico que permite pensar a totalidade social”.³

Uma formação social é uma realidade concreta, historicamente determinada, composta por estruturas econômica, jurídico-política e ideológica. Por formação social se entende uma sociedade que, em algum lugar num determinado tempo histórico, desenvolve uma cultura específica que abarca “a totalidade da unidade da vida social”.⁴ A região, a sociedade e a cultura serão vistas nesta perspectiva teórica. “A História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social”.⁵

A região não significa apenas espaço, mas “teatro das ações humanas” que “reproduz a totalidade social na medida que estas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas”.⁶ Para Milton Santos, região, espaço em seu dizer, é dentre os objetos sociais o que tem maior imposição sobre o homem, estando presente no cotidiano do indivíduo a casa, a cidade onde mora, seu entorno, enfim tudo que o rodeia condiciona a prática dos homens e comanda sua prática social. Dessa forma, a sociedade e os indivíduos que habitam em determinada região se articulam de acordo com formas particulares de produção e com um conjunto de valores que definem seus padrões de comportamento e de ideologia, convivência e identidade cultural. Na caracterização e análise de uma sociedade, portanto, é necessário perceber que a estrutura social e política e a produção estão relacionadas. Na sociedade atuam indivíduos específicos, que como produtores atuam de um modo específico, estabelecendo entre si relações sociais e políticas específicas.

O conceito de sociedade, tal como é entendida neste trabalho, parte dos homens que se organizam e produzem. Sociedade é, pois, o espaço onde se dão as relações socioeconômicas, que caracterizam a estrutura de cada sociedade. Para compreender a realidade considera-se que o homem faz parte da sociedade e age sobre ela, assim como a sociedade, a cultura e a região agem sobre ele. Em outras palavras: estabelecem influências recíprocas.

Entende-se assim que uma sociedade, em determinado lugar e num determinado tempo histórico, desenvolve uma cultura específica. Entende-se, portanto, que a sociedade e os indivi-

² BOBBIO, Norberto e outros. DICIONÁRIO DE POLÍTICA. 10ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

³ GEBRAN, Philomena. (coord.) *Conceito de modo de produção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 17.

⁴ SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade: ensaios*. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 18.

⁵ *Ibidem*, p. 9.

⁶ *Ibidem*, p. 18.

duos que habitam em determinada região se articulam de acordo com formas particulares de produção e com um conjunto de valores que definem seus padrões de comportamento e de ideologia, convivência e identidade cultural. Na caracterização e análise de uma sociedade é necessário perceber que a estrutura social e política e a produção estão relacionadas. Na sociedade atuam indivíduos que, como produtores, atuam de um modo específico estabelecendo entre si determinadas relações sociais e políticas.

Por cultura entende-se um conjunto de padrões de comportamento, de crenças, instituições, valores materiais e espirituais de uma sociedade. Deduz-se que cultura é produzida pelo trabalho do homem. Sob tal ponto de vista a cultura nada mais é que o fruto não material ou material do trabalho humano. Dessa forma evidencia-se a relação entre região, sociedade e cultura. O conceito de formação social, ou formação econômica social parece ser o mais adequado para se caracterizar e analisar uma determinada sociedade em um determinado tempo em seus aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais e ideológicos.

Para Tylor, cultura “é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”.⁷

É estreita a relação entre região, sociedade e cultura, a partir da formação social, ou formação econômica social em seus aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais e ideológicos.

Torna-se necessário ainda o conceito de ideologia para o entendimento da correspondência deixada por Abramo, José e Júlio. Este conceito de ideologia é tomado de Althusser. A ideologia contribui para a reprodução ou transformações das relações econômicas. A ideologia funciona pela interpelação (constituição) das pessoas em sujeitos sociais e sua fixação em posições de sujeito, enquanto que ao mesmo tempo lhes dá a ilusão de serem agentes livres. Esses processos realizam-se no interior de várias instituições e organizações, tais como a educação, a família ou o direito, funcionando como dimensões ideológicas do Estado. Para Althusser o modo de produção da vida material condiciona o conjunto dos processos da vida social, política e cultural, enfim o sistema de valores, a ideologia.

Marx, e Engels afirmam que “os homens, ao desenvolverem sua produção material e seu intercâmbio material, transformam também, seu pensar e os produtos de seu pensar.”⁸

Althusser, parte do pressuposto que a vida determina a consciência e que a ideologia transforma indivíduos em sujeitos através da interpelação, processo pelo qual o sujeito passa a identificar-se como sujeito interpelado. Assim “só há ideologia pelo sujeito e para os sujeitos”.⁹ Um sujeito que constitui e é constituído pela ideologia, um sujeito que interpela e é interpelado pela ideologia.

É a partir dessa base teórica que o discurso das cartas foi analisado; são as vozes “*ecos de processos de vida*” de sujeitos inseridos no contexto histórico regional.

Por poder se entende em seu significado mais geral a capacidade de agir, produzir efeitos. No sentido específico do social, na sua relação com a vida do homem em sociedade, o Poder torna-se mais preciso, e seu espaço conceitual pode ir desde a capacidade geral de agir e a capacidade do homem em determinar o comportamento do homem. Poder do homem sobre o homem. O homem não é só sujeito, mas também objeto do poder social.¹⁰

Em relação à metodologia é necessário esclarecer que foram trabalhados dois métodos. De um lado o dialético para a análise do processo histórico, e de outro a análise do discurso para o estudo do conteúdo das cartas. Tais métodos algumas vezes de sobrepõem, mas não se excluem.

Para Maingueneau uma abordagem discursiva dos processos ideológicos constitui a base concreta transdisciplinar para a questão da análise desse processo.¹¹ Através de dados empíri-

⁷ LARAIA, Roque de B. *Cultura: um conceito antropológico*. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 1997. p. 25.

⁸ MARX, Karl e ENGELS, F. *A ideologia alemã (Feuerbah)*. 5ed. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 37.

⁹ ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos do estado*. 2ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1985. p. 93.

¹⁰ BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. 10ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

¹¹ MAINGUENAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade estadual de Campinas, 1989. p. 9.

cos, pode-se atingir a interpretação de seu sentido ligando-se o lingüístico ao social e, portanto, ao histórico. Como dado concreto a correspondência torna-se importante como fonte documental.

No desenvolvimento desse trabalho foi empregado o conceito de discurso de Michel Pêcheux, segundo o qual o discurso é o lugar em que a interpelação do sujeito se materializa, o lugar da constituição do sentido e da identificação do sujeito. Assim de acordo com análise do discurso, “o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas”.¹²

É através da análise da sociedade onde foi produzido determinado discurso, que este pode ser entendido. Os processos que entram em jogo na constituição da linguagem são processos histórico-sociais. O discurso é um objeto histórico social, cuja especificidade está em sua materialidade. A linguagem é sempre política, porque nela as relações de poder se manifestam, e também onde o lingüístico e o político se relacionam na constituição de sujeitos ideologicamente marcados. Sujeitos marcados historicamente interpelam e são interpelados num espaço marcado pelas relações de poder. “É na língua que a ideologia se materializa. Nas palavras dos sujeitos. Como dissemos, o discurso é o lugar do trabalho da língua e da ideologia”.¹³

Dessa forma, para Orlandi¹⁴, a análise do discurso realiza um deslocamento fundamental que leva à passagem do *dado* para o *fato*, e é no campo da lingüística e do discurso que isto acontece. Quando se passa do *dado* para o *fato* na análise do discurso, há a possibilidade de trabalhar “o processo da produção da linguagem” e não apenas de seus produtos.

A análise do discurso usa como modelo a epistemologia histórica e, em relação a este, o conceito de processo histórico, retirando a separação entre sujeito/objeto, exterioridade/interioridade, concreto/abstrato, origem/filiação e evolução/produção. Assim o fato da linguagem, na análise do discurso traz à reflexão a questão da historicidade. A análise do discurso assume sentido pleno quando a própria língua inserida no processo histórico social coloca o sujeito e o sentido como partes desse processo.

Se a materialidade do discurso é a correspondência, produzida num determinado contexto histórico social, estabeleceu-se um quadro referencial teórico para sua análise.

Sob o ponto de vista metodológico foi organizado e selecionado o corpus. Para tanto inicialmente foram organizadas as cartas em ordem cronológica, dentro de pastas, respeitando a organização primitiva. Após esta organização, as cartas foram fichadas uma a uma.

Cada ficha contém o nome, a data e local onde se encontra o emitente, e nome, a data e o local do destinatário, com seu respectivo endereço, quando este existe. Após o fichamento foi realizado um mapeamento dos seguintes temas: relações de poder, empresa, família, sociedade, região, política e economia. Nas fichas foram transcritos parágrafos das cartas considerados fundamentais para o trabalho.

Foi então estabelecida uma classificação da correspondência, através da atribuição de siglas que representam o nome dos emitentes e destinatários. A sigla “A” para Abramo; “B” para José; “J” para Júlio e “O” para outros. Em relação aos missivistas externos à família foram anotados os nomes completos com seu endereço, quando estes aparecem nas cartas.

A partir da leitura da correspondência foram levantadas as seguintes hipóteses:

- O discurso das cartas revela as relações de poder do pai sobre os filhos, não só na empresa, como na família e na sociedade; porque são relações de poder que unem a empresa e a família.
- O discurso das cartas denota traços e características de cada missivista e do modo de ser de cada um deles O de Abramo é caracterizado pela gentileza e pelo carinho utiliza-

¹² ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e leitura*. São Paulo, Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2001. p. 58.

¹³ *Ibidem*, p. 38.

¹⁴ *Idem*. *Discurso: fato, dado, exterioridade* in: CASTRO, Maria Fausta Pereira (org.) *O método e o dado no estudo da linguagem*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1996.

dos para garantir a centralização das decisões, e a dominação sobre os filhos, a família e a sociedade.

- O discurso do jovem Beppin está permeado pela dupla condição de enfermo e de um ser solitário numa Europa em crise. Já no discurso de Beppin adulto há a imposição de posições de um empresário moderno e avançado, marcado pelo avanço tecnológico e pela firmeza em colocar a empresa como centro da nação.
- Júlio procura voltar no tempo e se espelhar na ação e no modo pensar paterno, ignorando a passagem inexorável do tempo. Júlio espelha-se no pai e utiliza-se da diplomacia para manter boas relações familiares tanto na empresa e na sociedade a fim de exercer controle dos mesmos.

Por uma questão de fluência do texto optou-se pela definição prévia de conceitos, para evitar a sua quebra com citações freqüentes sobre as relações da teoria com o constatado empiricamente.

O trabalho foi dividido em seis partes, visando responder as questões principais para melhor compreensão do tema proposto. Na introdução é estudada a questão teórico metodológica. Na parte I com o título “Uma empresa e uma região” é analisada a formação sócioeconômica regional estabelecendo uma relação com o crescimento da Eberle no processo histórico. Na parte II é traçado o perfil de Abramo Eberle com sua atuação na empresa, na família e na sociedade. Na Parte III o perfil de José V. Eberle, o Beppin e na Parte IV o de Júlio J. Eberle. São estudadas também as diferentes realidades sócio-econômicas onde eles estão inseridos, seu modo de ser e as relações de poder na família, na empresa e na sociedade. Na parte final, a conclusão.

Cabe por último destacar o fato que tanto as fontes como a temática são inéditos na historiografia brasileira, já que não existem pesquisas realizadas em fontes documentais semelhantes. Dessa forma a pesquisa propõe-se a contribuir para o conhecimento da cultura regional.

Conclusão

Este trabalho só se torna possível porque Júlio João Eberle preservou os documentos familiares. Nem só as cartas são preservadas, há papéis de todos os tipos. Entre eles um selo de hotel, daqueles que são colados nas malas dos seus hóspedes, encontrado entre as cartas, é um marco de um período histórico..

A Eberle é sem dúvida uma empresa regional que tem grande projeção a nível nacional até a década de setenta do século XX. A história dessa empresa está profundamente ligada à história da cidade e à história regional. Uma história que se confunde com a própria história do desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul e do Brasil.

Antes de Caxias ter seu primeiro jornal, antes da ferrovia chegar à cidade, antes da energia elétrica chegar a Caxias, Abramo Eberle inicia seu trabalho na primitiva funilaria que iria dar origem a grande fábrica metalúrgica. Dos primeiros produtos artesanais da pequena oficina a empresa evoluiu em tecnologia, produção e qualidade.

Os personagens das cartas são parte dessa empresa e a análise da correspondência, composta de cartas trocadas entre eles no período compreendido entre 1920 e 1945, é o objetivo principal desse trabalho.

O discurso das cartas é revelador do poder de Abramo Eberle, do cargo dentro da empresa, na família e na sociedade. O que se observa nas cartas em geral, como a do pai para os filhos, e deles entre si, que Abramo centraliza as decisões, utilizando a gentileza, o carinho em benefício da harmonia e das boas relações familiares/empresariais como forma de exercer o poder de dominação sobre os filhos, na família, na empresa e na sociedade.

Fica clara a dominação do patriarca na afirmação de Júlio em carta ao pai “*O chefe da firma será sempre o Presidente honorário do Grêmio Atlético Eberle, e terá poderes para deliberar sobre a dissolução do Grêmio.....*”.

Nas cartas está presente o pai e chefe da empresa que impõe respeito e garante a manutenção das relações de poder do pai sobre os filhos e de poder do chefe da empresa com seus funcionários.

Exemplo do controle do pai sobre os filhos, é a carta de Beppin para Abramo, datada de 14 de janeiro de 1925. Observa-se que neste período Beppin estava na Alemanha estudando e trabalhando. Diz ele:

Eu meu prezado Pai podes muito bem imaginar, que sinto muito em ter-vos causado um tão grande desgosto por causa dos meus gastos durante a minha viagem na Itália e pelas comunicações que te fizeram os teus amigos a meu respeito, as quais porém não deves somente interpretar ao modo deles; por ser que eu não queria de modo algum ofender-vos mas sim somente evitar discussões sem fim, e ouvir sempre as mesmas palavras...

Abramo com sua forma particular de agir faz com que seus dois filhos homens, José e Júlio, trabalhem como operários nas várias seções da fábrica, antes de assumirem cargos administrativos na empresa. Apesar de ser extremamente calmo, não levantando a voz para ninguém, certas atitudes demonstram ser severo. O estágio dos filhos, por ordem do pai e dono da empresa, em todas as seções da fábrica, colocou-os na condição de trabalhadores, obrigados a assinar o ponto, na entrada e na saída do trabalho.

Quando Júlio, no primeiro mês de trabalho, não assina o ponto, que fica na portaria da empresa ligada espacialmente à casa, o pai-patrão corta o primeiro salário do filho. Abramo forja seus filhos na obediência às suas ordens. O filho-operário, ao desobedecer às determinações patronais, incorrera em erro, merecendo punição.

No final das suas cartas dirigidas aos filhos nunca esquece de recomendar “*Saudações e abraços a todos os bons companheiros de trabalho*” ou “*Muitas saudações a todos os bons companheiros de trabalho*”. Demonstra com este tratamento ser extremamente afável com seus empregados, seus “colaboradores” como os chamava. Recebia assim Abramo o apoio, conseguindo que alcançasse seu objetivo principal que era a de fazer a Eberle uma grande empresa.

Assim Abramo administra seus negócios com fiéis colaboradores, tendo até, mais tarde, premiado alguns com participação no capital da empresa, porém nos 49 anos que está à frente dessa, é seu proprietário com mais de 90% do capital.

Nas cartas que são enviadas a Abramo por seus companheiros de trabalho ele é tratado como “*Meu caro chefe e amigo*” ou “*Prezado chefe e amigo*” o que revela que mesmo mostrando-se sempre afável e cortês nas relações, nunca deixou de impor respeito; seu poder não é questionado. É o chefe, o patrão.

O discurso das cartas revela também que o empresário sempre é consultado nas tomadas das decisões nos mais variados assuntos, praticamente até as vésperas da sua morte. É mais uma forma de Abramo manter o controle do poder, tanto na empresa como da família. O poder decisório permanece em suas mãos. Delega trabalho, mas não delega o poder.

Em carta datada de 1º de abril de 1941, de Júlio para Beppin, há claro exemplo do poder decisório de Abramo. Diz a carta:

O nosso balanço está para ser fechado nestes dias. Já temos tudo pronto, mas quero ainda submeter ao papai amanhã que irei a P. Alegre como já disse no início dessa carta. De modo geral foi seguida a orientação dada pelo papai, contudo antes de fechar definitivamente vou ainda mostrar a ele.

Abramo na “*Carta de recomendações*”, que foi impressa e distribuída como uma espécie de “bíblia” da empresa, consolida sua experiência como empresário, ao mesmo tempo em que estabelece normas para o futuro. Suas recomendações são normas de conduta, de produção e de comercialização, que demonstram suas crenças. Tenta, dessa forma, manter o poder após sua morte.

A harmonia pregada por Abramo depende fundamentalmente da obediência dos filhos/operários às ordens e as normas do chefe, como é chamado e que as cartas comprovam. Perfeição, harmonia, trabalho e dedicação são marcas deixadas por Abramo Eberle para a empresa e para a família.

Pela correspondência é possível avaliar a influência de Abramo na sociedade. Como grande empresário da região participa ativamente da política, homenagens são feitas para ele, solicitam sua interferência tanto para solucionar problemas pessoais como problemas da cidade e da região.

Se as cartas de Abramo para os filhos denotam seu poder, nas cartas trocadas entre filhos e pai e entre os irmãos, verifica-se idêntica situação.

O discurso das cartas é denotador de traços e características de cada um (emissor/destinatário) e da sua personalidade?

É possível responder de forma afirmativa, já que nas cartas o discurso de cada um revela seus traços e características.

Abramo tem um modo afável de ser que aparece nas cartas em modo afável de escrever. O final da carta de 16 de junho de 1935, dirigida a Júlio, é um bom exemplo de sua gentileza, tanto para a família como para os colaboradores

Faço votos que tanto tu como a Alda e todos os nossos caros continuem todos no gozo de boa saúde enviando beijos a todos e com um afetuoso abraço do teu pai que muito te quer.

Abramo Eberle

Saudações e abraços a todos os nossos bons auxiliares e amigos.

Muito me alegrou saber que a querida Alda está de novidade, fazendo votos pela sua saúde e felicidade.

Vale.

Tanto nas cartas de Abramo como nas de Beppin, ao terem finalizado e desejam dizer mais alguma coisa ou dar um recado, escrevem o que querem em vez de novamente colocar seu nome usam o termo “Vale”. Uma característica do pai e do filho mais velho. Um termo muito pouco usado por Júlio em suas cartas, o termo só aparece nas cartas do jovem Júlio. Ao iniciar e finalizar as cartas, Abramo sempre usa palavras afetuosas para os filhos. O afeto aparece também na preocupação do pai com os filhos, tanto com os princípios morais como com a saúde dos filhos, esta principalmente com a de Beppin

É mais uma sua característica assinar Abramo ou Abramo Eberle nas cartas dirigidas aos filhos, não usa a palavra pai. Ao mesmo tempo em que é carinhoso com os filhos, com esta maneira de assinar as cartas demonstra um certo sinal de distanciamento. Ao que tudo indica não separa o Abramo empresário do Abramo pai.

Acredita que as relações humanas devem ser cordiais e isto transparece em sua *Carta*. Ser bom patrão é garantir pagamento de salários justos e o aperfeiçoamento da mão-de-obra, assim haverá bons operários e para a Abramo Eberle a harmonia entre patrão e operários é fundamental. Na “*Carta*” ele afirma ainda que:

A minha primeira e principal recomendação não é outra senão esta de conservardes intacta a harmonia, mantendo-vos sempre estreitamente unidos (...) onde não houver harmonia, nasce a desordem pouco ou nada de útil se pode fazer.

O discurso de José Abramo Venzon Eberle, do jovem Beppin, está permeado pela dupla condição de enfermo e de um ser solitário numa Europa em crise. Porém, o jovem solitário e sensível já sabe o que quer. Numa frase no final de uma carta aparece como um homem impositivo e impulsivo que se tornará quando adulto “...*como eu as coisas digo, e não penso*”.

Nas cartas do período em que Beppin está na Alemanha estudando e trabalhando fica claro que o objetivo de Abramo é o de encaminhar o filho para uma boa escola e para diversos estágios em empresas para que este busque sua qualificação profissional, e quando retornar venha a beneficiar o desenvolvimento da empresa.

Mas para José Abramo há outros interesses pessoais em jogo. Acostumado ao convívio familiar numa Caxias no início do século XX., ao viver numa terra estranha precisa de coisas a que está acostumado. Abramo, porém, não vê dessa forma; considera os gastos do filho excessi-

vos, o que nas cartas fica claro. O filho, ao tentar justificar seus gastos, pela primeira e única vez numa carta do acervo trata da questão da mulher e das relações sexuais, vinculando o distanciamento e a solidão à necessidade de companhia feminina. Em carta de Beppin de 03 de fevereiro de 1924 assim fala ao pai:

Quanto ao que comunicam que eu tenha as mãos largas para as meninas bonitas, é certamente a minha maior fraqueza, da qual nem por sonho posso defender-me mas sim somente o motivo que me leva a ser bom para com elas. Em primeiro sou jovem e já homem e como é mais que visto, estando longe daquelas que me são caros os quais me poderiam dispensar cuidados com amor paternal, ou fraternal, e como criatura humana e fraca, na solidão que me encontro preciso de quanto em quanto umas carícias, ouvir uma voz doce e melodiosa que me deleita os ouvidos, sons estes que somente podem provir das faltas de uma menina bonita, a qual com a sua presença me faz esquecer que estou sozinho passando meses num lugar e meses em um outro, e como a minha permanência pelas cidades européias numa é muito longa, não me resta que comprar o esquecimento do deserto de afetos em que estou passando. E de outro lado a Europa inteira está tão desmoralizada que não se encontra o afeto senão o peso de ouro, é uma verdade bem triste, mas que também espero que não é a primeira vez que a ouvís, para que assim mais facilmente poderdes compreender que é a verdade. D'outro lado não pensais que com isso quer dizer que aqui todos sejam assim, Misericórdia de Deus se não houvesse exceções”.

Beppin é um indivíduo culto, impetuoso, de personalidade forte, também é autoritário como o pai, só que o é de uma forma bem diferente. Se Abramo exerce sua autoridade quase sem falar ou falando num tom baixo, seu filho defende suas opiniões com entusiasmo, não é homem calmo como o pai. De personalidade forte, faz valer suas opiniões. O caso da greve sustada em dez minutos é um exemplo.

Beppin tem também seu lado cômico; em trechos de cartas satiriza determinado fato, em outros usa expressões engraçadas. Na carta de 27 de junho de 1940 Beppin pergunta a Júlio como foi a visita dos “*sabidoes*”, assim é que chama os fiscais do imposto de renda.

Em outro trecho da carta datada de 28 de fevereiro de 1941 e dirigida a Júlio diz Beppin: “...*parece-me que a macaca tem sido seriamente braba para com o pessoal de nossa família e parentes.*” O assunto tratado entre os dois irmãos era o sério problema de saúde da irmã Adélia.

Quando os fabricantes de talheres se reúnem em janeiro de 1941 para entrar num acordo para os preços, escreve para o irmão Júlio em relação ao final da reunião “... *cada um deixaria a coisa como estava para ver como ficava*” “...*e todos se separaram como bons amigos e adversários.*”

Já o discurso de Beppin na maturidade é a voz de um empresário moderno e avançado, marcado pelo avanço tecnológico e pela firmeza em colocar a empresa como uma das maiores do país.

Em 1939, José, já na administração da empresa, prevendo que a guerra traria dificuldades no abastecimento de matéria prima importou-a em grande quantidade. Durante toda a guerra a Eberle não parou por falta de estoques. São várias as cartas trocadas entre os irmãos no período da Segunda Guerra onde a preocupação principal era com o fornecimento de matéria prima.

É significativa a afirmação de Beppin em carta a Júlio, de 23 de janeiro de 1941, para entender o perfil desse empresário. Diz ele que não precisam, na empresa, se preocuparem em fazer acordos com concorrentes, o que devem é trabalhar e produzir dentro das condições e possibilidades da empresa para que as vendas proporcionem o lucro desejado para todos, patrões e operários. Sua personalidade forte é marcada pela sua voz quando diz: “*Portanto devemos segundo a minha opinião dizer: quem quer ganhar que nos siga.*”.

Em 27 de janeiro de 1941 Beppin escreve de São Paulo uma carta para o irmão, que está em Caxias, pedindo que lhe envie os documentos que precisa para inscrever-se na Liga de Amadores Brasileiros de Rádio Emissão. Um dos seus lazeres preferidos é o de passar várias horas, após o jantar, escutando e falando no seu rádio amador.

O discurso de Júlio João Eberle é mais político, mais diplomático, mais formal até. Júlio

espelha-se no pai e utiliza-se da diplomacia para manter boas relações na família, na empresa e na sociedade. As recomendações paternas parecem que são por ele introjetadas em sua totalidade.

Outra coisa que parece ser assimilada e posta em prática é a de considerar que a família constitui extensão da empresa, da mesma forma que a empresa é encarada como uma extensão da família.

Quando está organizando o Grêmio Atlético Eberle, seguindo as recomendações do pai escreve que “*o Grêmio está indo muito bem, existindo harmonia entre todos e completa ordem.*” Harmonia e ordem marcam também o perfil de Júlio João.

Quando jovem, interno em Canoas é repreendido pelo pai pela sua conduta inadequada num determinado fato. Nos discursos entre pai e filho, apesar da repreensão, é demonstrado carinho e até cumplicidade entre os dois.

Júlio parece ser criado de forma um pouco diferente da de Beppin. Este seria o sucessor do pai e por isso talvez fosse mais exigente com o primogênito como demonstram as cartas.

Na obra comemorativa do cinquentenário da Metalúrgica Abramo Eberle Ltda, “*O milagre da montanha*”¹⁵ e publicado após a morte de Abramo consta que depois do seu afastamento definitivo seus dois filhos varões darão continuidade à metalúrgica por ele fundada e grande parte da responsabilidade recai sobre os ombros do filho mais velho e por delegação dois outros dois diretores e demais sócios, assume as funções de Diretor-Gerente-Chefe. Júlio e Pedro Moré assumem com a função de Diretor-Gerente.

Quando, na carta do dia 26 de junho de 1939, Abramo escreve a Júlio dando-lhe instruções para a construção da nova casa, e que no alto da porta principal fosse colocado o escudo da família e “*o desenho do escudo está no meu cofre, as chaves Beppin sabe onde estão.*” A posse da chave do cofre particular de Abramo significa que não só a confiança mas principalmente a responsabilidade recaía sobre o filho mais velho.

Nas cartas que Júlio, já adulto e trabalhando na fábrica, escreve ao pai e ao irmão demonstra a mesma dedicação do pai e do irmão nos assuntos familiares e os da empresa. Júlio, quando trata dos negócios é bastante minucioso nos detalhes, e os parágrafos dedicados às relações familiares são menores, porém sempre muito afetuosos. No discurso de Abramo os assuntos da empresa e da família se confundem, já tanto nos de Beppin como nos de Júlio a separação entre os dois assuntos fica evidente. Nas cartas dos irmãos o início e fim das mesmas são dedicados à família e os assuntos da empresa são tratados no corpo da carta.

Os problemas de saúde enfrentados pelos familiares de Júlio são muitos e pelo seu discurso nas cartas, além de demonstrar preocupação, é ele que tem o encargo de tomar as providências quando estas são necessárias. Júlio escreve, carta de 24 de outubro de 1940, para Beppin que está em São Paulo sobre a saúde do pai e da mãe. Diz que o estado de ambos não é bom e pede a Beppin, e que este transmita o mesmo às irmãs Adélia e Angelina, que quando tiverem más notícias não escrevam aos pais e sim para Zaíra e Lília que acompanhando de perto o estado de saúde de Abramo e Elisa darão as notícias no momento apropriado.

Beppin, quando doente, de São Paulo em carta de 1º de dezembro de 1940 se desabafa ao irmão. O irmão mais velho pede que Júlio guarde segredo sobre seu estado de saúde “*principalmente a Nayr não contar nada*”. E ainda escreve cartas separadas conforme combinado com Júlio, portanto uma carta oficial e outra extra-oficial onde somente Júlio, em Caxias, tem conhecimento do que se passa com Beppin. Fica evidente que eram amigos e confiavam um no outro, havendo cumplicidade entre os dois.

Nas cartas trocadas entre os dois irmãos a preocupação de um com o outro demonstra que se sentem amigos e que confiam um no outro. Palavras afetuosas são sempre utilizadas pelos irmãos no parágrafo inicial e final das cartas.

Quando os dois irmãos tratam dos negócios da empresa as cartas são extensas, verdadei-

15 FRANCO, Alvaro e FRANCO, Sinhorinha Maria Ramos. O milagre da montanha. São Paulo, Ramos Franco Editores, 1946.

ros relatórios. A troca de opiniões é constante e ao que tudo indica os dois irmãos agem um de acordo com o outro. Pelo discurso dos irmãos transparece a dedicação que ambos têm pela empresa. A empresa para eles, como para o pai, ao que tudo indica, é uma continuidade deles mesmos.

Mais uma questão levantada é se o discurso das cartas de Abramo e dos filhos mostra as relações da família e da empresa, enquanto ambas se constroem, no contexto regional e nacional.

A resposta mais uma vez é afirmativa e fica evidente após a elaboração do trabalho que os discursos revelam as relações de poder de Abramo e dos filhos, na família, na empresa e na sociedade.

Na análise das cartas de Abramo fica evidenciado que para ele a família e a empresa são uma a extensão da outra. Assim pai e filhos são parte de uma família menor e de uma família maior que é a empresa. A pequena família está inserida por relações íntimas à grande família, e uma não subsiste sem a outra. Assim as cartas analisadas revelam tal vínculo entre as duas. As cartas têm início e fim com os assuntos familiares, sejam as cartas do pai para os filhos como dos filhos para o pai.

As mulheres não participam da empresa, apenas da família, e é no início e no final das cartas que seus nomes aparecem. São raras as vezes que no corpo da carta a alusão às mulheres acontece, e quando elas são lembradas é por motivo grave de saúde.

Um bom exemplo da inserção das mulheres que pertencem apenas à pequena família, - sendo excluídas da grande - é a carta que Abramo escreve para Júlio, datada de 28 de junho de 1935 e enviada de Poços de Caldas

Recebi tuas prezadas cartas de 17 e 24 do corrente, notei com muita satisfação que tanto tu como boa Alda e todos nossos caros estão gozando boa saúde, com as graças ao bom Deus e de nós. Mamãe está tomando banhos em dia alternados, ou seja, um dia toma banho sulfuroso e outro dia de ar quente, a conselho do medico, devido que fazendo os dois banhos diários enfraquece demasiado.

Listas de preços de custo. Recebi todas as listas conforme te comuniquei na minha ultima carta que está muito bem.

Observa-se também a passagem abrupta dos assuntos familiares e para os da empresa. Tal forma de passagem é comum à maioria das cartas. Os discursos das cartas, construídos historicamente, revelam não só as relações da família e da empresa, mas a construção simultânea das duas tanto no tempo e como no contexto regional e nacional.

Independente da condição de ser o senhor da empresa e o pai da família, Abramo revela ainda uma personalidade forte que aparece no discurso, revelando seu poder na sociedade, na empresa e na família, ou, melhor dito, na empresa/família.

Abramo participa ativamente da política da cidade. É um dos fundadores da Associação Comercial de Caxias do Sul, Vice-Intendente dos Intendentes Vicente Rovea (1907-1910), Penna de Moraes (1911-1924) e Celeste Gobbatto (1924-1928).

Na correspondência observa-se que Abramo é solicitado para intervir a favor dos interesses da cidade e da região. Um exemplo é o caso da construção da usina de energia elétrica de Lageado Grande na década de trinta. Na carta datada de 05 de dezembro de 1938, do então prefeito Dante Marcucci, é possível acompanhar todo o histórico do empreendimento.

No jornal “Correio do Povo” de 13 de setembro de 1936, a notícia de meia página, traz a foto e texto sobre a homenagem feita a Abramo após seu retorno da Europa.

Foi prestada significativa homenagem ao Sr Abramo Eberle pelo seu regresso a Caxias. Um grande banquete de mais de cem talheres foi ofertado a esse conceituado industrial.

Abramo também é homenageado com convites para paraninfo bem como padrinho de casamentos e de batizados. Atende a todos e quando está viajando solicita a um dos filhos para

representá-lo. São muitas as cartas dirigidas a Abramo por indivíduos que pedem conselhos sobre negócios. Em maio de 1925 Abramo recebe pedido de um sócio do Curtume Caxiense que, não querendo perder dinheiro, pede ao empresário para lhe escrever sobre a verdadeira situação do curtume.

Em outra carta de setembro de 1925, Abramo, mais uma vez, é solicitado por um devedor para interceder junto ao Banco Nacional do Comércio para conseguir melhores condições para a liquidação da sua dívida na sucursal do banco em Lages. Esta carta mostra que a influência de Abramo, já em 1925, é grande e se estende além da região de colonização italiana do Rio Grande do Sul.

Uma carta bastante interessante é escrita por Eduardo Silveira, datada do dia 11 de fevereiro de 1925. Pede a Abramo que o receba porque está arruinado, abandonou por nove anos o ofício que exercia para assumir o cargo de sub-Intendente em São Marcos no pior período da revolução, esquecendo de seu futuro. Tem uma dívida de seis contos de réis e ainda comprou o Café Riograndense tendo o prejuízo. Diz-se esquecido pelos correligionários tendo somente promessas do Dr. Gobatto e de Angelo De Carli. Abramo é assim também solicitado para resolver problemas particulares.

As hipóteses formuladas no início do trabalho e os instrumentos que o nortearam, são:

- O discurso das cartas revela as relações de poder do pai sobre os filhos, não só na empresa, como na família e na sociedade; são relações de poder que unem a empresa e a família.
- O discurso das cartas é denotador de traços e características de cada missivista e do modo de ser de cada um deles.

Tais hipóteses estão contidas nas questões levantadas no início da pesquisa, são respondidas de forma afirmativa. Ficam também corroboradas as hipóteses trabalhadas no presente estudo.

Neste trabalho, a delimitação do tempo foi de 1920 até 1945 quando acontece a morte de Abramo. As cartas analisadas de José e Júlio são a desse espaço de tempo. As cartas trocadas entre José e Júlio, após a morte do pai, são as mais significativas para entender estes personagens já adultos. A correspondência posterior a 1945 poderá resultar em outro trabalho.

Ao concluir este estudo temos a certeza que não esgotamos o tema proposto e que a análise do discurso das cartas existentes neste acervo poderá ser ampliada. Próximos trabalhos poderão ser realizados partindo das mesmas fontes documentais.

Ao fazer este estudo, que consideramos inédito por não se ter conhecimento de pesquisas realizadas em fontes documentais de tal natureza e com tais peculiaridades, esperamos estar contribuindo para com a construção da história dessa região, bem como estar apresentando mais elementos que permitam melhor identificar e caracterizar a cultura regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAMI, João Spadari. *História de Caxias do Sul 1864-1970*. Caxias do Sul: Livraria São Miguel, 1971.
- ALMEIDA, Ângela M. de. *A república de Weimar e a ascensão do nazismo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos do estado*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1985, 2ª edição.
- ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BAUER, Martin W. e GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- GIRON, Loraine Slomp e BERGAMASCHI, Heloisa E. *A força das mulheres proprietárias: histórias de vida*. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.
- BOBBIO, Norberto e outros. *DICIONÁRIO DE POLÍTICA*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 10ª edição, 1997.
- BRANDALISE, Ernesto Antônio. *Paróquia de Santa Teresa - Cem anos de fé e história*. Caxias do Sul: EDUCS, 1985.

BRANDÃO, Helena H. N. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Ed da UNICAMP, 1991.

BUCCELLI, Vittorio. *Un viaggio a Rio Grande del Sud*. Milano: Officine Cromo-Tipografiche L.F. Pallesstrini & Cia, 1906.

BURKE, Peter e PORTER, Roy (Orgs.) *História social da linguagem*. São Paulo: Editora da Fundação da UNESP, 1977.

BURKE, Peter. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CHAUI, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1981, 3ª edição.

DE BONI, Luis A. (Org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST, 1987.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo: DIFEL, 1972.

DUPEUX, Louis. *História cultural da Alemanha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UnB, 2001.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, s/d.

FRANCO, Álvaro. *Abramo já tocou...* São Paulo: Gráfica da Revista dos Tribunais, 1943.

FRANCO, Álvaro. *O milagre da montanha*. São Paulo: Ramos Franco Editores, 1946.

GADET, F e HAK T. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997.

GARDELIN, Mario e COSTA. Rovílio. *Os povoadores da Colônia Caxias*. Porto Alegre: EST, 1992.

GARDELIN, Mário. *Colônia Caxias: origens*. Caxias do Sul: EST, 1993.

GEHRAN, Philomena. (coord) *Conceito de modo de produção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GINSBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GIRON, Loraine Slomp e BERGAMASCHI, Heloisa E. *Casas de negócio: 125 anos de imigração italiana e o comércio regional*. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

GIRON, Loraine Slomp e BERGAMASCHI, Heloisa E. *Colônia: um conceito controverso*. Caxias do Sul: EDUCS, 1996.

GIRON, Loraine Slomp. *As sombras do Littório: o fascismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Parêntese, 1994.

GIRON, Loraine Slomp. *Caxias do Sul: evolução histórica*. Caxias do Sul: EDUCS/EST, 1977.

GIRON, Loraine Slomp. *Caxias do Sul: homem, tempo e espaço*. Prefeitura municipal de Caxias do Sul: Prefeitura municipal de Caxias do Sul, 1992.

GOENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1990, 8ª edição.

GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

HEREDIA, Vânia Beatriz Merlotti. e MACHADO, Maria Abel. *Câmara da Indústria, Comércio e Serviços: 100 anos de história*. Caxias do Sul: Maneco; 2001.

HEREDIA, Vânia Beatriz Merlotti. *Processo de industrialização na zona colonial italiana: Estudo de caso da primeira indústria têxtil do nordeste do estado do Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre a história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LAHIRE, Bernard. *Homem plural*. Petrópolis: Vozes, 1998.

LARAIA, Roque de B. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor 1997.

MAINGUENAU, Dominique. (Org.) *Les analyses du discours em France*. Paris: Larousse, 1995, Tradução de Marlene Teixeira (Unisinos).

MAINGUENAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes: Editora da Universidade estadual de Campinas, 1989.

MAINGUENAU, Dominique. *Termos-chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

MARX, K, e ENGELS, F. *A ideologia alemã (Feuerbach)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

ORLANDI, Eni P. (Org.) *A leitura e os leitores*. Campinas: Pontes, 1998;

ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

ORLANDI, Eni P. *Discurso e leitura*. São Paulo, Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2001.

ORLANDI, Eni P. *Discurso: fato, dado, exterioridade*. In: CASTRO, Maria Fausta Pereira (org.) *O método e o dado no estudo da linguagem*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

ORLANDI, Eni Pulcinelli; GUIMARÃES, Eduardo; TARALLO, Fernando. *Vozes e contrastes: discurso na cidade e no campo*. São Paulo: Cortez, 1989.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso*. Campinas: Pontes, 2002.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

PESAVENTO, Sandra. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

PESAVENTO, Sandra. *História da indústria sul-riograndense*. Guaíba: RIOCELL, 1985.

RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Júlio. *Festa & Identidade: como se fez a festa da uva*. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.

RICHARD, Lionel. *A República de Weimar, 1919-1933*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

RICHARD, Lionel. (Org.) *Berlim, 1919-1933*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1982.

SILVA, Denise E. G. da; Vieira, Josênia Antunes. (Orgs.) *Análise do discurso*. Brasília: UnB. Oficina Editorial do Instituto de Letras: Editora Plano, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da burguesia brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1983.

ZWEIG, Stefan. *O mundo que eu vi*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

FONTES:

ÁLBUM DO CINQUANTENARIO DELLA COLONIZZAZIONE ITALIANA NELLO STATO DEL RIO GRANDE DEL SUD: 1875-1925. Porto Alegre/Roma: Globo/ Ministero degli Affari esteri, 1925.

A ÉPOCA. Caxias do Sul, 1939, 20 de agosto.

CAXIAS NOTÍCIAS. Caxias do Sul: 1998, 03 de abril.

CORREIO DO POVO. Porto Alegre: 1936, 13 de setembro.

IL COLONO ITALIANO. n.ºs. 1, 2, 3, 4, 5, 8 e 10. Caxias: 1898, Janeiro a Agosto.

JORNAL DE CAXIAS. Caxias do Sul: 1980, 29 de março.

O CAXIENSE, Caxias: 1897 e 1898, n.ºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9.

EXAME. São Paulo: n.º 69, maio de 1973. Editora Abril.

Folheto assinado pelo Padre Nosadini. Porto Alegre; 09 de fevereiro de 1899.

INFORMATIVO EBERLE. Edição Especial Comemorativa ao 75º aniversário. Caxias do Sul; publicação da Metalúrgica Abramo Eberle S.A, ano XV, 1971.

O CAOS QUE PROMOVE A IGUALDADE: IMIGRANTES NATURALIZADOS POR EPIDEMIAS

Aline Kassick Cadaviz – bolsista PIBIC/CNPq
Orientadora: Dr^a Eliane Cristina Deckmann Fleck

Desenvolvendo o sub-projeto Saúde Pública, vinculado ao projeto Infância, Violência Urbana e Saúde Pública (Porto Alegre: 1890-1920), pude entrar em contato com a realidade da saúde do estado na época citada, analisando os livros de matrícula Geral de Enfermos de números 6 a 20, do acervo da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, além de bibliografia que aborda a mesma temática. Atualmente trabalho na conclusão do livro referente ao ano de 1917, de forma que a pesquisa na Santa Casa se encaminha para o fim, mas os resultados aqui apresentados são de caráter parcial.

Sendo que o foco de nossa investigação são os menores de idade, vítimas de violência, de doenças epidêmicas e venéreas e gravidez, para efeito de apresentação neste Seminário Internacional de Imigração na América Latina, optamos pela análise do perfil dos envolvidos nestas situações. Representando 11,35% de nossos registros, localizamos os imigrantes. Apesar dos poucos dados, levantamos informações sobre sua origem, idade, profissão, estado civil e, logicamente, suas enfermidades, nos possibilitando, desta forma, traçar o perfil dos estrangeiros que procuravam assistência médica na capita¹.

Antes de expor os resultados de nossas pesquisas, creio ser importante caracterizar a situação da saúde pública no Rio Grande do Sul, e no Brasil de forma geral, para facilitar a compreensão da realidade encontrada pelos imigrantes no momento de sua chegada e de que forma isso os afetou.

A saúde pública no Brasil, a exemplo dos dias de hoje, sempre beirou ao caótico (quando não mereceu, com méritos, essa designação), mas apenas em fins do século XIX, membros da elite, entre eles muitos médicos, deram início a um trabalho de divulgação da real situação sanitária do Brasil. Ao avaliarem o Brasil como doente, comparando-o a um hospital, pretendiam chamar a atenção das autoridades federais.

Trata-se de um período de crescimento de uma consciência entre as elites em relação aos graves problemas sanitários do país e de um sentimento geral de que o Estado nacional deveria assumir mais a responsabilidade pela saúde da população e salubridade do território. Isso significava aumentar as suas atribuições, restritas até então ao Distrito Federal e à defesa sanitária marítima. A partir das demandas de um movimento sanitário ativo e de caráter nacionalista – que vinculava a constituição da nacionalidade à superação das doenças endêmicas – e de grandes debates e discussões políticas em torno de soluções dos problemas sanitários, considerando a ordem político-constitucional pactuada em 1891, os serviços sanitários foram reformulados e ampliados. (HOCHMAN, 1998, p. 40)

Os estados, que até então tinham de cuidar da saúde de seu território de forma autônoma, puderam contar com o apoio da União no combate às enfermidades endêmicas e epidêmicas, beneficiando, desta forma, não apenas a si, mas também aos estados vizinhos, que ficariam livres da disseminação indiscriminada de surtos epidêmicos.

¹ A tabela onde estão dispostos os dados referentes aos imigrantes possui 13 colunas (número de internação, data de entrada, nome, idade, naturalidade, cor, filiação, profissão, estado civil, classe social, enfermidades, data de saída e observações) e 795 linhas (uma para cada enfermo).

Apenas as doenças epidêmicas² despertavam maiores cuidados das autoridades sanitárias, mesmo que as endêmicas matassem tanto quanto as primeiras.

Como afirmava Cyrus Edson³, a igualdade entre os homens não estava mais sendo conseguida por projetos políticos e revoluções, mas por micróbios. Doenças devastadoras atacavam a todos igualmente, sem distinções de classe, gênero, idade ou etnia. Todos os enfermos estavam em situação igual, o que criava uma rede de solidariedade em torno das vítimas e a favor do combate do mal.

Era necessário um esforço de reeducação da população quanto a seus hábitos individuais e coletivos. Essas orientações davam conta de costumes como o consumo de bebidas alcoólicas, a prostituição, o destino inadequado do lixo, a falta de asseio pessoal e domiciliar, além dos cuidados com a alimentação.

Campanhas públicas orientavam a população a se prevenir das principais doenças com noções de higiene, além de investir em obras públicas como rede de esgoto e água tratada. Porém, essas obras se mostraram demoradas e insuficientes.

A abordagem temporal de nossa pesquisa compreende o período de vigência do governo positivista no Rio Grande do Sul. Um dos princípios do apostolado referia-se à “liberdade”. Segundo eles, todo cidadão, após ser instruído e educado nos princípios da ciência, teria autonomia para decidir sobre sua religião, crença e atividade profissional, não cabendo ao Estado intervir.

Em tom sarcástico, Sebastião Barroso⁴ questiona essa liberdade, enquadrando-a no contexto da saúde:

O meu vizinho adoeceu por vontade própria; foi a um laboratório e injetou-se uma cultura viva de bacilos coléricos. Se ele houvesse simplesmente atirado do telhado à rua ou arrebatado os miolos com uma bala ou ingerido uma grama de estricnina, isso só afetaria a sua pessoa e eu tinha que limitar-me a lamentar a ocorrência. Com os bacilos do cólera o caso muda de figura – eles se vão difundir aos milhões e milhões pelos objetos que terei que tocar, pelos encanamentos da água que terei que beber, pelos esgotos que vão passar por minha casa. E terei que resignar-me, pois as medidas ao meu alcance isolado seriam improfícuas, visto ascenderem a tal importância e complexidade, que só o Estado as poderia executar. Mas o Estado não deve tolher a liberdade do meu vizinho de querer adoecer e morrer, ainda que seja para proteger a minha de aspirar à saúde e à vida. E o mal se há de propagar pela cidade inteira, e as cidades vizinhas e os campos serão contaminados, o país todo sofrerá o flagelo, e milhares de vidas serão sacrificadas. (Sebastião Barroso, 1919, p. 101 In: HOCHMAN, 1998, p. 47)

A escassez de mão-de-obra, que acabou por motivar a imigração, teve como causa a saúde (ou a falta dela) do caboclo brasileiro. Enfraquecido por tantas enfermidades, o trabalhador nacional tornava-se improdutivo, além de levar fama de preguiçoso, como o célebre Jeca Tatu, de Monteiro Lobato.

A situação do país não era prejudicial apenas aos nacionais, refletindo-se também na população imigrante, provocando a preocupação das autoridades brasileiras.

Esse país doente e improdutivo também seria um dos obstáculos para qualquer política de imigração. Em um interessante comentário, Penna sugere que o imigrante, logo ao chegar ao país, seria “abrasileirado” pelas verminoses (Penna, 1923, p. 55). Para ser brasileiro não era preciso nascer no Brasil nem se naturalizar legalmente, bastava compartilhar da doença que o identificava. (HOCHMAN, 1999, p. 75)

² As doenças epidêmicas atingem um grande número de pessoas por um período relativamente curto em determinado local, provocando alta mortalidade. De certa forma, seriam opostas às endêmicas, que têm baixa incidência e tanto podem ser constantes em certas localidades, como podem ocorrer em surtos, como as anteriores. Doenças endêmicas de algumas regiões podem se manifestar de forma epidêmica em outras.

³ Médico estadunidense, superintendente sanitário da cidade de Nova York (1895).

⁴ Médico, dirigente de serviços federais e político da cidade do Rio de Janeiro, autor de *Pela Saúde Pública*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional

Quanto à cidade de Porto Alegre, a situação da saúde não era muito diferente da do resto do Brasil. A água consumida em toda a cidade era apenas decantada, não havia fiscalização quanto à procedência e qualidade dos alimentos consumidos pelos porto-alegrenses, a rede de esgotos não atendia a todos os bairros, as ruas eram imundas e a assistência médica precária, o que impelia os enfermos para a homeopatia e o curandeirismo.

Com uma legislação que permitia a atividade de curandeiros onde houvesse carestia de médicos, a proliferação destes se deu de forma desordenada, tamanha era a falta de profissionais formados. Este fato, segundo Beatriz Teixeira Weber, foi definitivo para a eclosão de movimentos messiânicos, como o dos Muckers.

O episódio reforça a idéia de que a situação de inexistência de recursos e as concepções que cercavam o tema de doença e de saúde geraram formas de assistência autônomas e adequadas aos contornos específicos da população gaúcha em sua radical diversidade. Imigrantes em dificuldades aproximaram-se primordialmente, visando atender questões de saúde. Condições específicas os levaram a práticas religiosas que buscavam facilitar a vida em regiões isoladas. (WEBER, 1999, p.186)

Em seu relatório da Secretaria do Interior e Exterior do ano de 1896, Protásio Alves alerta que muitas doenças provinham dos portos. Enquanto cidades portuárias, Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre foram as mais atingidas, as duas primeiras encontravam-se em pior situação. Para controlar tal ameaça foram construídos postos nas principais vias de navegação para efetuar maior controle sobre as condições de quem chegava ao estado. Além disso, vacinas foram desenvolvidas e delegacias de higiene criadas para frear o avanço epidemiológico.

Neste contexto, o imigrante (vindo do mar) passa a ser visto com desconfiança tanto pelas autoridades, quanto pelos populares, mas isso não significou mais cuidados com sua saúde. Os marinheiros, que viviam num ir e vir, sempre foram responsabilizados como os grandes disseminadores de doenças por onde passavam, representando um número substancial entre os menores imigrantes que procuravam a Santa Casa, sendo a maioria portadora de doenças contagiosas.

Alguns dos imigrantes recém chegados ao porto do Rio de Janeiro, antes de se deslocarem às regiões de destino, foram atendidos por médicos na Hospedaria a que foram destinados. Vidas iam e vinham durante a espera pela terra que lhes fora prometida.

Nasceram na hospedaria 21, sendo 12 do sexo masculino e 9 do feminino. (...) Foi sempre satisfactorio o estado sanitario da Ilha (das Flores), prestando os medicos com toda a dedicação os seus serviços aos imigrantes. Falleceram durante o anno 48 immigrants, sendo 28 do sexo masculino e 20 do feminino. Foram aviadas 4601 receitas pela pharmacia da hospedaria. Pelos facultativos foram attendidas 1108 doentes, predominando ainda as moléstias dosapparelhos respiratorio e digestivo. Foram vaccinados e revaccinados 12363, soffrendo pequenos curativos 2497. O tratamento de trachoma, molestia de que foram portadores 107 immigrants, mereceu os devidos cuidados do distincto especialista Dr. Sanson, colhendo os melhores resultados e impedindo a propagação de tão nocivo mal. (CORREIA, 1913, p. 53-4)

Em 1912, de um gasto anual de 5.080:726\$507, o Governo Federal investiu 70:349\$540 em gastos com farmácia e medicamentos e 37:007\$595 em enfermaria e dieta para os imigrantes⁵.

Apesar de não receberem auxílio governamental (nem estadual, tão pouco federal), as Santas Casas se destacam no cenário da saúde brasileira, prestando serviços gratuitos à comu-

⁵ Estes dados constam do Relatório do Serviço de Povoamento In: CORREIA, 1913, p.71-2

nidade carente, além de atendimento particular. Uma de suas principais atribuições era a caridade, recolhendo pessoas sem lar e crianças deixadas na roda dos expostos.

Por ter se tornado referência em atendimento médico, a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre não será utilizada apenas pelos moradores locais, mas também por imigrantes que estavam de passagem pela cidade, bem como por aqueles que se deslocavam de suas colônias para buscar atendimento especializado na instituição, como ocorre atualmente.

Em relação à origem do imigrante, a partir dos anos de 1725, deu-se preferência aos açorianos, na falta destes, já em 1729, a prioridade passam a ser os alemães e italianos. Em situação oposta estavam os espanhóis, ingleses, holandeses e franceses, que por desavenças políticas entre seus países de origem e Portugal, não eram bem vindos em território brasileiro. Essa restrição perdurou até o início da República, quando os problemas políticos de Portugal não interferiam mais no Brasil, possibilitando o livre fluxo migratório de europeus.

Convém accentuar, como bem informou o Sr. Intendente de Imigração, o quanto vae progressivamente melhorando, sob todos os pontos de vista, o elemento estrangeiro que tem chegado em demanda do paiz, todo elle composto de gente laboriosa e mais ou menos supprida de recursos sufficientes para o início de sua actividade. (CORREIA, 1913, p. 11)

Como vemos abaixo, a presença significativa de colonos alemães e italianos no Estado fica evidenciada no número dos que procuraram auxílio na Santa Casa. Com relação aos espanhóis, mesmo após a restrição a sua entrada, figuram como uma das maiores correntes migratórias.

ORIGEM	Nº	%
Itália	275	35
Alemanha	166	21
Polônia	53	7
Espanha	52	6,50
Outros	249	30,50

Os imigrantes aqui chegados não se dedicavam exclusivamente à agricultura, como pontuam Lando e Barros, pois “(...) numa relação de imigrantes que chegam ao Rio Grande do Sul, ao lado de lavradores, entre outros, ferreiros, carpinteiros, tecelões, operários de indústria e sapateiros.” (LANDO et al., 1980, p. 45)

Em linhas gerais, o imigrante que procurava a Santa Casa era branco, pobre, com idade entre 18 e 21 anos, predominando os de origem alemã e italiana e que desenvolviam atividades ligadas ao serviço doméstico, ou eram agricultores, jornaleiros e marinheiros.

Levando-se em conta apenas os registros da Santa Casa, nos foi possível constatar que esses jovens imigrantes (alguns, ainda crianças) iniciavam cedo suas atividades como trabalhadores, exercendo as mais diversas profissões. Uma questão que surge é até que ponto essas atividades prejudicavam a saúde dos menores? Alguns casos levantam essa hipótese, como do menor J. B⁶., de 16 anos, espanhol, trabalhador, que deu entrada na Santa Casa apresentando esmagamento do antebraço direito por máquina e da menor H.K., 15 anos, russa, criada, que faleceu por tétano traumático. Porém, acidentes de trabalho como causa de internação não podem ser confirmados.

⁶ Os nomes dos menores envolvidos serão omitidos a fim de preservar sua identidade e de seus familiares.

Relação profissão/idade													
	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	TOTAL
AGRICULTOR					1	1	1	5	2	4	4	11	29
CAIXEIRO							1	3	3	4	3	3	17
CRIADO (A)		2		1	2	4	6	3	10	8	5	5	46
DOMÉSTICA				1			1	3	3	8	6	7	29
FERREIRO							2	1		3	4	6	16
JORNALEIRO			1	1		1		4	6	7	7	3	30
MARINHEIRO						1	1	4	6	5	11	19	47
PADEIRO						1	2		1	8	3	2	17
TRABALHADOR	1		1			1	3	1	3	19	8	4	41

Dos 795 casos por nós levantados, 97 foram a óbito, sendo a febre tifóide a principal causadora, seguida pela tuberculose. Considerando que as duas doenças supracitadas eram as epidemias mais mortais da época, esses dados não representam propriamente uma novidade. Mas se formos pegar os dados de outras *causas mortis*, que não chegam a uma dezena cada uma, teremos o reflexo das condições de vida das crianças no estado.

Constata-se, ainda a incidência de óbitos sem diagnóstico, ou de entrados moribundos, o que pode nos revelar as condições em que chegavam os pacientes, na maioria das vezes, quando não podia ser feito muito para auxiliá-los. Isso pode ser atribuído à descrença da população na ciência e à preferência por curas alternativas como a homeopatia e as benzedadeiras.

Doenças gastro-intestinais (25 óbitos ao todo)

Atingia principalmente crianças menores de 5 anos. Insuficiência e inadequação alimentar, além da falta de higiene são as principais causas das enfermidades deste tipo. Convém lembrar que não havia uma fiscalização ativa da produção e comércio dos alimentos, sendo comuns os casos de carne e leite contaminados vendidos livremente, como também não havia saneamento básico e fornecimento de água de qualidade.

Doenças respiratórias (17 óbitos ao todo)

Ocasionadas pelo clima frio e úmido de nossa região, aliado à má alimentação, habitações insalubres e falta de conhecimento sobre contágio e tratamento.

Possível violência (5 óbitos ao todo)

Ferimentos por arma de fogo e fraturas configuram como responsáveis por 5 óbitos entre os menores imigrantes.

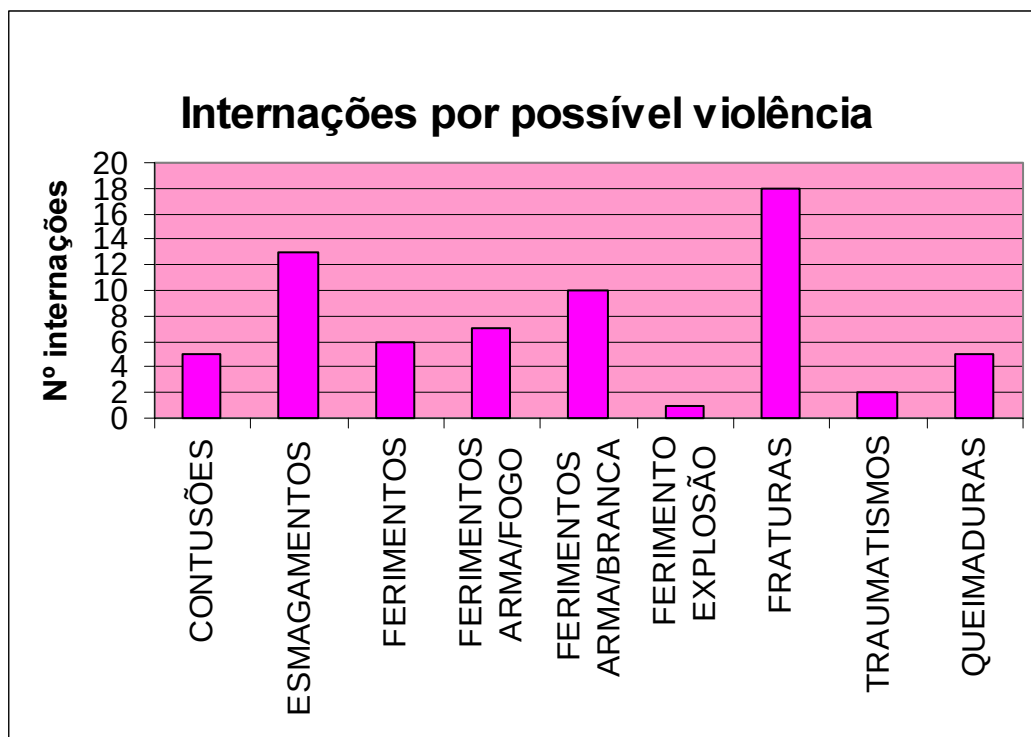
Doenças venéreas (1 óbito)

A menor C.P., 1 ano, italiana, foi a única vítima fatal de doenças venéreas, possivelmente adquiridas de seus pais. Outras crianças também apresentaram este tipo de enfermidade em tenra idade, participando das estatísticas desse surto mascarado mesmo não sendo um agente propagador (não na época).

Deve-se ressaltar que a febre tifóide não atacava somente na região da grande Porto Alegre, como fica atestado no relato de Manoel Francisco Ferreira Correia em seu relatório sobre a Colônia Erechim-RS, no ano de 1912: “Pela aglomeração de gente, devido às grandes levadas de imigrantes recebidos durante o ano, grassou o typho na sede da colônia, fazendo muitas vítimas.” (1913, p. 327-8)

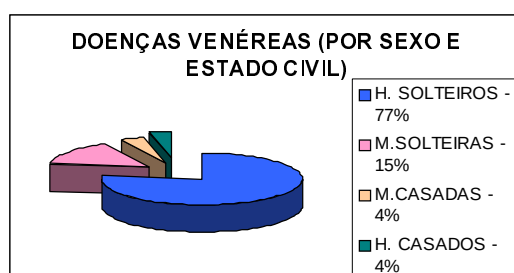
Os ferimentos que denotam maus-tratos e/ou violência não representam maioria das entradas, mas devido a seu caráter, merecem atenção especial. Não nos é possível afirmar categoricamente o emprego de violência contra esses menores, apesar de em alguns casos isso ficar evidente, em razão disso, a tomamos como causa provável.

Dentre essas enfermidades, as fraturas, esmagamentos e ferimentos perfurantes, incisivos, cortantes e/ou provocados por arma branca, são as que mais provocaram internação, respectivamente. Não há distinção de idade entre as vítimas, atingindo crianças na primeira infância, bem como jovens próximos da maioridade.

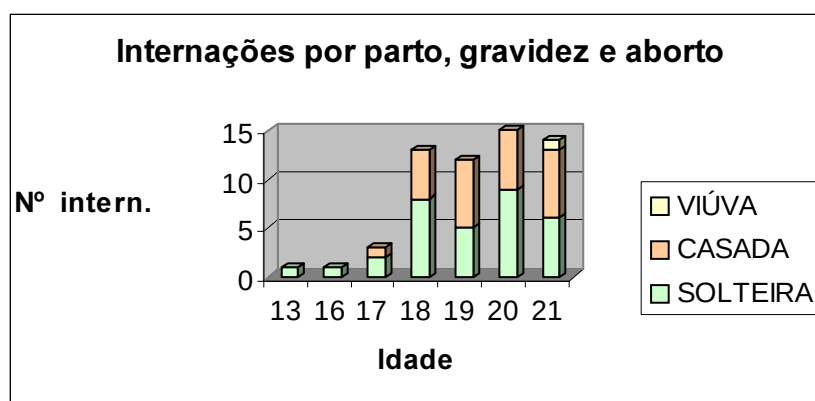


Doenças de cunho mental também aparecem nos registros, sendo alienação mental e histeria as mais recorrentes. No caso da primeira, o destino dado aos jovens geralmente era o Hospício São Pedro, já na segunda, considerada mais amena, eles eram liberados a pedido da família ou recebiam alta.

A significativa frequência das ocorrências de doenças venéreas foi algo que chamou nossa atenção, associando-se ao elevado número de moças solteiras que referiam ou apresentavam tais doenças. Em comparação ao número de rapazes, a incidência parece baixa, mas se considerarmos que no período, uma mulher deveria manter relações sexuais exclusivamente com seu marido, veremos que a princípio esses números podem nos enganar.



Outro dado que nos parece revelador do comportamento sexual do período foi o número significativo de mães menores de idade. Dos 59 casos de gravidez, aborto ou parto, a maioria era de meninas solteiras. Deve-se considerar, contudo, a possibilidade dessas moças não serem casadas legalmente, mas desfrutarem de uma união estável com parceiro fixo. É possível que a Santa Casa, por se tratar de uma instituição católica, não considerasse (para fins de registro) como digno de reconhecimento este tipo de união, ignorando, dessa forma, seu estado civil real.



Somente no ano de 1912, o Brasil recebeu 180.182 imigrantes, entre alemães, austríacos, franceses, espanhóis, italianos, japoneses, portugueses, russos, turcos e outros, uma média de 494 por dia, números que revelam a intensidade dos fluxos migratórios e apontam para a necessidade de políticas públicas que se preocupassem com o bem-estar destes estrangeiros após seu assentamento (fonte: Relatório do Serviço de Povoamento – 1912). No entanto, a principal preocupação da União direcionou-se à colonização e ao oferecimento de mão-de-obra para as lavouras e indústrias. Os imigrantes ficaram entregues à própria sorte num país desconhecido, com clima e doenças para as quais não tinham proteção, sendo inseridos num cenário de marginalização a que estavam também condenados os caboclos do sertão, vítimas dos mesmos males. Estavam, imigrantes e caboclos, igualados, portanto, pelo descaso.

Referências Bibliográficas

- CORREIA, Manoel Francisco Ferreira. **Serviço de Povoamento em 1912**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913.
- COUTINHO, Arthur do Céu. **Dicionário Enciclopédico de Medicina**. 3 ed. vol.1. Lisboa: Argo, 1977.
- FOUQUET, Carlos. **O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil, 1808-1824-1974**. São Paulo: Instituto Hans Staden, 1974.
- HOCHMAN, Gilberto. **A era do saneamento – As bases da política de saúde no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1998.
- LANDO, Aldair Marli et al. **RS: imigração & colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. 280 p.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O espetáculo da rua**. 2 ed. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1996.
- Relatórios da Secretaria do Interior e Exterior/ SIE.3-001 - anos 1893 a 1896**.
- SOUZA, Célia Ferraz de; MÜLLER, Dóris Maria. **Porto Alegre e sua evolução urbana**. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1997.
- WEBER, Beatriz Teixeira. **As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio Grandense: 1889-1928**. Santa Maria: UFSM, 1999.

SOBRE A “REGENERAÇÃO DA NAÇÃO” E A EXCLUSÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DOS IMIGRANTES (PORTO ALEGRE: 1890 - 1920)

Ana Paula Korndörfer
Orientador(a): Prof^a. Dra. Eliane D. Fleck

Esta comunicação decorre dos resultados parciais de um projeto de pesquisa – Infância, Violência Urbana e Saúde Pública (Porto Alegre: 1890 – 1920) – que procedeu a um levantamento documental junto ao Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS) e ao Arquivo Público do Estado (APERS). Ao levantarmos dados sobre crianças infratoras e crianças alvo de violência em Processos-crime e Códices da Polícia, constatamos a presença significativa de imigrantes, fato este que nos permite realizar algumas observações e inferências, que pretendemos apresentar neste evento.

Realizamos, paralelamente à coleta de dados nos arquivos, um estudo bibliográfico sobre nosso objeto de pesquisa e, ao realizarmos este estudo, encontramos também informações sobre a representação do imigrante no período delimitado para nosso projeto.

No trabalho de Cláudia Mauch, *“Ordem Pública e Moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890”*, a autora aponta para a posição do imigrante europeu no mercado de trabalho na capital, e nos permite perceber qual era a idéia, a representação do imigrante em Porto Alegre.

Outro aspecto relevante a ser considerado sobre o mercado de trabalho urbano diz respeito às posições nele ocupadas pelos imigrantes europeus. Muitos imigrantes vinham diretamente para Porto Alegre, estabelecendo-se com pequenos negócios como farmácias, funilarias, sapatarias, etc. Além disso, as fábricas e casas comerciais mais importantes de Porto Alegre, em grande parte administradas por imigrantes alemães ou seus descendentes, tinham uma preferência explícita por empregar trabalhadores da mesma origem, tanto que algumas empresas recrutavam operários na zona colonial. O operariado porto-alegrense em finais do século XIX seria composto em sua maioria por imigrantes, e uma das justificativas para a utilização preferencial destes trabalhadores era sua maior habilidade técnica **“apego ao trabalho”**. Assim, não é de surpreender que em Porto Alegre os imigrantes não encontrassem muitos problemas de colocação, pois contavam a seu favor com uma *imagem de mão-de-obra disciplinada e “regeneradora”*, que nem sempre correspondia a realidade. (MAUCH, 2004, p. 79-80 - grifos meus)

Podemos perceber, pelo parágrafo acima transcrito, que os imigrantes não teriam, segundo a autora, dificuldades de arrumar emprego ou desenvolver algum ofício na Porto Alegre do final do século XIX, pois tinham a seu favor uma imagem de bons trabalhadores, eram “regeneradores”; imagem contrária à atribuída aos negros libertos e aos “nacionais”, que carregavam uma suposta tendência à vadiagem e à imoralidade.

É importante lembrar que, com a proclamação da República, em 1889, as palavras “modernidade”, “urbanização”, “civilização” e “reforma” tornaram-se objetivos da elite política brasileira. Para transformar o Brasil numa “Paris dos trópicos”, médicos, higienistas, advogados, engenheiros e urbanistas, entre outros, intervinham, geralmente em conjunto com o Estado, no cotidiano da população. Houve, no período em questão, uma grande valorização do trabalho em detrimento do ócio. O trabalho era apresentado como “obrigação social” e “fator de progresso”.

Sandra Jatahy Pesavento, em *“Os Pobres da Cidade”*, apresenta os imigrantes como “a força redentora do país”.

O estigma da escravidão acompanhava os negros numa associação cruel para quem fora a força-trabalho por excelência do País ao longo dos séculos: os ex-escravos eram associados à vagabundagem. Na repontuação valorativa do trabalho que acompanhara a formação de um mercado de mão-de-obra livre, a força redentora do País era identificada com o imigrante europeu. Os negros eram associados ao não-trabalho, mão-de-obra da mais baixa categoria, só empregada quando faltasse a força dos brancos, estrangeiros ou nacionais. (PESAVENTO, 1994, p. 119)

Os imigrantes, vistos como “bons trabalhadores”, “força redentora do país”, dificilmente eram associados ao crime e à contravenção. Trabalhando a elaboração de imagens para os personagens da urbe, Pesavento aponta a presença “*dos conteúdos morais e das etnias e raças envolvidas no processo de trabalho em formação, assim, negros serão os criminosos, os ladrões, os vagabundos; mestiço ou mulato é o Zé Povinho, e de aparência imigrante européia, o trabalhador.*” (PESAVENTO, 1994, p. 9) Ainda segundo esta autora, e reforçando as idéias já expressas, os descendentes de imigrantes teriam sua imagem associada ao trabalho redentor, ao progresso e à honra.

Abordando especificamente a questão do operariado, o estrangeiro era “responsável, consciente e pontual”; o nacional, por sua vez, era “despreocupado com as questões relativas a seu interesse, inconseqüente”. (PESAVENTO, 1994, p. 81)

Em relação à representação do imigrante, é necessário destacar a repercussão entre intelectuais, políticos e médicos das idéias de Cesare Lombroso, considerado o fundador da criminologia moderna, ao associar criminalidade e raças inferiores. Adriana de Resende B. Vianna, em seu estudo “*O mal que se adivinha – polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920*”, constata que as idéias de Lombroso influenciavam o pensamento brasileiro no período em questão. Ao abordar a temática do “menor” infrator, Vianna afirma que

A discussão a respeito da herança vinda no sangue e na cor tomou a forma, no caso do direito, de debates em torno do modelo clássico, valorizador do princípio do livre-arbítrio, e do modelo positivista, preocupado com as determinações atuantes no comportamento humano. Nina Rodrigues, por exemplo, toma posição em favor dessa última vertente ao discutir as limitações de responsabilidade penal que atingiriam ‘raças inferiores’, dotadas de menor capacidade de discernimento. Por outro lado, como aponta Seyferth, a idéia de raça tinha respaldo no pensamento científico, sobretudo na antropologia física, gerando adaptações para processos sociais do modelo darwinista de seleção natural. Tais referências embasaram não apenas um amplo arco de discursos eruditos, da medicina ao direito, passando pela psiquiatria e antropologia, mas também orientaram políticas públicas, especialmente no que tange à imigração. (VIANNA, 1999, p. 109)

As idéias sobre a criminalidade das raças inferiores também distanciavam os imigrantes – brancos – da transgressão. Tanto Vianna quanto Martha de Abreu Esteves, em seu estudo “*Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*”, enfocam que a cor da pele era um importante fator nas sentenças judiciais: criminosos negros ou mulatos, por exemplo, tinham muito mais chance de serem considerados culpados pelos crimes dos quais eram acusados, diferentemente dos brancos – imigrantes.

Podemos observar, também no Rio Grande do Sul, o estudo da criminologia nas pesquisas do Dr. Sebastião de Leão. O Dr. Sebastião de Leão (1866 – 1903) foi o médico responsável, a partir de 1896, pelo Gabinete Médico Legal do Estado do Rio Grande do Sul e pela Oficina de Identificação. Realizou estudos na área da criminologia junto à oficina de Antropologia Criminal da Casa de Correção de Porto Alegre¹.

No Relatório do Dr. Sebastião de Leão, médico da polícia, este declara que, do total de 226 presos na Casa de Correção de Porto Alegre em 1897, 52 eram imigrantes, totalizando 23% [22 da

¹ Para análise dos estudos do Dr. Sebastião de Leão, seu embasamento teórico, suas influências e conclusões, ler o seu Relatório, disponível no e-book do 1º Seminário de Pesquisa do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 2001.

Itália, 11 do Estado Oriental, 4 da Alemanha, 3 da Espanha, 3 de Portugal, 3 da República Argentina, 2 da Áustria, 1 da Bélgica, 1 dos Estados Unidos, 1 do Paraguai e 1 da Turquia].

Explorando a documentação levantada sobre crianças alvo de violência (Processos-crime e Códices da Polícia), um dos objetos de nossa pesquisa, encontramos casos envolvendo a participação de imigrantes “declarados”², totalizando 22% (pesquisamos 22 casos). Podemos classificar os 5 casos da seguinte forma: 3 casos de abuso sexual, 1 de tentativa de homicídio e 1 de agressão física. As nacionalidades presentes nos casos são a polonesa, a alemã, a italiana e a espanhola (3 agressores, 2 vítimas).

No Termo de Declarações³, G. S.⁴ (polonês), afirma que “*a cerca de oito mezes estando pela tarde, só em sua casa, com sua irmã menor de nome A. S. e achando-se embriagado, dormindo, foi por esta acordado. Apoderou-se de si, nesse momento, o desejo de ter com ella copula carnal, e isso levou a effeito – deflorando-a em seguida. Teve copula com ella mais duas vezes, com intervalo de oito a dez dias, a cada uma.*” – APERS - Processo-crime, Cartório Júri, Maço 1, nº processo 1, estante 29, 1897. No mesmo processo-crime, G. S. é acusado pela cunhada, E. S., de também tê-la deflorado quando esta tinha apenas 13 anos de idade. Defendendo-se das acusações, G. S. afirmou estar embriagado quando abusou sexualmente de sua irmã e sua cunhada. Não há informações sobre a ocupação do acusado. É importante destacar que a embriaguez era considerada um vício associado aos vagabundos e vadios, o que afastaria, segundo as representações vigentes à época, G. S. do bom trabalhador.

No “Auto de prisão em flagrante delicto” de O. M., acusado de agredir fisicamente o menor A. B., lê-se que “*aos vinte e oito dias do mez de Agosto de mil oitocentos noventa e seis, n’ esta cidade de Porto Alegre, na sala das audiências da Delegacia de Policia do primeiro Districto, presentes o respectivo Delegado Cidadão Tenente Coronel João Leite Pereira da Cunha, comigo escrivão ad hoc adiante nomeado, ahi compareceu o cidadão Rubens Abbott, official externo da Chefatura de Policia, disendo que havia prendido em acto de espancamento na pessoa do menor A. B., que ficou por isso ferido no rosto, a O. M., açougueiro no mercado numero setenta e seis; e por isso o conduzia a prezença da mesma auctoridade. E como outras pessoas não tivessem acompanhado a presa, passou immediatamente o mesmo Delegado a interrogar este, perguntando-lhe qual seu nome, filiação, idade, estado, profissão, nacionalidade e se sabia ler e escrever. Respondeu chamar-se O. M., ser filho legítimo de G. M. e G. M., ter vinte e tres annos de idade, ser solteiro, carniceiro natural d’ (Alemanha) e que sabe ler e escrever.*” – APERS – Processo-crime, Cartório Júri, Maço 1A, nº processo 33, 1896. O. M., açougueiro natural da Alemanha, afirmou, no Processo-crime, que bateu no menor A. G. por este mostrar-se desobediente. Como podemos observar, O. M. possuía uma ocupação, o que não o impediu de agredir um menino menor de idade. Ser um cidadão trabalhador não significava ser um cidadão incapaz de cometer crimes.

No processo-crime que trata das acusações de lesão corporal e tentativa de homicídio do menor N. S. D., lê-se que “*A. B., cidadão brasileiro, residente n’ esta cidade, usando do direito que lhe confere o art. 72 do Cod. do Proc. Crim., vem perante V S^a queixar-se de A. P. [italiano], morador á rua “Affonso de Moraes”, pelo feito criminoso que passa a expôr:*

No dia 10 do corrente mez, indo o filho do queixoso, de nome N. e menor de 8 anos de idade, fazer uma compra no estabelecimento commercial de A. P., isto á rua acima referida, e, praticando ahi travessuras proprias de sua idade, arremessou-lhe o mesmo P. uma faca, fazendo-lhe o ferimento descripto no auto de corpo de delicto que, por certidão, se junta.” – APERS, Processo-crime, Cartório Júri, Maço 2, nº processo 26, estante 29, 1897. Novamente o acusado pode ser classificado como um cidadão trabalhador, situação esta que não o isentou de agredir fisicamente o menor N.

No caso do estupro da menor J., a imigrante aparece agora como vítima de violência. A

² Não deduzimos a participação de imigrantes a partir dos sobrenomes, e sim porque os envolvidos assim se declararam.

³ Mantivemos a grafia original nas transcrições dos Processos-crime e dos Códices da Polícia.

⁴ Os nomes dos envolvidos serão omitidos a fim de preservar sua identidade e a de seus familiares.

menina era espanhola. “Do auto de corpo de delicto () de fls. 4 a 5 das subsequentes averiguações a que procedi, evidencia-se de modo impagavel que o soldado P. C. do 3º batalhão da brigada militar do Estado, pelas cinco horas da tarde do dia 29 de Setembro do anno vigente, na Colonia Africana, estuprou do modo mais brutal e horroroso a menor J., de 10 annos de idade, filha legitima do hespanhol J. F., () ficando essa misera creança em deploravel estado como ve-se do citado auto de corpo de delicto.” – AHRS – Códice da Polícia, Livro 04, p. 74, 1896. Segundo Cláudia Mauch, a Colônia Africana era qualificada como “zona perigosa”. Além disso, a Colônia Africana era conhecida como local de moradia de negros pobres. Por que uma família de espanhóis estaria morando nesta região de Porto Alegre?

No caso do defloramento da menor C. S. (12 anos), filha de G. S., italiano, a imigrante é vítima no processo-crime. As investigações não são conclusivas. A menina afirma ter sido deflorada pelo irmão, mas as principais suspeitas recaem sobre o padre B. T. – AHRS, Códice da Polícia, Livro 04, p. 51, 1896. Durante as investigações, o pai da menina, G. S., natural da Itália, afirmou em seu depoimento que não ganhava o suficiente para poder economizar, apenas para viver. Durante os depoimentos, a família chega e ser classificada como “paupérrima”. Viveriam todos os imigrantes em melhores condições do que os demais moradores de Porto Alegre? Há, no Processo-crime em questão, indícios de que o caso alcançou repercussão considerável⁵.

Não é nosso objetivo, neste artigo, enquadrar ou definir a população imigrante no período em questão como “boa ou má”, criminosa ou não criminosa, e sim de pensá-la como inserida em um determinado contexto: um Rio Grande do Sul, e conseqüentemente uma Porto Alegre, com precárias condições de saúde, apresentando problemas habitacionais (cortiços) que se associavam à má qualidade da água e do serviço de iluminação, à rede de esgoto inexistente e aos precários meios de transportes.

Mesmo considerando que os imigrantes, dadas as suas qualificações para trabalhos especializados, não tivessem grandes dificuldades em conseguir uma colocação no mercado de trabalho, quais eram suas condições de trabalho? Ao abordar esta questão, Pesavento destaca que os “baixos salários, longas jornadas, maus tratos de superiores e más condições de trabalho nas fábricas eram queixas freqüentes do trabalhador do sexo masculino e adulto”. (PESAVENTO, 1998, p. 30)

Ao analisarmos os Processos-crime e os Códices da Polícia acima referidos, é possível observar que os imigrantes estavam inseridos e atuando no cotidiano da Porto Alegre do final do século XIX. É necessário, em razão disso, relativizar as representações consagradas por correntes da historiografia sobre a imigração no RS. Ao nos valermos de fontes que apontam o imigrante como “elemento regenerador”, “força regeneradora do país” e bom trabalhador, que não encontrava grandes dificuldades em arrumar uma colocação no mercado de trabalho em transformação no final do século XIX e início do século XX, corremos o risco de não contemplar aspectos do cotidiano porto-alegrense que apontam também para sua exclusão e marginalização social.

BIBLIOGRAFIA

- ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- LEÃO, Sebastião de. *Relatório do Dr. Sebastião de Leão – Médico da Polícia*. Porto Alegre: Anais do 1º Seminário de Pesquisas do AHRS, 2001. (e-book)
- MAUCH, Cláudia. *Ordem e Moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC/ ANPUH - RS, 2004.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O Cotidiano da República: elite e povo na virada do século*. Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS, 1998.

⁵ Há, no Processo-crime, referências a uma discussão entre o padre, acusado de manter relações sexuais com a menor C. S. (12 anos), e um secretário da comunidade religiosa na Igreja “lotada” de fiéis.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os Pobres da Cidade: vida e trabalho – 1880-1920*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 1994.

VIANNA, Adriana de Resende B. *O mal que se adivinha – polícia e menoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

DOCUMENTAÇÃO CONSULTADA

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul - APERS

Processo-crime, Cartório Júri, Maço 1, nº processo 1, estante 29, 1897.

Processo-crime, Cartório Júri, Maço 1A, nº processo 33, 1896.

Processo-crime, Cartório Júri, Maço 2, nº processo 26, estante 29, 1897.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRS

Código da Polícia, Livro 04, p. 74, 1896.

Código da Polícia, Livro 04, p. 51, 1896.

A SAÚDE PÚBLICA EM SANTA CRUZ DO SUL NA REPÚBLICA VELHA

Ricardo Schmachtenberg*

O presente texto é parte integrante da minha dissertação de Mestrado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos sobre a saúde pública e o processo de modernização de Santa Cruz do Sul na República Velha. Aborda o processo de modernização do espaço urbano de Santa Cruz do Sul e as medidas adotadas pela Intendência Municipal nos problemas relativos a saúde pública.

Segundo Krause “com a proclamação da República, o PRR busca conquistar as zonas coloniais, principalmente os setores econômicos do comércio e da indústria nascente”. Ainda, “tinha como meta solidificar e ampliar sua base de apoio” até porque a sua ligação com a elite pecuarista não era bem aceita, o partido não tinha apoio dentro desta camada social o que demonstra “o interesse em encontrar apoio em outras ‘plagas’ eleitorais, na medida em que a população teuto-brasileira vinha conquistando peso na população gaúcha”.¹

Mesmo com a tentativa de angariar apoio das comunidades alemãs, a oposição ao partido foi intensa durante a República Velha. Fica comprovado nas eleições para presidente do Estado em 1907, onde o candidato da oposição Fernando Abbott atingiu um percentual de 42% dos votos na cidade de Santa Cruz do Sul e 40% na cidade de São Leopoldo deixando claro uma forte oposição na zona colonial.² E para conseguir apoio das zonas de colonização alemã, o PRR muitas vezes negociava a realização de obras como a construção de estradas, pontes e ferrovias.

Esta oposição fica mais evidente ainda quando se realizavam as eleições para o governo municipal, onde por várias vezes os candidatos de outros partidos como o liberal, venciam as eleições. No entanto nunca assumiam, visto que o governo estadual intervinha nos pleitos, anulando os mesmos e indicando uma comissão ou junta para administrar o município. Isto nos mostra que a oposição e a não aceitação de todas as diretrizes impostas pelo partido no Estado foi marcante, em especial em Santa Cruz, e que certa forma, proporcionou a não consolidação do PRR como partido único e hegemônico na cidade. Durante toda a República Velha Santa Cruz se caracterizou por uma relação complicada ou opositora ao regime republicano de Júlio de Castilhos e de Borges de Medeiros.

Interesses econômicos e políticos diversos, diferenciação ideológica são alguns fatores de disputa e embate e que torna Santa Cruz um dos exemplos típicos da complexidade da sociedade que se formou nas regiões de colonização alemã. Santa Cruz foi uma das cidades que não aderiram totalmente à política do PRR e por isto o município foi alvo de inúmeras intervenções do governo estadual nas eleições para Intendente Municipal. Segundo Piccolo:

Santa Cruz, município compreendido na antiga zona colonial alemã, foi alvo constante de atos governamentais denotando a política intervencionista que punha em xeque a autonomia municipal. E foi em Santa Cruz que Assis Brasil obteve a maior percentagem de votos nas antigas zonas coloniais: 19% (dado Roche). O resultado das eleições, embora a derrota de Assis Brasil, mostrava

* Mestrando em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS e Docente em História no Colégio Nossa Senhora Medianeira.

¹ KRAUSE, Silvana. *Migrantes do tempo: vida econômica, política e religiosa de uma comunidade de imigrantes alemães na República Velha*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002, p. 99.

² Ibid., p. 101.

como a oposição ao PRR crescia e esse crescimento também ocorria nas áreas de colonização alemã.³

Em 1890 foi indicada pelo governo estadual uma comissão para governar Santa Cruz. Em 1891 ocorre a primeira eleição ao governo municipal, mas logo após é anulada, sendo indicada uma junta para administrar Santa Cruz. Segundo Krause, “percebe-se que o governo estadual não permitia lideranças locais que não fossem do seu agrado, em especial quando estas apresentavam uma representação política que não buscava uma relação de subalternidade e mantinha uma resistência para aderir ao PRR”.⁴

Nas eleições seguintes, ocorridas em 1896, surgem três candidatos, sendo que dois eram da oposição, um do Partido Federalista e outro do Partido do Centro. O terceiro candidato era do partido do governo. O resultado final das eleições mostrou uma amarga e significativa derrota do candidato do PRR. No entanto, as eleições foram novamente anuladas, continuando a governar o município o candidato da situação.⁵ Segundo Krause, “percebe-se que a comunidade de santa-cruzenses é reconhecida como tendo um comportamento oposicionista aos republicanos”.⁶ Foi preciso que um candidato nascido no município se elegeisse para que o PRR tivesse consenso na comunidade santa-cruzense.

Outra questão pertinente às eleições a Intendente na cidade de Santa Cruz diz respeito às fraudes eleitorais. A votação nas eleições de 1904 resultou na vitória do candidato da oposição. Esta informação é dada pelo jornal *Kolonie*, jornal este que por várias vezes se pronunciou contra o PRR. No entanto, o jornal *Fortschritt*, criado pelo PRR para fazer propaganda a seu favor, informou que o resultado da eleição dava a vitória ao candidato do partido do governo. Percebe-se que os interesses do governo estadual estavam em jogo e a prática da fraude eleitoral foi utilizada para forçar a vitória do seu candidato.⁷ As eleições foram anuladas e Galvão Costa foi indicado para Intendente.

Por várias vezes as eleições municipais foram alvos da intervenção estadual, anulando e nomeando cidadãos que seguissem as ordens estabelecidas pelo PRR. Em algumas ocasiões, o Presidente do Estado oferecia cargos no governo municipal para aqueles que faziam oposição na tentativa de minar e diminuir a resistência. Em 1928 ocorreram novas eleições sendo vitorioso o candidato do Partido Libertador. As eleições novamente foram anuladas, sendo nomeado um Intendente provisório.⁸

Esta forte resistência encontrada em Santa Cruz reflete o descontentamento enfrentado pelo PRR local e a forte oposição feita aos candidatos da situação nas eleições para Intendente na cidade. Para corroborar com esta explicação, Krause afirma que:

Além das resistências iniciais à República em Santa Cruz do Sul, foi constatado um movimento de oposição partidária no município no decorrer da República Velha que não pode ser desconsiderado (especialmente nos momentos de eleições municipais).

A resistência ao mandonismo do PRR gaúcho pode também ser observada no município de Santa Cruz do Sul através de contínuas manifestações de descontentamentos aos ‘chefes’ do PRR local. Este descontentamento é expresso não somente através da oposição partidária no município (antigos liberais, federalistas ou posteriormente os libertadores), mas também em momentos de candidaturas a intendente ‘independentes’ e/ou ‘dissidentes’ do PRR.

As eleições ao governo estadual, em momentos em que havia duas candidaturas, demonstram que nem sempre as zonas coloniais alemãs votaram em massa no candidato situacionista.

³ PICCOLO, Helga. “O Partido Republicano Riograndense e os alemães no Rio Grande do Sul”. In: *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*. – Porto Alegre: UFRGS, Ano X, 1982, p. 154.

⁴ KRAUSE. *Migrantes do tempo*. Op. cit., p. 112.

⁵ Ibid., pp. 116-117.

⁶ KRAUSE. *Migrantes do tempo*. Op. cit., p. 118.

⁷ Ibid., p. 123.

⁸ Ibid., pp. 143-144.

Consideramos também que a explicação deste comportamento político não pode ser buscada somente na política gaúcha do período em geral, mas na especificidade da realidade das zonas coloniais alemãs.⁹

Como na política, onde o Executivo Estadual enfrentou uma forte oposição em Santa Cruz, na saúde pública também podemos verificar uma certa diferença nas propostas ou políticas públicas impostas pelo Governo Estadual e pela Intendência Municipal de Santa Cruz. Examinando os relatórios presidenciais verificou-se que o Governo Estadual adotava ou priorizava um discurso enfatizando a ótima condição sanitária do Rio Grande do Sul, alegava que a condição sanitária do Estado era satisfatória mesmo sendo acometido por alguma doença contagiosa.¹⁰ Atuava somente quando alguma epidemia se manifestava no Estado, em casos de emergência e quando não era mais possível se desvencilhar dos efeitos da moléstia. Diferente era o discurso ou a prática adotada pela Intendência Municipal de Santa Cruz, priorizando políticas preventivas e profiláticas quanto à possibilidade do surgimento de alguma doença epidêmica como veremos a seguir.

E “na perspectiva que orientava a administração estadual, à ‘assistência pública’ caberia apenas os casos de emergência, os outros serviços de saúde não seriam responsabilidade do governo”,¹¹ ou seja, ao Estado caberia o serviço referente à saúde pública e aos municípios os problemas de ordem higiênica. E como muitos municípios não tinham condições de suportar os gastos com a higienização e como o Estado não dava cumprimento à parte que lhe dizia respeito, a saúde pública, os problemas com doenças e epidemias continuavam a surgir. Outra questão pertinente para a não realização das obras era o slogan determinado pelo Governo Estadual de se fazer uma administração sem dívidas. Sem recursos financeiros para as obras de saúde pública, as condições sanitárias nas cidades gaúchas eram precárias, não havia abastecimento de água potável a toda a população, o saneamento se existia era deficiente e o recolhimento de material fecal também era deficitário.

Nos relatórios presidenciais, o Governo do Rio Grande do Sul apresenta o Estado com uma ótima condição sanitária, não existindo nenhum caso de moléstia infecto-contagiosa grave e se fosse executada alguma obra para prevenir a ocorrência de moléstias, que esta não ultrapassasse a receita orçamentária.¹² O que de fato não se efetivou, porque ao longo das três primeiras décadas do século XX, o Rio Grande do Sul foi constantemente invadido por doenças como a difteria, a peste bubônica, a febre tifóide, varíola e tuberculose, gripe e em muitos casos estas doenças adquiriram um caráter epidêmico ou endêmico.¹³

⁹ KRAUSE. *Migrantes do tempo*. Op. cit., pp. 146-147.

¹⁰ Belisario Penna enfatiza na sua obra *Saneamento do Brasil* que quando se afirmava ou descrevia que algum Estado brasileiro enfrentava sérios problemas higiênicos e sua população dizimada e prejudicada por alguma doença ou epidemia, seus governantes logo vinham a público contestando estes fatos dizendo que a condição sanitária de seu Estado era satisfatória e que sua população era sadia e forte. Segue Penna afirmando que “a dar crédito a essas falsas informações (governantes), o Brasil seria o país de população mais robusta e de maior capacidade produtiva do mundo. PENNA, Belisario. *Saneamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos Editor, 1923, p. 294.

¹¹ WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar: Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República Rio-Grandense – 1889/1928*. Santa Maria: Ed. da UFSM; Bauru: EDUSC – Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999, p. 60.

¹² “A saúde publica continua a ser objeto de solicitação preocupação. Apesar do satisfatório estado sanitário geral, nesta capital algumas moléstias persistem na sua ação flageladora, com quanto se haja acentuado decréscimo no registro de óbitos. A tuberculose e a febre tifóide progridem infelizmente, a despeito de todos os meios adotados para debela-las, sendo de notar que a ultima contribuiu com um coeficiente de mortalidade superior ao do ano findo. Não basta seguramente o serviço de higiene publica para extinção radical das fontes do mal. O complicado problema do saneamento depende de melhoramentos complexos, entre os quais sobrelevam os que concernem ao estabelecimento de uma rede de esgotos subterrâneos e ao abastecimento de água potável. Tal é o assunto que, n’estes últimos tempos, vivamente atrai as cogitações da administração municipal. Segundo as vistas alevantadas do ilustre e infatigável intendente municipal, essa vasta e meritória obra realizar-se-á paulatinamente, de modo que não traga gravames incomputáveis ao tesouro municipal. Um cometimento de tanta magnitude demanda aplicação de avultadas somas; dali a inevitável lentidão que há de acompanhar a sua execução”. Mensagem enviada a Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo Presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros na 3ª sessão ordinária da 3ª legislatura em 20 de setembro de 1899. Porto Alegre, Oficinas typographicas d’A Federação.

¹³ WEBER. *As artes de curar*. Op. cit., p. 63.

Em algumas escolas de Santa Cruz, no final do século XIX, ocorreram casos de caxumba, rubéola, catapora e difteria fazendo várias vítimas. “Em outubro de 1895 as escolas de nossa vila foram fechadas por ordem das autoridades sanitárias de Santa Cruz por motivo de saúde, pois existe no meio da juventude que freqüentava as escolas particulares e públicas a ocorrência de doenças contagiosas como a caxumba e as difterias”.¹⁴ A conduta frente ao fechamento das escolas públicas e particulares se comprovou correta no combate a difteria.¹⁵

No início do século XX, com o engenheiro Adalberto Pitta Pinheiro à frente do executivo municipal, Santa Cruz começou um período de crescimento com a realização de importantes obras que representaram indiscutíveis conquistas para o desenvolvimento do município como a iluminação à luz elétrica, a linha telefônica para a Vila Tereza.¹⁶

Quanto à saúde pública em Santa Cruz do Sul, o poder público se preocupou em adotar medidas preventivas, medidas estas com o objetivo de se colocar uma certa ordem quanto à higiene sanitária para coibir a ocorrência de moléstias infecto-contagiosas, ou seja, verifica-se através das medidas adotadas pela administração municipal que estas se direcionavam para práticas profiláticas de prevenção típicas da modernização urbana dos séculos XIX e XX. Entre as medidas adotadas, a primeira foi a decretação e promulgação do Código de Posturas Municipais em 1898 como forma de normatizar o espaço urbano e diminuir os problemas de ordem higiênica.¹⁷

Já neste período os problemas relacionados com esgoto e água servida preocupavam a Intendência Municipal, principalmente porque estas questões prejudicavam a ordem higiênica do município e ao mesmo tempo poderiam infectar a população com alguma doença. O Código de Posturas também previa uma punição para aqueles que infringiam alguma norma através da cobrança de multas e até mesmo a detenção dos acusados. No artigo 119 do referido código proibia o lançamento nas ruas e praças de águas sujas e esgoto, sendo os contraventores multados em 2\$000. Quanto ao despejo do material fecal e das imundícias, haveria um local determinado pela Intendência para se fazer o despejo e da mesma maneira que o artigo anterior, este também multava o infrator que desrespeitava esta norma com a quantia de 10\$000. Segundo Ribeiro, a aplicação das multas era um método de se fazer cumprir o Código.¹⁸

Quanto aos cemitérios, que são lugares de propagação de doenças, a Intendência Municipal ordenou que ficasse proibido o uso dos cemitérios particulares existentes no centro da cidade, pelo fato deles produzirem odores fétidos e acúmulo de sujeira, ordenando que fosse construído um novo cemitério fora do espaço urbano.

Art. 1º - Fica hoje instalado o cemitério municipal;

Art. 2º - Fica de 15 de outubro do corrente ano em diante proibido o sepultamento nos cemitérios particulares existentes nos limites urbanos da Vila.

Art. 3º - Um regulamento especial organizará o serviço do cemitério.¹⁹

Sobre os cemitérios Foucault afirma que “é preciso esquadrihar, analisar e reduzir esse perigo perpétuo que os mortos constituem. Eles vão, portanto, ser colocados no campo e em regimento, uns ao lado dos outros, nas grandes planícies que circundam as cidades”.²⁰

¹⁴ Jornal Kolonie, 19 out. 1895, n. 84, p. 3. In: PAULI, Liani Teresinha Schuh. *Uma história do binômio saúde/doença em Santa Cruz do Sul 1849-1918*. – Santa Cruz do Sul: Dissertação de Mestrado, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, UNISC, 1998, p. 127.

¹⁵ Ibid., p. 128.

¹⁶ MENEZES, João Bittencourt. *Município de Santa Cruz*. Santa Cruz do Sul: Typographia de Lamberts & Riedl, 1914, pp. 223-224.

¹⁷ Livro de registro dos Atos e Regulamentos da Intendência Municipal de Santa Cruz de 1892 a 1924. Código de Posturas do Município de São João de Santa Cruz. Ato nº 35 de 16 de novembro de 1898.

¹⁸ RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *História sem fim...Inventário da saúde pública*. São Paulo – 1880-1930. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993, p. 46.

¹⁹ Livro de registro dos Atos e Regulamentos da Intendência Municipal de Santa Cruz de 1892 a 1924. Ato nº 41 de 08 de setembro de 1899.

²⁰ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 15ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 90.

Em 1901 chega à região de Santa Cruz uma turma de imigrantes cearenses para se instalarem nas terras devolutas do Estado. Segundo notícias divulgadas no jornal *Kolonie*, as condições de saúde destes imigrantes não eram satisfatórias e a princípio pensava-se que eles teriam contraído moléstias epidêmicas como o sarampão e a varíola. Este grupo de imigrantes foi levado a um local isolado da cidade e ficaram em observação, sendo requisitada a presença de um médico para tratá-los e após isto e o período de desinfecção, ficou comprovado que eles não tinham nenhuma doença grave.²¹

Outras medidas para satisfazer o estado sanitário do município foram impostas pela Intendência. O serviço de limpeza de material fecal foi criado em 1900 com o intuito de recolher das casas todo o material fecal para que este não se acumulasse nas ruas, prevenindo assim a proliferação dos ratos e a ocorrência de moléstias e conseqüentemente o surgimento de epidemias.²² Em 1909 a Intendência Municipal verificou que o terreno onde eram despejadas as matérias fecais estava impróprio para este fim, tornando-se um sério risco à saúde pública. Foi preciso contratar um profissional responsável para procederem-se estudos sobre o local mais apropriado para o despejo e o sistema de fossa a adotar. Quanto ao local, a Intendência deveria fazer a compra do terreno por se tratar de uma obra de caráter permanente.²³

Mesmo com a proliferação no Estado de algumas doenças contagiosas, as condições sanitárias de Santa Cruz eram satisfatórias não ocorrendo nenhum caso de epidemia no município segundo mensagens da Intendência Municipal. No entanto, no município de Rio Pardo se proliferou a varíola com forte intensidade. Para que esta doença não se propagasse e chegasse a Santa Cruz, a Intendência Municipal providenciou medidas preventivas como a construção de uma casa provisória na estrada que liga Santa Cruz a Rio Pardo e um desinfetador destinado à desinfecção das pessoas que vinham daquela localidade. Também eram inspecionadas todas as pessoas que vinham daquela região, ficando em observação pelo prazo de dez dias, sendo que o poder público também requisitou a vacina junto a Diretoria de Higiene e distribuída ao médico do município. A moléstia não chegou a contagiar a população santa-cruzeense.²⁴

Com relação ao abastecimento de água da população, este se tornara um caso de constante alerta a administração municipal. Por várias vezes a escassez de água de poços e fontes se tornava realidade, tendo a Intendência que contratar os serviços de empresas particulares para realizar o abastecimento de água.²⁵ Ou seja, a população se ressentia de uma hidráulica para o serviço de abastecimento de água e em algumas ocasiões as condições climáticas – seca – auxiliavam no problema da falta de água. Outro problema eram as péssimas condições de alguns poços e fontes contribuindo para a contaminação da água, proporcionando sérios riscos à saúde da população. A falta de recursos financeiros da administração municipal também era um empecilho na construção da hidráulica, tendo como alternativa as hidráulicas particulares que faziam a distribuição da água, sendo que a Intendência pagava uma indenização pelo líquido distribuído à população.

Atendendo ao fato de estar a população desta Vila sofrendo as conseqüências de calamitosa seca e encontrando falta absoluta de água. Atendendo igualmente ao fato de não haver organizado serviço de abastecimento de água e ser impossível fazê-lo de momento e usando da faculdade que lhe

²¹ PAULI. *Uma história do binômio saúde/doença*. Op. cit., p. 93.

²² Livro de registro dos Atos e Regulamentos da Intendência Municipal de Santa Cruz de 1892 a 1924. Ato nº 49 de 12 de março de 1900.

Art. 1º - Fica obrigatório o serviço da limpeza das matérias fecais.

Art. 2º - O preço por cada cubo será de quatrocentos réis.

Art. 3º - Uma tabela especial organizada pelo sub-intendente regulará o serviço.

²³ Mensagem apresentada ao Conselho Municipal de Santa Cruz pelo Intendente João Gomes Cardoso em 15 de outubro de 1910. Typ. de Klasing & Kull.

²⁴ Mensagem apresentada ao Conselho Municipal de Santa Cruz pelo Intendente Galvão Costa em 15 de outubro de 1905. Typ. de Klasing & Kull.

²⁵ Mensagem apresentada ao Conselho Municipal de Santa Cruz pelo Intendente Galvão Costa em 15 de outubro de 1905. Typ. de Klasing & Kull.

é conferido pelo artigo nº 07 das disposições gerais da lei nº 17 de 05 de novembro de 1900, resolve:

Art. 1º - Fica aberta para a verba – calamidade publica – um credito extraordinário de trezentos mil reis.

Art. 2º - Essa importância será dispendida como indenização a Felipe Heuser & Cia. pela água de sua hidráulica particular, que por contrato desta data, se obrigará a fornecer ao publico.

Intendência Municipal de Santa Cruz, 11 de março de 1901.

Jorge Frantz, Vice-Intendente.²⁶

As dificuldades financeiras enfrentadas pela administração municipal impossibilitavam a construção de uma hidráulica. No entanto, no início do século XX uma forte epidemia de tifo atingiu a população, levando as autoridades municipais a abrir concorrência pública para o estabelecimento e exploração da hidráulica. Através de várias reuniões e comissões em torno do projeto de construção da hidráulica, ficou decidido que a obra deveria ser iniciada e que teria a fiscalização do engenheiro Heimberto Puhlmann, responsável pelo projeto e quem dirigiu os trabalhos de execução da obra.²⁷

Também no início do século XX, a população santa-cruzense foi contaminada por uma epidemia de febre tifóide ocasionando várias vítimas. A Intendência teve que providenciar médicos e remédios para socorrer a população, bem como um valor de 431\$016 para a verba higiene e assistência pública²⁸ para se evitar que este mal se propagasse ainda mais pela cidade, ocasionando um número maior de vítimas. O crescimento da cidade e o aumento populacional proporcionaram uma deficiência no sistema de abastecimento de água.

A Intendência municipal “imbuída do espírito higienista que se propagou por todo o país no início do século XX, objetivando a melhoria das precárias condições de saúde pública da época, em grande parte originadas pela falta de abastecimento de água potável e rede de esgoto”²⁹ determina, em 1907, a construção, o início das obras do reservatório para a instalação da hidráulica municipal sob a fiscalização do engenheiro Heimberto Puhlmann. Em 1908 foram realizadas as primeiras ligações da rede hidráulica nos domicílios da cidade e em 1909 prosseguiram-se os trabalhos de ampliação dos serviços a fim de levar a canalização a diversas ruas da cidade onde estavam sendo construídas novas moradias e que necessitavam do fornecimento de água.³⁰ Esta obra foi orçada no valor de 98:000\$000 e no início do fornecimento de água a rede de distribuição alcançava apenas 23 quadras enquanto que a cidade possuía 30.³¹ “O fornecimento de água potável a população além de trazer benefícios salubres a cidade, tornará a cidade dotada de melhores condições higiênicas que para muitas outras cidades mais populosas constituía ainda uma aspiração”.³² As obras da rede de esgoto da cidade começaram a ser executadas somente a partir da década de 40.

Em 1899, algumas cidades brasileiras foram atingidas pela peste bubônica, ganhando o debate sobre limpeza pública uma grande repercussão. “O estado deplorável da limpeza pública, a irregularidade da remoção do lixo, as sujeiras acumuladas nas ruas e terrenos baldios atraíam ratos”,³³ tendo como consequência a proliferação da peste bubônica. Com receios de que esta epidemia pudesse chegar ao Estado e principalmente atingir a cidade, o poder público ordenou que fossem executadas medidas preventivas a fim de evitar o aparecimento desta epidemia em Santa Cruz como revela o mesmo abaixo.

²⁶ Livro de Registro dos Atos e Regulamentos da Intendência Municipal de Santa Cruz. Ato nº 25 de 11 de março de 1901.

²⁷ Projeto de construção da Hidráulica Municipal de Santa Cruz por Heimberto Puhlmann. Pasta nº 08, AHCM.

²⁸ Mensagem enviada ao Conselho Municipal de Santa Cruz pelo Intendente Galvão Costa em 15 de outubro de 1907. Tip. de Klasing e Kull.

²⁹ WINK, Ronaldo. *Santa Cruz do Sul e sua evolução urbana: 1855 – 2000*. Santa Cruz do Sul: Dissertação de Mestrado, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, UNISC, 2000, p. 92.

³⁰ Mensagem apresentada ao Conselho Municipal de Santa Cruz pelo Intendente João Gomes Cardoso em 15 de outubro de 1910. Tip. de Klasing e Kull.

³¹ MARTIN, Hardy E. *Como surgiu a Hidráulica*. Jornal Gazeta do Sul, 09 de novembro de 1982, Ano 38, nº 129, p. 02.

³² Mensagem enviada ao Conselho Municipal pelo Intendente Galvão Costa em 15 de outubro de 1906. Tip. de Klasing & Kull.

³³ RIBEIRO. *História sem fim*. Op. cit., p. 136.

Atendendo ao fato de estar grassando no estado do Rio de Janeiro a epidemia Peste Bubônica e sendo necessário tornar-se neste estado todas as medidas de precaução como se está praticando na capital, a fim de evitar o aparecimento da mesma e no uso das atribuições que lhe confere a lei nº 22 de 29 de novembro de 1901, nas disposições gerais, letra – G – resolve:

Art. 1º - Fica aberto o crédito de Rs. 1:000\$000 (um conto de réis) para a verba “calamidade pública”.

Art. 2º - Essa importância despendida na remoção de lixo, limpeza e desinfecção da Vila, etc.³⁴

Os serviços referentes à higiene pública sempre necessitaram de medidas preventivas e profiláticas por parte do poder público municipal, conforme será detalhado mais adiante nas estatísticas, melhorando consideravelmente as condições de salubridade do espaço urbano na medida em que aumentava o contingente populacional da cidade e diminuía a taxa de mortalidade. Por mais que as constantes epidemias que ocorreram no Estado tenham contribuído para elevar a mortalidade e morbidade da população, em Santa Cruz do Sul, supõe-se ou tenciona-se a crer que devido às políticas públicas ou práticas preventivas impostas pela Intendência Municipal às moléstias não adquiriram maiores proporções.

Mesmo ocorrendo alguns casos de varicela, que foram prontamente dominadas, o estado sanitário na cidade era considerado muito bom no ano de 1917, em virtude da água encanada e do regular serviço de recolhimento de material fecal. No mesmo período, aconteceram alguns casos de varíola, mas que foram solucionados com a vacinação da população na cidade e no meio rural, eliminando-se este flagelo. Além disto, com o intuito de debelar esta epidemia, a Intendência mandou providenciar a construção de um hospital provisório para o atendimento de doentes pobres.

No serviço de remoção de matérias fecais, foram empregadas duas carroças, sendo o transporte nas residências feitas duas vezes por semana. Também foi providenciada a limpeza das calhas de todas as ruas, adotando em algumas delas como medida profilática uma camada de cal. Para suprir a falta de água, a Intendência determinou o aumento do volume d'água que foram realizadas através da canalização de um arroio próximo do reservatório.³⁵

Em 1918 ocorreu uma forte epidemia que se espalhou por todo o Brasil, chegando ao Estado e elevando o índice de mortalidade e morbidade da população. Esta epidemia, denominada Influenza Espanhola chegou ao Rio Grande do Sul pelo porto de Rio Grande e de lá se propagou para todas as cidades gaúchas principalmente através da Estação Férrea de Marcelino Ramos. No entanto, mesmo tendo conhecimento através de ofícios enviados ao governo notificando a proliferação desta doença ou mesmo através de notícias em jornais de que, mais cedo ou mais tarde, esta doença chegaria ao Estado, a administração estadual não adotou nenhuma medida profilática e preventiva para impedir a penetração ou pelo menos para amenizar seus efeitos junto à população.

Ou melhor, houve um total descaso por parte do governo estadual em relação às medidas preventivas que deveriam ser adotadas para amenizar a proliferação desta moléstia nas cidades gaúchas bem como não prescreveu nenhuma medida profilática recomendável para debelar ou minimizar os efeitos nocivos desta epidemia. Segundo Abrão, “além do limitado raio de ação dos serviços sanitários no Estado, houve por parte do governo de Borges de Medeiros total descuido com relação às medidas preventivas. Ocorreram falhas na vigilância sanitária dos portos e, mais do que isto, negligência absoluta no que se referiu à vigilância sanitária dos trens da Viação Férrea, em Marcelino Ramos”.³⁶

A influenza Espanhola – a bordo de diversos vapores, vindos do Rio e chegados em Porto Alegre,

³⁴ Livro de registro dos Atos e Regulamentos da Intendência Municipal de Santa Cruz de 1892 a 1924. Ato nº 40 de 02 de janeiro de 1902.

³⁵ Mensagem apresentada ao Conselho de Santa Cruz em 15 de outubro de 1918 pelo Intendente Gaspar Bartholomay. Tip. Lamberts & Riedl.

manifestaram-se vários casos de influenza hespanhola entre os tripulantes. O diretor geral da saúde pública, no Rio de Janeiro mandou enviar o seguinte telegrama circular aos inspetores de saúde dos portos. Para vosso governo, dou conhecimento das seguintes conclusões que apresentei ontem á Academia de Medicina, que as aceitou, não tendo nenhum de seus membros discordados. Recomendo a divulgação das conclusões seguintes:

- a gripe é a doença de maior difusibilidade, contagiosidade e morbidade.
- tentar impedir a invasão pela gripe ou influenza, de uma região ou de uma cidade è procurar um problema atualmente insolúvel, é um sonho, uma utopia científica. Em sua marcha caprichosa a influenza ou a gripe tem até, agora em todos os países, menosprezado todos os regulamentos, todas as medidas administrativas e todas as quarentenas.

O mais que pode o higienista aspirar é preservar limitados agrupamentos humanos como enfermarias, prisões, colégios, etc. O isolamento tão eficaz em geral, em todas as doenças contagiosas, irrealizáveis na gripe epidêmica, a menos que se interrompam por tempo longo todas as relações e todos os contratos. As medidas de profilaxia individuais são, porém, recomendáveis, com probabilidade de êxito.³⁷

Percebe-se pela notícia apresentada no jornal Gazeta de Santa Cruz que nenhuma medida profilática poderia coibir a chegada e propagação da epidemia de gripe Hespanhola. No entanto, no Rio Grande do Sul, “críticos afirmavam que deveriam ter sido tomadas medidas para evitar a disseminação, já que a epidemia só chegou a Porto Alegre dois meses após ter atingido os principais centros”.³⁸ E pelo seu alto grau de contaminação, a população seria facilmente atingida pela doença, o que elevaria o índice de mortalidade no Rio Grande do Sul se não fosse tomada nenhuma atitude por parte do governo estadual em debelar este flagelo.

Em Santa Cruz do Sul a administração municipal percebendo o mal ou os efeitos nefastos que esta epidemia poderia ocasionar a sua população e como órgão oficial para debelar o contágio, organizou um serviço de inspetoria de higiene municipal sob a direção de um médico e mais seus auxiliares com o intuito de defesa e profilaxia da doença.

Cria o serviço de inspetores de higiene municipal.

Considerando que se torna necessário regular o serviço de higiene e assistência publica, nos termos do nº 22, art. 12º da Lei Orgânica.

Considerando que a defesa e profilaxia da epidemia da influenza denominada “hespanhola”, ora reinante no Estado e que já se manifesta neste município, requer a organização de um serviço especial; resolve, de conformidade com a Lei Orgânica, criar uma inspetoria de higiene municipal sob a imediata direção do medico da Intendência e de um inspetor e de tantos auxiliares quantos se tornarem necessários.³⁹

Além desta medida autorizada e executada pela Intendência foram utilizadas também anúncios no jornal Gazeta de Santa Cruz para informar a população santa-cruzensense das formas e causas do contágio, como deveria ser feita à prevenção e profilaxia, bem como proceder no tratamento da moléstia. Ou seja, cumpriu-se a obrigatoriedade da notificação dos órgãos públicos a respeito do surgimento de casos de doenças, o que de certa forma não foi providenciado pelo governo estadual. E neste fragmento, é reforçada a importância do governo municipal para combater este flagelo.

³⁶ ABRÃO, Janete Silveira. *Banalização da morte na cidade calada: a hespanhola em Porto Alegre, 1918*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, p. 102.

³⁷ Santa Cruz do Sul, Gazeta de Santa Cruz, sexta-feira, 25 de outubro de 1918, ano 1, nº 37, pp. 02-03.

³⁸ Escobar. Apud. WEBER. *As artes de curar*. Op. cit., p. 64.

³⁹ Livro de registro dos Atos e Regulamentos da Intendência Municipal de Santa Cruz de 1892 a 1924. Ato nº 188 de 11 de novembro de 1918.

Segundo Ribeiro, “o inspetor sanitário exercia o controle médico sobre a população em geral (e não sobre o indivíduo) e sobre a casa, a água, o esgoto, a ventilação e o lixo”. RIBEIRO. *História sem fim*. Op. cit., p. 46.

Santa Cruz

Influenza Hespanhola – a administração municipal tornou publicar, em avulso, as seguintes instruções sobre profilaxia e tratamento da atual pandemia denominada a influenza hespanhola: Ordinariamente benigna, catarral, ataca ora um, ora mais de um aparelho do organismo humano, variando assim, a sua sintomatologia. São causas predisponentes individuais todas as que debilitam o organismo: excessos quaisquer, comoção produzida pelo medo, resfriado, ar impuro, etc. É causa determinante o contagio direto ou indireto que se pode dar pela aproximação do doente ou de pessoa que com ele tenha tido contacto, ou de objeto nas mesmas condições. Previne-se a moléstia, evitando as causas predisponentes e determinantes acima mencionadas. A pessoa que se sentir acometida da moléstia deve recolher-se ao leito, agasalhar-se sem excesso, e, sobretudo, facilitar a renovação constante do ar do aposento. A resistência orgânica é a melhor defesa contra o gérmen da moléstia. Para isso, é necessário que o ar respirado seja o mais puro, livre de confinação.⁴⁰

A gripe hespanhola que, “registrou, antes de tudo, um momento de profunda crise nas condições de existência da população do Rio de Janeiro, São Paulo e de todas as áreas urbanas”,⁴¹ integrou juntamente com a tuberculose as moléstias que mais perturbaram a ordem e a saúde pública no Rio Grande do Sul, sendo que o executivo municipal de Santa Cruz do Sul continuou tomando providências para restringir a propagação da epidemia de gripe. No Rio Grande do Sul, Weber afirma que “a crise não gerou nenhuma intervenção específica sobre a doença, nem uma maior preocupação com a questão da saúde pública (por parte do governo estadual), mantendo-se o ideário positivista de não intervenção na *liberdade individual*, apesar da ameaça visível da epidemia e da ausência de instrumentos adequados ao seu controle”.⁴²

Ainda em relação à epidemia de gripe, em Santa Cruz, a administração municipal como forma de prevenir ou amenizar a entrada da moléstia na cidade e como forma de vigiar os indivíduos que aqui chegavam, mandou submeter a um exame médico todos os passageiros que desembarcavam na estação ferroviária, sendo recolhidos para o exame no prédio da Intendência Municipal. Aqueles que estavam contaminados com a doença deveriam ser isolados e receber o devido tratamento, somente sendo liberados depois da completa recuperação.⁴³

Além desta, outras medidas foram tomadas como a instalação de um hospital provisório no edifício da Guarda Municipal para receber as pessoas contaminadas pela epidemia, sendo atendidas por enfermeiras que providenciavam o tratamento. Também eram realizadas visitas domiciliares, pelos médicos da Intendência, aos pacientes que contraíam a doença. Foi providenciada a distribuição de cal virgem na maior parte das sarjetas da cidade, assim como a Intendência providenciou a desinfecção e rigorosa limpeza dos pátios das residências da cidade que devido à natureza das habitações eram favoráveis à proliferação da doença. Foram nomeados também dois inspetores para auxiliar o médico municipal no serviço de higiene.⁴⁴

Segue abaixo a tabela com o obituário de algumas moléstias que atingiram o Estado do Rio Grande do Sul no ano de 1918, especialmente em relação à gripe hespanhola e em seguida uma tabela especificando o obituário por município no ano de 1918.

⁴⁰ Santa Cruz do Sul, Gazeta de Santa Cruz, sexta-feira, 08 de novembro de 1918, ano 1, nº 39, p. 02.

⁴¹ WEBER. *As artes de curar*. Op. cit., p. 65.

⁴² Ibid., p. 65. (Grifos do autor).

⁴³ Santa Cruz do Sul, Gazeta de Santa Cruz, sexta-feira, 22 de novembro de 1918, ano 1, nº 41, p. 02.

⁴⁴ Mensagem apresentada ao Conselho Municipal de Santa Cruz em 15 de outubro de 1919 pelo Intendente Gaspar Bartholomay.

Tabela 11 – Obituário por moléstia geral do estado em 1918:

MOLÉSTIAS	NÚMERO DE ÓBITOS
Febre Tifóide	495
Gripe	443
Disenteria	191
Outras moléstias epidêmicas*	3971
Tuberculose	2597
Afecções do aparelho digestivo	3162
TOTAL – RS	30219

*Incluindo a Gripe Hespanhola.

FONTE: Relatório apresentado ao Sr. A. A. Borges de Medeiros presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Protásio Antonio Alves Secretario de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 30 de agosto de 1919. Porto Alegre, Oficinas Gráficas d'A Federação.

Pela tabela acima podemos verificar que do total de óbitos registrados no Estado para o ano de 1918 a gripe hespanhola apresentou 13,14% do total de óbitos, a tuberculose 8,59% e as doenças do aparelho digestivo registraram 10,46% do total de óbitos no Rio Grande do Sul. Somente estas três doenças contabilizaram 32,19% do total de óbitos registrados no estado. Estes dados revelam ou demonstram a falta de uma política preventiva por parte do executivo estadual ou então um limitado raio de ação no combate a moléstias, para amenizar a proliferação das doenças e a contaminação da população.

Tabela 12 – Obituário do ano de 1918 (por município):

	Alegrete	Bagé	Pelotas	Porto Alegre	Rio Pardo	Rio Grande	Santa Cruz	Santa Maria
Febre Tifóide	13	20	23	95	02	23	08	15
Grippe	16	16	53	47	04	30	08	17
Disenteria	01	15	25	32	01	16	06	03
Outras moléstias								
(hespanhola)	72	191	321	1316	01	343	-	90
Tuberculose	61	171	350	737	20	212	10	86
Afecções Sis.								
Circulatório	28	61	171	358	19	122	18	40
Afecções Sis.								
Digestivo	36	177	417	831	26	365	13	76
Total	646	1378	2411	5840	329	2002	362	1048

FONTE: Relatório da Secretaria dos Negócios do Interior e Exterior em 1919. (Grifos meus).

Percebe-se através da tabela acima que as medidas preventivas para a profilaxia da gripe hespanhola em Santa Cruz do Sul conseguiram anular a ocorrência de vítimas fatais, o que não quer dizer que não houve casos desta doença na cidade e sim que a mortalidade em relação a outras cidades gaúchas foi nula, como é o caso de Porto Alegre onde a mortalidade atingiu 33,14% do total no Estado, em Pelotas 8,08%, em Rio Grande 8,63% e em Santa Maria atingiu 2,27% do total do número de óbitos provocados pela gripe hespanhola.

Debelada a epidemia de gripe hespanhola, a Intendência Municipal de Santa Cruz passou a contar com outros problemas de ordem higiênica. O crescimento populacional proporcio-

nou um acúmulo de material fecal, não sendo mais suficiente o espaço destinado ao despejo destes resíduos. Tornando-se necessário outro local para o despejo das matérias fecais, o poder público autorizou a compra de um novo terreno, de dezesseis hectares de terra, para esta finalidade.⁴⁵

Quanto ao serviço de recolhimento dos resíduos fecais, este também ficou debilitado à medida que a população aumentava e com ela as residências. Os veículos destinados ao recolhimento, bem como os funcionários responsáveis em fazer o serviço enfrentavam dificuldades em realizar todas as tarefas. Motivos estes que levaram a administração municipal a aumentar o número de veículos, adquirindo um caminhão para que se pudesse dar continuidade ao serviço.⁴⁶ Foram realizados ainda outros trabalhos e projetos visando melhorar o espaço urbano de Santa Cruz. Em 1921 começaram os trabalhos preliminares para a construção de um novo reservatório de água.⁴⁷ Mais tarde, devido ao aumento no consumo se construiu um novo reservatório e em 1925 foi perfurado um poço artesiano para complementar o abastecimento.

No final da República Velha, a Intendência determinou o fechamento de canais que atravessavam a cidade em virtude da água parada e que produziam fortes odores, mosquitos e micróbios acarretando em efeitos nocivos à saúde da população. Quanto às casas, os moradores foram obrigados a construir fossas biológicas em seus terrenos, apresentando melhores condições sanitárias. A limpeza pública começou a ser feita por um caminhão, substituindo as duas carroças utilizadas anteriormente, sendo o serviço feito com regularidade.⁴⁸

Como se pode observar, as medidas adotadas em relação à saúde pública por parte do governo estadual diziam respeito apenas ao “isolamento dos doentes, especialmente em lazareto localizados longe dos centros populacionais, e a desinfecção das residências”, práticas estas imediatistas visto que não se tinha uma maior preocupação em intervir nos problemas de saúde e somente “após 1925 se pode perceber uma outra perspectiva, participando do discurso do governo estadual e propondo uma intervenção mais sistemática com fins educativos”.⁴⁹ Caso este que se pode verificar em Santa Cruz onde a interação do poder público nas questões de saúde ocorria através de práticas preventivas como água potável, urbanização e com fins educativos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRÃO, Janete Silveira. *Banalização da morte na cidade calada: a hespanhola em Porto Alegre*, 1918. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 15^a ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- _____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Ed., 1999.
- _____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.
- KRAUSE, Silvana. *Migrantes do tempo: vida econômica, política e religiosa de uma comunidade de imigrantes alemães na República Velha*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.
- MACHADO, Roberto et alli. *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

⁴⁵ Mensagem apresentada ao Conselho Municipal de Santa Cruz em 15 de outubro de 1925 pelo Intendente Felipe Jacobs Filho. Tip. Lamberts & Riedl.

⁴⁶ Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Santa Cruz pelo Intendente Felipe Jacobs Filho em 15 de outubro de 1926. Tip. Lamberts & Riedl.

⁴⁷ Mensagem apresentada ao Conselho Municipal de Santa Cruz em 15 de outubro de 1922 pelo Intendente Gaspar Bartholomay. Tip. Lamberts & Riedl.

⁴⁸ Relatório apresentado ao Exmo. Sr. General José Antonio Flores da Cunha D. D. Interventor Federal neste Estado pelo Prefeito Cel. José Wohlgemuth Koelzer pelo período de 23 de novembro de 1929 a 30 de setembro de 1930. Tip. Lamberts & Riedl.

⁴⁹ WEBER. *As artes de curar*. Op. cit., p. 71.

MARTIN, Hardy Elmiro. *Recortes do passado de Santa Cruz*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

MENEZES, João Bittencourt. *Município de Santa Cruz*. Santa Cruz do Sul: Typographia de Lamberts & Riedl, 1914, p. 14.

NASCIMENTO, Mara Regina do & TORRESINI, Elizabeth W. R. (orgs.). *Modernidade e Urbanização no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

PAULI, Liane Teresinha Schuh. *Uma história do binômio Saúde/Doença em Santa Cruz do Sul 1849-1908*. Santa Cruz do Sul: Dissertação de Mestrado, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, UNISC, 1998.

PICCOLO, Helga I. L. O Partido Republicano Riograndense e os alemães no Rio Grande do Sul. In: *Revista Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*. Porto Alegre: UFRGS, 1982.

REZENDE, Sonaly Cristina. *O saneamento no Brasil: políticas e interfaces*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Escola de Engenharia da UFMG, 2002.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *História sem fim...Inventário da saúde pública*. São Paulo – 1880-1930. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 2 vol., 1969.

SCHMACHTENBERG, Ricardo. Santa Cruz do Sul: Urbanização e Modernidade. In: DREHER, Martin N., (org.). *Imigração e imprensa*. Porto Alegre: EST/ São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004.

SILVA, Mozart Linhares da. *Do império da lei às grades da cidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar: Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República Rio-Grandense – 1889/1928*. Santa Maria: Ed. da UFSM; Bauru: EDUSC – Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.

WINK, Ronaldo. *Santa Cruz do Sul e sua evolução urbana: 1855 – 2000*. Santa Cruz do Sul: Dissertação de Mestrado, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, UNISC, 2000.

A “CONSTRUÇÃO” DA IDENTIDADE ENTRE OS IMIGRANTES ITALIANOS E SEUS DESCENDENTES NO RIO GRANDE DO SUL*

Paulo César Possamai**

A construção de uma identidade italiana começava a se formar na Itália quando partiram os primeiros emigrantes. Se entre os que nunca saíram do campo, geralmente os mais velhos, ela nunca chegou a se formar, não se pode dizer o mesmo dos mais jovens, que nas escolas e quartéis começaram a se perceber como membros de um Estado nacional. Os pais de Andrea Pozzobon eram pobres camponeses a serviço de grandes proprietários que resolveram emigrar para o Brasil. A pedido de seu pai, Andrea pediu seu desligamento dos quadros do exército italiano em 10 de agosto de 1885. Os poucos bens da família foram vendidos por preços irrisórios antes da partida. Em suas memórias, Andrea relata que o seu avô era quem manifestava maior alegria em partir. Para o autor, cujo sentimento nacionalista era bastante forte, tal atitude explicava-se pelo fato do seu avô ter vivido a maior parte da sua vida durante o domínio austríaco, razão do que o autor julgou “falta de orgulho nacional”.¹

Adami acredita que a lembrança da “pátria madrasta” permaneceu na memória dos imigrantes por muito tempo. Para sustentar essa idéia, cita versos que os imigrantes cantavam na partida, que ironizavam o futuro dos donos de terra, cuja mão-de-obra havia desertado. Também cita algumas declarações onde se vê o ressentimento contra os representantes do governo italiano que existia entre alguns imigrantes, que relacionavam-nos aos odiados proprietários de terra que haviam explorado seu trabalho na Itália.² Contudo, se no momento da partida muitos davam vivas ao Novo Mundo, as primeiras dificuldades no Brasil fizeram com que muitos se lembrassem com saudades da pátria. Lorenzoni conta que, na caminhada pela mata, ouviu entre os imigrantes que se dirigiam para a colônia Silveira Martins as primeiras maldições a Colombo e ao Brasil.³ De acordo com Luigi Petrocchi, ainda em 1905, muitos imigrantes continuavam magoados com a nova pátria: “Vivem sem que nada lhes traga à mente as doces recordações da terra natal; e se a memória da pátria-mãe não se extingui de todo, deve-se, mais que a qualquer outro, ao estado de miséria atual no qual se encontram, e que os faz odiar o país em que vivem”.⁴

O governo brasileiro procurou evitar a formação de blocos étnicos, intercalando colônias com terras particulares e misturando imigrantes de diversas proveniências. Porém os colonos resistiram a essa política, trocando os lotes que recebiam para ficar mais próximos dos seus parentes e vizinhos.⁵ Se as terras iam sendo ocupadas à medida que os imigrantes iam chegando, as trocas de lotes permitiram criar algumas pequenas ilhas culturais em determinadas linhas onde feltrinos, trentinos e vicentinos, por exemplo, se instalaram.⁶ Nos núcleos gêmeos de Urusanga e Crisciúma (1880), em Santa Catarina, os lotes foram distribuídos de modo que cada italiano se encontrasse entre um polonês e um brasileiro. Dentro de poucos anos, porém, através da troca dos lotes, os grupos étnicos concentraram-se em determinadas linhas, criando sociedades mais homogêneas do ponto de vista linguístico.⁷

** Doutor em História Social pela USP, prof. Adjunto da UFRN, e-mail: paulocpossamai@hotmail.com

¹ Zola Franco POZZOBON (org.). *Uma Odisséia na América*. Caxias do Sul: Educ, 1997, p. 35-44.

² João S. ADAMI. *História de Caxias do Sul*. 2ª ed. Caxias do Sul: Paulinas, 1971, p. 42.

³ Júlio LORENZONI. *Memórias de um Imigrante Italiano*. Porto Alegre: Sulina, 1975, p. 48.

⁴ Luigi Petrocchi. “As colônias italianas do distrito de Bento Gonçalves” (1905), in: Róvilio COSTA et alii. *As Colônias Italianas de Dona Isabel e Conde D’Eu*. Porto Alegre: EST, 1992, p. 82.

⁵ Mário MAESTRI. *Os Senhores da Serra*. Passo Fundo: UPF, 2001, p. 111.

⁶ Thales de AZEVEDO. *Italianos e Gaúchos*. Porto Alegre: A Nação/IEL, 1975, p. 216.

⁷ Emilio FRANZINA. *Merica! Merica!* Verona: Cierre, 1994, p. 112.

Segundo Franzina, em sua maioria, os colonos eram leais à luta movida pelo clero ultramontano ao Estado unitário italiano, porque anticlerical, mas se sentiam italianos ao manter contato com outras etnias, como os alemães ou luso-brasileiros.⁸ De fato, mesmo o nome da forma dialetal que se criou no Rio Grande do Sul a partir da mescla dos dialetos do norte da Itália atesta que os imigrantes passaram a se ver como italianos. Segundo Carboni: “Em relação às demais nacionalidades presentes no Brasil, os colonos peninsulares foram identificados, de maneira generalizadora, como *italianos*, e a língua por eles falada, como *italiana*. Fortalecida pelo unitarismo peninsular, essa generalização foi adotada pelos próprios imigrantes, que passaram a se autodenominar de italianos ou *taliani*”.⁹

Também os “alemães” que emigraram para o Brasil podiam considerar-se prussianos, badenses, oldemburgueses, etc. Entre os “poloneses” havia quem se considerava mazowiano, ruteno ou lituano. Uma realidade social que ainda não existia quando os navios saíam da Europa, foi se sedimentando no Rio Grande do Sul.¹⁰ Se entre os alemães vieram luteranos e católicos, vieram também maçons, anabatistas, judeus, etc. e ao lado de hamburgueses, encontravam-se prussianos, renanos, saxões, e também austríacos e dinamarqueses. A esse contingente heterogêneo de emigrantes, agregaram-se ainda intelectuais, médicos, pastores e membros da pequena nobreza. “Não havia identidade compartilhada dentro do grupo, sendo que a única característica em comum era a religião: católicos ou luteranos. Essa heterogeneidade resultou numa espécie de ‘reinvenção das tradições’ sob forma de uma negociação que resultou numa ‘tradição teuto-brasileira’: dialeto de uma região; hábitos alimentares de outra; religião de uma terceira. Se a memória se faz pelo compartilhamento de vivências, não havia uma ‘comunidade vivida’ comum”.¹¹

Se entre os italianos eram raros os casos de acatólicos, cedo eles perceberam que a sua religiosidade era diferente da dos católicos brasileiros, situação que veremos com mais detalhamento nas próximas páginas. Contudo, as diferenças no modo de vivenciar o catolicismo não devem ser exageradas de modo a empalidecer a cultura camponesa trazida da Itália como fez Manfroi ao afirmar que: “As colônias italianas do Rio Grande do Sul não eram um campo propício para a explosão da italianidade. Elas foram o mais extraordinário e original palco de explosão da catolicidade”.¹² Estamos de acordo com Thales de Azevedo de que se deve fazer distinção entre a política de italianidade oficial, propagada pelo Estado italiano, e o que também pode ser chamado de italianidade, que é a defesa da herança cultural trazida da Itália: costumes, língua e mesmo a religião, já que ela era vista como diferente daquela praticada pelos luso-brasileiros.¹³

Esse sentimento de italianidade não oficial surgiu antes mesmo da divulgação da política de italianidade patrocinada pelo governo da Itália, através do contato com os outros grupos étnicos, como uma forma de autodefesa. No seu estudo sobre a visão dos teuto-brasileiros acerca da colonização italiana, feito a partir da análise do jornal *Deutsche Zeitung*, Dietrich von Delhaes-Guenther, observou que a possibilidade de desenvolvimento das colônias italianas foi repetidamente posta em dúvida pela intelectualidade de origem alemã. Porém, de 1880 em diante diminuíram as dúvidas e as observações polêmicas e aumentaram as observações favoráveis, salientando que os colonos provenientes do norte da Itália se distinguiam pela frugalidade, empenho, grande diligência e adaptabilidade. Em 1885, Breitenbach chegou mesmo a desaconselhar

⁸ Emilio Franzina. “Pátria, região e nação”, in: Juventino DAL BÓ, Luiza H. IOTTI e Maria B. P. MACHADO (orgs.). *Anais do Simpósio Internacional Sobre Imigração Italiana e IX Fórum de Estudos Italo-Brasileiros*. Caxias do Sul: Educ, 1999, p. 31.

⁹ Florence Carboni. “A origem italiana dos falares da serra gaúcha”, in: Juventino DAL BÓ, Luiza H. IOTTI e Maria B. P. MACHADO (orgs.). Op. cit., p. 293.

¹⁰ Regina Weber. “A construção da ‘origem’: Os ‘alemães’ e a classificação trinitária”, in: Ana L. S. RECKZIEGEL e Loiva Otero FELIX (orgs.). *RS: 200 Anos. Definindo Espaços na História Nacional*. Passo Fundo: UPE, 2002, pp. 207-208.

¹¹ Ellen F. WOORTMANN. “Identidade e memória entre teuto-brasileiros: os dois lados do Atlântico”, in: *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre: UFRGS/IFCH/Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, ano 6, nº 14, 2000, pp. 206-218.

¹² Olívio Manfroi. “Imigração e Nacionalismo”, in: Juventino DAL BÓ, Luiza H. IOTTI e Maria B. P. MACHADO (orgs.). Op. cit., p. 52.

¹³ Thales de Azevedo. “Pesquisa sobre a Imigração Italiana”, in: *Imigração Italiana: Estudos*. Caxias do Sul: UCS, 1979, p. 65.

lhar os colonos teutos de estabelecerem-se na área colonial italiana alegando que, por muito que trabalhassem, não conseguiriam competir com os frugais italianos.¹⁴

Embora a opinião dos alemães com respeito aos italianos mudasse com o decorrer do tempo, face ao progresso material da região colonial italiana, Regina Weber aponta que havia uma hierarquia entre os imigrantes, de acordo com a ordem de chegada: “No sul do país, na região colonial, o termo ‘gringo’ sempre foi, antes de tudo, uma designação de ‘italiano’, aquele que chegou depois dos alemães e que, mesmo tendo várias semelhanças com estes, se contraposto com a população mais antiga do Estado, recebeu o tratamento de adventício, isto é, dentro da região colonial também havia estabelecidos e recém-chegados”.¹⁵

Se surgiram fricções entre os alemães, primeiros imigrantes a colonizar o Rio Grande do Sul, e os italianos, que chegaram cerca de meio século depois, a fricção maior se dava com os luso-brasileiros. Vários depoimentos atestam que o imigrante italiano ou alemão era muitas vezes escarnecido ou maltratado pelos luso-brasileiros, que achavam que tinham mais direitos de brasilidade que o imigrante que buscava uma nova pátria.¹⁶ O imigrante Andrea Pozzobon descreveu que, no porto de Santos, “continuamente a ‘negrada’ nos apupava com os pouco honrosos nomes de carcamanos, gringos, ladrões, filhos das... e outras boas companhias”.¹⁷ Já um imigrante, em Urussanga, queixava-se que, a cada questão com os colonos, os membros da comissão de terras faziam notar que eles eram brasileiros e que os colonos eram estrangeiros.¹⁸

Não é de se estranhar que os brasileiros demonstrassem aversão aos imigrantes. Os pobres viam o Estado patrocinar a colonização subvencionada com estrangeiros enquanto os nacionais permanecerem destituídos dos meios de acesso à terra, e os que a ocupavam sem possuir o título de propriedade foram expulsos dela em proveito dos estrangeiros.¹⁹ A elite sul-rio-grandense, voltada para a pecuária, se desinteressava da política de colonização promovida pelo governo central, enquanto os diretores das colônias e membros das comissões de terra viam os imigrantes como deserdados a quem não se devia dar muita consideração. Foram essas fricções interétnicas que favoreceram a construção de uma identidade coletiva que viu na etnicidade em comum um valor a ser preservado como uma forma de autodefesa.

Apesar da fama de ordeiro e submisso, o camponês vênето também se rebelava contra as duras condições existentes no campo. Andrea Pozzobon registrou em suas memórias que, durante o período em que prestou serviço militar na Itália, foram freqüentes as operações do seu destacamento contra greves organizadas pelos camponeses.²⁰ Um grupo de trabalhadores do lanifício Rossi, da cidade de Schio, na província de Vicenza, teve de emigrar depois de organizar um protesto contra a redução de seus salários em vinte por cento. O dono da fábrica teria perdoado os grevistas casados mas aos solteiros as alternativas foram a prisão ou o Brasil. Os imigrantes desse grupo que vieram ao Rio Grande do Sul deram início ao lanifício São Pedro, em Galópolis, Caxias do Sul.²¹ Se, a princípio, os operários de Schio, em sua maioria ex-agricultores vênетos recentemente incorporados à indústria, eram refratários ao anarquismo e socialismo devido ao anticlericalismo desses movimentos, com a greve de 1891, a cidade recebeu a alcunha de “cidade vermelha numa província branca”.²²

¹⁴ Dietrich von Delhaes-Guenther. “La Fondazione delle prime colonie italiano nel giudizio dei tedeschi”, in: Gaetano MASSA (org.). *Contributo alla Storia della Presenza Italiana in Brasile*. Roma: Instituto Italo-Latino Americano, 1975, pp. 43-54.

¹⁵ Regina Weber. “A construção da ‘origem’: Os ‘alemães’ e a classificação trinitária”, in: Ana L. S. RECKZIEGEL e Loiva Otero FELIX (orgs.). Op. cit., p. 211.

¹⁶ Antônio Hohlfeldt. “Desenvolvimento cultural na zona de imigração italiana”, in: *Imigração Italiana: Estudos*. Caxias do Sul: UCS, 1979, p. 212.

¹⁷ Zolá Franco POZZOBON (org.). Op. cit., p. 71.

¹⁸ Carta de A. Pescador. Urussanga, 11/06/1885, in: Emilio FRANZINA. *Merica! Merica!* Op. cit., pp. 117-118.

¹⁹ Consultar a situação dos brasileiros que viviam nas terras que foram loteadas aos imigrantes em: Terciane Ângela LUCHESE. *Relações de Poder*. Porto Alegre: PUC-RS, 2001, pp. 83-84 (dissertação de mestrado).

²⁰ Zolá Franco POZZOBON (org.). Op. cit., pp. 27-31.

²¹ Vânia Beatriz Merlotti HERÉDIA. *Processo de Industrialização da Zona Colonial Italiana*. Caxias do Sul: EDUCS, 1997, pp. 110-111.

²² Antônio Folquito VERONA. “Pacto Social e Luta Operária em Schio”, in: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 1997, v. 17, n. 34, pp. 13-52.

As difíceis condições nas colônias, durante os primeiros tempos, ocasionaram algumas rebeliões de camponeses vênnetos também no Brasil. Maestri alerta que não era fácil a relação dos colonos com os administradores coloniais, que viviam no contexto de uma sociedade escravocrata que desprezava o trabalho manual.²³ Já em 1876, os colonos de Caxias enviaram uma carta ao presidente da província reclamando da miséria a que estavam submetidos e da exploração e mau tratamento por parte das autoridades brasileiras.²⁴

Antes de 1879, por três vezes, grupos de colonos dirigiram-se a Porto Alegre para reclamar ao consulado. Porém, suas queixas não foram bem recebidas pelas autoridades consulares italianas, que não relacionavam os protestos às condições em que se desenvolvia a colonização, mas ao fato de que os agentes de emigração supostamente agiam sem escrúpulos ao recrutar gente inapta ao trabalho. Ao tentar desqualificar os queixosos como “vagabundos, preguiçosos e briguentos”, as autoridades italianas buscavam escapar de uma intervenção em favor dos colonos junto ao governo imperial. Por sua vez, o governo brasileiro tentou remediar o descontentamento pela falta de infra-estrutura nas colônias através da elasticidade na cobrança pelos lotes e no financiamento da construção de estradas, a fim de possibilitar aos colonos o sustento até a primeira colheita.²⁵

Os diretores das colônias tinham orientação de agir com cautela nos conflitos com os colonos, pois era do interesse do governo que houvesse ordem nas colônias, a fim de atrair novos imigrantes europeus.²⁶ Essa ordem freqüentemente era buscada através da perseguição aos líderes da revolta. Segundo Giron: “Os imigrantes, de acordo com a visão do poder, eram: pobres e trabalhadores, ou contraventores. Aos pobres era dispensada uma piedade limitada e aos contraventores os trâmites legais da extradição”.²⁷ A visão das autoridades consulares italianas não era muito diferente da existente entre as autoridades brasileiras. Iotti adverte que: “É importante lembrar que, além de serem representantes oficiais da Itália, os cônsules pertenciam a classes sociais privilegiadas, diretamente vinculadas ao processo de formação deste mesmo Estado”.²⁸

A preocupação com o prestígio da Itália no exterior não era o único empecilho que os imigrantes encontravam quando buscavam ajuda no consulado, pois tinham de contar que muitas vezes os representantes do governo italiano atuavam em favor dos latifundiários brasileiros ao invés de auxiliarem seus compatriotas. Andrea Pozzobon registrou em suas memórias que, embora sua família desejasse seguir para o Rio Grande do Sul, o navio no qual saíram do Rio de Janeiro aportou em Santos, de onde os imigrantes foram levados a São Paulo com a promessa de que posteriormente poderiam seguir ao seu destino. Porém uma vez, em São Paulo, o cônsul aconselhou aos imigrantes a permanência na cidade, prometendo terrenos, casas e dinheiro e taxando de “revolucionários imbecis” aqueles que continuavam a exigir a transferência para o sul. Como os protestos não surtiam efeito, os imigrantes ameaçaram telegrafar ao ministro dos assuntos estrangeiros, ameaça que acabou por resolver a questão pois então o cônsul autorizou o prosseguimento da viagem, mediante o compromisso de que os imigrantes não apresentassem uma queixa contra sua pessoa junto ao governo italiano.²⁹

Observa-se que, apesar da falta de uma atuação enérgica por parte das autoridades italianas em favor dos imigrantes, o que nem sempre era possível de ser feito, dada a fraqueza conjuntural do reino da Itália, eles freqüentemente recorriam a elas cada vez que surgia um conflito com as autoridades brasileiras. Em 1877, cerca de setenta colonos de Dona Isabel apresentaram ao cônsul e às autoridades provinciais um pedido para que continuassem a receber os subsídios. O presidente da província mandou que regressassem aos seus lotes sob a pena de prendê-los,

²³ Mário MAESTRI. Op. cit., p. 63.

²⁴ Tercian Ângela LUCHESE. Op. cit., pp. 78-79.

²⁵ Angelo TRENTO. *Do Outro Lado do Atlântico*. São Paulo: Nobel, p. 90.

²⁶ Tercinane Ângela LUCHESE. Op. cit., p. 130.

²⁷ Loraine Slomp GIRON e Heloisa Eberle BERGAMASCHI. *Colônia: Um Conceito Controverso*. Caxias do Sul: EDUCS, 1996, p. 57.

²⁸ Luiza Horn IOTTI. *O Olhar do Poder*. 2ª ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2001, p. 19.

²⁹ Zolá Franco POZZOBON. (org.). Op. cit., p. 69-70.

porém só um aceitou retornar. Para impedir os colonos de revoltarem-se, o governo provincial mandou dez policiais para as colônias de Conde D'Eu e Dona Isabel.³⁰ Segundo relatou Júlio Lorenzoni em suas memórias, o grupo só foi recebido pelas autoridades depois da intercessão de Joana Faes, que não só conseguiu uma audiência com o presidente como também evitou a prisão dos colonos. Se as autoridades brasileiras se recusaram a conceder os subsídios, atenderam ao pedido dos colonos de substituir o diretor da colônia por Ernesto Cartier, que logo tratou de construir um grande armazém e de iniciar a distribuição dos lotes. Porém os atritos com o novo diretor não demoraram a acontecer, pois ele foi comparado por Lorenzoni a “um senhor dos tempos medievais, na Itália”.³¹

As tensões entre os colonos e as autoridades brasileiras não se restringiam às colônias da serra. Os imigrantes que se estabeleceram em Silveira Martins, na região central do Rio Grande do Sul, enviavam sucessivas queixas ao consulado italiano de Porto Alegre pedindo providências com relação aos maus tratos, fome e “despeito que recebiam” sem que “ninguém olhasse por eles”. O salário que recebiam pelos trabalhos de desmatamento e construção de estradas era insuficiente para atender às necessidades básicas das famílias e muitas vezes o pagamento atrasava. Em 16 de julho de 1878, os imigrantes enviaram uma representação a Porto Alegre para exigir do presidente da província e do consulado italiano os salários atrasados e o fim dos descontos que a direção da colônia realizava. As tensões aumentavam e uma possível revolta dos imigrantes parecia iminente. O diretor da colônia chegou a ser ameaçado de linchamento e apelou à repressão policial para manter a ordem. A ameaça da rebelião assustou as autoridades e por isso a Inspetoria Geral de Terras e Colonização decretou a expulsão do país dos imigrantes que lideraram a revolta.³²

Por sua vez, os atritos com as autoridades brasileiras sucediam-se na colônia Dona Isabel. Em primeiro de fevereiro de 1882, o jornal “O Conservador” noticiou que o diretor da colônia mandou colocar o colono Ângelo Chiconi dentro de um caixão de morto, deixando-o exposto sob o escaldante sol de janeiro. Quando o comerciante Francesco Baldi tentou interceder a favor de Chiconi foi submetido ao mesmo bárbaro castigo.³³ Tal fato demonstra que o tratamento dado aos imigrantes por alguns diretores das colônias por vezes não se diferenciava do tratamento reservado aos escravos, apesar da posição do governo de que eles deveriam ser bem tratados a fim de incentivar a vinda de novos imigrantes ao Brasil.

O diretor Júlio da Silva Oliveira (1884), foi apelidado de jacobino por Lorenzoni, nome pelo qual ele denominava “os poucos brasileiros, moradores na colônia, que só viam em qualquer imigrante italiano um elemento de desordem e um parasita”. Segundo o autor das memórias, o diretor era hostil aos italianos, dando-lhes o apelido depreciativo de “gringos”. Quando o mesmo se negou a pagar o caixão de um imigrante que falecera logo ao chegar à colônia, deixando a mulher com vários filhos abrigada na Sociedade Italiana, Lorenzoni e seus amigos resolveram intervir. Protestaram contra o comportamento do diretor num artigo publicado no jornal *La Voce del Popolo*, assinado pelo presidente da Sociedade Italiana. Oliveira procurou vingar-se, mas os colonos mobilizaram-se, coletando mais de duas mil assinaturas de chefes de família na qual pediam ao presidente da província a substituição do diretor. Porém, não tiveram o apoio do governo nem do consulado italiano. O caso só foi resolvido quando Oliveira se transferiu para Alfredo Chaves, depois que os colonos lhe prepararam uma entrada fúnebre no seu retorno à vila.³⁴

Os atritos entre as autoridades e os colonos continuaram a acontecer mesmo depois da emancipação das colônias. Quando o subdelegado Justino Ferreira Pinto passou de chapéu perto da procissão de Santa Ana, celebrada em 26 de julho de 1888, foi repreendido pelo negociante

³⁰ Helga I. L. Piccolo. “Alemães e italianos no RS: Fricções inter-étnicas e ideológicas no século XIX”, in: Luís A. DE BONI. *A Presença Italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST, 1990, v. 2, pp. 579-580.

³¹ Júlio LORENZONI. Op. cit., pp. 132-135.

³² Jéri Roberto MARIN. *Ora et Labora*. Dissertação de Mestrado defendida na UFRGS em 1993, p. 115.

³³ Rovílio COSTA et alii. *As Colônias Italianas de Dona Isabel e Conde D'Eu*. Porto Alegre: EST, 1992, p. 203.

³⁴ Julio LORENZONI. Op. cit., pp. 164-166.

Fortunato De Mozzi. O subdelegado deu então ordem de prisão ao negociante, mas a atuação dos soldados foi impedida pela reação popular, que reagiu a pedradas e pauladas. A confusão fez debandar a procissão, ficando o pároco com o ostensório na mão, sozinho no meio da rua e mesmo o andor da santa foi abandonado pelas moças que o levavam.³⁵ Em 1905, durante três dias os colonos mantiveram-se defronte a prefeitura, armados de espingardas de caça e instrumentos agrícolas, em protesto contra um novo imposto municipal que pretendia cobrar quatro mil réis dos filhos casados que continuavam a viver com os pais. A chegada de vinte policiais militares de Porto Alegre conseguiu dissolver o grupo, que ameaçara colocar fogo no prédio e matar os funcionários.³⁶

Na análise de Giron e Bergamaschi os colonos eram mal vistos pelos grandes proprietários, que procuravam mantê-los isolados da população nacional. As privações a que os colonos foram submetidos tornaram-nos diferentes de seus compatriotas e distantes dos brasileiros, o que os impedia de romper os laços com a terra natal e estabelecer laços com a pátria adotiva. Desiludidos com promessas não cumpridas, passaram a desconfiar dos funcionários imperiais e também dos cônsules italianos. “Para eles a colônia era a única pátria possível, e os compatriotas dessa nova pátria eram os demais colonos”.³⁷

De fato, apesar do discurso nacionalista sobre a assimilação estar presente desde o Império, os projetos coloniais de ocupação das terras devolutas excluía os nacionais. Porém, a contradição entre a ideologia nacionalista e a prática era apenas aparente, pois devem ser consideradas as motivações econômicas e geopolíticas vinculadas ao planejamento da colonização, nem sempre consoantes com os princípios do nacionalismo. De um lado, havia uma concepção de nação elaborada, num sentido mais geral, por nacionalistas de diferentes matizes compartilhando ideais assimilacionistas e princípios de desigualdade racial, e por outro lado, os interesses econômicos e políticos provincianos que preferiam o “colono estrangeiro” no seu lugar, trabalhando o seu lote colonial sem apresentar reivindicações políticas.³⁸

Dentro desse contexto, os imigrantes buscaram recriar o ambiente das aldeias de origem, mas desta feita sem a figura do patrão. Se logo se viu a introdução de costumes da terra entre os imigrantes, isso não quer dizer que houve uma verdadeira integração. Já em 1880 os colonos gostavam de se fotografar com roupas de gaúcho³⁹ e existe uma enorme quantidade de fotos de imigrantes a cavalo, no estilo senhoril.⁴⁰ Mais do que integração, o que houve foi a absorção de certos costumes do Rio Grande do Sul que lembravam aos colonos os atributos da nobreza européia. Também para os imigrantes alemães a posse de um cavalo e uma arma de fogo era algo inusitado: simbolizavam a liberdade alcançada no Brasil.⁴¹

Paolo Rossato escrevia aos seus parentes dizendo que: “No campo, há 7 anos, não se encontrava ninguém além dos índios, homens selvagens que fugiam. Agora há 1.400 habitantes entre italianos e tirolezes, e pensa-se mesmo em formar uma nova Itália”.⁴² Rossato buscava eliminar o medo do desconhecido pela descrição de uma Itália recriada no Brasil: “Há também escolas italianas e não creiam vir para a América para trocar posições, ares e língua, porque a língua aqui é a italiana e somos todos italianos: perto de 1.400 habitantes. E agora, em nosso travessão, constrói-se uma escola”.⁴³ Deve-se notar que Paolo Rossato sempre fala numa nova Itália e não faz referência aos particularismos regionais. Por certo os regionalismos persistiam, mas fo-

³⁵ Julio LORENZONI. Op. cit., pp. 173-174.

³⁶ Julio LORENZONI. Op. cit., pp. 213-213.

³⁷ Loraine Slomp GIRON e Heloísa Eberle BERGAMASCHI. Op. cit., p. 23.

³⁸ Giralda SEYFERT. “As Identidades dos Imigrantes e o *Melting Pot* Nacional”, in: *Horizontes Antropológicos* (Relações Interétnicas). Porto Alegre: UFRGS/IFCH/Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, ano 6, nº 14, 2000, pp. 145-150.

³⁹ Piero BRUNELLO. *Pioneri*. Roma: Donzelli, 1994, p. 84.

⁴⁰ Mário MAESTRI. Op. cit., p. 82

⁴¹ Ellen F. WOORTMANN. “Identidade e memória entre teuto-brasileiros: os dois lados do Atlântico”, in: *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre: UFRGS/IFCH/Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, ano 6, nº 14, 2000, pp. 210.

⁴² Carta de Paolo Rossato. Caxias, 17/02/1884, in: Luís A. DE BONI. *La Mérica*. Caxias do Sul: UCS/Porto Alegre: EST, p. 32.

⁴³ Carta de Paolo Rossato. Caxias, 07/05/1884, in: Luís A. DE BONI. *La Mérica*. Op. cit., p. 40.

ram sendo progressivamente sufocados pela criação de uma identidade italiana unitária, favorecida pela fricção com as outras etnias. Se Rossato guardava ressentimentos pela falta de oportunidades que o obrigou a deixar a Itália, não renunciava aos costumes italianos, pois havia conseguido o que queria: tornar-se um proprietário de terra num espaço que lembrava seu torrão natal.

Os principais símbolos de pertença à nação italiana para os imigrantes eram a bandeira tricolor, o culto aos heróis nacionais e à família real. Mesmo quando se ia receber os padres ultramontanos não se deixava de levar uma bandeira italiana, apesar de todos saberem que eles rejeitavam qualquer relação com o reino da Itália, porque anticlerical. Em 1886, quando chegaram os palotinos ao Vale Vêneto, cem cavaleiros foram buscá-los na estação de Arroio do Só. De cada lado dos sacerdotes estavam quatro jovens, cada um com uma bandeira: italiana, brasileira, pontifícia e branca, representando a paz.⁴⁴ Não sabemos se a presença da bandeira italiana no cortejo agradou aos palotinos, que logo após sua instalação na região se destacaram no combate à difusão da política oficial de italianidade, mas a sua presença deve ter sido percebida como necessária pelos colonos, como indicativo da sua pátria de origem.

Em 1883, o cônsul Enrico Perrod afirmou que na região colonial italiana “reina um tal entusiasmo pelo governo italiano que me fez chorar de emoção”.⁴⁵ No ano seguinte o cônsul Pasquale Corte escreveu que em Dona Isabel havia “ainda maior entusiasmo que em Caxias no que se refere à pátria de origem”.⁴⁶ Provavelmente os cônsules exageravam nas referências que faziam do entusiasmo dos colonos pela Itália, mas tudo leva a crer que a distância da pátria-mãe e os contatos com outras etnias em certos casos criou e em outros reascendeu o sentimento de italianidade.

Como vimos anteriormente, as fricções se davam particularmente com os luso-brasileiros que administravam as colônias. Outra oportunidade de se observar como cedo se formou uma identidade coletiva italiana entre os colonos é analisar a relação nem sempre amigável entre os imigrantes que chegaram ao Brasil com passaporte italiano e os que possuíam o passaporte austríaco, embora também etnicamente italianos. Os trentinos foram freqüentemente escarnecidos pelos italianos por não quererem se confundir com os súditos da Itália. Nessa atitude há uma grande influência do clero ultramontano, que buscou manter acesa a fidelidade à Casa da Áustria e ao catolicismo entre os camponeses trentinos, com o objetivo de mantê-los afastados do anticlericalismo dos nacionalistas italianos.

Segundo Grosselli, durante o Império, teriam entrado cerca de 1.700 trentinos na colônia Caxias, aproximadamente 900 em Conde d’Eu e o mesmo número em Dona Isabel; entre 100 e 200 em Santa Maria da Soledade, entre 650 e 700 em Silveira Martins e por volta de cem indivíduos em Alfredo Chaves.⁴⁷ Apesar de presentes em quase todas as linhas da colônia Caxias, houve uma concentração maior de trentinos na primeira e na segunda léguas.⁴⁸ De acordo com o relatório do cônsul Antonio Greppi, em dezembro de 1883, o número de austríacos seria de 825 em Conde d’Eu e de 800 em Dona Isabel. Ainda segundo o mesmo, quase todos os registrados como austríacos eram originários do Trentino. Em Conde d’Eu, sua presença era mais destacada na Linha Figueira de Melo, com 527 indivíduos registrados, e na Linha Azevedo e Castro, onde seriam 147. Em Dona Isabel, foram registrados 174 austríacos na Linha Leopoldina e 512 na Linha Estrada Geral, onde superavam os italianos (497) e os brasileiros (306), em sua maioria filhos de imigrantes.⁴⁹ Mas os trentinos não se instalaram somente no interior do estado. Em Porto Alegre um grupo de imigrantes trentinos e mantovanos povoou a colônia agrícola particular de Vila Nova de Itália em 1894.⁵⁰

⁴⁴ Claudino Magro. “Os Palotinos em Silveira Martins e nas Colônias Italianas”, in: Luís A. DE BONI (org.). *A Presença Italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST, 1996, v. 3, 467.

⁴⁵ Enrico Perrod (1883), in: Rovílio COSTA et alii. Op. cit., p. 19.

⁴⁶ Pasquale Corte (1884), in: Rovílio COSTA et alii. Op. cit., p. 27.

⁴⁷ Renzo M. GROSSELLI. *Noi Tirolesi, Sudditi Felici di Don Pedro II*. Porto Alegre: EST, 1999, p. 120.

⁴⁸ Mário GARDELIN e Rovílio COSTA. *Colônia Caxias: Origens*. Porto Alegre: EST, 1993, p. 157.

⁴⁹ Antonio Greppi. “Algumas Notícias sobre as Colônias Conde d’Eu e Dona Isabel, 1884”, in: Rovílio COSTA et alii. *As Colônias Italianas de Dona Isabel e Conde d’Eu*. Porto Alegre: EST, 1992, pp. 34-44.

⁵⁰ Vittorio BUCCELLI. *Un Viaggio a Rio Grande del Sud*. Milano: Pallestrini & C. 1906, pp. 140-141.

Desde os princípios da imigração, os trentinos faziam questão de afirmar uma identidade separada da dos outros italianos. Pouco se importando com os ideais da burguesia do Trentino, que queria a unificação da província com a Itália, no Brasil a maioria dos imigrantes trentinos assumiram com orgulho a denominação de “tirolezes”, aceitando desse modo a política de assimilação que o governo austríaco implantou em 1816, quando o Principado de Trento foi oficialmente anexado à Áustria, com o nome de Tirol meridional.⁵¹ Convém, entretanto ressaltar que, apesar da tentativa de assimilar o Trentino à província do Tirol, em cujo parlamento os representantes trentinos foram sempre minoritários, o governo austríaco não se propôs a germanizar a região, mantendo o italiano como a língua utilizada no ensino público e nas deliberações dos conselhos municipais.⁵²

Embora a maior parte dos trentinos que emigraram para o Rio Grande do Sul fosse proveniente do sul da província, especialmente das regiões de Fiera di Primiero, Pergine e Rovereto, na zona limítrofe com as províncias de Belluno e Vicenza e, portanto, falantes de dialetos que tinham muitas afinidades com os dialetos vicentino e feltrino-belunês,⁵³ algumas características serviam para destacá-los dos outros imigrantes que se comunicavam através de formas dialetais parecidas. Aqueles que haviam prestado serviço militar antes de emigrar para o Brasil, falavam alemão ou possuíam algum conhecimento dessa língua, uma vez que ela era a língua oficial do exército austríaco.⁵⁴ Os padres trentinos freqüentemente sabiam falar italiano e alemão e por isso aqueles que vieram para o sul do Brasil não tiveram dificuldade em prestar assistência religiosa aos colonos italianos e alemães.⁵⁵

Júlio Lorenzoni escreveu em suas memórias que: “Os trentinos mantiveram sempre a máxima união entre eles e um grande apego e saudade de sua cara Áustria, demonstrando sempre uma certa aversão à Itália e aos italianos. E não se podia esperar coisa diferente se pensarmos no ambiente do qual haviam chegado e a educação que haviam recebido em sua Pátria”.⁵⁶ Provavelmente Lorenzoni se referia ao conservadorismo que impregnava a sociedade austríaca e, por consequência, também a trentina.

Porém, se os trentinos manifestavam aversão aos italianos, eles também sofriam discriminação. No auge dos nacionalismos, no século XIX, não era fácil pertencer a um grupo étnico que não se constituía em um Estado nacional. Os poloneses, obrigados a viajar sob o passaporte russo, prussiano ou austríaco, foram apelidados de “polacos sem bandeira”.⁵⁷ Os trentinos também foram alvo de pilhéria, sendo chamados de *senza bandiera* (sem bandeira) pelos imigrantes que tinham passaporte italiano.⁵⁸ Outra característica em comum entre os poloneses e os trentinos, era que os poloneses que vinham do Império Austro-Húngaro eram considerados mais conservadores e clericais que os poloneses que vinham dos territórios ocupados pela Alemanha e pela Rússia.⁵⁹

Ao estudar duas petições enviadas ao diretor da colônia Brusque, em Santa Catarina, Grosselli observou que os trentinos mostravam-se mais suplicantes que os vênéticos e lombardos ao apresentarem suas queixas. Enquanto os italianos apresentavam-se como súditos de “sua majestade Vítor Emanuel”, chegados ao Brasil com passaporte regular, a pedido do governo bra-

⁵¹ Renzo M. GROSSELLI. *Vincere o Morire*. Trento: Provincia Autonoma di Trento, 1986. p. 24.

⁵² P. JOUSSET. *L'Italie Illustrée*. Paris: Larousse, s/d., p. 118

⁵³ Vitalina Maria FROSI e Ciro MIORANZA. *Imigração Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Movimento, 1975, pp. 33-34.

⁵⁴ Arno J. MAYER. *A Força da Tradição*. São Paulo: companhia das Letras, 1987, p. 301.

⁵⁵ Vide as biografias dos padres Bartolomeu Tiecher, Augusto Finotti e João Batista Fronchetti, in: Arlindo RUBERT. *Clero Secular Italiano no Rio Grande do Sul*. Santa Maria: Pallotti, 1977, p. 47 e segs. O padre jesuíta Adolfo Giordani nasceu no Trentino e estudou teologia em Innsbruck, no Tirol. Sua fluência em italiano, alemão e português confundia os colonos, “que não sabiam a nacionalidade a que pertencia”. Arthur RABUSKE. *Os Inícios da Colônia Italiana do Rio Grande do Sul em Escritos de Jesuítas Alemães*. Caxias do SUL: UCS/Porto Alegre: EST, 1978, p. 58, nota 78.

⁵⁶ Júlio LORENZONI. Op. cit., p. 170.

⁵⁷ Alberto Victor STAWINSKI. *Primórdios da Imigração Polonesa no Rio Grande do Sul*. 2ª ed. Porto Alegre: EST, 1999, p. 115.

⁵⁸ Thales de AZEVEDO. *Italianos e Gaúchos*. Porto Alegre: IEL, 1975, p. 217.

⁵⁹ Riolando Azzi. “O catolicismo de imigração”, in: Martin N. DREHER. *Imigrações e História da Igreja no Brasil*. Aparecida: Santuário, 1993, p. 87.

sileiro, na petição dos trentinos a palavra “piedade” aparecia três vezes. Tal situação retratava a diferente condição dos imigrantes. O grupo dos trentinos não vinha de um país que recentemente havia lutado pela sua unificação e não contava com elementos garibaldinos ou carbonários que, com frequência, existiam entre os imigrantes italianos.⁶⁰

Também é importante ressaltar que os trentinos não contaram com o respaldo do governo austríaco às suas reivindicações. Se é verdade que os representantes do governo italiano poucas vezes realmente empenharam-se em ajudar seus compatriotas no exterior, que freqüentemente eram tratados como desordeiros que representavam um problema para o prestígio da Itália quando buscavam o auxílio do consulado,⁶¹ não se pode negar que a possibilidade de recorrer às autoridades diplomáticas estrangeiras se constituía numa forma de pressão contra a inobservância dos contratos. Os colonos trentinos foram abandonados à própria sorte pelo governo austríaco, que desaconselhava a imigração e procurava impedi-la através dos meios legais, deixando de se responsabilizar pelos que tomavam a decisão de emigrar. Por isso foram muito raros os casos de concessão de auxílio para o repatriamento de colonos que se mostraram arrependidos de ter deixado o Trentino, auxílios que eram freqüentemente concedidos nos consulados italianos.⁶²

Tal situação obrigou os imigrantes trentinos a serem mais subservientes às autoridades brasileiras que os imigrantes italianos, fato que não deixou de ser notado pelas mesmas, que freqüentemente comparavam com vantagem os trentinos aos italianos. O diretor da colônia Dona Isabel elogiava os trentinos por serem muito mais laboriosos e menos queixosos que os imigrantes italianos, os quais acusava de não serem agricultores em sua maioria, o que obviamente não era verdade.⁶³

Enquanto o governo austro-húngaro despreocupava-se da sorte dos súditos emigrados, especialmente dos grupos que pertenciam a etnias minoritárias dentro do império, como os trentinos e os poloneses, o governo italiano, especialmente sob a administração de Francesco Crispi, passou a desenvolver uma política que buscava manter vivo o sentimento de italianidade entre os italianos no exterior, favorecendo a criação de escolas e associações de auxílio-mútuo, numa tentativa de manter a ligação dos emigrados com a pátria-mãe.⁶⁴

Alguns trentinos aderiram à política oficial de italianidade ao tornarem-se membros de sociedades italianas, mas tudo indica que, apesar da adesão, na maioria das vezes eles continuaram a se sentir como um grupo à parte. Segundo Lorenzoni, os trentinos de Dona Isabel viam com apreensão o número crescente de italianos (vênetos e lombardos) que chegavam, o que lhes tirava a oportunidade de domínio na colônia. Porém, o mesmo autor ressaltou a dívida de gratidão que os italianos tinham para com os trentinos que, em 1882, fundaram a Sociedade Italiana de Mútuo Socorro Rainha Margarida, da qual o primeiro presidente era um trentino, natural de Caoria, Domingos Loss. Os trentinos foram descritos por Lorenzoni como: “De índole geralmente boa e pacífica, bons trabalhadores, econômicos, mas ao mesmo tempo teimosos ao extremo”.⁶⁵

Apesar de orgulharem-se em serem súditos austríacos, os trentinos que colaboravam com a criação de sociedades italianas sentiam que sua comunicação era mais fácil com os italianos que com seus compatriotas. Em Porto Alegre havia uma sociedade austro-húngara, a *Österreich-Ungarischerverein*,⁶⁶ que provavelmente reunia os austríacos que se expressavam em língua alemã. Em geral os austríacos de língua alemã se identificavam com os imigrantes alemães. Segundo Franz Metzler, ideólogo do teuto-brasileirismo: “Os alemães que aqui se fixaram evoluíram com muita rapidez para aquilo que nós somos, isto é, teuto-brasileiros. Assimilaram-se conosco na unidade do teuto-brasileirismo, para o qual contribuíram além deles e nós os suíços, os austríacos e muitos outros. Também os seus descendentes colaboraram na formação da unidade na

⁶⁰ Renzo M. GROSSELLI. *Noi Tirolesi...* Op. cit., pp. 157-158.

⁶¹ Luíza Horn IOTTI. Op. cit., p. 48.

⁶² Renzo M. GROSSELLI. *Vincere o Morire*. Op. cit., pp. 474-475.

⁶³ Terciane A. LUCHESE. Op. cit., pp. 87-88.

⁶⁴ Luíza Horn IOTTI. Op. cit., pp. 50-55.

⁶⁵ Julio LORENZONI. Op. cit., p. 171.

⁶⁶ Vittorio BUCCELLI. Op. cit., p. 204.

qual nos sentimos seguros”.⁶⁷

Na sua pesquisa sobre a presença dos trentinos em Santa Catarina, Renzo M. Grosselli verificou que os trentinos e italianos logo se misturaram e, se alguns representantes de um grupo tinham o retrato do rei da Itália em casa enquanto outros o do imperador da Áustria, inexistiam conflitos sérios. A rivalidade entre italianos e trentinos existia porém, e era alimentada pelos franciscanos alemães que pretendiam proteger os “bons tirolezes” dos “socialistas e maçons italianos”. Tudo indica que os franciscanos buscavam alimentar a ligação afetiva dos trentinos com a monarquia dos Habsburgos numa tentativa de impedir a adesão dos trentinos à propaganda nacionalista e anticlerical dos italianos.⁶⁸ De fato, pesquisa de campo realizada em Santa Catarina apontou que: “Os trentinos são, a julgar pela declaração de um dos informantes entrevistados, as famílias mais ligadas à esfera religiosa”.⁶⁹

Também no Rio Grande do Sul a fricção entre “italianos” e “austriacos” não deixou de existir e, por vezes, preocupou até mesmo as autoridades brasileiras. Em 1884, o engenheiro-chefe das colônias Dona Isabel, Conde D’Eu e Alfredo Chaves escreveu ao presidente da província de que estava em “moda entre os habitantes” um nacionalismo extremado através do qual “os colonos queriam estabelecer a preponderância de suas nações”. O engenheiro Oliveira temia que o rancor existente entre os trentinos e os italianos poderia ocasionar o esfacelamento das colônias, acarretando descrédito ao Império do Brasil. Alertava o governo provincial de que, em 25 de dezembro, seria necessário evitar um possível confronto, pois nessa data os trentinos inaugurariam uma bandeira austríaca, “festa a que os italianos se opunham”.⁷⁰ Apesar do tom alarmista do engenheiro, nada de grave se passou, de acordo com o testemunho de Júlio Lorenzoni.

A pedido dos elementos mais destacados do grupo trentino de Conde D’Eu e Dona Isabel, como o padre Augusto Finotti, João Joris e os irmãos Valduga, a municipalidade de Trento enviou a Felix Pedot uma bandeira provincial de seda. A bandeira ficou hasteada durante oito dias na fachada da casa de Pedot, em Dona Isabel, onde recebia um verdadeiro culto por parte dos trentinos, segundo Lorenzoni. No dia do aniversário do imperador Francisco José, os trentinos de Dona Isabel e Conde D’Eu se reuniram para inaugurar a bandeira com missa solene e bênção, seguida de um banquete realizado na casa de Davi Manica. Em todas as ocasiões festivas que se seguiram, a bandeira era hasteada na fachada da casa de Pedot, que ficava no início da rua principal da vila. O forte sentimento regionalista, alimentado pelo culto à bandeira provincial, freqüentemente degenerava em aversão aos italianos do reino unificado, que não deixava de existir mesmo por ocasião da contração de relações de parentesco.⁷¹

Tudo leva a crer, porém, que a rivalidade entre os dois grupos não se limitava ao sentimento regionalista, mas também se ligava às posições adotadas pela Áustria e pela Itália com relação à Igreja católica. Provavelmente os trentinos se consideravam mais católicos do que os italianos, pelo fato de não serem originários de um Estado condenado pelo papa. Eles contrapunham a autoridade de “Sua Majestade Apostólica”, título do imperador austríaco, ao reino italiano formado contra a vontade do papa. “Para tal imigrante, portanto, diferenciar-se dos demais italianos era reafirmar sua rejeição, tanto da propaganda socialista ou anarquista, quanto dos agentes de uma italianidade anticlerical ou ambígua”.⁷² Além disso, a monarquia conservadora dos Habsburgos correspondia aos anseios do clero e da sociedade patriarcal e camponesa. No Brasil os trentinos transferiram a simpatia que sentiam pelo imperador Francisco José a D. Pedro II e, quando a monarquia brasileira caiu, em 1889, os jornais católicos do Trentino manifestaram sinais de luto.⁷³

⁶⁷ Franz Metzler, in: Arthur Blasio Rambo. “A Identidade Teuto-Brasileira em Debate”. *Revista de Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUCRS, v. XXV, n° 2, dezembro de 1999, p. 188.

⁶⁸ Renzo M. GROSSELLI. *Vincere o Morire*. Op. cit., p. 483.

⁶⁹ Marilda R. G. Checcucci Gonçalves da SILVA. *Imigração Italiana e Vocações Religiosas no Vale do Itajaí*. Campinas: Unicamp, 2001, p. 223.

⁷⁰ Júlio da Silva de Oliveira apud Terciane Ângela LUCHESE. Op. cit., pp. 141-142.

⁷¹ Júlio LORENZONI. Op. cit., pp. 171-172.

⁷² Pedro Garcez GHIRARDI. *Imigração da Palavra*. Porto Alegre: EST, 1994, p. 22.

⁷³ Renzo M. GROSSELLI. *Noi Tirolezi...* Op. cit., p. 184.

Se, para o clero ultramontano, a emigração para as colônias agrícolas na América se configurava como a única saída possível para a preservação da tradicional sociedade camponesa e católica, para os que emigravam correspondia ao desejo de se tornarem pequenos proprietários de terra, livres da autoridade dos senhores e das pesadas taxações impostas pelo governo italiano a fim de possibilitar a construção do Estado unitário. Os anseios dos que deixavam a Europa correspondiam ao desejo das autoridades brasileiras de modernizar seu país através da criação de uma classe de pequenos proprietários brancos. Por sua vez, os subsídios à imigração e colonização foram concedidos pelo parlamento brasileiro, constituído em sua maior parte por representantes do latifúndio, com a perspectiva de que a criação de colônias agrícolas serviria de chamariz para a imigração espontânea que, posteriormente, poderia ser desviada para a lavoura cafeeira.

Ao chegarem às colônias agrícolas do Rio Grande do Sul, os imigrantes, cuja identidade coletiva na Itália raramente ultrapassava a aldeia natal ou, no máximo, a província de origem, foram recebidos como italianos pelas autoridades brasileiras, assim como pelas diversas etnias que habitavam a província. Se, no tempo da imigração em massa para o Brasil, o termo “italiano” muitas vezes adquiria o sentido de anticlerical entre essa população composta em sua maioria por camponeses conservadores e católicos, que emigrara justamente a fim de poder fugir à proletarização e ao anticlericalismo, aqui ele se tornou um símbolo identitário.

ELITES, INTELECTUAIS E A SEF

Evandro Fernandes¹

Este artigo analisa a atuação de grupos econômicos e intelectuais distintos dentro da comunidade étnica alemã, que denominamos de elites alemães, e sua atuação no cenário econômico, político, social e cultural do Brasil no pós-guerra. Estas elites, no plural, configuraram-se já nos primórdios da colonização alemã e se articularam não só a partir das necessidades internas destes grupos, mas também dos núcleos coloniais alemães. Propomos uma reflexão que nos leve a compreender o processo de formação e atuação destes grupos a partir de 1945, sua articulação em torno das elites luso-brasileiras e sua implicância para o surgimento da organização de ajuda humanitária denominada de *Socorro para a Europa Faminta*, SEF, no pós-guerra.

A integração dos imigrantes alemães no Brasil a partir da primeira metade do séc. XIX caracteriza-se por uma série de conflitos sociais, econômicos, políticos e culturais. A idéia de que os grupos imigrados mantiveram-se afastados da vida nacional, por causa de sua localização geográfica no interior do país e de sua resistência à assimilação cultural, não consegue sustentar-se mais. Segundo René Gertz, muitos estudos a respeito da imigração alemã estão alicerçados no pressuposto de um isolamento geográfico e cultural dos imigrantes.²

Desde o início do processo de ocupação territorial, os imigrantes se mobilizaram a fim de superar as dificuldades impostas pelo não cumprimento das promessas que lhes foram feitas pelas autoridades brasileiras, assim como para adaptar-se ao novo contexto. Esta articulação dos imigrantes deve ser interpretada como uma ação política, como uma resposta à variedade e à complexidade das dificuldades apresentadas pelo contexto brasileiro. Ela indica que havia elementos em meio aos imigrantes e seus descendentes que estavam dispostos a defender os interesses do grupo étnico alemão, ou os seus interesses classistas individuais, e a marcar presença no debate político local, provincial e nacional.³

A formação de uma comunidade e identidade étnicas alemãs no Brasil têm sentido a partir do contato dos imigrantes e seus descendentes com a comunidade luso-brasileira, com o Estado Brasileiro estruturalmente organizado e, o que é muito importante, a partir da organização e ação de grupos articulados que buscam mobilizar a comunidade imigrantista em suas relações sociais internas e externas.⁴ A dinamização econômica e política das colônias alemãs, a partir de 1845, quando do fim da Guerra dos Farrapos, não só possibilitou uma crescente distinção econômica e social entre os imigrantes alemães como contribuiu para o progresso social, material e cultural do cenário das províncias do sul do país e fez com que, nos centros urbanos das colônias, florescesse uma elite intelectual que, aliada à elite econômica que despontava, iniciou a

¹ Evandro Fernandes é bacharel em Teologia pela Escola Superior de Teologia da IECLB (EST/São Leopoldo), licenciado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS, São Leopoldo) e mestrando em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC/Florianópolis).

² Segundo o autor, isso leva muitos historiadores a conclusões apressadas sobre: (...) a falta de integração dos imigrantes, o perigo de dissociação da unidade brasileira, sobre uma racionalidade especificamente alemã determinando o comportamento das populações, sobre a sobrevivência de messianismos e hábitos exóticos e criminosos, como o racismo e anti-semitismo Cf. GERTZ, *Os quistos étnicos*, p.10

³ Cf. TRAMONTINI, *Etnicidade e Política*, p.02

⁴ Entretanto, não é possível, segundo Gertz, tentar explicar os objetos históricos relativos à imigração alemã no Brasil somente a partir de uma contraposição entre os interesses da população de origem alemã e a população de outra origem étnica como os lusos. A variável étnica é apenas um dos elementos subjacentes aos estudos a respeito da imigração alemã no Brasil. As diferenças internas do grupo étnico alemão também devem ser estudadas, pois implicam no confronto de interesses de classe distintos que articulam diferentes formas de comportamento frente aos desafios que se colocam aos imigrantes. Cf. GERTZ, *Op. Cit.*, p.11

reflexão em torno da inserção e participação do elemento alemão na configuração social, política, econômica e cultural do Brasil.

Tal fato é perfeitamente compreensível, pois, segundo Oscar Fernandez, diante de determinadas circunstâncias históricas específicas, os intelectuais, enquanto atores sociais, passam a projetar “futuros”, oferecer interpretações e reformular idéias e valores fundamentais para sua comunidade de origem. Sua figura não se destaca em função de alguma virtude mágica, de algum poder transcendente, mas pela mera capacidade de articulação, de formular e informar.⁵ O intelectual é alguém que, *por via da manipulação conceitual procura encaixar a sua sociedade num projeto qualquer (radical ou conservador, leigo e temporal, ou reflexo de uma concepção de ordem supra natural)*.⁶ Segundo Antônio Gramsci, o desenvolvimento econômico e social dos grupos sociais tem como consequência o surgimento de elementos distintos que articulam os anseios sociais, políticos, materiais e culturais do grupo.⁷

No que diz respeito ao conceito de elite, é necessário esclarecer que, segundo Flávio Heinz, trata-se de um conceito pouco claro, que é seguidamente criticado pela sua imprecisão. O conceito de elite diz, na maioria das vezes, respeito à percepção social que têm os diferentes atores sociais acerca das condições desiguais dadas aos indivíduos no desempenho de seu papel social e político.⁸ Existe uma pluralidade de elites, ou seja, elas não são exclusivamente econômicas e políticas, pois os atores sociais atuam em diversos campos da sociedade nos quais características como *riqueza, busca de influência, prestígio, história familiar e cultura não podem ser redutíveis a uma ou outra destas dimensões*.⁹ Para Heinz, há uma relação intrínseca entre as elites e os grupos profissionais. Estes articulam-se em torno de estratégias coletivas de representação e reivindicação social.¹⁰ Profissionais liberais ligados a medicina, direito, educação, jornalismo, teologia, exército, etc... fazem parte das elites na medida em que, usando estratégias eminentemente escolares de ascensão ou de conservação social, estão associados à busca de prestígio e, conseqüentemente, confirmam sua condição de elite.¹¹

Os embates entre as elites alemãs e luso-brasileiras dar-se-ão mais precisamente no campo político. As últimas décadas do século XIX propiciarão a emancipação político-administrativa de algumas colônias e a formação de municípios autônomos. A partir daí os imigrantes alemães passam à condição de eleitores potenciais, desde que nascidos no Brasil ou naturalizados, e a disputar os cargos políticos abertos nos municípios.¹² Os interesses das forças políticas externas às áreas de colonização, representadas por luso-brasileiros que, muitas vezes, ocuparam cargos públicos nas ex-colônias, e por famílias de prestígio, confrontar-se-ão com as lideranças locais alemãs que possuem relativo poder econômico e prestígio intelectual.¹³

Esta disputa pelo espaço público, político e social das elites emergentes coloniais, que coloca em xeque os interesses das elites republicanas, despertará nestas últimas atitudes nativistas que passam a considerar o elemento alemão como um alienígena. As elites brasileiras, alicerçadas nos ideais nacionalistas, passam a considerar os alemães longe dos ideais de brasilidade e a articular e disseminar um discurso excludente a respeito desta população que será considerada etnicamente inassimilável e um perigo para o país.¹⁴

⁵ Cf. FERNANDEZ, *O papel do intelectual no Brasil. Uma perspectiva recente.*, p.30

⁶ Idem.

⁷ Segundo Gramsci: *Cada grupo social nascendo no terreno originário, de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político*. Cf. GRAMSCI, *Os intelectuais e a organização da cultura*, p. 03

⁸ Cf. HEINZ, *Considerações acerca de uma história das elites*, p.42

⁹ Idem.

¹⁰ Id. Ibid., p.46

¹¹ Id. Ibid., p.47

¹² Cf. SEYFERTH, *Identidade nacional, diferenças regionais, integração étnica e a questão imigratória para o Brasil*, p.93

¹³ Idem.

¹⁴ Importante representante desta corrente nacionalista brasileira será Sílvia Romero, que desenvolverá um discurso xenóforo a respeito dos imigrantes alemães. Segundo Luiz Felipe Falcão, duas obras escritas no período republicano desempenharam um importante papel para a construção do entendimento acerca dos problemas ligados à inserção das minorias étnicas, em especial a alemã, no Brasil. Uma seria o romance Cannã, de autoria de Graça Aranha, e a outra O Alemanismo

A Primeira Guerra Mundial foi muito importante para a etnia alemã, pois arrancou os alemães de seu isolamento geográfico local e os lançou, a nível nacional, em confronto direto com a sociedade brasileira. Se antes de 1914 os imigrantes só haviam participado de forma esporádica e, por vezes, somente com alguns de seus representantes, dos grandes acontecimentos nacionais, agora, todo o grupo étnico alemão via-se envolvido pela eclosão da guerra em solo europeu.¹⁵ Este envolvimento não atingiu os alemães somente por causa do rompimento temporário de seus laços com a Alemanha, mas também pelas medidas restritivas que viriam a ser impostas às populações coloniais nos últimos anos da guerra.¹⁶

A subida de Hitler ao poder, a instalação do Terceiro Reich, a eclosão da Segunda Guerra Mundial e a disseminação das idéias Nacional-Socialistas nas colônias alemãs, a partir de 1933, fez com que os debates em torno da integração das minorias étnicas viessem novamente à tona com mais intensidade. Que havia elementos alemães, tanto nas elites urbanas, rurais e em meio aos imigrantes no Brasil que aderiram ao projeto de Hitler e procuraram ajudar em sua implementação, não resta dúvida. Entretanto, por outro lado, também houve aqueles que cedo desconfiaram das intenções do Führer e criticaram a onda de adesões que ocorria.¹⁷

O fim da Segunda Guerra Mundial, da qual o Brasil também veio a tomar parte em 1942, determinou, juntamente como outras causas significativas, o fim do Estado Novo e o “afastamento” temporário de Getúlio Vargas do poder. A “democratização do país”, a partir de 1945, permitiu que, paulatinamente, as elites alemães voltassem novamente a atuar no cenário político e social nacional. A Campanha de Nacionalização teve como efeito significativo a maior participação do elemento alemão na vida política do país. A ação das elites do grupo étnico alemão na sociedade sul brasileira não se constituiu, portanto, numa iniciativa momentânea do pós-guerra, mas já existira no contexto anterior permitindo, desta forma, uma rearticulação das lideranças alemãs em prol das necessidades mais prementes da etnia alemã.

A Segunda Guerra Mundial e a Campanha de Nacionalização do Estado Novo não resultaram no alijamento das elites alemãs, pois estas podem ser consideradas *preexistentes e representantes de uma continuidade histórica que não fora interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas*.¹⁸ A ação em prol da Alemanha no pós-guerra, por meio da organização de ajuda humanitária denominada de *Socorro para a Europa Faminta*, SEF, que buscou ajudar materialmente as vítimas da guerra, pode ser considerada a primeira tentativa de articulação das elites alemãs com o intuito de mobilizar a etnia alemã para algo que pudesse colaborar para a reconstrução dos laços culturais com a Alemanha e de solidariedade étnica que haviam sido rompidos.

A estruturação eclesial foi muito importante para a introdução de elementos intelectualmente distintos e atuantes na comunidade imigrantista. Sacerdotes com formação teológica oriun-

no Sul do Brasil, de Sílvio Romero. A primeira abriu caminho para dar maior visibilidade às tensões e conflitos presentes na sociedade brasileira e no processo de inserção dos imigrantes alemães e seus descendentes. A segunda não só caracterizou a presença dos alemães no país como o “perigo alemão”, mas propôs medidas concretas para extirpá-lo do seio da nação. Além disso, a obra de Romero possibilitou a articulação de elementos simbólicos que seriam extremamente importantes para constituir o imaginário social dos brasileiros a respeito dos alemães e de seu caráter. Cf. FALCÃO, *Entre Ontem e Amanhã. Diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no séc. XX*. p.61-65

¹⁵ Desde o início da imigração os alemães tomaram parte na vida nacional. A Guerra do Paraguai, a Revolução Farroupilha, a Revolta do Contestado, a Revolução Federalista e a Revolta dos Mucker são somente alguns exemplos de conflitos sociais e políticos nos quais havia a presença de representantes da etnia alemã.

¹⁶ A eclosão da Primeira Guerra Mundial não determinou, no início, medidas restritivas aos alemães no Brasil. O Brasil levou muito tempo para aderir aos Aliados. O rompimento das relações diplomáticas entre os dois países somente ocorreu em 11 de abril de 1917 e, a declaração de guerra, em 26 de outubro de 1917, ou seja, praticamente no fim do conflito. Cf. FALCÃO, *Op. Cit.*, p.92 e 94

¹⁷ Não foram somente a Alemanha e Itália que desenvolveram regimes fascistas ou tiveram grupos que se articularam em torno dele. O fascismo faz parte de um amplo contexto mundial, no qual as democracias haviam perdido sua credibilidade para solucionar os principais problemas político-sociais das sociedades mundiais. Países como Portugal, Espanha, Brasil, Argentina, França, etc., também terão contato com as idéias fascistas e alguns vão, inclusive, adotar regimes fascistas. No Brasil a Aliança Integralista Brasileira, AIB, liderada por Plínio Salgado, será o baluarte das idéias fascistas no país contando, inclusive, com alguns alemães em seus quadros. Para maiores informações sobre o fascismo à nível mundial veja: RÉMOND, *O século XX. De 1914 aos nossos dias*, p.91-106

¹⁸ Cf. GRAMSCI, *Op. Cit.*, p. 05

dos da Alemanha, tanto católicos quanto protestantes, influenciaram a vida social, religiosa e educacional dos imigrantes.¹⁹ Foi do seio da instituição eclesial mais significativa do país, a Igreja Católica, que nasceu a idéia de mobilizar-se em prol das vítimas do pós-guerra.²⁰ As lideranças intelectuais que articularam a SEF, Pe. Balduino Rambo, idealizador e secretário da obra, e Pe. Henrique Pauquet, provêm do meio eclesiástico, mais especificamente da Companhia de Jesus. Estas lideranças eclesiásticas podem, segundo Gramsci, considerar-se a si mesmas como sendo autônomas e independentes do grupo social dominante.²¹ Sua autoridade depende, segundo Pierre Bourdier, da capacidade de mobilização de forças materiais e simbólicas dos grupos ou classes que pode mobilizar.²² A organização da SEF se dá, portanto, através da atuação de indivíduos procedentes do meio eclesial, intelectuais com relevantes serviços prestados à etnia alemã.

A organização da SEF ocorre a partir de um apelo da Caritas Sueca²³ dirigido pelo Pe. Jesuíta Adelpf ao Pe. Balduino Rambo e Pe. Henrique Pauquet, solicitando ajuda da comunidade alemã brasileira para minorar as dificuldades materiais dos alemães. Ambos atuavam no Colégio Anchieta em Porto Alegre e a escolha destes nomes deve-se, provavelmente, a seu elevado prestígio junto às colônias alemãs, onde desenvolveram um significativo trabalho em prol da colonização alemã e da organização do grupo étnico alemão. Balduino Rambo também era articulador e disseminador de um discurso germanista que tinha muita aceitação nos círculos imigrantistas.

O fim da Segunda Guerra Mundial não foi simplesmente aceito como um fato consumado por elementos que, como Balduino Rambo, haviam sido muito ativos no projeto de implantação de uma germanidade no sul do país. Rambo procurou fazer, em suas anotações pessoais, uma análise criteriosa do contexto do pós-guerra no qual deixou aberto um caminho que dá margens à validade de algumas idéias veiculadas pelo Nacional-Socialismo que ainda mereceriam, após o fim da guerra, alguma credibilidade.²⁴ A derrota alemã só foi aceita por Rambo depois de muito

¹⁹ Os padres jesuítas, que retornaram ao sul do Brasil a partir de 1849, e os pastores protestantes, que foram enviados pelas organizações eclesiásticas evangélicas da Alemanha a partir de 1865, apropriaram-se das escolas e dos púlpitos para introduzir novas práticas discursivas que tinham como finalidade mudar o comportamento religioso e social dos imigrantes, ou seja, alterar as condutas individuais, familiares e comunitárias que acreditavam ser inadequadas aos colonos. De acordo com João Biehl, a atuação pastoral dos sacerdotes e de “sujeitos esclarecidos” (*aufgeklärt*) recém chegados permitiu dar forma a um germanismo local, *hiesiges Deutschtum*, a partir de 1860, que confrontou-se com a cultura colona autóctone vivida no sul do Brasil. Houve, portanto, segundo o autor, um confronto entre uma “cultura colona” e uma “cultura letrada”, esta última importada, oriunda do universo exterior dos imigrantes e muito mais adequada às novas necessidades dos grupos locais economicamente ascendentes das colônias. Estes queriam administrar a vida das colônias e ascender ao poder legislativo das províncias. Apropriando-se e instrumentalizando o conceito de cultura, *Kultur*, estes elementos intelectuais articularam o seu discurso que ia ao encontro dos anseios de uma “burguesia emergente” nos núcleos coloniais e era, então, disseminado pelos administradores, negociantes, intelectuais maçons e missionários. Cf. BIEHL, *Cultura e poder no tempo dos Mucker*, p. 165-170

²⁰ A Igreja sempre teve um papel importante na organização social das colônias alemãs, pois seus integrantes, que podemos considerar como parte de uma elite letrada e, portanto, intelectual, sempre contribuíram para *determinar a ideologia religiosa, filosofia e ciência de uma época através da escola, instrução moral da justiça, da beneficência e assistência*. Cf. GRAMSCI, *Op. Cit.*, p. 05

²¹ Id. *Ibid.*, p. 06

²² Cf. BOURDIEU, *A economia das trocas simbólicas*, p. 58

²³ Cáritas é uma instituição da Igreja Católica, de âmbito internacional, com 146 organizações membros, atuante em 194 países. A Rede Caritas Internationalis tem sede em Roma e abrange todas as Cáritas nacionais, incluindo a Brasileira. É subdividida em 7 regiões: América Latina e Caribe, África, Europa, Oceania, Ásia, América do Norte e MONA (Oriente Médio e Norte da África). Ela atua com abertura ecumênica, estabelecendo parcerias com organismos nacionais e internacionais pelo resgate dos direitos humanos. A Caritas Internationalis é reconhecida pelo Conselho Socioeconômico da ONU como de “status consultivo geral”.

²⁴ Em suas reflexões de 22/06/1945 afirma: *Sou como é natural o último a justificar no seu todo o Nacional-Socialismo e seus estadistas. No seu julgamento me deixo guiar apenas pelos princípios perenes da doutrina cristã sobre o Estado e o Direito. É uma concepção vesga e simplesmente infantil da História afirmar que Hitler e seus partidários são os únicos responsáveis por esta guerra. Vascularizar as raízes do conflito, não é minha intenção. (...) Daí se conclui que é absurdo responsabilizar, a torto e a direito, os encarregados das operações históricas por todos os males que ocorrem. São vassouras de Deus, nada mais. Julgar suas atitudes internas, cabe unicamente a Deus. Avaliar seu verdadeiro significado só será possível numa época assaz distante, depois de se ter recuperado a medida objetiva. Para mim Hitler é um desses homens, para cujo julgamento convém aplicar o discernimento dos espíritos. O homem superficial, que se abastece da publicidade mastigada dos jornais vê nele o único causador da guerra. (...) Este homem amou seu povo, este homem manteve-se fiel aos amigos, este homem tombou no combate contra o arquiniimigo da cultura cristã. Não enfrentou morte prosaica dos políticos, mas morte do soldado. E todas estas qualidades merecem respeito de todos aqueles que se arrogam ao direito de julgar o procedimento do semelhante. Ignorar tais qualidades, é mostra de pobreza própria* Cf. RAMBO, *Em busca da grande síntese*, p.118-119

tempo e, a ocupação da Alemanha, foi encarada como um evento passageiro que seria corrigido pelo andar da História. Rambo acreditava que a Alemanha ressurgiria como potência mundial no cenário internacional. Além disso, acreditava que a morte de Hitler não havia sido em vão.²⁵

Esta visão de Balduino Rambo a respeito do futuro da Alemanha e do legado de Hitler sofrerá um revés à medida que os anos passam. As notícias da Europa com relação ao tratamento concedido aos judeus, as descobertas dos campos de extermínio em massa, que chegam ao país somente depois de terminada a guerra, devem ter contribuído para uma nova reflexão de Rambo a respeito do assunto. Esta fez com que condenasse, em observações posteriores de seu diário e em correspondências pessoais, o Nacional-Socialismo e o partido.²⁶

Creio que a visão de Rambo não pode ser considerada algo específico de sua pessoa. A derrota alemã deve ter abalado outros elementos pertencentes aos círculos intelectuais e econômicos significativos da etnia alemã e que também estavam envolvidos no projeto de implantação de uma germanidade no sul do país. Isso não significa que todos estivessem vinculados ao Nacional-Socialismo e aos movimentos fascistas internos do país, como a Aliança Integralista Brasileira, AIB. Muitos alemães defensores de um discurso germanista tiveram atritos com os partidários do Nacional-Socialismo e do fascismo no Brasil.

O pedido de Pe. Adelporf será imediatamente atendido visto ser, na opinião de Rambo, uma “atitude de caridade cristã”. Contudo, mais do que uma simples “atitude de caridade cristã”, a SEF mostrou-se como um recurso para a reconstrução dos antigos laços culturais com a Alemanha, assim como uma possibilidade para o restabelecimento do antigo projeto de germanidade que havia sofrido um profundo revés no Brasil com o desencadeamento da Segunda Guerra Mundial.²⁷

Rambo fazia parte dos representantes da etnia alemã que ainda acreditavam num projeto de germanidade para as colônias alemãs, apesar dos abalos provocados pela Campanha de Nacionalização do Estado Novo. Estes elementos podem ser encontrados nos mais diversos campos de atuação como Igrejas, escolas, comércio, empresas e nos segmentos políticos ligados à etnia alemã. Estes vão buscar, no pós guerra, uma rearticulação de suas ações à nível local e nacional a fim de conseguir voltar a cultivar os valores culturais alemães, dos quais o discurso germanista é portador. Marcos Konder, político catarinense, que também é contatado por Rambo para colaborar na organização e condução dos trabalhos da SEF em SC, também possui um envolvimento

²⁵ Segundo suas anotações pessoais: *A Alemanha vai se recuperar. Uma nação que conta com oitenta milhões de habitantes, não se deixa abater por uma derrota. A presteza com que poderá surgir a reconstrução, ficou constatada após a Primeira Guerra Mundial. Esta guerra ainda não trouxe a liberdade; devemos esperar por outra. Esta vez os ricos tiveram a supremacia sobre os pobres; mas não está escrito em nenhum livro profético, que a Alemanha ficará submissa para sempre. De resto, mais uma vez ficou provado com clareza que nenhuma potência mundial isolada consegue derrotar a Alemanha. A chave da Europa e com ela todo o mundo, está hoje, como antes, nas mãos da Alemanha. Com isso ficou assentada a missão da Alemanha. Hitler foi o grande tambor contra a peste mundial do judaísmo bolchevista; não conseguiu triunfar, tombou no combate por seus ideais. A semente por ele esparramada, talvez tornará a nascer e produzir fruto. Além disso acontece em geral que as derrotas perante o tribunal da História são as maiores vitórias. O senhor Deus ainda tem algum plano em relação à Alemanha; do contrário, não permitiria que esta nação agüentasse duas vezes tamanho sofrimento. Em absoluto alimento a presunção de prever e predizer o futuro. Acredito entretanto, com fé inabalável, que ainda hei de presenciar em vida a missão e grandeza da Alemanha.* Id. Ibid., p. 121-122

²⁶ Em carta a Dom Thomas Keller, do Mosteiro de São Bento no Rio, Rambo afirma: *O partido está morto. Estamos aqui para amar juntos e não para odiar juntos.* Cf. Acervo Benno Mentz. Carta de Balduino Rambo a Dom Thomas Keller, 29/09/1946.

²⁷ De acordo com o diário pessoal de Rambo datado de 18/06/1946: *A atividade de Caritas em prol da Alemanha abre a primeira via, trancada até agora, para nos repormos em contato com a terra natal de nossos ancestrais. Acarício a intenção, bem consciente e calculada, de reatar os laços rompidos das relações culturais. Nenhum poder do mundo é mais forte do que a comunhão nascida do sofrimento e do sacrifício. Os laços que deste modo estreitamos, serão mais sólidos que os acordos bilaterais de comércio e bem mais autênticos e duráveis que as uniões populares e febris do Nacional-Socialismo. Interesse-me, em terceiro lugar, pelo reerguimento da germanidade no Brasil. É a primeira vez que, como parcela confinada de povo, novamente nos achamos unidos, num empreendimento de caridade, em prol de nossa mãe que passa fome e que se converteu em mulher pedindo esmolas. A primeira pedra fundamental na muralha de nosso ressurgimento é o amor filial e fraternal de cristãos, e uma pedra dessas agüenta a pressão de milênios* Cf. RAMBO, Op. Cit., p.202-203

com os círculos germanistas e luta, no pós-guerra, pela volta da liberdade de expressão cultural da minoria étnica alemã.²⁸

A SEF pode, portanto, ser encarada como um instrumento de articulação de alguns representantes das elites alemãs que viram nesta ajuda material a possibilidade de concretização de seus antigos ideais. Ideais que não haviam sido simplesmente abandonados, mas que se encontravam muito vivos, latentes e que aguardavam uma oportunidade para aflorar. A possibilidade de ajuda material aos irmãos necessitados que se encontram d'além mar reunirá toda a comunidade étnica alemã em torno desta causa e contribuirá para que determinados segmentos sociais representativos da etnia possam voltar atuar no cenário nacional.

A SEF atingiu, em princípio, elementos economicamente representativos do grupo étnico alemão. Estes grupos possuíam capital financeiro disponível para financiar a ajuda material aos alemães. São, portanto, os grandes comerciantes (*Großhandel*) e os industriais (*Industrie*) os primeiros segmentos convidados a participar da SEF.²⁹ Estes localizam-se nos núcleos urbanos mais significativos dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Os núcleos coloniais deveriam ser atingidos posteriormente, visto que não havia intenção em *interferir em coletas de ordem eclesiástica e particular das freguezias*.³⁰

Entretanto, a organização e atuação da SEF ocorreu paralelamente às instituições eclesiais católicas e protestantes, ou seja, apesar de contar com elementos das duas confissões em seu quadro de colaboradores, funcionou de forma independente e privada.³¹ O relacionamento de Balduino Rambo com as autoridades eclesiais do Rio Grande do Sul, em especial do Arcebispo D. João Becker, falecido logo após a criação da SEF, havia sido muito tumultuado, pois o mesmo era um defensor ferrenho da nacionalização forçada dos imigrantes alemães. D. João Becker defendia a nacionalização empreendida por Vargas. As discordâncias em torno do germanismo podem ter levado Rambo e Pauquet a trabalhar de forma independente das autoridades eclesiais.

Por outro lado, temos de considerar que a situação do pós-guerra, com a derrota alemã, tornou a situação muito delicada para que a Igreja Católica tomasse uma posição oficial favorável à Alemanha. Isso a colocaria sob suspeita e poderia prejudicar sua posição política ao lado das autoridades públicas brasileiras. Esta havia sido conquistada mediante o trabalho exaustivo de D. João Becker frente à Cúria Metropolitana de Porto Alegre. No caso do Sínodo Rio Grandense e demais sínodos luteranos do país, a situação também não aconselhava uma posição oficial em prol da SEF e frente às autoridades públicas, pois a Campanha de Nacionalização havia atingido em cheio os protestantes que tiveram muitos pastores presos sob acusações de nazismo, espionagem, etc..³²

A SEF contou com a colaboração e intervenção de segmentos políticos locais, estaduais e nacionais para que conseguisse enviar seus donativos à Alemanha. Prefeitos municipais disputaram-se a organizar comitês locais de arrecadação de donativos³³, governadores interferiram junto às autoridades nacionais a fim de conseguir as autorizações necessárias para o embarque e exportação e, inclusive, o Presidente Eurico Gaspar Dutra interveio para que a rigidez das medidas de restrição de exportação impostas no pós-guerra, que buscavam evitar o desabastecimento do país, votadas pelo Congresso Nacional, não fossem rigidamente aplicadas à SEF.³⁴

²⁸ Em carta datada de 15/01/1947, Marcos Konder relata a Balduino Rambo as dificuldades das autoridades de SC em garantir a liberdade de expressão cultural e lingüística dos alemães. Konder propõe inclusive pedir um mandado de segurança contra os reticentes em aceitar o cumprimento da lei. Cf. Acervo Benno Metz. Carta de Marcos Konder a Balduino Rambo, 15/01/1947.

²⁹ Cf. Acervo Benno Mentz, Carta de Balduino Rambo a Marcos Konder, 01/06/1946.

³⁰ Cf. Acervo Benno Mentz, Carta de Balduino Rambo ao Cônego Vigário Albino Juchem de Estrela/RS, 23/07/1946

³¹ Segundo Rambo: *Unsere Arbeit ist durchaus privater und persönlicher Art*. Cf. Acervo Benno Mentz, Carta de Balduino Rambo a Marcos Konder, 08/05/1946.

³² Também é necessário considerar que os Sínodos Luteranos estavam discutindo uma união por meio da Federação Sinodal. A Campanha de Nacionalização havia causado uma desestruturação do mundo religioso protestante que precisava ser sanada. Cf. Arquivo Histórico da EST. Livro de Atas do Sínodo Rio Grandense. 17/06/1946

³³ Cf. Acervo Benno Mentz, Carta de Balduino Rambo ao Cônego Vigário Albino Juchem de Estrela/RS, 23/07/1946

³⁴ Cf. Acervo Benno Mentz, Carta de Balduino Rambo a Nikolaus Kampf, 23/09/1946

Estas intervenções políticas em prol da SEF devem ser vistas dentro do contexto de democratização do Brasil. As eleições gerais ocorridas a partir de 1945 também contavam com a participação dos elementos étnicos alemães, que se transformaram num “curral eleitoral” muito significativo para as autoridades brasileiras. A tolerância no uso da Língua Alemã no pós-guerra aumentava na medida em que os candidatos oficiais queriam conquistar o maior número de votos possíveis e realizavam campanhas nas colônias. Muitos, inclusive, utilizavam o alemão para sua campanha. Quando encerravam as eleições, os políticos voltavam, segundo Marcos Konder, às velhas “chicanas” nacionalistas.³⁵

Concluimos, portanto, esta reflexão percebendo que elementos representativos do grupo étnico alemão, que chamamos de elites alemãs, sempre estiveram envolvidos nos embates políticos, sociais, econômicos e culturais do país desde os primórdios da chegada dos imigrantes no país. Estes grupos criaram um projeto político e social para a minoria étnica alemã. Envolveram-se nas disputas políticas em torno dele e conquistaram um espaço de atuação bastante significativo dentro da sociedade brasileira.

Estas elites alemãs são constituídas por elementos que provêm dos mais diversos campos de atuação: Igreja, escola, imprensa, comércio, indústria, partidos, etc.. Articulam-se em prol de seus interesses individuais classistas e da minoria étnica alemã. Tem possibilidade de mobilizar forças materiais e simbólicas como, por exemplo, a SEF, em meio a diversos contextos específicos. Estas elites mantêm contato com diversos segmentos sociais que configuram a sociedade brasileira e têm acesso a uma série de privilégios inacessíveis aos demais membros.

As atitudes e práticas destas elites alemãs ocorreram dentro de determinados contextos em meio à sociedade que, em contato com as autoridades estatais e outros grupos sociais exógenos, se transformam em campos de batalha de uma diversidade de interesses. A ação e atuação destas lideranças faz, portanto, parte da dinâmica e do embate político, econômico, social e cultural da sociedade sul-brasileira, brasileira e internacional, pois se situa num período de reestruturação política interna e externa e na ampliação dos campos de atuação de blocos econômicos distintos liderados pelos EUA e URSS.

Referências Bibliográficas

- BIEHL, João. *Cultura e poder no tempo dos Mucker*. In: DONATO, Hernâni; KUTSCHAT, Renata S. G; TIEMANN, Joachim. (Orgs.) **Institut Martius Staden. Jahrbuch 2001-2002**. São Paulo: Nova Bandeira, 2002, p.163-181
- BOURDIEU, Pierre, **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1974
- FALCÃO, Luiz Felipe. **Entre Ontem e Amanhã. Diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no séc. XX**. Itajaí: Editora da Universidade do Vale do Itajaí, 2000, 416p.
- FERNANDEZ, Oscar. S. Lorenzo. *O papel do intelectual no Brasil. Uma perspectiva recente*. In: KOHUT, Karl (Ed) **Palavra e Poder. Os intelectuais na sociedade brasileira**. Frankfurt: Verwert Verlag, 1991, p.29-42
- GERTZ, René E. *Os Quistos étnicos*. In: DREHER, Martin N. (Org.) **Estudos Leopoldenses. Série História**. São Leopoldo: UNISINOS, Vol.2, N.º 1, 1988, p.7-25
- GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo: Círculo do Livro, 1981, 244p.
- HEINZ, Flávio. *Considerações acerca de uma história das elites*. In: ELMIR, Cláudio Pereira; FÉLIX, Loiva Otero. (Orgs.) **Logos. Revista de Divulgação Científica**. Canoas: ULBRA, Ano 11, N.º 1, maio de 1999, p.41-52
- RAMBO, Balduino. *A Nacionalização*. In: **Pesquisas. Série História**. São Leopoldo: UNISINOS, N.º 27, 1989, p.73-113
- RAMBO, Balduino. **Em busca da grande síntese**. São Leopoldo: UNISINOS, Vol. I, 1994, 382p.
- RÉMOND, René. **O século XX. De 1914 aos nossos dias**. São Paulo: Cultrix, 1999, p.91-106

³⁵ Quando há eleições pode-se se falar em alemão. *Wird die Verordnung gelockert*. Quando ela passa tudo volta ao normal. Cf. Acervo Benno Mentz, Carta de Marcos Konder a Balduino Rambo, 15/01/1947.

SEYFERTH, Giralda. *Identidade nacional, diferenças regionais, integração étnica e a questão imigratória para o Brasil*. In: ZARUR, George Cerqueira Leite (Org.) **Região e nação na América Latina**. Brasília: Unb, p. 81-109

TRAMONTINI, Marcos Justo. *Etnicidade e Política*. In: **Anais do XX Simpósio da Associação nacional de História: História: Fronteiras**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: ANPUH, 1999

ACERVOS

Arquivo Histórico da Escola Superior de Teologia da IECLB/EST/São Leopoldo/RS.

Acervo Benno Mentz. Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados/UFRGS/Porto Alegre/RS.

RELAÇÕES INTERÉTNICAS, IDENTIDADE LOCAL E REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL NO CONTEXTO DAS COMEMORAÇÕES DO 25 DE JULHO

Roswithia Weber*

A partir de 1924, a passagem do dia “25 de Julho”, ou seja, da data que marca a chegada, em 1824, da primeira leva de imigrantes alemães ao Rio Grande do Sul (Província de São Pedro do Rio Grande), na então fundada Colônia de São Leopoldo, hoje município de São Leopoldo, passou a ser motivo de comemorações. Os festejos do Centenário da Imigração Alemã tiveram sede nesta cidade, constituindo-se num evento estadual que contou com a presença de autoridades de várias esferas. Nos anos seguintes, o “25 de julho” continuou ensejando festejos nesta cidade, tendo o estatuto de feriado local.

Em 1933, a data passou a ser propagandeada pela “Comissão Pró 25 de Julho”. No ano seguinte, esta Comissão, tomou frente na reivindicação de que o 25 fosse decretado feriado estadual. Neste sentido foi enviado a Flores da Cunha, interventor do Estado, um memorial nos seguintes termos: “(...) respeitosamente solicitar a v. exa. queira elevar o dia 25 de julho a feriado estadual, declarando-o ‘Dia do Colono’. O ‘Dia do Colono’ será uma homenagem prestada não só ao elemento colonial germânico como também ao açoriano, ao italiano, aos poloneses e aos de outra origem que todos estão ligados por um laço comum: o amanhã dedicado ao bendito torrão rio-grandense. Formando o colono com o seu trabalho fecundo e seus hábitos morigerados a linha mestra da estrutura econômica e social do Estado (...)”¹

Já o decreto que institui o dia 25 de julho feriado conta com o seguinte texto: “Considerando que a 25 de Julho de 1824 chegaram ao Estado os primeiros imigrantes colonizadores; Considerando que o trabalho fecundo desses colonizadores muito contribuiu para o desenvolvimento da economia rio-grandense, quer na agricultura, quer nas indústrias diversas; Decreta: Art. 1º - Fica declarado feriado estadual o dia 25 de Julho e instituído, (...), o ‘Dia do Colono’.”²

Vários aspectos de ambos os textos merecem ser pinçados para nos aproximarmos da resposta à questão: para quem era o feriado?

A data que já tinha uma longa tradição enquanto expressão da etnicidade alemã, seja na forma dos rituais, nos cadernos especiais divulgados pela imprensa da capital, nos discursos proferidos, ou na própria denominação dada ao dia “Unser Tag” - “Nosso dia”, ganhava então o estatuto de feriado estadual. Fato este que deve ser entendido no quadro das relações entre o governo do estado e suas relações com a comunidade de origem imigrante alemã.

As repercussões com relação ao feriado decretado não tardaram, havendo de um lado, aqueles que passaram a comemorá-lo, e, de outro, quem lhe fizesse ressalvas. Neste sentido destacamos uma moção apresentada em 11 de julho de 1934, na ocasião do VIII Congresso Rural, que, frente ao recém feriado instituído, reivindicava a criação do dia do fazendeiro, sendo este: “outro propulsor do progresso moral e material do Rio Grande do Sul.”³ A data proposta foi o 20 de setembro.

Os fazendeiros fizeram questão de se colocarem como categoria distinta de produtores

* Professora do Centro Universitário FEEVALE/ Doutoranda em História-UFRGS.

¹ *Reportagens* sobre o 25 de julho, Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

² Decreto n.º 5.591 de 23/5/1934, cf. *Anais* da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1934.

³ *Reportagens* sobre o 25 de julho – MHVSL. Artigo intitulado “O Dia do Colono e o Dia do Criador”, veiculado dia 12/7/1934. O recorte do artigo não incluiu a informação do nome do jornal.

rurais. A identidade social expressa pela categoria colono não era a mesma dos fazendeiros, e possivelmente esta diferença estava também no plano étnico.

Destacamos ainda, outra situação que também leva a crer que houve restrições ao feriado em questão. O prefeito de Caxias do Sul, Miguel Muratore ao ser notificado de que o município de São Leopoldo havia instituído o “Dia do Colono”, enviou a um jornal uma cópia de um ato de 31 de janeiro de 1933 em que ele próprio havia decretado o dia 19 de fevereiro como sendo “Dia do Colono”: “Considerando que o Colono Italiano foi Criador deste Município e continua sendo o sustentáculo do seu progresso material”.

Entre os descendentes de portugueses o Dia do Colono parece ter tido uma boa aceitação. O cônsul de Portugal, Antonio José Rodrigues, publicou no *Correio do Povo* uma nota aos cidadãos portugueses domiciliados no estado, nos seguintes termos: “O entusiasmo que ponho na saudação que hoje vos dirijo representa (...) o fervor carinhoso, sincero e admirativo pelas vossas inextinguíveis qualidades de trabalhadores laboriosos, pelo vosso espírito de sacrifício (...)”.⁴ Vemos que as marcas diferenciadoras que eram comuns aos discursos de enaltecimento do colono alemão e italiano, fizeram-se presentes nesta homenagem.

Se na solicitação da data como feriado estadual buscou-se contemplar diferentes “origens” além do colono alemão, o mesmo não ocorreu no decreto estadual, este apenas refere-se ao “25”, lembrando os primeiros colonizadores que chegaram ao estado nesta data e ao trabalho “desses”, portanto, colonizadores alemães. O decreto não faz menção à nacionalidade dos imigrantes, mas está claro que fala daqueles colonizadores, os primeiros imigrantes colonizadores. Num sentido restrito ao decreto, podemos dizer que o feriado visava homenagear, principalmente, ou tão somente, os imigrantes alemães.

Embora reivindicada como sendo data de todos, efetivamente, as comemorações não passaram de manifestações isoladas de diferentes grupos. Mesmo entre o grupo étnico alemão que reivindicou a data como sendo de várias etnias, a marca continuou sendo o auto-enaltecimento daquele grupo. Os festejos da data passaram a ser um veículo importante para tal. Em 1935 a liderança nacional do partido nazista e a representação diplomática alemã criaram uma entidade cultural denominada *Federação 25 de Julho*. Dentre suas propostas constava a ampliação, para todo o Brasil, dos festejos do 25 de Julho nos locais onde residiam descendentes de alemães (Gertz, 1987, p.98). Em 1936 esta *Federação* propôs a elevação do 25 de julho a feriado nacional. Dentre as justificativas do projeto estava o fato de que a sua instituição viria a evitar a tendência de cada corrente imigratória solenizar isoladamente, tendo marcos distintos. Assim, mais uma vez, a tentativa era de que a data fosse comemorada por todos os imigrantes, embora com um marco dos imigrantes alemães.

De modo geral, as comemorações de maior expressão foram as do meio teuto-brasileiro, o que era de se esperar, pois a data já estava consolidada em muitos redutos de colonização alemã.

Em 1937 foi instaurado o Estado Novo, um regime autoritário que instituiu uma política nacional cuja base estava na ideologia de que o Estado e a nação constituíam uma unidade indissolúvel. Neste contexto foram instauradas políticas que visavam, a curto-prazo, a homogeneização da identidade nacional. Inicialmente as escolas foram alvo desta política, com o objetivo de se nacionalizar o ensino. Outra medida foi a integração econômica das regiões coloniais (Roche, 1969).

Localmente, este foi o momento em que a cidade de São Leopoldo passou a ser desdita na forma como era representada até então. Se desde 1924, o 25 de Julho servia para representar a cidade com o progresso resultante do trabalho da população imigrantista, agora a data passa a ter outros sentidos. Com a nacionalização e o contexto de guerra, o discurso passa a ser outro, e, o progresso da cidade, antes do mais, devia ser atribuído à administração municipal. A data poderia simplesmente não mais constar no calendário festivo, no entanto, a opção foi reapropriá-la, mantendo-a sob controle.

⁴ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 25/7/1934, p. 10.

Nos anos pós-1937, no contexto de nacionalização, embora a data continuasse com o estatuto de feriado, aos poucos deixou de ser festejada, mas sua passagem ainda fazia lembrar o imigrante alemão. Assim como nas comemorações ao longo dos anos anteriores, o marco continuou servindo como demarcador identitário, contudo agora, o tema da integração se fazia mais intensamente presente, a fim de desfazer as desconfianças com relação à brasilidade deste imigrante. Neste sentido foi recomendada cautela na forma de comemorar a data. A imprensa, que nos anos anteriores destacava aquele festejo como iniciativa dos teuto-brasileiros, passou a falar da data de forma velada, ou mandando recados especiais aos descendentes de alemães, ou mesmo não registrando uma linha sobre a passagem da data.

Passa-se de um extremo a outro: da apologia germanista para a apologia da nacionalidade brasileira. Nesse sentido, cabe ressaltar que rapidamente muitos elementos que antes enalteceram as suas raízes, passavam agora a negá-las e apropriaram-se do discurso nacionalista brasileiro. Como frisa Gertz (1991, p. 69): “Convém ressaltar que essa repressão não era dirigida exclusivamente por pessoas de nome não-alemão (...). A delação por alemães e teuto-brasileiros era corriqueira nas regiões coloniais.”

A radicalização da nacionalização e o contexto de guerra criaram um clima proibitivo, que não necessariamente foi dado pela revogação dos decretos do 25 como feriado, mas antes pelo sentimento de desconfiança. Este sentimento grassava há muito no contexto regional⁵ e também nas comemorações do Centenário da imigração alemã, esteve presente. Com a Campanha de nacionalização, fica só o espaço para a suspeita, o discurso disciplinador. A positividade do elemento germânico se inverte ou se travesti.

Este foi o momento de construir uma nova memória para o município. Buscou-se construir uma memória coletiva utilizando imagens de um passado diferente daquele que foi construído na cidade desde 1924. Não só foram criadas novas imagens, como, as anteriores, foram substituídas e imbuídas de outro sentido. Não se tratava então de conservar e transmitir a história dos “avoengos”. Essas novas construções culturais foram administradas pela municipalidade. O recado estava dado, era preciso celebrar outro passado. O processo de “invenção da memória” consistiu numa apropriação de formas materiais de comemoração nacional, novos monumentos na cidade, dedicados a heróis nacionais, mudança do nome de praças, entre outros.

Após a nacionalização pode-se perceber diferentes formas de referência à “campanha de nacionalização”. Várias foram as manifestações de revolta frente à política nacionalizadora. Um exemplo disto está num escrito de Ercílio Rosa publicado no jornal do município vizinho⁶:

“Ah! O Dia do Colono’.

(...) Mas o ‘Dia do colono’ já foi proibido, ridicularizado e perseguido! Talvez por elementos irresponsáveis, aproveitadores de ocasiões oportunas, esquecidos de que os sentimentos desses colonos eram, são e serão mais patrióticos do que muitas atitudes expostas na berlinda eleitoral do ‘defensores do povo’...

Hoje liberado não sei se pela consolidação da democracia ou para esmola dos pedintes de votos, o ‘Dia do Colono’ é recolocado em seu dia: 25 de Julho.

25 de Julho!... “Dia do Colono’! ... Efeméride que consolida a interrogação que paira nos lábios dos ítalo-germânicos: Que seria do comércio e indústria rio-grandense sem os Giusepes, Dantes e os Fritz e Franz?...

A interrogação fica enterrada na aragem que passa... Enquanto isso, os gozadores vão estudando meios de explorar o colono...

Ah! Colono ítalo-germânico. Enquanto não houver guerra com vossos ancestrais, você é o tal!.. Viva o ‘Dia do Colono’”.

Ercílio Rosa expressa sua indignação com as perseguições sofridas pelos imigrantes por

⁵ Ver Gertz, apontamentos quanto a estudo de Helga Piccolo sobre a presença do tema da não-integração nos discursos dos deputados da Assembléia Provincial. Gertz (1991), p. 13.

⁶ ROSA, Ercílio. O Dia do colono. *O 5 de abril*, Novo Hamburgo, 23/ 7/1948, p. 2.

ocasião da guerra. A possibilidade do dia do colono ser novamente festejado não é motivo para sentir gratidão à “permissão”, o autor faz sim uma denúncia de que aquela data estava sendo utilizada com propósitos eleitorais.

Em São Leopoldo o clima de vigilância presente no Estado Novo esteve presente mesmo após o final da Segunda Guerra. Podemos enquadrar como uma expressão de vigilância cursos de nacionalismo que foram administrados na cidade de São Leopoldo sob o patrocínio do Movimento Nacionalista da cidade⁷. O jornal anunciava as palestras, essas que estavam abertas à participação não só de inscritos, como também de ouvintes.

Neste contexto a opinião pública consolidou estereótipos com relação à população teuta: “Os luso-brasileiros pintavam o alemão como um homem alto, loiro, de olhos azuis, língua áspera, bebedor de cerveja, partidário de regimes totalitários, desejoso de conquistar por toda a parte poder social e político” (Roche, p.724). Ainda hoje é comum a reprodução de estereótipos do “alemão” colocado como: racista, nazista, exótico.⁸

Avaliando os efeitos da nacionalização Roche (1969) afirma: “Os descendentes de imigrantes já não se diriam teuto-brasileiros, seria provocação; os brasileiros chamavam-lhes ‘alemães’ e ‘batatas’”. Gertz (1991) identifica a existência do fenômeno do “alemão-batata” nos anos do final da guerra até 1974. Um dos aspectos deste fenômeno é o fato de que setores intermediários das cidades do interior buscaram diferenciar-se do “alemão-batata”, marcando sua posição de superioridade frente a este. Esse sentimento de superioridade talvez seja um componente presente nas anedotas e piadas que tematizam situações que se passam na colônia ou no ambiente urbano.

O sentimento de superioridade está ligado ao riso, “(...) encontrar-se-á no fundo do pensamento daquele que ri um certo orgulho inconsciente” (Baudelaire, 1991, p. 33). O riso não parte somente do grupo diferente (luso, por exemplo), mas também dos próprios descendentes de alemães que vivem no mundo urbano (que possivelmente se identificam como alemães e alemãs) e que se colocam numa posição de superioridade frente aos alemãos e alemoas (que vivem na área rural).

O idioma falado pelo “alemão-batata” torna-se objeto de riso, certamente não de seu próprio grupo, mas daquele que vê como defeito a forma que ele fala. Assim, entre os colonos, o problema idiomático não é cômico, não constitui-se em defeito, em “erro”. O cômico se dá quando ele entra em contato com o “outro mundo”, com as exigências do idioma português, ou do alemão gramatical.

As anedotas abaixo demonstram situações de vida típicas da colônia, onde a dificuldade idiomática está presente, podendo envolver um leque de problemas sociais:

“Na venda da colônia aparece um sujeito e pede 2Kg de “batataingless...” O caixeiro não sabe de que se trata e vai perguntar ao dono da venda:

- Está aí um sujeito que quer batata em vidro.

- Em vidros nós não temos; só em sacos.

Acontece que ‘ingleese’, inglesa por eufonia confunde-se com ‘in Gläser’ em vidros.” (Müller, 1978, p. 84).

“A Escola Normal Evangélica, em São Leopoldo, recebia em sua quase totalidade jovens da colônia para prepará-los para as lides do magistério no interior. O erre é um dos pontos fracos de nosso colono de origem teuta. Um dia um professor de Português resolve fazer uma campanha pela pronúncia forte do erre. Disse que todos chamassem a atenção dos colegas que pronunciavam o erre ‘mole’, como ‘tera, fero, chimaron’(...).

Os rapazes estão jogando bola no pátio e esta voa para a rua. Um deles se queixa: ‘de novo na rua’, pronunciando um erre mole.

⁷ *São Leopoldo*, São Leopoldo, 06/05/1961.

⁸ Gertz (1991) demonstra a persistência desta interpretação no tratamento que a imprensa estadual e local tratou a candidatura de Alceu Collares.

Foi aí que um dos entusiasmados com a campanha do professor entra firme:
- Ooo...du... carega no ere puro... carrega no erre, burro!" (Müller, 1981, p.53).

Em ambos os exemplos, o idioma falado pelo colono torna-se objeto de riso, certamente não de seu próprio grupo, mas daquele que vê como defeito a forma que o colono fala. Conforme Propp, "A dificuldade está no fato de que o nexos entre o objeto cômico e a pessoa que ri não é obrigatório nem natural. Lá, onde um ri, outro não ri" (Propp, 1992, p.31). No segundo exemplo o efeito causador do riso é duplo. Ri-se da cena (pronúncia do erre mole) e de sua repetição (onde não só aparece o problema com o erre mas com o p-b).

Seja num contexto em que o riso atua como simples meio de ridicularizar o outro (já sendo aí um meio de poder - ri por colocar-se numa posição de superioridade) ou quando se une como estratégia de poder ao lado de outros discursos (caso da Campanha de Nacionalização), o riso pode ocasionar, não só, uma mudança de comportamento daquele que é objeto de riso, como também, manipular um imaginário social acerca do que é o colono, o descendente de alemães.

Giralda Seyferth esclarece a distinção/oposição entre o teuto-brasileiro da roça e o teuto-brasileiro da zona urbana:

A distinção muito simples o constitui muito mais um problema de classe onde o elemento levado em conta não tem nada a ver com a etnia. O teuto-brasileiro em geral é identificado como um indivíduo bilíngüe (alemão e português) que fala um alemão mais puro e está integrado a sua condição de cidadão brasileiro. O "colono" é aquele teuto-brasileiro que fala apenas o dialeto, trabalha na roça com sua família, raramente vem à cidade e não tem muita consciência de sua condição de brasileiro. (Seyferth, 1981).

Conforme Bairo (1991, p. 797) o universo cultural do "colono" sofreu duplamente o golpe:

"(...) identificada como 'próxima do caboclo brasileiro', a cultura do colono 'grosso' era esquecida pelo germanismo no pós-guerra. Para as duas faces a nacionalizadora e a germanista, restava a epopéia econômico-social de um processo político de colonização que vingou".

Para o autor, o primeiro golpe sofrido pela região colonial rural foi dado pela ideologia do germanismo que em seu discurso homogeneizador esquece o colono, que não é rememorado.

Na década de 1950, o próprio nome da data comemorativa "dia do colono" passou a ser denominado de "dia do imigrante". Neste momento o "25 de Julho" ainda causava estranhamento. Em 1956, o Instituto Nacional de Imigração e Colonização encaminhou à Câmara Federal a proposta da criação do "Dia do Imigrante", sugerindo o dia 4 de novembro, data em que no ano de 1819 chegaram ao Brasil, no Rio de Janeiro, os "verdadeiros primeiros imigrantes dirigidos", vindos da Suíça.

O "25 de Julho" atualmente consta no calendário nacional, sem o estatuto de feriado, como o "Dia do Imigrante" e é comemorado em várias regiões de colonização alemã.

Em 1947 a imprensa da capital anunciou que o dia do colono voltava a ser comemorado. A retomada dos festejos foi também a retomada de "velhas" querelas e avaliações com relação aos descendentes de alemães. Na Sala das Sessões da Assembléia Legislativa o dia foi homenageado. De quem era aquela data foi um dos temas em pauta. Bruno Born lembrou os açorianos, o imigrante germânico e o italiano. Egidio Michaelsen, frisou: "O 'Dia do Colono', que hoje se comemora, é o dia de festa, não de uma raça, mas de todos os rio-grandenses".⁹

Ao ser acentuado que o dia 25 de julho pertencia a todos, dizia-se indiretamente que ele não era só dos imigrantes alemães.

A data, embora afirmada como de "todos", ou quase todos, servia para falar de questões

⁹ *Anais da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul*, 1947, p. 341.

pertinentes aos imigrantes alemães e seus descendentes. A integração destes foi o tema principal, sendo que a avaliação desta integração, feita pelos deputados, foi positiva. As palavras do deputado Luiz Compagnoni, quanto à referida questão, expressaram a tônica dos discursos: “O Rio Grande é um todo uníssono. Nele não existe diversidade de qualquer espécie, nem nas pessoas, nem no pensamento, nem no modo de encarar o passado ou de enfrentar a posteridade. Somos gaúchos. Gaúchos da fronteira, gaúchos da colônia. Gaúchos das cidades e gaúchos do interior.”¹⁰ Esta homogeneidade foi também explanada em termos de nação brasileira.

Um dos temas em evidência no contexto estadual em foco foi a questão da integração do estado do sul ao restante do país. Houve um debate entre a intelectualidade regional em torno da questão da definição da identidade cultural do estado. Em 1947 foi criada no Rio Grande do Sul a Comissão Estadual de Folclore (CEF) ligada à Comissão Nacional do Folclore que dentre seus objetivos apresenta: “desenvolvimento do estudo e da pesquisa do folclore nacional; apoio aos esforços para a preservação de nossa herança folclórica; e introdução do tema no ensino formal, definido como um mecanismo que permitiria preservar a identidade comum da nação, expressa de forma privilegiada naquela herança” (Vilhena, 1996, p.126). Às representações estaduais na Comissão Nacional cabia a realização e divulgação de pesquisas sobre os costumes locais a fim de contribuir para a conservação do patrimônio folclórico brasileiro.

A política nacional de revalorização das raízes portuguesas no âmbito estadual estava representada pela produção dos intelectuais que atuavam no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, no entanto nos anos de 1950 a posição então hegemônica desse grupo parece ser desestabilizada. Para tal, a posição de Dante de Laytano, membro do Instituto e presidente da CEF foi fundamental:

Sob seu ponto de vista a legitimidade “cultural” do estado no conjunto da federação deveria se dar não por um lusitanismo monolítico, como propunham Othelo Rosa e Moysés Velhinho, nem apenas pelo peso relativo da proximidade com o Prata na cultura regional (...), mas pela via da diversidade cultural e racial que, como ao próprio Brasil, o caracterizaria. (Nedel, p.173)

Paralelamente a estas discussões no âmbito estadual, localmente, ou seja, em São Leopoldo a “legitimidade” da cidade foi relacionada à identidade cultural teuto-brasileira, bem como ao seu papel principal enquanto “berço da imigração alemã”. A criação de um Museu regional pode ser compreendida desta forma.

Em 1950, por ocasião da passagem do 25 de julho um articulista local que sugeriu a criação de um museu:

Museu Histórico Social do Município de São Leopoldo. É lógico que acompanhamos com júbilo o desenvolvimento de nossas coisas e estamos satisfeitos que certas idéias de germanismo renitente estejam se apagando (...). Mas manter a tradição pelo que tem de original e pitoresco e aclarar a História, não podem nunca ser confundidos com o aplauso a idéias insidiosas. Nesse são e desinteressado sentido de cultura (...).¹¹

Abordar a história local, incluindo os descendentes de alemães, exigiria uma explicação, para que não houvesse confusão. Passou assim a ser retomada a identidade local outrora construída.

O contexto parece não ser adequado para que o articulista, que assinava por NOUMENON¹², utilizasse argumentos tão comuns em momentos anteriores quando a memória coletiva dos grupos étnicos locais apresentava discursos de auto-enaltecimento.

A cidade passou a ser cada vez mais pensada a partir do aproveitamento de suas caracte-

¹⁰ Id., p. 353. A citação propicia considerações quanto à inclusão de todos enquanto gaúchos e também quanto à questão da identidade regional relacionada à nacional. Contudo, não é nosso propósito abordar esta questão.

¹¹ *Correio de São Leopoldo*, São Leopoldo, 20/7/1950, p. 2.

¹² Pseudônimo utilizado por Germano Oscar Moehlecke

rísticas peculiares, próprias de um momento em que houve preocupações constantes com o desenvolvimento turístico da região.

Quando foi fundado um museu na cidade, em 1959, *Noumenon* (ainda usando pseudônimo) diz ter sugerido a criação de um museu histórico em 1946, quando era comemorado o centenário da cidade: “Creio que naquela ocasião diversos fatores impediram que se tornasse realidade esta sugestão”¹³.

Ao longo de 1959 a idéia da construção de um museu toma forma. Noumenon chama a sociedade no sentido de pressionar a municipalidade para a construção de um museu que “resgate os valores humanos exaltados nos imigrantes”¹⁴.

Entre julho e setembro realizaram-se reuniões em Novo Hamburgo e São Leopoldo em torno da idéia da criação de um museu. Um grupo de industriais, comerciantes e intelectuais de São Leopoldo tiveram reuniões com prefeitos de diversos municípios da região a fim de efetivar a formação de um museu que deveria ter o caráter de museu regional de imigração.

Na segunda reunião realizada em 22 de agosto de 1959 foi criada a comissão responsável pela elaboração do anteprojeto dos estatutos do museu¹⁵. Dentre os pontos a serem definidos nas reuniões estava a elaboração do estatuto, a escolha do local e a denominação do museu. Embora o local da instalação do museu não havia sido definido, o que ocorreu em setembro, o local e dia da fundação do dito museu já foram declarados em agosto: 20 de setembro, data farroupilha, como se fez questão de frisar, no Salão Nobre da Prefeitura de São Leopoldo. Obviamente o grupo representativo do município de São Leopoldo se movimentava no sentido de garantir a instalação da sede do museu.

Um dos fundadores do museu, Telmo Lauro Müller demonstrou-se satisfeito com o resultado das reuniões:

A tese esposada pelos iniciadores do movimento de que toda a Colônia deveria ter somente UM Museu, de grande porte, e que fosse demonstração de sua capacidade cultural, foi vitoriosa. (...) Estejamos certos, porém, de que as futuras gerações, passando por cima dos bairrismos momentâneos, saberão ser gratos (...) ¹⁶.

A referência aos bairrismos se deve aos conflitos quanto ao local de instalação do museu. Disputando com São Leopoldo estava Novo Hamburgo, este o primeiro município “filho” de São Leopoldo. São Leopoldo com o argumento natural de ser o marco inicial da imigração alemã no Rio Grande do Sul, venceu a disputa. Aliado a este aspecto esteve o fato de São Leopoldo ter presente o desenvolvimento do turismo:

O que se torna necessário, nesta hora de tantos imediatismos, é a compreensão de todos quanto Histórico pode fazer por São Leopoldo. Não ignoram os que seguidamente hospedam visitantes em nossa cidade a curiosidade que manifestam por tudo que diz respeito à colonização e, mais uma vez, certamente se mostraram desapontados por não encontrarem nada que lhes satisfizesse a sede do pitoresco. Podemos nos alegrar por termos um lugar incomum na história dos municípios. Tenhamos algo para mostrar aos forasteiros além de só por alto poder contar alguns episódios esparsos do que aconteceu (...).

A nossa cidade tem personalidade. Tornasse necessário realçar essa peculiaridade para que São Leopoldo apareça como algo especial que merece ser visto por quem visita a terra gaúcha.¹⁷

A preocupação em mostrar a cidade para o visitante perpassa pela questão de mostrar a identidade cultural ligada à identidade étnica alemã.

¹³ *São Leopoldo*, 29 ag. 1959.

¹⁴ *São Leopoldo*, 29 de ag. de 1959, p.3.

¹⁵ Comissão esta presidida por Telmo Lauro Muller e composta por: P. R. Saenger, Padre Urbano Thiessen, Genil Ruperti, Alfredo Marotzky, Almiro Lau e Leopoldo Petry. Cf: *São Leopoldo*, 29 ag. 1959, p.6.

¹⁶ *São Leopoldo*, 19 set. 1959, p.6.

¹⁷ *São Leopoldo*, São Leopoldo, 29/08/1959.

Em setembro de 1959 é instituído o Museu Histórico Visconde de São Leopoldo com o apoio de dez municípios da região: Campo Bom, Feliz, Montenegro, Nova Petrópolis, Novo Hamburgo, Rolante, São Leopoldo São Sebastião do Caí, Sapiranga e Taquara, e com a subvenção do Instituto Nacional de Imigração e Colonização.

A insistência em demarcar a cidade de São Leopoldo como unicamente alemã motiva a referência de um vereador local que remonta a mudança da fisionomia da cidade anterior a 1824 até os anos 1960. Ney Câmara, articulista do jornal local, afirma que antes de 1824 houve a presença de portugueses e escravos, quando o local estava marcado pelo fracasso. Nesse sentido, 1824 pode ser tomado, para Câmara, como uma marco: “Mas é bom frisar, desde logo, que São Leopoldo foi uma colônia, um município, uma cidade, tipicamente alemã. Hoje, porém, já não o é mais. São Leopoldo é um município e uma cidade **também** de descendentes alemães. Aqui vivem agora muitas outras gentes”¹⁸.

A intenção homogeneizadora presente nos discursos sobre a cidade é um elemento não só presente na construção da memória local de São Leopoldo, mas também dos locais que surgiram deste município, o que se evidencia nas histórias locais e na forma como as cidades são promovidas turisticamente.

BIBLIOGRAFIA

- BAIRON, Sérgio. *História palinódica: significações culturais de uma regionalidade teuto-brasileira*. São Paulo. 1991. Tese (Doutorado em História) –Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.
- BAUDELAIRE, Charles. *Escritos sobre a arte*. SP: Imaginário/EDUPS, 1991.
- DUARTE, Eduardo. *O centenário da colonização alemã no Rio Grande do Sul: 1824-1924*. Porto Alegre, Tipografia do Centro, 1946.
- GERTZ, René E. *O fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987
- _____. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1991.
- MÜLLER, Telmo L. *Colônia alemã: imagens do passado*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1981.
- _____. *Colônia alemã: histórias e memórias*. Porto Alegre/Caxias do Sul: EST/UCS, 1978.
- NEDEL, Leticia Borges. *Paisagens da Província: o regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Júlio de Castilhos nos anos cinquenta*. Rio de Janeiro, 1999. Dissertação (Mestrado em História) Mestrado em HISTÓRIA SOCIAL-Instituto de Filosofia e Ciências Sociais- UFRJ.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, vol. I, II, 1969.
- SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica*. Florianópolis : FCC, 1981.
- VILHENA, Luís Rodolfo. “Os Intelectuais Regionais: os estudos de folclore e o campo das Ciências Sociais nos anos 50”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, nº32, p. 125-150, out/1996.
- WEBER, Regina. Memórias e estudos sobre a condição de descendente de imigrantes alemães. In: FISCHER, Luís A. e GERTZ, René E. (Coords). *Nós os teuto-gaúchos*. Porto Alegre: Ed. Universidade./UFRGS, 1996.
- _____. A construção da “origem”: os “alemães” e a classificação trinária. In: *RS: 200 anos definindo espaços na história nacional*. Passo Fundo, UPF, Editora, 2002.
- WEBER, Roswithia. *As comemorações da imigração alemã no Rio Grande do Sul: o “25 de Julho” em São Leopoldo, 1924/1949*. Porto Alegre, 2000. Dissertação (Mestrado em História)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS.

¹⁸ *São Leopoldo*, 25 jan. 1961, p.2-3.

NACIONALISMO VARGUISTA E AS FESTAS COMEMORATIVAS DA CHEGADA DOS IMIGRANTES

Andrea Helena Petry Rahmeier*

Este texto pretende fazer uma reflexão sobre a identidade nacional brasileira em dois períodos distintos da história nacional. O primeiro refere-se ao governo de Vargas de 1930 a 1945, momento de intensas alterações no cotidiano das pessoas de descendência estrangeira e das escolas gaúchas em função dos ideais nacionalistas e do contexto da II Guerra Mundial¹. O segundo traz à baila a situação atual de comemorações e lembranças de grupos de descendentes de imigrantes, no qual valoriza-se o multi-culturalismo.

Na década de 1930-40, os intelectuais brasileiros compartilhavam dos ideais assimilacionistas e dos princípios da desigualdade racial, isto é, desejavam elementos brancos, porém estes teriam que ser assimiláveis² (principalmente que se comunicassem em português). Esse é o motivo pelo qual se dava maior atenção aos habitantes da área rural, que, segundo os conceitos da época, eram os que estavam mais enquistados, muitas vezes por estarem em localidades de difícil acesso, o que os tornava praticamente incomunicáveis. Por outro lado, em vista de interesses econômicos e políticos emanados das províncias do sul do Brasil (principalmente do estado do Rio Grande do Sul), preferia-se que o colono³ não tivesse qualquer representatividade política (SEYFERTH, 2000, p. 150⁴). A partir daí, nota-se a existência de um conflito de idéias entre os ideais nacionalistas defendidos em nível nacional e regional. A elite política gaúcha⁵ era favorável ao isolamento dos elementos coloniais, pois assim seria mais fácil submeter os imigrantes e seus descendentes aos seus interesses.

No decorrer da história brasileira, observa-se que existiram diferentes percepções sobre o tema Nação, que podemos sintetizar da seguinte forma:

*Desde 1822, data da independência, até 1945, ponto final da grande transformação iniciada em 1930, pelo menos três imagens da Nação foram construídas pelas elites políticas e intelectuais. A primeira poderia ser caracterizada pela ausência de povo, a segunda pela visão negativa do povo, a terceira pela visão paternalista do povo. Em nenhuma o povo fez parte da construção da imagem nacional (CARVALHO, José Murilo de. Brasil: Nações Imaginadas. In: **Revista Antropolítica**. Niterói: UFF, 1995, v. 1, n° 1, p. 7).*

Nesse processo, evidencia-se que, a partir da década de 1930, o nacionalismo brasileiro queria projetar o futuro, queria construir a Nação tendo como interlocutor passivo o povo. Fazia pouco mais de um século que éramos independentes de Portugal. Era necessário contrapor-se ao nacionalismo europeu, que rememorava valores há séculos vividos e convividos.

Na concepção de Nação como algo que estava sendo construído, existia o problema de quais os elementos imigrantes desejados. Preferia-se os de origem européia e de pele branca em

* Mestre em História e professora em São Leopoldo

¹ Tema desenvolvido na dissertação de mestrado.

² Para isso foram instituídas “colônias mistas” nas novas áreas de colonização. Elas deveriam receber imigrantes de diferentes procedências, além de colonos nacionais. A idéia era evitar a formação dos “quistos nacionais” (SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e questão racial no Brasil. In: **Revista USP**. n° 53, março a maio, 2002, p. 137).

³ Entendido como os habitantes das áreas coloniais, principalmente de descendência alemã e italiana.

⁴ SEYFERTH, Giralda. As identidades dos imigrantes e o *melting pot* nacional. In: **Horizontes Antropológicos**. Ano 6, n. 14. Porto Alegre: UFRGS/IFCH, nov. 2000, p. 143 a 176.

⁵ De 1930 a 1937, o Interventor do Estado era Flores da Cunha. Inicialmente Flores apoiava Vargas, mas com o passar dos anos a situação foi se tornando muito delicada. Em 12 de outubro de 1937 Flores da Cunha fugiu para o Uruguai.

detrimento ao elemento indígena e africano. O objetivo era o desejo de branquear o país, mas também queria-se elementos que se assimilassem à cultura nacional, mantendo-se o “*status quo*”. Neste contexto, o imigrante alemão preenchia os quesitos da raça, tornava-se desejado, porém, por não se assimilar com a facilidade esperada, constituiu-se em uma ameaça à estruturação da brasilidade desejada.

O processo de caracterizar a Nação tentou definir quem sou eu (ou quem nós somos) e quem é o outro. O outro é aquele que está deslocado; o estrangeiro, considerado alienígena. Os imigrantes e seus descendentes, por seu lado, desejavam preservar seus costumes, mas também efetivamente se tornaram cidadãos brasileiros, participando, inclusive, da vida política do país.

Nesse processo, há um conflito de idéias. O Brasil daquela época não admitia expressões culturais diferentes das consideradas nacionais. O cidadão brasileiro deveria valorizar a cultura identificada como do país daquele momento ou seria um estrangeiro, neste caso poderia ter uma cultura diferente. Então, ou se era brasileiro e se adotava a cultura entendida como nacional ou era-se considerado “estrangeiro”, desnacionalizado ou não nacional.

Otto Bauer fez uma análise exemplar de como é/era peculiar a situação de um imigrante e seus descendentes, pois

É muito diferente quando um indivíduo participa de maneira igual ou quase igual da cultura de duas ou mais nações. Há também indivíduos desse tipo, em número nada insignificante, nas regiões de fronteira e em zonas em que diversas nações vivem lado a lado. Desde a infância, eles falam a língua de duas nações: são quase igualmente influenciados pelos destinos e as peculiaridades culturais de ambas. Com isso, em seu caráter, crescem como membros das duas nações, ou, se preferirmos, como indivíduos que não pertencem plena e completamente a nenhuma delas. É que o indivíduo em quem a cultura de duas ou mais nações surte efeito, cujo caráter é influenciado de maneira igualmente intensa pelas diferentes culturas nacionais, não costuma simplesmente combinar os traços de caráter de ambas, mas possui um caráter próprio muito específico, assim como uma combinação química exibe características diferentes das de cada um dos elementos que a compõem. Essa é também a razão mais profunda pela qual o indivíduo que descende culturalmente de muitas nações costuma ser mal amado, objeto de suspeita e, nas épocas de luta nacional, até condenado como traidor ou transgressor: a mistura dos elementos culturais cria um novo caráter. Por conseguinte, o amálgama cultural das duas nações parece estrangeiro, tanto quanto alguém que pertença inteiramente a uma Nação diferente.

(BAUER, Otto. A nação. In.: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p.60, sem negrito no original).

Nesse sentido, a situação de quem adotava uma nova pátria tornava-se conflitiva, pois o imigrante não podia simplesmente anular a personalidade e os traços culturais que o formaram, mas o território que o adotou, neste caso o Brasil, desejava que sua cultura fosse valorizada. O problema perdura, pois também seus filhos e ainda seus netos passam por dificuldades, pois no lar pertencem a um grupo cultural e na “rua” a outro e, muitas vezes, essa situação não é entendida por causa da intolerância com o diferente. Em momentos extremos ou da existência de conflitos (guerras, revoltas, etc.) chegam a passar por traidores, mesmo na absoluta inocência.

Na formação da identidade brasileira, a ação do Governo Estadual a partir da posse de Manuel de Cerqueira Daltro Filho⁶ (em outubro de 1937) foi mais direta. Na administração houve várias alterações, tanto na nomeação de indivíduos como Aurélio Py (chefe de polícia) e Coelho de Souza (secretário de educação) que estavam em concordância com a política de naci-

⁶ Daltro Filho, logo após sua posse, adoece e vem a falecer em janeiro de 1938. Durante quase dois meses, após a morte do interventor, o Governo do Estado ficou sob a responsabilidade do Secretário do Interior, Joaquim Mauricio Cardoso. Em 3 de março de 1938, Getúlio nomeou definitivamente o gaúcho Oswaldo Cordeiro de Farias como governante do Rio Grande do Sul.

onalização do governo de Vargas, quanto na aprovação de decretos que intervinham no cotidiano dos grupos considerados enquistados⁷.

As ações estaduais estavam em harmonia com as diretrizes nacionais, pois Getúlio Vargas regulamentou diversos atos efetivados pelo governo gaúcho⁸.

Na área educativa, as atitudes estaduais foram mais diretas que as federais, pois o ensino primário, que era da alçada do primeiro, atendia a um maior número de crianças, e por isso as alterações tornaram-se mais presentes no dia-a-dia da população. A ação da Secretaria da Educação na campanha de nacionalização foi caracterizada pela criação de um grande número de escolas na região colonial e do fechamento ou da nacionalização dos estabelecimentos de ensino particular/comunitário.

Então, o ensino foi utilizado com o propósito de integrar as populações consideradas “enquistadas” ao ideal de Nação. Mas, a nacionalização do ensino nem sempre foi recebida como algo positivo pelos membros do grupo dos imigrantes, tanto que houve vaia públicas e outros tipos de resistência nas diversas regiões do Estado.

O processo de nacionalização teve que ser aceito; em virtude de toda a conjuntura da guerra, esses foram tempos de intolerância, em que se tentou criar a “*cultura brasileira*” e, para isso, era necessário, ao menos, o abandono dos traços culturais étnicos, principalmente o uso da língua. O contexto histórico possibilitou que os membros dos grupos étnicos assimilassem traços da cultura brasileira, mesmo que fosse através da imposição educativa e também da repressiva (depois da declaração de guerra com os países do Eixo).

Hoje vivemos em tempos totalmente diversos, em que incentivamos a preservação das diferenças étnicas. Por outro lado, torna-se complexa a supervalorização das características culturais de descendentes de determinado grupo de imigrantes europeus em escolas públicas onde a maioria dos alunos é de periferia, fazem parte de um movimento migratório dentro do município e do estado e são fruto de miscigenações.

Poderíamos estar fazendo um nacionalismo às avessas? Não questiona-se os movimentos de rememoração de uma cultura, mas sim o formato como algumas pessoas interpretam e supervalorizam na história do município apenas uma única cultura, numa época de muitas migrações.

Os tempos atuais são bem diversos do nacionalismo exigido no primeiro governo de Vargas (1930-1945), onde valorizava-se e obrigava-se todos a falarem português e demonstrarem a cultura desejada pela elite política e cultural. Em alguns aspectos estamos caminhando num sentido contrário, hoje oficialmente valorizamos o multi-culturalismo, mas em certos momentos, alguns indivíduos compreendem e demonstram a importância de priorizar a cultura de uma única nacionalidade de imigrantes e chegam a descartar ou minimizar a influência de outras culturas na história do município. Em algumas situações chega-se a ignorar a história dos demais povos, como africanos, que desde o início do nacionalismo varguista foram proibidos de emigrarem para o Brasil para facilitar o branqueamento da população⁹.

No momento atual, por exemplo, a maioria dos alunos das escolas públicas de São Leopoldo faz parte de um movimento migratório interno e intenso¹⁰. Muitos destes alunos, aos olhos de alguns professores, parecem perder o interesse pelos traços culturais dos grupos dos primeiros imigrantes, haja vista que a cultura da qual estes alunos descende é desvalorizada. A valorização de uma única cultura leva a vários tipos de rejeição e, em muitos casos, cria movimentos

⁷ Em 8 de abril de 1938, o Interventor do Rio Grande do Sul e seu Secretário de Educação regulamentaram o primeiro decreto-lei, de nº 7212, ligado à educação estadual, com caráter nacionalizador.

O segundo decreto que trata da educação estadual é muito similar ao primeiro, sendo que neste estavam explícitas as punições aos que não cumprissem as determinações (decreto-lei nº 7614, de 12 de dezembro de 1938).

⁸ Com o intuito de poder controlar mais a vida dos imigrantes e seus descendentes em todo território nacional, Vargas assinou, em 25 de agosto de 1939, o Decreto-Lei nº 1545, que regulamentava várias ações do Governo sobre as populações estrangeiras e que se intitulava: “*Dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros*”.

⁹ Lei das cotas de imigrantes.

¹⁰ Por exemplo, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Olímpio Vianna Albrecht que tem mais de 1800 alunos, 35 por cento dos alunos de 5ª a 8ª série não nasceram em São Leopoldo. Um índice elevado, que demonstra o processo migratório efetivado por alunos com menos de 15 anos.

inesperados, conforme vimos no início deste artigo. Penso que todos nós devemos refletir como iremos abordar a temática imigração em sala de aula ou publicamente. Devemos ter o cuidado de não cair em erros que já foram cometidos e considerar apenas algumas características culturais como admissíveis e valorizar somente estas.

Somos ainda um país que se considera, na sua essência, multi-cultural? Se o somos, a identidade nacional ainda está sendo negociada e renegociada, e em alguns momentos criada. Nossa história ainda esta por se formar.

Mas pode ser que passamos a ser um país com características nacionais consolidadas que necessitam apenas ser lembradas? Caso assim for, devemos ter o cuidado no que deve ser lembrado e como deve ser.

O texto pretende trazer à tona algumas reflexões das observações feitas por uma professora que deseja a valorização do multi-culturalismo que compõe a nossa sociedade. Devemos refletir, se não estamos fazendo um processo similar ao executado pelo governo nacionalista de Vargas, isto é, escolher uma cultura e impô-la a sociedade e principalmente aos estudantes.

A COMPREENSÃO JESUÍTICA DA IDENTIDADE (ÉTNICA) TEUTO-BRASILEIRA CATÓLICA RURAL NO RIO GRANDE DO SUL: INSTRUMENTO (DE PODER) DO PROJETO DE RESTAURAÇÃO CATÓLICA REGIONAL*

Neli Schäfer T.S.

A leitura de memórias, livros tombos, atas e de material impresso por associações políticas, sócio-culturais, econômicas e religiosas de imigrantes e de seus descendentes, assim como a leitura de obras que abordam a história da Igreja Católica no Brasil e os processos de imigração e colonização européia dos séculos XIX e XX, e de obras de grupos sociais deles advindos, evidenciam aspectos atinentes à religiosidade nas diferentes identidades étnicas gestadas no Estado do Rio Grande do Sul. Aguçam, também, questionamentos sobre a influência das igrejas sobre essas identidades: Que grupos religiosos vieram atender os imigrantes e a seus descendentes? As iniciativas foram bem sucedidas? Quais os grupos que se opuseram? Houve dissonância ou concordância com os representantes do Estado? Como os imigrantes foram cooptados pelas instituições? Tais questões ainda não foram suficientemente esclarecidas. O presente estudo visa dar uma contribuição no que se refere aos imigrantes alemães católicos, que ingressaram no Brasil desde inícios do século XIX.

A partir da segunda metade do século XIX, a Igreja Católica Apostólica Romana encontrou-se frente à situação de perda do poder temporal do papado e conseqüente de relativização do poder normatizador do catolicismo nos Estados laicos advindos do avanço do Liberalismo, tais como a Alemanha e a Itália. A Cúria Romana procurou assegurar a sua ascendência espiritual e moral frente ao mundo, através da convocação do Concílio Vaticano I (1869-70) e do desenvolvimento de um Movimento de Restauração, que visava retomar a doutrina, a disciplina e as práticas religiosas determinadas pelo Concílio de Trento (do século XVI) nos quadros internos da Igreja e entre fiéis dos diferentes países do mundo. Por isso, integrantes de Ordens e Congregações Religiosas foram enviados para colaborar na realização de Projetos de Restauração Católica no Brasil; entre eles, sacerdotes jesuítas, que passaram a atuar, inicialmente, no Rio Grande do Sul.

No século XIX, quando as primeiras levas de imigrantes alemães chegaram ao Rio Grande do Sul, vigorava o regime do Padroado, no qual a Igreja estava sujeita ao Estado e os seus representantes tutelavam as Irmandades Religiosas. Em termos de Brasil, na esfera popular, vigorava um catolicismo marcado por oratórias, ermidas, cruzeiros, igrejinhas, peregrinações, festas, irmandades, procissões: um catolicismo devocional, autônomo em relação aos sacerdotes e em relação à igreja institucional e diferente do catolicismo preconizado pelo Concílio de Trento (do século XVI) e pelo Movimento de Restauração. Um catolicismo que se tornou autônomo principalmente pelo fato de o governo imperial não promover a devida assistência religiosa à população brasileira católica. Para informar sobre a situação do Rio Grande do Sul, optei pelo relato do Duque de Caxias, Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, após a Revolução Farroupilha, em 1846, na Assembléia Provincial:

Custa-me expor-vos o que observei em alguns lugares da Província nos dois anos em que, à frente do Exército, atravessei toda essa Campanha: crianças, entrando já na adolescência, ainda sem

* Resultados da tese de doutorado, defendida sob o mesmo título, em dezembro de 2003, para obtenção do título de Doutora em História, no Programa de Pós-Graduação em História da Unisinos.

serem batizadas; famílias inteiras que jamais tinham assistido ao Sacrifício da Missa, e que pela primeira vez viram, em nossos acampamentos, o sacerdote no altar, celebrando o ofício divino para o Exército; quantas uniões ilícitas e expostas à moral pública, aos interesses sociais e à doutrina da Igreja; posso dizer, enfim, que há ausência completa de todos os sacramentos, por falta de eclesiásticos e de templos; e também pela falta de zelo e de bons exemplos por parte de muitos Ministros da Religião, mais cuidadosos dos seus vis e mundanos interesses que dos seus sagrados deveres, ... (Citado por HASTENTEUFEL, 1987, p. 72)

A ausência de sacerdotes nas paróquias ocorria em toda a Província de São Pedro. Em relação às áreas de imigração alemã, até à chegada dos primeiros sacerdotes, passaram-se 24 anos, de 1824 a 1849. É neste contexto que chegaram os primeiros quatro sacerdotes jesuítas. Entre eles o Pe. Lipinski, S.J. que enviou o seguinte relato ao Superior Provincial da Província da Espanha da Companhia de Jesus, sobre a região de Dois Irmãos:

A colônia mede sete horas de extensão. As estradas são muito más. Às vezes elas ladeiam abismos, outras são cortadas por riachos que, em tempo de chuva, crescem e se tornam torrentes perigosas. Os numerosos católicos que ali vivem, de mistura com protestantes, têm uma igreja de pedras, dedicada ao Arcanjo São Miguel. Numa distância de cinco horas, ergue-se uma capela de madeira. Os alemães, apesar de sua pobreza, construíram-na por conta própria e puseram-na sob a proteção de São Francisco Xavier. Mais para o ocidente, achamos a Colônia do Bom Jardim, onde a população pertence a diferentes confissões cristãs. Segue a Picada, que também possui uma capela de madeira. Finalmente, vem São José do Hortêncio, onde os católicos são a maioria. Sua capela de madeira ameaça cair em pedaços [...]

Não é possível indicar o número exato de católicos, mas ultrapassam eles, enquanto sabia, as quatro mil almas. Excetuados os recém-chegados, nenhum deles, por falta de sacerdotes, se confessa há vinte anos.

A falta de sacerdotes e o abuso prejudicial dos casamentos mistos, principalmente na geração mais nova que passa os feriados bebendo e caçando, causou necessariamente uma grande indiferença em assuntos religiosos. (Pe. LIPINSKI, S.J.. In: DER FAMILIENFREUND, 1924, p. 85-86)

Os primeiros imigrantes enfrentaram inúmeros problemas. Em relação aos imigrantes acatólicos ocorria o não reconhecimento de suas práticas religiosas, práticas que passaram a representar uma ameaça para a hegemonia do catolicismo no Brasil, e por isso, deveriam, aos olhos da Igreja Católica, ser vigiadas e contidas, para não se difundirem entre os brasileiros. Outro problema foi a falta de sacerdotes, o que motivou uniões entre imigrantes católicos e acatólicos. Quando os primeiros sacerdotes jesuítas passaram a atuar no Rio Grande do Sul, essas uniões representaram a principal barreira para os seus trabalhos, pois os sacerdotes passaram a ser perseguidos quando não “queriam” batizar ou casar católicos e acatólicos. Neste contexto, os jesuítas passaram a utilizar os casamentos mistos como referencial do “mau exemplo” de cristão, para chamar os fiéis para as atividades católicas coordenadas pelos sacerdotes. Porém, as práticas acatólicas serviram de “bom exemplo” no sentido de chamar os fiéis à responsabilidade de auxiliar no desenvolvimento de uma vida comunitária católica, pois os imigrantes protestantes e liberais haviam tomado a dianteira na organização de escolas e igrejas, que visavam, primordialmente, a manutenção de sua religiosidade, de sua cultura, e de promover a sua inserção na sociedade brasileira.

A partir de 1872, chegaram outros jesuítas, especialmente devido à necessidade de saída dos mesmos da Alemanha em função do *Kulturkampf* promovido por Otto von Bismarck, o que contribuiu para a possibilidade da organização de uma Missão Brasileira Alemã, sob a coordenação da Província Germânica da Companhia de Jesus, para atender os emigrados católicos alemães e para auxiliar D. Cláudio Ponce de Leão no desenvolvimento da Restauração Católica do Rio Grande do Sul. Os jesuítas, através de atividades como batismo, primeira comunhão, crisma e casamentos, passaram a chamar os imigrantes católicos para participar de Missões Paroquiais e para coordenar associações religiosas, em especial o Apostolado da Oração e Congregação Mari-

ana. Também, chamaram os fiéis à responsabilidade de zelar pela construção de casas paroquiais, capelas, associações assistenciais, ministrar catequese e ensino, e a participar de congressos católicos e associações sócio-econômicas, como a Sociedade União Popular, a Associação de Professores Católicos e do Seminário para a Formação de Professores. Através dessas atividades, os jesuítas criaram mecanismos para assegurar a sua permanência no país – em meio à crise entre Estado e Igreja nos últimos anos da Monarquia e primeiros anos da República – e para chamar fiéis à participação em atividades religiosas promovidas pela Igreja Católica, a partir das propostas do Movimento de Restauração Católica.

Pesquisadores de temas relacionados à imigração européia católica no sul do Brasil, como Lúcio Kreutz, René Gertz e Arthur Blásio Rambo, lembram que esses jesuítas passaram a investir na formação de um grupo social composto de colonos teuto-brasileiros católicos, a partir da integração das diversas correntes de imigração alemã no sul do Brasil. Considerando estes estudos, formulei a tese de que os jesuítas investiram na construção de uma identidade para este grupo social, a fim de utilizá-la como instrumento de poder. Para comprovar a tese, tornou-se necessário demonstrar como os sacerdotes jesuítas investiram na construção, afirmação e reformulação da identidade em questão. Para obter as devidas informações, compreendemos que era preciso esclarecer as relações, em termos de “redes de poder”, conforme concepção de FOUCAULT, ou seja, “redes de poder” que geram comportamentos, as quais foram construídas pelos jesuítas entre Estado, Igreja, imigrantes e descendentes. Metodologicamente, delimitamos três “redes de poder”: Arquidiocese de Porto Alegre, como representante da Cúria Romana na esfera do episcopado brasileiro; os sucessivos governos estaduais, como representantes do Estado Brasileiro; os sacerdotes jesuítas, como representantes da Companhia de Jesus.

Para atingir nosso objetivo, foi necessário arrolar a documentação sobre o assunto já utilizada por outros autores em relação ao Estado e em relação às determinações da Arquidiocese de Porto Alegre no período abordado. No entanto, a relevância da pesquisa consiste no estudo da correspondência oficial mantida entre a Arquidiocese e jesuítas, e, também, de cartas, memórias e relatórios dos agentes do Projeto de Restauração, nos quais estão expressos visões e posicionamentos de jesuítas frente aos acontecimentos históricos que envolveram a identidade teuto-brasileira católica rural. Partimos do pressuposto de que atas, correspondências oficiais, relatórios, memórias e relatos de viagens são formações discursivas que, segundo FOUCAULT, apresentam “o que pode e deve ser dito, a partir de uma posição dada em uma conjuntura determinada” (1996, p. 22), o que permitiu a reconstrução da compreensão dos jesuítas da identidade em questão. Necessitamos, também, buscar informações para esclarecer como sacerdotes jesuítas procuraram, através de formações discursivas publicadas em folhetos devocionais, em lembranças de Missões Paroquiais, em jornais e almanaques editados em língua alemã, investir na formação e reformulação do imaginário social dos teuto-brasileiros católicos das comunidades rurais, a fim de construir e atualizar uma identidade teuto-brasileira católica rural. E, para tanto, recorremos a BACZKO, por concordarmos quando este expõe que “é através de seus imaginários sociais que uma coletividade designa sua identidade” (1985a, p. 309-10). Também recorremos a CHARTIER, pois este apresenta que discursos e representações têm por objetivo a construção de um mundo social e a definição contraditória de identidades (1990, p. 18), e utilizamos MAINGUENEAU, por concordar que toda formação discursiva pressupõe uma comunidade discursiva onde vivem aqueles que a produzem, que fazem com que o discurso circule e que se reúnem em seu nome e nele se reconhecem (1989, p. 55-56).

Com o desenvolvimento de nossa pesquisa, conseguimos compreender que atividades religiosas e sócio-econômicas variadas, discursos oficiais e representações construídas em publicações foram utilizadas por sacerdotes jesuítas, a fim de fomentar a construção e manutenção de uma identidade, visando utilizá-la em prol da Restauração Católica, para atingir três objetivos básicos: um dos objetivos era fornecer condições materiais a serem obtidas através de coletas de ofertas entre fiéis teuto-brasileiros católicos que seguissem as orientações da Igreja Institucional, para a manutenção da Arquidiocese e igrejas paroquiais, e para auxiliar na manutenção de colé-

gios nos centros urbanos, com os quais visavam formar novas lideranças, a partir de princípios católicos da Restauração, para atuar na sociedade rio-grandense em transformação, onde vigoravam a ideologia positivista e as práticas religiosas dirigidas por Irmandades Religiosas. Outro objetivo era, a partir da ênfase ao elemento apologético católico da identidade, em especial anti-protestante, a partir de estímulos para manutenção de fronteiras étnicas, conforme BARTH (1998), formar um grupo social a ser referência tanto para outros grupos étnicos imigrantes católicos e acatólicos, bem como do grupo católico brasileiro, os quais deveriam ser cooptados para dentro das estruturas do catolicismo institucional. Também era objetivo fomentar a manutenção de um grupo social rural, com estímulos para a permanência nas áreas rurais. Esses estímulos deveriam ser feitos a partir da positivização do ideário da colonização teuto-católica, através do Apostolado da Imprensa e de investimentos para viabilizar a manutenção de comunidades rurais – conjunto formado por capela, cemitério, escola, salão de festas, campo esportivo, associações sócio-econômicas – nas quais deveria vigorar um clima de Cristandade. Cristandades que deveriam, por sua vez, manter o colono teuto-brasileiro católico afastado dos meios urbanos, onde eram difundidos ideários que contradiziam a doutrina e os dogmas católicos, como o comunismo e o anarco-sindicalismo. O elemento rural da identidade também deveria ser utilizado - a partir da positivização do imigrante como “colono” que promovia, com seu trabalho, o desenvolvimento das áreas devolutas do Brasil –, para proporcionar a continuidade à chamada de imigrantes para o sul do Brasil, a fim de evitar a proletarianização dos católicos na Alemanha. O ruralismo também deveria ser utilizado para fomentar a construção de comunidades, que deveriam servir de parâmetro de vida católica nos centros urbanos, onde predominavam costumes sociais e práticas religiosas que diferiam das orientações da Igreja. Essas cristandades rurais católicas deveriam, também, e, principalmente, fornecer candidatos para os seminários, a fim de formar um clero secular com pessoas do estado, que seguissem as determinações da Igreja, para atuar na recristianização da sociedade rio-grandense.

Para atingir esses objetivos, jesuítas estruturaram suas atividades a partir de uma compreensão sobre a identidade do grupo social que passaram a atender: compreenderam que deveria ser uma identidade étnico-confessional. Identidade obtida a partir de investimentos para a manutenção da língua alemã, pois entendiam que através dela manteriam a germanidade. Germanidade esta, compreendida por eles, como norteadora da etnia teuto-católica. Essa compreensão, que foi difundida em correspondências oficiais, periódicos e, especialmente, através dos Congressos Teuto-Católicos, partia de quatro princípios:

a) de um princípio jurídico: a partir do direito natural de que cada povo tem o direito de falar sua língua;

b) de um princípio religioso: como uma manifestação do espírito de Deus, uma identidade incorporada, que se manifestava, especialmente, através de uma língua própria;

c) de um princípio filosófico-religioso: mediante a divulgação da Teologia do Mérito – ancorada na Filosofia de São Tomás de Aquino, e que estabelece que a Salvação é obtida através da Fé e obras. A Teologia do Mérito foi utilizada para chamar os fiéis a participar e contribuir para a manutenção da vida comunitária, a partir da divulgação de que as obras eram necessárias para a propagação da palavra do Senhor. Obras obtidas mediante o trabalho, que, por sua vez, era elemento essencial da identidade germânica;

d) a partir de um princípio filosófico-cultural: porque defendiam que elementos da “cultura alemã” e, por conseguinte, da germanidade, já estavam historicamente relacionados ao catolicismo. Essa compreensão tem suas raízes entre os primeiros cristãos que, para garantir a difusão do Cristianismo, trabalharam no sentido de transformar o Império Romano em império cristão e, assim, organizar uma Igreja Cristã oficialmente reconhecida. Essa filosofia foi utilizada e reestruturada por missionários cristãos católicos, como São Bonifácio, nas atividades de conversão dos povos bárbaros germânicos, que passaram a evocar o compromisso de missão da etnicidade germânica para com o cristianismo católico, e foi retomada entre populações de origem germânica quando da estruturação do Sacro Império Romano Germânico e da Igreja Católica no

Ocidente no século IX. Foi evocada, especialmente pelos sacerdotes jesuítas, a exemplo de São Canísio, quando da aplicação das decisões do Concílio de Trento (século XVI), para criar uma identidade confessional católica alemã, frente aos movimentos evangélico-protestantes alemães do século XVI ao XVIII. E foi retomada quando do desenvolvimento do Movimento de Romani-zação ou Restauração dos séculos XIX e XX. Sacerdotes da Restauração conclamavam a Missão dos católicos alemães para a defesa da Igreja Católica. Na Alemanha, os jesuítas investiram na continuidade do ideário da germanidade investida de Missão católica, bem como entre imigran-tes alemães e seus descendentes teuto-brasileiros a fim de garantir que esses permanecessem católicos, visando impedir o uso de práticas acatólicas ou do catolicismo popular brasileiro, que dispensava a presença da hierarquia eclesiástica em suas práticas religiosas. Este ideário tam-bém foi evocado para o chamado de “Missão” de levar a palavra de Deus aos acatólicos e desrai-gados da Igreja. Os jesuítas, portanto, trabalharam a partir da compreensão de que através da manutenção da identidade étnica, o grupo teuto-brasileiro manteria sua catolicidade. E, devido a essa compreensão, os seus trabalhos foram questionados e provocaram confronto entre as três “redes de poder”, ou seja, Estado, Igreja e Companhia de Jesus.

O primeiro momento de confronto ocorreu durante o desenrolar da Primeira Guerra Mun-dial, quando o Arcebispo D. João Becker, cuja formação foi realizada no Seminário de São Leo-poldo, sob coordenação dos jesuítas, necessitou interferir nas instituições mantidas e coordena-das pelos jesuítas, frente à ordem do Estado brasileiro de proibir o uso da língua alemã, elemento da germanidade, em atividades da Igreja e associações. Situação que foi amenizada porque D. João Becker e jesuítas mantinham um bom relacionamento com o Governo estadual de Borges de Medeiros. Esse confronto levou D. João Becker a determinar o uso gradual da língua portuguesa nas escolas e aulas de catequese e interferir nas atividades escolares e em associações, atendidas pelos jesuítas, através da nomeação de consultores da Arquidiocese para atuar entre elas. O confronto também provocou a criação, em 1927, da Província Sulbrasileira da Companhia de Jesus, independente da Província Germânica.

O segundo momento de confronto entre as três “redes de poder” foi durante a Campanha de Nacionalização efetivada durante o Estado Novo, especialmente durante os anos da Segunda Guerra Mundial, quando ocorrem conflitos entre brasileiros e teuto-brasileiros. A pesquisa nos possibilitou verificar posicionamentos que os motivaram e, entre eles, destacamos:

a) a discordância entre Companhia de Jesus e Arquidiocese - que segue as determinações do Estado Novo e cujas principais lideranças eram católicas – em relação à proibição do uso da língua alemã nas igrejas paroquiais e demais instituições teuto-católicas. Ocorreu porque D. João Becker compreendia que a identidade do grupo teuto-brasileiro da área rural deveria ser constru-ída no sentido de uma identidade social e não étnica: isto é, uma identidade comunitária católi-ca, enquanto que os jesuítas trabalhavam pela construção de uma identidade étnico-confessio-nal. Posicionamentos distintos que levaram a Companhia de Jesus a determinar, inicialmente, o deslocamento de diversos sacerdotes das áreas de colonização alemã, e a substituição do Superi-or da Província Sulbrasileira, por estes defenderem a manutenção das atividades até então reali-zadas. Determinação compreensível, quando considerado que um dos objetivos da Restauração era promover a retomada da hierarquia, ou seja, a retomada do poder dos bispos e arcebispos em suas dioceses e Arcebispados;

b) quanto à discordância de jesuítas com representantes do Estado Novo, ocorreu a divi-são entre os integrantes da Província Sulbrasileira: alguns sacerdotes trabalharam em consonân-cia com D. João Becker, porque atuaram em instituições e atividades nos centros urbanos que integravam representantes de diversos grupos étnicos, que também haviam sido estruturadas para formar bases sociais de apoio à Arquidiocese, como as Congregações Marianas nos Colégi-os, como no Anchieta de Porto Alegre, e na Universidade Federal, a Juventude Católica e os Círculos Operários. Outros jesuítas, por sua vez, não aceitaram os posicionamentos de D. João Becker, por trabalharem diretamente nas comunidades de origem teuta, e não concordarem com as orientações da Arquidiocese de abandonar os investimentos feitos para a manutenção do

elemento germânico da identidade. Este posicionamento é compreensível, quando considerado que até o início do Estado Novo as comunidades rurais das áreas de colonização ainda constituíam a principal base social de apoio da Arquidiocese, e, principalmente, “pano de fundo” para justificar a atuação dos jesuítas, isto é, no sentido do ideário de que “os padres alemães são necessários, pois são muitos os colonos alemães católicos”, quando na realidade o número de sacerdotes que passou a atuar, a partir da década de 1930, nos centros urbanos para viabilizar outras bases sociais, especialmente em Porto Alegre, passou a ser superior ao das zonas rurais;

c) verificamos também, que houve um encontro de duas leituras, de duas orientações de Missão do catolicismo, ambas divulgadas em solo brasileiro, especialmente a partir de trabalhos de sacerdotes jesuítas: uma leitura é de origem lusa, que foi gestada em solo luso-europeu, e que evocava a “missão” dos lusos de reconquistar e conquistar povos e territórios para o catolicismo. Ela foi utilizada ideologicamente para justificar e impulsionar a Guerra da Reconquista da Península Ibérica, bem como nas Grandes Navegações e conquistas territoriais nos séculos XV ao XVII. Ela foi instrumentalizada pelos jesuítas no chamado para a colonização e administração das terras brasileiras. Foi retomada mediante o Apostolado da Oração, Congregações Marianas e colégios católicos, a partir do final do século XIX, evocando o compromisso dos leigos católicos brasileiros dirigentes do país em trabalhar em prol de assegurar o lugar do catolicismo no Brasil. Leitura que foi reafirmada por católicos brasileiros e sacerdotes durante o Movimento Modernista da década de 1920 pelo grupo ligado a Alceu Amoroso de Lima (Tristão de Athaíde), e que foi instrumentalizada durante a Campanha de Nacionalização, pois a maioria de seus agentes eram católicos. A outra leitura é a que foi anteriormente abordada, ou seja, a do ideário da germanidade investida da Missão de defender a Igreja Católica. Destas duas leituras de Missão de catolicismo, sobressaiu vitoriosa a leitura brasileira, e que se impôs mediante a obrigatoriedade do uso oficial da língua portuguesa. E, diante desta vitória, pergunta-se o que ocorreu com a leitura de “Missão da germanidade”.

A pesquisa possibilitou verificar que foi justamente a manutenção do ideário da germanidade investida de Missão católica que possibilitou a compreensão por parte dos teuto-brasileiros católicos da necessidade de cumprir as determinações dos representantes católicos do Estado e da Arquidiocese durante a Campanha de Nacionalização, isto considerando que foi principalmente via Congregações Marianas e Apostolado da Oração que as lideranças jesuítas promoveram a integração social entre brasileiros e teuto-brasileiros, tendo como base o catolicismo. Também deve ser destacado o trabalho dos seminários dirigidos pelos jesuítas, nos quais foram preparados sacerdotes de origem teuto-brasileira para atuar em solo brasileiro, e que, por sua vez, nos momentos de atritos interétnicos compreenderam a necessidade de exercer seu apostolado cristão e conduzir pacificamente o cotidiano das cristandades no sul do país. Deve ser observada, também, a existência de outras leituras de Missão católica entre outros grupos étnicos, especialmente entre os ítalo-brasileiros, que também necessitaram ceder lugar para o pleno desenvolvimento do catolicismo da Restauração. Trabalho que foi possível pelo fato de que nos diferentes grupos étnicos a língua materna era utilizada pelos representantes da Igreja Católica, conjuntamente com práticas católicas, para construir e reformular as etnicidades como instrumentos de poder em solo brasileiro, visando formar diferentes grupos de apoio para o catolicismo, nos quais o Movimento de Restauração, configurado, localmente, na pessoa do Arcebispo, era o elo de ligação. A partir dessa concepção, a Campanha de Nacionalização, via língua portuguesa, obteve adesão de sacerdotes regulares e seculares. E todo este trabalho foi desenvolvido em um momento histórico em que a Igreja Católica, devido a desentendimentos com regimes ditatoriais na Alemanha, Itália e Espanha, tem suas atividades e filosofia questionadas. Momento em que o Brasil tornou-se espelho de Cristandade da Restauração, onde autoridades civis e religiosas católicas, a partir da compreensão de que dos múltiplos grupos étnicos que existiam na sociedade brasileira não surgiria uma complementaridade, procuraram conduzir os diferentes grupos étnicos católicos para a formulação de uma identidade étnica brasileira: uma identidade marcada pelo uso da língua portuguesa e pelo catolicismo.

Os atritos interétnicos entre os brasileiros e teuto-brasileiros evidenciaram que os jesuítas não prepararam os teuto-brasileiros católicos para um germanismo político organizado no sentido contestador em relação à sociedade brasileira, e o maior exemplo é a pessoa de D. João Becker, pois foi formado e preparado para servir ao catolicismo no Brasil e não a um catolicismo brasileiro ou germanizado. Desde que assumiu o Arcebispado, ele promoveu sua nacionalização “intra-muros” entre as instituições católicas do Rio Grande do Sul e sempre colaborou com os representantes do Governo, consciente de que o uso da língua materna entre imigrantes não era em si um perigo ou sinal de mentalidade anti-brasileira, mas que poderia provocar incidentes em atmosfera exaltada das guerras e, em especial, consciente de que era necessário resguardar a sua base social de apoio em termos de sul do Brasil: imigrantes alemães que já tinham seus descendentes como brasileiros natos. Também deve ser destacado o papel dos sacerdotes seculares e regulares que os ensinaram a não ter resistência organizada contra as políticas de incorporação à sociedade brasileira promovidas pelos representantes do Estado. E, neste sentido, foi de fundamental importância o Apostolado da Imprensa: periódicos informando sobre as atividades católicas na região colonial, no estado, no país e no mundo, impediram o isolamento dos núcleos coloniais pelas vias de comunicação. As circulares enviadas pela Cúria metropolitana informando sobre as atividades oficiais da Arquidiocese eram obrigatoriamente registradas nos livros tombos, lidas e abordadas nas missas, em atividades paroquiais e em outras “redes de poder” construídas pelos agentes da Restauração. Festas religiosas, quermesses, coletas em prol da manutenção de seminários, procissões, missas - em favor do bom andamento de Congressos Eucarísticos, em homenagem ao dia do Papa e em homenagem à inauguração da estátua ao Cristo Redentor -, reuniões com representantes da Liga Eleitoral Católica do Estado, tudo registrado nos livros tombos, atestam que aos teuto-brasileiros católicos das áreas rurais conheciam atividades católicas do estado, do país e européias. Além disso, as atividades do Apostolado da Oração e Congregações Marianas, coordenadas pelos jesuítas, foram instrumentalizadas para formar opinião de oposição àqueles que colocavam em risco o relacionamento entre brasileiros e teuto-brasileiros, a exemplo dos elementos denominados pelos teuto-brasileiros de “alemães do Reich”, durante a 2ª Guerra Mundial. Isto comprova que os jesuítas trabalharam em prol de preparar os teuto-brasileiros como grupo social etnicamente organizado, mas a partir do seu elemento diacrítico mais importante: a religiosidade católica. Também devem ser destacadas as atividades das Congregações Marianas, pois conseguiram criar um clima de respeito mútuo, via catolicismo, entre as lideranças teutas e brasileiras dentro do estado, o que possibilitou a construção de caminhos para resguardar as atividades das demais congregações religiosas no estado e país.

Os jesuítas procuraram promover, via leigos católicos, a integração das diferentes “redes de poder” por eles construídas. Mas essa cumplicidade entre autoridades civis e religiosas para impor uma nacionalização via catolicismo e via língua portuguesa refletiu diretamente nos trabalhos dos integrantes da Província Sulbrasileira da Companhia de Jesus, fazendo com que essa reestruturasse suas atividades no sul do Brasil, com duas orientações. Primeiro, investir na redefinição da identidade do grupo teuto-brasileiro católico rural, isto é, investir na passagem da identidade étnica para a identidade social – e o fez, após a Segunda Guerra Mundial, através do Apostolado da Imprensa, com abandono gradual da difusão do ideário da germanidade enquanto investida de Missão católica. Também o fez através do auxílio prestado à Arquidiocese, a D. Vicente Scherer, para a substituição dos Congressos Teuto-Católicos por Semanas Ruralistas ou Congressos de Ação Social e Rural, que visavam integrar os representantes dos diversos grupos étnicos católicos das áreas de colonização européia, que passaram a ser considerados simplesmente como grupos de agricultores das zonas rurais do Rio Grande do Sul, e não mais como “colonos”; bem como nos auxílios prestados à reestruturação de escolas rurais, agindo como mediadores nas reuniões entre os representantes do Estado, e as populações teuto-brasileiras católicas e de outras etnias; também através da criação, a partir de 1956, de mecanismos especiais para atuar nas áreas rurais: a LAC (Liga Agrária Católica) e a JAC (Juventude Agrária Católica). Segundo, através da orientação da Companhia de Jesus no pós-Estado Novo de acelerar um

trabalho que já vinha fazendo desde o confronto provocado pela Primeira Guerra, ou seja: a orientação de desgermanizar as atividades e, em especial, os integrantes da Província Sulbrasileira da Companhia. E o fez através da retirada gradual de seus sacerdotes das comunidades teuto-brasileiras, redefinindo suas atividades, nas quais foi dada ênfase à rede escolar urbana, ao Apostolado da Oração, às Congregações Marianas, à Juventude Católica e aos Círculos Operários, atividades relacionadas aos outros grupos de sustentação da Arquidiocese. Também deslocou sacerdotes para a estruturação da Unisinos, que objetivava, entre outras coisas, formar lideranças intelectuais que pudessem ser retaguarda de defesa para a Igreja Católica e Companhia de Jesus. Sacerdotes também foram retirados das colônias teuto-brasileiras e designados para atuar na Missão dos estados do Mato Grosso e Goiás, para onde estavam se dirigindo correntes de desdobramento da imigração e colonização européia, especialmente alemã.

Quando a Companhia de Jesus ordenou a retirada dos sacerdotes jesuítas das paróquias teuto-brasileiras, como o fez outrora com os Sete Povos das Missões, a Província Sulbrasileira já tinha cumprido sua missão, porque a maioria das paróquias do Rio Grande do Sul já tinha sido entregue ao clero secular, formado, em maior parte, com elementos oriundos das comunidades teuto-brasileiras. O sucesso dos seus trabalhos é atestado pelos relatórios das coletas das comunidades para a manutenção financeira da Arquidiocese e construção da catedral de Porto Alegre, e, principalmente, pelos documentos dos sucessivos desmembramentos da Província Eclesiástica do Rio Grande do Sul em dioceses – sendo que, para a Arquidiocese sempre foram reservados os municípios de populações teuto-brasileiras. O número de religiosas e sacerdotes seculares e regulares advindos destas populações, que passaram a suprir as necessidades do estado, do Brasil e de missões estrangeiras, em especial na África e na Ásia, também é produto do Projeto de Restauração.

Usando as colônias alemãs como retaguarda de seus trabalhos, os jesuítas formaram lideranças católicas urbanas a partir dos trabalhos do Apostolado da Oração e Congregação Mariana iniciados entre os imigrantes alemães, associações essas que investiram primordialmente na luta contra o catolicismo popular autônomo e estruturaram um devocionismo ligado à Igreja, pois a devoção ao Sagrado Coração de Jesus, obtida mediante cooptação de outras devoções e Irmandades religiosas, passou a representar o centro do devocionismo popular coordenado pelas paróquias católicas nas áreas de imigração alemã e demais áreas do Rio Grande do Sul. Enquanto que no século XIX sacerdotes estavam sujeitos aos desmandos das autoridades civis e Irmandades Religiosas, no século XX, integrantes de diversas Ordens e Congregações Religiosas passaram a educar e formar lideranças civis, a partir de princípios e do espírito do catolicismo da Restauração. Lideranças - como Alberto Pasqualini (deputado estadual) e Dr. Adroaldo Mesquita da Costa (catedrático do curso de Direito da UFRGS) - que passaram a defender e promover atividades econômicas, políticas e sócio-culturais de acordo com princípios católicos, bem como a promover oposição a lideranças políticas contra propostas sociais que punham em risco as atividades dos sacerdotes católicos. Educando os filhos de simples “colonos imigrantes”, os filhos de operários em escolas noturnas e os filhos das elites rio-grandenses, os jesuítas abriram caminho para o restabelecimento de suas atividades no Brasil, que, em 1925, resultaram na criação das Missões Jesuíticas do Norte e do Centro do Brasil e, em 1928, da Província Sulbrasileira, cada uma delas com vida e atividades próprias.

A construção de fronteiras étnicas em relação aos acatólicos, especialmente em relação aos protestantes, deve ser interpretada dentro do contexto histórico da vigência das decisões do Concílio Vaticano I. Os sacerdotes necessitavam estimulá-la, pois assim ditavam as normas das Pastorais Coletivas e Resoluções dos Arcebispos. A religiosidade foi utilizada como elemento referencial base da construção identitária para os membros do grupo teuto-católico e para outros grupos étnicos, que deveriam ser ideologicamente combatidos ou cooptados para dentro das estruturas do catolicismo da Restauração. A religiosidade enquanto elemento de identidade tem sido abordada pela historiografia, a exemplo de G. SEYFERTH, como elemento definidor de clivagem interna do grupo teuto-brasileiro (1995, p. 113). Os jesuítas, por sua vez, procuraram

estruturá-la como elemento que visava promover a definição de dois grupos étnicos distintos: os teuto-católicos e teuto-evangélico-protestantes.

Quanto aos teuto-brasileiros católicos das áreas rurais precisamos voltar à Campanha de Nacionalização. Pode ser apresentado que a mesma falhou no seu método para a implantação do uso do vernáculo, pois a proibição ou a interdição temporária da língua de origem não favoreceu a inserção social, ao contrário, promoveu a reformulação da língua enquanto dialeto, como critério/elemento de etnicidade, que passou a ser mantida viva no seio familiar e comunitário e, portanto, reforçou os limites étnicos em relação aos “*brasilianer*”. Os agentes da nacionalização não compreenderam que era necessário manter o imaginário social do meio rural, onde as crianças teuto-brasileiras aprendiam desde cedo a produzir os bens necessários para a subsistência da família, a fim de continuar com a posse de sua propriedade e, correspondentemente, a independência da família, evitando a proletarização – um dos objetivos do Projeto de Restauração. Os jesuítas divulgavam até então que cada teuto-brasileiro, na medida em que era inserido desde a infância no processo produtivo, deveria aprender os valores relacionados ao seu trabalho e ao meio físico e social onde vivia, isto é, os valores de agricultor, de homem do meio rural, onde o trabalho deveria ser fator de construção da identidade rural, de elemento de expressão desta identidade e de construção da religiosidade, pois deveria existir uma ligação, devido ao ideário da Missão apostólica, entre o trabalho e a oração, em que um deveria dar sentido ao outro, e onde a Igreja deveria ser o lugar de agradecer pelas tarefas cumpridas e pedir força para as tarefas dos próximos dias. A Campanha de Nacionalização falhou pelo fato dos professores nomeados não estarem preparados para a instrução religiosa, obtida mediante cantos litúrgicos, preparação para a catequese, organização de festas religiosas, organização de devoções dominicais que objetivam manter o vínculo escola-família-igreja e o clima sacral cristão no meio comunitário. Conseqüentemente, a religiosidade e a moralidade passaram a ser assunto da igreja e da família, pois na vida pública foram desalojadas para segundo plano. E sobre este enfoque optei por deixar Pe. Balduino RAMBO, S.J. falar:

“Num caso concreto, vários anos depois da guerra, encontrei duas crianças de família conhecida no caminho de volta da escola. Dirigi-lhes algumas perguntas de estilo, não no alemão dos livros, mas no dialeto corrente. Responderam-me sobriamente que não entendiam alemão. Tinham sido ensinadas a mentir” (RAMBO, Balduino. In: RABUSQUE, 1994, v. 1, p. 306).

A Nacionalização das escolas descaracterizou-as como escolas comunitárias e como canais oficiais de atualização étnica, enquanto divulgadoras da germanidade investida de Missão católica, mas as escolas continuaram a ser canais de atualização étnica na medida em que o grupo social em questão necessitou continuar reformulando um elemento de sua identidade, que foi a língua, diante da obrigatoriedade e necessidade de adotar, em curto espaço de tempo, o bilingüismo, que se processou de maneira mais acelerada entre as crianças – compulsoriamente através da Escola. Os teuto-brasileiros católicos das áreas rurais, diante da necessidade constante de reformulação identitária, acabaram aceitando estatuto de minoria, engavetando, gradativamente, critérios de sua identidade em situações de contato interétnico e reforçando a religiosidade católica como critério básico para o relacionamento e participação na sociedade brasileira.

BIBLIOGRAFIA

- BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi**. Tradução de Rui Pereira e Teresa Bento. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985a. p.296-332 (v.5: Anthropos-Homem).
- BARTH, Frederick. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P., STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998. p. 187-227.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural - entre práticas e representações**. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand, 1990. (Coleção Memória e Sociedade).

- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução e organização de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1995a.
- _____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1995b.
- _____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.
- HASTENTEUFEL, Zeno. **Dom Feliciano na Igreja do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Acadêmica, 1987.
- LIPINSKI, Augustin, S.J.. “*Brief von P. Augustin Lipinski, S.J., an den P. Provincial der spanischen Ordensprovinz der Gessellschaft Jesu*”. In: DER FAMILIENFREUND Katholischer Hans Kalender und wegweiser für das Jahr 1924. Porto Alegre: Druck n. Verlang Hugo Metzler, 1924, p. 85-86.
- MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes, 1989.
- RAMBO, Balduino, S.J.. In: RABUSQUE, Arthur (org.). **Em busca da grande síntese**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994. v. 1
- SCHÄFER, T.S., Neli. **A compreensão jesuítica da identidade (étnica) teuto-brasileira católica rural no Rio Grande do Sul: instrumento (de poder) do Projeto de Restauração Católica Regional (1872-1961)**. São Leopoldo, 2003. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.
- SEYFERTH, Giralda. Etnicidade, pluralismo e imigração no Brasil. In: REICHEL, Heloisa J., GUTFREIND, Ieda (orgs.). **América Platina e historiografia: história agrária, imigração e etnia, história política e mentalidades**. São Leopoldo: UNISINOS, 1995, p. 99-127.

– 7 –

Religião, Religiosidade e Imigração

ASSOCIATIVISMO E PROTESTANTISMO NA IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO: O CASO DA ASSOCIAÇÃO GUSTAVO ADOLFO

Ricardo Willy Rieth

Introdução

O estudo a seguir pergunta pela relação entre movimento associativista e protestantismo no contexto da imigração e colonização alemãs no Brasil de meados do século XIX até as primeiras décadas do séc. XX. Primeiramente, é apresentado um quadro sintético a respeito das origens e constituição do associativismo alemão, com ênfase em seus reflexos no contexto religioso, em especial no universo protestante. Em seguida, a partir do exemplo da Associação Gustavo Adolfo (“Gustav-Adolf Verein”, hoje denominada Gustav-Adolf-Werk), busca-se verificar como o movimento associativista, voltado a apoiar a diáspora protestante, relacionou-se com as comunidades e demais organizações de imigrantes protestantes no Brasil, vindo, por fim, a se articular também aqui.

1 Associativismo na Alemanha

O século XIX é considerado o período clássico do movimento associativista na Alemanha. Desde o final do século XVIII surgiram sociedades, associações e ligas. Às vésperas da Revolução Francesa, esses grupos apresentavam os mais diferentes objetivos, por vezes colocados de maneira bastante ampla. Cumpriram uma função de ponte entre a sociedade do Antigo Regime e a modernidade do século XIX.

De maneira geral, as associações não foram um fenômeno original do absolutismo tardio. Derivaram-se das corporações medievais. Nestas, a pertença era obrigatória e condicionada pelo nascimento. Apenas em casos excepcionais era possível a ascensão social e o alcance de um nível da nobreza. A vida política e social era regulada. Não havia uma distinção entre profissão e tempo de lazer. Também não havia o que se chamou posteriormente de esfera privada. A corporação era uma formação social multifuncional, de interesse não-específico, que abarcava toda a esfera de vida da pessoa fora de casa e da Igreja.

O associativismo da virada do século XVIII ao XIX se diferencia do corporativismo medieval, pois nele passaram a ser organizados os interesses da burguesia em formação. Seus precursores diretos foram os conventículos pietistas, que colocaram em dúvida o caráter de instância salvífica e mediadora das igrejas territoriais e fixaram como seu elemento constitutivo a participação baseada na livre vontade, no voluntariado. Esses conventículos, porém, ainda não tinham a estrutura fixa de associação.

O princípio da pertença livre, espontânea ou voluntária representou uma característica constitutiva de tudo o que viria depois. Uma segunda característica do associativismo foi a consciente superação dos limites estamentais, determinados por origem, propriedade ou formação. Uma terceira, por fim, esteve relacionada à ascensão de elites dentre a burguesia, com a expansão da administração estatal, concomitante à lenta e gradual perda de influência da nobreza. Isso favoreceu a busca por desenvolvimento individual e a defesa de interesses comuns. Os limites rígidos da sociedade estamental foram entrando em um processo de lenta desintegração. A cultura formal passou a ser cada vez menos exclusiva de algumas camadas da sociedade. Com isso surgiram, desde os anos 1780, grupos identificados com tarefas artísticas, intelectuais e patrióticas. Como sinal de amizade e irmandade mútuas, seus membros queriam promover entre si o esclarecimento (Aufklärung), a formação, a edificação e o serviço ao bem comum.

Esta última característica não significava necessariamente que o novo movimento associativista quisesse concorrer ou fazer crítica às formas de dominação política existentes. As associações patrióticas, de leitura ou de caridade junto a pessoas pobres queriam contribuir em cooperação e concórdia com o Estado. Este recebia de bom grado tal colaboração, pelo menos na fase inicial. Não chegava, nessa época, a diferenciar entre associações apolíticas e políticas, estas proibidas posteriormente. O processo, porém, já estava desencadeado: com a formação de associações cresceu rapidamente a individualização de interesses - antes determinados socialmente - o que promoveu o pensamento emancipacionista e os esforços para participar com mais liberdade na formação da coletividade.

Do ponto de vista jurídico, no séc. XVIII não havia restrições a associações não-religiosas, isso até a promulgação do Direito Territorial Geral Prussiano (*Allgemeines Preußisches Landrecht*; 1794). Também este proibia apenas as sociedades secretas. Quatro anos depois, um ato adicional estendia a proibição a associações que propusessem mudanças na constituição ou na administração.

É possível fazer uma periodização das associações a partir do desenvolvimento de sua regulamentação jurídica e dos reflexos desta para seu surgimento, consolidação e durabilidade. KAISER (1992, p. 190) identifica cinco períodos na história do associativismo na Alemanha do séc. XIX: (1º) Entre 1780 e 1815, a partir de pressupostos como a separação entre Estado e sociedade, a concentração da comunicação e a dissolução da ordem estamental, são constituídas principalmente sociedades patrióticas, de leitura e secretas; (2º) De 1830 a 1848, reforçou-se o pensamento associativista, com base em pressupostos como a liberdade de empresa, a liberação do campesinato, o pauperismo, a pré-industrialização, o liberalismo e o constitucionalismo, tendo surgido especialmente associações culturais, confessionais, previdenciárias e políticas; (3º) Em torno ao período revolucionário de 1848, tendo como referência pressupostos como a liberdade de associação e a reforma democrática, são criadas associações políticas de diversas colorações ideológicas (em geral democrático-constitucionais), formas associativas do catolicismo político e assembleias eclesiais evangélicas (*Kirchentage*); (4º) De começos da restauração até o fim da era Bismarck, em um contexto marcado por repressão ao associativismo político e retorno a formas de organização privadamente determinadas, são criadas associações de convívio, intercâmbio cultural, grupos ideologicamente afins e consolidam-se as associações confessionais; (5º) Da era guilhermina até a reforma básica da legislação associativista, em 1908, sob circunstâncias marcadas por intensiva industrialização, política mundial e imperialismo, ideologias hostis ao Reino (a social-democracia como fator ameaçador) e politização do espectro confessional, surgem movimentos e ligas a partir da aglutinação de associações: *Alldeutscher Verband*, *Flottenverband*, *Kolonialverband*, *Bund der Landwirte* e, no âmbito confessional, a Liga Evangélica (*Evangelischer Bund*) e a Associação Popular pela Alemanha Católica (*Volksverein für das katholische Deutschland*).

O estrato social mais presente nas associações permaneceu sendo a burguesia, mais especificamente os estratos médios da burguesia urbana. É possível dizer que, durante o séc. XIX, o princípio associativista tornou-se uma espécie de princípio estrutural da sociedade burguesa. O Estado passou gradativamente retrair-se em relação a determinados âmbitos de responsabilidade social. Foi o caso, em primeira instância, da esfera econômica. Com a superação de estruturas estamentais, liberaram-se campos de atuação imediatamente ocupados pelo movimento associativista. Aqui foi possível experimentar, no plano das associações, formas democráticas de ação. Ao mesmo tempo, anseios de participação e emancipação fizeram-se presentes. Compensava-se assim a, no século XIX, ainda limitada possibilidade de co-gestão política. As repercussões disso para fora, perante o Estado, não podem ser menosprezadas. Por outro lado, com exceção do espectro representado pelo socialismo, não se encontra no movimento associativista uma posição que fundamentalmente coloque o Estado em questão. Havia conformidade com os limites no campo político, especialmente em 1871, com a unificação, a consolidação do Reino diante dos assim chamados inimigos do Reino e o solapamento dos anseios por participação e democratização.

2 Associativismo religioso

A história do associativismo religioso precisa ser mais trabalhada pela pesquisa em sua especificidade. O tema é citado com frequência nos estudos sobre o associativismo em geral, especialmente pelo grande número de associações. Não teve um papel precursor, apesar do exemplo dos conventículos pietistas. No caso de pastores protestantes atuantes nos começos do associativismo em geral, sua participação deu-se como indivíduos e não como representantes de igrejas territoriais. Segundo uma tese corrente, as igrejas ter-se-iam ligado ao associativismo por verem nele um elemento central da cidadania moderna no sentido de mobilizar o povo eclesástico contra a secularização e em favor da recristianização da sociedade (KAISER, 1992, p. 188).

Dentro do catolicismo e do protestantismo alemães houve tendências de aburguesamento durante o séc. XIX. Isso se deveu ao fato do clero, em especial o protestante, fazer parte de um estrato elevado da burguesia pela formação superior a que tinha acesso. Seriam co-gestores nas ações desse estrato social. O catolicismo, em razão de sua eclesiologia, por ter em uma igreja internacional sua referência e pelos temores em relação ao liberalismo e à secularização, permaneceu por mais tempo ligado ao Antigo Regime. Seu aburguesamento limitou-se ao papel social da igreja, mas não se espelhou na compreensão que tinha de si próprio (NIPPERDEY, 1983, p. 426).

Com base em sua atividade-fim, as associações confessionais distribuíam-se entre: as direcionadas à missão e à assistência à diáspora; as caritativas; as atuantes no âmbito político-eclesiástico; as voltadas a reformas sociais a partir de uma base confessional; as profissionais; científico-teológicas; as compostas por mulheres ou jovens; e as direcionadas à educação formal.

A fundação de associações não era um ato encenado pelas igrejas e suas lideranças. No catolicismo ocorria a partir de leigos e entre os protestantes era iniciativa individual de párocos, que pouca influência tinham no governo eclesiástico, ou que dificilmente obteriam uma vaga ministerial devido à oferta excessiva de párocos. Esses leigos e batalhadores individuais do clero, originários da burguesia, assumiram em 1848 a possibilidade que se oferecia para fundar associações religiosas, que atuariam ali onde a ação das igrejas fosse deficitária, ou, no caso do catolicismo, tentariam assegurar com meios políticos a situação jurídico-constitucional de sua igreja.

Não foram as Igrejas, portanto, que assumiram o princípio associativista e o instrumentalizaram em função de seus objetivos, mas seus membros individualmente, que se organizaram em associações como cristãos e simultaneamente como cidadãos. Com isso se coloca a pergunta pela relação entre igrejas e associações. Se o associativismo cristão não foi iniciado por bispos e consistórios, colocava-se o problema da direção e do controle sobre esses novos grupos, que representavam também uma concorrência indesejável, com suas instituições paralelas, podendo a qualquer momento desenvolver uma auto-consciência e um anseio de participar no governo eclesiástico. As hierarquias católica e protestante buscaram fazer frente a essa ameaça. Os católicos mediante o princípio da “eclesialização” das associações. Os protestantes, que tentaram fazer uso do mesmo princípio, mas não o conseguiram por falta de autoridade e ausência de responsabilidade diretiva geral sobre toda Igreja protestante (BAUMGARTEN, 1913, col. 1630).

3 Associativismo protestante e Associação Gustavo Adolfo

As raízes do associativismo protestante podem ser encontradas no final do século XVIII, mas sua verdadeira expansão deu-se somente nos anos 1820. Característico, a princípio, foi um único tipo de associação: as sociedades voltadas à distribuição de bíblias e à missão junto a não-cristãos e protestantes na diáspora. Partiam de concepções anti-racionalistas e reavivamentistas. Eram, em sua quase totalidade, “filhas” da “Deutsche Christenthum-Gesellschaft”, fundada em Basiléia em 1780. Segundo Baumgarten, um associativismo evangélico realmente livre somente surgiu pelo encontro de influências prático-cristãs, oriundas do metodismo inglês, e humanitárias, advindas do iluminismo alemão, isso no contexto das guerras napoleônicas e do sofrimento daí decorrente, cujas conseqüências levaram a ações caritativas associadas. A perspectiva humanitária em questão adveio das sociedades patrióticas.

De parte do movimento de reavivamento (Erweckungsbewegung) essas associações re-

cém-fundadas herdaram uma posição crítica à igreja, que podia estar latente ou se manifestar abertamente. Para esses círculos profundamente sensíveis à necessidade religiosa e social, as igrejas seriam suspeitas, incapazes de trazer ânimo à vida por sua imobilidade e burocratismo. Não se tratava de uma declaração de guerra às igrejas territoriais protestantes, mas uma denúncia de sua fraqueza. A maioria das associações fundadas antes de 1848 desenvolveram sua atividade no sentido de manterem-se abertas às igrejas territoriais, para que estas participassem com pessoal e dinheiro nos objetivos propostos por elas propostos. As igrejas, no entanto, geralmente esboçaram uma postura de rejeição quanto a esse tipo de colaboração.

A maioria das fundações de associações de antes de 1848 até o final do século - conquanto não estivessem ligadas ao neoluteranismo - tinham três características estruturais: (1) mantinham-se distantes das igrejas territoriais - ou seja, do governo eclesiástico do senhor territorial; (2) compreendiam a si mesmas como grupos para além das barreiras confessionais, isto é, tentavam superar a contradição calvinista-luterano; (3) perseguiam tendências unionistas, não como precursoras da União prussiana, mas como protagonistas de uma igreja unificada no Reino alemão.

Para as sociedades bíblicas e missionárias, originárias do movimento de reavivamento, as diferenças dogmáticas entre a ortodoxia luterana e calvinista deveriam ficar em segundo plano em benefício da decisão pessoal de fé e de um ideal de espiritualidade ligado à prática. As associações engajadas em trabalhos sociais e caritativos viam no confessionalismo um empecilho à capacidade de organização e ao poder de repercussão de seu trabalho para além dos limites territoriais.

A Associação Gustavo Adolfo (Gustav-Adolf Verein) voltou-se por outros motivos - quase “mais modernos” - contra o pensamento estritamente confessionalista. Ela foi criação principalmente de setores da burguesia protestante liberal, sem remeter-se aos veios do movimento de reavivamento, e representou com isso um novo tipo de associação, não usual para a época. Conforme NIPPERDEY (1983, p. 427), desde uma postura anti-católica, a Associação Gustavo Adolfo queria ajudar comunidades evangélicas em dificuldades na diáspora. O catolicismo, que se fortalecia especialmente no sul da Alemanha e na província da Renânia, a expulsão dos protestantes de Zillertal, no Tirol (1837), o polêmico decreto da reverência (Kniebeugungserlaß) promulgado pelo rei bávaro, que obrigava seus soldados protestantes à participação em missas católicas e procissões, tudo isso parecia ser, aos olhos da liderança fundadora da Associação Gustavo Adolfo, uma reedição da Contra-Reforma. Seria necessária uma defesa organizada. Deveria haver um esforço comum de todos os protestantes, sem prejuízo para as convicções confessionais - “sensibilidades ultrapassadas”, na perspectiva liberal - dos diferentes grupos. Correntes teológicas antagônicas não poderiam ser levadas em consideração.

O manifesto de Carl Zimmermann deixa isso claro: “Protestantes, luteranos, reformados, unidos, anglicanos, seja qual for o nome que usais, membros da igreja protestante, seja qual for vossa compreensão de fé, se sois supranaturalistas, racionalistas ou da mediação, se vos chamam veteroluteranos ou neo-evangélicos, pietistas, místicos, ou o que seja. Protestantes - eu emprego a palavra no sentido mais amplo -, consagrai o dia de hoje por meio da decisão de fundar uma “associação” para o apoio de comunidades protestantes necessitadas” (BEYER, 1932, p. 23).

Na mesma época em que imigrantes protestantes começavam a chegar ao Brasil, passou a aumentar na Alemanha a preocupação com as pessoas e comunidades da diáspora evangélica. Na região da Saxônia, líderes da igreja, professores universitários, comerciantes e empresários trataram de motivar a população a se preocupar e auxiliar as minorias evangélicas. Como personagem símbolo desse movimento foi escolhido o rei Gustavo II, Adolfo, da Suécia. 200 anos antes ele havia tombado em terras alemãs, lutando contra tropas católico-romanas, durante a Guerra dos Trinta Anos. Tal percepção é retratada em um verso, por muitos decorado já na infância desde o século XIX: “Glaubensfreiheit für die Welt / rettete bei Breitenfeld / Gustav Adolf / Christ und Held” (Literalmente: Para o mundo a liberdade religiosa / foi salva em Breitenfeld / por Gustavo Adolfo / cristão e herói; LERCHE, 1932, p. 73). A memória do rei luterano, que pegara em armas para salvar a Reforma de sua extinção, deveria mobilizar o povo evangélico a se engajar pacificamente pelas minorias evangélicas oprimidas, ou em condição desfavorável.

Desse engajamento surgiu a “Associação Gustavo Adolfo” (“Gustav-Adolf Verein”; nos estatutos “Associação Evangélica da Fundação Gustavo Adolfo” - desde 1946 “Obra Gustavo Adolfo da Igreja Evangélica na Alemanha”). Iniciou sob a liderança de Gottlob Grossmann, na Saxônia, em 1832, e, desde 1841, ampliou sua abrangência por toda a Alemanha, e mesmo fora dela, com o apoio decidido de Karl Zimmermann. A Associação Gustavo Adolfo teve seu objetivo assim definido nos primeiros estatutos (1843): “A Associação Gustavo Adolfo é uma união de todos os membros da Igreja Evangélica Protestante, cujo coração é tocado pela necessidade de seus irmãos, que são privados dos meios da vida eclesial e por isso correm o risco de se perderem para a Igreja. Assim, lembrando a palavra apostólica **‘Façamos o bem a todos, mas principalmente aos da família da fé’** [Gálatas 6.10], tem o objetivo de amparar com todas as forças a esses irmãos na fé em sua necessidade, dentro e fora da Alemanha, conquanto não possam obter auxílio suficiente em sua própria pátria” (Beyer,)

Em todas as igrejas territoriais alemãs foram formadas “associações principais” (Hauptvereine), às quais ligaram-se respectivamente “associações locais” e “subordinadas” (Ortsvereine e Zweigvereine). Em Leipzig, na Saxônia, ficou a direção central. Os recursos orçamentários anuais não ficaram somente para um fundo de capital, mas passaram a ser distribuídos: um terço para uso direto por cada associação; um terço para uma comunidade de diáspora por decisão da Associação; um terço para a direção central. As assembleias gerais, promovidas anualmente desde 1843, reuniam grande parte do mundo evangélico alemão e de outros países europeus.

As mulheres evangélicas encontraram na Associação Gustavo Adolfo um espaço de visibilidade e afirmação; desde 1848 passaram a constituir-se Associações de Mulheres GA. Também as crianças são valorizadas e motivadas a participar. Desde 1903, com a Dádiva das Crianças GA (GA Kindergabe) realizada em Bremen, isso passa a acontecer. Cinquenta anos (1882) após sua fundação, a Associação Gustavo Adolfo tinha 44 associações principais, 1387 subordinadas e locais, 388 de mulheres, 9 de estudantes e 19 de crianças. Até o ano de 1913, apoiara um total de 6.426 comunidades, com recursos de mais de 62 milhões de marcos.

4 Associação Gustavo Adolfo no Brasil

Nas primeiras décadas do século XIX começaram a chegar de forma sistemática imigrantes europeus ao Brasil. Parte deles veio de territórios alemães, sendo mais da metade protestantes. A maioria destes imigrantes estabeleceu-se no sul e no sudeste do país. Fundaram suas próprias comunidades civis, escolares e eclesiais. Durante os primeiros 40 anos de colonização, essas comunidades permaneceram relativamente isoladas. Nesse período, as que dispunham de professores e pastores formados academicamente eram exceção. Os alemães evangélicos e seus descendentes tornaram-se cidadãos de um Estado no qual até, a Proclamação da República (1889), o catolicismo foi religião oficial e onde o protestantismo era apenas tolerado e sujeito a restrições. Seus locais de culto não podiam ter forma de templo. Os casamentos não eram legalmente reconhecidos. Seus mortos não podiam ser sepultados em cemitérios destinados à população em geral (DREHER, 2003, p. 38-50).

Viviam aquilo que se convencionou chamar, no universo eclesial e teológico protestante de então, de diáspora. Além de minoria étnica, também eram minoria religiosa. Diáspora é um termo bíblico usado para descrever a situação de uma minoria étnico-religiosa. Diáspora acontece quando um tipo específico de crença se acha num contexto majoritariamente determinado por outra crença. Tal situação de minoria é interpretada na perspectiva da fé para encontrar auxílio nos momentos de dificuldade. Na diáspora viviam aqueles judeus no tempo do Antigo Testamento, que eram minoria étnica e religiosa fora de sua pátria, a Palestina. Na diáspora, segundo 1 Pe 1.1, viviam pessoas cristãs no Ponto, Galácia, Capadócia, Ásia, e Bitínia. Após a Reforma na Europa, com o surgimento igrejas nacionais identificadas com o catolicismo romano, passou a existir uma diáspora evangélica. Isso ocorre também em consequência da expansão da Reforma para regiões onde a maioria era católico-romana ou ortodoxa. Diáspora evangélica surgiu de igual modo como resultado de emigração por razões religiosas. Por fim, houve o caso

diáspora evangélica como consequência de crescimento econômico e comercial, de emigração e colonização. Este é justamente o caso do Brasil (RÖHRIG, 1991, p. 38).

As primeiras comunidades de imigrantes protestantes no sul Brasil viveram as primeiras décadas em relativo isolamento, além da falta, muitas vezes, dos mínimos recursos. A partir da década de 1860 a situação começou a se alterar. O trabalho conjunto entre os grupos teuto-brasileiros se ampliou. Intensificaram sua organização em associações políticas, de agricultores, de lazer, escolares e religiosas e as relações com a antiga pátria na Europa passaram a se estreitar. No caso das escolas e comunidades religiosas protestantes foi decisivo o envio sistemático de professores(as) e pastores por entidades, associações e igrejas de além-mar. Na Alemanha, seja no plano político, econômico, educacional, militar ou religioso, intensificava-se consideravelmente a atenção para com os imigrantes. Isso traduziu-se no apoio financeiro e na disponibilização de recursos humanos para assumir funções de liderança nas organizações comunitárias surgidas no além-mar (PRIEN, 2001, p. 50-74).

O contato entre a Associação Gustavo Adolfo e comunidades evangélicas no Brasil existe desde 1845, ou seja, desde os primeiros anos de existência da associação alemã. Houve pedidos de auxílio de comunidades, como por exemplo o da Comunidade Evangélica Alemã no Rio de Janeiro, filiada à Igreja Territorial da Prússia, que queria concluir a construção de seu templo. Também houve pedidos de obreiros. João Jorge Ehlers, primeiro pároco de São Leopoldo (1824-1846), solicitou recursos para sua aposentadoria, uma vez que, depois de velho, acabou relegado à penúria.

Em sua própria documentação a Associação Gustavo Adolfo sempre fez referência ao ano de 1853 para os começos do auxílio a comunidades brasileiras. A primeira comunidade a ser apoiada teria sido a de São Leopoldo, que recebeu da associação principal de Berlim 60 táleres para adquirir bíblias e hinários. A Associação Gustavo Adolfo, portanto, tornava mais viável o culto e o estudo bíblico entre evangélicos no Brasil. Nos anos seguintes, evangélicos de outras localidades seriam auxiliados: Porto Alegre, Santa Cruz, Ferraz. Fora do RS são apoiadas, em SC: Santa Isabel/Teresópolis, Brusque; no ES: Santa Leopoldina (desde 1865); em MG: Teófilo Otoni (desde 1868); no RJ: Rio de Janeiro e Petrópolis (desde 1870); em SP: Limeira/Bairro de Pires (desde 1876) (SCHRÖDER, 1936, p. 145).

Foi em muito graças à Associação Gustavo Adolfo, que pessoas e instituições na Europa tiveram seus olhos abertos para a minoria evangélica teuto-brasileira. Seus principais periódicos publicaram sistematicamente, desde 1846, notícias a respeito de comunidades evangélicas no Brasil. Nas assembléias gerais foi aberto espaço para que representantes da diáspora evangélica no Brasil falassem (SUDHAUS, 1903). No âmbito dessas mesmas assembléias também ocorria a assim chamada “Magna Dádiva Caritativa” (Große Liebesgabe), uma coleta especial que redundava num valor bem maior do que o normalmente concedido. Três comunidades da diáspora, escolhidas previamente, apresentavam um relatório de sua situação e necessidades. A assembléia então votava, sendo que a comunidade escolhida recebia a maior parte do valor, ao passo que as outras duas uma doação de valor menor. Por três vezes comunidades brasileiras foram beneficiadas pela “Magna Dádiva Caritativa” (São Leopoldo, não-eleita, 1908/Estrasburgo; Rio de Janeiro, não-eleita, 1925/Gießen; São Leopoldo, eleita, 1930).

A Associação Gustavo Adolfo viabilizou financeiramente os primeiros contatos intercomunitários no mundo evangélico teuto-ibero-americano. Hermann Borchard, pastor em São Leopoldo nos anos 1860, recebeu dela desde 1866 os recursos para visitar comunidades e obreiros evangélicos no sul Brasil e no Uruguai. Em 1868, lideraria a fundação de um sínodo, precursor do Sínodo Riograndense (1886), o primeiro dos quatro sínodos que décadas depois viriam a formar a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB).

Além do auxílio direto a comunidades, a Associação Gustavo Adolfo também ajudou a financiar instituições eclesiais e missionárias da Europa que enviaram obreiros(as) ao Brasil, tais como: Missão de Basiléia, Conselho Superior Eclesiástico Evangélico - Berlim, Sociedade Evangélica de Barmen. Por esta última foi enviado Wilhelm Rotermund a São Leopoldo (1874),

tendo, dentre outros objetivos, o de suceder a Borchard na organização das comunidades em um sínodo. Em 1886, efetivamente, ele lideraria a fundação do Sínodo Rio-Grandense. Foi pela Associação Gustavo Adolfo que Rotermund teve seu salário complementado anualmente (450 marcos/ano) de 1874 até 1902. Foi também através da Sociedade Evangélica de Barmen, sustentada majoritariamente pela Associação Gustavo Adolfo, que veio Friedrich Pechmann ao Brasil. Não causa surpresa, portanto, o fato dele e Rotermund serem parte da liderança que, em 1910, viria a fundar a Associação Gustavo Adolfo no âmbito do Sínodo Rio-Grandense e integrar sua primeira diretoria. Pechmann, o futuro presidente, e Rotermund conheciam a potencialidade representada pelo modelo associativista proposto por esta associação em termos de organização do mundo protestante.

Desse modo, no início do séc. XX, os contatos entre a Associação Gustavo Adolfo e o mundo protestante teuto-brasileiro eram múltiplos e muito estreitos. Isso fica evidente em 1907, quando o Conselho Superior Eclesiástico Evangélico (Ev. Oberkirchenrat) da Igreja Territorial da Prússia, à qual estavam filiadas muitas comunidades brasileiras, envia para visitá-las e supervisioná-las nenhum outro senão Martin Braunschweig, na época secretário-geral da Associação Gustavo Adolfo. Posteriormente, de 1911-1919, com o título de prepósito, Braunschweig viria a ser o representante permanente do Conselho Superior Eclesiástico Evangélico no Brasil. Acabou tendo um papel importante durante os primeiros anos da Associação Gustavo Adolfo no Rio Grande do Sul.

Ainda que tenha sido fundada no Brasil somente em 1910, houve algumas iniciativas anteriores no sentido de concretizar o modelo de ação da Associação Gustavo Adolfo. Já em 1877, Wilhelm Rotermund planejava fundar uma Associação Gustavo Adolfo no sul do Brasil. O principal objetivo desta seria o de manter e administrar uma escola de nível médio, conforme seu plano de 1877. O plano não se concretizou (FAUSEL, 1936, p. 44).

Mesmo não havendo uma organização formal desde cedo, o espírito da proposta e do trabalho nos moldes da Associação Gustavo Adolfo começava a se mostrar presente. Em dezembro de 1894, por exemplo, foi celebrado um festival Gustavo Adolfo em São Leopoldo e na Lomba Grande. O evento foi amplamente divulgado no jornal *Deutsche Post*. Pregador e palestrante convidado foi o pastor itinerante von Bracken. Em São Leopoldo, à noitinha de um sábado, a festa foi anunciada com três tiros de canhão. Às 20 horas ocorreu uma reunião na igreja, com boa assistência. O templo tinha sido enfeitado por senhoras e crianças com guirlandas e vasos de flores. Após uma oração e o canto pelo coro misto, o von Bracken e Rotermund alternaram-se falando sobre a vida e a obra de Gustavo Adolfo. Encerrou-se com oração e canto comunitário. Foi levantada uma coleta para a Associação Gustavo Adolfo, na Alemanha. Na manhã seguinte, depois de nova salva de tiros, houve culto festivo. A sociedade de canto apresentou alguns hinos. O pregador von Bracken exortou “a que se ficasse fiel aos bens da comunhão cristã-evangélica, obtidos a custo de tanto sangue derramado e se fosse agradecido a Deus pela salvação do protestantismo em momentos de tão sério perigo.” Na tarde de domingo, as festividades se estenderam à localidade vizinha de Lomba Grande.

Da mesma forma, no ano de 1910, realizou-se em Hamburgo Velho um festival Gustavo Adolfo. Na mesma ocasião foi inaugurada a nova escola local. Os efeitos dessa festa seriam mais duradouros, pois na ocasião acabou sendo constituída a “Associação Principal da Fundação Gustavo Adolfo no Rio Grande do Sul”. Segundo o relato transcrito no livro de atas da Associação Gustavo Adolfo do Sínodo Rio-Grandense, a 16 de janeiro, domingo à noite, reuniram-se 51 pessoas no salão da Sociedade de Canto Frohsinn, de Hamburgo Velho, para a festa. Na segunda feira seguinte, dia 17, à noite, no mesmo local, deliberou-se acerca de estatutos provisórios para a organização. Estes tinham 4 artigos e apontavam para o objetivo principal de: “apoiar o trabalho evangélico no Rio Grande do Sul”. Para ser membro era preciso uma contribuição anual de no mínimo Rs 1\$000; um valor considerado acessível, para que muitas pessoas pudessem se associar. A primeira diretoria eleita foi composta por: presidente, Friedrich Pechmann, pastor de Hamburgo Velho; tesoureiro, Samuel Dietschi, professor; demais membros: Wilhelm Rotermund, pastor

de São Leopoldo; Erwin Hübbe, pastor na cidade de Rio Grande; Paul Saile, proprietário de gráfica. Um indicativo da importância da Associação Gustavo Adolfo para o Sínodo Rio-Grandense é demonstrado pelo fato de seu presidente, Rotermond, integrar a diretoria.

No mesmo ano de 1910 foi fundada a Associação de Mulheres Gustavo Adolfo (Gustav-Adolf-Frauenverein) de Hamburgo Velho, sob a liderança de Lydia Pechmann, esposa do pastor local. A atuação das mulheres merece destaque. Foram elas que de forma mais rápida e sistemática organizaram associações locais. Em 1912, quando da assembleia geral em Hamburgo Velho, havia representantes de associações de mulheres vindas de Santa Cruz, Montenegro, Santa Maria do Mundo Novo (Taquara, Igrejinha, Três Coroas) e São Sebastião do Caí. As associações de mulheres Gustavo Adolfo estão na origem da Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas (OASE), vinculada à IECLBI, que corresponde na atualidade a um dos maiores grupos organizados de mulheres na América Latina.

As primeiras iniciativas da Associação Gustavo Adolfo no Rio Grande do Sul foram: criar um sólido fundo bancário, cujos juros seriam utilizados na forma de auxílio a comunidades; adquirir bíblias e fazê-las chegar a membros de comunidade, especialmente confirmandos; auxiliar as comunidades evangélicas mais carentes, especialmente as das novas áreas de colonização no centro-norte do RS. Principalmente, porém, via-se como necessidade principal criar no meio evangélico teuto-brasileiro uma mentalidade doadora, ao invés de receptora de recursos do exterior. As comunidades estabelecidas, que já haviam sido ricamente auxiliadas, e isso por tantos anos, teriam plenas condições de auxiliar as comunidades mais jovens e necessitadas. Identificava-se, portanto, uma diáspora evangélica interna no Brasil.

A Associação Gustavo Adolfo no Rio Grande do Sul atuou destacadamente durante a 1ª Guerra Mundial, quando os recursos financeiros provindos da Alemanha foram escasseando gradativamente e por fim cessaram. Por um lado, assumiu os auxílios que originalmente seriam concedidos por suas associações co-irmãs da Alemanha às comunidades no país. Por outro, organizou coletas para enviar auxílio à Alemanha, especialmente através da Cruz Vermelha. Em um balanço financeiro do Sínodo Riograndense relativo ao período de 1900-1925, Hermann Dohms constatou que a Associação Gustavo Adolfo, fundada tão só em 1910, arrecadou mais recursos do que o próprio sínodo.

Posteriormente, foram fundadas associações Gustavo Adolfo em outros sínodos, que viriam a formar a IECLB. A Associação Gustavo Adolfo do Brasil Central começou a ser organizada em 1922 a partir de um manifesto divulgado por Theodor Koelle, pastor e professor em Rio Claro, São Paulo. Acabou sendo fundada um ano depois, com o objetivo de financiar as atividades de pastorado itinerante no sudeste e centro-oeste junto a evangélicos desassistidos. Para mobilizar e incentivar as pessoas era publicado o periódico “Der Mitkämpfer”. Também a Associação Gustavo Adolfo de Santa Catarina foi fundada em 1922, no contexto da Associação de Comunidades Evangélicas de Santa Catarina. Seu objetivo também era o de auxiliar comunidades necessitadas nas novas áreas de colonização.

Síntese

O século XIX foi o século do associativismo na Alemanha. Na experiência associativista deu-se transição de um modelo autoritário, oriundo do absolutismo, para um modelo de maior participação democrática. Também a partir do protestantismo e do catolicismo foram surgindo associações. Não eram iniciativa das igrejas territoriais e de suas direções, mas de pessoas leigas e clérigos com pouca ou nenhuma influência no governo eclesiástico.

O associativismo protestante inicia com sociedades voltadas à distribuição de bíblias e à missão junto a pessoas não-cristãs. Grande foi a influência do movimento de reavivamento (Erweckungsbewegung). A “Deutsche Christentum-Gesellschaft”, fundada em Basiléia, em 1780, serviu de inspiração a muitas associações protestantes na Alemanha. Surgiram associações missionárias, caritativas, de cunho político-eclesiástico, de cunho confessionalista, de categorias profissionais, teológico-científicas, de mulheres, de jovens e voltadas à formação.

A Associação Gustavo Adolfo (1832/1842) surge em fase posterior. Sua liderança era mais influenciada pelo pensamento protestante liberal. Auxiliando comunidades protestantes em territórios onde eram minoria, queria fazer frente à mobilização política do catolicismo, vista como reedição da Contra-Reforma. A documentação atesta vínculos entre esta associação e comunidades imigrantes protestantes no Brasil já antes de meados do século XIX. Com a intensificação das relações entre organizações governamentais, civis e religiosas da Alemanha e os imigrantes e seus descendentes, durante a segunda metade do século XIX, o trabalho da Associação Gustavo Adolfo foi se ampliando, a ponto desta acabar sendo organizada no sul e no sudeste do Brasil.

* Este artigo é fruto de pesquisas realizadas na Universität Leipzig, Alemanha, em 1999 e 2000, por ocasião de um estágio pós-doutoral apoiado pela CAPES/MEC e pelo Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD).

Referências bibliográficas

- BAUMGARTEN, Otto. *Evangelisches Vereinswesens*. In: Religion in Geschichte und Gegenwart. 1. Aufl., Bd. 5, 1913, col. 1626-1635.
- BEYER, Hermann Wolfgang. *Die Geschichte des Gustav Adolf-Vereins in ihren kirchen- und geistesgeschichtlichen Zusammenhängen*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1932.
- DREHER, Martin N. *Igreja e germanidade: estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*. 2ª ed. rev. e ampl., São Leopoldo: Sinodal; 2003.
- FAUSEL, Erich. *D. Dr. [Wilhelm] Rotermund: ein Kampf um Recht und Richtung des evangelischen Deutschtums in Südbrasilien*. São Leopoldo: Verlag der Riograndenser Synode, 1936.
- HENNIG, Martin. *Os auxílios de entidades evangélicas na Alemanha em prol dos evangélicos no Brasil dos seus primórdios até o ano de 1900*. In: FISCHER, Joachim (org.). *Ensaio luterano: dos primórdios aos tempos atuais do luteranismo no Brasil*. São Leopoldo: Sinodal, 1986.
- KAISER, Jochen Christoph. *Konfessionelle Verbände im 19. Jahrhundert: Versuch einer Typologie*. In: BAIER, Helmut (Hrsg.), *Kirche in Staat und Gesellschaft im 19. Jahrhundert: Referate und Fachvorträge des 6. Internationalen Kirchenarchivtags Rom 1991*. Neustadt a.d. Aisch, 1992, p. 187-209.
- LERCHE, Otto (Hrsg.). *Hundert Jahre Arbeit an der Diaspora: Nachweisungen aus den Veröffentlichungen des Central-Vorstandes des Evangelischen Vereins der Gustav Adolf-Stiftung*. Göttingen : Vandenhoeck & Ruprecht, 1932.
- NIPPERDEY, Thomas. *Deutsche Geschichte 1800-1866: Bürgerwelt und starker Staat*. München: C. H. Beck, 1983.
- PRIEN, Hans-Jürgen. *Formação da Igreja Evangélica no Brasil: das comunidades teuto-evangélicas de imigrantes até a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*. São Leopoldo : Sinodal; Petrópolis : Vozes, 2001.
- RIETH, Ricardo Willy. *Solidarischer Dienst - Zeugnis der Einheit: 90 Jahre Obra Gustavo Adolfo in Brasilien*. Die Evangelische Diaspora: Jahrbuch des Gustav-Adolf-Werks 70, Leipzig : Verlag des GAW, 2001, p. 127-138
- RÖHRIG, Hermann-Josef. *Diaspora – Kirche in der Minderheit: eine Untersuchung zum Wandel des Diasporaproblems in der evangelischen Theologie unter besonderer Berücksichtigung der Zeitschrift "Die evangelische Diaspora"*. Leipzig : Benno Verlag, 1991.
- SCHRÖDER, Ferdinand. *Brasilien und Wittenberg: Ursprung und Gestaltung deutschen evangelischen Kirchentums in Brasilien*. Berlin; Leipzig: Gruyter, 1936.
- SUDHAUS, Paul. *Vergessene deutsche Glaubensbrüder: ein Hülferuf aus Südbasilien*. Herausgegeben und der 56. Hauptversammlung der Gustav-Adolf-Stiftung (6.-8. Oktober 1903 zu Hamburg) als Festschrift gewidmet vom "Verein zur Pflege evangelischen Deutschtums in aussereuropäischen Ländern". Hamburg, 1903.

CATOLICISMOS EM CONFRONTO

O EMBATE ENTRE A IGREJA GRECO-CATÓLICA UCRANIANA E A IGREJA CATÓLICA ROMANA DE CURITIBA NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Teodoro Hanicz*

INTRODUÇÃO

Ao se instalar no Paraná no final do século XIX, o imigrante ucraniano, logo no início, procurou espaço para poder expressar a sua religiosidade conforme os rituais que são próprios da sua cultura. Essa busca de espaço vai provocar uma teia de conflitos, diferentes e múltiplos, com o catolicismo latino na diocese de Curitiba. A presença católica ucraniana abriu um novo expediente dentro do universo cultural e religioso paranaense.

Este *paper* tem por objeto abordar o embate entre católicos romanos e greco-católicos ucranianos na recém-criada diocese de Curitiba no final do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX. O conflito explode a partir da expedição de um decreto da Sagrada Congregação de Propaganda Fide com o intuito de normatizar e harmonizar as relações entre fiéis católicos romanos e greco-católicos ucranianos. O decreto foi elaborado no calor do Concílio Plenário Latino Americano. Este Concílio realizado em 1899, em Roma, se tornou um instrumento poderoso de romanização e unificação de toda a legislação eclesiástica da América Latina.

O texto foi produzido a partir de documentos da Sagrada Congregação de Propaganda Fide, da correspondência epistolar entre o clero greco-católico e os bispos de Curitiba e entre o clero greco-católico e o metropolitano de Lviv, Ucrânia, Andrey Sheptytsky. A documentação usada é original e em ucraniano e latim.

O breve texto que aqui apresentamos é apenas um subtítulo da tese de doutorado que está sendo elaborada no programa Ciências da Religião, PUCSP, cujo objeto é a restauração do catolicismo em Curitiba. Divide-se em cinco tópicos: *a imigração ucraniana para o Brasil; o contexto eclesiástico local; a vinda do clero greco-católico; o clero greco-católico e D. José de Camargo Barros; o decreto de 1899.*

A IMIGRAÇÃO UCRANIANA PARA O BRASIL

No último quarto do século XIX, quando o governo brasileiro desenvolvia propaganda na Europa visando atrair imigrantes, uma parte da Ucrânia, a Galícia, encontrava-se sob o domínio da Áustria, e a outra parte sob o domínio da Rússia. A religião greco-católica estava reduzida à Galícia.¹ As condições de vida eram precárias, resultado da fraca industrialização e da falta de uma política econômica para a agricultura. As indústrias se desenvolviam na área ocupada pela Rússia, enquanto a Galícia, de ocupação austríaca, permanecia com suas atividades voltadas para a terra. Destes quadros saem os imigrantes para o Brasil. A propaganda e as promessas feitas pelo governo brasileiro na Europa acabaram abrindo nova oportunidade também para os ucrani-

* Doutorando em Ciências da Religião, PUCSP.

1 A união da Igreja ucraniana com Roma foi levada a termo a 23 de dezembro de 1595, com a adesão da hierarquia exceto de dois bispos que não assinaram o acordo. A proclamação desta união deu-se no Sínodo de Brest, a 8 de dezembro de 1596. A união da Igreja ucraniana com Roma foi um cisma dentro da Igreja Ortodoxa. A Igreja católica ucraniana é chamada também de “uniata” e “greco-católica”. A denominação atual oficial é “Igreja Greco-Católica Ucraniana”. Os documentos do final do século XIX e início do século XX utilizados nesta pesquisa usam diversas variantes para se referirem ao rito e aos ucranianos greco-católicos: católicos gregos, católicos rutenos, católicos greco-rutenos, padres rutenos, padres gregos, padres greco-rutenos, rito ruteno, rito grego, entre outras.

anos “sem terra” da Galícia. Isto pode ser apurado do relato de um dos integrantes das primeiras levadas. “Um certo dia, vindo de algum lugar, papai trouxe a inesperada notícia que também nós iríamos para o Brasil, explicando que tínhamos que ir para outro país a procura de melhor sorte e destino, porque aqui não havia futuro, só miséria, e não tínhamos terra para trabalhar (tínhamos ao todo 4 morgues de terra)”.²

Conforme estudos do professor Nicola HEC, a imigração para o Brasil teve início em 1891, quando um pequeno grupo se instalou na colônia Santa Bárbara, perto de Palmeiras.³ A partir de 1895 os ucranianos chegam em grupos maiores, vindos da Galícia, Bukovina e outras regiões. São assentados nos Estados do Sul, principalmente no Paraná.⁴ Entre 1895 e 1897, segundo Oksana BORUSZENKO, “mais de cinco mil famílias abandonaram suas aldeias” e migraram para o Brasil.⁵

A sorte do imigrante ucraniano também foi trágica desde o início. Estando sob o domínio austríaco, o governo provinciano da Galícia não tinha representação diplomática no Brasil. O assentamento dos imigrantes ficou a cargo da arbitrariedade do governo brasileiro. O governo austríaco mostrava pouco interesse nesse empreendimento. Isto explica o fato de os ucranianos não terem os seus passaportes nacionais. Acabaram rotulados de russos, poloneses ou austríacos.

O imigrante ucraniano trouxe consigo antecedentes históricos, vasta e rica cultura, cosmovisão peculiar, religião e rito próprio, dando ao Paraná uma feição característica. Desde o início da imigração, a Igreja greco-católica marca presença junto aos imigrantes (a Igreja ortodoxa chegou um pouco mais tarde). Atualmente, são duas organizações eclesiais que exercem enorme influência na comunidade ucraniana do Paraná, pois ambas são detentoras de um gigantesco capital religioso-cultural aplicado e investido na preservação da identidade do grupo ucraniano. Porém, neste trabalho, o nosso objetivo é analisar o grupo greco-católico.

O CONTEXTO ECLESIAL LOCAL

A criação de dioceses e a expansão do catolicismo são partes de um projeto mais amplo da política eclesial romana iniciada por Pio IX (1846-1878) e continuada por Leão XIII (1878-1903). Diante do avanço das idéias liberais, do protestantismo, do socialismo e de outros “erros modernos”, a Igreja católica romana reformula sua ação missionária nos vários domínios de colonização européia, principalmente na América Latina. Nessa empresa expansionista católica, o Brasil também estava incluído em razão da crise política e religiosa provocada pela proclamação da República.

A Igreja católica de Curitiba se insere nesse processo de organização eclesial promovido pela política expansionista da Santa Sé logo após a Proclamação da República. A política da Santa Sé responde a uma necessidade da Igreja do Brasil num momento bem particular: a separação Igreja e Estado e a preocupação do episcopado, sobretudo de dom Macedo Costa, de empreender uma reforma eclesial convocando um Concílio Plenário Brasileiro para traçar os novos rumos da Igreja. Reunidos em São Paulo, no ano de 1890, os bispos “declararam que seria de religião e de utilidade para o Brasil a criação de novas Sés Episcopais”.⁶ A diocese de Curitiba foi criada pela Bula “Ad Universas Orbis Ecclesias” de Leão XIII, aos 27 de abril de 1892.⁷

A proclamação da República trouxe a separação entre Igreja e Estado. A religião faz parte do privado e não do público. Durante todo o período colonial e imperial era o Imperador quem zelava pela religião e não a hierarquia eclesial que estava a serviço do Estado. Com o advento da República, o zelo pela religião passa exclusivamente para as mãos da hierarquia. A criação de

² Mikhaïlo CHEVTCHUK, Sorok lítia ukrainskoi imigratsii v Brazêlii, *PRACIA*, nº 33, 1936, p. 3. (tradução nossa).

³ Nicola HEC, Perchi ukrainski imigrante u Brazêlii, *TZVIRKUN*, ano 46, nº 203, out-dez 1991, p. 7-8.

⁴ Sobre os ucranianos no Paraná ver HANICZ, Teodoro. Ucranianos no Paraná, in **BOLETIM DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARANÁ** (Edição Comemorativa do Sesquicentenário 1853-2003), vol. LIV, 2003, p. 323-341.

⁵ Oksana BORUSZENKO, *Os Ucranianos*, p. 8.

⁶ BULLA de criação da Diocese de Curitiba. Collecção das Pastoraes, Circulares, Mandamentos etc. **BOLETIM ECLESIAL DA DIOCESE DE CURITIBA**, 1900.

⁷ BULLA de criação da Diocese de Curitiba. Collecção das Pastoraes, Circulares, Mandamentos etc. **BOLETIM ECLESIAL DA DIOCESE DE CURITIBA**, 1900.

novas dioceses e paróquias, a fundação de seminários, casas para religiosas e outras obras dependiam agora da hierarquia eclesiástica⁸. A história da Igreja de Curitiba situa-se justamente nesse divisor de águas. O primeiro bispo deverá pensar como organizar o catolicismo sem o amparo oficial do Estado. Além do mais, Curitiba era um reduto anticlerical barulhento que pretendia construir uma sociedade laica e positivista sem a presença da Igreja. De maneira que a (re)implantação do catolicismo oficial acontecerá em meio a duros conflitos. Não bastasse isso, o primeiro bispo, D. José de Camargo Barros (1894-1904), vai se deparar com outro problema interno da Igreja Católica: o catolicismo greco-católico ucraniano trazido pelos imigrantes vindos da Ucrânia.

A VINDA DO CLERO GRECO-CATÓLICO UCRANIANO

Os estudiosos da história da Igreja greco-católica ucraniana no Brasil afirmam que foi o padre Nicolau Michalevitch o primeiro sacerdote que veio ao Brasil no início da imigração, no final de junho de 1896, enviado pelo metropolita de Lviv, Silvestre Symbratovytych. O padre Nicolau era diocesano (secular) casado e encontrou inúmeros problemas com a hierarquia eclesiástica do rito latino. Como tivesse vindo com sua esposa, o bispo de Curitiba, D. José de Camargo Barros, negou-lhe a jurisdição canônica, permitindo apenas que visitasse os núcleos de Prudentópolis, Rio Claro e Curitiba e, em seguida, voltasse a seu país de origem. Logo no mês seguinte, em julho, a comunidade de Rio Claro celebrava a chegada do padre Nicon Rozdolsky, que permaneceu entre os colonos até 1906, ano de sua morte.⁹ Era viúvo, e só depois de meio ano obteve Provisão para trabalhar entre os imigrantes ucranianos.

Os padres da Ordem de São Basílio, popularmente chamados de basilianos, estão presentes aqui no Brasil desde 1897. O primeiro missionário basiliano a desembarcar no Rio de Janeiro foi o padre Silvestre Kizema, em junho de 1897. Imediatamente procurou o Núncio Apostólico a fim de obter informações necessárias para continuar a viagem. Em carta de 31 de julho do mesmo ano, ele escrevia a seus confrades como fora a viagem e como chegara ao Brasil, inclusive relatando o seu encontro com o Núncio. “O encontro com o Núncio diminuiu pela metade as minhas preocupações que eram muitas desde que pisei em solo brasileiro. Ele me recebeu com gentileza, mas apresentou dificuldades quanto à aceitação de padres ucranianos no Brasil”.¹⁰ Ao chegar a Curitiba enfrentou grandes problemas com a hierarquia latina. Ignorando sua presença, D. José de Camargo Barros não o recebeu, disparou-lhe um “volte à Europa”.¹¹ Só depois de muita insistência e intervenção do Núncio Apostólico do Rio de Janeiro, a situação do missionário se normalizou.¹²

Desde o início, clero e fiéis greco-católicos ucranianos pensaram na criação e organização hierárquica de sua Igreja. Isso pode ser levantado através da correspondência epistolar tanto do clero quanto do povo às dignidades eclesiásticas da Ucrânia. Em carta dirigida ao metropolita de Lviv, Andrey Sheptytsky, datada de 18 de maio de 1902, o padre Silvestre Kizema, tratando do envio de mais padres, da organização da Igreja e debatendo o que chama de “política ritualista da Sagrada Congregação”, diz: “devem nos dar um bispo ou um Delegado Apostólico ucraniano, não para paradas ou para ser visto, mas com autoridade”. Quanto à vinda de padres para trabalhar com os imigrantes, exige “Condictio sine qua non”, para não serem subordinados ao bispo latino local, senão o ódio e a perseguição do rito nunca terá fim. É difícil também continuar pagando taxas e sermos obrigados a dar grossas contribuições para as finalidades do rito latino”.¹³

⁸ Sérgio MICELI, *A elite eclesiástica brasileira*, p. 19-20.

⁹ Valdomiro HANEIKO, *Uma centelha de luz: clero diocesano ucraniano no Brasil*, p. 55.

¹⁰ MISSIONAR, ano I, maio de 1897 – abril de 1898, p. 124-125 (tradução nossa). Sobre o encontro com o Núncio Apostólico no Rio de Janeiro Kizema relata em carta datada de 18 de maio de 1902 e endereçada ao metropolita de Lviv, Andrey Sheptytsky.

¹¹ RELATÓRIO apresentado ao metropolita Andrey Sheptytsky pelo padre Markiano Skirpan, em 1922. Arquivo Provincial da Ordem de São Basílio Magno.

¹² RELATÓRIO apresentado ao metropolita Andrey Sheptytsky pelo padre Markiano Skirpan, em 1922. Arquivo Provincial da Ordem de São Basílio Magno.

¹³ ARQUIVO ESTATAL HISTÓRICO DA REPÚBLICA DA UCRÂNIA. Fundo 358: Metropolita Andrey Sheptytsky, Ordem 2, Assunto 59. Os documentos deste arquivo foram gentilmente cedidos pela Professora Dr. Oksana Boruszenko.

Da mesma forma, desde o início do século XX, os fiéis greco-católicos ucranianos frequentemente escrevem ao metropolitano para que, através de sua influência junto a Roma, ajude-os a resolver os agudos problemas, enviando clero casado e um bispo para o Brasil.

“Através da latinização para a assimilação” assim proclamavam os nossos eternos inimigos com os seus bispos. Eis porque nós lutamos com tanto entusiasmo contra a latinização aqui nesta terra estranha, porque sabemos que só seremos ucranianos enquanto estivermos mantendo a nossa Igreja (...) Por isso, declaramos que nunca nos afastaremos da Igreja greco-católica ucraniana, mas ao mesmo tempo, não vamos silenciar nem parar de exigir que Roma nos dê um bispo greco-católico ucraniano próprio e clero casado.¹⁴

Em 1922, por ocasião da visita do metropolitano Sheptytsky, as discussões sobre a necessidade de uma autoridade e hierarquia eclesiástica própria ganham relevo. Tudo foi em vão. Todas as tentativas foram frustradas. Por mais de 70 anos a Igreja greco-católica ucraniana do Brasil permaneceu sob a jurisdição de bispos latinos. É só em 1958, com a nomeação de D. José Romão Martenetz, osbm, na condição de auxiliar de D. Jaime de Barros Câmara, cardeal do Rio de Janeiro, que a Igreja greco-católica ucraniana tem seu primeiro bispo.¹⁵ Em 1962, o bispado foi transformado em exarcado pelo Papa João XXIII, e D. José Martenetz seu primeiro exarca. A eparquia greco-católica ucraniana de São João Batista, com sede em Curitiba, só foi erigida em 1971 pelo Papa Paulo VI, e D. José Martenetz, seu primeiro eparca. Nesse mesmo ano foi nomeado bispo coadjutor, com direito à sucessão, D. Efraim Basílio Krevey, osbm, que fora sagrado bispo em Roma, pelo Papa Paulo VI, a 13 de fevereiro de 1972. Em 1978, D. José Martenetz solicitou dispensa do cargo. Portanto, dessa data em diante assumiu a eparquia D. Efraim Basílio Krevey, osbm. Aos 10 de dezembro de 2003, foi nomeado bispo coadjutor, com direito à sucessão, D. Volodemer Koubetch osbm, sendo ordenado aos 21 de março de 2004.

O CLERO GRECO-CATÓLICO E D. JOSÉ DE CAMARGO BARROS

Superados os problemas iniciais relacionados à recepção da parte de D. José de Camargo Barros (1894-1904), o clero greco-católico ucraniano, seja ele diocesano ou religioso, de alguma forma teve que se adaptar à realidade da diocese de Curitiba, pois estavam sob a jurisdição canônica dos prelados que ocupavam a Sé curitibana.

Pelo que transparece das correspondências entre o clero greco-católico e D. José, como também dos relatórios enviados ao metropolitano de Lviv, eram boas as relações entre ambos, a frieza do primeiro encontro já havia sido superada. “Dom José de Camargo Barros não criou nenhum obstáculo e concedia os poderes necessários sem impor limites. Com seus esforços, é claro, instigado pelos padres poloneses, interessou-se por duas instruções do Prefeito da Congregação de Propaganda Fide, Cardeal Ledochowsky, que tinham intenção de latinizar todos os ucranianos, porém, nunca obrigou os missionários a seguirem tais instruções”.¹⁶ Por sua vez, em carta datada de 8 dezembro de 1898, D. José assim dirigia-se a Kizema. “Estou contente de saber que o padre de sua Ordem e o Irmão já chegaram. Desejo que estejam bons de saúde e que se acostumem ao nosso clima, afim de que possam trabalhar na salvação de tantas almas, tão necessitadas. Meus parabéns à V. Rvma. e aos pobres Rutenos. Escreva-me logo, expondo quaes são os planos para combinarmos a respeito do Rio Claro. Aceite minhas bençams e saudações”.¹⁷ No

¹⁴ ARQUIVO ESTATAL HISTÓRICO DA REPÚBLICA DA UCRÂNIA. Fundo 358: Metropolitano Andrey Sheptytsky, Ordem 2, Assunto 59. Este documento é uma carta seguida de um abaixo-assinado datada de 29 de junho de 1913, sem local, provavelmente tenha sido escrita por colonos da região de Marechal Mallet, Paraná.

¹⁵ D. Jaime de Barros Câmara, Cardeal e arcebispo do Rio de Janeiro, foi Ordinário dos Católicos Orientais no Brasil. O Ordinariato dos Católicos Orientais no Brasil foi criado dia 22 de fevereiro de 1952 pelo Papa Pio XII. Neste mesmo ano, D. Jaime criou o Vicariato Geral para os católicos ucranianos, nomeando como Vigário Geral o Monsenhor Clemente Preima.

¹⁶ RELATÓRIO apresentado ao metropolitano Andrey Sheptytsky pelo padre Markiano Skirpan, em 1922. ARQUIVO PROVINCIAL DA ORDEM DE SÃO BASÍLIO MAGNO.

¹⁷ ARQUIVO PROVINCIAL DA ORDEM DE SÃO BASÍLIO MAGNO.

ano seguinte, poucos dias antes de partir a Roma para participar do Concílio Plenário Latino Americano, D. José escrevia a Kizema.

Revmo. Am^o. Pe. Sylvestre. Acabo de receber hoje a sua presada carta de 30 do mez passado. Fiquei contente com as boas informações que me deu e desejo muito que V. Revma., outro Padre e o Irmão vão gozando boa saúde. Amanhã parto para o Rio de Janeiro e no dia 22, se Deus quiser, partirei para Roma. Muito-lhe agradeço a esmola para o Seminário. Acceite as minhas despedidas e bençams e até a volta. Seu am^o, D. José de Camargo Barros.¹⁸

À medida que os obstáculos dos primeiros contatos vão sendo transpostos e o clero greco-católico vai se infiltrando nas colônias e intensificando o trabalho pastoral junto aos imigrantes, vão emergindo problemas de ordem prática, canônica e econômica em relação à administração dos sacramentos, principalmente do batismo, crisma e matrimônio. Aos poucos, a presença do imigrante ucraniano greco-católico vai se tornando um problema para o exercício das atividades pastorais da Igreja latina. Do mesmo modo, os ucranianos vão queixar-se que os latinos estavam colocando obstáculos para obstruir as atividades religiosas de acordo com as tradições religiosas trazidas da Ucrânia. Os problemas e as dificuldades se avolumaram de tal maneira que foi necessário Roma interferir e normatizar as atividades pastorais entre greco-católicos ucranianos e católicos romanos.

O DECRETO DE 1899

Que problemas pastorais os greco-católicos trouxeram para a diocese de Curitiba? Por que eles se tornaram um problema para o bispado curitibano no final do século XIX e início do século XX?

A presença de fiéis do rito greco-católico ucraniano nos territórios do bispado de Curitiba trouxe uma nova configuração eclesial para a diocese, colocou D. José de Camargo Barros (1894-1904) numa situação extremamente difícil e complicada e abriu uma crise sem precedentes na diocese. Era o choque de modelos diferentes de catolicismo. Era o encontro de duas expressões eclesiais, ambas católicas, mas de tradições diferentes. A presença dos greco-católicos curto-circuitou os fundamentos universalizantes e homogeneizantes do catolicismo romano. Os ucranianos são católicos, mas católicos de outra tradição, a Oriental Bizantina. Foi uma convivência difícil. Dom José de Camargo Barros (e seus sucessores) teve dificuldades pastorais gigantescas em lidar com esse grupo católico diferente, sobretudo com o clero que o servia. Além da língua, esse grupo trouxe um rito diferente, uma liturgia, um calendário e particularidades sacramentais diferentes da realidade sacramental e litúrgica do rito latino. Quanto à língua, ao calendário litúrgico e ao rito parece que os problemas, embora existissem, não foram tão expressivos entre os bispos da Sé curitibana e o clero greco-católico. O problema maior residia na administração dos sacramentos, principalmente em relação ao batismo, confirmação e matrimônio. A administração desses sacramentos vai desenhar um triângulo de longos e intensos conflitos entre os padres greco-católicos, os bispos de Curitiba e os padres latinos, sobretudo, poloneses. O problema não era de fácil solução. Então, por ocasião de sua ida ao Concílio Plenário Latino Americano, realizado em Roma entre os dias 28 de maio e 9 de julho de 1899, D. José de Camargo Barros recorreu à Sagrada Congregação de Propaganda Fide expondo suas dúvidas e pedindo instruções de como deveria agir diante da nova situação relacionada à administração do batismo, confirmação e matrimônio aos fiéis greco-católicos ucranianos ministrados pelos padres latinos, e também quanto a esses mesmos sacramentos ministrados aos latinos pelos padres greco-católicos. Constituía um problema a parte e motivo de desentendimento entre o clero, os matrimônios mistos. Afinal, nesses casos, a qual rito deveria pertencer a prole? Em documento datado de 20 de maio de 1899, D. José expõe o problema e pede solução à Sagrada Congregação de Propaganda Fide.¹⁹

¹⁸ ARQUIVO PROVINCIAL DA ORDEM DE SÃO BASÍLIO MAGNO.

¹⁹ ARQUIVO PROVINCIAL DA ORDEM DE SÃO BASÍLIO MAGNO. Este documento também foi publicado na COLLECÇÃO das Pastoraes, Circulares, Mandamentos, 1900. “Na diocese de Curitiba moram quase cinqüenta mil católicos rutenos, não numa só

D. José de Camargo Barros obteve resposta da Sagrada Congregação em “dois turnos”. A primeira, em caráter “provisório” e sem responder todas as questões, ainda durante o Concílio Plenário Latino Americano em carta-decreto de 6 de julho. A segunda resposta saiu das oficinas da Sagrada Congregação de Propaganda Fide um pouco mais tarde, dia 18 de agosto, quando a Congregação reúne-se para tratar da questão e dar o parecer definitivo, como informa o Prefeito da dita Congregação, cardeal Ledochowski, através da carta-decreto enviada ao prelado curitibano datada de 1º de setembro. Tendo recebido o decreto, acompanhado de uma Circular, D. José envia-o ao clero ucraniano e latino. O documento tem data de 26 de novembro de 1899.

Para norma de V. Revma. e para manter a boa harmonia que deve reinar entre o clero e fiéis do rito latino e do rito grego, que ambos existem nesta Diocese, tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Revma. as respostas da Santa Sé a algumas consultas que fiz a propósito das relações entre os dois ritos. Sirva-se a Vossa Revma. transcrever integralmente no livro do tombo da paróquia ou capellania o teor desta Circular, das consultas e respostas e do Decreto da Congregação de Propaganda Fide, abaixo exarados, e deles dar conhecimento aos fiéis, nos casos particulares que ocorrem.²⁰

O decreto de 1899 produz uma reação violenta de descontentamento do clero e dos fiéis

comunidade, mas dispersos em várias colônias, das quais algumas com mil, outras duas mil e até cinco mil almas; não vivem isolados, mas misturados com outros de rito latino. Entretanto, devido a essa mistura de fiéis de ritos diferentes, surgem não poucas dificuldades, para cuja solução venho, súplice, aos pés de Vossa Santidade, propondo humildemente as seguintes dúvidas: 1. Podem dois nubentes, pertencentes aos dois diferentes ritos, entre si contrair matrimônio sem licença da Santa Sé? Em caso negativo, solicito solução para esse caso. Em caso afirmativo, precisam eles talvez licença do bispo? 2. Qual pároco presidirá esse matrimônio: o latino ou o grego? 3. E assim, celebrado o casamento, que rito deve seguir a prole a nascer dele? 4. Nas colônias em que residem sacerdotes de rito grego, poderão eles, com minha licença, ministrar os sacramentos a fiéis de rito latino? Em caso negativo, peço com todo empenho que tal se permita, em atenção à falta de sacerdotes, sobejamente conhecida de Vossa Santidade. 5. Posto isso, posso eu proibir que sacerdotes gregos ministrem o Crisma também a crianças latinas simultaneamente com o batismo? 6. Caso já exista alguma instrução da Santa Sé sobre esse assunto, peço encarecidamente que ela me seja transmitida”. (Tradução de Elmar Joenck)

²⁰ ARQUIVO PROVINCIAL DA ORDEM DE SÃO BASÍLIO MAGNO. Este documento também foi publicado na COLLECÇÃO das Pastoraes, Circulares, Mandamentos, 1900. “PRIMEIRA RESPOSTA Roma, 06 de julho de 1899. Ilmo. e Rvmo. Senhor. – Foram submetidos a diligente exame os assuntos expostos por V. Excia., em carta do dia 21 do mês passado, e referentes aos fiéis do rito ruteno habitantes da diocese de Curitiba. No que diz respeito à primeira dúvida, referente a matrimônio de rito diverso, não se requer nenhuma licença da Santa Sé e do Ordinário, já que não ocorre nenhum impedimento canônico. Quanto à segunda dúvida se responde que é o pároco latino que deve presidir tanto matrimônios contraídos entre marido grego e mulher latina quanto entre marido latino e esposa grega. Deixa-se para outro dia a resposta à 3ª dúvida, respeitante aos filhos deles nascidos, e à 4ª dúvida, sobre a administração dos sacramentos; delas far-se-á relação na cessão Geral dos Eminentíssimos Padres desta Congregação. Quanto à 5ª dúvida, é absolutamente proibido aos sacerdotes do rito grego assinalar os recém-batizados com o crisma na fronte. Nesse meio tempo, rogo a Deus que te conserve são e salvo por muito tempo. SEGUNDA RESPOSTA Roma, 1º de setembro de 1899. Ilmo. e Rvmo. Sr. – Esta Sagrada Congregação, em reuniões gerais ocorridas no dia 18 de agosto próximo passado, submeteu a exame as dúvidas propostas por V. Excia. através da carta do dia 21 de maio do ano corrente, no que se refere à prole nascitura de matrimônios de ritos mistos, e à licença pedida para sacerdotes greco-rutenos administrarem os sacramentos a fiéis latinos desta diocese. Por consequência, os Exmos. Padres determinaram que se respondesse: Quanto à 1ª dúvida – Tome-se por norma que, antes da celebração do casamento, os nubentes estabeleçam entre si um acordo sobre a educação de toda a prole no rito próprio das Igrejas do Brasil, isto é, no rito latino. Se isso não agradar aos nubentes, que a prole seja educada no rito dos pais, conforme o sexo, de maneira que os filhos homens sigam o rito do pai, e as filhas, o rito da mãe. Quanto à 2ª dúvida – A resposta é afirmativa em casos de necessidade e de grave dificuldade, nos quais devam ser observadas as seguintes instruções: A) No que diz respeito ao batismo. Sacerdotes ruteno-católicos poderão ministrar o sacramento do batismo à prole pertencente ao rito latino, usando seu próprio rito. É claro que o batismo conferido em tais circunstâncias não envolve mudança de rito nem poderá, assim, oferecer qualquer pretexto para mudança. A realização do batismo, nesses casos, deve ser registrada em livro separado, especial para o registro de batismo de filhos de outro rito e nele se anote que a prole batizada pertence a outro rito. Finalmente, o mais cedo possível, seja o respectivo pároco informado da celebração desse batismo. B) Quanto ao sacramento da penitência, os fiéis de ambos os ritos podem confessar os seus pecados e obter o benefício da absolvição sacramental, de modo válido e lícito, de sacerdote tanto do rito latino quanto do rito ruteno, desde que aprovado por seu Ordinário. C) Quanto ao Santíssimo sacramento da Eucaristia, aos fiéis de ambos os ritos seja facultado comungar no outro rito, naqueles lugares em que não posam ter nem igreja nem sacerdote do próprio rito, conforme estabelecido pelo Decreto desta Sagrada Congregação, datado de 18 de agosto de 1893, a esta anexo. D) Na falta de sacerdote do próprio rito, o enfermo latino poderá receber o Sagrado Viático em pão fermentado de presbítero ruteno e o enfermo ruteno poderá receber em pão ázimo de sacerdote latino. E) Existindo a mesma falta (de sacerdote do rito), em benefício de doentes em perigo de morte, qualquer sacerdote de um dos dois ritos poderá ministrar-lhe a Extrema Unção por meio do óleo sagrado usado em seu rito. F) Na verdade, nem o batismo conferido por um sacerdote de outro rito, em caso de necessidade ou grave dificuldade, como exigido acima, nem a confissão de pecados feita diante de tal sacerdote, nem a Santa Comunhão recebida de acordo com outro rito, nem o Sacramento da Extrema Unção recebida de sacerdote de outro rito em caso de risco de morte, podem produzir a passagem de um rito para outro”. (Tradução de Elmar Joenck)

greco-católicos ucranianos. É uma espécie de divisor de águas nas relações entre os dois catolicismos. Percebe-se nitidamente através da correspondência epistolar que, depois do decreto, as relações entre o clero greco-católico e D. José de Camargo Barros (e seus sucessores), mudam de tom e de cor. O decreto produz uma enorme controvérsia quanto à sua interpretação. Teve um efeito deletério nas relações entre os dois catolicismos. Do lado greco-católico, tanto da parte do clero quanto do povo, os ânimos se exaltam e se alteram. Os ucranianos interpretaram-no como latinização, polonização, perseguição e até promoção de uma política de extermínio do rito greco-católico aqui no Brasil. Viram o decreto como uma investida fatal de Roma, uma tentativa de aniquilamento do rito. Roma dizia o contrário, que se tratava da defesa do catolicismo greco-católico aqui no Brasil. Por longos anos, os padres ruminam e alimentam um imaginário muito negativo em relação aos bispos de Curitiba e à Igreja latina. Em carta-relatório datada de 18 de maio de 1902 ao metropolitano Andrey Sheptytsky, revoltado, Kizema pinta um verdadeiro cenário de guerra que se estabeleceu na colônia. Ele acusa Roma de ser a principal responsável pela situação que se criou e pelo arruinamento das relações entre católicos romanos e greco-católicos ucranianos.²¹

Durante os 16 anos que se seguiram ao primeiro decreto, inúmeras cartas do clero e de fiéis endereçadas ao metropolitano de Lviv, Andrey Sheptytsky, em tom às vezes bastante agressivo, expressam boa dose de ódio contra a Igreja latina. Nas linhas seguintes vamos arrolar alguns textos epistolares que refletem queixas, revoltas e descontentamento com a situação que se estabeleceu com o decreto de 1899. Isso significa que as relações haviam se arruinado. Em vez da “boa harmonia entre o rito latino e o rito grego” como bem desejava D. José, o decreto derramou mais combustível na fogueira. Em 1910, o padre Rafael Krenetsky escrevia ao metropolitano: “aí na Galícia fala-se muito do Brasil, mas ninguém descreveu como a situação é na realidade (...) Todos dizem que a imigração que veio para o Brasil está perdida, que aqui não há futuro, que tudo passará ao rito latino. E vai acontecer porque para isso empenha-se o atual bispo de Curitiba, D. João Braga”.²² No ano seguinte, este mesmo padre queixava-se de D. João Francisco Braga (1908-1935) ao metropolitano Andrey Sheptytsky. “O bispo de Curitiba nos tem humilhado e tratado com muita negligência. Isso é um escândalo! Não responde às nossas cartas e não temos ninguém a nosso favor (...) Aqui os bispos são brasileiros fanáticos – como por exemplo – no meu caso, o bispo se colocou contra mim e foi a favor de um traidor da colonização do governo”.²³ Esse

²¹ ARQUIVO PROVINCIAL DA ORDEM DE SÃO BASÍLIO MAGNO. “Foi exatamente no dia do Ano Novo (1900) conforme o rito latino que eu recebi o conhecido Decreto da Propaganda Fide. Eu não queria crer naquilo que os meus olhos estavam vendo, que a Propaganda, ao invés de expandir a fé tenha como meta a expansão do ódio e da política de extermínio. Fomos minados e solapados. Submeteram os ucranianos à autoridade dos padres latinos; eles podem legalmente, sem o nosso conhecimento, batizar os ucranianos, casá-los, lavrando seus nomes em seus livros de registro. Para nós não é permitido batizar nem casar os fiéis do rito latino sem a prévia licença dos párocos, e ainda, imediatamente temos que enviar a certidão e a espórtula ao pároco latino. Foi dito convencer o povo para passar ao rito latino. Eu fiquei atemorizado, porque sabia que enfrentaríamos uma terrível perseguição e até derramamento de sangue. Isso foi uma arma muito poderosa nas mãos dos maçons e daqueles que estavam a favor de Roma para exterminar o nosso rito. Logo em seguida, foi ordenado ao padre polonês de Ponta Grossa que deixasse o povo sob a proteção de Deus e se mudasse para Prudentópolis, conforme o que ele disse, para nos controlar e denunciar. Desencadeou-se uma terrível perseguição. Em Prudentópolis fervia. Em todas as colônias paranaenses o decreto era anunciado e explicado que todos os ucranianos deveriam ser poloneses (isto é, do rito latino). Fomos ameaçados de morte se ousássemos pregar missões. Os ucranianos eram perseguidos e forçados a dar dinheiro para construir igrejas polonesas. Na colônia ucraniana Jangada, durante as missões, o padre Marteniuk foi mortalmente ferido, derramando seu sangue, e só por milagre escapou da morte. Em Antônio Olinto deram três tiros de revólver no padre Michniak. Na colônia Mariano Torres, durante as missões, fui atacado à noite e tive que fugir (...) Eu pedi e implorei que fossem compreensivos conosco e que pelo menos em Prudentópolis o decreto não fosse aplicado. Roma respondeu que não faz exceção e o que está escrito é para ser rigorosamente cumprido (...) Já se vai o terceiro ano que somos verdadeiros mártires e não podemos trabalhar, porque sem ameaça de morte não é possível realizar missões (...) A todo custo queriam me matar. Na festa dos “Três Santos”, armados de revólveres e facas, invadiram a nossa casa e atacaram o povo; deram tiros, procuravam por mim e gritavam: “matar”, “matar”! (...) É impossível descrever a desgraça da nossa situação e o pior é que não há saída (...) Nós somos capazes de nos retirarmos daqui, porém, a responsabilidade deve recair sobre Roma, que quer a explosão de um novo cisma, e o terá se porventura sairmos daqui e não permitirem a vinda de nossos padres”.

²² ARQUIVO ESTATAL HISTÓRICO DA REPÚBLICA DA UCRÂNIA. Fundo 358: Metropolitano Andrey Sheptytsky, Ordem 2, Assunto 59. Carta de 12 de fevereiro de 1910.

²³ ARQUIVO ESTATAL HISTÓRICO DA REPÚBLICA DA UCRÂNIA. Fundo 358: Metropolitano Andrey Sheptytsky, Ordem 2, Assunto 59.

mesmo missionário, quando recebeu a notícia da nomeação de um bispo greco-católico para o Canadá, em carta ao metropolita Sheptytsky datada de 12 de maio de 1912, assim reagiu: “Estamos contentes que, graças à Vossa Excelência, o Canadá terá um bispo. Agora é a vez do Brasil. O episcopado canadense simpatiza com o nosso rito. Aqui será mais difícil porque os bispos são contrários a nós e ao nosso rito”.²⁴ Em 1913, o padre Eustáquio Turkoved escrevia ao metropolita: “a desgraça nossa aqui é que não temos apoio. De acordo como as coisas andam, parece que querem varrer o nosso rito da face do Brasil”.²⁵ Logo após sua chegada, em 1912, o padre João Michalczuk, teve uma grande decepção ao encontrar-se com D. João Francisco Braga.

(...) queixei-me ao bispo, dizendo que nós, padres católicos, temos uma única e mesma mãe, a Santa Igreja, e ela não é madrasta nem nós somos órfãos, mas filhos. Ao que ele respondeu: – a Santa Sé deseja que no Paraná todos sejam católicos. Eu perguntei se nós não éramos católicos? – Ele disse: ‘sim católicos, mas greco-católicos, e eu me refiro aos verdadeiros católicos’. Eu nada respondi, porque vi que o Excelência irritou-se comigo.”²⁶

Através dos textos aqui arrolados percebemos que as relações entre os dois catolicismos se arruinaram consideravelmente depois do decreto de 1899. Conforme informações que as fontes nos dão, o terror para os padres greco-católicos ucranianos parece ter sido D. João Francisco Braga, que “sob ameaça exigia o cumprimento de tais instruções”.²⁷ Em carta datada de 9 de julho de 1912 ao padre Marciano Szkirpan, D. João Francisco Braga advertia:

A natural interpretação das Faculdades concedidas a V.R. nesta diocese, é que ellas se referem exclusivamente aos fiéis ruthenos. Sendo assim, peço a V. R. que me poupe o pesar de lhe haver de retirar as Faculdades, logo que me conste que V.R. continua a proceder contrariamente. Si em vez de corresponder a este meu pedido, entender V. R. de recalcitrar – a quem – só por hypothese ousou sup pôr – sirvam as presentes linhas de trina admoestação, em vista da pena que serei obrigado a fulminar.²⁸

A crise entre as Igrejas latina e ucraniana greco-católica criada pelo decreto de 1899 estendeu-se até 1916. Nesse interim, os padres ucranianos encaminharam a Roma pedidos de liberação de tais instruções, mas não foram atendidos.²⁹ Somente em 1916 a Congregação de Propaganda Fide promulga um novo decreto DA ASSISTÊNCIA ESPIRITUAL DOS FIEIS DO RITO GRECO-RUTENO QUE EMIGREM PARA A AMÉRICA DO SUL, que teria validade por 10 anos, mas acabou vigorando por muito mais tempo. Em 1922, os padres greco-católicos, reunidos com o metropolita Sheptytsky, solicitam que se leve este assunto à Propaganda Fide, pedindo a prorrogação do prazo previsto. Isso significa que o decreto havia dado significativa autonomia pastoral aos padres ucranianos e, pelo menos parcialmente, afastado o perigo da tão temida latinização, como também dava condições para estabelecer uma certa harmonia e boa convivência entre as duas Igrejas. Um de seus parágrafos explicitava que “não era permitido aos sacerdotes de rito latino, sob as penas decretadas e definidas pela Santa Sé, induzir quem quer que seja do rito greco-ruteno a passar para o rito latino”. Em 20 parágrafos o documento se esforça para normatizar e normalizar as relações entre os dois ritos.³⁰ Longe de resolver todos os problemas, o decreto torna possível um clima de tolerância e respeito nas relações entre as duas Igrejas como também estabelece parâmetros para delimitar as fronteiras entre os dois catolicismos. Talvez seja esse um

²⁴ ARQUIVO ESTATAL HISTÓRICO DA REPÚBLICA DA UCRÂNIA. Fundo 358: Metropolita Andrey Sheptytsky, Ordem 2, Assunto 59.

²⁵ ARQUIVO ESTATAL HISTÓRICO DA REPÚBLICA DA UCRÂNIA. Fundo 358: Metropolita Andrey Sheptytsky, Ordem 2, Assunto 59. Carta de 10 de outubro de 1913.

²⁶ ARQUIVO ESTATAL HISTÓRICO DA REPÚBLICA DA UCRÂNIA. Fundo 358: Metropolita Andrey Sheptytsky, Ordem 2, Assunto 59. Carta datada de 31 de dezembro de 1912.

²⁷ ARQUIVO PROVINCIAL DA ORDEM DE SÃO BASÍLIO MAGNO. Relatório ao metropolita Andrey Sheptytsky, 1922.

²⁸ ARQUIVO PROVINCIAL DA ORDEM DE SÃO BASÍLIO MAGNO.

²⁹ ARQUIVO PROVINCIAL DA ORDEM DE SÃO BASÍLIO MAGNO.

³⁰ ARQUIVO PROVINCIAL DA ORDEM DE SÃO BASÍLIO MAGNO.

dos maiores ganhos para os dois catolicismos nesse período. Porém, vez ou outra, os ucranianos vão ao baú da história e às raízes culturais arrancar motivos e razões para reacender velhas intrigas e contendas, sejam elas no campo social, cultural ou religioso.

Observa-se uma grande diferença no teor e na própria construção dos dois textos, o de 1899 e o de 1916. Este último parece ser o resultado de um trabalho mais sensível e ajustado à realidade e aos problemas do catolicismo greco-católico ucraniano no território brasileiro. Afinal, já havia passado uma década e meia de tensões, atritos, confrontos, queixas, acusações e desgaste para ambas as Igrejas. A falta de documentação nos impossibilita estudar melhor o processo que levou à produção do documento final. Parece ser importante situar a sua elaboração no contexto de elaboração do Código Canônico de 1917, visto que este decreto foi o “código canônico” que regeu as relações entre os dois ritos aqui no Brasil.

As relações dos bispos com a comunidade greco-católica ucraniana, no período em estudo, foram formais e protocolares. Pessoalmente, os bispos não foram mais além daquilo que era de sua competência e obrigação canônica.³¹ As visitas pastorais se reduziam a protocolos, formalidades e obrigação canônica tanto da parte dos bispos quanto do clero, embora os bispos, como bons e zelosos pastores, procuravam elogiar a comunidade e animar os fiéis greco-católicos a perseverarem na sua fé. Podemos imaginar a situação de um bispo latino visitando uma comunidade ucraniana. Sem exageros nem preconceitos, devia ser no mínimo constrangedora, e quem sabe, até frustrante para o bispo. Além das formalidades protocolares ele não tinha nada a fazer. Não presidia a Divina Liturgia, apenas concelebrava, não batizava, não crismava nem casava, considerando isso como um momento forte de uma visita pastoral àquela época. Era uma situação inevitável criada pelas circunstâncias das conjunturas da época. Certamente não havia uma relação e um sentimento de filiação e paternal respeito ou até de intimidade dos fiéis com o seu pastor. Muitos ucranianos, por questões étnicas e histórico-políticas trazidas do seu país de origem, não simpatizavam com os bispos latinos e certamente não curvavam suas fronteiras fazendo-lhe nobre genuflexão, osculando-lhe o sagrado anel.

CONCLUSÃO

O embate entre o catolicismo greco-ucraniano e latino no Brasil que ocorreu nas primeiras décadas do século XX é um enorme iceberg. Discutimos aqui apenas sobre uma pequena parte da ponta visível que alguns documentos, aos quais tivemos acesso, permitiram detectar e ver. Porém, estamos longe de ter uma visão de conjunto ampla e abrangente do problema, pois temos que levar em conta a imigração do rito greco-católico (ou de ritos orientais) também para a América do Norte. Documentos da SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA OS ASSUNTOS DE RITO ORIENTAL mostram que, desde 1890, a Santa Sé já estava se preocupando com a presença de orientais na América. Portanto, o que temos são alguns aspectos de um problema maior que está para ser pesquisado e analisado. Do lado ucraniano existe uma tendência de culpar Roma, os bispos de Curitiba, os padres poloneses de interferirem no processo organizacional, na preservação, estruturação e manutenção do rito greco-católico aqui no Brasil. Os ucranianos seriam uma espécie de vítima inocente. Por enquanto, a documentação que se tem acesso não prova nada nem a favor nem contra. Não se trata de procurar culpados e levantar vantagens a favor de uns e desvantagens contra outros. Os documentos expressam como determinados problemas foram tratados em circunstâncias históricas específicas.

Portanto, o problema tangente ao relacionamento entre o catolicismo romano e greco-católico é complexo e deve ser colocado e compreendido num espaço de discussão mais amplo. Um espaço carregado de paradoxos e ambigüidades, de perdas e ganhos para ambas as partes. O

³¹ Esta questão aparece no PROTOCOLO do Encontro do Metropolita Andrey Sheptytsky com o Clero Greco-Católico do Brasil, realizado em Dorizon (PR), entre os dias 26 a 29 de abril de 1922. “Devido à falta de Autoridade própria não há quem se interesse pelos padres. Até o momento, o bispo latino não pediu que da Ucrânia viessem nossos padres para trabalhar aqui.” ARQUIVO PROVINCIAL DA ORDEM DE SÃO BASÍLIO MAGNO.

embate aconteceu devido a uma conjuntura de fatores, um cruzamento de processos que envolveram questões pertinentes às fronteiras religiosas, culturais, étnicas, canônicas e econômicas. Enfim, foi uma ampla gama de processos que se inter cruzaram.

REFERÊNCIAS E FONTES

ARQUIVO PROVINCIAL DA ORDEM DE SÃO BASÍLIO MAGNO.

ARQUIVO ESTATAL HISTÓRICO DA REPÚBLICA DA UCRÂNIA. FUNDO 358: Metropolitana Andrey Sheptytsky, ORDEM 2, ASSUNTO 58, 59.

BOLETIM ECLESÍATICO DA DIOCESE DE CORYTIBA, 1900.

BORUSZENKO, Oksana. **Os Ucrânicos**. 2ª ed., BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, volume 22, nº 108, outubro/1995.

CHEVTCHUK, Mikhailo. Sorok lítia ukrainskoi imigratsii v Brazêlii, *PRÁCIA*, nº 33, 1936.

COLLECÇÃO DAS PASTORAES, CIRCULARES, MANDAMENTOS ETC.de S. Exa. Rvma. o Sr. Bispo de CORYTIBA durante o primeiro quinquênio de sua administração, Corytiba: Typografia da Imprensa Paranaense, 1900.

HANEIKO, Valdomiro. **Uma centelha de luz: clero diocesano ucraniano no Brasil**. Curitiba: Editora Kindra, 1985.

HEC, Nicola. Perchi ukrainski imigrante u Brazêlii, *TZVIRKUN*, ano 46, nº 203, out-dez 1991.

MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MISSIONAR, ano 1, maio de 1897 – abril de 1898.

RELATÓRIO APRESENTADO AO METROPOLITA ANDREY SHEPTYSKY, 1922.

ZINKO, Basílio. Potchatkê vasseliânskoi missii u Brazêlii, *PRÁCIA*, nº 17, 1972.

O ENRAIZAMENTO DA IGREJA ROMANIZADA NA REGIÃO CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL: DA QUARTA COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA PARA AS CIDADES LUSO-BRASILEIRAS (1886-1925)¹

Vitor Otávio Fernandes Biasoli²

Introdução

A Igreja Católica brasileira, a partir de meados do século XIX, passou por um processo de reforma orientada pelo ideário ultramontano, consolidado no Concílio Vaticano I (1869-1870). Por ter Roma como centro irradiador – o fortalecimento do poder papal era um dos seus propósitos –, o processo também é denominada de “romanizador”. Essa reforma implicou tanto a reorganização da estrutura de poder da Igreja Católica quanto a reorientação da doutrina e das devoções. No Rio Grande do Sul, esse processo é iniciado de forma branda pelo bispo D. Sebastião Laranjeira e, de modo mais incisivo, por D. Cláudio Ponce de Leão. Para efetivar os propósitos romanizadores, os bispos, tanto no Brasil como no Rio Grande do Sul, tiveram as congregações religiosas européias como importantes aliados.

O objetivo desse artigo é enfocar a ação de uma dessas congregações européias, a Pia Sociedade das Missões (P.S.M.), quanto ao processo de romanização da Igreja Católica brasileira na região central do Estado do Rio Grande do Sul, durante o período de 1896 (data de sua chegada ao Brasil) até 1925 (data de sua consolidação como pólo hegemônico na sua área de atuação).

A reforma da Igreja Católica brasileira

O catolicismo que imperava no Brasil do século XIX era o chamado catolicismo tradicional, forjado no período colonial: “lusu-brasileiro, leigo, medieval, social e familiar”, na síntese de Riolando Azzi.³ O episcopado nacional, apesar de subordinado ao Estado imperial pela legislação do padroado, lutava para impor um catolicismo alicerçado na autonomia da Igreja e na doutrina estabelecida pela reforma do século XVI (Concílio de Trento). Nesse sentido, os bispos brasileiros se alinhavam ao projeto ultramontano e romanizador que se expandia e se consolidava na Igreja européia, especialmente a partir do Concílio Vaticano I (1869-1870). Tratava-se de um catolicismo “romano, clerical, tridentino, individual, sacramentalista”.⁴

O projeto desse novo catolicismo se evidenciou na década de 1870, por meio da chamada “Questão Religiosa”, quando os bispos de Olinda e Pará se insurgiram contra a legislação imperial que determinava a ação dos clérigos.⁵ Os bispos agiram de acordo com as normas estabelecidas pelo Vaticano, desobedeceram ao Imperador, e foram presos. O problema foi contornado, posteriormente, mas ficou claro que havia uma inconformidade do episcopado brasileiro em relação aos seus vínculos com o Estado. Os bispos questionavam a manutenção do padroado e aspiravam certa autonomia, pretendiam uma clericalização da religião, o controle das devoções e das romarias assim como das rendas decorrentes das práticas religiosas (o que implicava na subordinação e controle das irmandades e confrarias dirigidas por leigos).

¹ Comunicação apresentada no Seminário Internacional: Leituras e Interpretações da Imigração na América Latina, na UNISINOS, em setembro de 2004.

² Professor no Departamento de História da UFSM. Doutorando em História Social na USP.

³ AZZI, R. *O episcopado do Brasil frente ao catolicismo popular*. Petrópolis: Vozes, 1977, p. 9.

⁴ AZZI. *Op.cit.*, p. 9

⁵ NABUCO, Araújo. *Um estadista do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998, v. 2, p. 950.

O bispo D. Sebastião Laranjeira, que governou a diocese do Rio Grande do Sul entre os anos de 1860 a 1888, posicionava-se de forma moderada nos marcos dessa reforma.⁶ Encontrara a diocese desorganizada por decorrência da Revolução Farroupilha (que implicara também num rompimento com a Igreja do centro do país) e reestruturou as freguesias, colocando padres nos lugares vagos. Enfrentou oposição da Assembléia Provincial e queixou-se ao arcebispo da Bahia quanto à “perseguição dirigida à Igreja Católica Apostólica Romana (...) fomentada pela maçonaria, assentada nos Conselhos da Coroa e dos Tribunais”.⁷ Lamentava-se em relação aos sacerdotes que atuavam na província e buscou sacerdotes estrangeiros para virem para o Rio Grande do Sul.

Dessa maneira, acolheu com simpatia a chegada do Superior Geral da Pia Sociedade das Missões, quando este, atendendo a uma solicitação dos imigrantes italianos do núcleo colonial do Vale Vêneto, aportou em Porto Alegre, em 1885. O Superior vinha para conhecer e examinar a região da Quarta Colônia de Imigração Italiana, com o propósito de estabelecer uma Missão. A Pia Sociedade das Missões formara-se na defesa do pontificado papal ameaçado pelo avanço liberal (que ocasionava a diminuição dos territórios e do poder dos Estados Pontifícios na península itálica) e no revigoramento da prática missionária católica pelo mundo (dois marcos da Igreja européia no século XIX).⁸ Os propósitos da congregação – defender a Igreja romana e difundi-la pelo mundo – alinhavam-se com o do bispo D. Laranjeira quanto a consolidar e reformar a Igreja Católica na diocese do Rio Grande do Sul.

A Missão palotina no Vale Vêneto

Os primeiros imigrantes que vieram ocupar a Quarta Colônia de Imigração Italiana chegaram à região em 1877. A divisão dos lotes e a ocupação dos mesmos iniciaram-se no ano seguinte, tendo como sede o povoado de Silveira Martins. Em 1879, o núcleo colonial do Vale Vêneto já contava com um moinho e uma casa comercial, propriedades de Paulo Bortoluzzi. Ele e Luis Rosso eram as lideranças do povoado e logo deram origem a uma comunidade de capela, isto é, a uma organização de colonos para atender aos serviços religiosos.⁹ Os líderes recolheram dinheiro da comunidade e enviaram um emissário a Itália para tratar da vinda de sacerdotes.

Em 1881, chegaram os padres seculares Vitor Arnoffi e Antonio Sório, que foram disputados pela sede da colônia, subitamente desejosa de ter um sacerdote e, especialmente, de não ficar diminuída diante de um dos seus núcleos.¹⁰ Houve entendimento entre os colonos e Arnoffi ficou atuando no Vale, enquanto Sório passou a exercer suas atividades em Silveira Martins. Em 1884, Vitor Arnoffi morreu e Sório tornou-se vigário na sede da Colônia, atendendo também à população do Vale Vêneto. Padre Sório logo se desentendeu com esta comunidade e os colonos conseguiram autorização do bispo para se desvincular da sua autoridade. Novas tratativas foram feitas na Itália para trazer religiosos e o emissário dos colonos procurou a Pia Sociedade das Missões. Conversou com o Procurador Geral, Guilherme Whitmée, e este aceitou a proposta de vir para o Brasil. Em maio de 1885, o Procurador Geral chegou ao Rio Grande do Sul, entendeu-se com o bispo, conheceu o Vale Vêneto e imediações, e aprovou a idéia de fundar ali uma Missão. Em julho do ano seguinte, regressou com os dois primeiros missionários: Jacó Pfändler (suíço) e Francisco Schuster (alemão).

⁶ BALÉN, João; RAMBO, Balduino; FERNANDES, Astrogildo & BECKER, Klaus. A Igreja Católica no Rio Grande do Sul até 1912. In: ENCICLOPÉDIA RIO-GRANDENSE. v. 2. Porto Alegre: Sulina, 1968, p. 17-19.

⁷ Cf. BALÉN et al. *Op.cit.*, p. 19. CARTA ao arcebispo da Bahia.

⁸ IOP, Rafael. *Vicente Pallotti e sua obra*. Santa Maria: Pallotti, 1936, p. 63; JOHNSON, Paul. *História do cristianismo*. Rio de Janeiro: Imago, 2001, p. 549.

⁹ Rovilio Costa define a comunidade de capela como uma organização social e religiosa criada para servir “de encontro para as celebrações religiosas como cerimônias fúnebres, missas (...) reza do terço (...) catequese (...)”. Seu estatuto revelava a “finalidade de promover a comunidade”. (COSTA, R. A Igreja no início das colônias italianas. In: DE BONI (org.). *A presença italiana no Brasil*. v. 3. Porto Alegre; Torino: EST; Fondazione Giovanni Agnelli, 1996, p. 497.) Essas capelas eram mecanismos de controle social e, no caso do Vale Vêneto, foi dirigida pelo comerciante Paulo Bortoluzzi.

¹⁰ VÉSCIO, Luiz Eugênio. *O crime do padre Sório: a Maçonaria e a Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1893-1928)*. Santa Maria; Porto Alegre: UFSM; UFRGS, 2001, p. 52-61.

Segundo dados de Genésio Bonfada, historiador palotino, a área de colonização de Silveira Martins contava, em 1882, “716 lotes (...) em sua maioria ocupados. Havia 1.769 habitantes, assim classificados: 1.465 italianos, 122 alemães, 112 nacionais, 51 russos e poloneses, 10 austríacos, 4 franceses e 5 diversos. Desses, 1.720 eram católicos e 49 protestantes”.¹¹ A população continuava crescendo e as atividades agrícolas e comerciais prosperavam.

Ao chegarem ao Vale, os missionários palotinos se entenderam com os fabriqueiros (a diretoria responsável pela capela já existente e pela manutenção dos serviços religiosos) e se estabeleceu a primeira Missão palotina na América do Sul (no ano seguinte eles também se estabeleceram no Uruguai e, posteriormente, na Argentina). Várias visitas foram realizadas aos núcleos coloniais das imediações (Dona Francisca, Geringonça, Soturno e Núcleo Norte) e as populações locais, por não terem frequência dos serviços religiosos, solicitaram ao bispo de Porto Alegre autorização para os palotinos atenderem os seus povoados. O bispo acatou os pedidos (o atendimento desses pedidos correspondia ao projeto de reforma da Igreja Católica brasileira) e os dois padres palotinos passaram a percorrer distâncias enormes para “administrar todos os sacramentos, inclusive o do batismo e matrimônio”, conforme provisão de novembro de 1886.¹²

Começa, dessa maneira, uma ação sistemática da Igreja Católica na área colonial italiana. A Pia Sociedade das Missões foi a primeira ordem religiosa orientada pelo ideário romanizador a instalar-se na região colonial italiana do Rio Grande do Sul. Posteriormente, vieram os capuchinhos franceses (Garibaldi, 1896) e também os carlistas italianos (1896). Os colonos italianos eram atendidos conforme aspiravam e o bispo D. Sebastião Laranjeira via a sua diocese ser alvo de uma “organização pastoral sempre mais sólida”.¹³ O bispo autorizava os religiosos europeus a atuarem, preservando os curatos e paróquias do centro da província do Rio Grande para os palotinos (nome dado aos integrantes da Pia Sociedade das Missões devido ao nome do seu fundador: Vicente Pallotti).¹⁴

A religiosidade dos imigrantes italianos

A existência de uma auto-organização para os serviços religiosos por parte dos colonos do Vale Vêneto comprova sua profunda religiosidade. Isto, no entanto, não permite dizer que eles se enquadravam nos marcos do catolicismo romanizador então em difusão a partir do Vaticano. A religiosidade vivida pelos imigrantes, originária do espaço rural europeu, era marcada por traços da cultura popular e não estava afeita à rigidez da doutrina tridentina (conforme enfatizava o novo ideário ultramontano).

Júlio Lorenzoni, um dos imigrantes da segunda leva a chegar à Quarta Colônia, narrou em suas memórias que durante a longa viagem da Itália para os lotes coloniais, os atos de devoção eram comuns. Em vários momentos os imigrantes criavam situações para acender velas para Nossa Senhora, entoar a “ladainha da Virgem” e “vários cânticos religiosos”.¹⁵ A presença do padre Marcelino, vigário de Santa Maria que recebeu os colonos antes deles subirem a serra, também foi registrada pelo memorialista com “imensa satisfação”, devido as suas “palavras de encorajamento” e sua “bênção especial”.¹⁶ Relatos como este comprovam a tese de Olívio Monfroi quanto a “Deus, a Virgem Maria e os Santos (...) [serem] os sustentáculo e o refúgio dos imigrantes italianos”.¹⁷

¹¹ BONFADA, G. *Os Palotinos no Rio Grande do Sul: 1886 a 1919 – fim da Província Americana*. Santa Maria: Pallotti, 1991, p. 28.

¹² Cf. BONFADA. *Op.cit.*, p. 52.

¹³ COSTA. *Op.cit.*, p. 497.

¹⁴ Vicente Pallotti nasceu e morreu em Roma (1795-1850). Foi sacerdote e fundou a congregação do Apostolado Católico (matriz da P.S.M.) na década de 1830. Em 1847, o papa Pio IX concedeu a igreja S. Salvatore para a comunidade, a qual, segundo um dos seus biógrafos, começou a trabalhar “com zelo e afincio (...) para a conversão dos pecadores e para a dilatação da fé em todo o mundo”. (IOPPI, Rafael. *Vicente Pallotti e a sua obra*. Santa Maria: Pallotti, 1936, p. 19.)

¹⁵ LORENZONI, J. *Memórias de um imigrante italiano*. Porto Alegre: Sulina, 1975, p. 33.

¹⁶ LORENZONI, J. *Op.cit.*, p. 42-3.

¹⁷ MANFROI, O. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: Grafosul, IEL, DAC/SEC, 1975, p. 157.

Entendemos, porém, que isto não coloca os imigrantes nas fileiras da Igreja romanizada que procuramos caracterizar. Coloca-os, isto sim, numa posição favorável a esse novo ideário, suscetível de ser doutrinado a partir do ideário ultramontano de modo mais eficaz do que a população luso-brasileira sul-rio-grandense do século XIX. Valores religiosos marcavam esse grupo e intensificavam-se com a experiência de verem-se “perdidos no meio da floresta (...) abandonados pelo poder público, carentes de recursos”, como descreve Luis De Boni.¹⁸ Os valores religiosos tornaram-se, nessa conjuntura, os valores ordenadores do mundo colonial e impuseram-se como visão dominante, apesar da existência de elementos carbonários, anarquistas e anticlericais.

A difusão da Missão palotina a partir do Vale Vêneto

Luis Rosso, uma das lideranças do Vale, escreveu ao Superior Geral dos palotinos, em Roma, em setembro de 1886, a respeito da satisfação da comunidade com a chegada dos padres: “Este povo declara-se feliz (...). Esta população, até agora carente de tudo no aspecto espiritual, agora possui tudo”.¹⁹

Desde a chegada de Guilherme Whitmée, os acordos entre a P.S.M. e os colonos haviam sido bem acertados: o pagamento da viagem dos padres, a moradia e o sustento na Colônia.²⁰ Com o estabelecimento dos dois primeiros padres, formou-se uma comissão para a construção da nova igreja e os estatutos foram bastante claros quanto ao poder de decisão dos palotinos: “a escolha do terreno da futura igreja”, a quem ela seria consagrada, “o estilo da igreja” e quaisquer dúvidas que surgissem.²¹ A capela anteriormente construída em homenagem a São Francisco foi destruída (1888) e iniciou-se a lenta construção de um templo consagrado ao “Santíssimo Sacramento”, uma devoção da Igreja romanizada. Os trabalhos dependiam da “renda da roça” e, quando os gafanhotos atacavam a lavoura e os prejuízos cresciam, as obras tinham seu ritmo diminuído.²²

A crônica da construção dessa igreja (realizada no Livro Tombo local e reproduzido pelos historiadores eclesiásticos) evidencia que a comunidade de colonos endossava os projetos da Pia Sociedade das Missões canalizando boa parte de suas renda e trabalho para os empreendimentos religiosos. A compensação vinha da satisfação de “possuírem tudo”, como dissera o líder Luis Rosso, e do povoado ser elevado à condição de curato (1889). Em 1903, a igreja estava coberta, mas seu acabamento só ocorreu em 1909, com 34 metros de comprimento e 14 de largura. Segundo Probst, reconhecendo o papel do Vale para a P.S.M., aquela era “a igreja-mãe das muitas que depois haviam de segui-la”.

A partir desse enraizamento no Vale, a Missão estendeu seus serviços para os núcleos coloniais próximos. Os dois sacerdotes se dividiram para visitar a Colônia de Santo Ângelo (núcleo colonial alemão, futura cidade de Agudo), assim como os núcleos italianos de Soturno (futura Nova Palma), Geringonça (futura Novo Treviso) e Núcleo Norte (futura Ivorá). Na medida em que aumentou o efetivo de sacerdotes, alguns passaram a residir nessas capelas, as quais foram promovidas a curatos e, posteriormente, em paróquias.

O curto governo palotino em Caxias do Sul

A Missão palotina moveu-se, inicialmente, de acordo com demandas dos imigrantes e da autorização do bispo. A notícia a respeito dos palotinos chegou ao Campo dos Bugres (hoje Caxias do Sul) e a comunidade religiosa requereu os seus serviços. O bispo autorizou e, em 1888, os padres se instalam na capela local. Desde o início, no entanto, ocorreram conflitos. O padre José Bruno (Superior Geral) quase foi laçado num atentado urdido pela maçonaria, segundo o

¹⁸ DE BONI, L. O catolicismo da imigração: do triunfo à crise. In: DACANAL & GONZAGA (org.). *RS: imigração & colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996, p. 235

¹⁹ Cf. BONFADA. *Op.cit.*, p. 52. CARTA ao Superior Geral de Roma.

²⁰ PROBST, Carlos. *História da Província Americana da Pia Sociedade das Missões* (PSM – Palotinos). Londrina, 1989, p. 15. (Texto datilografado.)

²¹ PROBST. *Op.cit.*, p. 18. O item sete do estatuto estabelecia: “Se houver dúvidas, devem ser tiradas pelos padres”.

²² PROBST. *Op.cit.*, p. 21.

historiador Bonfada.²³ O pe. Henrique Vieter, por sua vez, entendendo a forte resistência à atuação da Igreja, passou a exercer seu ministério de forma bastante rígida, opondo-se ao gosto dos imigrantes por bailes e também proibindo as comemorações de datas patrióticas (como a tomada de Roma, em 1870).

Em maio de 1890, Vierter é substituído por Schuster e este enfrenta grande resistência por parte da população. A população se dividiu entre ele e o padre coadjutor da paróquia, pe. Cármine. Os católicos, liderados por senhoras, se organizaram para protestar contra a direção de Schuster e revelaram simpatia pela permanência de Cármine. Em carta ao vigário, escreveram: “revogamos nosso protesto (...) e rogamos amigavelmente que procure o quanto antes encontrar um acordo a respeito de tudo e que o pe. Cármine possa ficar em nosso meio”.²⁴ Padre Schuster não atendeu às demandas, mandou pe. Cármine embora e, posteriormente, teve que fugir durante uma madrugada. Os palotinos não conseguiram retomar o governo religioso do local.

O episódio de Caxias é exemplar quanto às dificuldades que a atuação dos palotinos muitas vezes encontrava na área de colonização italiana. A historiografia eclesiástica costuma explicar esses casos enfatizando a “hostilidade da maçonaria”. Entendemos que, apesar de haver uma oposição anticlerical forte, ela não era necessariamente maçônica. Era, muitas vezes, dos próprios católicos que não aceitavam as posturas autoritárias da Igreja romanizada.

A conquista da cidade luso-brasileira Santa Maria

Em 1895 o bispo designou os Palotinos para ocuparem a problemática paróquia de Santa Maria, que vivia momentos de grande resistência à atuação da Igreja e que fora até interdita durante quatro meses.²⁵ O primeiro Palotino a assumir foi Pedro Wimmer, em maio de 1896, seguindo-se depois Caetano Pagliuca, em dezembro de 1900. Segundo relatório de 1907, escrito por padre Caetano, as dificuldades encontradas por Wimmer foram enormes: “o espírito religioso e a frequência aos sacramentos eram nulos, a assistência da missa aos domingos se reduzia a vinte pessoas (...). Padre Wimmer sofreu muito para ser tolerado e não abandonar o lugar de combate. Houve Intimações (...) e convite para a maçonaria”.²⁶ A elite local se opunha ao governo palotino e queria a volta do vigário anterior (pe. Aquiles Catalano) que fora retirado pelo bispo.

Vencer essa resistência ao projeto romanizador era a tarefa da Pia Sociedade das Missões. Em 1898, quando o bispo do Rio Grande do Sul, D. Cláudio Ponce de Leão, visitou a cidade, foi vaiado e sofreu ameaças.

Atuando conforme o modelo já aplicado nas outras administrações, padre Wimmer criou o Apostolado da Oração para revigorar a vivência religiosa. Seguiu-se o padre Caetano, que consolidou o poder da Igreja na cidade. Seu relatório de 1907 talvez comporte um certo exagero missionário, mas é exemplar da atuação do modelo de atuação da congregação na região: em 1902, início da construção da nova matriz (concluída em 1909); 1903, inauguração do Hospital de Caridade (para o qual a Igreja cedeu o terreno, assumiu a direção da capela e entregou serviços domésticos às Irmãs Franciscanas); 1904, abertura do Colégio São Luiz; 1905, criação do Ginásio Santa Maria (desdobramento do Colégio S. Luiz entregue aos Irmãos Maristas); 1905, criação do Colégio Sant’Anna (das Irmãs Franciscanas); 1905, reorganização do Apostolado da Oração; 1906, fundação da Congregação Mariana das Filhas de Maria e do Apostolado da Oração dos Moços.

Padre Caetano enfrentou a resistência anticlerical cooptando suas lideranças, como exemplifica o caso de Gustavo Wauthier, um nome expressivo da maçonaria local, que passou a cola-

²³ BONFADA. *Op.cit.*, p. 71.

²⁴ Cf. BONFADA. *Op.cit.*, p. 80. CARTA ao vigário da sede de Caxias.

²⁵ O interdito ocorreu em 1894, após a saída do pe. Carlos Becker (irmão do futuro bispo D. João Becker). Em 1907, pe. Caetano registra no Livro Tombo da paróquia que Carlos Becker foi “agredido por 30 homens com violência brutal”. (Livro Tombo n. 3 (1889 a 1914) p. 85-87). Carlos Probst, a respeito do episódio, comenta: “Após esse ato de violência, cujo âmagos é oculto, D. Cláudio lançou sobre a cidade a pena do interdito”. (PROBST, *Op.cit.*, p. 54).

²⁶ LIVRO TOMBO n. 3, p.

borar na construção da nova matriz.²⁷ Criou o ensino religioso local, favorecendo a vinda de congregações religiosas voltadas para o ensino (Irmãos maristas e Irmãs franciscanas). Atuou na área da saúde colaborando na construção do primeiro hospital da cidade. Fortaleceu as organizações religiosas submetidas ao seu controle – fez das senhoras do Apostolado da Oração um dos seus principais sustentáculos – e subjugou as antigas irmandades, como foi o caso da Irmandade de N.S. do Rosário.²⁸

O caso da Irmandade do Rosário, que resultou em processo judiciário pela posse do seu patrimônio (1915) com ganho favorável a Igreja, seguiu a orientação estabelecida pelo episcopado brasileiro. Pe. Caetano alterou estatutos, dirigiu escolha de direção e, por fim, enfrentou delegado de polícia e juiz para valer o princípio ultramontano de supremacia da hierarquia da Igreja na administração das organizações religiosas.²⁹ O espírito combativo de pe. Caetano – uma espécie de paradigma da renovação católica encampada pela Pia Sociedade das Missões – se revelou nos relatórios no Livro Tombo: “O espírito religioso (...) vai se alargando todos os dias sempre mais, e agora seria impossível levar a efeito uma manifestação anticlerical”.³⁰

A partir do domínio de Santa Maria, a P.S.M. capacitou-se a cercar e conquistar a sede da Quarta Colônia de Imigração Italiana e outras paróquias luso-brasileiras do centro do Estado rio-grandense.

A conquista da hegemonia na Quarta Colônia

Silveira Martins, sede da Quarta Colônia, era um local problemático do ponto de vista da Igreja reformada devido à atuação de seu vigário, o pe. Antonio Sório, um padre secular que não se enquadrava no ideário ultramontano. Na avaliação de Probst, a religião “sofreu uma baixa durante a longa gestão de D. Antonio [1884 a 1900]. Ele não era um homem resoluto, necessário para enfrentar as influências anticlericais que vinham (...) de Santa Maria e deixou que uma loja maçônica se instalasse na cidade”.³¹ A “diferenças de mentalidade” entre a sede da Colônia e o Vale (distantes cerca de sete quilômetros) era facilmente percebida, escreve Probst. Entretanto, a P.S.M. vinha ganhando autorização do bispo para atender todas as capelas e curatos que cercavam Silveira.

No ano de 1896, concomitante à autorização dos palotinos governarem a paróquia da cidade luso-brasileira de Santa Maria, a P.S.M. também passou a atender a parte do núcleo de Arroio Grande pertencente àquele município. A outra parte estava sob jurisdição eclesiástica do curato de Silveira. Com isto, começou um embate mais sério entre o pe. Sório e os palotinos. A disputa em torno do controle da paróquia Santo Antônio, de Silveira Martins, revela bem os conflitos que a Igreja romanizada encontrava. Governada pelo padre Sório, envolvido em política, favorável ao Estado italiano e contrário ao poder absoluto do papa, não era um aliado do projeto reformador do bispo do Rio Grande do Sul.³² Quando ele morreu, rapidamente o bispo entregou a paróquia aos palotinos, os quais demoram até alcançarem um governo estável.

²⁷ BONFADA. *Op.cit.*, p.96. Gustavo Wauthier era diretor da Companhia Auxiliar de Caminhos de Ferro, a empresa que administrava a malha ferroviário no Estado do Rio Grande do Sul. Ao cooptá-lo para a Igreja, padre Caetano estava conquistando o apoio de uma figura central na vida da cidade, tendo em vista o peso que a ferrovia exercia na sociedade e economia santa-marienses. O crescimento urbano de Santa Maria ocorreu a partir da chegada da ferrovia, em 1885.

²⁸ O Apostolado da Oração foi instrumento eficaz nas mãos do pe. Caetano, assim como na vida de outras paróquias dirigidas por Palotinos. Sobre o Apostolado, Probst escreveu que “desenvolveu-se maravilhosamente depois de ter sido quebrada a camisa de aço do liberalismo [consagrado pela Constituição de 1891], que impedia qualquer demonstração de fé sobrenatural em público”. (PROBST, *Op.cit.*, p. 61).

²⁹ GRIGIO, Ênio. *A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, em Santa Maria (1873-1915): uma trajetória de conflitos*. Santa Maria: UFSM, 2003. Monografia apresentada no Curso de Especialização em História.

³⁰ PAGLIUCA, Pe. Caetano. Relação apresentada ao Excelentíssimo Bispo, no Livro Tompo [da catedral de Santa Maria] n. 3 (1889-1914), p. 85-87, 07 dez. 1907.

³¹ PROST. *Op.cit.* p. 37.

³² O padre não se alinhava ao ideário ultramontano e, conseqüentemente, aos palotinos. Morreu em decorrência de um “acidente”, mais tarde transformado em atentado criminoso promovido por maçons. Luiz Eugênio Vêscio, analisando o episódio, constatou que o padre tinha envolvimento com mulheres e que o caso – a agressão sofrida pelo padre – foi um crime de honra e não um atentado organizado pela maçonaria. Três colonos castraram o padre pelo fato dele ter engravidado uma moça. (VÊSCIO. *Op.cit.*, p. 27, 38-53, 312-321.)

Evidenciando que a Pia Sociedade das Missões era uma congregação aliada ao bispo do Rio Grande do Sul quanto ao projeto de reforma, reproduzimos parte de carta do bispo Ponce de Leão ao Superior da Missão, em 26 de julho de 1900: “Entreguei essa freguesia [de Santa Maria] a V. Revma. com o desejo de favorecer a Pia Sociedade das Missões, dando uma freguesia rendosa, reunindo todos os Revdos. Padres Palotinos ao redor de Santa Maria, o que inclui nomeando o Revdo. Padre Matias [Schoenauer] Vigário de Silveira Martins”.³³

Os governos dos padres palotinos nas paróquias de Silveira Martins e Santa Maria nos parecem exemplares do projeto reformador do episcopado brasileiro. Centrados no núcleo do Vale Vêneto, um singelo povoado camponês, a congregação ganha e se consolida no centro da Quarta Colônia, Silveira Martins, assim como na cidade luso-brasileira mais próxima. Eram freguesias rendosas, capazes de alicerçar os trabalhos de renovação e consolidação católicas.

A relação com a população silveirense, no entanto, não era sem atritos. Em 1906, o escrivão Antônio Fontani (provavelmente maçon) mandou dar tiros no padre. O escrivão foi preso e punido com cinco anos de cadeia, mas o padre em questão se retirou. O pe. palotino Frederico Schwinn assumiu em junho do mesmo ano e governou até 1918, consolidando o poder da Igreja romanizada no local. Reformou a igreja (ergueu as suas paredes, construiu a torre do sino) e aumentou o número de capelas. O registro dessas realizações materiais, tanto nos Livros Tombos das paróquias quanto na historiografia eclesiástica são apontados como manifestações concretas dos progressos espirituais. Se entendermos que as construções foram fruto de doações da população local, tanto de dinheiro quanto de trabalho, podemos compreender que essas reformas de igreja e expansão de capelas revelavam, de fato, uma consolidação dos valores religiosos.³⁴ Em 1908, devido a esforços do pe. Schwinn, chegaram as irmãs do Imaculado Coração de Maria, as fundadoras do colégio feminino Bom Conselho, Silveira Martins, reforçando a presença católica na colônia.

A expansão da Missão palotina

Alicerçados nas paróquias de Santa Maria e Silveira Martins, com apoio explícito do bispo D. Cláudio Ponce de Leão, podemos visualizar a expansão do projeto missionário no Estado. A P.S.M. ganhou o governo de curatos e paróquias da região central do Estado e, por onde passou, construiu igrejas, criou instituições católicas ou, em alguns casos, reforçou-as.

Em 1900, a P.S.M. benzeu a igreja São João, em Polêsine; em 1901, a capela de Dona Francisca. Em 1902, os palotinos receberam a paróquia luso-brasileira de Passo Fundo, com 70 mil habitantes. A respeito do governo exercido pelos palotinos nessa cidade, é significativo o registro feito pelo bispo, em 1918, durante visita pastoral, constatando uma “ressurreição espiritual”, onde os sacramentos passaram a ser “melhor conhecidos e devidamente apreciados (...)”. Como a reforma do povo não é obra de um dia (...) não admira que ainda haja muito a fazer (...) principalmente na cidade, onde é (...) pequena a prática dos sacramentos”.³⁵ As observações do bispo deixam claro dois aspectos também encontrados nas outras capelas ou paróquias administradas pela Igreja romanizada: o cuidado em relação à difusão dos sacramentos (aspecto central do novo ideário, disposto a combater uma vivência religiosa que não se alicerça na ortodoxia e nos sacramentos) e o reconhecimento de que a população urbana, ao contrário daquela do campo, é mais refratária à reforma da religiosidade.

Em 1912, a freguesia de Nova Palma (a qual os palotinos atendiam desde 1888) foi promovida à condição de curato; em 1919, paróquia. Na visita pastoral de 1916, o bispo registrou no Livro Tombo o reconhecimento pelo aumento dos sacramentos e a generosidade dos colonos

³³ Cf. BONFADA. *Op.cit.*, p. 129.

³⁴ Quanto a reforma da igreja Santo Antônio, em Silveira Martins, é significativo o fato de que o erguimento de três metros das paredes foi realizado mantendo-se o telhado. Essa operação engenhosa foi realizada graças à máquinas emprestadas por Gustavo Wauthier, diretor da Companhia de Estrada de Ferro, em Santa Maria. Wauthier é apontado como um maçon que o pároco de Santa Maria, Caetano Pagliuca, soube cooptar para a causa católica.

³⁵ Cf. BONFADA. *Op.cit.*, p. 140-1. LIVRO TOMBO de Passo Fundo, 09.02.1918.

“para as necessidades e decoro do culto divino”. Nesse período, estão estabelecidas na região as seguintes associações religiosas: Apostolado da Oração, Filhas de Maria, Confraria do Santíssimo e Congregação da Doutrina Cristã, que são os instrumentos para organização da nova igreja assim como da difusão do ideário romanizador. (Os palotinos governarão essa paróquia até 1955.)

Em 1904, o Livro Tombo da igreja de Corpus Chirsti, no Vale, registra 15 capelas. Essas capelas tem organização própria, mas estão vinculadas à direção do pároco. Em Polêsine, por exemplo, atua como liderança leiga o professor e sacristão Antonio Ceretta.³⁶ Sobre esta localidade, o padre palotino Francisco Burman escreve em suas *Memórias*: “Em geral as famílias (...) quanto ao aspecto material estão muito bem. (...) dão pouca importância a uma casa bonita e bem arrumada. Eles trabalham e se esfalfam só para amontoar dinheiro para si e para os filhos”.³⁷ Rovílio Costa, ao analisar a pastoral dos padres que atendiam aos imigrantes, conclui que os colonos centraram-se na resolução de “seus problemas de ordem econômica”, na medida em que se decepcionavam diante da realidade encontrada, muito diferente daquela que haviam imaginado.³⁸ Tendo em vista esta avaliação, continua o autor, “os sacerdotes se voltaram logo à questão material do imigrante (...) levando-o a se organizar pelo trabalho”.

A relação dos palotinos com a população da região camponesa exemplificou esse entrosamento entre colonos e Igreja romanizada. A pastoral católica legitimava e fundava a sociedade nascente. O anticlericalismo perdia espaço na medida em que se consolidava o projeto colonial.³⁹

No caso das comunidades luso-brasileiras, entendemos que o projeto romanizador – ao ordenar e disciplinar espaços sociais (relativos ao sagrado, à educação e à saúde) – acabava ganhando caráter modernizador. Em Santa Maria, após a inauguração da nova matriz (1909), logo transformada em catedral (1910), a igreja se tornou o palco de desfile da elite local. “Damas, donzelas e cavalheiros, vestidos com o que tinham de melhor, chegavam à catedral [para assistir ‘a missa chic das dez horas’]. A entrada do templo era solene (...). Muita gente aguardava frente à catedral a saída das elegantes”.⁴⁰ A transformação do espaço do sagrado em território de sociabilidade da elite pode ser vista como aceitação da Igreja enquanto instituição promotora do desenvolvimento da sociedade.

Como se vê, a ação missionária palotina se difundiu pela região, desdobrando-se para além da área de imigração. Primeiro a conquista da Serra, posteriormente a do Campo, como assinala Probst. No caso de Santa Maria, próxima 30 quilômetros da Quarta Colônia, muitos imigrantes e seus descendentes prósperos migraram para a cidade e se tornaram aliados da Igreja romanizada. Nas outras áreas luso-brasileiras, os relatórios das visitas pastorais deram conta de êxito semelhante.

A paróquia de Passo Fundo, por exemplo, foi desmembrada em dois curatos (em 1911, o de Erechim; em 1914, o de Não-Me-Toque) e o bispo nomeou palotinos como responsáveis. As respectivas capelas passaram por reformas e essas realizações foram computadas como êxito do trabalho missionário. Os registros de padre Rampel, pároco de Passo Fundo, em 1914, apontam uma avaliação positiva de todo o trabalho: “Quando cheguei (...) não achei nada, a matriz velha em ruínas, e o estado religioso em completo abandono (...) ignorância religiosa e pobreza extrema. Comecei a trabalhar e a viajar (...) pregando a palavra de Deus, fazendo doutrina (...) e pouco a pouco voltou o povo à vida religiosa”.⁴¹

³⁶ Em 1894, Antonio Ceretta escreveu em italiano *História do Vale Vêneto*, cujos manuscritos se encontram no Arquivo Palotino, em Santa Maria. Posteriormente, ele escreve outro caderno sobre o Vale, dessa vez em português.

³⁷ Cf. BONFADA. *Op.cit.*, p. 60. BURMANN, F. *Memórias*. (manuscritos).

³⁸ COSTA. *Op.cit.*, p. 519.

³⁹ Esta relação entre a sociedade camponesa e a Igreja Católica é bem expressa pelo padre-pesquisador Luiz Sponchiado, descrevendo a sensação dos colonos ao receberem o título de propriedade: “Muitos não sabiam soletrá-lo, outros não compreendiam o português, mas (...) mandavam ler o imenso papel, com letras tão caprichadas [e] armas do Estado (...). Enfim sentindo-se proprietário dum pedaço de terra, que foi o principal móvel que os atirou na aventura imigratória. (...) O sonho, enfim realidade, de criar um lar (íntegro e puro) – como lhes facultava o respeito à família, o sacro matrimônio e a lei de Deus, era o que representava este documento”. Cf. SPONCHIADO, Breno. *Imigração & Quarta Colônia*: Nova Palma e padre Luizinho. Nova Palma; Santa Maria: Paróquia Santíssima Trindade; Pró-Reitoria de Extensão/UFSM, 1996, p. 40.

⁴⁰ ISAILA, Antônio. Os tülburis no cotidiano santa-mariense. *A Razão*, Santa Maria, 01.02/05/1993, A Razão Repórter, p. 3.

⁴¹ Cf. BONFADA. *Op.cit.*, p. 143-4.

Quando padre Rafael Iop assumiu Passo Fundo posteriormente, suas realizações reproduziram um modelo de atuação pastoral semelhante ao de outras paróquias: intensificação do Apostolado da Oração, criação de Conferência Vicentina e de um hospital (Hospital São Vicente de Paulo).⁴²

Anteriormente, em 1903, os palotinos haviam chegado a Cruz Alta e, nos dois primeiros anos, tiveram escassa acolhida. Conforme registro no Livro Tombo, não houve distribuição de confissão e comunhão, e nem missas tiveram frequência (às vezes, apenas duas senhoras). Em 1905, com a criação do Apostolado da Oração, a “tropa de assalto das batalhas espirituais”, segundo Bonfada, a situação começou a mudar. Em dois anos, essa tropa de assalto cresceu das seis senhoras iniciais para cem integrantes. Seguiu-se a criação da Conferência Vicentina, a Associação de Damas de Caridade e do Hospital São Vicente. Em 1919, o número de batizados, comunhões e casamentos (regiamente apontados no Livro Tombo) já eram em número suficiente para indicar uma frequência regular de praticantes.

A crise da Missão palotina

Com a entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial (1918), agravou-se um problema que a Pia Sociedade vivia desde o início da sua instalação no Vale Vêneto: a falta de padres para o trabalho missionário. A formação desses quadros era problemática. Genésio Bonfada comenta que os superiores da Missão – padres Carlos Gissler e Pedro Wimmer – sempre se empenharam no trabalho apostólico, abarcando mais e mais campos de ação, sem atentar para a formação de sacerdotes. Esses vinham da Europa, especialmente da Alemanha.

A posição desses superiores já fora motivo de conflito no Vale, pois a comunidade local sempre reivindicara um seminário. Um noviciado, inclusive, já fora fundado e encerrado. Seminarianos vinham da Europa e formavam-se no seminário diocesano de Porto Alegre. Carlos Gissler, que governou a província palotina entre os anos de 1895 e 1906, era de opinião de que o investimento na educação dos filhos de colonos não traria proveito para a Missão.⁴³ A preferência por padres europeus, especialmente alemães, era dominante. Com a guerra, essa possibilidade foi bloqueada e as vozes contrárias se ergueram – entre elas, a de Schwinn, vigário de Silveira Martins. No contexto de guerra do período, as reivindicações dos palotinos ítalo-brasileiros por um investimento em sacerdotes nacionais ganharam cores nacionalistas.

Em 1919, essa polêmica entrou na pauta da Assembléia Geral dos Palotinos. A facção ítalo-brasileira foi derrotada e os mesmos recorreram a Roma. A Província Americana terminou sendo dissolvida e os ítalo-brasileiros reorganizaram-se, tendo o Vale Vêneto e Santa Maria como espaços centrais. No Vale, fundaram o seminário Rainha dos Apóstolos assim como iniciaram os trabalhos gráficos, principalmente com a publicação da revista *Rainha dos Apóstolos*. Em 1925, foi criada a Província Nossa Senhora Conquistadora.

Este episódio ocorreu durante o governo do bispo D. João Becker, arcebispo de Porto Alegre, em franco engajamento com a Reação Católica liderada pelo arcebispo D. Sebastião Leme, do Rio de Janeiro. Era o momento em que a Igreja Católica brasileira assumia a tarefa de reconquistar o seu papel no Estado brasileiro (1922). A reforma da Igreja se consolidara. Novos objetivos se colocavam e se expressavam de forma viva no Centro D. Vital e na revista *A Ordem*, ambas subordinadas a D. Sebastião Leme.

Conclusão

Entendemos que o projeto missionário que a Pia Sociedade das Missões estabeleceu no interior da Quarta Colônia de Imigração Italiana, no Vale Vêneto especificamente, teve, desde o

⁴² O Apostolado da Oração, geralmente dirigido por mulheres, funcionavam como uma espécie de braço armado do pároco. Era através das mulheres que se dava a conquista das almas. A Conferência Vicentina já era um espaço mais masculino e realizava ações beneficentes, atuando nas áreas da saúde e da educação, conforme se lê nos relatórios anuais no Livro Tombo da paróquia de Santa Maria.

⁴³ BONFADA. *Op.cit.*, p. 128.

início, apoio dos bispos reformadores do Rio Grande do Sul. Sintonizados com o projeto de reforma romanizadora do episcopado brasileiro, essa congregação européia ganhou autorização para governar as várias capelas, curatos e paróquias do interior rio-grandense. Apesar da resistência do catolicismo popular e dos anticlericais (principalmente maçons), a P.S.M. venceu as adversidades e transformou tanto a vivência religiosa das populações imigrantes e luso-brasileiras quanto a estrutura de poder da Igreja. Disciplinou as devoções, ergueu templos, cooptou as elites, construiu colégios, colaborou na criação de hospitais, criou trabalhos de assistência social, construiu-se como poder sócio-cultural, marcando a sociedade com os valores do sagrado – o sagrado institucionalizado pela Igreja ultramontana do Concílio Vaticano I.

Na década de 1920, quando a tendência ítalo-brasileira dos palotinos se impôs, o enraizamento na Quarta Colônia era completo. A “fornada de padres”, segundo expressão de Bonfada, que alimentará as Missões será constituída por filhos de colonos. O catolicismo se alimentava no espaço da sociedade colonial-camponesa e conquistava as cidades. Esse processo se deu no momento em que a Igreja nacional investia na reconquista do seu lugar no Estado. O povo brasileiro é católico, dizia D. Leme. O Estado brasileiro deve ser católico também. Nesse momento, a congregação palotina, organizada na Província N.S. Conquistadora se constituía num braço poderoso desse poder religioso.

Em Santa Maria, na década de 1930, o padre Caetano orgulhava-se de promover a devoção ao Cristo Rei por meio de procissões onde era grande o número de homens, conforme ele próprio registrou no Livro Tombo. A religião não era um assunto de mulheres. Cristo Rei era uma devoção romanizada, dirigida pela hierarquia católica, com o propósito de afirmar o poder e a ordem que só a Igreja saberia construir. As classes dominantes nacionais, temerosas, entendiam e compactuavam com esse auxílio conservador da Igreja. Iniciava-se um outro momento. No interior do Rio Grande do Sul, sem a sofisticação dos intelectuais reunidos em torno de D. Sebastião, os palotinos consolidavam o poder católico.

IMIGRANTES ITALIANOS: COMUNIDADE DE RELIGIÃO E TRABALHO

Dilse Piccin Corteze¹

A Religião e Colonização: comunidades de religião e trabalho

Trabalhos clássicos sobre a história da imigração italiana para o Rio Grande do Sul apresentaram um cenário histórico onde os colonos seriam profundamente religiosos e o padre ocuparia posição central em uma sociedade colonial que giraria em torno da capela e da religião. Para a maioria dos historiadores, o catolicismo romano seria o grande fenômeno ideológico-cultural formador e integrador da sociedade colonial.

Em 1975, o sociólogo Olívio Manfroi, “discípulo esclarecido de Roger Bastide, na Universidade de Paris”², publicou estudo que se transformou em um dos clássicos da imigração italiana no RS – *A colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Nesse brilhante trabalho, tantas vezes já citado, o ex-padre franciscano apresentou organicamente a tese da fé e da Igreja como fenômenos organizadores centrais da imigração italiana sulina.

Para Manfroi, “a Religião Católica com suas igrejas, capelas, ritos e festas”, teria ocupado “um lugar central” no processo migratório sul-rio-grandense:³ “Foi a reconstituição de seus valores culturais, centrais, centralizados em torno da religião católica, que permitiu, ao imigrante italiano, superar as dificuldades iniciais e fazer esquecer a terra natal.”⁴

1. Rezando o terço

Manfroi fala com grande emoção da fé dos imigrantes e de suas orações permanentes como tônicos poderosos para o sofrimento e o desânimo, quando do abandono da Itália, na travessia, no estabelecimento no Sul: “Durante as longas esperas nos portos de embarque, embaraçados e confusos pelos lentos e complicados trâmites burocráticos, vítimas da ganância dos especuladores de sua ignorância, ‘a solução era rezar. E rezavam o terço.’ ”⁵

O terço seria poderosa arma para enfrentar a travessia: “Durante a viagem quando a saudade se apoderava deles, quando a incerteza do destino os oprimia ou quando a morte, a doença e toda a sorte de sofrimentos os atingia, ‘somente o terço podia tranquilizá-los e reconfortá-los.’ ” E ainda sobre o terço: “[...] durante toda a viagem: no navio que o transportava, nos portos em que paravam ao longo da travessia, ele [o imigrante] cumpria, com fervor, suas devoções e cantava os louvores à Rainha do Céu, à Mãe do pobre, do aflito e do exilado.” Nas cidades por onde passavam, a família que se desterrava vislumbrava a torre da igreja de longe e reunia-se em grupos para rezar mais uma vez o “inseparável terço”.⁶

2. Construção identitária

A saudade da pátria seria mitigada na medida em que os domingos foram sendo organizados em torno da celebração litúrgica, seguindo o modelo da terra perdida: “Os domingos vazios e tristes dos primeiros tempos, tomaram, pouco a pouco, o aspecto alegre das aldeias italianas

¹ Mestra em História Regional pela UPF. Professora da rede Particular de Ensino de Passo Fundo.

² MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: Implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: Grafosul, 1975. p.7

³ *Idem. ibid.*, p. 156.

⁴ *Idem. ibid.*, p. 121.

⁵ *Idem. ibid.*, p. 158.

⁶ *Idem. ibid.*, p. 158.

onde homens, mulheres e crianças se confraternizavam em torno das festividades e celebrações religiosas.”⁷

Reunidos pela religião e por sua liturgia, os imigrantes reconstruíram, confiantes, na nova terra, a sociedade que haviam abandonado: “Tenazes, sentimentais e sempre corajosos, os primeiros imigrantes se entregaram, então, à tarefa de reconstruir, em terras brasileiras, suas próprias aldeias e vilarejos, essas ‘Piccole Italie’ que giravam em torno da igreja.”⁸

3. A capela: construção colonial

Manfroi lembra a auto-organização religiosa do colono diante da improvidência estatal. Nesse processo, para ele, a capela colonial desempenharia papel fulcral, coagulando e organizando a tendência associativa ensejada pela comunidade de fé:

Os colonos italianos não tinham imaginado que seriam privados de seu quadro sócio-cultural e religioso. Não estavam preparados, intelectualmente, para exigências do novo ambiente. Por isso, realizavam esta organização religiosa, apoiados, unicamente, por alguns livros e pela memória coletiva.⁹

4. A procura do padre

Na interpretação do *ethos* católico, o padre e a capela surgem imediatamente após a religião, num sentido lato, como elementos essenciais do sucesso da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Eles são considerados indispensáveis na superação de problemas como as dificuldades encontradas no embarque e desembarque, na travessia, na superação do medo à mata, aos animais ferozes, ao isolamento.

Manfroi cita Bernardin D’Apremont para referir-se às privações dos colonos desprovidos de padres nas colônias: “Este pobre povo sofria por causa deste estado de privações e sofria, ainda mais, pelo fato de não existir nada que os consolasse no meio da floresta.[...] Em sua fé ingênua [...] se entregavam, nessas capelas a práticas que faziam rir.”¹⁰ Manfroi propõe que o padre “foi a personalidade mais desejada e mais procurada pelos imigrantes italianos. Ele representava “a imagem de Deus [...] o símbolo do progresso e o elemento essencial de uma Itália idealizada”.¹¹ “O sacerdote era o símbolo da fé, do progresso e da Itália que eles haviam abandonado, mas não esquecido. [...] Sua presença era um sinal de ‘abundância’ e representava um progresso considerável em relação aos anos de carestia dos primeiros tempos.”¹²

5. Totalidade religiosa

Na monumental obra *Assim vivem os italianos*, os freis Rovílio Costa e Arlindo Battistel, reafirmam igualmente a grande fé do colono italiano: “Nem a morte conseguiu sufocar o ânimo dos imigrantes. Sua fé em Deus e nos desígnios de sua providência lhes deram a certeza de que novos destinos lhes estariam reservados.”¹³

Os mesmos dois autores, absolutizam a teoria da comunidade religiosa, ao descreverem a fé de Brígida Zanin Roncatto, vinda da Itália ainda criança, pretensamente com cento e cinco anos de idade: “O pensamento de Brígida está todo voltado ao mundo religioso, como o fora o pensamento da **totalidade dos imigrantes agricultores** – para o sucesso das colheitas, para a saúde e para livrar-se dos perigos – a única esperança era Deus.”¹⁴

⁷ *Idem. ibid.*, p. 188.

⁸ *Idem. ibid.*, pp. 160 -1.

⁹ *Idem. ibid.*, p. 171.

¹⁰ Apud., *Idem. ibid.*, p. 169.

¹¹ *Idem. ibid.*, p. 180.

¹² *Idem. ibid.*, p. 183.

¹³ COSTA, Rovílio e BATTISTEL, Arlindo *Assim vivem os italianos*, vol. I Porto Alegre EST/EDUCS, sd. (3 vol.) p. 25.

¹⁴ *Idem. ibid.*, p. 286. [destacamos]

6. Colonos *versus* caboclo: a redenção

A tese enunciada no início da imigração, desenvolvida por Olívio Manfroi e retomada e aprofundada, total ou parcialmente, por outros autores, não deixaria lugar a dúvidas: a religião católica romana teria sido o elemento organizador central da sociedade colonial. Sem ela, a colonização italiana sulina teria fracassado vilmente.

Para Manfroi, a religião não poderia, jamais, ser visado como falsa consciência, interpretação alienada e incapacidade tendencial de apropriação científica do mundo material e espiritual:

A Religião Católica foi, sem dúvida, a força que permitiu aos imigrantes italianos se integrarem no novo ambiente e formar aquela solidariedade indispensável para enfrentar todas as dificuldades materiais e psicológicas dos primeiros tempos.[...] Foi em torno da religião e da expressão de seus sentimentos religiosos que eles encontraram a própria identidade cultural, único meio capaz de evitar o desajustamento social.[...].¹⁵

A Religião e Colonização: História e mito

A documentação conhecida assinala a importância das práticas religiosas como expressão das experiências e contradições econômicas, sociais, políticas, etc. do mundo colonial. A religião servia como meio de interpretação de mundo, mediava as relações sociais, cimentava a disciplina social. A capela era local de reunião, de festas, de estabelecimento de laços matrimoniais, de transações comerciais, de disputa de prestígios e poder.

Entretanto, pensamos que a importância do fenômeno religioso não pode constituir princípio explicativo do início e fim da experiência colonial italiana no Rio Grande do Sul. Ao contrário, o fenômeno religioso deve ser dimensionado e explicado como *parte e produto* do processo colonial, a partir de um processo de crítica que separe história e mito, realidade e ideologia.

Em a *Organização social dos imigrantes 1824 – 1850*, Marcos Tramontini propõe a necessidade desse procedimento:

Uma característica do debate historiográfico e religioso, tanto católico como evangélico, sobre este período [colonial], consiste na freqüente valorização da Instituição Igreja e do seu caráter étnico-religioso, em detrimento de sua análise como instância da dinâmica social e histórica de organização do grupo imigrante, ou seja, dos esforços por uma organização religiosa/social dos colonos.¹⁶

1. Realidade mais complexa

A quase inexistência de relatos sobre padres e atos religiosos durante a travessia, quando na chegada no Rio de Janeiro, em Rio Grande e em Porto Alegre, onde, sem muita dificuldade, os imigrantes obteriam serviços religiosos salienta a inexistência ou a relativa pouca importância dada a elas, nessas ocasiões, pelos imigrantes. Em suas memórias, Julio Lorenzoni fala da chegada ao Brasil: “Chegada então nossa vez de desembarcar, despedimo-nos do médico, do comissário de bordo e de muitas outras pessoas com quem havíamos travado relações de amizade na longa travessia.”¹⁷ Nada sobre padres e rezas.

A documentação historiográfica registra que comumente os primeiros grupos de imigrantes vieram desacompanhados de sacerdotes e permaneceram algum tempo sem a presença do clero e igrejas. Em *Os inícios da colônia italiana do Rio Grande do Sul em escritos de jesuítas alemães*, de 1978, Arthur Rabuske fala da falta de padres nas colônias nos primeiros anos. Por muitos anos, os colonos ficavam sem ver um padre. O que não impediu que as colônias progressissem ...

¹⁵ MANFROI, ob. cit., p. 193.

¹⁶ TRAMONTINI, Marcos Justo. *Organização social dos imigrantes*. A colônia de São Leopoldo na fase pioneira 1824 – 1850. São Leopoldo: Unisinos, 2000. p. 162.

¹⁷ LORENZONI, Júlio. *Memórias de um imigrante*. Trad. A. Lorenzoni Parreira. Porto Alegre: Sulina, 1975. p.31.

2. Primeiras paróquias

Manfroi afirma que somente mais tarde “as colônias foram divididas em paróquias tão extensas que era impossível ao pároco mais zeloso e mais robusto desempenhar todas as funções do seu Ministério.”¹⁸ Colônias ficaram longos anos sem a presença da Igreja católica, de padres, de igrejas, de sinos e de cerimônias dominicais. E isso durante o período de estabelecimento da sociedade colonial. Apesar de tal fato, essa comunidade não desanimou nem abateu sua decisão na fundação da economia colonial.

Também devem ser relativizadas as afirmações de que os colonos reivindicavam padres e capelas, despreocupando-se de todo o resto. A documentação é clara. Os primeiros colonos consolvam-se sem problema com a passagem periódica de um sacerdote e apresentavam insistentemente reivindicações materiais mais prosaicas: em primeiro lugar, estradas e, em segundo, escolas.

Nos relatórios consulares, são claras as indicações, nesse sentido. Em seu relatório, de 25 de março de 1892, o cônsul de Porto Alegre, Eduardo dos Condes Compans de Brichanteau fala das necessidades mais urgentes da colônia de Conde D’Eu: “Os pais italianos desejam que existam escolas italianas e que elas prosperem.[...] Lamenta-se acima de tudo a falta de livros.[...] além de um médico e de um farmacêutico, são as boas vias de comunicação.”¹⁹

3. As funções das capelas

Com o início da colonização do nordeste do RS, as capelas surgiram ao longo das linhas coloniais italianas. Lamentavelmente, não contamos ainda com monografias sobre esse fenômeno que fixem e datem o surgimento e a evolução das primeiras capelas. Toda a documentação sugere a multiplicidade de funções sociais e econômicas por elas desempenhadas, além da religiosa.

Comumente, apenas após a construção da capela é que se lutava para a obtenção de sacerdote, nas regiões mais ricas. A visita do sacerdote, mesmo periódica, não se dava sem fortes contradições. Sobretudo devido à organização autonômica anterior, como vimos de um cunho profundamente *laico* e *protestante*, nascida, acreditamos, não apenas da ausência de sacerdotes, mas também das necessidades de uma sociedade de pequenos proprietários livres.

A capela e o padre desempenham igualmente papel de *locus* de poder. Para o colono, estar ligado à igreja e ao sacerdote era forma de expressar e ampliar seu poder econômico, político e social. Normalmente, os fabriqueiros, isto é, os responsáveis pela construção e administração das capelas, eram os colonos de maior influência, sobretudo econômica, na comunidade. Fenômeno registrado magistralmente pelo romance *O quatrilho*, de José Clemente Pozenato.²⁰

Na historiografia étnica, há verdadeira santificação das relações da comunidade colonial com o padre. Esses relatos desconhecem os inúmeros casos de padres abandonando a batina para casarem-se:

Em 1889, foi nomeado coadjutor na paróquia de Dona Isabel o P. César Sciullo, chegado há poucos meses da Itália, e lá permaneceu até 1906. Nessa época, dando uma demonstração muito triste de sua fé e votos religiosos, tirou a batina, casando com uma filha do senhor Luís Allegretti, negociante naquela vila.²¹

4. Aldeia virtual

Thales de Azevedo assinala igualmente as múltiplas funções da capela:

A capela funciona como centro de recreação e reunião no pavilhão anexo, a copa, em que alguns colonos se juntam à noite para conversar e jogar cartas, em torno dos copos de vinho; a capela é

¹⁸ *Idem. ibid.*, p. 174.

¹⁹ COSTA, Róvilho. *et al. As colônias italianas Dona Isabel e Conde d’Eu*. Porto Alegre; fundazione G. Agnelli, 1992. pp. 49-0.

²⁰ POZENATO, José Clemente. *O quatrilho*. 8ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. p. 153.

²¹ LORENZONI, ob. cit., p. 141.

ainda como que o órgão dominador dos instrumentos de controle social, da moralidade, da cooperação e da atribuição de status.²²

O sociólogo baiano lembra que, com o passar dos anos, moradores, artífices e casas comerciais estabeleciam-se em torno da capela onde, aos domingos e dias santos confluíam “cinquenta ou sessenta famílias ecologicamente organizadas”. Como no Brasil colonial, a circunscrição geográfica atingida por um pároco passou a ser chamada de “paróquia”, na região colonial, ela passou a ser denominada de “capela”.²³

O historiador Mário Maestri sugere também a função das capelas como substituição da aldeia camponesa no Brasil. Para ele, a “distribuição das colônias em xadrez [...] rompia com a difundida tradição européia do camponês de morar em aldeia e partir, pela manhã, para ocupar-se na sua nesga ou nesgas de terra [...]” Para esse autor, haveria que inquirir “se nesta forma singular de ocupação do território houve a vontade consciente de dificultar a formação de comunidades aldeãs camponesas no Brasil” para “facilitar a assimilação” das comunidades e sua “gestão social e política”.²⁴

5. A função dos padres

A própria função do sacerdote na colonização necessita ser redimensionada e aprofundada. No contexto colonial, a igreja e os padres tiveram atribuições diversas, além da religiosa – sociais, políticas e econômicas. Entre essas funções, destacou-se a de correia de transmissão entre o Estado e o colono. Um fenômeno que afirma, igualmente, a tese da total despreocupação da administração colonial com o apoio da religião institucional colonial.

Em 1886, nos primeiros tempos da colonização, em relatório ao ministro da Agricultura, o ajudante da Inspetoria Geral de Terras e Colonização escrevia:

[...] o padre é o mais poderoso elemento de ordem, moralidade e estabilidade para os colonos. Por esse motivo os chefes de Comissão encarregados de estabelecê-las aproveitam-se dele, como auxiliar indispensável, para conseguir que os imigrantes recém-chegados povoem os núcleos novos, dediquem-se ao trabalho agrícola com perseverança, obedeçam às suas determinações e não abandonem os lotes²⁵.

O mesmo funcionário concluía sobre essa função político-social do sacerdote: “E fácil, portanto, compreender-se a imensa vantagem que provém para o Estado da presença nos novos núcleos de tão prestimoso auxiliar”.²⁶

6. Sacerdotes virtuais e reais

O quatrilho traça cenários distantes da sociedade beatizada pela historiografia étnica: registra a infidelidade e trocas de casais; mostra que o passaporte ao sucesso econômico não era o duro e honesto trabalho da roça, mas a expropriação do trabalhador direto através do comércio. Uma das protagonistas do romance, após cometer adultério e engravidar, enfrenta o padre, dentro da própria igreja.²⁷ O romance retrata realidade confirmada pela documentação onde o padre é personagem inserido em um mundo de interesses contraditórios e jamais o representante inquestionado da divindade.

Em 2003, o historiador Samuel Vannini publicou *O sexo, o vinho e o diabo: Demografia e sexualidade na colonização italiana no Rio Grande do Sul – 1906 – 1970*, onde descreve com

²² AZEVEDO, Thales. *Os italianos no Rio Grande do Sul* – Cadernos de Pesquisa. Caxias do Sul: EDUCS, 1994 p. 182.

²³ *Idem. ibid.*, p. 184.

²⁴ MAESTRI, Mário. *Os senhores da serra: A colonização italiana do Nordeste do RS (1875 – 1914)*. Passo Fundo: UPF, 2000. p. 94.

²⁵ AZEVEDO. 1994. ob. cit., p. 434.

²⁶ AZEVEDO, Thales. *Italianos e gaúchos: O anos pioneiros da colonização italiana no RS*. Porto Alegre: A NAÇAO/IEL/DAC/SEC, 1975. p. 184.

²⁷ Cf. POZENATO. *O quatrilho*. Ob. cit.

muita propriedade o resultado de sua pesquisa sobre o assunto em voga. Vários aspectos foram levantados pelo autor e algumas idéias conclusivas sobre sexualidade, sensualidade, demografia e temas afins, apresentadas.

Vannini afirma que “A Igreja prosseguiu, no contexto, no seu discurso pro-natalista e anti-sensual.”, mas a “moral religiosa foi sustentada nas esferas das aparências para uso público e virtual”: Abortos eram freqüentes, havia uma “prostituição disfarçada”, casos de incesto “entre irmãos”, e mesmo, “entre pais e filhas”.²⁸ Em suas pesquisas, Vannini conclui que as transgressões sexuais nas colônias italianas eram muito mais freqüentes do que as aparências demonstram e a religião católica com seu discurso moralizante não atingia seu objetivo.

7. Críticas talvez excessivas

Apresentando a obra de Artur Rabuske, Luis De Boni, profundo conhecedor da história da imigração sulina, sintetizou a qualidade do clero que, em fins do século passado, estabeleceu-se na RCI, comumente à procura de ganhos materiais:

Com diversas exceções, tratava-se verdadeiramente de ‘lobos vestidos com pele de ovelhas’. Não causa admiração, pois, o fato de que o povo se afastasse da religião. [...] foi mesmo necessário que a Santa Sé interviesse, para coibir abusos dos aventureiros que deixavam a Europa – geralmente a Itália – não para anunciar o reino de Deus, mas para no Novo Mundo, *vivre la vie*.²⁹

Na tradução do trabalho do padre Ambrósio Schupp, *A missão dos jesuítas alemães no Rio Grande do Sul*, lemos:

Outros padres, vindos de fora, assinalavam-se de tal maneira por suas limitações culturais, ignorância e falta de formação, que provocavam do povo a compaixão, quando não a ironia e malícia, expondo o estado clerical à maledicência do ridículo. É óbvio que de tais padres não se houvesse de esperar uma ação positiva, no sentido de ela favorecer a verdadeira vida religiosa.³⁰

Reafirmando a proposta de De Boni, o padre Schupp concluía: “Nem mesmo assim eram esses os piores. Houve os que, através de qualquer deslize, tinham tornado impossível a sua permanência em casa ou vieram para o Brasil com o simples fito de ganhar dinheiro.”³¹ Arthur Rabuske destacou na obra do padre Ambrósio Schupp:

Quantos padres apareceram aqui paupérrimos [...] e voltaram à sua pátria como ricos senhores! E como chegou cada um deles à posse de sua fortuna?! [...] Se eu quisesse suspender dos meus 100 padres – serão tantos – todos os indignos, só restariam 10 e destes 10 eu não teria a certeza de que mais algum houvesse de merecer a suspensão. Quão desolador ser Bispo em tais condições!³²

8. Terra, mercado e religião

Mário Maestri reafirma, num outro sentido, a tese integradora da religião à sociedade geral:

O catolicismo romano contribuía para o enquadramento dos colonos à autoridade, materialização do Pai Supremo. Os próprios diretores e inspetores coloniais exigiam maior contribuição pública à construção de capelas, lembrando que, ‘para os colonos italianos, a religião’ era ‘fonte de ordem, de moralidade e de sensibilidade’.³³

²⁸ VANNINI, Ismael Antônio. *O sexo, o vinho e o diabo: demografia e sexualidade na colonização italiana no Rio Grande do Sul* (1906 – 1970). Passo Fundo: Ediupf, 2003. p. 222.

²⁹ RABUSKE, Arthur. *Os inícios da colônia italiana no Rio Grande do Sul em escritos de jesuítas alemães*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1978. contracapa.

³⁰ RABUSKE. ob. cit., p. 45.

³¹ *Idem. ibid.*, p. 45.

³² *Idem. ibid.*, p. 46, 48.

³³ MAESTRI. ob. cit., p.96.

Maestri lembra igualmente a contribuição do catolicismo romano à resolução das contradições particulares do mundo colonial: “A submissão familiar à autoridade patriarcal, as propostas natalistas, a proteção contra azares do destino, etc. promovidas pelo catolicismo, contribuíam ao bom prosseguimento da sociedade colonial,”. Nesse sentido, agrega, compreende-se por que tenham assentado natural e profundamente “raízes na região, [colonial], *antes* mesmo da chegada [de um número significativo] dos sacerdotes [católicos].”³⁴

Em 1875, época do início da imigração italiana para o Rio Grande do Sul, o Brasil vivia ainda dentro do sistema Imperial, onde a religião católica constituía-se como a oficial e somente através da paróquia era possível obter documentos civis necessários como, certidão de nascimento, casamento e outros. A igreja era um estabelecimento oficial geralmente a serviço do governo. Seria muito mais um departamento oficial do governo do que um local de propagação de fé.

Na memória de imigrantes italianos notamos um significado muito mais social e político do que religioso. A religião católica servia muito mais ao governo do que ao imigrante. A igreja servia para reuniões com amigos, festas, local onde os homens faziam suas bebedeiras, jogavam cartas, cantavam, e onde os mais poderosos de cada localidade lutavam entre si disputando seus prestígios e mostrando para a população seu poder. Nem todo colono era religioso e praticava a religião católica, por isso não podemos generalizar.

A Instituição Igreja cumpria junto ao colono o papel delegado pelos governos italiano e brasileiro ao mesmo tempo, cada um com seus objetivos próprios, como intermediária dessa relação. Para o Estado, a presença do padre nos núcleos coloniais era de imensa vantagem, pois eles prestavam grande auxílio no sentido de pregar a submissão. Com relação a Itália, os padres eram utilizados como “*agentes oficiais*” do governo e intermediários entre os colonos e os cônsules. O papel da igreja era muito mais que doutrinação. Era a reprodutora do sistema político-econômico que convinha à elite dominante. Os sacerdotes praticavam a pregação a submissão à Igreja e a Deus, a submissão ao poder seria a decorrente.

O imigrante, ao decidir abandonar sua pátria e adotar uma terra nova para morar, não consta que tenha se preocupado com aspectos religiosos. Em relatos de imigrantes raramente ouvimos dizer que em sua viagem um padre os acompanhou. Nos primeiros tempos, passavam-se anos sem que nenhum padre aparecesse. A Igreja não estava presente exatamente no período em que os colonos teriam mais necessitado.

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Thales. *Italianos e gaúchos: Os anos pioneiros da colonização italiana no RS*. Porto Alegre: A NAÇÃO/IEL/DAC/SEC, 1975.

AZEVEDO, Thales. *Os italianos no Rio Grande do Sul – Cadernos de Pesquisa*. Caxias do Sul: EDUCS, 1994.

COSTA, Rovílio. *et al. As colônias italianas Dona Isabel e Conde d’Eu*. Porto Alegre; fundazione G. Agnelli, 1992.

COSTA, Rovílio e BATTISTEL, Arlindo *Assim vivem os italianos., vol. I* Porto Alegre EST/EDUCS, sd. (3 vol.)

LORENZONI, Júlio. *Memórias de um imigrante*. Trad. A .Lorenzoni Parreira.

Porto Alegre: Sulina, 1975.

MAESTRI, Mário. *Os senhores da serra: A colonização italiana do Nordeste do RS (1875– 1914)*. Passo Fundo: UPF, 2000.

MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: Implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: Grafosul, 1975.

³⁴ *Idem. ibid.*, p. 96.

POZENATO, José Clemente. *O quatrilha*. 8ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

RABUSKE, Arthur. *Os inícios da colônia italiana no Rio Grande do Sul em escritos de jesuítas alemães*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1978.

TRAMONTINI, Marcos Justo. *Organização social dos imigrantes*. A colônia de São Leopoldo na fase pioneira 1824 – 1850. São Leopoldo: Unisinos, 2000.

VANNINI, Ismael Antônio. *O sexo, o vinho e o diabo*: demografia e sexualidade na colonização italiana no Rio Grande do Sul (1906 – 1970). Passo Fundo: Ediupf, 2003.

O PASTOR KLINGELHOEFFER E A REVOLUÇÃO FARROUPILHA

José Edimar de Souza

Campo Bom, setembro de 1989, em meio à multidão, numa tarde de primavera florida, numa tarefa escolar de “estudos Sociais” o tempo registra o primeiro encontro entre o homem e a memória. Desde a quarta série a “Rua Pastor Frederico” despertara minha curiosidade e alimentou meu interesse pela pesquisa de Klingelhoetter. O desconhecimento da comunidade sobre a memória de Klingelhoetter talvez tenha colaborado para este estudo, uma vez que estamos em constante mudança e particularmente nos dias de hoje elas acontecem tão rápido que quase não temos tempo de refletir ou mesmo de registrar na memória os acontecimentos. A chamada globalização é um fenômeno universal. Porém, nós só conseguimos viver o nosso planeta, se soubermos o que aconteceu e o que acontece no “nosso pedaço”, naquele em que ou nascemos, ou escolhemos para viver. Pesquisar Klingelhoetter é uma tentativa de atualizar nossa memória e nossa cultura. Este é um processo em construção. Como a própria vida não tem um ponto de chegada, estamos o tempo todo aprendendo, ensinando, interpretando e produzindo conhecimentos. É também um importante momento para se pensar os espaços construídos da memória da cidade, considerando as edificações e até mesmo os nomes das ruas como parte integrante do patrimônio histórico cultural.

Ainda seguindo os passos desta memória, minha admiração por Klingelhoetter foi crescendo, considerando sua coragem em enfrentar a sociedade de sua época, em abandonar seu lar e lutar com tamanha convicção pelos seus ideais, ideais também compartilhados por aqueles que discordavam do posicionamento do governo da época. Contudo, esta pesquisa pretende também lembrar, a partir de Klingelhoetter, a história da comunidade campo-bonense. Com certeza, não só Klingelhoetter, mas os colonos imigrantes que participaram como ele do desenvolvimento local e colaboraram para o progresso de nosso país merecem reconhecimento.

Nossa história foi e é construída na ação de homens como Klingelhoetter, homens de seu tempo. Se para Klingelhoetter a Revolução não possuiu o efeito desejado, bastou para que o Império brasileiro percebesse o Rio Grande do Sul e de que nele havia homens mais que determinados, que batalhavam por uma liberdade e igualdade de justiça perante as demais províncias brasileiras.

E o tempo foi passando. Dessa forma, construí novas interrogações e minha principal pergunta neste trabalho é sobre o que teria levado Frederico, um pastor, um homem devotado às causas da religião a pegar em armas e transformar-se em caudilho. Detive minha atenção a esta pergunta e, na busca para um termo mais adequado a Klingelhoetter descobri que ele é a soma de soldado, professor, pastor, de homem acima de tudo determinado a lutar pelos seus objetivos.

Neste trabalho serviram-me de norte as referências feitas a Klingelhoetter por Carlos Henrique Hunsche, Martin Norberto Dreher, Marcus Justo Tramontini, Leandro Telles, Telmo Lauro Müller, Klaus Becker, que reúnem os estudos mais expressivos sobre o Pastor Farrapo. Contudo utilizei como metodologia de trabalho não apenas os documentos bibliográficos, embora tenha sido a fonte principal da pesquisa. Vali-me também da entrevista oral, utilizada com intuito de comprovar as consultas bibliográficas e em arquivos. Infelizmente não foi possível responder as novas perguntas que surgiram no decorrer da pesquisa, ainda é preciso verificar algumas hipóteses acerca dos livros de registros iniciais de Campo Bom, consultar a Cúria metropolitana de Porto Alegre, a Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, e verificar o que consta na lápide de Louise Klingelhoetter no cemitério evangélico de Porto Alegre, compreendendo que os restos mortais de Klingelhoetter possivelmente se encontrem enterrados neste local, pois de fato, no monumento, existe uma homenagem ao soldado morto em campanha. A este trabalho, muitos outros devem ser somados, pois o presente trabalho reúne, a partir de uma curiosidade, as informações referentes a Klin-

gelhoeffer. Trata-se apenas de uma amostragem de Klingelhoetter, inserida na micro-história. O mais importante é que o trabalho estimule o interesse e seja capaz de despertar perguntas, afinal o trabalho historiográfico é algo que não se completa, está em constante interpretação e reavaliação, não impedindo a continuidade da pesquisa noutra oportunidade.

Muitas surpresas surgiram com a pesquisa. Novas interrogações me levaram a talvez reconhecer em Louise, figura de destaque como mulher no início do século XIX, em Campo Bom. Imaginemos o que não passou esta jovem imigrante, oriunda de uma família nobre, entregando-se ao desconhecido, e agüentou firme a viagem para outro país, talvez por saber da importância de sua função enquanto mulher, e esposa de pastor. Ela também trabalhou lado a lado com Klingelhoetter na lavoura, na construção da igreja, nos primeiros tempos da comunidade, na revolução. Na guerra completou sua coragem e acima de tudo foi corajosa o bastante para enfrentar toda uma sociedade adversa a sua imagem e educar e casar as filhas, dando continuidade à família Klingelhoetter.

No primeiro capítulo procuro caracterizar o cenário político da Alemanha deixada por Klingelhoetter e entender os motivos que o levaram a emigrar. Já na Alemanha, o espírito inquieto deste jovem pastor evidencia uma tenaz posição ideológica. Quando da chegada de Klingelhoetter no Brasil, o cenário político encontra-se repleto de agitações. É o momento do nascimento do primeiro Império e também da transformação econômica do país recentemente independente. No capítulo seguinte, visualiza-se o Rio Grande do Sul à época da chegada de Klingelhoetter. As dificuldades iniciais e a situação adversa encontrada por Klingelhoetter vão alimentando as decepções com o governo imperial.

A história de Campo Bom está vinculada à história da comunidade Evangélica. Os imigrantes trouxeram para Campo Bom um nível religioso e uma vida religiosa intensa, tanto do lado protestante quanto do católico. Como em toda região de colonização alemã, também a educação e a escola foram desde o princípio uma das maiores preocupações.

Diante da Revolução Farroupilha e das idéias de justiça e liberdade proporcionadas pelos farroupilhas, Klingelhoetter (Pastor Farrapo) se engaja na revolução talvez percebendo nesta uma oportunidade para realizar os objetivos que vinha nutrindo nesta terra que o acolhera.

Preservar a memória histórica significa preservar a alma de uma comunidade humana com fatos importantes. Como afirma Marc Bloch (1976), “o passado é, por definição, um dado que coisa alguma pode modificar. Mas o conhecimento do passado é coisa em processo, que ininterruptamente se transforma e se aperfeiçoa.”. Assim, as formas para perscrutar e construir o conhecimento não são algo acabado, pronto. Esta pesquisa é um ensaio e motivação para muitos outros que a este devem somar-se.

Dessa forma, nesta pesquisa buscou-se apreender os mais amplos dados para compreensão de Klingelhoetter, através do econômico, do social, da vivência cotidiana, do humano e de sua(s) mentalidade(s), considerando sua função para a compreensão da história da comunidade. A história se constrói de ações simultâneas e múltiplas num determinado ambiente.

A Alemanha deixada por “Friedrich Christian Klingelhoetter” (1825) estava sacudida por inúmeras transformações políticas e econômicas. Surgiram agitações sociais em toda parte. Napoleão apresentava a “libertação” da ordem absolutista sob a hegemonia do poder francês. Após a derrota de Napoleão, era preciso restabelecer o equilíbrio de poder desestruturado pelo mesmo. Na maior parte da Europa, os monarcas detinham as rédeas do poder político. O expropriação das terras e as ralas condições econômicas da população camponesa não deixavam outra alternativa senão emigrar. Muitos soldados e particulares emigraram para o Brasil. Klingelhoetter emigra para o Brasil no final de 1825, ingressando como colono e com recomendações do Major Schaeffer, “Agent d’Affaires Politiques” do Império brasileiro.

Os alemães que irão colonizar o Brasil são provenientes de diversos Estados Alemães, nos quais em Württemberg, Mecklemburgo, Hamburgo, Lübeck, Bremen e Palatinado a propaganda imigratória parece receber maior destaque e liberdade. É do Grão-Ducado de Hessen-Darmstadt que parte em 1825 Klingelhoetter.

Por intervenção do Major Jorge Antônio von Schaeffer, “Agent d’Affaires Politiques”, de D. Pedro I, preocupado com o atendimento médico e religioso dos seus colonos, chegam no período de 1824 até meados de 1826 à Colônia Alemã de São Leopoldo, três médicos com curso acadêmico e três curas de almas para o grande número de imigrantes de religião evangélica. João Jorge Ehlers (1824), Carlos Leopoldo Voges (1825) e Friedrich “Christian”¹ Klingelhoetter (1826).

Friedrich “Christian” Klingelhoetter, nasceu em 15 de setembro de 1784 em Battenberg, no então Ducado-Eleitoral de Hessen-Kassel, irmão gêmeo de August “Karl”. Era o segundo de cinco filhos do conselheiro florestal (“Forstrat”) Friedrich “Ludwig” Klingelhoetter (1740-1812) e de Karoline Frederike Schlechter (1765-1832), filha de um alto funcionário da corte grão-ducal de Hessen-Darmstadt (“Fürstlich Hessen-Darmstädtischer Hofrat und Vogt”). Casou entre 1810 e 1811, em Buchenau com Luise Stapp, nascida em 07 de dezembro de 1794, em Biedenkopf, Ducado de Nassau. De fevereiro de 1809 até fevereiro de 1819, exerceu seu primeiro pastorado em Buchenau, sendo depois transferido para Bobenhausen, perto de Ultrichstein, onde cuidava, também, das comunidades de Petersheyner Hof e de Rappelsmühle. Em Bobenhausen permaneceu até 1825, quando emigrou para o Brasil.

Klingelhoetter criou-se no seio de uma família nobre da elite de Hessen-Kassel. Indivíduo eminentemente letrado possuía formação acadêmica em Teologia pela Universidade de Giessen, Hessen-Kassel, sendo o quarto pastor evangélico a vir para o Brasil e o terceiro para o Rio Grande do Sul.

Leandro Telles, em artigo “Friedrich Christian Klingelhoetter, o Pastor Farrapo”², afirma: “Ignoramos os motivos que levaram Klingelhoetter a emigrar para o Brasil. Talvez, dificuldades financeiras o motivassem, pois possuía numerosa família, 7 filhos. É paradoxal que um pastor com curso acadêmico tenha vindo ‘pegar na enxada’ em terras do Rio Grande. Mas neste ministro do evangelho tudo é fora do comum, como veremos.”.

Em entrevista, o Senhor Luis Fernando Fayet Gusmão, tetraneto de Klingelhoetter, lembra que o pastor trouxe consigo 20.000 cruzados, e havia migrado na expectativa de receber uma Sesmaria de terras no Rio Grande. O que justifica o fato de sua espera no Rio de Janeiro no período de dezembro a fevereiro de 1826, na expectativa de falar diretamente com o Imperador e também por ter comprado 4 escravos como refere o Documento nº 34 do AHRGS de 14/02/1826, que seriam necessários para o trabalho no campo.

Em Hunsche, conforme a “Geschichte der Familie Klingelhöffer” (História da Família Klingelhoetter) de Th. Klingelhoetter,

(...) o Pastor Klingelhoetter em Bobenhausen ‘foi, nas suas horas vagas, um assíduo caçador, um verdadeiro Nenrod. Certo dia, exercendo essa mui nobre ocupação, entrou em conflito com o guarda-bosque Reitz, mais tarde mestre-de-bosque em Dieburg, e conta-se que teriam disparado tiros um contra o outro. Em consequência disso, ambos teriam obtido meio ano de reclusão na praça forte de Bobenhausen. Para evitar complicações posteriores, o pastor, amante da caçaria, teria emigrado para o Brasil. (p. 78/79). (HUNSCH, 1977, p. 344).

Tal incidente talvez explique, em parte, o envolvimento do orgulhoso e impetuoso pastor a abraçar, com tanto fervor, a causa do ideal farrapo: remanescentes de insatisfações para com a sociedade pela qual se sentia ferido. Além de sentir-se marcado diante da comunidade em que exercia seu pastorado e das autoridades Eclesiásticas e Cíveis. Nesta situação Klingelhoetter pediu demissão ao soberano, o Grão-Duque de Hessen-Darmstadt e recebe autorização Eclesiástica para partir em 1825.

¹ De acordo com Hunsche, Carlos H. *O ano 1826 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul (Província de São Pedro)*. Porto Alegre: Metrópole, 1977. “É costume muito prático entre alguns genealogistas alemães de por entre aspas, quando houver mais de um prenome, o nome pelo qual a pessoa é chamada. “Christian” (Cristiano) foi, portanto, o prenome principal no nosso biógrafo”. (p. 343). A grafia do sobrenome aparece basicamente de duas maneiras: *Klingelhöffer*, *Klingelhoetter*. As fontes alemãs indicam o uso do “ö” tremado. Ainda aparece, por vezes, graficamente com um “f” ou com “e” no lugar de “oe” junto com um “f”.

² Conforme TELLES, Leandro “Friedrich Christian Klingelhoetter – O Pastor Farrapo”. *Correio do Povo*, 20 set. 1970.

Dentre as combinações com Schaeffer, estava a concessão de uma sesmaria em qualquer parte dos terrenos livres do Brasil. Em carta de Schaeffer ao seu Augusto Senhor D. Pedro I, datado de 9 de setembro de 1825, consta que viria o Pastor com seis pessoas e 20.000 cruzados.

Klingelhoeffer viajou na Galera Dinamarquesa “Creole”, sob o comando do Capitão Jacob Bendixen, chegando ao Rio de Janeiro em fins de dezembro de 1825.

O cenário político do Brasil no primeiro quartel do século XIX é marcado por profundas transformações. O expansionismo Napoleônico reflete a “fuga” da família Real para o Brasil, reproduzindo transformações socio-econômicas, culturais, e político-administrativas. A abertura dos “portos” às Nações amigas significou o contato mais dinâmico com a Europa. A Independência (1822) possibilita a aplicação de uma política de imigração, oportunizando a constituição de um exército nacional. É na primeira década do século XIX que as colônias latino-americanas promovem sua independência com uma propaganda Federativa Republicana. O próximo contato com a Província do Prata permite que a idéia Republicana e Federativa esteja presente nos discursos ideológicos e implica tomada de posicionamentos político-partidários. Em meio a estes acontecimentos importantes para o Jovem Império do Brasil, no ano de 1825, chega ao Rio de Janeiro o Pastor Klingelhoeffer.

O período Regencial pôs em destaque os conflitos, nos quais o Brasil vivia e que a Independência, feita à base da conciliação de forças, não permitira que aflorassem no momento da ruptura com Portugal.

De acordo com Hunsche, (1977) a família Klingelhoeffer ficou esperando mais de dois meses na capital do jovem Império, “perto da corte” a fim de obter, diretamente do Imperador, as terras (uma sesmaria) que lhe haviam sido prometidas e nunca negadas. D. Pedro, porém, naqueles meses inquietos em que ainda estava em jogo a separação política de Portugal, ocupava-se da sua importante viagem de pacificação à Bahia, da qual voltaria só em abril de 1826. Klingelhoeffer, já decidido a estabelecer-se no sul do país (“nas margens do Rio Jaguarão”), postergou, várias vezes, a sua partida para Porto Alegre, até, finalmente, embarcar no dia 15 de fevereiro de 1826, na sumaca³ “ligeira”, uma embarcação pequena e, como já indicava o nome, ligeira, que transportava, além da família pastoral (acrescida de quatro escravos), cinco solteiros.

Antes de embarcar obteve duas cartas que reconheceram seu direito. Ambas as cartas são de 14 de fevereiro; ele as deveria entregar em mãos, ao Presidente da Província em Porto Alegre. A primeira do Visconde de Caravellas ao Monsenhor Miranda (inspetor da colonização estrangeira no Rio de Janeiro) e a segunda, do Monsenhor Miranda ao Presidente da Província (José Feliciano Fernandes Pinheiro (o qual, naquele mês, já havia sido substituído por José Egídio Gordilho de Barbuda).

Se os primeiros imigrantes alemães e as levas seguintes foram acomodados na ‘Casa do Imigrante’ em Feitoria Velha, deveriam ter desembarcado no Porto das Telhas, a menos de mil metros daquela relíquia tão mal conservada. Isto posto, entendo que a navegação no rio dos Sinos iniciou com canoas, as quais remavam daquele porto ou em direção ao ‘Passo’ (onde logo se estabeleceu Inácio Rach) ou a Campo Bom. Foram estes, inicialmente, os pontos mais avançados em direção sul e norte. (BECKER, 1980, p.96).

Depois de mais uma viagem, Klingelhoeffer e sua família chegam ao “Rio Grande” e logo são encaminhadas à Feitoria Real do Linho Cânamo.

Quando da imigração alemã (1824), o Rio Grande do Sul é latifundiário e militar devido à posição fronteiriça, destaca-se a presença do poder local. Os estancieiros também representavam o poder político e econômico, representado pela pecuária (abate, charque e derivados).

Na colônia de São Leopoldo, estava a comunidade de Campo Bom, que em pouco tempo passa a ocupar um espaço privilegiado no que diz respeito ao trabalho dos artesãos especializados.

³ Sumaca (hol. Smack): embarcação veleira, pequena, de dois mastros. Cf. HUNSCHÉ, Carlos H. O ano de 1826 da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul (Província de São Pedro). Porto Alegre: Metrópole, 1977, p. 246.

O lugarejo era passagem garantida dos tropeiros, no qual, devido à vegetação ali existente faziam sua parada obrigatória. Dessa forma, a comunidade vai ganhando corpo e o Travessão (atual Av. Brasil) tornou-se um espaço importante com a fundação da Igreja- Escola da comunidade.

No entanto, a política do primeiro Império no Brasil produziu agitações sociais em todo país. Deste a independência, a população passara a posicionar-se por afinidade ideológica. Na década de 1830, um levante da elite aristocrática da Província anunciou uma revolução que se faz sentir no interior da Colônia de São Leopoldo. Talvez por sentimento “nacional”, mas muito mais por causas particulares o Pastor Klingelhoetter ingressa no movimento.

Janaína Amado (2002) considera que a legislação brasileira referente à imigração foi extremamente confusa. Ora os imigrantes estiveram a cargo do governo imperial, ora do provincial, às vezes inteiramente abandonados porque se cortavam as verbas a eles destinadas. Houve modificação constante nos direitos e obrigações dos colonos, que obedeciam a leis diferentes, segundo a data em que entravam no país. Os imigrantes tiveram que passar por um duplo processo de adaptação. O primeiro foi interno, traduzindo-se numa busca de identificação como grupo; o segundo, externo, foi relativo ao meio ambiente novo e hostil no qual foram praticamente abandonados. Além de alimentar as insatisfações com a política brasileira e as muitas promessas não cumpridas.

As terras campobonenses, localizadas à margem direita do Rio dos Sinos, constituíam-se originalmente, numa área de campos e matos que cobriam as coxilhas e vales. O solo arenoso e argiloso permitiu o surgimento de uma variada vegetação, na qual merecem destaque as gramíneas e matas. Os gramados cobriam preferencialmente as coxilhas e várzeas, que eram constituídas de plantas de pequeno porte e propícias à criação de gado.

A família Klingelhoetter chega à Colônia Alemã de São Leopoldo em 17 de abril de 1826 e o Pastor Klingelhoetter recebeu um lote de 77 ha. Como qualquer outro “colono”, ficou nos confins da “Costa da Serra” em Campo Bom, entre as terras de João Blos e João Vetter. Todas as recomendações e vantagens do seu “*status*” de nada lhe serviram. Registra-se que o pastor chegara num momento inoportuno visto que “(...)José Feliciano Fernandes Pinheiro, o grande idealizador da colonização germânica, já não era mais Presidente da Província e seu sucessor era inexperiente, ineficiente e de atitudes duvidosas.”(HUNSCHE, 1977, p.348).

Para Hunsche (1977) e Sarlet (1993), o Pastor Ehlers não teve muitas simpatias entre os colonos. Em maio de 1829, alegando a grande distância e a região pantanosa a ser atravessada para participar do culto, 243 colonos do lado oeste do Rio dos Sinos enviaram uma petição ao Governo Imperial, solicitando que o Pastor Frederico Cristiano Klingelhoetter, atuando há algum tempo ao lado do pastor Ehlers, fosse confirmado como seu pastor, nas mesmas condições deste, isto é, sendo assalariado pelo Governo. Com a oficialização do cargo houve a primeira separação na Comunidade Evangélica de São Leopoldo. E o pastor Klingelhoetter passou a atender uma enorme região que abrangia, inclusive, Estância Velha e Hamburger Berg.

Para Hunsche (1977), Klingelhoetter parece ter se dedicado até 1827 exclusivamente à lavoura, passando a partir de então, a atender, por iniciativa própria, a vida espiritual e religiosa dos seus conterrâneos protestantes, limitando-se a não entrar em conflito com o Pastor Ehlers na Feitoria Velha. Atendendo aos colonos evangélicos de Campo Bom, Hamburgo Velho, Dois Irmãos, Bom Jardim (hoje Ivoti) e Estância Velha, povoações em formação no lado direito do Rio dos Sinos. A separação das colônias do lado esquerdo e direito deu-se somente em 1829, depois da construção, em 1828, em Campo Bom, da primeira igreja evangélica do Rio Grande do Sul, com recursos próprios do pastor e o auxílio de alguns paroquianos. As terras do cemitério foram doadas por Jacob Dreyer e Pedro Hirt, apesar de católico doou o terreno onde se construiu a Igreja de madeira, mais tarde substituída por outra de alvenaria.

Cabe ao Pastor Klingelhoetter o mérito de ter sido o construtor da primeira Igreja de culto protestante no Rio Grande do Sul. Na igreja de Klingelhoetter, aos domingos, se realizava o culto divino e, nos dias da semana, funcionava uma escola, cujo mestre era o próprio pastor.

Klingelhoetter também, exercia, no intervalo do trabalho comunitário, a profissão de colono, sendo morador do ‘Morro das Pulgas’ (atual Bairro Rio Branco). Possuía sua residência próxima

ao atual Campo Esportivo do Oriente, localizada entre as propriedades de João Blos e João Vetter. O trabalho agrícola visava complementar seus esparsos ganhos comunitários, que impossibilitavam maior dignidade de vida.

Quando o Governo Provincial atendeu a solicitação dos colonos em prol da petição de Klingelhoeffter como pastor, este passou a pagar-lhe um salário. Como gratificação foram lhe acordados 20\$000 réis por mês ou 24\$000 por ano, isso, depois de 5 anos de pastorado gratuito. O Pastor Ehlers, porém, recebia, desde o começo aproximadamente o dobro: 400\$000 réis por ano. Por que esta diferenciação em desfavor de Klingelhoeffter, depois de tantos vexames e desconsiderações? Na Alemanha a reclusão desonrosa de seis meses; no Rio de Janeiro e em Porto Alegre, a não concessão das terras prometidas em Campo Bom, o indeferimento do primeiro requerimento e, no segundo a humilhante diferença remuneratória, mesmo sendo um pastor formado em Teologia.

Klingelhoeffter teve seis filhos sendo a 1ª filha Karoline Klingelhoeffter casada com Reinhard Frank, Johanna Sophia Klingelhoeffter casada com José de Moura, George Karl Wilhem Hermann Klingelhoeffter (único filho), também general farroupilha, Auguste Karoline Elise Klingelhoeffter casada com Johann Georg Fayet e Ernestine Wilhelmine Hedwig Klingelhoeffter casada pela primeira vez com Nicholas Hasslocher, divorciou-se antes de 1857 e casou novamente, em Porto Alegre, com Wilhelm ter Bruegger. E Emilie, a única nascida no Rio Grande do Sul.

De acordo com HUNSCHE (1977) não é fácil pesquisar sobre a atuação pastoral de Klingelhoeffter no sul do Brasil, por terem desaparecido os livros paroquiais da comunidade evangélica de Campo Bom, onde exerceu o curato de almas até pelo menos 1836. Hunsche (1977) baseando-se em Schröder, diz que os livros foram levados em 1845 para a nova colônia de São Lourenço pelo pseudopastor Schmidt (alfaiate de profissão). Já para Klaus Becker, os livros teriam sido levados para Rio Pardo pela própria esposa de Klingelhoeffter depois da morte do marido. Em entrevista, Luis Fernando Gusmão, reafirma a hipótese de os livros estarem na Biblioteca Nacional, considerando que podem ter sido retidos pelo exército de Rio Pardo. Depois da desativação da Academia Militar de Agulhas Negras e sua transferência para o Estado do Rio de Janeiro, os livros podem ter chegado ao Rio de Janeiro.

A Revolução Farroupilha faz parte dos movimentos liberais que abalaram o Império do Brasil no período regencial. O Ato Adicional de 1834 e as atitudes políticas da Regência não agradavam à elite latifundiária da Província do Rio Grande de São Pedro. O choque entre o poder centralizador da Regência e o localismo da aristocracia gaúcha provocaram reclamações na Assembléia que em 1835 é tomada pela rebelião.

Distante de discutir a Revolução⁴ Farroupilha na articulação de suas causas, consequências e conceitualização terminológica, a proposta é compreender a maneira pela qual se procedeu o envolvimento do Pastor Klingelhoeffter, denominado posteriormente, “Pastor Farrapo”, pastor mártir da causa republicana do Estado.

De outra maneira, das rebeliões regenciais, a Revolução Farroupilha é a mais longa (1835-1845), sendo que a participação de Klingelhoeffter concentra-se na fase inicial da revolução (1835-1836), até à “Proclamação da República Rio-grandense” (1836). Este movimento cujo objetivo principal eram caprichos políticos e reveses econômicos da elite gaúcha, patrocinado pelos exaltados, conquista uma série de adeptos que movidos por uma propaganda “republicana” seguram a revolução até 1845.

As razões que colaboram para a tomada de decisão de Klingelhoeffter talvez estejam no amor pela terra, que o acolhera. O curato de almas gratuito durante muito tempo, agora, na perspectiva republicana, alimentava a expectativa da liberdade religiosa, na busca pela liberdade, igualdade e justiça dos imigrantes alemães na colônia e a concessão de naturalização de todos os colo-

⁴ FALCON (1994) apud Gusdorf e H. Arend reportam-se ao fato de que a palavra revolução faz parte inicialmente do vocabulário da astronomia; movimento circular; retorno de um astro ao seu ponto de partida; o exemplo clássico é dado pela obra de Copérnico *De revolutionibus orbitum coelestium* (1543); passando ao vocabulário político, ela é empregada nos séculos XVII e XVIII, para designar acontecimentos que impliquem a passagem de um regime a outro, mas sempre permeado esse sentimento por uma idéia de evolução cíclica (restauração).

nos. O pastor vira neste ato um tremendo impulso para a colonização e para integração político-social dos colonos.

Tramontini (2000) enfatiza que quando estoura a revolução, o governo provincial encaminhou normativa para a província, informando que não é lícito de forma alguma os colonos pegarem em armas para agredir o país em que foram acolhidos, que não se intrometam em negócios políticos, que se tranquilizem, e estejam certos, de que suas propriedades e suas famílias serão respeitadas.

De acordo com Bento (1976) quando a Colônia entrou em conflito, os colonos se dividiram. De um lado havia os partidários do Império sob a liderança do Dr. Hillebrand e, do outro, os revolucionários, ao lado de Salisch. Nesse momento, Klingelhoeffler deixa Campo Bom com sua família e parte para Rio Pardo.

Rabuske (1994, p.36) localiza a origem desta tese nas análises de Hillebrand e de Jahn, que afirmariam ser líder dos católicos o pastor Klingelhoeffler ao lado dos farroupilhas, enquanto que Hillebrand lideraria os protestantes legalistas. Acreditamos que esta argumentação deva ser analisada dentro do período e das disputas políticas e religiosas em que foi produzida, não encontrando a menor fundamentação nos desdobramentos da revolução na colônia. Se tais afirmações foram deduzidas do engajamento do pastor Klingelhoeffler, sobre este tema destaca Hunsche (1981, p. 148), primeiro, a desilusão do pastor com o governo brasileiro que não cumpriu as promessas de concessão de um grande lote de terras e de receber tratamento especial; segundo, o desejo de ver a religião protestante equiparada à católica; e, por último, a influência de von Salisch; Blos (1977, p.15) acrescenta a estas razões uma briga em que o filho do pastor, disputando com Friedrich Weller as atenções de uma moça durante um baile, acabou ferindo e matando o segundo. “logo após este incidente, Klingelhoeffler ingressou nas hostes farroupilhas acompanhado de seu filho”. Enquanto que Becker (1990, p. 499) destaca a influência do filho na tomada de posição do pastor. (TRAMONTINI, 2000, p. 238-39).

Para Hunsche (1977), Hermann von Salisch, parece ter desempenhado o papel de estopim na vida de Klingelhoeffler. Em janeiro de 1836, Salisch se encontrava em Campo Bom e, infiltrado entre as forças legais, conseguiu convencer diversos dos seus patrícios a abandonarem as armas e regressarem às suas colônias. É por estes dias que se deu a adesão de Klingelhoeffler às forças republicanas estacionadas em Campo Bom.

Pouco se sabe sobre o curto período em que Klingelhoeffler combateu junto aos farroupilhas contra “os caramurus”. Morreu degolado⁵ em combate com as tropas imperiais em Freguesia Nova, perto de Triunfo, em 06 de novembro de 1838, quando procurava levar sua família para Rio Pardo a fim de protegê-la dos horrores da guerra

Rezam os livros eclesiásticos de São Leopoldo que Klingelhoeffler foi enterrado no campo de batalha. Mais tarde, porém, trouxeram para Porto Alegre seus restos mortais e os de seu filho Hermann, “o mais intrépido dos farrapos” (Oberacker), também morto em combate (1845). A sepultura da família ainda existe no Cemitério Evangélico de Porto Alegre, ‘bem cuidado até hoje’ (Schröder) (HUNSCH, 1977, p. 351).

Dreher (1984) afirma que Klingelhöfer morreu em meio aos distúrbios da Revolução Farroupilha, em 1838, lutando contra as tropas imperiais. Esse fato tem um significado especial, quando se fala a respeito de sua pessoa, pois, com toda a certeza, ele teve que enfrentar, por causa desse seu engajamento, a oposição dos membros da sua comunidade que eram fiéis ao Império. Jorge Carlos Hermann Klingelhoeffler faleceu solteiro, numa escaramuça nas proximidades do Rio Uruguai, ao transpor o Rio Ibicuí, na Fazenda de Ipané, como capitão farroupilha (1845).

Considerando as ideologias que perpassam a época de Klingelhoeffler não há nenhuma anormalidade em suas atitudes. Pelo contrário, Frederico foi um homem de seu tempo, e se morreu

⁵ Conforme TELLES, Leandro. “Friedrich Christian Klingelhoeffler – O Pastor Farrapo”. Correio do Povo, 20 set. 1970.

defendendo e reivindicando até seu último suspiro seus ideais, foi uma opção sua. Deve-se creditar a estas virtudes o reconhecimento pela sua ação e engajamento na disputa farroupilha.

Klingehoeffer foi uma personalidade extraordinária, cheia de vigor, mas também de muitas contradições. Envolvem a sua vida questões ainda não esclarecidas fazendo com que a sua imagem ainda hoje, nos fascine.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AMADO, Janaína. *A revolta dos mucker*. 2.ed. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2002.
- ANAIS DO 5º SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ E COLONIZAÇÃO NO RS, 1982.
- BECKER, Klaus. A navegação Fluvial iniciada pelos colonos Alemães (1825-1845). In: MÜLLER, Telmo L. (org.) *Anais do Quinto Simpósio da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*, São Leopoldo, 1980.
- BENTO, Cláudio Moreira. *Estrangeiros e Descendentes na História Militar do Rio Grande do Sul* (1635 a 1870). Porto Alegre: Gráfica Editôra A Nação, 1976.
- BLOCH, Marc. *Introdução a História*. Mira-Sitra: Ed. Publicações Europa-América, 1976.
- BLOS, Raul Gilberto. *Campo Bom, 1825 a 1876*. Porto Alegre: Gráfica Concórdia S.A., 1977.
- BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- CAMPOS, Vinício Stein. A participação Alemã na Formação e desenvolvimento do Brasil. In: MÜLLER, Telmo L. (org.) *Anais do Quinto Simpósio da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*, São Leopoldo, 1980.
- CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de sombras: a política imperial*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.
- DREHER, Martin Norberto. (org.) *500 Anos de Brasil e Igreja na América Meridional*. Porto Alegre: Edições EST, 2002.
- DREHER, Martin Norberto. (Org.) *Imigração e História da Igreja*. Aparecida: Santuário, 1993, p.133-4.
- DREHER, Martin Norberto. *A igreja latino-americana no contexto mundial*. São Leopoldo: Sinodal, 1999.
- DREHER, Martin Norberto. Apontamentos para a história da Comunidade Evangélica de Campo Bom. In: SPERB, Ângela (org.) *Sal da Terra, 160 anos da Comunidade e Escola Evangélicas de Campo Bom*. Canoas: La Salle Gráfica Editora, 1992, p. 13-30
- DREHER, Martin Norberto. *Igreja e Germanidade - Estudo Crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*. São Leopoldo, Porto Alegre, Caxias do Sul: Sinodal, EST, EDUCS, 1984.
- DREHER, Martin Norberto. O fenômeno imigratório alemão para o Brasil. In: *Estudos Leopoldenses*. n. 142, mai/jun. 1995, p. 59-84, 3v.
- ELIAS, Norbert. *Os Alemães – A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- FALCON, Francisco José Calazans. *Iluminismo*. 4.ed. São Paulo: Ática, 1994. (Princípios).
- FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1995.
- FERREIRA, Cristina e PETRY, Sueli Maria Vanzueto (org.) BLUMENAU, Hermann. *Um alemão nos trópicos e a política colonizadora no sul do Brasil*. Ed. Bilingue. Edição especial alusiva ao Centenário de Falecimento de Hermann Bruno Otto Blumenau – 1899-1999. Santa Catarina, 1999.
- FLECK, Lúcio. *História de Sapiranga*. Santa Maria: Editora Pallotti, 1994.
- FLORES, Moacyr. *Notas para a História da Revolução Farroupilha*. “Relatório ao Consulado da Sardenha por Antônio Freitas Barreto Queirós”. Edição do Centro de Estudos Históricos Pandiá Calógeras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1973.
- FLORES, Moacyr. *Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1984. (Série Histórica Gaúcha 1).
- GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL, Nova Cultura, 1999.
- Guia Econômico do Vale dos Sinos (RS – NH Vale dos Sinos) Imigração Alemã, 25/07/1974 p110-113;
- GUINZBURG, Carlos. *Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distância – Capítulo 3: Representação*. São Paulo: Campanhia das Letras, 2001.
- GUTFREIND, IEDA. *Historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.
- HARDT, Lúcia Schneider. Germanidade e cidadania: A escola na Trajetória da comunidade. In: SPERB, Ângela (org.) *Sal da Terra, 160 anos da Comunidade e Escola Evangélicas de Campo Bom*. Canoas: La Salle Gráfica Editora, 1992, p. 34-43

HUNSCHE, Carlos Henrique. *O ano 1826 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul (Província de São Pedro)*. Porto Alegre: Metrópole, 1977.

HUNSCHE, Carlos Henrique. *O biênio 1824/1825 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul (Província de São Pedro)*. Porto Alegre: A Nação, 1975.

LANG, Guido. *Campo Bom: História & Crônica- 1826/1996*. Campo Bom: Papuesta, 1996.

LEITMAN, Spencer Lewis. *Raízes Socioeconômicas da Guerra dos Farrapos: um capítulo da história do Brasil no século XIX*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MAAR, Wolfgang Leo. *O que é política*. 16.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos).

MATTOS, Ilmar Rohloff de e GONÇALVES, Marcia de Almeida. *O império da boa sociedade: a consolidação do Estado imperial brasileiro*. São Paulo: Atual, 1991.

MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (org.) *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: Ed. Ulbra, 1994.

MENDONÇA, Antônio Gouvêia de. Protestantes na Diáspora. In: DREHER, Martin N. (Org.) *Imigração e História da Igreja*. Aparecida: Santuário, 1993, p. 133-4.

MÜLLER, Telmo Lauro (org.) *Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço Brindes, 1980.

NEVES, Lúcia Bastos P, MACHADO, Humberto Fernandes. *O império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

OBERACKER, Carlos Henrique. A colonização baseada no regime de pequena propriedade agrícola. in: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.). *História da Civilização Brasileira, o Brasil Monárquico*. São Paulo, 1967. 3.v.

PERRY, Marvin. *Civilização ocidental: uma História concisa*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Revolução Farroupilha*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*, 5.ed. Porto Alegre, RS: Mercado Aberto, 1990.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. A Guerra dos Farrapos e a construção do Estado Nacional. in: PESAVENTO, Sandra J. *A Revolução Farroupilha História e Interpretação*, 2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. A Política Rio-Grandense no Império. In: DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sergius. *RS: Economia & Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. O sistema político e a colonização Alemã no Rio Grande do Sul. In: MÜLLER, Telmo L. (org.) *Anais do Terceiro Simpósio da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*, São Leopoldo, 1978.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *Vida política no século 19: da descolonização ao movimento republicano*. 2.ed. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

PRANTNER, Johanna. *Imperatriz Leopoldina do Brasil*. Petrópolis,RJ: Vozes, 1997.

QUEVEDO, Júlio (org.) *Rio Grande do Sul quatro séculos de História*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999.

RAMBO, Arthur Blasio. A igreja dos imigrantes. In: DREHER, Martin Norberto. (org.) *500 Anos de Brasil e Igreja na América Meridional*. Porto Alegre: Edições EST, 2002.

REIS, José Carlos. *Novvelle Histoire e Tempo Histórico*. Capítulo 3: A perspectiva de Braudel: dialética da duração. São Paulo: Ática, 1994.

RÉMOND, Réne. *O século XIX- 1815-1848*. São Paulo: Cultrix, 1974.

RÜNDIGER, Selbat. *Colonização e propriedade de terra no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Secretaria de Educação e Cultura, 1965.

SANTOS, Joel Abilio Pinto dos. O neoliberalismo, o federalismo e a atualidade da insurgência federalista dos farrapos. In: QUEVEDO, Júlio (org.) *Rio Grande do Sul quatro séculos de História*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999.

SANTOS, Júlio R. Quevedo; SANTOS, José C. Tamanquevis. *Rio Grande do Sul: Aspectos da História*. 6.edição Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999.

SANTOS, Roberto Corrêa. *Modos de saber, modos de adoecer*. Minas Gerais: UFGMG, 1999.

SARLET, Érica. *Ainda plantaria minha macieira*. São Leopoldo: s.e., 1993.

SEMINÁRIO NACIONAL Imigração e Imprensa – UNISINOS 17, 18 e 19 de setembro de 2002.

SEYFERTH, Giralda. *Os paradoxos da miscigenação: Observações sobre o tema imigração e raça no Brasil*. Estudos Afro-Asiáticos, 1991. v.20

SIMONIAN, Lúcia T. L. Os índios do Sul do Brasil e a imigração. In: *Anais do I. Simpósio de história da imigração e colonização alemãs no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Rotermond, s.d., p. 221-227.

SPERB, Angela Tereza (org) et al. *Sal da Terra, 160 anos da Comunidade e Escola Evangélica de Campo Bom*. Canoas: Gráfica Editora, 1992.

TELLES, Leandro. Friedrich Christian Klingelhoer - O Pastor Farrapo. *Correio do Povo*, 20/09/1970.

TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes – A colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850)*. São Leopoldo: Unisinos, 2000.

4º Acampamento da Canção Nativa de Campo Bom – 1988.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ENTREVISTA COM JORNALISTA LUÍS FERNANDO FAYET GUSMÃO

LIVRO DE REGISTROS 1 DA COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA DA TRINDADE, DE CAMPO BOM.

MUSEU DE COMUNICAÇÃO SOCIAL HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA.

AS RELAÇÕES ENTRE IMIGRANTES ITALIANOS E PADRES PALOTINOS NA QUARTA COLÔNIA IMPERIAL (1878-1919)*

Maíra Ines Vendrame**
Alexandre Karsburg***

Introdução

O presente trabalho analisa as relações estabelecidas entre sacerdotes e imigrantes italianos na Quarta Colônia Imperial do Rio Grande do Sul no final do século XIX, analisando os conflitos, as divergências e alianças constituídas entre ambas as partes mesmo que separados por objetivos distintos: do lado dos imigrantes, trazer a prosperidade econômica ; já, do lado dos padres, submeter os fiéis ao ideário ultramontano e expansão.

Os imigrantes que vieram para as colônias do território sul-rio-grandense eram em sua maioria do mundo rural da península itálica. Esta região se encontrava povoado por uma série de ritos, crenças e superstições. Através das obras do historiador GINZBURG (1988), que estudou a cultura popular camponesa na Itália dos séculos XVI e XVII, podemos perceber que certas crenças em bruxas, culto aos mortos e ritos à fertilidade faziam parte da cultura do meio rural e da religião católica. Foi esta visão de mundo que os imigrantes trouxeram para a Quarta Colônia e aqui foram reinterpretadas frente às necessidades sentidas no seu cotidiano.

A congregação dos padres palotinos, ao se estabelecer em Vale Vêneto, trabalhou em todas as instâncias das sociedades italianas (igreja, escola, família) para tornar estas comunidades o exemplo perfeito de religiosidade dentro do Estado do Rio Grande do Sul. Ao fazerem isso, os sacerdotes disciplinaram a vida dos colonos segundo as regras da Igreja Romanizada. As relações estabelecidas entre os padres e os colonos serviram para entendermos o trabalho que foi conduzido pelos palotinos.

Os documentos utilizados nesta pesquisa se encontram catalogados no Arquivo Provincial dos Palotinos de Santa Maria, e estes nos permitiram construir com maior complexidade o cenário estabelecido entre os sacerdotes e os imigrantes na Quarta Colônia. Neste Arquivo encontramos cartas de imigrantes, anotações de padres, memórias de sacerdotes e imigrantes como também cartas trocadas entre os padres e colonos que nos permitiram construir, com um outro olhar, a história da Quarta Colônia de Imigração.

Utilizamos também entrevistas orais realizadas com descendentes de imigrantes italianos da Quarta Colônia, que nos revelam a permanência de certas superstições entre os camponeses. Para MONTENEGRO (1992: 17), “a história oral é um meio privilegiado para o resgate da vida cotidiana, tendo em vista que esta se mantém firmemente na memória, apesar de sofrer alterações como resultado de experiências posteriores ou mudanças de atitude”.

Ao olharmos para o passado, nos deparamos com uma série de informações, com uma complexidade do vivido que precisa ser analisada nos seus menores detalhes, pois, às vezes, situações ou episódios insignificantes podem nos mostrar a regra, ou seja, o que era comum em determinada época. GINZBURG (1987) trabalha com o “método indiciário” e, em sua obra “O queijo e os vermes”, ele persegue e reconta as experiências de leitura do moleiro Menocchio como uma forma

* Trabalho de pesquisa elaborado nos anos 2003-2004.

** Autora graduada pelo Centro Universitário Franciscano – Santa Maria.

*** Co-autor e graduado pela Universidade Federal de Santa Maria.

de acesso aos aspectos da cultura popular no norte da Itália, do século XVI. A sua proposta é de incentivar o pesquisador a atuar como um detetive perseguindo as mínimas pistas deixadas pelo homem e, através delas, criar um método interpretativo no qual os detalhes aparentemente marginais e irrelevantes são formas essenciais para dar chave a redes de significados sociais e psicológicos mais profundos, inacessíveis por outros métodos.

A nossa pesquisa constrói uma parte da realidade histórica através da análise de casos particulares onde mostramos como um grupo de indivíduos - ou um indivíduo - pode transformar o contexto social em que vive. Foi através da narrativa de micro-histórias que perseguimos o comportamento de determinadas pessoas e analisamos os medos, as incertezas, os conflitos, a solidariedade características de sua prática cotidiana.

Para uma melhor compreensão deste trabalho o dividimos em três partes: primeiramente, falaremos da vinda dos imigrantes para a Quarta Colônia Imperial; após, destacaremos os conflitos estabelecidos entre padres e imigrantes e os vários interesses que moviam estes últimos a trabalhar para que os padres se estabelecessem nas comunidades coloniais. E por último, daremos destaque para o relacionamento dos imigrantes e os sacerdotes palotinos a respeito das práticas e crenças que os primeiros possuíam.

A chegada dos imigrantes à Quarta Colônia Imperial

A partir de 1878, o centro do Estado do Rio Grande do Sul passa a receber imigrantes italianos que irão colonizar algumas regiões, normalmente com cerros, matas e vales. Através dessa colonização começa a se compor a Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul, sendo formada primeiramente por Silveira Martins, que se tornou o núcleo de imigração dessa região. A expansão dessa imigração possibilitou a formação de outros povoamentos coloniais, o que se deu através de diversas levas de imigrantes que vinham se sucedendo no decorrer dos anos.

Os trajetos percorridos em carretas ou a pé até chegarem ao agrupamento de imigrantes no barracão de Val de Buia, no qual esperavam para a demarcação das terras; as mortes, os acidentes e o desespero de alguns frente a estes problemas; os percalços da colonização de uma região pouco povoada e deslocada dos locais de povoamento são as realidades que a historiografia tradicional procura salientar. Afirmarções como estas estão presentes em documentos pesquisados e publicados por BISOGNINI, TORRI, RIGUI (2001), na obra "Povoadores da Quarta Colônia", onde encontramos relatos de imigrantes que descreveram os problemas que se viram obrigados a enfrentar como, por exemplo, o território diferente e a variedade de animais até então desconhecidos.

Ao analisarmos estas e outras cartas não podemos afirmar que todos os imigrantes italianos passaram por dificuldades, mas a historiografia tradicional privilegiou os depoimentos desalentadores, levando-nos a pensar que a situação dos imigrantes era feita só de momentos difíceis. No entanto, esta abordagem nos fez buscar mais documentos que nos permitissem analisar a imigração italiana da Quarta Colônia de uma outra maneira.

Conforme os imigrantes italianos foram chegando e se estabelecendo em seus lotes, alguns desprovidos de recursos, frente a um mundo totalmente novo, tentaram construí-lo culturalmente próximo ao vivido por eles na Itália. Entretanto, ao chegarem aqui com toda a sua vasta cultura camponesa tiveram que adaptá-la a esse novo ambiente. A religiosidade católica também passou a se manifestar de diversas formas entre os imigrantes. Primeiramente, surgiu a necessidade de organizar um centro comunitário de forma que ali se concentrasse tanto uma capela quanto uma casa comercial. Segundo DE BONI e COSTA (1989: 111), foi em volta da igreja que começou a girar de modo quase absoluto a vida social e cultural dos imigrantes italianos.

Acredita-se ainda que o imigrante italiano que imigrou para a Quarta Colônia se caracterizou por uma forte religiosidade, mas isto não quer dizer que sua religiosidade fosse isenta de uma série de crenças e práticas oriundas de uma religiosidade muito antiga. Além disso, muitos imigrantes se mostraram, com o decorrer dos anos, anticlericais, principalmente quando os padres

Palotinos¹ se instalaram em Vale Vêneto em 1886 e passaram a se expandir pelas regiões da Quarta Colônia.

Através da análise das cartas publicadas por BISOGNINI, TORRI, RIGUI (2001), pode-se inferir que uma grande carência econômica se apresentou para os colonos, como também a falta de um sacerdote que cuidasse da relação entre o sagrado e o profano. Acredita-se que os imigrantes sentiam falta de padres e do conforto espiritual que estes pudessem proporcionar. Analisando mais profundamente as cartas, e levando em conta quais imigrantes as escreveram, podemos dizer que: alguns imigrantes eram muito astutos e passaram a se organizar para conseguirem sacerdotes para a região da Quarta Colônia; estes líderes procuravam organizar as colônias para que progredissem tanto material quanto espiritualmente; o discurso nas cartas, como veremos, é de desconforto espiritual, algo que só seria atenuado com a presença de um padre; o conteúdo das cartas destaca unicamente a carência religiosa; e os interesses dos líderes, que eram muitas vezes comerciantes, residiam também no crescimento de seus próprios estabelecimentos comerciais. Os imigrantes que se destacaram por sua liderança na organização social e econômica das comunidades são aquelas pessoas que já vinham da sua pátria com um número considerável de bens materiais e que lá não eram simples camponeses. Muitos desses italianos, enquanto vivendo na Itália, frequentavam escolas, portanto não eram analfabetos. Além disso, alguns imigrantes foram membros do Exército italiano, defensores do rei e da nação recém-formada. Isso, aliado às práticas comerciais, dava a alguns imigrantes a legitimação para que liderassem o restante de italianos na construção de suas comunidades no Rio Grande do Sul.

Após muitos “contratempos, lágrimas e paciência” por parte dos colonos italianos na espera de um padre residente, eis que finalmente chegam, em 1881, dois sacerdotes para prestarem sua assistência aos moradores tanto em Vale Vêneto quanto em Silveira Martins. Entretanto, perguntamos: quando chegaram os padres, será que a vida passou a ser harmoniosa entre estes e os colonos? Para respondermos esta questão iremos levar em conta casos particulares ocorridos na região da Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul, mais especificamente em Silveira Martins e Vale Vêneto. Para tanto, buscamos subsídios em outras cartas que ainda não foram publicadas e que se encontram disponíveis no Arquivo Provincial dos Padres Palotinos de Santa Maria, como também iremos utilizar outras obras que privilegiam a publicação de cartas escritas pelos imigrantes da Quarta Colônia.

Conflitos entre padres e imigrantes italianos

É por meio de uma carta de Paulo Bortoluzzi, morador de Vale Vêneto, que podemos começar a desvendar a relação que este povoado passou a ter com o seu pároco, padre Antonio Sório, três anos após a sua chegada à comunidade:

desabafaram que, por amor dos céus, não nos obrigue a estar sujeitos a tal homem. Nós o toleramos e suportamos durante quase três anos, e agora que se ausentou de nós espontaneamente, suplicamos ficar livres para podermos ter, com o consentimento da autoridade civil e eclesiástica, outro sacerdote que fique entre nós, para instruir nossos filhos na religião de nossos avós e para administrar os santos sacramentos. Se nos for negado, seremos obrigados a abandonar estas férteis terras, para andar pela segunda vez exilados em qualquer floresta, à procura de liberdade espiritual porque nós de forma alguma podemos viver sem a presença de um sacerdote estável, de boa conduta e sãos princípios (MAGRO, Apud BONFADA, 1991: 33).

¹ A Pia Sociedade das Missões tinha como objetivo principal em sua vinda para o Rio Grande do Sul restaurar as práticas católicas a muito esquecidas entre os habitantes sul-rio-grandenses. O Ultramontanismo era o seu ideário e visava submeter os fiéis à hierarquia romana, com o Papa no topo do poder. Uma vez instalados em Vale Vêneto, buscavam primeiro cristianizar a vida dos imigrantes e descendentes italianos, para que dali se formassem futuros padres. Estes passariam a espalhar o ideário ultramontano pelo Rio Grande do Sul (MARIN, Jéri Roberto. “*Ora et Labora*”: O projeto de Restauração Católica na ex-Colônia Silveira Martins. Porto Alegre: UFRGS, 1993, p. 13 a 30).

Na visão de Bortoluzzi, o padre Sório não tinha boa conduta e nem bons princípios e ele não tolerava mais a sua presença na cidade, alegando que queria um padre que seguisse a religião de seus antepassados. Os imigrantes lutaram para que suas comunidades tivessem sacerdotes fixos, mas, uma vez estabelecidos, estes queriam que as coisas fossem organizadas segundo os seus pontos de vista. As discórdias se desenvolveram a partir de ações tomadas pelo padre Antônio Sório e os líderes de Vale Vêneto.

Todavia, numa carta destinada ao bispo D. Sebastião Dias Laranjeira, em 1884, o padre Sório aponta os “verdadeiros” interesses do comerciante Paolo Bortoluzzi: “esse negociante, naquele lugar estando a sua casa perto da Capela, tem todo o interesse que haja missa, não todas as semanas, como tenho celebrado, mas todos os dias para atrair sempre fregueses para o seu negócio.” O sacerdote se mostra indignado com esta atitude de Bortoluzzi e ainda considera o negociante um subversivo que instiga o povo contra a religião.

O procedimento deste negociante... que seja dito, para melhor seduzir o povo a chegar aos seus egoísticos fins, finge-se o mais fervoroso crente e submisso cristão; com este procedimento concita o povo à rebeldia e até à heresia, por todos os modos, fazendo os moradores daquele lugar assinarem papéis em que se obrigam a não recorrerem, em caso nenhum, ao Vigário desta Freguesia, fazendo prédica subversiva, junto ao altar do Senhor, contra a ordem e contra a religião... (BISOGNIN, TORRI, RIGUI, 2001: 331 a 332).

Podemos perceber, portanto, que de ambos os lados houve rivalidades e desentendimentos por interesses divergentes. Com estas duas cartas, uma do imigrante Bortoluzzi e a outra do padre Sório, podemos analisar os argumentos utilizados por ambos no sentido de fazerem valer os seus interesses.

A necessidade de um templo religioso e de um padre, neste caso, não representava apenas uma característica da religiosidade do imigrante italiano, mas, também, significava que a presença de ambos poderia fazer prosperar economicamente o povoado em formação. Apesar de Bortoluzzi se dizer religioso, tinha interesses que não convergiam com as idéias do padre. Sendo assim, apesar das divergências, temos a convicção de que a presença do sacerdote nas comunidades de imigração italiana da Quarta Colônia era de extrema importância nos mais diversos aspectos da vida cotidiana destas pessoas, e que iam além das questões espirituais normalmente expostas pela historiografia tradicional.

Um outro acontecimento, ocorrido em Novo Treviso, atualmente distrito de Faxinal do Soturno, nos mostra um exemplo de padres que divergiam em questões políticas. No então próspero povoamento de Novo Treviso, formaram-se dois “partidos”, um que trabalhava para afastar o vigário Cornélio José O’Connor, pois não concordava com a sua postura e as atitudes que ele tomava frente ao povoado e outro, que estava ao lado do padre. O “partido” opositor ao padre Cornélio se opunha a ele por causa das suas idéias diferentes com relação à construção da Igreja de Novo Treviso, e estas divergências de ordem material levaram o superior dos palotinos em Vale Vêneto, padre João Vogel, a considerar o padre Cornélio com uma pessoa sem postura ilibada.

O ápice deste conflito ocorreu no dia 11 de julho de 1892, quando o padre palotino Frederico Schwinn chegou a Novo Treviso e foi atacado por três simpatizantes do padre Cornélio. Numa carta, encontrada no Arquivo dos Padres Palotinos, temos o seguinte relato:

eu fui chamado, cheguei a noite, ninguém foi a casa canônica, eu deposei minhas malas no quarto e fui cear. Padre Cornélio já avisado no dia anterior do meu aviso, devia estar avisado de preparar a cama, porém tanto a cama como o quarto estava cheio de vestidos de mulher. Comi um bocado. Padre Cornélio avisou na canônica chegou na canônica arregalou os olhos... e apareceu a porta de meu quarto botou.... as minhas malas,... numa cama a frente de mim. [ilegível] seu dileto sacristão se apresentou com o chicote, Santo Piccinin com a pistola e Luiz Baldassare com o [ilegível], quando entrei em casa com Paulo Bortoluzzi e Luiz Rosso caindo todos os três contra mim; assim indefeso

me defendi e repeli todos os três. Contra o Piccinin o qual me disse: “Espera q. te dou um tiro”... com ameaça do mesmo modo eu me defendo².

Após este ataque à pessoa do padre, Frederico Schwinn foi buscar refúgio na casa dos comerciantes Luigi Rosso e Paulo Bortoluzzi, pois estes eram da oposição ao padre Cornélio. Os três imigrantes agressores contavam com a cumplicidade do referido padre. Os imigrantes estavam frustrados por não terem conseguido agredir o sacerdote e, então, protestaram em frente ao local onde estava hospedado o padre Schwinn. Depois de acalmados os ânimos, o padre Cornélio foi transferido para Dona Francisca e, passados dois anos destes fatos acabou sendo expulso da Congregação Palotina, atitude esta tomada pelo superior da Missão, padre João Vogel, e apoiada por todos os outros padres palotinos da Quarta Colônia³.

Esta carta não esclarece os reais motivos da oposição entre os padres palotinos, nem tampouco encontramos a continuidade deste fato. Todavia, o referimos aqui para mostrar que havia também descontentamentos da população com determinados padres e que alguns também se desentendiam entre si, o que significa que havia divergências internas na Igreja Católica da região da Quarta Colônia. É isto que queremos dizer quando referimos que a historiografia até então esteve mais preocupada com a religiosidade pacífica do imigrante e com a narrativa da homogeneidade da Igreja.

Nos estudos de LEVI (2000: 98), encontramos a afirmação de que “devemos observar as formas de solidariedade e cooperação seletiva adotadas para organizar a sobrevivência e o enriquecimento, ou seja, as amplas fontes de favores, dados ou esperados, através dos quais passam informações e trocas, reciprocidades e proteções”. Assim, pode-se entender o porquê das alianças entre padres e grupos de imigrantes da Quarta Colônia, pois os imigrantes que apoiavam os padres o faziam também por interesses próprios.

Sabemos o quanto o imigrante lutou para a vinda de sacerdotes que se estabelecessem na região da Quarta Colônia, o que possibilitou uma aproximação com a religião dos seus antepassados. Entretanto, frente aos fatos narrados, não acreditamos que isso se deva apenas à religiosidade dos imigrantes, mas também como uma maneira de trazer o progresso material para as colônias, pois as alianças com os sacerdotes serviram para resolver questões políticas, ou seja, usar do sagrado para atingir objetivos profanos.

Através destes exemplos podemos perceber que houve sérias desavenças nas regiões da Quarta Colônia, desmistificando a imagem construída por alguns pesquisadores⁴ que afirmavam a passividade dos imigrantes na região e os caracterizavam como homens ordeiros, prontos para receber os ensinamentos da Igreja. Como demonstram os acontecimentos, nem sempre foi assim, pois aconteceram vários desacordos e conflitos, inclusive atentados de imigrantes contra padres.⁵

Os palotinos frente às crenças e superstições dos imigrantes italianos

A Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul foi o local escolhido para receber o Seminário dos padres Palotinos, o primeiro da Congregação na América Latina, que

² Esta carta foi escrita pelo padre palotino Frederico Schwinn logo após a expulsão do padre Cornélio O'Connor da Congregação dos Padres Palotinos, em 1894. O documento original não foi encontrado e o que veio a nossas mãos foi uma carta transcrita pelo padre Claudino Magro, em 1978. Caixa 02. Arquivo Provincial dos Palotinos, Missão Brasileira, Santa Maria.

³ Ao final da carta, encontramos o nome de todos os padres que apoiaram a expulsão do sacerdote Cornélio O'Connor, são eles: João Vogel, Francisco Schuster, Jacob Pfandler, Valentin Rumpel, Francisco Baldassare, Pedro Wimmer e Frederico Schwinn. 1978. Caixa 02. Arquivo Provincial dos Palotinos, Missão Brasileira, Santa Maria.

⁴ Destacamos os pesquisadores que escreveram sobre a imigração italiana, e destacaram a índole pacífica, ordeira e profundamente religiosa do imigrante. Nesta vertente historiográfica se encontram muitos padres que foram os principais responsáveis por construir as primeiras histórias da imigração italiana e da Congregação dos Padres Palotinos no Estado, portanto, são fontes de grande importância para o desenvolvimento desta e de outras pesquisas.

⁵ Em “O Crime do Padre Sório” (2001), o historiador Luiz Eugênio VÉSCIO, investiga os mistérios envolvendo a morte do padre Antônio Sório. Entre depoimentos e documentos, abre-se uma nova perspectiva para se entender os relacionamentos entre imigrantes italianos e os sacerdotes, o que, muitas vezes, ia além das relações espirituais.

visava pôr em prática as idéias do ultramontanismo⁶. A região do Vale Vêneto reunia as melhores características para tal empreendimento, pois sua população demonstrou, através de suas atitudes, o seu desejo para que padres palotinos se instalassem em sua comunidade.

Primeiramente voltada para uma reforma interna, a Igreja privilegiou a obediência à hierarquia, a homogeneidade e a disciplina de seus sacerdotes. Uma das metas do projeto restaurador era terminar com as práticas do catolicismo popular, visto que esta não se submetia ao poder papal, menos ainda ao dos padres. Ao escolherem a comunidade de Vale Vêneto, pertencente à sede da colônia Silveira Martins, como berço irradiador da formação ultramontana (a instalação do Seminário aconteceu em 1886), sabiam que ali iriam ter receptividade. Mas também não desconsideravam o fato de mesmo sendo estes colonos italianos “muito fiéis” aos sacramentos católicos, eles possuíam um tipo de religiosidade que estava um pouco afastada do que os homens do clero chamavam de ideal. Estes imigrantes eram tidos como supersticiosos, pois acreditavam em uma série de episódios que envolviam almas de outro mundo, mortos que voltavam para importunar os vivos e mulheres, que para realizarem seus desejos, se transformavam em bruxas e lançavam feitiços. É importante lembrar que as crenças mágicas são características fortes das sociedades camponesas com formação muito antiga, e, ao que parece, permaneceram vivas entre os imigrantes italianos que chegaram à Quarta Colônia.

A presença material da Igreja e a fiscalização diária do pároco visou regulamentar tais práticas que se mostravam ilegítimas e supersticiosas para a Igreja. A normatização exercida pela hierarquia eclesiástica chegou às famílias, escolas, celebrações religiosas, para tentar extirpar as crenças e submeter os fiéis ao mundo católico. Entretanto, teria a Igreja conseguido eliminar as práticas e crenças da cultura popular entre os imigrantes e descendentes?

É importante analisarmos como os colonos, dentro do seu mundo, criaram estratégias, e brechas, para tentar fugir das regras ou proibições que lhes eram impostas pela Igreja. Ou até mesmo tentar saber como estes últimos reagiram frente a essas situações e como usavam de meios para garantir e afirmar o seu controle.⁷ Para tentarmos responder essas questões buscamos subsídios nas anotações do padre Francisco Burmann⁸, que era pároco na região da Quarta Colônia, escritos por volta de 1910.

Um dos primeiros relatos anotados pelo padre Burmann diz respeito à frequência com que os imigrantes pediam para que ele rezasse ou fizesse benzeduras para proteger as plantações atacadas por gafanhotos. prontamente o padre atendia o pedido e fazia orações “para o contentamento geral da comunidade.” A “pedido do povo”, os sacerdotes passaram de casa em casa para benzer os animais, as pessoas enfermas, as sementes, os galpões e as próprias residências.⁹ Nas memórias deste mesmo sacerdote encontramos outros casos que podem servir de exemplos:

...conheci todas as casas daquela picada, todas as vacas, porcos e galinheiros, Os colonos dão quase mais importância as bênçãos dos currais do que das próprias casas. Se Deus abençoa os animais dizem eles, não há mais miséria na família (...). Encontrei em todas as famílias objetos que eu tive

⁶ Ultramontanismo se refere às idéias da Igreja Católica Apostólica Romana do século XIX vindas de Roma, com estreita vinculação às ordens do Papa. É um tipo de modelo de Igreja pregado principalmente depois da Unificação Italiana, quando o catolicismo perde terreno frente aos apelos modernos. O termo ultramontanismo designa, fundamentalmente a subordinação ao Papa e respeito à hierarquia católica. Pela ordem temos: o Papa, os cardeais, os arcebispos, os bispos, os párocos e por fim os fiéis. AZEVEDO, Antônio Carlos do Amaral. *Dicionário de Nomes, Termos e Conceitos Históricos*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

⁷ Desan cita Thompson para apresentar um exemplo de como “a pequena nobreza rural, da Inglaterra do século XVIII, usava um vasto repertório de meios teatrais e simbólicos para afirmar seu controle paternalista e exigir deferência e obediência da massa, mas os plebeus aferraram-se a sua cultura popular tradicional e autônoma, o que lhes permitiu redefinir e limitar a hegemonia da pequena nobreza rural, bem como resistir a ela. Se esse comportamento nem sempre era declarado político, também não era simplesmente ‘apolítico’, pois a comunidade agia com autonomia em defesa de ‘idéias claras e ardorosamente mantidas sobre o bem-estar comunitário’ ” (IN: HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 81).

⁸ Memórias do padre Francisco BURMANN, 1910. Caixa 02. Estes documentos do padre Francisco Burmann estão catalogados no Arquivo como “memórias”, e neles constam as viagens, anotações e alguns relatos que o padre fazia. Arquivo Provincial dos Palotinos, Missão Brasileira, Santa Maria.

⁹ BURMANN, op. cit., p. 50 a 53.

que benzer. Na mesa da sala de comer estavam bacias cheias de milho e sal para o gado doente e também lenços de cabeça, de bolso, camisas e pão para os membros grandes e pequenos doentes da família¹⁰.

Podemos perceber que muitos padres que atuaram no meio rural da Quarta Colônia conviveram e legitimaram certas crenças que faziam parte da visão de mundo dos imigrantes. As visitas realizadas pelo vigário às famílias nas comunidades e nas “picadas” exigiam que o sacerdote atendesse o costume dos italianos de benzer todas as posses que possuíam. Mas, se por um lado o líder religioso se via obrigado a atender esses pedidos, por mais que não acreditasse, por outro ele assumia frente aos colonos um papel cada vez mais importante.

Como bem se expressa o mesmo sacerdote, “eu acho muito louvável este costume, pois em primeiro lugar o padre nessa oportunidade aprende a conhecer melhor as suas ovelhinhas. E onde for necessário pode dar um bom conselho (...)”.¹¹ Podemos então afirmar que os interesses de ambos os lados acabavam por convergir para um mesmo ponto, pois os sacerdotes não poderiam ignorar a necessidade de que certos rituais fossem realizados para contentamento dos imigrantes.

É através desses casos que percebemos que a cultura dos imigrantes manteve “um relacionamento circular, feito de influências recíprocas, que se movia de baixo para cima, bem como de cima para baixo” com a cultura dos padres palotinos. Todavia, podemos perceber através dos exemplos que as crenças dos imigrantes possuíam relações circulares dotadas de vida própria, pois elas interagiam entre uma cultura erudita e popular não retornando do modo que havia partido (BURKE, 2000: 184 a 192).

Alguns padres ficaram muito conhecidos na Quarta Colônia devido ao empenho para realizarem estes trabalhos. Conforme o documento encontrado, “o padre Francisco Burmann era até chamado de santo pelo povo, e suas bênçãos eram muito acatadas. Sabia desfazer intrigas entre as famílias e desmascarar os curandeiros, espíritas e bruxas, por isso se valeu muito das pregações, da catequese e das visitas às famílias.”¹² Desta maneira, o sacerdote foi adquirindo respeito e prestígio cada vez maior, e para isso não mediu esforços.

Nos documentos pesquisados encontramos várias bênçãos realizadas pelos sacerdotes para atender as necessidades sentidas pelos imigrantes, mesmo que em alguns casos podemos perceber que os religiosos não acreditavam em algumas histórias que lhes eram contadas. Mesmo assim, passaram a legitimar com suas bênçãos a tais situações. Foi assumindo e empenhando-se nestes trabalhos que os padres passaram a atender as mais diversas circunstâncias, o que possibilitava a eles o reconhecimento da sua autoridade.

MERLOTTI (1979: 53) diz que com a vinda dos sacerdotes houve uma diminuição na procura das benzedeiras. Isto porque os padres haviam proibido a todos de procurar fora das igrejas a bênção para certos acontecimentos ou objetos, o que não impossibilitou tal costume de continuar existindo, só que mais escondido. Verificamos que os sacerdotes das comunidades trabalharam para impedir que os imigrantes procurassem curandeiros ou benzedeiras, mas isso não quer dizer que a procura por curandeiros tenha sido esquecida. Ela foi incorporada pelos padres como uma prática que passou a ser aceita e legitimada, desde que eles, os padres, fossem os condutores de tais obras. Tais situações não são exceções, pois inúmeros outros casos servem como confirmação de que os vigários autenticavam certas crenças dos imigrantes. E, através deste procedimento, foi que os padres acabaram por desfrutar de muita influência entre os colonos.

Padre Burmann¹³ diz que precisava atender os colonos nos mais variados pedidos, sempre indo ao encontro dos desejos destes e fazendo, inclusive, exorcismos. Se os anseios dos colonos eram acatados mesmo que os padres não acreditassem, isto quer dizer que estes tiveram que se afeiçoar à visão de mundo que encontraram nas regiões coloniais.

¹⁰ BURMANN, op. cit.

¹¹ Idem, op. cit.

¹² BURMANN, op. cit., p. 64.

¹³ Idem, op. cit.

Conforme as memórias do padre Burmann, se encontrava presente entre os imigrantes a crença nas bruxas e em suas atividades secretas, especialmente entre as moças, tinha aumentado muito. Em alguns casos ele explicava e julgava-os como doenças emocionais. Procurava de todos os modos possíveis esclarecer o povo de que não havia bruxas, mas “era muito difícil erradicar este mal entre o povo (...) porque os colonos eram bastante crédulos. Criam em bruxas e em pessoas que podem causar danos a outras por maus desejos e imprecações”.¹⁴

Percebemos que o sacerdote lamentava ter que ouvir ou atender estas crenças entre os imigrantes, e tentava de todas as maneiras esclarecer que elas não podiam ser verdadeiras. Mas como ressaltamos foi através desses casos que o poder e a confiança no sacerdote foi se construindo no decorrer do tempo nas comunidades italianas. O padre, segundo MERLOTTI (1979: 44), “acaba por aparecer como a pessoa central, de status mais elevado exatamente pelo poder religioso do sacerdócio e poder sobrenatural idêntico ao de Deus.” Para chegar a esse status, o sacerdote precisou, portanto, participar ativamente da vida dos imigrantes, e, como já foi dito, validar suas crenças. Para o historiador LEVI (2000: 31),

a definição de poder não pode ser separada da organização de um campo onde agem forças instáveis e que estão sempre sendo reclassificadas. Novamente o poder é a recompensa daqueles que sabem explorar os recursos de uma situação, tirar partido das ambigüidades e das tensões que caracterizam o jogo.

Os sacerdotes não entraram em uma guerra contra as práticas cotidianas dos imigrantes que estavam fora da religiosidade oficial, mas o que ocorreu foi ao contrário: “houve uma forte solidariedade autojustificante” (LEVI, 2000: 79). As crenças dos colonos legaram para o domínio clerical os seus próprios limites, ou seja, abriram uma porta dentro do seu mundo para que o poder dos sacerdotes e da Igreja Católica se consolidasse.

A partir de fragmentos em episódios que ocorreram nas regiões da Quarta Colônia é que podemos mostrar as estratégias cotidianas e as relações que seus habitantes estabeleceram com os sacerdotes. Em outro exemplo, também relatado pelo padre BURMANN (1910: 46), encontramos um caso que ocorreu na comunidade de Vale Vêneto:

Apareceram um dia de manhã bem cedo dois homens de Polêsine São João do Polêsine. Queriam um padre (...) perguntado o motivo, eles responderam ao vigário que o tal de Luiz se vê perseguido por três demônios pretos (...). Quando chegamos a picada em que morava a família, vimos já de longe um grande multidão de gente diante da casa (...) defronte a casa, desci do cavalo e Luiz o perseguido pelos demônios me saudou e me deu a mão (...) entrei na casa e ele me respondeu que três demônios, pretos como carvão, sempre o perseguiram para agarrá-lo e levá-lo embora. Informei-me à respeito dos seus deveres cristãos e perguntei-lhe se ele fazia Páscoa todos os anos (...). Portanto tu deves primeiro confessar-te, antes que eu expulse de ti os três demônios. Eu te ajudo a desenterrar os teus pecados e defeitos cometidos (...). Mande que me trouxessem água e sal para benzê-lo (...) deu um grito e para a porta me indicou, lá estão os três demônios. Espera, disse-lhe eu, vou enxotá-los (...) tomei água benta e aspergi a porta, mas não vi nenhum demônio. Estão ainda ali os três demônios? Perguntei eu. Não, eles fugiram. Após ter benzido a casa fomos para fora, fiquei olhando para o monte alto que se elevava atrás da casa. Graças a Deus, disse eu, agora os três demônios já estão em cima do monte e se dirigem para Silveira Martins. Crês isto, Luiz? Sim, creio disse ele (...). Entrei na casa para benzer os leprosos (...). Quando tinha acabado tirei a estola e disse com força: Graças a Deus! Agora estão os três demônios novamente no inferno.

Analisando este episódio percebemos que o sacerdote que praticou o exorcismo simulou acreditar na história que lhe fora contada, assim ele coordenou todo o rito em que se investiu de poder para realizar a expulsão dos demônios. O exorcismo que fora realizado pelo padre serviu

¹⁴ Idem, op. cit., p. 49 a 60.

para que ele fiscalizasse o cumprimento dos sacramentos católicos, da família e do próprio “endemoniado”. Podia ser também que a família estivesse longe da conduta e do controle da Igreja, portanto, este era um bom momento para o padre tentar submeter o imigrante ao seu controle, mostrando o seu poder sobrenatural através do exorcismo. Algo duvidoso para o padre, mas totalmente legítimo e verdadeiro para as pessoas do meio rural.

Os sacerdotes que se estabeleceram na Região da Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul tiveram que exercer várias funções, além das tarefas de presidir as celebrações e os sacramentos, a comunidade exigia que os sacerdotes assumissem um papel social bastante complexo. Padre Burmann destaca que, o “Pe. Jacó Pfandler não entendia apenas de medicina, mas também de exorcismos”. Os sacerdotes eram solicitados pelos imigrantes por diversos motivos, e “muitas vezes era por pouca coisa”. “Por qualquer mal estar era chamado o padre. Muitas vezes ele foi chamado inutilmente, por isso foi de grande vantagem para a colônia, que o Pe. Jacó Pfandler soubesse curar muitas doenças. Não passou nenhum dia sem que fosse chamado junto a um doente”.¹⁵ Esses padres vistos como médicos, benzedores, exorcistas, curandeiros ou mágicos foram adquirindo fama no decorrer das suas andanças pela Quarta Colônia. O padre supracitado praticou muitas expulsões de demônios, e, em um dos casos, foi feito a uma mulher que se dizia possuída por “espíritos maus”, mas que para o sacerdote era caso de “histeria avançada”. Mesmo assim ele fez o exorcismo:

pronunciou algumas palavras misteriosas que ninguém entendeu, e gritou alto: agora tenho o mau espírito na garrafa, saiu ligeiro do quarto e lançou-a logo no buraco fundo, que foi logo tapado (...) voltou ao quarto e disse a mulher: foi um trabalho muito duro meter o espírito mau na garrafa. Ele está agora enterrado na terra e não atormentará mais. A mulher disse: graças a Deus agora sou livre, levantou-se, para grande admiração de todos os presentes.¹⁶

Este e outros casos em que os sacerdotes simulavam um ritual se tornavam significativos para eles na medida que conseguiam estabelecer com os colonos um sistema de trocas, dialogando, portanto, com a cultura popular dos imigrantes. O religioso passou a atender as mais diversas aflições cotidianas dessas pessoas. E isso ia ao encontro dos interesses dos padres, pois acabava por lhes permitir certo prestígio e confiabilidade. Palavras, gestos e determinados ritos passavam a ter um significado sagrado que está diretamente ligado à atuação dos padres frente aos trabalhos que realizavam. Assim, as pessoas da comunidade podiam procurar o padre ou mandar chamá-lo, o que ocorria muito frequentemente.

Outro episódio reforça o que estamos tentando afirmar, ou seja, a crescente importância que o padre passou a ter entre os imigrantes. Um sacerdote foi notificado de que uma enorme chama de fogo consumia o canavial, antes de iniciar a cerimônia de um casamento, dirigiu-se “a sacristia, tomou a estola e iniciou o ritual e fez uma oração e com o sinal da cruz e amorteceu o fogo (...). Muitos dos convidados viram o fato e testemunharam o mesmo”.¹⁷ Nesse episódio, observamos que o sacerdote usou do poder que o sacerdócio lhe confere usando a estola, fazendo orações para acalmar o fogo e isto era interpretado pelos imigrantes como fenômenos “sobrenaturais”.

Nestes eventos, percebemos o quanto foi importante para os sacerdotes assumirem a liderança de certos acontecimentos para poderem dar a sua interpretação religiosa sobre os fatos, e assim, fortalecer seu poder “sobrenatural” aos olhos dos imigrantes. O sacerdote controlava a situação quando simulava acreditar nas crenças dos imigrantes, que demonstravam uma total confiança no padre. Segundo MARIN (1993: 88 e 137),

os leigos continuavam com grande autonomia quanto à iniciativa de atividades e não havia, em suas manifestações religiosas, uma diferenciação entre o sagrado e o profano. A Igreja Católica procurava

¹⁵ BURMANN, op. cit., p. 30.

¹⁶ Idem, op. cit., p. 31.

¹⁷ Idem Op. cit.

substituir esta religiosidade popular por noções ortodoxas baseadas em princípios romanizantes (...) os religiosos romanizados procuravam purificar o catolicismo popular dos seus erros e excessos, se sentiam na obrigação de organizar os leigos num mesmo universo simbólico e não permitiam que as práticas de religiosidade popular se executassem fora dos limites toleráveis.

A religiosidade popular para MARIN está relacionada com superstições e práticas culturais, e considera que, para os religiosos da Quarta Colônia, elas deveriam ter limites toleráveis. Tolerável significava que os padres é que teriam que liderar os ritos, as procissões e outros cerimoniais que envolvessem os imigrantes.

Podemos perceber, nos documentos que utilizamos, que os padres, ao usarem símbolos católicos em rituais fora dos sacramentos oficiais, acabavam por legitimar as crenças populares dos imigrantes. Deste modo, continuaram a subsistir, na medida do possível, as práticas e as representações dos imigrantes herdadas de seus antepassados, reinterpretando-os a sua maneira, justificando daí a permanência de devoção às almas misturada às devoções, as romarias, promessas aos santos, as bênçãos, as orações e as “fortes” benzeduras (MARIN, 1993: 38). Foi desse modo que os imigrantes e descendentes de italianos moldaram-se aos ensinamentos dos padres palotinos.

A religiosidade popular do imigrante se distanciava da religião oficial, mas mesmo assim ela se manteve viva nas relações cotidianas das comunidades rurais da Quarta Colônia. E, em muitos casos, os vigários tiveram que estabelecer uma relação harmoniosa entre a sua visão de mundo e a dos imigrantes, para poderem assim recatolicizar estas comunidades. Se as colônias italianas se mostravam receptivas ao receberem os ensinamentos cristãos, isso não quer dizer que tenha ocorrido uma adaptação passiva, antes, sim, uma “adaptação criativa” a certas crenças, ou seja, ao serem transmitidos os ensinamentos cristãos eles mudavam segundo os seus interesses. Segundo BURKE (2000: 192), “a baixa cultura, a cultura em que foi criado, foi seu instrumento para subverter a alta cultura, ou pelo menos aquelas partes de que desgostava”.

Muitos padres, do início da imigração, afirmaram que este tipo de religiosidade era “conforme o uso italiano”, portanto, mais do que fazer sumir este tipo de crença do imigrante, os sacerdotes tiveram que conviver com elas. Assim, a cultura camponesa coexistiu junto com a Igreja romanizada, porque os padres foram tolerantes, e, ao viverem nestas comunidades, permitiram que a visão de mundo do imigrante italiano fosse preservada em algumas situações.

Conclusão

Por meio desta pesquisa pudemos visualizar uma maior complexidade nas relações estabelecidas entre os imigrantes e os padres na região da Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana. Os interesses de alguns imigrantes da Quarta Colônia puderam ser desvendados, como também os sérios conflitos que ocorreram nestes locais de colonização.

O contexto não homogêneo e contraditório levantado pelo nosso trabalho vem mostrar que a visão historiográfica tradicional, apresentada até então, está longe de ser a totalidade da realidade histórica da Quarta Colônia. Mostramos também que ela se equivoca quando fala do isolamento da Quarta Colônia em relação às povoações vizinhas, ocupadas por outros grupos étnicos. Quando questionamos a índole ordeira dos imigrantes, é por que visualizamos muitos conflitos com os sacerdotes, ou seja, existiam os que não eram totalmente católicos e também os que, às vezes, em nome do sagrado, agiam para que algumas necessidades do profano fossem atendidas.

Outra questão importante do nosso estudo foi a comprovação de que certas crenças e práticas de uma cultura camponesa muito antiga, e que foi trazida pelos imigrantes italianos para a Quarta Colônia, foram legitimadas pelos sacerdotes palotinos que passaram a conviver entre aqueles. Os padres tentaram desmistificar esta série de crenças que estava longe das doutrinas oficiais da Igreja Católica, interagindo com o imigrante que passou a confiar nos padres. Assim, os seus poderes de sacerdote, foram fortalecidos, pois, além de cumprirem os sacramentos da Igreja, tinham de praticar exorcismos, afastar as intempéries da natureza, benzer animais, lavouras, pessoas doentes.

Mesmo sendo a bênção uma prática habitual da Igreja Católica, esta ultrapassava as práticas oficiais do catolicismo romano. Formou-se assim, um novo tipo de cultura religiosa, que não era puramente a que os padres pregavam, nem somente a que os imigrantes trouxeram consigo. Conviviam juntos os sacramentos católicos com a crença em curandeiros, bruxas, exorcismos, almas e o poder mágico que os padres passaram a entender como forma de expressão dessa cultura.

Referências bibliográficas

1.1. DOCUMENTAIS

Memórias do Padre Francisco Burmann, 1910, Caixa 2, Arquivo Provincial dos Palotinos, Missão Brasileira, Santa Maria.

Manuscritos do padre Frederico Schwinn, 1909 (3 cadernos), Caixa 4, Arquivo Provincial dos Palotinos, Missão Brasileira, Santa Maria.

1.2. BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Antônio Carlos do Amaral. *Dicionário de Nomes, Termos e Conceitos Históricos*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

BONFADA, Genésio. *Os Palotinos no Rio Grande do Sul, 1886 a 1919: Fim da Província Americana*. Porto Alegre: Rainha, 1991.

BURKE, Peter. *Variedades da história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BUSANELLO, Pe. Pio José. *A História da Nossa Gente*. 2ª ed. Santa Maria: Pallotti, 1999.

DE BONI, Luis Alberto; COSTA, Rovílio. *Os Italianos do Rio Grande do Sul*. 3 ed. Caxias do Sul: EST / Correio Rio-grandense / EDUCS, 1984.

DESAN, Suzanne. “Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis”. In: HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. Tradução: Maria Betânia Amoroso.

_____. *Os Andarilhos do Bem: Feitiçarias e Cultos Agrários nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. Tradução: Jônatas Batista Neto.

LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: a trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MARIN, Jérri Roberto. “Ora et Labora”: *O projeto de Restauração Católica na ex-Colônia Silveira Martins*. Porto Alegre: UFRGS, 1993. (Dissertação de Mestrado em História)

MERLOTTI, Vânia B. P. *O mito do padre entre os descendentes italianos*. 2ª ed. Porto Alegre: EST/UCS, 1979.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *História Oral e Memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 1992.

RIGUI, José Vicente; BISOGNIN, Edir Luca; TORRI, Valmor. *Povoadores da Quarta Colônia*. Contribuição do imigrante italiano na Quarta Colônia Imperial de Silveira Martins, Rio Grande do Sul – Porto Alegre: EST, 2001.

SPONCHIADO, Luiz. *A fundação da Quarta Colônia Imperial de Imigração*. Silveira Martins: II Fórum de Cultura Italiana do Rio Grande do Sul, 1992.

VÉSCIO, Luis Eugênio. *O Crime do Padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1893 - 1928)*. Santa Maria: UFSM, 2001.

MISSÃO E COLONIALISMO O MODELO DE EXPANSIONISMO COLONIAL E COMERCIAL DE FRIEDRICH FABRI

Wilhelm Wachholz

1. Friedrich Fabri: elementos biográficos

Friedrich Gotthard Karl Ernst Fabri nasceu em 12 de junho de 1824, em Bayreuth, Alemanha. Era filho do pastor Ernst Friedrich Wilhelm Fabri (1797-1866) e de Helena Christiana Schmidt, filha de um médico de Schweinfurt. Por parte de pai, tanto seus tios quanto seu avô e seu bisavô atuaram na docência. Friedrich se casaria com Henriette Brandt, de Uslar, com quem viria a ter os filhos Timotheus, Carl e Hermann e a filha Sophia. Ele viria a falecer em 18 de julho de 1891¹.

Em 1841, Friedrich Fabri iniciaria seus estudos de teologia em Erlangen, transferindo-se posteriormente para Berlim. Ao lado da teologia, também se dedicou ao estudo de filosofia, literatura grega, história natural, pedagogia, física, matemática elementar e anatomia comparada. Em Berlim, assistiu aulas de importantes teólogos, como, por exemplo, do reavivamentista August Neander (1789-1850), do neo-luterano Ernst Wilhelm Hengstenberg (1802-1869) e do místico Friedrich Wilhelm Joseph Schelling (1775-1854). Em Erlangen lhe foram importantes os teólogos da Escola de Erlangen, entre eles, Adolf Gottlieb Christoph Harleß (1806-1879), Johann Friedrich Wilhelm Hoefling (1802-1853), Johann Christian Konrad von Hofmann (1810-1877) e Gottfried Thomasius (1802-1875). Embora a teologia de Erlangen tivesse influenciado seu pensamento, ele não a seguiu no que diz respeito ao confessionalismo neo-luterano. Contudo, a partir desta teologia desenvolveu seu pensamento reavivamentista enfatizando a necessidade da conversão pessoal².

Após ter prestado o exame final em Erlangen, no final de 1845, Fabri ingressou no Seminário de Pregadores de Munique. Ali redigiria sua dissertação de doutorado, intitulada “João Scotus Erigena, apresentado de acordo com a sua biografia e seus escritos”³. Defendeu a referida dissertação em Tübingen no dia 28 de junho de 1847 sendo-lhe concedido o título em filosofia⁴.

Depois de atuar durante cerca de cinco anos como pastor em Bonnland, em 1857, foi convidado para atuar como inspetor da Sociedade Missionária da Renânia (SMR), cuja sede se encontrava em Barmen (hoje, um bairro de Wuppertal, no Baixo Reno, Renânia). Em junho daquele mesmo ano, realizaria uma viagem até Barmen. Poucas semanas depois, ele decidiria em favor deste convite e, em outubro, se transferiria definitivamente para lá⁵. Como inspetor da SMR, agora ele passava a ter contato estreito com regiões como a África e Indonésia, para onde eram enviados missionários por aquela sociedade missionária⁶.

Fabri permaneceria à frente da SMR por quase 27 anos, a saber, de outubro de 1857 até

¹ Cf. Klaus J. BADE, *Friedrich Fabri und der Imperialismus in der Bismarckzeit*, p. 30s.; Wilhelm WACHHOLZ, “*Atravessem e Ajudem-nos*”, p. 162s.

² Cf. Klaus J. BADE, op. cit., p. 30-32; Wilhelm WACHHOLZ, op. cit., p. 162s. O místico Schelling influenciara a teologia de Erlangen. Fabri havia assistido a uma aula de Schelling em Berlim sobre “mitologia e revelação”. Portanto, nesta conexão se precisa avaliar o pensamento de Fabri. A partir da década de 1850, Fabri ocupar-se-ia com escritos de Franz Von Baader (1765-1841), Jacob Böhme (1575-1624) e Friedrich Christoph Oetinger (1702-1782). Cf. Klaus J. BADE, op. cit. p. 32. Cf. também Bengt. HÄGGLUND, *História da Teologia*, p. 286; Wilhelm WACHHOLZ, op. cit., p. 36, 72, 163.

³ “Johannes Scotus, mit dem Beinamen Erigena, dargestellt nach seinem Leben und seinem Schriften”.

⁴ *Doctor philosophiae et artium liberalium magister*. Cf. Klaus J. BADE, op. cit., p. 31.

⁵ Id. *ibid.*, p. 32.

⁶ Cf. Wilhelm WACHHOLZ, op. cit., p. 124.

por volta de meados de 1884⁷. Durante este período, amadureceria seu pensamento anterior e desenvolveria novos pensamentos, sobretudo, ligados à questão social, missão e assistência pastoral aos emigrados na América. Em Wuppertal, ele também entraria em contato com a realidade dos emigrados alemães para a América do Norte, mas principalmente para a América do Sul. Embora nunca tivesse vindo ao Brasil, seu nome tornou-se fundamental para a história do protestantismo brasileiro, particularmente por fundar o Comitê para os Alemães Protestantes no Sul do Brasil (CAPSB), que, em 1881, viria a unir-se com a Sociedade Evangélica para os Alemães Protestantes na América do Norte (= Sociedade Evangélica de Langenberg (SEL) – fundada em 1837⁸), dando origem à Sociedade Evangélica para os Alemães Protestantes na América (SEA-PA), também conhecida pelo local de sua sede, a saber, Sociedade Evangélica de Barmen (SEB). A Sociedade Evangélica de Barmen passaria a enviar sistematicamente pastores para o Rio Grande do Sul a partir de 1865 e, posteriormente, também para outros Estados do Brasil e países da América do Sul⁹.

Para compreender o pensamento de Fabri, precisa-se também levar em conta a realidade de Wuppertal. Trata-se de uma região em pleno desenvolvimento industrial, cujo processo teve como conseqüências a proletarização. A partir desta realidade e do engajamento em favor da causa missionária da SMR e da assistência pastoral aos emigrados nas Américas, Fabri passou a ver os contextos ultramar como possibilidades político-econômicas para a Alemanha. Portanto, neste contexto, se precisa entender o “nascimento do pai do movimento colonial alemão”. Ate-mo-nos mais especificamente ao seu pensamento e obra.

2. Friedrich Fabri: “pai do movimento colonial alemão”

Fabri chegou a Barmen poucas semanas antes do início da crise econômica mundial de 1857-1859, que atingiu a forte indústria têxtil da região do Vale do Rio Reno. No outono de 1857, ocorreu a primeira grande greve naquela região com adesão de cerca de 850 trabalhadores e aprendizes. As discrepâncias entre capital e trabalho eram enormes. Em 1861, 89,6% dos moradores de Barmen eram proletários enquanto 3,6% eram proprietários de indústrias e capitais. A carga horária de trabalho na indústria era de 14 horas diárias. O baixo salário obrigava mulheres e crianças a trabalharem nas fábricas. Neste contexto, surgiriam associações de trabalhadores em Barmen¹⁰.

Fabri concebia o crescimento dos movimentos de trabalhadores como perigoso. Via na maioria dos trabalhadores pessoas preguiçosas, desajeitadas e insólitas. Segundo ele, se o movimento dos trabalhadores se tornasse revolucionário, a própria classe trabalhadora seria a mais prejudicada. Por isso, já em 1861, defendia que o problema social deveria ser tratado em “campo neutro”. Somente assim poder-se-ia ter uma “grande e pacífica revolução social”. Ou seja, entendia que o processo industrial que, ao mesmo tempo era o causador das discrepâncias, também seria o “remédio” contra o mal¹¹.

De sua experiência com o mundo industrial do Baixo Reno, Fabri concluiu que a solução do problema social estaria na crescente industrialização e no incremento do comércio exterior. Aliás, na qualidade de inspetor da SMR (1857-1884) e de fundador (1864) e presidente (1864-1881) do Comitê para os Alemães Protestantes no Sul do Brasil (CAPSB) e de presidente da Sociedade Evangélica para os Alemães Protestantes na América (1881-1891), ele mantinha relações com industriais e comerciantes da região. Aliás, estes eram os grandes financiadores das atividades da SMR¹² e também viriam a sê-los do CAPSB/SEAPA¹³. Portanto, missão e colonialismo se aproximam em Fabri.

⁷ Cf. Klaus J. BADE, op. cit., p. 33; Wilhelm WACHHOLZ, op. cit., p. 168.

⁸ Na qualidade de inspetor da SMR, Fabri já integrava a diretoria da SEL desde 1857 de forma que também já começava a conhecer a realidade dos emigrados na América do Norte.

⁹ Sobre a fundação das referidas sociedades e do Comitê, cf. Wilhelm WACHHOLZ, op. cit., p. 152-162, 169-189.

¹⁰ Cf. Klaus J. BADE, op. cit., p. 44.

¹¹ Cf. Klaus J. BADE, op. cit., p. 49-53.

¹² Cf. Id. *ibid.*, p. 45s.

De grande importância para o pensamento de Fabri será a vinda do pastor Hermann Borchard a São Leopoldo/RS em 1864. Não será exagerado afirmar que, desta forma, ele “descobriu” o sul da América do Sul para, posteriormente, incorporá-lo ao seu pensamento. Antes de vir ao Brasil, Hermann Borchard pedira a Fabri que a SMR passasse a enviar pastores para o Brasil. Como a deputação¹⁴ da SMR não aceitou a tarefa, Fabri fundou o CAPSB que se ocuparia com o envio de pastores e alguns professores, inicialmente para o Rio Grande do Sul¹⁵. Fabri, que na qualidade de inspetor da SMR era membro da diretoria da SEL desde 1857 e, portanto, desde então tinha conhecimento do processo de emigração para a América do Norte, agora se envolve como fundador e coordenador de um comitê voltado para assistir espiritualmente emigrantes na América do Sul. De outro lado, na qualidade de inspetor da SMR, ele já estava envolvido com a missão entre povos não-cristãos¹⁶. Isso é fundamental para compreendermos a proposta de Fabri para a criação de colônias missionárias e agrícolas (esta constituída de emigrantes alemães) que trataremos a seguir.

Antes, contudo, cabe ainda mencionar que, a partir do final da década de 1860, cada vez mais o pensamento de Fabri estava perpassado pelo expansionismo ideológico-nacionalista caracterizado pelo princípio da tarefa civilizatória dos povos germânicos. Ele chegou até mesmo a afirmar que a vitória da Alemanha sobre a França seria a confirmação da supremacia político-biológica da Alemanha. Mais do que isso, segundo ele, a supremacia dos povos de origem germânica sobre os de origem romana se evidenciaria em uma ou duas décadas quando os EUA, com a Inglaterra, e a Alemanha dominariam o mundo¹⁷. Portanto, a Alemanha deveria assumir abertamente seu papel como “portadora da missão-cultura”. Ela deveria assumir consciente que o colonialismo traz cultura e civilização. E nisso está implicada a tarefa da Igreja, a saber, sua missão de anúncio do Evangelho como o mais alto princípio cultural para o avanço da cristianização do mundo¹⁸.

3. Colônias como Solução do Problema Social Alemão

No centro do pensamento de Fabri estava a superpopulação. O pensamento da superpopulação surgira em 1789 pelo inglês Thomas Robert Malthus (1766-1834). Malthus (malthusianismo) afirmava que a população crescia de tal forma que, a cada 25 anos, duplicava. Por outro lado, a produção de alimentos não acompanhava este crescimento. Por isso, ele defendia meios repressivos (*checks*) para controle do crescimento populacional como guerras, epidemias e miséria. Também defendia meios preventivos como celibato, casamentos tardios e abstinência sexual. Desta forma, segundo Malthus, seria possível evitar a pobreza. Mais tarde, neomalthusianistas¹⁹ chegaram inclusive a defender a proibição de gravidezes e a licitude de abortos²⁰.

Fabri não defendeu tais *checks* como forma de solucionar o problema da superpopulação e da proletarianização, mas pautou a solução na emigração. Ele sabia que a concentração de contingentes humanos era maior nas regiões industriais. Contudo, segundo ele, o critério da densidade demográfica para emigração não é suficiente. Aliás, ele próprio sabia que o recrutamento para emigração não ocorria nas regiões industriais do oeste, mas exatamente nas regiões agrárias do norte e leste, onde a densidade populacional era mais baixa. O critério da emigração deveria ser o da oferta de trabalho e salário. Desta forma, Fabri se afastava das concepções malthusianas as quais considerava ultrapassadas e imorais. Em contrapartida, defendia a necessidade da criação de regiões comerciais e de colonização para Alemanha²¹.

¹³ Cf. Wilhelm WACHHOLZ, op. cit., p. 233.

¹⁴ Ou seja, a diretoria da SMR.

¹⁵ Cf. Wilhelm WACHHOLZ, op. cit., p. 169ss.

¹⁶ Cf. Wolfgang SCHMIDT, *Mission, Kirche und Reich Gottes bei Friedrich Fabri*, p. 112, 137.

¹⁷ Cf. Klaus J. BADE, op. cit., p. 68s.

¹⁸ Cf. Friedrich FABRI, *Bedarf Deutschland der Colonien?* p. 107; Wolfgang SCHMIDT, op. cit., p. 112s., 132ss.

¹⁹ Este grupo se organizou em 1877 na “Londoner Malthusian League”.

²⁰ Cf. BERTELSMANN VOLKSLEXIKON, col. 1130s.; Klaus J. BADE, op. cit., p. 68s. O neomalthusianista A. Zehlicke base-se-á nas idéias de Fabri ao associar a idéias de superpopulação de Malthus com a proposta de emigração de Fabri.

²¹ Cf. Klaus J. BADE, op. cit., p. 80-82.

A fundação de colônias agrícolas e de comércio pela e para a Alemanha resolveria, ou pelo menos amenizaria, o problema social. Como “válvula de escape” para a superpopulação, a criação de regiões para emigração representaria uma solução ideal. O lugar de envio de emigrantes não deveria ser a África Central, mas o Uruguai, a Argentina, o Chile e, especialmente o sul do Brasil, considerado por ele o lugar ideal. Segundo ele, lá se encontrava clima propício, solo fértil, vias fluviais, além de baixa densidade populacional e uma população pouco trabalhadora e empreendedora²².

As colônias agrícolas na América do Sul constituir-se-iam em mercados consumidores de produtos alemães. Desta forma se poderia ter maior produção industrial o que, por sua vez representaria um maior número de empregos. Logo se estaria resolvendo parte do problema social, gerando empregos²³. Portanto, segundo Fabri, o expansionismo colonial era uma “necessidade” sócio-econômica, uma “questão de vida” para a sociedade, a economia e o Estado alemão²⁴.

Fabri não defendia a idéia de anexação destes territórios. Contudo, sua idéia a respeito continha pelo menos uma dupla contradição. Segundo ele, a “nacionalidade” dos imigrantes deveria ser preservada. Contudo, a igualdade de direitos políticos destes imigrantes somente seria possível através da naturalização. Na tentativa de responder isso, Fabri caiu na segunda contradição ao defender a idéia de que se deveriam reservar determinadas regiões para a emigração, nas quais os colonos alemães pudessem avançar na direção de uma força política. Isso implicava que se teria um Estado (alemão) dentro de um outro Estado (no caso, Brasil)²⁵.

Embora tivesse consciência da situação desfavorável dos protestantes na época do Brasil Império por terem seus cultos somente tolerados (Constituição de 1824, art. 5º), Fabri entendia que o governo alemão deveria engajar-se em favor da liberdade de culto de seus emigrados. Portanto, ele demonstra que desejava uma política clara do governo alemão para emigração²⁶.

Fabri também pleiteava o redirecionamento da emigração dos EUA para a América do Sul, particularmente o Brasil. Isso indica o imperativo por uma política clara de emigração por parte do governo alemão. Segundo ele, a partir de uma política clara de emigração, as colônias poderiam trazer retorno econômico para a Alemanha. A emigração não deve visar a somente resolver o problema da superpopulação. Por isso, era contrário à emigração para os EUA. Segundo ele, esta emigração prejudicaria a Alemanha duplamente. A Alemanha não perderia somente a mão-de-obra e o capital que emigram, senão que também fortalece as indústrias norte-americanas com a mão-de-obra e capital de forma que se tornem concorrentes das alemãs. Portanto, segundo ele, dificilmente poder-se-ia estabelecer relações comerciais com estes concorrentes²⁷.

Outro motivo pelo qual Fabri justifica o redirecionamento da emigração dos EUA para o Brasil dizia respeito à preservação da cultura alemã. Os emigrantes que se estabeleciam nos EUA, segundo ele, se “americanizavam” rapidamente, perdendo sua germanidade. Isso se devia ao fato de serem as culturas anglo-saxônica e alemã muito próximas. Diferentemente, por causa da distância entre as culturas lusa e germânica, o mesmo não ocorreria no sul do Brasil²⁸.

A preservação da germanidade, por sua vez, se relaciona com o elemento econômico de mercado. Ou seja, os emigrantes que manteriam a germanidade também “cultivariam” o consumo de produtos industrializados alemães. Isso, por sua vez, fortaleceria a indústria alemã que passaria a empregar mais, atenuando o problema social. Em resumo, seu pensamento se caracterizava por ofensiva de exportação através de colonização, preservação da germanidade como garantia de relações de comércio exterior e germanização sucessiva através de imigração constante²⁹.

²² Cf. Id. *ibid.*, p. 71, 85s.

²³ Cf. Wilhelm WACHHOLZ, *op. cit.*, p. 224.

²⁴ Cf. Klaus J. BADE, *op. cit.*, p. 68-70.

²⁵ Cf. Friedrich FABRI, *op. cit.*, p. 27-32; Klaus J. BADE, *op. cit.*, p. 87s.; Wolfgang R. SCHMIDT, *op. cit.*, p. 76.

²⁶ Cf. Klaus J. BADE, *op. cit.*, p. 87s.

²⁷ Cf. Friedrich FABRI, *op. cit.*, p. 13-32.; Wilhelm WACHHOLZ, *op. cit.*, p. 224s.

²⁸ Cf. Id. *ibid.*, p. 225.

²⁹ Cf. Wilhelm WACHHOLZ, *op. cit.*, p. 230; Klaus J. BADE, *op. cit.*, p. 70.

O segundo modelo de colônia defendido por Fabri era o comercial. Estas colônias seriam localizadas especialmente em países tropicais, particularmente na África Central. Visando à fundação de tais colônias, missionários deveriam ir à frente para “aplainar caminhos”, fundando estações missionárias. Após estes missionários, seguiriam outros profissionais, como, por exemplo, comerciantes, funcionários públicos, militares, técnicos, industriais, professores. Toda esta organização deveria estar voltada a produzir riquezas de tal forma que as populações nativas tivessem poder aquisitivo de forma que pudesse estabelecer relações comerciais com a Alemanha. Portanto, as colônias comerciais teriam em comum com as colônias agrícolas o fato de serem ambos mercados para os produtos industrializados alemães. Logo, as colônias comerciais também atenuariam o problema social na Alemanha³⁰. Em resumo, como afirmávamos acima, a solução do problema social não estaria senão na própria indústria e no capitalismo. Por isso, Fabri responde com um “sim” ao título de sua obra *“Bedarf Deutschland der Colonien?”* (1879), ou seja, *“A Alemanha necessita de Colônias?”*

A resposta positiva de Fabri sobre a necessidade da Alemanha pode ser percebida na história da “Sociedade Acionária de Wuppertal para Comércio em Regiões de Atuação da Sociedade Missionária da Renânia” que seria formalmente fundada em 7 de julho de 1870. O surgimento desta sociedade está estreitamente relacionado ao missionário Hugo Hahn (1818-1895) que fora enviado pela SMR para Herero, na África. Em 1863, Hahn veio a fundar a colônia missionária de Otjimbingue com a aprovação da SMR. A própria SMR alugou um navio que conduziu missionários com suas respectivas famílias além de profissionais como segeiros, ferreiros e colonos. Desta forma, ensinou-se os ofícios de ferraria e marcenaria aos nativos. Introduziu-se também o uso do arado na atividade agrícola³¹.

A consolidação da colônia levou ao incremento das relações comerciais. Na colônia se produziam enxadas, facas e outros produtos de ferro e de tecidos. Estes produtos eram trocados com os nativos, a saber, por marfim, penas de avestruz, peles, gado, etc. Estes produtos, por sua vez, eram comercializados com a Alemanha em troca de moeda. Com esta moeda, os nativos passaram a comprar os produtos industrializados alemães³².

Desta experiência comercial, impulsionada por Fabri, surgiria a “Sociedade Acionária de Wuppertal para Comércio em Regiões de Atuação da Sociedade Evangélica da Renânia”. A Sociedade se constituiu de capital acionário de pequenos empreendedores, mas, sobretudo, de grandes industriais de Wuppertal, ligados à SMR. Os negócios da Sociedade floresceram até por volta de 1875 quando, em decorrência do extermínio de animais, não mais se dispunha de penas de avestruzes e marfim para o comércio. Além disso, as constantes guerras entre os povos de Herero e Nama prejudicaram os negócios de tal forma que a Sociedade faliu sem que seus acionistas pudessem recuperar o capital investido³³.

Concluindo

Pode-se concluir que Fabri procurou refletir a solução da questão social na relação com as colônias agrícolas e missionárias. Ou seja, seu pensamento brotou de seu envolvimento como inspetor da SMR (1857-1884), que enviava missionários, sobretudo para a África e Ásia, e de sua experiência como fundador e presidente da CAPSB e, posteriormente, presidente da SEAPA, que enviava pastores especialmente para o Brasil. Concluindo, podemos afirmar com Bade que:

³⁰ Cf. Friedrich FABRI, op. cit., p. 33-44. Fabri ainda defendia a fundação de colônias penais para criminosos. Para estas prisões, dever-se-ia deportar inclusive os “fanáticos” dos movimentos de trabalhadores. Estas colônias seriam necessárias para “desafogar” as prisões alemãs. O lugar ideal para estas colônias, segundo ele, seriam ilhas, como, por exemplo, as existentes ao leste de Nova Guiné. Cf. Friedrich FABRI, op. cit., p. 45-50; Wilhelm WACHHOLZ, op. cit., p. 227.

³¹ Cf. Ed. KRIELE, *Die Rheinische Mission in der Heimat*, p. 117, 217s.; Gustav MENZEL, *Die Rheinischen Mission*, p. 83-85; Wilhelm WACHHOLZ, op. cit., p. 125.

³² Cf. Ed. KRIELE, op. cit., p. 220s.; Klaus BADE, op. cit., p. 54, 388; Wilhelm WACHHOLZ, op. cit., p. 125s.

³³ Cf. Wolfgang SCHMIDT, op. cit., p. 30-32; Gustav MENZEL, op. cit., p. 87s.; Ed. KRIELE, op. cit., p. 222-225; 231-233; Klaus BADE, op. cit., p. 55s.; Wilhelm WACHHOLZ, op. cit., p. 126-128.

Era importante, para o avanço do aspecto comercial, o fato de que todas as decisões a serem tomadas em favor da missão entre os gentios e entre os emigrantes eram tratadas em grêmios os quais eram compostos preponderantemente por comerciantes e fabricantes interessados em exportação. Assim aquele círculo de apoio que estimulou e fundou a Sociedade de Langenberg [SEL] em 1837 consistia, sem exceção, de comerciantes cristãos. De forma semelhante, o Comitê de Barmen [CAPSB] dependia do apoio daqueles fabricantes e comerciantes – atuantes principalmente na indústria têxtil fortemente dependente dos mercados ultramarítimos – do círculo mais restrito de Wuppertal de apoio à Missão da Renânia [SMR], os quais compunham a maioria da deputação da mesma. Embora o comitê de Fabri como tampouco a Sociedade de Langenberg, nem em sua autocompreensão nem em sua finalidade relacionasse interesses de exportação e missão entre os emigrantes, seus relatórios proporcionavam, já nos primeiros anos após a fundação, uma abundância de informações econômicas notáveis para os interessados em comércio exterior.³⁴

Bibliografia

- BADE, Klaus J. *Friedrich Fabri und der Imperialismus in der Bismarckzeit*; Revolution- Depression-Expansion. Freiburg: Atlantis, 1975. 579 p. (Beiträge zur Kolonial- und Überseegeschichte, 13)
- BERTELSMANN VOLKSLEXIKON. Gütersloh: Bertelsmann Lexikon-Verlag, 1976. 1886 col.
- FABRI, Friedrich. *Bedarf Deutschland der Colonien?* eine politisch-ökonomische Betrachtung. Gotha: Friedrich Andreas Perthes, 1879.
- HÄGGLUNG, Bengt. *História da Teologia*. 2. ed. Porto Alegre: Concórdia, 1981. 370 p.
- KRIELE, Ed.[uard]. *Geschichte der Rheinischen Mission*. Barmen: Missionshaus, 1928. 406 p. (Erster Band – Die Rheinische Mission in der Heimat – zugleich ein Stück westdeutscher Kirchengeschichte)
- KUPISCH, K[arl]. Fabri, Friedrich. In: GALLING, Kurt (Hrsg.). *RGG*. 3. Aufl. Tübingen: J. C. B. Mohr, 1958. Bd. 2, col. 855.
- MENZEL, Gustav. *Die Rheinische Mission*. Wuppertal: Vereinigten Evangelischen Mission, 1978. 463 p. + il. (Aus 150 Jahren Missionsgeschichte)
- SCHMIDT, Wolfgang R. *Mission, Kirche und Reich Gottes bei Friedrich Fabri*. Wuppertal-Barmen: Rheinische Mission, 1965. 242 p.
- WACHHOLZ, Wilhelm. “*Atravessem e Ajudem-nos*”; a atuação da “Sociedade Evangélica de Barmen” e de seus obreiros e obreiras enviados ao Rio Grande do Sul (1864-1899). São Leopoldo: EST/Sinodal, 2003. 657 p.

³⁴ Cf. Klaus J. BADE, op. cit., p. 66; Wilhelm WACHHOLZ, op. cit., p. 234.

IGREJA LUTERANA – SÍNODO DE MISSOURI: UMA IGREJA DE IMIGRANTES NO CENÁRIO ESTADONOVISTA

Sérgio Luiz Marlow

Passado mais de meio século do Governo de Getúlio Vargas, no chamado Estado Novo, ainda questões referentes ao projeto de nacionalização dirigido aos imigrantes carecem de respostas. Uma delas diz respeito à ação do Estado Novo sobre a Igreja Luterana e mais precisamente sobre o chamado Sínodo de Missouri. Qual teria sido a compreensão e a ação do Estado Novo sobre a referida instituição eclesiástica? Qual a posição do Sínodo de Missouri concernente à questão da germanidade? Seria o Sínodo, pelo fato de atuar entre teuto-brasileiros e falar a língua alemã, um perigo à proposta de “abrasileiramento” promovida pela ação nacionalizadora do Governo Vargas?

A presente comunicação faz parte de um projeto de mestrado em História, em andamento, que objetiva, através da análise de documentos e fontes, tentar encontrar respostas a estas questões. Cabe-se ressaltar que, por estar em fase inicial de pesquisa, tal comunicação, na verdade, traz basicamente uma síntese do pensamento de alguns historiadores sobre o assunto, bem como algumas reflexões já colhidas em documentos da época. Entretanto, e este é o objetivo primordial de tal reflexão histórica, a análise de documentos tanto do Estado Brasileiro como da própria Igreja Luterana – Sínodo de Missouri auxiliarão, no futuro, na formação de uma opinião mais abalizada sobre a referida proposta de pesquisa. No entanto, cabe ressaltar que, mesmo considerando um certo número de obras que tratam do tema Estado Novo e imigrantes alemães, no que concerne a questão do envolvimento da Igreja Luterana – Sínodo de Missouri ainda há necessidade de pesquisa e de trabalhos científicos específicos.

Desta forma, a presente comunicação não pretende responder a todas as questões que envolveram a Igreja Luterana – Sínodo de Missouri no contexto do projeto de nacionalização do Governo Vargas, mas quer proporcionar algumas reflexões iniciais que, para melhor compreensão, com toda a certeza, exigirão uma busca incessante de fontes e documentos.

Inicialmente, cabe recordarmos que o projeto de nacionalização encontrou, no Estado Novo, o seu grande idealizador, incentivador e propagador. “A implantação da campanha de nacionalização, que alcançou seu auge nos anos de 1937 e 1938, correu paralela com a organização do Estado Novo decretado pela Constituição de 10 de outubro de 1937”.¹

René Gertz entende que justamente as questões envolvendo os imigrantes, como o germanismo e o nazismo, mais a corrente integralista, que exerceu forte influência na época, determinaram o projeto nacionalista do Governo Vargas.

Germanismo, nazismo e integralismo forneceram a justificativa para a ação estatal conhecida como “campanha de nacionalização”. A idéia não era nova. Os germanistas, desde a década de vinte, e sobretudo a partir da revolução de 1930, alertavam para o ascensão de tendências que chamavam de “nativistas” e que se voltavam contra tudo que fosse “estrangeiro” e não se enquadrasse na tradição portuguesa ou luso-afro-indígena.²

Em documentos da época, como por exemplo o relatório da Comissão de Nacionalização ao Ministro da Educação, datado de 5 de outubro de 1940, admitem ser essencial e benéfica a ação governamental entre os grupos de imigrantes.

¹ WESTPHALEN, Maria C. e BALHANA, Altiva P. *O combate à desnacionalização – 1937/1938*. In.: **Anais da XXI Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH)**. Rio de Janeiro: s. e. 2001, p. 408

² GERTZ, René *O Perigo Alemão*. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 1997, p. 63.

Pela primeira vez na história do país, o poder público vem tomando a peito o problema da nacionalização dos imigrantes e seus descendentes. Antes de 1937 isso não teria sido possível nalguns estados, porque as instituições vigentes erigiam em forças eleitorais os núcleos de origem estrangeira, dando-lhes influência bastante para contrariar os intentos do governo central.³

Simon Schwartzmann explicou que, em especial, a partir de 1938, o projeto de nacionalização tentou tornar-se uma realidade no cenário nacional. “O ano de 1938 no Brasil é especialmente fértil em medidas legais e projetos identificados com a construção do nacionalismo brasileiro. Alguns destes projetos e medidas revelam o conteúdo doutrinário e político do projeto nacionalista que se criava”.⁴

Nesse sentido, essas ações incentivaram e levaram os grupos estrangeiros a serem repreendidos e recriminados em seus usos e costumes e, no caso alemão, no uso e ensino em língua alemã. Perseguições foram realizadas em nome de um “abrasileiramento” de todos aqueles que eram considerados estrangeiros em solo brasileiro. Alie-se a isto a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial contra o Eixo (Alemanha, Itália e Japão). A partir de 1942, pressões populares, como passeatas da UNE e de outros segmentos da sociedade brasileira, declararam estado de beligerância contra todos os que eram alemães ou descendentes dos mesmos.

Martin Dreher narrou a difícil situação que enfrentaram os teuto-brasileiros neste período da história nacional.

De 1939 a 1945, nos anos da 2^a. Guerra Mundial, as medidas, sentidas como repressoras pelos descendentes de alemães, fizeram-se sentir com maior rigor. Proibiu-se a circulação de toda a imprensa alemã, o uso do idioma teuto em lugares públicos, confiscou-se documentos em casas de teuto-brasileiros, confiscou-se as armas das sociedades de atiradores. Toda a atividade cultural, em suma, foi reduzida a zero. Com o ingresso do Brasil na Guerra (1942), ocorreram depredações e, praticamente todos os descendentes de alemães serão atingidos.⁵

É evidente que também o projeto de nacionalização atingiu a Igreja. Nesse sentido, com base em estudos apresentados por Regiani Muller Martins, Martin Dreher entendeu que, na verdade, o grande e maior grupo atingido pelo Estado Novo e sua proposta de nacionalização foi o evangélico luterano.⁶

Interessante se observar que Dreher, ao mencionar o grupo evangélico luterano como o mais afetado e recriminado tanto pelo Estado como pela sociedade em geral, justificou tal situação por ser o grupo evangélico luterano minoritário no contexto brasileiro e que esta condição de marginalizado na sociedade vinha desde o período monárquico, refletindo-se agora com mais gravidade ainda no Estado Novo.

Telmo Lauro Muller, no X Simpósio sobre a Imigração Alemã, realizado no ano de 1994, foi mais longe ainda nessa premissa quando escreveu sobre aqueles que foram atingidos pela nacionalização. Narrou que “entre os descendentes de alemães, os evangélicos foram mais atingidos do que os católicos e, entre os evangélicos, os do Sínodo Riograndense mais do que os do Sínodo de Missouri, que eram tidos por mais brasileiros por sua origem americana do norte”.⁷

Dessa forma, apesar de mencionado que o Sínodo de Missouri não tenha sido tão duramente atingido pelo Estado como o Sínodo Riograndense, houve uma forte ação também para com os luteranos ligados a essa instituição religiosa.

³ SCHWARTZMANN, Simon et alli. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ São Paulo/Edusp. 1984. p. 149.

⁴ SCHWARTZMANN, Simon et alli. **Tempos de Capanema**. p. 149.

⁵ DREHER, Martin *O Estado Novo e a Igreja Evangélica Luterana* In.: MÜLLER, Telmo L. (org.) **Nacionalização e Imigração**. X Simpósio de Imigração e colonização alemãs. São Leopoldo: Editora da Unisinos. 1994. p. 106.

⁶ MARTINS, Regiani M apud DREHER, Martin *O Estado Novo e a Igreja Evangélica Luterana*. In.: MÜLLER, Telmo L. (org.) **Nacionalização e Imigração alemã**. p. 87.

⁷ MULLER, Telmo L. *A nacionalização e a escola teuto-brasileira evangélica*. In.: MULLER, Telmo L. (org) **Nacionalização e imigração alemã**. p. 70.

Chegamos claramente a essa constatação através das palavras do Dr. F. C. Streufer, Secretário Executivo das Missões do Sínodo de Missouri, que, em seu relatório para o Conselho de Missão para a América do Sul, registrou a difícil situação enfrentada pelo Distrito Brasileiro do Sínodo nos anos de 1942 a 1945. Entendeu que a Igreja Luterana – Sínodo de Missouri enfrentava uma, senão a maior, crise em sua história.

[...] Estes foram dias de perigo e amargo sofrimento. Nunca, na história do Sínodo de Missouri, nossos cristãos, em algum lugar, sofreram tanta ameaça, antagonismo, animosidade, perseguição às nossas congregações, pastores e irmãos em Cristo como está acontecendo no Brasil.⁸

Com base nesta situação, em especial, duas questões são de suma importância na busca de uma visão mais clara sobre a relação entre o projeto de nacionalização e a Igreja Luterana – Sínodo de Missouri. A primeira questão a ser levantada diz respeito ao entendimento que a Igreja Luterana – Sínodo de Missouri possuía em relação à questão do *Deutschtum*, do Germanismo, tão familiar entre os teuto-brasileiros.

René Gertz, em suas pesquisas sobre o assunto, chega a afirmar que o Sínodo de Missouri, na verdade, havia sido a única instituição ligada aos imigrantes alemães no Sul que renegava expressamente o *Deutschtum*, classificando tal ideologia ou pensamento até mesmo como pecado.⁹

Para Gertz, apesar de usar a língua alemã para se comunicar e pregar a Palavra de Deus aos luteranos que eram na sua maioria teuto-brasileiros e, portanto, falavam alemão, não era objetivo do Sínodo de Missouri ser fomentador da tese da germanidade.

Para defender essa tese, do não incentivo da prática da germanidade entre os luteranos filiados ao Sínodo de Missouri, René Gertz citou a posição do Sínodo de Missouri por ocasião do centenário da imigração alemã em 1924: “Se alguém quer cultivar a germanidade, que vá para a Alemanha. Mas se permanecer aqui e continuar apegado de todo o coração à germanidade, então este cultivo exclui o cultivo da brasilidade. Uma pessoa dessas comete pecado”.¹⁰

Marionilde B. de Magalhães, em seus estudos sobre o nazismo e o pangermanismo no Brasil, partiu da mesma premissa de que enquanto o Sínodo Riograndense sentia-se guardião da concepção e da propagação do germanismo entre os teuto-brasileiros, diferente seria a posição do Sínodo de Missouri. Numa de suas notas explicando esta questão, lemos:

Citamos como contraponto, a este comportamento (do Sínodo Riograndense), a política eclesiástica do Sínodo de Missouri, composto por diversas paróquias existentes na Região Sul e orientado por pastores luteranos dos Estados Unidos. Este jamais comprometeu-se com a ideologia étnica e nem sequer aceitou filiar-se à liga dos Sínodos Luteranos no Brasil.¹¹

Será que realmente o Sínodo de Missouri não possuía nenhum interesse em fomentar e incentivar a germanidade entre os teuto-brasileiros? Será que sua posição era de total rejeição a tal ideologia e prática?

Com toda a certeza, algumas informações importantes sobre essa questão podemos encontrar numa análise mais detalhada do trabalho do Sínodo de Missouri no Brasil, bem como na posição de autoridades eclesiásticas ligadas ao Sínodo.

Na verdade, percebe-se que o Sínodo de Missouri veio ao Brasil com o objetivo básico de atender aos imigrantes alemães e descendentes que aqui já se encontravam. Uma missão mais

⁸ REHFELDT, Mario *Um Grão de Mostarda: A história da Igreja Evangélica Luterana do Brasil*. vol. 1. Porto Alegre: Concórdia, 2003, p. 142.

⁹ GERTZ, René *O perigo alemão* p. 35.

¹⁰ GERTZ, René *O perigo alemão* p. 18.

¹¹ MAGALHÃES, Marionildes B. *O pangermanismo e o nazismo: a trajetória alemã no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp. 1998. p. 219.

concreta com a população brasileira em si, não estava, por assim dizer, nos planos iniciais do Sínodo quando de sua vinda para o Brasil.

Steyer, por exemplo, lembrou que uma ação mais efetiva com a população católica brasileira não fazia parte do trabalho a ser desenvolvido pelo Sínodo de Missouri. “Estas [outras igrejas] enviaram especificamente missionários com o fim de ‘converter’ católicos às suas respectivas denominações. Tal não foi a intenção da Igreja Luterana – Sínodo de Missouri – Seus pastores foram enviados aos luteranos dentre os imigrantes alemães evangélicos. Portanto não para ‘converter’ católicos ao luteranismo.”¹²

Isso obviamente não impediu a participação de pessoas ou mesmo a formação de congregações compostas de pessoas não necessariamente de origem germânica.

Um trabalho mais efetivo com brasileiros somente ocorreu justamente como consequência do próprio projeto de nacionalização de Getúlio Vargas, quando o idioma português passou a ser predominante nas atividades eclesiais do Sínodo. Segundo Rieth: “A IELB só será sacudida definitivamente no sentido de ir se tornando igreja ‘do Brasil’ durante a 2ª Guerra Mundial”.¹³

Torna-se, dessa forma, bastante clara a intenção inicial do Sínodo de estabelecer-se e atender os teuto-brasileiros aqui residentes. Neste sentido, mesmo que não possa ser declarado como um incentivo à prática da germanidade, havia, por parte do Sínodo, uma preocupação inerente a esse grupo.

Steyer entendia que se não havia um incentivo explícito à prática da germanidade, pelo menos a questão da identidade étnica servia para justificar a presença do Sínodo em meio aos teuto-brasileiros. “Para a direção do Sínodo de Missouri, esta ajuda não era apenas um dever cristão, mas uma responsabilidade étnica. Comentava-se que ‘são alemães, são luteranos, cabe ajudá-los’”.¹⁴

Desta forma, se por um lado o Sínodo entendia que o fator étnico era importante, por outro lado, constata-se também que o Sínodo não atribuía a fomentação ou a manutenção desse sentimento à esfera eclesial. Ou seja, o Sínodo de Missouri entendia que a preservação, conservação ou mesmo a fomentação de um “espírito alemão” em terras brasileiras não era da sua competência, visto não ser esta a função primordial e essencial da Igreja, e especificamente no seu caso.

Isto se confirma em depoimentos de pessoas ligadas ao Sínodo de Missouri. Um exemplo pode ser dado quando, no início do século, mais especificamente em 1903, pouco tempo após a chegada do Sínodo de Missouri ao Brasil, o Sínodo responde à acusação de estar defendendo interesses norte-americanos, o que seria uma séria ameaça até mesmo à manutenção do germanismo entre os teuto-brasileiros. A resposta veio através do pastor Wilhelm Mahler que, no ano seguinte, seria eleito o primeiro presidente do Distrito Brasileiro do Sínodo de Missouri.

Contra isso, podemos nós sempre de novo frisar, como até agora o fizemos sempre que surgia uma oportunidade, e o faremos no futuro, que estamos totalmente afastados de qualquer manobra política. Não queremos despertar nos corações o amor pela América do Norte, nem pela Alemanha, mas sim o amor para com a Palavra de Deus. Não queremos ser vistos como pilares e apoiadores do comércio e da indústria, mas como pregadores e mensageiros do Evangelho.¹⁵

Outro exemplo muito pertinente é a declaração do Sínodo em 1937, ano em que Getúlio Vargas iniciava o Estado Novo, quando o presidente do Sínodo era o Rev. August Heine.

1. Nossa Igreja reconhece que existe etnia e cultivo da etnia (preservação da língua e dos costumes). Etnia e cultivo da etnia são questões concernentes à vida civil. Por isso, o cultivo da etnia é uma função das instituições da vida civil (governo, partido, associação, etc.). 2. A Igreja como tal

¹² STEYER, Walter **Os imigrantes alemães no Rio Grande do Sul e o Luteranismo**. Porto Alegre: Singular. 1999. p. 24.

¹³ RIETH, Ricardo *Igreja Evangélica Luterana do Brasil: Uma abordagem histórica*. In.: **Revista Igreja Luterana**. São Leopoldo: s.e. 1996. p. 55.

¹⁴ STEYER, Walter **Os imigrantes alemães no Rio Grande do Sul e o Luteranismo**. p. 23.

¹⁵ STEYER, Walter **Os imigrantes alemães no Rio Grande do Sul e o Luteranismo**. p. 147.

não tem nem o direito nem a incumbência de promover o cultivo da etnia. Por isso nossa Igreja rejeita todo o cultivo da etnia como função eclesiástica e deixa-os aos cuidados das instituições que para tanto foram criadas na vida civil... Nossa Igreja concede liberdade aos membros, professores e pastores em sua vida civil nas questões de etnia e de seu cultivo, caso se mantiverem distantes do caráter mundano pecaminoso tantas vezes a isso ligado e da confusão religiosa contrária à Escritura e à Confissão.¹⁶

Dessa forma, o Sínodo de Missouri não proibia seus pastores de cultivar traços do germanismo e, provavelmente, pastores e membros ligados ao Sínodo participavam de clubes e associações ligadas ao *Deutschtum*, bem como preservavam costumes ligados a sua terra natal. Entretanto, entendia que não caberia a eles, como representantes do Sínodo, fazer uma defesa da germanidade através do discurso eclesiástico.

Mesmo que o discurso oficial da Igreja Luterana – Sínodo de Missouri pudesse, provavelmente, ser de que a questão da germanidade não era da esfera eclesiástica, o que se viu da parte do Estado Brasileiro foram atitudes repressoras contra a instituição religiosa.

Neste sentido, outra questão importante diz respeito ao pensamento que existia por parte do Governo Brasileiro para com a Igreja Luterana – Sínodo de Missouri.

Ao buscarmos respostas em fontes oficiais do Governo Brasileiro, especialmente fontes ligadas às autoridades do Rio Grande do Sul, Estado com o maior contingente de teuto-brasileiros, bem como com o maior número de luteranos ligados à Igreja Luterana – Sínodo de Missouri, encontramos referência à correspondência enviada ao secretário de educação do Rio Grande do Sul, na qual se descreve que o ensino nas escolas luteranas estava acontecendo basicamente em língua portuguesa e que, desta forma, a Igreja já era vista como nacionalizada. “Visitei também todos os pastores e ajudantes da Igreja Luterana, com o mesmo objetivo. Todos estão ensinando catecismo e religião em língua nacional. O ambiente em seus lares é nacional. As escolas encontrei, em linhas gerais, realizando um trabalho genuinamente brasileiro”.¹⁷

Simon Schwartzmann descreve ainda outro relatório do secretário de educação do Rio Grande do Sul no qual o mesmo afirmava que a colônia alemã mantinha perto de duas mil escolas nas zonas de colonização. Elas estavam divididas entre a Igreja Católica, a Igreja Evangélica Alemã (Sínodo Riograndense), Igreja Luterana – Sínodo de Missouri e a Igreja Adventista. “Segundo esta fonte oficial, as Igrejas Adventista e Missouri mantinham praticamente o ensino em português”.¹⁸

Ao mesmo tempo, em seu artigo intitulado *Denúncia*, o secretário de educação do Rio Grande do Sul, Coelho de Souza, afirmava que os teuto-brasileiros podiam ser divididos em três grupos quando se falava em questões de nacionalismo. Afirmava que os membros da Igreja Luterana – Sínodo de Missouri estariam inseridos no segundo grupo, os “tradicionalistas”. Estes, segundo Coelho de Souza, “não alimentam intenções políticas; conservam a tradição, antes, por motivos de ordem espiritual. Acreditam que na tradição reside o espírito de disciplina da gente de origem alemã – base de sua religiosidade”.¹⁹

Outro famoso documento da época, o do Tenente-Coronel Aurélio da Silva Py, Chefe da polícia do RGS intitulado: “A 5ª. Coluna no Brasil” cita várias vezes sua preocupação com o Sínodo Riograndense, porém nenhuma citação é feita em relação à Igreja Luterana – Sínodo de Missouri. Esse silêncio com relação ao Sínodo de Missouri ou deixa uma lacuna quanto ao conhecimento que o mesmo tinha a respeito do Sínodo de Missouri e de sua influência sobre os teuto-brasileiros ou, e talvez deva ser a conclusão mais provável, também compreendia que o Sínodo de Missouri estava se nacionalizando e por isso não foi mencionado.

Apesar dessas informações, algumas questões ficam em aberto e uma pesquisa mais aprofundada é necessária para uma melhor compreensão do assunto.

¹⁶ DREHER, Martin *Igreja e Germanidade*. São Leopoldo: Sinodal. p. 124.

¹⁷ SOUZA, J. P. Coelho *Denúncia: O nazismo nas escolas do Rio Grande*. Porto Alegre: Editora Thurmman, 1942, p. 99.

¹⁸ SCHWARTZMANN, Simonn et alli *Tempos de Capanema*. p. 164.

¹⁹ SOUZA, J. P. Coelho *Denúncia: O nazismo nas escolas do Rio Grande*. p. 18.

A primeira questão é: até que ponto a Igreja Luterana – Sínodo de Missouri realmente estava nacionalizada? Essa reflexão deve ser feita na medida em que as autoridades da época afirmavam isso, porém, segundo nos relata Rehfeldt em sua obra sobre a história da IELB, por volta de 1938 cerca de 84% das atividades, especialmente as prédicas (sermões) na Igreja Luterana – Sínodo de Missouri, ainda eram realizadas em língua alemã.²⁰

Outra questão importante e que exige reflexão: Se a Igreja Luterana – Sínodo de Missouri estava em processo de nacionalização, por que a ação do Estado Brasileiro atingiu boa parte da referida instituição? Vários foram os incidentes que envolveram pessoas ligadas à IELB, seja pastores, seja membros em geral. Basta recordar do testemunho citado anteriormente do Secretário da Igreja Luterana – Sínodo de Missouri, que estava no Brasil na época do Estado Novo, bem como mencionar que até mesmo o presidente do Distrito Brasileiro da Igreja Luterana – Sínodo de Missouri, Rev. August Heine, foi preso acusado de defender idéias nacional-socialistas ou nazistas.

Possivelmente a afirmação do secretário de educação do Rio Grande do Sul, Coelho de Souza, nos auxilie na elucidação da questão. Se, por um lado, entendia que o Sínodo estaria se nacionalizando, por outro enfatizava que é preciso estar constantemente atento à movimentação do Sínodo em terras brasileira.

A ausência de um ideal imediato não o torna inofensivo: o exemplo da Áustria mostra, à saciedade, como um ambiente alemão pode servir de meio de cultura para as mais perigosas ideologias imperialistas e como, por vezes, o sentimento religioso pode ceder passo a um ideal racista.²¹

Concluimos que o Estado Brasileiro via a Igreja Luterana – Sínodo de Missouri em processo de nacionalização, mas, mesmo assim, toda e qualquer ação suspeita, que levasse a uma possibilidade de ação nazista em solo brasileiro, seria alvo de ação repressora do Estado.

Referências bibliográficas:

- DREHER, Martin **Igreja e Germanidade**. São Leopoldo: Sinodal, 1981.
- _____. *O Estado Novo e a Igreja Evangélica Luterana* In.: MÜLLER, Telmo L. (org.) **Nacionalização e Imigração**. X Simpósio de Imigração e colonização alemãs. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 1994.
- GERTZ, René **O Perigo Alemão**. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 1997.
- MAGALHÃES, Marionilde B. **O pangermanismo e o nazismo: a trajetória alemã no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp. 1998.
- MULLER, Telmo L. *A nacionalização e a escola teuto-brasileira evangélica*. In.: MULLER, Telmo L. (org) **Nacionalização e Imigração**. X Simpósio de imigração e colonização alemãs. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 1994.
- PY, Aurélio da Silva **A 5ª. Coluna no Brasil**. Porto Alegre: Globo, 1942.
- REHFELDT, Mario **Um Grão de Mostarda: A história da Igreja Evangélica Luterana do Brasil**. vol. 1. Porto Alegre: Concórdia, 2003.
- RIETH, Ricardo *Igreja Evangélica Luterana do Brasil: Uma abordagem histórica*. In.: **Revista Igreja Luterana**. São Leopoldo: s.e. 1996.
- SCHWARTZMANN, Simon et alli. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ São Paulo/Edusp. 1984.
- SOUZA, J. P. Coelho **Denúncia: O nazismo nas escolas do Rio Grande**. Porto Alegre: Editora Thurmman, 1942.
- STEYER, Walter **Os imigrantes alemães no Rio Grande do Sul e o Luteranismo**. Porto Alegre: Singular, 1999.
- WESTPHALEN, Maria C. e BALHANA, Altiva P. *O combate à desnacionalização – 1937/1938*. In.: **Anais da XXI Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH)**. Rio de Janeiro: s. e. 2001, p. 408.

²⁰ REHFELDT, Mario **Um grão de mostarda: a história da Igreja Evangélica Luterana do Brasil**. p. 140.

²¹ SOUZA, J. P. Coelho de **Denúncia: O nazismo nas escolas do Rio Grande**. p. 18.

COMUNIDADE OU SOCIEDADE RELIGIOSA – DO DISCURSO AO COTIDIANO

Roberto Radünz¹

A região de Santa Cruz experimentou dois tipos de colonização: a provincial e a particular. Em ambos estiveram presentes católicos e protestantes, que dividiram o mesmo solo. Nos primeiros momentos, caracterizados como de grande dificuldade, os colonos de ambas as confissões se lançaram juntos à construção de uma nova vida.

O catolicismo era reconhecido pela Constituição de 1824 como religião do Império e por essa razão tinha amparo legal.² Mas mesmo com esse respaldo oficial, os imigrantes católicos enfrentaram as dificuldades inerentes ao processo de colonização. Os esforços empreendidos na colônia permitiram que num período relativamente curto de tempo, as comunidades católicas pudessem atender seus fiéis com missas, mas, fundamentalmente, nas atividades sócio-religiosas: Batismo, Primeira Comunhão, Casamento e Enterro.

O protestantismo inicial se deparou com a dificuldade de não receber nenhuma ajuda externa. Além disso, havia certas restrições constitucionais que limitavam a atuação eclesiástica. Essas, no entanto, foram de menor influência no mundo hegemonicamente colonial. Os protestantes tiveram que redobrar seus esforços para sanar essa lacuna, quer construindo suas igrejas, quer contratando pastores pagos pelos próprios membros, com vistas a resolver também as mesmas necessidades sócio-religiosas anteriormente referidas aos católicos.

A existência de comunidades organizadas se justificava na razão direta das necessidades espirituais de seus membros. Com algumas exceções, esses colonos eram religiosos. Explicavam sua vida a partir dos desígnios divinos, quer na sorte de dias bons, quer nas mazelas que o mundo lhes impunha.³ A mensagem que o púlpito trazia os reconfortava para seguirem adiante num cotidiano marcado por grande esforço. Além do atendimento das necessidades espirituais, as comunidades também atuavam num espaço sócio-religioso (batismo, confirmação/primeira comunhão, casamento e enterro) de grande importância para a organização destas colônias.

No que se refere às comunidades religiosas, suas funções transcendiam em muito as puramente religiosas. As atividades clássicas, batismo, confirmação, casamento e enterro, carregavam uma profunda dimensão social numa realidade carente de ordenamento. Ferdinand Schröder resumiu essa necessidade de atendimento religioso, afirmando que os pastores tinham muito a fazer “*confirmando, casando e batizando*”.⁴

O atendimento religioso contemplava toda a existência do membro da comunidade, do nascimento à morte. Pelas necessidades que os ritos impunham, o fiel permanecia toda a sua vida vinculado à comunidade. Cada um desses atendimentos inseria o membro num novo estágio – espiritual e social – uma vez que os ritos tinham como objetivo introduzir a pessoa na vida religiosa e, por via de consequência, na vida social. Esse imbricamento entre vida social e espiritual era algo vital no cotidiano do mundo colonial.

¹ Professor do Departamento de História da UNISC e da UCS.

² VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. Brasília: Editora da UnB, 1980, p. 27.

³ RADÜNZ, Roberto. *Do Poder de Deus Depende*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1996.

⁴ “...Er fand viel zu tun (...) konfirmierend, trauend und taufend”. SCHRÖDER, Ferdinand. *Brasilien und Wittenberg*. Berlin-Leipzig: Walter de Gruyter, 1936, p. 135.

“Eu te batizo em nome...”

O primeiro rito de passagem, sacramento por excelência, iniciava a pessoa na vida religiosa. O Batismo tinha uma importância que transcendia o ato puramente religioso. Ele carregava uma dimensão social.

O Batismo, prática recorrente tanto entre católicos quanto protestantes, integrava a criança na comunidade social. Ela recebia oficialmente um nome, era aceita como parte do grupo, como família de Deus. O “fazer parte” era ratificado por um simbolismo que ultrapassava os limites do puramente social, era legitimado espiritualmente. O Batismo, dentro do contexto cerimonial, incluía algumas pessoas chamadas de padrinhos, que por sua vez, tornavam-se “compadres” dos pais da criança batizada. Essa tradição unia as pessoas da comunidade e, por via de consequência, cristalizava o grupo religioso cada vez mais em si mesmo. Para assumir tal “tarefa”, era necessário ser parte do próprio grupo religioso.

*“Para ser padrinho de batismo e casamento serão aceitas apenas pessoas confirmadas (...), os pais deverão escolher para padrinhos de Batismo somente aqueles de confissão evangélica”.*⁵

Os Estatutos da Comunidade de Ferraz e Vila Germânia⁶ são muito semelhantes. Tudo indica que o segundo tenha se baseado no primeiro. No que se refere às testemunhas do Batismo, os Estatutos da Vila Germânia não são tão rígidos, na medida em que omitem a segunda parte do parágrafo 3, que orienta os pais a escolherem padrinhos de confissão evangélica. Na Vila Germânia havia uma relação social e econômica entre colonos teutos e luso-brasileiros, o que não ocorre na mesma dimensão em Ferraz. Talvez isto explique a omissão confessional como impeditivo da extensão deste convite.

Entre os protestantes o termo utilizado para identificar o membro da comunidade era “Mitglied”.⁷ Este termo, porém, não era utilizado para identificar a criança batizada. Ela era parte do grupo espiritual, porém não fazia parte do rol de membros “com direitos”. Os direitos de decisão dentro da comunidade estavam reservados aos homens com mais de vinte e um anos e “membros” (“Mitglieder”) economicamente da comunidade. O indivíduo batizado fazia parte da família de Deus – o pertencimento espiritual.

Outro aspecto importante neste ato era a oficialização do nome da criança. No momento do Batismo, a criança era alvo do ato sacramental sendo chamada pelo seu nome; esse passava a ser reconhecido socialmente.

O Batismo era uma necessidade espiritual, da qual ninguém ousava abrir mão, inclusive aqueles não muito chegados à religião. Ele envolvia a purificação do pecado original - “o lavar regenerador e renovador do Espírito Santo” –; uma mudança de estado, uma transformação total realizada com sinais externos - “água, ligada à Palavra de Deus”, - ou, nas palavras de Lutero, “o Batismo não é apenas água simples, mas é a água compreendida no mandamento divino e ligada à Palavra de Deus”.⁸

Em torno desse ato, pelos mistérios que o cercavam, se desenvolveram algumas práticas populares (crendices), como o de confinar a criança em casa até o ato batismal, ou de se guardar a água utilizada no sacramento, entre outras.

Sem dúvida a grande importância do Batismo residia no “fazer parte” da família de Deus. Era um pertencimento espiritual, uma certeza de se ter a proteção de Deus e a esperança da vida eterna. Essa esperança era algo muito importante, na medida em que os índices de mortalidade, principalmente infantil, eram muito altos. Os registros de óbitos, na Comunidade da Vila Germânia

⁵ “...Zu Tauf und Trauzeugen sollen nur solche Personen zulässig sein, die Konfirmiert sind. (...) dass zu Taufzeugen nur Personen evangel. Konfession von den Eltern gewählt werden.” Arquivo da Comunidade Evangélica de Ferraz. A partir daqui citada como ACEF: Gemeinde Ordnung der deutsch-evangel. Gemeinde... - 1875: Capítulo V/3.

⁶ Comunidades luteranas na região de Santa Cruz do Sul. A primeira no atualmente no interior do município de Vera Cruz, a Segunda município de Candelária

⁷ Membro = “ter parte” da comunidade.

⁸ LUTERO, Martinho. *Catecismo Menor*. Porto Alegre: Concórdia, 1967, p. 13.

nia, no último quartel do século XIX, apontam uma mortalidade infantil elevada para os padrões de hoje. Das 445 pessoas enterradas 240 estavam na faixa que vai do nascimento aos cinco anos - 53,9% dos óbitos neste período.⁹ Este dado reforçava a necessidade do sacramento do batismo como meio destas crianças, ceifadas prematuramente, alcançarem a vida eterna.

“Já pode dançar...”

A Confirmação marcava o segundo momento da pessoa dentro dos ritos de passagem. Esse rito, por não ser “ordenado divinamente”, gerou na história das comunidades uma série de discussões a respeito de detalhes a serem fixados, como idade, duração da instrução, o tipo de ensino, entre outros.

A preocupação com a ordem da instrução aparece várias vezes nas atas dessas comunidades. Em Ferraz, realizou-se uma Assembléia específica para tratar do assunto, em outubro de 1903. Segundo a Ata, a assembléia iniciou com a oração inicial e logo após foram discutidas algumas questões referentes ao tema. O primeiro ponto versou sobre a época da instrução. Deliberou-se que ela haveria de acontecer em dois verões, de novembro a março. Além disso, os postulantes ao ensino confirmatório deveriam participar da “*Sonntagsschule*”¹⁰, na qual seriam instruídos a respeito de história bíblicas e aprenderiam hinos do hinário.

“Os confirmandos, durante os dois anos de instrução, deverão participar, a cada duas ou três semanas, da escola dominical. Aí, além de terem aula sobre a história da bíblia, serão ensaiados nos cantos da igreja através do pastor”.¹¹

No rito da confirmação protestante havia a preocupação em imprimir as verdades evangélicas contidas no Catecismo Menor de Martinho Lutero. Nesse sentido, as crianças eram induzidas a decorar os Dez Mandamentos e outras explicações contidas no Catecismo sobre Batismo e Santa Ceia. Seguramente essas verdades, por conterem conceitos filosóficos e teológicos, eram de difícil compreensão para esses jovens dos onze aos treze anos - período em que recebiam a instrução. Dessa forma, as crianças eram compromissadas com a fé sem que de fato esta fé pudesse ser refletida; apenas aceita como dogma.

Esse tipo de instrução, de certa forma bastante intensa, haja vista a exigência da dupla participação na educação religiosa – “*Sonntagsschule*” e instrução –, tinha por finalidade imprimir nas crianças as partes principais da fé evangélica, através da repetição. Esse modelo de educação baseado na “retenção de verdades” seguramente foi importante para a manutenção da fé - mesmo que muitas vezes a complexidade expressa nas definições não fosse compreendida na sua totalidade. Inúmeros relatos dão conta de que pessoas idosas, no leito de morte, ainda repetiam os princípios básicos da fé cristã.

Também na Comunidade da Vila Germânia a preocupação com a instrução estava presente nos Estatutos da Comunidade. Uma série de recomendações determinavam as regras deste ato.

“A Confirmação deverá cair, dentro do possível, no Domingo de Ramos, a primeira Santa Ceia ocorrerá na Sexta-feira Santa ou Páscoa. O pastor deverá reunir a comunidade para proferir a bênção de confirmação. Após a instrução, cada um comprovará saber o Livro de Perguntas de Württemberg. O mínimo a saber para a confirmação será recitar de cor o Catecismo Menor de Lutero e as perguntas do Livro de Perguntas de Württemberg. Para as crianças fracamente dotadas de inteligência, o pastor deverá fazer uma exceção”.¹²

⁹ Arquivo da Comunidade Luterana Cristo de Candelária, a partir daqui citado como ACLC: *Toten Register – 1874-1900*.

¹⁰ “*Escola Dominical*”.

¹¹ “... *Die Konfirmanden sollen die zwei Jahre hindurch etwa 14 Tage bis drei Wochen an der Sonntags Schule sich beteiligen. Sie sollen darin neben Unterricht in der bibl. Geschichte vor allem im Kirchengesang durch den Pfarrer geübt werden.*” ACEF: *Protokoll der Gemeindeversammlung von 11/10/1903*.

¹² “... *Die Konfirmation soll wenn möglich auf den Palmsonntag, die erste Abendmahlsfeier auf den Karfreitag oder Osterfest fallen. Der Pfarrer hat die Konfirmanden vor der Einsegnung vor der versammelten Gemeinde, nach Anleitung des von jeher in der Gemeinde eingeführten württembergischen Fragebuches zu prüfen. Als geringstes Mass des Wissens für die Konfirma-*

Também nesse rito, além do aspecto espiritual, havia um profundo caráter social. A Primeira Comunhão marcava, enquanto rito de iniciação, a transição para uma nova fase, qual seja - a fase do relacionamento social. “*Kann schon tanzen*”¹³ expressava que a criança estava apta a um relacionamento social enquanto indivíduo, e desta forma era aceita socialmente. Nesse contexto, poder dançar ia além do simples ato da dança: representava um novo estágio da vida social e também religiosa.

O comungar ampliava o vínculo de participação da pessoa na comunidade, no entanto tal relação ainda era primordialmente de caráter espiritual. Era com o casamento que a participação da pessoa na Comunidade passava a ser vista sob o prisma de “ter parte”.

“O que Deus uniu...”

O casamento significava um novo momento social. Principalmente porque se considerava que a partir do casamento acontecia a maioridade. Isso representava a possibilidade da participação nos direitos e, conseqüentemente, nos deveres da comunidade religiosa. Significava igualmente a aceitação pela comunidade social.

Com o matrimônio, o homem passava a ter obrigações frente à congregação. Dois eram os requisitos exigidos para “ter parte” na comunidade, “*depositar sua fé naquilo que está no capítulo 1, parágrafo 1, e aceitar suas obrigações na Comunidade...*”.¹⁴ Essas obrigações iam desde uma vida devota como membro, aceitando os artigos de fé descritos no primeiro capítulo, até o pagamento da taxa anual. Tal contribuição, conhecida como “*salário do pastor*”¹⁵, era a principal obrigação financeira - somada a outras eventuais como construções, reformas, reparações, etc. O casamento formava um novo membro para a comunidade no que se refere à questão das contribuições.

Outro elemento que precisa ser levado em conta sobre o casamento refere-se aos matrimônios mistos. Para alguns ele era uma desonra, já que era considerado uma negação da confissão de fé e da própria origem. Uma opinião balizada do mundo evangélico traduz isto, nas palavras do Dr. Rotermund: “*Dois eram os seus argumentos neste tocante: tal atitude significava a negação da fé e, além disto, o matrimônio misto implicaria em negação da própria etnia*”.¹⁶

No tocante ao casamento dos protestantes, não se pode perder de vista que a Constituição Imperial de 1824 não reconhecia oficialmente tais uniões. Com a entrada cada vez maior de imigrantes protestantes, a lei foi adaptada para regular tais situações matrimoniais, em 1863. Segundo essa lei

“os casamentos de nacionais que professarem religião diferente do Estado, celebrado no Império depois da publicação da Lei de 11 de setembro de 1861 (art. 1 § 3º da citada lei), dependem, para que sejam extensivos os efeitos civis dos casamentos católicos: 1º Da celebração do ato religioso segundo o costume, ou prescrições das religiões respectivas; 2º Da celebração desse ato religioso por Pastor ou Ministro que, na conformidade deste Regulamento, tenha exercitado funções de seu Ministério religioso com as condições necessárias para que tal ato produza efeitos civis; 3º Do registro, também na conformidade deste Regulamento”.¹⁷

Se a regra eram os casamentos dentro do próprio grupo étnico-religioso, na região em estudo não são raros os casamentos entre católicos e protestantes, entre alemães e luso-brasilei-

tion soll verlangt werden das Auswendigwissen des kleinen lutherischen Katechismuses und der Fragen und Antworten des württembergischen Fragebuchs. Bei schwachbegabten Kindern hat der Geistliche das Recht von dieser Forderung Ausnahmen zu machen”. ACLC: Gemeinde Ordnung der deutsch-evangel. Gemeinde... - 1888. Cap. IX/8.

¹³ “Já sabe dançar”. Essa expressão era muito utilizada entre os colonos alemães apresentando a criança à sociedade.

¹⁴ “... sind alle diejenigen welche im Kapitel I, Paragraph 1, bestimmten Glauben bekennen, und die ihren Verpflichtungen der Gemeinde gegenüber nachkommen”. ACLC: Gemeinde Ordnung der deutsch-evangel. Gemeinde... - 1888. Cap. II/1.

¹⁵ “...Beiträge zum Pfarrergehalt zu entrichten...”. ACLC: Gemeinde Ordnung der deutsch-evangel. Gemeinde... - 1888. Cap. IV/3.

¹⁶ DREHER, Martin. *Igreja e Germanidade*. São Leopoldo: Sinodal, 1984, p. 91.

¹⁷ IOTTI, Luiza H. *Imigração e Colonização*. Caxias do Sul: EDUCS, 2001, p. 266.

ros. Alguns exemplos atestam essa realidade; encontram-se no “*Trauungen Register*” da Vila Germânia cinco registros de casamentos entre católicos e evangélicos: Pereira e Brinkmann, Koppe e Pereira, Kellermann e Pereira, Vollmer e Rehbein e Correa e Ristow.¹⁸

O casamento misto era tolerado principalmente em Comunidades onde católicos e protestantes se equiparavam socialmente. Segundo Estatutos de 1883, o pastor poderia, em havendo necessidade ou pedido, “*também servir a católicos, tanto quanto permitirem as leis deste país*”.¹⁹ Além disso, os Estatutos chegavam a referir-se às “*famílias mistas que pagariam apenas a metade da jóia*”.²⁰

Interessante que os Estatutos permitiam essa brecha. No preâmbulo ficava evidente a necessidade de se aceitar a “*confissão principal da Reforma*”²¹ para ser membro e, por sua vez, gozar dos direitos da comunidade.

Essa disponibilidade de atendimento marca uma característica “*sui generis*” das chamadas “*Freigemeinden*”, que se constituíram a partir das próprias necessidades que o cotidiano lhes impunha.

“O pastor poderá executar funções a outros correligionários religiosos, que não pertencerem a comunidade alguma, mas não sem a permissão da diretoria. Poderá, a pedido, servir católicos dentro dos limites da comunidade”.²²

Apesar dessas variantes, a marca registrada desse período foi o casamento dentro do próprio grupo étnico-religioso. Tal modelo vinha manter a coesão do grupo e garantir antigos valores culturais. Dentro do mundo colonial a família tinha uma grande importância, pois através dela eram repassados uma série de valores formativos.

“O conjunto das instituições étnicas se completa com a família, reduto íntimo da etnicidade, pois cabe a ela socializar os filhos como membros do grupo (...); no contexto étnico o papel principal é o controle familiar sobre os casamentos, o que supõe o controle sobre a endogamia”.²³

“Terra à terra; pó ao pó; cinza à cinza...”

O último estágio da vida do membro esbarrava na morte, e para esse havia a necessidade de todo um cerimonial socialmente aceito. Era inconcebível um enterro sem acompanhamento religioso. Diante do absurdo da morte, havia a necessidade de uma palavra de consolo e conforto, que de alguma forma viesse a amainar o profundo pesar que a perda de uma pessoa querida causava.

A realidade da morte entre os protestantes segue uma lógica diferente da visão católica, que se sustenta na possibilidade do Purgatório e das missas redentivas. Entre os evangélicos a morte significava o fim; nada mais se poderia fazer.

Para ilustrar a questão da realidade da morte, os dados da comunidade da Vila Germânia²⁴ apontam alguns aspectos importantes. No último quartel do século XIX, 53,9% dos enterros eram de crianças, como já referido anteriormente. Entre as razões da mortandade encontram-se principalmente a falta de atendimento médico diante de doenças simples como a febre, e

¹⁸ ACLC: *Trauungen Register*. Vol. 1.

¹⁹ “...auch Katholiken zu bedienen, so weit es nach den Gesetzen dieses Landes gestattet ist”. ACLC: *Gemeinde Ordnung der deutsch-evangel. Gemeinde...* - 1883: Cap. IX/12.

²⁰ “...Gemischte Familien zahlen nur die Hälfte des Austrittsgeldes...”. ACLC: *Gemeinde Ordnung der deutsch-evangel. Gemeinde...* - 1883. Cap. IV/2.

²¹ “...und den Hauptbekenntnissen der Reformation”. ACLC: *Gemeinde Ordnung der deutsch-evangel. Gemeinde...* - 1883: Cap. 1.

²² ACLC: Estatutos da Comunidade Independente de Candelária. – 1917: Cap. VII/10. E ainda: “...Der Pfarrer darf nicht ohne Erlaubnis des Vorstandes entfernt wohnenden Glaubensgenossen die zu keiner Gemeinde gehören können Amtshandlungen verrichten. Er steht ihm frei auf Verlangen auch Katholiken zu bedienen, welche im Bezirk der Gemeinde wohnen”. ACLC: *Gemeinde Ordnung der deutsch-evangel. Gemeinde...* - 1905: Cap. VII/10.

²³ SEYFERTH, Giralda. *Imigração e Cultura no Brasil*. Brasília: Editora da UnB, 1990, p. 84.

²⁴ ACLC: *Toten Register* – 1874-1900.

mesmo em casos mais complicados como o tifo - diversas vezes referido como “*causa mortis*”.

Os “*Toten Register*” são muito ricos nas informações que trazem. Além de apontarem dados pessoais e a causa da morte, também traziam o texto escolhido pelo pastor para balizar sua mensagem fúnebre. Esses textos permitem recompor o discurso religioso diante do absurdo da morte, principalmente quando ceifava crianças que tinham toda uma vida pela frente.

No que se refere aos enlutados do infante, o consolo religioso seguia duas teses básicas: os desígnios divinos, vinculados ao desejo eterno de Deus de ter os seus consigo. Um dos textos mais utilizados para este momento de morte era o do profeta Isaías, no capítulo 55: “*Porque os meus pensamentos não são os vossos pensamentos, nem os vossos caminhos os meus caminhos, diz o Senhor*”.²⁵

A religião atuou, principalmente entre as pessoas mais humildes, como uma âncora de justificação para aquilo que fugia à compreensão humana. Se uma criança vinha a faltar, como se poderia justificar essa realidade, considerando também que Deus vela por seus filhos? Os pensamentos de Deus fugiam à compreensão da comunidade, e nada havia a fazer a não ser resignar-se diante de uma vontade tão superior. Para o conjunto dos fiéis, o problema estava “resolvido”: nada mais havia a questionar diante de um argumento tão superior - a vontade de Deus.

Também na adolescência e na idade adulta, marcada por planos e projetos de uma vida melhor, a morte se fazia presente. Os colonos, na sua maioria, haviam deixado a pátria de origem na expectativa de uma vida melhor, de progresso, de condições mais justas de existência. As contingências da nova realidade pareciam apontar para tal; por que a morte? A figura veterotestamentária da terra prometida de certa forma ilustra essa realidade, essas expectativas de uma vida melhor. Muitos, a exemplo de Moisés, não chegaram a desfrutar das benesses desta terra que “*mana leite e mel*”. A morte havia batido à sua porta. Havia necessidade de uma justificativa espiritual. Tal justificativa estava baseada na perspectiva da companhia de Deus, tanto na vida quanto na morte. “*Porque nenhum de nós vive para si mesmo, nem morre para si mesmo. Porque se vivemos, para o Senhor vivemos: se morremos, para o Senhor morremos. Quer, pois, vivamos ou morramos, somos do Senhor*”.²⁶ Este consolo também servia de estímulo aos que permaneciam a erguer suas cabeças e continuar a batalha do cotidiano – “*quer, pois, vivamos ... somos do Senhor*”.

Não havia maiores problemas quer diante da vida quer da morte - porque em ambas as situações Deus estava presente no discurso religioso. Era ele que, em sua eterna sabedoria, atuava para o bem de seus amados. “*É Deus quem os toma pela sua mão*”. Ele jamais os desamparava. Essa era a grande mensagem compartilhada com as pessoas tristes: diante do absurdo da morte de pessoas cheias de vida, estava a mão de Deus. “*Porque eu, o Senhor teu Deus, te tomo pela tua mão direita e te digo: não temas que eu te ajudo (...) para que todos vejam e saibam, considerem e juntamente entendam que a mão do Senhor fez isso*”.²⁷

A mensagem, neste contexto, tornava-se ambivalente, já que tanto servia de consolo para os enlutados, como justificava o fato de Deus ter levado para si aqueles a quem ama, para dar-lhes uma nova vida, cheia de felicidade – no céu.

Por fim, a morte “tranquila”, “aceita” – a morte daqueles que já trilharam os seus caminhos nesta vida. Ainda hoje se encontram entre os descendentes teuto-gaúchos, com idade avançada, aqueles que se preparam para a morte. Evidentemente quando ela pode ser prevista, em casos de velhice ou doença. Essa preparação envolvia a sepultura, o caixão, as vestimentas mortuárias.²⁸

Outra questão que chama a atenção é o sentimento de “*querer morrer*” depois de uma certa idade; talvez um reflexo inconsciente do lamento do salmista: “*Setenta anos é o tempo de*

²⁵ ACLC: *Toten Register* – 1874-1900. BÍBLIA SAGRADA: Is 55.8.

²⁶ ACLC: *Toten Register* – 1874-1900. BÍBLIA SAGRADA: Rm 14.7-8.

²⁷ ACLC: *Toten Register* – 1874-1900. BÍBLIA SAGRADA: Is 41.13,20.

²⁸ Um relato descrito no *Deutsche Ansiedler* descreve a situação de um infectado por varíola que estava condenado a morrer. Um esperto ofereceu-se pelo valor de 30 Thaler para “*tomar os cuidados necessários quando ele estivesse morto*”. “*...wenn Sie tot sind, will ich Sie pflegen...*” *DEUTSCHE ANSIEDLER*: 1883, (dezembro), p. 94.

nossa vida, oitenta anos, se ela for vigorosa; e a maior parte deles é fadiga e mesquinhez, pois passam depressa, e nós voamos”.²⁹ Esse discurso, essas argumentação, inúmeras vezes era repetido de cima da púlpito, gerando um certo “conformismo religioso” diante da morte. O pastor itinerante Haetinger, numa de suas viagens, descreveu seu encontro com um senhor já avançado de idade que lhe indagou: “*Senhor Pastor, eu não sei qual é a minha culpa, para que eu tenha que viver tanto tempo e não possa morrer*”.³⁰

De qualquer forma, esta era a morte mais “serena”.

“Combati o bom combate, completei a carreira, guardei a fé. Já agora a coroa da justiça me está guardada, a qual o Senhor, reto Juiz, me dará naquele dia; e não somente a mim, mas também a todos quanto amam a sua vinda”.³¹

Além de justificar a morte enquanto busca da “coroa reservada”, este modelo de consolo vinha reforçar a necessidade, para aquelas pessoas que ainda permaneciam na vida, de “*combater o bom combate*”, a fim de permanecer nos caminhos de Deus, pois desta forma haveria de alcançar uma morte bem-aventurada. Isso era um elemento importante para reforçar a participação das pessoas na vida da comunidade. “*Bem-aventurado o homem que suporta com perseverança a provação; porque, depois de ter sido provado, receberá a coroa da vida, a qual o Senhor prometeu aos que o amam*”.³²

Desta forma, a comunidade construía, através da sua mensagem, um código de ética que mantinha seus membros dentro de um pacto de convivência socialmente necessário. Era a comunidade que, por ser uma instituição socialmente aceita e com autoridade para tal, balizava as ações humanas também nos atos fúnebres. A mensagem, via de regra seguia dois caminhos: consolava os enlutados e apontava o caminho a ser seguido por aqueles que ainda permaneciam nesta vida. O caminho apontado reforçava a necessidade de uma vida santificada, temente a Deus e ligada à Comunidade.

O pastor assumia, nos atos fúnebres, as funções de “*mestre de cerimônias*”, dando ordenamento ao cortejo. Nesse féretro também se faziam representar as sociedades³³ com suas homenagens póstumas. A mensagem ressaltava aspectos positivos da vida daquele que protagonizava o evento.

O enterro tinha grande importância. O pastor iniciava a cerimônia com algumas palavras seguidas de um canto. Depois iniciava propriamente o cortejo, que na Vila Germânia era “*um tanto singular*”. Tudo “*era feito a cavalo*”³⁴. O pastor cavalgava à frente e era seguido pela carruagem fúnebre; após vinham os enlutados. Nessa comunidade, não havia um cemitério ao lado da igreja, o que destoava em parte da realidade das demais paróquias em volta, com exceção de Santa Cruz. Ambas se encontravam num traçado urbano desde cedo. Por essa razão possivelmente não tenha sido erigido um “*Jardim da Paz*”³⁵ ao lado do templo. Nas Paróquias do interior³⁶, porém, a discussão a respeito da necessidade de um cemitério esteve sempre presente. Necrópole que deveria abrigar, por princípio, os mortos “chamados por Deus” – não os suicidas.

O suicídio causava desconforto nas comunidades. Alguns registros oficiais³⁷ mencionam essa razão como causa *mortis*. Nos Estatutos da Comunidade da Vila Germânia no ano de 1883 claramente se definiu que “*nenhum suicida poderá ser enterrado pelo pastor da comunidade*”.³⁸

²⁹ ACLC: *Toten Register* – 1874-1900. BIBLIA SAGRADA: Sl 90.10

³⁰ “Herr Prediger, ich weiss nicht, mit was ich es verschulde, dass ich so lange leben muss und nicht sterben kann”. DEUTSCHE ANSIEDLER: 1889, (maio), p. 38.

³¹ ACLC: *Toten Register* – 1874-1900. BIBLIA SAGRADA: 2 Tm 4.7-8.

³² ACLC: *Toten Register* – 1874-1900. BIBLIA SAGRADA: Tg 1.12.

³³ São sociedades culturais, recreativas, esportivas, etc.

³⁴ “sonderbar war (...) alles ist zu Pferde...”. DEUTSCHE ANSIEDLER: 1896, (março), p. 37.

³⁵ “Friedhof” é o termo alemão para cemitério.

³⁶ Paróquias de Ferraz e Rio Pardinho, e suas afiliadas.

³⁷ ACLC: *Toten Register* – 1874-1900.

³⁸ “Kein Selbstmörder darf von dem Gemeinde Pfarrer beerdigt werden”. ACLC: *Gemeinde Ordnung der deutsch-evangel. Gemeinde...* - 1883: Cap. IX/16.

Cinco anos depois, este parágrafo foi subtraído dos estatutos. “*Segundo decisão da assembléia da Comunidade de 29 de janeiro de 1888, deverá ser desconsiderado o parágrafo 16 do capítulo IX e não mais lembrado*”.³⁹

O suicídio se tornou um problema social a ser tratado pela Comunidade de forma mais branda. Não importava a causa da morte; havia a necessidade de um enterro socialmente aceito. Esse parece ter sido o argumento para derrubar o parágrafo que proibia o enterro de suicidas. No entanto, essa causa *mortis* recebia um tratamento diferenciado quando da entrada no cemitério. A regra, nessa situação, era de se suspender o caixão por cima do muro ou da cerca lateral. Isto quando não era enterrado do lado de fora do cemitério.

Após o cerimonial do enterro, a vida deveria continuar. Principalmente porque a desorganização do mundo, patrocinada pela morte, estava resolvida. O mundo novamente estava organizado pela atuação da comunidade religiosa, com todas as suas pompas e crenças.

Bibliografia:

DEUTSCHE ANSIEDLER – Organ der evangelischen Gesellschaft für die protestantischen Deutschen in Amerika (zu Barmen) und der Berliner Gesellschaft für die deutsche evangelischen Mission in Amerika. *Barmen: D. B. Wiemann, 1882-1940.*

DREHER, Martin. *Igreja e Germanidade*. São Leopoldo: Sinodal, 1984.

IOTTI, Luiza H. *Imigração e Colonização*. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

LUTERO, Martinho. *Catecismo Menor*. Porto Alegre: Concórdia, 1967.

RADÜNZ, Roberto. *Do Poder de Deus Depende*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1996

SEYFERTH, Giralda. *Imigração e Cultura no Brasil*. Brasília: Editora da UnB, 1990.

SCHRÖDER, Ferdinand. *Brasilien und Wittenberg*. Berlin-Leipzig: Walter de Gruyter, 1936.

VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. Brasília: Editora da UnB, 1980.

³⁹ “*Laut Beschluss der Gem. Versammlung von 29. Januar 1888, wurde der 16. Paragraf des IX Kapitel gestrichen und soll daran nicht gedacht werden*”. ACLC: *Gemeinde Ordnung der deutsch-evangel. Gemeinde...* - 1883: Cap. IX/16.

O PAPEL DA IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL NAS NOVAS ÁREAS DE COLONIZAÇÃO: O CASO DE RONDÔNIA 1972-1987

Rogério Sávio Link*

Na época da colonização de Rondônia, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) estava mergulhada em profunda crise de paradigma. Por um lado, existiam os conservadores e, por outro, aqueles que buscavam novos jeitos de ser igreja. Os que buscavam novos jeitos estavam cientes de que a IECLB tinha que sair do gueto e ir em direção ao Norte do Brasil¹. O Movimento Encontro² encaminhou seu projeto de Missão Zero³, enfocando a região urbana; enquanto as pessoas que se identificavam mais com a Teologia da Libertação buscavam acompanhar os membros nas Novas Áreas de Colonização (NAC) e apoiar os pequenos agricultores para que esses não aderissem ao êxodo rural. Assim, quando a IECLB decidiu acompanhar os membros nas NAC, o projeto que se seguiu foi claro: queria-se ensaiar novos jeitos de ser igreja. Nada melhor do que ensaiá-los nas novas áreas. Essa idéia está expressa na moção do Secretário Geral Rodolfo Schneider para o Concílio de Panambi:

A IECLB encontra-se no início de uma época completamente nova, com chances que talvez nenhuma outra Igreja no mundo tenha: o desbravamento do Oeste brasileiro oferecerá à IECLB a possibilidade da experiência e execução de novos métodos de trabalho e de novos tipos de ministérios, em zonas recém-abertas, livres de tradições e estruturas obsoletas. A disposição de enfrentar o desconhecido, para formar o seu futuro, dá aos colonizadores dessas áreas a abertura de colaboração e aceitação desses novos métodos de trabalho. Desta experiência haverá certamente, como reflexo, uma reação de abertura e maior disposição nas Comunidades estruturadas, para novas formas de trabalho e novos tipos de ministérios.⁴

A crise na agricultura, a modernização e a mecanização fizeram-se sentir profundamente dentro da IECLB, pois expulsou seus membros das colônias para as cidades ou para as novas fronteiras agrícolas. No caso de Rondônia, a situação era emergencial; e também não fugia do que

* O autor morou toda sua infância em Espigão do Oeste/RO. Graduiu-se na Escola Superior de Teologia, em São Leopoldo/RS, onde obteve, o título de mestre e, atualmente, faz doutorado em história da igreja no Instituto Ecumênico de Pós-Graduação. Sua pesquisa concentra-se na história da igreja na Amazônia.

¹ Para aprofundar essa questão veja Rolf SCHÜNNEMANN, *Do gueto à participação*.

² O Movimento Encontro tem seu início em meados da década de 1960 e início de 1970. Sua gênese está intrinsecamente relacionada aos grupos ECO. Os grupos ECO são uma proposta de edificação de comunidade baseada na mordomia — entrega de Tempo, Talento e Tesouro, os três T. Esses são pequenos grupos, de no máximo seis pessoas, com objetivos, metodologias e regras disciplinares próprias. Alguns pastores e leigos achavam que a IECLB sofria de um profundo sono espiritual e que era necessário fazer alguma coisa para sair desse “sono à moda da bela adormecida”. Foi a cidade de Novo Hamburgo a primeira a experimentar a proposta de edificação a partir dos grupos acima citados. Seguindo o exemplo de Novo Hamburgo, outros pastores começaram a usar o mesmo método em suas comunidades. Eles compartilhavam de uma mesma afinidade espiritual e metodológica. Dessa forma, foi que, em 1970, liderados por um pastor estadunidense — John Aamot — seis pastores e um estudante de teologia se reuniram em Gramado para coordenarem seus esforços e compartilharem experiências. Apesar dos participantes dessa reunião não adotarem um nome para o seu movimento, mais tarde ele viria a ser chamado de “Encontro”. Nos primeiros dez anos, teve um crescimento significativo, chegando a ter mais de mil participantes; contudo, não foi abraçado por toda a Igreja, antes, devido ao seu caráter evangélico, sofreu muitas críticas por parte da maioria dos pastores e membros. Cf. Jaime Roberto MUELLER, *Relatório histórico do Movimento Encontro na IECLB*.

³ Missão Zero é uma iniciativa missionária que tem por regra iniciar trabalhos missionários em cidades onde não existam membros tradicionalmente ligados à IECLB. Cf. Helgar Hugo OSTERBERG, *Projeto Missão Zero*, p. 4s.

⁴ Moções de Rodolfo Schneider para o VIII Concílio Geral em Panambi, 12/10/1972 (Arq. pes. de A. Spellmeier).

historicamente se havia feito, a saber, acompanhar os membros em novas áreas⁵. Por isso, Geraldo Schach (06/1972 – 01/1979), primeiro pastor a atuar em Rondônia, foi enviado em julho de 1972, antes mesmo do Concílio de Panambi (outubro de 1972) tomar a decisão em favor do acompanhamento das famílias nas NAC⁶.

Entrementes, a IECLB não queria apenas acompanhar os membros, mas queria fazer algo diferente. Motivado pelo VIII Concílio Geral de Panambi (1972), no qual se ratificou o acompanhamento dos membros de forma integral, o Conselho Diretor criou, ainda em 1972, o Departamento de Migração que, em 1979, passou a ser denominado de Coordenação das NAC, com sede em Cuiabá/MT⁷. O Departamento ficou encarregado de acompanhar os membros que migravam para as NAC e para os centros urbanos. Uma terceira atribuição foi acompanhar os pequenos agricultores para que esses não aderissem ao êxodo rural e, conseqüentemente, enfraquecessem as comunidades da IECLB nesse meio⁸. O Departamento teria como princípio “trabalhar a pessoa como um todo”. A idéia era pôr em prática a assistência integral das pessoas⁹. Assim, por exemplo, o trabalho pastoral nas NAC, especialmente em Rondônia, contava também com técnicos agrícolas e agentes de saúde.

A atuação da IECLB em Rondônia pode ser dividida em duas tendências básicas. A primeira, que vai de 1972 a 1978, está profundamente afinada com o programa de desenvolvimento governamental. A segunda, que inicia em 1979, avança na década de 1990, mas aqui delimitamos no ano de 1987, pois nessa época há uma grande mudança na estrutura da igreja nessa região. A Coordenação das NAC deixou de existir e criaram-se os Distritos eclesiais (Distrito Eclesiástico Regional Noroeste e Distrito Eclesiástico Mato Grosso). Esta segunda época está marcada por um posicionamento político mais acentuado e por uma forte crítica ao modelo desenvolvimentista, bem como ao papel que a igreja assumiu nesse processo.

O trabalho nas Novas Áreas de Colonização afinado com o programa desenvolvimentista do Estado 1972-1978

Entre os anos de 1972 e 1978, a IECLB, mais do que acompanhar os membros nas NAC, motivou a migração. Quanto maior o número de migrantes luteranos, mais as comunidades das NAC cresceriam e tornar-se-iam independentes financeiramente. A propaganda, nesse sentido, foi mais intensamente direcionada para o Mato Grosso. Para isso, a IECLB produziu uma série de audiovisuais para serem apresentados nas comunidades do Sul do país. Uma dessas foi a colonização do Teles Pires que, segundo a propaganda, deveria iniciar em julho de 1976. A publicidade afirmava que existiriam terras disponíveis para membros da IECLB¹⁰. Outra série foi a divulgação de Canarana, intitulada “*Canarana: Terra Prometida*”¹¹. Título com o qual se queria fazer uma alusão à Canaã da visão bíblica. Além desses audiovisuais, alguns artigos publicados no Jornal Evangélico (JOREV) sobre as NAC serviram como propaganda para a migração. Entre eles, destaca-se a publicação de uma matéria de capa, em 1975, na qual se divulgava a existência de terras disponíveis para os membros da IECLB em Rondônia.

O Departamento de Migração da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (...) neste jornal apresenta uma nova área de colonização, a região do Rio Colorado em Vilhena, no sul do Território

⁵ Os sínodos procuravam dar assistência às famílias que migravam para novas fronteiras agrícolas. Nesse sentido, o Sínodo Riograndense instituiu o pastorado itinerante. Cf. Osmar Luiz WITT, *Igreja na migração e colonização*, p. 49.

⁶ Cf. Geraldo SCHACH, *Entrevista*, maio de 2001.

⁷ Arteno Spellmeier diz que, em 1979, o Departamento de Migração deixou de existir e que a questão urbana e do êxodo rural foi ligada ao Departamento de Missão e, para as novas áreas, se criou, então, a Coordenação das NAC. Cf. Arteno SPELLMEIER, *Entrevista*, junho de 2000. Spellmeier foi o primeiro coordenador. Em 1983, Hans Alfred Trein assumiu esse cargo, permanecendo até 1987, quando o a Coordenação das NAC foi extinta.

⁸ Cf. Arteno SPELLMEIER, *Entrevista*, agosto de 2003.

⁹ Cf. Walter SASS, *Entrevista*, dezembro de 1999; Arteno SPELLMEIER, *Entrevista*, junho de 2000; e Geraldo SCHACH, *Entrevista*, maio de 2001.

¹⁰ Audiovisual produzido pela ISAEC.

¹¹ Audiovisual produzido pela ISAEC.

Federal de Rondônia. No Projeto Integrado de Colonização de Paulo Assis Ribeiro, a ser executado pelo INCRA, ficou aberta a possibilidade de membros da IECLB serem colocados em grupos maiores, facilitando a vida comunitária, tanto para a igreja, como para o próprio agricultor.¹²

Desde 1972, a IECLB tinha um obreiro atendendo a região e tinha criado o Departamento de Migração para que esse viabilizasse o trabalho. Como a igreja tinha decidido acompanhar os migrantes de forma integral, ou seja, espiritual, social, economicamente e, mais tarde se diria também politicamente, o trabalho era idealizado de forma que pudesse contemplar esses aspectos. No entanto, durante os dois primeiros anos, o trabalho fora quase que eminentemente espiritual. Schach estava sozinho atendendo as famílias luteranas espalhadas numa imensa área de difícil acesso. Percorria uma área que, de um ponto ao outro, distava mais ou menos 550 Km¹³. Dormia em hotéis, nas casas dos membros ou acampava com a família nas imediações das construções eclesiais em andamento¹⁴. Entrementes, Schach e o Departamento de Migração, na pessoa de Arteno Spellmeier, começaram a viabilizar alternativas para a região. O que se queria era o desenvolvimento econômico daquelas pessoas e isso, na visão dos obreiros daquela época, passava essencialmente pela educação e pela saúde.

A experiência do Núcleo Avançado e da Fazenda Agrícola

O Núcleo Avançado em Rondônia surgiu por iniciativa de ex-alunos do Colégio Sinodal que se sentiram motivados a iniciar um Campus Avançado no Oeste brasileiro. O grande incentivador foi o diretor Arnildo Hoppen¹⁵. Para não parecerem pretensiosos, pois campus referia-se exclusivamente às universidades, resolveram chamar de Núcleo Avançado¹⁶. O projeto foi elaborado e implantado a partir de 1972¹⁷. A idéia era “prestar assistência aos colonos que lá se radicaram”¹⁸. Visava à assistência escolar, sanitária, social e agrícola¹⁹. Geraldo Schach acolheu a idéia com muito entusiasmo e escreveu enfatizando que se deveria iniciar o projeto na área da educação, higiene e orientação geral²⁰. Depois de montado o projeto, constituíram-se grupos que, durante as férias escolares de final do ano, se deslocavam para atender as NAC. Um curso foi realizado em janeiro de 1974 e o outro em 1975²¹. Pode-se dizer que, basicamente, “faziam cursos de aperfeiçoamento para professores de escolas da rede pública de Rondônia”²².

Em Pimenta Bueno, os ex-alunos dedicaram-se a constituir uma escola para a alfabetização. O primeiro professor foi o Catequista Nestor Kannenberg (1973 – 1975). Em 1975, foi substituído por Adalberto Reinke (1975 – 1981?)²³. Mais tarde, essa escola, chamada Escola Imigrante, seria desativada em função do Centro Educacional Itaporanga (CEI), criado em Espigão do Oeste. O Centro Educacional Itaporanga (CEI), provisoriamente chamado CTA (Centro de Treinamento Agrícola), foi construído com verbas de uma organização sueca denominada *Lutherhjelpen*, com verbas da *Lutheran World Relief*²⁴ dos EUA e do Canadá e com o trabalho voluntário dos membros das paróquias de Rondônia²⁵. Ele foi construído em 1978 e abrigou turmas de 1ª e 2ª séries do ensino fundamental, sob a direção do Prof. Cat. Adalberto Reinke²⁶. Tanto a Escola Imigrante quanto o CEI nunca foram reconhecidos oficialmente pelo governo. Isso foi um dos motivos que pôs fim ao projeto educacional em Rondônia.

¹² Departamento de Migração, *Terra no rio Colorado*, p. 1 (JOREV). Departamento de Migração, *Migração orientada*, p. 6 (JOREV).

¹³ Geraldo SCHACH, *Entrevista*, maio de 2001.

¹⁴ Cf. Geraldo SCHACH, *Entrevista*, maio de 2001.

¹⁵ *Equipe trabalha em P. Bueno*, p. 4 (JOREV).

¹⁶ SEI, *Precisamos agir*, p. 8 (JOREV).

¹⁷ Cf. Projeto do Núcleo Avançado em Pimenta Bueno (Arq. da IECLB).

¹⁸ Carta de H. G. Naumann (Ivoti/RS) para Geraldo Schach (Pimenta Bueno/RO), 22/08/1972 (Arq. da IECLB).

¹⁹ Cf. Carta de Arnildo Hoppen (São Leopoldo/RS) para alguém desconhecido, 14/03/1973 (Arq. da IECLB).

²⁰ Cf. Carta de Geraldo Schach (Pimenta Bueno/RO) para H. G. Naumann (Ivoti/RS), 29/09/1972 (Arq. da IECLB).

²¹ Cf. *Colégio Sinodal tem Núcleo Avançado na Rondônia*, p. 11 (JOREV). Veja apêndice I, foto 21.

²² Geraldo SCHACH, *Entrevista*, maio de 2001.

²³ Cf. Carta de Geraldo Schach (Pimenta Bueno/RO) para Departamento de Catequese (Ivoti/RS), 1975 (Arq. da IECLB).

²⁴ Ajuda Luterana Mundial.

²⁵ Cf. Arteno SPELLMEIER, *Relatório da 20ª viagem*, agosto de 1978 (Arq. pes. de A. Spellmeier).

Era também interesse daqueles que estavam envolvidos com o Núcleo conseguir uma área de terra para servir de campo experimental. A idéia era “ter um lugar onde os jovens ficariam durante um tempo e terminariam o primário, ficariam um tempo na fazenda, ficariam um tempo em casa, nesse jogo de escola-trabalho”²⁷. Schach diz: “Sonhávamos com uma escola agrícola para os filhos dos agricultores”²⁸. Foi com esse interesse que Schach e Emílio Boone, o então presidente da paróquia, foram ao escritório da Colonizadora Itaporanga e conseguiram a doação de 1000 ha²⁹. Em homenagem à colonizadora, o nome dado ao novo colégio que surgiu em Espigão do Oeste foi Centro Educacional Itaporanga. O centro, conjugado com a fazenda, foi idealizado com o objetivo de treinar os filhos dos colonos em técnicas agrícolas. Os filhos ficariam 15 dias no centro e 15 dias na fazenda, no sistema escola-trabalho³⁰.

Em relação à fazenda, as primeiras medidas tomadas foram derrubar a mata, formar pastagem e conseguir as matrizes bovinas. O trabalho foi feito por mão-de-obra voluntária. Ao todo, os membros contribuíram com mais de 500 dias de serviços na fazenda e no CEI³¹. O gado, que serviria de matriz, foi emprestado por Erno Heinz, um membro evangélico de Montenegro, Rio Grande do Sul. Ele cedeu, por 10 anos, 100 novilhas da raça nelore e 5 touros registrados. No final do prazo, deveria ser devolvida apenas a quantia emprestada³². Assim foi o início do Centro Educacional e da Fazenda Agrícola em Rondônia. Todo o trabalho foi realizado com mão-de-obra voluntária, as terras foram doadas, o gado foi emprestado e a comunidade foi envolvida no projeto. Lamentavelmente, a Fazenda Agrícola teve uma existência curta. Em 1981, ela foi vendida e o projeto foi desativado.

A experiência das equipes de trabalho: projetos UMA

Outra grande novidade experimentada em Rondônia foram as Equipes de Trabalho. Desde o início, a intenção era atender as pessoas integralmente³³. Assim, as equipes foram idealizadas de forma que contassem com um pastor, um técnico agrícola e um agente de saúde. Todas as equipes foram financiadas com dinheiro da *American Lutheran Church*³⁴ dos EUA e os projetos ficaram conhecidos como Equipes UMA (*United Mission Appeal*)³⁵. Ao todo, foram quatro equipes UMA que atuaram na região de Rondônia: Cacoal, Colorado do Oeste, Ariquemes e Rolim de Moura³⁶.

A primeira equipe foi montada em 1975 para atender a Paróquia de Cacoal, que estava se constituindo³⁷, e iniciou seu trabalho em janeiro de 1976³⁸. As pessoas que a compuseram foram o P. João Artur Müller da Silva, recém-formado na Faculdade de Teologia, em São Leopoldo, o técnico agrícola Adolfo Büttow e, como agente de saúde, Lenir Büttow. O casal Büttow morava, até então, em Espigão do Oeste, onde trabalhava para o Núcleo Avançado do Colégio Sinodal³⁹.

A segunda equipe foi montada em Colorado do Oeste em 1977. Oto e Edna Ramminger atuaram como pastores, Wilmar Luft (1978-1984 ?) era o técnico agrícola e a Irmã Gerda Nied, agente de saúde⁴⁰. Em 1979, devido a conflitos entre os obreiros⁴¹, Nied foi transferida para a equipe de Ariquemes. O projeto UMA de Colorado ficaria sem assistência na área da saúde até a

²⁶ Cf. Arteno SPELLMEIER, *Relatório da 18ª viagem*, dezembro de 1977 (Arq. pes. de A. Spellmeier).

²⁷ Arteno SPELLMEIER, *Entrevista*, junho de 2000.

²⁸ Geraldo SCHACH, *Entrevista*, maio de 2001.

²⁹ Cf. Geraldo SCHACH, *Entrevista*, maio de 2001.

³⁰ Cf. Arteno SPELLMEIER, *Entrevista*, junho de 2000.

³¹ Cf. Arteno SPELLMEIER, *Relatório da 18ª viagem*, dezembro de 1977 (Arq. pes. de A. Spellmeier).

³² Cf. Geraldo SCHACH, *Entrevista*, maio de 2001.

³³ Cf. Walter SASS, *Entrevista*, dezembro de 1999.

³⁴ Igreja Evangélica Luterana da América.

³⁵ Apelo Missionário Unido. Cf. João Arthur Müller da SILVA, *Missão Rondônia*, p. 11 (JOREV).

³⁶ Cf. Arteno SPELLMEIER, *Entrevista*, junho de 2000.

³⁷ Cf. Carta de Arteno Spellmeier (Cuiabá/MT) ao Conselho Diretor da IECLB (Porto Alegre/RS), 13/05/1975 (Arq. da IECLB).

³⁸ Cf. Arteno SPELLMEIER, *Relatório da 12ª viagem a NAC*, Abril de 1976 (Arq. da IECLB).

³⁹ Cf. *Trabalho em equipe: condição para um atendimento integral*, p. 7 (JOREV).

⁴⁰ Cf. Arteno SPELLMEIER, *Entrevista*, junho de 2000.

⁴¹ Não foi possível pesquisar as causas desse conflito, portanto, apenas lembramos como um fato.

implantação de um outro projeto de saúde com verbas de Pão para o Mundo. O médico Delmar Purper assumiu esse projeto⁴².

A necessidade de uma terceira equipe, que se localizaria em Ariquemes, já estava sendo estudada em 1977 por Arteno Spellmeier⁴³. Mas ela foi montada somente em 1979, quando Ariquemes constituiu-se em uma paróquia. Walter Sass assumiu as funções pastorais. Gerda Nied foi transferida de Colorado para essa equipe. Adolfo Büttow também fora transferido para Ariquemes e sua esposa desligou-se do projeto UMA. Com a transferência dele para Ariquemes, em 1979, o projeto UMA de Cacoal ficou sem técnicos. Em Ariquemes, Friedel Fischer (1981 – 1990?) assumiu, em 1981, o pastorado ao lado de Sass⁴⁴. Com a saída de Sass, em 1984⁴⁵, Fischer permaneceu sozinho no pastorado. Em meados da década de 1980, Leonor Schrammel (1985 – 1990?) substituiria Büttow na coordenação da área agrícola e a Irmã Doraci Edinger (03/1986 – 03/1993) substituiria Nied, na saúde.

A última equipe, por sua vez, foi montada em Rolim de Moura, em 1981. O pastor que assumiu essa paróquia foi Inácio Lemke. O médico Delmar Purper atuou alguns meses nessa equipe, mas desligou-se do trabalho. Posteriormente, assumiu o projeto de saúde em Colorado do Oeste. Em 1981, a enfermeira Iracema Lemke assumiu a área da saúde e permaneceu até 1990. A área da agricultura ficou a cargo de Valdir Wazlawick. Em 1985, Valdir Luft assumiu essa área, permanecendo até 1987⁴⁶.

Além da assistência local, as equipes UMA desenvolveram cursos de agricultura e saúde em outras localidades de Rondônia. Em meados de 1979, Gerda Nied, Lenir Büttow, Adolfo Büttow e Wilmar Luft ficaram responsáveis por realizar um curso de agricultura e saúde em Ouro Preto do Oeste⁴⁷.

Sobre as dificuldades dos projetos, Spellmeier diz que não havia falta de recursos financeiros, mas que o difícil era encontrar obreiros dispostos a esse trabalho. “Era muito difícil montar as equipes, porque quando encontrava técnico agrícola, não encontrava enfermeira, quando encontrava enfermeiro, não encontrava o pastor”⁴⁸.

Com o fim do financiamento dos projetos UMA pela *American Lutheran Church*, os projetos foram encaminhados para “Pão para o Mundo” e para EZE⁴⁹. O novo projeto dava continuidade ao trabalho anterior, mas previa a instalação de uma área experimental, na forma de uma propriedade modelo. A idéia era experimentar uma agricultura alternativa, sem o uso de adubos químicos e defensivos agrícolas. Para isso, também se procurou manter um intercâmbio de informações com o Centro de Aconselhamento ao Pequeno Agricultor (CAPA) no Rio Grande do Sul. O projeto foi totalmente extinto em setembro de 1993⁵⁰.

Missão indígena

Paralelamente às equipes, também foi realizada a experiência de um trabalho com indígenas. O P. Schmeckel, por ocasião de sua visita a Rondônia, já tinha alertado a Direção da Igreja, em 1972, para a necessidade de um futuro trabalho entre os indígenas da região⁵¹. Durante a ocupação de Rondônia, o conflito fora inevitável, pois os colonos ocuparam as terras dos indígenas. Lori Altmann (08/1978 – 11/1980) e Roberto Zwetsch (08/1978 – 11/1980) relatam que, em Espigão do Oeste, os suruí “foram confinados a um pequeno pedaço de terra na periferia da vila

⁴² Cf. Informações de Arteno Spellmeier e Hans Trein.

⁴³ Cf. Relatório da 18ª viagem às NAC, 22/12/1977 (Arq. pes. de A. Spellmeier).

⁴⁴ Cf. Informações de Arteno Spellmeier e Hans Trein.

⁴⁵ Cf. Walter SASS, *Entrevista*, dezembro de 1999.

⁴⁶ Cf. Informações de Inácio Lemke.

⁴⁷ Cf. Ata do encontro dos obreiros de Rondônia, 12-15/10/1978 (Arq. do Sín. da Amazônia).

⁴⁸ Arteno SPELLMEIER, *Entrevista*, junho de 2000.

⁴⁹ Evangelische Zentralstelle für Entwicklungshilfe (Central Evangélica para o Serviço do Desenvolvimento). Cf. Hans Alfred TREIN, *Entrevista*, setembro de 2003.

⁵⁰ Cf. Ata do Equinha-RO, abril de 1986 (Arq. do Sín. da Amazônia). Não será possível trabalhar o desenrolar desse projeto.

⁵¹ Cf. Carta de Rodolfo Schneider (Porto Alegre/RS) ao Conselho Diretor sobre Trabalho entre os Índios, 21/06/1972 (Arq. da IECLB).

e lá viviam em estado de miséria, aprendendo desde logo a mendigar, e sendo objetos de uma hipócrita caridade cristã daqueles que antes lhes usurparam as terras”⁵². Os pomeranos que se fixaram naquela região constantemente reclamavam ao P. chach que os indígenas tinham invadido a sua lavoura e roubado sua plantação, além da questão da nudez⁵³.

Como os membros da IECLB estavam em choque cultural com os suruí, o Coordenador do Departamento de Migração, Arteno Spellmeier, tomou a decisão de contratar, em 1976, Arnildo Wiedemann (1976 – 1977?), que já atuara com os Nambiquaras e Erikbaktsa no Mato Grosso, para trabalhar como enfermeiro junto aos suruí⁵⁴. No JOREV, essa notícia apareceu com o título: “*As Experiências de um Jovem Indianista*”, que também traz um relato da vida de Wiedemann⁵⁵. Com isso, buscava-se apaziguar os conflitos entre indígenas e imigrantes⁵⁶. A idéia era amenizar a revolta dos índios e passar aos colonos o compromisso missionário que deveriam ter em relação aos indígenas.

A consciência crítica em relação ao modelo de desenvolvimento governamental 1979-1987

O segundo período, que inicia em 1979, ainda não tem uma data posterior que possa servir como delimitadora. Esse trabalho fixou o ano de 1987, porque a partir desse ano, a Coordenação das NAC deixou de existir, dividindo-se em dois distritos — DERN (Distrito Eclesiástico Regional Noroeste) e DEMA (Distrito Eclesiástico Mato Grosso) — e enquadrando-se na estrutura da IECLB. O ano de 1986 foi o tempo de transição. Os dois distritos foram fundados e organizados nesse ano, mas os pastores distritais somente assumiram as funções respectivas a partir do início do ano seguinte. O primeiro “Concílio das paróquias de Rondônia, Acre, Juína e trabalho indígena” realizou-se nos dias 10 e 11 de abril de 1986. Nesse Concílio, organizou-se a estrutura eclesiástica do distrito, elegendo Rosemar Ahlert (07/1982 – 06/1990) para pastor distrital e Friedel Fischer para vice⁵⁷. O Concílio do dia 3 de maio de 1986, em Rondonópolis, criou o DEMA, elegendo, para pastor distrital, Gerd Uwe Kliwer e, para vice, Teobaldo Witter⁵⁸. O Coordenador das NAC, Hans Trein, ficou trabalhando até fevereiro de 1987⁵⁹.

Os anos de 1978 e 1979 marcam profundas mudanças no trabalho da IECLB em Rondônia. Nesse período, há uma mudança no quadro de obreiros de Rondônia. Os primeiros pastores que trabalharam em Rondônia, Geraldo Schach e João Artur Müller da Silva, foram transferidos para outros Estados. Schach foi para Cuiabá, no Mato Grosso, e Silva para o Rio Grande do Sul. Outra grande mudança ocorreu em fevereiro de 1979 quando a Coordenação das NAC foi transferida de Porto Alegre para Cuiabá, no Mato Grosso. Agora a Coordenação estava dentro dos limites geográficos das NAC, o que facilitava o trabalho e dava um compromisso maior com a realidade local.

Os novos obreiros, recém-formados, trouxeram para o campo de trabalho novos posicionamentos teológicos que estavam sendo discutidos na Faculdade de Teologia em São Leopoldo e na IECLB como um todo. Herdeiros do posicionamento social da igreja e da Teologia da Libertação, que estava sendo refletida na Faculdade de Teologia, posicionavam-se politicamente ao lado dos pobres e oprimidos. “A neutralidade se nos torna impossível (Rm 12.9-21). Somos chamados a tomar partido”⁶⁰, reza o documento Nossa Responsabilidade Social. Paulo Daenecke, por sua vez, diz que eles liam quase que exclusivamente livros da Teologia da Libertação⁶¹. Hugo Ass-

⁵² Lori ALTMANN; Roberto ZWETSCH, *Paíter*, p. 49.

⁵³ Cf. Geraldo SCHACH, *Entrevista*, maio de 2001.

⁵⁴ Cf. Lori ALTMANN; Roberto ZWETSCH, *Paíter*, p. 28; 49.

⁵⁵ Cf. *As experiências de um jovem indianista*, p. 2 (JOREV).

⁵⁶ Cf. Geraldo SCHACH, *Entrevista*, maio de 2001.

⁵⁷ Cf. Ata do 1º Concílio das Paróquias de Rondônia, Acre, Juína e trabalho indígena, 10-11/04/1986 (Arq. do Sín. da Amazônia).

⁵⁸ Cf. Encaminhamento para a reunião do Conselho Diretor a ser realizada em 26-28/09/1986, 24/09/1986 (Arq. da IECLB).

⁵⁹ Cf. Hans Alfred TREIN, *Entrevista*, setembro de 2003.

⁶⁰ Nossa Responsabilidade Social. In: Rolf SCHÜNNEMANN, *Do gueto à participação*, p. 172.

⁶¹ Cf. Paulo DAENECKE, *Entrevista*, julho de 2003.

mann, Gustavo Gutiérrez, Leonardo Boff, Clodovis Boff, Carlos Mesters e Paulo Freire estavam entre os principais autores lidos⁶².

Teologicamente, o *servir* (Mc 10.35-45) e o *esvaziar-se* (Fp 2.5-11) moviam a prática dos obreiros que trabalharam em Rondônia. Nesse sentido, Spellmeier escreveu um relatório para o ECAM de 1978 no qual ele faz uma avaliação do trabalho nas NAC. Ao final, ele conclui: “Propo-nho a vocês para refletirem em suas famílias (...) e com seus membros um ‘esvaziamento’, uma opção pela simplicidade, tanto no que se refere ao nosso morar, como no que se refere ao nosso vestir e viver”⁶³. Hans Trein comenta: “No fundo, eu penso que o ponto de partida teórico que se tinha através dos membros da igreja é de ser uma célula de irradiação do Evangelho, servir, ser sal naquela sociedade nova que estava se construindo ali”⁶⁴.

Os temas centrais desse período foram a questão da dimensão da saúde integral, do sacerdócio geral de todos os crentes, a questão da terra e da migração, da política e, também, a questão indígena⁶⁵. Nas atividades voltadas para a saúde, discutiam-se as dimensões econômicas e sociais como causadoras de enfermidades. “A saúde ou a doença não mais como uma fatalidade, mas sim como uma expressão física do bem estar ou do mal estar social”⁶⁶. Dependendo do acesso a uma boa alimentação e do tipo de trabalho, as pessoas ficavam mais suscetíveis ou não às doenças⁶⁷.

Por falta de obreiros que pudessem assistir as famílias dispersas e distantes, bem como por causa da busca por uma forma alternativa de ser igreja em Rondônia, o sacerdócio geral foi incentivado e promovido desde o início⁶⁸. Os Cursos de Orientadores Rurais (COR), que iniciaram em 1978, tinham fortemente presente essa dimensão do sacerdócio geral. Eles foram, em síntese, uma forma de capacitação e aperfeiçoamento das lideranças. Nesse sentido, Daenecke afirma que eles serviram como um fórum de discussão da nova postura da igreja em Rondônia⁶⁹. Mas a questão do sacerdócio geral não era apenas uma discussão de formação de leigos para o trabalho na comunidade. Em Rondônia, essa questão foi fortemente discutida a nível teológico, bem como os obreiros procuraram cobrar da IECLB uma posição oficial. Assim, os técnicos que trabalharam em Rondônia reuniram-se nos dias 5 e 6 de dezembro de 1986 em Rolim de Moura para o “1º Encontro dos Missionários Leigos da IECLB na Região da Amazônia” com a finalidade de discutir a situação do missionário leigo na igreja. Escreveram uma carta que foi publicada no JOREV de maio de 1987. O teor da carta reivindica o reconhecimento do sacerdócio geral⁷⁰.

Sobre a questão da terra, Hans Trein lembra que o primeiro posicionamento da igreja era tentar acompanhar os membros e assentá-los nas melhores terras. Mas, no final da década de 1970 e na década seguinte, esse posicionamento mudaria significativamente⁷¹. Em junho de 1979, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) realizou um simpósio sobre migrações em Cascavel-PR. A IECLB participou oficialmente através da Coordenação das NAC. Veja-se o que expressa um dos parágrafos do documento que o simpósio produziu:

As igrejas, quer católicas, quer protestantes, são organizações concretas e, como tais, inserem-se no jogo de forças de expulsão ou fixação do homem na terra. Podem continuar ignorantes, mas não retiradas da realidade que ameaça a sobrevivência de milhões de brasileiros. Felizmente, movidas por uma fidelidade ao Evangelho, as igrejas estão encontrando forças para “trocar de lado”, optando pelo oprimido, pelo sem terra e sem rumo.⁷²

⁶² Cf. Paulo DAENECKE, *Entrevista*, julho de 2003; Arteno SPELLMEIER, *Entrevista*, agosto de 2003; Hans Alfred TREIN, *Entrevista*, setembro de 2003.

⁶³ Relatório do Departamento de Migração para o ECAM de 1978 (Arq. pes. de A. Spellmeier).

⁶⁴ Hans Alfred TREIN, *Entrevista*, setembro de 2003.

⁶⁵ Cf. Paulo DAENECKE, *Entrevista*, julho de 2003.

⁶⁶ Hans Alfred TREIN, *Entrevista*, setembro de 2003.

⁶⁷ Cf. Hans Alfred TREIN, *Entrevista*, setembro de 2003.

⁶⁸ Cf. Hans Alfred TREIN, *Entrevista*, setembro de 2003.

⁶⁹ Cf. Paulo DAENECKE, *Entrevista*, julho de 2003.

⁷⁰ Cf. *Técnicos que atuam nas Novas áreas também se consideram missionários*, p. 16 (JOREV).

⁷¹ Cf. Hans Alfred TREIN, *Entrevista*, setembro de 2003.

⁷² CPT, *Sem terra e sem rumo*.

Em resposta a esse simpósio, os obreiros de Rondônia envolveram-se na criação da CPT do Estado. Paulo Daenecke esteve à frente da coordenação da CPT em 1979⁷³. Em 1981, assumiria o cargo novamente⁷⁴. Na época da primeira Romaria da Terra em Rondônia, que se realizou em Ji-Paraná no dia 20 de junho de 1987, Inácio Lemke era o vice-presidente da CPT⁷⁵.

Lembra Spellmeier que o envolvimento na organização dos pequenos agricultores, sindicatos e CPT rendeu perseguições políticas aos obreiros da IECLB em Rondônia. O caso mais marcante foi o “Conflito da Fazenda Cabixi” em Colorado do Oeste, em maio de 1982, onde morreram um posseiro, dois pistoleiros e a mulher de um dos pistoleiros. Oto Ramminger, pastor em Colorado, Olavo Nienow (1979 – 09/1984), que trabalhava no Projeto de Apoio ao Migrante, financiado por Pão para o Mundo, José Barbosa, líder dos posseiros, Francisco Cezário, líder sindical e 34 posseiros foram presos. Ramminger, Nienow e Cezário foram enquadrados como autores intelectuais. O caso somente foi encerrado em maio de 2001, quando os últimos acusados, dentre eles Ramminger e Nienow, foram absolvidos. As prisões tiveram um caráter eminentemente político. “Havia a clara intenção de incriminar pessoas que prestavam algum tipo de apoio aos sem terra da época”⁷⁶, afirmam Ramminger e Nienow. Os acusados conseguiram *habeas corpus* e foram libertados depois de 34 dias devido a diversas pressões e manifestações de líderes eclesiais e políticos⁷⁷.

A venda da Fazenda Agrícola e o fim do projeto educacional

Em 1979, Schach deixou à disposição o seu cargo de pastor na Paróquia de Pimenta Bueno⁷⁸. Por um período de 8 meses (29/12/1978 à 31/08/1979), Erno Júlio Dieter (12/1978 – 08/1979) assumiu os trabalhos da comunidade⁷⁹. Mas foi o P. Paulo Augusto Daenecke (07/1979 – 02/1981) quem assumiu definitivamente a Paróquia⁸⁰. Infelizmente, a trajetória do P. Daenecke não seria muito pacífica, nem muito duradoura. Segundo a ata do Conselho Paroquial de 4 de abril de 1981, “com a saída do Pastor Geraldo da paróquia, deu-se uma reviravolta, pois o Pastor Erno e depois o Pastor Paulo estavam praticamente por fora do assunto da fazenda”⁸¹. E, na ocasião em que Daenecke era pastor em Espigão do Oeste, grileiros entraram na fazenda. Para os tirar de lá, fez-se necessária a intervenção da polícia. Emílio Boone teria pedido a reintegração de posse na Justiça e a polícia, vinda de Ji-Paraná cumpriu a ordem judicial. O pastor, inconformado com a situação, tematizou essa questão na prédica do domingo seguinte, posicionando-se a favor dos posseiros⁸². A consequência foi uma revolta geral que terminou com a demissão do pastor no final de 1980⁸³.

Daenecke confirma que, em seu trabalho pastoral, a fazenda não era prioridade e que não via sentido para a igreja possuir uma área de terra dessa envergadura⁸⁴. Também confirma ter posicionado-se a favor dos posseiros que entraram na fazenda. Diz que, no culto em que trouxe esse assunto, houve uma discussão violenta, pois Adalberto Reinke e Emílio Boone, que cuidavam da fazenda, interromperam a prédica e discutiram com ele⁸⁵. Esse posicionamento de Daenecke é fruto da nova discussão teológica que iniciara na igreja em princípios da década de 1970. Profundamente comprometido com a Teologia da Libertação, não poderia posicionar-se favorável ao latifúndio. Enquanto crescia a consciência de uma reforma agrária, enquanto os sem terra

⁷³ Cf. Ata do encontro dos obreiros de Rondônia, 21-22/10/1979 (Arq. do Sín. da Amazônia).

⁷⁴ Cf. Paulo DAENECKE, *Entrevista*, julho de 2003.

⁷⁵ *Mais de 12 mil tomam parte na 1ª Romaria da Terra na RO*, p. 15 (JOREV).

⁷⁶ Carta circular de Oto Ramminger e Olavo Nienow, 21/05/2001 (Arq. pes. do autor).

⁷⁷ Cf. Carta circular de Oto Ramminger e Olavo Nienow, 21/05/2001 (Arq. pes. do autor).

⁷⁸ Cf. Carta da Paróquia Evangélica de Pimenta Bueno aos Pastores da IECLB, 28/11/1978 (Arq. da IECLB).

⁷⁹ Cf. *Sistema de banco de dados da IECLB*.

⁸⁰ Cf. *Sistema de banco de dados da IECLB*.

⁸¹ Ata da reunião do conselho paroquial, Espigão do Oeste, 04/04/1981 (Arq. da Com. de Espigão).

⁸² Cf. Ata da reunião do conselho paroquial, Espigão do Oeste, 05/11/1980 (Arq. da Com. de Espigão).

⁸³ Cf. Ata da reunião do conselho paroquial, Espigão do Oeste, 05/11/1980 (Arq. da Com. de Espigão).

⁸⁴ Cf. Paulo DAENECKE, *Entrevista*, julho de 2003.

⁸⁵ Cf. Paulo DAENECKE, *Entrevista*, julho de 2003.

se organizavam, enquanto a CPT se estruturava, tornava-se uma contradição imensa a igreja possuir uma fazenda⁸⁶.

Um segundo motivo que se pode arrolar foi a questão financeira. A Paróquia tinha feito uma dívida muito grande com a Direção da Igreja para a manutenção da fazenda e, somada a isso, vinha a necessidade de fazerem novos investimentos⁸⁷. Assim, os membros que já apresentavam um claro desinteresse em continuar com a fazenda⁸⁸, com medo de não conseguirem saldar a dívida e pressionados pela presença do P. Presidente, Ernesto Kunert, e do Secretário Geral, Rodolfo Schneider, numa reunião do Conselho Paroquial, realizada no dia 7 de março de 1981, decidiram, definitivamente, vender a fazenda⁸⁹. Emílio Boone, que tinha se oferecido para adquirir a área de terra, acabou por comprá-la⁹⁰. Houve ainda algumas tentativas de reaproveitar o CEI para outras atividades, mas, em longo prazo, o projeto foi sendo esquecido.

Demais trabalhos alternativos realizados em Rondônia

Em Rondônia, além da Escola Imigrante, da fazenda agrícola e das equipes UMA, também foram criados outros projetos de educação e desenvolvimento. Por exemplo, Walter Sass conta que conseguiam financiamento para construir várias casas de farinhas⁹¹ que auxiliariam na renda de seringueiros e ribeirinhos⁹². Também foi desenvolvido o projeto Escola da Vida em Ariquemes que consistia em uma espécie de internato onde as filhas dos agricultores pudessem ficar, enquanto estivessem estudando na cidade. A idéia era manter uma vida comunitária, ao mesmo tempo em que viabilizasse a oportunidade de continuidade nos estudos. As Irmãs Alda Sprandel, (02/1982 – 12/1984) e Elli Emma Stofel trabalharam nesse projeto⁹³. Entrementes, querer-se-á aqui aprofundar apenas os dois projetos que foram mais significativos para o povo rondoniense: os COR e o Projeto Vacas.

Os COR funcionaram de 1978 até 1983⁹⁴. Eles foram realizados no CEI em Espigão do Oeste. Eram cursos semanais que visavam formar e qualificar lideranças. “Foram planejados não pra profissionalizar jovens, mas pra dar instrumentos pra jovens poderem ajudar outras pessoas”⁹⁵. Foram organizados para: “1º Aprofundamento de conhecimentos em *agropecuária, saúde pública e vida comunitária*; 2º Aprofundamentos de conhecimentos pedagógicos; 3º Aprofundamento de conhecimentos políticos; e objetiva formar “orientadores rurais” em *agro-pecuária, saúde e vida comunitária* [grifo meu]”⁹⁶. As passagens e despesas dos participantes dos COR eram pagas por coletas, sendo que a contribuição dos participantes deveria ser dada em alimentação. Cada região deveria trazer uma espécie de alimento. No primeiro COR, ficou estabelecido que os participantes que vinham de Colorado do Oeste deveriam levar arroz e os de Cacoal e Pimenta Bueno levariam feijão, galinha, café e farinha de mandioca⁹⁷. O fim dos COR está relacionado com dois fatores: 1) Alguns participantes não respondiam às expectativas dos idealizadores, quanto à participação e engajamento nas comunidades. Algumas pessoas procuravam a formação como forma de se sobressair sobre as outras, fugindo do sentido idealizado de ajuda mútua, de comunhão. 2) Os cursos estavam sendo muito paternalistas, pois pagavam até as

⁸⁶ Cf. Paulo DAENECKE, *Entrevista*, julho de 2003

⁸⁷ Cf. Ata da reunião do conselho paroquial, Espigão do Oeste, 04/04/1981 (Arq. da Com. de Espigão).

⁸⁸ Cf. Ata da reunião do conselho paroquial, Espigão do Oeste, 07/03/1981 (Arq. da Com. de Espigão).

⁸⁹ Cf. Ata da reunião do conselho paroquial, Espigão do Oeste, 04/04/1981 (Arq. da Com. de Espigão).

⁹⁰ A questão da venda da fazenda não será pormenorizada. Existem muitas contradições a esse respeito e, aparentemente, algumas pessoas tiraram proveito nessa transação.

⁹¹ Casa de farinha é um galpão para a produção de farinha de mandioca.

⁹² Cf. Walter SASS, *Entrevista*, dezembro de 1999.

⁹³ Cf. Informações de Arteno Spellmeier e Hans Trein.

⁹⁴ Cf. Carta de Rosemar Ahlert (Espigão do Oeste/RO) para o Secretário Geral (Porto Alegre/RS), 28/03/1983 (Arq. Sín da Amazônia).

⁹⁵ Arteno SPELLMEIER, *Entrevista*, junho de 2000.

⁹⁶ Arteno SPELLMEIER, *Relatório da 18ª viagem*, dezembro de 1977 (Arq. pes. de A. Spellmeier).

⁹⁷ Cf. Arteno SPELLMEIER, *Relatório da 19ª viagem*, junho de 1978 (Arq. pes. de A. Spellmeier).

passagens dos participantes. Isso, possivelmente, geraria problemas num futuro em que os cursos deveriam se manter por conta própria⁹⁸.

O Projeto Vacas, por sua vez, foi elaborado para atender as comunidades mais ao Sul de Rondônia e Juína, no Mato Grosso. Sua sede era em Colorado do Oeste. Foi financiado ecumenicamente por duas entidades: Pão para o Mundo e Miserior. A primeira é protestante e a segunda é católica⁹⁹. O antecessor do Projeto Vacas foi o Projeto de Apoio ao Migrante, financiado por Pão para o Mundo¹⁰⁰. Olavo Nienow estava a cargo dele. Os técnicos que trabalharam no Projeto Vacas foram Wilmar Luft e o engenheiro agrônomo Edgar Niederberger (1983 – 09/1984). A partir de 1982, começaram a entrar as verbas¹⁰¹.

O projeto visava o desenvolvimento econômico das famílias de agricultores. Consistia de um determinado número de vacas que foram distribuídas entre as famílias. Os técnicos do projeto deveriam acompanhar os colonos na assistência veterinária. Mas o projeto não queria apenas ser desenvolvimentista, ao contrário, visava a organização política dos agricultores. Para atingir esse objetivo, três ou quatro famílias ganhavam uma vaca que deveriam cuidar e explorar a produção¹⁰², formando, assim, uma mini associação. A cada grupo de 20 vacas, cabia um touro, envolvendo, portanto, 60 a 80 famílias que deveriam estar envolvidas numa associação. A soma de todas as associações formaria uma cooperativa ou uma associação maior. A primeira cria de cada vaca deveria ser devolvida para ser remetida a outro grupo de família. Assim, ao final de quatro anos, o projeto alcançaria a auto-suficiência e poderia ser entregue à associação. Nesse meio tempo, ele estava sendo intermediado pela IECLB¹⁰³. Os pastores responsáveis pelo andamento do projeto foram Edna Ramminger e Oto Ramminger, pelo qual recebiam dois salários mínimos¹⁰⁴.

O Projeto Vacas entrou em crise em 1984. Instaurou-se um conflito entre os técnicos e os pastores. Aparentemente, os técnicos queriam assumir o controle do projeto e não queriam ser mais tutelados pela igreja e pelos pastores. Em si, essa autonomia estaria prevista, mas somente para dali há um ano¹⁰⁵. O projeto também enfrentou problemas de má administração, como o controle das vacas emprestadas, do patrimônio e de não prestação de contas¹⁰⁶. Os pastores estavam cobrando uma maior competência e isso gerou indignação nos técnicos. Buscando a autonomia, os técnicos entraram em conflito com os pastores e passaram a fazer propaganda para que os pastores saíssem ou fossem expulsos da paróquia¹⁰⁷. Como não obtiveram êxito, numa reunião da diretoria da paróquia no dia 20 de setembro de 1984, comunicaram que estariam se demitindo do projeto¹⁰⁸. Assim, o projeto entrou em crise. Com a finalidade de dar continuidade ao trabalho, fora criada uma associação denominada APROVACA (Associação do Projeto Vacas)¹⁰⁹ que recebeu, em 1986, os bens do Projeto Vacas como herança¹¹⁰.

Novos rumos para a questão indígena

Até a colonização de Rondônia, a IECLB não tinha um trabalho expressivo para com os povos indígenas. Houve uma experiência no Mato Grosso, na década de 1950, entregue aos mis-

⁹⁸ Cf. Arteno SPELLMEIER, *Entrevista*, agosto de 2003 e junho de 2000.

⁹⁹ Cf. Hans Alfred TREIN, *Entrevista*, setembro de 2003.

¹⁰⁰ Aqui não será trabalhado esse projeto.

¹⁰¹ Cf. Informações de Arteno Spellmeier e Hans Trein.

¹⁰² Em Juína, era uma vaca para duas famílias. Cf. Carta de Oto e Edna Ramminger aos presidentes das comunidades da Paróquia Evangélica Sul de Rondônia, setembro de 1984 (Arq. da IECLB).

¹⁰³ Cf. Hans Alfred TREIN, *Entrevista*, setembro de 2003.

¹⁰⁴ Carta de Oto e Edna Ramminger aos presidentes das comunidades da Paróquia Evangélica Sul de Rondônia, setembro de 1984 (Arq. da IECLB).

¹⁰⁵ Cf. Hans Alfred TREIN, *Entrevista*, setembro de 2003.

¹⁰⁶ Cf. Ata da reunião para verificação de problemas no Projeto Vacas realizada em Vilhena, 18/08/1984 (Arq. da IECLB).

¹⁰⁷ Carta de Oto Ramminger (Colorado do Oeste/RO) para destinatário desconhecido, 30/01/1984 (Arq. da IECLB).

¹⁰⁸ Esclarecimento da Paróquia Evangélica Sul de Rondônia sobre a questão dos projetos da IECLB em Colorado do Oeste, fevereiro de 1985 (Arq. da IECLB).

¹⁰⁹ Não será discutido o andamento desse novo projeto. Apenas arrola-se aqui, porque faz parte da continuidade do Projeto Vacas.

¹¹⁰ Cf. Carta de Hofmeister (Porto Alegre/RS) à Paróquia Sul de Rondônia, 12/09/1986 (Arq. da IECLB).

sionários jesuítas e uma em Tenente Portela, em 1964, entre os índios Kaingang, por iniciativa do P. Norberto Schwantes que, na ocasião, atuava nessa região¹¹¹. Essa missão, conhecida como Guarita, seguiu o caminho tradicional das missões cristãs na América Latina: visava integrar o povo indígena na sociedade envolvente e convertê-los ao cristianismo. Para isso, construiu-se uma escola com internato para facilitar a integração do povo indígena na sociedade brasileira. “O trabalho missionário propriamente dito foi entregue ao *Summer Institut of Linguistic*¹¹², que estudou a língua e traduziu o Novo Testamento para o kaingang”¹¹³. Em Rondônia, por sua vez, a única experiência da igreja era a do indigenista Wiedemann que atuava como enfermeiro.

Em 1977, a Direção da IECLB decidiu montar um projeto missionário para atuar entre os suruí. O Secretário de Missão Friedrich Gierus pediu que Wiedmann elaborasse um relatório sobre a situação dos suruí para servir de subsídio para o projeto¹¹⁴. Assim, organizou-se um convênio com a FUNAI tendo como base a experiência de Guarita¹¹⁵ e que fora assinado em agosto de 1978¹¹⁶. Nesse sentido, cabia à IECLB manter um professor, um lingüista e um técnico agrícola. A FUNAI, por sua vez, ficou responsável pela construção da infra-estrutura: prédio escolar e residencial¹¹⁷. A P^a. Altmann e o P. Zwetsch foram enviados, em março de 1978, para atuar nesse projeto. Os dois vinham recentemente da Faculdade de Teologia, sendo que Altmann não havia ainda concluído os estudos de teologia. Na faculdade, eles foram fortemente influenciados pela Teologia da Libertação. Portanto, embora o projeto tenha sido montado nos moldes de Guarita, eles estavam imbuídos da nova teologia de missão que nascia: o *esvaziamento* (Fl 2.5-11), o *servir* (Mc 10.35-45) e o *libertar* (Lc 4.16-30)¹¹⁸. Com essa nova visão, eles iriam trabalhar entre os suruí. Buscariam organizá-los politicamente, tentando inseri-los nos movimentos indígenas de luta pela terra, e economicamente, tentando viabilizar sua auto-sustentação. Eles propuseram uma “pastoral de convivência”, na qual procuravam, ao invés de evangelizar, se engajar nas lutas do povo, dando, assim, testemunho do Evangelho¹¹⁹.

Referências bibliográficas

- ALTMANN, Lori; ZWETSCH, Roberto. *Paíter: o povo suruí e o compromisso missionário*. Chapecó: Caderno do Povo-PU, 1980.
- ARQUIVO da Comunidade de Espigão do Oeste.
- ARQUIVO da IECLB.
- ARQUIVO do Sínodo da Amazônia.
- ARQUIVO pessoal de Arteno Spellmeier.
- ARQUIVO pessoal de Lori Altmann e Roberto Zwetsch.
- ARQUIVO pessoal do autor.
- AS EXPERIÊNCIAS de um Jovem Indianista. JOREV. Porto Alegre, ano XC, nº 3, p. 2, 1ª quinzena de Fevereiro de 1976.
- AUDIOVISUAL produzido pela ISAEC. Acervo da Biblioteca da EST: São Leopoldo.
- COLÉGIO Sinodal tem Núcleo Avançado na Rondônia. JOREV. Porto Alegre, ano XC, nº 10, p. 11, 2ª quinzena de Maio de 1975.
- CPT. *Sem terra e sem rumo*: Documento do simpósio sobre migrações realizado em Cascavel-PR, de 5 a 8 de junho de 1979. São Leopoldo: Acervo da biblioteca da Escola Superior de Teologia, 1979.
- DAENECKE, Paulo. *Entrevista*, julho de 2003.

¹¹¹ Cf. Norberto SCHWANTES, *Uma cruz em Terranova*, p. 39.

¹¹² Instituto Lingüístico de Verão.

¹¹³ Lori ALTMANN; Roberto ZWETSCH, *Paíter*, p. 53. O *Summer Institut of Linguistic* tem origens fundamentalistas.

¹¹⁴ Cf. *Relatório de Arnildo Wiedemann* (Arq. pes. de L. Altmann e R. Zwetsch).

¹¹⁵ Cf. Lori ALTMANN; Roberto ZWETSCH, *Paíter*, p. 50.

¹¹⁶ Cf. Convênio da IECLB com a FUNAI (Arq. pes. de L. Altmann e R. Zwetsch).

¹¹⁷ Cf. Convênio da IECLB com a FUNAI (Arq. pes. de L. Altmann e R. Zwetsch).

¹¹⁸ Cf. Informações de Lori Altmann.

¹¹⁹ Cf. Informações de Lori Altmann.

DEPARTAMENTO de Migração. *Migração orientada: terra para agricultores sem terra*. JOREV, Porto Alegre, ano XV, nº 5, p. 6, 1ª quinzena de Março de 1975.

_____. *Terra no rio Colorado*. JOREV, Porto Alegre, ano XV, nº 5, p. 1, 1ª quinzena de Março de 1975.

EQUIPE trabalha em P. Bueno. JOREV. Porto Alegre, ano 89, nº 4, p. 4, 15 de fevereiro de 1974.

INFORMAÇÕES de Arteno Spellmeier.

INFORMAÇÕES de Hans Trein.

INFORMAÇÕES de Inácio Lemke.

INFORMAÇÕES de Lori Altmann.

MAIS de 12 mil tomam parte na 1ª romaria da terra na RO. JOREV. Porto Alegre, ano XCIX, nº 13, p. 15, jul./ago. de 1987.

MUELLER, Jaime Roberto. *Relatório Histórico do Movimento Encontrão na IECLB*. São Leopoldo: Acervo da biblioteca da EST, 1981. [Trabalho Semestral]

OSTERBERG, Helgar Hugo. *Projeto Missão Zero: o desafio missionário a partir do zero*. São Leopoldo: Acervo da biblioteca da EST. [Trabalho Semestral]

SASS, Walter. *Entrevista*, dezembro de 1999.

SCHACH, Geraldo. *Entrevista*, maio de 2001.

SCHÜNEMANN, Rolf. *Do gueto à participação: o surgimento da consciência sócio-política na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil entre 1960 e 1975*. São Leopoldo: Sinodal, 1992.

SCHWANTES, Norberto. *Uma cruz em Terranova*. São Paulo: Scritta, 1989.

SEI. *Precisamos Agir*. JOREV. Porto Alegre, ano 88, nº 5, p. 8, 1º de Março de 1973.

SILVA, João Artur Müller da. *Missão Rondônia*. JOREV. Porto Alegre, ano XCII, nº 21, p. 11, 1ª quinzena de novembro de 1978.

SISTEMA de banco de dados da IECLB.

SPELLMEIER, Arteno. *Entrevista*, agosto de 2003.

SPELLMEIER, Arteno. *Entrevista*, junho de 2000.

TÉCNICOS que atuam nas novas áreas também se consideram missionários. JOREV. Porto Alegre, ano XCIX, nº 8, p. 16, maio de 1987.

TRABALHO em equipe: condição para um atendimento integral. JOREV. Porto Alegre, ano XC, nº 3, p. 7, 1ª quinzena de fevereiro de 1976.

TREIN, Hans Alfred. *Entrevista*, setembro de 2003.

WITT, Osmar Luiz. *Igreja na migração e colonização*. São Leopoldo: Sinodal, 1996.

– 8 –

Imigração, Economia e Associativismo

AS SOCIEDADES ITALIANAS DE SOCORRO MÚTUO NO “NOVO OESTE PAULISTA”¹ : O MUTUALISMO ÉTNICO NA CIDADE DE RIBEIRÃO PRETO ENTRE 1890-1920

Patricia Gomes Furlanetto*

Introdução

Os estudos sobre imigração para o Brasil sempre privilegiaram algumas características fundamentais a respeito desse tema. Dentre elas, podem ser apontadas as peculiaridades na obtenção de mão-de-obra, que proporcionaram condições institucionais para constituição de um mercado livre de trabalho através da imigração em massa, bem como as relações de exploração do trabalho no cultivo do café e também a inserção dos imigrantes nos centros urbanos paulistas e a influência destes no movimento operário. Partindo destes temas nucleares da historiografia sobre imigração, a questão da integração social, entre imigrantes e a sociedade nacional, vem sendo estudada academicamente por muitos pesquisadores desde os anos 40 e 50 (Fausto: 1991).

Estudar imigração não é apenas observar o deslocamento de um sujeito, ou um grupo, de uma localidade geográfica para outra. É observar também a transição do sujeito, que não é uma unidade física, mas sim alguém que faz parte de uma sociedade determinada e de uma cultura que fornece referências de normas de comportamento e de valores. Neste ponto, a historiadora Zuleika Alvim chama a atenção ao afirmar que não podemos ter uma visão linear do argumento de que as experiências passadas determinam o comportamento futuro, ou seja, se as famílias italianas, que constituem parte do objeto de estudo nesse caso, agiam de certo modo na Itália, agiriam do mesmo modo no Brasil (Alvim: 1986, p.14). Desta forma, compreender que qualquer momento histórico é, ao mesmo tempo, resultado de processos anteriores e um indicador da direção de seu fluxo futuro, faz com que se conceba uma via de compreensão do comportamento do imigrante italiano e de sua família, suas experiências econômicas, sociais e políticas.

Nestes termos, esta comunicação se concentra, de forma geral, na problemática da assimilação e no processo de aceitação pela consciência social dominante do novo. A escolha de Ribeirão Preto deve-se, além da expressividade do fluxo migratório italiano, ao perfil do imigrante italiano e a sua participação na dinâmica sócio-econômica da sociedade local. O recorte temporal se explica em razão de que foi nestes anos (1890-1920) o maior número de entrada de imigrantes, no Brasil e no interior paulista. Conseqüentemente foi neste período que o número de fundações de Sociedades de Socorro Mútuo foi maior. Nos anos 20, manifestou-se um arrefecimento no número de novas sociedades. A partir da década de 30, o contexto internacional já apresenta novas relações de trabalho, capital e Estado, necessitando assim de novas respostas (Fausto: 1977, p.227).

Um Panorama: O Brasil e a imigração em Massa

A imigração em massa do final do século XIX e início do século XX é um evento historicamente determinado pela expansão do modo de produção capitalista. De um lado, no Brasil, isso é observado pela constituição de um mercado livre de trabalho para a grande lavoura e pela

¹ Atualmente esta região corresponde geograficamente ao leste e ao nordeste do Estado de São Paulo. Entretanto, no período estudado Martinho Prado Junior denominou esta região como “Oeste Novo” e a região de Campinas, Limeira e Rio Claro de “Oeste Antigo”.

* Mestranda em História Social pela Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP).

transformação da terra em capital, isto é, renda territorial capitalizada. Esses fatos constituíram as instituições combinadas que atenderam aos imperativos históricos do processo de desenvolvimento desigual. Do outro lado, na Itália, a expansão do capitalismo após 1850 se refletiu na conseqüente divisão internacional do trabalho e na luta de grupos inteiros contra a proletarização. É preciso considerar, em suma, que o movimento migratório no qual se inserem os fluxos para São Paulo está inserido no contexto de expansão do capitalismo, e que essa expansão gera especificidades que retiram os indivíduos de sua região de origem e os atraem para outras regiões. Indagações sobre os principais motivos que fizeram milhares de italianos emigrarem em direção ao Estado de São Paulo têm respostas claras: a expectativa de melhores condições materiais de existência (Hobsbawm: 1982: p. 207).

A partir de 1850, com o fim do tráfico negreiro e o subseqüente aumento de preços dos escravos, o problema da substituição da mão-de-obra tornou-se maior, coincidindo com a expansão da lavoura cafeeira. Por volta de 1880, era nítido que a abolição estava iminente e a elite não teria procurado alternativas para o trabalho escravo se não tivesse pela frente múltiplas pressões (Costa: 1994: p.247).

A possibilidade de concretizar a imigração em massa atendia às aspirações paulistas e o imigrante que mais aparecia nas discussões era o italiano. Martinho Prado declarava que o italiano era perfeitamente adaptado pela moralidade e inexcedível amor ao trabalho (Martins: 1973, p. 177). Nos discursos imigrantistas, os atributos desejáveis em uma família imigrante eram os de ser “morigerada, sóbria e laboriosa”. Logo, estabeleceu-se uma separação entre imigrantes de diferentes nacionalidades, além de uma rivalidade entre imigrantes e nacionais. Identificar-se pela nacionalidade significava ajustar-se às expectativas dessa nova vida. Daí, os imigrantes oriundos de uma Itália recém unificada que, anteriormente eram conhecidos como Vênetos, Romanos, Napolitanos, etc., passavam a ser denominados apenas por italianos, dado que assim segregavam as oportunidades na sociedade de adoção, embora enfrentando grandes problemas de aceitação social e de abandono do Estado. Deste modo, a identidade manifestava-se essencialmente sob a forma de solidariedade e de construção de uma memória hegemônica.

Segundo Ângelo Trento, entre os anos de 1880 e 1924, entraram no Brasil mais de 3.600.000 emigrantes, dos quais 38% eram constituídos por italianos, mas ao examinar apenas o período entre 1880 e 1904, este percentual sobe para 57,4% (Trento: 1988, p. 18). Se por um lado o processo de imigração italiana para o Brasil é explicado através da crise de desagregação da mão-de-obra escrava, por outro, encontra-se a Itália vivenciando o crescimento mundial do capitalismo.

A Itália recém unificada vivenciava problemas de rápido crescimento demográfico e de pesados contrastes entre o norte capitalista em franco desenvolvimento e o sul semifeudal. A emigração funcionou como solução para a crise. “*Miséria! Esta a verdadeira e exclusiva causa da emigração transoceânica entre 1880 e a Primeira Guerra Mundial*” (Trento: 1988, p. 30). Em 1885 começava a arregimentação dos italianos interessados em emigrar pelas Companhias de Navegação e, com a fundação da Sociedade Promotora de Imigração em 1886, surgia o financiamento da viagem, pois, até então, era preciso ter certa quantia de dinheiro para emigrar. Através dos discursos de Martinho Prado Júnior, citado no livro de Paula Beiguelman, *A formação do povo no complexo cafeeiro*, percebe-se que a Sociedade Promotora conhecia toda a circunstância italiana e tinha comum acordo com o governo italiano, que objetivava emigrar os miseráveis e os que pudessem se revoltar. Durante a existência desta Sociedade (1886-1895), entraram em São Paulo 480.896 imigrantes; 353.139 deles eram italianos (Alvim: 1986, p.49). Em 1888, construiu-se um edifício, destinado a hospitalizar gratuitamente os imigrantes e suas famílias e a facilitar os encontros com os fazendeiros. Era a chamada Hospedaria dos Imigrantes. O grupo mais visado pelos fazendeiros era o de imigrantes sem recursos e que, segundo a opinião dos fazendeiros, teria maior dificuldade para abandonar a lavoura. O café esteve em alta até os anos de 1893-94, período no qual houve maior fluxo de imigração do norte da Itália. Porém, a partir do início do século XX ocorreu um aumento de imigrantes italianos meridionais, que na sua maioria pretendia encontrar trabalho nas cidades.

Este ponto, já estudado por vários pesquisadores, trouxe grandes discussões sobre a permanência do imigrante no campo. Algumas pesquisas enfatizaram os aspectos negativos da imigração, como o tratamento violento por parte dos proprietários, que tratavam o imigrante como anteriormente tratavam os escravos, além das condições econômicas e físicas precárias. O brasileiro Michael McDonald Hall, em sua tese *As Origens da Imigração em Massa para o Brasil*, afirma que o campo não era o objetivo da maioria dos imigrantes que vinham para o país, o que resultava numa relativa resistência de ficar no campo. Zuleika Alvim afirma que somente os Vênetos não tinham a cidade como objetivo, pois para a maioria dos meridionais, e mesmo dos setentrionais, a posse da terra não era sua maior ambição. A opção pelas cidades apresentava-se como o fim dos maus-tratos físicos e morais e também o fim do isolamento, pois as cidades apresentavam suas vantagens, como mais médicos, mais igrejas, mais escolas e principalmente mais convivência social.

No período estudado, o Brasil modificou seu regime político, passou da Monarquia para a República, mudou a forma de trabalho e modificaram-se as condições do mercado internacional. A produção de café aumentou em São Paulo na década de 1890 devido à longa temporada de alta do produto (1886-95), entretanto com a crise mundial de 1893, as cotações do café diminuíram, surgindo assim o poder da elite política paulista, representante da elite cafeeira, com a política de valorização do café.

Essa conjuntura fez com que ocorressem vários movimentos de resistência, como as fugas para as cidades e as denúncias ao governo italiano das vergonhosas condições encontradas nas fazendas e das arbitrariedades freqüentemente ocorridas.

(...) Benjamin Mota comentava num artigo a exacerbação da lavoura ante a crise (O Amigo do Povo, nº 9, 2.8.1902). No Congresso Agrícola de Ribeirão Preto, os fazendeiros haviam lançado um boletim de luta contra as empresas ferroviárias que os exploravam, exigindo, sob ameaças, a redução de tarifas. O articulista não negava que os fazendeiros estivessem arruinados e com as fazendas hipotecadas, prejudicados pelas companhias de transporte, comissários “por sua vez empenhados com os exportadores”, escoando-se dessa forma a maior parte de seus lucros. Mas, se era justo que protestassem, mais natural seria a rebeldia dos colonos explorados por esses mesmos fazendeiros. (Beiguelman: 1987, p.98-99)

O jornal *O Estado de São Paulo* (07-01-1899) informava que uma associação de fazendeiros em São Carlos do Pinhal propunha a redução dos salários, em circunstâncias oportunas, conforme as condições das culturas dos diferentes associados. Essa reportagem, citada no texto de Paula Beiguelman, mostrava que os mais prejudicados com a queda do café foram os colonos. Além das multas e falta de pagamento de salários, ocorria um problema específico na região de Araraquara e Ribeirão Preto. Com os cafezais formados há quase vinte anos, iam se tornando cada vez mais escassos os plantios das culturas intermediárias, assim a carestia de produtos agrícolas aumentava. A violência no perfil escravocrata da maioria absoluta dos fazendeiros determinava a vida e a liberdade dos colonos. A fuga das fazendas aparecia como solução imediata, contudo, o uso de capangas para inibir, também.

Portanto, com a queda do café, inicia-se um período de crise que durou, aproximadamente, quinze anos, trazendo graves problemas para a lavoura e conseqüentemente para a mão-de-obra, como a diminuição dos salários, o aumento das multas por abandono de serviço e crescimento da população urbana. Inserida neste contexto, a greve rural de algumas fazendas de Ribeirão Preto em 1913 tem uma grande importância, pois pela primeira vez, a onipotência dos fazendeiros foi abalada (Garcia: 1998). Os imigrantes tornam-se itinerantes à procura da autonomia de suas vidas e a opção pelas cidades definiu a luta, em nível de sobrevivência, pois representava o fim do isolamento e dos maus-tratos físicos e morais que eles viviam.

Com a constituição de um mercado interno de consumo que abriu novas oportunidades tanto para os detentores dos capitais gerados pelo café, quanto para indivíduos dotados de habilidades artesanais, as cidades conheceram um crescimento populacional e urbanístico. Como

analisou Boris Fausto em *Trabalho Urbano e Conflito Social*, nesse período a cidade conheceu profundas transformações ocupacionais. Como resultado desse processo, as cidades do Estado de São Paulo conheceram, na virada do século, um incremento populacional e uma vasta oferta de trabalho, constituindo assim, um mercado interno de consumo e de oportunidades para indivíduos dotados de habilidades artesanais. Devidamente integrada às necessidades da economia cafeeira, como centro de contratação de mão-de-obra para as lavouras, as cidades do “oeste paulista” tiveram um repentino desenvolvimento populacional, em sua maioria, por uma imensa população de imigrantes (Pinto: 1994, p.35). A ida para os centros urbanos em torno das fazendas prosseguiu durante todo o período da grande corrente migratória, mesmo durante a expansão dos cafezais, e de maneira acelerada nesses períodos desfavoráveis da cafeicultura, engendrados pela crise de superprodução (Beiguelman: 1968, p.139). Portanto, o colono era um itinerante que habitualmente mudava de fazenda e normalmente terminava por dirigir-se às cidades.

Muitas vezes, os imigrantes ao chegarem à Hospedaria dos Imigrantes, ou após algum período nas fazendas de café, conseguiam fugir para as cidades onde normalmente encontravam contrerrôneos que os inseriam no mercado de trabalho (vendedores, ferreiros, mascates, marceneiros, pedreiros). “*A cidade enquanto espaço potencial de conflito estimulava a solidariedade*” (De Lucca: 1990, p.139). Este rápido desenvolvimento das cidades foi, aparentemente, um fator importante no desenvolvimento das Sociedades de Socorro Mútuo italianas.

As Sociedades de Socorro começaram a nascer na Itália a partir da metade do século XIX como transformação das antigas corporações artesanais, que reuniam ainda patrões e operários pertencentes a uma mesma categoria. A maior parte dessas Sociedades de Socorro Mútuo na Itália nascia como grêmios no interior de uma mesma categoria, mas havia também sociedades definidas genericamente como “operárias”, cujos sócios pertenciam às mais diferentes ocupações ou a ocupações semelhantes. O socorro mútuo significava que o principal objetivo da sociedade era assegurar aos próprios sócios - num período em que ainda não existiam sistemas públicos de saúde e aposentadoria - serviços médicos, uma modesta pensão na velhice, etc.

Quando os italianos começaram a emigrar para as Américas, tentaram desde o início formar sociedades como as que conheciam direta ou indiretamente nas suas regiões. Em 1878, surgiu a *Società Italiana di Beneficenza* e no ano seguinte a *Vitório Emanuele II*, as duas na cidade de São Paulo. Segundo Luigi Biondi (2002), a precocidade na criação das fundações de muitas sociedades italianas que surgiram em São Paulo é contrabalanceada por um longo período de estagnação, provavelmente porque culturalmente, estas associações tinham como característica essencial o fato de serem organizadas por artesãos e operários especializados (que constituíam o núcleo das mútuas italianas, não somente nos países de imigração, como também na Itália). Como no Brasil a grande massa de imigrantes do final do século XIX se destinava ao trabalho no campo, o que se pôde observar (mas ainda merece estudos) é que o desenvolvimento das sociedades mutualistas foi sendo organizado, primeiramente, nos grandes centros urbanos e depois nos centros urbanos que iam se desenvolvendo ao longo das ferrovias paulistas.

Em termos assistenciais e políticos, espalharam-se pelo Estado de São Paulo inúmeras Sociedades de Mútuo Socorro (S.M.S.), demonstrando, na maioria das vezes, atos de solidariedade e de identidade nacional do país de origem, e também atitudes políticas de resistência. Em 1897, havia 98 associações e em 1908, já eram 170, somente na cidade de São Paulo. Mesmo que o número de associados seja reduzido perante o número de imigrantes, não é possível desprezar tais organizações (Alvim: 1986, p. 172). A necessidade de resgatar essas coletividades se justifica, mesmo que por vezes elas pareçam insignificantes, afinal, foram elas que inauguraram os mecanismos de ajuda mútua e de solidariedade em um país que desconhecia políticas de previdência e um Estado promotor do bem-estar social. Neste sentido, o desenvolvimento urbano nas últimas décadas do século XIX terá como consequência um crescimento paralelo, sobretudo a partir de 1895, das Sociedades do Socorro Mútuo formadas por italianos.

Entretanto, a historiadora Zuleika Alvim, ao duvidar da afirmação feita por Ângelo Trento de que as Sociedades de Socorros Mútuos tinham caráter puramente “urbano” e de “classe

média”, questiona a utilização destes termos, pois em sua análise, seria incorreto transferir o quadro referencial europeu para todo o Estado de São Paulo.

Se olharmos a carta postal da província de São Paulo feita em 1880, vemos que Barretos, Lençóis e Brotas – de onde se desdobra Torrinha – eram regiões fronteiriças com a floresta inexplorada. No entanto, Barretos tem uma SMS fundada em 1895, Lençóis em 1892 e Torrinha em 1895. Em Dourado, cuja população só chegou a 8mil habitantes em 1920, já havia uma SMS nas mãos de italianos desde 1893 (Alvim:1986, p.171).

Daí a importância de estudar de forma mais aprofundada estas sociedades em centros urbanos menores, onde o urbano e o rural estão extremamente próximos e o contato com os “colonos”, fazendeiros, empresários locais, artesãos e operários não é distante.

A Cidade de Ribeirão Preto e o desenvolvimento de suas Sociedades Mutualísticas

Na passagem da década de 1870-1880, Ribeirão Preto se integrou à “frente pioneira” da expansão do café, além da substituição dos meios de transporte. Modificações estruturais ocorreram nas propriedades fundiárias da região, fazendo-as integrar-se definitivamente ao mercado internacional do café em 1883 com a chegada dos trilhos da Companhia Mogiana.

O último quartel do século XIX foi o período da grande expansão do café; as estradas de ferro substituíram os burros. Depois de construída a linha básica Santos-Jundiaí, a rede ferroviária obteve muitos avanços. A Companhia Paulista de Estrada de Ferro fazia a ligação Jundiaí - São Carlos, posteriormente indo até Jaboticabal. A Companhia Mogiana, fundada em 1872, começava em Campinas chegando até a região de Ribeirão Preto. A partir daí, Ribeirão Preto viveu a efervescência do novo “Eldorado”. A abundância na produção e os rendimentos elevados eram os sinais de juventude dessas novas áreas. *“Em um total de 123.069 imigrantes distribuídos pelas fazendas de São Paulo entre 1898 e 1902, um pouco mais da terça parte (49.799) concentrou-se em apenas cinco municípios: Ribeirão Preto (14.293), São Simão (7.837), São Carlos do Pinhal (7.739), Araraquara (7.679) e Jaú (6.191)”* (Monbeig: 1984, p.172). Houve uma verdadeira corrida ao “oeste paulista”, o surto de progresso em Ribeirão Preto atraiu muitos cafeicultores, comissários, especuladores, mas também muitos imigrantes que, à custa de esforço e de economia, iam produzindo uma nova paisagem natural e humana. Ribeirão Preto viu definir-se a sua organização social: tornou-se freguesia em 1870 e vila em 1871, sendo desmembrada de São Simão. Sua primeira Câmara foi eleita em 1874. Neste período, chegavam à Ribeirão Preto os cafeicultores de outras regiões, os capitalistas, especuladores trazendo para a cidade um surto de crescimento (Lages: 1996, p. 246). Na primeira década do século XX, a cidade de Ribeirão Preto já tinha uma população aproximada em 60 mil habitantes, e a chamada população rural girava em torno de 37 mil (Almanach Ilustrado de Ribeirão Preto: 1913, p.20.).

Outro dado importante foi a criação do núcleo colonial oficial “Senador Antônio Prado”, fundado em 1889. Os lotes eram de 10 ha por 1250 francos e eram obtidos com facilidades de pagamentos e praticidade no escoamento das produções (Monbeig: 1984, p. 159). Mesmo que esse núcleo colonial tenha sido organizado, aparentemente, para preparar o exército de reserva de mão-de-obra para os fazendeiros, não se pode negar que estas pequenas propriedades concretizaram uma ligação entre o espaço urbano e o rural, fato que permitiu, dentro dos núcleos familiares, que indivíduos pudessem encontrar trabalho na cidade. Deste modo a cidade de Ribeirão Preto possui uma característica bastante particular: a combinação urbano-rural dentro do seu contexto, permitindo assim, o desenvolvimento de atividades importantes tanto dentro do comércio e da rede de serviços como na agricultura. A presença italiana não se restringiu apenas às propriedades rurais, mas também foi decisiva ao incrementar todas as atividades urbanas.

O livro *“Lo Stato Di San Paolo Nel Cinquentenário Dell Immigrazione”*, de Salvatore Pisani, publicado em São Paulo no ano de 1937, registra cerca de 30 mil italianos em Ribeirão Preto. A coletividade italiana nesta época possuía cerca de 6.000 propriedades urbanas, 70 propriedades rurais, 59 estabelecimentos industriais e centenas de lojas comerciais.

O processo de urbanização de Ribeirão Preto acomodou-se entre as estruturas agrícolas e componentes urbanos como ferrovia, correio, teatro, escolas. Neste sentido, configuraram-se expressões diversas e muitas possibilidades de relações no processo de convivência social. Os estabelecimentos comerciais proporcionavam dinâmica à cidade, as casas comerciais divulgavam seus serviços com escritas chamativas, a praça com seus jardins compunham uma “realidade urbana, mas se a necessidade econômica trouxe os imigrantes para essa configuração, sua convivência não foi harmônica. Mundos diferentes se cruzavam, a cultura simples dos primeiros moradores (mineiros, mestiços e negros) com os costumes dos imigrantes e a vontade da elite da cidade em se assemelhar com a Europa (Tuon: 1997). Assim, cada uma das diversas camadas que compunha essa sociedade, aparentemente, se organizou em associações ou sociedades, a fim de se proteger e de preservar, ou mesmo construir uma identidade.

Há uma deficiência na vasta bibliografia sobre imigração no que tange à questão da convivência social, principalmente sobre as formas associativas. Muitos estudos delineiam alguns tópicos sobre as Sociedades de Socorro Mútuo, entretanto em nenhum destes estudos elas se tornam o objeto central e poucas pesquisas se centram nesta temática. A tese da historiadora Tânia Regina de Luca, *O Sonho do Futuro Assegurado*, é considerada um marco, pois ela trabalha a questão do mutualismo com o objetivo de questionar a associação direta deste com o sindicalismo. Contudo, a pesquisa restringe-se às cidades de São Paulo e Santos e também não trata especificamente de associações étnicas. Recentemente, a tese defendida por Luigi Biondi, que tem como objeto de estudo a organização dos trabalhadores italianos em São Paulo, com ênfase ao papel desenvolvido pelos socialistas italianos entre 1890-1920, apresenta na primeira parte de seu estudo uma boa análise das Sociedades de Socorro Mútuo Italianas. Entretanto, é importante ressaltar que este estudo também se direciona ao entendimento sobre a transformação de muitas dessas sociedades em sindicatos e organizações socialistas.

Assim, a fundação das Sociedades Italianas em cidades como Ribeirão Preto deve ser entendida tendo em vista o contexto mais amplo de afirmação das relações capitalistas e também como estratégia, que procura através de seus meios e condições específicas trazer representatividade perante a sociedade receptora, isto é, a maneira pela qual os imigrantes vão se organizando e assimilando a nova pátria e principalmente a região onde eles estão se fixando.

Este contexto sugere que no processo de convivência social, os italianos além de relacionarem-se socialmente através do trabalho, realizavam modos de organização social para que a preservação de algumas referências fosse capaz de dar sustentação à memória coletiva destes grupos, através de um conjunto variado de práticas como escolas, festas e homenagens que se reuniam sob a idéia de *sentimento pátrio*. Diante disso, esse estudo tem o propósito de analisar as Sociedades de Socorro Mútuo na cidade de Ribeirão Preto (1890-1920); confrontar os interesses e objetivos dessas associações perante uma sociedade de adoção; observar as estratégias utilizadas perante a consciência social dominante que, aparentemente, em um primeiro momento não aceita o diferente, o novo agente social; verificar se essa procura de melhoria da qualidade de vida pôde suscitar algumas reivindicações e vitórias; além de observar as referências de comportamento da sociedade de origem e as especificidades engendradas na sociedade de adoção, através não só da inserção na elite local, mas também da necessidade de manter vivos os laços de memória coletiva.

A fundação da Società Italiana di Mutuo Soccorso Unione Italiana em 1895 já foi resultado da união de duas outras sociedades, a Società Umberto I e a Príncipe Amadeo das quais não são encontrados, ainda, quaisquer vestígios. Existente ainda hoje, esta sociedade se apresenta apenas com o nome de Sociedade de Mútuo Socorro de Ribeirão Preto, nacionalizada em 28 de julho de 1940, por motivo da “campanha de nacionalização” ocorrida no período que antecede a segunda guerra mundial. Nesse contexto, é importante lembrar do Decreto-Lei nº383 de 18/04/1938, que proibiu os brasileiros natos ou naturalizados, ainda que filhos de estrangeiros, de pertencerem a clubes e sociedades com fins beneficentes ou assistenciais fundadas por imigrantes (De Lucca: 1990, p.150). Embora este decreto tenha representado um golpe final no fluxo das

fundações destas sociedades, a permanência de algumas delas com outros nomes fez com que permanecessem certos contatos sociais e a memória dos fundadores italianos, representando uma identidade.

Ao iniciar a análise dos estatutos do final do século XIX e início do século XX, é possível observar um conjunto variado de práticas destinadas a manter vivos os laços da “identidade nacional italiana”. Uma primeira manifestação já é percebida pelos nomes das sociedades, que homenageavam reis, mártires, ou características morais da “coletividade italiana”.

Art. IX – Di mantenere sempre vivo negli animi dei soci l’amore per la pátria lontana, ed il rispetto alle reggi.²

Através da leitura das Atas e da relação dos sócios, surgem algumas perguntas sobre esta necessidade de representação perante a sociedade de Ribeirão Preto. Em que medida estas associações operavam na construção de uma identidade étnica diferenciada no espaço social ribeirão pretano?

Art. III – Possono far parte della società tutte le persone che sono italiane, o figlio, o d’origine italiana, purché godono fama di onesti e laboriosi, abbiano compiuto 16 anni e non oltrepassate i 50 di ita.³

A questão da moralidade parece ser a marca de uma época em que valores como honestidade, esforço e coragem, caracterizavam condutas, e eram costumes socialmente válidos. Logo, este conjunto de características era como uma senha para a consolidação da prática de convivência e assimilação. Sobre a importância de demonstrar a honorabilidade, as fontes sugerem que se tratava de uma necessidade concreta, visto que comerciantes, artesãos, pedreiros, serralheiros, industriais e prestadores de serviços em geral tinham como grande objetivo pertencer ao meio urbano, ou pelo menos prestar serviço nele. Ao analisar a relação entre os sócios e compará-la com os almanaques da época, foi possível observar que grande parte destes profissionais pertencia às Sociedades de Socorro Mútuo Italianas.

Quadro número 1: Lista de alguns sócios da Società S. M. “Unione Italiana” que aparecem no Amanach histórico de Ribeirão Preto de 1913.

Nome	Ano de Ingresso na Sociedade	Atividade Profissional
Verri Hercoles (Ericole)	1922	Açougue
Ipolito (Hippolito) Jeronimo Girolando	1914	Agência de banco; indústria de massas
Guiseppe Gambassi	1907	Armazéns
Angelo Scarparo	1909	Armazéns
Bortolo Rigon	1901	Armazéns
Giovani Spinelli	1923	Armazéns
Carlos Gazelli	1911	Armazéns
Vincenzo Francischini	1913	Armazéns
Pedro Lombardi	1911	Armazéns
Agostinho Pellegrini	1905	Armazéns
Antonio Redigolo	1913	Armazéns
Pietro Bressani	1917	Armazéns
Fortunato Bressani	1920	Armazéns

² Statuto della Società di M. S. Unione Italiana, Ribeirão Preto, SP, Casa Beschizza, 1898.

³ Statuto della Società di M. S. Unione Italiana, Ribeirão Preto, SP, Casa Beschizza, 1911.

Luigi Bergamini	1925	Botequim
Armando Baruffi	1923	Botequim
Domenico Innechi	1897	Móveis
Giovani Beschizza	1895	Papelaria
Giorgio Beschizza	1895	Papelaria
Aniceto Scaravelli	1904	Guarda-livros
Michelle Torre (Miguel)	1897	Funileiro
Angelo Franzaglia	1896	Funileiro
Antonio Veronese	1912	Marceneiro
Vittorio Veronese	1910	Marceneiro
Alessandro Veronese	1905	Marceneiro
Giovani Batalha	1923	Marceneiro
Francisco Mussumecchi	1911	Sapateiro
Ricardo Galvano	1900	Sapateiro
Pedro Pisoli	1912	Seleros
José Cagnolatti	1911	Padaria
Carlo Torre	1909	Farmácia
Salvatore Ragghianti	1898	Farmácia
Giovani Temporin	1922	Fábrica de sabão
Guisepe Messina	1914	Serrarias
Attilio Scarparo	1900	Alfaiates
Luis Codognato	1911	Alfaiates
Oreste Baiocchi	1909	Alfaiates
Ugo Martini	1895	Carpinteiro

Outra referência para a observação desta inserção na comunidade local pode ser estudada através das Atas que demonstram uma grande preocupação com a elite local. A maior parte dos sócios honorários era constituída por pessoas de muita relevância dentro da sociedade local e nacional. No entanto, existia também a nomeação de sócios honorários que representavam os interesses da coletividade italiana, como foi o caso do deputado Luis Pereira Barreto, que havia defendido publicamente um colono que estava sendo julgado. A historiadora Paula Beiguelman (1987, p.99), ao relatar o caso de Ângelo Lungaretti, afirma que o acontecimento teve apoio das sociedades italianas de várias cidades, dentre elas Ribeirão Preto. Estas estratégias sugerem uma necessidade não apenas de criar uma base institucional que facilitasse a inserção e o fortalecimento de laços entre imigrantes e nacionais, mas também de união entre todos os “compatriotas”.

Considerações Parciais

Na ausência de um Estado promotor do bem-estar social e de políticas de previdência, essas Sociedades preenchem uma importante lacuna, contribuindo para a implantação e a consolidação das relações capitalistas que foram sendo paulatinamente implantadas após o fim do escravismo. Acredita-se que tais sociedades tenham cumprido um papel fundamental na sociedade civil, no momento em que surgiram e proliferaram. Além de proporcionar um amparo aos “compatriotas”, garantiam, mesmo que parcialmente, uma relativa aposentadoria e apoio à família do sócio morto. Além de se constituírem como espaços de lazer e solidariedade, contribuíam como reforço de identidades coletivas. As iniciativas estatais implementadas, com vistas à disciplinarização e higienização do espaço urbano limitaram-se ao fortalecimento do aparato repressor, através da construção de cadeias e do aumento dos efetivos policiais, além da implementação de rígidos códigos de postura regulamentadores do lazer e do fazer cotidianos.⁴ Este tipo de

⁴ Sobre a concepção de uma ideologia da higiene ver: CHALHOUB, Sidney – *A Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*, São Paulo: Cia das Letras, 1996 e LANNA, Ana Lúcia Duarte *Uma Cidade em transição. Santos: 1870-1913* São Paulo-Santos: HUCITEC-PMS, 1996.

sociedade aqui estudada, aparentemente, se responsabilizou pela criação de mecanismos de proteção social que garantiam certa sobrevivência. É importante salientar que proliferou, neste contexto, um grande número de abrigos para mendigos, asilos para órfãos, hospitais, escolas e as associações nacionais e de ofícios de mútuo socorro. Mas, poucos são os estudos que se voltaram para o estudo do mutualismo no país, o que não ocorreu para o restante da América Latina e para a Europa.⁵

Desta forma, pelo menos em cidades de médio porte do interior de São Paulo, tendo como base a cidade de Ribeirão Preto, a inserção dessas sociedades no mundo do trabalho, aparentemente se dava com o objetivo de garantir emprego e amparo na ausência de um emprego, assumindo um caráter mais colaborativo do que de oposição ao patronato. Funcionavam como verdadeiros aparelhos de reforço da identidade étnica, ameaçada pela sua imersão no “novo mundo”. Atuando como importantes espaços de composição de redes de solidariedade mútua em um contexto de muita adversidade, sua principal função era garantir o apoio aos seus compatriotas. Para isto, mantinham relações com o país de origem e com os consulados locais. Destacavam-se na promoção de festividades comemorativas, não muito comuns em outros tipos de mutuais e associações, não só com vistas ao levantamento de fundos, como sobretudo a fim de proporcionar espaços de sociabilidade e de lazer, reforçando seus vínculos étnicos.

O problema está em que discutir a socialização das normas de uma sociedade é assumir um consenso que é, muitas vezes, posto em causa. Porém, segundo Pierre Bourdieu (1983: p.76), a “reprodução cultural” mostra-se pela tendência da sociedade em geral e do sistema educativo em particular para se reproduzir, inculcando nas novas gerações os valores da geração anterior. Este conceito de “reprodução cultural” chama atenção de outro conceito também criado por ele, “habitus”, que é definido como estratégias que habilitam estes agentes a gerar uma infinidade de práticas adaptadas a inúmeras situações de mudanças. Portanto, estas relações historicamente definidas devem ser entendidas e trabalhadas através do “habitus”, da visão de mundo e da experiência do vivido e do aprendido, isto é, devem ser pensadas a partir das razões pelas quais ocorre esse movimento migratório como também as maneiras como eles se organizam nos locais para onde emigram. No caso específico das Sociedades de Socorro Mútuo no interior paulista, os valores como honestidade, esforço e coragem, faziam parte dos costumes socialmente válidos e no caso dos estrangeiros referia-se a uma nacionalidade, criando condições de convivência e credibilidade na sociedade de uma forma geral. Dentro deste debate, é importante ressaltar as pesquisas de E. P. Thompson, herdeiro das tradições marxistas inglesas, que soube associar o estudo da cultura, em sua dimensão mais ampla, às lutas sociais dos trabalhadores ingleses do século XVIII. No contexto da industrialização britânica, no período de formação do capitalismo, o autor se preocupou em tratar das formas alternativas de manifestação de interesses das classes dominadas e seu esforço em construir identidades e valores coletivos. Muito embora tais mobilizações não tivessem caráter revolucionário, ou se limitassem a expressões de demandas pragmáticas, eram reveladoras de uma singularidade e de uma identidade em construção. Daí este trabalho inserir-se na abordagem da “História vista de baixo” de Thompson. Pois, segundo este

⁵ Para estudos relativos ao mutualismo europeu ver: FERNANDEZ, Alejandro E. “El mutualismo español em un barrio de Buenos Aires: San Jose de Flores (1890-1900)”. **Estudios migratorios latinoamericanos**. Buenos Aires: n. 13, 1989 e MAR-QUIEGUI, Dedier N. “Asociacionismo, liderazgo étnico e identidad: un enfoque comparado (Luján, 1876-1920)”. **Studi Emigrazione**. Roma, n. 115, 1994. Para os estudos relacionados aos países latino-americanos ver: BAILY, Samuel. “Las sociedades de ayuda mutua y el desarrollo de una comunidad italiana en Buenos Aires, 1858-1918”. In: **Desarrollo Económico**. Buenos Aires: volume 21, n. 84, 1982 e DEVOTO, Fernando J. “Las sociedades italianas de ayuda mutua de Buenos Aires y Santa Fé. Ideas y problemas”. **Studi Emigrazione**. Roma: setembro de 1984, n. 75. Para os estudos mais recentes sobre as mutuais brasileiras, destaca-se: BATALHA, Cláudio H. M. “Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária”. **Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo**. Campinas: UNICAMP, vol. 6, n. 10-11, 1999. BIONDI, Luigi. “Identidade de classe e identidade nacional entre solidariedade e conflito: socialistas e republicanos italianos na São Paulo do início do século XX e suas relações com as associações patrícias e o nascente sindicalismo.” **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre: PUCRS, v. XXVI, n. 1, julho de 2000.

historiador inglês, a história não é governada por regras, podendo existir “contingências” dentro de determinados campos de possibilidade.

Neste sentido, trabalhar com processo histórico é ter consciência de que o comportamento humano é uma soma unitária e que, por sua vez, organiza elaboradas noções, pertencentes à teoria histórica. Entretanto, essa teoria deve estar sempre remetida a determinadas evidências e os conceitos devem sempre surgir da empiria. “Na medida em que uma tese (o conceito, ou hipótese) é posta em relação com suas antíteses (determinação objetiva não-teórica) e disso resulta uma síntese (conhecimento histórico), temos o que poderíamos chamar de dialética do conhecimento histórico” (Thompson: 1981, p.61). Esta é a prática histórica, isto é, um diálogo constante de sucessivas hipóteses com as evidências, criando novas noções. Daí os conceitos do materialismo histórico só serem compreendidos quando usados para a investigação do processo, adequados ao tratamento dos fatos, servindo, a priori, como “expectativas”. Isto porque as evidências não obedecem a regras, entretanto não podem ser compreendidas sem método.

Como já foi citado, o processo não é arbitrário, mas os acontecimentos relacionam-se dentro de determinados campos de possibilidades, não obedecendo a uma “lei”, pois ela está sempre sendo transgredida pelas contingências. Este termo pode ser substituído pelo “acaso”, algo não esperado que se transforma em evidência no processo histórico. Neste sentido, a criação das Sociedades de Socorro Mútuo no Brasil e em especial no “Novo Oeste Paulista” aparece como uma contingência, uma estrutura que assimila as condições históricas do processo de imigração, mas que procura, através de seus meios e possibilidades, trazer algumas vitórias e reivindicações ao conhecimento da sociedade imigrantista. A criação destas Sociedades é um fato concreto, mas é preciso considerar que a prática associativa no Brasil era uma conquista e que a assistência médica, educacional e a previdência social eram direitos até então negados. Isso faz com que sejam evitadas certas generalizações feitas sobre o tema e, principalmente, sobre as especificidades destas sociedades fora dos grandes centros urbanos.

Referências Bibliográficas

- ALVIM, Zuleika - *Brava gente! Os italianos em São Paulo: 1870-1920*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BATALHA, Cláudio H. M. – “Thompson diante de Marx”. *A obra Teórica de Marx, atualidades, problemas e interpretações*. São Paulo: Xamã, 2000.
- BEIGUELMAN, Paula - *A formação do povo no complexo cafeeiro: Aspectos Políticos*, São Paulo: Livraria Pioneira editora, 1968.
- _____. - “O movimento operário ante a grande lavoura no período imigrantista” In: PRADO, Antônio A. (org.) - *Libertários no Brasil, memória, lutas e cultura*. SP: Brasiliense, 1987.
- BIONDI, Luigi - *Entre associações étnicas e de classe: os processos de organização política e sindical dos trabalhadores italianos na cidade de São Paulo*. Tese de doutorado, Unicamp, 2002.
- BONI, L.A. de - (org) *A presença italiana no Brasil*, volume I, II, III, Porto Alegre: EST; Fondazione Giovanni Agnelli, 1987, 1990, 1996.
- BOURDIEU, Pierre – *O Poder Simbólico*, Lisboa: Difel, 1989.
- _____. - *Sociologia*. (org.) Ortiz, R. São Paulo: Ática, 1983.
- CIONE, Rubem - *História de Ribeirão Preto*, volume IV, Ribeirão Preto: Legis Suma, 1996.
- CORRÊA, Rosa L. Teixeira - *Conviver e sobreviver: estratégias educativas de imigrantes italianos (1880-1920)*, Tese de doutoramento, USP, 2000.
- COSTA, Emilia Viotti da - *Da Monarquia à República, momentos decisivos*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. - *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- COSTA, Osmani Emboaba da - *Álbum comemorativo do primeiro centenário da fundação da cidade de Ribeirão Preto*, SP, Schmidt, 1956.
- FAUSTO, Boris - *Historiografia da imigração em São Paulo*. São Paulo: Sumaré, FAPESP, 1991.
- _____. - *Crime e Cotidiano: a Criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. - *Trabalho urbano e Conflito social*, São Paulo: Difel, 1986.

- _____. - “Estrutura de poder e economia (1889-1930)”. IN: Holanda, Sérgio, B. de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1977, volume I.
- GARCIA, M. Ângela - *Os trabalhadores rurais em Ribeirão Preto*, São Paulo: Editora Unesp, 1998.
- HALL, Michael, M. e VERENA, Martinez, Alier - “Greves de colonos na Primeira República”. II. Seminário de Relações de Trabalho e Movimentos Sociais. SP, Cedec, 1979, mimeo.
- HALL, Michael, M. - *The Origins of mass Immigration in Brazil, 1871-1914*, Tese de doutoramento. Columbia University, 1969.
- HARDMAN, F. Foot - *Nem Pátria, nem Patrão*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- HOBSBAWM, Eric J. - *A era do Capital, 1848- 1875*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- LAGES, José A. - *Ribeirão Preto: da Figueira à Barra do Retiro*, Ribeirão Preto: VGA editora, 1996.
- LUCA, Tânia R. de - *O sonho do futuro assegurado*, São Paulo: Contexto, 1990.
- MARTINS, José de Souza - *A imigração e a crise do Brasil agrário*, São Paulo: Pioneira, 1973.
- MONBEIG, Pierre - *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*, São Paulo: Hucitec, 1984.
- PINTO, Maria Inez M. B. - *Cotidiano e Sobrevivência: a vida do trabalhador pobre em São Paulo*, São Paulo: Edusp, 1994.
- PISANI, Salvatore - *Lo stato di San Paolo nel cinquentenario del l’imigracione*, São Paulo, 1937.
- RANGONI, D.- *Il lavoro collettivo degli Italiani al Brasile*. São Paulo: Tipografia Duprat, 1902.
- ROSSI, A. - “Condizioni dei coloni italiani nello Stato di San Paolo”. IN: *Bolettino dell’Emigrazione*. Roma, (7): 3-57, 1902.
- THOMPSON, E. P. - *A Miséria da Teoria, ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.
- _____. - *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*, São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- _____. - *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*, Campinas: Unicamp, 2001
- TRENTO, Ângelo - *Outro lado do Atlântico. Um século de imigração italiana*. São Paulo: Nobel, 1989.
- TUON, Liamar Izilda - *O cotidiano cultural em Ribeirão Preto (1880-1920)*, Dissertação de Mestrado, Unesp, 1997.

COMPARANDO MUTUAIS ÉTNICAS E CLASSISTAS NO RIO GRANDE DO SUL (1854-1940)

Adhemar Lourenço da Silva Jr.

As sociedades de socorros mútuos no Rio Grande do Sul têm sido tema de alguns trabalhos, e dois deles merecem ser mencionados porque lidam com elementos que agora apenas me permito mencionar na consecução deste. Em texto onde comparo os socorros de mutuais organizadas segundo fechamentos étnicos e segundo fechamentos concernentes ao trabalho, constatei que seus objetivos não eram muito diferentes no universo empírico então utilizado, o Rio Grande do Sul do século XIX. Para o mesmo período, evidenciei o perfil social dos membros de sociedades étnicas em Porto Alegre, e os resultados novamente indicaram que se tratavam de mutuais com altas taxas de trabalhadores.¹ Neste texto, quero consolidar elementos de comparação entre os dois tipos de mutuais por meio do estudo de suas finalidades no Rio Grande do Sul nos séc. XIX e XX.

Início com um panorama desse tipo de associação, tomando a definição de Marcel van der Linden, para quem as sociedades de socorros mútuos (ou mutuais) são “associações formadas voluntariamente com o objetivo de prover auxílio financeiro a seus membros em caso de necessidade”. O mesmo autor ainda dá conta de um fenômeno interessante, qual seja, o da tendência à adoção de alguma forma de fechamento nas mutuais, fenômeno que já foi observado em diversos universos empíricos e que, muitas vezes, permite a autores separarem a análise de mutuais fechadas segundo critérios étnicos e segundo critérios orientados ao mercado de trabalho.² Para o Rio Grande do Sul, elaborei um inventário de entidades organizadas também segundo esse tipo de critérios de fechamento, por meio de respostas sucessivas a 4 questões dirigidas às fontes:

- 1 - O grupo preferentemente associado tem homogeneidade com relação a sua posição no mercado de trabalho?
- 2 - Em caso afirmativo, como se orienta essa preferência?
- 3 - O grupo preferentemente associado tem homogeneidade étnica?
- 4 - Em caso afirmativo, como se orienta essa preferência?

É fácil perceber que a primeira e a terceira questão são as principais e, decorrente das respostas, haveria 4 categorias para classificação das sociedades de socorros mútuos, distribuídas conforme o Quadro 1, onde assinalai entre parênteses o número absoluto de casos encontrados para um total de 406 entidades.

¹ SILVA Jr, Adhemar Lourenço da. Etnia e classe no mutualismo do Rio Grande do Sul (1854-1889). *Estudos Ibero-americanos*, Porto Alegre, v. XXV, n. 2, p. 147-174, 1999. Sobre o perfil social de mutuais étnicas, não posso referenciar minha tese ainda não defendida (de onde provém os dados aqui trabalhados), mas remeto a texto publicado em página pessoal: <http://br.geocities.com/alsilvajr2000/>.

² LINDEN, Marcel van der (ed.). *Social security mutualism. The comparative history of Mutual Benefit Societies*. Bern: Lang, 1996, p. 13-14. Na p. 27 do mesmo texto, Linden afirma: “Although this law not apply universally, mutual benefit societies nearly always maintained a threshold for shutting out other groups”. Sobre a relação entre trabalhadores e mutuais étnicas, v.: As sociedades de socorros mútuos étnicas e o mundo do trabalho: apontamentos bibliográficos. *Anais do IV Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, PUCRS, 9-11 out. 2000. Porto Alegre: www.rgbdesigndigital.com.br, s/d.

	Homogeneidade no mercado de trabalho	
Homogeneidade étnica	Afirmativo	Negativo
Afirmativo	Mutuais etno-classistas (23)	Mutuais étnicas (127)
Negativo	Mutuais classistas (213)	Mutuais abertas ou indefinidas (43)

Quadro 1 - Distribuição das mutuais segundo critérios de fechamento (Rio Grande do Sul, 1854-1940)

Fonte: elaboração própria

Todas as mutuais institucionalizadas têm estatutos, mas nem sempre as fontes são localizadas. Minha pesquisa encontrou estatutos de apenas 16% das mutuais, e neles se pode distinguir entre os socorros propriamente ditos, que atendem a estratégias privadas dos membros, e os objetivos, que se comporiam de meios ou fins para a consecução de estratégias públicas.³ A Tabela 2 consolida os números de estatutos de entidades encontrados, números que permitem tomar as entidades etno-classistas em conjunto com as étnicas para proceder a comparações, uma vez que não estaria abusando da confiabilidade dos números quando compro os 15,49% de estatutos de entidades classistas com os 16% de estatutos de entidades que incorporam algum fechamento étnico:

Tabela 2 - Percentagem relativa de entidades com estatutos localizados, segundo o fechamento (Rio Grande do Sul, 1854-1942)

	Entidades com estatutos	Entidades do inventário	% relativa
Abertas	8	43	18,6
Classistas	33	213	15,49
Étnicas	14	127	11,02
Etno-classistas	10	23	43,48
Sub-total: Classistas+Etno-classistas	43	236	18,22
Sub-total: Étnicas+Etno-classistas	24	150	16,00
Total	65	406	16,01

Fonte: elaboração própria

Há ressalvas nessa organização das fontes, porque as mutuais etno-classistas seriam típicas do séc. XIX, problema acentuado pelo fato de que a maior parte dos estatutos das entidades com fechamentos étnicos também são desse século. A esse problema, se acrescenta o da incorporação, neste estudo, do estatuto de uma federação de mutuais etno-classistas não inventariada: considere mais prudente não multiplicar os socorros oferecidos pelas 4 filiadas ao *Verband deutscher Kranken -und Sterbekassen*, como um preciosismo aritmético poderia pedir, uma vez que ignoro se os socorros eram previamente comuns a todas. A despeito de problemas, posso ainda ter alguma segurança quanto à variação temporal ao considerar os valores requeridos para a associação às entidades. Digo “alguma segurança”, porque apenas calculei os valores médios nominais de jóia e mensalidade, sem aplicar deflatores, correndo o risco de homogeneizar períodos no interior dos quais há inflação (como a década de 1890, por exemplo); e também porque inexistem valores nominais em alguns estatutos, porque definem taxas de associações em valo-

³ Para a diferença entre estratégias públicas e privadas, LINDEN, Marcel van der, LUCASSEN, Jan. *Prolegomena for a Global Labour History*. Amsterdam : International Institute of Social History, 1999. Capturado em 1 ago. 2000. Online. Disponível na Internet: <http://www.iisg.nl/research/prolehtml.html>.

res proporcionais à remuneração (como são os casos do Montepio Militar, ou o da Sociedade Amparo Mútuo dos Funcionários e Empregados Públicos Estaduais e Municipais do Rio Grande do Sul). Há outros casos em que os valores são proporcionais, mas, como correspondem a faixas de idade, decidi registrar aquela na qual se incluíam os homens de 30 anos. Nesta Tabela, incorporei os registros de todos os 83 estatutos, porque a existência de mais de um no mesmo período usualmente está associada a variações nos valores de associação à mesma entidade, informação que não compromete o que agora interessa.

Tabela 3 - Valores médios de associação a mutuais, segundo o fechamento (Rio Grande do Sul, 1861-1942)

Período	Classistas		Étnicas*		Geral**	
	Jóia	Mensalidade	Jóia	Mensalidade	Jóia	Mensalidade
1861-1880	13\$000	1\$625	10\$700	1\$100	10\$733	1\$172
1881-1900	9\$167	1\$756	11\$125	1\$200	10\$472	1\$438
1901-1920	21\$000	2\$125	30\$833	5\$833	22\$667	3\$194
1921-1942	31\$250	4\$750	94\$000	5\$750	51\$067	5\$571

Fonte: elaboração própria

* inclui étnicas e etno-classistas

** inclui todos os estatutos do período

Mesmo não aplicando deflatores aos valores médios, eles fazem algum sentido quando comparados com informações sobre as de médias de jóia e mensalidade em 11 mutuais de trabalhadores no Rio de Janeiro entre 1852 e 1876. Enquanto a média de jóia (14\$100) seria um pouco mais elevada do que no Rio Grande do Sul, a mensalidade média (\$950) seria inferior nesta Província. Não há elementos para discordar de June Hahner quando ela avalia que os valores de mensalidade no Rio de Janeiro equivaliam a “um dia de salário ou menos”, uma vez que registros de remuneração dos trabalhadores manuais no Rio Grande do Sul permitem trabalhar com essa hipótese.⁴

Apesar de serem valores que, supostamente, caberiam no orçamento familiar dos trabalhadores urbanos (mais uma vez advirto que o valor de remuneração é insuficiente quando faltam informações sobre os custos de reprodução social), não há como negar que os tipos de mutuais têm variações desiguais nos preços de associação. Mais precisamente, chamo a atenção para os valores nominais de jóia nas mutuais étnicas, que se elevam quase 8 vezes entre 1861 e 1940, enquanto essa elevação na média geral não chega a 4 vezes. A comparação dos valores entre

⁴ HAHNER, June. *Pobreza e política*. Os pobres urbanos no Brasil 1870-1920. Brasília: EdunB, 1993. O trecho citado está na p. 99 e os dados brutos de onde calculei as médias entre as p. 101 e 103. Para o Rio Grande do Sul, v. HÖRMEYER, Joseph. *O Rio Grande do Sul de 1850*. Porto Alegre: DC Luzzatto, 1986, p. 96-100; para 1858: Cônsul Antônio Maria do Amaral Ribeiro. Data: 21.08.1858 Para: Marques de Louli, Par do Reino, Presidente do Conselho de Ministros e Ministro e Secretário de Estado Negócios Estrangeiros (agradeço a Paulo Roberto Staudt Moreira por esta referência e fichamento); os valores de 1867 foram calculados a partir de: PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL. *Relatório com que o Exm. Sr. Francisco I. Marcondes Homem de Mello passou a administração d' esta Província ao Excelentíssimo Senhor Doutor Joaquim Vieira da Cunha, 1º Vice-presidente, no dia 13 de abril do ano de 1868*. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Comércio, 1868. (Relatório da Directoria do Arsenal de Guerra, Mapas 11 a 14) Online. Disponível na Internet: <http://www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/u1068/000002.html> e seguintes; Eleições - EL-01 = Lista Geral dos cidadãos qualificados votantes da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário da cidade de Porto Alegre em o ano de 1880. (AHRs); *Democracia Social*. Pelotas, 9 jul. 1893, p. 3-4 e *Echo do Povo*. Porto Alegre, 19 out. 1911, p. 1 [reproduzidos em: PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz, LUCAS, Maria Elizabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)*. Porto Alegre: Ed. da Universidade-UFRGS/ Tchê!, 1992, p. 50 e 178]; HERRLEIN Jr., Ronaldo. Mercado de trabalho urbano-industrial no Rio Grande do Sul: origens e primeira configuração, 1870-1920. *Primeiras Jornadas de História Regional Comparada*. 2000, Porto Alegre: Delnei Friedrich & Paulo Ribeiro, 2000. CD-ROM (também publicado em: HEINZ, Flávio M., HERRLEIN Jr. (orgs.) *Histórias regionais do Cone Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003, p. 235-268); INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Departamento Estadual de Estatística. *Sinopse estatística do estado*, n. 3. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Publicidade Americana, 1939, p. 124.

mutuais étnicas e classistas revela que as primeiras vão se tornando cada vez mais caras. É provável que esse não seja um fenômeno específico do Rio Grande do Sul, quando se constata que também no Rio de Janeiro a Sociedade Portuguesa de Beneficência eleva os valores de associação quando inaugura seu hospital em 1859: antes desse momento, a entidade “cobrava uma jóia de valor semelhante aos das outras entidades”.⁵ Como os estatutos das homônimas do Rio Grande do Sul aparecem em todos os períodos, isso elevou os valores das mutuais étnicas, e, por isso, cabe perguntar se os valores altos estão melhor associados a mutuais étnicas ou a mutuais com hospitais? A resposta proviria da eliminação das Sociedades Portuguesas de Beneficência dos cálculos, quando se obtém, para jóias, os seguintes valores em cada período sucessivo: 8\$143, 7\$056, 21\$667, 8\$000. Com isso, excetuado o período entre 1901 e 1920, sempre os valores de jóia das mutuais étnicas é inferior ao das mutuais classistas. E, mesmo nesse período entre 1901 e 1920, o valor mais elevado das étnicas ocorreu devido a divergências na mutual italiana em Pelotas, cujo estatuto de setembro de 1902 indicava altos valores que o estatuto de fevereiro de 1903 revisava.⁶

Passo agora para o estudo das finalidades de mutuais étnicas e classistas. Lembro que as finalidades são aqui divididas entre os socorros (que atendem a estratégias privadas) e objetivos, mais padronizados do que os socorros. Toda padronização é simplificadora, mas é necessária se a distribuição e variação das preferências associativas integra o interesse de pesquisa. Os socorros são de mais fácil padronização, e poderiam ser classificados em **Assistência à saúde** (incluindo pagamento ou desconto na assistência de médicos, dentistas, parteiras, equipamentos, cirurgia, medicamentos, construção ou internação hospitalar e diárias por doença, devido a dias de trabalho perdidos); **Assistência jurídica** (fornecimento de informações, pagamento ou desconto de advogados, e diária por prisão, devido a dias de trabalho perdidos); **Socorros pecuniários** (que algumas vezes se intersectam com outras categorias, quando envolvem pagamento de diárias, mas, dentre eles, se poderiam elencar o pagamento de pecúlio e/ou pensões em caso de morte, doença incapacitante e/ou pobreza, bem como a concessão de empréstimos e fiança); **Assistência ao ensino** (identificada com a manutenção de aulas ou escolas e pagamento ou desconto em estabelecimentos de ensino, bem como a constituição de bibliotecas); **Assistência em caso de morte** (enterro e/ou sufrágios); **Assistência quanto a Trabalho** (envolvendo intermediação, assistência em caso de desemprego); **Assistência em Mudança ou viagem** (envolvendo o pagamento devido a alterações nas possibilidades de colocação no mercado de trabalho ou indicação médica). Para quase todos os casos ainda especifiquei se seria um socorro exclusivo aos sócios ou também a suas famílias. Os objetivos, de outra parte, são de mais difícil padronização, por envolverem interesses espirituais dos associados a mutuais. Considerando que os interesses materiais cobertos pelos socorros deveriam ser ideal-tipicamente priorizados pelas mutuais orientadas por fechamentos classistas, seria também previsível que os objetivos, ao atenderem interesses espirituais manteriam afinidade eletiva com mutuais étnicas e etno-classistas, uma vez que essas se orientariam por fechamentos concernentes à “identidade” dos grupos sociais (seja qual for o sentido do termo). Assim, e somado ao fato de que a compreensão da condição étnica no universo empírico ainda seria (como ainda é, no senso comum) pautada por crenças em heranças biológicas, seria previsível sua forma de distribuição em mutuais étnicas e classistas, tendo em vista o fato de que as segundas, ao definirem um fechamento segundo a posição no mercado de trabalho, priorizariam finalidades relacionadas à produção social (sobretudo afeitas a trabalho e ren-

⁵ CONJUNTO Universitário Cândido Mendes. Centro de Memória Social Brasileira. *A assistência médica no Rio de Janeiro: uma contribuição para sua história no período de 1870-1945*. Rio de Janeiro, 1980, v. 2, p. 284.

⁶ ESTATUTO da Sociedades [sic!] Italiana Reunidas União Filantropia e Circolo Garibaldi. [Livro A-1, Fls 1, n. 1, em 11 out. 1902]; ESTATUTO das Sociedades Italianas Reunidas “Unione Filantropia e Circolo Garibaldi” em Pelotas. [Livro A-1, Fls. 2, n. 004, em 29 maio 1903]. Essas fontes não teriam sido incorporadas à pesquisa sem a gentileza de Beatriz Ana Loner, a quem agradeço pela cópia do material. Saliento ainda que existe uma imprecisão nos cálculos apresentados, uma vez que desconheço a existência de outros hospitais e/ou enfermarias ao tempo dos estatutos compilados. Assim, baixaram os valores das mutuais étnicas porque excluí as Sociedades Portuguesas de Beneficência que mantinham hospitais, mas, talvez, outros estatutos, inclusive de mutuais classistas, deveriam ser excluídos em determinados momentos, como os da Beneficência Porto-Alegrense e Beneficência Brasileira União. Não o fiz porque tenho dúvidas quanto ao período de funcionamento dos hospitais, assim como também não excluí a Sociedade de Beneficência Portuguesa de Bagé, cujo estatuto incluído é de um período no qual ainda não havia construído o seu.

da e interesses materiais), ao passo que as primeiras priorizariam as finalidades relacionadas à reprodução social (sobretudo os afeitos à afetividade, família, educação e cultura). Assim, essa suposição permitiria prever que as mutuais étnicas mais freqüentemente ofereceriam assistência médica, enterro, ensino e cultura, ao passo que as mutuais classistas ofereceriam vários tipos de diária por dia perdido de trabalho, pecúlios e pensões, busca de emprego, defesa de interesses.

Vamos aos resultados na Tabela 4:

Tabela 4: Finalidades de mutuais no Rio Grande do Sul, segundo o fechamento, por século (1861-1942)

	Classistas		Étnicas*	
	séc. XIX	séc. XX	séc. XIX	séc. XX
Estatutos considerados	15	19	19	8
Jóia (média)	10\$500	25\$867	9\$500	26\$833
Mensalidade (média)	1\$775	3\$533	1\$153	5\$833
Assistência médica e farmácia a sócios (%)	46,67	73,68	89,47	75,00
Assistência médica e farmácia a familiar (%)	13,33	26,32	10,53	12,50
Diária por doença (%)	60,00	21,05	68,42	50,00
Manter hospital, clínica, enfermaria (%)	6,67	5,26	26,32	12,50
Enterro e/ou sufrágio para sócio (%)	60,00	26,32	89,47	62,50
Enterro e/ou sufrágio para familiar (%)	13,33	0,00	10,53	12,50
Pensão por morte (%)	46,67	21,05	42,11	0,00
Pensão por pobreza ou invalidez (%)	40,00	31,58	47,37	0,00
Pecúlio por morte (%)	13,33	36,84	5,26	25,00
Empréstimo (%)	6,67	36,84	0,00	0,00
Auxílio em mudança ou viagem/repatriação (%)	13,33	21,05	26,32	25,00
Procurar emprego, trabalho (%)	46,67	52,63	31,58	25,00
Assistência jurídica (%)	6,67	57,89	31,58	25,00
Diária por prisão (%)	20,00	0,00	36,84	0,00
Manter escola ou aulas para sócio (%)	20,00	68,42	21,05	25,00
Manter escola ou aulas para familiar (%)	26,67	10,53	31,58	12,50
Manter biblioteca (%)	33,33	52,63	10,53	25,00
Construir oficina (%)	6,67	10,53	5,26	12,50
Construir asilo (%)	13,33	5,26	10,53	25,00
Média de socorros por entidade				
(máximo possível: 19)	4,9	5,6	5,9	4,3
Manter lazer	20,00	36,84	21,05	50,00
União e solidariedade	40,00	68,42	15,79	0,00
Defender interesses	40,00	68,42	0,00	0,00
Valorizar pátria ou cultura	6,67	15,79	26,32	62,50
Desenvolver profissão	26,67	10,53	0,00	0,00
Lutar por leis (contra ou a favor)	20,00	26,32	5,26	0,00
Posição contrária à escravidão	13,33	0,00	5,26	0,00
Fomentar moralidade, honestidade	40,00	52,63	36,84	37,50
Média de objetivos por entidade				
(máximo possível: 8)	2,1	2,8	1,1	1,5
Média de objetivos por entidade, incluindo				
relacionados a educação e enterro				
(máximo possível: 13)	3,6	4,4	2,7	2,9
Média de anos de funcionamento	25,1	24,8	55,6	60,3

Fonte: elaboração própria

* inclui etno-classistas

Quando se tomam os índices da Tabela 4, algumas previsões se realizam: as mutuais étnicas têm valores superiores nos dois séculos para assistência médica a sócios, enterro para sócios, manutenção de hospitais, escola para familiares, manutenção de lazer e valorização da pátria; de outra parte, as mutuais classistas, nos dois séculos, prometem com mais frequência empréstimos, pensão por morte, pecúlio por morte, procura de emprego, “união e solidariedade”, defesa de interesses, luta por leis (inclui posição contrária à escravidão) e desenvolvimento da profissão. Afora essas finalidades, todas as demais mereceriam atenção, e isso porque, ao invés de se adequarem à previsão e aos grupos que este pesquisador construiu, elas parecem revelar o que haveria de específico em cada momento ou cada entidade que são, afinal, associações voluntárias.

Não me prendo agora a comparações com outros universos empírico – e é fácil comparar a Tabela 4 com o estudo de Tânia de Luca para São Paulo,⁷ revelando que nem as mutuais étnicas, tampouco as classistas apresentam o mesmo tipo de preferência de securitização –, para tratar de outras finalidades que ajudariam a definir o perfil de mutuais de cada grupo social. Uma das vantagens de trabalhar com dois períodos é a possibilidade de assinalar o que as mutuais deixam de fazer ao longo do tempo. Ponho à parte a luta contra a escravidão, só razoável no século XIX, mas constato que o fornecimento de enterro para familiar de sócio se extingue entre mutuais classistas no século XX quando, no século XIX, era nelas um pouco mais freqüente do que nas mutuais étnicas. É possível que isso se relacione com a preferência por sanar os males da morte com dinheiro e não com sociabilidade no séc. XX, mas não creio que a afirmação caiba para essa extinção de socorro, porque o risco de morte é complexo o suficiente para merecer mais atenção. Seria previsível que as mutuais étnicas pretendessem manter um vínculo mais forte com a família do sócio falecido, porque a crença na etnicidade como herança biológica era (e ainda é?) integrante do senso-comum. Se a busca da confiança ou fidelidade da família é um valor previsto entre mutuais étnicas, seria também previsível que, ao longo do tempo, essas entidades agissem da seguinte forma frente à morte: a) mantivessem o enterro de sócio; b) mantivessem ou diminuíssem pouco (atendendo o padrão geral) o enterro para familiar; c) mantivessem, se possível, a pensão por morte de associado. Esse último procedimento significaria manter atividades de vigilância sobre a moralidade dos pensionados, tal como amiúde os estatutos definiam. Pois as mutuais étnicas não fazem, no século XX, nenhuma dessas coisas: elas diminuem o enterro para sócios, aumentam o enterro para familiares e extinguem a pensão por morte. Já as mutuais classistas diminuem enterro para sócios e para familiares e diminuem muito a pensão por morte. É como se, para as mutuais classistas, só interessasse o bem-estar do sócio quando vivo: uma vez morto, que sua família se contentasse com o pecúlio. Contudo, a morte de familiar seria um bom momento para exibir interesse pelo bem-estar do sócio, ao diminuir-lhe o custo de inumação e se fazer presente em momento de dor. A morte é um risco interessante porque, se afeta um sócio, é sanada com benefício à família, ao passo que, se afeta um membro da família, é sanada com benefício ao sócio. Dizer que as mutuais classistas estariam interessadas no sócio quando vivo nos faria supor que diminuiriam pensões e pecúlio por morte e aumentaria o enterro para familiar. E não consigo entender por que não é assim, me limitando a supor problemas de custos, de qualquer modo inconsistentes com a duplicação do atendimento médico e farmácia a familiares entre as mutuais classistas. Em suma, o “tom monocromático” dos estatutos fez com que Tânia de Luca classificasse as mutuais de seu universo empírico segundo o fechamento, mas, quando acrescento a variação temporal, previsões supostamente consistentes com os critérios de fechamento dão lugar a dúvidas sobre a natureza desses critérios.⁸ Essas dúvidas sobre a natureza dos critérios são tais que, embora tenha feito afirmações sobre a variação das preferências ao longo do tempo em um mesmo grupo social, não encontrei nas fontes pesquisadas quase

⁷ Utilizei, para comparações, os valores trazidos nos quadros de LUCA, Tânia Regina de. *O sonho do futuro assegurado. O mutualismo em São Paulo*. São Paulo: Contexto, 1990, p. 82, 116 e 146.

⁸ O trecho está em *Ibidem*, p. 34.

nenhum caso em que a mesma entidade varie suas preferências tal como variam as frequências dentro do grupo do qual faz parte. O aumento ou diminuição das frequências talvez se refira a uma realidade, mas minha afirmação decorre principalmente da quantificação que permite ir um pouco além da ausência de fontes.⁹

Por catastrófica que pareça a última afirmação acerca da inconsistência dos grupos formados pelo critério do fechamento, ela talvez pudesse ser testada na observação dos objetivos das entidades, que corresponderiam aos interesses espirituais desses grupos. Já mencionei o lazer e a valorização da pátria e cultura como objetivos típicos das mutuais étnicas e etno-classistas, enquanto os demais obteriam frequências mais altas entre as mutuais classistas. Pode ser efeito de minha padronização desses objetivos, mas é patente que, no século XX, as mutuais étnicas se limitariam, no que diz respeito aos interesses espirituais, a fomentar o lazer, o patriotismo e a moralidade dos associados, ao passo que as classistas não difeririam muito, apenas acrescentando finalidades mais afeitas ao desenvolvimento de estratégias públicas, como seriam a solidariedade, a defesa de interesses e a luta contra ou a favor de leis. Ora, se é possível atribuir os objetivos à construção de “identidades”, aí residiria uma diferença entre as mutuais do Rio Grande do Sul e de São Paulo, porque, aparentemente, pelo menos pela leitura dos estatutos, as mutuais étnicas não apresentariam uma média de finalidades por entidade atribuíveis ao fomento de interesses espirituais (sequer considerando enterro e escolas) o suficiente superior ao índice apresentado pelas mutuais classistas.¹⁰

Os números do Quadro 4 podem ser tomados segundo uma perspectiva pessimista, para quem pretende identificar finalidades concernentes à consecução de estratégias públicas: as mutuais classistas defendem interesses e aumentam a média de objetivos por entidade no século XX, o que levaria qualquer pesquisa interessada nessas outras estratégias a focalizar nelas a pesquisa. Contudo, o foco nas entidades classistas do século XX deixaria de considerar que: a) o aumento percentual da média de objetivos (em sentido estrito) dos dois tipos de mutuais no Rio Grande do Sul é praticamente o mesmo; b) as mutuais étnicas diminuem a oferta de socorros no século XX, o que me levaria a afirmar que elas tenderiam a priorizar (ao contrário das classistas) os interesses espirituais; c) não obstante, uma concepção mais ampla dos objetivos (e, portanto, interesses espirituais), que incluía os socorros relacionados à educação e ao enterro, apresenta um crescimento percentual maior nas mutuais classistas; d) a média de anos de funcionamento das entidades étnicas é muito superior, o que me levaria a afirmar que a segurança das informações sobre a satisfação das preferências de mutuais étnicas também é maior. Resumindo o argumento, as finalidades das mutuais classistas, embora melhores para verificação de estratégias públicas no século XX, podem não passar de momentos pontuais de exibição de desejos, em suma, um conjunto de contingências a dissolver possibilidades de generalização.

Felizmente existe também a possibilidade de uma interpretação otimista dos dados. A Tabela 4 também traz outra variável que é a de média de finalidades. A inclusão dessa variável me permite abordar a hipótese de que a febre associativa global do século XIX, já no final desse mesmo século se mantém, mas com um novo caráter de “especialização” em suas finalidades:

“Nineteenth-century associations had effortlessly combined practical advantages and *Bildung*, amusement and political interests. By the end of the century, however, a multitude of associations emerged that dedicated themselves to the promotion of just one of these purposes. (...) It was not just in England that working-class associations like the ‘friendly societies’ gave up all pretense of

⁹ Os casos encontrados que atestariam parcialmente a variação das preferências estariam em: ESTATUTOS da Sociedade Portuguesa de Beneficência na cidade do Rio Grande do Sul. Rio Grande: Typ. do Echo, 1881, art. 1º, § 1º § 5º e ESTATUTOS da Sociedade Portuguesa de Beneficência - Rio Grande. [Rio Grande]: Typ. do Echo do Sul, 1915, art. 1º, com a ressalva do § 6º; ESTATUTO da Sociedades [sic!] Italiana Reunidas União Filantropia e Circolo Garibaldi, *op. cit.*, art. 5; ESTATUTO das Sociedades Italianas Reunidas “Unione Filantropia e Circolo Garibaldi[“], *op. cit.*, art. 28.

¹⁰ Para a relação das mutuais étnicas com identidade, v. LUCA, *op. cit.*, p. 174.

promoting sociability during the last third of the nineteenth century and began instead to function exclusively as insurance companies”.¹¹

Podem-se retomar os dados trazidos e verificar que, quando existe decréscimo nas médias de finalidades por entidade, ele não é de tal magnitude que permita afirmar, tal como fez o autor, que as mutuais do Rio Grande do Sul no século XX já seriam impróprias para o estudo de sociabilidade. Se existe especialização ao longo do tempo, ela ocorre nos socorros, e não nos objetivos das mutuais, e a pequena “especialização” nesses socorros não é incongruente com a sua definição como interessadas na promoção de estratégias privadas de membros, porque socorros sempre têm um custo em dinheiro para as entidades, ao passo que objetivos não necessariamente o têm. Por essa razão, creio que, pelo menos até estudar alguns balanços das mutuais, não há motivos para excluí-las em um estudo que focalize as estratégias públicas.

Classificar as finalidades das sociedades de socorros mútuos por meio da distinção entre socorros e objetivos, correspondendo a interesses materiais e espirituais, põe a nu a clivagem na sua caracterização como agentes econômicos e como agentes sociais ou culturais. Há poucas dúvidas de que a maior parte delas combina os dois elementos, algo que também já foi tratado pela bibliografia como uma tensão entre sociabilidade e seguro ou entre comunidade e consumo.¹² Contudo, um documento poucas vezes utilizado no Brasil permite indagar quanto custa a manutenção dessas finalidades, preconizando o estudo das mutuais como agentes econômicos que promovem interesses espirituais. Se 16% dos estatutos já é um índice baixo o suficiente para generalizações peremptórias, a localização de balanços das entidades foi tarefa ainda mais inglória, e os poucos registros encontrados estão consolidados no Quadro 5.

Tipos	Total	(entidades)	Século XIX	Século XX
Abertas	13	8	2	11
Étnicas (e etno-classistas)	126	38	30	96
Classistas	64	29	3	61
Total	203	75	35	168

Quadro 5: Balanços de mutuais no Rio Grande do Sul, 1884/1936

Fonte: elaboração própria.

Considerada a origem diversa das informações disponíveis – a maior parte proveio das fontes estatísticas oficiais, outras provieram de relatórios anuais das mutuais e ainda houve as que foram publicadas como resenha histórica das finanças de mutuais –, nem todos os quadros a seguir incorporam todos os 203 registros. Não obstante, a maior parte desses registros se compõe de 4 partes: a que exhibe o número de sócios em diferentes categorias, a que exhibe a composição e os valores de receita, a que exhibe a composição e os valores de despesa e a que exhibe a composição e valores do ativo. Considerados os 50 anos cobertos pelos balanços, preferi não trabalhar com os valores nominais, tão-somente com a composição (percentagens internas) em cada parte. Por outro lado, embora os estatísticos oficiais na década de 1920 requisitassem o número de sócios socorridos, nem sempre esse dado era revelado pelas entidades, talvez porque não fosse mesmo compilado. Dois relatórios evidenciam os limites da adequação às estatísticas oficiais: o da Portuguesa de Beneficência de Rio Grande, em 1895, pouco depois de calcular o número de sócios, levando em conta os provindos do ano anterior, os novos e os falecidos, assi-

¹¹ HOFFMANN Stefan-Ludwig. Democracy and Associations in the Long Nineteenth Century: Toward a Transnational Perspective. *The Journal of Modern History*. V. 75, June 2003, p. 292.

¹² LINDEN, *op. cit.*, p. 15; ALBORN, Timothy. Senses of belonging: the politics of working-class insurance in Britain, 1880-1914. *Journal of Modern History*. V. 73, sep. 2001, p. 561-563.

nalava que, “como sabeis, é difícilimo computar o número exato (...), particularmente dos remidos...”; já o da Beneficência Porto-Alegrense, em 1899, especifica número de consultas por médico, quantos sócios foram atendidos e quantos não-sócios (filhos), mas o número total de consultas, tal como especificado em um quadro, é diferente daquele que incorpora o total de sócios atendidos.¹³

A Tabela 6 exhibe a percentagem das receitas compostas pelas contribuições regulares dos associados, que incluem mensalidades, jóias e diplomas. Como disse, calculei essas percentagens por registro e apresento a média obtida.

Tabela 6: Média das percentagens das contribuições sobre a receita total nas mutuais do Rio Grande do Sul, 1884/1936

Tipos	Séc. XIX	Registros	Séc. XX	Registros	Séc. XIX e XX	Registros impróprios
Abertas	100,00	2	70,71	10	75,59	1
Étnicas	78,92	30	41,40	87	51,02	9
Classistas	90,49	3	70,56	50	71,69	11
Total	81,12	35	53,31	147	58,66	21

Fonte: elaboração própria.

Para que serve o estudo da composição das receitas? Podem-se generalizar as outras rubricas possíveis dessa composição como sendo a das doações e legados (inclusive subvenções) e a das rendas patrimoniais. Enquanto a primeira é eventual, é previsível que a segunda tenda a ser mais freqüente quanto maior o tempo de funcionamento da mutual, pois existe a chance de adquirir o patrimônio que gerará renda. Essa inferência já pode ser feita (e os dados de origem o confirmam) a partir da Tabela 6, quando se verifica, para todos os tipos de mutuais, o decréscimo do peso das contribuições voluntárias na composição da receita na comparação entre os séculos XIX e XX. De certo modo, o lamento do presidente da Sociedade Portuguesa de Beneficência em Rio Grande acerca da incapacidade de calcular o número de sócios não deve ser interpretado de forma unívoca: o número de remissões auxilia na composição de uma receita proveniente de renda patrimonial, e é por isso que, com exceção das mutuais cujo principal socorro é o pecúlio, existe um esforço para estimular remissões e rapidamente adquirir bens. Não obstante, é flagrante que as mutuais étnicas têm maiores possibilidades de auferir receita de outra forma que não a das contribuições regulares. É provável que isso se relacione com sua composição social mais ampla, que integra os “ricos” como associados efetivos, que obtêm, com seus donativos, destaque na entidade da qual fazem parte. A eficiência das mutuais étnicas aparece na forma do perfil da composição da receita: não só as contribuições regulares têm menos peso, como se pode verificar que, das 38 mutuais étnicas e etno-classistas agora estudadas, 18 receberam, em algum momento, donativos e legados, ao passo que, dentre as 29 mutuais classistas, apenas 7 os receberam.

Sem mais delongas, passo à Tabela 7:

¹³ RELATÓRIO da Sociedade Portuguesa de Beneficência na cidade do Rio Grande do Sul, 1895. Rio Grande: Typ. do Diário do Rio Grande, 1896, p. 5 (BRG); RELATÓRIO com que Francisco dos Santos Gesta, Presidente da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense reempessado em sessão de 25 de abril de 1898 demonstra o estado da mesma, durante o ano compromissal findo, à Assembléia Geral de 25 de abril de 1899. Porto Alegre: Typographia da Agência Literária, 1899, p. 6-8 e 28-29 (IHGRGS).

Tabela 7: Média das percentagens dos socorros sobre a despesa total nas mutuais do Rio Grande do Sul, 1884-1936

Tipos	Séc. XIX	Registros	Séc. XX	Registros	Séc. XIX e XX	Registros impróprios
Abertas	48,52	2	60,50	8	58,10	3
Étnicas	73,55	29	65,73	86	68,13	11
Classistas	26,13	2	75,92	49	73,96	13
Total	69,16	33	68,93	143	69,25	27

Fonte: elaboração própria.

O estudo dos números dessa Tabela 7 é dos que mais se ressentem da carência de fontes, porque, para o século XIX, há poucos registros de mutuais classistas e abertas. Se é possível ignorar os números do século XIX, cabe assinalar que as sociedades de socorros mútuos aqui estudadas são, realmente, sociedades de socorros mútuos, porque a média de gasto com assistência é cerca de dois terços das despesas. É verdade que há números improváveis de entidades que dizem gastar tudo em socorros, mas isso acontece tanto em entidades étnicas quanto em classistas. O mais interessante dos números do século XX é que, ao contrário do que seria previsível exclusivamente a partir da Tabela 6, as mutuais étnicas comprometem menor parte de sua despesa com socorros. Esse fenômeno é interessante porque aquilo que não é gasto com socorros, ou é dirigido para as despesas administrativas propriamente ditas (aluguéis, cobradores, impostos, etc.), ou é dirigido para o pagamento de custos de benefícios espirituais, como festas, solenidades, etc. Raras são as fontes que permitem decompor o custo administrativo, mas é patente que a diferença entre mutuais étnicas e classistas no custo dos socorros é desprezível, se forem tomados os séculos XIX e XX em conjunto. Mais do que isso, o custo de administração das mutuais abertas é superior ao dos outros dois grupos, o que indica que o fechamento pode restringir o número de sócios, mas isso tende a baixar custos, provavelmente devido ao estímulo à sociabilidade e conseqüente controle de fraudes.¹⁴ Esse tipo de controle não deve ser necessariamente interpretado como perverso, e um exemplo proveniente da Beneficência Porto-Alegrense pode ser útil para avaliar a baixa dos custos de administração. Um sócio requereu assistência de outro médico, que não o conveniado, para uma cirurgia, mas na assembléia onde isso seria deliberado, outros membros declararam que José Leandro “se achava dia 5 na Igreja, e que, uma vez que ele saía à rua, devia ele mesmo ir procurar esse médico e depois participar à diretoria a conferência havida e a despesa que a sociedade podia fazer”.¹⁵

É verdade que existem, nos balanços consultados, entidades que praticamente nada gastam com socorros, mas o trabalho de construção das médias aqui trazidas pode ser eficiente para comparações com uma única entidade ou com outros universos empíricos. É uma pena, por exemplo, que um trabalho sobre o Clube Caixeiral de Pelotas tenha tentado analisar alguns de seus balanços, mas se limitou a calcular a percentagem das **contribuições** gastas com socorros (não o custo dos socorros frente às demais despesas), de modo que me resigno a aceitar como prováveis as afirmações do autor sobre o peso das contribuições regulares na manutenção da entidade e na importância dos socorros. Por outro lado, a necessária desconfiança que pode pairar sobre o quanto a promessa de socorros existente em estatutos se realiza pode ser melhor avaliada pelo estudo de seus custos, ou da diferença entre os custos de socorros e os custos de administração. Isso é relevante, quando se constata que os custos de administração (ou de “identidade”) no Rio Grande do Sul são relativamente baixos, porque seriam semelhantes ou até infe-

¹⁴ SIDDELEY, Leslie. The Rise and Fall of Fraternal Insurance Organizations. *Humane Studies Review*. v. 7, n. 2, Spring 1992. Capturado em 1 ago. 2000. Online. Disponível na Internet: <http://www.iso.gmu.edu/~ihs/s92essay.html>.

¹⁵ Assembléia geral, 9 maio 1872. LIVRO de atas das sessões da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense, 1867-1873, fl. 114 (Arquivos Particulares, cód. 02, Lata 54v - AHRS).

riores aos do mutualismo na Itália que, entre 1886 e 1904, oscilariam entre 30% e 59,6%. A despeito de parecerem elevados, tais índices são referidos como caracterizando a “bassa incidenza delle spese amministrative e di funzionamento”.¹⁶

O custo efetivo dos socorros permite matizar afirmações sobre as sociedades de socorros mútuos étnicas como locais privilegiados de satisfação de interesses espirituais, como pretende o livro comemorativo ao Centenário da Imigração Alemã no Rio Grande do Sul, ao incluí-las entre as demais associações: dentre os números que encontrei, a mutual alemã de Santa Cruz do Sul gastaria tudo com socorros em 1920 e 1921, ao passo que o Hilfsverein de Porto Alegre gastaria 74,36% com essa rubrica em 1926.¹⁷ É claro que se deve ter cuidado nesse tipo de afirmação, porque o custo da satisfação do interesse espiritual pode ser muito inferior ao da administração ou dos socorros, não só por efeito da decisão dos grupos dirigentes das entidades, mas pelos preços de certos serviços no mercado. O balanço da Beneficência Porto-Alegrense em 1899, por exemplo, assinalou gastos de 2:871\$000 com o tratamento de associados na Santa Casa, 1:480\$000 com os salários de empregados e 100\$000 no pagamento de “música para missa e eleição em 25 de março de 1898”.¹⁸

Uma última Tabela 8 é necessária para completar este breve estudo dos balanços. Nele identifico o ativo imobilizado pelas entidades.

Tabela 8: Média das percentagens do ativo imobilizado sobre o total do ativo nas mutuais do Rio Grande do Sul, 1884-1936

Tipos	Séc. XIX	Registros	Séc. XX	Registros	Séc. XIX e XX	Registros impróprios
Abertas	0,00	2	41,13	10	34,28	1
Étnicas	20,25	14	63,63	75	56,80	37
Classistas	39,46	2	26,17	45	26,73	17
Total	20,14	18	48,93	130	45,43	55

Fonte: elaboração própria.

Na elaboração desta Tabela 8, talvez tenha tomado excessivas liberdades: como “ativo imobilizado” excluí dinheiro em caixa e em bancos, móveis e papéis de qualquer natureza, mesmo aqueles eventualmente sem liquidez imediata, como ações ou apólices. Em suma, ficaram apenas os valores de prédios. Tal como na Tabela anterior, os números do século XIX são insuficientes para comparações, devido à carência de mais registros de mutuais abertas e classistas. Não obstante, é claríssimo que o imobilizado nas mutuais étnicas é muito superior ao dos demais tipos de entidades. Em que pese o fato de que a avaliação do imobilizado pode ser superior ao mercado, considerada a tarefa de propaganda da saúde financeira da mutual e a raridade com que se encontram depreciações, não há dúvida de que, por padrão, as mutuais étnicas investem em imóveis. De posse dessa informação, é possível matizar uma avaliação acerca do caráter da imigração italiana em Bagé, compondo os setores médios urbanos. Não tenho reparos à argumentação do texto, mas penso que se deva matizar a “realidade um pouco mais complexa” decorrente desses setores médios imigrantes, porque, não só nessa cidade, como também em Livramento e

¹⁶ DUARTE, Paulo Cesar Borges. *Despachando no balcão: caixeiros de Pelotas e identidade social dos empregados do comércio do Rio Grande do Sul (1879-1904)*. Porto Alegre, 2001. Dissertação (mestrado em História do Brasil) – PUCRS, 2001, p. 118-126; TOMASSINI, Luigi. Il mutualismo in Italia. In: PROCACCI, Giovanna, TOMASSINI, Luigi, LABANCA, Nicola, *et al.* *Assistenzialismo e politiche di controllo sociale in Italia liberale e fascista*. [Quaderno dei risultati del progetto nazionale di ricerca MURST ‘Strutture sociali, politiche di controllo e welfare in Italia e in Europa 1880-1980’], Siena, luglio 2001, p. 64. Números algo diferentes, por pertencerem a universos também um pouco diferentes, aparecem em: TOMASSINI, Luigi. Mutual Benefit Societies in Italy, 1861-1922. In LINDEN, *op. cit.*, p. 235.

¹⁷ CEM Anos de Germanidade no Rio Grande do Sul – 1824-1924. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1999, p. 301.

¹⁸ RELATÓRIO com que Francisco dos Santos Gesta..., *op. cit.*, p. 25 e 31.

Itaqui, as mutuais italianas têm mais de 90% de seu ativo imobilizado, exibindo uma concepção de riqueza que não seria muito diferente daquela exibida pelas elites latifundiárias da zona da campanha rio-grandense.¹⁹

Qual é o significado de um imóvel? A questão é relevante para saber se a aquisição de uma propriedade atende mais ao interesse material ou espiritual. Penso, contudo, que a resposta, ou não pode ser generalizada, ou pode, desde que seja invocada a combinação dos dois tipos de interesse. Algumas propriedades atendem, sim, ao interesse material, quando podem gerar renda de aluguéis, como acontecia com várias das associações. Mas tenho poucas dúvidas de que o interesse pela propriedade imobiliária se orienta, sobretudo, pelo desejo de demarcar um espaço onde se pode desenvolver a sociabilidade segundo as regras adotadas pela associação. Isso parece ser, realmente, mais importante, quando se verificam os problemas decorrentes do aluguel ou cedência de sedes para pessoas de fora da associação. A Vittorio Emanuele II, em Porto Alegre, alugava sua sede para bailes da Aliança Operária (na verdade, deve ser a Aliança dos Operários), em 1914, e havia dois membros da diretoria com posições opostas sobre o aluguel, algo que chegou à disputa eleitoral na entidade. Pedro Mattioli não queria que a sede fosse alugada para a Aliança, mas Carmine Grimaldi, “reconhecendo por intermédio de investigação que na sua qualidade de presidente [da mutual] mandara fazer, verificou se tratar de gente honesta que em suas diversões em nada diferiam dos homens de cor branca”.²⁰

É patente que a atribuição de sentido aos espaços das sedes próprias repercute não apenas entre os associados à mutual, uma vez que outras associações e grupos podem negociar o uso do espaço, como agora mencionei e, de qualquer maneira, os símbolos dispostos no exterior dos prédios pretendem fazê-lo reconhecido pelos habitantes da localidade ou imediações dessa sede. Dependendo do caráter, do fechamento ou da trajetória da mutual, esses bens imóveis assumem como função a promoção de uma sociabilidade mais ampla do que a restrita aos sócios. Não é outra a natureza de diversos relatos sobre o uso dos bens das mutuais: uma mutual de Guaporé chegou a construir uma sede que também teria funções de teatro, mas ela já estava abandonada em 1916, quando a Intendência Municipal legou-a a uma nova sociedade de socorros mútuos; na sede da União Operária em Palmeira das Missões, da homônima em Vacaria, e da Vittorio Emanuele, em Caxias, funcionaram cinemas. Também nas Uniões Operárias de Palmeira das Missões e Cruz Alta funcionaram, respectivamente, um templo maçônico e um centro espírita, ao passo que, em Vacaria, a idéia de criação de um Centro de Tradições Gaúchas teria surgido na festa de São Pedro de 1952, em um baile também na União Operária de Mútuo Socorro. E o sentido do bem imóvel amiúde cobre de orgulho seus proprietários coletivos, como deixa entrever a festa da cumeeira da União Operária em Montenegro, o esforço de construção da sede da Sociedad Española em Porto Alegre e os elogios que a Sociedad Benéfica União dos Artistas de Uruguai-ana faz à União Caixeiral: “Como prova de seu grande adiantamento, aí se levanta o prédio social embelezando a nossa ‘urbs’”.²¹

De resto, é fácil constatar que uma das representações mais comuns das sociedades de

¹⁹ FLORES, Elio Chaves. No rastro dos gringos: italianos na Bagé oitocentista. *Veritas*. Porto Alegre, v. 37, n. 145, mas. 1992, p. 95-105.

²⁰ Processo-crime (Júri). Porto Alegre. 5203.1, Maço 294, Estante 29, 1915, fl. 16 (APERGS). Caso semelhante envolvendo restrições da mutual escandinava de São Paulo em alugar seus salões para uma bailante portuguesa consta em CLUBE ESCANDINAVO NORDLYSET 1891-1991. *Os escandinavos no Brasil: um século de história*. São Paulo: Hamburg, 1991, p. 62.

²¹ Respectivamente: THOMÉ, Lauro Nelson Fornari. *A colônia Guaporé: passado e presente*. S/l: Paulinas, [1967?], p. 54; SOARES, Mozart Pereira. *Santo Antônio da Palmeira*. s/l: Bels, 1974, p. 307-308, 207; OLIVEIRA, João Viterbo. Vacaria, ontem, hoje e perspectivas de futuro. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE VACARIA. *Raízes de Vacaria I*. VII Encontro dos Municípios Originários de Santo Antônio da Patrulha. Porto Alegre: EST, 1996, p. 152; ADAMI, João Spadari. *Caxias: a Pérola das Colônias*. [Caxias do Sul]: Tipografia do O Momento, 1950, p. 44; ADAMI, João Spadari. *Caxias do Sul*. Caxias do Sul: Tipografia do Abrigo de Menores São José, 1957, p. 35; SOARES, *loc. cit.*; ROCHA, Prudêncio. *A história de Cruz Alta*. Cruz Alta: Liderança de A dal Forno, 1964, p. 190; BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Vacaria dos Pinhais*. Porto Alegre/Caxias do Sul: EST/ UCS, 1978, p. 223; *Echo do Povo*. Porto Alegre, 15 out. 1908, p. 1 (MCSHJC); VARGAS, *op. cit.*, p. 77-102; *A União*. Uruguai-ana, 1 nov. 1919, p. 2 (AMORJ).

socorros mútuos sejam suas sedes, como se elas condensassem os sentidos de uma mutual.²² De certo modo, condensam, sim, por normalmente resultarem de um esforço coletivo de poupança, empreendido por muitos anos; esse resultado não é um tesouro, mas um instrumento que realimenta a sociabilidade, inclusive por permitir atividades de lazer, tal como ocorre com os times de bocha na mutual italiana de Santa Maria e com as canchas de bolão na União Operária de Tupanciretã e no Bürgerklub de Porto Alegre.²³ Tantos são os exemplos de bibliotecas, festas, missas, bandas, grupos teatrais, monumentos, que se torna difícil precisar os limites orçamentários da satisfação dos interesses espirituais. Há motivos para crer que, quanto menor a localidade onde se encontra, maior é a probabilidade da mutual se converter em espaço importante de sociabilidade que transcende eventuais critérios de fechamento, tal como também ocorria na Irlanda.²⁴

Não obstante, as afirmações agora feitas parecem provenientes de uma construção argumentativa que nada encontra de diferente entre mutuais étnicas e classistas. De fato, não creio que as diferenças encontradas nalgumas finalidades, nos critérios de fechamento e nalgumas rubricas orçamentárias sejam fulcrais para concentrar o estudo em um único tipo de entidade. Desconfio, inclusive, que eventuais diferenças em números dos dois tipos de entidades sejam contingentes, porque provenientes de momentos, períodos e espaços também diferentes. Toda quantificação padroniza o encontrado nas fontes, e a crença de que mutuais étnicas e classistas não são muito diferentes padece da desconfiança de que pode ter havido um tratamento perverso da documentação, pelo qual sou totalmente responsável.

²² Apenas como exemplos: CINQUANTENARIO della colonizzazione italiana nello Stato del Rio Grande del Sud: 1875-1925. Porto Alegre/Roma: Globo/Ministeri degli Affari Esteri, 1925; CAMOZATO, Benjamin C. (org.) Grande Álbum de Cachoeira no Centenário da Independência do Brasil. Cachoeira: Oficinas Gráficas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1922.

²³ BELÉM, J. *História do Município de Santa Maria. 1797-1933*. Porto Alegre: Selbach, 1933; ORNELLAS, Manoelito de. *Tupanciretã*. [2. Ed.] Tupanciretã: Empresa Gráfica e Editora Mercúrio, 1996, p. 238; CEM Anos de Germanidade..., *op. cit.*, p. 318.

²⁴ CAMPBELL, John. Friendly societies in Ireland (1800-1980). In: LINDEN, *op. cit.*, p. 71.

ASSOCIATIVISMO ÉTNICO ENTRE DESCENDENTES DE ITALIANOS¹

Silvio Antonio Colognese²

Introdução

O objetivo deste trabalho é apresentar o processo de desenvolvimento do associativismo étnico entre os descendentes de italianos no Brasil, com ênfase nos fatores determinantes para o entendimento da sua dinâmica e o sentido para a construção da identidade deste grupo étnico. As associações étnicas definem-se como agrupamentos sociais seletivos e excludentes, situados em ambientes sociais heterogêneos etnicamente, mas que buscam agregar pessoas que compartilham a mesma origem étnica. Este critério de seleção e exclusão dos membros é indissociável de uma suposta origem comum, com todos os ingredientes ligados à língua e à cultura dos antepassados, que passam a funcionar como elos de ligação internos entre os associados e fatores de distinção social em relação à sociedade envolvente. É neste sentido que as associações étnicas de italianos se distinguem de outras entidades associativas típicas das regiões de colonização italiana, e constituem o objeto central de interesse deste estudo.

A proliferação de associações étnicas entre os italianos que imigraram para o Brasil não é um fato isolado. O associativismo faz parte da vida e da história destes imigrantes italianos e, particularmente, a criação de associações de cunho mutualístico encontra registros pelo menos desde 1850 na Itália (Luca, 1990, p.387). No Brasil, as associações étnicas de italianos constituem uma realidade comum desde a chegada dos primeiros grupos de imigrantes. A trajetória histórica de sua presença no País pode ser dividida em dois períodos claramente distintos: o período anterior e o período posterior à Segunda Guerra Mundial. Na sequência apresentamos uma breve retrospectiva do seu desenvolvimento em cada período, enfatizando os fatores decisivos para o entendimento da dinâmica e do sentido destas associações de italianos para a (re)construção da identidade deste grupo étnico.

O Associativismo Étnico Italiano antes da Segunda Guerra

No período anterior à Segunda Grande Guerra, no meio urbano brasileiro predominavam as associações étnicas de italianos com finalidades de beneficência e socorro mútuo. Já no meio rural, especialmente nos estados do sul do Brasil, embora existissem associações desta natureza, predominavam várias outras formas de associativismo entre os descendentes de italianos, como por exemplo, as sociedades da capela, as sociedades recreativas e esportivas e as cooperativas. Entre as associações étnicas localizadas no meio urbano, a sua maior expansão ocorreu a partir da década de 1890, quando as transformações econômicas e políticas passaram a conferir maior dinamismo ao processo de urbanização. “As sociedades de socorros mútuos eram entidades que, mediante contribuições mensais, asseguravam aos seus associados, tratamento médico, medicamentos, auxílios a doentes, velhos, inválidos e viúvas; responsabilizavam-se pela realização do funeral dos sócios; além de propiciarem oportunidades de lazer e instrução” (Luca, 1990, p.383). Estas sociedades de beneficência, inclusive as organizadas por etnias, a partir de 1893, podiam alcançar personalidade jurídica através do registro dos seus

¹ Trabalho elaborado a partir do capítulo 1 do livro “Identidade e Globalização: as associações étnicas de italianos”, do mesmo autor, a ser publicado em 2004, pela Editora Itália Nova – São Paulo. O livro resulta de pesquisa financiada pelo CNPq.

² Doutor em Sociologia pela UFRGS e professor adjunto da Unioeste – PR.

estatutos e a publicação de parte dos mesmos em Diário Oficial (BRASIL. Decreto Federal n.173, de 10.9.1893).

No entanto, a origem do associativismo étnico no Brasil ocorreu mesmo antes do início da grande imigração para o País em 1875. “A primeira sociedade italiana surgiu no Brasil, por iniciativa do bolonhês Cesare Persiani, em 1854, e com o nome de ‘Società Italiana di Beneficenza’. Reuniu 34 italianos que moravam no Rio de Janeiro, capital do Império (...)” (Cenni, 1975, p.239). A partir desta iniciativa pioneira, passaram a florescer um grande “número de sociedades italianas impossível de ser controlado, pois em qualquer lugar que se juntassem poucas dezenas de peninsulares, logo surgiria uma associação, quase sempre de caráter assistencial beneficente e patriótico, cujo nome quando não era ‘Principe di Napoli’ ou ‘Vittorio Emanuele’, seria ‘Margherita di Savoia’” (Cenni, 1975, p.239). Embora a maioria destas associações tivesse genericamente um caráter assistencial naquele período, as suas áreas de atuação e o significado delas para diferentes grupos étnicos de italianos, permitem também identificar diferenças de ênfase entre elas. Neste sentido é possível distinguir pelo menos quatro diferentes áreas básicas de atuação das associações étnicas de italianos naquele período: a área beneficente e de ajuda mútua; a área educacional; a área esportiva e recreativa; e a área cultural. Isto significa que na maioria das vezes estas associações assumiram concomitantemente mais de uma área de atuação, embora com ênfases distintas.

Contudo, para além dos objetivos mais comuns e explícitos das associações étnicas de italianos neste período (auxiliar os doentes, idosos, inválidos e viúvas; providenciar o funeral dos associados; propiciar instrução e ensino das línguas italiana e portuguesa aos associados; criar oportunidades de lazer e recreação etc), é importante destacar a existência de uma preocupação clara com a promoção da italianidade. Neste sentido, Luca (1990) identifica um conjunto variado de práticas nestas associações, cujos objetivos convergiam para a preservação dos elos de ligação com a Itália e alimentavam entre os imigrantes italianos o “sentimento pátrio”. Assim, na própria denominação das associações, além de se assumir explicitamente a origem étnica italiana, também se buscava homenagear ou trazer à lembrança o nome de Reis, compatriotas ilustres, personagens da história ou datas nacionais significativas da Itália. A mesma autora destaca ainda a preocupação com a reconstrução da imagem da pátria distante, convertida em mito positivo, independente das condições que impuseram à sua partida no passado. “Terra mítica, tornada farta e abençoada, essa a imagem que se cultuava e que se transmitia aos descendentes, que a perpetuavam” (Luca, 1990, p.393). Para evidenciar esta preocupação com a reinvenção da imagem da pátria de origem, ela apresenta trechos dos estatutos de associações, onde se podem ler explicitamente objetivos como: “manter o vínculo de amor com a Pátria distante; respeitar e manter viva entre os sócios a recordação da pátria longínqua; manter alto e respeitado o nome da Itália; manter vivos entre os sócios os sentimentos de fraterna amizade e devoção à pátria distante” (Luca, 1990, p.393-394).

Além destas, outras práticas como a comemoração das datas nacionais da Itália, a exibição das cores da bandeira italiana, o uso da língua italiana nos encontros e reuniões das associações e a acentuação da importância da convivência harmoniosa e do sentimento de solidariedade entre os italianos, mostram claramente que, para além dos objetivos mais explícitos destas associações étnicas, elas cumpriram um papel decisivo para a construção da italianidade, enquanto auto-identidade étnica assumida e difundida na sociedade envolvente. Por isso, independente das áreas de atuação enfatizadas e de suas características distintivas, para a mesma autora, “o traço mais característico das mutuais italianas era a presença do chamado sentimento pátrio, elemento que se apresentava ora difuso, ora manifesto sob múltiplas roupagens: no nome da sociedade; no seu estandarte; na comemoração das datas nacionais; na intenção de defender a cultura e o idioma pátrio; na busca de relações solidárias entre os compatriotas; na união dos mesmos e na tentativa de construir um perfil ideal do imigrante” (Luca, 1990, p.397). Araújo (1999) enfatiza exatamente a importância deste papel social na construção da identidade étnica, para o caso da Sociedade Palestra Itália, em São Paulo.

Portanto, nesta fase inicial, as associações étnicas de italianos viveram um significativo período de expansão, que se estendeu até a publicação do Decreto-Lei n.383, de 14.4.1938, pelo então Presidente Getúlio Vargas. Editado no contexto da Segunda Guerra Mundial, o decreto alterou o sistema de registro e acompanhamento de estrangeiros no Brasil, levando ao fechamento das associações étnicas ou a sua nacionalização. Pelo decreto, os brasileiros, inclusive aqueles naturalizados e filhos de estrangeiros, foram proibidos de fazer parte de associações étnicas, como as criadas pelos imigrantes italianos. Esta medida, se não acabou imediatamente com as mesmas, praticamente impediu a renovação de seus quadros sociais, fadando-as ao desaparecimento. Foi um período difícil, pois com os desdobramentos da Segunda Grande Guerra, as festas italianas deixaram de ser realizadas, as escolas foram nacionalizadas e o uso da língua italiana (e estrangeira em geral) ficou proibido em locais públicos. Enfim, neste ambiente de repressão e temor, as associações étnicas de italianos entraram num período de latência e de incertezas no Brasil. Esta situação apenas passou a se alterar após o término da Segunda Guerra Mundial, período no qual as associações étnicas ressurgiram lentamente e com características distintas e, após algumas décadas de incertezas, experimentaram uma nova fase de grande expansão nos anos 1990.

O Associativismo Étnico Italiano após a Segunda Guerra

Apesar das profundas descontinuidades provocadas no contexto da Segunda Grande Guerra, o desaparecimento das associações étnicas de italianos foi apenas temporário. Logo após o seu término, a situação desfavorável às associações étnicas passou a se alterar, embora muito lentamente. “O reflorescimento da vida associativa foi difícil e penoso, os rancores e contrastes esvaziavam as manifestações chamadas em causa da italianité” (Rogatto, 1990, p.419). Por outro lado, este renascimento gradativo não significou apenas uma retomada dos caminhos anteriormente trilhados, mas implicou em deslocamentos em relação à situação anterior. A beneficência e o mútuo socorro tiveram um sensível enfraquecimento neste novo contexto, enquanto as preocupações com a identidade étnica, em termos do resgate e da promoção da língua e da cultura dos antepassados, se tornaram as áreas de atuação de maior ênfase entre as associações étnicas. Contudo, também ressurgiram algumas associações existentes anteriormente, como o ‘Circolo Italiano’ de São Paulo, reaberto em 1950, e várias outras entidades similares.

De toda sorte, o ressurgimento e a expansão das associações étnicas de italianos na atualidade no Brasil, estão relacionados a uma série de fatores tanto internos quanto externos ao País, dentre os quais merecem destaque: os processos de globalização das sociedades; as ações do Estado e das regiões italianas, dirigidas aos descendentes que emigraram para outros países; a longa tradição associativa e a existência de um sentimento de italianidade entre os descendentes de italianos; os desdobramentos das comemorações do centenário da imigração italiana para o Brasil, em 1970; e a divulgação e valorização positiva da italianidade no Brasil através de meios como publicações, exibição de filmes e novelas típicos e outras. A seguir procura-se evidenciar como estes fatores têm influenciado positivamente para esta retomada e expansão.

A retomada e a expansão das associações étnicas de italianos não é um fenômeno restrito apenas a este grupo étnico e nem localizado somente em nosso País. Ele pode ser observado em diferentes pontos do planeta, paralelo à emergência da sociedade global, na qual a questão étnica vem recuperando a importância. Nas palavras de Breton, “o fenômeno étnico é um dado permanente e fundamental dos nossos dias, um fenômeno essencial da sociedade global” (Breton, sd, p.5-6). Ou ainda no dizer de Hall, “A tendência em direção à ‘homogeneização global’, pois, tem seu paralelo num poderoso *revival* da ‘etnia’...” (Hall, 2000, p.24). O reconhecimento das relações existentes entre estes fenômenos implica, para Ianni (1995, p.24), que o entendimento dos fenômenos relativos à etnicidade devam ocorrer no horizonte dos rearranjos e tensões suscitados pela sociedade global. Isto não significa que as transformações em curso e em escala global, determinem o sentido dos deslocamentos e dos rearranjos étnicos de maneira homogênea e numa determinada direção específica. Por ser um processo de relações tensas e conflituosas e, pelo fato

dos grupos étnicos não estarem desprovidos de certas margens de manobra, as suas estratégias de reação em cada contexto podem ser diversificadas. De qualquer forma, não há como desconhecer que a emergência e a expansão de associações étnicas de italianos, verificada em diversos países atualmente, se inscrevem neste ambiente de transformações e representem uma forma de reação às mesmas.

Por outro lado, por suas dimensões globais, este processo de transformações também é acompanhado por deslocamentos ao nível dos próprios estados nacionais que, ao longo das últimas décadas, passaram a orientar as suas ações a partir de novos referenciais. Em linhas gerais estes deslocamentos têm significado o abandono das posições nacionalistas, típicas do período anterior à Segunda Guerra Mundial, e sua substituição pela abertura e a busca pela construção de novas relações e identidades, não mais apenas em escala nacional, mas em níveis variados, desde agrupamentos sociais específicos até redes em escala global. É neste movimento que se pode situar a lenta superação das feridas provocadas pela Guerra, que propiciou posteriormente o gradativo ressurgimento das associações étnicas de italianos no Brasil.

Assim, em termos dos estados nacionais, brasileiro e italiano, estas mudanças podem ser percebidas já a partir do final da Guerra em 1945. Neste sentido, merece destaque a criação, por iniciativa conjunta dos países, do Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, em 1945, com finalidades de divulgação da língua e da cultura italianas. Em 1951 esta iniciativa foi reconhecida pela ‘Società Dante Alighieri’, de Roma, como a sua correspondente em São Paulo. Ainda no mesmo estado, este deslocamento teve um novo marco em 1946, com o estabelecimento do ‘Comitato Assistenziale Ítalo Brasileiro’, posteriormente transformado em ‘Assistenza Civile’. Já em 1950, através de lei, o Estado Italiano criou o ‘Istituto Italiano di Cultura’, que passou a coordenar as atividades culturais das embaixadas e consulados da Itália no exterior. Dando seqüência a estas ações voltadas aos italianos residentes no exterior, o Estado Italiano criou o ‘Comitato dell’Emigrazione Italiana’ (COEMIT), através da Lei n. 205, de maio de 1985. De acordo com esta lei, em cada local no exterior que houver um mínimo de três mil cidadãos italianos, será criado um COEMIT, que atuará em colaboração com as autoridades consulares locais, em iniciativas relacionadas às suas vidas social e cultural, assistência, recreação, esporte e outras atividades. O pressuposto desta lei é justamente a existência de uma solidariedade étnica ‘italiana’ entre os descendentes que se dirigiram para diferentes regiões do mundo.

Na área do ensino da língua e da cultura italianas, as ações neste sentido também vêm assumindo importância crescente, a partir da lei 153, de 1971, que tem a finalidade principal de oferecer assistência educacional aos emigrados, sobretudo na área da Europa, mas também em outras regiões do mundo. Esta lei continua em vigor, apesar de ter havido uma evolução interpretativa desde então e, da mesma ter sido inserida em novo texto legislativo (art. 636 do Decreto Legislativo 297/1994). Por outro lado, estas ações voltadas aos descendentes de italianos residentes fora da Itália se justificam, na medida em que o Estado Italiano reconhece seus cidadãos pelo princípio do *jus sanguinis* (direito do sangue), que difere do princípio do *jus soli* (direito ao solo), conforme adotado no Brasil. Isto significa que, mesmo não residindo na Itália e mesmo não nascendo na Itália, os descendentes de italianos são considerados cidadãos italianos. Tanto é assim que os descendentes residentes no exterior, portanto também no Brasil, não solicitam a nacionalidade italiana, pois eles são cidadãos italianos desde o nascimento. O que eles solicitam em seus processos é tão somente o reconhecimento desta condição. Neste sentido, a legislação italiana atual define como cidadãos italianos, os filhos, netos, bisnetos etc de italianos, em todas as gerações, mantendo-se a linha paterna; e, a partir de 1983, os filhos, netos ou bisnetos de mulher italiana que tenham nascido a partir de 1948 (e outros casos especiais definidos em lei).

Contudo, apesar deste conjunto de ações terem sido importantes para a superação das rupturas provocadas no período da Guerra, bem como para a criação de uma situação mais favorável às manifestações culturais dos descendentes de italianos residentes no Brasil, “foi principalmente a partir de 1969 que as sociedades regionais e localistas ressurgem em profusão, estimuladas pelo novo ordenamento interno das regiões italianas, agora com disponibilidades fi-

nanceiras e interessadas em encontrar no exterior interlocutores próprios” (Rogatto, 1990, p.419). Isto reforça a importância da nova conjuntura em escala global, bem como das ações do Estado Italiano e das suas regiões específicas, para alavancar o ressurgimento das associações étnicas, pela procura de elos efetivos entre os descendentes de italianos e a pátria de origem dos seus antepassados, numa relação de mútuo interesse. Particularmente, as ações desencadeadas a partir das regiões italianas, no sentido de resgatar a cultura dos seus antepassados, pela identificação da presença de seus descendentes em diferentes pontos do planeta, sua organização e o estabelecimento de redes de relações com os mesmos, têm sido decisivas neste processo.

Neste sentido merecem destaque, por exemplo, as ações da ‘Regione Del Veneto’ (em consonância com as leis nacionais e as ações do Departamento do Gabinete dos Ministros, para os ‘Italiani nel Mondo’), dirigidas aos ‘Veneti nel Mondo’, definidas através da Lei Regional n.25, de 18 de abril de 1995 e suas posteriores modificações, constantes da ‘Circolare Applicativa’ n.2.401, aprovada pela Junta Regional em 21 de julho de 2000. O objetivo principal da lei, de acordo com o art.1, é favorecer o desenvolvimento de relações com a comunidade veneta no exterior, promovendo, conservando e tutelando os valores da identidade veneta, e estabelecendo relações econômicas e de valorização profissional com os cidadãos de origem veneta residentes no exterior. Para isso prevê uma série de iniciativas e ações das quais merecem destaque as intervenções no sentido de assumir, sustentar e desenvolver iniciativas e atividades culturais (inclusive com apoio financeiro) e de reconhecer as associações que operam em favor dos venetos no exterior, apoiando as suas atividades. Quer dizer, a organização e o desenvolvimento de associações étnicas, com fins de agregação, de resgate e de preservação da cultura dos venetos em diferentes partes do mundo, é uma política explícita na ‘Regione Del Veneto’.

Apesar destas associações étnicas já contarem anteriormente com um reconhecimento formal da ‘Regione Del Veneto’, que mantinha um registro das mesmas, nos termos do art.2 da Lei Regional n.28, de 19 de junho de 1984 e da Lei Regional n.18, de 22 de junho de 1989, o detalhamento mais explícito do apoio ao associativismo étnico e de suas atividades, principalmente aquelas voltadas ao exterior, se deu através do art.20, da Lei Regional n.25, de 18 de abril de 1995. Por meio deste artigo, “A Região reconhece as atividades, realizadas pelas associações que operam a favor dos cidadãos de origem veneta, residentes no exterior ou repatriados, a fim de assegurar a tutela dos direitos civis e sociais, conservar os valores da identidade da terra de origem e desenvolver relações com a comunidade veneta”. Para o seu reconhecimento formal, as entidades associativas deverão requisitar a sua inscrição ao Presidente da Junta Regional, devendo se enquadrar nas exigências específicas para os três diferentes registros previstos na lei: I. ‘Associazioni’: entidades cuja sede principal está localizada na Região do Veneto e que estejam atuando a pelo menos cinco anos a favor dos ‘Veneti nel Mondo’; II. ‘Circoli Veneti’: entidades localizadas no exterior ou em outras regiões da Itália, que contem com pelo menos cem associados e estejam em plena atividade a pelo menos três anos; III. ‘Comitati o Federazione’: entidades localizadas no exterior ou em outras regiões da Itália, que tenham a adesão da maioria dos ‘Circoli Veneti’ presentes no País ou na Região respectivas, e que desenvolvam atividades a pelo menos três anos. Esta regulamentação legal é de suma importância para o entendimento do fenômeno de expansão das associações étnicas de italianos na atualidade, até mesmo por que o acesso às contribuições financeiras da ‘Regione Del Veneto’, particularmente para as ‘Associazioni’, depende do desenvolvimento de atividades em favor dos ‘Veneti nel Mondo’, para o que é fundamental a existência e o cultivo de relações próximas com as associações étnicas (‘Circoli o Federazione’), localizadas no exterior.

De acordo com a mesma legislação (art. 5 e 6), para assegurar a realização de uma profícua colaboração entre a Região do Veneto e as associações que perseguem as finalidades previstas nesta lei, foram instituídas a ‘Conferenza Permanente dei Veneti nel Mondo’ e o ‘Comitato Permanente per i Veneti nel Mondo’. Ambas as entidades são dirigidas pelo Presidente da Junta Regional e contam com a participação de representantes das associações, círculos e federações venetas, devidamente registradas na Junta Regional, os prefeitos dos municípios da Região do

Veneto e outras entidades econômicas, sociais, culturais, religiosas e sindicais, de acordo com critérios e procedimentos previstos em lei. Em suas iniciativas e atividades, tanto o 'Comitato' quanto a 'Conferenza', se orientam pelo princípio previsto no art.9 da mesma lei, segundo o qual, "A Região, reconhecendo a cultura como instrumento essencial de civilidade e de liberdade, favorece iniciativas e atividades culturais dirigidas a conservar e a cultivar entre os veneti nel mondo os valores da identidade do país de origem e a reconstruir as relações culturais com o Veneto". Ao 'Comitato' cabe formular a proposta para o plano trienal, o programa anual e demais ações a serem desenvolvidas, coordenando e promovendo a informação entre as várias atividades desenvolvidas, inclusive no exterior. Para isso, desde 1996, encontra-se ativo o site da Região na Internet (<http://www.regione.veneto.it>), no qual estão disponíveis informações sobre a região, sua história, a cultura dos antepassados, as associações étnicas de venetos em todo o mundo e outras. Através do mesmo endereço é publicado ainda um jornal eletrônico mensal denominado 'Veneti nel Mondo'.

Devido a sua importância para o entendimento da natureza e até mesmo das denominações das associações étnicas de italianos atualmente no Brasil, bem como de suas íntimas relações com as ações da 'Regione Del Veneto', é importante uma breve apresentação das entidades étnicas que, em fevereiro de 2002, já contavam com registro na Junta da Região do Veneto, sendo, portanto, formalmente reconhecidas, de acordo com os três registros previstos. Assim, as 'Associazioni in Veneto' com registro, eram as seguintes: Associazione Bellunesi nel Mondo; Associazione Padovani nel Mondo; Associazione Polesani nel Mondo; Associazione Trevisani nel Mondo; Associazione Veneziani nel Mondo; Associazione Veronesi nel Mondo; Ente Vicentini nel Mondo; e Associazione Nazionale Emigrati ed Ex Emigrati in Austrália e Americhe (A.N.E.A.). Já os 'Comitati ou Federações' com registro, em fevereiro de 2002, na Junta da Região do Veneto, eram: Comitato delle Associazioni Venete dell'Argentina; Federazione delle Associazioni Venete nello Stato di San Paolo; Federazione di Clubs e Associazioni Venete dell'Ontario; Federazione delle Associazioni Venete Del Québec; Associazione dei Veneti in Sudafrica; Comitato delle Associazioni Venete Emigranti in Svizzera; e Unione Lavoratori Emigrati Veneti. Este elenco de entidades étnicas localizadas em diferentes países, por sua natureza, dá uma idéia da importância e das dimensões das associações étnicas de italianos em escala global na atualidade.

Além destas entidades formalmente reconhecidas, para cada País onde existem imigrantes italianos da Região do Veneto, uma série de 'Circoli Veneti' já obtiveram registro na Junta Regional. Assim, por exemplo, em junho de 2002, da Argentina, trinta e cinco círculos e, do Brasil, sessenta e um círculos venetos já contavam com registro formal na Região do Veneto. Ressalta-se que sob a denominação 'circolo' agregam-se todas as associações étnicas que correspondam às características previstas em lei, seguindo a classificação apresentada anteriormente. Por isso, a sua denominação formal no Brasil, por exemplo, poderá ser bastante diversificada, o que não impede o seu enquadramento para fins de registro como 'circolo', na Junta Regional do Veneto. Assim, as entidades do Brasil, com registro formal de 'Circoli Veneti', possuem denominações como: Associazione (Triveneta, Veneta, A.N.E.A.); Famiglia Bellunese; Società Taliana Tutti Fratelli; Associazione (Culturale, Triveneta, Veneta, A.N.E.A., Italiana); Circolo (Veronesi, A.N.E.A., Trevisani, Veneto, Vicentini, Padovani); Fameja Polesana e outras denominações. A mesma variedade de denominações se verifica também entre os 'circoli veneti' da Argentina. Por este motivo, agrupamos neste estudo as diferentes entidades étnicas, independentemente da existência ou não e dos tipos de registros, sob a denominação genérica de 'associações étnicas de italianos'. Por outro lado, a apresentação mais detalhada destas questões é importante, na medida em que demonstra a estreita relação que existe entre as ações oficiais do Estado Italiano e das suas Regiões, com o fenômeno das associações étnicas de italianos na atualidade, bem como entre as ações das 'Associazioni' localizadas na Itália, com os 'Comitati o Federazione' e os 'Circoli', localizados em diferentes pontos do planeta. Este entendimento é indispensável para a compreensão do processo de reinvenção da identidade étnica dos descendentes de italianos que emigraram para diferentes países e dos papéis sociais que as associações étnicas cumprem neste sentido.

Contudo, as transformações que ocorreram a partir do processo de globalização e as ações desencadeadas pelo Estado Italiano e suas regiões específicas no sentido da construção de redes de relações com os descendentes residentes em diferentes pontos do planeta, não conduzem automaticamente à valorização positiva da italianidade e, muito menos, à agregação dos descendentes em associações étnicas. A existência de uma longa tradição associativa, bem como de um profundo sentimento de solidariedade étnica entre os descendentes de italianos residentes no Brasil, também são fatores decisivos para a compreensão do ressurgimento e da expansão das associações étnicas na atualidade. Por outro lado, este conjunto de transformações também vem sendo acompanhado por uma redefinição do sentido das relações com a pátria de origem e dos interesses investidos, a partir dos descendentes residentes no Brasil.

Assim, diferente das expectativas de retorno à pátria e de preparação para a integração na comunidade escolar na Itália, típicas no passado, mais recentemente as demandas por ações ligadas à língua e à cultura italiana se tornaram mais abrangentes e diversificadas. No caso das solicitações dos descendentes de italianos residentes nos estados do Paraná e Santa Catarina, por exemplo, a busca pela cultura e pela língua italianas não se deve mais a uma expectativa de imigração de retorno à Itália. De acordo com o Consulado Geral da Itália em Curitiba, esta demanda, que é crescente, se deve, “por um lado, a uma redescoberta sempre mais consciente e orgulhosa das próprias origens históricas e sócio-culturais e, por outro lado (...), a uma descoberta mais geral das infinitas potencialidades culturais e de crescimento pessoal que a proximidade e a imersão na língua italiana podem oferecer” (<http://www.concuri.org.br> – cursos de língua e cultura – Acesso em 11.06.2002, p.4). Além destes fatores, o consulado reconhece ainda a existência de certa ‘moda nacional’ no Brasil por tudo aquilo que tem sabor de italianidade, que é reconhecida como compreensível pela alimentação deste ‘modismo’ através de novelas e filmes que retratam a realidade dos descendentes de italianos no País, bem como pelo número de reportagens jornalísticas e publicações acadêmicas que vem se multiplicando especialmente a partir de 1970, quando se comemorou o centenário da imigração italiana para o Brasil.

Sobre estas mudanças no sentido e nos interesses de aproximar os vínculos com a Itália, bem como do envolvimento das associações italianas em ações de resgate e preservação da língua e da cultura dos antepassados no Sul do Brasil, se pode encontrar analogias com a situação que se apresenta em São Paulo na atualidade, onde “A identidade que anteriormente muitos da primeira geração de ítalo-paulistas quiseram esconder ou negar, rejeitando parte de sua cultura original e afirmando-se brasileiros, é reexaminada e transformada em motivo de orgulho pelas gerações sucessivas, que hoje recuperam-na, em busca de suas raízes e auto-identidade” (Rogatto, 1990, p.422). Trata-se de uma reinvenção das tradições, que passam a ser valorizadas não na sua forma passada, mas sim na forma reinventada no presente. “A identidade se constrói, se desconstrói e se reconstrói segundo as situações” (Cuche, 1999, p.198). Por isso que estas mudanças de sentido e interesses, bem como as ações das associações étnicas, implicam necessariamente numa reinvenção da sua identidade.

Além dos fatores já destacados, este novo impulso ao ressurgimento do associativismo étnico recebeu ainda importante incentivo a partir das comemorações alusivas ao centenário da imigração italiana no Brasil e no Rio Grande do Sul, celebrados em 1970 e 1975. Desde então houve uma multiplicação de publicações, especialmente de caráter acadêmico, que buscam retratar o passado, as suas transformações e a realidade presente dos descendentes de italianos no Brasil. Inclusive a produção de filmes e novelas que retratam a realidade destes imigrantes no Brasil, já destacados anteriormente, se intensificaram a partir do centenário da imigração italiana para o Brasil. Neste universo, pela forte repercussão que tiveram, merecem destaque o filme “O Quatrilho”, que inclusive concorreu ao Oscar de melhor filme estrangeiro, e as telenovelas “Terra Nostra”, exibida em 1999, e “Esperança”, exibida em 2002, ambas com significativos índices de audiência na principal rede de televisão do País.

O Associativismo Étnico Italiano na reinvenção da italianidade

Enfim, é neste novo contexto criado no pós-guerra, pela conjugação de uma valorização positiva da italianidade internamente ao Brasil, de ações do Estado Italiano e de seus governos regionais, bem como de associações étnicas situadas na Itália, voltadas aos cidadãos que emigraram para outros países, e do aprofundamento do processo de globalização em geral, que se pode situar o ressurgimento e a grande expansão que as associações étnicas vêm tendo entre os descendentes de italianos em diversos países, particularmente no Brasil. Algumas dentre estas associações mantêm como um dos seus objetivos a ajuda mútua, porém em sua grande maioria, elas dão maior ênfase à finalidade do resgate, preservação e difusão da cultura em geral e, em específico, da língua, da gastronomia, da música, das danças, dos jogos, dos usos e costumes e da tradição herdada dos antepassados. Estimados em cerca de 25 milhões no Brasil, os descendentes de italianos mantêm uma rica e variada atividade associativa de caráter étnico. De acordo com dados do CGIE (Consiglio Generale degli Italiani all'Estero), em 1998 existiam registros de cerca de mil e quatrocentas (1400) associações étnicas de italianos no Brasil, das quais a maioria apresentava descontinuidades em suas atividades ou se encontravam em fase de reestruturação. Mesmo assim, deste total, pelo menos cento e trinta (130) podiam ser definidas como associações que contam com uma organização estruturada, desenvolvem atividades contínuas, possuem pelo menos uma centena de associados e encontram-se consolidadas a pelo menos três anos no Brasil. Estas se encontram distribuídas em praticamente todo o território brasileiro, mas principalmente nas áreas de maior concentração de descendentes de italianos, conforme segue: Consulado Geral de São Paulo (44 associações); Consulado Geral de Curitiba (67 associações); Consulado Geral de Porto Alegre (26 associações); Consulado Geral do Rio de Janeiro (22 associações); Consulado de Belo Horizonte (7 associações); e Consulado do Recife (1 associação).

Diferente dos números apresentados anteriormente, pelos levantamentos realizados para esta pesquisa, especialmente através da Internet, o número de associações italianas em atividade no Brasil é bem maior que as cento e trinta identificadas pelo CGIE. Pelos dados atuais levantados, o número de associações étnicas de italianos em funcionamento hoje no Brasil é de cerca de 419 associações, distribuídas da seguinte maneira pelos estados do País: Rio de Janeiro (29); Espírito Santo (36); Bahia (2); São Paulo (113); Rio Grande do Sul (90); Paraná (36); Santa Catarina (103); Minas Gerais (7); Goiás (2); e Pernambuco (1). Contudo, estima-se que estes números possam ser ainda maiores, uma vez que a grande maioria destas associações foi criada recentemente e o processo de sua expansão se encontra em plena atividade. Além disso, como uma das fontes principais para a obtenção destas informações é a Internet, é razoável considerar a possibilidade de haver defasagens entre o processo de expansão das associações étnicas e sua divulgação na rede mundial de computadores.

As associações étnicas de italianos atualmente no Brasil são bastante diversificadas, tanto em termos de denominações, forma de organização, abrangência das ações e objetivos que priorizam. Assim, a maioria das associações étnicas de italianos, situadas nos três estados do sul do Brasil, bem como parte das situadas em São Paulo, se organiza em federações de associações italianas, algumas das quais motivadas por disposições legais, que tornam as relações com as regiões italianas mais efetivas e facilitam o acesso às formas de apoio previstas na legislação das regiões italianas. É exemplar neste sentido a FAINORS (Federação das Associações Italianas do Norte do Rio Grande do Sul). Criada em setembro de 1994, ela se propõe representar todas as associações venetas daquela região do Estado do Rio Grande do Sul, com o objetivo principal de “restabelecer os liames com o Vêneto desmantelado pela emigração, coordenar um programa mais concreto e moderno de assistência aos descendentes vênéticos da nossa grande região” (<http://www.mantovaninelmondo.org/amm-ita/notizie> – Acesso em 27.02.2002, p.2). Por outro lado, as relações entre esta iniciativa e o fenômeno que se verifica nas regiões da Itália, ficam evidentes, na medida que, por ocasião de sua instalação oficial, em 30 de setembro de 1994, “Este evento recebeu o apoio total da Regione Vêneto, que na ocasião foi representada pelo seu vice-presidente Fabrizio Comencini e por Antonio Politi – Relações Públicas, que trouxeram o reco-

nhecimento oficial do Governo Regional” (Idem). A FAINORS reúne atualmente cerca de trinta e seis (36) associações italianas, que contam com cerca de quatro mil e quinhentos (4.500) associados e assume “como meta principal o auxílio aos associados para que reencontrem as suas próprias raízes, custodiar, tutelar e divulgar a língua veneta e a antiga cultura, herança de nossos avós, a fim de que venha tramandada as futuras gerações” (Ibidem). No Rio Grande do Sul, mais duas entidades congregam associações italianas. A FIBRA – Federação das Associações Ítalo-Brasileiras do Rio Grande do Sul, criada em 1996 e com sede em Serafina Corrêa, e a ACIRS – Associação Cultural Italiana do Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre e criada em 1991.

No Paraná existe apenas uma federação, criada em 1996 e denominada FAIRI –Federação das Associações Italianas da Região do Iguaçu. Ela reúne cerca de dez associações italianas, que contam com cerca de 1.000 associados. As demais associações italianas, no Paraná, mantêm atuação independente e se encontram relativamente isoladas umas das outras. Já no Estado de Santa Catarina existem quatro federações, que abrangem diferentes regiões em seu interior. Elas foram criadas na década de 1990 e mantêm suas sedes nas cidades de Criciúma, Xaxim, Herval do Oeste e Blumenau. Contudo, como poucas destas associações possuem sede própria, o seu endereço geralmente muda de cidade, de acordo com o local de residência do seu Presidente. Já em São Paulo existem oito federações de associações, sendo que pelo menos cinco representam associações de caráter regional, como por exemplo, a Federazione delle Associazioni Lombarde, a Federazione delle Associazioni Venete e a Federazione delle Associazioni Piemontesi.

Estas diferenças existentes entre as federações se apresentam de forma bem mais acentuada entre o conjunto das associações italianas. Assim, por exemplo, em São Paulo destaca-se ainda uma ocorrência significativa de sociedades beneficentes e de mútuo socorro, bem como de patronatos que, em conjunto, somam mais de uma dezena e meia de associações. Também existem pelo menos cinco sociedades educacionais e algumas sociedades de ex-combatentes, bem como vários ‘circolos italianos’, sendo a presença de vários deles já tradicional no Estado. Contudo, ao lado destas associações mais tradicionais, predominam aquelas com finalidades culturais, cujos objetivos básicos estão ligados ao resgate e a preservação das origens e dos laços de ligação com a Itália em geral ou com regiões específicas da mesma.

Já nos estados da Região Sul do Brasil as características das associações étnicas de italianos na atualidade são um pouco diversificadas. No Rio Grande do Sul, uma esmagadora maioria destas associações é relativamente recente, sendo que as criadas antes da metade dos anos 1980 não chegam a uma dezena. Uma das mais antigas e ainda em atividade, é a Sociedade Italiana Beneficente “Anita Garibaldi”, de Bagé. Criada em 1871, ela mantém uma ampla sede própria em área central da cidade, o que faz com que o espaço seja utilizado inclusive para encontros, reuniões e palestras por outras entidades. Também merece destaque o Centro Cultural Ítalo-Brasileiro de Caxias do Sul, criado em 1953, bem como o Centro Cultural Ítalo-Brasileiro de Passo Fundo e a Sociedade Palestra Itália de Canoas, ambas criadas em 1976.

Contudo, a grande expansão das sociedades étnicas de italianos no Estado, ocorreu a partir da segunda metade dos anos 1980, sendo a primeira metade dos anos 1990 seguramente o período de maior expansão. Do conjunto das associações, mais de um terço se denomina explicitamente como associações regionais, dentre as quais há um claro predomínio das associações venetas, seguido das associações de trentinos e outras representadas em menor número. Tanto pelo período de surgimento, quanto pelas suas denominações, se percebe uma clara relação entre o seu surgimento e o movimento cultural verificado nas regiões italianas e já destacado anteriormente. Neste sentido, constata-se a ocorrência de associações com denominações, como por exemplo, Veneti nel Mondo, Liguri nel Mondo, Lucchesi nel Mondo, Trevisiani nel Mondo, Piemontesi nel Mondo e assim por diante. São pelo menos doze diferentes regiões e associações sediadas na Itália, a grande maioria da região norte, representadas nas denominações destas associações.

Quanto aos objetivos destas associações, decididamente eles se concentram na “propagação da cultura italiana, sua língua, seus costumes e sua história” e, mais especificamente para os

associados, no “desejo de encontrar informações sobre o passado com a finalidade de responder as perguntas de onde vim, de quem descendo e para onde vou” (Mombelli, 1996, p.85-86). Para isso utilizam diversas estratégias e iniciativas que vão desde a promoção de jantares típicos, à manutenção de grupos folclóricos e corais, programas radiofônicos, cursos de italiano, auxílio no encaminhamento dos processos para o reconhecimento da cidadania italiana e, inclusive projetos mais ousados, como a criação e manutenção de emissoras de rádio e televisão de caráter étnico.

No Estado do Paraná, a maioria das associações também foi criada durante a década de 1990, tendo uma significativa concentração nas regiões Oeste e Sudoeste do Estado, colonizadas por contingentes significativos de descendentes de italianos originários dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. No Estado não foi identificada nenhuma sociedade étnica de italianos com finalidades de beneficência e mútuo socorro e apenas duas associações se denominam como associações regionais. Em sua maioria, estas entidades se denominam ‘círculos italianos’, mas também existe um número significativo dentre elas que se denominam associações italianas, centros culturais italianos e sociedades ítalo-brasileiras. Apesar destas diferentes denominações, pelo menos entre as entidades vinculadas a FAIRI, e situadas no Oeste e Sudoeste paranaense, não existem maiores diferenças, o que permite tratá-las simplesmente como associações étnicas de italianos. Quanto às suas finalidades, a totalidade delas se propõe objetivos genéricos de resgate e preservação da língua e da cultura italianas. Em termos da divulgação e da afirmação positiva da identidade étnica dos descendentes de italianos, merecem destaque os programas radiofônicos mantidos pelas associações étnicas em diferentes pontos do País. De acordo com dados do Consulado Geral da Itália de Curitiba, até o final de 2001, o número de emissores radiofônicos em língua italiana era de doze (12) no Estado de Santa Catarina e de quatro (4) no Estado do Paraná. Eles mantêm, com apoio das associações étnicas de italianos, programas semanais, com uma duração média de uma hora e meia de programação, através dos quais veiculam histórias, anedotas, curiosidades, músicas e atividades ligadas ao resgate e preservação da língua e da cultura italianas. Enfim, diferente de outras realidades já apresentadas anteriormente e apesar do predomínio de descendentes de vênnetos no Oeste e Sudoeste paranaenses, nenhuma destas associações assume denominação regional, correspondente às associações existentes nas regiões italianas. Este fator torna as associações étnicas de italianos, especialmente do Oeste do Paraná, onde a sua ocorrência é maior no Estado, uma amostra relativamente homogênea, mas também indefinida, em termos das formas de organização, origens de seus membros e objetivos étnicos. Neste caso, as dúvidas sobre a identidade étnica em construção e o papel social que as associações cumprem neste processo, tornam ainda mais relevantes os estudos para o seu esclarecimento. A grande expansão do associativismo étnico italiano no contexto da globalização e relacionada a vários fatores contextuais, representa uma oportunidade privilegiada para o desenvolvimento de estudos e pesquisas que busquem avaliar o papel desempenhado por elas no processo de redefinição das identidades “nacionais” e sua possível fragmentação em identidades regionais ou grupais. Quer dizer, trata-se de perguntar pelos papéis sociais desempenhados pelas associações étnicas em termos de construção da italianidade neste novo contexto de globalização.

REFERÊNCIAS

- ALVIM, Zuleika M.F. O Brasil italiano (1880-1920). In: FAUSTO, Boris (org). *Fazer a América*. São Paulo, Edusp, 1999.
- ARAÚJO, José Renato de Campos. *Associações e etnia: o Palestra Itália*. Trabalho apresentado no “GT – Migrações Internacionais”. Encontro Anual da ANPOCS, 1999.
- ASSOCIAÇÕES ÉTNICAS. *Estatutos e atas de reuniões das Associações étnicas de italianos do Oeste do Paraná*. Consultas em 2001 e 2002.

- BARTH, Fredrik (1998). Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P. e STREIFF-FENART, J. *Teorias da etnicidade*. São Paulo, UNESP, 1998.
- BRETON, Roland (sd). *As etnias*. Porto, Rés-editora, sd.
- CENNI, Franco. *Italianos no Brasil*. 2ed., São Paulo, Edusp, 1975.
- COLOGNESE, Silvio Antonio (1999^a). *Cultura e Organização social entre descendentes de italianos no Oeste do Paraná*. Trabalho apresentado no IV Colóquio de Estudos Históricos Portugal/Brasil. Cidade do Porto, janeiro de 1999.
- CUCHE, Denys (1999). *A noção de cultura nas Ciências Sociais*. Bauru, EDUSC, 1999.
- ENTREVISTAS. *Textos de trinta e três (33) entrevistas*. Realizadas em 2001 e 2002, com membros das associações étnicas de italianos do Oeste do Paraná. (Entrevistas gravadas e transcritas para esta pesquisa).
- GABRIEL, Ladilane. Cultura italiana resiste ao tempo em Cascavel: o modo-de-ser dos filhos e netos de imigrantes mantém a Itália presente no Oeste do Paraná. In: *Jornal A Cidade*. Cascavel, 2 de abril de 2000, p.10.
- HALL, Stuart (2000). *A identidade cultural na pós-modernidade*. 4ed., Rio de Janeiro, DP&A, 2000.
- IANNI, Octávio (1995). Globalização: novo paradigma das Ciências Sociais. In: *Cadernos de Sociologia*. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, UFRGS, Número Especial, 1995.
- LUCA, Tânia Regina de. As sociedades de socorros mútuos italianas em São Paulo. In: DE BONI, Luis A.(org). *A presença italiana no Brasil. Vol.II*. Porto Alegre/ Torino, Escola Superior de Teologia/ Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.
- MOMBELLI, Raquel (1996). “*Mi soi talian gracia a Dio: identidade étnica e separatismo no Oeste Catarinense*”. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Florianópolis, UFSC, 1996. (Orientadora: Ilka Boaventura Leite).
- PEREIRA, João Batista Borges (1999). *Italianidade; Italianidades*. São Paulo, USP, 1999 (Inédito).
- ROGATTO, Geraldo Matheus. Achiropita, fettuccine e vinho. Sobre a italianidade e a colônia italiana em São Paulo. In: DE BONI, Luis A.(org). *A presença italiana no Brasil. Vol.II*. Porto Alegre/ Torino, Escola Superior de Teologia/ Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

Sites Consultados

- <<http://www.concuri.org.br/> Cursos de Língua e Cultura. Acesso em 11.06.2002.
- <<http://www.mantovaninelmondo.org/amm/notizie>. Acesso em 27.02.2002.
- <<http://www.sunrise.it/bellunesi>. Acesso em 24.06.2002.
- <<http://www.trevisani.it>. Acesso em 25.06.2002.
- <<http://www.venezianinelmondo.it>. Acesso em 25.06.2002.
- <<http://www.veronesinelmondo.org>. Acesso em 25.06.2002.
- <<http://www.entevicentini.it>. Acesso em 26.06.2002.
- <<http://www.regione.veneto.it>. Acesso em 26.06.2002.
- <<http://www.trentininelmondo.it>. Acesso em 25.06.2002.
- <<http://www.italconsul.org.br/italia/assoc.htm>. Acesso em 11.06.2002.
- <<http://www.webcom.com.br/consulado/associazioni.htm>. Acesso em 11.06.2002.
- <http://www.embitalia.org.br/organi/della_collettivita_mondo352.html. Acesso em 11.06.2002.
- <<http://www.conrio.org.br>. Acesso em 11.06.2002.
- <<http://www.ecco.com.br/cidadania/cidadania/asp>. Acesso em 17.09.2002.
- <<http://www.fga.it>. Acesso em 06.03.2002.
- <<http://www.ulivi.hpg.ig.com.br/itamom2.htm>. Acesso em 17.09.2002.
- <<http://www.geocities.com/ladridicuori/associazioni.htm>. Acesso em 01.03.2002.
- <<http://www.acirs.org.br>. Acesso em 27.02.2002.
- <<http://www.italiabrazil.net/asscom2.htm>. Acesso em 01.03.2002.

DAS ONÇAS DE OURO AO MOVIMENTO COOPERATIVISTA

Cristina Seibert Schneider

Os anos difíceis no início da colonização alemã no Rio Grande do Sul dão lugar a uma ampla rede de relações sócio-econômicas devido à grande circulação monetária na região colonial nos fins do século XIX, provocada pelo excedente da produção agrícola destinada ao abastecimento de mercados no centro do país. Conhecer este contexto de crescente enriquecimento dos colonos alemães pela alta valorização de seus produtos agrícolas e a conseqüente dependência em relação aos mercados nacionais e internacionais é fundamental para compreendermos o impacto causado pela crise cafeeira. Neste cenário, os jesuítas colocaram em prática mecanismos e estratégias, visando resolver os desafios do seu tempo, fomentando a criação das cooperativas que fizeram a diferença entre os imigrantes no desenvolvimento de suas próprias soluções.

AS “ONÇAS DE OURO” .

As adversidades enfrentadas pelos imigrantes alemães no início da colonização dão lugar a uma movimentação comercial intensa devido aos nossos principais produtos: a farinha de mandioca, o feijão, o milho e a banha, que atendiam aos mercados do centro do Brasil. Visando comprovar a circulação de mercadorias e o papel importante que ocuparão os comerciantes neste contexto, daremos atenção a um estabelecimento em especial, pelo montante que circulava, pela localização e pela documentação encontrada. Estes registros, feitos pelo comerciante Mathias Weirich Filho, comprovam o desenvolvimento da colônia e servirão de suporte para a análise que segue. Reduzindo a nossa escala de observação, buscamos nos esquivar de um modelo geral e mais amplo para nos atermos a uma análise onde a “*pluralidade das possíveis interpretações deste mundo e a luta que ocorreu em torno dos recursos simbólicos e também dos recursos materiais*”, possa levar a uma interpretação mais complexa dos acontecimentos através de uma riqueza de combinações e articulando os diferentes aspectos em questão.

Mathias Weirich Filho descendia dos imigrantes, Mathias Weirich e Maria Catharina Bauer, ambos vindos da região de Thunderoth, na Alemanha, a bordo da escuna Hanoveriana Nantilus. A viagem durou oitenta e três dias, desde Hamburgo, entrando em Porto Alegre em 25 de junho de 1857¹. Acompanhados da mãe de Mathias e de mais três filhos, estes se dirigiram ao lote nº 37 de terras na Colônia Santa Maria da Soledade² de Montravel e seus sócios.

Pouco depois, nascia Mathias Weirich Filho, em 18 de outubro de 1859³, o quarto filho do casal e primeiro nascido no Brasil. Convém destacar que, nos documentos em geral, não constava no sobrenome o “Filho”, o que dificultou muito identificar ao certo a pessoa a que estavam se referindo.

No Registro de Lotes, no ano de 1880, encontramos a família de Mathias Weirich, pedreiro, sua esposa e seus filhos Nicoldo, com 23 anos, Mathias, com 20 anos, e Carolina, com 19 anos, ocupando três quartos das terras do lote número 37 do Distrito Coelho. Sendo que Henrique, com 26 anos, e sua esposa Isabel, com 25 anos, ocupam o restante da terra. Neste documento, temos informações de que todos acima relacionados sabiam ler e escrever, exerciam a agricul-

¹ Registro de colonos entrados. AHRS, código C300.

² A Colônia Santa Maria da Soledade de Montravel e seus sócios é uma das primeiras companhias de comercialização de terras no Brasil com finalidades capitalistas preparando a estrutura agrária latifundiária para o fim da escravidão. Um estudo específico sobre a Colônia vide: KUNERT, Udo Ingo. *A colônia de Santa Maria da Soledade. In: Anais do 2º Simpósio de História da Imprensa e colonização alemã no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Rotermond. 1976.

³ Conforme livro de registro de nascimentos da Comunidade Evangélica de São Vendelino, p. 08.

tura, tinham casa de tijolos ou pedra, estrebarias e paióis, o que demonstra um incremento na estrutura física da propriedade. Criavam animais para montaria e tração, como cavalo, gado leiteiro, porcos, cabras e aves. Conforme consta no documento não possuíam capitais suficiente para saldar a dívida colonial:

“Este prazo colonial pertence a Mathias Weirich, que segundo art. 2º do 1º caderno de c/c devia liquido de juros a quantia de 983\$860 réis”.

Transferio seus direitos a seus filhos Mathias Weirich e Henrique Weirich, que por conta de sua dívida recolherão dos cofres públicos, conforme os conhecimentos nº 46 e 47 da caixa geral do exercício de 1880-1881, a quantia de 600\$800 réis. Em virtude da portaria da Tesouraria da Fazenda nº 36 de 26/05/1880, passou-se-lhe título definitivo sob nº 46 a Henrique Weirich de ¼ e sob nº 47, a Mathias Weirich Filho a ¾ deste lote em 16 de julho de 1880.”⁴

Na data de 22 de março de 1895⁵ Mathias Weirich e sua esposa, Bárbara Kich, vendem uma vigésima quinta parte do lote nº 37 do Distrito Coelho, na ex-colônia Santa Maria da Soledade, a Adão Petry, por cem mil réis. Informam, também, que a área total corresponde a 20.500 metros quadrados. A confirmação que necessitávamos apareceu ao final, quando quem assina é Mathias Weirich Filho, sem, no entanto, informar se possuía uma casa comercial, uma vez que, na documentação de que dispomos da sua venda, a movimentação de mercadorias de Porto Alegre para serem comercializadas na localidade era bastante significativa e incluía artigos considerados de luxo, como, por exemplo, chapéus de feltro e tecidos estampados. A casa comercial não é informada nem no registro de lotes e nem nos demais documentos consultados.

No livro “História de Carlos Barbosa”, de Aldo Francisco Migot⁶, o autor colheu, junto à comunidade local, depoimentos das pessoas mais antigas, confirmando que a área do lote nº 37, de Mathias Weirich Filho, que chamavam de Paraguaçu, era o centro da ex-colônia Santa Maria da Soledade mesmo após a elevação de São Vendelino a freguesia. Lá se encontrava o Cartório Civil, o grande comércio e os três moinhos, que atendiam não só as localidades alemãs, mas também italianas e suíças⁷. Já em São Vendelino, ficavam as igrejas católica e evangélica, com seus respectivos cemitérios. Tanto era a sua importância que Paraguaçu foi a denominação dada à área conhecida como Santa Maria, gerando muita confusão entre os moradores, devido à semelhança das denominações.

Esta ampla rede de relações sócio-econômicas foi possível devido à grande circulação monetária na região colonial em fins do século XIX, provocada pelo excedente da produção agrícola. Nossos principais produtos, a banha, a mandioca e o feijão, não encontravam concorrentes no mercado nacional, uma vez que os principais centros econômicos da época estavam voltados para a produção cafeeira, como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Este é o período conhecido como das “onças de ouro” e é caracterizado pelo crescente enriquecimento dos colonos alemães pela alta valorização dos produtos agrícolas.

O artesanato local, fundamental para suprir o colono de suas necessidades, como calçados, tecidos, as ferramentas agrícolas e utensílios domésticos, não atendia mais às expectativas dos consumidores, ávidos e com condições financeiras para comprar artigos importados. Este contexto foi responsável pelo declínio dos artesãos, que não conseguiram competir com os artigos que o comerciante tinha à disposição de seus clientes:

⁴ Registro de lotes, código C313, p. 230. AHRs.

⁵ Livro 4, São João do Montenegro, notas. APRs.

⁶ MIGOT, Aldo Francisco. História de Carlos Barbosa. EDUCS/EST, Porto Alegre, 1989.

⁷ No século XIX Porto Alegre com a acumulação de recursos vindos do comércio e das melhorias nas técnicas agrícolas tornou-se o centro de consumo e de distribuição dos produtos alemães e também dos italianos, mas é o comerciante alemão quem domina o mercado das colônias italianas. Sobre este tema: SINGER, Paul. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. 2ª ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1977, p. 157-165 e MOURE, Telmo. “A inserção da economia imigrante na economia gaúcha.” In: DACANAL e GONZAGA (org.). RS: Imigração e Colonização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992, p. 91-113.

“A medida, porém, que os comerciantes das picadas dos núcleos progrediam, alguns artesãos tiveram que abandonar a profissão porque não tinham condições de competir com os artigos mais baratos e melhores importados pelo comércio.”⁸

Apesar do recrudescimento de alguns ramos artesanais obrigando-os a voltar-se para a produção agrícola alguns novos ramos de atividades floresceram, mantiveram-se com o capital investido pelos comerciantes. No livro-caixa de Cristiano Seibert, ferreiro, morador de São Vendelino, encontramos registro de artefatos confeccionados para a venda de Mathias Weirich que após serão revendidos na comunidade de Paraguaçu. Apesar de não fabricar alguns artigos absorvidos pelas mercadorias chegadas de Porto Alegre, o ferreiro consegue sobreviver apoiado pelo comerciante da redondeza.

As notas fiscais da casa comercial de Mathias Weirich Filho evidenciam o poder de compra dos agricultores animados com o alto valor agregado aos seus produtos, supervalorizados no mercado. Dentre as mercadorias vendidas em 24 de julho de 1899, encontramos chapéus de palha, fivelas, argolas, facas, fogão, parafusos, canetas, lápis, agulhas, fechos, lixas, chaves, sementes, baldes de zinco, chaleiras, gaitas de mão e talheres. Alguns destes artigos que o artesanato local confeccionava agora são comprados na venda.

De Augusto Goebel também foram compradas seis pistolas de dois canos e três espingardas, além da munição de pólvora, espoletas e chumbo. Estas mercadorias provavelmente eram utilizadas para defesa ou, então, nas associações de Tiro. Padre Amstad, SJ, destacou certa “mania associativa”⁹ dos teuto-brasileiros ao constatar o grande número de sociedades e organizações com o intuito de preservar os valores germânico entre os imigrantes.

Da mesma forma, artigos de luxo ratificam também a intensa movimentação social que exigia artigos mais sofisticados para freqüentar as festas e outras atividades recreativas: 160 metros de tecidos estampados, 85 metros de alpacas, 253 metros de tecidos tintos, 66 metros de algodão cru, 6 metros de casimiras de lã e 7 metros de xales recebidos no cais de Montenegro, vindos de Porto Alegre em 24 de março de 1900, numa nota escrita a mão e assinada pelo comprador Mathias Weirich Filho e pelo transportador. Da mesma forma, em 5 de julho de 1899, Mathias comprou, da “Industria Rio-Grandense de Chapeos”, 54 chapéus, transportados por Oscar Teichmann.

Em relação ao transporte, as notas nos informam que algumas mercadorias chegavam à casa comercial através do transporte fluvial¹⁰, como o vapor Garibaldi¹¹, vapor da companhia de navegação de Cahy¹², ou, então, eram transportados pelo caixeiro-viajante, peça fundamental entre o comerciante e o grande centro na capital. Dentre eles, temos citado Guilherme Krug e Roberto Mentz¹³:

“(...) recebia as encomendas, expedia faturas, levava pagamentos. Como pessoas cultas os caixeiros faziam às vezes de jornal, do rádio e do correio, ao exercerem também papel de veículos de informação sobre qualquer assunto, mantendo seus fregueses informados a respeito dos acontecimentos regionais, nacionais e internacionais”¹⁴.

⁸ AMADO, Janaína. O conflito social no Brasil: a revolta dos Mucker.. São Leopoldo: UNISINOS, 2002, p. 42.

⁹ RAMBO, Arthur Blasio (trad.). Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul (1824-1924). São Leopoldo: Editora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1999, p. 301.

¹⁰ A navegação fluvial era utilizada para transporte de passageiros e de mercadorias. Formaram-se neste período empresas que representaram verdadeiras dinastias, como a navegação Arnt, que passaram a investir seus capitais no comércio, na compra de terras o que permitiu uma dinamização na economia colonial gerando estes investimentos. In: REINHEIMER, Dalva Neraci. “As colônias alemãs, rios e Porto Alegre – estudo sobre a imigração alemã e navegação fluvial no Rio Grande do Sul (1850-1900). Tese de mestrado. UNISINOS, 1999.

¹¹ Porto Alegre, 30 de setembro de 1897, comprado no armazém de Augusto Goebel.

¹² Porto Alegre, 18 de agosto de 1897, comprado no armazém de Augusto Goebel.

¹³ Mercadoria recebida em 10 de dezembro de 1897.

¹⁴ RAMBO, Arthur Blásio. A Imprensa teuto-brasileira como instrumento de identidade. IN: Emigración Centroeuropeia a América Latina. Praga: Universidade Carolina de Praga, 2003, p. 57-68.

De posse destas informações, os comerciantes locais facilmente transitavam no meio político, uma vez que eram detentores de um saber a que os demais colonos não tinham acesso. Começa a se delinear uma diferença sócio-econômica entre os habitantes da localidade. O mesmo Mathias Weirich Filho foi escolhido para compor a mesa eleitoral que selecionaria o novo Juiz de Paz da Paróquia de São Vendelino, cargo que lhe conferiria o poder de julgar os assuntos jurídicos pertinentes à localidade¹⁵. O eleito, Carlos Augusto Schrammel, também havia sido escolhido para a mesa. Schrammel, morador do Paraguaçu, tinha casa comercial e passou a exercer também suas atividades cartoriais:

“Outro, aliás, não foi o testemunho de nossos avós e bisavós. Iam eles comprar, ao moinho e lavrar escrituras na localidade, hoje, denominada Paraguaçu (...)”¹⁶.

As diferenças entre a área rural e o centro da colônia se esboçam com a nova posição socioeconômica dos comerciantes e artesãos mais abastados. Estes residem no núcleo que congrega o cartório, a Igreja, a escola, a casa comercial, o correio, etc. Evidencia-se a grande importância que tinha o Paraguaçu para a região, polarizando os serviços e profissionais detentores de uma mão-de-obra mais especializada e a predominância dos comerciantes nas questões políticas, ocupando cargos para defesa de seus interesses. Alcançaram uma posição privilegiada no meio social e econômico o que lhes legitimava a interferência nos diversos âmbitos da vida comunitária. O colono encontrava-se atrelado à venda: *“era sempre devedor e o comerciante credor”¹⁷*. Representavam verdadeiros segmentos hegemônicos da sociedade. Eram eles que determinavam os preços dos produtos que o colono trazia e dos que adquiria na venda. Compravam barato e vendiam caro o produto vindo de Porto Alegre. Eram o elo de ligação entre o grande comércio de Porto Alegre e o interior do Estado, muitas vezes se ocupando também do transporte das mercadorias, pois transferiam ao agricultor parte dos gastos que tinham com o transporte. Era também a casa comercial o local onde se obtinha as informações sobre o que acontecia fora da colônia e onde se discutiam também questões políticas.

Seus filhos eram educados nas escolas paroquiais e mais tarde freqüentavam cursos destinados a aprimorar os seus conhecimentos e retornar à comunidade para dar seqüência às atividades econômicas da família. Casavam-se com pessoas de mesma posse, o que conferia certo aprimoramento na linhagem e manutenção dos recursos acumulados¹⁸.

Da mesma forma, percebe-se a importância dos colonos alemães no comércio da capital, pois todos os documentos que pesquisamos da Casa Comercial de Mathias Weirich fazem referência a casas comerciais ou caixeiros-viajantes alemães. Havia uma grande circulação de bens de consumo e de capital ligando o centro com as regiões mais longínquas. Segundo Magda Roswita Gans:

“No comércio a presença dos teutos é mais antiga e mais expressiva do que havia mostrado os estudos até então. Predominavam o comércio de importação, o comércio de alimentos - onde supunha esteja incluída a exportação colonial - e um forte setor de moda / vestuário.”¹⁹

As notas das mercadorias, escritas em alemão demonstram a fragilidade na fiscalização por parte dos órgãos competentes que desconhecendo língua transferiam ao comerciante local a total gerência de seus assuntos financeiros sem a interferência estatal.

¹⁵ Trabalhos eleitorais da Paróquia de São Vendelino, 12-14/04/1889. Livro 2, nº 43, São João do Montenegro, 3º Distrito, notas.

¹⁶ APRS. Trabalhos eleitorais da Paróquia de São Vendelino, município de Montenegro, livro 2/ nº 43, São João do Monte Negro, 3º distrito, notas.

¹⁷ AMADO, *op cit*, p. 86.

¹⁸ AMADO, *op cit*, p. 91.

¹⁹ GANZ, Magda Roswita. Presença teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889). Dissertação de mestrado, 1996, UFRGS, p. 161.

No almanaque *Der Familien Freund*²⁰ de 1914 (“O amigo da família”), encontramos espaços com informes publicitários de nomes importantes no cenário teuto-Portoalegrense como: Augusto Goebel, comerciante de ferros; F.C. Kessler e Cia, fabricantes de chapéus; Selbach e Cia.; Bromberg e Cia, fabricante de máquinas entre outros. Em outras palavras, uma ampla organização comercial que chegava através do almanaque ao interior do estado, chegando às pequenas comunidades teutas.

Temos assim, nas notas fiscais de Mathias Weirich Filho os mesmos nomes das importantes empresas, companhias de Navegação e casas de importação que aparecem no *Familienfreund*, no *Deutsches Volksblatt*²¹ e no *Bauernfreund*²². Isto demonstra as ramificações ao interior destes estabelecimentos da capital. Financiavam os periódicos que levavam aos colonos as informações e orientações gerais sobre todos os aspectos sócio-econômicos. Aqui temos uma parceria interessante: comerciantes, jesuítas e leigos se fazendo reconhecer na sua intelectualidade, orientando a produção, sugerindo culturas agrícolas de acordo com seus interesses e tratando de assuntos de relevância social, que serão os temas dos *Katholikentage* a partir de 1898.

UM PANORAMA COMERCIAL DE FINS DO SÉC. XIX

O Rio Grande do Sul sempre representou um papel secundário na economia nacional. Primeiramente a sua ocupação foi tardia pela falta de artigos que despertassem o interesse de Portugal. Mas a intensa circulação de metais preciosos na região do Prata vai modificar esta concepção. Havia sim a necessidade de estabelecer limites para a expansão espanhola no sul do Brasil, mesmo que isso não acontecesse na realidade em função do intenso comércio ilícito. Ocupar estas terras era fundamental frente aos desejos expansionistas da Coroa Portuguesa no Prata.

Com a pecuária predatória ou com o estabelecimento das charqueadas, a economia oscilava de acordo com o mercado nacional. O sul era dependente da região produtora de minério que se tornara compradora de gado para transporte, alimentação e após também consumidora do charque. A dependência em relação aos mercados do centro do país permanece e não se modifica com os gêneros agrícolas dos casais açorianos ou com a grande produção agrícola da região de imigração européia, agora voltada a abastecer as áreas produtoras de café. Mais tarde a subordinação se dá em função do processo de industrialização, principalmente em relação a São Paulo.

Convém destacar que esta situação de economia subalterna em relação ao mercado do centro do país também ocorria do Brasil em relação ao estrangeiro. Como colônia de Portugal estava inserida no contexto do mercantilismo, a sua função era abastecer a metrópole de produtos tropicais e minérios. Após a independência e antes ainda a Inglaterra já havia consolidado a sua influência nos negócios do Brasil. Com a abertura dos portos às nações amigas, em 1808, a dependência financeira foi apenas transferida de Portugal para a Inglaterra.

A relação comercial do Brasil entre seus estados e do mesmo em relação aos demais países sempre se deu de forma deficitária: compravam-se manufaturas a preços elevados e vendia-se a matéria-prima a valores irrisórios.

A ampla rede comercial que se estabeleceu nas áreas de ocupação com imigrantes europeus não se deu de forma diferente. Ela foi responsável pela dinamização da economia e pela

²⁰ Periódico direcionado às famílias alemãs editado por Leopoldo Petry, futuro prefeito de Novo Hamburgo e mais tarde por Hugo Metzler. “A mãe de Petry era uma Lorscheiter e seu pai tinha estreita ligação com Jacob Kroeff, o qual por sua vez era sogro de Hugo Metzler. A primeira escola freqüentada por Petry tinha Mathias Flach como professor. Se constataremos que a primeira diretora da União Popular tem Jacob Kroeff Neto como presidente e Mathias Flach como vice-presidente, imaginamos uma rede de relações montadas para cobrir e fortalecer a nova organização.” IN: GERTZ, René E., “Catolicismo Social no RS: a União Popular, VERITAS, POA, v. 37, nº 148, dez. 1992, p. 565. Este gênero de imprensa, muito difundido por ser anual, atingia um número considerável de alemães pelo seu caráter formativo e informativo, como as fases da lua, festas, contos, narrativas e outros assuntos. Artigo produzido por Arthur Blásio Rambo, *A Imprensa teuto-brasileira ..., op. cit.*

²¹ Porta-voz do segmento teuto-católico; circulou de 1871 até o início da segunda guerra mundial; o jornal teve a partir de 1890 sua impressão pela Typografia do Centro. IN: RAMBO, Arthur Blásio. *A Imprensa teuto-brasileira ..., op. cit.*

²² Periódico do Bauernverein de 1900-1914. IN: RAMBO, Arthur Blásio. *A Imprensa teuto-brasileira ..., op. cit.*

inserção da produção agrícola dos imigrantes no contexto nacional, como comprovamos com a Casa Comercial de Mathias Weirich Filho. Esta realidade permitiu um acúmulo de capital por parte do comerciante e também do colono, que passou a consumir de forma crescente artigos importados. A produção agrícola tomou proporções inusitadas no final do séc. XIX em função da introdução de instrumentos agrários, métodos mais racionais de cultivo²³ e um aumento considerável nas vias de comunicação, com a construção de estradas de ferro a partir de 1870 no Estado e fora dele²⁴. Isto vai permitir um incremento no mercado interno brasileiro. Em contrapartida, os imigrantes tornaram-se dependentes do mercado nacional e também internacional, principal comprador de seus produtos agrícolas:

*“Na medida em que as colônias progrediam, parte de seus produtos também encontraram mercado na Alemanha. Assim lã, madeira e banha foram alguns dos produtos exportados aos germânicos. Como os elos de ligação cresciam, também não foi difícil perceber as necessidades do mercado consumidor gaúcho e de aproveitar esse potencial.”*²⁵

Aprofundando este tema temos o artigo do professor Jorge Luiz da Cunha sobre a tentativa da Alemanha, em fins do século XIX, de *direcionar a emigração alemã para que reverterse em proveito dos interesses políticos e econômicos do Reich*.²⁶ A Alemanha entra na corrida imperialista colonial com uma política exterior hostil em relação às demais potências européias. O fato de ter se industrializado tardiamente lhe tirou mercados em potencial. Uma alternativa que se apresentava era tornar as colônias alemãs na América do Norte e do sul da América em consumidores de produtos industrializados e fornecedoras de matéria-prima, relação esta, como citamos anteriormente, que já existia efetivamente no Brasil.

Segundo os relatórios a melhor opção seria o sul do Brasil, onde entre outros fatores, o *deutschtum* não havia se perdido no processo de assimilação. E, em 1895, Krauel, representante diplomático alemão recebeu a incumbência de colher informações sobre a situação sócio-econômica dos emigrados no sul do Brasil, buscando subsídios para o projeto de lei que já estava tramitando na Alemanha. Krauel visitou Rio Grande, Pelotas, Porto Alegre, São Leopoldo, Novo Hamburgo e Santa Cruz:

*“Em seu relatório ao Auswärtiges Amt, que a posição do comércio e indústria alemãs no Rio Grande do Sul estava assegurada graças aos esforços de negociantes alemães e seus representantes tanto no Brasil como na Alemanha. Cerca de 80% do total das importações do Estado procediam da indústria alemã, enquanto produtos norte-americanos, franceses e ingleses praticamente haviam desaparecido do mercado. A maioria dos estabelecimentos eram também, em sua absoluta maioria, alemães e descendentes. O alicerce deste bem sucedido mercado para as importações de Alemanha, afirma Krauel, era a população de uma série de prósperas cidades, povoados e linhas coloniais fundadas por imigrantes alemães, de cuja capacidade de compra dependia toda a exportação da indústria alemã para o Rio Grande do Sul.”*²⁷

Direcionar a corrente migratória para este contexto onde a Doutrina Monroe ainda não havia penetrado, certamente traria bons resultados para a Alemanha, assegurando um próspero mercado. A nova lei de migração, suspendendo o *Rescrito von der Heydt*, que dificultou a vinda

²³ SILVA, Elmar M.. Ligações externas da economia gaúcha (1736-1890). IN:DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius (org.). RS: economia e política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993, p. 68.

²⁴ PINTO, Virgílio Noya. Balanço das transformações econômicas no século XIX. In: MOTA, Carlos Guilherme(org.). Brasil em Perspectiva. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 1988, p. 140.

²⁵ Para maiores informações consultar: REIS, Maria de Lourdes Flores Soares. Introdução ao estudo do comércio teuto-riograndense. IN: IV Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no RS, 1980, p. 107.

²⁶ CUNHA, Jorge Luiz da; A Alemanha e seus emigrantes: questões nacionais. IN: CUNHA, Jorge Luiz da; GARTNER, Angelika (orgs.) Imigração alemã no Rio Grnde do Sul: História, Linguagem, Educação.Santa Maria: Ed. UFSM, 2003,

²⁷ CUNHA, Jorge Luiz da; A Alemanha e seus emigrantes: questões nacionais. IN: CUNHA, Jorge Luiz da; GARTNER, Angelika (orgs.) Imigração alemã no Rio Grnde do Sul: História, Linguagem, Educação.Santa Maria: Ed. UFSM, 2003,p. 37.

dos alemães ao Brasil em 1849 estava para ser reescrita. No mesmo relatório denunciava a perda por parte da Alemanha da construção das ferrovias no território brasileiro. Suas observações não se reduziram a questões econômicas, mas também a outros aspectos inerentes a um processo de conquista colonial imperialista:

“...(estou) convencido que, além do fortalecimento das relações econômicas, os fatores mais importantes para a manutenção da ligação entre as colônias alemãs do Rio Grande do Sul com a Alemanha eram o fortalecimento e o continuado apoio à Igreja, às escolas, à imprensa e às associações alemãs, e concluía que, através de sua viagem, havia comprovado que o Império alemão possuía, nas colônias alemãs do sul do Brasil, um precioso tesouro que continuava desprezado.”²⁸

As pretensões alemãs não se restringem ao ano de 1895, pois, encontramos nas cartas anuais dos jesuítas em 1902 na localidade de Lajeado, o registro da visita do Embaixador do Imperador alemão, *von Treutler*, inspecionando a casa dos jesuítas, a Igreja matriz e o Colégio das Irmãs do Imaculado Coração de Maria²⁹. Outras localidades também foram vistoriadas segundo o mesmo relatório.

Mas a política do Reich acaba não alcançando seus objetivos, pois, o emigrante já não tinha mais interesse em sair da sua pátria, uma vez que a Alemanha apresentava um quadro sócio-econômico muito diferente do início do século XIX. Os interesses políticos e econômicos de alguns segmentos alemães direcionando a corrente imigratória com o intuito de recuperar o tempo perdido pela Alemanha na corrida imperialista não se consolidou.

Enquanto isso, a produção agrícola oriunda da área de colonização assumia um papel crescente na economia do Estado, conquistando importantes mercados no Brasil e com uma grande dependência em relação a este. Configura-se no estado o mesmo mecanismo que nos condenou à posição de dependentes sustentando o centro do país. Com um artesanato rústico, exportando produtos primários a preços baixos e com uma incipiente indústria, importando produtos industrializados, o Estado não conseguiu alcançar um desenvolvimento sustentável. A balança comercial era deficitária: compravam-se manufaturas a preços elevados enquanto vendia-se matéria-prima com baixo valor. Somando-se a isto temos a seguinte constatação do presidente da província em 1899 à Assembléia Legislativa :

“Até agora os produtos da agricultura rio-grandense sofriam apenas a competição de similares estrangeiros nos mercados de consumo, doravante sentir-se-á fatalmente a concorrência nacional como efeito do desenvolvimento da policultura que se generaliza por todo os Estados da União”³⁰

Celso Furtado ao analisar o nível de renda e o ritmo de crescimento na segunda metade do século XIX levando em consideração a três economias brasileiras - açúcar e algodão do Sergipe ao Maranhão; economia de subsistência no sul do país; a economia cafeeira no centro, chegou à seguinte conclusão:

“A região nordestina parece ser a única cuja renda per capita diminuiu(...)dessas suposições se deriva que, no meio século referido, a renda real do Brasil se teria multiplicado por 5,4 por cento e de crescimento per capita de 1,5 por cento. Essa taxa de crescimento é elevada, com respeito ao desenvolvimento da economia mundial no séc XIX.”³¹

Quanto ao Rio Grande do Sul, o acúmulo de capitais tomava proporções gigantescas para ambas as regiões do Estado, o autor destaca que:

²⁸ CUNHA, *op cit.*, p. 3.

²⁹ Arquivo dos jesuítas. Porto Alegre. Cartas Anuas: 1901-1902, Lajeado.

³⁰ TAMBARA, Elomar. RS: modernização e crise na agricultura. 2ª ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985, p. 31.

³¹ FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 26ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1997, p. 148.

“A região das colônias se beneficiou da expansão do mercado interno, seja diretamente, colocando alguns produtos de qualidade, como o vinho e a banha do porco, seja indiretamente, através da expansão urbana do Estado, possibilitada pelo aumento de produtividade no setor pecuário.”³²

Mas ao findar o séc. XIX, a situação econômica do Brasil se transforma: a primeira crise do café, principal produto de exportação do Brasil. Os trabalhadores do café se voltam para a lavoura de subsistência, deixando de comprar os artigos do sul. Os estados do sudeste deixam de consumir os produtos que anteriormente compravam dos colonos alemães:

“Na economia dependente, exportadora de produtos primários, a crise se apresentava como um cataclismo, imposto de fora para dentro(...)a queda da renda monetária teria evidentemente uma série de efeitos secundários sobre a economia de mercado interno, ampliando-se o efeito depressivo.”³³

A primeira crise de superprodução cafeeira acontece em 1893, voltando a assustar em 1897, levando o preço da saca de 4,09 no primeiro ano a 1,48 em 1899³⁴. Soma-se a este contexto a instabilidade política advinda da Proclamação da República que se refletia nas questões econômicas. No interior do Estado esta realidade atinge também os alemães, nas palavras de um jesuíta:

“Mas a vida pública esteve muito agitada, por contínuas seditações e mudanças de regime, com grande prejuízo da vida social e de todo o comércio, com supressão total da fé na vida pública e com grande inflação”³⁵

Destarte nos próximos anos a penúria econômica começa a delinear-se de forma crescente no cotidiano das pequenas comunidades teutas, sofrendo com a diminuição no seu poder de compra, conforme nos escreve o mesmo missionário:

“Este ano, mais que no ano passado, as colônias desta região passaram por situação difícil por causa da inflação e pelo conseqüente aumento dos tributos, tornando mais caras as coisas que se devem comprar. Em conseqüência da seca de quase nove meses a colheita foi menor do que de costume e por isso menor a fonte de renda.”³⁶

Havia um crescente desequilíbrio entre o poder de compra e de venda dos imigrantes e seus descendentes o que levou a uma desarticulação do processo produtivo ocasionado pela baixa no valor agregado aos produtos coloniais, até então tão imprescindíveis ao mercado nacional. O período das “onças de ouro” no Rio Grande do Sul passa a ser uma mera lembrança, uma vez que não conseguem escoar a produção para os estados do sudeste brasileiro, sofrem com as questões climáticas que arrasam as plantações e, portanto, não possuem recursos para comprar na venda da localidade atingindo desta forma também o comércio.

A baixa valorização dos produtos agrícolas induziu a uma incapacidade de formação de poupança e conseqüentemente inviabilizou a expansão agrícola e o desenvolvimento econômico da região. Estava desarticulada a imensa estrutura econômica da região colonial que permitiu um crescimento vertiginoso do Rio Grande do Sul no cenário nacional, mesmo que de economia secundária e de subsistência. Somando-se a esta realidade econômica caótica temos o esgotamento dos solos e a necessidade de abrirem novas frentes de colonização devido ao escasamento das terras disponíveis pelo alto crescimento vegetativo entre os imigrantes teutos.

Para Elmar Manique da Silva³⁷ o Rio Grande do Sul não apresentou períodos de decadên-

³² FURTADO, *op cit.*, p. 144.

³³ FURTADO, *op cit.*, p. 166.

³⁴ FURTADO, *op cit.*, 167.

³⁵ Arquivo dos Jesuítas, 1.8.1891-1.8.1892, Bom Princípio.

³⁶ Arquivo dos Jesuítas, 1.8.1900-31.07.1901, Bom Princípio.

³⁷ SILVA, Elmar M. Ligações externas da economia gaúcha (1736-1890). IN:DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius (org.). RS: economia e política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

cia econômica e sim de reorientação onde as regiões de pecuária e de colonização açoriana e européia se alternavam. Mas a crise do café no centro do país, em fins do século XIX, é o estopim para as novas idéias que circulavam pela colônia. Havia sim a necessidade de racionalizar o processo produtivo, buscando uma maior produtividade e investindo em técnicas de manejo do solo mais adequadas. Paralelo a isso desenvolver centros de estudo e pesquisas, almejando aprimorar os conhecimentos que os colonos já possuíam e incentivar a poupança com vistas a novas áreas de colonização.

Os porta-vozes deste contexto foram os padres jesuítas, professores e lideranças das comunidades locais e entre eles os comerciantes, figuras importantes no cenário colonial. Os agentes religiosos eram o canal de dissecação dos problemas sociais que por eles eram canalizados de forma que a religião católica pudesse atendê-los, direcioná-los não para uma convulsão social, mas, para um apego maior a doutrina como um “porto seguro”. Os católicos e suas práticas visavam assegurar “*o monopólio da gestão legítima dos bens*” segundo expressão de Pierre Bourdieu.

No campo religioso, os jesuítas e o clero eram “*os agentes e os porta-vozes especializados, investidos de poder, institucional ou não, de responder através de um tipo determinado de práticas ou de discursos a uma categoria particular de necessidades próprias a grupos sociais determinados*”³⁸, ou seja, as questões sociais e econômicas que afligiam os imigrantes católicos alemães e seus descendentes no início do século XX encontravam nas deliberações destes Congressos o rumo, sob a ótica teológica, das iniciativas a serem tomadas.

Estes temas serão o pano de fundo das discussões que aconteciam nos *Katholikentage*³⁹, na posterior fundação do *Bauernverein* e no fomento à criação das Cooperativas nas áreas de colonização alemã. Fomentou-se nesta última organização uma alternativa viável para o desenvolvimento de toda a comunidade, sem distinção de atividade econômica: o Cooperativismo.

A proposta que o Padre Amstad, SJ, apresenta na fundação do *Bauernverein* extrapola as questões confessionais e étnicas para fomentar o verdadeiro espírito de solidariedade nas comunidades, não se restringindo apenas ao agricultor, mas, incentivando a participação de outros segmentos de atividades econômicas, detentores de recursos financeiros tão necessários para o desenvolvimento de tão ousados projetos. A finalidade da associação será, como já o próprio nome diz, o estímulo “*utilizando todos os meios da produção nacional, tanto das matérias-primas agrícolas, quanto da produção artesanal e industrial.*”⁴⁰

A Associação de Interesse Comum para Promover a Produção Nacional, como foi chamado o *Bauernverein*, era mais que uma Associação de Agricultores. Ela congregava a solidariedade cristã como princípio norteador das ações econômicas, evidenciando a célula comunitária como meio para o destino independente e auto-sustentável das colônias. Interétnica e interconfessional, mas também fruto das circunstâncias aqui do Sul do Brasil. O sucesso deste empreendimento dependia da mobilização de todos os segmentos de atividades econômicas. No *Deutsches Volksblatt*⁴⁰ encontramos a opinião de que no *Bauernverein* os comerciantes, artesãos e trabalhadores estão todos organizados e centralizados de acordo com seus interesses comuns, protegendo seus objetivos numa demonstração de que “*o bem-estar material, quando corretamente compreendido e corretamente conduzido, só poderia favorecer o espírito religioso*”.⁴¹

³⁸ BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. 3. ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1992, p. 79.

³⁹ Preocupados com as questões sociais, econômicas e culturais das comunidades teutas, os jesuítas fomentaram um espaço de discussão e de reafirmação dos princípios católicos como condutores dos problemas que afligiam os colonos. O primeiro ocorreu em 1898 e os seguintes geralmente de dois em dois anos sendo interrompidos por dez anos durante a Primeira Guerra Mundial. São poucos os estudos acadêmicos que se dedicaram ao tema, entre eles: LUTTERBECK, SJ, P. Jorge Alfredo, Jesuítas no sul do Brasil. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, Publicações Avulsas, n. 3, 1977; RABUSKE, Arthur. Ees se empenharam pelo erguimento do bem-estar material da colônia alemã no Rio Grande do Sul. IN: Anais do 1º Simpósio de História e Imigração Alemã no Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Comissão Organizadora do Simpósio, 1974; KREUTZ, Lúcio. O professor paroquial: magistério e imigração alemã. Porto Alegre: UFRGS; Florianópolis: UFSC; Caxias do Sul: UCS, 1991; SCHALLENBERGER, Erneldo. O associativismo cristão no sul do Brasil, Porto Alegre, 2001. Dissertação de Doutorado - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

⁴⁰ *Deutsches Volksblatt*, 22/02/1901.

⁴¹ RAMBO, Arthur Blasio. O associativismo teuto-brasileiro e os primórdios do cooperativismo no Brasil. Série Perspectiva Econômica, vol. 23, nº 62, 1998, p. 80

Desta forma, a concepção cristã da “*função do comerciante é vista como uma vocação*”, um servidor da sociedade, onde ele “*procura fazer circular os bens da terra, destinados por Deus ao proveito de todos, de modo a levá-los onde devem servir, então sim, o comerciante é um bom e verdadeiro servidor da sociedade, uma defesa contra a miséria, um promotor da prosperidade geral*”.⁴² A profissão de comerciante e o lucro advindo desta atividade não é vista de forma exploratória pela Igreja, pois os objetivos “*convergem para um mesmo fim: aumentar o serviço real prestado à comunidade. Quanto ao lucro, ele virá, como consequência normal*”⁴³.

Portanto, a organização social nas colônias alemãs que é marcada pela homogeneidade da célula familiar se opondo a uma diversificação das classes, prima pela integração da comunidade. Ao mesmo tempo revela uma rede de relações econômicas a ponto de caracterizá-las como dependentes, uma profunda simbiose entre a agricultura, comércio e as pequenas indústrias. No seio desta estrutura agrária o sucesso material de um segmento de atividade econômica é diretamente proporcional aos demais.

⁴² Alocução aos membros do Congresso Mundial das Câmaras de Comércio, 27 de abril de 1950, DC 1950, col. 646. IN: CALVEZ, Jean-Yves; PERRIN, Jacques. Igreja e sociedade econômica: o ensino social dos papas de Leão XIII a Pio XII (1878-1958). Porto: Livraria Tavares Martins, 1960, p. 417.

⁴³ Alocução ao II Congresso da distribuição dos produtos alimentares, 22 de junho de 1956, col. 972. In: *Op. cit.*

IMIGRAÇÃO, REDES DE ASSOCIAÇÕES E DESENVOLVIMENTO RURAL

Erneldo Schallenberger*

INTRODUÇÃO

No decorrer das três primeiras décadas do século XX o espaço colonial dos imigrantes teuto-brasileiros no Sul do Brasil vivenciou profundas e importantes transformações que influenciaram e, de certa forma, modificaram substancialmente as estruturas econômicas, as formas de organização e de mobilização social e as representações culturais e religiosas, num processo de resistência, de inovação e de recriação, motivadas pelo advento de novas ideologias, pela reforma do Estado e pela inserção da economia agrícola no mercado mundial. As transformações exigidas no mundo da produção representam elementos decisivos para a compreensão do fenômeno da recriação das formas de organização associativa e da reestruturação das unidades familiares de produção.

O enfoque centrado num grupo étnico, num contexto mais amplo de transformações, quer emprestar à história uma abordagem mais densa, no sentido de despertar a consciência histórica em torno do fenômeno da organização associativa e de desenvolvimento comunitário representado pelos teuto-brasileiros. As considerações em torno dos elementos da cultura, na perspectiva da valoração do trabalho e da produção agrícola, não excluem a atuação de mecanismos para a imposição de políticas e tecnologias que favorecessem um plano de desenvolvimento nacional e os interesses do mercado.

Esta perspectiva de análise, apesar de enfocar questões fulcrais no processo de recriação do espaço agrícola no sul do Brasil, tais como a necessidade de inovação tecnológica, a produtividade e os preços dos produtos agrícolas, não pretende responder a todas as perguntas que poderiam derivar da apreensão do problema que situa as culturas étnicas diante do processo de nacionalização, mesmo que o intuito seja o da compreensão do fenômeno a partir da sua face econômica.

O nosso problema é entender as formas de reação e de criação dos sujeitos sociais do grupo étnico referido diante das políticas estatais e da nova dinâmica do mercado que passaram a definir novas funções para o trabalho e para a unidade familiar de produção. Para tanto, é importante destacar a importância da constituição de um discurso inspirado na concepção de uma economia solidária, fortemente marcada pelos elementos da cultura alemã e inspirado nas formas de organização cooperada no mundo do trabalho e da produção, capaz de amalgamar seus conteúdos com os das políticas estatais. Trata-se, portanto, de descobrir até onde os atores sociais se apropriaram dos novos conteúdos e de novas tecnologias e de que modo a sua conversão para uma base familiar e comunitária, ancorada na tradição, promoveu mudança social.

De modo usual, a difusão e a aplicação das tecnologias de produção operavam-se de pai para filho e se socializavam entre os vizinhos. Neste sentido, impõe-se a compreensão de que as migrações para e no sul do Brasil ultrapassam o prazo de uma geração e se constituem em processo inacabado. Fatores de inovação como as práticas e inovações sugeridas pelos agentes públicos, a exemplo dos técnicos das secretarias de Estado, ou por sujeitos sociais alheios ao meio comunitário, sofriam resistências, que só eram quebradas mediante o aval dos agentes eclesásticos. A ideologia embutida nos produtos, embora sofresse a condenação das lideranças religio-

* Doutor em História; Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio e do CCHS da Universidade Estadual do Oeste do Paraná; Membro do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná.

sas, teve força poderosa para impulsionar a modernização do segmento agrícola familiar e comunitário.

UM NOVO CENÁRIO EM CONSTRUÇÃO: a inserção das novas fronteiras agrícolas no mercado

Acompanhava o espírito alemão a idéia da transformação de uma terra selvagem num espaço social onde os elementos da sua cultura pudessem ser materializados. Os escritos de Wilhem Wiesebach, SJ, *Wildes Land und deutsche Hand*¹, dão conta da conversão do estado da natureza selvagem para um espaço social comunitário, voltado para a geração de riqueza e para um desenvolvimento humano e material. Os conceitos de trabalho, de ordem, de hierarquia, de progresso e de estabilidade social foram evocados por Amstad como referências para tirar o Brasil do atraso. Quanto aos imigrantes alemães, era preciso dar-lhes condições de trabalho e boa formação para criar as bases sólidas de uma nação que pretendia construir o seu modelo de desenvolvimento.²

A produção social do espaço da colonização alemã no Rio Grande do Sul deu-se progressivamente a partir da região do rio dos Sinos (1824-1830), quando se fixaram as primeiras levas de imigrantes, para, em seguida (1845-1870), avançar para as imediações da antiga Colônia de São Leopoldo, Feliz e Taquara, para as regiões do rio Caí e afluentes, Santa Cruz e para as missões (Santo Ângelo e São Lourenço). Nestas regiões de colonização, além da agricultura familiar de subsistência, constituíram-se núcleos comunitários e urbanos emergentes, que passaram a exercer atividades complementares à agricultura e subsidiárias a Porto Alegre. A leva de imigrantes que vêm na etapa seguinte (1870-1890), na sua maioria italiana, estabeleceu-se nas encostas de serra ao norte da colônia alemã. Sua posição em relação ao comércio fluvial e em função do desenvolvimento de atividades complementares que pudessem ser absorvidas pelas demandas do mercado de Porto Alegre era menos favorável que as anteriores. As regiões do centro e do noroeste do Estado passaram a ser ocupadas a partir da década de 1890 e inauguram uma nova realidade no universo da colonização. Imigrantes poloneses e alemães procedentes do Volga buscaram a construção do seu espaço social num universo que desafiava as tradicionais formas de produção de subsistência. Nas décadas que inauguram o século XX (1892 a 1912), um grande contingente de imigrantes das mais diferentes nacionalidades somou-se aos migrantes que, em função do esgotamento das fronteiras agrícolas das antigas colônias, buscaram novas fronteiras agrícolas, o que promoveu, pela apreensão do padre Theodor Amstad, choques culturais e provocou separações religiosas e nacionalistas.³ A organização de entidades representativas para promover a melhoria das condições de vida das famílias, a exemplo da Associação Rio-Grandense dos Agricultores (1899), ou para fomentar a solidariedade étnica e religiosa, como a Sociedade União Popular para os Alemães Católicos do Rio Grande do Sul (1912), teve na política positivista de formação de colônias mistas o seu contra-ponto.

Se depois da Primeira Guerra certa apatia e inoperância tomaram conta dos alemães, por certo a experiência da guerra ensinou-lhes que a auto-estima fragilizada poderia ser superada pelos resultados de um trabalho conjunto. Nisto a vontade do querer ser se traduziria no poder da organização de uma base social e produtiva que desse a segurança necessária e a capacidade suficiente de se afirmar diante das adversidades, dos outros e do Estado. A experiência da guerra ensinou aos alemães que o trabalho conjunto supera as maiores tragédias que nos são impostas. *Nossa força está no cérebro, na formação. Nosso objetivo deve ser a prosperidade da colônia*, dizia Siegfried Kniest, em 1921.⁴

¹ WIESEBACH, Wilhelm, SJ. *Wildes Land und deutsche Hand* – Eine Erzählung den Kolonien Südbrazilien. *Skt Paulusblatt*, Porto Alegre, nº 10, out. 1949, p. 279-281.

² SCHALLENBERGER, Erneldo. *O associativismo cristão no sul do Brasil* – a contribuição da Sociedade União Popular e da Liga das Uniões Coloniais para a organização social e o desenvolvimento sul-brasileiro. Porto Alegre, 2001. (Tese de Doutorado) PUCRS.

³ AMSTAD, Theodor. *Seelsorgsarbeit den deutschen Jesuiten in Rio Grande do Sul. Mitteilungen aus den Deutschen Provinz*, vol. XIII, nº 104, p. 18-24.

⁴ *Skt Paulusblatt*, 1923, nº 11, p. 2 e 3.

No Rio Grande do Sul, a expansão da colonização, a sua interiorização e a fixação dos caminhos de integração são processos complementares, mas não o suficientemente consistentes para evitar diferenças regionais.

A fixação de colônias na Serra, no Planalto e no Alto Uruguai, integrando-as a uma rede de transporte ferroviário, inaugurou um novo período no processo de colonização do sul do Brasil e de modo característico do Rio Grande do Sul. Embora Johannes Rick insinuasse que aqui o processo deu-se ao inverso do que ocorreu nos Estados Unidos da América - “*primeiro o trem, depois o povoamento*” -, reconheceu a necessidade de trens locais, pois “*se houver muita espera haverá desvio de dinheiro e interrupção do comércio*”.⁵

A possibilidade de circulação de produtos agregou valor às terras das regiões beneficiadas pelos trilhos e fez crescer a importância da atividade comercial, fomentando, assim, um conjunto de relações sociais que encontravam importância no núcleo urbano emergente ou no comunitário rural. Neste sentido, a manutenção de uma economia de auto-suficiência alimentar não excluiu da estruturação da propriedade os produtos que tivessem também valor comercial. A inserção da economia agrícola sul-brasileira no mercado mundial, notadamente a partir do novo cenário que se configurou com a Primeira Guerra Mundial, foi responsável pela introdução de novos produtos, de tecnologias mais aprimoradas e de novos vetores econômicos que requeriam crédito e organização da produção.⁶

As terras, que antes possuíam acima de tudo um valor relativo à subsistência familiar e, se muito, ao suprimento das necessidades do mercado interno, passaram a agregar o valor que os produtos agrícolas de exportação lhes consignavam.⁷ As regiões de colonização nova, da encosta da Serra, do Planalto e do Alto Uruguai, passaram a exercer forte atração em virtude da sua fertilidade. A extração da madeira, fonte subsidiária de renda, permitia que, nas áreas da floresta derrubada, se obtivesse grande produtividade nos primeiros anos de cultivo, o que passou a requerer crescente escoamento da produção.

A distância dos mercados consumidores forçou as regiões de colonização a adequarem-se ao grande mercado, o que se tornaria possível através da integração entre agricultura, indústria e comércio. O comércio teria que fornecer insumos e escoar a produção que era levada costumeiramente aos estabelecimentos de importação e exportação, estabelecidos nas cidades portuárias, a exemplo de Porto Alegre e Rio Grande. A navegação, amplamente desenvolvida pelos alemães no complexo hidrográfico dos rios dos Sinos, Taquari e Guaíba, e as ferrovias que inseriram as “colônias velhas” de forma definitiva no circuito do capital, não privilegiaram as novas frentes de colonização.⁸ O caminho do trem de antes da República limitava-se aos trechos de Porto Alegre a São Leopoldo (1874) e Novo Hamburgo (1876); de Porto Alegre a Cachoeira (1883) e Santa Maria (1884); de Rio Grande a Pelotas e Bagé (1884); de Itaqui a Uruguiana (1888). Estendeu-se, até 1900, para Passo Fundo, via Cruz Alta e Carazinho, e uniu o Sul do Estado ao Centro via Bagé e Cacequi. No primeiro decênio de 1900, a ferrovia alcançou o Estado de Santa Catarina, pelos caminhos de Erechim e Marcelino Ramos, e ramificou-se para Santa Cruz e Caxias. Somente no início do segundo decênio, alcançou Ijuí (1911), estendendo-se para Santo Ângelo quatro anos depois. Bento Gonçalves e Jaguari também foram servidos pela ferrovia no período.⁹ Se isto pode ter significado um avanço na direção da modernização da infra-estrutura básica no universo colonial, não se pode perder de vista que grandes distâncias persistiam e que das comunidades mais ermas as carroças e as péssimas condições das estradas dificultavam o elo de ligação a este circuito.

O problema da inserção dos produtos agrícolas no circuito do comércio, a falta de infra-estrutura de armazenagem e as reduzidas possibilidades de conversão dos produtos em bens de

⁵ *Deutsches Volksblatt*, Porto Alegre, 17 set. 1924.

⁶ *Deutsches Volksblatt*, 20 maio 1914, p. 2.

⁷ KOENIG, Joseph. Interferências dos alemães no comércio e na indústria. *Deutsches Volksblatt*, 7 set. 1924.

⁸ VERBAND DEUTSCHE VEREINE (ed.). *Hundert Jahre Deutschtum in Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1924, p. 273-275.

consumo imediato estimularam o surgimento das cooperativas de produtos, a exemplo do fumo (1913 - Venâncio Aires), dos laticínios (Caxias do Sul), da banha (Arroio do Meio e Cruz Alta), entre outras, que foram criando condições para modernizar o processo produtivo da agricultura. Novas tecnologias de produção foram acompanhadas pela importação de equipamentos e maquinarias que dessem suporte às transformações sugeridas. Houve, desta forma, uma aproximação como o comércio de importação e exportação, majoritariamente controlado por alemães, donde advinham debulhadores de milho, máquinas de cortar pasto, moinhos de cerceais, prensas de cana, bombas de água, máquinas para moer e beneficiar a erva-mate, a mandioca e produtos de gênero. Refrigeradores, desnatadeiras, pasteurizadores, batadeiras, tanques de resfriamento e salas frigoríficas foram importantes para alavancar o beneficiamento do leite e, na área frigorífica, o suíno. Müller & Irmãos, em Curitiba, e Bromberg & Cia., em Porto Alegre, representaram duas importantes unidades de importação que contribuíram com a introdução de instrumentos de modernização das relações de produção na agricultura.¹⁰

A perspectiva da auto-suficiência motivou a discussão em torno de fontes energéticas alternativas, como a produção de álcool extraído da cana ou da raiz da mandioca, mas que, em vista da reduzida demanda e da complexidade do processo produtivo não encontrou materialização.

A apropriação de novas tecnologias de produção, a introdução de novos instrumentos de trabalho e de novos produtos representou, com as devidas resistências, um processo de modernização das atividades agrícolas que se traduziu em geração de produtos para o mercado, o que, por seu turno, passou a exercer uma crescente pressão sobre a valorização da produção. Estas transformações representaram, para os agricultores familiares, novas fronteiras no universo da produção agrícola, na relação com a sociedade na qual estavam inseridos e na sua postura em relação às políticas governamentais que induziam formas de organização produtiva.

CONFIGURAÇÃO DO PROBLEMA: a logística dos transportes e a defasagem dos preços dos produtos agrícolas

Com a ocupação dos novos espaços no interior do Estado do Rio Grande do Sul pelas frentes de colonização, foi se produzindo um novo horizonte de representação a partir do cotidiano dos colonos. De um lado, desafiados pela sobrevivência construíram elos de solidariedade que transcenderam os limites étnico-religiosos. Fizera florescer a cooperação. A abertura de estradas e os mutirões para a sua conservação, a construção de pontes e de escolas e a manutenção de espaços públicos, a exemplo dos cemitérios, ou da reconstrução da igreja de Bom Jardim, queimada no início de 1924, por evangélico-luteranos e católicos, podem ser referidos como exemplo clássico das relações trans-confessionais e interétnicas¹¹. A secularização das relações sociais a partir do trabalho coletivo gratuito, que garantia a construção do aparato público e comunitário, não atendidos pelo Estado ou pelo Município, e a abertura de novas possibilidades em vista dos inúmeros desafios tornaram os sujeitos sociais das novas frentes de colonização suscetíveis às mudanças, o que para os agentes da Igreja da Imigração representou um problema a ser resolvido, tendo em vista a manutenção do controle social. A solução estaria, pois, na mobilização e na organização social, materializada na constituição das comunidades religiosas e escolares. O ideário católico requeria o empenho em torno de uma organização social e confessional tendo em vista a solidariedade étnica e religiosa e a cooperação econômica para fomentar o desenvolvimento autônomo de comunidades confessionais homogêneas. Os evangélico-luteranos, embora distinguindo o reino da fé do das obras, voltaram-se para os interesses de classe, sem abandonar a dimensão étnica da igreja enquanto expressão de fé de um povo.

Distantes dos centros consumidores e fornecedores de bens, estas novas colônias tiveram

⁹ Ver mapa em: ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Vol. I, Porto Alegre: Globo, 1969, p. 64.

¹⁰ *Noticiário*, Porto Alegre, julho 1931.

¹¹ *Deutsches Volksblatt*, 3 abr. 1925, p. 2; *Skt Paulusblatt*, nº 8, ag. 1929.

que organizar a infra-estrutura, produzir a sua subsistência e construir o seu espaço público de criação e recriação cultural para o atendimento das demandas sociais. Pode-se referir a expansão da colonização do final do século XIX e início do século XX para o interior do Rio Grande do Sul e na direção de Santa Catarina como expressão clara de um processo migratório que não se esgotou nas primeiras levadas de imigrantes, circunscritas em volta das “colônias velhas”, mas que se constituiu num desdobramento de um longo processo que marcou a trajetória da ocupação das novas frentes agrícolas baseadas na agricultura familiar.

Nas minhas pesquisas sobre o associativismo no sul do Brasil, tomei contato com diversas manifestações sobre o problema da viabilidade da agricultura familiar e do desenvolvimento comunitário, publicadas nos órgãos de imprensa teuto-brasileira do Rio Grande do Sul, notadamente no período que vai da década do final dos anos de 1920 até meados dos anos 1930. Neles percebi que com a inserção da agricultura no mercado mundial, no pós Primeira Guerra Mundial, os colonos das regiões do Planalto, da Serra e do vale do Uruguai, além da questão da inovação tecnológica e da inserção dos produtos no mercado, enfrentaram problemas particulares, grandemente centrados em torno da aquisição de insumos, da comercialização de produtos e da precária logística dos transportes. Neste caso, a falta de investimentos em transportes tornou a produção para o mercado altamente restritiva.

O desequilíbrio entre as regiões e a precária e ineficiente logística dos transportes promoveu grandes desperdícios, duramente repassados sobre a produção primária e sobre o valor do trabalho agrícola, o que, certamente, certamente aproximou os colonos diante da dura realidade, diminuindo as diferenças étnicas e religiosas apontadas por Amstad.¹² Estes problemas, mais do que nas regiões próximas dos grandes mercados, requeriam soluções que, diante da inoperância do Estado, teriam que se materializar na iniciativa particular através de um esforço da superação dos problemas sociais e econômicos decorrentes do novo modelo de desenvolvimento que se projetou sobre as colônias. O padre Max von Lassberg destacou, no Congresso Diocesano realizado em Florianópolis, no ano de 1921, quando versou sobre o tema: “A Colônia Alemã”, o compromisso do imigrante com o desenvolvimento do país, mas alertou sobre as obrigações do Estado para que a colonização pudesse ter êxito. Referia-se ele, sobretudo, à questão da infra-estrutura e à educação.¹³

A dinâmica do mercado atropelou, de certa forma, a cultura material dos colonos e colocou as suas tecnologias de produção em xeque, o que sugeriu uma solução a partir da construção de uma imagem dos aspectos relevantes deste modelo para serem referenciados num novo ambiente desejável. Para tanto, além dos aspectos relativos ao ambiente externo, far-se-ia necessária toda uma motivação em torno da atividade mental para que, em base aos valores societários do associativismo cristão e da cultura, se pudesse construir uma organização social que permitisse encontrar satisfação neste ambiente complexo.¹⁴

O elevado custo do transporte, o baixo preço dos produtos, a crescente presença do Estado na economia através da fixação de taxas e da cobrança de impostos, a inexistência de amparo às necessidades sociais, foram apequenando as possibilidades e as expectativas do colono agricultor, que via o preço da terra e dos insumos aumentando cada vez mais.¹⁵ O *Skt Paulusblatt*, advertiu, na edição de agosto de 1929, na sua tradicional coluna *Die Schule des Volksvereins* (Lições do *Volksverein*), que “os governantes não percebem que com o aumento constante dos impostos o povo enfraquece não só financeiramente, mas também espiritualmente. A produção cai e a pessoa murcha”. Aponta como única saída para o problema, o trabalho comunitário e social.

Os problemas econômicos e, por que não, socioculturais daí decorrentes sugeriam uma reorganização produtiva e uma reorientação das colônias no sentido de buscar um equilíbrio

¹² Ver nota nº 3.

¹³ *Mitteilungen aus Deutschen Provinz*, vol. IX, nº 79, p. 281-294.

¹⁴ GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 91-97.

¹⁵ ROCHE, vol. I, p. 62-67; p. 424 e seguintes e 573 situa o comércio como elemento vital na vida das colônias.

entre as demandas e as condições socioambientais. A necessidade de transformar a agricultura numa atividade geradora de bens que permitissem ganhar a vida e garantir um espaço vital para os filhos, colocou o agricultor diante do dilema do endividamento para poder sobreviver, distanciando-o, de certa forma, da propriedade e do controle do seu trabalho e da sua produção. “*Ví muitas pessoas perdidas e desorientadas nestas minhas visitas*”, dizia Max von Lassberg referindo-se à situação social e econômica dos colonos do vale do Rio das Antas e do rio São Marcos na passagem do século XIX.¹⁶

No início da segunda metade do século XIX, “*todos os produtos agrícolas estavam pesadamente sobrecarregados pelos gastos do transporte, que representavam 55% do valor do feijão, 60% do da batata, 62% do valor do milho*”. Só a banha perdia 49% do seu valor final no custo transporte. Esta situação, embora tivesse variação em alguns itens, não sofreu significativa alteração em termos percentuais até o limiar da década de 1930. Em 1935, por exemplo, produtos como o milho e o feijão tiveram os seus valores praticados no interior do Estado em 52% e 60% respectivamente dos de Porto Alegre.¹⁷

Os desafios impostos ao setor agrícola, no final da década de 1920 e no início dos anos de 1930, evidenciaram a necessidade da inovação qualitativa, para o enfrentamento da crise do mercado agrícola, e da mudança de postura, para fazer frente às novas demandas políticas do Estado. O mercado, cada vez mais restritivo e controlado pelos trustes, marginalizou os produtos usuais da agricultura e subtraiu daqueles que mantiveram um relativo valor comercial o custo dos transportes. As regiões mais distantes da Serra, do Planalto e do Alto Uruguai, passaram a sentir sensivelmente estas práticas seletivas. Os jornais da época constataram que nas imediações de Erechim a pobreza era tamanha que muitos colonos não conseguiam manter as suas obrigações com as suas entidades representativas.¹⁸

O rendimento dos produtos agrícolas por hectare caiu de forma assustadora no período de 1920-1950. Somando-se os fatores produtividade, transporte e preço, o milho, por exemplo, teria tido uma queda de 74% em São Leopoldo, 83% em Ijuí e 30% em Erechim. O feijão 25% em São Leopoldo, 83% em Ijuí e 33% em Erechim. A banha, que foi o maior fator de conversão dos produtos agrícolas em mercadoria, sofreu a pressão do mercado dos embutidos e das carnes congeladas, controlado pelos grandes frigoríficos que se instalaram no Rio Grande do Sul durante a Primeira Guerra – *Swift, Armour, Wilson* e, posteriormente, o *Anglo*, que comprou o Frigorífico Rio Grande. Estes grupos de capital estrangeiro provocaram crise e instabilidade no setor pecuarista do Estado, o que levou este segmento a arregimentar forte oposição ao projeto de industrialização do governo do Rio Grande do Sul, chegando à expressão da Revolução de 1923. A suinocultura também foi afetada, uma vez que teve que enfrentar as pressões do mercado e buscar o melhoramento genético para se adequar às suas demandas. Em 1931 o Rio Grande do Sul contava com 22% das reservas de gado do Brasil, com 20% do plantel de suínos, só superado por Minas Gerais, e com 56% do rebanho ovino.¹⁹ Isto denota a importância da pecuária na economia gaúcha, tanto assim que produtos como forragens, mantimentos, cereais, farinhas, conservas, extratos e bebidas eram ainda, em 1933, itens que pesavam na pauta das importações do Rio Grande do Sul.²⁰

A defasagem do segmento agrícola em relação às novas exigências do mercado e em vista das demandas das políticas públicas levou os representantes da Liga das Uniões Coloniais Rio-grandenses²¹ a buscar uma sinergia entre o Estado e a organização dos agricultores, no sentido de fomentar colégios agrícolas, estações experimentais para sementes, estações de monta para a melhoria genética do gado leiteiro e um posto zootécnico para atender as demandas do setor. A

¹⁶ LASSBERG, Joseph von. Einen Brief nach sein Bruder. *Mitteilungen aus der Deutschen Provinz*, v. I, n. 6, 1897-1899, p. 525-528 (NETB).

¹⁷ ROCHE, vol. II, p. 406-410.

¹⁸ *Nachrichtenblatt* der Liga das Uniões Coloniais, Porto Alegre, nov. 1931, p. 12; *Skt Paulusblatt*, jan. 1929.

¹⁹ *Nachrichtenblatt*, set. 1931.

²⁰ *Nachrichtenblatt*, mar./abr. 1935.

²¹ SCHALLENBERGER, cap. XIII.

introdução de novos produtos, a exemplo da soja, exigia o domínio de manejo apropriado, além do conhecimento do seu uso alimentar e comercial. A criação de suínos de raça e de vacas leiteiras exigia instalações apropriadas, alimentação diferenciada e uma reestruturação produtiva da propriedade. “*É um absurdo querer criar porcos de finas raças com duros grãos de milho, nem sequer partidos, e com suplemento de raízes de mandioca*” proclamavam os técnicos.²² Para o agricultor toda esta realidade em transformação representava um solapamento das suas bases materiais, uma vez que os fins da produção foram canalizados da família para o mercado. Tudo isto trazia inquietude e desconfiança, ainda mais quando seus padrões de referência ética e religiosa foram postos frontalmente diante de novas ideologias.

As unidades familiares de produção, principalmente as teuto-brasileiras, voltadas para a produção da subsistência e tendo como atividade básica a suinocultura para gerar excedentes, sofreram, em 1934, um duro golpe com a edição do Decreto Federal Nº 24.550, que instituiu o atestado de sanidade dos produtos da pecuária. O decreto atingiu as indústrias frigoríficas e de beneficiamento da banha, mas teve repercussão maior sobre os produtores de suínos. Mais de 80% da banha produzida no Rio Grande do Sul provinha do abate doméstico.²³ O agricultor carneava o suíno em casa, vendia a banha e consumia a carne. No Estado não existiam abatedouros suficientes que pudessem beneficiar os porcos dentro dos padrões estabelecidos pelo decreto e aceitáveis pelo mercado. O Rio Grande do Sul produzia anualmente 75.000 toneladas de banha, o que implicava um abate de 1.500.000 porcos. Os frigoríficos instalados no Estado tinham a capacidade de abater 143.537 suínos. Destes, mais de 80% da capacidade instalada concentrava-se nas regiões de Montenegro, São Sebastião do Caí, Lajeado e Estrela.²⁴ A Serra possuía uma ínfima capacidade de industrialização dos produtos derivados da suinocultura. Não mais de 24.300 porcos poderiam ser industrializados pelos frigoríficos aí instalados.²⁵

As demandas de natureza política, além do crescente controle fiscal sobre a atividade econômica, denotaram o interesse do Estado pela organização profissional dos agricultores. Esta política, efetivamente inscrita na perspectiva da ordem social, visava, sobretudo, o ordenamento da produção econômica diante dos novos desafios postos pelos interesses emergentes do capital monopolista. Esta questão toma sentido se relacionada com os investimentos feitos por segmentos representativos do capital norte-americano a partir da Primeira Guerra Mundial.

O ENFRENTAMENTO DO PROBLEMA: estratégias de motivação e organização produtiva

Os principais veículos da imprensa teuto-brasileira, através dos seus articulistas ou dos editoriais, insistiam que a crise do setor agrícola não poderia ser relacionada somente aos fatores externos, decorrentes da nova conjuntura do pós-guerra e da reforma do Estado brasileiro. A aceitação desta razão representaria um estado de espírito tomado pela resignação e pelo conformismo diante do problema. A reestruturação da agricultura estaria, sobretudo e no entendimento destes formadores de opinião, na mudança das estruturas mentais, para que os indivíduos pudessem libertar-se da passividade e percebessem novas possibilidades ao seu alcance.

As estratégias usadas para criar um ambiente de motivação para a mudança buscaram colocar os indivíduos num ambiente de incertezas e gerar nele a indignação. O anticomunismo constituiu-se, sem dúvida, na argumentação mais consistente para atacar o problema da indiferença dos agricultores. Apresentado como uma ameaça à integridade física, à unidade familiar, à liberdade religiosa e política e à propriedade, o socialismo enquanto sistema passou a ser tido como uma ameaça à humanidade, em se considerando a estratégia da revolução mundial. Esta revolução atacaria, em primeira instância, o problema central dos povos, a exclusão social, ou seja, a fome e a miséria. A fome se ataca com a arma do alimento. A Rússia havia concentrado todas as suas energias econômicas na organização da produção agrícola, na versão das lideranças

²² *Nachrichtenblatt*, mar./abr. 1935.

²³ *nachrichtenblatt*, ag./set. 1934, p. 2.

²⁴ ROCHE, vol. I, p. 267.

²⁵ *Idem*.

do associativismo cristão do Rio Grande do Sul. Eliminou os intermediários e aumentou fantásticamente a produção, o que possibilitaria o fornecimento de alimentos baratos, a tal ponto de inundar os mercados com mercadorias a um preço tão baixo que as demais nações produtoras não mais poderiam competir.

*Da miséria resultante desse desequilíbrio econômico eles tiram um duplo proveito: cria-se um descontentamento entre a grande massa de povo e a Rússia, com seus preços baixos aparece como salvadora do proletariado faminto. Assim eles esperam que o bolchevismo seja recebido de braços abertos tanto pelo agricultor que se vê arruinado, como pelo sem-trabalho que sofre toda a classe de provações e pelo grande número de descontentes de todas as classes sociais, que vêm reduzidas cada dia mais seu 'standart' de vida.*²⁶

O perigo que isto representava para a humanidade enquanto ameaça de uma revolução mundial só poderia ser evitado, segundo o articulista, mediante o uso das mesmas armas, isto é, investir na agricultura, organizar o mercado e a produção para que houvesse preços compensatórios aos produtores agrícolas e alimentos baratos para a população.²⁷ Far-se-ia necessário, para tanto, eliminar a agiotagem e a intermediação dos grupos que viviam da especulação.

Os escritos da época revelam, pelos enunciados e pelas representações construídas, uma imprecisa distinção entre ideologia e modelo de desenvolvimento econômico, tanto assim que as formas de organização da produção russa são tidas como exemplares, também para a utopia social-cristã.

A motivação em torno da promoção da auto-estima do agricultor e do revigoramento da agricultura evocava o estatuto do social-cristianismo, que apontava na direção de uma sociedade corporativa, organizada sob a forma de comunidades, com sólidas bases de auto-sustentação, fundadas nas relações de cooperação. O imaginário dos articulistas, materializado nos seus enunciados, esteve povoado de uma visão que refletia a agricultura como a base de sustentação de toda a economia e a força impulsionadora das mudanças sociais. Entendiam que o desenvolvimento agrícola do Brasil teve sua base de sustentação na imigração e que esta base, se organizada e forte, poderia arrastar o Brasil para uma via alternativa de desenvolvimento econômico, sustentado na economia solidária. Esta perspectiva se fez presente de forma explicitada entre os teuto-brasileiros, tanto entre os evangélico-luteranos, que centravam seu foco na produção econômica e no mercado, quanto entre os social-católicos que não descuraram da formação moral e intelectual e da poupança e crédito para o desenvolvimento comunitário.²⁸

Textos como os de Carlos Stemmer e de Siegfried Kniest sugerem a possibilidade dos alemães, em vista da sua organização social, da sua cultura de trabalho, de ordem e de vigor moral, servirem de base e de modelo para a construção social da nação brasileira. “Queremos antes de tudo o bem-estar e o desenvolvimento da nação brasileira”.²⁹

O fortalecimento do cooperativismo de crédito, principalmente a partir da integração do sistema em centrais, a exemplo do que ocorreu em Santa Maria, sob a liderança de Johann Müller, criou novas perspectivas para os membros das comunidades teuto-brasileiras.³⁰ O sistema de crédito e de poupança representou para os pequenos agricultores a possibilidade de “... *proteger o capital e de financiar a colonização através das caixas*”. Através dele poderiam livrar-se da concorrência com os grandes latifúndios, com as indústrias e com os bancos, não lhes pagando mais altos juros, criando, assim, as condições de tornar os moradores das colônias auto-suficien-

²⁶ STEMMER, Carlos. Cooperativismo de produtos como arma no combate ao bolchevismo e à crise mundial. *Noticiário*, dez. 1931, p. 12-14.

²⁷ Idem.

²⁸ SCHALLENBERGER, loc. cit.

²⁹ STEMMER, Cooperativismo de produtos..., p. 12-14; KNIEST, Siegfried. Arbeit und Volksverein. *Deutsches Volksblatt*, nº 20, 25 nov. 1928.

³⁰ Johan Müller idealizou a união das caixas ao nível dos municípios, para que os recursos circulassem e fossem investidos no local. *Deutsches Volksblatt*, 8 jan. 1925; *Skt Paulusblatt*, nº 7, jul. 1927.

tes, na perspectiva de Kniest.³¹ “A única salvação dos colonos neste momento de crise financeira, serão estas formas de autocooperação”, assegurou Anton Hugger.³² O exemplo de Santa Maria de promover a poupança local - “*Poupe na sua cidade para a sua cidade*” – revela o grau da consciência histórica de promover o desenvolvimento local, das comunidades locais, para que ele pudesse representar uma ilha de poder frente às demandas do mercado global e uma base sólida para enfrentar possíveis crises.³³

O modelo desenvolvido pelo cooperativismo de crédito teria que ser seguido, também, pelas cooperativas de produção, que, aliás, teriam que ser sistemas complementares. A poupança local teria que fomentar a produção local e, para tanto, far-se-iam necessárias inversões que viabilizassem a produção, a sua transformação e o seu escoamento. Exemplos como as cooperativas da Liga das Uniões Colônias, como a Cooperativa União Colonial, de Pelotas (1931), ou a Cooperativa Sul Riograndense de Banha, de Cruz Alta (1934), não dariam conta das demandas locais.

A Cooperativa de Cruz Alta não privilegiava esta estrutura, pela observação de Miguel Dewes, líder de Serro Azul (Cerro Largo). Além da distância, que inviabilizava o transporte da carne e da banha de regiões como Serro Azul, Santa Rosa, Boa Vista, Santo Cristo, Campinas e Boa Vista do Buricá, onde havia grande concentração de suinocultores, a Cooperativa Sul Riograndense não previa “*que para melhorar o mercado da banha teria que se implantar açougues na colônia*”.³⁴ A indicação apontava para a necessidade da União Popular unir-se aos esforços da Liga para implementar o plano que ela sempre defendeu: de fomentar o surgimento de pequenas cooperativas, que se congregassem em torno de uma central, para viabilizar a produção agropecuária dos colonos.

As lideranças das Uniões Coloniais, como as da Sociedade União Popular, entenderam, do mesmo modo, a necessidade de construir matadouros e fábricas. João Alexandre Mensch, da União Colonial de Ijuí, registrou:

*A Cooperativa Sul Riograndense de Banha Ltda. foi fundada por força da necessidade. É a necessidade mais premente dos colonos, que não lhes permite mais pagar os impostos, por absoluta falta de dinheiro, e de vestir os seus filhos para mandar para a escola, que nos obrigou a defender-nos contra os nossos exploradores e de emprendermos a luta árdua que nos está eminente (...). Contra os barões da banha e contra os que buscam a intriga, a Cooperativa Sul Riograndense da Banha está fundada, e agora depende de nós colonos se instalaremos e construiremos as fábricas e os matadouros de propriedade dos colonos. Os nossos dirigentes cumpriram os seus deveres; agora somos nós que, igualmente, teremos que cumprir o nosso dever..*³⁵

CONCLUSÕES

Para além das conclusões que foram ficando sedimentadas nas reflexões precedentes, parece oportuno dar ênfase à rede de associações, materializada em torno da organização cooperativa, que foi construída no espaço colonial da imigração.

Se estabelecido certo balanço societal da imigração no sul do Brasil e a sua contribuição para o desenvolvimento regional, ou seja, das comunidades em que foi inserida, deve-se tributar às organizações associativas papel fundamental na emergência de forças motrizes sustentadas e direcionadas para:

- a difusão de uma cultura sustentada em axiomas que indicavam para o desenvolvimento das comunidades;
- a transformação dos indivíduos em sujeitos sociais, organizados em redes de associações para a promoção do bem-estar familiar e comunitário;

³¹ *Deutsches Volksblatt*, nº 18, 23 jan. 1928.

³² HUGGER, Anton. *Volksverein Voran. Der Familienfreund*, Porto Alegre, v. 19, p. 215-220, 1931.

³³ *Skt Paulusblatt*, nº 6, junho 1929, p. 1 e 2.

³⁴ DEWES, Miguel. *Brief na den Volksvereins Sekretär*. Serro Azul, 18 jun. 1934 (NTTB)

³⁵ *Nachrichtenblatt*, maio/jun. 1932, p. 2.

- a formação de um capital social que servisse de instrumento para a produção sustentada de riqueza e de meio para a promoção do equilíbrio social.

Apesar da existência do discurso normativo, os sujeitos sociais da imigração, notadamente as lideranças da rede de associações construída a partir da Associação Rio-Grandense de Agricultores e, posteriormente, da Sociedade União Popular para os Alemães Católicos do Rio Grande do Sul e da Liga das Uniões Coloniais Rio-Grandenses, adotaram o discurso da modernização permanente, no que isto significa de apelo à reestruturação produtiva da propriedade rural, à organização da produção e do mercado e à agroindustrialização. Num ambiente cada vez mais aberto e concorrencial, a rede de associações tornou-se, também, um espaço de mediação entre os apelos das políticas de intervenção no setor produtivo, promovidas pelos poderes públicos.

Face o ambiente de mudança, as organizações associativas constituíram um capital social que acelerou a inserção do setor agrícola em direções interdependentes: a do mercado e a da indústria. Em suas diferentes frentes de atuação contribuíram para: a introdução de novas tecnologias, de novos produtos e de novas dinâmicas de modernização permanente num setor tido como tradicional, na velocidade e no ritmo próprios da época; a valorização competitiva dos produtos agrícolas; a abertura de novas possibilidades de mercado; a integração de novos espaços produtivos; a organização cooperativa e o desenvolvimento agroindustrial.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÍCOLA NO OESTE DO PARANÁ: ASSOCIATIVISMO, AGRICULTURA FAMILIAR E PRODUÇÃO ORGÂNICA*

Camila Cremonese¹
Ernelo Schallenberger²

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo traçar, em grandes linhas, o significado e a importância da agricultura familiar, enquanto prática cultural trazida pelos colonos descendentes de europeus, preponderantemente gaúchos e catarinenses, para a configuração socioeconômica da região do oeste do Paraná. O universo da agricultura familiar pode ser caracterizado como aquele que utiliza a mão-de-obra familiar nas atividades agrícolas para a produção de bens cuja propriedade pertence ao núcleo familiar. No Estado do Paraná existem cerca de 321 mil unidades representativas, algo em torno de 86,9% das unidades produtivas do estado.

As relações familiares e comunitárias desencadearam no processo da formação social do oeste do Paraná uma base de desenvolvimento econômico solidário que pode ser observado através da consolidação de uma sólida rede de cooperativas. Uma atenção mais centrada em torno da problemática da agricultura familiar permite aferir que grande parte dos agricultores familiares mantém algum vínculo com cooperativas de produção agrícola, que se originaram, fundamentalmente, com o intuito de atender as demandas do setor e, principalmente, facilitar aos agricultores familiares a dinamização de sua produção agrícola para o mercado consumidor, alcançando crédito, promovendo a inovação tecnológica e facilitando a troca de experiências entre os associados.

A inserção das cooperativas de produção nas dinâmicas do mercado permite algumas interrogações acerca do papel e da função social destas organizações no contexto atual, tendo em vista a visão empreendedora, ponto de vista empresarial e econômico, que as coloca como grandes empresas imersas no processo econômico globalizado, muitas vezes ofusca o vínculo identitário de interação entre pequenos e médios produtores, razão de suas origens. Registros como os que dão conta da organização de pequenas associações no interior da organização cooperativa, permitem entender que os agricultores familiares vêm buscando novos espaços de solidariedade e de cooperação, assumindo a construção do coletivo, dando-lhe um caráter mais associativo, para assim promover uma forma diferenciada de avaliar seu espaço na sociedade e buscar a construção de sua identidade enquanto agricultor familiar. Para diagnosticar esta realidade o presente trabalho contou com a colaboração da Associação de Produtores Orgânicos de Palotina (APOPO), que se tornou a base material e o foco para o desenvolvimento do estudo, tendo em vista a construção de um referencial que pudesse conduzir ao entendimento do processo de mudança e de recriação da identidade do agricultor familiar no oeste do Paraná.

* Este trabalho é resultado parcial do PIBIC CNPq/UNIOESTE.

¹ Bel. Ciências Sociais – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus Toledo auxiliar de pesquisa do projeto “Guairá: construção histórica e identidade de uma região missionária”, sob a coordenação do Prof. Dr. Ernelo Schallenberger, apoiado pela Fundação Araucária.

² Doutor em História; Professor do programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio e do CCHS da UNIOESTE e líder do Grupo de Pesquisa Cultura, Fronteira e Desenvolvimento Regional.

A AGRICULTURA FAMILIAR E A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA

O modelo familiar de produção pode ser caracterizado como aquele em que a direção do processo produtivo está assegurada diretamente ao proprietário da terra, onde a própria força de trabalho e a gestão da propriedade estão a cargo da mesma pessoa ou do mesmo núcleo familiar. As unidades agrícolas costumam ter alto grau de diversificação de seus produtos, muito embora haja quase sempre a necessidade de se estabelecer uma cultura dominante para gerar excedente, ou seja, capital para a realimentação do processo produtivo, através da venda do produto resultante para o mercado. Além destas características centrais, outras podem ser relacionadas à agricultura familiar, dentre as quais destacam-se as questões relativas à inserção mais efetiva do agricultor familiar com seu meio, o que se reflete na importância que ele dá à qualidade de vida e ao meio ambiente, o que não parece ser uma preocupação central nas unidades de exploração agrícola comercial. (ABRAMOVAY, 1997). A partir dessa definição do conceito de agricultor familiar, pode-se dizer que a agricultura familiar representa uma fatia considerável no universo da agricultura brasileira, concentrando mais de 84% das propriedades agricultáveis do Brasil (Gazeta do Povo, 25 de junho de 2003). No Paraná, os números não diferem muito; a agricultura familiar representa algo em torno de 86% das propriedades agricultáveis do estado (IBGE, Censo 2002).

A recente história de colonização da região oeste do Paraná registra algumas peculiaridades que podem ser evidenciadas, a partir dos movimentos de ocupação e colonização. Nas décadas de 1920 e 1930, podemos destacar a Coluna de Luis Carlos Prestes e Miguel Costa, que desvelaram uma região que permanecia uma incógnita para o restante do país no início do século XX. A demarcação territorial torna-se fundamental para a consolidação das fronteiras nacionais. A necessidade da inserção da economia brasileira no mercado mundial, no pós-guerra, só se faria possível mediante o ajuste da produção agrícola, principal fonte geradora de riqueza do Brasil, às demandas desse mercado. A integração de novas fronteiras agrícolas para aumentar a fatia de participação no mercado mundial produziu políticas públicas e mobilizou capital humano que desencadeou um significativo processo migratório.

A intensificação desse processo para o oeste do Paraná deu-se com a vinda de empresas colonizadoras que passaram a atuar com força na região a partir das décadas de 1940 e 1950, dentro do contexto nacional de expansão das fronteiras agrícolas, começando a atrair a vinda de levas de colonos, principalmente, gaúchos e catarinenses. Dentre as inúmeras empresas de exploração e colonização que passaram a atuar na região, merece destaque a Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S. A. – MARIPÁ – criada em 1946, que deu início a um sistemático processo de assentamento de colonos, tornando-se referência para o modelo de organização do espaço social e produtivo da região.

No que diz respeito à forma como se operou a venda e alocação de terras da região, as empresas colonizadoras foram muito criteriosas na escolha do perfil das famílias que desejavam atrair. No processo de seletividade ficou claro que as empresas dirigiam a atenção especial e priorizaram os descendentes de imigrantes europeus, principalmente italianos e alemães. Estas famílias eram detentoras de tecnologias voltadas para a produção de alimentos e acostumadas às lidas da agricultura de subsistência.

O esgotamento das fronteiras agrícolas e a grande concentração de capital humano emigrável, decorrente do elevado número de filhos por unidade familiar, fizeram com que grandes contingentes populacionais migrassem das colônias formadas no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, a partir da imigração européia, em busca de novas fronteiras agrícolas em outros estados.

Os critérios de seletividade no processo de colonização representaram elementos constituintes fundamentais para a formação social, econômica e cultural da região oeste do Paraná. Inscrita num contexto específico da afirmação do estado brasileiro e da redefinição do modelo de desenvolvimento nacional, tendo em vista o aumento da produção e a inserção da economia brasileira no mercado mundial, a “colonização dirigida” facultou a formação de uma base solidária de desenvolvimento regional, fortemente caracterizada pelo caráter comunitário e cooperativo e pela natureza familiar das propriedades agrícolas.

A partir da década de 1970, o modelo agro-exportador, definido pelo governo brasileiro como suporte para promover o desenvolvimento nacional, conferiu à região um perfil de agricultura familiar, de certo modo alinhada ao contexto de modernização do país, em especial, de modernização da agricultura. O papel mediador das cooperativas no processo de modernização agrícola e a vivência associativa e cooperativista herdadas da tradição e da trajetória da construção do espaço colonial do sul do Brasil contribuíram significativamente para a inserção dos agricultores no processo de modernização agrícola, fomentando o desenvolvimento regional a partir dessa vertente sustentada na economia solidária.

A modernização do espaço agrícola teve na década de 1950 os seus primeiros sinais, em virtude das profundas mudanças que o país e o mundo atravessavam no período pós-guerra. Aliadas ao fenômeno populista, a industrialização e a modernização passaram a ser os carros-chefe das políticas oficiais nos mais diferentes setores da economia brasileira. O chamado “Milagre Econômico” produziu avanços que alteraram profundamente o panorama da sociedade brasileira, mudando o perfil de diversos setores produtivos, através da injeção de capital financeiro e tecnológico, e influenciando substancialmente nos processos de desconstrução e reconstrução social e cultural. Em linhas gerais, tais mudanças na realidade brasileira, motivadas por essas políticas modernizantes, produziram, entre outros aspectos, uma mudança no perfil da sociedade brasileira, conferindo-lhe um caráter, cada vez mais, urbano e voltada para as demandas do setor industrial. Na agricultura, as políticas iniciadas pelos governos populistas e continuadas no Regime Militar, afetaram as pequenas e médias propriedades rurais, uma vez que a agricultura comercial modernizada e dependente, concebida a partir de políticas que forjaram o modelo agro-exportador brasileiro, promoveram um processo de concentração de capital e da propriedade no meio rural, provocando a descapitalização e a exclusão social do pequeno agricultor familiar. Na região oeste do Paraná, apesar da concentração fundiária ser sentida, a onda da modernização forjou uma realidade diferenciada – a existência de uma agricultura predominantemente familiar, de pequenas e médias unidades de produção agrícola, que se adaptaram à dinâmica da modernização e absorveram as inovações tecnológicas derivadas do processo, sem que perdessem de todo o poder decisório do núcleo familiar. A agricultura familiar representou, nesse contexto, uma construção reativa diante da imposição de um modelo hegemônico, articulado pelos interesses do capital transnacional e ensaiado através do processo de modernização agrícola.

A modernização, de acordo com Schallenberger e outros (1999), se desenvolveu em três etapas na região oeste, a saber: i) fase extrativa e de subsistência familiar, ii) fase de consolidação da economia agrícola de exportação e iii) fase de diversidade da base agrícola e de agroindustrialização. A observação sucinta de cada uma dessas fases indica que o primeiro momento, inscrito nas décadas de 1950 e 1960, caracterizava-se como extrativa da erva-mate e da madeira e de uma agricultura de subsistência, marcada pela policultura, responsável pela circulação de produtos que impulsionaram o comércio local, fomentaram o surgimento de vilas e a emergência de cidades na região. A comercialização de produtos industrializados era feita a partir de armazéns, que também cumpriam o papel de acolher os excedentes de produção dos colonos da região.

A segunda fase pode ser inscrita nas décadas de 1970 e 1980 e caracteriza-se pelo “boom” da modernização da agricultura, com a introdução de implementos agrícolas no campo, a adequação e conservação do solo, com o uso de fertilizantes, herbicidas e outros insumos, bem como de sementes selecionadas. No período, fomentou-se o processo de especialização das culturas e a policultura foi dando lugar aos produtos de valor comercial, destinados, sobretudo, para a exportação, a exemplo do binômio trigo-soja. A cultura desses produtos foi amparada por incentivos governamentais, fazendo com que a região se tornasse a maior produtora de cereais do Paraná. Foi nesse período, também, que as políticas nacionais de industrialização e mecanização da agricultura foram sentidas mais nitidamente, quando a chamada modernização agrícola mostrou seu caráter excludente (GRAZIANO, 1998). O fenômeno da exclusão foi sentido na região Oeste, provocando uma redução expressiva de pequenas propriedades e um aumento significativo de propriedades com mais de 50 hectares. Nas décadas de 1970 e de 1980 houve uma redução de 7.400 estabelecimentos agrícolas com menos de 50 hectares, o que representou

uma diminuição em relação ao total das propriedades de 11%, enquanto que as propriedades com mais de 50 hectares aumentaram em 40% (COLOGNESE; SCHALLENBERGER; GREGORY, 1997, p. 106). Fatores exógenos à região e aliados a fatores internos, também relevantes, como fertilidade dos solos, clima favorável, acesso fácil a centros maiores, facilidade de adaptação do relevo à mecanização, contribuíram para que os efeitos da modernização se materializassem na região, promovendo mudança social pelo impulso à agricultura especializada e à urbanização.

A terceira fase pode ser identificada pelo período que compreende o início da década de 1990 até os dias atuais, e pode ser caracterizada pelas novas alternativas de agroindustrialização e pela busca de manutenção do setor agrícola no mercado globalizado. Apesar da ainda supremacia do cultivo da soja, pode-se observar o aumento da produção do milho, um indício da busca de novas alternativas, como a agroindustrialização, refletida, principalmente, na produção de aves de corte, na criação de suínos, gado leiteiro e peixes. Em suma, a base econômica da região continua centrada nas atividades agrícolas, interligadas ou não ao processo de industrialização, mas firmando-se com uma sensível diminuição da dependência da produção da soja e do trigo.

COOPERATIVISMO E PEQUENAS ASSOCIAÇÕES

A pequena propriedade familiar e a organização comunitária representaram os esteios da construção social do oeste do Paraná e engendraram, ao longo da produção social do espaço, a emergência do fenômeno do associativismo. A solidariedade entre os colonos era uma prática do cotidiano, cultuada, sobretudo, para fazer frente aos obstáculos naturais e às deficitárias condições de suprimento dos indivíduos e da coletividade. Ajudar o vizinho nas derrubadas, na colheita, nas edificações da propriedade e, na soma, na construção do espaço público eram institutos que caracterizam o perfil social dos sujeitos sociais oriundos das levas de migrantes dos dois estados sulinos, que firmaram assentamento na região. A exemplo do seu local de origem, esses assentados constituíram as mais diferentes modalidades de associações.

É certo que as associações tiveram que acompanhar as mudanças históricas. Já na década de 1990, com as crises mundiais do sistema econômico, as associações buscaram se adaptar à realidade contemporânea. A própria Aliança Cooperativa Internacional (AIC), no congresso realizado em 1995, apontou para a necessidade de profissionalização, admitiu o recebimento de juros sobre o capital integrado e recomendou a criação e o estabelecimento de parcerias (MEDEIROS, BELIK apud SERRA, 2003, p. 133).

No Paraná, o período de crescimento das cooperativas acompanhou o cenário nacional e as cooperativas agrícolas, em especial, começaram a surgir a partir da década de 1940; mas é a partir de 1970, acompanhando o dinamismo econômico do período, que as cooperativas começaram a se expandir e a se tornar elementos fundamentais inseridas na realidade econômica da região. As cooperativas passaram a desempenhar um papel fomentador do desenvolvimento econômico da região. Foram mediadoras fundamentais para a modernização agrícola. Contribuíram para a construção de laços de cooperação e solidariedade, que são os pressupostos básicos que justificam a sua criação.

O impacto da organização e da atuação das cooperativas na economia do oeste do Paraná trouxe reflexos que se projetaram sobre o perfil do desenvolvimento, contribuindo para a mudança dos indicadores econômicos pela geração de empregos, de postos de trabalho, de geração e circulação de renda e pela diversificação de iniciativas empresariais. A geração de empregos, a prestação de serviços, a educação e a assistência técnica representaram formas de inserção social que contribuíram para o processo de mudança social na região. Sem considerar as outras formas de organização cooperativa, as cooperativas de produção estabeleceram a ponte entre o a propriedade rural, as políticas governamentais e o mercado.

O espaço cooperativo tornou-se, sobretudo, um espaço educativo, onde se criaram as possibilidades de um diálogo entre o fazer cotidiano e o saber tecnológico. Representou um campo de troca e

assimilação de experiências e um horizonte para a construção de um novo sentido para o trabalho e para a produção familiar, articulado pela cooperação e pelos resultados comungados de forma solidária. A propriedade, que antes tinha um caráter eminentemente privado de dar subsistência à família, passou a fazer parte de uma organização complexa, onde ocupou papel básico para o funcionamento do todo. A materialização deste significado deu-se na medida em que o ente coletivo, composto pelos sujeitos cooperados, teve expressão no exercício da prática democrática.

Os impactos modernizantes e as transformações históricas que marcaram a construção social do oeste do Paraná compreendem diferentes momentos de participação democrática no interior das cooperativas. As demandas da modernização, os subsídios e o crédito agrícola representaram, por vezes, formas de coação que induzem a um tipo de participação passiva. Nestes casos, vê-se que em nome da inserção econômica, as cooperativas servem de intermediários para que as relações se tornem mais fáceis, contribuindo, no entanto, para a redução do espaço da vivência democrática.

Na conjuntura atual, é possível observar cooperativas de pequeno e médio porte tornarem-se grandes conglomerados econômicos, diversificando suas funções ou mesmo inovando e partindo para novas formas de comercialização e industrialização de seus produtos, o que faz com que, em função da complexidade, os associados percam a noção da organização. Paradoxalmente, nas cooperativas de produção agrícola, ao mesmo tempo em que nascem pequenas associações no esforço de fazer vingar os seus interesses na organização, ou para escoar um tipo específico de produção ou para adquirir implementos, surgem, também, práticas econômicas que seguem as regras e os interesses do mercado, abrindo filiais ou entrando em funções que não as que motivaram a sua origem, sem que os associados compreendam, em muitos casos, o alcance destas práticas. Assim, a dinâmica do crescimento econômico de uma cooperativa relaciona-se com o perfil do seu gerenciamento e do seu ajuste às forças impulsionadoras do crescimento econômico. No oeste do Paraná as cooperativas estiveram em sintonia com as políticas de modernização do período, que via a necessidade de especialização da produção, como condição para consolidar o modelo agro-exportador.

O aceno à crise do cooperativismo parece, via de regra, apontar para a crise da participação. No oeste do Paraná que não foi diferente, uma vez que as cooperativas, ao contrário das empresas não cooperativas, possuem a dimensão social, que deve, ou pelo menos deveria estar em sintonia com os fins econômicos; ou seja, quando não há identificação dos associados com a própria cooperativa a crise é de participação, podendo ocasionar problemas que abalam até mesmo toda a estrutura econômica da cooperativa em questão, uma vez que o cooperado que não participa de modo efetivo da tomada de decisões e dos rumos da cooperativa delega suas responsabilidades, rompe com o princípio da lealdade e da confiança, o que tem reflexos nefastos sobre a saúde da organização.

Quando o crescimento acelerado de uma organização cooperativa se dá por fatores exógenos, como o motivado pelas políticas de modernização e inserção da agricultura brasileira no mercado mundial, há o risco eminente de um distanciamento entre o quadro de cooperados e o corpo diretivo, visto que este passou a mediar, em muitos casos, os interesses de grupos monopolistas. Os interesses puramente econômicos e empresariais atropelam, em muitas situações, os interesses do quadro associativo. Quando isso ocorre de maneira muito nítida, os cooperados são afastados ou se retiram das engrenagens da administração e *“a cooperativa torna-se uma nova autoridade gestonária dos bens comuns (...), um novo intermediário para o acesso ao mercado (...) Ela pode até ser percebida como um novo patrão”* (SABORIN, apud SERRA, 2003, p.137). Diante disso, a cooperativa figura para os agricultores unicamente como intermediadora entre plantio e comercialização, limitando a sua importância apenas *“nas chances de obtenção de maiores lucros que as cooperativas possibilitam aos produtores rurais, seja no momento da colocação dos produtos da agricultura no mercado, seja na compra de bens ou, ainda, na prestação de serviços”* (SERRA, 2001, p. 125).

As cooperativas da região, inseridas no modelo de desenvolvimento da agricultura nacional e mediadoras do crédito agrícola, atuaram como transformadoras do espaço físico rural, na medida que facilitaram a entrada de equipamentos agrícolas, insumos e práticas modernas de plantio. As cooperativas “*concentraram sua preocupação na produção de lucros financeiros para seus associados e, evidentemente, para viabilizar a sustentação de uma complexa e sofisticada estrutura de funcionamento*” (SERRA, 2003, p. 138). No campo social, porém, as cooperativas de produção agrícola da região limitaram seu papel como instrumentos para a obtenção de maiores lucros, benefícios que muitas vezes não são estendidos de forma igual entre os associados em função das diferenciações internas do quadro social.

A ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES ORGÂNICOS DE PALOTINA – APOP

As “cooperativas empresas” encontram seu contraponto na dinâmica e na forma de organização das chamadas pequenas associações. Nessas os indivíduos mantêm o controle do poder decisório e estimulam as práticas cooperativistas, promovendo a interação organizada dentro do grupo e desenvolvendo o espírito participativo, através de debates, reuniões de trabalho e resolução conjunta de problemas e dificuldades. As micro-organizações facilitam a comunicação, a participação e o controle dos filiados dos rumos da associação.

Assim como as cooperativas, muitas das pequenas associações não descuram da função de inserirem seus associados no mercado econômico, através da busca de novas alternativas de produção e de comercialização. Visam o aumento da produtividade e a melhoria da qualidade dos produtos. Diferencia-se, porém, pela maneira como vêm os indivíduos que a compõem e como visam uma melhora sócio-econômica de todos seus associados, independentemente do tamanho de sua propriedade. Ou seja,

Nas pequenas associações (...) assume-se o compromisso de todos podem falar, propor, debater, ter voz ativa nas decisões e trabalhar, uma vez que o objetivo assumido é o de partilhar uma experiência de igualdade e de atuação como sujeitos no processo. A idéia é a de um processo educativo de cidadania, que vai além do direito de votar e ser votado, nos moldes da democracia representativa, que não permite controlar a ação do eleito (PERUZO, apud BATISTI, 2003, p.142).

A Associação de Produtores Orgânicos de Palotina – APOP – foi fundada no dia 25/11/2001, na cidade de Palotina, por um grupo de agricultores que vinham participando de um curso de treinamento e formação para a produção orgânica. O curso foi ministrado pelo SEBRAE, em parceria com o Instituto Maytenus e a Prefeitura Municipal de Palotina, com a finalidade de promover a capacitação dos agricultores que desejassem converter suas propriedades em propriedades orgânicas. Desencadeada a experiência, inicialmente com 16 produtores rurais, viu-se ao longo do curso a necessidade da formação de uma associação que os fortalecesse e respondesse pelos interesses dos produtores, principalmente nas questões relativas ao ordenamento da produção e do mercado, à comercialização da produção e à certificação dos produtos orgânicos e sem agrotóxicos. Diante da necessidade de formalização da organização, foram reunidos 33 sócios fundadores, entre produtores e colaboradores, que passaram a constituir o quadro social da Associação dos Produtores Orgânicos de Palotina. Estes associados definiram um estatuto para a associação e elegeram sua primeira diretoria.

Segundo informação disponibilizada pela diretoria da APOP, o projeto beneficia atualmente em torno de 2.500 pessoas no município de Palotina, entre os integrantes das unidades familiares de produção, trabalhadores temporários, transportadores, mercados, restaurantes e consumidores da região. Em torno de 30 produtores e seus familiares dedicam-se com envolvimento direto nas atividades de produção e de produtos orgânicos.

Para aproximar uma compreensão mais precisa do universo de pequenos e médios agricultores que participam de forma direta de uma organização cooperativa, no município de Palotina, e praticam a produção orgânica, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com agricultores que integram o quadro de produtores orgânicos de Palotina, e estão em fase final de

certificação. Sócios fundadores da APOP, esses agricultores fazem, ou, em algum momento, fizeram parte de outras formas de associação. Para o objetivo proposto para o presente trabalho, interessou, sobretudo, saber os níveis de inserção destes produtores na Cooperativa Agrícola Vale do Piquiri – antiga COOPERVALE, hoje denominada C-Vale, para buscar entender as razões da organização de uma associação que visava promover a valorização da produção e a defesa dos interesses econômicos dos associados, prerrogativa inerente às funções da cooperativa agrícola referida.

As entrevistas e os instrumentos de diagnóstico revelam que a associação buscou reconstruir referenciais, redimensionar velhas práticas e saberes tecnológicos que recuperaram a autoestima dos associados, definindo a eles um espaço próprio e singular no universo da produção. A Cooperativa, pelo seu envolvimento no processo da modernização agrícola foi se distanciando destas práticas e destes saberes, promovendo, assim, uma massiva despersonalização dos associados diante dos pacotes tecnológicos e das demandas do mercado. As falas dos integrantes da APOP refletem a importância que eles atribuem ao saber fazer herdado da tradição e a consciência crítica que construíram a partir destes processos massificantes. Associados, como o Sr. Lauri Buzzanello, residente a 28 em Palotina, manifestam um sentimento de revolta quando evocam a memória do processo de colonização da região. Referem-se às consequências trazidas pelo processo de modernização agrícola como promotoras do desequilíbrio ambiental. Buzzanello testemunha:

... Quando eu cheguei aqui já tinha sido aberto um pouco da colonização, mas era muito mato ainda, bastante mato. Aí veio aquela época da hortelã que houve todo o desmatamento, que acabou com as matas, com o pessoal que arrendou e plantou hortelã, isso foi uma catástrofe, dia após dia você só vai mata caindo, mata caindo, e fogo, e fogo, né e foi o que ficou aí, né, não ficou beira de rio, não ficou quase nada né, e logo após disso aí veio a mecanização, aí veio aquela cultura que eles jogavam semente de soja já jogava o veneno junto, já vinha lá né aqueles tambores grandes de LVC, né, nem posso me lembrar de tudo quanto era nome (...), mas vinha aos montes, o que sobra aquilo lá, vira que parecia assim uma soda, não sabia nem onde jogar, se jogava no solo, em qualquer lugar aí que... foi uma coisa drástica, lá naquela época era assim... e, aos poucos, começou a vir a intoxicação... (entrevista realizada em 07/11/2003).

A consciência crítica adquirida da dura experiência de vivenciar a introdução da monocultura, de tecnologias que respeitavam o equilíbrio ambiental e que, com seus insumos, voltados exclusivamente para a produtividade e para a alimentação dos interesses exógenos, fez com que os associados da APOP procurassem no interior da grande organização cooperativa descobrir as suas potencialidades, definir o seu nicho de atuação e criar o seu espaço de participação. A apreensão do grau de satisfação dos associados da APOP, possível através das observações feitas a partir das reuniões do grupo e através dos depoimentos dos seus integrantes, revela a importância do associado se sentir sujeito do processo decisório. Nas reuniões ficava evidente que os participantes sentiam-se à vontade, e dúvidas ou comentários eram discutidos por todos, palestrantes e demais membros do grupo. Acerca do modo como eram realizadas as reuniões da APOP, o registro do Sr. Buzzanello parece ser um indicativo importante para o funcionamento das pequenas associações:

As reuniões da APOP são boas porque todo o mundo participa; a gente ouve um, o outro tem um problema, uma dificuldade se estuda junto, quando alguém tem uma solução, tem uma perspectiva adiante vai colocando, é fantástico. Fico aborrecido quando perco uma reunião... Gosto, gosto de participar (...) nem que eu chegue e fique quieto do início ao fim, sem necessidade de uma palavra ser dada, mas a gente tem algo a aprender (07/11/2003).

Os depoimentos dos associados da APOP foram unânimes em destacar a importância das reuniões para o bom funcionamento da associação e para impulsionar novas formas de apri-

ramento da produção. Nelas são cotejados os aspectos técnicos formais com as práticas e as possibilidades dos produtores, o que permite a manutenção do controle sobre os processos de inovação e produção. Para o Sr. Antoninho Patel, residente há 39 anos em Palotina, dar opiniões e apresentar dificuldades é uma forma de buscar o equilíbrio para as tomadas de decisão: “... *as reuniões (da APOP) são idéias que não vem de cima pra baixo né, vem de baixo pra cima, e o produtor pode colocar assim sua idéia, suas dificuldades...*”. (05/11/2003). Essa maneira de colocar as necessidades, de ser ouvido e não apenas ouvir as deliberações tomadas e não discutidas com o todo, revela, a partir dos agricultores entrevistados, a chave do bom funcionamento da associação e a diferencia da organização cooperativa como um todo, que não propicia este espaço de partilha e aprendizado. Neste sentido o depoimento de Patel é sintomático em relação a experiência cooperativa:

(...) Eu vou lá e assino e vou embora porque lá as idéias vem de cima pra baixo... ao meu ver é o sistema capitalista que pega duas ou três pessoas lá e vão convencer todo o mundo (...) Não é que nem a associação (APOP)... hoje cada um dá sua idéia... fala de sua dificuldade pra ajudar o outro... por isso que eu saí da C-Vale. (05/11/2003)

As pequenas associações, a exemplo da Associação de Produtores Orgânicos de Palotina, permitem aos agricultores um espaço para o exercício da solidariedade, para a identificação de interesses e para a organização da cooperação, embora a sua sobrevivência esteja relacionada a sua inserção numa rede de cooperação, capaz de marcar presença ativa e viva no grande organismo da economia globalizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

As organizações associativas, entendidas como entidades que reúnem indivíduos que estão em busca de um objetivo comum, amparadas em princípios de ajuda mútua e solidariedade, tornaram-se, na atualidade, fortes mecanismos de inserção dos sujeitos e foram conseguindo, ao longo de sua história, grandes fatias do mercado econômico, fato possível pela adaptabilidade que foram promovendo, tendo em vista as condições econômicas vigentes.

No Paraná, o processo de construção das cooperativas, em especial as cooperativas agrícolas da região Oeste, aconteceu concomitante as profundas mudanças que o próprio país atravessava. A colonização assistida e direcionada proporcionou à região o povoamento específico de descendentes de imigrantes europeus, em especial, gaúchos e catarinenses, que, alimentados na tradição cultural das comunidades agrícolas construíram referenciais e deixaram as suas marcas nos mais diversos aspectos da vida e da organização social e, em especial, à produção agrícola, fundamentada em pequenas unidades familiares de produção.

As políticas do governo no período que corresponde ao da colonização da região, principalmente a partir de 1960, eram de facilitar a modernização e a mecanização agrícola. As cooperativas agrícolas que se formavam, acabaram se tornando importantes instrumentos de mediação das políticas de modernização tecnológicas e da própria modernização agrícola. Houve facilitação de crédito aos agricultores familiares da região para que tivessem condições de promoverem a modernização e a especialização agrícolas e assim se adaptarem ao modelo agro-exportador, adotado pelo Brasil.

Esse papel atribuído às cooperativas acabou por ocasionar uma certa ruptura entre associados e diretoria das cooperativas. Na obsessão pelo êxito econômico, muitas cooperativas deixaram de lado as necessidades reais de seus associados, que foram, muitas vezes, relegados a um papel secundário de atuação, acabando por ver na cooperativa apenas um instrumento de comercialização de seus produtos; um intermediário no escoamento da safra e na aquisição de insumos e sementes como qualquer outro. Se as cooperativas continuarem a perder essa interação entre seus associados, vista por muitos como uma crise de participação, poderão sofrer o revés de perderem justamente o que as diferencia de qualquer outra empresa capitalista, que é a

especificidade de responderam as necessidades de seus de seus membros, não somente nas questões econômicas.

Por outro lado, as organizações de pequeno porte que vêm surgindo no cenário econômico da economia solidária passaram a atuar no sentido de dar respostas às funções que as cooperativas deixaram dar. Isso porque as pequenas associações visam, tal qual as cooperativas, em seus elementos fundantes, a melhoria da qualidade de produção e seu escoamento; o aumento de produtividade e opções para a comercialização. As diferenças fundamentais entre as organizações cooperativas e associações de pequeno porte estão no efetivo nível de participação, na corresponsabilidade dos seus membros em torno dos resultados planejados e no acompanhamento dos processos de produção, comercialização, tendo um certo controle e dimensionamento dos resultados e dos benefícios. A APOP é expressão disso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Uma extensão para a agricultura Familiar – Anais*. Brasília: PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), 1997.
- ALENCAR, E; MOURA FILHO, J. **A unidade de produção agrícola e administração rural**. In: **Informe Agropecuário**. Belo Horizonte, vol. 14, nº 157, 1988.
- BATISTI, Elir. **Agricultura familiar e cidadania: os embates da ASSESSOAR**. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação – História. UFF-UNIOESTE, 2003.
- BRANDENBURG, Alfio. **Agricultura familiar, ONG's e desenvolvimento sustentável**. 1 ed, Curitiba: UFPR, 1998.
- BRUM, Argemiro. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. 19 ed, Ijuí, RS: Vozes/UNIJUÍ, 1998.
- COLOGNESE, Silvio; SCHALLENBERGER, Erneldo; GREGORY, Valdir. **Tupãssi: do mito à história**. Cascavel: EDUNIOESTE, 1999.
- GEERTZ, Clifford. **O saber local – novos ensaios de antropologia interpretativa**. 3ed, Petrópolis: Vozes, 2000.
- GRAZIANO, José da Silva. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2ed, Campinas: UNICAMP, IE, 1998.
- GREGORY, Valdir. Colonizações, migrações e colônias. In: **Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no oeste do Paraná**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.
- KAGEYAMA, Ângela; GRAZIANO, José da Silva. Do complexo rural aos complexos agroindustrias. In: GRAZIANO, José da Silva. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2 ed. Campinas: UNICAMP, IE, 1998.
- COLOGNESE, S; SCHALLENBERGER, E.; GREGORY, V. **Tupãssi: do mito à história**. Cascavel: EDUNIOESTE, 1999.
- PRESTES LIMA, A. **Administração da unidade familiar de produção: modalidades do trabalho com a agricultura**. Ijuí: UNIJUÍ, 2004.
- SCHALLENBERGER, Erneldo. **O associativismo cristão no sul do Brasil; a contribuição da Sociedade União Rural e da Liga das Uniãoes Coloniais no processo de organização social e do desenvolvimento sul-brasileiro**. Porto Alegre: (Tese de Doutorado) PUCRS, 2002.
- SERRA, Elpídio. **A teoria e a prática cooperativista entre os produtores rurais**. In: VILLALOBOS, José Guerra. **Geografia social e agricultura no Paraná**. Programa de Pós-Graduação de Geografia, Maringá: UEM, 2003.
- SOUZA, José Gilberto de; PEREIRA FILHO, Augusto. **As transformações na agricultura brasileira e seus impactos sobre o trabalho rural**. Texto elaborado para o Curso de Gestão de Segurança e Saúde na Área Rural. Coordenação de Normatização – Ministério do Trabalho e Emprego – Brasília, DF, 2001.
- WAUTIER, Anne Marie. **A construção identitária e o trabalho nas organizações associativas**. Ijuí, RS, UNIJUÍ, Trad. Sérgio Miol. Ijuí: UNIJUÍ, 2001.

IDENTIDADES, RIVALIDADES E PAIXÕES: O FUTEBOL NO VALE DO RIO DOS SINOS, 1950 -1970

Paulo César Schleich

Essa apresentação foi inspirada no texto final de minha dissertação de mestrado, cujo objetivo central foi analisar, através do futebol, as identidades, rivalidades e paixões entre comunidades do Vale do Rio dos Sinos e destas com a Capital do Estado, nos anos compreendidos entre o término da Segunda Guerra Mundial (fins dos anos 1940) até o início da década de 1970.

Outras questões que levantei foram as seguintes:

- quais eram as maiores rivalidades futebolísticas que se apresentavam dentro das cidades do Vale do rio dos Sinos no final dos anos 1940 e início dos anos 1950? Estas rivalidades ultrapassavam o âmbito municipal? Como? Quando?

- em que medida as populações das cidades do Vale afirmaram/ reafirmaram laços de identidade dentro destas disputas futebolísticas?

- por que no final dos anos 1960 há uma mudança de comportamento entre os torcedores e do próprio futebol da região estudada?

Analisei, também, as transformações sócio-econômicas ocorridas na região, cuja população até então era composta principalmente por imigrantes alemães e seus descendentes. A partir dos anos 50 o Vale receberá migrantes de várias etnias em suas cidades, o que vai afetar as relações futebolísticas da região.

O futebol, além de espetáculo em si, e seus desdobramentos de cunho eminentemente esportivo e de bastidores, pode ser olhado de outras maneiras, como por exemplo, um marco da identidade de um país, de um estado, de uma região ou de uma cidade. Ou seja, pode ser olhado como um marco identitário do Brasil em especial a partir dos anos 1950, quando o país se mostrou ao mundo como um celeiro de craques na área futebolística, o que culminou com a conquista da Copa do Mundo de 1958.

A euforia e o sentimento de brasilidade que se verificou em nível nacional pode ser, grosso modo, diagnosticado em nível regional, com um selecionado gaúcho dos Clubes do Rio Grande do Sul representando o Brasil no Pan-americano de 1956, onde jogadores do Floriano e Aimoré foram importantes figuras, e, posteriormente, se identificando como brasileiros vencedores da Copa de 1958. Como diz Paulo Coimbra Guedes: “a minha tese é a seguinte: a partir de 1958 começamos a deixar de ser platinos” (Guedes, 1995, p. 15). A par dessa possibilidade de análise podemos também olhar este assunto pelo lado das rivalidades e das paixões, assim como da sociabilidade e do lazer que proporciona a seus torcedores.

Olhado sob este prisma, o futebol expõe vários aspectos da vida dos grupos sociais que o praticam. Ele deixa transparecer os desejos mais profundos das populações, extravasando sentimentos que podem ser, na maioria das situações, controlados. Mas pode ser, também, fonte de paixões muitas vezes incontroláveis. Portanto, o estudo do futebol e das situações que o seu entorno oferece, são importantes para compreender as ações, os desejos e as paixões mais profundas daqueles grupos sociais que o assistem e o praticam. Segundo Jean-Pierre Blay (2000)

“O agrupamento humano em torno do esporte é um assunto histórico porque, através dele criam-se hábitos, desenvolvem-se relacionamentos, destacam-se lugares de encontro de massas e modifica-se o uso do tempo livre e de lazer. Estas características deixam traços. Destes, o mais essencial, e o mais difícil de se definir, é a paixão pelo futebol que reúne e divide tanta gente, nos espaços urbanos que [lhe] servem de reflexo identitário” (2000, p. 107)

Buscando destacar o Rio Grande do Sul no contexto futebolístico ora em foco, vemos que é pública e notória a participação de imigrantes europeus na fundação dos dois principais clubes de futebol da capital do estado, isto é, os alemães no “Grêmio Futebol Porto-alegrense”, em 1903 e os italianos no “Sport Club Internacional” em 1909.

Tal contexto não se apresentou diferente na região que escolhemos para foco principal de nosso trabalho. Ou seja, o Vale do Rio dos Sinos, ao qual os imigrantes alemães chegaram a partir de 1824. No Vale, verificamos que ainda hoje existem times que surgiram na época do amadorismo, como, por exemplo, o Esporte Clube Novo Hamburgo (1911) e o Grêmio Esportivo Nacional (São Leopoldo, 1915).

Como se sabe, o futebol vive da disputa: um time está bem quando seu rival está mal. Os grupos que se identificam com os clubes de futebol também se comportam dessa maneira. As rivalidades que existiam fora de campo entre as comunidades de uma mesma cidade ou então entre uma cidade e outra, certamente deixaram marcas nas disputas futebolísticas da região. Sapiranga versus Campo Bom, Taquara versus Igrejinha, Novo Hamburgo versus São Leopoldo, foram disputas que ultrapassaram o campo de futebol. Como por exemplo, as partidas entre C. E. Aimoré e E. C. Floriano, que marcaram as rivalidades entre São Leopoldo e Novo Hamburgo nas décadas de 1950 e 1960, ou os jogos entre E. C. Independente (depois 15 de Novembro de Campo Bom) e E. C. Sapiranga, que tornaram-se importantes dentro da disputa do campeonato da cidade de São Leopoldo no final dos anos 1940 e início dos anos 1950.

Havia rivalidades também entre grupos sociais e étnicos, pois em determinadas épocas alguns clubes eram mais ou menos elitistas, aceitavam ou não a presença de jogadores negros ou pobres e isso gerava grandes rixas entre os chamados times dos ricos e dos pobres. Segundo Giulianotti “os significados dessas rivalidades do futebol tenderam a ser corroborados por divisões históricas e culturais mais profundas. Classicamente, a oposição é reforçada por chauvinismos locais que são mapeados em termos espaciais” (Giulianotti, 2002, p. 26).

Ao estudar o futebol do Vale dos Sinos se nos apresentou também a questão das rivalidades e das paixões, além da questão identitária. Tais conceitos foram, por isto mesmo, incorporados ao estudo. Em certo aspecto, rivalidade e paixão andam juntas. A paixão é um tema muito recorrente dentro do universo do futebol, e é impossível entender as reações de determinadas pessoas ou grupos ligados a clubes e agremiações sem levá-las em conta. Entendo paixão aqui como uma forma extrema de amor, que foge às regras da racionalidade e que justifica os mais exacerbados atos. Assim, é por “amor à camisa” que o pacífico pai de família se transforma no louco furioso que grita improperios ao juiz e briga com o torcedor adversário. Esses sentimentos não podem ser medidos, mas são a principal fonte da popularidade do futebol, no meu entender.

O surgimento de outros times e clubes na região, para a prática do “esporte bretão” acabaram provocando modificações e continuidades sociais, criando vínculos entre pessoas, ritualizando a diversão, estimulando e controlando rivalidades, formando no Vale dos Sinos o que Morris (1981) chamou de “Tribo do Futebol”. Se, por um lado, o futebol, com suas características de jogo estabelecido, com regras determinadas, seguidas com rigor, em certo sentido serve como elemento de manutenção do *status quo*, reafirmando tradições ou construindo-as onde elas não existem. Por outro lado, sempre traz algo de mágico, uma oportunidade rara de transformar, por exemplo, o pobre rapaz do interior em herói consagrado e rico.

Finalmente, podemos encarar o futebol como um esporte que preencheu um espaço importante dentro das atividades das pessoas do período em foco, (décadas de 1950 e 1960), representando um espaço de lazer que se reestruturava. Isso ocorreu porque o futebol oportunizou uma forma de fugir da rotina rigorosa que se instaurava na região em função do processo de industrialização e da rápida urbanização que o acompanhou. Muitas empresas, inclusive, preocuparam-se em formar verdadeiros “clubes” de futebol, envolvendo seus empregados¹.

¹ O melhor dos exemplos era o Adams F.C., que pertencia a fábrica de calçados Adams. Ele chegou a disputar campeonatos estaduais de amadores nas décadas de 1940 e 1950.

Já no terceiro quartel do século XX, estava em curso o processo de urbanização no Brasil e no Rio Grande do Sul e, conseqüentemente, o êxodo rural trouxe para as cidades um grande número de habitantes. Aqui a nova realidade os desenraizou. Não eram mais camponeses e ainda não eram cidadãos. Para estes, portanto, o futebol trouxe uma oportunidade de estabelecer novos vínculos e uma nova identidade grupal. Dessa forma, torcer por determinado time, ou ainda fazer oposição a outro, trazia a sensação confortável de fazer parte de um grupo maior. Não conhecendo as tradições do futebol local – clubes, cores, rivalidades etc –, os migrantes ficavam mais uma vez marginalizados e buscavam outras atividades de lazer e sociabilidade, como o cinema, os bailes, as corridas de cavalos, as rinhas de galo entre outras. Mudança nos campeonatos, com o estadual ganhando maior importância, e a extinção dos campeonatos municipais de times profissionais e amadores, também colaboraram para que os migrantes não se identificassem com os clubes mais representativos dos municípios da região dos Sinos.

Com o passar do século XX, a afirmação do espaço do futebol interferiu até mesmo na organização espacial de cidades e bairros, pois estádios que ficavam em áreas centrais nas cidades foram sendo deslocados para as zonas de periferia, já que as áreas centrais ganharam valor imobiliário, transformando sua venda em um importante aporte de recursos para clubes que passavam por dificuldades financeiras. Esse processo se verifica até os dias de hoje; em Novo Hamburgo, por exemplo, o tradicional estádio Santa Rosa foi vendido, e agora o Esporte Clube Novo Hamburgo busca uma nova área, na periferia da cidade, para construir um novo estádio. Nota-se que as áreas pretendidas ficam bem na periferia da cidade, onde os terrenos são, em geral, mais baratos. Assim, o processo de urbanização caminha juntamente com as questões futebolísticas locais.

Utilizando outra das fórmulas de interpretação de Elias, podemos analisar mais especificamente o caso do futebol no Vale do Rio dos Sinos. O ano era 1958. O campeonato gaúcho da primeira divisão (ainda chamado de campeonato metropolitano) estava em andamento. O Aimoré de São Leopoldo e o Esporte Clube Floriano (atual E. C. Novo Hamburgo) iriam se enfrentar. O jornal de São Leopoldo (*Jornal SL*, 20 de setembro de 1958) comparava o jogo entre os dois times ao confronto entre as duas Alemanhas. Uma rivalidade aparentemente tão grande teria algum significado? Vejamos o que diz a matéria:

“A VELHA RIVALIDADE EQUILIBRA TUDO: Aimoré e Floriano amanhã na Taba

Aimoré e Floriano, na Taba, marcarão amanhã mais um capítulo na rivalidade esportiva entre São Leopoldo e Novo Hamburgo. É um jogo que, medidas bem as possibilidades dos dois quadros, talvez não tivesse credenciais suficientes para agradar ao público. É que o Floriano não atravessa boa fase no momento e isto reflete-se sobremaneira no rendimento do quadro. Mas acontece que quando jogam entre si Aimoré e Floriano se esquecem de tudo o mais e mesmo que no caso presente o Floriano esteja bastante abaixo do adversário.

Aimoré e Floriano já é há muito um clássico de verdade. E esta é a maior credencial do jogo de amanhã na Taba.

[...]

O grande adversário do choque máximo do Rio dos Sinos, ou da Alemanha Ocidental frente à Alemanha Oriental como querem outros é ainda uma incógnita...” (*jornal SL*. São Leopoldo, 20 set. 1958 p. 8)

Cabe lembrar que na época atravessava-se o auge da Guerra Fria, cuja principal frente de “batalha” era a Alemanha dividida logo após a Segunda Guerra Mundial. Dois times, duas cidades que se encontraram no campo de futebol. É um exemplo bem claro daquilo que Norbert Elias chamou de “batalhas miméticas”. A comparação entre o confronto do Aimoré e do Floriano com o confronto entre as duas Alemanhas pode levar a algumas reflexões interessantes. Os dois municípios nasceram irmãos, foram criados no contexto da imigração alemã no Vale do Rio dos Sinos. Assim, não é por mero acaso que a imprensa de São Leopoldo usou o exemplo do país

dividido. A lembrança da emancipação de Novo Hamburgo, ocorrida em 1927, era muito recente e, na mesma época, outros distritos² também lutavam pela emancipação.

São Leopoldo foi o núcleo do qual se difundiu a colonização do Vale do Rio dos Sinos, a partir da terceira década do século XIX. Teve grande crescimento econômico, em parte com o comércio dos produtos da colônia alemã, em parte em virtude do artesanato e das primeiras indústrias. Novo Hamburgo tornou-se seu principal distrito, teve sua industrialização acelerada com a chegada da linha férrea, que ligava a cidade à capital do estado. Em 1927 consegue a emancipação, tendo a partir daí um desenvolvimento econômico muito rápido. O processo deixou seqüelas no município mãe. Não podemos deixar de lembrar que na década de 1950 os dois municípios sofriam uma intensa urbanização causada pela fase de maior industrialização pela qual o país tinha passado até aquele momento. Já naquela época se falava no jogo entre Aimoré e Floriano como um clássico. Formava-se uma tradição de rivalidade entre os dois principais clubes que representavam as duas mais importantes cidades da região. O mesmo jogo era noticiado da seguinte forma na imprensa de Novo Hamburgo:

“FLORIANO X AIMORÉ

Ingresso de Gala do Floriano no Retorno

Enfrentando o Aimoré na Taba, domingo próximo, o Floriano inicia sua campanha no segundo turno do Campeonato Metropolitano de 1958.

Como se revestem de sensacionalismo todos os encontros que se travam entre estas duas agremiações, o de domingo próximo não deverá fugir a regra, pois que se, uma equipe está tecnicamente inferior à outra, a garra com que se emprega na luta sobre esta inferioridade.

Apesar das últimas apresentações do Floriano não terem sido de molde a agradar, provocando mesmo séria crise interna, que culminou com o pedido de demissão do técnico, prof. Mendes Ribeiro, crê-se que houve alguma melhora nestas três semanas que os atletas estiveram parados, dedicando-se exclusivamente a treinamentos.

[...]

Por outro lado, o Aimoré deverá lutar com unhas e dentes para manter a sua posição de vice-líder, o que certamente dará maior personalidade à equipe que também conta com o fator de jogar em seus próprios domínios.

Assim, é de prever-se uma arrecadação das maiores domingo próximo, e o público eu acorrerá ao estádio dos “índios” leopoldenses certamente não sairá frustrado em seus propósitos de assistir um bom encontro futebolístico, como proporcionarão Floriano e Aimoré.” (jornal *O 5 de Abril*. Novo Hamburgo, 19 set. 1958 p. 10)

As rivalidades do futebol marcam a existência do próprio jogo. Elas começam num nível pessoal e se estendem até os grandes grupos que assistem aos jogos. Segundo Giulianotti (2002), as rivalidades ocorrem em muitos níveis: jogadores, times, clubes e países. Observando primeiramente os jogadores, temos o comprometimento deles em uma espécie de...

“... batalha pessoal com seu ‘número oposto’: o atacante tentando evitar o robusto médio-volante; o ponta fingindo e driblando o atento zagueiro; os meio-campistas batalhando pela bola contra seus opostos espelhados; os meia-armadores manobrando e tramando um contra o outro; e os goleiros, compartilhando um respeito mútuo e uma empatia não encontrada em nenhum outro lugar no jogo...” (Giulianotti, 2002, p. 26)

No mesmo contexto, em nível de clube, as rivalidades se mostram bastante claras. São elas, mais do que qualquer outra coisa, que marcam as identidades que se formam no futebol. Alemanha Oriental e Alemanha Ocidental eram as formas de destacar a identidade de origem, além da rivalidade. Podemos dizer nesse caso que acontece a formação de uma identidade por

² Atuais municípios de Estância Velha e Ivoti, por exemplo.

contraste, nós contra eles. Geralmente estas rivalidades aparecem dentro de uma mesma cidade ou região, pois segundo Giulianotti, apoiado em texto de Eric Hobsbawm...

“As mais puras rivalidades crescem entre os clãs municipais. Durante a infância do jogo, foi uma idéia de bom senso econômico estabelecer dois times rivais da mesma localidade, cidade ou região (Hobsbawm, 1969, p. 308). Esses ‘clássicos’ garantiam multidões relativamente grandes, devido às curtas distâncias viajadas por torcedores locais... os torcedores rivais viviam, trabalhavam e se reuniam uns com os outros, discutindo, rindo e teorizando indefinidamente sobre encontros passados e futuros.” (Giulianotti, 2002, p. 26)

No Brasil, os maiores clássicos ocorrem com a reunião de times rivais de uma mesma cidade, como Fla-flu e Grenal, somente para citar dois dos mais importantes. Na região do Vale do Rio dos Sinos, a estruturação de uma identidade contrastiva baseada no surgimento de “clássicos” dentro da mesma cidade ocorreu em Novo Hamburgo e em escala menor em São Leopoldo. Em Novo Hamburgo, onde durante muitos anos o principal evento esportivo era o encontro do E. C. Floriano e do Esperança F.C., chamado de Floresp, as rivalidades estão relacionadas ao contexto da origem, formação e crescimento da própria cidade. O Floriano representava o centro “novo” e progressista surgido no entorno da estação ferroviária, onde hoje ainda se encontra o centro da cidade; já o Esperança representava o antigo centro “histórico” da cidade, ponto de origem da ocupação do município³, mas que não teve o mesmo desempenho econômico do centro “novo”. Portanto, nada mais natural que o principal jogo de futebol da cidade realizar-se entre os representantes das duas localidades.

Em São Leopoldo, as rivalidades entre as três principais equipes também foram acentuadas. Grêmio Esportivo Leopoldense, Esporte Clube Nacional e Clube Esportivo Aimoré viveram rivalidades bastante intensas. Entre Grêmio E. Leopoldense e E. C. Nacional disputava-se o chamado Grenal de São Leopoldo. Entre si disputavam o campeonato citadino cada um representando determinado setor ou bairro da cidade, com suas características sociais próprias. Podemos citar o caso do Aimoré, clube formado por industriários do bairro Rio dos Sinos, que tinha como uma das suas principais funções representar esse bairro⁴. O bairro Rio dos Sinos é, por assim dizer, o mais próximo e o mais distante do centro da cidade, pois entre ele e o centro passa o rio dos Sinos. Esse bairro sempre foi marcado por ser um bairro industrial, um tanto quanto esquecido pelo resto da cidade. Podemos afirmar com pouca chance de erro que ele foi fundado para contrabalançar os times mais elitistas que existiam próximo ao centro da cidade.

Da década de 1950 em diante, quando os campeonatos das cidades entram em declínio, acabaram por prevalecer no Vale dos Sinos times que representavam as cidades nos campeonatos estaduais; assim, o E.C. Floriano e o C. E. Aimoré passaram a representar as cidades de Novo Hamburgo e São Leopoldo no campeonato principal de profissionais, enquanto que F. C. Esperança, Grêmio Esportivo Nacional (fusão do Grêmio Leopoldense e do E. C. Nacional) participavam dos campeonatos estaduais de amadores. Assim é que surgiram as principais rivalidades esportivas, os clássicos da região. Conforme Giulianotti:

“Em cidades de apenas um clube rivalidades espaciais intensas podem emergir como disputas para representar regiões provinciais,[...] É também um conflito simbólico ao longo das linhas étnicas e de classe, entre industriais, classe operária e comercial, judeus, boêmia de classe média.” (Giulianotti, 2002, p. 27)

Isso posto, podemos nos referir ao traço característico do futebol no Vale da metade da década de 1950 em diante. Com o declínio dos campeonatos municipais, fortaleceu-se um clube por cidade e os outros passaram a ser coadjuvantes, crescendo as rivalidades regionais. Em de-

³ Hoje é o bairro de Hamburgo Velho.

⁴ Conforme ata de fundação do clube e primeiro discurso oficial do presidente.

terminada época, os jogos entre o Aimoré, de São Leopoldo, e Florianópolis, de Novo Hamburgo, tornaram-se os chamados “clássicos do Vale”, visto que os dois participavam do campeonato gaúcho da primeira divisão. Como já comentamos acima, com relação a Novo Hamburgo e São Leopoldo, é lógico que esses clássicos refletiam conflitos aparentemente sepultados, mas que afloravam dentro do contexto do futebol.

Considerando o cotidiano dos trabalhadores da época em questão, dentro de uma sociedade em profunda transformação, na qual um contingente cada vez maior de indivíduos chegava às cidades do Vale, vivendo uma vida que nada tinha de excitante, é fácil imaginar a vida ordinária dessas pessoas vivendo longe de suas famílias, tendo como pessoas de sua relação alguns vizinhos ou colegas de trabalho, em casas geralmente sem eletricidade⁵, talvez com algum rádio, mas com certeza sem televisão. Em suma, com pouca ou nenhuma diversão, trabalhando em cargas horárias de até 50 horas semanais ou até mais⁶, torna-se mais fácil entender o que significava, para muitos, o futebol:

“Então as partidas da equipe local de futebol se convertem nos grandes acontecimentos excitantes numa vida tão vazia. Ali um pode demonstrar ao mundo inteiro que um também conta [...] Já desde o caminho para o estádio [...] não é mais um sozinho nem um só com o pequeno grupo de amigos de todos os dias. Há agora centenas, inclusive milhares que são como um. Isto dá forças a uma pessoa. Como parte de uma multidão, um é poderoso.”(Elias e Dunning, 1996. p. 74)

Mais ainda, ganha-se importância dentro de um grupo. Aquele indivíduo de vida ordinária ganha uma identidade, faz parte da “tribo” do time para o qual torce. No estádio de futebol, ele é apoiado quando grita insultos ao juiz. Pula de alegria quando acontece um gol do seu time. Decepciona-se quando seu time não joga bem. Enche-se de euforia, talvez até beba demais para esquecer a derrota ou comemorar a vitória final, quase tudo lhe é permitido dentro do estádio. Pelo menos durante a tarde do domingo ele passa a ser alguém.

A região do Vale do Rio dos Sinos, falando em termos de identidade de sua população, apresentava uma forte característica, era uma região onde prevalecia a população descendente da primeira onda de colonização alemã no Brasil, portanto ainda era marcada profundamente por uma indefinição da identidade desses descendentes de imigrantes. Essa indefinição foi agravada por vários fatores no pós-guerra, como por exemplo a urbanização das principais áreas industriais e, por conseguinte, a ampliação dos contatos com a população de outras ascendências; a lembrança dos excessos cometidos na campanha de nacionalização promovida durante o Estado Novo, que gerou uma ojeriza a qualquer menção ao designativo “alemão”.

O Estado Novo definiu o nacionalismo luso-brasileiro como padrão a ser assumido “por alguém nascido em solo brasileiro” (Rambo, 1994. p. 49), com isso as relações tornaram-se mais tensas entre a população luso-brasileira e a população teuto-brasileira. A situação se agravou mais ainda com o início da Segunda Guerra Mundial e com o alinhamento do Estado Novo a favor dos Aliados.

Torna-se plenamente compreensível que dentro do futebol no Vale do Rio dos Sinos, estas questões de identidade também deixassem suas marcas. Os diversos exemplos que citamos foram retirados da imprensa local. Em 1950 quando da realização de um jogo amistoso em Novo Hamburgo entre o E. C. Florianópolis e o Grêmio Futebol Porto-alegrense estas questões identitárias ficaram bem a mostra no incidente citado abaixo...

“ENGANOU-SE...

... E aconteceu como naquela história, onde o sujeito quis ver se ainda havia gasolina no tanque. Acendeu um fósforo e... tinha....

⁵ Em Novo Hamburgo a rede elétrica não tinha capacidade para atender toda a cidade durante todo o dia, assim a rede elétrica residencial dos bairros mais afastados do centro era ligada apenas a partir de determinado horário da noite.

⁶ Na época se trabalhava na indústria até no sábado pela manhã, e muitas empresas faziam muitas horas de serão.

O locutor, aquele que sempre faz as cousas de modo a aparecer o se “auto-cartaz”, também teve lá as suas dúvidas e fez com que o “fogareiro” explodisse, atingindo em cheio, a cara...

É que passando o microfone ao seu colega, resolveu “atender a um alemão”.... e... foi atendido...

O “seu” Candido havia se enganado. Meteu-se de “pato a ganso” com um brasileiro, nascido neste abençoado torrão gaúcho – e de nada lhe valeu a “candura”... pagou o pato...

Ditado “tanto a raposa vai ao moinho, até que um dia lá deixa o focinho”...

Agora, um conselho ao seu Candido: antes que resolva chamar alguém de alemão, exija deste alguém a certidão de nascimento, pois não vá atrás da côr do cabelo, nem tampouco dos olhos...

É perigoso...

Bitú”

(jornal O 5 de Abril, 13 de janeiro de 1950)

O jornalista citado na reportagem era ninguém menos do que Cândido Norberto, que na época era narrador de futebol. Ser chamado de alemão, menos de cinco anos após o fim da Segunda Guerra Mundial e ainda com as lembranças frescas das perseguições feitas durante o Estado Novo era uma “ofensa” gravíssima. Cabe lembrar que o principal time profissional de Novo Hamburgo surgiu como Esporte Clube Novo Hamburgo, e mudou de nome para Esporte Clube Floriano, quando durante o período mais intenso da campanha de nacionalização cogitou-se mudar o nome da cidade para Floriano Peixoto, em virtude do nome da cidade ser germânico. A pressa em trocar o nome do clube foi tanta que o nome E.C. Floriano foi oficializado antes de acontecer a troca do nome da cidade o que na verdade nunca aconteceu⁷. O caso teve uma repercussão bastante grande, uma semana depois ainda era motivo de comentários no jornal

“O Candido e nós

[...]

A colaboração de nosso prezado Bitú, publicada na nossa edição de 13 do fluente, está dentro de critério deste semanário, eis que nela o articulista novo-hamburguês nada mais fez sinão[sic] revistar a ofensa que, embora irrogada a uma só pessoa, visava, sobretudo, atingir em cheio a uma coletividade que, no dizer de alguém, “está suando a grandeza do Brasil”.

Quanto às “dartagnadas” de fancaria, proferidas pelo mal educado locutor desportivo, levamo-las à conta das “Brahma” ingeridas na cálida tarde de domingo último...

No mais, êle que vá bugiar...”

(jornal O 5 de Abril, 20 de janeiro de 1950)

Percebe-se que se entendeu como destinada a todo o grupo comunitário e não apenas a um indivíduo a “ofensa” de ser “alemão”. Nota-se claramente a questão do trabalho como distintivo da coletividade que trabalha para “a grandeza do Brasil” numa clara alusão a identidade relacionada ao trabalho como o já referido acima por Seyferth. Outro termo que chama a atenção no primeiro texto é a referência à pessoa chamada de alemão ser nascida no “torrão gaúcho”, numa busca de ligação com raiz na tradição gaúcha do Rio Grande do Sul⁸, que na época ganhava bastante destaque. Duas semanas após o incidente o jogo com o Grêmio e o incidente com Candido ainda tinham repercussão...

“IMPLICANDO

A revista “O Craque” publicou o seguinte:

- “não te dizia que o Grêmio não perde no estrangeiro?

- como?

- Empatou em Novo Hamburgo...”

Até tu, Dinarte Armando?...

...

⁷ Além do clube apenas uma loja de tercidos trocou de nome, a tradicional casa floriano

⁸ A região do Vale dos Sinos tem ainda hoje um volume muito grande de Centros de Tradição Gaúchas em funcionamento.

História mal contada

Lemos numa revista esportiva portoalegrense.

“ Em Novo Hamburgo, o locutor Candido Norberto teve que empregar golpes de jiu-jitsu para defender-se da carga de alguns torcedores hamburgueses que não gostaram muito da sua fala a respeito da decisão do juiz em certo trecho...”

Garantimos que o locutor não concorda com o que escreveu a revista.”

(jornal O 5 de Abril, 27 de janeiro de 1950)

Primeiramente destacamos a referência que uma revista da capital faz ao fato do Grêmio ter disputado partida no “estrangeiro”, no caso o estrangeiro era Novo Hamburgo, numa clara demonstração da estranheza com que se percebia as localidades situadas nas colônias alemãs e italianas; Ainda consideradas “terras estrangeiras” dentro do próprio Brasil. Depois, no mesmo trecho do jornal, lemos a visão do incidente com Candido Norberto na imprensa da capital, sem nenhuma alusão a qualquer referência étnica e alegando um provável desentendimento quanto a uma decisão do árbitro. A notícia vinda de Porto Alegre deixa bem claro que houve luta entre jornalista e espectadores, mostrando que em Novo Hamburgo a violência da torcida ainda acontecia.

Em 1955 a questão da identificação da cidade de Novo Hamburgo, com sua origem germânica, parecia ainda não estar ainda muito bem resolvida. Foi nesse ano que apareceu a seguinte nota no Jornal 5 de Abril, de Novo Hamburgo.

“VENENO ESPORTIVO

por Cianureto

[...]

ESTA É a maior. Floriano, segundo um matutino porto alegreense não é mais o ‘Glorioso’, nem o ‘Campeoníssimo’. É agora o “popular Expresso de Berlim” ... Esta deixou muita gente dando pulos... desse tamanho...

[...]

(jornal O 5 de Abril, 17/6/1955)

Em Novo Hamburgo, um clube que havia se apressado tanto em tentar ter uma imagem mais lusa, com a troca de nome de ECNH para Floriano, não queria de modo algum ser conhecido como o “Expresso de Berlim”.

Menos de quatro anos depois, a situação já era bem diversa, pelo menos em São Leopoldo. Em 1959, quando da realização de um jogo entre Aimoré e Floriano, numa notícia já citada acima, publicada no Jornal SL, não causava celeuma alguma chamar os dois times de representantes das “duas Alemanhas”, numa referência às cidades de São Leopoldo e Novo Hamburgo.

Explica-se, as memórias da Segunda Guerra Mundial estavam ficando mais distantes, vivia-se em plena época da Guerra Fria, e era plenamente conveniente, para abrilhantar a rivalidade dos dois times, relembrar a rivalidade entre as duas Alemanhas. Não era mais ofensivo chamar os habitantes das duas cidades de alemães visto que a Alemanha Ocidental já havia se recuperado economicamente dos efeitos da Guerra e, no campo esportivo tinha inclusive ganho uma copa do mundo, em 1954. Essa parecia a situação em São Leopoldo, já que o jornal onde apareceu esta reportagem era de São Leopoldo.

A identidade dos grupos sociais e dos indivíduos sofria ainda uma outra grande modificação iniciada depois do final da Segunda Guerra Mundial, era a crescente urbanização, que de modo bastante significativo atingiu as principais cidades da região do Vale do Rio dos Sinos. No futebol essa modificação também foi sentida. Os clubes de futebol que representavam as cidades da região tinham sido formados por habitantes mais antigos, quando os migrantes, vindos principalmente das áreas rurais próximas e das cidades menores da região, não conseguiram encontrar espaço dentro destes clubes, não criaram identificação com eles. Como já falamos antes alguns procuraram outras formas de socialização (carreiras de cavalos, rinhas de galo, cinema

etc.), mas alguns que eram apaixonados pelo futebol buscaram outras formas de participação, muitas vezes não aceitas pelos habitantes mais antigos, que já haviam se “estabelecido”.

O que pode-se concluir é que tínhamos então a construção de uma identidade nova dentro do futebol, principalmente nas maiores cidades da região. Esta nova identidade se formou mais por exclusão do que por qualquer outra forma. É um fato comprovado que atualmente a imensa maioria dos habitantes da região são torcedores dos times da capital do estado, e esse fato teve suas origens no início da década de 1950. Em primeiro lugar em função dos migrantes que não se identificavam com os times das cidades, eles não faziam parte do grupo que já se fixara anteriormente e que havia fundado os times das cidades, portanto eles é que formavam a imensa maioria dos que eram citados como “os a favor do contra”, eram eles que também tentavam conseguir “uma permanente”, como afirmava em outra reportagem acima. Assim temos a formação de uma identidade individual e grupal; estes novos habitantes das cidades não tinham uma ligação direta com os fundadores das cidades e encontraram numa identidade mais abrangente, dos clubes da capital, abrigo para sua paixão pelo futebol.

No Vale do Rio dos Sinos, no final da década de 1940, as duas maiores cidades, São Leopoldo e Novo Hamburgo, detinham os melhores times da região. Ainda se vivia a fase tradicional do futebol, quando as rivalidades municipais eram alimentadas e a maioria dos times era amadora. As cidades com menos tradição futebolística às vezes procuravam contrabalançar as melhores condições dos adversários maiores com o emprego da violência. Ainda eram comuns as brigas nos estádios, com pouca ou nenhuma ação da polícia.

Os anos 1950 assistiram à modernização do futebol no Vale dos Sinos, as rivalidades municipais passaram a ser reduzidas e as regionais, ampliadas. No final da década, poucos eram os clubes de futebol do Vale dos Sinos que não enfrentavam algum tipo de crise. A década de 1960 foi uma lenta agonia do futebol do Vale dos Sinos, com poucos lampejos do brilho que teve nas décadas passadas. As rivalidades municipais estavam sendo sepultadas e sobrava ainda alguma força ao chamado clássico do vale entre E. C. Novo Hamburgo (antigo Floriano que retomou seu primeiro nome) e C. E. Aimoré.

Na década de 1960 o Vale do Rio dos Sinos apresentava a segunda maior concentração industrial do estado. Contrariando sua posição proeminente no cenário econômico, o Vale dos Sinos passou a não ter importância maior nas disputas futebolísticas dos anos seguintes. Apresenta-se o questionamento, em função de que o futebol não apresentava o mesmo brilho no Vale dos Sinos?

PRODUÇÃO AGRÍCOLA NAS COLÔNIAS DO VALE DO ITAJAÍ E NORTE DE SANTA CATARINA (1850-1880)

Manoel P. R. Teixeira dos Santos

Em Santa Catarina, as regiões de florestas fechadas, consideradas desabitadas, abrigaram as diversas colônias de imigrantes europeus, fundadas ao longo do século XIX. A mata tornava-se o “novo lar” dos colonos estabelecidos na então província. Viver nestas colônias significava, especialmente nos primeiros anos, viver na floresta. Isto foi determinante para que o modo de vida destes colonos fosse marcado por um longo processo de interação com a floresta.

A produção agrícola tornou-se, nas coloniais do vale do Itajaí e norte de Santa Catarina, assim como na maior parte das colônias de imigrantes europeus estabelecidos no sul do Brasil durante a segunda metade do século XIX, a forma mais intensa de interação dos colonos com o novo ambiente, assim como o principal alicerce para o desenvolvimento econômico e industrial destas regiões.

A distribuição fundiária em pequenas propriedades de subsistência tornava as colônias de imigrantes da então Província de Santa Catarina uma região policultora em pequena escala. Em virtude do relevo acidentado, as práticas rurais adotadas na Europa na época da emigração, não poderiam ser repetidas com fidelidade nas colônias do sul do Brasil. Desta forma, algumas culturas até então desconhecidas para os europeus passaram a fazer parte da produção agrícola e da alimentação dos colonos. Ao longo dos anos, o desenvolvimento destas atividades rurais foi mesclando a bagagem cultural trazida da Europa com as novidades assimiladas na interação com o “novo meio”.

A bagagem cultural dos imigrantes, as condições climáticas e geográficas de cada colônia, a interferência - nem sempre registrada - de indígenas e caboclos, aliados às relações de mercado de cada produto, determinavam o que seria ou não cultivado. Este conjunto foi decisivo para que a produção de cada colônia possuísse grandes semelhanças, mas também importantes peculiaridades.

Com objetivo de analisar e refletir sobre quais eram as espécies mais cultivadas e que tipo de transformações elas sofrem ao longo da segunda metade dos oitocentos buscamos reunir alguns dados estatísticos sobre a produção agrícola presentes nos relatórios coloniais, provinciais e ministeriais. O crescimento de uma cultura em detrimento da outra é um aspecto de grande importância nesta busca por compreender a relação entre o imigrante e o meio natural. Neste momento, nossa análise abre espaço para a interferência da comercialização na escolha da plantação de uma dada cultura.

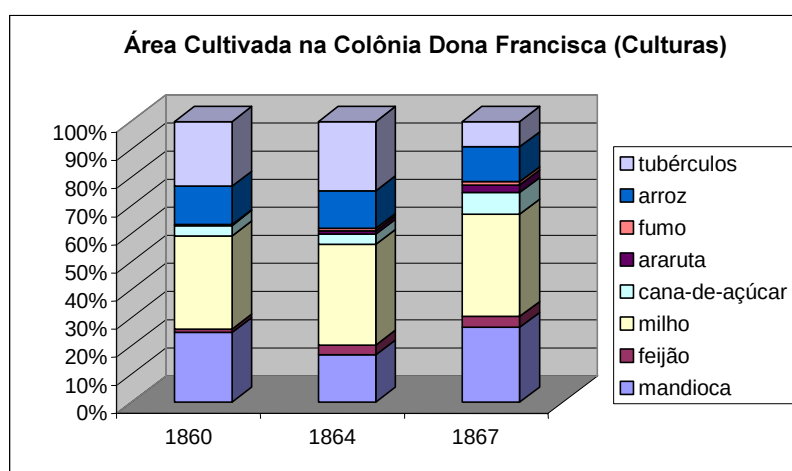
Seguindo nossa proposta inicial, relacionamos informações deste tipo referentes às três principais colônias catarinenses deste período: Blumenau, fundada em 1850 pelo Dr. Hermann Blumenau e transformada em colônia imperial em 1860; Dona Francisca, atual município de Joinville, uma colônia particular fundada em 1851; e Brusque, colônia imperial fundada em 1860, inicialmente denominada colônia Itajaí.¹ Neste caso nossa análise ficou condicionada às informações existentes sobre cada uma destas colônias. A disponibilidade de dados estatísticos referentes à produção de cada colônia foi o primeiro obstáculo desta análise. Em função de algumas lacunas, especialmente para os anos posteriores à emancipação de cada colônia, uma análise serial ao longo de toda segunda metade do século XIX ficou prejudicada. Outra dificulda-

¹ Também às margens do rio Itajaí Mirim, foi fundada em 1867 a colônia Príncipe Dom Pedro. Entretanto, dois anos depois, sua administração foi anexada à diretoria da Colônia Itajaí (Brusque).

de encontrada é comum a todos que estudam história econômica do Brasil no século XIX: as unidades de medida. Na análise da agricultura nos deparamos com diversos problemas deste tipo, sobretudo para os anos anteriores à implantação do sistema métrico brasileiro em 1862². Apesar destas dificuldades, esta análise nos permitiu o estabelecimento de algumas comparações³ importantes entre épocas, produtos e colônias.

Nossa busca inicial pretendia compreender a ocupação de cada cultura na área cultivada de uma colônia e sua transformação ao longo dos anos. No entanto, este tipo de informação só foi localizado em alguns poucos relatórios do início da década de 1860. Apesar disso, não as descartamos e procuramos elaborar um gráfico representativo desta ocupação territorial.

Ao pesquisarmos nos relatórios anuais da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, encontramos algumas descrições sobre a área⁴ que ocupavam cada uma das principais culturas produzidas em Dona Francisca nos anos de 1860⁵, 1864⁶ e 1867⁷, nove, treze e dezesseis anos após a fundação da colônia.



(Gráfico 1)

O gráfico acima apresenta o percentual de ocupação de cada cultura em cada um desses anos. Observamos através dele que o milho e a mandioca mantiveram-se durante este intervalo como os mais produzidos desta colônia. De acordo com os relatórios de 1860 e 1864, os tubérculos (cará, inhame, taiá, etc.) também registravam uma importante ocupação, no entanto, em 1867 a sua ocupação fica em segundo plano ao lado do cultivo de arroz e da cana-de-açúcar. Neste momento, a cana, importante cultura para economia das colônias catarinenses pela produção de seus derivados, mesmo apresentando certo crescimento, ainda ocupava uma modesta área de cultivo.

De acordo com estes dados, o cultivo do milho manteve-se como o maior entre as plantações de Dona Francisca (pelo menos até 1867) ocupando 492 hectares em 1860, 596 em 1864 e 555 em 1867. Já a mandioca era cultivada 363, 279 e 402 hectares nos anos de 1860, 1864 e 1867 respectivamente.

² Até 1862 o Brasil utilizava as unidades e medidas de Portugal (ex: vara, braça (extensão), quintal (massa), etc), mas estas medidas nunca foram rigorosamente cumpridas. Em 1862 o Sistema Métrico francês foi adotado em todo o Império, mas somente em 1872 foi aprovado o Regulamento do Sistema adotado.

³ Para viabilizarmos esta análise procuramos, quando possível, uniformizar as unidades de medidas utilizando valores aproximados obtidos através de conversão com base em valores reconhecidos.

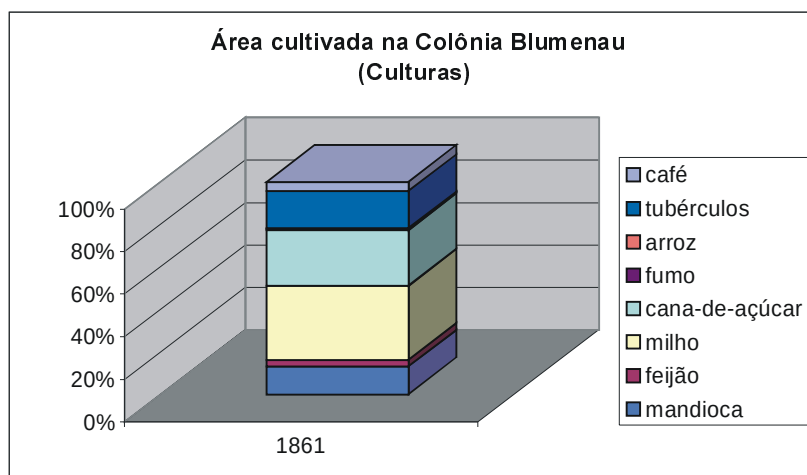
⁴ Foi feita uma conversão de braças quadradas e morgos para hectares. Utilizamos os seguintes valores: 1 braça quadrada = 4,84 metros quadrados; 1 hectare = 10000 metros quadrados. 1 morgo = 0,242 hectares.

⁵ Nono Relatório da Sociedade Colonizadora de Hamburgo de 1849. p.13/14. **Acervo:** AHJLLE – Trad. Helena Richlin.

⁶ Décimo terceiro Relatório da Sociedade Colonizadora de Hamburgo de 1849. p.13/14. **Acervo:** AHJLLE – Trad. Helena Richlin

⁷ Décimo sexto Relatório da Sociedade Colonizadora de Hamburgo de 1849. p.13/14. **Acervo:** AHJLLE – Trad. Helena Richlin

A partir destas constatações, observamos que as culturas mais plantadas em Dona Francisca não tinham qualquer relação com a origem européia dos colonos. Pelo contrário, o cultivo de mandioca, milho e tubérculos estava diretamente relacionado ao novo ambiente a que passaram a viver e, sobretudo, com as influências de lusos, caboclos e indígenas nas práticas rurais destes imigrantes. Para a colônia Blumenau, encontramos somente um relatório com referências sobre a área ocupada por cada cultura. Em 1861⁸, onze anos após a fundação da colônia e nove após a distribuição dos lotes aos primeiros colonos, a plantação da colônia seguia a proporção abaixo.



(Gráfico 2)

Podemos observar, assim como em Dona Francisca, a supremacia do cultivo de milho, ocupando neste momento cerca de 96 hectares. Mandioca e tubérculos aparecem em segundo plano neste quadro, com 36 e 48 hectares respectivamente. Em contrapartida, a plantação de cana-de-açúcar, modesta no empreendimento da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, apresentava-se como a segunda cultura mais produzida em Blumenau⁹, ocupando 72 hectares. Esta situação pode ser explicada, em parte, pelo estímulo dado a esta atividade pelo Dr. Hermann Blumenau mesmo antes da fundação desta colônia. Em seu guia de instruções aos futuros emigrantes, a produção de cana-de-açúcar já era vista como a mais lucrativa para os colonos que possuíssem algumas economias extras. Segundo o Dr. Blumenau:

Aqueles colonos que possuem apenas a quantia mencionada, precisam restringir-se ao plantio de batatas, milho e feijão, porque o cultivo da cana-de-açúcar exige um investimento maior, com aquisição de moenda, tachos, etc., No entanto podem começar mais cedo a cultivar o tabaco e o algodão, que são relativamente lucrativos, contudo, obterão maior vantagem aqueles que entenderem sobre o plantio e o manuseio do tabaco. Por outro lado, quem dispuser de meios poderá começar com o plantio da cana-de-açúcar, que no momento é a cultura mais lucrativa em Santa Catarina.¹⁰

Através deste quadro, observamos mais uma vez a predominância de culturas tradicionais no Brasil e pouco comuns aos europeus. Estes dados de 1861 correspondem a um período de transição para Blumenau, já que a partir de 1860 esta colônia deixa de ser particular e passa a pertencer ao governo imperial.

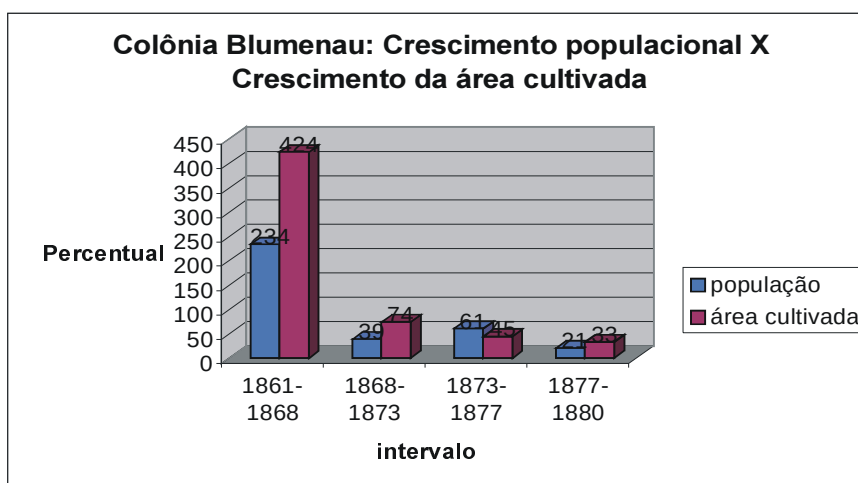
No caso de Blumenau, procuramos entender o crescimento das áreas de cultivo relacio-

⁸ Dados obtidos no *Quadro estatístico do ano de 1861*. Acervo: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. P02.14 141.

⁹ A cultura da cana-de-açúcar foi estimulada pelo Dr. Blumenau, mesmo antes da fundação de sua colônia. No seu guia de Instruções

¹⁰ Idem, p.197.

nado-o ao crescimento populacional da colônia. Visto que, este tipo de informação não contava em todos relatórios anuais, apresentamos aqui dados referentes ao período onde esta esteve sob administração do imperial, ou seja, depois de 1860 e antes de sua emancipação em 1880.



(Gráfico 3)

O gráfico¹¹ acima apresenta os percentuais de crescimento populacional e da área cultivada, respeitando quatro intervalos. Através deste, percebemos que o crescimento das plantações foi maior que o aumento no número de habitantes em três dos quatro intervalos. No entanto, com exceção do primeiro intervalo, os percentuais aparecem com certa equivalência, o que nos permite afirmar que esta relação manteve-se razoavelmente estável neste período.

O aumento gradativo das áreas cultivadas aponta para um avanço constante sobre as áreas de mata nativa e, por consequência direta, uma rápida transformação na paisagem local. Algumas culturas, como cana-de-açúcar, milho e mandioca, ganharam cada vez maior importância com o aumento no número de estabelecimentos industriais, pois através destes, a comercialização do excedente da produção tornava-se mais vantajosa. Estes empreendimentos, representados por engenhos, alambiques, serrarias, etc, possibilitavam uma maior rentabilidade para os colonos, mas, em função do alto custo, eram mais comuns entre os imigrantes mais abastados. O quadro¹² abaixo apresenta o crescimento no número destes estabelecimentos industriais na colônia Blumenau de 1861 á 1880.

Estabelecimentos	1861	1865	1870	1875	1880
Engenhos de Açúcar	50	53	80	97	154
Engenhos de Farinha de Mandioca	47	47	70	95	142
Alambiques	51	61	68	88	143
Serrarias	3	8	19	28	32
Engenhos de moer grãos	2	5	14	19	27

(gráfico 4)

¹¹ Os dados foram obtidos nos seguintes relatórios: *Quadro estatístico do ano de 1861*. Acervo: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. P02.14 141 / *Mapa estatístico da Colônia Blumenau do ano de 1868*. Acervo: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. P02.33 332. / *MAPA ESTATÍSTICO DA COLÔNIA BLUMENAU DO ANO DE 1873* IN: *FALA DIRIGIDA À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PROVINCIAL DE SANTA CATARINA EM 25 DE MARÇO DE 1874 PELO EXM. SR. PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DR. JOÃO THOMÉ DA SILVA. CIDADE DE DESTERRO, TYP. LOPES, 1874*. Brazilian digitization Homepage. Disponível em: <<<http://www.crl.edu/content.asp>>> Acesso em 5 de fevereiro de 2004. / *Mapa estatístico da Colônia Blumenau sobre o fim de 1877*. Acervo: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. P02.66 668. / *Mapa demonstrativo da situação, origem e condições da Colônia Blumenau referentes ao ano de 1880*. Acervo: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. P02.85 859.

¹² COLOMBI, L. V. *A economia de Blumenau nos seus trinta primeiros anos: período pré-industrial (1850-1880)*. IN: *Revista de Divulgação Cultural*, 9 (29), p.1-11, 1986. p.11

De acordo com este quadro, observamos o grande número de estabelecimentos transformadores de cana-de-açúcar, representados pelos engenhos de açúcar e pelos alambiques, existentes na colônia Blumenau. Em segundo plano, mas também com grande importância, aparecem os engenhos de farinha de mandioca. Os engenhos de moer grãos e as serrarias (apresentadas anteriormente) existiam em quantidade muito menor. O crescimento no número de estabelecimentos nos cinco períodos apresentados seguiu certa estabilidade, acompanhando o crescimento populacional da Colônia Blumenau.

A importância destes estabelecimentos industriais rurais também foi observada em Brusque e Dona Francisca. No entanto, algumas particularidades reforçaram as diferenças entre cada uma das colônias. Em Dona Francisca, por exemplo, os engenhos de mandioca, ao contrário de Blumenau, eram superiores aos engenhos de cana-de-açúcar nos três relatórios provinciais analisados (1860, 1864 e 1873). Além disso, os engenhos de secar arroz, não registrados em Blumenau, eram quatorze em 1873.

Já na colônia Brusque, segundo dados da presidência da província relativos a 1874, destacavam-se, ao lado dos engenhos de cana e mandioca, os engenhos de serrar madeira com cerca de 20 estabelecimentos¹³. A importância disso pode ser observada pelo fato de neste período Dona Francisca e Blumenau, colônias maiores e mais antigas, possuíam cerca de três serrarias cada uma.

De acordo com este mesmo relatório, Brusque possuía 37 engenhos de açúcar e aguardente, 30 engenhos de farinha de mandioca, 11 de fubá e 3 de socar arroz. Estes números apontam para uma importância significativa do cultivo de cana-de-açúcar, mandioca e milho no vale do Itajaí mirim.

Todas estas informações sobre a existência destes estabelecimentos ganham maior visibilidade se combinadas aos números da produção agrícola de cada uma destas colônias. Para isso, buscamos através dos relatórios oficiais¹⁴ alguns resultados anuais desta produção. Para facilitar a compreensão da transformação da lavoura ao longo dos anos, procuramos uniformizar¹⁵ as unidades de medida.

Para realizarmos esta análise, elaboramos alguns gráficos sobre aspectos da produção agrícola das colônias aqui estudadas. Os valores correspondem a basicamente duas unidades de medida: quilos e hectolitros. Em função desta diferença não foi possível elaborarmos uma comparação precisa entre todos produtos agrícolas apresentados. Mesmo assim, procuramos compará-los entre si, ou pelos seus índices de crescimento.

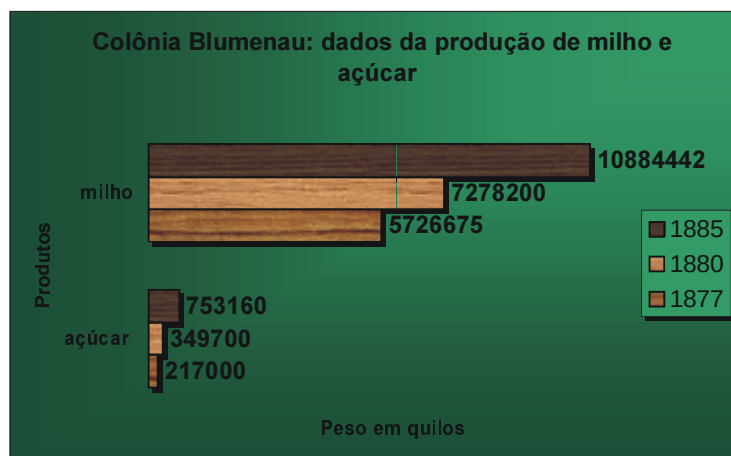
Das três colônias aqui analisadas, Blumenau é a que conseguimos reunir o maior conjunto de dados estatísticos sobre a produção agrícola. Nossa análise reuniu informações referentes a seis diferentes anos desta colônia, e em seus números observamos mais uma vez a importância do cultivo de milho e cana-de-açúcar, esta última através da produção de açúcar e aguardente. O

¹³ *FALA DIRIGIDA Á ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PROVINCIAL DE SANTA CATARINA EM 21 DE MARÇO DE 1875 PELO EXM. SR. PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DR. JOÃO THOMÉ DA SILVA. CIDADE DE DESTERRO, TYP. LOPES, 1875. p.93.* Brazilian digitization Homepage. Disponível em: <<<http://www.crl.edu/content.asp>>> Acesso em 5 de fevereiro de 2004.

¹⁴ Os relatórios oficiais apresentam-se ao pesquisador como uma importante fonte de informação. No entanto, estes documentos apresentam apenas uma versão e que por vezes pode ter sido manipulada de acordo com os interesses da atual administração. Por esta razão, o historiador deve ter sempre uma suspeita em relação a esta documentação.

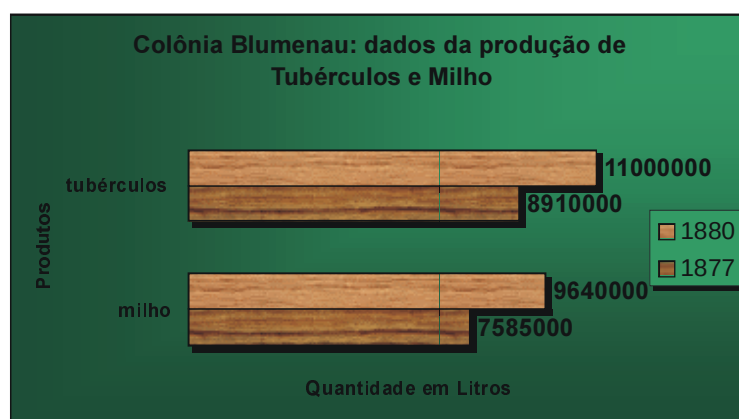
¹⁵ Foi efetuada a conversão de escalas de medidas para quase todos produtos agrícolas analisados. Nos casos onde o produto estava em arrobas foi feita uma conversão direta para quilos (1 arroba = 14,6 kg) ou tonelada (1 tonelada = 1000 Kg). Quando os produtos estavam em alqueires, seus valores foram primeiramente convertidos para litros (1 alqueire = 40 litros) e posteriormente para hectolitros (1 hectolitro = 100 litros) [fonte: . No caso do milho utilizamos também a conversão: 1 alqueire = 30,2 Kg [Fonte: LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. Nota a respeito de medidas para grãos utilizadas no período colonial e as dificuldades para sua conversão ao sistema métrico. Boletim de História Demográfica. Ano VIII, número 21, março de 2001. Disponível em: <<http://historia_demografica.tripod.com/BHD.HTM>> Acesso em 5 de fevereiro de 2004.] Para conversão de medidas de aguardente utilizamos a seguinte fórmula (1 medida = 4 quartilhos ; como 1 quartilho = 0,6 litros, então 1 medida = 2,4 litros) [fonte: COSTA, Iraci del Nero da. Pesos e medidas no período colonial brasileiro: denominações e relações. In: Boletim de História Demográfica. Núcleo de Estudos em História Demográfica. Ano I, Abril de 1994. Disponível em: <<http://historia_demografica.tripod.com/BHD.HTM>> Acesso em 5 de fevereiro de 2004.] Apenas nas unidades feixes de milho e mãos de milho, não conseguimos fazer tal conversão. Sabe-se que 1 mão de milho = 50 espigas de milho, mas, como os outros valores de milho encontram-se em grãos, esta conversão é muito complicada.

gráfico abaixo apresenta os valores da produção de milho e açúcar nos anos de 1877¹⁶, 1880¹⁷ e 1885¹⁸.



(Gráfico 5)

O gráfico aponta mais uma vez para grande superioridade da produção de milho. No entanto este grande distanciamento não é observado quando comparamos o milho aos tubérculos, pelo contrário, além do equilíbrio, notamos que culturas como cará, inhame e taiá, eram aparentemente os mais produzidos em Blumenau nos anos¹⁹ onde esta análise tornou-se viável. Aparentemente porque os produtos medidos em litros, medida referente a capacidade e não peso, geralmente possui valores diferentes para cada produto, ou seja enquanto 1 litro de milho pode corresponder “X” Kg, 1 litro de tubérculos pode corresponder a “Y” Kg.



(Gráfico 6)

Mesmo assim, esta comparação, agora feita em litros, destaca mais uma vez a importância das chamadas culturas “nativas” para colônia Blumenau, novamente representadas pelos tubér-

¹⁶ Dados obtidos no *Mapa estatístico da Colônia Blumenau sobre o fim de 1877*. Acervo: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. P02.66 668.

¹⁷ Dados obtidos no *Mapa demonstrativo da situação, origem e condições da Colônia Blumenau referentes ao ano de 1880*. Acervo: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. P02.85 859

¹⁸ Dados obtidos em: *RELATÓRIO COM QUE O EXM. SR CORONEL MANOEL PINTO LEMOS, 1.º VICE-PRESIDENTE, PASSOU A ADMINISTRAÇÃO DA PROVÍNCIA DE SANTA CATARINA, O DR. JOSÉ LUSTOSA DA CUNHA PARANAGUÁ, EM 22 DE JUNHO DE 1885. CIDADADE DE DESTERRO, TYP. DO “JORNAL DO COMÉRCIO”, 1885*. Brazilian digitization Homepage. Disponível em: <<<http://www.crl.edu/content.asp>>> Acesso em 5 de fevereiro de 2004.

¹⁹ A elaboração de uma comparação nos anos anteriores a 1877 ficou impossibilitada, visto que o milho era comumente medido em “mãos”. Os mapas estatísticos utilizados para os anos de 1877 e 1880 foram os mesmos utilizados no gráfico anterior.

culos. Além disso, devemos levar em conta que os dados acima referem-se a vinte sete e trinta anos após a fundação da colônia, ou seja estas culturas agrícolas estavam definitivamente ajustadas as práticas rurais destes colonos.

Além do milho, do açúcar e dos tubérculos, os mapas estatísticos da colônia Blumenau apresentam uma grande variedade de produtos agrícolas. A seguir apresentaremos outros dois gráficos desta produção, um para os medidos em quilos e outro para os medidos em litros.



(Gráfico 7)

No Quadro acima, apresentamos informações sobre a produção de queijo, manteiga e fumo nos anos de 1861²⁰, 1868²¹, 1873²², 1877²³ e 1880²⁴. Através dele, observamos o grande crescimento da produção de laticínios em Blumenau ao final da década de 1870. Este crescimento torna-se ainda maior ao final do século XIX. Com a ampliação das áreas de pastagem e o conseqüentemente aumento da criação de gado, os laticínios passam a ocupar o primeiro lugar entre os produtos exportados pela colônia.²⁵ A fumicultura ainda apresentava-se de forma modesta neste período, no entanto, também ao final do século XIX ela ganha maior importância com a criação da Estação Agronômica e Veterinária em Rio dos Cedros²⁶.

Quanto aos produtos em litros, dos quais devemos novamente considerar suas particularidades, selecionamos dados estatísticos referentes aos mesmos cinco anos utilizados no gráfico anterior.

²⁰ Dados obtidos no *Quadro estatístico do ano de 1861*. Acervo: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. P02.14 141.

²¹ Dados obtidos no *Mapa estatístico da Colônia Blumenau do ano de 1868*. Acervo: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. P02.33 332.

²² Dados obtidos em: *MAPA ESTATÍSTICO DA COLÔNIA BLUMENAU DO ANO DE 1873 IN: FALA DIRIGIDA Á ASSEMBLÉIA-LEGISLATIVA PROVINCIAL DE SANTA CATARINA EM 25 DE MARÇO DE 1874 PELO EXM. SR. PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DR. JOÃO THOMÉ DA SILVA. CIDADE DE DESTERRO, TYP. LOPES, 1874*. Brazilian digitization Homepage. Disponível em: <<<http://www.crl.edu/content.asp>>> Acesso em 5 de fevereiro de 2004.

²³ Dados obtidos no *Mapa estatístico da Colônia Blumenau sobre o fim de 1877*. Acervo: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. P02.66 668.

²⁴ Dados obtidos no *Mapa demonstrativo da situação, origem e condições da Colônia Blumenau referentes ao ano de 1880*. Acervo: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. P02.85 859.

²⁵ LACMANN, Wilhelm. *Cavalgadas e Impressões no sul do Brasil*. **Revista Blumenau em Cadernos**. Fundação Cultural de Blumenau, vol. 11, 1997. p.34/35.

²⁶ Este assunto é aprofundado no próximo sub-capítulo.



(Gráfico 8)

Entre as informações apresentadas neste gráfico, destacamos a significativa produção de farinha de mandioca. Seus elevados valores a colocavam como um dos mais importantes produtos agrícolas da colônia Blumenau, o que já havia sido observado em nossa análise sobre os estabelecimentos industriais rurais.

Uma destas indústrias rurais, os alambiques, fizeram com que a produção de aguardente também tivesse sua importância para colônia. Segundo o quadro apresentado anteriormente, em 1880 Blumenau possuía 143 alambiques e que produziram os respeitáveis 670.000 litros de aguardente apresentados pelo gráfico.

Já o arroz, dentre estes três produtos agrícolas, é o que apresentou o maior crescimento. Este aumento em sua produção em meados da década de 1870 pode ser explicado, em parte, pelo estabelecimento no vale do Itajaí de muitas famílias de imigrantes italianos que passaram a se dedicar ao cultivo de arroz²⁷. Assim como os laticínios e a fumicultura, a rizicultura ganha ainda mais importância na região ao final do século XIX e início do séc. XX.

Enfim, através desta análise sobre a produção agrícola das colônias Blumenau, Brusque e Dona Francisca percebemos mais uma vez a que culturas pouco ou nada comuns na Europa transformara-se na base da produção agrícola colonial. Os tubérculos, a mandioca, o milho e a cana-de-açúcar figuravam em todos os dados estatísticos aqui analisados como os mais produzidos por colonos do vale do Itajaí e norte de Santa Catarina.

Ao lado dos cultivos agrícolas as práticas rurais imigrantes também foram marcadas pela criação de animais em pequena escala. Como vimos anteriormente, o patrimônio animal de cada família, quando existia, resumia-se a algumas poucas cabeças de gado, algumas dezenas de aves e porcos, alguns cavalos ou (e) bois para transporte e tração, tudo isso sempre condicionado aos espaços restritos de sua pequena propriedade rural.

Os relatórios anuais apresentam, assim como a produção agrícola, os números do patrimônio animal de cada colônia. Estas informações auxiliam nossa compreensão sobre as transformações nas práticas agrícolas dos imigrantes ao longo dos anos.

Entre os animais domésticos mais comuns estavam: os bois e vacas; os cavalos; os porcos; as aves domésticas; os carneiros; as cabras; e as mulas. Destes, apenas vacas, porcos e aves

²⁷ Alguns municípios com Rodeio e Rio dos Cedros, antigos núcleos italianos da colônia Blumenau, ainda possuem grandes áreas de cultivo de arroz.

possuíam alguma importância comercial. Os cavalos, mulas e as parrelhas de bois²⁸ destinavam-se exclusivamente ao transporte e tração, enquanto cabras e carneiros, existentes em escala reduzida, eram basicamente de consumo doméstico.

O quadro²⁹ abaixo apresenta o patrimônio animal da colônia Blumenau em cinco momentos distintos; 1861³⁰, 1868³¹, 1873³², 1877³³ e 1880³⁴.

Criação de animais na colônia Blumenau					
	1861	1868	1873	1877	1880
Bois e Vacas	53	2065	3830	8500	9340
Cavalos	63	520	820	2500	2405
Cabras	30	70	210	90	38
Suíños	1097	6420	12760	24500	27000
Aves domésticas	7500	25120	63120	88000	101800
Muares		60	241	300	402
Carneiros		292	168	95	102

(Gráfico 9)

Através destes números, confirmamos a supremacia de aves e porcos entre criados nas pequenas propriedades coloniais. Observamos que de 1861, nove anos após a distribuição dos primeiros lotes na colônia, até 1880, ano da emancipação, estas criações mantiveram-se como as mais significativas de Blumenau. Era através destes animais que o colono viabilizava a exportação de banha e ovos.

A expressiva produção de milho, registrada nos mapas estatísticos de Blumenau, assim como nas demais colônias, pode ser diretamente relacionada com esta numerosa criação de aves e porcos. Seu cultivo era, em grande parte, destinado a alimentação destes animais. Os gráficos³⁵ abaixo procuram relacionar a criação de aves e porcos com a produção de milho na colônia Blumenau.

²⁸ Parrelhas de bois é como chama-se um conjunto de dois bois utilizados nos chamados “carros de boi”.

²⁹ A ausência de valores para mulas e carneiros no anos de 1861 indica que ou não haviam animais destas espécies ou que sua quantidade não foi registrada no relatório analisado.

³⁰ Dados obtidos no *Quadro estatístico do ano de 1861*. Acervo: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. P02.14 141.

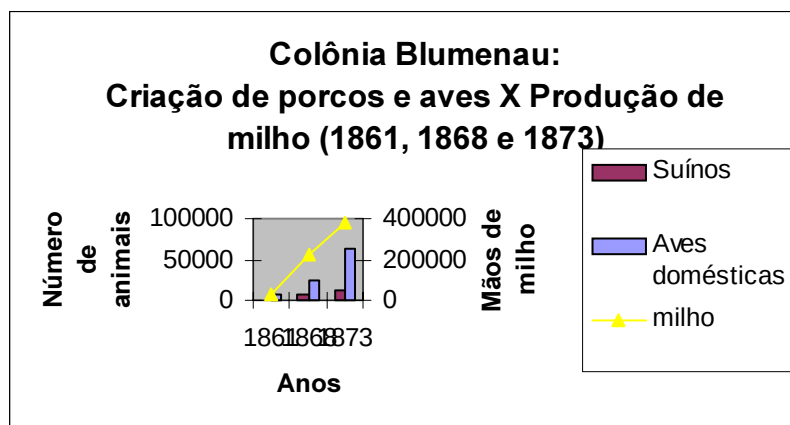
³¹ Dados obtidos no *Mapa estatístico da Colônia Blumenau do ano de 1868*. Acervo: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. P02.33 332.

³² Dados obtidos em: *MAPA ESTATÍSTICO DA COLÔNIA BLUMENAU DO ANO DE 1873 IN: FALA DIRIGIDA Á ASSEMBLÉIA-LEGISLATIVA PROVINCIAL DE SANTA CATARINA EM 25 DE MARÇO DE 1874 PELO EXM. SR. PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DR. JOÃO THOMÉ DA SILVA. CIDADE DE DESTERRO, TYP. LOPES, 1874*. Brazilian digitization Homepage. Disponível em: <<<http://www.crl.edu/content.asp>>> Acesso em 5 de fevereiro de 2004.

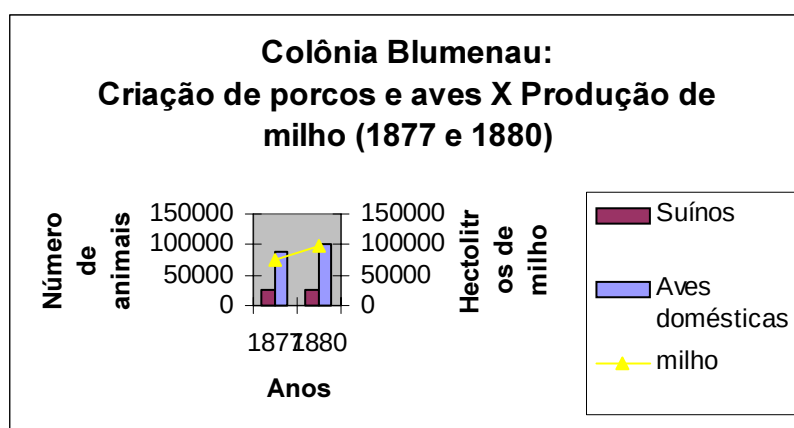
³³ Dados obtidos no *Mapa estatístico da Colônia Blumenau sobre o fim de 1877*. Acervo: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. P02.66 668.

³⁴ Dados obtidos no *Mapa demonstrativo da situação, origem e condições da Colônia Blumenau referentes ao ano de 1880*. Acervo: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. P02.85 859.

³⁵ Nossos dados sobre a produção de milho estão duas diferentes unidades de medida: mãos e hectolitros. Como não conseguimos uniformizar estas unidades, foi necessária a elaboração de dois gráficos.



(Gráfico 10)



(Gráfico 11)

Através das informações apresentadas nos gráficos anteriores, observamos que o crescimento da produção de milho acompanhou o aumento da criação destes animais, especialmente as aves, em todos anos analisados. A partir desta constatação, podemos admitir que a grande e progressiva produção de milho, observada anteriormente, estava, pelo menos em parte, relacionado com o expressivo aumento na criação destes animais domésticos.

A forma como os colonos estabelecidos nas colônias do vale do Itajaí e norte de Santa Catarina compreendiam a floresta, foi determinante no processo de interação entre ambos. Esta relação determinou grandes modificações nas duas partes, realizando o que chamamos de “ajustamento”. Ao longo dos anos, os colonos procuram cada vez mais conformar o novo meio a suas necessidades e interesses, mas, ao mesmo tempo, passam a sofrer grandes transformações nos seus hábitos. Entre elas, estão algumas assimilações de práticas adotadas pela população cabocla da região. Aliás, deve-se destacar que este assunto é, geralmente, silenciado pelas fontes e pela literatura sobre a imigração em Santa Catarina. A maneira como foram construídas as primeiras residências, as técnicas e as culturas agrícolas adotadas e alguns hábitos alimentares, são exemplos da influência dos caboclos no modo de vida dos colonos.

Enfim, a criação de animais domésticos aliados à produção agrícola formavam a base das práticas rurais coloniais. Mesmo com esta importância econômica da indústria madeireira, eram nas atividades agrícolas que se concentravam as atenções da maior parte dos colonos. A agricultura foi durante toda a segunda metade do século XIX, a base da economia destas colônias. Ao longo dos anos, algumas culturas agrícolas como o milho vão ganhando cada vez mais espaço, ao mesmo passo que algumas tentativas, como a introdução do trigo, não atingem sucesso. Alguns mapas estatísticos analisados neste trabalho nos mostraram que o crescimento da área cultivada assim como da produção de algumas culturas, esteve quase sempre à frente do aumento populacional apresentado. No entanto, não foi resultado de grandes transformações nas formas de cultivo, já que a enxada foi por muito tempo a principal ferramenta de trabalho agrícola.

AS SOCIEDADES KOLPING: ENTRE O IDEAL E A PRÁTICA

Márcio José Werle¹

Ao caminhar pelas ruas da pequena cidade de Itapiranga, localizada no extremo-oeste de Santa Catarina, deparamo-nos com uma instituição cultural de forte caráter religioso, sediada em um edifício muito antigo, construído segundo as regras e os padrões de estilo da arquitetura colonial-germânica: telhado pontiagudo, grossas estruturas de madeira, que lhe confere uma aura de solidez, sobriedade e transcendência. Todos os habitantes da cidade e comunidades circunvizinhas sabem que ali está localizada a sede de uma das mais antigas associações da região²: a “Sociedade Kolping”. Contudo, a despeito de sua longevidade e presença marcante na organização da sociabilidade dos habitantes, causa certa surpresa constatar que se perguntarmos sobre seu sentido e procedência, dificilmente alguém o saberá explicar.

A maneira como acontece a mediação entre ideais, instituições e práticas culturais tem sido um dos problemas teórico-metodológicos mais desafiantes para a história entendida como reflexão e narrativa crítica das ações e organização da sociabilidade humana. Neste artigo pretendemos analisar qual o sentido dos ideais e das práticas das instituições culturais e religiosas “Sociedade Kolping” em geral, e em particular, a instituição em Itapiranga. Para tanto, primeiro, vamos reconstruir sua genealogia a partir do contexto da Revolução Industrial na Alemanha no século XIX, quando surgiram as primeiras *Gesellenvereine* (literalmente, associações de companheirismo), que era um entre os vários tipos de associações (ou comunidades) de trabalhadores, tanto artesãos quanto operários fabris³. Em seguida, ver como o ideal e as práticas da Sociedade Kolping foi talhado para sanar os problemas sociais decorrentes da revolução industrial na Alemanha. Ao final, levantaremos algumas hipóteses sobre como essas sociedades se espalharam pelo mundo, mantendo o mesmo ideal, mas adquirindo feições institucionais e práticas diferentes. Em particular, consideraremos o caso da Sociedade Kolping em Itapiranga.

Um dos campos temáticos mais pertinentes (mas não exclusivo) para observar essa mediação entre as práticas e os ideais, é o da relação entre religião e a reprodução simbólica da ordem social. Parece-nos ser este o terreno mais apropriado para observar as tensões, idas e vindas da mediação social entre ideais morais e sua incorporação em instituições, discursos e práticas.

O ideal da religião, como nos sugere a própria etimologia da palavra, tem sido, ao longo da história, o de “re-ligar” as pessoas com um todo maior, que transcende as suas particularidades. “Religar” significa unir as pessoas tanto no sentido de criar vínculos com a transcendência (Deuses) como no sentido de criar laços de solidariedade social entre as próprias pessoas. Para tanto a religião incorpora-se à práxis cotidiana das pessoas por meio de discursos e instituições (Igrejas, associações, pastorais, doutrinas, rituais, catequese, etc.) que funcionam como parte de um complexo aparelho cultural, regulamentador da ordem social. Esse complexo aparelho cultural é, segundo o pensador Roger Chartier, o elemento determinante fundamental da realidade histórica e, assim, deveríamos passar de uma história social da cultura, a uma história cultural

¹ Aluno de graduação do curso de História, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade Federal de Santa Catarina.

² A Sociedade Kolping de Itapiranga foi fundada em 1931, cinco anos após o início da colonização da região. Vale lembrar que a fundação dessa sociedade deu-se no contexto da migração de colonos oriundos do Rio Grande do Sul Grande, em grande parte fiéis da igreja católica. Isso porque grande parte da região do extremo-oeste catarinense teve sua colonização organizada pela companhia jesuítica denominada “Volksverein”, que, para a concessão dos direitos de propriedade de terra, exigia que os colonos fossem católicos.

³ No decorrer da tardia revolução industrial alemã foram surgindo diversas associações cuja função era organizar, formar e estabelecer novos vínculos de solidariedade entre os trabalhadores.

do social⁴. Esta parece ser também a opinião de Lynn Hunt. Na apresentação do livro por ela organizado acerca da “nova história cultural”, menciona que para Chartier “a relação estabelecida não é de dependência das estruturas mentais quanto a suas determinações materiais. As próprias representações do mundo social são os componentes da realidade social. As relações econômicas e sociais não são anteriores às culturais, nem as determinam; elas próprias são campos de prática e produção cultural”⁵. O estudo das instituições religiosas, e as representações sociais por elas vinculadas são fundamentais para a compreensão da realidade social.

Um outro grande pensador que pode nos ajudar a entender esse processo é Pierre Bourdieu. Para ele,

a religião se apresenta de imediato como se fosse um sistema de símbolos “fechado” e “autônomo” cuja inteligibilidade parece estar contida na hierarquia alegórica que propõe a compreensão de suas práticas e discursos, encontra-se referida às lutas dos grupos de agentes cujos interesses materiais e simbólicos tornam o campo religioso um terreno de operação para as lutas entre diferentes empresas de salvação⁶.

Pois se a cultura se apresenta sob forma de símbolos, com um conjunto de significados e significantes, a realidade que ela produz é indissociavelmente aparelhada a uma função política dentro de um sistema de dominação (poder). Nesse processo, convém ao historiador conhecer os aparelhos de produção simbólica no qual constituem-se as linguagens e representações do mundo, para a partir disso reconstruir o sistema completo de relações tanto simbólicas quanto não-simbólicas, das condições de existências material ou social daí resultantes. Essa reconstrução somente é possível se observarmos todos os sistemas de relações existentes no qual as coisas dispostas em grupos mantêm entre si noções definidas, constituindo um instrumento de conhecimento e comunicação que dão sentido à sociedade. Mas devemos considerar que esse sentido está relacionado às próprias condições sociais, porque as relações sociais entre os homens servem de fundamento para as relações lógicas entre as coisas.

Partindo disso, os historiadores não devem aceitar uma teoria da cultura como um fiel reflexo da realidade social, em que as formas de ação simbólica simplesmente expressam um significado central. Tampouco devem deixar de observar que os textos que descrevem ações simbólicas do passado não são textos límpidos e transparentes. Dessa maneira, é fundamental distinguir as estratégias e intenções que motivaram os autores, o que somente pode ser conseguido através de uma profunda crítica aos documentos.

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezadas, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos as suas escolhas e condutas.⁷

Nesse caso, nos textos que emanam de agentes religiosos, mesmo tratando de assuntos profanos, têm a especificidade de apresentar, muitas vezes nas entrelinhas, uma carga de valores culturais éticos e morais.

Para tanto é necessário observar a vida do principal agente fundador da sociedade, Adolf Kolping. Este personagem apresenta algumas particularidades, pois vivenciou na carne o processo de revolução industrial. Sabemos que o advento do Capitalismo provocou profundas mudanças na ordenação das sociedades. No âmbito econômico, a revolução industrial criou um novo

⁴ HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. Pg. 130

⁵ HUNT, pg. 9.

⁶ Cf. MICELI, Sergio. in.: BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992. p. XIII

⁷ CHARTIER, Roger. *A História Cultural, Entre Práticas e Representações*. [Trad. Maria Manuela Galhardo] Lisboa: DIFEL, 1990, p.17.

significado aos modos de produção. Por exemplo, a produção em grande escala com a utilização de máquinas provocou a falência dos produtores artesanais, ou a intensa preocupação apresentada em torno do lucro, que era visto como fim principal de uma empresa. Essas mudanças trouxeram pesadas conseqüências que não se resumem apenas aos aspectos técnicos no campo social econômico ou político, mas como um problema de dimensões éticas. O direito à propriedade individual tornou-se um valor absoluto para a vida das pessoas, e o individualismo opera como elemento desagregador das relações culturais de uma sociedade.

Nesse processo de industrialização, as grandes empresas viam-se obrigadas a empregar verdadeiros exércitos de operários, como pode ser observado na obra de Friedrich Engels, mesmo se referindo à condição dos operários na Inglaterra que não era muito diferente dos da Alemanha:

A indústria centraliza o capital nas mãos de um pequeno numero de pessoas. Exige enormes capitais por meio dos quais constrói gigantescos estabelecimentos – arruinando assim a pequena-burguesia artesanal – e com a ajuda dos quais põe ao seu serviço as forças da natureza, a fim de expulsar do mercado o trabalhador manual individual. A divisão do trabalho, a utilização da força hidráulica e sobretudo da força a vapor, a maquinaria: eis as três grandes alavancas com as quais a indústria, desde meados do século passado, se esforça por fazer avançar o mundo. A pequena indústria deu lugar à classe média, a grande indústria à classe operária, e colocou no trono alguns raros eleitos da classe média, mas unicamente para um dia os abater com mais segurança. Entretanto, é um fato inegável e facilmente explicável que a numerosa pequena burguesia dos “velhos tempos” foi destruída e decomposta em ricos capitalistas por um lado e pobres operários por outro.

Mas a tendência centralizadora da indústria não fica por aí. A população fica tão centralizada como o capital; nada mais natural porque, na indústria, o homem, o trabalhador, não é considerado senão como uma fração do capital à qual o industrial entrega um juro – que se chama salário – como compensação ao que o trabalhador lhe proporciona. O grande estabelecimento industrial exige numerosos operários trabalhando juntos num mesmo edifício; eles têm de habitar juntos; para uma fábrica média constituem já uma vila. Tem necessidades para cuja satisfação outras pessoas são necessárias; os artesãos: alfaiates sapateiros, padeiros, pedreiros e marceneiros afluem. Os habitantes da vila, sobretudo a geração mais jovem, habituam-se ao trabalho na fábrica, como se compreende, já não os pode ocupar a todos, o salário baixa e, por conseqüência, vêem-se instalar novos industriais. De tal modo que a vila se transforma numa pequena cidade e a pequena cidade numa grande cidade.(...)

Dado que a indústria e o comércio se desenvolvem mais perfeitamente nas grandes cidades é, pois, igualmente aí que aparecem mais manifesta e claramente as conseqüências que exercem sobre o proletariado. Foi aí que a centralização dos bens atingiu o seu grau mais elevado, foi aí que os costumes e as condições de vida dos velhos tempos foram mais radicalmente destruídos;⁸

A igreja não se mostrou insensível a essas situações. Kolping, convivendo nesse ambiente, sentiu-se motivado a entrar para o sacerdócio, pois assim acreditava que poderia promover com mais eficácia uma reforma social em busca de melhores condições de vida para os trabalhadores. As conseqüências dos problemas sociais são uma preocupação da Igreja porque as condições desumanas de vida impedem a realização transcendental (vocação) da pessoa, correndo o risco de gerar-se nelas uma visão muito materialista da vida. Podemos citar vários agentes que eclodiram na chamada “questão social”, como Antoine Frédéric Ozanam que foi fundador das “Sociedades de São Vicente de Paulo” conhecidas como “Conferências Vicentinas”, do qual é a significativa a frase: “é da cabeceira dos pobres que se aprende verdadeiramente as questões sociais”, dizia ele em seus discursos:

É a liberdade humana que faz os pobres. É ela que seca essas duas fontes primitivas de riqueza, a inteligência e a vontade, deixando a primeira se extinguir na ignorância e a Segunda se extenuar na devassidão. Os operários o sabem melhor do que nós.
(...)

⁸ ENGELS, Friedrich. A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Global, 1986.p. 32.

Vós, políticos censurais a incapacidade e a incúria do operário, os defeitos rotineiros de seus métodos, a desordem sistemática de sua conduta. No entanto, não só jamais lhes oferecestes estímulo algum, mas tivestes sempre temor das associações que os reuniriam... que os cercariam de exemplos e de luzes e lhes garantiriam a educação permanente tão necessária ao homem sempre fraco, (...) O cristianismo fez da esperança uma virtude; fazei dela a defesa desta sociedade ameaçada. Guardai-vos de desesperar de nosso século, não vos deixeis submergir no derrotismo incapaz de construir qualquer coisa, que assiste inerte à decadência da civilização.⁹

Outro que podemos destacar é o Bispo de Mainz, Wihelm Emmanuel von Ketteler em seus célebres discursos “o direito de propriedade” e “O Cristianismo e a questão social”, proferidos em 1840 em uma confêrencia para operários onde discutiram entre outros assuntos, as reidificações sobre salários, duração do expediente de trabalho, descanso semanal e trabalho de mulheres e crianças.

Assim como eles, Kolping começou a atuar aproximadamente em 1849, com um pequeno grupo de jovens ao qual chamaram de “Gesellenverein”, uma espécie de associação de companheirismo que viria a ser o germe daquilo que leva hoje o nome de Sociedade Kolping. Nos anos seguintes, viajando, estabelecendo contatos, chegou a conhecer outras associações de trabalhadores semelhantes.

Es geschah in jenen Tangen, daß mehrere junge Menschen den Wunsch nach engerem Zusammenschluß äußerten, um mit vereinten Kräften ermöglichen zu können, was der einzelne nicht durchführen konnte. In diese Willen mehrerer Gesellen nach Zusammenschluß ruht schon die eigentliche Gründungsstunde des Gesellenvereins.¹⁰

Quando morreu, em 1865, Kolping, através de suas orientações com palestras e organizações, conseguira fundar 418 *Gesellenvereine* de trabalhadores similares às de Köln, com aproximadamente 24.600 associados distribuídos pela Europa, na Alemanha, Áustria, Hungria, Itália, Bélgica, Suíça e inclusive nos EUA¹¹. Observa-se que objetivando a reprodução social, a mediação operada pelo agente associa-se ao papel estratégico que os sistemas educativos desempenham no processo de socialização. Dessa maneira, é importante observar o processo de moldagem pelo qual passa o agente para incorporar os princípios e as significações de um determinado modelo social.

Para Bourdieu, “do ponto de vista do agente, e tão somente em certa medida, o mundo é o que consta de seu universo de representações, as quais devem forçosamente ser incorporadas à construção do objeto a cargo do observador”¹², pois os agentes vivem as suas próprias representações do qual retiram o valor e a importância de cada elemento da sociedade. No caso de Adolf Kolping, os principais objetivos destacados em sua ambiciosa iniciativa eram dar continuidade na formação da vocação, na formação de cristãos, cidadãos trabalhadores e pais de família, pois assim conseguiria abranger os aspectos sociais, econômicos e morais da sociedade.

Podemos dizer que as Sociedades Kolping estão intimamente aliadas a esse ideal de resolver os problemas surgidos nas sociedades industrializadas, ou seja, a essa noção de que esses problemas são melhor resolvidos em comunidade. Devemos considerar que as representações possuem uma existência material que em geral traduzem-se em atos e práticas. Por isso, atualmente, podemos constatar que as Sociedades Kolping estão espalhadas por todo o mundo e

⁹ AVILA, Fernando Bastos de, *O pensamento Social cristão antes de Marx: Textos e comentários*. Rio de Janeiro: J. Olympio. 1972. P.230-234

¹⁰ “Ocorre em todo dia, que muitos jovens expressam a aspiração de unir-se, para com a força coletiva possibilitar aquilo que isolados não conseguem conduzir. Nessa aspiração de juntar mais companheiros, repousa já o verdadeiro momento de fundação da Sociedade de Companheirismo”(Trad. Autor) *Adolf Kolping und seine Werk*, Heiderdruck, Bergisch Gladbach. In: Acervo do Núcleo de Estudos Teuto-brasileiros (NETB). São Leopoldo. UNISINOS, p. 11

¹¹ *A Obra Kolping no Brasil*. Disponível em: <<http://www.kolping.com.br>>. Acesso em: 23 abril 2003.

¹² BOURDIEU, p. XXI.

continuam realizando suas atividades. As diferentes modalidades institucionais podem ser entendidas como expressões que correspondem a diferentes observações acerca da vida social total.

Mas a forma que essas instituições com sua estrutura de sistemas de práticas e crenças religiosas assumem em um dado momento do tempo corre o risco de sofrer um afastamento do conteúdo de seu projeto original e a mensagem só pode ser compreendida inteiramente se for contraposta com a estrutura completa das relações materiais ou simbólicas dessa sociedade. No contexto das sociedades industriais, em que surgem as instituições culturais preocupadas com a questão social, o discurso organizado por estas condena a revolução industrial, pois a condição à qual eram expostos os homens eliminava qualquer idéia de redenção e salvação, conseqüentemente os trabalhadores desinteressavam-se pelos problemas de ordem moral e religiosa. Kolping entendia que não era somente o maquinismo que esmagava o homem, mas o seu uso pelo capitalismo. Semelhante posição pode ser observada no catolicismo francês, analisado por Michel Lagrée, que descreve a constante tensão que existiu entre as atitudes cristãs diante das técnicas modernas. Por isso, era necessário resolver esse problema, e a maneira mais eficaz era promovendo um discurso de dignificação do trabalho, no caso das Sociedades Kolping, através de cursos e especializações do trabalho e do trabalhador.

Mas ao promover isso, também condicionam e regulam os homens para essa sociedade industrial. Esse fato pode ser melhor compreendido através da esplendida análise de Bourdieu, ao dizer que, em uma sociedade dividida em classes, as estruturas dos sistemas de representações e práticas religiosas próprias aos diferentes grupos ou classes contribuem para a perpetuação e para a reprodução da ordem social cultural ao contribuir para consagrá-la, entendida na forma de um conjunto de relações simbólicas e materiais estabelecidas entre os grupos ou classes.

Isso acontece porque no momento em que se apresenta o conjunto de relações, estas se estruturam e organizam em posições polares, a saber no sistemas de práticas e de representações tendentes a justificar a preeminência das classes dominantes, no caso a religiosidade, e os sistemas de práticas e representações tendente a impor aos dominados um reconhecimento da legitimidade da dominação fundada no desconhecimento da relação da dominação e dos modos de expressão simbólicos da dominação, contribuindo desse modo ao reforço moral da representação simbólica de uma disposição de renúncia e do *ethos* resignação diretamente sugerido pelas condições de existência por parte dos dominados¹³.

Se considerarmos que o interesse religioso tem como princípio a necessidade de legitimar determinadas representações vinculadas a uma determinada condição de existência e forma de estrutura social, o papel por ela desempenhado será em favor de uma classe, concordando com a posição que este grupo ou classe ocupa na sociedade. Por isso, o sistema de representação legitimado pela religião, para conseguir um efeito de mobilização, deve fornecer um sistema de justificação das representações que também deve estar associado ao grupo na medida em que ele ocupa uma determinada posição na estrutura social. Ao conseguir isso, a Igreja contribui para a manutenção da ordem social, tanto do ponto de vista da reprodução simbólica (ideais de vida, concepções de mundo) quanto do ponto de vista da reprodução material (instituições de trabalho, como no caso das Sociedades Kolping).

Agora nos resta perguntar, qual o motivo que explicaria a existência dessa sociedade na zona rural do oeste catarinense? Será que foi por causa da situação social daquela região, ou foi por causa do caráter religioso e do ideal que acompanhou os imigrantes? Bourdieu responde que “o sentido e a função de uma dada instituição se revela sob a condição de que o investigador chegue a captar sua incidência na consciência individual”¹⁴. Assim, os níveis de apreensões do social devem reunir-se em torno de uma experiência concreta, mas que seja não apenas em uma sociedade localizada no tempo e no espaço, mas principalmente em um indivíduo qualquer que faça parte dessa sociedade. De uma maneira ampla, podemos dizer que a Sociedade Kolping é

¹³ BOURDIEU, p. 53.

¹⁴ MICELI, p. XXIII.

uma instituição de caráter religioso, católica, que objetivava ajudar a comunidade a manter a união e o espírito de companheirismo. A sua existência na região do oeste catarinense pode ser explicada pela aceitação desse ideal de vida em comunidade, pelas pessoas que habitam aquele lugar, pois reconheciam nesse ideal uma maneira de resolver as necessidades e problemas de sua condição de existência material.

Considerando que o extremo-oeste catarinense é uma região de colonização gerenciada pelos jesuítas e fora formada dentro de um sistema de tradição correspondente ao catolicismo europeu, especialmente germânico, compreende-se que este era mais voltado para as questões sociais e políticas dos católicos. Os objetivos mais amplos dos Jesuítas eram fortalecer sua religiosidade católica e unir os católicos para a resolução de suas dificuldades, porque aquela comunidade faz parte de uma região de condições de existência fundada na urgência econômica. A aceitação desse ideal, desse sistema de representação, por parte dos imigrantes impede que aconteça qualquer distanciamento das dificuldades do presente e das necessidades imediatas de existência da própria comunidade. O que ocorre na prática então não é uma resolução dos problemas, mas sim uma resignação das pessoas às suas condições de existência. Na maioria das vezes é por esta razão que a religião tem maiores oportunidades de se manifestar nas sociedades ou nas classes sociais mais desfavorecidas do ponto de vista econômico, porque apresenta-lhes uma salvação e, logo, estão dispostas a ocupar uma posição dominada nas relações de forças materiais e simbólicas.

Referências Bibliográficas

- AVILA, Fernando Bastos de, O pensamento Social cristão antes de Marx: Textos e comentários. Rio de Janeiro: J. Olympio. 1972.
- BOURDIEU, Pierre. A Economia das Trocas Simbólicas. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.
- CHARTIER, Roger. A História Cultural, Entre Práticas e Representações. [Trad. Maria Manuela Galhardo] Lisboa: DIFEL, 1990.
- ENGELS, Friederich. A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Global, 1986
- HUNT, Lynn. A Nova História Cultural. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- LAGRÉE, Michel. O tempo das paixões: Praguejadores e turiferários(1830-1914); O tempo da razão (1914-1960) In: Religião e tecnologia: a benção de Prometeu. Bauru: EDUSC, 2002.
- PIERUCCI, Antônio Flavio de Oliveira; PRANDI, José Reginaldo. A realidade social das religiões no Brasil : religião, sociedade e política. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- A Obra Kolping no Brasil, Disponível em: <<http://www.kolping.com.br>>. Acesso em: 23 abril 2003.
- HÜNERMANN, Wilhelm. So begann Adolf Kolping vor 100 Jahren. In.: Der Familienfreund. Hauskalender und Wegweiser für das Jahr 1952. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1952, p.42.
- _____. Adolf Kolping und sein Werk. Heiderdruck, Bergisch Gladbach.(Acervo do Núcleo de Estudos Teuto-brasileiros (NETB). São Leopoldo. UNISINOS)
- WERLE, André Carlos; DIRKSEN, Valberto. O reino jesuítico germânico nas margens do Rio Uruguai: aspectos da formação da colônia Porto Novo (Itapiranga). Florianópolis, 2001. 195 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina.

– 9 –

Imigração e Cidadania

“NACIONALIZAÇÃO” E CIDADANIA

René E. Gertz*

Quando se fala de “nacionalização” nas regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul durante o Estado Novo, tem-se em mente dois processos diferentes, um que se refere à intervenção no sistema de escolas particulares, em sua maioria ligadas a comunidades religiosas¹, e o outro que se refere à intervenção mais geral contra o conjunto da população, com a proibição da língua e com a tentativa de erradicação de traços culturais e, inclusive, religiosos herdados. O primeiro processo começou logo no início do período², em 1938, enquanto o segundo se intensificou mais próximo da declaração de guerra entre Brasil e Alemanha, em 1942.³ Na “nacionalização” educacional teve papel destacado o secretário de educação, J. P. Coelho de Souza, na outra se sobressaiu o chefe de polícia do estado, Aurélio da Silva Py, como mostrei em *O perigo alemão*.⁴ Um terceiro aspecto desse mesmo problema são os quebra-quebras, as depredações e as mortes, acontecidos, em vários momentos, a partir de 1942, especialmente depois do dia 18 de agosto.⁵

Além do capítulo no livrinho *O perigo alemão*, dediquei alguns outros textos menores ao tema da “nacionalização”⁶ e, entretanto, vários outros historiadores também escreveram estudos importantes sobre o assunto.⁷ Pesquisas próprias mais recentes, além de informações e conclusões dos citados trabalhos alheios, me animam a retomar a questão, tentando iluminar o assunto a partir da perspectiva da cidadania.

O impulso para esse empreendimento parte agora da realidade atual: não há dúvida de que nos últimos anos as peculiaridades étnicas e religiosas vêm se constituindo num importante tema de afirmação da cidadania. Uma das formas mais recentes dessa afirmação da cidadania consiste não só no reconhecimento (mas até no incentivo) do cultivo da etnicidade – e da própria religiosidade – peculiar aos diferentes grupos. Em relação à etnicidade, temos inclusive o surgimento oficial dos cidadãos brasileiros hifenizados. Reservas de quotas para ingresso no funcionalismo público e nas universidades estão sendo vinculadas à origem étnica.

* Professor nos Departamentos de História da PUCRS e da UFRGS.

¹ Paiva, César. *Die deutschsprachigen Schulen in Rio Grande do Sul und die Nationalisierungspolitik*. Hamburgo/Alemanha: Universidade de Hamburgo, 1984 (tese de doutorado).

² A justificativa oficial pode ser conferida em Souza, J. P. Coelho. *Denúncia: o nazismo nas escolas do Rio Grande*. Porto Alegre: Editora Thurmman, 1941.

³ Sobre a evolução das relações Brasil-Alemanha, na década de 1930, e a questão dos “alemães” no Brasil, cf. Harms-Baltzer, Käte. *Die Nationalisierung der deutschen Einwanderer und ihrer Nachkommen in Brasilien als Problem der deutsch-brasilianischen Beziehungen 1930-1938*. Berlim: Colloquium Verlag, 1970; Seitenfus, Ricardo. *A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

⁴ Gertz, René E. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1991, p. 63-77.

⁵ Galvani, Walter. *A noite do quebra-quebra*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993; Dillenburg, Sérgio Roberto. *Tempos de incerteza: a discriminação aos teuto-brasileiros no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Edições EST, 1995; Fachel, José Plínio Guimarães. *As violências contra alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço*. Pelotas: Editora e Gráfica da Universidade Federal de Pelotas, 2002.

⁶ Gertz, René E. “Nacionalização: um incidente em Caí”. In: *Anais dos VIII e IX Simpósios de Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 1998, p. 187-191; Gertz, René E. “A ‘nacionalização’ no Rio Grande do Sul”. In: *Anais da XI Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Porto Alegre: SBPH, 1992, p. 311-317.

⁷ Müller, Telmo Lauro (org.). *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994; Fachel, op. cit.; Petry, Andrea Helena. “É o Brasil gigante, liberto do estrangeiro, uno, coeso e forte, o Brasil do brasileiro!...” – campanha de nacionalização efetivada no Estado Novo. São Leopoldo: UNISINOS, 2003 (dissertação de mestrado); Bergesch, Cecília Adelaide. *Política de nacionalização e suas repercussões nas igrejas e escolas no vale do Taquari (1930-1945)*. Porto Alegre: PUCRS, 2003 (dissertação de mestrado); Neumann, Rosane Márcia. “Quem nasceu no Brasil é brasileiro ou traidor!”: as colônias germânicas e a campanha de nacionalização. São Leopoldo: UNISINOS, 2003 (dissertação de mestrado).

Isso trouxe um aspecto bem novo para a discussão, pois significou o fim ou, no mínimo, uma limitação às concepções universalistas da cidadania. Não é mais o gênero humano como tal que recebe atenção indistinta na concessão e no acesso à cidadania, isto é, não é mais só a pessoa que apresenta condições que possam ser satisfeitas por qualquer um (como, por exemplo, ter alcançado determinada idade) para usufruir todos os direitos inerentes à condição de cidadão brasileiro, mas aparecem grupos específicos, grupos com determinadas características étnicas a quem se atribuem direitos específicos ou maiores possibilidades de acesso a determinados benefícios.

Se no período do Estado Novo só se aceitavam cidadãos *brasileiros*, e se divulgava o slogan de que “quem nasce no Brasil é brasileiro ou traidor”⁸, não permitindo qualquer outro qualificativo, hoje em dia os cidadãos podem ser inclusive solicitados a adicionar um qualificativo étnico à sua condição de cidadão brasileiro, em repartições públicas ou diante de certas instâncias governamentais.

Nesse sentido, o primeiro, mas modesto, objetivo deste texto consiste em mostrar como pouco mais de meio século atrás se vivia numa situação totalmente diferente e qualquer outro qualificativo acrescido ao de “brasileiro”, até quando não era auto-atribuído, podia ser utilizado para não só desqualificar as pessoas, mas até para persegui-las.

Um segundo objetivo paralelo é o de tentar “presentificar” as situações criadas com a “nacionalização”. Significa tentar imaginar o contexto dentro do qual determinadas ações nacionalizadoras transcorreram, para, dessa forma, ter uma maior possibilidade de avaliação tanto dessas ações quanto do impacto causado sobre as populações.

Ao fazer referência à ação estatal nos campos educacional e policial no período, deve-se deixar claro que a atenção não pode concentrar-se exclusivamente naquilo que Cordeiro de Farias, o interventor federal no Rio Grande do Sul, e seus auxiliares pensavam e faziam, mas deve-se levar em conta os antecedentes políticos, os conflitos e os preconceitos étnicos e religiosos presentes entre setores consideráveis da população gaúcha. Com isso se pretende dizer que o clima da época não derivava, exclusivamente, da vontade ou da ação dos detentores do poder estatal daquele momento. Havia, nesse sentido, uma mentalidade amplamente difundida entre uma parcela muito significativa da população em geral.

E aqui é necessário atentar também para as diferenças que existiam na avaliação das diferentes populações qualificadas de “estrangeiras” ou “alienígenas”, naquela época. Inverte-se aqui a questão da cidadania: nem todos os “estrangeiros”, “adventícios” ou brasileiros com algum qualificativo étnico eram considerados uniformemente distantes da verdadeira cidadania brasileira. Não há qualquer dúvida de que, no Rio Grande do Sul, dos grupos étnicos mais visados pelo processo de “nacionalização” durante o Estado Novo, os alemães e seus descendentes estavam em primeiro lugar.

Essa posição certamente teria sido ocupada por japoneses e descendentes, se seu número fosse mais significativo. Se o censo de 1940 registrou, para o estado, 15.279 alemães natos, mais 7.543 naturalizados, portanto 22.822 no total, sem considerar algumas centenas de milhares de descendentes, foram encontrados apenas 199 japoneses.⁹

Mesmo assim, foi justamente um intelectual gaúcho – originário e atuante em região de colonização alemã – que escreveu um livro alertando para o perigo japonês no país, o que sugere que para a opinião pública sul-riograndense os japoneses ocupavam, com certeza, a segunda posição nas preocupações dos nacionalizadores.¹⁰ O deslocamento de contingentes da Brigada Militar para Santa Rosa, em 1942, teria sido motivada por suposta possibilidade de infiltração

⁸ Cf., nesse sentido, o título da dissertação de Neumann (op. cit.).

⁹ Esses dados estão em Fortes, Alexandre. “*Nós do Quarto Distrito...*”: a classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas. Campinas: UNICAMP, 2001 (tese de doutorado), p. 131.

¹⁰ Moraes, Carlos de Souza. *A ofensiva japonesa no Brasil: aspecto social, econômico e político*. Porto Alegre: Globo, 1937 (o livro teve uma segunda edição em 1942). Carlos de Souza Moraes era natural de Montenegro e, a partir de 1939, foi secretário da prefeitura municipal de São Leopoldo, onde, mais tarde (1945), se tornou prefeito.

japonesa a partir da Argentina. O Centro de Instrução Militar da Brigada Militar foi deslocado para aquele município “com o fim próprio de prevenir e evitar atos de sabotagem ou de quaisquer outras ações prejudiciais aos interesses nacionais”, pois havia grandes desconfianças em relação ao minúsculo grupo de japoneses que ali vivia.¹¹

Os italianos e seus descendentes apareciam num provavelmente mais afastado terceiro lugar, pois não lhes foi dedicado nenhum livro específico, sob essa perspectiva. A colônia italiana, apesar de demograficamente tão numerosa quanto a alemã e representando, no mínimo, a mesma força econômica que esta, apesar da presença significativa do fascismo, como mostrou Loraine Slomp Giron¹², e apesar de Caxias do Sul ter tido, em 1935, a maior votação integralista de todo o estado, com a eleição de três vereadores da AIB, num total de sete¹³ – apesar de tudo isso, o secretário da educação, J. P. Coelho de Souza declarou, no *Correio do Povo* de 12 de agosto de 1938, que a nacionalização na região colonial italiana estava resolvida e, em 29 de outubro de 1939, fez uma “Saudação à cidade de Caxias do Sul”, na qual afirmou que “na colônia italiana, constituída de algumas centenas de milhares de pessoas, o problema da nacionalização do ensino não existe” – as poucas escolas particulares existentes na região teriam sido nacionalizadas antes de qualquer iniciativa governamental, por ordem do bispo local.¹⁴

Um livro sobre Jaguarí – uma região de colonização italiana no oeste do estado –, publicado em 1940, pela Editora Globo, confessava que, até 1937, não acontecera nenhuma naturalização no município, a ponto de, inclusive, o segundo intendente do município, Sílvio Marchiori, ter sido um cidadão italiano, que nunca se naturalizou; em 1939, o subprefeito do 3º distrito ainda era um italiano nato. Apesar disso, “jamais se agitou em Jaguarí qualquer questão de raça”.¹⁵

A diferença entre as avaliações sobre a colônia alemã e a colônia italiana não passou despercebida de observadores externos contemporâneos. Assim, Rubem Braga criticou o famoso livro *A 5ª coluna no Brasil*, de Aurélio da Silva Py, sobre o nazismo¹⁶, porque ignoraria a atividade do fascismo italiano e o quinta-colunismo de “autênticos” brasileiros (como integralistas e outros). Braga inclusive ironizou que Py, certamente, fora obrigado a silenciar sobre certas coisas que sabia, e terminou lembrando que a França de forma alguma caíra em virtude do pequeno número de nazistas alemães que lá se encontravam.¹⁷

Isso tudo não significa que não houvesse nenhum tipo de “nacionalização” na região colonial italiana – significa apenas que ela teve uma intensidade menor do que nas regiões de colonização alemã. Marcos Paganí estudou uma vertente dessa “nacionalização”: os Centros de Cultura.¹⁸ Espalhados pelos principais municípios da região serrana em torno de Caxias do Sul, esses centros visavam garantir a lealdade e a brasilidade de italianos e descendentes através de cursos de educação informal, de atos cívicos, de leituras edificantes sob a perspectiva da nacionalidade brasileira. O estudo de Cláudia Sganzerla sobre Guaporé mostra que, apesar de haver, do ponto de vista policial, controle e repressão, eles aconteciam com relativa seletividade e não atingiram dimensões que afetassem indistintamente o conjunto da população.¹⁹ Na região central do estado, em Santa Maria, a reação contra italianos e descendentes parece ter sido maior,

¹¹ Mariante, Helio Moro. *Crônica da Brigada Militar gaúcha*. [Porto Alegre]: Imprensa Oficial Editora, 1972, p. 203; Ribeiro, Aldo Ladeira. *Esboço histórico da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, 1930-1961*. Porto Alegre: Brigada Militar, 1987 (vol. 3), p. 442-443. Sobre japoneses em Santa Rosa, cf. Moraes, op. cit. (edição de 1942), p. 120 e segs.

¹² Giron, Loraine Slomp. *As sombras do Littorio: o fascismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Parlenda, 1994.

¹³ Pistorello, Daniela. *“Os homens somos nós...”: o integralismo na região colonial italiana do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: PUCRS, 2001 (dissertação de mestrado).

¹⁴ Souza, J. P. Coelho de. *Caminhada*. Porto Alegre: Sulina, 1969, p. 193.

¹⁵ [Sem indicação de autor]. *Jaguarí*. Porto Alegre: Globo, 1940, p. 31.

¹⁶ Py, Aurélio da Silva. *A 5ª coluna no Brasil: a conspiração nazi no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1942. Uma versão com distribuição mais restrita foi o “relatório” *O nazismo no Rio Grande do Sul*. [Porto Alegre – sem indicações].

¹⁷ *Revista do Globo*, Porto Alegre, ano XIV, nº 319, p. 8-9.

¹⁸ Paganí, Marcos Fernando. *O nacionalismo na região colonial italiana: a criação dos Centros Culturais (1937-1945)*. Porto Alegre: PUCRS, 2001 (dissertação de mestrado).

¹⁹ Sganzerla, Cláudia Mara. *A lei do silêncio: repressão e nacionalização no Estado Novo em Guaporé (1937-1945)*. Passo Fundo: Editora da UPF, 2001.

como sugere o trabalho de Angélica Medeiros Rios – mas as eventuais variações locais ou regionais não invalidam a afirmação genérica sobre a menor perseguição aos “italianos”.²⁰

Quanto aos poloneses, não há muitos registros sobre preocupações maiores com esse grupo durante o Estado Novo, mesmo que fossem conhecidos os profundos preconceitos, de longa data, contra eles, como mostrou Isabel Rosa Gritti.²¹

No que tange aos judeus, não há dúvida de que havia também preconceitos profundamente enraizados, mas, nesse caso, o número também era pequeno – apesar de maior que o de japoneses – e, ao contrário destes, não se vinculavam a nenhum país que pudesse ser visto como inimigo efetivo ou potencial do Brasil, naquele momento. Como mostrou Cristine Fortes Lia, os judeus também foram, certamente, aquele grupo que melhor soube “negociar” sua identidade étnica durante esse período.²²

A forma pela qual era encarada a etnicidade daqueles grupos que não podiam ser classificados, sem mais nem menos, como “estrangeiros” ou “alienígenas” – concretamente, negros e indígenas – ainda precisa ser mais adequadamente pesquisada, apesar de haver alguns indícios, que serão referidos, de forma rápida, mais adiante.

Voltemo-nos, então, para o grupo constituído pelos alemães e seus descendentes. A idéia de um “perigo alemão” estava difundida entre uma parte muito significativa da população rio-grandense e brasileira praticamente desde que os primeiros alemães chegaram ao estado, em 1824.²³ Mas, sem dúvida, um primeiro ponto alto na difusão dessa concepção fora atingido nos anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial, durante a qual houve atentados e depredações, mas o “liberalismo” de Borges de Medeiros em assuntos educacionais, étnicos e religiosos fez com que a campanha de “nacionalização”, nessa época, ficasse relativamente restrita, sobretudo em termos cronológicos. A proibição da língua, dos cultos e da imprensa em língua alemã, a mudança de nomes de localidades e de acidentes geográficos e a própria interferência na atividade educacional nas regiões coloniais só se tornaram mais incisivas quando o Brasil declarou guerra à Alemanha, em outubro de 1917.²⁴

Isso sugere que durante esse conflito as depredações não foram motivadas tanto pela ação ou pela instigação de parte de agentes do Estado, mas que o potencial anti-alemão se encontrava difuso na população, independente daquilo que as autoridades estaduais diziam ou faziam. O próprio Borges de Medeiros foi censurado, nessa oportunidade, pelo presidente da República, Wenceslau Brás, por displicência na organização da seção estadual da “nativista” Liga de Defesa Nacional²⁵, e, pessoalmente, tomou medidas para garantir a integridade de instituições ameaçadas pela ira popular, como o Colégio Anchieta.

Mesmo com a Alemanha derrotada e sem qualquer possibilidade de interferência efetiva, sobretudo material, no Brasil – uma das justificativas para aqueles que, historicamente, alertavam contra o “perigo alemão” –, a década de 1920 esteve cheia de episódios que denotavam a presença do preconceito, como mostrei em *O aviador e o carroceiro*.²⁶ Justamente nessa década,

²⁰ Rios, Angélica de Medeiros. *Ser ou não ser italiano*: descendentes de imigrantes em Santa Maria durante o Estado Novo. Porto Alegre: PUCRS, 2001 (dissertação de mestrado).

²¹ Gritti, Isabel Rosa. *Imigração e colonização polonesa no Rio Grande do Sul*: a emergência do preconceito. Porto Alegre: PUCRS, 2002 (tese de doutorado). Ver também Wenczenovicz, Thaís Janaína. *Montanhas que furam as nuvens!* Imigração polonesa em Áurea – uma abordagem econômica, política e social (1910-1945). Passo Fundo: UPF, 2002 (dissertação de mestrado).

²² Lia, Cristine Fortes. *Bons cidadãos*: a comunidade judaica do Rio Grande do Sul durante o Estado Novo (1937-1945). Porto Alegre: PUCRS, 2004 (tese de doutorado). No que tange à idéia de “negociar” a identidade, cf. Lesser, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional*: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

²³ Gertz, René E. “A tradição do ‘perigo alemão’”. *Vydia*, Santa Maria, ano 17, n° 29, 1998, p. 73-83.

²⁴ Sobre o período da Primeira Guerra Mundial, cf. Königh, Georg. *Die Politik Brasiliens während des Weltkrieges und die Stellung des brasilianischen Deutschtums*. Hamburgo: Hans Christians Druckerei und Verlag, 1935; Luebke, Frederick C. *Germans in Brazil*: a comparative history of cultural conflict during World War I. Banton Rouge: Louisiana State University, 1987; Silva Jr., Adhemar Lourenço da. “O povo x der Pöbel”. In: Mauch, Cláudia & Vasconcellos, Naira (orgs.). *Os alemães no sul do Brasil*. Canoas: Editora da ULBRA, 1994, p. 86-103; Rabuske, Arthur. “A nacionalização e a Igreja Católica”. In: Müller (org.), op. cit., p. 157-188.

²⁵ Love, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975, p. 193.

²⁶ Gertz, René E. *O aviador e o carroceiro*: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, p. 124-150.

se constatava um claro avanço da população de origem alemã no campo político, que ocorreu paralelo ao crescimento da participação relativa da metade norte do estado – onde se localizam as principais áreas de colonização alemã – na demografia e na economia gaúchas, como mostrei em *O perigo alemão*.

Quando se chegou à década de 1930, ocorreu a confluência de vários fatores que certamente colaboraram no aprofundamento dos preconceitos existentes desde longa data. Ao contrário daquilo que aconteceu no estado de Santa Catarina, onde desde 1930 foram tomadas medidas drásticas contra a população de origem alemã por parte do governo estadual²⁷, no Rio Grande do Sul, ocorreu, sob o governo de Flores da Cunha, praticamente o inverso.

Assim, em 1934, por ocasião dos festejos dos 110 anos de imigração alemã, o governo estadual gaúcho decretou que o 25 de julho, data da chegada dos primeiros imigrantes alemães a São Leopoldo, passaria a ser o “Dia do Colono”, um feriado oficial. Flores prestigiou o prefeito porto-alegrense, Alberto Bins²⁸ – uma figura de muita expressão na “colônia alemã” da cidade –, nomeando-o coordenador dos festejos do centenário da Revolução Farroupilha, em 1935.²⁹ Durante o período de aliança do governo com os partidos de oposição (o *modus vivendi*, de 1936), o teuto-brasileiro Lindolfo Collor participou da administração estadual na qualidade de secretário da fazenda. Por essa mesma época, o governador empenhou-se a fundo para a eleição do deputado-classista A. J. Renner para a mesa diretora da Assembléia Legislativa. A amizade de Flores da Cunha com o cônsul alemão, Friedrich Ried, era notória.

Mesmo que a amizade e as demonstrações de prestígio em relação a essas pessoas por parte do governador, eventualmente, não tivessem nada a ver com sua condição de “representantes” da “colônia alemã”, sua presença no governo ou suas boas relações com ele, sem dúvida, contribuíam para uma aproximação ou, no mínimo, para uma certa simpatia das populações coloniais para com Flores da Cunha. Num dos documentos que o ex-governador publicou durante seu exílio no Uruguai, depois de sua deposição em 1937, fez uma referência expressa a sua boa convivência com as populações de origem alemã e italiana durante seu governo.³⁰

Depois da deposição de Flores, foram feitas acusações constantes no sentido de que em suas atividades subversivas comandadas do exterior se aliava a qualquer grupo ou pessoa, mesmo àqueles que haviam sido seus maiores inimigos, como comunistas e integralistas. Podemos imaginar a importância atribuída nesse quadro de suposta subversão “florista” generalizada àqueles que haviam sido, claramente, aliados e colaboradores do governador deposto.

Cabe reiterar o fato inconteste de que no Rio Grande do Sul o integralismo – visto como estreitamente ligado ao nazismo alemão e ao fascismo italiano – tivera, entre 1934 e 1937, seus mais altos índices de adesão nas regiões de colonização alemã e italiana.³¹ Nazismo³² e fascismo³³ estavam presentes, sob diversos matizes, nessas mesmas regiões, independente dos objeti-

²⁷ Gertz, René E. *O fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p. 174 e segs.

²⁸ Sobre Bins, cf. Fausel, Erich. *Alberto Bins, o merlense brasileiro*. São Leopoldo: Rotermund & Cia. Ltda., s. d. Sobre sua atuação na prefeitura de Porto Alegre, cf. Bakos, Margaret Marchiori. *Porto Alegre e seus eternos intendent*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996, p. 62 e segs.

²⁹ Sobre os problemas e as acusações que Bins enfrentou mais tarde em virtude de sua condição de coordenador dos festejos, cf. Bins, Alberto. *As contas do Comissariado Geral da Exposição Farroupilha e a atuação do respectivo Comissariado*. Porto Alegre: Globo, 1938.

³⁰ Bellintani, Adriana Iop. *Conspiração contra o Estado Novo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, p. 100.

³¹ Gertz, *O fascismo no sul do Brasil*, p. 158 e segs. Brandalise, Carla. *O fascismo na periferia latino-americana: o paradoxo da implantação do integralismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992 (dissertação de mestrado); Pistorello, op. cit.

³² Os estudos mais recentes sobre o nazismo no Brasil mostram que minhas conclusões em *O fascismo no sul do Brasil*, não foram refutadas, até o momento. Cf. Bartelt, David D. *Die Auslandsorganisation der NSDAP in Brasilien im Rahmen der deutsch-brasilianischen Beziehungen 1931 bis 1939*. Berlin: Freie Universität Berlin, 1991 (dissertação de mestrado); Müller, Jürgen. *Nationalsozialismus in Lateinamerika: die Auslandsorganisation der NSDAP in Argentinien, Brasilien, Chile und Mexiko 1931-1945*. Stuttgart: Verlag Hans-Dieter Heinz, 1997; Gaudig, Olaf & Veit, Peter. *Der Widerschein des Nazismus: das Bild des Nationalsozialismus in der deutschsprachigen Presse Argentiniens, Brasiliens und Chiles 1932-1945*. Berlin: Wissenschaftlicher Verlag Berlin, 1997; Moraes, Luís Edmundo de Souza. *Konflikt und Anerkennung: die Ortsgruppen der NSDAP in Blumenau und Rio de Janeiro*. Berlin: Technische Universität Berlin, 2001 (tese de doutorado).

³³ Sobre a presença do fascismo, cf. Giron, op. cit.

vos que perseguissem ou da importância numérica que tivessem. Por isso, não admira que, após a decretação do Estado Novo, o estabelecimento de vínculos entre Flores da Cunha, o integralismo, o fascismo e o nazismo – e, por consequência, o aumento das críticas e dos preconceitos contra a população das regiões de colonização – fosse freqüente.³⁴

É diante desse pano de fundo que vai desencadear-se a “nacionalização”, e é bastante compreensível que, nessa situação, a racionalidade nem sempre estivesse muito presente. Assim, até a semântica podia trazer consequências graves. Quando os primeiros imigrantes chegaram ao estado, no século XIX, encontraram pessoas que já moravam por aqui e que eram *brasileiros*, motivo pelo qual lhes aplicaram esse qualificativo. Em contrapartida, os brasileiros denominaram os recém-chegados de *alemães*, *italianos*, *poloneses* – que, de fato, eram. Essas denominações foram internalizadas e se perpetuaram. A população originária daqueles que aqui estavam estabelecidos antes da imigração centro-européia continuou sendo a dos “brasileiros”, e os descendentes de alemães, italianos, poloneses, mesmo nascidos no Brasil, eram identificados e se identificavam como “alemães”, “italianos”, “poloneses”.

Como aquilo que se costuma chamar de “assimilação”, efetivamente, ainda não se realizara, a prática de falar de “brasileiros” e de “alemães” era natural e corriqueira entre as próprias populações envolvidas, porém, levou a alguns incidentes apresentados pelos “nacionalizadores” como cenas do mais absoluto horror antinacional durante o Estado Novo. No *Correio do Povo* de 12 de agosto de 1938, o secretário de educação, Coelho de Souza, relatou com expressões da maior veemência, um episódio que teria ocorrido com um representante da secretaria em General Osório (hoje Ibirubá). Segundo o relato do agente governamental, acontecera a seguinte cena horripilante de antibrasileiridade, numa escola particular, em pleno território nacional brasileiro: “à frente do professor, um jovem teuto-brasileiro, e outras pessoas, formulei... perguntas aos alunos... Os alunos que forem brasileiros levantem-se. Ninguém se mexeu... Os alunos que forem alemães levantem-se. Todos os garotinhos... ergueram-se de suas classes”.

Algo que para as populações locais, tanto para as de origem alemã quanto para as de origem “autóctone”, era óbvio, algo que não causava nenhuma impressão nem aos Silva nem aos Schmidt de General Osório, causava uma surpresa horrenda aos “nacionalizadores”. Imagine-se o horror que esse agente escolar teria experimentado se depois do segundo comando ninguém tivesse levantado por não tê-lo compreendido. O fato de as crianças terem atendido mostra que elas entendiam português. E se assim acontecia, tinham consciência de que seu país era o Brasil e que eram cidadãos deste país.

Não se pode deixar de lembrar – para estabelecer o contraste entre aqueles anos e os dias de hoje – que a partir do segundo lustro da década de 1980 a Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul começou a incentivar a utilização, nas escolas públicas, da língua dos antepassados dos alunos como língua regular do currículo, incluindo os dialetos. Agora até se incentiva a auto-caracterização étnica num espaço de cidadania tão importante quanto é a escola pública. Hoje, possivelmente, o agente escolar diria às crianças que a Secretaria de Educação gostaria que os alunos de descendência alemã – ou até os “alemães” – escolhessem como língua estrangeira do currículo escolar o alemão e, eventualmente, até lamentasse que tivessem desaprendido a falar alemão e a sentir-se como “alemães”.

A referência a algumas manifestações pode ilustrar melhor o clima em que se vivia e o que se passava nas mentes de muitas pessoas com relação às populações de origem alemã. Em 1942, um jornalista de nome Evaldo Alarcon publicou um pequeno livro intitulado “*E o sangue brasileiro correrá...*”. Ali o autor relata que, em 1933, se mudou para Santa Cruz do Sul e, imediatamente, procurou a direção dos dois jornais políticos locais (*Kolonie* e *Volksstimme*) para sugerir a criação de uma coluna de meia página em português, que ele redigiria gratuitamente. Como não tivesse obtido êxito, resolveu fundar um jornal próprio, semanal, *O Nacional*. Teve o apoio

³⁴ Bellintani, op. cit., p. 73.

do juiz e de mais algumas pessoas, mas as repartições públicas não o utilizaram para a publicação dos textos legais, de forma que não teve condições de sustentá-lo.

Mais uma vez, deve-se imaginar a cena: um estranho chega a Santa Cruz do Sul, uma cidade que soubera administrar-se muito a contento nas oito décadas anteriores, que produzira um nível de calorias alimentares bastante razoável para o conjunto de sua população, que possuía um sistema escolar que colocava seus níveis de analfabetismo muitos pontos percentuais abaixo da média brasileira – e aí chega um sujeito estranho que quer ensinar a esse povo como deve viver e comportar-se. Em lugar algum do mundo, um estranho intrometido desses seria recebido de braços abertos e com salamaleques.

Vale a pena fazer uma citação mais ou menos longa do livro para caracterizar aquilo que se passava na cabeça desse cidadão. “Convictos de nossa função de abrasileirar aquele rincão da Pátria, onde pontificavam os hábitos alemães, a educação alemã, a culinária alemã, os gostos alemães, não tardamos a ferir uma tecla que foi o ‘canto de cisne’ de nosso semanário: *a nacionalização do ensino*”. “Ansiando por ambientes mais arejados, demandamos Porto Alegre”. “A Guerra dos Muckers, todavia, estava predestinada a servir de exemplo, para o futuro, do espírito de fanatismo de que é dotado o alemão: aparecendo um chefe, qualquer destino serve”. “Consultai os depósitos bancários: a riqueza monetária está enfeixada nas mãos de alemães e teutos-brasileiros, desses mesmos teutos que assim se consideram até a quinta geração, porque ‘sentem o sangue gritar’”.³⁵

Abstraindo dos preconceitos aqui reproduzidos e encontráveis em muitos outros discursos da época, convém destacar mais uma vez as profundas mudanças ocorridas sob alguns aspectos referidos pelo autor: hoje se destaca como positivos, como direito de cidadão e como contribuição aos interesses do estado o cultivo dos hábitos alemães, da culinária alemã etc. – que são vistos como de importância e interesse para os cofres públicos e ao bem-estar do estado, ao incentivarem o turismo.

Interessante, nesse texto, é a referência à riqueza. Esse detalhe, mesmo naqueles tempos, costumava ser citado como uma contribuição positiva. Sob este aspecto, os alemães e descendentes normalmente eram vistos sob luz positiva, como cidadãos que deram contribuição importante para o progresso material do Brasil – e aqui até essa característica aparece como algo negativo, sob suspeita.

O jornalista Justino Martins, diretor da importante *Revista do Globo*, assinou, em 1942, algumas reportagens sobre as professoras “tipo nacionalização”, com relatos sobre Feliz e Nova Petrópolis. Atribuiu a uma professora desta última localidade a seguinte afirmação: “As famílias aqui não admitem vestidos acima da metade da perna. Não se pode rir muito e nos vemos obrigadas a viver completamente isoladas”.³⁶ Margarida Pardelha ficou horrorizada com aquilo que viu e vivenciou em Neu-Württemberg. O lugar já fora nacionalizado no nome, tendo virado Pindorama³⁷, mas isso pouco adiantara, pois cadernos e livros em língua alemã não haviam sido destruídos – e, mesmo que isso ocorresse, não adiantaria nada sem a proibição do alemão nos ofícios religiosos. Em Vila Imperial, Nova Petrópolis, o hoteleiro teria expulsado as professoras “tipo nacionalização”, porque se haviam manifestado contra Hitler.³⁸ Em abril de 1942 o jornalista Limeira Tejo fundou, em Porto Alegre, uma revista dedicada a assuntos econômicos, denominada *Orientação econômica e financeira*. Num texto intitulado “A quinta coluna na economia”, da primeira edição, sem indicação de autor, mas provavelmente escrito pelo próprio, lê-se o seguinte: “No setor econômico, essa forma de solapamento tem sua mais terrível expressão entre as populações rurais, principalmente nas zonas de formação imigratória”.³⁹

Mesmo que, eventualmente, alguns dos fatos relatados no parágrafo anterior sejam verda-

³⁵ Alarcon, Elvaldo. “*E o sangue brasileiro correrá...*”. Porto Alegre: Editora Du Barry, 1942, p. 25, 85, 157.

³⁶ *Revista do Globo*, Porto Alegre, ano XIV, nº 316, 1942, p. 18.

³⁷ Mais tarde, acabou sendo Panambi.

³⁸ *Revista do Globo*, nº 316, p. 19.

³⁹ *Orientação econômica e financeira*, Porto Alegre, nº 1, abril de 1942, p. 8.

deiros, transparecem outros que, com certeza, constituem invenção – nunca se ouviu falar que nas regiões de colonização alemã fosse proibido rir: muito pelo contrário.

Nesses episódios aparecem vários outros aspectos que se referem ao âmbito da cidadania. Os nomes das localidades e dos acidentes geográficos não poderiam ser dados pelas próprias populações que neles residiam, livros e cadernos de uso pessoal deveriam ser destruídos, mesmo os que se referiam a uma esfera tão pessoal quanto a religiosa. Além disso, transparece aqui a própria negação da condição de cidadão, quando as pessoas são postas sob suspeita de sabotagem generalizada contra o Brasil. Isso tudo porque não se conseguia imaginar, na época, um cidadão brasileiro pleno que não falasse exclusivamente em português e professasse uma religião considerada “genuinamente” brasileira. As citações deixam claro que aqui não são feitas restrições específicas a determinadas atividades universalmente consideradas ilícitas ou a comportamentos de determinados integrantes da população eventualmente condenáveis, mas sim ao conjunto de sua forma de ser, de suas peculiaridades étnico-culturais. Não são atacadas, especificamente, pessoas ligadas ao integralismo, ao nazismo, certos professores, certos pastores, certos padres, certos jornalistas, mas sim a população como um todo.⁴⁰

Claro, não se pode esquecer que as opiniões emitidas pelas professoras “tipo nacionalização” e por jornalistas, às vezes, tinham sua origem em acontecimentos e manifestações efetivamente ocorridos nas regiões de colonização. Desde longa data, certas lideranças intelectuais – em geral alemães natos, sobretudo alguns pastores, padres, professores e jornalistas – defendiam o “germanismo”, uma doutrina que, de fato, pregava a segregação étnica, com seus corolários, como a condenação dos casamentos inter-étnicos, a preservação intransigente da língua alemã etc. Como também já tratei disso, tanto no livro *O fascismo no sul do Brasil* quanto em *O perigo alemão*, quero fazer apenas referência a um pequeno livro de um pastor alemão que trabalhava no Brasil, por alguns anos, entre o final da década de 1920 e início de 1932. De volta à Alemanha, publicou relatos de sua estada aqui. Algumas passagens foram difundidas no Brasil e causaram indignação. Assim, por exemplo, à certa altura, o autor se refere nos seguintes termos às restrições estabelecidas na Constituição brasileira de 1934 ao ensino em língua estrangeira nas escolas: “Esse é o agradecimento das ‘grandes nações’ pelo trabalho cultural dos alemães no mundo. Aquilo que o sul do Brasil hoje em dia é, deve-se, sobretudo, aos alemães. Se a gente descontar a colonização alemã, o que sobra é uma coisa deplorável”.⁴¹ Na verdade, o autor dessa frase tinha muito pouco – ou nada – de representativo em relação às populações das regiões de colonização alemã: era um cidadão alemão que veio para cá por pouco tempo e externou uma opinião sobre a qual não consultou ninguém e que não refletia a opinião do conjunto da população de descendência alemã. Mas ninguém estava interessado em perguntar pela representatividade de tais opiniões.

Reflexos do clima existente no Rio Grande do Sul em relação aos “alemães” podem ser vistos na receptividade que tiveram livros sobre o “perigo alemão”, como *Um rio imita o Reno*, de (Clodomir) Vianna Moog.⁴² Editado no início do segundo semestre de 1939, pela Editora Globo, de Porto Alegre, teve uma repercussão muito forte, a ponto de a Secretaria de Educação ter adquirido 200 exemplares para as bibliotecas escolares, medida que representou o endosso oficial ao seu conteúdo.⁴³ Podiam ler-se comentários incisivos na imprensa, como o de um leitor da *Revista do Globo*, Abelardo Fernando Montenegro, em carta-aberta ao autor: “Em *Um rio imita o Reno* você nos mostra tudo mobilizado para a ofensiva imperialista alemã”. “Você, Vianna, teve a coragem de dizer a causa de toda essa vergonha”.⁴⁴ Um ano após o lançamento, duas edições tinham sido vendidas, e a terceira era colocada no mercado.⁴⁵

⁴⁰ Rosane Neumann conta que uma professora “tipo nacionalização” encontrou na pasta de um aluno um pedaço de pão enrolado num jornal em língua alemã. Colocou tudo no lixo – não por razões higiênicas (Neumann, op. cit., p. 219).

⁴¹ Heine, Siegfried. *Als deutscher Pfarrer und Schulleiter in Südbrasilien*. Fürstenwalde/Spree (Alemanha): H. Richter, [1935?], p. 11.

⁴² Moog, Vianna. *Um rio imita o Reno*. Porto Alegre: Globo, 1939. Convém lembrar que esse livro teve uma resposta de Mercio, Bayard Toledo. *Longe do Reno: uma resposta a Vianna Moog*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas do Instituto Técnico Profissional, 1940.

⁴³ *Revista do Globo*, ano XI, n° 261, 1939, p. 8.

⁴⁴ *Revista do Globo*, ano XII, n° 268, 1940, p. 53.

Interessante é que a temática do livro está fundamentalmente calcada na questão da cidadania. Um personagem reproduz aquilo que certamente era a opinião do próprio autor e que refletia a visão amplamente difundida na opinião pública gaúcha sobre essa questão: “Em Blumental não se tratava de uma luta de partidos. Simples questão de interesses municipais. Tudo gravitava em torno deles. Os acontecimentos políticos do estado e do país não tinham ali nenhuma repercussão... Politicamente, Blumental era um mundo à parte”.⁴⁶ Blumental era o nome fictício para São Leopoldo no romance. Quem for estudar a história política de São Leopoldo tal como ela efetivamente transcorreu no período verá que nada disso estava presente e que o exercício da cidadania se dava da forma mais normal que se pode imaginar para qualquer município ou cidade brasileira de mesmo tamanho e importância econômica, tanto com suas mazelas quanto com seus aspectos mais edificantes.

Nos primeiros meses de 1942 a Editora Globo também publicou o citado *A 5ª coluna no Brasil: a conspiração nazi no Rio Grande do Sul*, de Aurélio da Silva Py, chefe de polícia do estado. Exposto na vitrine num sábado, na segunda-feira já haviam sido vendidos 1.538 exemplares. Como o livro é uma denúncia contra a suposta existência amplamente disseminada de atividades nazistas entre a população de origem alemã no estado, estamos mais uma vez diante de uma publicação que difunde um atestado negativo sobre a cidadania da referida população.⁴⁷

A presença ostensiva do partido nazista foi, sem dúvida, um dos fatores que tornaram verossímil todas as versões que circulavam em torno da periculosidade da população de origem alemã. Um documento de setembro de 1940, aparentemente do DOPS, enxergava a ação nazista presente em quatro frentes, no Rio Grande do Sul.⁴⁸ Uma era a *demográfica*, no sentido de uma sistemática e calculada concentração de alemães e descendentes em determinadas regiões. O documento cita, nominalmente, o caso de Frederico Eugênio Logemann, ligado à empresa colonizadora Dahne & Conceição, na região de Horizonte (mais tarde: Horizontina). Logemann dominaria todos os setores da vida na região, inclusive o contrabando da Argentina. Em um empreendimento colonizador em Pratos, venderia terras só para alemães; o engenheiro encarregado da medição dessas terras seria um nazista/integralista e todos os alemães abaixo de 45 anos estariam registrados no exército alemão. As outras frentes seriam: a *política*, com a organização de células do partido nazista, com a finalidade concreta de evitar a assimilação; a *intelectual*, abastecendo os colonos com notícias e elementos culturais, como livros alemães; a *religiosa*, com o fomento de uma religião não-católica em meio a um país católico, com a vinda sistemática de novos pastores alemães para o Brasil.

Temos aqui mais uma vez a questão da cidadania: o direito inalienável de estabelecer residência em qualquer parte do território do país, o direito da preservação de elementos culturais, com o conseqüente direito do cidadão de ler aquilo que quiser e, finalmente e sobretudo, o direito de professar a religião de sua preferência são aqui expressamente colocados em dúvida.

Devemos tentar imaginar as situações criadas. Na fase da nacionalização educacional, as escolas comunitárias locais, criadas pelas comunidades há décadas, com esforço exclusivamente próprio, sem qualquer auxílio do governo, tiveram de contratar, de repente, professores que fossem brasileiros natos e o ensino só poderia ocorrer em português. Muitas comunidades não puderam atender a essa exigência, ao menos no curto prazo. Daí as freqüentes intervenções, que geraram muitos conflitos e muita violência.

Algumas dessas comunidades já eram centenárias, outras vinham se constituindo, no mínimo, há décadas, davam contribuição significativa para o PIB brasileiro, estavam muito bem organizadas em termos políticos, econômicos, sociais, religiosos e educacionais, e, de repente,

⁴⁵ *Revista do Globo*, ano XII, nº 279, 1940, p. 9. Não é de todo desinteressante a informação de que na mesma época em que saiu o livro de Vianna Moog a Editora Globo estava festejando a venda total da primeira edição, de 10.000 exemplares, de *Minha luta*, de Adolf Hitler.

⁴⁶ Moog, op. cit., p. 46.

⁴⁷ Py, op. cit. As informações sobre as vendas do livro estão em *Revista do Globo*, ano XIV, nº 317, 1942, p. 16.

⁴⁸ Documento datado de setembro de 1940, existente no arquivo de Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV.

vem uma menininha de Porto Alegre, recém-formada numa escola normal, sem qualquer experiência, mas especialmente adestrada para destruir um patrimônio cultural penosamente construído durante décadas. Chega ao lugar, não deixa de externar de forma pública e ostensiva sua opinião sobre o caráter totalmente estranho, exótico, “alienígena” e antibrasileiro da população local. Comunica que veio para “abrasileirar” essa gente e, para isso, será a interventora na escola criada mediante o citado esforço e há dezenas de anos mantida pela comunidade, com grandes sacrifícios.

Em muitas localidades aconteceu o óbvio: a população demonstrou algum tipo de reação. Assim, as autoridades educacionais em Porto Alegre manifestavam sua indignação frente a episódios como o acontecido com a interventora no Colégio Elsenau, de Panambi, que foi “corrida”; o do inspetor escolar que teve atizados os cães contra sua pessoa, em São Lourenço do Sul; ou o da interventora que, em Rolante, esperava ser recebida com flores e beijinhos, mas teve de enfrentar uma estrondosa vaia.⁴⁹ Ao contrário, porém, das interpretações dadas a esses episódios na época, as reações, na perspectiva de mais de 60 anos passados, devem ser consideradas bastante brandas diante da brutalidade das agressões, e constituem muito antes uma prova de que se estava diante de cidadãos com uma índole profundamente pacífica. Dificilmente se pode imaginar que qualquer outro grupo de cidadãos brasileiros tivesse reagido com tão pouco vigor diante de intervenção tão brutal em sua vida.

Um dos aspectos da nacionalização no campo educacional mais festejados na época foi o deslocamento anual de algumas centenas de escolares a Porto Alegre durante a Semana da Pátria. Fazia-se – como mostrou Andréa Torres⁵⁰ – uma grande campanha através da imprensa para que essas crianças fossem hospedadas em casas de famílias porto-alegrenses e bem tratadas, para que se convencessem da enorme bondade dos “verdadeiros” brasileiros. Além disso, a participação nos diversos atos patrióticos, como os desfiles cívico-militares e estudantis, deveria despertar neles o amor ao Brasil. Eram os “coloninhos”. Tudo indica que eram trazidos, sobretudo, meninos teuto-gaúchos, sendo, aparentemente, mais rara a presença de ítalo-gaúchos, e, provavelmente, não foram trazidos ou trazidos poucos meninos de descendência polonesa. A partir de 1942, a imprensa passou a destacar também a presença de “bugrinhos”. A respeito deles, noticiou-se que saudavam Cordeiro de Farias com a exclamação “Papai grande!”.

Aparentemente, se lidava melhor com a etnia indígena que com a negra. Os índios eram apresentados como “brasileiros cem por cento” e, inclusive, arrebanhados para a defesa da pátria brasileira. Em Nonoai, um índio fabricou uma flecha de dois metros destinada especificamente para flechar Hitler quando invadissem o Brasil.⁵¹

Mas não foi possível encontrar notícias na imprensa no sentido de que em algum momento também tivessem sido trazidos “negrinhos” para Porto Alegre. Isso mostra mais uma vez como a cidadania era seletiva do ponto de vista étnico. Havia preocupação demais com os “coloninhos”, sobretudo os de origem alemã, mas não se pensava na população negra. Tudo indica que cidadania e negritude constituíam um problema com o qual não se sabia lidar muito bem naquela época.

Mais uma vez, cabe traçar um paralelo contrastante com a atualidade, quando o discurso sobre vantagens a serem concedidas através de quotas se refere de forma muito mais freqüente e enfática aos negros do que aos índios.

Este texto, a rigor, não requer uma conclusão. O objetivo foi mostrar como, no decorrer do tempo, as concepções daquilo que representa a cidadania podem mudar. Aqui ficou muito claro que vários elementos que nas décadas de 1930/40 eram vistos como característicos da anticidadania, meio século depois se transformaram em elementos considerados inerentes à cidadania. Simplesmente trocaram de sinal.

⁴⁹ Neumann, op. cit.; Fachel, op. cit.; Petry, op. cit.

⁵⁰ Torres, Andréa Sanhudo. *Imprensa: política e cidadania*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

⁵¹ *Revista do Globo*, ano XIV, nº 327, 1942, p. 44-45.

Evidentemente, a “nacionalização” em relação a alemães e descendentes não pode ser vista como resultado exclusivo das concepções diferentes daquela época. Havia preconceitos que derivavam da falta de conhecimento mútuo e algumas atitudes dos “nacionalizadores” não podiam ser justificadas nem naquela época nem em tempo algum. Alguns poucos reconheceram isso. A crítica de Rubem Braga aos exageros e às omissões das autoridades policiais, por exemplo, mostra que observadores mais isentos enxergavam esses enganos.

Mas não se pode deixar de reconhecer também a existência de elementos que, em parte, tornam compreensível a origem das avaliações contemporâneas erradas sobre aquilo que estava acontecendo nas regiões de colonização alemã – como entre qualquer grupo humano, havia, nas regiões de colonização alemã, pessoas com atitudes pouco racionais, que, por exemplo, difundiam preconceitos contra o Brasil e os brasileiros. Isso não se pode esquecer. Esse fato, porém, não justifica a ausência, até hoje, de uma revisão daquela história.⁵²

⁵² Ao invés de uma “revisão”, podemos encontrar, mesmo em meios acadêmicos, manifestações contemporâneas nas quais transparecem idéias muito semelhantes às que habitavam as cabeças dos “nacionalizadores” dos anos 1930/40. Uma autora que fez, recentemente, um estudo sobre uma editora neonazista de Porto Alegre apresenta uma explicação que poderia ser colocada na boca de qualquer “nacionalizador” da época. Segundo essa estudiosa, para compreender a existência da referida editora “é necessário relacioná-la ao contexto histórico-cultural no qual encontra-se inserida. Localizada em Porto Alegre, RS, dois dados são importantes na definição desse contexto: a forte presença de colônias alemãs, uma característica de todo o sul do Brasil, e, conseqüentemente, a existência da ideologia *germânica*” (Cruz, Natalia dos Reis. “A Editora Revisão: neonazismo, germanismo e nacionalismo alemão”. *Praia Grande*, Rio de Janeiro: UFF, ano 11, nº 1, 1998, p. 77-78 – o grifo está no original). Cf. da mesma autora: *Negando a História: a Editora Revisão e o neonazismo*. Niterói: UFF, 1997 (dissertação de mestrado). Para uma avaliação muito mais equilibrada sobre o mesmo assunto, cf. Jesus, Carlos Gustavo Nóbrega de. *Anti-semitismo e nacionalismo, negacionismo e memória*: Revisão Editora e as estratégias da intolerância (1987-2003). Assis: UNESP, 2004 (dissertação de mestrado). Um interessante estudo empírico sobre a identidade étnica de descendentes de alemães é Correa, Sílvia Marcus de Souza. *Zur ethnischen Identität der Deutschstämmigen in Santa Cruz do Sul/Brasilien*. Santa Cruz do Sul: EdUNISC, 2001.

L'ALMA MATER, RENASCIMENTO DA CIDADANIA LATINA: A PRESENÇA DA ITÁLIA FASCISTA NA ARGENTINA

Carla Brandalise

Após a marcha sobre Roma, as perspectivas de uma maior expansão comercial e o desejo de exercer uma maior influência sobre os destinos político-culturais da América Latina tornaram-se um dos eixos de referência das relações exteriores do governo fascista italiano¹. A expectativa de forçar uma nova posição mundial para a Itália, um dos objetivos, aliás, da tomada do poder, leva os dirigentes italianos a conjecturar a porção sul do continente americano como uma parcela do planeta ainda não totalmente saturada pela concorrência de outras potências. Afinal, a Inglaterra e a França, por exemplo, não haviam constituído impérios coloniais nesta zona, apesar da inegável preponderância econômica e cultural destas nações na região.

Outros países, entretanto, lançavam-se acirradamente na disputa, como os Estados Unidos. A expansão dos norte-americanos ao sul do Rio Grande, aliás, era bem observada pela Itália que não desconsiderava a irreversibilidade deste avanço. Acompanhava-se igualmente a progressão da Alemanha, a qual surgia aos olhos da Itália enquanto um exemplo de eficácia a ser seguido e, como conseqüência, um forte concorrente a ser contra-balanceado. Reagir rapidamente tornava-se imperioso. Ora, a 'nova Itália', reformulada por Mussolini, estaria destinada, na ambição de seus novos governantes, a ser no mundo moderno aquilo que o Império Romano fora no passado, uma grande civilização.

Em meio à convicção da necessária redistribuição dos espaços de hegemonia e das esferas de poder internacional, coincide a decisão italiana de se engajar definitivamente nas vias da industrialização e da evolução técnica, o que pressupunha evidentemente a procura de novos mercados consumidores. Longe da perspectiva militar, as estratégias de inserção desenhadas para a porção sul-americana voltavam-se a um discurso pacífico e civilizatório. Compunham a promessa de iluminar um caminho para o progresso através da efetiva concordância política e do entendimento econômico desejável, únicas bases possíveis para uma aliança permanente. Como ponta de lança desta aproximação, a Itália escolhe fundamentalmente dois países: a Argentina, sobretudo, e o Brasil, em segundo plano. Não se renunciava, entretanto, no decurso desse empreendimento, a desencadear ações que almejavam a abordagem de vários países do continente, a exemplo do Uruguai, Peru e Chile.

Além da constatação de ser a América Latina ainda relativamente inexplorada, rica em matérias-primas tão necessárias a sua industrialização e dispondo de um mercado consumidor não negligenciável, a Itália pretendia enfim tomar em mãos o antigo projeto de valorizar os aspectos estratégicos que considerava possuir nesta porção do planeta. Aspectos estes que a diferenciariam das demais potências, quer dizer, a presença de um grande contingente de italianos emigrados e seus descendentes. O mesmos deveriam exercer um papel histórico na medida em que assumiriam a posição de associados, representantes, consumidores, difusores, intermediários e símbolos do país originário, não apenas entre si e a *Madre Patria*, mas também atuando como elo de ligação com as elites crioulas.

¹ Para a política internacional da Itália sob o fascismo, ver : RENOUVIN, Pierre. *Histoire des Relations Internationales: de 1871 à 1945*. Tomo III. Paris : Hachette, 1994 ; GERBET, Pierre. *Le rêve d'un ordre mondial de la SDN à l'ONU*. Paris: Imprimerie Nationale, 1996; MIÈGE, J.L. *L'Impérialisme colonial italien de 1870 à nos jours*. Paris: S.E.D.E.S, 1968 ; ROCHAT, Giorgio. *Guerre italiane in Libia e in Etiopia*. Treviso : Pagus, 1991 ; ISNENGUI, Mario. *Il sogno africano* in Angelo Del Boca (a cura di). *Le guerre coloniali del fascismo*. Roma-Bari : Laterza, 1991 ; BAER, George W. *La guerre italo-etiopica e la crisi dell'equilibrio europeo*. Bari: Laterza, 1970 ; PROCACCI, Giuliano. *Il Socialismo internazionale e la guerra d'Etiopia*. Roma : Riuniti, 1978 ; PROCACCI, G. *Dalla parte dell'Etiopia*. Milano : Franco Angeli, 1984.

A partir desta perspectiva delibera-se que as relações com este continente deveriam ser reconstruídas sobre potentes e novos vínculos de cumplicidade, uma imaginada cidadania comum entre os pares de um mesmo mundo latino, envolvendo para tanto não somente os seus emigrados, mas o “povo” sul-americano. E, mais do que isto, na contraposição de uma cidadania anglo-saxã em plena ascensão mundial. Como metáfora, era preciso reunir estes vínculos sob o conceito de *romanità*, da herança endógena e originária, partilhada sem exceção por todos os latinos desta porção da América. Tocar a imaginação recuperando uma magnificiência romana ligada a um passado heróico, cujo continente teria sido, em seu devido momento histórico, um dos campos de exercício, com a participação de italianos desde o princípio. Afinal, era inegável, Cristóvão Colombo fora o começo de tudo e o que dizer destes tantos italianos que lutaram pela independência do continente. Tecer um cenário de lendas, ao mesmo tempo épicas e visionárias, estóicas e inesquecíveis. Afora o pertencimento a uma mesma linhagem latina, devia-se provar e, sobretudo, ver reconhecido o papel imprescindível e insubstituível do povo italiano na formação da América Latina. Esta expectativa de representação e prestígio, a qual correspondia sem dúvida a uma das premissas maiores da política exterior da Itália fascista, não se mostrava, no entanto, de fácil execução. Ao contrário, era preciso demonstrar esta realidade e convencer de uma só vez as elites crioulas, os italianos emigrados e seus descendentes, bem como a própria sociedade italiana da Península.

Uma das tarefas mais difíceis, e talvez o cerne do problema, seria ultrapassar os já arraigados julgamentos de valor negativos, baseados em fortes preconceitos mútuos. A nova orientação política da Itália sob o fascismo vinha se chocar com décadas de descaso governamental e de desinteresse da sociedade italiana com relação aos seus próprios emigrados. Fato pesadamente sentido por estes últimos na sua árdua luta de adaptação e sobrevivência em terras estranhas. Na Itália, em meio à opinião de ampla gama de setores sociais, os emigrados permaneciam considerados como pessoas inferiores e ignorantes. Tratava-se de indivíduos necessariamente descartáveis para o bem da Itália, partidos para um continente tão distante e desconhecido. O escritor italiano Ugo E. Imperatori irá enfim admitir esta intermitente concepção no começo de 1923, a propósito da nova política da Península de recuperação do emigrado:

“(...)não é uma tarefa fácil a de valorizar os italianos no estrangeiro : nós mesmos fomos muito tempo surdos ao fato de que, quando um povo deseja que outros povos prestem homenagem, honra e justiça a seu trabalho e a sua obra, ele deve antes de mais nada se fazer o narrador e o divulgador de seus próprios méritos e de sua própria glória².”

Agravando este precedente desinteresse e descaso, a América Latina como um todo é julgada pelas elites italianas peninsulares enquanto um região politicamente instável, governada por políticos desonestos e primitivos. Lançava-se um real descrédito sobre o continente sul-americano. Este seria constituído por Repúblicas frágeis, inexperientes, sem nenhum verniz de civilização. Fato notório, deve-se sublinhar, será que a despeito dos esforços dos mais engajados, estas opiniões depreciativas não serão jamais superadas durante todo o período fascista, contribuindo em parte para que nem a inserção econômica, nem as influências políticas sejam consideradas pelos seus proponentes significativas ao final. O governo fascista, ao rumar para o seu colapso, conclui com decepção que os avanços feitos no continente, na Argentina, estiveram longe das expectativas otimistas iniciais. Pelo contrário, fala-se da vertiginosa assimilação dos emigrados em suas pátrias de adoção, do recuo visível da língua italiana, sobretudo entre os ‘compatriotas’ residentes em grandes centros urbanos, como Buenos Aires e São Paulo. E o pior: salvo exceções, considerava-se que este desenraizamento das massas emigradas italianas não havia sido acompanhado de uma real inserção sócio-política na ‘nova sociedade’, em função

² IMPERATORI, Ugo E. *Gli italiani nell'avvenire dell' America Latina* in *Le Vie d' Italia e dell' America Latina*, nº 1, janeiro 1932. p. 52.

sobretudo da própria rejeição advinda das camadas dominantes latino-americanas. É preciso ressaltar que, se de um lado, parcela importante da sociedade peninsular italiana resistia a compreensões positivas no que diz respeito à América Latina; de outro lado, as elites crioulas tendiam a desprezar os contingentes emigrados italianos. A aparente surpresa dos fascistas italianos quanto ao assim visto fracasso final das tentativas de aproximação com os emigrados e, através desses, com as elites crioulas não coaduna, no entanto, com os relatos de diplomatas, viajantes ou de italianos interessados na questão. Ao longo de décadas, estes haviam alertado a propósito dos enormes obstáculos que anteporiam qualquer perspectiva de atuação da Itália no continente latino-americano.

Ainda em meados de 1911, durante sua estadia na América Latina, o escritor italiano Giuseppe Bevione chegara a seguinte conclusão: “Os italianos poderiam e deveriam ser tudo o que eles assim desejassem na Argentina. Ao invés, o que acontece é que eles nada significam como coletividade; e como indivíduos, eles aplicam toda a sua energia de trabalho em um ambiente de hostilidade surda, mas constante... Existe da parte dos argentinos, uma condescendência, um sentimento instintivo e incontido de superioridade. O desprezo, a injustiça freqüente e a real aversão a este elemento estrangeiro mais numeroso, mais dinâmico, mais forte, mais necessário ao destino da República não são sempre disfarçados³.” Ou ainda, o comentário do escritor Giuseppe Parisi escrito em seu livro *Storia degli italiani nell'Argentina* de 1907, “nossa colônia vive, cresce, prospera; ela é trabalhadora, rica e fecunda; mas ela não se sente considerada, estimada e respeitada pelos argentinos⁴.”

Observando, por sua vez, a realidade peruana por volta de 1923, o adido comercial italiano Giuseppe Mazzini sublinha a mesma fragilidade: “O sentimento de *italianità* em Lima é mantido e desenvolvido especialmente pelos primeiros emigrados, mas, para dizer a verdade, dada a facilidade com que os nossos se assimilam aos elementos locais e em razão da insuficiente transmissão a seus filhos do espírito de nacionalidade e de pátria, esses mesmos valores decrescem em meio aos descendentes diretos. Isto provoca graves danos não somente em termos morais, como também em perdas financeiras e comerciais, as quais deveriam ser sempre preservadas com os países de origem⁵.”

O ex-ministro do Reino italiano, Vittorio Emanuele Orlando mostra igual inquietude com a rápida perda do sentimento de ‘pátria’ junto aos italianos emigrados, em particular, no que dizia respeito às novas gerações. Por ocasião da sua viagem ao Brasil no fim da década de 1920, a associação de jovens *Figli degli italiani* o havia convidado a uma visita à sede, durante a qual ele observara que a Constituição brasileira, ao considerar como cidadão toda criança nascida sobre o solo brasileiro, evitava aos filhos de italianos a confrontação do problema da definição da nacionalidade. Fato que se acompanharia de uma impressionante desobrigação, explicável, segundo Emanuele Orlando, “não somente por causa da situação legal, mas em razão da paixão profunda de seus sentimentos pelo Brasil (...) mesmo que eles guardem no coração uma ressonância, digamos, de natureza estética, de suas origens italianas, eles se tornaram visceralmente estrangeiros ao espírito de nosso país⁶.” No lugar de recriminações puras e simples ou lamentações inúteis, ponderava o ex-ministro, era preciso atuar sobre a única solução possível: estando dado que existe uma camada dominante entre os filhos de italianos, é a estes que devem ser direcionadas as ações para “reforçar o prestígio moral e a tradição de nossa cultura metropolitana⁷.”

Nesta perspectiva, em suas memórias escritas em meados de 1955, o ex-embaixador italiano Raffaele Guariglia - lotado em Buenos-Aires durante a época fascista - referenda a idéia segundo a qual os esforços empreendidos pelo então regime para recuperar a *italianità* e recriar uma

³ BEVIONE, Giuseppe. *L'Argentina*. Torino: Bocca, 1911. p. 137.

⁴ PARISI, Giuseppe. *Storia degli italiani nell'Argentina*. Roma, 1907. p. 618.

⁵ MAZZINI, Giuseppe. *Il Perù economico* in *Emigrazione e Lavoro*, anno VII, n°7, julho 1923. p.12

⁶ Citado por BIANCO, Francesco. *Il Legame spirituale tra l'Italie e il Brasile* in *Emigrazione e Lavoro*, n°7, VI, julho 1922. p.7.

⁷ *Id.Ib.*, p.8.

maior identificação com a *Madre Patria*, enquanto passo para a construção de uma ‘cidadania latina universal’, revelaram-se uma frustração :

“(…) não esqueço, em relação ao tempo em que permaneci na Argentina, do esquecimento e da ingratidão de nossos emigrados para com a Itália. Nenhum outro país pode tanto se felicitar por vivenciar um tão completo processo de assimilação como a Argentina (...) seja por causa das facilidades que a língua oferece, já ricas em *italianismos*, seja enfim a tendência entre os emigrados a esconder o melhor possível a humildade de suas origens. Homens ocupando uma posição social elevada esqueceram a língua italiana...⁸ .”

Por sua parte, no que diz respeito à receptividade da elite latino-americana, esta teme uma dupla cidadania de grupos exógenos assentados em um monopolitismo cultural considerado praticamente intacto. As autoridades brasileiras falam de “banidos saboriando no Brasil um nível de vida que eles jamais tiveram ou teriam” em sua pátria de origem; e estas mesmas elites reafirmam de tempos em tempos, com mais ênfase, a necessidade de garantir “a preeminência essencial” dos princípios morais luso-brasileiros em face “do braço estrangeiro vindo com a missão de tornar útil os confins do país⁹ .” Reflexos xenófobos haviam pontilhado nas Américas pelo aumento do fluxo migratório, sentimentos que encontram expressão, por exemplo, nas cruzadas anti-italianas no começo do século XX no Brasil, na Argentina e nos Estados Unidos. Tendo o socialismo e, sobretudo, o anarquismo se desenvolvido conjuntamente com a imigração, a responsabilidade da agitação operária deste período é remetida em grande parte aos ‘extremistas’ estrangeiros. Na Argentina, a expansão do anarquismo e do anarco-sindicalismo é vista como inseparável da imigração italiana¹⁰ .

Mesmo no Chile, onde o processo migratório foi menor, constituído em especial de indivíduos oriundos de setores médios e que se dirigiram preferencialmente ao norte pouco povoado do país, o preconceito se faz presente, mostrando-se já contundente, por exemplo, na influente obra de Nicolás Palacios, *Raza Chilena*, publicada em 1904. O autor ataca com vigor os “aventureiros italianos”, os “analfabetos transalpinos” que desembarcam na América e aos quais ele reporta todos os vícios. Neste quadro e em flagrante contradição com a política de privilegiar a Argentina como ponta de lança para o continente, e talvez explicando em muito os insatisfatórios resultados obtidos pela Itália em suas múltiplas pretensões, é justamente no país platino que o preconceito, os antagonismos e as rivalidades parecem se fazer mais fortemente sentir.

A escolha da Argentina não havia de modo algum sido aleatória. Uma série de considerações prévias presidiram esta eleição. Em primeiro lugar, como indica a revista italiana francamente entusiasta do novo regime *Le Vie d' Italia e dell'America latina*, “a Argentina foi naturalmente preferida, em razão dos vínculos de afeição seculares, da comunidade de costumes e de tradição, das relações freqüentes e intensas favorizadas pela vasta e preciosa emigração de trabalhadores italianos, a qual muito colaborou ao desenvolvimento civil e à prosperidade econômica da jovem nação latina¹¹ .” Além do mais, argumenta a revista, os contatos oficiais e comerciais com este país eram os mais antigos e os melhor estabelecidos em relação aos existentes em outras nações do continente.

⁸ GUARIGLIA, Raffaele. *La diplomatie difficile : mémoires, 1922-1946*. Paris : Plon, 1955. pp.71-72.

⁹ Citado em *Editoriale in Le Vie d' Italia e dell' America Latina*, nº4, abril 1926. pp.32-33.

¹⁰ Para o movimento anarquista na Argentina e no Brasil, ver : BAYER, Osvaldo. *L'influenza dell' immigrazione italiana nel movimento anarchico argentino* in BEZZA, Bruno (éd.) *Gli italiani fuori d'Italia: gli emigrati italiani nei movimenti operai dei paesi d'adozione (1880-1940)*. Milano: Franco Angeli, 1983. pp.531-548; RUVIRA, Gonzalo Zaragoza. *Enrico Malatesta y el anarquismo argentino* in *Historia y Bibliografía americanistas*, vol.XVI, nº3, Sevilha, 1972; FELICI, Isabelle. *Les Italiens dans le mouvement anarchiste au Brésil (1890-1920)*. Thèse de doctorat.Université de la Sorbonne Nouvelle-Paris III, 2vols., 1994; BETTINI, Leonardo. *Periodici e numeri unici in lingua italiana pubblicati all'estero (1872-1971)* in *Bibliografia dell'anarchismo*. Vol.2. Firenze, Crescita politica editrice, 1976. pp.49-77; FOOT,F. Hardman. *Nem Pátria, nem patrão.Vida operária e cultura anarquista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983; MAGNANI, S. Lang. *O movimento anarquista em São Paulo, 1906-1917*. São Paulo:Brasiliense,1982.

¹¹ TERNI, G. C. *Armonie Italo-Argentine: nodi sentimentali e vincoli economici* in *Le Vie d'Italia e dell' America Latina*, nº5, maio 1926. p.510.

Exaltava-se igualmente o singular ‘caráter étnico’ da República platina: “A Argentina é o único país, fora da Europa, de raça perfeitamente caucasiana e de predominância latina.” Em consequência, esta nação é considerada excepcionalmente apta a compreender a essência da cultura italiana¹². Outra qualidade levantada reportava-se ao fato de a Argentina possuir uma população menor que a do Brasil por exemplo, fazendo com que a presença da comunidade italiana se revelasse mais densa, visível e influente. Quanto a essas considerações, o engenheiro italiano Luigi Luigi - deputado parlamentar do governo de Mussolini - exprime em meados de 1923 suas convicções. Com base na experiência de ter vivido na Argentina entre 1896 e 1905 (Luigi havia projetado e dirigido neste país, a construção do porto militar do estuário da Bahia Branca), ele afirma:

“É em direção à Argentina que os homens de Estado da Itália devem voltar sua atenção afim de resolver o problema da emigração. O novo governo italiano, que já realizou tantos milagres, talvez consiga também solucionar este perturbador problema. A Argentina, entre as jovens nações latino-americanas, deve ser reconhecida como nossa grande irmã, tornando-se o centro da futura grande linhagem latina na América¹³.”

Torna-se imperioso, prossegue o deputado, que Buenos Aires seja escolhida como o eixo intelectual e comercial das nações latino-americanas, na medida em que ela contabiliza cerca de dois milhões de habitantes e apresenta centros de cultura francamente inspirados nos similares europeus: “Que esta cidade venha a ser a Roma da América e estenda no novo mundo austral a paz, a civilização e o bem-estar que Roma difundia no Mundo Antigo!”, incentiva o engenheiro, afinado com as orientações do novo regime. Por fim, Luigi delibera que a conjunção do capital inglês, da terra argentina e do trabalho italiano havia realizado um verdadeiro prodígio na Bacia do Prata onde, de modo análogo ao que se tinha passado na América do Norte com a “raça-anglo-saxônica”, existiam condições ideais quanto ao clima, ao solo e ao habitat para a “raça latina¹⁴.”

Igualmente, a revista *Colombo* - editada na Itália a partir de 1926 para servir de elo de ligação oficial do regime com a América Latina - argumenta acerca das boas relações governamentais estabelecidas entre a Península e a Argentina, as quais ao que tudo indicava só tenderiam a melhorar. Para tanto, o co-editor Ausonio Franzoni declara: “Atualmente, e para sempre, as interações entre a Itália e a nação argentina serão as mais cordiais e afetuosas possíveis. Nesta terra abençoada pelo céu se confundem o sangue generoso e o santo suor de argentinos e italianos. E, à medida que se acentua o excepcional progresso de cada grande região latina, se intensificam igualmente as razões para o constante aperfeiçoar dos vínculos entre os dois países, seja através de sinais simbólicos de amizade, seja através de intercâmbios de natureza artística e científica, do desenvolvimento de comunicações mais rápidas, do aumento dos negócios comerciais, agrícolas e industriais¹⁵.”

Enquanto estudioso do fenômeno da emigração de seu país, Franzoni insistia há décadas sobre o fato de que o Estado italiano deveria inaugurar um programa colonial com base no qual a presença e a influência da Itália no sul da América Latina poderia ser reestruturada. Ele havia participado ainda em 1901 do *IV Congresso Geografico Italiano* ocorrido em Milão, onde suas convicções, um tanto quanto otimistas se confrontadas com a posterior realidade, foram demonstradas em suas notas preparatórias *L'Esplorazione commerciale*: “Um tal êxodo de população, voltado principalmente para os países hospitaleiros da América meridional, começa a produzir efeitos consideráveis, seja sobre o desenvolvimento progressivo destes países, seja sobre o caráter da população nativa, com a qual os italianos se misturam de bom grado; e não

¹² *Le Vie d'Italia e dell'America Latina*, n°4, abril 1926. p.487.

¹³ LUIGI, Luigi. *Il Porto militare di Bahia Blanca : un capitolo di storia italo-argentina* in *Le Vie d'Italia e dell'America Latina*, janeiro 1924, n° 1. p. 5.

¹⁴ *Id. ib.*, pp. 7-8.

¹⁵ FRANZONI, Ausonio. *Solidarietà italo-argentine* in *Colombo*, fasc.I, junho 1926, p.72.

estou sendo excessivo quando afirmo que não se passará talvez duas gerações, sem que, por uma lenta mas contínua infiltração da nossa raça, possamos atingir em alguns pontos da América meridional, uma superioridade inesperada¹⁶.”

Tal predileção pelo país platino remontava de fato à segunda metade do século XIX, quando a Argentina já se perfilava como um tema particular na Itália. O mito de uma possível ‘nova Itália’ surgindo na bacia do Prata colocara a nação argentina no centro dos interesses dos ‘colonialistas’ italianos. Atenção que persistiu posteriormente, de forma negativa ou positiva, também no discurso dos ‘nacionalistas’ italianos. Entre os ‘colonialistas’, o porta-voz Attilio Brunialti em sua obra *Le colonie degli italiani*, publicada em 1897, faz da Argentina o lugar por excelência onde deveriam tomar forma os desígnios da Itália. Segundo Brunialti, não haveria melhor endereço para uma “influência civil e econômica, senão política, preparando um imenso campo à emigração italiana e um futuro encorajador ao comércio, breve, uma nova Itália¹⁷.” Por sua vez, o professor de economia da Universidade de Gênova e senador do Reino, Geronimo Boccoardo, analisa no *Giornale degli economisti*, no começo de 1886, a expansão colonial espontânea ou artificial do período e conclui apoiando-se no ‘princípio das nacionalidades’ corrente à época, que a Itália tinha seguramente o direito de tomar posse da República argentina e de estabelecer em tal território uma grande colônia italiana, dado que já viveriam na região meio-milhão de italianos, representando um sexto da população¹⁸.

Desde então, aliás, considera-se na Itália que a Argentina, em contraposição ao Brasil, possuiria inúmeras vantagens enquanto *locus* de emigração. Em tal área geográfica, não seria necessário conquistar a terra sobre a floresta, pois a Argentina comportava vastas extensões de terrenos em aberto. A situação sanitária parecia razoável, tendo as doenças endêmicas desaparecido, ao que se agregava as afinidades climáticas e a possibilidade de cultivos análogos àqueles da Itália. Esta mesma confiança aparece na obra do americanista Luigi Einaudi, ao escrever em 1890, “no além-Atlântico, nas margens do Prata, uma nova Itália está surgindo, um povo está se formando, povo que, mesmo sendo argentino, guardará as características fundamentais do povo italiano¹⁹.”

Por outro lado, a Argentina estará no centro das críticas dos ‘nacionalistas’ no começo do século XX. Para os mesmos, antes de mais nada, devia-se demonstrar as reais condições da presença italiana na América Latina. Após uma viagem no continente latino-americano realizada no ano de 1908, Enrico Corradini, um dos protagonistas do movimento nacionalista na Itália, assinala o que considera como a inexorável assimilação dos emigrados italianos. Segundo Corradini, muitos dos que concebem “na Argentina, uma grande Itália” se iludem: “Eles não sabem que na Argentina, existe apenas a Argentina²⁰.” Os emigrados italianos aí instalados, julga o ideólogo, não passam de pessoas pobres e ignorantes, destituídas de consciência nacional, longe de poder reconhecer os princípios da *italianità*. O processo de emigração não engendraria outra coisa que uma perda inestimável de energia e vitalidade para a Itália, fortalecendo sim, outras nações. Desvirtuamento moral e econômico que não deveria ser tolerado salvo em rigorosa necessidade contingente. Além disso, avalia Corradini, caso não se encontre melhor solução para o grave problema do excesso populacional, a emigração deveria levar ao mundo exterior trabalhadores qualificados dispendendo de uma certa base cultural, conduzidos por líderes organizados e financiados pelo capital italiano. Num passo seguinte, seguindo as inclinações, também os fascistas acabam reconhecendo na Argentina a possibilidade de estabelecer e de manter relações singulares.

No que diz respeito às elites argentinas, por sua vez, outros serão os parceiros preferenciais

¹⁶ FRANZONI, A. *Appunti sul programma della Sezione B del IV Congresso Geografico Italiano* in *L'Esplorazione commerciale*, a.XVI, fasc.III, 15 fev. 1901. pp.34-35.

¹⁷ BRUNIALTI, Attilio. *Le colonie degli italiani*. Torino: Utet, 1897. p. 334.

¹⁸ *Giornale degli economisti*, 15 fev. 1886. p.4. Ver : BOCCARDO, Girolamo. *Dizionario universale di economia politica e commercio*. Milano: Treves, 1881.

¹⁹ EINAUDI, Luigi. *Il principe mercante. Studio sulla espansione coloniale italiana*. Torino: Fratelli Bocca, 1890. p. 11.

²⁰ CORRADINI, Enrico. *L'emigrazione italiana nel Sud America* in *Nazionalismo italiano*. Milano: Treves, 1914. p. 51.

ao longo de todo o período, fundamentalmente, a Inglaterra, seu grande mercado de vendas agropecuárias. A Itália ficava bem distante das prioridades econômicas platinas, a despeito do inegável aumento das relações comerciais entre as duas nações durante a fase fascista. Já em termos sociais, diante do baixíssimo contingente populacional negro ou autóctone – a impiedosa conquista militar do deserto em 1879 e a “solução definitiva” colocaram um termo ao “problema indígena” – a questão principal que passa a ocupar os intelectuais e políticos argentinos não é o efeito da miscigenação de raças, como no Brasil. O problema se refere antes aos resultados que a recente avalanche de imigração européia poderia ter sobre a população local, particularmente reduzida. A estrutura demográfica do país argentino em face à imensidão geográfica; a fraca densidade populacional e o desequilíbrio entre cidade e campanha, sempre foram referências nos assuntos da República, em sua busca de soluções.

Domingo Faustino Sarmiento, presidente da Argentina entre 1868 e 1874 e pensador influente desse país, havia chamado a atenção ao problema na obra *Fecundo: civilización e barbarie* publicado em 1845: “O mal que sofre a República argentina é sua extensão: o deserto a envolve por todos os lados, se insinua no coração do país; a solidão, o espaço desocupado, sem uma só habitação humana, constitui em geral os limites evidentes que separam as diferentes províncias²¹.” Da mesma forma, o presidente J. B. Alberdi, promotor da Constituição de 1853, essencial no que diz respeito à imigração, denuncia o caráter desértico e inexplorado da Argentina do século XIX. Como máxima, ele afirma: “Governar, é povoar (...) A Europa nos trará seu espírito renovado, seus hábitos industriais, suas práticas de civilização através dos imigrantes que ela nos envia. Queremos nós plantar e aclimatar na América a liberdade inglesa, a cultura francesa, o lado trabalhador do homem da Europa e dos EUA? Vamos trazer exemplares vivos destes costumes e vamos implementá-los aqui²².”

A industrialização dos países europeus e a especialização crescente desses na produção manufatureira permitiram não somente a integração comercial da Argentina na Europa, como também o desenvolvimento do conhecido projeto de modernização da economia sob os auspícios dos setores agrário-exportadores. As elites nacionais encontraram-se então no dever de atrair os recursos humanos necessários ao crescimento sustentado de seu país. Este período de formação nacional e de construção econômica compreendido entre aproximadamente 1880 e 1930 é, aliás, favoravelmente marcado por uma singular estabilidade política, se comparado ao restante do continente. A prosperidade de um tal modelo econômico avalizava a continuação do frágil consenso das camadas dominantes²³.

Em meados do século XIX, a exemplo do que ocorria em outras porções do continente, a Argentina acolhe em seu solo, milhões de trabalhadores estrangeiros. Em seu primeiro censo, datado de 1869, o país platino contava com 1 737 000 habitantes. Entre 1857 e 1930 chegaram 6 330 000 estrangeiros, assim, levando-se em conta o retorno dos trabalhadores sazonais, o saldo final ficou entre 3 385 000. Nestes termos, a Argentina sofreu a mais forte transfusão mundial demográfica da época, pois mesmo situando-se atrás dos EUA em números absolutos de imigrantes para o período entre 1821 e 1932, a proporção de estrangeiros em relação à população global manteve-se em geral superior. A partir de 1890, a proporção de estrangeiros na Argentina contabiliza-se próxima do dobro daquela dos Estados-Unidos²⁴. Quanto aos outros países sul-americanos, a concentração de estrangeiros é igualmente mais elevada no território argentino;

²¹ Citado por LAZARO, Orlando. *Alberdi, Avellaneda y la inmigración: la inmigración en la República argentina*. Tucumán: Universidad de Tucumán, 1979. p.74

²² *Id. ib.*, p.80

²³ Para a história geral da Argentina, ver: ROUQUIÉ, Alain. *Pouvoir militaire et société politique en République argentine*. Paris: Presse de la Fondation nationale des Sciences Politiques, 1978; LAFAGE, Franck. *L'Argentine des dictatures, 1930-1983: pouvoir et idéologie contre-revolutionnaire*. Paris: Harmattan, 1991; GERMANI, Gino. *Política y sociedad en una época de transición: de la sociedad tradicional a la sociedad de masas*. Buenos Aires: Paidós, 1963; CORTES CONDE, Roberto et GALLO, Ezequiel. *La Formación de la Argentina Moderna*. Buenos Aires: Paidós, 1967.

²⁴ GOULD, J. D. *European Intercontinental Emigration, 1815-1914: patterns and causes in Journal of European Economic History*, vol.8, nº3, 1979. p. 29.

conta-se em 1869, 122 estrangeiros por mil habitantes. Nesta mesma época, o Chile apresentava 13 estrangeiros por mil habitantes²⁵.

Os imigrantes inseridos na Argentina provinham de vários países europeus, com uma predominância daqueles de origem latina. Os espanhóis e os italianos constituíam 80% do contingente: os primeiros representavam 32,3%; os segundos 47,4%. Sob o impacto da vaga ininterrupta de imigração, a população argentina praticamente dobrava a cada vinte anos, até a crise de 1930, quando a progressão tornara-se mais lenta. A imigração maciça não rompera, todavia, com a forte concentração da propriedade rural conforme a tradição hispano-colonial. As melhores terras públicas tendo sido já vendidas, a apropriação do solo pampeano estava já quase terminada em meados de 1885. Estes entraves estruturais, marcados pela monopolização das melhores terras produtivas, mantinham as dissimetrias sociais. Os 'desenraizados' vindos de fora deviam, afinal, não muito mais do que garantir a expansão dos interesses oligárquicos²⁶.

As elites crioulas que avaliavam a imigração apenas como um mal necessário queriam somente garantir a mão de obra indispensável à valorização de seus domínios fundiários, utilizando-a para a agricultura e a pecuária, como também para a construção infra-estrutural e a prestação de serviços. Ora, a grande maioria destes imigrantes latinos constituía-se de agricultores procurando terras a cultivar, mas somente uma pequena minoria dispunha de um certo capital para poder ascender à propriedade. A oligarquia local estava, na realidade, pouco disposta a favorecer o enraizamento dos imigrantes, ainda que a princípio a lei incentivasse a naturalização dos estrangeiros. Em especial, esta oligarquia não via com bons olhos a integração destes últimos ao corpo eleitoral, temendo desequilibrar a vida política²⁷.

Por outro lado, a colonização organizada por grupos regionais desempenhou um papel não negligenciável, dando nascimento a sólidas comunidades, como os Piemonteses de Santa Fé. Tal tarefa colonizadora, entretanto, afetou zonas territoriais argentinas relativamente marginais. As colônias foram em geral relegadas ao isolamento e, em face da massa de novos chegados, seu papel se revelou relativamente modesto. Esta situação teve como resultado essencial que uma imigração maciça, de origem essencialmente rural, proveniente com frequência de zonas menos modernizadas, acabou se refugiando em centros urbanos. Cerca de 68,5% dos imigrantes italianos se estabelece em cidades. No começo do século XX, a proporção de estrangeiros em meio à população argentina é elevada, em média 30% segundo o censo de 1914; onde 50% dos habitantes de Buenos Aires não são argentinos. Os estrangeiros estavam principalmente presentes nos setores secundários e terciários, e formavam mais da metade da população ativa nestes domínios da economia. Alguns irão efetivamente obedecer a uma ascensão social significativa. Estes, no entanto, preferiram no geral abraçar a Argentina como sua verdadeira pátria.

Assim, frente a esta vaga de imigração, a Argentina responde com uma especial desconfiança. A chegada deste enorme contingente faz renascer a hipótese de desnacionalização do país. A aglomeração geográfica urbana organizada por 'origem' contribui para tornar o *modus vivendi* dos estrangeiros mais visível em meio à sociedade crioula e facilita o reagrupamento em sistemas culturais e associativos exclusivos. Os imigrantes, por sua vez, não vêem grandes vantagens em se naturalizar: a proporção de naturalizados é de 0,2% em 1895; 3 % em 1914; 9,5

²⁵ Dirección general de inmigración: resumen estadístico del movimiento migratorio en la República Argentina, 1857-1924. Buenos Aires: Talleres gráficos. pp. 6 -7; DAVIE, Maurice R. *Word Immigration*. New York: Macmillan, 1936. p.451.

²⁶ A bibliografia sobre a imigração na Argentina é vasta, ver : GERMANI, Gino. *La inmigración masiva y su papel en la modernización del país in Política y sociedad en una época de transición. De la sociedad tradicional a la sociedad de masas*. Buenos Aires: Paidós, 1962. pp. 180-216; DI TELLA, Torcuato. *El impacto inmigratorio sobre el sistema político argentino in Revista de estudos migratorios*. Buenos Aires: CEMLA, agosto 1989; DEVOTO, Fernando et ROSOLI, Gianfausto. (éds.) *L'Italia nella Società Argentina*. Roma: Centro Studi Emigrazione, 1988; DEVOTO, F. et MÍGUEZ, E. *Asociacionismo, trabajo e Identidad étnica : los italianos en América Latina en una perspectiva comparada*. Buenos Aires: CEMLA-CSER-IEHS, 1992; LO CASCIO, Vincenzo et LE MONNIER, Felice. (éds.) *L'Italiano in America Latina*. Firenze, 1987; BRIANI, Vittorio. (éd.) *Emigrazione e lavoro italiano all'estero. Elementi per un repertorio bibliografico generale*. Roma: Ministero degli Affari Esteri. Direzione Generale dell'Emigrazione e degli Affari Sociali, 1967.

²⁷ Ver : BAILY, Samuel. *Lo studio degli immigranti italiani in Argentina in prospettiva comparata in ROSOLI, Gianfausto (ed.). Identità degli italiani in Argentina : reti sociali, famiglia, lavoro*. Roma : Studium, 1993. pp.23-38 ; BAILY, S. *The Italians and organized labor in the United States and Argentina, 1880-1910 in International Migration Review*, n°1, 1967. pp.55-66.

% em 1947 para os estrangeiros habitando em Buenos Aires. Aos italianos, maioria entre os imigrantes, a elite crioula irá reservar o mais baixo lugar na escala de prestígio social.

Reforçando a difícil convivência destes começos, o desenrolar dos acontecimentos não se revelou totalmente conforme aos anseios dos dirigentes políticos argentinos que tinham no passado visualizado na imigração um fenômeno de modernização, como Sarmiento e Alberti. Ambos, fascinados pelos sucessos dos Estados Unidos, pretendiam na verdade atrair ao país, as “raças dinâmicas do norte da Europa”, quer dizer, aqueles de origem anglo-saxônica, consideradas como superiores por ambos em relação aos “latinos”. Desde 1873, aliás, Alberti deplorava também a concentração dos imigrantes nas cidades. O perfil da imigração desagradara Sarmiento, que afirmara: “Na América do Norte, não existem estrangeiros: os imigrantes logo na chegada pedem a cidadania. No nosso país é o contrário. O estrangeiro prefere permanecer sempre estrangeiro²⁸.” Fato é que em meados de 1914, a maior parte do pensamento sociológico argentino está pronta a defender a “argentinidade” em oposição à ‘italianidade’.

Em uma tal circunstância histórica, o governo fascista italiano em sua difusa intenção de promover uma comunhão de interesses com as elites latino-americanas, através entre outros subterfúgios da valorização dos imigrantes italianos, não se mostrou apto a avaliar a verdadeira dimensão dos entraves a que deveria fazer frente. Fato este que revelava toda uma outra realidade. A despeito de seus inegáveis esforços iniciais, a Itália jamais chegou a se interessar realmente – e, portanto, jamais atingiu um grau de compreensão suficiente - pela realidade sócio-política e econômica latino-americana, a ponto de patrocinar uma nova fase de relações internacionais entre a península e o continente.

²⁸ Os artigos de Sarmiento serão reunidos em *La Condición del Extranjero en América*. Buenos Aires: Luz del Día, 1953, (p. 36)

A PEQUENA BUROCRACIA IMPERIAL SOB A LUZ DE UM INQUÉRITO POLICIAL: RELEITURAS

Marcos Antonio Witt¹

Via de regra, faz-se releitura quando há motivos para enfrentar essa tarefa tão árdua. Particularmente, reler, voltar, reexaminar é mais custoso do que a aventura de escrever pela primeira vez, quando a paixão motiva e leva o pesquisador em seu colo. O que pretendo recapitular está intimamente ligado à Dissertação de Mestrado defendida em 2001, na UNISINOS², sobretudo a primeira parte do capítulo três, na qual foi analisado um inquérito policial que denunciava a tentativa de expulsão de dois juízes: de direito e municipal.

O inquérito policial de 1879 trata, em resumo, de *vingança* política: os liberais tentam “dar o troco” nos conservadores ao tramar a expulsão dos juízes de Conceição do Arroio, hoje a cidade de Osório. Seriam expulsos o juiz de direito, Paulino Rodrigues Fernandes Chaves, e o juiz municipal e de órfãos, Alexandre Correia de Castro, sendo seus algozes o tenente coronel Antonio Marques da Roza e João Marques da Cruz Martins. Destaco a relevância das autoridades que, por medida de segurança, fugiram de Conceição do Arroio na véspera do dia em que seriam escoraçadas e a participação de colonos alemães do Litoral Norte do Rio Grande do Sul (LNRS) na reunião onde *tudo* foi tramado. Nesse caso, são colonos alemães que se destacaram nos níveis político e econômico, chamados por mim de *exponenciais*.

O que há de novo em relação ao inquérito policial antes mencionado? Em primeiro lugar, o conhecimento sobre a pequena burocracia imperial alargou-se em decorrência de leituras e estudos. Cabe mencionar a obra de Thomas Flory “*El juez de paz y el jurado en el Brasil imperial*”³, na qual o autor analisa o surgimento e os desdobramentos da atuação do juiz de paz. O autor concluiu que a criação do juizado de paz está relacionada a dois fatores: desafogar a magistratura oficial, pois os juízes de paz estariam aptos a decidir sobre as pequenas questões locais; e descentralizar o poder concentrado nas mãos do imperador e da alta burocracia, diluindo-o nas comunidades do Brasil afora. Com a independência, os liberais ligados a D. Pedro I viram na magistratura a permanência de uma parte do sistema colonial, principalmente o suborno e a corrupção. Isso levou-os a desconfiar e denunciar as outras categorias de juízes.⁴ Esse projeto dos liberais, segundo Flory, proporcionou aumento considerável de poder para os chefes locais já que a abrangência do juiz de paz era praticamente ilimitada. Além disso, não havia exigência de formação acadêmica em Direito para os interessados em tal cargo.

O empenho dos liberais em criar o juizado de paz explica-se, dentre outros motivos, pela necessidade que esse grupo sentiu em buscar aliados, caso D. Pedro I viesse a descumprir a Constituição ou mesmo tentasse aplicar um golpe absolutista. Segundo Flory:

“... Los diputados liberales esperaban que estos funcionarios locales compartieran sus propios deseos de proteger la Constitución y, en más crítica de las eventualidades, formaran una línea de defensa contra alguna violación del emperador a la Constitución. En pocas palabras, los liberales esperaban que el reclutamiento democrático produjera hombres como ellos mismos. Visto de este

¹ Doutorando em História pela PUCRS.

² WITT, Marcos Antonio. *Política no Litoral Norte do Rio Grande do Sul: A Participação de Nacionais e de Colonos Alemães (1840/1889)*. São Leopoldo, 2001. Dissertação [Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em História [História da América Latina] da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2001.

³ FLORY, Thomas. *El Juez de Paz y el Jurado en el Brasil Imperial*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

⁴ FLORY, op. cit. (p.67/8).

ângulo, los jueces de paz serían focos locales de apoyo político liberal, y unidades independientes de resistencia a la concentración excesiva de poder en el centro. La oposición política imaginó una especie de guerrilla burocrática.”⁵

Por outro lado, a criação do juizado de paz não extinguiu os outros níveis de juízes: continuaram existindo, por exemplo, o juiz de direito, o qual via, muitas vezes, sua área de atuação invadida pelo juiz de paz, pois os limites que definiam as tarefas de cada um eram tênues e facilmente rompidos. Dessa forma, não é raro encontrar desentendimentos entre essas autoridades, causados, muitas vezes, mais por questões políticas do que judiciais. Ao estudar mais a fundo as diversas categorias de juízes e o quanto eles estavam comprometidos com as disputas políticas locais, pude perceber que havia forte imbricação entre magistratura e política, isto é, muitas vezes a ocupação de cargos públicos estava mais ligada a pretensões políticas do que ao desejo e à oportunidade de fazer carreira burocrática. Antonio Candido em “*Um funcionário da monarquia: ensaio sobre o segundo escalão*”, mergulha verticalmente na análise da burocracia imperial ao biografar a vida de um funcionário do “segundo escalão”, denunciando que um dos *males* da burocracia imperial brasileira era justamente a ocupação de cargos públicos por pessoas desqualificadas, imperando as nomeações políticas aos concursos públicos. Nas palavras de Antonio Candido:

“O sistema eleitoral e o próprio funcionamento do Estado dependiam do jogo de favores, da formação de uma clientela mantida pelos empregos públicos, ao lados dos privilégios fiscais, concessões, empreitadas etc. Daí a vigência e a força do ‘patronato’, isto é, o sistema segundo o qual o critério das nomeações não era a capacidade ou a prova de competência, mas a mera proteção política, o ‘pistolão’”.⁶ Continua o autor:

“... O inspetor [Tolentino] enumerava as irregularidades, analisava e criticava com ênfase o sistema das nomeações por proteção política, que inibia a administração com o peso morto dos apadrinhados ineptos, corruptos e quase sempre acobertados contra qualquer medida disciplinar pela força dos padrinhos”.⁷

Ao reler o capítulo da Dissertação que descreve a tentativa de expulsão dos dois juízes, ficou evidente que se trata de um acerto de contas, de uma velha rixa que estava pendente e que, naquele momento – julho de 1879 -, pôde ser resolvida. Para tal, os liberais buscaram apoio entre os correligionários de Santo Antônio da Patrulha, Conceição do Arroio, Três Forquilhas e Torres, causando certa perplexidade ao pesquisador que conhece a região e imagina as dificuldades de deslocamento e comunicação para o último quartel do século XIX. Basta lembrar que as obras completas da BR 101 – Osório/Torres – só foram concluídas em 1968, quando esta foi totalmente asfaltada.⁸ Esse dado, por si só, redimensiona o acontecimento e revela o grau de comprometimento e o grande interesse dos liberais em expulsar as autoridades conservadoras, esvaziando, assim, a teoria do isolamento e o suposto “choro” das autoridades litorâneas que por tanto tempo marcaram a historiografia que minimamente olhou para o nordeste rio-grandense. Dito de outra maneira, o fato de os chefes locais conseguirem trocar idéias num espaço relativamente amplo demonstra sua capacidade de comunicação e *enterra*, de uma vez por todas, a idéia de que estavam isolados e que esse isolamento não teria permitido o engajamento dos políticos litorâneos no cenário rio-grandense.

Afinal, o que gerou tamanho sentimento de revanche entre os liberais do LNRS? Desde 1876 havia desentendimentos entre Vieira Caldas, liberal, e Paulino Chaves, conservador. A disputa entre esses dois juízes culminou com a saída de Vieira Caldas de Santo Antônio da Patru-

⁵ FLORY, op. cit. (p.85).

⁶ CANDIDO, Antonio. *Um Funcionário da Monarquia: Ensaio Sobre o Segundo Escalão*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2002. (p.71).

⁷ CANDIDO, op. cit. (p.116).

⁸ ELY, Nilza Huyer. *Vale do Três Forquilhas: Veredas, Vidas e Costumes*. Porto Alegre: EST, 1999. (p.73-79).

lha, em 1878, após passeatas em que vidraças foram quebradas, denúncias de lado a lado e ofensas recíprocas. Ao que tudo indica, os liberais esperaram e tramaram para agir no momento oportuno, respaldados pelo gabinete liberal recém-instalado junto ao imperador, marcando para julho de 1879 a desforra sobre os conservadores.

No entanto, a criação de cargos públicos não motivou apenas aqueles que se enquadravam no direito de exercer cidadania no Brasil independente. O próprio inquérito analisado colocou em evidência a participação de colonos alemães em assuntos que estavam ligados à magistratura e à política. Para Flory, a intimidade entre justiça e política pode estar numa herança de práticas já desenvolvidas pela monarquia portuguesa desde a Idade Média, quando o monarca tratava quase da mesma forma os representantes dos dois setores, dando-lhes tarefas comuns a serem cumpridas.⁹ O documento ora citado faz referência a Adolfo Felipe Voges, da colônia evangélica de Três Forquilhas, filho do pastor Carlos Leopoldo Voges, que chegou ao LNRS com os primeiros imigrantes alemães em 1826. O major Adolfo Felipe Voges aderiu à bandeira liberal, tornando-se chefe político não só dentro da colônia, mas em todo o Litoral Norte, conforme atesta o inquérito policial. Além de conquistar títulos como o de major e ser um reconhecido chefe político, Adolfo também foi subdelegado em 1880 e juiz de paz em 1885¹⁰, conquistas essas que o colocaram em evidência no cenário litorâneo, confirmando a aproximação entre magistratura e política, e que permitem uma releitura dos colonos alemães em relação à sua atuação política e disputa por cargos públicos ou títulos que pudessem lhes favorecer.

No entanto, Adolfo Felipe Voges compareceu à reunião acompanhado de Serafim Agostinho do Nascimento, professor e líder político na Colônia de Três Forquilhas. A participação de Nascimento na tentativa de expulsão dos juizes de Conceição do Arroio é significativa, pois indica que os colonos alemães receberam em seu meio e reconheceram como líder um *exponencial* de origem açoriana ou portuguesa. Pelos documentos, foi possível constatar que o professor Nascimento conseguiu representar colonos alemães e nacionais em algumas situações, como aquela em que João Mauer lhe outorga uma procuração para que o represente junto ao cartório de órfãos e ausentes.¹¹ Da mesma forma, em 1899 a menor Arcelina, “*filha natural do finado Isaías de Almeida Quadros*”, ficou sob a tutela desse mesmo professor.¹² As representações exercidas por Nascimento e o envolvimento dele no inquérito policial que discorre sobre a expulsão dos juizes não deixam dúvidas sobre sua capacidade de articulação, tanto com os chefes locais oriundos da Colônia Alemã das Torres, quanto com os líderes nacionais. Das inúmeras atividades que exerceu, destaca-se a de subdelegado em 1878,¹³ ocupação que deve ter-lhe permitido aumentar sua roda de influência junto aos que pediam favores e aos que dele precisavam para levar adiante os seus planos. Desse modo, pode-se concluir que a chefia liberal do LNRS sentiu a necessidade de recrutar o colega professor para tentar expulsar os inimigos conservadores.

A fim de complementar o que foi extraído do inquérito policial, pode ser agregado a esta análise o relatório de viagem do militar suíço Carl Seidler¹⁴, o qual passou por Torres em 1829 deparando-se com uma festa em que comemoravam os resultados da eleição para juiz de paz. Causa estranheza ao leitor que o vitorioso foi um colono alemão, dono de venda e com recursos para, possivelmente, comprar votos. Seidler denuncia em seus relatos:

⁹ FLORY, op. cit. (p.58/9).

¹⁰ Cfe. MÜLLER, Elio Eugenio. *Três Forquilhas (1826-1899)*. Fase de Formação da Colônia. Curitiba: Fonte, 1992. (p.135; 138-9).

¹¹ APERS – Processos-Crime – Cartório de Órfãos e Ausentes – n.2 – Maço 1 – Estante 104 – Conceição do Arroio – 1874.

¹² APERS – Contas de Tutela – Tutor: Serafim Agostinho do Nascimento – n. 869 – Maço 28 – Estante 159 – Conceição do Arroio – 1899.

¹³ MÜLLER, op. cit. (p.138).

¹⁴ SEIDLER, Carl. Dez Anos no Brasil. In.: *Biblioteca Histórica e Brasileira*. v.VIII; SEIDLER, Carl. Dez Anos no Brasil. In.: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. I Trimestre. Ano X. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1930. Ruschel, em suas crônicas, foi o primeiro a trabalhar com os relatos de Seidler e concluiu, também, que o viajante teria passado por Torres em 1829. Para maiores detalhes, ver três crônicas de Ruschel assim intituladas e transcritas na obra organizada pela historiadora Nilza Huyer Ely: “A Primeira Eleição em Torres” (p.90/91), “A Festa do Juiz de Paz” (p.92/93) e “A Primeira Eleição (1829)” (792/793), In.: ELY, Nilza Huyer (Org.). *Torres Tem História*: Ruy Ruben Ruschel. Porto Alegre: EST, 2004.

“Só a pessoa do recém eleito juiz de paz... cujo produtivo ramo de comércio era o de secos e molhados, só ele não dava boa impressão, se bem que fizesse todos os imagináveis esforços por agradar a seus convidados, quer com alguns maus gracejos, quer com as iguarias e bebida que fazia servir em abundância.” (...) “dinheiro sonante distribuído em artilosa habilidade entre as classes mais pobres quando se trata de número de votos, nunca falha em seu efeito...”¹⁵

De todos os aspectos que podem ser destacados do relato de Seidler, deve ser colocada em relevância a possibilidade de se discutir a cidadania da qual os imigrantes e seus descendentes viram-se alijados. Aparentemente, um estrangeiro não poderia ser eleito para cargos públicos e/ou políticos. No entanto, Helga Piccolo explica que os estrangeiros naturalizados poderiam exercer certos cargos junto às câmaras municipais.¹⁶ Pode-se presumir que o juiz de paz eleito em Torres possa ter usufruído dessa brecha legal para assegurar-se como um exponencial.

Ainda sobre a legislação de 1827 que instituiu o juizado de paz, Marcos Justo Tramontini observou que a desconfiança dos colonos alemães de São Leopoldo em relação a seu inspetor teria propiciado o encaminhamento da proposta de se elevar a colônia à categoria de capela curada com o objetivo de se instalar ali um juiz de paz. Entretanto, por impedimento legal, os colonos estariam privados de ocupar esse cargo caso não se naturalizassem. Tramontini apresenta um documento no qual a própria autoridade provincial reconhece a necessidade de um juiz de paz para São Leopoldo, mas adverte que os colonos estariam alijados da possibilidade de conquistar tal incumbência. Diz o relatório:

“Para que a colônia de S. Leopoldo tenha juizes de paz, é preciso que os seus habitantes concorram para a eleição desses juizes; mas os colonos não estando declarados Cidadãos Brasileiros não podem exercer um direito político, qual o de serem eleitores elegíveis para semelhantes cargos.” (p.173).¹⁷

No que se relaciona ao juiz de paz torrense, cabe investigar se ele naturalizou-se ou se ocupou o cargo sem cumprir com a exigência de “tornar-se cidadão brasileiro”. Como as buscas realizadas no AHRS foram infrutíferas, essa questão permanece em aberto. Nem mesmo a revisão dos fundos documentais “Requerimentos” e “Justiça” foram capazes de indicar se houve a solicitação de naturalização ou manifestação contrária à vitória do juiz de paz. De fato, não seria de se estranhar se vozes discordantes se pronunciassem quanto à ocupação de um cargo eletivo por parte de um estrangeiro. Em Santo Antônio da Patrulha, no ano de 1833, houve oposição à titulação de “tenente” para Marcos Fioravante por este ser estrangeiro e não-naturalizado. Apesar de Fioravante residir há muitos anos na localidade, isso não foi suficiente para convencer seus opositores de que um estrangeiro poderia ocupar cargo de maior destaque entre eles.¹⁸ Nesse caso, pode-se conjecturar se o inspetor da Colônia Alemã das Torres colaborou para que o referido alemão conseguisse obter a vitória, ou mesmo se silenciou eventuais opositores daquela candidatura. Pela descrição de Seidler, o juiz de paz deveria servir, também, como elo de ligação entre a autoridade responsável pela administração da colônia e os imigrantes, os quais não conseguiam vencer a barreira da língua e nem chegar a um acordo quanto aos procedimentos da instalação da colônia. Claro está que a impossibilidade dos imigrantes alemães em ocupar cargos públicos evidencia a dificuldade das autoridades brasileiras em reconhecê-los como cidadãos, fato que gerou grandes discussões em torno do conceito de cidadania no contexto político-social do século XIX.

¹⁵ SEIDLER, Carl. Dez Anos no Brasil. In.: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. I Trimestre. Ano X. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1930. (p.213). (grifei).

¹⁶ PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. O Sistema Político Imperial e a Colonização Alemã no Rio Grande do Sul. In.: *Anais do III Simpósio da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1978. (p.141-152). (p.143).

¹⁷ TRAMONTINI, Marcos Justo. *A Organização Social dos Imigrantes: A Colônia de São Leopoldo na Fase Pioneira (1824-1850)*. São Leopoldo: UNISINOS, 2000. (p.172-174).

¹⁸ AHRS – Justiça – Maço 41.

A narrativa de Seidler, por sua vez, não se limita a descrever apenas a inusitada vitória do juiz de paz alemão. Na continuidade de seu relato, o autor denuncia que a relação entre o comandante Francisco de Paula Soares e o referido juiz não pode ser caracterizada como amistosa. Há, na descrição de Seidler, a revelação de uma contradição: Diz ele que Paula Soares determinou que a eleição recaísse sobre um dos alemães domiciliados em Torres, mas, também, que foi surpresa para o próprio comandante Soares que os imigrantes votassem num “homem desprezado pelos próprios patrícios.” Qual seria a razão desse “desprezo”? Os colonos sentir-se-iam explorados pelo *vendeiro*? Teria ele monopólio de produtos ou preços exorbitantes em sua venda? Ou a relação entre os “patrícios” estaria sendo corrompida pelo processo eleitoral que, como já foi dito, foi perpassado pela compra de votos?

Parece evidente que os colonos alemães desde que chegaram ao Brasil disputaram um *lugar ao sol*. Tanto em São Leopoldo como na antiga Colônia Alemã das Torres –citando apenas dois exemplos –, houve pronunciamentos contra as injustiças e as promessas não cumpridas, assim como houve aqueles que souberam tirar proveito das lacunas legais e das situações que afloravam a cada dia. Essa constatação amplia o olhar e coloca em cena colonos alemães *brigando* por cargos públicos, comprando e vendendo escravos, tornando-se líderes políticos, abrindo suas vendas e explorando seus pares, enfim, assumindo os papéis que lhes cabiam neste *novo mundo*, quer os ligados à subsistência, como ser agricultor ou artesão, ou, então, os que surgiam ou foram conquistando à base de articulação grupal, sobretudo na política. Tramontini, ao analisar São Leopoldo, ressaltava a importância do *conflito* como articulador grupal, como motor de propulsão para a conquista de direitos que a legislação – em tese – proibia. Como exemplo da capacidade de burlar as normas estabelecidas, pode-se referir o juizado de paz, criado em 1827, e a proibição dos colonos alemães em ter escravos em suas propriedades. O relato de viagem de Carl Seidler, mesmo sem indicar o nome do colono alemão, testemunha que aquele indivíduo soube aproveitar e conquistar o cargo de juiz de paz. A pesquisa sobre escravos entre colonos alemães que desenvolvo desde 1998, iniciada com o Trabalho de Conclusão de Graduação¹⁹, bem como os inúmeros trabalhos que abordam esse mesmo tema, alertam para o fato de que os colonos alemães também tornaram-se proprietários de escravos, talvez na tentativa de se verem equiparados à elite mandatária nacional de origem açoriana e portuguesa.

Em síntese, buscou-se até agora evidenciar que a pequena burocracia imperial foi vista como espaço de luta e de conquistas, no qual juizes e políticos duelaram na expectativa de aumentar prestígio e poder, angariar novos correligionários e garantir a vitória nas próximas eleições. Porém os agentes históricos que adentraram esse espaço de luta e de conquista não compunham apenas o seleto grupo que se enquadrava na cidadania brasileira. Imigrantes e descendentes, vistos inicialmente como ordeiros, disciplinados e obedientes às leis, transpuseram esses conceitos e mostraram-se teimosos, desconfiados, obstinados, brigões, quase sempre com o objetivo de ocupar espaços considerados essenciais. Parece-me que, ao criar e assumir os *conflitos*, os imigrantes e seus descendentes abriram as portas da cidadania brasileira. Não me refiro à cidadania esquematizada e presa às leis, mas ao exercício cotidiano de lutar pela sobrevivência do grupo, desde a busca pela terra e pelos alimentos, até a exultação de ser visto e reconhecido como um *exponencial*. Para isso, a pequena burocracia imperial foi ao mesmo tempo escola e ringue de lutas.

¹⁹ WITT, Marcos Antonio. *Os Escravos no Vale do Três Forquilhas*. São Leopoldo, 1998. Trabalho de Conclusão. Licenciatura Plena em História – UNISINOS, 1998.

CONFLITO E AMBIGÜIDADE: RELAÇÕES ÉTNICAS E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES

Marcelo Alario Ennes¹

Introdução

Brasileiro, nipo-brasileiro, teuto-brasileiro, ítalo-brasileiro, sírio-brasileiro, sino-brasileiro, luso-brasileiro, brasileiros. Quem é o brasileiro do início do século XXI? Indagação ao mesmo tempo pretensiosa e perigosa. Pretensiosa, pois, trata-se de uma pergunta inúmeras vezes levantada e sempre respondida parcialmente. Perigosa, por conseguinte, por não haver uma única resposta. Ao lado dessas, há novas questões: como pensar a contribuição dos imigrantes (italianos, espanhóis, sírios-libaneses, alemães, japoneses entre os mais conhecidos, isso sem falar dos fluxos migratórios mais recentes, como é o caso dos coreanos) para a cultura, e em particular, para a identidade brasileira? Esse artigo pretende discutir algumas dessas questões a partir do estudo sobre uma colônia nipo-brasileira e de suas relações com não-nipo-brasileiros no Município de Pereira Barreto, no Estado de São Paulo.²

Conflito e relações étnicas

Partindo das questões acima, os conflitos e os desafios político-culturais inerentes às relações étnicas ganham novos matizes. A redenção e a paz eterna entre os seres humanos têm sido o substrato de inúmeras concepções religiosas, política e utópicas. Curiosamente muitas dessas concepções foram e são utilizadas como justificativas para a imposição de valores e verdades por parte de civilizações, Estados, partidos políticos, classes sociais, grupos étnicos, Igrejas, religiões ou, ainda, de um indivíduo sobre o outro. Quer dizer, a busca pela paz e pela harmonia tem justificado toda sorte de atrocidades e violências, o que tem levado à morte e à destruição de povos e culturas.

Essa contradição parece que vem se reproduzindo com base, entre outras, na idéia de que o conflito é algo negativo e como tal deve ser eliminado, mesmo que para isto seja necessária a violência. Essa violência vem se justificando por ser “santa”, “politicamente necessária”, ou “em legítima defesa”. Assim ao negarmos o conflito, acabamos por reforçá-lo e criá-lo.

Por outro lado, os estudos sobre movimentos sociais nas últimas três décadas do XX³ nos permitem entender os conflitos como elementos constituintes da realidade social e não podem ser compreendidos apenas como sinalização de mau funcionamento da sociedade, no sentido durkheimiano de “anomia”.

¹ Professor da Faculdade de Ciências Empresariais e Jurídicas da Universidade Camilo Castelo Branco, Campus VII / Fernandópolis/SP e do Instituto Municipal de Ensino Superior de Catanduva – IMES / FAFICA.

² O município de Pereira Barreto foi fundado a partir da instalação de uma colônia japonesa no ano de 1928 na região noroeste paulista.

³ Há uma farta bibliografia sobre movimentos sociais publicada, em particular, na década de 1980. Para conhecer parte dessa discussão ver CASTORIADIS, Cornelius. *A Experiência do Movimento Operário*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985, HOSBAWM, Eric J., *Mundos do Trabalho; novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, LACLAU, Ernesto. Os movimentos sociais e a pluralidade do social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. n° 2, vol. 1, outubro de 1986. ANPOCS/Cortez., LEFORT, Claude, *A invenção democrática*. São Paulo: brasiliense, 1983., MELUCCI, Alberto, Um objetivo para os movimentos sociais? In *Lua Nova*, n° 17, junho de 1989. p.49 –66, SADER, Eder, *Quando os novos personagens entram em cena: experiência de lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. SOUSA JR., José Geraldo (org.). *O direito achado na rua*. Brasília: editora da UnB, 1988. THOMPSON, E. P. *Tradição, Revolta y Consciência de Classe*. 2 ed. Barcelona: Editorial Crítica, 1984. TOURAINE, Alain. *Le retour de l'acteur*. Paris: Fayard, 1984. TOURAINE, Alan, Os novos conflitos sociais: para evitar mal-entendidos, São Paulo. *Lua Nova*, n° 17, junho de 1989.

A idéia de que o conflito é inerente à sociedade, no que diz respeito às relações étnicas, nos sugere e nos permite pensar na alteridade como contrapartida da identidade. Isto é, no momento que tomamos consciência de quem e o que somos, negamos aqueles que são distintos de nós. Nesse sentido Castoriadis sugeriu o caráter insuperável do racismo.

Trata-se, em primeiro lugar, da aparente incapacidade de se constituir como si mesmo, sem excluir o outro; *em seguida*, da aparente incapacidade de excluir o outro sem desvarolizá-lo, chegando, finalmente, a odiá-lo. (CASTORIADIS, 1992, p. 32)

Como se vê, a constituição de nossa identidade ocorre de modo relacional e dialógica, por meio da afirmação e negação do outro, do diferente. No entanto, esse raciocínio poderia nos levar a uma equação simplificadora da realidade: onde há diferença, há conflito e onde há igualdade, há harmonia.

Preferimos entender o conflito como um elemento das relações étnicas. Em Pereira Barreto essas relações estiveram presentes ao longo de sua trajetória. De modo mais concreto, foram constituídas das relações entre nipo-brasileiros e não-nipo-brasileiros em vários campos:

Porque aí veio juizes, promotores, etc. E só tinha um cartório de paz. Então veio cartório de primeiro ofício, de segundo ofício, depois veio cartório e registro de nomes, né. Então começou a entrar gente, não era caboclo que trabalhava de bóia-fria. Então assim entrava também os comerciantes, né? brasileiros, algum industrial, indústria pequena, começou a entrar. Então pode se dizer, que a partir do momento que passou a comarca, aí começou a mudar. E depois foi criado, foi iniciado a escola de segundo grau. Antes só tinha grupo escolar, daí mudou o aspecto, a filosofia do povo. (Sr. Igi)⁴

É clara a valorização de não-nipo-brasileiros que desempenham atividades mais elaboradas e intelectualizadas em detrimento daqueles que estavam associados ao trabalho braçal. Por outro lado, é importante atentar para a mudança da relação entre os grupos e, em especial, a visão sobre a própria cidade.

Durante a Segunda Guerra Mundial, as relações entre nipo-brasileiros e não-nipo-brasileiros alcançaram um ponto máximo de alteridade. Os nipo-brasileiros eram inimigos de guerra do Brasil e sua presença em Pereira Barreto passou a ser alvo de desconfiança e da ação controladora dos não-nipo-brasileiros e do Estado brasileiro.

Ah! eles ficaram desgostosos lá, né? De tanto que lutaram, lutaram e foram pisoteados ali, ficaram muito sentidos. Olha, ficaram muito magoados e depois o sujeito sem fazer nada, só porque era descendente de japonês já apanhava, punha na cadeia. Eu era menino, eu ficava horrorizado com aquelas coronhadas, empurrando os japoneses, eles tinham que ficar de pé, porque não cabia sentado. (Dr. Léo)⁵

O relato acima explicita a solidariedade com os nipo-brasileiros que, como se vê, são considerados duplamente injustiçados, primeiro por terem uma história de dedicação ao trabalho na cidade e segundo, por serem perseguidos em razão de sua origem étnica. Deve-se considerar que o autor do relato era, ele mesmo, um filho de imigrante alemão, que como tal o aproximava da condição dos japoneses, seja como inimigo de guerra, seja como estrangeiro.

Outras situações permitem-nos visualizar como o conflito aparece como constituidor das relações étnicas em Pereira Barreto:

⁴ O Sr. Jetsunobo Igi é issei, tem mais de 70 anos. Autor do livro *Pereira Barreto: a cidade que vi nascer*. Na cidade, é considerado, por *nikkeis* e brasileiros, como a pessoa mais autorizada para falar sobre história local.

⁵ Dr. Léo Liedtke Jr. mudou-se para Pereira Barreto em 1933, quando tinha 5 anos de idade. Com seus pais, imigrantes alemães. Durante a infância, Dr. Léo frequentou escolas da cidade, conviveu com crianças de origem japonesa, estudou japonês e praticou muito esporte com os jovens da colônia. Foi prefeito da cidade por dois mandatos.

Eu tinha que andar na linha, né? Diziam:- Ô seu filho de quinta coluna!! Aquilo marcou. É, às vezes tinha uma procissão na igreja e tinha duas igrejas na praça uma Ascensão Episcopal e a outra igreja. Então a procissão passava assim, jogavam berros: Ô igreja do capeta!! Não entendia, não entendia porque! Agora eu estou entendendo historicamente. (Sr. Paulo Yuzuro Ono)⁶.

Esse é um caso em que se observa a imbricação de pelo menos dois elementos de alteridade: a origem étnica e a filiação religiosa. Além desses casos, os conflitos étnicos na cidade passavam (e ainda passam) pelos grupos e círculos de amizades

Era feio lá, tinha briga de turma, normalmente é briga de turma. Era feio, saía morte, dava medo naquela época, dava medo... dava medo de andar sozinho. (Sr. Arnaldo)⁷

Os grupos de amizades e o confrontos entre esses grupos tinham origem na pertença étnica. Ser “japonês” ou “brasileiro” era ao mesmo tempo o critério para a constituição de laços de amizades ou as razões para brigas de rua.

Percebe-se, portanto, que se esses conflitos são elementos constituintes da história da cidade, foram, ao mesmo tempo, a base para um processo contínuo e tenso de criação e a (re)criação de identidades. Nesse sentido, ao se falar de Pereira Barreto e compreendê-la do ponto de vista de sua identidade é necessário considerar os grupos existentes, as relações entre esses grupos, relações que se expressaram (e se expressam) por meio da identidade e da alteridade.

Ambigüidade

Compreender as relações étnicas em Pereira Barreto a partir dessa perspectiva implica em reconhecer uma realidade caracterizada pela ambigüidade. As aproximações e distanciamentos entre nipo-brasileiros e não-nipo-brasileiros ocorrem muitas vezes sem que haja clareza sobre os limites e as fronteiras da pertença étnica: ser brasileiro, ser japonês, ser nipo-brasileiro pode ser considerado mais como situação do que uma condição. Isto é, trata-se de uma dinâmica, de algo que oscila diante de situações e demandas concretas: família, trabalho, amizade etc..

Essa realidade é muito mais complexa do que o conceito de assimilação e homogeneidade cultural nos permite ver. A assimilação fundamenta-se na idéia da “conversão” do estrangeiro em brasileiro que, dentro dessa concepção, ao aprender o idioma e compartilhar gostos e valores nacionais estaria, ao mesmo tempo, eliminando as causas dos conflitos. Assim, os grupos de emigrantes mais assimiláveis foram aqueles que mais facilmente falaram o português, compartilharam de valores estéticos e morais da cultura nacional e casavam-se fora de seu grupo étnico de origem. Entre esses estariam os italianos, espanhóis e, principalmente, portugueses. Por outro lado, alemães e, em especialmente, japoneses, estariam entre aqueles de difícil assimilação, pois resistiam em falar o português, distinguiam-se por seus valores não se casavam fora de seu grupo.

Ao expurgar o conflito como elemento constituinte das relações étnicas, os conceitos de assimilação e homogeneidade cultural deixam escapar dimensões bem mais sutis e significadoras das relações sociais envolvendo emigrantes e brasileiros. Não nos permitem, também, compreender que essas relações são instituidoras de uma realidade plural e de identidades ambíguas e inacabadas. Essas relações são instituidoras de novas e múltiplas identidades brasileiras, assim como, múltiplos modos de agir e ver o mundo.

⁶ Nissei. Seu pai teria vindo para o Brasil em 1913, portanto, nas primeiras levas de imigrantes, foi o segundo pastor anglicano da paróquia da cidade. Sr. Paulo tornou-se presidente da Cooperativa Agrícola Fazenda Tietê, que reúne produtores rurais, em sua grande maioria, de origem japonesa. Considerado como principal interlocutor entre a colônia e os demais moradores e segmentos sociais da cidade.

⁷ Arnaldo Enomoto é um próspero empresário Nissei. Herdou de seu pai Heroito Enomoto o dinheiro e a competência nos negócios. Seu pai imigrou para o Brasil no começo dos anos 30 e depois de viver, durante um curto período, da agricultura, parte para o ramo do comércio.

A insuficiência analítica do conceito de assimilação, por sua vez, pode ser superada com as novas possibilidades de pensarmos o conflito como elemento instituidor da realidade social, por meio da oscilação entre identidade e alteridade.

Essa abordagem, a propósito, já vem sendo criticada por estudos que introduziram nas análises sobre imigração e sobre relações étnicas o conceito de pluralismo cultural.

É o caso de Boris Fausto quando aponta para a importância de imigrantes na constituição de novas identidades:

... é possível pensar em uma ‘nova sociedade paulista’ constituída por nacionais, imigrantes e seus descendentes, com traços próprios e diferenciados relativamente a outras regiões do país. É possível ainda pensar em uma ‘ideologia paulista’ do trabalho, constituída a partir do esforço dos imigrantes e das representações mentais e a elas associadas. (FAUSTO, 1991, p. 38).

Leituras sobre a imigração a partir da perspectiva do pluralismo cultural têm sido, portanto, realizadas. Uma abordagem inovadora e mais atenta à complexidade das relações étnicas tem sido feita por Giralda Seyferth .

Em seu estudo sobre imigrantes alemães no vale do Itajaí/SC (SEYFERTH 1999), a autora aponta a possibilidade de construção de novas identidades sem que antigas sejam destruídas. Ou seja, imigrantes e seus descendentes (re)construiriam identidades nas e por meio das relações sociais e, ao fazer isto, (re)construiriam sua identidade original. Esse processo seria visualizado nas relações entre imigrantes e seus descendentes com pessoas e grupos sociais fora da colônia germânica. Realidade que poderia ser visualizada concretamente em situações políticas em que se tornava necessário conquistar votos num universo extra-grupo étnico

Assim, poderíamos inferir que essa dinâmica de relações sociais seria o substrato para a construção identitária teuto-brasileira híbrida de germanidade e brasilidade, condição designada pela autora por meio da expressão *Deutschbrasilianertum* (SEYFERTH, 1999, p. 72). Pode-se, pois, dizer que o estudo de Seyferth sugere o caráter ambíguo da identidade teuto-brasileira:

“A noção de *Deutschbrasilianertum*, enquanto definidora de uma etnicidade teuto-brasileira, inclui a possibilidade de uma integração política-econômica à sociedade nacional, sem renúncia da condição alemã.” (SEYFERTH, 1999, p. 82)

Em outro artigo, Seyferth (2000) analisa conceito de assimilação cultural. A autora reconstrói a trajetória do conceito na sociologia ressaltando o seu caráter diluidor, unidirecional e simplificador do processo de “abrasileiramento.”

Seyferth indica que analistas de meados do século XX reconheceram o caráter plural da estrutura social das sociedades receptoras de imigrantes, incorporando, inclusive, a idéia de que a “absorção” desses grupos na realidade brasileira não apagaria, em curto prazo, as identidades distintas (SEYFERTH, 2000, p.12)

Seyferth conclui discorrendo sobre o “declínio” do conceito de assimilação cultural e sobre a sua gradativa substituição pela idéia de etnicidade. Segundo a autora, esse conceito focalizaria processos não visíveis pelos adeptos do conceito de assimilação cultural. Esses estudos permitem-nos, também, vislumbrar uma perspectiva analítica que vai além das questões tradicionais da homogeneidade cultural e da aculturação.

A partir da análise de relações étnicas inseridas em um outro contexto, Igor José de Renó Machado (1999) investiga a multiplicidade de representações sobre brasileiros na cidade do Porto em Portugal e suas implicações no processo de inserção do grupo na estrutura social e ocupacional daquele país. Retoma, entre outros temas, o conceito de “identidade negociada”, ou seja, a utilização de diferentes auto-representações visando alcançar vantagens frente a diferentes interlocutores. Nesse sentido, a idéia do Brasil como Nação Exótica seria acionada ou não diante de circunstâncias e relações sociais diferenciadas.

A idéia de ambigüidade, na realidade, já estava presente nas obras de Gilberto Freyre. Há algumas pistas valiosas no pensamento “freyriano” de extrema riqueza para pensar relações étnicas no Brasil contemporâneo. Para Freyre a realidade cultural brasileira é portadora de ambigüidades, característica herdada dos portugueses, já ambíguos culturalmente ao chegarem ao Brasil no século XV. (FREYRE, 1973, p. 202 e 208).

Freyre pode ser encarado como uma alternativa conceitual e interpretativa ao conceito de assimilação, pois se de um lado o autor emprega o conceito em diversas passagens de suas obras, por outro, propõe idéias como a de “transcendência de elementos culturais”, o que o torna, também, ambíguo. Isto é, para Freyre, valores culturais, representações e práticas sociais são trocadas, são compartilhadas, são transformadas pelos grupos étnicos sem seguir, necessariamente, uma lógica unidirecional do dominante sobre o dominado. O autor discute a presença de elementos da cultura indígena, negra e portuguesa em todos os segmentos sociais, resultando em um híbrido compartilhado por toda a sociedade, ainda que de modo desigual. Assim, representações e práticas culturais transcenderiam as “fronteiras raciais” e passariam a ser compartilhadas pelos grupos constituidores da “sociedade nacional”, mesmo que isso ocorra por meio de relações de dominação de um grupo sobre o outro.

Um bom exemplo dessa dinâmica é a importância da religião no processo de colonização do Brasil. Freyre demonstra como o catolicismo é modificado e adequado ao ser imposto pelo colonizador ao negro, ao índio e ao caboclo no Brasil. Talvez essa idéia seja uma pista interessante, não para descaracterizar a ação da Igreja como instrumento de dominação e subjugação, mas, ao contrário, para perceber que, mesmo um mecanismo de dominação, como a religião, foi contaminado por elementos da cultura dominada, para se tornar mais eficaz e ao mesmo tempo, tornando possíveis manifestações de crenças e de práticas religiosas dos segmentos dominados.

Outros exemplos de “contaminação” da cultura “dominante” pela cultura “dominada”, dados por Freyre, são a alimentação e o idioma. Ainda que não expressem dimensões dramáticas das relações de dominação, não como a religião, esses exemplos são sintomáticos do processo de transmutação provocado pelo encontro de valores e práticas culturais constituintes das relações étnicas.

Compreender as relações étnicas a partir da perspectiva da ambigüidade é pensar as particularidades dos grupos em suas múltiplas dimensões e é pensar nas relações que os grupos estabelecem entre si em suas múltiplas possibilidades, como parte de uma totalidade multifacetada.

Em minha tese de doutorado (ENNES, 2001), pude pensar a presença japonesa na cidade de Pereira Barreto e as relações sociais entre *nipo-brasileiros* e *não-nipo-brasileiros* como configuradoras de um circuito de trocas simbólicas e práticas, no processo no qual ambas as partes se transformam, constroem e reconstroem seus valores, suas representações e suas práticas sociais em ambas as direções, retroalimentando.

Enquanto fazíamos a pesquisa de campo, enquanto estávamos na cidade conversando formal ou informalmente com as pessoas, participando de festas da cidade, ou mesmo andando por suas ruas e praças, não era sempre que conseguíamos perceber de modo claro as fronteiras entre *nipo-brasileiros* e *não-nipo-brasileiros*. Pelo menos, em certas circunstâncias, não podíamos reconhecê-las de modo rígido, definitivo e absoluto. Essa percepção colocou-nos questões que nos levam a refletir com maior intensidade sobre a tensão das relações étnicas ao invés de pensar a condição do *nipo-brasileiro* em si mesmo.

Por meio de depoimentos de moradores de Pereira Barreto é possível verificar o quanto ambíguas são as identidades construídas por meio de relações étnicas. Dona Maria Antonia foi uma de minhas principais informantes. Indagada sobre sua identidade, respondeu:

Então eu me sinto japonesa, um pouquinho de japonesa, eu chego em qualquer japonesa da colônia, qualquer coisa... Por exemplo, igual aqui na escola, se preciso de alguma coisa ... eu sem receio nenhum, eu tenho certeza, eu chego por exemplo aí no seu Ragimi, um japonês bem antigo, a mulher dele é bem antiga também, eu falo: ‘Dona Rosa, eu estou precisando de uns talheres, assim,

assim...' ela tira do dela, lá do restaurante, ela diminui o dela mais ela não fala não para mim, sabe. (Dona Maria Antonia)⁸

Um “pouquinho” japonesa ... As razões ficam implícitas em sua aceitação e respeito que possui dentro da colônia. Em uma outra passagem de seu relato explica:

... para minha secretária em casa eu falo: ‘Ô fulana, Marilda, ah! mais eu estou com vontade de comer comida japonesa, sabe que jeito?’ eu falo para ela. ‘Você faz aquele arroz sem sal ...’ eu converso com ela que eu ganhei isso assim que é para comer com arroz sem sal. Eu não fico sem shoyo, sem nada. (Dona Maria Antonia)

Seja na aceitação, no respeito ou, em outro plano, na falta que a “comida japonesa” faz, fica claro, que sua identidade é constituída pela combinação de elementos e características oriundas de sua trajetória de vida e das relações com a colônia japonesa.

A ambigüidade entendida como marca da identidade produzida na e por meio de relações étnicas também está presente no depoimento do Sr. Paulo Ono.

Eu sou cristão e eu aceito a ressurreição de um outro modo, né espiritual, corpo glorificado, diferente, diferenciado do nosso. Mas isso não afeta minha fé em Deus e em Cristo, certo.

A história de vida do Sr. Paulo Ono, como de toda a colônia japonesa em Pereira Barreto, é marcada por uma particularidade: a fundação de uma paróquia anglicana por japoneses. O pai do Sr. Paulo Ono foi o segundo pastor da paróquia. A iniciativa, que segundo versões dos moradores, teria como motivo a preocupação de criar vínculos culturais e religiosos dos imigrantes com a sociedade receptora, reconhecidamente cristã. A instalação de uma paróquia cristã, mas anglicana, no entanto, acabou por reforçar as relações de alteridade e não, como se esperava, de identidade. A partir dessas circunstâncias, o Sr. Paulo Ono auto-representa-se do seguinte modo:

Eu me considero um brasileiro, porque eu sei que indo para o Japão eles não me consideram japonês (risos). (Sr. Paulo Yuzuro Ono).

Percebe-se o caráter móvel e relativo de sua identidade. Parece sugerir que se dependesse apenas dele, se auto-representaria como japonês, mas o olhar dos “japoneses do Japão”, que em sua fala aparece de maneira subentendida como a classificação mais legítima, acaba por impor-lhe sua brasilidade. Essa auto-representação construída a partir de uma relação de alteridade imposta pelo o outro, é, também, observada em sua filha.

Eu sou brasileira, eu sou quer dizer é... meu problema é o que meu pai falou: ‘você tem cara de japonês’. Então os outros não, talvez não me enxerguem como brasileira, entendeu? é... (Cristina)⁹

É interessante notar que o mesmo raciocínio se reproduz com sua filha, mas agora no sentido invertido. Ela se vê como brasileira, mas os “brasileiros” lhe impõem uma identidade demarcada por seus traços físicos.

Conclusão

As relações étnicas analisadas, em particular por meio do exemplo da cidade de Pereira Barreto, sugerem que a formação de identidade é, na verdade, um processo de construção, desconstrução e reconstrução de práticas, valores, símbolos. Trata-se de algo volátil, movediço,

⁸ Afro-descendente, foi criada por uma família japonesa, por meio da qual teve oportunidades de estudar até o nível superior. Foi professora, diretora de escola e hoje é coordenadora pedagógica de uma instituição de ensino superior.

⁹ Sansei, filha de Sr. Paulo. Estudou no Japão, professora de inglês e proprietária de uma escola de idiomas na cidade.

plural, desigual e, muitas vezes, violento. Trata-se de um processo multifacetado, produto e produtor de identidades construídas por meio de conflitos.

Essa perspectiva permitiu-nos visualizar dimensões das relações étnicas que vão além da questão da assimilação. Vimos nos estudos de Seyferth (1999 e 2000), bem como por meio dos depoimentos de moradores de Pereira Barreto, que a constituição de uma nova identidade não faz, necessariamente, desaparecer elementos de identidades pré-existentes.

Sugerimos, por fim, que as relações étnicas originárias com o processo migratório transcorrido no Brasil ao longo do século XX devem ser repensadas ao tentarmos compreender a “brasilidade”. Nesse sentido, as relações étnicas ao fundarem novas identidades, o fazem por meio de relações de alteridade e dominação social, política e econômica, que ao mesmo constroem identidades perenes e ambíguas. As relações étnicas, portanto, não podem ser pensadas enquanto um processo de mão única e homogeneizador. A brasilidade seria uma condição dinâmica, o que implica pensá-la enquanto uma identidade inacabada e em continuo movimento, processo no qual o conflito é elemento constitutivo e insuperável.

Referências Bibliográficas

- CASTORIADIS, C. Reflexões sobre o racismo. In: _____. *O mundo fragmentado: as encruzilhadas do labirinto* / 3. Rio de Janeiro: Paz e Terras, 1992. p. 27 B 41.
- ENNES, M. A. *A construção de uma identidade inacabada*. São Paulo: ed. UNESP, 2001.
- FAUSTO, B. *Historiografia da Imigração para São Paulo*. São Paulo: Editora Sumaré, 1992.
- FREYRE, G. *Casa Grande & Senzala*. Formação da família brasileira sob o regime da Economia Patriarcal. 16 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973.
- MACHADO, I. R. *A invenção da nação exótica entre os imigrantes brasileiros no Porto, Portugal*. 23º Encontro anual da ANPOCS. Caxambú, de 19 a 23 de outubro de 1999. mimeogr.
- SEYFERTH, G. Etnicidade, política e ascensão social: um exemplo teuto-brasileiro. *Mana*. vol. 5, n. 2, 61-88, 2001.
- _____. *Assimilação dos imigrantes no Brasil: inconstâncias de um conceito problemático*. XXIV Encontro Anual da ANPOCS, Petrópolis, 2000. mimeogr.

AS CARTAS DE PAOLO ROSSATO: A VOZ DE UM IMIGRANTE ITALIANO ATRAVÉS DA ANÁLISE DO DISCURSO

Sandra Maria de Oliveira¹

A carta, com suas variações tipológicas e como gênero do discurso, cumpre um propósito comunicativo, tendo em vista a intenção do autor em relação a seu interlocutor. A carta pessoal permite rastrear o discurso *no jogo de sua instância*, conforme Foucault². A carta pessoal e os documentos oficiais, com seu repertório diversificado, padronizado em sua maioria, são formas de o homem se comunicar com seus pares e afins, assim como registrar fatos e informações importantes de uma determinada época e lugar.

As cartas de Paolo Rossato^{*}, compiladas e traduzidas por Luís A. de Boni³, auxiliado pelo Professor Ciro Mioranza, têm como objetivo primordial convencer a família, amigos e parentes a vir para o Brasil, mais especificamente, para o Campo dos Bugres primeiro nome dado à Colônia Caxias. Estas foram classificadas de forma temática segundo a análise realizada. Os temas são: *Ser colono, Il Brasile del colono, I Brasiliani, Qui è come là, Terra e propriedade, Trabalho, Moglie e famiglia, Chamamentos, avvertimenti e incombenze*.

Para isso recorre a estratégias e recursos persuasivos a fim de trazê-los para que juntos possam far la Mérica. (...) *Son pramoso che venga miei fratelli e tutta la mia famiglia. Là eravamo servi e qui siamo padroni*⁴, escreve ele, em carta enviada em 24 de abril de 1884. Ou seja, deixar a Itália para tomar-se um vencedor na Terra da Promissão ou a Cuccagna^{*} - visão que alguns imigrantes tinham do Brasil. Importa lembrar o apelo da propaganda veiculada pelas companhias marítimas italianas, e também as condições favoráveis oferecidas pelo governo brasileiro à entrada de imigrantes⁵. A espontaneidade e a circularidade permeiam as cartas de Rossato, relatando suas aventuras aos familiares, de maneira singela e reiterada. Por circularidade entende-se o círculo persuasivo em que Rossato envolve seus interlocutores, utilizando estratégias emocionais e sedutoras para trazê-los para junto dele.

A relevância desta documentação é enfatizada por Azevedo⁶

Tão rico é este material e tão precioso pela precisão dos informes e pelo que revela da personalidade do signatário, que se justificaria plenamente a sua publicação na íntegra, na versão original em italiano mesclado de dialeto vêneto e em tradução vernácula, acrescida e esclarecida com notas biográficas e dados outros sobre os múltiplos e interessantes temas abordados.

Assim, há nelas *elementos preciosos para a reconstituição de percursos de vida como também fontes de idéias e de teorias não comprometidas pela forma estética*, afirma Galvão⁷.

¹ Mestre em Letras e Cultura Regional - UCS - Caxias do Sul

² FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1997, p. 28.

^{*} Imigrante italiano, vindo da província de Vicenza em 22 de novembro de 1883, chegou ao Campo dos Bugres (antiga Colônia Caxias) em 10 de janeiro de 1884, junto com a esposa Rachelle Massignani. De 27 de dezembro de 1883 a 14 de junho de 1885 escreveu 16 cartas a seus parentes na Itália. A última foi enviada de Cachoeira do Sul, 25/12/1885, onde estava trabalhando, a seus pais na Colônia Caxias.

³ DE BONI, Luís A. *La Mérica - escritos dos primeiros imigrantes italianos*. Caxias do Sul: UCS/EST, 1977, p. 27- 72.

⁴ Id., *ibid.*, p. 35. (...) Estou ansioso que venham meus irmãos e toda a família. Lá éramos servos e aqui somos senhores.

^{*} HOUAISS, Antônio. *Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Objetiva, 2000, p.748. Etimologia - fr. *Cocagne* - documento em francês, no século xm como nome de um país imaginário, onde tudo é abundância.

⁵ AZEVEDO, Thales. *Italianos e gaúchos - Os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro - DAC/SEC, 1975, p. 34-42.

⁶ Id., *ibid.*, p. 280.

⁷ GALVÃO, Walnice Nogueira. *À margem da carta*. 10: AGUIAR et alii. *Gêneros defronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário*. São Paulo: Xamã Editora, 1997, p. 124.

Essa *petite histoire*, somada aos acontecimentos e documentos da época, torna possível um rastreamento sobre quem era e como vivia o colono quando de sua chegada à Colônia Caxias. A carta pessoal, escrita em tom informal, às vezes, confessional propicia uma maneira de refazer a história. História escrita não pela visão da cultura dominante, mas pelas mãos de um colono, um *outsider*, que veio para ultrapassar seus próprios limites e reverter sua posição social. Na perspectiva de de Boni⁸, *deixam transparecer aquilo que muitos pretendem esconder: as peripécias dos inícios, o desconforto para quem deixou uma determinada cultura na Itália e se encontrou, de mãos desarmadas, em meio a uma floresta.*

Apesar dos infortúnios, a esperança de obter um pedaço de terra e vir a ser seu dono, motiva e movimenta a grande massa de imigrantes a buscar refúgio na América. E a partir daí, traçar sua própria existência.

Por outro lado, no contraponto, figuram os requerimentos, documentos oficiais, encontrados no Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, enviados à Intendência Municipal da Vila de Caxias, durante o período de 1890 a 1896, totalizando quinze (15), escolhidos pela relevância do assunto apresentado: demarcação de limites, invasão de cercas, impedimento de ir e vir, desvio de curso d'água, enfim, conflitos em relação à posse da propriedade. Os requerimentos, como as cartas, também foram analisados de forma temática, assim distribuídos: *Vozes de outros colonos, Sobre a terra, A voz do coletivo*. Mostram as primeiras manifestações dos colonos em relação a seus direitos, enquanto *quase cidadãos* brasileiros, frente à autoridade instituída. Através deles, os colonos reclamam, pedem, solicitam soluções para seus problemas mais urgentes, por exemplo, o desvio de um curso de água, pelo vizinho, prejudicando o *suplicante*, ou a construção de uma ponte, sem a qual tornavam-se difíceis os acessos, já penosos. As condições de sobrevivência, naquele tempo, eram árduas, devido à localização, ao relevo, ao clima, para citar somente as condições físicas. Convém ressaltar que muitos desses requerimentos foram escritos *a rogo*, já que a maioria dos colonos era analfabeta. Acrescente-se a essa dificuldade, o desconhecimento da língua portuguesa por parte dos colonos. Precisa-se salientar que os colonos falavam o dialeto de sua localidade - *paese* - de origem, e não a língua italiana, implantada em 1870, quando da Unificação da Itália. Havia, portanto, um outro fator de impedimento à fluidez da comunicação, os diferentes dialetos falados entre eles. Os imigrantes são provenientes de regiões diversas da Itália - Vêneto, Trentino, Lombardia, Piemonte, Calábria, Ligúria, Emília, Toscana, Campânia, esclarece a autora⁹.

A nova terra torna-se uma alternativa à péssima situação político-social em que se encontravam os agricultores italianos em fins do século XIX, devido à adequação de forças para a modernização do país, começou a ser liberada grande parte da mão-de-obra, até então empregada nos campos. Trabalhando em terras arrendadas, vivendo em casa alugada, grande parte acabou endividada, e não lhes restava outra escolha a não ser a tentativa de viver no além-mar.

As hipóteses norteadoras da pesquisa envolveram a investigação de que:

- no discurso das cartas de Paolo Rossato há o mascaramento e a omissão sobre as condições de vida do Brasil;
- o discurso do colono revela sua condição de cidadão de segunda classe;
- no discurso das cartas ocorre a identificação do homem imigrante, sua ideologia e crenças.

A partir das hipóteses levantadas, os textos foram investigados sob a perspectiva da Análise do Discurso (AD), já que o método de análise, instituído por ela, incide na relação da linguagem com as condições (situação) em que ela se produz, isto é, seu contexto sóciohistórico-cultural. A metodologia da análise do discurso se funda na consideração das condições de produção do dizer como constitutivas desse próprio dizer: assim quem fala, para quem se fala, o que se fala, como se fala, em que situação, de que lugar da sociedade, são considerados elementos fundamentais do processo de interlocução que estabelece a linguagem. Isso tudo leva ao funci-

⁸ DE BONI, Luís A. op. cit. p.3. 9 Id., *ibid.*, p. 30.

⁹ Id., *ibid.*, p. 30.

ornamento do discurso: a atividade estruturante de *um discurso determinado, por um falante determinado, para um interlocutor determinado, com finalidades específicas*¹⁰. A AD surge baseada na interdisciplinaridade, pois ela é preocupação não só de lingüistas como também de cientistas sociais.

A análise do discurso é um método que permite, também, refletir sobre outros domínios da ação do homem que não apenas na linguagem em si. O homem inserido num contexto e subjacente ao discurso. Possibilita, ao desvendá-lo, através da análise do discurso, revelar o momento sócio-histórico-cultural em que vive. Cabe à AD trabalhar seu objeto (o discurso) inscrevendo-o na relação da língua com a história. As condições de produção textual estão diretamente envolvidas com a cultura e com a orientação afetiva definida entre os participantes. O ponto de vista teórico e metodológico da AD, a partir de seus fundamentos, que estão no modo de investigação imaginado e realizado por Michel Foucault - de modo particular em *A arqueologia do saber* -, é apresentado nesse estudo. Estes pressupostos são fundamentais para o entendimento dos conceitos que foram discutidos na pesquisa: *discurso, enunciado e formação discursiva*.

Foucault¹¹ supõe, sobre o discurso, que *em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída, por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos*. Ou seja, não se pode dizer o que se quer em qualquer época, há restrições quanto à produção do discurso.

Dentre os *procedimentos de exclusão*, ele distingue o da *interdição*. Acrescenta o autor, *não se tem o direito de dizer tudo, não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa*¹². Ressalta que as interdições que o atingem, revelam no discurso seu vínculo com o desejo e o poder: *o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar*¹³.

O autor¹⁴ concebe o discurso como um conjunto de enunciados que se remetem a uma mesma formação discursiva, *um discurso é um conjunto de enunciados que tem seus princípios de regularidade em uma mesma formação discursiva*. Para ele, a análise de uma *formação discursiva* - *tudo aquilo que pode e deve ser dito, a partir de uma posição dada em uma certa conjuntura* - consistirá na descrição dos enunciados que a compõem. Enunciado, segundo Foucault¹⁵, não é em si mesmo uma unidade, *mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço*. Além disso, não acontece isoladamente, já que se constitui sempre associado a um conjunto de enunciados:

Todo enunciado se encontra assim especificado: não existe enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas, sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, apoiando-se neles e se distinguindo deles: ele se integra em um jogo enunciativo¹⁶.

No âmbito dos gêneros do discurso, as condições culturais são tão fortes que afetam sua constituição (apesar de formas padronizadas e típicas já disponíveis), que vão se ajustando às novas e diferentes realidades, conforme assinala Bakhtin¹⁷. A carta, com suas variadas formas, e

¹⁰ ORLANDI, Eni; GUIMARÃES, Eduardo; TARALLO, Fernando. *Vozes e contrastes - discurso na cidade e no campo*. São Paulo: Cortez Editora, 1989, p. 24.

¹¹ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Ed. Loyola, 2002, p. 9. 12 Id., *ibid.*, p. 9.

¹² Id., *ibid.*, p. 9.

¹³ Id., *ibid.*, p. 10.

¹⁴ FOUCAULT, Michel. *op. cit.* p. 135.

¹⁵ Id., *ibid.*, p. 99.

¹⁶ Id., *ibid.*, p. 113 - 114.

¹⁷ BAKHTIN, Mikhail. *Os gêneros do discurso*. In: *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 279-326.

o repertório bastante diversificado dos documentos oficiais (em sua maioria, padronizados), incluem-se, entre outros, na heterogeneidade dos gêneros do discurso. Entende-se que o *querer-dizer do locutor se realiza acima de tudo na escolha de um gênero do discurso*¹⁸ que, por sua vez, apresenta uma relação imediata com a realidade existente, além de ser constituído como uma *resposta a enunciados anteriores*¹⁹ dentro de uma dada esfera comunicativa e social. Para Bakhtin²⁰,

ignorar a natureza do enunciado e as particularidades de gênero que assinalam a variedade do discurso em qualquer área do estudo lingüístico leva ao formalismo e à abstração, desvirtua a historicidade do estudo, enfraquece o vínculo existente entre a língua e a vida. A língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua.

Dois conceitos tomam-se nucleares num quadro teórico que alie o lingüístico ao sócio-histórico: o de discurso e ideologia. O primeiro situa o sujeito no espaço e tempo; o outro revela seu posicionamento frente aos valores no contexto estabelecido.

Cabe ressaltar que o conceito de discurso aqui não pertence ao domínio da lingüística, em que a preocupação principal é com a estrutura da linguagem. Em vez disso, o termo *discurso* é usado aqui tal como o é por Foucault: o foco está muito mais no conteúdo e no contexto da linguagem. Foucault não tinha como preocupação o enfoque do discurso enquanto problema lingüístico. Os discursos, no contexto histórico, de relações de poder específicas e invocando noções particulares de verdade, definem as ações e os eventos que são plausíveis, racionalizados ou justificados num dado campo discursivo -nesta pesquisa, as cartas e os requerimentos.

Ao falar ou escrever, o homem expressa sua ideologia. O discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, *compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos*²¹.

Em Bakhtin²², a ideologia não é falseamento da realidade ou falsa consciência, é percebida como espaço de contradição e não apenas de ocultamento. Um produto ideológico faz parte de uma realidade, portanto, a ideologia é uma forma de representação do real. *Um produto ideológico reflete e refrata uma outra realidade que lhe é exterior*. Para ele, a língua é determinada pela ideologia e a palavra é o signo ideológico por excelência, ela registra as menores variações das relações sociais.

Para Foucault²³, a palavra *ideologia é carregada de contradições e conseqüências*, escolhendo, por convenção, nomeá-la *formação discursiva - conjunto de enunciados relacionados a um mesmo sistema de regras, historicamente determinada*²⁴. É essa nomenclatura que, doravante, aparece na pesquisa.

O trabalho constitui-se de três etapas:

- na primeira, revelam-se as vozes esquecidas - o que é ser colono em um contexto sócio-histórico-cultural completamente diferente do de origem;
- o segundo movimento, retoma a voz de Rossato, através da análise de seu discurso, contido nas cartas;
- o terceiro momento traz o contraponto, os requerimentos, e os compara ao discurso das cartas.

As vozes esquecidas referem-se à contextualização do momento histórico, parte-se da Itália, chega-se ao Brasil e concentra-se na região de Caxias, fechando um período que compreende os anos de 1883 a 1896. Nessa etapa, final do século XIX, os acontecimentos tanto da Itália

¹⁸ Id., *ibid.*, p. 301.

¹⁹ Id., *ibid.*, p. 301.

²⁰ Id., *ibid.*, p. 282.

²¹ Id., *ibid.*, p. 17.

²² BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 31.

²³ FOUCAULT, Michel. *op. cit.* p. 43.

²⁴ MAINGUENEAU, Dominique. *Termos-chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000, p. 68.

quanto do Brasil são enfatizados. A política, a situação sócio-cultural e econômica, as diferenças e contrastes entre os dois países, o primeiro incentivando a emigração e o outro recebendo os imigrantes, e todas as implicações subjacentes a esse deslocamento. Os aspectos referentes à região que os acolhe são mantidos sempre em foco, sem perder de vista as circunstâncias relativas ao nacional e mundial que podem intervir de forma pontual sobre o particular, isto é, a região de imigração italiana.

Os termos colono e colônia foram utilizados na pesquisa, sob a seguinte perspectiva: para Bosi²⁵, *colonus é o que cultiva uma propriedade rural*, portanto, o imigrante, uma vez estabelecido na pequena propriedade rural, toma-se *colono*. É este homem estabelecido, enfrentando os impedimentos inerentes ao processo, que se investiga nessa pesquisa.

Quanto à colônia, a partir da Independência (1822), conforme Giron²⁶, *deixa de significar a relação da dependência externa do país. (...) passa a significar terras despovoadas, para as quais são trazidos imigrantes estrangeiros para a produção agrícola*. Enfatiza-se no texto, a condição dos colonos como *súditos de segunda categoria, aos quais eram negados direitos, tanto em sua pátria antiga, como na de adoção (...)*²⁷.

Além da contextualização, neste primeiro momento, são abordados conceitos que permeiam e fundamentam a pesquisa, tais como, região e cultura. Ambos são termos habitados de muitas significações, configuram-se como complexos, amplos e problemáticos, entretanto, procurou-se delimitá-los dentro do quadro do presente estudo.

Por região entende-se toda uma rede de relações estabelecidas entre os atores sociais. Para Pozenato²⁸, *a região será melhor entendida se vista como simplesmente um feixe de relações a partir do qual se estabelecem outras relações, tanto de proximidade quanto de distância*. Uma mesma região pode transformar-se a partir de suas ocorrências sócio-culturais, adquirindo diferentes aspectos. A região circunscrita na fixação dos colonos italianos, tanto pode ser estabelecida geograficamente, através de mapeamento, quanto pelas relações instauradas na interação entre os indivíduos.

Nesse deslocamento dos meios de vida, o colono se apropria do espaço, num processo denominado *reterritorialização*²⁹. Em outras palavras, esse processo envolve uma dimensão concreta, funcional, como também reúne uma dimensão simbólica e afetiva. Acontece uma transposição, uma transmutação do agir e do fazer de uma região específica para uma outra. A faculdade de aprender instrumentaliza o homem em relação ao conhecimento, amplia a rede de relações e significados. Acredita-se que a região é, então, uma rede de relações estabelecida entre os indivíduos e, através dela, pode-se determinar seus vínculos e domínios. É possível afirmar que o que determina uma região não é o espaço, mas sim o tempo, a história.

Na perspectiva de Bourdieu³⁰, o conceito de região é uma *imposição arbitrária, quer dizer, de um estado anterior da relação de forças no campo das lutas pela delimitação legítima*. As fronteiras e limites são classificações convencionais e simbólicas, dependendo do reconhecimento do grupo perante si e os outros. A identidade, segundo ele, consiste principalmente em *ser percebido pelo reconhecimento dos outros*³¹.

Em relação à cultura desenvolvida na região colonial italiana, é percebida, no presente estudo, enquanto conjunto de práticas e meios de produção. O discurso de Rossato, através das cartas, permite o desdobramento deste enfoque.

²⁵ BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 11.

²⁶ GIRON, Loraine Slomp.; BERGAMASCHI, Heloísa E. *Colônia: um conceito controverso*. Caxias do Sul: EDUCS, 1996, p. 20.

²⁷ Id., *ibid.*, p. 23.

²⁸ POZENATO, José C. *Algumas considerações sobre região e regionalidade*. In: FELTES, H. P. de M.; ZILLES, U. (Orgs.) *Filosofia: diálogo de horizontes*. Porto Alegre/Caxias do Sul: EDIPUCRS/EDUCS, 2001,

²⁹ LEFEBVRE, *apud* COSTA, Rogério Haesbaert da, *Des-territorialização e identidade: A rede gaúcha no nordeste*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1997, p. 41.

³⁰ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 115. 31 Id., *ibid.*, p. 117.

³¹ Id., *ibid.*, p. 117.

Bosi³² relaciona as palavras, *cultura*, *culto* e *colonização*, a partir da derivação do verbo latino *colo* - participio passado *cultus* e o participio futuro *culturus*. Desta relação surge um conceito de cultura enquanto:

um conjunto das práticas, das técnicas, dos símbolos e dos valores, que se devem transmitir às novas gerações para garantir a reprodução de um estado de coexistência social. (...) Cultura supõe uma consciência grupal operosa e operante que desentranha da vida presente os planos para o futuro.

Tanto cultura quanto região, neste recorte específico, são pressupostas enquanto *redes*, interação, aprendizado, símbolos, valores, comportamento, costumes, práticas que envolvem o homem enquanto ser-no-mundo. Na formação de redes de sentido ou de relações inexiste o centro, constituindo sua característica principal o acentrismo. Com a inexistência do centro, não há conseqüentemente periferia, as relações e os sentidos são aprendidos, construídos e constituídos no fazer e no agir humano. O homem é o agente de seu agir e fazer, através dele, enquanto sujeito sócio-histórico, de seus meios de vida, de sua produção, é que se estabelecem as relações com os outros e o ambiente em que vive. Portanto, cultura e região são construções coletivas, fundamentadas nas inter-relações e interações dos homens e do meio em que vivem.

A segunda parte está centrada na análise do discurso que permeia os textos - cartas pessoais -, escritos por um colono italiano. A análise do discurso segue a linha francesa, fundamentada em Michel Foucault, por entender que seu pensamento coloca diretrizes para uma análise do discurso, pois está interessado não nos detalhes de textos falados e escritos, mas em olhar historicamente os discursos. Sem descuidar, entretanto, de outras abordagens que possam enriquecer e esclarecer a presente investigação. Nesse momento, procura-se perceber as manifestações dos colonos, utilizando a AD como pressuposto teórico e metodológico.

O capítulo terceiro procurou comparar e situar o contraponto - os requerimentos. O discurso citado - *discurso no discurso, a enunciação na enunciação, mas é, ao mesmo tempo, um discurso sobre o discurso uma enunciação sobre a enunciação* - fundamenta-se em Bakhtin³³. Acrescenta que *o discurso citado é visto pelo falante como a enunciação de 'outra' pessoa, completamente independente na origem, dotada de uma construção completa e fora do contexto narrativo*³⁴. A enunciação, para Bakhtin, é *compreendida como uma réplica do diálogo social, é a unidade de base da língua, é de natureza social, portanto, ideológica, não existe fora de um contexto social*³⁵. Conforme o autor, *toda transmissão, particularmente sob forma escrita, tem seu fim específico: narrativa, processos legais, polêmica científica, etc. Além disso, a transmissão leva em conta uma terceira pessoa - a quem estão transmitidas as enunciações citadas*³⁶. A terceira pessoa, no caso, é a autoridade representante da Vila de Caxias, a quem os colonos se reportavam, através de um intermediário, quando necessário.

Em relação ao poder, Foucault³⁷ ressalta que *o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente*. Constata-se que é esse *poder* que emana de Rossato, a situação privilegiada (segundo ele) em que se encontra, em contraste com seus familiares na Itália. Essa relação de poder vai interferir de maneira contundente na vinda deles para o Brasil.

A pesquisa, em tomo das cartas de Paulo Rossato, partiu, portanto, de três hipóteses: a) no discurso das cartas há o mascaramento e a omissão sobre as condições de vida no Brasil; b) o discurso do colono revela sua condição de cidadão de segunda classe; c) no discurso das cartas

³² BOSI, Alfredo. op. cit. p. 11 -16.

³³ BAKHTIN, Mikhail, op. cit. p.144.

³⁴ Id., ibid., p.144.

³⁵ Id., ibid., p. 16.

³⁶ Id., ibid., p. 146.

³⁷ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002, p. X.

ocorre a identificação do homem imigrante, sua ideologia e crenças. A partir deste eixo, buscou-se o referencial teórico e metodológico da Análise do Discurso, nas bases teóricas e filosóficas desta disciplina, que se encontram em Michel Foucault - de modo particular em *A arqueologia do saber*.

Na perspectiva de Fischer³⁸, em Foucault tudo é prática:

enunciados e visibilidades, textos e instituições, falar e ver constituem práticas sociais por definição permanentemente presas, amarradas às relações de poder que as supõe e que as atualizam (...) não há relação de poder que não implique uma relação de saber, nem relação de saber que não esteja referida a uma dinâmica de poder.

Estes pressupostos são básicos para o entendimento dos conceitos discutidos na pesquisa: *discurso*, *enunciado* e *formação discursiva*. Através da operacionalização da *formação discursiva*, toma-se possível ao analista trabalhar os discursos, sincrônica e diacronicamente, expondo-os em sua historicidade e quanto aos jogos de poder neles evidenciados. O objetivo foi apresentar este arcabouço, discutindo-o em relação às hipóteses apresentadas.

O eixo do discurso de Rossato, cujos enunciados se produzem e circulam em todas as cartas, consiste na convocação dos familiares e parentes para juntos conquistar a *Mérica* e na exortação das qualidades desta nova terra, permitiu comprovar a primeira hipótese. Houve mascaramento e omissão das reais condições encontradas tanto na travessia quanto no *Campo*. Para Rossato não havia outra alternativa, seu discurso está intrinsecamente ligado às suas aspirações e projetos, caso contrário não conseguiria convencer a família a fazer parte de sua iniciativa. Logo, é a elaboração do discurso possível no contexto sóciohistórico encontrado.

Quanto à segunda hipótese, não há indícios nas cartas de Rossato, que permitam afirmar, que o discurso do colono revela sua condição de cidadão de segunda classe, já que em seu discurso mantém silêncio sobre os desdobramentos de seu estabelecimento no *Campo*. Percebe-se que ele se sentia cidadão de segunda classe - *servo* - enquanto cidadão italiano, e não no *Campo*. No *Campo*, ele se considera um *colonista*, proprietário de sua terra (plantação: trigo e milho), casa e animais (um cavalo, uma cabra, alguns porcos e galinhas), em contraposição aos *coloni*, imigrantes pobres que recebem terras distantes do *Campo* por parte do governo, e vivem de modo precário. Rossato, pelo contrário, comprou sua colônia, negociada diretamente com Luís Antônio Feijó Júnior. Sente-se dono de seu destino e livre para fazer planos e traçar objetivos, tanto para si quanto para a família, isto é, um *padrone*. Portanto, a segunda hipótese não se comprova, pelo menos, através do discurso das cartas. Em todos os enunciados, Rossato enfatiza o estar *là* na condição de *servo* e *qui* como *padrone*. Em outras palavras, seu *status* social modificou-se de forma radical com a vinda para a *América*.

A terceira hipótese é comprovada através dos enunciados do discurso das cartas, neles ocorrem a identificação do homem imigrante, sua ideologia e crenças. Convém lembrar que *um discurso é um conjunto de enunciados que tem seus princípios de regularidade em uma mesma formação discursiva*³⁹. Ou seja, o discurso concebido como uma família de enunciados pertencentes a uma mesma formação discursiva. Para Foucault, a análise de uma formação discursiva consiste na descrição dos enunciados que a compõem. A formação discursiva - *tudo aquilo que pode e deve ser dito, a partir de uma posição dada, em uma certa conjuntura* - do discurso de Rossato revela seu posicionamento perante os acontecimentos que repercutem a seu redor. Permite dizer que seu senso pragmático e metódico, sua crença em vencer em terra estranha, seu desejo de tomar-se seu próprio patrão e possuir uma *colônia*, isto é um lote - escrito em diversas ocasiões -, seu deslumbramento em relação à nova terra, identificam seu perfil desbravador e empreendedor. Dito de outro modo, Rossato veio para a *América* com o firme propósito de ven-

³⁸ FISCHER, Rosa Maria B. op. cit. p. 20.

³⁹ FOUCAULT, Michel. op. cit. p. 124. 40 BASTIDE, Roger. op. cit. p. 167. 41 DE BONI, Luis A. op. cit. p.28.

cer, de não se abater ante as adversidades inerentes ao processo de adaptação a um meio de vida diferente. Permite constatar seu perfil *capitalista*, a aquisição e expansão de bens tomam-se seu alvo principal, iniciado através do trabalho na roça e nas estradas. Conforme aponta Roger Bastide⁴⁰, *o imigrante é econômico; não veio vegetar no Brasil, e sim conquistar fortuna; guarda as somas ganhas para comprar um lote de terra (...), pretende tomar-se um pequeno proprietário*. E, assim, o faz Rossato.

Afirma De Boni⁴¹, *Senhor de considerável fortuna, Paulo Rossato teve tempo suficiente para ver o Campo dos Bugres, no qual acreditara em 1884, transformar-se em centro econômico de toda uma região, pois viveu até os 92 anos de idade, tendo falecido em 1946*.

Os dados levantados corroboram o que transparece no discurso das cartas, ou seja, Rossato veio para *vivere senza padroni (...)* *là eravamo servi e qui siamo padroni*.

Quanto aos requerimentos, o critério de escolha na execução desta pesquisa, levou em consideração os que, entre eles, relatavam os conflitos referentes à posse da terra. Dentre os conflitos, pode-se destacar: a demarcação (medição, limites), invasão de cercas e de animais, impedimento de ir e vir, abertura de estrada na propriedade, desvio de curso d' água, ameaças de morte, entre os muitos que se encontram no Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

O objetivo da investigação destes documentos foi contrapor-los ao discurso de Rossato. Nos requerimentos há relatos de questões enfrentadas pelos colonos, em relação a seus vizinhos, no esforço de estabelecer-se na Vila de Caxias, e solicitando providências à autoridade local. No discurso das cartas de Rossato, encontra-se um tom laudatório a respeito do *Campo*, sem menção às dificuldades. Evidencia-se, dessa maneira, a diferença primordial entre os dois discursos, o primeiro, cumprindo uma formalidade, descreve os percalços do processo de estabelecimento na região, solicitando medidas adequadas, o segundo, de maneira informal, desenvolve estratégias de persuasão no intuito de envolver os familiares em seu objetivo, qual seja, abandonar a terra natal, vir para a *Cuccagna* e transpor os limites de sua condição de *servo*.

O ponto convergente entre as cartas de Rossato e os requerimentos é o eco da mesma voz, isto é, a voz do colono, que se expressa em contextos diferenciados. Embora desiguais, em formato, motivo e contexto, há um eixo comum que permite relacioná-los aos mesmos objetivos, quais sejam, superar as adversidades e atingir a meta principal que é vencer a qualquer custo. As vozes, subjacentes às cartas e aos requerimentos, são as dos colonos. A análise enunciativa do discurso dessas vozes refere-se a coisas ditas,

a frases que foram realmente pronunciadas ou escritas, a elementos significantes que foram traçados ou articulados (...), é, pois uma análise histórica, mas que se mantém fora de qualquer interpretação: às coisas ditas, não pergunta o que escondem o que nelas estava dito e o não-dito que involuntariamente recobrem, a abundância de pensamentos, imagens ou fantasmas que as habitam; mas, ao contrário, de que modo existem, o que significa para elas o fato de se terem manifestado, de terem deixado rastros e, talvez, de permanecerem para uma reutilização eventual; o que é para elas o fato de terem aparecido - e nenhuma outra em seu lugar⁴².

São analisadas, então, as evidências e singularidades do discurso, por que foi dito e não qualquer outro em seu lugar. Pode-se citar, por exemplo, o silenciamento ou exclusão de Rossato sobre as dificuldades encontradas na nova terra. Em suas cartas são ressaltadas as qualidades da região, enquanto as asperezas são mascaradas, omitidas ou escritas *en passant*. Observa-se a exaltação quanto aos aspectos positivos, comparando-os sempre com a Itália, que é tida, por Rossato, como uma mãe que renegou seus filhos.

Não são mencionados: a carência do novo país, a solidão da floresta, as doenças, a fome, o medo do desconhecido, a condição de cidadão de segunda classe, as necessidades mínimas de

⁴⁰ BASTIDE, Roger. op. cit. p. 167.

⁴¹ DE BONI, Luis A. op. cit. p. 28.

⁴² FOUCAULT, Michel. Op. Cit. p. 126.

sobrevivência. É possível afirmar que Rossato temia a não vinda de seus familiares e parentes e, por isso, silencia em suas cartas as situações críticas sofridas durante a travessia e estabelecimento na Colônia Caxias.

Importa ressaltar que a investigação das cartas de Paolo Rossato permite várias leituras e análises, a realizada neste estudo é uma das possibilidades através da Análise do Discurso, em Foucault. Sabe-se que o recorte é necessário para a delimitação do tema, entretanto, a AD toma possível ampliar o foco do texto para o contexto sócio-histórico e visualizar as condições de produção do discurso em uma determinada conjuntura.

Da mesma forma, os requerimentos, utilizados como contraponto, podem ser investigados sob ângulos diversos do que foi aqui mostrado. A pertinência da pesquisa é abrir novas frentes e enfoques sobre temas relevantes ao universo acadêmico e, sobretudo, sobre o conhecimento da região circunscrita seu povo e cultura. Possibilitar novos desdobramentos e questionamentos, quanto ao tema alvo, para a construção, elaboração de uma melhor compreensão sobre o homem habitante deste contexto específico, pontualmente, a região colonial italiana.

Bibliografia

- AZEVEDO, Thales de. *Italianos e gaúchos - Os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro - DAC/SEC, 1975.
- BAKHTIN, Mikhail. *Os gêneros do discurso*. In: *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- _____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BASTIDE, Roger. *Brasil, terra de contrastes*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1959.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- COSTA, Rogério Haesbaert da. *Des-territorialização e identidade - A rede gaúcha no nordeste*. Rio de Janeiro: Ed. Universidade Federal Fluminense, 1997.
- DE BONI, Luís A. *La Mérica - escritos dos primeiros imigrantes italianos*. Porto Alegre: UCS/EST, 1977.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- _____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. *À margem da carta*. In: AGUIAR, Flávio, et alii (Orgs.) *Gêneros de fronteira: cruzamento entre o histórico e o literário*. São Paulo: Xamã Editora, 1997.
- GIRON, Loraine S., BERGAMASCHI, Heloísa E. *Colônia: um conceito controverso*. Caxias do Sul: EDUCS, 1996.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Objetiva, 2000.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Termos-chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- POZENATO, José C. *Algumas considerações sobre região e regionalidade*. In: FELTES, H. P. de M.; ZILLES, U. (Orgs.) *Filosofia: diálogo de horizontes*. Porto Alegre/Caxias do Sul: EDIPUCRS/EDUCS, 2001.

NA PROCURA DE UM PASSADO: O PRINCIPAL MOTIVO DA CRIAÇÃO DO 8º BIMTZ EM SANTA CRUZ DO SUL¹

Leomar Tesche²
Paulo Afonso Zarth³
José Fabiano de Paula⁴

A pesquisa em questão é um fragmento singelo da dissertação que está sendo construída sobre o papel do Exército e sua função na Campanha de Nacionalização nas cidades de São Leopoldo e Santa Cruz do Sul. Para isso, resolvemos relatar um breve histórico do 8º BIMtz no período de sua “gestação”, embasados em jornais do período e no próprio histórico deste quartel.

O 8º Batalhão de Infantaria Motorizado tem sua origem no antigo 7º Regimento de Infantaria, criado em março de 1909 na cidade de Santa Maria. Por sua vez, esta idéia é reflexo do Plano de Reorganização do Exército, ocorrido um ano antes a sua instalação. O Regimento era composto por três batalhões de infantaria, embora o 7º RI, desde a sua “*criação [tenha sido] constituído por dois Batalhões efetivos e um no ‘papel’*”, conforme a pesquisa contida no histórico do 8º BIMtz, realizada pelo Tenente Coronel Juvêncio Saldanha Lemos. (1985, p. 2) Um dos principais motivos que conduziram à inexistência do 3º Batalhão foram os problemas financeiros que a Instituição Militar passava naquela época.

No transcorrer dos anos, de acordo com as transformações sociais, políticas e econômicas, sofridas em nosso país e, principalmente produzidas por contextos internacionais, chegamos ao ano de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder e mais tarde com a instalação do Estado Novo em 1937, pelo seu governo. Este regime, para que realmente funcionasse na prática, precisaria mobilizar vários setores e instituições do Brasil, entre eles, as Forças Armadas.

Dentro do programa projetado, deveria-se dar especial atenção à Imprensa e Propaganda, juntamente com a educação que estaria vinculada às Escolas e ao próprio Exército. Assim, esses serviriam como mecanismos para despertar o sentimento patriótico e forjar cidadãos brasileiros do futuro. Uma das bases para um papel mais expressivo do Exército, além da defesa das fronteiras, foi Olavo Bilac que já imaginara no passado o “*fortalecimento do Exército brasileiro e a implantação do serviço militar obrigatório*” (SCHARTZMAN; BOMERY; COSTA, 2000, p. 85) a fim de transmitir sentimentos de compromisso com a Pátria.

Nesse sentido, iniciou-se uma Campanha que visava transmitir valores à população como um todo, abrangendo a cultura nacional, reforçando disciplinas como História e Geografia do Brasil, além da Educação Moral e Cívica. Tornou-se cotidiano, o hasteamento da Bandeira Brasileira, o canto do Hino Nacional nas Escolas pelos alunos e tudo aquilo que promovesse a exaltação da Pátria. Outro símbolo de destaque para esse período, foi a “*língua portuguesa*” que era uma das verdadeiras propulsoras da unidade entre as cinco regiões físicas da Nação. Para que isso se legitimasse de fato, era necessário, por parte do governo dar atenção àqueles espaços em que ainda persistiam culturas adversas e que não falavam a língua nacional. Então, a região sul e sudeste foram alvos prioritários na construção ideológica deste Brasil. Baseando-se assim, nos hábitos e costumes oriundos da fusão das três raças: branco, índio e negro.

Naquela época, não se falava o português no Brasil? Sim, falava-se! Tanto que era a língua

¹ Artigo produzido em virtude de projeto Strictu Sensu – Mestrado Educação nas Ciências - Unijuí.

² Professor Doutor – Orientador.

³ Professor Doutor – Co-orientador.

⁴ Aluno do Mestrado Educação nas Ciências – Unijuí.

oficial... Mas existiam ainda algumas localidades que não mantinham sua conversação na língua portuguesa, em virtude de terem perpetuado uma herança cultural de seus antepassados. Para entendermos melhor, é necessário fazermos uma rápida “retrospectiva histórica”.

Nos séculos XIX e XX, o Império Brasileiro e a República foram local da chegada de grandes levadas de imigrantes alemães, italianos, japoneses, poloneses, ucranianos, entre outros. Estes chegando aqui, estabeleceram-se principalmente em estados como Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Em todos eles fundaram pequenas Colônias que deram origem à formação de grandes pólos industriais, podendo ser citados, no Rio Grande do Sul, como exemplo, as cidades de: Novo Hamburgo, São Leopoldo, Caxias do Sul e a própria Santa Cruz do Sul.

Mas no começo não era assim, pois, estes lugares não eram servidos da infra-estrutura de que dispomos atualmente, isto é, com relação às estradas (rede rodoviária), o número de escolas existentes, como também os serviços públicos em geral dos quais usufruímos. Estes imigrantes abriram picadas, construíram suas casas e estabeleceram comunidades, modificando regiões inóspitas em importantes centros de povoamento, onde persistia inicialmente o cultivo familiar de subsistência.

Abandonados nesses espaços pelo Governo Imperial e pela República Velha, buscaram mecanismos de sobrevivência, tentando superar o seu isolamento. Entre estes mecanismos, apresenta-se a Escola. Os colonos alemães, tentando combater a ignorância e o analfabetismo - fatos esses encarados como prejudiciais aos seus filhos - uniam-se através de uma liderança local, normalmente o pastor ou o padre para a construção da Escola, onde, ali, através do indivíduo mais culto daquele lugarejo, eram colocadas em prática as aulas destinadas aos jovens teuto-brasileiros (o próprio líder religioso normalmente era o professor).

As gerações passaram-se, o descaso e o esquecimento com estes quistos étnicos permaneceram até 1937, quando então, o regime passou a exigir a nacionalização dessas regiões, havendo uma maior intensificação a partir de 1942, quando em plena 2ª Guerra Mundial o Brasil posicionou-se ao lado dos aliados em oposição aos países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão).

Conseqüentemente, as etnias descendentes dos países do Eixo começaram a conviver com preconceitos e desconfianças, provindas tanto do governo quanto da população em geral. No caso dos descendentes de alemães, foi exigido que esse grupo passasse da noite para o dia a falar o português, abandonando, desse modo, a língua teuto-brasileira que aqui usavam. Pois, houve a junção da língua alemã com a portuguesa na pronúncia e escrita de algumas palavras, fato este que nem os caracterizava como alemães, nem como brasileiros.

Assim, o Estado Novo tenta resolver o problema da nacionalização em curto espaço de tempo, sendo que esta situação tinha sido gerada e agravada por mais de um século de história brasileira. Contudo, houve um grande esforço, esforço esse que não conseguiu evitar alguns incidentes como exageros e denúncias de pessoas mal intencionadas. Alguns governantes regionais (não todos) tentaram amenizar e discernir o verdadeiro sentido da nacionalização. Vejamos a reportagem abaixo, colhida no jornal *Correio do Povo*, datado de 10 de junho de 1938:

A NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO UM TELEGRAMA DO SR. COELHO DE SOUZA

Ha poucos dias, a directora de um collegio do interior, communicou ao dr. Coelho de Souza que estava fechando as escolas estrangeiras localizadas no seu município, com o auxilio da policia. Em resposta a essa communicação, o secretario da Educação enviou áquelle educacionista o seguinte telegramma:

“De acordo pensamento senhor coronel interventor escolas estrangeiras devem ser nacionalizadas e não fechadas, salvo no caso de se recusarem, ostensivamente, a offerecer os recentes decretos de nacionalização. Orientação governo Rio Grande differente outros Estados. Delegado Policia só pode intervir no assumpto de ordem do sr. Chefe Policia à requisição da Secretaria”. (ARQUIVO SINODAL, [s/ d], p. 64)

O Coronel, a quem o Secretário de Educação do Estado se refere, é o Sr. Cordeiro de Farias, nomeado para governar o Rio Grande do Sul, em substituição ao General Daltro Filho, falecido e antigo Interventor Federal. Assim, demonstra-se o cotidiano das autoridades com outras de menor hierarquia que assumiam posturas precipitadas e discriminatórias. Cabendo, portanto, ao primeiro, investigar e evitar possíveis injustiças às minorias étnicas.

No entanto, o governo, precavendo-se para não perder o trabalho realizado nas escolas, busca viabilizar o papel educacional do Exército na manutenção da brasilidade, tanto que em uma outra reportagem datada de 21 de março de 1939, publicada também no Correio do Povo, o Sr. Secretário enfatiza:

O EXÉRCITO NA REGIÃO A NACIONALIZAR

[...] Acho que nenhuma medida será mais útil e mais efficciente do que a distribuição de algumas unidades do Exército na região a nacionalizar.

Todo o nosso esforço nas escolas redundará em pura perda, será um bracejar no espaço, si a creança não encontrar fôra das escolas um ambiente de brasilidade, que constitue o espírito que se lhe pretendeu incutir no collegio.

O verniz de brasilidade que a juventude recebeu no ambiente escolar desaparecerá facilmente, si nas ruas, nos templos e atraves da imprensa, [...], não continuar a receber os mesmos influxos nacionalizadores. [...]

Esse ambiente extra-escolar resultará, poderosamente, da presença das unidades do glorioso Exército Nacional, nas cidades de origem colonial. (ARQUIVO SINODAL, p. 11)

A Campanha de Nacionalização necessitava do apoio do Exército, e esse como Instituição Federal, patrocinado financeiramente pelo governo Vargas, passa a distribuir unidades militares nas regiões coloniais do Brasil. Especialmente no estado catarinense e sul-riograndense, sendo que o primeiro foi “*considerado um problema mais grave para a Campanha de Nacionalização do que o Rio Grande do Sul*”. (KREUTZ, 1991, p. 155) Cidades com forte imigração, como Ijuí e Santa Rosa, no Rio Grande do Sul, receberam quartéis.

Com isso, constatamos os motivos que levaram à instalação do 8º BIMtz em Santa Cruz do Sul. O próprio Tenente Coronel Juvêncio Saldanha Lemos, anteriormente citado, comenta acerca da chegada e da missão do 8º, junto à sociedade Santacruzense. Vejamos:

A recepção na nova guarnição fora calorosa.

É bem da verdade, que a missão primordial, [...], do Batalhão a [...] nacionalização – não podia de forma alguma ser classificada como simpática, mas com jeito, sensibilidade e, principalmente, inteligência, também isso poderia ser contornado.

A unidade, jovem de dois anos, chegava pioneiramente num pequeno burgo que nunca aquartelara soldados. [...]

E se o Exército e Comunidade não se conheciam até então, as coisas poderiam ser conduzidas de formas a que, vencemos preconceitos, temores e antipatias, houvesse entre ambos uma mútua e natural aceitação. (1985, p. 48-49)

Cabe aqui esclarecer que o 8º BIMtz foi criado em 1942, mas instalado em Santa Cruz em 1944; antes disso, existia um pequeno grupo de militares que tinham se instalado na cidade para coordenar e trabalhar na construção do Batalhão. Portanto, dois anos depois, o efetivo foi transferido para o novo aquartelamento que ainda estava por ser concluído.

Embora, não estando por completo na cidade, o 8º buscou desde o início, manter um bom relacionamento com a sociedade local, bem como procurar desenvolver a nacionalização por meio do serviço militar – papel a ser exercido pelo Batalhão. Exemplo disso temos no Aviso nº 1615 de 20 de junho de 1942 e organizado no dia 1º de agosto de 1942, no qual o primeiro Comandante da Unidade em questão, Major Villas Boas baixou a seguinte Ordem do dia referente ao primeiro aniversário do Batalhão:

[O governo] houve por bem determinar a criação de uma Unidade do Exército com sede na referida cidade [Santa Cruz], com a missão de cooperar na campanha de Nacionalização que há muito vem sendo empreendida em todo o País.

É que, uma Nação só existe pela sua força moral de que o Nacionalismo é a expressão política, [...].

Eis porque, tendo cabido tão importante missão ao nosso Batalhão devemos orgulhar-nos dela, pesando bem as nossas responsabilidades para fielmente desempenhá-las, [...]. A ida desta Unidade para Santa Cruz, atende, em grande parte aos anseios do numeroso grupo sadio do seio de sua população, mas, porque, a conduta de cada um dos elementos do Batalhão será observada e julgada por todos, e dela resultará a obtenção do objetivo culminado.

E que, um Corpo, de Tropa com tal missão, só poderá cumpri-la sendo exemplo de trabalho honesto e perseverante, de ordem e disciplina e dedicação ao Serviço da Pátria. (LE MOS, 1985, p. 23-24)

Os valores existentes no civismo/ patriotismo/ nacionalismo, bem como na capacitação dos soldados para enfrentar os “destinos da vida”, seriam aprendidos na Escola e depois no Exército. Portanto, esse último seria a extensão da instrução moral para com os jovens brasileiros de origem alemã. Assim, pensava-se durante o Estado Novo.

O 8º BIMtz, era um quartelamento militar com uma finalidade explícita e fruto de um contexto nacional da primeira metade do Século XX. As aspirações de uma completa unidade nacional, no Brasil, estiveram presentes nos mais diversos rincões do país. Entre estes, o Rio Grande do Sul estava no projeto, e a Campanha de Nacionalização e sua população teuto-brasileira foi a causa da instalação do Batalhão na cidade de Santa Cruz do Sul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Arquivo da Escola Sinodal de São Leopoldo. Coletânea: Jornal Correio do Povo, “**A nacionalização do ensino**”, de 10 de junho de 1938 e “**O Exército na região a nacionalizar**”, de 21 de março de 1939. São Leopoldo, [s/a].

KREUTZ, Lúcio. **O professor paroquial: Magistério e imigração alemã**. Porto Alegre, UFRGS, 1991. 167p. LEMOS, Juvêncio Saldanha. **Histórico do 8º BIMtz**. Santa Cruz do Sul, [Datilografado na 1ª Seção do BTL], 1985. 66p.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMERY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo, Paz e Terra, FGV, 2000. 405p.

A COMUNIDADE JUDAICA DO RIO GRANDE DO SUL E A BUSCA PELO IDEAL DE CIDADANIA DURANTE A ERA VARGAS (1930-1945)

Cristine Fortes Lia*

Considerações iniciais

A Era Vargas (1930-1945), em especial os anos do Estado Novo (1937-1945), foi marcada por idéias exacerbadas de nação e nacionalismo. A idéia de “nação brasileira” que se construiu nesse período foi a de uma pátria culturalmente homogênea. O brasileiro foi idealizado do ponto de vista étnico. A uniformização da pátria em um só povo, uma só língua, uma só tradição cultural e um só credo religioso, foi o grande objetivo dos governantes brasileiros de tal período.

Na busca do “modelo de brasileiro ideal” foi preciso recorrer a antigos mitos fundantes, como o das “três raças”, que harmoniosamente formaram o povo brasileiro. O tipo ideal teve como matriz o colonizador português, branco e católico. O legítimo povo brasileiro passou a ser composto por indivíduos de pele branca, de descendência lusa e crentes no catolicismo. Além dessas qualidades natas, o “bom brasileiro” deveria ser trabalhador exemplar e fiel à ideologia do Estado.

Com restrições a idiomas, à religião e com a construção de uma história heróica de passado luso, buscou-se a destruição das diversas etnias que compunham o povo brasileiro e a legitimação do tipo de “cidadão ideal” que se intencionava construir. Um dos maiores empecilhos na construção da unidade cultural nacional, objetivada durante os anos de 1930 a 1945, foi a existência de comunidades etnicamente distintas dentro do Brasil.

Nesse sentido, a política social da Era Vargas se caracterizou por um imenso racismo, quando os grupos étnicos considerados indesejáveis sofreram a violência de um governo autoritário e discriminatório. Tal violência não se restringiu à proibição de práticas culturais, se estendeu à repressão de qualquer manifestação de comportamento que julgavam ser “coisa de estrangeiro”. Essa repressão foi marcada por perseguições, humilhações e prática de violência física.

Na insegurança da sociedade em construção, o projeto de formação do Estado Nacional se constituiu através da via da negação, do que não poderia ser, como diz Alcir Lenharo (1986), em *Sacralização da Política*, “do que não pode vingar. Judeus, negros, japoneses, tocam especialmente na ferida da sociedade brasileira” (p. 114). Era necessário eliminar qualquer possibilidade de desenvolvimento de uma cultura autônoma dentro do Brasil.

A formação do Estado Nacional passaria necessária e principalmente pela homogeneização da cultura, dos costumes, da língua e da ideologia (...) A uniformização cultural implicava na exclusão dos ‘estrangeiros’, entendidos aqui como grupos estranhos ao projeto de nacionalização. A amplitude do que era considerado ‘estrangeiro’ poderia fugir à simples e direta vinculação à pátria de origem. Sendo uma estigmatização político-ideológica, cidadãos brasileiros poderiam ser considerados como tal se discordassem da doutrina oficial (SCHWARTZMAN, 1984, p. 166-167).

O início do século XX correspondeu a um novo período de vinda de judeus para o Brasil. Esse processo de imigração judaica para o território brasileiro tem ocupado inúmeros historiadores contemporâneos, bem como foi preocupação de intelectuais da época, que dedicaram obras se posicionando, em geral, contra, tal processo imigratório. A política do governo de Getúlio Vargas, profundamente ambígua e anti-semita, tentou de todas as formas inibir esse processo de imigração.

* Doutora em História da Brasil pela PUCRS. Docente na Fundação Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

Salientamos o caráter ambíguo da política do governo do presidente Getúlio Vargas, pois ao mesmo tempo em que perseguia, deportava e impedia a entrada de judeus no Brasil, posicionava-se a favor das forças aliadas, contra o Nazismo, durante os anos da Segunda Guerra Mundial; sendo oficialmente contra o holocausto imposto aos judeus na Alemanha e nos territórios ocupados pelos exércitos de Hitler. Internamente, desenvolveu acirrada perseguição às colônias alemãs, com a apreensão e destruição de tudo que, de alguma forma, pudesse lembrar a Alemanha.

Mesmo objetivando um branqueamento da população brasileira, o projeto de nacionalização repelia a entrada de imigrantes judeus. Eram brancos, porém, indesejados. Segundo Alcir Lenharo (1986), não podendo se apoiar em razões biológicas, esse preconceito anti-judaico se fundamentou em razões “sócio-culturais”, segundo as quais o elemento judeu não correspondia às “necessidades imigratórias do país”.

Assim, o judeu era considerado o elemento indesejado pela sociedade, inútil economicamente, pois era o não-agricultor. Além disso, professava uma religião não legítima. Representava aquele que disseminaria uma herança cultural negativa no seio do povo brasileiro. Era necessário garantir o isolamento, impedir a “contaminação” do sangue judeu nas veias do brasileiro.

Além disso, a imprensa escrita e alguns setores da sociedade, como a Ação Integralista Brasileira, promoveram uma expressiva campanha anti-semita, divulgando diversas formas de propaganda contra a imigração judaica para o Brasil. Os imigrantes judeus, fixados no Rio Grande do Sul, raramente reagiram diretamente à divulgação dessas idéias, construindo uma forma de reação que garantisse sua permanência no território brasileiro sem ser necessário assumir uma posição de revide.

A comunidade judaica e as formas de demonstração de patriotismo

Na impossibilidade de demonstrar as características de imigrantes desejados, pois não apresentavam o perfil de agricultores, a comunidade judaica do Rio Grande do Sul buscou diferentes formas de exibir a “positividade” desse grupo imigrante. A estratégia do “não revide”, muitas vezes identificada como passividade pela produção historiográfica, foi a forma de demonstrar engajamento com as causas nacionais, assimilação dos valores locais e integração com a sociedade gaúcha. Para garantir seus objetivos de permanência no Brasil e ampliar as quotas para imigrantes e refugiados, os membros da comunidade judaica procuraram estabelecer e divulgar “laços de integração e solidariedade”, com a sociedade local, com as medidas governamentais e com a cultura nacional.

Nesse sentido, criaram diversas instituições de caráter cultural, que, além de unirem a comunidade, promoviam a divulgação da capacidade de integração do grupo aos valores locais. Assim, além de realizarem atividades culturais e prestarem solidariedade ao grupo judaico, essas instituições também serviam para evidenciar a assimilação dos valores locais, bem como as “boas ações” prestadas ao estado gaúcho.

Moysés Eizirik (1984) observa o funcionamento de diversas instituições judaicas nesse período, como o Círculo Social Israelita, fundado em março de 1930, ano que teve início a formação da Federação das entidades israelitas do Rio Grande do Sul, “*a Federação é a entidade representativa da coletividade israelita, e os seus dirigentes estão em contato com as autoridades do nosso Estado*” (EIZIRIK, 1984, p. 36).

Também funcionavam, nessa época, a União Israelita (fundada em 1909), o Centro Israelita (fundado em 1917, com o nome de Associação Religião e Misericórdia), o Centro Sefharadith (fundado em 1922, ganhando o nome de Centro Hebraico Rio Grandense), a Associação Israelita Brasileira Maurício Cardoso¹ (fundada em 1931), a Sociedade Beneficente Israelita de Socorros

¹ A Associação Israelita Brasileira Maurício Cardoso, associação dos judeus poloneses de Porto Alegre, foi fundada, em 1931, com o nome de Polisher Farband. Em 1937, por razão da nacionalização das entidades com nomes estrangeiros, passou a se chamar Associação Israelita Brasileira Maurício Cardoso.

Mútuos² (fundada em 1931), a Sociedade Israelita Brasileira de Cultura e Beneficência – SIBRA (fundada em 1936), a Sociedade Beneficente Funerária (fundada em 1917), o Colégio Israelita Brasileiro³ (fundado em 1922) e a Associação Israelita Damas de Caridade (fundada em 1921), todas sediadas em Porto Alegre.

Nas cidades do interior do estado também funcionavam diversas instituições judaicas, em menor número do que na capital, mas que mantiveram suas atividades no período estadonovista. Segundo Eizirik (1984), a partir de 1937, uma nova fase de atividades se inicia no Círculo Israelita, que passou a realizar mais atividades culturais, realizar atos públicos e se envolver em ações comunitárias com a sociedade local. Um bom exemplo disso, é a notícia publicada na *Revista do Globo*, de 08 de março de 1941, na página 30, com o título de “Esplêndido Carnaval no Círculo Social Israelita”:

A nova diretoria do Círculo Social Israelita viu coroada de êxitos a sua iniciativa de promover este ano um carnaval **genuinamente brasileiro**, sem os artifícios que a falta de uma cuíca impõe aos foliões, tais como a dança de foxes, swings, tangos e outros gêneros de música estrangeiros. Desta vez houve uma **integração completa da colônia israelita** no reinado de S. M. Momo I e Único. Viu-se mesmo europeus de apenas um, dois anos no Brasil, cantarem a Aurora e a Helena, metade em idish, metade em português, mas sempre num mesmo tom, seguindo os ritmos soturnos da cuíca. Sem contar, está claro, a grande maioria composta de israelita-brasileiros, já completamente nos sagrados princípios que regem as escolas de samba [grifo nosso].

O Círculo Israelita demonstrava, através de seu carnaval (símbolo de brasilidade da época) o quanto integrada já estava a comunidade judaica naquele local. O Círculo Social Israelita, fundado em 1930, foi uma importante entidade nas atividades de integração. Além de promover importante ajuda aos refugiados de guerra, o Círculo mantinha-se atento às necessidades da sociedade porto-alegrense, demonstrando sua utilidade sempre que possível.

Podemos mencionar como exemplo das atividades sociais da instituição o auxílio prestado aos flagelados durante a enchente de 1941, em Porto Alegre. O salão do Círculo abrigou uma expressiva quantidade de flagelados, prestando auxílio médico e alimentação. Em função dessa atitude, foi concedido à instituição, no ano de 1941, o título de “Sociedade de Utilidade Pública”.

Essas instituições negociaram seu funcionamento e garantiram a permanência de suas atividades ao longo de todo o referido período. Não oferecendo resistência à nacionalização, substituindo nomes e suprimindo algumas atividades, conseguiram manter sua identidade e, ainda, alcançar uma maior aceitação de sua fixação no estado. A partir de 1937, com o advento do Estado Novo, as instituições judaicas se esforçaram para ganhar mais visibilidade, demonstrando que estavam integradas às causas nacionais e que eram possuidoras de uma digna cultura. Assim, se submeterem às normas nacionalizadoras do período não correspondeu a uma atitude passiva diante das medidas repressivas, mas a uma estratégia de negociação, que acabou garantindo a sobrevivência das instituições culturais judaicas.

Nessas demonstrações de patriotismo e integração, a Sociedade Israelita Pelotense, em abril de 1938, inaugurou um retrato de Getúlio Vargas. “*A sessão foi presidida pelo Sr. Salomão Milmann, sendo a cortina que envolvia o retrato do primeiro magistrado descerrado pelo Sr. Maurício Sokol. Foi orador oficial da solenidade o Sr. Moisés Milmann, cujo discurso publicamos em destaque [...]*” (A OPINIÃO PÚBLICA, 22/10/1938, p. 01). A notícia, publicada na primeira página do periódico, continuava, na página 04, com o texto integral do discurso de Moisés Milmann, pela inauguração do retrato.

[...] dizer que os homens judeus (note-se que não falo em raças) não têm sentimentos

² Também chamada inicialmente de Linath Hatzedek. Segundo Moisés Eizirik (1984), foi fundada objetivando, inicialmente, manter uma sinagoga e prestar assistência social.

³ O colégio israelita foi fundado em 1922 com o nome de Di Idishe Shule. Em 1937, em função da nacionalização, passou a se chamar Sociedade de Educação e Cultura.

patrióticos é negar a evidencia. Tal afirmação serve de manto para injustiças e violação dos sagrados princípios do direito [...]. Hoje que o Brasil encontrou o seu verdadeiro caminho, guiado pelo pulso de ferro de Getúlio Vargas. Os homens judeus de Pelotas, integrados no espírito que anima o Estado Novo, inaugurando o retrato de S. Ex. afirmam mais uma vez os seus sentimentos de brasileiros. Homenageando o Presidente da República, é a todo o povo brasileiro que homenageamos. Valha esta homenagem como um preito de sinceridade a um grande homem e a uma grande nação [...] (A OPINIÃO PÚBLICA, 22/10/1938, p. 04).

Homenagens a Getúlio Vargas foram uma constante para as instituições judaicas⁴, nesse período. Em 18 de abril de 1942, o Clube Cultural Beneficente, de Passo Fundo, convidava seus sócios, através do jornal *O Nacional*, para assistirem ao “ie deum”, que iria ser celebrado no dia seguinte, na Sinagoga da cidade, em ação de graças pelo aniversário natalício do presidente. Essas homenagens pretendiam demonstrar a satisfação e gratidão dos imigrantes judeus com o governante e a nação brasileira.

Em 12 de setembro de 1942, a *Revista do Globo*, publicava uma edição especial sobre a semana da pátria, trazendo uma “completa reportagem fotográfica”. Nessa publicação ganharam destaque as comemorações realizadas no Círculo Social Israelita, que “*associou-se aos festejos da Semana da Pátria de uma maneira brilhante, promovendo um imponente baile de gala, que teve a presença do representante do Interventor Federal, do Comandante da 3ª Região Militar, do Sr. Secretário da Educação e representante do Cel. Angelo Melo e uma grande assistência*” (p. 31).

Além da presença dos ilustres convidados, a revista ainda destacava o concerto sinfônico e as danças que se estenderam por toda a noite. Ressaltava, ainda, os discursos proferidos por Jacó Kutz, “*conhecido intelectual israelita, que saudou as autoridades presentes, passando, a seguir, a palavra ao Dr. Dámaso Rocha, notável tribuno porto-alegrense, que fez o discurso oficial da noite. Respondeu em brilhante e substancioso improviso o Dr. Coelho de Souza*” (p. 31). Dámaso Rocha era uma expressiva liderança católica em Porto Alegre e, ao lado de outros expressivos nomes de autoridades da época, freqüentava os bailes do Círculo, o que demonstra uma representativa flexibilidade na aceitação da presença da comunidade judaica no estado.

Nesse sentido, a comunidade judaica evidenciava patriotismo e assimilação, tornando-se uma comunidade perfeitamente integrada às questões nacionais. Nenhuma crítica era divulgada contra o presidente, pelo contrário, ele era constantemente homenageado; de forma que os imigrantes judeus não demonstravam nenhum constrangimento pelos rumos da campanha de nacionalização, com a qual colaboravam, demonstrando credibilidade no futuro do país.

As instituições judaicas, quando pressionadas pelos rigores da nacionalização, também encontravam formas “alternativas” de negociar a permanência de seu funcionamento. Foi o caso da Sociedade Cultural Beneficente, de Passo Fundo, que, em 1940, negociou com a Repartição Central de Polícia, da 5ª Região Policial, a permissão para manter as reuniões e celebrações religiosas naquela sociedade. Segundo a circular nº 7, expedida pela Delegacia de Polícia de Passo Fundo, em 02 de maio de 1940, endereçada ao presidente da referida sociedade judaica, diante do cumprimento das exigências determinadas pela circular, ficava garantido o funcionamento das atividades da referida instituição.

As exigências previam uma licença para a realização de reuniões, previamente solicitada, através de requerimento selado, com o pagamento de 1\$600 para fins estaduais e \$200 para fins federais, destinados à Secretaria de Educação e Saúde. Também eram necessários os comprovan-

⁴ Não apenas as instituições judaicas do Rio Grande do Sul homenageavam Getúlio Vargas; associações judaicas do país todo prestavam diversas honrarias ao presidente. Em 14 de junho de 1939, por exemplo, o jornal *Correio do Povo*, de Porto Alegre, trazia a notícia de que os israelitas de Campinas, no estado de São Paulo, homenageavam o presidente da República. “O presidente Getúlio Vargas recebeu o seguinte telegrama da cidade paulista de Campinas: ‘A colônia israelita de Campinas reuniu na sede social do Centro Israelita Beth Jacob, presentes os representantes das autoridades municipais, educacionais e intelectuais de Campinas, prestaram homenagem ao proeminente chefe da Nação brasileira, inaugurando o retrato de Vossa Excelência. Aproveita esta oportunidade para exprimir os sentimentos de profunda veneração com os mais sinceros desejos dos israelitas campineiros, augurando longevidade a Vossa Excelência e excelentíssima família e intermináveis sucessos nessa atividade de grande estadista’” (CORREIO DO POVO, 14/06/1939, p. 14).

tes de “estar quites” com o serviço da Diretoria de Estatística Educacional da Secretaria de Educação e Saúde Pública e com o serviço da Seção de Ordem Social do DEOPS de Porto Alegre.

Como a Sociedade Cultural de Beneficente podia pagar as devidas taxas e estava em ordem com as exigências do DEOPS, prosseguiu sem nenhum problema com suas atividades culturais. O caso da sociedade judaica passofundense evidencia toda uma margem de negociação que, em geral, passava pela via financeira, podia ser utilizada pela comunidade, que, na maioria das vezes, se apropriou dessas possibilidades de manutenção de suas atividades culturais.

Das instituições judaicas existentes no estado, durante o Estado Novo, identificamos problemas apenas com a Sociedade Israelita de Cachoeira, cujos problemas se iniciam em dezembro de 1940, por não cumprimento de determinações do DEOPS para seu funcionamento, e se estendem até 1942, quando reapareceu na listagem do DEOPS⁵ sobre as associações estrangeiras que não cumpriam as normas da nacionalização. Em 20 de janeiro de 1942, um relatório⁶, “reservado e urgente” (como consta em um bilhete manuscrito, anexado no referido relatório), foi endereçado à Repartição Central de Polícia, aos cuidados da Delegacia de Ordem Política e Social, informando sobre o funcionamento de algumas sociedades consideradas estrangeiras, face às recentes instruções do Ministério da Justiça.

Segundo o relatório, a capital gaúcha possuía oito sociedades estrangeiras, duas polonesas, três italianas, uma austríaca e uma húngara, o que evidencia que todas as associações judaicas existentes em Porto Alegre já haviam se adaptado às normas da nacionalização e não estavam sob a vigilância do DEOPS. No interior do estado observavam onze associações, a maioria de alemães e italianos, sendo uma a dos Israelitas de Cachoeira, que deveria, assim como as outras sociedades listadas, apresentar registro ou prova de que estavam cumprindo as normas do Estado para seu funcionamento. Essas sociedades, mencionadas no relatório, eram as mesmas, segundo o texto do documento, que haviam sido fichadas no período de 1938 a 1940.

O documento ainda observava que existia extrema vigilância sobre todas as sociedades estrangeiras, listando algumas que haviam fechado, entregue seus bens à Polícia ou se adequadado, mesmo que tardiamente. Nenhuma sociedade israelita foi mencionada nesses casos, o que demonstra a capacidade de negociação desenvolvida pelos imigrantes judeus para a manutenção do funcionamento de suas instituições.

Considerações finais

Nem vítimas, nem heróis, os imigrantes judeus constituíram um grupo capaz de negociar a manutenção de sua identidade étnica, sem se submeterem como seres passivos ao autoritarismo nacionalista do período, sem precisarem para isso impor-se através de atitudes heróicas, de enfrentamento e desafio aos ditames políticos da época. O conceito proposto por Jeffrey Lesser (2001) de identidade negociada se encaixa perfeitamente na trajetória desse grupo, que soube, das mais variadas formas, sutis e/ou explícitas, promover a preservação de sua identidade cultural, aproveitando pequenos espaços que se abriram para essa negociação.

A sua suposta “passividade” foi, na verdade, uma interessante estratégia de manutenção de identidade, aceitavam “abrasileirar” alguns aspectos de suas sociedades, mas não perdiam a continuidade de sua vida social e cultural. Dessa forma, demonstravam o ideal de cidadania pretendida, assumindo a postura de cidadãos integrados às causas nacionais, revertendo a imagem de inassimiláveis, de “quistos étnicos”, de minoria indesejada. Construíram para o grupo judaico a imagem de “bons cidadãos”, fazendo das instituições culturais da comunidade importantes instrumentos de divulgação e manutenção dessa imagem.

⁵ Documentação da Polícia do Rio Grande do Sul, P - 158 – DOPS, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

⁶ Documentação da Polícia do Rio Grande do Sul, P - 158 – DOPS, maço da “Reclamação feita pelo cônsul de Espanha, sobre

Bibliografia

EIZIRIK Moysés. **Aspectos da vida judaica**. Porto Alegre: DUCS/EST, 1984.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. 2 ed. São Paulo: Papirus, 1986.

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2001.

SCHWARTZMAN, Simon. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro, São Paulo: Paz e Terra, EdUSP, 1984.

Periódicos

Correio do Povo, Porto Alegre, 1939.

A Opinião Pública, Pelotas, 1938.

O Nacional, Passo Fundo, 1942.

“O tratamento da imprensa política”, *Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*.

Revista do Globo, Porto Alegre, 1941-1942.

CANÇÕES ALEMÃS TECENDO OS FIOS DA GERMANIDADE NO RIO GRANDE DO SUL¹

Imgart Grützmann²

A presente comunicação visa analisar aspectos do sistema de representação que embasou a utilização da canção popular alemã (Volkslied) ou canção alemã (deutsches Lied) pelo movimento germanista no Rio Grande do Sul, na primeira metade do século XX, para a construção e afirmação da germanidade (Deutschtum/Volkstum) e para o fortalecimento dos laços de pertença à Alemanha, especialmente a partir de algumas concepções da ideologia étnica alemã e dos pressupostos herderianos acerca da poesia popular.

Germanismo e canção alemã

Na primeira metade do século XX, intensificou-se, no Rio Grande do Sul, a difusão da idéia de que a canção popular (Volkslied) ou canção alemã (Deutsches Lied)³ “ocupa posição central na conservação de nossa germanidade (Deutschtum); do seu efeito e do seu encanto não se pode furtar quem possui um coração e uma índole alemã.”⁴

Na análise das idéias que legitimaram o uso da canção⁵ para esta finalidade, parte-se do pressuposto de que identidade e diferença não são essências, mas criações sociais e culturais efetuadas por meio do processo de produção discursiva e simbólica, ou seja, elas “são o resultado de atos de criação lingüística.”⁶ Esta concepção também é o cerne da análise de Stuart Hall sobre as identidades nacionais que, para este autor, “não são coisas com as quais nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da *representação*.”⁷ (Grifo do Autor) Segundo Hall, a cultura nacional é um discurso, “um modo de construir sentidos que influencia e organiza nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos.”⁸ Se “as identidades são construídas dentro e não fora do discurso”⁹, conforme afirma Hall, torna-se necessário “compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e

¹ Este texto baseia-se em questões discutidas no capítulo IV da minha tese de doutorado *A mágica flor azul: a canção em língua alemã e o germanismo no Rio Grande do Sul*, defendida, em 1999, na PUCRS.

² Doutora em Letras. Bolsista do CNPq, na categoria pós-doutorado no País, junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS.

³ Nas fontes pesquisadas os dois termos são utilizados como sinônimos. Segunda a crítica da época, as denominações *deutsches Lied* e/ou *Volkslied* incluíam tanto os textos poéticos de autoria desconhecida quanto as produções de escritores conhecidos, pois “também a criação de canções por poetas de talento, quando estes encontravam o tom adequado, capaz de ressoar no coração do povo e de ser compreendido facilmente por todos, então o povo continuava a cantar estas canções.” SEYFARTH, Martha. Das deutsche Volkslied. *Deutsche Post*, São Leopoldo, 05.10.1921, p.3. A tradução desta fonte em língua alemã, bem como das demais utilizadas ao longo deste trabalho, foi efetuada pela autora desta comunicação. No âmbito da Teoria Literária, o termo canção designa, de modo geral, a composição poética destinada ao canto ou passível de ser entoada, apresentando, assim, uma natureza dupla que engloba a aliança entre a palavra poética e a música. Segundo as considerações de Else Rapp, a principal característica da canção consiste na *Liedhaftigkeit*, conceito de difícil de traduzido e delimitado, cujo principal traço consiste na possibilidade de entoação (Sangbarkeit). Cf. RAPP, Else. Das Lied. In: KNÖRRICH, Otto. (Hrsg.). *Formen der Literatur: in Einzeldarstellungen*. Stuttgart: Kröner, 1991. p.241-250.

⁴ FRIEDRICH, Aloys. Festrede gehalten beim Bühnen-Weihefest am 17. Dezember 1921. In: _____. *Reden bei Feiern der Turnerschaft und des Verbandes Deutscher Vereine*. São Leopoldo: Rotermund & Co., 1928. p.15.

⁵ Cf. GRÜTZMANN, Imgart. *A mágica flor azul: a canção em língua alemã e o germanismo no Rio Grande do Sul*. (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, PUCRS, Porto Alegre, 1999; GRÜTZMANN, Imgart. O almanaque (Kalender) na imigração alemã na Argentina, no Brasil e no Chile. In: DREHER, Martin N.; RAMBO, Arthur B.; TRAMONTINI, Marcos J. (Org.) *Imigração e imprensa*. Porto Alegre: EST; São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004. p.86-89.

⁶ SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. (Org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p.76.

⁷ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002. p.48.

⁸ Idem. P.50.

⁹ HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA. Op. Cit. p.109.

práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas.”¹⁰ Com base nestas considerações, a utilização da canção como elemento de identidade e de diferença será analisada a partir de sua inserção em um projeto de preservação da germanidade articulado, no Rio Grande do Sul, por lideranças e intelectuais de origem alemã que almejavam gerenciar o processo de identificação e diferenciação dos imigrantes e de seus descendentes e sua posição em relação à Alemanha e ao Brasil. Este projeto e suas práticas sociais orientavam-se pelo germanismo¹¹: uma “ideologia de caráter etnocêntrico”¹² e conservantista¹³ centrada na noção romântico-nacionalista de povo (Volk), concebido como uma unidade primeva e orgânica, unido por laços culturais, especialmente o idioma, e biológicos, notadamente o sangue. Nesta definição de povo, predomina o princípio da descendência (Abstammung), utilizado como critério de inclusão/exclusão de seus membros, e a noção de que sua extensão transcende as fronteiras políticas e geográficas da Alemanha, incluindo os imigrantes e seus descendentes no mundo. No germanismo, o povo possui uma identidade coletiva, denominada de germanidade (Deutschtum/Volkstum), que engloba elementos considerados específicos e diferenciadores dos alemães em relação a outros grupos sociais e nacionais, a saber: o idioma, a literatura, as virtudes, a história, os usos e costumes e as festas, bem como o sangue. A matriz ideológica do germanismo origina-se da ideologia étnica alemã (völkische Ideologie)¹⁴ cuja difusão, na Alemanha, acentua-se a partir de 1871, tornando-se, no período entre as duas Guerras Mundiais, um fenômeno socialmente amplo, decorrente, em parte dos problemas políticos, econômicos e sociais originados pelo Tratado de Versalhes. Seu cerne centrava-se na valorização e idealização do povo e de sua especificidade – a germanidade (Volkstum/Deutschtum) -, bem como na idéia da nação como uma comunidade de descendência étnica, conceito este que não se relacionava mais ao Estado nacional alemão, definido em 1871, mas a todos os alemães e seus descendentes no mundo.¹⁵ Esta ideologia originava-se do pensamento romântico-nacionalista alemão, especialmente da releitura dos conceitos de povo, caráter nacional, idioma, de literatura e nação cultural (Kulturnation) desenvolvidos pelo filósofo e teólogo Johann Gottfried Herder (1744-1803).¹⁶ Herder define povo como uma unidade vital, primeva e orgânica, unido pela comunhão de sentimentos e de aspirações comuns e ligado entre si por uma cultura e língua comuns.¹⁷ Em sua concepção de povo (Volk) ainda estão presentes três outras dimensões: povo como tribo (Stamm) integrante de uma nação; povo como nação (natio) que possui um caráter nacional, portanto, etnicamente e coletivamente demarcado; e povo como classe social (vulgus)¹⁸ Na concepção de Herder, povo ainda representa um elemento original, primevo e espontâneo que, para ele, era uma possibilidade duradoura e capaz de ser resgatada em tempos posteriores.¹⁹ Nos escritos de Herder, especialmente entre 1760 e 1780.²⁰, a partir da repercussão das obras de Ossian, surgiram pela primeira vez os con-

¹⁰ Idem. P.109.

¹¹ Cf. GRÜTZMANN, Imgart. O carvalho entre palmeiras: representações e estratégias identitárias no germanismo. *História-Unisinos*, São Leopoldo, vol. 7, nr.8, 2003, p.115-169; GRÜTZMANN, Imgart. *A mágica flor azul: a canção em língua alemã e o germanismo no Rio Grande do Sul*. Op. Cit.; GRÜTZMANN, Imgart. “Do que tu herdaste dos teus antepassados, debes apropriar-te, a fim de possuí-lo”: o germanismo e suas especificidades. Relatório final de bolsa recém-doutor apresentado à Fundação de Amparo à Pesquisa no Rio Grande do Sul – FAPERGS em 2001.

¹² SEYFERTH, Giralda. A Liga Pangermânica e o Perigo Alemão no Brasil: análise de dois discursos étnicos irreduzíveis. *História: questões e debates*, Curitiba, v. 10, n. 18/19, 1989, p.126.

¹³ Cf. FRITZSCHE, Klaus. Konservatismus: Entwürfe zur Sicherung soziale Herrschaft. In: NEUMANN, Franz. (Hrsg.) *Handbuch politische Theorien und Ideologien I*. Opladen: Leske+Budrich, 1995. p.179-228.

¹⁴ Cf. MOSSE, George. *Ein Volk, ein Reich, ein Führer: die völkischen Ursprünge des Nationalsozialismus*. Frankfurt/Main: Athenäum, 1979.

¹⁵ Cf. DANN, Otto. *Nation und Nationalismus in Deutschland: 1770-1990*. München: Beck, 1996; ALTER, Peter. *Nationalismus*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1995.

¹⁶ Cf. FALBEL, Nachman. Fundamentos históricos do Romantismo. In: GUINSBURG, J. (Org.) *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 1985. p.23-50.

¹⁷ HERDER, Johann Gottfried. Haben wir noch das Publikum und Vaterland der Alten? In: _____. *Briefe zur Beförderung der Humanität*. Berlin/Weimar: Aufbau-Verlag, 1971. Band I. P.293-294.

¹⁸ MOSER, Hugo. Sage und Märchen in der deutschen Romantik. In: STEFFEN, Hans. (Hrsg.) *Die deutsche Romantik: Poetik, Formen und Motive*. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1989. p.254.

¹⁹ BAUSINGER, Hermann. *Formen der “Volks poesie”*. Frankfurt/Main: E. Schmidt, 1980. p.15.

²⁰ Idem. Ibid. p.12.

ceitos de *Volksdichtung* (poesia popular) e *Volkslied* (canção popular), conferindo-lhes o autor “o cunho que até hoje possuem: eles são, ao mesmo tempo, fecundos e vagos”²¹, embasados, por sua vez, nas dimensões inerentes ao seu conceito de povo. Além disso, conforme salienta Bau-singer, a concepção de poesia popular de Herder ainda comporta um componente poético, “um agente imorredouro que perpassa toda a poesia autêntica.”²²

Os conceitos de Herder foram relidos e reinterpretados por outros pensadores alemães, entre eles Friedrich Schleiermacher (1768-1834) e Ernst Moritz Arndt (1769-1860), e serviram, desde a ocupação napoleônica até a primeira metade do século XX, para a constante defesa e afirmação do nacional, aos quais ainda foram acrescentados, no final do século XIX, os pressupostos das teorias raciais.²³ Ainda que as idéias de Herder tenham sido fundamentais para a construção das representações e das imagens do movimento romântico-nacionalista na Europa em geral e na Alemanha em particular, cabe ressaltar que em sua origem os conceitos herderianos não apresentavam a tendência radical, etnocêntrica e racista que lhes foi imputada posteriormente.²⁴ Um exemplo desta questão verifica-se na releitura que o conceito orgânico e nacional de povo, formulado por Herder, sofreu no início do século XIX, momento em que a esta noção foi agregado um valor exacerbado e um conteúdo político. Esta interpretação esteve relacionada, conforme salienta Zillesen, aos acontecimentos ocorridos neste período na Alemanha, época em que o conceito de povo se “tornou a flama clara e chamejante de uma idéia política nas Guerras de Libertação, quando, na luta em torno da ‘defesa da cultura alemã’ e da ‘auto-afirmação do *Volkstum* alemão’, a expressividade do espírito romântico foi incorporado ao vocabulário político.” (Grifos do Autor)²⁵ Período em que o povo e o *Volkstum* ainda “tornaram-se metas políticas de primeira ordem, determinantes do sentido e do fim do Estado.”²⁶

Em linhas gerais, o germanismo, no Rio Grande do Sul, lutava pela afirmação da germanidade como a identidade para os imigrantes e seus descendentes e pelo fortalecimento dos laços culturais de pertencimento à Alemanha. Por meio da mobilização de representações²⁷, pressupostos e formas simbólicas²⁸, os defensores do germanismo estabeleceram uma fronteira étnica que preconizava a manutenção da germanidade ao lado do vínculo político ao Brasil. A cidadania brasileira ensejada pelos germanistas possuía uma base étnica, ou seja, “nós queremos permanecer conscientemente de acordo com a nossa essência alemã porque somente assim continuaremos fortes e vigorosos e somente assim poderemos ser cidadãos úteis para a nossa pátria (Vaterland).”²⁹

Os germanistas partiam do pressuposto de que a população de origem alemã, por estar inserida em um contexto marcado pela interação social e cultural, estaria abandonando e mesmo perdendo a sua matriz identitária original. Lutavam, deste modo, contra o processo de tradução cultural³⁰ dos imigrantes e de seus descendentes, opondo-se a qualquer tipo de hibridização cultural ou miscigenação racial. Mediante este trabalho estratégico e intencional de gerenciamento da identidade³¹, os germanistas, embasados em um conjunto de idéias comuns, pretendiam assegurar seus interesses econômicos, seu poder de comando no campo cultural e social, bem como a hegemonia das instituições a que estavam filiados; manter um mercado de bens alemães

²¹ Idem. p.14.

²² Idem. p.15.

²³ Cf. TILGNER, Wolfgang. *Volksnomostheologie und Schöpfungsglaube*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1966.

²⁴ A respeito da recepção das idéias de Herder conferir TILGNER. Op. Cit; DANN, Otto. Herder und die Deutsche Bewegung. In: SAUDER, Gerhard. (Hg.) *Johann Gottfried Herder 1744-1803*. Hamburg: Felix Meiner, 1987. p.308-40.

²⁵ ZILLESSEN, Horst. Volk-Nation-Vaterland. Die Bedeutungsgehalte und ihre Wandlungen. In: _____.(Hrsgs.) *Volk-Nation-Vaterland*. Der deutsche Protestantismus und der Nationalismus. Güterloh: Gütersloher Verlagshaus Gerd Mohn, 1970. p.28.

²⁶ Idem. Ibid.

²⁷ Cf. CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro:Bertrand, 1990.

²⁸ Cf. THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1999.

²⁹ DER VERLAG. An unsere Leser ! *Kalender für die Deutschen in Brasilien*, São Leopoldo, 1923, p.65.

³⁰ HALL. Op. Cit. 2002. p.88-89.

³¹ GREVERUS, Ina-Maria. Ethnizität und Identitätsmanagement. *Schweizerische Zeitschrift für Soziologie*, n. 7, 1981, p.223.

no Sul do Brasil; auxiliar na formação de uma grande Alemanha constituída por todos os alemães e seus descendentes espalhados no mundo; e atuar em prol do progresso do Brasil a partir do argumento de que a germanidade fornecia o substrato para o desenvolvimento das atividades dos imigrantes e de seus descendentes.

Neste projeto, acima ligeiramente esboçado, colocado em ação por meio da imprensa, de escolas, associações/sociedades e festividades, a instrumentalização da canção e do canto, especialmente do canto coral, embasava-se em um conjunto de pressupostos que procuravam legitimar as potencialidades destas práticas culturais como meio de afirmação e preservação da germanidade, procedentes, em sua maioria, dos conceitos herderianos acerca da poesia popular.

Os pressupostos norteadores da utilização da canção pelo germanismo constam em publicações em língua alemã editadas no Rio Grande do Sul, especialmente em jornais, almanaques, revistas mensais, cancionários, livros de leitura, brochuras comemorativas e livros de ensaios. A partir da leitura do conjunto destes textos foi possível a fixação das principais idéias defendidas no germanismo acerca da canção alemã que, em parte, serão abordadas nesta comunicação.

Canção alemã e identidade

No germanismo, a valorização da canção decorreu do fato de ela ser, conforme sugere sua denominação, uma forma literária que “surge no povo e vive no meio dele.”³² Os germanistas concebiam a canção como a produção do povo e a expressão da coletividade, pois, em sua ótica, esta forma literária “não reflete a alegria e a tristeza individual, mas aquilo que todos podem compartilhar, o que é de conteúdo perene. A canção popular era como que a ‘improvisação’ de todos os corações vivos e sensíveis.”³³ (Grifos do Autor). De acordo com estas concepções, a canção alemã originava-se da e refletia a categoria central deste ideário: o povo. Esta idéia acerca da canção remonta às considerações de Herder para quem

“sus canciones son el archivo del pueblo, el caudal de su ciencia y religión, de su teogonía y sus cosmogonías, de las hazanas de sus antepasados y los sucesos de su historia; son calcos de su corazón, imagen de su vida domestica con sus alegrías y penas, frente al tálamo y la tumba.”³⁴

Em virtude desta condição de produção, a canção, no âmbito do germanismo, adquiriu o estatuto de poesia própria e representativa do povo alemão, constituindo-se em “um nobre e elevado símbolo da germanidade.”³⁵ Assim, esta forma literária foi alçada, no plano cultural e literário, a um fator de individuação e diferenciação dos alemães em relação às demais literaturas nacionais e aos demais grupos sociais. Esta fronteira étnico-cultural acionada pelos germanistas, que também trazia consigo um desejo claro de assegurar a superioridade dos alemães, fica evidente na seguinte afirmação: “não existe nenhum povo, na face da terra, tão rico em poesia e canções populares como o povo do qual nós descendemos”.³⁶

A representatividade da canção dentro do germanismo, em detrimento de outras formas literárias, decorria da concepção, reinante na época, de que “canção alemã é a expressão mais bela e mais profunda da índole alemã e da essência alemã.”³⁷ Ao expressar a identidade de modo intacto, a canção tornava-se um excelente mecanismo de ação para os objetivos de restauração e de preservação dos germanistas, pois acreditavam que em cada composição e em cada ato de cantar ocorria a afirmação e vivificação da germanidade e dos paradigmas de identificação a

³² NIEMEYER, Ernst. Das deutsche Lied. *Neue Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, 20.02.1932, p.10.

³³ SEYFARTH, Marta. Op. Cit.

³⁴ BRUGGE, Ilse de. (Org.) *Johann Gottfried Herder*. Poesía y lenguaje. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, 1950. p.31.

³⁵ WUSTROW, Wilhelm. Das deutsche Volkslied. Eine Weihnachtsbitte. *Deutsche Post*, São Leopoldo, 07.12.1916. p.2

³⁶ KOSMOS. Sängerfest des Gaues S. Leopoldo, Novo Hamburgo und Umgegend am 14. November 1937 in Estância Velha. *Neue Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, 29.11.1937, p.12.

³⁷ MÜLLER, Hugo. Sänger – Riege. *Deutsche Turnblätter*, Porto Alegre, 1930, Juni, p.6.

serem adotados pelos cantores/ouvintes. Esta identidade veiculada pelas canções assumia no germanismo um caráter naturalizado, essencialista e imutável, passível de ser transmitida intacta de geração a geração, noção essa geralmente metaforizada na imagem da herança e do legado.

A idéia de que na canção a germanidade se espelhava de modo cristalino também remonta ao pensamento de Herder para quem cada povo possui um espírito ou caráter nacional que se encarna de forma mais completa e transparente no idioma, na mitologia e na poesia popular, especialmente nas canções. Na concepção de Herder,

Así como naciones enteras les es propio un solo lenguaje, así les son propios también ciertos giros favoritos de la fantasía, modismos y objetos de sus pensamientos, en suma, un *ingenio* que a pesar de toda diferencia en el detalle, se expresa en las obras predilectas de su espíritu y corazón. Al espiarlos en este agradable laberinto, el encadenar y hacer hablar a este Proteo, denominado generalmente *carácter nacional* y que por cierto, se exterioriza tanto en los escritos como en las costumbres y actividades de una nación: he aquí una filosofía sublime y noble. Ella se desarrolla con más seguridad en las obras poéticas, es decir, en las que son productos de la fantasía y de los sentimientos ya que en estas el *alma íntegra* de la nación se muestra más libremente. (Grifos do Autor) ³⁸

Outro elemento destacado pelos germanistas, que favoreceu a escolha da canção como elemento de preservação da germanidade, relacionava-se à idéia de que esta forma literária era capaz de contribuir para que a “língua permaneça inteira e efetivamente viva em seu autêntico e puro som” ³⁹, prestando, deste modo, “um grande serviço à essência alemã, ao cerne de nosso ser.”⁴⁰ No germanismo, a importância da manutenção do idioma vinculava-se ao fato de ele constituir um dos elementos centrais para marcar a identidade e a diferença dos imigrantes e de seus descendentes. O idioma materno, da mesma forma que a canção, era visto, no germanismo, como um repositório da alma do povo ou do seu caráter nacional como ilustra o seguinte texto:

A língua materna, enquanto escoadouro e ferramenta do espírito específico de um determinado povo, amalgamada com suas especificidades morais em todas as suas esferas, é, ao mesmo tempo, a imagem e portadora do caráter deste povo, estando ligada estreitamente ao seu íntimo, de tal modo que não pode ser dele desvinculada, sem levar consigo a pele e a carne, como no caso da vestimenta do legendário Nesso. ⁴¹

Esta idéia da língua como marca de identidade e de diferença foi ressignificada pelo germanismo com base nas considerações de Herder para quem

Cada nación posee como una casa particular donde almacenan semejantes pensamientos convertidos en signo u ésta es su lengua nacional; un acopio al cual ha contribuido durante siglos enteros, que ha sufrido crecimiento y mengua cual la luz lunar, que ha experimentado más revoluciones y cambios que un tesoro real a manos de diversos sucesores (...) mas en realidad corresponde – tal como es – a la nación que lo posee, la única capaz de aprovecharlo; es un tesoro de pensamientos propios a un pueblo entero. ⁴²

Esta idéia defendida por Herder repercutiu no pensamento romântico-nacionalista alemão. Wilhelm Grimm, por exemplo, afirmava em suas considerações sobre o idioma nacional, que “o espírito do povo alemão (...) se conserva mais claramente na língua”⁴³, autor que também

³⁸ BRUGGE. Op. Cit. p.35.

³⁹ NIEMEYER. Op. Cit. p.10

⁴⁰ Idem.

⁴¹ UNSER SPRACHE I. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, 14.03.1903, p.1.

⁴² BRUGGE. Op. Cit. p.77.

⁴³ GRIMM, Wilhelm. Bericht über das deutsche Wörterbuch. In: HINDERER, Walter. (Hg.) *Deutsche Reden*. Teil I. Von Berthold von Regensburg bis Ludwig Uhland. Stuttgart: Reclam, 1981. p.473. Cf. EMMERICH, Wolfgang. *Germanistische Volkstumsideologie*. Genese und Kritik der Volksforschung im Dritten Reich. Tübingen: Tübinger Vereinigung für Volkskunde, 1968.

foi relido pelos germanistas no Rio Grande do Sul. A representatividade do idioma no germanismo ainda baseava-se na idéia de que a língua alemã era um dos principais elementos de constituição do povo e o elo de união dos alemães no mundo. Neste sentido, afirmava-se que “povo é a totalidade daqueles que estão ligados entre si por uma língua comum, pela mesma raça e cultura. Essa ligação estende-se para além das fronteiras nacionais ou confessionais.”⁴⁴ Este conceito remonta às idéias de Herder acerca da relação entre povo, língua e identidade que o filósofo assim expressa:

O laço da língua e da audição une um público (...) Quem se educou no mesmo idioma, quem aprendeu a nele verter o seu coração, a expressar a sua alma, este pertence *ao povo possuidor deste idioma*. (...) Este público se espraia enquanto a língua, ainda que com modificações, durar; até que deixe de ser compreensível (...) Por intermédio do idioma uma nação é criada e formada. (Grifos do Autor) ⁴⁵

A importância do idioma no conjunto do pensamento herderiano, posteriormente transformado na pedra de toque do pensamento étnico-nacionalista alemão e do germanismo no Rio Grande do Sul, é ressaltada por Saliba, em seu estudo sobre a constituição das utopias românticas, quando afirma que

Para Herder, contudo, a língua era o mais significativo dos fenômenos culturais, e o idioma aparecia como um autêntico repositório da mentalidade e da herança particular de cada povo. Fruto do esforço coletivo – iniciado na mais remota Antigüidade e envolvido em densa obscuridade -, o idioma não seria nunca qualquer coisa consciente e metodicamente classificável, mas sim o resultado da atuação de forças atávicas e primárias, profundamente enraizadas na alma coletiva. ⁴⁶

Assim, a canção, ao espelhar a germanidade na forma literária, no conteúdo e na língua, apresentava-se para os germanistas como um eficiente veículo de preservação da identidade em terras brasileiras, bastando, para tanto, colocar os imigrantes e seus descendentes em contato com esta forma literária.

Canção alemã e sensibilidade

A preferência do germanismo pela canção alemã relacionava-se também com a idéia de que esta forma literária possuía a capacidade de sensibilizar e estimular as emoções humanas, assemelhando-se a uma espécie de abracadabra literário que, ao ser entoado, “toca as cordas mais profundas de nossa alma.”⁴⁷ Acreditava-se que esta capacidade aumentava quando a canção se encontrava aliada à música, combinação passível de modificar o estado de ânimo, pois “é o prazer mais belo e nobre que alegra, ao mesmo tempo, a índole e o espírito das pessoas. O descanso do trabalho e das preocupações da vida é nos oferecido de forma mais eficiente por meio da canção, do canto e principalmente da música.”⁴⁸ Em virtude destas propriedades, a canção foi vista, no germanismo, como “auxiliadora e estimuladora do nosso sentimento alemão e da nossa consciência étnica alemã.”⁴⁹ Na ótica germanista, o poder da poesia de sensibilizar e despertar os sentimentos acentuava-se na cultura alemã, em virtude da conexão indissolúvel existente entre povo, identidade e canção, ou seja, “o que o sol e o orvalho representam para as flores, isto é o canto para a alma popular alemã.”⁵⁰ Imbuídos da certeza de que o vínculo entre

⁴⁴ RAUNNEGER, Hans. *Volk und Staat*. Ein Beitrag zur Klarstellung deutschbrasilianische Probleme. Ijuí: Verlag der Serra-Post, 1937. p.5.

⁴⁵ HERDER, Johann Gottfried. Op. Cit. P.294-95.

⁴⁶ SALIBA, Elias Tomé. *As utopias românticas*. São Paulo: Brasiliense, 1991. p.38-39.

⁴⁷ NIEMEYER. Op. Cit. p.10.

⁴⁸ SCHWARTZ, Th. Das deutsche Lied als Erhalter des Deutschtums. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, 21.03.1908. p.1.

⁴⁹ WUSTROW. Op. Cit. p.2.

⁵⁰ KRAHE. Das deutsche Lied in Neu-Württemberg. *Neue Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, 26.03.1936, p.12.

canção e alma (Seele) alemãs era integrante e determinante da germanidade, os germanistas avaliavam a conjugação da poesia ao canto como uma das maneiras mais eficazes de alcançar êxito na formação dos imigrantes e seus descendentes. De acordo com essa perspectiva, afirmava-se ser importante “um pouco de música e muito canto! Nessa relação pelo menos acontece algo entre o nosso povo; o sentido para a música, o amor pelo canto, que residem no seu íntimo, abrem caminhos.”⁵¹

A utilização da canção como instrumentos para estas finalidades estava embasada na idéia de que a sua atuação sobre os sentimentos e as emoções originava-se das condições de produção desta forma literária, na medida em que as canções “nasceram da alma do povo e falam à alma do povo.”⁵² Por ser a expressão imediata e direta dos sentimentos do povo, sem a mediação do raciocínio, esta propriedade possibilitava-lhe ativar e atingir novamente o coração dos cantores/ouvintes, estabelecendo uma linha direta de comunicação, baseada na emoção e na subjetividade, entre o texto e o receptor. A emoção e a irracionalidade⁵³ foram dois elementos centrais do germanismo e da ideologia étnica alemã, colocados em ação por esses ideários para difundir seus pressupostos e objetivos. A origem desta especificidade do pensamento étnico Mosse atribui à relação estreita existente entre os conceitos e as imagens da ideologia étnica e o movimento romântico alemão, não havendo uma solução de continuidade com o romantismo, especialmente o de vertente nacionalista. Neste sentido, Mosse salienta que como no “Romantismo, também as idéias étnicas apresentam uma clara tendência para o irracional e o emocional; elas estavam, em primeira instância, concentradas nos seres humanos e no mundo e, em razão disso, encontraram uma ampla ressonância.”⁵⁴

O poder de efeito desta forma literária também estava associado, no germanismo, ao princípio geral de que no ser humano existe uma predisposição inata para a receptividade da poesia e da música. Partia-se do pressuposto antropológico de que “a poesia é uma necessidade geral e profunda, consolidada no coração humano. Como a religião, ela vive nos corações das pessoas.”⁵⁵

Para os germanistas, a canção também trazia em si um caráter didático-pedagógico e normativo capaz de agir sobre os ouvintes/cantores, idéia esta formulada da seguinte maneira: “em qualquer país que nós vivermos, em qualquer lugar que estivermos, sempre a canção será o pilar de nossa vida social e atuará sobre nós de modo instrutivo e modelar.”⁵⁶ Nesta possibilidade, visualizavam um instrumento normativo de formação e de mudança de comportamento a ser acionado para a inculcação e difusão dos conceitos e das imagens do germanismo entre os imigrantes e seus descendentes.

Nestas concepções acerca da canção difundidas pelo germanismo, estão presentes dois pressupostos centrais da teoria estética de Herder. Para este pensador, a poesia traz em si uma força vital, capaz de atuar sobre a imaginação e sobre os sentidos que, ao tocar o íntimo do ser humano, desperta nele sentimentos e valores adormecidos, mediante palavras e símbolos.⁵⁷ Segundo Herder, a poesia é uma força capaz de atuar como agente de transformação do ser humano e da sociedade, pois “según el testimonio de muchos antiguos, la poesía influyó muy decisivamente sobre sus costumbres.(...) Fue él medio más antiguo y (...) más eficaz para la enseñanza, la instrucción, la formación de las costumbres entre hombres y ciudadanos.”⁵⁸

⁵¹ KALENDERMANN. *Geistesgenüsse. Koseritz' deutscher Volkskalender für Brasilien*, Porto Alegre, 1910, p.246.

⁵² BEIL. *Das deutsche Lied. Neue Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, 20.01.1932, p.3.

⁵³ Cf. GLASER, Hermann. *Spiesser-Ideologie. Von der Zerstörung des deutschen Geistes im 19. und 20. Jahrhundert*. Freiburg im Breisgau: Rombach, 1964.

⁵⁴ MOSSE. Op Cit. p.98.

⁵⁵ SEYFARTH. Op. Cit. p.3.

⁵⁶ KRAHE, Friedrich. Op. Cit. p.12.

⁵⁷ BRUGGE. Op. Cit. P.21.

⁵⁸ Idem. P.47.

Canção alemã e laços de pertencimento

A representatividade da canção dentro do germanismo ainda decorreu da idéia referente à sua capacidade de irmanar as pessoas durante o ato de cantar, ou seja, “o canto está destinado a causar a conjunção de todos os falantes de língua alemã, indiferentemente de sua confissão ou de opiniões políticas divergentes.”⁵⁹ Na ótica dos germanistas, formava-se, durante o ato de cantar, uma comunidade centrada no coletivo capaz de homogeneizar seus integrantes e suas diferenças sociais, concretizando, assim, a idéia de um povo homogêneo e coeso. Assim, graças ao primado da língua e da literatura, cada grupo de canto ou coral formaria um elo dessa grande corrente de vozes que se ligaria a uma unidade maior: o povo e/ou a nação alemã. O poder de agregação da canção relacionava-se com a sua especificidade. Ao contrário de outras composições poéticas, mais apropriadas a práticas de leitura individuais e silenciosas ou a declamações em pequenos grupos, a canção era vista como uma forma literária predestinada ao canto e às multidões que, na ótica germanista, “quer ser vivenciada por todos e ser cantada com vocês que não tragam nada além do que lhes foi dado no berço. Isso significa uma ativação individual de cada participante.”⁶⁰ Esta questão estava estritamente vinculada à concepção de poesia popular de Herder para quem a canção atingia seu pleno efeito quando cantada em coro, pois

El canto requiere muchedumbre, la concordancia de muchos: reclama para sí el oído de los oyentes y coro de voces y ánimos. La esencia de la canción es *canto* y no pintura; su perfección hallase en el curso melódico de la pasión o emoción, al cual se podría dar el viejo y adecuado término de Weise (aire). (Grifo do Autor) ⁶¹

A formação desta pretensa unidade ainda decorria de fatores de ordem prática. A canção é geralmente uma forma literária de pequena e/ou média extensão, marcada por um modo de composição centrado, por sua vez, na musicalidade e na repetição de estruturas similares, condição essa que permite uma memorização mais rápida. Por ser destinada ao canto, possui um poder de alcance e de difusão maiores, visto que consegue, por intermédio da letra e da melodia atingir um grande público. Seu efeito multiplicador acentua-se em decorrência do próprio ato de cantar, pois, mediante esse recurso, seu efeito estende-se a pessoas não familiarizadas com o texto impresso. A audição permite aos menos letrados tomar parte do canto coletivo, ainda que de modo passivo, favorecendo a transmissão de valores a todos os segmentos sociais.

Na ótica germanista, o ato de cantar e os temas das canções também foram concebidos como geradores de uma unidade porque sublinhavam um conjunto de elementos relacionados à identidade alemã, como a floresta, o rio Reno, a terra natal e as virtudes, que, por sua vez, eram acionados para reforçar a comunhão de sentimentos, a solidariedade e as afinidades étnico-culturais coletivas. Neste ideário, isto era possível porque os germanistas atribuíam à canção as funções de deslocamento e de transformação. Graças ao seu poder de ação, a canção possibilitava, por meio de sua melodia e, principalmente, por meio de seu texto, um deslocamento geográfico, temporal e afetivo na e pela memória literária, pois

Ao ressoar a canção, surge perante a nossa alma saudosa a terra natal (Heimat) dos antepassados com suas montanhas e vales, seus castelos e palácios, seus campos ricamente abençoados e estabelecimentos industriais ecoantes. Então, tornam-se vivas as imagens de um distante tempo feliz; ressurgem poderosos lutadores que outrora fizeram a história alemã; o cântico dos cânticos do heroísmo alemão inflama novamente os corações alemães.⁶²

⁵⁹ D., F. Deutscher Sängerbund von Rio Grande do Sul. *Neue Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, 28.07.1934, p.9.

⁶⁰ SCHLÜTER, W. Musik auf der Kolonie. *Allgemeine Lehrer-Zeitung für Rio Grande do Sul*, Santa Cruz do Sul, 1931, Mai, nr.5, p.5.

⁶¹ BRÜGGE. Op. Cit. P.9.

⁶² JOSB. Sängerbund des Sängerbund-Gauverbandes “Montenegro” in Morro Azul. *Neue Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, 26.01.1937, p.7.

Evidencia-se, neste aspecto, o componente regressivo, nostálgico e restaurador, norteador do germanismo, que as canções auxiliavam a construir e a manter por meio da expressão do desejo de regressar simbolicamente a espaços de memória e a tempos pretéritos e, por intermédio deste ato, fundir-se com as origens e com a sonhada unidade primeva.

A formação da unidade por meio da canção e do canto ainda ocorria, na ótica germanista, porque “a música clássica, mas acima de tudo a canção popular alemã, e os inalcançáveis clássicos são talvez o laço mais forte que nos une à antiga, querida e, ao mesmo tempo, tão imensa e bela pátria (Vaterland).”⁶³ A idéia partia do princípio de que os imigrantes e seus descendentes, residentes além das fronteiras políticas da Alemanha, continuavam a participar do povo alemão e da nação cultural, apesar de, sob o ponto de vista jurídico, não serem mais cidadãos alemães, bastando, para tanto, manter a germanidade, especialmente a língua e as canções. Assim,

Também no estrangeiro nós ainda participamos vivamente de tudo o que ocorre no outro lado, pois nos sentimos como filhos da terra alemã, mesmo não sendo mais membros de direito do Reino Alemão. Do ponto de vista jurídico, o Reino Alemão estende-se até as suas fronteiras e tudo que estiver situado além de seus limites é estrangeiro, é estranho. Isto confere? Não, pois em todo o lugar em que viverem filhos da terra alemã, onde ecoarem sons alemães, onde canções alemãs ressoarem, ali jaz um pedaço da cultura alemã, ali está situado um pedaço do grande Reino Alemão.⁶⁴

Um dos aspectos que fundamentava esta pertença foi a separação entre Estado nacional e povo e entre cidadania e nacionalidade. No germanismo, a nacionalidade era hereditária, concedida ao ser humano pelo nascimento e mantida por intermédio de uma língua e de uma cultura comuns, estando desvinculada, por sua vez, das fronteiras de um Estado nacional. A cidadania, ao contrário, configurava-se em uma categoria acidental e política, dependente das leis e das condições de cada país, que não modificavam a essência do ser humano, concedida pela ascendência/descendência. De acordo com esta perspectiva, a canção constituía uma das forças mais representativas para a germanidade no exterior e a ligação dos imigrantes e seus descendentes entre si e ao povo alemão, mesmo quando não havia mais contato direto com a terra de origem, pois era vista como a forma literária que, “como nenhuma outra, também alimenta com forças vitais o mais distanciado ramo da árvore-mãe.”⁶⁵ Esta idéia de nutriz, associada à canção, ainda somava-se, no germanismo, a noção de durabilidade desta forma literária que continuaria a vigorar nas condições mais adversas. Sua permanência atribuía-se à sua singularidade, característica que a colocava em posição de destaque no âmbito de outras literaturas, principalmente a brasileira. Na ótica germanista, se “desaparece lentamente a língua alemã no uso quotidiano, assim permanece algo vivo e, na verdade, pelo motivo de que a nova terra natal (Heimat) não está em condições de oferecer algo semelhante – e este algo é a canção alemã.”⁶⁶

A instrumentalização da canção pelo germanismo ocorreu a partir de um sistema de representação em que predominaram conceitos e imagens que têm sua origem no pensamento de Herder, evidenciando, desta maneira, a fecundidade das idéias deste autor e a sua aplicabilidade a um contexto e período histórico, no qual a tradução cultural se tornava um problema para aqueles que idealizavam uma unidade baseada na ascendência e na cultura. No germanismo, a canção foi acionada como paradigma agregador em virtude da sua possibilidade de servir de espelho do e para o povo, a partir das concepções acerca de sua natureza e funções, de cunho romântico-nacionalista, que foram relidas a partir da matriz herderiana, e ainda estavam em voga na primeira metade do século XX para a afirmação da identidade étnico-nacional alemã no

⁶³ SCHWARTZ. Op. Cit. p.1

⁶⁴ BEIL. Op. Cit. p.3

⁶⁵ Idem. Ibid.

⁶⁶ LÜCKEN, K. Vom deutschen Lied in Rio Grande do Sul. *Neue Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, 17.02.1925, p.1.

Rio Grande do Sul. Ao se valerem da canção para evocar e invocar a germanidade, os germanistas atribuíram à canção uma função sacralizante ou celebradora, ou seja,

Uma literatura que se atribui a missão de articular o projeto nacional, de fazer emergir os mitos fundadores de uma comunidade e de recuperar sua memória coletiva, passa a exercer somente a função *sacralizante*, unificadora, tendendo ao MESMO, ao monologismo, ou seja, a construção de uma identidade do tipo etnocêntrico, que circunscreve a realidade a um único quadro de referências. (Grifos da Autora) ⁶⁷

Cabia, assim, à canção alemã a tarefa de travar qualquer ensaio de mudança e de reorganização de fronteiras étnico-culturais entre os imigrantes e seus descendentes e refazer, por meio da palavra poética, o que, para os germanistas, estava fragmentado fora desta esfera.

⁶⁷ BERND, Zilá. *Literatura e identidade nacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992. p.17-18.

A CRIANÇA NO MUNDO TEUTO DO RIO GRANDE DO SUL

Martin N. Dreher

Introdução

A presente comunicação oferece informações primeiras acerca de projeto que estamos desenvolvendo na Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Diz respeito à temática da cidadania, relacionada, contudo, à temática da criança. Os estudos sobre a história da imigração têm privilegiado a figura masculina. Só mais recentemente começaram a se fazer presentes estudos, nos quais a figura feminina vem merecendo destaque. A criança pouca atenção mereceu. Por isso, nossa comunicação pretende trazer alguns primeiros enfoques, pequenas contribuições para uma história social da criança na área de colonização do Rio Grande do Sul marcada pela imigração alemã. Veremos que, inicialmente, a criança imigrante não foi considerada de forma distinta daquela que considerava a criança gaúcha anterior à imigração: ela era “cria”, que tanto poderia dar certo, “vingar”, quanto se perder. Ela participava da sina de migrante que tudo arrisca, sabendo que a aventura pode dar certo ou não.

Devo a idéia desse estudo a bolsistas de iniciação científica, meus colaboradores no Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Jorge Augusto Feldens e Tanara Emanoëlle Torres Nietiedt participaram comigo da empreitada que buscou resgatar o jornal *Deutsche Post*, um dos mais importantes periódicos da imigração alemã no Rio Grande do Sul, na qual pudemos contar com o apoio da FAPERGS e do CNPq. Enquanto Jorge descobriu o humor neste jornal, Tanara encantou-se com a *Der Kinder Lesecke*, o canto da leitura das crianças, uma coluna que aparecia periodicamente no jornal estudado. Foi Tanara quem sugeriu o projeto de pesquisa. Seu interesse estava na coluna destinada às crianças. Contudo, resolvemos ampliar nosso campo de leituras e pesquisas. Após a saída de Jorge do projeto, Adriana Engel da Rosa, bolsista UNIBIC, viu-se motivada a verificar como os deputados provinciais do Rio Grande do Sul se manifestavam acerca da criança e constatou que eles não se manifestavam, com exceção de um único caso: as crianças expostas na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, para as quais deveria ser votada subvenção. Jaqueline Anschau Kunz (FAPERGS) e Eliane Roehe (UNIBIC), tendo substituído a Tanara E.T.Nietiedt e a Adriana Engel da Rosa dedicaram-se às cartilhas preparadas para crianças das escolas da área de imigração alemã no Rio Grande do Sul e puderam contribuir com importantes observações sobre a criança na escola.

Mais que apresentar um primeiro intento, o presente texto quer animar para que surjam novas pesquisas para que no futuro possamos apresentar uma história da infância nas áreas de imigração no Brasil e, quiçá, na América Latina.

Questões teóricas e metodológicas

Pretendemos ocupar-nos com a criança enquanto ser histórico no contexto da imigração na América Latina, privilegiando o espaço da Província/Estado do Rio Grande do Sul, valendo-nos, em especial, do Jornal *Deutsche Post*, editado em São Leopoldo de 1880 a 1929 e do material didático elaborado em língua alemã para o uso das escolas teuto-brasileiras. Enquanto pesquisa histórica pretendemos reconstruir a história social da criança, valendo-nos dos pressupostos da História Social e da História das Mentalidades, daí que, não raro, vamos incursionar também por áreas que extrapolam as fontes acima mencionadas.

Enquanto as exposições sobre a História da Imigração têm privilegiado o varão e, mais recentemente, em decorrência da discussão das questões de gênero também a mulher, a presente pesquisa pretende dedicar-se à criança, deixando de considerá-la como mera fase de transição ou de aprendizado e vendo nela sujeito histórico.

Na historiografia sobre a imigração na América Latina tem sido privilegiada, desde sempre, a figura do varão imigrante. Basta lembrar aqui os estudos clássicos de A. Porto até Jean Roche. Mais recentemente começaram a surgir, motivados pela discussão feminista, estudos centrados na figura feminina. Mencione-se, no caso brasileiro, os estudos de Maria Luiza Renaux e de Cleia Schiavo Weyrauch. No tocante à criança e seu mundo, porém, o silêncio é quase que absoluto. Mesmo o longo capítulo de Luiz Felipe de Alencastro e de Maria Luiza Renaux, *Caras e modos dos migrantes e imigrantes*, na *História da Vida Privada no Brasil. Vol II*, praticamente silencia sobre a questão. No entanto, o mais tardar desde a publicação da obra de Philippe Ariès, *História Social da Criança e da Família*, cuja primeira edição francesa data de 1960 (a primeira edição brasileira, baseada na edição francesa reduzida de 1973, é de 1978), e da publicação de Natalie Zemon Davis, *The Reasons of Misrule: Youth Groups and Charivaris on Sixteenth Century France*¹, a criança deveria ter merecido a atenção dos pesquisadores da história da imigração e da colonização, ainda mais que, entretantes, foi publicado o excelente livro de Maria Luíza Marcílio. *História Social da Criança Abandonada*, na qual autores nacionais poder-se-iam mirar em suas pesquisas. Excelente é a publicação organizada por Mary Del Priore, *História das Crianças no Brasil*, em 2004. Verdade é que Emílio WILLEMS, *A aculturação dos alemães no Brasil*², fez algumas considerações sobre a família do imigrante alemão, mas no todo o tema da criança não foi trabalhado.

Na política portuguesa em relação ao Brasil, a questão da família e, mais especialmente da criança, desconsiderando-se os esforços iniciais de Nóbrega e dos jesuítas, só vai aparecer quando o horizonte se transferir da exploração econômica na lavoura movida pelo braço escravo para a questão do “povoamento”, na maioria das vezes motivada por razões de ordem militar. A constante instabilidade político-militar do Rio da Prata, com as linhas de socorro e abastecimento situadas em Laguna/SC (1.500 quilômetros de distância) ou em São Paulo (2.500 quilômetros de distância) motivou o povoamento do espaço intermediário. Aqui a mera concessão de sesmarias, que propiciavam o surgimento de latifúndios, pouco povoados e fracamente explorados, tampouco a introdução de escravos solucionavam o problema. Fazia-se necessária a introdução de pessoas que, enraizadas na terra, estivessem dispostas a defendê-las frente aos “castelhanos”. Fazia-se necessária a introdução de casais que se multiplicassem em filhos, dentre os quais seriam recrutadas as tropas das linhas de defesa da fronteira sul e de onde saíssem lavradores, capazes de produzir, sobretudo, para o mercado interno, prioritariamente, porém, para o abastecimento das tropas. Esta a razão das provisões régias de D. João V para levar “casais” das Ilhas para a fronteira sul. Os candidatos à imigração deveriam ser católicos, não poderiam emigrar individualmente, mas como “famílias”. Além disso, inverteu-se a tradição do Brasil colonial: os que viessem a possuir terras trabalhá-las-iam com as próprias mãos, em pequenas propriedades de 1/4 de légua em quadro (262,25 ha). Não cabe aqui descrever a desastrosa transferência dos Açores para Santa Catarina, com mulheres e crianças praticamente enjauladas, para mantê-las a salvo da marujada. Esse primeiro projeto imigratório com famílias, que foram assentadas em grupos de 60 em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul para formar novas freguesias, não deu os resultados esperados, principalmente em decorrência da lógica escravista, que abafava os espaços alternativos do trabalho “livre”.

A proposta de colonização com pequenos proprietários ressurgiu, porém, nas primeiras décadas do século XIX. Buscou-se criar ampla classe de cidadãos livres, baseada na pequena propriedade da terra, no regime do trabalho familiar e na policultura, privilegiando o mercado interno. O projeto era também racista, pois descartava o trabalhador livre negro para criar um país branco, contra o indígena, o negro e o mestiço. O projeto só avançou penosamente, introduzindo entre 1819 e 1850 (fim do tráfico) 18.760 pessoas. No mesmo tempo, 800.000 escravos entraram no país. O impulso para a imigração só viria, quando o braço escravo teve que ser

¹ *Past and Present* 50, fevereiro de 1971, pp.41-75.

² São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980, 2ª ed.

substituído pelo braço imigrante para manter a grande propriedade como lavoura de exportação. Tanto o novo país dos pequenos proprietários quanto o velho país que trabalharia com braços livres “parceiros” necessitou da família do imigrante europeu.

A preferência por “famílias” é evidente no caso da pequena propriedade, inserida em áreas, nas quais se estava preocupado com o “povoamento”. Menos evidente é a preferência por famílias nas áreas de grandes propriedades que buscavam “braços” para o trabalho agrícola. Ela, no entanto, é perfeitamente explicável: a família impedia a constante troca de fazenda ou a fuga da mesma para escapar às impressionantes dívidas contraídas com o fazendeiro. A criança pequena impedirá a fuga dos pais e auxiliará na fixação da mão-de-obra para a fazenda de café.

Chegada ao Brasil, a dinâmica do sistema familiar vai ser combinação da tradição anterior com as novas tradições encontradas no Brasil. Três situações parecem marcar o sistema familiar dos imigrantes do século XIX no Brasil: a) a instalação no campo b) a instalação na cidade c) quando instalados no campo há que se distinguir entre colônias de pequenos proprietários e os trabalhadores sem terra que atuavam como “parceiros” nas fazendas de café. Luís A. De BONI e Rovílio COSTA em textos próprios e na edição de textos resultantes de encontros de estudos sobre a imigração italiana já apresentaram estudos sobre a família dos imigrantes italianos. Emílio WILLEMS fez na década de 1940 uma caracterização das famílias de imigrantes alemães, dedicando-se, contudo, exclusivamente às áreas rurais. Poucas são, porém, as referências à criança.

No presente estudo, não estamos propondo estudar a família do imigrante alemão. Tal projeto só poderia ser desenvolvido em grande pesquisa envolvendo vários estudiosos de diversas áreas e requereria pesquisas de campo em diversos estados brasileiros. Nossa ambição é bem menor e parcial e está dada pelas fontes que estão a nossa disposição. Mesmo que a imigração alemã no Rio Grande do Sul tenha iniciado em 1824, as informações sobre crianças e jovens só começam a se avolumar a partir da década de 1860, quando sacerdotes jesuítas, pastores luteranos, professores saídos das fileiras dos legionários de 1851, os Brummer, e viajantes como Avé Lallement e von Tschudi começam a elaborar relatórios, nos quais vão descrever as crianças em relação às quais pretendem dar o melhor de si para inverter a situação, segundo eles “assustadora” com a qual se viram confrontados. Mesmo que seus “sustos” pudessem ser utilizados para descrever a situação pregressa, ela ficaria por demais fragmentária. Mais ricas e abundantes se tornam as fontes a partir dos relatórios e das fontes impressas produzidas pelos autores supra mencionados. É em razão dessa observação que privilegiamos dois tipos de fonte para tentar descrever a criança no mundo da imigração alemã no Rio Grande do Sul - como uma contribuição à história da infância na América Latina. Trata-se de duas fontes que conseguimos coletar no Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS: 1) Coleção de Material Didático utilizado na escola teuto-brasileira 2) O Jornal *Deutsche Post*, editado em São Leopoldo por Rotermund e Co. , entre 1880 e 1929.

A validade e a relevância social da presente pesquisa está dada pela área em que foram instalados imigrantes alemães a partir de 1824, dos quais se originou considerável população, cujos descendentes se espalharam pelo Brasil Meridional, e na qual se ensaiou com grande sucesso o modelo da pequena propriedade rural nas picadas, das quais se originaram, majoritariamente, os municípios da metade Norte do Rio Grande do Sul. Nessa área, o trabalho infantil sempre esteve presente, sendo ele provavelmente a causa do provérbio difundido de que ‘o filho é o escravo do imigrante’. Desde a mais tenra idade, a criança foi inserida nas atividades da casa e da pequena propriedade. As cartilhas elaboradas por professores das escolas dos imigrantes mostram, em sua iconografia, a menina recolhendo ovos no galinheiro, o menino participando da lida agrícola. Cabe perguntar, se tal envolvimento da criança com o trabalho já desde a mais tenra idade é herança trazida da Europa, devendo ser colocada na tradição do aprendizado do ofício ou se faz parte de nova ética do trabalho que não pode ser explicada a partir de Max Weber, mas de Abdelmelek Sayad, para quem a única razão de ser do imigrante é o trabalho. O fato de a escola ser possível veiculadora de ideologia de trabalho para a criança, filha de imigrante, nos leva a sugerir esse aspecto em particular. Por outro lado, o mesmo material didático é fonte para

se verificar o corretivo que os idealizadores deste mesmo material didático procuraram oferecer ao trabalho infantil, perguntado pelas sugestões de lazer e folguedos apresentadas à criança. Como o período de abrangência das fontes é época em que o Idealismo e o Nacionalismo Alemão estão presentes nas áreas de imigração, necessário se faz perguntar pelas tentativas de ideologização da criança. - De forma mais explícita que o material didático, o jornal *Deutsche Post* vai nos permitir perguntar pelos conceitos emitidos e privilegiados em relação à criança como um todo. O jornal apresenta um suplemento intitulado *Für Herz und Haus* (Para o coração e o lar), no qual há uma *Der Kinder Leseecke* (Cantinho de leitura das crianças), especialmente destinado à criança. A riqueza das fontes, que não poderá ser por nós explorada nesta comunicação, permite-nos apontar para outros possíveis aspectos que estão à espera de estudos monográficos: Puericultura e eugenia; trabalho infantil; ócio e lazer; escola; criança e cidadania; a literatura infantil; a criança e a ideologia da germanidade, etc.

Assim, nossa comunicação apresenta uma primeira leitura histórica da infância nas áreas de colonização e imigração alemãs, especialmente no período entre 1880 e 1929, um mundo marcado pelo trabalho, no qual há pouco espaço para o lazer, mas muita busca por cidadania, discussões religiosas e ideológicas e construção de novo mundo. Dela esperamos motivação para novas pesquisas nesta área específica.

Mesmo sabendo que há grandes discussões no tocante ao que seja História Social ou o que seja História das Mentalidades, valemo-nos das mesmas como enfoque metodológico para a presente pesquisa, sabendo que podem ser destacados diversos significados básicos. Em primeiro lugar, a História Social e a História das Mentalidades são entendidas como subdisciplinas da Ciência Histórica, dedicando-se, muitas vezes em associação com a História Econômica, ao estudo das estruturas, processos e ações econômicas e sociais em sua relação de época e verificando as influências de outros setores, tais como práticas sociais, disposições afetivas, tensões e rupturas, situações específicas em grupos sociais, religiosos, étnicos ou de gênero. Por outro lado, História Social e História das Mentalidades podem ser entendidas como leituras particulares da História Geral, na qual todos os âmbitos da realidade podem ser abordados a partir da “sociedade”. Nesse sentido, a História Social e a História das Mentalidades também estudam movimentos religiosos ou processos políticos sob uma perspectiva sócio-econômica ou estrutural. É nesse sentido que John Breuilly vai dizer que “História Social não é um tipo especial de História, mas é uma dimensão que deveria estar presente em todo o tipo de História”.³ Lucien Febvre já dizia em sua aula inaugural de 1933, no Collège de France, a respeito do complicado alvo das História das Mentalidades: “... descrever o que se vê, ainda vai; ver o que se deve descrever, aí reside o problema”⁴. Estamos perguntando pelo significado social de uma fase da vida humana: a infância, da qual também fazem parte aspectos sociais importantes como a doença, a morte, a religião, o lazer, o trabalho, a escola, as relações afetivas; mas, também vamos estar perguntando pelas mentalidades que nos descreveram e que nos deixaram impressões sobre a criança em determinada época. Por outro lado, vamos ter que ter o cuidado de fugir às macro-teorias estrutural-funcionalistas que fazem dos atores históricos meros marionetes de estruturas e perguntar se, apesar de todas as macro-estruturas, não há espaços em que se pode fugir a elas, vivenciando realidades distintas. Aqui as teorias de Anthony Giddens e o conceito do “habitus” de Pierre Bourdieu nos podem auxiliar. Sempre é bom lembrar o dito por Philippe Ariès na segunda edição de seu clássico *História Social da Criança e da Família*: “Costuma-se dizer que a árvore impede a visão da floresta, mas o tempo maravilhoso da pesquisa é sempre aquele em que o historiador mal começa a imaginar a visão de conjunto, enquanto a bruma que encobre os horizontes longínquos ainda não se dissipou totalmente, enquanto ele ainda não tomou muita distância do detalhe dos documentos brutos, e estes ainda conservam todo o seu frescor. Seu maior

³ Cf. EVANS, Richard J. *Fakten und Fiktionen. Über die Grundlagen historischer Erkenntnis*, Frankfurt a. M. 1998, p 166-167. Veja-se também o livro publicado por Abílio Afonso Baeta NEVES e René E. GERTZ sobre *A Nova Historiografia Alemã* 1987.

⁴ Lucien Febvre. *Das Gewissen des Historikers*. Frankfurt a. M: Fischer, 1990, p. 13.

mérito talvez seja menos defender uma tese do que comunicar aos leitores a alegria de sua descoberta, torná-los sensíveis – como ele próprio o foi – às cores e aos odores das coisas desconhecidas.” (p.IX).

A delimitação do período de nosso estudo está dada pelos anos em que circulou o *Jornal Deutsche Post*, 1880-1929. São os anos de ascensão econômica das colônias teutas do Rio Grande do Sul, de incipiente participação política no parlamento provincial, de discussão entre republicanos e liberais, de estabelecimento de burguesia teuta urbana, de grande desenvolvimento da pequena indústria familiar, da expansão das casas comerciais rurais, mas também de exclusão social: surge operariado teuto, novas frentes agrícolas são abertas para atender os excedentes populacionais. Há epidemias que ceifam muitas vidas e os cemitérios se enchem de túmulos infantis. É época de discussão eugênica e higienista sobre a infância nas escolas de medicina do Brasil. Além disso, novos contingentes populacionais europeus chegam ao Rio Grande do Sul em decorrência da Revolução de Outubro, na Rússia (Teuto-russos), da depressão econômica e da guerra na Europa. Houve, contudo, anos de preparo para a compreensão da situação com a qual nos confrontamos no período delimitado para a pesquisa. Por isso estaremos oferecendo também observações que nos ajudarão a entender o que veio no período estudado.

Se nossa comunicação ficasse apenas nestas reflexões teóricas e metodológicas pouca contribuição traria para o seminário temático, no qual se trata da questão “cidadania”. Procuro, a seguir, sair da teoria para a prática, apresentando dois estudos que auxiliam na compreensão da magnitude do estudo que nos estamos propondo.

O fim do domínio francês e a miséria das populações germânicas às vésperas da emigração

Na noite de 31 de dezembro de 1813 para 1º de janeiro de 1814, tropas do exército prussiano atravessaram o rio Reno sob o comando de Blücher. Na noite do dia 1º chegaram a Simmern e até o dia 3 de janeiro o planalto, conhecido sob o nome de Hunsrück, estava livre dos restos das tropas napoleônicas. Finda a ocupação francesa, restaram problemas de grande monta. Os mais graves eram a pobreza e a miséria da população rural e, especialmente, da população urbana. Bastava uma colheita mal sucedida e a situação podia transformar-se em catástrofe. Os relatórios dos prefeitos da região nos dão conta das misérias a que estiveram sujeitas populações rurais e urbanas às vésperas da emigração rumo o Brasil e nos proporcionam pano de fundo para a compreensão das situações em que se encontravam as crianças, objeto de nosso estudo. Nossa exposição baseia-se em estudo de Josef Böhm⁵ e vale-se do mundo dos *Märchen*, contos, fábulas e lendas alemães da época, buscando apoio interpretativo em Darnton⁶

No Congresso de Viena, a Renânia passou a fazer, definitivamente, parte dos territórios da Prússia, após terem estado de junho de 1814 a abril de 1815 sob a administração de consórcio bávaro-austriaco. No âmbito eclesiástico, a região pertencera no período do domínio francês ao bispado de Aachen, sendo transferido em 1824 ao bispado de Trier. Os evangélicos estavam, desde 1817, submetidos ao distrito sinodal de Simmern, um departamento do Consistório de Koblenz. Submetidos a franceses, bávaros, austríacos e, desde 1815, aos prussianos, a população do Planalto do Hunsrück teve que sentir, assim como aconteceria ao longo do século XIX com outras regiões alemãs submetidas à Prússia, que não era enquadrada na categoria de concidadãos, mas de súditos.

Como não há metrópoles no Planalto, as pequenas cidades estavam em situação clamorosa. Os relatos dos prefeitos chamam a atenção para as precárias condições dos prédios públicos. Telhados e paredes ameaçavam desabar. Não menos desastrosas eram as condições das estradas e das vias públicas nas cidadezinhas. As carroças não conseguiam mais transitar, de modo que os agricultores tinham dificuldades para transportar o esterco de seus estábulos para os campos

⁵ Armenfürsorge in Simmern zu Beginn der preußischen Verwaltung 1815-1821, in: *Rhein-Hunsrück-Kalender*, Jg. 46, Simmern: Böhme Betriebs-GmbH, 1998, p. 47-53.

⁶ *O Grande Massacre dos Gatos e outros episódios da História Cultural francesa*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

e as colheitas para os celeiros. Em 1818, um dos portões de Simmern ameaçava ruir, sendo demolido. As administrações francesas, bávaras, austríacas e, agora, prussianas haviam sido negligentes.

Não bastassem esses problemas, cidades e territórios estavam endividados em decorrência das requisições e dos fornecimentos que tinham que ser feitos às forças de ocupação. Ainda em 1817, a dívida de Simmern montava 120.540 francos.

Durante a ocupação francesa, a população empobrecera a ponto de não mais conseguir juntar o necessário para pagar os professores e manter as salas de aula. Foi longo o caminho a ser perseguido pela administração prussiana até que o sistema escolar voltasse a uma situação de normalidade. Isso explica que entre as crianças e adolescentes imigrados não poucos vão ser analfabetos ou vão ter escolaridade deficiente, mesmo que já desde o século XVIII a Prússia tivesse estabelecido o ensino escolar obrigatório e que outros estados alemães tivessem seguido seu exemplo. A comunidade católica de Simmern, p. ex., não conseguiu construir prédio escolar próprio. Sua escola migrou, por muito tempo, alugando salas disponíveis. Prédio próprio só foi construído em 1819/20.

A pobreza da população tem suas origens em período anterior à ocupação francesa, iniciada em 1794, mas aprofundou-se durante a mesma. O subprefeito Andreas van Recum, relatou em 16 de março de 1803 que, diariamente, eram apresentados requerimentos, pedindo autorização para a emigração ao leste europeu. As colônias criadas por Catarina, a Grande, da Rússia, continuavam a atrair pessoas. Em 1802, os campos nada produziram, provocando falta de alimentos, endividamentos. Acrescente-se o fato de os impostos serem por demais altos, se considerada a pobreza das terras. Ao mesmo tempo em que as autoridades cobravam, impiedosamente, os impostos, os agricultores não recebiam o pagamento pelo fornecimento do cereal, compulsoriamente entregue às forças de ocupação. A pressão sofrida pelos funcionários públicos alemães de parte da ocupação francesa era transferida para a população. A evidência espelhava-se nas taxas cada vez mais altas a serem pagas para a emissão de documentos.

A consequência foi miséria e a necessidade de se criar Comissões Caritativas já sob a administração francesa. Os recursos dessas Comissões provinham de dotações das prefeituras, impostos sobre diversões, caixa de doações para pobres e imposto sobre lucros de capitais emprestados. Os recursos, no entanto, eram insuficientes, se considerarmos que com eles eram pagas também as despesas administrativas, os médicos e os gestores. Do que sobrava eram mantidos órfãos, comprados medicamentos. A insuficiência se espelha no fato de, em Simmern, ser feita, todas as sextas-feiras, uma coleta, com a qual os párocos podiam socorrer os mais miseráveis. Pouco após a expulsão dos franceses, os exércitos aliados observaram, ainda, que a miséria aumentava e a febre tifóide (Nervenfieber) campeava.

Nos anos de 1815 e 1816 não houve colheitas. Assim, o ano de 1817 registrou miséria em massa. Os camponeses ainda tinham com que se alimentar, mas não tinham dinheiro. Na cidade de Simmern, contudo, havia grande falta de gêneros alimentícios e parcela considerável dos cidadãos não podia pagar o preço do pão. O próprio artesanato faliu. A consequência foi que exércitos de mendigos varriam o território, os furtos aumentavam, as prisões transbordavam.

Foi por causa dessa situação que a 1º de maio de 1816, o governo encaminhou ao conselho do território solicitação concernente à liberação de recursos para socorrer os realmente pobres. Os falsos mendigos, avessos ao trabalho, deveriam ser excluídos dos favores governamentais. Quando chegou o inverno de 1816-1817, a miséria só aumentou. O governo viu-se forçado a distribuir, no município, 660 moios de cereal (1 moio = 828 litros), importados do Leste. Em fevereiro de 1817, o parlamento do território solicitara aos prefeitos a confecção de listas contendo o nome das famílias que só conseguiam sobreviver nos meses de inverno, mendigando ou furtando. No âmbito da prefeitura de Simmern foram 162 as famílias listadas; destas, 85 residiam na cidade.

Em carta de 20 de fevereiro de 1817, o conselho provincial dirigiu-se às prefeituras, observando que a miséria e as necessidades da classe mais pobre dos habitantes cresciam dia a dia e que a mendicância tomara conta. Sentindo-se ameaçados, os bem situados começavam a ne-

gar-se a dar esmolas. Por isso, todas as prefeituras deveriam dedicar-se ao auxílio aos necessitados. Consulta, na qual foram reunidos os prefeitos, em 7 de maio de 1817, estabeleceu as seguintes medidas, que nos dão conta da situação catastrófica: 1.- Ninguém pode mendigar fora da área de sua prefeitura. 2.- As prefeituras confeccionarão listas, contendo os nomes das pessoas que não conseguem o seu sustento e dependem dos concidadãos. Recebem cartão nominal válido apenas para a área de sua prefeitura. 3.- O prefeito dividirá o território municipal em seis áreas idênticas e estabelecerá o dia e a hora em que as pessoas listadas poderão se apresentar nas áreas estabelecidas para ali esmolarem. 4.- Fica vedado aos mendigos esmolar fora de sua área. Quem o fizer será encarcerado e punido. 5.- Pessoas não estabelecidas no município serão expulsas. – Notícia de 19 de maio dá conta de que foram expedidos 162 cartões de mendicância.

Com as medidas acima descritas, canalizou-se a mendicância, mas não se eliminou a miséria. Por isso, causou alívio o fato de se conseguir importar cereal, vendido a preço módico, subsidiado.

Ao lado dos miseráveis mendigos, criou-se a categoria dos “*Hausarmen*” (pobres com casa), pessoas que não se viam em condições de comprar pão. Na cidade de Simmern, com aproximadamente 2.000 habitantes, havia um total de 174 residências com 925 pessoas nessa situação. Isso significa que no ano de 1817, quase metade da população total do município não se via em condições de comprar o pão de cada dia. Daí a necessidade da distribuição dos grãos. Os párocos do município de Simmern relataram, em 24 de junho de 1817, que entrementes a miséria atingia os setores médios da população, que não se via mais em condições de comprar frutas ou pão por causa dos preços exorbitantes. Conclamam os que ainda possuem algo para que auxiliem a classe média para que também ela não seja forçada a mendigar e/ou a furtar. Os bem aquinhoados reuniram, então 1.000 guinéus, com os quais se fez pães oferecidos a preço módico à classe média. Mendigos e os “preguiçosos” foram excluídos dessa ação.

Em 30 de setembro de 1817, o conselho do território escreveu às prefeituras, aliviado. A boa colheita começa a alterar a situação. Os que se encontravam em situação mais aflitiva colheram algo ou encontraram emprego junto aos bem aquinhoados, o que significou salário e comida. Importava, agora, enfrentar a mendicância proveniente de preguiça, devassidão e imoralidade de qualquer espécie e reacostumar os mendigos ao trabalho, forçando-os a obter seu sustento, deixando, em conseqüência, de importunar os cidadãos, para que estes continuem a auxiliar os realmente necessitados.

O conselho territorial baixou também leis e determinações, segundo as quais: 1. Ficava proibida a mendicância em via pública, sob pena de prisão. 2. Cada comunidade é responsável pela alimentação e manutenção de seus pobres. A comunidade mantém também os mendigos encarcerados. 3. Somente os incapacitados recebem auxílio; os demais devem trabalhar. 4. Prefeitos, vereadores e clérigos confeccionam listas com os nomes dos pobres e buscam auxiliar. 5. Nas cidades, as autoridades auxiliarão as comissões caritativas. É vedado aos necessitados bater de porta em porta. O mesmo vale para os aprendizes de artesãos. 6. Os cartões de mendicância serão recolhidos.

No relatório do prefeito, de 16 de dezembro, aparecem 145 pessoas que são permanentemente atendidas. Dentre os que recebem auxílio na cidade 28 são católicos, 34 evangélicos e 2 judeus. A cidade tinha, então, 701 habitantes católicos, 1189 evangélicos e 104 judeus.

Nos anos seguintes houve colheita normal de cereais. No entanto, a colheita de batatas foi pequena em 1818 e 1819. Em 1821, houve grandes inundações, acrescidas de uma praga de pardais, que devoravam os grãos e destruíam as plantações. Houve a necessidade de se organizar caçadas aos pássaros.

Boas notícias vêm acompanhadas de más. As boas colheitas de cereais foram acompanhadas pela queda dos preços dos grãos. Mal se conseguia pagar os insumos e os produtores ficaram sem dinheiro: os mercados de grãos e de gado paralisaram. Nem mesmo o linho pôde ser vendido. As conseqüências também foram catastróficas para o artesanato, para o comércio e para a indústria. A situação social se mostrava insustentável.

Ao mesmo tempo as autoridades prussianas introduziram novas medidas, pesos, moeda e impostos. A população reivindicou a liberação da atividade dos “remendões de ossos” (*Knochenflicker*) que trabalhavam com honorários inferiores aos dos médicos com formação universitária. Aumentou novamente o auxílio para os que não conseguiam adquirir medicamentos e os mendigos retornaram.

A 17 de setembro de 1821, o prefeito de Simmern relata ao conselho do território que o artesão não tem trabalho e não sabe donde tirar o sustento para a família. O proprietário de terra mal consegue levantar o valor dos impostos por causa do baixo valor de seus produtos. Os diaristas ainda encontram trabalho. No entanto, são tantos os diaristas que muitos não vêem saída senão mendigar; de outra forma morrerão de fome. O prefeito conclui seu relatório com as palavras: “A partir dos motivos expostos, pode-se afirmar com certeza que um terço de nossa população terá que emigrar porque todas as fontes de recurso alimentício se extinguíram”.

O quadro acima descrito é importante, pois nos ajuda a entender o que ocorre nos primórdios da emigração alemã para o Brasil. Heinrich Bechtolsheimer transformou a situação em romance e ela é pano de fundo para trabalho de Helmut Schmahl⁷.

Não muito distante de Simmern está Becherbach que forneceu os imigrantes para Nova Friburgo/RJ, ali chegados em maio de 1824. Desta mesma região virão muitos dos imigrantes dos vales do Sinos e do Caí, no Rio Grande do Sul. A situação descrita não há de diferir muito da de outras regiões como as do território de Mecklenburg. Em 1824, o Major Jorge Antônio von Schaffer recrutou imigrantes para o Rio Grande do Sul em presídios de Mecklenburg. Em 23 de junho de 1824, saíram da Casa de Correção de Güstrow 77 homens, 23 mulheres e 33 crianças; de Rostock foram 30 os prisioneiros encaminhados para o Brasil. A 10 de dezembro do mesmo ano, saíram 90 pessoas do presídio de Dömitz. Em agosto de 1825 seguiram mais 69 pessoas. O crime de muitos destes encarcerados foi o roubo de cavalo, crime contemplado com prisão perpétua, roubo de madeira...⁸.

A notícia da existência de 33 crianças na Casa de Correção de Güstrow, das quais supomos serem elas filhos e filhas de presidiários, majoritariamente mendigos e responsáveis por furtos, decorrentes da situação de miséria, leva-nos a perguntar pelas crianças na emigração.

A lembrança da miséria nos contos de Grimm

O que sentiam essas populações? É possível recuperar sua memória? Inicialmente, poderíamos pensar que não. Elas não faziam parte das populações de ilustrados; eram gente comum. Robert Darnton ensinou-nos, porém, que há importante fonte, através da qual os miseráveis dos séculos XVIII e XIX que vieram ao Brasil expressaram seus sentimentos. Essa fonte sempre de novo foi repetida nos núcleos de imigrantes alemães no Brasil e eu próprio a ouvi relatada a cada noite, antes de dormir, da boca de minha mãe ou de meu pai. Minhas avós as haviam transmitido aos meus pais e os irmãos Grimm as haviam colecionado. Estou falando dos contos narrados ao redor do fogão, nas cabanas camponesas, nas casas de miseráveis.

Num dos prefácios a uma coletânea de contos alemães⁹, deparei com o seguinte conto introdutório:

No período do inverno, quando certa vez houve neve profunda, um pobre garoto teve que sair e buscar lenha sobre um trenó. Quando a havia juntado e carregado, não quis seguir logo para casa, pois estava congelado, e pretendeu fazer fogo para se aquecer um pouco. Aí afastou a neve e enquanto limpava a terra, encontrou pequena chave dourada. Pensou que onde estava a chave

⁷ Cf. BECHTOLSHEIMER, Heinrich. *Das Hungerjahr*. 4. Ed. Alzey: Rhein Hessische Druckwerkstätte, 2002; SCHMAHL, Helmut. *Die Auswanderung aus Rheinhessen im 18. und 19. Jahrhundert unter besonderer Berücksichtigung von Ober-Flörsheim und Umgebung*. Wissenschaftliche Prüfungsarbeit im Fach Geschichte für die Erste Staatsprüfung für das Lehramt na Gymnasien. Mainz 1993 (mimeo)

⁸ Cf. SCHRÖDER, Ferdinand. *A imigração alemã para o sul do Brasil até 1859*. Tradução e apresentação de Martin N. Dreher. 2ª ed. São Leopoldo e Porto Alegre: Ed. UNISINOS e EDIPUCRS, 2003, p. 61-64.

⁹ BORCHERS, Elisabeth e Koeppen, Wolfgang (eds.). *Deutsche Märchen*. Frankfurt/Main: Insel Verlag, 1979, p. 1.

também deveria estar a fechadura correspondente e cavou a terra e encontrou caixinha de ferro. “Tomara que a chave sirva!” pensou, “certamente há coisas preciosas na caixinha.”. Procurou, mas não havia buraco para a chave; finalmente encontrou um, mas tão pequeno, que mal o podia ver. Experimentou, e a chave serviu perfeitamente. Deu uma volta, e agora temos que aguardar, até que ele tenha terminado e aberto a tampa: aí experimentaremos que coisas maravilhosas se encontravam na caixinha¹⁰.

As palavras introdutórias dos irmãos Grimm, com as quais apontam para os inúmeros recursos e informações contidos nos contos populares, dizem-nos da possibilidade do uso de tais contos como fonte não só para a mentalidade camponesa alemã, mas também para a situação de miserabilidade em que se encontrava a população autora dos contos. Há a pobreza do garoto, a necessidade da lenha e do fogo, o menino congelado. Essa população também sonha, com chaves douradas, com saídas que podem ser encontradas com seu auxílio. Foram sonhos que ofereciam saída da situação de miserabilidade que impulsionaram miseráveis para o Brasil. Estes sonhos eram alimentados também através de livros, escritos para crianças.

Durante muito tempo, os contos ficaram relegados às crianças e aos psicanalistas, como Bruno Bettelheim e Erich Fromm. Eles, porém, não viram neles qualquer dimensão histórica. Esses contos não foram relatados no divã do psicanalista. Foram contados para divertir adultos ou para assustar crianças. Para os adultos tinham versões mais picantes. Para as crianças havia versões domesticadas.

Ouvimos de guerras, epidemias, fome, de camponeses relativamente livres, em vias de se tornarem trabalhadores sem terra, servos. Na terra, o agricultor trabalhava da manhã à noite com arados primitivos. Pequenas foices eram utilizadas para realizar a colheita. O casamento era bastante postergado. Muitas mulheres só casavam aos vinte e cinco ou vinte e sete anos de idade. Com isso teriam cinco filhos, dos quais sobreviveriam três. Mesmo assim, era muito filho para pouco rendimento, resultando daí fome, quase que crônica. Papas e batatas, algumas verduras cultivadas em volta da casa, repolho salgado para que houvesse verdura no inverno, pão escasso era o que perfazia a alimentação. Carne só havia em dia de festa ou quando era indispensável matar gado, pois não havia silagem para o inverno. Esse é também o pano de fundo para se entender as sugestões e os planos de Malthus.

No mundo rural praticamente não havia condições de sair desta situação. Sem terra, não se podia ter animais, sem os animais não havia adubo, sem adubo não havia produção. O que sobrava era o galinheiro e os ovos das galinhas. Não deve, pois, causar espécie que no início da primavera a única coisa que ainda se tinha para comer e para pagar impostos eram ovos de galinha. Tingidos e escondidos na relva, quando os coelhos saíam de suas tocas após a hibernação, seriam a eles associados pelas crianças. No ninho da páscoa esconde-se todo o clamor da miséria da população da Modernidade alemã.

Do esterco das galinhas saía o adubo para a horta, da qual provinha a salvação alimentar da família, pois a colheita do campo era em boa medida utilizada para pagar impostos e dívidas. Tais dívidas não faziam da vida na aldeia uma comunidade. A aldeia podia ser, antes, centro no qual se acumulavam iras e ressentimentos, âmbito de luta por sobrevivência ou, quando muito, espaço no qual se buscava não ser parte dos indigentes. Quando se chegava à indigência, para muitos começava a errância, o vagar pelas estradas, tornar-se assaltante, prostituta. Quando muito, havia a oportunidade de ser trabalhador sazonal¹¹.

Não bastassem todas essas misérias, a morte rondava a todos. Estima-se que 45% dos nascidos morressem antes de atingir dez anos. Poucos eram aqueles que ao se tornarem adultos

¹⁰ Texto dos Irmãos Grimm, em BORCHERS, Elisabeth e KOEPPEN, Wolfgang (eds.). *Deutsche Märchen*. Frankfurt am Main: Insel Verlag, 1979.

¹¹ Cf. RHEINHEIMER, Martin. *Arme, Bettler und Vaganten. Überleben in der Not. 1450-1850*. Frankfurt/Main: Fischer, 2000; SASSEN, Saskia. *Migranten, Siedler, Flüchtlinge. Von der Massenauswanderung zur Festung Europas*. 3ªed. Frankfurt/Main: Fischer, 2000; WIKANDER, Ulla. *Von der Magd zur Angestellten. Macht, Geschlecht und Arbeitsteilung 1789-1950*. Frankfurt/Main: Fischer, 1998.

ainda tinham ambos os pais. Muitos eram os que morriam antes do final de sua vida fértil. Madrastras e padrastos fazem parte do cotidiano. Não que os pais se divorciassem. A morte não permitia que casamentos durassem mais do que quinze anos. Daí é fácil compreender que muitos filhos postiços não tenham tido vida fácil e que a convivência com os filhos do padrasto ou da madrasta não tenha sido fácil.

Como controlar a natalidade era algo difícil, impunha-se a necessidade do casamento tardio, com período de fertilidade limitado. A morte era, não raro, o limitador da natalidade. Não raro, também, podia acontecer que pais e ou irmãos sufocassem bebês ou irmãos na cama, pois o pequeno espaço no qual viviam forçava a que leito único fosse compartilhado por pai, mãe e filhos, tornado as crianças participantes das relações sexuais dos pais. Não há criança inocente, nem criança dispensada do trabalho infantil. Desde cedo ela participava da lavoura ou era criada ou criado ou, ainda, aprendiz de artesão.

O menino pobre que sai à procura de lenha em seu trenó, que congela e sonha encontrar a chave dourada não é lenda, mas realidade na história.

De realidade histórica em situação de miserabilidade nos fala outro dos contos de Grimm, *Hänsel und Gretel*¹², traduzido para o português com os títulos de Hansel e Gretel ou Joãozinho e Mariazinha. “Frente a grande floresta morava um pobre lenhador com sua mulher e suas duas crianças. O menino chamava-se Hänsel e a menina Gretel. A família tinha pouco o que roer e morder, e quando certa vez sobreveio grande carestia no país, o pai não deu mais conta do pão de cada dia”. À noite na cama, o pai lamenta-se com a madrasta das crianças, dizendo não saber o que fazer. Ela sugere: “Amanhã, bem cedo, levaremos as crianças para a floresta, onde é mais densa. Ali faremos um fogo e daremos ainda a cada uma um pedacinho de pão; depois iremos trabalhar, deixando-as sós. Não encontrarão o caminho de volta para casa e aí nos livramos delas”. O pai recusa-se a aceitar tal possibilidade: animais ferozes matariam as crianças. A madrasta reage: “Tolo, então morreremos todos os quatro de fome e podes começar a aplainar as tábuas para os caixões”. A madrasta não dá descanso ao pai até que concorde. O tom quase casual da fala da mulher sugere ser comum a morte de crianças no período do surgimento do conto. Em todos os tempos e com todas as idades se expõem crianças. Os pais de Hänsel e Gretel expõem seus filhos em época de desastre econômico e social. Relatos do final do século XVIII e do início do século XIX nos dão conta dessa situação econômico social. Outros pais optaram por outras formas de infanticídio ou de maus tratos a crianças. Não raro, pais lançaram filhos na estrada para que fossem mendigar ou praticar furtos. Outros optaram por deixar eles próprios a casa, abandonando os filhos. O relato para nós nada ilustrado de que ao nascer nova criança o pai a vende para o diabo em troca de alimentos nos diz da brutal realidade da fome que só é aumentada com o nascimento de nova criança. Comer ou não comer equivale ao “ser ou não ser” de Shakespeare.

Na sequência do conto, ficamos sabendo que as crianças, que “não conseguem dormir por causa da fome”, ouvem tudo. Levadas à floresta, e abandonadas conseguem retornar, pois Hänsel vai colocando no caminho seixos que sinalizam o caminho da volta. A madrasta, contudo, insiste, e as crianças são novamente levadas à floresta. Desta vez, porém, não encontram o caminho de volta. Ao invés de seixos, Hänsel sinalizara o caminho da volta com farelos de pão que foram comidos pelos pássaros. Errantes, chegam à casa “construída com pão e coberta com bolo” e são acolhidos por “steinalte Frau”, mulher muito velha, da idade da pedra, apoiada em muleta, que os introduz na casa, lhes dá de comer à vontade e, finalmente, lhes prepara duas caminhas. Elas “pensam estar no céu”. De fato, a mulher velha era uma bruxa que atraía crianças para matá-las e devorá-las. Hänsel é preso em chiqueiro para a engorda, enquanto Gretel passa a ser explorada como doméstica. Hänsel recebe comida abundante, Gretel só poucos bocados. O imaginário camponês está cheio de bruxas que devoram crianças ou que buscam matá-las, de florestas, nas quais habitam duendes, bons e maus, a exemplo do que também acontece no conto

¹² *Grimms Märchen*. Stuttgart: Union Verlag, 1971, p. 89-94.

de Schneewittchen, a Branca de Neve. Quando a bruxa resolve assar Hänsel, Gretel consegue empurrá-la para o interior do forno. A bruxa morre, as crianças descobrem pérolas e pedras preciosas no interior de sua casa. Conseguem voltar para casa. A madrasta entrementes também morrera. Com sua morte, mais as pérolas e pedras preciosas “todas as preocupações chegaram ao fim e, desde então, viveram na mais pura alegria”. O conto surgido e relatado em situação de miséria vai ser recontado para que se possa continuar a sonhar, mesmo que justifique assassinato e apropriação indébita de bem de outrem. No território que serve de palco para o conto acerca de Hänsel e Gretel, o herói regional era o *Schinderhannes*, espécie de Robin Hood, que roubava os franceses para alimentar os miseráveis. O *Schinderhannes* também veio ao Brasil. Colega historiador confidenciou-me que quando cometia travessuras na infância era ameaçado: “Wenn du dich nicht schickst, bring’ ich dich beim Schinderhannes”, “Se não te comportares, te entrego ao Schinderhannes.”

– 10 –

Imigração e Educação

FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA AS ESCOLAS COMUNITÁRIAS PROTESTANTES

Derti Jost Gomes¹
Alceu Ravello Ferraro²

Apresento neste trabalho, alguns aspectos levantados na dissertação de mestrado, em elaboração, sobre a formação de professores para as escolas comunitárias protestantes criadas nas colônias alemãs localizadas no Sul do Brasil.

Introdução

Os imigrantes alemães começaram a chegar ao Rio Grande do Sul a partir de 1824, estabelecendo-se em diversas colônias. Com uma convicção já de três séculos da importância da escola para o processo educacional, e acostumados com escolas oferecidas pelo Governo ou pela Igreja, os imigrantes protestantes confrontaram-se com a falta e a precariedade delas no Brasil. Ter acesso a escolas em que se ensinasse o português, representava uma necessidade para os primeiros colonos, os quais precisavam do vernáculo como meio de comunicação. Aqui chegados, logo pediram escolas para os seus filhos, mas muito raramente foram atendidos. Cedo perceberam a necessidade de criar suas escolas, que se constituíam elemento indispensável para a continuidade dos valores culturais e para a integração harmônica na vida da comunidade. Assim, nas colônias alemãs localizadas nas Províncias do Sul do Brasil, foram criadas escolas comunitárias, supridas por leigos e/ou pastores formados na Alemanha. Muitas vezes foram admitidos professores sem a necessária qualificação profissional.³

Compreender o empenho do imigrante em preservar a cultura, garantir a sobrevivência da Igreja, formar cidadãos responsáveis perante o estado e integrados na sociedade em que viviam, nos remete à questão da liberdade cristã redescoberta por Lutero e apresentada ao povo no início do século XVI e os posicionamentos de Lutero sobre a educação de sua época, concepções trazidas na bagagem e das quais se valeram para a organização de suas escolas.

Concepções teológicas e pedagógicas

A busca por uma liberdade maior e os fermentos de renovação religiosa, que por diversas vezes apareceram no mundo da cristandade a partir do século XIII, começaram a adquirir força nos primeiros decênios do século XVI, dando lugar à Reforma Protestante.

Lutero sempre dividiu uma responsabilidade cristã em todos os âmbitos. Ele próprio não se omitiu diante de nenhum problema com que se confrontou. Em 1517, publicou as 95 Teses em que atacava a venda de indulgências e expunha seu posicionamento teológico. No ano de 1520, em seu escrito *À nobreza cristã da Nação Alemã acerca do Melhoramento do Estado Cristão*, fez propostas de reformas econômico-sociais após propor incisivamente a reforma radical do sistema político-religioso. No documento *Aos Conselhos de todas as cidades da Alemanha para que criem e mantenham escolas cristãs*, de 1524, exortou as autoridades municipais a implantar um sistema escolar universal, para meninos e meninas. Defendeu o rompimento político com o sistema papal. Introduziu uma radical compreensão nova da atividade profissional, conferindo

¹ Mestranda em Teologia, área: Educação e Religião na Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, RS. Professora no Instituto Superior de Educação Ivoti e Instituto de Educação Ivoti, Ivoti, RS.

² Orientador, professor na Escola Superior de Teologia, Instituto Ecumênico de Pós-Graduação em Teologia.

³ HOPPEN, Arnildo, *Formação de Professores Evangélicos no Rio Grande do Sul I Parte (1909-1939)*, p. 11.

sentido vocacional à mesma entendendo-a como possibilidade de serviço a outros.⁴

A partir de suas descobertas teológicas, Lutero abriu espaço para a reforma da igreja e a intervenção na sociedade.

Uma de suas descobertas expôs em seu tratado acerca *Da Liberdade Cristã*, de 1520, onde apresenta duas faces da experiência cristã: a maravilhosa liberdade em relação a Deus, na fé, e o compromisso radical com o próximo.

“Um cristão”, escreve Lutero em seu famoso tratado, “é senhor livre sobre todas as coisas e não está sujeito a ninguém” – livre pela palavra de Deus. Mas, ao mesmo tempo, “um cristão é servidor de todas as coisas e sujeito a todos” - pelo amor.⁵

A justificação pela fé, como doutrina, é expressão de uma profunda experiência pessoal de libertação de Lutero. Ele descobre que a justiça de Deus, revelada no evangelho, não é uma justiça punitiva, mas expressão da dádiva gratuita de Deus que proporciona, pela fé, liberdade.

Justificação pela fé significa que Deus toma a iniciativa para buscar o pecador. Não exige do pecador nenhuma obra prévia. Ao contrário, dá-lhe sua graça como presente. Aceita os pecadores incondicionalmente.

A justificação por graça e fé implica um radical princípio de igualdade entre os seres humanos e de valorização de cada um deles diante de Deus, que se opõe sem concessões a todas as formas de discriminação entre as pessoas e de limitação de sua qualidade e dignidade de vida. As pessoas são valorizadas pelo que são, jamais pelo que possuem, produzem ou consomem.⁶

Essa verdade questiona os valores vigentes na sociedade. Costuma-se avaliar as pessoas a partir daquilo que possuem ou produzem. Os que não produzem nada que possa ser comercializado, como crianças, doentes e velhos, são marginalizados. A mensagem da justificação pela fé é um protesto contra tal marginalização.

Na segunda parte do tratado, Lutero aborda o compromisso com o próximo:

O cristão é servidor de todas as coisas e está sujeito a todos. Isto significa que, sendo livre, nada precisa fazer; sendo servo, deve fazer muitas e diversas coisas.⁷

O cristão, que diante de Deus está justificado, ainda não é um ser humano integral de acordo com o modelo estabelecido por Cristo – isto só acontecerá no dia do juízo final - mas, enquanto o ser humano está “neste mundo, tudo é começo e crescimento. O fim será concluído no outro.”⁸ Isto deve acontecer na vida cotidiana, que transcorre nas estruturas sociais e na convivência com os outros seres humanos. Esta vida cotidiana precisa ser regulada para que possa expressar da melhor forma possível a fé da pessoa:

... o homem (...), continua, contudo, na vida corporal e há de governar seu próprio corpo e conviver como seus semelhantes. Aí é que começam as obras. O homem, deixando de lado a ociosidade, está obrigado a guiar e disciplinar moderadamente o seu corpo com jejuns, vigílias e trabalho.⁹

As obras não produzem a fé, mas a fé é que produz obras. A vida cotidiana é expressão das convicções fundamentais da pessoa. Por isso Lutero fala das *boas obras*.

Para Lutero, o parâmetro para tudo que se realiza é Deus. Uma boa obra pode ser somente aquela que foi ordenada por Deus, expressa nos seus mandamentos. Não há uma escala de valor

⁴ ALTMANN, Walter, *Lutero e Libertação*, p. 37-39.

⁵ LUTERO, Martim, *Da Liberdade Cristã*, p. 9.

⁶ ALTMANN, Walter, *Lutero e Libertação*, p. 33.

⁷ LUTERO, Martim, *Da Liberdade Cristã*, p. 30.

⁸ LUTERO, Martim, *Da Liberdade Cristã*, p. 29.

⁹ LUTERO, Martim, *Da Liberdade Cristã*, p. 30.

aplicável às obras. Toda atividade da vida humana é boa obra se for realizada como serviço a Deus, por meio da fé.

Deduz-se, de tudo isso, que o cristão não vive em si mesmo, mas em Cristo e no próximo. Em Cristo, pela fé, e no próximo, pelo amor. Pela fé o cristão se eleva até Deus e de Deus se curva pelo amor; mas sempre permanece em Deus e no amor divino. (...) Eis aí a liberdade verdadeira, espiritual cristã, que livra o coração de todo o pecado, mandamento e lei. É a liberdade que supera a toda outra liberdade, tal como os céus superam a terra.¹⁰

Lutero enfatiza que o ser humano justificado não pode ficar sem realizar obras. Não as realiza para ganhar o perdão, mas porque a graça recebida o liberta para a ação no mundo: ação a partir da razão libertada pela fé para se fazer instrumento do amor.

Para entender que a liberdade se fundamenta na promessa, Lutero distingue mandamentos ou lei de Deus e promessas. A primeira é uma exigência de Deus. A lei mostra o que devemos fazer, mas não dá a força para fazê-lo.

... os mandamentos foram promulgados unicamente para que o homem se convença por eles da impossibilidade de obrar bem, e aprenda a reconhecer-se e a desprezar-se a si mesmo.¹¹

Quando a pessoa reconheceu sua impotência por meio dos mandamentos e não encontra em si mesma aquilo pelo qual possa ser justificada e salva, se faz presente a outra parte das Escrituras: as promessas de Deus.

São, pois as promessas de Deus que cumprem o que os mandamentos ordenam e dão o que eles exigem: Isso sucede assim, para que tudo seja de Deus, o mandamento e a promessa.¹²

As promessas de Deus são santas, verdadeiras, justas, livres, pacíficas e plenas de toda bondade. A alma que a elas se atém com fé será saturada e inebriada de toda a força delas.

À pessoa cristã basta sua fé para tudo, e não tem necessidade de obras para ser justificada. Se não precisa de obras, também não precisa da lei, é certo que está livre da lei. Esta é a liberdade cristã, nossa fé, que não faz que sejamos ociosos ou vivamos mal, mas ninguém necessita da lei ou de obras para a justiça e a salvação. Este é o primeiro poder da fé.¹³

A Reforma entende a liberdade cristã como liberdade comprometida: é liberdade de imposições desnecessárias e inúteis para o serviço ao próximo. Esta mensagem teve repercussão incrível nas mais diversas camadas da sociedade, modificando o antigo conceito do cristianismo passivo e contemplativo para uma religião ativa e realizadora no sentido social.

A liberdade cristã inclui a liberdade, o direito e o dever de participar ativamente na vida política, social e econômica.

A educação eclesiástica da Idade Média também estava em crise. A nova situação, sócio-política e econômica, exigia um novo tipo de educação. Lutero reagiu diante desta situação e se posicionou a respeito das questões educacionais a partir de suas conclusões teológicas, elaborando textos em que conclama os conselhos municipais e os pais para que se empenhassem pela criação e manutenção de escolas passando às autoridades e à família a responsabilidade pela educação das gerações, propondo uma reforma educacional.

Além de criar escolas, faz parte da responsabilidade do Estado também a criação de bibliotecas em todos os lugares.

¹⁰ LUTERO, Martinho, *Das boas obras*, p. 48.

¹¹ LUTERO, Martim, *Da Liberdade Cristã*, p. 15.

¹² LUTERO, Martim, *Da Liberdade Cristã*, p. 16.

¹³ LUTERO, Martim, *Da Liberdade Cristã*, p. 17-18.

Lutero vivia num momento em que novas possibilidades se abriam e estas só poderiam ser bem aproveitadas por um povo bem esclarecido.

Com Lutero, a educação passa para o regime secular. Este novo sistema educacional ainda não levava a uma educação laica. Segundo o pensamento da época, os príncipes recebiam sua função diretamente de Deus e as escolas por eles criadas continuariam sendo “cristãs”. As escolas cristãs tinham objetivos bem definidos: “(...) nas quais se educam jovens nas ciências, na disciplina e no verdadeiro culto a Deus, onde aprendem a conhecer Deus e sua palavra, para depois se tornarem pessoas capazes de governar igrejas, países, pessoas, casas, filhos e criadagem.”¹⁴

A preocupação de Lutero se volta para o “regime secular em relação ao mundo” e se pergunta, se este não tem maior necessidade de “boas escolas” e pessoas instruídas do que o regime espiritual.¹⁵ O fundamento para proporcionar uma boa educação para as pessoas que exercem o governo no regime secular está na afirmação de que este também foi ordenado por Deus.

Deus quer preservar o regime secular e para tanto necessita de pessoas: não daquelas que agem com violência, mas com sabedoria. (...) não é o direito dos punhos, mas o direito da cabeça, não a força, mas a sabedoria ou a razão que deve reinar entre os maus quanto os bons.¹⁶

Assim torna-se necessário educar as pessoas para que possam administrar com responsabilidade as questões sociais.

Parte de Lutero a sugestão de uma formação do sujeito que articule a atividade intelectual e manual. Isto também valia para as meninas.

O reformador percebeu com muita clareza que o mundo que estava emergindo apresentava desafios profissionais e vocacionais que necessitavam da efetiva participação da educação. Afinal, dizia ele, “cada ofício recebeu de Deus sua própria dignidade como também sua ordem e função”.¹⁷

Outra sugestão pedagógica que merece destaque é a atenção ao prazer e ao corpo. Lutero talvez tenha sido o primeiro, na modernidade a sugerir disciplinas corporais como a ginástica. Ele também sugeria o ensino de jogos, danças e cantos.

Seria importante ter escolas onde se aprendem as línguas, a história e outras artes, simplesmente porque o mundo precisa de pessoas aptas para o trabalho e para o governo do mundo. O mundo se amplia e há necessidade de conhecê-lo para agir responsavelmente nele:

... aí então conheceriam a história e a sabedoria do mundo inteiro, a história desta cidade, deste império, deste príncipe, deste homem, desta mulher e, desta forma, poderiam ter diante de si, em breve tempo, como um espelho, a natureza, vida, conselho, propósitos, sucessos e fracassos do mundo inteiro. Isso lhes serviria de orientação para seu pensamento e para se posicionarem dentro do curso do mundo com temor de Deus.¹⁸

A educação deveria considerar a vida concreta das crianças e dos jovens, dando respostas aos desafios do cotidiano.

A concepção pedagógica de Lutero se baseia num fundamental apelo à validade universal da instrução para que todo cidadão possa cumprir os próprios deveres sociais.

¹⁴ LUTERO, Martinho, *Uma Prédica Para que se Mandem os Filhos à Escola*, p. 330.

¹⁵ LUTERO, Martinho, *Aos Conselhos de todas as cidades da Alemanha, para que criem e mantenham escolas*, p. 317.

¹⁶ LUTERO, Martinho, *Uma Prédica Para que se Mandem os Filhos à Escola*, p. 347-8.

¹⁷ LUTERO, Martinho, *Uma Prédica Para que se Mandem os Filhos à Escola*, p. 353

¹⁸ LUTERO, Martinho, *Aos Conselhos de todas as cidades da Alemanha, para que criem e mantenham escolas*, p. 319.

O Seminário Evangélico de Formação de Professores

A partir de 1887, superar a gritante falta de professores, preparados e qualificados, passou a ser preocupação em todos os Concílios do Sínodo Riograndense.¹⁹ Até 1881 não existiam no país, mais do que uma dezena de Escolas Normais. A obrigatoriedade do ensino elementar promoveu a criação e a multiplicação das Escolas Normais perfazendo, até 1949, apenas, 540 delas, espalhadas por todo o território nacional. Cada Estado possuía legislação própria para suas escolas causando normas diferenciadas e desiguais. As mesmas cresceram, marcadas pela organização precária, pela falta de recursos e de pessoal qualificado para o próprio funcionamento. Os baixos salários, a falta de estabilidade profissional e as disputas políticas, responsáveis pela admissão e demissão de professores, foram fatores determinantes pelo não correspondente crescimento do número de professores para a escola pública. Muitos cursos chegaram a fechar pelo citado acima e também pela ausência de alunos.

Quanto ao currículo, era considerado um “curso de segunda classe” por não ministrar conteúdo pedagógico direcionado à escola elementar e à atividade docente. O Curso Normal só assumiria característica profissionalizante, a partir da década de 20 do século passado, com a definição de “conteúdo específico de preparação técnico-pedagógico”²⁰.

O quadro social, político e econômico dessa década, com a continuidade significativa das correntes imigratórias, a urbanização, as insatisfações políticas represadas desde a Proclamação da República e a intensificação das tensões entre a industrialização nascente e as crises do comércio cafeeiro, foi altamente propício para que a questão educacional se impusesse como de interesse coletivo e de salvação nacional.

Em nível nacional, somente a partir de 1930 houve uma aproximação entre governo e educadores.

Em 1932, um grupo de educadores e de pensadores conseguiu captar o anseio coletivo e lançou o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” que, entre outros aspectos, trata da tomada de consciência da educação como um problema nacional e desencadeou a reforma na formação de professores.

Em 1909, por decisão unânime dos membros do XXI Concílio Geral do Sínodo Riograndense, precursor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, foi criado o Seminário Evangélico de Professores, junto aos Asilos Pella-Bethânia em Taquari/RS.

No mesmo Concílio o pastor Lic. Thieme fez uma palestra sobre o tema: “Quais as exigências que devemos ter com os professores formados antes nós?”. Na sua fala chega à conclusão de que “os candidatos a serem preparados deveriam ter conhecimentos gerais correspondentes à “Deutsche Volksschule” (8 anos de escolaridade) e, na medida do possível, noções de agricultura, educação física e ter embasada formação ética e religiosa e bom caráter, assim como amor e compreensão pela cultura alemã”.²¹

Em 1910, o Seminário de Formação de Professores é transferido para Santa Cruz do Sul/RS, sob a denominação de “selecta”, funcionando como um anexo da Escola Sinodal, mantida pela localidade. O currículo apresentava as disciplinas de: Didática, História da Pedagogia, Conhecimentos Bíblicos, Psicologia, Português, Alemão, Correspondência, Caligrafia, Canto e Violino.

Vogel, como professor e diretor da Escola Sinodal e do Seminário em 1912, introduziu no currículo disciplinas específicas no curso de formação de professores. Eram Pedagogia, Psicologia, Didática, e Estudos Bíblicos. As demais disciplinas os alunos assistiam nas séries superiores da Escola Sinodal.²²

¹⁹ Fundado em 20/05/1886, em São Leopoldo, sob a presidência do Pastor Dr. Wilhelm Rotermund.

²⁰ XAVIER, Maria E., RIBEIRO, M. L., NORONHA, Olinda M., *História da Educação no Brasil*, p. 84-86.

²¹ HOPPEN, Arnildo, *Formação de Professores Evangélicos no Rio Grande do Sul I Parte (1909-1939)*, p. 23.

²² HOPPEN, Arnildo, *Formação de Professores Evangélicos no Rio Grande do Sul I Parte (1909-1939)*, p.27.

Tem-se registro de que em 1914 a Didática passa a ser voltada para a Prática de Ensino, possibilitando aos estudantes da 2ª série observar aulas e participar da discussão sobre as mesmas e, no último ano, os alunos poderiam dar aulas práticas nos 3º e 4º anos da Escola Sinodal. Sob a orientação de um professor estas aulas eram analisadas e discutidas. Tais aulas eram aproveitadas para:

Orientar e familiarizar o estagiário com o material didático a ser usado;

Discutir programas para escolas unidocentes e pluridocentes.²³

O trabalho tinha por objetivo proporcionar aos alunos autonomia na futura atividade.

Em 1926 o Deutsches Evangelisches Lehrerseminar (Seminário Evangélico Alemão de Professores) é transferido para São Leopoldo. O Seminário, também chamado de Escola Normal Livre, não era reconhecido pelo Estado. No entanto, alguns dos professores egressos do curso ingressaram no magistério público, prestando os exames exigidos pela legislação da época. A quase totalidade das aulas do Seminário era ministrada em alemão, mas os professores ali formados deveriam ter condições de ministrar um ensino bilingüe. Faziam parte do corpo docente professores enviados e mantidos pelo governo alemão. O Seminário mantinha um Internato, no qual se hospedava a quase totalidade dos alunos, provenientes de localidades diversas. A partir de 1927 foram admitidas moças. Na época, considerado avanço significativo na tradição da escola teuto-brasileira.

O Seminário para Formação de Professores encerra suas atividades, em 1938, com a chamada “política de nacionalização” do período do Estado Novo. Essa política não conseguiu implantar uma rede de escolas públicas e, muito menos, substituir os professores de fala portuguesa na rede de escolas comunitárias, ou seja, a nacionalização, na prática, apenas restringiu ainda mais o acesso à escola para as crianças das colônias alemãs.

Até aqui é possível perceber uma grande liberdade no que se refere à organização curricular. Como Seminário Livre, não estava vinculado à concepção curricular vigente no sistema oficial de ensino. Nota-se uma grande preocupação em adequar o currículo para atender as necessidades das comunidades para as quais os futuros professores se encaminhariam.

Reestruturação do Seminário de Formação de Professores - Escola Normal Evangélica

Em 1946, com a Lei Orgânica do Ensino Normal (Decreto-Lei 8530/46), estabelece-se um currículo único para toda a Federação. Cada Estado poderia acrescentar disciplinas ou desdobrar, as que foram definidas.

Pela nova lei, o Ensino Normal passa a ter cursos em dois ciclos. O primeiro ciclo (secundário) formaria regentes de ensino primário, em quatro anos, ministrados em estabelecimentos chamados Escolas Normais Regionais e o segundo ciclo (colegial), formaria professores primários, em três anos, ministrados em estabelecimentos chamados Escolas Normais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, número 4024/61, não alterou a formação do professor primário, mas ampliou suas finalidades, formando também orientadores, supervisores e administradores, possibilitando aos Institutos de Educação, nos cursos pedagógicos das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, formar professores para as Escolas Normais.²⁴

O Diretor Dr. Alderich Franzmeyer encerrou seu relatório de 1936-38 do “Lehrerseminar” com as seguintes palavras:

Uma instituição cultural, que se desenvolveu com necessidade tão inabalável e com o apoio de tantas mãos fiéis, na qual se investiu tanta fé e tanto amor por uma grande tarefa, não deverá sucumbir precipitadamente nesta época passageira de transformações. Ela deverá encontrar e se-

²³ HOPPEN, Arnildo, Formação de Professores Evangélicos no Rio Grande do Sul I Parte (1909-1939), p.30

guir novos rumos ressurgindo assim com a satisfação de todos aqueles que a criaram e eficientemente a conduziram até aqui.²⁵ .

A preocupação pela continuidade transparece claramente e, em 1948, o Departamento de Ensino do Sínodo Riograndense reiniciou a formação de professores, organizando, anexo ao Instituto Pré-Teológico, um curso rápido de Formação Pedagógica para atender a crescente falta de professores nas escolas primárias, mantidas pelas comunidades do Sínodo²⁶ .

Em 1950, este curso foi transferido para a Escola Técnica de Comércio²⁷ . Nesta época, iniciou-se a organização de um curso mais amplo, capaz de fornecer uma preparação sólida e eficiente. Por parte da diretoria do Sínodo Riograndense havia interesse em requerer, o quanto antes, a oficialização deste curso, adaptando-o a uma das modalidades de ensino normal reconhecidas, desde que esta satisfizesse as exigências peculiares reclamadas pela estrutura das comunidades sinodais, às quais o curso deveria servir com o seu trabalho²⁸ .

Em 1954, o curso foi oficializado, obtendo reconhecimento estadual como Curso Normal Regional de 1º Ciclo conforme Decreto Lei n 8530/46 – Lei Orgânica do Ensino Normal, formando regentes de ensino primário. A partir de então, o Seminário de Formação de Professores (Lehrerseminar) passa a se denominar Escola Normal Evangélica (ENE).

Aqui é possível identificar o olhar crítico sobre a proposta curricular oficial exigida. Não bastava apenas ser reconhecido oficialmente. A proposta também deveria vir de encontro às necessidades ou deveria ser complementada.

Assim, o curso foi além do disposto na referida lei, ampliando o currículo e a carga horária nas disciplinas de cultura geral: Português, História e Geografia Geral, Ciências Físicas e Naturais em todas as séries. Adotou o Alemão como a primeira língua estrangeira e, posteriormente, o Inglês. A Educação Artística, sobretudo Música e Artes Cênicas, também foi introduzida no currículo.

Partiu-se da premissa de que o professor deveria, antes de tudo, aprender por iniciativa própria, a discernir, a examinar criticamente novas idéias e experiências e avaliá-las. Somente com esta base, seria desenvolvida a formação profissional. Esta, desde o início, seria essencialmente vinculada às atividades de observação e prática, no curso de aplicação criado para esta finalidade.

Por se tratar de um curso de Formação de Professores, mantido e orientado pela Igreja, destinado a servir às necessidades das comunidades, tinha por princípio orientar-se em todo o seu trabalho, pela Palavra de Deus, com ênfase no estudo concentrado e aprofundado da Sagrada Escritura, particularmente do Novo Testamento e na História da Igreja no mundo, sobretudo na pátria da Reforma e no nosso País²⁹ .

As ênfases acima mencionadas tinham por objetivo levar os futuros professores a decisões claras fundamentadas na fé cristã, servir de base para analisar concepções pedagógicas e despertar no futuro professor o desejo de servir à comunidade também fora da escola, em estudos bíblicos, em horas de oração, em cultos, no ensino religioso, nos grupos de Juventude Evangélica, particularmente em comunidades muito afastadas da sede paroquial.

A Escola Normal Evangélica sempre se mostrou preocupada com a formação de lideran-

²⁴ PIMENTA, Selma G., *O Estágio na formação de Professores – Unidade Teoria e Prática*, p.27-28.

²⁵ MUSSKOPF, Egon H., *Construindo - Depoimentos, textos e fotos que contam a trajetória da Escola Evangélica Ivoti em 90 anos de Formação de Professores Evangélicos no Rio Grande do Sul*, II Parte (1939-1999), p. 46

²⁶ Cf. Relatório sobre o trabalho realizado no Curso de Regentes de Ensino apresentado ao Curatório em 09/10/52, arquivo do IEL, G3.

²⁷ Antigos prédios do Seminário de Formação de Professores, ocupados, desde 1940, pela Escola técnica de Comercio “São Leopoldo”.

²⁸ Cf. Relatório sobre o trabalho realizado no Curso de Regentes de Ensino apresentado ao Curatório em 09/10/52, arquivo do IEL, G3.

²⁹ Cf. Relatório sobre o trabalho realizado no Curso de Regentes de Ensino apresentado ao Curatório em 09/10/52, arquivo do IEL, G3.

³⁰ Cf. Relatório da Direção de 05/1987 a 06/1988, Arquivo do IEL, G3.

ças para a Igreja. A partir da década de 50 passou também a se preocupar com a formação de professores catequistas junto com a formação de professores. Em 1962 a ENE amplia seu curso para o 2º ciclo (Curso Normal Colegial), permanecendo com o Curso Normal Ginásial (1º. Ciclo) até 1971.

A Escola Normal Evangélica é transferida para Ivoti em 1966.

A busca de identidade luterana, dentro de um espírito de abertura e de tolerância, e o comprometimento com as necessidades do povo brasileiro e as prioridades da IECLB são referenciais que sempre nortearam a proposta pedagógica da ENE. Ela assume sua identidade como escola evangélica e se considera campo fértil e instrumento eficiente de missão da Igreja de Cristo na Terra³⁰.

A ENE não é uma instituição apenas da comunidade de Ivoti. Não é uma instituição apenas da RE IV. É isso sim, uma instituição de todas as comunidades e regiões da IECLB. Para elas existe e com elas está comprometida³¹.

A ENE sempre propiciou aos seus alunos um conjunto de atividades complementares ao “currículo”, tais como: experiência de vida comunitária, Grêmio Estudantil, práticas comunitárias junto a entidades sociais e educacionais da região, excursões artísticas, música, teatro, dança, que possibilitam o desenvolvimento de projetos especiais nas escolas em que realizam seu estágio e futuros campos de atuação.

Considerações finais

A formação de professores requer constantes reestruturações para adequar-se às novas necessidades de novos tempos. O atual Instituto de Educação Ivoti, fundado em 1909 representou e representa, ao lado de outras iniciativas, o resultado do pioneirismo da iniciativa particular comunitária. O professor Ruben Goldmeyer, em um de seus depoimentos sobre a instituição afirmou:

O fato de ter podido manter a mesma identidade ao longo de 90 anos demonstra que as necessidades sentidas pelos precursores da Escola, em 1909, continham uma visão profética. Professores sempre seriam necessários. E formá-los com mentes abertas e espírito crítico, que transcendesse o momento imediato, fazia parte, de forma indelével, do pensamento luterano de educação humanística.³²

Em síntese pode-se afirmar que a instituição conseguiu manter a mesma identidade ao construir sua história, reestruturando-se e adaptando-se às novas exigências sociopolítico-pedagógicas.

Referências bibliográficas

- ALTMANN, Walter. *Lutero e Libertação*. São Paulo: Ática, 1994.
Arquivo do IEI (Instituto de Educação Ivoti) , G3.
HOPPEN, Arnildo. *Formação de Professores Evangélicos no Rio Grande do Sul – I Parte 1909-1939*. São Leopoldo: Edição do Autor, 1994.
LUTERO, Martin. *Da Liberdade Cristã*. 3a ed., São Leopoldo: Sinodal, 1979.
LUTERO, Martinho. *Obras Seleccionadas*. Educação. São Leopoldo/Porto Alegre: Sinodal/Concórdia Editora, 1995 (volume 2).

³¹ Cf. Relatório da Direção de 05/1987 a 06/1988, Arquivo do IEI, G3.

³² MUSSKOPF, Egon H., *Construindo – Formação de Professores Evangélicos no Rio Grande do Sul – II Parte (1939-1999)*, p. 292.

LUTERO, Martinho. *Obras Seleccionadas*. Educação. São Leopoldo/Porto Alegre: Sinodal/Concórdia Editora, 1995 (volume 5).

MUSSKOPF, Egon Hilário. *Construindo* – Formação de Professores Evangélicos no Rio Grande do Sul – II Parte (1939-1999). São Leopoldo; Ivoti; Novo Hamburgo: Echo Editora Gráfica, 1999.

PIMENTA, Selma Garrido. *O Estágio na Formação de Professores* – Unidade Teoria e Prática. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1995.

XAVIER, Maria E.; RIBEIRO, M.L.; NORONHA, Olinda M. *História da Educação: A Escola no Brasil*. São Paulo: FTD, 1994.

COLÉGIO TEUTÔNIA: UM ESTUDO DE CASO NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL

Berenice Corsetti¹
Luciana Beschorner²

Introdução

O historiador Josep Fontana registrou significativa reflexão quando situou a importância da história e da memória, ao colocar em sua obra as seguintes considerações: “A história de um grupo humano é a sua memória coletiva e cumpre a respeito dele a mesma função que a memória pessoal num indivíduo: a de dar-lhe um sentido de identidade que o faz ser ele mesmo e não o outro. Daí sua importância.” (FONTANA, 1998, p. 267).

As relações entre história e memória têm sido elemento importante para a produção historiográfica contemporânea, mesmo que não se apresentem de maneira consensual e tranqüila entre os historiadores. O debate teórico-metodológico atual no campo da História, em relação ao qual não nos estenderemos no momento, chega aos historiadores da educação com diversas repercussões importantes.

As mudanças teórico-metodológicas dos últimos anos, na historiografia educacional, acompanham os novos modos de construir a História. Assim, a História da Educação passou a ser considerada como história Setorial dentro do conjunto da história global, seguindo, na atualidade, um estatuto epistemológico similar ao de outras Histórias especializadas, como a História do Direito ou da Medicina.

Nesse processo, a definição da especificidade da História da Educação implicou na inclusão de novas categorias de análise, como: a complexidade, o universal e o particular, a história regional e local, as novas fontes, a periodização, as mentalidades, a modernidade e a pós-modernidade. O surgimento de novas abordagens da pesquisa histórico-educacional – com a consideração de novos problemas, objetos, métodos e fontes – passou a gerar distintas possibilidades de análise, entre as quais indicamos a história das instituições educativas.

Neste trabalho, ao trazermos o estudo realizado sobre o Colégio Teutônia, da cidade de Teutônia, Rio Grande do Sul, estamos tratando de uma investigação situada no campo da História da Educação, com as características antes explicitadas. Trataremos, inicialmente, de situar a história das instituições educativas, como uma das possibilidades atuais da História da Educação, seguindo, após, com a apresentação dos elementos mais relevantes que marcaram a pesquisa realizada sobre essa instituição escolar.

1. A história das instituições educativas

Partindo do pressuposto de que a História da Educação brasileira trata, como os demais campos da história de nosso país, de uma realidade social complexa, não podemos tratar os processos que envolvem a população brasileira como se fossem parte da história de um grupo homogêneo. Desde suas origens, o Brasil se constituiu como uma sociedade multifacetada, extremamente hierarquizada e com grandes diferenças sócio-culturais.

A História da Educação trata, pois, de um objeto complexo e multidimensional, constituindo uma área do conhecimento que se apropria desse objeto – educação – a partir de uma abordagem historiográfica, dos fenômenos educativos, que são reconstruídos e representados

¹ Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNISINOS.

² Professora da Rede Particular de Ensino do Estado do Rio Grande do Sul.

através de narrativas. Valendo-se dos avanços teórico-metodológicos da ciência histórica, bem como de sua abertura a novas fontes, a História da Educação tem construído novas possibilidades analíticas ricas e promissoras. A história das instituições educativas insere-se nessa perspectiva.

No intuito de explicitar mais amplamente nosso entendimento sobre o tema, valemo-nos das considerações de Justino Pereira de Magalhães, que nos diz:

A “instituição educativa” constitui, no plano histórico, como no plano pedagógico, “uma totalidade em construção e organização”, investindo-se numa identidade. Totalidade em organização, a instituição educativa apresenta uma cultura pedagógica que compreende um ideário e práticas de diversa natureza, dados os fins, os atores, os conteúdos, inserida num contexto histórico e desenvolvendo uma relação educacional adequada aos públicos, aos condicionalismos e às circunstâncias. A instituição educativa constrói um projeto pedagógico, indo ao encontro de um determinado público, constituindo-se, deste modo, a relação e a razão fundamentais para a manutenção do seu projeto educativo – um processo que envolve dimensões humanas, culturais e profissionais de diversas naturezas: dimensões pedagógicas, sociológicas, administrativas, relações de poder e comunicação, relações de transmissão e apropriação do saber. (MAGALHÃES, 1999, p. 68-69).

Constituindo-se, portanto, numa possibilidade investigativa instigante, a história das instituições educativas vale-se tanto da memória oral e escrita como da documentação de arquivo, utilizando uma variedade de fontes que, por sua diversidade, possibilita uma visão de conjunto mais ampla do que a que poderia se obter através de uma única tipologia de fonte. Com base nas informações que a pesquisa das fontes permite obter, o historiador da educação desenvolve uma análise sistemática, define as hipóteses-problema e constrói um sentido para suas investigações.

Valendo-nos ainda de Justino Magalhães (1999), destacamos alguns aspectos que merecem ser considerados nos estudos relacionados com a história das instituições educativas, a saber: os espaços, contextos e estrutura arquitetônica dos edifícios; a área pedagógica e didática; a área de direção e gestão. A partir desses elementos, a investigação sobre a instituição educativa deve considerar a relação entre professores, alunos e funcionários, bem como órgãos de chefia e de poder. Além disso, é da maior relevância a dimensão sociocultural que a cerca. Conhecendo e caracterizando os atores, percebendo os motivos de suas ações, de suas expectativas e formas de realização, é possível a construção de uma história de uma instituição educativa que nos permita perceber a identidade cultural e educacional, constituindo uma interpretação de sua trajetória histórica, à luz do seu modelo educacional.

Tendo como referência sintética os citados aspectos a serem considerados, apresentamos os elementos mais significativos da pesquisa realizada em torno da história do Colégio Teutônia, situado na cidade do mesmo nome, na região de colonização alemã do Estado do Rio Grande do Sul. Esta pesquisa caracteriza-se por ser um estudo inicial, cujos aspectos mais expressivos trazemos como uma contribuição ainda incompleta e em construção, no campo da história das instituições educativas.

2 Colégio Teutônia: um estudo sobre instituição educativa

O estudo realizado iniciou buscando fundamentar a origem dessa escola comunitária. Constatamos que a constituição da escola como comunitária se deu com influências da tradição alemã, trazida ao Brasil no período da imigração, em 1824, objetivando promover educação e instrução para todas as crianças de suas comunidades. Houve também a influência da Religião Protestante, pois esses imigrantes alemães eram, em sua maioria, evangélicos luteranos, para os quais, o ministério da educação dentro da Igreja era motivado pela necessidade de leitura da Bíblia e pelo preparo para o exercício da cidadania.

A partir desses elementos, foram realizadas pesquisas investigativas em livros de registros da comunidade, livros de atas da Escola, estatutos e pareceres educacionais, organizando-se um estudo sobre a história do Colégio Teutônia – Rede Sinodal de Educação. Procurando enriquecer este estudo, fizemos entrevistas estruturadas com ex-alunos, ex-professores e o diretor

atual da Instituição – construtores de parte de sua história. As entrevistas fizeram parte do levantamento de dados no decorrer da pesquisa, realizadas com base numa leitura exaustiva, agrupando por unidades de análise os depoimentos dos professores e alunos investigados. Os principais elementos deste estudo serão apresentados nas partes seguintes deste trabalho.

2.1 O Colégio Teutônia – fundamentando sua história

Tivemos no Brasil duas principais fases de imigração alemã. O período situado entre os anos de 1824 e 1889, denomina-se a primeira fase da imigração, que foi dirigida pelo Império. A segunda fase iniciou-se em 1890 e estendeu-se até 1914, quando o Estado limitou a imigração e reorganizou os serviços de colonização e, posteriormente, preparou a integração das colônias na comunidade nacional, visto que se achava quase concluída a distribuição das terras devolutas. A primeira “colônia alemã” do Sul do Brasil, considerada por muitos autores e também pela população teuto-brasileira como marco inicial de colonização, data de 25 de julho de 1824: data da chegada dos primeiros imigrantes à Real Feitoria de Linho Cânhamo, hoje denominada São Leopoldo.³

A colonização do município, no qual se insere o colégio objeto desta pesquisa, teve seu princípio na ampliação da área inicial da colônia de São Leopoldo. Em função da existência de excedentes populacionais, a partir de 1853, ocorreram migrações que ocuparam áreas do Vale do Rio Taquari, gerando vários núcleos coloniais. Em 1858, foi aberta a primeira picada que dá origem à localidade de Teutônia. Em 1865, surge a terceira picada, denominada Boa Vista da Teutônia que, em 1918, integra o 5º Distrito do Município de Estrela, chamada então de Teutônia Norte, atualmente bairro do Município de Teutônia onde está localizado o educandário em estudo.

Uma das principais características da influência da colonização alemã em Teutônia foi a preocupação que esses imigrantes tiveram com a educação. Antes mesmo de construírem abrigos, igreja, casas comerciais etc., havia o interesse em orientar, educar as crianças, ensinando-as a calcular, ler e seguir ensinamentos cristãos.

Conforme Rambo (1994, p. 14): “Muniram-se de todos os recursos disponíveis para prevenirem a ameaça de uma ruptura cultural eminente. E o meio que lhes pareceu mais eficaz encontraram-no na própria bagagem cultural trazida de além oceano: a escola.”

A origem do Colégio Teutônia está associada à comunidade, que foi a responsável pela sua fundação. Registros oficiais datam a fundação da escola no ano de 1953, então denominada “Escola Agrícola Teutônia”. No entanto, em 1971, o Colégio agregou a si a escola particular da localidade Teutônia Norte, em que se encontrava inserida, na época denominada Escola Particular D. Pedro II, primeiramente denominada *Evangelische Gemeinde Schule Teutônia*. Muitas foram as influências e contribuições dessa instituição para a formação do atual Colégio Teutônia, assim como a tradição alemã trazida pelos primeiros imigrantes da localidade. Lúcio Kreutz, Arthur Blasio Rambo, entre outros, denominaram essas escolas, que tiveram sua origem através da cultura dos pioneiros imigrantes alemães de “Escolas Comunitárias Teuto-Brasileiras”, tendo realizado expressivo estudo de sua caracterização e seu perfil.

O colégio também apresenta em sua designação o nome “Rede Sinodal de Educação”, que tem sua origem nas “Escolas Comunitárias Teuto-brasileiras”, porém, apresenta um diferencial. Sabe-se que as escolas teuto-brasileiras surgiram da necessidade dos imigrantes teutos, provenientes de regiões alemãs, nas quais ocorrera a primeira grande mobilização em favor da escola para todos como condição para o exercício da cidadania. Essa escola também era confessional e apresentava espaços favoráveis para a defesa da religiosidade: católica ou evangélica. A Rede Sinodal tem seus fundamentos no Protestantismo criado por Martin Lutero e por esse motivo apresenta também um perfil distinto.

A *Evangelische Gemeinde Schule Teutônia* foi fundada em 1875. Por força das leis nacionalistas, em 1938, a escola passou a chamar-se Escola Dom Pedro II.

³ Não estaremos fazendo um resgate mais amplo da história do processo de colonização alemã no Rio Grande do Sul devido aos limites estabelecidos para este texto.

Por volta do ano de 1939, iniciou-se o funcionamento, na mesma localidade, de um Grupo Escolar mantido pelo Estado, na casa onde mais tarde funcionaria a primeira sede do Colégio Teutônia. O Grupo Escolar não funcionou por muito tempo e o ensino tornava-se deficitário, pois as crianças não compreendiam a língua portuguesa falada pelas professoras e, estas, sentiam-se isoladas nas comunidades teutas. Assim, mesmo necessitando pagar pela educação, as crianças continuaram a estudar na escola Particular – *Gemeinde Schule*.

Anos mais tarde, também funcionou, na localidade Teutônia Norte, o Grupo Escolar Municipal Estrela. Este Grupo permaneceu por poucos anos e, com o tempo, o Colégio Teutônia passou a atender esses alunos.

Por volta de 1941, na mesma casa em que funcionou o Grupo Escolar, teve início o Patronato Agrícola. Esse Patronato tinha por objetivo atender a jovens carentes do então Município de Estrela e arredores, ensinando-lhes um ofício. Esses alunos, rapazes, lá estudavam e trabalhavam em terras cedidas pela prefeitura. Percebendo o desempenho e os resultados desse Patronato, e pensando no desenvolvimento da Região, o Sr. Pastor Werner Wahlhäuser teve a idéia de criar uma escola de “Mestria Agrícola” ou de “Capatazes Rurais”, que deu origem ao Colégio Teutônia.

2.2 Colégio Teutônia – as narrativas históricas

O levantamento dos nomes dos entrevistados foi possível graças ao auxílio da secretária da escola, do Pastor da paróquia local – Teutônia Norte – e com o auxílio de professores que possuem uma longa trajetória nessa Instituição.

Percebemos que os relatos dos entrevistados são verdadeiras fontes de constatação e certificação de que a fundamentação do Colégio Teutônia está realmente baseada nos estudos Teuto-Brasileiros Luteranos, bem como é reflexo de um período histórico relevante na educação brasileira. Assim sendo, em virtude do espaço aqui disponível, apresentamos aspectos selecionados, entre os que foram relatados pelos entrevistados.

Dentre esses aspectos destacamos a construção de escolas públicas – os grupos escolares –, próximos às escolas particulares, com o objetivo de absorver-lhes a clientela, fenômeno que ocorreu na localidade de Teutônia, com a política de nacionalização do ensino. O objetivo, no entanto, não foi alcançado, pelo contrário, as escolas públicas tiveram um período muito curto de funcionamento. Acreditamos que isso se deu devido ao fato de a comunidade ser composta, em sua totalidade, por alemães protestantes, para os quais o fator religioso teve maior peso. Também foi reflexo da nacionalização implementada, a proibição da língua alemã e a severidade no controle da população para que essa seguisse a lei.

O fato de o professor conceder continuidade ao estudo dos alunos que apresentavam facilidade na aprendizagem é outro fator que merece ser destacado. Isso demonstra a preocupação desse educador com a formação dos membros da comunidade local.

Os relatos também fazem referência à predominância, na escola, de professores homens. Essa constatação fundamenta-se no fato de as Escolas Normais, inicialmente, só aceitarem alunos homens, além da preocupação que estes professores tinham em serem bem-vistos pela sociedade local, já que eles eram considerados exemplos de vida. Uma discordância frente as suas atitudes, em grande proporção, poderia causar problemas de ordem social e religiosa para a localidade.

Também são recordados os ensinamentos aprendidos com os imigrantes alemães que consideraram muito importante a vivência em comunidade para o progresso acontecer, destacado na seguinte fala: “A parceria escola, filhos/alunos e propriedades rurais gerou as primeiras unidades experimentais de cultura e pastagens na região, além da visão de análise do solo em função da adubagem. Sua implantação fez aumentar a produção agrícola, gerando o surgimento do Cooperativismo que objetivou industrializar/comercializar esses produtos”⁴.

⁴ Entrevista realizada com integrante da escola, em outubro de 2003.

Percebe-se uma distinção significativa entre o ensino regular e o ensino técnico. O ensino regular apresentava-se bastante teorizado e verbalizado, tendência da escola tradicional. Na escola comunitária também ocorria um ensino bastante teorizado, porém culturalmente mais rico. Justificamos essa perspectiva pedagógica através dos princípios de Lutero e, também, como reflexo da influência da escola nova na região.

Cada questão acima destacada tem sua razão de ser. Os sujeitos sociais aqui apresentados estão inseridos num período histórico que justifica a metodologia utilizada baseada nos objetivos educacionais do período, nos conteúdos programáticos, na avaliação e nas relações interpessoais.

2.3 O Colégio Teutônia hoje

2.3.1 Apresentação

O Colégio Teutônia – Rede Sinodal de Educação está localizado em um bairro de classe média-alta, com um bom nível econômico, no Município de Teutônia. Historicamente, a escola tem uma tradição de 51 anos.

Segundo dados da Secretaria da escola, atualmente, o Colégio possui 536 alunos divididos nos mais diversos níveis e modalidades de ensino, 54 professores e 28 funcionários, atendendo nos turnos da manhã, tarde e noite. A moradia escolar, antes internato, abriga 34 alunos, entre eles 14 alunos-funcionários. (COLÉGIO TEUTÔNIA, 2003)

2.3.2 O currículo e a proposta pedagógica atual

Por conceber-se como escola comunitária da Rede Sinodal de Educação, inserida na Comunidade Evangélica Paz de Teutônia, o Colégio Teutônia assume a filosofia, fundamentada no princípio bíblico-teológico, que o ser humano é uma criatura de Deus. Nesse contexto, a comunidade escolar deseja um mundo solidário, fraterno, justo e que ofereça dignidade ao ser humano. O ser humano é concebido como um ser “total” e possuidor de várias inteligências (a espacial, a corporal, a interpessoal, a intrapessoal, a emocional), um ser natural, racional, social e histórico, em função de sua cultura. Sabe-se que esse ser necessita estar preparado para conviver em uma sociedade que está em constantes mudanças e deve ser construtor de seu conhecimento.

A missão do Colégio é a de promover uma educação que celebre a vida, oportunize o desenvolvimento de qualidades humanas, vivencie valores e cidadania, respeite as diferenças, atuando como escola comunitária.

O Colégio Teutônia objetiva uma educação que visa promover enfaticamente oportunidades para o desenvolvimento de qualidades humanas, para preservação e respeito à natureza. Nela, a construção do conhecimento é norteadada pelos princípios: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Para tal, também investe na parte diversificada do currículo, bem como em atividades complementares.

Pedagogicamente, o Colégio Teutônia, apóia-se nos ideais de Paulo Freire que destacam que ensinar inexiste sem aprender; que aprender exige a presença de educadores e educandos criadores, instigadores, inquietos, curiosos, humildes e persistentes, que o ensino dos conteúdos não pode dar-se alheio à formação moral do educando; que a postura fundamental de professores e alunos deve ser dialógica, aberta, curiosa, indagadora e não-apassivada e que o respeito entre docente e alunos nasça de relações justas, assumindo eticamente e autenticamente o caráter formador do espaço pedagógico.

Consultando Planos de Estudo (2002) dos diferentes níveis de ensino do Colégio Teutônia, constatamos referências feitas à função, à fundamentação e aos objetivos em aplicar a prática de Metodologia de Projetos.

2.3.3 O relacionamento com a comunidade

O Colégio Teutônia relaciona-se com a comunidade, inicialmente, através da sua mantenedora, a Fundação Agrícola Teutônia – FAT, fundada em 17 de julho de 1952. Além disso, o

Colégio Teutônia desenvolve várias atividades formais, que envolvem a comunidade local, tais como, Feira do Conhecimento, Feira do Livro, Teutoarte, Projeto de Orientação Profissional, Grêmio Estudantil, Projeto Administrando uma Propriedade – Curso Técnico em Agropecuária. (COLÉGIO TEUTÔNIA, 2000, p. 15-16).

Na visão do Sr. Jorge, Diretor, a escola, hoje integrando a Rede Sinodal de Ensino, estabelece uma ligação, uma aproximação com as demais escolas dessa rede. A Rede Sinodal possui uma Coordenação Pedagógica centralizada que fundamenta filosoficamente seu trabalho adequando-o à realidade de cada instituição. Os encontros regionais e nacionais de professores, alunos e funcionários dessas instituições procuram, justamente, veicular essa uniformidade de perfil entre as escolas. Quanto aos alunos que frequentam escolas da Rede Sinodal e, portanto, também o Colégio Teutônia, são pessoas que têm condições financeiras para custear esse ensino diferenciado.

Quanto ao relacionamento Escola/Comunidade, o Sr. Jorge cita que, dentre as escolas da Rede Sinodal, o Colégio Teutônia apresenta maior vínculo com a comunidade em que está inserido, sendo sua principal justificativa o fato de o Colégio Teutônia formar técnicos que agem e trabalham na comunidade local, em empresas que surgiram a partir dos empreendimentos pioneiros dessa instituição educativa. Pode-se concluir, assim, que a escola atualmente se vincula mais com a comunidade civil local do que com a comunidade eclesial. Segundo ele, a escola tem consciência da necessidade do envolvimento e apoio dos pais e da família na escola, pois estes são a razão da existência dela.

Quanto a perspectivas futuras para a escola, o diretor comenta que está sendo elaborado um plano estratégico para os próximos cinco anos. Dentre as perspectivas, desejam que o professor dessa instituição busque uma formação continuada; que o colégio tenha um plano político-pedagógico coeso e determinante nos caminhos que a escola deve percorrer; que se implante na escola uma pastoral escolar; que a escola funcione em turno integral, para que os alunos tenham atividades orientadas de acordo com seus projetos de aprendizagem individuais e que essa seja uma escola viável financeiramente.

E, concluindo, o Sr. Jorge almeja que a escola continue desenvolvendo seu projeto familiar, formando pessoas influenciadas por seus valores. Que tenha um grupo com suas diferenças, mas reunidos num objetivo maior, pois a escola é uma alternativa fundamental para que se possa modificar as estruturas deterioradas da sociedade atual.

Considerações finais

As principais conclusões obtidas na realização deste trabalho destacam a evolução que sofreu a sociedade e, conseqüentemente, a escola, desde seu surgimento até os dias atuais. Em sua trajetória histórica, percebe-se que o Colégio Teutônia apresentou um crescimento sob o ponto de vista pedagógico, avançando de uma pedagogia de cunho liberal tradicional, com tendências tecnicistas, para uma pedagogia progressista crítico-social constituída nos princípios de Paulo Freire.

Constatando a proximidade geográfica da escola em estudo com a Igreja Evangélica, partimos para uma pesquisa que explicitou essa aproximação. Atualmente, muitas atividades ainda são realizadas em parceria com e para a comunidade escolar e local, no entanto, isso pouco tem a ver com a comunidade religiosa. Os elementos pesquisados indicam que, para a escola atingir seus ideais e propósitos comunitários, é necessário um envolvimento maior da instituição educativa com a comunidade. Pelos dados obtidos, essa perspectiva parece estar relacionada com a ampliação dos laços com a confessionalidade/a Igreja.

Ao finalizar este trabalho, parece-nos importante resgatar uma consideração que cabe em nosso estudo, ou seja:

[...] as instituições se tornam aquilo que as pessoas conseguem delas fazer. Pode-se criar uma escola para cumprir uma determinada finalidade, mas quem, efetivamente, lhe dará conteúdo,

forma e sentido são as pessoas que por ela se empenham, nela trabalham e lá estudam.” (FLECK, apud MUSSKOPF, 1999, p. 15)

De uma forma sintética, apresentamos os aspectos que mais se ressaltaram na pesquisa realizada sobre a história dessa instituição educativa, o Colégio Teutônia. Pelas dimensões deste trabalho, muitos elementos não puderam ser registrados. Entendemos, no entanto, que muitas possibilidades enriquecedoras dos estudos relativos à história das instituições educativas se oferecem aos interessados na História da Educação Brasileira, em seu enfoque regional e local, neste caso, relacionados com a imigração alemã no Rio Grande do Sul.

De nossa parte, este texto constitui-se num primeiro esforço na direção da ampliação das análises que permitem conhecer melhor a História da Educação de nosso país, história esta tão complexa quanto a complexidade que marca a trajetória brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANHA, Maria Lucia de Arruda. *História da Educação*. 2. ed. São Paulo : Moderna, 1997.
- BARROS, E. C. Capitalismo e colonização: os alemães no Rio Grande do Sul. In: *RS: Imigração & Colonização*. Porto Alegre : Mercado Aberto, 1980.
- BECKER, Klaus. A fundação e os primeiros 30 anos de Teutônia. Separata de: COLÓQUIO DE ESTUDOS TEUTO BRASILEIROS, 1, 1963, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre : Gráfica da UFRGS, 1964
- COLÉGIO TEUTÔNIA. *Projeto Político-Pedagógico*. Teutônia, RS, 2000.
- COLÉGIO TEUTÔNIA. *Regimento Parcial da Educação Básica*. Teutônia, RS, 2002.
- DREHER, Martin Norberto. *Igreja e germanidade: estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*. São Leopoldo : Sinodal, 1984.
- DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Questões teórico-metodológicas da História da Educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís; SAVIANI, Dermeval (Orgs.). *História e História da Educação: o debate teórico-metodológico atual*. Campinas, SP : Autores Associados, HISTEDBR, 1998.
- FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. São Paulo : EDUSC, 1998.
- KREUTZ, Lucio. *Material didático e currículo na escola teuto-brasileira do Rio Grande do Sul*. 1. ed. São Leopoldo : UNISINOS, 1994.
- LANG, Guido. *Colônia Teutônia: história e crônica: 1898 – 1908*. Novo Hamburgo : Gráfica Sinodal. 1995.
- MAGALHÃES, Justino Pereira de. Breve apontamento para a história das instituições educativas. In: LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís; SAVIANI, Dermeval (Orgs.). *História da Educação: perspectivas para um intercâmbio internacional*. Campinas, SP : Autores Associados, HISTEDBR, 1999.
- MUSSKOPF, Egon Hilário. *Construindo Novo Hamburgo*. Novo Hamburgo : Echo Ed. Gráfica, 1999.
- RAMBO, Arthur Blásio. *A escola comunitária teuto-brasileira católica*. São Leopoldo : Unisinos, 1994.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e Rio Grande do Sul*. Porto Alegre : Globo, 1969.
- SOMMER, Arno. *Reminiscências da Colônia Teutônia-Estrela: décadas de 20 a 30*. 1. ed. São Leopoldo : Rotermond, 1984.

A ESCOLA ALEMÃ, A LÍNGUA PORTUGUESA E AS GRAMÁTICAS DOS IMIGRANTES

José Luís Félix (UNESP/Assis)

A imigração alemã para o Brasil tem permitido variadas leituras e interpretações. Abordagens históricas, preservação da memória, estudos socio-econômicos, investigações genealógicas e teológicas, pesquisas sobre o sistema educacional e estudos diversos são apenas algumas amostras deste produtivo objeto de pesquisa. Estreitam-se, mais recentemente, as abordagens que interligam a Escola Alemã no Brasil, seus materiais didáticos e seus conteúdos curriculares. Pretendemos neste artigo explorar a relação existente entre questões educacionais e a língua portuguesa, mais especificamente, as gramáticas da língua portuguesa, elaboradas e publicadas pelos imigrantes alemães no Brasil.

Willems (1980, p.42) reconhece oficialmente o início da imigração alemã como aquela que “partindo de São Leopoldo em 1824, [...] estende-se, nos decênios subseqüentes, a noroeste (Feliz, 1845), leste (Mundo Novo, 1847) e sudoeste (Montenegro, 1840) de São Leopoldo”. De fato, apesar de iniciativas anteriores, foi esta no Rio Grande do Sul que estabeleceu o ano de 1824 como marco inicial da colonização alemã no Brasil e a data da chegada dos primeiros colonos, dia 25 de julho, como “Dia do Colono”. Em Santa Catarina, Seyferth (1974, p.30) considera 1828 como ano da chegada dos primeiros imigrantes alemães, mas pode-se afirmar que o início da colonização alemã catarinense acontece em 1829 com a fundação da Colônia São Pedro de Alcântara. A colonização alemã no Brasil continua, a partir destes marcos, em diferentes regiões do país, mas seu desenvolvimento mais contundente acontece mesmo no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. É neste espaço geográfico que os imigrantes alemães vão desenvolver seus vínculos mais fortes com o patrimônio cultural alemão e brasileiro.

Após o assentamento, os alemães começaram a organizar uma estrutura comunitária que incluía basicamente a construção da Igreja e da Escola. Estas duas instituições representam a espinha dorsal do sistema. “Quem mexesse nela, intrometia-se no próprio santuário no qual se guardavam e se perpetuavam os valores culturais cultivados durante séculos” (RAMBO, 1994, p.7).

O desenvolvimento da Escola Alemã no Brasil acelerou-se no final do século XIX e a multiplicidade de instituições escolares – comunitárias, rurais, urbanas, particulares, leigas e religiosas – contribuiu para a configuração de um sistema escolar diversificado, cujo elo-de-ligação eram a língua e a cultura alemãs. O auge deste sistema concentra-se nas primeiras décadas do século XX. Kreutz (1994) menciona que os imigrantes alemães organizaram uma rede de 1.041 escolas comunitárias com 1200 professores em apenas duas décadas: 1920/1930. Tratava-se de um sistema educacional em pleno funcionamento, cuja filosofia central era ensinar conteúdos vinculados à realidade do aluno, com material didático próprio. Destes conteúdos programáticos constam a língua portuguesa e destes materiais didáticos, as gramáticas da língua portuguesa dos imigrantes.

A produção dos livros para a Escola Alemã intensificou-se na medida em que se percebia que os livros importados não eram adequados para seu público alvo. A necessidade de ter conhecimento acerca da nova pátria, de dominar o idioma dos seus futuros descendentes e, lentamente, conquistar a cidadania brasileira, estimulava cada vez mais a confecção dos livros escolares. Assim, cartilhas para alfabetização, livros de matemática, de religião e de canto foram produzidos no Brasil, ainda que em alemão, na grafia gótica e de acordo com tradição tipográfica alemã. Adequavam-se, em parte, a certas especificidades do ambiente em que passaram a viver os imigrantes. Para promover o conhecimento do português, são publicadas primeiramente algu-

mas cartilhas. Logo depois, surgem livros didáticos sobre a língua vernácula, acompanhados de exercícios e respectivas soluções. Mais tarde aparecem as gramáticas da língua portuguesa.

A análise do currículo aponta um predomínio da língua alemã em detrimento da língua portuguesa no início do desenvolvimento da Escola Alemã. Posteriormente, verifica-se que se dá uma inversão neste quadro: a carga horária do português cresce e há um equilíbrio entre o ensino destas línguas. Este fato não acontece fortuitamente, pois a conjuntura político-administrativa conduz a um processo lento e seguro de nacionalização da Escola Alemã.

Rambo (1994, p.127) menciona que, no início da Escola Alemã, o currículo correspondia àquilo que os colonos achavam que a escola devesse ensinar, conforme suas necessidades básicas: o ensino elementar do catecismo, da Bíblia, da escrita e da aritmética, dos cálculos para o dia a dia, além de cantos religiosos e profanos.

O ensino da Língua Portuguesa começava no 3º ano. Era ministrado de acordo com o recém publicado livro **Sabe Falar Português?**. Consistia em exercícios de leitura, de escrita, de tradução, de cálculo e, se possível, também de exercícios de conversação. Com o ensino dessa língua pretendia-se fornecer o ponto de partida para um futuro aprendizado da língua nacional. Os resultados de cada escola dependiam das circunstâncias locais. (MITTEILUNGEN apud RAMBO, 1994, p. 137)

Com o debate a partir de 1900 acerca do currículo, surgem na Escola Alemã suas principais polêmicas. Acentuava-se sua contradição cultural. Egon Schaden afirma que “de um lado, os colonos compreendiam a conveniência de se integrarem ao meio nacional; do outro, procuravam transmitir às novas gerações os valores e padrões de sua cultura” (SCHADEN apud RAMBO, 1996, p.66).

O debate entre os integrantes da Escola Alemã realçava o dilema de ensinar ou não o português. Alguns depoimentos enfatizam a polêmica:

Aqui no Brasil se encontra a pátria de nossos filhos; aqui no Brasil irão viver, trabalhar e morrer. E sem entender a língua da terra? (...) Caso não queiram sucumbir na luta pela vida, eles têm que saber Português e devem saber bem o Português. (PROF. STRECKER apud RAMBO, 1996, p.180)

De outra parte, o português, como língua oficial do país, consagrava, por assim dizer, em definitivo e perante a sociedade o filho do imigrante como cidadão brasileiro. Não ser capaz de entender a língua oficial e não se fazer entender nela resultava freqüentemente em situações constrangedoras. Que o digam os recrutas da época. A partir da metade da década de 30, generalizou-se a convicção de que o desconhecimento do vernáculo conferia às pessoas uma cidadania de segunda classe. (...) O professor nessas condições obrigava-se a dominar, a um nível ao menos razoável, as duas línguas. (RAMBO, 1996, p.183)

Em contrapartida, o ensino do português era concebido por alguns como algo que “deve ser ensinado, mas nunca colocado em primeiro plano. Se isto acontecer, o espírito alemão enfraquecerá e o espírito da indolência e da preguiça será introduzido diretamente na escola teuto-brasileira, tal como existe em muitas escolas públicas” (KALENDER FÜR DIE DEUTSCHEN IN BRASILIEN, 1920 apud RAMBO, 1996).

Na realidade, a questão do domínio da língua portuguesa sempre permeou a discussão sobre a nacionalidade alemã em território brasileiro. De um lado, havia imigrantes e descendentes que defendiam o imediato aprendizado do vernáculo como necessidade de integração na sociedade local e como forma de assegurar igualdade de cidadania. De outro, aqueles que viam neste aprendizado um risco à sua nacionalidade alemã. Aprendendo português poderiam esquecer o alemão e, conseqüentemente, negar suas origens.

Conforme o momento histórico, esta polêmica foi mais ou menos forte. Enquanto imigrantes e descendentes não tinham necessidade de saber o português, como durante o Império, quando as colônias estavam isoladas e eram auto-suficientes, a questão era insignificante. Entretanto, no início da República o problema causa inquietação: como poderia ser brasileiro quem

não falasse o português? O auge desta polêmica coincide com acontecimentos que precedem a segunda Grande Guerra.

Neste contexto, as gramáticas representam uma alternativa a essa dicotomia: seria possível aprender o português sem perder as características alemãs. O projeto alternativo atingia não só o imigrante ou seu descendente, na sua individualidade, mas também suas instituições. Havia necessidade de integrar as escolas e associações na sociedade brasileira. Isto seria impossível sem o domínio do português.

Desta forma, as gramáticas dos imigrantes alemães surgem com objetivos implícitos e explícitos. Expressamente pretendem apresentar o português aos que não o conhecem, aos que têm dificuldades com o idioma e aos que pretendem um aperfeiçoamento nesta língua. Indiretamente contribuem para a discussão metalingüística tanto do alemão quanto do português, carregando características da língua falada no Brasil e atuando na pedagogia das línguas estrangeiras.

No acervo bibliográfico dos imigrantes alemães e de seus descendentes no Brasil encontram-se diversas obras sobre a língua portuguesa. São gramáticas, manuais, livros de leitura e cartilhas que foram escritos, editados e publicados dentro e fora do Brasil. Félix (2004), em um primeiro levantamento a partir de sebos e acervos particulares, revelou obras publicadas no exterior, como por exemplo, *“Portugiesische Grammatik”* (J.P. Anstett, Leipzig, 1921), *“Portugiesisch-brasilianischer Dolmetscher”* (E. T. Bösch, Hamburg, 1892), e *O Brasileiro* (G. Eilers, Heilidelberg, 1930). As obras mais representativas acerca da língua portuguesa, elaboradas pelos imigrantes e publicadas no Brasil, foram as de Carl Jansen (1863), Friedrich Bieri (1876), Wilhelm Rotermund (1897), Rudolf Damm (1901) e Georg Büchler (1914).

Carlos Jacob Antônio Cristiano Jansen (1829-1889) era natural de Colônia, Alemanha e foi escritor e jornalista, tendo pertencido ao grupo de imigrantes militares conhecidos como Brummer. Viveu no Rio Grande do Sul, Buenos Aires e Rio de Janeiro. Sua gramática intitula-se *“Neuestes praktisch-theoretisches Lehrbuch der Portugiesischen Sprache”*, sendo a 12ª edição publicada pela Casa Gomes Pereira, na cidade do Rio de Janeiro, em 1926. A primeira publicação de sua gramática data de 1863. Publicou, ainda, inúmeras outras obras como *O Patuá*, um romance regionalista. No Rio de Janeiro, fundou o Colégio Jansen e mais tarde prestou concurso e foi nomeado professor de língua e literatura alemã no Colégio Pedro II.

Friedrich Bieri (1844-1924) era suíço, natural do cantão de Berna e formou-se pastor naquele país. Emigrou para o Brasil com o objetivo de ajudar a missão do pastor Rotermund. Chegou à cidade de São Leopoldo/RS no ano de 1871 e depois fundou o Colégio Esperança. Por causa de sua boa reputação como professor, assumiu vaga na Escola Normal. Lecionou desenho, língua alemã e música. Sua gramática chama-se *“Deutsches Lehr- und Lesebuch für Brasilien. Mit einer Anleitung zur Erlernung der portugiesischen Sprache”*, cuja primeira edição data de 1876.

Georg August Büchler (1884-1962) nasceu em Steinnach, Hessen, Alemanha. Frequentou escolas em Darmstadt e formou-se em 1904 em pedagogia e em música. No ano seguinte, emigrou para o Brasil e assumiu a Escola Nova Alemã, em Blumenau, lecionando inglês e matemática. Posteriormente, assumiu a cadeira de Língua Portuguesa. Sua gramática chama-se *“Portugiesisches Sprachbuch für Kolonieschulen”* e teve duas edições, em 1914 e 1924, pela Koehler, na cidade de Blumenau. Sua gramática encerra-se com a tradução da “Canção do Exílio” de Gonçalves Dias, feita pelo seu antecessor Rudolf Damm.

Destaque merecem as obras de Wilhelm Rotermund e Rudolf Damm:

Hermann Wilhelm Rotermund (1843-1925) estudou na Faculdade de Teologia da Universidade de Erlangen. Em 1866, em Göttingen, produziu sua primeira obra *Jesus Christus*. A partir de 1868 trabalhou como professor. Doutorou-se em Jena com o trabalho *“Die Ethik Laotse mit besonderer Bezugnahme auf die buddhistische Moral”*.¹ Casou-se com Marie Brabandt, emigrando em 1874 para o Brasil.

No Brasil, acompanhou em 1877 a liquidação da “Sociedade Sinodal de Livros” e fundou

¹ “A Ética de Laotse com especial referência à moral budista.” (tradução nossa)

a Livraria Evangélica (Evangelische Buchhandlung) que se tornou “Editora Rotermund”. Segundo Fausel (1936, p.41), Rotermund empolgado escreve ao cunhado:

Morgen werde ich wohl länger oben bleiben, um ein kleines Rechenbuch für den Druck fertig zu machen mit dem Lehrer in Lomba Grande. Im vorigen Jahr ließen wir eine Fibel drucken, in diesem Jahr ist ein Hilfsbuch zur Erlernung der portugiesischen Sprache² von uns herausgegeben. Nächstens kommt ein Rechenbuch und, so Gott will, auch ein Kalender. Das gibt viel zu schreiben. Mir tut der Arm schon weh.³

A primeira publicação da editora e também o primeiro livro escolar dos alemães no Brasil e que era de autoria de Rotermund foi a *Fibel für deutsche Schulen in Brasilien - Cartilha para as escolas alemãs no Brasil* -, em 1878, com dezenas de reedições. Trata-se de uma cartilha para alfabetização das crianças, filhos de imigrantes alemães, e que, na época, recebeu avaliação positiva de inúmeros professores das Escolas Alemãs no Brasil. Segundo Kreutz (1994, p.94), como anexo da cartilha foi publicado em 1879 o texto d’ *A Orthoepia da Lingua Portuguesa em exercícios para as escolas allemãs no Brasil*.

Em 1881, Rotermund iniciou a publicação do *Kalender für die Deutschen in Brasilien - Almanaque para os Alemães no Brasil*, que em 1917 atingiria a cifra de 25.000 exemplares. Em 1883 publicou *Katechismus der christlichen Religion - Catecismo da religião cristã*. Em 1886, Rotermund organizou as comunidades evangélicas em torno do Sínodo Riograndense. Em 1891, apareceu seu *Lesebuch für Schule und Haus - Livro de leitura para escola e casa*.

A atuação do Pastor Rotermund volta-se para a formação do imigrante alemão e de seus descendentes, quer na Igreja Luterana, quer na Escola Alemã.

Die Schule ist neben der Kirche eine der Grundbildungsstätten des Volkes und zum Besten unseres Auslandsdeutschums von ausschlaggebender Bedeutung. In dieser Erkenntnis hatte er es sich zur Aufgabe gestellt, unsere zum grössten Teil auf der primitivsten Stufe stehenden Schulen mit den hiesigen Verhältnissen angepassten guten und der materiellen Not entsprechend billigen Schulbüchern zu versehen.⁴ (Rotermund, 1917b, p.1)

Em 1897, Rotermund publica sua “*Vollständige Grammatik der portugiesischen Sprache in Regeln und Übungsstücken*” - *Gramática completa da língua portuguesa em regras e exercícios*. Em 1899, edita seu livro de geografia com o título “*Geographie - Leitfaden für den Elementarunterricht*” - *Geografia - Guia para o Curso Primário*. Em 1905, Rotermund publica as soluções dos exercícios de sua gramática: “*Schlüssel zu den Übungsstücken der ,Vollständigen Grammatik der portugiesischen Sprache*”.

Além destas obras, Rotermund continuou publicando inúmeras outras sobre religião, matemática, história e temas diversos. Há também uma infinidade de artigos em periódicos. O trabalho envolveu a participação de intelectuais e colaboradores, do Brasil e da Alemanha: „Es ist nicht alles gut, was von drüben kommt“ - „Nem tudo o que vem de lá (da Alemanha) é bom“. (Rotermund, 1917b, p.2)

A gramática de Rotermund é um conjunto de observações lingüísticas sobre alguns tópicos da língua portuguesa. Tem uma natureza especial: são observações feitas por um pastor luterano, alemão, que, ao assumir uma missão religiosa no sul do Brasil, viu-se na obrigação de aprender a língua portuguesa e passou a refletir sobre este sistema lingüístico em contraste com

² Em Kreutz (1994, p.90) consta o livro “*Hilfsbuch zum Erlernen der Landesprache für Kinder deutscher Schulen in den Kolonien von Brasilien*”, da Editora Rotermund, em 1879, de Heinrich Meyer, professor em Lomba Grande.

³ “Amanhã vou ficar mais tempo lá em cima com o professor de Lomba Grande para deixar pronto para impressão um livrinho de matemática. Ano passado [1878] mandamos imprimir uma cartilha, neste ano publicamos um Manual para Aprendizagem da Língua Portuguesa. O próximo vai ser um livro de cálculos e também, se Deus quiser, um almanaque. Isto tudo dá muito trabalho para escrever. Meu braço já está doendo.” (tradução nossa)

o alemão. A obra de Rotermund revela interação entre o ambiente social em que ele se encontrava, o peso institucional que representava e sua formação intelectual.

No artigo “*Deutsche in Brasilien*” - *Alemães no Brasil*, Rotermund ressalta a importância da tradição alemã e justifica a boa reputação dos alemães naquela época:

*Jeder gibt sich so, wie er von Natur und Erziehung aus geworden ist. Nun wird ganz allgemein eingestanden, daß die Deutschen sich durch ihr Auftreten und ihr Arbeiten im Hause, auf dem Felde, im Geschäft, in den Fabriken, in Schule und Kirche und staatlichen Aemtern, im Privatverkehr und in Gesellschaften allgemeine Achtung, ja oft genug hohen Ruhm erworben haben..*⁵ (ROTtermund apud Juenemann, 1929, p.31)

No mesmo texto, Rotermund explica o porquê desta “boa reputação” dos alemães:

*Nichts anderes als ihr Deutschtum, d. h. weil sie deutsch sprechen, deutsch denken, deutsch leben, deutsche Sitten und Gewohnheiten, deutsche Triebkraft und Ideale haben. So lange sie dieses ihr Deutschtum bewahren, werden sie immer Hervorragendes leisten trotz ihrer geringen Anzahl. Geben sie dies auf, so wird es ihnen gehen wie den verschiedenen Stämmen der Germanen, [...], weil auch sie sich die Tochttersprachen der Römer aneigneten und damit in den Anschauungen und der Lebensweise der Romanen aufgingen..*⁶ (Ibid., p.31)

A manutenção deste patrimônio cultural aparece vinculada à preservação da língua alemã. Ainda no mesmo artigo, constata-se que Rotermund reconhece que os alemães podem aprender com outras culturas, mas a língua alemã é o único veículo de transmissão e preservação do patrimônio cultural alemão.

*Selbstverständlich ist es empfehlenswert, [...], daß jeder Deutsche auch die portugiesische Landes- und Amtssprache erlerne. Wer sie aber zur Familiensprache und dadurch für seine Kinder zur Muttersprache macht, der hat seinerseits einen sehr verhängnisvollen Schritt zur Schwächung des deutschen Stammes in unserm Vaterlande Brasilien getan. Wohl sollen unsere Kinder in den Schulen mit der Sprache und der Geschichte des Landes bekannt gemacht werden, aber vor allem sollen sie die Sprache und die Geschichte des eigenen Stammes lernen; und was ihnen von unserer christlichen Religion, von deren Geschichte, Lehren und Glaubenssätzen mitgeteilt werden muß, kann nur in deutscher Sprache geschehen.*⁷ (Ibid., p.31-2)

A biografia de Rotermund atesta em parte o empenho para preservar o patrimônio cultural alemão, mas não por um viés dogmático⁸. Segundo Fausel (1936, p.239)

⁴ “A escola é ao lado da igreja uma das instâncias de formação básica do povo e é de significado decisivo para o nosso patrimônio cultural alemão no estrangeiro. Nesta constatação ele esboçou sua tarefa: suprir com livros escolares baratos a necessidade material de nossas escolas que atualmente se encontram em grande parte no mais primitivo estágio.” (tradução nossa)

⁵ “Cada um se apresenta como foi feito pela natureza e pela educação. Mas é consenso que os alemães ganharam atenção geral e grande fama através de sua atitude e de seu trabalho em casa, no campo, no comércio, nas fábricas, na escola, na Igreja e nas repartições públicas, no âmbito privado e nas sociedades.” (tradução nossa)

⁶ “Não é outra coisa senão seu patrimônio cultural alemão, quer dizer, porque eles falam alemão, pensam em alemão, vivem como alemães e têm costumes e hábitos alemães, força e ideais alemães. Enquanto eles preservarem seu patrimônio cultural, eles desempenharão algo excelente, apesar do número reduzido deles. Mas se abrirem mão disto, então vai-lhes acontecer o que aconteceu com diferentes tribos germânicas [...] porque eles se adaptaram às línguas românicas e com isto adotaram as visões e o modo de vida dos romanos.” (tradução nossa)

⁷ “Claro que é recomendável [...] que todo alemão aprenda também a língua portuguesa nacional e oficial. Mas quem torná-la a língua da família e por isso adotá-la como língua materna para seus filhos, este está dando um passo muito determinado para o enfraquecimento da estirpe alemã na nossa pátria, o Brasil. Certamente nossos filhos devem conhecer nas escolas a língua e a história do país, mas devem sobretudo aprender a língua e a história da própria estirpe; e a história, o ensinamento e a doutrina de nossa religião cristã, que lhes devem ser transmitidos, só pode ocorrer em língua alemã.” (tradução nossa)

⁸ Dreher observa que Rotermund não defendia a tese, mais tarde comum, de que a função da Igreja de preservar a germanidade seria uma ordenação da criação (*Schöpfungsordnung*). (1984, p.92)

*Für Dr. Rotermund war das evangelische Christentum vom Deutschtum gar nicht zu trennen; nicht nur weil ihm das in Rio Grande in seinem Deutschtumskampf paßte, sondern weil er die Verschmelzung von deutsch und evangelisch für geschichtlich, psychologisch und wesentlich begründet hielt.*⁹

Até mesmo a idéia de que os alemães e imigrantes no Brasil preservariam sua tradição se não abandonassem sua língua materna encontra-se ligeiramente modificada em Rotermund. O contato com a literatura e história brasileiras, o trabalho em prol de um sistema escolar, suas publicações e edições, especialmente seu esforço em fazer de sua *Gramática Completa* uma *Gramática Sistemática ou Científica*, já no final de sua vida, sinalizam uma opção pelo Brasil e pela causa evangélica entre os imigrantes alemães. Segundo Dreher (1984, p.93) “Rotermund é, pois, capaz de conceber uma Igreja evangélica de língua portuguesa”.

Todo empreendimento dedicado à Escola Alemã e aos livros escolares, assim como suas publicações demonstram

*[...]die Liebe für das Deutschtum und den Kampf um die Reinhaltung unserer deutschen Sprache, denn verlieren wir diese, dann gehen wir unter im Völkergetriebe und sind nichts weiter wert, als eben Kulturdünger” zu sein, aber nie mehr Mitarbeiter an der Aufwärtsentwicklung der Welt.*¹⁰ (Rotermund, 1917, p. 2)

O processo de aculturação já se realizava em grupos de outros imigrantes, como no caso dos italianos, e tenderia a ser evitado pelos alemães. Entretanto, a produção de Rotermund para incentivar o conhecimento da cultura e da língua dos brasileiros demonstra uma filosofia distinta daquela tendência. Diz o pastor: “*Das Deutschtum geht dadurch nicht zu Grunde, wenn man die portugiesische Sprache lernt, sondern dadurch, dass man die eigene vernachlässigt*”. (ROTERMUND apud FAUSEL, 1936: p. 48)¹¹

Ao mesmo tempo em que defendia a necessidade da língua alemã, num contexto polêmico de Guerra Mundial (1914-1918), em que a Alemanha era a principal envolvida, Rotermund empenhava-se em mostrar o valor do português. O reconhecimento do status da língua portuguesa, especialmente frente aos alemães mais críticos, é transcrito da seguinte maneira: “*Die richtige portugiesische Sprache ist keine Negersprache, sondern eine sehr schöne Kultursprache*”. (ROTERMUND apud FAUSEL, 1936:48)¹²

Fausel lembra que os livros sobre o português, entre eles a gramática, ocuparam a maior parte dos estudos do Dr. Rotermund. A esse propósito escreve Fausel:

“Er war vielmehr einer der ganz wenigen Deutschen von drüben, die ihre Lebensaufgabe in Brasilien sahen, die mit allen Kräften ihres Geistes und Willens den Brasilianer zu verstehen suchten, die seine Sprache meisterhaft beherrschten - und die trotzdem, ja eben deshalb die besten Deutschen blieben”. (1936: p. 48)¹³

Outro importante gramático imigrante, mas representante da colonização alemã em Santa Catarina foi Paulo August Rudolf Damm (1858-1915). Era filho do pintor Rudolf Damm. Inter-

⁹ “Para o Dr. Rotermund não se separa em absoluto a Igreja Evangélica de Germanidade; não só porque para ele ela é adequada no Rio Grande à luta pela Germanidade, mas também porque ele considera a fusão de alemão e evangélico histórica, psicológica e substancialmente fundamentada.” (tradução nossa)

¹⁰ “[...] o amor pela cultura alemã e a luta pela conservação da língua alemã, pois se perdermos esta de vista, então cairemos no mecanismo popular e não teremos mais nenhum valor a não ser como “adubo cultural” e não mais como colaboradores do progresso mundial.” (tradução nossa)

¹¹ “O patrimônio cultural não se acaba quando a gente aprende o português, mas sim quando se descuidar da própria língua materna.” (tradução nossa)

¹² “A verdadeira língua portuguesa não é nenhuma língua primitiva, porém uma bela língua literária.” (tradução nossa)

¹³ “Ele era um dos poucos alemães da Alemanha que viam sua missão de vida no Brasil, que procuravam entender o brasileiro com todo esforço de seu espírito e de sua vontade e que dominavam a língua portuguesa com maestria - e que, apesar disso e por isso mesmo permaneciam o melhor alemão.” (tradução nossa)

rompeu seus estudos de Filologia, em Munique, devido a problemas financeiros de seu pai. Tornou-se, então, professor por meio de exame em Leipzig (BONOW, 1991:214). Damm casou-se em março de 1887, com Ida Hachmann e, no dia seguinte, emigrou para o Brasil. Viveu primeiramente em Joinville e depois em Desterro (Florianópolis/SC), atuando como professor na Escola Normal e no Ginásio Santa Catarina. Em dezembro de 1896 mudou-se para Blumenau, onde passou a atuar como professor, intérprete público e auxiliar escrevente de tabelião.

Damm foi colaborador do “*Der Urwaldsbote*” - *O Mensageiro da Floresta*, uma publicação dos imigrantes alemães em Blumenau/SC, que lhe rendeu homenagem após seu falecimento:

Rudolf Damm era um profundo conhecedor da língua portuguesa. Suas traduções para o alemão garantiam-lhe a posição privilegiada (sic) entre os tradutores de obras literárias brasileiras e que também mereciam apreciações e aplausos na Alemanha. Nós do “*Der Urwaldsbote*” trouxemos muitas de suas poesias e quem se recorda da canção “*Aus blauen Wogen steigt ein Land*” (das ondas azuis surge uma terra) que escreveu em homenagem a nova pátria. A associação dos professores igualmente lamenta profundamente o desaparecimento de seu membro honorário. (*DER URWALDSBOTE*, 1915/59 apud AHB)

Foi em Blumenau, no ano de 1901, que Damm publicou o “*Lehrbuch der Portugiesischen Sprache*” – *Manual da língua portuguesa*, destinado aos professores das escolas das colônias que não dominavam esta língua, principalmente a pronúncia, embora conhecessem bem as regras gramaticais e a ortografia da língua portuguesa (KILLIAN, 1960).

No campo literário, Killian (Ibid., 108) afirma que “*Ausser vielen Erzählungen und Novellen hat Rudolf Damm eine beträchtliche Anzahl von Gedichten geschrieben, in denen er unsere herrliche Landschaft und die Arbeiten der Kolonisten besang*”¹⁴ É o que demonstra seu poema “*Mein Vaterhaus*” em que trata da beleza e riqueza das terras brasileiras. Em “*Die Pioniere*” registra o trabalho dos imigrantes alemães e exalta sua nacionalidade alemã:

Sie bauen Straßen und Wege

Und ernten des Feldes Frucht;
Sie wölben Brücken und Stege
Keck über des Gießbachs Schlucht;
Sie regen die rauhen Hände
Rastlos bei Tag und bei Nacht,
Wohin das Auge sich wendet,
Ist neues Leben erwacht.¹⁵

Sua produção lírica encontra-se publicada nos jornais e periódicos que circulavam nas áreas de colonização alemã. Traduzia poesias da língua portuguesa como as que publicou no ano de 1907, no *Jornal de Blumenau*: dois sonetos de Cruz e Souza, três de Araujo Figueiredo e a “Canção de Exílio” de Gonçalves Dias. Encontramos ainda “*Brasilien - Kantate von Olavo Bilac*”, traduzido por Damm e publicado em 1929 no “*Gedenkbuch zur Jahrhundert-Feier deutscher Einwanderung in Santa Catharina*”, em Florianópolis.

Traduziu para o alemão obras literárias de escritores brasileiros consagrados e contribuiu para a difusão, entre alemães e descendentes, das obras de Cruz e Souza, Araujo de Figueiredo, Gonçalves Dias, Olavo Bilac, José Bonifácio, Fagundes Varela, entre outros. (KILLIAN, 1960, p.108)

¹⁴ “Além de muitos contos e novelas, Rudolf Damm escreveu considerável número de poemas nos quais ele declama nossa paisagem divina e os trabalhos dos colonos”. (tradução nossa)

¹⁵ Quarta estrofe do poema *Die Pioniere - Os pioneiros* de Rudolf Damm, publicado no *Gedenkbuch zur Jahrhundert-Feier deutscher Einwanderung in Santa Catharina*, 1929: “*Eles. constróem ruas e estradas/ e colhem o fruto dos campos/ arquitetam pontes e travessias/ atrevidamente sobre gargantas de corredeiras/ agitam suas mãos calejadas/ incansavelmente de dia e à noite/ Por onde se voltam os olhos/ desperta nova vida*”. (tradução nossa)

Wildherr (1918, p.85) escreve sobre a natureza do escritor Damm e sobre seus objetivos:

*All seiner Tätigkeit als Lehrer und Schriftsteller setzte er die Devise voraus "für mein deutsches Volkstum in der neuen Heimat". Nur von diesem einen Gedanken geleitet war er unermüdlich tätig, die breite Masse seiner Volksgenossen in der neuen Heimat näher mit all dem Schönen vertraut zu machen ... und so hat er viele Stimmungsbilder und Gedichte in vollendeter Weise aus dem Portugiesischen ins Deutsche übertragen.*¹⁶

A paixão de Rudolf Damm pela língua portuguesa transparece no final de sua gramática, quando cita o seguinte trecho de Francisco Rodrigues Lobo:

[...] tem de todas as línguas o melhor: a pronúncia da latina, a origem da grega, a familiaridade da castelhana, a brandura da franceza e a elegância da italiana. Tem mais adágios e sentenças que todas as vulgares, em fé da sua antiguidade. (LOBO, apud DAMM, 1901, p.178)

A gramática de Damm é um conjunto de regras gramaticais que correlacionam o português e o alemão. Inspirado em gramáticas brasileiras, portuguesas e alemãs, o autor organiza sistematicamente os fatos gramaticais, tratando-os conforme a tradicional divisão em fonética, morfologia e sintaxe. Seu conteúdo vincula o ensino com a realidade brasileira ao ensinar como enunciar os cálculos ou a prova dos "Noves Fora".

Damm atuou no estado de Santa Catarina, onde a imigração alemã apresentou diferenças em relação ao Rio Grande do Sul. Mais especificamente, o gramático morou temporariamente em Florianópolis e Joinville. Fixou-se, no entanto, em Blumenau, cujo sistema escolar resumia a experiência de regiões de colonização mais antigas e onde se inaugurou a chamada "Escola Nova". Sua gramática, portanto, insere-se neste contexto e, ao mesmo tempo em que preenche lacunas no conjunto de livros escolares, impede a adoção de outras gramáticas concorrentes, especialmente as elaboradas em outras regiões do Brasil.

Além disso, os dados biográficos de Damm revelam uma afinidade na formação do gramático com sua atividade de gramático. Seus estudos de filologia em Munique cumprem etapa importante no tratamento dos dados da língua: a reflexão metalingüística. Sua obra revela conhecimento sobre o indo-europeu e sobre o debate comparativista de sua época. Soma-se a isso sua atuação como tradutor, intérprete, escritor e professor, consultando gramáticas do Brasil, de Portugal e da Alemanha. Damm tinha, pois, a capacitação para elaborar uma gramática da língua portuguesa.

O imperialismo das línguas e das culturas francesas e inglesas foi abalado pela filosofia apregoada pela Escola de Recife. Liderada por Tobias Barreto, os intelectuais da Escola de Recife propunham olhar o mundo por outra perspectiva: a alemã. A idéia fundamental dos mentores desta Escola era a implantação de um método científico alemão, uma forma de pesquisa científica que se contrapusesse ao método francês predominante naquela época no Brasil (FREIRE, 1987). Desta forma, o germanismo da Escola de Recife encontrava nos imigrantes um segmento que poderia reforçar ainda mais seu programa de trabalho. Entretanto, os dados indicam que o relacionamento entre os membros da Escola de Recife e os imigrantes alemães no Brasil era precário, passando pela figura de Sílvia Roméro, posteriormente convicto combatente de qualquer forma de germanismo e que intermediava os contatos de Tobias Barreto e Karl von Koseritz. O fato de os intelectuais imigrantes no Brasil não adotarem nenhuma gramática brasileira da época, mas confeccionarem sua própria descrição gramatical pode significar que os alemães no

¹⁶ "Por toda sua atividade como professor e escritor ele adotou o lema "à minha índole nacional alemã na nova pátria". Tomado somente por este pensamento ele agia incansavelmente para familiarizar a imensa massa de compatriotas em seu novo lar com toda beleza ... e assim ele traduziu do português para o alemão muitas impressões e poemas de forma completa." (tradução nossa)

Brasil salvaguardavam seu conhecimento científico e colocavam em prática, embora de forma pouco explícita, uma outra alternativa de método científico.

A gramática de Wilhelm Rotermund, por ter sido elaborada e editada em São Leopoldo/RS, representa o início da imigração e colonização alemã no Brasil e, assim, as primeiras reflexões dos imigrantes alemães sobre a língua portuguesa. A gramática de Rudolf Damm, por ter sido elaborada e editada em Blumenau/SC, simboliza a consolidação e expansão do processo de imigração e colonização alemã no Brasil e, portanto, sob bases mais sólidas, com imigrantes de melhor formação intelectual, representa discussão mais sistemática e mais amadurecida sobre a língua portuguesa. As duas gramáticas reúnem, portanto, o que há de mais representativo de estudos sobre a língua portuguesa entre os imigrantes alemães em território brasileiro.

Estes gramáticos podem ser considerados representativos da colonização alemã no Brasil, pois abrangem os principais núcleos em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Além disso, suas publicações foram feitas nas cidades de Porto Alegre, Blumenau, São Leopoldo e Rio de Janeiro. Por extensão, percorrem outras regiões de colonização alemã como São Paulo e Paraná. Há notícias da presença destas obras em outros países como Chile, Uruguai, Argentina e Paraguai, onde a imigração alemã foi forte e teve relações com a do Brasil.

Por fim, há uma estreita relação entre a Escola Alemã, a língua portuguesa em seu currículo e as gramáticas da língua portuguesa elaboradas pelos imigrantes alemães no Brasil. Esta relação reflete o contexto histórico da época. Além dos aspectos históricos, estas gramáticas dos imigrantes alemães no Brasil sintetizam o conhecimento lingüístico disponível na época.

Quanto melhor o domínio do vernáculo, maior a chance de integração do imigrante à sociedade brasileira daquela época. Quanto melhor esta integração, maior a possibilidade de perda do patrimônio cultural alemão. Este movimento dialético de aculturação do imigrante tem consequências diretas no desenvolvimento destas gramáticas.

O resgate destas gramáticas dos imigrantes representa um passo a mais na preservação da memória cultural dos alemães no Brasil e mais um aspecto importante no contexto das diversas leituras e interpretações da imigração e colonização alemãs no Brasil. O aprofundamento no estudo das relações existentes entre questões educacionais e a língua portuguesa, mais especificamente, a investigação detalhada das gramáticas da língua portuguesa elaboradas pelos imigrantes alemães no Brasil significa o preenchimento de uma lacuna da história brasileira.

Referências bibliográficas

1. AHB - ARQUIVO HISTÓRICO DE BLUMENAU - Fichas catalográficas com anotações sobre biografia. Blumenau, SC.
2. ANSTETT, J. Philipp. *Portugiesische Grammatik für Schul- und Selbstunterricht*. Leipzig: Otto Holtze's Nachfolger, 1921.
3. BIERI, Fr. *Deutsches Lehr- und Lesebuch für Brasilien*. Mit einer Anleitung zur Erlernung der portugiesischen Sprache. 12. Auf., Krahe & Cia, 1905. [1.ed. 1876]
4. BONOW, Imgart Grützmann. *Onde o sabia canta e a palmeira farfalha: a poesia em língua alemã publicada nos anuários (1874 - 1941) sul-rio-grandenses*. Dissertação (Mestrado)- PUCRS, Porto Alegre, março, 1991.
5. BÖSCHE, Eduard Theodor. *Portugiesisch=brasilianischer Dolmetscher oder kurze und leichtfaßliche Anleitung zur schnellen Erlernung der portugiesischen Sprache*. (Für Auswanderer nach Brasilien und zum Selbstunterricht). Hamburg: Verlag von Robert Rittler, 1892.
6. BÜCHLER, G. A - *Portugiesisches Sprachbuch für Kolonieschulen*. 2.Auf., Blumenau: Koehler, 1924. [1.ed. 1914]
7. DAMM, Rudolf. *Lehrbuch der Portugiesischen Sprache*. Blumenau: Probst & Filho, 1901.
8. DREHER, M. N. *Igreja e Germanidade: estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*. São Leopoldo: Editora Sinodal; Porto Alegre: Escola Sup. De Teol. São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Ed. Univ. de Caxias do Sul, 1984.

9. FAUSEL, E. *Ein Kampf um Recht und Richtung des evangelischen Deutschtums in Südbrasilien*. São Leopoldo :Verlag der Riograndense Synode, 1936.
10. FELIX, J. L. *As gramáticas dos imigrantes alemães para aprender português: índices de brasilidade lingüística*. São Paulo, 2004, 564p. Tese (Doutorado em Letras) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo/USP.
11. FREIRE, Gilberto. *Nós e a Europa Germânica: em torno de alguns aspectos das relações do Brasil com a cultura germânica no decorrer do Século XIX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. BRA-DEUTSCH LTDA, 1987.
12. JANSEN, C. *Neuestes praktisch-theoretisches Lehrbuch der Portugiesischen Sprache*. 12.Auf. Rio de Janeiro: A Gomes Pereira, 1926.
13. JUENEMANN, J. *Handbuch für Fortbildungs- und Abendschulen, sowie für die Oberstufe der deutschen Schulen in Brasilien*. Ausgabe E. São Leopoldo: Rotermund, 1929.
14. KILLIAN, Frederico. Rudolf Damm, Dichter und Schriftsteller. In: *Almanaque Wille Kalender*. 16. ed. Blumenau, 1960.
15. KREUTZ, Lúcio. *Material Didático e Currículo na Escola Teuto-Brasileira*. São Leopoldo: Unisinos,1994.
16. RAMBO, Arthur Blásio. *A Escola Comunitária Teuto-Brasileira Católica*. A Associação de Professores e a Escola Normal. São Leopoldo: Unisinos, 1996.
17. _____. *A Escola Comunitária Teuto-Brasileira Católica*. São Leopoldo: Unisinos,1994.
18. ROTERMUND, Wilhelm. *Die ersten deutschen Schulbücher*. Aus *Das Schulbuch*, Ausgabe Juli 1917. Manuscrito s/d.
19. _____. *Verlagsverzeichnis*. São Leopoldo: Verlag Rotermund & Co., 1917b.
20. _____. *Vollständige Grammatik der portugiesischen Sprache in Regeln und Übungsstücken*. 10. Auf. São Leopoldo: Rotermund, 1937. [1.ed. 1897]
21. SEYFERTH, Giralda. *A colonização Alemã no Vale do Itajaí-Mirim*. Porto Alegre: Movimento, 1974.
22. WILDHERR, Rolff v. *Deutsche Männer in Brasilien*. In: *Kalender für die Deutschen in Brasilien*, 38 Jahrgang. São Leopoldo e Cruz Alta: Verlag Rotermund & Co., 1918.
23. WILLEMS, Emílio. *A Aculturação dos Alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional (Brasília, 250), 1980.

IMIGRAÇÃO ITALIANA E ESCOLARIZAÇÃO: A CONSTITUIÇÃO DO PROCESSO ESCOLAR NA COLÔNIA ITALIANA ALFREDO CHAVES – MUNICÍPIO DE COLOMBO – PARANÁ (1882-1917)

Elaine Cátia Falcade Maschio – UFPR

Além do desenvolvimento econômico e social do país, foi sem dúvida a expansão da escolarização uma das grandes contribuições, trazidas pela imigração estrangeira, no século XIX.

Conforme SOUZA (2000, p.61), os estados brasileiros que adotaram o imigrantismo sofreram um processo significativo de expansão da escolarização primária. As iniciativas empreendidas pelos imigrantes, em prol da escola, foram fundamentais para a expansão do ensino. Primeiro, porque ao chegarem nas colônias os imigrantes reivindicavam escolas públicas ou ainda viabilizaram escolas particulares étnicas. Segundo, porque essas iniciativas refletiram-se na população brasileira para que também providenciasse o ensino.

Neste sentido, o presente estudo apresenta como se deu o processo de escolarização no Município de Colombo/PR, abordando a presença da imigração italiana na sua colonização, no final do século XIX, sendo ela fundamental para a implantação do sistema público e particular de ensino na região, além de contribuir como estímulo à população brasileira para que esta tomasse iniciativas em favor da escola.

O estudo abrange o período de 1882, ano em que foi aberta a primeira escola pública por intermédio dos primeiros imigrantes, até o ano de 1917, quando ocorreu a criação de uma escola confessional católica: o Colégio Santo Antônio. Contempla ainda a trajetória e a organização da institucionalização do ensino primário, investigando alguns traços de “culturas escolares”, configuradas no interior daquelas instituições.

O conjunto de documentos para este estudo foi encontrado, na sua maioria, no Arquivo Público do Paraná, dizendo respeito a: ofícios, requerimentos, relatórios e legislação de ensino. Embora esses correspondam a documentos oficiais, sua análise foi permeada pelo reconhecimento de que se constituem como documentos/monumentos, conforme infere LE GOFF (1999, p.547).

O contato com as fontes norteou toda a construção da narrativa, em torno da investigação do tema. No entanto, as leituras dos trabalhos que compõem a historiografia proporcionaram o conhecimento da dinâmica da política imigratória e da educação entre imigrantes, nos seus mais diferentes aspectos.

O estudo da escolarização do Município de Colombo foi permeado pelas reflexões dos trabalhos que versam sobre a educação e a cultura de imigrantes. Destacam-se os trabalhos de VÊCHIA (1998), que mapeia a educação dos imigrantes no Paraná, no período de 1853 a 1889; KREUTZ (2000), SEYFERTH (1981), CORREA (2000) além de outros. E os trabalhos de WACHOWICZ (1984) e OLIVEIRA (1986), nos quais foi possível apropriar-se da configuração da educação paranaense, permitindo entender a institucionalização do ensino no Paraná e, ainda, a sua relação com o ensino nas colônias de imigrantes.

Consideramos a afirmação de KREUTZ (2000, p.353), a respeito do processo escolar: “*para entender a dinâmica do processo escolar entre os imigrantes no Brasil é preciso estar atento não só às diferenciações entre os grupos étnicos mas também à diferenciada dinâmica de sua inserção no Brasil*”. Dessa maneira, tornou-se necessário levar em conta como se deu o processo de inserção da imigração italiana no Paraná e a política de formação de colônias para entender como

o processo escolar foi dinamizado nessas colônias, particularmente, o processo escolar da Colônia Alfredo Chaves, no Município de Colombo.

A respeito da imigração italiana no Paraná e no Brasil a partir de diferentes enfoques, tem-se, notadamente, os trabalhos de BALHANA (1958, 1971, 1978) e AZZI (1987) que muito contribuíram para o entendimento da política migratória no Paraná. De modo particular, estes estudos possibilitaram melhor compreensão do processo escolar, uma vez que a escolarização permeia toda a relação política, econômica e social, ao mesmo tempo em que por essas dimensões é permeada.

Embora a proximidade com o Estado de São Paulo e considerando sua vinculação territorial até 1853, a política migratória dinamizada no Paraná foi bem diferente da daquele Estado. A inserção de imigrantes no Paraná teve uma política semelhante a dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os interesses dos governos dos estados do sul centraram-se, inicialmente, na ocupação de vazios demográficos, para objetivar, posteriormente, o fornecimento de mão-de-obra para o desenvolvimento da agricultura, sobretudo em São Paulo, onde o interesse voltava-se para direcionar essa mão de obra às fazendas de café (BALHANA apud EL-KHATIB, 1969, p. 159, v 1).

A posse da terra sem dúvida foi o principal atrativo para a intensa imigração italiana para o sul do país. Conforme RAMBO (2003, p.63-92), ao contrário dos estados do centro e norte do país, em São Paulo, por exemplo, a imigração serviria para incorporar os trabalhos nas fazendas de café, e, no sul, a imigração européia deveria seguir as bases de uma economia agrícola em pequenas propriedades, que estaria alicerçada na distribuição de pequenos lotes para o desenvolvimento da agricultura familiar. Essa política propiciou que a organização social das colônias apresentasse características próprias, ocorrendo o mesmo com o ensino.

Foi então a partir de 1875 que o Paraná recebeu um número significativo de imigrantes de nacionalidade italiana. A introdução dos primeiros imigrantes italianos se deu através de um contrato firmado entre o Presidente da Província, Venâncio José Lisboa e o empresário Sabino Tripodi, no ano de 1871 (BALHANA, 1958, p. 28). Um número significativo de imigrantes foi instalado inicialmente na Colônia Alexandra, criada em 1875.

Embora esses imigrantes pensassem encontrar condições propícias em terras paranaenses, acabaram sofrendo as conseqüências da falta de interesse e irresponsabilidade que os agentes da imigração tiveram no ingresso e na sua instalação. Não demorou muito tempo para que as conseqüências do mau planejamento daquela política aparecessem. A situação da colônia Alexandra era lastimável, tornando impossível a sobrevivência daqueles imigrantes. Segundo BALHANA (1858, p.29), o objetivo daquele empresário era atrair um número maior de imigrantes, por não estar ele interessado nem nos colonos nem na colonização da Província. Inúmeras reclamações chegavam a Curitiba, da Colônia Alexandra. Muitos imigrantes desejavam até mesmo retornar à Itália, pois julgavam terem sido enganados pelas falsas promessas descritas nas propagandas distribuídas por Tripodi na Itália.

O Governo de Adolfo Lamenna Lins rescindiu o contrato com Tripodi e promoveu diretamente a imigração dos colonos. Em 1877, criou uma nova colônia, a Colônia Nova Itália, em Morretes, para remover aqueles imigrantes que não desejassem mais permanecer na Colônia Alexandra e, ainda, instalar outros novos imigrantes que continuavam a chegar. (BALHANA, 1958, p.30) De acordo com AZZI (1987, p.213), em 1877, desembarcaram no Porto de Paranaguá cerca de 2000 colonos vênéticos estimulados por um sacerdote do Canal de Brenta. Igualmente a antiga colônia, a Colônia Nova Itália, que também se localizava no litoral, não prosperou. Os mesmos problemas afetaram aquela colônia levando ao fracasso. Aos poucos, aqueles colonos começaram a deixar a localidade em direção a Curitiba.

Praticamente todo o contingente de imigrantes italianos, estabelecidos no litoral, dirigiu-se a Curitiba. A acomodação deles no planalto curitibano deu-se de modo diversificado. Muitos imigrantes que deixaram o litoral por conta própria, acabaram se instalando em colônias já existentes. Todavia, a maior parte deles se fixou em novas colônias, formadas nos arredores de Curitiba, através da compra de terras por parte do Presidente da Província, Rodrigo Octávio de Oli-

veira Menezes, entre elas a Colônia Alfredo Chaves, que deu origem posteriormente ao Município de Colombo.

Dos autores que versaram sobre a formação da Colônia Alfredo Chaves, os trabalhos de FERRARINI (1976, 1979 e 1992) destacam-se pelo exaustivo estudo sobre a história do Município de Colombo, contemplando também aspectos da imigração italiana no Paraná. Segundo o autor, para a formação do Núcleo Alfredo Chaves, o Presidente Rodrigo Octavio de Oliveira Menezes, efetuou a compra de terras dos lugares, denominados Butiatumirim e parte da localidade de Veados. Parte dessa região já era habitada por famílias brasileiras e compreendia as terras da Sesmaria do Timbuy.¹ Criado no ano de 1878, o núcleo recebeu o nome do Inspetor Geral de Terras e Colonização do Império, Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves, sendo denominado Núcleo Colonial Alfredo Chaves. As terras que formavam o núcleo foram divididas em 80 lotes rurais e urbanos e receberam 40 famílias de imigrantes que procediam das colônias do litoral. Cada família de imigrante receberia o lote do governo que deveria ser pago à medida que, com o rendimento do trabalho, as terras pudessem ser quitadas.

No dia 4 de janeiro de 1879, o núcleo foi emancipado, passando a denominar-se Colônia Alfredo Chaves, oportunidade em que também foram entregues os títulos provisórios dos lotes aos colonos. A construção de uma igreja, cemitério e escola foram solicitados, oficialmente neste dia. No entanto, os próprios colonos concretizariam suas solicitações, em virtude da demora do Governo em atendê-los. Primeiramente, a igreja e o cemitério foram construídos. Nota-se que em meio à organização social, a escola também teve lugar primordial, no entanto paralelamente à igreja.

As iniciativas em prol da criação de escolas, tomadas por esses imigrantes, foram fundamentais para que o ensino fosse disseminado na região. A escola era uma dentre as instituições bastante valorizadas pelos imigrantes italianos. Entretanto, o que explica as iniciativas tomadas pelos imigrantes no tocante ao processo escolar e à necessidade da escola foi o papel que a ela atribuíam.

Embora houvesse diferenciações quanto ao nível de alfabetização entre os imigrantes, estes imigrantes italianos eram os que provinham de regiões da Europa de forte tradição escolar e que apresentavam maior consciência sobre a importância do acesso à escola, empenhando-se pela sua criação. VÊCHIA (1998), KREUTZ (2000) e WACHOWICZ (1984) também partem desse pressuposto, quando afirmam que para aqueles imigrantes que provinham de regiões altamente escolarizadas a preocupação pela escola fazia sentido e manifestava-se mais fortemente. Por isso, alguns grupos de imigrantes buscavam criar escolas particulares étnicas, em função da falta de escolas públicas, nas colônias. Outros grupos ainda pressionavam os governos para que fossem criadas escolas públicas nas colônias já no início da sua fundação, a fim de garantir aos seus filhos o acesso a ela no novo cenário de organização social.

A maior parte dos imigrantes que se estabeleceram no Brasil e, conseqüentemente, no Paraná, provinham do Norte da Itália, uma região eminentemente agrícola, porém, de acordo com LUCA(1909 apud HUTTER, 1972, p.149-150), com baixos índices de analfabetismo em relação às regiões da Itália meridional. Segundo o autor, enquanto os italianos emigrados das províncias centrais e meridionais apresentavam índices de analfabetismo de 46,65%, os italianos emigrados das províncias setentrionais apresentavam porcentagem inferior a 11,00%.

Além de proceder de regiões de forte tradição escolar, o que caracterizava o interesse pela escola? Que papel ela desempenharia no grupo para explicar tais esforços pela sua viabilização? Além de proceder de regiões altamente alfabetizadas, o interesse pela escola também caracterizava outra preocupação: a manutenção da cultura. A escola para alguns grupos de imigrantes

¹ As localidades de Butiatumirim e Veados eram consideradas quarteirões que constituíam o município de Curitiba, no entanto, são escassas as informações sobre sua população. Segundo VÊCHIA (1998, p.29), a população paranaense no século XIX era “predominantemente branca, descendentes de portugueses e espanhóis”. Por essas localidades tratarem-se de região de sesmaria, podemos acreditar que as famílias que ali habitavam eram descendentes e herdeiras de terras dos primeiros proprietários portugueses, o que pode ser constatado pela predominância de sobrenomes dessa origem.

desempenharia uma função importante na manutenção da cultura, instituída naquele grupo. Ela seria por sua vez uma instituição, assim como a igreja, e outras associações, responsáveis pela transmissão de idioma, valores, costumes, crenças e preceitos às novas gerações, de modo que esse arsenal cultural fosse perpetuado no seio daquele grupo.

Os grupos étnicos que atribuíram essa finalidade à escola foram os que apresentaram os maiores números de escolas particulares étnicas, mantidas pelos próprios imigrantes. De modo geral, eram eles que escolhiam entre os seus um professor, providenciavam o local, a mobília e os materiais escolares. Em alguns casos havia também a participação e vinculação à igreja. Segundo VECHIA (1998) essa dinâmica de criação de escolas particulares étnicas foi fundamental para suprir a falta de escolas públicas nas colônias do Paraná. Essa afirmação é também comparilhada por SEYFERTH (1981, p.12) e KREUTZ (2000, p. 348) quanto às colônias do sul.

Segundo KREUTZ (2000), entre as etnias que tinham uma significativa preocupação com a manutenção de sua cultura e apresentaram os maiores números de escolas étnicas, estavam em primeiro lugar os alemães, depois os italianos, os poloneses e os japoneses. No entanto, continua ainda o autor, *“entre as quatro etnias de imigrantes [alemães, italianos, poloneses e japoneses] com maior número de escolas étnicas, os italianos foram os que menos vincularam a escola com sua respectiva organização comunitária e cultural, sendo que a igreja tinha peso maior. Isso teria ajudado a que reivindicassem mais cedo o acesso à escola pública”* (p.360), como ocorreu no caso da Colônia Alfredo Chaves. Ao estudar o processo de constituição do ensino neste Município, foi possível observar que os primeiros imigrantes, desde a fundação da Colônia, inúmeras vezes solicitaram ao Governo a criação de uma escola pública.

A preocupação pela escola esteve presente desde os primeiros pedidos. Ainda que a grande maioria deles fosse formada por lavradores e necessitasse de instrumentos agrícolas e benefícios financeiros para o trabalho nas terras, a escola, a igreja e o cemitério foram as primeiras solicitações dos italianos. De acordo com FERRARINI (1992, p.466), na falta de escola pública, durante o período de instalação da Colônia Alfredo Chaves, os imigrantes italianos que ali aportaram providenciaram uma escola particular cujo professor foi designado por eles. Embora não se tenham registros dessa escola parece ter sido a primeira escola naquela localidade.

Se esses imigrantes não estavam preocupados com a manutenção cultural através da escola, porque atribuíam à igreja seu peso maior, que função a escola desempenharia para ser solicitada? Ainda de acordo com o KREUTZ, para os imigrantes tornava-se difícil manter as escolas particulares por muito tempo, devido aos gastos que deveriam despendar para a sua manutenção. Desse modo, exigiam do Governo a criação de escolas públicas.

Todavia, na análise do conjunto da documentação sobre a questão, a escola era visualizada como instrumento primordial para as primeiras aprendizagens (HÉBRARD 1990, p.68-69). Aprender a ler, escrever e contar para aqueles imigrantes poderia significar a civilização do homem. A escola através de formas e modos específicos de transmissão do conhecimento, seria capaz de retirá-los da condição de *bestias*² e elevá-los à condição de humanos. Por isso podemos inferir que, naquele momento, não se preocupavam tanto em fortalecer e manter a cultura instituída pelo grupo através da escola, mas manifestavam o desejo de através dela manter uma cultura letrada, entendendo a escola como um lugar específico que concorria para a humanização do homem e moralização dos costumes.

Considerando que parte desses imigrantes, emigrados para o Sul do país e, especificamente, para a Colônia Alfredo Chaves, era alfabetizada e provinha de uma cultura letrada, poder-se-ia afirmar que o interesse pela escola estava ligado à preocupação pela manutenção dessa

² Essa foi uma expressão usada pelos colonos num documento em que reclamavam ao governo a falta de escolas públicas nas colônias. Os colonos afirmam que ao não interessar-se em criar escolas públicas, o governo manifestava a intenção de que os filhos daqueles imigrantes fossem criados como ignorantes. Segue o fragmento. “... é igual a reclamação por parte dos imigrantes por não terem nos núcleos, onde se acham estabelecidos, uma cara escola para os filhos seus, digamos de passagem, são sempre em grande número. Reclamam amargamente do governo e em sua rude linguagem dizem que o Estado quer que elles criem os filhos como bestias...”. (OFÍCIO, 1890, p. 109-110)

cultura letrada, uma vez que à igreja também foi atribuída uma primordial importância na manutenção dos valores e dos costumes.

O posicionamento dos imigrantes italianos da Colônia Alfredo Chaves foi, desde sua instalação, o de pressionar o Governo para a criação de uma escola pública e cobrar o bom funcionamento da escola.

No dia 11 de julho de 1882, os colonos enviaram ao Presidente da Província, Dr. Carlos Augusto de Carvalho, um abaixo-assinado contendo 67 assinaturas, entre elas as de alguns brasileiros. Reclamavam por meio do requerimento a falta de aulas públicas na Colônia, alegando que este benefício teria sido esquecido pelo Governo. Solicitavam a criação de uma escola pública promíscua, informando haver na Colônia um número elevado de crianças, cerca de 140 de ambos os sexos, menores de 14 anos de idade e, ainda, muitos filhos de brasileiros que também necessitavam receber educação (REQUERIMENTO, 1882, p.58-59).

Após tais esforços a primeira escola pública de primeiras letras foi criada legalmente, no mesmo ano. O Presidente da Província atendendo, finalmente, o pedido dos colonos cria uma escola promíscua, no dia 22 de julho de 1882, conforme consta no ofício, expedido pelo Diretor Geral da Instrução Pública, José Joaquim Franco Valle. Tomou posse nesta cadeira o professor Antonio José de Souza Guimarães, de nacionalidade brasileira, formado pela Escola Normal da Capital, cidade onde residia. Embora parte do território já fosse habitado por famílias brasileiras, nenhum registro foi localizado que atestasse a existência de uma escola pública ou particular anterior a esta data.

Verificou-se que esses imigrantes contribuíram também para que a população brasileira manifestasse interesse pela escola. Seguindo o exemplo daqueles imigrantes após a criação daquela primeira escola pública, muitas escolas foram criadas pela população brasileira nos povoados dos arredores da colônia.

No mesmo ano de 1882, uma escola particular foi aberta na localidade de Veados.³ É necessário ressaltar que mesmo sabendo que famílias brasileiras habitavam essas localidades, a criação de escolas por parte dessas famílias foi posterior à instalação dos imigrantes e à criação de escolas por parte dessa etnia. Neste sentido, ao analisar a abertura dessas escolas acredita-se que as iniciativas tomadas pelas famílias brasileiras em prol da criação de escolas foram motivadas pela instituição de escolas, na Colônia, por parte dos primeiros imigrantes.

De acordo com WACHOWICZ (1984):

O governo apoiava as iniciativas particulares para a manutenção da instrução. Nos núcleos de imigrantes europeus, surgem escolas subvencionadas: são instituições particulares abertas por iniciativa da comunidade, geralmente em localidade onde não há escola pública [...] Nas localidades, havia a idéia de que a população brasileira deveria imitar a população imigrante, que tomava as iniciativas para a institucionalização da instrução. (p.67)

Considerando a afirmação da autora, a criação de escolas particulares por parte da população brasileira foi, portanto, uma atitude que imitava os imigrantes italianos que conseguiram do Governo a abertura da escola.

O estudo da organização dessas instituições tornou-se relevante para entendermos a contribuição da colonização italiana, pois proporcionou a verificação de que nessas escolas particulares houve especificidades, no que tange à sua organização, que as diferenciavam das escolas advindas de iniciativas dos imigrantes italianos. Muitas vezes, as escolas criadas pela população

³ Além do povoado do Butiatumirim que deu lugar à sede da Colônia Alfredo Chaves, existiam nos seus arredores os povoados de Veados, Roça Grande, Ressaca, Capivari, Morro Grande, Ribeirão das Onças e outros. Os registros de compra de posses dessas terras, conforme FERRARINI (1979, p. 32-33) datam do ano de 1856. Essas localidades já pertenciam ao município de Curitiba e eram habitadas por famílias brasileiras. A partir de 1890, com a formação do município, os limites territoriais foram demarcados e esses povoados foram agregados passando a pertencer politicamente ao Município de Colombo.

brasileira apresentavam um ensino deficitário, por diversos motivos. Por serem elas localizadas, nos arredores da sede do Município e ainda distantes do centro de Curitiba, problemas como a demora no envio de documentos, falta de materiais e mobília escolar e falta de casa escolar apropriada ocorriam juntamente com outras questões, como as relacionadas às constantes mudanças de professores, que pela distância e má condição física da escola, não permaneciam nas regências por muito tempo, ocasionando a falta de aulas e a interrupção dos trabalhos por meses seguidos e, até mesmo, o fechamento das escolas.

Situações que comprometessem o funcionamento e a estabilidade do ensino nas escolas eram imediatamente reclamadas pelos pais italianos, por meio de ofícios com abaixo-assinado, encaminhados à Diretoria da Instrução Pública, para que fossem tomadas as devidas providências. Esta constante preocupação dos italianos sobre o funcionamento da escola não se verificava, na mesma proporção, entre os brasileiros, sendo poucos os pais que reclamavam a instabilidade das aulas.

A partir do ano de 1890 a Colônia Alfredo Chaves passou a ser município, denominando-se Colombo. Com essa mudança no âmbito político, aquela primeira escola pública deixa de ser promíscua e passa a ser dividida em masculina e feminina. Nos povoados, outras escolas particulares foram sendo abertas pela população brasileira e, posteriormente, subvencionadas pelo Governo.

Ainda que os empenhos por abertura de escolas fossem profícuos, nos últimos anos do século XIX, essas escolas apresentavam aspectos que denotavam a precariedade do ensino. Verificaram-se no conjunto de documentos muitas reclamações de falta de material, mobília escolar e de casas escolares. É interessante ressaltar que nos anos posteriores, início do século XX, a precariedade do ensino continuava, embora novos olhares e novos discursos renascentes do período republicano, em torno do ensino, fossem configurados.

Mas, apesar da precariedade do ensino, em meio a uma maior atribuição de importância do Estado para com as escolas, outras novas iniciativas por parte dos imigrantes italianos e pela população brasileira voltaram a se concretizar no Município de Colombo.

Nos povoados, outras escolas foram abertas pela população brasileira e, ainda, criadas pelo Governo. Na sede do Município, em 1905, foi criada pelos imigrantes italianos a *Società Christoforo Colombo*, uma associação italiana beneficente que, em anos posteriores, ofertou à comunidade uma escola só para meninos. Em 1910, um imigrante italiano criava uma nova escola particular italiana, só freqüentada por filhos de imigrantes. E, em 1917, ocorria a criação do Colégio Santo Antônio, uma escola confessional católica, regida por irmãs italianas. Esta escola católica foi identificada como a última iniciativa de criação de escolas, por parte desses imigrantes, e caracterizou-se como consolidação das iniciativas empreendidas por esse grupo étnico, marcando a sua contribuição para a implantação de um sistema escolar.

No período estudado, em que houve a constituição do processo escolar no Município de Colombo, foi possível concluir que as iniciativas em favor da criação de escolas foram constantes, reiterando a hipótese de que os imigrantes italianos contribuíram para a consolidação desse processo, fosse viabilizando iniciativas próprias pelo ensino, fosse servindo como exemplo para a população brasileira imitá-la no interesse pela criação de escolas a serem solicitadas ao Governo a quem cabia a responsabilidade com o ensino.

Referências bibliográficas

- AZZI, Riolando. **A igreja e os migrantes**. São Paulo: Paulinas, v.I, 1987.
- BALHANA, Altiva Pilati. **Santa Felicidade**: um processo de assimilação. Curitiba: João Haupt & Cia, 1958.
- _____. **Santa Felicidade**: uma paróquia veneta no Brasil. Curitiba: Fundação Cultural, 1978.
- _____. **Arquivo da Paróquia de Santa Felicidade**. Boletim do Departamento de História da UFPR, n° 11. Curitiba: 1971

- COLBACCHINI, Pietro. L'ê condizione degli emigranti nello stato di Paraná in Brasile. In: **La società Italiana di Fronte Alle Prime Migrazioni de Massa**. Roma: Centro Studi Emigrazionie, 1968.
- _____. Relazione a S. E. il Ministro degli steri. In: **La società Italiana di Fronte Alle Prime Migrazioni de Massa**. Roma: Centro Studi Emigrazionie, 1968.
- CORREA, Rosa Lúdia Teixeira. O livro escolar como fonte de pesquisa em História da Educação. **Caderno Cedes**, ano XIX, n.º. 52, nov. 2000.
- _____. Urbanidade e disciplinarização e o imigrante italiano nas relações: o Método Facile. Curitiba: **Educar**, n.º. 17, 2000, p. 177 – 196.
- DEAP, Correspondência do Governo. **Ofícios**, AP. 886, fls. 109 e 110, 1890.
- DEAP, Correspondência do Governo. **Requerimentos**, AP. 677, fls. 58 e 59, 1882.
- EL-KHATIB, Faissal. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969. v.1, 4 v.
- FERRARINI, Sebastião. **A Imigração Italiana na Província do Paraná e o Município de Colombo**. Curitiba: Lítero Técnica, 1973.
- _____, Sebastião. **O Município de Colombo**. Curitiba: Champagnat, 1992.
- HÉBRARD, Jean. A escolarização dos saberes elementares na época moderna. **Teoria & Educação**. Porto Alegre, n.2, 1990, p.65-110.
- JULIA, Dominique. A cultura como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, 2001, n.1 p. 10.
- LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 1990.
- LUCA, Paolo Emílio de. Della emigrazione europea ed in particolare de quella italiana, parte prima. Torino, 1909. In: HUTTER, Luci Maffei. **Imigração italiana em São Paulo (1880 – 1889)**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros – USP, 1972. p.149 – 150.
- OLIVEIRA, Maria Cecília Marins de. **O ensino primário na Província do Paraná (1853-1889)**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e Esportes, 1986.
- RAMBO, Arthur Blasio. O teuto-brasileiro e sua identidade. In: FIORI, Neide Almeida. (org.) **Etnia e Educação: a escola “alemã” e estudos congêneres**. Florianópolis: UFSC, 2003. p.63-92.
- SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e Identidade étnica: a ideologia germânica e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.
- SOUZA, Maria Cecília C. de. **Escola e memória**. Bragança Paulista: EDUSE, 2000, p.81.
- TRENTO, Ângelo. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1988.
- KREUTZ, Lucio. **Identidade étnica e processo escolar**. In: XXV Encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS. Caxambu, 1998. p. 3.
- _____. Educação de Imigrantes no Brasil. In: **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autentica, 2000. p. 347-370.
- VECHIA, Ariclê. **Imigração e Educação em Curitiba (1853-1889)**. Tese de doutoramento em História. Usp. São Paulo: 1998.
- WACHOWICZ, Lílian Anna. **A relação Professor-Estado no Paraná Tradicional**. Curitiba: Cortez, 1984.

O PROCESSO ESCOLAR ENTRE IMIGRANTES NA REGIÃO COLONIAL ITALIANA – RS

Terciane Ângela Luchese**

Muitas crianças, antigamente, iam até a escola de pés descalços, enfrentando o frio, a geada, a chuva e percorrendo a pé longas distâncias. Não havia comodidades. Pelo contrário, algumas delas precisavam cumprir tarefas domésticas antes de irem para a escola e muitos foram os que deixaram de estudar para auxiliarem os pais na “lida” da roça. Os que conseguiam frequentar alguns anos de escola seguiam para a mesma carregando, numa pequena bolsa de tecido, os poucos materiais de estudo: a “pedra”, a pena e, por vezes, o lanche. Conforme Costa:

“Mandar os filhos à escola era um peso para a economia da família. Em primeiro lugar, era necessário comprar o material escolar, o vestuário que representava elevada despesa, visto as poucas fontes de renda. Muitos pagavam os estudos com produtos da lavoura: arroz, batata, feijão... A perda da mão-de-obra era outra razão que impedia os pais de enviarem os filhos à escola. A experiência ensinara que a vida era possível, mesmo sem estudo. Compreende-se o pouco apreço pelo estudo que não se apresentava como instrumento de solução imediata de problemas; nem como meio para um futuro feliz da família dos imigrantes. A autêntica segurança era a terra, pois dela, podia-se obter a produção necessária à própria sobrevivência.”¹

Problematizar, brevemente, a importância da escola entre imigrantes que se estabeleceram a partir de 1875 na Região Colonial Italiana² é o enfoque deste estudo. Enfim, questiona um pressuposto comum na literatura histórica de que, para os imigrantes italianos, a escola pouco valor teve, pois o importante era o trabalho e a fé. Investigando e reconstruindo alguns traços desse processo educacional, parece-me que a naturalização do discurso, da trama histórica desta Região, merece ser repensada. Destaca-se que este artigo é resultado dos estudos e pesquisas iniciados na elaboração da dissertação de mestrado em História³, aprofundados no projeto de pesquisa “Bento Gonçalves: História e Memória”⁴ e atualmente em fase inicial de estudo no doutoramento em Educação⁵.

A cultura é elemento constitutivo, hoje, de todos os aspectos da vida social.⁶ As transformações culturais em diferentes dimensões – do global ao local e ao individual (constituindo identidades e subjetividades) têm marcado a centralidade da cultura em seu sentido substanti-

** Mestre em História do Brasil pela PUC/RS e doutoranda em Educação pela UNISINOS. Professora do Departamento de Educação e Ciências Humanas da UCS / CARVI.

¹ COSTA, Róvilio. **Imigração Italiana: vida, costumes e tradições**. Porto Alegre: EST, 1974, 1986. p. 76.

² Região Colonial Italiana – estamos compreendendo como as primeiras colônias criadas na Serra – Dona Isabel, Caxias e Conde d’Eu e que foram, em sua maioria, ocupadas por imigrantes italianos. Atualmente, correspondem, em especial, aos municípios de Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Garibaldi e Carlos Barbosa.

³ Dissertação de Mestrado intitulada “Relações de Poder: Autoridades Regionais e Imigrantes Italianos nas Colônias Dona Isabel, Conde d’Eu, Alfredo Chaves e Caxias – 1875 a 1889”, elaborada com a orientação da Dr^a Núncia Santoro de Constantino e defendida em julho de 2001 no Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

⁴ A pesquisa “Bento Gonçalves : História e Memória” vem sendo desenvolvida desde 1999 numa parceria da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Turismo do município de Bento Gonçalves – RS. O mesmo é coordenado pela professora Ms. Terciane Ângela Luchese e pela professora Ms. Bernardete Schiavo Caprara. O objetivo central do projeto de pesquisa é a reconstrução do processo histórico do município, privilegiando o período de 1875 a 1930, sendo que parte do estudo já está publicado.

⁵ Doutorado iniciado em março de 2004 no Programa de Pós Graduação em Educação da UNISINOS.

⁶ HALL, Stuart. **A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais de nosso tempo**. In: *Educação e Realidade*, nº 22, vol.2, jul/dez. 1997, p. 15.

vo. Os seres humanos podem ser compreendidos como interpretativos e instituidores de sentido e, desta maneira, a ação social é instituidora de significados. A esses significados socialmente construídos chamamos de cultura(s). Pensando-se assim, toda ação social é “cultural”; as práticas sociais “expressam ou comunicam um significado, e neste sentido, são práticas de significação”.⁷

No aspecto epistemológico, o que Hall⁸ denomina de “virada cultural” tem contribuído imensamente para que, em especial, as ciências sociais e humanas passassem a privilegiar estudos centrados nesta perspectiva. Essa possibilidade de compreender a(s) culturas(s) permeando e sendo permeada(s) pelos processos humanos, constituindo e sendo constituída(s) pelas identidades / diferenças, permitiu transformar as compreensões, as explicações e os modelos teóricos do mundo.

Este modelo teórico que parte do pressuposto da centralidade da cultura compreende e assume uma nova atitude perante a linguagem, pois na medida em que criamos significados e os produzimos discursivamente os tornamos reais / constituímos o real.⁹

A compreensão da centralidade da cultura permite o entendimento dos processos escolares, portanto humanos, numa perspectiva histórica. A escola é, concordando com Kreutz, “lugar-chave porque é essencial na produção e reprodução da cultura” e pode ser concebida como o “espaço de encontro entre as diferentes formas de ser, de pensar e de sentir, de valorizar e de viver, construídas em um marco de tempo e de espaço que dão pertinência e identidade a indivíduos e grupos sociais.”¹⁰ Então, é fundamental pensar na articulação entre os fatores materiais e culturais ou simbólicos nesta análise social e cultural – tendo como eixo a questão escolar / étnica.

Neste breve artigo apresentamos uma abordagem interpretativa que privilegia a chamada “nova história”, na perspectiva da “história cultural”¹¹, sintonizando com alguns pressupostos anteriormente expostos. A diversidade de possibilidades que permitem os estudos históricos em educação pode ser ilustrada a partir das considerações de Lopes:

“Certamente influenciada pela antropologia – mas não só – a história da educação se pergunta perplexa pelo cotidiano escolar de outrora. Tal como outros historiadores que instauraram a ‘outra história’ ou a ‘história vinda de baixo’ ou ainda a ‘história de gente comum’, trata-se de compreender a história da educação a partir de dentro, como é que se fazia a educação, como eram os comportamentos, de que maneira eram compostas as suas atividades de maneira a atingir seus objetivos, etc, etc. Esse ‘como’ é certamente a carne e o sangue dos ‘por quês’.”¹²

Educação, etnia e cultura tornam-se centrais enquanto matrizes explicativas do processo humano em especial em sentido genealógico.

1 – Imigrantes italianos na região colonial

Em meados do século XIX, no intuito de fornecer mão-de-obra que substituísse o trabalho escravo, ocupasse terras devolutas e promovesse um “branqueamento” na população, organizou-se toda uma estrutura para incentivar e receber imigrantes no Brasil.

⁷ HALL, Stuart. **A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais de nosso tempo**. In: *Educação e Realidade*, n° 22, vol.2, jul/dez. 1997, p. 16.

⁸ Id.ídem.

⁹ A discussão teórica sobre este tema é ampla, sendo importante destacar as publicações de HALL, Stuart; BHABHA, Homi; SILVA, Tomaz Tadeu da; VEIGA-NETO, Alfredo, entre muitos outros autores.

¹⁰ KREUTZ, Lúcio. **Educação e Cultura: implicações para o processo escolar**. Manuscrito, set/2001. Pág. 3 e 11.

¹¹ Para Chartier a história cultural pode ser definida pela conjugação de três elementos indissociáveis: “uma história dos objetos em sua materialidade, uma história das práticas nas suas diferenças e uma história das configurações, dispositivos nas suas variações.” NUNES, Clarice e CARVALHO, Marta. **Historiografia da Educação e Fontes**. Cadernos da ANPed. Porto Alegre, n° 5, p.45, 1993.

¹² LOPES, Eliane Marta T.. **Fontes documentais e categorias de análise para uma história da educação da mulher**. In: *Teoria e Educação*. Porto Alegre, n° 6, 1992, p. 105-114.

No Rio Grande do Sul, o objetivo principal foi a ocupação de terras devolutas – através da criação de colônias e da divisão das terras em minifúndios, motivando a produtividade agrícola. Conforme Giron:

“Isolar os belicosos gaúchos da Campanha e dos Campos de Cima da Serra, aumentar a produção agrícola, ocupar as terras devolutas que o Império possuía na província, parecem ter sido os objetivos do Governo Imperial. (...) Insere-se no contexto maior da mudança da política de terras e da política de mão-de-obra, que vinham sendo realizadas pelo Império e que visavam adaptar o Brasil ao desenvolvimento do capitalismo europeu.”¹³

Em 1824, a Província recebia levas de imigrantes alemães estabelecidos no vale do Rio dos Sinos, na Real Feitoria do Linho Cânamo (São Leopoldo). Com a progressiva diminuição da entrada de alemães, passou-se a incentivar a imigração de italianos que constituíram a maioria no final do século XIX.

Em 1870, por Ato de 24 de maio, o Presidente da Província, João Sertório criou as colônias Conde d’Eu e Dona Isabel numa área de 32 léguas cedidas pelo Governo Imperial. Nesse mesmo ano, no uso de sua autoridade o Presidente da Província determinava ao Major Palmeiro a responsabilidade de discriminar e iniciar a medição e demarcação de lotes nas colônias Dona Isabel e Conde d’Eu. Em 1875, foi criada a colônia Fundos de Nova Palmira, posteriormente denominada Caxias. Nos anos seguintes, outros núcleos foram criados pelo Governo Provincial.

Seguindo as determinações da Lei de Terras de 1850 e do Regulamento Colonial de 1867, os territórios das colônias foram medidos e demarcados para receberem imigrantes. Os engenheiros e agrimensores responsáveis estabeleciam uma linha contínua dividida em travessões e estes em lotes que eram demarcados por marcos de madeira. Abrindo picadas em meio à mata, deveriam escolher o melhor local para o estabelecimento da sede e ali determinar os locais para a igreja, o cemitério, a escola, a casa da diretoria – enfim, os espaços públicos que abrigariam o futuro centro urbano da colônia.

Devido à distância e à falta de estradas que ligassem estas colônias aos centros populacionais, durante os primeiros anos, Dona Isabel não recebeu imigrantes e, em Conde d’Eu, apenas algumas famílias se estabeleceram. A ocupação efetiva do território colonial começou em fins de 1875, quando, por contratos e incentivos governamentais, Dona Isabel, Caxias e Conde d’Eu passaram a receber levas numerosas de imigrantes italianos, provenientes especialmente do norte da Itália e na condição de “contadini” – agricultores. Em 1876, o governo imperial passou a reger a colonização destes núcleos e, em 1884, os elevou à categoria de freguesias.

Em 1890, Dona Isabel e Conde d’Eu foram elevadas à categoria de municípios, sob a denominação de Bento Gonçalves. O território correspondente a Conde d’Eu em 1900 emancipou-se dando origem a Garibaldi e, Caxias passou a denominar-se Caxias do Sul a partir de 1890, na condição de município.

2 – A organização do processo escolar

Em fins do século XIX, a situação da educação no Brasil e na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul era precária. Em 1880, o presidente da Província Henrique D’Ávila, em mensagem enviada à Assembléia, sintetizava as condições regionais afirmando que “as rendas provinciais não comportam as despesas necessárias para dotarmos a Província de uma organização de instrução pública conveniente (...).”¹⁴

Observando a legislação que orientou a ocupação das colônias temos o Regulamento de 1867 como normatizador. Este regulamento determinava, como função pública, a criação de escolas nos núcleos coloniais. Entretanto, por inúmeros motivos, as crianças e os jovens, quase

¹³ GIRON, Loraine, *As Sombras do Littorio: o fascismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: ed. Parlandia. 1994, pág. 25.

¹⁴ GIRON, Loraine. *As sombras do littorio: o fascismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Parlandia, 1994. p.56.

em sua totalidade, foram privados durante longo tempo do acesso à escrita e à leitura. Por vezes, encontramos na bibliografia a indicação de que os imigrantes eram em sua maioria analfabetos. Porém, pelo recenseamento de 1883, dos núcleos coloniais de Conde d'Eu e Dona Isabel¹⁵, temos a indicação de que, em média, 74% dos homens adultos eram alfabetizados. Informa Giron que a partir do levantamento dos Mapas Estatísticos da Colônia Caxias “63% dos imigrantes de sexo masculino sabiam ler, enquanto apenas 37% das mulheres eram alfabetizadas.”¹⁶ Os dados levavam a crer que o índice de analfabetismo multiplicou-se nas colônias entre os filhos de imigrantes, que não tinham onde estudar.

As poucas escolas criadas nas colônias atendiam apenas às crianças que viviam nas proximidades. As demais cresciam em plena “ignorância da arte escrita”, como relatavam as autoridades.

2.1 – As “aulas” particulares

Conforme o estudo realizado por Schneider, durante a década de 1870 a instrução pública, no meio rural, era muito precária. Ela não podia ser regulada pelas mesmas normas que a maioria das escolas da Província, já que os filhos de imigrantes falavam dialetos diferentes e os professores não poderiam ensinar se não compreendessem o que seus alunos falavam.¹⁷ Surgia, então, um grande problema: de onde obter os professores que compreendessem os dialetos italianos, dominassem o idioma nacional e se dispusessem a deslocar-se até as colônias e ali permanecer para ministrar suas aulas?

Para solucionar essas dificuldades, o Governo passou a incentivar a criação de aulas particulares, através de seu órgão, a Inspetoria Especial de Terras e Colonização. O ofício de julho de 1878 comunicava aos diretores das colônias que o Governo deixara o estabelecimento das aulas para a iniciativa dos particulares. Entretanto, continuava contribuindo com 25\$000 mensais quando o número de alunos passasse de 15, e mais 1\$000 por cada aluno que ultrapassasse esse número, contanto que não excedesse a importância com que abonava os professores nomeados.¹⁸ No ano anterior, em 6 de agosto de 1877, o Ministro da Agricultura mandara um aviso comunicando aos professores particulares existentes ou aos que se estabelecessem nas colônias que os diretores também deviam providenciar a construção das escolas, se houvesse mais de trinta alunos.¹⁹

Neste sentido, existiram muitas iniciativas por parte dos próprios pais e da comunidade que criavam “aulas”, nas quais o professor era pago para que ministrasse os conhecimentos básicos na leitura, escrita e cálculos. Conforme o imigrante Júlio Lorenzoni, estabelecido em Dona Isabel:

“A absoluta falta de escolas do Governo Brasileiro obrigava o colono a escolher as pessoas mais aptas para ensinar a ler, escrever e fazer contas àquela mocidade toda, sob pena de criarem-se na maior ignorância, verdadeiramente analfabetos. Precisavam então conformar-se com o melhor que houvesse, pois não eram professores formados os que iam lecionar, mas sim os que, na Itália, tivessem recebido uma razoável instrução e que, mediante módica retribuição, se sujeitassem a desempenhar a árdua tarefa de mestre, o que procuravam fazer da melhor maneira.”²⁰

¹⁵ Recenseamento da Colônia Conde d'Eu e Dona Isabel em 1883, Arquivo Histórico e Geográfico de Montenegro.

¹⁶ GIRON, Loraine Slomp. **Colônia Italiana e Educação**. In: *Revista História da Educação*. Pelotas: UFPel, n.º 3, vol. 2, set. 1998, p. 90.

¹⁷ SCHNEIDER, Regina Portela. **A instrução pública no Rio Grande do Sul (1770 - 1889)**. Porto Alegre: ed. Universidade/UFRGS/EST edições. 1993. p. 356.

¹⁸ Ofício n. 218, da Inspetoria Especial de Terras e Colonização para os diretores de núcleos coloniais em 01/07/1878. Lata 280, maço 09, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

¹⁹ Ofício da Inspetoria Especial de Terras e Colonização enviado para todos os diretores de colônia em 15/09/1877. Lata 280, maço 09, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

²⁰ LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante italiano**. Tradução Armida Lorenzoni Parreira. Porto Alegre: Sulina, 1975. p.126.

Entre os imigrantes havia alguns professores com formação em sua terra natal, mas seu número era insuficiente para suprir a carência / necessidade de escolas. Conforme Giron “(...) entre os imigrantes da Colônia Caxias, apenas quatro se identificaram como professores, sendo os responsáveis pelas primeiras escolas particulares regionais. Foram eles Giacomo Paternoster, Abramo Pezzi, Clemente Fonini e Marcos Martini.”²¹

Essas iniciativas foram muito comuns no interior das colônias. Diversos foram os casos em que as famílias de imigrantes uniram-se para empreenderem em mutirão a construção da escola, geralmente uma pequena casa de madeira rústica, apesar de nos primeiros tempos estas aulas terem funcionado na própria casa do professor ou na casa das crianças.

Já nas primeiras décadas do século XX estas aulas foram desaparecendo pela dificuldade dos pais manterem o investimento (em especial pelo elevado número de filhos), pelo crescimento de ofertas de escolas de outras modalidades ou pela própria desistência do professor por causa da parca remuneração (o que por vezes era feito em espécie – feijão, trigo, milho...).

2.2 – As escolas étnicas ou italianas

A dificuldade para organizar o ensino primário nas colônias e, posteriormente, nos já municípios, manteve-se por muitos anos. A distância da zona rural e a falta de meios de transporte isolavam algumas comunidades que, organizando-se por conta própria e com o auxílio recebido do governo italiano, fundaram escolas italianas..

As autoridades italianas, como os cônsules, preocupavam-se com a falta quase absoluta de instrução nos núcleos coloniais. É possível encontrar em todos os relatórios consulares registros que retratam a situação das colônias mencionando a falta de escolas e a necessidade de o governo italiano intervir, passando a apoiar a educação, enviando livros e material escolar.

As autoridades italianas buscavam incentivar a criação de escolas pela iniciativa dos colonos. Em 1882, haviam criado, em Dona Isabel, a Sociedade Artística de Mútuo Socorro, que contava inicialmente com 40 sócios. Através do incentivo de Enrico Perrod, em 1883, no ano seguinte surgiu uma escola italiana. Lorenzoni descreveu-a afirmando que:

“Seu primeiro mestre foi o senhor Isidoro Cavedon, que residia na Linha Santa Eulália e o Inspetor Escolar era o Reverendo Padre João Menegotto, pároco local (...) Devido, ao ordenado mínimo que lhe era outorgado, e também à distância que o separava da família, pouco depois pediu sua demissão sendo substituído pelo senhor Santo Bolzoni.”²²

O terceiro professor da escola italiana, mantida pela Sociedade de Mútuo Socorro, foi o próprio Júlio Lorenzoni.

Os subsídios fornecidos pelo governo italiano para estas escolas constituíam-se na remessa de livros didáticos e materiais de ensino sendo que não previa o pagamento dos professores, que deveriam contar apenas com as mensalidades dos alunos.

As “escolas italianas” foram importantes na manutenção da língua e do culto da Itália como a pátria dos filhos dos imigrantes. A importância do professor como elemento de ligação entre os imigrantes e a cultura e língua italianas foi reconhecida pelo governo da Itália, que no final do século XIX designou o professor-agente, com o objetivo de fazer a ligação entre os imigrantes e as autoridades consulares italianas.²³ Este foi o caso de Luigi Petrochi, agente consular e professor em Bento Gonçalves que assim comentava sobre o ensino em dezembro de 1905:

“A instrução da juventude deixa muito a desejar: em todo o território há apenas 18 escolas públicas brasileiras e cerca de duas dezenas de pequenas escolas italianas, dirigidas estas de boa vontade

²¹ GIRON, Loraine Slomp. **Colônia Italiana e Educação**. In: *Revista História da Educação*. Pelotas: UFPel, n° 3, vol. 2, set. 1998, p. 90.

²² LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante italiano**. Porto Alegre: PUCRS / Sulina, 1975. p. 123 e 124.

²³ DE BONI, Luís Alberto. **Bento Gonçalves era assim**. POA: EST/FERVI, 1985, p. 71.

por compatriotas nossos que, pouco se importando com sacrifícios e privações de toda sorte, ensinam o que sabem e como podem (...).”²⁴

Com o incremento do ensino público e as iniciativas dos institutos religiosos, já no início do século XX as escolas italianas iam aos poucos desaparecendo. Conforme Giron, “na década de 1920, das escolas italianas poucas sobreviviam em alguns municípios da região colonial, porém em vias de extinção, sendo mal vistas pelo governo estadual e mal assistidas pelo governo italiano.”²⁵

2.3 – As escolas confessionais

O universo cultural que se constituiu nas antigas colônias italianas da Serra Gaúcha foi dominado pela Igreja Católica. Poderíamos dizer que em nenhuma outra região houve maior poder da Igreja – os religiosos dirigiam a cultura regional por meio de seus seminários, internatos e escolas. Determinavam condutas sociais e a opinião pública através de seus periódicos, seus sermões e pregações. Influenciaram os rumos políticos. A Igreja foi o centro para a organização cultural – constituindo-se não apenas como lugar para o culto, mas em espaço para onde convergiam as relações sociais, econômicas e culturais das comunidades.

A partir de meados de 1890 houve grande crescimento nas iniciativas de entrada e instalação de congregações religiosas na região colonial que investiram na construção de seminários e noviciados. Conforme Giron, “enquanto os seminários e noviciados procuravam futuros religiosos entre filhos de colonos italianos na zona rural, as congregações religiosas instalaram-se na zona urbana, servindo as camadas médias da população. Mantidas pelas mensalidades dos alunos foram responsáveis pela formação de mão-de-obra capacitada para a nova realidade econômica do Brasil.”²⁶

2.4 – As escolas públicas

As administrações coloniais tentaram amenizar o problema do ensino com a criação de escolas nas sedes dos núcleos coloniais. Em 1876, o diretor João Jacintho Ferreira dirigia um ofício à Inspetoria Especial, notificando a existência, nas duas colônias (Conde d’Eu e Dona Isabel), de escolas para ambos os sexos. No ano seguinte, 1877, o diretor de Dona Isabel, Pedro Albuquerque Rodriguez, afirmava que, em uma sala da casa da diretoria, funcionava uma aula de primeiras letras, enquanto não ficasse pronta a escola. Nessa aula estavam matriculados sessenta e um alunos que a freqüentam regularmente.²⁷ Alertando sobre a situação precária do ensino e a necessidade de se criar novas escolas, dizia o diretor de Dona Isabel:

“Esta única aula não satisfaz a necessidade que há de propagar-se a instrução rudimentar entre os colonos, por causa das grandes distâncias. É de conveniência abrir uma escola em cada linha, já a bem da instrução dos colonos, já pela economia de tempo que resulta para o expediente da diretoria, pois estimando a relação entre colonos inteiramente analfabetos e os que apenas sabem ler e escrever, em 10%, indispensável é ao diretor, para satisfazer as exigências da Repartição de Fazenda, a perda de muito tempo todas as vezes que for mister a assinatura de um documento qualquer.”²⁸

²⁴ COSTA, Rovílio (e outros). **As colônias italianas Dona Isabel e Conde d’Eu**. Porto Alegre: EST/ Fondazione Giovanni Agnelli, 1994. p.81.

²⁵ GIRON, Loraine Slomp. **Colônia Italiana e Educação**. In: *Revista História da Educação*. Pelotas: UFPel, nº 3, vol. 2, set. 1998, p. 92.

²⁶ GIRON, Loraine Slomp. **Colônia Italiana e Educação**. In: *Revista História da Educação*. Pelotas: UFPel, nº 3, vol. 2, set. 1998, p. 92.

²⁷ Relatório da Colônia Dona Isabel e Conde d’Eu em 1878, elaborado pelo diretor Pedro Albuquerque Rodriguez para a Inspetoria Especial de Terras e Colonização. Lata 280, maço 09, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

²⁸ Relatório da Colônia Dona Isabel e Conde d’Eu em 1878, elaborado pelo diretor Pedro Albuquerque Rodriguez para a Inspetoria Especial de Terras e Colonização. Lata 280, maço 09, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Quanto à colônia Caxias, o seu diretor, em 1880, relatava haver falta de instrução na colônia de forma quase absoluta. Existiam apenas duas escolas, ambas dirigidas por colonos que não pronunciavam uma só palavra em português e que não encontrara um único documento que indicasse as horas das aulas e o número de alunos que as freqüentavam. Entendia e alertava ser de grande necessidade a criação de mais duas escolas, regidas, porém, por professores habilitados ao ensino da língua nacional.²⁹

Os comentários e alertas foram muitos e algumas autoridades mencionavam o perigo de surgirem, dentro do país, regiões totalmente alheias à cultura, às leis e mesmo aos costumes do Estado em que os imigrantes estavam vivendo agora, já que a maioria das crianças cresceria sem o mínimo de conhecimento da língua e do idioma nacional.

A partir da Proclamação da República o ensino público passou a receber maiores investimentos e houve uma breve expansão da oferta de vagas em escolas públicas subvencionadas pelo Estado na Região Colonial Italiana. A organização do ensino público municipal ocorreu apenas a partir de 1912 através de determinação da Secretaria do Estado dos Negócios do Interior e Exterior de Porto Alegre. Os dados informados eram alarmantes: em 1910, Bento Gonçalves tinha um total de 18744 habitantes e, destes, 11086 eram analfabetos, ou seja, 59% da população, segundo os registros da Intendência Municipal. Neste mesmo município, em 1915, a situação escolar era, conforme o quadro a seguir:

Sinopse da População Escolar – 1915 – Bento Gonçalves

Nº	Colégios	Número de alunos					
		Matriculados			Frequência		
		Masc	Fem.	Total	Masc	Fem.	Total
1	Colégio Elementar	108	83	191	87	68	155
8	Escolas públicas estaduais	238	165	403	201	138	339
22	Escolas subvencionadas pelo Estado	455	379	834	358	294	652
3	Escolas subvencionadas pelo município	52	30	82	37	24	61
3	Colégios religiosos	62	77	139	58	67	125
7	Colégios particulares	104	86	190	78	62	140
Totais		1019	820	1839	819	653	1472

Quadro apresentado pela Intendência Municipal de Bento Gonçalves em 26/10/1915 à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior.³⁰

Em 1914, em questionário remetido à Secretaria de Estado a intendência de Bento informava que cerca de 3500 crianças em idade escolar eram analfabetas e estavam privadas do acesso à escola.³¹ Os motivos foram diversos – a evasão, a repetência, a falta de incentivo pelas condições materiais das famílias e mesmo a pouca importância dada por alguns ao estudo dos filhos, conforme a documentação oficial.

Ao final do ano letivo, quando promoviam-se os exames finais para a verificação do aproveitamento escolar havia o registro dos procedimentos em ata e em diversas podemos constatar a dificuldade com a frequência como pode-se observar a seguir:

²⁹ Ofício enviado para o Inspetor Especial de Terras e Colonização, Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves pelo diretor e engenheiro - chefe de Caxias, José Carlos Muniz Bittencourt em 10/12/1880. C250, AHRGS.

³⁰ Dados retirados do Livro de Estatísticas da Intendência Municipal de Bento Gonçalves – Arquivo Histórico de Bento Gonçalves.

³¹ Dados retirados do Livro de Estatísticas da Intendência Municipal de Bento Gonçalves – Arquivo Histórico de Bento Gonçalves.

“Ata de exames. Aos quatro dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e vinte e um compareceram nesta aula n.º 6 da linha Santo Antônio no município de Bento Gonçalves a Comissão examinadora composta dos Sr. Tenente Orlando Guimarães, Major Angelo Alves de Souza Marques e Edgard Cardoso. Verificada a presença de quarenta e seis alunos sendo dezoito do sexo feminino e vinte e oito do sexo masculino. (...) A comissão verificando no livro ponto o grande número de faltas por parte dos alunos é unânime em votar aos Srs. moradores desta Linha os mais sinceros parabéns por terem à frente da Escola frequentada pelos seus filhos a distinta e laboriosa Srta. Melinda Gava, que apesar dos embaraços acima expostos apresentou, em exame, alunos bem adiantados. A comissão.”³²

Em 1905, o professor Humberto Ancarini, tratando da instrução na Colônia Caxias afirmava que “(...) poucos são os pais que dão verdadeira importância à instrução e à educação. Para muitos, estas são palavras sem sentido.”³³ Porém não devemos ter isso como regra pois dois parágrafos após esta declaração, escreveu Ancarini que “ (...) ao visitar muitos colonos nas diversas léguas. Falando com eles, fiquei persuadido de que muitos desejariam vivamente ter uma escola, dirigida por algum colono, para dar aos filhos um pouco de instrução.”³⁴ Encontramos ao longo da pesquisa petições, solicitando a instalação de escolas, mas nem sempre eram atendidas.

“Tenho a honra de apresentar a V. Ex. a inclusa petição que fazem os colonos das linhas Santa Clara, da extinta colônia Santa Maria da Soledade. Sendo uma das mais antigas partes da colônia Conde d’Eu, e tendo os seus habitantes extrema falta de uma escola, reúne esta Diretoria os seus votos em favor do justo pedido que a V. Ex. fazem.”³⁵

Quanto aos professores, alguns eram nomeados pelas autoridades municipais e outros eram as pessoas mais instruídas da localidade que se dispunham a ensinar noções básicas de leitura, escrita e cálculos. Comentando sobre a função dos professores, Costa destacou:

“Na escola o professor usava de sua autoridade e exigia disciplina impecável. Era autorizado pelos pais para aplicar castigos. Entre os castigos mais em voga, (...), estavam os seguintes: ficar de pé durante a aula, ficar sem recreio, ajoelhar sobre grãos de milho ou sobre pedrinhas, pancadas nas mãos com varas de marmelo ou com a régua, permanecer mais tempo na escola após o horário escolar... este último castigo era o mais temido, por que os pais percebendo o atraso em voltar da escola, suspeitavam do castigo.”³⁶

Os conhecimentos trabalhados pelos professores nas escolas públicas primárias podem ser compreendidos a partir das Atas de Exames finais – registro interessante como o que destacamos a seguir de 1925:

“Ata de exame. Aos cinco dias do mês de novembro de mil novecentos e vinte e cinco, às oito horas da manhã nesta terceira aula subvencionada pelo Estado e localizada em Olhos d’Água, 1º distrito de Bento Gonçalves, por mim regida, Dosolina de Carli, compareceu a comissão examinadora composta pelos Sr. Amedeu Vetorelli, Francisco Pereira e Reynaldo Accorsi a fim de encerrar os trabalhos do ano letivo. Feita a chamada verificou-se a presença de 50 alunos dos 57 matriculados, iniciaram-se os trabalhos com um discurso e canto do hino à Bandeira. A turma mais adiantada composta de 10 alunos sendo cinco meninos e cinco meninas, foi arguida em leitura na seleta e

³² Livro de Registro de Atas dos Exames e Termos de Visitas da 24ª Aula Mista Subvencionada pelo Estado, de Santo Antônio, Estrada Geral Velha, 1º Distrito de Bento Gonçalves. Arquivo Histórico de Bento Gonçalves.

³³ DE BONI, Luís A. **A Itália e o Rio Grande dos Sul IV: relatório de autoridades italianas sobre a colonização em terras gaúchas**. Tradução e notas de Luís A. De Bonni. POA:EST / Caxias do Sul: EDUCS, 1983, p. 56.

³⁴ DE BONI, Luís A. **A Itália e o Rio Grande dos Sul IV: relatório de autoridades italianas sobre a colonização em terras gaúchas**. Tradução e notas de Luís A. De Boni. POA:EST / Caxias do Sul: EDUCS, 1983, p. 56.

³⁵ Ofício enviado pelo diretor das Colônias Dona Isabel e Conde d’Eu, Joaquim Rodrigues Antunes em 17/04/1884, ao Presidente da Província, Conselheiro José Julio de Albuquerque Barros. S A 52, AHRGS.

³⁶ COSTA, Rovílio. **Imigração Italiana: vida, costumes e tradições**. Porto Alegre: EST, 1974, 1986. p.78.

manuscrito, foram apresentadas diversas provas de caligrafia em bastardo, bastardinho, curso e cursivo, as quais foram classificadas; ditado, como assim conhecimento de aritmética sobre as quatro operações de números inteiros e algumas frações decimais, sistema métrico e frações ordinárias; em geografia noções sobre os principais pontos do Brasil como estados e capitais, alguns rios especialmente os do Rio Grande do Sul, noções de História natural e História Pátria. A segunda classe, composta de dezoito alunos, sendo 10 meninos e 8 meninas, apresentou leitura no quarto livro, exercícios sobre as três primeiras operações, noções de gramática, geografia, história do Brasil e história natural – caligrafia e ditado. Os demais mostraram regular conhecimento sobre as matérias relativas a sua classe. Finalizou-se com algumas poesias, recitativos, discursos e cantos, como o Nacional e Independência. Não havendo mais nada a tratar-se eu, Dosolina de Carli, professora da supra-citada aula escrevi a presente ata que assino junto aos membros da comissão e mais pessoas presentes.”³⁷

Percebe-se, além das abordagens curriculares mencionadas a preocupação com a chamada nacionalização preventiva, empreendida pelas escolas públicas subvencionadas pelo Estado e municipais a partir da Primeira Guerra Mundial – passa a dar-se destaque ao canto de hinos, ao ensino cívico bem como à formação moral. Para comprovar poderíamos denotar a importância dada ao ensino a partir dos termos de inspeções escolares registrados. Para exemplificar:

“Termo de inspeção. Hoje, inspecionei esta aula, regida pela professora D. Dosolina de Carli. Dos 72 alunos matriculados, achavam-se presentes 54. Estes foram arguidos e revelaram bom aproveitamento em diversas disciplinas. O ensino cívico está cuidado com carinho. Foram cantados os hinos Nacional, à Bandeira e outros. Alguns alunos declamaram poesias patrióticas. A professora desta aula é dedicada e zelosa. Olhos d’Água, 20 de junho de 1927. Alfredo Aveline, Inspetor Escolar e Odorico Carvalho, Inspetor Municipal.”³⁸

As longas distâncias, a falta de professores ou de qualificação, a falta de verbas públicas para investir na educação e, por vezes, o incentivo das próprias famílias ao trabalho em detrimento, muitas vezes, do estudo de seus filhos – denotam que os descendentes dos imigrantes tiveram pouca “instrução”.

Passados cinquenta anos do início do estabelecimento de imigrantes na Região Colonial, podemos dizer que a situação escolar não era, ainda, animadora. Conforme os dados apresentados no Álbum do Cinquentenário da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul, as escolas em 1925 eram as seguintes:

Município	Escolas Estaduais	Escolas Municipais	Escolas Particulares	Total
Caxias do Sul	13	77	16	106
Bento Gonçalves	4	30	3	37
Flores da Cunha	-	10	1	11
Garibaldi	17	41	2	59
Antônio Prado	3	-	5	8
Veranópolis	1	-	4	5
Total	38	158	31	225

Fonte: Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud.³⁹

³⁷ Livro de registro das atas da 3ª aula subvencionada pelo Estado na Estrada Geral – 1925, Bento Gonçalves. Arquivo Histórico de Bento Gonçalves.

³⁸ Livro de registro das atas da 3ª aula subvencionada pelo Estado na Estrada Geral – 1925, Bento Gonçalves. Arquivo Histórico de Bento Gonçalves.

³⁹ CROCCETA, Benedetto. **Vita coloniale: i datori di oro.** In: *Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud*. Porto Alegre: Globo, 1925, p. 406.

Pensando-se na quantidade de população que habitava estes municípios e o número de escolas, percebe-se que estas eram insuficientes para atenderem em especial as zonas rurais. De qualquer forma, conforme a bibliografia, a falta de escolas foi solucionada muito tempo depois, e os índices de analfabetismo, durante longo tempo, foram elevados.

No caso do RS, ainda não se realizou estudos aprofundados e específicos sobre esta temática. Temos importantes estudos acadêmicos sobre a educação entre imigrantes italianos que se estabeleceram em outros estados como São Paulo e Paraná que podem ser interessantes para contrapor com estudos em educação entre imigrantes italianos no Rio Grande do Sul, que precisam ser aprofundados.

CONFLITOS E IDENTIDADES: A AÇÃO MARISTA NOS NÚCLEOS TEUTOS DO RIO GRANDE DO SUL

Kate Fabiani Rigo¹

O artigo é apenas um recorte da minha dissertação de mestrado sobre a Congregação Marista nos núcleos teutos do RS. A idéia de montar um trabalho sobre os Irmãos Maristas e sua atuação nas colônias teutas veio a partir da necessidade de sanar uma lacuna historiográfica existente sobre os mesmos no Rio Grande do Sul.

Durante a revisão bibliográfica feita sobre os Maristas nas colônias alemãs, foi constatado que os fatos apresentados pelos autores deste assunto estão descritos de forma isolada e a sua contextualização é mínima e até mesmo subjetiva. Quanto à questão dos Irmãos Maristas franceses no período de propagação da germanidade nas colônias de origem teuta, aqui no Estado, esta quando trabalhada é posta de forma superficial.

Segundo o autor Riolando Azzi, *“falta ainda um estudo mais profundo que analise as vinculações do clero católico com a germanidade”*. Esta frase nos fez perceber que o desenvolvimento da pesquisa era válido, na medida em que analisamos os reflexos da germanidade nas escolas coloniais e como a Congregação Marista, de origem francesa, conseguiu realizar o seu projeto educacional nos redutos teutos durante as primeiras décadas do século XX.

A Congregação Marista surgiu na França após a Revolução Francesa, quando foi percebida a necessidade de oferecer à juventude francesa, das zonas rurais, um ensino voltado para a formação religiosa, intelectual e esportiva de seus alunos. Estas características fizeram com que as escolas, fundadas por Marcelino Champagnat, se destacassem e se espalhassem pelo interior da França.

Durante o século XIX e início do século XX, a Congregação e as demais Ordens religiosas que estavam envolvidas em atividades educacionais, sofreram com a inserção das idéias iluministas, que visavam a gradual laicização das escolas francesas. A Congregação, em especial, sofreu o maior golpe em 1903, com a instalação da Lei de Combes², nesta foi decretado o fechamento de 400 escolas Maristas e o exílio dos Irmãos. A partir de então, a Congregação Marista espalhou-se por diversas partes do mundo.

Já a vinda da Congregação para o Rio Grande do Sul, está relacionada à exigência das colônias teutas de instalarem escolas em suas comunidades mais afastadas. Os padres Jesuítas, que eram os detentores do poder educacional desde a segunda metade do século XIX, sentiram a necessidade de pedir auxílio aos Irmãos Maristas franceses, já que estes eram conhecidos por atenderem as comunidades rurais, no interior da França.

A instalação da Congregação no Rio Grande do Sul, provocou um acelerado processo expansionista da mesma, devido à nova pedagogia de ensino integral aplicada pelos Irmãos e devido à precariedade do ensino gaúcho, principalmente nas regiões coloniais mais afastadas.³ Após o sucesso obtido pelos Maristas, no início do século XX, os primeiros empecilhos propiciados causados pelas diferenças culturais com as comunidades teutas começaram a surgir, em

¹ Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

² O criador da Lei de Combes foi Émile Combes (1835-1921), antigo seminarista e político francês, fazia parte do governo anticlerical de Léon Bourgeois e depois fez parte do mandato de René Waldeck-Rousseau, como Primeiro Ministro do Interior e da Religião. A lei de Combes foi instaurada em 1903, quando as Associações religiosas precisavam da autorização legal do Estado para funcionar.

³ Para saber mais sobre o histórico da Congregação Marista no Rio Grande do Sul, recomendamos a leitura dos estudos de Ir. Eugênio Damião, Ir. Nadir Bonini Rodrigues e de Riolando Azzi. A referência completa encontra-se na bibliografia.

especial no período de 1910-1922. Esta delimitação temporal foi definida a partir das situações de conflito existentes entre os Irmãos Maristas e as Comissões Escolares que controlavam o desenvolvimento da educação nas colônias de origem teuto-católicas.

A questão de preservação da identidade germânica está intimamente ligada ao exarcebado patriotismo implantado pela monarquia Hohenzollern, após a guerra Franco-Prussiana (1871). Neste período a monarquia assumiu o controle das escolas, promovendo a construção do espírito alemão e a concepção de uma Alemanha suprema, superior a tudo que jamais existiria, ou seja, uma nação divina.

Sobre a construção deste espírito alemão através da educação, H.G. Wells apresenta os deveres do professor durante a dinastia Hohenzollern:

O mestre, o professor que não ensinasse e pregasse, com oportunidade e fora de oportunidade, a superioridade racial, moral, intelectual e física dos germanos sobre todos os outros povos, a sua extraordinária devoção à guerra e à sua dinastia e o seu inevitável destino à direção do mundo sob a égide dessa dinastia, era homem marcado, fadado ao desastre e a obscuridade (Wells, 1939, p.306).

Durante este período, o ensino de história na Alemanha, se transformou numa grande manipulação forjada pelos interesses do governo Hohenzollern. Quanto às demais nações, estas eram vistas como incapazes ou decadentes; e os prussianos seriam os condutores e os regeneradores da humanidade (Wells, 1939, p.306). Sabemos que muitos imigrantes teutos vieram para o sul do Brasil com esse sentimento patriótico exacerbado imbuído em sua bagagem cultural. Esta era uma característica, principalmente, dos teutos oriundos dos redutos urbanos, que devido ao contato com outras culturas (lusa, italiana, polonesa...) viam a sua integridade cultural germânica ameaçada. Aqui no sul, a difusão da germanidade foi orientada por intelectuais que possuíam acesso às escolas e à imprensa, sendo que através destes meios, lutavam pela preservação da identidade teuta através da língua alemã.

Com esta breve caracterização do espírito alemão e sua ligação direta com as escolas e o ensino, fizemos o seguinte questionamento: Sendo os maristas oriundos de uma Congregação francesa, qual foi o impacto de sua atuação nas colônias alemãs, durante a difusão do germanismo no Rio Grande do Sul?

A partir desta problemática percebemos que a vinculação existente entre a fé católica (Jesuítas) e a germanidade impedia que se visse com bons olhos qualquer interferência de religiosos oriundos de outra nação para dentro de uma zona caracteristicamente alemã. Especialmente quando estes religiosos eram de origem francesa, devido às tensões históricas existentes entre França e a Alemanha. Estas tensões estão relacionadas à situação de fronteiras que se agravaram no decorrer da Primeira e Segunda Guerra Mundial.

Segundo Eugênio Damião, a questão da germanidade foi um dos principais motivos para que surgissem atritos entre os Maristas e as Comissões patrocinadoras escolares. Esta questão é ressaltada no Histórico da Província do Brasil Meridional:

Decepcionou, de certo modo, aos homens de influência o fato dos Irmãos Maristas serem franceses, embora vindo da Lorena...Quando notaram que os religiosos ensinavam, no colégio, além do alemão e do português, ainda o francês, ficaram por assim dizer mais atentos à sua ação. De fato, os irmãos ensinaram o português desde o início, mesmo na escola paroquial, ainda que o programa não exigisse (Damião, 1950, p. 136).

As divergências estavam relacionadas às matérias lecionadas, pois achavam que não estavam dando atenção suficiente à língua e à cultura germânica. Segundo Azzi, no ano de 1907 os Irmãos Maristas se propuseram a comprar o prédio do colégio de Bom Princípio, mas o jornal “Deutsches Volksblatt” lançou um apelo para que de maneira alguma o educandário de Bom Princípio fosse vendido aos Irmãos, alegando que estes haviam desvirtuado os objetivos fundamentais da germanidade traçados inicialmente para a escola complementar.

Em 1918, os Maristas foram afastados da direção da Escola de Bom Princípio, pois pretendiam dar feriados aos alunos em datas brasileiras, o que contrariava o desejo da Comissão Paroquial. Após esta decisão e depois de outros atritos ocorridos entre escolas alemãs e os religiosos maristas, estes resolveram sair do reduto cultural dos imigrantes alemães, partindo para atender as solicitações dos colonos italianos.

Acreditamos que a defesa da germanidade e a reação frente à pedagogia francesa aplicada pelos Irmãos estavam associadas à perda do monopólio cultural e educacional dos Jesuítas. De forma que estes se utilizaram dos princípios de preservação da integridade cultural alemã para que a expansão educacional Marista fosse freada nas comunidades de origem teuta.

Considerando o fato de que a pesquisa atinge duas etnias distintas – a alemã com os teuto-brasileiros e os Jesuítas e a francesa com os Irmãos Maristas – utilizamos o estudo de Norbert Elias para entendermos que as auto-imagens nacionais representadas através de conceitos como “Civilização” e “Kultur” assumem formas distintas. Por mais divergente que seja a auto-imagem dos alemães, que falam com orgulho de sua “Kultur”, e a de franceses, que se envaidecem com a sua “civilização”; todos consideram esta a maneira como o mundo dos homens como um todo, quer ser visto e julgado (Elias, 1994, p.25).

Deste modo compreendemos que o imigrante alemão, no Rio Grande do Sul, buscou a manutenção do “Kultur” através de suas escolas, sociedades e pela preservação de seu idioma materno. Quanto à chegada dos Irmãos Maristas nas escolas teutas, que tiveram toda a sua base pedagógica francesa, o termo “Civilização” pode ser encontrado na idéia de expansão, ou seja, de levar o conhecimento a todos e de fazer com que seus alunos estudassem além do idioma alemão, o português e também o francês. Este espírito de “civilizar” francês foi um dos fatores que propiciaram o rápido avanço que a Congregação Marista teve pelo mundo após a sua saída da França com a chamada “Lei de Combes” no ano de 1903.

Como mencionamos anteriormente, a nossa hipótese de que a manutenção da identidade cultural teuta tenha sido utilizada pelos padres Jesuítas, como uma forma de deter o avanço educacional Marista nos núcleos de origem alemã, está calcada na teoria de dominação simbólica, onde por meio do imaginário coletivo o imigrante pode ser atingido. Segundo Baczko, em seu texto “Imaginação Social” (1985, p. 332), qualquer coletividade produz um sistema simbólico que compreende os imaginários sociais, e para a garantia desta difusão é necessário controlar instrumentos relacionados à persuasão, pressão e inserção de valores e crenças. Assim a defesa pela integridade cultural teuta se difundiu através da imprensa (persuasão), da religião (pressão) e das escolas (inserção de valores e crenças), formando uma rede que através desta a construção do imaginário se dividiu e montou seus próprios objetivos (preservação da integridade cultural). Para Baczko, a construção desta coletividade:

... designa sua identidade, elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais. (...) é produzido, em especial, uma representação global e totalizante da sociedade como uma “ordem” em que cada elemento encontra o seu “lugar”, a sua identidade e a sua razão de ser (Baczko, 1985, p.309).

Com a definição de que os Jesuítas tenham controlado a expansão educacional marista a partir do imaginário coletivo e de que sua propagação esteve diretamente ligada a redes de controle coletivo como: Imprensa, Igreja e Escola, consideramos de suma importância destacar a participação destes elementos na manutenção da “Kultur” e também na propagação do germanismo.

Esta atribuição à Ordem Jesuítica está relacionada a sua influência, na época, em todos os elementos da rede simbólica. Podemos citar como exemplo a sua participação na imprensa através do Deutsches Volksblatt e no Lehrerzeitung; na religião, por serem os responsáveis pelas paróquias das comunidades teutas, e por fim na escola, por serem os responsáveis pela formação de escolas paroquiais nas colônias de origem alemã do Estado.

Com todas estas informações, é possível que o leitor faça o seguinte questionamento: “Já que o

ideal Jesuíta era o de preservar a integridade cultural teuta às futuras gerações, por que então foi chamado o auxílio de uma Congregação de outra etnia?"

A resposta está ligada ao objetivo a um projeto maior, de maneira que a vinda da Congregação não estava associada somente à falta de professores na região alemã, mas também estava ligada a um projeto católico que visava evitar a propagação de escolas leigas por um lado e de luteranas por outro. Esta breve caracterização é válida no sentido de entendermos o sentido no qual padres Jesuítas alemães convidaram professores de uma Congregação Francesa para auxiliá-los no seu projeto educativo.

De início, as primeiras ações Maristas nas escolas paroquiais teutas foram aprovadas pelos padres Jesuítas, no entanto, com o aumento das fundações Maristas, os Jesuítas deixaram de ver os Irmãos como aliados e sim como concorrentes. Lembramos que toda a estrutura educacional das comunidades teuto-católicas era supervisionada e administrada pelos Jesuítas. Com a chegada dos Maristas esta estrutura monopolista foi quebrada, o que gerou o desencadeamento de atritos entre Jesuítas e Maristas.

É importante lembrarmos que estamos falando de duas instituições católicas que estão marcadas não só por suas diferenças estruturais como também por suas diferenças identitárias, onde uma preserva a "Kultur" (Jesuítas alemães) e a outra leva a todos a sua civilização (Maristas).

Para que possamos compreender estas divergências estruturais e identitárias selecionamos alguns pontos de discordância entre as duas instituições:

- Os Jesuítas alemães possuíam um projeto educativo baseado na manutenção da integridade cultural e identitária do teuto-brasileiro. Os Maristas vieram para cá com o espírito universalista, fazendo com que seus alunos expandissem seus conhecimentos através de uma pedagogia integral.

- Os Jesuítas alemães possuíam um sistema de ensino mais rígido, onde a relação entre professor e aluno era extremamente distante e a disciplina era bastante rigorosa. Os Maristas trouxeram uma pedagogia mais flexível em relação aos Jesuítas, considerando a relação do professor - aluno mais próxima e o sistema disciplinar era mais flexível; esta característica está associada à pedagogia de presença.

- Os Jesuítas utilizavam a cultura local para difundir os valores católicos. Os Maristas utilizaram a pedagogia para a difusão destes mesmos.

Sabemos que existem outras diferenças entre as duas instituições, no entanto, selecionamos apenas estas por terem sido as principais motivadoras das desavenças. Os confrontos muitas vezes podem ser marcados também pela igualdade de objetivos, como no caso dos Jesuítas e Maristas, pois ambos possuíam o espírito educacional expansionista e catequizador. O caso do Rio Grande do Sul é um bom exemplo deste ideal catequizador das instituições, quando estas buscam o controle educacional do território riograndense promovendo uma verdadeira disputa pelo espaço cultural do Estado.

Para exemplificarmos a nossa afirmação selecionamos duas citações, uma apresentando a idéia dos Jesuítas de não perderem o seu domínio cultural na região teuta e outra que ressalta o projeto educacional expansionista Marista.

Para aliviar a nossa sociedade do peso do magistério, foram chamados os irmãos das escolas, denominados maristas. Principiaram esta tarefa em 1º de janeiro de 1903. Os edifícios, contudo, os móveis da escola, assim como a administração e a direção permanecem em nossas mãos (Azzi, 1997, p.256 apud Liber generallis residentiae S. Crucis, S.J., 1903).

A citação apresenta claramente o intuito dos Jesuítas de terem os Irmãos apenas na docência da escola, não dando abertura para uma possível ascensão. Outro ponto observado se refere à necessidade de mostrar os Maristas como subordinados ao domínio administrativo dos Jesuítas. Podemos associar a idéia de domínio e subordinação ao imaginário que cercava o teuto,

no caso os Jesuítas alemães, que ele representava um modelo de superioridade em relação às demais nações, principalmente em casos relativos aos franceses (Maristas), já que suas rivalidades ocupam o campo histórico e cultural.

A próxima citação está associada ao interesse da Congregação Marista em expandir o seu projeto educacional. O trecho foi extraído de carta enviada pelo Ir. Weibert ao Superior Geral Marista:

Eu acabo de apresentar meus títulos franceses a fim de ser nomeado para a escola oficial (...). Eu me comprometi de apresentar em dos meus professores aos exames de dezembro de 1901 para a obtenção do diploma; se o bom Deus me der saúde e um pouco de tempo, eu mesmo me prepararei a estes exames cujo programa é muito pesado (é o diploma superior francês). Se como eu espero a coisa saia bem, será um precedente; e nós poderemos desta maneira ter muitos estabelecimentos no Estado do Rio Grande do Sul (Rodrigues, 2000, p.59).

O trecho final destaca a possibilidade e o desejo do Ir. Weibert de instalar uma Província Marista no Rio Grande do Sul. Este projeto educacional expansionista se relaciona com a definição do “Civilizar” para o francês. Ele se julga preparado para difundir o conhecimento a todas as partes do mundo, já que o mesmo se denomina civilizado.

A idéia de “civilizar” está associada a um sentimento de superioridade em relação a uma outra nação menos “civilizada”. Este é mais um fator de igualdade entre os Maristas, que difundem pelo mundo sua pedagogia humanista com base francesa e os Jesuítas alemães que vieram para as terras do Rio Grande do Sul com um forte sentimento de superioridade adquirido principalmente no período de Bismarck na Alemanha.

A contribuição dos Irmãos nestas colônias foi indiscutível, já que os mesmos complementaram e aperfeiçoaram o trabalho já desenvolvido pelos padres Jesuítas no Rio Grande do Sul, mais especificamente nas colônias teutas. Mesmo com os desentendimentos com as Comissões Escolares, os Irmãos Maristas conseguiram implantar um sistema educacional tão eficaz que, quanto mais se tornava conhecido, mais solicitações provocava, gerando um grande descontentamento por parte da Ordem Jesuítica, aqui implantada.

Por fim, evidenciamos que as divergências entre os Maristas franceses e os Jesuítas alemães estão relacionadas aos termos “Kultur” e “Civilização”. O Jesuíta utilizava a educação como um meio de preservar ao máximo a identidade cultural de seus educandos através do “Kultur”, já o Marista utilizava a educação como um meio de expandir e de levar a todos a sua “Civilização”. Consideramos de suma importância ressaltar que esta mistura entre alemães e franceses no processo de formação das escolas nos núcleos teutos do Rio Grande do Sul trouxe para as suas comunidades uma espécie de equilíbrio, já que o Jesuíta fez com que a comunidade não perdesse por completo a sua identidade cultural e o Marista mostrou para a mesma que é possível preservar esta identidade através do conhecimento de outras identidades culturais.

BIBLIOGRAFIA

- ARENDR, Isabel Cristina e SILVA, Haiké R. Kleber da. *Representações do discurso teuto-católico e a construção de identidades*. Porto Alegre: EST, 2000.
- AZZI, Rioldo. *História da educação Católica no Brasil: Contribuição dos Irmãos Maristas-1897-1997*. São Paulo: SIMAR, 1997.
- _____. O catolicismo de imigração. In: DREHER, Martin N. (org). *Imigrações e História da Igreja no Brasil*. Aparecida, SP: Editora Santuário, 1993.
- BACZKO, Bronislaw. Imigração Social. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1985 (vol.5: Antropos-homem, p. 296-332)
- BOHNEN, Aloysio. *A Atividade dos Jesuítas de São Leopoldo*. São Leopoldo: Unisinos, 1989.
- DAMIÃO, Eugênio. *Histórico da Província do Brasil Meridional: 1900-1950*. Tip. Champagnat, 1950.

ELIAS, Norbert. *Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2v, 1996.

GERTZ, René. *O Perigo Alemão*. Porto Alegre: Ed. da Universidade-UFRGS, 1991.

INSTITUTO DOS IRMÃOS MARISTAS. *A Província do Brasil Meridional em meio século de existência: 1900-1950*. Porto Alegre: s/e, 1950.

KREUTZ, Lúcio. Escolas da Imigração Alemã no RS: perspectiva histórica. In: MAUCH, C. VASCONCELOS, Naira00. (org) *Os Alemães no Sul do Brasil*. Canoas: Ed. da Ulbra, 1994.

MÜLLER, Telmo Lauro. *Nacionalização e Imigração Alemã*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1994.

PUJOL, Josep Maria Escorihuela. *O Educador Marista: sua identidade, seu estilo educativo*. Porto Alegre: Províncias Maristas do Brasil, 1985.

ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

RODRIGUES, Nadir Bonini. *Ação inovadora dos Irmãos Maristas no sul do Brasil: 1900-2000*. Porto Alegre: EPECE, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

WELLS, H.G. *História Universal: A era das grandes potências*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

UM LUGAR NA HISTÓRIA: ESCOLAS TEUTO-BRASILEIRAS EM SÃO PAULO

Maria Cristina dos Santos Bezerra

O estado de São Paulo desponta no cenário econômico do país tardiamente, levando-se em conta a participação de outros estados na economia desde o período colonial. Emerge no século XIX, tendo como principal produto o café e este dá condições para a transformação da sociedade paulista não só nos aspectos econômicos, como aqui se delineia, mas também no cenário político e cultural.

Com a expansão do café e a insuficiência de mão-de-obra - já que o tráfico internacional de escravos estava proibido e o tráfico interno já não supria mais as necessidades do trabalho -, aliado aos movimentos abolicionistas que eclodiam em todo o país, os embates em torno da proclamação da República e a necessidade de se formar um mercado consumidor acirraram as discussões sobre a formação de uma nova estrutura de produção que não a fundamentada no trabalho escravo. Defende-se então a inserção do trabalhador branco europeu nas fazendas de café paulistas.

A imigração alemã¹ para São Paulo inicia-se com a formação do Núcleo Colonial de Santo Amaro, em 1827 e tinha como objetivo povoar a região, que se situava entre a cidade de São Paulo e o litoral (SIRIANI: 2003). Nas décadas seguintes, a entrada de imigrantes alemães se deu em virtude da expansão do café no interior paulista, principalmente com os projetos de parceria idealizados pelo Senador Vergueiro, liberal do império que formou em suas fazendas Colônias de Parceria, como bem demonstra Thomas Davatz em seu clássico sobre a imigração para São Paulo. Essas foram as primeiras iniciativas com a imigração alemã e depois disso há uma intensificação na entrada de imigrantes alemães na segunda metade do século XIX e primeira metade do XX.

Para os objetivos desse texto, ater-me-ei às transformações sócio-culturais ocorridas nesse período com a participação do imigrante alemão, enfatizando mais a influência no campo educacional, com a formação das escolas étnicas alemãs.

A educação pública na província de São Paulo no século XIX seguiu o mesmo caminho da educação de todo o país, que passava por processo de reestruturação econômica e das forças produtivas e, para tanto, necessitava da formação de pessoas para atuar nessa sociedade em transformação, que deixava paulatinamente de ser rural e escravocrata enquanto se urbanizava.

Fazia-se necessário organizar a instituição capaz de formar cidadãos para as novas demandas produtivas, fato amplamente discutido pelos republicanos paulistas e que culminou em propostas de criação de escolas públicas ao mesmo tempo em que era ampliado o quadro das escolas privadas que atendiam a demandas específicas de grupos, como as escolas de imigrantes de diferentes etnias que se organizavam em São Paulo, tanto na capital, com caráter mais urbano quanto no interior, com caráter rural, devido aos núcleos coloniais e as grandes levas de imigrantes que se instalaram nas fazendas de café (KREUTZ, 2000).

Neste texto apresento as formas de organização das escolas alemãs no estado de São Paulo no final do século XIX e início do século XX, apontando as diferentes nuances de um “sistema”

¹ Trabalha-se aqui com o termo imigrante alemão para designar os povos germânicos, falantes da língua alemã que entraram no país antes da unificação da Alemanha, que se deu no final do dezenove. Não há, portanto, aqui, uma uniformização na caracterização do imigrante alemão.

escolar que se organizou com a conivência do governo provincial para o atendimento das necessidades educativas das comunidades alemãs, tanto no interior quanto na capital.

A imigração alemã para o estado de São Paulo teve uma característica diferente daquela desenvolvida em outras regiões tradicionais do país – difere mais especificamente da ocupação dos estados do sul – por ser integrante de projetos singulares de substituição de mão de obra negra pela branca européia dada em movimentos diversos no decorrer do século XIX, quais sejam: colônias de parceria em meados do século, núcleos coloniais na segunda metade e ainda pela imigração espontânea de profissionais liberais, durante esse período e os posteriores, que participaram amplamente na construção do Estado, que por sua vez se concentraram nas regiões mais urbanas, enquanto os contingentes anteriores se alocaram nas áreas cafeeicultoras.

Essas diferentes características imigratórias no decorrer do século traziam exigências também diferentes, principalmente ao setor educacional, pois a origem das pessoas já demarcava necessidades específicas: eram advindos de diversas regiões da Alemanha e de outros países de língua alemã, alguns de origem rural, outros com atividades urbanas, alguns com poder aquisitivo suficiente para se dedicar à indústria e ao comércio, bem como a atividades financeiras, além das diferenças culturais que marcaram esse processo, das quais destacarei a religião como uma das fundamentais, pois foi um dos elementos mais importantes para a organização de escolas (MEYER: 2000).

Feito esse esclarecimento demarcando a heterogeneidade sócio-cultural dos “alemães” em São Paulo, convém salientar que embora a imigração alemã para o estado tenha se iniciado oficialmente em 1827, a criação das escolas se deu muito tempo depois – a primeira em 1863 – embora a literatura que aborda o processo imigratório desta etnia caracterize esse fato como a primeira iniciativa dos grupos quando se estabeleciam em novas terras. Pode-se verificar pela pesquisa em andamento que a construção das escolas não foi uma medida imediata e isso pode estar relacionado a vários fatores de ordem material, uma vez que se tornava necessário garantir a sobrevivência, se estabelecer com a família, preparar as condições de trabalho e promover a adequação sócio-cultural aos novos ambientes.

Alguns projetos de criação de escolas se mostraram bastante efêmeros, como as experiências das fazendas de café que alocavam mão-de-obra imigrante. Desde meados do dezenove, na colônia de parceria da Fazenda Ibicaba do Senador Vergueiro, houve a iniciativa de criação de escolas. Thomas Davatz (1980) demonstra em seu livro, que havia, desde a chegada dos primeiros imigrantes à Colônia Vergueiro, em Limeira, por volta de 1846, uma preocupação com a educação dos filhos dos colonos.

Os trabalhadores solicitaram a criação de uma escola na colônia e o ensino ficou a cargo de Davatz que se tornou então o professor. As dificuldades logo apareceram relacionadas à precariedade das instalações, falta de material didático e tempo disponível para as crianças e adolescentes se dedicarem aos estudos, uma vez que formavam mão-de-obra para os cafezais.

Segundo ele, no espaço destinado às aulas, moravam alguns colonos que ainda não tinham casa pronta e então as aulas começaram a ser dadas em sua casa, utilizando para isso um quarto de dormir da família, separado por uma cortina. “dava trinta e cinco aulas por semana, inclusive oito noturnas e uma aos domingos, de tarde”. Tinha sob seus cuidados cento e oito alunos ao todo distribuídos em três classes por idade, “os grandes e pequenos de aula diurna e os de aula noturna”. Salienta que o nível de conhecimentos escolares dos alunos era pouco e que mal conseguiam distinguir as letras e que, além disso, faltavam instrumentos de ensino, e que “havia apenas alguns abecedários e cartilhas, propriedade de crianças recém-chegadas, um quadro negro e várias folhas de papel, tendo impressos grandes caracteres latinos e que serviam de modelo”, o giz usado fora trazido por um colono da terra natal, tamanha a precariedade da escola.

Esta escola que funcionou por um curto período, de outubro de 1856 até o Ano Novo de 1857, não aparece nos relatórios “oficiais” da organização escolar alemã no estado.

Embora essa escola não apareça nos relatórios, ela marca o início do processo educacional alemão que vai ser consolidado no estado no final do século XIX e início do XX. Entre 1863

e 1900, foram criadas nove escolas e destas, sete foram estabelecidas no interior (Campinas 3, Limeira, Cosmópolis, Leme e Rio Claro) uma na região da Capital e uma no litoral, das quais 4 eram rurais e 5 urbanas, envolvendo mais de mil alunos e 36 professores.

A pesquisa documental realizada até o momento demonstra a criação de aproximadamente 28 escolas alemãs até 1923 no estado, apontando um crescimento quantitativo na primeira metade do século XX, não obstante a ampla campanha a favor da nacionalização das escolas estrangeiras e a política de nacionalização do início do referido século.

A quantidade de escolas relaciona-se à tradição cultural dos alemães, aos investimentos dos grupos imigrantes na educação de seus filhos e a heterogeneidade de sua organização deve-se ao fato de serem oriundos de realidades diferentes e com objetivos diferentes. Assim, os que se deslocaram para as áreas cafeeiras desenvolveram as escolas rurais e os que vieram por conta própria ou para as profissões liberais denotavam um outro interesse em relação à formação de seus filhos e respectivos campos de trabalho. Se para alguns era suficiente saber ler e escrever, para outros a escola representava uma possibilidade de ascensão social e política, bem como para continuar com os negócios da família.

Em outros casos, para os que detinham maior poder aquisitivo, a escola privada sequer atingia os objetivos propostos e a contratação de preceptoras distinguia os que não queriam seus filhos formados para funções de classe média. A escola além de reprodutora da língua reproduzia também a divisão das classes dentro de um grupo que se dizia “homogêneo”.

Como se percebe, o atendimento às demandas por escola se dá de forma diferenciada nos diferentes grupos, destacando-se aqui as especificidades rurais e urbanas, porém, dentro da mesma categoria, pode-se destacar mais alguns elementos de fundamental importância: as escolas privadas, organizadas por pessoas influentes dentro da comunidade e que arregimentavam grande quantidade de alunos, como no caso das escolas alemãs de Rio Claro, do Pastor Koelle e a de Campinas do Pastor Zink e a parcela mais significativa delas de escolas Comunitárias ou Associativas, criadas por grupos de imigrantes preocupados em oferecer instrução aos seus filhos, vinculadas a uma Associação escolar e com alguma ligação política mais forte.

O associativismo advém de uma tradição forte em defesa da escola, defendida desde o século XVI, por meio das propostas de ampliação das escolas feitas por Martinho Lutero e posteriormente por Comenius (1997), seu discípulo, que defendia também a criação das instituições escolares e que as famílias se juntassem para que os custos com a manutenção do professor diminuíssem e dessa forma pudesse ser ampliado o atendimento institucional às crianças de todas as camadas sociais. Comenius defendia também a universalização do ensino, como uma forma de acabar com a ignorância do povo e com o domínio da igreja católica.

Segundo Sonia Nobre (2003), as idéias de Lutero colaboraram para a popularização e valorização do ensino escolar na cultura alemã e, segundo a autora, os imigrantes alemães já traziam consigo um significativo cabedal cultural e enxergavam na escola a melhor forma de educar seus filhos e concomitantemente o cultivo, manutenção e preservação da língua e cultura alemãs.

A autora salienta que embora a maioria das escolas teuto-brasileiras se ocupasse com o ensino relacionado aos quatro primeiros anos escolares, havia algumas escolas que ofereciam níveis de ensino mais avançados, e salienta ainda que havia uma certa hierarquia dentro do ensino alemão oferecido no estado.

No ápice dessa pirâmide encontrava-se a *Deutsche Schule* da Rua Olinda – atual Colégio Visconde de Porto Seguro – que era freqüentado pela elite alemã paulistana. No interior, o Colégio Koelle, em Rio Claro, oferecia esse nível de ensino. Nessas escolas o aluno tinha a possibilidade de concluir os estudos obrigatórios para o ingresso em uma universidade. A *Deutsche Schule* Villa Mariana é um exemplo de escola que era freqüentada por uma clientela de classe média, cujos pais eram, em grande número, comerciantes. Enquanto que as *Deutsche Schule* Vila Sant’ana e Mooca-Braz acolhiam alunos, na sua maioria, filhos de operários (NOBRE: 2004).

Já as escolas das colônias, situadas no interior do estado, ofereciam, normalmente, o ensi-

no de quatro anos; caso o aluno quisesse dar continuidade aos estudos teria que se deslocar para as escolas da capital ou de cidades maiores como Campinas ou Rio Claro.

As exigências para com a escola são distintas de acordo com a origem social do aluno e com a posição ocupada pela família na estrutura de classes, sendo assim o ensino se estruturava em níveis que iam desde o atendimento à camada baixa, com duração de 4 anos, proporcionado nas escolas rurais e urbanas das cidades industriais; de atendimento às camadas médias urbanas com o ensino de 8 anos, onde a maioria dos pais eram comerciantes, e a escola de elite que preparava para o ingresso nas universidades. Esses alunos eram filhos dos industriais e dos funcionários de alto escalão que vinham para trabalhar nas empresas alemãs instaladas aqui. Sendo assim, a escola tinha o papel de preservação do *status* daquela sociedade.

As escolas alemãs eram instrumentos importantes na organização do grupo, para a manutenção da língua e, mormente, tinham uma relação muito estreita com a religião, tanto a luterana quanto a católica. As características que se percebe na organização de outros agrupamentos de alemães no Brasil se reproduziam aqui em igual intensidade, já que o modelo de organização associativo e comunitário era o principal instrumento agregador do grupo.

O associativismo de imigrantes alemães está ligado, então, aos ideais da Reforma pregados por Lutero, divulgados por Comenius em favor da Educação e também às antigas corporações de artesãos, comuns na Europa na organização do trabalho. Ele se reproduz aqui como forma de manter a união do grupo em torno de interesses não só trabalhistas, mas também sócio-políticos e culturais, e como denotação de pertencimento e constituição de identidade étnica. Conforme aponta o relatório do Prof. Adolfo Hoch (1929), diretor da Olinda Schule (atual Colégio Visconde de Porto Seguro), havia na década de vinte do século XX, aproximadamente 40 associações alemãs, distribuídas entre instituições laicas e religiosas: Associação Escolar Alemã; Associação dos trabalhadores, Associação das famílias católicas alemãs, Associação dos professores – São Paulo; Associação Escolar, Associação de Ginástica “Concórdia”, Associação de Esportes Aquáticos, Associação Evangélica de Homens e Jovens, Associações de Canto; Associação dos professores Rurais Teuto-Brasileiros; Associação de Ginástica; Associação de Tiro “Concórdia”; Associação dos Açougueiros e Linguiceiros, Sociedade Alemã Casa dos Doentes; Associação dos Criadores de Cães, Sociedade de Ciências e Artes, Liga de Excursões Vila Mariana; Associação dos Agricultores Vestfalienses.

Dentre as associações acima descritas nos interessam mais as que se destinam à manutenção das escolas alemãs, as chamadas Associações Escolares. Essas eram caracterizadas pela participação de diferentes pessoas da comunidade que poderiam ou não ter filhos na escola alemã, desde que fossem alemães ou descendentes e que tivessem a preocupação com a manutenção da cultura e língua alemãs. Em alguns estatutos de escolas vinculadas a essas associações, como o caso da Escola do Bairro dos Pires da cidade de Limeira, percebe-se claramente a determinação de que essas escolas são para os falantes da língua.

Convém ressaltar que os estatutos têm uma estrutura comum no sentido da preservação dessas características que lhes são fundamentais. Sendo assim, uma preocupação muito grande com a preservação da identidade cultural tendo como instrumento principal a língua, mas esse não foi o único, pois a religião também era um elemento importante, devido a estreita vinculação existente entre protestantismo e imigração alemã, como destaca Dreher (2003).

As escolas alemãs em São Paulo foram, em sua grande maioria, criadas e mantidas pelo associativismo escolar, chegando a ter, das 25 escolas existentes entre os anos 1924 e 1926, 18 criadas por associações escolares, isto é, criadas e organizadas pela própria comunidade, e apenas 6 eram de origem particular e 1 delas era mantida pelas irmãs católicas da Ordem de Santa Catarina.

A escola tem então o seu papel social resguardado como uma instituição moderna e, como tal, fundamenta-se em conteúdos, currículo, organização do tempo e do espaço e em padrões de comportamento que lhe são peculiares, sendo assim, seus sujeitos são influenciados por determinações que lhes são externos, mas que estão repletos de intencionalidades que se

alteram historicamente. Esses aspectos identitários e formativos da escola foram veementemente defendidos no início do século XX pela imprensa teuto-brasileira, publicada no sul e de circulação nacional, que discorria sobre o significado da educação escolar para os teuto-brasileiros e a vinculação com a religião (MEYER, 2000). Em um desses periódicos que circulava em São Paulo e servia como referência para as discussões sobre educação e manutenção cultural, lê-se:

Nós precisamos ter escolas com língua, canto e religião alemãs, ou estaremos serrando o galho sobre o qual estamos sentados (nós precisamos ter nossas escolas comunitárias e confessionais se não quisermos fechar também as nossas igrejas). Para nós, alemães evangélicos ou católicos, a fundação de escolas particulares para os nossos filhos é uma questão de sobrevivência e nenhuma família alemã deveria se eximir de mantê-las (*Deutsche Post* 25/3 1907, p. 1, apud MEYER, 2000, p. 108).

Fica clara, assim, a importância do associativismo para a construção de um modelo de educação entre os teuto-brasileiros, considerado como uma questão de sobrevivência para o grupo, tanto nos aspectos culturais como sociais.

Alguns pontos são importantes de serem problematizados quando se discute o processo de escolarização dos alemães e teuto-brasileiros, além do aspecto relacionado à preservação da língua e da germanidade, via escola e igreja.

Os grupos imigrantes vinham de regiões diferentes do império alemão, tinham origens sociais diferentes, tinham profissões urbanas e rurais e a partir do início do século XX se ampliaram essas diferenças à medida que se estimula a imigração espontânea e as pessoas que aportam em São Paulo têm condições econômicas superiores aos vindos anteriormente, se fixando mais nas regiões industriais da capital e do interior do estado e isso demarca a criação de escolas de níveis diferentes dos organizados até então.

As escolas dos grandes centros urbanos como a capital e as cidades mais expressivas interioranas como Campinas e Rio Claro tinham um ensino mais elevado devido ao grande desenvolvimento capitalista dessas regiões e pela elite urbana e industrial que se formava. Esse fator exigia da escola uma adequação aos interesses dessas populações, pois os pais buscam escolas de maior nível, não importando o custo. A camada alta busca por escolas que tenham padrões de atendimento diferenciado para a formação de seus filhos, as camadas médias buscam inserção de seus filhos no mercado de trabalho, seja no comércio ou indústria locais ou nas empresas alemãs. Sendo assim, há também a necessidade de escolas de formação profissional, que são criadas nas regiões mais industrializadas e com comércio forte, oferecendo cursos de datilografia, taquigrafia, contabilidade e comércio. Essas escolas profissionalizantes se localizavam nas proximidades da capital. Sendo assim, os pais que se interessavam em que seus filhos tivessem um ensino profissionalizante tinham que ter condição de mantê-los nas escolas afastadas de casa. O mesmo acontecia com os alunos das escolas de elite, que não raras vezes se mudavam para os internatos de escolas ou vinculados a elas para que pudessem dar prosseguimento aos seus estudos.

Havia assim, uma circulação de descendentes de alemães entre as escolas e elas acabavam se tornando elemento integrador dos alemães no estado e, como atendiam também a alunos de outras regiões do país, em fator de integração dos alemães no Brasil. Esse papel também era assumido pelas igrejas luterana ou católica espalhadas pelo país.

Fica claro, portanto, a existência de uma escola dual, dicotômica, com ensino direcionado para ricos e para pobres. A elite intelectual prepara os filhos para posição de destaque e para continuar os empreendimentos da família, os camponeses e operários para o trabalho, quer seja ele relacionado à exploração da terra, que será deixada como herança, quer seja para o trabalho nos empregos urbanos, comerciais ou industriais.

Essas reflexões integram a pesquisa de doutorado que venho desenvolvendo na UNICAMP e que está ainda em fase de coleta e análise de dados. Estou trabalhando com fontes documentais e orais, fazendo levantamento em arquivos públicos, como o Arquivo Alemão Mar-

tius Staden, Centro de Memória da UNICAMP e arquivos das escolas alemãs, como, por exemplo, o Colégio Visconde de Porto Seguro e Colégio Benjamim Constant. Outras escolas serão ainda visitadas no intuito de se levantar dados históricos sobre seu funcionamento e relacionamento com a comunidade alemã e a sociedade brasileira. As fontes orais auxiliarão para que possamos compreender a participação dos depoentes no processo de funcionamento dessas escolas, relacionando-as às suas vivências, suas experiências nesses espaços educativos e o relacionamento com a sociedade de adoção. Dessa forma espero contribuir para as pesquisas sobre a educação alemã em São Paulo e também para a história da educação do estado.

Bibliografia

- COMENIUS. Didática Magna. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1997. (Paidéia).
- DAVATZ, T. Memórias de um Colono no Brasil (1850). Tradução, prefácio e notas de Sergio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo. 1980.
- DREHER, M. N. Igreja e Germanidade. 2ª ed. rev. e amp. São Leopoldo, RS. Ed. Sinodal, 2003.
- KREUTZ, L. Escolas Comunitárias de Imigrantes no Brasil: instâncias de coordenação e estruturas de apoio. In: Revista Brasileira de Educação. Set/out/nov/dez, 2000, nº 15. pp 159-176
- MEYER, Dagmar E. Identidades traduzidas: cultura e docência teuto-brasileira-evangélica no Rio grande do Sul. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; São Leopoldo: Editora Sinodal, 2000.
- NOBRE, S. Associação dos Professores Teuto-brasileiros do Estado de São Paulo. Campinas: UNICAMP. Dissertação de Mestrado, 2003 (mimeo).
- SIRIANI, S.C. L. Uma São Paulo Alemã: vida cotidiana dos imigrantes germânicos na região da capital (1827-1889). São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2003.

DISCIPLINANDO CORPOS: TRABALHO, LAZER E EDUCAÇÃO

Cleci Eulalia Favaro
Adriana Ávila (Bic/Fapergs)
Ivete Stempkowski (Pibic/CNPq)
Wagner Pedroso (Unibic/Unisinis)

Como uma curiosa pesquisadora sobre a história das mulheres, sempre tive como certo que a identidade das mulheres tem sido construída através dos séculos a partir de um eixo comum, o trabalho.

O discurso fundado no trabalho, sob as mais diferentes formas e manifestações, se constitui no *leit-motiv* que as caracteriza, diferencia, iguala, aproxima ou afasta. Haveria espaço, em tal discurso, para o lazer e mesmo para o ócio?

Desenvolvendo um longo processo investigativo com mulheres velhas na chamada Região Colonial Italiana (RCI) do Rio Grande do Sul¹, valendo-me do recurso à História Oral, na modalidade de Histórias de Vida, procurei verificar se a questão do trabalho, em suas diversas conotações, se faria também presente na coleta de depoimentos.

Em uma atividade investigativa bastante semelhante, a historiadora italiana Nádia Cappelletto (1983)² reforçou minha intenção, argumentando que em um depoimento autobiográfico,

o elemento estrutural é de fundamental importância a fim de delinear os aspectos de reconhecimento comum, na busca e na definição da identidade. Entre os elementos característicos da classe social, da área geográfica, do momento histórico, a análise específica da estrutura deixa entrever aquilo que anima o indivíduo, a bagagem de expectativas, de valores, das certezas que o sustentam e sobretudo aquilo que o define como tal aos olhos dos outros e de si mesmo. (Cappelletto, 1983:23)

Todas as depoentes tinham, por ocasião das entrevistas, entre sessenta e dois e oitenta e cinco anos de idade. Os depoimentos, no entanto, não percorrem esse tempo por inteiro de forma linear; de um modo geral, concentram-se em determinados períodos, balizados pelos anos que marcam a própria infância e juventude - cuja vida transcorria em torno da família de origem - e aqueles da infância e juventude dos filhos, quando a depoente, tendo com o casamento transferido residência, integrava-se à família do marido ou iniciava um núcleo familiar novo e independente. Isto significa dizer que o critério de sucessão cronológica não foi absolutamente respeitado, nem com referência à idade, nem na progressão das faixas etárias.

Algumas mulheres começavam a falar de si mesmas a partir do próprio casamento; outras vezes, esta etapa representa o epílogo de uma narrativa que se detém sobretudo na experiência da maternidade. Como não era a sucessão cronológica o que realmente interessava, a questão tornou-se irrelevante.

Poucas fazem referência às suas condições de vida na ocasião da coleta de depoimentos: a não ser as doenças, que dificultam ou impedem seu trabalho (na casa e na “roça”) e os filhos e netos (que estão longe), aparentemente quase nada lhes interessa. Sua “memória fraca”, segundo dizem, não lhes permite mais lembrar fatos ocorridos há pouco tempo - embora tenham demonstrado lucidez prodigiosa, quando fazem referência ao passado distante. Outras, significati-

¹ FAVARO, Cleci E. *Imagens Femininas. Contradições, ambivalências, violências*. Porto Alegre: PUCRS, 2002.

² Nadia Cappelletto, *Noi, quelli dei campi*. Torino: Forma, 1983.

vamente, consideradas “surdas” e “desmemoriadas” pelos familiares, demonstravam ser portadoras de audição perfeita e total domínio de suas faculdades mentais, da dimensão espaço-temporal e da cronologia!

Para a maioria, no entanto, inexistia continuidade cronológica na própria narrativa: depois de esgotado um assunto, voltam atrás no tempo, continuando a sua história a partir de um ponto anterior, mas “saltando” para um período sucessivo. Apesar disso, a narração mantém unidade, coerência, clareza, porque o elemento de coesão provém de uma constante atemporal que atravessa suas vidas, sem modificações. Ao iniciarem o depoimento, apresentam-no, não apenas como a experiência unificadora da sua história, mas como a primeira característica de sua existência. A maior parte dos depoimentos começa com estas palavras (ou outras, mas com o mesmo significado): “- A minha vida foi só trabalho; desde menina, trabalhei muito. Ia para a roça com meus pais e irmãos e trabalhava igual a eles”. (H. C. C.) “- Foi duro, ‘careguei’ bastante trigo nas ‘costa’, milho; trabalhei bastante na roça”. (G. A. S.) “- Eu sou a mais velha da família. Eu sempre fui aquela que foi em frente, de ‘trabaiá’. Eu, quando na época de estudo, eu ia ‘levá’ merenda ‘pros’ tios, ‘pros’ pais. E quando que era a época ‘prá cortá, ‘lavorá’ o trigo, era sempre eu que ia ‘mudá’ as mulas, eu, e o pai segurava o arado. Eu sofri muito! Muito! Porque também quando era ‘prá puxá’ arado, embaixo dos ‘parreiral’, ‘prá virá’ a terra, porque [era necessário] ‘segurá’ os parrerais limpo, era eu, minha querida! Era sempre eu”. (J. P. V.)

A descrição do próprio trabalho é minuciosa, pontual. Os acontecimentos emergem a partir deste tema e a ele retornam, lembrando a estrutura de um canto-chão: “- *Ononno* trabalhava num moinho, lá na Itália, aonde ele levava os sacos, subindo não sei quantas escadas para despejar [os grãos] nos silos. Ele era de estatura média, não era alto. E naquela época ele se apaixonou pela *nonna* Luisa, que era interna num colégio de freiras. Era uma moça muito prendada, que fazia crochê, tricô, fiava, tecia no tear e conhecia música”. (I. F. C.)

Tais “qualidades” da *nonna* Luisa, no entanto, contribuíram para um desfecho inusitado, atípico: se, por um lado, representava um ato de coragem, de “rebeldia”, de auto-affirmação, quem sabe, de exemplo a ser imitado, por outro, configurava a transgressão, a quebra dos padrões comportamentais vigentes. De certa maneira, representava uma ameaça: “- Quando ele perguntou se ela vinha com ele ‘pro’ Brasil, ela respondeu que sim, mas que não ia fazer nada dos serviços de casa, isso de lavar, passar, cozinhar, ir ‘prá’ roça. Ela faria as roupas da família, os lençóis, as toalhas, os doces, essas coisas. O *nonno* aceitou e sabe quem fez tudo? Ele!” (I. F. C.) Imediatamente, a depoente percebeu estar fazendo uma denúncia de transgressão das normas sociais vigentes, acrescentando: “- Mas ela ensinou música para todos os filhos, costurava, serzia, fazia croché e cuidou dos sogros até à morte”.

Para a maioria das depoentes, o casamento representava a única possibilidade objetiva de mudança das reais condições de vida. O ingresso na família do marido podia determinar, não só uma sensível modificação de hábitos, mas também de atividades, de atribuições, de tarefas a serem realizadas. Era um investimento que não podia se permitir devaneios sentimentais, conduzido a partir de um raciocínio realístico, que, acima e além da figura do marido, incidia sobre a sua família, em um confronto com a própria. Trabalhar - fazendo o que e para quem - estava sempre presente nas decisões, como revelou uma das depoentes: “- Minha mãe me disse que eu não devia casar com ele porque ela não queria que eu fosse trabalhar ‘prá’ família dele. Lá, eu ia ser uma empregada, e eu era muito ‘fraquinha’”. (I. F. C.)

É interesse notar que o discurso sobre o trabalho serve de referência, inclusive, para um confronto com o presente, um presente que parece, no vazio cronológico deixado ao longo da narração, travestido num milagre. O julgamento deixa um saldo positivo e a distância entre o passado e o presente é profunda. O “agora” - em oposição ao “seu tempo” - é quase sempre o paraíso, um espaço de liberdade e de conforto.

Uma das depoentes, avaliando com estas palavras sua trajetória de vida; “- Quando jovem, andava sempre doente. Pesava quarenta e poucos quilos, os médicos diziam que eu tinha uma fraqueza geral. Depois eu pesei 71 quilos. Tive uma vida sempre com empregadas e me

tratando. Agora é melhor do que os primeiros anos de casada, porque me sinto mais forte”. (I. F. C.)

Outra, que nunca saiu à rua sem batom e brincos, positivou a viuvez e a idade madura com este depoimento conclusivo: “- Eu gosto da minha vida agora. Agora eu faço o que gosto, faço o que eu quero, vou onde eu quero. Com ele [o marido], sempre foi tudo como ele sempre quis. [Depois de enviudar] eu fazia e mandava. Não senti medo de enfrentar [a viuvez]”. (T. A. F.)

Faz-se necessária uma advertência: o sentido e o uso dado ao termo trabalho nem sempre coincide com o conceito teórico. Trabalho é, na sua maneira simples de expressar-se, tudo o que é realizado em benefício da família, dentro e fora de casa, com as mãos, com os braços, com o corpo inteiro, sem distinção e, principalmente, sem aquela desvalorização que sofreu a atividade doméstica das mulheres nas sociedades industrializadas. O uso do termo não diferencia as tarefas desenvolvidas na “roça” daquelas no interior da casa: tratar os animais, lavar os pratos, cozinhar, fiar e tecer, cuidar da horta ou acompanhar os demais membros da família nos trabalhos da “colônia” têm peso equivalente.

A seqüência dos afazeres, segundo as próprias depoentes, não tinha um ritmo homogêneo e compacto, alternado com períodos de descanso: sua existência consiste num trabalho ininterrupto, sem pausas, sem divagações. Não existem momentos de repouso, apenas uma troca de tarefas a cumprir em determinados horários do dia, da semana, do mês, do ano. Um dos depoimentos mais eloqüentes foi dado por uma senhora de 65 anos, solteira, enquanto fazia croché: - “Meu avô sempre dizia que uma mulher nunca devia ficar mais de seis minutos sem fazer nada, porque ia começar a pensar bobagens.” (A. B. P.)

O tom com que descrevem suas atividades demonstra aquilo que é considerado a característica principal do universo feminino - e que se pode perfeitamente perceber nas entrelinhas do discurso - no confronto com o mundo masculino: uma mulher *sempre* tem o que fazer e *nunca* pára de trabalhar. Ao longo de todos os meses do ano (todos os anos de uma longa vida), sua jornada inicia com um trabalho (a preparação da primeira refeição matinal e a organização da casa), passa pela atividade no quintal, no pomar ou na “roça” e termina com outro (trabalhos de agulha, costura, tecelagem ou cestaria).

Os depoimentos são repletos de referências aos papéis sociais, principalmente quando dissociam o trabalho masculino do feminino: “- Decerto Deus deu essa inteligência mais ‘pra’ mulher, porque o homem, quando ele chega do trabalho dele, sai, vai ‘jogá’ carta, vai ‘prá fora’; em vez a mulher pensa ‘prá’ um filho, ou ‘prá fazê’ isso, ou ‘prá fazê’ aquilo, uma coisa, uma e outra. O homem não, o meu marido também, quando ele terminava de ‘trabalhá’, também de domingo, ele trabalhava até meio-dia, ia na missa de manhã, depois de tarde jogava carta, ‘das vez’, alguma vez, vinha ‘prá’ casa de madrugada”. (J. B.) “- As mulheres daquele tempo trabalhavam muito, naquele tempo elas eram escravas, porque era de manhã à noite com os filhos. Eram muito escravas dos filhos. Era assim naquele tempo. Na verdade, quem trabalhava eram as mulheres, em casa e na roça”. (T. A. F.) “- A casa, eu não lembro quando foi construída, mas eu ajudei muito. Me lembro que apanhei do meu pai porque eu não queria ajudar. Eu trabalhei 40 anos. Eu sempre trabalhei de pé. É por isso que agora não consigo fazer meus trabalhos sentada. Parece que a cadeira me queima. Sempre correndo, ativa em tudo. Eu tinha que ser tudo, em tudo”. (A. B. P.)

No imaginário feminino daquelas comunidades não havia tempo para o descanso, nem de dia, nem de noite. Repouso era sintoma de preguiça, comportamento condenável e condenado até pelas próprias mulheres, o que demonstra também a rigidez da norma: somente em situações excepcionais, durante uma enfermidade ou logo após um parto.³ E veja-se que aqui não se trata de lazer, nem de ociosidade, mas ao contrário, de muito trabalho, embora de outra natureza.

³ É importante ressaltar que, significativamente, todas as depoentes - exceto aquelas dos núcleos urbanos - receberam usando avental. Na linguagem cifrada daqueles núcleos familiares, continuar vestindo aquela peça do vestuário doméstico significava claramente “não interrompa, estou trabalhando”.

Os espaços de sociabilidade eram reduzidos. Por este motivo, muitas famílias cultivavam o hábito de reunir-se à noite, após a última refeição. No decorrer de tais encontros, enquanto os homens jogavam cartas, cantavam ou contavam anedotas (quando o vinho, segundo os relatos, alterava os comportamentos), as mulheres teciam, bordavam, costuravam, remendavam as roupas de trabalho de toda a família. E rezavam. Ou preparavam o vime e confeccionavam cestos, ou trançavam longas tiras de palha, destinadas a transformarem-se em chapéus e cestas.⁴ Este encontro familiar/vicinal denomina-se “filó”. Segundo a própria etimologia da palavra, é o espaço e o momento de realização dos “seus” trabalhos manuais, um espaço “feminino”.

Em tese, as mulheres podiam dispor de seu tempo, à noite, após as orações. No entanto, como todas enfatizam, era necessário aproveitá-lo bem, realizando tarefas mais demoradas, ou adiantando os trabalhos do dia seguinte. O tom que o discurso adquire é de confronto com o comportamento masculino: nas palavras de uma velha senhora, os homens “ficam por ali e, depois, vão dormir” (expressão com clara conotação da inutilidade masculina).

Também as semanas não terminam em diversão e ociosidade, mas com outras obrigações, incumbências, deveres. Cappelletto (1983:29), referindo-se às camponesas do setentrão italiano, afirma que *o mandamento divino do repouso dominical conhece no feminino uma derrogação de infinitas atividades, miríades de pequenos trabalhos de organização, de preparação para a semana*. Discurso e prática mantidos, como se pode observar, ao longo de toda a história pregressa de suas congêneres, descendentes de imigrantes.

As diferenças em relação ao comportamento dos homens são profundamente marcadas nos relatos das depoentes, não apenas porque se contrapõem, na relação inércia/movimento, mas porque explicam toda uma série de interditos e bloqueios, ao menos ao nível das mentalidades: nos dias festivos, os homens podiam sair, ir ao encontro de amigos e vizinhos, beber um pouco de vinho, uma liberdade de movimento que parece estar proibida para as mulheres pelas normas do costume, mais do que pelas tarefas a serem desempenhadas. A este respeito, uma das depoentes explica que: “- Não era costume para as mulheres, andar daqui e dali; não havia nem condições [financeiras e de locomoção]; não havia mulheres na rua como agora, só os homens.” (R. F.) O “lugar” da mulher era a casa; seu dever, cuidá-la e mantê-la. Afastar-se dela, apenas para cumprir outros deveres (outros trabalhos...).

As depoentes não sabem definir o momento em que começaram a trabalhar. A maioria o situa entre os sete e os nove anos (exatamente a idade para iniciar o aprendizado das primeiras letras), mas muitas relembram que, *desde muito cedo* já eram encarregadas do cuidado dos irmãos menores, da coleta dos ovos, da alimentação das aves, sobrando pouco tempo até para as brincadeiras, típicas dos primeiros anos de vida: “- Fui criada numa casa velha, que não tinha fogão, tinha o *larín*; então, na época, nós ‘era pequeno’, nós ‘sentava’ assim, numa banca, assim, ‘prá se esquentá’ que nem um no ‘outro’ e a *nonna* fazia polenta e nós ‘ficava’ ali, em redor do fogão, brincando; essa é a minha infância e depois, quando que a avó deixava, então nós ia ‘brincá’ com a vizinha aqui ‘prá’ frente, nós ‘brincava’ assim, de bonecas. *Ma!* que bonecas! Tinha que ‘fazê’ de meia, que uma tia minha fazia de uma meia. Eu nunca tive umas boneca como essas que tem agora. Nunca!” (J. P. V.)

Obrigadas pelas circunstâncias a exercer, ainda na infância, uma atividade produtiva, por mais forte e tocante que seja o tom com que descrevem aqueles momentos, não representam uma acusação, nenhuma denúncia. Ao contrário, demonstram uma aceitação profunda, como se fosse um evento natural em suas vidas.

⁴ Em Costa et al. lê-se que “dobrar palhas é um esporte para as senhoras, moças e guris. Os homens também ajudam, nem todos porém, porque dizem que dobrar palhas é serviço de mulher. Aqueles que ajudam fazem-no para ganhar algum dinheiro (...). O bonito é saber como é repartido o dinheiro recebido das palhas (...). Na maioria das famílias trabalham juntos, no fim vendem as palhas e repartem o dinheiro em parcelas iguais [mesmo que não tenham realizado tarefas em quantidades iguais] (...) e cada um compra com ele o que quer (...). As meninas (...) compram fio para bordar, vestidos, sapatos, toalhas, guardanapos, enfim, vão preparando o enxoval. Os rapazes compram sapatos, chapéus, cadernos, e, ultimamente, rádios, relógios, caprichos e coisas que eles gostariam de ter mas que o pai não pode ou não quer comprar.” COSTA, R. et al. *Imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 1975.

Guardadas as peculiaridades de forma e colorido na expressão verbal, a representação do “eu” de cada uma das testemunhas é a de ser detentora de uma grande força, seja física, seja moral. Todas são unânimes em descrever seus dias como uma seqüência de afazeres, desde o raiar do sol até muito depois do anoitecer, sublinhando sempre o fato de serem as últimas a deitar e as primeiras a levantar. A quantidade (e variedade) de tarefas realizadas a cada dia fazem parte do discurso de todas e de cada uma, em particular.

Também são freqüentes as comparações com o trabalho executado pelos homens, igualando e, não raras vezes, visando claramente demonstrar sua superioridade física. Expressões como *trabalhava tanto quanto um homem, ou fazia força, tanto quanto meus irmãos mais velhos e maiores do que eu* são comuns, quase um estereótipo.

No discurso de todas as depoentes, sem distinção, a coragem reside em suportar todo cansaço, todas as dificuldades; mas está, sobretudo, no silêncio quotidiano, constante, obstinado, frente às injustiças. Um silêncio que não é de submissão (ao contrário, assumia uma conotação de força, de integridade pessoal, mas também de poder, de autocontrole), paralelamente a uma consciência nítida dos fatos, como consequência de uma avaliação clara das circunstâncias.

Mesmo quando descrevem as condições de vida mais difíceis, mais desesperadas, mais miseráveis, demonstram uma auto-complacência que não é masoquismo ou auto-comiseração: a idéia do trabalho ininterrupto ao longo da vida é uma constante: “- Acho que a gente começou de pequena, aos doze anos, a ‘fazê’ pão, massa; naquele tempo, na colônia, era a polenta [no almoço] e de noite, a sopa de feijão. Tinha plantação de vime, rasgavam o vime com a mão. É, tem gente que não sabe o que é trabalho. A idéia era ‘trabalhá’ e se ‘ganhá’ o pão de cada dia. Todo mundo trabalhava, tinha ‘parreral’, tinha colônia, então, a maioria me deixava eu com as criança”. (G. A. S.)

Difícilmente ocorre alguma referência ao estudo, à escola, mas é freqüente que termos e expressões adquiram destaque nos depoimentos, como a indicar que as dificuldades econômicas servem para colocar em evidência também a força espiritual de quem soube enfrentá-las e superá-las: a imagem da jovem descalça, mal (ou pouco) vestida, percorrendo os parreirais, o pomar, a horta, sugere sempre orgulho por aquilo que o próprio corpo soube suportar, e, como elas mesmas dizem, *estão aí, vivas, e ainda trabalhando, enquanto os maridos há muito já morreram*. Os corpos foram disciplinados desde muito cedo e as marcas corporais produzidas pelo trabalho são indeléveis.

É interessante observar que as referências a problemas de saúde sempre aparecem embutidas no discurso, significando que a doença não implicava diminuição das atividades, e que, apesar dos sofrimentos, continuavam trabalhando no mesmo ritmo. Serve, ainda, para mostrar como, com esta “terapia”, superaram a doença, sem necessidade de tantos medicamentos⁵: “- Às vezes, trabalho com os óculos, às vezes, sem; mas agora acho que tenho uma catarata nessa vista e eu tenho que tirar. Enquanto trabalho, nem penso. Só penso naquilo que estou fazendo; é uma terapia, também”. (T. A. F.) No discurso daquelas mulheres, trabalho pode ter valor de terapia, mas dificilmente se transforma em lazer.

Pela análise dos depoimentos é possível afirmar que no imaginário das famílias e comunidades que se instalaram a partir do último quartel do século XIX na região depois chamada de

⁵ “O homem italiano mandava em casa, fazia o que bem entendia, tinha todos os direitos e benesses. Enquanto a mulher todos os deveres, serviços e toda espécie de privações. E o mais esquisito: viviam alegres, dispostas, animadas, e felizes por cumprirem seu dever. A fonte de tristeza e mágoa geralmente consistia em casos de doenças ou quando era maltratada pelo marido que geralmente era alcoólatra. As mães italianas não conheciam a poesia, a música, mas sabiam cantar e fazer do trabalho uma constante poesia e criatividade (...). Não escreveram livros, mas formaram pessoas, verdadeiros monumentos de honestidade, equilíbrio, bom senso e trabalho (...). Não usaram pílulas anticoncepcionais (...), não conheceram o divórcio, o amor livre nem as novelas e no entanto eram realizadas afetivamente, nunca precisaram de psicólogos ou psiquiatras, por causa disto (...). Foram uma base firme, uma sapata inabalável para construir sobre ela uma sociedade justa, honesta e irmã, mas que agora com os ventos corruptores dos meios de comunicação social estão pervertendo a novel construção social (...). Cada exemplar de mulher-mãe-italiana foi um monumento de heroísmo.” Frei Arlindo I. Battistel, em carta enviada à autora, em junho de 1991. ACEF.

Colonial Italiana, um corpo não se constitui apenas uma estrutura com cabeça, braços, pernas, pés, costas, assim como produtividade não significa exclusivamente trabalhar com as mãos; o termo envolve e evoca outras possibilidades, e alude sempre, na especificidade de feminino, à potencialidade da mulher em desdobrar-se, em multiplicar “cada fibra do próprio corpo”, criando a partir do seu interior.

Fortes e profundas expectativas familiares estavam relacionadas com esta capacidade, fosse produtiva, fosse reprodutiva. Para as famílias de imigrantes que passaram a ocupar os lotes coloniais da RCI a partir de 1875, o número contava: mesmo tendo emigrado numa fase em que a estrutura agrária do norte italiano passava por profundas transformações, e, com ela, a composição e a dinâmica familiares, os filhos agora passavam a se constituir - dadas as condições adversas de assentamento - em bens objetivos, necessários à estabilidade econômica da unidade de produção, indispensáveis para a sua sobrevivência.

Diante de tal realidade, a maternidade não era - nem podia ser - colocada como uma questão de foro pessoal, de escolha própria. A decisão ocorria em um estágio muito anterior, entre celibato e casamento (e mesmo a primeira opção raras vezes era de sua livre escolha); uma vez “escolhido” o casamento e o noivo,⁶ “fazer filhos” era apenas consequência, um evento natural, esperado por todos, primeiramente pela própria mulher.

Ter filhos não melhorava a qualidade de suas vidas; ao contrário, agravavam-se as responsabilidades e os deveres, as crises nos relacionamentos com a sogra e cunhadas. Mas não tê-los era muito pior, uma situação difícil de sustentar: significava não ter correspondido às expectativas, faltado ao cumprimento de um “dever”. Por outro lado, significava a impossibilidade de contar, futuramente, com um apoio seguro no interior da família do marido e, acima de tudo, não poder esperar melhorar sua própria condição.

Também no imaginário coletivo das comunidades rurais do Vêneto,

uma mulher que tivesse filhos homens podia almejar, com a morte dos sogros, uma posição de poder em uma nova estrutura familiar, poder reflexo, entenda-se, que se fundava sobre seus filhos, que passava ao marido, às noras, aos netos. Uma mulher que só tivesse filhas era privada desta perspectiva; aquela que não tivesse nenhum, além da desilusão pessoal, levava consigo a reprovação, mais ou menos velada, de não haver sabido, de não ter sido capaz de dar filho homem ao marido. (Cappelletto, 1983:46)

Nenhuma diferença, em relação à área recepção daqueles imigrantes na RCI. Este aspecto social da maternidade explica o tom e as formas substancialmente homogêneas dos testemunhos autobiográficos. Todas as mulheres, por exemplo, sabem com extrema precisão o espaço de tempo decorrido entre o casamento e a primeira gravidez: um espaço contado, medido com uma atenção plena de temores, tensões e esperanças, não só pessoais, mas coletivas, dado que só o nascimento de um filho sancionava realmente o casamento, determinando o espaço a ser assumido pela jovem esposa; com o nascimento de outros filhos (homens, naturalmente), a mulher passava a sentir-se “no seu lugar”, diante dos demais membros da família do marido.

Além do elenco e da seqüência dos nascimentos, os momentos sobre os quais o relato se detém são substancialmente dois: o momento do parto e o da amamentação. Aquilo que querem destacar é exatamente a função reprodutiva de seu corpo, e o mais importante: como “fizeram” um filho, embora o tom com que descrevem o acontecimento não seja diferente daquele com que descrevem as fadigas, as desgraças superadas, os trabalhos que executaram ao longo de sua longa vida.

A vivência “política” da própria sexualidade, isto é, o valor conferido à capacidade de atrair, de seduzir, consistia num lento e sutil aprendizado, longe dos bancos escolares. Na verda-

⁶ O celibato implicava ficar à mercê da família de origem (com tudo o que isso significava, em termos de cerceamento da liberdade, da sexualidade, da independência econômica), ou no ingresso em uma ordem religiosa, com as mesmas consequências.

de, ocorria entre mãe e filhas, em torno do fogão, nos momentos de preparação das refeições. Longe, também, dos homens da casa.

A construção do conhecimento (elaborado a partir da observação da dinâmica familiar) a respeito da necessidade de exercer poder (enquanto futura mãe e sogra) sobre toda a família, também se fazia em torno do fogão. Era a cozinha - e não a escola - o lugar do aprendizado feminino “para a vida”.

Como o conceito e o significado de predomínio masculino implicam agressividade, competição, poder de mando, dadas as condições em que se forjam desde os primeiros anos de vida as estruturas mentais de meninos e meninas e diante da censura que a sociedade faz (ou fazia) recair sobre os desvios de conduta em relação às mulheres, entende-se as razões que condicionaram a busca de outras formas e outros caminhos para a afirmação da identidade feminina e a identificação com suas congêneres.

No que se refere às mulheres da RCI, estes caminhos são evidentes: nos ensinamentos da mãe, pontualmente seguidos pela filha, não estão contidos apenas preceitos de obediência, mas também conselhos sobre as oportunidades e os objetivos a serem alcançados pelo grupo familiar, através de cada um de seus componentes (é de fundamental importância ressaltar que a expressão “far la Merica” implicava ascensão social e econômica, inclusive pela via das alianças interfamiliares proporcionadas pelo casamento).

No longo e difícil aprendizado de ser mulher - e veja-se, não qualquer mulher, mas “mulher italiana” - o sentido de superioridade que atribuem a si próprias nos confrontos com o homem não tem conotações exclusivamente morais, mas é um território mais vasto e mais profundo do que aparenta: reside na capacidade de compreensão do fenômeno sexual, que as mulheres aprendem a reconhecer em si mesmas e que lhes permite conduzir o jogo, sempre que possível, em seu próprio benefício.

No interior de uma sociedade fundada na supremacia do masculino sobre o feminino e no interior do relacionamento conjugal sancionado pela supremacia do homem sobre a mulher, sua habilidade, sua inteligência, sua sabedoria (ou sua única possibilidade?) consistem exatamente nesta capacidade de mudar internamente a situação, de transformá-la em vantagem pessoal, respeitando todas as leis sociais e religiosas, declarando submissão e obediência a todas as regras e formas “externas”. No relato das depoentes, tais papéis sempre estavam muito claramente definidos: “- Ter mulher era *peio* (pior), porque o homem ia assumir o lugar do pai, e a filha, não.” (R. F.) “- Era assim, naquele tempo; na verdade, quem trabalhava era a mulher, em casa e na roça, e o homem mandava.” (T. A. F.)

Assim, não é difícil compreender porque está presente a referência à necessidade de assumir - mesmo à revelia - ao lado dos homens e desde muito jovem, o papel de “trabalhadora-combativa”, ou de “reprodutora” da força-trabalho (a “mãe”), ou ainda, permanecendo solteira (obedecendo a um mandato familiar), representar, ao nível do inconsciente coletivo, o perigoso papel da “sedutora”, fato que, real ou não, podia condená-la (e muitas vezes condenava) ao ostracismo do convento, do hospício ou ao afastamento puro e simples do convívio familiar.

Também não se torna tão difícil compreender os diferentes posicionamentos que emergem dos relatos de suas histórias de vida, quando fazem referência à escola, ao ambiente escolar, ao seu (baixo ou nulo) nível de escolarização, em relação ao dos irmãos de sexo masculino (ou mesmo, em relação às irmãs mais jovens): “- Eu tinha a cabeça muito dura, nós ‘era’ uma família muito grande, tinha que ‘trabalhá’ muito, não dava [para todos freqüentarem a escola]. Eu ‘sô’ aquela que menos estudei, de todos. Quando tinha sol, tinha que ‘trabalhá’ na roça; e quando chovia, eles mandavam ‘prá’ escola. Eu nunca aprendi a tabuada, nunca fui capaz de ‘fazê’ ditado, eu nunca ‘tava’ [presente]. Depois, quem copiava, copiava; quem não copiava... Era assim. Então, eu mal-e-mal sei ‘fazê’ o meu nome, não sei ‘escrevê’, mas eu fiquei seis ‘mês’ na escola, com nove ‘ano’.” (G. A. S.) “- Naquele tempo, nem todos podiam freqüentar a escola, porque tinham que ajudar o pai e a mãe, por necessidade da família”. (G. P.)

Ou, numa expressão típica, em dialeto, a resposta de uma depoente que freqüentou a

escola durante três anos: “- *Me g'hó desmentegá tuto!*” (Esqueci tudo!). (J. P. V.)

Alguns depoimentos, no entanto, são suficientemente objetivos para não depositar a culpa do pouco tempo de escolaridade nas exigências do trabalho, da família, no excessivo número de irmãos: “- Eu [tive] nove meses de aula, eu não ia sempre, porque era sempre essa ‘folia’ comigo [trabalhar na roça, levar comida aos pais, cuidar dos irmãos mais novos, tratar os animais domésticos]. Agora, eu não estudei mais porque eu, a minha cabeça, sou sincera, eu não me dava muito com o estudo. A minha professora até foi me ‘buscá’ ‘prá’ ‘fazê’ a matrícula, mas vê se eu era ‘poco’ burra! Escapei da escola, em vez de me ‘matriculá’ e ‘estudá’! O maior sacrifício ‘prá’ mim, ‘óia’, eu ia na colônia o dia ‘intero’, mas não ia ‘pro’ colégio. Eu aprendi mais depois de velha. Também tinha uma coisa, que eu não sabia ‘lê’ e não podia ‘aprendê’, porque ficava tudo preto. Eu ficava olhando, fiquei com medo [de dizer que tinha problemas de visão] e usei óculos com dezessete ‘ano’.” (J. P. V.)

É evidente que a instrução adquirida nos bancos escolares não se constituía em fator essencial (nem secundário) na educação da maioria das mulheres. Poucas depoentes demonstram possuir uma visão clara da importância da frequência à escola enquanto espaço de reprodução dos valores do grupo (ou das possibilidades de autonomia financeira que um certo grau de instrução podia oferecer): “- Quem freqüentava a escola vivia melhor. A gente se sente importante, porque aprendeu muitas coisas e não se sabe o dia de amanhã. Nós éramos como uma família, o pai com o filho; daí, se a gente não atendia, ela dava uma olhada, assim, vinha numa ponta dum banco e dava uma boa batida com uma régua, que ela andava sempre na mão. E daí todo mundo baixava a cabeça e daí ninguém mais se mexia, porque ela a autoridade e todo mundo obedecia. Estudo dá muita força; escola é a parte principal da pessoa; sem escola, uma pessoa não é nada, para se defender a qualquer hora e em qualquer momento da vida”. (G. P.) “- Escola é importante. Gostaria de ter estudado e ser formada em alguma coisa, ser mais importante, ter algum trabalho” [remunerado]. (C. T. F.) “- O tempo de colégio é o melhor tempo das pessoas. É por isso que eu não saí do colégio; ainda sou uma eterna estudante”. (T. A. F.)

Como o objetivo da escola era apenas o de instruir - ou seja, fornecer o domínio básico das quatro operações, da leitura (em português, o suficiente para compreender os termos elementares para a efetivação do comércio e do convívio social) e, em último lugar, de uma escrita incipiente - a educação (no sentido da transmissão e preservação dos valores do grupo social e familiar) era eficaz e efetivamente realizada no interior da própria família, sob a responsabilidade e a partir do exemplo da mãe. A depoente que ainda se expressava em dialeto afirmou que: “*G’havea laoro par tutti, non volea studiare tanto*” (Tinha trabalho para todos, não era necessário estudar tanto). (R. F.)

A escola, portanto, embora raramente freqüentada pelos meninos e muito mais raramente pelas meninas, nos primeiros decênios do processo de organização das comunidades da RCI, devia reproduzir com fidelidade o “modelo” familiar. Daí que disciplina, autoridade, respeito, medo, fossem expressões e comportamentos aceitos, estimulados e cobrados de alunos e professores.

A rebeldia, quando se manifestava - e com que frequência se manifestava! - era punida com castigos físicos e morais. Nos depoimentos, o aspecto comportamental da repressão é evidente: “- O ensino era muito rigoroso. Não era a liberdade de agora. O estudo era diferente; o modo de proceder era diferente. Religião, em primeiro lugar.⁷ Depois tinham as outras coisas”.⁸ “- Por qualquer ‘coisinha’ [brincadeiras infantis], a professora fazia a gente se ajoelhar nos ‘milho’, na porta da aula, ‘prá’ todo mundo ‘vê’. Ou ‘botava’ um chapéu de palhaço, ‘prá’ ‘mostrá’ que a gente era burra, ou dava ‘reguada’ nas ‘mão’. Doía!”. (R. F.) “- Só porque fiz ‘uma arte’ na escola, fui obrigada a escrever, durante dois meses, “minha mãe é uma santa, minha mãe é uma santa”.” (E. B. T.)

⁷ Considerando-se que os preceitos e normas da Religião Católica coincidiam com os da família, não é difícil entender a primazia do ensino religioso sobre o conhecimento formal.

⁸ Essas “outras coisas” consistiam, exatamente, na aquisição - ou no reforço - daquelas habilidades exigidas das mulheres na administração futura de sua própria família: costurar, bordar, serzir e outras habilidades que a “valorizavam” para o casamento, como já visto anteriormente, dada sua capacidade de realizar a economia doméstica.

O exercício puro e simples da autoridade na escola - enquanto extensão da família e do poder materno⁹ - se fazia presente nas mais diversas situações. Prova disso é o depoimento de uma professora de crianças das séries iniciais durante mais de cinquenta anos, que declarou - com absoluta tranquilidade e convicção, em relação ao dever cumprido - que *levava os alunos para sua casa e, enquanto não aprendiam não podiam dormir!* (I. R.)

Os estreitos vínculos – ou a sobreposição – do papel da professora e o da mãe são explicitados quando outra depoente, quando afirma: “- Naquela época, a professora era ‘mãe’; obediência era necessário” (G. P.), numa clara conotação denunciadora da existência de um poder familiar, de uma zona relativamente limitada, mas real, de exercício do poder feminino. Se este espaço era diferente do masculino, se o peso social por ele representado não era igual, certamente não era menos eficaz. Tal situação pode ser inserida naquilo que Bourdieu (1989:14-5) considera “poder simbólico”, enquanto

poder de construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário (...). O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras.

Nada mais natural, portanto, que o exercício do magistério, uma das poucas profissões permitidas às mulheres (enquanto extensão daquele desenvolvido no interior da casa e da função feminina de transmitir os valores do grupo) se fizesse sob a regência do autoritarismo, da violência verbal, muitas vezes da agressão física.

Se a escola era a continuação da família (a professora não era a “mãe”?), era imprescindível estabelecer desde logo os papéis e os lugares sociais de cada um de seus componentes. Se, “para vencer na vida” (só quem “vencia” eram os homens), era de fundamental importância o trabalho constante e infatigável, a persistência, a determinação, a disciplina, a obediência, o respeito à autoridade (do pai, do padre, do patrão, do governante), então a escola realmente não representava um espaço importante na vida das mulheres: o refrão popular enfatizava que “educação (no sentido de condução para um determinado lugar, pré-estabelecido, no caso, o casamento) se aprende em casa”.

A partir destas colocações é possível entender porque a sociedade que se estabeleceu na RCI dava preferência aos professores do sexo masculino. Entende-se também a necessidade de “manter a ordem” com autoritarismo, quando o docente era (excepcionalmente) uma mulher. A escola refletia a casa. A casa refletia a escola.

É necessário considerar, no entanto, que as populações que se dirigiram para a RCI, a partir do final do século XIX, já traziam no seu corpo de idéias, crenças e valores elementos disseminados pelo advento de um novo modo de produzir, introduzido pela chamada Revolução Industrial.

Embora uma das exigências para a admissão de imigrantes e conseqüente aquisição de lotes coloniais fosse a comprovação da condição de agricultor¹⁰, não foi essa a realidade vivida. Desde logo, a diferenciação das atividades econômicas na região já estava plenamente configurada.

Não foi apenas no setor primário que as mulheres atuaram como responsáveis pelo de-

⁹ Bourdieu (1989: 7-8) refere que “num estado do campo em que se vê o poder por toda a parte, como em outros tempos não se queria reconhecê-lo nas situações em que ele entrava pelos olhos a dentro, não é inútil lembrar que - sem nunca fazer dele, numa outra maneira de o dissolver, uma espécie de ‘círculo cujo centro está em toda parte e em parte alguma’ - é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido; o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1989.

¹⁰ A Lei de Terras de 1850 era clara, quanto às exigências na concessão de lotes agrícolas aos imigrantes europeus.

sempenho econômico da unidade familiar. Longe de se constituírem num segmento sem expressão no interior daquelas comunidades, as mulheres estavam em plena atividade também no espaço público.

É possível acrescentar a estes argumentos uma outra questão, qual seja, até que ponto a ausência de escolaridade e, quando presente, o menor tempo de frequência à escola (além do reforço constante sobre o propalado “verdadeiro e único” destino da mulher constituir-se no espaço da casa) influíram na decisão de abandonar aquelas atividades que exigiam mais competição e competitividade frente os homens?

Almeida (1990:75)¹¹ tenta uma explicação do fenômeno, ao dizer como Foucault que o importante são “os efeitos de verdade” que uma sociedade produz quando se vale de determinados recursos para construir um padrão de comportamento. Efeitos nada desprezíveis, pois,

que melhor maneira de submeter determinado grupo social do que fazê-lo pensar com os olhos do outro, ver-se a si próprio como o fator de desagregação do grupo, como um perigo para si próprio e para os outros e portanto como algo que deve ser controlado, vigiado, ter limitado seu espaço na vida pública, perder enfim o estatuto de maioridade?

Observando-se a si mesmas e aos desdobramentos da própria vida, nesta longa - e, muitas vezes difícil - incursão ao passado, a diversidade dos depoimentos, finalmente, explode em múltiplas emoções. Diante da simples pergunta “se pudesse, voltaria atrás?” faz emergirem as culpas, os anseios não realizados, os sonhos não vividos.

A primeira resposta é um contundente “*no*”! Depois, segue-se um momento de introspecção, às vezes acompanhado de algumas lágrimas (rapidamente absorvidas na ponta do avental), quando as depoentes reavaliam sua manifestação intempestiva: “- Se eu voltaria de novo, agora que voltaria a ‘criá’ os ‘filho’, porque agora que tem conforto, ‘né’, melhor do que naquele tempo, não tinha [recursos] que nem agora. Eu queria ‘trabalhá’ fora, ‘prá’ ‘tê’ mais um dinheirinho, ‘prá’ pagar os ‘estudo’ dos ‘filho’ e ‘comprá’ um terreno. Em certa parte, em certos lugares, me parecia de ‘educá’ um pouco diferente, um pouco assim, mais ‘moderno’.” (J. B.)

Para outras, o momento presente é um caminho sem volta, que deve ser vivido da melhor forma possível: “- Não gostaria de voltar atrás. Agora, eu faço o que quero, vou aonde quero. Gosto da minha vida agora”. (T. A. F.)

O temperamento, a visão-de-mundo, os valores de cada uma também exercem influência na avaliação em retrospectiva da própria vida, especialmente quando o referencial de análise se apoia no seu papel de mãe, na missão cumprida, no papel (bem ou mal) desempenhado: “- O que eu sei, ‘né,’ é que ainda ‘tá’ tudo vivo”. (G. A. S.) “- Eu acho que sou feliz, porque passei as ‘minha’, ‘né’, porque todas as tristezas todo mundo passa, mas também me sinto bem, porque vejo que os ‘filho’ se dão bem, ‘tão’ tudo ‘unido’. Agora, que é que eu quero mais? Se eu quero ‘trabalhá’, eu trabalho; se eu não quero, a filha faz tudo”. (J. P. V.)

Outras depoentes revelam abertamente as dificuldades que a velhice coloca (ou o quanto ela serve de recurso para continuar a exercer um certo poder familiar): “- Eu sonho que ele [o marido] ‘tá’ aqui, comigo. Eu queria que ele me levasse! Se eu não posso mais ‘trabalhá’, é melhor ‘morrê’!” (R. F.)

Problemas com a saúde, o afastamento inevitável dos filhos e netos, a ausência de objetivos e de poder doméstico (dada a presença de uma filha ou uma nora que assumiu seu lugar no comando da casa) transparecem claramente no aspecto físico e no discurso de algumas das depoentes, nos sinais visíveis de desencanto, de cansaço, de abandono.

Diante da pergunta “voltaria atrás?” a resposta da maioria daquelas mulheres emerge então de forma imediata, emocional e contundente: “- *Ma Dio!* Que vida!” (R. B. P.)

¹¹ ALMEIDA, C. C. A Caixa de Pandora: um olhar sobre os mitos e os medos na representação da mulher. *Educação e Realidade*. Porto Alegre: EdUFRGS, 1990, n.16, p. 67-90.

JESUÍTAS NO SUL DO BRASIL APÓS A RESTAURAÇÃO DA ORDEM: O PROJETO EDUCACIONAL

Arthur Blásio Rambo

Apesar das enormes dificuldades enfrentadas pelos padres Lipinski e Sedlac nos primeiros anos de sua atividade pastoral entre os imigrantes alemães do Sul do Brasil, a empreitada colonizadora começava a emitir sinais evidentes de consolidação.

Finalmente em 1858 aportaram mais três religiosos jesuítas, os padres Michael Kellner e Bonifaz Klueber, acompanhados do irmão leigo Franz Ruthkamp. O reforço veio em boa hora. O campo da atividade pastoral entrara num ritmo de expansão fora do comum. Na direção oeste do Estado do Rio Grande do Sul estavam sendo abertas novas fronteiras de colonização, nos vales do Rio Taquari, Pardo e Jacuí. Dezenas de novas comunidades foram sendo organizadas nas picadas abertas na mata virgem. No mesmo ritmo multiplicaram-se igrejas, capelas e escolas. Não demorou e novas paróquias surgiram: São Leopoldo em 1859, Santa Cruz em 1865, Porto Alegre em 1867, Bom Jardim em 1867, Estrela em 1873, Montenegro em 1812, Bom Princípio em 1873, São Salvador em 1875, São Sebastião em 1881, Feliz em 1884, Novo Hamburgo em 1895, Taquara em 1898. Em termos espaciais essas paróquias cobriam uma área de aproximadamente 250 por 50 quilômetros. A maioria delas foi implantada pelos padres jesuítas e na primeira fase ao menos, por eles administradas.

Paralelamente à expansão da infra-estrutura eclesiástica deu-se a multiplicação das escolas comunitárias. Entre 1824 e 1850 foram criadas 10 dessas escolas. Até 1875 acresceram mais 40, um aumento, portanto, de 400%. Ao término do século dezanove o número subira para 150. O resultado deste esforço no plano educacional é facilmente imaginável. Além de significar um poderoso e decisivo aliado no incentivo à religiosidade, evitou a instalação do analfabetismo entre os imigrantes alemães e seus descendentes.

Se os primeiros jesuítas alemães haviam sido convocados para socorrer espiritualmente os colonos alemães, sua missão na verdade não se restringiu à pastoral propriamente dita. Os padres espanhóis que em 1842 se fixaram em Porto Alegre receberam do bispo do Rio de Janeiro a incumbência de renovar e dinamizar o catolicismo na Província do Rio Grande do Sul de acordo com o que previa o Projeto da Restauração Católica em vias de implantação em toda a Igreja. Sua atividade pastoral pautou-se, desde o início, de acordo com esta perspectiva. Depois que a Missão passou para a jurisdição da Província Alemã, a linha mestra deste objetivo não sofreu modificação. A implantação do espírito da Igreja da Restauração entre toda a população, independentemente da origem étnica, motivou os jesuítas que vinham chegando em número cada vez maior, a lançar mão de um dos instrumentos evangelizadores mais conhecidos e mais tradicionais na Ordem: A Educação em todos os níveis. O que se passou no Sul do Brasil nada mais foi do que colocar a serviço da evangelização este instrumento infalível.

Ao assumirem a missão pastoral entre as comunidades de imigrantes alemães encontraram estas organizadas em torno de suas capelas e, principalmente, em torno de suas escolas. A capela até que podia ser dispensada, a escola não. Os padres acharam, assim, postas as bases para, de imediato, porem em andamento uma promissora atividade pastoral e, ao mesmo tempo, cuidar da educação popular que, por sua vez, significava a garantia do êxito da primeira. Até aí as escolas haviam garantido o ensino religioso paralelamente com a formação profana. As crianças aprendiam simultaneamente a tabuada, as quatro operações, o ler e o escrever, os rudimentos essenciais da religião e assimilavam os preceitos morais e disciplinares da Igreja. Esta realidade fez com que os padres intuíssem, desde logo, o grande alcance da escola. E não vacilaram. Fiéis

ao espírito da Ordem fizeram da escola e da educação o grande aliado na atividade pastoral. Desde então trabalharam com a convicção de que a compreensão das verdades da fé e a interiorização do espírito cristão acontecem via educação. A partir daí a escola e a educação passaram a ser uma de suas prioridades.

Os primeiros contatos com a realidade dos assentamentos dos colonos alemães convenceram os jesuítas de um fato inegável. Os núcleos de colonização consolidavam-se no mesmo ritmo em que se multiplicavam. A evolução de bom número deles em centros urbanos ostentando um comércio crescente, uma industrialização incipiente, dotada de grande potencial de crescimento, somada a uma sociedade em processo de urbanização, ocuparia, em questão de uma ou duas gerações, o espaço de não poucas comunidades de colonos. Em segundo lugar não havia dúvida que no Rio Grande do Sul o poder político e a hegemonia econômica concentravam-se exclusivamente nas mãos dos estancieiros de origem luso-açoriana. Frente a essa realidade, não restava dúvida que os imigrantes alemães e seus descendentes permaneceriam à mercê e à margem da dinâmica política e econômica por mais algumas décadas, na suposição de não se partir para iniciativas capazes de franquear aos filhos dos colonos os caminhos da ascensão social e conseqüentemente o acesso às decisões políticas e econômicas. Confinar as comunidades alemãs em suas picadas e linhas equivalia a condená-las à estagnação, à involução e ao insucesso. O bom senso e a lógica mandavam que fossem construídas, o mais rapidamente possível, pontes em condições de superar a justaposição, no mesmo espaço geográfico e reunidos sob o mesmo regime jurídico e legal, de lusos, açorianos alemães, e, mais tarde italianos e demais vertentes étnicas. Somente assim seria possível assegurar para o futuro a consciência de uma cidadania comum, a serviço da mesma nação. Perguntar a um jesuíta pelo caminho a ser escolhido significava perguntar o óbvio: a escola, a educação, a formação sintonizada com as exigências concretas do tempo.

De um lado é indiscutível que era inadiável criar e fazer funcionar uma instituição educacional capaz de formar lideranças econômicas, sociais, educacionais, políticas e religiosas, acessível a todas as procedências étnicas. De outro lado não há necessidade de insistir que, pela sua própria natureza, as escolas comunitárias não estavam em condições de assumir essa tarefa. Impunha-se, portanto, a criação de escolas de nível mais elevado preparadas para receber os filhos das oligarquias estancieiras e oferecer-lhes a formação e a educação exigida para cumprir as funções que no futuro lhes caberia exercer na sociedade local, regional, nacional e até internacional. A escola deveria formar ao mesmo tempo as primeiras gerações de líderes religiosos e leigos surgidos entre os próprios imigrantes.

O ensino elementar já não bastava para responder às exigências de formação que se viam manifestando também no seio das comunidades coloniais. A consolidação e o êxito da colonização haviam alcançado um nível tal que para os filhos dos colonos, dos artesãos, dos comerciantes, etc., a formação elementar já não bastava. Exigiam-se conhecimentos técnicos mais apurados para tocar uma casa de comércio de maior porte, desenvolver empreendimentos artesanais em indústrias nascentes e, sobretudo, o manejo correto da língua do País. De outra parte tornava-se cada vez mais visível entre os filhos dos imigrantes a aspiração de, através de uma formação mais elaborada, abrir o caminho para postos de maior relevância na sociedade, como o magistério, o sacerdócio, a medicina, a jurisprudência e, por que não, a vida pública na condição de funcionários, políticos, magistrados, militares, diplomatas, etc.

Esta situação fez com que o P. Feldhaus, recém nomeado pároco de São Leopoldo, iniciasse com as tratativas concretas para a instalação de uma escola que ultrapassasse o nível do ensino elementar. Impunha-se como primeira providência a aquisição de instalações apropriadas para acomodar a escola e os alunos.

Os prédios desativados de um antigo moinho de tanino, de um curtume e duma casa de moradia, localizados próximos ao rio e ao lado da igreja, terminaram sendo o local escolhido para abrigar a futura escola. A aquisição da propriedade foi autorizada pelo P. Ponza, visitador da Missão, então ainda subordinada à Província Romana e, em 22 de junho de 1869 aconteceu a assinatura dos documentos da transferência da propriedade.

O Colégio que abriu as portas para os 12 primeiros alunos, foi solenemente inaugurado por D. Sebastião Dias Laranjeira, bispo da diocese do Rio Grande do sul, na festa do Rosário de 1869, com o nome de Colégio “Nossa Senhora da Conceição de São Leopoldo”. Naquele momento, com certeza, ninguém teria sido capaz de prognosticar a importância que “o Conceição”, como seria carinhosamente chamado por alunos, ex-alunos e a sociedade em geral, desempenharia nos 40 anos que se seguiram, formando uma influente elite intelectual para o Estado e para o País. O respeito e o reconhecimento que conquistou podem ser avaliados pela manifestação de um ex-aluno, o médico e botânico João Dutra, feita no final da década de 1930: “Eu doaria aos jesuítas todas os meus bens no caso de fazerem funcionar novamente uma instituição de ensino como foi o Colégio Conceição”.

A instituição fora inicialmente pensada por seus fundadores como seminário para a formação do clero e seminário ou escola normal para a formação de professores. Uma sequência de percursos, porém, chegaram a comprometer seriamente a consolidação da obra. Ora foi a concorrência de escolas protestantes, ora a enchente devastadora de 1873 forçando a interrupção temporária das atividades, ora o clima hostil ao clero, principalmente aos jesuítas, durante o gabinete Rio Branco, ora o episódio Mucker, ora o susto causado pelo surto de varíola, etc. Não faltaram também momentos de grande estímulo como foi a visita ao Colégio por parte do Presidente da Província acompanhado pelo spo, aproveitando o lançamento da pedra fundamental para a estrada de ferro Porto Alegre -São Leopoldo. Um outro fator, certamente decisivo para a continuidade do Colégio, foi a chegada a São Leopoldo de um número considerável de reforços de jesuítas de ótima formação, expulsos da Alemanha pelo Kulturkampf.

Aos alunos das primeiras levas exclusivamente de origem alemã, foram-se somando, em número crescente, filhos de luso-brasileiros até se tornarem maioria. A instituição na condição de Seminário, tanto para a formação de sacerdotes como para professores provava, em pouco tempo, ser ilusória. Uma decisão tomada em 1877 imprimiria então ao Conceição o rumo definitivo até o encerramento de suas atividades em São Leopoldo no ano de 1912. O Colégio apostou na preparação dos seus alunos para os chamados “Exames Parcelados” realizados em Porto Alegre. O resultado foi além de todas as expectativas. Entre os seis candidatos conceituados como excelentes na prova de português, figuravam três do Colégio Conceição, todos filhos de imigrantes: Nicolau Knob, Heinrich Konzen e Lucas Hansel. O fato obteve tamanha repercussão que o jornal “Deutsche Zeitung”, notório pela sua hostilidade para com os jesuítas, registrou:

“Fomos informados por examinadores que os alunos Nicolau Knob, Heinrich Konzen e Lucas Hansel de fato se distinguiram. De maneira alguma concordamos com a orientação do ensino e da educação dos jesuítas. Não nos é lícito, entretanto, deixar de cumprir o dever de justiça, reconhecendo os resultados exitosos da instituição tornados públicos”.

Com este resultado o gelo estava quebrado e o Colégio Conceição enveredou para um ritmo de crescimento acelerado. O número de alunos foi crescendo de ano para ano. Só para ter-se uma idéia desse crescimento: em 1880 os alunos somavam 65 e dez anos depois, em 1890 eram 223.

A década de 1880 marcou a consolidação tanto física como acadêmica do Colégio Conceição. Foram erguidos os prédios definitivos que abrigavam todos os setores da instituição: alojamentos para os alunos, salas de aula, um amplo salão de atos e teatro, museu, laboratórios, capela, moradia dos padres, oficinas, etc. No plano acadêmico uma estrutura, um currículo e um regime disciplinar severo, inspirado no famoso Colégio Stella Matutina, que os jesuítas mantinham em Feldkirch na Áustria, conferiu consistência e profundidade à formação dos alunos. O estudo de línguas, a formação clássica, complementada por disciplinas de cunho mais prático e profissional, fez com que os egressos do Conceição não tivessem dificuldades maiores em competir em qualquer nível. Nos seus registros pessoais o P. J. E. Rick, por algum tempo professor da instituição, deixou registrado:

No tempo em que lecionei Matemática e História Natural no Ginásio Nossa Senhora da Conceição a instituição estava equiparada aos ginásios do Estado, significa que os egressos podiam frequentar universidades. O currículo durava seis anos e estava abarrotado com um monstruoso conteúdo didático. Só para as línguas: português, latim, grego, francês, inglês e alemão, exigia-se mais conteúdo do que nos ginásios alemães de oito anos. A atividade como um todo era insalubre, corporal e espiritualmente em todos os sentidos. Encontrei os alunos no seu conjunto aplicados e também inteligentes, alguns até prematuros. Obviamente não era possível atingir profundidade. Excetando as revoluções que faziam parte da vida sulamericana e que repercutiam intermitentemente no internato, o comportamento dos alunos era tão bom quanto nos ginásios alemães... A disciplina germânica agradava aos pais, mas com certeza nem sempre aos alunos!

A fama do Colégio Conceição como instituição de ensino de alto nível, espalhara-se no início dos anos noventa, por todo o Sul do País e até despertara as atenções das autoridades educacionais federais. De todo o Rio Grande do sul, de Santa Catarina e até do Paraná afluíam alunos, filhos de fazendeiros, comerciantes profissionais liberais, funcionários graduados, etc., para na condição de internos, assimilar uma sólida formação acadêmica e plasmar as suas personalidades em meio a uma atmosfera de cultura, religiosidade de alto nível e de uma disciplina rígida, quase prussiana.

O P. Balduino Rambo, referindo-se ao período do apogeu do Colégio Conceição, escrevendo, em 1958, a biografia do P. Rick na revista Montfort da Áustria, registrou:

O Ginásio Conceição em São Leopoldo, então no auge de sua atuação, fora pensado originalmente como Seminário para formar professores para as colônias. Depois de pouco tempo abriu as portas também para a juventude de língua portuguesa. Conquistou rapidamente tamanha fama, que ainda hoje ecoa como uma longínqua saga nos ouvidos dos alunos ainda vivos. Cavalcando durante semanas acorriam os filhos dos fazendeiros ricos por 600 quilômetros de distância, vindos de todos os recantos do Estado e até do Estado de Santa Catarina. Em Porto Alegre e nas cidades vizinhas, el'a de bom tom que os rapaze estudassem em São Leopoldo.

A esta altura faltava ao Conceição conquistar mais um título: o da “equiparação” ao Colégio D. Pedro II. O P. Schupp resumiu a façanha nos seguintes termos:

Desta vez foi o P. Konrad Menz, prefeito geral, que se empenhou com extraordinário entusiasmo e extrema energia, na questão, pessoalmente com o Ministro da Educação e com outras personalidades com poder de decisão. Tudo se encaminhou para uma solução favorável e finalmente no dia 3 de fevereiro de 1890 o Ministro assinou o decreto de nº 3580 conferindo à instituição o caráter de um “Gymnasio equiparado”. Este ato teve como consequência que a instituição, embora sob a fiscalização de um funcionário do governo, um “fiscal delegado”, detinha credenciais legais para realizar não apenas os exames de madureza, como também conferir o grau de bacharel. Desta maneira alcançara-se tudo, tanto na organização material quanto na consolidação interna do Colégio. Em relação ao primeiro aspecto o P. Luiz Sarazin, como excelente ecônomo, soube salvaguardar os interesses da obra e em relação ao segundo o grande mérito cabe ao P. Mereg. A este último levou o Colégio atingisse ao apogeu como instituição de ensino.

O episódio da equiparação do Colégio Conceição levanta uma questão digna de reflexão. O Colégio dos Padres é contemplado com uma demonstração suprema de reconhecimento por parte das autoridades da República recém instalada. Pelo fato de consagrar o regime de separação do Estado e da Igreja, era de se esperar no mínimo uma protelação da equiparação duma instituição sob a condução e orientação de jesuítas, a maioria deles vítimas do Kulturkampf na Alemanha. Um segundo ponto, até certo ponto complementar, tem relação como o fato de que personalidades muito influentes na República, como Rui Barbosa, articulavam uma proposta legal de expulsão dos jesuítas do País. Se, apesar de tudo, a equiparação foi concedida, o Colégio Conceição gozava sem dúvida de um conceito e de uma utilidade inquestionável e contava com o apoio e a aprovação de personalidades não menos influentes.

Embora o Colégio Nossa Senhora da Conceição se tivesse desviado significativamente da sua proposta original como Seminário de formação de sacerdotes e Escola Normal para formação de professores, contribuiu contudo decisivamente, de forma indireta, para com a renovação espiritual e cultural. Desde a sua fundação até o seu encerramento passaram pelas suas salas de aula, mais de 2.000 alunos internos. Entre os egressos do Colégio contam-se comerciantes, industriais, magistrados, médicos, dentistas, advogados, militares, professores, políticos, administradores públicos, sacerdotes... Outros ainda ocuparam postos na hierarquia eclesiástica incluindo um arcebispo.

Formando elites atuando em todas as esferas da vida civil, militar e eclesiástica, o Ginásio Nossa Senhora da Conceição foi o grande responsável direto e indireto por uma série de benefícios para o clero e a Igreja. Entre eles merecem citação: o nível do ensino e o contato pessoal com os padres devolveu a eles, em grande parte ao menos, o respeito, desfez preconceitos de modo especial em relação aos jesuítas, a religião voltou a fazer parte da vida de uma parcela crescente da sociedade. O P. Schupp resumiu o fato ao registrar:

É óbvio que entre os alunos houvesse sempre aqueles nos quais qualquer arte de educar resultava estéril. Isso, porém, não impediu que lentamente uma nova percepção tomasse conta de camadas sempre mais amplas da sociedade, levando aos poucos a uma total reviravolta da opinião pública em favor da religião e do estado religioso. Evidentemente isto não significa que o povo começasse logo a praticar a religião. Até chegar a este ponto exigir-se-ia ainda um bom tempo. Não se pode ignorar também o fato de que os alunos que no tempo do Colégio frequentavam os sacramentos, após o seu egresso, afastavam-se, na sua grande maioria da religião. Mas o terreno para um futuro melhor estava preparado e isto se deve em última análise ao Colégio de São Leopoldo e com isso o Colégio cumpriu a Sua missão.

Infelizmente a lei Rivadavia privou, em 1912, o Colégio Nossa Senhora da Conceição do status de equiparado ao D. Pedro II.

Além da perda da equiparação do Conceição com o D. Pedro II, um segundo fator de peso não menor, levou à decisão do encerramento das atividades da instituição como colégio interno para leigos. A evolução de Porto Alegre para centro econômico, financeiro e cultural, além de administrativo de que gozava como capital do Estado, rendeu-lhe um desenvolvimento extraordinário em todos os sentidos. Tornou-se o mais importante pólo de atração para comerciantes, industrialistas, profissionais liberais, artistas, artesãos, intelectuais, militares, funcionários, magistrados, etc. etc. Neste processo São Leopoldo foi colocado cada vez mais na posição de cidade periférica de segunda grandeza.

Face à nova realidade, a perda da equiparação e a crescente hegemonia de Porto Alegre foram decisivos para o encerramento das atividades do Colégio Conceição como internato para leigos e para a concentração do esforço na formação de lideranças no Ginásio Anchieta na capital, com a opção paralela pelo regime preferencial de externato. É do P. Schupp a observação:

Impuseram-se as nítidas vantagens do externato sobre o internato: a maior liberdade, tão importante para a formação do caráter e a livre decisão dos alunos em aceitar a prática da religião, somados à maior facilidade para estabelecer uma sintonia da parte da instituição com os pais.

Além desses motivos mais visíveis um outro contribuiu, para decisão. Em 1903 o Ginásio Anchieta conseguira também a equiparação com o D. Pedro II, na condição de externato do Conceição em São Leopoldo. Esta conquista imprimiu-lhe um crescimento fora do comum. Tanto assim que em pouco tempo o número de alunos subiu para 300 e logo depois para 400, com o pedido por vagas em contínuo aumento.

A evolução dos acontecimentos e a interdependência dos dois Ginásios, um como externato do outro, não tardou em revelar um série de inconvenientes. A administração geral de ambos, somada à complicação oriunda do planejamento e execução dos programas de ensino,

aconselhavam a desvinculação entre si das duas instituições. Sem perda de tempo o P. Johannes Lutgen, reitor em São Leopoldo, munuiu-se de uma carta de recomendação do Dr. Borges de Medeiros, presidente do Estado e com ela na mão viajou para o Rio de Janeiro. Escudado na intermediação de personagens importantes, logrou a separação dos dois Ginásios, mediante um decreto do Ministro da Educação, datado de 23 de junho de 1908. A partir daí o número de alunos do Anchieta não parou de crescer. Num único ano foi preciso recusar mais de 100 candidatos. Consolidara-se assim o pressuposto para que o Ginásio Anchieta, mais tarde Colégio Anchieta, enveredasse pelo caminho da formação sólida que fez dos egressos de suas salas de aula candidatos competitivos, para as vagas oferecidas pelas faculdades e cursos superiores então existentes. Convém ainda chamar a atenção que o Anchieta, embora disputando ainda hoje espaço com dezenas de escolas públicas e privadas, de alguma forma, continua cumprindo a sua missão original, isto é, oferecendo um ensino de qualidade e uma sólida formação do caráter aos alunos que o frequentam.

Acontece que para os jesuítas a finalidade dos colégios, universidades e demais instituições de ensino que mantêm, perseguem um objetivo que ultrapassa em muito a simples formação acadêmica ou profissional. Não passam de instrumentos limitados que exigem a complementação por outros.

A implantação do Projeto da Restauração Católica encontrava-se em pleno andamento no Sul do Brasil, sob a orientação de D. Cláudio Ponce de Leão, bispo do Rio Grande do Sul. Em atenção a essa realidade os jesuítas do Ginásio Anchieta introduziram no cotidiano da instituição vários instrumentos de grande eficácia para a implementação do Projeto da Igreja: o Apostolado da Oração, a Congregação Mariana, os Retiros Espirituais de Santo Inácio e outros mais. A crescente freqüência aos Sacramentos foi o resultado natural do sucesso dessa estratégia.

As décadas de 1920, 1930 e 1940 podem ser consideradas como as de maior sucesso do Ginásio Anchieta, tanto no que diz respeito ao nível de formação profana de seus egressos, como talvez muito mais quanto à formação de um laicato católico no qual se destacou um elite de intelectuais de grande influência. O surgimento e a formação deste laicato e desta elite deve-se, de modo especial, às Congregações Marianas. Os padres responsáveis pelo Ginásio deram-se conta muito cedo que era preciso acompanhar os ex-alunos no período em que freqüentavam a universidade e mais adiante na sua vida profissional, sob pena de, com o andar do tempo, a base religiosa adquirida nos anos do Ginásio, esmorecer e esvair-se de todo. A fim de prevenir este mal funcionaram nos recintos do Anchieta, além das Congregações Marianas dos seus alunos, uma para universitários, uma outra para formados e uma terceira ainda para comerciantes, militares, artesãos, operários, etc. Fica claro, portanto, que o Ginásio Anchieta atuou como escola de formação de um a elite católica autêntica e combativa, que marcou presença muito forte no período há pouco mencionado. Foi de modo especial a Congregação dos formados, sob a orientação do P. Werner von und zur Mühlen, que plasmou o grupo de intelectuais católicos muito influentes durante a década de 1930. Além de ocuparem espaço e marcarem presença como profissionais liberais, como magistrados, funcionários públicos, militares, políticos, etc., influíram fortemente nos rumos da então Universidade do Rio Grande do Sul. O Dr. Armando Pereira Câmara, um dos nomes mais destacados do grupo, ocupou em 1937 a reitoria da Universidade. Quando no início da década de 1940 foi implantada a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, um número expressivo dos catedráticos fundadores tinha pertencido ou ainda pertencia aos quadros da Congregação Mariana com sede no Anchieta.

Na época predominava entre os jesuítas mais influentes no meio intelectual, a convicção que a docência numa universidade pública, em termos de influência doutrinária indireta, era mais eficaz do que manter uma universidade própria. Segundo eles a demanda em requisitos administrativos e burocráticos não compensaria os resultados em termos de fermento humanístico cristão. Deve ter sido também este um dos argumentos de peso que decidiram pela não aceitação da oferta por parte do arcebispo em assumir a Universidade Católica do Rio Grande do Sul, implantada em 1942. Somente em 1953, em circunstâncias profundamente modificadas

pelo após guerra, o P. Urbano Thiesen com um grupo de jovens jesuítas, conseguiu a aprovação, por parte do Ministério da Educação, do curso de Filosofia, o primeiro dos 42 cursos de graduação e dos 13 de pós graduação stricto sensu que hoje integram a Universidade do Vale do Rio dos Sinos, com mais de 30.000 alunos.

Orientados pela mesma perspectiva de valer-se da educação como instrumento de evangelização, os jesuítas da Missão do sul do Brasil, ocuparam mais um ponto estratégico, desta vez em Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina.

A ilha do Desterro, hoje Florianópolis contou com presença esporádica de jesuítas desde 1622. Naquele ano o P. Francisco Dias Velho instalou aí uma residência sendo por isso considerado como o fundador da cidade do Desterro. Em 1651 juntaram-se a ele mais dois padres procedentes de São Paulo. No ano de 1747 o rei D. João de Portugal solicitara dois padres para fundar um colégio. O projeto não passou dos primeiros passos por que em 1759 a Companhia de Jesus foi expulsa de Portugal e de suas possessões ultramarinas.

Depois da restauração da Ordem em 1814, não demorou muito para que o Desterro acolhesse novamente jesuítas para fundar um colégio. Desta vez o motivo foi a sua expulsão da Argentina por Rosas. Os padres transferiram-se para o Desterro na companhia de 80 alunos. Não demorou para que muitos filhos de brasileiros também freqüentassem o colégio. Entre 1850 e 1853 sete padres morreram de febre amarela, tornando inviável a continuidade da instituição. Em 1865 o governo imperial assinou um acordo com a Província Romana da Ordem, segundo o qual o governo garantia um subsídio aos professores e os jesuítas se comprometiam a abrir um ginásio. Mas durante o Gabinete Rio Branco, de orientação maçônica, um tal ou qual clima de “Kulturkampr” que reinava no Brasil, fez com que os subsídios demorassem a ser pagos. A situação tornou-se insustentável e, em 1870, os padres decidiram fechar o colégio e optaram por uma residência em Nova Trento, uma colonização de imigrantes italianos, 80 quilômetros mais para o norte.

Em resumo é esta a história que precedeu o atual Colégio Catarinense. Desde o desembarque dos primeiros jesuítas no Desterro se passaram 440 anos, três colégios foram abertos e depois fechados.

Nos primeiros anos de século vinte, circunstâncias favoráveis terminaram por influenciar na decisão de os jesuítas alemães, responsáveis pela Missão no Sul do Brasil, lançarem mão de quarta tentativa de fundação de um colégio no antigo Desterro. O governador do Estado Vidal Ramos estudara no Colégio Nossa Senhora da Conceição em São Leopoldo, assim como os filhos de uma série de famílias influentes da capital e do interior do Estado de Santa Catarina. Desejavam contar com um colégio de jesuítas na ilha. A tudo isto veio somar-se o bom relacionamento do P. Schuler com a população e o entusiasmo de Monsenhor Topp, pároco da cidade. Em 1905, numa visita à Missão, o provincial P. Schäfer, convidado a visitar Florianópolis, ficou tão bem impressionado que determinou a fundação do colégio.

Digno de nota é o fato de o Colégio Catarinense ter surgido pelo estímulo e o interesse de ex-alunos do Conceição de São Leopoldo. Firmou-se e consolidou-se apesar de todas as dificuldades. Contou com a vantagem de por anos ter sido a única instituição de ensino reconhecida pelo governo e a única de nível mais elevado no Estado. Por suas salas de aula, passaram gerações de comerciantes, políticos, funcionários públicos, profissionais liberais, magistrados, governadores do Estado, ministros e até um presidente da República interino. Como o seu congêneres, o Colégio Anchieta, cumpriu, e ainda hoje cumpre, quase centenário, a missão que os fundadores lhe propuseram.

Os superiores da Missão do Sul do Brasil não se esqueceram de Pelotas, segunda cidade mais importante do Rio Grande do Sul no início do século vinte. A data oficial da fundação do Colégio Gonzaga, oriundo de uma escola dos jesuítas, recua na verdade para o ano de 1895. Em 1899 contava com 62 alunos, número que subiu para 301 em 1905 e 319 em 1907. O crescimento acelerado foi motivado por um decreto e equiparação provisória ao D. Pedro II em 1902 e definitiva em 1905. O Colégio Gonzaga encerrou suas atividades após cumprir rigorosamente, embora

em escala mais modesta, a missão dos seus irmãos maiores, o Anchieta e o Catarinense.

A jurisdição da Província Sul-brasileira da Companhia de Jesus estende-se também sobre o estado do Paraná. Em sua capital, os jesuítas fundaram na década de 1950 o Colégio Medianeira. Planejado nos mesmos moldes dos seus congêneres em Porto Alegre, Florianópolis e Pelotas. Também ele continua prestando excelentes serviços à causa da educação na capital de um dos estados mais prósperos do País.

Este breve esboço sobre a atividade dos jesuítas no Sul do Brasil mostra como eles recorreram à educação em todos os níveis como um dos instrumentos mais eficazes para a obra da cristianização. Nada mais fizeram do que manterem-se fiéis à tradição da Ordem, inspirada na visão missionária do seu fundador que considera a formação integral da pessoa humana como pressuposto para a promoção da Maior Glória de Deus.

Bibliografia

AMSTAD, Theodor, SJ. Cem Anos de Germanidade no Rio Grande do Sul (1824- 1924), Trad. de Arthur B. Rambo, São Leopoldo, Edit. Unisinos, 1999.

RAMBO, Baduino, SJ, Johannes Rick, SJ, in Sonderdruck aus der Zeitschrift "Montfort", Heft 1/2, 1958.

SCHUPP, Ambros, SJ. Die Deutsche Jesuiten-Mission in Rio Grande do Sul (Brasilien), Wiederherstellung und Herausgabe der Texte von Pater Arthur Rabuske, SJ, Unisinos, São Leopoldo, 1974.

NOS CAMINHOS DAS SOCIEDADES ESCOLARES SUL-RIO-GRANDENSES: POMERANIDADE E CIDADANIA

Nilo Bidone Kolling¹

...”Entre os mais importantes, porém, deveriam constar as crônicas e compêndios de História, em qualquer língua que seja. Pois estes são maravilhosamente úteis para entender o curso do mundo e para governá-lo, mas também para enxergar os milagres e obras de Deus. Quantas histórias e textos maravilhosos poderíamos ter agora sobre acontecimentos que ocorreram ou ocorrem na Alemanha, dos quais agora não possuímos nenhum. Isso porque não havia ninguém para os registrar e, mesmo que tivessem sido registrados, ninguém os teria preservado. Por essa mesma razão nada se sabe a respeito de nós alemães em outros países, e somos considerados em todo o mundo as bestas alemãs, que só sabem fazer guerra, comer e beber. Os gregos e latinos, porém, sim, inclusive os hebreus, descreveram sua História tão exata e cuidadosamente que, mesmo quando uma mulher ou uma criança tinha feito algo de extraordinário, todo o mundo tinha que ler e sabê-lo. Enquanto isso, nós alemães continuamos sendo alemães e como tais queremos permanecer.” (LUTERO 1995: 324 Volume 5)

Preliminares e antecedentes

Por ocasião dos festejos celebrativos dos 180 anos da imigração e colonização alemã no RS, remonto a história destas Sociedades Escolares que formaram um próprio bem específico no contexto Sul-Rio-Grandense, tendo por base a maioria de imigrantes pomeranos, ao lado de outros grupos teutos, anteriores ao processo da tardia Unificação do Império Alemão.

Lembro que a população da Região Colonial de Pelotas – hoje com mais de 34 municípios, teve com São Lourenço do Sul sua iniciação, organizada pela presença teuta ao redor da Lagoa dos Patos. Sua colonização não teve a mesma trajetória de grupos étnicos germânicos como os de São Leopoldo e ou do Vale do Itajaí. Temos aqui uma história um tanto própria: Jacob Rheingantz colonizou a serra dos Tapes a partir de 15 de janeiro de 1858, com uma maioria de imigrantes provenientes da Pomerânia.

Ao mesmo tempo, a presença teuta ocorre em duas cidades que se solidificam no processo de ocupação da Província de São Pedro: Rio Grande com seu porto marítimo, e Pelotas – a princesa do Sul e ou Atenas Rio-Grandense. A presença teuta nestes dois sítios urbanos é anterior à colonização de São Lourenço do Sul, e muito significou e orientou as ações e os modelos que se solidificaram no processo. Estudos bem específicos da presença teuta, austríaca e suíça em Pelotas, por exemplo, nos iriam auxiliar no processo de compreensão de muitas articulações na Região Colonial, bem como nas relações com as demais Colônias no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.

A revisitação: releitura de uma Comunidade

Nesta revisitação que agora fazemos, articulamos o próprio da organização de Comunidades com base em suas Sociedades Escolares. Focamos especificamente uma delas: Comunidade Vitória (1923)

A ocupação das terras coloniais medidas e divididas em lotes na região da hoje Ponte Cordeiro de Farias, 5.º Distrito de Pelotas, ocorreram a partir do marco inicial de 1914 com a demarcação da Colônia nos “campos” da Família Campos a partir do Monte Bonito, ocupando-se

¹ Nilo Bidone Kolling - Mestre em História da Educação pela FaE – UFPel e EUViadrina – Frankfurt/Oder

o lado direito do Arroio Pelotas com colonos alemães de São Lourenço do Sul. A estes e seus filhos, quase todos nascidos já no Brasil se venderam os lotes coloniais, com o objetivo de desenvolvimento do projeto colonizatório.

Mesmo medidos os lotes, com a eclosão da Primeira Grande Guerra Mundial (1914-1918), o investimento não causou grandes surpresas desenvolvimentistas. Era um período marcado por falta de um idealismo propício. Só a partir de 1919 e 1921, teremos um avanço e a chegada de novas famílias de povoadores que adquirem terras e passaram a habitar a região, quase todos provenientes de São João da Reserva, Arroio do Padre e Santa Silvana.

As lideranças coloniais despertaram para uma organização comunitária e de defesa daquilo que traziam em sua bagagem: preservar a cultura e a religião evangélica-luterana.

Assim, em data de 11 de dezembro de 1922, realiza-se na residência de Hermann Güths a Assembléia Constitutiva da Sociedade Auxiliar Vitória para a fundação da mantenedora de uma Escola Comunitária que servisse aos filhos dos colonos radicados nesta colônia. Foram eleitos seus dirigentes: Hermann Güths (V 04.08.1883 em Santa Silvana e V 15.07.1950 em Ponte Pelotas – filho de Wilhelm Güths e Wilhelmine Perleberg Güths e casado com Anna Maron Güths²) – presidente, professor e pastor; Germano Bender (V 21.05.1893 e V 07.06.1946 foi casado com Hermínia H. Bender (nascida em 31.05.1897 e falecida em 08.10.1977) – tesoureiro – ambos sepultados no Cemitério da Comunidade Vitória junto com o filho Sílvio Bender – nascido em 21.09.1928 e falecido em 04.05.1930; e ainda Germano Leitzke Primo (V 01.09.1889 em Santa Silvana e V 21.03.1942) sendo casado com Eliza Robe Leitzke (V 22.09.1888 em Santa Silvana e V 08.02.1982).

Os primeiros desafios foram vencidos pela diretoria em conjunto com os membros e já o Advento e o Natal de 1922 foram celebrados solenemente no meio da colônia recém ocupada. A celebração ocorreu na residência da família Güths reunindo mais de 70 pessoas com canto, encenação natalina e presença do Papai Noel. Já a escola passa a funcionar a partir do início de 1923. Os Estatutos da Sociedade Auxiliar da Colônia Victoria no Segundo Districto de Pelotas foram registrados em 16 de fevereiro de 1923, sendo seu primeiro professor o próprio Hermann Güths e substituído por Germano Leitzke Primo. O esquema tradicional da escola da colônia alemã foi aqui seguido: durante a semana o prédio era utilizado para escola, nos finais de semana o mesmo tornava-se uma capela para o culto. Nele eram presididos os sacramentos luteranos: Santa Ceia e o Batismo. Nestes primeiros anos o próprio professor encarregou-se dos ofícios religiosos da Comunidade. Era o princípio do independitismo religioso trazido pelos imigrantes: sem nenhum vínculo com a organização sinodal existente, mas igreja que brota do trabalho escolar.

Todo o trabalho escolar é realizado em Língua Alemã. As cartilhas – bem escassas – são utilizadas conforme as demais escolas, todas provenientes da Tipografia de Rotermund em São Leopoldo. O método de alfabetização e memorização é o tradicional das demais escolas. Os castigos são o ajoelhar-se em grãos de feijão, milho e a prática da palmatória é usualmente acolhida. Utiliza-se a lousa (Tafel) e o lápis (Griffel), pois cadernos são inexistentes. Iniciou-se com duas turmas de alunos: os mais adiantados e os que nada sabiam de ler, escrever e operações matemáticas. Já a partir de 1925 teremos as quatro classes de alunos todos reunidos em unidade. Meninas e meninos freqüentam a escola até estarem prontos – isto é, saber ler, escrever, operações matemáticas e noções de geografia e história do Brasil e da Alemanha. Esta noção curricular aparece claramente com o termo: saber para poder se virar e enfrentar a vida!³

² Conforme nota no óbito lavrado pelo Pastor Lothar Hennig – Enterro n.º 187 – pág. 284 da PESMdoSul

Em sua lápide consta: Lieber Vater, treuer Gatte	Querido Pai, fiel esposo
Unser Schutz und Hüter du	Nossa proteção e nossa guarda
Der Tod hat uns geschieden	A morte nos separou
So schlafe nur in stiller Ruh	Assim durmas pois em silenciosa paz (trad. NBK)

³ Estas informações são baseadas em Testemunho Oral, fruto de muitas entrevistas com ex-alunos e ex-alunas destas primeiras turmas.

O segundo desafio enfrentado pelos pais e dirigentes foi a aquisição do terreno para a Escola e a Igreja. Optou-se por um local mais central, sendo que em data de 17 de dezembro de 1923 a sociedade adquire do casal Alberto e Ernestina Bauer o local atual com Cemitério, conforme escritura pública lavrada em Cartório, com uma área de dois hectares, tirada do lote número quatorze da Colônia Victória – 2.º Districto – em local denominado de Botafogo - Santo Antônio da Boa Vista e assinado pelo presidente Germano Güths.⁴

Certamente os desafios seguintes ocorreram com a construção dos prédios, reformas e manutenção dos mesmos. A contratação de professores também anualmente era discutida em Assembléia Geral. A rigidez ética e as exigências pedagógicas de competência ficam muito claras nos estatutos⁵ e são uma fonte histórica de visão de mundo e de princípios epistemológicos-educacionais numa sociedade colonial que visa formar pessoas críticas e partícipes de um processo fundante na colônia Vitória.

No início do ano de 1932 é contratado o professor Bernardo Böhm proveniente da Colônia São Manoel. Ele dirige os trabalhos de oferta e dedicação da construção do atual templo da Comunidade Religiosa Vitória. No Advento de 1932 é solenemente colocada a Pedra Fundamental do novo edifício. No ano seguinte, também Advento, em 03 de dezembro de 1933, a Comunidade se reúne para o Culto solene de Inauguração da Igreja construída ao lado do prédio escolar. Destes atos temos a fotografia da inauguração e da turma de alunos de 1932, com a visita da Comissão de Inspeção, formada por pais de alunos. O professor aparece com seu inseparável violino para animar as canções e os hinos pátrios.

Böhm permanece apenas até meados de 1934, pois sua mãe enviuvara e é chamado a assumir a coordenação dos negócios coloniais em casa junto da mãe e dos irmãos menores. Em São Manoel o mesmo realiza uma profícua atividade de liderança. São sua obra muitos dos túmulos lá erigidos. Sua marca ficou aí solidificada até sua morte em 1967.⁶

Este projeto foi dirigido quase sempre por professores leigos. Até o advento do Nazismo na Alemanha, os professores eram colonos que atuavam em meio expediente e que recebiam dos pais, como pagamento, serviços braçais em sua terra. Com o nazismo, a Escola da Colônia Victória, contrata professor letrado vindo da Região de Colônia, Alemanha, e que aqui, juntamente com tantos outros, sonha com os princípios do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães. Este jovem professor Edgar von Schäfer organiza a partir da Escola um grupo de jovens da Juventude Hitlerista. Trocam experiências com outras escolas da colônia, especialmente São Lourenço do Sul.

Este tema não é usual na Colônia. Existe muito medo e temor de perseguição ainda hoje, passados 50 anos.

No entanto, em termos escolares pode-se afirmar que é neste período que a escola possui seu ápice em número de alunos. São mais de 60 crianças!

No período da perseguição e fechamento da escola (42-44) também o professor some. Por fonte oral sabe-se que o mesmo retornou à Alemanha junto com amigos professores de São Lourenço e morre como soldado em combate pelos ideais nazistas quando do deslocamento de tropas em direção à Rússia.

Passados os tempos difíceis da Segunda Grande Guerra Mundial, a escola volta a funcionar agora com uma novidade: passa a utilizar-se do vernáculo português!

⁴ Registro n.º 12.430, Fls. 142 no Cartório do Oficial Ruy Carlos Dumont em Pelotas datado de 09.04.1924

⁵ **Estatutos Registrados** em Cartório pelo Oficial Décio Barbosa Leal à folhas 319 sob número de ordem 45 do livro número 3 do Registro de Sociedades Cíveis, com protocolo número 1 sob número de ordem 8 e arquivado o exemplar do Diário Popular do dia 16 de fevereiro de 1923.

⁶ **Bernardo Böhm – nascido aos 25.12.1907 em Pinheiros – São Lourenço do Sul e falecido em 12.02.1967 no Hospital em Caguçu – RS.** Foi homenageado por suas atividades na PESMdoSul em data de 02.11.1998 com descerramento de placa comemorativa em seu túmulo na Comunidade São Matheus – Colônia de São Manoel. Era filho do casal Erich e Maria Grimm Böhm. Casou-se em 31.08.1935 na Colônia Santa Cecília com Elsa Güths Böhm (30.08.1915) filha de Guilherme Güths e Margarida R. Güths

Aliás, em termos lingüísticos uma outra característica da Escola Victória: já a partir de 1923 se lecionava uma vez por semana em português. Livro base: Ortoepia da Língua Portuguesa. Depois da Guerra: duas vezes por semana se ensinava alemão para não se desaprender a língua dos antepassados. Outra face: a grande maioria dos alunos e das alunas se comunicava em casa em dialetos, especialmente em Pomerano (mesmo que tivemos aqui Hunsrückianos, Saxões, Westfalianos) tanto que, às vezes, o professor para ser bem compreendido tinha que dar avisos e explicar no dialeto aquilo que queria dizer, já que o alto alemão não era compreendido por todos.

Já após a Guerra, a partir de 1948, houve a necessidade de se voltar a ensinar o alemão, na forma do alto alemão.

Nova crise surgiu com a exigência da profissionalização do magistério e as daí decorrentes exigências legais de formação para o exercício do mesmo.

Também é neste período que o Estado do Rio Grande do Sul começa a verificar a questão do Ensino Público. A Construção pelo Batalhão Ferroviário do trecho da VFRGS entre Pelotas e Canguçu, cortando exatamente a área geográfica da hoje PESMdoSul, fez com que o Estado se esforçasse na edificação e funcionamento da Escola Pública para atendimento do pessoal proveniente da construção de estradas.

Este projeto não vinga neste momento. Ele só se constitui no período das brizoleiras – quando teremos a Construção da Escola Estadual Santa Eulália na Ponte Cordeiro de Farias em 1961/1963, primeiro investimento estadual no setor educacional nesta região em mais de 100 anos de colonização.

Temos relatos da tentativa de aproximação e manutenção da escola comunitária pelo poder público em muito momentos de nossa história. Os contactos verbais, bem como ofícios escritos⁷ em diferentes períodos mostram a necessidade de a Comunidade ter que investir na manutenção da Escola e apresentam a denúncia em relação ao poder público que não cumpre com sua tarefa.

A primeira tentativa de instalação de um professor titulado na Escola Victória deu-se com a vinda do hoje pastor emérito Sebaldo Nörenberg, que atendia a Escola de Santa Maria pela manhã e a tarde a de Victória, residindo no topo do morro junto à família de Arthur e Bertha Buchweitz Leitzke – meio caminho entre as duas Comunidades. Tratou-se do primeiro professor enviado pelo Departamento de Educação e pela Diretoria do Sínodo Rio-Grandense, mesmo que a Comunidade Religiosa não estivesse filiada à Federação Sinodal – IECLB.

Esta experiência dádiosa do Sínodo encorajou os associados a confiar nesta instituição eclesiástica que veio ao encontro de seus anseios. No entanto, a chegada de um professor jovem, com novos métodos absorvidos na Escola Normal Evangélica, em São Leopoldo, bem como as exigências salariais, fixadas pelo Departamento de Ensino do Sínodo, não deixaram sem marcas conflitivas a sociedade escolar. Já neste período as cartas do Reverendo Alfredo Simon às autoridades educacionais e políticas de Pelotas mostravam uma preocupação séria da luta pela escolarização dos filhos dos colonos em quase todos os recantos dos municípios de São Lourenço, Pelotas e Canguçu. Simon na condição de presidente do Distrito Sinodal da Região Sul utiliza seu poder e visita pacientemente as autoridades – também vereadores – e mostra-lhes o descaso em relação à situação educacional e a pobreza da colônia, caso as autoridades não assumam sua responsabilidade pela educação pública⁸.

No entanto, a experiência de pagamento do professor pela Prefeitura de Pelotas só viria com a contratação de Norberto Carlos Lettnin, depois do afastamento e transferência de Sebaldo Noerenberg. Lettnin relata suas atividades em 1956 e 1957⁹ e lembra das dificuldades de com-

⁷ Ofício de **Ernesto Jost** – Professor e Reverendo enviado ao *Dr. Sylvio Barbedo* em data de **28 de julho de 1937**

⁸ O arquivo do mesmo existente no Arquivo Histórico da IECLB - Biblioteca da EST em São Leopoldo, e ainda os arquivos do mesmo pertencentes ao *Süd-Kreis der Rio-Grandenser Synode* hoje na Escola Reverendo Alfredo Simon – Pelotas, atestam o testemunho combativo de Simon em favor da educação pública e de qualidade para os filhos dos colonos.

⁹ Testemunho do mesmo em fitas e transcrito para a pesquisa atual.

preensão dos pais para com este novo momento vivenciado pela escola. Narra com emoção o apoio recebido da parte do Reverendo Simon.

Depois deste momento, a Escola é municipalizada por acordo e convênio, sendo assumida paulatinamente pela Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Pelotas. Deste momento em diante a Comunidade participa da manutenção e conservação do prédio escolar. Só em 1970, o velho prédio – com sala de aula e residência simples para o professor é substituída por um prédio novo construído pela Comunidade num mutirão do Curso do SENAR/RS visando qualificação de Mão de Obra. Assim a Escola Victória foi inaugurada em 25.07.1970 e os fundamentos do velho prédio são conservados até hoje como monumento fundante da sociedade escolar e religiosa, sendo no Cinquentenário da Comunidade, em 1973, inaugurada a placa e o monumento devido.

Já a história da Comunidade Religiosa acompanhou este processo de caminhada da Sociedade Escolar, passando a Federação Sinodal, através da Paróquia de Santa Maria do Sul, a Comunidade Victória, até então uma Comunidade Livre, Independente, chegando a tornar-se Sede Paroquial, no ano de 1965. Aí foi construída a Casa Pastoral com verbas provenientes da Ação Presidente Wischmann, transferindo-se a Sede Paroquial da Comunidade Santa Maria para a Ponte Pelotas, em função da acessibilidade por estradas e rotas de ônibus e das comunicações telefônicas.

A primeira família que reside na Casa recém.inaugurada foi, em 1966, Gerhard e Elisabeth Huber, casal de pastores alemães, enviados pela Igreja Luterana da da Baviera. Com seu retorno precoce em função do acidente do ônibus da Empresa Embaixador e a moléstia adquirida pela filha (hoje enfermeira-infantil neurológica num Hospital Regional em Erlangen), para a Alemanha, assumiu a Coordenação do trabalho o casal Rosalvo e Wanda Dalla Barba. Este possui o papel de apaziguador dos ânimos, trazendo de volta para a Paróquia a Comunidade de Santa Maria do Sul, que por ter perdido a sede paroquial e ter construído uma nova Casa Paroquial com recursos próprios se ligou a Paróquia do Arroio do Padre II. Neste período teve a habilidade de acertar a filiação definitiva da Comunidade Vitória à IECLB. Até então, os estatutos desta comunidade não previam a filiação, mantendo ela o status de Comunidade Livre.

Os Estatutos foram então registrados e os bens existentes, em caso de dissolução serão doados a outra Comunidade ligada à IECLB. A decisão ocorreu em de 17 de dezembro de 1970.¹⁰, após muito debate e uma prolongada e difícil assembléia com afastamento de algumas famílias constitutivas.

Aprendizagens: para uma conclusão preliminar

Este processo de sofrimento na compreensão e filiação ao Sínodo Rio-Grandense é hoje uma reflexão estranha e quase incompreensível. No entanto, o fato de o mesmo ter se prolongado de 1922/1923 e somente ter sido resolvido, e ainda com mágoas e ressentimentos, em dezembro de 1970, mostra uma eclesiologia muito forte de nossa Comunidade Evangélica-Luterana que ainda é presente nos constructos teóricos do ser Igreja de Jesus Cristo, em contextos de imigração pomerana no sul do Brasil mesmo depois de 140 anos – processo iniciado por Jacob Rheingantz em 15 de janeiro de 1858, em São Lourenço do Sul.

O independitismo eclesiástico no meio do contexto imigratório precisa ser melhor conhecido e reconhecido dentro e fora das fronteiras da IECLB. Também a forte influência e a contribuição das Sociedades Escolares Comunitárias precisam ser resgatadas e historicamente situadas para nossa compreensão de Escola e Sociedade. Mais ainda: sem o reconhecimento e a presença da Escola e da Igreja em contextos imigratórios, a sociedade pelotense e regional teria tido uma outra constelação.

¹⁰ Livro A-4 do Registro de Sociedades Cívicas – Fls. 222 – n.º de ordem 982 em 17.12.1970.

UMA TRADIÇÃO QUE LANÇOU RAÍZES

Lúcio Kreutz (UNISINOS)

Introdução

Na história da educação brasileira, o tema das escolas étnicas de imigrantes foi pouco tratado até a década de 1990. As informações a respeito indicaram que este processo escolar étnico havia terminado abruptamente, no final da década de 1930, por meio de um conjunto de decretos de nacionalização. Na comunicação, procuro realçar que, entre os imigrantes de diversas etnias, o processo escolar havia sido articulado em profunda interação com as dimensões culturais, sociais e comunitárias desses grupos étnicos e que, não obstante a supressão legal, tal dinâmica escolar continua presente, produzindo frutos. Fica a pergunta: por que isso ocorre ainda, agora, acima de sessenta anos após o término das escolas étnicas?

Entendo que a dimensão cultural tem uma função central no processo histórico, pois é pelo significado que atribuímos a pessoas, processos e coisas que nos inserimos na dinâmica social. Entendemos que o pertencimento étnico é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre a representação das diferenças, o que é possível constatar pelos símbolos culturalmente invocados por uma sociedade para sua organização social. Entendemos, parafraseando Scott (1990), que a dimensão étnica atravessa a sociedade e acaba por estruturar tanto a percepção quanto a organização – concreta e simbólica – da vida social.

Entendo também que não é possível terminar com um decreto as referências culturais dos grupos étnicos. Quando não há espaço para expressar publicamente as referências culturais, os grupos étnicos rememoram-nas e revivenciam-nas de uma geração a outra, mesmo que seja na clandestinidade. O silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, mantém-se vivo por longo tempo, assim como uma brasa mantém-se acesa sob a cinza, e, em situação favorável, reabre-se a chama (Pollak, 1989, p. 5).

No caso específico das escolas étnicas dos imigrantes, no Brasil, houve uma reviviscência das mesmas, em forma e dinâmica adaptada às novas circunstâncias históricas. É possível constatá-lo, entre outros aspectos, pela privilegiada posição que as regiões habitadas por descendentes de imigrantes ocupam nos sucessivos “ranking” dos municípios mais alfabetizados no Brasil.

No texto apresento algumas manifestações no processo educacional brasileiro, nos quais percebe-se reviviscência de alguns aspectos das escolas étnicas de imigrantes. Abordo também, de forma sucinta, algumas características das escolas étnicas que, parece-me, traduzem o aspecto histórico central da dimensão cultural dos imigrantes e que, por este motivo, continuam vivas nas regiões de imigração, não obstante as transformações e adaptações nas mesmas.

Sinais da tradição das escolas étnicas dos imigrantes

Para unir-se às comemorações dos 180 anos da imigração alemã no Rio Grande do Sul, os editores da revista SKT PAULUSBLATT publicaram, no número de janeiro/fevereiro de 2004, o hino *Lied der Deutschbrasilianer* (Hino dos teuto-brasileiros), de autoria de Otto Meyer. A revista SKT PAULUSBLATT é órgão de divulgação mensal da Sociedade União Popular Theodor Amstad (*Volkverein*), publicado em língua alemã desde 1912. Sua distribuição é por assinatura e seus leitores são predominantemente descendentes de imigrantes alemães, na faixa de 70 anos ou mais, o que significa dizer que ainda freqüentaram a escola étnica desse grupo de imigrantes, entre 1930 – 40.

O autor do hino, Otto Meyer, nasceu em 1869, em Hannover, Alemanha, cursou teologia e letras em Göttingen, vindo ao Brasil na passagem do século XIX para o XX. No Brasil, tornou-

se professor e diretor da Sinodalschule, em Santa Cruz. Compôs o hino – *Lied der Deutschbrasilianer* - em 1907, para concorrer em concurso da Liga de Associações de Ginástica, classificando-o em primeiro lugar. De 1908 a 1924, foi diretor da Hilfsvereinschule (Colégio Farroupilha), em Porto Alegre.

O hino *Lied der Deutschbrasilianer* foi publicado em livros escolares da imigração alemã, juntamente com outros poemas através dos quais os alunos proclamavam sua cidadania brasileira vinculada com as peculiaridades culturais alemãs. Com a publicação do hino no periódico que ainda hoje circula em língua alemã, os editores tiveram como objetivo saber quem, dentre os leitores, ainda lembrava do mesmo, 67 anos após a proibição das escolas étnicas da imigração alemã. Obtiveram 154 respostas dos leitores, dos quais 46 (30%) informaram conhecer bem o hino e que o haviam recitado na escola; oito leitores informaram que conheciam o hino, mas que não o haviam recitado; 37 haviam tido informação do mesmo, mas não o sabiam de cor; e 63 leitores (41%) não o conheciam (Revista SKT PAULUSBLATT, ano 93, n° 155, julho 2004, p.15-17). Os editores da citada revista não perguntaram a idade dos que responderam à pergunta. Este dado ajudaria a saber se todos os respondentes haviam freqüentado a escola étnica dos imigrantes alemães, pois só neste caso teriam sido estimulados a decorar o respectivo hino. Independente dessa questão metodológica, chama a atenção que elevado número de descendentes da imigração alemã ainda lembra o hino com o qual proclamava sua cidadania brasileira, fazendo-o, entretanto, em língua alemã. Esta questão sinaliza para o constante desafio que o processo identitário significava para os imigrantes alemães: como conjugar sua cidadania brasileira com as peculiaridades da tradição cultural de origem. O hino apresenta a compreensão dos imigrantes a respeito da questão.

Lied der Deutschbrasilianer Hino dos Teuto-Brasileiros

1. Rein, wie hoch am Himmelsbogen unsrer Heimat Sterne stehn, mächtig, wie die Meereswogen gegen unsre Küsten gehn, soll der Heimatsang uns dringen aus der treuen Brust hervor, soll Brasiliens Preis erklingen aus dem deutschen Männerchor.	1.Quão límpidas e altas na abóbada do céu estão as estrelas de nossa pátria, poderosas como as ondas do mar se lançam contra o nosso litoral, saia o canto pátrio do peito leal, ressoe o louvor do Brasil do coro masculino alemão.
2. Fülle liegt auf deinen Fluren, gottgesegnet Vaterland, leuchtend zeigst du noch die Spuren von des Schöpfers Meisterhand: In des Mittags blaue Fernen Wob sie goldne Sonnenpracht, Mit des Himmels schönsten Sternen Schmückt sie funkelnd deine Nacht.	2.Fartura cobre teus campos, pátria abençoada por Deus, brilhando ainda mostras os vestígios da mão de mestre do Criador: Nas distâncias azuis do meio-dia teceu o áureo esplendor do sol, com as estrelas mais belas do céu ela ornamenta reluzente tua noite.
3. Deine fruchtgetränkte Erde gibt uns Mut zu frohem Tun, gibt uns Muße, um am Herde sonder Sorge auszuruhn. Aus des Bodens Scholle ziehen wir des Lebens bestes Mark, aus des Bodens Kraft erblühen die Geschlechter frei und stark	3.Teu solo impregnado de fertilidade nos dá ânimo para um agir alegre, nos dá vagar, para, junto ao fogão, descansarmos sem preocupação. Do torrão do solo tiramos o melhor sustento da vida, da força do solo florescem as gerações livremente e com vigor.
4. Laßt uns schaffen mit der Stärke dessen, der die Heimat liebt;	4.Trabalhemos com a força de quem ama a pátria;

laßt uns beten, daß zum Werke
Gott uns das Gedeihen gibt!
Ewig heilig, ewig teuer
Bleibest du dem deutschen Lied,
Heimatland, in dem das Feuer
Unseres Herdes gastlich glüht.

rezemos para que a obra
Deus faça prosperar!
Eternamente sagrada, eternamente cara
permaneces ao hino alemão,
pátria, na qual o fogo
De nosso fogão arde hospitaleiro.

Juntamente com o *Lied der Deutschbrasilianer*, também outros hinos eram muito difundidos nos livros escolares da imigração alemã, com os quais os imigrantes professavam sua cidadania brasileira em relação à qual não tinham dúvida. Mas insistiam nos mesmos hinos que poderiam ser bons brasileiros se pudessem manter suas peculiaridades étnicas, como língua e tradições. Entre tais hinos, destaco *Hymne der Deutschbrasilianer* (hino dos teuto-brasileiros) de W. Ammon, de 1936; o hino *Dem Vaterland* (à pátria), de C.M. Arndt, de 1894; o hino *Brasilien Heil* (salve Brasil), de Arno Philipp, de 1907; o *Mein Lieben*, (meu amor), de H.H.V. Fallerslobe, de 1929; ainda o *Brasilien ist mein Heimatland* (o Brasil é minha Pátria), de Friedrich Güll, 1910.

Diversas pesquisas indicam que a questão da identidade étnica entre os imigrantes alemães ainda continua presente, ainda que de forma latente, e que influi na forma de agir no presente. Wolf e Flores (1994:209) explicitam que a Oktoberfest de Blumenau tem a participação intensa da comunidade exatamente porque na sua concepção e organização foi levada em conta a realidade do cotidiano, a forma como os moradores de Blumenau, descendentes de imigrantes alemães, representam sua identidade. Os organizadores da festa tinham consciência da importância de se levar em conta a representação do passado no processo identitário dos moradores da cidade, para que ficassem com a festa e aderissem à organização da mesma. Assim tentaram articular a organização da festa, no presente, com um elo na história deste grupo étnico. Na pesquisa, os autores ainda constataram que o grande afluxo de turistas, nos últimos anos, motivou descontentamento da população local com a perda de “sua festa”, “mais familiar, lugar de rememoração, de recriação de identidades”.

Também Trauer (1994) detectou aspecto importante vinculado à questão identidade/etnia ao pesquisar o ensino do alemão como língua estrangeira entre descendentes de imigrantes alemães. Concluiu que, ao se ensinar o alemão como língua estrangeira entre imigrantes alemães, gera-se uma série de problemas, tais como o desinteresse do aluno e o pouco resultado na aprendizagem. No entanto, ao mudar-se a metodologia, ensinando o alemão não como língua estrangeira, mas como segunda língua materna, partindo-se do dia-a-dia do aluno, de seu universo simbólico, o processo de ensino-aprendizagem melhora, tornando-se o aluno participante ativo e interessado.

Igualmente Doll (1994), ao pesquisar a experiência de “Implantação e aprimoramento de um currículo bilíngüe”, concluiu que o resultado depende, em grande parte, da forma como incorpora ou não, no ensino de línguas, a experiência anterior dos alunos, sua configuração e representação de identidade e etnia.

João Amós Comênio já enfatizara, há quatro séculos, que o processo educacional como um todo precisaria partir da realidade do aluno, trabalhando a compreensão mais ampla dessa realidade e incentivando o engajamento na mesma. Entendia por realidade não apenas o mundo circundante das coisas naturais, “a lição das coisas”, mas também, e principalmente, o universo de significações simbólico-culturais.

Traversini (1998) sentiu-se desafiada para fazer um estudo de caso sobre a alfabetização em Poço das Antas, RS, ao tomar conhecimento que este município, juntamente com outros dois municípios gaúchos e dois de São Paulo, tinha sido classificado com taxa de 100% de alfabetização, através de levantamento do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), no Censo de 1991. Ao trabalhar com as informações do UNICEF, a Folha de São Paulo (24/03/96) constatou que, dos 50 municípios mais alfabetizados do Brasil, 33 eram do Rio Grande do Sul e que 29 deles, localizados nos vales do rio Caí, do rio Taquari e na Serra Gaúcha, formavam o polígono com o “Oscar da alfabetização”. Esta região é predominantemente de descendentes de imigran-

tes. Traversini foi a Poço das Antas, achando que encontraria os motivos desse sucesso no sistema educacional, certamente associado ao progresso industrial e comercial e à urbanização. Verificou que não. Perguntava-se, então: teria havido uma grande campanha de alfabetização nesse município? Inovações pedagógicas? Renovação curricular? Ou um investimento especial na formação de professores? Observou que não. O que pôde perceber foi que a escola estava bem enraizada no contexto cultural da população, que ser alfabetizado era considerado como algo natural. O ser alfabetizado estava sendo entendido como algo constitutivo da identidade cultural da população e não como resultado de uma iniciativa especial. A pesquisadora Traversini observava que seu estudo trata de um município específico e que não pretende generalizar conclusões. No entanto, constatamos que, nos levantamentos estatísticos posteriores ao estudo de Traversini, o índice dos mais alfabetizados vem apontando sucessivamente com destaque municípios com população prevalente de imigrantes com longa história de processo escolar étnico e comunitário.

Nas pesquisas sobre o processo escolar de imigrantes no Brasil, percebi que em sua literatura escolar é constante o entendimento de que todos deveriam ser escolarizados. Aplicavam sanções religiosas severas para quem não fosse à escola. Em entrevistas realizadas em 1982 com ex-professores das escolas da imigração alemã da década de 1930, foi possível constatar unicamente nos depoimentos de que já naquele período haviam sido poucos os casos de analfabetismo em comunidades rurais teuto-brasileiras.

Esse conjunto de observações leva-me a perceber o quanto algumas etnias de imigrantes, especialmente a alemã, a japonesa, a polonesa e em parte a italiana, vincularam o processo escolar à dinâmica mais ampla de seu processo comunitário, articulando todas as estruturas socioculturais com o projeto escolar. Isto é, criaram toda uma rede simbólica em favor do processo escolar e que, 60 anos após o término desse processo, ela ainda influi profundamente na dinâmica escolar dessas comunidades. Por isso perguntamo-nos: quais foram as características centrais das escolas étnicas dos imigrantes que marcaram de maneira tão profunda a vinculação escola x comunidade que seus efeitos se fazem sentir ainda hoje?

Igreja, família e comunidade com objetivo comum para a escola

Na Assembléia Geral de Católicos teuto-brasileiros, em 1909, foi enfatizado que, para se formar a totalidade harmônica sob a primazia do espiritual, todas as instâncias da vida humana precisam ter uma orientação específica e integradora. Especialmente aquelas instâncias consideradas como agências educativas, isto é, a igreja, a família e a escola deveriam trabalhar em conjunto. A escola só seria eficaz em sua ação educativa se atuasse como um prolongamento e aperfeiçoamento de valores, hábitos e mentalidade encontráveis, ainda que em germen, no núcleo familiar.

A união e a harmonia de ação entre igreja, escola e família foi realçada com muita frequência na imprensa teuto-brasileira ligada ao Projeto de Restauração Católica e foi tema básico e prioritário nas assembléias gerais de católicos e nas assembléias gerais de professores. Assim, por exemplo, o tema central das resoluções da sexta Assembléia Geral de Professores Paroquiais, em Santa Cruz do Sul (RS), abril de 1911, foi a atuação conjunta entre igreja, escola e família.

Sendo que no Projeto Católico se realçava a função do professor paroquial e da escola como prevalentemente normativa, sabia-se, em conseqüência, que sua ação só surtiria bom efeito quando realizada de modo integrado entre as instâncias básicas da vida comunitária naquele contexto e para aquela finalidade: igreja, escola e família. O jornal dos Professores (*Lehrerzeitung*) salientava constantemente a necessidade dessa integração.

Enfatizando a prioridade do aspecto religioso na escola paroquial, criava-se uma atmosfera de religiosidade. Dizia-se que:

“nas escolas paroquiais, (...) nelas não só os pais, os mantenedores, os alunos, os professores eram católicos, mas todo o espírito vivificador da instituição nascia da religião; nelas, não só se ensinava

o catecismo em quadrantes fixos do horário, mas toda atmosfera, desde a oração de entrada até o anjo do Senhor marcando o fim, era **saturada de religiosidade**; nelas, não havia desarmonia entre o aspecto religioso e secular da educação, mas a leitura se aprendia pela História Sagrada, e as exposições públicas da escola serviam para aprimorar as festas da liturgia” (grifos meus) (Rambo, 1956b. p.37-8).

Dizia-se que a educação da família deveria preceder a da escola, que a escola e família deveriam atuar juntas, integrando-se nos mesmos princípios e que os pais sempre precisavam ligar-se mais ao professor, confiando no mesmo, pois ele é que os representava em muitas ocasiões junto aos filhos, especialmente na educação religiosa; que a educação da escola só surtiria efeito quando tivesse o apoio e a continuidade da família; que o estreitamento de objetivos e relações entre escola e família seria fundamental para a boa educação cristã, de maneira toda especial então para combater a influência do materialismo. Na primeira Assembléia Geral de Católicos, Harmonia (RS), de 25 a 27 de março de 1898, já se insistia que “os pais zelem junto aos filhos por uma boa imagem do professor, conservando sua autoridade”(DV, 10 maio de 1898).

Julgo de relevância apresentar alguns dos depoimentos publicados na *Lehrerzeitung* em favor da integração da igreja com a família e com a escola para a eficácia do Projeto Católico, em oposição ao liberalismo.

Distinguindo entre educação e instrução, o *Jornal do Professor* de 1902 realçava que a função prioritária do professor paroquial era a normativa:

“É preciso que haja profunda unidade de princípios entre os pais e os professores para que a criança se firme em alguns princípios de educação. Há grande diferença entre educar e instruir. Educar é formar para valores.(...) A formação religiosa e a formação para o cumprimento do dever é muito importante” (ML, dez. 1902. p.95-6).

No Projeto de Restauração Católica Regional ressaltava-se a necessidade de se canalizar todas as atividades possíveis para se formar a unidade religiosa entre alunos, professores e pais com o clero. Os livros didáticos eram elaborados neste princípio. Também eram realizadas as Noites para os Pais (*Elternabende*) para promover maior integração entre escola e família (ML, jan. 1903. p.3-5; maio, p.33-7).

“Padres, professores e pais formam a escola católica e devem unir-se na formação das crianças. Conservar a fé, os costumes e a língua materna seja nosso objetivo comum, nossa tarefa”(LZ, 1911. p.74).

A integração da igreja, da família e da escola na primazia do objetivo religioso é uma constante em toda a coleção do *Jornal do Professor*, como porta-voz privilegiado do Projeto de Restauração Católica Regional.

A quarta Assembléia Geral de Católicos teuto-brasileiros, em Santa Cruz, RS, em fevereiro de 1901, concluiu que:

“Somente quando família e escola trabalham juntos de maneira enérgica é que se consegue alguma coisa (...). Para se alcançar os fins religiosos é fundamental que se conserve e promova a escola paroquial católica na colonização teuta (DV, 8 fev. 1901).

É nesse contexto que se entende uma série de iniciativas em relação à escola e ao professor paroquial. Os jesuítas aproveitaram o interesse entre os teuto-brasileiros pela escola para se fazerem presentes aí e orientarem a atividade educacional prioritariamente segundo o Projeto de Restauração Católica. E, valendo-se das condições específicas da colonização alemã, conjugaram o desenvolvimento de toda uma série de organizações econômicas, políticas e culturais, colocando-as na perspectiva e sob a primazia do espiritual. Neste projeto se configurou o professor

paroquial como agente estratégico de ação, como agente de ligação e representação entre clero e comunidades rurais.

Sob o Projeto de Restauração Católica Regional, a partir de 1890, se enfatizou cada vez mais que o meio mais adequado para se ter um bom progresso religioso e social eram as escolas paroquiais. Era nelas que se tinha a garantia de uma boa formação religiosa para os filhos.

O professor como liderança de articulação

Toda a literatura escolar teuto-brasileira retrata o professor nas comunidades rurais como grande agente de articulação entre família, escola, comunidade e igreja. Suas funções eram variadas. Era auxiliar próximo do padre e, na ausência deste, oficiava exéquias e assistia moribundos. Suas funções normais, além do magistério, eram presidir o culto aos domingos, ser sacristão e catequista, regente do coral, servir como representante da comunidade junto às organizações públicas, ser conselheiro e promotor da paz e harmonia na comunidade.

Segundo o depoimento de um grupo de ex-professores, hoje septuagenários, quem melhor sintetizou uma descrição do sentido e das funções do professor paroquial católico da zona de colonização alemã foi Alberto Etges, bispo de Santa Cruz, RS, para a comemoração do dia do professor, em 15 de outubro de 1977. Pareceu-lhes tão apropriada a síntese de Etges que encaminham sua publicação com destaque no SKT Paulusblatt, revista da Sociedade União Popular que circula nas comunidades coloniais desde 1912 (ainda hoje em alemão). Afirma D. Alberto Etges:

“Por todo o longo tempo que existiu o professor paroquial, foi ele quase sem exceção, uma figura exponencial em numerosas comunidades de nossa diocese. Era um homem polivalente e preparado para o seu mister: professor e educador, catequista, diretor do culto dominical, gerente do coral e organista, orientador e animador da comunidade, conselheiro do povo, colaborador do clero, pessoa de confiança das autoridades, e outras pessoas de responsabilidade, representante e promotor das entidades socioculturais de inspiração católica de então (União Popular, cooperativa, caixas rurais, congressos católicos...), correspondente, articulista dos jornais e revistas.

Era sem dúvida a pessoa mais habilitada do lugar e reconhecido como tal. Sobre tudo era um homem de fé, um homem de igreja, com profunda vivência cristã, geralmente pobre e desprendido, despretensioso, reto, idealista e equidistante de quaisquer facções partidárias. Era o líder incontestado da comunidade. Nele se concentrava a vida cultural, religiosa e associativa da época. Se então houvesse ministérios ordenados, sem dúvida nenhuma teriam sido os diáconos permanentes preconizados pelo Concílio. Por tudo isto, eram figuras imprescindíveis no lugar. Tanto isto era assim que, já não existindo, até hoje não se conseguiu encher convenientemente o vácuo que deixaram, com não pequeno detrimento da vida comunitária.

Não se pode voltar ao passado. Urge, porém, fazer que surjam o quanto antes as novas figuras que na linha daquelas, saibam integrar as comunidades hoje, como o conseguiram aqueles então. Confiamos que os novos ministérios nos dêem a pista e a solução” (SKT, out. 1977. p.1).

Era uma constante na literatura escolar representar o magistério predominantemente como uma vocação, pois sua riqueza era a comunidade à qual se consagrava. Suas funções de serviço extra-escolar não lhe traziam lucro e, contudo, compensavam porque ele trabalhava e se identificava com o desenvolvimento da própria comunidade. O princípio básico era o de que o professor fosse um exemplo de virtudes, de retidão no agir, sendo modelo de austeridade e de bons costumes. Salientava-se o quanto um exemplo de vida era importante, especialmente para os alunos que estavam na fase de copiar exemplos. Entendia-se que ele deveria primar pela compreensão pedagógica, pela capacitação técnica e pela personalidade.

Representação positiva de escola e de aluno

“Oh!, wie herrlich, oh! Wie schön “Oh! Quão maravilhoso e quão bonito
ist es in die Schule gehn. é o ir à escola

Da lernt man so viele Sachen, Aí aprendem-se tantas coisas

Die uns fromm und glücklich machen!” Que nos tornam piedosos e felizes”.

Este verso, de autoria desconhecida, difundidíssimo entre imigrantes alemães – todos os alunos sabiam-no de cor –, apresenta a perspectiva sob a qual se construía a representação de escola entre teuto-brasileiros. Em toda sua literatura aparece de forma acentuada e constante a estratégia em representar a escola e o aluno de forma positiva, coerente com a importância que se lhes atribui no projeto religioso e comunitário.

Quanto ao aluno, a iniciação à escola é um marco na sua vida, retratado sempre com muito destaque, sendo significativo para sua vida. Não se concebe nenhuma criança em idade escolar, que esteja fora da escola. O manual de leitura de Fr. Bieri, de 1894, retrata um poema sobre o aluno principiante, aspecto deste rito de passagem. Salienta-se a responsabilidade com as tarefas, o esforço e a atenção, um patamar inicial de engajamento na dimensão coletiva.

Der angehende Schüler

Sonst war ich klein, jetzt bin ich groß,
Lern'lesen, rechnen, schreiben,
Sitz nicht mehr auf der Mutter Schoß
Und mag zu Haus nicht bleiben
Sobald zur Schul'das Glöcklein schlägt
So greif ich nach dem Buche;
Der Griffel ist zurecht gelegt,
Daß ich nicht lange suche
Und in der Schule merk'ich auf
Damit ich alles lerne;
Drum hat mich auch, ich wette drauf,
Mein Lehrer schon recht gern.

O Aluno Principiante

Antes eu era pequeno, agora sou grande,
Aprendo a ler, calcular e escrever;
Já não estou mais sentado no colo da mãe
E não quero ficar em casa.
Assim que o sininho chama para a aula
Logo pego o livro;
O estilete para a lousa está à mão,
Para não ficar procurando muito tempo.
E na escola presto atenção,
Para aprender tudo;
Por isso também, nisso eu aposto,
O professor me quer bastante bem.

A poesia “O Bom Aluno” do livro de leitura Grüne Fibel (livro verde de leitura), da autoria de vários professores, muito difundido na escola teuto-brasileira, trabalha a representação do aluno que gosta da escola, é aplicado e ordeiro e entende a escola como um bem de sua vida.

E em seqüência apresenta a poesia Schullied (Canção escolar), em que as crianças cantam que, embora jovens e pequenos, querem aprender aplicadamente, a exemplo das abelhas. Assim serão como estrelas a difundir sua luz ou como os peixes a nadar pressurosos desde o raiar do dia. E as crianças escutam o canto dos passarinhos que as admoestam: “Crianças, com o raiar do sol não é mais tempo de sonhar”.

Ainda o Grüne Fibel, também da autoria de vários professores, alerta para a pontualidade.

“Wenn die Sonn' mit hellem Schein
Schauet in dein Bett hinein,
Büblein, spring, geschwind heraus,
Sticht dir sonst die Augen aus”

“Se o sol te surpreender
com claros raios na cama,
menino, salta rápido...
caso contrário, ele cega teus olhos”.

Da mesma forma que o fazem em relação ao aluno, os livros didáticos também trazem a representação que os teuto-brasileiros faziam de escola. Os diversos textos enfatizam de forma muito simples, adaptada à idade das crianças, aspectos relativos à escola como o lugar próprio da criança, em continuidade com os valores da família e da igreja, lugar onde se aprendem as virtudes, a disciplina, ordem e pontualidade, além de, logicamente, os elementos básicos do ler, escrever e contar. O prédio escolar e o material escolar sempre são descritos de forma muito simples e mesmo familiar. As escolas eram comunitárias, os pais dos alunos tinham envolvimento continuado com a escola, desde a construção até a manutenção da mesma.

A escola é representada como algo natural naquela estrutura comunitária, indispensável para todos.

No contexto predominantemente religioso, as escolas comunitárias também tinham a característica de serem confessionais. Não se ministrava apenas o ensino religioso, mas também se

cuidava da prática religiosa. As aulas sempre iniciavam e terminavam com preces. Veja-se, por exemplo, em Fr. Bieri, **Deutsches Lehr und Lesebuch für Brasilien**, Ed. Gundlach, 1884, em Porto Alegre, à p.4.

Gebet vor der Schule

Guter Gott und Herr,
Gieb mir zum Geschäfte
Neue Lust und Kräfte,
Dir zu Lob und Ehr!

Treibe du mich an
Daß ich folg'und lerne
Daß ich deine Bahn
Treulich geh'und gerne!

Gebet nach der Schule

Wir gehen aus der Schule fort;
Ach bleib bei uns mit deinem Wort,
Mit deinem Heil und Segen
Auf allen unsern Wegen!

Oração antes da aula

Bondoso Deus e Senhor,
dá-me para esta atividade
novo prazer e força,
para tua honra e louvor

Assiste-me para que
eu obedeça e aprenda,
para que eu siga de
modo fiel e alegre o teu caminho

Oração após a aula

Nós saímos da escola
com tua bênção e salvação.
Oh! fica conosco com tua palavra,
em todos os nossos caminhos.

Fica bem nítido, na imprensa teuto-brasileira relativa à escola, que a representação de escola e de aluno está plenamente coerente com uma perspectiva de predomínio do religioso. Todo o processo de vida tem como referência maior a dimensão religiosa. E todo o processo educacional vai sendo representado e dinamizado nesta perspectiva. Também fica claro que o processo escolar deve ser organizado em apoio a uma perspectiva de vida honesta, operosa; de comprometimento com a formação de cidadãos brasileiros, com peculiaridades culturais, plenamente engajadas na dimensão comunitária.

Indicações

No texto apenas apresento alguns sinais, vestígios, indicando que a tradição do processo escolar entre imigrantes estava tão profundamente vinculado com a dinâmica de vida das comunidades rurais que seus reflexos ainda continuam presentes, de forma positiva, mais de sessenta anos após sua supressão legal. Este é um tema que merece um estudo sistemático, aprofundado. Até a década de 1990, toda a temática das expressões e organizações culturais dos imigrantes foi pouco estudada; mantinha-se um certo silêncio constrangedor a respeito, tanto por parte da academia quanto dos próprios imigrantes. Nos últimos anos, o tema está sendo objeto de muitas pesquisas, mas enfoca-se sempre esta experiência cultural até a década de 1940, quando foi proibida por uma seqüência de decretos de nacionalização. Ainda não temos estudos mais sistemáticos sobre o período pós-nacionalização. Este me parece ser um tema relevante para a pesquisa, já que está sendo percebido cada vez mais, em diversos estudos, que os imigrantes tiveram uma experiência escolar muito significativa, inserida profundamente na tradição escolar dos imigrantes, e que, pelos indícios apontados neste texto, continua produzindo frutos ainda no presente.

BIBLIOGRAFIA

- AMMON. In: "Kalender für die Deutschen in Brasilien", 1936 p. 57.
ARNDT, C.M. In: Fr. Bieri. **Deutsches Lehr und Lesebuch für Brasilien**. Porto Alegre: Gundlach & Comp., 1894, p. 248.
BIERI, Fr. **Deutsches Lehr-und Lesebuch**. Porto Alegre, Gundlach Comp., 1894. P.4.
DOLL, Johannes. **A implantação e o aprimoramento de um currículo bilíngüe: uma pesquisa ação**. Porto

Alegre: Faculdade de Educação da UFRGS, 1994 (Dissertação de Mestrado).

DV = DEUTSCHES VOLKSBLATT. **Unabhaengige Zeitung fuer: Wahrheit, Freiheit und Recht.** São Leopoldo und Porto Alegre, Typographia do Centro, 1872.

FALLERSLEBE, H. H. V.In: Jünemann. **Handbuch für Fortbildungs–und Abendschulen.** Ausgabe K. São Leopoldo: Ed. Rotermund, 1929 p. 1.

GÜLL, Friedrich . In: Mehrere Lehrern. **Grünes Lesebuch.** Porto Alegre, Ed. Selbach, s/d. p. 15.

LZ = LEHRERZEITUNG. **Vereinsblatt des Deutschebrasilianische Lehrvereins** in Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Typografia do Centro, 1907-1939.

MEHRERE LEHRERN. **Grünes Lesebuch.** Porto Alegre, Ed. Selbach, s/d. p.15.In: Mehrere Lehrern. **Grünes Lesebuch.** Porto Alegre, Ed. Selbach, s/d. p.15.

MEYER, Otto. In: Deutsche Evangelische Lehrerverein von Rio Grande do Sul. **Lesebuch für Schule und Haus.** São Leopoldo: Editora Rotermund, 1914, p. 123/4

ML = MITTEILUNGEN des Katholischen Lehrer- und Erziehungsvereins in Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1900-1939.

PHILIPP, Arno.In: Jünemann. **Handbuch für Fortbildungs – und Abendschulen.** Ausgabe K. São Leopoldo: Ed. Rotermund, 1929 p. 19.

POLLAK, Michael. Memórias e estudos históricos. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

RAMBO, Arthur Blásio. Nacionalidade e cidadania. In: MAUCH, Claudia; VASCONCELOS, Naira (Org.). **Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história.** Canoas: Ed. ULBRA, 1994. p. 43-55.

_____. Nacionalização e imprensa. In: MÜLLER, Telmo Lauro (Org.). **Nacionalização e imigração alemã.** São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994. p. 75-87.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade.** Faculdade de Educação da UFRGS, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul/dez. 1990, p. 5-22.

SKT = SKT PAULUSBLATT. **Revista da sociedade União Popular do Rio Grande do Sul (Volksverein).** Porto Alegre, Typographia do Centro, 1912.

TRAUER, Elisabeth Maria. **Alemão: uma língua estrangeira na escola catarinense?** Florianópolis: Faculdade de Educação, 1994 (Dissertação de Mestrado).

TRAVERSINI, Clarice Salete, (1998). **Reflexões sobre o sucesso da alfabetização:** a escola e o contexto cultural de Poço das Antas – RS. Mestrado em Educação. Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

WOLF, Cristina Scheibe; FLORES, Maria Bernadete Ramos. A Oktoberfest de Blumenau: turismo e identidade étnica na invenção de uma tradição. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELOS, Naira (Org.). **Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história.** Canoas: Ed. ULBRA, 1994. p. 209-220.

– 11 –

**Imigrantes, Indígenas,
Caboclos e Africanos**

OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO DOS CAMPOS DE GUARAPUAVA: A ÓTICA INDÍGENA

Cristiano Augusto Durat¹

Para a compreensão e localização do território, que vem a ser os ditos Campos, remeto-me à citação do Pe. Francisco das Chagas Lima², relatando seu limite, bem como a origem nominal do território em questão:

“Ficam compreendidos os campos de Guarapuava em uma parte do território antigamente denominado Guairá. Contam que aquelle nome lhe foi dado por uns antigos sertanistas, que havendo chegado aos ditos, e caçando uma arara, que prenderam pelo pé, esta fizera esforços por libertar-se, e não podendo partir a correntinha com o bico, applicou este á perna, e cortando-a se escapou. Os sertanistas então disseram, em phrase da antiga linguagem do paiz, Guará(em contraposição á palavra Guairá, que significa pássaro pequeno), e Puava, isto é ave que não é rasteira, mas voadora veloz; cujo acontecimento resultou ficar o campo com aquelle nome, o qual depois se deu ao vasto terreno desde o rio Ytatú(em cujas margens esteve a antiga e demolida Villa Rica) até ás cabeceiras do Uruguay, e desde a Serra dos Agudos até o rio Paraná. Comtudo à extensão dos ditos campos tem somente 20 leguas de comprimento, e 12 a 14 de largura, limitado pelos bosques que os circundam, e os separam dos Campos geraes de Coritiba, do rio Pequiry, do rio Cavernoso, e do Rio do Pinhão, tendo ao Sul o rio Iguassú, que é bordado por uma estreita orla de mato nos fundos dos ditos campos.”³

Identifica-se, então que esse território era uma parte das antigas reduções jesuíticas do Guairá, ocupado pelos espanhóis. As reduções eram compostas de índios Guarani e foram, posteriormente, destruídas pelos bandeirantes paulistas no século XVII. Com isso, os índios que sobraram do massacre, ou que não foram escravizados se refugiaram “para o sul, às margens do Rio Uruguai, inclusive no território do atual estado do Rio Grande do Sul⁴”, onde juntamente com os jesuítas fundaram novas reduções.

Desde então o território ficou praticamente abandonado da presença européia. Mais tarde, no final do século XVIII, novamente a Província de São Paulo vai mandar expedições a essas terras, para estabelecer ali contato com os índios que atacavam os tropeiros, bem como fixar povoações portuguesas para prevenir um possível avanço dos espanhóis, e conseqüentemente, usufruir do “uti possidetis.”⁵

Foram onze bandeiras efetuadas nos sertões, apesar de as ordens de Dom Luis Antonio Mourão⁶ serem de: “fazer marchar quatro bandeiras”⁷. Dentre as onze, será apenas destacada a

¹ Mestrando em História Regional na UPF – Universidade de Passo Fundo – RS. Bolsista da CAPES. E-mail: cristianodurat@yahoo.com.br. Orientador: Prof. Dr. Astor Antônio Diehl. Agosto/2004.

² Foi nomeado 1º Capelão da Real expedição e colonização dos Campos de Guarapuava em 1810, ficando até 1819. Posteriormente ele passará a ser Pároco colado da Freguesia Nossa Senhora de Belém até 1828.

³ LIMA, Francisco das Chagas. *Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava*. Curitiba: Editora Aos quatro ventos, 2001, p. 56. Revista Monumenta. v. 3 n 9.

⁴ WACHOWICZ, Ruy. *História do Paraná*. Curitiba. Coleção Brasil Diferente. 10 ed:2002. p. 41

⁵ O termo “uti possidetis” foi utilizado no tratado de Madri, assinado em 1750 entre Portugal e Espanha, e assegurava que as terras ocupadas pelos portugueses além tratado de Tordesilhas lhe pertenceriam. AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 3ª ed: 1999. p 376.

⁶ Dom Luis Antonio Mourão foi nomeado Governador e Capitão General da Província de São Paulo pelo Rei Dom José no ano de 1765.

⁷ GARCEZ FILHO, João Moreira. *Notas biográficas sobre Afonso Botelho de Sampaio e Souza*. In: Do Contato ao confronto: A conquista de Guarapuava no Século XVIII. Coleção Beatriz e Mário Pimenta Camargo. Publicado pelo Banco BNP Paribas Brasil, 2003. p. 24.

última, comandada pelo Tenente Coronel Afonso Botelho de Sampaio e Souza⁸ que teve contato com os Índios Kaingang, nos Campos de Guarapuava descobertos nas bandeiras anteriores.

O Contato com os índios aconteceu em dezembro de 1771, conforme consta em seu relatório enviado à Capitania de São Paulo Nele, narra de que forma ocorreu o encontro com os índios; a vestimenta dada aos índios, devido a sua condição de estarem nus; e depois a troca de presentes que era comum devido à falta de entendimento da língua Indígena Kaingang.

Posteriormente, no início de 1772, Afonso Botelho narra o confronto ocorrido entre os soldados e os índios, que resultou na morte de seis homens da sua bandeira. Sentindo-se desprovido de armas, comida e pessoal, Afonso Botelho recua e abandona os Campos de Guarapuava, conforme sua descrição:

*“ A necessidade de forças e gente para rebater a fúria de tão grande multidão de gentios, que mais cresceria em se juntando os da aldeia, que existe ao norte; a impossibilidade de podermos ser socorridos do povoado em pouco tempo; o perigo de nos tomarem os caminhos com ciladas, por uniforme acordo de todos, determinei retirar para salvar as vidas e o trem de sua Magestade que sem remédio pereceria tudo em poucos dias sem remédios.”*⁹

Passaram –se quase quarenta anos de abandono dessas terras, até que em 1808 com a chegada da família Real ao Brasil, D. João VI ressuscitaria de novo a empreitada de colonizar e ocupar os campos de Guarapuava, principalmente pelas queixas que o império vinha sofrendo com os constantes ataques indígenas nos sertões, mas os índios, “no início do século XIX, eram senhores dos territórios a oeste da estrada de Viamão e atacavam constantemente fazendas, vilas e viajantes nas suas imediações”.¹⁰

Tomadas todas as precauções, em abril de 1809, D. João VI delega as instruções que nortearão os portugueses para o completo sucesso da expedição.

A Real Expedição e Colonização dos Campos de Guarapuava ficou sob a responsabilidade de Diogo Pinto de Azevedo Portugal¹¹, na ocasião morador na Vila de Curitiba, de onde partiu para o sertão em agosto de 1809.

Para o trabalho religioso na expedição, bem como na catequese dos índios, foi designado o Pe. Francisco das Chagas Lima, do clero secular da Diocese de São Paulo.

Inúmeros foram os contratemplos para se chegar aos ditos campos de Guarapuava, como: a mata fechada dificultando a abertura do caminho, chuvas, frio e doenças comuns ao clima.

A expedição chegou e fixou morada em meados de junho como relata o Pe. Francisco das Chagas Lima: “ reconhecido e aberto o caminho, marchou a expedição a 10 de junho de 1810, e sem oposição do gentio chegou aos campos no dia 17 do dito mez, às 10 horas da manhã(dia da SS. Trindade).”¹² Denominando o local de Fortim Atalaia.

Aqui começa a aproximação entre portugueses e índios Kaingang. Sabedores que eram de que nestes sertões se concentrava um número significativo de índios hostis, e que a qualquer momento poderia atacá-los (devido ao ataque sofrido nas entradas anteriores), a expedição ficou atenciosa quanto a um possível enfrentamento, mesmo tendo superioridade bélica.

De fato esse confronto se deu dias após a instalação da povoação quando os índios visitaram o Fortim, a fim de aproximar-se dos portugueses e fazer um reconhecimento das armas que

⁸ Foi nomeado por D. Luis Antonio em 1767, inspetor comissário em Paranaguá, e responsável pelas expedições no sertão ao sul da Província de São Paulo.

⁹ SAMPAIO, Afonso Botelho. Descoberta dos Campos de Guarapuava. Curitiba, Editora Aos quatro ventos, v. 3, n. 9, 2001. p. 53. Revista Monumenta.

¹⁰ MOTA, Lúcio Tadeu. As guerras dos Índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang do Paraná (1769- 1924) Maringá, EDUEM, 1994. p. 127.

¹¹ FRANCO, Arthur Martins. Diogo Pinto e a Conquista de Guarapuava. Curitiba: Tip. João Haupt, 1943. Diogo Pinto de Azevedo Portugal era comandante da Vila de Curitiba, antes de ser nomeado Comandante e Chefe da Real Expedição e Colonização dos Campos de Guarapuava.

¹² LIMA, Op cit. P. 58.

tinham. Não se sabe bem o porquê, mas os índios trouxeram suas mulheres para o abarracamento do Atalaia, oferecendo-as aos homens. Pe. Chagas não concorda com essa oferta e exorta os homens não tocarem nas mulheres, com promessa de excomungar quem desrespeitasse sua ordem. Os índios ao voltarem e constatarem que sua oferta havia sido recusada, tomaram-na como um insulto. Houve então uma batalha onde morreram muitos índios, e da parte dos portugueses alguns sofreram insignificantes ferimentos.

Com esse episódio os índios Kaingang se dispersam pelas matas, retardando o processo de catequização e conversão. O primeiro registro que se tem da catequização dos índios data do ano de 1812, com o batismo do filho do Cacique Pahy. Vejamos o que consta no registro de batismo do filho Netxian: ‘Surpresoz nas vertentes do rio Caverno, e trazidoz para este abarracamento no dia vinte e nove de Janeiro próximo passado’¹³. É possível que os soldados capturam o grupo de Pahy nas margens do Rio, local onde se alojavam no período de pesca pela forma explicitada no registro, até porque foram quase dois anos de ocupação sem que houvesse a presença indígena no abarracamento. O comandante da expedição manda os seus subordinados a procura dos índios para civilizá-los, com intuito de cumprir os empreendimentos explícitos na Carta Régia, onde consta que o sucesso da expedição só seria possível atraindo a atenção dos índios para o lado da coroa portuguesa.

O risco de perder essas terras era enorme, e seria uma perda muito grande para Dom João VI. A família Real já havia desembarcado no Brasil devido à invasão dos franceses em Portugal. Neste caso, perder territórios no Brasil seria um golpe muito duro.

Começa, então, de fato o trabalho de catequese exercido pelo Pe. Chagas. Ele oficiou um número significativo de sacramentos para os indígenas. Foram 452 registros de Batismo, 49 registros de Casamento e 148 registros de Óbito. É importante destacar que esses sacramentos foram realizados no período de 1810 a 1828, período no qual o Pe. fica responsável pelo bem-estar espiritual da expedição. No ano de 1828, Pe. Chagas afasta-se da Freguesia Nossa Senhora de Belém¹⁴.

Nossa pesquisa tem início no ano de 1810, buscando entender e compreender os termos e a linguagem empregada pelo Pe. nos registros dos portugueses. Alguns registros foram realizados no caminho da Expedição, da vila de Curitiba até os Campos de Guarapuava, e depois obviamente o Pe. vai mudar os termos sacramentais utilizados com os registros indígenas.

Para ilustrar algumas das possibilidades que esta documentação oferece para análise histórica, é interessante destacar as figuras dos padrinhos e das testemunhas, que sempre eram registrados pelo Pároco. A compreensão do significado atribuído por “brancos” e índios a estas figuras permite analisar, ainda, certas relações e eventos desse “encontro” e da proximidade buscada entre os grupos pelo Pe. Chagas.

As fontes também levam a crer que, além do grande fluxo de índios na Aldeia no período em estudo, se fizeram presentes lideranças indígenas. O Pe. Chagas em alguns registros descreve ainda de onde eles vêm e quem os comanda. Enfim, pode-se identificar, ainda, quantos filhos e quantas esposas esses chefes tinham, o que proporciona uma discussão mais ampla em relação ao relacionamento dos índios com outros grupos indígenas e da sociedade envolvente.

Nesses dezoito anos de trabalho como sacerdote. da Real Expedição e conquista dos Campos de Guarapuava, Pe. Chagas desempenha sua função com notável destaque. Após sua partida, o sacerdote que ocupará seu lugar como vigário da Freguesia Nossa Senhora de Belém não vai se preocupar em deixar dados importantes da cultura indígena Kaingang como Pe. Chagas explicitava na sua transcrição, como por exemplo os nomes indígenas, nomes dos pais e outros dados peculiares a cada registro, que vai proporcionar um distanciamento significativo da identifica-

¹³ Livro de Assentos de Baptismo de Pessoas livres de nascimento. n. 1 – Desde 13 de março de 1810 até 4 de setembro de 1867. Folha 3v. Encontra-se no Arquivo da Catedral Diocesana de Guarapuava-Pr.

¹⁴ Em 1819 o Pe. Chagas consegue o Alvará de Criação da Freguesia Nossa Senhora de Belém, mudando a povoação da Atalaia para outro lugar(atual Guarapuava), deixando o Fortim Atalaia aos índios Kaingang por Sesmaria.

ção dos grupos indígenas que permaneceram em volta da Freguesia. Vejamos alguns episódios importantes do Pe. Chagas.

Primeiro Pe. Chagas é tido por fundador da Cidade de Guarapuava, devido a sua escolha de território, e juntamente com o Comandante Interino da expedição Antonio da Rocha Loures, irá redigir o “Formal da Creação da povoação e freguezia de Nossa Senhora do Belém nos Campos de Guarapuava”¹⁵ em nove de dezembro de 1819. Este documento é de extrema importância pelo seu conteúdo, pois nele consta de que forma será construída a vila, as normas, regras, e conduta das pessoas, em especial dos índios que só poderiam adentrar a vila se fossem autorizados.¹⁶

Segundo, ao separar portugueses e índios, ele coloca algumas causas que promoveram o insucesso da sua catequização.

Terceiro, ao criar a Freguesia o padre distribuiu porções de terras aos portugueses e também deixa a sesmaria dos índios Kaingang, no local onde se achava o Fortim Atalaia, passando a se denominar agora de Aldeia da Atalaia.

Esses três fatos poderiam ser classificados como os mais significativos destes primeiros anos da colonização, mas a documentação, os registros paroquiais permitem outras indagações.

É importante ressaltar que os índios viviam em grupos e, rotineiramente, esses grupos viviam em confronto, e eram denominados de diversas formas, como o Pe. Chagas nos confirma: “a dos Cames, Votorões, Dorins e Xocrens.”¹⁷

Com essa diversidade, os confrontos eram constantes, e numa dessas lutas, a Aldeia da Atalaia foi praticamente destruída no ano de 1825, o que ocasionou muitas mortes dos índios aldeados.

Diante desse fato, alguns se deslocaram para os Campos de Palmas e outros para o vasto sertão, deixando o território, no qual o padre os havia deixado para que vivessem em paz.

Futuramente os Kaingang vão retornar à Freguesia Nossa Senhora de Belém e exigir as terras do Atalaia, mas já era tarde, a posse da terra estava em mãos de proprietários portugueses. Começa uma intensa luta em busca das terras que o Pe. Chagas lhes havia deixado.

Buscamos resgatar alguns fatos importantes até o início do séc. XIX. Começamos com as investidas portuguesas fracassadas ao tempo de Afonso Botelho. Devido à carência de armamentos e de utensílios, Botelho teve que abandonar os ditos campos. A penetração só foi continuada com a chegada da família Real em 1808. Era a época da expansão portuguesa em terras espanholas., que teve seu fecho com a Real Expedição de 1809.

A documentação permite identificar a nova política adotada por Dom João VI. Ao publicar sua Carta Régia de 1808, o monarca evidencia aos seus súditos a forma pela qual devem proceder em relação aos indígenas: caso não concordassem com as normas reais, os silvícolas deveriam ser exterminados. Naquele momento aproximar-se do índio, seja qual fosse a tribo a que pertencesse, não representava um bom empreendimento para coroa portuguesa. Os índios eram uma ameaça e não a salvação do império.

Já no ano de 1809, na Carta Régia de 1º de abril, intitulada “Plano de povoar os Campos de Guarapuava e de civilizar os índios bárbaros que infestam aquelle território”, Dom João VI muda o discurso das suas determinações anteriores relacionadas aos índios: não ordena mais seu extermínio. Busca-se sua aproximação o quanto necessário para assim povoar os ditos Campos.

Essas formas de tratamento utilizadas pelos portugueses tinham objetivos claros: civilizar, catequizar e ensinar a língua portuguesa. Assim estaria demarcado seu território, os espanhóis não haveriam de reclamar de sua presença nessas terras. Conforme o tratado de 1750, onde existisse a presença portuguesa, ali seria propriedade do reino Português.

¹⁵ LIMA, F. C., LOURES, A. R. Formal de criação da povoação e freguezia de Nossa Senhora do Belém nos campos de Guarapuava. Guarapuava. Câmara Municipal de Guarapuava. Província de São Paulo, 1819 (fotocópia).

¹⁶ Tendo como base as instruções da Carta Régia de 1º de abril de 1809.

¹⁷ LIMA, Op cit p. 66.

Os exemplos que tratamos acima são algumas das possibilidades que a documentação nos oferece. Com essa documentação podemos percorrer os ditames da coroa portuguesa e compreender o processo civilizatório ocorrido no início do século XIX nos Campos de Guarapuava.

Bibliografia

AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 3ª ed: 1999.

FRANCO, Arthur Martins. Diogo Pinto e a Conquista de Guarapuava. Curitiba: Tip. João Haupt, 1943. Diogo Pinto de Azevedo Portugal era comandante da Vila de Curitiba, antes de ser nomeado Comandante e Chefe da Real Expedição e Colonização dos Campos de Guarapuava.

GARCEZ FILHO, João Moreira. Notas biográficas sobre Afonso Botelho de Sampaio e Souza. In: Do Contato ao confronto: A conquista de Guarapuava no Século XVIII. Coleção Beatriz e Mário Pimenta Camargo. Publicado pelo Banco BNP Paribas Brasil, 2003.

LIMA, F. C., LOURES, A. R. Formal de criação da povoação e freguesia de Nossa Senhora do Belém nos campos de Guarapuava. Guarapuava. Câmara Municipal de Guarapuava. Província de São Paulo, 1819 (fotocópia).

LIMA, Francisco das Chagas. Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava. Curitiba: Editora Aos quatro ventos, 2001. p. 55-80. Revista Monumenta v. 3 n 9.

Livro de Assentos de Baptismo de Pessoas livres de nascimento. n. 1 – Desde 13 de março de 1810 até 4 de setembro de 1867. Folha 3v. Arquivo da Catedral Diocesana de Guarapuava-Pr.

MOTA, Lúcio Tadeu. As guerras dos Índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang do Paraná (1769- 1924) Maringá, EDUEM, 1994.

SAMPAIO, Affonso Botelho. Descoberta dos Campos de Guarapuava. Curitiba, Editora Aos quatro ventos, 2001.p. 27-54. Revista Monumenta v. 3, n. 9.

WACHOWICZ, Ruy. História do Paraná. Curitiba. Coleção Brasil Diferente.10 ed:2002.

A EDUCAÇÃO DOS BOTOCUDO NO POSTO INDÍGENA DUQUE DE CAXIAS

Rafael Casanova de Lima e Silva Hoerhann¹

Em 1910 foi criado em nível nacional o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI-LTN), cuja finalidade era pacificar e integrar indígenas arredios à sociedade dita civilizada. Este órgão foi instituído principalmente para suprir a necessidade catarinense de pôr fim aos ataques promovidos pelos Botocudo – mais conhecidos com Xokleng – contra os imigrantes vindos da Europa, que estavam se estabelecendo em suas terras como colonos. Este grupo indígena era tido como um dos mais imaleáveis, bravo e impossível de ser contatado pacificamente, de todos os outros habitantes das florestas brasileiras.

Desde que o Brasil teve suas terras localizadas pelos portugueses oficialmente, em 1500, diversas comunidades nativas em sua maioria litorâneas, entraram em contato direto e de forma não belicosa com estes novos visitantes. Isso veio a ocasionar em um curto espaço de tempo o seu desaparecimento completo, através da aquisição de novas doenças, escravidão ou miscigenação. Aqueles que se aliavam aos portugueses eram incitados a guerrear com comunidades indígenas rivais que faziam comércio com colonizadores de outras regiões da Europa. É evidente que os europeus tiveram grande contribuição no desaparecimento de muitas sociedades americanas.

Os Botocudo possuíam como território tradicional, a região que atualmente abrange desde a capital Porto Alegre até a cidade de Paranaguá-PR. Não era comum, eles se fixarem em terrenos do litoral, apenas os visitavam com a intenção de caçar e logo retornavam para o interior. Com estas incursões eles puderam perceber o destino de outros indígenas quando estes se tornaram parceiros comerciais e aliados de guerra dos colonizadores. Não houve, de imediato, preocupação por parte dos portugueses em contatar amistosamente ou persegui-los para outros fins. Consideravam que no momento não havia a necessidade de avançar suas expedições para o oeste. Os Botocudo eram conhecidos por outros indígenas e logo passaram a ser percebidos pelos colonizadores que em pouco tempo ocuparam diversas regiões próximas ao mar do território brasileiro. Com o passar dos anos os Botocudo não freqüentavam mais com assiduidade a costa a fim de evitarem o contato com os invasores, e procuraram permanecer apenas nos planaltos do sul do país, assim como em algumas regiões do Vale de Santa Catarina.

No século XIX houve o interesse estatal em promover a colonização das regiões inóspitas, localizadas a oeste dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Os Botocudo passaram a ser empurrados aos poucos para zonas desabitadas ainda livres das cidades pioneiras. Sua delimitação territorial não ultrapassava a parte sul catarinense até as áreas limítrofes do estado do Paraná. Com a expansão rápida das colônias no território histórico destes indígenas, os contatos agressivos se intensificaram. Os Botocudo perceberam a vantagem de adquirir tecidos feitos pelos colonos, seus alimentos diversificados e principalmente seus utensílios de ferro. Os assaltos praticados pelos indígenas eram freqüentes de acordo com suas necessidades e quanto mais as colônias se expandiam mais eram atacadas. Após a ocorrência de um ataque, os colonos organizavam expedições com a intenção de eliminar os agressores perseguindo-os para afugentá-los, quando não matá-los. O Estado ciente desta realidade tentou por várias maneiras amenizar

¹ Aluno do Programa de Pós-Graduação em História, sob a orientação da Profa. Dra. Ana Lúcia Vulfe Nötzold. Bolsista da CAPES.

esta situação. Primeiramente criou unidades especiais para afugentar os Botocudo para regiões onde não causariam mais problemas. Poucos anos depois formou outro grupo com a função de contatar os indígenas amistosamente a fim de adquirir sua confiança. Também pediu auxílio aos jesuítas para promoverem a catequese aos moldes dos primeiros missionários que atuaram na América até o século XVIII. Nenhuma destas alternativas logrou êxito. Foi então que os governantes e também as companhias colonizadoras recorreram aos caçadores de indígenas, logo apelidados pela mídia de bugreiros.

Nesta época o Brasil sofria grandes pressões das nações européias que enviavam seus emigrados para o sul do país. O governo precisava de contingentes para promover a “civilização” destas zonas desocupadas pelos brancos e deveria encontrar uma maneira de proteger os novos habitantes. Como todas as tentativas de aproximação com os Botocudo fracassaram, o Estado resolveu apelar para os bugreiros. Estes prestavam serviços para moradores locais vítimas dos constantes assaltos às companhias colonizadoras e também eram patrocinados pelo governo regional.

Os bugreiros atuaram por muitos anos até que, em 1908 no XVI Congresso Internacional de Americanistas realizado na cidade de Viena, um naturalista e colecionador de artefatos indígenas proveniente da antiga Checoslováquia, Albert Fric, apresentou um trabalho no qual havia a denúncia das caçadas de indígenas ocorridas com frequência no Estado de Santa Catarina. Essa notícia gerou revolta e indignação no meio científico internacional que logo se mobilizou para pressionar o governo brasileiro a pôr um fim nessa situação vergonhosa. Como nossos governantes estavam envolvidos por ideais positivistas e republicanos, de imediato formularam um projeto para tentar novamente pacificar todos os indígenas brasileiros considerados selvagens. Santa Catarina recebeu esmerada atenção pela sua realidade anteriormente mencionada. A fixação do SPI-LTN no Estado deu-se em 1912 e em pouco mais de um ano foi considerado pela opinião pública, por erros administrativos de seu líder, inoperante, corrupto e gastador exagerado dos recursos estatais. Para reverter este quadro, Cândido Rondon, responsável pelo órgão nacionalmente, organizou uma expedição em 1913 sob o comando do militar Alípio Bandeira, a qual se fixou em Joinville. Novamente o SPI-LTN não teve a atuação esperada e seu líder foi substituído por Eduardo de Lima e Silva Hoerhann. Hoerhann era apenas um fotógrafo e como se destacou dos demais membros da comitiva ocupou a liderança. Sua equipe recebeu a missão de viajar até o Vale do Itajaí para contatar os Botocudo amistosamente e tentar pôr em prática a ideologia integralista do SPI-LTN e do próprio governo nacional. O primeiro contato pacífico aconteceu em 22 de setembro de 1914² e no mesmo ano a entidade passou a ser conhecida apenas como Serviço de Proteção aos Índios (SPI), pois esta questão indígena era a mais urgente de ser resolvida neste momento.³

Passados alguns dias do primeiro contato, Eduardo não mais deixou de se aproximar dos indígenas. Ele teve a oportunidade de conviver diretamente com eles em sua comunidade pelo período de um ano e nove meses. Conseguiu depois de muito esforço convencer os Botocudo a mudarem o seu acampamento para um local mais próximo do Posto Plate⁴ às margens do rio de mesmo nome.⁵ Quando o contato pacífico foi estabelecido em 1914, não aconteceu imediatamente a aceitação por parte dos indígenas de conviverem com brancos e em um território determinado. A partir deste momento os Botocudo limitariam o seu direito de ir e vir por toda a extensão das matas. Por um lado, perderiam em grande parte a sua liberdade, mas por outro, estariam livres de serem mortos pelos bugreiros - ainda atuantes em determinadas áreas - ou até mesmo pelos colonos regionais.

² GOMES, Manoel. **Memória Barriga-Verde**. Florianópolis: Lunardelli, 1990, p.68.

³ RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.157.

⁴ Este Posto ficou conhecido a partir de 1921 como Posto Indígena Duque de Caxias. In: HOERHANN, Eduardo. **Carta a Luiz Bueno da Horta Barboza**. Paginação irregular. 1921

⁵ HOERHANN, Edmar. Entrevista concedida a Eliana de Mendonça. 1980.p.12. Edmar de Lima e Silva Hoerhan, antropólogo e historiador formado pela Universidade de Brasília é filho mais novo de Eduardo Hoerhann.

Segundo Eduardo Hoerhann em seus relatórios anuais⁶, logo nos primeiros anos pós-pacificação houve a aceitação aos novos padrões de vida pela maioria da comunidade Botocudo. Embora fosse freqüente, principalmente nos primeiros anos, a resistência de alguns indivíduos que conseguiam persuadir os demais indígenas para não colaborar com o SPI, exceto se suas exigências fossem atendidas de imediato. O SPI só estava preparado até o momento do contato pacífico, depois de feito isto, o órgão não estava ciente de como deveria proceder para dar continuidade à ideologia de mudança cultural. Como sabemos, o SPI deveria convencer os indígenas a abandonarem seu modo de vida nômade, seu método de sobrevivência através da caça, coleta e roubos aos colonos. Uma vez convencidos de permanecerem em uma área delimitada pelo SPI, os Botocudo passariam a auxiliar nos trabalhos agrícolas, na criação de gado e aprenderiam a pescar para complementar a sua dieta. Adotariam também, aos poucos, o uso de roupas e não mais somente os tecidos saqueados, aprenderiam a construir ranchos mais duradouros, diferentes de suas habitações temporárias, para se tornarem definitivamente sedentários. Era vetado aos Botocudo, a saída para os centros urbanos, assim como era proibida a entrada de qualquer pessoa estranha ao território utilizado para o aldeamento. Isso era para impedir a deturpação dos novos valores adotados pelos indígenas, caso estes viessem a ter contato com dinheiro, prostituição, bebidas alcoólicas e demais aspectos degradantes. É claro que houve aqueles não dispostos a aceitar esse novo padrão de vida e foram para as cidades, resultando na morte de muitos pelas doenças venéreas, homicídios, alcoolismo, entre outros. O governo federal nunca se preocupou devidamente com o trabalho do SPI, pois este era incapaz de comovê-lo. Sempre esteve mais concentrado em suas falcatruas das quais resultaria algum lucro. Portanto não repassava ao SPI a verba necessária para a continuidade de seus trabalhos e pagava muito mal os seus funcionários como podemos perceber nesta observação feita pelo editor do jornal *Der Urwaldbote* em 1923, Eugen Fouquet, ao nos deixar registrado seu parecer sobre os trabalhos prestados pelo SPI: *O que o Sr. Hoerhann conseguiu, não apenas beneficiou os índios, mas também aos colonos que desde então trabalham despreocupados, vivendo em paz. Se os Botocudos, que viviam em pé de guerra, não tivessem sido pacificados, a colonização do alto Itajaí não teria progredido tanto nos últimos dez anos*⁷.

Fouquet também aproveitou o momento para denunciar a falta de ajuda financeira do governo:

Mas agora, o serviço ao índio está enfrentando um período crítico por culpa do governo, que não lhe repassa as verbas necessárias. Há muito tempo os pagamentos estão sendo feitos de forma irregular e às vezes nem chegam, e isto está resultando numa grande desordem. Para o sustento da estação, o governo federal concedeu uma verba de cinco Contos e o governo estadual um complemento de três Contos anuais. A soma não é muito alta considerando a desvalorização da moeda. Apenas serve para o mais urgente, como o modesto salário do dirigente da estação, os salários dos empregados, que são em média doze, o abastecimento de mantimentos, vestimentas e utensílios para os índios que somam trezentas pessoas, e o que é necessário para a conservação do empreendimento⁸.

Com os baixíssimos salários oferecidos aos funcionários do Posto, era muito difícil conseguir trabalhadores qualificados dispostos a residir no meio da selva longe dos confortos dos centros urbanos. Hoerhann em uma carta reclama ao chefe nacional do SPI a falta de pessoal especializado, ou que no mínimo fosse honesto, trabalhador e que pudesse dar bons exemplos aos indígenas.⁹ Além disso, como o SPI nunca possuiu a ajuda necessária, era impossível aten-

⁶ HOERHANN, Eduardo de L. e S. **Relatório anual do Posto Plate**. 1917, 1918 e 1919.

⁷ FOUQUET, Eugen. **A decadência da prestação do serviço ao Índio em Blumenau**. Publicado originalmente no jornal *Der Urwaldsbote* 28/7/1923. In: **Blumenau em Cadernos**. Blumenau: Fundação Cultural de Blumenau. Trad. Annemarie Fouquet Schünke. 1999, p.9.

⁸ idem.

⁹ HOERHANN, Eduardo. **Carta a Luiz Bueno da Horta Barboza**. Paginação irregular. 1921

der todas as exigências dos Botocudo, o que gerava freqüentes revoltas entre eles, quando não ameaçavam matar todos os funcionários do Posto. Raramente encontra-se nos relatos registrados, principalmente entre os anos de 1916 a 1918, a colaboração completa nas atividades diárias do posto. Os indígenas sempre encontravam algum motivo para não fazerem as solicitações. Se não estavam dispostos a auxiliar na colheita de milho, argumentavam que precisavam coletar pinhões, quando não queriam ajudar nas construções necessárias, diziam que era a época de realizar os preparativos para algum evento ritual. Não era de se estranhar tal comportamento, pois por milhares de anos eles permaneceram praticamente imutáveis na sua forma de interagir com a natureza. E antes de tudo, estavam acostumados com o seu modo livre de viver, suas incursões no interior da selva e suas vantajosas investidas nas colônias regionais. Em 1927 podemos ter uma noção de como estavam divididos os indígenas:

A tribu dos índios do Rio Plate divide-se em partidos: o dos velhos tradicionaes defensores dos costumes herdados dos seus maiores, inimigos do trabalho, que consideram um vexame e uma ignomínia. Recusam ainda vestuários e vivem constantemente na matta, em caçadas. O outro partido é o dos jovens educados no Posto, cujos empregados auxiliam o trabalho e a administração e sua cultura de terras. Andam parcialmente vestidos e pouco sahen à caça, não abandonando o uso do botoque, uso que os antigos defensores com irreductivel intransigência conservam. Os novos são excellentes auxiliares da catechese, ao passo que os velhos vivem a arcar com constantes dificuldade, recusando submetter-se á disciplina imposta pelo director sr. Eduardo Lima e Silva.¹⁰

A falta de verbas e a ausência de profissionais dedicados para garantir a continuidade dos trabalhos do SPI era uma realidade de longos anos neste posto indígena de Santa Catarina. Se não existia a possibilidade de sustentar dignamente os Botocudo, não havia condições também de ensinar-lhes os conceitos básicos da língua portuguesa, além de ler e escrever. Em 1937 quando veio para o Brasil e se estabeleceu no posto indígena, o polonês Mieczyslaw Brzezinski conseguiu ensinar as primeiras letras aos indígenas. Também conhecido como maestro, Mieczyslaw Brzezinski era um homem extremamente culto, foi músico erudito, bailarino clássico, folclorista, mestre em teatro de sombras (uma tradição dos países do leste europeu), poliglota e etnólogo, por isso o seu interesse pelos Botocudo. Chegou ao Brasil depois de ter passado pela Argentina, onde formou o teatro Valdeville (teatro cantado em francês) e de ter convivido com os chacos paraguaios. Veio diretamente para a terra indígena onde foi recebido por Eduardo Hoerhann que lhe arrumou uma morada entre os Botocudo.¹¹

No início dos anos quarenta uma nova escola foi construída sob a iniciativa do professor Brzezinski, na qual os botocudo participaram das tarefas de construção assim como da inauguração da mesma. O maestro polonês logrou em um curto período alfabetizar dezenas de crianças indígenas e, apesar disto, nunca pôde lecionar na nova escola pelo fato de ser estrangeiro¹², pois nesta época vigorava a política nacionalista do Estado Novo (1937 – 1945). A notícia de que não poderia lecionar para os indígenas, somada à angústia de ter perdido contato com seus parentes na Polônia - nesta época o país estava ocupado pelos nacional-socialistas - e também por causa do amor não correspondido por uma jovem Botocudo, o levaram a uma tristeza profunda. Foi encontrado morto por enforcamento no dia 24 de junho de 1944. O corpo permaneceu pendurado por três dias e foi venerado pelos indígenas através de cantos entoados na língua dos mesmos.¹³ O maestro ensinou também aos indígenas, cantos tradicionais adaptados a língua dos Botocudo e sempre explicitou-lhes, que uma das músicas ensinadas, deveria ser cantada durante o seu enterro.¹⁴ Com o suicídio do maestro antigos estudantes indígenas assumiram a tarefa de

¹⁰ **Guia do Estado de Santa Catarina.** 1927, p. 133.

¹¹ **Jornal de Santa Catarina.** Blumenau, 12 de maio de 1998.

¹² KÜBIN, Esmeraldina. Depoimento concedido a Rafael Hoerhann em 31.5.2004. D. Esmeraldina é filha de Eduardo Hoerhann.

¹³ **Jornal de Santa Catarina.** Blumenau, 12 de maio de 1998.

¹⁴ KÜBIN, Esmeraldina. Entrevista citada.

perpetuar a educação às novas gerações. Em dias atuais a escola permanece ativa; nela, além de seus professores ensinarem disciplinas encontradas nas escolas das cidades, também repassam aspectos culturais como o aprendizado do idioma indígena, artesanato e demais atividades típicas da cultura Botocudo.

Referências bibliográficas

GOMES, Manoel. **Memória Barriga-Verde**. Florianópolis: Lunardelli, 1990.
RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.

Jornais

FOUQUET, Eugen. **A decadência da prestação do serviço ao Índio em Blumenau**. Publicado originalmente no jornal *Der Urwaldsbote* 28/7/1923. In: **Blumenau em Cadernos**. Blumenau: Fundação Cultural de Blumenau. Trad. Annemarie Fouquet Schünke. 1999.

Jornal de Santa Catarina. Blumenau, 12 de maio de 1998.

Entrevistas

HOERHAN, Edmar. Entrevista concedida a Eliana de Mendonça. 1980.
KÜBIN, Esmeraldina. Depoimento concedido a Rafael Hoerhann em 31.5.2004.

FORJANDO DAS LUTAS SUA IDENTIDADE: OS KAINGÁNG DO CHIMBANGUE

Marcos Antônio da Silva (PPGH-UFSC)
Ana Lúcia Vulfe Nötzold (UFSC)

O fio condutor que adotaremos neste artigo será a discussão de alguns aspectos da problemática da identidade indígena frente aos colonos. Com a preocupação de melhor definir os contornos de nossa análise trataremos aqui dos Kaingáng da Terra Indígena Toldo Chimbangue, situado na cidade de Chapecó em Santa Catarina. Ainda no sentido de delimitar nosso trabalho, o recorte cronológico sobre o qual nos debruçaremos com maior atenção localiza-se entre as décadas de 1970 e 1980, o que não se constitui em uma escolha aleatória, pois foi nesse período que se verificou no Chimbangue a gestação do movimento indígena para a retomada de suas terras.

As idéias centrais que abordaremos neste artigo foram sendo amadurecidas ao longo de pesquisas que viemos desenvolvendo a partir de 2002. Iniciado com nosso Trabalho de Conclusão de Curso em História, pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, concluído em 2003, onde investigamos a relação entre o que trazia o texto da Constituição Federal de 1988 referente ao entendimento e função atribuída à terra, e o que entendiam os Kaingáng do Chimbangue acerca do mesmo tema, nossa intenção era perceber em que medida a compreensão legal da terra era compartilhada pelos indígenas, pontuando os momentos em que as duas percepções, a indígena e a legal, se aproximam ou se distanciam.

Atualmente em nosso curso de mestrado em História, pela mesma instituição, demos início a um trabalho de pesquisa que visa estudar como se processou, entre as décadas de 70 e 80, a dinâmica da luta Kaingáng, na Terra Indígena Toldo Chimbangue, pela reconquista de suas terras, e como podemos pontuá-la em alguns de seus aspectos culturais, sociais e políticos, demarcando suas particularidades frente à evolução de outros movimentos sociais ocorridos no Brasil no mesmo período histórico, tomando o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST.

Este último trabalho que desenvolvemos foi decorrência do primeiro, pois percebíamos que os Kaingáng ao relatarem sua história atribuíam à luta pela terra um papel de destaque, as narrativas assumiam as feições de uma verdadeira epopéia. Já este artigo, é fruto da soma destas duas pesquisas, temperado, sobretudo, com as discussões teórico-metodológicas realizadas durante a disciplina de Migrações e Construções Sócio-culturais, ministrada pelo professor Dr. João Klug, e pela professora Dra. Eunice Sueli Nodari, ambos do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC.

Cabe salientar que, face ao caráter inicial em que se encontra nossa pesquisa, não trataremos nesse momento do MST e da construção de sua identidade no processo de luta pela terra, mas sim do movimento do Toldo Chimbangue, pois o mesmo encontra-se previamente mapeado pela pesquisa que já realizamos com essa comunidade.

Esperamos ao longo deste artigo tornar mais evidente a ligação entre a luta pela terra e a

identidade do grupo indígena estudado, porém, antes julgamos conveniente apresentar um breve histórico da ocupação desta área tanto pelos indígenas quanto pelos colonos, no intuito de vislumbrarmos os distintos contextos em que esta luta se desenrolou ao longo dos anos até culminar com a demarcação da área em favor dos Kaingáng em 1985.

A terra Indígena Toldo Chimbangué situa-se no Oeste do território catarinense às margens do Rio Irani. A ocupação Kaingáng desta região, segundo D'Angelis (1984) é datada da segunda metade do século XIX. A chegada dos Kaingáng a esta área deveu-se a motivos diversos em momentos diferentes. Segundo o autor, alguns destes motivos podem ser relacionados à expansão econômica dos Campos de Guarapuava e de Palmas, ambos no Paraná, às fugas do aldeamento de Nonoai, Rio Grande do Sul, à perseguição por parte das autoridades da mesma província¹. Havia ainda a pressão exercida pelos pecuaristas de Erechim, entre outros. Dada essa configuração, os Kaingáng foram sendo comprimidos dentro do território que tradicionalmente ocupavam², não restando muita alternativa àqueles que se recusavam a submeter-se ao julgo Imperial, senão a de migrarem para a região do Rio Irani. Foi este corolário de preposições que serviu de mola propulsora à ocupação indígena mais antiga de que se tem registro.

Podemos dizer que se houvesse uma espécie de “barômetro” capaz de mensurar a pressão sobre os Kaingáng, ele seria ativado pela expansão econômica Imperial, era ela quem conduzia a dinâmica da apropriação dos territórios ocupados pelos indígenas. Deve ser observado que esta mesma expansão econômica não se desenvolveu de forma homogênea. Em virtude deste fator, a região para onde migraram esses Kaingáng, ainda não havia se convertido em alvo desta expansão.

O fato do atual Oeste de Santa Catarina até 1916 estar situado dentro da área de litígio com o Paraná³, e de o Rio Irani não apresentar boa navegabilidade, podem ter contribuído para o quadro de relativa tranquilidade da qual os Kaingáng desta região gozaram até o início do século XX em relação a outras áreas do Sul do Brasil, onde o processo de expansão econômica achava-se em fase mais adiantada. Todavia, resolvida a questão com o Paraná, o governo de Santa Catarina parte para a exploração efetiva do recém conquistado Oeste catarinense e intensifica sua colonização por meio da ação de companhias colonizadoras.

O processo de assentamento de colonos ficou a cargo das companhias colonizadoras, que recebiam ou compravam as terras alienando-as a colonos. No ano de 1919, a Companhia Colonizadora Luce Rosa & CIA adquiriu uma faixa de terras que abarcava o centro da ocupação Kaingáng. A área foi dividida em lotes que foram vendidos aos colonos, em sua maioria provenientes do Rio Grande do Sul. Os primeiros lotes a serem negociados foram exatamente aqueles mais distanciados do local onde viviam os indígenas. Não obstante, na década de quarenta a Companhia Luce Rosa vende as terras onde se concentravam os Kaingáng a Giocondo e Severino Trentin.

Coube aos novos proprietários, conforme previsto em contrato, a remoção dos “intrusos”, ou seja, dos indígenas. Inúmeras foram as tentativas de removê-los para áreas indígenas reconhecidas pelo governo, como o caso de Nonoai e Terra Indígena Xapecó⁴ em Santa Catarina. Com exceção de algumas famílias indígenas, o intento dos proprietários legais não logrou muito êxito. A pressão sobre o grupo que resistiu nas terras nas três décadas que se seguiram à referida venda foi imensa. Quando chegou a década de 70, essas terras já não mais pertenciam aos Trentin, mas sim a outros agricultores a quem os primeiros as haviam vendido. Os Kaingáng, contando com apenas cerca de 100 hectares sob seus pés, se viram obrigados a trabalhar como agrega-

¹ Um grupo Kaingáng envolveu-se em ataques que terminaram em mortes, em duas fazendas no Rio Grande do Sul; havia também o fato do apoio por parte de Grupos Kaingáng à Revolução Federalista. Estes episódios encontram-se descritos em D'Angelis 1984.

² Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju. Apud. NÖTZOLD, A. L. V. **Nosso vizinho Kaingáng**. Florianópolis: UFSC, 2003. p.67.

³ AURAS, M. **A Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla**. São Paulo: Editora Cortez, 1984.

⁴ A Terra Indígena Xapecó, localizada entre os municípios de Ipuacú e Entre Rios, foi destinada aos indígenas em 1902, pelo então presidente do Paraná, em Decreto n. 7 de 18/06/1902. Apud. NÖTZOLD. op. cit. p.17.

dos em suas próprias terras. A existência do grupo estava seriamente ameaçada, ainda mais que a gradual precarização das condições de vida dos indígenas contou com o beneplácito dos órgãos que teriam a função de ampará-los, num primeiro momento o Serviço de proteção ao Índio, SPI, e posteriormente, a Fundação Nacional do Índio, FUNAI.

Na década de 70, principalmente no final de sua segunda metade, o Brasil começava a respirar outros ares. Se de um lado a vida dos Kaingáng continuava numa marcha agonizante rumo a seu fim enquanto grupo diferenciado, por outro, o alvorecer de um novo contexto político brasileiro iluminava com seus raios a possibilidade de buscar seus direitos de forma mais sistemática por meio da organização, de um movimento reivindicatório por parte dos indígenas, com a finalidade de ter de volta suas terras expropriadas ao longo da história. Nesse sentido, contando com a contribuição do Conselho Indigenista Missionário, CIMI, da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB, entre outros, articulou-se o movimento pela demarcação das terras do Toldo Chimbanguê.

Organizados os indígenas, e legalmente amparados, chega a década de 80 onde foram acionadas, por parte dos indígenas e de seus apoiadores, uma série de medidas judiciais e manifestações no intuito de agilizar o andamento do processo de reconhecimento das terras Kaingáng. A articulação indígena logrou êxito quando em 1985 foi demarcada a área do Toldo Chimbanguê, contando aproximadamente com 900 hectares, menos da metade da área pleiteada. De lá par cá a luta indígena não esmoreceu e foi coroada com o reconhecimento da outra metade de suas terras em 1996.

O que vimos até aqui foi uma breve digressão de como ocorreu a ocupação Kaingáng e sua permanência na terra. O objetivo deste pequeno histórico é a tomada do pulso da atmosfera que envolvia a comunidade do Chimbanguê, o que avaliamos ser significativo na compreensão da identidade que se construiu em torno do grupo, não que ela já não existisse, pois ela é um processo ininterrupto que se afirma no bojo das relações sociais. O que desejamos destacar é que a luta pela terra imprimiu sua marca indelével nessa dinâmica.

Uma observação pertinente no que tange à luta indígena e à identidade deste grupo, é que no âmago do processo de enfrentamento, nos embates e combates pela reconquista de suas terras, laços são estreitados, reforça-se um sentimento de solidariedade, uma experiência em comum que fortalece a coesão entre as pessoas. O êxito do movimento indígena do Toldo Chimbanguê não diz respeito apenas à legitimidade de seus propósitos, mas à unidade da comunidade que se formou em torno de um objetivo.

A construção de uma identidade Kaingáng pode desenvolver-se em várias frentes, ela é capaz de transubstanciar-se de uma categoria abstrata a uma concreta. Não nos referimos a uma concretude palpável, mas sim a uma de base elementos do mundo material, como é o caso da terra, dos rios. No caso do Chimbanguê há um episódio que denota esta relação entre meio natural e uma memória identitária, estamos nos referindo a um cedro que segundo a tradição Kaingáng, marca o local do sepultamento do Cacique que dá nome a esta Terra Indígena, Chimbanguê.

Conforme a tradição Kaingáng, uma cruz falquejada de pedaço de cedro marca o local de sepultamento. Segundo a memória dos Kaingáng desta comunidade, a cruz que foi cravada na sepultura do Cacique Chimbanguê enraizou-se, transformando-se em imenso cedro com mais de dez metros de altura. Este Cacique havia sido um dos responsáveis pela ocupação Kaingáng desta região na segunda metade do século XIX⁵.

A trajetória dos Kaingáng lá pelos idos de 1850 até a década de 70, do século XX, nos já esboçamos nas primeiras páginas deste artigo, nesse momento tencionamos observar como elementos que figuram o meio natural podem ser revestidos de um sentimento que confere identidade ao grupo, como o que ocorreu com o referido Cedro Cruz, que deixou de ser apenas uma

⁵ Para maiores informações acerca da formação do Toldo Chimbanguê consultar, D'ANGELIS, W. R. **Toldo Chimbanguê: História e Luta Kaingáng em Santa Catarina**. Xanxerê: Conselho Indigenista Missionário – CIMI – Regional Sul, 1984.

árvore e assumiu o papel de um marco na memória Kaingáng, sobretudo após o atentado que ele sofreu, executado por colonos que ocupavam as terras indígenas. Esta por sinal é uma passagem à qual dedicaremos algumas considerações.

Durante os truculentos embates pela demarcação das terras, quando os ânimos entre indígenas e agricultores encontravam-se acirrados, os agricultores, em protesto ante a iminente demarcação das terras e, por conseguinte, a sua remoção da área indígena, brocaram a base do tronco do velho Cedro e despejaram nos orifícios óleo diesel, ocasionando a morte do Cedro Cruz. É curioso que estes agricultores tinham ciência que aquela árvore significava bem mais que uma árvore para os indígenas, e que o ato que cometeram não fora somente um crime ambiental, mais sim uma agressão direta à memória Kaingáng, a tudo aquilo que ela expressava.

Como a memória e a identidade não são estáticas, elas são construções que estabelecem seus significados em um determinado contexto, GILLIS (2000), a morte do Cedro Cruz não fez com que sucumbisse junto a ele a identidade Kaingáng, e o processo de construção de uma identidade, de uma memória, mostra sua face quando, no ano de 1994, a comunidade do Toldo Chimbanguê plantou uma nova muda de cedro ao lado do antigo Cedro Cruz. Embora morto, ele ainda ostenta com imponência suas frondosas galhadas, destacando-se em meio à paisagem. Plantar um novo cedro foi como reafirmar a luta, a resistência e, sobretudo, a existência indígena.

É significativo pesar o impacto desta ação dentro da perspectiva apresentada por LITTLE (1994), em que o meio natural desempenha papel importante na construção de uma memória coletiva. Há uma paisagem moral que é revestida por um significado identificador capaz de aglutinar em torno de si as pessoas que compartilham as mesmas experiências, valores ou uma etnicidade em comum.

O mote que talvez facilite a compreensão desse processo de forjar, nesse caso do meio natural, uma identidade deve ser buscado na relação que os indígenas têm para com a terra. Uma ligação que se assenta, entre outras coisas, no caráter de ancestralidade da ocupação do território, e no fato dos elementos naturais serem parte componente de sua cultura, de seus rituais e de seus nomes indígenas.

Tivemos a oportunidade de observar este relacionamento, indígena/terra, quando realizamos nosso Trabalho de Conclusão de Curso. Naquela ocasião, tivemos contato com uma realidade que de certa forma nos surpreendeu, qual seja, observamos que a comunidade do Chimbanguê tinha como principal fonte de renda a agricultura, e os indígenas que ali residiam viviam como pequenos agricultores, porém, no momento de entrevistá-los percebemos que, não obstante o uso que faziam da terra, eles nutriam por ela um sentimento que ia além de uma relação de trabalho.

No fragmento abaixo, transcrito da entrevista de João Batista, 23 anos, diretor da Escola Indígena Irani, Toldo Chimbanguê, a terra revela seu caráter mítico transcendendo seu entendimento material.

*[...] a terra pro índio é uma mãe, é dela que sai o alimento, é ela que nos dá a proteção, nos dá o calor que a gente sente, vem da terra. Que eu vejo assim, porque se a pessoa tá com o pé aquecido tá com o corpo aquecido, esse calor vem da terra. A terra pode tá fria, se eu pisá ali na terra eu me sinto... eu tô no chão, eu tô firme nela e é ela que vai me cuidá. Então a terra, ela é uma mãe porque ela me cria me sustenta e é dela que eu sempre vivi, é nela que eu vo morre e é dela que eu vo fazê parte quando eu morre[...]*⁶

A terra é vista como sendo portadora das raízes indígenas, é também a partir, ou sobre ela, que se constroem as memórias Kaingáng, seja quando referidas a um tempo passado, distante da atual condição de vida indígena, ou no presente. A terra outorga identidade ao grupo tanto quan-

⁶ BATISTA, J. **Entrevista concedida a Marcos Antônio da Silva**. Chapecó, 16 de abril de 2003.

do evocada em seu valor cultural, quanto na luta pela sua manutenção, em outras palavras, há toda uma teia de relações que se constituem em torno da terra. Não qualquer terra, mas sim aquela sobre a qual repousa a ancestralidade do grupo.

*[...] então eles [INCRA] queriam convina com nós, comversá com nós [Kaingáng] que semo mais velho pa trocá, dexa os coloinho aqui, não mexe com os coloinho, e leles davam pra nós na fazenda do João da Várzea, daí o finado nosso cacique velho, meu cunhado que era o Clemente Forte, ele disse, não sinho, que lá é nosso, aonde nós nascemô e si criemô nós quererô ficá, pa nós criá os nosso filho [...]*⁷

Foram estas as palavras de Gumercindo Fernandes Kumbéra, 78 anos, ao nos relatar uma reunião ocorrida no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, para dar termo à questão que envolvia indígenas e agricultores durante a luta pela demarcação do Toldo Chimbangue. A terra para o indígena se apresenta como inalienável, todavia, não qualquer terra, mas sim aquela onde foram, e são, construídas suas memórias, suas experiências, segundo LITTLE (1994) “*A memória coletiva é sem dúvida uma das maneiras mais importantes pelas quais os povos se localizam num espaço geográfico*”⁸. Espaço e memória estão imersos numa relação dialética, onde ambos se constroem de acordo com as contingências de seu tempo histórico, não estão armazenados em nossos cromossomos e não os transferimos naturalmente a nossos descendentes, ambos são mutáveis e se transfiguram de acordo com o contexto, é desta forma que eles podem nos fazer sentido.

É este contínuo movimento que faz com que os Kaingáng, que hoje vivem da agricultura, sendo que dentre eles há alguns que perderam a língua materna, sejam tão identificados com suas terras, com sua cultura, quanto seus antepassados. São estes novos arranjos e rearranjos, urdidos cotidianamente, que estabelecem o nexos do sentimento de pertença étnica. É isso que faz com que a muda de cedro que foi plantada ao lado do antigo Cedro Cruz represente um elemento de identidade como fora o primeiro.

Sabemos que o identificar-se com a terra, com a paisagem, pode ser uma via de mão dupla que toca tanto aos indígenas quanto aos agricultores não indígenas, pondo em evidência uma questão delicada, qual seja, a dos agricultores também estabelecerem suas raízes e suas memórias nas terras que ocupam. Todavia, se este imbróglio, só foi possível configurar-se enquanto tal por contar com a negligência dos poderes públicos constituídos, que, em épocas passadas, tinham a incumbência de promover a colonização das terras, e desconsideraram a presença indígena, hoje, este impasse deve ser dissolvido sob a luz que rege a atuação dos poderes públicos, que se encontra expressa no texto constitucional vigente:

[...] Art. 231.

*§ 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé [...]*⁹

Se o texto constitucional aponta para uma saída deste embaraço, há que se salientar dois aspectos desta alternativa. O primeiro é de o que está disposto na Lei não retificar, de todo, os

⁷ FERNANDES. G. **Entrevista concedida a Marcos Antônio da Silva**. Chapecó, 15 de abril de 2003.

⁸ LITTLE, P. **Espaço, memória e migração. Por uma teoria de territorialização**. In: Textos de história. Brasília, v. 2, n. 4, p.6, 1994.

⁹ Parágrafo 6 do Art. 231 da Constituição Federal brasileira de 1988, em seu Capítulo VIII intitulado, Dos Índios, que versa sobre a ocupação de terras indígenas por pessoas alheias as referidas comunidades.

problemas decorrentes de erros pretéritos, principalmente no tocante àqueles agricultores que, de boa fé e apenas nesses casos, compraram suas propriedades sem terem conhecimento de que se tratava de terras ocupadas por indígenas, e o valor das terras adquiridas, por ventura, serem superiores aos das benfeitorias a serem indenizadas. O segundo, é que o disposto na lei também se mostra insuficiente quanto ao problema dos agricultores identificarem-se com a terra, fixando nela suas raízes, o que por seu turno, acarreta a resistência por parte dos mesmos em deixar as terras que ocupam.

Estas duas situações – o preço pago pelas benfeitorias, e o fato de se estabelecer com a terra uma identidade, e nela construir suas memórias – são muitas vezes as responsáveis pela morosidade do processo de demarcação e homologação das terras indígenas, o que para ambas as comunidades sem sombra de dúvidas é uma espera tensa e angustiante.

*[...] a gente qué mais um pedaço de terra porque a comunidade cresce né, todo dia a população..., e esse pedaço de terra fica sendo pouco né, pros índios daqui. E a gente esperava que o governo agilizasse isso, ele tem feito esse trabalho, e a gente também tá de acordo com o trabalho, porque, a gente não qué que o não-índio fique sem terra, a gente ter terra e o não-índio sem terra. Porque eles também têm o direito a terra, eu penso assim. Podia agiliza o andamento e achar um meio de coloca o não-índio, porque a gente não qué vê o não-índio jogado também. A gente qué viver bem, mas não qué vê o outro viver mal [...]*¹⁰.

As dificuldades inerentes a esta questão não podem ser contornadas com medidas superficiais que não abarquem a complexidade do assunto. E ao que pudemos constatar, a comunidade indígena tem ciência desse problema. Para esse ponto nevrálgico possivelmente não haja ainda um caminho unívoco, porém, o exercício de uma reflexão intensa e profunda pode iluminar novas possibilidades para um desfecho que não se torne traumático às partes.

*[...] Na questão da terra, a gente tem esse direito sobre a terra,... é um direito de viver nela, dentro desse pedaço que era nosso, mas a gente não qué também toda a terra só pra nós, a gente qué também que o outro se coloque nessa terra, que tenha essa terra como se fosse uma mãe dele também [...]*¹¹.

Talvez, um bom mediador para esta delicada questão seja a execução de um criterioso levantamento histórico da região em questão, onde seja possível perceber por meio dos indícios ou evidências – aliás, o mister do historiador o condiciona a muito bem detectá-los – que apontem para as responsabilidades históricas daqueles que de alguma forma contribuíram para que a situação assim se apresentasse, e que a partir dessa perspectiva se possa ponderar acerca de uma alternativa viável, às partes envolvidas, nesse problema. A disciplina da História não tem a capacidade de reconstituir os fatos “tal qual eles aconteceram”, tampouco de modificar o passado, porém, os resultados aferidos de suas pesquisas, em determinadas ocasiões, conseguem desmistificar alguns embustes, sejam eles dolosos ou não.

É nessa perspectiva que avaliamos ser possível pensar uma resposta à esta questão tão cara à quem nela se encontra diretamente envolvido. Pedimos desculpas se parecemos estar advogando em causa própria, pois não é essa nossa intenção. Por outro lado, não nos esquivamos de nosso compromisso público enquanto historiadores, pois como nos lembra muito bem Hobsbawm (1998), temos um compromisso que está acima de nossa orientação política e metodológica, mesmo que nossas preocupações e os problemas que formulamos partam necessariamente delas. Elas devem nos servir como ponto de partida e não de chegada de nosso trabalho, caso contrário, não estaremos fazendo História, mas escrevendo um romance fastidioso, um conto medíocre, uma fábula enfadonha ou qualquer outra peça literária mal escrita, que por sinal se

¹⁰ Batista, J. Entrevista cit.

¹¹ Idem.

mostrará incapaz de atrair grande interesse do público, pois o final já será conhecido antes mesmo de o lermos.

Referências bibliográficas

- AURAS, Marli. **A Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla**. São Paulo: Editora Cortez, 1984.
- BATISTA, João. Entrevista concedida a Marcos Antônio da Silva. Chapecó, 16 de abril de 2003.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 2000.
- D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. **Toldo Chimbanguê: História e Luta Kaingáng em Santa Catarina**. Xanxerê: Conselho Indigenista Missionário – CIMI – Regional Sul, 1984.
- HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- KUMBÉRA FERNANDES, Gumerindo. Entrevista concedida a Marcos Antônio da Silva. Chapecó, 15 de abril de 2003.
- LITTLE, Paul. Espaço, memória e migração. Por uma teoria de territorialização. In: **Textos de história**. Brasília, v. 2, n. 4, 1994.
- NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. **Nosso vizinho Kaingáng**. Florianópolis: UFSC, 2003.
- SILVA, Marcos Antônio da. **A voz da terra: Aproximação e Distanciamento entre as Políticas Indigenistas e os Anseios indígenas**. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

CULTURA GUARANI : IDENTIDADE E INTERCULTURALIDADE

Marilda Oliveira de Oliveira¹

Introduzindo o Estudo

Esta pesquisa é fruto de reflexões advindas da publicação do livro ***Identidade e Interculturalidade – história e arte guarani*** de minha autoria (OLIVEIRA, 2004). A obra investiga a fonte de significado e experiência de um povo indígena - os guaranis que residiram nas missões jesuíticas do Paraguai nos séculos XVII e XVIII. Num primeiro momento buscamos construir a identidade do guarani. Entendendo por Identidade o conjunto de caracteres próprios e exclusivos de uma pessoa, de uma região ou de um País, por meio do qual são identificados. (Castells, 1999). Neste momento se dá a conhecer quem eram estes índios antes da chegada do europeu, o que faziam e como viviam, isto é, seus costumes e suas crenças. Antes da chegada do jesuíta espanhol, o guarani era semi-nômade, isto significava uma maneira distinta de “estar” na sociedade (o clã), uma forma organizada de vida, enquanto ao plantio, à colheita, a construção de suas casas e a convivência em comunidade. Num segundo momento apresentamos os filhos de Santo Inácio de Loiola, que também possuíam uma história anterior a sua chegada à América. Buscamos analisar os elementos culturais identitários trazidos ao novo mundo, descrever o *projeto utópico jesuítico*, e os métodos utilizados para atrair o indígena, assim como o poder e a influência da música. O terceiro momento é denominado – Interculturalidade. Entendemos por esta terminologia, cujo prefixo *inter* expressa o sentido de interação, troca e reciprocidade; a interação de duas culturas onde uma se desestabiliza, é relativizada ou contestada nos seus princípios básicos, expondo-se à crítica e à eliminação dos seus elementos, traços, crenças, consideradas negativas ou de pouco valor. (Moreira, 2001). Nesta fase da pesquisa retratamos o encontro de duas culturas e como este pluralismo cultural foi sendo construído. Analisamos o dia a dia da vida missioneira, o cotidiano. Apresentamos a *res pública guarani*, como foi gestada, a fundação dos povos e o modelo urbano de uma cidade ideal. Aqui incluímos toda a problemática da organização política dos povos e a idéia de redução. Na quarta fase da pesquisa, a qual denominamos Barroco Missioneiro, analisamos a contribuição cultural guarani somada à contribuição cultural jesuítica. Focamos nosso ponto de abordagem nesta arte que foi produzida num processo especial de isolamento, num espaço utópico concreto, que durou mais de cento e cinquenta anos. Para isto nos servimos da perspectiva histórica, como apoio para centrar-se no enfoque artístico. E finalmente chegamos ao que nomeamos - Final do experimento, neste momento tratamos do estado atual destas cidades, que se encontram em ruínas e a luta por sua conservação, como único testemunho deste período da história, uma vez que os índios há muito já não estão.

Pinçando novos pontos de análise

Neste momento nos propomos a discutir a partir dos dados já coletados sobre a questão da Cultura Guarani, sua identidade e interculturalidade. Conceituamos cultura sob o ponto de vista de Kathryn Woodward (2000:41) “Há entre os membros de uma sociedade, um certo grau de consenso sobre como classificar as coisas a fim de manter alguma ordem social. Esses sistemas partilhados de significação são, na verdade, o que se entende por *cultura*”.

O homem é tido como um ser social que cria a cultura, junto com suas condições, integra-

¹ Professora do Departamento de Metodologia do Ensino, Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria. Mestre em Antropologia Social e Doutora em História, Geografia e História da Arte pela Universidad de Barcelona, España. Pesquisadora CNPq. marildaoliveira@smail.ufsm.br

do no seu contexto, criando formas de viver refletindo sobre elas e dando respostas aos desafios que encontra em seu percurso. A cultura, portanto, constitui-se na aquisição metódica da sua experiência humana, criadora e crítica, não apenas aquisição de informações justapostas. Pode-se dizer então, que o homem cria e cultiva a sua cultura, tendo como resultado os desafios propostos pela natureza, pelos homens que o rodeiam, ou que o procedem.

O campo da cultura é complexo e conflituoso, na medida que falamos na edificação de significados, partilhados ou não de aspectos principais da vida individual e social. Podemos dizer também que é escorregadio e complexo o campo no qual se desenvolvem discussões, propostas e negociações que visam promover o respeito à diferença e à pluralidade cultural.

Partindo deste pressuposto elencamos alguns elementos da Identidade Cultural Guarani que sofreram com o processo da Interculturalidade. Para citar alguns deles: o nomadismo, a poligamia, a nudez ou semi-nudez, a belicosidade, a autoridade espiritual dos anciões, a organização política, a prática da caça, da pesca e o cultivo de culturas como o milho, a mandioca e a batata doce, o costume de não ter animais domésticos, o hábito de beber a chicha, a economia; a divisão do trabalho, a noção do tempo relógio, a prática da antropofagia como culto mágico, o estudo de plantas medicinais, a ausência de culto e os vários deuses, a ausência da escritura e a arte plumária e cerâmica. Todos estes elementos da cultura guarani, cheios de significação, foram extinguidos da prática social do cotidiano missioneiro.

A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. (Woodward, 2000:17)

Desta forma, a representação é vista como processo cultural, onde a partir dos sistemas simbólicos podemos entender a identidade cultural de um povo ou de uma raça. A produção de significados e a produção de identidades que são posicionadas nos sistemas de representação estão estreitamente vinculadas.

Neste cenário – da produção social da identidade – entra o aspecto da diferença e da diversidade. Sobre estes dois aspectos o autor Tomaz Tadeu da Silva faz a seguinte reflexão:

Em geral, consideramos a diferença como um produto derivado da identidade. Nesta perspectiva, a identidade é a referência, é o ponto original relativamente ao qual se define a diferença. Isto reflete a tendência a tomar aquilo que somos como sendo a norma pela qual descrevemos ou avaliamos aquilo que não somos. (Silva, 2000:76)

Isso significa que identidade e diferença não podem ser analisadas, nem compreendidas fora dos sistemas de significação de um povo, pois do contrário correríamos o sério risco de banalizar uma cultura sem conhecê-la a fundo. Toda vez que legitimamos uma ação/conduita como padrão preferencial estamos julgando, estamos normalizando, estamos elegendo algo como modelo a ser seguido. Estas ações, na maioria das vezes, são quase imperceptíveis, estão diluídas nas nossas concepções, afirmações do que entendemos como certo ou errado, do conceito que temos do europeu e do indígena, do hetero e do homossexual. Ou seja, nós escolhemos aquilo que é parâmetro do bom senso, do que é positivo em detrimento do que no nosso juízo é pouco desejável. Mesmo sabendo que as pessoas têm o direito de ser iguais sempre que a diferença as tornarem inferiores, assim como também têm o direito de ser diferentes sempre que a igualdade coloque em risco sua identidade.

De acordo com este ponto de vista o processo de construção da identidade cultural de um povo ocorre entre o binômio do que fixa e estabiliza a identidade e entre o que tende a desestabilizá-la. Ocorrendo assim a interculturalidade, a interação, a troca e conseqüentemente a mudança de comportamento. Este processo de mudança é denominado por muitos autores de hibridização.

O hibridismo, por exemplo, tem sido analisado, sobretudo, em relação com o processo de produção das identidades nacionais, raciais e étnicas. Na perspectiva da teoria cultural contem-

porânea, o hibridismo – a mistura, a conjunção, o intercuro entre diferentes nacionalidades, entre diferentes etnias, entre diferentes raças – coloca em xeque aqueles processos que tendem a conceber as identidades como fundamentalmente separadas, divididas, segregadas. O processo de hibridização confunde a suposta pureza e insolubilidade dos grupos que se reúnem sob as diferentes identidades nacionais, raciais ou étnicas. A identidade que se forma por meio do hibridismo não é mais integralmente nenhuma das identidades originais, embora guarde traços delas. (Silva, 2000:87)

O hibridismo não tem o mesmo significado em todos os casos, portanto no nosso ponto de análise e foco de interesse – a cultura guarani – a hibridização foi sempre um processo e não um estado, já que ocorreu em diferentes estágios e tempos. A própria questão da arte estatutária missioneira, foi considerada híbrida porque os indígenas que a produziam não estavam familiarizados com os modelos europeus. Eles “traduziam” a imagem para termos familiares recorrendo aos esquemas visuais ou estereótipos correntes em sua própria cultura.

Os missionários, por outro lado, puderam usar a força ou ameaçar usar a força para impor o cristianismo aos índios. A troca cultural nas colônias espanholas e na colônia portuguesa na América não se deu em pé de igualdade. A iniciativa esteve geralmente com os emprestadores, mesmo que seja possível perceber exemplos do que tem sido descrito como “aculturação inversa” em alguns domínios, já que os colonizadores gradualmente adotaram elementos da cultura nativa, do tabaco à rede. (Burke, 2003:66)

A identidade é um processo dinâmico que implica estratégias de construção e destruição. Neste caso específico os emprestadores (jesuítas) sempre tiveram maior poder para impor a sua vontade e decisão. Sempre estiveram muito preocupados em construir identidades homogêneas que tivessem raízes profundas, em vez de construir rizomas com raízes múltiplas.

Abordagens Metodológicas

Este estudo científico teve uma abordagem qualitativa porque partiu de questões ou focos de interesse amplos que foram definindo-se à medida que a pesquisa foi avançando. Teve um caráter descritivo porque se propôs a descrever características de um grupo ou povo – a cultura guarani – analisando o cotidiano, os hábitos e as crenças desta população indígena. Com base nos procedimentos técnicos, realizamos uma pesquisa bibliográfica desenvolvida a partir do material existente nos arquivos europeus e americanos, basicamente no Arquivo de Índias em Sevilha – Espanha, Arquivo dos Jesuítas em Roma – Itália, Biblioteca Nacional de Madrid, Arquivo Geral da Nação de Buenos Aires – Argentina e Arquivo Histórico de São Paulo – Brasil. E nesta segunda etapa da pesquisa estamos contrastando autores contemporâneos sobre os elementos identitários da cultura guarani.

Cruzando dados

Este estudo não está fechado a conclusões, pois o que se pretende é estabelecer paralelos, cruzar dados como diz este enunciado. Estas reflexões surgiram a partir da publicação do livro *Identidade e Interculturalidade*, como já explicitiei anteriormente e a partir da socialização dos dados coletados no material publicado. Foi a partir deste momento que começaram a surgir novos pontos de análise e estudo, os quais são mencionados neste artigo. Considero importante, a modo de costura, pinçar duas tendências contemporâneas que poderão nortear alguns pontos de discussão. De um lado temos a globalização banalizadora da cultura junto à unificação dos mercados e de outro lado a segregação: novos tribalismos, regionalismos radicais e fundamentalismos. A primeira tendência leva à alienação e à perda de qualquer identidade e a segunda leva a uma identidade tribal, sectária. A solução é situar-se longe dos dois extremos e pensar a identidade como algo plural onde se possa conviver com a diferença, aprendendo com ela.

Referências Bibliográficas

- BURKE, Peter. *Hibridismo Cultural*. Coleção Aldus. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da Identidade*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós modernidade*. RJ: DP&A, 2000.
- MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. *A recente produção científica sobre currículo e multiculturalismo no Brasil (1995-2000): avanços, desafios e tensões*. Revista Brasileira de Educação. Anped, Rio de Janeiro, nº 18, p. 65-81, 2001.
- OLIVEIRA, Marilda Oliveira de. *Identidade e Interculturalidade – História e Arte Guarani*. Santa Maria: Editora Ufsm, 2004.
- SILVA, Tomaz Tadeu (org.) *Identidade e Diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais*. 3ª ed. RJ: Vozes, 2000.
- WOODWARD, Kathryn. *Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual* In: SILVA (org.) *Identidade e Diferença*. RJ: Vozes, 2000.

LEITURAS E INTERPETAÇÕES DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO SUL CATARINENSE: AS REPRESENTAÇÕES DO BUGRE NAS OBRAS DE HISTÓRIA LOCAL

Mauricio da Silva Selau¹

As leituras e interpretações da imigração e colonização italiana nas obras de história local produzidas no Sul Catarinense são deveras parciais, destacando e maximizando as dificuldades encontradas pelos imigrantes no processo de imigração e colonização organizado pelo Estado Brasileiro no final do século XIX, exaltando a força e a bravura dos pioneiros em construir a civilização em meio à floresta e em oposição às populações indígenas que estavam habitando a região anteriormente. Estas construções de representações são permeadas por diversos fatores, entre os quais privilegiamos a relação com o grupo Xokleng, conhecido como bugre, e a forma como estes encontros foram representados nestas obras.

Desenvolvemos nosso estudo com base na noção/conceito de *invenção da etnicidade* que tem como principal virtude o fato de focalizar sua análise nas relações entre os grupos, pois “no nosso entender, etnicidade não é uma “ficção coletiva”, mas antes, um processo de construção ou invenção que incorpora, adapta e amplia as solidariedades comunitárias, atributos culturais e memórias históricas preexistentes. Ou seja, ela é fundamentada no contexto da vida real e na experiência social”².

Os grupos étnicos estão constantemente se recriando e a etnicidade está sendo reinventada continuamente como resposta às realidades inconstantes tanto dentro do grupo como na sociedade anfitriã. “As fronteiras dos grupos étnicos, por exemplo, precisam ser repetidamente negociadas, enquanto símbolos significativos da etnicidade (tradições étnicas) precisam ser repetidamente reinterpretados”.³ Nesta perspectiva, as fronteiras entre os imigrantes italianos e seus descendentes e os Xokleng foram continuamente negociadas e determinadas pelas práticas culturais de cada grupo, definindo o espaço de cada um no território Sul Catarinense. Cumpre destacar que o espaço dos Xokleng foi sistematicamente reduzido até sua desintegração como grupo.

O Sul de Santa Catarina, no final do século XIX e início do século XX, era coberto pela Mata Atlântica e habitado por um grupo indígena que ficou conhecido pelo nome de Xokleng. Estes eram nômades e sua alimentação era garantida pela caça e pela coleta. Deslocavam-se pela região, ocupando determinada parte dela conforme a estação. No inverno, por exemplo, costumavam estar próximos às bordas do Planalto Catarinense, onde aproveitavam o pinhão e as caças para alimento. Já na primavera, procuravam estar onde era possível conseguir caça e os frutos típicos da estação. “Este nomadismo é bastante citado nos documentos históricos, que registram mesmo um ‘movimento pendular’ entre o litoral e o planalto, com nítidas características estacionais”.⁴ Os Xokleng ocupavam habitações feitas para pouco tempo de acampamento. Viviam nas florestas, de onde retiravam o que precisavam para o sustento do grupo.

No final do século XIX, a região em estudo fazia parte das áreas destinadas à colonização, constituída para receber imigrantes europeus que tinham a tarefa de transformar estas áreas em

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC. Professor do Curso de Museologia da FEAVART/FEBAVE em Orleans e Funcionário do Museu Universitário do Extremo Sul Catarinense, UNESC, Criciúma.

² CONZEN, Kathleen Nehls et al. Forum – The Invention of Ethnicity: A perspective from the U.S.A. In: **Journal of American History**. Fall, 1992. (traduzido) p. 4-5.

³ CONZEN, p. 5.

⁴ LAVINA, Rodrigo. **Os Xokleng de Santa Catarina: Uma Etnohistória e Sugestões para os Arqueólogos**. São Leopoldo, 1994. Dissertação de Mestrado em História - UNISINOS.

lugares produtivos e integrá-las ao território nacional, com sua ocupação efetiva. Deste modo, a região Sul Catarinense recebeu grande número destes imigrantes, em sua maioria italianos, que vinham de um mundo onde a propriedade privada era encarada com naturalidade e a acumulação de riquezas era estimulada. Estes imigrantes eram também marcados pela construção de uma imagem em que se destacava sua força e bravura para vencer os obstáculos representados pela floresta. Como destaca Little, “as fronteiras, além de serem espaços geográficos com pouca densidade demográfica, são também construções ideológicas, onde as virtudes pioneiras e as práticas agrárias são exaltadas, às custas das memórias espaciais dos habitantes originários da região (nas Américas quase exclusivamente os povos indígenas), que, juntamente com as práticas culturais, são negadas ou denegridas”⁵.

Este espírito pioneiro dos imigrantes somado aos interesses do Governo Imperial de promover a colonização e integração desta área à sociedade nacional encontrou do outro lado o grupo Xokleng, que vivia neste ambiente sem contato com a sociedade nacional e na medida em que a colonização estendeu-se, iniciaram lutas pela posse deste território. A constituição de núcleos de colonização na região Sul Catarinense iniciou com a instalação da Colônia Azambuja em 1877⁶, seguida pela Colônia do Grão Pará em 1882⁷ e da Colônia Nova Veneza em 1891⁸. Estas três colônias abrangiam juntas boa parte da região em estudo e representaram uma maior possibilidade de encontros entre os imigrantes e os Xokleng, pois à medida em que a floresta era derrubada, menores eram os recursos disponíveis aos Xokleng, que passaram a buscar, também, nos cercados dos colonos os recursos necessários à sua sobrevivência. Os colonos reagem às investidas dos Xokleng o que passa a configurar uma luta pelo território e pelos recursos disponíveis no mesmo.

O momento histórico das comemorações dos centenários de fundação das colônias no Sul Catarinense foi marcado pela idéia de construção da imagem do imigrante e de seus descendentes como cidadãos fortes e trabalhadores, que contribuíram para o progresso da região, desbravando as matas para implantar a civilização. Esta “verdade” histórica é fortalecida por meio das obras de história local que enfocam a bravura e a força de trabalho do imigrante para vencer o meio hostil, ou seja, a floresta e o que havia nela. Assim, a construção de uma representação sobre os habitantes desta floresta foi marcada pelo preconceito e pela negação ao direito de ser diferente, uma vez que na época, final do século XIX, o pensamento dominante, apoiado no darwinismo social, era de que os povos estavam fadados a seguir uma evolução até atingir o progresso, representado pelo modelo de civilização europeu, ou estariam condenados ao desaparecimento.

Esta tendência observada nas obras alusivas aos centenários da colonização é perceptível em obras escritas antes dos centenários das colônias, de modo que a construção da imagem do imigrante como da representação sobre o grupo Xokleng nas crônicas municipais é um processo que atinge seu auge nas comemorações sobre os respectivos centenários, mas cristaliza conceitos e idéias que há muito estavam colocadas na memória dos imigrantes e seus descendentes e que foram reforçando-se ao mesmo tempo em que as fronteiras entre os respectivos grupos eram constantemente renegociadas.

Por intermédio da análise de algumas obras de história sobre os municípios ou colônias do Sul Catarinense procuramos perceber as representações construídas sobre os Xokleng e a imagem construída sobre os imigrantes nos confrontos com esta população, que reforçou a identidade do imigrante como grupo e como portador da civilização. Como aponta Gillis

⁵ LITTLE, Paul E. Espaço, memória e migração. Por uma teoria da reterritorialização. In: **Textos de História**. Brasília, v. 2, n° 4, 1994. p. 13.

⁶ FERREIRA, Desembargador Vieira. **Azambuja e Urussanga: memória sobre a fundação, pelo engenheiro Joaquim Vieira Ferreira, de uma colônia de imigrantes italianos em Santa Catarina**. Niterói: Oficinas Gráficas do Diário Oficial, 1939. 107p.

⁷ DALLALBA, João Leonir. **Pioneiros nas terras dos condes: História do Orleans I**. Orleans: Prefeitura Municipal de Orleans e Instituto São José, 1971. 217p.

⁸ BORTOLOTTI, Zulmar Hélio. **História de Nova Veneza**. Nova Veneza: Prefeitura Municipal de Nova Veneza, 1992. 339p.

Nós temos que ser lembrados de que memória e identidades não são coisas fixas, mas representações ou construções da realidade, fenômenos subjetivos em vez de objetivos. Estamos constantemente revendo nossas memórias para adaptar as nossas identidades atuais. Memórias nos ajudam a fazer sentido no mundo em que vivemos; e “trabalho de memória” é, como qualquer outro tipo de trabalho físico ou mental, embutido em relações complexas de classe, gênero e poder que determinam o que lembrado (ou esquecido), por quem e para que fim.⁹

Ao construir sua representação sobre os Xokleng e definir os atributos dos que podem e dos que não podem conviver com a civilização, os colonos italianos e seus descendentes reforçaram a sua identidade e adaptaram suas memórias ao que determinaram ser a constituição de sua identidade. Para tanto negaram ao outro grupo que passou a disputar o mesmo território, visando sua sobrevivência, o direito de conviver com a civilização e um dos mecanismos pelos quais esta diferenciação foi reforçada está relacionada ao trabalho de memória.

Entretanto, a memória possui características que a tornam peculiar para o estudo da história. Se as memórias nos ajudam a fazer sentido no mundo e também não podem ser analisadas como algo fixo, podemos perceber o trabalho de memória como uma construção que o indivíduo faz de seu passado com base nas experiências guardadas por sua memória. Justamente por isso nos deparamos com o que Pollak destaca como uma das características da memória, ou seja, que ela é *seletiva*. Nem tudo fica gravado, nem tudo fica registrado¹⁰. O caráter seletivo da memória é reforçado pela noção de pertencimento afetivo¹¹ ao grupo ao qual um determinado indivíduo pertence, pois o sentimento de continuidade presente naquele que se lembra é o que faz com que uma dada memória permaneça. “Assim, situações vividas só se transformam em memória se aquele que se lembra sentir-se afetivamente ligado ao grupo ao qual pertenceu. Aliás, ao qual pertence, pois só se faz parte de um grupo no passado se se continua afetivamente a fazer parte dele no presente”¹².

A memória, apesar de parecer algo estritamente individual, tem por suporte um grupo social, com o qual a mesma é compartilhada, sem realizar uma ruptura entre o passado e o presente porque só retém do passado aquilo que ainda é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Mas ao mesmo tempo em que essa memória é seletiva e mantida por um determinado grupo, ela também é uma construção, na medida em que está sujeita a flutuações, transformações e mudanças constantes, mediadas pelo presente em que o grupo vive, de modo que a memória é também uma construção do passado e está aberta e em constante evolução¹³.

Assim, as pessoas que fazem parte de um determinado grupo mantêm suas lembranças, que são pessoais e ao mesmo tempo coletivas, pois como explicou Pollak com base nos elementos constitutivos da memória, esta seria composta por acontecimentos, personagens e lugares, e que os indivíduos têm experiências pessoais, das quais participam diretamente e experiências do grupo, com as quais têm contato e que nem sempre participa, mas que marcam de tal forma uma coletividade que ganham destaque e passam a ser incorporadas nas narrativas dos que compõem o grupo.

No caso do processo de imigração e colonização que culminou com o povoamento do Sul Catarinense com imigrantes europeus de maioria italiana, as narrativas formuladas e publicadas na forma de livros, davam vazão a sentimentos exacerbados de bravura, força e coragem do imigrante pioneiro que venceu o meio hostil para construir cidades e a civilização. Há destaque

⁹ GILLIS, John. Memory and Identity: the History of a Relationship. In: GILLIS, John (ed.) **Commemorations: the politics of national identity**. Princeton: Princeton University Press, 1994.

¹⁰ POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

¹¹ Noção elaborada por M. Halbwachs citada por D'ALÉSSIO, Márcia Mansur. Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 13, n. 25/26, set/92-ago/93, p. 98-9.

¹² D'ALÉSSIO, p. 98.

¹³ POLLAK, p. 200-212.

para as dificuldades de estabelecimento, entre as quais, a presença do grupo Xokleng, comumente denominado bugre. É comum nestas obras, aparecerem comentários bastante preconceituosos a respeito desta população que ocupava anteriormente a região, vista como um obstáculo ao progresso.

A primeira obra escrita sobre as colônias no Sul Catarinense, de que se tem conhecimento, é de autoria do Pe. Luigi Marzano, intitulada *Colonos e Missionários nas Florestas do Sul do Brasil*, publicada em 1904 em idioma italiano. Esta obra foi traduzida para o português pelo Pe. João Leonir Dall’Alba e publicada em 1985, portanto, alguns anos após as comemorações da maioria dos centenários das colônias. Entretanto, a edição em italiano foi bastante utilizada como fonte pelas pessoas que se propuseram a escrever sobre a história das colônias do Sul Catarinense. Com relação aos esforços dos imigrantes Marzano destaca,

Neste ano (1903) completa-se o 25º aniversário da fundação das colônias. Há vinte e cinco anos a mata, ou melhor, floresta, antes ninho de selvagens e de animais ferozes, foi cedida às vigorosas forças dos italianos, os quais a transformaram, com suas fadigas, com seus suores e sacrifícios, em ubertosa terra de agricultura¹⁴.

Cada família, laboriosa como a abelha, e ativa como as formigas, cuidava do trabalho, preparava o terreno para novas plantações, plantava fruteiras, melhorava o ranchinho. Logo conseguiram algumas galinhas que se multiplicaram e a seu tempo puderam consolar-se com algum ovo¹⁵.

Nesta narrativa, Marzano dá início ao que ficou consagrado na produção de crônicas sobre o Sul Catarinense de análise *floresta versus progresso*. Os imigrantes recebiam exaltados elogios, associados a uma disciplina de trabalho, em que se os comparava com espécies animais que se caracterizam por complexa organização, dando ênfase ao aspecto da vitória do trabalho sobre a floresta, meio hostil e local onde viviam os “selvagens”, que foi sendo paulatinamente derrubada para a expansão das colônias, graças às “vigorosas forças” dos imigrantes que as transformaram em locais de plantio e pastagens, sinônimo de prosperidade para uma localidade asentada nas atividades agrícolas. Este modo de entender a floresta, captado por Marzano, reflete o modo como os imigrantes entendiam a mesma, pois sendo a obra escrita em tempo quase contemporâneo aos acontecimentos narrados é de supor que esteja em sintonia com a mentalidade da época, ou seja, com o sentido de progresso no ocidente.

Esta mesma mentalidade estendia-se ao modo como eram entendidas as presenças de grupos que até então não haviam travado contatos sistemáticos com a população de origem européia. Assim, se a mata é o meio hostil a ser vencido, os que a habitavam também deveriam ser vencidos, seja porque eram considerados primitivos, seja porque suas características físicas os colocavam, conforme a visão darwinista da época, em condição de inferioridade perante o homem branco. Deste modo, os Xokleng são descritos por Marzano como seres “completamente nus, de cor de cobre, estatura média, largos ombros, músculos nervudos, cabelos soltos e negros, olhos pretos, em amêndoa, bastante apertados. Apresentam longínqua semelhança com a raça mongólica”¹⁶.

Entretanto, este grupo humano não assistiu passivamente a movimentação do grupo de imigrantes, e este pode ser apontado como um dos motivos das descrições sobre os mesmos serem carregadas de tantos adjetivos depreciativos. Ao perceber que a cada estação porções maiores da floresta eram derrubadas e por consequência partes cada vez maiores do território historicamente ocupado pelos Xokleng eram ocupados pelos imigrantes, os primeiros passam a reagir à presença dos mesmos, procurando retomar as áreas que possuíam antes da chegada dos imigrantes para garantir a preservação dos recursos necessários à manutenção do grupo. Não é de se

¹⁴ MARZANO, Pe. Luigi. **Colonos e missionários italianos nas florestas do Brasil**. Tradução Pe. João Leonir Dall’Alba. Florianópolis : Ed. da UFSC, 1985. p. 52

¹⁵ MARZANO, p. 61.

¹⁶ MARZANO, p.72.

estranhar, portanto, que uma das estratégias dos Xokleng para afastar o grupo rival do território estivesse relacionada ao ataque justamente no momento em que os colonos estavam praticando o corte de árvores para ampliar as áreas de plantio ou procurando o aproveitamento das mesmas para construção de casas. Vários episódios aconteceram nestas condições dos quais destacamos dois. Marzano descreve um ataque da seguinte forma...

É o dia dez de fevereiro de 1883. Quatro irmãos Baldessar, do Rio Deserto, estão tranqüilamente derrubando árvores e cantando alegremente. Um deles afasta-se algum tanto para observar uma árvore majestosa e medir-lhe a grossura. Não tinha percorrido 25 ou 30 metros, quando sem tempo de aperceber-se do perigo, é atingido por uma flecha e cai dando forte grito. Acorrem os irmãos assustados, e com horror vêem seu Giovanni num lago de sangue, com o corpo transpassado de lado a lado por uma flecha. Pegam-no nos braços e levam-no à casa mais próxima. O ferido ainda tem a coragem de extrair do corpo a seta mortal. Mas não havia mais esperança. Sofrendo dores horríveis morria vinte horas depois. Era a primeira vítima italiana!¹⁷

Outro ataque foi narrado por Pimentel e Belolli nos seguintes termos

Numa manhã de 1882 encontravam-se na serraria improvisada de Giacomo Sônego, ele e seu irmão Domingos. O trabalho estava sendo executado, também, por dois amigos da família: Casimiro Miliolli e Antônio Meller, mutirão a que foram convidados especialmente para essa espécie de tarefa. As táboas que estavam sendo serradas serviriam para o reparo e construção de seus casebres. Uma flecha, arremçada por indígena que, silenciosamente se achava postado atrás de uma árvore, observando atentamente os movimentos dos serradores, impediu o prosseguimento do trabalho. A traiçoeira flecha certa e mortífera penetrara no corpo de Domingos, pondo em pânico seu irmão e os amigos presentes que, embora amedrontados, não mediam esforços para salvá-lo. Domingos vendo-se gravemente ferido, antes de tombar, tentara arrancar com suas próprias mãos trêmulas e empalidecidas, a flecha do seu corpo inerte e ensangüentado. O corpo já sem forças, caiu irremediavelmente nos braços de Giacomo, que, imediatamente lhe prestara os socorros, que foram inúteis, pois, o bravo Domingos ao chegar ao regaço da sua pobre progenitora veio a falecer dias depois. A morte do seu irmão não enlutou somente seus familiares, mas toda população que perdera um valoroso e decidido desbravador.¹⁸

As narrativas acima estão separadas por sete décadas. O livro *Tímido Ensaio Biográfico: Giacomo Sônego*, foi editado em 1972. Mesmo assim, traços comuns são encontrados nas duas publicações. Os Xokleng, mesmo habitando a região há muito mais tempo que os imigrantes, são considerados os invasores, suas ações são qualificadas como incompatíveis com a “grandeza de homem”, pois segundo os relatos, os indígenas observavam a tudo silenciosamente e de forma traiçoeira arremessavam as flechas que culminaram na morte de um pequeno número de imigrantes. É importante lembrar que os indígenas estavam há mais tempo ocupando a região, e deste modo, defendendo um território que até então consideravam seu. Entretanto, as obras acima citadas divergem sobre o tratamento dispensado aos Xokleng após estes matarem algum imigrante. O livro de Pimentel e Belolli silencia sobre os fatos que se seguiram após a morte de Domênico Sônego. Já Marzano descreve algumas iniciativas tomadas pelos imigrantes em relação aos Xokleng. Entre elas estão o envio de soldados por parte do governo para garantir a segurança da colônia, o que não gerou o efeito desejado. A seguir foi enviado a Urussanga o Frei Francisco Semetille que por muitos anos havia trabalhado com a catequização de indígenas no Paraná. Este missionário permaneceu em Urussanga entre os anos de 1885-87 não obtendo sucesso em seu intento de promover uma aproximação entre os Xokleng e os imigrantes.

Após estas tentativas, Marzano descreve os próximos passos dos colonos imigrantes, que passaram a agir de forma mais belicosa em relação aos Xokleng. É solicitada permissão às auto-

¹⁷ MARZANO, p. 74.

¹⁸ PIMENTEL, José e BELOLLI, Mário. **Tímido Ensaio Biográfico: Giacomo Sônego**. Criciúma: Ed. do Autor, 1972. p. 11.

ridades, que a concedem e ainda auxiliam com o envio de soldados e guias práticos na floresta, para entrar na floresta e perseguir os indígenas para forçá-los a se retirar para o interior. Sobre a organização desta incursão, exalta os preparativos da mesma:

Que patriotismo! Uns ocupavam-se em adquirir armas, outros em fundir chumbo de caça em balas maiores, outros ainda em afiar espadas e longos facões. Outros, finalmente, ocupavam-se em preparar a reserva de munições de boca e de guerra. Chegando o dia estabelecido, todos se juntaram de manhã cedo na praça de Urussanga, armados até os dentes, carregados de alforjes e sacolas. Tal era o entusiasmo que vendo-os, ter-se-ia pensado serem autênticos garibaldinos.¹⁹

A descrição de Marzano sugere que os imigrantes se preparavam e partiam para uma guerra. Compara-os com os homens comandados por Giuseppe Garibaldi, sinônimo de bravura na Itália da época e mesmo no Brasil. Entretanto, esta verdadeira “campanha” não surtiu o efeito desejado, uma vez que o contingente que participou (o livro afirma 260 pessoas) era grande e o barulho por eles gerado teria servido de alerta para uma retirada estratégica dos Xokleng que, nômades, não tinham dificuldades para deslocar-se. Mesmo, assim, não se desistiu do intento de expulsar os indígenas para o interior:

O fato é que poucos meses depois entraram na mata duas companhias de corajosos, uma composta de 12 e outra de 8 pessoas. A primeira avançou sobre as colinas entre Orleans e Grão Pará, e, tendo encontrado os selvagens, perseguiu-os tomando-lhes todas as armas e carregando três crianças indígenas. A outra companhia, depois de dois dias de investigação encontrou grande número de selvagens a uns vinte quilômetros ao Norte de Urussanga. Destroçou-os trazendo feixes de flechas, arcos e duas crianças²⁰.

Percebe-se que os homens brancos, que entraram na mata para perseguir os indígenas, tomar-lhes as armas, destruir-lhes os acampamentos, matá-los e ainda trazer entre o butim crianças para saciar a curiosidade dos que não podiam participar destas “expedições”, como por exemplo, as mulheres e os homens que não tinham aptidões para a “caça”, eram classificados como corajosos e venerados como heróis porque garantiam a paz nas colônias com sua prática de extermínio. Marzano esforça-se em atenuar esta condição ao analisar estas atitudes dos imigrantes:

Várias mortes de pessoas irritavam os colonos e impeliavam para a vingança, mas uma pessoa civilizada e cristã deve inclinar-se ao perdão. Não têm os selvagens uma alma como nós? Ou matar esses nossos irmãos não é um homicídio culpável? Deixemos tudo na mão da Divina Providência. Chegará a hora em que conquistaremos os selvagens da floresta, almas para a civilização e para o paraíso. Honra, portanto, à colônia italiana, que em tantos anos de sofrimentos, de moléstias e de mortes, soube manter uma atitude digna e civilizada²¹.

A motivação para o ataque aos indígenas justificava-se pela vingança às mortes que os mesmos haviam imposto aos amigos e parentes dos imigrantes estabelecidos nas colônias, como pelos “roubos” praticados pelos mesmos nas propriedades dos colonos. Entretanto, em momento algum se faz a reflexão de que os indígenas ocupavam antes a região e que possivelmente as mortes impostas pelos mesmos aos imigrantes poderiam tratar-se também de vingança, ou parte de um plano para expulsar os invasores brancos do território historicamente ocupado pelo grupo. Para firmar diferença entre os atos praticados pelos indígenas e os praticados pelos imigrantes, Marzano apela ao espírito cristão, afirmando que os imigrantes deveriam inclinar-se ao perdão.

Mesmo considerando que os indígenas tinham uma alma, do mesmo modo que os bran-

¹⁹ MARZANO, p. 79.

²⁰ MARZANO, p. 80.

²¹ MARZZANO, p. 80.

cos, o autor trata de deixar claro que eram almas a serem conquistadas para a civilização e o paraíso, portanto, os que resistissem a este processo eram passíveis de ações violentas em nome da civilização. Por fim, na dúvida, deixa-se tudo nas mãos da Divina Providência, como modo de esquivar-se de condenar um ato indefensável e louva-se a honra da colônia italiana, que no julgamento de Marzano manteve uma atitude digna e civilizada. Se for verdade que os colonos imigrantes mantiveram uma atitude digna e civilizada praticando ataques e mortes na defesa do que julgava seu por direito, o mesmo valor se pode atribuir às ações praticadas pelos indígenas, pois nada mais fizeram do que defender, com seus ataques aos colonos, o território e os recursos nele disponíveis, que julgavam seu por estar a mais tempo ocupando o mesmo.

Em Criciúma, atual cidade pólo da região em estudo, é curioso perceber que as obras que procuraram contar a história do município deram pouco ou nenhum destaque aos eventos relacionados à população Xokleng. Pelo menos nas obras de Pimentel e Belolli, escritas na primeira metade da década de 1970, além da citação do episódio que envolve a morte do imigrante Domenico Sonego, nada mais aparece sobre as relações entre esta população e os imigrantes ali instalados.

O livro *Criciúma Amor e Trabalho*, escrito por Pimentel e Belolli, no ano de 1974, faz um retrospecto da história do município, dando ênfase a uma proposta tradicional onde aparecem os primeiros habitantes, o primeiro padre, o primeiro médico e assim sucessivamente. Na parte histórica, destaca-se a descoberta do carvão e os problemas contemporâneos pelos quais passava esta atividade econômica. Chama a atenção o silêncio sobre a presença dos Xokleng, uma vez que estes mesmos autores produziram anos antes um ensaio biográfico onde aparece a morte do irmão do biografado por um indígena, e poucos anos depois nada se fala a respeito da presença desta população no território que comporia o município de Criciúma. Mesmo a imigração não recebeu nesta obra um destaque especial, pois as atenções estavam voltadas para a indústria de extração de carvão.

O tema da imigração e o conseqüente contato com os indígenas aqui estabelecidos voltou à tona em 1978 com a publicação do livro *Imigração Italiana. Edição Comemorativa do Centenário de Urussanga* de autoria do Pe. Agenor Neves Marques. Este livro inaugura uma sequência de outros que visam ser edições comemorativas de centenários de colonização, ou mesmo posteriormente, na década de 1990, o interesse em publicar livros que contam a história de famílias de imigrantes, com sua respectiva genealogia. Marques desenvolve sua obra com base no trabalho de Marzano, ampliando-a com anotações sobre os acontecimentos posteriores a 1905 até a data da publicação. Por vezes, longos trechos do livro de Marzano são transcritos no texto de Marques que acaba por reproduzir e reafirmar uma série de convicções sobre o processo de imigração e colonização do Sul Catarinense e os contatos com a população indígena aqui existente antes da chegada dos mesmos. Sobre a vinda dos imigrantes, Marques destaca que:

Estava consumada a sua aventura. E essa aventura não procurada livremente, mas heroicamente aceita, aventura colorida com sabor de fatalidade, se não foi na realidade um sonho desejado ou uma livre escolha, mas um êxodo compulsório, não deixou de ser uma epopéia gloriosa, marcada pelo heroísmo, assinalada pela dignidade e iluminada pela esperança de uma nova Pátria, que na verdade os acolheu carinhosamente num berço de selvas, mas repleto de amor!²²

A linguagem de Marques é por vezes poética e em tom de exaltação, valorizando as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes e colocando o processo imigratório num plano “épico”. Em que pese o fato de após cem anos de colonização os descendentes dos imigrantes gozarem de melhores condições de vida e de terem acesso a uma série de serviços que a tecnologia e a modernidade colocaram à disposição da humanidade, como os motores a diesel e a energia elétrica, não se justifica uma linguagem tão extasiada e que mascara muito do contexto histórico em estudo.

²² MARQUES, Monsenhor Agenor Neves. *Imigração Italiana. Edição Comemorativa do Centenário de Urussanga. 1878-1978*. Urussanga: Gráfica Ribeiro, 1978. p. 60.

Os europeus que se decidiram pela imigração no final do século XIX, em especial os italianos, o fizeram por não vislumbrar outra alternativa de vida em seu país de origem. É possível que muitos dos que partiram pudessem estar fazendo isso contrários ao seu desejo de permanecer na terra em que nasceram, mas de modo geral os imigrantes não foram forçados a embarcar nos navios com destino à América. Os que assim procediam travavam os contatos com os responsáveis pela imigração do país desejado como destino, ou por vezes saíam de seus países de modo irregular, clandestinamente. Assim, emigrar era uma escolha racionalmente feita após pesar todos os prós e contras da iniciativa que era de escolha e responsabilidade última do emigrante que assim o fizesse.

Marques prossegue sua análise da área colonial, descrevendo a população que ocupava anteriormente a região em que se fundou o núcleo colonial de Urussanga: “Em 1877 a região era habitada apenas pelos bugres beíçudos ou sejam os aimorés ou botocudos, já reduzidos pelos caçadores brancos e certamente menos ferozes do que o seu horroroso aspecto, inteiramente nús, de corpo espadaúdo e tatuado, orelhas com batoques e beíços ornados de rodela”²³. Dois aspectos nos chamam a atenção na descrição de Marques; o primeiro diz respeito ao tipo físico dos Xokleng, chamados de botocudos. O autor os classifica como de aspecto horroroso e utilizando um adorno labial não conhecido por esta tribo. O adorno utilizado pelos Xokleng é o tembetá, de forma próxima a uma vareta, de tamanho diminuto, ao contrário das “rodela” mencionadas. O segundo aspecto diz respeito ao reconhecimento de outra população ocupando o sul catarinense antes dos europeus e cita que este número estava reduzido pelos caçadores brancos, o que sugere uma atividade anterior de tentativa de expulsão dos mesmos. Portanto, contextualizando as informações, percebe-se que os ataques dos Xokleng aos imigrantes podem ser considerados como respostas a ataques anteriormente impostos aos mesmos pela população composta de homens brancos.

Outra obra que se destacou na análise *progresso versus floresta* é o livro *Criciúma 1880/1980: a semente deu bons frutos*. Organizado por Otília Arns, é alusivo ao centenário da colonização do atual município de Criciúma. Neste trabalho, Arns organiza informações coletadas entre 1978 e 1980 e redige um texto que procura mostrar Criciúma como a cidade das etnias, onde todos participaram da construção e juntos comemoram o sucesso que a mesma teria alcançado ao completar cem anos de ocupação pelos colonos europeus. Entretanto, uma das etnias não era bem vinda nesta construção, menos ainda na comemoração, a não ser como inimigo vencido. Assim, Arns descreve os primeiros momentos dos imigrantes no povoado de Criciúma, como:

Isolados de toda a civilização, viam-se os pioneiros italianos agora rodeados de mata virgem, o *habitat* de animais, alguns muito ferozes, e de “bugres” que viam no branco um intruso indesejável: “Os bugres não queriam os colonos por aí... atacavam os colonos constantemente”.

Neste ambiente completamente entregues à própria sorte, começaram os imigrantes italianos, sem, o conhecimento da técnica devida, a derrubar as matas, abrir clareiras e construir seus ranchos fechados de madeira rachada e cobertos de palha²⁴

A idéia de abandono ao imigrante é constantemente afirmada nesta obra, a qual contestamos com base nos documentos oficiais relativos à imigração no sul catarinense. Pode-se até mencionar que as instâncias governamentais poderiam se fazer mais presentes, mas dizer que os imigrantes foram abandonados à própria sorte é complicado, pois o governo contratava o serviço de homens conhecedores das matas, que sabiam as técnicas de derrubada para os primeiros serviços e para ensinar aos imigrantes as técnicas necessárias de derrubada da mata e as melhores madeiras para a construção dos ranchos²⁵. Que os imigrantes tiveram que trabalhar em con-

²³ MARQUES, p. 72.

²⁴ ARNS, Otília. **Criciúma 1880-1980: a semente deu bons frutos**. Florianópolis: IOESC, 1985. p. 49.

²⁵ Relatório Semestral do Engenheiro Joaquim Vieira Ferreira de 15/07/1877 In: **Correspondências dos Engenheiros para o Presidente da Província de Julho a Dezembro 1877** p. 34 a 43v. APESC.

dições de igualdade com estes homens é verdade, mas ao menos trabalhavam em suas próprias terras, portanto, em último caso, trabalhavam em proveito próprio, ao contrário da situação vivida na Europa, onde comumente eram arrendatários.

A população Xokleng ganha destaque neste livro como o principal “perigo” enfrentado pelos imigrantes, de acordo com a descrição da autora:

O perigo mais temido pelos pioneiros era o índio, chamado bugre. Atacava com flechas venenosas. Na iminência de um eventual ataque, os colonos davam alarme pelo toque de um instrumento feito de chifre de boi, cujo som podia ser ouvido pelos vizinhos, mesmo à grande distância. Armados de espingardas e facões, acudiam os companheiros contra os silvícolas.²⁶

A análise corrente que encontramos nestas obras é a do branco defendendo-se contra o indígena. Como já refletimos antes, ao estarem em um mesmo território e apresentarem modos de vida diferentes, Xokleng e imigrantes, vão travar confrontos pela posse do território e dos recursos nele disponíveis, ocorrendo mortes de parte a parte, com número maior na população Xokleng que gradativamente deixou de existir enquanto grupo na região. Marques em sua forma poética de escrever refere-se a estes acontecimentos da seguinte forma: “Mais cedo ou mais tarde eles se encontrariam, brancos e bronzeados, para o terrível abraço de sangue. Embora com seus lotes devidamente escriturados, teriam os italianos que disputá-los com os donos da floresta”²⁷. O mais interessante desta frase de Marques é que reconhece os Xokleng como donos da floresta, mas como a floresta estava sendo derrubada, logo os terrenos “limpos” e escriturados que agora pertenciam aos italianos deveriam ser disputados com os indígenas que acabaram prejudicados nesta disputa, pois o governo imperial lavou as mãos sobre a sua situação e até contribuiu para o seu extermínio.

Para garantir a paz na colônia, os colonos apostaram na eficiência do trabalho do bugreiro. Este era, em geral, algum colono tido como mais corajoso e destemido, que partia no encalço dos índios, onde quer que estes se encontrassem. Muitos deles recebiam pagamentos pela execução do seu trabalho. O trabalho do bugreiro consistia em localizar o acampamento dos índios e aguardar o melhor momento para atacá-los. Geralmente atuavam em grupos de oito a quinze homens. Tinham a preocupação de cortar os arcos para impedir a resistência dos índios aos seus ataques. Conforme o bugreiro Ireno Pinheiro, em depoimento à Silvio Coelho dos Santos, este dizia que:

O assalto se dava ao amanhecer. Primeiro, disparava-se uns tiros. Depois passava-se o resto no fio do facão. O corpo é que nem bananeira, corta macio. Cortavam-se as orelhas. Cada par tinha preço. Às vezes, para mostrar a gente trazia algumas mulheres e crianças. Tinha de matar todos. Se não, algum sobrevivente fazia vingança²⁸.

Deste modo processou-se o extermínio do grupo indígena Xokleng no Sul de Santa Catarina e em outras regiões do Estado e do país. Em função das atrocidades praticadas pelos bugreiros em suas atividades, Marques procura suavizar a responsabilidade dos imigrantes neste contexto, afirmando “nos anos da imigração o destemido bugreiro era festejado como herói. Hoje é considerado por muitos como desalmado carrasco. Na verdade ele era o que era dentro do seu tempo e cumprindo seu destino, mercenário bem pago por tarefas cumpridas”.²⁹

A maneira como as obras de história local conceberam a imigração e os fatos a ela relacionados criaram raízes e influenciam a forma como as pessoas entendem este processo histórico.

²⁶ ARNS, p. 51.

²⁷ MARQUES, p. 74.

²⁸ SANTOS, Silvio Coelho dos. **Os Índios Xokleng: memória visual** Florianópolis: Ed. Da UFSC/Ed. Da UNIVALI, 1997. p. 27-8.

²⁹ MARQUES, p. 263.

Um processo de construção e reconstrução que perpassa cem anos e que não alterou até aqui, na sua essência, o modo de entender esta temática nos leva a refletir que as relações interétnicas continuam ainda muito ruins e incompreendidas nos tempos atuais.

Este pensamento disseminado na sociedade sul catarinense, serviu de base para a formulação das cartilhas utilizadas na disciplina de Estudos Sociais no Ensino Fundamental, principalmente de 1ª a 4ª série, nas escolas públicas municipais. Nem todos os municípios da região possuem estas cartilhas sobre a história do município, mas os que as possuem refletem o pensamento que expomos acima. A este respeito é interessante observar o conteúdo da cartilha utilizada para o ensino de História nas séries iniciais do Ensino Fundamental em Criciúma, ao afirmar que “... há muito tempo, no ano de 1880, chegaram aqui famílias vindas de um país distante chamado Itália. Quando aqui chegaram, levaram um “baita” susto, pois não havia nada: só mato, animais selvagens e índios. Os primeiros imigrantes eram pessoas valentes e corajosas e, logo naquele matagal, apareceu uma vilazinha”³⁰.

Notamos a forte influência, no material didático do Ensino Fundamental, do modo de pensar o processo de formação das colônias e municípios do Sul Catarinense elaborado pelas obras que discutimos e problematizamos neste artigo. Na rede municipal de ensino de Criciúma temos um exemplo emblemático de como a reprodução de um discurso acrítico sobre a imigração pode levar à formação de preconceitos em relação às populações que viveram e vivem de forma diferente da qual fazemos parte. A idéia de vazio contida na frase “não havia nada” sugere às crianças que a floresta, os animais que nela vivem e as populações indígenas não eram/são considerados dignos de respeito. O que é um contrasenso comparado com a preocupação atual com a problemática ambiental que valoriza a preservação de ecossistemas, nos quais as florestas estão inclusas.

Consideramos a importância de que novos estudos, que problematizam o modo como o processo migratório foi concebido até aqui, ganhem divulgação para que se estabeleça um debate sobre as formas de entender um determinado processo histórico e como a racionalidade de um momento pode continuar influenciando as formas de entendimento de um tema em outros períodos. Assim, entendemos que nossa contribuição, neste momento, se concretiza por trazermos o tema ao debate, procurando fomentar a discussão para que as relações interétnicas sejam melhor percebidas nas áreas de colonização com europeus no século XIX e que se possa formular outras narrativas para o estudo desta temática nas escolas e na sociedade, com respeito à diversidade e entendimento da complexa rede de interesses, sem procurar culpados ou inocentes, mas compreender como a racionalidade de um período condenou um grupo humano, os Xokleng, à total desintegração na área em estudo.

³⁰ PREFEITURA MUNICIPAL DE CRICIÚMA. Secretaria Municipal de Educação. **História de Criciúma**. Criciúma: Base Editora, [199-] p 4.

IMIGRAÇÃO E CONSTRUÇÃO: INDÍGENAS, CONFLITOS E DELIMITAÇÃO TERRITORIAL NO ESTADO DE RORAIMA

Delta Maria de Souza Maia¹

1 Um breve histórico

Grande parte do Estado de Roraima é habitada há séculos por diferentes grupos indígenas, entre os quais podem ser destacados os Makuxi, Wapixana, Taurepang, Ingarikó, Waimiri-Atroari, Ianomâmi, Maiongong, Wai-Wai entre tantos outros que nas relações interétnicas foram extintos, destruídos, ou ainda absorvidos por grupos maiores.

Com base nos registros históricos, o contato das sociedades indígenas com os colonizadores portugueses data a partir do século XVIII. Porém, anteriormente já se encontravam em curso, na região, as relações entre os grupos nativos e os europeus, especialmente espanhóis, holandeses e ingleses. Constata-se, igualmente, que o interesse estrangeiro em criar laços com os indígenas tinha como propósito o domínio dos territórios, as riquezas existentes, bem como recrutar a mão-de-obra nativa para ser utilizada nos trabalhos que necessitavam executar.

Nos registros de Ribeiro Sampaio (1949, p.186), as intenções portuguesas foram explícitas: “a redução de índios à sujeição portuguesa; o comércio de índios escravos; a colheita de drogas e especiarias”. E para o cumprimento de tais finalidades não hesitaram em utilizar as organizações, as ditas Entradas.

Para bem compreender o processo histórico da região do atual Estado de Roraima, recomenda-se que seja analisado também parte do território da Venezuela (médio Orinoco) e da Guiana, ex-colônia Inglesa, limítrofe com o Brasil e Venezuela, bem como a chegada tardia dos portugueses à região dos campos do então Rio Branco. Por este viés, é possível vislumbrar os acontecimentos históricos daquela época, período em que os diferentes grupos étnicos viram-se forçados a envolver-se com os europeus, na região do curso do rio Orinoco ao rio Rupununi e posteriormente também no curso do rio Uraricoera.

Ainda, ao analisar a história desta região, deve-se levar em consideração a dinâmica relação dos grupos nativos, antes da chegada dos imigrantes não-índios, ou seja, por volta dos idos de 1500. Os relatos históricos (CIDR, 1989, p. 05) informam que:

Os Caribes desenvolveram a partir do médio curso do Orinoco, uma enorme atividade comercial e, em muitos casos, verdadeiras conquistas. Navegadores incansáveis, eles já tinham alcançado não só os rios Caura, Paragua e Caroni, mas também o alto Orinoco, rio Uraricoera, o Tacutu e Rupununi, região que mais tarde, tornar-se-á a fronteira entre Brasil e a República da Guiana. [...] pode-se supor que, em alguns casos, realizadas as trocas e os pactos intertribais que tinham motivado aquela viagem [...] A região atravessada por esses rios era ocupada por centenas de grupos tribais, periodicamente em guerra entre eles.

Certamente esta aparente liberdade de se movimentar sofreu uma grande desorientação, quando da presença dos europeus em seus territórios. O grupo imigrante que veio a se estabelecer no espaço indígena possuía interesses e valores, ou seja, possuía uma cultura diferente da

¹ Professora de História do Colégio Agrícola de Camboriú. Graduação em História em 1992, pela UFRR, Especialização em História do Brasil em 1994, pela FISS/RJ, Mestrado em História Cultural em 2001, pela UFSC.

dos nativos. Então, não é difícil deduzir a situação à qual as populações indígenas foram submetidas. A partir de então, os indígenas tiveram que conviver com uma nova realidade, e uma nova fase passa a engendrar-se nas relações interétnicas.

Quanto à presença tardia dos portugueses na região do Rio Branco, os documentos indicam que embora tivessem conhecimento da presença espanhola e de outras nacionalidades na área, a preocupação lusitana concentrava-se no desfecho dos acontecimentos do alto Amazonas. Deve-se também considerar que possuíam pouco conhecimento geográfico do território. Além disso os portugueses nunca compartilharam do mito do Eldorado, tal como os holandeses e espanhóis.

A ocupação e a consolidação da região, atual Estado de Roraima, definiu-se com a construção do forte de São Joaquim sobre a margem esquerda do rio Tacutu (ou Itacutu), nas proximidades do rio Uraricoera, entre os anos 1775-1776. Esta construção marcou definitivamente a presença portuguesa na região e, sem dúvidas, teve o propósito de protegê-la de uma possível invasão estrangeira (espanhola, holandesa e inglesa).

Na construção do forte, a mão-de-obra indígena foi largamente utilizada pelos colonizadores, em especial dos grupos Paraviana e Wapixana. Foram também estes dois povos que mais contribuíram com o contingente populacional na formação dos povoados e na manutenção e funcionamento do forte. Ao descrever o seu entendimento sobre a chegada e permanência dos não-índios no vale do rio Branco, Baines (2003, p.05), é da opinião que:

O desejo das elites de consolidar uma população nacional unificada em torno de valores culturais europeus, foi imposto através de políticas de “integração” cultural expressas em miscigenação implantadas no rio Branco por Lobo de Almada (1861[1787]). Os povos indígenas enfrentaram políticas de invasão e ocupação dos seus territórios por agentes sociais enviados pelo Estado (soldados, missionários, comerciantes, professores e administradores).

Em comparação às demais regiões brasileiras, a ocupação do vale do rio Branco, empreendida por colonos civis, inicia-se em fins do século XIX, portanto, um tanto tardiamente, fato este que tem sido destacado por diferentes pesquisadores que dedicaram seus estudos à região. Braga (2001, p. 22), ao descrever a sua impressão, sugeriu que “a região riobranquense foi deixada na penumbra, e por esta razão, o povoamento e crescimento foi lento e obscuro, igualmente compreende que a região foi rejeitada pelos cronistas da época, de toda deslembada não somente pelo longínquo poder central, mas igualmente pelos governadores amazonenses, e mais acrescenta, é que não produzia rendas que despertassem os interesses comodistas da administração estadual”.

Então, anteriormente à presença dos imigrantes, as populações nativas da região riobranquense desenvolveram intensas atividades e, nestas relações, envolviam variados grupos de diferentes regiões, com os mais variados interesses, “desta maneira, criou-se uma grande rede de relações, que se estendia do Amazonas ao Orinoco” (CIDR, 1989, p.81). Compreende-se que suas fronteiras étnicas, representadas por simbologias e códigos atendiam perfeitamente às necessidades dos grupos e desta forma mantinha-se o equilíbrio interno. Portanto, o comércio, as guerras, as alianças criadas e quebradas, grupos que se uniam e se dividiam, tudo fazia parte desde amálgama que foi a região riobranquense, antes da chegada do invasor.

2 A Questão agrária: conflitos e delimitação das Terras Indígenas

Entre os movimentos sociais brasileiros, no campo, destacam-se várias frentes de organização com o propósito definido de lutar contra a expropriação, submissão e exploração. Estas frentes demonstram que, progressivamente, a sociedade vem-se articulando no sentido de conquistar espaço de participação. São iniciativas organizadas, que visam elaborar sugestões para solucionar problemas vividos em comum, e na busca destes objetivos, elegem o campo da política participativa, por compreenderem que neste setor “emerge a oportunidade iniludível de

formação do sujeito social, consciente organizado, capaz de definir seu destino” (DEMO, 1994, p. 37).

No seio destes movimentos encontra-se a luta indígena, organizada em torno de seus interesses, entre os quais o mais importante é a demarcação de seus territórios, pois a terra representa a garantia física e cultural das populações indígenas.

A partir do reconhecimento de que possuíam direitos sobre os seus territórios, a terra passa ser o tema mais debatido nas reuniões, encontros e assembleias indígenas. Este dispositivo constitucional veio como um suporte norteador às suas organizações. Entre as mais diversas cite-se a criação do CIR - Conselho Indígena de Roraima, que permitiu uma articulação mais organizada entre as comunidades, colaborando para expor as expectativas e reivindicações indígenas, além dos limites das aldeias.

A demarcação definitiva dos territórios indígenas interessa tanto aos nativos quanto aos estados brasileiros, e comparando a área nacional, com as pretendidas pelas diferentes etnias, o Brasil, sem nenhum prejuízo, pode e deve disponibilizar os territórios reivindicados pelas populações indígenas, pois, como argumenta Ribeiro (1996, p. 217), “atualmente, as compulsões de ordem ecológica, econômica, cultural e outras que pesam sobre as populações indígenas e as condenam ao extermínio, já não são condições de sobrevivência da sociedade nacional e sim abusos despóticos de interesses locais, freqüentemente de natureza puramente mercantil”.

Em Roraima, os territórios indígenas que foram ocupados especialmente no decorrer do século passado por imigrantes não-índios, hoje apresentam problemas que necessitam de soluções urgentes, e pela delicadeza que esta problemática incorporou, a sociedade deve estar ou ser esclarecida sobre a definição a ser tomada, pois as partes envolvidas justificam seus direitos sobre as terras em litígio.

Entre os imigrantes não-índios que se estabeleceram em Roraima estão aqueles que lidam com a agricultura e a pecuária, com o apoio ou fazendo parte das decisões da política local, advogam que a demarcação de grandes extensões de terras para as comunidades indígenas inviabiliza o desenvolvimento econômico do estado. Visando formar opinião, em causa própria, utilizam todos os meios necessários.

Para os indígenas, seus territórios devem ser do tamanho de que necessitam para a sobrevivência física e cultural (espaço para caçar, pescar, coletar, rezar, perambular), onde possam viver sem prejuízo. O desejo indígena é poder transitar livremente sem ser importunado, sem ter que dar explicações de seu deslocamento; é ter a liberdade de transitar, pois o tradicional hábito de se movimentar de um espaço ao outro, atualmente não desapareceu. Dependendo da distância, um passeio indígena pode levar meses, e na procura da melhoria de vida, mudam-se de uma aldeia à outra para “experimentar se vai dar certo”. O local que ofereça um rio com boas condições de pesca e lazer; uma mata com terra fértil para plantar, coletar e caçar; uma área considerada boa à criação de animais de pequeno porte, reúne as características motivadoras das idas e vindas nativas. Esta dinâmica do viver indígena permanece. Então, a partir do reconhecimento constitucional, organizam-se e cobram apenas o cumprimento do que por lei lhes é garantido ou assegurado.

Paralelamente, destaca-se ainda o fluxo migratório Guiana-Brasil, o qual corrobora para o acirramento da disputa pela terra, pois a tendência das comunidades é o crescimento populacional. Esta rota migratória se compõe por diferentes rotas de interesses, sendo a cidade de Boa Vista a mais procurada e, como segunda opção, os indígenas dirigem-se às diversas aldeias espalhadas no interior do estado, onde dão início a uma outra fase da vida; por esta razão, encontram-se comunidades constituídas por famílias procedentes daquela faixa de fronteira.

Todavia, destaca-se que entre os imigrantes indígenas não estão somente os Makuxi e Wapixana oriundos da Guiana (ex-inglesa), mas também os Pemon da Venezuela e os Tikuna do Amazonas. Os motivos desta imigração, especialmente a da Guiana, deve-se às condições econômicas enfrentadas pela população daquela área, como esclarece Baines (2003, p.07), ao analisar a situação dos Makuxi e Wapixana da fronteira Brasil-Guiana, descreveu:

O desenvolvimento econômico do atual estado de Roraima teve um impacto muito forte sobre a região de Rupununi na Guiana, revertendo as tendências de migração que até os anos 1960 apresentavam um fluxo de migração do Brasil para a Guiana. Após a independência da Guiana e conflitos políticos internos entre grupos étnicos majoritários no litoral daquele país, e o levante do Rupununi em 1969, quando muitos índios fugiram da Guiana para o Brasil, a região das fronteiras tem sido, até recentemente, negligenciada pelo governo central de Georgetown.

Desde o início, colonos e fazendeiros que ocuparam a região de lavrado em Roraima, transformaram seus habitantes (Makuxi e Wapixana) em trabalhadores braçais das fazendas e das plantações. Considerando a organização sócio-cultural dos invasores, não restam dúvidas de que esta ação causou um grande impacto sobre a vida da população indígena, de modo amplo, levando-a a modificar todo um estilo de vida. Todavia, “continuaram recriando seus próprios valores culturais, sobretudo a partir do movimento político indigenista na década de 1970” (BA-INES, 2003, p.12).

No início do século XX, os garimpeiros começaram a invadir as terras indígenas na Região Norte; primeiramente pequenos grupos, simples indivíduos, com baixa escolaridade e sem uma qualificação profissional, geralmente pessoas saídas da base do extrato social que se deslocavam de diferentes partes do país motivadas pelo sonho do rápido e fácil enriquecimento. Surumu, área Makuxi, tornou-se a mais importante para a atividade; nesse local os indígenas eram contratados como carregadores e, em seguida, como braçais nas zonas de garimpagem.

Porém, a partir de 1937, quando o maior garimpo do então Território Federal de Roraima foi descoberto, a notícia do “Novo Eldorado” espalhou-se por todo norte do país, tendo ocorrido um aumento considerável no fluxo migratório nesta direção e, deste modo, a atividade da garimpagem individual passa a ser executada por pequenas empresas sob a administração de um proprietário.

A região (nordeste) das serras, onde estão localizados os rios Maú, Quinô e Ailan (Uailan), foi pouco a pouco sendo invadida pelos garimpeiros que segundo as fontes, demonstravam pouca consideração pela presença indígena, além do que “a atividade extrativista mineral nas áreas indígenas foi destrutiva, pois favoreceu a entrada de aventureiros que viram as aldeias como locais de recrutamento de mão-de-obra barata; desviaram os homens de suas atividades normais da maloca e ainda, num conjunto de fatores, levaram doenças, prostituição, alcoolismo para dentro da maloca” (CIDR, 1990, p. 12).

3 A demarcação das terras indígenas e a sociedade envolvente local

Em 1946, a pesquisadora Lucila Herrmann em seus estudos com os Wapixana, descreveu a estratégia utilizada pelos fazendeiros para a ocupação das terras indígenas, e registrou que “no processo de ocupação os invasores lançavam mão de seus gados; construíam os retiros próximos às roças indígenas e como os roçados não possuíam cercas, logo as roças passavam a ser invadidas e destruídas pelos animais; em represália os Wapixana matavam o animal e dividiam a carne entre a comunidade. O invasor por sua vez, registrava a ocorrência na delegacia; cientes deste fato, os indígenas procuravam evitar problemas com a justiça e abandonavam suas roças, retirando-se para os locais mais afastados, onde construíam uma nova maloca”. Enquanto havia área a prática indígena foi possível.

Nos dias atuais, esta situação modificou-se, e para tanto, os indígenas tiveram que refletir sobre si mesmos, esta reflexão resultou em “projeto de reconstrução da própria sociedade com base na tradicional, semi-destruída e também utilizando parte da cultura dos brancos” (CIDR, 1990, p. 49). A partir do momento em que se organizaram em torno de seus objetivos, construíram “novos alicerces de saberes políticos, em defesa do espaço de autonomia perdida na relação de contato. Na conjuntura dos eventos políticos, o processo de escolarização é dinamizado na preparação de lideranças e jovens, para assumir os novos empreendimentos econômicos e de saúde que mudam a infra-estrutura das malocas e as relações de trabalho” (MELO, 2000, p. 98). Neste contexto, a questão das terras indígenas incorporou outra dimensão e interpretação das

partes interessadas. Neste jogo de poder, os indígenas, com base na Constituição que reconhece seus direitos sobre os territórios tradicionalmente ocupados, exigem o cumprimento da lei.

Contrapondo-se aos interesses indígenas, a classe política e empresarial, chama a atenção para a forma e extensão das terras já demarcadas e em vias de homologação, como é o caso da Terra Indígena, Raposa/Serra do Sol, que pelo desejo da maioria dos indígenas daquela região, deva ser em área contínua. Irredutivelmente contrários a este ideal, políticos e empresários alertam para o perigo iminente da demarcação contínua, pois caso o desejo indígena seja contemplado, acarretará desde a estagnação da economia do Estado, à internacionalização da Amazônia Brasileira e por este prisma centram os seus argumentos.

Esta questão que tramita há mais de 30 anos nos tribunais da justiça, motiva pessoas de diferentes segmentos sociais a ter uma opinião formada sobre a mesma. E como a mídia é por excelência formadora de opinião, em Roraima é visível a maneira como as questões relacionadas aos indígenas são tratadas pelos meios de comunicação (televisiva, escrita, falada), refletindo a forma em como a sociedade interpreta e reproduz tais informações. Os interesses contrários à causa indígena, por virem de bases sólidas, possuem forte poder de influenciar nas decisões e paralelamente não medem esforços para formar opiniões favoráveis a seus interesses. Sendo que estas opiniões se manifestam por diversas maneiras, até mesmo através da expressão musical:

Não sou preconceituoso! Mas certas coisas não aceito. Se o índio é igual à gente! Porque ele tem mais direito?

Rouba gado, toca fogo em ponte! Para o índio é uma diversão.

Rouba tudo do fazendeiro. E ainda quer uma demarcação.

Área continua não! Área continua não! O índio está querendo é ser nosso patrão! - Refrão

Tem índio vice-prefeito. Tem índio vereador. Se for reparar direito. Tem índio até doutor!²

Observando a primeira estrofe da música, a sua linha inicial parece estar bem colocada, pois expressa com toda nitidez um pensamento. Sem dúvida que o indígena é igual a todos e por isso deveria ter os seus direitos respeitados. Mas historicamente sempre tiveram que lutar contra adversários poderosos, quando não pagam com as próprias vidas, o direito das futuras gerações permanecerem em seus territórios. Em Roraima, que estado é esse em que o índio tem mais direito?

Referente à segunda estrofe, certamente nunca foi divertido para o indígena conviver com a invasão de suas terras e por questões históricas e culturais a reação ou protesto indígena foi o de matar uma rês aqui, queimar uma ponte ali, para defender o que lhe é de direito e denunciar que seu patrimônio foi e hoje continua sendo fragmentado, dilapidado, por fazendeiros, grileiros e ladrões de colarinho branco. É justo pedir uma demarcação?

Quanto ao refrão da música que especifica a área contínua, Terra Indígena Raposa/Serra do Sol, com certeza esta questão deve ser bem analisada, pois pela experiência, as terras demarcadas em ilhas “limitam as possibilidades das comunidades ao usufruto dos recursos naturais de forma satisfatória, com restrições quanto à roça, caça, pesca, água e produtos florestais”³. E se for a vontade indígena em ser patrão, que o seja, pois a consciência ensina que a “liberdade nos foi dada para moldar a vida e modificar o destino. Na liberdade podemos escolher como rejeitar, podermos assumir a queda como desafio para nos auto-superar e crescer” (BOFF, 2001, p. 129). Certamente, o indígena resolveu sair da lamúria, e em vez da fuga ilusória, munuiu-se de estratégias ao enfrentar o problema. A quem esta mudança causa espanto?

² Música gravada por um conjunto musical roraimense; a autoria da letra não cabe mencionar, mas em todo caso, a gravação em K-7 está sob posse.

³ Trecho da Carta Aberta da 33ª Assembléia dos Povos Indígenas de Roraima, enviada às autoridades nacionais e locais pelas lideranças presentes na assembléia geral, realizada na comunidade Maturuca de 06 a 10 de fevereiro de 2004.

Por fim a última estrofe, uma clara demonstração que na longa história dos contatos, participando dos eventos dentro e fora das aldeias, as lideranças indígenas compreenderam a complexidade da política e da importância de participar das mesmas, no sentido de garantir às comunidades “acesso à informação estratégica, à justiça e à segurança, a serviços públicos e de qualidade, para o exercício de cidadania” (DEMO, 2001, p. 38). O fato de existirem indígenas nos cargos de vice-prefeito, de vereador e também doutor, é positivo e não deve causar estranheza e sim a confirmação de que apesar dos esforços de incorporá-los à sociedade não-índia, sobrevivem enquanto povo com organização e cultura próprias. Considerando que a pobreza política é a maior pobreza humana, pois “o pobre mais pobre é aquele que sequer sabe e é coibido de saber que é pobre” (DEMO, 2001, p. 19). Quem sabe o sistema do viver indígena não seria um meio de sair da pobreza?

Outra maneira de observar a opinião da sociedade envolvente, sobre a demarcação das terras indígenas, é através dos jornais de maior circulação (Folha de Boa Vista, Brasil Norte), onde as pessoas dos diversos grupos sociais expressam espontaneamente os seus pensamentos. Na reportagem publicada no jornal Folha de Boa Vista, em 09 de janeiro de 2004, intitulada – População de Boa Vista adota discurso xenófobo e anti-ONGs – de autoria de Mauro Albano, este autor descreve a radicalização dos boavistenses contrários à homologação da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol:

Assim como políticos e manifestantes, fazendeiros e índios que querem a permanência dos arrozaís na região, comerciantes, vendedores e servidores também repetem que “religiosos estrangeiros” e ONGs querem prejudicar Roraima e estariam a serviço de uma suposta “internalização” da Amazônia. Nas ruas, é possível ver faixas com mensagens como “Brasil para brasileiros” e “Fora ONGs”. Táxi e carros particulares também circulam com mensagens semelhantes pintadas nos vidros.

Grande parte da sociedade boavistense, hoje é constituída por pessoas oriundas das diferentes regiões do país, em especial pelos nordestinos. Normalmente o imigrante que se estabelece no Estado à procura de uma melhoria de vida, pouco se interessa em conhecer com profundidade a história e seus problemas. Esta atitude não difere de classe social e por esta razão a todo movimento organizado, com propósito bem definido, é aderido com facilidade.

Nas manifestações, realizam passeatas pelas avenidas principais, onde muitas vezes o movimento ganha corpo. Os organizadores participam demonstrando seus objetivos; outros alugam veículos e desfilam com o slogan “Fora Funai”, “Fora Diocese” com palavras de ordens neste sentido, ou transportam grupos de manifestantes; outros ainda participam por conveniência ou obrigações, pois de uma ou outra maneira encontram-se numa condição de dependência. Todavia, informa-se que a problemática da demarcação das terras indígenas, também divide a opinião entre as próprias comunidades, havendo facções que demonstram com veemência o porquê desta decisão, como expressa o representante da SODIURR:

A convivência com os não-índios já existe há séculos. Queremos os mesmos direitos de todos os brasileiros, trabalhar no que quiser, pedir um empréstimo sem precisar da autorização da Funai. Não queremos ficar isolados. Não temos vergonha em dizer que somos aliados dos municípios, do Estado, dos fazendeiros. Os outros índios [favoráveis a reserva em área contínua] são controlados pela diocese. Seguem as diretrizes ditadas por ONGs e religiosos.

O líder indígena Jonas Marcolino tem o direito e deve defender o seu ponto de vista, do grupo indígena que representa, bem como de seus aliados. Se a sua preferência é a de conviver com os “brancos”, como o mesmo faz questão de ressaltar, tem todo direito, demonstra que está sendo coerente com a opção que fez. Como líder e indígena, é membro da diretoria da SODIURR – Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima, ex-vereador de Pacaraima pelo PMDB, atualmente é filiado ao PFL.

Por fim, no conjunto amplo, observa-se que os grupos contrários à causa indígena, são forças organizadas, com poder de decidir e influenciar nesta ou naquela decisão. A sociedade indígena para ter seus direitos colocados em prática ainda tem muito que percorrer frente a frente com a sociedade anti-indigenista local.

4 - Terra Indígena São Marcos

O dia 16 de abril de 2002, certamente representa um marco especial para os Makuxi, Wapixana e Taurepang, povos habitantes da Terra Indígena de São Marcos/RR; com 654.110 hectares, os quais abrigam 28 aldeias com aproximadamente quatro mil habitantes. Nesta data, ocorreu a retirada do último morador não-índio deste território indígena. Após dois séculos de terem suas terras invadidas, os moradores de São Marcos podem transitar livremente, sem a preocupação de serem importunados, ou terem que dar justificativas de seus deslocamentos a pessoas não pertencentes à comunidade.

A região de campos e serras (onde se localiza a TI de São Marcos) constitui a parte nordeste do atual Estado de Roraima, é imemoravelmente habitada pelos povos acima citados, e de acordo com o último levantamento estatístico realizado pelo CIR - Conselho Indígena de Roraima, sua população gira em torno de 20 mil habitantes.

Para um melhor entendimento deste assunto, é necessário compreender que particularmente o território dos Makuxi, Taurepang e Wapixana, foi diretamente atingido pela pecuária extensiva e predatória, que se estabeleceu em Roraima a partir de fins do século XIX e que passou a utilizar os campos tradicionais ocupados por estes povos, como pastagem para a criação de rebanhos bovinos.

No decorrer do século XX, as fazendas de gado foram sucessivamente aumentando e invadindo os territórios indígenas, “desde o começo, a ideologia utilizada pelos invasores era simples: as terras são de ninguém e, por isso, ocupáveis” (CIDR, 1990, p. 07). Ou ainda, “terra sem gado é terra sem dono”. Logicamente, os recém chegados tinham conhecimento de que as terras possuíam seus tradicionais donos, ou eram ocupadas por diferentes etnias. Então, a política inicial dos imigrantes invasores foi a das “boas relações”, como demonstrou Lima Figueiredo, ao analisar esta situação nos idos de 1944, (CIDR, 1990, p. 08).

O fazendeiro quase sempre chega muito humilde e pede ao autóctone para instalar no seu terreiro um curralzinho. O aborígene, geralmente de boa índole, cede. O branco vai atulhando de gado o terreiro do índio. A roça deste último, onde vicejam o milho e mandioca, vai sendo devastada. Num segundo momento, o fazendeiro começa a cercar as terras, ocupando, progressivamente, a terra indígena.

Pela análise de diferentes documentos, encontram-se evidências da tática das “boas relações” colocada em prática pelos migrantes inicialmente vindos do Nordeste do país, que por sua vez, empobrecidos, viam nas áreas indígenas “desocupadas”, a oportunidade de se tornarem proprietários, já que as autoridades locais, embora institucionalizadas com funções específicas para a organização do espaço agrário, por interesses ou conveniências, foram omissas no que diz respeito à questão das terras indígenas.

Mesmo com todas as dificuldades que há séculos vêm enfrentando, as comunidades nativas não desistiram de lutar, se reorganizaram, procuraram e encontraram apoio em diferentes segmentos sociais e o resultado concreto desse longo trabalho, é a Terra Indígena de São Marcos, que pode ser um exemplo, pois mostra a resistência e a união dos povos da região em defesa de seus territórios, encontrando meios de levar à mesa de negociações um dos mais importantes assuntos - a retirada dos invasores, de seus tradicionais territórios.

De acordo com as teorias da etnicidade, a situação das etnias de São Marcos, pode ser relacionada conforme Poutignat classifica a etnicidade mobilizacionista, como sendo um recurso de mobilização, do qual os grupos étnicos podem se apropriar, para a conquista de bens econômicos ou poder político, com a finalidade de realizar objetivos concretos. O autor cita igual-

mente Harnnertz (1974), que esclarece, “a etnicidade propicia uma alternativa coletiva que permite que se desenvolvam estratégias de sucesso econômico e de promoção do grupo” (POUTIGNAT, 2000 p. 99).

Dos diversos problemas que as comunidades enfrentam em Roraima, com certeza a questão da terra se destaca como a mais delicada e, por isso, de difícil solução. Esta questão tem gerado inúmeros conflitos, desde ameaças de morte, prisão, destruição de bens, até homicídios. Entre as comunidades indígenas, o pensamento da demarcação definitiva de suas terras, significa a solução de vários problemas hoje existentes. Portanto, ao observador não deve causar nenhuma admiração, ao perceber que entre os trabalhos desenvolvidos pelas comunidades perpassa a questão da terra, especialmente nas atividades voltadas para a educação.

Então, em seus trabalhos dentro ou fora das aldeias, passa a ser comum fazerem uma alusão à questão da demarcação de suas terras, com destaque às atividades do setor educacional. Por isto, encontram-se períodos assim construídos: “Consideramos que ler e escrever é a segunda independência do povo indígena. A independência é a terra, a terra demarcada, a terra garantida, a terra na extensão que o índio precisa”⁴. Nos trabalhos que visam o resgate e a valorização da cultura indígena, a terra apresenta-se como uma condição *sine qua non* ao reconhecimento dos indígenas enquanto grupos étnicos minoritários e culturalmente diferenciados.

Por esta razão, a demarcação das terras para os indígenas possui um significado ímpar. Entre os adjetivos cabem a solidariedade, o respeito, enfim a liberdade, ou seja, que estes valores fossem operacionalizados, uma vez que os mesmos encontram amparo na Constituição Federal vigente, (2000. p. 127), na qual reza em seu artigo 231, que “[...] são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, língua, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à união demarcá-las proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

Com base neste preceito constitucional, em dezembro de 1990 deu-se a criação do CIR - Conselho Indígena de Roraima - com o objetivo de trabalhar pela demarcação das terras no Estado e defender os interesses e direitos das populações.

Pela experiência que possuem, as lideranças entendem que a luta pelos seus direitos deve ser ampla e em conjunto, as comunidades devem participar em apoio aos seus representantes. Por ser assim, as organizações (Organização dos Professores Indígenas de Roraima - OPIR; Associação dos Povos Indígenas de Roraima - APIR; Organização das Mulheres Indígenas de Roraima - OMIR; Sociedade para o Desenvolvimento Comunitário e Qualidade Ambiental - TWM, etc.) devem estar em sintonia com o CIR para desenvolver atividades visando melhoria das comunidades e defesa de seus territórios. Para exemplificar essa estratégia de luta, mais uma vez recorre-se a (POUTIGNAT, 2000, p. 97) onde o autor ao explicar as teorias do grupo de interesse, salienta:

[...] que as identidades e as ideologias étnicas são mantidas e enfatizadas para exercer uma influência nas políticas sociais e econômicas. A etnicidade é vista como uma solidariedade de grupo emergente em situações conflituais entre indivíduos que possuem interesses materiais em comum.

As diferentes etnias, visando prevalecer os seus interesses, embora tenham divergências internas, estas são postas à parte em favor de um objetivo mais amplo, que é o de atender os objetivos comuns. Assim as comunidades da Terra Indígena de São Marcos através de seus representantes - os Tuxauas - participaram ativamente de todo processo de retirada dos invasores, desde o acompanhamento na justiça até o processo de pagamento e formalização da documentação necessária.

A negociação realizada entre a ELETRONORTE e as comunidades indígenas e que foi acompanhada pela FUNAI, deu-se pela instalação da linha de transmissão de energia Santa He-

⁴ RORAIMA. Secretaria de Educação, Cultura e Desportos. Núcleo de Educação Indígena **O mundo está mudando**. Boa Vista, 1987. (Relatório de Trabalho).

lena/Boa Vista, (Venezuela - Brasil), conhecida como Linhão de Guri. Neste acordo, a empresa se comprometeu a financiar as indenizações das benfeitorias de fazendas e posses existentes na terra demarcada e homologada.

Praticamente após um ano de negociações que ocorreram em todas as comunidades, formulou-se uma proposta que viria a atender a maior das necessidades dos povos indígenas habitantes na Terra Indígena da São Marcos - a retirada, de todos os invasores de suas terras. Igualmente decidiu-se que fosse implantado um sistema de acompanhamento ambiental, e também, que as retiradas dos invasores fossem fiscalizadas para evitar a provável tentativa de retorno.

Embora não tenham recebido nenhum benefício direto desse empreendimento (fornecimento de energia elétrica), o processo de compensação que culminou com a retirada dos invasores de suas terras, os quais, além de destruir a natureza através dos desmatamentos e ações predatórias, agiam com posturas altivas em relação aos indígenas, criando desta forma inúmeras dificuldades entre as partes, o que contribuía para um maior descontentamento entre os moradores da região; certamente foi um fato de suma importância para os indígenas, pois este processo pode ser um ponto de referência e ao mesmo de reflexão quando dos encaminhamentos de suas negociações com os não-índios.

Sendo assim, compreende-se o teor da declaração feita pela indígena Wapixana, moradora da aldeia da Bala: “Hoje após a saída do invasor de minhas terras, os meus netos e minhas netas são pessoas livres e podem correr livres pelos campos do Maruai”⁵.

No entanto, há uma grande preocupação dos indígenas e demais pessoas que trabalharam e acompanharam todo o processo que resultou na retirada dos 101 invasores (proprietários de fazendas), pois existe uma enorme pressão sobre a Terra Indígena de São Marcos, explícita pelas classes empresariais e políticas locais, e não somente neste caso, mas igualmente de modo geral, sobre as terras indígenas do Estado de Roraima.

Enquanto autoridades constituídas e políticos locais desrespeitam os direitos indígenas contidos na constituição e toda uma legislação indigenista brasileira, debatem/questionam a legitimidade dos índios sobre o direito inalienável de usufruto exclusivo de suas terras. Cabe aqui citar o argumento de Ribeiro (1996, p. 217), que em suas análises sobre a problemática das terras indígenas no Brasil, escreveu:

[...] em nossos dias, as compulsões de ordem ecológica, econômica, cultural e outras, que pesam sobre as populações tribais e as condenam ao extermínio, já não são condições de sobrevivência da sociedade nacional. São antes abusos despóticos de interesses locais, frequentemente de natureza puramente mercantil, que não teriam condições de atuar, uma vez denunciados e postos sob a vigilância dos órgãos governamentais e da opinião pública esclarecida. [...] os índios são hoje quase inexpressivos no conjunto da nação e seus problemas são hoje quase imponderáveis como problema nacional [...] as terras de que necessitam e a assistência de que carecem lhes podem ser concedidas sem grandes sacrifícios.

Portanto, não causa nenhuma admiração quando projetos são propostos e desenvolvidos dentro das terras indígenas tendo como apoio autoridades locais, que ignoram o mais elementar dos direitos dos índios, que é o de serem ouvidos, quanto à possibilidade e à necessidade da implantação de quaisquer projetos em seus territórios.

Então é necessário que as comunidades da Terra Indígena de São Marcos, criem mecanismos eficientes em defesa de suas terras, pois só assim conseguirão preservar a biodiversidade e seus sítios e serras sagradas, conseqüentemente, a liberdade de ir e vir como seus antepassados.

⁵ CARVALHO, P. *Boletim do Programa de São Marcos*. Boa Vista, Janeiro de 2002.

Fontes e bibliografia

- BAINES, Steffen Grant. **Os índios Makuxi e Wapschana e suas relações com estados nacionais na fronteira Brasil-Guiana**. Série antropológica, n° 338. Brasília: ICS-UNB, Departamento de Antropologia, 2003.
- BOFF, Leonardo. **A águia e a galinha**: Uma metáfora da condição humana. 37ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- BRAGA, Olavo Viana. **Momentos da história de Roraima**. - Manaus: Silva, 2002.
- CIDR - Centro de Informação Diocese de Roraima. **Índios de Roraima**: Makuxi, Taurepang, Ingarikó, Wapixana. - Col. Histórico-antropológica n° 1. Boa Vista, 1989.
- Índio e brancos em Roraima**. - Col. Histórico-antropológica n° 2. Boa Vista, 1990.
- DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. 4ª ed. - Campina, SP: Papirus, 2001.
- FERRI, Patrícia. **Achados ou perdidos?**: a imigração indígena em Boa Vista. Goiânia: MLAL, 1990.
- ISKANDAR, Jamil Ibrahim. **Normas da ABNT comentadas para trabalhos científicos**. 2ª ed. - Curitiba: Juruá, 2003.
- POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: UNESP, 1998.
- RIBEIRO, Darcy. **Os índio e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. - São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CLUBE NEGRO *FICA AÍ*: PADRÕES DE MORALIDADE E CONDUTA*

Beatriz Ana Loner e Lorena Almeida Gill**

Esta comunicação diz respeito ao clube Fica Ai, clube da etnia negra da cidade de Pelotas, que, fundado em 1921 e vivo ainda hoje, contribuiu para formar e conformar um padrão de comportamento conservador, entre os seus membros, naquela cidade. A pesquisa sobre os clubes negros da cidade ainda está em andamento, permitindo, entretanto, o começo da exploração de variados aspectos do comportamento daquele grupo étnico.

A idéia é mostrar como determinado grupo negro da cidade, composto em maioria por profissionais como carpinteiros, marceneiros, eletricitistas, funcionários públicos civis e militares, que formavam uma espécie de elite negra na cidade, terminaram tendo um papel efetivo no enquadramento da etnia aos padrões de comportamento vigentes entre os brancos de classe superior a sua. Por outro lado, também se pretende trabalhar questões como de dominância masculino-feminino e explorar alguns limites da moral de duas faces do próprio operariado da região.

O Clube Fica Aí foi fundado em 27 de janeiro de 1921, como um cordão carnavalesco e seus objetivos iniciais eram apenas congregar pessoas para brincar as festas momescas. A informalidade do grupo era tamanha, que seu ponto inicial de encontro era a Praça Coronel Pedro Osório, no centro da cidade de Pelotas. Até seu próprio nome reflete esta situação, pois segundo a tradição, logo após a deliberação pela formação do bloco, dois integrantes saíram para espalhar a novidade e um permaneceu no local, para avisar os demais. Assim nasceu o Cordão Carnavalesco “Fica Aí para ir Dizendo”, que logo passou a ser uma referência para a etnia negra no carnaval de Pelotas, tendo participado do carnaval daquele ano e de todos os seguintes. Posteriormente, trocou seu nome para Clube Cultural Fica Aí, mas, em boa parte de sua existência, dedicou-se apenas à promoção de festas para associados, além de manter alguns jogos de salão em sua sede. Em inícios dos anos 40, houve um clube de futebol, com o mesmo nome, mas autonomia completa de gestão e administração, apenas formado por sócios do Fica Aí.

Para que se possa entender esse clube e o comportamento da etnia negra em Pelotas, cumpre analisar um pouco como se deu sua formação histórica na cidade. Pelotas, como pólo charqueador, concentrou uma imensa população negra, com seu auge ao redor da década de 1860, iniciando depois uma diminuição numérica da população descendente de africanos, devido ao tráfico inter-provincial, que deslocou trabalhadores escravizados para as lavouras de café do centro do país. De todo modo, logo depois da abolição, o elemento negro constituía cerca de 1/3 da população da cidade, sendo encontrado em todo o tipo de trabalho manual e tendo uma expressiva contribuição para a formação do proletariado da região. Várias lideranças negras foram também lideranças operárias, como já enfatizado em outro trabalho (LONER, 2000) e muitas delas estarão presentes, na formação ou sustentação desses clubes negros, mesmo aqueles com caráter apenas carnavalesco ou futebolístico, pois o que estava em jogo era a organização da etnia, como forma de lutar pela sua integração e elevação social. Por elevação não deve ser entendido um processo de ascensão social individual, mas, tal como utilizado por eles, era um concei-

* A pesquisa “Clubes Carnavalescos negros em Pelotas” está sendo financiada pelo CNPq, com Bolsista de Iniciação Científica e apoio financeiro Participam também da equipe as alunas do curso de História Débora Clasen de Paula, Viviane Tavares e Marcelle Vitória, além do professor Edson dos Santos.

** professoras doutoras da UFPel, do Núcleo de Documentação Histórica.

to mais amplo, que incluía educação e organização na luta contra a marginalização que lhes era reservada na sociedade branca, especialmente em cidades conservadoras e com ranço aristocrático acentuado, como era o caso de Pelotas.

Devido à intensa discriminação racial, Pelotas foi, das cidades gaúchas¹, aquela em que a etnia negra mais diversificou suas instituições, havendo praticamente associações para qualquer necessidade da vida de seus membros. Eles possuíam clubes recreativos, teatrais, carnavalescos, futebolísticos (chegaram a formar uma federação de clubes) entidades mutualistas, de assistência às crianças e de representação étnica (LONER, 1999). A rede associativa formada pela etnia, auxiliava a integração de seus membros na sociedade, em termos de construção de relacionamentos, amizades, relações de compadrio e, obviamente, de oportunidades de emprego e casamento. Essa rede começou a se desenvolver no final do Império e foi se consolidando e diversificando nas primeiras décadas da República. Entretanto, ao final da década de 10, evoluindo mais rapidamente as duas décadas seguintes, houve uma reorientação das entidades, que abandonaram seu caráter de representação, mutualismo e objetivos educacionais, para dedicarem-se principalmente às questões de sociabilidade e recreação. A exceção a esse esquema de desenvolvimento, se deu com a formação da *Frente Negra Pelotense*, em 1933, que se propunha a lutar pela educação e elevação do negro na sociedade, tendo sido o primeiro momento em que críticas explícitas à discriminação racial e ao status secundário do grupo foram feitas de forma pública².

Entre as forças que procuravam manter uma preocupação maior com a cultura e educação do grupo negro, conformando-o entre os trabalhadores em geral, deve-se inserir o jornal *A Alvorada*, que teve uma longa atuação entre a comunidade negra e operária da cidade, tendo sido fundado em 1907 e existindo até meados da década de 1960. A direção do jornal e seus colaboradores compunham-se de vários militantes operários, que SANTOS (2003) chama de intelectuais negros, pois tinham uma proposta de integração da etnia dentro da classe operária.

Entretanto, após a década de 30, essa proposta de uma maior conscientização da etnia perde completamente o espaço, havendo uma espécie de involução associativa, com as entidades mutualistas já completamente eliminadas, aquelas de representação étnica e política abandonadas e os grupos de futebol negros passando a incorporar-se entre os demais clubes, com o relativo arrefecimento da discriminação racial no esporte. Também ocorre um desaparecimento das entidades com finalidades teatrais, devido ao desenvolvimento do cinema e à difusão do rádio, e as associações recreativas transmutam-se em carnavalescas, das quais se tem um extenso rol, sendo entretanto as mais significativas o *Depois da Chuva*, o *Fica Aí pra ir dizendo*, o *Chove Não Molha*, *Está tudo Certo* e o *Quem ri de nós tem paixão*. Nesse período, que vai dos anos 20 até o fim dos anos 50, quando começam a desenvolver-se as escolas de samba, essas associações reinam soberanas e disputam a preferência dos elementos do grupo.

A diferenciação interna

Entretanto, o simples fato de ser uma etnia discriminada e composta de trabalhadores manuais não é o suficiente para provocar sentimentos de identificação entre si e de solidariedade interna. Pelo contrário, o que se assiste é o despontar de alguns tipos de comportamento essencialmente discriminatórios entre os próprios clubes, dos quais o *Fica aí* é o exemplo máximo para a cidade de Pelotas e - talvez - para todo o estado. Isso porque ele é o clube negro mais exigente em termos de seus estatutos e que conta com uma estrita vigilância por parte da diretoria sobre a moral e o comportamento de seus membros, especialmente sobre o sexo feminino,

¹ Sobre Porto Alegre nas primeiras décadas da República, há a dissertação de Liane MÜLLER “As contas do meu rosário são balas de artilharia”, PUCRS, 1999, que corrobora também a idéia de uma rede associativa congregando os membros da etnia negra porto alegreense.

² Um representante da frente de Pelotas participou do 1º Congresso Afro-brasileiro do Recife, lendo manifesto da organização da Frente. Além de Pelotas, apenas em São Paulo a organização dos negros naquela década conseguiu formar uma coalizão, lá também uma Frente Negra, que depois progrediu para a idéia da criação de um partido negro, que não se firmou devido a conjuntura do Estado Novo (ANDREWS, 1998).

mantendo uma acesa e feroz discriminação contra aqueles que não aceitavam suas imposições sobre a moral e os costumes. Neste sentido, sua influência ia muito além do estreito espaço de sua sede, imiscuindo-se na vida privada de seus sócios, ditando regras e comportamentos a serem seguidos em todas as circunstâncias da vida, inclusive em termos de amizades e companhias a serem evitadas. Procedendo desse modo e mantendo uma severa vigilância sobre as mulheres sócias, o clube procurava disciplinar suas mentes e seus corpos (FOUCAULT, 1987), influenciando diretamente em seu comportamento e, obviamente, padronizando também a formação das famílias negras e sua adequação às regras e normas vigentes na sociedade.

Sua matriz de comportamento e inspiração era aquela vigente na sociedade branca, de cunho burguês, a mesma seguida pelos clubes de classe média e alta da cidade, havendo ainda uma forte influência da moral católica, não evidente entre os clubes, que pouco contato formal tinham com a instituição Igreja Católica, mas com respeito às crenças internas de seus sócios, entre os quais predominava essa religião. Essas atitudes despertavam muito ressentimento e mágoa entre aqueles que não conseguiam cumprir suas exigências associativas, o que fica evidente em vários dos depoimentos de sócios dos demais clubes entrevistados.

Segundo Fernando Henrique Cardoso, estava em curso um processo de “branqueamento” do negro, ou seja, o processo pelo qual ele, alienado de seus padrões de comportamento e cultura africanos, passa a copiar o comportamento dominante.

A herança que os negros livres receberam dos escravos fora a tal ponto aniquilada pelos brancos que não havia sequer a possibilidade de recuperar a “relação de si-mesmo consigo” enquanto forma específica de subjetividade negra. A cultura dos grupos africanos fora destruída sistemática e deliberadamente pelos senhores brancos: as formas de ser dos negros reduziram-se aos padrões de sentimento e comportamento que os brancos criaram para melhor explorá-los e nelas socializaram-nos. Por isso os negros tiveram de empreender a lenta reconstrução de si como pessoas a partir do símile existente e possível: o ideal de personalidade do negro livre resumia-se à reprodução em si da imagem onipresente do branco. Alienação mais completa seria impossível: aceitaram a imagem de negro e a ideologia de convivência inter-racial desenvolvidas pelos brancos; e definiram como projeto a inautenticidade, motivados pela ideologia do branqueamento” (CARDOSO, 1962, p. 290).

Essa é uma dura análise, parcialmente correta para entender o comportamento de muitos da etnia, mas que não abrange o conjunto do grupo negro pelotense, como aqueles vinculados ao jornal A Alvorada, muitos portadores de uma ideologia socialista, que inclusive ironizavam determinados tipos de comportamento comum na época, como Rodolpho Xavier. Este, líder operário socialista e cronista do Alvorada, ao comentar sobre o trabalho das negras minas quituteiras, “nossas bisavós”, ironiza: “perdoem-nos o atrevimento! Negro terceiro não tem sangue de africano...” (A Alvorada, 12/05/1935). Também não abrange o grupo negro de Porto Alegre, agregado ao redor do jornal O Exemplo, que também se batia, já no início do século XX, contra o preconceito de cor (MULLER, 1999). Mas, fazendo essas ressalvas, ela se torna eficaz para entender o comportamento do conjunto, especialmente daqueles representados pelas diretorias dos clubes e seus associados. No caso do Fica Aí, a negação das suas origens é tão forte, que o clube não aceita participar de um festival da Liga de Defesa Nacional em 1942, porque iriam representar a etnia em trajes e costumes africanos e segundo eles, isso colocaria os negros em situação de inferioridade frente às demais raças (ata 248, de 30/9/1942).

Voltado para o estabelecimento de uma política de padronização dos comportamentos admitidos pelos sócios, o clube esperava também ser a única associação a ser freqüentada pelas famílias filiadas, mesmo mantendo relações pretensamente cordiais com as outras associações negras. A fidelidade esperada dizia respeito não só a evitar a concorrência associativa com as demais, mas incidia numa visão de que eles seriam a única associação a exigir um comportamento adequado e, portanto, os sócios que freqüentassem também outras associações estariam correndo riscos e maculando o bom nome do clube. Assim, a exigência da exclusividade funcio-

naria como uma espécie de sacrifício a confirmar as boas intenções em manter um padrão superior aos demais, pelas famílias associadas.

Segundo a tradição oral na cidade – corroborada em parte, por vários depoimentos - os clubes negros pelotenses aglutinavam setores diferenciados da etnia. Dessa forma, no Quem ri de nós tem paixão, estariam os elementos mais pobres e desclassificados (os miseráveis, como nos disse um entrevistado) da etnia, o que pode ser um indicativo do motivo porque, até o momento, não se conseguiu nenhum depoimento sobre o clube, nem foram encontrados vestígios materiais (fotos, sede, documentação) de sua existência, que só foi constatada pelos jornais. Obviamente, o fato de ter sido um clube dos mais antigos e ter uma existência relativamente breve em relação aos outros, auxiliou nessa obliteração de sua memória.

Quanto ao Está tudo certo, ainda não se conseguiu elementos suficientes para classificá-lo, pois só existiu até os anos 40 e, pelos jornais, não fica completamente caracterizado como uma entidade negra, embora seja assim considerado pelos demais.

O Chove não molha era de um grupo também muito pobre dentro da etnia, mas que ocupava uma posição intermediária, talvez devido a ter profissões regulares, particularmente vinculadas ao setor de serviços, como empregadas domésticas, cozinheiros, costureiras, etc. Segundo nos relatou uma entrevistada, o clube surgiu da vontade das empregadas negras em imitar suas patroas, que freqüentemente reuniam-se em clubes, para tomar chá³. Só posteriormente o clube passou a ter finalidades associativas mais sofisticadas.

Quanto ao Depois da Chuva, era um clube mais antigo (fundado em 1917), mas pejorativamente tratado por alguns entrevistados como o clube dos “cisqueiros”, pessoas de baixa condição social. Por fim, o Fica Aí reuniria o que se poderia chamar de elite da etnia, famílias com uma situação social mais estabelecida, que poderiam arcar com as despesas necessárias para freqüentar o clube e que atingiam as exigências associativas

Entretanto, a leitura do livro de atas do clube, referente ao período do Estado Novo⁴, nos leva à constatação que muitas eram as moças empregadas em casas de famílias brancas que freqüentavam a entidade. Também aparecem vários casos de sócios homens desempregados ou com situação financeira comprometida, sem que isso seja considerado critério para exclusão do clube, desde que consigam pagar suas mensalidades. Portanto, fica difícil tentar estabelecer um padrão em termos de status social para seus sócios.

Outra tradição estabelecida na cidade faz coincidir cada clube a um determinado padrão racial, segundo o qual no Chove estariam os elementos mais escuros da etnia, enquanto no Fica Aí, se congregariam os mulatos. Embora haja depoimentos que tocam nessa questão, ela não é fácil de ser comprovada por outras fontes, pois não só os estatutos do clube nada falam sobre isso, como seu livro de atas, que se tornou a base desta comunicação, nada deixa entrever dessa situação. Ao lado disso, nas fotos existentes de bailes, coroação de rainhas e outras festividades, sucedem-se pessoas de coloração escura e mais clara. Uma hipótese plausível é que, se as pessoas que formavam essa elite negra estavam envolvidas com um processo de “branqueamento da raça” também em termos físicos, ele estaria ainda em curso naquele momento o que se refletia em um maior número de pessoas de pele mais clara como sócias, mesmo que isso não fosse um objetivo declarado do clube.

Ainda uma última versão, apresentada apenas por um antigo sócio, dá conta que o Fica Aí seria o clube dos negros citadinos e mais claros, enquanto os membros mais escuros e provenientes do campo, encaminhar-se-iam, preferencialmente, para outros clubes. Isso esbarra, porém, na prática comum de aceitar como sócias moças em idade de casar, que não tivessem família na cidade (que estivessem trabalhando como empregadas domésticas, babás ou cozinheiras em casas de família) e que quisessem associar-se. Elas deveriam ser tuteladas por uma família sócia, mas seriam aceitas desde que tivessem conduta moral inatacável. Há também a discussão nas

³ Depoimento de Sirlei da Silva Amaro.

⁴ Livro de Atas, de diretoria e de assembléia do Clube Fica Ai, referente aos anos de 1938-1943. Arquivo do Clube.

atas, quando da mudança do estatuto, de como proceder no caso de moças negras morando com famílias brancas, seja em relação de trabalho explícita, seja no caso de filhas de criação. O clube não aceitava a filiação de famílias brancas, então era utilizado o expediente da tutelação, pela qual uma família sócia se responsabilizava pelo comportamento da jovem filiada, em alguns momentos, inclusive, por escrito, para não haver dúvidas do compromisso moral da tutela.

Aqui, há claramente uma situação em que os depoimentos orais não corroboram os documentos escritos. Além do fato de que, em se tratando de documentos oficiais, eles não dizem tudo que ocorre, ainda há a forte possibilidade dos critérios de associatividade terem variado de 1938 (ano inicial das atas), até a década de 1950, recuo possível das entrevistas orais, impondo-se novas regras que excluiriam a presença de empregadas domésticas e outras profissões de baixa estima social. Isso, inclusive foi corroborado por afirmação de um atual dirigente, de que houve um momento em que o clube era mais seletivo em seus critérios sócio-econômicos para inclusão de sócios. Ou seja, pode-se estar trabalhando, nos documentos escritos, com um padrão de associação mais antigo, que permitia a entrada de determinadas categorias que, depois, foi enrijecido, sendo posteriormente, mais uma vez “democratizado” o acesso. E as entrevistas, tendo por depoentes pessoas com trajetória de vida a partir dos anos 60, talvez tenham enfatizado apenas essa realidade intermediária, de maior discriminação social. Contudo, isso continua chocando-se com dados da realidade desse grupo social: há casos de pessoas dessa chamada elite negra, como a família de Armando Vargas, dono do jornal *A Alvorada*, que era gráfico de jornal e escritor, mas sua mulher era lavadeira⁵.

Fica Aí: clube recreativo ou escola de conduta para seus sócios?

Na verdade, a idéia de que o clube fosse da elite não reside tanto na diferença de posses em relação aos demais ou numa situação profissional superior. Sem dúvida, era necessário ter certo nível econômico para fazer frente às necessidades, como de vestidos e roupas para as festas, no que o clube era exigente. Consta em ata a advertência dada pelo presidente, em finais de 1942, para “as senhorinhas” que, contrariando os apelos do clube, continuavam a freqüentar seus bailes sem o uso obrigatório do vestido comprido. Em outro momento, há o baile azul, que leva esse nome não só pelo cor distintiva do clube, mas também porque todas as tendeiiras (mulheres sócias encarregadas de servirem as mesas) daquele baile, portarem vestidos dessa cor. Mas o fundamental não é isso, a verdadeira distinção do clube em relação aos demais reside na estruturação e vigilância de um estrito padrão comportamental para seus sócios, que os dominava dentro e fora do clube.

Esse padrão recaía principalmente sobre as mulheres, por influência da ideologia dominante e machista da sociedade brasileira e sua dupla moralidade, mas também porque, entre o grupo negro, a figura da mulher é fundamental para a consolidação e preservação dos vínculos familiares, dadas as situações de falta de emprego para o pai de família que, às vezes, o levava a passar um tempo em outras cidades, ou ficar desempregado. Assim, disciplinando-se a mulher, terminava-se preservando a instituição familiar e arranjando-se situações em que os futuros casais fossem formados a partir de mulheres obedientes às novas regras e padrões incorporados agora pelo grupo negro em sua fase de inserção respeitável na sociedade brasileira. Isso porque a verdadeira função do clube era servir de mercado matrimonial, aproximando os jovens e propiciando o convívio que leva ao namoro e casamento. Isso é evidente nos vários pedidos de associação por moças e rapazes em idade núbil, fica transparente na rígida seleção que impede que pessoas não sócias freqüentem os salões do clube e continua na dupla face da política associativa: enquanto homens solteiros são aceitos sem investigação, moças e homens casados (ou seja, com família, com mulheres como dependentes) têm que passar por uma comissão de sindicância, que vai investigar seu comportamento, amigos e atitudes, para avaliar se sua família é digna de pertencer à associação. Embora nesse momento não exista mais a diretoria de mulheres, ou-

⁵ Veja-se, a esse respeito, o livro de Maria Helena da Silveira (2002), neta do casal em questão, dedicado a sua avó, lavadeira.

trora imprescindível, eles freqüentemente se valem dos préstimos dessas, em especial para conseguir organizar os bailes, sendo também elas as principais organizadoras dos blocos internos ao clube.

Para preservar o comportamento nos bailes, há uma série de regras, como por exemplo a proibição de bebidas alcoólicas, o respeito ao uso de trajes adequados por homens e mulheres, como a proibição de homens dançarem de lenço ou manta no pescoço (mesmo em julho). Havia um ritual a ser seguido, ao tirar uma dama para dançar. Cardoso, que visitou a cidade no início dos anos 50, conta que:

As descrições dos bailes das sociedades recreativas dos negros, feitas por informantes velhos do grupo negro de Pelotas e Porto Alegre, mostram que- isso já no século vinte- os negros tentaram reproduzir os padrões de galanteio e refinamento da mais aristocrática sociedade branca. Ainda hoje, entre as famílias negras cujos ancestrais puderam situar-se melhor na vida pela obtenção de uma profissão urbana, mantém-se a tradição de uma complicada etiqueta entre a dama e o cavalheiro nos salões de dança. O convite para bailar precisa ser feito aos pais da moça, a postura na dança é extremamente convencional, e o fim da partida obriga a um pequeno desfile pelo salão, no qual a dama apóia-se levemente e à distância, no braço esquerdo do cavalheiro, que a acompanha até a mesa ou cadeira de seus pais ou acompanhantes” (CARDOSO, 1962, p. 292).

Era mistér também da diretoria a vigilância sobre os espaços a serem freqüentados: embora o clube chamasse alguns das demais associações negras de “entidades co-irmãs”, na verdade muito pouco havia de fraternidade entre suas relações, que costumavam resumir-se a ofícios informando troca de diretorias e agradecimentos formais. Em alguns momentos mais solenes, como bailes de coroação da rainha, determinados clubes eram convidados a fazer-se representar em seus bailes, mas não todos eles. Em 1939, o orador do Fica Ai recusa-se a representar o clube no baile do “Bloco das Sevilhanas”, devido à “diferença de finalidades com as que regem nossa associação”, devendo ser praticamente forçado a isso pela diretoria, determinando-se o teor do discurso de saudação. Mas sua resistência é tanta que ele não comparece ao compromisso (ata 143, de 4/10/1939).

Em especial, havia proibições a suas sócias de freqüentarem bailes de outras associações, mesmo clubes tradicionais dos negros. Por freqüentarem tais bailes, várias senhorinhas foram suspensas por vários meses pela direção do clube, sendo isso informado, em ofício de advertência e tom duro a seus responsáveis. Isso aparece nas atas do clube, em vários casos trazidos como denúncia pelos próprios membros da diretoria. O mais significativo foi o caso relatado na ata 213 (de 12/11/1941) em que João Braga, presente em uma reunião na qual se verberava o comportamento de duas moças pegadas em delito de participar de bailes em outras entidades, pede que o mesmo tratamento seja aplicado a suas primas, Ilza e Diná, alegando que, por várias vezes já falou com as moças, explicando os perigos que incorriam ao persistir nesse tipo de comportamento, sem conseguir vencer sua teimosia. A diretoria então, envia ofício ao pai das moças, suspendendo-as do convívio social por um bom tempo. Esse exemplo, que poderia ser multiplicado por vários outros, também mostra como esse comportamento vigilante era aceito pela comunidade. As próprias atas estão repletas de manifestações de agradecimento, de pais ou responsáveis, por terem sido alertados com relação a esses casos. Se eram sinceras ou não estas manifestações, não vem ao caso, pois na verdade, estão apenas retratando o comportamento esperado dos responsáveis pelos jovens, que então vinham a público cumprir a formalidade de protestar que não sabiam o que estava ocorrendo e que tomariam as medidas necessárias. Mas também há aqueles que abrem mão de sua filiação ao clube, especialmente mulheres chefes de família, que talvez não conseguissem – ou não quisessem – conter suas filhas nos sufocantes limites do comportamento permitido pela machista concepção que dominava o clube. Diga-se, de passagem, que não estão sozinhos nesta vigilância sobre as mulheres, sendo, às vezes, incitados a tomar atitudes pelo próprio A Alvorada, que denuncia casos acontecidos com sócias do Clube, em saída do Cordão no carnaval de 1940. Também há momentos em que tomam medidas

de expulsão de sócias, porque estas já foram punidas por outra agremiação, por “casos contra a honra”.

Outro exemplo gritante da diferença de expectativas e tratamento em relação às mulheres aparece na ata 161, de 24/4/1940, quando a diretoria decide, por unanimidade, suspender os convites para as “diversas mulheres” que se separaram de seus maridos. O interessante, neste caso, é que se são diversas, é sinal de que isso não era tão raro assim, como forma de comportamento entre a etnia. Na ata 194, os mesmos homens decidem que as moças que cantam em festivais em benefício do clube, não devem tomar parte em qualquer outro tipo de festival, e na 189, decidem nomear comissão de senhoras para fiscalizar o toalete e o comportamento das senhorinhas nas diversas dependências do clube.

A vigilância sobre seu comportamento fora do clube inclui, especialmente, as companhias em que andavam: os principais temores recaíam em andar na companhia de homens brancos, estando documentado nas atas o caso de duas jovens moças, encontradas em locais remotos e vazios com rapazes brancos e outra jovem que foi vista entrando em um teatro do centro da cidade, às quatro horas da tarde, com um homem branco, demorando-se cerca de 25 minutos no seu interior (ata 216, de 10/12/1941). Esse temor, esse medo ao homem branco, reflete as preocupações da comunidade negra com o assédio sobre suas mulheres por parte de homens da raça dominante, cuja finalidade seria a diversão sexual, refletindo-se isso negativamente sobre a comunidade e seu conceito. Devido a isso, havia uma discriminação racial muito clara nessa época, contra a participação de homens brancos em seus quadros e bailes. Sabe-se que alguns poderiam até ser convidados, mas não podiam dançar. O desenrolar da pesquisa pode indicar quando esta prática começou, pois se sabe que, no início, houve, inclusive um presidente do Fica Aí de cor branca. De todo modo, pelo que já se pode levantar pelos depoimentos orais, todos os clubes negros, nesse momento, tinham a mesma política com relação aos homens brancos. Isso porque também estava em jogo a reserva de mercado para os homens negros, evitando concorrência. Essas motivações estão presentes em certas determinações do Fica Aí, como por exemplo a de que músicos executantes, ou seja, aqueles que tocavam nas suas festas, se não sócios, poderiam participar dos bailes, mas não poderiam dançar.

Uma forma de evitar o convívio com pessoas não desejadas era a restrição dos bailes apenas às famílias sócias, com o fim dos convites⁶, o que foi posto em prática pelo Fica Aí, exatamente nesses anos e encontrou muita resistência na comunidade negra, pois a partir de então, apenas sócios em dia com o pagamento poderiam participar de suas festas. Isso trouxe vários problemas de caixa e muitas críticas, bem como diminuição do número dos sócios, pois coincidiu com os piores anos da segunda guerra e com crise econômica.

Na questão da moral, como no restante da sociedade, eles participam do fenômeno da dupla moralidade, que tudo permite aos homens, impondo rígidos limites às mulheres. Em determinado momento, uma moça é acusada de andar em más companhias, pelo que sua mãe recebe um ofício da diretoria, alertando-a sobre o procedimento da filha e insinuando penalidades se ela não mudar seu proceder. Mas quem responde ao ofício é o irmão da jovem, também ele sócio do clube, explicando que o problema é que a moça foi vista em companhia da mulher com quem ele convivia maritalmente, mas que, para evitar isso, ele afastou-se do convívio de sua família e sua irmã não voltará a ter contato com sua companheira. Ora, ocorre que este homem era sócio do clube e continua sendo, enquanto sua irmã é passível de advertência apenas por ter andado, duas ou três vezes, em companhia da mulher com quem o irmão dividia a cama e o lar.

Este fenômeno de dupla moralidade foi presente não só no grupo negro, mas representativo da mentalidade das classes operárias naquele período na sociedade ocidental. De certa forma, esse padrão ainda não foi superado, embora esteja consideravelmente atenuado na socieda-

⁶ O convite podia ser dado pela diretoria ou comprado, quando então o baile se transformava num espaço público aberto a quem pudesse pagar. Pelo fim dos anos 30, novos estatutos no Fica Aí, restringiram os bailes apenas aos sócios, inclusive com cláusulas que permitiam o ingresso ao baile de certos convidados, mas vetavam sua participação em danças no salão.

de urbana atual. Posturas e comportamentos conservadores, contudo, modelados por uma visão católica, foram uma incorporação de valores feita pelos trabalhadores, inclusive os negros, que se deu no Brasil ao longo do final do século XIX e início do século XX, com a difusão de valores burgueses. Ao considerar-se a situação real de vida dos negros ao final da escravidão, vê-se que era diferenciada em relação às camadas brancas, com uma moral muito mais livre e menos repressora quanto às mulheres. Contudo, ao longo do século XX, houve um progressivo deslocamento dos valores anteriores, substituídos pelos padrões da sociedade branca. Todo grupo submetido à situação de inferioridade e hegemonizado por outra cultura, termina tendo seus padrões de comportamento balizados pela cultura dominante, ainda mais nesse caso, em que havia uma baixa auto-estima por parte do grupo negro. Sendo a maior parcela da etnia marginalizada e sobrevivendo em duras condições de existência, isso termina se refletindo mesmo sobre os negros integrados na sociedade, pois estes desenvolvem a idéia de que necessitam ser melhores que os brancos para que não sejam confundidos com a ralé, com a qual, entretanto, compartilham a mesma cor de pele, portanto, uma identificação visível, só passível de ser quebrada por um comportamento extraordinariamente diferente do comum.

Enfim, a posição do Fica Aí, pode ser entendida como a forma de conseguir, dentro do seu projeto de integração social, a difusão de padrões de moralidade e comportamento apreciáveis e estimulados para a comunidade negra. Por isso, seu extremo conservadorismo e rigidez, tanto nas relações entre os sexos, como com relação ao comportamento esperado no clube.

A dupla moralidade, entretanto, atenua faltas graves, provocadas por homens, tal como um desfalque dado pelo tesoureiro, ainda no início de 1938, ao qual se dá todas as facilidades para pagamento, sem juros e a longo prazo, perdoadando-se sucessivas faltas na integralização do dinheiro(ata 144, de 20/10/1939), e- o mais importante- ele continua como tesoureiro por toda aquela gestão, e na próxima ocupa o importante cargo de secretário geral da entidade. Talvez, por serem homens e viverem sempre com pouco, têm uma tendência maior a perdoar e compreender deslizes com dinheiro de seus amigos. Da mesma forma, um sócio aproveita-se de ser membro da diretoria do clube de futebol para recolher dinheiro entre os demais filiados, pretensamente para o esporte, mas embolsando a quantia arrecadada. Sua punição é a expulsão, mas só então se sabe que ele, há tempos, utilizava-se da chapelaria do clube como dormitório. Mesmo assim, há vários casos de homens punidos por faltas, freqüentemente não nominadas nas atas, deixando clara a existência de um código de comportamento interno, que era seguido.

Sua diretoria, só de homens, trabalha com comissões o tempo inteiro e pratica várias formas de solidariedade, como o velho hábito da visita aos sócios doentes, procurando estar sempre junto aos sócios em momentos de necessidade, com o clube, às vezes, perdoadando dívidas ou até contribuindo com algum dinheiro em casos de antigos filiados em necessidade premente.

Concluindo, embora ainda de forma preliminar, já se pode dizer que pertencer ao Fica Aí, não é apenas ter um clube para lazer, mas especialmente assumir um estilo de vida, seguir um comportamento e padrões de vida rígidos. O clube serve de parâmetro de moralidade entre seus associados e vigia-os rigidamente, exigindo a adequação das famílias sócias àqueles padrões. Nesse particular, enquadrava-se dentro da moral e padrões dominantes na sociedade branca, próximos da classe operária, da qual fazia parte. Mesmo assim, mantinha algumas especificidades próprias como o controle maior sobre as relações e contatos inter-raciais e uma postura comportamental oriunda de classes superiores.

Referências Bibliográficas

- ANDREWS, George. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1998)* Bauru: EDUSC, 1998.
CARDOSO, Fernando. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo: Difel.
FOUCAULT. *Vigiar e punir*. Petrópolis, Vozes, 1987.
LONER, Beatriz. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: EdUFPEL, 2001.

- LONER, Beatriz. *Classe operária: mobilização e organização em Pelotas: 1888-1937*. Porto Alegre, tese (Doutorado Sociologia UFRGS) 1999, 2 vols.
- MULLER, Liane. *As contas do meu rosário são balas de artilharia: irmandade, jornal e associações negras em Porto Alegre*. Dissertação (Mestrado em História) PUC-RS, 1999.
- SANTOS, José Antonio. *Raiou a Alvorada: intelectuais negros e imprensa, Pelotas (1907-1957)*. Pelotas, EDUFPeL, 2003.
- SILVEIRA, Maria Helena. *As filhas das lavadeiras*. Porto Alegre: Grupo Cultural Rainha Ginga, 2002.

ENTRE A SOLIDARIEDADE E A ANIMOSIDADE – OS LIMITES E TENSÕES DAS RELAÇÕES INTERÉTNICAS POPULARES (SANTA MARIA – 1885/1915)

Daniela Vallandro de Carvalho*

A apresentação que ora propomos, pretende expor as mudanças de rumo de nosso projeto inicial de mestrado, contemplando as alterações que foram necessárias nos aspectos teórico e metodológico, graças a um fecundo diálogo com as fontes primárias (principalmente processos criminais) e com a bibliografia especializada. Nosso objeto de estudo são as experiências e práticas sociais dos populares e o lócus é a cidade de Santa Maria, entre os anos de 1885 a 1915.

O período em que figura nosso recorte temporal foi definido com base no significativo fluxo populacional que o município de Santa Maria sofreu entre os anos de 1885 a 1915. O ano de 1885 foi escolhido como marco inicial por ser a partir dele que podemos verificar o impacto populacional exercidos por dois fatores relevantes no processo de urbanização de Santa Maria: a instalação dos núcleos coloniais de imigrantes italianos em Silveira Martins, entre 1877/1878, e a chegada dos primeiros trechos da linha férrea ao município. A população de Santa Maria possuía nos idos de 1872 um contingente de 8.273 pessoas; já no ano de 1885, quando foram inaugurados os primeiros traçados férreos e sete anos após a instalação dos núcleos coloniais, a população da cidade já girava em torno de 13.000 habitantes, isto é, percebe-se um aumento nada desprezível de 57,13%, em um período de 13 anos. Porém, já no momento de consolidação da ferrovia, entre 1885 a 1900, em um intervalo de 15 anos, a população de Santa Maria passou de 13.000 para 30.185 habitantes, perfazendo um aumento de 230,76%.

Esse crescimento estatístico nos mostra a influência exercida pela ferrovia no processo de urbanização e crescimento da cidade, como um atrativo inegável, não só pelas novas oportunidades de emprego, mas, e, sobretudo, por ser o ponto de encontro dos trilhos gaúchos, trazendo e levando pessoas, provocando uma intensa circularidade material e humana, conferindo à cidade a característica de ser “uma cidade de passagem”. Continuamos a observar este significativo e progressivo crescimento até 1910, tendo este uma relativa estabilização após 1915, o que nos faz deduzir uma normalização do crescimento urbano, onde a urbanização encontrava-se em seu auge, o que não significa dizermos que o processo de urbanização se encontrasse pronto, mas que a cidade já podia ser observada enquanto universo estruturado e específico.

Assim, o período que nos propomos analisar é significativo e esclarecedor quando enxergamos além das inúmeras transformações de caráter material nas feições da cidade, um leve, porém visível distanciamento entre o mundo rural e urbano, percebendo-os já como universos específicos embora não estanques e ainda bastante entrelaçados, onde as fronteiras apresentavam-se muito tênues e dinâmicas, com uma intensa circulação de pessoas e não dicotomizadas como a historiografia vem tratando esta temática.

O acesso aos populares que habitavam este núcleo urbano situado no centro do estado do Rio Grande do Sul, foi procurado nos processos criminais, documentos produzidos com a intenção de coibir, punir e disciplinar estes agentes, investigando atos violentos, como homicídios e

* Graduada em História pela UNIFRA (SM/RS) e mestranda do PPGH da UNISINOS, bolsista do CNPq. dvallandro@yahoo.com.br

roubos. Trabalhar com processos-crime não consiste em uma tarefa fácil, muito menos quando ele nos conduz para dentro de um universo extremamente heterogêneo e multifacetado.¹

Mesmo que não esperássemos encontrar – baseados em uma visão simplista e monolítica da sociedade - um grupo absolutamente homogêneo, não podemos negar que a diversidade étnica encontrada nos surpreendeu e fez com que repensássemos em muito o objeto primeiro de estudo. A leitura densa dos documentos (e da rica bibliografia produzida sobre o tema nos últimos anos) fez com que considerássemos a etnicidade como um aspecto chave nas relações entre os populares nesta zona caracterizada, como já dissemos, pela rápida urbanização e pela circularidade entre o rural e o citadino. Optamos, assim, por direcionar nossa pesquisa para um estudo que privilegiasse as relações interétnicas, sejam elas de confronto, sejam de solidariedade, já que a grande maioria dos processos pesquisados versava sobre estes contatos e/ou relações.

A utilização dos processos criminais, neste sentido, mostrou-se extremamente frutífera, visto a diversidade de vozes (versões) que comporta e que nos permite cruzar depoimentos na tentativa de buscar significados às ações/relações entre estas diferentes etnias e entender o porquê destes embates e solidariedades. Faz-se necessário, contudo, esclarecer que o trabalho com processos crimes como fonte de pesquisa é também muito delicado, uma vez que se trata de um documento onde a violência é inerente e o sangue que brota dele muitas vezes tende a turvar nosso olhar. Porém, é além desta violência que pretendemos explorá-lo, na tentativa de usar a fonte como uma porta de entrada para uma temporalidade muito mais complexa e que revele modos de pensar, de agir e de sentir destes homens do passado. Que revelem ainda, a existência de significados profundos e importantes para aqueles envolvidos e para o “fazer jorrar sangue”.

Em um dos estudos precursores na utilização de processos criminais como fonte de pesquisa histórica, onde analisa os crimes entre caipiras na região cafeeira do Vale do Paraíba, Maria Silvia de Carvalho Franco percebe estas relações violentas como “*um ato geralmente fútil e superficial*” (Chalhoub, 1986. p. 210), onde a violência é entendida como algo que irrompe no momento, sem ser precedida de qualquer tensão, ou seja, retira-lhe significado, dando-nos a entender como uma relação casual e por isso sem maior importância. Embora seu trabalho tenha nos motivado a pensar sobre a complexidade das relações violentas e suas motivações, concordamos com Chalhoub quando este diz que “*a violência não é algo gerado espontaneamente num dado momento, mas sim o resultado de um processo discernível e até previsível pelos membros de uma cultura ou sociedade*” (p. 211). Ou seja, existe toda uma gama de relações pré-estabelecidas que se desenvolvem, e quando a tensão latente destas relações se desequilibra, a violência irrompe como resultado último do rompimento do equilíbrio social. Fatos aparentemente banais são geralmente o estopim que traz à tona relações mais profundas e com importantes significados para os atores sociais envolvidos na contenda.

Ainda no tocante à fonte, o historiador Karl Monsma (no prelo), em um excelente texto sobre Inquéritos Policiais e Processos Criminais como fonte para o estudo das relações interétnicas, alerta-nos para o cuidado ao utilizar os depoimentos dos personagens envolvidos, uma vez que eles já se encontram reconfigurados, isto é, existe já uma interpretação sobre aquilo que lemos no processo, normalmente carregado de juízos de valor, de um olhar moralista e deformador do real. Trata-se de escritas que passaram pelo olhar repressor, que interfere, mas que não inviabiliza sua utilização.² Monsma nos atenta também para a possibilidade de através dos depoimentos e das percepções que as pessoas envolvidas produzem sobre o acontecimento, estu-

¹ Para tentarmos uma certa padronização dos dados encontrados e procurando uma melhor visualização dos grupos e indivíduos que cruzavam pela esfera judicial, elaboramos um banco de dados referente aos 275 processos criminais fichados. Temos uma lista de 1.869 indivíduos, tendo a maioria deles os seguintes dados: nome, sobrenome, idade, profissão, origem, estado civil, residência, tempo de residência, local do conflito, filiação, nível de instrução, cor, escravidão, crime e artigo do Código Penal, se eram testemunhas, réus ou ofendidos, ano do crime, sexo, local onde se encontra a documentação, referência do documento e observações gerais.

² Carlo Ginzburg já nos alertava na introdução de *o Queijo e os Vermes* para “*o fato de uma fonte não ser objetiva, não significa que seja inutilizável*” (pág.21) e indica para o fato de que depende em muito da interferência do historiador, do uso que o mesmo faz das fontes e as perguntas que a ela dirige a possibilidade de extração de determinados elementos preciosos.

darmos e entendermos as diferenças étnicas e sociais, além de estereótipos raciais colocados em jogo, manipulados e reelaborados na constante luta destes personagens por *um lugar ao sol*. Também podemos perceber como estes conflitos podem nos revelar “*noções e sentimentos de justiça, dignidade, honestidade, honra*” (Monsma, no prelo, p. 3). Estas noções permeavam a vida dos homens do passado e influenciavam em suas relações.

Além da existência de conflitos físicos, embates com violência explícita, encontramos conflitos que são carregados de uma violências simbólica, expressada em gestos, olhares, intenções e atitudes afrontadoras. Esta violência às vezes aparece combinada com a violência física e normalmente aparece como um dos passos que a precedem. Sidney Chalhoub, em *Trabalho, Lar e Botequim* (1986) expõe como se desenvolvem as preparações dos conflitos, mostrando-nos todo um ritual, desde o surgimento da rixa até o desencadeamento da violência física propriamente dita, em uma escalada contínua de tensões, onde a rixa pode ser percebida “*como um acontecimento político no interior do micro-grupo social*” (p. 211). Neste sentido, cada conflito, cada história nos “*é reveladora de muitas lutas*” (p.23). São micro-conflitos com macro significados sociais. São lutas cotidianas (individuais ou em pequenos grupos) por espaço, poder, por um lugar na sociedade, por demarcação; lutas por trabalho, por reconhecimento social, enfim, uma infinidade de embates que nos revelam muito do que estas pessoas pensavam e queriam daquele mundo do qual faziam parte.

Pensamos assim em trabalhar com um estudo de caso que para nós soa bastante elucidativo destas colocações postas anteriormente. Trata-se de um conflito envolvendo imigrantes italianos *versus* lavradores nacionais. Era o ano de 1890, em uma tarde de domingo, das três para as quatro horas da tarde. Um dos tantos processos crimes que temos do período este trazia em seu relatório o seguinte:

*“O réu, João Vallandro, italiano, morador no Arroio Grande é pronunciado no seguinte caso: No dia 11 de maio do corrente, em Arroio Grande, na ex-colônia Silveira Martins, em casa de João Brusnelli, ali se achavam diversas pessoas, ali também compareceram Alexandre Alves de Oliveira e Manoel Jacob da Costa, que depois de terem bebido algumas garrafas de vinho, tiveram uma alteração com João Vallandro, resultando deste fato ter dado alguns tiros caindo morto Alexandre Alves de Oliveira e sendo Manoel Jacob da Costa ferido(...) art.193 CPR, agravantes. Art. 16, parágrafo. 1º, 10º, 14º e 15º(...)”.*³

Se olharmos à primeira vista, parece-nos um caso banal, uma briga qualquer envolvendo homens e bebidas, um italiano e um brasileiro, caso nada raro no período estudado. Mas uma leitura mais atenta dos autos nos possibilita enxergar que há outras coisas em jogo e buscar os significados destas ações para os envolvidos.

Vejamos a versão do dono da casa de residência e de negócios, onde se deu a contenda: Giovanni Brusnello (46 anos, casado, nat. da Itália, res. no Arroio Grande, lavrador, não sabe ler nem escrever)

“(...) disse que estava na companhia de 20 ou 30 italianos, seus patrícios, e sendo ele testemunha fabricante de vinho, e como nesta hora ele fazia venda de bebidas quando lhe era pedido e achando-se presente um fotógrafo, resolveram todos os italianos se retratarem(...) divertiam-se todos em boa harmonia, chegando nesta ocasião Alexandre Alves de Oliveira e Manoel Jacob da Costa e pediram que ele vendesse uma garrafa de vinho nacional, o que foi conferido pela testemunha, nesta hora os ditos moços brasileiros tomaram tal garrafa de vinho e pediram outra, o que foi satisfeita.(...) Nesta ocasião Alexandre Alves de Oliveira disse que tinha dinheiro para pagar não só as duas garrafas mas como para mais uma, neste ato metendo a mão no balcão e tirando 3 patações e atirando pelo ar esse dinheiro, ele testemunha disse que não fizesse isso, pq. estavam dan-

³ Todas as informações foram retiradas do Processo nº 1145, ano 1890, maço 35, 1º Cartório Civil-Crime / Santa Maria - Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

quando os outro companheiros e podia perde-se o dinheiro e pq. ele testemunha não queria dívidas, em seguida ele indo buscar a 3ª garrafa de vinho pedida pelos brasileiros e estando dentro da adega, sentiu nesta ocasião que Alexandre e Manoel tomaram a terceira garrafa, e concluído isso pediram mais fiado, para pagar no dia seguinte(...) em ato contínuo Manoel despedindo-se desta testemunha(...) viu que Alexandre estava com a espada na mão e Manoel com um relho e que ambos ameaçaram o italiano presente, ele testemunha foi logo e seguida agarrar seus dois filhos e botou-os dentro de seu quarto onde se achava uma mulher e entrando ele testemunha também, fechou a porta, e em seguida sentiu um tiro, ficando uns dois ou três momentos dentro de seu quarto, não tendo sentido mais nenhum reboliço(...) passado este dois ou três momentos ele abriu a porta, onde se achava reunido com sua família e encontrou Manoel Jacob da Costa(...) e este disse-lhe que os gringos⁴ tinham assassinado seu companheiro Alexandre(...) que não viu quais pessoas presentes tinham armas pois alguns dos cidadãos presentes estavam de pala(...) que não viu quem atirou mas que ouviu dizer que quem atirou foi João Vallandro ou Zacarias Dalcol(...) que quem falou foi Manoel Jacob da Costa (...) disse que não sabia se havia inimizade entre os envolvidos(...)"

Agora vejamos o depoimento de Manuel Jacob da Costa (40 anos, casado, filho de Jacob Antonio da Costa, lavrador, natural do estado de São Paulo, brasileiro, sabe escrever/assinou), companheiro de Alexandre Alves de Oliveira, o brasileiro ofendido que foi morto:

"(...) disse que indo ele em companhia do assassinado Alexandre Alves de Oliveira, domingo, das três para as quatro horas da tarde no lugar denominado Arroio Grande, chegando a casa de João Brusnelli, de chegada ali encontraram no portão italianos, e seu dito companheiro apeando-se, e ele igualmente interrogado, e entrando no (...) seu companheiro mandou vir duas garrafas de vinho nacional e tomando, retiraram-se em seguida sem que dito seu companheiro, que aliás queria falar com Antonio Culau, retiraram-se, sem que tivesse com este conversado. Quando já tinham tomado a distancia de (...) metros, seu companheiro lembrou-se que não tinha falado com Antonio Culau, voltou ao lugar de onde tinha saído ao que ele interrogado acompanhou. De chegada seu dito companheiro apeando-se perguntou aos italianos presentes onde estava o gringo Antonio que o mandasse que ele queria falar, que em seguida ouviu ele um tiro e que seu companheiro botou a mão no peito e quis puxar da espada que trazia mas não tinha mais forças (...) correndo para amparar Alexandre, levou ele também. dois tiros que lhe atirara na cabeça (...) tratando ele interrogado de escapar do lugar do conflito e ali ficou sua companhia morto(...) disse que conhece muito, que são moradores da mesma linha de colônia e outros mais distante(...) (diz alguns nomes) e muitos outros que não sabe o nome mas que conhece pessoalmente(...) que(...) a João Vallandro suponho ser este o autor do assassinato de Alexandre, bem como se houvesse ferido a ele interrogado, se bem não ter visto quem atirou a Alexandre nem a si próprio(...)"

Temos, portanto, duas versões do que pode ter sido o ocorrido, o que nos interessa, pois permite mostrar como podem ser produzidas versões diferentes sobre o mesmo fato, levando em considerações as posições e os lugares que as pessoas ocupam na sociedade ou que buscam ocupar, além de se posicionarem conforme suas relações e suas visões de mundo, o que não exclui as diferenças étnicas das envolvidos. Partindo de diferentes visões do que aconteceu, portanto, partindo de incongruências, tentaremos seguir as pistas deixadas pelos depoimentos e interpretá-las buscando os significados implícitos nestas relações.

O réu João Vallandro (24 anos, casado, filho de José Vallandro, carpinteiro, natural da Áustria/ nascido na Província de Tirol, residente nesta cidade há alguns dias⁵, sabe ler e escrever), foi julgado no tribunal do Júri de Santa Maria, em 26 de junho de 1891 e foi absolvido por unanimidade, tendo o tribunal dado o veredicto baseado na legítima defesa do réu, sendo, portanto, fato admitido ter sido ele o autor do assassinato de Alexandre Alves de Oliveira, tendo

⁴Todos os grifos nas citações das fontes primárias são nossos.

⁵Existe uma divergência nas informações fornecidas pelo réu, no seu ato de qualificação e no depoimento que dá em juízo. no primeiro, realizado no dia 16 de junho de 1890, ele disse que residia na cidade há alguns dias, enquanto que no júri, no ano seguinte, informou que morava na cidade de 8 para 9 anos.

sido ainda “ajudado” por um abaixo-assinado de mais de 70 assinaturas de italianos, todos homens e residentes na localidade de Arroio Grande. Mas de fato, o que aconteceu? O que estava em jogo nesta disputa em uma casa de negócios, envolvendo italianos e brasileiros? Quais os significados daquele tiro? Porque o réu foi absolvido e por unanimidade de votos? O que as diferenças étnicas nos explicam? Que diferenças eram estas? Como foram interpretadas as ações que resultaram na morte do ofendido? Como se construiu uma estratégia que possibilitasse a absolvição do réu? Onde estão as solidariedades e as animosidades a que nos referimos? São inúmeras as perguntas que nos fazemos após uma leitura exaustiva dos autos, como também são inúmeras as respostas que obtivemos.

Para depor no processo foram chamadas oito testemunhas, todas depondo como testemunhas de defesa, todas elas homens e italianos que se encontravam presentes no momento do crime o que estavam próximos ao local e sabiam algo sobre o ocorrido.

Começamos pelo início: por que o réu atirou em Alexandre Alves de Oliveira? Quais suas reais motivações? Acreditamos que a atitude do brasileiro Alexandre, ao chegar na casa de residência e de negócios de um italiano e pedir uma “*garrafa de vinho nacional*” tenha desencadeado uma série de tensões já existentes entre nacionais e imigrantes, uma vez que se encontravam em um período aonde a chegada de imigrantes se avolumava cada vez mais, diversificando o meio social e pondo frente a frente culturas distintas em um mesmo espaço, oportunizando acirrar as diferenças, num mundo de concorrências e extremamente carregado populacionalmente como vai se tornar Santa Maria em fins do séc. XIX.⁶

Definitivamente, o crescimento pelo qual a cidade passou neste período não conseguiu incorporar economicamente todos estas pessoas que para lá se deslocavam, acirrando disputas e gerando conflitos que normalmente resultavam em violência. Se pensarmos nos imigrantes italianos e na relativa facilidade que estes vão ter para a aquisição de lotes coloniais e na disputa que se estabelece entre nacionais pobres e estes imigrantes, que passam a não serem *vistos com bons olhos* pelos nacionais, pois de certa forma vai se estabelecer uma disputa desigual entre estas pessoas, por ocupar um lugar na sociedade. Outro aspecto que deriva deste estopim é o tamanho do significado das palavras de Alexandre ao chegar em um lugar onde se encontravam reunidos cerca de “*20 ou 30 patrícios* [italianos]” e pedir uma garrafa de “*vinho nacional*”. A referência ao comportamento dos brasileiros quando estes chegaram à casa de Giovanni Brusnelli é ressaltada com ênfase pela maioria das testemunhas de defesa (a quantidade de garrafas de vinho nacional que ele pediu varia conforme o depoimento de uma a três garrafas), o que pode nos inferir que isto significasse algo para eles.

Não temos certeza se o que as testemunhas dizem a respeito da atitude dos brasileiros é uma estratégia de defesa e de legitimação do ato de violência que segue ou se realmente aconteceu, mas isso é o que menos nos importa, pois o que queremos é explorar o significado da intenção, uma vez que não temos a pretensão de uma verdade absoluta e sim, através de um campo de possibilidades explorar as diversas opções que estas pessoas pobres tinham nos seus embates cotidianos, em suas disputas cotidianas de poder e afirmação, individual ou representando um pequeno grupo.

⁶ Era muito comum, não só na colônia como nos outros distritos de Santa Maria no período estudado, que as casas de residências funcionassem também como casas de comércio, vendas, ou secos e molhados. No caso trabalhado acreditamos que a casa de Brusnelli servisse, pelo menos ocasionalmente, como ponto de venda da produção de vinho produzido por ele ou pela vizinhança de pequenos proprietários. Como Brusnelli declarou que “*naquele dia fazia venda de bebidas quando lhe pediam*”, consideramos que seu estabelecimento não deveria ser normalmente freqüentado como uma taberna ou botequim, já que quando refere sua profissão atribui-se a ocupação de lavrador, o que dá uma dimensão diversificada de seus meios de sobrevivência. Deveria ter no máximo um balcão que sinalizasse a idéia de comércio (provavelmente o balcão em que Alexandre Alves de Oliveira bateu seu punho como ato de provocação). Esta consideração nos leva a perceber como as relações comerciais e privadas eram bastante misturadas, como é o caso do depoimento de Brusnelli que diz que quando “*viu que Alexandre estava com a espada na mão e Manoel com um relho e que ambos ameaçaram o italiano presente, ele testemunha foi logo e seguida agarrar seus dois filhos e botou-os dentro de seu quarto onde se achava uma mulher e entrando ele testemunha também, fechou a porta, e em seguida sentiu um tiro, ficando uns dois ou três momentos dentro de seu quarto, não tendo sentido mais nenhum reboliço (...)*”.

Mas temos certeza que isto constituiu uma ofensa extremamente grave para aquela comunidade que reunida com seus pares, bebia, dançava e confraternizava na casa de um de seus patrícios que “*fabricava vinho*” e o comercializava. Foi um gesto agressivo e de afronta aos “*patrícios*”, o deslocamento do “*brasileiro*” até uma casa de um “*gringo*” e seu pedido de uma garrafa de vinho nacional. Mas Alexandre não parou por aí, ele pediu uma segunda garrafa de vinho nacional, e depois uma terceira, sendo todas as vezes atendido pelo dono da casa, que muito provavelmente o atendia por educação. Mas as tensões aumentaram quando Alexandre, após ingerir a segunda garrafa de vinho *nacional*, provavelmente já *espiritualizado* pela bebida, desafiou o dono da casa dizendo “*que tinha dinheiro para pagar não só as duas garrafas [...] como para mais uma*”, sacando do bolso “*3 patações*” e batendo com a mão no balcão, atirou pelo ar as moedas, sendo repreendido verbalmente pelo dono da casa, que na seqüência se retira para buscar a terceira garrafa. Em seguida o que se segue é a disputa violenta propriamente dita, momento no qual o réu provavelmente se encontrava próximo e se ofendeu pelo gesto de Alexandre, saído em defesa de seu patrício.

O que parece evidente é que os tiros, o ferimento de Manoel Jacob da Costa e a morte de Alexandre conformam o desfecho trágico de uma série de desentendimentos que numa escala crescente de intensidade vinham ocorrendo entre membros de uma mesma vizinhança. Segundo Manoel da Costa:

“(...) seu companheiro [Alexandre] mandou vir duas garrafas de vinho nacional e tomando, retiraram-se em seguida sem que o dito seu companheiro, que aliás queria falar com Antonio Culau sem que tivesse com este conversado. Quando já tinham tomado a distancia de (...) metros, [...] lembrou-se que não tinha falado com Antonio Culau, voltou ao lugar de onde tinha saído ao que ele interrogado acompanhou. De chegada seu dito companheiro apeando-se perguntou aos italianos presentes onde estava o gringo Antonio que o mandasse que ele queria falar; que em seguida ouviu ele um tiro(...)”

Neste sentido, eles já podem ter tido alguma indisposição, o que não era nada excepcional naquele período entre colonos italianos e brasileiros pobres, visto a intensa disputa que se travou entre estes pela posse de terras, onde muitos lavradores pobres passaram a ser expropriados de seu pedaço de terra para dar lugar àqueles imigrantes que vêm com apoio do governo *branquear o país e ensinar aos brasileiros o que era um povo laborioso, íntegro e ordeiro*. A idéia dos envolvidos na contenda já se conhecerem e terem tido alguma indisposição pode ser reforçada pelo depoimento de Manuel Jacob da Costa ao ser perguntado se já conhecia as pessoas que lá estavam: “*disse que conhece muito, que são moradores da mesma linha de colônia e outros mais distante [diz alguns nomes] e muitos outros que não sabe o nome mas que conhece pessoalmente*”. E nas poucas palavras que temos do réu, este diz o seguinte: “*disse que conhece as pessoas que lá estavam, umas a muito tempo, outras a pouco*”.

Assim, podemos pensar na atitude do ofendido Alexandre e do réu Giovanni, não mais como uma atitude banal e repentina, mas como parte de um jogo de pequenas disputas envolvendo muito mais que dois homens de etnias diferentes, mas envolvendo todo em processo de afirmação/diferenciação no micro-cosmos social e de disputas e demarcações de espaços.

Outra questão que podemos colocar em relação a estas rivalidades étnicas é que estes imigrantes estavam em um claro processo de adaptação naquela cidade, muitos deles recém chegados da Europa e passando por um processo de afirmação, de ocupação de seu espaço e de delimitação de fronteiras, onde as diferenças étnicas emergiam como um demarcador e definidor dos grupos. Eram sem dúvidas micro disputas muito sutis, mas que significavam muito para estas pessoas envolvidas, tendo seus significados calcados em suas culturas.

Com relação às redes de solidariedade étnica enxergamo-as nitidamente nas estratégias dos depoentes de defesa. As testemunhas de defesa não negam que tenha sido Giovanni Vallandro o autor do assassinato, tanto que no abaixo-assinado que fazem abrem esta possibilidade dizendo que se ele “*cometeu o crime de assassinato na pessoa de Alexandre Alves de Oliveira, foi*

em defesa própria”, além de muitos depoentes dizerem que ouviram falar ou que sabem ter sido Giovanni Vallandro o autor, mas que este, e aí reiteram sempre, “*deu um só tiro*”, projetando o discurso de legítima defesa. Porém, ao verificarmos o auto de corpo de delito constante no processo criminal feito no morto e no ofendido que sobreviveu, Manuel Jacob da Costa, vemos que os médicos peritos são muito claros em afirmar que o assassinado Alexandre Alves de Oliveira morreu em decorrência de um tiro de “*arma de fogo com bala*” e que o ofendido Manuel Jacob da Costa também se encontrava ferido, como consta abaixo em um trecho do auto de corpo de delito:

“(...) encontraram na região parietal esquerda uma ferida circular de bordas contusas e regulares enegrecidas continuando-se com o sulco dirigido para a parte anterior de fundo e bordas irregulares tendo 4 centímetros de comprimento e 1 de largura. Do lado de dentro da região aceptal uma outra solução de continuidade circular de 1 centímetros de diâmetro de bordas irregulares e echimosada. Todos esses ferimentos interessava apenas o couro cabeludo (...) não são mortais os ferimentos(...) *foi arma de fogo carregada com bala que o ocasionou*(...)”

Além desta constatação de que não foi dado apenas um tiro como a maioria das testemunhas reitera na defesa do réu, no depoimento de Manuel Jacob da Costa temos outra referência a isto:

(...) que em seguida ouviu ele um tiro e que seu companheiro botou a mão no peito e quis puxar da espada que trazia mas não tinha mais forças (...)correndo para amparar Alexandre, levou ele também dois tiros que lhe atiraram na cabeça (...)”

Mas de onde saíram estes outros dois outros tiros, já que as testemunhas são contestes em afirmar que só ouviram um tiro, ou que só foi dado um tiro? Acreditamos que tenham saído da arma do réu Giovanni Vallandro, mas pode ter sido dada também por outro italiano, mas o que importa é a argumentação que as testemunhas desenvolvem e a maneira como elas se unem em torno de um discurso comum para protegerem o réu e mais que isso, para protegerem a própria comunidade à qual pertenciam. Pois o que está em jogo não é apenas a condenação de um italiano, mas de um membro da comunidade italiana, parte dela e que se identifica com ela. Comunidade esta que estava em formação, que recém se instalava na cidade e que pretendia ser vista como ordeira e trabalhadora, em um processo de construção diária de identidade social.

Além disso, a maioria dos depoentes faz questão de ressaltar outro aspecto que faz parte desta construção de identidade, que era, ao ressaltar em seus depoimentos que o ofendido Alexandre estava constantemente a provocar o réu, dar a idéia de que o ofendido era um turbulento, um desordeiro, idéia esta que posteriormente vai ser reforçada no abaixo-assinado. E, ao construirmos este discurso sobre o outro, estavam construindo uma representação sobre si próprios e dizendo exatamente quem eram e como queriam ser percebidos em uma clara apropriação de conceitos e valores formulados pelo universo ideológico da elite e que passam a ser utilizados largamente pelos populares, incorporando-os as suas vidas, em uma constante reelaboração de suas culturas.

Esta rede de solidariedade étnica conformada em torno do réu e a construção de uma identidade comum podem ser melhor visualizadas quando alguns dias antes do julgamento (mais precisamente 16 dias) a comunidade italiana de Arroio Grande envia um abaixo-assinado para a justiça em prol do réu:

“Nós abaixo-assinados, moradores de Arroio Grande, pelo presente declaramos e juramos se preciso for, que conhecemos João Vallandro, desde sua tenra idade, como homem pacífico e trabalhador e incapaz de tentar contra a existência de seu semelhante e se cometeu o crime de assassinato na pessoa de Alexandre Alves de Oliveira, foi em defesa própria, pois conhecíamos pessoalmente Alexandre Alves de Oliveira como homem provocante, desordeiro e capaz de cometer qualquer violência, como fez, tentando contra a vida de João Vallandro. Santa Maria, 10 de junho de 1891”.

Assinaram este abaixo-assinado mais de 75 homens, todos italianos e moradores na localidade de Arroio Grande. O discurso do abaixo-assinado é esclarecedor de como em um período de grande instabilidade social, de crescimento populacional, de diversificação étnica e de concorrências acirradas no mundo do trabalho uma comunidade se mobiliza, se une, se solidariza em torno de afirmação social e de construção de uma identidade comum. Contudo, estas redes de solidariedade étnica não eram estáveis, muito menos sólidas e constantes. Existia uma grande fragilidade nestas relações, que se afirmavam e se dissolviam com a mesma facilidade, dependendo do momento e do que estava em jogo. Há muitos casos que nos revelam a fragilidade destas relações, mostrando-nos como as relações interétnicas entre populares oscilavam entre a solidariedade e a animosidade.

BIBLIOGRAFIA

- BARTH, Fredrik. *O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas*. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria, 2000.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: O cotidiano dos Trabalhadores do Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 2ª edição, São Paulo, Ática, 1976.
- GAYOL, Sandra. *Sociabilidad en Buenos Aires: Hombres, Honor y Cafés (1862-1910)*. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 1995.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- _____. *O Saber Local: Novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1998.
- GINZBURG, Carlo. *El juez y el historiador. Acotaciones al margen del caso Sofri*. Madrid, Anaya & Mario Muchnik, 1993.
- _____. *O Queijo e os Vermes*. São Paulo, Cia. Das Letras, 1987.
- _____. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, Emblemas e Sinais. Morfologia e História*. São Paulo, Cia. das Letras, 1989.
- _____. Provas e Possibilidades à margem de “Il ritorno de Martin Guerre”, de Natalie Davis. *A Micro-História e Outros Ensaios*. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- _____. O inquisidor como antropólogo: uma analogia e as suas implicações. *A Micro-História e Outros Ensaios*. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Joceline. *Teorias da Etnicidade*. 2º ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- MONSMA, Karl. Histórias de Violência: Inquéritos Policiais e Processos Criminais como Fontes para o estudo de Relações Interétnicas. IN: DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. (Org.). *Migrações: perspectivas metodológicas*. São Carlos: EDUFSCAR, prelo.
- SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro, Zahar, 1990.

CONFRONTOS E ENCONTROS: O CASO DE MIGRANTES AFRO-BRASILEIROS E SEUS DESCENDENTES EM UMA CIDADE DE COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL

Miguel Ângelo Silva da Costa*

Introdução

A origem de Santa Cruz do Sul está diretamente relacionada à política de imigração desenvolvida no Brasil monárquico¹. A mobilidade intercontinental em meados do século XIX de migrantes de origem alemã para Santa Cruz possibilitou a formação de uma cultura local teuto-brasileira. A sua hegemonia parece ter contribuído para uma marginalização geográfica e simbólica dos migrantes afro-brasileiros na cidade.

O primeiro estudo sobre a comunidade afro-brasileira em Santa Cruz do Sul, foi realizado pelo sociológico José F. Fachel (1968) sob o título *O negro no município de Santa Cruz do Sul* e publicado no boletim informativo do Centro de Estudos Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Seus dados foram obtidos durante o final da década de 1950 e início da seguinte, quando o mesmo residiu na localidade.

Fachel em seu estudo optou por analisar a zona rural de SCS². Além da proletarianização dos afro-brasileiros no município, o pesquisador destacou a manutenção de um campesinato negro, oferecendo uma distribuição sócio-ocupacional dos afro-brasileiros.

O sociólogo acreditava no processo de assimilação cultural, o que explica a sua abordagem sobre os impasses para a integração social da comunidade afro-brasileira em um município marcadamente germânico. Para Fachel (1968: 32), a cultura alemã no município “ainda não está totalmente absorvida pela luso-brasileira”.

Fachel (1968: 45), além de apontar o germanismo como uma das causas dos conflitos étnicos, também destacava a existência de um forte preconceito de cor e uma acentuada discriminação racial: “É uma sociedade com permanentes conflitos étnicos, pois é a luta de uma cultura que quer se manter fiel às tradições de seu país de origem com a cultura brasileira, se assim podemos nos expressar”.

Numa abordagem atual sobre os afro-brasileiros em SCS, pode-se citar o trabalho de Sílvio Correa. Refratário aos aportes teóricos vinculados às teorias assimilacionistas da Escola de Chicago³, cujas influências podem ser percebidas no trabalho de Fachel (1968), o historiador menciona em seu trabalho as tensões existentes entre esta população e a maioria étnica local. Para Correa (2001), o fenômeno urbano ocorrido em SCS não banizou os conflitos étnicos da cidade. Ao contrário, estes conflitos ganharam novas dimensões, contribuindo, assim, para que estes grupos étnicos reconstruíssem suas identidades.

Entre as análises teóricas sobre identidade (etnicidade),⁴ pode-se destacar o estudo reali-

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e Bolsista CNPq – Brasil.

¹ Sobre a política de imigração ver: SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, M.C. (org). Raça, Ciência e Sociedade. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.

² Nas demais referências a Santa Cruz do Sul será utilizada a sigla SCS.

³ Entre os estudos clássicos da Escola de Chicago, é interessante destacar o realizado pelo sociólogo Robert Ezra Park, que inspirado no próprio contexto de Chicago - caracterizado pela diversidade étnica, produto da migração - elaborou postulados teóricos fundamentados no processo da assimilação através de uma cultura urbana. Para Park (1973: 26-29) a cidade era um corpo de costumes, sentimentos e atitudes transmitidos através da tradição.

⁴ Entre os autores brasileiros, pode-se citar a discussão proposta por Manuela Carneiro da Cunha sobre etnicidade. Ver: CUNHA, Manuela C. da. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

zado por Fredrick Barth (1969), o qual deu novos contornos à discussão sobre grupos étnicos e suas respectivas identidades. Para o antropólogo norueguês, entre os elementos que estruturam a categoria do grupo étnico, a identidade étnica é a mais importante, ou seja, o fato de o grupo contar “com membros que identificam a si mesmos e são identificados pelos outros”, como constituintes de uma categoria irreduzível às demais.

A noção de fronteira étnica, baseada na concepção *barthiana*, provocou uma inovação nos estudos sobre os limites entre grupos étnicos. De acordo com Poutignat e Streiff-Fenart (1998), isso representou um elemento central de compreensão dos fenômenos da etnicidade:

Num primeiro nível, ela volta a sublinhar que a pertença étnica não pode ser determinada senão em relação a uma linha de demarcação entre membros e os não membros. Para que a noção de fronteira tenha sentido, é preciso que os atores possam se dar conta das fronteiras que marcam o sistema social. Melhor dizendo, as identidades étnicas só se mobilizam com referência a uma alteridade [...] (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998: 152).

Assim, pode-se salientar que a fronteira étnica, o “limite”, é que define o grupo étnico e não somente a cultura *in group*. Uma vez estabelecida essa diferença, ao mesmo tempo em que o sujeito se percebe como diferente, também é percebido pelo “outro” como tal. Segundo Poutignat e Streiff-Fenart (1998:142), identidade étnica, ou ainda a etnicidade, fundamenta-se na “relação dialética entre definições exógenas e endógenas da pertença étnica que transforma a etnicidade em um processo dinâmico sempre sujeito à redefinição e à recomposição”.

Valendo-me do suporte teórico de Fredrik Barth (1969), parece-me possível destacar que a população afro-brasileira (migrante) e seus descendentes eram percebidos pelos teuto-brasileiros “naturais” como verdadeiros “alienígenas”, portadores de valores e códigos diferenciados daqueles produzidos pelos “naturais”, ou seja, o “Outro” e, por conseguinte, neste contexto, a construção de fronteiras entre estes grupos se estabelecia.

Deste modo, enfocando a migração como um processo que contribui para os confrontos/encontros culturais formativos das identidades étnicas, proponho-me neste artigo discutir a partir de dois grupos étnicos - os teuto-brasileiros e os afro-brasileiros, o “Eu” e o “Outro” - a percepção dos migrantes afro-brasileiros e seus descendentes a partir do “olhar” da maioria étnica local.

O camboím dos becos do laçasso, do caqui e das sete facadas: uma chaga que enfeia um corpo bonito

O início da migração de afro-brasileiros para SCS, remonta às últimas décadas do século XIX⁵. Segundo Correa (2001:61),

[...] com a abolição da escravidão e a proclamação da República, ocorreu uma mobilidade social e geográfica que acabaria por introduzir um contingente significativo e expressivo de negros e mulatos neste ‘enclave’ germânico da Região do Vale do Rio Pardo.

No entanto, a migração de afro-brasileiros para a cidade não ficou resumida somente ao período da abolição e proclamação da República. Algumas mudanças de ordem sócio-econômica e política, ocorridas no início do século XX, possibilitaram a esta população uma mobilidade geográfica. Conforme Correa (2001:61), “[...] paralelamente ao dinamismo social e o crescimento

⁵ Conforme os dados do jornal *Kolonie* (1891) citados por Correa (2001:61), a população da freguesia totalizava no período 1.148 pessoas, sendo que destas 967 eram brancas e 181 negras. Através dos dados também foi possível identificar a quantidade de indivíduos nascidos no Brasil e de imigrantes, sendo que os primeiros totalizavam 898 e os imigrantes somavam 250 indivíduos. Faz-se necessário destacar que, mesmo sendo Santa Cruz uma comunidade predominantemente composta por indivíduos brancos, a população afro-descendente neste período, ou seja, final do século XIX, totalizava 15,7% da população total da mencionada localidade.

econômico da cidade, a estagnação sócio-econômica dos municípios vizinhos contribuiu para a migração dos afro-brasileiros [...]”.

Através de jornais do período, em especial, a Gazeta de Santa Cruz,⁶ e das afirmativas de Correa (2001), percebe-se que a busca de melhor sorte da comunidade afro-brasileira, por meio do processo migratório para SCS, iniciou logo após o fim da escravidão. Como exemplo desta migração de libertos para a cidade, pode-se utilizar o caso de Aparício Saraiva, que faleceu em SCS na madrugada do dia 14 de Fevereiro de 1948 com 110 anos. De acordo com a notícia publicada no JGSC, “Em *Tio Aparício* como era conhecido, desaparece mais um dos últimos sobreviventes do período da escravatura em nosso município”,⁷ ou ainda, o caso de *Tia Inácia*, negra velha nascida em Rio Pardo em 1827, que aos 119 anos concedeu entrevista ao JGSC, assim publicada:

Tia Inácia, além da grande Princesa, viu também o Conde D’Eu e a baronesa de Andrade Neves, lembra-se perfeitamente da época que os criminosos eram condenados à forca, chegando ela própria a assistir execuções, num lugar denominado Pau da Bandeira em Rio Pardo [...]. Recorda-se do dia da abolição da escravatura, quando os escravos se abraçavam e choravam de alegria. Tia Inácia nunca tomou um remédio de farmácia e, ao indagarmos, se algum dia já fora ao dentista, respondeu com desprezo: ‘*dentista... eu, não sinhô! Os meus remédios são os chás caseiros e o meu vício é o mate doce*’. E assim Tia Inácia continuou palestrando ainda por muito tempo, nunca se esquecendo de aplicar de quando em vez está frase: ‘aquele tempo sim, é que era bom, sim sinhô’.⁸

A expansão territorial e o aumento demográfico da população afro-brasileira em SCS começaram a partir do crescimento urbano e do desenvolvimento industrial da cidade. O incremento urbano e industrial a partir da década de 1940 permitiram a absorção de novos contingentes no mercado de trabalho, o que contribuiu para o aumento do fluxo migratório desta minoria étnica para a cidade. Embora com orientação teórica e espaço de análise diferente do proposto neste artigo, parece-me relevante mencionar a discussão realizada por Florestan Fernandes, na década de 1950, sobre o processo de integração social do negro na cidade de São Paulo. Conforme Fernandes (1965, I: 71) os negros diante da nova ordem competitiva, estabelecida pela sociedade moderna:

[...] viveram dentro da cidade, mas não progrediram com ela e através dela. Constituíam uma congêrie social, dispersa pelos bairros e, só compartilhavam em comum um convívio árdua, obscura e muitas vezes deletéria. Nessa situação agravou-se, em vez de corrigir-se, o estado de anomia social transplantado do cativeiro.

Coincidência ou não, na década de 1940, marcados pela pauperização, os afro-brasileiros migrantes ocupavam áreas marginais de SCS. Essa condição “marginal” dos migrantes e de seus descendentes se estabelece historicamente a partir dos processos de ocupação da cidade e das possíveis condições de manifestação sócio-cultural deste grupo étnico. Entre outros aspectos, isso pode ser atribuído à gênese do processo de ocupação dos espaços urbanos de SCS.⁹ O grupo étnico majoritário (teuto-brasileiro), se “apropriou” de áreas centrais da cidade, restando aos grupos minoritários (afro-brasileiros) espaços marginais (periféricos).

O caso de Umbelino Porfírio, “indivíduo de cor preta e residente na **Vila Operária, zona periférica da cidade**, [que] encontrava-se no dia 31 de julho de 1948 perambulando pelas ruas

⁶ Como indicação do Jornal Gazeta de Santa Cruz, no decorrer deste artigo, será utilizada a sigla JGSC.

⁷ JGSC, 17/02/1948: 04

⁸ JGSC, 09/08/1946: 02

⁹ Rogério Silveira, ao analisar o processo histórico de constituição do espaço urbano de Santa Cruz do Sul, elabora um quadro com os principais fatores que oportunizaram o surgimento e o crescimento urbano inicial do município. Entre estes, Silveira (1997: 61-69) aponta a estrutura e a dinâmica do complexo agro-industrial tabagista na região do Vale do Rio Pardo como sendo um dos aspectos que, ligado ao êxodo rural, contribuiu para o crescimento demográfico da cidade e ao esvaziamento das áreas rurais.

da cidade embriagado”,¹⁰ ou ainda, o do “conhecido **vendedor de ervas medicinais** Hortêncio dos Anjos de Mattos, homem de cor preta, com 65 anos de idade, residente na Vila Operária que foi encontrado morto em função de uma síncope cardíaca”,¹¹ são alguns dos casos que podem ser mencionados como exemplo da localização de afro-brasileiros no espaço urbano de SCS.

Sob o ponto de vista social, locais como a Vila Operária e o bairro do Camboím, eram considerados espaços marginais da cidade. Essas áreas urbanas, zonas de destino desta população migrante, foram alvo de reclamações de grupos conservadores da sociedade local. Reclamações estas, assim descritas no JGSC:

[...] o Camboím dos becos Laçasso, do Caqui e das Sete Facadas – onde vive num desamparo e numa miséria abjeta e aviltante uma parte substancial da população de uma cidade próspera e vigorosa – constitui um problema gravíssimo que alguns conhecem e a maioria pretende ignorar. [...] a miséria na sua mais sombria e terrível expressão, o esquecimento e o desamparo total é que formaram o Camboím e deram-lhe seu aspecto atual: uma chaga que enfeia um corpo bonito e lhe ameaça progressivamente minar todo o organismo; [...] um quadro deprimente que a cidade faz questão de esconder ou fingir ignorar.¹²

Os descontentamentos da sociedade local, expressos no JGSC no início da década de 1950 podem ser interpretados a partir da perspectiva assinalada por Jean-Claude Schmitt (1990: 280 - 281):

[...] para a sociedade dominante, os marginais se definem negativamente [...], [...] eles são a-sociais em relação à [esta] sociedade [...], [...] mais disseminado nas cidades, é o espaço da mendicância; da prostituição e do roubo. No espaço da marginalidade, movem-se grupos marginais bastante diferentes [...]; [...] Nestes lugares e nesses grupos, floresce uma verdadeira cultura que tem seus signos próprios [...], suas regras de honra, suas técnicas e seu modo de falar.

Schmitt, ao realizar um estudo sobre o lugar dos marginais na história,¹³ deixa claro que a definição de marginal é complexa. O fenômeno da marginalidade, ou seja, o ser marginal, estar na margem, entre outras situações, está vinculado à forma pela qual grupos e indivíduos são vistos pela sociedade da época, bem como pelas representações culturais que permeiam uma dada sociedade. De acordo com o historiador, “a hipótese básica é que uma sociedade se revela por inteiro no tratamento de suas margens” (Schmitt, 1990: 285).

A condição marginal que a população migrante afro-brasileira e seus descendentes assumiu em SCS parece estar contida na relação conflitual existente na articulação do “Eu” com o “Outro”,¹⁴ ou seja, no limiar, na fronteira. Homi K. Bhabha salienta que: “[...] é na emergência dos interstícios – a sobreposição e o deslocamento de domínios da diferença – que as experiências intersubjetivas e coletivas [...], o interesse comunitário ou valor cultural são negociados” (Bhabha, 1998:20).

A este grupo marginal, localizado num “entre lugar”, são atribuídos verdadeiros rótulos, os quais operam como condicionantes de diferenciação e de segmentação e/ou exclusão social da comunidade afro-brasileira e de seus descendentes num espaço físico e simbólico. A análise realiza-

¹⁰ ADPSC LOP (1946-48): 165 (grifo meu)

¹¹ JGSC, 25.02.1949: 06 (grifo meu)

¹² JGSC, 24/06/1952:06

¹³ Sobre a história dos marginais, pode-se também citar os trabalhos de PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. No Brasil, o trabalho de SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal. 1982.

¹⁴ Neste sentido, Norbert Elias (2000) aborda a divisão ocorrida entre dois grupos numa cidade no interior da Inglaterra chamada ficticiamente de Winston Parve. De um lado, o grupo estabelecido, que se percebia e era reconhecido com tal. De outro, o migrante, que ao assumir a condição de recém chegado, assumia a condição do “Outro”. Os estabelecidos representavam a tradição local, do mesmo modo que a hierarquia de antiguidade, enquanto o recém chegado, o “Outro”, era estigmatizado.

da no JGSC revelou aspectos da forma como os afro-brasileiros eram percebidos pela maioria étnica (teuto-brasileiros) na sociedade da época.

O Jornal Gazeta de Santa Cruz: os afro-brasileiros e sua representação

O *Jornal Gazeta de Santa Cruz* teve sua primeira publicação em 26 de janeiro de 1945. Sob a direção dos senhores A. Kliemann e R. Bartholomay, o jornal tinha entre seus objetivos: “Ferir, na medida do possível, todos os problemas – que dizem respeito à vida do município e do seu povo, uma colaboração constante, harmoniosa e profícua com todas as autoridades e em estreita união com o Comércio, Indústria, Agricultura e Classes Liberais [...]”.¹⁵ Conforme seus diretores o JGSC era “o produto do idealismo de uma plêiade de brasileiros aqui residentes, uns desde o nascimento e outros radicados há vários anos, todos, entretanto, irmanados e possuídos dos mesmos desejos de labutar pelo engrandecimento desta terra [...]”.¹⁶

Sendo o JGSC o produto do idealismo dos teuto-brasileiros residentes em SCS, “uns desde o nascimento e outros radicados há vários anos”, sua atenção parece revelar as tensões sócio-culturais latentes na sociedade do período, sobretudo ao que está relacionado à população afro-brasileira residente no município. Na maioria das notícias veiculadas referentes a esta minoria étnica, os atributos vinculados à violência, à vagabundagem e à desordem, bem como da definição dos espaços considerados marginais, eram comuns e pontuais.

Em finais da década de 1940, o JGSC, na parte destinada às notícias locais, brindava seus leitores com a seguinte notícia:

Comemorações e desordens na Linha João Alves: ‘Caçapava’ conhecido do mundo oficial como Francisco Leandro Marques (...); é conhecido da repartição policial, pelo muito que já fez em benefício da contravenção. No domingo, o referido cidadão resolveu improvisar um baileco, na Linha João Alves 1º Distrito deste Município, em homenagem a data da “Bolição” em protesto as atitudes dos senhores Deputados Federais que ‘aboliram’ o feriado que a mais de 10 anos vinha sendo religiosamente festejado com pleno sucesso no ‘Arraial do Beijo Pintado’. Para essa nobre finalidade convidou as mulheres: Florentina M. dos Santos, vulgo ‘Sólita’, Antonia Maurícia dos Santos, Alice Barcelos, Nair Barcelos e Alzira Barcelos, Além de outros elementos da *Escola de Samba Entrada Linha João Alves*. **Houve dança, contradança, a cuíca roncou, a cana correu, o esparramo de pés foi grande, nos maracatus, frevos e chorinhos sapecas.** Ao som do ‘tam tam’, quando o barulho já estava grande e a festa no auge resolveram **entoar a canção guerreira: ‘Minha nega, branco não vem cá ...’**, quando se deu a coisa, e a festa que até então vinha transcorrendo na maior animação; degenerou, em grossa pancadaria da qual resultaram um tanto lesionadas Alice, Nair, Alzira e Florentina. A polícia interveio na Festa, prendeu e fez recolher **Caçapava e as “damas” Florentina e Antonia à senzala** do destacamento da Brigada Militar, por ter verificado que os mesmos provocaram a desordem.¹⁷

A notícia publicada no JGSC pode ser lida e interpretada de várias formas. Por um lado, o autor poderia estar relatando mais um ocorrido como tantos outros da época. Por outro, uma leitura mais atenta pode revelar elementos irônicos e até mesmo estigmatizantes, tais como os atributos relacionados à vagabundagem e à desordem. Estes atributos parecem ser utilizados como instrumentos de marginalização dos afro-brasileiros estabelecidos na cidade, quer sob o ponto de vista individual ou coletivo, revelando desta forma um evidente clima conflitual entre os afro-brasileiros e os teuto-brasileiros.

O tom preconceituoso mostra-se evidente, seja por meio de vários recursos de pontuação ou por meio de expressões como, “a cuíca roncou e a cana correu”, “baileco”, “nobre finalidade”, entre outras. No entanto, o que mais chama a atenção é a forma enfática utilizada pelo jornalista

¹⁵ JGSC, 26.01.1945: 01

¹⁶ JGSC, 26.01.1945: 01

¹⁷ JGSC, 17.05.1949: 04. (grifos meus)

para informar os seus leitores que os “desordeiros” foram recolhidos à “senzala do destacamento da Brigada Militar”.

A analogia realizada pelo jornalista entre “senzala” e “prisão” parece estar relacionada a um dado contexto social, ou ainda a um certo consenso social anterior e já compartilhado que, ao mesmo tempo em que criou a figura do vagabundo e do desordeiro, atribuiu aos afro-brasileiros essa condição. Este consenso parece apresentar elementos/fragmentos dos discursos raciais de finais do século XIX e início do XX, quando alguns intelectuais brasileiros, em especial Nina Rodrigues,¹⁸ imprimiram no imaginário nacional a idéia de predisposição criminal do negro.¹⁹

No entanto, a narrativa de cunho irônico e estigmatizante empregada pelos redatores do referido jornal, não ficou resumida à notícia sobre as comemorações e “desordens” na Linha João Alves. A leitura de outras notícias publicadas no JGSC também pôde revelar a condição marginal que a população afro-brasileira assumiu em SCS. Como exemplo, cita-se os casos do “pardo Umbelino Silva” que “[...] por rixa e desordem foi detido na noite de Sábado passado [...], **natural de Rio Pardo o desordeiro** foi entregue à DP”²⁰ e do também “pardo Jorge Sá, procedente de Venâncio Aires” que “[...] no lugar vulgarmente conhecido por Beco do Laço” feriu-se em função de uma “rixa”.²¹

Para uma maioria étnica que se percebia como o “[...] fruto de uma **população ordeira e empreendedora** que em poucas gerações, transformou este sítio deserto, topograficamente mal situado, em uma notável realização que hoje vemos”,²² os marginais definiam-se negativamente. As reclamações sobre os “menores vadios” publicadas no JGSC, parecem ser outro indício desta marginalização sócio-cultural:

Sem solução o caso dos menores vadios: Indiscutivelmente, tem se tornado um sério problema da cidade nos últimos tempos uma crescente vadiagem de menores pelas ruas, cujo número, segundo observamos ultrapassa a cifra alarmante de 30 e os quais se demoram quase todo o dia nas imediações da Estação Rodoviária, entregues muitas vezes ao jogo e a um completo ócio, uma vez que para serviços de confiança não podem em absoluto ser aproveitados. Este fato consiste uma nota destoante para nossos foros de civilização, sobretudo quando sabemos que outras cidades, muito menores que a nossa e desprovidas de recursos, já resolveram de maneira satisfatória o problema. Reiteramos, portanto, o nosso apelo a quem de direito, para que já não se faça o possível, mas o impossível para resolver uma situação que nos humilha perante outras coletividades e, além disso, nos faz viver em constantes sobressaltos, sujeitos que estamos a roubos e outros desmandos dos referidos menores transviados.²³

Entre as notícias publicadas sobre os menores considerados “vadios” pelos grupos conservadores, pode-se apresentar a notícia sobre o menor,

¹⁸ Em *Os Africanos no Brasil*, Nina Rodrigues (1982: 263) escrevia que: “o negro na América, mesmo tendo assimilado as formas da vida civil, no fundo da alma é uma criança. Na escala da civilização, o afro-americano ocupa ainda um dos últimos degraus, a raça anglo-saxônica um dos primeiros, senão o primeiro. O mais humanitário dos antiescravistas jamais poderá cancelar as diferenças biológicas entre os homens. Quaisquer que sejam as condições sociais em que coloque o negro, está ele condenado pela sua própria morfologia e fisiologia a jamais poder alcançar o branco. Só uma parada da civilização européia e anglo americana daria tempo aos negros para sua lentíssima e não espontânea evolução, atingir-nos é igualar-nos”.

¹⁹ Sobre o debate racial no Brasil de finais do século XIX e início do XX ver entre outros: RODRIGUES, Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Rio de Janeiro. Editora Guanabara, 1894; CORREA, Mariza. *As ilusões da Liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. 2ª Ed. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2001; SCHWARCZ, Lília M. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; SILVA, Mozart Linhares da. *Direito e Medicina no processo de invenção do anormal no Brasil*. In: SILVA, Mozart Linhares da (org). *História Medicina e Sociedade no Brasil*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

²⁰ JGSC, 09.07.1946: 04 (grifos meus)

²¹ JGSC, 11.06.1946: 04

²² JGSC, 26.10.1945: 05 (grifos meus)

²³ JGSC, 20.01.1950: 08 (grifo do autor)

V.L. de M. **de cor preta** e 12 anos de idade, residente no **Camboím** que abordou o Sr. Osvaldo de Oliveira para oferecer-lhe 1 par de brincos e 1 anel de ouro, desconfiado do extraordinário ‘interesse’ que aquele senhor mostrou pelas jóias o referido menor compreendeu que seria melhor ‘**amarelar**’ antes que fosse tarde. Mas mais velozes que as pernas do moleque se mostrava às rodas do Ford do Sr. Osvaldo de Oliveira, que levou o fujão à Polícia. **Aí o endiabrado negrinho** não teve dúvidas em contar todas as suas sujeiras.²⁴

As notícias publicadas no referido jornal por um lado sinalizam as tensões sócio-culturais existentes entre os indivíduos teuto-brasileiros, que redigiam o jornal, ou ainda os que liam a notícia, e os afro-brasileiros distanciados dos locais onde eram produzidas, reproduzidas e representadas as “realidades” sociais da época. Por outro, revelam a forma, ou melhor, o modo como eram representados negativamente os afro-brasileiros na sociedade local.

A construção de imagens negativas desta minoria étnica no JGSC teve desdobramentos significativos em situações de convívio entre indivíduos pertencentes a estes grupos distintos. Como exemplo, cita-se o caso do motorista de táxi “Garcia de tal”, que apresentou queixa junto à Delegacia de Polícia de Santa Cruz contra o também motorista “Sr. Nagel”, conforme o “choufer Garcia [...], o Sr. Nagel procura tirar os fregueses do declarante com palavras agressivas dizendo que o mesmo é negro e sem confiança”,²⁵ ou ainda o de “Joana de tal, de cor preta”, que em abril de 1946, “queixa-se que mandou os filhos assistirem a missa na Igreja Católica e que foram impedidos pelo Sr. Schuster. Relata Joana que o Sr. Schuster os impediu por que os mesmos eram moradores do Camboím, e também porque ali não freqüentavam pessoas de qualquer cor”.²⁶

As situações vividas pelo “choufer Garcia” e o “Sr. Nagel”, bem como pelos filhos de “Joana de Tal”, são exemplos dos confrontos/encontros culturais ocorridos entre a comunidade teuto-brasileira e a afro-brasileira, o natural e o migrante, o “Eu” e o “Outro”. As tensões ocorridas em função da natureza dinâmica das identidades étnicas, as quais são construídas no jogo de confrontações, oposições, resistências, como também e, sobretudo, no jogo da dominação e submissão assumem, conforme Barth (1969), no jogo dialético da dominação e da sujeição, a dimensão mais crítica do problema da identidade étnica.

O caráter conflitual da relação entre os teuto-brasileiros representados sob os signos da ordem, do trabalho e do progresso e, de outro, em contraposição, os afro-brasileiros representados sob os símbolos da desordem, da vadiagem e do desleixo no JGSC, parece fazer parte do que foi chamado por François Hartog (1999:229) de “retórica da alteridade”, isto é, “dizer o Outro é anunciá-lo como diferente – é anunciar que há dois termos, *a* e *b*, e que *a* não é *b*[...]. Mas a diferença não se torna interessante senão a partir do momento em que *a* e *b* entram num mesmo sistema [...]. A partir da relação fundamental que a diferença significativa instaura entre os dois conjuntos, pode-se desenvolver uma retórica da alteridade [...]”.

Considerações finais

Ao longo deste artigo, sem a pretensão de esgotar o tema, porém, com o objetivo de apresentar uma contribuição no campo das novas abordagens do afro-brasileiro no processo histórico do Vale do Rio Pardo, tentou-se analisar a partir do “olhar” do teuto-brasileiro a percepção de migrantes afro-brasileiros e seus descendentes em Santa Cruz do Sul durante as décadas de 1940 e 1950.

Assim, conclui-se que numa sociedade predominantemente marcada pelos traços culturais germânicos, parece que os confrontos/encontros acabaram estabelecendo relações de sujeição e de dominação em que a etnicidade (identidade) destes grupos assumiu a condição de uma *entidade relacional* e predominantemente contrastiva, e que as representações negativas desta minoria étnica parecem ter contribuído tanto para uma marginalização geográfica e simbólica,

²⁴ JGSC, 28/06/1949: 06 (grifos meus)

²⁵ ADPSC – Livro de Ocorrências Policiais, 1946: 04

²⁶ ADPSC – Livro de Ocorrências Policiais, 1946: 20

como para os impasses relacionados à integração social dos migrantes afro-brasileiros e seus descendentes na sociedade da época.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARTH, Fredrik (1969). *Grupos Étnicos e suas Fronteiras*. In: POUTIGNAT, F; STREIFF-FENART, J. *Teorias da Etnicidade*. Trad. Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998.
- BHABHA, Homi K. *O local da Cultura*. Trad. Myriam Ávila et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- CORRÊA, Mariza. *As ilusões da Liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. 2ª Ed. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2001.
- CORREA, Sílvio M. de S. *Mobilidade e desenvolvimento regional: o caso da comunidade afro-brasileira de Santa Cruz do Sul*. In: REDES. Revista do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, vol. 6 – nº1 – Jan.-Abril 2001.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2000.
- FACHEL, José. *O negro no município de Santa Cruz do Sul*. In: *Boletim Informativo*. Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. nº 5 e 6, jun-dez de 1968.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 2 vol. São Paulo: Ed. Domínios/UPS, 1965.
- HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte : Ed.Universidade Federal de Minas Gerais, 1999.
- PARK, Robert Ezra. *A cidade: Sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano*. In: VELHO, Otávio Guilherme. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2ª edição, 1973.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- RODRIGUES, Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Rio de Janeiro. Editora Guanabara, 1894.
- _____. *Os Africanos no Brasil*. 6ª ed., São Paulo: Ed. Nacional, Brasília : Ed. Universidade de Brasília, 1982.
- SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SEYFERTH, Giralda. *Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização*. In: MAIO, M.C. (org). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.
- SCHMITT, Jean-Claude. *A História dos Marginais*. In: LE GOFF, J. *A História Nova*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- SILVA, Mozart Linhares da. *Direito e Medicina no processo de invenção do anormal no Brasil*. In: SILVA, Mozart Linhares da (org). *História Medicina e Sociedade no Brasil*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.
- SILVEIRA, Rogerio Leandro Lima. *A colonização do território e a produção do espaço urbano-industrial em Santa Cruz do Sul*. In: ÁGORA. Vol.3 – nº1 - UNISC, Santa Cruz do Sul, 1997.
- SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal. 1982.

NEGROS E BRANCOS NO JARAGUÁ: UM MORRO NEG(R)ADO E SUA ESTIGMATIZAÇÃO NO TEMPO EM TRÊS ATOS

Ancelmo Schörner

Ato número um: de Morro da Boa Vista para Morro da África.

A região que hoje corresponde ao Município de Jaraguá do Sul começou a ser explorada em fins do século XIX, quando se procederam os trabalhos de medição e demarcação das terras dotais do Conde d'Eu, marido da Princesa Isabel. Em 1876, chegou ao Vale do Itapocu Emílio Carlos Jourdan para tomar posse de dez mil hectares de terras ao norte da Colônia Dona Francisca. Ele obteve concessão para construir um engenho de açúcar que foi denominado Jaraguá. Comprometeu-se também a promover vendas e arrendamentos de terras e a melhorar as vias de acesso ao local. Neste processo, o que nos interessa é o Morro da Boa Vista e sua população negra.

A população de origem africana de Jaraguá do Sul está atualmente concentrada no Morro da Boa Vista (o antigo Morro da África), na vila Lenzi e Nova Brasília. Porém, os moradores dessas duas localidades identificam o “Morro da África” como o lugar de origem dessa população e todos os demais como parentes, tendo, inclusive, o mesmo sobrenome: Rosa¹.

Até os anos 1870, o Morro da Boa Vista como região, como construção simbólica-ideológica de um espaço singular dotado de historicidade própria não existia, e só passa a ser conhecido por este nome a partir de 1880. Há registros de que a primeira indicação oficial tenha sido feita por Jourdan, quando naquele ano mandou estender uma faixa branca composta de duas peças de tecido de dez metros cada, firmadas em três varas de taquaruçu e fixadas na parte oeste do pico com vista ao mar, de onde poderiam ser vistas desde o porto de São Francisco. Alexandre e seu irmão, Manoel Alves de Siqueira, e mais o caboclo João da Silva Rondão, se incumbiram da tarefa².

Segundo um material conseguido junto ao Arquivo Histórico Municipal de Jaraguá do Sul Eugênio Victor Schmöckel, “como primeiros moradores constam alguns trabalhadores de Emílio Carlos Jourdan, que para ali se mudaram depois do fechamento do Estabelecimento Jaraguá [1884]. Se mudaram para ali porque as terras que Jourdan ocupava pertenciam à Princesa Isabel e sua situação ali seria muito insegura. Já as terras à margem direita do Rio Jaraguá eram terras estatais e, por essa razão, lhes daria muito mais tranquilidade. Como a maioria eram negros ou mulatos, de forma pejorativa, apelidaram o Morro da Boa Vista de “Morro da África”³”.

Mas não é bem essa a história do Morro da Boa Vista/Morro da África, pois os negros não foram para o morro por causa da “tranquilidade”, mas sim porque foram sistematicamente expulsos das regiões centrais do que hoje é Jaraguá do Sul. Primeiro quando o Estabelecimento Jaraguá “fechou” e os deixou na mão, sem lugar para ficar e sem pagamento⁴; depois, no início do século XX quando foram expulsos a ferro e fogo por ordem judicial conseguida pelos proprietários da companhia que comprou as terras que haviam pertencido a Jourdan, formada por Francis-

¹ LEITE, Ilka Boaventura. (Coor.). *População de origem africana em Santa Catarina: limites da diferenciação étnica*. Relatório de pesquisa do Núcleo de Estudos da População de Origem Africana da UFSC, Florianópolis, nov./ 1988, p. 9.

² SILVA, Emílio. *O II livro Jaraguá do Sul: um capítulo na povoação do Vale do Itapocu*. Jaraguá do Sul, 1975, p. 54.

³ Arquivo Histórico Municipal de Jaraguá do Sul Eugênio Victor Schmöckel. Mimeo, s/e.

⁴ “Dinheiro não havia. Os extensos canaviais (...) foram incendiados. Sem dinheiro, roça queimada, o povo debandou. Poucos ficaram, entre estes, a família dos Rosa. Cana queimada, o que dava, se aproveitava. Faziam-se açúcar e cachaça. Esperavam-se dias melhores. Não vieram porém. No Fórum de Joinville correu processo contra Jourdan por falta de pagamento”. (SILVA, Emílio. *O II livro Jaraguá do Sul ...* pp. 33-34).

co Tavares Sobrinho, César de Souza e Angelo Piazero.

Os primeiros habitantes do morro foram trabalhadores negros⁵, “vindos do Norte e do Rio de Janeiro, que trabalhavam para Jourdan no “Estabelecimento Jaraguá”, um “complexo industrial” que foi iniciado em 1877 e consistia de engenhos de açúcar, de farinha de mandioca, de fubá, de olaria e duma serraria⁶”. Ele funcionou até 1883, quando paralisou as atividades por conta de dificuldades financeiras, haja vista os problemas encontrados para fazer chegar açúcar e aguardente ao porto de São Francisco, de onde seria embarcado para o Rio de Janeiro. A abertura do Salto Itapocu, em Guamiranga, se frustrou por falta de recursos. Assim, os trabalhadores ficaram sem receber salários durante diversos meses. É provável que alguns desses trabalhadores tenham se instalado no Morro da Boa Vista.

Segundo a memória, antes de irem para o local onde hoje residem, moravam na Vila Nova, localidade vizinha à atual, onde, pudemos comprovar as informações através da existência de um oratório com uma “santa negra” que afirmam ser Nossa Senhora Aparecida. Mas antes dela, teria havido lá uma imagem de Nossa Senhora do Rosário, até hoje considerada grande protetora e a quem rendiam culto e realizavam, no passado, uma grande festa⁷.

Segundo Elisa Rosa, “a maioria dos que moram ali na Nova Brasília e Vila Lenzi já passaram por aqui no Morro: Tia Dirce morou aqui, o Sr. Waldemiro, o Sr. Manequinha ... Eu já ouvi falar que antes de vir aqui pro Morro, moravam na Vila Nova, depois com a chegada dos Piazero, o pai do Renato Piazero, não sei o que deu lá⁸, parece que tiraram e jogaram aqui pra cima⁹”. Com a chegada dos imigrantes europeus, em sua maioria italianos¹⁰ e alemães, eles foram perdendo suas terras, como narram: “meu avô foi escravo e ele, assim como meus pais, contavam que antes de morar no Morro da Boa Vista, moravam na Vila Nova. Com a chegada dos Piazero, foram obrigados a mudar para o morro, onde passaram a viver, construíram casas e abriram muitas roças de cana, mandioca e frutas, produziram cachaça e farinha¹¹”. Foi neste momento, e através dos imigrantes italianos, que o lugar ficou conhecido como “Morro da África”, denominação que serviu (e serve) para designar o espaço onde morava a população afro-negra de Jaraguá do Sul, e que com o tempo substituiu a primeira. Durante muitos anos foi utilizada inclusive por aqueles que o habitam, não sendo raro os negros que ainda se lembram dela. Em ambos depoimentos, no de Elisa, que ainda mora no morro, e no de Waldemiro, que já morou no morro e hoje mora na Vila Lenzi, fica claro que os negros foram expropriados, e mesmo que não saibam os detalhes, sabem do acontecido¹². Para outros a ida para o morro deu-se porque

*“Meu pai sempre contava que Domingos Rosa ganhou esse terreno lá no Morro da Boa Vista do Jourdan. (...) que ele era um escravo liberto e ele veio mais o Marco Rosa rio acima de São Francisco com o Emílio Carlos Jourdan pra medir as terras de Jaraguá (...) e ele ganhou o Morro da Boa Vista, uma parte pra cima do morro, ele ganhou tudo como recompensa do Jourdan porque ele não tinha como pagar. Ali onde é o banco Itaú, no centro de Jaraguá, era tudo dos Rosa, que ali ele tinha a casa dele (...) depois compraram deles e pra indenizar ele compraram uma casa lá perto do Juven-
tos [estádio de futebol que fica no bairro Jaraguá Esquerdo] (...) isso foi na virada de 60 e início de 1970 já¹³”.*

⁵ Jourdan chegou em 1876 com 60 trabalhadores destinados à lavoura. Numa relação de 19 trabalhadores nomeados, estão Domingos e Marcos Rosa, que segundo várias entrevistas, foram os primeiros moradores do Morro da Boa Vista.

⁶ STULZER, Frei Aurélio. *O primeiro livro de Jaraguá*. Petrópolis, Vozes, 1972, pp. 11-12.

⁷ LEITE, Ilka Boaventura. (Coor.). *População de origem africana em Santa Catarina ...* p. 66. As entrevistas foram feitas por José Bento Rosa da Silva.

⁸ Eles foram expulsos, conforme veremos.

⁹ SILVA, José Bento Rosa da. *A população “morena” do Bairro Vila Lenzi/Nova Brasília – Jaraguá do Sul/ SC*. Itajaí, julho de 1988. Monografia. Fundação de Ensino do Vale do Itajaí, p. 15, citando o depoimento de Elisa Rosa.

¹⁰ Os italianos começaram a chegar no Jaraguá em 1892, vindos de Blumenau e Rio dos Cedros, via Pomerode. Eles se instalaram na Barra do Rio Cerro, Nereu Ramos e Santa Luzia. Alguns deles, como a família Piazero, ficam no centro.

¹¹ SILVA, José Bento Rosa da. *A população “morena” do Bairro Vila Lenzi/Nova Brasília – SC*. Itajaí, julho de 1988. Monografia. Fundação de Ensino do Vale do Itajaí. ... p. 15, citando o depoimento de Waldemiro Rosa.

¹² LEITE, Ilka Boaventura. (Coor.). *População de origem africana em Santa Catarina ...* p. 66.

¹³ João Laércio Rosa é neto de Domingos da Rosa e mora em Guaramirim (SC). Entrevista concedida a Ademir Pfiffer em 15/07/2003, que gentilmente nos cedeu a transcrição.

Na verdade, Domingos Rosa comprou do Governo do Estado de Santa Catarina as terras no Morro da Boa Vista. Segundo a Diretoria de Terras e Colonização, em 1907¹⁴ ele já tinha o título provisório do lote nº. 2¹⁵, localizado na Linha Três Bicos, no Morro de Jaraguá. O título definitivo foi passado pelo Palácio do Governo do Estado em 08/01/1914¹⁶.

Mas para muitos, da mesma forma que as histórias do morro e de Jaraguá do Sul se confundem, não se pode separar a história de Domingos Rosa da do Morro da Boa Vista, pois teria sido ele, com sua numerosa prole, um de seus primeiros habitantes. Em princípios de 1880, seu pai, João Estevão de Oliveira Rosa, veio acompanhado de sua família trabalhar com Jourdan na abertura de um canal que facilitaria a ligação entre o Jaraguá e o porto de São Francisco. De João Estevão, negro, sabe-se que era natural do Porto de Ubanda, na África – seu sobrenome, Buruanga, teria o significado de “mamangava” (em tupi, um tipo de inseto da família das abelhas)¹⁷ – e que se casara com Rosa Thomasia da Conceição, aos 18 de outubro de 1867, em Joinville. Domingos Rosa, seu filho mais velho, casou-se com Rita Veríssima da Conceição; ele casou-se mais duas vezes e teve trinta e seis filhos, dos quais alguns ainda vivem e moram no Morro da Boa Vista¹⁸.

Domingos Rosa, um dos prováveis primeiros moradores do morro, trabalhou no “Estabelecimento Jaraguá” de Jourdan. Em dezembro de 1893 ele e seus amigos tiveram que desocupar o local por conta de sua invasão pelas tropas federalistas de Gumerindo Saraiva. Mesmo com o engenho paralisado, com os canaviais queimados e a debandada dos trabalhadores, Domingos Rosa conservou-se na área do engenho até 1896, ano da destruição e da retirada de tudo; máquinas que ali existiam, trazidas pelos alemães vindos de Joinville, foram retiradas da cobertura de zinco do engenho, pelos moradores com direito aos salários por receber de Jourdan. Abriu clareira à margem do rio Jaraguá, região atravessada pela atual rua Barão do Rio Branco¹⁹, ficou ali até 1904, quando requereu terras do governo do Estado e foi morar no Morro da Boa Vista.

Foram dessas terras, planas e no centro da colônia, que os primeiros moradores do Jaraguá, os negros, foram expulsos mais tarde, quando a sociedade²⁰ formada por Francisco Tavares Sobrinho, César de Souza e Angelo Piazeria²¹ “requereu despejo dos moradores sem títulos, em juízo, e assim, por despacho do juiz de direito de Joinville, o policial, Gabriel de Moraes, cumprindo o mandado, desalojou com violência e arrasou com fogo²². Antes, porém, já existia um pequeno agrupamento no morro da Boa Vista, de descendentes de pretos, desde 1901. Domingos Rosa, João Ventura e Justino de Oliveira partiram, a pé, para Florianópolis a fim de sensibilizar as autoridades. O governo vendeu-lhes então três lotes de terras, onde já havia pequena favela²³”.

De acordo com Norberto Rosa (filho do 3º. casamento de Domingos Rosa, com Paulina Cordeiro), em entrevista ao autor no dia 24/07/2003, seu pai nasceu na África e é descendente da tribo Buruanga, tendo sido lá escravo; aqui lhe trocaram o sobrenome, provavelmente no Rio de Janeiro, para Rosa, para poder legalizar os seus documentos, o que teria sido feito por Emílio

¹⁴ O título provisório foi concedido por despacho do governo em 03/08/1904 para ser pago em seis prestações iguais e anuais. O título definitivo deveria ter sido passado em 1910, mas houve atraso no pagamento de algumas prestações e ele só foi passado em 17/04/1914 pela Diretoria de Terras.

¹⁵ O lote nº. 2 possuía uma área 300.000m² e foi vendida por 360.000 reais. O lote nº. 1 foi vendido à Marcos Rosa, seu irmão.

¹⁶ Gerência de Assuntos Fundiários e Fundo de Terras de Santa Catarina. Pesquisa do autor em 31/03/2004.

¹⁷ LEITE, Ilka Boaventura. (Coor.). *População de origem africana em Santa Catarina* ... p. 65. As entrevistas foram feitas por José Bento Rosa da Silva.

¹⁸ SILVA, Emílio. *O II livro Jaraguá do Sul*... p. 58.

¹⁹ SILVA, Emílio. *O II livro Jaraguá do Sul* ... p. 59. Grifo nosso.

²⁰ “É aqui que a idéia de uma ordem “tradicional” torna-se mais enganadora. Pois nenhum proprietário é inocente, em nenhuma etapa do processo, a menos que nós próprios resolvamos lhe atribuir inocência. Pouquíssimos títulos de propriedade, se investigados, se revelariam livres de mácula, no longo processo de conquista, roubo, intriga política, favoritismo palaciano, extorsão e poder do dinheiro. É uma ilusão profunda e persistente supor que o tempo confere a esses processos de aquisição tão conhecidos uma inocência que possa ser contrastada com a crueldade das etapas subsequêntes desses mesmos impulsos essenciais”. (WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 74).

²¹ Emílio Carlos Jourdan vendeu suas terras em 01/07/1898, quando retirou-se definitivamente do Jaraguá.

²² Essa limpeza de área foi feita juntamente com a matança dos indígenas que viviam na região.

²³ SILVA, Emílio. *O II livro Jaraguá do Sul*... p. 59. Grifo nosso.

Carlos Jourdan). Ainda de acordo com ele, seu pai morreu com cerca de 115 anos, o que é atestado pela sua certidão de óbito que se encontra no Cartório de Registro Civil de Jaraguá do Sul no livro C8, folha 221. Segundo ela, ele morreu no dia 09/05/1946, às 16 horas na sua casa, no Morro da Boa Vista, em Jaraguá do Sul, com 115 anos. A causa mortis, senilidade, foi atestada pelo médico Álvaro Batalha. Ele nasceu em São Francisco do Sul. O registro foi feito no dia 10/05 pelo seu filho José Rosa²⁴.

A partir da entrevista com Norberto Rosa, confrontada com outros dados, podemos observar vários desencontros. A data de sua morte, 1946, confere com a da entrevista, mas não a idade, pois seu pai se casou em 1867. Se ele nasceu nesse mesmo ano, o que não deve ter acontecido, mas só em 1868, morreu com cerca de 80 anos. O local de nascimento também não confere, pois ele nasceu, como vimos, em São Francisco do Sul (ou pelo menos lá ele foi registrado). Se Domingos Rosa ficou na área do engenho até 1896, mesmo ele não pertencendo mais a Emílio Carlos Jourdan, então o morro começou a ser povoado, provavelmente, a partir dos anos de 1897.

Comparando os dois textos, verifica-se muita confusão nas datas (o que dificulta precisar a data da ocupação do morro). Se Domingos Rosa foi o primeiro a fazer uma taxada de açúcar no engenho de Jourdan (conforme Emílio Silva, p. 59) e este começou a funcionar em 1877, então ele tinha cerca de 10 anos (isso poderia ter acontecido?), porém, como ele estava no Jaraguá, se Emílio Silva diz que ele veio com seu pai em 1880 para abrir um canal?²⁵. Ademais, conforme os documentos trazidos por Frei Aurélio, Domingos Rosa chegou em Jaraguá do Sul em 1876/1877 e já era casado. Seria isso possível? Mas ele não chegou só em 1880, com seu pai²⁶?

De qualquer maneira, o Morro da Boa Vista “nasce” da ocupação dos negros, os primeiros habitantes do Jaraguá. E, infelizmente, nasceu marcado pelo estigma, pelo preconceito, pela discriminação e pelo, descaso, como comprovam os depoimentos abaixo.

“Muita gente, que eu mesmo já vi falar, diz que o povo daqui do morro é bandido, é preto marginal, é pobre, é do Paraná, essas coisas. Falam que nós não moramos, mas se escondemos do centro aqui no morro. Isso não é verdade, mas muitos dizem isso”²⁷.

“Ouviu falar sim do tal Morro da África, de que era um lugar mal falado, perigoso, com bandido, marginal, meio brabo, meio de malandragem, suspeito. Muita gente falava mal do morro, de que aqui tinha muito preto que só aprontava confusão, brigava. Mas eu nunca tive problema por aqui no morro”²⁸.

“Eu nunca tive medo de subir o morro. Muita gente me disse que não era pra vim pra cá que aqui era perigoso e coisa e tal. Eu sempre vim sem problema. Mas muita gente fala mal do morro por causa do que aconteceu há muito tempo aqui, de brigas entre vizinhos, de negros com festas e beveragem que acabavam em muita briga e o povo fala isso ainda hoje. Fala que tinha preto bandido, brigão, que aqui se morria fácil. Ficou o medo do povo do morro. Mas eu sempre vim sem problema. Então quem sabe disso já fica de olho bem aberto com quem mora aqui”²⁹.

Ato número dois: “Estrada? Não precisa”: nos buracos de tatu da grotesca favela qualquer um passa.

Jourdan, no mesmo ano de sua chegada, teria tido um desentendimento com a Companhia Hamburguesa de Colonização, que tomava como suas aquelas terras. Como desdobramento deste episódio, Jourdan teria pedido ao governo a revogação do decreto 998 de 17/04/1883 que

²⁴ Consulta do autor em 23/10/2003.

²⁵ SILVA, Emílio. *O II livro Jaraguá do Sul...* p. 59.

²⁶ SILVA, Emílio. *O II livro Jaraguá do Sul...* p. 58.

²⁷ Alvir é de General Carneiro (PR). Mora “a vida toda no Boa Vista”, isto é, há 16 anos, que foi quando chegou do Paraná. Entrevista concedida em 19/08/2003.

²⁸ Seu Armando nasceu em Luís Alves (SC) e veio para Jaraguá do Sul em 1971. Há 19 anos mora no Morro da Boa Vista. Entrevista concedida em 08/08/2003.

²⁹ Sérgio é de Jaraguá do Sul, onde morou em vários lugares antes de ir para o morro da Boa Vista, onde está “há uns três anos”. Entrevista concedida em 21/08/2003.

solicitava a anexação de Jaraguá a Joinville. Esta petição contava com a assinatura de 237 pessoas que queriam pertencer a Parati. Conforme consta, “Jaraguá era considerada, então, uma terra de negros e analfabetos³⁰”.

O morro, seja da Boa Vista ou da África, tornou-se estigmatizado pela presença do grupo que em hipótese permaneceu, anos mais tarde, na mesma posição subalterna, não conseguindo tornar suas as terras que ocupavam. De acordo com Emílio Silva, “com a chegada de colonos europeus, vindos também dos municípios vizinhos, deparou-se uma regular favela, instalada na falda da elevação mais próxima da aldeia do velho Jaraguá, iniciada no ano de 1901³¹, cujos proprietários eram os ex-operários da fazenda do Jourdan, constituídos de gente, em sua maioria de cor negra, dos Rosa, Ventura, dos Rita e outros. Atualmente, bem poucos dos remanescentes sabem algo sobre o nome grotesco³² de “Morro da África³³”.

Seu Antônio Kliminkowsky é um dos moradores mais antigos do Morro da Boa Vista. Seu pai comprou o terreno no morro por volta de 1940, mas ele não se lembra de quem³⁴. Na propriedade plantava-se cana-de-açúcar, milho, feijão, aipim e arroz do seco, produtos que eram comercializados na cidade³⁵.

Em 1955 foi morar no Morro da Boa Vista, tendo sua mudança sido trazida nas costas pela antiga estrada do morro, o que significa dizer que caminhou quase três quilômetros morro acima por uma picada. Outra parte ficou embaixo, na casa de seu amigo Chico Jacomini, que morava no pé do morro. A mudança foi levada aos poucos, pois nem sempre dava para se levar alguma coisa por causa das condições do caminho, haja vista “que quando chovia a gente perdia o tempo que tinha aberto a estrada a picareta e enxadão, que virava lama e valos, o que impedia a passagem de animais. Pra trazer tudo demorou uns dois meses. Depois de uns tempos a estrada foi aberta e já passava carro de boi. Doentes e falecidos eram transportados de carroça, isso quando não chovia muito. Teve uma vez que ele teve que carregar a esposa, com tétano, morro abaixo nos braços e depois emprestar uma bicicleta pra ir até o hospital.

A estrada foi, durante muitos anos, um dos grandes problemas dos moradores do Boa Vista. Foi Seu Antônio, com a ajuda de mais duas famílias, os Spézia e os Francener, que começou a construir a estrada em 1965, na qual “gastamos muito dinheiro, mas tinha que ser feita. Não dava para ficar como estava, uma picada que não passava nada. Aí também³⁶ peguei dinheiro emprestado no banco e empreitei uma máquina de esteira e começamos a abrir a estrada. Alguns vizinhos não ajudaram por que não podiam, mas alguns não queriam mesmo. Nem mesmo a prefeitura ajudava. Um prefeito³⁷ chegou a dizer que “não precisava estrada no morro”, porque “em qualquer carreiro de tatu preto passava³⁸”. Foram quase três quilômetros de estrada aberta a picareta, enxadão e máquina de esteira.

“O morro era muito abandonado. Só mais tarde que alguns prefeitos ajudaram o pessoal do morro,

³⁰ Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, vol. XXXII, p. 190, citado por LEITE, Ilka Boaventura. (Coor.). *População de origem africana em Santa Catarina ...* p. 66.

³¹ Se Domingos Rosa foi um dos primeiro moradores do Morro da Boa Vista, ou Morro da África, como era mais conhecido na época, e ele ficou na área do engenho até 1896, mesmo ele não pertencendo mais a Jourdan, então o morro começou a ser povoado, provavelmente, a partir dos anos de 1897, e não 1901 como sustenta Emílio Silva. (SILVA, Emílio. *O II livro Jaraguá do Sul...* p. 54).

³² Percebe-se que nas palavras “grotesco” e “favela” já está presente o preconceito e a discriminação que vão marcar até os dias de hoje a localidade. Atualmente alguns o chamam de Morro das Antenas, se referindo à ela como ponto turístico, o que não diminui os problemas vividos pelos moradores, sejam eles os reais ou os da representação do morro como um lugar “muito mal falado”, segundo um depoimento concedido ao autor em 08/08/2003 e registrado em anotações.

³³ SILVA, Emílio. *O II livro Jaraguá do Sul...* p. 54.

³⁴ Na verdade seu pai comprou o terreno de Pedro Gerent, com quem falamos no dia 10/08/2003.

³⁵ Seu Antônio serviu o exército no Rio de Janeiro, “no final dos tempos do Getúlio”, e quando voltou do quartel foi para Joinville, onde trabalhou na Fundação Tupy, com cujo salário comprou um terreno no Morro da Boa Vista em 1947.

³⁶ “Gastamos muito dinheiro com a rua, tudo conseguido com a venda de laranja, banana e arroz para a indústria”.

³⁷ Roland H. Dornbuch – prefeito de Jaraguá do Sul entre 31/01/61 e 31/01/66.

³⁸ Pelo que apuramos, esse foi o momento em que oficialmente o Morro da Boa Vista e seus moradores começaram a ser discriminados.

*mas não muito como deveria. A água da Samae chegou faz pouco tempo, talvez uns cinco anos. A luz já tem desde 1968*³⁹”.

Neste caso, a posição subalterna e até marginal dos descendentes de africanos em relação aos colonos europeus é flagrante. Aí começa sua “invisibilidade”. No decorrer do século XX, conseguiram sobreviver através de estratégias de produção coletiva e manutenção de fortes vínculos familiares: “Lá no morro é tudo parente!”⁴⁰”.

Maria Rosa, moradora do Morro da Boa Vista “a vida toda”, diz que

*“há um tempo atrás aqui morava muitos negros aqui. Tudo da nossa família Rosa. Eles viviam em casa de madeira coberta com palha. De tijolo não se ouvia falar. (...) aqui se plantava laranja e outras árvores frutíferas. Sempre foi plantado aqui. Hoje tudo mudou e não tem mais quase nada disso porque os terrenos são pequenos, ocupados. (...) alguns tinham tipo sítios que foram loteando, vendendo pro pessoal que estava chegando no morro, que hoje está mais sofrido ainda. É falta de água, que tem que pegar do morro, esgoto, que o povo joga tudo no mato, na cachoeira, energia que não tem direito. Hoje ainda não mudou muita coisa e o povo está abandonado. Não tem quase nada e cada um vai se virando como pode pra sobreviver aqui em cima*⁴¹”.

*“Antigamente as casas eram tudo de ripa de embaúva e coberta de palha de palmito. Era de chão batido. Tinha muita delas aqui no morro. Depois foi mudando com o tempo, que os moradores foram comprando umas tábuas, umas telhas, até tijolo e foram melhorando as casas. Hoje tá melhor, mas tem muita casa onde moram várias famílias e casa muito pequena, que mal cabe dois dentro. Essas aí embaixo são assim, pode ver moço que o que eu tô falando é verdade. É que aqui em cima do morro é tudo pobre, que ganha pouco e que chega aqui sem quase nada e a gente deixa construir uma casinha pra eles ficar*⁴²”.

Os migrantes que chegaram no morro anos depois puderam confirmar a veracidade das palavras do prefeito que alegava que não precisava estrada no morro. Seu Armando, que chegou de Luís Alves em 1971 e foi morar no Morro da Boa Vista em 1984 – vinte anos depois da afirmação – nos disse que “quando vim pro morro aqui era só uma picada e mato pra todo lado. Não tinha energia, não tinha água, não tinha esgoto. Nada. Era tudo abandonado”⁴³.

Ato número três: A visão panorâmica do morro maquilado: o retorno à Boa Vista.

Doze anos depois que Roland H. Dornbuch declarou que “não precisava estrada no morro”, porque “em qualquer carreiro de tatu preto passava, “a municipalidade resolveu abrir caminho no Morro da Antena”. Pela manchete pode-se facilmente vislumbrar o que significava subir o morro, pois era preciso “abrir caminho”. Mas por que essa mudança da municipalidade em relação ao morro? Seria para facilitar a vida de seus moradores? Não. O caminho estava sendo aberto para dar condições de se implantar no morro repetidoras dos canais de televisão que atuavam em Santa Catarina⁴⁴ e “se tornar um ponto turístico de invejável beleza”.

As obras prosseguiram, mas enfrentavam várias dificuldades, tais como as pedras⁴⁵, a topografia acidentada e o mau tempo, de forma que a empresa contratada pela prefeitura para abrir caminho para o Morro da Antena, só concluiu os primeiros trabalhos – permitindo que em dias de sol veículos atingissem o topo do morro – em janeiro de 1980.

³⁹ Antônio Kliminkowsky nasceu em Massaranduba e morou em Corupá e Joinville antes de vir para Jaraguá do Sul, no Morro da Boa Vista, em 1955. Entrevista concedida em 05/08/2003.

⁴⁰ SILVA, José Bento Rosa da. *A população “morena” do Bairro Vila Lenzi/Nova Brasília ...* p. 17, citando o depoimento de Eugênia de Oliveira Pereira.

⁴¹ Maria Rosa é de Jaraguá do Sul e sempre morou no Morro da Boa Vista. Entrevista concedida em 01/08/2003.

⁴² Maria Rosa nasceu há trinta e oito anos no Morro da Boa Vista. Entrevista concedida em 20/08/2003.

⁴³ Seu Armando nasceu em Luís Alves (SC) e veio para Jaraguá do Sul em 1971. Há dezenove anos mora no Morro da Boa Vista. Entrevista concedida em 08/08/2003.

⁴⁴ A Gazeta de Jaraguá, 21/09/1979, p. 1.

⁴⁵ Foram mais de mil detonações em pedreiras encontradas ao longo da estrada, dentro da mata.

“No local das futuras repetidores, contempla-se várias cidades da região do interior e faixa do litoral norte catarinense. Certamente se converterá num ponto turístico, de invejável beleza, sugerindo-se até mesmo a colocação de um marco luminoso, sob a forma mais conveniente encontrada (talvez uma grande cruz luminosa) que desse vista do local à longa distância e servisse como ponto de referência, fato que, queremos crer, será bem aceito pela comunidade⁴⁶”.

Partindo da idéia de que o “Pico Jaraguá tem todas as características previstas inclusive em lei florestal para ser uma reserva ecológica”, o engenheiro florestal Ingo Robl apresentou um trabalho visando sensibilizar as autoridades municipais⁴⁷ no sentido de criar no Pico Jaraguá uma reserva ecológica⁴⁸. No mesmo mês que o engenheiro florestal Ingo Robl apresentava às autoridades o seu projeto, o arquiteto José Fernando Fonseca publicava artigo externando sua preocupação com a ocupação dos morros de Jaraguá do Sul. Segundo ele, “o processo, ainda no seu estágio inicial, mas caso não seja controlado pode vir a tornar-se catastrófico e está a requerer a atenção devida da Municipalidade⁴⁹”.

Diante disso ele se perguntava: “será que a Lei Federal nº. 6.766 e Lei Estadual nº. 6.063 que impedem o parcelamento do solo em terrenos com declividades iguais ou maiores que 30% vêm sendo seguidas? Não será hora de se legislar sobre a ocupação e uso do solo dos morros? Não é importante assegurar a preservação permanente dos revestimentos vegetais de modo a se evitar problemas de assoreamento dos rios e erosão nas encostas, tornando os morros de Jaraguá mais verdes e seguros?⁵⁰”.

É importante notar que o arquiteto não cita quem mora nos morros e nem de onde vêm, muito embora os quer mais verdes e seguros: para quem? Talvez a matéria publicada no Correio do Povo um ano e quatro meses depois, tornando público que “duas rampas de vôo livre foram inauguradas no final de julho de 1984 junto às repetidoras de televisão, no Morro da Boa Vista. Paralelamente à inauguração, acontecida no período da manhã, iniciou-se a primeira etapa do 2º Campeonato Catarinense de Vôo Livre, promovida pela Prefeitura (...). Durante a semana vários vôos de reconhecimento rasgaram os céus do terceiro parque industrial do Estado, ainda comemorando os seus 108 anos de fundação⁵¹”, responda a nossa pergunta.

Paradoxalmente, alguns anos depois o acesso às antenas de TV e rampas de vôo livre estava abandonado à própria sorte, sendo enormes as dificuldades para se atingir o cume do morro com veículo, o que estava desestimulando os seus praticantes a realizar treinamentos e vôos. O Correio do Povo dava conta de que “pilotos de Florianópolis, Curitiba e São Paulo têm evitado vir a Jaraguá em vista do dificultoso acesso. Seria interessante providências por parte da municipalidade e a contratação de um zelador efetivo, que evitaria maiores dispêndios, além de manter trafegável o acesso⁵²”.

Ao que parece, a situação do morro preocupava muita gente, mas não por causa de seus moradores. A Gazeta de Jaraguá, por exemplo, estava preocupada com o Morro Jaraguá, “que também já está por merecer denominação oficial⁵³”. O jornal se perguntava: o que fazer para proteger os seus três picos e seus atributos naturais⁵⁴? Além disso, ele questionava a eficiência de um decreto municipal criando-o como área de preservação permanente, posto que área de preservação permanente ele já o é desde meados da década de 1960, com o advento do Código

⁴⁶ Correio do Povo, 18/01/1980, p. 1. Como se vê, os moradores não foram levados em consideração, mesmo porque a comunidade a que se refere a matéria não são os moradores do morro, mas pessoas que usarão da rampa de vôo livre instalada no morro.

⁴⁷ Leia-se Acijs.

⁴⁸ A Gazeta de Jaraguá, 08/04/1983, p. 1.

⁴⁹ Fonseca, José Fernando M. *A ocupação dos morros*. Correio do Povo, 23 a 29/04/1983, p. 10.

⁵⁰ Fonseca, José Fernando M. *A ocupação dos morros*. Correio do Povo, 23 a 29/04/1983, p. 10.

⁵¹ Correio do Povo, de 28/07 a 03/08/1984, p. 1.

⁵² Correio do Povo, 16 a 22/05/1987, p. 5.

⁵³ O morro já foi Morro da Boa Vista, Morro da África, Morro Jaraguá e atualmente é Morro da Boa Vista, muito embora o “Morro da África” ainda esteja na lembrança dos mais velhos.

⁵⁴ A Gazeta de Jaraguá, 04/07/1986, p. 4.

Florestal Federal, que em seu art. 2º. declarou como áreas de preservação permanente todas as encostas de morros, contornos de nascentes e margens de curso d'água no território nacional⁵⁵. Mas nem por isso deixamos de assistir o seu gradual escalpelamento, as queimadas, os rasgos causados pela ação predatória irracional e condenável do homem⁵⁶.

De quem ele estava falando? Quem eram os homens que agiam no Morro Jaraguá (Morro da Boa Vista) de forma irracional e condenável não estava claro. Mas pelo menos sabemos que ele estava se referindo ao decreto que seria assinado pelo Prefeito Durval Vassel alguns meses depois, o Decreto Lei nº. 1.549/87, que declarava de interesse social terras no Morro Jaraguá, *“que vem sendo vítima de agressões predatórias que colocam em risco os seus atributos hídricos, flora, fauna e solo, comprometendo mananciais, devastando a sua cobertura vegetal, afugentando seus animais e causando erosão; d) a tradição histórica da elevação em pauta, que confere identidade ao Município e se constitui em elemento geográfico de grande notoriedade, figurando no Brasão e na Bandeira Municipais, cuja localização privilegiada permite o descortinamento de uma panorâmica visão de todo o Vale do Itapocu, e os seus dotes paisagísticos, turísticos e recreativos característicos, contendo uma das melhores rampas de vôo livre do País”*.

Em 1990 a situação não havia mudado, estando vários trechos da estradas de acesso ao topo do morro danificados pelas chuvas, do mesmo modo que as duas rampas de vôo livre estavam ameaçadas pelo desmoronamento constante de barreiras⁵⁷. Contudo, o que preocupava não era a população, os moradores, mas a segurança dos pilotos para chegar ao local e para saltar; as centenas de famílias que subiam e desciam o morro todos os dias não eram levadas em consideração.

Mesmo com a lei⁵⁸, o Morro da Boa Vista não parou de ser ocupado por moradores, geralmente pobres e migrantes. A existência, em parte do morro, de moradores agraciados⁵⁹ com a permissão de construir suas moradias num pedaço de terra em troca do serviço de zelar para que não fosse permitida a construção de casas naquela propriedade, não pôde evitar que diversas famílias fossem chegando e se alojando.

Atualmente, quem habita o Morro da Boa Vista é uma população heterogênea do ponto de vista de sua inserção no mercado de trabalho. São operários, biscateiros, trabalhadores por conta própria, prestadores de serviços, trabalhadores domiciliares por tarefa, empregadas domésticas, diaristas, enfim, toda uma imensa gama de empregos de baixo prestígio e parca remuneração⁶⁰.

O morro se expressa, assim, em discursos de saber e de poder, especialmente quando suas falas confrontam-se com as da cidade oficial, com o tratamento desigual e diferenciado exigido pela existência do social. A cidade oficial precisa manter e justificar os autoritarismos e as dominações, por isso investe seu discurso sobre os moradores de forma a dotá-los com a perversidade de sua lógica, o que quer dizer que se busca uma certa “aceitação” e “naturalização” da inferioridade dos moradores da periferia, como que dando bênção à naturalidade da normalização da violência, do preconceito, porque tais acontecimentos estão ligados ou referidos à população pobre, negra, migrante, moradora do morro.

⁵⁵ Lei Federal Nº. 4132/62, de 10/09/1962.

⁵⁶ A Gazeta de Jaraguá, 04/07/1986, p. 4.

⁵⁷ Correio do Povo, 17 a 23/02/1990, p. 6.

⁵⁸ Decreto nº. 1.549/87, que declara de interesse social terras no Morro Jaraguá [Morro da Boa Vista], através do Ofício nº. 6/86, de 05/11/1986.

⁵⁹ *“O terreno onde eu moro não sei de quem é. Eu acho que é de preservação da prefeitura, mas não sei dizer ao certo. Quando eu vim eu não tinha onde morar e na secretaria da prefeitura me disseram que eu podia vim pra cá, mas que não era pra contar pra ninguém e nem deixar desmatar. Então foi construída a casa, que agora tem risco de desabamento por causa daquela pedra que rolou lá de cima e encostou na parede”*. (Entrevista concedida por I. em 21/08/2003).

⁶⁰ Nas listas dos Fundadores, Participantes e Diretores da Associação de Moradores do Morro da Boa Vista – entre 1991 e 1998, encontramos as seguintes profissões: um agricultor, três aposentados, seis autônomos, quatro pedreiros, um carpinteiro, dois vigias noturnos, dois funcionários públicos, cinco operários com carteira assinada, uma doméstica e um desempregado. (Listas da AMMBV fornecidas em 24/07/2003 por Norberto Rosa, ex-presidente da associação, ao autor, a quem agradecemos também pelas entrevistas concedidas).

“Hoje o morro ainda é bem mal falado lá embaixo. Dizem que aqui era o morro da África por causa dos negros que tinha. Hoje tem pouco negro aqui. Acontecia muita briga, muita bebedeira, muita confusão aqui em cima há uns tempos atrás. Aí ficou o medo do pessoal do morro. Então quando se fala que mora no Boa Vista o povo fica meio com um pé atrás, desconfiado⁶¹”.

“O preconceito tem sim da cidade em relação ao morro. Mas não é aberto, que todos falam. Isso não. Ele tá disfarçado nos papel que se exige, na falta de estudo da pessoa daqui de cima, na Prefeitura que não aparece aqui pra arrumar as coisa. Isso pra mim é preconceito. Isso eu digo que o Boa Vista é uma das localidade mais antigas de morador da cidade e não tem quase nada do que outros lugar tem, de asfalto, água, luz⁶²”.

Exemplo oficial dessa segregação foi a incipiente discussão em torno de um projeto denominado 3P no final de 1997 e início de 1998 pela vereadora Maria Elisabet Mattedi (PFL), seguindo o projeto de Adolfo Juliano Zimmermann. Para o autor do projeto “em 1991, quando se discutia o Projeto Jaraguá 2010, algumas perguntas ficaram sem respostas, principalmente no que se referia à cultura e lazer⁶³. A partir dessas perguntas chegamos à conclusão que os picos de Jaraguá do Sul podem ser muito bem explorados turisticamente. Assim, o Projeto Turístico para o Morro das Antenas vem ao encontro de nossos anseios”. Para ela, ainda, o 3P teria seu lado ecológico e poderia ser denominado como “Projeto de Preservação dos Picos”, e de alternativas em saúde mental⁶⁴. A idéia era transformar o Morro das Antenas, com 926 metros de altitude, em um dos maiores centros de atração turística da região e atrair turistas de todas as partes do país⁶⁵.

Porém um problema se colocava: o que fazer com as moradias ilegais, haja vista que o 3P não apontava solução para o caso. Diante da “impossibilidade de transferir a população”, o Morro das Antenas deve ser maquiado para o desenvolvimento do projeto turístico e que esbarra no problema dos loteamentos clandestinos⁶⁶, pois “a população tomou conta do chamado Morro das Antenas, construindo casas em lugares de difícil acesso e nenhuma infra-estrutura⁶⁷”.

Como resolver o problema? Simples. Para a vereadora, que revelava preocupações estéticas, o grupo que estava discutindo o projeto tinha proposta para embelezamento da subida. Visto que as ocupações e o difícil acesso comprometem o visual⁶⁸. Jaraguá do Sul o Secretário do Desenvolvimento Econômico, Waldir Watzko, ia mais longe em sua discriminação e preconceito. Segundo ele, “essas pessoas vão ficar ali porque não temos para onde levá-las. Então a solução para desenvolver o projeto turístico no local seja melhorar o visual, colocando cobertura vegetal, contando, para isso, com a ajuda dos moradores. É a chamada maquiagem que as grandes cidades fazem nos locais que não interessa mostrar⁶⁹”. Em outras palavras, pretendia-se esconder os moradores no morro e para isso eles ajudariam. Mas tinha mais. Uma sala de entomologia seria montada no local a partir da captura e classificação das “milhares de espécies de besouros, borboletas, mariposas e insetos que vivem em nossa região”. Quem faria isso? Também era simples: se “mobilizaria escolas, principalmente do interior, bem como colonos de diversas localidades, para captura e conservação⁷⁰”.

⁶¹ Seu Idelfonso é de Nova Trento (SC). Mora em Jaraguá do Sul desde 1981 e no Morro da Boa Vista desde 1988. Entrevista concedida em 08/08/2003.

⁶² Seu Olanir nasceu em Guaramirim (SC). Mora em Jaraguá do Sul desde 1970 e há vinte e nove anos no Morro da Boa Vista. Entrevista concedida em 08/08/2003.

⁶³ Temos vocação turística?; Quais os atrativos que a cidade possui?

⁶⁴ Correio do Povo, 10/04/1998, p. 4.

⁶⁵ O projeto, denominado 3P, numa alusão aos três picos, é ambicioso e inclui a construção de teleférico, a instalação de restaurantes e lanchonetes, áreas de lazer, além de melhorias na estrada de acesso aos morros das Antenas, Boa Vista e Pico de Jaraguá. O projeto, ainda sem orçamento, deverá envolver a iniciativa privada e Poder Público num programa pioneiro na região. (Correio do Povo, 10/04/1998, p. 4).

⁶⁶ Na época existiam mais de cento e cinquenta loteamentos irregulares com população em condições semelhantes a do Morro da Boa Vista e a Prefeitura havia elaborado cinquenta e quatro projetos para a regularização dos terrenos, que estavam à espera da análise das condições ambientais, feita pela Fatma.

⁶⁷ Correio do Povo, 11/06/1999, p. 12.

⁶⁸ Correio do Povo, 11/06/1999, p. 12. Grifo nosso.

⁶⁹ Correio do Povo, 11/06/1999, p. 12. Grifo nosso, mas acho que nem precisava.

⁷⁰ ZIMMERMANN, Adolfo Juliano. *Projeto 3P*. Jaraguá do Sul, mimeo, setembro de 1997.

Conclusão: A consolidação do Morro da Boa Vista como espaço marginal.

Há que ter em conta todo esse processo de construção dessa *diferença*, quando entendemos que os homens, ao longo da história, sempre *inventaram a realidade*, ou seja, atribuíram significados ao mundo, guiando o olhar, a percepção, a avaliação e o julgamento, dando a ver diferenças subjetivas e sociais. Estamos, a rigor, a falar da *diferença* como uma das formas pelas quais se traduz o real por um mundo paralelo de sinais a que damos o nome de *imaginário*. Ou, em outras palavras, se a *diferença* é um dado posto pela natureza ou produzido pelas relações sociais, o que passa a valer no plano das práticas é a maneira pela qual os homens *representam* essa *diferença*, e que não tem necessária correspondência com os traços concretos que assinalam as dessemelhanças. É nessa medida que se pode dizer que o imaginário constrói um *real mais real* que o tal real concreto da existência, pois é *nele e por ele* que os homens vivem...⁷¹.

Em princípio, a *diferença*, ou os *diferentes*, são definidos como os *outros*, o que implica pensá-los como uma *alteridade* diante de um grupo que partilha de um conjunto de significados culturais. Mesmo dentro dessa comunidade de sentido, dotada de coesão social, como, por exemplo, a nação, podem conviver indivíduos biológica ou socialmente *diferentes*... Mas, mesmo assim, são visualizados como iguais, como sendo pertencentes a uma comunidade de sentido a que se dá o nome de *identidade*. Entretanto, ser um *outro*, um *diferente*, uma *alteridade*, pode vir a ser um deslocado, um *outsider* frente a esse sentido de pertencimento a um grupo⁷².

Há também a construção de inimigos ou *diferentes* internos, que se insiste em negar, menosprezar ou combater. Decorre disso uma versão perversa dessa *diferença* ou alteridade, expressa na *exclusão*, ou seja, na discriminação e na recusa, na negação de um lugar no social, no repúdio a uma presença, no silenciamento das vozes, na fabricação do silêncio, no valor negativo do preconceito. Esses excluídos podem ser muitos ou se apresentarem, com maior ou menor ênfase, neste ou naquele lugar da história: mulheres, negros, comunistas, judeus, pobres, para dar somente alguns exemplos bastante conhecidos⁷³.

É importante observar que o Morro da Boa Vista, apesar de ser uma das mais antigas regiões de ocupação de Jaraguá do Sul, remontando aos tempos da colonização, ainda não tem o status de bairro, sendo uma localidade pertencente ao bairro Ilha da Figueira. Melhorias existentes em outros bairros e localidades mais recentes ainda não chegaram ao morro, como água encanada para todos, energia elétrica, pavimentação, coleta regular de lixo, transporte, posto de saúde. No dizer de seus moradores, “é um lugar abandonado por todos. Ninguém olha pra cima, pro morro”. Na verdade olham para o morro, mas com um olhar panorâmico, porque o morro é o único acesso ao Morro das Antenas, à rampa de salto das coloridas asas deltas. O que vale no morro é a paisagem, o acesso para as antenas, a rampa para o vôo livre, e não os moradores do Morro da Boa Vista, pois “aqui em cima precisa de muita coisa, de um posto de saúde, de transporte coletivo e também de uma creche. Por exemplo, o posto de saúde ajudaria os idosos que não precisam descer o morro toda vez que precisa ir pro médico que tem lá na Ilha da Figueira e na Vila Nova⁷⁴”.

⁷¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. O outro no tempo. *História: Debates e Tendências*, Revista do Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Passo Fundo, vol. I, nº. 1, Passo Fundo, junho de 1999, p. 110.

⁷² PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O outro no tempo* ... p. 110.

⁷³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O outro no tempo* ... p. 110.

⁷⁴ Paulo nasceu em Luís Alves (SC) e veio para Jaraguá do Sul em 1982. Em 1983 foi morar no Morro da Boa Vista. Entrevista concedida em 28/07/2003.

AS ‘GENTES DE COR’ SOB O OLHAR DE VIAJANTES ALEMÃES

Paulo Eckert

No século XIX, uma das mais significativas alterações estruturais ocorridas em terras gaúchas desenvolveu-se a partir da inserção de grande número de imigrantes europeus, mudanças estas que ocorreram tanto na estrutura fundiária, como de ordem econômica e cultural.

Estes imigrantes incorporaram-se à sociedade da época, em sua maioria, como agricultores pequenos proprietários de terra, estando, mesmo quando auxiliados pelo Estado, fadados ao arroteamento de regiões florestais. Isto, pois a ocupação da terra no Rio Grande do Sul pela pecuária utilizava-se exclusivamente de áreas de campo, esta “precede e condiciona o surgimento e a localização das demais atividades agrícolas”.¹ As regiões destinadas à colonização por imigrantes são marginais às da principal atividade rio-grandense do século XIX. Como exemplo disto, podemos citar o relato de Oscar Canstatt, que, em 1876, quando descreve a situação geográfica em que as colônias eram criadas no estado:

“Em geral quase todas as colônias se situavam nas encostas e entre os contrafortes da serra, em terrenos cobertos de espessas florestas virgens, sendo escolhido um rio navegável para ponto de partida das picadas. Para a fundação de uma nova colônia observava-se em geral o mesmo processo.”²

Assim como a estrutura fundiária/agrária, reflexo da apropriação do território e desenvolvimento da pecuária, condicionava a localização das colônias destinadas aos imigrantes em áreas marginais, este espaço, especialmente da Serra Geral e do Planalto, já era disputado por indígenas, quilombolas e caboclos³. Para estes, em geral, as regiões florestais constituíam-se em uma alternativa de sobrevivência; entre indígenas e quilombolas a utilidade da mata era semelhante. Para os primeiros estas áreas constituíam-se nos últimos redutos onde era possível resguardar-se da sociedade portuguesa; escravos fugidos, por sua vez, buscavam na mata um local seguro em relação às buscas do capitão do mato. Já para os caboclos, a mata constituía-se numa alternativa de acesso à terra e inserção na sociedade.⁴

Considerando a existência de índios, negros e caboclos em áreas marginais, que vieram muitas vezes a ser utilizadas para colonização, estamos rompendo com a tradição que ensina que o Rio Grande tem sua história ligada apenas a duas vias importantes: uma, dos grandes criadores de gado e seus peões, em extensas áreas, outra, de colonos imigrantes de origem européia, em pequenas propriedades, ou seja, a tradição que considera que “O colono trabalhador, e desbrava-

¹ CUNHA, Jorge Luiz da. *Os colonos alemães e a fumicultura- Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, 1849-1881*. Santa Cruz do Sul: FISC, 1991, p. 41.

² CANSTATT, Oscar. *Brasil: Terra e Gente (1871)*. trad. e notas: Eduardo de Lima e Castro, Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002, p. 406.

³ ZARTH, Paulo Afonso. *Do Arcaico ao Moderno- o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002

⁴ A discussão do uso do termo “caboclo”, tanto quanto a definição do que historicamente este viria a ser, é muito extensa e sujeita a muitas peculiaridades regionais. Não pretendendo entrar neste debate, utilizamo-nos da definição de Mário Maestri ao caracterizar o caboclo no Brasil, quando resume: “grande parte desta população dedicou-se à economia familiar não aldeã de subsistência, apoiada na caça, na pesca, coleta e horticultura itinerante em região florestal, na periferia da sociedade oficial”. MAESTRI, Mário. A aldeia ausente- índios, caboclos, escravos e imigrantes na formação do campesinato brasileiro. IN: Centro de Estudos Marxistas. *As Portas de Tebas: ensaios de interpretação marxista*. Passo Fundo: Editora UPE, 2002, p. 157. Zarth acrescenta, “pode-se afirmar que caboclo é, na imensa maioria, descendente de índios, portugueses pobres e africanos.”. Alertando que a palavra refere-se comumente a uma definição mais cultural do que física, opta pelo conceito de lavrador nacional, em contraste com lavradores estrangeiros que viriam a migrar para o Rio Grande. ZARTH, op. cit. p. 172.

dor das florestas e o gaúcho conquistador dos pampas parecem ser suficientes para explicar nossa história e suas origens rurais”⁵.

Sendo latente a marginalização historiográfica destes elementos, é nossa intenção reverter esta tendência. Elegemos inseri-los através dos “encontros” ao lado dos imigrantes que aqui chegaram *trazendo a civilização* para as áreas que colonizaram. Vamos investir nas relações que existiram entre os colonos recém chegados e estes elementos da sociedade da época. Estas relações foram fundamentais dentro da formação de uma etnia alemã e, somadas a outros aspectos, contribuíram para forjar uma “homogeneidade” dentro do grupo de recém-chegados.⁶

Assim, o presente trabalho pretende analisar relatos de viajantes europeus de origem germânica, e a partir destes levantar ocorrências de “estranhamentos” entre estes e as “gentes de cor”. Não como forma exclusiva de identificarmos os processos de formação de uma etnia “alemã”, mas com o objetivo de apontarmos e estudarmos a marginalização, tanto social como espacial, do indígena, do negro e do caboclo, em relação a sociedade da época.

Para tanto tomamos como fonte primária quatro relatos de cronistas alemães, sendo que todos estavam de alguma forma ligados à imigração e colonização. São eles: Cristóvão Lenz, que fazia parte dos mercenários germânicos conhecidos como Brummers contratados para lutarem na Guerra do Paraguai. Muitos destes receberam lotes coloniais como pagamento e acabaram por inserir-se na sociedade rio-grandense. Outro cronista utilizado é o engenheiro e matemático Maximiliano Beschoren. Este, a partir de 1868 viveu dezoito anos no Rio Grande do Sul, percorrendo mais de três mil quilômetros em sua função de agrimensor. O terceiro e talvez mais utilizado em pesquisas é o viajante Robert Avé-Lallemant, que descreve sua viagem por várias regiões do estado durante o ano de 1858. Por último, propondo-se a uma análise mais geral com um misto de relato, Oscar Canstatt, que apesar de ter feito viagens pelo centro do país e de outras regiões do estado, trabalhou como diretor da Colônia de Monte Alverne, extensão da colônia Santa Cruz.⁷

O eurocentrismo é marcante nestes relatos. Canstatt chega a apontar para uma “tropicalização do branco”⁸ na América, como algo degenerador. Quanto às características gerais da população branca, afirma:

“No seu todo são os brancos que constituem a estirpe dominante no Império, uma raça morena, pequena, feia, semelhante à dos portugueses, de que em grande parte descendem. Entre as mulheres só se encontram poucas caras bonitas e entre os homens nota-se a ausência das formas nobres e vigorosas de outras nações austrais.”⁹

Tai afirmações são feitas em uma época em que os europeus “construíram sua identidade em oposição ao que passou a ser ‘o resto do mundo’”¹⁰. Contudo, se em certas análises históricas

⁵ ZARTH, Paulo Afonso. Comentário sobre a conferência “História Agrária”, de Helen Osório. In: HISTÓRIA UNISINOS/ Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos- número especial- São Leopoldo: Unisinos, 2001.

⁶ Quanto a etnicidade ver: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade. Seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth*. Trad. Elcio Fernandes, São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. A respeito do processo de homogeneização da etnia “alemã” sob os imigrantes, mesmo com estes vindos de várias regiões da Europa, ver: MEYER, Dagmar Elisabeth E.. *Identidades traduzidas: cultura e docência teuto-brasileiro-evangélica no Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; São Leopoldo: Editora Sinodal, 2000, onde analisa o sistema educacional das colônias como fator primordial desta padronização e homogeneização da pertença étnica.

⁷ Obras utilizadas de acordo com a ordem em que estão dispostas no texto: LENZ, Cristóvão, et alli. *Memórias de Brummer*. trad. introd. e notas: Hilda A. H. Flores. Porto Alegre: EST/Nova Dimensão, 1997.; BESCHOREN, Maximiliano. *Impressões de Viagem na Província do Rio Grande do Sul- 1875-1887*. trad. TEIXEIRA, Júlia Schütz. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.; AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela província do Rio Grande do Sul (1958)*. trad. Teodoro Cabral, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1980.; CANSTATT, Oscar. *Brasil: Terra e Gente (1871)*. trad. e notas: Eduardo de Lima e Castro, Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002, p. 406.

⁸ “É também singular que os cabelos da cabeça dos europeus, mesmo quando não tenham apresentado antes a menor tendência para isso, depois de longa permanência sob o céu brasileiro começam a encrespar-se, ramificam-se, e por fim se lascam nas pontas.” CANSTATT, op. cit. p. 41.

⁹ CANSTATT, op. cit. p. 99.

¹⁰ DUARTE, Regina Horta. Olhares estrangeiros: viajantes no vale do rio Mucuri. In: *Ver. Bras. Hist.* [on line] 2002, vol. 22, no. 44 [citado 18 Agosto 2004], p. 267-288. Disponível na World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000200002&lng=pt&nrm=isso..ISSN0102-0188>. p. 2.

este eurocentrismo deve ser minado de resguardo, tendemos a considerá-lo justamente como ingrediente dos “estranhamentos” que nos propomos a relatar.

Outro ponto dúbio na análise dos relatos de viagens, diz respeito a representatividade dos fatos narrados frente a uma determinada *realidade*. É fato que a ênfase do pesquisador é diversa da do cronista, os interesses deste ao narrar uma determinada situação podem tanto estar ligados a uma pretensa objetividade, como a interesses de ordem moral, exemplos e tentativas de controle de condutas, o que compromete a busca de uma realidade objetiva por parte do pesquisador. Não é esta nossa pretensão com a descrição que segue, de casos de estranhamentos, mas comprovar/apontar a presença de uma população nacional marginalizada e que entra em contato com os imigrantes, “num movimento de mão dupla da transculturação, e auto representação”, através do “confronto com a imagem do outro”.¹¹

O primeiro estranhamento, porém, não parece ter sido em relação aos homens, e sim à paisagem. Canstatt descreve este estranhamento, analisando uma família de imigrantes, quando em uma viagem pelo rio Jacuí em direção a Rio Pardo:

“A sociedade a bordo se compunha, como de costume, da mais variegada mistura de gente de toda espécie. Algumas famílias de imigrantes alemães, reconhecíveis pelos gorros e lenços de cabeça trazidos da pátria, e mais ainda pela ingênua admiração diante do meio inteiramente novo”¹²

Porém Canstatt e Avé-Lallemant, por mais que se empenhem na “linguagem” dos naturalistas, vêem a natureza como o selvagem a ser civilizado. Lallemant chega a descrever as cinzas da mata como um “campo de batalha”. Despertado pelo canto do galo, reflete:

“o canto de um galo! Um canto de grande e alta significação! Anunciando a morte da floresta e a vida da civilização!

Nas matas americanas, conheço duas vozes animais que são características... Cruel sempre me parece o guincho dos macacos: é o guincho do estado selvagem primitivo, da brutalidade e do desespero; não posso ouvi-lo sem sentir uma espécie de espanto.

O canto do galo ao contrário, não é a trombeta da civilização que se aproxima?”¹³

Se a natureza é vista como um selvagem a ser civilizado, o agente da civilização e da modernização, tanto para Beschoren quanto para Canstatt e Lallemant, seria o imigrante alemão. Beschoren considera que uma das alternativas para a modernização de Soledade e Lagoão, notadamente regiões de colonização nacional produtoras de erva mate, onde caboclos eram a principal força de trabalho, seria a “participação mais adequada no setor agrícola”, esta daria-se à medida que estes “forem colonizados por alemães”.¹⁴

Cabe aqui ponderar que ao mencionarmos o imigrante alemão como agente da civilização, perante os cronistas que estudamos, estamos por considerar/validar a abordagem de Norbert Elias de “*Kultur*” para a interpretação alemã. Onde “esta é a palavra pela qual os alemães se interpretam, que mais do que qualquer outra expressa-lhes o orgulho em suas próprias realizações”¹⁵, nas quais representam sua individualidade, e não apenas uma regra de conduta. Assim, não será mulheres andando a cavalo como se fossem homens o que agradará ao viajante, mas sim o “*Schönen guten Tag*” nas picadas em meio à mata. A sede insaciável por “bebidas espirituosas” do músico, pouco importará perante a boa execução de uma música da “Velha Pátria”. Somente quando os imigrantes assimilam costumes locais é que a prática parece condenável, por exemplo o gosto pela aguardente, a qual “os negros bebem-na com delícia”.

¹¹ DUARTE, op. cit. p.2.

¹² CANSTATT, op. cit. 427.

¹³ AVÉ-LALLEMANT, op. cit. p. 173.

¹⁴ BESCHOREN, op. cit. p.29.

¹⁵ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*: rev. e apresent. Renato J. Ribeiro, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1º vol., 2004, p. 24.

Somado ao aspecto cultural segue o econômico vigente à época na Europa liberal. Segundo Araújo, “a atividade autodeterminada [trabalho realizado por trabalhadores livres] dos homens se torna então o móvel por excelência da marcha da civilização”.¹⁶

Se o europeu com seu trabalho, e em especial o de cultura alemã, eram, para cronistas analisados, os mais adequados para civilizar as regiões florestais do Rio Grande do Sul, os indígenas eram entendidos como uma barreira natural a este processo. Segundo Canstatt:

“Está-se para os índios, como para com outras tantas criaturas, que se domestica e que aparentemente parecem dedicadas, mas que ocasionalmente ameaçam, ou prefeririam voltar à completa liberdade, se pudessem escolher.”¹⁷

Diversos são os relatos de confrontos entre colonos e indígenas, principalmente no período inicial da colônia imperial de São Leopoldo. O governo provincial, de modo a amenizar e mesmo evitar estes encontros, por vezes fatais¹⁸, liberando terras para a colonização, encarregava-se da pacificação ou mesmo dizimação/expulsão por “bugreiros” de grupos hostis. Herberts conclui que se em muitos aspectos a política indigenista no Rio Grande do Sul foi um fracasso, “o governo provincial obteve somente os resultados previstos no que tange ao processo de liberação das terras indígenas”.¹⁹

Apesar das violências empreendidas entre os povos, interações houve, um exemplo é a forma como os colonos enfrentavam as onças, o que vai além da pura técnica, empenhando a sobrevivência na mata:

“Os indígenas enfrentam a onça quando a acuam, enrolando o pesado poncho de lã, que usam no tempo de chuva e no inverno, no braço esquerdo, pondo o joelho direito em terra e empunhando a faca de caça na mão direita estendida. Com o poncho aparam os golpes das patas da frente do animal, enquanto com a faca, de prontidão na mão direita, rasgam-lhe a barriga no momento em que se atira sobre eles... Este modo de caçar é praticado quase que exclusivamente pelos índios, que como silvícolas desde muito cedo vivem expostos a todos os perigos, tendo assim oportunidade de desenvolver ao máximo grau a coragem e a força. *Mas há também colonos alemães que, conhecendo bem a floresta virgem e seus perigos, enfrentam desse mesmo modo o ataque desses ferozes animais.* Contaram-me mesmo, entre outros, o caso de um menino de onze anos que, nas florestas da colônia de São Leopoldo, matou com sua faca uma onça de tamanho respeitável.”²⁰

Os relatos diferenciam os indígenas como “mansos” e “bugres” (hostis), com certeza “mansos” foram aqueles com os quais os imigrantes mais contato tiveram. Contudo, mesmo vestido a moda portuguesa, o cabelo “devidamente” cortado, falando o português e “determinada educação”, mesmo assim, “com essa transformação, reconhecer-se-á nele, imediatamente, pelo olhar, o selvagem”²¹.

Avé-Lallemant em sua passagem pelo Planalto rio-grandense descreve diversas passagens

¹⁶ ARAÚJO, Hermetes Reis de. Técnica, Trabalho e Natureza na Sociedade Escravista. *Rec. Bras. Hist* [on line]. 1998, vol. 18, no. 35 [cited 29 July 2004], p. 287-305. Available from World Wide Web: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=arttext&pid=S0102-01881998000100013&lng=en&nrm=iso>>. ISSN 0102-0188

¹⁷ CANSTATT, op. cit. p. 165.

¹⁸ Avé-Lallemant registra os relatos ouvidos de colonos: “Quando São Leopoldo foi fundada, os bugres ou índios selvagens- pois a palavra bugre não indica nenhuma tribo, mas o estado de selvageria- viviam no campo, diante do Monte Hamburgo. Retiraram-se dali para a serra, mas desde então atacaram as picadas e colônias. Deram-se recontros sangrentos. Num desses ataques foram mortas onze pessoas. Os bugres raptaram das plantações mulheres e crianças, só um ano depois reconquistadas. Uma jovem senhora grávida teve o filho entre os índios e, logo que a criança chorou, eles a tomaram e diante dos olhos da mãe a despedaçaram, batendo-lhe com a cabeça contra o tronco de uma árvore, pois não toleravam criança chorando, que podia trair-lhe o esconderijo. Com seus próprios filhos devem ter feito várias vezes a mesma coisa. Assim me contaram nas picadas.” AVÉ-LALLEMANT, op. cit., p. 131.

¹⁹ HERBERTS, Ana Lúcia. A questão indígena na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: 1845- 1889. . IN: *Ágora*. Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 1, 1996, p. 25-52.

²⁰ Grifo nosso; CANSTATT, op. cit., p. 138

²¹ BESCHOREN, op. cit., p. 65.

onde encontra o imigrante de origem germânica com “traço de gaucharia”, “dos pés a cabeça um gaúcho, um centauro”²². Pelos relatos podemos constatar uma amostra da intensidade dos contatos para além dos conflitos e trocas culturais, chegando a uma “aculturação”, se é possível, por parte do imigrante europeu em relação ao “índio manso”. Quando de sua estada nas Missões, descreve seu espanto com a existência de alemães já ambientados entre os indígenas, conceituando-os com “algo de selvagem e desordenado”, outros denomina de “guarani alemão”, ou ainda “índio alemão”, como na passagem abaixo:

“Julgava achar-me num mundo autenticamente americano, de pureza ainda não vista, e num ambiente em que nada mais me recordava a Europa. Só um rosto me parecia estranho na roda dos pardos, ou melhor facilmente reconhecível entre os estranhos filhos do Uruguai- mais um alemão que se achava entre nós. Naturalmente já quase nada sabia de alemão, pois chegara aos três anos de idade a São Leopoldo e pouco depois viera dali para as Missões, onde se tornara um verdadeiro índio alemão, um guarani de cabelos louros.”²³

Constata-se assim a presença de populações nativas em regiões de colonização e o contato entre estes e os imigrantes, contatos estes por vezes violentos, por vezes de trocas culturais. Outra característica que podemos apontar é a marginalização de elementos de origem européia em regiões de colonização, já que muitos vêm a “tentar a sorte” em regiões não “dispostas” a colonização dirigida, colocando-se ao lado de outros párias da sociedade da época, como guaranis ou “índios mansos”, sendo por vezes subordinados a estes.

Enquanto que, para Canstatt, devíamos estar para com os silvícolas como, “para com outras tantas criaturas, que se domestica”, levando o debate para a animalização destes elementos, os negros eram uma presença degeneradora no âmago da sociedade²⁴. Uma constante “não agradável” de “fealdade incrível”, “Ademais, os sons de seus dialetos enchendo e ferindo os ouvidos com suas notas peculiares parecem mais de animais do que de homens”.²⁵

Tanto mais quanto causa espanto ver padres de cor na região sudeste do país, lhe parece inconcebível a criação dos filhos brancos, “que crescem sem nenhuma separação dos filhos das escravas nascidas na casa, e adquirem amiúde os maus costumes dos negrinhos.”. Um destes “maus costumes” apontados é a “preguiça dos brasileiros”, que atribui à influência dos africanos no país²⁶.

Como vem demonstrando a atual historiografia rio-grandense, especialmente os estudos de Osório durante o período colonial, a “estrutura de posse de escravos”, ou seja, “a disseminação da propriedade de cativos no conjunto da população livre” no RS, possui importância “similar a de muitas [capitanias] consideradas predominantemente escravistas, como Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro”. A autora esclarece que considerando a porcentagem de escravos frente ao total da população da capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul em 1819, esta é de 30,6%, semelhante a estados como São Paulo, 32,6%, e Bahia, 30,8%.²⁷ Assim, podemos dizer que o escravo no RS era freqüentemente utilizado, inserindo-se na lógica de produção escravocrata do país.

Posteriormente a presença de cativos africanos será notada mesmo entre os descendentes de imigrantes, já que aos estrangeiros era vedada a compra. São Leopoldo que constituía-se em “empório de todos os produtos cultivados nas diversas picadas” do vale do rio dos Sinos e Caí, entreposto comercial entre as colônias e o mercado de Porto Alegre, não diferenciava-se em muito da estrutura da sociedade brasileira, tendo presente em suas atividades a mão escrava. Para Canstatt que lá esteve na década de setenta do oitocentos a cidade,

²² AVÉ-LALLEMANT, op. Cit., p. 191.

²³ AVÉ-LALLEMANT, op. cit., p. 248.

²⁴ CANSTATT, op. cit. p. 165.

²⁵ CANSTATT, op. cit. p. 100.

²⁶ CANSTATT, op. cit. p. 215.

²⁷ A palavra “disseminação” possui grifo no original. OSÓRIO, Helen. *Escravos da fronteira: trabalho e produção no Rio Grande do Sul, 1765-1825*. Texto inédito para a XIX Jornadas de Historia Economica- Asociacion Argentina de Historia Economica- Universidad Nacional del COMAHUE, 2004.

“quase nada tinha de interessante que mostrar, se não se quisesse qualificar de interessante o fato de muitos negros, pequenos e grandes, falarem a nossa língua tão fluentemente quanto nós. O mais engraçado é que aprendiam os diversos dialetos conforme a região de onde procediam seus amos, e em consequência encontravam-se pomeranianos, suábios, como bávaros e saxões, pretos.”²⁸

Segundo Zarth, apesar da bibliografia recente tratar a existência de escravos em uma região de colonização alemã como São Leopoldo “com certo caráter de denúncia”, estes têm caráter “urbano e agro-industrial”,²⁹.

Estes negros poderiam ter origem comum e se assemelharem ao que Cristóvão Lenz nos relata e apresenta como um fato raro da colonização do Rio Grande. Ao apresentar figuras pitorescas que havia conhecido durante sua viagem no Brasil, escreve:

“Despertou-me interesse especial um mulato alemão, natural do eleitorado de Kurhesse, cujo pai, um negro africano, foi laçao do eleitor de Hesse. Gente preta assim podia-se encontrar também a qualquer momento na corte de Berlim. O africano de Hesse casara-se com uma dama da corte alemã e nosso mulato resultara dessa união... Os traços fisionômicos, lábios e nariz do mulato tinham características acentuadamente européias, enquanto o cabelo encarapinhado e a cor da pele traíam claramente a ascendência paterna... Era engraçado de ver quando seguidamente brasileiros falavam com ele em português, mas não chegavam em um entendimento. Era-lhes incompreensível como um mulato não falava português. O mulato hamburguês não durou muito entre nós, safou-se em Pelotas.”³⁰

Avé-Lallemant aponta a miscigenação nos territórios marginais quando da visita a outro europeu que a muito estava em meio aos indígenas, “pareceu-me singular que três pessoas, encontradas aqui numa modesta casa, pertencessem às três raças principais, a européia, a africana e a americana”.³¹

Involuntariamente, os relatos de “nossos” cronistas nos servem como fonte de análise e caracterização de uma população periférica, miscigenada, e multicultural. O “índio”, o “índio alemão”, o “índio manso”, o “negro”, o “negro alemão”, o casebre onde moravam “um jovem mulato de rara fealdade, uma índia, um português, um cabra escuro, meio louco”, para citar alguns exemplos, constituem uma população marginal, mestiça, que apesar de resultado da sociedade do período, vive sob forte discriminação social.

Pelo prisma da mestiçagem é que vai caracterizar-se um personagem que não é nem índio, nem branco, nem negro, não possui designação racial num período em que esta podia determinar a liberdade ou o cativo de uma pessoa, o caboclo. Contudo, esta designação não possui como componente determinante apenas a constituição física, como também o *status* social perante a sociedade oficial.

Este elemento é marginal, “atuou geralmente à sombra daquela sociedade em que a fronteira era ao mesmo tempo periferia física e simbólica do centro colonizador”³² desempenhando importante papel histórico. Zarth acrescenta-nos esclarecendo que, esta população, que denomina lavradores nacionais, constituía uma verdadeira frente de expansão, que ao contrário da dos imigrantes, que contavam com “uma estrutura produtiva e de circulação organizada e planejada pelas companhias de colonização ou pelo Estado”³³, adiantavam-se na fronteira agrícola em con-

²⁸ CANSTATT, op. cit., p. 407

²⁹ ZARTH, Paulo Afonso. Comentário sobre a conferência “História Agrária”, de Helen Osório. In: HISTÓRIA UNISINOS/ Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos- número especial- São Leopoldo: Unisinos, 2001, p. 147.

³⁰ LENZ, Cristóvão. et alli. *Memórias de Brummer*. trad. introd. e notas: Hilda A. H. Flores. Porto Alegre: EST/Nova Dimensão, 1997, p. 17.

³¹ AVÉ-LALLEMANT, op. cit., p. 240.

³² CORREA, Sílvio M. de Souza. *Fronteira ibero-americana e miscigenação*. IN: *Estudos Ibero-americanos*, PUCRS, v. XXVII, n. 2, 2001, p. 100.

³³ ZARTH, op. cit., 2002, p. 177.

dições extremamente precárias, muitas vezes, fugindo do violento recrutamento militar.

Esta população inseria-se de diversas formas na sociedade do período, e pelos relatos podemos ter uma amostra de suas condições. Trabalham nas demarcações de terras para a colonização, como o “caboclo meio índio” que auxiliou Beschoren na travessia da Serra Geral ao norte de Santa Cruz do Sul.³⁴ Moram em ranchos, onde brincam “crianças sujas e de todas as cores”³⁵. São tropeiros, como também “vaqueanos”, guias em meio à mata e, além disso, se comunicam na língua dos “selvagens”³⁶.

Quanto ao que os relatos permitem revelar sobre esta população cabocla, cabe aqui transcrever uma passagem do texto de Canstatt, em que este, indo da colônia de Monte Alverne para Santa Cruz, perde-se em meio à mata. Apavorado frente à escuridão que o sol posto deixou, vagueia pelos enlameados caminhos até que...

“Meia hora depois acabou-se também a floresta, e na cabana de um casal amistoso de mulatos pude, depois de uma boa refeição, repousar os membros fatigados. Quando, na manhã seguinte, me levantei da cama que me tinha sido preparada, com palhas de milho, numa espécie de *block hauss*, fiquei desagradavelmente surpreendido vendo que estava caindo uma chuvinha impertinente,... Eu podia, sem dúvida, esperar dois dias, a ver se o céu se apiedava de mim, ou que o sol, por mera compaixão, brilhasse por algumas horas,... Depois de refletir, deixei-me persuadir pelo meu hospedeiro, a esperar pelo menos até o dia seguinte. A permanência na miserável barraca, que chamavam rancho, em companhia do mulato amigável, mas bronco, e sua mulher, que sorriam constantemente, de modo pouco apetitoso, mas com grande prazer, o chá do Paraguai numa cuia imunda, e nos intervalos fumavam dúzias de cigarros de palha de milho, aborrecia-me.”³⁷

Com a chuva fora, as cenas presenciadas por Canstatt dentro do rancho eram regadas a muito chimarrão. Muitos destes caboclos eram ervateiros, tarefeiros da produção de erva mate, trabalhavam nos ervais da serra ao norte de Santa Cruz do Sul. “Esta mata ervateira [que] se estende por toda região montanhosa, de leste a oeste, acompanhando quase toda a extensão de Santa Maria da Boca do Monte”³⁸. Quanto ao extrativismo da erva mate no Rio Grande do Sul, Zarth afirma:

“Milhares de camponeses livres e pobres se dedicaram ao extrativismo do mate, que foi uma das mais importantes atividades econômicas do Rio Grande do Sul do século XIX, com grande presença na pauta de exportações.”³⁹

Tendo colocado algumas características desta população cabocla, cabe novamente abordar a questão de que não se fazia determinante apenas o fenótipo, no caso “constituição racial”, mas também a situação de exclusão em que esta parcela da sociedade vivia. Constituindo a “frente de expansão” agrícola, como pequenos agricultores e pastores, vivendo em meio às matas da coleta de erva mate, ou ainda de outras formas, esta população estava condicionada a uma marginalização espacial.

Esta periferia “física e simbólica” era abrigo para foragidos da lei que iam além de determinismos “raciais” de exclusão. Por exemplo, na colônia alemã de Monte Alverne, se ocorriam delitos, “até assassinatos”, quando as autoridades policiais chegassem “já o culpado estava longe,

³⁴ BESCHOREN, op. cit., p. 15.

³⁵ BESCHOREN, op. cit., p. 19.

³⁶ Para Canstatt foi muito útil o conhecimento da língua indígena, por parte de seu guia, quando faziam uma expedição em meio a mata no norte do estado “Por felicidade o nosso vaqueano sabia algumas palavras da língua guarani, e por meio delas procurou fazer com que aceitassem os presentes” e assim saíram ilesos de uma situação que aparentava perigo. CANSTATT, op. cit., p. 107.

³⁷ CANSTATT, op. cit., p. 436.

³⁸ BESCHOREN, op. cit., p. 21.

³⁹ ZARTH, op., cit., 2001, p. 148.

nas montanhas,”⁴⁰ montanhas da Serra Geral onde segundo Beschoren, foragidos da lei e desertores encontram um refúgio seguro, “onde as mãos da justiça dificilmente os alcançam”⁴¹.

Buscamos assim, através deste estudo, comprovar a presença das ‘gentes de cor’ em situação de marginalidade dupla, ou seja, tanto social como geográfica. Valemo-nos dos relatos de viagem para acusar a presença de indígenas, caboclos e africanos entre os colonos alemães como uma forma de escrever a história desta população.

No tocante a isso há ainda na historiografia regional muitos questionamentos a serem respondidos, principalmente no que tange avanço e caracterização das fronteiras agrícolas, bem como da sociedade periféricas a oficial, estudos estes ligados, entre outros, à história agrária e à história do meio ambiente.

Bibliografia

ARAÚJO, Hermetes Reis de. Técnica, Trabalho e Natureza na Sociedade Escravista. *Rec. Bras. Hist* [online]. 1998, vol. 18, no. 35 [cited 29 July 2004], p. 287-305. Available from World Wide Web: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=arttext&pid=S0102-01881998000100013&lng=en&nrm=iso>>. ISSN 0102-0188

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela província do Rio Grande do Sul (1958)*. trad. Teodoro Cabral, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1980.

BESCHOREN, Maximiliano. *Impressões de Viagem na Província do Rio Grande do Sul- 1875-1887*. trad. TEIXEIRA, Júlia Schütz. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.

CANSTATT, Oscar. *Brasil: Terra e Gente (1871)*. trad. e notas: Eduardo de Lima e Castro, Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002, p. 406.

CENTRO DE ESTUDOS MARXISTAS. *As Portas de Tebas: ensaios de interpretação marxista*. Passo Fundo: Editora UPF, 2002.

CORREA, Sílvio M. de Souza. *Fronteira ibero-americana e miscigenação*. IN: *Estudos Ibero-americanos*, PUCRS, v. XXVII, n. 2, 2001, p. 79-101.

CUNHA, Jorge Luiz da. *Os colonos alemães e a fumiicultura- Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, 1849-1881*. Santa Cruz do Sul: FISC, 1991, p. 41.

DUARTE, Regina Horta. Olhares estrangeiros: viajantes no vale do rio Mucuri. In: *Ver. Bras. Hist.* [online] 2002, vol. 22, no. 44 [citado 18 Agosto 2004], p. 267-288. Disponível na World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000200002&lng=pt&nrm=isso>.ISSN0102-0188.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. rev. e apresent. Renato J. Ribeiro, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1º vol., 2004.

HERBERTS, Ana Lúcia. *A questão indígena na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: 1845- 1889*. IN: *Ágora*. Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 1, 1996, p. 25-52.

LENZ, Cristóvão. et alli. *Memórias de Brummer*. trad. introd. e notas: Hilda A. H. Flores. Porto Alegre: EST/ Nova Dimensão, 1997.

MEYER, Dagmar Elisabeth E.. *Identidades traduzidas: cultura e docência teuto-brasileiro-evangélica no Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; São Leopoldo: Editora Sinodal, 2000.

OSÓRIO, Helen. *Escravos da fronteira: trabalho e produção no Rio Grande do Sul, 1765-1825*. Texto inédito para a XIX Jornadas de Historia Economica- Asociacion Argentina de Historia Economica- Universidad Nacional del COMAHUE, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. Trad. Elcio Fernandes, São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

RÜCKERT, Aldomar A. *A trajetória da terra: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul: 1827/1931*. Passo Fundo: Ediupf, 1997.

⁴⁰ CANSTATT, op. cit., p. 441.

⁴¹ BESCHOREN, op. cit., p. 21.

ZARTH, Paulo Afonso. Comentário sobre a conferência “História Agrária”, de Helen Osório. In: HISTÓRIA UNISINOS/Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos- número especial- São Leopoldo: Unisinos, 2001.

Do Arcaico ao Moderno- o Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

SANGUE SEM COR NA LUTA E NA DOR: COTIDIANO E SOCIABILIDADE DE CABOCLOS E IMIGRANTES TRABALHADORES DA SOUTHERN BRAZIL LUMBER AND COLONIZATION COMPANY, 1910-1930

Alexandre Assis Tomporoski

A Guerra do Contestado foi um movimento social de proporções ímpares deflagrado entre 1912 e 1916 e que se difundiu por uma área de vinte e oito mil quilômetros quadrados ceifando milhares de vidas humanas. Um dos epicentros do movimento foi a região fronteira entre Paraná e Santa Catarina, território contestado por ambos os estados.

Diferentes problemas regionais atuaram conjuntamente contribuindo para o agravamento da tensão social e culminando na eclosão do conflito armado entre sertanejos e forças legais. Dentre os diversos elementos destaque especialmente o processo de inserção do capital estrangeiro na região, representado pela chegada das empresas do Sindicato *Farquhar*¹, que alterou substancialmente o modo de vida costumeiro².

A *Brazil Railway Company* foi a responsável pela construção da ferrovia que cortou o planalto norte de Santa Catarina ligando Sorocaba (SP) a Santa Maria (RS). Em 1910 foram entregues ao tráfego os trezentos e oitenta quilômetros correspondentes ao trecho catarinense, entre União da Vitória (PR) e o rio Uruguai. Em 1913 foi finalizado o ramal leste, referente ao trecho entre União da Vitória e a cidade portuária de São Francisco do Sul (SC).

Através do contrato para construção da estrada de ferro a *Brazil Railway* recebeu a concessão para explorar as terras marginais à linha tronco numa extensão de quinze quilômetros para cada lado da ferrovia. Foi com o intuito de explorar estas terras serrando a madeira e, em seguida, vendendo lotes aos imigrantes europeus recém chegados que em 1910 foi instalada em Três Barras³ a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*.

Com o início de suas atividades, em novembro de 1911, a *Lumber* passou a desenvolver um inovador processo de exploração da madeira; seu instrumento foi um complexo industrial de proporções ímpares, o qual a transformou na maior madeireira da América do Sul. Objetivando otimizar o processo de extração da madeira, foram construídos ramais que partiam da serraria e alcançavam os pinhais mais densos, com extensão de até trinta quilômetros de distância. Concluídos os trilhos, as composições avançavam sobre as matas municadas com poderosos guinchos movidos a vapor. As toras que jaziam no chão, já abatidas pelos trabalhadores, eram então arrastadas por cabos de aço de até cem metros de distância. Em seguida, as toras eram recolhidas aos vagões e conduzidas até o pátio da serraria, onde eram transformadas em tábuas, classificadas e armazenadas. Dali partiam por trem para os portos de São Francisco do Sul e em seguida para o exterior.

¹ O Sindicato *Farquhar* era controlado pelo magnata norte-americano *Percival Farquhar*, também dono da *Brazil Railway Company*. Em 1906 adquiriu a Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, a qual possuía a concessão para construir a ferrovia que cortaria a região do planalto norte catarinense. *Farquhar* possuía um total de seis milhões de acres no Paraná e em Santa Catarina e pretendia desenvolver a agricultura comercial e a exportação da madeira pelo porto de Paranaguá. SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional (1889-1930). In: **História Geral da Civilização Brasileira** – 8 – III – O Brasil Republicano – 1 Estrutura de Poder e Economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p. 381.

² MACHADO, Paulo Pinheiro. **Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912-1916**. Campinas, 2001. Tese (Doutorado em História), UNICAMP. Campinas, p. 136-7.

³ A *Lumber* montou outra serraria em Calmon (SC), esta filial não será contemplada na presente análise por transcender a região do planalto norte de Santa Catarina, recorte espacial pré-determinado.

Esse inovador processo de exploração da madeira trouxe graves problemas à região. As terras recebidas pela *Lumber* através da concessão, assim como as posteriormente adquiridas pela companhia, eram ocupadas por um considerável contingente populacional, especialmente de origem cabocla.⁴ Este grupo habitava o planalto há muito e mesmo não tendo a propriedade da terra percebia sua posse como legítima. Era exatamente o apossamento das terras que possibilitava a exploração comunal das matas e ervais nativos, base de práticas como o fabrico da erva mate e a composição da roça cabocla, pilares da subsistência desse grupo. Essa subsistência, mesmo sendo pouco mais do que miserável lhe proporcionava um certo grau de liberdade para agir segundo sua autodeterminação. Esse conjunto de práticas pode ser percebido como uma espécie de economia moral⁵ do caboclo da região.

Dessa forma, a atuação da *Lumber* e a conseqüente valorização daquelas terras ameaçaram o modo de vida e a própria subsistência do caboclo. Esse grupo vivia um forte processo de marginalização que estava diretamente ligado ao processo de construção de uma identidade nacional brasileira, que desde o final do século XIX pregava a exclusão de grande parte dos grupos considerados racial e culturalmente inferiores⁶.

No caso específico do planalto norte catarinense, as novas forças políticas e econômicas impuseram ao caboclo novas relações com a terra que não estariam mais baseadas apenas no cultivo e morada habitual, mas agora, também, na lógica do capital. A deflagração de um processo de grilagem de terras, principalmente nos vales dos rios Negro e Iguaçu, também desencadeou um processo de exclusão étnica, com a expulsão ou assassinio das famílias caboclas que perderam a posse das terras, as quais passaram a ser exploradas pela companhia. Encarando um crescente processo de marginalização parte deste grupo foi compelido à proletarianização, percebendo-a como nova estratégia de subsistência tornando-se, inclusive, trabalhadores da *Lumber*.

Naquela região já a partir da década de 1890 era bastante considerável a presença de imigrantes poloneses, ucranianos e alemães. Em Canoinhas e Três Barras grande número deles estabeleceu-se em pequenas propriedades; outra parte desempenhou atividades ligadas ao comércio e a ocupações urbanas destas vilas. Os imigrantes que adentraram a região pelo estado do Paraná desembarcavam em Paranaguá ou Antonina e depois eram levados até Curitiba e em seguida às colônias a que estavam destinados. Ali organizavam sua vida social e religiosa, construindo igrejas, sociedades recreativas e escolas.⁷

Em 1895, em meio à crise de divisas entre Paraná e Santa Catarina, aquele estado promoveu o assentamento de imigrantes de origem eslava na colônia Antonio Olinto, trinta quilômetros ao norte da colônia Lucena, ao longo do rio Negro. No ano de 1910, a colônia Antonio Olinto contabilizava mais de dois mil poloneses e ucranianos residentes, dentre os quais grande parte do grupo de trabalhadores que seria empregado na *Lumber*.⁸

Após a inserção da *Lumber* na região, vastas áreas ocupadas e desmatadas pela companhia foram loteadas e vendidas a colonos eslavos, também estabelecidos na região por ação do estado do Paraná, aumentando consideravelmente o fluxo de imigrantes, especialmente de origem eslava por toda aquela região. A imigração polonesa para o estado do Paraná teve dois grandes picos de intensidade, o primeiro entre 1890 e 1896, quando entraram no estado vinte e oito mil imigrantes poloneses; e o segundo entre 1907 e 1914 com a chegada de outros vinte e sete mil poloneses.⁹

⁴ Considero o caboclo como caracterizado não apenas pela simples idéia de mistura étnica entre indígenas e descendentes de lusos. Este grupo pode ser mais apropriadamente classificado ao considerar-se seu modo de vida, tradições e costumes.

⁵ THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo. Companhia das Letras, 1998. p. 271.

⁶ SEYFERTH, Giralda. Identidade Nacional, diferenças regionais, integração étnica e a questão imigratória no Brasil. IN: ZARUR, George de Cerqueira Leite. *Região e Nação na América Latina*. Brasília: Editora da UNB. São Paulo. Imprensa Oficial do Estado, 2000, p. 90 e 91.

⁷ WACHOWICZ, Ruy Christovam. *História do Paraná*. Curitiba: Editora dos Professores, 1967, p. 112-3.

⁸ DIACON, Todd A *Milenarian vision, capitalist reality. Brazil's Contestado rebellion, 1912-1916*. Durham: Duke University Press, 1991, p. 55.

⁹ WACHOWICZ, Op. Cit., p. 114.

Os imigrantes alemães também chegaram ao planalto na segunda metade do século XIX, deste grupo, respeitável contingente veio a desempenhar atividades ligadas à criação e à lavoura.¹⁰ No grupo de imigrantes alemães evidenciou-se um processo bastante característico, comumente adotado por diferentes grupos étnicos por fornecer respostas às suas realidades inconsistentes. Já em 1916 membros do grupo alemão que havia chegado à região do planalto norte catarinense pretenderam a fundação de uma igreja Luterana em Canoinhas. Impedidos por problemas resultantes da deflagração da I Guerra Mundial, como a proibição da língua alemã, – utilizada no âmbito familiar e comunitário – ocorreu a paralisação da vida social das famílias alemãs até o ano de 1921. Em 1922 foi construída a primeira igreja, que também servia como escola, sob a responsabilidade do pastor Georg Weger. A partir de 1923 a escola passou a contar com quatro aulas diárias, sendo duas em alemão e duas em português. Essa escola chegou a atender em 1933 cento e vinte membros.¹¹

Segundo a própria documentação acerca da fundação da igreja Luterana, o intuito dos membros fundadores era *congregar* indivíduos da comunidade que estavam espalhados pelo interior do município de Canoinhas, este pode ser considerado um marco inicial do desenvolvimento de um peculiar processo de *invenção da etnicidade*¹². A fundação dessa igreja na região foi uma clara tentativa de promover uma organização, - cujo critério maior era uma suposta origem germânica comum – do grupo de imigrantes alemães de maneira efetiva. A unificação e o fortalecimento do grupo seriam elementos chave para a negociação e ampliação de seu espaço naquela sociedade, num constante processo de negociação de suas fronteiras com os demais grupos étnicos estabelecidos na região. Congregada, a comunidade germânica passaria a adquirir maiores contornos e maior poder de negociação naquela ordem social pluralística.

Os livros de registro¹³ da igreja Luterana de Canoinhas revelaram a inexistência de casamentos interétnicos naquela comunidade. Os poucos sobrenomes não-alemães constantes dos livros referem-se a brasileiros da elite local. Sendo assim, fica evidenciada a não existência de misturas étnicas¹⁴, pois tais registros negam a ocorrência de uma possível mistura biológica, ou seja, de uma mistura de corpos. No entanto, o que procuro não são simples misturas de corpos e sim outras relações, as quais assumiram a forma de misturas de normas, valores e costumes, uma mestiçagem cultural que promoveu a emergência de uma nova cultura¹⁵.

Por outro lado, a colonização de áreas já habitadas por um considerável contingente da população nacional por grupos de imigrantes europeus, forjou identidades étnicas¹⁶ tanto inter-

¹⁰ Um grupo razoável misturou-se à população cabocla (como as famílias Carlin, Scheffer, Grobke e Jungles), a maioria através de casamentos não-oficiais, engrossando a camada de lavradores independentes nos vales ao norte de Curitiba. MACHADO. Op. Cit., p. 73.

¹¹ A quase totalidade da documentação da Comunidade Evangélica Luterana de Canoinhas foi queimada por um pastor-residente. No entanto, alguns livros de batismo e casamento e alguns documentos avulsos ainda estão disponíveis.

¹² A *etnicidade* é um processo tanto de invenção quanto de construção que possibilita incorporar, adaptar e ampliar solidariedades comunitárias, características culturais e memórias históricas preexistentes, estando fundamentada no contexto da vida real e da experiência social. CONZEN, Katheleen; GERBER, David A; MORAWSKA, Eva. Forum – the invention of Ethnicity: A perspective from the USA. In: **Journal of American History**, Fall, 1992, p. 4.

¹³ **Livro de Registro de Casamento** da Igreja Evangélica Luterana de Canoinhas, 1922 a 1946. Canoinhas; **Livro de Registro de Batismos** da Igreja Evangélica Luterana de Canoinhas, 1922 a 1946, Canoinhas.

¹⁴ O não-registro de misturas étnicas é previsível dado o caráter de condenação que as relações interétnicas despertavam dentro dos grupos. A condenação de relacionamentos interétnicos era uma forma, inclusive, de manutenção das fronteiras étnicas de cada grupo. No entanto, essas uniões interétnicas não eram reconhecidas como legítimas. Assim, o fato de elas não estarem registradas não nega sua ocorrência.

¹⁵ É preciso atentar às dificuldades proporcionadas pelo conceito de cultura. O emprego deste termo nos sentidos mais diversos tornou-o uma espécie de vocábulo polivalente, resultando no esvaziamento de seu significado, exatamente por congregar os mais diversos significados de maneira pouco esclarecedora. O termo “gruda em nossas idéias” e alimenta a crença da existência de um “conjunto complexo”, uma totalidade coerente, estável, de contornos tangíveis, capaz de condicionar comportamentos. No entanto, essa “lógica” que arranja práticas e crenças está longe de ser um sistema bem definido. GRUZINSKI, Serge. **O Pensamento Mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 51-2.; Thompson também nos alertou para o emprego do termo cultura, o qual promove a invocação confortável de um consenso e que pode distrair nossa atenção das condições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto. THOMPSON, Op. Cit., p. 17.

¹⁶ Parte-se do pressuposto de que cada criatura é dotada de uma série de identidades, as quais definem-se a partir de relações e interações múltiplas. Considerando-se que a sociedade do planalto norte-catarinense fornecia aos diferentes grupos

namente em cada grupo imigrante, como externamente, em sua relação com os demais. Além de compartilharem a experiência comum da imigração, os europeus - mesmo marcados por profundas diferenças internas como sua origem regional; dialeto; classe ou religião - entraram em contato com um elemento externo (o caboclo), o que proporcionou-lhes uma condição comum. A identidade étnica por eles compartilhada foi definida não apenas pela transmissão de supostas qualidades étnicas, mas pela ação significativa de outros grupos. Muitos imigrantes que se identificavam com sua comunidade local descobriram apenas depois do contato com outros grupos que eram alemães ou poloneses. Além disso, muitas vezes aceitavam uma identidade (até mesmo pejorativa) que lhes era atribuída pelos demais grupos transformando-a e adaptando-a como estratégia para unificar seu grupo étnico. Muitas divergências internas foram amenizadas ou secundarizadas no bojo desse processo.

Dia após dia eram (re) inventados modos de convívio ou soluções de sobrevivência quando, muitas vezes, a improvisação venceu a norma e o costume. As fronteiras¹⁷ de grupo são elementos decisivos para a definição da noção de grupo e se apresentam como dinâmicas, flexíveis e permeáveis. Essas características permitem ajustes na sua definição de grupo e identidade às suas necessidades de negociação. A imigração para o planalto norte catarinense ampliou os limites daquela sociedade, produzindo uma ordem social mais dinâmica na região, onde cada grupo passou a negociar constante e continuamente seu próprio espaço.

Nesse processo, a interação das etno-culturas envolvidas forjou significativas mudanças em ambas, as quais deixaram seu status anterior e constituíram uma terceira cultura, que não era nem imigrante nem cabocla, mas sim as duas simultaneamente, ou seja, uma *cultura mestiça*¹⁸. A mestiçagem de práticas e crenças pelo contato e interpenetração de opostos é exemplificada pelo fato das levas de imigrantes que chegaram ao planalto antes de 1900 tenderam a integrar-se à população local em um processo de *acaboclamento*.¹⁹ Essas levas, apesar de serem menos significativas, freqüentemente se integraram com maior facilidade à população local. Fundamental lembrar que os imigrantes mais antigos eram majoritariamente devotos de João Maria e no período da Guerra do Contestado aderiram voluntariamente à luta sertaneja, inclusive aderindo aos redutos sertanejos.²⁰

Especificamente com referência aos trabalhadores da *Lumber* supõe-se que a interpenetração étnica promovida pelo trabalho, tanto na serraria quanto nas matas, tenha possibilitado a construção de um saber comum. Sendo as fronteiras étnicas determinadas e constantemente redefinidas pela interação de forças internas e externas, todos aqueles grupos étnicos igualmente explorados pela companhia foram conduzidos a ampliar seus limites para incluir neles todos

étnicos a possibilidade de desenvolver inúmeras formas de relações e interações, é totalmente pertinente afirmar que membros de diferentes grupos étnicos construíram identidades em comum - ou fragmentos identitários - mesmo que em momentos específicos, mas que resultariam na superação de certas diferenças étnicas. GRUZINSKI, Op. Cit., p. 53; As identidades étnicas não se impõem como dados naturais mas como uma divisão culturalmente elaborada do mundo social. Além disso, nem o fato dos grupos étnicos falarem uma mesma língua, nem a contigüidade territorial, nem a semelhança dos costumes representam por si próprios atributos étnicos. Apenas se tornam isso quando utilizados como marcadores de pertença por aqueles que reivindicam uma origem comum. POUTIGNAT, Philippe. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p. 152 e 163.

¹⁷ A idéia de fronteira é fundamental para a definição da noção de grupo étnico. É percebendo as fronteiras que os diferentes atores envolvidos percebem que para além de suas fronteiras há outros atores, implicados em um outro sistema social, as identidades étnicas só se mobilizam com referência a uma alteridade, e a etnicidade implica a organização de agrupamentos dicotômicos Nós/Eles. Ela não pode ser percebida senão na fronteira do "Nós", em contato ou confrontação, ou por contraste com "Eles". As fronteiras nunca são fechadas, e sim mais ou menos fluidas, moventes e impermeáveis, sua manutenção baseia-se no reconhecimento e na validação das distinções étnicas no decurso das interações sociais. Essa peculiaridade da fronteira permite que ela se estenda ou se contraia; que se ajuste a definição de sua identidade étnica à situação de interação em que os atores estão implicados. As fronteiras que separam os diferentes grupos étnicos têm necessariamente duas faces, uma agindo do interior e outra do exterior, sendo constantemente redefinido pela alteração desses mecanismos internos e externos. Dessa forma, grupos coletivamente discriminados, com base numa percepção externa globalizante, podem ser conduzidos a ampliar seus limites para neles incluir todos os visados por esse mesmo processo de discriminação. POUTIGNAT, Op. Cit., p. 152 a 160.

¹⁸ GRUZINSKI, Op. Cit., p. 78.

¹⁹ MACHADO, Op. Cit., p. 336.

²⁰ Idem, p. 82.

aqueles que eram atingidos por esse mesmo processo exploratório. Essa superposição de uma exploração comum, promovida pela *Lumber*, às diferenças étnicas de seus trabalhadores, expressou-se por meio dos acidentes de trabalho ocorridos na empresa, fato que gerou um certo grau de aproximação entre os trabalhadores.

Os acidentes de trabalho eram sintoma de uma realidade de violência e exploração desenfreada compartilhada por todos os trabalhadores da *Lumber*, independentemente de sua função ou grupo étnico. Os inquéritos que deveriam apurar as causas dos acidentes eram conduzidos de maneira obscura pelas autoridades locais²¹, há indícios de um processo de cooptação destas autoridades por parte da companhia com o objetivo de evitar sua condenação e conseqüente pagamento de indenizações aos acidentados ou às suas famílias.²² Os depoimentos revelaram um tom de obrigação por parte das testemunhas do acidente (selecionadas pela companhia) em afirmar que este ocorrera por negligência ou culpa exclusiva do operário, assim como o rápido atendimento prestado pela empresa.²³ Alguns indícios demonstram a frequência e a importância dos acidentes de trabalho para a companhia e para o conjunto dos trabalhadores, como a instalação de uma farmácia e de um hospital por parte da *Lumber*, bem como a instituição de um formulário padrão, o “*Relatório Sobre Accidentes no Trabalho*”.²⁴ Outro indício é o fato de que a única greve registrada na *Lumber* - deflagrada entre 31 de maio e 07 de junho de 1919 - teve como estopim, além das jornadas de mais de 10 horas diárias, as péssimas condições e os constantes acidentes de trabalho.²⁵

Dessa maneira, é bastante relevante supor uma troca, uma intensa circulação da informação entre trabalhadores de diferentes grupos étnicos. Essa interação mesmo quando imposta por necessidades imediatas proporcionou a construção de um *saber prático*²⁶ acerca dos acidentes e de suas condições de trabalho, seus problemas e necessidades, o qual orientou decisões e posturas com relação ao trabalho e à empresa. A circulação da palavra e a troca de informações fundamentais a uma complexa rede de pessoas construíram um conhecimento em comum, transformando-se em uma poderosa arma na direção da transposição de barreiras étnicas.

Outro importante instrumento de apoio às relações que possibilitaram misturas entre os trabalhadores de diferentes etnias foi uma concepção – talvez não tão óbvia – por eles construída a respeito da *Lumber*. Mesmo disseminando violência e exploração naquela sociedade e entre os trabalhadores, sua dimensão e influência singulares promoveram a construção de um sentimento de pertencimento para com aquela poderosa instituição. Um certo status lhes era atribuído por trabalharem na *Lumber*, eram reconhecidos como “o pessoal da *Lumber*”.²⁷ Compartilhar com “o outro” este sentimento de pertencimento influenciou positivamente na negociação de suas fronteiras e até mesmo promovendo misturas.

²¹ Em processos analisados referentes ao ano de 1919 percebeu-se que os inquéritos eram conduzidos com o claro intuito de favorecer a empresa. Nesses processos o Delegado responsável era Theófilo Becker, o mesmo que em 1927, então empregado como alto funcionário da *Lumber*, foi indiciado como chefe de um grupo de trabalhadores da empresa responsabilizado pelo assassinato do então Delegado de polícia do distrito de Três Barras, Tenente Francisco Arruda Câmara Junior. **Processo crime por Homicídio do Tenente Francisco Arruda Câmara Junior.** Réu: Theófilo Becker e Outros. Canoinhas, 1920, AHMC.

²² **Inquérito Policial por Accidente no Trabalho.** Patrão: Southern Brazil Lumber and Colonization Company. Operário: Miguel Pitak. Três Barras, 1919. Arquivo Histórico Municipal de Canoinhas; **Auto de Autópsia e Inquérito Policial.** Auto-ra: A Justiça. Offendido: Manoel Francisco Gaspar. Três Barras, 1919, AHMC.

²³ Informações acerca dos acidentes de trabalho na *Lumber* IN: TOMPOROSKI, Alexandre Assis. **Da seiva ao sangue: A violência da Lumber em sertões Contestados, 1910-1930.** Trabalho de conclusão de graduação em História/UDESC, dezembro 2003, p. 87 a 95.

²⁴ O “*Relatório Sobre Accidente no Trabalho*” adotado pela *Lumber* era preenchido por funcionários da empresa e encaminhado à autoridade responsável, que muitas vezes o anexava ao inquérito policial. É notório o condicionamento dos resultados da investigação às informações inicialmente fornecidas, resultando, normalmente, no arquivamento do inquérito. Este, ao relacionar as causas do acidente à imperícia do trabalhador, segundo a legislação em vigor em 1919, desonerava a companhia do pagamento de indenizações ou benefícios.

²⁵ DIACON. Op. Cit., p. 51.

²⁶ PAOLI, Maria Célia. **São Paulo operária e suas imagens (1900-1940).** Espaço e Sociedade: Revista de estudos regionais e urbanos. N.º 33, ano XI, 1991, p. 27 a 41.

²⁷ **Processo crime por Homicídio do Tenente Francisco Arruda Câmara Junior.** Op. Cit.

Os diretores da *Lumber* investiram na disseminação desse sentimento não apenas entre os trabalhadores, mas também em outros âmbitos daquela sociedade. Grande exemplo disso é a promoção da festa pelo dia da Independência dos Estados Unidos, em 04 de julho de 1912, da qual participaram trabalhadores, suas famílias e a comunidade em geral. Intentaram com isso construir laços de solidariedade e lealdade entre os trabalhadores e especialmente deles com relação à companhia.

Em processos crime por acidente no trabalho referentes ao ano de 1927 surge outro elemento que reforça as possibilidades de contato entre os indivíduos dos diferentes grupos étnicos empregados na *Lumber*. Um número bastante significativo de trabalhadores afirmou residir em “colônia Bugre”.²⁸ Infere-se que ainda na década de 1920 esta colônia havia se transformado em uma espécie de esboço de vila operária em pleno sertão planaltino.

Dessa maneira, torna-se irrefutável a existência de um espaço comum, fundamental como o é a moradia, também fora da fábrica. Neste espaço as experiências dos trabalhadores eram compartilhadas e seus interesses em comum potencializados, transcendendo o mundo do trabalho e proporcionando competição, conflito e cooperação entre seus habitantes. Estas relações invadiam seu cotidiano e o conjunto de suas relações sociais.

Assim, aliando a possibilidade de morar e produzir alimentos em sua propriedade (ou posse) ao trabalho operário na *Lumber*, estas pessoas definiam-se tanto por suas atribuições de colono como por sua condição de operário. O trabalho na terra mantinha certa estabilidade e identificação com a vida e com uma comunidade tipicamente rural.

A coabitação de indivíduos de diferentes grupos étnicos gerou um processo de construção de identidades entre os trabalhadores e suas famílias que ali moravam. A interação entre eles forneceu elementos suficientes para superar problemas comuns como a língua e costumes distintos, consistindo em um importante ponto de partida para a aproximação e amenização de suas diferenças étnicas.

Paralelamente a condição de operário à qual foi compelido, encarando o processo de assalariamento como uma estratégia de sobrevivência, o trabalhador da *Lumber* e sua família mantinham uma área reservada ao plantio de sua lavoura de subsistência, nos moldes da roça cabocla, ou efetuavam a coleta da erva mate, exercendo assim uma *dupla condição*.²⁹

Além dos elementos já analisados, um em especial considero o cerne para a compreensão do funcionamento das trocas interétnicas no planalto norte de Santa Catarina e dos grupos dos quais eram originários os trabalhadores da *Lumber*. Naquela região, no início do século XX, o comércio de erva mate - através da estrada de tropas - possibilitou, mesmo pelas regiões mais inóspitas, a circulação de mercadorias, pessoas e informações.

A ocupação dessa região deu-se pela formação de extensos *bairros rurais*³⁰, paralelamente aos vales dos rios e pela formação de pequenos povoados que se tornaram sedes de distritos e municípios.³¹ Nos bairros rurais as habitações poderiam estar próximas como em pequenos povoados, ou de tal forma afastados que dificultavam a percepção da unidade que as congregava. Dessa forma, no bairro rural as famílias estavam vinculadas por outras características, especialmente o sentimento de localidade; a convivência; pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas.

Um dos elementos que caracterizou a estrutura fundamental da sociabilidade naquela região era o trabalho coletivo, o qual servia para estabelecer os limites do bairro rural, traçados

²⁸ **Auto de Acção por Accidente no Trabalho.** Patrão: Southern Brazil Lumber and Colonization Company. Operário: Alfredo Alves, 1927, AHMC; **Auto de Acção por Accidente no Trabalho.** Patrão: Southern Brazil Lumber and Colonization Company. Operário: Antonio Anacleto, 1927, AHMC **Auto de Acção por Accidente no Trabalho.** Patrão: Southern Brazil Lumber and Colonization Company. Operário: Miguel Guergond, 1927, AHMC; **Auto de Acção por Accidente no Trabalho.** Patrão: Southern Brazil Lumber and Colonization Company. Operário: Antonio Amaral, 1927, AHMC.

²⁹ SEYFERTH, Giralda. Aspectos da proletarianização do campesinato no Vale do Itajaí (SC): os colonos-operários. In: LOPES, José Sérgio Leite. (Coord.) **Cultura e Identidade Operária.** Aspectos da cultura da classe operária, p. 103 a 120.

³⁰ MELLO E SOUZA, Antonio Cândido. **Os Parceiros do Rio Bonito: estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida.** São Paulo: Duas Cidades; Ed. Paralelo 34, 2001, p. 81.

pela participação dos moradores em trabalhos de ajuda mútua. Conseguia legitimidade no bairro aquele membro que convocava e era convocado para estas atividades, as quais resultavam em uma obrigação bilateral, fundamental para a sociabilidade do grupo e para cristalizar sua consciência de unidade. Essa prática, reconhecida como *mutirão* e na região do planalto norte-catarinense como *pixirum*, envolvia os “vizinhos” no desenvolvimento de trabalhos coletivos, especialmente roçadas, onde os conflitos e ajustes violentos também eram comuns, mas cuja característica principal era servirem de elemento de solidariedade coletiva, comumente de caráter multiétnico.³² Esta ampla rede de relações ligava os habitantes do bairro rural, ratificando sua unidade.³³

Uma das exigências morais do *pixirum* era o fornecimento de alimentação às pessoas envolvidas no trabalho por parte do beneficiário e, ao final da tarefa, uma celebração festiva que normalmente era organizada em forma de fandango e consistia em um aspecto fundamental da vida cultural do morador do planalto norte catarinense. O “fandango” era uma espécie de baile o qual, mesmo quando aberto a muitos da comunidade, não deixava de possuir um caráter particular, era “armada” por alguém que delimitava um rol de participantes, normalmente os residentes no mesmo bairro do “fandangueiro”.³⁴

As festas religiosas ocupavam espaço fundamental na vida social do morador do planalto, festas que além de promoverem o contato e as misturas entre indivíduos de grupos étnicos distintos, forneciam critérios para a definição da origem de cada morador conforme sua participação nos festejos religiosos de um determinado lugar.³⁵

Essa intensa sociabilidade percebida entre os diferentes grupos étnicos que ocupavam o planalto norte de Santa Catarina no início do século XX e, conseqüentemente, entre os trabalhadores da *Lumber* deles oriundos, rompe com a idéia constantemente reproduzida de isolamento ou relações tênues e estáticas, ou simplesmente conflitivas. Evidenciou-se um grande leque de possibilidades de contato. Os acidentes de trabalho, o sentimento de pertencimento para com a *Lumber*, a habitação, sua dupla condição de colono e operário e, principalmente, o bairro rural foram elementos que proporcionaram a construção de uma ordem social dinâmica onde o contato, a interação e o conflito eram intensos e constantes.

Seu cotidiano estava impregnado pela mistura e pela troca, forjando uma sociabilidade compartilhada que forneceu a base para as experiências comuns necessárias para definirem seus interesses comuns e antagônicos e suas possibilidades de resistência frente à exploração promovida pela *Lumber*.

³¹ MACHADO, Op. Cit., p. 70.

³² **Processo Crime por homicídio** de Pedro Jungles. Réu: Francisco Jungles. Canoinhas, 1922. AHMC.

³³ MELLO E SOUZA, Op. Cit., p. 87.

³⁴ LEANDRO, José Augusto. **Gentes do grande mar redondo: riqueza e pobreza na comarca de Paranaguá, 1850 – 1888**. Florianópolis, 2003. Tese (Doutorado em História), UFSC. Florianópolis, p. 309. Além das festas e bailes os moradores da região também recorriam às vendas, bares e bodegas como centros de sociabilidade. Jogos de azar e corridas de cavalo, as *carreririnhas*, eram promotores de encontros, conflitos, trocas e interações.

³⁵ Um exemplo é a inauguração da capela em Colônia Vieira em 29 de abril de 1911, quando dos primórdios da Paróquia de Canoinhas. STULZER, Frei Aurélio. **A guerra dos fanáticos (1912-1916): a contribuição dos franciscanos**. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 24. Festas de fundação de capelas e em homenagem a santos reuniam grandes contingentes de todos os estratos sociais e grupos étnicos, consistindo em um momento de ampla interação e contato.

O IMIGRANTE DESEJÁVEL, SEGUNDO A MEDICINA PSIQUIÁTRICA DOS ANOS 30

Elisa Paula Marques

O século XX assistiu a medicina constituir-se numa forma de conhecimento muito diversa de tempos anteriores. De acordo com Foucault, “o olhar dos nosógrafos, até o final do século XVIII, era um olhar de jardineiro: tratava-se de reconhecer, na variedade das aparências, a essência específica”¹. Assim, a medicina social, vai diferenciar-se de séculos anteriores, quando a intervenção médica tinha um caráter curativo, e se fazia presente quando o paciente manifestava sinais de doença, para tornar-se preventiva. O campo de atuação dos médicos alargou-se e começou a abranger setores de uma sociedade em transformação, como as relações familiares e de trabalho.

A medicina tomou para si uma tarefa além da cura das moléstias individuais, e assumiu uma responsabilidade maior, que no Brasil dos anos 30 pôde traduzir-se como um desejo de “supervisionar a saúde da população, não só visar ao bem estar dos indivíduos, mas à prosperidade e à segurança do Estado”². A saúde da nação passou a ser motivo de preocupação para o governo do país.

O Estado Novo por trás da discussão do imigrante desejável reacendeu princípios racistas, cheios de violência e intolerância, onde “num contexto de insegurança e indecisão discutisse o positivo pelo negativo. As próprias leis de imigração se pautavam pela negação. Tem-se mais certeza sobre o indesejável que o seu contrário”.³ Para as elites estava clara a necessidade de embranquecer o povo brasileiro, de “lavar” com o alvejante da imigração a condição de país miscigenado com raças inferiores; negros e indígenas.

Para a realização do projeto regenerador da população fez-se necessária a seleção do tipo ideal de imigrante, Vargas inclusive estabelecerá neste período contratos bilaterais com o governo português para a entrada de imigrantes lusos. “Afim, o português que aqui aportava era de origem agrária, dócil e vinha reforçar a matriz básica de criação do tipo racial do brasileiro. Os latinos, tanto italianos como espanhóis, também eram favorecidos por razões semelhantes.”⁴

Entre os vários setores da sociedade brasileira preocupados com o problema imigratório, a medicina psiquiátrica teve papel importante, pois segundo os médicos não bastava uma política imigratória eugenista que bloqueasse a entrada de negros, judeus e asiáticos, mas deveria-se dar especial atenção aos grupos indesejáveis, como:

os portadores de moléstias, taras hereditárias, infecções crônicas, doenças transmissíveis, mutilações e enfermidades irremediáveis(...)concentrados em certas raças portadoras de psychopathias transmissíveis aos descendentes – herança mórbida – posta em circulação pela maré montante de tarados de toda a espécie que sobrecarregam a sociedade com um enorme peso morto.⁵

Uma clara tentativa de controle médico-psiquiátrico da imigração previa a seleção individual de imigrantes, onde sem distinção de raça ou nacionalidade deveriam ser examinadas as

¹ FOUCAULT, Michel. **O nascimento da Clínica**. São Paulo: Forense, 1994, p.136.

² MACHADO, Roberto. **Danação da Norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p.253.

³ LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. São Paulo: Papirus, 1986, p.113.

⁴ Idem.

⁵ Ibid., p.131.

condições mentais dos indivíduos e, dependendo do caso, fazer a sua repatriação.⁶

A preocupação com a constituição de um tipo de brasileiro europeizado, saudável física e mentalmente transpassou para o cuidado com o desempenho físico e mental do operário. A exemplo da Alemanha nazista, o governo voltou suas atenções, conjuntamente com os médicos, para estabelecer medidas visando disciplinar corpos e mentes; a educação física tornou-se obrigatória nas escolas e nas fábricas. “Assim é que o corpo fisicamente educado faculta o desenvolvimento das mais elevadas faculdades morais. O corpo não é mero produtor de moralidades, mas é também seu transmissor.”⁷

A produção de corpos fortes e dóceis, necessitava de uma política de caráter repressivo e preventivo para assegurar que somente a transição de genes sadios ocorreria. Dessa forma “impunha-se tomar medidas eugênicas como em outros países para impedir o desencadeamento de uma prole nefasta e inútil”⁸. A procura de uma solução para o problema passava pela defesa da regulamentação dos casamentos e os testes pré-nupciais, como forma de afastar a união de indivíduos “eugenicamente nocivos à sociedade e de casamentos consangüíneos, outra ameaça disgênica, porque somava as taras preexistentes”⁹.

O objetivo desse combate à decadência “era desqualificar biologicamente negros, índios e mulatos, frente a figura do homem branco, de forma a justificar “cientificamente” todo um projeto político de exclusão social e dominação, que na prática era o que já ocorria”¹⁰, mas não bastava ser branco era necessário ser eugenicamente saudável, e isso dificultava a entrada no Brasil de judeus e asiáticos.

O preconceito racial anti-judaico, procurava esconder o racismo sob argumentos não biológicos, pois o país requeria agricultores como imigrantes e o judeu que aqui aportava não era dado à agricultura. Essa argumentação servia para encobrir

a visão do judeu como tipo racial degenerado e portador de degenerescência racial. Já no século XIX aparecia uma biologia de tipo racista centrada sobre a concepção de degenerescência e que tomava o judeu como seu exemplo vivo. O anti-semitismo moderno ganha corpo com a apropriação do racismo pelos socialistas como teoria política. Dessa forma, os judeus serão vistos como necessariamente degenerados justamente porque são ricos, porque se casam entre si e tem práticas religiosas e sexuais aberrantes.¹¹

Quanto aos asiáticos, japoneses, embora fossem agricultores em sua maioria, eles representavam “o novo, fora de controle, uma projeção de insegurança para o futuro que se quer na mão, o elemento não previsto numa ampla estratégia de controle do trabalho e do trabalhador”. A crítica ao japonês se dava por este não se submeter ao trabalho assalariado tendo como objetivo a posse de uma pequena propriedade, que conseguia a custo do trabalho de todo grupo familiar.

O problema da vinda de imigrantes indesejáveis parecia estar solucionado com a imposição de cotas para a entrada no país, mas este regime fracassara diante do número de imigrantes aportados. “O Brasil continuava deserto. Se no biênio 1937/38 poderiam entrar 80 mil imigrantes, só 10 mil o tinham feito. Além do que a relação de 80% de agricultores para 20% de não agricultores para cada cota nacional caducara: o país mudara e naquele momento a indústria já representava 2/3 da produção agrícola.”¹²

As cotas reservadas aos países brancos emigrantistas nunca chegavam a ser preenchidas. O critério de cotas como meio político de frear certas nacionalidades acabava por prejudicar a

⁶ REIS, José Roberto Franco. **Higiene mental e eugenia: o projeto regenerador nacional da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-30)**. Dissertação de Mestrado. Unicamp, 1994.

⁷ LENHARO, op. cit., p.77

⁸ Ibid., p.79.

⁹ Idem

¹⁰ REIS, op. cit. P.133.

¹¹ LENHARO, op. cit. p.118.

¹² LENHARO, op. cit. 119.

vinda de trabalhadores para o Brasil. Tornava-se impossível principalmente para a medicina intervir de forma efetiva na questão imigratória, embora seus colaboradores nunca deixassem de mencionar o perigo que representava para o país a importação de indivíduos que viessem “pesar” para a sociedade.

Sonhando com o controle sobre a população, a Liga Brasileira de Higiene Mental¹³ recebeu apoio do governo, sobretudo em suas campanhas Higiênicas. Este apoio ligava-se, por um lado, “a vigilância policial mais severa dos delinquentes, alcoólatras e outros marginais e, por outro lado, a criação do Departamento Nacional de Saúde. Este departamento, que reagrupou no plano nacional todos os dispositivos institucionais psiquiátricos do país, havia aparentemente, aderido às idéias propostas pela L.B.H.M.”¹⁴

O indivíduo degenerado atrasava o desenvolvimento do país na medida em que era péssimo operário, com rendimento inferior no trabalho, além de formar uma prole também degenerada. Essa preocupação com a economia não está apenas na saúde de quem produz, uma vez que o doente representa gastos por parte do estado. A perda de um corpo saudável representa prejuízos para a nação, pois deixará de produzir e gastará dinheiro público no período da doença. Para os médicos

havia que se evitar a decadência física, moral, material. Não bastava sanear lugares e pessoas contaminadas pela decadência. Havia necessidade de prevenção e manutenção do estado de higiene- claro , limo, transparente, asséptico. Como consequência um corpo forte, saudável, bem nutrido, disciplinado, pronto para atender a qualquer chamado para o qual fosse convocado (pela pátria ou pelo médico)

A maior questão, contudo, era o que fazer com aqueles que já se encontravam doentes ou impossibilitados de cura. Para esses necessitava-se criar e organizar instituições que viabilizassem o grande projeto e fiscalizassem continuamente a rede social. A estrutura existente era apontada pelos médicos como insuficiente e precária.

Campanhas pela construção de manicômios se intensificaram a partir dos anos 30, mobilizando médicos, políticos e a sociedade. Os incapazes de contribuir para o engrandecimento da nação seriam segregados. Por trás dos muros dos asilos, casas de mendicância e hospitais psiquiátricos, prendeu-se os incapacitados mentais e físicos.

A tutela dessas pessoas cabia aos médicos que assim como o governo tinham grande preocupação na saúde dos indivíduos para o trabalho. O termo trabalhador, mais do que designar quem desempenha determinada atividade passou a ser elogio. Do mesmo modo que palavras como louco e bêbado passaram a ser pejorativas ao designar pessoas inaptas para exercer uma atividade produtiva, por motivo de doença mental e vício de substâncias químicas.

A noção de trabalho preconizada demonstrava a “necessidade de formar estes trabalhadores, desde o primeiro momento, o discurso médico pretendia atingir o indivíduo em todas as suas atividades; mais ainda, pretendia formar, criar o cidadão”¹⁵. Para alcançar-se a sociedade almejada, a população precisa ser esclarecida através de campanhas e medidas saneadoras. O espaço para o diferente, o doente, o pobre foi delimitado, como possíveis ameaças para a formação de cidadãos de segunda classe, não poderiam ficar sem assistência perambulando pelas ruas, contribuindo para a degenerescência da população.

Com entusiasmo desmedido foram construídas instituições para amparo e tratamento da parcela carente da população, mas ao abrigar toda a sorte de enfermidades esconderam por muitos anos problemas não apenas de saúde, mas sociais que permaneceram intocados.

Bibliografia

¹³ Fundada no Rio de Janeiro em 1923 pelo psiquiatra Gustavo Riedel, tinha entre seus representantes a elite psiquiátrica do Brasil. Justificava sua ação baseada na noção de eugenia.

¹⁴ COSTA, Jurandir Freire. **História da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Documentário, 1976, p.47.

¹⁵ RODRIGUES, Marília Mezzomo. **A prevenção da decadência**. Curitiba: Aos quatro ventos, 1997.p.85.

- BASAGLIA, Franco Ongaro. Loucura/Delírio. In: **ENCICLOPEDIA EINAUDI**. Inconsciente – Normal/anormal. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1994.
- COSTA, Jurandir Freire. **História da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Documentário, 1976.
- _____. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- DESVIAT, Manuel. **A reforma psiquiátrica**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.
- DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- FOUCAULT, Michel. **História da loucura**. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- _____. **O Nascimento da Clínica**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. São Paulo: Papirus, 1986.
- MARQUES, Elisa Paula. **As mudanças nos conceitos de loucura da Antiguidade Clássica à Idade Moderna e a reforma de Philippe Pinel**. IX Encontro Estadual da AMPUH. 2002.
- MELMAN, Jonas. **Família e doença mental: repensando a relação entre profissionais de saúde e familiares**. São Paulo: Escrituras Editora, 2001.
- ORNELLAS, Cleuza Panisset. **O paciente excluído: História e crítica das práticas médicas de confinamento**. Rio de Janeiro: Revan, 1997.
- PERBART, Peter Pál. **Da clausura de fora ao fora da clausura; loucura e desrazão**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- PESSOTTI, Isaias. **A loucura e as épocas**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- _____. **O século dos manicômios**. São Paulo: 34, 1996.
- RABELO, Cristina M. et al. Signos, Significados e Práticas Relativas à Doença Mental. In: **Experiência de doença e narrativa**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- REIS, Jose Roberto Franco. **Higiene Mental e Eugenia: o projeto de “regeneração nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-30)**. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, 1994.
- RODRIGUES, Marília Mezzomo. **A Prevenção da Decadência**. Curitiba: Aos quatro ventos, 1997.
- ROSEN, George. **Uma história da saúde pública**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SERRANO, Alan Índio. **O que é psiquiatria alternativa**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- SOUZA, Iara Maria A. **O asilo revisitado: perfis do hospital psiquiátrico em narrativas sobre doença mental**. In: **Experiências de Doença e Narrativa**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

DEVOÇÃO A NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E SÃO BENEDITO NA COLÔNIA ALEMÃ DE SÃO LEOPOLDO

Ricardo Brasil Charão¹

1 – Introdução

O presente texto tratará brevemente da Irmandade dedicada à devoção a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito fundada no ano de 1852 na Villa de São Leopoldo. Esta irmandade foi a primeira da localidade e reuniu luso-brasileiros, teuto-brasileiros e, principalmente, africanos e afro-descendentes, fossem estes homens ou mulheres, livres, alforriados ou escravos, pretos ou pardos. Ao que parece, esta não foi a única irmandade que reuniu “homens negros” na antiga Colônia Alemã de São Leopoldo, mas nosso estudo terá como foco unicamente esta irmandade². O presente artigo foi escrito a partir de documentação inédita, referente à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito de São Leopoldo, localizada na Paróquia Nossa Senhora da Conceição de São Leopoldo. O texto encontra-se estruturado da seguinte forma: inicialmente traça-se um breve histórico da devoção a Nossa Senhora do Rosário, logo após é abordada a presença negra e escrava na colônia alemã de São Leopoldo para, finalmente, tratar-se da irmandade e sua relevância para a comunidade negra da referida localidade.

2 – A devoção a Nossa Senhora do Rosário

O estudo das irmandades religiosas tem sido visto nos últimos anos pela historiografia brasileira como mais uma forma de se aproximar da sociedade do Brasil colônia e império, revelando-se um campo de pesquisa em grande medida ainda pouco explorado. De forma especial, o estudo de irmandades religiosas ligadas à comunidade negra tem permitido desvelar aspectos da vida desta comunidade até impensados. Neste sentido, tratar da existência de irmandades dedicadas ao culto a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito no Brasil Colônia e Império já não se constitui em uma novidade. Existentes em Portugal, possivelmente desde o século XIV³, as irmandades e o culto dedicado a Nossa Senhora do Rosário desempenharam importante papel nos intentos de catolicização dos africanos e seus descendentes, tanto em Portugal quanto no Brasil, assim como na América espanhola⁴. Estas irmandades, desde aquelas estabelecidas em Portugal, ocuparam lugar de destaque dentre os espaços onde a comunidade negra (entendida aqui como uma comunidade formada por africanos e afro-descendentes; negros e pardos; livres, libertos e escravos) pôde viver sua religiosidade/espiritualidade e tecer redes de sociabilidade, solidariedade e disputas pela hegemonia dentro desta comunidade, assim disputar o direito de representá-la diante de outros grupos sociais existentes na sociedade escravista.

O catolicismo que se forjou nas colônias portuguesas na América recebeu bastante tarde os influxos do Concílio de Trento e suas orientações foram sentidas efetivamente apenas a partir

¹ Doutorando no Instituto Ecumênico de Pós-Graduação (IEPG). Bolsista de Doutorado do CNPq dentro do Programa de Pós-Graduação Integrada (PGI). E-mail: rcharao@terra.com.br.

² Em seu artigo “Jesuítas alemães em suas relações com o elemento negro em nosso passado gaúcho” o Pe. Arthur Rabuske comenta a respeito de uma “Irmandade de São Pedro Claver”, fundada em 1888, em São Sebastião do Caí “e destinada de todo em prol dos africanos da região do citado rio”. Cf. p. 62.

³ Sobre o papel desempenhado pela devoção ao Rosário na Europa do século XVI e sua relevância no processo de evangelização dos povos da África ver: Juliana Beatriz Almeida de SOUZA, **Viagens do Rosário entre a Velha Cristandade e o Além-Mar**.

⁴ Um resumo sobre a existência de irmandades dedicadas à Nossa Senhora do Rosário em Portugal e na América Espanhola é encontrada em Marina de Mello e SOUZA, **Reis negros no Brasil escravista: História da festa de coroação de rei Congo**, p. 157 – 179.

do Concílio Vaticano I (1880) com a política de romanização do clero e do catolicismo brasileiro. Até então, o catolicismo foi caracterizado pela presença de poucos sacerdotes e forte presença das irmandades leigas. Como afirma Marina de Mello e Souza, “principalmente a partir do século XVIII, desenvolveu-se na América portuguesa um catolicismo fundado em torno de irmandades, que investiam na construção de igrejas e assumiam várias das responsabilidades religiosas, principalmente as relativas ao culto de seus oragos”⁵. De forma semelhante, a importância das irmandades dedicadas a Nossa Senhora do Rosário para a gestação de novas identidades étnicas, redes de sociabilidade e solidariedade parece não ter sido uma particularidade da comunidade negra, visto que outros grupos sociais passavam por processos análogos. A afirmação de Marina de Mello e Souza parece bastante pertinente quando assevera que:

(...) da mesma forma que estavam em curso no interior da colônia a gestação de uma nação e de uma nacionalidade, ainda inexistentes na América portuguesa e que só se conformariam no século XIX, a parcela composta pelos africanos escravizados e seus descendentes também passava por processos de constituição de novas identidades a partir da sua incorporação na sociedade colonial escravista, o que só se verificaria plenamente no século XIX.⁶

Espaço privilegiado para a constituição de novas identidades étnicas, formação de redes de sociabilidade e solidariedade e disputa política, as irmandades acabaram por servir de “associações de ajuda mútua” que possibilitaram o acesso a alguns benefícios sociais como a compra de cartas de liberdade para irmãos, auxílio para educação e sobrevivência de órfãos, entre outras conquistas. Estes benefícios, de outra maneira, seriam muitas vezes inacessíveis para a comunidade negra. Cabe ressaltar, contudo, que as irmandades leigas parecem ter desempenhado este papel não apenas entre a comunidade negra, mas que outras irmandades reunindo luso-brasileiros, e no caso específico do RS também teuto-brasileiros, atuaram de forma análoga.

Ainda que no Rio Grande do Sul (RS) as irmandades dedicadas a Nossa Senhora do Rosário e/ou São Benedito também tenham se constituído em associações de mútua ajuda de grande importância para a comunidade negra, o estudo destas encontra-se praticamente intocado⁷. Neste sentido temos muito ainda o que pesquisar a fim de que possamos ter uma noção de sua relevância. Possivelmente, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário mais conhecida do RS seja a de Porto Alegre, constituída já em 1786. Afora esta e a de Viamão, que também remonta ao século XVIII, as demais que nos são conhecidas parecem ter se constituído no século XIX, veja-se o caso das irmandades de Rio Pardo e Osório (1857), Alegrete (1860), Taquari (1863), São Gabriel (1873) e Rio Pardo (1878) – dedicada a São Benedito⁸. Contudo, muitas outras devem ter existido. Um exemplo disto é própria Irmandade de São Leopoldo, ainda desconhecida na época em que Liane Muller escreveu sua dissertação. Além disto, deve-se ressaltar que o critério adotado pela autora foi considerar aquelas irmandades das quais foi encontrado seu Compromisso. Contudo, é possível que muitas irmandades não tenham chegado a ter seu compromisso cancelado pelas autoridades competentes.

3 - Historiografia

Esta lacuna percebida nos estudos a respeito das irmandades leigas com as quais a comunidade negra gaúcha esteve vinculada não é uma exceção, pois a negligência com relação à

⁵ Id., *Ibid.*, p. 183.

⁶ Marina de Mello e SOUZA, **Reis negros no Brasil escravista**: História da festa de coroação de rei Congo, p. 180.

⁷ Exemplo de um dos raros trabalhos a respeito é a dissertação de Liane Susan Muller, **“As contas do meu Rosário são balas de artilharia”**: Irmandade, jornal e sociedade negras em Porto Alegre. 1889 – 1920”, defendida na PUCRS e que trata da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre.

⁸ Cf. Id., *Ibid.*, p. 28. “No município de Osório não se constituiu especificamente uma Irmandade do Rosário. Quando da chegada dos escravos, na década de 1850, a devoção do Rosário, que é muito forte até hoje, derivou imediatamente para o Maçambique. É possível que existissem ainda muitas outras Irmandades do Rosário ou de São Benedito na Província. As que foram citadas representam apenas aquelas em que foi possível encontrar os Compromissos”. (p. 28).

história da escravidão no Rio Grande do Sul pode ser exemplificada através da produção historiográfica existente. A primeira obra de maior envergadura sobre a história da escravidão no Rio Grande do Sul foi escrita apenas em fins da década de 1950. Refiro-me a *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*, de Fernando Henrique Cardoso. Este trabalho, ainda hoje, é a obra mais importante sobre o Rio Grande escravista. O processo de invisibilização da comunidade negra pela historiografia gaúcha é muito bem sintetizado por Ieda Gutfreind ao afirmar que: “É significativo observar a pequena representatividade de estudos sobre o negro no Rio Grande do Sul, principalmente se comparada com outros temas históricos (...)”⁹.

A pouca produção historiográfica existente limita-se ainda, em grande parte, ao estudo da escravidão nas charqueadas e nas áreas urbanas de maior densidade populacional¹⁰. Assim, pode-se entender porque não apenas a presença de escravos em áreas de imigração/colonização alemã aguarda estudos mais aprofundados, mas a escravidão no RS, em suas múltiplas facetas. Como afirma Maria Angélica Zubaran, “as relações senhor-escravo e as condições que as influenciaram são extremamente complexas, e chamamos a atenção para a falta de estudos nessa área no Rio Grande do Sul”.¹¹

Cabe ainda uma breve explanação sobre os estudos que abordam a presença negra e escravidão nas áreas de colonização alemã no RS. Maria Angélica Zubaran sugere que na historiografia gaúcha predominam três posturas no que se refere à relação entre teuto-brasileiros e a escravidão. Estas posturas procuram afirmar que os colonos alemães não possuíam escravos. Vejamos a questão mais de perto.¹²

Para a autora, parte da historiografia nega a relação entre teuto-brasileiros e escravidão ao afirmar que sendo os colonos pequenos proprietários voltados ao desenvolvimento da policultura, baseada o trabalho familiar, estes não necessitariam do braço escravo. Outra parte da historiografia se limita a afirmar que os teuto-rio-grandenses não possuíam escravos por dois motivos básicos. O primeiro seria o fato de possuírem “uma mentalidade moralizadora” que regeneraria a idéia de trabalho desmoralizada por uma “mentalidade lusa colonialista e escravista”. O segundo motivo seria a legislação imperial e provincial que proibia a presença de escravos em áreas de colonização. As leis são: a lei imperial n. 226, de 30/05/1840 e n. 514, de 24/10/1848; leis provinciais n. 143, de 21/07/1848 e n. 183, 18/10/1850.¹³ Um exemplo desta abordagem pode ser encontra-

⁹ Ieda GUTFRIEND, *O negro no Rio Grande do Sul: o vazio historiográfico*, p. 175. Ieda Gutfreind fala de “estudos sobre o negro”, o que aponta para uma realidade bem mais ampla do que “história da escravidão”. Esta, aliás, tem sido uma das limitações da historiografia brasileira que gradativamente vem sendo superada: identificar história do negro com história da escravidão.

¹⁰ Ainda que datado de 1992 deve-se conferir a retrospectiva, de caráter autobiográfico, escrita por Mário Maestri, onde este procura refazer o percurso trilhado pela historiografia sobre o negro no RS. Cf. Mário MAESTRI, *Escravidão gaúcha – Novos estudos*: Um depoimento pessoal.

¹¹ Maria Angélica ZUBARAN, *Os teuto-rio-grandenses, a escravidão e as alforrias*, p. 66.

¹² Para a exposição a seguir, conferir Id., *Ibid.*, p. 66 - 67.

¹³ A fim de possibilitar o acesso ao texto das leis, transcrevemô-las a seguir:

a) Lei imperial n. 514 de 28 de outubro de 1848. Capítulo III, Artigo 16: “A cada uma das Províncias do Império ficam concedidas no mesmo, ou em diferentes lugares de seu território, seis léguas em quadra de terras devolutas, as quais serão exclusivamente destinadas à colonização e não poderão ser roteadas por braços escravos”.

b) Lei provincial n. 143 de 21 de julho 1848, que trata do estabelecimento da Colônia São Francisco de Paula, no município de Pelotas. Artigo 5, Parágrafo 4: “Os colonos, que fizerem parte desta Colônia, não poderão, sob qualquer pretexto, empregar escravos em seu serviço, seja qual for a natureza deste”. Luiza Horn IOTTI, *Imigração e colonização: legislação de 1747-1915*, p. 601.

c) Lei provincial n. 183 de 18 de outubro de 1850. Proíbe a introdução de escravos nos territórios das colônias.

“Artigo 1: É proibida a introdução de escravos no território marcado para as colônias existentes, e para as que para o futuro se formarem na Província.

Artigo 2: Os escravos, que atualmente existem no território das colônias, serão matriculados pelo Diretor, os seus Agentes, em livro próprio dentro de dois meses, depois da publicação desta Lei, fazendo-se o mesmo no Livro nota dos que faleceram.

Artigo 3: Todas as pessoas, que forem viajar às colônias, ou residirem nelas temporariamente, poderão levar os escravos precisos para seu serviço doméstico, sendo obrigados a enviar ao Diretor ou seus Agentes, uma relação dos mesmos escravos, e a reconduzi-los para fora das colônias, quando se retirarem.

Artigo 4: Os escravos que forem introduzidos nas colônias, em contravenção a esta Lei, serão expelidos por ordem do Diretor, pagas as despesas pelos donos dos mesmos escravos.

do no trabalho de Margaret Marchiori Bakos, onde a autora afirma que: “Esta legislação, aliada ao êxito do trabalho do imigrante, condenou definitivamente o trabalho escravo nesta província”¹⁴.

Uma terceira postura adotada pela historiografia sul-riograndense, menos conhecida que as duas anteriores, não nega a presença de escravos nas colônias alemãs, mas afirma que as relações entre escravos e senhores teuto-brasileiros foram distintas das relações entre escravos e senhores luso-brasileiros, sendo os teuto-brasileiros senhores mais humanos e dispensando melhor tratamento a seus escravos. Segundo Zubaran, esta postura seria “visivelmente influenciada pelo mito da democracia racial nos pampas”¹⁵. Esta postura de fato existe, todavia, acredito que sua razão de ser não se encontre no “mito da democracia racial nos pampas”, mas sim na mesma “mentalidade moralizadora”, apontada por Zubaran na postura anterior. Na impossibilidade de negar a existência de escravos nas colônias, procura-se minimizar a questão ao afirmar o melhor tratamento dado aos escravos, o que implica, conseqüentemente, na afirmação de um senhor “moralmente melhor”. Como exemplo desta postura podemos destacar Leopoldo Petry quando assevera que: “A maioria dos moradores de São Leopoldo que possuíam escravos, tratavam-nos com humanidade, mas assim mesmo muitos fugiam e se embrenhavam nos matos”¹⁶. Postura semelhante é expressa por Telmo Lauro Muller quando afirma que:

Na Colônia Alemã de São Leopoldo os negros eram em número muito pequeno. As relações entre os colonos e os negros não tinham as conotações da relação entre portugueses e eles. Os negros chegaram a ter relações de emprego com os colonos, mas sem nenhuma conotação escravista, embora a relação fosse escalonada: branco é branco e preto é preto.¹⁷

Uma quarta postura, em nossa opinião existente, mas não apontada por Zubaran é o silêncio. Este silêncio pode se dar em função da irrelevância de uma questão em relação aos interesses do/a autor/a ou então da necessidade de se esconder algo que pode vir a comprometer o que é defendido pelo mesmo, quando certos aspectos são trazidos à tona. Sabemos que nós, enquanto historiadores/as, somos também produtores/as de silêncios e invisibilizações. No caso da relação entre colonos-imigrantes e escravos, parece-nos que o silêncio pode ser resultado destas duas possibilidades. No início desta apresentação já tratamos do silêncio da historiografia gaú-

Artigo 5: As disposições acima referidas compreendem igualmente as colônias formadas por particulares.

Artigo 6: Para cada escravo importado na Província se cobrará, para auxílio da colonização, a taxa de trinta e dois mil réis.

Artigo 7: Não serão sujeitos à taxa:

Parágrafo 1: Os escravos inscritos na matrícula dos navios.

Parágrafo 2: Os escravos do serviço doméstico das pessoas que vieram residir temporariamente na Província.

Parágrafo 3: Os escravos existentes na Província, que saindo dela com seus senhores voltarem com os mesmos, ou forem reenviados pelos mesmos senhores, dentro de um ano.

Artigo 8: Ficam sujeitos à taxa os escravos de que tratam os parágrafos 1 e 2 do artigo antecedente, que não saírem da Província com os navios, e senhores que os trouxeram.

Artigo 9: Ficam revogadas as disposições em contrário”. Luiza Horn IOTTI, **Imigração e colonização: legislação de 1747-1915**, p. 603-604.

Podemos citar ainda a lei provincial:

Lei provincial n. 304 de 30 de novembro 1854, que determina como será feita a colonização na província. Artigo 8: “Os colonos poderão cultivar suas terras por si mesmos, ou por meio de pessoas assalariadas: não poderão porém fazê-lo por meio de escravos seus, ou alheios, nem possuí-los nas terras das colônias sob qualquer pretexto que seja”. Luiza Horn IOTTI, **Imigração e colonização: legislação de 1747-1915**, p. 611.

Ao tratar da política de branqueamento da população, que o governo imperial procura implantar articuladamente com o sistema de pequenas propriedades rurais, Martin Dreher comenta que: “(...) através do sistema de pequena propriedade rural, trabalhada pela família do agricultor imigrante, ao qual desde 1830 foi proibida a posse de escravos”. Todavia, não encontramos nenhuma referência a esta proibição. Martin N. DREHER, **Os impasses do germanismo**, p. 61.

Leis também foram criadas visando proibir a entrada de escravos nas colônias de Santa Catarina. O decreto n. 537, de 15 de maio de 1850, que estabelecia os termos de fundação da colônia Dona Francisca (atual Joinville), em Santa Catarina, também proibia a entrada de escravos nos limites da colônia. Artigo único, Parágrafo 10: “É proibido absolutamente o emprego de braços escravos na Colônia, assim como a venda a retalho de bebidas espirituosas. Estas proibições serão fiscalizadas pelo Diretor da Colônia (...)”. Luiza Horn IOTTI, **Imigração e colonização: legislação de 1747-1915**, p. 111.

¹⁴ Margaret Marchiori BAKOS, **O imigrante europeu e o trabalho escravo no Rio Grande do Sul**, p. 455.

¹⁵ Maria Angélica ZUBARAN, **Os teuto-rio-grandenses, a escravidão e as alforrias**, p. 66.

¹⁶ Leopoldo PETRY, **São Leopoldo: Berço da colonização alemã no Rio Grande do Sul**, p. 92.

¹⁷ Telmo Lauro MÜLLER, **Negros de fala alemã**, p. 239.

cha com relação à escravidão. Por outro lado, também vimos o quanto imigração/colonização alemã esteve na agenda de historiadores/as. A relevância de se tratar do “silêncio” é, como afirma Ellen F. Woortmann que: “Assim como no discurso o não dito pode ser tão ou mais importante que o dito, o não lembrado pode ser central para a construção do presente”.¹⁸ Ainda que o silêncio a respeito e a invisibilização da comunidade negra nas áreas de colonização alemã possam ser verificados, já foi afirmado anteriormente que dispomos de um sem número de fontes primárias intocadas ou negligenciadas. Também de relevância são relatos coevos como por exemplo o conto “Os dois vizinhos – cenas da colônia”¹⁹, de autoria do Pastor Wilhelm Rotermond ou ainda o relato de viagem de Oscar Canstatt onde este afirma que:

São Leopoldo é o empório de todos os produtos cultivados nas diversas picadas. Com o tempo, muitos pequenos industriais e artífices fixaram-se na pequena povoação, que além do ambiente alemão e dos bandos de crianças alemãs quase nada tinha de interessante que mostrar, se não se qualificar de interessante o fato de muitos negros, pequenos e grandes, falarem a nossa língua tão fluentemente quanto nós. O mais engraçado é que aprendiam os diversos dialetos conforme a região de onde procediam seus amos, e em consequência encontravam-se pomeranianos, suábios, como bávaros e saxões, negros.²⁰

Uma quinta postura pode ser considerada aquela que reconhece a existência de escravos em áreas de colonização alemã e procura entender as diversas facetas deste fenômeno. Os/as autores/as que adotam esta postura, via de regra, o fazem a partir do estudo de fontes documentais primárias, como textos de autores do período, testamentos, inventários, códigos de posturas, livros de registro, escrituras, entre muitos outros. Contudo, ainda são poucos/as os/as autores/as que adotam esta postura. O trabalho destes/as autores/as acaba por evidenciar que “alguns imigrantes alemães e seus descendentes participaram das práticas e concepções fundamentais da sociedade escravista rio-grandense no século XIX, seja através da posse de escravos, seja através de uma concepção senhorial do mundo”.²¹ Germano Moehlecke sintetiza muito bem a questão quando assevera que:

Sendo a escravatura a mola mestra da vida econômica do país, o imigrante, na sua necessidade de integração e entrosamento na nova pátria, não podia fugir de todo o envolvimento que o ambiente lhe exigia.

Por isso, apesar da proibição legal de se introduzirem escravos na zona colonial, os colonos os tiveram – verdade que em proporção bem menor do que o restante da população rio-grandense – e os trataram mais ou menos da mesma forma como os demais brasileiros faziam.²²

4 – A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito de São Leopoldo

A partir deste momento quero tratar de uma irmandade dedicada a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito constituída em 1852 e localizada na Villa de São Leopoldo, em plena Colônia Alemã. Na ata de nº 1 do 1º Livro de Atas da Irmandade, que compreende os de anos de 1852 a 1868 lê-se o seguinte:

Aos dez dias do mez de agosto do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1852, nesta villa de São Leopoldo da província de São Pedro do Rio Gr. do Sul, em a Igreja Matriz, reunidos vários pardos e pretos, livres e escravos, por convocação do cidadão Antônio Lourenço da S.a Castro e presente o Reverendo Vigário interino José Joaquim do Amaral, fez ciente aos

¹⁸ Ellen Fensterseifer WOORTMANN, **Identidades e memória entre teuto-brasileiros: os dois lados do Atlântico**, p. 213.

¹⁹ Cf. Wilhelm ROTERMUND, **Os dois vizinhos e outros textos**, p. 09 – 82. Este conto foi originalmente publicado em 1883 – 1884 no *Kalender für die Deutschen in Brasilien*.

²⁰ Oscar CANSTATT, **Brasil: Terra e gente (1871)**, p. 406.

²¹ Maria Angélica ZUBARAN, **Os teuto-rio-grandenses, a escravidão e as alforrias**, p. 67.

²² Germano Oscar MOELEHCKE, **O colono alemão e o negro**, p. 57.

refferidos pardos e pretos que o fim para que se tenha feito reunilos, era de fundar a Irmandade da Puríssima Nossa Senhora do Rosário, o que ouvido por todos semelhante declaração, unanimemente aprovarão e protestarão debaixo do juramento dos Santos Evangelhos em que puserão suas mãos direitas, fazerem tudo quanto suas forças permittirem, afim de ser creada a dita Irmandade, e prosperar a Santa Religião Catholica Romana (...).²³

Fundada em 1852, a Irmandade do Rosário foi a primeira irmandade leiga fundada em São Leopoldo. As irmandades dedicadas ao Senhor Bom Jesus dos Passos e ao Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora da Conceição são de 1853 e 1854, respectivamente. Neste sentido, deveríamos nos perguntar porque razão foram constituídas logo a seguir. Isto seria resultado de uma estratégia dos jesuítas que chegaram a São Leopoldo em 1849? Uma reação dos outros grupos étnico-sociais da colônia? Uma confluência de fatores? Independentemente da resposta, a constituição desta irmandade é mais uma peça neste quebra-cabeça que estamos procurando montar, com o intuito de dar visibilidade à comunidade negra existente na região do Vale do Rio dos Sinos, centro irradiador da colonização alemã no RS. A existência desta irmandade na Colônia Alemã é mais um elemento a apontar para a importância demográfica, social, econômica, política, cultural e religiosa da comunidade negra. De forma específica aponta para espaços de sociabilidade, relações inter-étnicas e religiosas.

Desde sua fundação em 1852, esta irmandade acolheu negros, pardos e brancos; escravos, forros e livres; homens e mulheres. Como se lê no 1º parágrafo do 1º capítulo do Compromisso da irmandade:

Nesta Irmandade denominada da Senhora do Rosário e São Benedicto, será admithida toda qualidade de pessoas de hum e outro sexo, que quiserem entrar por Irmãos assim brancos e pardos, como pretos forros, com tanto porem que todos sejam cathólicos romanos sem a menor suspeita de heresia, os quaes sendo reconhecidos pela Mesa, esta ordenará, que o Irmão Escrivão lhe lavre seu assentamento no competente Livro de semelhantes e huns e outros poderão ser eleitos para cargos da Irmandade. Do mesmo modo serão admithidos por Irmãos os pardos e pretos escravos, como até agora, como a condição porem, de que primeiramente, e sem a qual não serão aceitos, cujas licenças serão guardadas, depois de reconhecidas, no Archivo desta Irmandade.²⁴

O 1º parágrafo do Compromisso aponta para duas questões importantes. A primeira é a afirmação de que todos são admitidos, desde que “sejam cathólicos romanos sem a menor suspeita de heresia”. Esta condição parece refletir a situação particular que se estabelece em São Leopoldo com a chegada dos primeiros protestantes ao RS. Vários são os escravos de alemães protestantes e seus descendentes que se tornam Irmãos. Assim, a irmandade desde seu princípio tornou-se importante espaço de sociabilidade e de relações inter-étnicas e religiosas, pois congregou negros e pardos; livres e escravos; lusos e teutos. Ainda que a preocupação com a catolicidade dos irmãos esteja expressa no Compromisso, é bem possível que os escravos pertencentes a alemães protestantes tenham mantido contato com as formas de piedade e vivência religiosa de seus senhores. Ainda que até o momento não se tenha encontrado evidências disto em São Leopoldo, dispomos de relatos da Colônia Alemã de Três Forquilhas onde Maria, de Nação Nagô, escrava do pastor Carl Leopold Voges parece ter desempenhado papel mediador entre a família do pastor, alemã e protestante; e os demais escravos.²⁵

Outro aspecto a ser destacado deste 1º parágrafo do Compromisso diz respeito à necessidade de que os escravos que desejassem ingressar na Irmandade necessitavam de autorização de

²³ IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO – 1º LIVRO DE ATAS DE 1852 – 1868. Paróquia Nossa Senhora da Conceição de São Leopoldo.

²⁴ COMPROMISSO DA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E SÃO BENEDITO CREADA NESTA VILLA DE SÃO LEOPOLDO DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL. Paróquia Nossa Senhora da Conceição de São Leopoldo.

²⁵ Cf. Elio E. MÜLLER, *Afro-descendentes da Colônia Alemã Protestante de Três Forquilhas*, p. 81 – 82.

seus senhores. Isto, evidentemente, não se constitui em uma novidade, mas parece que na Irmandade de São Leopoldo este quesito era observado e esta autorização era utilizada para controle dos escravos. Vejamos o caso envolvendo os escravos Benedito e João, escravos do alemão católico Matheus Daudt, dono de um curtume em São Leopoldo. Na reunião da irmandade do dia 13/03/1859 é lido um bilhete encaminhado pelo senhor destes escravos ao Dr. Guilhermino Clemente Marques Bacalhau, Juiz Municipal e de Órfãos solicitando que seus escravos sejam excluídos da Irmandade. No bilhete lê-se o seguinte:

Rogo a v. S.a o favor de mandar eliminar da Irmandade de N. S. do Rozario os meus escravos Benedicto e João, os quaes afiusa de semelhante Irmandade deixão as vezes de fazerem o serviço de minha fabrica, e se tem tornado um pouco atrevidos. Por estar emformado que V. S.a tem autho-ridade nas Irmandades deste Distrito é por este motivo que o emcomodo certo V. S.a de que atender-me no que acima posso muito obrigado lhe ficar.

S. Leopoldo 22 de fev.o 1859 - Matheus Daudt²⁶

Naquela ocasião, Benedito e João não foram os únicos escravos a ser excluídos da irmandade. Também o foram Antônio, escravo de Valentim Algaier e Aprígio, escravo de Dona Francisca Maria da Conceição. Entretanto não consta na ata a razão do afastamento destes dois últimos. Mas são elucidativas as razões alegadas para o afastamento de Benedito e João. O fato de às vezes deixarem de “fazerem o serviço de minha fabrica” pode ter como causa a necessidade de saírem a arrecadar contribuições com uma das caixinhas da Irmandade, responsabilidade esta que também competia aos escravos. Contudo, estes não deixavam apenas de realizar suas tarefas, mas também haviam se tornado “um pouco atrevidos”. O que significa este “um pouco atrevidos”? Não temos informações a respeito, mas o que sabemos é que senhor dos escravos vê relação entre suas novas atitudes e a participação na Irmandade. A forma de puni-los e fazê-los voltar a se portar como antes é excluí-los do convívio com os irmãos. Ou seja, a Irmandade, ao menos para estes escravos, havia se constituído em um espaço de sociabilidade e de auto-afirmação, daí serem considerados “atrevidos”.

Todavia, devemos tomar certos cuidados ao determinar a importância da irmandade enquanto espaço de sociabilidade e solidariedade da comunidade, pois ela pode também ter sido espaço que possibilitou a continuidade de vínculos estabelecidos anteriormente. Vejamos um outro caso que também envolve João, escravo de Matheus Daudt. Em novembro de 1849 é instaurado processo crime que tem como réu o escravo Samuel, de João da Silva Paranhos²⁷, o qual também será irmão da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário²⁸. Samuel é acusado por três alemães, proprietários de um curtume e oficinas para confecção de artigos em couro, a saber: Matheus Daudt, João Muller e João Frederico Pinkerstein de em parceria com seus escravos lhes roubar peças de couro as quais eram transformadas em arreios e vendidas por estes escravos, dividindo entre si os lucros. Chama a atenção neste episódio, o grande número de escravos envolvidos. São arrolados no processo Luiz escravo de João Frederico, Faustino escravo de Matheus Dauth, Claudio escravo de João Muller, João escravo de Matheus Dauth, Antonio escravo de João Muller, Benedito, escravo de Carlos Panitz, além de Samuel. João Müller e Matheus Daudt não só possuirão escravos na irmandade como serão colaboradores para a construção da capela dedicada a Nossa Senhora do Rosário. Tanto João Muller quanto Matheus Daudt tem 2 escravos cada envolvidos na sociedade com Samuel.

Destaca-se o fato de que todos estes escravos, quatro anos mais tarde, farão parte da Irmandade do Rosário, assim como Samuel. Ou seja, as relações entre eles eram anteriores à cria-

²⁶ ATA Nº 40, IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO – Iº LIVRO DE ATAS DE 1852 – 1868. Paróquia Nossa Senhora da Conceição de São Leopoldo.

²⁷ Cf. AHRs, São Leopoldo, Júri 1846-58, Maço 01, Processo Crime nº 7.

²⁸ ATA Nº 1, IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO – Iº LIVRO DE ATAS DE 1852 – 1868. Paróquia Nossa Senhora da Conceição de São Leopoldo.

ção da Irmandade. O que determinava sua rede de sociabilidade parece ter sido a relação entre seus senhores, pois Samuel parece ter sido alugado por João da Silva Paranhos ao pai de Carlos Panitz. Este fato é corroborado pelo depoimento de Samuel que afirma ser sapateiro e trabalhar com licença de seu senhor. Além do grande número de escravos envolvidos nessa sociedade, chama também a atenção um detalhe nos depoimentos de Cláudio, escravo de João Müller e Luiz, escravo de João Frederico Pinkerstein. Quando Luiz é interrogado, ele afirma que havia repassado parte do roubo a seu irmão Cláudio. Por sua vez, quando Cláudio é interrogado foi perguntado a ele pelo juiz, se ele “Cláudio, escravo de João Muller, se ele era irmão do que acabava de ser interrogado. Disse terem esse tratamento de amizade, mas não eram Irmãos legítimos”. Ou seja, o próprio relato dos escravos parece indicar que “esse tratamento de amizade” é uma referência a laços de solidariedade étnica existentes entre eles. Contudo, não foi possível verificar quais identidades étnicas foram atribuídas a estes africanos, pois no libelo do processo consta apenas que todos estes, exceto Samuel eram africanos. O interessante é neste momento do processo de procurar inocentar os demais escravos estabelecendo-se uma diferença eles que são africanos como “ignorantes e instrutidos” e Samuel, que é crioulo e, portanto, “ardiloso e desordeiro”. De qualquer forma, estes laços de solidariedade étnica parecem ter definido as relações existentes entre estes escravos. Mais tarde, eles podem ter sido reforçados pela irmandade e ao mesmo tempo terem reforçado a irmandade enquanto espaço que possibilitava o encontro deles e de tantos outros escravos que poderiam também manter “esse tratamento de amizade”.

Cabe ainda apontar para o fato de que mesmo tendo possibilitado situações como as relatadas acima, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de São Leopoldo, quando comparada com outras, parece ter apresentado um “perfil conservador”. Afirma-se isto, pois no Compromisso da Irmandade, de forma mais específica no Capítulo das Obrigações, são enumeradas apenas 4 deveres, quais sejam: 1) celebrar missas em intenção pelos irmãos vivos e os mortos; 2) dar sepultura aos irmãos falecidos, acompanhando-os até a sepultura, assim como a seus filhos menores de 14 anos; 3) mandar celebrar três missas por cada irmão/irmã falecidos; 4) fazer anualmente a festa de Nossa Senhora do Rosário. Percebe-se assim, que deveres como a libertação de irmãos cativos não se encontrava entre as obrigações da Irmandade, contrariamente ao que se percebe na maioria delas. Da mesma forma, a educação dos órfãos dos irmãos sem posse também está ausente. Ainda que esta obrigação se limitasse apenas aos filhos de irmãos brancos, esta questão permanece em aberto.

Mas foi a morte e o conjunto de compromissos relacionados a ela que parece ter recebido o centro das atenções na irmandade de São Leopoldo. No Capítulo que trata da caridade para com os irmãos lê-se o seguinte:

Em todas as Corporações da Confraria, e Irmandades deve resplandecer a verdadeira caridade fraternal, pelo que todos os irmãos se devem presar muito de exercer quanto lhe for possível actos de caridade, e piedade por tanto ordenamos, que adoecendo algum nosso irmão seja logo visitado pelo irmãos Juiz, e este o exortará a reconciliar-se com seus inimigos, dispor-se a confissão e sacramentos e finalmente procurar todos os meios de sua salvação.

Depois de algum Irmão ter servido os cargos da Irmandade, e lhe acontecer cair na pobreza e indigência (revezes a que estão sujeitos) que necessite de algum socorro, se lhe não pedirão annuaes, antes de enformara e carecer de alguma esmola, a Meza o mandará socorrer à custa da Irmandade do modo possível, conforme as circunstancias o permittirem, e como também se aconteceu morrer, lhe assistira com mortalha, se constar ser tão pobre que não tenha com que a comprar e todos os mais irmãos, a exemplo do Irmão Juiz deverão fazer a Caridade que poderem a respeito de seu Irmãos, que se acharem em taes circunstancias de pobreza.²⁹

²⁹ COMPROMISSO DA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E SÃO BENEDITO CREADA NESTA VILLA DE SÃO LEOPOLDO DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL. Paróquia Nossa Senhora da Conceição de São Leopoldo.

Ainda que se levante a possibilidade de socorrer aqueles irmãos necessitados com esmolas recolhidas pela Irmandade, a preocupação principal é o sepultamento digno a que todos/as deveriam ter direito. Este aspecto, que não é uma particularidade da Irmandade de São Leopoldo, parece ter explicação na importância dos ritos em torno da morte e sepultamento para muitos povos africanos. Esta “centralidade” dos ritos em torno da morte seria potencializada pelas péssimas condições a que estava sujeita a maioria dos escravos, os quais viviam em condições insalubres, atacados por um sem número de moléstias e com uma expectativa de vida muito baixa. A análise de registros de óbitos de escravos de São Leopoldo aponta para uma baixa expectativa de vida, para condições insalubres e para um alto índice de morbidade provocado por doenças infecto-contagiosas. Neste sentido, a Irmandade de São Leopoldo, enquanto uma “sociedade de ajuda mútua” parece ter privilegiado apenas os ritos ligados ao sepultamento. Elementos sem dúvida alguma importantes, mas que careciam, ao menos a partir de seu Compromisso, de ações visando a liberdade ou o enfretamento de situações como a doença e o abandono. Deve-se, todavia, considerar que o Compromisso da Irmandade não refletia necessariamente os anseios, aspirações e necessidade da comunidade negra, visto que pode ter sido redigido a partir de interesses e necessidades dos brancos que faziam parte da Irmandade.

Por fim, algumas observações finais. Ao que tudo indica, a Colônia Alemã de São Leopoldo tornou-se um espaço único, onde diferentes grupos étnicos (afros, teutos, lusos e indígenas) entraram em contato, passando assim a forjar no contato com os Outros, novas identidades étnicas e culturais. Isto se aplica principalmente a afros e teutos. A presença negra na Colônia Alemã foi grande, ainda que mais tarde tenha perdido importância em função do tráfico interprovincial, do crescente e contínuo fluxo de entrada de imigrantes nas últimas décadas do século XIX e, por fim, pela invisibilização produzida pela historiografia da imigração que a partir do início do século XX projetou sobre o passado uma homogeneidade étnica inexistente.

Ainda assim, pode-se perceber a partir do que foi exposto acima, que a comunidade negra fez uso de espaços institucionalizados ou não, legais ou não, para estabelecer relações de sociabilidade e solidariedade. Estas relações parecem ter, em algumas ocasiões, ameaçado o *status quo* existente. Talvez tenha sido isto que aconteceu quando os escravos de Matheus Daudt, Benedito e João “se tornaram atrevidos”. Talvez tenham diminuído o empenho no exercício das tarefas impostas pelo senhor para realizar atividades de seu interesse, quem sabe ligadas à Irmandade. Mas o mais importante para nós reside no fato de que o proprietário dos escravos parece haver percebido que a Irmandade se constituía em um espaço onde seus escravos se afirmavam enquanto seres humanos, com vontades e interesses próprios. A forma de puni-los e de restabelecer a ordem desejada foi exilando-os, alijando-os do convívio com seus semelhantes.

Referências Bibliográficas

- BAKOS, Margaret Marchiori. O imigrante europeu e o trabalho escravo no Rio Grande do Sul. *Veritas*, Porto Alegre, Tomo XXVIII, nº 112, dez. 1983, p. 455 – 461.
- CANSTATT, Oscar. Brasil: Terra e gente (1871). Brasília : Conselho Editorial do Senado Federal, 2002.
- DREHER, Martin N. Os impasses do germanismo. In: KOCH, Ingelore Starke (Org.). Brasil: Outros 500 – Protestantismo e a resistência indígena, negra e popular. São Leopoldo : Sinodal/COMIN/IEPG, 1999, p. 54 – 74.
- GUTFRIEND, Ieda. O negro no Rio Grande do Sul: o vazio historiográfico. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. XVI, nº 1 e 2, p. 175 – 187, jul./dez. 1990. (Anais do Iº Simpósio Gaúcho sobre a Escravidão Negra)
- IOTTI, Luiza Horn (Org.). Imigração e colonização: legislação de 1747 – 1915. Porto Alegre/Caxias do Sul : Assembléia Legislativa do Estado do RS/EDUCS, 2001.
- LEITE, Ilka Boaventura. Antropologia da viagem: Escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte : Ed. UFMG. 1996.
- KARASCH, Mary C. A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808 – 1850). São Paulo : Companhia das Letras. 2000.

MAESTRI, Mário. Deus é grande, o mato é maior! Trabalho e resistência escrava no Rio Grande do Sul. Passo Fundo : UPF, 2002. (especialmente o capítulo X, p. 205 – 216)

MOEHLECKE, Germano Oscar. O colono alemão e o negro. In: RAMBO, Arthur B. (Org.). Anais do VIII e IX Simpósios de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul – São Leopoldo, setembro de 1988 e 1990. Nova Petrópolis : Editora Amstad, 1998, p. 56 – 65.

MÜLLER, Elio E. Afro-descendentes da Colônia Alemã Protestante de Três Forquilhas. Estudos Teológicos, ano 41, nº 2, 2001, p. 75 – 85.

MÜLLER, Liane Susan. “As contas do meu rosário são balas de artilharia”: Irmandade, jornal e sociedades negras em Porto Alegre. 1889-1920. Porto Alegre : PUCRS, 1999. (Dissertação de Mestrado)

MÜLLER, Telmo Lauro. Negros de fala alemã. In: FISCHER, Luís Augusto, GERTZ, René E. (Coord.). Nós, teuto-gaúchos. Porto Alegre : Editora da Universidade – UFRGS, 1996, p. 238 – 239.

PETRY, Leopoldo. São Leopoldo: Berço da colonização alemã no Rio Grande do Sul – Monografia. 2. ed. São Leopoldo : Rotermond, 1964.

RABUSKE, Arthur. Jesuítas alemães em suas relações com o elemento negro em nosso passado gaúcho. Pesquisas - História, Instituto Anchieta de Pesquisas, São Leopoldo, nº 22, 1982, p. 53 – 64.

ROTERMUND, Wilhelm. Os dois vizinhos e outros textos. São Leopoldo/Porto Alegre : Sinodal/EST, 1997.

SOUZA, Juliana Beatriz Almeida de Souza. Viagens do Rosário entre a Velha Cristandade e o Além-Mar. Estudos Afro-Asiáticos, v. 23, nº 2, Rio de Janeiro, 2001, p. 1 – 17.

SOUZA, Marina de Mello e. Reis negros no Brasil escravista: História da festa de coroação do Rei Congo. Belo Horizonte : Ed. UFMG, 2002.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. Identidades e memória entre teuto-brasileiros: os dois lados do Atlântico. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 6, nº 14, p. 205 – 238, dez. 1997.

ZUBARAN, Maria Angélica. Os teuto-rio-grandenses, a escravidão e as alforrias. In: MAUCH, Cláudia, VASCONCELLOS, Naira (Org.). Os alemães no sul do Brasil: Cultura, etnicidade e história. Canoas : Editora ULBRA, 1994, p. 65 – 74.

Documentação Primária

Arquivo da Cúria Metropolitana em Porto Alegre:

Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedicto creada nesta Villa de São Leopoldo da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedicto da Villa de São Leopoldo - Iº Livro de Atas de 1852-1868.

Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedicto da Villa de São Leopoldo - IIº Livro de Atas de 1868-1904.

Paróquia Nossa Senhora da Conceição em São Leopoldo:

Primeiro Livro Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de São Leopoldo: 12.10.1828 – 31.12.1942.

Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedicto da Villa de São Leopoldo: Documentação avulsa existente no Arquivo da Cúria Metropolitana em Porto Alegre e na Paróquia Nossa Senhora da Conceição em São Leopoldo.

